


ISSN: 1984-6150



v. 6 (Suplemento, 2014)



**Anais do III Encontro
de Pesquisa em História
UFMG, 2014**



**Entrevista Especial
Dr. Graham Burnett**

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –
v. 6 (Suplemento, 2014) – Belo Horizonte: Departamento de História,
FAFICH/UFMG, 2014.

Quadrimestral a partir de 2013
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org
Periódicos Capes
Latindex
Diadorim

Endereço:

Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.
Av. Antônio Carlos, 6627 – Campus Pampulha.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.
31270-910. Belo Horizonte/MG.

e-mail: temporalidades@gmail.com
temporalidades@fafich.ufmg.br
homepage: www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Este número contou com o apoio do Encontro de Pesquisa em História da UFMG (EPHIS)

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – dez/2014

Expediente

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Fernando de Barros Filgueiras

Departamento de História

Chefe *pro tempore*: Kátia Gerab Baggio

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Luiz Carlos Villalta

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Conselho Editorial

Kellen Cristina Silva

Lucas Madsen da Silveira (Suplente)

Mateus Rezende de Andrade

Polyana Valente Vareto

Regina Mendes de Araújo

Rute Guimarães Torres

Virgílio Coelho de Oliveira Júnior

Conselho Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismar Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFMG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

José Carlos Reis (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Conselho Consultivo Internacional

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)

Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III)

Fernanda Olival (UÉvora-CIDEHUS)

Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Mafalda Soares da Cunha (UÉvora)

Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)

Seth W. Garfield (University of Texas)

Revisão Final

Rute Guimarães Torres

Diagramação e Arte

Lucas Madsen da Silveira

Rute Guimarães Torres

Colaboração e Tradução

Deise Simões Rodrigues

Editorial

Este suplemento surgiu de uma frutífera parceria entre o Conselho Editorial da *Temporalidades* e a Comissão Organizadora do III Encontro de Pesquisa em História – UFMG. Tanto a Revista *Temporalidades* quanto o III EPHIS, são iniciativas do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e o diálogo, colaboração e apoio entre as duas atividades contribui para que nossas missões venham a ser desenvolvidas com êxito.

Nossa última edição trouxe o dossiê “A Circulação do Conhecimento na Ciência Moderna”, cuja apresentação do professor Carlos Maia fez um breve levantamento sobre as produções acadêmicas nos programas brasileiros de pós-graduação em História, especialmente o programa da UFMG: Entendendo que a produção de novos temas e abordagens ocorre atualmente muito alocada nos centros acadêmicos, a ideia de publicar os textos produzidos para as comunicações no III EPHIS vem contribuir grandemente para a circulação do conhecimento.

Sendo assim, apresentamos com grande prazer os textos completos do III Encontro de Pesquisa em História da UFMG, escritos pelos apresentadores participantes, sendo alunos, especialistas e professores de diversas regiões e instituições do país. Os textos foram organizados por Simpósios Temáticos e pelas Comunicações Livres ocorridas no evento. Para facilitar a localização dos mesmos nessa edição e o *upload* dos arquivos em pdf no site, dividimos os Anais em partes, atribuindo uma capa especial e um sumário independente. Todavia, tal divisão não altera a edição da *Temporalidades*, que compreende apenas um único volume.

Para além da publicação dos Anais do III EPHIS, o Suplemento também traz a entrevista com o Professor Dr. Graham Burnett, da Universidade de Princeton – EUA. Professor da linha de pesquisa História da Ciência, suas gentis respostas as nossas perguntas estão relacionadas à temática do dossiê “A Circulação do Conhecimento na Ciência Moderna”. Agradecemos ao professor por aceitar nos conceder esta entrevista. Somos gratos também ao professor Brian Zack, da Universidade de Princeton, que auxiliou a tradução das perguntas do inglês para o português juntamente com a tradutora Deise Simões Rodrigues. Por fim, esperamos que nossos leitores apreciem o magnífico trabalho do Dr. Burnett.

Uma ótima leitura a todos!

Conselho Editorial

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos os Anais do *III Encontro de Pesquisa em História*, o EPHIS, realizado entre os dias 27 a 30 de Maio de 2014, em Belo Horizonte – MG, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

Nesse terceiro ano consecutivo, mantivemos a qualidade de um evento que já começou grande e com significativa abrangência nacional.

O EPHIS surgiu a partir da iniciativa dos alunos do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG no ano de 2012, tendo por principal objetivo a promoção do diálogo aberto, horizontal e democrático entre os discentes em História e áreas afins. Em 2014, procuramos manter a proposta original do encontro de ser organizado *por e para* estudantes, por meio de trocas mútuas de experiências, inquietações, informações, contatos – o que, acreditamos, muito pode contribuir para a atividade de pesquisa, por vezes tão solitária.

As duas primeiras edições já de início receberam elevado número de participantes inscritos. Nessa terceira edição, tivemos a sorte de organizar um evento já consolidado, com definitiva importância acadêmica, atraindo estudantes de todas as regiões do Brasil. É significativa a marca de mais de 500 inscrições, entre diversas categorias de Simpósios Temáticos, Comunicações Livres, Minicursos e Ouvintes.

A consolidação do EPHIS também expressa a possibilidade real de concretização de um evento de baixo custo, que ao mesmo tempo não abre mão da qualidade do encontro e permite a ampliação de participação de estudantes provenientes de todos os lugares e de diferentes condições sócio-econômicas.

O III EPHIS foi estruturado no ano de 2014 com 9 Minicursos, 16 Simpósios Temáticos e 33 mesas de Comunicação Livre, além de Mesa de Abertura e 3 Mesas Redondas. A Mesa de Abertura, no primeiro dia do evento, contou com a palestra do prof. João José Reis (UFBA), sob o título *Escravidão e mobilidade: escravos senhores na Bahia oitocentista*. Nos três dias seguintes, tivemos três Mesas Redondas, a saber, *50 anos do Golpe Militar brasileiro: diálogos entre as experiências ditatoriais no Cone Sul*, *#vemprarua: cidadania e movimentos sociais no Brasil contemporâneo*; e *História, ficção e literatura: problemas e possibilidades para a historiografia*. Além da pluralidade temática, vale observar que em todas as Mesas Redondas contamos com a participação de ao menos um pesquisador externo, outro da UFMG e um terceiro pós-graduando, o que explicita o caráter discente do encontro, que procura aprofundar a interlocução entre pesquisas já consagradas e outras recentes.

Nessa edição, tivemos pela primeira vez o *Cinephilia*, momento reservado para exibição de filmes para todos os públicos. Além disso, o III EPHIS promoveu a Festa de Confraternização entre os participantes, a fim de socializar, trocar contatos e experiências geradas durante o evento.

Gostaríamos de agradecer profundamente a todos aqueles que nos ajudaram e fizeram parte do III EPHIS: à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, em nome de seu Diretor, prof. Fernando Filgueiras; ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, em nome de seu Coordenador, prof. José Newton Meneses; à Revista da Biblioteca Nacional por disponibilizar gratuitamente revistas a todos os participantes do evento; aos professores Luiz

Carlos Villalta, Priscila Brandão Antunes e Rodrigo Patto Sá Motta, que gentilmente cederam as salas de pesquisa para a organização do evento. Agradecemos igualmente aos convidados das Mesas Redondas, que prontamente aceitaram participar do III EPHIS, aos coordenadores dos Simpósios Temáticos, aos ministrantes dos Minicurso e, especialmente, aos monitores, que trabalharam durante todo o evento para que tudo ocorresse bem.

Por fim, a Comissão Organizadora do III EPHIS tem o prazer de publicar, junto com a Revista Temporalidades – revista organizada pelo corpo discente da Pós-Graduação em História da UFMG – os Anais do III Encontro de Pesquisa em História – EPHIS 2014.

Abraços Fraternos,

Comissão Organizadora do III EPHIS

Alexandre Bellini Tasca
Eliza Teixeira de Toledo
Igor Barbosa Cardoso
Igor Tadeu Camilo Rocha
Lídia Generoso
Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes
Marcella de Sá Brandão
Regina Mendes de Araújo
Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa
Thiago Henrique Oliveira Prates

Realização

Departamento de História - UFMG

Monitores

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa
Átila Augusto Guerra de Freitas
Bruno César Gordiano
Camila Neves Figueiredo
Gabriel Afonso Vieira Chagas
José Antônio de Souza Queiroz
Kelly Morato de Oliveira
Larissa Cristina Amaral
Lenon Augusto Luz de Moraes
Ludmila Machado P. O. Torres
Marcela Coelho Freitas Silva
Maria Alda Belfor Oliveira
Maria Visconti Sales
Rafael Vinicius da Fonseca Pereira
Raquel Marques Soares
Raquel Neves de Faria

Arte Gráfica

Gabriel Nascimento

Apoio

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Programa de Graduação em História



III Encontro de Pesquisa em História

27 a 30 de maio de 2014 | Belo Horizonte, UFMG

**ANAIS DO III ENCONTRO
DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA UFMG**

Simpósios Temáticos 1 a 5

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG
Belo Horizonte
2014

Reitor da UFMG

Jaime Arturo Ramírez

Vice-Reitora da UFMG

Sandra Regina Goulart Almeida

Diretor da FAFICH

Fernando de Barros Filgueiras

Vice-Diretor da FAFICH

Carlo Gabriel Kszan Pancera

Chefe do Departamento de História

Tarcísio Rodrigues Botelho

Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação em História

José Newton Coelho Meneses

Coordenadora do Colegiado de Graduação em História

Adriane Aparecida Vidal Costa

Realização

Departamento de História - UFMG

Comissão Organizadora

Alexandre Bellini Tasca

Eliza Teixeira de Toledo

Igor Barbosa Cardoso

Lídia Generoso

Igor Tadeu Camilo Rocha

Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes

Marcella de Sá Brandão

Regina Mendes de Araújo

Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa

Thiago Henrique Oliveira Prates

Arte Gráfica

Gabriel Nascimento

Monitores

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa

Átila Augusto Guerra de Freitas

Bruno César Gordiano

Camila Neves Figueiredo

Gabriel Afonso Vieira Chagas

José Antônio de Souza Queiroz

Kelly Morato de Oliveira

Larissa Cristina Amaral

Lenon Augusto Luz de Moraes

Ludmila Machado P. O. Torres

Marcela Coelho Freitas Silva

Maria Alda Belfor Oliveira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinicius da Fonseca Pereira

Raquel Marques Soares

Raquel Neves de Faria

Apoio

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências

Humanas

Programa de Pós-Graduação em História

Programa de Graduação em História

Sumário

ST 01: História da educação e das práticas educativas no Brasil: diálogos interdisciplinares na construção do ensino de História.

Abordagem pedagógica do filme brasileiro uma “História de amor e fúria” 12
Ana Paula Mendes Motta De Souza

Asylo de meninos desvalidos: “Ensaio para iguais institutos, que por nosso vasto império cumpre erigir (1875-1889)” 22
Eduardo Nunes Alvares Pavão

O uso de diferentes linguagens no Ensino de História: panorama de perspectivas no Brasil, possibilidades e desafios contemporâneos 30
Elisgardênia de Oliveira Chaves

O papel da família na educação das gerações seguintes no século XVIII mineiro: primeiras considerações Teóricas 40
Fabrício Vinhas Manini Angelo

O livro didático de História e a política dos impressos: uma análise da relação texto-imagem 50
Gabriel Duarte Faria; Gabriela Silveira Meireles

O Curso Normal anexo ao Ginásio de Ouro Preto: instituição e perfil discente no contexto da Primeira República no Brasil (1910-1928) 54
Jumara Seraphim Pedruzzi; José Rubens Lima Jardimino

Cônego Fernandes Pinheiro e o ensino de história no oitocentos: apontamentos sobre uma questão 62
Luna Halabi Belchior

O lugar da Biblioteca Escolar no processo de escolarização da leitura em Minas Gerais: 1920-1940 71
Marcus Vinicius Rodrigues Martins

Prescrições de condutas e comportamentos aos professores da escola primária na legislação mineira entre 1889 a 1927 81
Talita Barcelos Silva Lacerda

ST 02: História e Linguagens Artísticas: as artes como regimes estéticos de representação da História e das sociedades no tempo

Escritas urbanas e apropriação da cidade 89
Álan Oziel da Silva Pires

Tempo e arte, um possível diálogo: entre anacronismo e representação..... 98
Carlos Vinicius da Silva Taveira

O problema da modernidade na pintura de Eliseu Visconti	105
Fabiola Cristina Alves	
A arte que conta a vida: diálogos entre o cotidiano de uma população rural e as pinturas do artista naif José Raimundo	110
Juliano de Melo Gregório; Viviane Tamiris Pereira	
Coreografia de Cordel: a relação estabelecida entre o cotidiano popular do Vale do Jequitinhonha e a dinâmica das sociedades modernas	120
Leila Martins Ramos	
Os índios de Vladimir Kozák: leituras e significados	130
Rosalice Carriel Benetti	
A música como construção do nacionalismo: de Richard Wagner ao II Reich	140
Tayna da Silva Rios	

ST 03: Cultura Intelectual Moderna Brasileira

As Raízes de uma nação moderna: nacionalismo, modernismo e historicismo na obra de Sérgio Buarque de Holanda	150
André Augusto Abreu Villela	
Catequese, indígenas e civilização nos escritos e projetos dos intelectuais monarquistas de São Paulo (1889-1904)	164
Flávio Raimundo Giarola	
O integralismo à luz da “modernidade brasileira”	173
Marcelo Alves de Paula Lima	
Os poderes das letras numa república (in)definida: os prêmios literários da Academia Brasileira de Letras e suas relações com política nacional entre 1910 a 1945	185
Matheus Pimenta da Silva	
Olhar o outro, registrar a diferença: o testemunho e o flerte etnográfico de Euclides da Cunha nas anotações de Canudos	191
Nathália Sanglard de Almeida Nogueira	
“Levanta-te”: debates sobre o urbano em Campanha-MG (1890-1930)	201
Rômulo Nascimento Marcolino	

ST 04: Diálogos entre História e Comunicação Social

A linguagem cinematográfica como fonte histórica através do documentário ‘Cabra marcado para morrer’	211
Alexandre Irigiyen Vander Velden	
Os limites da ficção e da realidade do cinema: uma análise da obra ‘O Judeu Süß’..	221
Armando Magno de Abreu Leopoldino	

Enquadramentos da memória e mobilização racial na música brasileira: anos 1960 e 1970	231
Bruno Vinícius Leite de Moraes	
A Juventude Americana e Francesa no Cinema dos Anos 1950: um estudo comparado	241
Carlos Vinicius Silva dos Santos	
História e Geografia no ensino de Eventos Traumáticos: uma iniciativa pluridisciplinar	251
Carolina Rehling Gonçalo	
O Terror de Estado e a Doutrina de Segurança Nacional no documentário ‘Condor’..258	
Edson Alexandre Santos Real	
Super-heróis e as transformações sociais nas décadas de 1940 até 1960 nos Estados Unidos da América	266
Edson Wilson Mendes de Almeida	
Black block’s, a ação histórica produzida, transmitida e retransmitida: a influência das mídias no processo de construção de conceitos	277
Fábio Júnio Mesquita	
O cinema histórico sob a ótica da revista ‘Ilustrada Scena Muda’: o filme como fonte de realidade e educação na década de 1930	286
Fernanda Generoso	
Sensibilidades melancólicas e imagens neo-barrocas no cinema de Win Wenders	295
Geovano Moreira Chaves	
Casa de Cacos: potencialidades educativas	303
Gilson Rodrigues Mariano da Silva	
Cinema: um novo divã para os traumas da História?	313
Marcus Ítalo da Cruz Augusto	
Representações do território brasileiro nos anúncios comerciais durante o Estado Novo	324
Marina Helena Meira Carvalho	
Paz Armada: aspectos do temor nuclear na narrativa da ‘Liga da Justiça’	334
Mario Marcello Neto	
Funk e mídia: Mr. Catra e estereotipação sexual	344
Matheus Felipe Barbosa e Alves	
Como o novo cenário socioeconômico brasileiro afetou a TV aberta e o acesso às Mídias	354
Matheus Yago Gomes Ferreira	
“Tu corazón oye brotar la primavera”: ressignificações de uma canção de Víctor Jara em diferentes contextos latino-americanos	362

Maurício Marques Brum; Camila Marchesan Cargnelutti

A história através do estilo televisivo II: a Ditadura Militar na abertura de “Amor e Revolução” 370

Rafael Barbosa Fialho Martins; Simone Maria Rocha

Imagens do "Milagre": Publicidade e a Ditadura Militar Brasileira (1968-1973) 380

Raquel Elisa Cartoço

ST 05: História da arte em perspectiva: arte, religiosidade, devoção

Neogótico no Brasil: arquitetura, religião e espaço, na obra do missionário lazarista Julio José Clavelin, 1834 e 1909 391

Carolina de Almeida Silva

O termo contratual de 1754 e as modificações no retábulo-mor da Matriz do Pilar, em Ouro Preto 401

João Henrique Grossi Sad Jr.

A Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto: apropriações de um espaço urbano – séculos XVIII e XIX 412

Leandro Gonçalves de Rezende

Percepções acerca dos pardos da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco em Mariana (1779-1832) 422

Maria Clara Caldas Soares Ferreira

Escultura devocional de gesso em Minas Gerais 427

Maria Clara de Assis

Arte sacra e distinção social: prestígio do artista e fortuna do contratante nas pinturas de forro da igreja de São Tomé na serra das Letras 434

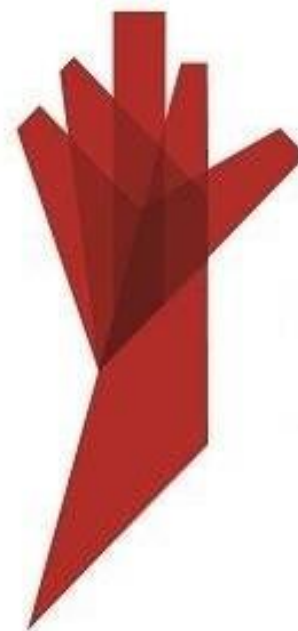
Maria Cristina Neves de Azevedo

Devoção, Sociabilidade e Relações de Poder em Minas Gerais: a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana 444

Vanessa Cerqueira Teixeira

Simpósio Temático 01

História da educação e das práticas educativas no Brasil: diálogos interdisciplinares na construção do ensino de História



Coordenadores:

Carla Berenice Starling de Almeida

Doutoranda em História pela UFMG
cbstarling@ig.com.br

Cleidimar Rodrigues de Sousa Lima

Profa. Assistente da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA
cleidimary@hotmail.com

Elisgardênia de Oliveira Chaves

Doutoranda em História pela UFMG
elis_gardenia@yahoo.com.br

Fabrcio Vinhas Manini Angelo

Doutorando em Educação pela UFMG
fabriciovinhas@gmail.com

Felipe Oswaldo Guimarães

Mestrando em Educação pela UFMG
felipeguimaraes@yahoo.com.br

Abordagem pedagógica do filme brasileiro “Uma História de Amor e Fúria”

Ana Paula Mendes Motta de Souza

Especialista em docência do ensino superior e inspeção escolar

Universidade candidato mendes

apmsouza@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo é refletir sobre o cinema no ambiente de sala de aula, como instrumento pedagógico na formação do conhecimento discente. A película escolhida é uma obra brasileira do premiado roteirista e diretor Luiz Bolognesi, “Uma História de Amor e Fúria” – aborda as lutas populares do povo oprimido brasileiro-. Na primeira parte uma revisão bibliográfica considerando as contribuições dos autores como COELHO (1993), DUARTE (1995), TEIXEIRA E LOPEZ (2003) dentre outros, procurando enfatizar a importância do cinema como arte audiovisual que possibilita uma enorme gama de debates sobre a construção social, política, econômica e cultural do país. Na segunda parte um resumo da película e sua ficha técnica. Na terceira e última parte, as possibilidades de trabalho como o filme com ênfase no Ensino Fundamental Nível II: 7º ano/6ª série e 9º ano/8ª série e sites para pesquisa onde os professores podem buscar outras sugestões de propostas pedagógicas e de formação continuada.

PALAVRAS CHAVES: Cinema; História; Manifestações Populares.

Introdução

Principalmente em momentos como o vivenciado, de manifestações populares iniciadas nas redes sociais e foram parar nas ruas de todo o país, é importante ao professor tratar desta temática e mostrar aos seus alunos a constante luta do povo brasileiro sofrido pelas mãos conservadoras e porque não dizer ditaduras dos governos, opressores utilizando o rigor de leis que beneficiam na maioria das vezes as classes mais favorecidas e tratam o povo com descaso, altos impostos e para piorara fingem que eles não questionam. Estes movimentos são pouco retratados pelos livros de História e pelas mídias de informação do país.

Considerando o cinema como uma rica arte audiovisual cheia de conhecimento, possível a ser empregado na compreensão e formação de saberes discentes e não apenas como entretenimento da indústria cultural, este artigo aborda as manifestações populares por direitos e busca por uma identidade nacional, utilizando a película brasileira, Uma História de Amor e Fúria, com enredo na história do Brasil, dividido em quatro episódios - a colonização, a escravidão, o Regime Militar e o futuro: uma ficção, quando haverá guerra pela água - contatado na visão dos vencidos.

É fundamental ao docente a compreensão de que a visão tratada em uma película como todas as outras artes e das mídias de comunicação são sempre um olhar sobre o objeto tratado. Necessitando saber assim quem conta a história e os motivos que levaram a sua produção. Conhecer o cinema e sua trajetória, fazendo uso desta arte como sugestão pedagógica na construção dos saberes sem perder o Cinema como arte e não mero apoio pedagógico.

Desenvolvimento

No Brasil com o aumento da renda econômica nos últimos anos, possibilitou o crescimento sócio-cultural, como o acesso a mídias variadas, tornando cada vez mais o país em uma nação audiovisual. Este crescimento chegou às universidades, dando acesso a grupos que até então era excluído de uma formação acadêmica. Nesta perspectiva estes grupos buscam afirmação de sua identidade como cidadão.

(...) O cinema participa da história não só como técnica, mas também como arte e ideologia. Ele cria ficção e realidades históricas e produz memória. É ele um registro que implica mais que uma maneira de filmar, por ser uma maneira de reconstruir, de recriar a vida, podendo dela extrair-se tudo o que se quiser. E por ser assim, tal como a literatura, a pintura e a música, o cinema deve ser um meio de explorar os problemas mais complexos do nosso tempo e da nossa existência, expondo e interrogando a realidade, em vez de obscurecê-la ou de a ela nos submetermos.(...) (TEIXEIRA e LOPES, 2003, p. 10)

Utilizar película ajuda na compreensão do processo de ensino aprendizagem e valorização da trajetória histórica e contemporânea. Principalmente em um país como o Brasil de extinção continental e uma gama enorme de culturas.

(...) A sociedade e cultura brasileira são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória européia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genesicamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente. A confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras poderia ter resultado numa sociedade multi-étnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis. Ocorreu justamente o contrário, uma vez que, apesar de sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros os signos de sua múltipla ancestralidade, não se diferenciaram em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas a lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação. (...) (RIBEIRO, 1995, p. 20)

Esta união de variantes como afirmada não representa uma unidade, uma identidade nacional, que retrate a realidade de forma interna, de seu povo excluído, de seu povo miscigenado com varias faces tão diversificado e heterogêneo, um povo que é pouco retratado

nos clássicos históricos. A visão do indígena, vem tomando espaços, mesmo que de forma ainda pequena e em crescimento constante. Neste contexto o artigo aborda a película “*Uma História de Amor e Fúria*” (2013). Enredo baseado em três momentos da trajetória brasileira e com enfoque na mitologia indígena Tupinambá, para contar as lutas do povo brasileiro oprimido.

Segundo Duarte (2002, p. 10) “ver filmes é uma prática social tão importante na formação cultural e educacional quanto à leitura de obras literárias, filosóficas, sociológicas e outras”. Pode ser afirmado ainda que o cinema rompa barreiras culturais, sociais, políticas e econômicas, assistir um filme é viajar em um mundo mágico onde se podem unir diversas formas de artes em uma única, além de informar, emocionar, divertir e educar. Seguindo o pensamento de Duarte (2002, p. 10) “em uma sociedade audiovisual como a contemporânea, o domínio dessa linguagem é requisito fundamental para transitar bem pelos mais deferentes campos sociais”.

Para muitos estudiosos em educação, o cinema como arte é ferramenta fundamental de apoio ao professor em sala de aula:

(...) certos sacrifícios que se precisa fazer para ingressar no mundo dos cinéfilos – é preciso conhecer um pouco de história de cinema, ver filmes consagrados, saber falar de técnica cinematográfica usando vocabulário adequado, identificar os diretores, as tendências, os movimentos (...) (DUARTE, 2002, p. 10)

(...) complexa e delicada arte de tecer vidas e identidades humanas, fazendo fruir as capacidades lógico-cognitivas, estético-expressivas e ético-morais existentes, potencialmente, em cada criança e em cada jovem. Sabemos, ainda, que os educadores também dever ser educados, desenvolvendo tais capacidades e sensibilidades, para bem realizarem seu ofício e responsabilidade histórica e social. (...). (TEIXEIRA E LOPES, 2003, p. 9)

É fundamental uma preparação do educador para compreender estes múltiplos olhares e tratá-los em sala de forma a não perder a essência da película: emocionar ao espectador.

(...) a cultura — feita em série, industrialmente, para o grande número — passa a ser vista não como instrumento de livre expressão, crítica e conhecimento, mas como produto trocável por dinheiro e que deve ser consumido como se consome qualquer outra coisa. E produto feito de acordo com as normas gerais em vigor: produto padronizado, como uma espécie de *kit* para montar, um tipo de pré-confecção feito para atender necessidades e gostos médios de um público que não tem tempo de questionar o que consome. Uma cultura perecível, como qualquer peça de vestuário. Uma cultura que não vale mais como algo a ser *usado* pelo indivíduo ou grupo que a produziu e que funciona, quase exclusiva mente, como valor de troca (por dinheiro) para quem a produz. Esse é o quadro caracterizador da indústria cultural: revolução industrial, capitalismo liberal, economia de mercado, sociedade de consumo. (...) como meta ainda irrealizada; mesmo

assim, ele orienta a organização da sociedade, tendendo a fazê-lo segundo os moldes das sociedades do Primeiro Mundo — razão pela qual todos esses traços típicos da indústria cultural (e seu produto, a cultura de massa) nos países desenvolvidos acabam por aparecer em linhas gerais, na análise do mesmo fenômeno nas demais regiões. (...). (COELHO, 1993, p.7)

A animação brasileira *“Uma História de Amor e Fúria”*, durante seus 74 minutos e 28 segundos, retrata a violência intrínseca da sociedade brasileira e o sonho da mudança através da luta política. Uma produção de Buriti Filmes e Gullane, do renomado diretor e roteirista brasileiro de televisão e Cinema Luiz Bolognesi - (Jornalismo formado pela PUC São Paulo e Ciências Sociais pela USP). Bolognesi dirigiu obras como: o curta *Pedro e o Senhor* (1995) e documentários *Cine Mambembe* e *o Cinema Descobre o Brasil* (1999), *A Guerra dos Paulistas* (2002) e como roteirista escreveu e foi premiado pela Academia Brasileira de Cinema, APCA e nos Festivais de Recife e Brasília com os filmes: *Bicho de Sete Cabeças* (2001), *O Mundo em Duas Voltas* (2006), *Chega de Saudade* (2007), em parceria com Marco Bechis: *Terra Vermelha* (2008) que participou do Festival de Veneza. Ele é também o idealizador do *Cine Tela Brasil*, um projeto de cinema itinerante para exibição de filmes brasileiros a comunidades sem acesso ao cinema e um projeto para jovens de baixa renda onde ensina a arte do audiovisual: *Oficinas Itinerantes de Vídeos Tela Brasil*.

Longa metragem destinada ao público jovem e adulto, com linguagem de HQ, tornando o filme atrativo principalmente para a faixa etária do ensino fundamental nível II e ensino médio. Tendo no elenco Sellton Mellon – Abeguar -o guerreiro imortal da mitologia indígena Tupinambá, o escolhido para lutar contra Anhangá, uma representação mitológica indígena da morte e destruição - e Camila Pitanga – Janaína, mulher por quem o do herói imortal é apaixonado por mais de 500 anos.

A película foi lançada em abril de 2013, após anos de trabalho do roteirista e diretor, com apoio de historiadores e arqueólogos na pesquisa sobre História do Brasil. Dividido em quatro episódios, sendo três reais e um de ficção futurista.

No primeiro: a guerra entre Tupiniquins (viviam na maioria no litoral do atual estado de Espírito Santo) e Tupinambás (viviam na sua maioria no litoral do atual Rio de Janeiro e praticavam canibalismo – comiam os prisioneiros de guerra – eram temidos por isto), no início da colonização portuguesa, em 1565. O herói é Abeguar, um dos líderes Tupinambá, guerreiro escolhido por Muíam para ser imortal e lutar contra as forças maléficas de Anhangá. Aos 4 minutos e 51 segundos, tentando fugir de felino selvagem, Abeguar voa na forma humana com Janaína em suas costas. Aos 6 minutos e 4 segundos a cena mostra o guerreiro

com o Pajé que explica seu dever perante Muíam com os poderes conseguidos. O mostra o mundo de Anhangá e que ele deverá liderar seu povo para uma terra sem mal. Sendo pela luta e nunca desistindo que poderá voar em forma humana novamente. Em um ritual o herói conhece o mundo das trevas. Nas cenas seguintes o conflito envolvendo portugueses e franceses, sendo Abeguar contra a guerra, afirmando que Muíam mostrou-o a destruição dos Tupinambás, mas o Cacique o expulsa. Revidando o conflito os portugueses vencem os franceses e os indígenas. No lugar onde era sua aldeia Tupinambá é construída uma vila, São Sebastião do Rio de Janeiro. Janaína (o eterno amor do Abeguar) morre então o herói desiste de tudo, e tenta colocar fim a sua própria vida pulando de alto Corcovado (onde anos depois foi construído uma das sete maravilhas do mundo contemporâneo e um dos maiores cartões postal do Brasil, o Cristo Redentor). Sua protetora Muíam transforma-o em um pássaro e fica vagando por quase dois séculos. Esta cena do voo do passado é utilizada em todos os episódios para a transição de uma história para outra e sendo o momento que o personagem se torna o narrado.

Segundo episódio: Após anos vagando como pássaro, ao reencontrar Janaína, a sua amada, ele volta à forma humana, desta vez como Manoel Balaio, homem simples que vive com sua esposa e duas filhas confeccionando balaios. Conhecido como Balaio, luta ao lado do amigo Cosme (um negro fugido) contra a escravidão e o ajuda na fuga de escravos. Descoberto pelos homens do governo teve sua filha mais velha estuprada. Este é o estopim para que ele declara-se de vez guerra contra o governo maranhense. O fundo histórico aqui é a Revolta dos Balaios ocorrida em 1825, no Maranhão. Ele reuniu o povo oprimido e após três meses de luta os balaios liderados por Manoel Balaio (Abeguar) conseguem conquistar a cidade Caxias. Tratados como um bando de vagabundos e fazendo referência a ao Haiti (onde ex-escravos declararam independência) e o governo revida formando o exército sobre liderança do Coronel Luiz Alves de Lima e Silva, futuro Barão de Caxias e Duque de Caxias, o patrono do Exército Brasileiro. O governo acaba com a revolta, e durante uma tentativa de fuga Balaio é atingido pelas costas falecendo e mais uma vez Muíam o transforma em pássaro. Janaína e as filhas são escravizadas e morrem em poucos anos, de febre amarela e malária. Cosme e Raimundo Gomes outros líderes do movimento foram mortos. Enquanto voa Abeguar relata que a guerra foi praticamente esquecida, sendo apenas uma data nos livros de história e ninguém conta que Carinana, Sete Estrela e Raio escaparam e deram início ao Cangaceiro (o mais conhecido grupo de cangaceiros foi o liderado por Lampião – Virgulino Ferreira da Silva- andavam armados e lutavam contra a miséria nordestina, colocavam medo e

não possuíam uma organização centralizada, eram vários grupos) “*forma encontrada de não baixar a cabeça perante o autoritarismo do governo contra o povo*”. Destaque palavras do personagem no fim do segundo episódio.

Terceiro episódio: Com enredo na guerrilha urbana, no período da ditadura militar, em 1964 a 1985. O herói Tupinambá agora é Carlos Estrada um integrante do movimento que luta contra os militares. Conhecido como Cau, participa de várias ações do movimento e acaba sendo preso junto com Janaína em um parque de diversões. Para que os militares não torturassem o seu amor, ele entrega os companheiros e ficam presos por 7 anos, tendo a liberdade com a Anistia Política no final da década de 1970. Durante os anos de prisão ele conhece Feijão, (Dom Cosme - amigo que lutou ao seu lado na Guerra dos Balaíos em outra vida), tornam-se amigos, e Cau que lia muito empresta a Feijão um dos livros que leu várias vezes enquanto estava preso. Há uma cena onde os dois discutem sobre passagem do livro, O Príncipe, de Nicolau Maquiavel, um dos maiores clássicos da literatura mundial. A passagem em questão está no capítulo XVIII:

“(…) deveis, pois saber que há duas maneiras de combater: uma, com a lei, outra com a força. A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. Como, porém, a primeira muitas vezes não seja suficiente, convém recorrer a segunda. (…)”. (MAQUIAVEL, p. 111).

O herói agora livre vai morar em uma favela do Rio de Janeiro, anos de 1980, onde leciona para adultos. Numa cena aos 48 minutos, enquanto leciona relata aos alunos: “*ninguém nasce na miséria porque Deus quer, o que a gente vive hoje é o resultado do passado*”. E acrescenta “*viver sem conhecer o passado é viver no escuro.*” Esta frase é dita por Abeguar em vários momentos da película. Na cena seguinte aparece uma frase que foi escrita por ele no quadro negro: “*VIVER É MUITO PERIGOSO*”. Em uma narrativa o personagem explica sua escolha por ir viver em uma favela ao lado do Feijão (quem ele considera o Lampião da cidade), pois somente os nascidos e crescidos na favela poderão continuar a lutar por justiça e igualdade. Aos 49 minutos e 25 segundos o herói reencontra Janaína em um parque de diversões, agora casada e com um filho. Na cena seguinte ele é morto em uma ação da polícia e novamente torna-se o pássaro. Janaína chora ao saber pela TV da sua morte. Enquanto voa pelas nuvens o herói relata que seus “*heróis nunca viraram estatuas, morreram lutando contra os caras que viraram*”. Cena aos 51 minutos de filme. Até este episódio as histórias contadas baseiam em trajetórias reais brasileira.

O quarto e último episódio é uma ficção, ano de 2090, no Rio de Janeiro quando haverá guerra por água. Abeguar agora é um jornalista renomado e bem sucedido, conhecido

como João Candido. Coincidência ou não, João Candido foi um herói brasileiro que lutou por melhorias nas condições dos Oficiais da Marinha Brasileira no início do século XX, na revolta da Chibata, que tinha como uma das principais reivindicações o fim dos castigos corporais que sofriam estes marinheiros. Este é o único episódio que não mostra o reencontro do herói com Janaína, agora uma cantora de boate, que passar horas com JC que paga por sua companhia. Sem que ele saiba a amada é um dos líderes do “Comando Água para todos”, este bem essencial a vida humana é controlada pela empresa AQUABRÁS, dona do Aquífero Guarani, uma das maiores áreas de água do Planeta e cobra caro por cada litro. AQUABRÁS vende caro a água para as de plantação de Etanol, que exportado para o mundo. A população pobre tem que tomar água infectada que vem do mar. O Rio de Janeiro retratado no filme é uma das cidades mais seguras do mundo, controlada por Milícias Particulares que mantém a segurança. O Comando Água para todos captura o presidente da empresa, e quando as Milícias Particulares são resgatá-lo caem numa armadilha do Comando e matam-no. Neste momento surge JC que soube da participação de Janaína e vai ajudá-la. No momento final ela consegue novamente voar em forma humana, como não havia desistido da luta, e salva a vida da amada. Enquanto voam pela cidade o Herói afirma que: “O passado é o que está acontecendo agora. A cada dia que passa uma nova página é escrita, com histórias cheias de amor e fúria.” (65 minutos de filme). A película termina com o Herói Tupinambá dizendo uma das frases iniciais: “Viver sem conhecer o passado é viver no escuro.” Uma História de Amor e Fúria é uma ótima dica para conhecer um pouco sobre as lutas do povo brasileiro por justiça e igualdade sociais, afinal os brasileiros sabem pouco de sua própria história.

Este longa em questão pode ser trabalhado inteiro ou partes, dependendo do tempo, necessidade ou proposta do professor e o Conteúdo Básico Comum (CBC), no caso de Minas Gerais. Seguem algumas sugestões de proposta com o a película “Uma História de Amor e Fúria”, levando em consideração o currículo de cada ano/série.

6º ano/5ª série: Temática do CBC: Povos Indígenas - **Proposta:** Trabalhar episódios 1 e 4 da película. Analisar o imaginário da mitologia indígena e as lutas com os europeus pela sobrevivência durante o processo inicial de colonização. Fazer comparações com os mitos da cultura dos alunos, sugerir que façam re-conto da película montando um pequeno texto comparativo com seus valores culturais e dos indígenas.

8º ano/7ª série: Temática do CBC: Colonização - **Proposta:** Trabalhar episódios 1 e 2 da película. Analisar o imaginário da mitologia indígena e as lutas com os europeus pela

sobrevivência durante o processo inicial de colonização. Analisar as lutas no período de colonização e as lutas do povo brasileiro atualmente. Sugiro debate e relato posterior escrito.

9º ano/8ª série: Temática do CBC: O Regime Militar (anos de 1964 a 1985) e a Redemocratização Política Brasileira (anos 1980) **Proposta:** Debate comparativo da película com os acontecimentos históricos estudados em sala, de forma a levar os alunos perceberem que os livros não trataram dos temas no mesmo olhar do filme. Nesta série a avaliação poderá ser realizada com a participação em roda de debate ou um texto argumentativo.

9º ano/8ª série: Temas atuais sempre são destaques nas aulas principalmente de História quando o assunto é política. Desta forma as Manifestações ocorridas no Brasil no ano de 2013 não ficam de fora. Analisar com os alunos do 9º ano as variadas manifestações do povo brasileiro em diversos períodos históricos por igualdade social. A proposta é que os alunos pesquisem os movimentos e períodos diferentes da história brasileira e movimentos atuais no país e em sua região. Analisar dos pontos comuns destes movimentos e montar cartazes separando os pontos já conquistados e os ainda não alcançados. Pontuem os motivos e as ações individuais que eles podem fazer para conquistá-las. Desta forma levando os alunos a perceberem sua função de cidadania e histórica. Atividade deverá ser avaliada como um todo.

Análise a ser realizada em todas as turmas que o filme foi utilizado como instrumento pedagógico. a) Debate sobre as narrativas feitas pelo personagem em vários momentos da película: “Viver sem conhecer o passado é viver no escuro!” Demonstrando a importância do estudo da História para formação de nossa consciência de cidadania. b) Abordagem técnicas da película, o tempo que foi construído e por quem, quais os objetivos claros e ocultos expressos em seu enredo. Em quais pontos o filme condiz com a história que conhecemos e quais foram recriadas a partir do olhar do produtor. É essencial debate de forma analisar a compreensão que cada aluno teve do filme. Uma ficha técnica da película ajudará na compreensão dos alunos para esta análise. Outras propostas de sugestões pedagógicas de trabalho com esta película podem ser encontradas no site do filme¹.

Existem bons livros para orientar o professor iniciante na utilização desta proposta pedagógica, como: A escola vai ao Cinema de Teixeira e Lopez - uma coletânea de sugestões de filmes e artigos referentes ao uso de cinema -, e Cinema e Educação de Duarte - aborda a

¹ Disponível em http://www.umahistoriadeamorefuria.com.br/livro_projeto_pedagogico2.pdf.

importância do cinema como conhecimento -, ambos pode ajudar na compreensão da história do cinema no Brasil.

Algumas revistas destinadas a professores estão disponíveis em sites com material de apoio aos docentes, exemplo as Revistas do Grupo Abril, circulam nas Escolas Públicas Mineiras e estão disponíveis em sites para pesquisa como: Nova Escola e Gestão Escolar contendo planos de aulas detalhados e dentro dos padrões determinados pelo CBC. Sites como da TV Escola e muitos outros ajudam aos professores que desejam iniciar neste vasto mundo de possibilidades de levar o Cinema a Escola.²

Antes de utilizar uma película aprenda a gostar e entender esta arte audiovisual contemporânea, desta forma ficará tudo mais fácil. Mas é necessário aprender o gosto do “Bom Cinema”, aquele que não possui apenas função ligada ao sistema mercadológico e sim a arte e a emoção. O cinema é uma arte que abrange diversas outras como música, literatura, dramatização e fascina o ser humano. Não importa onde você vai assisti-lo, nas salas de cinema, em casa nas TV de última geração, em sua sala de aula na companhia dos seus alunos sedentos por saberes variados. O que importa é saber apreciar e emocionar-se ao ver um bom filme. Compreender um filme é estudá-lo em suas mínimas partes, é assistir, assistir novamente é embobedar-se dele. Desta forma aproveitara toda sua gama de possibilidades.

O professor que busca maiores esclarecimento sobre a cultura indígena, uma sugestão é o livro “O povo Brasileiro – a formação e o sentido do Brasil” do antropólogo Darcy Ribeiro, publicado pela editora Companhia das Letras, no ano em 1995, em sua segunda edição. Podendo ser encontrado em outras editoras e em sites de download ou de leituras on line.

Conclusão

A película “Uma história de Amor e Fúria”, possibilita diversas abordagens pedagógicas, podendo ser trabalhado de maneira interdisciplinar: formação de identidade do brasileiro e as lutas populares. O professor deve estar consciente da massificação em torno dos meios de comunicação audiovisual do qual o cinema faz parte e não perder o foco principal da abordagem pedagógica que é a informação e conscientização na construção do conhecimento do discente.

² <http://revistaescola.abril.com.br/>; <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/>; <http://tvescola.mec.gov.br/>

Referencia Bibliográfica

BOLOGNESI. *Biografia*: Disponível em: <<http://www.buritifilmes.com.br/>> Acessado em: 30 de julho de 2013 as 10 horas.

_____. Disponível em: <<http://www.historiadocinemabrasileiro.com.br/>> Acesso em 30 de julho de 2013 as 20 horas.

_____. Disponível em: <<http://www.papodecinema.com.br/artistas/luiz-bolognesi>> Acesso em 30 de julho de 2013 as 20 horas e 30 minutos.

COELHO, Teixeira. *O que é indústria cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 35ª edição, 1993.

DUARTE, Rosália. *Cinema e Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.

HISTÓRIA DO FILME. Disponível em:<<http://www.umahistoriadeamorefuria.com.br/>> Acessado em: 29 de julho de 2013 as 9 horas.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Traduzido por Antonio D'Elia. São Paulo: Círculo do Livro S.A.

PELÍCULA: Uma História de Amor e Fúria: Disponível em:< <http://megafilmeshd.net/uma-historia-de-amor-e-furia/> >. Acessado em: 27 de julho de 2013 as 10 horas.

PROPOSTAS PEDAGÓGICAS: Uma história de amor e fúria. Disponível em: <http://www.umahistoriadeamorefuria.com.br/livro_projeto_pedagogico2.pdf>. Acessado em: 29 de julho de 2013 as 11 horas.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 1995. Segunda edição. Disponível em:< http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro_-_a_forma%C3%A7%C3%A3o_e_o_sentido_do_Brasil.pdf > Acessado em: 02 de agosto de 2013 as 14 horas

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; LOPEZ, José de Souza Miguel. (Org.). *A Escola Vai ao Cinema*. – 2ªed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Asylo de meninos desvalidos: “Ensaio para iguais institutos, que por nosso vasto império cumpre erigir (1875-1889)”

Eduardo Nunes Alvares Pavão
Doutorando em História Política
UERJ
enap2010@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo identificar a emergência de práticas para a assistência da infância desamparada, na cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, tendo o Asylo de Meninos Desvalidos (1875-1894), como efetivação desta política. Nos oitocentos ocorreu o incremento de políticas públicas, tendo como centralidade: como educar, proteger e cuidar da infância desassistida.

PALAVRAS-CHAVES: Infância desvalida, discurso, educação e trabalho.

ABSTRACT: This paper aims to identify the emergence of practices for the care of destitute children in the city of Rio de Janeiro, the second half of the nineteenth century, and the Asylum for destitute boys (1875-1894), how effective this policy. In the nineteenth century was the growth of policies, whose centrality: how to educate, protect and care for the children unattended.

KEYWORDS: Childhood helpless, speech, education, work.

Compreensão das falas e gestos de diferentes sujeitos.

O interesse em trabalhar com a infância “desvalida” esteve presente em minha vida acadêmica desde finais dos anos de 1990 quando comecei a pesquisar o cotidiano de crianças e adolescentes de “rua” atendidos pela Associação Beneficente São Martinho, que se situava na Lapa, na cidade do Rio de Janeiro. Graças aos meus estudos das representações sobre crianças e adolescentes “desvalidas” realizei a monografia para o curso de especialização em Sociologia Urbana – *Vai um amendoim aí tio?* No entanto, logo percebi que se tratava de apenas o início de um longo trajeto.

Naquela ocasião, fortemente marcado pelo interesse em possibilitar a emergência das falas e gestos daqueles sujeitos e atores sociais, procurei identificar a relação dos mesmos com o espaço urbano (a rua), a família, o trabalho e a escola, evidenciando não apenas as formas e condições em que viviam, mas, sobretudo, suas representações e formas de significação do mundo. O resultado da pesquisa foi minha Dissertação de Mestrado, defendida no ano de 1999 no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) intitulada - *Um estudo de caso: As representações das crianças e dos adolescentes pobres de rua atendidos pela linha emergencial da associação beneficente São Martinho da rua, da família, da escola e do trabalho.*

Ao terminar o curso de mestrado, o interesse em continuar pesquisando a *História de crianças e adolescentes de rua na cidade do Rio de Janeiro* ainda era grande, mas em decorrência de questões profissionais decidi seguir novos rumos e protelar o desejo. Passada quase uma década, desde a defesa do mestrado, eis que o interesse, ainda latente, ressurgiu, quando tive acesso ao acervo do Arquivo do Asylo de meninos desvalidos (AMD)³, inaugurado no ano de 1875, na cidade do Rio de Janeiro. Rico pela sua quantidade e diversidade de documentos, o acervo, doado em 1990, pelo Colégio Estadual João Alfredo, à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é capaz de dar forte testemunho não só da História da Educação no Brasil, mas também da História da Assistência à infância desvalida e suas nuances sociais, políticas e econômicas.

Diante daquele acervo imenso surgiram, então, algumas problemáticas: Por que a criação de um Asilo para Meninos “desvalidos” na cidade do Rio de Janeiro em finais do século XIX? Quem eram esses meninos? Como eram esses meninos? E de onde vinham as crianças admitidas naquela instituição? Quais eram os critérios usados para a classificação de uma criança como desvalida? Depois de admitidas na instituição como era o cotidiano dessas crianças? E mais, aquela instituição seguia apenas o seu objetivo explícito de educar as crianças pobres e inseri-las no mercado de trabalho ou atendia a outros interesses como, por exemplo, o projeto de higienização dos espaços públicos e controle social na cidade do Rio de Janeiro no último quartel do século XIX?

Foi diante de tais perguntas que surgiu o meu interesse em investigar as condições históricas que possibilitaram o surgimento de uma instituição como o AMD e suas políticas de ação cotidianas, marcadas por constantes relações de poderes e contrapoderes, disciplina e controle intensos. Além disso, me interessa, especialmente, compreender como estes poderes que incidem sobre os corpos dessas crianças agem não apenas sobre estes corpos, mas também sobre seus modos de subjetivação transformando, em grande medida, “corpos desvalidos” em “corpos úteis”. E úteis não apenas no sentido marxista de corpos potentes para o trabalho, mas dispostos a contribuir para o novo conceito de nação e cidadania a ser forjado pela elite brasileira no último quartel do século XIX, sobretudo a partir de 1889 quando os

³ Daqui em diante será utilizada a sigla AMD para se referir ao Asylo de Meninos Desvalidos.

ideais republicanos entram efetivamente em cena. Afinal de contas, foi justamente no período em que o Brasil vivia um afrouxamento da ordem escravocrata e a reestruturação de novas formas de trabalho e inserção dos homens livres no meio social e, conseqüentemente, a necessidade da construção de um novo conceito de nação por parte da elite, principalmente intelectual, que surgiu esta instituição. Haveria alguma relação direta?

Assistência aos desvalidos no Império

No Império passa a vigorar, através de leis e decretos, o recolhimento. Esta preocupação aparece atrelada à primeira lei penal do Império, o Código Criminal de 1830. Essa lei estabelece a “responsabilidade penal para menores a partir dos 14 anos” (RIZZINI, 1995, p.104). O recolhimento dos menores passa a visar sua correção em instituições denominadas Casas de Correção, que mantinham alas separadas. Uma de cunho correccional, para menores delinquentes, mendigos e vadios; e outra destinada à divisão criminal.

Neste período, o recolhimento de crianças e órfãos, amparados na legislação da época, tem ainda sua tônica fundada na ideologia cristã. As medidas praticadas pela Igreja Católica eram de caráter “religioso e caritativo” (RIZZINI, 1995, p.105).

Na segunda metade do século XIX é que começa a aparecer mais claramente na legislação da época, outra característica das medidas de amparo à infância pobre no Império: a formação educacional das crianças. A atitude do Império em relação à infância está dentro do discurso da construção dos projetos políticos que visam a definir o futuro da ex-colônia. Essas perspectivas foram formuladas nos Anais da Assembleia Constituinte, de 1823, no Rio de Janeiro.

Neste período, o tema infância ganha importância nas pesquisas acadêmicas. Foram registradas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de 1836 a 1870, 81 teses acadêmicas tendo como tema a criança. Sendo que 34 dessas se referiam à infância pobre; à exposição de órfãos na Santa Casa de Misericórdia; à prostituição infantil, à baixa frequência escolar, à higiene dos escravos, às altas taxas de mortalidade infantil - seja por doenças da puerícia, seja por abandono dos recém-nascidos.

Por outro lado, a infância, sobretudo a infância pobre, passou a ser também um assunto de polícia. Em 1836, Euzébio Coutinho Mattoso de Queirós - Chefe de Polícia da Corte intencionava mobilizar a polícia para “caçar” crianças “pobres”, “vadias” e “vagabundas” e encaminhá-las aos Arsenais de Marinha e Guerra e às Casas de Correção. Com a consolidação do Estado Imperial, a preocupação com as crianças e sua educação

passou a envolver diferentes setores da sociedade. Em 24 de janeiro de 1874, pelo Decreto nº 5.532, são criadas dez escolas públicas de instrução primária na Corte. O ensino primário e secundário foi regulamentado pelos Decretos Nº 630, de 17 de setembro de 1851, e Nº1331-A, de 17-2-1854. As crianças pobres são contempladas por esses decretos. O artigo 57, de 1854, determina a admissão de “alunos pobres” em escolas da rede particular, mediante pagamento por parte do Governo, assim como a medidas quando estiverem pelas ruas em estado de “pobreza” ou “indigência”.

A partir de 1850, são regulamentadas as leis acerca de escravos e seus filhos. A chamada “Lei do Ventre Livre ou dos ingênuos”, Lei de nº2.040 de 28 de setembro de 1871, declarava livres os filhos de mulheres escravas nascidos após esta data. Estipulava obrigações para os senhores de escravos e para o governo, proibia a separação dos filhos menores de 12 anos do pai ou da mãe. Segundo Abreu & Martinez, a lei de 1871, tem como preocupação o futuro dos descendentes de escravos, tônica dos debates públicos da época (ABREU & MARTINEZ, 1997, p.25).

A Lei 2040 obrigava os senhores a criarem os filhos das escravas até à idade de oito anos, após este período poderiam receber uma indenização do Estado ou os usarem como trabalhadores até à idade de 21 anos. Num quadro econômico agroexportador, escravista e monocultor, a postura dos senhores de escravos tinha muitos defensores. Após 1871, descendentes de escravos libertos, menores em geral (imigrantes e mestiços) se tornaram objeto da elite pensante no Brasil. A partir desse período, os discursos dos homens públicos, dos reformadores e dos filantropos propunham a “fundação de escolas públicas, asilos creches, escolas industriais e agrícolas de cunho profissionalizante, além de uma legislação para menores”. Buscava-se inserir nas práticas jurídico-policiais o encaminhamento para Casas de Educação, Educandários e Reformatórios “para os chamados menores abandonados e delinquentes” (ABREU & MARTINEZ, 1997, p.25).

No Império começa-se a traçar também metas para a formação da futura nacionalidade, baseadas em padrões europeus, numa ordem dita científica. Corrigindo tudo aquilo ou todo aquele que divergisse da ordem estabelecida e considerada condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma nação moderna e civilizada. Gradativamente na segunda metade do século XIX são debatidos modelos de modernidade e civilidade na imprensa, na tribuna política e na Academia de Medicina.

Em que consistia o Asylo de Meninos Desvalidos?

O AMD, para cuja criação estava o poder executivo autorizado por decreto, desde fevereiro de 1854, só foi finalmente criado vinte anos depois pelo decreto nº 5532 de 24 de janeiro de 1874, sendo inaugurado no dia 14 de maio de 1875, com 13 meninos, pelo então Ministro do Império João Alfredo Corrêa d'Oliveira, que o regulamentou por decreto nº 5849 de nove de janeiro de 1875. O Asilo tinha como objetivo fundamental a assistência à infância desvalida, sobretudo, meninos órfãos de pai e/ou mãe que não tinha quem os sustentasse e garantisse a continuidade de seus estudos.

Localizado em Vila Isabel, Rio de Janeiro, essa instituição sofreu várias mudanças em sua denominação ao longo de sua história – Asylo dos Meninos Desvalidos (1875-1894), Instituto Profissional (1894-1898), Instituto Profissional Masculino (1898-1910), Instituto Profissional João Alfredo (1910-1933), Escola Secundária Técnica João Alfredo (1933-1934) e Escola Técnica Secundária João Alfredo (1934-1956), atualmente, Colégio Estadual João Alfredo. Essas nomações diferenciadas no decorrer dos anos corresponderam às mudanças estruturais pelas quais passou esse estabelecimento.

A procura pela instituição era feita, em geral, por pessoas extremamente pobres que não tinham meios para manter-se e aos filhos. Geralmente, recolhia meninos pobres, “de rua”, “indigentes” e “órfãos”, crianças, entre seis e doze anos de idade, que perambulavam pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, sem terem para onde ir, cometendo, às vezes, furtos e outros crimes. Uma vez no Asylo, tendo terminado a educação de primeiro grau e instrução em algum ofício, eram obrigados a trabalhar três anos nas oficinas da escola.

Depois desse período, os “órfãos” ficavam à disposição do Estado, na figura de um “juiz de Órfãos”, enquanto os outros eram encaminhados às suas famílias. Ambos, entretanto, tinham como certa a sua inserção no processo de trabalho, em empresas públicas ou privadas (LOPES, 1994, p.88).

A instituição era mantida com subvenção do Estado e, em grande medida, através de doações feitas por benfeitores, dentre eles empresários e industrialistas, interessados com a formação de jovens trabalhadores para suas fábricas. Estava inserida, portanto, em uma lógica de funcionamento social que correspondiam não apenas aos interesses do Estado, mas também de grupos privados:

Daí, postulamos a ideia de um projeto educacional vinculado a um projeto social mais amplo e a uma estratégia geral de poder. Aqui, a compreensão da instituição enquanto um aparelho privado de hegemonia está calcada, dado constituir-se um dos meios de atingir os

objetivos da burguesia industrialista de várias formas: uma, formando força de trabalho qualificada e ‘adestrada’ do ponto de vista técnico e moral. Outra, constituindo-se alternativa efetiva de poder, já que consegue carrear par si a participação do Governo Imperial (LOPES, 1994, p.88).

Depreendendo-se que a construção do AMD decorre de projetos sociais muito mais amplos, que conformam a relação entre poderes públicos e privados em fins do século XIX. No entanto, analisar as políticas de funcionamento de uma instituição com estas características, por um viés predominante econômico, pensar o projeto pedagógico levado a cabo pelo controle e a disciplina, apenas interessado em formar mão de obra técnica e qualificada para o trabalho nesta sociedade que se desponta como industrial, é muito pouco e até mesmo pobre. Partilho, seguindo outro viés, das ideias de Michel Foucault que pensa a importância em trabalhar este modelo de instituição não do ponto de vista interno, de “dentro” para “fora”, mas partindo de “fora” para “dentro”, buscando compreender como esta “máquina” (instituição) funciona como a materialização de políticas sociais mais complexas que transcendem seus muros. Políticas estas que se concretizam e se materializam por via das estratégias de poder. Em outras palavras, não fazer uma História do AMD, mas compreender como as suas políticas de funcionamento interno conformam com as políticas sociais mais abrangentes em determinado contexto histórico. E mais, como estas políticas, tornadas possíveis através dos dispositivos de poder, atravessam corpos individuais e os transforma.

Então, se traçou como objetivos: 1) Identificar o perfil da clientela atendida pelo AMD neste período e suas formas de admissão; 2) Pesquisar a relação entre a Medicina e as políticas de educação, principalmente no que diz respeito à higiene física e mental das crianças, políticas públicas de saúde e profilaxia das doenças; 3) Entender o processo de “atravessamento” da instituição educação, AMD, por outras instituições como a saúde, a religião, a política, a economia, a prisão, o quartel, o hospital, etc.; 4) Identificar as estratégias de poder utilizadas e suas formas de funcionamento no cotidiano, considerando também a possibilidade da existência de contra poderes por parte dos asilados, manifestos através de resistências, indisciplinas e formas mais sutis, como processos de somatização, etc.; 5) Verificar as condições de moradias, vestimentas, alimentação das crianças asiladas.

O pensamento higienista, fundamentado nos valores da ciência, tinha como objetivo, em sua ação, a prevenção da desordem. As instituições de amparo social criadas para servir aos “desprovidos”, aos desvalidos, tinham como objetivo, neste sentido, prevenir a delinquência, proteger a infância e fazer de sua saúde física e de sua adaptação moral a mais

grave preocupação da sociedade (RIZZINI, 1997, 200 p.). Sendo esta afirmação balizada pelo Decreto Nº 5849 de nove de Janeiro de 1875, que estabelecia que o Asilo era um internato destinado a recolher e educar meninos de 6 a 12 anos de idade.

O artigo 2º salientava como primeira ação a se dar: a vacinação dos meninos recolhidos, no caso da falta desta. No entanto os que porventura viessem a sofrer algum tipo de doença, exteriormente ao Asilo teriam tratamento. Continua este mesmo artigo enfatizando que “Não serão admitidos os que sofrerem de moléstias contagiosas ou incuráveis, nem os que tiverem defeitos físicos que os impossibilitem para os estudos e para a aprendizagem de arte ou ofícios” (Decreto Nº. 5849 de 9 de Janeiro de 1875).

Segundo o Regulamento do Asylo o ensino compreendia instrução primária do 1º e 2º, álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes; Escultura e desenho; Música vocal e instrumental; Artes tipográfica e litográfica; Ofícios mecânicos de encanador, alfaiate, carpinteiro, marceneiro, torneiro, entalhador, funileiro, ferreiro, serralheiro, surrador, correio e sapateiro. A inspeção da instituição estava a cargo de um Comissário do Governo Imperial e a este competia desde inspecionar o Asilo, até controlar a admissão de asilados ou o seu desligamento, servindo de elo entre a instituição asilar e o Ministro do Império. O Asilo de Meninos Desvalidos tinha como empregados o diretor, 3 professores (um professor de instrução primária, um professor de álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes, e um professor de escultura e desenho), 1 escrivão, 1 almoxarife, 1 médico e 1 capelão e mestres e artes e ofícios. Além desse conjunto de empregados pressupunha a contratação de repetidores, inspetores de alunos, criados e serventes. Alguns empregados do asilo tinham as suas funções regulamentadas pelo decreto. O médico tinha como incumbência visitas de rotina ao asilo com orientações de higiene e relatórios sanitários ao diretor do movimento na enfermaria, dos atendimentos prestados e relação de itens necessários para o pleno exercício de sua atividade. Já ao capelão cabia dizer missa e explicar o Evangelho assim como os demais ofícios do seu ministério. No entanto, as normas de funcionamento e ordenamento da instituição sofreram modificações ao longo das administrações de Rufino Augusto d’Almeida, João Joaquim Pizarro e Daniel Oliveira Barros d’Almeida.

Considerações Finais

O tema de criança desvalida de condições de subsistência já foi objeto de inúmeras abordagens. Neste texto procuramos discorrer algumas considerações sobre o Asylo de Meninos Desvalidos como uma instituição experimental.

Primeiramente, a assistência aos desvalidos teve um cunho religioso, sendo praticada pelos jesuítas que, além de um interesse dito humanitário, procuravam atrair seguidores para o catolicismo. A assistência, neste sentido, tinha uma característica caritativa atrelada aos interesses religiosos.

Posteriormente apareceram políticas governamentais para a assistência da infância desvalida. Sobretudo a partir dos anos 1850, quando os escravos começaram a figurar na ordem dos homens livres e o governo se voltou para as crianças circulavam pelo centro urbano. Neste contexto, a assistência assume um caráter de ordenamento e controle social, a fim de se “evitar a violência e criminalidade”.

A atuação dos médicos no Asylo se deu através dos exames de admissão, ou desligamento, na vacinação dos internos, na execução de tratamentos e doações de dinheiro, livros, roupas e prêmios aos asilados. A intervenção do discurso médico ocorreu desde a instalação do Asylo e se fortaleceu nas diferentes diretorias.

Referências Bibliográficas

ABREU & MARTINEZ. *Olhares sobre a criança no Brasil – séc. XIX e XX*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Amais, 1997, p. 25.

Decreto Nº 5849 de 9 de Janeiro de 1875. Acesso: 15 de Junho de 2014.

LOPES, Luiz Carlos Barreto. *Projeto educacional Asylo de Meninos Desvalidos: Rio de Janeiro (1875-1894) – Uma contribuição à História social da educação no Brasil*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: março de 1994, p. 88.

RIZZINI, Irene. *Deserdados da sociedade: Os “meninos de rua” da América Latina*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 1995, p. 104-105.

_____. (Org.) *Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Petrobrás – Br: Ministério da Cultura: USU ed. Universitária: Amais, 1997, 200p.

O uso de diferentes linguagens no ensino de história: panorama de perspectivas no Brasil, possibilidades e desafios contemporâneos

Elisgardênia de Oliveira Chaves*

Doutoranda

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: elis_gardenia@yahoo.com.br

RESUMO: A partir das relações entre a produção do conhecimento histórico e o conhecimento histórico escolar, esse texto objetiva refletir sobre a relação entre linguagens e documentos na produção dos saberes históricos e como objeto no ensino de História.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagens; Documentos; Ensino de História.

ABSTRACT: From the relationship between the production of historical knowledge and school historical knowledge, this paper aims to reflect on the relationship between languages and documents in the production of historical knowledge and as an object in the teaching of history.

KEYWORDS: Languages; Documents; History teaching.

O presente texto visa a discutir possibilidades de usos e desafios de diferentes linguagens no ensino de História. Para contribuição nas reflexões do Simpósio Temático *História da educação e das práticas educativas no Brasil: diálogos interdisciplinares na construção do ensino de história*, que dentre outros objetivos almeja refletir sobre diferentes práticas de ensino/aprendizagens; relação entre a educação e a sociedade, numa perspectiva histórica; fenômenos educativos, mencionados em diferentes momentos da História do Brasil; práticas educativas, apropriadas e representadas pelos sujeitos históricos e pela historiografia, não elegi nenhuma linguagem específica.

Com efeito, no que segue, obedecerei à seguinte estratégia de exposição: conjuntura sociopolítica e historiográfica, em que o uso de diferentes linguagens ganhou amplitude no ensino de História; a relação entre linguagens e documentos na produção dos saberes históricos; o potencial crítico-analítico e as orientações teórico-metodológicas que fundamentam o trabalho do professor na produção de saberes históricos com os usos da linguagens/documentos no ensino; e, por fim, o lugar das linguagens, como objeto nas produções acadêmicas contemporâneas sobre o ensino de História no Brasil.

* Bolsista CAPES.

O ensino de História como componente de pesquisa no Brasil tem se intensificado bastante, sobretudo, a partir da década de 1990. Fruto do acréscimo de implantação de linhas de pesquisa em cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Universidades do país, em grande medida, as produções, além de dissertações e teses, livros e periódicos, disseminam-se em diferentes meios, promovendo reflexões e debates. Nesse sentido, os eventos próprios da área como o Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História (ENPEH) e o Encontro Nacional de Perspectivas do Ensino de História (PEH), além de grupos de trabalhos em simpósios, encontros, jornadas em âmbitos locais, nacional e internacional, cumprem importante papel.

As temáticas que cercam o ensino de História também têm se diversificado. Além dos estudos de caso com ênfase na prática de ensino, de experiências de alunos e professores em sala de aula - foco primordial das pesquisas realizadas anteriormente -, de livros didáticos, da formação de professores, das propostas curriculares, da Educação Patrimonial, do Estágio Supervisionado, da didática da História, da obrigatoriedade da questão afro-brasileira e indígena e das diferentes linguagens e documentos no ensino de História, elencam o rol de interesses e constituem elemento essencial para a investigação científica no âmbito das produções em História e em Educação.

Até esse período, a realidade era bem diferente. Segundo Costa e Oliveira (2007, p. 147), “historicamente, as universidades no Brasil pouco se voltaram para a questão do ensino. Na pesquisa histórica e sobre ensino de História, não foi diferente. O ensino de História foi visto, até a década de 1960, como área de formação, não como objeto de pesquisa”. Desse modo nas palavras das autoras: “na visão dicotômica da total separação entre ensino e pesquisa, o primeiro foi associado, estritamente, às ditas questões pedagógicas” (p. 147). Essas, por sua vez, “restringidas aos Cursos de Licenciatura e, nestes, às disciplinas assim denominadas „pedagógicas“, nas quais, segundo essa visão, deveriam ser debatidas e resolvidas às questões relativas ao ensino” (p. 147). Pode-se juntar “a isso a dicotomia transferida para os cursos de pós-graduação no Brasil - organizados em nosso país a partir da década de 70 do século passado - quando, mais uma vez, as questões do ensino se restringiram aos Programas de Pós-Graduação em Educação” (p. 147), isto é, “aos profissionais de cada área abriu-se a possibilidade de pesquisas em temas variados, porém a discussão sobre o que e como ensinar o produto desse conhecimento foi tratada como uma questão menor, desvalorizada, menos nobre, nos Cursos de História” (p. 147).

No Brasil, as décadas de 1980 e 1990 propiciaram uma conjuntura favorável às

transformações:

Não se pode deixar de salientar o fato de que a construção da democracia no Brasil a partir dos anos 1980 impôs a necessidade de uma revisão historiográfica capaz de valorizar a diversidade da sociedade nacional. A democracia estabelece o Estado não mais como a única medida da sociedade. Certamente os movimentos de base local e em torno de causas particulares conjugados com a organização de eleições em nível regional, estadual e nacional promove uma discussão que coloca a questão da participação da sociedade em diferentes perspectivas. Isso desafia a compreensão da História e destaca a importância e a necessidade de uma historiografia tão diversificada quanto à sociedade, capaz de reconhecer e analisar os vários espaços e atores sociais (KNAUSS, 2011, p. 19).

No bojo de transformações de cunho político de redemocratização e políticas públicas educacionais, a produção historiográfica brasileira passou por reformulações conceituais e epistemológicas significativas, resultantes em parte das novas tendências da Nova História Francesa e da História Social Inglesa, que elegeram como objeto de estudo temas relativos ao cotidiano, à vida privada, às mentalidades coletivas, ao imaginário e às representações sociais de segmentos até então desprezados pela dita “História oficial”.

Nesse sentido, pesquisadores da área do ensino no Brasil, como Marcos Silva, Conceição Cabrine, Helenice Ciampi e Déa Fenelon e Elza Nadai, buscaram em autores como Le Goff, Suzane Citron, Tompson, Walter Benjamin e Foucault referenciais teóricos e temáticos para orientar suas produções (ZAMBONI, 2000-2001). Em linhas gerais, os aportes teórico-metodológicos da História Nova, com abertura para novas temáticas (cotidiano, homem comum, História local, lugares de memória, História da América), compreensões de tempo e método, têm ampliado o campo de pesquisa/ensino em História (BRASIL, 1996). Importante frisar que a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, foi sedimentada e marcada por essas concepções.

Nesse intercurso, de acordo com Fernandes (2005, p. 121), “essa renovação teórico-metodológica se fez sentir, também, no âmbito da História da Educação com a introdução de novos temas e objetos de pesquisa.” Se a “História da Educação, antes restrita à análise das idéias pedagógicas dos educadores e à política institucional do Estado”, passou a recorrer

“ao uso de novas fontes (diários escolares, correspondências, fotografias, manuais didáticos, literatura, diários íntimos, autobiografias, relatos de viajantes, jornais e revistas) e metodologias de pesquisa (uso da história oral e de vida na recuperação da memória de professores e suas práticas pedagógicas em sala de aula). (FERNANDES, 2005, p. 121)

O uso das diferentes linguagens no ensino, assim, se insere nesse rol de novas fontes e metodologias de pesquisa/ensino na História. A título de conceituação, de acordo com

Oliveira (2012, p. 269), as diferentes linguagens são consideradas “os muitos produtos culturais, criados por nossa sociedade, e que fazem parte, portanto, do nosso cotidiano” (p. 269) Daí, quando falamos de “novas linguagens, estamos considerando imagens, músicas, literatura, programas de televisão, filmes; desenhos animados/animações, programas de rádio, elementos da cultura material, patrimônio cultural (material e imaterial)” (p. 269), como também “*internet* (sites, redes de relacionamento, etc.), jogos eletrônicos, etc.” (p. 269). Essas novas linguagens, desde os anos de 1980 têm sido apontadas como elementos para de renovação do ensino de História em contraposição ao ensino tradicional. Essa renovação propõe “substituir ou confrontar a “única” linguagem “oficial” do livro didático” com o uso desses diferentes materiais. Renovações assim incluiriam, necessariamente, “mudanças nas posturas dos docentes, especialmente na escolha dos materiais que seriam levados para a sala de aula” (p. 269). A grande questão que se apresenta é se as propostas, as pesquisas, os debates que vêm disseminando-se e firmando-se, sobretudo a partir desse momento, têm promovido renovação no Ensino de História.

De modo geral, filmes, pinturas, artigos de jornal ou revista, cartas romances, fotografias e canções atendem bem a busca de professores por recursos pedagógicos que se aproximam do cotidiano dos alunos: confeccionados e consumidos em larga escala por todo o Brasil e em diferentes grupos socioculturais, são amplamente acessíveis e presente no dia a dia dos estudantes.

Para Hermeto (2012), por essas linguagens possibilitarem construir capacidades de leitura de mundo dos estudantes – sujeitos, cidadãos, trabalhadores -, podem ser tomadas como instrumento didático privilegiado no ensino de História. Disso, não temos dúvidas. Talvez a grande questão resida nos problemas teórico-metodológicos de como tratar essas linguagens/documentos.

Assim como a autora, acreditamos que ensinar História é ensinar teoria e metodologia. Daí, as concepções de Bloch (2001) ao afirmar serem o homem e o tempo os objetos de estudo da ciência histórica, nos cai muito bem, para início de conversa. Esse homem, como sujeito e objeto do conhecimento histórico passeia por diferentes temporalidades: o tempo sobre o qual ele escreve a História (passado) e o em tempo em que a História é escrita (presente). Se ainda para Bloch tudo que vem do homem e serve ao homem é passível de se transformar em material para o conhecimento, esse homem – historiador – através de conceitos e métodos apropria-se do legado humano para a produção/ensino do conhecimento histórico. Essa produção humana, portanto, configura-se em documentos.

Documento, por sua vez, na definição de Le Goff (2003), é monumento. Sua produção está condicionada a vários fatores, informa sobre o modo de vida de quem o produziu e sua inserção social e, voluntária ou involuntariamente, ao impor à sociedade a imagem de si próprio, pereniza, monumentaliza situações, ideias e ações. No entanto, para que a produção humana se transforme em documento para a História, é necessário desmontar, desestruturar essa construção e analisar as condições de produção do documento-monumento. E isso se faz com problematizações ao documento, para que se chegue às temporalidades, aos sujeitos e às relações existentes e, com isso, se transforme em fontes capazes de informar sobre as relações dos homens no tempo.

Importante ressaltar que, para Hermeto (2012), no uso pedagógico, esse documento/fonte, recurso didático não pode pretender apenas ilustrar historicamente os fatos narrados. Do contrário, espera-se que o professor seja capaz de trabalhar com os alunos as especificidades de linguagem e o modo como elas se introduzem no meio social, isto é, interrogar as linguagens a partir de seus aspectos históricos gerais, tentando perceber como ela coteja o problema, o tema que se pretende abordar e as representações que ela suscita.

Assim, o uso de documentos em forma de cinema e audiovisuais, as imagens (pintura, gravura, arquitetura, fotografia, cinema), aqui, são entendidas como produção humana, documento e fonte para a História. Para Hermeto (2012), o documento é portador de uma narrativa histórica, quando informa sobre determinado(s) contexto(s), por meio da construção e da veiculação de representações sociais. A partir de Chartier e Pesavento (quem são?), a autora define *representação* como “algo que dialoga com muitos sentidos.” (HERMETO, 2012, p. 36) Por fim, é no processo de desmonumentalização dessas linguagens/documentos, na relação entre a produção e o consumo entre os agentes responsáveis pela criação postas à disposição do público e o sujeito que delas se apropria, que podemos juntar os pedaços das representações e encontrar possibilidades de sentidos e darmos respostas aos questionamentos que movem a construção da pesquisa/ensino.

Por esse prisma, os usos e significados atribuídos às diferentes linguagens/documentos no ensino de História incluem-se nas possibilidades oferecidas pela Educação Histórica. De acordo com Azambuja e Schmidt (2012, p. 226) “a Educação Histórica tem como ponto de vista privilegiado a *cognição histórica situada*, entendida como a aprendizagem histórica, situada na ciência da História.” Em outras palavras,

a cognição histórica situada circunscreve-se nos fundamentos epistemológicos da Ciência da História e nas situações específicas em que

sujeitos específicos estabelecem relações de ensino e aprendizagem e História. (AZAMBUJA E SCHMIDT, 2012 p. 226).

Seu objeto principal, portanto “é a investigação das relações de ensino e aprendizagem histórica; as relações que alunos e professores estabelecem com o conhecimento histórico e que contribuam para a formação da consciência histórica dos sujeitos envolvidos” (p. 226).

Seria um exercício em que a autora, em outra ocasião, denominou de “transposição didática”, que em linhas gerais consiste na realização em sala de aula da própria atividade do historiador, a articulação entre elementos constitutivos ao fazer histórico e do fazer pedagógico. Assim, o objetivo é fazer com que o conhecimento histórico seja ensinado de tal forma que dê ao aluno condições de participar do processo de fazer, do continuar a História. Que o aluno possa entender que a aproximação do conhecimento é uma atividade em que se retorna ao próprio processo de elaboração do conhecimento (SCHMIDT; GARCIA, 2005). Para Ana Maria Monteiro, os chamados processos de transposição didática situam-se no âmbito dos processos de estudos do saber escolar que reúnem pesquisadores da área de educação que estudam:

(...) a passagem do saber sábio, de referência ou científico, ao saber ensinado, considerando que há uma especificidade em sua constituição que o distingue do saber de referência. Nessa perspectiva, o conhecimento escolar, embora tenha sua origem no conhecimento científico ou em outros saberes ou materiais culturais disponíveis, não é mera simplificação, rarefação ou distorção deste conhecimento. É um conhecimento com lógica própria, que faz parte de um sistema – o sistema didático – que tem relação com o saber de referência que lhe dá origem e cuja constituição – processo e resultado da transposição didática – pode ser objeto de estudo científico através de uma epistemologia própria (MONTEIRO, 2001, p. 124).

O saber escolar se distingue do conhecimento acadêmico por não ser seu objetivo produzir ciência e, sim, cognição, aprendizagens, tendo aquele conhecimento como base. Esses pressupostos, portanto, delineiam as concepções contemporâneas de didática da História uma vez que para Monteiro:

A didática se ocupa de racionalizar, de muito perto o ensino. Ela envolve as operações que se realizam quando se aprende uma disciplina, a serviço dessa aprendizagem, para melhor focalizar e dominar os problemas que se apresentam quando se ensina: em suma, exerce o ofício de ensinar, tanto quanto seja possível com conhecimento de causa (MONTEIRO, 2009, p. 189).

Nesse diálogo, a didática da História, como campo de conhecimento no Brasil, está longe do que se convencionou pensar em didática como arte de ensinar, facilitador de aprendizagem, conjunto de métodos, haja vista ser, a didática da História “disciplina que investiga os processos circulação e ensino-aprendizagem da História no mundo da cultura,

envolvendo os mais diferentes níveis e modalidades da educação, incluindo-se o ensino superior e os espaços não escolares” (CUNHA, 2011, p. 231).

Esses elementos para o uso de diferentes linguagens perpassam uma questão chave: a formação do professor de História. O professor bem preparado na academia não possibilitaria uma boa aula em qualquer grau de atuação? O cientista é aquele que sabe avaliar, discernir, selecionar de acordo com o contexto e conjuntura. Ensinar História passa a ser, então, proporcionar condições para que o aluno possa participar do processo para fazer e construir o próprio conhecimento. Uma formação que ultrapasse uma boa formação inicial, mas que como em qualquer outra profissão seja contínua, cujo aperfeiçoamento se dê através do conhecimento de leituras, de diálogos, de participação em seminários, congressos, exercícios, enfim, de ensino/pesquisa didático-histórica.

Por fim, em termos de perspectivas contemporâneas, podemos nos apoiar nas considerações de Ernesta Zamboni (2000-2001), em suas análises construídas a partir do quadro de dissertações e teses, nas áreas de História e Educação, disponíveis no portal CAPES/CNPQ, como também, de livros, periódicos, artigos e ainda dos anais dos encontros próprios da área: Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História (ENPEH) e Perspectivas do Ensino de História (PEH), bem como dos Simpósios da Associação Nacional de professores Universitários de História (ANPUH). A partir desse arsenal, as referidas pesquisas possibilitam a construção de um panorama sobre o ensino de História como objeto de pesquisa nas últimas décadas. De maneira geral, especificamente sobre o uso das linguagens no ensino de História, a autora concluiu que:

A maioria das pesquisas propõe analisar uma linguagem alternativa, a partir do relato do projeto, (atividades conduzidas em sala de aula, com análise de seus efeitos no ensino de História). Poucos trabalhos apresentam uma discussão teórica precedendo um relato de uma experiência (definição de linguagem, problematização sobre o conceito de história. (ZAMBONI, 2000-2001, p. 111).

À guisa de comparações, diálogos e reflexões, nos debruçamos sobre os trabalhos dos penúltimos eventos voltados para o ensino de História, como os Simpósios Temáticos do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH 50 anos, realizado em julho de 2011, na cidade São Paulo, bem como dos eventos próprios da área, especificamente o IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Ensino de História (ENPEH), realizado em Florianópolis, no ano de 2011, e o VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, acontecido em Campinas, São Paulo, em julho de 2012 (último evento). Temos consciência de que os trabalhos apresentados e discutidos nesses eventos não representam o todo do que se pesquisa

sobre ensino de História no Brasil. No entanto, em grande medida, os anais desses eventos condensam resultados de pesquisas acadêmicas concluídas ou em andamento realizadas em programas de Pós-Graduação em História e, sobretudo, em Educação.

Em linhas gerais, no XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH 50, a temática encontrou espaço de discussão, sobretudo, nos simpósios: de que África estamos falando (I); Ensino de História e Historiografia; Estudos locais e regionais no interior do Brasil; Formação de Professores; História e Quadrinhos; História, educação e ensino de História; e História, memórias e ensino de História. Nos Simpósios temáticos do ENPEH 2011, no tema *diferentes linguagens e fontes no Ensino de História* foram discutidas as novas tecnologias e linguagens no Ensino de História, representando 9% dos trabalhos apresentados no evento. Além desse grupo, o tema encontrou espaço de debates nos simpósios: Diversidade cultural; cultura escolar e saberes; práticas de memória e espaços educativos; história da História ensinada; Currículo e linguagem; Didática e aprendizagem na História; Ensino de História nas Américas; e ensino de História nas séries iniciais. Já no encontro de PEH 2012, a temática foi discutida no Simpósio intitulado *diversidade de linguagens e prática em sala de aula*. No total de 10 grupos, esse simpósio representou 20% em relação aos demais. Não obstante “um lugar próprio”, as discussões sobre a temática encontraram espaços na mesa intitulada Memória e linguagens, e, sobretudo, nos demais simpósios: Educação Histórica; prática de memória e ensino de História; História e Memória; Diversidade étnico-culturais; ensino de história nos anos iniciais; e formação de professor e Currículo.

Em panorama geral sobre os textos publicados nos anais dos eventos, sem pretender homogeneizar, percebe-se que a realidade das pesquisas que se detêm sobre a temática infelizmente não têm se alterado muito em relação à apresentada acima por Zamboni (2000-2001) nos anos 1990. As discussões giram em torno de estudos de casos que se utilizaram de usos de diferentes linguagens como fonte e método no ensino de História. Na parte introdutória do texto, faz-se numa tentativa de associar saberes, experiências e práticas docentes em sala de aula, utilizando-se de uma linguagem para se trabalhar determinados conteúdos.

A incidência dessa temática nas discussões nesses eventos, no entanto, denota preocupações e anseios dos profissionais da área, de todos os níveis, ensino superior e básico, pela troca de diálogos e experiências nas práticas de ensino. Em outras palavras, professores e pesquisadores estão imbuídos na latente busca por soluções de problemas que tocam as possibilidades e desafios dos usos de diferentes linguagens e fontes no ensino de História.

Como desafios, a meu ver, essas produções necessitam de um aprofundamento nas discussões teóricas e metodológicas, na definição dessas linguagens e fontes diversas como documento e problematização sobre o conceito de História, isto é, o que são linguagens, como transformá-las em fontes na História, o que e como ensinar e, ainda, qual o produto desse conhecimento.

Referências

AZAMBUJA, Luciano de; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A canção vai à escola: perspectivas da Educação Histórica. *Entre Ver*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 225-247, jan./jun. 2012.

BLOCH, Marc. *Apologia da História e o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996

COSTA, Aryana Lima; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O ensino de história como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá. *Saeculum - Revista do Ensino de História*, João Pessoa, n. 16, jan./jun. 2007.

CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da. Diálogos com o cavaleiro inexistente: o ensino de história enquanto campo de pesquisa. *História & Ensino*, Londrina, v. 2, n. 17, p. 219-234, jul./dez. 2011.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. O livro didático e a pedagogia do cidadão: o papel do instituto histórico e geográfico brasileiro no ensino de história. *Saeculum - Revista do Ensino de História*, n. 13, João Pessoa, jul./dez. 2005.

HERMETO, Miriam. *Canção popular brasileira e Ensino de História: palavras, sons e tantos sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. (Coleção Práticas Docentes 2).

KNAUSS, Paulo. Macaé: usos do passado e sentidos da História Local. In: AMANTINO, Marcia et al. (Org.). *Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé - séculos XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Professores: entre saberes e práticas. *Educação & Sociedade*, ano XXII, n. 74, abr. 2001.

_____. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de História. In: Rocha, Helenice Aparecida Bastos, Reznik, Luís e Magalhães, Marcelo de Souza (Org.) *A História na Escola: autores, livros e leituras*. Rio de Janeiro: editora FVG, 2009.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. Novas e diferentes linguagens e o ensino de história: construindo significados para a formação de professores. *EntreVer*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 262-277, jan./jun. 2012.

SCHMIDT, M. A. M. S.; GARCIA, T. M. F. B. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 25, n. 67, set./dez. 2005.

ZAMBONI, Ernesta. Panorama das pesquisas no ensino de História. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, n. 6-7, jan./dez. 2000-2001.

O papel da família na educação das gerações seguintes no século XVIII mineiro: primeiras considerações teóricas

Fabício Vinhas Manini Angelo

Mestre em História pela UFMG

Doutorando em Educação pela UFMG

fabriciovinhas@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho objetiva traçar as primeiras considerações teóricas sobre a possibilidade de uma investigação acerca das práticas educativas que as famílias da região aplicavam às gerações seguintes durante a ocupação da Capitania das Minas de Ouro, tendo como espaço privilegiado a Comarca do Rio das Velhas entre cerca de 1710 e cerca de 1770 a partir do referencial teórico bourdieusiano.

PALAVRAS-CHAVES: História da Educação; Família; Século XVIII; Conceitos e Teorias; Pierre Bourdieu.

Introdução

O presente trabalho objetiva ser uma primeira incursão sobre as práticas educativas⁴ que as famílias da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII aplicavam às gerações seguintes durante a ocupação da Capitania de Minas de Ouro. Pensando nestas palavras, este trabalho pretende iniciar uma discussão sobre o papel da família na longevidade educacional das gerações subsequentes, bem como compreender a função da educação para a família e para os educandos e as relações estabelecidas entre as gerações familiares. Para este trabalho utilizar-se-á de alguns testamentos dos período e região em tela como fontes, haja vista o estágio da presente pesquisa.

Este objeto surgiu a partir de pesquisas anteriores que permitiram debater temas como família, vivências afetivas e mestiçagens. De maneira geral, nesta pesquisa, vez por outra, foram encontradas agentes históricos muito interessantes como uma parda forra muito bem educada, muito provavelmente, no Recolhimento de Macaúbas ou um padre mulato que se ordenou porque o pai, português e advogado, faliu para isso, ou mesmo uma série de legados, materiais e simbólicos, deixados aos herdeiros para que estes pudessem, de alguma forma, se educar um pouco mais. A partir destes e outros testamento é possível compreender o sentido da educação para as famílias bem como o papel da família na educação das gerações seguintes.

⁴ Obviamente trabalharei melhor esse conceito nos referenciais teóricos. Cf. FONSECA, 2009, em especial p. 10-15.

A relevância desta pesquisa deve-se ao reduzido número de pesquisas sobre a História da Educação para América portuguesa o que permite ainda a exploração das conexões entre os vários temas correlatos a educação como a história da família e abordagens teóricas como a cunhada por Pierre Bourdieu. Além disso, em geral, as pesquisas para o período ainda enfatizam agentes institucionalizados (o Estado e a Igreja), ainda que já seja notada uma mudança nas mais recentes pesquisa (ABREU, 2001; CUNHA, 2008; GORGULHO, 2011; JULIO, 2008; MENESES, 2007; MORAIS, 2007;), mesmo que muitas dessas não sejam vinculadas à linha de pesquisa em História da Educação. Por fim, a historiografia da Educação que trata do século XVIII mineiro parece não corroborar uma afirmação de longa data da Sociologia da Educação de matriz bourdieusiana, pois indica que a educação do período atingiu um espectro de camadas sociais bem mais amplo (FONSECA, 2008: 541 e 2009: 103-155)⁵. Por isso é de grande importância o desenvolvimento desta pesquisa sobre o papel da família na educação em Minas setecentista.

Referenciais teóricos: uma defesa de Bourdieu

Independentemente destas duas interpretações divergentes sobre o significado da educação para as famílias da região e período, este trabalho buscará suporte para a investigação documental e para o diálogo historiográfico em alguns dos conceitos cunhados por Pierre Bourdieu e que foram aplicados à realidade brasileira por outros autores (NOGUEIRA,; CATANI, 2012. BOURDIEU, 1992. CUNHA, 2007. NOGUEIRA et al.,2000.) Isto se deve aqui, pois compreende-se que não é na simples crítica ao trabalho do sociólogo francês que ocorrerá o avanço da História da Educação para o período e sim a partir do diálogo crítico, buscando compreender as potencialidades e os problemas da utilização deste aporte teórico-metodológico para analisar melhor aquela sociedade. Aqui cabe citar o que Chartier, citado por Catani (2011), fala a respeito de utilizar Pierre Bourdieu:

[...] devemos ler Bourdieu e podemos comentar Bourdieu e explicar a dificuldade de seu estilo de conceitualização. Mas o mais importante é trabalhar com Bourdieu, quer dizer, é utilizá-lo para temas que não pôde abordar, para períodos que não foram historicamente os mais importantes para ele. Trabalhar com seus conceitos, mas ir além, trabalhar com suas perspectivas, com a ideia de um pensamento relacional e a repulsa a projeção universal de categorias historicamente definidas (CHATIER apud CATANI: 2011: 333)

⁵ Claro que Fonseca neste dois textos traça considerações mais finas, pois informa que a criação do Seminário do Vínculo do Jaguará teria ocorrido só no fim do século XVIII. Portanto, antes disso a educação das crianças, sendo órfãos ou não, de maneira geral seguia a s orientações das ordenações que basicamente reproduziam as diferenças entre as camadas sociais. Além disso, o acesso as primeiras letras não necessariamente representaria uma ascensão social, haja vista que muitas vezes este saber ler e escrever seria mais útil à profissão que a criança/jovem iria aprender.

Outro aspecto fundamental neste trabalho é a atenção voltada para as famílias muito mais que para os indivíduos. Sendo assim, esta temática que tem muita tradição na Sociologia da Educação, em especial a de matiz bourdieusiana⁶, ainda tem grande potencial de crescimento na pesquisa em História da Educação. Afinal para Minas do Ouro temos os testamentos muito bem organizados e como esta fonte contém muitas informações relacionadas ao papel exercido pelas famílias na “longevidade escolar” ou talvez fosse melhor dizer longevidade educativa dos educandos urge a sua leitura. Talvez um primeiro problema a ser enfrentado relaciona-se a tradição que aponta que a “longevidade educativa” está intimamente relacionada ao compartilhamento de um determinado capital cultural pela família na qual o educando está inserido. Ou seja, os trabalhos de Sociologia da Educação de matiz bourdieusiana apontaram uma relação estrita entre nível sociocultural das famílias e a longevidade escolar. No entanto, os trabalhos que relacionam família e escola para a América portuguesa parecem indicar outra posição⁷. Nesse sentido, Fonseca nos diz, ao tratar do seminário de meninos:

[...]Embora o número de requerimentos[para matrícula no Seminário do Vínculo do Jaguará] não seja elevado, sua diversidade sugere leitura que contrariam algumas afirmações mais tradicionais, de que os segmentos mais pobres da população atribuíam diminuto valor à educação escolar, que esses segmentos estariam quase sempre mergulhados na ilegitimidade ou que o ingresso de escravos e de seus filhos nas escolas estaria vedado a princípio. Além dos pobres, filhos legítimos e naturais, brancos ou não, o seminário recebeu também expostos e filhos de escravos.[...](FONSECA, 2008: 541)

Talvez parte dessa divergência esteja relacionada a própria natureza da disciplina Sociologia. Afinal, esta estaria mais preocupada com aquilo que é mais comum ou mais generalizável (Cf. CUNHA, 2007:21-27). Também pode estar relacionado com o surgimento da Sociologia em uma era industrial e com a limitação da própria ciência, pelos seus métodos e conceitos, de compreender outros períodos como o século XVIII e séculos anteriores ao período industrial. (CUNHA, 2007: 33-43). Daí, a necessidade de compreendermos um pouco melhor aquela sociedade pré-industrial, ainda que utilizando o aparato conceitual da Sociologia da Educação justamente para compreender as suas limitações e suas potencialidades.

Em que pese a inexistência de um sistema educacional massivo, massificador e

⁶ Para observar vários textos nos qual esta aparece basta consultar: BOURDIEU, 2012. v. 1. p. 135-155 . Além dos diversos textos de Maria Alice Nogueira no livro: NOGUEIRA et al. 2000, p. 127-153, 49-63; e da autoria de Maria José Braga Viana, 47-59, também no mesmo livro.

⁷ Além dos trabalhos de Thais Nívia de Lima e Fonseca já citados aqui e apresentados nas referências recentemente descobri o seguinte trabalho: MOREIRA, 2009.

reprodutor a partir do qual Pierre Bourdieu desenvolveu a sua teoria; seria possível a utilização de Bourdieu para compreender as práticas educativas anteriores ao século XX? Não seria um anacronismo? Em qual sentido um sociólogo poderia auxiliar a História da Educação? E em que sentido a utilização de seu aporte conceitual para períodos não pensados pelo sociólogo pode melhor dimensionar sua teoria? O que é conceito e como ele pode ajudar a pensar um tempo bem anterior ao presente no qual ele foi cunhado? Por fim, cabe idagar se a comparação ela por si só não teria um forte poder analítico?⁸

Cabe ressaltar em princípio que a metáfora sobre os herdeiros cunhada por Bourdieu é bastante significativa para a presente pesquisa, pois busca analisar o papel das famílias a partir de seus testamentos. Neste sentido, os testamentos também não indicariam os seus próprios herdeiros? Além disso, para Bourdieu o diálogo entre História e Sociologia seria fundamental para compreender os fenômenos que a presente pesquisa busca compreender. Ou nas palavras de Bourdieu citado por Catani (2011: 320-1): “toda sociologia deve ser histórica e toda história sociológica”. Posição também defendida por Cunha (2007). Com isso, na verdade, compreende-se que as duas disciplinas podem ganhar muito neste diálogo. De outro modo, compreende-se melhor a constituição de um determinado *campo* quando sua história reificada é tratada por meio da pesquisa histórico-sociológica, como proposto por Catani (2011: 320-328). Além disso, através da teoria dos capitais (cultural, social, econômico), construída por Bourdieu, é possível compreender os bens, materiais e simbólicos, que os testadores do período legavam a seus descendentes ou que seus herdeiros conquistaram e que teriam forte papel na disputa por postos valorizados nas disputas nos *campos* da região e período. Também é importante frisar que apropriação conceitual não é interessante somente para História. Mesmo Bourdieu ganhou muito quando buscou compreender por meio do conceito de *habitus* a relação entre a arte gótica e a prática escolástica dialogando para isso com Panofsky (Cf. BOURDIEU, 2007:337-361). E também é relevante para a sociologia ter seus aportes conceituais utilizados para investigar outros períodos históricos.

A partir deste quadro, considera-se que é possível utilizar-se de Bourdieu para compreender a História da Educação em Minas do século XVIII. Porém, obviamente não no todo, por isso a necessidade de traçar um diálogo crítico com o aporte teórico-metodológico

⁸ Pode-se argumentar que existem outros sistemas teóricos possíveis ou mesmo melhores pois nasceram daquela realidade como o caso da proposta teórica do Antigo Regime nos Trópicos baseado na Teoria da Dádiva como desenvolvida por Marcel Mauss? Porém, pode-se pensar que esta também foi criada para compreender outros tempos/espacos que muito pouco tem a ver com a Europa medieval ou moderna. Além disso, o que dizer de outras historicidades presentes no Brasil do período? Quais conceitos não seriam anacrônicos? Qualquer modelo teórico também seria um pouco anacrônico, pois, em geral aprendemos um passado é a partir da diferença, da semelhança ou do outro Histórico com o nosso tempo.

bourdieiano. Sendo assim conceitos como o de *campo*, de *habitus* ou de *capital cultural*, *capital social* e *capital econômico* podem muito bem auxiliar a compreensão do ato de legar algo a alguém, em especial quanto se trata de algo simbólico relacionada à educação.

Algumas definições e as primeiras leituras dos documentos a partir da teoria dos capitais

Para Bourdieu o capital não pode ser restringir ao bens materiais ou propriedades. Para uma boa compreensão das disputas que estão em jogo devemos levar em conta outros capitais e o estados deste capitais em especial o capital social e o capital cultural. O *capital cultural*, segundo Bourdieu(2013), pode existir sob três formas ou estados: incorporado, objetivado e institucionalizado. No primeiro estado, o *capital cultural* supõe um processo de interiorização pelo processo de ensino e aprendizagem, tanto da família quanto da escola e que implica em um investimento de tempo pessoal, pois este estado do *capital cultural* não pode ser apropriado por procuração como nos fala Bourdieu (2013: 82). Este estado do capital cultural é como o bronzamento, isto é não pode incorporado mandando outra pessoa no lugar do interessado. Assim, o *capital cultural incorporado* é parte integrante de uma determinada pessoa, não podendo ser trocado ou legado instantaneamente. Porém, isso não quer dizer que seja impossível a sua transmissão hereditária que se produz sempre em doses homeopáticas e de forma quase imperceptível ao longo de uma vida.

O *capital cultural*, ainda segundo Bordieu (2013: 85-86), pode estar no estado objetivado e isso quer dizer que neste momento ele não é mais que um objeto e por isso transferível a qualquer pessoa. Porém, para que este capital seja totalmente desfrutado há a necessidade de haver um capital cultural incorporado bem estabelecido. De outra forma, são as capacidades culturais de um determinado indivíduo que permitem o desfrute de um determinado bem cultural. Aqui, portanto, estamos de nada mais que livros, escritos, pinturas, objetos de arte e etc.

Por fim, o capital cultural pode ser encontrado no estado institucionalizado o que, de certa forma, significa que este está incorporado sob a forma de títulos, diplomas e certificado. Este são garantidores de uma determinada posição em um campo qualquer, pois são sancionados legalmente e no limite permitem a permuta já que habilitam uma determinada pessoa ocupar a vaga de um outro profissional, conforme aponta Bourdieu (2013: 86-88). Tendo em vista estes três estados do capital cultural, Eduardo Socha define capital como sendo,

[...] não apenas o acúmulo de bens e riquezas econômicas, mas todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social. Assim, além do capital econômico (renda, salários, imóveis), é decisivo para o sociólogo a compreensão de capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), capital social (relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação). Em resumo, refere-se a um capital simbólico (aquilo que chamamos prestígio ou honra e que permite identificar os agentes no espaço social). Ou seja, desigualdades sociais não decorreriam somente de desigualdades econômicas, mas também dos entraves causados, por exemplo, pelo déficit de capital cultural no acesso a bens simbólicos.

Outro conceito fundamental na teoria dos capitais de Bourdieu está relacionado ao capital social acumulado por uma determinada pessoa ou grupo social que pode ser entendido em alguns casos como sendo a família no qual um indivíduo está inserido. Sendo assim Bourdieu define o conceito como sendo

o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados a posse de um rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimentos e inter-reconhecimentos ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmo), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 2013: 75)

Para Bourdieu (2013: 76) a criação dessa rede de relações não pode ser compreendida como um dado natural, mas sim o produto de um trabalho que exige investimento de tempo justamente para produzir relações úteis e lucrativas, tanto materialmente quanto simbolicamente. Isso significa muitas vezes produzir instituições, ocasiões, lugares e práticas que permite as trocas legítimas entre pessoas que se reconhecem como membros de um mesmo grupo. E no limite este capital pode ser herdado e, muitas vezes, materializados por meio de um sobrenome importante.

Nestas condições o aporte conceitual cunhado por Bourdieu se torna bastante relevante para pensar as relações registradas nos testamentos do século XVIII e também o papel exercido pelos testadores ao legar ou transmitir a seus herdeiros, no sentido mais alargado do termo como explicado anteriormente, todos estes capitais. Portanto, o conceito de capital cultural pode muito bem ser utilizado para compreender as seguintes passagens do testamento de Bartholomeu Gonçalves Bahia, feito em 1752, no qual ele declara ter feito muitos sacrifícios para que seu filho natural se ordenasse: “Declaro que não / possui bens alguns de raiz, porquanto as casas em que assisto, e todas / as suas pertencas. Fis nellas patrimônio para o dito meu Filho se / ordenar,”, pois aqui fica evidente os mecanismos de reconversão de capitais para garantir uma determinada posição no campo em disputa. Isto é, com este exemplo fica evidente que Bartholomeu não poupou seus bens mais valiosos para garantir uma

boa formação e uma boa posição no campo religioso a seu filho. Parte desta estratégia para garantir melhores posições para seu filho pode ter passado pela constituição de uma ampla rede de sociabilidades que passou por troca de favores entre membros de uma determinada camada social que se reconheciam como tais. Parte disso poder observado no trecho a seguir:

Declaro que não mão do / Reverendo Doutor Vigario Geral o Senhor Lourenço Joze de Quei/ros Coimbra, se acha hum faqueiro que consta de huma duzia de / colheres de prata, outra duzia de garfos, e huma duzia de facas com ca/bos de prata que de sua caza mandou buscar o Dezebarga/dor, Diogo Cutrim de Souza como consta de hum escritinho que se / há de achar entre os papéis avulsos do Dezebargador, Diogo / Cutrim de Souza na ocazião que esteve ospedado na caza do dito Re/verendissimo Senhor, o Excellentissimo Senhor Dom Frey João / da Cruz, o qual faqueiro me custou duzentos mil reis em Lisboa, e / posto aqui nas Minas, e querendo o dito Reverendissimo Senhor fi/car com elle dando os ditos duzentos mil reis meus testamenteiros / lho deixem ficar pello dito preço.⁹

Essa troca de gentilezas sugere o auto-reconhecimento e a constituição de um grupo de pessoas civilizadas que precisavam de talheres com cabos de prata para receberem seus mais ilustres convidados. Esse tipo de gasto de tempo em constituir este grupo nada mais é que investir em algo que pode muito bem ser tratado como capital social, pois isso era feito buscando é claro algum tipo de retorno.

Retornando ao capital cultural agora na forma objetivada, ainda no mesmo testamento, aqui este conceito tem um duplo sentido como sugere a seguinte passagem: “Declaro que / pessuo mais hua livraria com bastantes volumes de direyto / e destes estão nas mãos do Doutor Joze Telles da Sylva, os textos de direyto / Canonico, e hum dos textos de direito Civil.” Se por um lado temos o investimento em capital social por meio do empréstimo de livros, coisa bem comum entre os letrados da época, de uma determinada área, no caso o direito. Por outro não podemos ignorar que o convívio com tal biblioteca, com os escritos dia a dia e com tipo de trabalho feito por seu pai deixou uma impressão indelével no garoto Bernardo, futuro abade. Além disso, a atuação de Bartholomeu como tezeiro de Senhora Santa Anna da Barra e também como advogado além de certamente saber ler e escrever, como nos sugere o seu testamento ainda que não tenha o assinado, “por não poder escrever”, indicou um caminho profissional a seu filhos que certamente, ou tanto quanto possível, estaria relacionado às letras.

Outro exemplo de como as relações sociais estabelecidas podem ser compreendidas como uma forma de investimento em capital social nos moldes cunhado por Bourdieu está no

⁹ APM/CMS-020, Fls. 106v-109v Testamento de Bartholomeu Gonçalves Bahia 08/01/1752

testamento de Maria de Freytas¹⁰: Mulher muito bem educada, provavelmente no recolhimento de macaúdas devido a ser seu primeiro testamenteiro o “Reverendo Padre Joam da cunha Ca/ pittam do Recolhimento das Macahu/ bas”. Além disso, as diversas dívidas e créditos que estabeleceu com pessoas vinculadas ao recolhimento indicam um investimento de tempo e mesmo dinheiro para o estabelecimento institucionalizado de relações com fins a melhorar ou garantir a mesma posição em um determinado campo em disputa.

Por fim cabe citar o testamento de Manoel Maciel¹¹, feito em 1750, no qual declara que é:

Solteiro e tenho três filhos/ naturais filhos de huma negra por no/ Tereza de Jezus os quais três filhos/ São Marcella Maciel viúva que ficou/ de Antonio dias vieyra e Paulla/ Romana de São Joze e Suteria/ de Nazaré ambas Recolhidas no Reco/ lhimento de Nossa Senhora da/ Conceipção dos Macaubas [?] Item/ Declaro que tenho mais cinco filhos/ natural de huma negra por nome/ Luzia da Conceipção a Saber [?]uas femeas Romana Domingas Asey/ tentes por popushas no Recolhimento/ das Macaubas o cujo pormeti assistir/ com o sustento e o vestuário pardas/ ditas duas popislas, e Maria cuja es/ ta criandosse em caza de Simião/ de Souza romi[???] e os dous machos/ Caralos[sic] e Joseph// Item declaro que/ tenho mais huma filha natural/ filha de huma negra por nome Maria/ cuja filha se chama neta da conceip/ ção Recolhida com dote de três mil/ cruzados que dei ao Recolhimento das/ Macaubas [?].

O que surpreende é o alto investimento que Manoel faz em capital cultural, principalmente, para suas filhas que, de algum modo, poderia garantir um futuro melhor para elas. Para Manoel sua relação com o Recolhimento de Macaúbas parece ser para além da vida, afinal pede que, “meo corpo seja amortalha/ do em hum habitto de São Francisco e Sepul/ tado na Igreja do Recolhimento[?] de Nossa/ Senhora da Conceipção das Macaubas.” Parece que esta preocupação com a educação de suas filhas estava relacionada com a própria educação que teve como nos sugere a seguinte passagem: “por não poder/ escrever pedi e Roguej ao Padre Bar/ tholomeu vas Ferreyra Barcelos que/ este pro mim fizesse e comigo asi/ gnou e como meo leo e achei estar/ conforme a minha vondade o asi/ gnej de minha própria letra e signal?”. Portanto, o que se está sugerindo que que as famílias do período com um relativo capital cultural buscavam investir na transmissão deste tipo de capital a seus herdeiros. Parece que o mais importante para o período é a garantia de um futuro melhor para o herdeiro e para a própria casa/linhagem/ família.

Conclusão

¹⁰IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 3(8) 94-101v. Testamento de Maria de Freytaz Parda Forra 06/08/1740

¹¹IBRAM/MO-CBG/CPO - LT, 8(16) f. 361v.-369 Testamento Manoel Maciel 23/08/1750

Ao longo deste trabalho bucou-se apresentar como o aporte cunhado por Bourdieu pode ser útil para pensar as práticas educativas de tempos pretéritos ao período de industrialização. Obviamente deve-se ter em conta que aplicação deste referencial teórico não pode ocorrer de modo acrítico. É necessário, neste sentido, compreender que neste período ainda não existe um sistema educacional, massivo, massificador e reproduzidor das desigualdades sociais. Neste sentido, a educação parece ser somente uma estratégia, por vezes familiar, que irá garantir uma determinada posição dentro de um campo em disputa. Este campo sim pode ser o religioso ou talvez político-administrativo, mas dificilmente, neste momento, será unicamente educacional. Apesar da família parecer ser uma instância de reprodução das desigualdades sociais o mesmo ainda não deve ser estendido para a educação, afinal esta ainda não tem a importância que terá no século XX. Além disso, para ter acesso a cargos de grande destaque em um determinado campo não há a necessidade ser “alfabetizado”, pois ainda não era um verdadeiro impedimento para exercer uma determinada função neste período. Portanto, pelo menos temporariamente, a educação não pode ser compreendida um espaço de reprodução das desigualdade e sim mais um elemento utilizável na construção de estratégias para o controle do campo em disputa, podendo a sim ser produtoras de outras situações.

Além disso, com os exemplos trabalhado aqui buscou-se enfatizar que, assim como hoje, a longevidade educacional pode sim estar relacionado com o capital cultural compartilhado pela aquela famílias. Sendo assim pais educados normalmente investem muito ou máximo possível, em alguns casos fazendo grandes sacrifícios ou mesmo falindo, para garantir uma boa educação para seus herdeiro.

Por fim, deve-se resaltar que estas conclusões são só o início de um longo caminho de pesquisa, pois deve haver muitos testamentos a serem investigados e muitos livros por serem ainda lidos. Certamente, muitas dessas conclusões devem ser modificadas, não só pela pesquisa como também pelo diálogo que será travado com outros pesquisadores. Este instantâneo, não é mais, que apenas o início.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CUNHA, F. S. . *História & Sociologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CUNHA, P. A. B. . Educação Moral e Discurso Pedagógico nas Associações Religiosas

Leigas - Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. In: Tarcísio Mauro Vago; Bernardo Jefferson de Oliveira. (Org.). *Histórias de Práticas Educativas*. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, v. , p. 41-57.

FONSECA, T. N. L. E. (Org.) ; VEIGA, Cynthia Greive (Org.) . *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FONSECA, T. N. L. E. . "Segundo a qualidade de suas pessoas e fazenda": estratégias educativas na sociedade mineira colonial. *Varia História* , v. 22, p. 175-188, 2006.

FONSECA, T. N. L. E. . Instrução e assistência na Capitania de Minas Gerais: das ações das câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814). *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, p. 535-544, 2008b.

FONSECA, T. N. L. E. . Historiografia da Educação na América portuguesa: balanço e perspectivas. *Revista lusófona de educação*, v. 14, p. 111-124, 2009a.

FONSECA, T. N. L. E. . História da Educação no Brasil: abordagens e tendências de pesquisa. *LPH (UFOP)*, v. 19, p. 08-41, 2009b.

FONSECA, T. N. L. E. . *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009c.

GORGULHO, Talitha Maria Brandão. *"Aos órfãos que ficaram": estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas na Comarca do Rio das Velhas (1750-1800)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais,

JULIO, K. L. . Os espaços de sociabilidade como importante ambiente onde se aprende e ensina através das indumentárias e adereços (1808 -1840). In: Tarcísio Mauro Vago; Bernardo Jefferson de Oliveira. (Org.). *História de Práticas Educativas*. 1ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, v. único, p. 58-80.

MENESES, J. N. C. . Ensinar com amor uma geometria prática, despida de toda a teoria da ciência e castigar com caridade: a aprendizagem do artesão no mundo português, no final do século XVIII.. *Varia História*, v. 23, p. 167-183, 2007.

MORAIS, C. C. . Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850). *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, p. 493-504, 2007. NOGUEIRA, Maria Alice (Org.) ; CATANI, A. (Org.) . *Pierre Bourdieu, Escritos de Educação*. 13. ed. Petropolis: Vozes, 2012. v. 1. 251p .

NOGUEIRA, Maria Alice (Org.) ; CATANI, A. (Org.) . *Pierre Bourdieu, Escritos de Educação*. 13. ed. Petropolis: Vozes, 2012. v. 1. 251p .

NOGUEIRA, Maria Alice, ROMANELLI, Geraldo, ZAGO, Nadir. *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petropolis: Vozes, 2000.

SILVA, Diana de Cássia. . As Reformas Pombalinas e seus reflexos na constituição dos mestres de primeiras letras no termo de Mariana (1772-1835). In: VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. (Org.). *História de práticas educativas*.. Belo Horizonte: UFMG, 2008, v. , p. 20-40.

O livro didático de história e a política dos impressos: uma análise da relação texto-imagem

Gabriel Duarte Faria

Graduado em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

gduartemg@hotmail.com

Gabriela Silveira Meireles

Mestre em Educação

Universidade Federal de Minas Gerais

gabrielasilveirameireles@gmail.com

RESUMO: Este trabalho trata do livro didático e do conteúdo destes impressos. As imagens dos mesmos têm se apresentado de forma desarticulada do texto ou do conteúdo de ensino. Muitas assumem um caráter meramente ilustrativo ou iconográfico. Por isso, este trabalho tem como proposta a problematização do conhecimento construído nas aulas de história a partir da relação entre texto-imagem nos livros didáticos de história.

PALAVRAS-CHAVE: Livro Didático ; Texto; Imagem; História

ABSTRACT: This work deals with the textbook and the content of these printed. The images of them have been presented in a disjointed form of the text or the content of education. Many assume a merely illustrative or pictorial character. Therefore, this paper aims to problematize knowledge built on history lessons from the relationship between text-image in history textbooks.

KEYWORDS: Textbook; Tex; Image; History

Introdução

Este trabalho tem como proposta a problematização do conhecimento construído nas aulas de história a partir da relação entre texto-imagem nos livros didáticos de história. O objetivo é analisar duas coleções de livros didáticos de história, buscando verificar possíveis articulações, desarticulações, rupturas, sincronismos e anacronismos. Ambas as coleções referem-se a livros de 5ª a 8ª série (hoje 6º ao 9º anos). Na primeira etapa do trabalho pretendemos apresentar os objetivos de cada coleção.

A primeira obra se organiza por unidades e capítulos, tendo sua estrutura organizada da seguinte forma: *Texto principal; Texto complementar; Atividades (Ampliando o vocabulário; Sistematizando o conhecimento; Aprofundando o conhecimento; e Extrapolando o aprendizado)*. Os autores tiveram como critério a seleção dos temas e as referências sugeridas pelos PCNs, procurando enfatizar aquilo que eles consideram essencial para o ensino de história, o processo histórico de forma que a coleção articule com a realidade do

aluno, suas experiências, possibilitando ampliar seu conhecimento a partir de perspectivas diferentes, buscando não se restringir a uma única linha de interpretação.

Já a segunda coleção, tem como proposta o trabalho com conceitos a partir de oito eixos temáticos presentes em todos os livros da coleção. São eles: *Comunicação e Troca; Trabalho e Técnica; Memória e História; Poder, Arte, Religião e Pensamento; Guerra, Família e Sexualidade; e Vida Cotidiana*; não priorizando o evento histórico.

O livro didático em questão

O livro didático ainda tem sido um artefato cultural e um recurso pedagógico bastante utilizado nas escolas públicas brasileiras. Muitas vezes, no entanto, os professores não têm consciência do processo que envolve o conteúdo desses impressos. Percebemos, em nossa prática docente, que as imagens trazidas nos livros didáticos de história apresentam-se de forma desarticulada do texto ou do conteúdo de ensino. Muitas vezes essas imagens assumem um caráter meramente ilustrativo ou iconográfico.

Conforme anuncia Freitag, Costa e Motta (1993, p. 11), “o livro didático não tem uma história própria no Brasil. Sua história não passa de uma sequência de decretos, leis e medidas governamentais que se sucedem, a partir de 1930, de forma aparentemente desordenada, e sem a correção ou a crítica de outros setores da sociedade”.

Segundo Freitag, Costa e Motta (1993, p. 105), existem três categorias de usuários ou consumidores do livro didático: “o Estado, que compra o livro; o professor, que o escolhe e o utiliza como instrumento de trabalho em suas aulas; e, finalmente, o aluno, que tem no livro o material considerado indispensável para seu aprendizado nesta ou naquela área do conhecimento, num ou noutro nível de formação”.

Uma outra contribuição trazida Freitag, Costa e Motta (1993, p. 105) é a de que a maioria das pesquisas “feitas sobre o livro didático, a esmagadora maioria se concentra (...) na análise do texto impresso”. Talvez o diferencial deste trabalho seja justamente o de trazer à tona as relações entre texto-imagem.

Análise da relação texto-imagem nos livros didáticos de história

No processo de análise dos recursos variados encontrados na primeira coleção, foi possível observar, de uma forma geral, um destaque maior pela apresentação diversificada de fontes visuais, dentre as quais reproduções de pinturas, mapas, desenhos, fotografias e monumentos referentes a períodos históricos específicos. No entanto, a maioria das imagens

da coleção, não dialoga com os conteúdos textuais apresentados, acabando por servir como mera ilustração, muitas vezes sem sentido pedagógico.

No que diz respeito à utilização dos mapas, a primeira coleção faz uso frequente desse recurso em sua obra. No entanto, não utilizam referências no corpo do texto ou ao final do livro fazendo com que o aluno recorra a alguma fonte para consultá-la. Apresentam-se, em sua maioria, de forma confusa, com aparência delimitada, dificultando a inserção do objeto de estudo no contexto mais amplo, além de não conter legendas.

Durante os capítulos, os autores da primeira coleção abordam textos complementares de diferentes historiadores, no intuito de apresentar possibilidades de significação histórica. Concomitantemente, observamos a utilização de recortes de jornais, pinturas de obras de arte e fotografias. Tudo isso possibilita a interação de uma multiplicidade de fontes, o que se torna interessante para discussões acerca do paradigma da verdade histórica.

Na segunda coleção, foi possível observar um conteúdo bastante extenso, podendo se tornar até exaustivo o processo de leitura, na medida em que não se apresenta muito atrativa, sendo predominante o uso de longos textos, com imagens escassas, geralmente aparecendo apenas ao final de cada capítulo.

Na segunda coleção, as imagens, quando evidenciadas são destacadas por referências bibliográficas, além de contar com um glossário de apoio, ao lado do texto. Além disso, é pertinente destacar que as imagens, de uma forma geral, dialogam com o conteúdo abarcado, apresentando ainda legendas de forma explicativa.

Na segunda coleção, tal como as imagens, os mapas também se apresentam de forma restrita e, quando aparecem, mostram legenda e referência. Quando utilizados, interagem com o leitor, uma vez que fazem referência ao texto, atuando de forma complementar ao mesmo.

Metodologia

As perspectivas teórico-metodológicas adotadas basearam-se nos estudos pós-estruturalistas, com inspiração nos trabalhos de Michel Foucault e sua perspectiva da Análise do Discurso, bem como nos estudos da Cultura Visual, de Fernando Hernández.

Para Foucault (2006, p. 111), “não se deve imaginar um mundo do discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes”.

Desse modo, na análise de discurso foucaultiana, as imagens, assim como o texto, se tornam também um elemento discursivo importante.

Do mesmo modo, Hernández (2005, p. 11), nos traz a contribuição de que na cultura visual *es importante, por ejemplo, prestar atención a la intersección de raza, clase social, sexo y género em los medios visuales para poder elucidar y observar operaciones y formas de visualización y posicionalidad discursiva más complejas*. Tudo isso amplia os nossos modos de olhar os livros didáticos.

Conclusões

Observamos com esse trabalho a existência de uma multiplicidade de fontes, o que se tornou interessante para a discussão do paradigma da verdade histórica.

Diante das análises realizadas, foi possível perceber que a grande maioria das imagens apresentadas não dialogam com os conteúdos textuais apresentados, acabando por servir como meras ilustrações, muitas vezes sem sentido pedagógico e sem conexão com as aprendizagens dos alunos.

Referências

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderley Ferreira da. *O livro didático em questão*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

HERNÁNDEZ, Fernando. De qué hablamos cuando hablamos de cultura visual? *Revista Educação e Realidade*, v. 30, n. 2, p.9-34, jul./dez., 2005.

O curso normal anexo ao Ginásio de Ouro Preto: instituição e perfil discente no contexto da Primeira República no Brasil (1910-1928)

Jumara Seraphim Pedruzzi

Graduada em História Licenciatura e Bacharelado
Universidade Federal de Ouro Preto
jumarapedruzzi@yahoo.com.br

José Rubens Lima Jardimino

Doutor em Ciências Sociais
Universidade Federal de Ouro Preto
jrjardilino@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho possui como objeto o Curso Normal anexo ao Ginásio de Ouro Preto no contexto da Primeira República no Brasil (1910-1928). Estabelece como objetivo compreender o funcionamento do referido Curso, bem como o perfil do seu corpo discente. Pela análise dos dados foi possível perceber que o curso possuía alunas jovens, que vinham da própria cidade ou das redondezas, e que era grande a evasão no período indicado.

PALAVRAS-CHAVE: História das Instituições Escolares; Curso Normal; Primeira República.

ABSTRACT: This paper is about the Normal Course at school of Ouro Preto in the context of First Republic in Brazil (1910-1928). The main objective is just explain how did this course works and the students profile. After a review, we can say that the course was formed by young students from Ouro Preto and from the borders of this city, and that school evasion was big in this period.

KEYWORDS: History of Institutions School; Normal Course; First Republic.

Introdução

O trabalho ora apresentado é parte de uma investigação de Trabalho de Conclusão de Curso e insere-se nos estudos sobre a História das Instituições Escolares e/ou Educacionais, possuindo como objeto o Curso Normal anexo ao Ginásio de Ouro Preto no contexto da Primeira República no Brasil (1910-1928). Estabelece como objetivo compreender o funcionamento do referido Curso no período indicado, bem como o perfil do seu corpo discente, o número de alunas matriculadas em cada ano, a naturalidade, a idade, a filiação e demais informações.

A pesquisa foi desenvolvida através da análise da bibliografia referente à Escola Normal na Primeira República e da documentação sobre o Curso Normal anexo ao Ginásio,

que encontra-se atualmente nos arquivos da Escola Estadual Dom Velloso, na cidade de Ouro Preto e também no Arquivo Público Mineiro, localizado em Belo Horizonte.

A Escola Normal de Ouro Preto foi criada através do artigo 7º da Lei nº 13, no dia 28 de março de 1835, sendo o primeiro instituto dessa natureza estabelecido em Minas Gerais (e o segundo em território nacional), na então capital da Província, Ouro Preto. De maneira geral, a Escola funcionou durante quase todo o século XIX, mas, foi marcada por períodos descontínuos de atividades, como é possível constatar pelos trabalhos de Gouvea e Rosa (2000) Rosa (2001), Anunciação (2011), entre outros. A Presente investigação, entretanto, busca entender o seu funcionamento e o perfil discente de suas alunas no contexto da Primeira República, já no início do século XX.

Referencial Teórico da Investigação

O objeto privilegiado nesta pesquisa, a Escola Normal de Ouro Preto, se insere nos estudos sobre a História das Instituições Escolares e/ou Educativas e Formação Docente, temas bastante em voga na atualidade pelos pesquisadores da História da Educação.

Conforme Gatti Júnior e Pessanha (2005) a História das Instituições Educativas tem ocupado cada vez mais espaço no cenário de pesquisa histórico educacional no Ocidente. Segundo Magalhães (2005), há vários projetos em curso sobre História das Instituições Educativas, com estudos das mais variadas formas. Do mesmo modo, Buffa (2007) aponta para o fato de que os grupos de pesquisa sobre o tema crescem cada vez mais nos programas de Pós-Graduação em todo o país.

Conforme Saviani (2007), as instituições são criadas pelos homens para atender a determinadas necessidades humanas, de caráter permanente. No caso particular da educação, a institucionalização de um conhecimento primário, que acontecia de forma espontânea nas sociedades, é que dará origem a criação das instituições educativas.

No que tange ao estudos das instituições escolares, e de sua reconstrução histórica, Magalhães (2004, 2005) afirma que a história das instituições educativas é um campo em construção e constante renovação. Para o autor, a história de uma instituição não constitui apenas uma abordagem descritiva, mas, ao contrário, a construção deste objeto de pesquisa deve ser feita através de um marco teórico interdisciplinar.

Da mesma forma, para Noronha (2007), a historiografia sobre Instituições Escolares na atualidade busca romper com aspectos apenas descritivos da escola, dando a ela um caráter interpretativo. Ainda de acordo com a autora, a historiografia das instituições escolares

precisa ser escrita tendo a noção de “totalidade” para superar as lacunas deixadas pela história tradicional ao longo do tempo.

Encaminhamentos Metodológicos

A investigação ora apresentada possui como base a pesquisa bibliográfica, valendo-se da produção escrita sobre a Instituição Escolar de formação de professores, chamada Escola Normal. A investigação também se baseou na pesquisa documental, em que foram analisados documentos que dizem respeito à Escola Normal de Ouro Preto como fonte primária, no período relevado nesta pesquisa.

Dessa forma, a partir da bibliografia e da documentação referente à Escola Normal, realizou-se uma análise das fontes seguindo dois caminhos metodológicos que têm norteado as pesquisas sobre as Instituições Escolares na atualidade, em especial nos trabalhos de Ester Buffa (2002), são eles: 1. Construir visões gerais das Escolas Normais e descrições singulares de cada contexto em que se dão as referidas experiências educativas de formação de professores; 2. Considerar a História de determinada Instituição Escolar não meramente factual e descritiva, mas, acima de tudo, interpretativa.

Assim, como fonte documental primária, foi consultado o acervo sobre a Escola Normal de Ouro Preto (atas, correspondências, exames, entre outros), presente no Fundo Secretaria do Interior (1891-1957), do Arquivo Público Mineiro (APM). Também foi consultada a documentação sobre o instituto formador ouro-pretano (correspondente a uma grande quantidade de documentos de todo o século XX), que se encontra atualmente no Armário principal da Secretaria da Escola Estadual Dom Velloso, localizada no bairro do Pilar, em Ouro Preto, e que outrora abrigou as instalações do referido instituto.

O acervo documental presente na Secretaria da Escola Estadual Dom Velloso possui muitas informações relevantes para a História da Educação em Ouro Preto. Contudo, como a grande maioria dos arquivos escolares, ele não possui localização nem organização arquivística próprias (Fundo, série, subsérie). Dessa forma, arranjei a documentação de acordo com um catálogo que eu mesma desenvolvi após mapear todos os 126 livros de registro que lá encontrei¹².

¹² O catálogo que desenvolvi foi doado para a Escola Estadual Dom Velloso. Ele é bastante simples, devido ao pouco tempo que tive para o mapeamento, a grande quantidade de livros encontrados, e também para não ocupar muito espaço e tempo na Escola. Ainda assim, o catálogo é bastante didático, possuindo o número da prateleira, a coluna, a numeração de cada livro (dada por mim), o assunto, a data de início e fechamento do livro, e demais informações complementares.

Resultados

É inegável a importância de que se reveste a Escola Normal de Ouro Preto no contexto educacional mineiro do século XIX, sendo a primeira instituição dessa natureza criada e instaurada na então Província. Apesar de ter enfrentado muitos problemas para se estabelecer ao longo do século, com vários fechamentos e reaberturas, é evidente a relevância dessa Escola para a construção de um perfil de formação docente e para os primórdios da institucionalização da profissão em Minas Gerais.

Contudo, o que se observa, pela análise da documentação, é que no início do século XX, a Escola passa novamente por algumas dificuldades, e é fechada mais uma vez no ano de 1905, em cumprimento da Lei n° 395 de 23 de dezembro de 1904¹³, que dizia respeito à suspensão temporária das Escolas Normais de todo o Estado de Minas Gerais¹⁴.

A princípio a Escola Normal de Ouro Preto ficaria suspensa por apenas um ano, mas, o que se percebe é que isso, de fato, não ocorreu. Nos anos que se seguiram a esta suspensão, a população da cidade buscava, junto ao Presidente do Estado e ao Secretário do Interior na época, Manoel Thomas de Carvalho Britto, o restabelecimento dessa instituição, ou a criação de um novo instituto de formação docente. No dia 21 de dezembro de 1906, foi enviado para as autoridades acima citadas, um abaixo assinado dos cidadãos da cidade, contendo sete páginas inteiras de assinaturas (frente e verso), pedindo que uma das Escolas Normais do estado tivesse a sua sede em Ouro Preto¹⁵.

Mas, ao que parece, este abaixo assinado não foi atendido de imediato pelas autoridades mineiras. Entretanto, em carta endereçada ao Presidente do Estado, no dia 25 de abril de 1908, o Reitor do Ginásio de Ouro Preto Thomaz da Silva Brandão (ex-diretor da Escola Normal), juntamente com outras autoridades educacionais da cidade, reunidos em Congregação, comunicam ao Presidente a criação de um Curso Normal anexo ao Ginásio, seguindo o modelo proposto pela Escola Normal feminina estabelecida em Belo Horizonte¹⁶,

¹³ Arquivo Público Mineiro-Fundo Secretaria do Interior 1891-1957, Série Instrução Pública, Subsérie Escolas Normais, Notação SI-998, Atas de exame dos alunos da Escola Normal de Ouro Preto, 1895-1905.

¹⁴ Nesta ocasião, além da Escola Normal de Ouro Preto, foram suprimidas todas as outras nove Escolas Normais Oficiais do Estado naquele momento, sendo elas: Paracatú, Uberaba, Montes Claros, Juiz de Fora, Sabará, Arassuahy, Campanha, Diamantina e São João Del Rey. Arquivo Público Mineiro-Fundo Secretaria do Interior 1891-1957, Série Instrução Pública, Subsérie Escolas Normais, Notação SI-3803, [Correspondência referente a Escolas Normais], 1902-1911.

¹⁵ Arquivo Público Mineiro-Fundo Secretaria do Interior 1891-1957, Série Instrução Pública, Subsérie Escolas Normais, Notação SI-3802, [Correspondência referente a Escolas Normais], 1889-1910.

¹⁶ Arquivo Público Mineiro-Fundo Secretaria do Interior 1891-1957, Série Instrução Pública, Subsérie Escolas Normais, Notação SI-3253, Correspondência referente a Escolas Normais. Inspeção Técnica, abertura de escolas, listas de alunos, nomeações e posses, 1907-1910.

Escola esta que havia sido criada para servir como exemplo a ser seguido por todos os Cursos Normais do estado de Minas Gerais.

Contudo, nesta investigação, não foi encontrada documentação precisa sobre o ano que, de fato, foi criado o Curso Normal (como registro de instalação da Escola, por exemplo), entretanto, sabe-se que os primeiros livros de matrículas encontrados datam inicialmente de 1910. Dessa forma, no Arquivo presente na Secretaria da Escola Estadual Dom Velloso, foram encontrados três livros de matrícula das alunas do Curso, sendo eles dos primeiros, segundos e quartos anos, que datam de 1910 até 1928. Nos livros de matrícula é possível localizar o número de alunas matriculadas em cada ano, a naturalidade, a idade, a filiação e demais informações.

Conforme o desejado, o novo Curso Normal da cidade era destinado somente ao público feminino, o que já sinaliza uma diferença da Escola Normal que funcionava até 1905, que ainda recebia alunos de ambos os sexos. Assim, de 1910 até 1928, pelos registros de matrícula, somente mulheres se inscreveram para o curso¹⁷. Neste contexto, o que se observa é a inversão de gênero presente, a partir do final do século XIX, e consolidada no início do século XX, na formação de docentes primários no Brasil.

No que se refere à faixa etária das estudantes, pode-se observar que ela varia entre 14 e 29 anos, sendo que a maioria das alunas se encontrava entre as idades de 14 a 23, considerando os três anos do curso encontrados na documentação¹⁸. Outro dado interessante a ser trazido é em relação ao considerável número de irmãs (filhas do mesmo pai e com sobrenomes idênticos) matriculadas na instituição formadora ao longo do período, inclusive no mesmo ano de curso. Nos livros, também está presente o número relativo à repetência, que era, em geral, pequeno, possuindo, em média, uma ou duas alunas repetentes por ano em cada curso¹⁹. Assim, é possível notar que o corpo de alunas do Curso Normal era, em geral, jovem, e que as alunas apresentavam, quase sempre, um bom desempenho.

No ano de 1910, como consta nas páginas de abertura dos livros de registro, o Diretor do Curso Normal de Ouro Preto era Alfredo Bastos Neves e o secretário Rosalino Gomes. Neste mesmo ano, pode-se perceber um grande número de alunas matriculadas no primeiro ano de curso (40 estudantes), mantendo um contingente grande de matrículas (que chegou a

¹⁷ Arquivo da Secretaria da Escola Estadual Dom Velloso – Armário 01, Prateleira 01, Segunda coluna (esquerda para direita), Livros 29, 30, 31, [Registros de Matrícula], 1910-1928.

¹⁸ Arquivo da Secretaria da Escola Estadual Dom Velloso..., 1910-1928.

¹⁹ Arquivo da Secretaria da Escola Estadual Dom ..., 1910-1928.

43 em 1914) até por volta do ano de 1920, quando passou a decrescer, totalizando apenas 4 alunas no período final de funcionamento da instituição, em 1928²⁰.

Do mesmo modo, nos registros do segundo ano, foi realizada a matrícula de uma grande quantidade de estudantes, chegando a um total de 45 em 1915, mas, este número também decresceu com o tempo, principalmente a partir de 1923, vindo a possuir somente 4 matrículas no ano de fechamento da Escola²¹. Contudo, na documentação referente ao quarto ano, observa-se que o número de alunas era menor desde os primeiros anos da instituição, variando entre 13 e 26 alunas²², o que dá a entender que muitas meninas iniciavam o curso, mas, que nem todas chegavam até o final dele, caracterizando um processo de evasão escolar.

A naturalidade das alunas começa a estar presente nos livros de matrícula a partir de 1916, mas, mesmo assim de forma irregular. Ainda assim, foi possível constatar que a maior parte das jovens nasceu na própria cidade de Ouro Preto. Contudo, muitas estudantes também eram naturais dos distritos ouro-pretanos, de outras cidades da redondeza e até mesmo de outros estados. No Curso também vinham alunas transferidas de outras Escolas Normais da região, como as de Ponte Nova, São João Del Rei, a da Capital, de Mariana, e também de Curvello²³. Mas, o que se percebe, em linhas gerais, é que o Curso Normal ouro-pretano atendia, principalmente, as jovens da própria cidade e da região próxima.

Pela análise da documentação encontrada, foi possível concluir que o Curso Normal anexo ao Ginásio teve suas últimas turmas em 1928, e após este ano, veio a fechar as suas portas. Entretanto, já no ano de 1929, é criada uma nova Escola Normal em Ouro Preto. De acordo com o livro de Atas das seções da Congregação da Escola Normal Oficial de Ouro Preto²⁴, no dia 5 de abril de 1929, às 19 horas, deu-se início ao evento de instalação de um novo instituto formador na antiga capital mineira. Dessa forma, mais uma vez ressurgiu a primeira Escola Normal instaurada em Minas Gerais.

Conclusões

²⁰ Arquivo da Secretaria da Escola Estadual Dom Velloso – Armário 01, Prateleira 01, Segunda coluna (esquerda para direita), Livro 29, [Matrícula das Alunas do 1º ano do Curso Normal anexo ao Gynnasio de Ouro Preto] 1910-1928.

²¹ Arquivo da Secretaria da Escola Estadual Dom Velloso – Armário 01, Prateleira 01, Segunda coluna (esquerda para direita), Livro 30, [Matrícula das Alunas do 2º ano do Curso Normal anexo ao Gynnasio de Ouro Preto] 1912-1928.

²² Arquivo da Secretaria da Escola Estadual Dom Velloso – Armário 01, Prateleira 01, Segunda coluna (esquerda para direita), Livro 31, [Matrícula das Alunas do 4º ano do Curso Normal anexo ao Gynnasio de Ouro Preto] 1913-1928.

²³ Arquivo da Secretaria da Escola Estadual Dom Velloso – Armário 01, Prateleira 01, Segunda coluna (esquerda para direita), Livros 29, 30, 31, [Registros de Matrícula], 1910-1928.

²⁴ Arquivo da Secretaria da Escola Estadual Dom Velloso – Armário 01, Prateleira 01, Primeira coluna (esquerda para direita), Livro 01, [Ata da instalação da Escola Normal de Ouro Preto] 1929-1989.

Pela análise das fontes foi possível concluir que, mesmo sendo tendo sido fechado pelas autoridades mineiras no ano de 1905, o Curso Normal de Ouro Preto foi reestabelecido posteriormente, graças, principalmente, aos apelos da população e das autoridades locais da cidade.

Como perfil discente, foi possível observar que ele era composto somente por mulheres, que eram, geralmente, jovens, entre 14 e 29 anos, que vinham da própria cidade ou das redondezas, e que muitas delas iniciavam o curso, mas, nem todas o finalizavam. Além disso, o número de matrículas nos anos iniciais da instituição é bastante considerável, contudo, ele vai diminuindo ao longo do tempo, chegando a uma quantidade quase insignificante em 1928, ano do fechamento do curso.

É possível observar que o Instituto formador da antiga capital mineira passou por algumas dificuldades durante a Primeira República, vindo a fechar as suas portas por duas vezes neste período. Entretanto, é inegável que a primeira Escola Normal de Minas Gerais possuía ainda prestígio social em Ouro Preto. Ao que tudo indica, a população desta cidade e seus dirigentes educacionais se preocupavam com a educação e a instrução de sua juventude, e buscavam, junto ao governo do estado, fazer sempre ressurgir o centro de formação de professores primários.

Referências bibliográficas:

ANUNCIACÃO, Ana Luzia da. *Pedagogia Liberal e instrução pública na província de Minas Gerais: A Escola Normal de Ouro Preto (1835- 1852)*. Dissertação (Mestrado) - PPGHis/UFOP, Mariana, 2011.

BUFFA, Ester. História e filosofia das Instituições Escolares. In. GATTI JÚNIOR, D.; ARAUJO, J.C.S. *Novos Temas em História da Educação Brasileira*. Instituições Escolares e Educação na Imprensa. Campinas, SP: Editores Associados, 2002.

BUFFA, Ester. Os estudos sobre Instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In. SAVIANI, D. *Instituições Escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados, 2007.

GATTI JÚNIOR, D; PESSANHA, E. C. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In. GATTI JÚNIOR, D; INÁCIO FILHO, G. *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas: Autores Associados, 2005, p.71-90.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de., ROSA, Walquíria Miranda,. História da Escola Normal em Minas Gerais (1835-1906). In. PEIXOTO, Anamaria Casasanta., FARIA FILHO, Luciano

Mendes., (org.) *Lições de Minas – 70 anos de Secretaria da Educação*. Secretaria de Estado da Educação do Estado de Minas Gerais, 2000.

MAGALHÃES, Justino. *Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas*. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. História das Instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JÚNIOR, D; INÁCIO FILHO, G. *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas: Autores Associados, 2005.

NORONHA, Olinda M. Historiografia das Instituições Escolares: Contribuição ao debate metodológico. In: SAVIANI, D. *Instituições Escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados, 2007.

ROSA, Walquíria Miranda. *Instrução pública e profissão docente em Minas Gerais (1825-1852)*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

SAVIANI, D. *Instituições Escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados, 2007.

Cônego Fernandes Pinheiro e o ensino de história nos oitocentos: apontamentos sobre uma questão

Luna Halabi Belchior

Mestranda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

lunahalabi@ymail.com

RESUMO: Este artigo tem como proposta central analisar, a partir de obras selecionadas do historiador Cônego Fernandes Pinheiro, a escrita da história realizada por ele, inserida, sobretudo, no movimento de historicização do Cristianismo e releitura do Catolicismo no contexto brasileiro. Identificamos, a princípio, que a religião exercia uma função importante na leitura da situação brasileira mobilizada por ele e a pedagogização da juventude impunha-se como uma necessidade política, econômica e social frente aos anseios da sociedade que se estabelecia em terras *brasileiras*. O nosso objetivo é analisar a maneira pela qual, através do discurso religioso sempre atrelado ao conceito de moral, o autor faz uma leitura histórica da situação em que vivia, propondo diagnósticos e apontando caminhos para a “civilização” que se constituía no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: uso moral da história; Cônego Fernandes Pinheiro; historiografia

ABSTRACT: The main purpose of this work is to analyzed, from the historian selected Canon Fernandes Pinheiro works, the writing of history held by him, entered, especially in the movement of historicizing reinterpretation of Christianity and Catholicism in the Brazilian context. Identified, the principle that religion exerted an important role reading the Brazilian situation for him and mobilized youth pedagogization imposed themselves as a political, economic and social need across the expectations of society that was established in Brazilian lands. Our aim is analyse the way through religious discourse is always tied to the concept of morality, the author makes a historical reading about the situation which he lived and proposed diagnostic paths pointing to the "civilization " that was constituted in Brazil.

KEYWORDS: moral use of history; Cônego Fernandes Pinheiro; historiography

Introdução

O objetivo principal deste trabalho é apresentar os resultados preliminares da pesquisa intitulada "Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e a historicização do Cristianismo: o uso moral da história por um Cônego (1850-1876)" que encontra-se na etapa de problematizar a relação do Cônego com o ensino de história em meados do século XIX. O autor em tela, importante intelectual dos oitocentos, contribuiu ativamente para os problemas de uma disciplina em formação. Atuou como professor em um dos principais centros de cultura do Império, o Colégio Pedro II entre os anos de 1858 e 1876, para o qual escreveu diversos manuais didáticos. Lecionou também no Colégio de Botafogo e no Seminário Episcopal São José. Além da atuação como professor, foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro (IHGB) em 1858 e articulista em importantes periódicos em meados dos oitocentos. O autor nos brinda com uma produção vastíssima que vai desde compêndios destinados ao ensino da juventude a ensaios criteriosamente escritos para a publicação da revista do IHGB.

Essa produção bibliográfica, com efeito, nos permitiu problematizar questões importantes sobre a forma que o Cônego experimentou o Cristianismo e sua relação com o conceito moderno de história. Atualmente nos interessa problematiza a produção didática produzida por Cônego Fernandes Pinheiro. Apresentaremos, portanto, em um primeiro momento, o caráter geral da produção bibliográfica destinada ao ensino, com atenção especial ao Curso Elementar de Literatura Nacional (1862). Posteriormente, nosso fito é pontuar as preocupações expressas nas obras de Cônego Fernandes Pinheiro, levando em conta o desafio central do XIX, que é educar do povo, problematizando a passagem auto-educação para educação institucional do Estado. Dessa maneira, procuraremos compreender os regimes de autonomia da escrita da história, que é esse que se gesta desde a escola, problematizando esse espaço de produção e difusão do conhecimento histórico.

História da Historiografia e Ensino de História

Ao tratarmos da História do Ensino de História no Brasil remetemos a um amplo contexto de transformações importantes no seio da sociedade brasileira. Para tratar de um tema tão amplo, devemos antes nos remeter a conceitos que compõe esse campo de estudos. Dentre esses conceitos, elencamos tratar nesse ensaio dois deles: educação e instrução. Acreditamos que, a partir da centralidade desses conceitos para o ensino de história poderemos discorrer sobre o nosso principal objeto, qual seja, problematizar a história mobilizada em um importante manual didático do século XIX, escrito pelo Cônego Fernandes Pinheiro, “Curso Elementar de Literatura Nacional” (1862), compreendendo-o inserido em um importante centro, o Colégio Pedro II, analisando o que propunha esse manual e sua contribuição para pensarmos dessa disciplinarização da história.

Compreendemos o livro e o autor, inseridos dentro de um importante centro, o Colégio Pedro II e em um contexto de disputa pelo conhecimento histórico. Principalmente, acreditamos que o autor mobiliza uma importante concepção de história nesse manual que era destinado aos alunos do sétimo ano do referido colégio. A nossa primeira hipótese à respeito do que seria a história para o Cônego, nos é interessante para pensarmos a maneira pela qual a história era pensada por esse autor, e aquilo que era ensinado aos alunos, ou seja, qual a utilização da história, ou qual concepção de história estava sendo pensada nesse manual.

Procuramos assim, dialogar com os estudos sobre o ensino de história do período, situando os manuais e livro destinados ao ensino de história, como uma importante fonte para pensar o ensino de história.

Partimos primordialmente da ideia de que “o fim da educação é desenvolver as faculdades morais, enquanto a instrução visa a enriquecer as faculdades intelectivas” (CAMPAGNE – Dicionário Universal da educação e do ensino). Embora esses dois conceitos permaneçam pouco claros na primeira metade do século XIX e por vezes se confundam, acreditamos que o esforço em separá-los, ou melhor, em tentar estabelecer a escola como o lugar privilegiado da ação educativa, mesmo subexistindo outros meios que tinham esse principal escopo como jornais, romances, revistas – torna-se essencial.

Segundo Gasparello (2004) há a construção de uma *tradição escolar* verificável a partir das mudanças na própria sociedade, onde a escola acompanha essa mudança. Para a autora “A tendência de vermos a escola como lugar da tradição, de uma quase imutabilidade de longa duração não permite que se observe com mais clareza a mudança” (GASPARELLO, 2004, p.3).

Nesse sentido, partiremos do surgimento do Colégio Pedro II, não só por ser o local em que o autor em tela lecionava, mas por representar de maneira importante o modelo institucional vigente, e através de seus currículos podemos ver uma mudança importante na concepção sobre o que implica o ensino de história.

Segundo Gasparello, o Colégio Pedro II pode ser abordado como representante do lugar social do autor, e a partir das mudanças nos rumos do ensino de história, desde a primeira fase caracterizada pela autora como um dos locais para se pensar “a expansão da ideia pedagógica de nação e nacionalidade no ensino secundário” (GASPARELLO, 2005, p.1) Não nos restringimos aqui a pensar o local como um lugar central para os estudos, mas partimos das propostas da autora para pensar os conceitos elencados para estudo, acreditando que o Cônego Fernandes Pinheiro escreve o seu curso com o intuito de educar os alunos do Colégio Pedro II e não apenas instruí-los.

Já formado presbítero, Pinheiro iniciou a sua atuação enquanto professor ainda no Seminário Episcopal São José, lecionando aulas de Teologia, entre os anos de 1849 e 1852. Atestam o seus contemporâneos que não havia homem mais preparado para lidar com a mocidade que Pinheiro, “professor consciencioso” (LAET, 1883), tamanha era a sua vontade e sua dedicação ao ensinar. Retornando de Roma já doutor em Teologia, foi nomeado

professor de Retórica, Poética e História Universal do Seminário São José. No mesmo período lecionou História Sagrada e Dogma no Instituto dos Meninos Cegos. Nesse período, Cônego Fernandes Pinheiro fica conhecido como “amigo da mocidade” por sempre se preocupar com a instrução dos mais jovens. Segundo afirma Antônio Joaquim de Macedo Soares,

Há um nome – escreve Antonio Joaquim de Macedo Soares – que estamos acostumados a ler em frente de todas as empresas literárias do Rio de Janeiro; um nome por mais de um título credor da simpatia e do respeito de quantos amam o progresso desta terra de tanto futuro: um nome que recorda uma de nossa glórias literárias: o Cônego Dr. Fernandes Pinheiro. De todos os nossos literatos é talvez o único de que se possa dizer: eis o amigo da mocidade! Os outros cuidam de si, e incidentemente das letras; ele, ao contrário, cuida de seus interesses por passatempo, a ocupação séria é a literatura, é a história pátria. (SOARES, 1860).

Em 1857, concorreu à cadeira de “Retórica e Poética” no Colégio Pedro II, onde iniciou a sua atuação em 26 de fevereiro de 1858, quando renunciou ao cargo de professor no Instituto dos Meninos Cegos. Permaneceu no Colégio Pedro II durante 18 anos, lecionando as disciplinas Retórica e Poética (1858-1861); Retórica, Poética e Literatura Nacional (1862-1869); História da Literatura em Geral e Especialmente da portuguesa e Nacional (1870-1876).

Em 1859, ainda como professor do Seminário Episcopal, lecionava as aulas de “Teologia Moral”. Outros locais que tiveram o Cônego Fernandes Pinheiro como professor foram os Colégios Inglês de Botafogo, onde dava aula de “História Sagrada e Catecismo”, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos e Imperial Sociedade Amante da Instrução.

A contribuição advinda de sua atuação enquanto professor é vastíssima, cooperando na escrita de muitos exemplares que foram escritos e usados como livros didáticos para ensino da mocidade, dentre os quais citamos, “Catecismo da Doutrina Cristã” (1855), “Curso Elementar de Literatura Nacional” (1862), “Episódios da História Pátria” (1859), “Gramática da Infância” (1864), “Gramática Teórica e Prática da Língua Portuguesa” (1870), “História do Brasil Contada aos Meninos” (1870), “História Sagrada Ilustrada” (1863), “Lições Elementares de Geografia” (1869), “Resumo de História Literária” (1873) e “Postilla de Retórica e Poética” (1877). Em uma carta que escreve a Mário Portugal Fernandes Pinheiro, o professor Agnello Bittencourt afirma:

Ao analisarmos a bibliografia dedicada ao tema mais amplo da história da historiografia e história da educação no período que abarca o império brasileiro, podemos afirmar que a normatização do ensino impunha-se como uma necessidade central para os

letrados formados no pragmatismo ilustrado português, na tentativa de consolidar um Estado autônomo. Dessa maneira, a busca pela educação, a normatização e a moralização da sociedade, em seus diferentes níveis, estava pautada, sobretudo, na crença de que esse esforço pudesse representar a (re)produção de um corpo de letrados que fosse herdeiro do Estado em construção²⁵. Essas foram as características gerais que fundamentaram, por exemplo, a criação do Colégio Pedro II (MATTOS, 2009, p. 36; HAIDAR, 1972, cap. 2)

Demonstrando a sua constante atualidade no meio historiográfico, os estudos sobre história do Estado e da Nação renovam-se constantemente, ora apontando continuidades, ora descontinuidades entre Brasil e Portugal e apresentando desafios para problematizar o Estado Nacional.²⁶ Ao longo do oitocentos, incorporada às discussões políticas e discutidos em âmbito público - seja em manuais didáticos, jornais, periódicos e demais veículos destinados ao contato com a sociedade - os caminhos que a nação brasileira deveria percorrer para sua total emancipação demonstram, sobretudo, uma expectativa em evitar a experiência vivida nas últimas décadas marcada por uma forte instabilidade social e semântica. (MOREL, 2005; BASILE, 2009). Essa incessante necessidade de reformulação do ensino e sua melhor sistematização, por exemplo, evidenciam um contexto de importantes transformações sociais e políticas, uma vez que o ensino representava, ao menos em sua dimensão institucional, a possibilidade da construção e divulgação “pedagogia da nação”.²⁷

A imprensa²⁸, dentre outras funções, acreditava-se ter o papel importante de civilizar²⁹ a nação, atuando como meio central de disseminação do conhecimento em uma sociedade que estava em vias de consolidação e formação “efetiva”; como “força e instrumento essencial para atuação no mundo público” (MOREIRA, 2011.p. 14). Além dessa função, vemos diversos setores da sociedade reivindicarem a educação utilizando-se dos jornais como meios importantes. Segundo Monica Jinzen, além de difundir os valores e ideias “iluministas” de um projeto civilizatório, a imprensa servia como local de “análise de conteúdos relativos à educação escolar, nomeadamente a defesa da escolarização da população” (JINZEN; INÁCIO, SANTOS, 2010, p.128).

²⁵ A bibliografia preocupada com essa discussão é extensa, citaremos aqui três obras importante para problematizar, principalmente, a ideia das “elites imperiáveis” com a tarefa histórica de civilizar a população. HAIDAR, 1972, cap. 2; ALENCASTRO, 1987.

²⁶ Citamos trabalhos centrais que afirmam a originalidade das discussões sobre a Nação e o Estado em seu caráter moderno e “não importado”. (DIAS, 1986, CARVALHO, 1988; MATTOS, 2005).

²⁷ Esse termo é problematizado na obra de Arlette Gasparello. Cf. GASPARELLO, 2004.

²⁸ Sobre a importância da imprensa e a atuação dos periódicos com a educação, ver FARIA FILHO, 2010.

²⁹ Na verdade, torna-se importante ressaltar que estava em jogo vários “projetos de civilização da sociedade”, dentre eles, o Romântico, mobilizado pela revista Niterói. Sobre a discussão à respeito da civilização ver: MATTOS, 2000, p. 33 a 57.

A questão social constitui-se de maneira gradual, sendo percebida pelos intelectuais da época e por eles reivindicada através de uma escrita da história que não se limitava a narrar o progresso dos grandes homens, mas efetivamente através de uma busca mais acurada sobre quem seria o povo brasileiro. O próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), em linhas gerais, nasce com esse intuito central, marcando o início de um forte projeto de uma historiografia disciplinar e disciplinada, como requisito de formação nacional. O IHGB, que funcionou como local de debates, arquivo e publicação de certa produção histórica, representou um dos locais onde a historiografia foi paulatinamente profissionalizada e documentada.³⁰

Além disso, o movimento conhecido como Romantismo³¹, sob o qual forma-se o Cômico e representa um momento intensamente questionador das estruturas então vigentes e dos caminhos que o Brasil deveria percorrer, nos ajuda a pensar e problematizar o momento em que escreve Cômico, principalmente por sua produção estar inserida em um momento da escrita da história institucionalizada. Ou seja, acreditamos que essa mudança de perspectivas para a escrita da história e a emergência de uma nova forma de compreender e problematizar a realidade, e sobre ela, escrever uma história, pode ser, com efeito, mapeadas na escrita de Pinheiro. Escrevendo, principalmente, a partir de 1850, enfrenta um horizonte de expectativas diferente daquele primordialmente defendido pelos românticos, onde vigora a ideia de moralidade una, a nacional, no lugar de uma moralidade difusa³². Nesse sentido, a sua escrita estaria atrelada e inserida em um espaço amplo de divulgação, dialogando ainda com o debate político que defendia modificações efetivas para a sociedade, a saber, o desafio de formar a juventude. (ARAUJO, 2008, p. 25-99. ARAUJO, 2009, p. 85-98)

Na literatura específica sobre o tema notamos que a formação social torna-se aspecto de discussões políticas, econômicas e sociais. De 1831 até 1840, durante o período regencial, as tensões, revoltas e lutas entre liberais e conservadores demonstram uma reivindicação intensamente engajada com as mudanças políticas e na disputa entre diversos projetos de construção do Estado nacional (MATTOS, 1987; CARVALHO e ALENCASTRO, 2002). O caminho conservador que vigorou na constituição do período posterior, já com a maioria

³⁰ Sobre o IHGB e versões e controvérsias de sua posição enquanto lugar privilegiado de produção historiográfica sobre a nação ver, GUIMARÃES, 1989a, p. 21-41. E sobre *Nação e civilização nos trópicos*, ver: GUIMARÃES, 1988.

³¹ Sobre o primeiro romantismo ver, RANGEL, 2011.

³² Esse tema é desdobrado da tese de Marcelo Rangel, onde afirma que “eles [os primeiros Românticos] viviam orientados por uma moralidade “confusa”, o que significa dizer por uma moralidade construída a partir de uma compreensão equivocada do que é a existência, e orientada por uma pluralidade de valores contraditórios que era atualizada por interesses particulares que nasciam aqui e ali, incessantemente”. (2011, p. 47).

de Pedro II, em seu projeto de centralização política e administrativa, concebe como primordial a noção de moralidade pública.

Koselleck descreve em suas obras o processo de autonomização da história, nas palavras de Hegel, como o momento da “a história em si e para si”. Para o caso brasileiro, a vinda da família real, encarada pelos contemporâneos como a ruptura com um velho tempo e abertura de um novo, como propõe Valdeci Lopes de Araujo (2009), trás consigo novas formas de se relacionar com o tempo e representa um momento de aceleração do tempo no mundo luso-brasileiro, agindo como um evento catalisador. Nesse sentido, conhecer um novo território e sobre ele escrever sua história, ainda sem um lugar institucional específico dessa iniciativa, resultou em uma grande variedade de gêneros de escrita.

Ao estudar e problematizar a atuação de diversas gerações no projeto político da Independência sob uma das principais hipóteses de que havia em disputa projetos de Brasil ou formas de dar sentido a um novo território, Araujo contribui para problematizar as disputas políticas desse novo tempo que se abre no Brasil. Nesse viés, sempre ressaltando as exigências crescentes para escrita da história, o autor analisa alguns dos desafios daquele momento, a saber, como narrar o passado nesse momento de aceleração? Como e com quais objetivos a história deveria ser escrita? Quem será o historiador e quais seus requisitos? A história do Brasil ou de Portugal?³³ Diante dessas alternativas, novos projetos historiográficos surgem, tornando a escrita da história um "local" de experimentações, onde o principal intuito era abarcar o passado por meio da narrativa, atribuindo assim sentido ao processo histórico. Koselleck aponta para as direções gerais abertas a partir desse novo tempo, a saber, a aceleração, ideologização, democratização, disciplinarização, autonomização e narrativização da história.

Segundo afirma Araujo, “foi entre os séculos XVIII e XIX, com a disciplinarização da escrita da história entendida enquanto uma ciência factual e objetiva, que a função moralizante teve de ser repensada.” (ARAUJO, 2011). Afirmar que a função moralizante da história teve de ser repensada, significa, antes de tudo, dizer que a moral, compreendida ainda como a noção dos séculos XVII-XVIII, sofre transformações com o conceito moderno de

³³ Segundo Araujo, “no Brasil joanino, o historiador tanto poderia ser o jornalista, filósofo, letrado semi-independente com relação ao Estado, quanto o funcionário público, este já em um perfil distinto daquele do Antigo Regime. Entre esses dois polos, toda uma variedade de situações poderá ser identificada, embora com clara preponderância de homens com maior ou menor vínculo com a gestão do Estado. A história que escreviam estava, em grande medida, comprometida com um projeto de reforma interna do Estado, por isso a crise da Independência será um momento altamente problemático para esses homens e a escrita da história” (2009, p.90).

história. A nossa inquietude em problematizar a moral, ou que modificações poderia ter o uso moral no século XIX, nos leva a acreditar que o discurso cristão não pode ser mais uma reação à experimentação do tempo, uma espécie de consolo ao tom melancólico romântico, ela tem que trazer soluções modernas, para problemas modernos. Nesse sentido e em termos gerais, a concepção de mundo, antes explicada por parte pela Igreja, sofre um processo de racionalização. Nesse processo de modernização, a própria moral passar a ser historicizada, ou seja, passa por uma evolução de valores que a orientavam.

Nesse sentido, acreditamos que Cônego Fernandes Pinheiro procurava realizar, na maioria dos seus escritos, uma análise da situação histórica a partir de temas relevantes para problematizar todo o processo de consolidação do Brasil enquanto nação, entre eles: o papel dos jesuítas no processo da colonização, a importância da literatura na formação nacional, dentre outros temas recorrentes nas discussões dos historiadores do período. Acreditamos que a problematização do uso moral da história funcionava como uma chave de análise do que o Cônego consideraria como o caminho correto para o Brasil, mais diretamente, ao modo do Cônego, “para o progresso das letras, da pátria e do povo” (PINHEIRO, 1862, p. 12). Identificamos que o Catolicismo era a via pela qual o autor sintetizava a sua compreensão de moral, aplicada à sociedade, através de escritos destinados, principalmente à “boa sociedade” e à juventude. Pinheiro, que muito escreveu no âmbito de um público especificamente católico, como padre, ou como professor das disciplinas de religião para catecismo e outros escritos, procurava na maioria dos seus trabalhos analisar a situação nacional e sobre ela produzir pareceres.³⁴

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, L. F. O fardo dos bacharéis. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 19, 1987.

ARAUJO, Valdeci Lopes de. Formas de ler e aprender com a História no Brasil joanino. *Acervo* (Rio de Janeiro), v. 22, p. 85-98, 2009.

GASPARELLO, A. M. Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 05-27, 1988.

³⁴ No item “fontes” deste projeto procuramos relacionar as obras com maior potencialidade de nos levar a refletir sobre essa possibilidade.

_____. A Revista do IHGB e os temas de sua historiografia (1839-1857). In WEHLING, Arno. *As Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: ideias filosóficas, sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989a, p. 21-41, Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no império brasileiro*. São Paulo, EDUSP, 1972, cap. 2.

INÁCIO, M.S, SANTOS, M.L e JINZENJI, M. Y. *Educação moral, política e instrução: imprensa e educação no Brasil oitocentista*. Org. Faria Filho, Luciano Mendes et al. EDUEM, 2010.

LAET, Carlos de. *Microcosmo do Jornal do Comércio*, 12 de agosto de 1883.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987, e Carvalho, José Murilo de, Alencastro, 2002.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar*: Access, 2000, p.33 a 57.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império*. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política nos “Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói”*. Os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil. Tese (doutorado) - Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2011.

SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. Retratos a Lápis. *O Kaleidoscopio*. São Paulo, n. 22, 1/9/1860.

PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Curso Elementar de Literatura Nacional*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.

O lugar da biblioteca escolar no processo de Escolarização da leitura em minas gerais: 1920-1940

Marcus Vinicius Rodrigues Martins

Mestre em Ciência da Informação

UFMG

marcusmartins2005@gmail.com

RESUMO: O artigo identifica o lugar da biblioteca escolar no processo de escolarização da leitura no período de 1920 a 1940 em Minas Gerais. Tal decurso foi marcado por um reposicionamento do lugar da biblioteca nas escolas, de modo que se reconfigurou a presença do espaço no aparelho institucional de ensino, percebeu-se a necessidade da frequência e práticas perante aos livros e a leitura foram remodeladas através de discursos oficiais e educacionais.

PALAVRAS-CHAVES: Biblioteca Escolar; Escolarização; Leitura; República

ABSTRACT: The article identifies the place of the school library in the schooling process of reading in the period 1920-1940 in Minas Gerais. This course was marked by a repositioning of the place of the library in schools, so that it reconfigured the presence of such space in the teaching Institutional apparatus. It became clear the necessity of frequency and practices before the books and reading were remodeled through educational and official discourses.

KEYWORDS: School library; schooling ; reading ; republic

Introdução

Para compreender o lugar que a biblioteca escolar ocupou no processo de escolarização da leitura, é necessário entender a escola, pois são partes interdependentes e indissociáveis. Assim averiguar o processo na qual se desenvolveu a escola no contexto sócio histórico é também conceber o desenvolvimento da biblioteca escolar.

Deste modo, cabe contextualizar o Brasil-República no período da década de 1920, para inteirar-se do projeto de edificação de cidadãos republicanos e civilizados que levariam o país ao progresso social e econômico. A percepção era da escola como espaço privilegiado para instruir e educar os futuros cidadãos e membros da sociedade, tornando-se o rumo central das ações governamentais que tendiam a construir um novo homem. Para isso, era necessário renovar a escola: métodos, práticas, espaços e tempos para que se conformasse com os desejos e as aspirações sociais.

É necessário refletir que a renovação escolar não aconteceu de forma descolada do contexto sociocultural dos séculos XIX e XX, nem foi mera consequência de mudanças na

sociedade: "as reformas escolares se inscreveram nas diferentes reformas e inovações ocorridas nesse período – as inovações no campo científico e tecnológico, as mudanças na cultura material da sociedade" (VEIGA, 2004). No mesmo sentido, Veiga (2007) disserta que desde a última década do século XIX, os movimentos de renovação pedagógica e da prática escolar estiverem sintonizados com as novas dinâmicas da sociedade: o desenvolvimento das ciências e de novas tecnologias, a extensão do modo de vida urbano, o trabalho industrial, as novas profissões, a consolidação do capitalismo e a heterogeneidade social foram fatores que contribuíram para uma nova perspectiva em relação à instituição escolar: seus sujeitos, tempos e métodos.

Destaca-se, também que as reformas urbanas e as ocorridas nos espaços de lazer influenciaram na arquitetura e projeção das escolas perante a cidade. Aliado a isso, iniciaram-se reformas educacionais, no intuito de modificar as práticas, espaços e tempos escolares, haja vista que o objetivo era a regeneração do homem embasada nas novas teorias pedagógicas advindas do ideário educacional denominado Escola Nova.

Neste sentido, as reformas educacionais e a mudança de perspectiva em relação à instituição escolar favoreceram as oportunidades de acesso à instituição escolar, criando em um curto espaço de tempo entre 1927-1930, 3.555 unidades de ensino primário e 21 escolas normais no Estado. A ampliação da oferta possibilitou um crescimento de 87% na matrícula, que de 230.873 alunos em 1926 passa a 448.810, em 1930. O crescimento da taxa de matrícula evidencia a existência de uma demanda reprimida que assomou a escola. Isso significou, sem dúvida, uma abertura e uma ampliação das oportunidades de escolarização (PEIXOTO, 2002).

No entanto, deve-se entender que o processo de escolarização não se inicia na República, mas um processo social e cultural que se estende por um longo tempo. Neste sentido, convém apresentar a construção deste conceito.

O processo de escolarização

O termo escolarização pode ser entendido sob dois sentidos, de acordo com Faria Filho (2002; 2003) no primeiro, escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas em relação à "organização de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados" (FARIA FILHO, 2003, p. 78).

Em outra acepção, escolarização pode ser compreendida como o "processo e a

paulatina produção de referências sociais, tendo a escola ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados”.

(FARIA FILHO, 2003, p. 78) Neste sentido de acordo com Faria Filho (2003) a atenção está voltada para os termos “consequências” sociais, culturais e políticas da escolarização, desta forma “abrangendo questões relacionadas letramento, ao reconhecimento ou não de competências culturais e políticas dos diversos sujeitos sociais e à emergência da profissão docente.” (FARIA FILHO, 2003, p. 78).

A segunda conotação de escolarização proposta por Faria Filho (2003) remete ao conceito de “forma escolar” cunhada por Vincent, Lahire e Thin (2001) para eles há uma forma especificamente escolar de socialização da infância e da juventude, “a configuração e a difusão da instituição escolar no mundo moderno realizam-se, também, pela crescente ampliação da influência desta para muito além dos muros da escola”. (FARIA FILHO, 2003, p. 78)

Ainda segundo Faria Filho (2003) o fenômeno da escolarização somente pode ser compreendido em seu sentido mais amplo, se levarmos em conta um tempo relativamente longo, por exemplo, os últimos dois séculos na sociedade brasileira.

É nesse tempo mais longo que podemos perceber como mais precisão, com mais clareza, os múltiplos significados e os diversos fatores intervenientes da radical mudança em nossa sociedade no que diz respeito à escola: de uma sociedade sem escolas no início do século XIX, chegamos ao início do XXI com a quase totalidade de nossas crianças na escola. (FARIA FILHO, 2003, P. 79)

Neste sentido, a transição de uma sociedade não escolarizada para uma escolarizada, gera tensões que recai sobre toda totalidade do tecido social, não deixando intocada nenhuma de suas diversas dimensões. Desta forma, tal tensão pode ser percebida não apenas naquilo que toca diretamente à escola e ao seu em torno, mas naquilo que de mais profundo há na cultura e nos processos sociais como um todo, “das formas de comunicação, às formas de constituição dos sujeitos, passando pelas inevitáveis dimensões materiais garantidoras da vida humana e de sua reprodução, tudo isso se modifica, mesmo que lentamente, sob o impacto da escolarização”. (FARIA FILHO; ROSA; INÁCIO, 2003, p. 3)

Desta maneira, o reconhecimento de a escola produz a sociedade, de que a escolarização teve um impacto direto e indireto no conjunto social. Utilizando a noção de cultura escolar pensada por André Chervel (1993) de que a cultura escolar é uma autêntica e original cultura produzida pela escola e faz independentemente nada disso pode nos levar, no

entanto, ao entendimento de que a escola o faz independentemente da sociedade na qual está inserida. Portanto “A escola é tanto produtora quanto produto da sociedade como um todo. O que importa estudar, em última instância, é como este fenômeno se dá em suas múltiplas facetas em tempos e espaços determinados” (FARIA FILHO; ROSA; INÁCIO, 2003, p. 3)

Desta forma, após compreender o conceito de escolarização e perceber que é necessário entendê-lo para analisar o espaço da biblioteca escolar, aponta-se os primeiros indícios estes espaços no período republicano para compreender o processo de implantação de bibliotecas nas escolas.

A biblioteca escolar: espaço de escolarização da leitura

Para Válio (2002) a questão das bibliotecas escolares tem início na metade do século XIX, sendo este lugar pensado como coleção de livros. A ressignificação do objetivo da biblioteca começou no decorrer do século XIX, no qual, o ambiente passa a ser considerado um espaço escolar, que proporciona outros momentos de leitura, e deste modo colabora no processo de escolarização da leitura.

As bibliotecas escolares foram previstas no Regimento Interno dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas do Estado de Minas Gerais, decreto de 1.969/1907. Entretanto não há registros destes espaços nas escolas isoladas, ao contrário nos grupos escolares que conforme o artigo 1 do Regulamento especificava para os mesmos, algumas condições, dentre elas informava que teria “um salão para museu e uma sala para a biblioteca, podendo estes ser instalados em único compartimento que fosse suficientemente espaçoso”.

Outras especificações referentes à biblioteca mencionavam a organização do espaço como a existência de um livro próprio para o registro dos materiais, aberto e encerrado pelo inspetor escolar, onde deveriam “discriminadamente lançadas todas as peças de mobília, utensílios, livros, objetos etc., de modo a justificar a qualquer momento a existência exata dos mesmos” (REGIMENTO, 1907). A biblioteca escolar seria utilizada, em princípio, “para uso exclusivo dos professores e alunos” (REGIMENTO, 1907), e deste modo o acervo comporia “especialmente de obras, publicações e revistas de ensino e educação” (REGIMENTO, 1907), que seriam “adquiridas por donativos e, quando possível, com o auxílio da Caixa Escolar” (REGIMENTO, 1907). O regulamento, ainda estipulava que nenhum livro deveria “ser retirado para consulta fora do estabelecimento, sem recibo do professor, que o assinaria também para os seus alunos” (REGIMENTO, 1907).

De acordo com o Regulamento Geral da Instrução do Estado de 1907, as bibliotecas poderiam se fundar anexas aos Grupos Escolares ou às escolas singulares. Entretanto, levaram certo tempo para que as bibliotecas escolares fossem aparelhadas e funcionassem nas

salas correspondentes a elas, permanecendo até os anos trinta o uso quase exclusivo das bibliotecas de sala.

Conforme Klinke (2003) mesmo que as escolas recebessem doações de livros, revistas e periódicos para a composição dos acervos, antes dos anos vinte, a maior parte dos relatórios de diretores e inspeção, que a elas se referiam, dizia respeito à sua lenta organização,

Há uma lacuna sensível neste prédio: a falta de local apropriado para Museu e Biblioteca, visto como os cômodos, que poderiam para isso servir, estão sendo adaptados para as futuras oficinas, conforme exige a planta. (CICERO BRANT, *Relatório*, 15/04/1908)

A biblioteca tem recebido sempre valiosos donativos de revistas, livros, etc., funciona provisoriamente no salão de entrada, onde fiz colocar duas grandes mesas e quatro armários adquiridos com as importâncias angariadas para esse fim. [...] Espero no correr do próximo anno, installal-a no magnífico salaão do andar térreo, onde já se acha installado, por ordem de V. Exc. O cinematographo para as lições de geographia e historia. (HELENA PENNA, *Relatório*, 12/12/1915)

A bibliotheca e o museu escolar não têm se desenvolvido como era de se esperar, attentas as vantagens dessas duas instituições num estabelecimento de ensino, devido a falta de forro no salão a esse fim destinado. Já possuem a primeira cerca de 700 volumes, quatro armários e duas grandes mesas para sua instalação. (HELENA PENNA, *Relatório*, 30/11/1916)

Em outra situação, a Diretora do Grupo Escolar Affonso Penna informava que a biblioteca e o museu escolar “acham-se funcionando, embora, em falta do material mais necessário” (ADELAIDE NETTO, *Relatório*, 10/12/1916). E destaca que “foi grande e muito prejudicial a falta de material neste anno, tendo sido a causa de se retirar do grupo “Aff Penna” avultada somma de alunmos pobres” (ADELAIDE NETTO, *Relatório*, 10/12/1916)

No decorrer dos anos vinte, as bibliotecas escolares começam a ser aparelhadas, e tentam se configurar como espaços de leitura na instituição escolar. Em uma mensagem do Presidente Fernando Melo Viana, em 1925, relata que

As bibliotecas escolares, já instaladas em muitas das nossas casas de ensino, vão sendo núcleos de reunião inteligente e proveitosa. Constituindo de livros belos e uteis, o professorado mineiro poderá conseguir em favor do adiantamento do corpo discente, introduzindo nos seus hábitos o trato com a boa leitura (VIANA, Fernando Melo, 1925, p. 85)

O período em que Fernando Melo Viana presidiu o estado de Minas Gerais houve inúmeras realizações no ensino escolar como: construção e aparelhamento de números grupos escolares, aprovação do Regulamento do ensino nas Escolas Normais, dos programas de ensino nos jardins de infância, dos cursos complementares, dos cursos primários agrícolas e no ensino primário.

Após o governo de Melo Viana findar em 1926 assumiu o cargo de presidente do

Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos, que escolheu para secretário do interior Fernando Campos, os dois promoveram uma renovação educacional ampla em 1927 que modificou práticas, tempos e espaços escolares.

O Regulamento do Ensino Primário do Estado de Minas Gerais, decreto n. 7.970-A/1927, fruto da reforma na instrução pública feita por Francisco Campos e Antônio Carlos previu um espaço dedicado á biblioteca escolar e a colocava como acessório e dependências da escola, assim como museu escolar e os gabinetes médicos e dentários. Ao contrário dos regimentos anteriores, o regulamento de 1927 estipulava que em “cada grupo escolar se constituirá uma biblioteca para uso dos professores e dos alunos”.

Efetivamente, as bibliotecas só aparecem como espaço integrante nos grupos escolares, principalmente, depois da década de 1920 e tinham o intuito de colaborar na construção do gosto e hábito para a leitura. Acrescenta-se a este fato a profusão de discursos educacionais que tentavam deslocar a perspectiva do papel da biblioteca nas escolas de um espaço colecionar para um ambiente agradável, e que não fosse indissociável as práticas e métodos nas escolas. Nas palavras de Lourenço Filho (1944, p. 6) “Ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca, é aparelho imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será, por seu lado, instrumento vago e incerto”. Neste sentido, a biblioteca também se constituía como um espaço com intervenções, principalmente dos educadores e intelectuais que a consideravam como “coração da escola”. Assim, nas palavras de Maria dos Reis

Campos (1936, p. 272) , “nas escolas modernas (...) a biblioteca é parte integrante e da mais alta relevância no organismo escolar”.

Os discursos educacionais baseados no ideário escola nova modificaram a formatação das bibliotecas escolares, que deixaram de ser apenas um espaço colecionador e organizador de “bons livros” para se converterem em ambientes estimuladores do gosto pela leitura, e consequentemente, despertar o espírito crítico e as sensibilidades, que também, só poderiam ser estimuladas em espaços que valorizassem a criança. Assim sendo, um lugar que respeitasse as características bio-psicológicas da criança e conformasse com os ideários da nova pedagogia. Deste modo, advogava Fernando de Azevedo (1968, p. 201)

Com a renovação dos métodos escolares, as bibliotecas tomaram um impulso vigoroso e ganharam não só em extensão, multiplicando-se por toda parte, em escolas de todos os graus e categorias, mas em linha vertical, renovando-se e aperfeiçoando-se, para se tornarem cada mais acessíveis, atraentes e utilizáveis sob o influxo das novas ideias de educação. Mas se examinarmos a questão de perto, não nos pode surpreender esse isocronismo

dos dois movimentos, paralelos e sincronizados, o da renovação educacional, de um lado, e o das bibliotecas escolares, de outro, desenvolvendo-se segundo o mesmo ritmo e na mesma direção. (AZEVEDO, 1968, p. 201)

Os discursos educacionais remodelaram as práticas e o espaço da biblioteca, tentando modificar hábitos já construídos e estabelecendo novas atitudes perante os livros e as bibliotecas. Algumas novidades como livros dispostos em estantes á altura das mãos das crianças, o que permitia aos leitores infantis um acesso direto aos volumes, que poderiam ser lidos no local ou retirados para leitura em casa: práticas consideradas novas, mas não inéditas. As estantes baixas permitiam que a criança escolhesse o livro que a agradasse e construísse uma relação de prazer com o título, a capa e a plasticidade da edição. Cecília Meireles enfatizava que as bibliotecas correspondem a uma necessidade do período; para ela, os espaços colaboraram para que os adultos percebessem as preferências das crianças, “pois, pela escolha feita, entre tantos livros postos em sua disposição, a criança revela o seu gosto, as suas tendências, os seus interesses”. (MEIRELES, 1979, p. 111)

Para que as crianças tivessem um horário definido para a ida a biblioteca, os regulamentos das escolas primárias especificaram um tempo determinado, que foi introduzido no quadro curricular, ou em sala de aula. Geralmente, após o termino dos exercícios proposto pela professora, e enquanto finalizavam os trabalhos pelos colegas, de forma a respeitar o ritmo individual de aprendizagem, os alunos eram incentivados a buscar livros para leitura silenciosa. (VIDAL, 2004)

Os livros dispostos nas estantes caracterizavam-se por serem organizados, de acordo com a faixa etária dos alunos; “para os estudantes iniciais, livros repletos de imagens e com poucas letras que eram substituídos paulatinamente por histórias mais elaboradas e menos ilustradas nas séries mais avançadas”. (VIDAL, 2004).

Todos os discursos proferidos por educadores, políticos, escritores e intelectuais e tantos outros sobre a importância das bibliotecas nas escolas, e as contribuições de experiências de atuação pelo Brasil, tornaram possível o aumento significativo destes espaços nas diferentes instâncias educativas.

Se no início da década de 30 do século XX, elas pouco representavam no aparelho escolar – não chegando a duas centenas, o início da década de 40 apresenta uma maior presença destes espaços na estrutura escolar. Para Machado (2002) a incorporação da biblioteca, como unidade integral e uníssona das práticas educativas e núcleo aglutinador de saberes, voltada para o desenvolvimento intelectual e cultural, e sobretudo, como elemento

formador da mente infantil, tais como os escolanovistas a representavam, “passava primeiramente pela criação e institucionalização destas unidades escolares - o ato político – para depois serem absorvidos como práticas pelo conjunto dos professores – o ato educativo” (MACHADO, 2002, p. 44)

Todos os discursos proferidos por educadores, políticos, escritores e intelectuais e tantos outros sobre a importância das bibliotecas nas escolas e as contribuições de experiências de atuação pelo Brasil, tornaram possível o aumento significativo destes espaços nas diferentes instâncias educativas. De modo que podem ser observado que os Estados, onde ocorreu um crescimento expressivo de bibliotecas, como Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Pernambuco e Bahia, estavam à frente dos Departamentos de Educação, educadores e intelectuais adeptos ou que se identificavam com as linhas políticas, filosóficas e educacional do movimento escola nova. De maneira que a intervenção pedagógica dos escolanovistas pode ser verificada em face da maior concentração destes espaços em estabelecimentos públicos, em total oposição às décadas iniciais do período novecentista, onde as bibliotecas concentravam-se em escolas particulares de ordens católicas.

Outro ponto importante de análise é o contexto de desenvolvimento industrial e econômico destas regiões. Este fator auxiliava na melhoria de condições sociais e educacionais, e na instalação de instituições escolares e, com isso, de mais bibliotecas escolares.

Considerações finais

O empenho em prover instalações adequadas para a guarda de livros, em definir critérios de escrituração, em constituir ambientes acolhedores para a leitura, “em adquirir moveis apropriados aos corpos dos alunos e em criar horas específicas de frequência de alunos à biblioteca” (VIDAL, 2004, p. 206) demonstra a intensa preocupação dos educadores e intelectuais dos anos de 1920 a 1940, com a biblioteca escolar, esses educadores promoveram a reordenação das práticas escolares, tendo como objetivo colocar o aluno no centro do processo educativo. Através de estratégias discursivas, os escolanovistas ressignificaram a representação da biblioteca escolar e desta forma, propuseram um novo modelo, ao invés de um espaço organizador e colecionador restrito de “bons livros” se converteram em ambientes agradáveis e estimuladores do gosto pela leitura.

Fontes consultadas

1906 /28/maio - Decreto nº 1908. Estabelece a distribuição das matérias do ensino normal pelos quatro anos e uniformiza os programas do mesmo em todas as escolas normais.

1907 /03/janeiro - Decreto nº 1969. Aprova o Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Minas Gerais. (P.E: João Pinheiro da Silva; S.I: Manoel Thomaz de Carvalho Britto)

1924 /19/agosto – Decreto nº 6655. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. 1925 /1/janeiro – Decreto nº 6758. Aprova os Programas do Ensino Primário.

1925 / 20/março – Decreto nº 6831. Aprova os Programas de Ensino nas Escolas Normais. 1927 /15/outubro – Decreto nº 7970-A. Aprova o Regulamento do Ensino Primário do Estado. 1927 /22/dezembro – Decreto nº 8094. Aprova o Programa do Ensino Primário do Estado.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Fernando de. A formação e a conquista do público infantil. *A educação e seus problemas*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos. 1968.

CAMPOS, Maria dos Reis. *Escola Moderna: conceitos e práticas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1936.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 77-99

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; ROSA, Walquiria Miranda; INÁCIO, Marcilaine Soares. O método mútuo e a formação docente no Brasil no século XIX: a qualificação da escola e a desqualificação do trabalho docente. *Educação em foco*, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, p. 2-24, set.2002/fev. 2003

KLINKE, Karina; VEIGA, Cynthia Greive; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Escolarização da leitura no ensino graduado em Minas Gerais: (1906-1930)*. 2003, 236 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2003.

LOURENÇO FILHO, M. B. *O ensino e a biblioteca: 1ª conferência da série educação e biblioteca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

MACHADO, Alzemi. *A implantação de bibliotecas escolares na rede de ensino de Santa Catarina (décadas de 30/40)*. 2002. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, 2002.

MEIRELES, Cecília. *Problemas da literatura infantil*. 2.ed. São Paulo: Summus, 1979. 117p.
PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. *A escola sob medida: o discurso pedagógico do governo*

mineiro nos anos 30 do novecentos. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 2., 2002, Natal. *Anais...CBHE*: Natal, 2002. v. 1. p. 1-11.

VÁLIO, Else Benetti Marques. Biblioteca escolar: uma visão histórica. *Revista Transinformação*, v. 2, n. 1, jan./abr. 1990.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.

VIANA, Fernando Melo. *Mensagem ao congresso mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u309/000002.html>>. Acesso em 12 fev. 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves. Bibliotecas Escolares: Experiências Escolanovistas nos anos de 1920-1930. In: MENEZES, Maria Cristina de (Org.). *Educação, Memória, História. Possibilidades, Leituras*. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 187-211

Prescrições de condutas e comportamentos aos professores da escola primária na legislação mineira entre 1889 a 1927

Talita Barcelos Silva Lacerda

Mestranda em Educação

FAE / UFMG

talibsilva@gmail.com

RESUMO: Esse trabalho visa discutir as prescrições morais estabelecidas aos professores da escola primária de Minas Gerais no período de 1889 a 1927, bem como as tensões sociais geradas pela expectativas em torno da profissão docente. Para tanto, utilizou-se como fonte as legislações mineiras do período, jornais e a Revista do Ensino, problematizando de que modo são construídos os discursos de tais prescrições em relação aos professores.

PALAVRAS-CHAVE: professores, escola primária, república, prescrições, moralidade.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the moral requirements established for primary school teachers of Minas Gerais, in the period 1889-1927, also social tensions generated by expectations over the teaching profession. For both, it was used documental sources such as laws of the state of Minas Gerais for the period, newspapers and the magazine “Revista do Ensino”, questioning how discourses are constructed from such requirements of the teachers.

KEYWORDS: teachers, elementary school, republic, prescriptions, morality.

Introdução

A institucionalização da escola pública, estatal e gratuita tem um papel significativo na história do ocidente. Sua organização se relaciona principalmente com a constitucionalidade dos governos e com a constituição da sociedade de direitos. A organização da educação estatal, contudo, foi cercado de conflitos durante o processo construção das definições de como seria a educação e a escola estatal. Os debates e tensões relacionados ao estabelecimento da profissão do professor também fizeram parte desse processo. As preocupações referentes a conduta e comportamento dos professores para com as crianças emergem, nesse contexto, como aspecto importante.

Pretende-se problematizar nesse artigo, especificamente no período da primeira república, a normatização dos comportamentos e das condutas dos professores na sua prática docente e na sua relação com os alunos. Intenciona-se refletir sobre o estabelecimento de determinadas atitudes para o ingresso na carreira de professor e como tais prescrições influenciaram o processo de instituição da profissão, discutindo a construção do conteúdo de

apelo à moralidade dos professores e as tensões sociais geradas pela expectativa de cumprimento das condutas prescritas.

Prescrições na legislação mineira

Em fins do século XIX, vários conflitos políticos emergiram com a crise do império e o desenvolvimento do debate republicano. Como parte de um processo contínuo e extenso de transformações culminou em 1889 a instituição da República Federativa do Brasil³⁵. Como analisa Costa e Schwarcz (2000) a chegada da República trouxe consigo o reforço na crença do poder da ciência e da educação como instrumentos para salvar a nação do atraso em que se encontrava. Ainda que o discurso republicano pouco tenha inovado no que se refere à importância da educação escolar, pois tal como os monarquistas acreditavam que somente por meio da educação seria possível atingir a civilização e o progresso, as intervenções educacionais dos anos iniciais republicanos foram marcadas pelo debate da necessidade de uma reforma total da instituição escolar (VEIGA, 2012).

De acordo com o modelo federativo, segundo a Constituição de 1891, os estados da República promulgaram as constituições estaduais que entre outras atribuições estava a de estabelecer os parâmetros de organização da escola primária. Observa-se que a preferência pela federalização das políticas de educação escolar nos primeiros anos da República fez com que a educação se apresentasse mais como um problema regional do que nacional o que ocasionou inúmeras críticas de educadores e de alguns políticos da época (VEIGA, 2011).

Nas normatizações republicanas são reafirmados os apelos à conduta moral do professor, contudo estes apelos estiveram mais fortemente associados a mudanças de conduta em relação ao tratamento dos alunos. Já na primeira lei republicana, lei 41 de 3 de agosto de 1892, prescrevia que “a disciplina escolar deve repousar essencialmente na afeição do professor pelos alunos, possuindo-se aquele de sentimento paternal para com estes, de modo a corrigi-los pelos meios brandos e pela persuasão amistosa” (Brasil, Lei n.º 41 de 3 de agosto de 1892). Neste contexto consolidou-se o entendimento da associação entre auto controle das emoções e boa moral.

³⁵ O decreto n.º 1, de 15 de novembro de 1889, proclamou e decretou a República Federativa, transformou as províncias em Estados Unidos do Brasil e instituiu o Governo Provisório da República. Por meio do decreto n.º 6, de 19 de novembro de 1889, estabeleceu-se que saber ler e escrever era condição para a participação eleitoral, extinguindo o voto censitário; através do decreto n.º 7, de 20 de novembro de 1889, afixaram-se as atribuições dos Estados em matéria de instrução pública, definindo que seria de competência das unidades federadas a instrução pública, em todos os seus graus.

As prescrições relativas à proibição da violência física contra os alunos gerou vasta documentação de queixas dos pais em relação a conduta dos professores. A denúncia de um pai de aluno da cidade de Queluz no estado de Minas Gerais, por exemplo ocasionou penalidade ao professor Severino Ferreira da Silva que em 1894 foi punido por ter utilizado de castigos físicos contra o aluno,

O Doutor Secretario d'Estado dos Negócios do Interior, tendo em vista o officio do Inspector Escolar Municipal de Entre Rios, de 28 de abril último, do qual consta que o professor da cadeira da Serra do Camapuã, daquele município, cidadão Francisco Augusto Maria, applicou castigos físicos a um aluno da sua escola, resolve, de conformidade com o parágrafo único do artigo 129 do Regulamento a que se refere o Decreto nº 655, de 18 de outubro do ano passado, impor ao referido professor a pena de multa de dez mil réis (10\$000), devendo o mesmo ser submetido a processo perante o conselho superior, conforme o disposto no artigo 117 do citado regulamento. (código SI 726)

Assim, em fins do século XIX e inicio do XX avolumam-se as exigências para ser considerado um bom docente. Em relatório sobre a conduta de um professor de Araxá o inspetor Tobias afirma que “(...) seu procedimento é exemplar; aquilatei de modo satisfatório o método do ensino pelos compêndios adoptados e pela sua capacidade intelectual; seus alunos apresentam vantajoso adiantamento”. Já na escola de Uberaba, foi destacado “(...) o antigo professor Antônio Augusto Pereira de Magalhães, assaz bem conhecido pela sua capacidade moral, intelectual e proverbial solícitude com que desempenha ativamente seus deveres de modo sempre satisfatório” (código SI 663).

Mas nem sempre a estima era uma qualidade comum dos professores. O juiz de paz João Soares de Espírito Santo da Forquilha, na data de 3 de setembro de 1905 ao cumprir a exigência legal de atestar frequência para um professor receber o salario, faz a seguinte declaração,

Cientifico a V. Ex. que o professor deste distrito, Rigerio Alves Passos tem praticado toda a sorte de arbitrariedades e pela estupidez e genuína grosseria que tanto o caracteriza já conquistou geral antipatia dos Forquilhenses. O que, porem, me faz levar tudo ao conhecimento de V. Exa. É o modo excessivamente crasso com que ele trata seus alunos, chamando-os de burros! Sem vergonha! etc.; finalmente desenrola uma serie enorme de impérios contra as pobres criancinhas que ainda estão sob o poder de tão revoltante professor (...) A nossa população é grande; si a frequência é limitadíssima é devido a estupidez, perversidade e incorreção do professor (...) Existem muitos meninos que não estão na escola porque não podem pagar ao professor e á escola publica não vão porque seus pais não querem ver seus filhinhos submete todos às garras de um canalha que faz da pobre criancinha o vaso onde expectora sua bÍlis repulsiva. (código SI 2785)

No ano de 1900, o decreto de janeiro trazia em suas determinações orientações sobre o magistério de mulheres e sobre as que porventura tenham cometido crimes.

Art. 78 As senhoras são dispensadas de exibição de folha corrida; mas, se forem casadas e estiverem judicialmente separadas de seus maridos, provarão que o motivo da separação ou divórcio não lhes é desonroso;

Art. 79 Não poderão ser professores públicos os indivíduos que tenham cometido crimes que demonstrem perversão moral.

No âmbito das legislações específicas para as professoras há de se destacar que a feminização do magistério não se deu sem tensões. Em documento de 1893 o secretário do interior pede informações sobre a professora de Roças Grandes Idalina Rosa que “além de não cumprir seus deveres, vive desonesta” (código SI 655). Noutro ofício do mesmo ano um cidadão do Bonfim pergunta as autoridades: “Será permitido a Professora d’este distrito lecionar em casa de sua mãe; amasia do promotor desta comarca?” (código SI 727).

O regulamento do ano de 1906 indica que o professor deveria comparecer “com pontualidade e decentemente na escola.” O decreto de n.º 1960 de 16 de dezembro de 1906 que aprova a criação da primeira Escola Normal da Capital, em Belo Horizonte no ano de 1907 determinava que “não poderão cometer atos que infrinjam disposições do Regulamento e deste regimento, ofendam a disciplina da Escola ou sejam contrários às boas normas de moral e urbanidade.”

Curiosamente, o decreto de junho de 1911 acrescenta aos comportamentos já regulados a proibição do exercício da profissão àqueles professores falidos financeiramente, e que não possuam condições mínimas de subsistência. Orienta, ainda, que os professores devem ser exemplo de conduta.

Art. 132 Do professor público primário, encarregado da formação das gerações futuras, é dever: [...]3. Inspirar e desenvolver nos alunos o amor e a aplicação ao estudo e incutir-lhes pela palavra e pelo exemplo sentimentos vivos de honestidade, de patriotismo e justiça;

Art. 137 Ao professor é vedado: [...]5. Fumar na escola ou em presença dos alunos

11. Frequentar más companhias e indivíduos de má nota;

12. Usar bebidas alcoólicas; embriagar-se;

13. jogar e frequentar casas de tavolagem;

14. Praticar atos imorais ou de incontinência escandalosa;

15. Provocar desordens;

19. Fomentar imoralidade entre os próprios alunos; incutir-lhes maus princípios.

Art. 138 Aos professores cumpre ainda ser, para os alunos, exemplo vivo de altivez, independência, coragem, amor ao trabalho, prudência, ordem, sobriedade, temperança, economia, decoro, dignidade, moralidade, civismo, abnegação, verdade, humanidade e justiça.

Os demais regulamentos aprovados e publicados após esse período mantiveram a mesma tendência em relação às exigências morais de condutas, exigindo um comportamento normatizado e civilizado nos processo de ingresso da carreira docente e das punições em caso de ausência do comportamento exigido. Os professores das Escolas Normais são orientados, de acordo com o decreto de novembro de 1912, a:

Inciso 4º Tratar aos alunos com brandura e urbanidade, ensinar-lhes os preceitos de civilidade quando mostrarem que os ignoram, dar-lhes conselhos para bem procederem, e repreendê-los quando o merecerem, sem usar de palavras ásperas e ofensivas de sua dignidade.

Já o Decreto de agosto de 1924 é expresso ao prescrever os deveres do professor primário:

Apresentar-se na escola, decentemente vestido, quinze minutos antes da hora regimental, a fim de assistir á entrada dos alunos; Desenvolver nos alunos o amor e a aplicação ao estudo; incutir-lhes, pela palavra e pelo exemplo, sentimentos de honestidade, de patriotismo e de justiça e educá-los física e intelectualmente; Esgotar os meios brandos antes da aplicação de penas disciplinares, e usar destas com moderação e critério;

A Reforma de 1927 denominada de Francisco Campos reforça as orientações e determinações até então construídas em torno da normatização das condutas dos professores, e destaca que aqueles que praticarem atos contrários a moral e os bons costumes “serão exonerados a bem do serviço público.”

O apelo dos governantes à civilização da população brasileira, como em outras nações do ocidente, materializava-se nas legislações educacionais. Neste contexto destaca-se a elaboração de uma alta expectativa em relação a função da educação escolar e a ação docente, o que vai contrastar fortemente com a condições de trabalho dos professores, especialmente os baixos salários. Segundo o jornal O Registro de 1º de julho de 1897 não somente as exigências em torno do professor deveriam ser rigorosas e eficientes, mas também “que da educação primária no estado sejam encarregados professores que habilitem para tal fim por exames rigorosos e que seus vencimentos estejam a par dos seus saberes pedagógicos” (O Registro, 1897, p.1).

Considerações Finais

As considerações aqui estabelecidas por meio da análise das legislações mineiras teve como intuito refletir sobre a construção da profissão docente e as tensões que se desenvolveram nesse processo. As leis e decretos evidenciam uma demanda, por parte dos governos e da sociedade, para que os professores atuem de acordo com padrão de comportamento civilizado e moralmente aceito. Percebe-se por meio das denúncias e

relatórios de pais e gestores, além dos artigos jornalísticos, a pressão dos diversos setores da sociedade por uma postura do professor que sirva de exemplo para que os alunos aprendam a moral e os bons costumes.

As prescrições tensionavam para uma conduta ilibada dos professores e conforme eles aceitavam ou recusavam tais normas acabavam entrando em conflito com as expectativas da comunidade escolar, dos alunos e do poder público. Considerando que essas prescrições fizeram parte de um longo e complexo processo de estabelecimento e normatização da profissão docente, pode-se entender que a profissão docente foi se estabelecendo historicamente pautada pelas exigências morais em torno da profissão.

Certa regularidade é perceptível, assim, no que diz respeito ao cerceamento em torno dos diversos aspectos da vida social e profissional daquele que se candidatasse ao cargo de professor. As orientações legais parecem se organizar de forma a garantir que as diversas esferas da vida do indivíduo fossem asseguradas por uma postura sóbria e comedida, própria daqueles que teriam a responsabilidade das novas gerações.

Referências bibliográficas

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, 2ª ed.

_____. *O processo civilizador, volume 2: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FARIA FILHO, Luciano Mendes et alli. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: PEIXOTO, A. M. C. & PASSOS, M. (orgs.). *A escola e seus atores – educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada*, 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.

_____. A escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais. *Revista Brasileira de História da Educação*, v.11, n. 1 (25), jan.abr. 2011

_____. *O Professor na trama da escola*. Belo Horizonte, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. Tese Titular.

Fontes documentais (Arquivo Público Mineiro)

Secretaria do Interior, SI códices 655, 726, 727, 778

Legislação

BRAZIL, Lei de 15 de outubro de 1827
BRAZIL, Lei n.º 13 de 28 de março de 1835
BRAZIL, Regulamento n.º 03 de 7 de maio de 1835
BRAZIL, Regulamento n.º 44, de 22 de abril de 1835
BRAZIL, Lei n.º 1.064 de 4 de outubro de 1860
BRAZIL, Regulamento n.º 49, de 4 de outubro de 1860
BRAZIL, Regulamento n.º 56 de 10 de maio de 1867
BRAZIL, Regulamento n.º 62 de 11 de abril de 1872
BRAZIL, Decreto n.º 7247, 19 de abril de 1879
BRAZIL, Regulamento n.º 84, 21 de março de 1879
BRAZIL, decreto n.º 1, de 15 de novembro de 1889
BRAZIL, decreto n.º 6, de 19 de novembro de 1889
BRAZIL, decreto n.º 7, de 20 de novembro de 1889
BRAZIL, Constituição Federal. 24 de fevereiro de 1891
BRAZIL, Lei n.º 41 de 3 de agosto de 1892
BRAZIL, Regulamento n.º 655 de 17 de outubro de 1893
BRAZIL, Decreto n.º 1.348 de 08 de janeiro de 1900
BRAZIL, Decreto n.º 1.960 de 16 de dezembro de 1906
BRAZIL, Decreto n.º de 3 de janeiro de 1907
BRAZIL, Decreto n.º 3.191 de 09 de junho 1911
BRASIL, Decreto n.º 3.321 de 22 de setembro de 1911
BRAZIL, Decreto n.º 3.738 de 05 de novembro de 1912
BRAZIL, Decreto n.º 6.655 de 19 de agosto de 1924
BRAZIL, Decreto n.º 7.970-A de 15 de outubro de 1927

Jornais

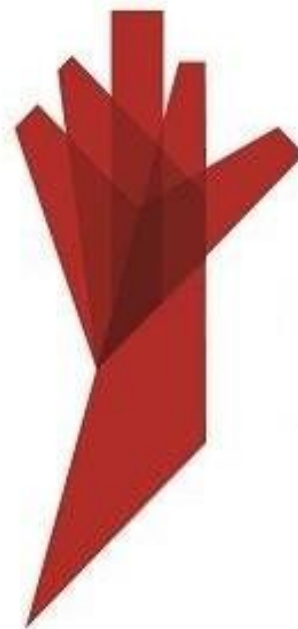
O Registro 1/07/1897

Revista

Boletim Vida Escolar, 15 de maio de 1907, n.º 2, p. 2
Boletim Vida Escolar, 1 de novembro de 1908, n.º 33, p. 2

Simpósio Temático 02

História e Linguagens Artísticas: as artes como regimes estéticos de representação da História e das sociedades no tempo



Coordenadores:

Henrique Brener Vertchenko
Mestrando em História/UFMG
henriquevertchenko@yahoo.com.br

Virgílio Coelho de Oliveira Júnior
Doutorando em História/UFMG
virgiliocoelho@yahoo.com.br

Escritas urbanas a apropriação a Cidade

Álan Oziel da Silva Pires

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

alanpiresh2@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo deste trabalho é compartilhar aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa, em andamento, sobre as escritas urbanas (pixações) em Belo Horizonte, a partir da década de 1960 até 2013. Apresentaremos possibilidades e limitação do conceito de representação e contribuições da História Visual para nosso estudo, tornando possível o entendimento da pixação como uma imagem que constitui seu autor ao mesmo tempo em que este a gera.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade; escritas urbanas; representação e história.

Introdução

É objetivo deste texto é apresentar alguns aspectos metodológicos e teóricos que à princípio pareceram adequados na concepção do projeto de pesquisa, parte da qual iremos apresentar, mas que a partir das análises e cotejo das fontes revelaram-se como possíveis limitadores do objeto de estudo. Desde já é necessário dizer que não desconsideramos a validade do conceito de representação, pois ele nos possibilitou abordar e perscrutar nosso objeto de investigação. Conceitos são como ferramentas, têm usos específicos e se mal utilizadas podem não funcionar ou até mesmo causar deformação.

Para melhor compreensão do nosso estudo apresentaremos brevemente a proposição da pesquisa, em andamento, e posteriormente iremos à questão central que é refletir sobre quais os aportes teóricos e metodológicos se adequam a análise do pixo¹ tal como propomos.

Partimos da ideia que a urbe é *espaço* de encontro da diferença e semelhança abrigando interesses diversos e que, portanto, é palco de tensões. Entendemos a cidade como um espaço que pelas formas de ser apropriado transforma-se de recorte geográfico em um lugar com sentidos atribuídos pelas variadas identidades e memórias que o habitam. No Brasil, desde a década de 1960, a cidade vem sendo apropriada e (re)significada por meio de escritas urbanas que variam do cunho estritamente político ao, pressuposto, mero ato de

¹ Optamos escrever com “x” a palavra pixação respeitando a forma com seus praticantes a denominam diferenciando de outras formas não-oficiais de escrita na cidade. A palavra pixação, ou pixo, refere-se a uma forma de escrita específica com estética própria, partilhada por indivíduos e grupos com organização e sociabilidades peculiares. Gustavo Lassala (2010) em sua obra dedicada a expressões gráficas urbanas discorre sobre a distinção entre pixação e pichação.

vandalismo em busca da promoção pessoal. Dirigindo nosso olhar para Belo Horizonte² problematizamos a conjectura que toma as escritas urbanas como simples conspurcação da paisagem urbana e propomos analisá-las nas dobras do tempo. O recorte cronológico está situado entre as décadas de 1960 ao ano de 2013 nos quais buscaremos ler tais escritas enquanto uma relação entre sujeito e cidade.

A proposição de estudo tem centralidade em dois argumentos. O primeiro relaciona-se a necessidade de analisar as alterações e permanências nas escritas urbanas ao longo do tempo, à luz da história, o que ainda não é comum, e pensar a cidade a partir dela. As escritas cujo suporte é a cidade acompanham o homem pelo menos desde Pompéia, tal como nos mostra Funari (1989). Inevitavelmente as escritas daquela época diferem das que figuram na contemporaneidade. No Brasil, as escritas não-oficiais ganharam evidência no contexto das lutas contra a ditadura civil-militar e foram caracterizadas pelo enunciado político. Em contraste, na década de 1980, tais escritas proliferaram-se pelos muros da cidade surgindo dentre elas o pixo, escrita aparentemente sem um propósito político ou zelo estético, destinando-se a busca de autopromoção de seus autores. Observamos que, desde as duas últimas décadas do século passado, as escritas urbanas têm apresentado diversas variações em sua estética, possivelmente em seus objetivos, atores, formas de organização grupal e no relacionamento com a sociedade. Desta forma, acreditamos que ao estudar as escritas urbanas no desenrolar tempo, possivelmente pode-se evidenciar quais as modificações e as permanências em tais escritas e aventar o que as condicionaram permitindo que atravessassem os anos bem em compreender seu desenrolar surge a pixação.

Outro argumento é que a partir da observação da intensidade da presença de tal escrita no cenário urbano nos permitindo dizer que ela o compõe. Destarte, parece plausível considerar as escritas urbanas como uma forma de apropriação da cidade, na qual seus autores podem imprimir as representações de si mesmos e as suas representações sobre a cidade; ao fazê-lo é possível que se esteja criando e demarcando caminhos em busca de relações de identidade com a cidade.

Frente a estes argumentos entendemos que essas práticas constroem o espaço urbano por meio de formas diversas de apropriação, moldando a cidade ao mesmo tempo em que esta, por seu turno, também condiciona os atores sociais.

² O recorte espacial é uma questão de ordem prática para a realização da pesquisa nos prazos estipulados para o mestrado. Com o tempo previsto para mestrados é inexequível percorrer outras cidade dialogando com seus pichadores e analisar as especificidades de cada lugar. Deixemos esta empreitada como tarefa para os próximos passos.

Nesta proposta de estudo, a cidade será analisada a partir da sua relação com o sujeito por meio das escritas urbanas, entendidas como práticas sociais de representação de seus atores, ao mesmo tempo em que são representações destes sobre a cidade. Tais escritas são formas não convencionais de apropriação da cidade, portanto são consideradas transgressões que, nos parece, (re)significar os espaços geográficos. Entendemos que a cidade não é somente um espaço de trocas de mercadorias, mas também se constitui como local de trocas e construções simbólicas em práticas cotidianas. Por conseguinte, isso nos remete a um fenômeno cultural.

Em suma, trata-se de uma investigação sobre a cidade, acerca da sua dinâmica cultural, a partir dos sujeitos, das escritas urbanas. O estudo será realizado à luz da História Cultural e da História Social que tem como sua prioridade a “experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – *sociais* – [grifo do autor] na explicação histórica” (CASTRO 1992, p.54).

Frente a esta breve apresentação da nossa proposta de estudo uma questão central que se coloca é: o que um olhar pode nos revelar sobre a cidade quando se direcionado às escritas não-oficiais, e em específico o pixo? É partindo desta indagação que nos debruçamos sobre as nossas fontes que são imagens espalhadas pelos muros, fachadas, topos dos prédios de habitações e estabelecimentos comerciais novos e antigos. Imagens sobrepondo camadas de tintas com jatos de outras tintas que indicam o risco de uma forma de ser e estar na cidade, conformando assim um caleidoscópio de memórias e histórias do e no tecido social.

É na realização da pesquisa, ao percorrer as ruas com olhar atento sobre o pixo e buscando sua temporalidade, suas conexões com o contexto político, dialogando com os pichadores e em contínua leitura é que surgiu a necessidade de rever alguns caminhos previstos na elaboração do projeto. Quais referenciais teóricos e metodológicos podem ser mais adequados ao tema? Buscar auxílio na iconologia/icnografia de Panofsky? Os estudos sobre Cultura Visual/História Visual podem render-nos contribuições? Qual o limite do conceito de representação para refletir sobre as escritas urbanas?

A proposição da pesquisa, a princípio, orientou-se a partir das contribuições da história cultural, especificamente a partir do conceito de representação.

Sandra Jathay Pesavento pontua que a representação é expressa por meio de discursos, imagens e ritos, ocorrendo por meio dela à atribuição de sentidos ao mundo pelos grupos e indivíduos. “Representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de

um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência” (PESAVENTO, 2008, p.40).

Tento em vista o sujeito na cidade, quando Pesavento aponta que a representação é um “apresentar de novo” evoca-se uma noção de reorganização que fica mais clara na seguinte passagem:

a cidade é em si uma realidade objetiva com suas ruas, construções, monumentos, praças, mas sobre este ‘real’ os homens constroem um sistema de ideias e imagens de representação coletiva. Ou seja, através de discursos e imagens, o homem re-apresenta a ordem social vivida, atual e passada, transcendendo a realidade insatisfatória (PESAVENTO, 1997, p 26).

O pixador parece (re)significar a cidade atribuindo outros sentidos para o seu deslocar dentro dela. Parece estabelecer elos de identidade com a cidade (re)apresentando-a de uma outra forma, para nela se reconhecer, orientar e fazer-se presente através de seu pixo.

Então, qual é o limite da contribuição do conceito de representação?

Frente algumas imagens reveladoras, dentre as quais ora apresentamos uma, o conceito de representação evocado para pensar a pixação como representação do pichador, como substituição de alguém, algo que está no lugar de um ausente ou aquilo que diz sobre, parece limitar a potência da imagem-pixo; do pixo como coisa em si. Essa escrita é também a presentificação de seu autor, mas não somente isso.



Imagem 1 – Relíquias em casa tombada. Rua Pouso Alegre, bairro Floresta, Belo Horizonte Minas Gerais. **Foto:** Álan Pires. Acervo pessoal do pesquisador.

A imagem (ver imagem 1) que compartilhamos neste texto é rica em conteúdo e nossas considerações certamente não esgotarão as suas possibilidades. Nela percebemos camadas de memórias interconectadas por tensões/intenções, demonstrando que a cidade é viva e está constante movimento. As grades nas janelas e nas portas evidenciam um modo de vida que se foi. Na parte externa do balcão, no pavimento superior da casa, o cano improvisado aponta, possivelmente, para formas de arranjos cabíveis para se conviver com as limitações de reformas em uma casa tombada.

A intempérie nota-se pelo mofo e pelas tintas desbotadas cujas gradações revelam outra história tecida, pintada, escrita à margem do patrimônio consagrado e paradoxalmente aderindo-o expressando temporalidades distintas. O que se conta com a casa? E com as pixações? E a partir do conjunto?

Para os pixadores, o imóvel contém relíquias. Mas não se trata da casa e si. Relíquia é nome atribuído as pixações antigas que resistem à ação do tempo e do desejo de limpeza e ordem que tendem a esconder os conflitos presentes na sociedade. São escritas de pixadores que já não atuam mais, porém têm o respeito dos adeptos do pixo por constituírem a história desta forma de escrita. É irônico que nessa casa tombada, testemunho da história, figurem relíquias, no caso, pixações das 1980 aos dias atuais. Ao centro da imagem (ver imagem 2) abaixo da janela, na diagonal, em letras pretas estilizada mas de fácil leitura, encontramos o nome “Jiraia”, afamado pichador do início da década de 1990. Pouco visível em tom de cinza, com letras em formato próximo ao convencional, está o “M.A.L”, pixador de meados de 1980 com o pixo composta pelas iniciais do seu próprio nome. Contíguo a este último encontra-se o pichador “Neura”, do final de 1980 (1988?) em letras que flertam com arabescos.

Esses pixos nos parecem pontos em camadas de uma memória em formação que em um local visitado por pixadores de outras época - neste caso aparentes pelas escritas mais vívidas - no elã de render homenagem aos seus antecessores, contribuem com novos pontos, num esforço de ordenação das escritas de uma história que se vai tecendo. Fazer-se presente ao lado de uma relíquias é sobretudo demonstração de conhecimento da história do pixo. Ora sobrepostas, mas em sua maioria justapostas, a profusão de escritas neste local é também indício de um principio caro à pixação, não atropelar outro pixador ³. Caso isso ocorra, é bem possível que se inicie uma rivalidade, um atropelando o outro, podendo chegar a agressões

³ Atropelar é o termo empregado para se referir ao ato de um pixador escrever por cima do pixo de seu par, ou mesmo riscar por cima.

físicas. Contudo, não se trata somente de disputa poder, é questão de respeito, sinal de humildade, como nos conta alguns praticantes; pois aquele que atropela passa a ser mal visto por seus pares. Mesmo os pixadores de maior prestígio⁴, respeitam os iniciantes.



Imagem 2 - Detalhes da imagem 1.

É diante dessas considerações acerca da imagem, aqui exibida, que entendemos como a pixação extrapola o conceito de representação. Cabe ressaltar que até certo momento tal conceito foi de grande valia nos permitindo refletir sobre as escritas em questão como forma do seu sujeito fazer-se presente na cidade, como maneira reapresentá-la, concebê-la e nela viver de maneiras próprias para além do instituído pelo Estado. Porém, a pixação é uma imagem potente que é gerada pelo seu autor e ao mesmo tempo ela também o constitui. É na geração da imagem que o um pichador surge para seu par e para sociedade. O pixo e seu autor também se formam pelos locais onde se escreve e pela maneira como se relacionam com outras pixações. A imagem-pixo é a atitude do pichador. Neste sentido, a imagem constitui o constitui o sujeito.

⁴ De acordo com os pixadores e com o que temos observado e escutado, o prestígio advém da quantidade de intervenções na cidade, dos locais onde são realizadas segundo grau de dificuldade de acesso e também da humildade do pixador com relação ao grupo. Cabe destacar que até o presente momento não realizamos nenhuma entrevista formal. Isso porque, mesmo tendo boas relações com os pixadores, e em contato com importantes referências, é necessário conhecer melhor os possíveis interlocutores para a realização de uma entrevista qualificada.

Evocar o conceito de representação foi como um breve pouso em terreno seguro para organizar as ideias de acordo com os primeiros contatos estabelecidos com os pixadores, leituras e interpretações das fontes. Porém, ao perceber o pixo/pixador tal como estamos propondo, nos pareceu oportuno levantar voo em busca de outras paragens mais adequadas à reflexão sobre a importância da dimensão visual para essa parcela da sociedade em sua relação dialética de formação da e pela cidade.

É no campo da Cultura Visual/História Visual, a partir das reflexões de Ulpiano T. Bezerra de Menezes, que atualmente estamos aterrissados e detendo a nossa atenção no pixo.

Menezes (2003) em seu instigador texto sobre a lida dos historiadores com a imagem reconhece, por um lado, a importância das produções já realizadas por meio da iconografia. Por outro lado, afirma ser necessário ir além do emprego da imagem como mera ilustração de textos históricos, ou a tarefa de dotar as imagens de explicações históricas. Este autor nos instiga a explorar a imagem em sua totalidade, ampliando a percepção sobre as relações estabelecidas entre sociedade e visualidade. De tal forma, ele nos convida a focar na dimensão visual da sociedade em busca das várias possibilidades de seu uso no qual a informação é somente uma delas. Cabe ressaltar que o trabalho na perspectiva da História Visual conforme afirma Menezes, com quem estamos de acordo neste ponto, não se reduz simplesmente a utilização de imagem no fazer da história. “Assim, a expressão ‘História Visual’ só teria algum sentido se se tratasse não de uma história produzida a partir de documentos visuais (exclusiva ou predominantemente), mas de qualquer tipo de documento e objetivando examinar a *dimensão visual* [grifo do autor] da sociedade” (MENEZES, 2003, p28). Para este autor o visual deve constituir-se como plataforma de observação da sociedade.

Ora, o nosso estudo apresenta elementos que ressoam os estímulos de Ulpiano T. Bezerra de Menezes na medida em assumimos a imagem como unidade estratégica de observação, isso porque o pixo é ponto de recepção/irradiação de tensões sociais. Acreditamos que podemos avançar em relação à importância da dimensão visual da sociedade ao nos atermos a peculiaridade da imagem-pixo, tomando-a sim como objeto, em certo sentido. Isso pode parecer contrariar a advertência de Menezes para quem “as séries iconográfica (...) não devem constituir objetos de investigação em si, mas vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação de uma sociedade” (MENEZES, 2003, p.27-28).

Contudo, cabe frisar, novamente, que a pixação é gerada e ao mesmo tempo também é constituidora de parte da sociedade, é uma imagem/prática expositora de suas tensões e

conflitos. A casa tombada apropriada pelo pixo remete-nos as discussões sobre qual história se quer contar com o patrimônio consagrado e sua relação com a sociedade possuidora de múltiplas memórias. Traz à tona também às distintas maneiras como a sociedade forja sua memória, lida com o passado e tentar escrever sua história para além do discurso oficial. Desta forma, tomamos o pixo como fonte e como objeto de reflexão, mas com certeza de que o nossos pés estão cravados na trama sociais.

Para apreender os possíveis sentidos do pixação acreditamos que não se deve cair na tentação de intentar decifrar suas letras, seus nomes. Em aspectos metodológicos, quando vamos lidar com imagem sempre vem a mente recorrer a iconografia/iconologia de Panofsky (1986), porém aqui ele pouco pode nos ajudar. O pixo não dialoga com uma tradição de temas e motivos possibilitando-nos a descoberta de conteúdo temático ou primário, secundário ou convencional e do significado intrínseco ou a iconologia, como bem pode ser feito com a arte do Renascimento. Em nosso estudo buscamos nos aproximar da forma como Siegfried Kracauer (2009) fez para compreender a sociedade. Este alemão e seu interlocutor, Walter Benjamin, buscavam na superfície da sociedade fragmentos explorando nestes a sua historicidade, seus vínculos com as esferas econômica, política e cultural como caminho para compreender a dinâmica da sociedade e suas relações de produção/reprodução.

Por meio do pixo buscamos apreender como sujeito e cidade forma-se dialeticamente. Buscamos sua historicidade atentos as alterações tais como: na estética, nos locais das escritas, no perfil de seus autores e na forma como se relaciona com o poder público. Como este texto veio compartilhar elementos de um estudo ainda em andamento, não nos sentimos a vontade para esboçar uma consideração final, senão apontar mais algumas das questões que pululam em mente: quais foram os pontos de encontro dos pixadores na cidade ao longo dos anos e por quê? qual é a concepção de juventude quando se associa o pixo aos jovens? somente jovem faz pixação?

É no horizonte teórico e metodológico discutido neste texto que estamos desenvolvendo parte da pesquisa da qual apresentamos alguns dos nossos primeiros voos. Acreditamos que ainda muitas decolagens e turbulências estão por vir...

Referência Bibliográfica

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 1ªed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p 45-61.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Cultura popular na antiguidade clássica*. São Paulo: Contexto, 1980. 80p.

KRACAUER, Siegfried. *O ornamento da massa*. Trad. Carlos Eduardo J. Machado e Marlene Holzhausen. São Paulo: CosacNaify, 2009. 380p.

LASSALA, Gustavo. *Pichação não é pixação: uma introdução à análise de expressões gráficas urbanas*. São Paulo: Altamira Editoria, 2010. 95p.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 23, n. 45, jul. 2003. Consultado em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 6 nov. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882003000100002>.

PANOFSKY, Erwin. *Estudos de iconologia: temas humanísticos na arte do renascimento*. Lisboa: Estampa, 1986. 237 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A cidade maldita. In: SOUZA, Celia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy(org): *Imagens Urbanas*. Os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy *História & história cultural*. 2 ed. Belo horizonte: Autentica, 2003.130p.

Ficção e passado: Debate sobre o uso da história na arte de Adriana Varejão

Carlos Vinicius da Silva Taveira
Doutorando em Letras
PUC-Rio
carlosvstaveira@gmail.com

RESUMO: O objetivo desse texto é realizar uma breve reflexão sobre a escrita da história existente nas obras da artista plástica carioca Adriana Varejão e aproximação e diferença entre ficção e história como defendida por Luiz Costa Lima. A problemática abordada não pretende esgotar o longo estudo efetuado por Costa Lima, mas pincelar com alguns fragmentos um debate essencial para a área de história presente em algumas obras da artista.

PALAVRAS-CHAVE: História; Ficção; Arte Contemporânea.

ABSTRACTO: El objetivo de este trabajo es realizar una breve reflexión sobre la historia escrita que existe en las obras del artista Adriana Varejao y el enfoque y la diferencia entre la ficción y la historia como defendida por Luiz Costa Lima. El problema tratado no pretende agotar el estudio de Costa Lima, pero el cepillado con fragmentos de un área clave de debate para esta historia en algunas obras del artista.

PALABRAS CLAVE: História; Ficción; Arte Contemporânea.

O escopo das breves palavras a seguir é analisar que contribuições podem ser retiradas do dialogo entra a arte e a pesquisa histórica acadêmica tendo como referência a artista Adriana Varejão e os estudos do teórico Luiz Costa Lima A digno de limitação é utilizado apenas os estudos apresentados na obra *História. Ficção. Literatura*, um fragmento perante toda a longa obra do intelectual. As obras da artista escolhidas são poucas perante um grande universo. Como apontamento inicial, a ideia é não pensar o trabalho da artista como uma narrativa histórica em seu sentido de pesquisa acadêmica, mas sim com um dialogo com diversos temas presentes na cultura brasileira e que na montagem iconográfica e plástica da artista atinge uma peculiaridade de gerar novas possibilidades de interpretação do próprio passado.

Na visão do teórico e critico Luiz Costa Lima o ficcional teria a função de “condição de, como se, não pretende ser a última palavra; o ficcional é um princípio fundador cuja regra básica é duvidar de si mesmo” (LIMA, 2006, p. 21-22) o que o torna um objeto de infinitas leituras que são incapazes de resultar em uma única verdade. O mesmo critério pode ser pensado na utilização da história, porém variando em suas necessidades, pois à história, ainda segundo Costa Lima, busca por um lado, repostas para determinadas questões de caráter

antropológico e cultural do que pode ter acontecido. Essa relação propõe uma mistura nos termos entre ficção e o tradicional discurso da historiografia como uma disciplina capaz de gerar uma verdade única. Essa visão se aproxima da defendida pelo filósofo grego Aristóteles (1996) que, no capítulo nove de seu livro *Arte poética*, definia o historiador como um estudioso do particular enquanto que o poeta seria do universal. Em outras palavras o historiador narraria o acontecido enquanto que poeta relataria o que poderia ter acontecido. Ambas possuem possibilidades de diálogo que deveriam ser mais exploradas com o debate contemporâneo da historiografia presente principalmente nos Estados Unidos a partir dos estudos de Hayden White.

É sobre a vertente da ficção ligada a um caráter de poesia que devemos pensar a obra de Adriana Varejão. Em diversas delas existe uma captura denominada como paródia, pela própria autora, de quadros ou representações históricas da cultura brasileira, tanto visuais, quanto conceituais. O efeito do seu trabalho pode ser chamado de uma releitura, ou mesmo, de uma desestabilização de antigas leituras ou interpretações. A arte atingiria assim uma potência questionadora de gerar novas questões levando a uma autocritica da escrita da história e de antigas percepções cristalizadas.

Nesse caso à história se aproximaria da característica da ficção, citada anteriormente por Costa Lima, atuando como um objeto capaz de não formar uma verdade estável. O contato entre, de um lado a poesia em seu sentido de ficção e, de outro, a escrita da história, se torna então uma relação cambiável onde uma acaba contaminando a área da outra, deixando as fronteiras entre ambas, ora vista como definidas, como algo de tendências imperceptíveis. Partindo da premissa discutida de um diálogo existente entre os campos da ficção e da história é que podemos pensar as obra de Adriana Varejão como ficcional e ao mesmo tempo como elemento de contribuição para o campo de estudo da história.

Nas imagens intituladas de *figuras de convite* podem ser consideradas como um entre tantos outros exemplos do uso da técnica do *trompe-l'oeil* e também do diálogo com representações históricas populares do Brasil. A imagem de uma índia semelhante a uma caçadora aparece em duas obras, sendo uma com cabeça da própria artista a mão e outra com uma lança em uma posição de caça. As figuras de convite são comuns na ornamentação da arquitetura barroca portuguesa dos séculos XVIII e XIX. Geralmente posicionadas na parte frontal ou de entrada de grandes prédios públicos, privados e de igrejas, são imagens na maioria das vezes em tamanho natural e tem à função iconográfica de recepcionar as pessoas que estejam entrando no recinto. Comumente são representadas imagens masculinas em com

vestes que simbolizem e ressaltem as características da burguesia ou da coragem de guerreiros.

A paródia realizada por Adriana Varejão realiza uma ironia do sentido original da figura de convite. A imagem de uma índia recepcionando um visitante surge como uma inversão, onde quem parece estar sendo recepcionado é o olhar europeu. Se comumente são símbolos de uma recepção amistosa em seu significado europeu, as imagens de Adriana parecem impor uma visão diferente, onde o ato de ser bem vindo estaria ligado justamente às questões típicas do próprio Brasil, como no papel de protagonismo dado ao índio, visto sob uma nova interpretação que escapa tanto ao olhar proposto do romantismo da docilidade indígena, quanto à interpretação do canibalismo e selvageria difundidos na Europa nos séculos posteriores ao descobrimento da América.

Na primeira *figura de convite*, feita no ano de 1997 no primeiro plano observamos uma índia nua com o corpo coberto de tatuagens, possuindo em uma de suas mãos uma lança em posição de guarda e na outra um gesto cortês de recepção que parece receber o olhar do observador. Construída como forma de imitar a azulejaria, a predominância das cores fica no entorno de um azul variando em diversas tonalidades e um branco que preenche uma parte considerável dos espaços deixados vazios na pintura. No segundo plano observamos perante pequenas aberturas no muro uma serie de cenas de rituais antropofágicos acontecendo simultaneamente à recepção como se o convite fosse uma ironia ao ato de receber um convidado ao jantar.

A *figura de convite III*, de 2005, recebe esse numero ao seu nome por ser uma obra produzida justamente após a danificação e perda da figura de convite II. A imagem em primeiro plano mostra uma índia semelhante ao primeiro convite, mas, dessa vez, em um movimento na direção direita. Na primeira figura de convite, a índia central parece repousar tranquilamente em posição de guarda, equilibrando o peso do seu corpo perante uma das pernas, enquanto que esta parece caminhar em direção a um local. Em uma de suas mãos aparece uma cabeça humana, no caso, uma auto representação da face da própria artista, que parece deixar claro que participa ou participou do ritual que quer representar. A outra mão, erguida ao alto em um gesto que parece ser involuntário ao acompanhar alguma fala da figura. Na cintura da índia está posicionada uma grande espada e em segundo plano uma parede repleta de azulejos misturando partes de corpos humanos e algumas plantas.

Era comum encontrar em cozinhas portuguesas a representação de alimentos em azulejos nas suas paredes como forma decorativa. Essa ajuda permite pensar no

posicionamento da *figura com de convite III*, justamente em uma cozinha, em que o prato principal seria a cabeça da própria artista. De um plano secundário aberto na primeira *figura de convite I* para um segundo plano que ambienta um local fechado na *figura de convite III*, a artista se apresenta como um elemento a ser “canibalizado” pelo observador da obra. Assim, como a artista parece criar uma narrativa com o uso de variados elementos, na própria obra, ela chama atenção para que esta também seja um elemento para a criação de outras narrativas por parte de quem a vê.

A fonte de inspiração para as figuras de recepção foram às imagens criadas por Theodor de Bry para os relatos de Hans Staden na América portuguesa. Trata-se de uma entre outras tantas narrativas que permearam o imaginário europeu sobre os habitantes do novo mundo recém-descoberto. A imagem do ato do canibalismo ligado ao selvagem ganharia uma personificação nos desenhos de Theodor de Bry, sem este nunca ter estado nos territórios da América. A imagem abaixo é a que inspira Adriana na concepção da *figura de convite III*.

A imagem criada por Theodor de Bry utiliza diretamente as noções comuns da arte da época como o uso da noção de perspectiva e o estabelecimento do equilíbrio entre determinadas partes do corpo humano. O engenho para a figura da índia selvagem viria diretamente da mitologia circundante do povo celta que habitou no passado das grandes regiões da Grã Bretanha. Segundos alguns relatos que vinham desde o império romano uma das características desse povo era o de praticar o canibalismo, algo que era citado, com um certo exagero, também nos relatos advindos do novo mundo. Dito isto, Theodor acabou por transferir o imaginário imagético sobre os celtas para os habitantes e suas praticas culturais, encontrados do outro lado do oceano no novo mundo.

Adriana realiza uma desconstrução desse sentido original da figura de Bry. Se no gravurista a imagem surge para ilustrar e representar um medo, ou mesmo um precaução sobre o novo mundo, em Adriana é o inverso, é justamente essa mulher símbolo do medo que deveria recepcionar os recém-chegados. Se no contexto europeu a figura de convite valorizava virtudes burguesas e masculinas como já dito, Adriana parece seguir outro caminho de querer mostrar a figura de convite como uma mulher nativa com um olhar fechado e com uma cabeça à mão, valorizando a virtude guerreira e ao mesmo tempo uma nova dimensão de hospitalidade dos habitantes da América perante a Europa. Parece ser logo de início uma resposta ao ideal de civilização europeu e uma valorização da mistura cultural da América. O foco da narrativa tradicional que parecia impor uma ideia construída da Europa para a

América portuguesa se inverte para outro ângulo em que o “lado de cá” é que acabou significando o de lá do oceano.

Aqui se abre uma pergunta sobre a relação colonizador e colônia, enfim quem realmente era o dono do espaço a ser recepcionado, ou quem colonizou realmente o outro? É interessante incluirmos nesse debate a referencia do pensador cubano José Lezama Lima, que viu o barroco como “arte da contra conquista”. Desde os primeiros trabalhos da década de quarenta, e com maior popularização a partir dos anos setenta, Lezama Lima chama a atenção em como o barroco foi capaz de formar uma arte ou cultura peculiar nas Américas possibilitando subverter o conhecimento europeu que chegava pelos portos e até inverter o fluxo cultural.

Em sua primeira viagem a Minas Gerais, em 1919, Mario de Andrade se surpreenderia com genialidade da arquitetura barroca das cidades históricas e, sobretudo, com os prédios de Ouro Preto. A pesquisa de Mario de Andrade foi à busca do que era formada a ideia de Brasilidade, do que poderia ser chamado como origem do nacional. Dessa viagem resultaria um estudo chamado “*arte religiosa no Brasil*”, que destacaria o repertório religioso de cidades como Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. No texto, Mario de Andrade ressalta as peculiaridades do grande arquiteto em criar uma expressão tipicamente do Brasil. Para o autor, que realiza uma crítica inicial de caráter geográfico, caracterizando que ao contrario do Rio de Janeiro e de Salvador, que foram cidades com grandes influências do barroco, mantiveram uma face mais europeia devido à sua ligação pelos portos com a Europa, mas foi em Minas, na distância desses grandes centros que foi desenvolvida uma arte, que, procurando soluções originais para os problemas de produção e de escassos materiais na colônia, encontrou a forma ideal de representar o que ocorria na América. Tratava-se de uma forma de expressão capaz de unir os saberes oriundos tanto da Europa, quanto dos africanos vindos como escravos e também dos índios, mas em momento único.

Ora, na arquitetura religiosa de Minas a orientação barroca – que é o amor da linha curva, dos elementos contorcidos e inesperados – passada decoração para o próprio plano do edifício. Aí os elementos decorativos não residem só na decoração posterior mas no risco e na projeção das fachadas, no perfil das colunas, na forma das naves. (ANDRADE, 1993, p. 79-80).

Mario de Andrade repararia nas curvas que a cidade apresenta, sempre apontando para uma explosão da forma ou para um constante transbordamento. O intelectual retornaria à cidade em 1924, junto com outros integrantes participantes da semana de arte modernista de São Paulo de 1922. Se no texto resultante da primeira viagem, Mario apresenta Antônio

Francisco Lisboa como um gênio, mas ainda o equiparando a nomes como mestre Valentin no Rio de Janeiro, é no texto resultante da segunda viagem que mestre Aleijadinho se tornará um dos grandes nomes do Brasil para Mario de Andrade. É no texto publicado em 1928 e intitulado *O Aleijadinho* que o arquiteto se torna um dos mitos para Mario de Andrade. No texto, Mario de Andrade parece aprofundar inúmeros pontos apresentados em seu primeiro estudo e realiza um retrato, mesmo em um tom fortemente nacionalista, de uma América como local da mistura, do desvio, de quebra de fronteiras. Se a Europa foi construída com limites tanto espaciais quanto culturais rígidos, para construir suas nações, a América seria justamente o inverso, um local sem limites para questões culturais e fluxos dos mais variados locais. Em outras palavras a América poderia ser pensada como contendo a deformação justamente em sua formação, e nisso, o artista mestiço e outros apareceriam como protagonistas dessa diferença.

A fala de Mario de Andrade sobre Aleijadinho e o barroco de Ouro Preto é guiada principalmente pela noção de diferença. O deslumbramento do intelectual foi o de encontrar no Barroco algo que poderia ser o cerne da peculiaridade histórica do nacional e se diferenciasse da cultura europeia. O intelectual salientaria outras características por todo o país, como portadores de uma Brasilidade, como povos indígenas, o folclore e elementos da cultura popular, mas o barroco brasileiro seria para Mario uma espécie de primeira manifestação cultural e artística do hibridismo que formou Brasil. O barroco de Ouro Preto influenciaria na criação das obras de Adriana Varejão, local que conheceu na década de oitenta e que serviu de fonte de inspiração para diversos elementos presentes em suas obras.

Os quadros de Adriana Varejão parecem fingir ter vida. Ao demonstrar seu interior e em alguns casos investigar com métodos cirúrgicos, ou de intervenção médica, a artista parece querer demonstrá-los como corpos maltratados ou envelhecidos. Cada corte parece gerar uma desarmonia e por seguinte uma nova narrativa. Na série originada graças à inspiração a partir da danificação dos murais do mosteiro de Santo Antônio na Bahia, ocorrida no século XVII, vemos como a paródia da pintura original ganha um novo tratamento em obras de arte que ganham nomes referentes a processos de retirada de tatuagens da própria pele humana. São nomes da série de pinturas sobre as “extirpações do mal” que ganham os epítetos por incisura, reversão ou overdose e a representação pictórica surge mediante cortes na própria tela da obra.

Esse processo de cortes sobre a superfície pode ser observado no trabalho dedicado ao pintor Ítalo-Argentino Fontana, ou nos deslocamentos de peles dos quadros como nas série

irezumis. Se a representação da carne aparecia graças a cortes provocados de maneira calculada, ou mesmo rasgos na pele/superfície da tela, na tela *Azulejaria verde em carne viva*, a simbologia da carne parece vir por viés, agora explodindo de dentro da pele para sua exterioridade. É como se os experimentos de cortes e suturas das primeiras experiências artísticas da passagem dos anos oitenta para noventa não dessem conta mais de uma potência interior reprimida.

O passado parece ser um grande campo de elementos na composição das obras da artista, e, ao realizar essa ação, uma abertura, ou uma possibilidade de novo pensamento hipotético do já ocorrido é criada pela artista. O trabalho da disciplina historiográfica de refletir sobre a história brasileira se alimenta de inúmeras influências, desde infinitos objetos, até as variadas formas de se pensar metodologicamente novos caminhos de pesquisa. Nesse ponto é que a arte, pode sobretudo, contribuir com novas hipóteses de reflexão.

Bibliografia

ANDRADE, Mario. *A arte religiosa no Brasil: Crônicas* publicadas na revista Brasil em 1920. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965.

ANDRADE, Mario. *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. São Paulo: Experimento; Giordana, 1993.

DIEGUES, Isabel (org). *Adriana Varejão: Entre carnes e mares*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2009.

LEZAMA LIMA, José. *La expresión americana*. Madri: Alianza, 1969. (Primeira edição em La Habana: Instituto Nacional de Cultura, Ministerio de Educación, 1957).

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

NADER, Fátima. *Memória e persuasão na pintura de Adriana Varejão*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

VAREJÃO, Adriana. *História às margens*. São Paulo: Museu de arte moderna de São Paulo, 2013.

O problema da modernidade em Eliseu Visconti

Fabíola Cristina Alves

Mestra em Artes/ Artes Visuais

PPGA UNESP

biula_alves@yahoo.com.br

RESUMO: Este estudo apresenta o problema da modernidade na pintura de Eliseu d'Angelo Visconti (1866-1944). É interessante pensar a modernidade na obra de Eliseu Visconti porque este artista teve uma experiência precedente as primeiras manifestações da arte moderna brasileira e que conheceu experimentalmente a arte moderna no contexto francês.

PALAVRAS-CHAVE: Eliseu Visconti; modernidade; pintura.

RÉSUMÉ: Cet étude montre le problème de la modernité dans la peinture d'Eliseu d'Angelo Visconti (1866-1944). Il est intéressant de penser à la modernité dans l'œuvre d'Eliseu Visconti, parce que c'était un artiste qui a eu une précédente expérience avec les premières manifestations de l'art moderne brésilien et il a connu expérimentalement l'art moderne dans le contexte français.

MOTS-CLÉS : Eliseu Visconti ; modernité, peinture.

O problema da modernidade em Eliseu d'Angelo Visconti (1866-1944) é uma das questões que envolvem nosso objeto de estudo de doutoramento em artes, desenvolvido no Programa de Pós Graduação em Artes da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”. Embora, o estudo contemple a área das artes visuais, este possui preocupações da ordem da filosofia e da história da arte, que em certa medida, procura analisar a modernidade na pintura de Eliseu Visconti sob a ótica das teorias de Charles Baudelaire e Maurice Merleau-Ponty. A pesquisa apresentada encontra-se em início de investigação, deste modo, procuramos descrever os pontos principais que compõem o mapeamento do objeto de estudo e estabelecer o recorte teórico que cerca o problema proposto.

Eliseu Visconti é um artista de transição entre academicismo e modernismo que atuou no contexto brasileiro no final do século XIX e início do século XX. Este artista teve uma formação inicial acadêmica, mas também recebeu influência tardia do impressionismo, do pós-impressionismo, do simbolismo e da *art nouveau*. A obra de Eliseu Visconti é significativa para se compreender a produção artística brasileira, o crítico Mário Pedrosa chegou a considerar que “Elyseu Visconti veio ligar o passado ao futuro da história da nossa pintura” (PEDROSA, 2004, p. 133). Entendemos que o argumento do crítico nos sugere que

a obra deste pintor possui questões modernas significativas para a história da pintura brasileira, mesmo que não contemple questões modernistas.

Compreendemos a abrangência do tema da modernidade, assim como as questões que envolvem os temas da modernização e do modernismo. Entendemos que o contexto estudado a partir dos estudos de Charles Harrison sobre os três temas. Para Harrison a noção de modernidade é um processo ligado às condições sociais, a modernização é associada às mudanças causadas pela Revolução Industrial, já o modernismo é um termo que pode ser utilizado para tratar das obras de arte como uma categoria especial e produzida na modernidade (HARRISON, 2001, p. 6-15).

É interessante pensar o problema da modernidade na obra de Eliseu Visconti porque ele foi um artista que teve uma experiência anterior as primeiras manifestações da arte moderna brasileira. A formação inicial de Eliseu Visconti baseou-se nos ensinamentos acadêmicos, ligados a tradição e aos Salões. O artista foi um dos mentores da reformulação que a Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro sofreu nos primeiros anos da República, tornando-se a chamada Escola Nacional de Belas Artes em 1890. Eliseu Visconti foi um dos primeiros experimentadores dos ateliês ao ar livre no contexto brasileiro e um dos primeiros artistas pensionistas do prêmio de viagem à Europa no período republicano. Com o prêmio de viagem, Eliseu Visconti vivenciou o contexto artístico francês no período de 1893 a 1900. Na oportunidade, o artista passou por várias instituições francesas de ensino de artes, tais como: Academia Julian, Escola Nacional de Belas Artes, Escola Guérin.

As estadias de Eliseu Visconti na Europa não cessarão até aos anos de 1920 quando se instalou definitivamente no Rio de Janeiro, porém, o seu retorno final ao Brasil foi um momento profissional que já se caminhava para a “aposentadoria”. Ao longo de sua vida profissional, Eliseu Visconti produziu alterando, adaptando e explorando técnicas conforme os temas e as demandas das solicitações do mercado de arte do período, sendo muitas as encomendas do governo. Considerando que o pintor residiu a partir dos anos de 1920 no Brasil, Eliseu Visconti pode ser compreendido como um artista que também presenciou a construção da modernidade e do modernismo no campo artístico brasileiro, porém como um espectador. Um fato relevante é que Eliseu Visconti viveu mais de duas décadas após a famosa Semana de Arte Moderna de 1922, mesmo que excluído dos movimentos desta, via com bons olhos a nova movimentação artística, pois, Eliseu Visconti pensava que a pesquisa em artes não poderia parar, esta e outras informações são encontradas em sua biografia escrita por Frederico Barata (1944).

Para a pesquisa em desenvolvimento elegemos as pinturas de paisagem produzidas por Eliseu Visconti, considerando a influência da técnica impressionista visível na sua obra e o contexto brasileiro de discussão sobre a modernidade. Para além da técnica, entendemos que o artista aprofundou-se no estudo da natureza, exprimindo a necessária comunicação entre o homem (o pintor) e a natureza no fazer artístico. Assim, pensamos que a influência impressionista evidente em sua obra não se limita a uma técnica, mas se estende a sua experiência de ser um pintor no mundo vivido e contempla uma filosofia sobre o pensar a relação arte e vida no fazer artístico. Sobre a pintura de Eliseu Visconti, escreveu Mário Pedrosa:

Visconti aprofunda, de volta definitiva de Paris, os seus meios ao contato com a luz, o ar circundante. Pintor até a raiz dos cabelos, ele compreende que o destino de sua arte está na vitória sobre aqueles elementos. Os matos cariocas, a serra de Teresópolis, travam com ele um diálogo misterioso. É, afinal, a comunicação indispensável do artista com a natureza que se faz. Ele recolhe-se ao seu meio íntimo. Acabaram-se as viagens, a convivência mundana e cosmopolita. O artista está livre dos temas solicitados do exterior, das encomendas públicas ou privadas, e pode, enfim, dedicar-se por inteiro às questões que mais de perto o tocam, os problemas finais de sua criação. A pintura para ele não mais se distingue de sua vida externa; é a suprema expressão de seu próprio eu. Ele concentra-se no seu *atelier*, no seu recanto, no seu quintal. Não perde mais o contato com a natureza, cujos segredos – naquilo que lhe diz à sensibilidade de pintor – devassa. (PEDROSA, 2004, p. 128-9).

Nesta perspectiva, pretendemos construir uma reflexão estética sobre a pintura e o mundo percebido, deste modo, as pinturas de paisagem de Eliseu Visconti serão estudadas à luz das reflexões de Charles Baudelaire e de Maurice Merleau-Ponty. O primeiro nos permite entender a modernidade como um processo em descobrimento – e, de certa forma, inventado. Além disso, entendemos que o contexto artístico que Eliseu Visconti vivenciou durante suas passagens pela Europa e no Brasil, pode ser avaliado pelo conjunto de ideias propagadas por Baudelaire. Neste sentido, observamos a experiência estética na modernidade interligada com a vida das grandes cidades, da paisagem local e do mundo visível, “[...] contendo ao mesmo tempo o objeto e o sujeito, o mundo exterior ao artista e o próprio artista” (BAUDELAIRE, 2008, p.73).

Já Merleau-Ponty, ao longo de todo o seu pensamento filosófico, defende a indivisível relação entre sujeito e objeto, corpo e espírito. E mesmo que não seja

contemporâneo ao impressionismo⁵, reconhece que a arte moderna se vale da aproximação entre o homem (o pintor) e a natureza (o mundo percebido). Sua filosofia abrange a expressão artística e o fenômeno da experiência sensível.

Por meio do diálogo entre as considerações de Baudelaire e de Merleau-Ponty, no primeiro momento da pesquisa, a investigação discutirá de que forma o sentido da modernidade se faz presente na pintura de paisagem de Eliseu Visconti quando avaliada sob a óptica desses pensadores. Assim, a pesquisa busca compreender a modernidade na pintura de Eliseu Visconti, em resumo, como a relação homem e natureza ganha valores modernos na obra deste artista, pensando seu lugar no estudo da modernidade no contexto brasileiro.

Em um segundo momento, pretendemos explorar uma evidência levantada pela leitura do texto *Visconti diante das modernas gerações*, de Mário Pedrosa. O crítico lamenta, referindo-se a Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti e Candido Portinari, que os primeiros modernos brasileiros não tenham dado crédito às obras que Eliseu Visconti desenvolveu a partir da técnica da luz. Nas palavras de Pedrosa: “O modernismo brasileiro não se teria nutrido apenas de ideias importadas da Europa, com raro intercâmbio mais direto com mestres modernos. A lição de Visconti tê-lo-ia levado mais depressa a comunicar-se com a natureza [...]” (PEDROSA, 2004, p.132). Para o crítico, a comunicabilidade entre o artista e a natureza só se tornou um problema moderno no contexto brasileiro a partir da segunda camada de modernistas⁶. Portanto, será necessário considerar as questões que envolvem a relação homem e natureza para se alcançar o entendimento do lugar da obra de Eliseu Visconti no contexto nacional. E se a assertiva de Pedrosa se confirmar na nossa investigação, projetamos, compreender como que a possível modernidade de Eliseu Visconti possa ensinar a relação vida e arte ao nosso modernismo.

Referências Bibliográficas

ALVES, F. C. *A filosofia de Merleau-Ponty e a Arte*. In: Palíndromo (Teoria e História da Arte). Florianópolis: Udesc, 2010, v. 3.

AMARAL, A. A. *Artes plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Editora 34, 1998.

⁵ Tampouco de Eliseu Visconti. Devemos tomar cuidado com anacronismos, pois uma das intenções desta pesquisa é construir uma reflexão estética sobre a pintura deste artista, tendo o tema do mundo percebido (relação homem e natureza) como ponto de convergência da investigação. Sobre o anacronismo, como opção de risco e discutível na disciplina da história, consideramos “as afirmações da historiadora francesa Nicole Loraux, como conceitos anacrônicos que são aplicáveis à diferenciação do passado e do presente, o que permite que questões do presente sejam compreendidas pelo passado” (ALVES, 2010, p. 225).

⁶ Pedrosa se refere às obras de Pancetti, Cícero Dias, Guignard, Segall e Lívio Abramo. O uso do termo “camada” para denominar os modernistas é uma expressão usada por Pedrosa.

BARATA, Frederico. *Eliseu Visconti e seu tempo*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde, 1944.

BAUDELAIRE, C. *Escritos sobre arte*. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Hedra, 2008.

_____. *A invenção da modernidade*. Trad. Pedro Yamen. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.

CAVALCANTI, A. M. T. *Les artistes brésiliens et "Les prix de Voyage em Europe" à La fin Du XIXe siècle: vision d'ensemble et étude approfondie sur le peintre Eliseu D'Angelo Visconti (1866-1944)*. Tese (Doutorado em História da Arte) - Université Paris I, 1999.

Eliseu Visconti Website. Disponível em: <<http://www.eliseuvisconti.com.br>>, Acesso em: 12 de dezembro de 2013.

HARRISON, C. *Modernismo*. Trad. João Moura Jr. São Paulo: Cosac Naif, 2001.

MERLEAU-PONTY, M. *Conversas -1948*. Trad. Fábio Landa e Eva Landa. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *L'Oeil et l'Esprit*. Paris: Éditions Gallimard, 1964.

_____. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Éditions Gallimard, 1945.

_____. *Le Doute de Cézanne*. In: *Sens et Non-Sens*. Paris: Nagel, 1948.

OLIVEIRA, V. O. *A arte na belle époque: o simbolismo de Eliseu Visconti*. Urbelândia: Edufu, 2008.

PEDROSA, M. *Acadêmicos e modernos: textos escolhidos III*. Otília Arantes (org). São Paulo: Edusp, 2004.

SERAPHIM, M. *A catalogação das pinturas a óleo de Eliseu D'Angelo Visconti: o estado da questão*. (Tese de doutorado em História) Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Campinas, Unicamp, 2010.

A arte que conta a vida: diálogos entre o cotidiano de uma população rural e as pinturas do artista *naïf* José Raimundo

Juliano de Melo Gregório

Graduado em História
Universidade do Vale do Sapucaí
julianomelogregorio@gmail.com

Viviane Tamiris Pereira

Mestranda em História
Universidade Federal de São João del Rei
vivianetpereira@yahoo.com.br

RESUMO: O presente estudo objetiva analisar obras artísticas produzidas pelo pintor *naïf* sul mineiro José Raimundo que se referem ao cotidiano dos trabalhadores camponeses de sua região. No sentido de compreendê-las frente aos problemas socioculturais de suas próprias composições, no caso o êxodo rural e, em um segundo momento, a industrialização da cidade Pouso Alegre. Para isso, utilizaremos como fontes imagens e depoimentos orais de camponeses regionais.

PALAVRAS-CHAVE: Industrialização Brasileira; Arte Naïf; História Oral.

ABSTRACT: The study aims to analyze artistic works produced by South naïf painter José Raimundo referring to daily life of peasant workers in your area. In order to understand them against sociocultural problems of his own compositions, where the rural exodus and, in a second moment, the industrialization of the town Pouso Alegre. For this, we use images as sources and oral testimonies of regional camponeses.

KEYWORDS: Brazilian Industrialization; Naïf Art; Oral History.

José Raimundo é um dos artistas naïf mais conceituado do sul de Minas. De modo geral, como veremos adiante nesse estudo, sua obra aborda o ambiente rural tradicional onde ele foi criado. No entanto, descrevê-la apenas mantenedora da memória social dos camponeses de sua região seria ignorar grande parte do significado de sua arte. Desse modo, nosso estudo objetiva compreender, a partir de um dialogo metodológico biográfico-intencional e iconológico, como o universo simbólico do trabalho desse pintor se relaciona com o atual contexto que ele está inserido.

Neste estudo adotamos a metodologia biográfica-intencional conforme discute Armindo Trevisan (2008, p. 142). Isso quer dizer que além de levar em conta as próprias figuras, considera-se também “a análise do ambiente em que viveu o artista e das condições

de sua produção”. No sentido de melhor compreender as intenções do autor e as representações simbólicas de sua arte.

É importante salientar também que o material iconológico nesta pesquisa não é tomado como uma expressão fidedigna dos ambientes pintados pelo autor. Pelo contrário, buscar-se-á compreender os múltiplos significados transmitidos através dessas imagens, sejam eles por meio das representações simbólicas diretamente expressas nas pinturas ou que estejam subentendidos a elas. Desse modo, esta perspectiva se alinha com uma ampla discussão teórica e metódica acerca do uso da imagem como fonte historiográfica, abordada por autores como Michel Vovelle (1997), Alberto Manguel (2001), Eduardo França Paiva (2002), entre outros.

Para começarmos analisaremos o painel denominado “O mundo de José Raimundo”:



Imagem 1 - O mundo de José Raimundo⁷

O painel, em formato circular, busca representar o mundo para o artista. Um ambiente marcado basicamente pela vida campesina e pela religiosidade cristã. A partir dos traços do desenho é possível identificar as principais características da arte naïf: desenhos feitos com

⁷ Captado em: <<<http://migre.me/j9QOe>>> Acesso em: 12 de mai. 2014.

recursos relativamente mais simples de pintura. A este ponto, é necessário levar em consideração que José Raimundo, assim como a maioria dos artistas desse gênero são autodidatas, ou seja, não possuem uma formação artística erudita ou especializada. Sobretudo, como salienta o historiador Robson Xavier da Costa (2008, p. 110): “As imagens produzidas por esses pintores expressam recordações ou o imaginário sistematizado por meio de imagens que descrevem suas trajetórias de vida”.

Desse modo, analisaremos o ambiente social onde o artista plástico viveu desde sua infância até a idade adulta, quando ele se mudou para cidade de Pouso Alegre. Esta análise de sua trajetória nos permitirá compreender quais são as principais referências de sua obra.

José Raimundo nasceu em sítio no município de Silvianópolis. Na pequena propriedade, sua família, desenvolvia atividades agropecuárias, como o plantio de cereais e a criação de bovinos, para obtenção de sua subsistência. No depoimento oral utilizado nesse estudo, o artista relata que ainda muito jovem, por volta dos oito anos de idade, já estava envolvido no trabalho familiar. Dessa forma, seu acesso à educação escolar foi bastante limitado. É interessante ressaltar que nesse período, década 1960, não existia escolas públicas nas áreas rurais do município e até mesmo na cidade ela era bastante restrita. Desse modo, no campo o ensino se limitava basicamente a alfabetização, que era financiada pelos moradores de uma determinada região. Nesse caso, estes contratavam professores para ensinar conceitos de língua portuguesa, matemática e conhecimentos gerais, no entanto havia pouca – ou nenhuma – formalização neste processo. Para compreendermos um pouco melhor essa questão, vejamos o depoimento de outro trabalhador campesino regional:

A escola que eu tive foi uma escola perto do sítio que eu fui criado. Uma escolhinha com muita dificuldade, a escolhinha era um paió de um casarão antigo que existia. Hoje nesse lugar até existe uma grande fazenda. Mas, a casinha da escola foi uma paió que existia do casarão véio [...] ainda tive sorte que muitos da minha idade não teve uma escola pra aprender o pouco que eu aprendi [...] Uma vida muito difícil... Porque naquele tempo, nunca pensava que ter merenda na escola na roça. Eu entrei criancinha na escola, num tinha nem seis ano direito [...] A escola não tinha como ter um uniforme certinho. Não tinha nada disso⁸. (GREGÓRIO FILHO, 2011)

João Gregório Filho, autor da narrativa anterior, assim como José Raimundo, viveu desde sua infância a idade adulta no campo. Além disso, homologamente ele foi criado em um pequeno sítio e fora inserido ainda criança nas atividades de agropecuárias de subsistência familiar. No entanto, este era de Pouso Alegre, município adjacente a Silvianópolis. Por outro,

⁸ Este depoimento encontrasse devidamente arquivado no Laboratório de História Oral (LHO) da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS) na cidade de Pouso Alegre – MG.

este fato não interfere substancialmente em nossa análise, uma vez que a realidade campesina em ambas as municipalidades era extremamente semelhante.

Na fala de João Gregório Filho, enfim, é possível notar como o sistema de ensino no campo era bastante limitado. Como descrito, não havia um espaço específico para aulas – este era improvisado, não havia merenda ou uniformes para os alunos. Mesmo diante das dificuldades relatadas, o depoente afirma que teve sorte, pois muitos da sua região não possuíram uma oportunidade de estudo. Isso nos permite concluir que mesmo que o ensino fosse financiado pelos próprios campesinos, a iniciativa não era capaz de atender a todos. Além disso, é possível cogitar que muitos daqueles que não tiveram acesso à educação escolar estavam muito envolvidos com o trabalho em suas famílias, por isso não conseguiam frequentar as aulas.

A este passo é válido ressaltar que a História Oral, enquanto método de pesquisa, é compreendida neste estudo como uma forma pela qual o historiador pode

analisar que elementos simbólicos são construídos pela população, e se apresentam, muitas, como o avesso daquilo que lhe é imposto cotidianamente, à medida essa população convive tolera, assimila, reproduz a cultura oficial. (MONTENEGRO, 2010, p. 13).

Dessa forma, ao transmitir o seu relato o narrador é capaz de reafirmar sua própria identidade social e construir o legado que deixará para outrem. (PORTELLI, 1996).

Não obstante, é importante ressaltar outra similaridade entre as trajetórias de vida até então citadas e que nos ajuda a configurar seu ambiente social: o fato de que ambos foram criados em pequenas propriedades e que delas suas famílias extraíam seu sustento. Isto nos permite inferir as especificidades socioeconômicas de suas localidades frente a um contexto mais amplo do Sul de Minas.

A economia mineira tem sido discutida em diversos estudos que buscam delinear como esta tem se firmado desde o ciclo da mineração, século XVII. Segundo Isaías Pascoal, quando há a decadência da produção aurífera em fins do século XVIII, boa parte do território mineiro já se encontrava dedicado às lavouras de gêneros de subsistência. Esta produção começara com o intuito de fornecer suprimentos para a área mineradora, e se firmara no início do século XIX com a chegada da Corte ao Rio de Janeiro e a nova demanda gerada. (PASCOAL, 2007, p. 272-273).

O sul de Minas região marcada por pequenas e médias propriedades, se encontrava consolidado no cultivo de produtos como milho, arroz, feijão e fumo; e na criação de gado e

porcos. Estes eram destinados ao abastecimento interno, e ao comércio regional sendo realizado entre cidades e distritos vizinhos. Já os grandes proprietários do sul mineiro, poderiam estender suas relações comerciais à praça mercantil carioca.

Ou seja, de certo modo o ambiente socioeconômico em que José Raimundo e João Gregório viveram tem suas raízes ainda no século XIX. No entanto, o que é interessante se ressaltar é o fato de que ambas as famílias obtinham, em suas próprias terras, pouca produção e o excedente de suas atividades era comercializado nos centros urbanos de Silvianópolis e Pouso Alegre. Nesta última cidade havia até mesmo um Mercado Municipal, criado em 1893, onde os bens agrícolas eram comercializados. Por outro lado, era nas cidades que se compravam mercadorias das quais não era possível obter em suas propriedades ou em sítios vizinhos, como: açúcar, sal, querosene, macarrão, etc.

A vida no campo não se limitava ao trabalho agropecuário. Diversas eram as opções de diversão e sociabilidade que existiam no meio rural, como: o futebol de várzea, os jogos de baralho nas vendas e as rezas. A esta última, atribuiremos uma atenção especial, pois ela é abordada em diversas obras de José Raimundo, além de ser permeada de uma riqueza simbólica religiosa e cultural bastante pertinente ao nosso estudo.

Para realização das rezas, a comunidade se mobilizava geralmente em torno da casa de um festeiro, ou seja, um de seus membros que voluntariamente era eleito para a organização do evento. Era de incumbência deste a disponibilização e a ornamentação do espaço – geralmente um terreiro amplo e plano, onde o festejo seria realizado. Também era de sua responsabilidade, a arrecadação de fundos, junto ao grupo, para alimentação farta de todos os participantes. Nestas festividades serviam-se quitandas mineiras, como: biscoitos de polvilho, broas de pau-a-pique, doces e bolos. Além de bebidas, por exemplo: café, chás, leite, vinho quente, quentão e conhaque. Elas eram realizadas em louvor a São Pedro, São Paulo e/ou Santo Antônio. Nelas se agregavam expressões religiosas, artísticas, culturais e tradicionais dos camponeses. Mais ainda, era um momento propício para o estreitamento dos laços familiares estabelecidos – como o de compadrio, para o contato com habitantes de outros bairros adjacentes e, consecutivamente, a ampliação do ciclo de amizades.



Imagem 2 - “A reza”, Obra de José Raimundo⁹.

Observa-se na imagem aspectos da ornamentação e das expressões artísticas dos festejos anteriormente comentados: “[...] então eles enfeitavam o quintal inteirinho com bandeirinha” Além disso, podemos notar a presença de fitilhos coloridos e dos músicos. Ao centro, encontra-se a fogueira, ícone de destaque notório nas rezas e, ocupando o lugar de mais destaque na tela, uma igreja, símbolo da religiosidade cristã do evento: “a noite rezava o terço e levantava o mastro. Então, eu tenho quadro pintado com padre, com igreja, com pessoal tocando a violinha. Então é, mais ou menos, assim que a gente vivia”. (RAIMUNDO, 13 jul. 2011)

A este passo, nos é pertinente fazer algumas aproximações entre as rezas descritas até aqui e outras manifestações culturais, dela percussora, discutida por outros historiadores. Primeiramente, Mikhail Bakhtin ao analisar a literatura de François Rebelais, durante a Idade Média e o Renascimento europeu, tece profundas críticas às representações dos banquetes desde a antiguidade. Para o autor, elas são dotadas de complexas formas de simbologia e significação:

[...] elas [as imagens dos banquetes] são profundamente conscientes, intencionais, filosóficas, ricas em matrizes e ligações vivas com todo o contexto que as envolve, elas não se assemelham absolutamente a sobrevivência mortas de concepções esquecidas. (BAKHTIN, 2010, p. 246).

Deste modo, os alimentos servidos durante as rezas estão, de certo modo, conexos à tradição judaico-cristã dos banquetes, que são descritas tanto no antigo testamento, quanto no

⁹ Captado em: << <http://migre.me/jdg9o>>> Acesso em: 12 de mai. 2014

novo testamento. Em que, nestes contextos, tais práticas são consideradas momentos privilegiados de celebração da alegria, da união, da amizade, do triunfo da vida sobre a morte, enfim o renascimento a uma nova existência. Por exemplo, podemos observar no livro de Jó, escritura considerada a mais antiga da bíblia, que a família do protagonista costumava ir às casas uns dos outros banquetear, em rodízio, e oferecerem holocaustos a Deus em remissão dos pecados. Ou ainda, como narram os evangelistas, Jesus Cristo, o Messias, oferece em sua última ceia pão e vinho, considerado seu próprio corpo e sangue, para obtenção da vida eterna.

Por outro lado, as ofertas de quitandas mineiras e bebidas nas rezas, sobretudo estão ligadas às próprias vicissitudes do contexto que as envolve. Deste modo, elas representam a benevolência e hospitalidade da comunidade anfitriã em receber seus circunvizinhos no evento. São também a celebração da cooperação e da amizade mútua entre as famílias. Ademais, expressão de louvor a Deus pela colheita dos frutos da terra oriundos do trabalho familiar, visto que os quitutes distribuídos são, na maioria dos casos, feitos à base de mandioca, milho e leite.

Como descrito anteriormente, a fogueira ocupava um local de destaque nas rezas. Elas eram acesas num local central, ao seu redor as pessoas se reuniam para papear, contar causos e, até mesmo, fechar pequenos negócios, como a compra de reses. Além disso, o fogo possuía mais duas funções. Primeiramente, por conta das festas serem realizadas durante noites de inverno, ele deveria manter o ambiente aquecido. Em um segundo momento, ele tinha a funcionalidade simbólica de exprimir a presença de Deus junto aos foliões.

Nesse passo, é válido pontuar algumas considerações acerca da utilização simbólica do fogo. Ele é o símbolo bíblico mais frequente para acordar a manifestação divina. Na cultura judaico-cristã, ele também representa a justiça, a purificação e a libertação providas de Deus, sendo que, na celebração do pentecostes do novo testamento, o próprio Espírito Santo, terceira pessoa da santíssima trindade do catolicismo, é revelado por línguas de fogo. No continente europeu durante a Idade Moderna as chamas eram utilizadas em festejos populares como signo de renovação, regeneração e fertilidade. Por sua vez, uma prática pré-cristã adotada pela Igreja Católica na Europa, segundo o historiador Peter Burke (2010). Ao passo que, para alguns grupos étnicos africanos centrais, anteriores à colonização europeia, as fogueiras designavam a memória e mediação de antepassados falecidos. (SLENES, 2011).

Com efeito, o desenvolvimento industrial brasileiro, em especial na década de 1960, somado a chegada das primeiras indústrias de grande porte em Pouso Alegre, no final dos

anos de 1970, transformaria profundamente o cotidiano campesino que temos abordado. Isso porque, grande parte dos trabalhadores rurais partiram rumo aos centros urbanos. Em linhas gerais, é possível constatar esse fato a partir dos dados demográficos do Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística (IBGE); em que a população absoluta urbana supera, em cerca de 11 milhões de pessoas, a população rural do país, ao término de 1960¹⁰.

Não obstante, no final da década de 1980, José Raimundo se mudou para Pouso Alegre em busca de condições de vida melhores. Em seu depoimento ele relata que nessa época já se encontrava casado e, mesmo com a ajuda da esposa, o trabalho desenvolvido em seu sítio não era suficiente para manter o sustento da família. Primeiramente, ele trabalhou como zelador de uma propriedade rural nesse município. Posteriormente ele se transferiu para o espaço urbano pouso alegre e fora contratado por uma das indústrias instaladas na localidade: a Brasinca Ferramentas, Carrocerias e Veículos S.A.

Após trabalhar no ramo industrial durante seis anos, entre 1990 a 1996, José Raimundo tornou-se jardineiro, atendendo a clientes na cidade de Pouso Alegre. Foi nessa nova fase de sua vida que ele conheceu o artista plástico Jefferson Ferrão da Silva. Ferrão foi responsável por incentivar José Raimundo a desenvolver suas habilidades artísticas, disponibilizando-lhe os primeiros materiais de pintura, apresentando-lhe o trabalho de outros pintores e, atualmente, ele também é desenvolvedor do Ateliê Mineiro. Um projeto artístico e cultural que busca o intercâmbio entre os artistas sul mineiros e, especialmente, mapear e documentar a produção de arte popular desta região. José Raimundo, juntamente com outros seis artistas, compõe o núcleo naif do ateliê.

Retomando nossa afirmação anterior, o cotidiano campesino sofreu profundas transformações com o desenvolvimento industrial. O êxodo rural, por exemplo, foi responsável pela extinção de boa parte das festividades locais. No entanto, é importante ressaltar que este é apenas um dos fatores que contribuíram para a mudança na vida campesina. Poderíamos citar outros inúmeros aspectos, como: o desenvolvimento dos meios de comunicação, as novas estruturas econômicas, novos padrões culturais, etc.

Desse modo, as obras de José Raimundo podem ser compreendidas, de certo, como uma forma de manter viva a memória social do campesinato local. Afinal, o artista em questão as compõe inspirado em suas memórias da vida no campo, em suas palavras: “como eu fui criado lá na roça, ocê vê que as casa, carro de boi, as galinha, os bicho que a gente

¹⁰ Segundo os dados disponíveis no IBGE, em 1970 a população brasileira se distribuía da seguinte forma: 52.904.744 era urbana e 41.603.810 rural.

conheceu lá e que a gente tinha no quintal, a gente trás aí pras tela”. (RAIMUNDO, 13 jul. 2011). Contudo, ao considerarmos as contribuições para teorização da construção social da memória desenvolvidas por Maurice Halbwachs, podemos afirmar que a recordação está ligada às vicissitudes do tempo presente. Nesse sentido, pontua Ecléa Bosi: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas, refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as memórias do passado. A memória não é um sonho, é trabalho” (BOSI, 1987, p. 17). Desse modo, tanto em suas pinturas quanto no depoimento utilizado nesse trabalho, José Raimundo constrói uma narrativa do passado segundo sua óptica presente.

Entretanto, ao passo que o depoimento oral de trajetória de vida do artista aborda situações problemáticas, como questão da formação escolar ou a dificuldade para manter o sustento de sua família, as suas pinturas, por sua vez, retratam o campo como um ambiente harmonioso. Quais seriam as razões para essa contradição evidente?

Ao analisar as representações do campo e da cidade, a partir da literatura, Raymond Williams sugere inúmeras interpretações a estes ambientes. Em uma delas, o espaço rural é associado aos ideais da singeleza, da harmonia, da tradição e dos bons costumes. Seria esta perspectiva bucólica mais bela e, por isso, melhor aceita comercialmente? Provavelmente não. Afinal, o contrário seria negar o reconhecimento artístico do Expressionismo de Cândido Portinari, por exemplo, que em inúmeras obras, como o clássico “Os Retirantes”, teceram profundas críticas a sociedade brasileira.

Acreditamos que mesmo reconhecendo as dificuldades enfrentadas no campo, José Raimundo busca transmitir em sua obra a felicidade e bons momentos vividos no meio rural. Em suas palavras:

Não sei se é a idade, porque a idade vai mudando, mas acho que a época da roça era uma época feliz. Você não tinha, talvez, um sapato pra calçar, mas não... Se você era rodeado de parente, de amigo [...] Então... Era uma vida boa, uma vida feliz! Uma vida quase que sem nada, mas uma vida feliz.

Talvez para José Raimundo a importância em se retratar uma vida feliz no campo esteja em manter viva uma memória que não está escrita ou fotografada, uma tentativa de trazer para aqueles que não vivenciaram aqueles dias a certeza de que foi um tempo bom, ou talvez, as pinturas sejam um reflexo apenas do que o artista considera importante ser lembrado, e por consequência valorizado. De qualquer modo, os traços de José Raimundo buscam refletir a vida campesina por filtros que somente o autor pode compreender, a nós historiadores, cabe apenas interrogar.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2010, p.246.

BOSI, Ecléa. *Memórias e sociedade: lembranças de velhos*. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987. In: BRAGA, Elizabeth dos Santos. *A construção social da memória: uma perspectiva histórico-cultural*. Ijuí: Editora Ijuí, 2000.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

COSTA, Robson Xavier da. *Pintura Naïf: Diálogos entre a imagem e oralidade*. Sæculum – Revista de História [19], João Pessoa, jul./dez. 2008, p. 110.

GREGÓRIO FILHO, João. *Narrativa de trajetória de vida*. Pouso Alegre, 17 de fevereiro de 2011. Entrevista concedida a Juliano de Melo Gregório. Este depoimento encontrasse devidamente arquivado no Laboratório de História Oral (LHO) da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS) na cidade de Pouso Alegre – MG.

MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*. São Paulo: Cia das Letras 2001.

MOTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisada*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2010, p.13.

PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PASCOAL, Isaías. *Economia e trabalho no sul de Minas no século XIX*. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, v.16, n.2 (30), ago. 2007, p.272-273.

PORTELLI, Alessandro. *O momento da vida: funções do tempo na história oral*. In: FENELON, Déa Ribeiro (org.). *Cidades: Programas de estudos de Pós-Graduação em História*. São Paulo: PUC/Olho D'água, 1996.

RAIMUNDO, José. *Narrativa de trajetória de vida*. Pouso Alegre, 13 de julho de 2011. Entrevista concedida a Juliano de Melo Gregório.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas: Unicamp, 2011.

TREVISAN, Armindo. *Como apreciar a arte*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990. In: COSTA, Robson Xavier da. *Pintura Naïf: Diálogos entre a imagem e oralidade*. Sæculum – Revista de História [19], João Pessoa, jul./dez. 2008.

VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na história*. São Paulo: Ática, 1997.

Coreografia de Cordel: A relação estabelecida entre o cotidiano popular do Vale do Jequitinhonha e a dinâmica das sociedades modernas

Leila Martins Ramos

Mestrado em Antropologia Social Cultural

leilamartinsr@hotmail.com

RESUMO: A relação que foi estabelecida entre a manutenção de culturas particulares e as noções de riscos e benefícios trazidos pela dinâmica da sociedade moderna vem com o desafio de contribuir para que as formas de expressões culturais possam coexistir. Surge então objeto desse artigo, através do qual se pretende avaliar a relação estabelecida entre manifestações. Trata-se do espetáculo de dança – Coreografia de Cordel da Companhia de dança de Minas Gerais.

PALAVRAS CHAVE: Manifestações culturais; Sociedades Modernas; Dança; Cordel.

ABSTRACT: The relationship that was established between the maintenance of particular cultures and notions of risks and benefits brought by the dynamics of modern society comes with the challenge of contributing to the forms of cultural expressions can coexist. Then comes the object of this article, through which it intends to evaluate the relationship between events. This is the dance performance - Cordel Choreography Dance Company of Minas Gerais.

KEYWORDS: Cultural events; modern societies; Dance; Cordel.

Estamos acostumados a falar em cultura brasileira, assim, no singular, como se existisse uma unidade prévia que aglutinasse todas as manifestações materiais e espirituais do povo brasileiro. Mas é claro que uma tal unidade ou uniformidade parece não existir em sociedade moderna alguma e, menos ainda, em uma sociedade de classes. (...).Mas depois, e na medida em que há frações do interior do grupo, a cultura tende também a rachar-se, a criar tensões, a perder a sua primitiva fisionomia que, ao menos para nós, parecia homogênea. (BOSI, 1992, p. 308)

O aspecto cultural de uma dada formação social tem recebido, em um contexto mais atual, a atenção de estudiosos de diversas áreas. Tal atenção está baseada no papel que a cultura pode e tem desempenhado para um desenvolvimento social e até mesmo econômico. Segundo Geertz (2003), a cultura existe de forma empírica, ou seja, por meio da ação simbólica, da manutenção de crenças e valores que direcionam o comportamento. Ao observar um determinado grupo e suas diversas ações não se pode simplesmente tomar tais ações como a agência de atividades de maneira descritiva e pronta, é necessário compreender o que tais iniciativas significam. O que se deve indagar é: qual a importância de tal ação? O

que está sendo produzido? Quais os terrenos onde isso acontece? De que forma acontece? E quais instrumentos são utilizados neste processo?

O contato direto entre culturas locais e cultura globalizada exige uma capacidade de discernimento que permita aos indivíduos uma definição entre o que é seu e o que é do outro, bem como entre aquilo que será admirado e o que será rechaçado, isto, segundo Néstor Garcia Canclini em seu livro “Consumidores e Cidadãos”. De acordo com este autor, as negociações entre formas e expressões culturais são na verdade necessárias e inevitáveis para a manutenção das identidades de grupos sociais, sendo assim, a adoção de elementos externos à uma cultura local não necessariamente, substitui ou elimina suas tradições “Não se deve subestimar as criativas adaptações dos grupos tradicionais.” (GARCIA CANCLINI, 1996, p.227).

O mesmo autor, em outra obra, “Hibridismo Cultural”, afirma que a formação de novas identidades é atestada e se dará por meio da interseção e negociação das novas culturas, o que não implicará na simples assimilação por elas, ou na perda completa de suas identidades, mas no hibridismo e fusão cultural, como resultado do contato. Segundo o autor existiria a fusão e a troca entre várias histórias e culturas e “ainda que o patrimônio sirva para unificar cada nação, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço de luta material e simbólica entre as classes, etnias e grupos.” (GARCIA CANCLINI, 2003, p. 195).

Em complementação aos pensamentos de Canclini, temos Stuart Hall (1997), em sua obra “A identidade cultural na pós-modernidade”, que afirma que o estudo sobre grupos que apresentam uma singularidade, se comparados ao modelo de vida observado em contexto global, não pode abandonar o fato que mesmo se colocando em um local de tempo e espaço diferenciado jamais estarão isolados. Nas palavras do autor: “(...)as identidades nacionais têm dominado a ‘modernidade’ e as identidades nacionais tendem a se sobrepor a outras fontes, mais particularistas de identificação cultural” (HALL, 1997, p.67). Outra consideração importante, no que tange à identidade cultural, é feita também por Canclini e nos remete novamente ao patrimônio cultural. Segundo ele:

O patrimônio cultural – ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos – não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, modos de usar os bens e o espaço físico.(GARCIA CANCLINI, 1994, p.99)

Ao longo da história, patrimônios culturais do mundo todos foram amplamente adotados por governos e instituições com a finalidade de contribuir para o seu fortalecimento identitário na perspectiva do ideal de nação. No entanto uma leitura mais atenta sobre o assunto vai mostrar o quanto tais iniciativas serviram também a interesses específicos, sendo utilizada, por vezes, por elites e governos em seus interesses de legitimidade e hegemonia.

A consciência sobre a importância da preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro surge com a mesma finalidade e objetivos que a fez surgir em outras regiões do mundo. Como mostra Sant'ana (2003), foi no período da Revolução Francesa que a noção de patrimônio se estende à função de representação nacional e passa a ser utilizada para fins políticos.

No contexto cultural e político brasileiro tal perspectiva surge a partir da possibilidade de coadunar os interesses de um Estado autoritário, que é o caso do chamado Estado Novo¹¹, com os interesses e pensamentos de um grupo de artistas e intelectuais responsáveis pelo principal movimento de vanguarda e inovação no cenário cultural no país – o Movimento Modernista¹². Esta é uma reflexão trazida também por Fonseca (2005). É nesta perspectiva que podemos analisar as várias produções que procuram ressaltar aspectos relativos às culturas populares. Surge então o objeto deste trabalho, trata-se do espetáculo Coreografia de Cordel.

Para contemplarmos as variantes culturais existentes nesses propostos será necessário olharmos primeiro para cada uma delas separadamente - a literatura de cordel, a companhia de dança de Minas Gerais e o espetáculo Coreografia de Cordel.

A Literatura de Cordel, conhecida como significativa expressão da cultura nordestina, não tem sua origem no Brasil. Surgiu na Europa, ainda na Idade Média, circulando entre o povo e fazendo parte do vasto patrimônio da cultura popular. Tratava de histórias de heróis, cavaleiros e príncipes destemidos. Romances que o povo veio contando ao longo dos séculos, que poderiam ou não ser verdadeiros, mas isso não importava o que importava era a história e sua narrativa.

A Literatura de Cordel chegou ao Brasil ainda no final do século XIX, reproduzindo histórias de lugares e tempos diferentes e se desenvolveu mais aqui que em qualquer outro

¹¹ Regime político adotado no Brasil de 1937 a 1945, onde o Brasil foi chefiado por Getúlio Vargas, após o Golpe de Estado de 30 de novembro de 1937.

¹² Movimento, considerado de vanguarda na sociedade brasileira, de ampla abrangência cultural desencadeado no Brasil na década de 20 por um grupo de artistas e intelectuais com abrangência, sobretudo no campo da literatura e das artes plásticas.

lugar. Durante décadas foi praticamente o único veículo de informação que chegava ao povo do interior do país.

No Brasil a identificação da literatura de cordel se deu de imediato com o povo do sertão. Sendo o único veículo de informação que conseguia chegar ao interior do país de forma eficaz. Passou das histórias sobre príncipes e cavaleiros para a narrativa do cotidiano do sertanejo. Sua principal característica era saber colocar em linguagem acessível o sertão e seu cotidiano. Eram os homens do sertão, seus personagens e sua linguagem a utilizada nos livrinhos de Cordel e era no sertão que eles circulavam.

Esta forma de expressão cultural esteve ameaçada ao longo de sua trajetória no século XX. Segundo Joseph M. Luyten (2005)¹³, Professor Catedrático da Unesco, Docente da Unesp e da Universidade Católica de Santos, em seu livro “ O que é literatura de Cordel”, a primeira ameaça vivida pelo cordel brasileiro estaria representada pela distribuição de jornais pelo interior do país.

Como no início, a produção da literatura de cordel era a única que circulava pelos cantões do país, acabava por dar informações a esta população afastada dos acontecimentos de seu interesse, sempre mantendo as características principais de sua forma narrativa. Os poetas populares do nordeste atuavam como verdadeiros jornalistas. Com o início de circulação de alguns periódicos, em lugares antes afastados, houve o receio que acabassem por substituir os “livrinhos” do cordel, entretanto produção da literatura de cordel começou a se movimentar por meio destes periódicos. Provou-se mais tarde que tal advento acabou por fomentar ainda mais sua produção, uma vez que foi utilizada como veículo pela literatura de cordel.

O segundo vilão seria o Rádio, também pelo mesmo motivo, ou seja, o potencial que possuía de preencher um espaço na vida cotidiana daqueles homens, sendo capaz de anular a representação que a literatura de cordel teria. A partir de 1930, pesquisadores culpavam o rádio por uma possível queda na produção do cordel. Entretanto, se constatou o contrário, com a criação de programas voltados para o homem do interior e os cordelistas tornaram-se presença constante nas rádios.

A mais nova vilã estaria por vir. Com a popularização da televisão a partir dos anos 60, o que se esperava era a aniquilação da representatividade que o cordel teria no cotidiano

¹³ Professor Catedrático da Unesco, Docente da Unesp e da Universidade Católica de Santos. Um dos maiores especialistas em Literatura de Cordel no Brasil

do homem sertanejo. No entanto produções como Roque Santeiro e Saramandaia, surgiram como produções voltadas para um público de massa, mas baseadas em histórias de cordel. Esse é um ponto chave na história da literatura de cordel, considerando que a televisão já na década de 60 alcançava uma grande parcela da população e trouxe para sua programação o cotidiano do homem sertanejo.

A relação da literatura de cordel, com os meios de comunicação convencionais, se deu de forma pacífica, onde ele procurava aproveitar de tais conquistas tecnológicas e revolucionárias, metaforseando-se sem perder suas características basilares. A aceitação dessa programação, demonstrada por meio do sucesso junto ao público só veio a confirmar a identificação que o homem do sertão tinha alcançado em cada brasileiro.

Finalmente entre todos os acontecimentos marcantes da história do século XX no Brasil, um teve maior relevância na produção de cordel, influenciando não somente sua quantidade como também seu conteúdo. A migração ocorrida a partir dos anos 60 para grandes centros urbanos e a construção de Brasília. A vida na cidade implicava em uma série de novos costumes, hábitos, formas de entendimento, que estavam muito distantes da vida conhecida no sertão. É neste momento que o cordel mostra efetivamente sua força, quando é capaz de se manter, dentro de uma cultura urbana. Para tanto foi obrigado a passar por modificações naturais, ocorridas a partir das necessidades percebidas no próprio cotidiano das pessoas.

A produção observada neste momento tratava dos infortúnios de maior alcance, graças às informações recebidas da imprensa, os folhetos de cordel apresentaram mudanças no conteúdo das informações. As necessidades encontradas por um povo que não tinha para onde voltar e que devido a uma série de circunstâncias históricas do país, encontrou uma vida na cidade grande ligada à pobreza e a precária condição humana, começaram a ser retratadas em seus “livrinhos”. Contextualizando suas histórias à história do país, aos acontecimentos da política brasileira, o cordelista era especialista na narração de acontecimentos históricos e sociais de sua época. O assunto tratado normalmente era a política e os fatos mais expressivos da história do país.

Assim a Literatura de Cordel, no fim dos anos 90 começou a ser aceita e estudada por academias e tinha seus poemas populares em livros didáticos de todo o país. A Literatura de Cordel mostrou-se capaz de, além de retratar a cultura popular brasileira, se espalhar do nordeste para o sul, do interior para as regiões centrais, se tornar elemento característico dessa

cultura nacional e se expandir para outras formas de expressão artística como música, teatro e o que se tornou a proposta deste artigo – a dança.

Presente na história dos homens desde seus primeiros registros a dança remonta a tempos primitivos, sendo tão velha quanto a vida humana. O homem primitivo dançava para agradar a seus deuses e a dança servia a rituais. Pode ser entendida como expressão ou manifestação ligada à história e cultura de diversos povos ou ousemos dizer de todos os povos.

Com o desenvolvimento das civilizações passou a expressar as etnias e suas distinções. Carregada de expressões simbólicas, de conteúdos significativos, se mostra por vezes reveladora de anseios, medos, buscas e tudo mais inerente à condição humana. Justamente por esse seu caráter representativo, os movimentos dados ao corpo contam um acontecimento, e a dança acaba por revelar um hábito ou costume de determinada etnia ou grupo, como é o caso das danças folclóricas. Como um exemplo muito próximo, temos as cantigas de roda e a capoeira¹⁴. Por meio do registro de experiências e carregando aí sua intencionalidade em sua linguagem corporal transmite conteúdos, informações e sentidos.

A dança também como toda atividade humana sofreu transformações e foi influenciada pelas formas e instituições da vida social dos homens. Ela também se tornou um ofício, onde é exigido um grupo de profissionais qualificados para expressá-la. Não poderia ser diferente nas sociedades atuais, onde tudo é trabalho e a dança também virou um espetáculo, com público, cenário, figurinos e ensaios. Salienta-se que mesmo se sustentando como um produto estético, voltado para admiração, o processo criativo, ela também implica em uma significativa absorção de elementos característicos de culturas específicas e peculiares.

A Companhia de Dança de Minas Gerais foi fundada há mais de quarenta anos e trabalhou seus primeiros 20 anos de existência com o balé clássico para, por último, optar pela dança contemporânea. Surgiu no cenário cultural brasileiro ainda nas décadas de 40 e 50 com o nome de “o Ballet Minas Gerais”. Primeiro núcleo de dança clássica de Minas Gerais, chegando a ser considerado um dos melhores corpos artísticos de dança de todo o país. A contribuição da Cia de Dança para o cenário cultural brasileiro e principalmente mineiro

¹⁴ Esta última é um misto de luta, jogo e dança, a definição correta não é conhecida do senso comum, mas todos reconhecem sua origem na cultura africana e trazida ao Brasil pelos escravos e com o fim do período de escravidão alcançando posteriormente outras camadas da população.

torna-se valiosa por muitos motivos, mas o mais relevante deles é a variada produção em torno da cultura mineira.

De acordo com um breve histórico sobre a Cia de Dança, esta se mostrou interessada em suas produções pela cultura popular mineira representando os vários símbolos e valores que ajudam a definir a identidade do homem de Minas. Suas produções mais significativas neste sentido são o espetáculo “Entre os Céus e as Serras”, que retrata a cultura mineira com foco em sua religiosidade e o espetáculo “Coreografia de Cordel” que busca no Vale do Jequitinhonha e especificamente na cidade de Medina sua inspiração.

A proposta feita pelo espetáculo Coreografia de Cordel da Cia de Dança se torna extremamente interessante e, portanto objeto deste trabalho a partir do momento em que mostra sua firme intenção em evidenciar o cotidiano do Vale do Jequitinhonha. O Vale do Jequitinhonha sempre foi conhecido por sua pobreza e pela quantidade de problemas sociais que apresenta. No entanto, em um contexto mais recente, tem-se observado a quantidade de produções que buscam evidenciar outros aspectos de sua história e de sua cultura. Segundo Cristina Machado, o objetivo do espetáculo não foge a esta tendência. Mas, apesar dessa diversidade de perspectivas para criação buscou-se a unidade do trabalho em um dos aspectos encontrados na cultura cotidiana do Vale, a afetividade. A receptividade encontrada foi o ponto chave para criação.¹⁵

A tentativa de transfigurar as experiências do Vale para o espetáculo está em diversos momentos, no entanto, o mais evidente deles é a montagem de uma arquibancada dentro do teatro, dispensando toda a estrutura física do Grande Teatro do Palácio das Artes com o objetivo de aproximar o público do espetáculo, como em um teatro de arena. Com seu desenvolvimento a literatura de cordel, que originalmente surgiu em versos e folhetos, se expandiu para os outros campos das artes como canto e dança. O Espetáculo Coreografia de Cordel representa uma dessas novas formas da literatura de cordel.

É neste momento que é levantada a questão da negociação como absolutamente necessária para o processo de formação das identidades. Não se pode mais encontrar nas culturas populares a última representação das tradições que buscam a resistência à globalização. Trabalhar estas culturas como último campo de resistência ao processo que o próprio autor chamou de transnacionalização dos bens simbólicos, contraria a principal característica de todo um trabalho, até histórico, de construção de identidades, uma vez

¹⁵ Diretora Artística da Companhia de Dança da Fundação Clovis Salgado no momento da criação do espetáculo (ver de qual jornal ou reportagem essa afirmação foi retirada)

considerar necessário e parte da história da humanidade a constituição de identidades e bens simbólicos a partir do que proporciona o contato entre culturas. Reduzi-las a tradições locais traria ônus a qualquer processo de formação a ponto de comprometê-lo.

Da segunda metade do século XX até então se tem observado a existência de conflitos transnacionais no âmbito cultural como consequência da reestruturação dos cenários políticos – comuncionais das sociedades modernas, bem como o fechamento e endurecimento de particularismos culturais. O conflito acaba por exigir a negociação que resulta na reorganização dos bens simbólicos. Essa reorganização segundo o autor é muitas vezes sutil e tem como resultado a defesa de patrimônios étnicos e a autonomia política, sem necessariamente ir contra o relacionamento entre culturas.

A definição do que é popular agora também necessita de reorientação, graças ao contexto proporcionado por sociedades modernas. Não se trata mais de uma posição ou conceito nítido, como em outros momentos da história. A negociação que é imposta a este setor. Ela se dá dentro de componentes culturais intrínsecos a ele e, portanto é levada e instalada na subjetividade coletiva, e na cultura cotidiana. Este seu caráter não é tão novo como parece, principalmente quando falamos das sociedades latino-americanas que passam por este processo da interação entre as diferentes culturas, desde sua formação. Trata-se agora da acentuação deste processo graças à dinâmica das sociedades contemporâneas onde o tradicional está mais perto do moderno, o popular do culto e o subalterno do hegemônico.

A avaliação sobre a relação estabelecida entre a cultura popular no Vale do Jequitinhonha, representada pelo espetáculo Coreografia de Cordel da Cia de Dança de Minas Gerais pelo Palácio das Artes – Fundação Clóvis Salgado buscou saber identificar qual o seu papel e sua representatividade no contexto de sua produção.

Já foi dito anteriormente que o espetáculo em questão tem suas fontes na cultura do Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais pobres do Estado de Minas Gerais. Considerado o sertão de Minas, o Vale do Jequitinhonha apresenta uma vasta e rica cultura tornando-o capaz de ser reconhecido por seus aspectos culturais e não somente por seu contexto econômico. Toda esta riqueza e variedade do sertão não só mineiro como brasileiro, tem sido representada pela literatura de cordel que, como já foi mencionado, uma prática que era exercida na Europa e chegou ao Brasil no final do século XIX, encontrando aqui terreno fértil para seu desenvolvimento que se mostrou, em pouco tempo, como uma expressão cultural brasileira, pela maneira em que conseguiu criar suas raízes no sertão do país.

A literatura de Cordel tornou-se parte do vasto patrimônio da memória do sertão e constituinte de sua identidade porque são os contos que o povo veio contando ao longo do tempo e aperfeiçoando quando sentia tal necessidade. Ela também se desenvolveu mais aqui que em qualquer outro lugar aprendendo a narrar o cotidiano do povo brasileiro, não só dos que viviam no sertão, mas também daqueles que tinham suas raízes lá. Pode-se concluir que a identidade do Vale do Jequitinhonha manifesta no espetáculo está baseada nas diversas formas que o indivíduo tem para se relacionar com os elementos constituintes da localidade. São na verdade múltiplas identidades, amparadas na cultura, na religião, na transmissão de valores dentro do que pode ser chamado de um “círculo aconchegante” (BAUMAN, 2003, p.16) que é uma comunidade.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Daniel. A dança que dialoga com outras mídias. *O Tempo*, Belo Horizonte, 31 mar. 2004. Disponível em: Hemeroteca do Centro de Informação e Pesquisa João Etienne Filho-Fundação Clovis Salgado.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CEM ANOS DE CORDEL. 2001. Sesc Pompéia. São Paulo. s/ed. 2001.

COSTA, Michele Borges da. Dança na sala de visitas. *O Tempo*, Belo Horizonte, 24 set. 2004. Disponível em: Hemeroteca do Centro de Informação e Pesquisa João Etienne Filho-Fundação Clovis Salgado.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A fase heroica. In: *O patrimônio em processo: trajetória da política federal no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005, p. 81-130.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 385.

_____. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, IPHAN, n. 23, ano 1994.

GEERTZ, Clifford. Descripción densa: hacia una teoría interpretativa de la cultura. In: *La Interpretación de las Culturas*. Barcelona: Gedisa. 2003.

HILL, Marcos. Sobre a performance. *ARS-MÉDIA*, Belo Horizonte, n. 286. Ano VII, set. 2004. Disponível em: Hemeroteca do Centro de Informação e Pesquisa João Etienne Filho-Fundação Clovis Salgado.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. trad.: Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Guacira Lopes Louro, DP&A, 1997.

LUYTEN, Joseph M. *O que é literatura cordel*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

MORENO, Viviane. Coreografia de Cordel tem estréia hoje. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 24 set. 2004. Disponível em: Hemeroteca do Centro de Informação e Pesquisa João Etienne Filho-Fundação Clovis Salgado.

SANT'ANA, Márcia. A face imaterial do patrimônio: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.46-55.

Os índios de Vladimir Kozák: leituras e significados

Rosalice Carriel Benetti

Bacharel em Direito e História, Mestranda do Programa de Pós Graduação em História
Universidade Federal do Paraná
Endereço elet.: iceb@brturbo.com.br

RESUMO: Em constantes viagens pelo interior do Brasil, o engenheiro Vladimir Kozák conheceu diversas comunidades indígenas e esteve atento as suas particularidades, produzindo diversos retratos indígenas. Este artigo analisa a produção iconográfica utilizando a linguagem visual para buscar a compreensão dos significados históricos, motivações do autor e os objetivos da produção.

PALAVRAS CHAVE: Vladimir Kozák; iconografia; índios; linguagem visual.

ABSTRACT: In constant travel through the interior of Brazil, the engineer Vladimir Kozák met several indigenous communities and was attentive to its particularities, producing several indigenous portraits. This article analyzes the iconographic production using the visual language to understand the historical significance, the motives of the author and production goals.

KEYWORDS: Vladimir Kozák; iconography; indians; visual language.

Introdução

A intenção deste artigo é analisar retratos de índios brasileiros elaborados por Vladimir Kozák, engenheiro tcheco que trabalhou no Museu Paranaense, entre os anos 1947 a 1963, e produziu extenso material fílmico, fotográfico, desenhos e pinturas. A excelência de seu trabalho na área de etnografia foi reconhecida por antropólogos e pesquisadores de instituições internacionais, mas permanece pouco conhecida no país que escolheu viver. É difícil precisar o número de imagens que produziu; no Museu Paranaense encontram-se cerca 182 pinturas a óleo, 1.169 aquarelas e muitos esboços e desenhos em papéis avulsos e cadernetas de campo. Como o material é extenso e variado, a opção foi selecionar uma série de retratos indígenas, produzidos entre 1952 e 1955, resultados de viagens do autor. Aos retratos foram acrescentadas outras imagens que compõe informações sobre esta produção. Para compreender os significados históricos dessas imagens, as motivações do autor, objetivos e suas especificidades buscou-se identificar as relações entre iconografia e as circunstâncias de produção. As fontes primárias utilizadas foram: as imagens pictóricas e a correspondência de Vladimir Kozák, oficial e pessoal. Cadernetas de campo e imagens fotográficas complementaram a pesquisa.

Uma das dificuldades do historiador em trabalhar utilizando a fonte visual, é a exigência de reformular a noção ingênua de que a imagem retrata determinada realidade; a imagem visual é uma representação do mundo objetivo, nunca a captação de uma realidade neutra. A produção imagética está circunscrita ao campo de visão de quem decidiu fazer seu registro e, portanto, vinculada a um sujeito em determinado momento; a aparente objetividade, ou neutralidade da iconografia, refletem uma obra pessoal, passível de interpretações. Assim, observando as particularidades impostas ao uso da imagem como fonte, metodologicamente, buscamos as reflexões de teóricos como Peter Burke (2004) quanto ao lugar da imagem como evidência histórica e as complexidades da linguagem visual. No intuito de compreender as relações entre representações, objetos materiais e sociedade, resgatamos as propostas de Carlo Ginzburg (1998) para a noção circularidade cultural. E, no que se refere à percepção visual dos retratos analisados Baxandall (2006) constituiu-se como referencial.

A trajetória de Vladimir Kozák

Analisar a produção de Vladimir Kozák, exige, no mínimo, sua identificação e um esboço da trajetória. Nascido em 1897, na zona rural da antiga Tchecoslováquia, Kozák tinha formação técnica de engenheiro mecânico, mas desde jovem interessou-se pelas artes, estudando escultura e pintura na *Purkyne University* de Brno. Em 1924 veio para o Brasil, onde trabalhou como engenheiro da empresa *Electric Bond and Share Company*. Morou no Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, instalando-se em Curitiba em 1938, contratado como engenheiro mecânico da Companhia Força e Luz do Paraná.

Era um homem culto e foi um viajante singular, conheceu como poucos o interior do Brasil, estabelecendo contato e relações de respeito com as comunidades indígenas que visitou. Suas atividades transitaram entre o campo das ciências e das artes, produziu um precioso material etnográfico, mas também fez desenhos e pinturas representando pessoas e paisagens. Quando não estava trabalhando como engenheiro, viajava pelo país, dedicando-se ao registro da cultura dos locais visitados¹⁶.

Em 1946, foi convidado pelo então Diretor do Museu Paranaense, José Loureiro Fernandes¹⁷, para a coordenar a Seção de Cinema da instituição, como chefe da subsecção de

¹⁶ Entre os anos de 1948 e 1966, Kozák anotou, 23 viagens a diversos grupos indígenas.

¹⁷ José Loureiro, professor, médico, antropólogo. Foi diretor do Museu Paranaense, é considerado pelos estudiosos da área como o fundador da antropologia paranaense.

cinema educativo, uma atividade de projeção no meio intelectual, mas não remunerada¹⁸. Sua presença foi significativa para o museu¹⁹, possibilitou a ampliação das ações e pesquisas; além de conhecimento técnico sobre fotografia e filmagem, em muitas ocasiões utilizou equipamento de sua propriedade particular para produções de interesse institucional. Trabalhando como engenheiro mecânico na Força e Luz do Paraná, aproveitava as férias e os finais de semana para produzir documentários fotográficos e cinematográficos para o museu e para a Universidade do Paraná²⁰. Quando se aposentou da Força e Luz, passou a dedicar mais tempo às duas instituições.

De suas viagens resultaram um significativo acervo, e quando ele morreu, em 1979, sem herdeiros, por decisão judicial, o material passou à curadoria do Museu Paranaense²¹. Trata-se de aproximadamente 60 mil metros de filmes coloridos (a maioria sobre os índios), sete mil fotografias, 500 livros, objetos confeccionados por índios, pinturas, desenhos e esculturas. No entanto, há pouca pesquisa sobre seu trabalho. Os estudos sobre sua produção intelectual focam-se, sobretudo, no material fílmico²².

Os desenhos e pinturas que produziu não estavam relacionados somente aos costumes e à vida diária de populações indígenas, há registros da natureza, flora e fauna, e aspectos culturais de localidades visitadas. Informações e narrativas orais, nem sempre passíveis de registro através de fotografia ou filmagem, eram escritas, e/ou complementadas com desenhos ou pinturas. Há anotações esparsas que complementam as imagens (fotografias, desenhos e pinturas). As viagens o tornaram um observador atento da situação dos índios entre os anos de 1940 e 1970. Refere-se com frequência a estes povos, manifestando preocupação e indignação com o tratamento dispensado pelo estado brasileiro a estes grupos, ignorando seu extermínio. Incomodava o desconhecimento dos direitos desta população e o não respeito pela sua cultura.

¹⁸ “A nomeação para os chefes de seções do Museu, caracterizava uma função honorária, considerada como nobre atitude de tão ilustres pioneiros (...)”. (FURTADO, 2006, p. 73).

¹⁹ O *Muzeo* de Curitiba foi inaugurado em 1876 como espaço privado destinado a guardar amostras apresentadas nas feiras internacionais. A partir de 1882 passou ao controle do estado, como Museu Paranaense. (...) Em 1937 foi reestruturado por José Loureiro Fernandes, tornando-se “um centro de pesquisa científica” que alimentou exposições e publicou seus resultados. (FURTADO, 2006, p. 73.)

²⁰ Contratado como *cinetécnico*, Portaria nº. 137, de 06 fev.1952, da Universidade do Paraná. Museu Paranaense.

²¹ Autos nº 12.094/79, 8ª Vara Cível de Curitiba. Herança Jacente. Tratam do destino dos bens de Kozák. O processo de herança jacente configura-se quando ocorre a abertura da sucessão, porém não existe quem se intitule herdeiro.

²² Em 1988 o cineasta paranaense Fernando Severo produziu o curta-metragem “O mundo Perdido de Kozák” retratando sua vida e obra cinematográfica. (Premiado em 1988 no Festival de Brasília, no Festival de Gramado e no Rio Cine). Filmes sobre os Xetá foram estudados pela antropóloga Carmem Lúcia Silva em 1998. O filme etnográfico, foi estudado em 2006 pela antropóloga Maria Fernanda C. Maranhão.

A produção visual

Conhecedor das técnicas de pintura, Kozák aponta os motivos que o levaram a utilizar a aquarela na elaboração de seus quadros, apesar da preferência pela pintura à óleo (KOZÁK, 1966). A aquarela permite um registro rápido e transporte fácil. Já o método de pintura a óleo, que tem a reputação de ser o meio utilizado pelos artistas profissionais, tem um processo de secagem lento, exigindo maiores suportes para o transporte. Como sua maior preocupação era o volume de material a ser transportado nas expedições, esta dificuldade fez com que ele se rendesse ao uso do papel, aquarela e pastel nas suas pinturas (KOZÁK, 1966).

Doze aquarelas documentando a pintura corporal utilizada por índios do Alto Xingu (Mato Grosso) no ritual do Jawari²³, executadas por Kozák e sua irmã Karla, em 1953, pertencem ao acervo do Museu do Índio do Rio de Janeiro²⁴. O autor afirma que quando esteve no Alto Xingu além de ter filmado o ritual, também produziu pinturas. “Uma porção de esboços foram feitos e alguns pintados de óleo. Aqui se originou a coleção de 29 pinturas (chamadas esboços) de pinturas corporais dos índios do Xingu usados durante festivais e jogos”. (KOZÁK, 1966).

Kozák não se percebia como um artista, esta é uma afirmação recorrente nas suas missivas. No entanto, estava sempre buscando aprimoramento técnico, pesquisando novos procedimentos e contatando com profissionais mais experientes, capazes de lhe orientar, como indicam sua correspondência e os livros de seu acervo. Há troca de ideias e técnicas entre ele e o pintor paranaense Artur Nísio²⁵ e a retratista Gene Woiski²⁶, entre outros.

Não é possível saber ao certo o que ele tinha em mente quando produziu estes desenhos e pinturas, mas sua afirmativa de que não era um artista não pode ser interpretada como falta de objetivos ou descaso com a obra. Além de pesquisar novas técnicas, seu material circulava em diferentes ambientes culturais, indicando uma busca de reconhecimento. No Brasil, ele participou de exposições no VIII Exposição Mineira de Belas

²³ Rito que envolve participação de outras aldeias, o *Jawari* é uma série de disputas que ocorre entre dois indivíduos de etnias diferentes, no qual os jogadores atiram dardos no adversário, procurando atingi-lo da cintura para baixo. Os dardos são lançados com ajuda de um propulsor, instrumento que hoje só existe no Alto Xingu e cujo uso se limita a esse jogo. Equipe de Edição da Enciclopédia de Povos Indígenas do Brasil e Programa Xingu (ISA). *Povos Indígenas no Brasil: O Ritual do Yawari*, dez/2002. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xingu/1549>>. Acesso em 02 nov. 2012.

²⁴ PITAGNARI, 1961.

²⁵ Artur José Nísio (1923–1974): notabilizou-se como pintor animalista, foi um dos fundadores da Embap. (ARAUJO, 2006, p. 55.)

²⁶ Genee Woiski: ilustradora, retratista e decoradora; casada com pintor e escultor João Woiski, o casal tem “importante atuação no meio cultural de Curitiba até a década de 1950, quando então transferem-se para São Paulo”. (ARAUJO, 2006, p. 57.)

Artes (1931), de Belo Horizonte, onde apresentou 8 pinturas a óleo e 13 aquarelas de temas diversos. Expôs trabalhos no Museu Paulista; na Universidade Federal do Paraná e em apresentações privadas de Curitiba. Em 1965, uma coleção de pinturas representando a pintura corporal dos povos indígenas do Alto Xingu, foi exibida na *Brigham Young University*, Provo, Utah, Estados Unidos. Em 1968, a exposição *Portraits of Brazilian Indians by Vladimir Kozák* no *Glenbow Art Gallery Foundation*, Alberta, Canadá apresentou 20 quadros de sua autoria, entre aquarelas e desenhos, cujo tema era o índio brasileiro.

Os indígenas no olhar de kozák

Nas suas viagens, contatou com diversos grupos indígenas e percebeu a importância de tentar compreender e respeitar as diferentes culturas, observou de perto seu modo de vida, registrando seus costumes e percebendo-os como seus “amigos”:

(...) todos esses índios os quais eu tenho pintado são meus amigos, eu os conheço pelos seus nomes e eu nunca tive o cuidado de escrever seus nomes embaixo. Com o passar do tempo, muitos desses nomes foram esquecidos e somente de alguns eu me lembro. Isso poderia ser uma séria omissão para os registros etnológicos; todavia isso não pode ser nunca mais remediado. Todo o meu trabalho foi feito por um impulso pessoal e apreciação do HOMEM e da NATUREZA e do mundo em torno dele. (KOZÁK, 1966), [grifo do autor].

A opção pela temática indígena “começou com esboços dos índios Kaiuá, em 1948, na fronteira Paraguai – Paraná” (KOZÁK, 1966). Já conhecia outras regiões do país, quando foi para o Mato Grosso na divisa com o Paraguai e contatou com estes índios, verificando que eram poucos, decidiu documentá-los através de filmes, fotografias e pinturas. Preocupado com a possibilidade de desaparecimento destes povos, registrava a maior quantidade de informações que conseguia. Escrevendo sobre suas pinturas e desenhos, afirma que seu objetivo era reproduzir com a maior fidelidade possível caracteres faciais, pinturas e ornamentos dos indígenas, apontando ainda a dificuldade de tê-los como modelo.

Minha técnica em desenho e pintura entre os índios é a mesma que qualquer artista pintor. Eu faço questão de (?) com a vida conforme a maior possibilidade, com melhores detalhes e absoluta fidelidade dos caracteres faciais, além da absoluta correção do desenho, pintura facial, ornamentos e armas tribais, plumagem, etc. Como os índios não são modelos pacientes os desenhos são feitos de preferência rapidamente, revistos e corrigidos e os detalhes completados como for possível. Nenhum detalhe importante e ornamento, característica deve ou pode ser esquecido. Muitas vezes eu prefiro vigiar o indivíduo e desenhar suas características separadamente, corrigindo-as redesenhando se for necessário mais tarde. Pequenas aquarelas são concluídas no local, grandes unidades têm sido desenhadas separadamente em cima de uma larga folha de papel mais tarde e

completadas depois de pequenos esboços ou rápidas pinturas, seguindo a necessária composição ou o tamanho do papel (KOZÁK, 1966).

Na sua autobiografia consta o desejo não realizado de transformar os seus desenhos e aquarelas em pinturas À óleo (KOZÁK, 1966). Mas é difícil interpretar as entrelinhas do discurso pessoal do autor, que pode estar se referindo ao reconhecimento da superioridade técnica do uso da tinta a óleo nas pinturas, falta de tempo ou outro motivo menos claro.

As imagens analisadas para este artigo referem-se a contatos de Kozák com índios brasileiros que resultaram na produção de diversos retratos, alguns identificados pelos seus nomes, outros não. Embora pareça fácil, analisar um quadro não é uma tarefa simples; análise crítica e a explicação de quadros apresentam-se como algo complexo. Quadros são produtos da atividade humana, portanto sujeitos ao exercício da vontade de quem os produziu. Baxandall (2006, p.31) aponta a necessidade de uma explicação ou descrição para dizer acerca de um quadro, pois “somente explicamos um quadro na medida em que o consideramos à luz de uma descrição ou explicação verbal dele”.

Buscamos o percurso deste autor para analisar as imagens produzidas por Kozák, descrevendo-as, mas também observando que a descrição de um quadro é a relação entre o quadro e os conceitos. E, muitas vezes a descrição se refere não ao quadro, mas a um efeito produzido em quem descreve, principalmente porque não há como separar as instâncias de descrição e observação, que coexistem interferindo uma na outra.

Entre os anos de 1952 e 1953, Vladimir Kozák esteve com os índios Kamaiurá do Alto Xingu, Mato Grosso. Destas viagens ao Alto Xingu resultaram um desenho sobre papel do índio Kamaiurá (1952) e uma fotografia colorida do mesmo. Ambos, desenho e fotografia, têm características similares, apresentam a mesma expressão facial e parecem ser o mesmo indivíduo. O desenho apresenta um busto de frente de índio Kamaiurá de cabelos pintados com motivos geométricos, brincos emplumados e colar de placas de madrepérolas²⁷. Na imagem fotográfica surgem detalhes do tronco do índio, com pintura corporal em tons de vermelho, segurando uma criança. O que o desenho evidencia é o que o autor rotula como preocupação com os caracteres faciais, os sinais de expressão na região frontal e o cenho franzido aparecem com traços mais definidos. Neste caso parece que a fotografia colaborou

²⁷ Colar de plaquetas quadriláteras de madrepérola: adereço que cinge o pescoço formado de plaquetas quadrilaterais de concha, com arestas arredondadas e dois furos nas extremidades para passar a enfiadura. Esta é, por sua vez, entrelaçada num cordel. RIBEIRO, 1988, p. 167.

com a elaboração do desenho, sugerindo que ela tenha sido tomada como modelo do retratado.

Nos anos de 1954 e 1956 Kozák esteve na Terra Indígena Santa Izabel do Morro, Ilha do Bananal, no estado de Tocantins, onde conviveu com os Karajá. Nas suas anotações afirma que a viagem de 1954 foi um “completo sucesso” (KOZÁK, 1966), realizou esboços, pinturas além de modelagem de cabeças em escultura em argila ou barro. Quando esteve na Terra Indígena Nilo Peçanha, localizada no sudeste do Pará, entre os Kayapó, sub grupo Kuben-Krân-Krên, na primeira incursão em 1954, afirma que fez “uma porção de desenhos” e ficou impressionado com os “povos de lábios grandes”²⁸. Retornando no ano seguinte, filmou o grande festival dos Kuben-Krân-Krên e realizou mais pinturas.

Considerações Finais

As regras das práticas acadêmicas definem a apresentação de trabalhos de pesquisa, na forma de textos escritos. Há o predomínio do escrito, observado como mais científico; é a supremacia da utilização do texto e da palavra. No entanto, é possível pensar na imagem como uma forma de narrativa; linguagem escrita e linguagem visual são linguagens diferentes que exigem leituras distintas. As imagens geralmente são associadas subsidiariamente ao texto como elementos secundários e seu potencial narrativo é pouco explorado. Utilizar este instrumental apresenta algumas dificuldades; além dos problemas comuns à historiografia quanto ao uso da fonte, há prevenções e desconfiança na percepção da imagem como fonte histórica. Mas ela pode ser uma fonte segura, principalmente se a ela forem somados outros materiais que ajudem a entender o significado e a função social das imagens.

Ainda que, atualmente, haja reconhecimento pelos historiadores do valor da imagem como testemunho do passado, persistem questionamentos quanto ao modo de ler este documento. “Ler” uma imagem e dizer sobre determinada época é um desafio. Cada imagem pode ser analisada por meio de diversos cortes ou níveis de leitura. Mas, qualquer que seja a opção é necessário observar o contexto sócio-político-cultural que envolve a produção; é preciso comparar a imagem e as condições em que foi produzida. Em que pese esta dificuldade da percepção da imagem, analisada no conjunto, a iconografia produzida por Vladimir Kozák, deixa transparecer um pesquisador da Antropologia Visual, preocupado em

²⁸ A deformação labial é produzida pelo uso do botoque; um disco de madeira leve, provido ou não de vareta, contas e plumas, que obstrui o furo labial. Aumenta de tamanho com a dilatação do furo ao avançar da idade, alcançando até 4 cm de diâmetro. É usado pelos Kayapó, Suya e Botocudos (RIBEIRO. 1988, p. 154).

registrar os indígenas brasileiros e seus costumes. Afinal a Antropologia Visual²⁹ surgiu como auxiliar das pesquisas de campo, objetivando o registro e documentação de grupos étnicos e práticas culturais ameaçadas de desaparecer.

A experiência de Kozák é particular, ele desenvolveu um empreendimento pessoal, com marcas e significados próprios, movido pelo desejo de manter registros de uma população ignorada pela sociedade brasileira, ou mesmo objeto de uma visão distorcida. Nas suas viagens esteve atento a cada grupo, respeitando as particularidades e diferenças etnográficas de todos. Ele pouco produziu em termos do que pode ser qualificado como texto acadêmico, no entanto através da linguagem visual suas imagens narram tradições de povos indígenas. A visibilidade de suas imagens desvenda diferentes grupos e as mudanças culturais e identitárias de cada um.

A questão da fidelidade dos registros deve-se a capacidade de observação do autor e sua atenção nas anotações e fotografias. Esboços deram origem a aquarelas, às vezes transformadas em pinturas a óleo. No processo de elaboração da composição sua atenção esteve atento a “fidelidade dos caracteres faciais”. Observando os critérios definidos pela ciência e pela arte de sua época, preocupou-se com a utilização deste recurso, pois a orientação científica para o uso da imagem como técnica de registro determinava “a observação rigorosa e neutra, evitando contaminar o objeto observado com as idiosincrasias de seu observador” (MENESES, 2003, p. 16).

De modo geral a representação do índio brasileiro é contraditória, dependendo da época é apresentado de um modo, ora selvagem, ora nobre e ingênuo. Assim, muitas vezes essas imagens se apresentam genéricas, não respeitando as diferenças culturais entre os diversos grupos, resultado da incompreensão quer seja do colonizador, dos viajantes estrangeiros ou de quem as produziu. Raminelli (1996, p. 65) aponta circunstâncias que propiciam a proliferação destes modelos estereotipados: “os descompassos entre o conhecimento empírico e a produção pictórica, entre texto e imagem, permitem também visualizar a difusão dos estereótipos”.

As imagens produzidas por Kozák e analisadas não apresentam esta característica genérica. Não podem ser comparadas às dos viajantes do século XIX, cientistas e artistas europeus que se deslocaram pelo território brasileiro e retrataram com uma visão estética do pitoresco. Nestes “mais do que a descrição naturalista, predominam entre eles a abordagem

²⁹ A Antropologia Visual é definida por Nicolau Parés (2001) como “uma área da Antropologia Sócio-Cultural que utiliza suportes imagéticos para descrever e analisar uma cultura ou um aspecto particular de uma cultura”.

romântica do passeio pelos arredores e pelos jardins, a visão do homem *original* na floresta virgem ou a forte sensação da grandiosidade do universo” (BELLUZZO, 1996, p. 18). As imagens de Kozák, nasceram de pesquisas no campo do autor buscando interpretar a cultura dos grupos indígenas retratados e se constituem em fontes significativas para uma reflexão antropológica. Portanto é possível percebê-las como suporte imagético para descrever aspectos da cultura indígena, o que o aproxima do que pode ser definido como Antropologia Social.

Mas, esta é uma interpretação, seguindo Baxandall (2006), prefiro sugerir que não há um caminho, mas diversos caminhos, que conduzem a diferentes leituras das imagens. Percebo que os índios retratados por Kozák narram aspectos da cultura dos grupos indígenas com os quais o autor contactou. As anotações descrevem os rituais, as relações sociais e as manifestações culturais. Imagem e escrita trazem para a atualidade informações sobre culturas indígenas, “desvendam aspectos diversos de um mesmo objeto de conhecimento” (MENEZES, 2012, p. 253). As imagens se traduzem como uma narrativa dos grupos representados.

As intenções de Kozák ao produzir estas imagens permanecem ocultas, pois não são totalmente decifráveis, somente foi possível resgatar algumas de suas ideias. Segundo suas palavras estava interessado no homem e na natureza. As imagens selecionadas refletem aspectos culturais de um homem brasileiro desconhecido. Cada retrato apresenta elementos identificáveis de sua cultura em particular. Os retratos e o autor não têm a visibilidade de grandes nomes, mas apresentam-se como um resgate da memória e manifestações culturais de grupos brasileiros que merecem ser conhecidas por um público maior.

Referências

ARAÚJO, Adalice Maria de. *Dicionário das Artes Plásticas no Paraná*, Vol. 1. Curitiba: Edição do Autor, 2006.

BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BELLUZZO, Ana Maria. A propósito d Brasil dos viajantes. *Revista USP*. São Paulo, n. 30, p. 8-19, jun/ago 1996. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/30/01-beluzzo.pdf>>. Acesso em: 05 nov 2012.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

EQUIPE de Edição da Enciclopédia de Povos Indígenas do Brasil e Programa Xingu (ISA). *Povos Indígenas no Brasil: O Ritual do Yawari*, dez/2002. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xingu/1549>>. Acesso em 02 nov. 2012.

FURTADO, Maria Regina. *José Loureiro Fernandes: o paranaense dos museus*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOZÁK, Vladimir. *Diário*, 26 jun. 1961. (Tradução de Ivone Vasconcelos). Museu Paranaense.

KOZÁK, *Kozák por ele mesmo*, 27 fev. 1966. 6 f. Museu Paranaense.

MARANHÃO, Maria Fernanda Campelo. *Contextualizando imagens paranistas (1940-1950): o filme etnográfico de Vladimir Kozák e as Ciências Sociais no Paraná*. 2006. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História e Geografia do Paraná) – Faculdade Padre Bagozzi, Curitiba, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes Visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16519.pdf>>. Acesso em: 05 nov.2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História e imagem: iconografia /iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.243-262.

PARÉS, Luis Nicolau. *Algumas considerações em torno da Antropologia Visual*. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/colu/colu3.html>> Acesso em: 17 nov. 2012.

PITAGNARI, Geraldo. *Carta para Vladimir Kozák*. 3 mar 1961. 2 f. Museu Paranaense.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RIBEIRO, Berta G. *Dicionário do artesanato indígena*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

SILVA, Carmen Lúcia. *Sobreviventes do extermínio: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá*. 1998. 290 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFSC, Florianópolis, 1998.

A música como construção do nacionalismo: de Richard Wagner ao II Reich

Tayna da Silva Rios

Historiadora, técnica em museologia
e cursando especialização em História
Sociedade e Cultura na PUC-SP

RESUMO: O presente artigo aborda o processo de unificação da Alemanha até 1871, ano de consolidação e formação do II Reich. Neste ínterim, é importante entender o papel e a influência da música na construção da ideia de nação e nacionalismo, tendo como exponencial o músico Richard Wagner e sua obra como expressão do anseio de uma nação dita verdadeiramente alemã.

PALAVRAS CHAVE: Nacionalismo; Alemanha; Música; Richard Wagner

ABSTRACT: The following article discusses the German process of unification up to 1871, year of the consolidation and formation of the Second Reich. During this period, it is important to understand the role and influence of music on the construction of the idea of nation and nationalism, focusing on the musician Richard Wagner and his work as an expression of the yearning of a nation that called itself fully German.

KEYWORDS: Nationalism; German; Music; Richard Wagner

A Alemanha pré-unificação: conflitos e a *Kultur* como elemento de coesão

Desde o século XV, os estados que formariam a Alemanha estavam unidos no que foi chamado de Sacro Império Romano da Nação Germânica, ou Sacro Império Romano Germânico, composto por mais de 300 principados. Cada um dos principados possuía sua autonomia, mas reconheciam o poder de um Imperador que era escolhido por príncipes eleitores. Essa dinâmica já demonstrava as dificuldades de se constituir algum tipo de união entre os estados que faziam parte deste grande Império, o maior exemplo disso está na liberdade de escolha religiosa de cada principado resultando na Guerra dos Trinta Anos.

Com a criação da Confederação Germânica sob o comando do rei da Áustria em 1815, creditou-se o “ponta pé” inicial para o processo de unificação. Congregava-se novamente grande parte dos estados alemães sob a jurisdição de uma monarquia, mas a existência da Confederação não impediu que grandes conflitos entre os diversos estados cessassem, como as fortes disputas de monopólio territorial e político entre a Áustria e a Prússia.

A entrada de Napoleão nos territórios alemães ao mesmo tempo em que destruiu parte do sistema vigente trouxe também os avanços tecnológicos para o início da industrialização

nos estados alemães, ocorrida de forma lenta e gradativa, pois haviam restrições impostas no Tratado de Viena.

Contudo, a burguesia alemã foi obrigada por muito tempo a conviver com duas realidades díspares: o valor feudal, baseado principalmente na agricultura, na valorização do rei, da nobreza, e a forte presença do clero, com as novas classes que surgiram, a burguesia e o proletariado.

Outro obstáculo para o crescimento econômico, e em geral o político, era a existência de inúmeras alfândegas, moedas, pesos e medidas independentes, variáveis de região para região. Problema sanado em 1º de janeiro de 1834 com a formação da *União do Uso Geral da Alemanha*, a *Deutscher Zollverein*, que unificou, sem a participação da Áustria, um mercado comum de aproximadamente 25 milhões de pessoas. Esta foi realmente uma das primeiras medidas que favoreceram, mais do que a ideia, a necessidade de uma coesão nacional. O resultado dessa União Aduaneira foi o crescimento da malha ferroviária incentivando também a indústria de maquinário para o transporte e fortalecendo a burguesia.

As demais partes da população eram urbanas e formadas por pequenos comerciantes, lojistas, proletariado artesão[ainda sem forças]. A classe dos pequenos comerciantes e lojistas era extremamente grande nos territórios alemães, possuíam como freguês a corte, governos de condados, guarnições militares, funcionários públicos e etc. Estes oscilavam sempre entre dois mundos: aquele de uma nova burguesia liberal industrial e o da aristocracia ainda reinante. Entre os campesinatos suas subdivisões também contribuíram para mais divergências.

Em meio a estes conflitos surge a Prússia como uma das grandes potências dos estados alemães juntamente com a Áustria. A Prússia, principalmente com a figura de Otto Furst Von Bismarck, comandou os estados germânicos a caminho da unificação, sendo o reino prussiano o palco principal e símbolo das grandes disputas da burguesia pelo seu espaço e contra a monarquia que oprimia os interesses de vários estados.

Neste ínterim a única ferramenta que realmente era uma base comum a maioria dos estados alemães era a cultura, ou no que foi chamado em alemão de *Kultur* entendida nesse contexto como inúmeros elementos que procuravam valorizar a língua, as condutas e os costumes das pessoas comuns em suas respectivas regiões, a fim de criar uma verdadeira cultura germânica. Esta valorização se deu principalmente pelo apoio da burguesia de classe média alemã:

Pode-se dizer que no significado do termo alemão *Kultur* estava embutida uma predisposição não política, e talvez mesmo antipolítica, sintomática do frequente sentimento entre as elites da classe média alemã de que a política e os assuntos do Estado representavam a área de sua humilhação e da falta de liberdade, ao passo que a cultura representava a esfera de sua liberdade e de seu orgulho. (ELIAS, 1997 p.123)

Assim, se levarmos em consideração a citação de Hobsbawm (1985 apud DANIEL; FONSECA, p.1) “Nação pode ser entendida como uma construção mental imposta à realidade social e que procura agrupar elementos heterogêneos”, foi a partir do elo da cultura que os estados germânicos definitivamente caminharam para a verdadeira construção da nação alemã. Vale frisar também que o próprio termo “Alemanha” ou “alemão”, antes da unificação, é utilizado muito mais como referência à cultura germânica.

A música como construção do nacionalismo

Se a cultura teve ponto de destaque no processo de unificação alemã, inúmeros elementos podem ser elencados como ponto de partida para o entendimento desta unificação. No caso específico, a música foi importante tanto dentro das revoluções que convulsionaram a Europa, quanto dentro da própria Alemanha.

Na história da música, desde muito cedo as canções estavam presentes, principalmente nos campos de batalhas. No caso específico da Alemanha do século XVI Lutero estimulou por meio da música uma nova liturgia, rival dos hinos e dos cantos católicos. O conhecimento da música tornou-se assim um dever e uma obrigação dos protestantes, uma maneira de comunicar-se com o Deus e receber-lhe a atenção.

Como forma de expressão, e por fim, afirmações de identidade nacional foram criadas por todo o território alemão as *Associações Voluntárias*. Estas associações reuniam cientistas da natureza, médicos, filólogos, historiadores, linguistas, ornitólogos e músicos que promoviam conferências nacionais e declarações políticas. Uma das associações que mais proliferaram era as de música, existindo relatos de que em todo o território alemão existia uma associação de canto. Eram compostas por grupos de aldeões reunidos para cantar canções folclóricas ou por membro das sociedades cosmopolitas com suas próprias orquestras, instalações e concertos. Logo os espaços de festivais serviram para a glorificação dos triunfos alemães e da sua própria música.

Com as revoltas de 1848, as associações de canto serviram de fachada para agitação política. A música então se mostrava uma poderosa arma contra os governos vigentes, tornou-se política e corroborou para inserir os indivíduos nesse processo:

A canção política é a propriedade indestrutível do indivíduo. Alguém aprende uma canção pela primeira vez, canta-a com o júbilo tonitruante e empolgação do momento, mas nas horas calmas, quando reflete e devaneia, e durante caminhadas e excursões, a canção política soa suavemente no coração (...) uma pessoa se torna política.” (LARGE, 1970, apud BLANNING, p.301).

Desta forma, se levarmos em consideração a ideia de Benedict Anderson de que a nação não pode existir se não for antes imaginada, podemos aferir que a música no processo de unificação alemã desempenhou papel importantíssimo, já que insuflou a imaginação de um povo que ainda não possuía uma nação.

Richard Wagner e o nacionalismo alemão

Se a música na Alemanha pode ser entendida como uma das ferramentas propulsoras para a coesão nacional, nada mais adequado do que um músico para exaltar esta ânsia nacionalista.

Um dos maiores exemplos neste caso foi Wilhelm Richard Wagner. Se Otto Von Bismarck foi a base militar e política para a almejada unificação, Richard Wagner foi a base cultural do processo, apresentando em suas obras o desejo de coesão nacional e a busca de uma Alemanha gloriosa. “Wagner representa a civilização de fachada da Alemanha bismarckiana. A orquestra enorme é o seu exército.” (CARPEAUX, 1977, p.212). Os objetivos de Wagner eram os reflexos de uma burguesia que estava cada vez mais desenvolvida economicamente, mas em posição social inferior.

Na Alemanha de 1870 (...): a burguesia submeteu-se aos poderes feudais da Prússia para conseguir a unificação nacional da Alemanha, campo propício à industrialização em grande escala. À mentalidade dessa nova burguesia corresponde à glorificação nacionalista do passado germânico, com todos os recursos de um luxo de nouveau riche. É o neo-romantismo de Wagner”. (CARPEAUX, 1977, p.209).

Richard Wagner nasceu em Leipzig em 22 de maio de 1813, iniciou sua vida acadêmica com Letras, mas logo passou a estudar música e teatro. Estas habilidades propiciaram o encaixe de sua obra nos mais diversos segmentos, música, teatro, poesia e principalmente política. Fez parte do Romantismo europeu, movimento que estava em voga no século XIX. Wagner era da vertente de românticos nacionalistas, que auxiliaram na formação de um espírito nacional popular.

Após sua viagem a França onde esperou fazer fama e só encontrou a miséria e o fracasso, Wagner com o sucesso da ópera *Rienzi*, em Berlim, é convidado para ser diretor da ópera de Dresden. É nesta cidade que Wagner mostrou seus ideais revolucionários. Em 1848,

quando as pessoas tomaram as ruas pedindo para que o Rei Frederico Augusto II da Saxônia se engajasse em reformas eleitorais e justiça social, Wagner participou ativamente da revolução: pronunciou discursos políticos aos revolucionários, militou ao lado do anarquista Mikhail Bakunin, fabricou bombas para os revolucionários, e escreveu discursos inflamatórios constantemente publicados em jornais. Em 1849 é obrigado a fugir de Dresden, pois muitos dos revoltosos são presos. É exilado na Suíça por 12 anos, onde escreve *A Arte e a Revolução* e a *Obra de arte do futuro*, obras com constantes críticas ao uso da arte pela burguesia, responsabilizando esta pela decadência da estrutura cultural, pois utilizavam a criação artística para fins comerciais e impediam o florescimento da genialidade de talentos.

Wagner retorna ao território germânico somente em 1860 após o convite de Ludwig II e decide criar um teatro para a organização de um festival de óperas Wagnerianas, escolhendo Bayreuth como sede. O sonho do músico tomou forma após a unificação da Alemanha, pois com o apoio institucional de Bismark foi realizado o festival foi realizado e com grande sucesso.

O déficit do festival foi de aproximadamente 148.000 marcos, porém, os lucros ultrapassaram qualquer quantia em dinheiro, fundamentando-se principalmente, na divulgação de um sentimento nacionalista germânico puro, sem as informações francesas ou italianas encontradas anteriormente (RICON, 2012, p.75).

O festival, portanto, reafirma a unificação alemã, apresentando componentes de uma sociedade com seus próprios valores, gostos e referências.

Mas como isso foi possível com Richard Wagner?

Se Frederico, o Grande, afirmou um dia que a infinita divisão do território alemão, não conseguiria criar nem uma cultura vernácula verdadeiramente alemã, Richard Wagner, mostrou que é possível, mais do que uma língua, os alemães encontrarem sua própria ópera, sua própria cultura. Para tanto, escreveu suas obras baseado no passado germânico, nas tradições, superstições, e lendas populares que remontam à Idade Média, além de evidenciar a Germânia de deuses e personagens grandiosos, como Odin e Valquírias apresentados no drama musical o *Anel de Nibelungo*, e *Lohengrin* de ópera homônima. Revivendo, e resgatando esse passado e as tradições perdidas, ou difusas no fragmentado território germânico. Richard Wagner contribuiu para uma sociedade compreender o seu percurso e conscientizar-se do que efetivamente era, talvez tenha feito um pouco do que Marc Bloch disse, buscou no passado respostas para entender a crise de uma sociedade.

Com a busca desse passado, Richard Wagner, por meio de sua música, contribuiu para a criação de uma unidade cultural, pois utilizando principalmente do folclore e das tradições conseguiu inserir a grande população em sua obra e não somente os anseios de uma burguesia que buscava privilégios.

(...) Wagner, herdeiro de uma enérgica tradição musical, buscava refletir em sua arte a unidade cultural de um país ainda em processo de unificação política.

(...) Wagner, buscou (...) sintetizar na Alemanha oitocentista: o enraizamento na tradição, o resgate do folclore e da mitologia, a criação de uma forma musical nacional e a empatia do ouvinte através da sensação de pertencimento ao grupo nacional. (RICON, 2012, p.18)

Além disso, Wagner acreditava que somente a arte seria capaz de regenerar o homem que perdeu sua liberdade de criatividade pela incessante busca material, e na obrigatoriedade do trabalho único e exclusivamente para sobrevivência. Esta discussão é evidenciada na sua maior obra *O Anel dos Nibelungos*, escrita em 26 anos [de 1848 a 1874] composta de quatro óperas [[*Das Rheingold*](#) (O Ouro do Reno), [*Die Walküre*](#) (A Valquíria), [*Siegfried*](#) e [*Götterdämmerung*](#) (O Crepúsculo dos Deuses)].

Mas de suas obras com fortes aspirações nacionalistas, *Lohengrin*, escrita entre 1846 e 1848, é a que mais evidencia os anseios revolucionários de Wagner e a sua busca por um passado germânico que elevasse o orgulho nacional alemão e insuflasse a luta pela união. Para tanto usa de uma lenda da idade média, onde um dos principais personagens é o Rei Henrique I, símbolo da fundação de dinastia de reis e imperadores da Saxônia. Na História da Alemanha, o rei Henrique I uniu partes do antigo Franco Reino do Leste para fundar o Império Alemão da Idade Média, e estendeu o seu domínio até os territórios ao redor e da foz do Rio Elba. Todas as tribos germânicas estavam unidas quando Henrique morreu no dia 2 de Julho de 936. Por isso, Henrique I é considerado o primeiro dos reis alemães. O seu filho e sucessor Otto foi o primeiro imperador oficial do Sacro Império Romano Germânico.

Logo no primeiro ato a personagem do Rei Henrique I, apresenta e insufla o público germânico a sua independência, frente às invasões dos húngaros às suas terras. Segue trecho do 1º ato:

(...) *Escutai!*

Condes, nobres, homens livres de Brabante!

Henrique, rei dos alemães, veio a este lugar

para consultá-los

segundo o Direito do Império!(...)

*(...) Agora é a hora de defender
a honra do Império;
Que todas as terras germânicas
angariem forças para o combate.
E então ninguém ousará vilipendiar
o Império Alemão!
Adiante, com Deus e pelo
Império Alemão!(...)
E continua
A espada germânica para a terra germânica!
Assim demonstraremos o poder do Império!*

Este pequeno trecho elucida não só a alegoria na busca de uma coesão do povo germânico, mas também a motivação para uma batalha de causa única, a “*A espada germânica para a terra germânica!*” e a esperança de vitórias.

Assim, a partir dos pontos elencados anteriormente é possível afirmar que Richard Wagner colaborou, por meio do resgate da identificação histórica, na criação de um sentimento nacionalista e de pertencimento dos habitantes que, principalmente pós-unificação, conseguiram se entender como um grupo nacional. Após a música nacionalista as guerras foram os caminhos que efetivaram esse processo, surge o nome de um segundo homem, Otto Furst Von Bismarck.

Pós-unificação, Richard Wagner continuará sendo um grande mito na história alemã, principalmente na história recente da Alemanha, aquela de Hitler, fã incondicional do discurso de Wagner, e que tem nas óperas do compositor o retrato para o que poderia ser a gloriosa Alemanha.

Conclusão

A Confederação Germânica estava fragmentada devido às inúmeras individualidades dos estados alemães, a própria ideia de unificar era questão para fortes embates. Era necessário que os povos se entendessem como germânicos e entrassem em acordo para definitivamente conseguirem que a unificação ocorresse.

Para a criação desse sentimento de pertença, principalmente a burguesia, utilizou da cultura para construir valores que pudessem ser considerados típicos e únicos dos alemães.

Neste caminho o maior exemplo da contribuição da *Kultur* para a formação do orgulho nacional alemão foi o músico Richard Wagner e sua obra. Wagner buscou na tradição histórica constituir um passado único ao povo germânico, favorecendo a criação de uma cultura genuinamente alemã, com referenciais e valores próprios. Este novo sentimento de pertença, juntamente com as guerras de Bismarck conseguiram realizar o sonho da unificação, formando o II Reich.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Iara. Algumas reflexões sobre o conceito de identidade nacional. XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO Memória e Patrimônio. *Anais...* Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010.

BLANNING, Tim. *O triunfo da música – a ascensão dos compositores, dos músicos e de sua arte*. Trad. Ivo Kotytsky. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 429 p.

CARDOSO, Amanda; Poço, Ricardo. *Richard Wagner: a revolução encontra a ópera*. Captado em <http://www.historia.uff.br/nec/materia/grandes-processos/richard-wagner-revolu%C3%A7%C3%A3o-encontra-%C3%B3pera>. Acesso em: 30 abr. 2012.

CARPEAUX, Otto Maria. *Uma nova história da música*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1977.

CONTIER, Arnaldo Doraya. Arte e Estado: Música e poder na Alemanha dos anos 30. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, n. 15, p. 107 – 12 set.1987/out.1988.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. 1º ed. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

ENGELS, Friedrich. *A Revolução antes da Revolução*. Trad. Eduardo L. Nogueira e Conceição. vol. 1. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 308 p.

GHEDINI, Alan Carlos. *Ópera, cultura e nação: Richard Wagner na formação do orgulho nacional alemão*. Captado em: <http://www.docstoc.com/docs/105291828/%EF%BF%BDpera-cultura-e-na%EF%BF%BD%EF%BF%BD>. Acesso em 22. Fev. 2012.

HOBBSAWN, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade*. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 6 reimpressão, 2011. 230 p.

LARGE, Brian. Smetana (Londres, 1970, p. 3, 43) Apud. BLANNING, Tim. *O triunfo da música – a ascensão dos compositores, dos músicos e de sua arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.301, 302.

MARCOS, Daniel; FONSECA, Monica. *Nacionalismos*. Captado em: [neh.no.sapo.pt/documentos/nacionalismos.htm](http://www.neh.no.sapo.pt/documentos/nacionalismos.htm). Acesso em 06. Maio. 2012.

Entrevista com *Hobsbawm*. *Revista Ler História*, n. 05, 1985 Apud MARCOS, Daniel; FONSECA, Monica. *Nacionalismos*. Captado em: neh.no.sapo.pt/documentos/nacionalismos.htm. Acesso em 06. Maio. 2012.

MONIZ, Luiz Claudio. *Mito e Música em Wagner e Nietzsche*. São Paulo: Madrás, 2007.

RICON, Leandro Couto Carreira. *Por uma ópera alemã – Richard Wagner e o início de seu nacionalismo musical*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012. 153 p.

SIMÕES, Sílvia Sônia. Quando o passado legitima o presente: A música no II Reich. *Revista Thema*, v. 7, n. 02, p. 01-18, 2010. Captado em: <http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/viewArticle/23>. Acesso em: 01. Maio. 2010.



Simpósio Temático 03

Cultura Intelectual Moderna Brasileira

Coordenadores:

Mariana de Moraes Silveira
Doutoranda – USP
marianamsilveira@gmail.com

Thiago Lenine Tito Tolentino
Doutorando – UFMG
thiago_lenine@yahoo.com.br

Valdeci Silva Cunha
Mestre – UFMG
valdeci.cunha@gmail.com

Sérgio Buarque de Holanda, entre o modernismo carioca e paulista

André Augusto Abreu Villela
Graduando pelo Centro Universitário
UNI-BH
andrevillela2000@hotmail.com

RESUMO: Este presente artigo tem como pretensão identificar as influências sofridas por Sérgio Buarque de Holanda, tanto do modernismo carioca, quanto do modernismo paulista. Percebe-se que Sérgio flutua muito bem entre as duas formas de modernismo. Do Rio ele traz a base afetiva, familiar, as rodas de choro e a boemia. Já de São Paulo, ele traz esse modernismo mais radical e menos parnasiano, como ele próprio costumava chama-los: “modernistas academizantes”.

PALAVRAS-CHAVE: Modernismo; Sérgio Buarque de Holanda; São Paulo e Rio de Janeiro.

ABSTRACT: This present article intends to identify the influences suffered by Sérgio Buarque de Holanda, both of Rio modernism, as the Paulista modernism. It is noticed that Sergio floats very well between the two forms of modernism. From Rio, he brings emotional, familial basis, samba and bohemia. Now of São Paulo, he brings this most radical and least Parnassian modernism, as he himself used to call them: "academizantes modernists."

KEYWORDS: Modernism; Sérgio Buarque de Holanda; São Paulo and Rio de Janeiro.

“Modernismo não é Escola, é um estado de espírito”.

Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes, neto. (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 19/06/1925).

Introdução

Como bem colocou em seu livro, *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, Stuart Hall, faz um paralelo entre a sociedade contemporânea e as sociedades mais antigas, onde o conceito de identidade e relações irá mudar drasticamente na pós-modernidade. Segundo Hall, as relações na sociedade contemporânea são relações superficiais, efêmeras, fluidas, onde o sujeito moderno se torna fragmentado, sem uma identidade fixa. A assim, chamada “crise de identidade”, é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2014).

Hall coloca que as identidades modernas estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas, o sujeito já não tem uma identidade fixa, ele flutua no meio do jogo das identidades, tornando-se assim mais político em suas relações pessoais e

profissionais. Analisando Sérgio Buarque, percebe-se a flutuação do intelectual em vários meios, seja no meio acadêmico, seja nas relações de amizade, não tendo ele uma identidade fixa, percebe-se um sujeito fragmentado, que mantém relações em todas as esferas públicas e intelectuais. Sérgio representa muito bem o conceito de homem pós-moderno proposto por Hall (2014), onde se desloca com muita facilidade entre suas redes de sociabilidade, seja como modernista carioca, seja como modernista paulista, trazendo de cada escola um misto de influências, para se tornar o intelectual que foi.

Sérgio, modernista carioca ou paulista?

Quando vocês dizem que o modernismo é um estado de espírito e não uma escola, uma orientação estética, acho que descobriram a pólvora. Está certo. E agora que a gente pode perceber bem porque muito modernismo é passadista e muito passadismo é moderno. Hei-me de aproveitar da frase de vocês quando puder. (VELLOSO, 2010, p. 66).

A citação acima relata uma carta datada de 1925, em que Mário de Andrade parabeniza Sérgio e Prudente pela entrevista de ambos ao Jornal Correio da Manhã, de 1925, em que os jovens modernistas declaram que Modernismo não é escola, é um estado de espírito.

Segundo afirma Antonio Candido (2011), pode se dizer que Sérgio foi um homem de duas cidades, tanto com traços paulista como carioca. Nasce em São Paulo em 1902, mas vai para o Rio em 1921, onde permanece por 25 anos. Nesse período passa 2 anos na Alemanha, depois volta para São Paulo como diretor do museu paulista, em 1946, e fica até morrer em 1982. Teve a vida muito dividida entre essas duas cidades, pois não era de família paulista, sendo o pai pernambucano e a mãe carioca. Como bem cantou Chico Buarque em uma de suas músicas, fazendo referências ao nascimento de seus ancestrais: “o meu pai era paulista, meu avô pernambucano, o bisavô mineiro, meu tataravô baiano...”. (BUARQUE, 1993).

Sérgio porém, era extremamente paulista, seja no pensamento, seja culturalmente, ou também pela sua identificação com São Paulo, tanto que foi preso no Rio, em 1932, defendendo a Revolução Constitucionalista, como bem cita Eduardo Guimarães (2008) acerca de sua prisão no Rio de Janeiro, onde Sérgio inclusive reivindicava uma nova constituição para a nação brasileira.

A ligação existencial e afetiva de Sérgio Buarque com São Paulo também aí se manifesta: foi preso com um pequeno grupo que, em pleno mangue do Rio de Janeiro, após alguns goles, bradava vivas a São Paulo, e reivindicava uma nova constituição. O episódio logo se resolveu, com todos sendo liberados no dia seguinte ao ocorrido e sem maiores consequências posteriores. (GUIMARÃES, 2008, p. 45).

Interessante notar que, mesmo morando no Rio, nutria dentro dele esse espírito paulista, de “separação”, como forma de protesto das elites paulistas. Tanto que nesse período Manuel Bandeira escreve o poema “O anticafajeste”, explorando o lado paulista de Sérgio. Cabe notar que existia um forte apelo entre os intelectuais paulistas na construção de uma identidade nacional voltada para São Paulo, num contexto no qual o modernismo de São Paulo se afirmou como modelo de uma vanguarda nacional (ARCANJO, 2013), segundo escreveu um dos principais nomes do modernismo paulista, Menotti Del Picchia:

São Paulo, mundo do pensamento, como em todos os ramos da atividade humana é ainda o Estado que dá a nota e dita o figurino do país. É na sua terra miraculosa e fecunda que todas as tentativas, as mais audazes, encontram apoio e florescem. Esse gesto de aliança entre o escol social paulista e seu escol mental é o gesto mais belo para a afirmação de sua alta cultura e segurança absoluta do seu predomínio espiritual em todo país. (JORNAL O CORREIO PAULISTANO, 7 de fevereiro de 1959).

Nos aspectos pessoais, segundo Candido (2011), o Rio desenvolve algo de muita importância na vida de Sérgio, como por exemplo, o casamento com Maria Amélia Cesário Alvim, mulher absolutamente extraordinária, no qual foi a base para Sérgio desenvolver trabalhos de extrema importância como *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso*, sendo que Maria Amélia foi sua grande incentivadora, colaboradora e o estio para formação de sua família. (CANDIDO, 2011).



Figura 1 - No jardim da casa da rua Buri, Sérgio Buarque de Holanda com os filhos e a esposa em 1972. **Fonte:** Livro *Para uma Nova História*, Textos de Sérgio Buarque de Holanda, 1996.

Outro fato importante foi a constelação de amigos que se fez no Rio, formando assim sua base de sociabilidade e marcando sua maneira de ser; fez amigos como: Rodrigo Mello de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Francisco de Assis Barbosa, Otávio Tarquino de Souza e Lúcio Miguel Pereira. Cabe colocar que no Rio ele encontra a sua maior amizade de toda a vida, que foi Prudente de Moraes Neto. Sempre quando se referia ao amigo, era impossível para Sérgio não se emocionar, formando assim, no Rio, a base afetiva de suas amizades. (CANDIDO, 2011).

“Mais de uma vez amanhecemos, bebendo chope, em bares tradicionalmente cariocas, ouvindo os para nós brasileiríssimos e como que mestres, além de amigos, da cultura brasileira, Donga, Patrício e Pixinguinha”, disse Gilberto Freyre numa entrevista (VELLOSO, 2010, p. 60).

Porém nem todos enxergavam essa boemia de Sérgio com bons olhos, alguns achavam que Sérgio poderia ter sido mais produtivo e ter realizados mais obras se não fosse o seu gosto pela boemia e a noite carioca. O historiador José Murilo de Carvalho, relatou o seguinte a respeito:

Apesar de haver sido um dos historiadores mais capazes para redigir uma história geral do Brasil. Sérgio Buarque de Holanda não chegou a realizar um projeto dessa envergadura, e isso se deveria provavelmente ao fato de ser meio boêmio e um tanto preguiçoso. (CARVALHO, 1998, p. 388).

Segundo Monica Velloso, a vida boêmia aparecia como uma espécie de antídoto, garantindo o equilíbrio de energias psíquicas. Para se forjar a moderna sensibilidade literária seria preciso enfrentar esse desafio: buscar uma relação de equilíbrio entre as atividades intelectivas e a expressão das emoções de sentimentos. (VELLOSO, 2010).

A respeito desse acontecimento, datado em 1926, quem nos melhor relata essa história é o Antropólogo Hermano Vianna, em seu livro intitulado *O Mistério do Samba*. O autor discorre sobre como se deu esse encontro entre Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Prudente de Moraes neto, Donga, Pixinguinha, Villa-Lobos, Luciano Gallet entre outros no Rio de Janeiro, no ano de 1926, encontro esse articulado por Manuel Bandeira. Sendo que era a primeira vez que Freyre conhecia a capital do Brasil.

Fato interessante, é que naquele momento, dois dos mais importantes intérpretes do Brasil, se encontravam no Rio de Janeiro, tendo o samba e a boêmia carioca como plano de fundo, para anos mais tarde formularem cada qual sua tese sobre como se deu a construção do Brasil, Freyre em 1933 com *Casa Grande e Senzala* e Sérgio em 1936 com *Raízes do Brasil*. Dois livros que se tornariam clássicos desde seu nascimento. Para Freyre, Sérgio Buarque,

seu amigo, “não seria apenas um erudito de gabinete, mas permaneceria sensível ao que lhe chegasse aos ouvidos pela música popular brasileira ou pela memória de infância”. (VELLOSO, 2010).

Antes de tudo é importante salientar como o samba, até então um ritmo musical discriminado pela sociedade, visto como música de morro acabou se tornando um símbolo de grande identificação nacional. O samba passou por vários anos de interação, ou até mesmo pode-se dizer uma "miscigenação" entre diversas etnias e grupos sociais opostos. O contexto em que se deu esse encontro é importante de ser analisado, pois foi nas décadas de 20 e 30 que começou a florescer de forma mais intensa na sociedade brasileira esse sentimento de brasilidade, até então o samba e o sambista eram discriminados, hoje pode-se afirmar que se tornou sentimento de orgulho por grande parte da população, e assim como o futebol é de mais brasileiro que podemos exportar para outras culturas. Escreve Freyre em seu diário sobre o encontro:

Sérgio e Prudente conhecem de fato a literatura inglesa moderna, além da francesa. Ótimos. Com eles saí de noite boemiamente. Também com Villalobos e Gallet. Fomos juntos a uma noitada de violão, com alguma cachaça e com os brasileiríssimos Pixinguinha, Patrício e Donga. (VIANNA, 1995, p.19).

Esse encontro acaba por sugerir uma alegoria do que seria o Brasil pensado por eles, “a invenção de uma tradição” do Brasil mestiço onde a música samba ocupa lugar de destaque como elemento definidor da nacionalidade brasileira. Assim descreve Pedro Dantas, pseudônimo de Prudente de Moraes Neto:

O encontro juntava, portanto dois grupos bastante distintos da sociedade brasileira da época. De um lado, representantes da intelectualidade e da arte erudita, todos provenientes de “boas famílias brancas” (incluindo Prudente de Moraes Neto, que tinha um avô presidente da república). Do outro lado, músicos negros ou mestiços, saídos das camadas mais pobres do Rio de Janeiro. De um lado dois jovens escritores Freyre e Sérgio, que iniciavam suas pesquisas que resultaram nos livros Casa Grande e Senzala e Raízes do Brasil, obras fundamentais na definição do que seria o brasileiro no Brasil. A frente deles os músicos Pixinguinha, Donga e Patrício Teixeira, definiam a música que seria, também a partir dos anos 30, considerada como o que no Brasil existe de mais brasileiro. (VIANNA, 1995, p.20).

Durante aqueles anos, o Rio de Janeiro vivia uma espécie de ressaca das reformas urbanísticas implementadas por Pereira Passos, durante o seu governo que foi de 1902 a 1906, trouxe ele para o Rio uma cultura nova, conhecido como Belle Époque, cultura essa trazida principalmente da França, seja através da música, da língua, dos projetos arquitetônicos e das

artes. Analisando o diário de Freyre, percebe-se que ele olha para todas essas transformações com a estranha nostalgia de um Rio que ele não conheceu, fazendo duras críticas as reformas urbanísticas na capital carioca.

Diante dos edifícios como o do Elixir, tem-se a impressão de pilhérias de arquitetos a zombarem dos novos ricos que lhes encomendavam as novidades. Um horror”. E ainda: “A nova câmara dos deputados chega a ser ridícula, aquele Deodoro a romana é de fazer rir um frade de pedra”. Condenava a Avenida Central, elogiando as ruas estreitas como a do Ouvidor, cheias de sombras, e portanto mais adequadas ao calor tropical. E fazia apologia do morro da favela como um exemplo de “restos do rio de antes de Passos, pendurados por cima do Rio novo”. (VIANNA, 1995, p. 23).

Já durante esse período percebe-se no Rio de Janeiro uma crescente valorização da figura do negro, tanto na música como no teatro, como o espetáculo Tudo Preto, realizado só por artistas negros, apresentado pela Companhia Negra de Revista. Ou então o grupo musical Oito Batutas, tendo como músicos artistas negros como Pixinguinha, Donga entre outros. Ressaltando que Freyre acompanhou esses espetáculos na capital carioca, levado por Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Neto. Talvez esses aspectos tenham influenciado sobre modo a visão de Freyre acerca do Rio, para sete anos depois compor sua obra de maior reconhecimento mundial. Escreveu ele no Diário de Pernambuco em 19/09/1926, um artigo intitulado “A cerca da valorização do preto”. O regionalista Gilberto Freyre, estava sendo seduzido pela cultura popular carioca, não só ele, como todo o Brasil naquele momento se rendia a cultura do samba.

Ontem com alguns amigos – Prudente e Sérgio – passei uma noite que quase ficou de manhã a ouvir Pixinguinha, um mulato tocar em flauta coisas suas de carnaval, com Donga, outro mulato, no violão, e o preto bem preto Patrício a cantar. Grande noite cariocamente brasileira. Ouvindo os três sentimentos o grande Brasil que cresce meio tapado pelo Brasil oficial e postiço e ridículo de mulatos a quererem ser helenos(...) e de caboclos interessados(...) em parecer europeus e norte americanos; e todos bestamente a ver coisas do Brasil(...) através do Pince-Nez de bacharéis afrancesados. (VIANNA, 1995, p.27).

Já no aspecto intelectual, o Rio também oferece a Sérgio uma sólida formação. O futuro historiador Sérgio Buarque de Holanda, se forma intelectualmente no Rio de Janeiro, além do mais se forma no curso de Direito e também aprende o ofício de Jornalista, que o leva a permanecer dois anos na Europa como escritor de uma revista. No período do Rio passa 2 anos na Alemanha.

Durante o período que morou no Rio, foi assistente da Universidade do Distrito Federal, diga-se de passagem, como analisa Antônio Cândido: “foi o mais belo plano de Universidade já criado no Brasil, porém o projeto foi massacrado pela direita católica e pela direita política, no qual eram bastante conservadores”. (CANDIDO, 2011). A Universidade do Distrito Federal propunha chamar jovens talentos para lecionar, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Mário de Andrade entre outros, além de professores Franceses. O convite a Sérgio foi feito pelo amigo, Prudente de Moraes Neto, então diretor da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal, Sérgio então torna-se assistente de Henri Hauser, na cadeira de História moderna e econômica, e de Henri Troughon, na cadeira de literatura comparada. A respeito da convivência com Hauser, Sérgio afirma: “Aprendi a estudar com Henri Hauser, desde fazer ficha, a temas mais complexos”.

Como cita o site da UFRJ, temos registros da presença e atuação de professores franceses, na UDF, em 1936, lecionando nas Escolas de Economia e Direito e de Filosofia e Letras. São eles: Émile Bréhier, Eugène Albertini, Henri Hauser, Henri Tronchon, Gaston Leduc, Etienne Souriou, Jean Bourciez, Jacques Perret, Pierre Deffontaines e Robert Garric na Escola de Ciências, registra-se a presença, em 1935 e 1936, de outros estrangeiros, como: Viktor Lenz e Bernhard Gross.

Entre os brasileiros, destacamos: além de Anísio, Afrânio Peixoto, Roberto de Azevedo, Hermes Lima, Lélío Gama, Josué de Castro, Gilberto Freyre, Lauro Travassos, Lúcio Costa, Heitor Villa-Lobos, Sérgio Buarque de Holanda, Abgar Renault, Antenor Nascente, Cândido Portinari, Heloisa Alberto Torres, Joaquim Costa Ribeiro, Lourenço Filho e Carneiro Leão.

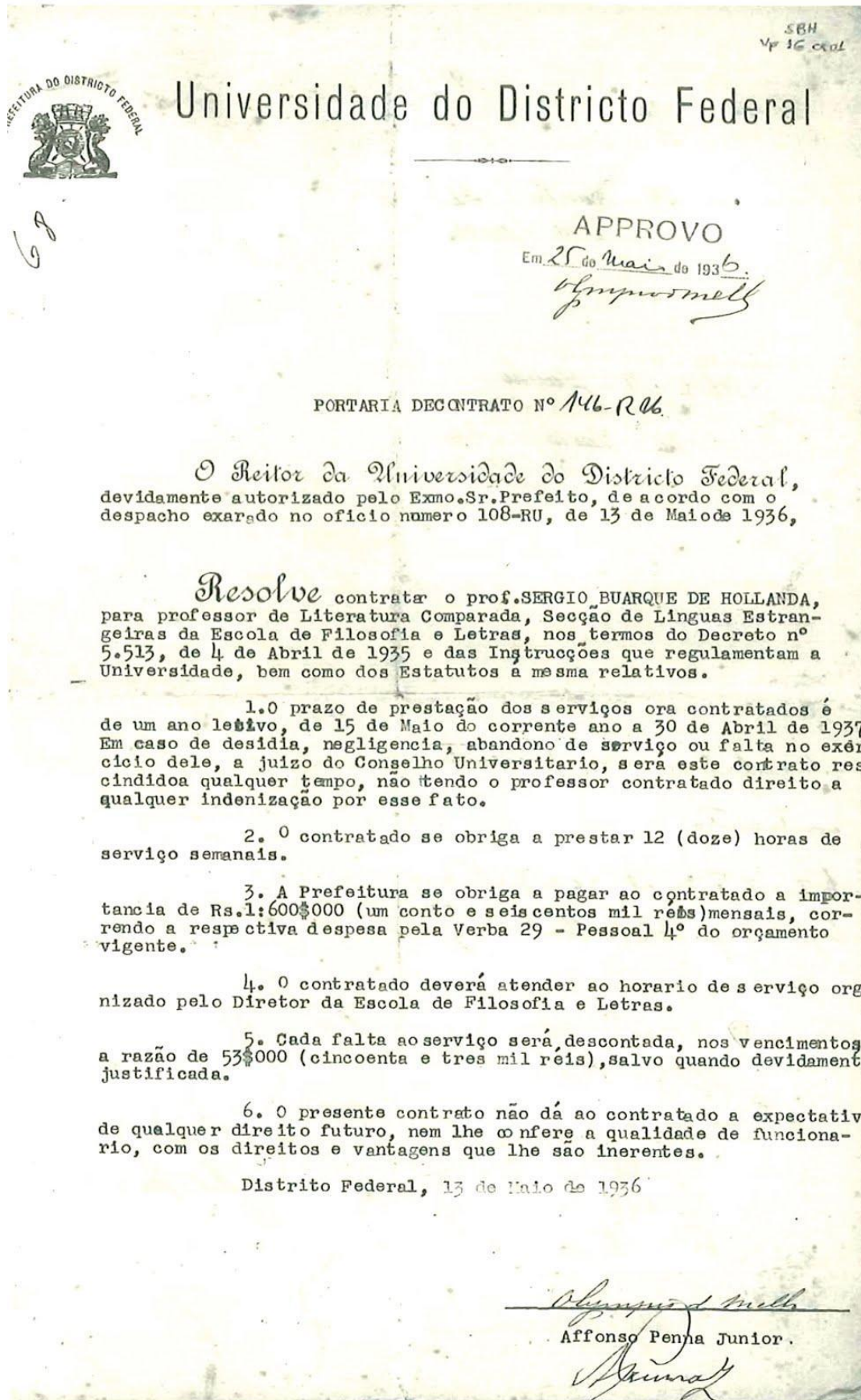


Figura 2 - Contrato da Universidade Federal, contratando Sérgio Buarque de Holanda como professor de Literatura Comparada da Escola de Filosofia e Letras da Universidade. Distrito Federal, 1936. **Fonte:** HOLANDA, 2008.

Percebe-se novamente a presença da “missão” francesa presente agora no Distrito Federal, onde a maioria dos professores, são de nacionalidade francesa. Pode-se dizer, que naquele momento, havia uma disputa bem acirrada, sobre os rumos da educação. Educação essa que era capitaneada por Gustavo Capanema, durante o governo Vargas.

O Rio de Janeiro naquele período era a capital cultural do Brasil, cosmopolita, além de civilizada em todos os níveis, todos que quisessem ter reconhecimento intelectual tinham que passar pelo Rio, foi lá que Sérgio aprende um pouco dessa vida boêmia e cosmopolita presente na atmosfera carioca. Assim descreve Freyre a sua impressão acerca do Rio de Janeiro:

Meu amigo Assis Chateaubriand iniciou-me em vários brasileiríssimos cariocas, Estácio Coimbra, noutros, até que com, Prudente de Moraes neto, Sérgio Buarque de Holanda e Jaime Ovalle me iniciei noutra espécie desses brasileiríssimos: No Rio por assim dizer Afro-carioca e noturno. O Rio de Pixinguinha e Patrício. O Rio ainda de violões e serenatas de mulatas quase coloniais que a autenticidade brasileira acrescentavam como as iaiás brancas de botafogo e as sinhás de Santa Teresa, uma graça que eu não vira nunca nem nas mulatas nem nas iaiás brancas do norte. Era a graça carioca. Era o Rio de Villa-Lobos (VIANNA, 1995, p. 26).

Nos dias de hoje podemos perceber que o polo cultural se deslocou do Rio para São Paulo. Podemos descrever dois fatores de suma importância desse deslocamento cultural, o primeiro, a fundação da Universidade de São Paulo em 1934, que foi algo grandioso e que transformou a forma de se fazer conhecimento no Brasil, e outro fato também de grande importância, foi a Semana de Arte Moderna Paulista de 1922. Aqui cabe uma citação interessante de José Murilo de Carvalho, onde ele analisa a importância da USP para São Paulo.

São Paulo graças a USP, passou a disputar vantajosamente com a então capital federal a escrita e a interpretação do Brasil(...). A década de 1950 foi a da ascensão da USP a posição de destaque no cenário intelectual do país, fazendo sombra a Universidade do Brasil. Evidencia essa relevância a autossuficiência da universidade. (CARVALHO, 2013, p. 288-289).

Segundo Candido (2011), é significativo notar como os estereótipos eram percebidos pelas pessoas da época. O povo paulista era visto como gente trabalhadora, séria, que sabia aplicar e economizar suas finanças, enquanto os cariocas eram vistos como boêmios, carnavalescos, que gostavam de festas, danças, e eram menos preocupados com o trabalho do que os paulistas. Apesar do Rio de Janeiro ser o grande polo cultural do Brasil naquele momento, a Semana de Arte Moderna ocorre em São Paulo, e foi em São Paulo que ocorreu

as formas mais radicais de Modernismo, sendo que o Modernismo Carioca foi muito mais sensato, disciplinado e conservador em sua maneira de ser. Cabe aqui descrever quem são os modernistas cariocas, que entre eles se encontra, Ronald de Carvalho, Renato Almeida, Cecília Meireles, Tasso da Silveira, Murilo Araújo, e talvez o mais importante deles, Augusto Frederico Schmidt. Pode-se dizer que o Modernismo Carioca tinha uma posição contra os exageros do Modernismo Paulista.

As revistas modernistas do Rio nós temos Terra de Sol, Festa, entre outras, enquanto em São Paulo temos a Klaxon, Estética (mesmo sendo lançada no Rio, Estética era praticamente uma continuidade da Klaxon paulista), revistas mais radicais em sua forma de pensar do que as publicações cariocas, que eram mais moderadas e conservadoras. Pode se dizer que no Rio devido ao seu grande lastro cultural e literário houve uma certa resistência a inovação, enquanto em São Paulo houve maior aceitação a renovação, já que lá não existia um peso artístico e cultural como havia no Rio. (CANDIDO, 2011).

Sérgio leva para o Rio a radicalidade do Modernismo de São Paulo. Junto com seu amigo Prudente de Moraes, neto, lança a Revista Estética, onde Sérgio com apenas 22 anos e Prudente com seus 19 anos, são muito duros nas críticas lançadas aos mestres modernistas do Rio, principalmente a Ronald de Carvalho e a Graça Aranha. E por outro lado, embora escrevendo do Rio, eles manifestavam total apoio a Mário e Oswald de Andrade, modernistas paulistas.

Mas foi do Rio, onde se formou em Direito, que despachou artigos para a revista Klaxon, a convite de Mário e Oswald de Andrade. Era um tempo de confronto com os tradicionalistas - e Sérgio se esbaldou. Chamou o escritor Tristão de Athayde de católico enrustido, jogou Graça Aranha e Ronald de Carvalho na vala dos falsos modernistas, ganhou fama de encenqueiro. "Falar dele é relembrar uma geração de jovens inquietos, cultos e com particular senso de humor", comenta Nelson Motta.

Segundo ainda Antônio Cândido, pode-se dizer que sua formação cultural sólida ele a fez no Rio, trazendo na bagagem em sua volta a São Paulo os livros *Raízes do Brasil* e *Monções*. Pode-se também afirmar que em São Paulo, ele se estabelece culturalmente, escrevendo mais tarde uma belíssima obra prima, *Visão do Paraíso*, onde o texto originou-se da tese elaborada pelo autor em 1958 no contexto do concurso que o conduziu à cátedra de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo, podendo-se dizer que essa bagagem histórico intelectual ele trouxe da sua formação carioca.

Sugerindo o “paradoxo” de que São Paulo, a cidade provinciana, tenha gerado o movimento mais radical, enquanto no Rio de Janeiro os modernistas ou encontraram maior resistência as suas ideias, ou foram modernistas menos radicais. Há um fascínio, no caso, pelo espaço paulista, em que a ausência de uma tradição literária longeva e forte teria permitido soltura e experimentação maiores. Ao habitar as duas cidades, Sérgio Buarque teria em certo sentido vivido nas fronteiras do próprio modernismo. A brilhante provocação lançada por Antonio Candido suscita porventura uma questão também provocativa: como conceber a universidade de São Paulo fora dos quadros dessa aventura “bandeirante” (segundo os termos de Menotti Del Picchia e Rubens Borba de Moraes, como se viu atrás) o que foi o modernismo? Mas como pensar o movimento, com todo o seu vigor de renovação, no momento em que ele se institucionaliza? Não há aí um paradoxo, que aponta para o que aqui se propõe como questão: que fazer do momento em que a inovação passa a normalizar-se, quando o informe enfrenta o momento de sua cristalização? (MONTEIRO, 2012, p. 337).

Algo muito peculiar na obra de Sérgio e que nos diz muito a respeito de sua identidade como paulista, é sempre as referências, às vezes explícita, ou implícita, ao mito do bandeirante. Principalmente em suas obras *Caminhos e Fronteiras* e *Monções*, onde Sérgio explica como se deu a ocupação e a formação do território brasileiro promovido pelas bandeiras.

Aqui cabe uma citação, feita provavelmente por Ronald de Carvalho, um modernista carioca, exaltando a figura do bandeirante paulista na construção do Brasil. Depoimento esse registrado em algum jornal no ano de 1922, mostrando que os independentes paulistas são apresentados como uma frente civilizadora.

O papel histórico de São Paulo é o de produzir bandeirantes. Aos bandeirantes da terra, os Leme e os Raposo, seguiram-se os do ar, os Bartolomeu Lourenço e os Santos Dumont. Com eles, vieram os homens do ouro, os criadores da fortuna, os “self-made”, os desbravadores do solo, os agricultores, os pastores, os fazendeiros, os industriais, toda essa família de gente forte e destemerosa que trouxe as nossas arcas a moeda valorizada dos destinos econômicos do Brasil. Enquanto os outros estados, na sua maioria, exportam gramáticos e bacharéis, críticos e doutores para a capital, São Paulo prepara indivíduos práticos, de gênio claro e positivo, que, apesar dos políticos e da política, sabem conquistar desassombadamente o seu lugar ao sol. (...) Mas o paulista não se satisfaz com os saldos materiais da sua opulência. Acima dela, vai desenhando, agora, uma bela imagem de idealismo, do são idealismo nascido da força e da confiança no próprio destino. Depois do agricultor, aparece o artista, segundo o ritmo de todas as verdadeiras civilizações, em que o rapsodo é precedido pelo pastor. (MONTEIRO, 2012, p. 175).

Sérgio também os coloca como responsável e pedra fundamental na construção da identidade paulista, o imaginário acerca do mito bandeirante é um dos responsáveis, inclusive por sua perenidade, pela demarcação de uma pretensa singularidade. A noção, dotada de uma

veracidade histórica, atribui às bandeiras paulistas o protagonismo da conquista e formação do território, bem como, de sua ocupação e povoamento. O espírito aventureiro, a oposição ao poder estatal da metrópole, formaria aquilo que conjugaria o acaso e a disciplina na abertura de caminhos virgens. Assim, para alguns estudiosos e intérpretes, como no caso clássico de Cassiano Ricardo, o movimento das bandeiras foi capaz de fazer nascer, em terras brasileiras, um espírito americano em contraposição aos maléficos aspectos que formam o arcabouço cultural ibérico. (ABREU, 2011).

Paulo Prado também escreve acerca do assunto em uma nota publicada no Jornal o Estado de São Paulo em 1922, intitulada “O caminho do mar”, que mostra como o isolamento de São Paulo a preservou do contágio com a metrópole, incidindo definitivamente sobre o caráter insubmisso da cidade. A mescla entre o branco e o índio forjou uma “raça nova” que aproveitara a qualidade das duas. Filhos de cunhãs, os bandeirantes falavam a língua geral o que explicaria o predomínio da geografia paulista na toponímia indígena, diferentemente do Nordeste, mais próximo de Portugal. O “tipo paulista” estaria assim aberto à miscigenação, que no futuro iria se acentuar. “Paulistas embrenhados são mais destros que os bichos”. Menotti Del Picchia escrevendo acerca do livro Visão do Paraíso para o jornal A Gazeta, em 17 de setembro de 1960, descreve Sérgio como ele próprio um bandeirante a serviço de São Paulo, assim relata: “Sérgio Buarque de Holanda, paulista nato, é dos que mais honram a cultura bandeirante, com uma série de estudos, alguns já clássicos”.

Contudo em 1946, Sérgio se muda para São Paulo e passa a dirigir o Museu Paulista, a partir daquele momento adquire de uma vez por todas uma identidade paulistana, como cita José Murilo de Carvalho.

É importante que a modificação seja reconhecida, pois ela faz parte da própria biografia intelectual do autor e, mais ainda, tem a ver com distintas tradições de pensamento, a que se formou no Rio de Janeiro e a que, a partir dos anos 1930, e se consolidou em São Paulo. Sérgio Buarque, após 1946, se paulistalizou. (CARVALHO, 2013, p. 298).

Em uma entrevista concedida ao jornal Folha da Manhã em 1992, Chico Buarque relata como era a relação de seu pai com as cidades do Rio e São Paulo, e Chico nos declara que seu pai era um paulista não apenas de nascimento, mas de convicção. Por essa declaração de Chico, podemos ver a consolidação das redes de sociabilidade de Sérgio, tanto na cidade carioca quanto na cidade paulista.

O papai morou muito tempo no Rio, onde deixou grandes amigos. Então, quando eles iam a São Paulo, iam também lá em casa: o Otávio Tarquínio,

Rubem Braga, o Vinicius... E tinha a turma de São Paulo: Arnaldo Pedroso D'Horta, Antônio Candido, Luiz Martins, Paulinho Vanzolini, João Leite, Luiz Lopes Coelho, Caio Prado Júnior, Paulo Mendes de Almeida.. Papai adorava São Paulo, era um paulista convicto, não apenas de nascimento. (JORNAL FOLHA DA MANHÃ, 5 de julho de 1992).

Conclusão

Conclui-se que Sérgio era tanto paulista, quanto carioca, e que ele levou de São Paulo para o Rio essa ousadia dos Modernistas paulistas, e levou do Rio para São Paulo, esse academicismo literário, essa bagagem dos pesquisadores europeus presentes no Rio. Afinal esse peso cultural estava mais presente na cidade carioca, do que na paulista. Segundo afirma Antônio Cândido, esse paradoxo de que São Paulo, a cidade provinciana, tenha gerado o movimento mais radical, enquanto no Rio de Janeiro os modernistas ou encontraram maior resistência a suas ideias ou foram modernistas menos radicais. (MONTEIRO, 2012).

Referências

A UDF um breve histórico. <<http://www.fe.ufrj.br/proedes/arquivo/udf.htm>>. Acesso em: 28 de abril de 2014.

ABREU, Rafael. O Mito Bandeirante e a escalada da intransigência do mundo virtual. *Breviário de Filosofia Pública*, n. 18, jul. 2011. (Artigo Científico).

ARCANJO, Loque. *Os Sons de uma Nação Imaginada: As Identidades Musicais de Heitor Villa-Lobos*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CANDIDO, Antonio. *Um Homem, duas Cidades*. Seminário "Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda". Debate promovido pelo IEB/USP. São Paulo, 2011.

CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CARVALHO, José Murilo. *Posfácio*. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que Inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. *Sérgio Buarque de Holanda, Perspectivas*. MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). São Paulo: Editora Unicamp, 2008.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Chico Buarque fala sobre seu Pai. *Jornal Folha da Manhã*, São Paulo, 5 de julho de 1992.

_____. O Senso do Passado. *Jornal Correio Paulistano*, São Paulo, 7 de fevereiro de 1952.

MONTEIRO, Pedro Meira. *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: Correspondência*. São Paulo: Companhia das Letras, Edusp, 2012.

VELLOSO, Monica Pimenta; OLIVEIRA, Claudia; LINS, Vera. (Org.). *O Moderno em Revistas: Representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010.

VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

Catequese, indígenas e civilização nos escritos e projetos dos intelectuais monarquistas de São Paulo (1889-1904)

Flávio Raimundo Giarola

Doutorando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

flaviogiarola@yahoo.com.br

RESUMO: Nosso trabalho analisa o espaço ocupado pelo indígena no pensamento dos intelectuais monarquistas de São Paulo, entre os anos de 1889 e 1904. Defendemos que a preocupação dos restauradores com o índio e sua civilização visava encontrar um espaço para a Igreja Católica na República, através da catequese, e restaurar o indianismo característico dos primeiros anos do Segundo Reinado, período áureo do Império.

PALAVRAS-CHAVE: monarquistas; índios; intelectuais

ABSTRACT: The article examines the space occupied by the Indians in the works of monarchists intellectuals in São Paulo, between 1889 and 1904. We argue that the Indians concern and their civilization was aimed at finding a space for the Catholic Church in the Republic, through the catechesis, and restore the Indianism characteristic of the early years of the Second Empire, the Empire golden age.

KEYWORDS: monarchists; Indians, intellectuals

Ao analisar a participação das “raças” indígenas no pensamento nacional, John Manuel Monteiro entende que duas posições fundamentais marcaram as ideias neste sentido. Uma vertente do pensamento imperial, apoiando-se na literatura científica de origem europeia sobre “raças antropológicas” e “raças históricas”, acreditava que uma enorme gama de atributos positivos dos povos nativos concorria, através da mestiçagem, para a formação do povo brasileiro, dando um caráter específico a esta nação. A outra, também lançando mão da literatura científica estrangeira, concluía que foram antes os atributos negativos desses grupos – sobretudo a sua inferioridade moral, física e intelectual – que justificavam e autorizavam a exclusão dos índios do futuro da nação, inclusive por meios violentos. O autor diz ainda que, à medida que avançava o século XIX e surgiam novos discursos científicos sobre as “raças humanas”, aprofundou-se a vertente pessimista que prognosticava a extinção total dos indígenas (MONTEIRO, 1996, p. 15-21).

A primeira vertente foi consagrada pelo romantismo de meados do século XIX, que exaltou o índio como elemento heroico do “período colonial”. De acordo com David Treece, durante os anos da emergência e consolidação do Estado-nação brasileiro, seus escritores,

artistas e intelectuais celebraram a história e as tradições dos povos indígenas no movimento de nacionalismo cultural mais coerente, durável e influente antes do modernismo: o indianismo (TREECE, 2008, p. 13). Sob o patrocínio pessoal do Imperador, Dom Pedro II, o indianismo tornou-se uma viga mestra do projeto imperial de construção do Estado, “*o mais importante objeto de reflexão artística e política a exercitar a mente de sua elite intelectual por mais de meio século*” (TREECE, 2008, p. 13).

Para Lilia Schwarcz, ao contrário das elites cariocas que elegeram a versão romântica do índio como fundador da nação, na São Paulo dos primeiros tempos republicanos tratava-se de constituir uma simbologia oposta àquela desenvolvida pelos artistas e intelectuais do Rio de Janeiro. Deste modo, o bandeirante foi eleito como o símbolo que resumia as “qualidades da terra” e sua origem remota. Estabeleceu-se uma relação evidente entre a atitude valente e laboriosa dos primeiros aventureiros e um suposto perfil do Estado e de sua trajetória vitoriosa, como se tudo estivesse predestinado e marcado nas páginas da história. Por outro lado, atentos aos modelos do darwinismo social, esses senhores condenariam os grupos indígenas que ainda residiam na região, “como se fosse necessário selecionar apenas um tipo de passado” (SCHWARCZ, 2005, p. 159). Assim, as representações paulistas estariam distantes do modelo romântico do Tupi idealizado por literatos e pelo IHGB em meados do século.

A nosso ver, é incontestável que a utilização do bandeirante como símbolo nacional em São Paulo teve proporções incomparáveis com outras partes do país, visto que este era identificado como herói regional. O paulista desbravador e errante, que com suas bandeiras teria levado a cabo a conquista do território nacional, foi presença constante em inúmeros discursos dos intelectuais da região a partir de meados do século XIX. Contudo, a exaltação do “mito bandeirante” não significa necessariamente uma negação do passado indígena, como Schwarcz parece querer indicar. Pelo contrário, o índio teve um papel de destaque nas representações identitárias paulistas, aparecendo como elemento importante da constituição do próprio bandeirante, visto que este último era o mameluco, mestiço de índio com branco.

Por outro lado, em São Paulo, a construção de uma identidade paulista nem sempre obedeceu a um enredo homogêneo. Dentro do próprio Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), fundado em 1894, havia uma grande diversidade de intelectuais. Como afirma Ferretti, monarquistas católicos restauracionistas, republicanos americanistas, republicanos envolvidos em projetos territorialistas representavam os diferentes setores sociais e políticos que compunham o instituto, “cada qual trazendo interpretações do passado

regional e brasileiro específicas” (FERRETTI, 2004, p. 220). Nesse sentido, as representações diante do indígena no Estado eram diversas, sendo ora favoráveis ao extermínio dos índios remanescentes em busca da expansão territorial e do progresso, ora visando uma política indigenista mais sólida, em busca da preservação destes povos.

Esse último discurso foi constante entre os monarquistas, que retomaram as preocupações de meados do século XIX, levando adiante pesquisas etnográficas, antropológicas e linguísticas que visavam o conhecimento do passado indígena paulista. Por outro lado, discutiram questões ligadas a política indigenista, dando ênfase especial à catequização.

A ênfase dada ao indígena mostrava uma preocupação em resgatar o indianismo do Segundo Reinado. O índio era visto como figura ligada à simbologia do Império, sobretudo àquela de meados dos oitocentos, época de maior prosperidade do reinado de Dom Pedro II. Neste sentido, cabia aos monarquistas repensar os povos “selvagens” como peças da formação nacional, no geral, e do paulista, em particular. Contudo, ao contrário da geração romântica, os monarquistas de São Paulo não estavam interessados no potencial literário do índio, seu principal interesse era com a civilização dos povos remanescentes.

Nesta direção, o jornal monarquista *O Comércio de São Paulo*, comprado por Eduardo Prado para a causa restauradora, apresentou com frequência artigos sobre o indígena no Estado. Destacava-se a necessidade de tirar os mesmos da vida selvagem e errante em que viviam, responsável pelos constantes conflitos com os brancos. Em artigo de 22 de maio de 1901, que falava sobre o assassinato do Monsenhor Claro Monteiro pelos Caingangues, a perseguição sofrida pelos indígenas aparecia quase como uma justificativa para aquele crime:

Segundo disse o aludido fazendeiro, a quase um mês não havia notícia daquele sacerdote, de sorte que tudo leva a crer que foi ele morto pelos selvagens, tanto mais quanto estes, constantemente perseguidos por alguns sertanejos ferozes, vivem exacerbados e desconfiados pelas caçadas de que tem sido vítimas (O COMÉRCIO DE SÃO PAULO, 22 de maio de 1901).

Em artigo de 05 de julho de 1902, intitulado *Índios Guaranis*, o impresso monarquista falava da importância de se delimitar as terras indígenas, a fim de preservar confrontos. Curiosamente, ao mesmo tempo em que o jornal defendia o índio contra os ataques do branco, que invadiam seus domínios e os caçavam “como feras”, propunha a fixação dos mesmos em terras marcadas pelo Estado, sugerindo, se necessário, o uso da força: “porque não lhes dar o Estado de São Paulo algumas de suas terras devolutas, onde, mantidos até pela força, se tanto

for preciso, possam viver tranquilamente e gozar dos benefícios da catequese?” (O COMÉRCIO DE SÃO PAULO, 05 de julho de 1902).

A preocupação com a assimilação dos “povos selvagens” no periódico monarquista culminou com a criação, em 1902, de uma seção dedicada ao assunto intitulada: *Civilização dos índios*. A maior parte dos artigos versava sobre a história do processo de catequização e civilização dos indígenas na América. Entretanto, outros temas apareciam, como na edição de 14 de julho de 1902 cujo assunto abordado era a atuação de frei Bernardino de Lavalle, como catequizador no Vale do Paranapanema.

Em 12 de maio de 1901, no escritório da redação do jornal, foi fundada a *Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios*. Além de ter usado o principal periódico monarquista de São Paulo para fazer sua primeira reunião, a instituição contava, em seu quadro de sócios, com vários importantes monarquistas do Estado, como João Mendes Júnior, Brasília Machado, Couto de Magalhães Sobrinho, Estevam Bourroul, Eduardo Prado, Laerte de Assunção, entre outros.

Segundo o que consta na ata da 1ª sessão de iniciativa para formação da *Sociedade*, Couto de Magalhães Sobrinho havia convidado vários intelectuais, cientistas e clérigos para uma reunião cujo propósito seria a fundação de “uma sociedade para desenvolver o estudo da língua tupi e das suas modificações por que tem passado, o estudo dos usos e costumes indígenas e a propaganda da necessidade da catequese e civilização dos selvagens” (ATA DA 1ª SESSÃO DE INICIATIVA DA SOCIEDADE DE ETNOGRAFIA E CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS, 1901, p. 01).

De acordo com os Estatutos da entidade, a *Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios* teria os seguintes fins:

- 1º O estudo da língua tupi e das modificações porque passou nos atuais aldeamentos e tribos;
- 2º O estudo dos costumes antigos e contemporâneos dos índios;
- 3º A propaganda da necessidade da catequese e civilização dos índios;
- 4º A constante rememoração do dever, não só de caridade, como de honra, que tem os europeus e seus descendentes, de proteger os índios (ESTATUTOS DA SOCIEDADE DE ETNOGRAFIA E CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS, 1901, p. 09).

A diretoria provisória fora composta por Couto de Magalhães Sobrinho, presidente, e Augusto Barjona e cónego Araújo Marcondes, secretários. Em 30 de junho de 1901, foi

empossada a diretoria definitiva, tendo Brasília Machado como presidente e João Mendes Júnior e cônego Araújo Marcondes como secretários. A revista da sociedade tinha uma comissão especial de redação formada por Theodoro Sampaio, Dinamérico Rangel e Couto de Magalhães Sobrinho.

A *Sociedade* pretendia retomar o papel que a Igreja havia desempenhado como civilizadora dos indígenas em tempos anteriores, por isso, na apresentação da revista da instituição, escrita por Theodoro Sampaio, dizia-se que:

Seria lamentável contradição com os seus próprios intuitos querer civilizar povos selvagens e não reconhecer na fé cristã a força única, capaz de tão elevado cometimento, a fonte inexaurível de devotamento e abnegação até o sacrifício, sem o que essa cruzada difícil se não realizará.

Civilizar as raças inferiores ou infantis é o mister dos que têm fé, e sentem na alma as seduções da caridade. Sem a caridade, bondade piedosa, serena e elevada, haurida na fé, não é possível edificar no chão ingrato da barbárie, nem seguir os passos vitoriosos com que se imortalizaram na nossa história os Nóbregas, os Anchiets e os Vieiras (SAMPAIO, 1901, p. V-VI).

Sampaio buscava na fé e nos feitos dos jesuítas a inspiração para a missão da *Sociedade*. Como afirma José Mauro Gagliardi, o autor baiano, em seu texto, recordava que a conquista dos sertões do Brasil recebeu importantes contribuições da obra missionária da Igreja que, ao lado do conquistador, organizou bandeiras, fundou arraiais e levou a civilização e o progresso às regiões do país. “Era esse o trabalho evangélico que Teodoro Sampaio pretendia ver ressurgir com a fundação da *Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios*” (GAGLIARDI, 1989, p. 100).

O papel das ordens religiosas na civilização dos gentios gerou intenso debate na instituição, sobretudo entre os sócios ligados a instituições científicas e sem vínculos com a causa monárquica, como Von Ihering, e membros ligados à Igreja e à restauração. Destas discussões, o projeto que prevaleceu foi a atuação destas ordens segundo o modelo jesuíta, visando a civilização por meio da conversão ao catolicismo. O discurso de posse de Brasília de Magalhães como presidente, em 30 de junho de 1901, sintetizou este espírito:

Na sua exposição foram frequentes os elogios aos trabalhos que os religiosos, principalmente os jesuítas, desenvolveram junto aos índios. Enfatizou que era inútil tentar ‘deslocar do pé da cruz o problema da civilização indígena’, porque apenas a Igreja dispunha do espírito de sacrifício e renúncia tão necessário à pregação evangélica. Ao poder civil, dizia, cumpre ajudar indiretamente a ação catequizadora com o prestígio que o Estado tem e com os indispensáveis auxílios que a obra missionária exige. Conclui afirmando que a fundação da *Sociedade de Etnografia* significava a conquista de: “Mais cidadãos para a pátria; mais fiéis para a cruz” (GAGLIARDI, 1989, p. 102).

O debate em torno do peso que as ordens religiosas deveriam ter no interior da instituição refletia o conflito entre o poder civil e a Igreja, após a proclamação da República. Os católicos da sociedade buscavam um papel para a religião católica dentro do novo cenário político e, por isso, insistiam na questão da catequese e na importância das ordens. Nesse sentido, catequizar indígenas significava, ao mesmo tempo, manter a Igreja de Roma atuante na sociedade e trazer, para seu seio, novos fiéis, como já havia ocorrido no período colonial.

Além disso, a *Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios*, como ficava explícito em seu próprio nome, tinha objetivos civilizadores que reiteravam discursos comuns em fins do século XIX. Tinha como pressuposto a inferioridade e barbarismo do índio em relação ao homem branco, o que justificava uma ação “humanizadora”. Ao contrário da ação violenta, pregava a catequização como principal instrumento civilizador. Cabe destacar, no entanto, que a ideia de inferioridade do indígena, nesse grupo, era relativa, pois vários destes intelectuais exaltavam a participação do índio na formação da nação, principalmente, através da mistura com o branco, formando o “mameluco paulista”.

Por outro lado, a missão civilizadora também buscava ampliar a força de trabalho disponível no país. Deste modo, Couto de Magalhães Sobrinho, no discurso solene de instalação da sociedade, em 30 de junho de 1901, dizia que, além de um dever cristão, que tirará os indígenas do obscurantismo e os libertará das perseguições que sofrem nos sertões, a instituição tinha um dever patriótico,

qual o de dar ao Brasil mais de uma terça parte de seu território e milhares de braços para o trabalho, já aclimatados para a indústria pastoril e extrativa e que substituem com vantagem os que a peso de ouro emigram da Europa para os nossos portos (MAGALHÃES SOBRINHO, 1901, p. 90).

Portanto, após o fim da escravidão no Brasil, pretendia-se retirar os povos indígenas das matas e inseri-los na sociedade como força de trabalho, tornando-os, assim, produtivos dentro do sistema econômico vigente e, ao mesmo tempo, diminuindo os gastos com a entrada de imigrantes europeus. O autor seguia citando um trecho extraído do famoso livro de seu tio, *O selvagem*, que falava do dever cristão de arrancar os indígenas da “barbárie sanguinolenta em que vivem” e trazê-los “à comunhão do trabalho e da sociedade em que vivemos” (MAGALHÃES SOBRINHO, 1901, p. 90)¹.

¹ Para o General Couto de Magalhães, o selvagem era um excelente elemento a ser aproveitado na economia nacional. Nas palavras do autor, “ao passo que importamos o branco, que nos é aliás essencial, me parece que devemos atender também a um milhão de braços indígenas não menos preciosos, porque é a estes, mesmo por causa de sua pouca civilização, que está reservada a missão de ser o precursor do branco nos climas

Em suma, o discurso de Couto de Magalhães Sobrinho deixava claro o objetivo da Sociedade de infligir a conquista sobre os indígenas do sertão, tornando-os elementos de trabalho dentro da economia brasileira. Através do argumento religioso, pretendia-se impor sobre os “selvagens” a cultura e as crenças de origem europeia, objetivo que tinha sido desenvolvido no período colonial, mas que necessitava de um renascimento na República.

Segundo Gagliardi, poucos anos depois, a Sociedade de Etnografia se eclipsou, apesar de toda a estrutura burocrática que havia criado (GAGLIARDI, 1989, p. 103). De fato, apenas conseguimos encontrar a primeira edição da revista da instituição e os relatos sobre as atividades da mesma apareceram no *O Comércio de São Paulo* apenas nos anos de 1901 e 1902. Para o autor supracitado, a vida efêmera da entidade exprime, de certa forma, o estado de debilidade do clero na conjuntura política que sucedeu a proclamação da República (GAGLIARDI, 1989, p. 103). Todavia, o pouco que se tem notícia da *Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios* nos permite perceber a participação atuante de monarquistas-católicos discutindo a questão do indígena no Brasil.

Tanto as ideias indigenistas d’*O Comércio de São Paulo* quanto as da *Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios* eram baseadas nas propostas do General Couto de Magalhães, apresentadas no livro *O Selvagem* (1876). Este defendia uma assimilação pacífica dos indígenas, através do conhecimento de sua língua e do seu aproveitamento econômico enquanto mão de obra produtiva, principalmente na indústria extrativa e como vaqueiros.

Todavia, enquanto os artigos d’*O Comércio* e da *Sociedade* defendiam um modelo de catequese inspirado nos padrões jesuítas, inserindo os preceitos cristãos nas tribos indígenas, Magalhães pensava em uma política mais tolerante, preservando as tradições e os costumes dos mesmos:

Qual é o meio de catequizar convenientemente o índio?

É ensinar em cada tribo alguns meninos a ler e a escrever, conservando-lhes o conhecimento da língua materna, e sobretudo: não aldear nem pretender governar a tribo selvagem.

Deixemo-los com seus costumes, sua alimentação, seu modo de vida. A mudança mais rápida é aquela que só pode ser operada com o tempo, e no decurso de mais de uma geração, pela substituição gradual das ideias e necessidades, que eles possuem no estado bárbaro, em comparação com as que hão de ter desde que se civilizem. Limitemo-nos a ensinar-lhes que não

intertropicais, desbravando as terras virgens, desbravamento que o branco não suporta” (MAGALHÃES, 1975, p. 22).

devem matar aos de outras tribos. É a única coisa em que eles divergem essencialmente de nós (MAGALHÃES, 1975, p. 138).

Contudo, tanto a perspectiva de Couto de Magalhães quanto a da *Sociedade e a d'O Comércio de São Paulo* deixavam entrever uma imagem de inferioridade do índio. Seus costumes, ainda que toleráveis, eram bárbaros e inferiores aos padrões considerados civilizados. Deste modo, os “selvagens” encontravam-se em um “estágio da evolução” abaixo dos padrões alcançados pela cultura ocidental, ainda não haviam passado da Idade da Pedra, como dizia o próprio Couto de Magalhães.

Novamente o discurso de posse de Brasília Machado como presidente da *Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios* é uma boa síntese da posição do índio no discurso dos monarquistas de São Paulo. Nele reitera-se a necessidade de civilização e catequese dos gentios, do mesmo modo que se verifica a importância que os mesmos tiveram no passado brasileiro. O texto de Machado deixa implícito a ideia do “bom selvagem”, que auxiliou o conquistador em sua expansão pelos trópicos. O autor defendia que os índios encontrados pelos portugueses no litoral do Brasil eram “dóceis, frugais, vigorosos, hospitaleiros, de fácil acesso, simples, de boa fé, propensos a se unirem aos adventícios, uma vez que destes não recebessem maus tratos” (MACHADO, 1901, p. 91).

Portanto, ainda que os portugueses tenham tido êxito na conquista das terras brasileiras, a vitória poderia ter sido maior se não houvesse ocorrido o constante extermínio dos indígenas:

Se o aventureiro branco, em vez de oprimir, granjeasse em duradoura e singela aliança com o sertanejo indígena; se desde logo houvesse posto em contribuição as notícias que do território a dentro o índio nunca soubera esconder, e antes lealmente ministrava; se pouco e pouco, pelo trato recíproco, o colono fosse afazendo o índio aos hábitos, embora imperfeitos, da civilização que supunha implantar nas terras americanas, - mais rápida, mais segura, mais frutuosa houvera sido a conquista da terra, e do cruzamento, espontâneo, ininterrupto das duas raças, teria surgido mais cedo um povo mais forte numa pátria mais compacta e resistente (MACHADO, 1901, p. 91).

Com efeito, têm-se o reconhecimento da importância do índio no processo de formação étnica do Brasil. Mesmo que reconhecidamente inferiores aos brancos, com a necessidade de serem civilizados, os indígenas foram percebidos como peças essenciais na constituição da nação através do cruzamento racial. Essa fusão com o “gentio” apontada por Brasília Machado estava no cerne do debate destes monarquistas a respeito do “mameluco paulista”, que teria possibilitado o triunfo dos portugueses na conquista dos trópicos.

Referencias bibliográficas:

ATA DA 1ª SESSÃO DE INICIATIVA DA SOCIEDADE DE ETNOGRAFIA E CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS. In: *Revista da Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios*. São Paulo, ano I, tomo I, n. 1, p. 01-04, julho de 1901.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE DE ETNOGRAFIA E CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS. In: *Revista da Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios*. São Paulo, ano I, tomo I, n. 1, p. 09-11, julho de 1901.

FERRETTI, Danilo José Zioni. *A construção da paulistanidade: historiadores, identidade e política em São Paulo (1856-1930)*. 392 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2004.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MACHADO, Brasília. Discurso de posse do Dr. Brasília Machado, In: *Revista da Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios*. São Paulo, ano I, tomo I, n. 1, p. 91-95, julho de 1901.

MAGALHÃES, General Couto de. *O selvagem*. ed. comemorativa do centenário da 1ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

MAGALHÃES (SOBRINHO), Couto de. Discurso com que o Dr. Couto de Magalhães, presidente interino, abriu a sessão solene de instalação e posse da Diretoria da Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios, no dia 30 de junho de 1901, no Real Clube Ginástico Português, In: *Revista da Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios*. São Paulo, ano I, tomo I, n. 1, p. 84-91, julho de 1901.

MONTEIRO, John Manuel. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

SAMPAIO, Theodoro. A “Revista”, IN: *Revista da Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios*. São Paulo, ano I, tomo I, n. 1, p. V-X, julho de 1901.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre uma certa identidade paulista. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). *São Paulo: uma viagem no tempo*. 1. ed. São Paulo: CIEE, 2005.

TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial*. 1. ed. Trad. Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Nankin/ Edusp, 2008.

O integralismo à luz da “modernidade brasileira”

Marcelo Alves de Paula Lima

Bacharel e licenciado em História
Universidade Federal de Minas Gerais
marceloapl@yahoo.com.br

RESUMO: A noção de “modernidade-mundo” (TAVOLARO, 2005) propõe que a modernidade não seja mais abordada como um fenômeno tipicamente europeu, mas sim como uma manifestação que se deslocou do mundo ocidental para outras regiões, nas quais foi apropriada e ressignificada. Ademais, em cada país a modernidade foi fruto de disputas entre projetos antagônicos. Nesse sentido, buscaremos analisar qual teria sido o projeto de modernidade integralista, bem como os conflitos entre diferentes projetos no seio da Ação Integralista Brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: integralismo; modernidade; Revolução de 1930.

ABSTRACT: The idea of “world-modernity” (TAVOLARO, 2005) approaches the modernity not as a typical European phenomenon, but as an event that shifted from the western world to other regions, where it was appropriated and reframed. Moreover, in every country modernity was the result of clashes between antagonistic projects. In this sense, we will try to analyze what was the integralist modernity project, as well as the conflicts between different modernity projects inside the Brazilian Integralist Action.

KEYWORDS: integralismo; modernity; 1930 Revolution.

Discussão historiográfica

De acordo com Chasin (1999), o integralismo brasileiro seria diferente do fascismo europeu. Enquanto o segundo seria produto de uma combinação entre expansão econômica e regressão social, política e ideológica, o primeiro consistiria em regressão social, política, ideológica e também econômica. Assim, o fascismo defenderia a acumulação capitalista e a modernização tecnológica, a fim de alçar países de capitalismo tardio ao status de potências. Já o integralismo seria uma doutrina refratária à modernidade, defendendo a manutenção do Brasil como país agrário-exportador e o estancamento da acumulação capitalista (CHASIN, 1999). O limite máximo do integralismo de Plínio Salgado seria a defesa de uma “utopia reacionária ou regressiva” que transformasse o país “numa pletera de pequenas propriedades, quase que exclusivamente rurais”. Seu limite mínimo também traria um sentido telúrico: a busca por frear ou estancar a acumulação capitalista (CHASIN, 1999).

Chasin, no entanto, restringiu sua análise ao discurso de Plínio Salgado, chefe nacional da *Ação Integralista Brasileira* (AIB), não se preocupando com outros autores importantes

para a doutrina integralista. Se os escritos de Plínio Salgado fornecem indícios de que o integralismo teria sido uma “forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio” (CHASIN, 1999), os escritos de Gustavo Barroso e Miguel Reale nem sempre apontam nesse sentido.

Natália dos Reis Cruz, por sua vez, diz que o integralismo não desejava “lutar contra o processo de industrialização, mas produzir um arranjo institucional por meio de um projeto de nação que englobasse os interesses industriais e médios e controlasse o movimento popular” (CRUZ, 2004, p. 32). Ademais, ele desejava “uma nova sociedade que combinasse padrões modernos (como o industrialismo e o desenvolvimento econômico capitalista) com elementos antimodernos considerados úteis para organizar tal sociedade” (CRUZ, 2011, p. 204).

Nossa principal crítica à abordagem de Chasin é o fato de o filósofo apelar a uma noção estigmatizada de modernidade que toma os casos ditos “clássicos” (francês, inglês e norte-americano) como paradigmas, e os demais casos como desvios ou aberrações dos primeiros. Os tradicionais pilares da modernidade nos países ditos “centrais” só se constituíram após intensos conflitos entre diferentes projetos, refutando a noção de que esses casos podem ser tomados como tipos-ideais de modernização (TAVOLARO, 2005):

Caberia, pois, reconstruir quais projetos, interesses e visões de mundo na República Velha, na Era Vargas, na República Populista, na Ditadura Militar e no pós-1985 se confrontaram na definição da configuração de cada um dos pilares da sociabilidade moderna e como tais disputas se desenrolaram (TAVOLARO, 2005, p. 18).

Logo, nosso trabalho será direcionado justamente no sentido de se compreender um desses projetos de modernidade que disputaram a primazia no Brasil: o projeto integralista.

Integralismo e modernidade

Sérgio Tavolaro (2005) identifica duas vertentes que nos permitem entender as relações entre o Brasil e a modernidade. Por um lado, a “sociologia brasileira da inautenticidade” postula que “uma vez em débito com a cultura e o padrão portugueses de sociabilidade, não seríamos plena e autenticamente modernos” (TAVOLARO, 2005, p. 6). Essa tendência seria representada por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto da Matta e Raimundo Faoro. Por outro lado, a “sociologia brasileira da dependência”, representada por Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e Caio Prado Jr., postula que os pilares da modernidade não se desenvolveram plenamente no país graças à “relação subordinada e periférica ocupada pelo Brasil no sistema capitalista internacional” (TAVOLARO, 2005, p. 10). Logo, ambas as vertentes superestimam modelos europeus como padrões a serem seguidos (TAVOLARO, 2005). Rompendo com essa noção, trabalharemos

com a ideia de “modernidade-mundo”, proposta pelo próprio Tavolaro. Segundo essa noção, a modernidade pode ser mais bem entendida se reconhecermos que ela se desloca do Ocidente para outras partes do mundo, inexistindo, portanto, uma matriz moderna (TAVOLARO, 2005).

Igualmente preocupado com a modernidade, Reinhart Koselleck (2006) afirma que, desde fins do século XVIII, o horizonte de expectativas que o homem tinha para o futuro começou a se desvincular cada vez mais do espaço de experiência. Com isso, o homem moderno percebe que “não é mais possível projetar nenhuma expectativa a partir da experiência passada” (KOSELLECK, 2006, p. 319). O passado deixa de ser visto como um modelo de ação, posto que o futuro é considerado sempre melhor e mais promissor. Para os fins desse trabalho, trata-se, portanto, de entender como esse descompasso entre experiência e expectativa figurou na produção intelectual integralista. Dito de outro modo: cabe a nós entender como a modernidade, desenvolvida na Europa Ocidental, foi ressignificada pelos autores integralistas.

Se, até meados do século XVII, “a expectativa do futuro era limitada pela chegada do Juízo Final, quando a injustiça terrena encontraria uma compensação trans-histórica” (KOSELLECK, 2006, p. 238), a partir do fim do século XVIII os principais movimentos políticos passam a depositar suas expectativas neste mundo. Desde a Revolução Francesa, “o tempo passou a ser um título de legitimação utilizável para todos os fins” (KOSELLECK, 2006, p. 296). O programa integralista apresentava claramente um projeto para o futuro, embora tal projeto não se desvinculasse por completo do espaço de experiência, afinal de contas, “o nacionalismo é a mobilização do passado e da tradição a serviço do futuro e da modernidade” (TOURAINÉ, 1994, p. 146). Sendo assim, o integralismo foi um movimento que, “no esteio da modernidade, [reagiu] às consequências negativas da própria modernidade, defendendo propostas de organização social que [visavam] estancar o processo moderno de fragmentação, insegurança e instabilidade”, ainda que suas críticas à modernidade “ganhem um novo significado para dar vazão a uma proposta de sociedade em que a própria utopia moderna de ordem e controle seja recuperada (...)” (CRUZ, 2011, p. 197-198).

Assim como os vários “ismos” surgidos no esteio da Revolução Francesa, o integralismo baseava-se apenas parcialmente na experiência, depositando suas esperanças nas expectativas. Na doutrina integralista, o nacionalismo cívico e econômico se radicaliza e, influenciado pelo modernismo, passa a exaltar o nacional por meio do retorno às origens do povo brasileiro (TRINDADE, 1974). Veja-se, por exemplo, o que diz Gustavo Barroso:

Durará isso para sempre? Será esse o nosso trágico destino? Seremos servos humildes do judaísmo capitalista de Rotschild ou escravos submissos do judaísmo comunista de Trotsky, pontos extremos da oscilação do pêndulo judaico no mundo? Ou encontraremos no fundo da alma nacional aquele espírito imortal de catequizadores, descobridores, bandeirantes e guerreiros, único que nos poderá livrar de ambos os apocalipses? (BARROSO, 1936a, p. 85).

O integralismo, portanto, seria um dos vários movimentos nacionalistas ao redor do mundo que “procuram mergulhar no passado em busca do espírito histórico, racial ou nacional, que encarnam e que ficou latente, guardado no fundo dos séculos” (BARROSO, 1936^a, p. 116). Ele projeta uma série de expectativas para o futuro, mas tais expectativas são indissociáveis do espaço de experiência histórico brasileiro, invocando como “sonhos do passado” o índio, o escravo, o bandeirante e o jesuíta. Não há, portanto, nem um descolamento total entre a experiência e a expectativa, nem um apelo ao passado pura e simplesmente, sem se olhar para o futuro. Plínio Salgado, chefe nacional da AIB, chega ao paroxismo de afirmar: “sou um caboclo do Brasil, e detesto a Europa que me ensinou a ler” (SALGADO citado em VASCONCELOS, 1979, p. 51).

Ademais, Gustavo Barroso apresenta o integralismo como o único legítimo representante do século XX, em oposição ao liberalismo e ao marxismo, que seriam produtos obsoletos dos séculos XVIII e XIX. Diz o autor que: “Os Camisas Verdes são homens do século XX e falam pelo rádio a grandes distâncias, não usam mais caixas de música para fazer dançar os macacos mangabeiras nem para os periquitos amestrados tirarem a sorte em versos baratos de poetas modernistas” (BARROSO, 1936b, p. 221). Ele apresenta o integralismo como a única doutrina verdadeiramente moderna, ao passo que liberalismo e marxismo são apresentados como doutrinas ultrapassadas, como meros passadismos, incompatíveis com o “espírito do século XX”.

O moderno, portanto, era um campo de disputas, com diversos grupos políticos reclamando filiação a ele. É justamente na modernidade que Barroso busca argumentos para sustentar o seu projeto: “Os desígnios de Deus são insondáveis: o materialismo não foi morto pela religião; foi aniquilado pela ciência, a sua grande aliada!” (BARROSO, 1935^a, p. 63-64). Assim, o materialismo, até então tido como uma concepção revolucionária, é descrito pelo autor como “puro passadismo, puro saudosismo” (BARROSO, 1935^a, p. 63). Sendo o marxismo e o liberalismo igualmente materialistas, o autor apresenta que o fracasso dessas doutrinas seria cientificamente comprovado.

Tem-se, assim, uma luta contra a modernidade nos campos da própria modernidade. A ciência era usada para desacreditar o materialismo. O partido único e o Estado centralizado foram mobilizados na luta contra o liberalismo e o marxismo. Bastante significativo nesse sentido é a exortação de Barroso: “Nacionalistas de todos os países, uni-vos!” (BARROSO, 1935b, p. 169), que demonstra a crença do autor em uma “primavera fascista” mundial. Ademais, ele se apropria de termos caros à Revolução Francesa para legitimar essa primavera: “[Mussolini] tomou o poder, afirmando princípios contrários ao do liberalismo que acabara de destruir: ao invés de *igualdade*, *hierarquia*; ao invés de *liberdade*, *disciplina*; ao invés de *fraternidade*, *devotamento à pátria*” (BARROSO, 1936b, p. 155). A luta integralista contra o liberalismo e o marxismo, portanto, é legitimada pelas próprias metanarrativas do século XX.

Plínio Salgado, porém, era mais cauteloso quanto às relações entre integralismo e nazi-fascismo, preocupando-se em ressaltar a originalidade do primeiro (TRINDADE, 1974). Ele criticava abertamente o nacional-socialismo, observando que a Alemanha vivia “as consequências de um misticismo transportado do campo religioso, onde sempre deveria estar e de onde nunca deveria sair, para o campo das atividades políticas, isto é, à concepção do Chefe, como um homem diferente dos outros, um semideus” (SALGADO, 1950, p. 54-55).

O Estado, para o integralismo, deveria assumir uma postura ética. Assim, Miguel Reale, outro importante ideólogo do sigma, escreve que “a economia e a política são ciências morais que, como todas as ciências, possuem um momento especulativo, e um outro normativo” (REALE citado por SOUZA, 1982, p. 92). Ademais:

O Estado ético, da concepção fascista e integralista, é, ao contrário, o Estado subordinado à lei ética. A diferença entre um e outro é essencial: no primeiro [Estado hegeliano] a *moral* subordina-se ao Estado; no segundo [Estado integral e fascista], o Estado submete-se ao imperativo moral (...) (REALE citado por SOUZA, 1982, p. 91).

Também a economia deveria recuperar seu sentido moralizante, como podemos ver na leitura das diretrizes integralistas:

O Integralismo quer a direção da economia nacional pelo governo, evitando que o agiotarismo depaupere as forças de produção, que o trabalho seja reduzido a uma simples mercadoria sujeita à lei da oferta e da procura; que o intermediário asfixie o produtor e esmague o consumidor; que o capitalismo sem pátria os escravize, cada vez mais, aos grupos financeiros internacionais, não transferindo como faz o Estado Liberal Democrático a soberania Econômica da Nação a grupos particulares, o que permite a orgia dos “trusts”, “cartéis”, “monopólios”, espoliações de toda a sorte através dos juros onerosos, do jogo da bolsa, das manobras com as quais o capitalismo atenta contra o princípio da propriedade (SALGADO, 1950, p. 38-39).

Se os movimentos políticos do século XIX tinham como grande meta o recrutamento de eleitores, no século XX o recrutamento das massas passa a ser a prioridade absoluta dos partidos (BERSTEIN, 1996). Assim, lê-se no Manifesto de 1932, que fundou a AIB:

Pretendemos insuflar energia aos moços, arrancá-los da descrença, da apatia, do ceticismo, da tristeza em que vivem; ensinar-lhes a lição da coragem, incutindo-lhes a certeza do valor que cada um tem dentro de si, como filho do Brasil e da América. Movimentar as massas populares numa grande afirmação de rejuvenescimento (SALGADO, 1950, p. 30).

O integralismo também possuía sua própria visão acerca dos “pilares da modernidade”, a saber: 1) separação entre público e privado, 2) secularização e 3) diferenciação social (TAVOLARO, 2005). Diferenciando o integralismo do nazi-fascismo, Barroso diz que “As Corporações na Itália e na Alemanha refletem o Estado; no Brasil, produzem o Estado” (BARROSO, 1936b, p. 18). Ou seja: diferente da Itália fascista e da Alemanha nazista, o Estado integralista seria um reflexo das famílias, e não uma força que se lhes-impunha. Assim, o integralismo foi um importante exemplo “da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar”, revelando que “as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós” (HOLANDA, 1981, p. 103, 106). Posição semelhante adota Salgado. No manifesto de 1932, lemos que “O Estado deve ser forte para manter o Homem íntegro e a sua família. Pois a família é que cria as virtudes que consolidam o Estado. O Estado mesmo é uma grande família, um conjunto de famílias” (SALGADO, 1950, p. 27).

Já no tocante à secularização, o integralismo parecia mais permeável às influências modernas. Apesar do apelo religioso, os integralistas nunca defenderam um Estado confessional. Em sua famosa Carta de Natal de 1935, Plínio Salgado escreve:

É no Divino Mestre que encontramos a lição admirável: a César o que é de César e a Deus o que é de Deus; sim, porque César é um homem, ainda que os romanos possam acreditar na sua divindade. Daí tiramos o conceito do Estado, os limites da sua área de ação, a natureza da sua missão. Porque a missão do Estado não é a de Cristo, cujo reino não pertence a este mundo, pois o reino do Estado como o Império de César, é exatamente e somente deste mundo (SALGADO, 1950, p. 56).

A posição de Salgado é compreensível à luz de Max Weber (1985), para quem a política é uma das muitas esferas da vida que entraram em choque com as “religiões de salvação”, pois a ideia de uma divindade universal e amorosa é incompatível com as pretensões estatais ao uso da violência contra ameaças externas e internas. Ao recorrer “a uma proposta de sociedade em que a própria utopia moderna de ordem e controle seja recuperada”

(CRUZ, 2011, p. 197-198), instituindo o partido único e a centralização do poder, o integralismo protagonizou esse embate inevitável previsto por Weber. Não por acaso, lemos em Miguel Reale que, diante de uma questão que concerne igualmente ao Estado e à religião, “meu ponto de vista pessoal é pela supremacia da *autoridade do Estado*, de acordo com as aspirações nacionais que lhe cumpre interpretar e dirigir (...)” (REALE citado por SOUZA, 1982, p. 91).

Não é isso o que vemos, porém, nas diretrizes da AIB, onde se defende que “o Estado jamais poderá ultrapassar a legítima esfera dos seus direitos, aniquilando ou mesmo cortando os direitos primordiais da família e da religião sobre a educação das novas gerações” (SALGADO, 1950, p. 36-37). Notamos, portanto, no interior do integralismo, um pequeno conflito entre projetos de modernidade no tocante à secularização.

Por fim, no que tange à diferenciação social, a proposta integralista também é marcada pela ambiguidade. Marcos Chor Maio observa que o mundo medieval era a fonte de inspiração para a revolução espiritual proposta por Barroso (MAIO, 1992). O autor buscava adaptar um valor medieval – a saber, a harmonia entre as diferentes ordens – e aplica-lo à sociedade moderna de classes. Entre os princípios defendidos pelo integralismo e pelos movimentos nacionalistas que lhe eram irmanados, o autor elenca a “cooperação e harmonia de classes” (BARROSO, 1935b, p. 170).

Miguel Reale, por sua vez, diz que a Primeira Guerra Mundial fez com que o mundo despertasse do cosmopolitismo capitalista e socialista, voltando a sentir a realidade do Estado e a necessidade de restaurar a autoridade deste. No pós-guerra teriam despontado duas alternativas de Estado: o bolchevista e o fascista, sendo que Reale opta por este último. Segundo o autor, o bolchevismo é consequência final e indireta do liberalismo, ao passo que o Estado fascista seria uma tendência natural do Estado moderno. Somente o Estado fascista restabeleceria sua soberania e se identificaria com a nação (TRINDADE, 1974).

Tem-se, portanto, que o integralismo foi um movimento político antenado com a modernidade, já que seus escritos eram permeados por todo um horizonte de expectativas. Por outro lado, o progressivo distanciamento entre experiência e expectativa que Koselleck atribui à modernidade não é notado de forma muito evidente no integralismo, já que os camisas-verdes teciam seu projeto para o Brasil sempre amparados na experiência – seja invocando bandeirantes e jesuítas, seja defendendo valores medievais, como o corporativismo e a harmonia entre grupos sociais. O integralismo, portanto, tinha um projeto de modernidade, mas buscava coloca-lo em prática recorrendo a elementos antimodernos e pré-modernos.

O integralismo à luz da “Revolução” de 1930

Tendo em vista a importância da chamada “Revolução” de 1930 para o processo de modernização do Brasil, achamos fundamental analisar o integralismo à luz desse evento que, a despeito do nome, trazia consigo “muito do que havia de mais velho no país, de mistura com o que havia de novo, como é comum” (SODRÉ, 1967, p. 275). Como bem aponta Marilena Chauí (1985), o grande interlocutor do discurso integralista era a classe média urbana brasileira, a quem os integralistas convocavam para exercer um papel de vanguarda no movimento. Essas camadas médias, como nos diz Roney Cytrynowicz (1992), viviam à sombra das oligarquias rurais, ocupando cargos no governo e usufruindo da ordem estabelecida. Sérgio Miceli (2001) acredita que o integralismo tenha representado uma pedra de salvação a esses setores das camadas médias diante da derrota de seus patrões das oligarquias em 1930 e 1932.

O caso de Gustavo Barroso é exemplar nesse sentido. Ele foi o fundador e dirigente do *Museu Histórico Nacional* (MHN) sob o amparo do presidente Epitácio Pessoa, e foi como representante do governo de Epitácio Pessoa que ele atuou na delegação brasileira em Versalhes. Os eventos de 1930 foram problemáticos para o autor devido ao seu apoio à candidatura de Júlio Prestes, de modo que ele acabou destituído da liderança do MHN entre 1930 e 1932. Porém, Barroso conseguiu se reacomodar à nova situação, elegendo-se presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL) com o apoio do governo em 1932, e retornando, naquele mesmo ano, à chefia do MHN (SILVA, 2012).

Na campanha presidencial de 1930, tínhamos dois lados bem definidos. Júlio Prestes representava os interesses latifundiários, ao passo que Getúlio Vargas vinha com uma plataforma inclinada às reformas econômicas e estruturais: “Eram linguagens inequivocamente diferentes, senão antagônicas: um pregava o bucolismo do latifúndio e nele punha toda a força de seu governo; o outro pregava a siderurgia, a indústria pesada, a restrição às importações, o desenvolvimento da riqueza nacional” (SODRÉ, 1967, p. 276-277). Frente a esse antagonismo, o integralismo ocupava uma posição ambivalente, pois seus principais líderes usufruíam da ordem oligárquica. A elite pensante do movimento era composta por figuras que buscavam assegurar o espaço das camadas médias urbanas em uma sociedade marcada por transformações e pelo acirramento de conflitos. Por isso é notável, no discurso integralista, essa tentativa de disciplinar capital e trabalho para viabilizar o rearranjo dessas camadas à nova configuração de forças (CRUZ, 2004). Como já profetizava Sérgio Buarque de Holanda, “o ‘integralismo’ será, cada vez mais, uma doutrina acomodatória, avessa aos

gestos de oposição que não deixam ampla margem às transigências, e partidária sistemática da Ordem, quer dizer do poder constituído” (HOLANDA, 1981, p. 141).

Não se desejava, portanto, estancar a industrialização e a acumulação capitalista, mas sim domá-las, a fim de que seus efeitos fossem os menos traumáticos possíveis:

A humanidade moderna, materializada, amante dos gozos fáceis, envenenada por um povo errante que se não casa com a terra e prefere explorar o trabalho alheio, esqueceu o campo e não serão écloas virgilianas que para ele farão voltar de novo os olhos deslumbrados pelas maravilhas do urbanismo, sua atenção tomada pela luz elétrica, o rádio, o cinema falado, o jornalismo sensacional (...) (BARROSO, 1935a, p. 79-80).

Por um lado, o autor proclama que esse é “o século do zepelim, do rádio, da eletricidade que despe a rabona caspenta do marxismo de 1848 e rasga os falsos punhos de renda do liberalismo de 1789” (BARROSO, 1934, p. 50-51). Por outro, ele se apavora:

A civilização industrial dos nossos dias, dando à máquina mais valor do que ao homem, alheando-se [sic] dia a dia do sentido telúrico dos povos, só pode considerar o homem, por muito favor, uma máquina sem família, sem pátria e sem Deus (...). A exploração dos campos far-se-á em grande escala, por meio de super-maquinismos, super-tratores, etc. As sementeiras serão realizadas por aviões (BARROSO, 1935a, p. 79).

Estamos, portanto, diante de um projeto saudoso do Brasil rural, patriarcal e agroexportador e, ao mesmo tempo, consciente da impetuosidade das transformações que marcavam o país nos anos 1930 e ávido por se ajustar a elas. Não achamos pertinente, contudo, falar em uma modernidade alternativa, já que o termo “alternativo” pressupõe um modelo de modernidade a ser seguido. O que vemos, ao ler os escritos integralistas, era apenas um entre vários projetos de modernidade que disputaram a primazia no Brasil dos anos 1930.

Conclusões

Dado o exposto até aqui, não acreditamos que o integralismo tivesse compromisso com uma continuidade conservadora. Por mais que os integralistas fizessem um panegírico de formações históricas antigas (o Brasil monárquico, o Brasil colonial, o mundo medieval), seu projeto não propunha girar a roda da história de volta a esses estágios. Propunha-se, isso sim, uma combinação entre os legados da colônia, da monarquia e do medievo com instâncias do mundo moderno (ciência, Estado, exército, mobilização das massas, partido único, entre outros). O integralismo, portanto, tinha um projeto de modernidade permeado por elementos anti-modernos. Defendia-se que o espaço público deveria ser um reflexo do ambiente familiar, embora, no tocante à diferenciação social, não se tenha proposto a supressão das

diferenças de classe. Propunha-se, isso sim, a harmonia entre essas diferentes classes – harmonia que só seria alcançada por meio da organização corporativista da economia.

O integralismo teria sido, a nosso ver, um instrumento de luta das camadas médias urbanas brasileiras que, vendo-se órfãs de seus patrões da oligarquia, buscaram se ajustar às novas condições sociais, políticas e econômicas. Para tanto, essas camadas teriam tentado domar o processo de modernização política, econômica, social e industrial, não no sentido de freá-lo, mas sim de tentar controlá-lo a seu favor.

Em relação à secularização, no entanto, nota-se um pequeno conflito entre aqueles que, como Salgado, tinham uma postura mais intransigentemente defensora da Igreja Católica, e aqueles que, como Reale, primavam pelo Estado. Não por acaso, várias vezes Plínio Salgado se viu obrigado a dar provas de sua ortodoxia diante de ataques de eclesiásticos à AIB, ao passo que Gustavo Barroso e Miguel Reale não expressavam o mesmo fervor religioso do chefe nacional (CHAUÍ, 1985). Além disso, enquanto Barroso associava o integralismo à luta de outros movimentos nacionalistas do mundo, Salgado se mostrava mais empenhado em ressaltar a singularidade do integralismo brasileiro. Para o primeiro, o integralismo fazia parte de uma grande “primavera fascista” mundial, ao passo que o segundo exaltava a singularidade do integralismo, apresentando-o como uma alternativa não só ao liberalismo e ao comunismo, mas também ao próprio fascismo.

Referências bibliográficas

BARROSO, Gustavo. *A palavra e o pensamento integralista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935a.

_____. *Brasil, colônia de banqueiros*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936a.

_____. *O integralismo de norte a sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

_____. *O integralismo e o mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936b.

_____. *O quarto Império*. Rio de Janeiro: livraria José Olympio, 1935b.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado* (forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio). 2ª ed. Belo Horizonte: Una Editoria; São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

CHAUI, Marilena de Souza. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUI, Marilena de Souza. FRANCO, Maria Silvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CRUZ, Natália dos Reis. O diálogo entre o moderno e o antimoderno no discurso da Ação Integralista Brasileira. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 37, n. 2, p. 196-214, jul./dez. 2011.

_____. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*. Tese (doutorado em história). UFF, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2004. 281p.

CYTRYNOWICZ, Roney. Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930, Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, Coleção documentos brasileiros, v.1, 1981.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado* (contribuição à semântica dos tempos históricos). Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006.

MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento antissemita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras/Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

SALGADO, Plínio. Carta de natal e fim de ano. *O integralismo perante a nação*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950.

_____. Diretrizes integralistas. *O integralismo perante a nação*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950.

_____. Manifesto de outubro de 1932. *O integralismo perante a nação*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950.

SILVA, Arthur da. Gustavo Barroso: aproximações conceituais da AIB e o MHN (1933-1937). Anais da XXIX Semana de História da UFJF. Monarquias, repúblicas e ditaduras: entre liberdades e igualdades. 14-18 maio, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Francisco Martins de. O integralismo. In: SOUZA, Francisco Martins de; PAIM, Antônio. *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro* (unidade IX e X). Brasília: UnB, 1982.

TAVOLARO B. F., Sergio. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 20 no. 59, outubro, 2005.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.

TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

VASCONCELLOS, Gilberto. *A ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. *Textos selecionados*. 3ª edição. Traduções de Mauricio Tragtenberg ... [et al.]. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

Os Poderes das letras numa república (in)definida: os prêmios literários da Academia Brasileira de Letras e suas relações com a política nacional entre 1910 a 1945

Matheus Pimenta da Silva

Graduando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
ma.pimenta@hotmail.com

RESUMO: O trabalho propõe uma reflexão sobre o tema e analisa alguns resultados parciais da pesquisa de monografia em andamento. São utilizados como objetos de análise os prêmios literários da Academia Brasileira de Letras, viabilizando-se uma problematização entre as relações políticas, sociais e intelectuais do Brasil nos anos de 1910 a 1945. Tencionam-se o ideário republicano e os embates de interesses em meio a uma República (in)definida.

PALAVRAS-CHAVE: História Intelectual; Prêmios Literários; Academia Brasileira de Letras; Política; Estado Novo.

ABSTRACT: The paper proposes a reflection on the theme and looks at some preliminary results of ongoing research monograph. Literary awards of the Brazilian Academy of Letters are used as objects of analysis, allowing it a questioning about the political, social and intellectual relations of Brazil in the years 1910-1945. Opposing republican ideals and conflicts of interests into a Republic undefined.

KEYWORDS: Intellectual History; Literary Awards; Brazilian Academy of Letters; policy; New State.

Introdução

O trabalho ora apresentado é fruto de um projeto de monografia em curso. Assim, não pretende ser algo encerrado em si mesmo e, muito menos, finalizado. Todavia, espera-se a contribuição tanto à pesquisa que proporcionou este artigo quanto aos demais interessados pelo tema discutido e analisado.

As primeiras ideias, bastante amplas, que traçavam apenas um esboço inicial do que ainda está em construção surgiram em fins do ano de 2012, impulsionadas pelo fato do autor deste trabalho ter ganhado o segundo lugar em um concurso literário de poesia universitária. Naquele mesmo ano, trabalhava como bolsista de iniciação científica sob orientação da professora Eliana Dutra, aspecto importante na minha formação. Debates sobre temas relativos à intelectualidade, às formas de sociabilidade intelectual em fins do século XIX e XX, às relações imbricadas entre cultura e política, certamente, tiveram relevante influência para o trabalho que aqui se apresenta. Porém, entre idas e vindas, desistências e continuidades

de nossas escolhas e ações, o presente trabalho custou para andar e ainda toma novos rumos. Alguns problemas históricos foram se amadurecendo neste percurso e, atualmente, sob orientação do professor Douglas Attila, tenho trabalhado na reformulação dos objetivos iniciais.

Afirmar que há um poder nas letras e que a República brasileira, em inícios do século XX, mostrava-se ainda (in)definida pode parecer uma ousadia, ou apenas eco de outras vozes muito mais importantes do que a minha própria. Porém, penso haver algo inovador, na medida em que me utilizo de fontes até certo modo desprezadas, ou seja, justamente os prêmios literários da Academia Brasileira de Letras. Pois são muito mais estudados os personagens, homens e mulheres das letras, suas trajetórias, disputas e produções, assim como as estruturas e espaços onde estes sujeitos históricos se relacionavam. Entretanto, que lugar esses prêmios ocupavam em seus trabalhos? Quais as disputas que aí se desenvolviam? E, principalmente, o que esses prêmios podem nos dizer do Brasil dos anos de 1910 a 1945? O que eles podem nos ajudar na compreensão histórica de período tão importante da história nacional?

Pretendo analisar os prêmios literários da Academia Brasileira de Letras, no período de apresentado enfocando, principalmente, discursos então produzidos, as disputas intelectuais existentes, com o objetivo de demonstrar que, entre anônimos e imortais o mérito literário nem sempre é suficiente para ultrapassar os limites da política, ainda mais no que chamo de uma República (in)definida. (In)definida porque os sujeitos históricos de então disputavam nos mais diversos espaços e pelos mais variados meios a definição que melhor atendesse aos seus interesses. Maria Tereza Chaves de Mello afirmou ser uma “República consentida”, onde a opinião pública seria tomada como a voz do povo. E esta opinião pública construía-se por entre inúmeros atores, dentre os quais com a intensa participação dos intelectuais daquele período. Portanto, é importante lembrarmos que o caráter indefinido da República constava nos discursos, debates e disputas de letrados, jornalistas, escritores, enfim, da intelectualidade que, como Nicolau Sevcenko afirmou, seria formada por “intelectuais engajados”. E o povo? Talvez delegasse aos intelectuais o dever de representação de sua voz. É possível pensarmos que no Brasil desenvolvesse o que na França ocorreu a partir do século XVIII, em que os “homens ilustres, encarados como monumentos públicos” da Pátria faziam parte de um “culto profano”, ou se mais claro pudermos dizer, de um culto cívico. E nesse sentido, Maria Helena Werneck afirma (cf. WERNECK, 2008, p. 42-43), baseada nos

estudos de Jean-Claude Bonnet, que nesse processo os homens de letras foram acolhidos no Panteão cívico e republicano, “numa decisiva substituição de heróis no imaginário coletivo”.

Negociações

Os prêmios literários dependiam de inúmeros interesses, negociações internas e externas. Certamente a política nacional interferia nas disputas promovidas pela Academia. A problematização de como estes prêmios podem ser indicativos dos poderes em ação e em disputa auxilia-nos a compreender historicamente não apenas projetos políticos e questões literárias, mas algo mais amplo, como questões de identidade, representações sociais e narrativas nacionais no cenário da República dos anos de 1910 a 1945. A “Casa de Machado”, a princípio tão independente e, de certa forma, até necessitada de apoio estatal no momento de sua fundação, em 1897, quando a defesa da língua e da literatura nacional se mostravam como grandes motes, cedeu espaço cada vez maior às disputas políticas e interferências estatais. Nesse sentido, a obra de João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, em seu livro *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896 – 1913)*, contribui de forma intensa para nossas reflexões.

Além destas questões, é importante notar o que Sérgio Buarque de Holanda já há tanto tempo nos indicou, que nossas elites possuem em seu bacharelismo a tendência a querer alcançar postos altos em suas profissões por meio de relações e negociações transcorridas no espaço do privado. A título de exemplo, poderemos ler uma carta obtida no Arquivo Plínio Barreto, em que se lê a tentativa de aproximação de um jovem escritor dirigida ao importante crítico literário da cidade de São Paulo. Lê-se que:

Coleção Plínio Barreto – Arquivo do IEB

PB-C-CP-1217

Carta manuscrita em folha pautada dobrada ao meio.

"Ilustre Dr. Plínio Barreto

Tenho muita vontade de consultar pessoa entendida em literatura sobre um trabalho meu que figurou no concurso da Academia Brasileira, o ano passado, e como não conheço nenhuma dos que estão no caso, aqui em S. Paulo, resolvi me dirigir ao que me tem sido mais simpático pelo seu bom gosto e sobretudo pela elevação de sua crítica segura e justa... O senhor foi a vítima escolhida mas pode ficar tranquilo - por enquanto trata-se de uma vulgar premeditação - o atentado será cometido mais tarde, se o senhor não lançar mão de boa defesa ou der esta como não válida...

Pensei, primeiramente, procurá-lo // [verso] no seu escritório mas me veio à lembrança que aí só devem ser tratadas as suas [misérias?] profissionais; depois deliberei ir a sua casa e também a ideia de

importuná-lo no seu descanso me repugnou; por fim ocorreu-me escrever-lhe o que faço por ser este o meio mais suave de maçá-lo.

O meu intuito é perguntar-lhe se quer dar-me a satisfação de ouvir-me durante uns quinze ou vinte minutos, em qualquer lugar que determine e quando lhe for conveniente. Se aceder ao meu pedido terá a bondade de avisar-me para o endereço que consta do cartão junto, pelo correio ou pelo telefone.

Comprometo-me, desde já, a ser breve, a não ler coisa nenhuma para o Senhor ouvir e terei muita satisfação se lhe deixar a certeza de que não sou um fabricante de livros para vender.

Peço-lhe desculpar-me e aceitar os protestos da minha consideração

Seu adm.or ob°

[assinatura] Amadeu Queiroz

S Paulo, 5 setembro 1925"

A leitura desta breve carta exemplifica de modo bastante resumido que as negociações externas certamente faziam-se necessárias na política de premiações da Academia e que as redes de sociabilidades dos intelectuais se tornavam fundamentais para que muitos de seus interesses, que iam do campo literário ao político, fizessem-se realizáveis.

Debates historiográficos

Além dos prêmios literários, também temos o objetivo de analisar sua repercussão entre os autores e os vários grupos da cultura brasileira, além de encontrarmos os possíveis locais de legitimação dessas premiações, ou seja, onde encontramos as fontes impressas que não apenas divulgavam tais prêmios como serviam de espaço para a discussão e debate sobre os mesmos.

A bibliografia já existente, que orienta o projeto, muito contribui para nossa análise, mas não encontramos nela abordagens especificamente voltadas para os prêmios literários concedidos no período entre 1910 e 1945. As contribuições de Roger Chartier para a história dos impressos, bem como da cultura, são de grande valor. Podemos compreender a partir de Roger Chartier que a história dos impressos se insere na historiografia também como “uma história da prática social” (práticas culturais). Assim, esse projeto pretende analisar as diversas fontes impressas, espaços da escrita nacional onde se repercutiram os prêmios literários, assim como foram debatidos e discutidos sob forma de legitimação ou contestação as obras e autores concorrentes aos prêmios. Buscamos como fontes os jornais, as revistas, correspondências e as fontes institucionais da própria Academia, como os anuários e a revista publicada pela mesma. Detenho-me sobretudo nos: “Anuario Brasileiro de Literatura: letras,

artes, ciencias”; “Anuário da Academia Brasileira de Letras”; e na “Revista da Academia Brasileira de Letras” (todos compreendidos entre o período de 1910 e 1945).

Além de Roger Chartier, muitos outros historiadores possibilitam uma melhor compreensão sobre a história dos impressos, do livro e da edição, assim como da história intelectual. Carlos Altamirano nos esclarece quanto ao conceito de intelectual, que é “múltiplo, polêmico e de limites imprecisos”, todavia ele “busca identificar o conjunto social que se denomina como ‘intelectuais’”. Sua análise se torna importante pelas aproximações entre a história intelectual, a história cultural e a história política. Serviram ainda para a elaboração teórica e para a discussão em torno do objeto diversas outras pesquisas como as de Macia Abreu sobre a história da leitura e, sobretudo, duas pesquisas que se focaram intensamente sobre a Academia Brasileira de Letras, tendo já apresentado uma delas. Trata-se, primeiramente, da dissertação de mestrado do historiador João Paulo Lopes, intitulada *A Nação (I)mortal: identidade nacional e política na Academia Brasileira de Letras (1931-1943)* e defendida na UFMG. O trabalho contribui para a compreensão da intelectualidade brasileira em um contexto marcado por diversas transformações culturais e políticas, principalmente após o crash da bolsa de valores americana, em 1929, que gerou repercussões em todo o globo, inclusive no Brasil. As relações políticas, muito mais do que meramente “literárias”, são analisadas e apresentadas por João Paulo Lopes, para o qual “o envolvimento da ABL com o projeto cultural e político do Estado varguista” criou e participou da formulação de um “discurso nacionalista, de unicidade social e de amarras identitárias”.

Outra pesquisa referida como de suma importância foi a de João Paulo Coelho de Souza Rodrigues: *A dança das cadeiras. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1869-1913)*. O livro que traz à luz os preâmbulos da Academia, seus primeiros objetivos, como o de servir de espaço para o refúgio dos literatos e da literatura brasileira diante de uma “Primeira República” conturbada e instável. Indica também a intenção de afastamento do político que, todavia, não se deu como se esperava. Nos anos aqui compreendidos neste projeto (1910-1950), acabaram se intensificando as relações políticas entre a “Casa de Machado de Assis” e aqueles que a frequentavam ou pretendiam frequentá-la.

Conclusão

Podemos concluir pelo esforço até aqui empreendido, que o campo de análise a partir dos prêmios literários da Academia Brasileira de Letras entre 1910 a 1945 se torna em fecunda oportunidade para a melhor compreensão das práticas culturais e políticas desenvolvidas por intelectuais, políticos e mesmo pelas pessoas comuns, leitores de jornais,

poesias ou romances. Escritos que narravam experiências vividas ou expectativas lançadas ao futuro. Assim, não apenas nos espaços institucionais, mas nos diferentes espaços de disputas o Brasil se definia em meio a concursos os mais variados e os prêmios destes se expressariam na própria nação.

Referências bibliográficas

ABREU, Márcia. *Leitura, História e Histórias da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales*. Notas de Investigación. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.

ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento - A geração de 1870*. São Paulo: Paz e terra, 2002.

BENEDICT, Anderson. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEI, Bertrand: Rio de Janeiro, 1990.

LOPES, J. P. *A nação (i)mortal - Identidade nacional e política na Academia Brasileira de Letras (1931-1943)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2007, 188 p.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EduR), 2007.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1869-1913)*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WERNECK, Maria Helena. *O homem encadernado – Machado de Assis na escrita das biografias*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (EDUERJ), 2008.

Olhar o outro, registrar a diferença: o testemunho e o flerte etnográfico de Euclides da Cunha nas anotações de Canudos

Nathália Sanglard de Almeida Nogueira

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História
Universidade Federal Fluminense
nathaliasanglard@gmail.com

RESUMO: Este trabalho examina, a partir da caderneta de campo e das correspondências de Euclides da Cunha para o jornal *O Estado de S. Paulo*, redigidas durante sua viagem à Bahia, as estratégias retóricas através das quais o autor assegurou sua presença e a legitimidade do seu relato sobre os sertões. Ao asseverar a primazia do contato, do olhar, Euclides dialogava com uma historiografia que contestava a limitação da operação historiográfica ao exame de arquivos, sustentando sua ampliação com pesquisas de cunho etnográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Euclides da Cunha; testemunho; olhar etnográfico.

ABSTRACT: This paper examines rhetoric strategies in Euclides da Cunha's note fields and letters to the journal *Estado de S. Paulo*. Written during a voyage to Bahia, these writings testify Euclides' presence in the backlands and legitimate his ideas. The primacy of interaction and closeness are one of their central topics. By speaking up for ethnographic researches, Euclides opposes to a historiography that limited the historiographic work to the examination of archives.

KEY-WORDS: Euclides da Cunha; testimony; ethnographic eye.

Euclides da Cunha partiu do Rio de Janeiro, em 03 de agosto de 1897, com a quarta e última expedição militar enviada a Canudos, e chegou a Salvador, no dia 07 do mesmo mês. Alcançou o foco da refrega, em 16 de setembro, onde permaneceu até 03 de outubro. Em todo o percurso, Euclides tomou nota de quase tudo que o cercava em um caderno de bolso.

Este artigo objetiva estudar, sobretudo a partir da caderneta de campo e das correspondências enviadas para *O Estado de S. Paulo*, redigidas durante a viagem à Bahia, o modo como Euclides da Cunha inscrevia sua presença e buscava certificar a veracidade das informações captadas por seu olhar. Esses escritos desvelam a construção de um observador que mobilizava estratégias para delinear-se como um mestre da verdade.

Esses registros estão repletos de afirmativas de Euclides concernentes à correção do desenho dos episódios. Por mais absurdas que soassem determinadas informações, defendia que a veracidade de suas palavras não poderia ser desacreditada, porque estava assentada na

observação imediata. Por isso, reiterava obstinadamente: “não exagero”, “eu vi”, “observei de perto”, “eu percorri”, “eu inquiri”, como que para validar seu discurso.

O recurso de insistir em seu olhar milimétrico, fiel em demasia aos acontecimentos, saltou dos registros *in loco* para *Os sertões*, publicado em 1902 e, mais tarde, para a nota à segunda edição, de 1903, também publicada pela Laemmert e Companhia Editores. Amparou-se em sua visão, para responder às críticas da recepção de sua obra.

Nesse investir, (...) obedeci ao rigor incoercível da verdade. Ninguém o negará. E se não temesse envidar-me em paralelo que não mereço, gravaria na primeira página a frase nobremente sincera de Tucídides, ao escrever a história da guerra do Peloponeso — porque eu também embora sem a mesma visão aquilina, escrevi

“sem dar crédito às primeiras testemunhas que encontrei, nem às minhas próprias impressões, mas narrando apenas os acontecimentos de que fui espectador ou sobre os quais tive informações seguras” (CUNHA, 2001, p. 784).

Apesar de alguma reserva de humildade por parte de Euclides, Tucídides surge, neste excerto, como seu mentor do fazer histórico e justifica, aqui, o aporte de François Hartog, no artigo *O olhar de Tucídides e a história “verdadeira”*. Neste texto, Hartog discute como o autor de *História da Guerra do Peloponeso* imbuía-se de uma vontade de romper com o paradigma de Heródoto, recusando a render-se à economia do prazer, para consignar por escrito somente a verdade. Ao avocar para si este papel, Tucídides tencionava inaugurar uma história austera e autêntica, o que, por óbvio, desqualificava as anteriores.

Nesta pesquisa pelo verídico, a visão fundava-se como o recurso imprescindível para o conhecimento histórico, o que implicava, além do contato direto, a confirmação do que os outros diziam ter visto. Por este motivo, o saber histórico era um ato de autópsia, de ver por si mesmo e esquadriñar se o que a visão alheia apreendeu se amoldava à realidade (HARTOG, 2001, p. 80-81). A fim de ajustar a narrativa ao real, a busca, ou a investigação - para penetrar na acepção judicial do termo -, da verdade devia coligir, no caos da obscuridade ou das ilusões, os signos necessários e compará-los. Assim, o historiador agia como um juiz, que, em um mecanismo indiciário, ao reconstituir vestígios, testa-os, submete-os a questionamentos, nunca aceitando as primeiras camadas de um fato, para, ao cabo, estabelecer provas.

Na travessia dos tempos, o legado de Tucídides repercutiu na retórica euclidiana². Preliminarmente, a perseguição à verdade é um dos fios que amarra os textos de Euclides. Nas missivas a *O Estado* e mesmo na caderneta, em muitas linhas que nem chegariam ao público, gravava um “a verdade é que”, cuja obtenção era atribuída ao seu acurado testemunho ocular, que não se deixava ludibriar pela mera aparência. Embora profundas as agruras do sertão, Euclides dizia desvencilhar-se delas, “abeirando-se em trincheiras”, “desenfiando-se das balas”, em prol de uma observação o mais perto possível do ocorrido (CUNHA, 2000, p. 172).

Outra maneira de apresentar-se como perspicaz observador era ressaltar a singularidade dos eventos diante de seus olhos. Apesar de leitor de relatos de viajantes, teses de cunho histórico, relatórios sobre os sertões, dos quais extrairia fontes para a confecção da obra de 1902, Euclides entoava desencanto e frustração perante a insuficiência das categorias em voga para assimilar aquelas terras remotas. Ao admitir, ao adentrar em Queimadas, em correspondência a *O Estado*, de 1º de setembro, “nunca reconheci tanto a inutilidade das maravilhas teóricas com as quais nos iludimos nos tempos acadêmicos” (CUNHA, 2000, p. 134), diagnosticava, portanto, um abismo entre miragem e paisagem.

Debruçando-se sobre essa estratégia n’*Os sertões*, Nicolazzi ponderou que, ao empregá-la, Euclides se colocava em vantagem em relação a seus predecessores (NICOLAZZI, 2009, p. 70-78). A experiência *in loco* e a pertinácia de seu olhar retificavam as outras impressões, inclusive as científicas. Essa retórica forjava não apenas um sujeito que havia visto, mas que sabia ver melhor, porque estava atento a tudo de peculiar que lhe tocava.

Além de seu fidedigno testemunho ocular, o autor arrogava para si o mérito de reunir depoimentos “insuspeitos”, os quais certificavam a autoridade e a certeza do exposto. Por isso, os registros adquiridos em campo comportam uma hierarquia, uma vez que Euclides lhes depositava consideração, em razão de sua qualidade e de quem os proferia. Alguns foram adjetivados como idôneos e conscienciosos, o que lhes atestava validade, em contraposição às variantes do arraial, julgadas, com frequência, como tendenciosas e delirantes. Nesta seleção de olhares e vozes, o lugar de enunciação de Euclides mensurava o estatuto de cada uma dessas versões, em geral, enaltecendo a de seus pares e menosprezando a dos sertanejos, estrangeiros nos domínios da verdade.

² No artigo citado, Hartog avalia, também, a apropriação de Tucídides, no século XIX, como o “pai da história verdadeira”, figura tutelar da história analítica, metódica e positivista do Oitocentos. HARTOG, 2001, p. 85-91.

A passagem dos informantes da caderneta e das correspondências ao jornal para *Os sertões* condensa o trabalho de organização dos testemunhos, que decorria da distância entre o “eu” e o “outro” (NICOLAZZI, 2009). As narrativas sertanejas que comprovariam a ignorância das populações do interior foram repetidas. Filtradas, segundo critérios de interesse, as informações do menino Agostinho, transmitidas com segurança e lisura reconhecidas por Euclides, apareceram no livro de 1902 sem, contudo, qualquer citação da fonte. Outras notícias, sobretudo a dos militares, foram copiadas e classificadas como de grande valia. Se, eventualmente, estas últimas não receberam uma nota com a determinação da procedência, isso se deve menos a seu descrédito e mais a uma incipiente formalização de regras da escrita científica e ao débil sistema de citações de Euclides.

O escalonamento dos relatos prestava-se, em última instância, a engendrar uma história, além de verdadeira, útil. Aqui, Tucídides, novamente, emergia como mestre. Porque o olhar só aprisiona o aqui e agora, a história que escava a verdade não pode regressar ao passado e, portanto, só existiria relativamente ao presente. Os sinais dos tempos pretéritos poderiam, tão somente, ser juntados por um esforço da arqueologia. Sendo o presente o único horizonte possível da escrita da história, ninguém que aspirasse a escrevê-la retroativamente teria o mesmo sucesso daquele que viu e esteve lá. É nessa medida que a história que perscruta a verdade seria uma aquisição para sempre (HARTOG, 2001, p. 84).

Esse Euclides que vincava em sua caderneta “fui um espião da História” ciceroneou o leitor, na nota preliminar d’*Os sertões*, de modo a designar sua escrita como proveitosa para a posteridade: “Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de *futuros* historiadores, os traços *atuais* mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil” (CUNHA, 2001, p. 65).

Se, por um lado, a retórica euclidiana acentuava utilidade de historiar o que a visão mesma havia proporcionado, por outro, o autor deslizava em concessões a indícios do passado, como uma forma de recuperar os tempos idos. Uma delas seria o rastejo da natureza, pois a provisoriedade dos fatos humanos contrapunha-se à fossilização do tempo na natureza.

Conforme Manoel Salgado, viandantes europeus, em especial, Carl von Martius, intrigados com uma imaginada ausência de fiáveis balizas de historicidade nas Américas, detinham seu olhar sobre a natureza, para costurar a história nos trópicos (GUIMARÃES, 2000). Outra importante referência no sentido de elaborar uma história nacional a partir da história da natureza era Alexander von Humboldt, cuja obra serviu de modelo para a utilização de dados materiais como testemunhos diretos do passado. Segundo Kaori Kodama, o papel que Humboldt imputava à natureza na coleta de materialidade para historiar as

sociedades ou etapas de uma sociedade sem escrita foi apropriado por letrados brasileiros oitocentistas, notadamente no IHGB, interessados pela arqueologia e pelas idades remotas do continente americano (KODAMA, 2011).

A postura de Euclides ressoava, pois, a de Martius e de Humboldt - ambos citados em sua caderneta de bolso. Para Euclides, as terras ignotas não tiveram um historiador e, por serem habitadas predominantemente por iletrados, seriam raríssimos os vestígios escritos sobre sua origem e desenvolvimento (CUNHA, 2001, p. 192). Em decorrência, imperaria um passado inaudito, carente de indícios “históricos” para planificar aquela população e instituir, ao menos, sua cronologia. O escrutínio da natureza, como “velha testemunha histórica”, era, portanto, imprescindível para o deciframento do passado daquela gente (CUNHA, 2000, p. 65).

Posto que sobre as lacunas do passado pouco pudesse fazer, senão perquirir a natureza, quanto às brechas do presente, cabia-lhe a missão de transmitir com veracidade o que tinha vivenciado. A fugacidade do tempo e o desmanchar do presente impunham o exame premente dos sertanejos, que teimavam em “ainda” existir. Desta maneira, encarregava-se da penosa tarefa de projetar o ingresso daquela gente na história e, simultaneamente, de esculpir para si a imagem de historiador sincero dos sertões (CUNHA, 2001, p. 67).

Euclides não estava sozinho nisso que designara como ofício de Sísifo. Os procedimentos que valorizavam o olhar, o interpelar o presente e o sopesar dos testemunhos, os quais inspiraram sua prática e espelhavam as lições de Tucídides, dialogavam com a tradição historiográfica oitocentista brasileira. Para Kodama, a credibilidade conferida àquele que vê esteve intrincada à centralidade que as narrativas de autores em trânsito ganharam na confecção da história nacional e na produção de conhecimento mais ou menos formalizada, apoiada nos moldes científicos desenvolvidos, especialmente, na segunda metade do século XIX. Ademais, havia uma urgência neste exercício da visão, uma vez que o alvo da perscrutação, os habitantes mais primitivos da nação, os índios, estariam em vias de desaparecimento, segundo parte da elite letrada brasileira, sobretudo aquela abrigada no IHGB. Assim, a etnografia despontava como caminho possível para compilar informações sobre este “outro” fadado ao perecimento e para engendrar os primórdios da história da nação, motivo por que a produção etnográfica guardava uma estreita relação com a formação do campo disciplinar da história oitocentista (KODAMA, 2010; TURIN, 2004).

Além do reforço da visão e da verdade, outra característica comum a Euclides e seus contemporâneos centrava-se na ênfase em quão laborioso era tecer a história nacional.

Rodrigo Turin desenvolve a ideia de que, ao lado da sinceridade e da cientificidade, a dificuldade consubstanciava um *topos* caro à operação historiográfica oitocentista. Privativa para as mãos mais capacitadas, a escrita da história da nação impingia sacrifícios e um devotamento absoluto à verdade, de modo a canalizar forças hercúleas no trabalho de coleta, crítica e exposição das fontes. Dar a conhecer a trajetória de um objeto de estudo garantiria ao leitor a reconstrução dos difíceis passos da pesquisa, de sorte a engrandecer o produto final e alijar quaisquer rumores sobre sua utilidade para gerações vindouras. De acordo com Turin, esse *topos* perpassou a tradição histórica imperial, com autores como Varnhagen e von Martius, e se fundiu à remodelação historiográfica no alvorecer da República, aderindo à retórica de figuras como Sílvio Romero (TURIN, 2009, p. 12-28).

O compartilhamento do primado da observação e do compromisso com a verdade redimensiona um episódio que envolveu uma dúvida sobre a estada de Euclides em Canudos. Gilberto Amado, em *Mocidade no Rio e primeira viagem à Europa* (1956), terceiro volume de suas memórias, contou que ouvira de Siqueira de Meneses, o então governador de Sergipe, acerca daquele: “Não me fale nesse. (...) Nunca foi lá. Nunca se perdeu por aquelas bandas. Nunca me viu. Nunca o viram!” (AMADO, 1956, p. 179). O desmentido abalou sua imagem para Amado, que concluiu: “Euclides da Cunha, segundo a gente do sertão, inventou muita coisa, romantizou, desfigurou muito do que diz ter visto” (AMADO, 1956, p. 176).

Conquanto a viagem do autor aos sertões seja irrefutável, em razão dos seus registros *in loco*, dos jornais baianos que veiculavam sua visita à redação e, sobretudo, das fotografias de Flávio de Barros, a conjectura de Amado se mostra relevante, porque esse “diz ter visto” desempenha a função de nublar a certeza sobre a presença de Euclides na Bahia e levantar a suspeita sobre a narrativa, caso, de fato, tenha “se perdido por aquelas bandas”.

Assim, o “ter estado lá” se converte no próprio argumento de autoridade, aqui pensada como as estratégias acionadas pelo autor para erigir sua presença, assegurando, tanto em termos epistemológicos, quanto de poder, a legitimidade sobre o discurso acerca do contexto social e cultural a ser representado (GONÇALVES, 2002, p. 13). Por conseguinte, as pontas do olhar e do experienciar atam-se e permitem a digressão teórica sobre os sentidos da experiência etnográfica, a partir do aporte de James Clifford.

Clifford, no artigo *Sobre a autoridade etnográfica*, discorre sobre o modo predominante e moderno de autoridade no trabalho de campo, em que a observação de primeira mão torna-se fundamental, formulando-se, pois, um “você está lá... porque eu estava lá” (CLIFFORD, 2002, p. 17-19).

De certa forma, em Euclides, o uso do material redigido *in situ* e a circunscrição de seu posto de observador divulgam ao seu público que as veredas para conhecer os sertões foram abertas por ele. Ao longo do texto, os diversos “vimos que” deste autor que renunciara aos gabinetes, para se enredar nos sertões, atuavam como um empréstimo do olhar ao leitor, que, persuadido pelo prisma de quem presenciou os eventos, restaria convencido da narrativa.

A confluência da estratégia euclidiana com a dos profissionais do trabalho de campo não camufla, porém, sua inserção em um período que antecede à fixação de um consenso acerca da necessidade de uma vivência, desdobrada em descrição densa, realizada por acadêmicos qualificados, para o fazer etnográfico. Segundo Clifford, até o final do século XIX, o etnógrafo, em seus primevos lineamentos, não gozava de *status* privilegiado como um intérprete superior aos viajantes, missionários, administradores, todos coexistindo nas fluidas fronteiras disciplinares. Apenas durante a década de 1920, com as pesquisas de Malinowski, a rotação para uma autoridade cientificamente validada se institucionalizou. Ao longo da primeira metade do século XX, impôs-se, paulatinamente, a obrigatoriedade de um conhecimento balizado pelas hipóteses científicas mais ajustadas, investido de neutralidade e incrementado pela exigência da observação participante intensiva.

Essa advertência torna plausível situar Euclides no contexto que Clifford denomina “geração intermediária”, anterior à formalização dos conteúdos disciplinares da etnografia, que não vivia tipicamente num lugar por tempo prolongado, dominando a linguagem nativa e passando por uma experiência pessoal similar aos ritos de iniciação. Ao revés de exprimirem-se como porta-vozes da cultura sob análise, conservavam uma postura documentária, observadora, contígua a de um cientista natural. A pertinência desta categoria para esquadrihar a posição de Euclides nos sertões baianos fundamenta-se, quando se pondera o diminuto lapso temporal de cerca de 70 dias, dividido em várias paradas, da chegada a Salvador à partida para o Rio de Janeiro. Neste interstício, em Canudos, abrigou-se em barraca militar, na outra margem, em sua multiplicidade de sentidos, do rio. Quanto a suas vestimentas, outro jeito de exteriorizar a distância, repare-se que na fotografia de Flávio de Barros, intitulada *28º batalhão de infantaria no acampamento*, aparece com trajes militares, empunhando espada, e nas missivas de 31 de agosto, em Alagoinhas, e 04 de setembro, em Tanquinhas, sutilmente, refere-se a seu dólma, sem “uma partícula de pó”, bem como a um soldado ferido que guia forças para fazer-lhe continência (CUNHA, 2000, p. 127; 151).

Além do padrão normativo que começava a incidir sobre a pesquisa etnográfica profissional de viver com e, mais ou menos, como os nativos por um período suficiente,

tentando tocar nas vicissitudes da cultura local, prescrevia-se uma atitude inclinada ao relativismo cultural e à neutralidade, que distinguia, mais veementemente, as atividades do amador e do sujeito treinado pelas novas técnicas do olhar. Euclides, aproximando-se mais de um compilador de costumes e singularidades da natureza, imbuído de interesse documentário e de juízo mensurador, observava o “outro” de modo menos imparcial, sobretudo por pronunciar-se em nome da República e por vincular-se oficialmente ao Exército. Tal como os viajantes, os missionários e os administradores que pintavam a cor local, estava preocupado com problemas políticos e, mais, com um impasse para a configuração da nação brasileira.

Para a autoridade experiencial etnográfica, somava-se à emergência da centralidade da observação participante e à primazia dada ao visual, o requisito de uma sensibilidade para o contexto estrangeiro e o intento de estabelecer uma esfera comum, a partir da construção de um mundo de experiências partilhadas. Esta sensibilidade pode ser lida como uma disposição prévia para a compreensão da alteridade e para a instituição de laços neste compartilhar (CLIFFORD, 2002, p. 34). No caso de Euclides, essa empatia primeira não parece se verificar e o “sentir-se em casa”, que deveria guiar a participação pessoal dos etnógrafos, tropeçava no desenho da “*urbs* monstruosa”, da “aldeia sinistra”, do “inferno dantesco” do lado de lá, cenário que reputava pouco acolhedor para dividir um horizonte de experiências.

A respeito deste lugar para onde se lançou o observador, o advérbio “lá” significa, de partida, uma distância, entre o “eu” que olha, pertencente ao “aqui” e ao “cá”, e o “outro” observado. O vaivém no espaço não estava adstrito, contudo, à prática de Euclides, pois se incrustava no seio da experiência etnográfica a vontade de uma experiência autêntica. Essa atitude cultural do investigador de deslocar-se para um terreno estrangeiro materializava a procura pela genuinidade, sobrevivente, apenas, fora dos limites do mundo moderno. Para Euclides, o “lá”, mais do que território autêntico, não corrompido pela civilização, representava a radicalidade da alteridade. Os sertões ocupavam a margem não propriamente geográfica, mas simbólica das solidões interiores da nação. À beira da história, à revelia do progresso, reviravam seu instrumental teórico, para que, da bagagem, extraísse mecanismos para sua interpretação.

Voltando a James Clifford, a fim de ponderar a experiência empírica de Euclides e seus procedimentos de tradução da alteridade sertaneja, tem-se que, para o antropólogo norte-americano:

a observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução. Ela requer um

árduo aprendizado linguístico, algum grau de envolvimento direto e conversação, e frequentemente um desarranjo das expectativas pessoais e culturais. (CLIFFORD, 2002, p. 20).

Esse trecho aponta para alguns matizes necessários para pensar a presença de Euclides em campo, por ele evocada, sobretudo, quando às voltas do problema retórico de convencer seus leitores da verossimilhança do relato. Ademais, submetendo seus registros a um olhar mais crítico, depreende-se que seu trânsito nas paragens baianas apartava-se de um “circular entre os ‘outros’, como eles circulam entre si” (O’DONNELL, 2008, p. 89). Este “não viver como” e “não se sentir em casa” esmaecem, de algum modo, a profundidade da observação. Ademais, ao enveredar-se pelos vilarejos, acompanhado de militares, carregava, diante do “outro”, a identidade das forças republicanas, enviadas para esmagar o arraial. Sobre os informantes, por vezes imbricados na figura do interrogado, a verticalidade dificilmente se dissipava, porque, ali, ouvia-se contar o inimigo, por mais comovedora que fosse sua tragédia.

Mesmo que se mitigue o envolvimento direto com os sertanejos, ondulam-se, na caderneta e nas missivas ao jornal, esperanças, expectativas e ilusões. Um enternecimento com as misérias daquela gente se enlaça nas folhas que trazia consigo e parece se adensar, em especial, a partir da entrada em Canudos. Já de volta para as bordas da civilização, ao principiar a escrita do livro que sairia em 1902, trocou-lhe o nome: *A Nossa Vendéia* deu lugar a *Os sertões*, talvez a conotar a passagem de um sertão distante e imaginado ao vivido. Talvez, ainda, para gravar mais incisivamente a sua estranha brasilidade.

Do outro lado do rio, a distância empalideceu a densidade participativa de sua observação, tornando imperioso se temperar essa experiência, que flerta com a etnografia, sobretudo, como uma metáfora do olhar. Por isso, a ideia de um margear o “outro”: segue-se pelas margens, anda-se pelas beiras, mas não se experimenta, efetivamente, o lugar do “outro”. Euclides exercitou, sim, a visão, mas por cima dos ombros.

Referências:

AMADO, Gilberto. *Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1956.

CUNHA, Euclides. *Caderneta de Campo*. ANDRADE, Olímpio de Sousa (Org.). São Paulo: Brasília: Cultrix, 1975.

_____. Academia Brasileira de Letras (Discurso de recepção), 1903. In: *Obra Completa*. COUTINHO, Afrânio (Org.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

_____. *Diário de uma expedição*. GALVÃO, Walnice Nogueira. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Os sertões*: (campanha de Canudos). São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora*: a guerra de Canudos nos jornais. São Paulo: Ática, 1994.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 389-410, julho/outubro 2000.

HARTOG, François. *Le miroir d'Hérodote*: essai sur la représentation de l'autre. Paris: Éditions Gallimard, 2001.

_____. *Evidência da história*: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 2, p. 253-272, maio/agosto 2010.

_____. La section d'Ethnographie de l'Institut Historique et Géographique Brésilien (1840-1860) ou la « Place » De l'Indien dans l'histoire du Brésil. *L'Atelier du Centre de recherches historiques*, abril, v. 7, 2011. Disponível em: <<http://acrh.revues.org/3724>>. Acesso em: 15/01/2014.

NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentin. *Juízos críticos*: os sertões e os olhares de sua época. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O narrador e o viajante: notas sobre a retórica do olhar em *Os sertões*. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 2, p. 67-85, 2009.

O'DONNELL, Julia Galli. *De olho na rua*: a cidade de João do Rio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

TURIN, Rodrigo. Quando a etnografia faz história: o primado da observação e a construção da temporalidade em Sílvia Romero. XI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH-RJ, *Anais...*, Rio de Janeiro, 2004, p. 25.

_____. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *Revista de História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 2, p. 12-28, 2009.

“Levanta-te”: Debates sobre o urbano em Campanha-MG (1890-1930)

Rômulo Nascimento Marcolino

Mestrando em História

UFMG

e-mail: romulonm@yahoo.com.br

RESUMO: Buscamos nesse trabalho investigar as mudanças ocorridas, as permanências, os confrontos e a construção de uma nova percepção e de um imaginário sobre o espaço urbano, bem como a elaboração de novas representações acerca do viver urbano na cidade de Campanha (MG) na virada do século XIX e começo do XX.

PALAVRAS-CHAVE: Campanha; urbanismo; modernidade

ABSTRACT: We seek in this work to investigate the changes that occur, the stays, clashes and building a new perception and an imaginary about the urban space as well as the development of new representations of urban living in the city Campanha (MG) at the turn of the century nineteenth and early twentieth centuries.

KEYWORD: Campanha city; urbanism; modernity

A cidade decaída

Como em praticamente todas as cidades localizadas no interior do Brasil, a rotina na Campanha parecia ser quebrada somente nos dias festivos. Nos idos de 1902, por exemplo, houve grande euforia com a visita episcopal. Nas palavras do cronista do jornal “*A Campanha*”, após a euforia “dessa semana excepcionalmente bella e encantadora e que tão agradavelmente transformára o aspecto local”, guardada na lembrança dos campanhenses, a cidade voltaria ao ritmo entediante de uma cidade interiorana:

tudo hoje se modificou e a população campanhense entrou novamente na costumada quietação e normalidade de uma cidade do interior, sem aquelle bulício dos grandes centros, guardando apenas, entregue ao santo labor do quotidiano, a saudosa lembrança desses dias tão bem passados e que tão gostosamente deram a doce illusão da vida cheia de encantos das grandes capitaes. (...). (*A Campanha*, ano II, n. 67, 1902, p. 1)

O clima na cidade era de desânimo, no mesmo jornal, um apelo à Providência Divina faz lembrar a passagem bíblica em que o Cristo ordenou “levantate e anda” (Bíblia Sagrada, João, Cap. 11) a Lázaro, um homem que já estava morto.³ Alguém que assina o artigo como

³Assim como Lázaro, um homem que outrora fora abastado e agora diante da morte nada pode fazer, o autor relembra os tempos áureos da “Princesinha do sul” que agora deixava de ser a referência entre os municípios sul

“BOA”, ordena à cidade adoecida “levanta-te, surge desse abatimento, volta à ocupar teu lugar! “Porque te aniquilas na indiferença e no desanimo?”.

Curiosamente o jornal “*A Campanha*” é um órgão oficial do partido republicano municipal, mas é evidente o descontentamento com o estado de abandono da cidade:

Ainda é tempo de te ergueres. Não desanimes, confia na divina Providencia, e breve, cantando hosanas, verás o teu nome bem alto elevado e cahida por terra as torpes calumnias contra ti levantadas. Salve, pois, minha idolatrada Campanha! (BOA, *A Campanha*, 05 out 1902, p. 4)

Os primeiros anos da República parecem não ter modificado tanto os aspectos físicos da cidade de Campanha, porém, é perceptível nos discursos proferidos por políticos e jornalistas, que eles estão atentos as transformações que estão ocorrendo em outras partes do mundo, principalmente na Europa. A crença de que o progresso poderia solucionar todos os problemas da humanidade se realizado plenamente, pois nele

tudo se transforma, tudo se equilibra, tudo se harmonisa, tudo concorre para o melhoramento e o aperfeiçoamento da espécie, preparando esse futuro, embora longiuo, paraíso de amor e de fraternidade, em que o homem, vencidas si não subordinadas as fatalidades da natureza, dominadas e postas ao seu serviço as forças da matéria”. (*A Campanha*, 20 jul 1902, p. 1)

Porém, o pensamento otimista do autor deixa claro que o progresso não pode se dar somente no campo material e do intelecto, é necessário que haja uma moralização dos costumes:

A probidade, a honra, o respeito á propriedade, á auctoridade e á lei, o acatamento aos mais velhos, a veneração pelos superiores, o cumprimento do dever, o amor da família, o culto da mulher, a tolerancia pela fraquesa dos seus semelhantes, etc. etc. , - eis as róchas sobre as quaes tem sido architetoado o complicado edificio social moderno. (*A Campanha*, 20 jul 1902, p. 1)

A propaganda construída no jornal “*A Campanha*” conclamando a sociedade civil a contribuir com o poder público na providência dos melhoramentos para embelezar a cidade numa junção de interesses, os particulares beneficiando as casas, muros e passeios, enquanto o poder público atua nas ruas e praças:

Em números passados de nossa folha pedimos instantemente aos proprietários que beneficiassem seus prédios, muros e passeios, indo em auxílio da câmara que vai beneficiar as ruas. Do concurso desses dois poderosos fatores resultaria indubitavelmente a transformação do aspecto e embelezamento da cidade. (*A Campanha*, 20 jul 1902, p. 1)

mineiros, caindo no sono profundo, mas não perde a fé de que chegara o momento em que a Divina Providência irá faz chamá-la para fora para restaurando-a novamente a vida .

Nos jornais que analisamos é perceptível a preocupação em remodelar também os corpos e mentes do campanhenses, os mendigos, os vadios, a jogatina e a rebeldia dos jovens serão duramente atacados e condenados. Em julho de 1902 o jornal *A Campanha* clamava pelo rigor da lei para “os vadios e vagabundos que continuam no criminoso empenho de riscar e estragar as paredes dos prédios ultimamente renovados e até nelles escrevendo as mais revoltantes e torpes obscenidades”, durante a visita do Bispo diocesano à cidade.

Este facto deprimente dos creditos de cidade culta de que com razão gosa a Campanha, envergonha-nos e avilta-nos aos olhos de nossas co-irmãs, onde não se observam selvagerias deste jaéz. Si, como nos ensina o eximio Carrara, a simples satisfação de uma curiosidade merece repressão, ao acto vandalico que verberamos deve-se infringir a mais severa pena por ser attentatorio da moral social e dos direitos de propriedade garantidos pelas leis vigentes. Parece-nos que a intervenção policial impõem-se como absolutamente necessaria, por quanto, não só coibirá este inqualificavel abuso, como evitará que alguns dos proprietarios se vejam coagidos a agir por si na defesa de sua honra e propriedade. **Urge, pois, uma providencia enérgica em nome do embelesamento da nossa cidade e no interesse da moralidade publica** (*grifo nosso*). Si o digno delegado de policia, para quem já uma vez appellamos e cuja energia e patriotismo fizemos justiça, deixar passarem despercebidos estes factos, sem intervir para que elles não se repitam. (*A Campanha*, 20 jul. 1902, p. 3. *Grifo nosso*)

Entre 1830 e 1850 a urbanística moderna dá seus primeiros passos, empenhada a solucionar os defeitos da cidade industrial. Técnicos e higienistas vão esforçar para diagnosticar e eliminar alguns dos males da cidade industrial, tais como escassez de esgotos, água potável e a propagação de epidemias. Conforme Lucia Lippi de Oliveira o urbanismo só encontrará sua formulação “completa” apenas no começo do século XX, enquanto ciência das cidades. Nos anos de 1840 ainda se configurando, aparece como *Ideia Sanitária* e em seu postulado a preocupação em sanear o corpo e igualmente atuar sobre a moralidade do trabalhador (ou homem pobre).

Aqui no Brasil, o discurso republicano se constrói em oposição às outras propostas políticas, apresentando-se como a única posição verdadeira, legítima, porque alicerçada no conhecimento da realidade, e, portanto, a única capaz de reorganizar o social (...). O lema positivista “saber para prever, prever para prover” parece resumir as pretensões teóricas e práticas do liberal da República (MORAES, 2006, p. 140-141). Dessa forma, atentos ao progresso científico-tecnológico e de olhos na Europa, a elite brasileira acalentava o desejo de ver e fazer o Brasil despertar do que consideravam como “morrinha colonial” e aperceber-se da “visão civilizadora de pátrias adiantadas e progressistas” (EDMUNDO, 1953: 53).

Propagava-se um discurso cuja apologia do “novo” enunciava um projeto sustentado pelo trinômio: modernizar, civilizar e progredir.

A partir da segunda metade do século XIX, percebem-se no Brasil preocupações semelhantes com a salubridade da urbe e com o aumento populacional da cidade do Rio de Janeiro. A então, capital da República, exercia a função de centro político-administrativo, e econômico-cultural, ao lado das imagens positivas da cidade, reforçava-se a imagem de uma cidade doente, tendo em vista que o aumento populacional contribuiu para agravar o desemprego, a fome, a criminalidade, a multiplicação dos cortiços e a profusão de doenças.

No início do século XX, o sanitarista Oswaldo Cruz e o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Engenheiro Pereira Passos, dão cabo a luta contra os espaços insalubres, em especial os cortiços tido como responsável por várias doenças. No lugar dos cortiços do centro da cidade foram abertas ruas, praças e avenidas longas, largas e arejadas. Estas ações do poder público para remodelar, sanear e embelezar a capital federal teve a marca autoritária do Estado, o prefeito Pereira Passos acometeu-se de poderes ilimitados para realizar seus intentos.

O primeiro grande exemplo de reforma urbanística surgiu no Rio de Janeiro, entre 1903 e 1906, sob o governo de Pereira Passos, que procurou pôr em prática um plano geral de reforma urbana pautada em três ideais modernizadores: higienização, embelezamento e racionalização do espaço. A influência de Haussmann sobre a modernização do Rio de Janeiro parece inegável. Outros centros, como São Paulo, Manaus, Belém, Porto Alegre também adotariam planos urbanísticos como forma de inserirem-se no movimento de *modernização*.

No entanto, em todos esses centros, não apenas as transformações físicas foram importantes, como era também concebido como necessário pelas autoridades públicas as transformações dos hábitos tradicionais arraigados da velha sociedade colonial, considerados atrasados.

Não apenas as cidades capitais passaram por processos de “modernização”. Concordamos, no entanto, com Fransérgio Follis, que os estudos existentes a respeito da modernização urbanística têm concentrado suas análises nos planos de reforma implementados nos grandes centros urbanos brasileiros, a partir do estudo dos planos gerais de remodelação elaborados por reconhecidos profissionais do urbanismo moderno. Isso, por outro lado, impõe limites tanto à compreensão do desenrolar do processo em cidades que sofreram considerável modernização, ainda que não implementadas por esses profissionais,

embora as intervenções urbanísticas nessas cidades tomassem como seus princípios organizadores tanto uma concepção de modernização e como uma aspiração civilizadora.

Gladiadores da cidade

Aí estão estes monumentos a lembrar vultos que se integraram a uma população amada. Interessante que sobretudo o médico é aqui cultuado, isto é sinal de proteção, pois o médico é o poderoso gladiador contra a morte. Á entrada do Hospital São Sebastião está o busto do Dr. Raimundo Alves Tôrres. Na Praça do Rosário o do Dr. Felicissimo. Agora nesta Praça mais um médico aí está, tutelando esta urbe abençoada. (...)”. (CARVALHO, 1978, rolo 128)

Com base na análise das fontes, podemos notar dois momentos distintos na percepção dos atores a respeito da cidade de Campanha e sobre a sua inserção nesse projeto de civilização. O primeiro momento seria da inauguração da República até o ano de 1910.

Nessas duas primeiras décadas do regime republicano, o clima não é nada animador em Campanha, há uma grande insatisfação com o governo do estadual, tanto que em 1892, liderados pela Campanha, o movimento separatista que desde a segunda metade do século XIX já vinha buscando a autonomia da região Sul da Província, finalmente chega a decretar a criação do novo estado Sul de Minas. (CASTRO, 2012)

O segundo momento, inicia com as gestões municipais dos irmãos Oliveira, Zoroastro de Oliveira (1908-1927) e Jefferson de Oliveira (1927-1930). A partir da década de 1910, Campanha sofreria várias intervenções, reformas e obras de melhoramentos, com o apoio do governo de Minas Gerais e da ação administrativa da Câmara Municipal que cria posturas para melhor dispor sobre a organização da cidade e suas condições de salubridade, abastecimento de água, arborização e etc.

Em setembro de 1910, o Congresso de Minas criou a Lei nº546, por meio desta o governo estadual ficava autorizado a fazer empréstimos aos municípios afim de promoverem obras de saneamento. Júlio Bueno, então Presidente do Estado assim se referiu à aprovação da Lei, que a seu ver poderia impulsionar o desenvolvimento industrial em Minas, essa parece ser a sua única preocupação, pois em sua fala não há ênfase nas questões sanitárias como algo que venha a trazer benefícios para a saúde pública, se há uma preocupação com a saúde, certamente é para que o cidadão sadio se torne um *bom* trabalhador :

Com a execução da Lei 546 teremos conseguido o saneamento completo das localidades mineiras, a possibilidade do aproveitamento de novas indústrias locais, e o desenvolvimento das existentes e, conseqüentemente, a valorização da propriedade urbana e, indiretamente, a da rural pela animação da vida local. (MINAS GERAIS, 1911. p.14-15)

Nas primeiras décadas do XX, tornam-se comuns os discursos que procuram resgatar por meio da memória aquele prestígio da “locomotiva sul mineira”, bem como por meio das ações intervencionistas do presente nos espaços urbanos, sob a égide da Ciência.

A partir de 1907 teremos em Campanha a consolidação da hegemonia do grupo político da família Oliveira sendo que até 1930, os irmãos Zoroastro e Jefferson irão se revezar na Câmara de vereadores como Agentes do Executivo Municipal, espécie de prefeito à época. Como assinalado os dois possuem formação na área médica, um farmacêutico e outro médico, este último também se intitula urbanista. Desse modo acreditamos ser importante para melhor compreensão da atuação enquanto agentes do executivo adentrar um pouco mais na formação profissional como um próximo passo da nossa pesquisa.

Ressurge a Campanha

Se é certo que Campanha jamais deixou de ser, no sul de Minas, a cidade intelectual e de acendrado civismo, não menos é que assaz tem progredido nestas duas ultimas décadas de vida material. A prova do asserto póde ser feita num synthetico e rápido balanço da nossa actividade e dos nossos incontidos anceios de avançar pela nova senda aberta por methodos novos à vida das moderna *Urbs*. (Revista Alvorada, ago. 1928, p. 1-3)

Sucedendo seu irmão na política municipal, em pouco menos de um ano de administração, Jefferson de Oliveira empreendeu esforços em “promover grandes e uteis melhoramentos”, entre os quais as reformas do Teatro Municipal, o ajardinamento da Praça D. Ferrão, a reforma do jardim municipal, o alargamento e o abalramento de ruas, além de ter iniciado a reforma da Praça Zoroastro de Oliveira. Sancionou leis importantes no sentido de ordenar a circulação, a especulação imobiliária e a higiene, com leis que regulavam o trânsito de veículos; a que definia a cobrança de impostos sobre muros e regulamentava sobre a construção e reforma dos mesmos; outra que proíbe o plantio de bananeiras no perímetro urbano e a de restabelecimento do serviço de remoção do lixo a domicílio.

Tais realizações tinham como objetivo informar à população o que seria a civilidade, a urbanidade e o progresso. Tal compreensão não apenas diz da cidade existente, mas elabora um discurso representacional de como a ela deveria existir.

Em 1927 acontece o Congresso das Municipalidades Sul Mineiras, esse congresso tinha por objetivo debater “teses” sobre a realidade dos municípios localizados nessa região. O Agente do Executivo Municipal da cidade da Campanha dr. Jefferson de Oliveira apresentou “uma das tezes mais complexas que é o urbanismo”.

Para Jefferson de Oliveira, o urbanismo seria uma *mistura maravilhosa de higiene e estética*, na qual emergem questões com aspectos diversos seja em relação a uma grande cidade ou aos pequenos núcleos de população. (Revista Alvorada, dez 1928, p. 4-6). Preocupado em dar repostas às necessidades dos municípios sul mineiros, Jefferson aponta que naquelas localidades o urbanista deve ser primeiro higienista e depois esteta. Sendo os maiores problemas urbanos o abastecimento de água e remoção dos dejetos e detritos.

A tendência do urbanista de hoje é restringir ao mínimo a área urbana. Evidentemente, quanto mais aglomeradas as habitações, tanto mais ao alcançada rendas municipais todos os serviços públicos e mais fácil a conservação e asseio dos terrenos particulares. Poder-se-ia objetar que a maior densidade redundaria em prejuízo para a saúde pública. Si isso é verdade, em parte, para as cidades industriais de milhões de habitantes, a observação nos mostra que entre nós, quanto mais para os centros urbanos, mais saúde; quanto mais para o campo, mais moléstias. É que não basta para a saúde o ar puro das montanhas. (Revista Alvorada, dez 1928, p. 4-6)

As cidades modernizadas constituir-se-iam a expressão mais representativa do progresso material e civilizatório de finais do século XIX e metade do século XX. Nesse sentido, particularmente, nos propomos tomar como ponto de reflexão o processo de remodelação e de intervenções urbanísticas, vistos a partir da pequena cidade de Campanha, no interior de Minas Gerais, buscando compreender como se incorporavam as aspirações de modernização.

Procurando seguir princípios pautados pela razão, pela ciência e pelo progresso, as autoridades políticas normatizarão padrões para o traçado urbano e configurações quanto à estrutura material das cidades. Parte importante deste estudo deve voltar-se para considerações com relação a constituição e a regulamentação dos espaços urbanos. O olhar recai sobre o que podemos denominar de “materialidade” ou “espacialidade”: aspecto físico e planejamento das cidades (remodelamento, intervenções e melhoramentos) e para as intervenções de ordem social (higienização, sanitarismo, saúde pública, regulamentação do abastecimento etc).

Já muito decadente, sem commercio, sem industria, sem lavoura, a velha cidade não podia mais acalentar seus filhos, obrigados a procurar em outras partes os elementos de subsistência. E a bella cidade que ia depauperando mais e mais, anno por anno. Predios mal tratados, muros a cahirem, ruas desleixadas, um ar sombrio de morte, turo era tristeza, tudo era desolação, tudo caminhava para a visão da antiga Troia – *et campus ubi Troia fuit*. Foi nesse momento que o dr. Jefferson voltou ao seio de sua terra querida, onde seu coração se confrangeu ante o espectáculo da ruínas a se estenderem por todos os lados. (Revista Alvorada, dez. 1928, p. 1)

O médico Agente do Executivo Municipal se põe “a remouçar a velha princesa do Sul” (Revista Alvorada, dez. 1928, p. 1). Para Jorge Caldeira a inserção de técnicos nos quadros administrativos do país, concorrendo com aqueles cargos que até então eram ocupados conforme posicionamento político foi aumentando tal qual a crença de que os saberes técnicos poderiam solucionar os problemas do país:

Uma das principais consequências da instauração da República foi proporcionar aos técnicos acesso ao poder. No império, os cargos de mando eram reservados aos que faziam carreira política. Era um grupo fechado e treinado para tomar decisões. Porém, desde o fim da guerra do Paraguai começou a aumentar o número de pessoas com formação técnica que, embora com ideias sobre a direção do país, não tinham como praticá-las. Militares, engenheiros e médicos eram os setores mais representativos desse grupo (...). A crença no saber técnico como um instrumento melhor para o desenvolvimento do país do que a formação política era o que garantia suas posições. (CALDEIRA, 1997, p. 243)

Dessa maneira, detectamos algumas mudanças ocorridas, as permanências, os confrontos e a construção de uma nova percepção e de um imaginário sobre o espaço urbano, bem como a elaboração de novas representações acerca do viver urbano. Acreditamos que há tentativas de inserir as cidades interioranas no processo de modernização do Brasil, evidentemente em alguns lugares a inserção é mais bem sucedida do que em outros, não há uma homogeneidade, uma complexa rede se entrelaça entre elementos locais, nacionais e internacionais. Por mais que em pequenas cidades, tal como Campanha, em que a modernização da cidade se expressaria pela busca da incorporação de um ideário civilizatório, da remodelação e intervenções empreendidas no espaço da cidade, bem como de transformações no campo do comportamento, buscando seguir modelos ditados por grandes centros urbanos brasileiros, como Rio de Janeiro ou São Paulo, as especificidades locais interferem nesse processo.

Bibliografia

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BRESCIANI, M. S. M. As sete portas da cidade. In: *Espaço e Debates*, n. 34. São Paulo: NERU, 1991.

CALDEIRA, Jorge. (i. et al. i.). *Viagem pela História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CASTRO, Pérola M. Goldfeder e. Regionalismo político no Sul de Minas Gerais: notas sobre o movimento separatista de 1892. In: SAES, Alexandre Macchione. MARTINS, Marcos

Lobato (orgs). *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru, SP: Edusc, 2012.

CHALOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. História da cidade e do urbanismo no Brasil: reflexões sobre a produção recente. *Cienc. Cult.*, v. 56 n. 2, São Paulo, Apr./Jun 2004.

LEPTIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Trad. Cely Arena. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *O ideário republicano e a educação: uma contribuição à história das instituições*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. *Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920)*. 397f. Dissertação (Doutorado em História) FHDSS/UNESP. Franca, SP, 2004.

Fontes

A Campanha, “Órgão do Partido Republicano do município”. Acervo Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG Fundo: Jornais – Séculos XIX e XX:

- *A Campanha*, Ano: II, n. 67, 19 de agosto de 1902, p.1.
- *A Campanha*,. Ano II, n. 64, 20 de Julho de 1902, p. 1.
- “É Demais”. *A Campanha*. Ano II, n. 64. 20 de julho de 1902. p. 3.
- BOA. *A Campanha*. Ano: II, n. 73, 05 de Outubro de 1902. p. 4.

MINAS GERAIS. Relatório de Presidente de Estado. Julio Bueno Brandão. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1911. p.14-15 Disponível em: <http://brazil.crl.edu/> Acessado em: 25/03/2014

Campanha Hodierna. *Revista Alvorada*. Ano I, n. 01, Campanha, agosto de 1928, p. 1-3

Urbanismo. *Revista Alvorada*. Ano I, n. 04, dezembro de 1928, Campanha, p. 4-6

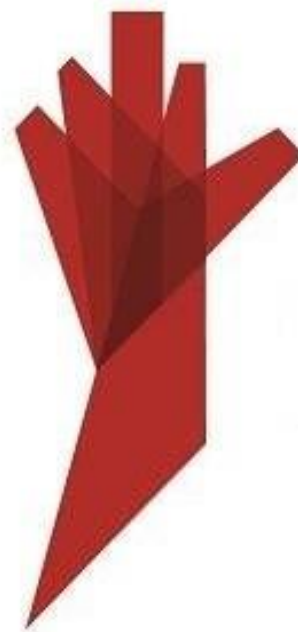
Revista Alvorada. “Como são vistos nossos dirigentes: Dr Jefferson de Oliveira”. Ano I, nº 04, dezembro de 1928. Campanha (MG). p-1

BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. 160ª edição, editora Ave-Maria, São Paulo (SP). João 11

CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. Palavras de Agradecimento. In: *FOLHA OFFSET Jornal Integração*. Ano: 15 n. 467. Viçosa, 22 de Outubro 1978. Arquivo LAMPEH/UFV. Rolo 128.

Simpósio Temático 04

Diálogos entre História e Comunicação Social



Coordenadores:

Gabriela Silva Galvão

Mestranda em História e Culturas Políticas - UFMG
gabisgalvao@gmail.com

Marina Helena Meira Carvalho

Mestranda em História e Culturas Políticas - UFMG
marinahmc@yahoo.com.br

Márcio dos Santos Rodrigues

Professor do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Faculdade de Educação da UFMG
marcio.strodrigues@gmail.com

Suelen Maria Marques Dias

Mestre em História/UFMG
susutileza@yahoo.com.br

Geovano Moreira Chaves

Doutorando em História/UFMG
geovanochaves@gmail.com

A linguagem cinematográfica como fonte histórica através do documentário “Cabra marcado para morrer”

Alexandre Irigiyen Vander Velden

Mestrando do PPGH

Universidade Federal Fluminense

alexandrevelden@gmail.com

RESUMO: Essa comunicação objetiva primeiramente historicizar alguns debates pelos quais a relação entre o cinema e a história passaram quando pensada tanto por cineastas como por historiadores. Em um segundo momento, serão explicitadas algumas questões teórico-metodológicas contemporâneas acerca do cinema como fonte histórica. Por fim, a luz desse debate, uma breve análise do documentário *Cabra marcado para morrer* é proposta.

PALAVRAS-CHAVES: Cinema; Documentário; Eduardo Coutinho; Fonte histórica; História.

RESUMEN: Esa comunicación objetiva primeiramente, historizar algunos debates por los cuales la relación entre el cine y la historia pasaran cuando se piesen tanto por cineastas como por historiadores. En un segundo momento, serán explicitadas algunas cuestiones teórico-metodológicas contemporâneas acerca del cine como fuente histórica. Por fin a la luz de ese debate, un breve análisis documental de *Cabra marcado para morrer* es propuesta.

PALABRAS-CLAVE: Cine; Documental; Eduardo Coutinho; Fuente histórica; Historia.

É fato que a relação entre o cinema e a história é tão antiga quanto o próprio cinema. Em 1898, três anos após a primeira exibição de cinema com entradas pagas projetada pelos irmãos Lumière, o cinegrafista polônes Boleslas Matuszewski publica o artigo “Une nouvelle source de l’histoire: création d’un dépôt de cinematographie historique” a fim de discutir a relação entre cinema e a história. Assim como os irmãos Lumière, esse artigo apontava o cinematógrafo como fornecedor de imagens incontestáveis, autênticas e exatas, fornecidas por um princípio de autenticidade de registro próprio da imagem cinematográfica. Três décadas a frente, de 1926 a 1934, em meio aos encontros do Congresso Internacional das Ciências Históricas realizado na Europa, um grupo de historiadores irão demonstrar seu interesse pelo cinema como fonte histórica, preocupados com a preservação de filmes nos arquivos. Prevalencia entre eles a ideia de autenticidade de registro e a atenção para filmes de atualidades, não ficcionais, que estariam livres da influência pessoal de seus realizadores. (KORNIS, 1992, p.237-240). Merece destaque também o trabalho de Siegfried Kracauer de 1946, *De Caligari a Hitler: uma história psicológica do cinema alemão*, que aponta o filme de ficção como reflexo da mentalidade de uma nação, estabelecendo uma relação direta entre

a obra cinematográfica e seu meio socio-histórico de produção. Kracauer aponta nas características estéticas do expressionismo do cinema Alemão a manifestação do autoritarismo da República de Weimar, prenúncios da ascensão nazista. Nesse sentido, o cinema não tem o estatuto de cópia do real, mas figura como transposição de seus produtores a partir de um contexto histórico, havendo assim homologia entre filme e meio de origem, sendo possível revelar os mecanismos da realidade pela análise do cinema. Nas décadas seguintes, outros estudos, principalmente na Europa apontaram o reconhecimento do valor documental do cinema, entretanto sem grandes discussões metodológicas sobre a relação cinema-história, prevalecendo o princípio de autenticidade de registro. Para o historiador Marcos Napolitano essa relação se deve ao próprio estatuto da linguagem não-escrita vista, inicialmente, como “objetiva” e “neutra”, um registro mecânico da realidade externa: “conjunto de significados que iam direto ao referente (a “realidade”), parecendo prescindir da análise de significantes e de códigos de linguagem” (NAPOLITANO, 2005, p. 266).

É apenas na década de 60 que os historiadores se debruçam a fim de produzir sistematicamente teorias e metodologias específicas para o trabalho com a fonte histórica “cinema”. Um dos primeiros historiadores a pesquisarem essa problemática, Marc Ferro, apontava que o “iletramento” dos historiadores no campo visual se deveria ao próprio estatuto do cinema durante o século XX, assim como as concepções e hierarquias existentes no campo da historiografia. Se a escrita da história reflete as relações de poder da sociedade, seus responsáveis, o Estado e suas instituições, se utilizarão de documentos oficiais: declarações ministeriais, documentos parlamentares, discursos e tratados. Além disso, o cinematógrafo teria o estatuto de máquina da ilusão e do embrutecimento, uma atração de feira, ficando restrita a truques, seleções de imagens, falsificações. O cultivado, o estado, os dirigentes da sociedade não se identificam com o cinematógrafo e o historiador se entende como produtor de trabalho científico com referências, hipóteses, provas. Como Ferro aponta: “Sem vez nem lei, órfã, prostituindo-se para o povo, a imagem não poderia ser uma companhia para esses grandes personagens que constituem a Sociedade do historiador: artigos de leis, tratados de comércio, declarações ministeriais, ordens operacionais, discursos” (FERRO, 1976, p. 201).

O tencionamento de Ferro com essa historiografia anterior se insere em um marco de revisão teórica-metodológica mais amplo. Apesar de não ter ligação formal com a Nova História, há uma identificação clara entre a obra desse historiador e as questões levantadas por esse movimento. A Nova História buscou na década de 60 e 70, ampliar o espectro do que seriam as “fontes históricas” bem como reavaliar o trabalho metodológico com essas. Apesar

de já anunciada desde o início da *Escola dos Annales*, a história das mentalidades ganha um impulso como nunca visto, enriquecendo explicações dos movimentos históricos a partir das representações feitas pelos homens em seu tempo histórico. Já o conteúdo do termo documento se amplia e passa a ser considerado monumento a partir da teorização de Jacques Le Goff. (KORNIS, 1992, p. 239). Nesse sentido, todo documento é resultado de um esforço das sociedades históricas para impor ao futuro determinada imagem de si própria - uma representação de si - sendo necessário outro paradigma para pensar a escrita da história que não mais a veracidade do documento. Nesse sentido, há uma dupla incorporação na historiografia: uma de caráter teórico (o imaginário não mais visto como campo do falso, mas como parte constituinte da sociedade e motor da atividade humana) e a incorporação e renovação metodológico no trabalho das “imagens” como fonte histórica (agora parte constituinte das zonas psico-socio-históricas do homem, não mais campo das representações mentirosas ou do não-real). Aos poucos o princípio de autenticidade de registro perde sentido para a discussão sobre a história e o cinema, pois todo o processo socio-histórico de elaboração, realização e recepção de um filme – seja ele ficcional ou não-ficcional - passam a ser visto como portadores de historicidade.

Ferro dá os primeiros passos em relação a esse debate no campo da história, lançando em 1968 na revista *Annales* um artigo intitulado “Société du XX siècle et histoire cinématographique”, no qual faz referência ao culto da análise de documentos escritos, alertando a disposição de novos documentos, novas metodologias, logo, novas dimensões do conhecimento histórico. Apesar da maior parte da obra de Ferro no campo do cinema ser composta por artigos que tratam de análises de filmes ou séries de filmes específicos, é possível elencar características elementares de seu método que justificam sua importância nesse debate. Ferro não só afirma o filme como documento passível de análise historiográfica, mas a necessidade de um trabalho particular com essa fonte. Essa análise atingiria a história psicossocial, revelando crenças, intenções e o imaginário do homem no tempo. Nesse sentido, é um dos primeiros a apontar o privilégio das obras de ficção para análise da ideologia e do imaginário de uma época, pois esses filmes trariam informações ausentes nos documentários. Assinala ainda o cinema como imagem-objeto, investindo na pesquisa da relação do filme com a sociedade que o produz e consome, e nessa análise articula variáveis não cinematográficas (realização, audiência, financiamento e ação do Estado) com a especificidade da expressão cinematográfica (análise da linguagem cinematográfica) (KORNIS, 1992, p. 242). Merece destaque o artigo de 1971, “O filme: uma contra-análise da

sociedade”, publicada em 1973 na revista *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, e reeditado um ano depois no livro *Faire de l’histoire: nouveaux objets*. Esse artigo é publicado no Brasil em 1975 (*História: novos objetos*), sendo que Ferro participa de seminários no país na década de 80, influenciando o debate da relação entre história e cinema. Em seu artigo, Ferro propõem que o cinema, mesmo com a vigilância, fiscalização e censurado de órgãos estatais ou privados, carrega lapsos da realidade escamoteadas pela narrativa, pela tentativa de se forjar uma história “oficial”. Esse lapsos abririam a possibilidade de uma contra-análise da sociedade:

(...) os poderes públicos e o privado pressentem que ele [o cinema] pode ter um efeito corrosivo; eles se apercebem que, mesmo fiscalizado, um filme testemunha. (...). Ele destrói a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo se tinha constituído diante da sociedade. A câmara revela o funcionamento real daquela, diz mais sobre cada um do que queria mostrar. Ela descobre o segredo, ela ilude os feiticentos, tira as máscaras, mostra o inverso de uma sociedade, seus lapsus (FERRO, 1975, p. 202).

Características de destaque ainda é concepção de Ferro sobre a necessidade de *crítica pela autenticidade do documento* fílmico. O historiador propõe uma metodologia para identificar a presença de modificações ou reconstituições no documento, ou seja, uma forma de avaliar a “veracidade” do filme. Uma análise pautada nos ângulos de câmera, na distância das imagens de um mesmo plano, na legibilidade das imagens e da iluminação, na intensidade de ação e o grão da película revelaria a autenticidade das imagens em relação aos fatos registrados.

Um trabalho recente do pesquisador Eduardo Victorio Morretin visita criticamente a obra de Ferro e aponta certas debilidades. Ao utilizar o cinema para uma contra-análise da sociedade, Ferro incorreria em um erro:

(...) essa análise vê a obra cinematográfica como portadora de dois níveis de significação independentes, perdendo de vista o caráter polissêmico da imagem. Este raciocínio só tem sentido para aqueles que, ao analisarem um filme, separam da obra um enredo, um ‘conteúdo’, que caminha paralelamente as combinações entre imagem e som, ou seja, aos procedimentos cinematográficos. Pelo contrário, afirmamos que um filme pode abrigar leituras opostas acerca de um determinado fato, fazendo desta tensão um dado intrínseco à sua própria estrutura interna (MORRETIN, 2003, p. 15).

Dessa forma, Morretin afirma o perigo de se visualizar as imagens como emanções unívocas e categóricas acerca de uma realidade que estariam em um quadro dicotômico entre verdadeiro x falso, história “oficial” x contra-história. Morretin aponta também a debilidade em trabalhar a veracidade de um filme a partir de seus mecanismos de linguagem e técnicos,

pois toda imagem cinematográfica prescindiria a manipulação, organização e outros procedimentos do cineastas diante da “realidade”. Consta-se assim que se uma parte da obra de Ferro aprofunda e complexifica a relação entre cinema e a história, alguns pontos carregam uma concepção próxima do princípio de autenticidade de registro de Matuszewski.

Buscando uma abordagem que leve em conta as contribuições de Marc Ferro e da Nova história, assim como de críticas contemporâneas da relação Cinema e História pode-se apontar, além dos trabalhos de Morretin, a obra de Marcos Napolitano. Em seu texto *Fontes audiovisuais: a história depois do papel* o historiador aponta que não se pode tomar as imagens artísticas sobre um paradigma objetivista (que toma as imagens como emanações diretas de uma realidade), nem sobre um paradigma subjetivista (as obras entendidas como um campo inteiramente pessoal e relativo, sendo seus significados sociológicos somente especulação). Na verdade, a imagem carregaria um estatuto intermediário: subjetivo, pois sua linguagem é artística e ficcional; objetivo, pois tem capacidade de registrar e criar realidades em si mesma (ainda que no mundo da ficção) encenadas em outro espaço e tempo, as quais dialogam com o fetiche de objetividade e do realismo existente na sociedade. (NAPOLITANO, 2005, p. 235) Sobre a relação entre imagem e realidade, Napolitano afirma:

O que importa é não analisar o filme como “espelho” da realidade ou como ‘veículo’ neutro das ideias do diretor, mas como o conjunto de elementos, convergentes ou não, que buscam encenar uma sociedade, seu presente ou seu passado, nem sempre com intenções políticas ou ideológicas explícitas. Essa encenação fílmica da sociedade pode ser realista ou alegórica, pode ser fidedigna ou fantasiosa, pode ser linear ou fragmentada, pode ser ficcional ou documental. Mas é sempre encenação, com escolhas determinadas e ligadas a tradições de expressão e linguagem cinematográfica que limitam a subjetividade do diretor, do roteirista, do ator (NAPOLITANO, 2005, p. 276).

Nesse sentido, a imagem não ilustra, nem reproduz a realidade, mas a reconstrói a partir de uma linguagem própria. Entretanto, longe de ser uma representação subjetivista, apartada do mundo e de seu momento histórico, encontra-se nos filmes a tensão entre evidência e representação, como Napolitano coloca: “sem deixar de ser representação construída socialmente por um ator, por um grupo social ou por uma instituição qualquer, a fonte é evidência de um processo ou de um evento ocorrido, cujo estabelecimento do dado bruto é apenas o começo de um processo de interpretação com muitas variáveis” (NAPOLITANO, 2005, p.240). Sendo o filme uma representação e uma evidência, faz-se necessário então responder, não mais se um filme é autêntico ou real, mas o que o filme diz e como o filme diz (NAPOLITANO, 2005, p. 282).

Nesse sentido, Napolitano propõe no trabalho com o documento fílmico uma primeira decodificação que se debruce sobre como a realidade histórica e social são representadas, seu “conteúdo” narrativo propriamente dito. Uma identificação a partir do filme (não de seu contexto) em base a uma “descrição densa” dos elementos narrativos básicos – o plano e as sequências. A segunda decodificação necessária diz respeito aos aspectos técnicos-estéticos de um filme, que se justifica pela impossibilidade de separação entre linguagem, conteúdos e tecnologias utilizadas para a representação. Sendo assim, não se poderia isolar a cena ou o som “real”, captado pelo meio tecnológico (a câmera, o microfone, etc.) das opções de linguagem, imperativos dos códigos dominantes e das possibilidades técnicas do meio em questão. Napolitano aponta que os historiadores do audiovisual tenderiam a fazer essa separação, um movimento que levaria os trabalhos a restringirem sua análise aos diálogos de um filme, por exemplo, as letra das canções, aos textos das novelas. Mesmo que em muitos casos, esses pontos sejam determinantes do testemunho ou da representação, estaria longe de constitui uma critica documental completa ou dar conta da obra. Por último, faz-se necessário a articulação entre o técnico-estético e a representação, um diálogo entre os elementos da linguagem fílmica cotejado com a imagem em movimento. Como aponta o historiador: “Conteúdos, linguagens e tecnologias de registro formam um tripé que, em última análise, irá interferir no potencial informativo do documento” (NAPOLITANO, 2005, p. 267).

Ao se debruçar sobre o filme *Cabra marcado para morrer* de Eduardo Coutinho, entendendo a limitação dessa comunicação, pretende-se exemplificar algumas questões metodológicas expostas anteriormente. Quando as filmagens do longa-metragem são iniciadas, em 1964, financiadas pelo *Centro Popular de Cultura*, seus realizadores tinham um projeto claro: reconstituir através de um filme ficcional a luta e o assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira. Com pouco mais de um mês de filmagem, o projeto é interrompido com o golpe militar de 1964. O exercito invade a região prendendo camponeses, membros da equipe de filmagem e o material e equipamento encontrado. Entretanto, quarenta por cento das filmagens já haviam sido concluídas e enviadas ao laboratório fotográfico no Rio de Janeiro, onde permaneceram guardadas. Através desse material podemos analisar algumas características do *Primeiro cabra*¹ partindo de suas próprias imagens: Um filme realista, que se propõe a uma reconstituição histórica, com camponeses como atores, com personagens tipificados, sem profundidade psicológica. Ao elencar esses pontos para a análise, faz-se necessário a articulação entre conteúdo, linguagem e técnicas: o *Primeiro*

¹ Utilizo a denominação Primeiro cabra e Cabra marcado para morrer (ou apenas Cabra marcado) ao me referir, respectivamente, as filmagens de 1964 e ao projeto concluído em 1984.

cabra busca representar pedagogicamente a luta dos camponeses contra a exploração e injustiças do latifúndio e para isso recorre à reconstituição de uma “história verdadeira”, se utilizando não só do assassinato de João Pedro como tema, mas de uma linguagem cinematográfica clássica (caracterizada pela par causa e efeito e pela continuidade cronológica e espacial) e de camponeses da própria região como atores (inclusive Elizabeth Teixeira encenando a sua história de vida). Todas essas características caminham ao encontro da afirmação do princípio de autenticidade de registro. Mesmo que se afirme que o espectador sabe se tratar de uma representação, de um filme de ficção, os elementos de linguagem e estéticos apontados buscam legitimar uma “representação verdadeira da exploração no campo”. O que seria mais verdadeiro do que uma história real encenada pelos próprios sujeitos oprimidos, os camponeses?

Seguindo a análise, podemos trabalhar com a ideia de polissemia das imagens, apontamento de Morretin. O *Primeiro cabra* traz elementos do cinema clássico e ao mesmo tempo entra em conflito com essa concepção ao admitir atores-camponeses, bem ao gosto do neo-realista europeu. Dessa mesma maneira, tenciona a ideia de uma representação realista ligada ao cinema industrial, que busca na interpretação técnica a fidedignidade da representação. A encenação dos camponeses atores demonstram um amadorismo que salta aos olhos, que só pode ser aceita pelo espetáculo do cinema pelo fato desses serem sujeitos oprimidos, logo, estarem representando sua própria condição. Por fim, trabalhando com as ideias de Napolitano, podemos afirmar que o *Primeiro cabra* não é a vida e luta dos Camponeses pobres da Galiléia, mas a representação da luta no campo construída por um setor da esquerda que traz consigo suas ideologias e tradições (políticas e de linguagem). O historiador, ao trabalhar com essa fonte histórica, longe de entendê-la somente como representação subjetiva do cineasta, também deve apontá-la como evidência (e não “emanação do real”) de um processo histórico: as lutas camponesas e a “ida ao povo” de artistas-militantes de esquerda da década de 60.

Utilizando as imagens do *Primeiro cabra*, porém, trabalhando em outra chave de compreensão histórica e cinematográfica, Coutinho constrói um novo filme na década de 80. O filme *Cabra marcado para morrer* de 1984 se propõe, a partir de um documentário, registrar um reencontro entre seu diretor, Coutinho, e os camponeses que participaram das filmagens de 1964, em especial Elizabeth Teixeira e seus filhos. As diferenças de concepção, de linguagem e técnicas são evidentes. Coutinho não parte de um roteiro determinado, mas antes de uma metodologia: uma lista inicial de perguntas, pessoas e lugares a visitar; o

apontamento durante o próprio filme de todo o processo técnico e metodológico que se utiliza (o cineasta evidência os aparelhos de registro e narra os dilemas e escolhas feitas durante as filmagens); a necessidade de filmar não só as entrevistas, mas o que as antecede (como negociações financeiras e de uso de imagem); registrar “de primeira”, acionando a câmera anteriormente ao encontro com o entrevistado. É evidente o débito dessa metodologia e linguagem em relação aos trabalhos do etnólogo e cineasta Jean Rouch junto ao *Cinéma vérité* francês, influência reivindicada por Coutinho em diversas entrevistas. Entretanto, se esse método e concepção podem ser encarados como clichês e lugares comuns no documentário contemporâneo, em *Cabra marcado para morrer* são inaugurais na produção cinematográfica brasileira (LINS, 2007, p. 11-13).

Além disso, o filme trabalha com recortes de jornais, dados históricos, informações oficiais e uma *voz off* que buscam imprimir uma “outra história” em relação as filmagens do *Primeiro cabra* e as lutas camponesas da década de 60. Ao mesmo tempo, a história se faz pelas narrativas dos indivíduos: a memória pessoal e coletiva dos camponeses e de Eduardo Coutinho. Dessa maneira, não se apresenta um sujeito ou categoria ideal - o camponês - como no *Primeiro cabra*, mas antes um encontro entre a “objetividade” dos dados e da voz assertiva com a “subjetividade” dos relatos da experiência vivida, ambas referências assentadas em um processo histórico comum. Nas palavras de Consuelo Lins:

O que faz *Cabra Marcado* é justamente identificar as variações, as inflexões, as marcas sutis que mostram que essas trajetórias anônimas não são homogêneas e que não há o “camponês” propriamente. Há, sim, uma multiplicidade de existências com uma experiência comum nas lutas sociais dos anos 60, mas com inserções diferenciadas nessas lutas e caminhos posteriores bastante distintos (LINS, 2007, p. 32-33).

Ainda segundo Lins, é possível falar em um duplo deslocamento: do cinema e da história. Um cinema didático-conscientizador, busca comum dos artistas militantes da década de 60, não está mais em questão no *Cabra marcado* de 1984. O que se coloca é a necessidade de se *revisitar* a experiência compartilhada entre camponeses e intelectuais no projeto do *Primeiro Cabra*, e essa *atualização* é disposta a fim de abranger as *contradições* das experiências pessoais, entendendo também o próprio filme como uma nova experiência (LINS, 2007, p. 34). Se o documentário apresenta uma nova metodologia para dar conta desse projeto, a maneira de conceber a história e o camponês também já é outra.

Cabe ainda apontar que a metodologia de Coutinho é viabilizada não só por suas concepções e intencionalidades históricas e cinematográficas, mas também pela existência de

um aparato tecnológico específico: câmeras mais leves e sofisticadas e a captação da voz em separado. Nesse sentido, a técnica ao mesmo tempo em que auxilia na elaboração da linguagem, traz novas possibilidades de representação, influenciando na resposta sobre qual é a função social do cinema.² Dessa forma, não é possível trabalhar em separado o método e a linguagem cinematográfica de Coutinho, o apontamento de uma “outra história” - abarrotada de contradições - junto às memórias, e as técnicas de captação. Evidencia-se a necessidade da articulação do tripé apontado por Napolitano -- conteúdo, linguagem e técnica - para uma análise fílmica completa.

Interessante apontar ainda que *Cabra marcado para morrer* se estrutura através de informações “externas” e de entrevistas, sendo que essas muitas vezes contradizem dados apresentados ou relatos de outros participantes do documentário. Dessa maneira, *Cabra marcado* se vale da polissemia narrativa como elemento constitutivo de seu filme. Essa polissemia ocorre tanto no âmbito discursivo (quando diversas “versões” são apresentadas nos relatos), como também no trabalho com a linguagem cinematográfica (quando as “versões” se chocam com uma linguagem jornalística e do documentário clássico, que se valem da “imparcialidade dos fatos”). Como já explicitado em relação à “ficcionalidade” do *Primeiro cabra*, não se trata de discutir se determinado espectador tem consciência de que certas imagens são representações, mas de apontar as estratégias que envolve a legitimação de uma assertiva como autêntica, fidedigna, real. Dessa maneira, ao construir sua narrativa com recursos similares ao fotojornalismo e ao documentário clássico, Coutinho dialoga com tradições que se arrogam a imparcialidade, o registro objetivo do real - é clara a aproximação dessas linguagens com o princípio de autenticidade de registro de Matuszewski. Entretanto, longe de ser uma relação problemática no documentário, a polissemia auxilia na complexificação da experiência revisitada, apontando o quanto é diverso os significados de uma experiência partilhada. Nesse mesmo sentido caminham as assertivas e informações “externas”, recurso utilizado não para pontuar uma “história oficial dos vencidos”, mas para adicionar elementos que contextualizam e trazem informações pertinentes sobre a experiência de 1964.

Se *Cabra marcado* se constrói a partir de memórias, é preciso apontar que, independente das significações pessoais e sociais, a memória se assenta sobre um processo histórico comum, sendo o cinema não só uma construção, uma representação posterior dessa

² São diversos os trabalhos que se debruçam sobre o impacto das inovações tecnológicas na cinematografia nacional da década de 60. Na bibliografia aponto como referência os trabalhos de Fernão Pessoa Ramos e Cristiano José Rodrigues.

experiência, mas também um vestígio que permite compreender determinado momento histórico e suas transformações. Vestígio que em 1984 não diz mais respeito apenas à luta camponesa dos anos 60, mas a busca de Coutinho, duas décadas depois, em revisitar aquela experiência com outras questões e interesses. E dessa forma, ao se debruçar sobre *Cabra marcado* é preciso ter em mente sua historicidade, sendo possível extrair dele vestígios não só de “outro” Coutinho, mas de “outra” geração de cineastas, “outra” esquerda e de “outra” sociedade. Nesse sentido, Alcides Ramos Freire sintetiza a obra:

Com efeito, o projeto não-dogmático de Coutinho só se realiza plenamente quando ele é capaz de afirmar-se como sujeito histórico engajado e, ao mesmo tempo, respeitar as diferenças. *Cabra marcado para morrer*, por esse motivo, ao ser lançado em 1984, apresenta-se como uma espécie de *plataforma para a construção de uma esquerda democrática no Brasil*. Eis a sua *historicidade*.

Bibliografia

FERRO, Marc. O Filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs). *História: novos objetos*. 2. ed. Trad. Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

KORNIS, Mônica Almeida. História e cinema: um debate metodológico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.237-250, 1992.

LINS, Consuelo. *O documentário de Eduardo Coutinho: televisão, cinema e vídeo*. 2ed. São Paulo: Zahar, 2007.

MORRETIN, Eduardo Victorio. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. *História: Questões e debates*, Curitiba-UFPR, n. 38, p. 11-42, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: A história depois do papel. In: Pinsky, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. Contexto, 2005.

OAHTA, Milton (org.). *Eduardo Coutinho*. São Paulo: Cosaf Naify, 2013.

RAMOS, Alcides Freire. A historicidade de *Cabra marcado para Morrer* (1964-84, Eduardo Coutinho). In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates*, 2006. Captado em: <http://nuevomundo.revues.org/1520>. Acesso em: 20 Mai. 2014.

RAMOS, Fernão Pessoa. *Mas afinal...o que e mesmo documentário?* São Paulo: Ed. SENAC, 2008.

RODRIGUES, Cristiano José. *Documentário: tecnologia e sentido: um estudo da influência de três inovações tecnológicas no documentário brasileiro*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, 2005.

Os limites entre ficção e realidade no cinema nazista: uma análise do *Judeu Süß*

Armando Magno de Abreu Leopoldino

Graduado em História

UFMG

armando_mdal@hotmail.com

RESUMO: o presente trabalho tem como objetivo discutir uma obra de ficção produzida na Alemanha nazista, *O Judeu Süß*, como uma "leitura documentarizante", ou seja, que pretende estabelecer relações com os referenciais reais alemães à época, criando o conceito de antissemitismo.

PALAVRAS-CHAVE: cinema nazista; judeu Süß; antissemitismo; conceito-imagem.

ABSTRACT: this article has, as an objective, to discuss a fiction film produced by the Nazi Germany, *The Jew Süß*, as a "documentarizing lecture", it means that it has the intention to establish relationships with the German real connections, creating the concept of anti semitism.

KEYWORDS: nazi cinema; jew Süß, anti semitism; image-concept.

Trajectoria do Cinema e alguns aspectos teóricos

Creemos ser importante fazer essa breve introdução teórica, ainda que sumária, porque o cinema é uma experiência aberta, cuja forma de produzir altera tanto quanto a forma de analisá-lo e seu estatuto dentro das sociedades. Assim sendo, nosso objetivo nessa passagem é marcar nossa posição de análise cinematográfica, afinal, às imagens são atribuídas diferentes concepções ao longo da história. Exemplo disso é que, no início de seu uso, imaginava-se que a câmera teria como função apreender o real e reproduzi-lo exatamente como tal. Quando o cinema surgiu, no final do século XIX, ele contribuiu para uma mudança no regime estético da sociedade (BENJAMIN, 1985). Sua produção, seu uso em larga escala e sua lógica própria o caracterizaram como uma profunda inovação do uso da imagem, alterando a forma como as pessoas lidavam com o universo imagético e também de como elas liam seu próprio presente. Contudo, a "Sétima Arte"³ não foi a única a provocar tal mudança: havia um aparato de uma indústria cultural produtora de certo imaginário, muito atrelada às massas e encontrando

³ Acredita-se que o cinema recebeu essa alcunha principalmente por Riccioto Canudo, quem ganhou destaque na França vinculando-se como um dos pioneiros da crítica de cinema. Essa crítica almejava contribuir para uma conformação do gosto do público, guiando-o para um gosto erudito.

suporte na imprensa escrita,⁴ e nem alterou radicalmente o valor que se empregava às imagens: para Matuszewski, polonês que trabalhara com os idealizadores do cinema, os irmãos Lumière, o registro da história pela imagem era infalível.

Ainda que o cinema tenha conquistado o gosto das pessoas, ele permanecia essencialmente como uma arte do povo, menosprezada pelas elites. As imagens se constituíram de apenas captações do real, politicamente neutras. Foram os nazistas e os soviéticos que atribuíram ao cinema um estatuto especial, principalmente os primeiros, que o utilizavam como propaganda, meio de informação e como centro de promoção de ideologias para conquistar as massas.

Na década de 1960, cogitou-se usar o cinema como documento, uma espécie de "contra-análise" da sociedade, ou seja, identificando características, anseios e desejos de uma determinada sociedade, que transparecem para a obra fílmica (KORNIS, 2008). Isso pressupõe a ideia de que o cinema vai além tanto da obra em si quanto da ideia de apreensão do real tal como ele é: os valores de uma sociedade se manifestam, ainda que de modo não explícito, nos filmes. A análise do historiador do cinema não se esgota apenas na narrativa, no cenário, no roteiro, mas também em outros elementos além do filme em si, como o autor, sua produção, crítica, censura, cortes e montagem. Analisar o cinema, portanto, é também se debruçar sobre a sociedade e os aparelhos institucionais que o produziram, assim como seu público. Uma mesma obra encontra significações diferentes de onde é exibida e de quando é exibido. *O testamento de Dr. Mabuse (1933)*, de Fritz Lang, foi interpretado por Goebbels como prejudicial ao modelo nazista e proibido na Alemanha.

Os filmes antinazistas produzidos nos Estados Unidos, por exemplo, só conseguiam boa receptividade quando não glorificavam a resistência em países ocupados e nem fazia críticas às instituições legais, fundamentos caros à cultura norte-americana. É dessa forma que o cinema é chamado de militante, que pode doutrinar, intervir, criticar e mesmo funcionar como um contra-poder, contestando ideologias dominantes. Em outras palavras, o filme atua no terreno do imaginário, portanto, não é somente objeto, mas também agente da história (FERRO, 2010).

O cinema possui uma linguagem própria, métodos e procedimentos específicos, mas não necessariamente há a necessidade de análise nem de crítica histórica, ou seja, da inteligibilidade dos fenômenos. Eles são dispostos de acordo com o projeto do diretor. O que

⁴ Para maiores detalhes sobre o surgimento do cinema e a ideia de hiperestímulo moderno, conferir SCHWARTZ (2001).

eles fazem é criar uma memória, ou, nas palavras de Rancière, criar um regime de partilha do sensível (RANCIÈRE, 2005), que são evidências sensoriais que revelam a existência de um comum compartilhado e partes exclusivas, as quais dizem a forma como um sujeito se apropria delas de acordo com seu tempo. Essa relação estética é também política. Rancière concebe à estética um universo separado e que, por sua vez, incide sobre a política. Nesse ponto, ele discorda de Benjamin, que defende a "estetização da política", especialmente sobre os regimes de imagem fascistas, em que a humanidade vivencia sua própria destruição com prazer estético.

O cinema entra no "lugar especial da memória" por trazer um efeito de real. Conteúdo e narração são indissociáveis na análise fílmica. Rosenstone, discutindo filmes e história, trouxe uma importante problemática: a utilização de filmes para se pensar a relação com o passado. O autor reivindica para o cinema a possibilidade de "escrever" a história por meio da narrativa fílmica, uma vez que filmes históricos são capazes de representar o passado de uma maneira significativa. Ora, não seria a história uma tentativa de recontar, explicar e interpretar o passado, conferindo sentido a ele? Contudo, se o mundo do cinema é semelhante ao da história escrita no caráter ficcional e por se referir a eventos passados, eles conservam linguagens próprias, pois palavras e imagens operam de diferentes formas para pensar o mundo⁵.

À vista disso, ou seja, de como o cinema se relaciona com a sociedade que o produz e consome e como ele cria esses efeitos de real, partimos agora para a análise de um filme ficcional produzido na Alemanha nazista que se pretendia documentarista e com suposição de universalidade.

O Judeu Süß como ficção de leitura documentarizante:

O Judeu Süß é um filme alemão, dirigido e escrito por Veit Harlan e lançado em 1940. É uma obra baseada num caso real, de acordo com a novela escrita pelo romancista judeu Willhelm Hauff. Em 1925, Hauff escrevera um romance sobre o Judeu Süß, inicialmente rejeitado pelas editoras alemãs, mas que, quando publicado, alcançou estrondoso sucesso. Nessa obra, não há uma carga antissemita, mas sim a depravação humana diante da ambição, do orgulho e da soberba. Em 1934, os britânicos realizaram um filme homônimo baseado no romance de Hauff que também não condenou os judeus como grupo: ao contrário,

⁵ Sobre esse ponto, conferir ROSENSTONE (2010), especialmente o capítulo 7 - Cineasta/historiador. Aqui acreditamos que uma diferença fundamental reside nesse aspecto da crítica, que a história escrita tem como fundamento.

apresentou certa simpatia ao grupo já perseguido por um forte antissemitismo que assolava a Europa da época⁶.

Em 1940, há o lançamento de 3 obras pelos alemães (aqui em tradução livre): *Os Rothschilds*, dirigida por Erich Waschneck; *O Judeu Süss*, de Harlan e *O Eterno Judeu*, de Fritz Hippler. As duas primeiras são regravações de filmes de 1934: o já citado britânico e *A casa dos Rothschilds*, produzido em 1934 nos Estados Unidos. Joseph Goebbels, ministro da propaganda de Hitler, atribuía um papel decisivo no cinema para a construção ideológica e o convencimento da população alemã. Em 1940, sob seus auspícios diretos, esses filmes foram refilmados adquirindo uma carga antissemita. Enquanto o filme norte-americano destacava o surgimento da casa e sua decisiva influência pela Europa, como no financiamento das batalhas napoleônicas, no cinema nazista, por sua vez, os Rothschilds são mostrado como seres sedentos pelo dinheiro e que burlam leis e enganam as autoridades para salvaguardar suas propriedades. Segundo Ferro, o imaginário nazista mergulhava fundo no mundo das imagens.

"O Eterno Judeu", é um documentário que se pretende uma reprodução fiel do real, ou seja, apresentar à Alemanha o que "de fato eram os judeus". Ele faz um estilo tradicional de documentário, de captação de imagens nos guetos poloneses ocupados em 1939, combinadas à voz narrativa que busca mostrar ao povo como os judeus são seres cruéis, rasteiros, que se disfarçam em meio à população e estão espalhados por toda Europa, tal como os ratos. Há uma sequência de planos encadeados e fechados comparando judeus a enxames de ratos, o que é reforçado pela mensagem da voz.

Quanto ao nosso objeto do presente trabalho, o *Judeu Süss* tem como enredo um judeu ambicioso, Oppenheimer, que se infiltra na corte de um duque decadente, após seduzi-lo com ouro, e a partir daí, passa a dominar as finanças do reino, as instituições políticas e oprime a população, explorada pelo domínio judeu. O banimento que impedia os judeus de acessarem a cidade foi revogado e hordas de judeus sujos chegam ao reino, enriquecendo em detrimento da população local. Oppenheimer estimula o absolutismo do governante, coloca o ducado do filme, Wuttenberg, à beira de uma guerra civil, despertando a ira da comunidade local. Na parte final do filme, o judeu é preso e executado pela condenação de ter feito sexo com uma mulher cristã.

⁶ As informações factuais se encontram em [http://en.wikipedia.org/wiki/Jew_S%C3%BCss_\(1934_film\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Jew_S%C3%BCss_(1934_film)); assim como http://en.wikipedia.org/wiki/Lion_Feuchtwanger; acesso em 26/05/2014.

Primeiro ponto de nossa análise é o filme começar com a estrela de Davi, símbolo judaico, e logo partir para os créditos, avisando que era baseado em efeitos reais. Em seguida, mostra o local, por meio de um mapa, e o ano dessa história. Harlan confere legitimidade à sua história de ficção conectando-a a processos reais e tangíveis, convocando a público a estabelecer uma relação entre ficção com o referencial real. Este é o primeiro de uma série de procedimentos de "leitura documentarizante", conceito de Roger Odin (ODIN, 2012, p. 10-30).

Leitura documentarizante, em oposição à leitura fictivizante, é aquela que convida o espectador à realidade pressuposta do Enunciador, ou seja, que o filme seja visto como documento, como índices (no sentido de signos não intencionais). Com isso, o espectador identifica um "eu-origem" por trás da história, que é o seu criador, e sua relação com o filme avança além do conteúdo ficcional ali presente. O Judeu Süß convida o espectador para realizar não somente o gradual engajamento nas instâncias fílmicas, mas que consiga ver também elementos fora desse filme. Se pensarmos que a recepção de um filme deve ser entendida com base na sociedade que o produz e o recebe, o antissemitismo se constituía de uma relação cara na Alemanha nazista, sobretudo em 1940, ano em que os Campos de Concentração já estavam em funcionamento e que culminariam no extermínio em massa pouco tempo depois, nas câmaras de gás. Para Odin, há diferentes modos de produção dessa leitura documentarizante: pelo leitor, pela instituição, pelos créditos e no sistema estilístico.

Em "O Judeu Süß", encontramos três desses tipos: pelo leitor, na medida em que todo o filme demanda uma construção de sentido, sobretudo pelo seu enredo. No enredo, judeus são claramente mostrados como povos sujos, asquerosos e corruptos, aspecto reforçado em suas realidades cotidianas, extra fílmica. O segundo tipo é pela instituição produtora do filme, cujo objetivo passava por instruir esse olhar do espectador, uma vez que a realização da obra conduzia à propagação dos ideais antissemitas e, finalmente, pelos próprios créditos, que chamam a atenção do leitor para os referenciais históricos, como já citado. Sendo assim, os três actantes da obra: o filme, que demanda algo, a instituição, que instrui e o leitor, que reage de alguma forma, tendem a se coincidir na significação antissemita.

Os judeus, de acordo com a obra de Harlan, são seres corruptos, dispostos a mudar sua aparência e costume diante da possibilidade de poder e ganhos econômicos. Isso aparece em duas fusões encadeadas, ou seja, mudanças sutis de um plano a outro⁷. Numa delas, o judeu se barbeia e logo aparece no castelo do duque, já com o rosto e os trajes novos. Na penetração

⁷ Essas fusões foram brilhantemente analisadas por FERRO, 2010, p. 133-134.

política judaica, eles podem até renunciar à sua aparência. Isso se converge com algo que foi trabalhado no documentário "O Eterno Judeu", o qual anuncia que a população alemã não tenha como base os judeus de seu país, pois eles se infiltraram e mudaram sua fisionomia para parecerem "dignos habitantes alemães". Noutra fusão encadeada, Oppenheimer despeja moedas na mesa de um vacilante duque que logo se transformam em bailarinas num grande baile na corte. Como o dinheiro desse baile havia sido negado ao duque pelo Conselho, o judeu conseguiu, por meio de seu poderio econômico, corromper o duque e se infiltrar ainda mais na corte. Em troca dessas generosidades, o duque cedeu o direito de exploração da estrada a Oppenheimer, que, a partir daí, cobra pesados impostos da população e oprime aqueles que tentam resistir, como na destruição da casa de um ferreiro. Ora, a população alemã que viveu na frágil República de Weimar, em meio a crises, como aquela de 1923, já não tinha dispositivos psicológicos em relação a dificuldades econômicas?

Kracauer, importante teórico sobre o cinema que se debruçou sobre as relações diretas entre o filme o meio que o produz, analisou como essas tendências psicológicas estiveram presentes no cinema alemão mesmo antes da ascensão do nazismo (KRACAUER, 1947). Fabricantes de filmes espelham características que não podem ser exatamente fabricadas. Filmes não inoculam crenças, mas comungam pessoas que compartilham determinado pensamento. Dessa forma, é incorreto interpretar o autor de maneira determinista, como se os filmes alemães das décadas de 1920 e 30 preparassem a Alemanha para o nazismo. Uma interpretação mais acurada é que eles serviram de meios para elucidar os mecanismos psicológicos da sociedade. Para o teórico alemão, a vida interior se manifesta nas expressões exteriores. O primeiro *Dr. Mabuse*, filme de Fritz Lang lançado em 1922, mostrava um líder inescrupuloso e sedento de poder, em que o espaço para denúncias é muito restrito e passível de represálias, tal como um governante totalitário. Esse filme se configura, portanto, num clima sombrio e lúgubre, em que os líderes são perigosos e o poder, objeto de disputas. Kracauer destaca a forte relação entre instabilidade e caos, vivido pela sociedade alemã pós Primeira Guerra Mundial, e a tirania.

O que o Judeu Süß opera não é tanto um componente racional, mas afetivo nos espectadores. Para entender um problema, como afirmou Julio Cabrera, precisamos não apenas entendê-lo, mas vivê-lo (CABRERA, 2006). Imagens extrapolam uma racionalidade lógica e inserem o componente emocional, que não exclui o racional, mas o reorienta. Certas dimensões da realidade não podem ser simplesmente posta em palavras, mas apresentadas por

meio dos sentidos. Isso é a "compreensão logopática", que envolve tanto o elemento da razão quanto o afetivo.

Se a apresentação deve provocar algum tipo de impacto que demonstre pretensão de verdade universal, nesse ponto o trabalho de Harlan foi bem sucedido. Judeus são asquerosos no filme, grudam nas pessoas para falar; mesclam elementos religiosos com econômicos, sendo que estes prevalecem; o Rabino é corruptível, desdentado, sem modos e vende sua fé; adoram uma coroa de ouro; se justificam com base num messianismo religioso de um povo eleito, dentre outros elementos que criam no espectador uma sensação de repúdio, de asco em relação a esse grupo.

Diante disso, classificamos O Judeu Süss como um "conceito-imagem" do antissemitismo por ter feito o público passar pela experiência do ódio aos judeus. O filme excede seu componente ficcional de lazer ao instaurar uma dimensão compreensiva do mundo, por meio de um impacto emocional, cujo valor cognitivo e persuasivo passa pela discriminação racial. O caso de Oppenheimer é representativo: um judeu que nos diz não sobre o indivíduo, tal como na peça de Hauff, mas sobre o grupo. Quando o filme coloca comportamentos similares em outros judeus também, se torna possível visualizar ainda com mais clareza suas pretensões de verdade e de universalidade.

Dentro do mesmo filme, podemos ver fragmentos de outras passagens conceituais, como os valores desejados pela raça ariana. Sturm, pai de Dorothea e membro do conselho, é um antissemita veemente, incorruptível e o mais leal seguidor da Constituição. No momento em que o judeu Oppenheimer tenta se aproximar de sua filha, ele a casa com um ariano a quem ela já estava prometida. Quando ela é obrigada a ter relações sexuais com o judeu para livrar seu marido da tortura, ela invoca seu Deus, em oposição ao "Deus de vingança" judeu, nas palavras do próprio Oppenheimer, e acaba se matando depois. A morte tornou-se redentora, porque a pureza fora maculada. No final do filme, antes que os judeus convoquem soldados mercenários de outros reinos, a população se revolta e acaba com o reinado de Oppenheimer. Com isso, o perfil desejado de um verdadeiro alemão para o regime nazista é construído: inabalável, se posicionando contra os judeus e garantindo a sobrevivência de sua comunidade acima das interferências externas. O cinema consegue construir esses conceitos-imagens porque sua técnica "potencializa, de forma colossal, a 'impressão de realidade' e a instauração da experiência necessária para o desenvolvimento do conceito" (CABRERA, 2006, p. 28).

O filme encerra com a anúncio do banimento judeu, pelo ariano que havia perdido sua filha, e a recomendação de que os descendentes de Wuttenberg mantivessem tal lei. Os fatos precisam ser relacionados também ao leitor do filme, não só na produção, pois uma obra cinematográfica pode passar valores diametralmente opostos ao da intenção do produtor (FURHAMMAR; ISAKSSON, 1976). Contudo, ainda me valendo das ideias dos autores acima, o judeu construído no cinema representa uma catarse para o rancor social da plateia, que consegue projetar num grupo suas mazelas. Ainda que tenhamos analisado somente um filme e seja difícil precisar seu impacto na população, destacamos que o nazismo utilizou o cinema como *uma* de suas estratégias antissemitas. Há, também, um conjunto de filmes sobre o tema, propiciando certo "efeito cumulativo" de discriminação racial sobre a plateia. O grande feito de filmes como o *Judeu Süß* foi condicionar mecanismos de ódio na população, que ajudavam a tornar o antissemitismo algo natural. Não entendemos aqui os filmes como pontos de partida para isso, mas meios que ajudaram na consolidação de um processo.

Mais do que dizer e justificar o antissemitismo, Goebbels, orientador do filme em praticamente todo seu processo de produção, buscou congrega⁸ a população no sentimento desejado pelos dirigentes nazistas. Convém aqui, entretanto, não superestimar o poder do cinema. O entendemos como *um* dos mecanismos dos quais os nazistas lançaram mão, mas certamente essa política foi também alimentada de outras formas, como em panfletos, discursos e no ensino, que fogem ao tema do nosso trabalho. A imagem por si só não consegue desempenhar esse papel da persuasão: é necessário que haja elementos exteriores, informações, que podem ser verdadeiras ou falsas, além dessa imagem. A emoção que ela cria é para a compreensão, não necessariamente para concordar. Afinal, como afirmou Cabrera, "a logopatia é da ordem do sentido, não da verdade." (CABRERA, 2006, p. 41).

Conclusão: a relação entre documentário e ficção

A ficção oferece um espetáculo que se funde com o próprio mundo. Convida o espectador a adentrar num universo criado e se engajar nas estruturas fílmicas, deixando sua incredulidade de lado. Ao mesmo tempo em que a ficção se constitui de uma invenção que oculta seu processo de produção, ela joga com a impressão de realidade: é essa dúvida que excita e intensifica aquilo que há de mais subjetivo no espectador, pois permite que, nas brechas do mundo ficcional, o real tome forma (COMOLLI, 2008). Uma das possibilidades

⁸ Evitamos o termo "criar" com base na ideia já citada de Kracauer sobre as limitações do cinema para inocular crenças.

que acentuam essas fraturas do real é a leitura documentarizante, que torna ainda mais indistinta essas fronteiras dos referentes reais e dos ficcionais.

Num documentário, a imprevisibilidade é mais acentuada, uma das marcas do gênero, enquanto na ficção a roteirização é mais rígida, restringindo as inovações diante de um projeto mais definido e acabado. Ficção pressupõe um pacto com o universo construído, enquanto o documentário faz assertivas sobre aspectos do mundo que são exteriores. Contudo, como discutido, as ficções têm desejo de realidade assim como documentários possuem aspectos ficcionais. Quanto ao último caso, em "O Eterno Judeu", Fritz Hipler fez com que os judeus encenassem rituais religiosos para serem utilizados no filme. No documentário, também fazemos leituras fictivizantes, ou seja, nos deixamos conduzir pelo olhar e pela lógica do seu realizador. Dessa forma, embora haja diferenças, a fluidez entre essas duas categorias nos permite traçar interseções que verticalizam o potencial da análise e demonstram a grande contribuição dos filmes para elucidar as tramitações de uma determinada sociedade.

Bibliografia:

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERNADET, Jean-Claude. Documentários de busca: 33 e Passaporte Húngaro. In: MOURÃO, M. D. G. (Org.) ; LABAKI, Amir (Org.). *O cinema do real*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

CABRERA, Júlio. *O cinema pensa: uma introdução à filosofia através dos filmes*. Tradução: Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

COSTA, Maria H. B. e Vaz. *Ficção e documentário: hibridismo no cinema brasileiro contemporâneo*. *O Percevejo*, v. 05, n. 02, p. 165-190, 2014.

FERREIRA, Raphael Bessa. *O prognóstico de um mal: nazismo e opressão no cinema e na literatura alemã*. *Anais do Simpósio Internacional Literatura, Crítica, Cultura V: Literatura e Política*, UFJF, p. 1-8, 2011.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FURHAMMAR, Leif; ISAKSSON, Folke. *Cinema e Política*. Tradução: Júlio Cezar Montenegro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KORNIS, Mônica Almeida. *Cinema, Televisão e História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

KURTZ, Adriana Schryver. O cinema nazista à serviço do holocausto judeu. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

ODIN, Roger. Filme documentário, leitura documentarizante. *Significação*, São Paulo, ano 39, n. 37, p. 10-30, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34, 2005.

ROSENSTONE, Robert. *A história nos filmes, os filmes na história*. Tradução: Marcelo Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SCHWARTZ, Vanessa R. O espectador cinematográfico antes do aparato do cinema: o gosto pela realidade na Paris fim-de-século. In: CHARNEY, Leo., SCHWARTZ, Vanessa, R. (Orgs.) *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

SIMIS, Anita. Luzes e foco sobre Kracauer. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 18/19, p. 135-144, 2005.

XAVIER, Ismail. *Sétima arte: um culto moderno*. O idealismo estético e o cinema. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

Enquadramentos da memória e mobilização racial na música brasileira: anos 1960 e 1970

Bruno Vinícius Leite de Moraes

Mestrando na linha Culturas Políticas
Universidade Federal de Minas Gerais
bruno_viniciusdemoraes@hotmail.com

RESUMO: O objetivo deste texto é problematizar o enquadramento da memória quanto à canção brasileira dos anos 1960 feito pela historiografia. Iniciaremos com uma discussão quanto à memória, tão em voga pela historiografia recente, a fim de incluirmos a produção historiográfica dentro da memória social de um período. Em seguida, problematizaremos a exclusão de uma percepção quanto à temática negra na canção do período.

PALAVRAS-CHAVE: música; identidade racial; memória social; ditadura militar.

ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss the framework of memory as the Brazilian song 1960 made by historiography. We begin with a discussion regarding memory, so fashionable in the recent historiography, so we include the historical production within the social memory of a period. Then we question the exclusion of a perception in the black theme song of the period.

KEYWORDS: music; racial identity; social memory; military dictatorship.

A sedução pelo passado: emergindo uma cultura de memória

Falar de “memória” é sempre tão delicado quanto essencial. Seja na literatura ou em outros aspectos do mundo das artes, como a música, a escultura e a pintura, a ideia de rememoração, lembranças e esquecimentos, são materiais comuns e uma preocupação constante a seus autores. O que reflete a vida cotidiana, para a qual a memória é um elemento central da identidade do sujeito, conferindo a ele uma unidade dentro da enorme faixa que encobre a nossa jornada inescapável do útero ao caixão. Como disse Antônio Fernando Mitre, “Dessa maneira, a memória contribui para organizar o torvelinho de nossas percepções, atualizando-as e fixando-as dentro de uma ordem reconhecível e, ao fazê-lo, ajuda-nos a projetar o futuro.” (MITRE, 2013. 13).

No tocante à historiografia, como não poderia deixar de ser, a noção de memória é tão elementar quanto para o auto conhecimento do sujeito. Matéria prima e condição inerente ao ofício do historiador, lidamos a todo momento com memórias, seja no uso das fontes vivas, através da história oral, ou nas documentações, vestígios e monumentos de eras passadas, ecos que nos chegam do que já se foi. E ainda construções, analisáveis como o modo como pessoas e instituições interpretavam e projetavam suas experiências individuais e coletivas.

Tal qual os sábios previstos na canção “Futuros amantes” de Chico Buarque ou o alienígena historiador da introdução do livro *Nações e Nacionalismo* de Eric Hobsbawm, buscamos “desvendar nos ecos de antigas palavras, fragmentos de cartas, poemas, mentiras, retratos” e também nos livros, polêmicas literárias e outros monumentos, os vestígios de civilizações que nos são estranhas. Ou aspectos mais profundos e complexos das que nos são familiares. Afinal, os povos, como os indivíduos com os quais convivemos cotidianamente, nunca nos são “livros abertos”, contendo sempre contradições e possibilidades de visões múltiplas.

Apoiando nas reflexões de Henry Rousso, podemos dizer que a memória, em um sentido básico do termo, é a presença do passado. Em uma definição lapidar, seria “uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional.” (ROUSSO, 2002: 94). Portanto, toda memória é, por definição, ‘coletiva’, seguindo a sugestão de Maurice Halbwachs (teórico de referência sobre o tema, desde 1920-30), e seu atributo mais imediato seria, novamente conforme Rousso, garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. Mas essa percepção difere segundo nos situemos na escala do indivíduo ou na escala de um grupo social, ou mesmo de uma nação.

Já para Maria Inês Mudrovic, a definição de memória coletiva seria diferente. Para ela, “A memória coletiva é uma representação narrativa, ou seja, um relato que um grupo possui de um passado que, para alguns dos membros que o integram, se estende mais além do horizonte da memória individual.” (MUDROVIC, 2009: 104). Portanto,

o que denominamos memória coletiva de um grupo é um discurso narrativo que tem como sujeito esse mesmo grupo e que tenta dar sentido a eventos ou experiências relevantes de seu passado. Para que a soma de recordações individuais de uma experiência compartilhada se transforme em memória coletiva ou recordações partilhadas, ela deve poder integrar-se num relato aceito como relato genuíno “do que ocorreu” [...]. (MUDROVIC, 2009, p. 105).

A memória, como ainda abordou muito bem Michel Pollack (1989; 1992), é um campo de disputa, sendo que no campo da memória coletiva, esta que não cabe apenas ao indivíduo, mas que inclui aspectos que a própria figura talvez nem tenha visto, certos aspectos ficam na periferia de uma “memória oficial”, como a memória nacional, que busca ter um caráter uniformizador. Estas memórias subterrâneas não desaparecem, mas sobrevivem, com

um grau de ressentimento, sendo transmitidas, sobretudo oralmente, entre as gerações e à espera de reconhecimento.

A abordagem de tais memórias subterrâneas tem tomado destaque nas últimas décadas, seja na historiografia ou mesmo na produção de espaços físicos de culto ao passado como os memoriais e os museus. Percebemos que diversas são as percepções sobre as características e dilemas da sociedade contemporânea nesta temática. Uma das de grande impacto é a que enfatiza a noção de fragmentação da identidade cultural do sujeito na contemporaneidade, segundo a abordagem de Stuart Hall (2003), com a emergência de diversas identidades culturais ansiosas por se verem representadas. Fragmentação esta que estaria associada a uma pulverização da noção de um saber universal e uma crise da noção de “verdade”, ocorrida na segunda metade do século XX. Assim, se por um lado, multiplicando e enriquecendo as reconstruções que uma sociedade faz sobre si, por vezes corre o risco de aparentar um caleidoscópio sem lógica visto que qualquer busca por uma universalidade é aparentemente reprimida em meio a tantas vozes falantes para ouvidos determinados⁹.

A crise da noção das verdades por vezes é associada a uma crença mais profunda na falência do projeto iluminista ocidental. Tal projeto haveria inaugurado uma modificação na sociedade que paulatinamente teria interiorizado uma concepção de progresso contínuo, ou seja, uma noção cada vez maior de um “futuro presente”, facilmente exemplificado pela força da concepção de revolução, seja ela burguesa ou de matriz socialista, desejada ou temida no decorrer dos séculos XIX e XX. A crise que teria se instalado no final do século XX haveria modificado essa percepção, provocando uma quebra das expectativas grandiosas voltadas para o futuro, no que tange a amplos projetos sociais. À queda desta expectativa quanto aos “futuros presentes”, conforme a interpretação de Andreas Huyssen (2010), emergiria a substituição por uma intensa busca pelo passado, como um elemento de reconforto. Aos “futuros presentes” passaríamos então aos “passados presentes”, que alguns podem ver como uma certa melancolia difundida, um desejo cada vez maior de aparentemente tudo lembrar.

A emergência destes discursos de memória, conforme a hipótese apresentada no presente texto estaria tanto relacionada à percepção quanto à suposta falência do projeto iluminista (algo que aparentemente chegaria a um momento ainda mais intenso com a queda do Bloco Socialista, representando, para muitos, a derrocada do projeto revolucionário socialista) quanto ao estabelecimento dos novos movimentos sociais, reivindicantes de identidades particulares. Representaria, assim, como dois lados de uma moeda, ao mesmo

⁹ Parte destas questões são abarcadas em ROUANET, 1993.

tempo que certa melancolia pela menor crença num futuro grandioso, também uma saída para lidar com o passado de grupos excluídos das narrativas hegemônicas então difundidas. Huyssen ajuda a clarear a relação com os movimentos sociais quando fala, ainda que sem maior desenvolvimento da ideia:

Discursos de memória de um novo tipo emergiram pela primeira vez no ocidente depois na década de 1960, no rastro da descolonização e dos novos movimentos sociais em busca por histórias alternativas e revisionistas. A procura por outras tradições e por tradições dos “outros” foi acompanhada por múltiplas declarações do fim: o fim da história, a morte do sujeito, o fim da obra de arte, o fim das metanarrativas. (HUYSSSEN, 2000, p. 10)

Seguindo o argumento de Huyssen, esses discursos de memória aceleram na Europa e EUA na década de 1980 com rememorações (ou “movimentos testemunhais”) em torno de várias efemérides, sobretudo relacionadas ao Holocausto e a etapas da Segunda Guerra Mundial, prosseguindo nos anos 1990. Na América Latina também se destacaria em tal efeito, sobretudo quanto aos traumas oriundos das ditaduras militares sofridas nos países da região, principalmente com a ênfase da necessidade de lembrar dos inúmeros desaparecidos devido a ações destes regimes. Deste modo, conforme o autor, a mudança também seria de uma consciência temporal da alta modernidade do ocidente que buscava garantir o futuro para uma consciência temporal do final do século XX e agora deseja assumir a perigosa tarefa de assumir a responsabilidade pelo passado.

A aparente necessidade de tentar “tudo lembrar” é interpretada por Huyssen com a hipótese de que seria o fruto de uma tentativa de combater o medo e o perigo do esquecimento, sobretudo de eventos traumáticos como os citados no parágrafo anterior, utilizando estratégias de sobrevivência de rememoração públicas e privadas.

O fato de tudo querer lembrar (ênfático o “querer” posto a consciência que é impossível não selecionar, delimitar, ou, usando a abordagem de Michel Pollak, “enquadrar”), necessário ponderar, carrega um problema. Para além da ótica do caleidoscópio, já dita acima e que, como indicado através da lembrança dos movimentos sociais, pode enriquecer a memória construída sobre uma sociedade. O problema é que para o historiador que tente tudo abarcar, sem um necessário e doloroso recorte, restaria apenas a frustração e caso fosse possível conseguir, viveria tal qual o personagem do conto *Funes, el memorioso* de Jorge Luis Borges, que de tudo recordar, nada esquecer, não consegue relatar um dia sem demorar mais 24 horas, sentindo de sua memória “um depósito de lixo”. Ou ao Dom Quixote, de Miguel de Cervantes, que “tanto naquelas leituras se enfrascou, que passava as noites de claro em claro e

os dias de escuro em escuro, e assim, do pouco dormir e do muito ler, se lhe secou o cérebro, de maneira que chegou a perder o juízo” (CERVANTES, 2002, p. 32).¹⁰

No caso da memória nacional brasileira sobre a ditadura militar, podemos retomar o conceito de “memória subterrânea”, anteriormente apresentado, para trabalharmos a questão racial. Embora o Brasil tenha uma enorme população negra e o século XX tenha sido demarcado por uma enorme mobilização de cunho racial que cruzou o mundo, pouco se vê e pouco se estuda sobre a situação do negro brasileiro no período, sobretudo no contexto anterior à segunda metade da década de 1970, quando, em meio à rearticulação dos movimentos sociais, há a criação do MNU, o Movimento Negro Unificado. A ausência do papel do negro pode ser vista como o estabelecimento de uma memória oficial quanto à história brasileira que pouco enfatiza a agência dos negros em mobilizações políticas. E, no período da ditadura militar, um “enquadramento da memória” que buscou enfatizar, desde os anos 1980, o papel da esquerda revolucionária e resistente ao governo militar. Enquadramento este também expresso na historiografia e, para o interesse de nossa análise, na historiografia sobre a canção.

Apresentada essa discussão mais conceitual quanto aos “lugares da memória” na historiografia, desenvolveremos em seguida uma abordagem da situação do negro brasileiro em meio à mobilização negra internacional nos anos 1960, enfatizando a cultura musical.

Mobilização racial e arte engajada nos anos 1960.

No contexto dos anos 1960 e 1970 é considerado que as esquerdas, afastadas do campo político, apresentavam uma atuação de destaque no campo artístico, através da chamada “arte engajada”. Pensando na música de cunho engajado, são geralmente destacados pelos estudiosos do período dois grupos. Um, nacional-popular, que busca a valorização da cultura popular brasileira, das mazelas do povo e sua mobilização para a revolução social; e outro, Tropicalista, que, a partir de 1967, busca “retomar a linha evolutiva da música popular brasileira”, mesclando os temas populares com a referência pop e da contracultura.

O engajamento quanto à questão racial no cenário musical, no entanto, é geralmente atribuído aos anos 1970, sobretudo na segunda metade da década, em meio à renovação dos

¹⁰ Para uma reconfortante consideração sobre a necessidade de esquecimento para o ofício do historiador, ver MITRE (2003). Sobre a historiografia e a memória ver: MUDROVIC (2009); MENEZES (2009). Ou ROUSSO, Henry (2002). Todos estes textos listados de forma mais completa na bibliografia final.

movimentos sociais¹¹. Santuza Naves (2010) ressalta a chamada *Black Music* (sobretudo o estilo *soul*) como um tipo de canção engajada com os movimentos de afirmação da cultura negra, sendo introduzida no Brasil, segundo a autora, nos anos 1970 por Tim Maia. A autora ainda afirma que a *black music* se insere na tradição das canções engajadas por uma maneira diferente, através da ‘atitude’ assumida em detrimento do posicionamento expresso através da letra, utilizando, além do som associado à cultura negra, também signos como o penteado *Black Power*, um estilo específico de vestimenta (camisas estampadas, calças bocas de sino...) e uma coreografia característica (2010, p. 129).

Quando visualizamos melhor o período, o predomínio na memória de uma mobilização no campo musical partidária dos pressupostos do orgulho negro apenas na segunda metade da década de 1970 torna-se passível de problematização. No início dos anos 70 a figura de Tony Tornado destacou como um cantor negro de *soul* e *funk* influenciado pelo orgulho negro, ostentando um grande cabelo *black power* e que preocupava os dirigentes militares por apresentar em performances o punho cerrado, tido como símbolo do grupo paramilitar estadunidense Partido dos Panteras Negras¹². Conforme a dissertação de Amanda Palomo Alves (2010), Tornado teria morado nos EUA e retornado ao Brasil no final dos anos 1960 com fortes influências da sonoridade *soul* e *funk* e também das propostas dos Panteras Negras. O artista apresentou uma curta carreira fonográfica, iniciada após o sucesso da canção “BR-3” apresentada no V FIC em 1970, na qual foram lançados apenas dois LPs, entre 1971 e 1972, e mais alguns compactos, antes do artista se enveredar definitivamente na carreira de ator. Nesta pequena produção a denúncia do preconceito racial é evidente em canções como “Juízo final”, “Se Jesus fosse um homem de cor”, “Sou negro”, “Uma idéia” todas analisadas nos trabalhos de Palomo tanto pela sonoridade *black* quanto pelo uso das temáticas relacionadas à temática do preconceito racial.

Antes dele, porém, outro cantor negro brasileiro, de ainda maior respaldo popular, já demonstrava preocupações com o racismo e com a afirmação de uma identidade positiva do negro: o polêmico Wilson Simonal. Cantor que inicialmente se destacou como intérprete de Bossa-nova (acrescida de pitadas de *blues* e *gospel*), logo se enveredou por um caminho

¹¹ Um livro considerado basilar quanto aos novos movimentos sociais e produzido no “calor do momento” é SINGER, Paul & BRANT, Vinícius C. (Org.) São Paulo: O povo em movimento. Ed. Vozes, RJ, 1980. 234p. Especificamente sobre o movimento negro brasileiro são úteis o artigo de Barcelos (1996), indicado na bibliografia final do presente texto; e também CARDOSO, Marcos. *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-2008*. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2011. 240p; e PINTO, Regina Pahim. *O Movimento Negro em São Paulo: Luta e identidade*. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2013. 437p.

¹² Informações sobre a atuação e influência de Tony Tornado podem ser lidas no capítulo “O preto que ri” in ALONSO, 2011, p. 79-141, sobretudo entre as páginas 114 e 126.

musical de pretensão mais popular, a chamada Pilantragem; conseguindo amplo sucesso no final dos anos 1960 e chegando a vender entre 500 e 600 mil discos em 1969, quase o dobro do que o seu principal rival em vendas, Roberto Carlos (ALEXANDRE, 2009: 167). Simonal também se destacava por sua habilidade de interação com a plateia nos shows e nos programas de TV que apresentou desde 1965 até o final da década e que eram retransmitidos em rede nacional. Completando a apresentação do personagem, o cantor não se destacava por um posicionamento pela revolução social ou denúncia ao regime vigente, pelo contrário, demonstrando bons olhos e apoio para com o regime ditatorial instaurado no país em 1964.

Apresentada a trajetória do artista, torna-se intrigante o seu desaparecimento até recentemente da história da música brasileira. Um excesso de exposição midiática (uma incipiente idolatria) e a tentativa de nova roupagem da carreira, com novos músicos e referências musicais, podem ter contribuído para o ostracismo de Simonal. Contudo, o fator de maior contribuição para tal parece ter sido o seu envolvimento em um processo judicial referente à prisão e tortura de seu contador, no qual Simonal teria assinado um controverso documento no qual se declarava um colaborador do DOPS. Porém, independente da veracidade do documento citado, o fato de Simonal não ter visto problemas em ter sua imagem associada à do instrumento repressivo do regime na tentativa de se inocentar no processo judicial enfatiza seus bons olhos ao governo e justifica a ojeriza a ele por parte de muitos setores ligados à esquerda e/ou resistência ao regime. A exclusão de Simonal da memória social acabou sepultando também o importante aspecto de sua preocupação com a existência do preconceito de cunho “racial”, algo que era contestado no mundo afora.

O Brasil, conforme a imagem oficial apresentada pelo governo, era visto como uma exceção em um contexto conturbado. A questão do negro destaca-se como um tema central na segunda metade do século XX. A percepção de que os estigmas do *racialismo*¹³ e a opressão ao homem negro atingem diversas regiões do mundo estimula o fortalecimento de um tipo de identidade racial positiva, emblema reivindicado por movimentos como *Black is Beautiful* (nos EUA), *Négritude* (no Caribe francófono e Senegal) e *Panafricanismo* (em várias regiões do continente africano) e presente também nas mobilizações contra as segregacionistas leis *Jim Crow* estadunidenses. Tais movimentos se apresentam com forte conotação política, alcançando amplas proporções do pós-Segunda Guerra às décadas de 1970 e 80, momento de

¹³ Concepção pretensamente científica desenvolvida na Europa no decorrer dos séculos XVIII e XIX que considera a humanidade hierarquicamente dividida em “raças”, uma espécie de prisão biológica a partir dos fatores fenotípicos da cor da pele, que pré-concebe e determina não apenas aspectos físicos, mas também morais e psicológicos. Destacou-se entre estes, o Conde Arthur de Gobineau e Ernest Renan, entre outros.

acirramento dos embates em torno da descolonização dos países africanos e dos direitos civis dos negros nos EUA.

Antenado às mobilizações estadunidenses, ainda em 1967, Simonal compôs junto a Ronaldo Bôscoli, a canção “Tributo ao Martin Luther King”, enfatizando a importância da luta dos homens de cor e clamando ao pastor estadunidense (e aos ouvintes) a permanecer na luta pela paz. Luther King foi um pastor estadunidense de grande impacto nas manifestações pacíficas pelos Direitos Civis, sendo amplamente conhecido seu discurso “Eu tenho um sonho”, proferido em 1963 e que pregava a igualdade entre brancos e negros. A canção chegou a ser censurada em 1967 por divergir bruscamente com a visão oficial, mas Simonal conseguiu lançá-la, em single de sucesso. A canção ainda era melodicamente antenada à mobilização internacional, apresentada como um *spiritual*, um dos ritmos empregados pelos negros americanos. Como ressalta Stuart Hall sobre a cultura negra, “o povo da diáspora negra tem (...) encontrado a forma profunda, a estrutura profunda de sua vida cultural na música.” (HALL, 2003, p.324) Em 1971, junto ao mesmo Bôscoli, ainda compôs a canção “África, África”, valorizando a herança africana, um dos valores do orgulho negro¹⁴.

A título de reflexão, chamo a atenção para a relação entre o predomínio de uma esquerda revolucionária na temática da chamada MPB anterior à segunda metade dos anos 1970 e a exclusão de um discurso que trate unicamente da “questão racial”. Essa exclusão, importante ressaltar, **não** se explicaria por uma falta de interesse das esquerdas para com o problema dos negros. Pelo contrário, a interpretação costumeira de esquerda, não sem razão, é a de que a discriminação racial que era combatida mundialmente, seja na luta pelos direitos civis nos EUA ou pela descolonização em África, é fruto de uma ordem social injusta, que prega a exploração do homem pelo homem. Essa linha de interpretação, naturalmente, exclui aqueles que combatam a discriminação e o preconceito ao negro sem se manifestarem contra a estrutura da sociedade capitalista e teria sido compartilhada pelos produtores da historiografia do período, esta produzida sobretudo a partir da década de 1980, período que paralelamente viu a ascensão das temáticas da memória, como ressaltado no início deste texto.

Assim, artistas como Wilson Simonal e mesmo o altamente militante Tony Tornado não são nomes comuns no que se refere à música reconhecida como militante por uma causa

¹⁴ Informações detalhadas sobre a biografia de Simonal e relatos de sua preocupação racial são encontrados em ALEXANDRE, Ricardo. *Nem vem que não tem* e no documentário dirigido por Cláudio Manuel e outros, “Ninguém sabe o duro que dei”. Embora com objetivo e abordagem bastante diversa da aqui estabelecida, a obra de ALONSO, Gustavo. *Simonal ou Quem não tem Swing* também é uma obra importante para a compreensão do cantor.

do período. Quando o modelo revolucionário de ação política perde sua força, com a derrota dos grupos guerrilheiros, consolidada em 1974 com a queda do foco guerrilheiro no Araguaia, fenômeno paralelo com o gradual fortalecimento dos novos movimentos sociais, nomes relacionados diretamente e/ou unicamente à causa negra começaram a aparecer com menor oposição de uma “patrulha ideológica”¹⁵ no período. A historiografia sobre o período parece ter acompanhado essa tendência tendo, até recentemente, ignorado a produção relacionada à identidade negra e, sobretudo, àquela anterior ao surgimento do Movimento Negro Unificado, em 1978. O presente texto, portanto, busca pontuar esta questão demonstrando um exemplo de mobilização pela questão racial ainda na década de 1960, esta que teve tamanho impacto na mobilização negra mundo afora.

À guisa de conclusão, vale ressaltar que nem Toni Tornado, nem tampouco Wilson Simonal pretendiam organizar um levante negro ou algo do tipo. Mas se posicionavam publicamente quanto a algo que lhes afetava. Agiam, assim, como vetores de valores da contestação racial que eclodia por várias regiões do mundo. Seus públicos eram assim inseridos, de maneira introdutória, em debates que no Brasil seriam difíceis de serem vistos de maneira mais ampla por outros canais de tamanha repercussão devido à desarticulação do movimento negro nacional, assim como ocorreu em outros setores organizados da sociedade, pelo mesmo governo que Simonal, em outros aspectos, legitimava.

Bibliografia:

AARÃO REIS FILHO. Ditadura e sociedade: reconstruções da memória. In: AARÃO REIS; RIDENTI; MOTTA (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)* EDUSC, 2004. P. 29-52.

ALEXANDRE, Ricardo. *Nem vem que não tem: a vida e o veneno de Wilson Simonal*. São Paulo. Globo. 2009.

ALVES, Amanda Palomo. *O Poder Negro na Pátria Verde e Amarela: Musicalidade, Política e Identidade em Tony Tornado (1970)*. (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-graduação em História, Maringá, 2010. 137 p.

ALONSO, Gustavo. Simonal. *Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga: Wilson Simonal e os limites de uma memória tropical*. Rio de Janeiro, Record, 2011.

BARCELOS, Mobilização racial no Brasil: uma revisão crítica. In: *Afro-Ásia*. Salvador, Bahia. No. 17, 1996. P. 187-210.

BERND, Zilá. *O que é negritude*. Editora Brasiliense. São Paulo. 1988.

¹⁵ Maiores informações sobre as patrulhas ideológicas são vistas em HOLLANDA; PEREIRA, 1980.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. P. 231-247.

_____. Que “negro” é esse na cultura negra? In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p. 317-330.

MENEZES, Ulpiano T. Cultura política e lugares da memória. In: AZEVEDO, Cecília... [et al.] (Orgs). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009. Pg. 445-463.

MITRE, Antônio F. História, memória e Esquecimento. In: *O dilema do Centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. Pg. 11-28.

MUDROVIC, Maria Inés. Por que Clio retornou a Mnemosine? In: AZEVEDO, Cecília... [et al.] (Orgs). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009. Pg. 101-116.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Traduzida por Dora Rocha Flaksman. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e Identidade Social. Transcrita e traduzida por Monique Augras. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POULOT, Dominique. *Museu e museologia*. Autêntica editora Ltda. Belo Horizonte. 2013. 160p. NAVES, Santuza Cambraia. *Canção popular no Brasil*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2010.

ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz. Memória, História e Autoritarismos. In: *A construção social dos regimes autoritários*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2011. Vol.2.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. Pg. 93 – 101.

A juventude americana e francesa no cinema dos anos 1950: um estudo comparado

Carlos Vinicius Silva dos Santos
Doutorando em História Comparada
PPGHC-UFRJ
carlosvsdosantos@gmail.com

RESUMO: O presente texto estuda a consolidação da cultura jovem nas sociedades dos Estados Unidos da América (EUA) e da França na década de 1950, bem como da representação da juventude, através da produção cinematográfica selecionada destes países, em consonância às transformações socioculturais observadas naquelas sociedades. Além disso, analisa os parâmetros de construção de um retrato específico da juventude.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude; Cinema; Estados Unidos da América; França; Década de 1950.

ABSTRACT: This work examines the consolidation of youth culture in the societies of United States of America and France in the decade of 1950, while studies the characterization of youth in the cinematographic production of those countries, searching the cultural questions of adolescence. In addition, the parameters utilized by cinematographic industry to construct a specific kind of juvenile portrayal are also analyzed.

KEYWORDS: Youth; Cinema; United States of America; France; 50's.

Introdução

O texto que se segue constitui-se como um conjunto sucinto das reflexões provenientes da pesquisa da qual se originou a dissertação de mestrado homônima, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, do Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-IH-UFRJ). Esta teve como objetivo abordar a representação cinematográfica da juventude, construída em produções selecionadas de Estados Unidos e França, realizadas durante a década de 1950. Em sentido amplo, intentou-se examinar a atmosfera de transformações socioculturais que tomaram forma nestas duas realidades nacionais no período mencionado optando-se, assim, pela faixa etária juvenil por considerar ser este o grupo social que tem maiores capacidades de exemplificar a conjuntura de transformações analisada. Quanto à tipologia do *corpus* documental privilegiado, as produções cinematográficas, levou-se em conta a potencialidade desta espécie de fonte em possibilitar o acesso do pesquisador às representações da sociedade no tempo e no local onde determinada obra fílmica é produzida. Não obstante, o conjunto de películas estudadas ocupou não simplesmente o lugar de documento para a pesquisa que se constituía, porém,

igualmente, o papel de objeto, sendo consideradas na relação existente com seus contextos de produção, nos âmbitos econômico e político, mas principalmente, enquanto produtos culturais, artísticos das sociedades em apreço. Para Michèle Lagny, as imagens cinematográficas evidenciam muito mais sobre a percepção que se tem da realidade do que sobre a realidade propriamente dita, sendo, assim, notadamente profícuas no que se refere às reflexões concernentes à noção de representação, de imaginário social e de identidade cultural (LAGNY, 2009). Ademais, e apesar de não se voltar à representação cinematográfica propriamente dita, a consideração do conceito de representação, como proposto por Roger Chartier, possibilita uma valiosa via de reflexão quanto aos arquétipos juvenis produzidos no cinema¹⁶.

Assim sendo, foram escolhidas as obras *Sementes da violência* (*Blackboard jungle*, dir.: Richard Brooks – 1955), *Juventude transviada* (*Rebel without a cause*, dir.: Nicholas Ray – 1955) e *Como agarrar um milionário* (*How to get a millionaire*, dir.: Jean Negulesco – 1953), para o cenário dos Estados Unidos, enquanto que, naquilo que concerne à França, optou-se por *Os incompreendidos* (*Les quatre cents coups*, dir.: François Truffaut – 1959), *Acosado* (*À bout de souffle*, dir.: Jean-Luc Godard – 1960) e *E Deus criou a mulher* (*Et Dieu créa... la femme*, dir.: Roger Vadim – 1956). Estes títulos mereceram destaque devido ao sucesso que alcançaram quando de seu lançamento, e mesmo posteriormente, transformando-se em produções cinematográficas icônicas da década de 1950. Além disso, os filmes eleitos possuem claro diálogo com temas em voga nas sociedades de Estados Unidos e França, no período. Veiculando personagens jovens, as películas examinadas traziam à tela grande pontos nevrálgicos dos debates em andamento naquelas sociedades quanto ao surgimento da juventude enquanto ator social significativo, autônomo em suas demandas e características, guardadas as especificidades de cada uma das produções.

Desta maneira, o conjunto de filmes tratado aborda a juventude salientando os dilemas e impasses, as idiossincrasias próprias desta parcela populacional que se fazia singularmente presente na geração do pós-Segunda Guerra Mundial. Diferenciando-se das gerações anteriores, os jovens da década de 1950 alcançam uma particular autonomia, alicerçada na postura de consciente diferenciação do restante do corpo social. Sabendo-se em um estágio especial de suas vidas, os jovens captam no pertencimento a uma determinada faixa etária um elemento de coesão que acaba por se materializar em forte elo de

¹⁶ Refiro-me aos títulos *À Beira da Falésia* e *A História Cultural: entre práticas e representações*, do citado autor.

identificação, consolidando a juventude enquanto grupo social coerente no qual a faixa etária estabelecia-se, igualmente, como elemento suficiente para assegurar a legitimidade individual. Perceber-se, e ser percebido, enquanto jovem implicava a participação em uma série de caracterizações, de ordem interna, psíquica e pessoal, por um lado, mas também de ordem externa, nos costumes, vestimentas, maneirismos, gostos, bem como no consumo de uma cultura que se afirma eminentemente juvenil, por outro.

Autodeterminada pelo pertencimento àquela faixa etária, a coesão social da juventude desconsidera, ao menos parcialmente, outros elementos de identificação grupal tradicionalmente utilizados como a raça, a religião, a classe social. Assim, evidenciava-se na juventude a aderência aos valores democráticos integrados às retóricas nacionais de Estados Unidos e França, desde há muito tempo e, em consonância ao clima instituído pela geopolítica da Guerra Fria, fortemente e constantemente reafirmados ao longo da década de 1950. Democrática, a cultura jovem não tarda a se internacionalizar, desconsiderando barreiras culturais, étnicas ou fronteiras políticas. Deste modo, a juventude que eclode nos anos de 1950 cristaliza-se como um novo ator social que ativamente busca a inserção na sua realidade social imediata, não podendo ser ignorado pelo restante do conjunto social. Diante deste panorama, as sociedades americana e francesa viram-se na difícil tarefa de absorver as demandas desta parcela da população de maneira a suavizar o impacto de tamanha transformação na ordem cultural estabelecida.

O arquétipo juvenil construído pelo cinema

Fundamentada sobre a noção de ampliação da liberdade de ação do indivíduo, a cultura juvenil passa a ser caracterizada pelas parcelas sociais mais tradicionais através de um conjunto de propriedades que pretendiam materializar um constructo fechado do indivíduo jovem arquetípico. Dentro deste conjunto de propriedades, a juventude figura enquanto fútil, hedonista, libertária, permissiva quanto às suas condutas morais, em especial naquilo que concerne à sexualidade, despolitizada e eminentemente contrária aos padrões sociais tradicionais. Diante destas caracterizações torna-se evidente a ideia de ruptura da nascente cultura jovem em consideração aos valores tradicionalmente aceitos e reconhecidos como adequados pelas sociedades dos países examinados. Se permissiva, fútil, hedonista e libertária, a cultura da juventude da década de 1950 torna-se improdutiva, de pouco valor, voltada ao prazer e à busca de satisfações imediatas. Despolitizados, os jovens não apresentariam quaisquer preocupações referentes ao futuro da nação, o que implicava ignorar o papel de cidadão ativo na consecução do desenvolvimento do país, comprometidos com os

mais nobres valores nacionais, assumindo a posição patriótica que deveria ser intimamente desejada por cada indivíduo.

Esta última questão, se presente no debate francês sobre a juventude, possui significação muito mais aprofundada no contexto americano, tanto pela presença do patriotismo na retórica nacional, historicamente, quanto pela especificidade política do período, quando os Estados Unidos travavam uma ruidosa batalha ideológica contra o comunismo, personificado na União Soviética, principalmente¹⁷. Considerando os perigos que a ideologia comunista representava nos discursos acalentados pelos governos americanos no pós-Segunda Guerra, esperava-se que aos jovens coubesse a ação de defensores primordiais dos valores americanos, posição esta que a cultura juvenil parecia negar.

Neste contexto, a indústria cinematográfica de Estados Unidos e França absorvem a cultura da juventude por motivos e através de formas bastante distintas. Enquanto o cinema da Califórnia entra em crise a partir de fins da década de 1940 devido, dentre outros fatores, à ação antitruste movida contra os estúdios pela Suprema Corte americana, às barreiras políticas erigidas pela forte e amarga retórica anticomunista e pela inesperada concorrência da televisão, levando à reformulação dos roteiros e temáticas das produções, com o advento dos filmes adolescentes, o negócio cinematográfico da França assiste à entrada da juventude como pressão externa que acaba por tomar de assalto toda a consolidada indústria do cinema nos anos finais da década de 1950. Esta indústria nacional, apesar de rentável, encontrava-se distanciada das novas demandas culturais presentes naquela sociedade, recebendo críticas de setores intelectualizados que terminam por propor uma nova estética ao cinema francês. Apesar de breve, o movimento do cinema jovem eternizado no termo *Nouvelle Vague* consegue lançar alicerces que permanecerão vigentes mesmo depois de passada a “onda”. Estes alicerces consolidariam a intensidade da cultura juvenil daquele momento histórico. Tratava-se de um movimento afirmado por jovens, para os jovens, em contato direto com a cultura juvenil e em oposição aos padrões sociais/morais/culturais/estéticos vigentes no velho cinema francês.

Sementes da violência e Os incompreendidos veiculam as tensões entre o jovem, sua realidade imediata (a família, a escola) e a sociedade. No filme dirigido por Richard Brooks, a

¹⁷ Além da União Soviética, a China despontava como uma ameaça comunista igualmente perigosa, no horizonte ideológico americano, na década abordada.

postura conservadora¹⁸ sobre a qual se assenta o enredo, desde o prólogo inicial, evidencia a tentativa de se controlar e neutralizar o desenvolvimento da cultura jovem, coadunando-se com forças presentes na sociedade americana. Diretamente relacionada à delinquência juvenil nas escolas, as demandas culturais da juventude representam, segundo aquela trama, um perigo real para a ordem e para os valores da nação, sem que sejam problematizadas as possíveis razões pessoais e sociais da rebeldia dos jovens estudantes. Em *Sementes da violência*, o claro viés maniqueísta do enredo imputa todo o mal a uns poucos estudantes impossíveis de se recuperar, enquanto o bem cabe ao professor que, guiado pelos nobres valores americanos do patriotismo, do trabalho, da diligência e da dedicação, será capaz de restaurar a harmonia nos demais jovens, que se tornarão comprometidos com os valores citados, sendo a escola um instrumento salvacionista responsável pela única forma digna de inserção social daqueles rapazes, oriundos das camadas de origem imigrante presentes na base da pirâmide social americana.

Em *Os incompreendidos*, opostamente, Truffaut tece uma abordagem realista e honesta da juventude, ensaiando uma análise profunda da psicologia de um jovem adolescente incapaz de encontrar o lugar que lhe cabe na sociedade. Nesta obra, o espectador é testemunha das angústias que cercam Antoine Doinel. Acompanhando o protagonista na sua vida íntima, familiar, no seu áspero cotidiano escolar, nas suas caminhadas pela cidade de Paris, o que se vê é a falta de expectativas de um jovem que busca incessantemente sua liberdade, diante de uma realidade coercitiva da qual parece não poder escapar. O desenlace da película, com Doinel encarcerado em uma inadequada instituição para delinquentes juvenis, fugindo em direção à praia aonde, chegando ao fim do caminho, continua a ansiar por encontrar seu destino, é representativo da juventude francesa do final dos anos de 1950 que, não tendo participado dos significativos eventos da história recente daquela nação¹⁹, não se sente totalmente integrada àquela sociedade e aos valores emanados dela.

As representações juvenis operadas em *Juventude transviada* e *Acosado* são pautadas, por outro lado, na propensão juvenil à violência e a um comportamento sexual notadamente liberalizado. A relação da eleição destas características, como as bases do constructo juvenil realizado nestes filmes, com o contexto de debates sobre a juventude em desenvolvimento nas sociedades elencadas mereceu, igualmente, detida observação. Nestes

¹⁸ Saliento que o termo “conservador” não é utilizado no texto possuindo qualquer conotação político-partidária, mas apenas buscando caracterizar uma postura de maior proximidade aos parâmetros tradicionais das sociedades em questão, observadas em alguns setores destas mesmas sociedades.

¹⁹ Refiro-me à capitulação francesa diante dos exércitos alemães, no início da Segunda Guerra Mundial, à instauração da República de Vichy, e aos movimentos de resistência à invasão alemã.

debates evidenciaram-se as distintas reações das sociedades de Estados Unidos e França frente às tensões propiciadas pelo surgimento da juventude como parcela ativa no interior do corpo social, realizando questionamentos, portando demandas culturais próprias, sinalizando exigências que iam de encontro aos parâmetros em execução naquele momento, especialmente nos âmbitos social e cultural.

Destarte, se a veloz e surpreendente elevação do jovem provocou, nos Estados Unidos, uma série de políticas de Estado singularmente voltadas a esta parcela populacional, ao longo da década de 1950 e início da década seguinte, as quais pretendiam acarretar a reflexão sobre os jovens de forma a compreendê-los e controlá-los, levou, do mesmo modo, à afirmação de uma postura conservadora emanada de parcelas tradicionais da sociedade americana. Segundo as críticas surgidas, a consolidação de uma cultura jovem devia-se à crise, à erosão dos valores mais caros ao *ethos* americano e, dito isto, os fundamentos sobre os quais se baseavam a especificidade americana, responsáveis pelo caminho de sucesso trilhado por aquela nação desde a sua independência, encontrar-se-iam ameaçados por um novo e suspeito conjunto de valores, que provavelmente ocasionariam a degenerescência daquele povo (PASSERINI, 1996).

Naquilo que se refere ao caso francês, a sociedade, acometida pela ofensiva cultural da juventude, busca compreendê-la e assimilá-la, o que se traduz no surgimento de um numeroso conjunto de pesquisas jornalísticas, sociológicas e antropológicas que objetivavam delimitar as características básicas daquela geração de jovens, tentando esclarecer as maneiras pelas quais estavam ocorrendo as interações sociais internas a este grupo etário, por um lado, e em relação ao restante do corpo social, por outro (BAECQUE, 2009). Paralelamente, a tempestiva aparição da juventude era percebida nas publicações periódicas, na publicidade das revistas, na música, na literatura e, principalmente, no cinema. Os valores comportamentais que os guiavam marcam a especificidade da transformação cultural em curso. A França rejuvenesecera.

Nesta atmosfera, a influência da cultura de massa no vertiginoso desenrolar da cultura jovem é apontada tanto nos Estados Unidos, quanto na França. O processo funciona como se houvesse uma auto alimentação que o impulsionaria: primeiramente, a juventude afirma sua autonomia, tornando-se elemento presente na cultura de massa; em um segundo momento, diante de sua inserção na cultura de massa, os jovens são influenciados pela representação da juventude fabricada pelos meios midiáticos, adaptando seus códigos comportamentais àquelas representações que, inicialmente, foram cunhadas observando-se a

autonomia afirmada por esta mesma juventude, que ascendia culturalmente; posteriormente, a indústria da mídia, em constante observação do desenrolar do processo, realiza alterações em suas representações, baseada nas mudanças percebidas. Portanto, o diálogo firmado entre realidade e representação, neste ambiente, acaba por acelerar e intensificar a definitiva afirmação da cultura juvenil.

Juventude transviada traz a juventude suburbana do *High School* de classe média para as telas. A escola, que também se encontra presente no enredo de *Sementes da violência* e de *Os incompreendidos*, figura como o lugar por excelência da sociabilidade adolescente pois, firmando laços no ambiente escolar, os jovens alcançam os clubes, as lanchonetes e outros locais por eles eleitos como lugar de interação social. A sociabilidade juvenil, demarcada pelo pertencimento a mesma faixa etária, leva ao contato e à troca de experiências dentro de uma mesma geração, uma vez que a tradicional aproximação entre as gerações começa a ser desconsiderada. Além da escola, a divisão hierárquica presente nos locais de trabalho acaba por colaborar pela interação entre os jovens, já que estes terminam por desempenhar funções profissionais dentro de estágios similares daquela hierarquia.

Distanciando-se enquanto grupo coeso e claramente delimitado do restante das camadas da sociedade, os jovens assumem um papel marcado pela alteridade. Considerando-se e sendo considerado como “o outro”, a não integração da juventude à sociedade da qual, para todos os efeitos, faz parte, leva a uma sensação de não pertencimento, com a juventude sendo classificada como representante de elementos que mantêm certa marginalidade com relação à sociedade, ideológica ou culturalmente. Deste modo, a relação entre a cultura jovem e a cultura negra na década de 1950, descortinada especialmente na música com o surgimento do *rock and roll*, pode ser compreendida através desta identificação de não pertencimento.

Em ambos os títulos, as personagens principais, masculinas e femininas, demonstram algumas características em comum. Enquanto que Jim Stark e Michel Poiccard são jovens homens corajosos e decididos em seus atos, apresentam-se emocionalmente fragilizados de forma a divergirem do arquétipo masculino tradicionalmente construído no cinema. Se Jim mostra-se angustiado frente à submissão de seu pai diante de sua mãe autoritária, Michel assume uma posição de dependência perante a mulher pela qual está apaixonado. As jovens Judy e Patricia, por outro lado, experienciam sua sexualidade através da desconsideração dos códigos morais em vigor, especialmente a última, que vive livremente em Paris, sozinha.

A liberalização feminina constituiu-se, por sinal, como o elemento norteador no exame das obras *Como agarrar um milionário* e *E Deus criou a mulher*, tentando-se

examinar as representações femininas produzidas nestes títulos em observância às tensões sociais do período no que se referia à controversa questão da posição da mulher nas sociedades em apreço. Nas películas dirigidas por Negulesco e Vadim as representações de mulher construídas são ancoradas, respectivamente, sobre o consumo e sobre a sexualidade libertária.

Tratando-se o primeiro filme de uma comédia romântica e o segundo de um drama, as produções interagem com a conjuntura de desenvolvimento econômico da década em questão, quando a feminilidade tornar-se-ia elemento publicitário na sociedade de consumo que se consolidava. Desta maneira, as jovens estrelas presentes nos *casts* destas narrativas, Marilyn Monroe e Brigitte Bardot, são projetadas como os modelos da nova feminilidade americana e francesa do período, livres, autônomas, independentes e em franca desconsideração aos antigos padrões morais ainda em atuação naquelas sociedades.

Nos papéis interpretados pelas citadas atrizes, Monroe vive uma ingênua e atrapalhada modelo fotográfica que, conjuntamente com suas amigas Page e “Loco”, buscam no matrimônio com homens ricos assegurar a felicidade através do consumo, enquanto que Bardot dá vida a uma jovem órfã que, em contato com a natureza litorânea de Saint-Tropez, exerce sua sexualidade com excessiva liberdade, desconsiderando a conduta moral existente e provocando a oposição dos moradores locais. Se *Como agarrar um milionário* não realiza uma abordagem aprofundada da inserção da mulher na sociedade americana, *E Deus criou a mulher* problematiza a nova feminilidade francesa, polemizando sobre um tema socialmente sensível através da forte erotização presente no enredo.

Existe, em ambas as tramas, um elemento pertencente aos roteiros responsável por aproximar todas as jovens mulheres integrantes das narrativas: a busca pela felicidade. Pola, Page e “Loco” apenas aceitam os casamentos de conveniência que figuram como o objetivo do plano que partilham por acreditarem residir no consumo a felicidade que almejam e que, aparentemente, nunca sentiram. Consoante à postura conservadora da finalização da película, as moças acabam por encontrar no amor, e no casamento animado pelo sentimento sincero, a felicidade que buscavam. Juliette, por seu turno, é feliz desde que possa vivenciar sua liberdade da maneira mais plena possível, mesmo que isso implique a desconsideração dos parâmetros comportamentais básicos constituintes do código moral em vigor. Ainda que casada, conceitos como fidelidade, reputação, família, honra, intrínsecos àquele estado civil, não podem ser por ela apreciados, pois funcionariam como limitadores de sua liberdade e, por conseguinte, de sua felicidade. Desta maneira, apesar de modernas e partícipes do surgimento

de uma nova feminilidade, as jovens mulheres dos anos de 1950 continuam a buscar a felicidade nos relacionamentos que podem firmar ou vivenciar, sejam estes duradouros ou não. A realização pessoal destas jovens não passa, em momento algum das tramas, pela tentativa em se assumir uma posição ativa dentro da sociedade, no âmbito da efetivação profissional ou do engrandecimento intelectual. Nas duas produções, e apesar da liberdade presente na representação de feminilidade veiculada em *E Deus criou a mulher*, não há uma verdadeira integração social das mulheres, cabendo-lhes o matrimônio na obra americana, ou a constante execração social, na obra francesa.

Considerações finais

Devido aos limites concisos do presente texto, não foi viável a apresentação de uma detida análise das fontes fílmicas acionadas durante a pesquisa, como realizado no texto dissertativo original, com o necessário escrutínio da linguagem cinematográfica, sobre a qual se assentam os documentos. De qualquer maneira, o exame das produções cinematográficas privilegiadas permitiu a abordagem de alguns aspectos da representação de juventude realizada nos anos de 1950. Nestas, os elementos da rebeldia, da delinquência juvenil, da sexualidade e da angústia perante uma realidade coercitiva configuraram-se como os aspectos basilares na formulação de um constructo que acabou por se cristalizar e por ultrapassar o período histórico no qual foi constituído, atravessando as décadas seguintes e chegando à atualidade. A análise das obras igualmente permitiu a observação detalhada dos contextos de transformações culturais presentes em Estados Unidos e França quando da produção destes títulos, possibilitando entrever as tensões envolvidas na relação conflituosa entre aquelas sociedades e a cultura jovem que eclodira. Ainda assim, é preciso ter em mente que o campo das mudanças culturais no recorte proposto é notadamente mais rico, caso sejam extravasados os limites concernentes à juventude.

Finalmente, deve-se salientar que existiram, no período estudado, outros elementos envolvidos na formulação do arquétipo de juventude, bem como outras produções cinematográficas que apresentaram personagens jovens pautados através de modelos comportamentais distintos. De qualquer forma, as obras analisadas exemplificam as representações que mais correntemente foram operadas, e igualmente, o arquétipo jovem que povoou o imaginário daquela década, o momento de consolidação da juventude.

Referências bibliográficas

BAECQUE, Antoine de. *La Nouvelle Vague: portrait d'une jeunesse*. Paris: Flammarion, 2009.

BALIO, Tino. (org.). *The American Film Industry*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1976.

BISKYND, Peter. *Seeing is Believing: Or How Hollywood Taught Us to Stop Worrying and Love the 50s*. London: Bloomsbury, 2001.

DIGGINS, John Patrick. *The Proud Decade: America in War and in Peace*. New York: W. W. Norton & Company, 1989.

FERRO, M. "O Filme: uma contra-análise da sociedade?". In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GILDEA, Robert. *France Since 1945*. New York: Oxford University Press, 2002.

LAGNY, Michèle. "O Cinema como Fonte de História". In: NOVOA, J.; FRESSATO, S.; FEIGELSON, K. *Cinematógrafo – Um olhar sobre a História*. Salvador, São Paulo: EDUFBA/Editora UNESP, 2009.

MARIE, Michel; JULLIER, Laurent. *Lendo as Imagens do Cinema*. Trad.: Magda Lopes. São Paulo: Editora Senac, 2009.

MASCARELLO, Fernando. *História do Cinema Mundial*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2006.

PASSERINI, Luisa. "A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950". In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. (Orgs.). *História dos Jovens: A Época Contemporânea*. Trad. Paulo Neves, Nilson Moulin, Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

História e Geografia no ensino de Eventos Traumáticos, uma iniciativa pluridisciplinar

Carolina Rehling Gonçalo

Mestranda em Geografia

Universidade Federal de Pelotas

Carolrg90@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo expor uma proposta de trabalho Pluridisciplinar unindo as disciplinas de História e Geografia, abordando a II Guerra Mundial, precisamente o lançamento da bomba atômica em Hiroshima, utilizando como recurso didático a seu favor, origami e literatura.

PALAVRAS-CHAVE: Bomba Atômica; Origami; Ensino; Pluridisciplinaridade.

ABSTRACT: This article aims to expose a proposal of a multidisciplinary work combining geography, and history, covering the World War II, more precisely the atomic bomb in Hiroshima. Literature and origami will be used as teaching resources.

KEYWORDS: Atomic bomb; Origami; Education/Teaching; Multidisciplinarity.

Introduzindo o tema

Direcionada a alunos oriundos da Educação Básica, a proposta aqui desenvolvida busca o trabalho pluridisciplinar entre as disciplinas de História e Geografia, na problematização sobre a II Guerra Mundial, o lançamento da bomba atômica na cidade de Hiroshima no Japão, utilizando origami e literatura a seu favor.

No cenário da emergência dos fascismos na Europa e do militarismo expansionista japonês, liderados respectivamente por Hitler, Mussolini e Hirohito causaram transformações radicais nos países envolvidos com suas políticas, alterando profundamente diversos campos como a cultura, o pensamento, a política, entre outros, deixando marcas visíveis até os dias de hoje (VIZENTINI, 1989).

Segundo Vizontini (1989), inserido nesse contexto estava o império Japonês, em guerra contra os Estados Unidos da América desde o final do ano de 1941, ou seja, quando realizaram o ataque a Pearl Harbor. Membro do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e possuindo um governo autoritarista em 1945, o Japão beirava um colapso devido ao esforço empreendido na guerra. Nessas condições, no dia 6 de agosto os EUA lançam a bomba atômica de Urânio sobre a cidade de Hiroshima.

Pluridisciplinaridade entre História e Geografia

Os problemas enfrentados no ensino, não se caracterizam por uma ou outra disciplina, de forma que a solução encontra-se ligada a diversos saberes. Faz-se necessário a busca por um trabalho diferenciado que possa atender satisfatoriamente os desafios atuais. Para a construção de conhecimentos significativos e de alunos críticos.

Observados diversos livros didáticos de 7^a e 8^a séries do Ensino Fundamental, e/ou 8^o e 9^o ano, percebe-se o quanto o conteúdo abordado é trabalhado de forma banal, capaz de passar despercebido. Restringindo-se muitas vezes a meia página com títulos como: “o poder de destruição das armas” e pequenas imagens de destroços. Muito longe estão de representar um mínimo que seja da barbárie que representa uma bomba atômica.

Percebe-se, ainda, neste conteúdo, uma proximidade grande quanto às disciplinas de História e Geografia quanto aos seus conceitos-chaves. De forma que o trabalho pluridisciplinar se aplica facilmente nessas disciplinas e no tema em questão. “Há uma família de quatro elementos que se apresentam como mais ou menos equivalentes: pluridisciplinaridade, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade”. (POMBO, 2004, p. 4).

A pluridisciplinaridade busca trabalhar a relação que existe entre disciplinas, ou seja, deve-se considerar a proximidade existente entre as áreas a serem trabalhadas, rompendo assim o caráter estanque das disciplinas. Desta forma, a pluridisciplinaridade é o primeiro elemento citado por Pombo (2004), pois é através dele que se pode alcançar os demais. A pluridisciplinaridade apresenta a perplexidade diante da fragmentação do conhecimento e um esforço por buscar alternativas capazes de permitir a transferência de métodos e, conseqüentemente um olhar mais abrangente.

Trabalhando com o livro: *Sadako e os mil pássaros de papel*

O livro: *Sadako e os mil pássaros de papel*, da autora Eleanor Coer, conta a história de Sadako Sasaki²⁰, uma menina de dois anos de idade no dia da explosão e que estava a 2 km do local e foi vítima da radiação bomba.

Segundo Coer, dez anos após a explosão, Sadako descobre que estava com leucemia em função da radiação causada pela bomba atômica, foi então internada no hospital onde seus amigos de escola a visitavam com frequência. Um dia levaram alguns papéis coloridos e ensinaram Sadako a dobrar o *tsuru*, disseram a ela que esse pássaro é sagrado no Japão, vive

²⁰ Sobre isso ver: <http://madeinjapan.uol.com.br>

mil anos e tem o poder de conceder pedidos. E que se ela dobrasse 1000 *tsurus* pedindo para curar a cada um deles, seu desejo seria realizado.

Sadako começou a dobrar os pássaros pedindo sua cura, no entanto sua enfermidade se agravava e a sua volta eram muitas das pessoas enfermas estavam sofrendo com o efeito da bomba, continuavam a morrer em função da radiação. Sadako se viu rodeada de sofrimento e tristeza, foi então que resolveu mudar o seu pedido, resolveu pedir pela paz no mundo, para que nunca mais nenhuma criança passasse pelo que ela estava passando em uma realidade tão triste. Sua enfermidade se agravava e quando Sadako havia dobrado 644 *tsurus*, veio a falecer.

Seus amigos dobraram os *tsurus* restantes a tempo de seu enterro e, inconformados com sua morte, iniciaram um movimento em todo país, arrecadaram fundos para construir um monumento em homenagem a Sadako Sasaki. Conseguiram ajuda de muitas escolas japonesas e então, dois anos depois, foi levantado o Monumento das Crianças à Paz, que possui uma estátua de Sadako segurando um *tsuru* e traz uma placa com a inscrição: “Este é nosso grito. Esta é a nossa oração. Paz no mundo.”

O monumento fica no Parque da Paz em Hiroshima e lá estão os *tsurus* que Sadako dobrou, bem como, conjuntos de mil pássaros que pessoas do mundo todo enviam com a intenção de renovar o pedido de paz, até hoje.



Figura 1- Monumento da Paz em Hiroshima²¹.

²¹ Disponível em: http://www.myhero.com/go/hero.asp?hero=s_sasaki

A história narrada no livro é conhecida popularmente em todo Japão e em muitos lugares do mundo. No Memorial da Paz existem cartas de Sadako e até mesmo mais de mil *tsurus* dobrados por ela.

No entanto, em outras fontes, Coer traz uma versão mais romântica sobre o fato, a que ficou sendo mais conhecida, o que não diminui a importância do evento, mas sabe-se de diversas fontes²² sobre a vida de Sadako.

Através da história de Sadako Sasaki é possível trabalhar com alguns conceitos como “Evento Modernista”. Segundo White [s/d], os problemas apontados pelo realismo tradicional, ou seja, a forma de apresentar realisticamente a realidade, abandonando o fundamento no qual o realismo se estabelece, sendo uma oposição entre fato e ficção.

E, como a opinião crítica atual sugere, a própria noção de “ficção” é posta de lado na conceituação da literatura como um modo de escrever que abandona tanto a função referencial quanto a função poética do uso da linguagem. (WHITE [s/d] p.192).

O autor consegue traduzir como a literatura foi trabalhada em relação à história de vida de Sadako Sasaki, ou seja, abandonando a função referencial, mas não totalmente. Ele também coloca que trabalhos que “ficcionalizam” em maior ou menor grau eventos históricos e seus personagens, se diferem dos de protótipo genérico, como no caso do romance histórico do século XIX, que nasce entre a trama imaginária de romances e de eventos históricos de fato.

Dobrando um *tsuru*

A segunda parte da proposta estrutura-se na dobra de um origami, arte milenar japonesa que consiste na dobra de papel na criação de figuras como plantas e animais, entre elas o *tsuru*.

²² Sadako tornou-se, praticamente, uma lenda no Japão. A tradição oral daquela sociedade possibilitou que sua vida fosse transformada em, praticamente, um mito, no qual todas as crianças aprendem, sua história na escola.

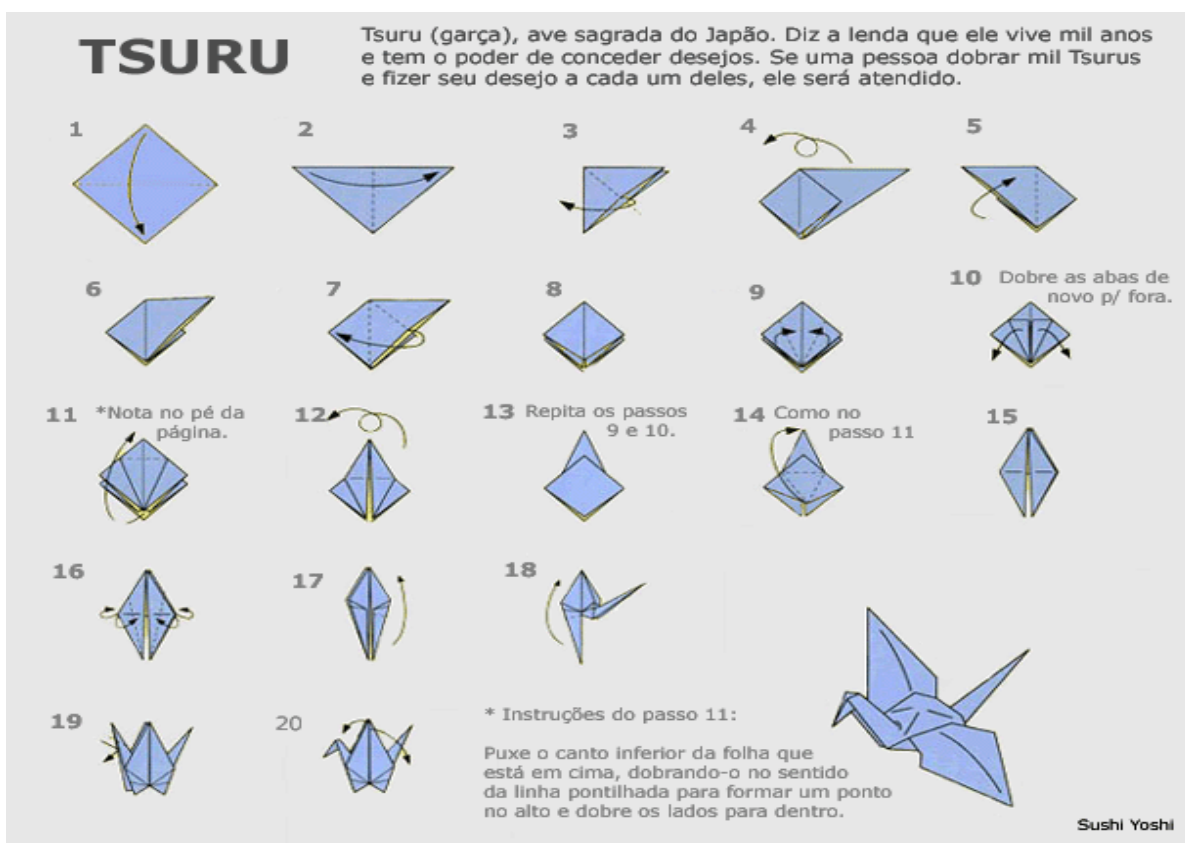


Figura 2 - Diagrama do Tsuru. Autor: Sushi Toshi²³.

Trabalhando com o conceito de Memória

Segundo Pollack (1989) a memória coletiva é estruturada por diversos pontos, como lugares aos quais pertencemos, monumentos, datas, personagens históricos lembrados com frequência, entre outros. Desta forma, encontramos diversos elementos que compõe a memória coletiva na história de Sadako, até mesmo sua figura é um elemento que compõe a memória coletiva.

Embora Sadako seja japonesa, sabe-se que o livro que leva sua história de vida e seu nome não foi produzido por japoneses, e sim por uma canadense. Pollak (1989) nos diz que a sobrevivência de lembranças traumatizantes se mantém por anos em silêncio, como que guardadas esperando o melhor momento para serem expressas.

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas

²³ Disponível em: <<http://saidaminhanuvem.blogspot.com.br>>. Acesso em: 19/04/2014

redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989.p.03).

Sadako Sasaki faleceu no ano de 1955, no entanto, sua história só foi publicada em 1977, ou seja, vinte dois anos depois. O que não quer dizer que sua história não fosse conhecida durante esse tempo, pois foi sendo transmitida oralmente, sendo, portanto, o livro resultado dessa transmissão oral.

As lembranças de guerras remetem sempre ao presente, fazendo com que o passado seja deformado e mesmo reinterpretado. Desta forma, existe uma permanente interação entre o que se vive e o que é aprendido e transmitido, isso se aplica a todas as formas de memória seja ela individual ou coletiva, nacional ou familiar (POLLAK, 1989).

Memória e Lugar

A pluridisciplinaridade se caracteriza pela relação de proximidade entre disciplinas. De forma que ao trabalhar um dos conceitos chaves da disciplina de História: Memória, percebe-se que em sua concepção encontra-se um conceito chave da disciplina de Geografia: Lugar. A ideia de lugar está associada à imagem da significação, do sentimento, da representação, ou seja, é formado por uma identidade, devendo seu estudo contemplar a compreensão das estruturas, das ideias, dos sentimentos e paisagens que ali existam.

Ao longo do processo histórico as sociedades se organizam e reorganizam o espaço, simultaneamente à transformação da natureza. Assim, a organização espacial nada mais é do que a expressão material do homem, resultado de seu trabalho social e que reflete as características do grupo que construiu.

[...] ao mesmo tempo em que o mundo é global, as coisas da vida e as relações sociais se concretizam nos lugares específicos. E, como tal, a compreensão da realidade do mundo atual se dá a partir dos novos significados que assume a dimensão do espaço local. A globalização e a localização, fragmentando o espaço, exigem que se pense dialeticamente essa relação, pois, “cada lugar é, a sua maneira, mundo... a história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central”. (SANTOS, 1996, p. 152.).

Com isso busca-se a autonomia do sujeito através de instrumentos que lhe permitam pensar, ser criativo, criar e transformar o mundo em que vive.

Palavras finais

Unindo áreas afins, utilizando a literatura disponível sobre o tema e origami como recurso didático, pensou-se em tornar a construção do conhecimento mais lúdica, criativa e

prazerosa trazendo explicações para as formas aparentes do espaço a fim de entender o jogo de forças que atuam na sua construção.

Referências:

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org); CALLAI, Helena Copetti; KAERCHER, Nestor André. *Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

COERR, Eleanor. *Sadako e os mil pássaros de papel*. São Paulo: Editora Z, 2004.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

VIZENTINI, Paulo G. *Fagundes. Segunda Guerra Mundial: história e relações internacionais, 1931 – 1945*. 2.ed. – Porto Alegre: Ed da Universidade/UFRGS, 1989.

POLLAK, Michael. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

WHITE, Hayden. *O Evento Modernista*. Lugar Comum, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 191-219, [s/d].

LUCCI, Elian Alabi & BRANCO, Anselmo Lazaro. *Geografia: homem & espaço: as relações internacionais e a organização do espaço mundial*, 8ª série. 20.ed. Ver. E atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

ARAÚJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges; RIBEIRO, Wagner Costa. *Construindo a Geografia: A América e o mundo*. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2005.

O Terror de Estado e a Doutrina de Segurança Nacional no documentário “Condor”

Edson Alexandre Santos Real

Especialista em História e Culturas Políticas

Universidade Federal de Minas Gerais

alexandrereal@msn.com

RESUMO: O artigo abaixo analisa o documentário *Condor*, de autoria de Roberto Mader. Na película, o cineasta propõe uma discussão sobre um suposto acordo entre as Ditaduras Militares da América do Sul para perseguir, prender, torturar e matar membros de organizações de esquerda.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; Doutrina de Segurança Nacional; Terror de Estado.

ABSTRACT: The article below discusses the *Condor* documentary, authored by Robert Mader. In the film, the filmmaker proposes a discussion of an alleged agreement between the military dictatorships in South America to persecute, imprison, torture and kill members of leftist organizations.

KEYWORDS: Military Dictatorship; Doctrine of National Security; State terror.

O assunto a ser trabalhado neste ensaio introdutório está relacionado ao documentário brasileiro *Condor*, que foi lançado no ano de 2007, tendo como diretor Roberto Mader²⁴. Neste texto, não se propõe analisar apenas o filme, mas também a política do Terror de Estado e a Doutrina de Segurança Nacional, que são utilizadas frequentemente ao longo da obra.

A obra cinematográfica de Mader aborda a conexão de inteligência entre os governos militares do Cone Sul e os Estados Unidos da América, em um movimento que ficou conhecido como *Operação Condor* e é marcado na história do continente americano pelas atrocidades cometidas, pelas prisões massivas, pela tortura e pela repressão aos movimentos populares.

O foco da discussão também dar-se-á na importância do estudo de outras fontes históricas, nesse caso, aborda-se o cinema como forma de analisar os períodos mais recentes da história brasileira e latino-americana. Neste sentido, torna-se importante fazer algumas ponderações iniciais sobre o cinema.

²⁴ Roberto Mader é um premiado diretor que relaciona seu trabalho a temas ligados ao desenvolvimento social e ambiental. Na Inglaterra, Mader produziu e dirigiu documentários para a *BBC*, o *Channel 4* e o *Instituto Britânico de Cinema*. Atualmente trabalha com cinema no Brasil.

A arte cinematográfica tem sua origem em finais do século XIX, onde eram produzidos filmes de romance, de comédia e de drama. Posteriormente, os ditos filmes históricos passaram a ser encenados, propiciando aos espectadores uma experiência única e empolgante do passado. Sempre é necessário dizer que a arte e a técnica de fazer filmes geraram, ao longo dos anos, um número cada vez maior de espectadores, reduzindo assim a hegemonia e o prestígio absoluto da história escrita sob a população.

A ampliação da importância das obras visuais – principalmente durante a década de 1970 quando a chamada *História Nova* elevou o cinema à categoria de novo objeto – fez surgir um novo tipo de pesquisador que tem no historiador francês Marc Ferro o seu principal expoente. Ferro é um dos grandes nomes da 3ª geração da *Escola dos Annales*, sendo um dos pioneiros a trabalhar na relação cinema-história²⁵. Recentemente, ao longo dos anos 90 do século XX, inúmeros trabalhos de historiadores brasileiros e sulamericanos foram produzidos. Artigos, teses, dissertações e outras publicações tinham e têm como objetivo estudar o cinema e suas construções ideológicas.

Para dar início à análise do documentário *Condor*, utiliza-se uma pequena passagem da obra de Maria Helena Capelato, denominada *História e cinema: dimensões históricas do audiovisual*. Este trecho será de suma importância para ressaltar a necessidade de entender o cinema e suas particularidades visíveis – história, roupa, luz, enredo, fotografia e direção – mas também as questões subliminares – política, ideologia e economia. Nas palavras da autora,

Com o exame detalhado dos filmes poderemos entender o cinema de uma época como uma expressão de valores, não só delimitados pela maneira de abordar o tema encenado, mas, de modo mais decisivo, pela forma fílmica. Nesse ponto, há numa dupla dimensão: a primeira diz respeito às linguagens, técnicas e estilos que marcam o cinema como área de expressão artística; a segunda, envolvendo o aspecto iconográfico e ideológico da análise, ou seja, de que modo o cinema dialoga com outros suportes de veiculação de imagem que lhe são contemporâneos e que ajudam a compor o leque de opções que o contexto sociocultural oferece. (CAPELATO, 2007, p. 10)

A aceitação e a valorização do cinema, do filme e do documentário como fontes históricas indicam uma perspectiva de mudança nas análises do historiador.

Quando passamos a considerar o filme como objeto da história, isso significa entender que todas as categorias de ações humanas podem ser pensadas historicamente, o que inclui a arte e as formas de expressão humanas (ARGAN; *apud*. CURY et. al., 2010, p. 160).

²⁵ No caso brasileiro, ver: NAPOLITANO, 2006.

Para Marc Ferro, citado por Eduardo Morettin;

o cinema é um testemunho singular de seu tempo, pois está fora do controle de qualquer instância de produção, principalmente o Estado. Mesmo a censura não consegue dominá-lo. O filme, para o autor, possui uma tensão que lhe é própria, trazendo à tona elementos que viabilizam uma análise da sociedade diversa da proposta pelos seus segmentos, tanto o poder constituído quanto a oposição. (MORETTIN; *apud* CAPELATO, 2007, p. 40)

Desta forma, também é importante destacar que o documentário constitui-se de um valioso documento histórico, uma vez que as obras cinematográficas produzidas pelo Estado ou por empresas particulares se diferem de outras que possuem a mesma procedência. As obras com patrocínio estatal defendem claramente um ponto de vista – valorizam o governo ou tentam alienar as pessoas – porém, as obras de cineastas particulares lutam por um ideal de forma “menos declarada”, protegendo suas teorias superficialmente.

Relacionando essa curta introdução ao documentário *Condor* é necessário fazer uma rápida análise da ficha técnica do filme, com o objetivo de ampliar a discussão do tema citado anteriormente. A película de Mader contou com o patrocínio da *Agência Nacional de Cinema – ANCINE* – órgão do governo brasileiro que tem como atribuições o fomento, a regulação e a fiscalização do mercado do cinema e do audiovisual no Brasil. Entre os vários participantes do filme, podemos destacar a participação de Manoel Contreras, Pinochet Júnior, Jarbas Passarinho e Hebe de Bonafini. A duração da obra é de aproximadamente 103 minutos e foi produzida pelo estúdio *Focus Films*, contando ainda com o roteiro de Roberto Mader, a produção de Tuinho Schwartz, a música de Victor Biglione, a fotografia de Guy Gonçalves e a edição de Célia Freitas.

Este documentário, ganhador de vários prêmios nacionais e internacionais, aborda um acordo cooperativo entre governos militares sulamericanos e o governo norte-americano, representados pela *Agência Central de Inteligência – CIA* – ocorrido nos anos de 1970²⁶. A idealização da operação relatada no filme foi feita pelo General Contreras, do Chile, expalhando-se rapidamente por Argentina, Brasil e Uruguai, objetos de estudo do filme²⁷.

No filme de Mader fica claro que, após os Golpes Militares que foram instalados na América do Sul, os governos de direita sulamericanos – com uma influência intelectual,

²⁶ Cabe salientar que no contexto da Guerra Fria, a América Latina, das décadas de 60 e 70, foi palco de disputas entre a expansão da influência dos Estados Unidos e da União Soviética.

²⁷ O Paraguai e a Bolívia também participaram da *Operação Condor*, porém, não foram analisados na obra de Robert Mader.

econômica, política e militar dos Estados Unidos²⁸ – adotaram diversas práticas para perseguir os grupos que questionavam o governo vigente, entre elas podemos citar a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e o Terrorismo de Estado (TDE).

A Doutrina de Segurança Nacional marcou as principais características presentes nas ditaduras do Cone Sul. Para a DSN, a sociedade não poderia ser individualista e nem ser dividida claramente em classe sociais, o que enfraqueceria a ideia de nação/comunidade, elemento central no pensamento militar. A nação deveria ser baseada na ordem, mesmo que para isso fosse necessário à utilização de uma violência repressora contra um “inimigo interno” – o Comunismo – que na óptica conservadora, procurava desestabilizar as relações do país com os Estados Unidos e implantar novas ideologias. Sobre a violência do Estado, Fontana, citado por Enrique Serra Padrós afirma que:

Entre as características do “Estado Moderno”, destacou-se sempre, como fundamental, a de ser detentor do monopólio da violência, tanto para fora, na defesa contra os inimigos externos na guerra, como para dentro, atuando contra os inimigos da ordem social estabelecida pela polícia e pela justiça. Neste último terreno, a ação do Estado combina a defesa dos súditos contra a delinquência (mediatizada pelo fato de que é ao Estado que corresponde, em última instância, definir o que deve ser considerado delinquência), com a proteção dos grupos dominantes da sociedade contra a “subversão” a que podiam sentir-se tentados os dominados. (FONTANA. *apud* PADRÓS, 2008, p.143)

O Estado, nos diversos países da América do Sul, em nome da DSN e com o objetivo de manter a segurança de um determinado grupo e dos interesses político-econômicos dos Estados Unidos, privou a população de liberdade e democracia, promovendo o Terror de Estado²⁹. O Estado, nessa perspectiva, utilizava a violência para solucionar as contradições que existiam entre as classes sociais, sobretudo, por não conseguir resolver os interesses de todos os grupos envolvidos ao mesmo tempo. Segundo Padrós;

A essência da análise sobre o TDE não está na comprovação da discriminação da tortura ou da censura, por exemplo, e sim na compreensão da abrangência, da multiplicidade e da complementação das iniciativas repressivas que, sob-hipótese alguma, podem ser reduzidas à violência física, e que compõem esse quadro opressivo, “cinzento”, resultado da dinâmica de aplicação do terror de Estado. Terror de Estado que, mesmo respeitando as

²⁸ Na questão militar, a *Escola das Américas*, no Panamá, treinava e fornecia armas para as ditaduras latino-americanas. A *Escola das Américas* era um instituto do *Ministério da Defesa dos Estados Unidos* e tinha como lema a *formação de contra-insurgência anti-comunista*. Após muitas críticas, denúncias e oposição às torturas que ocorriam no seu interior, a *Escola* foi fechada e renomeada em 2001 *Western Hemisphere Institute for Security Cooperation (WHINSEC)*. (Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança)

²⁹ Convém assinalar o conflito ideológico entre as direitas – com apoio dos militares, da burguesia urbana e da elite rural – contra esquerda – operários, trabalhadores, sindicalistas e intelectuais – que disputavam o controle do Estado.

especificidades, se mostrou abrangente, prolongado, indiscriminado, retroativo, preventivo e extraterritorial. (2008, p.154)

Assim, o chamado Terrorismo de Estado (TDE) manifestava-se através de assassinatos, torturas e crimes de lesa-humanidade. A geração que viveu durante aquele período, da cultura do medo, é retratada na cinematografia de Mader como seres perplexos, devido à enorme quantidade de detenções e desaparecimentos de cidadãos nestes países. Desta forma, a *Operação Condor* pode ser entendida como um período em que houve uma união das Ditaduras latino-americanas, com um esquema repressivo multinacional que não respeitava o território nacional, sendo dividida em três fases. Na primeira, houve uma formação de um banco de dados que cadastrou os supostos rebeldes da América Latina. Na segunda, ocorreu uma perseguição e morte dos subversivos de esquerda (socialistas, comunistas, anarquistas e sindicalistas) em todo o continente. Na terceira, afluiu a repressão e a execução de rebeldes fora do continente americano.

A operação resultou no sequestro e assassinato de milhares de pessoas e no exílio de tantas outras. Desta forma, o Estado precisou desenvolver duas formas de repressão para não causar espantamento e críticas da opinião pública internacional. A primeira delas seria a “modalidade legal”, fazendo apreensões e prisões de acordo com as normas jurídicas. A segunda consistia na “ilegalidade”, no uso da violência, na tortura e no desrespeito aos direitos humanos³⁰. A política de desaparecimento implementada pelo Estado e a possível existência de campos de concentração gerava um sentimento de medo e terror na mente das pessoas. Uma análise contemporânea destes eventos afirma que as ditaduras de direita sulamericanas são responsáveis pela morte de cerca de 30 mil pessoas. Outras 400 mil foram presas e 4 milhões exiladas³¹.

No sentido de crítica social, o documentário tem basicamente a função de informar e exprimir uma ideia até então pouco conhecida. Em *Condor*, Roberto Mader utiliza a história oral, através de depoimentos emocionantes e surpreendentes de generais, ativistas políticos, torturadores, vítimas e parentes dos desaparecidos para abordar uma parte negra na história da América do Sul.

³⁰ Uma característica similar nas ditaduras sulamericanas era a manipulação da mídia. Sobre o tema, ver: AQUINO, 1999.

³¹ Estes dados são extraoficiais, impossíveis de serem comprovados devido ao grande número de desaparecidos políticos e a falta de acesso aos arquivos da ditadura.

A construção histórica pelo diretor é feita com a utilização sistemática de Imagens Canônicas, que foram capturadas pela televisão ao longo da década de 1970 e 1980. De acordo com Saliba;

Ícones canônicos seriam aquelas imagens-padrão ligados a conceitos-chaves de nossa vida social e intelectual. Tais imagens constituem pontos de referência inconscientes, sendo, portanto, decisivas em seus efeitos subliminares de identificação coletiva. São imagens de tal forma incorporadas em nosso imaginário coletivo, que as identificamos rapidamente (...). A imagem canônica é coercitiva. Coercitiva porque nos impunha uma figura reproduzida infinitamente em série, tão infinitamente repetitiva que não mais nos provoca nenhuma estranheza, bloqueava nossa possibilidade de uma representação alternativa, ou seja, não nos levava mais a distinguir, a comparar – em suma, não nos leva mais a pensar. (SALIBA. *apud* CAPELATO, 2007, p. 40)

Portanto, todos nós lidamos, a todo momento, com imagens canônicas. Os filmes são quase que infinitamente ilustrados com essas representações. As Imagens Canônicas são escolhidas por um determinado grupo para serem valorizadas e defendidas, funcionando como construtoras de ideologias, uma vez que tem grande capacidade ilustrativa.

No documentário *Condor*, algumas imagens canônicas merecem destaque, como por exemplo, os ataques ao Palácio Presidencial de La Moneda, em Santiago do Chile. Durante o Golpe de Estado de 11 de setembro de 1973, em que foi deposto e morto o presidente Salvador Allende, o edifício foi duramente bombardeado pelos canhões do Exército chileno e por aviões da Força Aérea chilena. Essa imagem de bombardeiro a um símbolo nacional, juntamente com a voz de clamor do presidente Allende, convocando a população a lutar contra forças inimigas, ficaram marcadas na memória de milhões de pessoas.

Outro bom exemplo de imagem canônica é a série de relatos de militares defendendo os Golpes no continente. Para eles, os Golpes seriam tentativas de impedir a chegada de membros da esquerda ao governo de determinado país. “Augusto Pinochet entendia que os governos da região deveriam agir de forma coordenada, articular forças no que considerava ser uma cruzada santa contra a ameaça internacional do comunismo”. (MARIANO, 2003, p.19)

Portanto, o documentário *Condor*, utiliza sistematicamente as Imagens Canônicas, a Doutrina de Segurança Nacional e o Terrorismo de Estado para analisar um período bastante conturbado de todo o continente.

No documentário, fica claro que, o Estado de Direita buscou pela primeira vez eliminar qualquer forma de questionamento e oposição ao governo. Neste sentido, a operação

tinha uma autonomia própria, não sendo dependente do governo dos Estados Unidos. Esse curto período histórico das ditaduras militares – Argentina (1976-1983), Bolívia (1971-1978), Brasil (1964-1985), Chile (1973-1990), Paraguai (1954-1989) e Uruguai (1973-1984) continua bastante obscuro, sendo que a maioria dos países ainda não puniu os responsáveis por tal genocídio. Mesmo hoje, uma das maiores polêmicas da *Operação Condor* em relação ao Brasil é a morte dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, e do ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Mesmo que não existam provas suficientes que comprovem o envolvimento do governo brasileiro na morte dos três políticos, os seus familiares frequentemente acusam os militares e a ditadura pela morte dos representantes do povo.

O diretor Roberto Mader, mesmo com o financiamento de uma agência do Governo Federal Brasileiro, conseguiu ser imparcial e justo na explanação de um tema tão em voga. Mader abordou simultaneamente o viés da direita, afirmando que “se eles não matassem os rebeldes, seriam eles, os militares, os mortos”, como também o lado da esquerda, que denunciou todas as formas de repressão impostas pelo governo e as táticas que promoveram para se defenderem dos militares.

A relação de um diretor com as imagens, canônicas ou não canônicas, é sempre uma relação emocional, mas também é experimentada por quem vê, quem faz e quem é objeto da imagem. Este tema é um campo muito vasto, com inúmeras possibilidades de ser analisada, impossível de tratar-se aqui em todos os seus detalhes. Assim, pode-se afirmar que Mader foi fiel a sua proposta de “contar a história da *Operação Condor*”, por ter conseguido abordar as várias faces de um mesmo acontecimento.

Referências Bibliográficas

BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERERIRA, Jorge.; DELGADO, Lucília Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CAPELATO, Maria Helena. *História e cinema: dimensões históricas do audiovisual*. São Paulo: Alameda, 2007.

CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JR, Raimundo Barroso. *Cultura histórica e historiografia: legados e contribuições do século 20*. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2010.

D´ARAÚJO, Maria Celina.; CASTRO, Celso. Debates: “A transição do regime militar para democracia”. In: *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, pp. 217-243.

MARIANO, Nilson. *As garras do condor: como a ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis, (RJ): Vozes, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. “Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas”. In: FICO, Carlos et al. *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro, FGV Editora: 2008.

ROMERO, Luis Alberto. “A memória, o historiador e o cidadão. A memória do Proceso argentino e os problemas da democracia”. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007.

Super-heróis e as transformações sociais nas décadas de 1940 até 1960 nos Estados Unidos da América

Edson Wilson Mendes de Almeida

Pós-graduado em Historia Cultural
SEDUC/GO – C. E. Complexo 10 - Planaltina
prof.edson.wilson@hotmail.com

RESUMO: A arte sequencial, também conhecidas como histórias em quadrinhos, é uma forma de comunicação de massa nascida no século XIX nos jornais. As aventuras vertiginosas dos super-heróis ganharam as atenções de milhões de leitores. Este artigo por intenção buscar uma aproximação entre o real e o ficcional, procurando demonstrar que não se pode distanciar completamente da sociedade ao qual é destinada

PALAVRAS-CHAVE: Arte Sequencial; Super-Heróis; Cultura de massa.

ABSTRACT: The sequential art, also known as comics, is a form of mass communication born in the nineteenth century in the newspapers. The dizzying adventures of superheroes have gained the attention of millions of readers. This article intends to seek a rapprochement between the real and the fictional, seeking to demonstrate that one can not completely distance himself from society for which it is intended

KEYWORDS: Sequential Art; Superheroes; Mass culture.

*“Business the American way”
Queensryche – Empire*

O conceito de arte sequencial foi desenvolvido por Will Eisner para definir as histórias em quadrinhos em um campo acadêmico e significativo. Esta forma de arte não nasceu em revistas multicoloridas destinadas a alavancarem suas vendas a patamares exorbitantes e alienarem os jovens, lançando-os a um mundo de fantasia, como podem acreditar algumas pessoas. Seu nascimento esta relacionado com toda forma de sequencia imagética, seja ela com ou sem a presença textual, de dois ou mais quadros, postos um ao lado do outro. Toda narrativa que necessite de uma sequencia então é relacionado como arte sequencial. Os exemplos mais comuns são: a Coluna de Trajano, um monumento em Roma construído sob a ordem do próprio imperador em comemoração às vitórias das campanhas militares contra os Dácios; A tapeçaria de Bayeux, um imenso tapete bordado, do século XI, que descreve os eventos-chave da conquista da Normandia da Inglaterra pelo nobre Guilherme II, Duque da Normandia; e as pinturas realizadas nas pirâmides do Egito antigo. Esta forma de arte desenvolveu-se no final do século XIX começo do XX nos jornais.

Considerar o leitor um ser disperso e sem voz na cultura de massa é um erro crasso, por um único e fundamental detalhe: a obra é posta a venda em revistas, jornais ou virtual. Se uma revista não vende ou não tem aceitação no mercado, é simplesmente cancelada. Se valendo da premissa básica do capitalismo da lei de oferta e procura, por mais fantástico que seja a narrativa de um autor, se não tiver um público que o aceite e estiver disposto a pagar pela obra, não ocorre à publicação. Esta aceitação ocorreu nos primeiros anos da arte sequencial nos jornais estadunidenses. O personagem criado por Richard Outcault, Yellow Kid, para o quadrinho dominical Hogan's Alley, em 1890, era um menino careca que estava vestido em um camisolão amarelo. Em busca de mais leitores, os jornais ampliaram suas áreas voltadas aos quadrinhos, principalmente dos domingos, fazendo suplementos especializados para os *Comics*, forma como são chamadas as histórias em quadrinhos, devido ao teor cômico.

Com o crescimento da procura dos leitores pela aventura de seus heróis, os *comics* começaram uma migração para uma nova mídia, as revistas. Vale ressaltar que estas primeiras revistas eram na verdade compilações das aventuras lançadas em um volume único, sendo poucas revistas com histórias inéditas. Novos personagens surgiram para este novo formato, mas agora os autores deveriam se preocupar ainda mais com suas narrativas, pois não teriam mais o jornal como veículo primordial.

Os heróis sempre estiveram presentes na literatura, seja ela aristocrática ou democrática, elitizada ou popular, profana ou sagrada. Segundo Campbell

Em todo mundo habitado, em todas as épocas e sob todas as circunstâncias, os mitos humanos têm florescido; da mesma forma, esses mitos têm sido a viva inspiração de todos os demais produtos possíveis das atividades do corpo e da mente humanos. (CAMPBELL, 1997, p. 13)

Perfazendo esta ação, os heróis não tardaram para serem adaptados para a linguagem da arte sequencial. Durante os anos de 1930, a Grande Depressão atingira a todos, alguns mais que outros, e mais uma vez a presença dos heróis se fez presente para levar esperança aos mortais.

Dois jovens apresentaram uma ideia a editora *National Comics*, que posteriormente mudaria o nome para *DC Comics*, que mudaria a concepção, até o momento sobre a arte sequencial. Joe Shuster e Jerry Siegel apresentaram um personagem que fugia do ideal posto pelas *adventure strips*. A revista *Action Comics* nº 1 em 1938, trazia um extraterrestre vindo para o planeta Terra ainda criança, sendo cuidado por um casal do interior, John e Mary Kent, que o adotaria como seu filho, recebendo o nome de Clark Kent, nascia *Superman* (Super-

homem no Brasil). Ao atingir a maturidade, nosso herói, em sua identidade secreta, muda-se para uma cidade cosmopolita, com o passar dos anos esta cidade recebe nome de Metrópolis. Para se manter informado, torna-se jornalista. A crença era de que o jornalista, por estar sempre atrás de notícia para o jornal, teria mais facilidade para obter informação. O Super-Homem original tinha apenas um grande salto, força sobre humana e correria a uma velocidade imensa, para a época, ou como dizia o seriado de 1951, “Mais alto que um arranha-céu, mais rápido que um trem, capaz de parar uma bala com as mãos”. A grande diferença entre Super-Homem e os heróis das *adventure strips* baseia-se em três conceitos inexistentes até o momento: visitante de outro planeta; possuir poderes sobre-humanos; e, por fim, identidade secreta. Seus vilões eram, em sua grande maioria, criminosos comuns: assaltantes de trem, golpistas, sequestradores, falsários e cientistas malucos, algumas vezes enfrentando gangsteres, em resumo, tipos vis de sua época. Em maio de 1939, a *National Comics*, lança na revista *Detective Comics* nº 27 um super-herói diferente em contexto do Super-Homem, o sombrio Batman, co-criado por Bob Kane e Bill Finger. Ao ver os pais Martha e Thomas Wayne, mortos por um criminoso em um beco, o jovem Bruce Wayne jurou lutar contra a criminalidade em sua cidade, Gotham City. Podemos aproximar Batman dos personagens das *adventure strips*, um humano sem poderes extraordinários que se vale apenas da sua astúcia, de um treinamento físico extremo e por fim de sua fortuna, pois é dono de uma empresa multinacional. Seus inimigos iniciais também não fogem dos inimigos do Super-Homem, criminosos comuns. No ano seguinte foi criado pelas mãos de Kane, Finger e Jerry Robinson o personagem Robin, um jovem trapezista que perderá os pais e foi adotado por Bruce Wayne.

Com estes dois personagens, temos o surgimento do que ficou conhecido posteriormente como Era de Ouro dos Super-heróis nos quadrinhos. Os leitores corriam as bancas para comprar as aventuras destes personagens que enfrentavam o mal nas ruas das grandes cidades. A sociedade estadunidense era posta nas páginas coloridas, assim como ocorrera anos anteriores nos jornais. O crescimento econômico do governo Roosevelt, que havia vencido a grande depressão econômica, o aumento da oferta de emprego, mas que não deixava de revelar as mazelas com os carentes e necessitados. Os quadrinhos dos super-heróis revelavam que ainda havia muito no que trabalhar. Se Clark Kent trazia o jornalismo, Bruce Wayne trazia a tecnologia em seus aparelhos dos mais variados.

Distantes da *National Comics*, a editora *Timely*, posteriormente mudaria de nome para *Marvel Comics*, apresentou novos personagens surgidos ainda em 1939. Namor, o Príncipe

Submarino (*Namor, the Sub-Marine*), criado pelo desenhista Bill Everett, foi lançado na *Motion Picture Funnies Weekly*, em abril de 1939 e Tocha Humana, (*Human Torch*), criado por Carl Burgos, na *Marvel Mystery Comics* nº 1. Os dois personagens ganharam páginas e mais páginas tendo como pano de fundo a prospera e cosmopolita cidade de New York, com seus arranha-céus acinzentados. A história dos dois personagens trazia sonhos e esperanças envolvidas nos anos 30/40, levantava as míticas cidades/reinos perdidas/esquecidos e o avanço da tecnologia da época. Sendo o primeiro um príncipe do mítico reino Atlântico e o segundo a criação máxima do cientista Phineas T. Hurton, água vs fogo. A revolta da natureza contra o avanço industrial. Namor e Tocha Humana tinham suas aventuras, porém volta e meia os dois se encontravam para trocar socos, alavancando as vendas da editora. Sendo que nenhum era humano, pois Namor era mestiço, o que na época se chamava de híbrido, pois sua mãe, princesa Fen seria a herdeira da lendária Atlântida e seu pai o marinheiro estadunidense Leonard McKenzie, por outro lado Tocha Humana é um androide inflamável.

Em setembro de 1939, a Alemanha de Adolf Hitler invade a Polônia, dando início a Segunda Guerra Mundial. Longe da contenda se espalhar sobre o globo terrestre, as editoras estadunidenses disputavam outra peleja, a dos personagens fantásticos. Em fevereiro de 1940, Bill Parker, roteiro, e C. C. Becker, desenho, lançaram pela editora *Fawcett* a revista *Whiz Comics* nº 2, *Captain Marvel* (Capitão Marvel em português), personagem que abalaria as vendas da *National Comics* com seu Superman, se tornando o mais querido entre as crianças e adolescente. O jovem Billy Batson, escolhido por um mago, por sua bondade interior, quando gritava a palavra SHAZAN, um raio místico o transformava no herói de capa branca e uniforme vermelho com um raio em seu peito. O grande vilão deste personagem era o Dr. Silvana, um dos homens mais inteligentes do mundo, cientista que não conseguiu salvar sua esposa de uma doença grave e decidiu destruir o planeta, pois este mundo não servia mais para se morar, segundo sua ideia. As vendas do Capitão Marvel ultrapassaram todos os super-heróis da época, o que gerou uma briga judicial entre a *National* e a *Fawcett*, pois a primeira afirmava que a segunda havia plagiado seu personagem.

Com a Europa ardendo em chamas com a Segunda Guerra Mundial, algumas editoras lançaram seus personagens lutando contra o EIXO, porém o de maior sucesso veio com a *Timely* em março de 1941, onde uma revista de um super-herói que nunca havia aparecido em qualquer revista ou história chegava às bancas, era a *Captain America* nº1 escrita por Joe Simmon e desenhada por Jack Kirby. Sua capa já chamava atenção por ter o personagem título da revista acertando Adolf Hitler com um soco. As primeiras aventuras do personagem

patriota, na verdade, não saiam do solo estadunidense, enfrentando espiões, agentes infiltrados ou mesmo simpatizantes do regime político nazista. Mais uma vez a ciência avançada se fazia presente no universo dos quadrinhos. O cientista alemão desenvolveu soro do supersoldado que mudaria a fisiologia de uma cobaia, lhe concedendo força e agilidade sobre-humana. O escolhido foi o jovem Steve Roger. As pesquisas nazistas ainda não haviam sido descobertas, porém vale ressaltar que a Alemanha havia ganhado a maioria dos prêmios Nobel de química, física e medicina de 1900 até 1933, ano da chegada de Hitler ao poder, e a fuga de muitos cientistas de renome para Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética. Os esforços de guerra atingiram dos inaptos masculinos que ganhavam uma nova chance de servirem a seu país, não como Steve Rogers, mas poderiam servir na indústria. Assim como as mulheres que integraram a casa à convocação do governo para atuarem nos postos de serviço, reforçando a dupla jornada da dona de casa/operaria.

A primeira super-heroína apareceu em dezembro de 1941, na revista *All-Star Comics*, da editora *National*, Mulher Maravilha (*Wonder Woman*). Seu criador Charles Moulton, pseudônimo de Willian Moulton Marston, queria criar uma personagem feminina, pois notou que as revistas estavam recheadas de heróis masculinos e que as moças eram apenas a famosa “donzela em perigo” que deveria ser salva pelo herói. As visões de seu criador foram baseadas na sua experiência, pois ele possuía um apreço pela força e determinação feminina. Um dos itens de combate da Mulher Maravilha era o seu laço da verdade, baseado no detector de mentiras criado por seu criador, (polígrafo). Junto de Super-homem e Batman, a Mulher Maravilha faz o que ficou conhecido como a santíssima trindade da *DC*. Mas vale ressaltar que ela não fica a frente, pois ainda temos os heróis masculinos a frente, Super-Homem e Batman. Segundo Selma Regina, a Mulher Maravilha, acabou por si tornar a sina das mulheres que ao final da guerra tiveram que voltar ao posto de donas de casa, mas se desejassem continuar sua liberdade e independência, ficariam sozinhas, pois os homens são aceitariam uma mulher dividindo a vida econômica. Por outro lado, a personagem é mais comumente citada entre os heróis masculinos do que entre as heroínas femininas. Motivo? Selma Regina acredita que a vestimenta colada e curta e a postura da personagem tenha povoado o imaginário feminino, invés de atingir o público feminino.

Com a entrada dos Estados Unidos no conflito, em dezembro de 1941, as editoras passaram a colocar seus personagens no conflito. O esforço de guerra para eliminar Eixo uniu velhos inimigos, caso de Namor e Tocha Humana que chegaram a apertar as mãos e lutar lado a lado contra o eixo. O Super-Homem chegou a aparecer várias vezes segurando os líderes os

líderes fascistas. Durante os anos de guerra as revistas vendiam muito, deixando os editores e donos felizes da vida.

Mas tudo que é bom, dura pouco, se é que podemos usar esta frase para uma guerra. Com o fim do conflito, muitos personagens não conseguiram se manter, as vendas despencaram. O inimigo já havia sido vencido e não havia um tão forte para ser posto no lugar. Editoras foram vendidas, personagens desapareceram, artistas ficaram desempregados. O fim da década de 1940 não precisava mais de heróis para inspirar a população. Estabilidade e segurança não são bons negócios para se vender fantasia e esperança. Este foi o fim da Era de Ouro dos quadrinhos.

A década de 1950 para a arte sequencial possui eventos fundamentais, que não serão detalhados: A ascensão das histórias de crime, ficção científica e, principalmente, terror da editora *EC Comics*; A perseguição realizada pelo senador McCarthy do partido Republicano aos socialistas; O livro do psiquiatra Frederic Werthan, *Seduction of Innocent* (Sedução dos Inocentes, que não foi lançado no Brasil) que acreditava que as aventuras dos super-heróis em revistas degeneravam os bons costumes e incentivava a violência infanto-juvenil. Numa tentativa de fugir de uma perseguição governamental, as editoras reuniram-se para criar a *Comics Magazine Association of America* (Associação das Revistas em Quadrinhos da América). Esta associação criou um gabinete de autocensura encarregado de estabelecer normas que assegurassem padrões morais, *Comics Code Authority* (Código de Ética dos Quadrinhos), que estabeleciam que os personagens principais não deveriam matar humanos, não deveria haver sangue de humanos nas capas e outras bestialidades para a época.

Mas uma nova era estava por surgir dos escombros da perseguição, afinal o mundo estava vivendo uma Guerra Fria, o clima de incerteza pairava no ar. Os soviéticos haviam chegado ao espaço com o satélite Sputnik, em 04 de outubro de 1957; a cadela Laika, em 03 de novembro de 1957; e por fim posto o primeiro homem em órbita, Iuri Alekseiévitch Gararin em 12 de abril de 1961, abordo da Vostok 1. A resposta dos estadunidenses não tardou, pois em 1958 foi criada a *NASA* (*National Aeronautics and Space Administration – Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço*) uma agência responsável pela pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e programas de exploração espacial, em especial o programa Apollo, obtendo o seu objetivo com a Apollo XI, que pousou na Lua em 20 de julho de 1969 com os astronautas Neil Armstrong e Buzz Aldrin. O terror das bombas atômicas que havia destruído as cidades de Hiroshima e Nagasaki no final da Segunda Guerra Mundial multiplicava-se nos silos das duas potências. A divisão bipolar entre socialistas e capitalistas

ergueram o Muro de Berlim. Duas guerras tiveram a influência direta deste momento: a Guerra da Coreia foi travada entre junho de 1950 e julho de 1953, pondo a Coreia do Sul, apoiada pelos Estados Unidos contra a Coreia do Norte, apoiada pela URSS. Entre 1955 e 1975 a Guerra do Vietnã colocou em confronto a República do Vietnã (Vietnã do Sul) e os Estados Unidos, porém, apenas em 1965, os Estados Unidos enviaram tropas com participação efetiva e, de outro, a República Democrática do Vietnã (Vietnã do Norte). A União Soviética prestou apoio logístico ao Vietnã do Norte, mas não se envolveu efetivamente no conflito. Na Guerra da Coreia a vitória foi dos aliados dos Estados Unidos, enquanto a Guerra do Vietnã teve a vitória dos aliados da União Soviética. Internamente a luta pelos direitos civis dos afrodescendentes trazia as diferenças entre negros e brancos nos Estados Unidos. Dois líderes irão “balançar” as estruturas com suas opiniões ao ponto de mudar a política, a educação e por fim, influenciar a arte sequencial: o pastor batista Martin Luther King Jr., com sua ideia de não violência, amor ao próximo e união entre negros e brancos. O ativista Al Hajj Malik Al-Habazz, mais conhecido como Malcolm X, nascido Malcolm Little, acreditava no socialismo e principalmente na violência como forma de autodefesa. A segurança criada por anos de perseguição ao diferente estava prestes demonstrar que não conseguia manter a paz e tranquilidade para o cidadão comum. Era chegada a hora de novos e reformulados heróis darem o ar da graça.

A Era de Prata começa com a reestruturação de um herói da Era de Ouro, *Flash*. O primeiro Flash, Jay Garrick, foi criado pelo escritor Gardner Fox e pelo artista Harry Lampert, e estreou na revista *Flash Comics* nº 01 em 1940. O segundo Flash foi criado por Garner Fox e Carmine Infantini para a revista *Showcase* nº 04 em outubro de 1956, sob a tutela do editor Julius Schwartz, tendo o jovem policial científico Barry Allen seu corpo banhado por água pesada após um raio atingir o laboratório onde se encontrava. Uma ideia que vai ser muito comum para os personagens obterem seus poderes será com um produto químico ou radioativo nesta nova era. A *DC Comics* viria trazer vários personagens do limbo da Era de Ouro remodelados e ambientados para os anos de 1960, entretanto o carro chefe ainda se mantinha preso à santíssima trindade: Superman, Batman e Wonder Woman, que mesmo com queda na qualidade das histórias e as baixas vendas não pararam de ser publicados.

Uma marca tanto dos heróis da *adventure strips*, quanto dos super-heróis da Era de Ouro era a infalibilidade. Super-homem, Batman, Capitão Marvel, Capitão América, Namor ou Mulher Maravilha eram seres perfeitos em anatomia, não falhavam, não erravam, não tinham dúvidas, podemos dizer que era um mundo de branco e preto, certo e errado, heróis e

vilões, sem o tom de cinza, sem a dúvida. Mesmo os novos personagens da *DC* não erravam, se mantendo distantes do universo real, falível, duvidoso, questionável. Os artistas traziam os problemas sociais, inovações científicas, as novidades tecnológicas, mas não abordavam as questões psicológicas, as colocações dúbias da população. Estas questões seriam abordadas em uma revista lançada em 1961.

Reza a lenda que em 1961, o editor-chefe da *Timely*, Martin Goodman, estava jogando golf com o editor da *DC Comics*, Jack Liebowitz, quando este lhe contara o sucesso que estava tendo com uma recente publicação da Liga da Justiça, uma equipe formada por vários personagens de sucesso. Ao sair do jogo, Goodman decidiu entrar no ramo dos super-heróis com uma equipe, unindo o jovem Stan Lee ao veterano Jack Kirby. Seus personagens não tinham a perfeição física, eram falíveis, duvidavam das suas capacidades, questionavam suas condições e decisões, em resumo: eram humanos. Nascia em Novembro de 1961 a revista *Fantastic Four* nº 01. Uma família de super-heróis que era próxima as *family strips*, tiras de jornais que tinham em seu núcleo central a família americana com o conceito aventureiro das *adventure strips*, porém com uma narrativa próxima dos super-heróis. Todos possuem poderes, não havia identidades secretas e seria uma família constituída inicialmente por dois namorados, que viriam a se casar posteriormente, o irmão da moça e um velho amigo do líder do grupo: Reed Richard (Senhor Fantástico) capacidade de esticar, expandir, e contrair o corpo; Sue Storm, após o casamento Sue Richards, (Garota Invisível) capacidade de ficar invisível e projetar um campo de força quase indestrutível; Johnny Storm, (Tocha Humana), a nova versão do Tocha; Bem Grimm (Coisa), dos personagens é o único que sofreu modificação irreversível, sendo transformado em um bloco de rocha, sendo seu poder relacionado à força sobre-humana. Suas aventuras serão recheadas de conflitos internos, pois estão ligados a uma condição familiar e com problemas tragos por vilões ambiciosos. A obtenção dos poderes pelo grupo ocorreu quando uma viagem espacial experimental em um foguete projetado por Reed Richards, ao passar por uma tempestade de raios cósmicos modificou a estrutura genética dos tripulantes. A conquista do espaço pelos soviéticos ganhou o imaginário popular, levando o homem aos lugares, antes apenas imaginados por literatos e sonhadores.

Com o sucesso do Quarteto Fantástico, Stan Lee se uniu ao artista Steve Ditko para lançarem em agosto de 1962 a revista *Amazing Fantasy* nº 15, que trazia um personagem completamente diferente. Os jovens heróis eram sempre associados a parceiros dos super-heróis, Centelha (*Toro* no original), parceiro do Tocha Humana; *Jimmy Olsen*, parceiro do

Super-Homem; *Bucky*, parceiro do Capitão América; e o mais famoso de todos os parceiros, *Robin*, parceiro do Batman. Mas com a chegada de Homem-Aranha (*Spider-man* no original) a “coisa muda de figura”. O adolescente Peter Parker foi “picado” por uma aranha radioativa e assim ganhou os poderes de uma aranha, ou quase, já que nenhuma aracnídea possui uma grande força - mas este é apenas um pequeno detalhe, as obras não possuem a função de serem fieis a ciência. A humanização que surgira no Quarteto chegou ao ápice com Homem-Aranha. A identificação entre leitor e personagem ganhou proporções nunca vistas até o momento. O adolescente que vive com a tia May, que precisa trabalhar para pagar as contas, que não tem uma namorada, estudioso, que costura o uniforme resgado e antissocial irá chamar a atenção dos jovens. Sua frase possui a dualidade do adolescente, “Com grandes poderes vêm grandes responsabilidades”. Ao notar que ter poderes lhe permite ganhar dinheiro fácil, Peter passa a ser um lutador de vale-tudo. Até o momento, ao olharmos para o passado dos heróis, nenhum deles havia questionado lutar por um causa nobre, nenhum havia posto em primeiro lugar suas preocupações e necessidades, pois tinham um emprego ou formas de se manter. Outro fato curioso são as vestimentas dos jovens dos anos 1960, pois Peter não possuiu um armário digno de sua época, mas sim da década passada, cuidado com zelo por sua tia May. Mais uma vez o jornalismo entra no universo da arte sequencial, pois Peter é fotografado para um jornal bem sucedido desta New York ficcional, o Clarim Diário, editado por um dos maiores inimigos do Homem-Aranha, J. Jonah Jameson.

Em 1963, a Guerra do Vietnã não tinha se tornando um entrave para o governo dos Estados Unidos, e Stan Lee e Don Heck criam nas páginas de *Tales of Suspense* nº 39 Homem de Ferro, (*Iron Man* no original). Jovem que recebera herança de seu pai, uma fortuna e os empreendimentos avaliados em bilhões de dólares. Ph.D. em física e engenharia mecatrônica pelo MIT - *Massachusetts Institute of Technology* (Instituto de Tecnologia de Massachusetts, em português), uma das mais respeitadas instituições de tecnologia dos EUA, Anthony Stark resolve ir para o Vietnã em busca de ampliar as oportunidades de melhorar o armamento dos Estados Unidos, pois a empresa de seu pai vendia equipamentos bélicos para o governo. Na primeira visita, uma armadilha de estilhaços explodiu perto de seu coração. Resgatado por vietcongues, teve de trabalhar para criar uma arma para o líder Wong Chu, com a promessa de ser operado posteriormente para retirar os estilhaços de seu coração. Ao invés de fazer a dita arma, com a ajuda de um cientista prisioneiro, desenvolveram o reator Stark acoplado a sua armadura, que o manteria vivo. As aventuras iniciais do Homem de Ferro surgem muito antes

da Guerra do Vietnã se transformar no pior pesadelo dos Estados Unidos, visto que poucas vezes o personagem retornou ao país em suas aventuras.

Todos os heróis ou super-heróis que tinham poderes haviam ganhado de uma forma ou de outra, seja por acidentes químicos, explosões radioativas, “picadas” de aranha, presença extraterrestre, objetos místicos que concediam poderes ou qualquer outra loucura que se passasse na mente dos artistas da época. Stan Lee e Jack Kirby trouxeram uma novidade com seus super-heróis bastante simples: pessoas poderiam nascer com poderes. A questão posta seria então relacionada à teoria da evolução de Charles Darwin, um grupo de crianças simplesmente nasceria com uma diferenciação genética, que lhe concedia poderes, graças às pesquisas atômicas, estes seriam os filhos do átomo. O professor Charles Xavier é o diretor de uma instituição voltada a ensinar os jovens a controlar seus poderes e usa-los para o bem. Seu maior inimigo é Magneto, um mutante, maneira como são conhecidos estes seres modificados, que acredita na violência para extirpar os *homo sapiens sapiens* de sua condição de ser superior. As ideias dos dois personagens vão de encontro às ideias de outros dois líderes, estes afrodescendentes, Martin Luther e Malcolm X. A ligação é clara e demonstra a preocupação em trazer questões próximas e reais para os quadrinhos.

A *Marvel*, tendo Stan Lee, Jack Kirby, Steve Ditko e outros artistas, procurou criar personagem mais críveis à sociedade americana, com problemas reais e dilemas mais profundos. Até que Stan Lee e Jack Kirby trouxeram um campeão de vendas da antiga *Timely*, que havia ficando no limbo por cerca de vinte anos, na revista *The Avengers* nº 04, publicada em 1964, seu nome: Capitão América. Não vou me ater às conjecturas e explicações para seu desaparecimento e retorno por quase dois séculos, o que devemos observar neste personagem é a sua visão de mundo e a situação dos Estados Unidos antes e depois de sua aparição. A sociedade estadunidense mudará neste meio tempo em diversos sentidos: mulheres chefiando famílias abertamente, trabalhando nas indústrias, jovens queimando sutiãs, afrodescendentes buscando igualdade civil, uma guerra sem disparo de projéteis, corrida espacial, um presidente católico assassinado e por fim uma guerra real questionada pelos próprios cidadãos. Em um artigo da época, o cronista Jô Soares questionava a atuação do soldado nesta peleja tão criticada na época e sua pergunta central se resumia se os editores irão ou não colocar o Capitão América na Guerra do Vietnã? A resposta foi dada ao longo do tempo na revista *Tales of Suspence*, a escolha foi colocar o soldado de volta na Segunda Guerra Mundial, enfrentando nazistas e seus asseclas.

As revistas em quadrinhos podem nos fornecer um ótimo material de pesquisa para olharmos uma sociedade, os pontos levantados acima podem ser vistos sob novos aspectos, no caso estudado a sociedade estadunidense, sejam eles políticos ou econômicos, tecnologia, vestimenta ou linguajar. A cultura de massa só existe graças ao público que consome de forma voraz seus produtos, e nada melhor que a cultura capitalista do século passado nos Estados Unidos para comprovar esta lógica. Quanto mais um personagem vende, mais revistas as editoras produzem, sendo estes propriedade delas e não dos criadores, mais próximos dos desejos, vontades e realizações da sociedade ao qual ele é destinado deve se encontrar.

Bibliografia

BURKE, P. *Testemunha ocular*. São Paulo: EDUSC, 2004.

CAMPBELL, J. *O herói de mil faces*. São Paulo: Cultrix/Pensamentos, 2010.

ECO, U. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

EISNER, W. *Quadrinhos e arte sequencial*. São Paulo: Devir, 2001.

MCCLOUD, S. *Desvendando os quadrinhos*. São Paulo: M. Brooks do Brasil Editora Ltda, 2005.

MEDAWAR, Jean & PYKE David. *O presente de Hitler: Cientistas que escaparam da Alemanha nazista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

MOYA, Á. *Shazam!* São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

OLIVEIRA, S. *Mulher ao quadrado: As representações femininas nos quadrinhos norte-americanos: permanência e ressonância (1895-1990)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2007.

PROST, A. & VINCENT, G. *História da vida privada, 5: Da Primeira Guerra aos nossos dias*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

RÉMOND, R. *O século XX: de 1914 aos nossos dias*. São Paulo: Cultrix, 2010.

ROSENBERG, B & WHITE, D. M. (org.), *Cultura de massa*. São Paulo: Cultrix:, 1958.

VERGUERIO, W. & RAMOS, P. (organizadores) *Muito além dos quadrinhos: reflexões sobre a 9ª arte*. São Paulo: Devir, 2009.

***Black blocs*, a ação histórica produzida, transmitida e retransmitida: a influência das mídias no processo de construção de conceitos**

Fábio Júnio Mesquita

Graduando em Pedagogia

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte

fa.bi0@hotmail.com

RESUMO: O trabalho objetiva despertar a reflexão crítica acerca das informações veiculadas pela chamada grande mídia brasileira sobre os *Black blocs* nas manifestações de 2013 e 2014, pensando a forma que as grandes mídias divulgam o fenômeno. Objetiva-se ainda estimular à importância de se repensar a identidade atribuída pelas mídias a estes grupos e problematizar seus estereótipos, que nomeados, dificilmente obtém a oportunidade do contraditório.

PALAVRAS-CHAVE: *Black blocs*; Identidade; Mídia; Influência.

ABSTRACT: This paper aims to awaken the critical analysis of the information provided by the great Brazilian media called on Black blocs in the demonstrations of 2013 and 2014, considering the way that the mainstream media publicize the phenomenon. Another goal is to promote the importance of rethinking the identity attributed by the media to these groups and discuss their stereotypes, which appointed, hardly gets a chance adversarial.

KEYWORDS: Black blocs; identity; media; Influence.

Introdução

Com os avanços tecnológicos, cada vez mais o ser humano tem acesso a informações. Fatos se transformam em notícias e garantem a venda das manchetes, pois “[...] no sistema capitalista, tudo o que se produz é mercadoria, tem seu valor, precisa de vendedores e compradores. Nesta lógica, a notícia passa a ser simples mercadoria.” (GUILHERME, 2013). As informações após lançadas espalham-se rapidamente e em muitos casos tomam proporções enormes, de acordo com a gravidade e/ou nível de relevância do assunto e interesse empregado pelos meios de comunicação.

Entre o fim do primeiro e início do segundo semestre de 2013, informações acerca das manifestações foram lançadas na mídia, gerando grandes discussões. Os *Black blockers*³² se alastraram e multiplicam-se pelo território brasileiro. Os noticiários cobriram as aparições dos grupos que se reuniram e que ainda hoje se reúnem para manifestar atuando muitas vezes como grupos de pressão.

³² Dupuis-Déri (2013) designa assim os integrantes do *Black bloc*.

Vale ressaltar que os meios de comunicação são de grande importância e até permitem a articulação do grupo, agora facilitada pela mídia social. Televisão, Rádio, Jornais, telefones e outros meios ajudaram na propagação da estratégia *Black bloc*. Já que “[...] no Brasil, o movimento tem se agrupado pelas redes sociais.” (G1, 2013). O questionamento aqui levantado é sobre a manipulação dirigida, imposta pela grande mídia e inculcada em seu público, já que “[...] o melhor modo de controlar os excessos da TV é ter um público que seja crítico.” (RIBEIRO, 2004, p.35).

Mas por que falar dos *Black blocs*?

É necessário o conhecimento de algo para julgá-lo e atribuir ou não juízo de valor, evitando generalizações ou estereótipos, ao se considerar algo tão novo como é o próprio *Black bloc*., principalmente no Brasil, ainda é um assunto muito escasso de informações em termos de artigos e pesquisas, porém algo que tem sido amplamente noticiado e difundido, induzindo assim a emissões de juízos de valor da sociedade. Parte-se assim de um pressuposto base, a necessidade de conhecimento sobre o desconhecido, nesse caso, sobre o *Black Bloc*, no intuito de evitar um julgamento precipitado acerca de já tão controverso assunto.

A idéia não é promover, criticar, valorizar ou minimizar nenhum de seus atos, mas sim repensá-los na sociedade brasileira atual, pois “[...] antes de conhecermos as coisas por conhecimento científico ou perfeito, pela reflexão e pelas causas, conhecemo-las de modo imperfeito, pelo conhecimento vulgar.” (ANDREOTTI NETO, 1976, p.72). E é o que esse artigo pretende. Eliminar estereótipos apressados a respeito dos grupos, que visam consolidar imagens do mesmo, sem sequer uma reflexão anterior sobre o *Black bloc*, possibilitando ao leitor ter suas próprias conclusões sobre quem são.

***Black Blocs*, compreendendo sua origem e aplicação**

Black bloc pode ser traduzido como bloco negro. O grande aglomerado de pessoas trajando a cor preta quando unidos, parecem formar um único ser, e sempre agem em grupos, ainda que esse grupo contenha uma menor quantidade de participantes.

Uns afirmam que “a sua origem é bem mais antiga e remonta aos autonomistas europeus do final dos anos de 1960, que queriam libertar-se da ‘ganância, violência e da imensa e inumana burocracia estatal’” (VIANA, 2013). Outros, ao contrário afirmam que “[...] a tática *Black bloc* foi empregada pela primeira vez, no início dos anos 1980.” (DUPUIS-DÉRI, 2013). O que mesmo assim refuta notícias, sobre o seu surgimento “nos EUA, no ano de 1991, coincidindo com a Guerra do Golfo” (SILVA, 2013) e nas

manifestações antiglobalização em Seattle, no ano de 1999 (VIANA, 2013). Nem tampouco surgiu em Gênova nas manifestações de 1998 (VIANA, 2013), compreendendo-as apenas como aparições assim como aconteceu no Brasil. Destarte, nota-se que essa tática não apenas é antiga, como também utilizada em outros momentos da história contemporânea.

A princípio, tanto por Viana (2013), como por Dupuis-Déri (2013), pode-se afirmar que o *Black bloc*, surge a partir dos movimentos autonomistas europeus³³, que em suma buscavam a garantia da liberdade, e em algumas ocasiões usaram capacetes, escudos, porretes e projéteis.

É importante discutir também o conceito de *Black bloc*, tendo em vista que não há uma definição clara do que seja este movimento. Dupuis-Déri (2013) percebe o *Black bloc* como uma tática, enquanto outros autores entendem como algo mais ligado a uma estratégia, como é o caso de Takahashi (2013) e Viana (2013), considerando que *Black bloc* “[...] não é uma organização, nem uma instituição com associados, mas sim, uma estratégia” (VIANA, 2013).

É constituído por homens, mulheres, jovens, adolescentes, trabalhadores, estudantes, etc. Enfim, por toda e qualquer pessoa que tenha interesse em reivindicar de forma ativa e resistente. Pessoas essas que não tem necessariamente ligações anteriores umas com as outras – afirma Takahashi (2013) -, em alguns casos por serem grupos que se encontram ao longo de uma manifestação, outras por estarem ocultados por trás das máscaras, ou até mesmo pelo encontro marcado aleatoriamente via internet em alguma rede social.

Os símbolos mais perceptíveis do *Black Bloc* são principalmente as cores pretas, o A envolto por um círculo (símbolo anarquista), a cruz de Nero (símbolo da paz) e o uso do capuz.

Existem diversas ideologias dentro dos muitos grupos *Black Bloc*, algumas delas pertencentes aos grupos autonomistas, como o marxismo, o feminismo, ambientalismo, outras nem tanto, como o antixenofobismo e antifacismo (DUPUIS-DÉRI, 2013). No entanto, dentre todas elas as mais perceptíveis e defendidas são o anarquismo, fim do sistema capitalista e da globalização, esclarece Viana (2013). “E essa diversidade ideológica era vista em geral como garantia da liberdade” (DUPUIS-DÉRI, 2013). Para isso, muitas vezes o confronto com

³³ Auto-nomen, surgiu na Alemanha – Berlim Ocidental – e espalhou-se pela Dinamarca e Noruega. Praticavam uma política igualitária e participativa “aqui e agora”, não tinham líderes nem representantes; a autonomia individual e a coletiva eram em princípio complementares e importantes. (DUPUIS-DÉRI, 2013)

militares é inevitável. Daí surge um dos pilares mais expressivos dos grupos e que não recebe o destaque merecido: a união entre os integrantes, que gera uma espécie de identidade do bloco, já que a estratégia, ganha a intenção de bloco, quando unidos os membros solidificam a imagem de bloco negro – considerando as cores das vestimentas.

Quanto à aparência, vestem-se com roupas pretas – tradição anarcopunk (DUPUIS-DÉRI, 2013) - e máscaras (de gás, toca ninja, ou de personagens conhecido pelas atitudes de justiça, vingança ou terror em histórias ou filmes, entre os principais são, V de Vingança e Pânico). Equipados com escudos improvisados, botas, máscaras de gás e/ou lenços umedecidos com vinagre ou leite de magnésio, capacetes, óculos, porretes e alguns até com coquetel *molotov* e pedras, vão as ruas lutar pelo que cada bloco acredita, embora em alguns casos não haja a unidade de crenças por parte de todos os integrantes.

A comunhão entre os estrategistas *Black blocs* e as demais minorias sociais é de tamanha sintonia que muito se tem visto das atuações deles em grande parte dos movimentos recentes, pela libertação de animais (CASTANHEIRA, 2013), pela participação em greves de servidores públicos (PLATONOW, 2013), entre outras. A partir do momento em que o Brasil acordou os “filhos da escuridão”, eles desencadearam maior reflexão ao país, sobre as políticas públicas, o poder do cidadão, os governantes, os grupos de pressão, violência, ou outras várias que vieram se despertando e desdobrando com grande destaque e intensidade desde então.

Breve comentário sobre as Mídias

As primeiras pesquisas sobre mídias foram realizadas pelos norte-americanos - mesmo as mídias da época não tendo surgido nos EUA - e recebeu o nome de *Mass Communication Research*, ressalta Martino (2009).

Dentre as mídias vale lembrar que “o cinema e a fotografia, foram inventados na França. O rádio, na Itália. O jornal, ou pelo menos a imprensa, na Alemanha. Revistas e jornais de grande circulação existiam na Europa desde o século 17” (MARTINO, 2009, p.19). Porém, o público americano consumia alta demanda dessas mídias, por isso eles iniciaram a pesquisa.

Visto isso, surge à indagação: qual é a extensão do poder da mídia na sociedade? Indagação já questionada por Merton e Lazarsfeld (1971) há tempos atrás, aborda Martino (2009). E que ainda hoje não se pode ter uma resposta concreta. Mas, podem-se fazer observações, onde “Merton e Lazarsfeld identificaram três principais funções da mídia na

sociedade: de fato, para eles, a mídia tem a capacidade de jogar com a sociedade, de provocar transformações e efeitos” (MARTINO, 2009); efeitos que variam conforme a relevância atribuída às notícias.

Martino (2009, p.28 - 29) ressalta ainda três tópicos a se pensar nas mídias, são eles: 1- A função de conferir e garantir *status*, onde o autor afirma que a mídia tem influência para eleger e manter celebridades e fatos, ou relegar ao esquecimento; 2- A função de reforço das normas sociais, onde a mídia age como um aparelho de controle e coerção do indivíduo. Em suma, é caracterizado pelos padrões de comportamentos tidos como certos pelas mídias, transformando-o em referência. Logo, aqueles que fogem a esse padrão, são julgados. 3- A disfunção narcotizante, caracterizada quando a mídia tenta a distração de seu público, tirando-lhes a atenção daquilo que passa ao redor do indivíduo, e passa a forçar situações ou impor uma opinião.

Percebe-se ainda que a mídia possui grande poder e exerce forte influência sobre a opinião pública, sendo percebida como “uma fonte poderosa e inesgotável de produção e reprodução de subjetividades” (GREGOLIN, 2007) mesmo que deseje se mostrar como um meio de comunicação transparente, pois “[...] os jornais, televisões, revistas e afins tentam vender a idéia de que estão acima do bem e do mal, e que suas reportagens e opiniões expressam a verdade absoluta. No entanto, uma simples análise mais cuidadosa sobre o tema, nos leva à conclusão contrária.” (GUILHERME, 2013)

Nota-se que existe um possível viés na grande mídia, um jogo de manipulação e condenação onde a padronização, torna-se a melhor tática de combate, o controle determina quem é certo e quem está errado. “Ser possuidor de um veículo de comunicação é a forma que o proprietário, ou grupo a este ligado, encontra de exprimir sua opinião sobre os mais diversos temas, omitir informações ou até mesmo distorcê-las ao seu bel prazer/interesse.” (GUILHERME, 2013). Logo, não há “apenas a reprodução de modelos - ela [a mídia] também os reconstrói, reformata, propõe novas identidades” (GREGOLIN, 2007).

Guilherme (2013) menciona ainda alguns padrões de manipulação de informações empregados pelas mídias, são elas, ocultação, fragmentação, inversão, indução, personificação e maniqueísmo.

- A ocultação se refere à decisão sobre o que será e o que não será notícia;

- A fragmentação ocorre após a decisão da primeira fase, onde é feita uma fragmentação da realidade, noticiando apenas o que for interessante segundo a lógica do emissor;

- Já a inversão, destrói completa ou parcialmente a realidade original e cria uma nova;
- Na indução, o leitor acaba por ser induzido a ver o fato noticiado não como ele é na integra, mas sim como o apresentam;
- Na personificação, é indispensável à criação de bodes expiatórios;
- E por ultimo o maniqueísmo, que busca dividir a noticia em certa ou errada, boa ou má.

Comunicação social, a influência nos fatos: O *Black bloc* e as grandes mídias no Brasil

A comunicação pode ser entendida como “[...] a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão [...]”, porém, “[...] sua tarefa não consiste em persuadir, mas discernir os possíveis meios de persuadir a propósito de cada questão [...]” (MELO, 1978, p. 24); (ARISTÓTELES, 1964, p.21 e 22).

Deste modo, a comunicação pode ser objetivamente um fator decisivo para a tomada de decisão do receptor, desde que haja espaço para que esse interlocutor pense, uma vez que o objetivo básico na comunicação é tornar-se agente influente, é afetar uns aos outros, o ambiente físico e a si mesmo, é tornar-se agente determinante, é ter opção no andamento das coisas, assim como reflete Berlo (1963, p. 20).

E ainda vai além, “[...] em suma, nós nos comunicamos para influenciar – para afetar com intenção [...]” completa “[...] todo comportamento de comunicação tem um objetivo, uma meta, que é produzir certa ação” (BERLO, 1963, p. 20).

De tal modo, compreende-se o intuito e a consciência como a mídia age. Interligando situações e criando uma notícia que possa produzir a ação desejada por ela, mesmo que a “Imprensa sempre reivindicou para si a imparcialidade diante dos fatos, no entanto, são diversos os trabalhos que enfatizam o contrário.” (GUILHERME, 2013). Sendo possível perceber que “o leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja” (ABRAMO, 2003, p.23).

Os conflitos entre *Black blocs* e policiais ganharam espaço nas grandes mídias. “Classificados inicialmente como ‘marginais’, por imagens flagradas pela TV” (SILVA, 2013. *Grifo do autor*). Os *Black blockers* foram acusados de agir violentamente contra o Estado e a democracia (SANTOS, 2013). No entanto, a estratégia adotada pelo grupo é uma estratégia de resistência e pressão, como já mencionada acima. É preciso pensar em como a mídia repassou para seu público essas informações, se os *Black blockers* envolvidos feriram a democracia ou o Estado, considerando que “temos de dizer que o Estado é uma comunidade

humana que pretende, com êxito, *o monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território.” (WEBER, 1982, p.98). Logo, “o Estado é considerado como a única fonte do ‘direito’ de usar a violência.” (WEBER, 1982, p.98). Weber já afirmava esse uso da força por meio do Estado, e relata como essencial para a sua própria existência, defendendo a violência como legítima se por parte do Estado.

Percebe-se, portanto, que o incômodo com a estratégia *Black bloc* é por saberem que o movimento irá resistir à força do Estado. E para os *Black blockers* essa é uma das formas de participação política nas tomadas de decisão do País, “daí, ‘política’, para nós, significa a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado.” (WEBER, 1982, p.98) Logo, temos um conflito gerado entre a violência daquele que a usa com “legitimidade” – o Estado – e aqueles que resistem a essa violência – os *Black blockers* – toda essa luta para a distribuição de poder entre eles, ou tomada por parte dos *Black blockers*, o que mantém a ideia de “política”.

Quanto à aparição midiática da estratégia, aconteceu “em 30 de novembro de 1999, durante as manifestações contra a reunião da OMC em Seattle, que a mídia exibiu a imagem do *Black bloc* para o mundo.” (DUPUIS-DÉRI, 2013), sendo assim mais conhecido internacionalmente.

No Brasil, os *Black blocs* ganharam as grandes mídias a partir das manifestações em Junho de 2013. Por ser uma estratégia com repercussões recentes e pioneiras nos manifestos brasileiros, gerou em primeiro momento um choque com as expectativas de manifestações do povo brasileiro, aconteceu rápido e efetivo em vários pontos do Brasil. Não sabendo como se posicionar, houve inúmeras vezes “criminalização por parte da grande mídia” (TAKAHASHI, 2013). No entanto, o movimento persistiu. Logo os meios de comunicação repassavam a imagem de pessoas trajando preto e atacando agências bancárias ou resistindo à força policial.

Não apresentaram os motivos da estratégia, muito menos possibilitam a defesa dos manifestantes. Levantaram estereótipos, criaram identidades e geraram preconceitos. Em pouco tempo, toda a ação produzida pelos *Black blocs* nas manifestações brasileiras, passaram a ser percebidas como barbárie. Toda a história da estratégia se resumiu naquilo que os grandes meios de comunicação decidiram transmitir e retransmitir entre si, cada qual com sua parcialidade. O que nos leva a pensar “sobre a função do discurso da mídia na produção de identidade” (GREGOLIN, 2007).

Os *Black blockers* foram tachados, pelas autoridades e pela grande mídia brasileira, por vândalos. Ficaram assim conhecidos pela sociedade, por ora alguns indivíduos do grupo, ora todos, e em outros momentos ninguém do grupo, executarem atos análogos aos praticados pelos *wandeln*³⁴.

Por fim, algo válido a se pensar também é se de fato os *Black blockers* agem da forma como a grande mídia e o Estado tem repassado aos cidadãos. Andreotti Neto (1976, p.67) faz referência a uma citação de Platão que alerta, “no diverso precisamos procurar o que há de idêntico”. De modo que todo *Black blocker* é considerado e conotado com o pior sentido da palavra vândalo, tão somente por se apresentar visualmente idêntico aos outros que praticam determinados atos.

Para nós, ficam alguns questionamentos, tais como: quais os interesses em jogo, em especial da grande mídia nacional, para caracterizar como vandalismo o movimento? Quais direitos defendem? Quais realidades exibem? Há imparcialidade? São democráticas no que diz respeito a ouvir vários lados da mesma moeda?

Além de compreender que existe por trás do movimento uma(s) ideologia(s), é fundamental também que não sejam feitas análises estereotipadas e precipitadas, que muitas vezes atingem a interesses específicos em descaracterizar a legitimidade do movimento, seja como movimento social ou como estratégia legítima de luta e pressão. Fugindo da alienação ostensiva da mídia que dita a seu público quem são os “verdadeiros” baderneiros da ordem, retirando o direito de pensar se os culpados estão nas ruas ou no poder.

Referências

ABRAMO, Perseu. *Padrões de Manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ANDREOTTI NETO, Nello. *Biblioteca de Sociologia Geral*. 1ª ed. São Paulo: Rideel, 1976.

BERLO, David. *O Processo da comunicação*. Rio/São Paulo: Fundo de Cultura, 1963.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

CASTANHEIRA, Felipe. *Black Blocs e ativistas invadem laboratório e resgatam mais de 200 beagles*. Captado em: http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2013/10/18/interna_nacional,461199/black-blocs-e-ativistas-invadem-laboratorio-e-resgatam-mais-de-200-beagles.shtml. Acesso em: 16 abr. 2014.

³⁴ Gasparetto Junior (2013?) descreve sobre a existência de indícios de grupos com ações conotadas semelhantes na Roma Antiga, os Vândalos. “Na língua de origem *Wandeln*. Ficaram conhecidos por saquearem a Roma durante duas semanas consecutivas no ano de 455, e resistirem a uma tropa enviada pelo Império Romano, concluindo então um de seus maiores feitos”.

DUPUIS-DÉRI, Francis. *Por trás das máscaras*. Captado em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/155557-por-tras-das-mascaras.shtml>. Acesso em: 30 mar. 2014

G1. *Conheça a estratégia 'Black Bloc', que influencia protestos no Brasil*. Captado em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/conheca-estrategia-black-bloc-que-influencia-protestos-no-brasil.html> Acesso em: 20 de abr. de 2014.

GASPARETTO JUNIOR, Antonio. *Vândalos*. [2013?] <http://www.infoescola.com/povos-germanicos/vandalos/> Acesso em: 24 de out. de 2013

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades*. 2007. Captado em: Acesso em: 28 abr. 2014.

GUILHERME, Cássio Augusto S. A. *Revista Veja e o MST durante o Governo Lula/PT*. Captado em: <http://www.urutagua.uem.br/015/15guilherme.htm>. Acesso em: 20 abr. 2014.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Teoria da Comunicação: ideias, conceitos e métodos*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MELO, José Marques de. *Comunicação Social: teoria e pesquisa*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

PLATONOW, Vladimir. *Professores grevistas e black blocs fazem manifestação em frente à Câmara do Rio*. Captado em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-09-30/professores-grevistas-e-black-blocs-fazem-manifestacao-em-frente-camara-do-rio>. Acesso em: 23 abr. 2014.

RIBEIRO, Renato Janine. *O afeto autoritário: televisão, ética e democracia*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Os Black Bloc's e a democracia*. Captado em: <http://jornalggn.com.br/noticia/os-black-blocs-e-a-democracia-por-wanderley-guilherme-dos-santos>. Acesso em: 24 out. 2013

SILVA, Marcos Antônio Duarte. *O Black bloc, apenas uma estratégia nas manifestações sociais?*. 2013. Captado em: http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=12338. Acesso em: 04 mai. 2014.

TAKAHASHI, André. *O Black bloc e a resposta a violência policial*. Captado em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-black-bloc-e-a-resposta-a-violencia-policial-1690.html>. Acesso em: 20 abr. 2014

VIANA, Severino Coelho. *Origem dos Black bloc's*. 2013. Captado em: <http://www.liberdade96fm.com.br/noticia/artigo+%E2%80%9COrigem+dos+black+blocs%E2%80%9D+por+severino+coelho-12088> Acesso em: 24 de out. de 2013. Acesso em: 12 dez. 2013.

WEBER, Max. *A política como vocação*. In: _____. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

O cinema histórico sob a ótica da Revista Ilustrada *Scena Muda*: o filme como fonte de realidade e educação na década de 1930

Fernanda Generoso

Mestranda em História Social

Universidade Federal Fluminense

fernanda.generoso@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar como o cinema histórico produzido entre os anos 1932, momento de promulgação de decreto para incentivo do cinema nacional, e 1939, momento de criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), era percebido pela revista ilustrada semanal especializada em cinema *Scena Muda*.

PALAVRAS-CHAVE: Revista ilustrada; cinema histórico; cinema educativo.

ABSTRACT: This study aims to analyze how historical films produced between 1932, when the promulgation of decree for the encouragement and improvement of national cinema, and 1939, the period of creation of *Departamento de Imprensa e Propaganda* (DIP), was understood by the weekly illustrated magazine *Scena Muda*.

KEYWORDS: Illustrate magazine; historical film, educational cinema.

Ente as décadas de 1920 a 1940, autores como Walter Benjamin, Theodor Adorno, Max Horkheimer, entendiam o cinema como produto da Indústria Cultural, cujas funções limitar-se-iam a divertir e agradar a “massa”, excluindo qualquer finalidade social ou cultural. Nesse sentido, “a recepção através da distração, que se observa crescentemente em todos os domínios da arte (...), tem no cinema o seu cenário privilegiado” (BENJAMIN, 1993). No cinema, o público encontraria uma forma de distração e fuga da realidade.

O contexto em que esses pensadores escrevem é concomitante à ascensão e consolidação do cinema no cenário Ocidental. Hollywood, situada nos Estados Unidos, tornou-se polo de produção e distribuição de filmes que almejavam “conquistar” o mundo. Segundo Marco Pamplona (1996, p.41), a reconstrução da Europa após a Primeira Guerra Mundial favoreceu o crescimento industrial e econômico dos EUA. O desenvolvimento econômico e tecnológico permitiu às classes médias urbanas maior aquisição material e o usufruto de uma “cultura de consumo de massa sofisticada e desenvolvida”. O divertimento mais procurado era o cinema, que se concretizou com o filme falado, a partir de 1927, criando estereótipos sociais e divulgando o *american way of life*.

Estes produtos culturais norte-americanos foram largamente exportados e o mercado brasileiro era um grande consumidor. Segundo Jean-Claude Bernadet (2006, p.14), a importação do cinema americano nunca foi de fato enfrentada pelo governo brasileiro devido a questões políticas. O autor afirma que essa importação era vinculada à exportação de matérias-primas ou produtos manufaturados. Caso houvesse restrição à importação de filmes, os EUA ameaçavam restringir a importação de produtos brasileiros que influenciariam a balança comercial.

Percebendo o poder de criar e transmitir ideologias, os Estados nazifascistas europeus se utilizaram dos meios de comunicação de massa em benefício de suas propagandas políticas. No Brasil, embora o governo de Getúlio Vargas não possa ser definido como fascista, Maria Helena Capelato (1999, p.167-169) afirma que a coordenação dos órgãos de propaganda política foi inspirada nos métodos europeus, cujo monopólio dos meios de comunicação permitiu forte censura.

A atuação do Estado brasileiro nesse sentido ficou evidente a partir das políticas culturais aplicadas aos meios de comunicação. O Decreto nº 21.240 (RIO de Janeiro, 1932), promulgado em abril de 1932, nacionalizou o serviço de censura aos filmes cinematográficos e reconheceu o cinema como artefato cultural e educativo, excedendo ao mero divertimento. Através da Comissão de Censura, o Estado restringia para si o direito de permitir ou negar a exibição de filmes pelo país. Entre outras exigências, as exibições seriam permitidas após averiguação e autorização do Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1936, a fim de nortear a utilização do cinema como instrumento educacional, o governo apoiou a criação do Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE). O Instituto, primeiro do gênero no país, estabelecia o cinema como meio de comunicação a serviço do Estado, que visava a valorização dos instrumentos de difusão cultural objetivando também a construção da identidade nacional e a organização e domínio do mercado importador e exportador.

Circe Bittencourt (2012, p.69) afirma que nesse período o professor Jonathas Serrano, do colégio Pedro II, assinalou o filme como instrumento didático importante, declarando-o material essencial do “método intuitivo”, já que as ressurreições da História não eram mais apenas quimeras, mas permitiriam aos alunos aprender História “pelos olhos” e não apenas pela audição. Junto ao caráter educativo, Sonia Lino afirma que o cinema era percebido pelo governo de Vargas como elemento de unidade nacional. Deveria veicular o nacionalismo às massas e auxiliar na “formação do povo brasileiro”. Para Vargas, entre os “(...) mais úteis fatores de instrução, de que dispõem o Estado moderno, inscreve-se o cinema. Elemento de

cultura, influenciando diretamente sobre o raciocínio e a imaginação” (LINO, 2007, p.165). Tanto a academia quanto a sociedade e o Estado percebiam o cinema como importante dispositivo para se escrever a História e se entender o passado, especialmente o nacional.

Junto à expansão de uma economia ligada à cinematografia, a imprensa auxiliou e influenciou o desenvolvimento do cinema no Brasil, ao veicular revistas ilustradas semanais que levavam ao público as novidades sobre o mundo cinematográfico. As revistas do período foram beneficiadas pelas novas técnicas de impressão de imagens, segundo Ana Maria Mauad, contribuindo para a generalização do mito de imagem/ foto como verdade. Estas revistas:

(...) compuseram o perfil de uma época em que as imagens fotográficas tinham nas revistas ilustradas seu principal veículo de divulgação – um veículo que mediante uma composição editorial adaptada a seu próprio tempo e às tendências internacionais, criava modas e impunha comportamentos, assumindo a estética burguesa como a forma fiel do mundo representado (MAUAD, 2006, p.371-372).

Revistas como *Scena Muda* (1921-1955) e *Cinearte* (1926-1946) traziam todos os tipos de notícias sobre o assunto, cuja linha editorial era fortemente ligada à norte-americana. Seus conteúdos eram uma clara divulgação do *american way of live*, ainda que a *Cinearte* abrangesse mais o contexto cinematográfico nacional. Em função dessas influências, uma primeira análise de *Scena Muda* nos dá a impressão de ser uma obra norte-americana feita para o público brasileiro. No entanto, a Companhia Editora Americana S. A., detentora da revista e de nomes como *Revista da Semana* e *Eu sei Tudo*, era do português Carlos Malheiro Dias. As capas das revistas traziam seu nome e a imagem de um ídolo de cinema. Sem qualquer anúncio ou propaganda sobre o que encontraríamos em seu conteúdo, acreditamos que apenas a imagem de um ídolo era suficiente para atrair determinado público.

Com valor de mercado menor que outras revistas do gênero e aparentemente voltada para o público feminino, entre suas 36 páginas, algumas propagandas de cosméticos, propagandas de outras revistas e pôsteres dos ídolos, *Scena Muda* trazia crônicas, resenhas de filmes, “notícias da tela”, estatísticas das bilheterias, dicas de como se comportar, figurinos de Hollywood, como se vestir, onde os famosos moravam, endereço dos estúdios de Hollywood, o que era exibido no cinema do Rio de Janeiro e o que iria estrear.

A forma de abordar os temas variava a cada coluna, mas o tom predominante era leve e divertido, saltando, principalmente nas crônicas, para um tom mais crítico. A revista trazia diversos textos discutindo um mundo inalcançável para a maioria dos brasileiros,

principalmente por se dedicar a um estilo de vida mais comum a uma classe média urbana. As palavras estrangeiras, em inglês ou francês, encontradas aos montes pela revista, não facilitavam o consumo destas por determinados grupos da sociedade.

Mas quem eram os consumidores desse tipo de material? Ana Maria Mauad (2006, p.373) afirma que o público destas revistas andava em primeira classe nos *bonds* ou possuía automóveis. Jogava na bolsa de valores, possuía negócios na indústria e no comércio de importação e exportação. Cultuava o *status*, vivia no Brasil com os olhos para a Europa e os Estados Unidos. Este “tipo” da sociedade brasileira disputou, segundo a autora, o domínio do capital simbólico crucial a instituição de uma hegemonia de classe.

Através da análise da revista semanal, compreendemos que a *Scena Muda* buscava acompanhar todo o contexto referente ao cinema, ainda que aspectos referentes às políticas culturais aplicadas pelo governo provisório estivessem em segundo plano em suas páginas. Alguns excertos e crônicas destinavam-se a tratar destas questões. Em junho de 1936, um cronista apontou para o grande benefício da legislação criada pelo governo para estimular o cinema do Brasil:

Quem escreve estas linhas confessa que, com respeito ao cinema nacional, esteve, por muito tempo, como S. Thomé, de sagrada e cautelosa memória – queria ver para crer. Teve nitida compreensão dos altos e patrióticos intuits com que o governo decretou a obrigatoriedade da exibição de complementos nacionais em todos os programas cinematographicos; não acreditou, porem, no êxito da providencia. Com a mesma lealdade vem hoje dar as mãos á palmatória e testemunhar que verificou e sinceramente admirou (...) o esplendido progresso realizado por nossos cinematographistas nestes ultimos dous anos (CASTRO, 1936).

Evidente que a base de comparação da qualidade cinematográfica é o cinema hollywoodiano, o qual despendia fortunas para garantir a qualidade de suas películas, enquanto o Brasil começava a investir, com auxílio governamental, em suas produções. No excerto lido, podemos perceber que o autor aponta para um progresso na produção cinematográfica nacional quatro anos após o Decreto de 1932. Lentamente, algumas melhorias foram percebidas, ao menos pelo cronista Renato Castro.

Iniciativas privadas, incentivadas pelo governo, como as produções da *Cinédia*, apresentavam películas de melhor qualidade. Entretanto, as produções brasileiras eram inferiores em relação às produções norte-americanas e sempre sofriam comparações. Em maio de 1937, o mesmo cronista aponta alguns problemas no cinema brasileiro, decorrente também da interferência estatal, voltando atrás ao elogio que fizera em 1936:

Há um anno, nesta mesma columna, consignamos, com alegria sincera, os lisongeiros resultados da sabia e benemerita lei Getulio Vargas, que tornou obrigatoria a exhibição de um film nacional em todos os programmas cinematographicos (...). Mas um anno passou e, por varias causas – inclusive e principalmente a espantosa commissão de censura cinematographica – a lei Getulio Vargas passou a ser explorada não em beneficio mas em prejuizo evidente do Brazil e até contra o Brazil (...). Em geral estão piores, com som descuidado, repetindo, com monotonia fatigante (CASTRO, 1937).

Na opinião do autor, a própria legislação de Vargas acabou por prejudicar o campo cinematográfico nascente. Embora o autor tenha mudado de ideia quanto à evolução do cinema nacional, as opiniões da revista são diversificadas. Acusam graves problemas estruturais e ao mesmo tempo apontam grande atividade, como na notícia “É innegavel que o cinema brasileiro vive um período de grande actividade. É um bello movimento constructor que merece todo amparo (...)” (SCENA Muda, 1937).

Ao passo que a interferência estatal ganha espaço nas páginas da revista, as discussões sobre a utilidade e o papel do cinema, especialmente o histórico, para a sociedade também são questionados. A busca pela definição e “glorificação” é constante nas colunas da revista semanal. Não se atribui ao cinema um significado específico, mas vários. Todos os sentidos, mesmo em se tratando do que é exportado “em latas, como sardinhas” por Hollywood, instituem o cinema como elemento cultural de grande poder, documento de uma época, produtor do acontecimento...

Semanalmente, estas chronicas teem focalizado os diversos prismas por que deve ser encarado o Cinema, sobrepondo-se ao seu caracter universal de divertimento. Nos diversos commentarios que teem sido feitos, resalta sempre, e assim em todo o mundo, o caracter eminentemente histórico daquela Arte. É, tão somente, porem, a História rememorada, a reconstituição completa da grande retirada da Russia, as guerras punicas, o feliz reinado da rainha Victoria, o período aureo de Napoleão, os dias que precederam a revolução francesa, a História, enfim, rememorada e reconstituída á luz dos reflectores, baseando-se em factos veridicos e que, entretanto, soffrem a acção decorrente da necessidade de *ambientes* cinematographicos.

Do que não se falou, ainda, é do verdadeiro sentido do Cinema, como elemento histórico, virgem, o jornal cinematographico, vivo, palpitante, brutal, apanhando ao natural a sucessão de acontecimentos que agitam o mundo, sejam elles terriveis como uma guerra, ou gratos á vista, como um concurso mundial de belleza. Na Humanidade, ha sempre a volupia do regresso aos tempos passados, dentro da *brouhaha* do presente (MORENO, 1938c).

O cronista qualificou o filme histórico como superior à mera diversão ao permitir ao espectador uma viagem pelo passado e pela História. Nesse excerto de setembro de 1938, Luis Moreno, e possivelmente seus leitores, entendia o cinema como fonte para o

conhecimento da história, cuja utilidade excederia aos livros de grandes historiadores. A revista deixa evidente a relação estabelecida entre o filme, principalmente o histórico, e a realidade do passado. Entendendo a história como uma matéria enfadonha, em abril de 1938, a revista apontou o cinema como fonte histórica que possibilita um retorno real e “agradável” a outros tempos. Assim, percebendo o papel educativo do cinema e aprovando as medidas impostas pelo governo Vargas, Moreno escreveu em junho de 1938: “(...) o cinema terá atingido a sua mais perfeita finalidade, que é a educativa, pois não restam dúvidas sobre o papel preponderante que desempenha na esfera educacional” (MORENO, 1938b). Essa nova tecnologia, portanto, encontraria na representação do passado sua utilidade máxima:

O cinema, como factor de interpretação da História Universal, é o grande acontecimento do nosso século. Até há pouco, a História era a grande silenciosa. As páginas de Tácito, Plutarco, Xenofonte, assim como de Macaulay, Guizot, Herculano, Oliveira Martins... eram eloquentes, mas mudas. (...)

A invenção de Lumière projectou nova luz e deu alma nova àquelas figuras imóveis. A princípio timidamente, mais tarde com absoluto rigor de técnica – o Cinema se foi apoderando daquelas figuras e movimentando-as, de novo, no cenário mesmo em que haviam vivido. (...)

O poder objectivo do Cinema encontra nos episódios históricos a sua absoluta consagração. Ver *A retirada da Rússia* é infinitamente mais agradável que ouvir relata-la, mesmo que o historiador se chame Emil Ludwig ou Delacroix. É que, ao lado da imagem visual, o Cinema dispõe, hoje, da sensação auditiva. Ver e ouvir – é quase tudo. O que falta, imaginação completa-o, ou a memória supre (NEVES, 1938).

O excerto supracitado, de abril de 1938, iguala o conhecimento produzido pelo cinema àquele produzido pelos historiadores, mas exalta o primeiro por ganhar vida graças à técnica, ao som e às imagens. Neste âmbito, as afirmações de Robert Rosenstone (2012) são importantes por trazerem essa noção de percepção da história pela tela. O autor acredita que a capacidade do filme de provocar emoções, a partir do visual, do auditivo e da qualidade materializada da experiência fílmica, na qual parecemos vivenciar os acontecimentos através da tela, é distinta da história impressa, principalmente a escrita por acadêmicos.

Segundo Rosenstone (2012, p. 31-33), os filmes históricos considerados “sérios” são o drama comercial (minissérie ou docudrama), a história de oposição ou inovadora e o documentário de compilação. Todos apostam na primazia das imagens, mas utilizam-nas de formas diferentes com o intuito de criar o significado histórico. Dentre estes tipos, o autor afirma que o longa-metragem dramático é a mais importante forma de história nas mídias visuais, no que diz respeito ao público e a sua influência. Mesmo quando se tratam de fantasias, o autor afirma que os filmes históricos afetam a maneira como vemos o passado e

percebemos a história, mirando diretamente em nossas emoções, não apenas ao fornecer uma imagem do passado, mas por nos querer fazer crer naquela representação.

O efeito de realidade produzido pelas películas foi ampliado com o auxílio do som, que permitiu a abordagem de novos temas. Muito mais complexo do que simplesmente criar um acontecimento, o cinema histórico do período buscava reproduzir o passado através de documentos e vestígios considerados fidedignos, como o filme “O Descobrimento do Brasil” de Humberto Mauro, lançado em 1936, baseado na carta de Caminha. O que era transmitido pelo reproduzidor de negativos nos cinemas tinha a pretensão de ser verdade e era desta forma que a revista interpretava:

Dar á ficção o característico perfeito da realidade, tem sido a preocupação de todos aquellos responsaveis pela produção de filmes. Em certos momentos a impressão do espectador não pode ser exactamente idêntica á obtida antes, porquanto, se já teve oportunidade de encarar a situação que vê representada na tela, outras vezes não terá tido ainda ocasião de enfrentar a mesma passagem da vida real (MORENO, 1938a).

Para Ferro (2012, p.202), essa forma de representar o passado é entendida como “melodramatização” da História através da produção de filmes históricos nos quais se encontram “o personagem da vítima – de preferência uma mulher e, se possível, uma atriz bonita – e um tratamento patético que faz com que o espectador adote o ponto de vista desta”. Segundo Rosenstone (2010, p. 35), aproximar o filme dramático da prática dos historiadores é uma possibilidade, pois ambos narram um enredo com início, meio e fim, absorvendo uma visão progressiva do passado.

O que percebemos com análise da revista *Scena Muda* foi um reconhecimento social dos valores do cinema, ainda que houvesse uma indefinição de qual seria sua utilidade: divertir, entreter, ensinar. As concepções dos cronistas, e de forma geral da *Scena Muda*, não são uniformes. Aspecto interessante que denota visão crítica dos escritores quanto aos usos do cinema, nacional e internacional. Acreditamos que a possibilidade de resgatar e representar o passado através da imagem cinematográfica, ao dar o efeito de realidade, permitia sua utilização como fonte de conhecimento e como objeto que poderia substituir os livros didáticos no ensino de história. Os filmes eram considerados dignos desde que contassem fielmente os fatos como estavam nos livros e documentos escritos.

As definições do *Dicionário Teórico e Crítico de Cinema*, de Jacques Aumont e Michel Marie, nos ajudam a entender melhor os conceitos efeito de realidade e efeito de real, que indiretamente se apresentam nas discussões da revista. Os dois fenômenos estão ligados à

noção de representação: por um lado pela analogia e, por outro, pela crença do espectador. Segundo os autores, “O efeito de realidade designa o efeito produzido, em uma imagem representativa (quadro, fotografia, filme), pelo conjunto dos indícios de analogia: tais indícios são historicamente determinados; são, portanto, convencionais” (AUMONT, MARIE, 2003, p.92). Ou seja, este efeito é obtido em conformidade com as convenções. O efeito de real indica que, tendo como base um efeito de realidade “o espectador induz um ‘juízo de existência’ sobre as figuras da representação e lhes confere um referente real (...); ele não acredita que o que ele vê seja o próprio real (...), mas sim o que ele vê existiu no real” (AUMONT, MARIE, 2003, p.92).

Além dos debates quanto à validade do filme, a revista é interessante fonte para entendermos como os governos do período lidavam com esta tecnologia de acordo com os interesses de suas políticas de Estado. Com o final da década de 1930, o início do Estado Novo, em 1937, o fortalecimento dos estados fascistas, o recrudescimento nas relações entre os Estados e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, percebemos que as questões políticas ampliaram-se nas páginas da revista e tornaram-se mais recorrentes, não só em relação ao Brasil e Estados Unidos, mas também à Europa. Diferente dos textos de início da década, que pouco tratavam das questões políticas, a revista adaptou-se às transformações e passou a discutir as maneiras como o cinema era utilizado e censurado nesses países, evidenciando como os laços entre o cinema, a sociedade e os Estados estreitaram-se.

Referências

Fontes³⁵:

CASTRO, Renato. Cinema Nacional. Novidades da Tela. *Revista Scena Muda*. Rio de Janeiro, n. 736. 02 jun. 1936.

MORENO, Luis. Chronica. Brasil, cobaia do cinema. *Revista Scena Muda*. Rio de Janeiro, n. 888. 29 Mar. 1938a.

_____. Chronica. O cinema documento de uma época. *Revista Scena Muda*. Rio de Janeiro, n. 901. 28 Jun. 1938b.

_____. Chronica. Branca de Neve e os sete anões. *Revista Scena Muda*. Rio de Janeiro, n. 911. 06 Set. 1938c.

³⁵ Os exemplares da revista *Scena Muda* estão disponíveis em http://www.bjksdigital.museusegall.org.br/busca_revistas.html. Acesso em: 15 jun. 2014.

NEVES, Berilo. Chronica. O Cinema e a História. *Revista Scena Muda*. Rio de Janeiro, n. 892. 28 Abr. 1938.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n ° 21.240, de 04 abril de 1932. Dispõe sobre nacionalizar a censura dos filmes cinematográficos, cria a “Taxa Cinematográfica para a educação popular e da outras providências”.

SCENA Muda. Cinema Brasileiro. *Revista Scena Muda*. Rio de Janeiro, n. 861. 21 set. 1937.

Bibliografia

AUMONT, Jacques, MARIE, Michel. *Dicionário teórico e crítico de cinema*. Trad. de Eloísa A. Ribeiro. Campinas, SP: Ed. Papirus, 2003.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. Trad. de Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 6ª Ed., 1993.

BERNADET, Jean-Claude. *O que é Cinema*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber Histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2012.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. N.: Repensando o Estado Novo In: Dulce Pandolfi (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Trad. de F. Nascimento. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LINO, Sônia. Projetando um Brasil moderno: Cultura e cinema na década de 1930. In: *Revista de História*. Juiz de Fora, v. 13, n 2, p. 161-178, 2007. p. 165. Captado em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/95.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2013.

MAUAD, Ana Maria. O olho da História: Fotojornalismo e a invenção do Brasil Contemporâneo. In: NEVES, L., MOREL, M., FERREIRA, T. T. (Orgs). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

PAMPLONA, Marco. Os tempos do *New Deal*: o desafio da reforma do Estado. In: *Reverendo o sonho americano: 1890 – 1972*. Rio de Janeiro: Editora Atual, 1996.

ROSENSTONE, Robert. *A história nos filmes, os filmes na história*. Trad. de Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

Sensibilidades melancólicas e imagens neo-barrocas no cinema de Win Wenders

Geovano Moreira Chaves

Doutorando em História e Culturas Políticas
UFMG

geovanochaves@gmail.com

RESUMO: A análise dos filmes “Asas do desejo” e “Tão longe, tão perto” de Win Wenders, pode desvelar alguns indícios acerca da questão do imaginário melancólico e neo-barroco na sociedade contemporânea, associado ao uso constante do termo “pós”. Podem afetar as imagens da história ao serem vistos como um poema sobre a efemeridade do tempo que se esvai, sobre a vida e a morte.

PALAVRAS-CHAVE: Win Wenders; Cinema; História; Neo-Barroco; Melancholia.

RESUMEN: El análisis de la película "El cielo sobre Berlín" y "Tan lejos, tan cerca" de Wim Wenders, puede revelar algunas pistas sobre el tema de la imaginaria melancólica y neobarroco en la sociedad contemporánea, junto con el uso constante del término "post". Puede afectar a las imágenes de la historia para ser visto como un poema sobre la fugacidad del tiempo se desvanece, sobre la vida y la muerte.

PALABRAS CLAVE: Wim Wenders; Cine, Historia; Neo-barroco; Melancholia.

A narrativa cinematográfica buscou, no decorrer de seu desenvolvimento e da construção de suas variadas linguagens, também construir um discurso sobre o homem e sua relação com o espaço e tempo na história. Deste modo, o cinema pode evidenciar e suscitar reflexões sobre as sociedades em geral, além de servir também como importante meio pelo qual podemos nos fazer representar.

Com os diretores e teóricos do cinema moderno, aprendemos que todo filme deve ser uma reflexão sobre a vida e uma reflexão sobre o cinema³⁶. Sob tal perspectiva, parece-nos que desde o neo-realismo italiano – cujos desdobramentos posteriores determinaram à afirmação da idéia de cinema moderno – a realização fílmica e a teoria cinematográfica levantaram questões que mobilizaram a arte na segunda metade do século XX, particularmente aquelas relacionadas ao advento da consciência da linguagem e das possibilidades de realização do conceito hegeliano de morte da arte.

A natureza paradoxal do cinema – técnica, indústria e arte – o inscreve como um *locus* privilegiado para a reflexão acerca da morte da arte – ou, como preferem alguns, da morte da

³⁶ Referência à declaração de François Truffaut.

noção de arte moderna (ECO, VATTIMO, 1997). Mesmo porque, ainda que não possamos considerar a esfera dos *mass media*, na qual o cinema se inclui como o espírito absoluto hegeliano, devemos situar a morte da arte, como afirma Gianni Vattimo em “O fim da modernidade”, como um evento que:

... constitui a constelação histórico-ontológica em que nos movemos. Esta constelação é um entrelaçamento de acontecimentos histórico-culturais e de palavras que lhe pertencem, os descrevem e os co-determinam. Neste sentido *geschicklich*, destinal, a morte da arte é algo que nos concerne e que temos de levar em conta. (VATTIMO, 1997, 60).

Tendo como horizonte estas considerações preliminares – o filme como reflexão sobre o cinema e este como *locus* privilegiado no rol das artes do século XX e XXI – e, principalmente, a importância da arte da imagem na produção das grandes configurações do imaginário coletivo do século XX e início do XXI, entendemos que uma análise dos filmes “Asas do Desejo” e “Tão Longe, tão perto” de Win Wenders pode desvelar alguns indícios acerca da questão do imaginário melancólico e Neo-Barroco na sociedade contemporânea, associado à idéia de morte da arte e do uso constante do termo “pós”.

A sensibilidade melancólica emerge de todo o ocidente, enraizada em práticas sociais e simbólicas (LOPES, 1997: 1). A linhagem dos melancólicos se estende moderadamente, desde os príncipes e cortesãos do teatro barroco, passa pelos poetas ultra-românticos, *dandies* decadentistas e continua até os *punks* góticos. (LOPES, 1997, 1)

Mais do que exclusivamente um cinema do tempo, o que Denílson Lopes busca no mapeamento do Neo-Barroco estilizado é a possibilidade da manutenção de um espaço onde a delicadeza e a fragilidade tenham um lugar, elementos pelos quais para o autor constituem a base para se pensar a melancolia contemporânea. (LOPES, 1997, 17).

Ao focar o imaginário e estética Neo-Barrocos, que, pelo menos em uma de suas vertentes mais estilizada, constitui-se um desdobramento da melancolia, Denílson Lopes entende que sua importância deve ser ressaltada não só pela sua impregnação nas culturas brasileira e hispano-americana e pela qualidade das obras produzidas sob esse influxo, mas também pela possibilidade de contribuir para a melhor visualização da crise da arte moderna, na segunda metade do século XX e início do XXI. O Neo-Barroco para Denílson Lopes é uma categoria operacional, um solo fundamental para a construção de um paradigma estético em que o sensível e o cognoscível não se dissociam. (LOPES, 1997, 17).

Mais do que por ser um tema curioso, incomum, a motivação para o estudo da melancolia é não só por se tratar de uma das sensibilidades centrais do Ocidente, mas o desejo

de consolidá-la no horizonte da reflexão sócio-histórica, defendendo sua atualidade. (LOPES, 1997, 155). O espaço da melancolia segundo o autor é o teatro dos sobreviventes, da fragilidade temporal, da quase-morte, quase-catástrofe, das máscaras mutantes, cambiantes, da metafísica em crise. A melancolia nos dizeres do autor “desloca ainda o caráter agônico, no sentido constante da luta, da tragicidade grega para a catástrofe, a dissolução individual”. (LOPES, 1997, 137). No nosso entendimento, tais características (sobretudo as sensibilidades melancólicas e as imagens Neo-barrocas) se fazem bem presentes nos personagens dos filmes de Win Wenders selecionados para este trabalho.

Como se observa nos filmes de Win Wenders, a consciência histórica que aflora tem seu paralelo nos personagens, em uma consciência da morte e dos limites do sujeito, assim como os limites impostos pela condição de ser anjo. Os personagens anjos, visualizando o mundo em preto e branco, transitam numa órbita melancólica, observando os atos humanos curiosos, muitas vezes desejando estes atos para si, sobretudo porque se mostram sempre enfasiados pela sua condição eterna de tempo, e assim desejam o tempo dos humanos, o tempo que “passa” em detrimento do tempo “parado” imposto pela condição de seres extramundanos, metafísicos.

Quando a consciência racional se quer (inutilmente) se fazer trágica, Denílson Lopes concebe que ela se torna melancólica. A melancolia para o autor é um quisto extraído da racionalidade apolínea e ao êxtase dionisíaco. Ao não recusar a razão científica, a melancolia modula-a em um tom menor, esgarçando-a gentilmente no tempo. Apesar de sua dificuldade em ser localizada, “a melancolia não é um ponto de equilíbrio ou de síntese entre o apolíneo e o dionisíaco, é só mais um ponto, um momento”. (LOPES, 1997, 142).

No caso dos filmes de Wim Wenders, trata-se de compreender as configurações do imaginário produzidas pelo cinema como operando sobre a construção de novos sujeitos, seja por fornecer os protótipos da condição do homem contemporâneo, seja por alterar (e, por vezes, maltratar) nossos aparelhos de percepção e de representação. Não se pretende uma leitura intensiva dos filmes, mas apenas perscrutar através deles alguns dos mecanismos do inconsciente postos em ação pelo cinema, particularmente aqueles relacionados à melancolia e ao Neo-Barroco. (FURTADO, 2001, 75-84).

De muitos modos, estes filmes participam da dicotomia imagem/palavra, a qual refere-se aos dois extremos da realização da nova retórica apocalíptica necessária à representação das monstruosidades e do mal-estar do século XX. Na literatura, tal retórica se realiza seja pelo apelo ao silêncio ou por uma linguagem enigmática e obscura, seja pela loqüacidade e

tautologia ou pela adoção de programas de empobrecimento e redução da obra. (KRISTEVA, 1989, 203).

Ao cinema cabe “suprir esse exagero silencioso ou precioso da palavra, sua fraqueza esticada em corda bamba sobre o sofrimento” (KRISTEVA, 1989, 205). E ainda, como “arte suprema do apocalipse”, a demonstração da intimidade da “doença da morte”, o descobrimento pelo olhar da visão de um nada além do mais monstruoso. Tanto na literatura quanto no cinema, o motor secreto desta nova retórica é a melancolia, pois que a “consciência da maldade radical” que caracteriza a nossa época remete fundamentalmente à perda, à morte. (KRISTEVA, 1989, 205).

No âmbito da arte, tal perda pode referir-se às sucessivas crises de desmistificação da arte e da atividade do artista, ao fim da inocência face aos meios expressivos, ao postulado da arte como antiarte, ao conflito entre a autonomia (“espiritualidade”) e a heteronomia (“materialidade”) da obra. Nas palavras de Susan Sontag:

Portanto a arte passa a ser considerada como algo que deve ser superado. Um novo elemento ingressa na obra de arte individual e se torna parte constitutiva dela: o apelo (tácito ou aberto) à sua própria abolição – e, em última instância, à abolição da própria arte. (SONTAG, 1987, 12-13).

A experiência deste profundo e frustrante conflito verticaliza-se no cinema devido à sua estreita dependência em relação à “matéria”, ao suporte técnico. De forma que, se nos dispomos a analisar os filmes de Win Wenders como uma reflexão acerca do cinema (e da arte em geral), devemos considerar em que medida “Asas do Desejo e Tão Longe, Tão Perto” realizam o transtorno dos protótipos elaborados pela narrativa clássica e o questionamento do “equipamento mental” que fundamenta o funcionamento do dispositivo cinematográfico.

Em “Asas do Desejo” as imagens em preto e branco se alternam às coloridas, que surgem pela visão dos humanos. Usar o preto e branco é ainda, para Wenders, uma forma de reforçar a atmosfera de magia e de sonho:

O preto e branco já se tinha imposto na ideia do filme, até certo ponto por causa da cidade de Berlim, mas também por causa dos anjos: eles não podiam realmente tocar as coisas, não conheciam o mundo físico e, logicamente, também não conheciam as cores. O preto e branco está também ligado ao mundo dos sonhos. Era empolgante imaginar o mundo dos anjos a preto e branco, se bem que a cor surgisse em determinados momentos do filme: como uma nova experiência. Eu sabia que Henri Alekan, que não conhecia Berlim, me abriria um novo olhar: ele consegue criar formas imateriais por intermédio da luz. Como se ele próprio tivesse, com o segredo da luz, acesso a este universo mágico. (WENDERS, 1990).

A câmera de Wenders percorre as ruas, entra nas casas pela janela. Aí está também um elemento presente no Neo-Barroco: portas e janelas são formas de comunicação entre mundos diferentes. Em Wenders, os anjos tem acesso livre aos humanos. E realmente se comunicam com eles, mesmo que muitos não se deem conta de sua sutil presença. Esta comunicação entre mundos diferentes, veio da tradição artística barroca, onde são comuns as figuras ligadas ao misticismo, à magia, ao espiritual.

Em Wenders os anjos são atemporais e se cansam de sua condição. Entendia-se com seu lugar intermediário entre a eternidade divina e a temporalidade humana, mas permanecem testemunhando a história dos homens, até que Daniel – um dos anjos - descobre a possibilidade da encarnação. Ele diz frases como “meu olho intemporal me ensina que estou há muito fora do mundo” ou “chega de viver *ad infinitum* no espírito” (WENDERS, 1990).

A memória infinita da humanidade encontra-se acumulada na memória dos anjos que a guardam desde os tempos imemoriais. Diferentemente dos homens, eles vêem os acontecimentos, mas não podem interferir neles. Aos anjos não é dado conhecer o tempo. Não vivem o passado, presente, futuro, agora, ontem. O passado é eternamente presente. O ontem está ainda em toda parte, presente, atemporal e imaterial, num mundo paralelo. Os anjos só conhecem o que é sempre, eternidade. Tempo ausente. Eles têm a eternidade, vêem os acontecimentos, mas não partilham da experiência. (SILVA, 2014).

Outra característica que pode se notar nos filmes de Wenders é a presença de elementos expressionistas, sobretudo pelo uso do preto e branco e pela força expressiva dos personagens. Para Denílson Lopes, se o expressionismo for considerado um grande herdeiro do romantismo, no seu voltar-se para as angústias mais íntimas, rumo ao inconsciente, já enfatizado também pelos surrealistas, pode haver um enorme distanciamento em relação ao jogo de máscaras, de superfícies do barroco. Mas para o autor, tanto no expressionismo como no barroco, a identidade individual é estilizada, ou pelo mergulho na interioridade ou na exterioridade. Denílson Lopes sugere que talvez fosse interessante desenvolver a aproximação entre barroco e expressionismo feita por Mario Perniola (1990), na medida em que se afasta este de uma poética do sujeito, em defesa de um *pathos* expressionista como uma suspensão e abolição do eu, considerado na sua identidade e no seu papel psicológico e social. O expressionismo seria uma forma de sentir em que a abstração, o estranhamento do homem e o grito primordial seriam faces de uma mesma medalha, mesmo a acentuação do exagero e violência poderiam estar dentro de um enquadramento teatralizado. Dessa forma, haveria no entendimento de Denílson Lopes um encontro entre o sentir barroco e o sentir expressionista,

através do recurso de um estado de indiferença, de não-participação, de não-impregnação subjetiva, que conduz o indivíduo ao agir/falar que não lhe pertence intimamente, a um incontrolável e impessoal querer artístico.

No que se refere à influência expressionista em Win Wenders, apesar de ser considerado o mais americano de todos os cineastas alemães e das influências explícitas de Yasujiro Ozu em sua obra, e sem querer atribuir tudo ao “peso” da nacionalidade alemã, acredita-se ter conseguido estabelecer algumas relações entre os filmes de Wim Wenders e a estética desenvolvida pelo cinema expressionista alemão. Na verdade, o que pode ser percebido são somente elementos relacionados a determinados procedimentos cinematográficos, como por exemplo, a opção pelo filme preto e branco ou por temas que, mesmo não sendo exclusivos do expressionismo alemão, demonstram certa aproximação. As citações dentro dos filmes, sejam na fala ou no nome dos personagens também se constituem referências, mesmo que mais históricas e pessoais. No nosso caso específico, acreditamos que o trabalho de Denílson Lopes possibilitou-nos a enxergar nos filmes de Win Wenders citados um pouco mais além de uma única e já consagrada influência expressionista, mas sim também neo-barroca.

Certamente, o conhecimento de Wenders da história do cinema e sua vivência como alemão nascido e criado no pós-guerra, contribuíram para sua forma de fazer cinema, para seu olhar cinematográfico. Os filmes sempre dizem respeito ao contexto de suas produções. Nesse sentido, não há como desconsiderar a importância dos filmes expressionistas alemães na filmografia de Wim Wenders, mesmo que esta seja tão fortemente marcada pela cultura americana. Aliás, o desenvolvimento dessa relação próxima com o cinema americano parece ter surgido, primeiramente, da total ausência de tradição, pela situação da indústria cinematográfica alemã da época. Entre a grande época do cinema alemão na década de 20 e a retomada do cinema nacional, em 60, se interpôs a guerra.

Enfim, considerando-se a experiência contemporânea, os filmes citados são tidos como obras que conseguem falar com propriedade do pós-moderno. Misto de documentário e ficção, sobretudo ao se fazer referências a recente história alemã³⁷, os filmes de Wenders ora

³⁷ Há referências ao nazismo, a Hitler e Goebbels, numa cena na porta do estúdio, e a cruz suástica aparece em outra cena, pintada no chão. Há imagens da guerra e das ruínas de Berlim. O anjo Cassiel acompanha um velho escritor, contador de histórias, papel de laços fortemente simbólicos, que diz: “meus heróis não são mais os guerreiros e os reis, mas as coisas de paz, tão boas uma como as outras. As cebolas secando tão boas quanto o tronco de árvore cruzando o pântano. Mas até hoje ninguém conseguiu cantar uma epopéia de paz. O que acontece com a paz, que sua inspiração não dura e que quase não se deixa narrar” Também a fala de um motorista refere-se à Alemanha e ao estado em que vive o povo alemão: “o povo alemão se dividiu em tantos estados

são monocromáticos, ora coloridos, dependendo do ponto de vista físico e metafísico. Polifônicos, políngues, múltiplas histórias se desenrolam nos filmes, o que leva o espectador a construção de uma narrativa não-linear, como um quebra-cabeça a ser montado.

O debate sobre o Neo-Barroco proposto por Denílson Lopes não só repõe o impasse moderno, mas também oferece alternativas, que senão configuram uma nova idade, também não se trata de simples modismo para substituir o desgaste midiático do pós-moderno. A reciclagem do Barroco para o autor não é uma escolha entre tantas outras no museu das tradições, mas, fazendo referência a W. Moser,

ela se afirmaria na base de uma analogia estrutural de época para época, segundo o qual nosso pertencimento melancólico e uma “face sombria” da modernidade, se juntaria a nosso trabalho histórico de pós-modernos que consiste em se despedir da modernidade utópica (MOSER, 1993).

Enfim, passando pelo expressionismo, esta presença indissociável nos filmes de Wenders e por isso citado, levando em consideração também as múltiplas possibilidades de olhares possíveis sobre uma obra de arte em relação ao tempo, inclusive no caso cinematográfico, notamos uma influência marcante de acordo com os argumentos de Denílson Lopes da relação entre melancolia e neo-barroco na contemporaneidade nos filmes de Win Wenders citados neste trabalho.

Tal melancolia, expressa nos filmes, corresponde a uma sensibilidade estética, catastrófica, anti-utópica, emergente na modernidade e que se define pela aflição diante da passagem do tempo, pelo fato do melancólico se prender ao passado, por ter dificuldades em esquecer. (LOPES, 1997, 281). Sensibilidade cristalizada, pela primeira vez, como um imaginário, no período Barroco, e que retorna, com uma força particular, na segunda metade do século XX, como Neo-Barroco.

Referências Bibliográficas

AUMONT, Jaques. *A Estética do Filme*. Campinas: Papyrus, 1995.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras Escolhidas*, vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

quanto existem indivíduos. E estes pequenos estados são móveis. Cada um leva o seu consigo e pede pedágio a quem entra: uma mosca presa no âmbar ou uma bolsa de couro. O mesmo para a fronteira. Só se entra no estado com uma senha. A alma atual do alemão só pode ser conquistada e governada por quem chega em cada pequeno estado com a senha. Felizmente ninguém é capaz. Então todos migram e levantam suas próprias bandeiras” (WENDERS, Win. *Asas do Desejo*. Alemanha: Road Movies, Argo Films, Vídeo Arte, 1987. 128 min., sonoro/legendado, cor e p&b, vhs ntsc.).

- CARDOSO, Ciro Flamarion, MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Câmpus, 1997, p. 401-417.502-504.
- CARRIÈRE, Jean-Claude. *A Linguagem Secreta do Cinema*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, Vanessa. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural Entre Práticas e Representações*. São Paulo: Difel, 1989.
- FERRO, Marc. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, Fernando Fábio Fiorese. Morte em Veneza, Cinema e Melancolia. In: Lumina - Facom/UFJF - v.4, n.1, jan/jun 2001.
http://www.ofaj.com.br/imagemsemelhancas_conteudo.php?cod=2 Acessado em 29/03/2014.
- KRISTEVA, Julia. *Sol negro: depressão e melancolia*. Trad. Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In: LE GOFF, Jacques (org) *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LOPES, Denílson. *Nós os mortos, sensibilidades melancólicas, imagens neo-barrocas*. Brasília: UnB, março de 1997.
- MITRY, Jean. *Dictionnaire du cinéma*. Paris: Librairie Larousse, 1963.
- MOSER, Walter. Versões do Barroco: Moderno e Pós-Moderno. *Estado e Sociedade*, VIII, ½, dezembro/janeiro, 1993, Brasília, Departamento de sociologia da UnB.
- PASSEK, Jean-Loup. *Dictionnaire du Cinéma*. Paris: Laurosse, 1995.
- PERNIOLA, Mario. *Enigmi Barrochi e Neo-Barrochi in Enigmi – II. Momento Egizio nella Società e nell'Arte*. Gênova, Costa e Nolan, 1990.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SALIBA, E T. *História e cinema: a narrativa utópica no mundo contemporâneo*. São Paulo: Fde, 1994.
- SILVA, Terezinha Elizabete da. Homero e os lugares da memória em Asas do Desejo. In: Para ver, imagem e semelhança. Link de acesso:
- SONTAG, Susan. A estética do silêncio. In: *A vontade radical: estilos*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- VATTIMO, Gianni. *O Fim da Modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna.*, trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- WENDERS, Win. *A lógica das imagens*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- XAVIER., Ismail. (org.) *O cinema no Século*. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

Casa de Cacos: potencialidades educativas

Gilson Rodrigues Mariano da Silva
Graduando em Artes Visuais Licenciatura
UEMG
gilsonrodrigs@gmail.com

RESUMO: Este artigo é uma adaptação do trabalho de conclusão de curso apresentado a Universidade do Estado de Minas Gerais em novembro de 2013. Aborda as potencialidades educativas que a Casa de Cacos possui, que podem ser exploradas de forma interdisciplinar através do ensino de arte e da educação patrimonial como forma de contribuir para a legitimação do valor cultural que a Casa representa para a educação e também para a história da cidade de Contagem.

PALAVRAS-CHAVE: Casa de Cacos, ensino de arte, educação patrimonial.

ABSTRACT: This article is an adaptation of a dissertation presented to the University of the State of Minas Gerais (UEMG) in november 2013. It discusses the educative potential from the "House of Shards", which can be explored in a cross-functional way with art teaching and patrimonial education. Thereby, contributing for the validation of the cultural value that the House represents to the education and the history of the city of Contagem. Key-words: House of Shards, art teaching, patrimonial education.

KEY WORDS: Casa de Cacos, art education, heritage education.

Introdução

Este trabalho surgiu da necessidade de preservação e manutenção do patrimônio da cidade de Contagem, entre estes esta a Casa de Cacos, um importante exemplar da arquitetura espontânea erguida na cidade que mesmo tendo passado por toda a burocracia imposta para a legitimação de um bem perante os órgãos protetores, ainda se encontra desamparada e a mercê das intempéries. O trabalho realizado por Carlos Luís de Almeida³⁸ na Casa de Cacos é hoje um marco na memória da cidade de Contagem, serve para alimentar o imaginário das pessoas que a conheceram nos anos 1960-80 e ainda despertar a curiosidade daqueles que passam diante da mesma.

Buscou-se analisar e refletir sobre as potencialidades educativas que a Casa de Cacos oferece para o ensino de arte e para a educação patrimonial, almejando o reconhecimento deste patrimônio, contribuindo para a valorização cultural, social e artística que a Casa traz para a sociedade local.

³⁸ Carlos Luís de Almeida nasceu em 1910 na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais.

Para tanto, foi necessário o levantamento de informações referentes à biografia do construtor da Casa de Cacos, Sr. Carlos, além de dados sobre a construção e o processo de tombamento da mesma. Em um segundo momento, salientou-se as características plásticas e históricas das coleções que a Casa possui, para então entender a correlação que existe entre o ensino de arte e a educação patrimonial e, assim, traçar um paralelo. Ao final, foram elaborados roteiros de mediação para profissionais da educação no espaço da Casa, almejando o contato direto dos alunos do ensino formal e informal com um objeto artístico, incentivando-os a alcançar uma postura preservacionista dinâmica.

Belezas construídas com pedaços

A história da Casa de Cacos começa a ser traçada ainda em Belo Horizonte, quando em 1941 o Sr. Carlos, como era chamado, se muda para a capital mineira com o objetivo de trabalhar no Instituto de Tecnologia Industrial com sondagem e perfuração de solos. Carlos Luís de Almeida era famoso pelo hábito de colecionar objetos e, ao se aposentar, teria sido incentivado pela esposa Aristolina Luiza Moreira, conhecida como "Nhalina", a "fazer vasos de flores e revesti-los com pequenos pedaços de louça quebrada que encontrava nas ruas ou mesmo em casa, quando se quebrava alguma coisa". Dizia o Sr. Carlos: "Sempre fui colecionador de objetos, como recortes de jornais, lápis, pedras e moedas. Minha esposa pediu-me que fizesse uns vasos diferentes para plantar flores, mas queria com caquinhos de louça para ficarem bem coloridos" (A GAZETA, 1975, p. 2). Esse depoimento, dado pelo construtor a um jornal, deixa explícita a sua ligação com o "coleccionismo" e também o empirismo que viria a guiar a edificação da Casa de Cacos. Satisfeito com o resultado, obtido na realização desses vasos, resolveu revestir a parte interna do muro e o piso do jardim (FIG. 1), quando ainda morava na Rua Manga, no bairro Carlos Prates, em Belo Horizonte.



Figura 1 - Muro no bairro Carlos Prates
Foto: Gilson Rodrigues, 2013.

O muro se apresenta como uma peça importante da obra do Sr. Carlos, pois precede a construção da Casa em Contagem e pode ser entendido como um esboço de toda a obra posterior. Após o falecimento do "artista" a família vendeu o imóvel que guarda esse registro da obra do Sr. Carlos. Atualmente essa casa no bairro Carlos Prates se encontra sem nenhum tipo de proteção oficial, e por se tratar de um imóvel particular, corre o risco de ser extinto ou mesmo de perder suas características plásticas.

A construção da Casa de Cacos (FIG. 2) data de 1963, quando o Sr. Carlos adquiriu em Contagem um imóvel para ser utilizado como casa de campo no bairro Bernardo Monteiro. Com o tempo, a estrutura perdeu gradativamente suas características de residência, passando a ostentar qualidades incomuns, como a fachada coberta por bibelôs e as esculturas de animais no jardim, que chamavam a atenção de quem passava na rua. "A princípio - conta ele - todo mundo passou a zombar de mim, achando que eu estava ficando louco" (ESTADO DE MINAS, 1974).

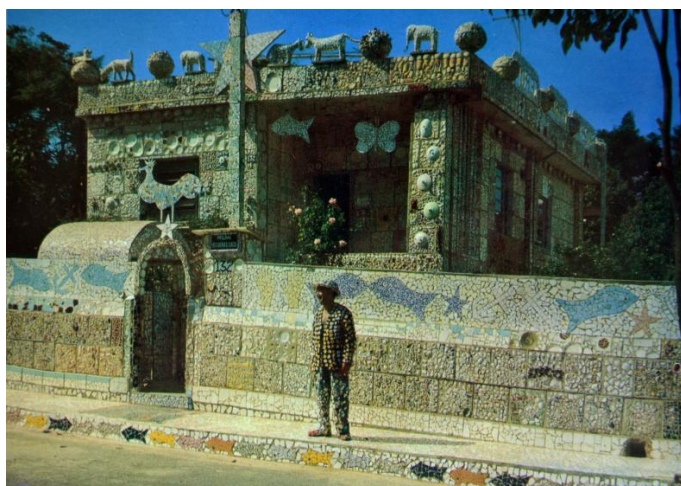


Figura 2 - Casa de Cacos

Foto: Acervo Casa de Cultura Nair Mendes Moreira, s/data.

A edificação possui dois quartos, sala, cozinha, banheiro e um alpendre; ambientes que foram modificados entre as décadas de 1960 e 1980. Além da parte interna, foram revestidos também na parte externa da Casa, esculturas, piso, muro e outros elementos. As modificações na Casa de Cacos findaram somente com o falecimento do Sr. Carlos em 04 de novembro de 1989.

Tombada pelo Decreto Municipal de Contagem nº 10.445 de 14 de abril de 2000, a Casa se encontra fechada desde 2005. A estrutura do imóvel está comprometida por efeitos nocivos do tempo e em alguns lugares parte do revestimento veio ao chão. Esse tombamento faz parte das iniciativas do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Ambiental e

Cultural de Contagem (COMPAC), que vem desenvolvendo ações buscando a preservação da memória da cidade.

O Sr. Carlos, ao selecionar, compor e construir formas com materiais que até então seriam descartados, exercitava o olhar e pensava no material que em suas mãos ganhava narrativas e significados. Talvez sejam justamente essas atitudes que tornem a Casa não somente um exemplar da arquitetura, mas também um objeto portador de características artísticas.

Coleções

A arquitetura espontânea idealizada pelo Sr. Carlos ultrapassa os objetivos finais da arquitetura tradicional de abrigar e proteger, passando a ser uma exteriorização de um desejo estético, que, neste caso, também pode ainda estar ligada a objetivos espirituais do autor.

Em entrevista ao Centro Cultural de Contagem em 1993³⁹, Maria Ignez de Almeida, filha do Sr. Carlos, disse que este sempre manteve o hábito de colecionar objetos; na mesma ocasião, ainda cita uma coleção de minerais que fora doada ao Hospital da Baleia, mas que hoje se encontra desaparecida. Essa necessidade do Sr. Carlos de colecionar objetos, aliada com a profissão de geólogo, talvez tenha realmente propiciado essa ação de separar, catalogar e organizar metodicamente, cacos de louça, porcelana, e cerâmica.

A Casa possui inúmeras metáforas criadas por seu construtor, ultrapassando assim o ato da representação; essa intenção pode ser entendida como uma ação artística. Ao criar seus personagens, como as esculturas do jardim e os mosaicos, lhes atribuía também sentidos e histórias. Esse imaginário cultivado pelo Sr. Carlos se constitui como um patrimônio imaterial, pois alimentava e propiciava um ambiente de fantasia na comunidade local. É com a abertura da Casa e o resgate de suas histórias por parte dos moradores locais que esse patrimônio pode continuar vivo e trazer de volta a sua importância como um momento marcante na história da cidade.

A diversidade de materiais presente na Casa de Cacos é uma das principais características desta obra. Devido à grande quantidade de cacos de louça, porcelana e cerâmica, estes dão nome à mesma, além de outros pequenos artefatos industrializados que adornam objetos e áreas menores da edificação, como minerais, escovas de dente, botões, seringas, dentaduras entre outros. Observa-se ainda um grande número de pequenos objetos (como moedas e ossos) acondicionados em potes de vidro e garrafas de *leite Itambé*, um

³⁹ Entrevista que integra o inventário de tombamento da Casa de Cacos.

sistema de catalogação usado pelo construtor da Casa para guardá-los como parte de suas coleções. Estes "suportes de memória" narram silenciosamente a história e o uso que lhes eram dispensados durante a segunda metade do século XX. Há ainda em algumas paredes externas da Casa uma coleção de minerais incrustados, que formam mosaicos geométricos, que talvez sejam uma alusão à sua antiga profissão de geólogo.

Quando o Sr. Carlos revestia alguns objetos como o rolo de papel higiênico e os objetos pessoais (casaco, óculos, capacete...), subvertia o uso comum dos mesmos, inutilizando ou transformando suas funções, gerando outros significados. Um exemplo é a toalha de rosto no banheiro da Casa, que se encontra coberta por cacos, se tornando um objeto "inutilizável" devido à anulação de sua função primeira, fato que acontece com vários outros objetos da Casa.

Devido à amplitude das coleções existentes na Casa durante a pesquisa, conclui-se que seria necessária a criação de uma divisão classificatória. Assim, inicialmente as coleções da Casa foram divididas em dois grandes conjuntos, as representações bidimensionais (mosaicos) e as tridimensionais (esculturas, objetos e outros cobertos por cacos). As coleções bidimensionais são representações que possuem altura e largura, já as tridimensionais possuem largura, altura e profundidade.

As coleções bidimensionais, presentes em maioria na Casa, são formadas por blocos quadrados de mosaicos abstratos (Fig.3a) e figurativos (Fig.3b e Fig.3c) que cobrem o piso, as paredes e o teto. Estes dois últimos contam com fragmentos de bibelôs de louça que saltam para fora da superfície, o que também poderia caracterizar uma *assemblage*.



Figura 3 - Mosaicos - a) Mosaico abstrato - b) Mosaico figurativo - c) Mosaico (*assemblage*)

Foto: Gilson Rodrigues, 2013.

Já as coleções tridimensionais apresentam esculturas de figuras públicas, como a do ex-presidente Juscelino Kubistchek, além de uma curiosa maquete de Brasília. Grande parte

das esculturas está quebrada e com rachaduras, provavelmente por estarem localizadas na parte exterior da edificação, como é o caso da escultura do apresentador Chacrinha, que se encontra sem a cabeça.

O Sr. Carlos produziu inúmeras esculturas de animais, que estão presentes na parte interna e externa da edificação. Para entender a motivação que levou o Sr. Carlos a construir esses animais é preciso se deslocar no tempo e pensar na Contagem rural, onde animais e plantações constituíam a paisagem local. Esse cenário aliado à criatividade e personalidade inquieta do artista o impulsionou a construir um "zoológico", como era chamado por ele, de animais domésticos e selvagens, cobertos por cacos coloridos.

A escultura que traz a representação de um elefante talvez seja a mais curiosa devido a seu caráter interativo. O jornal Diário de Minas em uma matéria comemorativa dos vinte e um anos da Casa dizia: "O elefante (*Fifi*) é a atração maior para as crianças que com ele conversam e se divertem, pois um menino permanece no interior do animal e responde às outras crianças." (DIÁRIO DE MINAS, 1984)

Os acontecimentos vividos no passado pelos vizinhos da Casa de Cacos, permanecem vivos na memória de quem os presenciou. Lembranças que podem vir a se perder ao longo do tempo, devido à falta de manutenção e conscientização deste patrimônio. Entender a importância dessas coleções e da ação tomada pelo Sr. Carlos ao criar tais objetos, enriquecerá o conhecimento da população em relação ao patrimônio da cidade, ao resgatar passados pessoais e coletivos através de lembranças desses moradores. A valorização da Casa por parte da comunidade pode aguçar os olhares para outros tipos de patrimônio que a cidade possui, tornando ações como a do Sr. Carlos propulsoras de novos produtos culturais.

Patrimônio e educação

O ensino de arte brasileiro foi, no início do século XX, a transmissão de um saber técnico em que profissionais sem formação adequada apresentavam propostas de cunho profissionalizante em disciplinas como Desenho Técnico e Trabalhos Manuais, que, indiretamente, cumpriam o papel de popularizar o gosto das classes dominantes e munir alunos de habilidades manuais, o que originou uma visão utilitarista da arte (PCN, 1998, p.23). Entretanto, mudanças positivas foram realizadas no âmbito da educação, sendo o ensino de arte o meio pelo qual os alunos adquirem ferramentas de investigação da cultura visual; "trata-se de expor os estudantes não só ao conhecimento formal, conceitual e prático em relação às Artes, mas também à sua consideração como parte da cultura visual de

diferentes povos e sociedades" (HERNÁNDEZ, 2000, p.50). Sensibilizar os alunos para lidar com os diversos estímulos visuais presentes no cotidiano é um dos principais objetivos do ensino de arte nas escolas brasileiras, pois através desse conhecimento, os mesmos poderão avaliar e criticar trabalhos artísticos e produtos midiáticos.

A educação patrimonial surge com a necessidade de levar ao cidadão a importância de bens materiais e imateriais que sirvam como "suporte de memória", e que ofereçam pontos de partida para a reflexão do passado e suas reverberações no presente. Na atualidade a educação patrimonial é entendida como uma atividade contínua que visa o reconhecimento por parte da população de sua produção artística e científica.

O ensino de arte e a educação patrimonial possuem objetivos que se entrelaçam, como conhecer e valorizar a cultura e a memória. O ensino de arte no contexto da escola, como explorado anteriormente, pretende propiciar ao aluno ferramentas de leitura, entendimento e sensibilização em relação a obras artísticas e da cultura visual. Já a educação patrimonial, quando apropriada por outras áreas como o ensino de arte, poderá contribuir para que o cidadão partilhe da importância que esses bens representam para a história local.

Assim, a educação patrimonial passa a ter uma função estruturante na formação do cidadão: "[...] promover, a partir do meio, sobre o meio e para o meio, a percepção da importância de preservar nosso patrimônio cultural, buscando a apropriação dos bens culturais por parte da sociedade brasileira, co-gestora, fruidora e principal destinatária desses bens, e a sua participação direta e efetiva nas ações de proteção de nossos bens culturais" (RANGEL, 2002, p. 16).

A conexão entre o ensino de arte e a educação patrimonial parte de ações comuns como: perceber, pensar, recordar, analisar, interpretar, imaginar e sentir; que são sensações e ações inerentes à aprendizagem, seja ela na escola ou no ambiente informal. Essa característica de educar pensando em como o aluno constrói e aplica este conhecimento é uma das competências esperadas para o Ensino Fundamental, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Buscar e saber organizar informações sobre a arte em contato com artistas, documentos, acervos nos espaços da escola e fora dela (livros, revistas, jornais, ilustrações, dispositivos, vídeos, discos, cartazes) e acervos públicos (museus, galerias, centros de cultura, bibliotecas, fonotecas, videotecas, cinematecas), reconhecendo e compreendendo a variedade dos produtos artísticos e concepções estéticas presentes na história das diferentes culturas e etnias (PCN, 1997, p.39).

Ao aliar patrimônio e ensino de arte o profissional da educação pode valorizar elementos locais sem deixar de trabalhar os conteúdos esperados de sua disciplina. Além das

Artes Visuais o espaço da Casa de Cacos oferece uma grande oportunidade de diálogo com outras áreas de conhecimento como, por exemplo, História, Filosofia e Geografia. Nesse caso, a interdisciplinaridade se apresenta como fator de contribuição para a formação do aluno e de seu entendimento sobre o espaço onde vive. As coleções que integram o acervo da Casa de Cacos propiciam diferentes abordagens interativas para o ensino de arte e o da educação patrimonial, devido à característica histórica e artística dos objetos e cacos presentes em toda a estrutura.

Para a criação de roteiros no ambiente da Casa optou-se pelas ideias propostas por Fernando Hernández (2000) e também pela utilização da Proposta⁴⁰ de Ana Mae Barbosa que foram inseridas neste trabalho, devido à importância que suas ideias exercem em nosso país. O primeiro autor propõe uma visão multifacetada dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, e coloca a cultura visual como um dos focos de ensino da imagem; portanto roteiros que exploram produtos produzidos em série e peças publicitárias podem ser trabalhados através de suas teorias. Já com a Proposta da Abordagem Triangular de Barbosa, pretende-se explorar as questões formais presentes na Casa e que são especificidades da disciplina Arte como forma, cor e composição, não deixando de lado as questões sociais, como explicitado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais:

Os conteúdos da área de Arte estão organizados de tal maneira que possam atender aprendizagens cada vez mais complexas no domínio do conhecimento artístico e estético, seja no exercício do próprio processo criador, pelo fazer, seja no contato com obras de arte e com outras manifestações presentes nas culturas ou na natureza. O estudo, a análise e a apreciação da arte podem contribuir tanto para o processo pessoal de criação dos alunos como também para sua experiência estética e conhecimento do significado que ela desempenha nas culturas humanas. O conjunto de conteúdos está articulado dentro do processo de ensino e aprendizagem e explicitado por intermédio de ações em três eixos norteadores: *produzir, apreciar e contextualizar* (PCN, 1998, p.49).

Em suma, poderíamos dizer que a contribuição da Proposta da Abordagem Triangular é a possibilidade de um maior entendimento sobre o que é a cultura em suas diferentes formas de expressão, incluindo a cultura visual, tal como sugere HERNÁNDEZ (2000).

A Proposta Triangular é construtivista, interacionista, dialogal, multiculturalista e pós-moderna por tudo isso e por articular arte como expressão e como cultura na sala de aula, sendo essa articulação o denominador comum de todas as propostas pós-modernas do ensino da arte que circulam intencionalmente na contemporaneidade.” (BARBOSA, 1998, p. 41).

⁴⁰ Aqui me refiro a Proposta Triangular, método de ensino muito difundido nas escolas brasileiras, este possui três focos principais, são eles: a criação (fazer artístico), a leitura de obras e a contextualização.

Com a reabertura da Casa de Cacos, medidas de educação patrimonial podem ser vinculadas às visitas mediadas ou eventuais acontecimentos a serem realizadas naquele espaço. Este é também um modo de reinventar ambientes culturais estreitando assim as relações entre população e cenários de cunho educativo, que têm na atualidade um papel ativo.

O potencial artístico e histórico que a Casa possui é, para o profissional da educação, uma ferramenta valorosa para trabalhar tanto elementos plásticos e históricos das Artes Visuais quanto à importância dos suportes da memória, abordada na Educação Patrimonial, se configurando o ensino de arte e o da educação patrimonial como uma necessidade para preservar, entender e reinventar ações e espaços culturais como o da Casa de Cacos.

Considerações finais

Contagem é uma cidade que, ao longo do tempo, vem perdendo suas características históricas, principalmente as que se referem ao patrimônio arquitetônico e à sua paisagem. Daí a importância de cultivar tais ambientes. Esta pesquisa foi realizada pensando nos profissionais da educação, que cumprem diversas funções com o intuito de disseminar a cultura como um todo, e também na cidade de Contagem.

A repercussão na mídia impressa e televisiva, que a Casa gerara no século passado, já a transformara em um fato social relevante a ser considerado pela história local. O principal ganho da cidade com a junção do ensino de arte e da educação patrimonial é fazer com que os habitantes conheçam o passado da Casa de Cacos e, respectivamente, de outras manifestações, abrangendo sua importância histórica e artística, gerando nos moradores da cidade um sentimento de pertencimento em relação ao patrimônio. É de suma importância cunhar nos habitantes da cidade a percepção de manter vivas aquelas experiências sentidas pelos moradores, que ainda hoje contam histórias sobre a construção do passado, constituindo esses relatos um tipo de patrimônio imaterial que também deve ser preservado e difundido, pleno de fatos que corroboram a relevância deste bem para a comunidade local.

A Casa de Cacos é um bem material portador de características artísticas e guardião de um passado com potencial de tornar a cidade de Contagem novamente um ponto turístico da região metropolitana, fatos que corroboram a relevância deste bem para a comunidade local.

Referências

A IMAGINAÇÃO de pedaços criou uma arte completa, *A Gazeta*, Vitória, 05 de ago. 1975.

BARBOSA, Ana Mae. *Tópicos Utópicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte, terceiro e quarto ciclos*: MEC, 1998. Captado em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/arte.pdf>> Acesso em: 07 Jul. 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: arte*/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. Captado em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf>> Acesso em: 07 Jul. 2013.

CASA de Cacos atinge sua maioria e é atração, *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 01 de Ago. 1984.

HERNÁNDEZ, Fernando. *Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RANGEL, Marília Machado. Educação Patrimonial: conceitos sobre patrimônio cultural. In: *Reflexões e contribuições para a educação patrimonial*. Secretaria de Estado da Educação, Grupo Gestor (Org.), Belo Horizonte, p. 15-36, 2002.

SILVA, Gilson Rodrigues Mariano da. *Casa de Cacos: Potencialidades educativas*. 81f. Monografia (Graduação em Artes Visuais, Licenciatura) - Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: ED-UEMG, 2013.

UM HOMEM, um sonho: e nasceu uma Casa de Cacos, *Estado de Minas*, 1º caderno. 01 de Set. 1974.

Cinema: um novo divã para os traumas da História?

Marcus Ítalo da Cruz Augusto

Graduando

UFMG

m.augustorie@gmail.com

RESUMO: Consagrados por uma série de textos como ferramentas potenciais para o estudo da história, é sabido que o filme e o cinema oferecem ao historiador, substrato para observar não só dos contextos dos quais emergem; eles igualmente iluminam as análises a respeito de sobre qual seria olhar que aqueles que os produzem, lançam ou lançaram sobre o passado. Assim sendo, serve como marco zero deste esforço teórico o pressuposto de que, ao se apropriar da História como fonte inspiradora para suas narrativas, o cinema – em sua dimensão mais ampla – torna-se aquilo a que Jacques Rancière conceitua como sendo *regime estético das artes*, formulando uma representação acerca do passado e abrindo assim novos espaços de discussão acerca das relações entre História e Memória. Busca-se assim, neste trabalho, através de uma abordagem dialógica entre História e Psicanálise compreender em que medida, e sob quais aspectos, os discursos cinematográficos produzidos acerca de temas como o holocausto e o nazismo, por exemplo, podem ser entendidos como uma tentativa de elaboração dos traumas do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema, História, Memória, Trauma.

ABSTRACT: Consecrated by a series of texts as potential tools for the study of history, it is known that the film and cinema offer to the historian a substrate to observe not only the contexts of which emerge; they also illuminate the analysis about for what was the look that their producers had broadcasted over the past. Therefore, serves as ground zero of this theoretical effort, the assumption that, the inspiration of the cinema in the historical themes as inspiration for their narrative source of the film - in its broadest dimension - it is what was conceptualized by Jacques Rancière “regime of *imagéité*”; formulating a representation about the past that open new opportunities for discussion about the relationship between history and memory. Thus this article through a dialogic approach between history and psychoanalysis intends to demonstrate and understand how the cinematic discourses produced on topics such as the Holocaust and Nazism, for example, can be understood as an attempt to preparation of traumas of the twentieth century.

KEYWORDS: Cinema; History; Memory; Trauma.

A linguagem como mediadora da comunicação da experiência

A própria ideia de ‘diálogo’ não deixa de nos remeter às reflexões pertinentes às noções de *comunicação e linguagem*. No espaço de que aqui dispomos, penso que não seja possível desenvolver o tema da *linguagem* conforme ele exige. Por ora, conformemo-nos em destacar o fato de que, em sua *necessidade* de se expressar, o homem o faça por *intermédio* da

linguagem, convertendo-a numa ferramenta que realiza a *mediação*⁴¹ entre ele (o homem) e o mundo sensível, isto é, a experiência. Sabedores de que no interior desta operação de mediação, a principal função da linguagem é a de *comunicar* o vivido, ressaltemos por fim, o seu caráter polimorfo, uma vez que a linguagem se manifesta *dos/nos* mais diversos meios, *das/nas* mais diversas formas. Portanto, posta sua diversidade e polimorfismo, falemos então de *linguagens* e no tocante ao tema que aqui desejamos desenvolver, estejamos cientes que o cinema, para além da história tradicional, é mais uma dentre elas, conforme nos aponta Robert Rosenstone, para o qual “o passado contado por imagens em movimento, não elimina as antigas formas de história – vem se juntar à linguagem que o passado pode usar para falar” (ROSENSTONE, 2010, pp.19-20).

Sobre narrar o trauma

Primo Levi, na introdução de seu livro *É isto um homem?*⁴² Ao tratar da questão dos traumas vividos pelos indivíduos, evidencia que é preciso, na condição de sobreviventes, contar, fazer saber; é preciso partilhar e fazer dos outros, isto é, dos interlocutores partícipes da experiência vivida (*erlebnis*). Para o autor, isto se apresenta como uma necessidade premente, um impulso violento e imediato, vindo à frente inclusive das necessidades realmente elementares. Eis que o homem é isto: um ser que fala. O homem comunica, e não só. É um ser que sente a necessidade de comunicar, trata-se de um ser linguístico. Pois a linguagem, assim como a arte é parte da essência do homem.

A História em sua forma acadêmica, tradicional e institucionalizada constitui-se como um campo do conhecimento que recorre principalmente à linguagem escrita como forma de comunicar a *experiência vivida*, analisar o passado e evidenciar suas relações. Mas, se admitirmos que haja uma diversidade de linguagens é igualmente admissível pensar que existam outras formas de comunicar a experiência. Neste sentido, a arte é, sem dúvida, desde as primeiras comunidades humanas, uma das principais formas de se *representar* e *comunicar* o vivido. Deste modo, pintura, música, literatura e cinema constituem, portanto, aquilo a que Jacques Rancière conceituou como *regimes de imagéité*⁴³.

⁴¹ Sobre este assunto ver *Sobre a linguagem em geral, sobre a linguagem do homem*. In: *Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)*. Trad. Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2011. Ver nota 24, pp.53-4.

⁴² LEVI, Primo. *É isto um homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. pp. 7-8.

⁴³ Para Jacques Rancière as imagens estariam articuladas e ligadas num sistema de relações e significados que definem o seu modo de apresentação. São esses sistemas os responsáveis pela construção da *imagéité* cujo modo de articulação constituiria assim a sua politicidade específica. Sobre o conceito ver RANCIÈRE, Jaques. *O destino das imagens*. Trad. Monica Costa Netto. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2012. Ver também:

Ao falar de uma experiência do tempo e espaço partilhadas, não podemos deixar de lembrar o conceito de Reinhart Koselleck de “espaço de experiência”, ou seja, existe um comum partilhado, um regime de tempo, ou temporalidade, no qual todos habitamos e que justamente por fazer comungar a todos algumas características em comum, nos permite dizer deste mesmo tempo e espaço e criar a partir dele. E para falar deste processo de representação do vivido neste espaço de experiência é que se pensa a partir da noção de regimes estético-representacionais para falar da passagem do regime de representação para o regime estético conforme nos propõe Jacques Rancière e cujo sentido opera dentro desta lógica e em conformidade com esta perspectiva, ou seja, tudo o que criamos, criamos a partir de nosso espaço de experiência.

Ao falarmos das formas artísticas como regimes estéticos das artes como formas de representação do vivido, invariavelmente estamos nos reportando às noções de *Erlebnis* (vivido) e de *Erfahrung* (experiência), intimamente articulados com a ideia da Memória. Com o objetivo de verificar, se o cinema enquanto regime estético-representacional constitui, para além da História, mais um campo de discussão e elaboração da memória e das experiências traumáticas, sejam elas em suas dimensões individuais ou coletivas, mobilizaremos a noção de trauma em Donald Woods Winnicott para o qual, é desejo do homem existir e continuar existindo.

Para o conceito de *Erlebnis*, João Luiz Viesenteiner, ao recapitular o surgimento do conceito na língua alemã, bem como seu percurso até sua incorporação à filosofia e seu uso por Nietzsche, em seu artigo *O conceito de vivência (Erlebnis) em Nietzsche: Gênese, Significado e Recepção*, nos diz que

A concepção de que *Erlebnis* não tem seu conteúdo determinado racionalmente, confere ao conceito uma dimensão estética, além de significar o substrato a partir do qual a obra de arte é criada (...). A vivência de algo não pode ter seu conteúdo construído racionalmente, mas antes deve ser unicamente experimentado, ou melhor, “sentido na pele”, como evoca a expressão no português. (VIESENTEINER, 2013, 144).

Se por um lado em *Erlebnis* temos a noção de uma dimensão propriamente estético-individual da memória e da experiência, *Erfahrung* diz respeito a uma experiência racionalmente mediada, articulando-se fortemente com a linguagem que é por si o veículo

intermediador do conhecimento e de comunicabilidade da experiência. Assim, *Erfahrung* estabelece uma relação cuja dimensão se assenta num caráter político-moral⁴⁴ da experiência.

Ora, se a *Erlebnis* tem em essência um caráter estético e é ‘o substrato a partir do qual a obra de arte é criada’ isto nos faz pensar que por seu caráter estético, o conceito está mais propriamente ligado ao cinema, ao passo que a ideia de *Erfahrung* estaria particularmente irmanada com os processos de constituição da narrativa historiográfica, uma vez que ela é intermediada pela linguagem no processo de tentativa de uma reconstituição racionalizada do passado. Trata-se aqui do método de apropriação da memória e sua utilização reconstrução da experiência, pois segundo nos parece, tanto a História quanto o cinema partilham do princípio de *representação* e ainda que o realizem por *meios* distintos, ambas parecem obter resultado semelhante: se o cinema produz um discurso pelas imagens, a história produz imagens através de um discurso e nesse processo *representam* o passado.

E se concordarmos que os conceitos de *Erlebnis* e *Erfahrung* estão em suas devidas proporções, intimamente ligados à Memória, concluímos que nestes termos, toda experiência humana produz um registro. Como nos diz Beatriz Sarlo no segundo capítulo de seu livro *Tempo Passado, cultura da memória e guinada subjetiva*: “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração” (SARLO: p.24). Isso nos mostra que tanto para a História quanto para o Cinema, a experiência e memória humanas acerca do vivido, são de extremo interesse e constituem o substrato a partir do qual constroem suas narrativas. Para além desta semelhança, apresenta-se o fato de que ambas no processo de lida com a memória enfrentam o mesmo problema: o da não coincidência entre ‘discurso’ e ‘fato’ já que a subjetividade permeia e media as relações e visões de mundo tanto historiadores quanto de diretores e roteiristas, impedindo que se produza um discurso isento acerca do passado.

Este fator obviamente tem uma implicação para as vítimas de experiências traumáticas como a guerra, a tortura, o campo de concentração. Subexistirá sempre o descompasso entre o discurso e a experiência, sendo impossível que se acomode a particularidade da dor e dos traumas individuais (*erlibnes*) na generalização dos contextos (*Erfahrung*). Isto se dá justamente porque a tentativa de estabelecimento de um discurso mais amplo da experiência elaborado a partir das memórias individuais tende a esmaecer as cores e a essência de cada experiência, ou seja, a *Erlebnis*, o ‘sentido na pele’. Conforme já havia expressado em trabalho anterior

⁴⁴ Ver nota de rodapé nº 17 da p. 145.

Haverá sempre uma incongruência natural entre a dor das experiências individuais e os ressentimentos e que emanam dos grupos envolvidos, entre as marcas que cada indivíduo traz no corpo e aquelas que certamente permanecerão nas lembranças dos coletivos afetados. Entre o ente querido do qual se sente a falta e os índices demográficos constatados após a carnificina ⁴⁵.

No início segundo capítulo de seu livro *Tempo passado - Cultura da memória e guinada subjetiva*, intitulado “Crítica do testemunho: sujeito e experiência”, Beatriz Sarlo nos coloca diante da seguinte questão: “que relato da experiência tem condições de esquivar a contradição entre a firmeza do discurso e a mobilidade do vivido?” (SARLO, 2007 p.23) . Não nos parece de modo algum estranho pensar que nesta pergunta firmeza e mobilidade possam facilmente articular-se com as noções de *Erfahrung* e *Erlibnes* respectivamente. Assim sendo, a fim de refletir sobre a difícil tarefa tanto da história quanto do cinema, enquanto modalidades de discurso, em tratar da memória e mais especificamente da memória ligada ao trauma, refaçamos a pergunta da historiadora: “que relato da experiência tem condições de esquivar a contradição entre a firmeza da *Erfahrung* e a mobilidade da *Erlibnes*?”.

Certamente não há como escapar a esta contradição. Entretanto, embora participem do campo da memória, as experiências nunca pertencem exclusivamente a ele, pois estão constantemente tencionadas no limiar entre o individual e o coletivo. E, salvaguardadas as devidas proporções, expressas em seus objetivos finais e modos de visar, é justamente nesta fronteira que operam o discurso historiográfico e cinematográfico: este campo minado de tensões chamado Memória, promovendo a elaboração do trauma a partir da noção de *rememoração* a qual voltaremos a nos referir.

Se propomos a ideia do cinema como “divã” para os traumas da modernidade, primeiro faz-se necessário que conceituemos o que se entende aqui por modernidade. O debate entorno deste conceito é longo e polêmico, entretanto, para os fins que aqui desejamos alcançar tomemos por *modernidade*, aquilo que entende Marshall Berman, ou seja,

um tipo de experiência vital – experiência de tempo e de espaço, de si e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo hoje. Designarei este conjunto de experiências como modernidade. (BERMAN, 1986, p.15).

O que queremos dizer com o cinema como divã para os traumas da modernidade? Ora, tomemos a imagem de um divã em sua essência mais básica: trata-se da peça mais

⁴⁵AUGUSTO, Marcus Ít. Cruz. *Representando o Irrepresentável: quando o cinema narra o Nazismo e o Holocausto*. In: Anais do II Encontro de Pesquisa em História, Ephhis. UFMG. 2013.

fundamental do mobiliário num consultório de psicanálise. O divã ocupa, portanto, um lugar e uma função no espaço convertendo-se assim no lugar (*locus*) em qual o paciente dá início ao relato de suas lembranças visando a elaboração de seus traumas. Assim, o divã é o lugar no espaço onde se depositam através do relato de caráter narrativo-descritivo-discursivo todas suas lembranças traumáticas. É a partir do relato do paciente que opera o psicanalista, não só a partir daquilo que é dito pelo paciente, mas, sobretudo a partir do que não é dito (recalcado?).

Deste modo, na perspectiva que ora se deseja expor, entende-se o cinema (mas de certo modo também a História) como o divã para a elaboração dos traumas, na medida em que, ao abandonar, ainda que parcialmente o campo da pura ficção para adentrar as veredas da História e utilizar-se do passado e da memória como fonte inspiradora para suas narrativas, ele converte-se neste espaço no qual são deixadas, criadas, construídas, elaboradas impressões e visões acerca do passado. Um reservatório discursivo, no qual se encontram depositadas uma série de impressões sobre os acontecimentos históricos. Se se pensa no que isto significa em relação àquelas impressões formuladas em cima de eventos traumáticos como as ditaduras, o Nazismo o próprio Holocausto (aqui tomado com lembrança dos inúmeros genocídios praticados até hoje) eis aí o motivo pelo qual seu estudo não deve ser negligenciado pela História. A esse respeito, lembra-nos Robert Rosenstone de que “os filmes históricos, mesmo quando sabemos que são representações fantasiosas ou ideológicas, afetam a maneira como vemos o passado. Na maioria dos casos, esse efeito é sutil, mas ainda sim é um efeito”. (RESENSTONE, 2010, p. 18)

Para pensar a questão do trauma, utilizaremos para nosso estudo não a vertente freudiana do pensamento sobre este tema, mas sim aquela desenvolvida por Donald Woods Winnicott (1896-1971) para o qual conjunto das observações clínicas, levou-o a pensar o trauma como uma *ruptura na continuidade da vida*, a partir de cinco pontos que diferentemente da perspectiva freudiana que segue a linha do trauma como decorrência da não possibilidade de concretização das pulsões sexuais. Para Winnicott o trauma decorre não da impossibilidade de uma descarga energética de pulsões de origem sexual tal como pensava Freud. Para o psicanalista inglês trata-se mais de algo que diz respeito à preservação do sujeito e da continuidade do si mesmo na sua interação com o mundo, isto é, a experiência bem como nas suas relações inter-humana.

A ideia de trauma envolve uma consideração de fatores externos; em outras palavras é pertinente à dependência. O trauma é um fracasso relativo à dependência” (cf. 1989d, p. 145; tr. p. 113). Focado ainda na questão da

continuidade de ser, Winnicott dirá que o trauma é um tipo de “destruição da pureza da experiência individual” causada por uma invasão “súbita ou imprevisível de fatos reais. (FULGÊNCIO, 2004 p.12).

Em resumo da teoria de Winnicott, poderíamos dizer que a elaboração do trauma diz respeito à continuidade da vida, a existir e continuar existindo. Desse modo, segundo nos parece a perspectiva de Donald W. Winnicott afina-se de modo muito especial ao que nos diz Primo Levi: ou seja, é preciso narrar, de modo que a história e o cinema fazem senão outra coisa, cada qual a seu modo e dentro de suas possibilidades e limitações, converterem-se em 'divãs' para que os traumas da humanidade possam ser elaborados. Desejamos frisar que não nos foge aos olhos a perspectiva das dimensões éticas, às quais se faz necessário estar atentos para tanto.

No que toca mais intimamente a História, Betriz Sarlo evidencia que a narração da experiência “está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum”. (SARLO, 2007 pp.24-5).

Ao abandonar parcialmente o universo da pura ficção para adentrar o território da História e da Memória, o que o cinema opera é senão uma *atualização* (*aktualisierung*) do passado cujo choque com o agora de sua cognoscibilidade, para utilizar de uma categoria benjaminiana, permite que ele salte ao presente na forma de uma imagem (lembança) que, ao ser elaborada, permite que se fundem novas possibilidades para a história. No que diz respeito à memória, trata-se de uma tentativa de operação delicada (e nem sempre bem-sucedida) de transformação da *Erlibnes* em *Erfahrung*. No plano do trauma, é tentar transformar dor em discurso e apaziguar os conflitos entre passado e presente que travam sua dura batalha no campo da lembrança, cujo tempo de manifestação nos diz Beatriz Sarlo, é por excelência o presente

propor-se a não lembrar é como propor-se a não perceber um cheiro, porque a lembrança assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada. Vinda não se sabe de onde, a lembrança não permite ser deslocada; pelo contrário, obriga a uma perseguição, pois está completa. A lembrança é de certo modo soberana e incontrolável (em todos os sentidos dessa palavra). Poderíamos dizer que se faz presente. (SARLO, 2007 p. 10)

Obviamente trata-se aqui da emergência e evocação de complexas variáveis de caráter metapsicológico, tanto na sua articulação mais íntima com a noção de trauma, quanto em sua

relação com a percepção do tempo, isto é, subsiste aqui um problema de ordem temporal que se expressa na contradição entre um *tempo do inconsciente* e seu choque imediato com um tempo exterior ao sujeito, ou seja, o tempo da história (*Erfahrung*) ou tempo da consciência. O que o trauma opera é uma distorção na ordem temporal e, portanto na experiência do tempo, para lembrarmos de Hartog. Trata-se conforme foi dito anteriormente, de um passado que se atualiza no presente, ou nas palavras de Ernest Nolte “*de um passado que insiste em não querer passar*”. (NOLTE, 1989 p.10). Desse modo, se o passado se atualiza no presente na forma de lembrança, como então resolver esta aporia psíquico-temporal? Giorgio Agamben ao falar da questão da experiência ressalta que

Toda concepção de história é sempre acompanhada de uma certa experiência do tempo que lhe é implícita, que a condiciona e que é preciso portanto, trazer à luz. Da mesma forma, uma nova cultura não é possível sem uma transformação desta experiência. Por conseguinte, a tarefa original de uma autêntica revolução não é jamais simplesmente “mudar o mundo”, mas mudar também e antes de mais nada, “mudar o tempo”. (AGAMBEN, 2005, p. 109)

Ora, e não é senão isso que fazem as narrativas? Modificar a ordem temporal da experiência vivida, já que ela é irre recuperável em sua essência tal como foi? Do contrário a possibilidade da narrativa e da própria escrita da história não seriam possíveis, e por decorrência tampouco seria possível ao cinema apropriar-se da história para criar suas narrativas.

Contudo, dada a possibilidade de narrar, isto é, de operar ainda que virtualmente sobre a ordem do tempo entre o vivido e o comunicável, é interessante observar especialmente o cinema, em suas dimensão *estética*, articula-se modo muito próximo ao tempo da experiência (*erlibnes*) e portanto recupera e reconstrói de maneira muito semelhante o tempo da memória no momento do testemunho, pois a memória, assim como o cinema é seletiva, isto é, seleciona o que esquecemos e o que nos lembramos, e por isso podemos equipará-la, analogamente, à temporalidade que rege as narrativas cinematográficas.

No cinema, o tempo do filme, sua unidade fundamental, é dado graças às técnicas do corte, da edição e da montagem, sendo possível assim tornar uma narrativa fílmica mais lenta ou mais rápida. Trata-se de uma alteração na percepção do tempo operada tecnicamente. A memória também seleciona o que deve ser esquecido e o que deve ser lembrado, a memória corta, censura, edita, realiza a montagem ao dispor em uma determinada ordem de importância dos fatos as 'cenas' da experiência; ela pode igualmente dar contornos mais

dramáticos a este ou àquele momento ou fala, enfim, é ela mesma que edita sua própria narrativa.

Ao abandonar parcialmente o universo da pura ficção para adentrar o território da História, apropriando-se da memória dos eventos, o que o cinema faz ao narrar os eventos traumáticos da história, é operar uma transformação na ordem do tempo que rege o testemunho e a memória do trauma, para enfim conseguir elaborá-lo. E o cinema dispõe de meios técnicos e estéticos para fazê-lo. O filme opera assim uma dupla suspensão na ordem do tempo: uma de caráter interno e que diz respeito à própria construção da narrativa, e outra de ordem externa, já que ao se encontrar na sala de cinema e entrar em contato com o tempo do filme, o espectador perde o contato com o tempo exterior. Esta supressão de um tempo e sua substituição por outro é um convite à experimentação de uma nova temporalidade. O cinema opera aquilo a que Giorgio Agamben fazia referência; ele muda a ordem do tempo, e ao fazê-lo, institui uma nova temporalidade, possibilitando uma nova experiência do tempo, logo alterando, de forma mais ou menos sensível nossa percepção do que nos está sendo comunicado.

Assim, o que se processa assemelha-se muito à tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa*. Em conformidade com as palavras do filósofo italiano, ao passar pela operação de sua elaboração narrativo-estético-discursiva (seja ela feita por quaisquer meios de linguagem), o trauma se reatualiza (*revitalisiert*) agora não mais como lembrança, mas como *refiguração*, reminiscência, vestígio, cuja temporalidade é por certo outra. O objetivo das narrativas tanto cinematográficas quanto historiográficas, salvaguardadas suas especificidades, usos e modos de visar, não é assim o de uma reconstituição do passado, até mesmo porque se sabe que isto não é possível, nem no campo do puro fato, que dirá nos campos do inconsciente, da memória e do trauma. Antes disso sua tentativa é de elaboração de uma representação ou configuração da experiência vivida convidando assim o espectador/leitor com sua experiência e subjetividade a exercer uma refiguração da experiência em direção à sua elaboração.

A rememoração então permite dar voz àqueles cuja voz foi calada, silenciada seja pela repressão violenta, seja pela morte. Para Roney Cytrynowicz

É preciso que cada documento da barbárie seja recuperado, estudado, criticado, entendido, conservado, arquivado, publicado e exposto, de forma a tornar a história uma forma presente de resistência e do registro digno dos mortos, muitos sem nome conhecido e sem túmulo. (SELIGMAN-SILVA, 2006 p. 16)

A historiadora Beatriz Sarlo também aponta nesta direção ao dizer que

A questão do passado pode ser pensada de muitos modos, e a simples contraposição entre memória completa e o esquecimento não é a única possível. Parece-me necessário avançar criticamente além dela, sem dar ouvidos à ameaça de que se examinarmos os atuais processos de memória estaremos fortalecendo a possibilidade de um esquecimento indesejável”. (SARLO, 2007, p.21)

Antes disso, seu intuito nos parece que deva ser o de reelaborá-lo, atentos às dimensões éticas de se fazê-lo, na esteira do pensamento de Agamben ao falar da fundação de uma “*nova terra da ética*” que permita dar voz aos que foram calados, ou na perspectiva de Walter Benjamin trata-se de que se torne possível escrever a *história dos vencidos*. Cytrynowicz também lembra de que é preciso também saber calar-se, “saber silenciar, para garantir um certo estranhamento” a fim de que se alcance não uma normalização dos genocídios, mas ele pensa em termos de uma nova ética da representação que parta também do princípio do respeito para com as vítimas. E esta perspectiva do historiador afina-se com as propostas de Agamben e de Walter Benjamin que nos diz de um *teor de cognoscibilidade* do passado, ou seja, trata-se de resignar-se de que nesta articulação entre passado, experiência e tempo do inconsciente traduzido no testemunho, algo ficará e assim deverá permanecer incompreendido, por ser indizível, trata-se do inefável, o núcleo nevrálgico da *erlibnes* que inaudito.

Referência bibliográfica

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História, destruição da experiência e origem da história*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)*. Trad. Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2011.

FULGÊNCIO, Leopoldo. A noção de trauma em Freud e Winnicott. *Natureza Humana*, ano v. I, v.6 n.2 São Paulo dez. 2004.

LEVI, Primo. *É isto um homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1990.

NOLTE, Ernest. O passado que não quer passar, um discurso que pôde ser escrito, mas não proferido. Trad. Márcio Suzuki. In: *Novos Estudos*, São Paulo ed. 25 out. 1989.

RANCIÈRE, Jaques. *O destino das imagens*. Trad. Monica Costa Netto. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2012.

_____. *O espectador emancipado*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2011. 3 vols.

ROSENSTONE, Robert A. *A história nos filmes, os filmes na história*. Trad. Marcello Lino. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2010.

SARLO, Beatriz. *O tempo passado, cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SELIGMAN-SILVA, Márcio. *História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2006.

VIESENTEINER, Jorge Luiz. O conceito de vivência (erlebnis) em Nietzsche: gênese, significado e recepção. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 127, Jun. 2013.

Representações do território brasileiro nos anúncios comerciais durante o Estado Novo

Marina Helena Meira Carvalho*

Mestranda em História e Culturas Políticas
Programa de Pós Graduação em História da UFMG
marinahmc@yahoo.com.br

RESUMO: O Estado Novo foi um período de marcante nacionalismo, em que se pretendia (re)construir a identidade brasileira. O presente trabalho analisa algumas representações acerca da natureza realizadas pelos profissionais da propaganda e suas possíveis confluências com o discurso oficial estadonovista e o da Sociedade dos Amigos das Árvores.

PALAVRAS-CHAVE: anúncio publicitário; identidade nacional brasileira; natureza; Estado Novo.

ABSTRACT: The Estado Novo (New State) was a period of remarkable nationalism, in which it intended (re)construct the Brazilian identity. This paper analyzes some representations about the nature made by advertisers and their possible confluences with the New State and Sociedade dos Amigos das Árvores (Friends of the Trees Society) discourse.

KEY-WORDS: advertisement; national Brazilian identity; nature; New State.

A natureza na ordem do dia

O Estado Novo foi um período de marcante nacionalismo, em que se pretendia (re)construir a identidade brasileira. Negava-se para isso o legado da República Velha e pretendia-se estabelecer um período novo. A valorização do folclore e cultura popular, da mestiçagem a partir do mito das três raças e do povo, enquanto guiado, pode ser enquadrada nesse esforço estadonovista.

Não só o povo foi resignificado para fazer parte da identidade nacional forjada pelos ideólogos do Estado Novo. O próprio território, personificado e identificado com o regime, ganhou nova imagem, com a finalidade unir e integrar os brasileiros. A natureza, dessa forma, cumpriria papel importante na formulação da identidade nacional.

Lembremos que desde a Carta de Caminha a natureza edênica se compõe como mito fundacional da sociedade brasileira (RONCAGLIO, 2008). A natureza assumia lugar privilegiado e positivado, de fartura, onde “tudo que se planta dá”. Vale ressaltar que essa não foi a única concepção de natureza feita pelos viajantes, contendo também a visão infernal, causada principalmente pelo contato com insetos e pragas (RONCAGLIO, 2008). De certa

* Integrante do Projeto Brasiliana.

forma, a Carta de Caminha se estabeleceu como um eixo cristalizado no imaginário brasileiro acerca de nós mesmos.

A valorização da natureza por vezes era acompanhada da deteriorização de sua população (OLIVEIRA, 2000). Para Buckle, pensador que influenciou várias gerações de intelectuais brasileiros até a década de 1930, o Brasil era menos desenvolvido do que a Europa porque a natureza grande e forte não impunha ao homem imaginação e atividade intelectual. (GOMES, 2009)

O Estado Novo quebra tal concepção de negatividade de sua população, mas, por outro lado, continua louvando a natureza edênica. Os programas de rádio, os quais eram controlados pela Divisão de Rádio do DIP, deveriam, dentre outras funções, “decantar as belezas naturais do país” (CAPELATO, 2009, p.89). Ao contrário do que Buckle defendia, os ideólogos do Estado Novo enxergam na natureza motivo de ufanismo, uma vez que ela se revela argumento de potencialidade de crescimento da nação, por meio da exploração de seus recursos.

Além disso, a natureza, por meio de sua beleza, riqueza e diversidade proporcionariam laços afetivos entre o indivíduo e seu solo natal, sendo capaz de ser relacionada com a questão da identidade coletiva. (FRANCO, 2002) A ausência de um passado distante histórico brasileiro que o deixasse patrimônios, como o das catedras góticas, por exemplo, entrega à natureza como elemento integrador e constituinte de um passado mitológico. (OLIVEIRA, 2009). A nação, assim, enquanto fenômeno recente da modernidade, reivindica para si um legado que a antecede, se naturalizando, gerando a sensação que sempre existira e se sobrepondo à natureza. (ARRUDA, 2009)

Durante o Estado Novo a proteção da natureza foi um dos assuntos em pauta. Os intelectuais inspiravam-se, desde início dos anos 1930, em duas linhas norte americanas: os conservacionistas e os preservacionistas. Enquanto o primeiro concebe a natureza como fonte de recursos econômicos e por isso deveria ser usufruída de forma racional, a segunda cultua e defende a fruição estética da beleza selvagem, incentivando a criação de reservas naturais e parques florestais. Ambas as concepções estiveram presente na Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, organizada em 1934 pela Sociedade dos Amigos das Árvores e patrocinada por Vargas. No Brasil das décadas de 1930 e 1940 a esteve presente a concepção de que a natureza deveria ser explorada racionalmente no interesse das gerações futuras e que enquanto diversidade biológica, objeto de ciência e de contemplação estética, deveria ser protegida. A natureza foi apresentada como orgânica, pela qual a própria sociedade pertence e está envolvida. (FRANCO, 2002)

A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza pressionou o governo para que realizasse políticas mais efetivas e interventoras para garantir o equilíbrio entre progresso e manutenção do patrimônio natural brasileiro. Para isso o Estado deveria criar leis, vigiar e punir, além de conscientizar a sociedade por meio da educação. (FRANCO, 2002)

O Governo Vargas, por sua vez, desde a década de 1930, considerou a natureza como ponto estratégico. Os recursos naturais ficaram sob tutela do Estado, criaram reservas florestais e minerais e se propôs o controle dos recursos hídricos. Além disso, foram criados vários códigos para regulamentar as atividades ligadas à natureza, como o Código Florestal, o Código de Minas e o Código das Águas. Entretanto, como se percebe, a natureza esteve submetida à economia. Quando os interesses da modernização e da preservação se opunham, como na ampliação da fronteira agrícola, a devastação ainda era a chave que se sobrepunha. (SANTOS, 2008/2009) A concepção utilitarista da natureza aqui é ressaltada. A natureza, destarte, não é valorizada em si e para si, mas enquanto está ao serviço do homem (RONCAGLIO, 2008). O projeto hegemônico durante o Estado Novo foi do crescimento econômico em detrimento da proteção da natureza, ainda que tivesse vários ganhos pelos códigos (RONCAGLIO, 2008).

Os anúncios comerciais durante o Estado Novo e as representações de natureza

Tendo em vista as concepções acerca da natureza do Estado Novo e dos grupos conservacionistas e preservacionistas que pressionavam aquele, e levando em conta o conceito de *circularidade cultural* existente em Bakhtin, (Cf. GINZBURG, 2006), este artigo objetiva analisar quais discursos os anúncios comerciais veiculados durante o Estado Novo realizavam acerca da natureza e se coincidiam ou não com os de ideólogos estadonovistas ou do grupo da Sociedade dos Amigos das Árvores.

As representações, para Chartier, se apropriam de elementos da *comunidade de sentido* a qual fazem parte para que sejam inteligíveis, ao mesmo tempo em que emitem uma interpretação da mesma, *significando*. (CHARTIER, 1990) Segundo Jacques Aumont, “A arte representativa imita a natureza, e essa imitação nos dá prazer em contrapartida e quase dialeticamente, ela influi na ‘natureza’, ou pelo menos na nossa maneira de vê-la” (AUMONT, 1995, p.83). Sendo assim, por meio das representações realizadas pelos anúncios publicitários, podemos analisar essa circularidade, ressaltando que propaganda e sociedade se auto nutrem. Vale ainda lembrar que anúncios comerciais além de visarem o comércio, veiculam valores, ideias, modos de vida, leituras da sociedade, contexto, etc.

Selecionamos peças publicitárias que circularam na Revista Fon-Fon durante o Estado Novo (1937-1945) para analisarmos como a natureza era representada na mesma e se tais

discursos possuíam ou não confluência com o dos ideólogos do Estado Novo e intelectuais da Sociedade dos Amigos das Árvores.

A Revista Fon-Fon era uma revista semanal de variedades carioca, de circulação nacional e público tanto feminino quanto masculino. Veiculada entre 1907 e 1958, era uma das revistas mais lidas durante o Estado Novo. A publicidade ocupava grande espaço dentro da revista, sendo que dentre suas 70 páginas publicadas em média, cerca de 40 anúncios eram veiculados.

Escolhemos cinco anúncios que, embora falem de natureza, não a possui como temática principal. Em nenhum deles a natureza é apresentada iconograficamente, nem mesmo em seu slogan. Conforme analisado pela historiadora Denise Bernuzzi de Sant'anna (1997), um único anúncio pode abrigar múltiplos discursos. Ela analisa inclusive que, por vezes, o discurso imagético e discurso verbal são conflituosos.



Imagem 1:Anúncio Pulmonal. **Fonte:** FON-FON, 29/05/1937, n. 22, ano 31.

O primeiro deles, veiculado durante muitos exemplares da revista, trata-se do medicamento Pulmonal, recomendado para tuberculose, fraqueza pulmonar, bronquite, asma, resfriados e gripes. A imagem e o princípio do texto constroem uma cena em que a moça, desenganada, estaria sendo consolada por uma freira e um padre. Nessa hora, o médico chegaria com a salvação. Além de ser considerado cientificamente eficaz, o que fica subentendido por ser recomendado por um médico, o medicamento possui mais uma qualidade anunciada: “preparado com os melhores vegetais da FLORA DO BRASIL, a mais rica em todo mundo em propriedades curativas.” (grifo do original)



Imagem 2: Anúncio Leite de Rosas. **Fonte:** FON-FON, 17/09/1938, n. 38, ano 32.

O segundo anuncio, veiculado em 17/09/1938, apresenta Aurora e Carmem Miranda em posição contemplativa em relação ao Leite de Rosas, produto desenhado sob um pedestal entre a fotografia das duas. As irmãs assinaram o clichê e o dedicaram ao produto, chamado de “melhor amigo”. São atribuídas a ambas as qualidades de serem tanto cariocas quanto brasileiras, mostrando aí uma nítida conciliação entre o regional e o nacional. Leite de Rosas, produto do qual Carmem e Aurora seriam fãs, é apresentado como “incomparável produto da flora amazônica, que o Dr. Augusto Linhares, médico de renome, afirma ser um auxiliar plástico poderoso e insubstituível nos tratamentos de beleza”. Assim como no anúncio de Pulmonal, natureza e ciência são interligadas nesse.

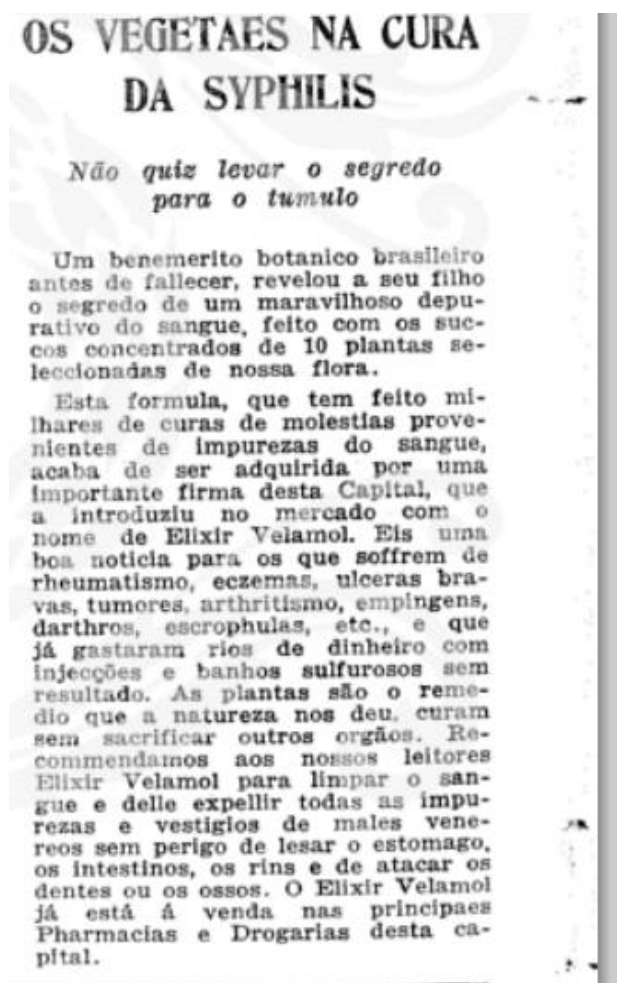


Imagem 3: Anúncio Velamol. **Fonte:** FON-FON, 09/03/1940, n.10, ano 34.

A terceira propaganda não faz uso de dispositivos iconográficos. O produto anunciado, o qual o leitor só fica sabendo o nome no final, Elixir Velamol, é apresentado sob caráter mítico. A campanha denominada “Os vegetais na cura da Sífilis” possui o curioso subtítulo “Não quis levar o segredo para o túmulo”. Reproduzirei seu primeiro parágrafo: “Um benemérito botânico brasileiro antes de falecer, revelou ao seu filho o segredo de um maravilhoso depurativo do sangue, feito com os succos concentrados de 10 plantas seleccionadas de nossa flora.” O texto apela duas vezes para a identidade nacional: o botânico, tal qual o leitor, é brasileiro; o uso do pronome “nosso” ao se remeter à flora brasileira. Além disso, busca amparo na tradição, pois a fórmula seria um segredo passado de pai para filho. Mais uma vez a ciência ganha lócus no anúncio: o pai, possuidor da fórmula do Elixir Velamol, não é um curandeiro ou a fez baseado em conhecimentos populares; é um botânico.

Imagem 4



Imagem 5



Imagem 4 - Anúncio Gessy 1. **Fonte:** FON-FON, 05/04/1941, n. 14, ano 35.

Imagem 5 - Anúncio Gessy 2. **Fonte:** FON-FON, 26/04/1941, n.17, ano 35.

Os dois últimos anúncios são dos Sabonetes Gessy, atual Lux. Ambas propagandas, apesar de possuírem clichês e títulos diversificados, possuem texto bem semelhante. Na primeira, a mulher fotografada recebe carícias de um homem e é apresentada pelo título: “E nunca lhe faltarão admiradores...” e por um cupido desenhado. A segunda, a mulher, jovem, determinada, maquiada e penteada, com pescoço e ombros a mostra, convida a espectadora que “Encare, confiante, o seu futuro...”

No texto do primeiro anúncio diz que foi feito com “puríssimos óleos da flora brasileira”, a outra, “feito de óleos preciosos da flora brasileira”, sofrendo pequena variação. De caráter menos científico do que as três anteriores, Gessy apenas afirma não afetar as funções vitais da pele.

Algumas conclusões

Os cinco anúncios apresentados neste trabalho possuem uma concepção utilitarista da natureza. A natureza não serviria em si para si, mas enquanto útil para a sociedade, no caso, na confecção de medicamentos e produtos de higiene pessoal. Por isso, a flora brasileira foi

exaltada pelos mesmos como rica, repleta de elementos curativos e embelezadores, sem igual no mundo. Lembremos que as propagandas vendem produtos, mas também ideias. Ao exaltarem a natureza, a partir do utilitarismo, exaltam, concomitantemente o próprio produto e o consumidor, o qual estaria cumprindo sua função ao usufruir da natureza, por meio do consumo.

Os cinco anúncios, sendo os dois da Gessy em menor grau, também abrigam a associação entre natureza e ciência. Na Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza tal associação já havia sido realizada. Para esses últimos, um dos motivos pelos quais a natureza deveria ser preservada era ela ser um objeto de ciência. O estudo da flora brasileira, tanto nos anúncios quanto na Conferência, indicam para o engrandecimento do próprio país. A valorização da ciência é nítida.

A concepção utilitarista e da necessidade de estudo científico da natureza presente nos anúncios, destarte, confluem com o discurso estodonovista e dos Sociedade dos Amigos das Árvores.

Por outro lado, a concepção contemplatória da natureza, nesses anúncios, se atrelam à exuberância para fins utilitários e a questão identitária. Elementos como “a mais rica em todo o mundo”, brasileira, “nossa flora” e a positivação da “flora brasileira” geram elo identificador entre o consumidor e o produto por meio da brasilidade. Os textos possuem tom ufanista e mobilizam o imaginário edênico da natureza brasileira, eixo cristalizado pertencente da identidade brasileira. Tanto os intelectuais participantes da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza quanto os ideólogos do Estado Novo buscavam forjar o vínculo entre natureza e identidade nacional, novamente confluindo com o enunciado das propagandas. Hobsbaw, ao analisar o apogeu do nacionalismo, datado para ele entre 1918-1950, identifica a importância dos meios de comunicação para a formulação das identidades nacionais nas sociedades modernas. Para ele:

A identificação nacional nessa era adquiriu novos meios de se expressar nas sociedades modernas, urbanizadas e de alta tecnologia. Dois deles muito importantes merecem destaque. O primeiro, que requer poucos comentários, foi o surgimento da moderna comunicação de massa: imprensa, cinema e rádio. [...] Mas a propaganda delibera quase certamente era menos significativa do que a habilidade de a comunicação de massa transformar o que, de fato, eram símbolos nacionais em parte da vida de qualquer indivíduo e, a partir daí, romper as divisões entre as esferas privada e local, nas quais a maioria dos cidadãos normalmente vivia, para as esferas pública e nacional. (HOBSBAWM, 1990)

Ao contrário dos conservacionistas da Primeira conferência, por outro lado, os anúncios publicitários encontrados não sugerem a preservação da natureza selvagem, como repositório, e sim seu uso. A preservação e a reposição não aparecem como problemáticas tratadas pelos anúncios comerciais analisados, entre 1937-1945, na Fon-Fon. Ao contrário do que anúncios atuais têm feito, os quais apelam para a consciência ecológica do consumidor para vender seus produtos, tentando vincular o nome da empresa com posturas ecologicamente corretas, nas décadas entre 1937-1945 as empresas não eram portadoras desse discurso, e sim o da modernidade e do progresso. Representações de fábricas e trens funcionando à todo vapor, expelindo toda fumaça possível eram comuns em anúncios comerciais, e não se revelavam como “ecologicamente incorreto”, termo inclusive anacrônico para o período. Vale lembrar que até mesmo para os membros da Sociedade dos Amigos das Árvores a possibilidade de uso econômico da natureza nunca era descartada, mas necessitaria de reposição dos recursos utilizados. A preservação não é preocupação dos anúncios comerciais dessa época, se distanciando da pauta dos Amigos das Árvores, mas realizando link com o discurso estadonovista, em que o progresso econômico era o principal objetivo, ainda que pudesse significar destruição da natureza.

Percebemos que os anúncios comerciais se configuram como lócus de significação, por meio de suas representações, do mundo que os circunda. A noção de circularidade, destarte, pode ser aplicada a esse caso, uma vez que novas representações oferecem novas chaves de leitura do mundo. Os anúncios comerciais, certamente, se inseriram na batalha representacional acerca da concepção de natureza e de identidade nacional durante as décadas de 1930 e 1940.

Referências:

ARRUDA, Gilmar. ‘Minha terra tem Palmeiras’: paisagem, patrimônio e identidade nacional. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C.A; RAMBELLI, Gilson.. (Org.). *Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais*. 1ed. São Paulo: AnnaBlume, 2009, v. 01, p. 187-205.

AUMONT, Jacques. *A Imagem*. 2ª Ed. São Paulo: Papirus Editora, 1995.

CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: Propaganda política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

FRANCO, José Luiz de Andrade. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da Identidade Nacional. *Varia História*, n. 26, p. 77-96, Janeiro 2002.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

HOBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. BH: Editora UFMG, 2000.

RONCAGLIO, Cynthia. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Editora UFPR, n. 19, p 111-128, jan/jun, 2008.

SANT'ANNA, Denise Benuzzi de. Propaganda e História: antigos problemas, novas questões. *Projeto História*, São Paulo, v. 14, fev. 1997.

SANTOS, Margaret Ferreira dos. A destruição da natureza e os arautos do conservacionismo brasileiro nas primeiras décadas do século XX. *Revista Uniara*, n. 21/22, p 30-49, 2008/2009.

Paz Armada: aspectos do temor nuclear na narrativa da Liga da Justiça.

Mario Marcello Neto

Mestrando em História

Universidade Federal de Pelotas

mariomarceloneto@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho pretende discutir as formas como a narrativa das animações Liga da Justiça (2001-2004) e Liga da Justiça Sem Limites (2004-2006) foram construídas, discutindo os aspectos que envolvem o temor nuclear e seus meandros. Para tal, é preciso destacar alguns elementos que compõe o contexto de produção destas animações, bem como a forma pela qual esta narrativa foi construída.

PALAVRAS-CHAVE: Temor Nuclear, Presentismo, Guerra Fria, Desenhos Animados

ABSTRACT: This paper discusses the ways in which the narrative animations Justice League (2001-2004) and Justice League Unlimited (2004-2006) were built, discussing the aspects involving nuclear fear and its intricacies. For this it is necessary to highlight some elements that compose the context of production of animations, as well as the way in which this narrative was built.

KEYWORDS: Nuclear Fear, presentism, Cold War, Cartoons.

Um convite ao mundo da animação

Prezados leitores, inicio este artigo convidando-os a partir desta leitura prestar a atenção nas animações contemporâneas que circulam pelas mídias em todo o mundo. Inicialmente, por acreditar ser um tema bastante comentado e discutido, não irei problematizar a importância da animação na sociedade contemporânea. O que pretendo fazer é analisar o formato e os veículos utilizados para divulgação das animações aqui estudadas, compreendendo seu formato serial, seu público-alvo bem como os envolvidos no seu processo criativo.

Para darmos inicio a essa discussão convido a você, caro leitor, a juntos problematizarmos o título deste artigo. O termo “paz armada” aqui empregado não foi à toa. Sabe-se que o este termo é comumente utilizado pela historiografia para designar o período compreendido entre 1870 até 1914, conhecido como Belle Époque para o cenário artístico-cultural europeu (HOBSBAWM, 1995).

“Paz armada” traz consigo um caráter contraditório ao contrapor a paz em relação a arma, algo sempre associado a guerra. O que se quer dizer com isso? O significa que podemos

obter dessa terminologia é a prática de tentar garantir a paz através do aumento de produção bélica e militar na tentativa de intimidação do adversário.

Além disso, convêm-se aliar-se a Estados e/ou grupos que tenham algo a contribuir nesta ideia de defesa de uma nação ou um ideal. Isso pode explicar as alianças firmadas anteriormente da Primeira Guerra Mundial. Após essa discussão, uma pergunta fica no ar: o que isso tem haver com a pesquisa envolvendo animações de 2001 à 2007? A explicação se dá de diversas formas. A primeira envolve o formato em que ela é feita e veiculada.

Fazendo parte do que fãs denominaram como *DC Animated Universe* (DCAU)⁴⁶, um projeto de animações e adaptações de personagens e histórias vindas das histórias em quadrinhos (HQ's) para um público infanto-juvenil, mas que não descaracterizassem seus personagens e suas personalidades, fato muito criticado em relação as animações anteriores como os *Super-Amigos* (1973-1985) produzido pelo estúdio Hanna-Barbera.

O DCAU tem início em 1992 com *Batman: A série animada*, uma animação que buscava trazer um caráter mais sombrio e sério para Batman e seu universo, algo característico nas suas HQ, tendo visto a sua alcunha de “Cavaleiro das Trevas”. Grandes partes dos envolvidos nessas animações se mantiveram até idos de 2007 e se envolveram com o desenvolvimento das animações aqui estudadas.

Um dos principais envolvidos em todos os projetos do DCAU desde sua criação é Bruce Timm, nascido em 1961. Este produtor conta com uma grande equipe de pré-produção, roteiristas e animadores. Chamamos a atenção aqui para um processo realizado durante a produção destas animações que é o processo de terceirização das atividades laborais e intermediárias do processo. Explicamos aqui, que buscamos encontrar termos e/ou estudos que melhor explicassem tal fenômeno, porém até onde tive contato foi possível perceber que algo adequado para esta situação não existia, dentro da literatura básica consultada. Todavia, como esse não é nosso principal interesse de análise, tal questão não se esvairá pela falta de um termo melhor.

Essa terceirização se dá através do uso de empresas japonesas e coreanas para realizarem a confecção de *storyboard*, a animarem, colorirem entre outros processos, ficando a cargo da *Time Warner/DC Comics* a parte de pré-produção (roteiro, orçamento, estimativa de tempo) e finalização (edição, produção e distribuição). Isso é perceptível nos créditos finais

⁴⁶ Ver: http://dcanimated.wikia.com/wiki/DCAU_Wiki

de cada episódio onde a empresa *Koko Enterprise*⁴⁷ e *TMS Entertainment*⁴⁸, coreana e japonesa, respectivamente. Feito tal ressalva sobre esse processo de produção é possível explicitar duas coisas. A primeira versa sobre a responsabilidade criativa, ou seja o conteúdo, o roteiro, todo esse processo é de responsabilidade das empresas responsáveis pela distribuição e *copyright* das animações. E a segunda é que embora creditados, os membros que são entrevistados e envolvidos com a parte dita “criativa⁴⁹” da animação (criação de conteúdo, *layout* de personagens, roteiro entre outros é creditada aos produtores e outros artistas estadunidenses funcionários da *DC Comics*.

Sendo assim, é possível perceber que Bruce Timm (1961), Dan Riba (1960), Butch Lukic (1960), Dwayne McDuffie (1962) e são os principais responsáveis por essa animação. O que se pode notar em comum com esse grupo é a sua idade, todos nasceram no início da década de 1960. Porém, o que isso tem haver com a nossa análise? Isso afeta diretamente este trabalho uma vez que em entrevistas⁵⁰ realizadas pela própria *DC Comics* como forma de divulgação da animação e circulada na internet e nos extras dos DVD's com todos os episódios da animação a sua relação com a década de 1980, os quadrinhos naquele período produzidos e o temor nuclear ao qual sentiam-se afetados, mesmo que de forma indireta.

Isso deixa um pouco mais evidente o motivo pelo qual iniciamos esta discussão, o termo “paz armada”, pois afinal, as influências desses envolvidos no processo criativo trouxe para seu trabalho muito elementos que colocam a nuclearidade como um tema recorrente na animação. A política de acumulo de armas nucleares como forma de garantir a proteção e a paz mundial é uma das formas representadas pela animação, sendo esta a motivação para o título. Tal questão será discutida posteriormente.

A pergunta que fica ainda sobre essas questões supracitadas é: será que a influência desse passado vivido no período chamado por Fred Halliday (1989) e E.P. Thompson (1985) como a *segunda guerra fria* foi tão efetiva que as formas de ver a nuclearidade no presente (dentro das animações) não foram representadas? Ou o inverso, apenas a forma de ver a nuclearidade no presente é a forma que impera nestas animações? Estas questões que trataremos de responder nas linhas a seguir.

⁴⁷ Ver: http://dcanimated.wikia.com/wiki/Koko_Enterprise_Co.%2C_LTD.

⁴⁸ Ver: <http://dcanimated.wikia.com/wiki/TMS>

⁴⁹ Sobre essa reflexão que envolve a patenciação de projetos intelectuais, a “capitalização do pensamento” que é um bem socialmente construído, o filósofo esloveno Slavoy Zizek explica em sua entrevista ao programa Roda Viva da TV Cultura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gECgJbWOpPo>. Acesso em 08/04/2014

⁵⁰ Ver: <http://www.youtube.com/watch?v=pom0WHTYKvo>

A Segunda Guerra Fria, o século XXI e o temor nuclear

Para falarmos sobre *segunda guerra fria* recorremos a Fred Halliday (1989) que divide a chamada Guerra Fria em quatro momentos. Primeira Guerra Fria (1946-1953), Antagonismo Oscilatório (1953-1969), Distensão (1969-1979) e Segunda Guerra Fria (1979-1989).

A Primeira Guerra Fria é o período em que as tensões entre EUA e URSS aumentaram. Segundo Halliday, tal conflito ideológico já existia durante a Segunda Guerra Mundial, na qual encontravam-se como aliados. A divisão da Alemanha (Ocidental capitalista e Alemanha Oriental socialista), a criação da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) em 1949, a Revolução Chinesa de Mao Tse-Tung, a Guerra da Coreia (1950-1953) e o regime censura adotado no território estadunidense conhecido como *macarthismo*, entre outros fatores marcaram este tenso período de afirmação e disputas por parte dos dois blocos, com afirma Hobsbawm (1995). Halliday (1989) nos faz refletir sobre outro ponto de vista, a questão da corrida armamentista e nuclear neste período, ele comenta que:

El rasgo más evidente para los habitantes de ambos bloques era que existía una concentración militar con especial énfasis en las armas atómicas, siendo el propósito de tales concentraciones impedir avances del otro bloque, junto con ciertos frente identificados públicamente: en el caso inicial, Europa. Durante la primera Guerra Fría, los EEUU desplegaron armas atómicas en Europa, y los rusos las lograron por vez primera. (HALLIDAY, 1989, p. 27)

Com a morte de Stálin em 1953 e a eleição de Eisenhower, a situação geopolítica entre os dois polos (socialista e capitalista) avistam novos horizontes. Eisenhower se elegeu com um discurso de terminar com a Guerra da Coreia. Já no lado soviético com a morte de seu líder totalitário (ARENDR, 2012), e Nikita Khrushchov assumido o poder em seu lugar deu-se início a uma nova etapa da Guerra Fria, a qual Fred Halliday (1989) denominou como Antagonismo Oscilatório. Caracterizando de maneira sucinta este período, o mesmo autor, caracteriza-o como um momento em que as tentativas de negociações e realização de acordos ocorriam de maneira mais frequente entre os eixos capitalista e socialista. Halliday comenta que a Crise dos Mísseis (1962) em Cuba pode ser resolvida diplomaticamente devido a essa maior aproximação entre os polos.

Com a eleição de Nixon para a presidência dos EUA em 1969 inicia-se a terceira fase da Guerra Fria, também caracterizada pela negociação entre ambos os lados. Chamada de Ostentação, o autor em questão, caracteriza pela humanização dos socialistas pelo lado estadunidense, retirada das tropas dos EUA do Vietnã entre outras questões. Por fim, o mais importante período para este estudo é a chamada Segunda Guerra Fria. Seu início se dá com a

eleição de Reagan e seu estreitamento com as política militaristas e nucleares neste período. Sendo assim, as crises do período da Segunda Guerra Fria não era apenas uma questão de diferenciação na forma das relações entre os EUA e URSS, “sino que se le dio especial importancia debido al papel desempeñado dentro de ella por la carrera armamentista nuclear y los peligros que acertadamente se ven como nacidos de esta competición militar”⁵¹ (HALLIDAY, 1989, p. 21).

Esse processo de aumentar a produção de armas nucleares, diminuir os diálogos entre os dois blocos foi considerado por autores como Hobsbawm (1995) e Thompson (1985) como um dos momentos mais tensos para humanidade, com riscos eminentes de uma guerra nuclear, e por consequência a morte e mutilação de muitas pessoas. É nesse contexto, também, que Dwayne Mcduffie e grande parte da equipe envolvida na produção da *Liga da Justiça* presenciaram durante a sua juventude, além disso, as influências e recorrentes referências que a animação faz aos quadrinhos, em boa parte, remonta as HQ’s produzidas neste período.

Recorremos a HARTOG (2013) quando este evoca a noção de *presentismo* para se referir à forma de ver o tempo da sociedade contemporânea, na qual vê no presente o seu limite, com um passado renegado (que não nos ensina nada) e um futuro de nublado (que não apresenta um progresso, algo positivo). Dentro deste contexto, principalmente pós o fim da Segunda Guerra Fria (HALLIDAY, 1985), as tensões causadas entre os dois blocos conflitantes, socialista soviético e capitalista estadunidense, essas tensões foram elevadas a uma corrida armamentista nuclear que colocaram em alerta até mesmo setores da historiografia, como E.P. THOMPSON (1985) que abandona, temporariamente, sua dedicação à história, para militar junto ao Movimento Pacifista. Esses elementos do século XX são perceptíveis nas animações supracitadas, utilizadas como um suporte em que contém suas expressões político-ideológicas é preciso ver estes meios não apenas como puro entretenimento, mas sim como elementos dotados de significados, etnocentrismo, questões políticas entre outras. Além disso, a animação traz consigo uma constante na sua narrativa que é a exposição sobre o medo e os malefícios da nuclearidade na sociedade contemporânea, algo que pretendemos discutir ao longo deste trabalho.

Para falarmos do temor nuclear no século XXI usaremos dois exemplos, o primeiro será debatido neste tópico, o segundo virá logo a seguir, pois se trata da própria animação que

⁵¹ “mas deu importância especial por causa do papel desempenhado nela pela corrida armamentista nuclear e os perigos que acertadamente se vê como nascidos desta competição militar.” (Tradução Nossa)

estamos propondo uma problematização. Buscaremos com isso evidenciar tanto os elementos do presente na animação, como, também, aspectos de um passado e de uma herança de um medo nuclear. No dia 12 de fevereiro de 2013, o exército norte-coreano realiza testes nucleares bem sucedidos próximo ao território da Coreia do Sul⁵².

Tal atitude teve enorme repercussão na mídia e algumas sanções por parte da ONU para com os norte-coreanos. Na tentativa de intimidar os EUA e seus aliados, Kim Jong-un (líder político da Coreia do Norte) ameaçava utilizar as bombas atômicas caso as sanções aplicadas não fossem negociadas. De fevereiro até fins de março a situação foi se agravando e cada vez mais, os EUA⁵³ mobilizaram ações militares no sul da península e Jong-un declarou inválido o armistício de 1953 colocando o cenário de guerra quase evidente naquele momento.

Embora se discuta o potencial nuclear da Coreia do Norte, só o fato desta ameaça estar acontecendo durante o século XXI preocupou muita gente, gerando manchetes de notícias diárias e o medo de uma nova guerra em proporções desastrosas, caso tais armamentos nucleares fossem utilizados. Esse primeiro exemplo já nos permite compreender que o medo de um extermínio da humanidade ou de o aniquilamento de muitas pessoas, na maiorias civis, por causa de uma arma de destruição em massa ainda assola o *imaginário social* (BACZKO, 1985) de vários grupos sociais atualmente.

Isso deixa claro o que Koonings e Kruijt (1999) falam sobre a cronologia do medo. Embora seu interesse seja outro, falar sobre a herança do medo nas sociedades latino-americanas afetadas por ditaduras civil-militares durante o século XX, trazem uma discussão que se torna extremamente interessante para este trabalho. Ao trabalharem com a ideia de que o medo não se extingue por completo, pois cada pessoa e grupo social o assimilará de forma diferente, nem segue uma cronologia natural. Isso nos permite dizer que o medo nuclear não tem como ter durado de 1945 (lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki) até 1989/91 considerado o fim da guerra fria, pois a herança desse medo nuclear se manteve, com maior e menor importância entre outros meios. Vemos assim, por exemplo, o extremo aumento de produção de armas nucleares após a guerra fria, ou seja, mesmo após a extinção

⁵² Sobre isso ver a reportagem feita no dia posterior aos testes nucleares norte-coreanos em fevereiro de 2013. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/93623-coreia-do-norte-tem-quotsucessoquot-em-seu-3-teste-com-bomba-atomica.shtml>>. Acesso: 01/06/2013.

⁵³ Informações disponíveis em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-22006636>> e <http://www.usatoday.com/story/news/world/2013/04/14/korea-nuclear-threat-kerry-trip-eternal-leader-anniversary/2081711/>. Acessados em: 04/06/2013.

da tensão entre os dois blocos conflitantes existe um aumento nas armas nucleares como forma de garantir a paz por intimidação, a chamada “paz armada”.

Liga da Justiça: um estudo de caso

Para iniciarmos nossa discussão sobre os aspectos em que a nuclearidade aparece na animação, faremos aqui, devido ao limite de páginas, apenas algumas pequenas discussões sobre o tema. A *Liga da Justiça* discute este jogo político entre o medo de um extermínio e as discussões políticas em que se estabelece quando se está rodeado por uma grande quantidade de armamento nuclear. Ao longo da animação o sequestro de ogivas nucleares, seres deformados pela radioatividade, atentados a usinas de urânio entre outros elementos provam que o temor nuclear não é algo que ficou restrito ao século XX. Esta discussão é mais contemporânea do que possa parecer, e assim como Hobsbawm (2007) afirma, esse jogo político tende a crescer e ainda teremos muito a enfrentar. Porém, com este cenário em vista fica fácil compreender os motivos por se imaginar o futuro como distópico, completamente destruído e devastado, retornando a um estado – praticamente – de selvageria, algo que Hartog (2011) aponta como um dos fenômenos do *presentismo*.

Quando problematizamos o medo que se tem com relação a uma sociedade distópica, estamos falando em relação ao *exterminismo*. Afinal, após eventos tão traumáticos e pesados como projetar um futuro claro e otimista? Por isso, embora muito criticado, Thompson está falando em relação a pessoas que estão diretamente ligadas a estes eventos e que por eles, de uma forma ou de outra, foram traumatizadas. Ratificando isso, ele comenta que:

O exterminismo designa aquelas características de uma sociedade – expressas, em diferentes graus, em sua economia, em sua política e em sua ideologia – que a impelem em uma direção cujo resultado deve ser o extermínio de multidões. O resultado será o extermínio, mas isso não ocorrerá acidentalmente (mesmo que o disparo final seja “acidental”), mas como a consequência direta de atos anteriores da política, da acumulação e do aperfeiçoamento dos meios de extermínio, e da estruturação de sociedades inteiras de modo a estarem dirigidas para esse fim (THOMPSON, 1985, p. 43).

Nos episódios “No Além Parte 1” e “No Além Parte 2” Super-Homem é atingido por um raio que faz com que muito acreditem que ele esteja morto. Porém, este raio o transportou por mais de 1000 anos no futuro. Nesse universo, só ele e Vandal Savage (um homem imortal que presenciou vários fatos desde a existência da humanidade) sobreviveram. Todo o resto foi extinguido pelo próprio Savage numa tentativa de utilizar uma arma nuclear para dominar o mundo. O futuro associado ao distópico normalmente nos remete a um estado de selvageria, e

foi o que ocorreu nestes episódios. Super-Homem vive em cavernas, a barba e cabelo crescem, se alimenta de frutos disponíveis, entre outros fatores que compõe o universo de *barbarização* (HOBSBAWM, 2013) da sociedade.

Chamamos a atenção para o cenário *representado* (HALL, 1989) neste episódio. O céu é avermelhado e sombrio, o chão é deserto e seco, a água é quase inexistente. Porém, algumas inconsistências se mantêm no episódio, afinal (embora não seja mostrado) Savage se refere a uma usina hidroelétrica que mantém sua casa com energia elétrica.



Imagem 1: Super-Homem com barba portando uma espada forjada por ele mesmo, durante o cenário catastrófico vivido no futuro ao qual a população estava exterminada. **Fonte:** Liga da Justiça: No Além Parte 1, 00:11:01 min. © 2002 DC Comics, inc. Todos os direitos reservados.

A *Liga da Justiça* ao iniciar a sua história, já nos seus primeiros episódios⁵⁴ têm o seu enfoque na substituição da atual força de segurança das nações por outras. A força que estava sendo substituída eram as ogivas nucleares, na qual Super-Homem destrói-as em todo o mundo e garante que a partir de agora elas não serão mais necessárias, afinal ele seria a garantia de paz (*Liga da Justiça: Origens Secretas* Parte 1, 00:10:35 min).

Essa referência ao evento nuclear é o primeiro indício sobre a preocupação que a animação *representa* com relação a esse tipo de armamento. Num mundo onde seres de vários planetas podem exercer o papel de vilões e assim tentar destruir a Terra, seria, ao menos, muito problemático se algum ser humano viesse a fazer isso. Por isso, para evitar um

⁵⁴ “Origem Secreta Parte 1, 2 e 3”.

extermínio maior e garantir a segurança mundial, confiou-se em um ser supremo. Alguém de outro planeta, onde sua moral e bons costumes são inabaláveis. Mais uma vez fortalecendo o *mito do superman*⁵⁵.

Todavia, essa forma de *representação* deste temor nuclear nos levou a colocar em conflito dois modos de ver esta questão. Edward Thompson (1985), no seu período como militante pacifista, argumenta que a humanidade estaria caminhando para o seu extermínio, uma vez que a produção de armas de destruição em massas vinha em uma crescente e com tecnologias capazes de dizimar em segundos uma população inteira, como no caso da bomba de hidrogênio.

Esse medo do extermínio da humanidade é perceptível na animação quando vê-se um grupo de manifestantes pedindo o fim da produção nuclear, pois ela ameaçava a existência humana (Liga da Justiça: Origens Secretas Parte 1, 00:07:59 min). Além disso, podemos constatar que o evento nuclear é algo tão impactante que, normalmente, o futuro *representado* na animação⁵⁶ ou é destruído por completo por armas nucleares ou por outras formas de tecnologias utilizadas para o “mau”. Porém, dificilmente vemos em *Liga da Justiça* o futuro correlacionado com boas aspirações.

Ainda é preciso levar em conta o argumento que Eric Hobsbawm (2008) traz sobre tal temática. Ele comenta que a questão nuclear é um jogo diplomático pelo qual todos que as possuem querem demonstrar força para que assim tenham maior poder de barganha. O autor diz não conseguir imaginar uma guerra nuclear efetiva entre nações, seria realmente um extermínio e que se até hoje não foi feito, ele não vê motivos para que o façam no futuro.

Referências:

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

BACZKO, Bronislaw. A Imaginação Social. In: LEACH, Edmund *et al.* *Anthropos-Homem*. Enciclopédia Einaudi, Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

CORRADI, Juan E.; FAGEN, Patricia Weiss; GARRETÓN, Manuel Antonio (Org.). *Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1992.

⁵⁵ Umberto Eco (2004) utiliza este conceito para analisar os quadrinhos do *Superman* e a forma como a sua moralidade e integridade física e ética são *representadas* na narrativa. Superman é o exemplo a ser seguido, é a tradução do super-herói, não possui medos, não erra e não desiste. Essa característica fica evidente na animação, principalmente em episódios como: “No Além Parte 1” e “No Além Parte 2” no qual discutiremos melhor a seguir.

⁵⁶ Isso pode ser visto nos episódios “Nos Tempos de Savage Parte 1, 2 e 3”, “Eclipse Parte 1 e 2”, “No Além Parte 1 e 2”, entre outros.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (Org.). *Representation: Cultural representation and cultural signifying practices*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997, p. 15-64.

HALLIDAY, Fred. *Génesis de la Segunda Guerra Fría*. Tlalpan, México: F. C. E., 1989.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBBSAWM, Eric. A história e a previsão do futuro. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

_____. *Era dos Extremos: O Breve Século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KOONINGS, Kees; KRUIJT, Dirk (Org.). *Societies of Fear: The Legacy of Civil War, Violence and Terror in Latin America*. New York: St. Martin's Press, 1999.

LIGA DA justiça – Volume 1= *Justice League Vol. 1*. Direção de Dan Riba e Butch Lukic. Roteiro de Dwayne McDuffie. Produzido por Bruce Timm e Paul Dini. Distribuído por Warner Home Video. EUA, 2002. 4 DVD (520 min), Son., Color.

LIGA DA justiça – Volume 2= *Justice League Vol. 2*. Direção de Dan Riba e Butch Lukic. Roteiro de Dwayne McDuffie. Produzido por Bruce Timm e Paul Dini. Distribuído por Warner Home Video. EUA, 2004. 4 DVD (520 min), Son., Color.

THOMPSON, Edward. Notas sobre o exterminismo, o estágio final da civilização. In: THOMPSON, Edward et al. *Exterminismo e guerra fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

JWHITE, Hayden. O Evento Modernista. *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, n. 5-6, [s/d], p. 191-219.

Funk e mídia: Mr. Catra e estereotipação sexual

Matheus Felipe Barbosa e Alves

Mestrando em História Social

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

mfelipe29@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho busca fazer uma análise da estereotipação da imagem da mulher através do funk de estilo "putaria". Através deste estilo há uma (des)valorização do feminino? Analisamos a letra da música *Medley ao vivo 2011* de autoria de Mr. Catra, atualmente o mais famoso funkeiro brasileiro aqui e no exterior. Para tanto, fazemos uma retrospectiva da história do funk e a construção da identidade feminina nas letras de funk.

PALAVRAS-CHAVES: Funk; Mídia; Estereotipação feminina.

ABSTRACT: This study aims to analyze the stereotype image of women through the funk style "bitching". Through this style there is a valuation or devaluation of women? Analyzed the lyrics of the song *Medley Live 2011* authored by Mr. Catra, currently the most famous brazilian funk here and abroad. To do so, we do a retrospective of the history of funk and the construction of female identity in the lyrics of funk.

KEYWORDS: Funk, Media; Female stereotyping.

Funk e mídia: do surgimento à expansão pelas mídias

O estilo musical denominado Funk consiste em um ritmo de matriz negra derivado do blues estadunidense e desenvolvido por volta da década de 1960. Segundo Carlos Palombini, o *rhythm and blues* se misturou ao *gospel* gerando o *soul*, que na década de 1950 se dividiu em duas vertentes: o *soul telúrico* difundido pelo sul dos Estados Unidos e o *soul sofisticado* do norte. Logo em seguida,

(...) a vertente sulista toma o rumo do funk com James Brown; o estilo afluyente do norte cede lugar ao soul da Filadélfia, e este à música disco. O rap (rhythm and poetry), expressão musical da cultura hip-hop do Bronx, começa a tomar forma no início dos anos 1970 através de uma combinação de breaks de funk, procedimentos do dub jamaicano e técnicas de discotecagem desenvolvidas a partir da experiência dos DJs da disco (PALOMBINI, [s.a], p. 1).

Na década de 1970, surgiram os bailes blacks nas favelas cariocas que, ao longo da década de 1980, foram cedendo lugar aos bailes funks. Segundo Hermano Vianna, antropólogo estudioso do funk, e Dj Malboro, o funk brasileiro foi oficialmente inaugurado no ano de 1989, quando o próprio Dj Malboro lançou o disco de vinil *Malboro apresenta funk Brasil*. Esse foi o disco que iniciou o primeiro gênero musical brasileiro eletrônico dançante. Segundo Carlos Palombini,

À medida que a música se desenvolve e se populariza, aparecem designações como “funk de raiz” para os nomes mais conhecidos da fase inicial; “funk consciente” para as músicas que procuram conscientizar e mobilizar; “putaria” para a sexualidade explícita e mirabolante; “melody” para situações sentimentais; “montagem” para a manipulação valorizada de samples; “proibidão” para a cultura das facções (PALOMBINI, [s.a], p. 2).

Um dos mais conhecidos artistas do funk brasileiro na atualidade é o Mr. Catra, o qual podemos enquadrar na designação "putaria" proposta por Palombini. Suas letras são de apelo sexual e representam as mulheres como objetos de prazer para os homens e que ao mesmo tempo também buscam o prazer ao terem relações sexuais constantes abusando da criatividade.

A característica do funk é sua batida rítmica pulsante e bem determinada. Dançante, esse ritmo naturalmente já desperta a sensualidade que é potencializada com as letras sugestivas e propositivas, como a da canção *Dança do cavaquinho* do Mr. Catra que diz:

Oi de cabeça para baixo
bota, bota
Oi de cabeça para baixo
Quero te dar, quero te dar
Oi de cabeça para baixo
Comigo é tipo assim
Estilo cavaquinho
Dingdingin Dingdingin Dingdingin
Tá quentinha!
Dingdingin Dingdingin Dingdingin
Ê perereca!
Oi descendo, subindo, subindo e descendo, subindo e descendo, descendo e subindo vai novinha (mulher falando). (CATRA, 2012)

Ao meio da música, em contraste à voz grave do Mr. Catra, ouve uma voz feminina sensual que diz "bota", "quero te dar" e "descendo e subindo", além de sons que lembram suspiros e gemidos femininos, o que leva os homens do baile a não pensarem em outra coisa que não seja o sexo, reforçado pelo dança das "novinhas" presente no baile que rebolam até o chão, quando não "em cima do patrão".

O crescimento e expansão do funk brasileiro se deu com o início do novo milênio e, coincidentemente ou não, com a expansão da internet, meio de comunicação agregador dos outros meios, pois nela encontramos rádios, estações televisivas, páginas de jornais, revistas, fazemos downloads de músicas, filmes, imagens, etc. O espaço virtual deu uma nova

dimensão ao funk ao possibilitar maior acesso do público não carioca ao estilo. Assim, o baile funk passa a ocorrer não só em galpões nas favelas, mas como diz Simone Pereira de Sá,

(...) a chegada do novo século [...] marca uma nova invasão do funk, agora em espaços distintos de seus bailes de origem. Casas noturnas de classe média, academias, novelas da Rede Globo começam a tocar este tipo de música. Ainda causando suspeição e associado ao mau-gosto, o funk entretanto amplia seus espaços de veiculação. E o aclamado desfile da marca de biquínis Blue Man, na Semana de Moda do Rio de Janeiro em julho de 2003 - evento ultra fashion da cidade - produzido por Bia Lessa e calcado na estética do gênero, com direito a "funqueiros e popozudas" na passarela, é bastante eloquente desta invasão (SÁ, 2007, p. 12).

A música é uma forma de expressão que se prolifera nos meios de comunicação da mídia, sejam eles visuais, auditivos ou audiovisuais. Assim, com a expansão do funk ao ser inserido nas mídias e apresentado para o restante da sociedade brasileira, ele passa a exercer influência sobre maior parcela da população, pois, como diz Thompson: "(...) o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo" (THOMPSON, 2002, p. 13).

Não estamos de forma alguma afirmando que o funk seja o único responsável pela decadência da moralidade e desvalorização da mulher ou a criação da imagem "mulher objeto sexual". No entanto, a popularização dos estilo "Putaria" do funk pode sim ser apontado como um dos fatores bem como outras músicas de outros estilos e gêneros que utilizam do duplo sentido e a sexualidade para criarem sucessos.

As músicas de maneira geral, passaram por uma "despolitização" a partir dos inícios dos anos 1990 e, a rápida evolução tecnológica e barateamento dos produtos originados nela, proporcionaram uma maior facilidade no processo de produção técnica de músicas e cd's que não precisam ser gravados hoje em grandes estúdios, mas sim em estúdios caseiros com equipamentos de baixo custo conseguindo um produto final de qualidade aceitável. Isso foi fundamental para o funk, que é feito basicamente de batidas rítmicas produzidas por um DJ (Disc Jockey) e um MC (Mestre de Cerimônia) que é quem "comanda" o baile e canta/fala a letra que geralmente é feita através de rimas.

Peter Burk nos diz que a internet alarga a esfera pública e proporciona apoio à sociedade civil e à democracia (BURK, 2008, p.79) e conclui que as

(...) novas mídias trazem consigo novas oportunidades, assim como novos perigos. Se há algo certo no futuro, é que nós teremos de aprender a nos

adaptar a mudanças nos meios de comunicação ainda mais rapidamente do que estamos tentando fazer hoje (BURK, 2008, p. 79).

Analisando a fala de Burk para o nosso objeto de estudo, podemos dizer que a internet proporcionou a expansão do funk pelo Brasil pois, através desse meio de comunicação, muitas imagens e histórias dos bailes passaram a circular em blogs, redes sociais e sites, e o acesso às melodias e letras se tornou mais fácil, sendo necessário apenas fazer o *download* para se escutar as músicas. Essa ferramenta tecnológica impulsionou o que se denomina de "mídia radical", ou seja, o uso das mídias pela e para a comunidade dos guetos e favelas. São rádios piratas, páginas na internet, entre outros que divulgam para o mundo a cultura e realidade dentro de locais à margem da sociedade e muitas vezes excluídos de políticas públicas e sociais.

Assim, não estamos aqui para fazer juízo de valor das letras das músicas de funk em sua origem, mas analisamos a recepção e aceitação de tais "poemas" em outras realidades sociais. Adriana Carvalho Lopes diz que

Se, por um lado, o funk é uma possibilidade de existência pública para alguns sujeitos, pois é uma forma de identidade, lazer e interação para jovens de periferia; por outro lado, o funk provoca um choque nas sensibilidades de determinados setores da sociedade brasileira, uma vez que, esse é considerado uma prática musical que retrata as relações de gênero de maneira sexista e violenta (LOPES, 2008, p. 1)

Enquanto localizado na favela carioca, a letra do funk faz alusão ao dia-a-dia da maior parte das pessoas que frequentam o baile. As MC's como Tati Quebra-Barraco, utilizam da música e da sexualidade para alcançarem uma maior estabilidade financeira fazendo performances e, em muitos casos, "criando" personagens.

Hobsbawm apontou os motivos para os jovens das décadas de 1960 e 1970 não se tornarem adeptos do jazz e sim do rock. Esses mesmos motivos podem ser apontados como fatores da expansão do funk pelo Brasil no início deste novo milênio. São eles: "(...) ritmo, uma voz ou som imediatamente identificáveis, espontaneidade real (ou fingida) e vitalidade, e uma maneira de transferir emoções humanas diretamente para a música" (HOBBSAWM, 2001, p. 19). Não que o funk trabalhe ou cause as mesmas emoções e efeitos que outros estilos de música brasileiros tidos como eruditos provocam, mas que há um despertar de sensações com o ritmo do funk, isso há.

Mr. Catra e a (des)valorização do feminino

"Não sou cúmplice do crime, sou cúmplice da favela. Não estou fazendo apologia ao crime, estou é relatando uma realidade". Essa frase é de Wagner Domingues da Costa, mais conhecido como Mr. Catra, em resposta a um processo movido contra ele pela polícia militar por apologia ao crime no ano de 2002 com a música "Cachorro". Pai de 13 filhos com 13 mulheres diferentes, Catra hoje é conhecido internacionalmente com suas músicas que falam do dia-a-dia do que acontece nas favelas cariocas. Portanto, suas letras falam de sexo explícito, violência, crime e outras mazelas da sociedade que são parte "natural" da vida dos excluídos.

No que diz respeito à imagem do sexo feminino, Catra utiliza em suas músicas um linguajar chulo que caracteriza as mulheres como objeto de prazer para os homens e sexomaníacas com frases do tipo "doidinha pra dá" ou "mulher de verdade gosta mesmo é de piroca".

Entretanto, o sujeito que enuncia o texto pornográfico não tem um controle soberano sobre a disseminação de seus sentidos. Desse modo, o mesmo vocabulário que oprime e objetifica o "feminino", transformando-no em pura corporalidade, funciona, também, como estratégia de resistência (LOPES, 2008, p. 4-5).

Como nos mostra Adriana Carvalho Lopes, essa estereotipação do sexo feminino que muitas mulheres aceitam, pode ser também um meio de resistência e um artifício para que as mesmas ganhem espaço e poder no cenário sócio cultural do mundo moderno. Após milhares de anos de opressão no mundo ocidental, a luta por maior visibilidade social e histórica acirra-se cada vez mais e, utilizar artifícios para se chegar mais longe socialmente falando, implica em entrar no jogo da indústria cultural ou aceitar ser objeto do "patrão", desde que tenha tudo o que quer materialmente, pago por ele.

Portanto, ao mesmo tempo em que as letras do estilo "putaria" do Mr. Catra contribuem para a estereotipação do sexo feminino como objeto sexual, a aceitação ou utilização feita pelo público feminino pode ser de passividade ou resistência. Ou seja, há mulheres que irão se identificar ou formular sua identidade a partir da letra funk do Catra enquanto outras irão utilizar a imagem criada pela narrativa do funkeiro de forma consciente e com o objetivo de conquistar poder ou outra coisa qualquer.

Mas, assim como qualquer outro produto da indústria cultural ou da mídia que seja veiculado para um grande público, o funk tem a capacidade de influenciar na formação

identitária dos cidadãos, seja na identificação do sujeito com as letras, seja na repulsão do espectador pela música divulgada. De uma forma ou de outra, esse produto da cultura brasileira atua na formação do cidadão que quer ser como descrito na música ou ao contrário, deseja ser alguém completamente diferente do que o Mr. Catra divulga.

Faremos uma pequena análise da letra da música *Medley (ao vivo São Paulo)* de autoria do Mr. Catra. Essa música é uma espécie de *pout-pourri* no qual o funkeiro mistura diferentes batidas de funk com uma série de letras de outros funks, sendo rara as vezes em que ele repete as mesmas letras, o que faz como que em uma pesquisa no motor de busca do *google*, se encontre diferentes letras. Escolhemos a letra utilizada no *show* ao vivo em São Paulo por conter boa parte das letras que mais se repetem nas apresentações.

Medley: o modelo do funk "putaria"

A introdução dessa música é um recado dado por Mr. Catra que anuncia que irá começar a putaria e que a festa agora pertence às meninas. O funkeiro então convida-as para fazerem uma aquecidinha rápida e canta:

Senta, senta, senta, senta, senta, senta, vai, ela senta ela senta ela senta ai que delícia vai! Senta, senta, senta, oi senta, senta, senta, senta .. que que foi ? Gostoso ? aaah! Gostoso é você de quatro na minha cama .oi, oi, oi, oi, oi, oi, oi (CATRA, 2011, s/p).

O começo é de duplo sentido, no entanto, ele já começa a utilizar linguajar direto e de sexo explícito ao utilizar a frase: "Gostoso é você de quatro na minha cama". Em algumas apresentações, antes desse primeiro refrão, o cantor conversa com a plateia que grita histérica dizendo que se as mulheres não fizerem silêncio ele irá comer de quatro no camarim, o que causa maior barulho no evento. Não podemos afirmar que seja uma real vontade de deitar com o Catra o que move às mulheres a gritarem mais forte nesse momento, se elas apenas entram no *show* ou se há as duas coisas simultaneamente (o mais provável). Questão é que desde o início a letra já começa a falar de sexo e a estimular/incitar à prática.

No segundo refrão temos:

A pretinha tá que tá oi, ela tá que tá, oi, ela tá que tá. Ta doidinha pra hã, doidinha pra ui, doidinha pra hum .

Moreninhaaa? Vai! Tá que tá que tá que tá, tá que tá que tá que tá ... ta doidinha pra hum, doidinha pra ui, doidinha pra hã .

E ai loirinha? Toda rosadinha... tá que tá que tá que tá que tá que tá que tá ... ta doidinha pra hã, doidinha pra ui, doidinha pra hum (CATRA, 2011, s/p).

Aqui ele volta a fazer insinuações de que a mulher, independente de sua etnia está querendo sexo. A mulher desenhada por Catra no início de sua música é uma maníaca sexual. O recado seguinte é para os homens casados com mulheres que ficam o dia inteiro reclamando: "amarrava cá na cama, e vai passar a noite no puteiro" (CATRA, 2011, s/p). O importante é ao final da noite ter sexo. Se a mulher só fica reclamando, procura uma outra que está "doidinha pra hã".

Voltando a direcionar suas rimas para as mulheres, o Mr. Catra canta:

Não precisa ter medo, nem sentir arrepio, mas senta devagar, que é grande mas é macio, é macio..

Oh porra, ta ligado que eu sou muito homem, e todo mundo sabe que eu não sou careta, só sangue bom curte um evento desses sem arrumar treta, homem de verdade gosta mesmo é de.. é o que ? *eeeta

Porra, pode ser alta ou baixinha, magra, gorda, branca ou preta. Homem de verdade gosta mesmo é de.. *eeeta (CATRA, 2011, s/p).

Um estímulo aos "irmãos" presentes no baile. Aqueles que são "homens de verdade" gostam de mulher independente de estatura, corpo, melanina ou qualquer outra coisa, desde que tenham o órgão sexual feminino para ser usado para o prazer. E as meninas do baile não precisam ficar com medo dos "irmãos", porque mesmo que o órgão sexual masculino seja volumoso, ele "(...) é grande mas é macio", além de que elas é quem sentam e ditam o ritmo.

O músico faz alusão aos homens "bunitin" que estão virando "viadin" buscando uma valorização do feio mas másculo. Em seguida, vem com o refrão: "Mas mulher não gosta de K.O. Mulher não gosta de fofoca, mulher de verdade gosta mesmo é de piroca! Então senta, vai sentando, vai senta, vai sentando" (CATRA, 2011, s/p). Se a mulher não quer fazer sexo, não deseja o órgão sexual masculino, ela não é uma mulher de verdade assim como o homem não é homem se não gostar do órgão sexual feminino.

Assim, chega-se o momento da "quadrilha da pele", momento no qual o Mr. Catra pergunta quem já transou sem camisinha e a maior parte do público presente nos bailes, na maioria das vezes, levanta as mãos e grita bem alto. Essa apologia ao sexo sem camisinha reflete um dado alarmante sobre a natalidade entre jovens de 10 a 19 anos no Brasil. Segundo o Ministério da Saúde, aproximadamente 20% dos nascidos anualmente no Brasil são filhos de jovens na faixa etária citada (SHIAVO, 2011, s/p). E a gravidez na adolescência não é mais um problema apenas de periferia. Hoje, jovens de todas as classes sociais engravidam cada vez mais novas.

Depois de falar uma sequência de nomes de mulheres, a letra da música diz:

Ela foi na minha casa, tirar... ficou... e depois... ela tremeu de perna bamba, todos os sentidos ela experimento, quero ver tu rebolar, eu quero ver tu rebolar "eita porra"!

Atenção rapaziada, essa moda é nova, Mariana trouxe da Europa, porque Mariana é foda, eu vou falar pra vocês, é a dança da Espanhola, só o peito, olha o pente. Só nó .. ai .. atenção, aquela que não tiver peito, por favor, não se desiluda: umas vem com peito, e outras vem com a bunda .. ai que delicia (CATRA, 2011, s/p).

A frase "(...) todos os sentidos ela experimento" nos remete à ideia de que foi feito sexo de formas variadas explorando os cinco sentidos humanos: tato, olfato, paladar, visão e audição. A ideia aqui é deixar a imaginação fluir e passar a mensagem aos presentes no baile que o sexo pode ser muito mais que apenas o "papai e mamãe", desde que se explore bem os sentidos do corpo. Na sequência temos a Mariana que trouxe o estilo "espanhola" no qual o sexo é feito utilizando os seios. Mas isso é apenas uma maneira de introduzir o refrão seguinte que completa a ideia proposta ao se dizer que "(...) umas vem com peito, e outras vem com a bunda" (CATRA, 2011, s/p). A ideia está no trecho:

Eu não posso mentir, eu tenho que ser realista: Bumbum não se pede, bumbum se conquista. Bumbum não se pede, bumbum se conquista. Isso é uma obra arte, isso é coisa de artista ! Bumbum não se pede, bumbum se conquista. Bumbum não se pede, bumbum se conquista. Vem devagar, vem devagar, que é pra não sair da pista. Bumbum não se pede, bumbum se conquista. Bumbum não se pede, bumbum se conquista (CATRA, 2011, s/p).

A insinuação do sexo anal que começa no refrão anterior passar a ser algo que se necessita da autorização da mulher para se fazer ao afirmar que "Bumbum não se pede, bumbum se conquista". Essa conquista pode ser por desempenho sexual ou por tratamento da mulher que acaba "fazendo essa concessão".

No penúltimo refrão da música o trecho de destaque é o "Ela dá pra nós que nós é patrão". Uma alusão às mulheres interesseiras que buscam sucesso financeiro através do sexo e do seu corpo. Portanto, ao longo da música, a mulher, de maneira geral, é apresentada como maníaca sexual, que tem como objeto de desejo o órgão sexual masculino, disposta a experimentar todos os sentidos durante o sexo, detendo o sexo anal como forma de premiação do parceiro sexual ou por desempenho ou por tratamento e finalmente como passível de utilizar seu corpo e o sexo para obter sucesso financeiro e material.

Finalizando a letra de sua música, Mr. Catra diz:

Valeu Rapaziada pela consideração, um beijinho nas meninas, um forte abraço nos irmão! O bagulho é desse jeito, geral pode acreditar: Que o Senhor é meu Pastor e nada me faltará! Isso sim é que é fé. Isso sim que é devoção. Quem acredita em Deus: bate na palma da mão! (CATRA, 2011, s/p).

O músico termina com uma mensagem religiosa, mesmo depois de ter trabalhado com o sexo explícito e a estereotipação da imagem feminina de diferentes formas. Isso aponta uma naturalidade no que se refere ao sexo nas comunidades em que o funk surgiu no Brasil, o que não implica em falta de religiosidade. Toda a performance do Mr. Catra é voltada para criar uma imagem de homem mau nele que, ao final, mostra-se crente em Deus e que será salvo mesmo tendo uma vida de promiscuidade sexual e tratar as mulheres não como seu igual, mas como objeto de prazer.

Considerações Finais

O funk do estilo "putaria" é um dos fatores, não o único, da estereotipação da imagem da mulher do início deste século XXI. Falando explicitamente de sexo, esse estilo de funk contribui para a construção de uma imagem de mulher depravada que só quer saber de sexo e que, quando não corresponde às expectativas do parceiro, deve ser substituída ou traída.

Esse estilo musical que surgiu nos Estados Unidos encontrou nas favelas carioca um espaço fértil para sua disseminação e agora é exportado para o mundo falando de mazelas sociais e cotidiano das favelas. Seu ritmo dançante propicia a adesão de grande público que muitas das vezes só deseja "fazer parte do *show*" e dançar sem se importar com o que a letra diga sobre si.

Assim como demais produtos da mídia, o funk age influenciando comportamentos, ideologias e formação de identidades de forma direta e indireta, positiva ou negativa. Ao mesmo tempo que prega o fim de valores moral, também dissemina palavras de fé e crença. Assim como Hobsbawm apontou os extremos do século XX, o funk representa uma permanência desse século sendo muitas vezes dual em suas letras, práticas e comportamentos.

Referências

BURK, Peter. A comunicação na História. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (Orgs). *Comunicação e História: Interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2008, p. 61-81.

CATRA, Mr. *Medley ao vivo 2011 no Cabral (Funk da capital)*. Capitado em: <<http://www.youtube.com/watch?v=HaAuS0FZC2w>>. Acesso em: 15 de novembro de 2012.

FÓRUM MPB NAS ESCOLAS. *Mr. Catra*. Disponível em: <<http://www.dicionariompb.com.br/mr-catra/biografia>>. Acesso em 16 de novembro de 2012.

SCHIAVO, Márcio. *Gravidez na Adolescência: um problema crescente*. 2011. Disponível em: <<http://www.advbpe.org.br/blog/2011/09/gravidez-na-adolescencia-um-problema-crescente>>. Acesso em: 17 de novembro de 2012.

HOBASBAWM, Eric J. *História social do jazz*. São Paulo: Paz e terra, 2008.

LOPES, Adriana Carvalho. Do estigma à conquista da auto-estima: a construção da identidade negra na performance do funk carioca. In: *Anais do Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST36/Adriana_Carvalho_Lopes-36.pdf>. Acesso em: 6 de novembro de 2012.

PALOMBINI, Carlos. *Funk Proibido*. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/17912635/1663425929/name/justi%C3%A7a+e+cultura+-+palombini.pdf>>. Acesso em: 07 de novembro de 2012.

SÁ, Simone Pereira de. Funk carioca: música eletrônica popular brasileira?! *COMPOS - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, v. 10, 2007. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewArticle/195>>. Acesso em: 07 de novembro de 2012.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Como o novo cenário socioeconômico brasileiro afetou a TV aberta e o acesso às Mídias

Matheus Yago Gomes Ferreira

Aluno de Graduação em História

Universidade Federal de Minas Gerais

matheusygf@gmail.com

RESUMO: A pesquisa tem o intuito de explicar como as mudanças socioeconômicas brasileiras a partir do início do século modificou a realidade da TV Aberta, um dos principais meios de comunicação e entretenimento do país. Foram abordadas análises econômicas, historiográficas e sociológicas; pesquisas de público; e análises de audiência. Essa explicação dá-se pelo estudo da programação e adaptações das emissoras e pelo acesso da população às novas mídias.

PALAVRAS-CHAVE: Televisão; Economia Brasileira; Novas Mídias.

ABSTRACT: The research project has intention to explain how the Brazilian socioeconomic changes from the beginning of the century changed the reality of Public Broadcasting, a leading media and entertainment in the country. Economic, sociological and historiographical analysis were addressed; public research; and analysis of audience. This explanation is due by the study of programming and adjustments to the broadcasters and the public access to new Medias.

KEYWORDS: TV; Brazilian Economy; New Medias

A TV aberta tem se modificado, visto que hoje não é mais a (quase) única fonte de entretenimento das famílias de classe média e baixa. Abordando o caso do Brasil, após mudanças no cenário social e econômico da política do nosso país, o acesso a diferentes tipo de mídia foi facilitado. Com essa nova concorrência, a TV aberta passou a perder um pouco do seu espaço. A fim de entender melhor a nova situação socioeconômica brasileira para entendermos o efeito na comunicação brasileira e nas emissoras de TV Aberta, o material selecionado tem como período em foco desde o início da década passada até os quatro primeiros meses do ano de 2014, ou seja, majoritariamente o Brasil governo pelos dois presidentes do PT eleitos desde 2002, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. É necessário salientar que esses aspectos, tanto midiáticos no geral quando medidas da tv aberta não são acontecimentos exclusivos da televisão brasileira. A reformulação do sistema televisivo é quase global. No caso do Brasil, focarei em duas emissoras com realidades e medidas bem distintas: A Rede Globo e a MTV Brasil.

Parte das medidas dos últimos dois governos foi voltada à diminuição da desigualdade social, aumento do número de empregados e aumento do poder de compra do brasileiro. Por meio de novas medidas sobre tarifas e prazos, aumento do salário mínimo e outros incentivos, o cidadão pôde, com maior facilidade adquirir produtos como eletrodoméstico e eletrônicos.

Sobre tarifas e prazos, temos duas iniciativas de suma importância para o novo poder de compra brasileiro. A primeira é a Lei das Falências, de 2004 que ajudou na expansão do crédito, já que melhorou na recuperação de empréstimos em caso de dificuldades financeiras por parte do devedor. E o Crédito Consignado, que faz com que a dívida seja abatida da fonte de renda do trabalhador/aposentado automaticamente.

Sobre o aumento do salário mínimo, tivemos a partir de 2006 a instalação de uma nova política de aumento, que estabelecia reajustes anuais de acordo com a inflação, com defasagem de um ano, e o crescimento do PIB da economia, com defasagem de dois anos. Nesse período, o aumento do salário foi de 25% em níveis reais, incorporando 16 milhões de famílias ao mercado de consumo moderno. O Crescimento econômico familiar durante o governo lulista é de 5%, índice maior que o crescimento do PIB, que ficava na faixa de 4%, isso anualmente.

Sobre medidas assistencialistas tomo como exemplo o Bolsa Família, criado em 2003 na fusão e melhoramento de 4 programas assistencialistas que já existiam Pré Governo Petista, agora mais criteriosos e atende quase 14 milhões de famílias, repassando 25 bilhões de reais. Segundo o *IPEA*, o Programa Bolsa Família foi responsável por 15% a 20% da redução da desigualdade de renda no Brasil.

O Brasil, que sofrera com um apagão da energia e uma inflação descontrolada no governo FHC, começou a sofrer positivamente com medidas sociais feitas pelo ex-presidente petista. Lula conseguiu melhorar os níveis inflacionários no território nacional. O PIB teve média de 4,0% de crescimento anual durante os dois mandados do Governante. Lula fez com que a classe média aumentasse 44%, esta com um poder econômico de 5% em média de crescimento ano a ano.

Um dos grandes méritos desse período foi justamente o auge da classe C. Segundo Claudio Felisoni de Angelo, presidente do conselho do Provar (Programa de Administração de Varejo), a classe C tem sido responsável pela sustentação do consumo mesmo que em índices globais o crescimento total do consumo está desacelerando.

Essa classe C (e em partes a D) tem tido maior acesso, pelos motivos já citados, às novas mídias. O acesso à internet aumentou substancialmente no Brasil nos últimos anos. Parte disso pela necessidade maior de tê-la, em estudos, trabalhos, lazer e prestação de serviço. Parte também pela melhoria no serviço oferecido, de maior velocidade e condições mais favoráveis, visto que a concorrência tem aumentado. A banda larga atinge hoje quase 40% dos lares brasileiros, e teve um aumento no mês de Abril de 2014 de 51% de novas conexões se comparar com o mesmo período do ano anterior. A tecnologia 3g e 4g também aumentaram 63% nesse mesmo período. Já como plataformas para tal tecnologia, temos, segundo o *IDC*, no Brasil temos 36 milhões de *Smartphones*, tendo crescimento de vendas de 123% de um ano pra cá. Já os *tablets*, em março 2014 ultrapassaram as vendas de desktop e notebook. O primeiro tem caído substancialmente, enquanto o segundo teve aumento de 60% em 2011 e hoje se mantém estável.

Parte dessa adaptação veio-se pela nova consciência de informação que a população brasileira foi adquirindo. “Três palavras são essenciais para compreender o sucesso das novas tecnologias: autonomia, domínio e velocidade. Cada um pode agir, sem intermediário, quando bem quiser, sem filtro nem hierarquia e, ainda mais, em tempo real. (...) Isto gera um sentimento de liberdade absoluta, até mesmo de poder.” (WOLTON, p. 85). Para Dominique Wolton, autor de “Internet, e Depois?” (2003) ainda, há certo estereótipo de cultura superior dessas novas mídias quanto à TV Aberta por parte de seus usuários. Muitos se gabam e se julgam superiores por passar menos horas à frente do seu aparelho televisivo comparando ao costume de poucos anos atrás.

De acordo com pesquisa feita pela *AIB Brasil*, dos seus entrevistados, 40% passam duas horas à frente de um computador por lazer, enquanto apenas 25% disseram que faz o mesmo com televisão (vale lembrar as análises anteriormente feitas sobre crescimento de computadores e redes). Já de acordo com pesquisa realizada pela *Datanexus* na Grande São Paulo, mostra que a diferença do número de pessoas que estão em acesso à internet no horário nobre é 10% superior à quem está na TV (lembrando que esse horário é o de maior audiência diária na televisão).

Medidas “de sobrevivência” foram tomadas pelas grandes redes de tv aberta. O público cada vez mais quer se ver na programação, e principalmente participar do desenvolvimento da mesma. Para Ana Silvia Médola e Léo Victor Redondo, contribuintes do livro “História da Televisão no Brasil” (2010), “os telespectadores são convocados a exercer algum tipo de participação nos programas estabelecendo novos níveis de diálogo entre

emissor e receptor”. (GOULART, p. 316) Desde o já clássico “Você Decide”, da Rede Globo, as emissoras tiveram esse tato de juntar novas mídias (nesse caso a telefonia) para o telespectador exercer sua vontade de construir a história contada. A transmídia já era, desde essa época, uma realidade para a TV aberta. Parte daí dois tipos de interação: a posterior, onde o telespectador acessa informações e discorre sobre a trama posteriormente dela acontecer, e a simultânea, onde este muda pode mudar o curso da história contada.

Para a primeira interação, destacam-se os portais das grandes emissoras. Desde 2006, o investimento nesse campo está intenso. A Globo tem o G1.com, site oficial de notícias da emissora. Nele, a rede carioca ultrapassa os limites meramente televisivos quanto ao seu conteúdo jornalístico, que além de disponibilizar notícias em tempo real, disponibiliza conteúdo dos seus telejornais, inclusive conteúdos exclusivos e continuação de matérias transmitidas. Já em janeiro deste ano, estreava o Gshow, o canal na internet sobre entretenimento da Globo, abrangendo novelas, séries e programas. Nele temos interações diversas do internauta para com os programas globais. Blogs de personagens, acesso à próximos capítulos, imagens, e até espaço para conversar com o autor. Estes por sua vez, podem utilizar o Twitter ou Facebook para conversar com quem os assiste. É o caso de Glória Perez e Aguinaldo Silva. A repercussão nas redes sociais pode levar o curso da trama tomar novos rumos, de acordo com audiência, aceitação de determinado personagem, casal ou núcleo.

A TV a cabo tem expandido seus limites no território brasileiro. Comparando 2012 com o ano anterior, ano passado as TVs a cabo obteve um crescimento de 30% de novas assinaturas comparando com 2011. Considerando uma residência com 3,2 pessoas (dados do IBGE), as TVs a cabo já abrange quase 54 milhões de brasileiros. Não só justifica-se pelo aumento do poder de compra do brasileiro ou os preços mais acessíveis (considerando que as grandes empresas do segmento hoje fazem planos que encobrem em preços amis acessíveis telefonia, televisão e banda larga). Mas outro fator que explica é a busca pela TV segmentada, ou seja, uma TV que disponibiliza canais de conteúdo específico, para um público em específico. “Numa sociedade pluralista, com níveis sociais, econômicos e culturais distintos, não é saudável que se pense que todo mundo quer ver exatamente a mesma coisa.” (HOINEFF. p. 16) Isso fez com que o veículo acabasse se concentrando só ali, na massa, por ser um veículo de fácil acesso e que houve até incentivo à sua compra desde o início da segunda metade do século passado. Já a TV fechada, apresenta canais temáticos, uma programação dividida. O assinante já busca ali algo específico para ver, seja futebol, música ou

cinema. “Tematizada, a televisão abre novos caminhos para a definição de seus objetivos, para a implementação de sua linguagem e para sua relação com o espectador.” (HOINEFF. p. 16) Ele salienta ainda que o Brasil, pelo atraso a essa tecnologia, já a pegou testada, melhor elaborada.

É com esse público mais exigente, que sabe o conteúdo que mais lhe agrada, com o crescimento da classe média proporcionando esse tipo de “opção de pensamento” e opções do que assistir em um número maior de canais e conteúdos, a TV a Cabo no Brasil se intensifica. Esses fatores juntos fortalecem um novo padrão qualitativo. Esse padrão tem feito algumas adaptações na programação da TV aberta. O público mais exigente força-os a não continuar na mesmice. Mesmo em casos como o da Rede Globo, que mantém um padrão maior de grade, ela faz modificações dentro desse padrão, mudando o sistema e a abordagem a seguir. A MTV Brasil foi uma das pioneiras na TV Segmentada no Brasil, tendo o diferencial que esta estava disponível em rede aberta.

O canal musical, que fez parte da adolescência de muitos desde sua inauguração em 1990 sempre teve uma temática jovem, e justamente essa cultura jovem é que alimenta principalmente as novas mídias. Surgiu como uma TV segmentada em meio da TV aberta, sendo o principal polo de música, videoclipes e notícias sobre cultura pop da época. Sua importância pôde ser observada, por exemplo, na morte do vocalista do Nirvana, Kurt Cobain. Em uma época de pouco acesso a internet, a MTV foi o principal meio que os fãs tiveram de obter notícias sobre o falecimento em menor tempo, graças ao contato com as MTV americana. O jovem brasileiro hoje gasta mais tempo na internet. A emissora que era um portal para conhecimento de novos artistas, perde espaço, por exemplo, para o Myspace e para o Youtube. Apesar de méritos no humor (coisa que grandes emissoras têm encontrado dificuldade para realizar com qualidade), o seu “time” acabou migrando quase que em sua maioria para emissoras maiores. A MTV acabou encerrando suas atividades como canal aberto no final de 2013, migrando-se para a rede fechada e mudando completamente seu formato, agora enlatando reality shows comprados. A história da MTV foi documentada em um livro escrito por Zico Góes, ex-diretor de programação, que trabalhou na casa desde 1991. Sobre o fim, ele diz: “Não tenho a menor dúvida: a chegada da internet atrapalhou a MTV. Ela se dizia um canal jovem, vanguardista. (...) Com o desenvolvimento da internet, isso tudo deixou de ser verdade. (...) Por que assistir a MTV se esse conteúdo estava na internet? (...) O advento da internet obrigou a MTV a se tornar mais TV, em detrimento da sua função musical”. (GÓES, 2013. p. 131-159)

Vale lembrar que as emissoras são empresas: visam lucros e necessita destes para sua sustentação. Se o público não se sente agrado, ele migra de programação. Se ele ainda tiver acesso à novas mídias, a emissora ainda conta com uma concorrência fora do âmbito da TV aberta. Sem público forte, a publicidade – e logo os lucros – minguam. Para atrair novos investidores (e a manutenção dos já tidos), a Rede Globo de Televisão têm feito modificações até na sua dramaturgia, considerado o alicerce da emissora e algo quase intocável. As novelas dos últimos 3 anos têm tido protagonistas mais jovens, tramas menores e mais rápidas, com mais ação e em uma linguagem um pouco mais atualizada. Avenida Brasil, maior sucesso da década até agora caracteriza muito bem isso. Tendo sua protagonista na casa dos 30, um enredo de série americana, um caráter mais popular (se analisar o núcleo do Divino, as roupas, a trilha-sonora, a linguagem e o discurso) para combinar com a nova classe C, o folhetim teve boa repercussão. Não foi recorde de audiência, pois assim como já destrinchado nesse artigo, a concorrência ultrapassa a televisão. Mas ao analisar as redes sociais, os *Trending Topics* do Twitter, e a própria repercussão boca-a-boca, Avenida Brasil foi um fenômeno equiparado à novelas que chegavam a beirar os 60 pontos de IBOPE na década passada. Avenida Brasil, assim como o programa Esquenta! e outros exemplos de atrações globais, salientam ainda o enfoque maior nessa nova classe média, com visão agora um pouco diferente (que não deixa de muitas vezes ainda ser caricata) de pessoas mais estabilizadas, bem humoradas e com participação mais ativa no desenvolvimento das tramas e destaques.

Outro estilo de TV que tem ganhado força no Brasil é a *TV On Demand*, onde você tem a programação disponibilizada para você assistir quando e onde quiser, através de alguma conexão com a internet. De acordo com uma pesquisa realizada em alguns países da América Latina, esse segmento cresce 50% anualmente no Brasil. O principal servidor é o Netflix.

O avanço tecnológico mundial, a mudança na concepção de aquisição de informação e a situação econômica brasileira estão transformando a concepção de mídia. Com esses novos (novos para muitos brasileiros que antes não tinham acesso, no caso) tipos de mídia em escala mais popular, e sendo realidade no cotidiano brasileiro, a transmídia tem sido cada vez mais recorrente. A TV vai se adaptando para continuar com seu papel de destaque na sociedade, o que a meu ver, continuará sendo assim por muito tempo. Por mais que essa esteja sofrendo com o novo acesso às mídias, a TV está culturalmente ligada ao brasileiro, tendo exemplo principal as nossas telenovelas. Nos Estados Unidos, as emissoras já se apegam aos números de audiência de seus programas pela internet, além da repercussão causada nas redes sociais. Esse método provavelmente se tornará presente no Brasil cada vez mais. Se os limites da TV

aberta ultrapassam o aparelho televisivo, seu índice de sucesso ou fracasso não deve se limitar ao tradicional.

Referências Bibliográficas:

CORREIO DO ESTADO, *Audiência cai e Ibope constata que brasileiro está vendo menos TV*. 01 janeiro 2013. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/audiencia-cai-e-ibope-constata-que-brasileiro-esta-vendo-men_170880/> Acessado em: 11 de Junho de 2013

EXAME, *Brasil ultrapassa 150 mi de conexões banda larga em abril*, 23 de Maio de 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/brasil-ultrapassa-150-mi-de-conexoes-banda-larga-em-abril>>. Acessado em: 11 de Maio de 2014

EXAME INFO, *Vendas de Smartphones no Brasil mais que dobram em 2013*. Disponível em: <http://info.abril.com.br/noticias/mercado/2014/04/vendas-de-smartphones-no-brasil-mais-que-dobram-em-2013.shtml>. Acessado em: 11 de Maio de 2014

FOLHA ONLINE. *Acesso à banda larga cresce 37% no Brasil em um ano*. Maio 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/116909-acesso-a-banda-larga-cresce-37-no-brasil-em-um-ano.shtml>> Acessado em: 10 de Junho de 2013

GÓES, Zico. *MTV, Bota essa P#@% Pra Funcionar!*. São Paulo, Panda Books, 2014.

GIAMBIAGI, Fabio. *Rompendo com a Ruptura: o Governo Lula (2003-2004)*. In: *Economia Brasileira Contemporânea (1954-2004)*. Rio de Janeiro. Campus, 2005. P. 196-217

INFOMONEY, *Aumento da classe C sustenta o crescimento do consumo no Brasil*. Portal Uol Economia, 12 abril 2012. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/infomoney/2012/04/12/aumento-da-classe-c-sustenta-o-crescimento-do-consumo-no-brasil.jhtm>> Acessado em: 11 de Junho de 2013

HOINEFF, Nelson. *A nova televisão: Demassificação e o impasse as grandes redes*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1996.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. *Fevereiro registrou 161 mil novas assinaturas de Tv a cabo*, 22 Março 2013. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/radio-e-tv/noticias-radio-e-tv/26568-tv-paga-cresce-0-98-em-relacao-a-janeiro>> Acessado em: 14 de Junho de 2013

O GLOBO. *Audiência da internet já supera a da TV no Brasil, diz estudo*. 12 maio 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/tecnologia/audiencia-da-internet-ja-supera-da-tv-no-brasil-diz-estudo-4883350>> Acessado em: 12 de Junho de 2013.

PEIXOTO, Patrícia. *Era Lula chega ao fim com emprego recorde e risco inflacionário*. BBC Brasil. 27 dezembro 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/12/101227_eralula_economia.shtml> Acessado em: 12 de Junho de 2013

POCHMANN, M. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

PORTAL G1 ECONOMIA. *Vendas de Pc no Brasil tem maior queda dos últimos anos, diz IDC*. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/05/vendas-de-pc-no-brasil-tem-maior-queda-dos-ultimos-anos-diz-idc.html> Acessado em: 11 de Maio de 2014

PORTAL G1. *Tablet ultrapassa vendas de Desktop e Notebook pela 1ª vez no Brasil*. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/03/tablet-ultrapassa-vendas-de-desktop-e-notebook-e-pela-1-vez-no-brasil.html> Acessado em: 11 de Maio de 2014.

_____. *Consumo da classe C deve crescer quase 50% até 2020, diz pesquisa*. 29 fevereiro 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/02/consumo-da-classe-c-deve-crescer-quase-50-ate-2020-diz-pesquisa.html> Acessado em: 15 de Junho de 2013

_____. *Venda de Notebooks aumenta 60% em 2011, diz pesquisa 28 março 2012*. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/03/venda-de-notebooks-aumenta-60-em-2011-diz-pesquisa.html> Acessado em: 11 de Junho de 2013

QUADROS, Waldir. *Melhorias sociais no período 2004 a 2008*. Texto para Discussão, IE/UNICAMP, n. 176, maio 2010.

RIBEIRO, A. P. G. Anos 2000: A Televisão em Convergência. In: *História da Televisão no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p. 279-332

SADER, Emir. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil - Lula e Dilma*. Boitempo Editorial, 2013

VALOR ONLINE, *Mercado de TV por assinatura no Brasil cresce 2,07% em abril*. Portal G1. 29 MAIO 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/05/mercado-de-tv-por-assinatura-no-brasil-cresce-207-em-abril.html> Acessado em: 14 de Junho de 2013.

WOLTON, Dominique. *Internet, e Depois?* Porto Alegre: Sulina, 2003.

Tu corazón oye brotar la primavera: ressignificações de uma canção de Víctor Jara em diferentes contextos latino-americanos

Maurício Marques Brum

Mestrando em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista CNPq

mauribrum@gmail.com

Camila Marchesan Cargnelutti

Mestranda em Letras

Universidade Federal de Santa Maria/RS, bolsista CAPES

camila.m.cargnelutti@gmail.com

RESUMO: O artigo analisa a canção *El alma llena de Banderas*, do cantor e compositor Víctor Jara, expoente da *Nueva Canción Chilena*, escrita em homenagem ao estudante e militante Miguel Ángel Aguilera, assassinado por forças repressivas em Santiago, em 1970. Busca-se interpretar os sentidos da canção naquele momento histórico, político e social, e compreender suas possibilidades de ressignificação e apropriação em novos contextos.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura chilena. Miguel Ángel Aguilera. Nova Canção Chilena. Víctor Jara.

RESUMEN: Se analiza la canción *El alma llena de banderas*, del cantautor exponente de la Nueva Canción Chilena, Víctor Jara, escrita en homenaje al estudiante y militante Miguel Ángel Aguilera, asesinado por fuerzas represivas en Santiago en 1970. Buscamos interpretar los sentidos de la canción en ese momento histórico, político y social, y comprender sus posibilidades de re-significación y apropiación en nuevos contextos.

PALAVRAS-CLAVE: Dictadura chilena. Miguel Ángel Aguilera. Nueva Canción Chilena. Víctor Jara.

Introdução: oásis da democracia atrás dos Andes?

Em meio à polarização ideológica da Guerra Fria, cujas disputas se refletiram no plano sul-americano através da eclosão de regimes ditatoriais ao longo da década de 1960, o Chile via-se como exceção. Sem rupturas traumáticas no seu sistema político desde 1932, o país persistia em sua democracia e a condição de aparente excepcionalidade o tornava um lugar atraente a muitos exilados políticos, perseguidos em seus países de origem. Essa condição foi ressaltada quando, em meio a um momento histórico tão atribulado para o continente, um marxista assumido chegou à presidência chilena pela via eleitoral: em 1970, Salvador Allende, vinculado ao Partido Socialista, venceria o pleito presidencial.

O Chile, contudo, não estava imune a um golpe de Estado. Como foi documentado por Marín (1976), Verdugo (2001) e Basso Prieto (2013), entre outros, desde o momento em que ficaram claras as opções da vitória allendista, a Inteligência estadunidense empenhou-se em influenciar lideranças militares e opositoristas chilenas para impedir o sucesso do governo: uma sucessão de boicotes que começou com a tentativa de evitar a posse e culminou, três anos mais tarde, com o violento golpe de 11 de setembro de 1973, liderado por Augusto Pinochet.

Allende havia vencido a eleição com apenas 36,6% dos votos⁵⁷, e a falta de maioria absoluta retratava a multiplicidade de visões sobre o caminho a ser seguido pelo país. Desde antes das eleições até já bem entrado seu governo, a necessidade de defender a plataforma de Allende levou a esquerda chilena a buscar a aproximação com a população por diferentes meios, incluindo manifestações artísticas e culturais. Nesse cenário, o campo musical levou vantagem sobre os demais por sua fácil difusão. Em um contexto de intensa produção com influências políticas, os intérpretes do movimento conhecido como *Nueva Canción Chilena* (NCCh) estiveram na linha de frente da campanha – e, depois, da defesa do governo – de Allende.

Os cantores participam do debate político

O movimento da Nova Canção Chilena, que recebeu seu nome no Festival de mesmo nome celebrado no inverno de 1969, em Santiago, esteve intimamente ligado com a cena política do país. A NCCh valia-se de letras e instrumentos musicais de raiz folclórica, mas compreendia o folclore nacional como uma expressão cultural dinâmica, não estagnada no tempo e sujeita à evolução e criação expressiva do compositor. Diferenciava-se assim de movimentos folclóricos anteriores, caracterizados pelo simples resgate das canções tradicionais do interior (ADVIS, 2012).

Os intérpretes do movimento⁵⁸ iam além do trabalho de investigação e divulgação do folclore, configurando a NCCh como um movimento musical de conteúdo social e político. De acordo com Barraza (1972), as letras da Nova Canção apontam, de forma direta ou sutil, para um questionamento crítico da sociedade, traduzindo, interpretando ou pretendendo refletir sobre a realidade chilena e latino-americana. O movimento se apresentava, ainda, como uma resistência ao que considerava um imperialismo cultural estadunidense,

⁵⁷ Não havia segundo turno e o resultado precisou ser ratificado pelo Congresso um mês e meio após as votações.

⁵⁸ Alguns dos nomes mais destacados identificados com a NCCh são Víctor Jara, Patricio Manns, Rolando Alarcón, os irmãos Ángel e Isabel Parra, além dos conjuntos Inti-Illimani e Quilapayún. Violeta Parra, falecida em 1967, é considerada em retrospectiva a precursora do movimento, que no entanto não existia como tal no momento de sua morte.

inspirando-se ou coincidindo com temáticas de iniciativas similares de outros países latino-americanos⁵⁹.

Advis (2012, p. 34) destaca que a adoção de uma linha comprometida seria uma das principais características a diferenciar a NCCh de tendências prévias, paralelas ou mesmo posteriores. Politicamente engajado, com seus autores muitas vezes pertencendo a partidos da esquerda chilena, o novo movimento tornava-se um *locus* de encontro entre os anseios e reivindicações de classes historicamente oprimidas e o ideário socialista. Silva (2006) comenta que, a partir da década de 1970, o posicionamento dos intérpretes da Nova Canção se torna ainda mais evidente, com a participação ativa desses artistas na campanha eleitoral de Allende.

Mesmo em democracia, um canto contra a repressão

À época do pleito, o Chile era governado por Eduardo Frei Montalva, do Partido Demócrata Cristão (PDC), uma sigla de centro que vinha tentando implementar reformas progressistas, mas era vista de forma reticente pela esquerda tradicional. Uma das críticas ao governo era a constante repressão violenta a mobilizações populares e estudantis. Em julho de 1970, com os ânimos da campanha presidencial se acirrando, um novo episódio de brutalidade policial ocupou o noticiário: pouco menos de dois meses antes das votações, o estudante e militante comunista Miguel Ángel Aguilera, de 17 anos, foi morto por um oficial à paisana durante uma manifestação favorável a uma greve convocada pela Central Unitaria de Trabajadores (CUT).

O funeral de Aguilera foi acompanhado por uma multidão de militantes do Partido Comunista, sindicalistas da CUT chilena, militantes socialistas e outras siglas ligadas à Unidade Popular (UP), coligação de Allende. Pela proximidade das eleições, sua morte adquiriu uma conotação política ainda mais forte do que casos semelhantes ocorridos anteriormente. Uma das homenagens de mais repercussão veio da parte de Víctor Jara, considerado àquela altura o cantor e compositor mais proeminente da NCCh. Jara, que havia iniciado a carreira artística como diretor teatral, vinha desde o final da década de 60 se dedicando à música, que considerava uma forma mais ágil de entrar em contato com o público e difundir a mensagem desejada (JARA, 1998, p. 187). Poucos dias após o assassinato, ele

⁵⁹ Marisol García (2013) cita o *Nuevo Cancionero Argentino* (fortemente inspirado em Atahualpa Yupanqui e difundido por Mercedes Sosa), o *Canto Popular Uruguayo* (Alfredo Zitarrosa, Daniel Viglietti...) e o Tropicalismo brasileiro.

compôs, em tributo a Aguilera e em protesto contra o governo Frei, a canção *El alma llena de banderas*

Ahí,
debajo de la tierra,
no estás dormido, hermano, compañero.
Tu corazón
oye brotar la primavera
que, como tú, soplando irá en los ventos.

Ahí,
enterrado cara al sol,
la nueva tierra cubre tu semilla,
la raíz
profunda se hundirá
y nacerá la flor del nuevo día.

A tus pies heridos llegarán
las manos del humilde, llegarán
sembrando.
Tu muerte muchas vidas traerá
que hacia donde tú ibas marcharán
cantando.

Allí,
donde se oculta el criminal,
tu nombre brinda al rico muchos nombres.
Él,
que quemó tus alas al volar,
no apagará el fuego de los pobres.

Aquí,
hermano, aquí, sobre la tierra,
el alma se nos llena de banderas
que avanzan.
Contra el miedo
avanzan,
contra el miedo.
¡Venceremos!
¡Venceremos!⁶⁰

Apresentada pela primeira vez em agosto de 1970 e editada em disco no ano seguinte, a canção traz no encarte a dedicatória: “*Homenaje a Miguel Ángel Aguilera, estudiante muerto en la Plaza Tropezón por fuerzas repressivas*”. Embora essa menção faça clara referência à morte de Aguilera, a letra procura assumir significações mais amplas, relacionando-se, também, com as disputas políticas e ideológicas em jogo naquele momento.

⁶⁰ Versão retirada de: JARA, 2012, p. 105-6.

Ao longo de toda a canção Víctor Jara parece procurar comunicar que a morte do militante não é – e não pode – ser um fim, mas, antes, um exemplo para os companheiros que devem seguir lutando. Tal ideia surge pela primeira vez logo no terceiro verso da estrofe inicial: embora morto, embora debaixo da terra, “*no estás dormido, hermano, compañero*”. Jara também introduz neste verso o tom de proximidade que será outra característica marcante de *El alma llena de banderas*, dirigindo-se a Aguilera como se tentasse dizer-lhe que sua luta não havia sido em vão. Mais do que um “*compañero*” de militância, Miguel Ángel torna-se um “*hermano*”. O autor também faz uso do pronome de tratamento “*tú*” que, na língua espanhola, não é usual entre indivíduos sem certa intimidade.

Essa breve apresentação de Aguilera, como um irmão de causa – a mesma de Víctor Jara e de seu público –, e o convite a continuar sua luta, é seguida pela motivação fundamental. Ela emerge na mensagem que perpassa a música como um fio condutor: a esperança por novos tempos, representada em recorrentes metáforas relacionando os sonhados dias melhores com o nascimento da primavera, em versos como aqueles vistos ao final da primeira estrofe (*Tu corazón/ oye brotar la primavera/ que, como tú, soplando irá en los vientos*). Appropriado como um exemplo para outros militantes, o destino de Miguel Ángel não deve assim ser motivo de temor, mas, ao contrário, funcionaria como uma forma de mobilização capaz de atrair novas pessoas para a ação (“*Tu muerte muchas vidas traerá*”), inspiradas pela mesma causa e, metaforicamente, caminhando na mesma direção (“*Que hacia donde tú ibas marcharán*”).

Com efeito, percebida fora de seu contexto, a letra por si só poderia soar até mesmo como um convite à luta revolucionária por vias diferentes das que Víctor Jara pretendia em 1970. A última estrofe parece, a princípio, reforçar essa mensagem. Afinal, aqui, “*sobre la tierra*”, com a alma cheia de bandeiras – tanto literais, concretizadas como os estandartes físicos dos partidos, quanto alegóricas, representando as causas pelas quais se lutam –, avança-se contra o medo. Mas esta não é uma marcha com armas na mão: a luta a que Jara convoca se dá na arena político-partidária, dentro do sistema democrático. E são os dois versos finais, a repetição de uma mesma palavra, que deixam isso claro: “*Venceremos/ Venceremos*”.

Nem a palavra nem sua repetição são casuais. Trata-se de uma intertextualidade evidente com o hino de campanha de Salvador Allende, composto por um grupo de artistas militantes que incluiu o próprio Jara. Amplamente divulgado pelo rádio e nos comícios da UP, o hino tinha o seguinte refrão, cantado em coro: “*¡Venceremos! ¡Venceremos! con*

*Allende en septiembre a vencer/ ¡Venceremos! ¡Venceremos!/ la Unidad Popular al poder*⁶¹”.

Com essa referência, o compositor preocupou-se em dissipar quaisquer dúvidas sobre a relação entre a “primavera” tão anunciada e o eventual triunfo da UP. O objetivo da esquerda, a conclusão do esforço que vitimou Aguilera, deveria ser alcançado por intermédio das urnas.

Poucos dias depois da estreia de *El alma llena de banderas*, a vitória anunciada pelos versos viria, com a eleição da chapa allendista para a presidência da República. O curto mandato que se seguiu e o violento golpe de Estado que encerrou a experiência de transição democrática ao socialismo no Chile, em 11 de setembro de 1973, contribuiriam para dar uma série de novas apropriações a antigas letras, especialmente as de Víctor Jara, ele próprio uma vítima da ditadura de Augusto Pinochet.

Quatro décadas depois, uma canção ressignificada

Se o nome de Miguel Ángel Aguilera ainda é recordado, isso se deve em grande medida à homenagem prestada por Víctor Jara, apenas um mês depois de seu assassinato e antes mesmo da eleição de Allende. Grouès (2008, p. 264) comenta sobre a permanência, na música, de alguns personagens que de outra forma tenderiam claramente a um provável esquecimento pela posteridade: “Os poetas nomeiam os mártires a fim de restituir-lhes uma identidade, e os recordam para honrá-los e colocá-los no tempo presente. Se o povo não pode contrariar os arsenais, ele se defende através da memória⁶²”. Nesse sentido, manifestações artísticas e culturais configuram-se como um importante lugar de memória.

O fato de *El alma llena de banderas* ter aparecido logo após o episódio contribuiu, na época da primeira divulgação, para o reconhecimento imediato da pessoa a quem a música era dedicada. No entanto, a permanência de Aguilera – que existe, na medida em que sua história não chegou realmente a cair num ostracismo total – não se dá inteiramente nos termos que comenta Grouès. Seu nome aparece somente na dedicatória estampada no encarte do disco original, não sendo mencionado diretamente em nenhum momento da letra. Desta forma, com o tempo, a canção passou a permitir novas interpretações. Tornou-se menos específica sobre aquele episódio que a inspirou e alcançou uma maior universalidade por força de sua mensagem central: a luta por tempos melhores, necessidade que se mantém apesar das

⁶¹ Após a vitória de Allende, a música continuou a ser difundida, tornando-se uma espécie de hino informal do governo, e a nova versão é atualmente muito mais conhecida. O ritmo original foi mantido, mas a letra sofreu profundas alterações. O refrão passou a ser: “¡Venceremos! ¡Venceremos!/ mil cadenas habrá que romper/ ¡Venceremos! ¡Venceremos!/ al fascismo sabremos vencer”.

⁶² Tradução livre. No original: “Les poètes nomment les martyrs afin de leur restituer une identité, et les interpellent pour leur rendre hommage et les replacer dans le temps présent. Si le peuple ne peut pas contrer les arsenaux, il se défend à travers la mémoire”.

mudanças de contexto histórico, e a resistência a um ato repressivo, que poderia ser o excesso relativamente isolado de um governo democrático – como no Chile de 1970 – ou a brutalidade institucionalizada de uma ditadura – como as da América Latina naquele mesmo momento, ou o próprio Chile após 1973.

Certamente, esta não foi a única obra artística a ganhar novas apropriações em contextos posteriores. Um exemplo notório é Violeta Parra, falecida em 1967, cujas canções também foram ressignificadas em outros momentos, não apenas no Chile. Hoje, muitas das letras de temática social compostas por Violeta continuam a ser cantadas em antigos centros de detenção política, transformados em *sitios de memoria*, ainda que sua obra seja anterior à ditadura iniciada em 1973 e se refira a outros acontecimentos: “Hay lugares de memoria a los cuales, aunque nunca en ellos haya estado Violeta Parra, es natural que se incorpore su recuerdo y su canto; hay una apropiación que vivifica su obra como impulso identitario” (MONTEALEGRE, 2011, p. 91).

Tanto as canções de Víctor Jara quanto as de Violeta Parra, e até mesmo alguns poemas de Pablo Neruda, foram entoados por diversos intérpretes após suas mortes, em diferentes contextos. A argentina Mercedes Sosa, por exemplo, teve um papel especial na divulgação dessas obras. Quando cantadas em referência à última ditadura argentina, iniciada em 1976, letras escritas anos antes e em outro país remetiam o público a uma identificação com o contexto que estavam vivendo. Reforça-se, assim, a importância das expressões artísticas e culturais em geral como espaços de resistência e contestação. Muitas vezes capazes de assumirem novos sentidos em novos contextos, atingem públicos diferentes e épocas diversas, alcançando uma permanência talvez insuspeitada por seu autor.

No caso de *El alma llena de banderas*, as ressignificações são várias. Escrita com um Chile ainda democrático, a letra seria apropriada de distintas formas após o golpe, quando a sangrenta repressão de Pinochet passou a perseguir e matar milhares de antigos militantes de esquerda. O verso “*Venceremos/ Venceremos*”, por exemplo, que em 1970 era uma clara referência ao hino de campanha de Allende e à esperança de triunfar nas eleições, ganharia, após o golpe de Estado, o sentido de lutar para derrotar o regime pinochetista. Um novo simbolismo que se fortaleceu ainda mais pelo destino de seu autor: como Miguel Ángel Aguilera, o próprio Víctor Jara terminaria morto por suas convicções políticas, tendo sido preso e executado na primeira semana depois da queda de Salvador Allende.

Referencias Bibliográficas

ADVIS, Luis. Historia y Características de la Nueva Canción Chilena. In: ADVIS, Luis et al. *Clásicos de la Música Popular Chilena (1960-1973)*, v. II: Raíz Folklórica. 2.ed. Santiago de Chile: Sociedad Chilena del Derecho de Autor, 2012.

BARRAZA, Fernando. *La Nueva Canción Chilena*. Santiago de Chile: Quimantú, 1972. Disponível em <<http://www.abacq.net/imaginaria/ncch2.htm>> Acesso em 17 mai. 2012.

GARCÍA, Marisol. *Canción valiente: 1960-1989 – Tres décadas de canto social y político en Chile*. Santiago de Chile: Ediciones B, 2013.

GROUÈS, Delphine. Résistance et mémoire: le témoignage de la répression dans la poésie populaire chilienne. *Pandora*, Université de Paris 8, p. 257-276, 2008.

JARA, Joan. *Canção Inacabada: A Vida e a Obra de Víctor Jara*. Trad. Renzo Bassanetti. Rio de Janeiro: Record, 1998.

JARA, Víctor. *Deja su huella en el viento*. Santiago de Chile: LOM, 2012.

MARÍN, Germán. *Una Historia Fantástica y Calculada: La CIA en el país de los chilenos*. México: Siglo XXI, 1976.

MONTEALEGRE, Jorge. *Violeta Parra*. Instantes fecundos, visiones, retazos de memoria. Santiago de Chile: Universidad de Santiago de Chile, 2011.

PRIETO, Carlos Basso. *La CIA en Chile*. Santiago de Chile: Aguilar, 2013.

SILVA, Carla de Medeiros. A Nova Canção Chilena (1964 – 1970) e a busca por uma cultura popular. In: XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 2006, UFF. *Anais...* Rio de Janeiro. Disponível em <<http://rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Carla%20de%20Medeiros%20Silva.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2012.

VERDUGO, Patricia. *Chile, 1973*. Como os EUA derrubaram Allende. Trad. Claudia Furiati. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

A história através do estilo televisivo II: a figuração da Ditadura Militar na abertura da telenovela *Amor e Revolução*⁶³

Rafael Barbosa Fialho Martins

Mestrando em Comunicação Social
Universidade Federal de Minas Gerais
rafaelbfialho@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste artigo é evidenciar como a abertura da telenovela *Amor e Revolução* figurou o período da ditadura militar. Ao ser contextualizada no Brasil dos anos de 1960 a 1980, acreditamos ser possível, através do *corpus* supracitado, perceber visualmente dimensões pertinentes ao entendimento da trama e dos elementos extra-textuais nela envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: análise estilística; telenovela; *Amor e Revolução*; vinheta de abertura.

ABSTRACT: The purpose of this article is to show how the opening of the soap opera *Amor e Revolução* figured the period of the military dictatorship (Brazil, in the years 1960 to 1980). We believe it is possible, through the corpus, perceive visually relevant aspects to the understanding of the plot and the extra-textual elements involved therein dimensions.

KEYWORDS: stylistic analysis; telenovela; *Amor e Revolução*; opening vignette.

Introdução

O presente trabalho pretende discutir como foi construída a memória da ditadura militar (1964-1985) na novela *Amor e Revolução* (SBT, 2011) a partir das escolhas estilísticas que resultaram em sua vinheta de abertura. Essa opção se dá porque, conquanto a produção tenha sido rechaçada pela crítica e pouco aceita pelo público, as análises desta telenovela destacam um ponto positivo: sua abertura, que foi qualificada, por exemplo, como “a melhor parte do primeiro capítulo”, um “salto de qualidade” da emissora.

Acredita-se que a vinheta de abertura é uma alternativa eficaz para os estudos visuais de telenovelas, que apresentam, por vezes, uma expressiva quantidade de capítulos, impossibilitando análises detidas em cada um deles.

Parte-se do pressuposto de que por meio da análise das dimensões sonoro-visuais é possível perceber uma construção sobre o período da ditadura no Brasil engendrada pelo

⁶³Este título referencia a continuidade de uma empreitada que começou em 2013 no âmbito do grupo de pesquisa Comunicação, Mídia e Cultura (COMCULT/PPGCOM/UFMG) e que tem procurado visualizar, na dimensão audioverbovisual, traços da história político-cultural do Brasil no interior de produtos televisivos (Cf. ROCHA, ALVES e OLIVEIRA, 2013).

produto audiovisual. Este trabalho percorrerá os seguintes passos: discussão da conjuntura de produção da novela; as formas pelas quais o enredo apropriou-se deste contexto; a análise da vinheta propriamente dita e as considerações finais.

O amor nos tempos da revolução

Amor e Revolução foi produzida pelo SBT e exibida de 5 de abril de 2011 a 13 de janeiro de 2012, em 204 capítulos. Escrita por Tiago Santiago e dirigida por Reynaldo Boury, a produção retratou o regime militar durante os anos de 1964 a 1985, associando o contexto histórico não apenas a uma trama clássica composta pelo amor impossível – entre Maria Paixão, militante comunista, e José Guerra, militar – como também à discussão para a instauração da Comissão Nacional da Verdade em 2011. Considerada a grande aposta do SBT naquele ano, a novela teve média de 5 pontos de audiência, índices considerados baixos⁶⁴.

Mônica Almeida Kornis (2011) lembra que outras produções já haviam trazido a questão da ditadura militar em seus enredos, mas Andréa Antonacci e Dayse Maciel de Araujo (2012) destacam que a iniciativa do SBT pode ser considerada a única que colocou o período histórico como eixo principal da trama, e não apenas um “pano de fundo”. Isso porque a premissa principal da novela era o movimento de retratar uma época pouco abordada na televisão, e na verdade, nunca mostrada da maneira que era pretendida por Tiago Santiago, que, por exemplo, escreveu inúmeras cenas em que militantes políticos eram brutalmente torturados por militares, e acrescentou, ao final de cada capítulo, depoimentos reais de pessoas ligadas ao contexto da época, como ex-guerrilheiros torturados, exilados, familiares de pessoas mortas e desaparecidas, políticos etc.

A premissa central de mostrar a ditadura sob um viés pouco conhecido ia ao encontro do debate público sobre a instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV), organização criada para apurar violações de Direitos Humanos realizadas por agentes do Estado entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Daí a convergência entre os interesses da novela e da Comissão, que buscavam trazer à cena pública os abusos dos mais diversos tipos, ressignificando o período da ditadura. A lei que institui (nº 12.528) a CNV foi sancionada em novembro de 2011 por Dilma Rousseff, que foi guerrilheira no tempo retratado na novela, e a comissão foi instalada em 16 de maio de 2012.

Assim, embora não tenha atingidos índices expressivos de audiência, *Amor e Revolução* é lembrada por sua evidência e repercussão no contexto em que foi produzida, e

⁶⁴ Disponível em <http://mauriciostycer.blogosfera.uol.com.br/2012/01/17/autor-de-amor-e-revolucao-questiona-medicao-do-ibope-do-ultimo-capitulo/>. Acessado em 13 abr. 2014.

por isso merece ser analisada e discutida. Logo que começou a ser veiculada, a novela foi alvo dos militares, que pediram ao Ministério Público Federal o veto à trama, que segundo eles, retratava-os de modo inadequado. Em outro momento, a produção ganhou visibilidade ao encenar o primeiro beijo homossexual das telenovelas.

A crítica especializada considerou a obra de Tiago Santiago um equívoco em termos de direção, atuação e conformação do tema da ditadura no texto, que soava didático e maniqueísta. Foi considerada por Eugenio Bucci “inestimável novela péssima”, com “pouco amor e muita revolução”, já que diferentemente de outras iniciativas, o conflito amoroso era suprimido pelo político. Todavia, houve um consenso de que a trama acertou no que diz respeito à adequação ao “espírito de tempo” de 2011 em interlocução com os “anos de chumbo”, e por pior que fosse em termos dramaturgicos e técnicos, era uma oportunidade ímpar de “passar a história a limpo”, um “tema ótimo num bom momento”. Logo, na ocasião dos 50 anos do golpe militar que instituiu a ditadura no país, a discussão se faz pertinente para avaliação dos impactos e resquícios do período que durou mais de duas décadas, sendo a mídia e – mais especificamente a telenovela – um elemento crucial desse debate, não só como veiculadora da história mas como parte dela.

Retomando os objetivos deste estudo, adverte-se que não é intenção do mesmo adentrar nem na discussão histórica propriamente dita, nem no modo como ela foi representada discursivamente no folhetim. O intuito é o de evidenciar em que medida a vinheta de abertura figurou os sentidos pretendidos pelos realizadores de *Amor e Revolução*. Levando em consideração o papel da vinheta de abertura enquanto síntese da narrativa e tentativa de adesão do público, é possível, a partir dela estabelecer reflexões pertinentes que deem conta de abarcar sua trama e possíveis desdobramentos.

O estilo televisivo como aporte metodológico-conceitual para análises

Para tal tarefa, utiliza-se o arcabouço teórico-metodológico do estilo televisivo, tal como proposto por Jason Mittell (2009), que o concebe como a utilização sistemática de técnicas expressas em imagem e som de modo a cumprirem uma função dentro do texto; ou seja, uma variedade de elementos formais que são usados em todos os gêneros para comunicar significados e obter respostas dos telespectadores. O autor destaca que os elementos do estilo – encenação, movimento de câmera, edição, som e artes gráficas – embora sejam os mesmos vistos no cinema, muitas vezes assumem usos e apropriações diferentes na televisão.

Ele ainda ressalta que a análise estilística pode servir para diversas funções, já que permite apreciar a arte e a criatividade oferecida por um programa, realça como significados particulares são codificados por um produto, explica o impacto emocional da programação nos telespectadores e ensina como as técnicas televisivas configuram o modo como vemos o mundo representado na tela.

Para operar a análise procederemos tal como Rocha, Alves e Oliveira (2013), que adotaram duas das quatro dimensões compósitas da análise estilística tal como sugerida por Jeremy Butler (2010) – a descrição e a análise funcional. De outro modo, o que faremos é o que David Bordwell (2008) denominou de “engenharia invertida”, ou seja, um movimento em que a descrição ajuda a identificação dos elementos que compõem a peça analisada, num esforço de decupagem por parte dos autores da análise, que devem se ater à superfície de percepção do programa televisivo, sem, no entanto, olhá-lo de modo superficial. Por isso é adotado o segundo passo, que busca identificar as funções cumpridas pelos elementos que se sobressaem aos outros quando se trata de perceber o estilo do programa. Com esta etapa, é possível verificar padrões desses elementos e também as relações entre os próprios padrões.

Os mocinhos e os vilões da ditadura em *Amor e Revolução*

A abertura⁶⁵ ambienta o telespectador à trama a ser contada na novela, e para isso, vale-se de uma composição dupla, que mostra dois tipos de acontecimentos (o amor e a revolução) ocorrendo paralelamente. O primeiro, o desaparecimento de militantes anti-ditadura, é retratado por meio de sequências em que representantes de diversos segmentos da sociedade somem, sem explicação, enquanto desempenham suas funções, e o segundo, o conflito entre comunistas e militares, é desenvolvido ao longo da peça e culmina no encontro entre um soldado e uma manifestante, simbolizando o amor a que o título da trama se refere.

Assim, a peça obedece a uma estrutura composta por 4 blocos de personagens desaparecendo intercalados com 4 blocos em que se desenvolve a ação do protesto, o que retrata a essência da novela: o contexto político e, no final, a história de amor. De modo geral, as sequências do protesto são muito rápidas, e parecem estar presentes mais para mostrar a relação de mutualidade entre os desaparecimentos e a militância política anti-ditadura. Tais observações iniciais já sinalizam que, mesmo em um curto período de duração, 1’18”, há vários detalhes que ajudam a transmitir a mensagem da novela, dentre os quais alguns são destacados a seguir por desempenharem funções específicas e marcantes.

⁶⁵ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Y7BEDALHpSA>. Acessado em 2 abr. 2014.

A narrativa começa numa folha de papel amarelado, de onde emergem traços de desenhos que se transformam nas ações encenadas. A primeira delas é o surgimento de um general, que após um corte, é substituído por uma cena em que enquanto uma família faz uma refeição à mesa, o pai, localizado no centro, desaparece.

Depois vêm as sequências que mostram um protesto em que manifestantes gritam, cercados por uma grade, e seguram cartazes em que se lê “Viva o Brasil”, “Censura” e “Educação”; a corrente que segura o portão se rompe, as pessoas correm, e em outra sequência, o general aponta para frente, indicando uma ordem a ser seguida pelos soldados, que saem da sala empunhando armas.

Assim, logo no início, percebe-se uma estratégia imprescindível para a ambientação do contexto histórico da ditadura na abertura – a manipulação de efeitos gráficos, responsáveis por alterar as ações capturadas pelas câmeras – que na peça em questão, tiveram a principal função de compor o contexto histórico da novela. Isso porque todas as sequências aparecem como parte de documentos envelhecidos, que compõem as bordas da tela.

Desde a primeira até a última sequência, o que se vê são situações que parecem emergir de papéis velhos, como situações esquecidas no passado e que agora são reveladas – o que é justamente o argumento principal da trama, comprometida a representar episódios pouco divulgados sobre a ditadura, em sintonia com a discussão da Comissão da Verdade. A textura de papel sobre o qual se dão as ações, borradas como se fossem feitas de tinta, sob um tom envelhecido a partir do efeito de sépia permeia toda a peça. Até mesmo os créditos compõem o tom da abertura, simulando caracteres de máquina de escrever. A iluminação, por sua vez, com seu potencial de impactar o “estado de espírito” e o tom de um programa, aparece como aspecto importante na construção do “clima” da ditadura, já que faz uma ambientação repleta de sombras, conotando um passado sombrio, pesado, sob o qual se joga pouca luz.

A seguir, são mostradas mais pessoas desaparecendo – um homem que se nega a responder um interrogatório, o artista no palco tocando violão e cantando. Destaca-se a estratégia de trazer uma música conhecida, que contempla bem o conflito retratado na novela (Tem dias que a gente se sente/Como quem partiu ou morreu; A gente quer ter voz ativa/No nosso destino mandar; A gente vai contra a corrente/Até não poder resistir). Essa articulação som-imagem chama atenção para um dos elementos mais importantes em televisão: o som. Na abertura em questão a canção cumpre o papel de complementar as ações visualizadas, reforçando o enredo da novela por meio principalmente da trilha sonora escolhida: “Roda

viva”. A música foi composta por Chico Buarque de Hollanda, e em 1967 ficou em terceiro lugar no III Festival da Música Popular Brasileira. Escrita para a peça de teatro homônima, a letra não teve inspiração no momento político em que foi criada – a peça falava especificamente do processo de massificação do artista –, mas ficou marcada pelo contexto de repressão da época.

Assim, criou-se uma “aura” em torno da música que, combinada com a conhecida militância política do cantor evidenciada através de algumas de suas canções, tornou-se uma espécie de “hino” de resistência à ditadura. Apostando na assimilação entre a canção e o tema da época da ditadura, pode-se dizer que a abertura não só mostra como canta uma nova oportunidade de trazer à tona os anseios e manifestações de quem era contra o governo militar – como Chico Buarque e a classe artística queriam. Depois de o cantor sumir da cena, vê-se em *close-up* o cadeado de um portão sendo rompido pelos manifestantes, e um corte mostra, também em *close*, os pés dos soldados marchando, e depois, os pés dos manifestantes (como dito acima, tais movimentos são acompanhados de efeitos sonoros que realçam a ação).

Em seguida, emergindo do papel, aparece um jornalista datilografando numa redação e um homem que discursa à frente de uma bandeira da UNE (União Nacional dos Estudantes). Aqui vale destacar um dos principais elementos estilísticos que ajudam a retratar a ditadura: a encenação. Compreendida como tudo o que aparece na frente da câmera, e assim como as demais escolhas estilísticas, é meticulosamente pensada pela equipe de produção, e responde pelo cenário, adereços, maquiagem, iluminação, figurino e performance dos atores.

Na abertura, por exemplo, a cenografia é elemento crucial porque reproduz o período histórico retratado, o que se dá ver pelo mobiliário e adereços (cadeiras, microfone, máquina de escrever, telefone etc); o figurino e os penteados acompanham esse movimento e trazem composições marcadamente antigas, o que reforça para o telespectador que ele verá uma novela “de época”. Esses aspectos ainda contribuem para caracterizar os personagens, que aparecem em roupas e cenários típicos – por isso pode-se afirmar que o personagem a datilografar é um jornalista, pois encontra-se numa redação, cercado de um homem lendo jornal e uma mulher também à máquina de escrever; ou o jovem discursando, que pode ser caracterizado como estudante militante já que encontra-se à frente de uma bandeira da UNE.

A configuração de cada personagem executando sua função traz luz à dimensão da performance dos atores, cujas funções e papéis demarcam sua representatividade de segmentos afetados pela ditadura – o jornalista aparece na redação escrevendo, o artista no palco cantando, o estudante numa sala de aula etc. Mittell (2009) fala da performance

naturalista, que é uma marca de estilo pela qual vemos os atores agindo da forma mais próxima possível à realidade – nessa novela, que tem o compromisso de falar de um período histórico verídico, tal modo de atuação foi crucial para, junto com os outros elementos, sintetizar a narrativa da história real a ser contada. Desse modo, a performance contribui para transmitir uma clara e consistente motivação interna e a vida emocional do personagem, habilitando o telespectador a se engajar nos roteiros melodramáticos acompanhados durante o curso dos episódios (MITTELL, 2009).

Voltando à vinheta, são mostrados os militares marchando e os manifestantes correndo, em sequências diferentes que confirmam uma percepção inicial: o uso do enquadramento como outro elemento que revela as opções estilísticas que compõem a representação da ditadura na abertura da novela. Após análise atenta percebe-se a posição política dos personagens traduzida em visualidade, já que os manifestantes são sempre colocados à esquerda da tela, e os militares, à direita. Esse enquadramento figura a maneira pela qual a novela conformou o complexo jogo de relações da ditadura: sob a tensão “bem *versus* mal”. Reiterando um dos principais elementos do gênero telenovela, o enredo optou por classificar como mocinhos e vilões os comunistas e os militares, respectivamente. Daí advém, por exemplo, um dos motivos para o fracasso em audiência, já que uma pesquisa⁶⁶ de opinião constatou que o público rejeitava o fato de os militares serem retratados como vilões (destoando do discurso oficial de ordem e progresso consolidado nos anos em que estiveram no governo). Além disso, essa opção maniqueísta deixou de fora vários outros atores e instituições sociais inseridos nesse processo como a Igreja, a mídia, a economia etc.

Há que se destacar que os representantes de alguns segmentos da sociedade estão sempre no centro da tela, até desaparecerem, o que os credita como líderes de várias classes (artística, estudantil etc), pessoas que centralizavam os interesses dos segmentos e por isso desapareciam e eram torturadas. Extrapolando o que se vê nas vinhetas, pode-se dizer que esta parecia ser uma linha condutora da produção da novela, que ao final dos primeiros 60 capítulos mostrou depoimentos reais de militantes torturados nos porões da ditadura – assim, o que a abertura representava, os depoimentos apresentavam. Continuando a descrição da peça, o bloco seguinte mostra um estudante desaparecendo em uma sala de aula e depois um homem, exaurido e machucado, sumindo em uma cadeira de tortura. Novamente há um corte

⁶⁶ Disponível em <http://tvfoco.biz/audiencia/pesquisa-aponta-que-publico-estranha-militares-como-viloes-em-amor-e-revolucao/>. Acessado em 13 abr. 2014.

e, em plano conjunto, os militares apontam as armas em direção à câmera. Em contraplano, aparecem os manifestantes, sendo que uma mulher, que parece ser a líder, fica em destaque.

Depois, um dos soldados aparece em *close-up*, e sua expressão demonstra uma maior atenção à referida mulher, que já vinha sendo destacada nas outras sequências do protesto (inclusive pela cor do vestido vermelho bem vivo), a qual também expressa uma inquietação denotada por sua expressão facial e o *close*. Como o militar abaixa a arma e a mulher para de gritar, é evidenciado que um foi “afetado” pelo outro, numa edição plano-contraplano clássica das telenovelas. Na sequência final militares e manifestantes são colocados em um mesmo plano, e pelo enquadramento, é confirmada a opção já referida de posicionar os soldados à direita e os militantes à esquerda; a mesma sequência ainda indica que o soldado e a mulher destacados se envolveram (ou vão se envolver), já que a moça enfia uma flor no cano da arma do soldado. Os efeitos gráficos transformam a flor real na logomarca da novela, inscrita sobre um papel semelhante a uma espécie de documento oficial do governo da época (algo que as faixas verde e amarela relembram), finalizando a abertura.

Considerações finais

A partir da análise, pode-se dizer que, em certa medida, a abertura apóia-se num imaginário já estabelecido sobre a ditadura – o que a música de Chico Buarque simboliza – mas preponderantemente traz sobre essa realidade um enfoque nunca dado, assim como a novela em si, já que tratou a questão da ditadura de forma atualizada, em sintonia com a ressignificação que o tema teve a partir do debate sobre a Comissão da Verdade. O que se viu foi uma espécie de “revanche” frente aos abusos cometidos outrora pela direita militar.

Contudo, a figuração do período da ditadura foi feita de modo simplista, reduzindo todo o contexto da época a uma luta armada. Não houve espaço, por exemplo, para a demonstração do embate ideológico: a complexidade do conflito foi traduzida na tensão bem *versus* mal, personalizados nas figuras dos comunistas e militares, respectivamente.

O estilo televisivo se mostrou muito útil para tal percepção, sendo que, especificamente, a trilha sonora, a cenografia, os efeitos gráficos e o enquadramento ajudaram sobremaneira a contar a ditadura na vinheta. Constata-se que o estilo pode ajudar até mesmo na visualização, na abertura, de possíveis razões do insucesso da novela: há revolução demais e amor de menos, já que o romance entre o militar e a comunista só aparece no final, além de ser apenas sugerido. Além disso, o posicionamento dicotômico coloca os militares como vilões, o que causou rejeição do telespectador.

O estilo ainda afirma que mesmo em relação a programas que são fracasso em termos de audiência, ou que são considerados de baixa qualidade (como no caso de praticamente tudo o que vem do SBT), é possível identificar escolhas e esquemas que compõem uma dimensão estética. Por sua vez, esta deve passar não por um exame de valoração (positiva ou negativa), mas por uma análise que se proponha a identificar elementos formais que cumprem funções à medida que estão em relação com a cultura que os cerca – tarefa a que se presta este estudo.

Logo, este trabalho reitera a pertinência e utilidade do estilo para análise de programas da televisão, pois dá conta não só das questões sonoro-imagéticas, mas permite extrapolar e evidenciar os mais diversos fatores envolvidos na produção televisiva, interna e externamente ao meio.

É por isso que se pode afirmar que determinadas escolhas estilísticas contribuem para contar uma história sobre a História, como ocorrido na abertura analisada. Se por um lado nossos achados provêm do processo diegético, por outro, ele não antagoniza os elementos formais do estilo e a unidade cultural à qual determinada produção pertence. Numa análise como a que realizamos, é fundamental levar em conta o que Irleamar Chiampi (1973) chama de “sistema referencial do leitor”, ou seja, o reconhecimento da importância dos fatores extratextuais, culturais, que informam o modo de produção e recepção de um texto. Desse modo, o presente artigo é mais um passo rumo à consolidação do movimento único e valioso que preserva a não disjunção entre estilo e cultura, pois parte dos aspectos do produto audiovisual e vai além, abarcando os componentes extratextuais, como contextos históricos.

Referências bibliográficas

ANTONACCI, Andréa; ARAUJO, Dayse Maciel de. A memória do governo militar brasileiro na narrativa audiovisual da telenovela e sua ressignificação pelos estudantes do ensino superior. *Revista Comunicación*, v. 1, n. 10, 2012.

BUTLER, Jeremy. *Television style*. New York: Routledge, 2010.

BORDWELL, David. *Figuras traçadas na luz: a encenação no cinema*. Trad. Maria Luiza Machado Jatobá. Campinas: Papyrus, 2008.

CHIAMPI, Irleamar. *O realismo maravilhoso: forma e ideologia no romance hispano-americano*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

KORNIS, Mônica Almeida. As “revelações” do melodrama, a Rede Globo e a construção de uma memória do regime militar. *Significação*, n. 36, 2011. Disponível em

<http://www.revistas.usp.br/significacao/article/viewFile/70947/73854>. Acessado em 28 fev. 2014.

MITTELL, Jason. *Television and American Culture*. New York: Oxford University Press, 2010.

PUCCI JR, Renato Luiz. Inovações estilísticas na telenovela: A situação em Avenida Brasil. In: XXII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, junho de 2013, Salvador, Bahia. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_2079.pdf. Acessado em 13 de out. de 2013a.

_____. Prospecções em torno da ficção televisiva brasileira: adaptação e rupturas em A Pedra do Reino. In: ROSSETTI, Regina; VARGAS, Herom (Org.). *Linguagens na mídia: transposição e hibridização como procedimentos de inovação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013b.

_____. A minissérie Capitu: adaptação televisiva e antecedentes fílmicos. *Matrizes*, Ano 5, n. 2, jan/jun., 2012.

ROCHA, Simone Maria; ALVES, Matheus Luiz; OLIVEIRA, Livia Fernandes. A história através do estilo: a Revolta da Vacina na telenovela *Lado a Lado*. *Revista Eco-Pós* (Online), v. 16, 2013. Disponível em <http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php?journal=revista&page=article&op=view&path%5B%5D=622&path%5B%5D=571>. Acessado em 2 abr. 2014.

Imagens do "milagre" Publicidade e a Ditadura Militar Brasileira (1968-1973)

Raquel Elisa Cartoce

Mestranda em História Social

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

raquel.cartoce@usp.br

RESUMO: Através da análise de anúncios publicitários veiculados na mídia impressa entre 1968 e 1973 – período caracterizado tanto pelas grandes taxas de crescimento do “milagre econômico” como pela mais intensa atuação do terrorismo de Estado no Brasil –, o presente trabalho busca abrir caminhos para a compreensão das relações e representações criadas entre setores da sociedade civil e o regime militar.

PALAVRAS-CHAVE: propaganda; ditadura militar; representações.

ABSTRACT: Through the analysis of advertisements published in print between 1968 and 1973 – a period characterized by both high rates of growth in "economic miracle" as the most intense performance of state terrorism in Brazil –, this paper seeks to understand the relations and representations established between sectors of civil society and the military regime.
Keywords: advertising; military dictatorship; representations.

A publicidade como fonte histórica

"Por entre fotos e nomes / os olhos cheios de cores" ia Caetano Veloso em 1967, num dos marcos inaugurativos do movimento Tropicalista, a canção *Alegria, Alegria*. Deixando de lado por ora o caminho trilhado pelo artista, é interessante notarmos que ele seguia deslumbrado com uma série de imagens que o espaço da cidade lhe oferecia. Pretendo com isso destacar a importância que ganha imagem nas sociedades modernas, e uma categoria imagética em particular: os anúncios publicitários. Primeiramente porque se não se constituem como um tipo de imagem em si, mas utilizam as outras formas expressivas e seus espaços de circulação para poderem existir, como o uso da fotografia em cartazes e revistas ou de filmes na programação da TV e do cinema. Além disso, grande parte desses espaços só se mantém financeiramente através da publicidade. Destaca-se também o amplo espaço que o anúncio publicitário ocupa socialmente, estando fortemente presente em nosso cotidiano, seja em sua esfera pública ou privada. Finalmente, esta condição especial da publicidade se dá pela sua estreita relação com o *mercado*. Não quero dizer que outras formas de produção social de imagens não estejam vinculadas ao mercado, pois isso seria facilmente desmentido tendo-se em vista, por exemplo, o enorme crescimento de um mercado de artes plásticas ou a

intensa produção do cinema de tipo comercial. A diferença que destaco aqui é que, mais que vinculada ao mercado, a publicidade é *parte* dele.

Neste sentido, cabe fazer dois esclarecimentos conceituais: primeiramente uma distinção entre os termos "publicidade" e "propaganda". Apesar de ambos os termos serem muitas vezes utilizados como sinônimos, nos circuitos especializados a diferença é substantiva: "propaganda" refere-se ao ato de comunicação de determinadas ideias com vistas a persuadir o receptor, que pode ter diferentes formas e objetivos, sejam eles políticos, ideológicos, comerciais etc. É justamente a propaganda de cunho comercial ou institucional que se compreende por "publicidade". Há aqui, portanto, uma falsa recíproca: toda publicidade é propaganda, mas nem toda propaganda é publicidade. Vale, no entanto, destacar que a publicidade é *um tipo* de propaganda, que não se confunde com outras formas, mas que mantém diferentes relações com elas.

Esclareço também que a publicidade é um fenômeno localizado no tempo e no espaço da modernidade, vinculando-se diretamente a processos de industrialização e de surgimento de sociedades de consumo e urbanizadas. Obviamente já existiam diversas formas de se anunciar produtos desde a antiguidade, mas a *publicidade* enquanto produção de uma determinada categoria profissional num espaço especializado – o da agência publicitária – ou semiespecializado, é produto da sociedade europeia que se industrializava e se urbanizava intensamente em meados do século XIX. As primeiras agências publicitárias surgiram exatamente nesta época, inicialmente como parte das próprias empresas, ganhando autonomia posteriormente (ATEM, 2009, p. 26). No entanto, a relação mais aparente entre produção de mercadorias e busca por demanda de consumo não é de causa e efeito, nem é o único fator que explicativo da existência da publicidade, sendo esta uma relação muito mais complexa.

A mudança mais importante no processo de formação da publicidade enquanto produção especializada localiza-se na mudança da sua linguagem: se antes procurava *informar* o potencial consumidor, a partir deste momento busca *persuadi-lo* à compra. Guilherme Atem aponta que

A publicidade sugestiva abrandaria o valor objetivo do produto (seu valor-de-uso), considerado muito seco, pouco sedutor ou persuasivo, por apontar para as necessidades mais do que para os desejos. Isso levou à exploração da identidade das marcas mais do que a simples exposição dos produtos (gradualmente, um maior peso no valor simbólico). De informativa a publicidade se torna persuasiva. Os publicitários deveriam transformar consumidores potenciais em consumidores efetivos. (ATEM, 2009, p. 27)

Esta condição da publicidade nas sociedades modernas fez com que ela se tornasse objeto de reflexão e análise no espaço da academia, para além da própria área de Comunicação. Pela sua intrínseca relação com a questão do mercado, este campo de estudos foi desenvolvido especialmente por estudiosos da Indústria Cultural vinculados à Escola de Frankfurt, criticados nos anos 60 por superestimar um poder manipulador da Indústria Cultural, vista por este segundo grupo, sob o nome de "cultura de massas", como uma instância integradora e inevitável das sociedades. O que gerou-se a partir disso foi uma espécie de tribunal onde o réu era a própria Indústria Cultural, e a publicidade por extensão, num debate sintetizado por Umberto Eco em *Apocalípticos e Integrados*.

Apenas em fins dos anos 1970 o debate se despolarizou, época em que floresceram os primeiros estudos, no Brasil, que buscavam uma compreensão mais específica da publicidade em seus aspectos sociais. Destaca-se neste cenário estudos nas áreas de Antropologia e Sociologia, onde este objeto ainda vem se mostrando bastante frutífero, com diversos e importantes trabalhos.

No campo da História, no entanto, este caminho é trilhado de modo mais tardio e particular, vinculado também à própria dinâmica do fazer historiográfico. Num contexto de grande movimentação e abertura política em fins dos anos 80, o interesse de historiadores volta-se a uma nova História Política, afinada especialmente com os estudos culturais já em voga na década anterior (CAPELATO & DUTRA, p. 239). Dentro deste campo, destaca-se a História das Representações (ou Imaginários Sociais, na definição dada por Bronislaw Baczko), que já vinha sendo teorizada entre autores sobretudo franceses, como Roger Chartier, buscando conexões entre as práticas de poder e suas formas de legitimação. Não por acaso as duas maiores referências na historiografia brasileira sobre o lugar social da publicidade e as suas relações com o poder são produzidas neste contexto: a dissertação de mestrado de Anna Cristina Figueiredo, *"Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada" – Publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964)* (FIGUEIREDO, 1998), que busca compreender os imaginários das camadas médias brasileiras nos anos que antecederam ao golpe militar através da publicidade; e a tese de doutorado de Carlos Fico, *Reinventando o Otimismo – ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil* (FICO, 1997), ambos defendidos em 1996.

No entanto, em sua dissertação de mestrado recentemente defendida, *Práticas Publicitárias: linguagem, circuito e memória na produção de anúncios impressos no Brasil (1951-1965)*, o historiador Thiago de Mello Genaro alerta para o perigo de se falar dos

imaginários "sem atrelar a representação visual ao mundo material" (GENARO, 2012, p. 45). Assim, a materialidade do anúncio e seu contexto de produção e os atores envolvidos na sua elaboração e veiculação não devem ser abandonados em prol apenas do conteúdo ali presente.

Publicidade e ditadura no Brasil.

Tendo em vista este horizonte teórico-metodológico para uma História da Publicidade ou uma História a partir da Publicidade, gostaria de desenvolver uma reflexão acerca da atuação e do papel social representado pela publicidade em nossa sociedade. Para isso, selecionei um recorte temporal bastante específico: os anos entre 1968 e 1973, que se destacam por dois grandes fatos da história do Brasil recente: neles o Brasil viu sua economia crescer como nunca antes, chegando-se a uma elevação de 14% do PIB nacional em 73 (NAPOLITANO, 2014, p. 72), ao mesmo tempo em que vivia-se um verdadeiro terror de Estado, no combate às oposições e aos inimigos – reais ou imaginários – do regime.

A questão colocada nesta contradição é a da *legitimidade* deste Estado, um tipo de Estado que promovia efetivamente a modernização, a industrialização e o crescimento econômico, mas que o fazia às custas de um regime ilegítimo, que utilizava-se de toda sorte de violações para se sustentar como poder, e que, se fazia o bolo crescer, não o repartia. E em que a publicidade se relaciona a este processo?

Afirmo anteriormente que o desenvolvimento do setor publicitário está intimamente ligado a processos de industrialização, e no Brasil não foi diferente. Com o nascimento no início do século XX das primeiras indústrias em São Paulo, voltadas inicialmente a bens de consumo não duráveis (manufaturas, indústria têxtil e alimentícia), e depois com a chegada das primeiras grandes empresas transnacionais, como a Colgate, a Nestlé e a GM, surgem as primeiras agências publicitárias, tanto nacionais, como a *Eclética* (1914) quanto estrangeiras, como a já poderosa J. W. Thompson (1929). O processo de crescimento deste setor só se consolidou nos anos 50, não por coincidência, um período de grande salto industrializante, marcado pela passagem de um país rural para urbano (demograficamente e ideologicamente) e pela sensação de que finalmente éramos um país moderno e que se desenvolvia. Assim, com uma indústria e um mercado consumidor crescendo exponencialmente, a área de publicidade também se desenvolve intensamente nesta época, se profissionalizando e amadurecendo. Em 1951 é fundada a Escola de Propaganda do MASP (atual ESPM), desenvolve-se o campo do *marketing*, e a modernidade, a racionalidade e o desenvolvimento do Brasil são celebrados em um sem-número de anúncios.

No entanto, se os anos 50 são classificados como a era da maturação da publicidade brasileira, é entre os anos 1960-1970 que ela vive seu período áureo. Roberto Simões estima que "o investimento publicitário partiu de um bilhão de cruzeiros no início da década de 70 para um orçamento próximo dos 45 bilhões no seu final" (Apud. PINHO, 1998, p. 40). A consolidação da estrutura industrial moderna no Brasil, a grande indústria automobilística e um intenso crescimento do setor de serviços, em especial bancos e o varejo, é um forte elemento para a configuração da atividade publicitária como uma verdadeira indústria (PINHO, 1998, p. 39), com o crescimento de várias agências e a regulamentação profissional um pouco antes. Estes não eram, no entanto, os únicos responsáveis pelo desenvolvimento do setor: além das empresas, o governo (em suas três esferas) tornou-se um dos maiores anunciantes, sendo intensamente disputado entre as agências publicitárias nacionais, a quem cabia exclusivamente tais contas.

Porque o regime militar brasileiro teria optado por utilizar-se de técnicas (e técnicos) da publicidade ao invés de fazer uma propaganda aos moldes dos regimes totalitários, como o varguismo? A este respeito, Carlos Fico, na sua já referida tese, destaca uma tentativa de um afastamento da lembrança do varguismo, modelo político justamente combatido pelos militares, além da existência de uma estrutura mais ou menos consolidada de meios de comunicação em massa. Além disso, coloca-se aqui novamente a questão da legitimidade do regime, que necessitava utilizar-se de temáticas não-doutrinárias e de poucas colorações oficiais, por exemplo, para conseguir maior inserção no meio social.

Deve-se ressaltar que, apesar da necessidade da repressão, não existe regime autoritário que se sustente apenas pela força. Sempre há necessidade de sustentáculos sociais, e no caso do regime militar brasileiro isso se traduz numa forte preocupação de institucionalização do regime desde o golpe e em constantes interlocuções, especialmente com dois setores: o empresariado e as camadas médias. É exatamente aqui que localizo a publicidade como uma fonte estratégica para a compreensão da sustentação do regime militar brasileiro por tantos anos, focando naqueles em que os conflitos mais se condensam. A partir das reflexões propostas na primeira parte desta exposição, sabemos que o anúncio publicitário é criado pelo publicitário a partir das necessidades do anunciante – a empresa –, mas busca sempre criar vínculos e identidades com o receptor. Assim, podemos através da análise da produção publicitária da época perceber traços do pensamento destes dois setores fundamentais à manutenção do regime, da forma como o regime era representado e visto por eles, e das relações estabelecidas entre eles.

Temos, por exemplo, este anúncio da norte-americana Caterpillar, veiculado na revista Visão de 15 de agosto de 1969. [Fig. 01] Num país totalmente convulsionado, a empresa sugere que o presidente Costa e Silva pode dormir sossegado. A tranquilidade do sono do presidente se deveria à eficiência dos serviços dos empreiteiros, que permitem que o presidente "Sonhe com aquêlê Brasil grande, próspero e recortado de estradas, que é a menina dos seus olhos." Aqui, a figura do presidente pode ser lida como uma metáfora para o próprio Brasil. Um Brasil que pode sonhar esse seu sonho de grandeza – integração nacional (construção de estradas) e a industrialização – graças à atuação de empresas como a Caterpillar, que não deixarão que apareçam "alguns pesadelos" – criados por aqueles que vão justamente contra este projeto.

O que o anúncio destaca, portanto, é a ideia de uma complementaridade e interdependência entre a iniciativa privada e o governo para a realização destes projetos, beneficiando a ambos e afastando qualquer possibilidade de um "pesadelo". Este mote é muito comum em anúncios publicitários durante estes anos, seja em anúncios governamentais, seja em anúncios de empresas – geralmente transnacionais ligadas a bens de capital ou de indústria pesada –, que se beneficiaram diretamente das políticas econômicas dos governos militares (em especial de Costa e Silva e Médici, mais abertas ao capital privado internacional).

A IBM também destaca seus grandes feitos neste anúncio veiculado na revista Manchete em 30 de março de 1968 [Fig. 02]: primeiro, anuncia as cifras das exportações da empresa entre 1964 e 1967, ou seja, destacando a grandiosidade de seus números justamente durante o período ditatorial. Mas, em letras garrafais, perguntando "é pouco?", a partir de um deduzido questionamento do leitor, destaca outra qualidade da empresa: sua importância tecnológica. Porém, isso ainda não é o suficiente, e destaca-se ainda a importância da empresa para o funcionamento de outras empresas brasileiras. Mas ainda é pouco: "a IBM colabora *decisivamente* para que cientistas, engenheiros, arquitetos, matemáticos, homens de empresa e do Governo Brasileiro possam agir e decidir com mais exatidão em muito menos tempo.". Ou seja, a anunciante deixa clara a relação de interdependência para o desenvolvimento e progresso do Brasil, ideia completada pelo desenho da empresa com uma bandeira do Brasil e pela frase final: "a IBM ainda tem muitos dias, meses e anos pela frente... e o Brasil também.". Neste sentido, é importante notar que todos os dados apresentados sobre a empresa parecem ser insuficientes ("é pouco?") para convencer o leitor do valor da empresa. Esta insuficiência só é sanada quando o dado já não é sobre ela mesma e o produto não são

máquinas ou puros valores, mas o progresso do Brasil – esta sim se constituindo a finalidade última da empresa, apesar dela ser privada e norte-americana.

A União de Bancos Brasileiros nos traz mais um elemento em anúncio veiculado na revista Visão de 29 de agosto de 1969. Nele, vê-se a frase "O progresso é nosso" em destaque, desenhada na forma de pichação em um muro. Abaixo dela, um texto sugere que não apenas a abstração "Brasil" ganha com esta relação, mas o próprio indivíduo, o cidadão comum. Fala-se sobre o "João da Silva", o "José dos Santos" e o "Ernesto Campos" – ou seja, qualquer brasileiro, incluindo-se o leitor – que, sendo pequenos depositantes, colaboram com o progresso da nação ao dinamizar a economia, mas que também tiram proveito deste progresso, podendo comprar tratores, carros, fazendo bons negócios. Note-se que a frase de efeito pichada é um elemento importante para percebermos a busca de um redirecionamento do que são – ou deveriam ser – as reivindicações populares: não as frases que se lia nas ruas de "abaixo a ditadura" ou "terrorista é a ditadura", as reivindicações por igualdade social, democracia ou revolução, mas a reivindicação de um progresso mais que nacional, individual, definido no texto como um aumento no poder de consumo.

Vimos, portanto, como o clima de euforia é aventado não apenas pelo governo, mas também pelas empresas privadas, grandes beneficiárias das políticas econômicas dos militares, porém identificando e canalizando esta euforia às próprias aspirações de uma sociedade cada vez mais urbanizada, consumidora e individualista, configuração esta que transcende em boa parte a própria conjuntura política nacional. Assim, a propaganda *não inventa* qualquer aspiração dos indivíduos, mas capta certas tendências e incentiva um já existente imaginário do progresso individual à aceitação das políticas econômicas levadas pelo governo. Um incentivo que se alimenta de uma real elevação das cifras econômicas nacionais, mas deixando para trás qualquer possibilidade de questionamento das possibilidades concretas de ascensão social sem distribuição desta riqueza.

Esta característica da publicidade como canalizadora de tendências e representações sociais acaba gerando contradições muito ricas para o historiador. Em plenos anos 60-70, as minissaias, a liberdade sexual, a rebeldia juvenil e mesmo a revolução eram temas e atitudes que circulavam – apesar da vigência de um regime que conquistou o poder sob os brados de uma classe média "Família, com Deus, pela liberdade". De fato, os anúncios não escondem a explosão de cores e formas, os corpos, a rebeldia... até mesmo porque a própria publicidade vive do culto o novo e ao jovem.

O slogan do anúncio das toalhas Artex [Fig. 03], veiculado na revista Manchete em 29 de julho de 1972 é exemplar sobre esta configuração. Nele se lê: "Artex continua sua política: contra a tradição e a favor da família". Além das claras referências políticas no slogan, o texto é bastante esclarecedor, sendo a própria descrição das características do produto quase uma metáfora ao clima político. Ao definir "tradição" como a pura utilidade prática da toalha e contrapô-la ao acréscimo de "personalidade" a ela através de "desenhos e cores da moda", a peça propõe uma mudança estética, ornamental, com a manutenção das "estruturas" tradicionais. Enfim, assim como os dois tipos de toalhas retratados no anúncio, novidades e características estruturais podem conviver lado a lado, aparentemente sem maiores consequências. No entanto, quando as estas teimam em aparecer, soluções também surgem...

Alguns conflitos domésticos (seriam apenas os domésticos?) parecem resolvidos através da atuação do televisor Telefunken, intitulado "O pacificador", que apareceu logo na primeira edição da revista Veja, em 11 de setembro de 1968. Agitando uma bandeira branca em sua antena, o televisor se propõe, no texto, a pôr fim às "guerrinhas domésticas". A partir dele, "De agora em diante, você assiste o programa que você quer. Quando quer. Onde quer. Sem ficar frustrado, nem forçar ninguém a ver o que não quer.". Ora, em tempos não apenas de Guerra Fria, mas alguns meses após a explosão de revoltas em todo o mundo e com o verdadeiro clima de guerra nas formas de contestação ao regime, trazer a imagem da guerra e da paz não parece uma atitude ingênua dos publicitários. Por esta proposta, guerras e conflitos são sanados com uma simples atitude: a individualização. Assim, a partir do momento em que problemas coletivos (as disputas sobre qual canal assistir) são ignorados e o espaço individual é o espaço privilegiado de ação, especialmente através do consumo, o problema coletivo parece simplesmente deixa de existir.

Apesar de não haver referências políticas diretas nesta peça, a conjuntura do momento permite essa leitura, especialmente se considerarmos que o anúncio se encontra no espaço da revista, onde diversas notícias – inclusive de ordem política – são a todo tempo veiculadas. O que quero ressaltar, no entanto, é que mesmo resignificando mais ou menos diretamente temas em debate à época, eles não podem ser simplesmente ignorados. Na busca de seduzir o leitor, potencial consumidor, e criar identidades entre ele e o produto, o anúncio deve dialogar com as ideias circulantes entre eles – em geral o leitor de classe média, a grande consumidora dos veículos onde eram estampados os anúncios. Daí a afirmação feita anteriormente a respeito da riqueza do uso da publicidade como fonte histórica por abarcar não apenas os

objetivos comerciais e ideológicos do anunciante, mas por trabalhar também com os imaginários dos indivíduos sobre assuntos correntes.

Um segundo exemplo a este respeito está neste anúncio da Le Mazelle, veiculado na revista Manchete em 24 de Fevereiro de 1968 [Fig. 04]. Neste caso, no entanto, a referência à conjuntura política é mais do que explícita. Com o texto "Não espalhe... Le Mazelle está preparando um golpe de estado na moda brasileira com sua linha 68" em letras vermelhas pintadas por duas belas jovens, a peça não nega ou ignora a existência do golpe de Estado circulando pelo o imaginário social. Mas o golpe retratado no anúncio é muito diferente do golpe dos sisudos militares em 64. Um golpe jovem, alegre e vermelho, com resultados positivos – ao menos o seu golpe na moda da época. Há aqui, portanto, mais do que uma ressignificação do golpe de Estado, mas uma mistura de referências que tende ao seu esvaziamento. Devemos também nos atentar para o ambiente do anúncio: uma construção, invadida pelas duas rebeldes moças – cujos alicerces e estruturas já estão prontos, faltando-lhe o revestimento. Aqui retornamos ao mesmo sentido do anúncio das toalhas Artex: a manutenção das estruturas originais, porém "coloridas" pela novidade e pelas pautas de uma juventude rebelde. Tudo isso ressignificado pelo mercado e consumo. Semelhante caminho é tomado pelo movimento tropicalista, aliás, e não é por acaso que este trabalho iniciou-se com a citação de *Alegria, Alegria*.

Vale lembrar que esta combinação de uma permissividade com o conservadorismo político não é uma exclusividade da publicidade, mas é uma característica do capitalismo a partir de 68. O que destaco aqui é a impossibilidade do regime e de setores ligados a ele de ignorarem ou combaterem completamente estes movimentos, sejam os movimentos resistência de esquerda, sejam movimentos de cunho mais moral, da revolução sexual, do movimento *hippie*, da contracultura. Neste sentido, o esvaziamento de certos conceitos e temas políticos em prol do consumo e da festividade – por uma classe média anestesiada pelos altos índices econômicos daqueles anos –, é ao mesmo tempo produzido e re-produzido pela publicidade, lugar de expressão das representações e imaginários de dois importantes setores que pressionam a vida política para diversos lados e de diversas formas, mas que certamente são importantes atores – protagonistas ou antagonistas – do nosso longo regime militar, que devem ser entendido em toda sua complexidade e suas contradições.

Bibliografia

ATEM, Guilherme Nery. *Persuadere: Uma história social da propaganda*. In: MACHADO, Maria Berenice (Org.) *Publicidade e Propaganda – 200 anos de história no Brasil*. Novo Hamburgo/RS: Feevale, 2009.

CAPELATO, Maria Helena R.; DUTRA, Eliana R. F. Representação política: O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (Orgs.) *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas/SP: Papyrus editora, 2000.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo M. “*Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*”. Publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Hucitec, 1998.

GENARO, Thiago de Mello. *Práticas publicitárias: linguagem, circuito e memória na produção de anúncios impressos no Brasil (1951-1965)*. São Paulo, 2012. Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em História Social, FFLCH / USP, 2012.

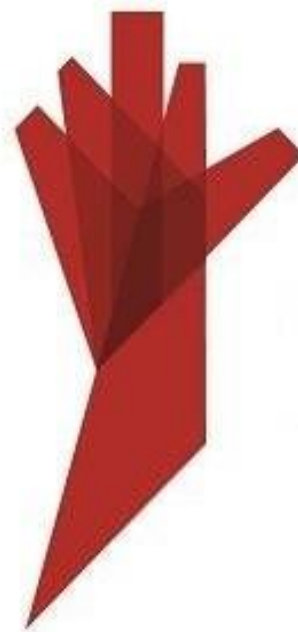
NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PINHO, José B. (Org.). *Trajetória e questões contemporâneas da publicidade brasileira*. São Paulo: INTERCOM, 1998.

ROCHA, Everardo P. G. *Magia e Capitalismo – um estudo antropológico da publicidade*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Simpósio Temático 05

**História da arte em perspectiva: arte,
religiosidade, devoção**



Coordenadores:

Kellen Cristina Silva

Doutoranda - UFMG

kellen_poetisa@hotmail.com

Leandro Gonçalves de Rezende

Mestrando - UFMG

leandro9rezende@yahoo.com.br

Natália Casagrande Salvador

Mestranda - UNICAMP

naticasalvador@gmail.com

Neogótico no Brasil: Arquitetura, Religião e Espaço, na obra do missionário lazarista Julio José Clavelin, 1834 e 1909

Carolina de Almeida Silva

Graduanda em História

Universidade Federal de Viçosa

carolina.a.silva@ufv.br

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo compreender como se deu a influência do Neogótico no Brasil, a partir do século XIX através do missionário lazarista e arquiteto francês Julio José Clavelin (1834-1909) que implantou este novo paradigma arquitetônico em nosso país, com a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens em 1883, situada no Santuário do Caraça, Catas Altas, Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Neogótico; Arquitetura; Igreja; Santuário do Caraça; Congregação da Missão.

ABSTRACT: This work aims to understand how was the influence of Neo-Gothic in Brazil, from the nineteenth century through the Vincentian missionary and French architect Julio José Clavelin (1834-1909) who implanted this new architectural paradigm in our country, with the Church Our Lady Mother of Men in 1883, situated in the Sanctuary of Caraga, Catas Altas, Minas Gerais.

KEYWORDS: Neo-gothic; Architecture; Church; Santuário do Caraça; Congregação da Missão.

Introdução

De acordo com os nossos objetivos, que é compreender influência do Neogótico no Brasil a partir do século XIX, com a chegada do missionário lazarista Julio José Clavelin, em 1861, baseando-nos em sua grande obra que é a primeira igreja neogótica brasileira: a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, inaugurada em 1883, que desde então ajuda a compor o complexo arquitetônico do Santuário do Caraça, em Catas Altas, Minas Gerais. Substituindo a primeira ermida que havia ali, construída por Irmão Lourenço, fundador do referido Santuário.

A obra de Clavelin se tornou nosso objeto de estudo por atrelar arquitetura e religião, num contexto mineiro posterior ao Ouro. Mas para entendermos a influência neogótica que chega ao Brasil por Clavelin, é imprescindível analisarmos seu percurso, relacionando-o aos acontecimentos ocorridos na França, no século XIX, que envolve questões de cunho sociológico, político, religioso e também estético.

Devemos levar em consideração a amplitude e a profundidade do conhecimento disseminado no ambiente religioso (colégios, seminários, mosteiros, igrejas) deste período, além de suas experiências pessoais com a arte, o que justifica a aptidão de Clavelin para arquitetura. Portanto, os fatores anteriormente citados refletiram nas obras religiosas e arquitetônicas da época.

Ao longo desta análise, vamos relacionar o Gótico na Europa e sua influência na Idade Média em âmbitos gerais: as relações entre o homem e a Igreja, a filosofia e às artes. Para isso, buscamos obras que pudessem nos amparar durante o percurso deste item, obras estas, elaboradas por especialistas nestes assuntos, como: historiadores, teóricos da arte, missionários, arquitetos e restauradores.

Estudaremos o século XIX na Europa e suas discussões, ligadas à vida social e artística, contemplando os seguintes assuntos: releitura da arte Gótica, focando na Arquitetura, pensando também nas teorias do restauro de Viollet-Le-Duc e Ruskin, que nos apresentam suas diferentes propostas, estabelecendo um contraste de ideias, que nos permite levantar vários questionamentos a cerca deste movimento nascente. Relacionando tudo isso com o contexto que Clavelin estava vivenciando, que era a transição da Europa para o Brasil.

Nosso objetivo é: a partir das obras (seus projetos arquitetônicos) e documentação (suas anotações e croquis) deixadas por Júlio Clavelin, compreender o conceito de neogótico num território influenciado pelo barroco europeu (adaptado de acordo com as possibilidades construtivas do Brasil). Embora os movimentos artísticos difundidos pelo território brasileiro fossem diversificados, mas na região das Minas, o barroco se destacou. Segundo Sylvio de Vasconcellos:

[...] a colonização das várias regiões do Brasil se processou em épocas diversas e por razões econômicas também diversas, o que deu em consequência a repetição de fatos idênticos em épocas diferentes nas várias regiões, fazendo com que o uso, por exemplo, da pedra e cal ocorresse no litoral norte já em meados de 1500, fato só verificado em Minas no final de 1700. Da mesma forma que o clássico, o gótico, o renascimento e o barroco levaram séculos a se apresentar na Europa, no Brasil, todos eles de certa forma se mostraram de modo ainda mais rápido, por vezes até mesmo em paralelismo. (VASCONCELLOS, 1999, p. 149)

Esta passagem nos ajuda a pensar o cenário arquitetônico brasileiro, que tivera sua história registrada em sua arquitetura civil, religiosa e administrativa, destacando as relações existentes entre o Brasil e a Europa. Depois deste primeiro percurso, vamos fazer uma análise

da a relação existente entre essa igreja e o autor de seu projeto, Julio Clavelin, entre a igreja e o Santuário do Caraça.

Clavelin e seu percurso



Figura 1 - Padre Júlio José Clavelin.

Fonte:<http://www.santuariodocaraca.com.br/>

Julio José Clavelin nasceu no dia 7 de Abril de 1834, na aldeia de Nevy-sur-Seille, na França, filho de João Estevam Clavelin e Maria Gabet. Aos 11 anos de idade mudou-se para a paróquia de Bessin, onde residia seu tio, que seria seu tutor, o Padre Pedro Francisco Gabet. Entrou para o Seminário Menor de Nozeroy, um arraial que fica a cerca de 30 km de Poligny, uma pequena cidade tradicional, que ainda conserva sua igreja gótica. Julio passou 9 anos no Seminário menor de Nozeroy, completou seus estudos de filosofia em Vaund-sur-Polingny, na região de Franche Comté. Chegou a este novo seminário com 21 anos. No dia 18 de setembro de 1856, Clavelin foi recebido em São Lázaro, casa Mãe dos Padres da Congregação, em Paris. Foi ordenado padre em 1861. Padre Clavelin foi enviado para o Brasil, passa alguns meses na Missão na Bahia, chegando ao Caraça em 1862, trabalhou como professor e como superior de 1867 a 1885, onde se destacou por construir a primeira igreja no estilo neogótico no Brasil, a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens. A obra começou em 1876, sendo inaugurada em 1883. Em 1885, Clavelin foi enviado para o Rio de Janeiro, encontrava-se adoentado, estava quase cego devido à catarata, faleceu em Petrópolis, no dia de seu aniversário, quando completou 75 anos de idade no dia 07 de abril de 1909. (SILVA, 1910)



Figura 2 - Exterior da Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, Santuário do Caraça, MG. **Fonte:** Arquivo pessoal.

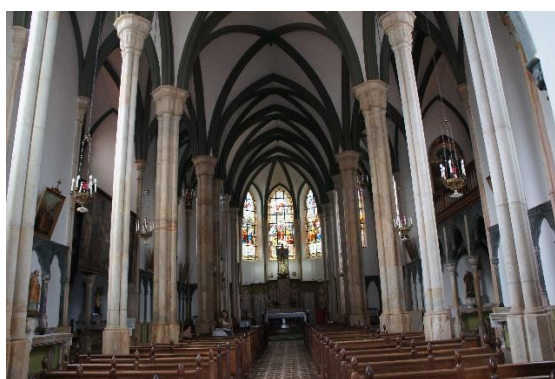


Figura 3 - Interior da Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, Santuário do Caraça, MG. **Fonte:** Arquivo pessoal.

Sobre o gótico

O Gótico se tornou fundamental para a nossa análise, à medida que notamos seus marcos no medievo. O pensamento filosófico (Escolástica) mudou a maneira de pensar a relação entre o homem e o Sagrado. A arquitetura se desenvolveu e usou novas tecnologias para a construção das igrejas e mudanças para as artes de um modo geral, que contribuíram para a caracterização e consolidação dessa nova tipologia medieval.

Desse modo, pudemos notar que Escolástica e Arquitetura, nasceram simultaneamente, a escolástica foi traduzida na arquitetura das igrejas, pois cada peculiaridade deste pensamento foi representada em cada elemento que compõe uma típica igreja gótica: foi

a concretização de um pensamento filosófico. Ou seja, uma nova forma de conceber a religião católica carecia de uma nova técnica construtiva que fosse arrojada o suficiente para demonstrar essa mudança de pensamento. Pois não faria sentido essa ruptura com os paradigmas arquitetônicos, principalmente no que diz respeito a arquitetura sacra, sem uma justificativa plausível. Por isso, tal estilo foi sendo disseminado, contagiando outras regiões européias. (PANOFSK, 1991, p. 3-4)

Neste momento, a Igreja quer arrebatara fieis, trazê-los para seu interior, convidá-los a ter uma experiência com o Divino, visando uma edificação e purificação moral, usando uma pedagogia de evangelização que a todo tempo vem ressaltar o temor à morte e mostrar a pequenez do homem, diante da potência divina. Em: “História do medo no Ocidente”, Jean Delumeau coloca: “Em todo o decorrer da Idade Média, a Igreja meditou sobre o fim da história humana tal como foi profetizada pelos diferentes textos apocalípticos.”

É interessante refletirmos sobre a propagação dos medos escatológicos na Idade Média: naquela época, a maior parte da população era analfabeta se encontrava no campo, a Bíblia ainda não tinha sido traduzida, de modo que o conhecimento religioso ficava restrito ao clero e devido ao medo presente no imaginário coletivo, decorrente dos grandes abalos que a Europa sofrera, a divulgação dos temores escatológicos se dava também através das igrejas, em seus vitrais, que retratam as passagens bíblicas, teatros religiosos e sermões durante toda a sua extensão rural, através de missionários e de devotos que buscavam a redenção de seus pecados. Mas, segundo Panofsky:

[...] o sistema social evoluía muito rapidamente em direção a uma vida profissional urbana. Organizada de forma ainda não tão rígida quanto o posterior sistema de guildas e a corporação de ofício dos mestres-pedreiros, oferecia foro em que se pediam encontrar, como interlocutores quase equiparados, sacerdotes e leigos, poetas e juristas eruditos e artistas. (PANOFSKY, 1991, P. 16)

Assim, podemos pensar também no momento de construção dessas igrejas nos pontos específicos das cidades nascentes. Que envolvia a comunidade local, desde a elaboração do projeto até o fim da obra.

É difícil imaginar a impressão que esses edifícios devem ter causado àqueles que só tinham conhecido as pesadas e sombrias estruturas do estilo românico. Aquelas igrejas mais antigas, em sua força e poder, talvez transmitissem algo da “Igreja Militante” que oferecia abrigo e proteção contra as investidas do mal. As novas catedrais propiciavam aos fiéis o vislumbre de um mundo diferente. (GOMBRICH,, 1999, p. 88)

Devemos destacar a importância da igreja gótica como componente fundamental da paisagem da cidade medieval, além de orientar a organização da cidade, no sentido físico e administrativo, a vida também acontecia dentro dessa igreja, pois a comunidade frequentava os cultos religiosos e todos se empenhavam na construção e decoração deste edifício. Para Baugart:

O caráter de arcabouço da nova igreja significa “desmaterialização” e com isso, espiritualização em uma medida nunca antes alcançada na arquitetura, nem mesmo em S. Vitale ou na Hagia Sofia. A arquitetura romana, que através da românica, tornou esta forma possível, é suprimida de tal modo que parece transformada em seu oposto. O valor das colunas, que residia em sua proporção com o corpo humano e ainda ativo no românico e no gótico primitivo, é abolido. Nas colunas e pilares das catedrais góticas, tornaram-se impossíveis a transferência de medida e a sensação de tamanho a partir do próprio corpo e também o acréscimo na altura também torna o espaço incomensurável, já que seu único limite fechado pelas abóbodas se encontrava sempre na penumbra, causada pela luz mítica dos vitrais coloridos. O espaço sacro foi assim de tal forma afastado de qualquer comparação com o sobrenatural. A igreja tornou-se a verdadeira Jerusalém Celeste, que recebia os fiéis já na Terra. (BAUMGART, 1999. P 162-163)

A igreja tornou-se um refúgio “coberto de paz”, onde o fiel poderia proteger-se das investidas do mal, porém, este lugar alertava sobre os perigos, causas e conseqüências de uma vida leviana, fora da comunhão com Deus. A igreja gótica tinha a necessidade de revelar para os fiéis seus princípios religiosos, o que explica sua arquitetura diferenciada: paredes, vitrais e esculturas advertiam a todo o instante que o juízo final se aproximava, onde a distinção entre bons e maus seria feita por um Deus implacável e punitivo. A igreja era a misericórdia divina personificada na terra, pois a mais remota possibilidade de salvação só existiria através dela.

Sobre o neogótico

No século XIX, a Europa vem com uma política de “releitura”, que se volta para o Clássico e a Idade Média, dando origem ao Neoclássico e ao Neogótico, estando estes conceitos/estilos ligados à mentalidade daquele período, que debate questões de cunho histórico, religioso, social, político, nacional. A respeito disso, Luciano Pateta diz:

Pensem na concepção de estilo como linguagem coletiva e sistema universal de formas (aquelas do universo greco-romano ou gótico) que transcende as singularidades e individualidades expressivas (de fato, o “traço estilístico” pessoal de cada arquiteto se mostra cada vez menos evidente).- Pensem na relação com o antigo, que começa com uma abordagem de cunho mítico; passa por fases ideológicas e interpretativas, depois à adesão com total ortodoxia, para diluir-se, finalmente, na prática profissional corriqueira. – Pensem na convicção de que era possível escolher entre elementos extraídos das antiguidades, concentrar o melhor deles, iludindo-se de que esse “encontrar e aplicar” pudesse comparar-se às experiências

criativas do passado, baseadas, ao invés, no “buscar ex novo e renovar sempre”. – Pensemos, enfim, na condição que aproximava todas essas gerações: a arquitetura não podia mais ser patrimônio de poucos “mestres”, devia ceder às novas exigências da produção de massa e à definição de uma nova figura de projetista: o profissional. (PATETTA, 1987, p. 12)

Para percebermos a França do século XIX, no que se refere ao ensino e a teoria da arquitetura, devemos pontuar alguns eventos marcantes. Segundo Guilherme Lassance, houve uma intensa agitação intelectual que estava diretamente ligada às mudanças que conturbaram o Estado francês com a queda da monarquia absolutista no final do século XVIII e um período de grande instabilidade política, caracterizada pelas rápidas e constantes sucessões diferentes regimes de governos. (LASSANCE, 2009. P 94)

Nesta época, os arquitetos estavam preocupados em fortalecer sua autoridade acadêmica, para isso, esses profissionais se apoiaram no racionalismo trazido pelas teorias iluministas. Lassance afirma que: “o projeto dos arquitetos do século XIX era o de serem modernos na história e não em ruptura com ela”. Mais adiante em seu texto, o referido autor é categórico ao dizer:

[...] fica também mais fácil entender as origens do conflito existencial que afetou os arquitetos do século XIX, sacudidos pelo desejo contraditório de manutenção saudosista de normas estéticas da instituição que outrora os protegera e de incorporação de novos valores sócias e econômicas capazes de assegurar-lhes o reconhecimento de alguma legitimidade profissional numa sociedade comandada por diferentes estruturas e formas de poder.(LASSANCE, 2009. P 96 - 97)

Sobre o francês Viollet-Le-Duc e o inglês Ruskin, devemos enfatizar suas contribuições para a arte, para a arquitetura. Le-Duc é um dos primeiros teóricos que trataram da questão patrimonial e do restauro, principalmente no que diz respeito ao medievo, na França. Trabalhava com o intuito de “reinventar” o passado e assim, torná-lo algo atrativo para a sociedade de sua época, podemos observar isso, em uma de suas frases: “restaurar um edifício, não significa conservá-lo, mas repará-lo ou refazê-lo, mas restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido”.

Já Ruskin vem com uma proposta de cunho ideológico, sugerindo mudanças na economia e na sociedade, sendo mais tarde considerado um crítico da sociologia. Este teórico concebe o Gótico como um movimento intelectual resultante de uma tradição nacional presente em sua época. Com relação ao trabalho destes teóricos, De Fusco diz:

Quando em França, na segunda metade do século XVII, entrava em acção a reforma do pensamento arquitetônico na linha do racionalismo iluminista, na

Inglaterra afirmava-se o gothic revival. Este, no âmbito do movimento romântico, constituída a alternativa inglesa, em nome do sentimento nacional, moral e religioso, às formas importadas do humanismo tardio e do barroco. (DE FUSCO, 1984, p. 33)

Estes teóricos nos levam a pensar o porquê deste retorno ao Gótico, no século XIX, ainda no texto de Renato De Fusco: “A ideia de Arquitetura” vimos:

Esta nova visão da Idade Média tem origem, por diferentes motivos, nos historiadores de arte, nos reformadores, nos arquitetos. O neogótico esteve na origem da moderna revolução na arquitetura porque nele foram identificadas instâncias de ordem técnico-moral e social. Ora, à exceção talvez dos historiadores de arte, todos os outros estudiosos colheram do gótico apenas alguns aspectos parciais: ora a organização coletiva do trabalho. (DE FUSCO, 1984, p. 30)

Eles consideram o Gótico como um conceito histórico, pertencente à Idade Média. Embora a Linguagem Gótica em termos artísticos, arquitetônicos e religiosos não esteja restrita a temporalidade (cronologia), por isso ela pôde estar presente no Século XIX. Entretanto não se pode reviver um contexto histórico, pois os momentos são distintos. A mentalidade dos séculos XI, XII e XIII era outra, a simbologia é diferente para o século XIX. De acordo com Sônia Pereira Gomes:

Sabemos que um dos traços recorrentes da arquitetura historicista foi a associação entre determinados programas e estilos. Neste caso, a tipologia é definida na relação estilo/função. (...) Pois, se o estilo era determinado temporal e espacialmente, tal não acontecia com o tipo, que se ancorava em características comuns em termos de função ou partido.(PEREIRA, 2009. P 84-86).

Estes teóricos foram figuras importantes deste período por levantarem perguntas polêmicas que envolviam o pensamento coletivo. Eles agitaram sociedade discutindo os valores morais e artísticos que estavam vigorando naquele momento, por isso esta metodologia de atualizar a tradição. Para eles, o arquiteto estava apto para exercer uma função social, começando pela arquitetura até a vida da sociedade.

A chegada do neogótico no Brasil

Através da Congregação da Missão, de seus votos e de seu desejo de evangelizar, Clavelin chegou ao Brasil e teve a oportunidade de conhecer o nordeste e sua arquitetura predominantemente colonial, que para ele era diferente. Ao começar seu trabalho como missionário executou um projeto arquitetônico no Santuário do Caraça, em Minas Gerais, sua obra ganhou destaque, pois trata-se da primeira igreja neogótica brasileira: a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, uma edificação religiosa muito peculiar, no que diz respeito ao

local onde foi implantada, a forma como foi construída e por seu ineditismo em solo brasileiro, além é claro, da ligação entre esta igreja e a Congregação da Missão.

Para abarcarmos o complexo arquitetônico do Santuário do Caraça, que recebeu como aparte esta referida igreja devemos nos perguntar porque a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens possui tais diferenciais, devemos compreender, para que finalidade ela foi construída no lugar de uma capela barroca. Seria uma busca pela harmonização entre a paisagem natural exuberante e arquitetura? Será que Clavelin compôs uma arquitetura mais imponente para não ficar aquém da natureza ao redor?



Figura 4 - Desenho de Martius. **Fonte:** <http://www.santuariodocaraca.com.br/>



Figura 5 - Caraça atual com a igreja neogótica (1883). **Fonte:** <http://www.santuariodocaraca.com.br/>

Considerações finais

Diante desta análise, e pelo fato deste trabalho ainda estar em andamento, por ora, pudemos perceber que a justificativa para implantação de uma “nova” tipologia arquitetônica neogótica vai muito além de questões estruturais, como ampliação do espaço da edificação religiosa que ali existia anteriormente, para que se pudesse acomodar um contingente maior de fieis, ou atrair maior número de peregrinos.

A Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens combina com o clima do lugar, Serra do Caraça, em Catas Altas, que é parecido com o da Europa, possui todos os elementos do Gótico, apesar de modesta, porém, esta igreja criou ali, uma atmosfera de introspecção, que convida o indivíduo a ter uma experiência com o Sagrado, de um modo diferente de todas as igrejas daquela região.

O projeto arquitetônico da igreja nos mostra que esta possui acessos que ligam as outras dependências do Santuário ao seu interior, o que nos leva a pensar que esta “nova” igreja fora construída para a comunidade que residia ali, naquela ocasião: internos e o clero. Conduzindo-os a refletir sobre uma nova forma de se pensar a educação religiosa oferecida ali e uma nova forma de se pensar o sagrado.

Bibliografia

SILVA, Francisco de Paula. Um sacerdote modelo ou biographia do Padre Júlio José Clavelin da Congregação da Missão. Petropolis, 1910.

VASCONCELOS. Sylvio de. Topos - Ver. Arq., Belo Horizonte, n.1, p. 148-163, jul./dez. 1999.

PANOFSKY, Erwin. Arquitetura gótica e escolástica, Sobre a analogia entre arte, filosofia na Idade Média. Trad. Wolf Hörnke. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GOMBRICH, E. H. A História da Arte. Trad. de Álvaro Cabral. Lisboa: LTC. s/d, 1999.

BAUMGART, Fritz. Breve História da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PATETTA, L. “Considerações sobre o Ecletismo na Europa”. In Fabris, Annateresa. Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Studio Nobel: EDUSP. 1987.

LASSANCE, Guilherme. “Ensino e teoria da arquitetura na França do século XIX: O debate sobre a legitimidade das referências”. In: Leituras em teoria da Arquitetura, vol. 1 – Coleção PROARQ. Org. Beatriz Santos de Oliveira, Guilherme Lassance, Gustavo Rocha-Peixoto, Laís Brostein. Rio de Janeiro: Viana e Mosley. 2009.

DE FUSCO, Renato. A idéia de arquitetura. Trad. José Eduardo Roli. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

PEREIRA. S. P. “Ensino e teoria da arquitetura na França do século XIX”. In: Leituras em teoria da Arquitetura, vol. 1 – Coleção PROARQ. Org. Beatriz Santos de Oliveira, Guilherme Lassance, Gustavo Rocha-Peixoto, Laís Brostein. Rio de Janeiro: Viana e Mosley. 2009.

O termo contratual de 1754 e as modificações no retábulo-mor da matriz do pilar, em Ouro Preto

João Henrique Grossi Sad Jr.

Bacharel em Desenho/ Licenciado em Desenho e Plástica
UFMG

joao.sad@gmail.com

RESUMO: O retábulo da capela-mor da Matriz do Pilar, em Ouro Preto, é considerado a obra-prima da talha em estilo joanino na capitania das Minas. Partindo da análise de um termo contratual firmado em 1754 - e levando em conta as exigências eclesiásticas coetâneas - este artigo investiga modificações realizadas na estrutura daquela obra após a morte de seu principal realizador, Francisco Xavier de Brito.

PALAVRAS-CHAVE: Termo contratual; retábulo; modificação.

ABSTRACT: The main retable's woodwork at Mother Church of Pilar, Ouro Preto, is regarded as the highest point of joanine style in Minas Gerais. Starting from a contract signed in 1754, the following article analyses structural changes made on that retable after the death of its main creator, Francisco Xavier de Brito. In doing so, the article considers coetaneous ecclesiastical demands.

KEYWORDS: Contract; retable; modification.

A inspiração para essa pesquisa surgiu durante a leitura de um artigo de Sabrina Mara Sant'Anna sobre os sacrários da igreja matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. No corpo do artigo a autora transcreve um documento de 1754, através do qual a Irmandade do Santíssimo Sacramento, responsável pela manutenção da capela-mor daquela igreja, contrata o artífice José Coelho de Noronha para realizar modificações no retábulo-mor (SANT'ANNA, 2013, p. 48). Diante de uma fotografia do retábulo, percorri o documento analisando os itens da reforma, e percebi que havia ali um desafio instigante. Os termos técnicos do século XVIII não eram os mesmos usados hoje em dia pelos historiadores, e para compreendê-los foi preciso relacionar as solicitações do contrato às feições originais do retábulo. Esse esforço de interpretação levou naturalmente às conjecturas sobre a forma primitiva do retábulo. Aproximar-se daquela forma é um dos objetivos desse estudo; outro objetivo é investigar as razões – que levaram a Irmandade do Santíssimo Sacramento a alterar a obra-prima de um dos mais talentosos entalhadores de sua época, o português Francisco Xavier de Brito. Finalmente, pretendemos demonstrar que, entre a forma original do retábulo e a que temos hoje em dia, preciosas feições intermediárias igualmente se perderam.

O estilo joanino na Capitania das Minas e o retábulo-mor do Pilar de Ouro Preto

O século XVIII viu chegarem a Minas Gerais dois estilos portugueses de retábulos barrocos. O segundo deles, chamado *D. João V* ou simplesmente *joanino*, prevaleceu a partir da terceira década do século (ÁVILA, 1996, p.172). Seu nome é um tributo ao monarca que, devotado à cultura da Itália, patrocinou um programa sistemático de importação da arte e dos artífices daquele país, os quais iriam alterar os rumos da cultura retablística portuguesa. Passaram a fazer parte dos retábulos, entre outros elementos, os dosséis¹, as colunas torsas com terços inferiores estriados, os quartelões² e as figuras antropomórficas de grande porte. Germain Bazin, autor da mais importante obra de síntese sobre a talha luso-brasileira, distingue duas tipologias da talha joanina:

São ainda numerosos em Minas os altares e decorações realizadas no primeiro estilo D. João V, estilo barroco visando à riqueza pela superabundância e ao qual a cidade do Porto se manteve fiel, enquanto em Lisboa, desde 1725, já se esboçava um estilo mais moderado (BAZIN, 1983, p. 337).

O estilo lisboeta, de ênfase arquitetônica e grande elegância decorativa, também chegaria a Minas Gerais. Nas palavras de Bazin, “por volta de 1745, quando a desordem barroca atingia o paroxismo, processou-se a uma reforma, tendendo a um maior rigor arquitetônico” (BAZIN, 1983, p. 341). O historiador atribui a mudança à atuação do português Francisco Xavier de Brito, nascido supostamente na região de Lisboa, por volta de 1715. Temos notícias dele no Rio de Janeiro a partir de 1734 (HILL, 1996, p. 47), onde trabalhou ao lado de Manoel de Brito, criando na capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência uma “obra-prima dessa escola lisboeta, que orientando a escultura para a estatuária, conseguiria integrá-la numa rítmica decorativa” (BAZIN, 1983, 330). Em Minas, seus passos iniciais têm registros esparsos, mas a partir de 1746 sabemos com detalhes de sua contratação para a criação da talha da capela-mor da igreja matriz do Pilar de Ouro Preto. Em 1751 encontrava-se doente, vindo a falecer no dia de Natal. Não sabemos se, na ocasião, a talha do retábulo estava pronta, e pode ser que seu sócio Antônio Henriques Cardoso ou outro entalhador tenha concluído o serviço (BAZIN, 1983, p. 80-81). Seja como for, Francisco Xavier de Brito deixou uma marca inconfundível de sofisticação e delicadeza na talha da capela-mor do Pilar. A partir dali, estava definitivamente implantado na região o segundo estilo D. João V a que Bazin se refere, também chamado de joanino *evoluído*.

¹ Coberturas salientes incorporadas aos nichos (cavidades) centrais dos retábulos (cf. ÁVILA, 1996, p. 141).

² Pilastras entalhadas com relevos que lembram rolos de pergaminho abertos (cf. ÁVILA, 1996, p. 169).

O termo contratual de 1754

Antes que se passassem três anos da morte de Francisco Xavier de Brito, decisivas alterações no retábulo-mor foram contratadas. A 23 de junho de 1754, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, juntamente com membros da Irmandade de Nossa Senhora do Pilar, declarou a existência de “vícios e erros de arquitetura” no retábulo, e a necessidade de reformas para “haver de emendar e ficar a obra com simetrias necessárias e o decoro devido a semelhante lugar³”. Ficou estabelecido “q se fizesse a obra necessária p.^a a emenda dos ditos erros como tambem o nicho ou lugar q. se inleger maes comodam.^{te} p.^a acollocação da Imagem da ditta Snr.^a como padroeyra q. he desta matris” (*apud* SANT’ANNA, 2013, p. 47). Alguns dias depois, firmou-se o seguinte termo contratual, no qual foram especificados os itens da reforma e o nome do artífice responsável pela obra, José Coelho de Noronha:

Tr. que fas a Irmand^e do Santissimo Sacrm.^{to} a Jose Coelho de Noronha para concertar e compor oTr[o]no Levantar a cupula e fazer o nicho de N. Snr.^a do Pillar (?)

Aos vinte e seis dias do mes (?) de1754 sendo na casa do consistorio desta Matriz de Nossa Senhora do Pilar estando junto os officiais da mesa do Santissimo Sacramento a Saber Provedor, Procurador, Thizr.^o comigo Escrivão abaixo nomeado em virtude do Tr.^o q. se acha visto em mesa neste L.^o afl. 83 em que nos dá orde os dittos Irmãos para a meza mandar concertar o Tr[o]no, e a maes obra que necessita a talha da capela mor a qual com effeito ajustamos a saber aLargar a boca da Tribuna Levantar a muldura da capela e os quartoes místicos pollos p.^r Sima da colluna Redonda, e no Lugar em q. Estavão por hua quartelas com Seus Rapazes debaixo, o Torno desmancha elhe todo, e pollo na figura de Seis tavo, e puxallo mais fora o possível e a Recualo atrás meyo palmo, e por obancos com igualdade de Sorte de Sorte q.’ Se passa andar com facelid.^e Por cima delles e aSim maes duas cúpulas nos nichos com Suas pianhas e também hum nicho (?) Para nosso Snr.^a seguindo a figura do banco ao Sacrário em Seistavo as costas furadas de tavoado (?) e tudo Será Levadio, e o barrete de Sima e as quatro quartelas servirás de pillares tudo será em talhado na melhor forma q. na paraje Se poder acomodar de Sorte que não aSombre a boca, e tr[o]no, e que fique descobreta a Senhora para o que se lhe botará pra (?) os dous Serafins q. estão em Sima do Sacrario e tudo o mais q. José coelho de Nor.^a offeicial de entalhador entender e no lhe dissemos ao fazer deste cuja obra ajustamos com o ditto José coelho por preço e quantias de trezentas oitavas de ouro de mil e duzentos cuja nos obrigações nos obrigamos a Satisfazer pelos bens’ desta Irmand.^e ev.^a a todo o tempo constar fizemos este tr.^o que todos assinamos e Miguel Lopes de Arayo Escrivão desta Irmd.^e q. esta mandey fazer e asinamos. /João de Souza Lx.^a /Manoel Mor.^a Trr.^a/Miguel Lopes de Ar.^o /Jose Coelho de Noronha /João Pinto de Mir.^{da} (*apud* SANT’ANNA, 2013, p. 48)

³ Uma explicação completa sobre o significado dos conceitos de *simetria*, *decoro* e outros termos, no século XVIII, pode ser lida na interessante tese de doutorado de Rodrigo Bastos (ver Bibliografia).

Antes de passarmos à análise comparativa entre os itens do contrato e as feições atuais do retábulo-mor (Figura 1)⁴, falaremos brevemente sobre o espírito subjacente ao processo de criação artística na Capitania setecentista – local e época em que o caminho estético para o céu era pautado pelas exigências da Contra-reforma. Assim será possível especular sobre a natureza dos “vícios e erros de arquitetura” do retábulo-mor e sobre a importância da criação de um nicho para expor a imagem da padroeira.



Figura 1 – Retábulo-mor

As matrizes de Minas Gerais, no século XVIII, constituíam um símbolo da presença da igreja na colônia. A imponência da Matriz do Pilar de Vila Rica – antiga Ouro Preto – permitia que se realizassem ali, além das cerimônias ordinárias do culto, a posse de governadores e as comemorações de nascimentos, casamentos e exéquias reais (BASTOS, 2009, p.110). Naturalmente, qualquer obra ali exigiria os melhores profissionais, e à época do contrato, José Coelho de Noronha era talvez o mais conceituado entalhador da Capitania, tendo já trabalhado em igrejas como a matriz de Santa Bárbara e a Sé de Mariana

⁴ Os desenhos desse artigo foram criados pelo autor.

(PEDROSA, 2012, p. 84). O valor a ser pago, trezentas oitavas de ouro, era quantia alta para a época, o que nos leva a pensar sobre a importância da função desempenhada por este aparato decorativo, o retábulo-mor.

A prática contra-reformista colonial solicitava a máxima atenção para o culto da missa e o sacramento da Eucaristia, e nesse contexto o retábulo-mor era um elemento de destaque. Construído em espaço sagrado - a capela-mor - ele é o termo do itinerário simbólico que o fiel deve percorrer ao entrar na igreja. O conjunto de sua iconografia, que costuma trazer, além do sacrário, imagens de santos, anjos, as figuras da Trindade e outros símbolos, traduz em imagens o destino a que o fiel se dispõe através da Eucaristia. Myriam Ribeiro descreve um dos artifícios usados para induzir os fiéis a concentrarem sua atenção no retábulo-mor:

Este ponto central de organização decorativa do ambiente (...) é naturalmente o altar-mor⁵, para o qual é dirigida de imediato a atenção do espectador a partir da porta de entrada, por um jogo sutil de convergências, no qual os retábulos laterais funcionam como etapas intermediárias até a região do arco-cruzeiro, onde os retábulos são colocados propositadamente de viés acentuando o efeito de convergência. (OLIVEIRA, 2007, p. 372)

A abertura central de tais retábulos, a tribuna ou camarim, contém uma estrutura em degraus chamada de trono eucarístico (ver fig.1). No século XVIII, o topo do trono eucarístico era reservado para a exposição de um dos símbolos mais valiosos do catolicismo, o Santíssimo Sacramento. Esse aparato tinha apoio oficial: recorreremos à norma pontifícia de 1705, chamada *Instructio Clementina*, primeiro documento oficial a referir-se ao trono eucarístico (MARTINS, 1991, p. 33). Fausto Martins descreve a preocupação de manter livre, para os fiéis, a visão do Santíssimo Sacramento, quando esse estivesse exposto no trono:

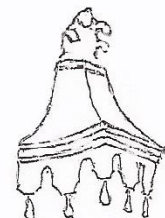
Toda a igreja em geral e a capela-mor em particular devia estar decorada com grande aparato, mas observando escrupulosamente a norma que estipulava que o senhor exposto deveria ser visto de qualquer ângulo do templo (MARTINS, 1991, p. 33-34).

O retábulo-mor também era o espaço de exposição do santo ou santa padroeira do templo, cuja imagem ficava ao pé do trono eucarístico, sobre o sacrário (OLIVEIRA, CAMPOS, 2010, p.74).

O padrão descrito acima foi seguido na Matriz do Pilar de Vila Rica. Ali, aqueles dois ícones - o Santíssimo Sacramento e a santa padroeira - ao centro do retábulo-mor, enquadrados pela moldura da boca da tribuna, transformavam-se em uma espécie de ponto de

⁵ *Altar-mor* é entendido aqui como o conjunto formado pela mesa do altar e o retábulo.

fuga na perspectiva geral do interior da igreja. O parágrafo inicial do contrato de 1754 (“T[arefa]. que fas a Irmande do Santissimo Sacrm.º (...) para concertar e compor oTr[o]no Levantar a cupula e fazer o nicho de N. Snr.ª do Pillar”) demonstra a intenção de enfatizar a ambos como centros da convergência decorativa da Matriz. Esse e outros trechos (“aLargar a boca da Tribuna Levantar a muldura da capela”) sugerem que a abertura original da tribuna era insuficiente para expor com a devida decência o Santíssimo Sacramento. O texto é omissivo quanto às providências para se alargar a tribuna, concedendo, porém (“e tudo o mais q. José coelho de Nor.ª [...] entender”), liberdade para que Noronha tomasse iniciativas (de acordo com nossas visitas à capela-mor, podemos apenas, até o momento, sugerir a hipótese de que os *intercolúnios* - seções entre as pilastras centrais, ou quartelões, e as colunas externas - tenham sido cortados, criando espaço para afastar os quartelões um do outro). É mais fácil conjecturar sobre a maneira como foi levantada a “muldura da capela”. O texto diz em seguida: “e os quartoes místicos pollos p.ª Sima da colluna Redonda, e no Lugar em q. Estavão por hua quartelas com Seus Rapazes debaixo”. *Quartela* é uma “peça que, numa estrutura ornamental, serve de sustentação a outra” (ÁVILA, 1996, p. 169). Na fig.2 vemos uma das duas quartelas (com um anjo adulto em cima e outros três *rapazes*) encomendadas com o fim de serem postas sobre as pilastras centrais (ver fig.1). Por determinação do contrato, o par de quartelas deveria substituir os “quartões místicos”, e aqui surge uma interessante questão de interpretação. Tudo indica que os “quartões místicos” a que o contrato se refere são o que hoje chamamos de *fragmentos de frontão* (fig.3). Acreditamos que o termo *quartão* devia-se ao formato em quarto de circunferência de tais elementos (*místicos*, pela presença dos anjos). “Collunas redondas” seriam as colunas externas, chamadas hoje de *salomônicas* ou *pseudo-salomônicas*. A partir do contrato deduzimos que, originalmente, os fragmentos de frontão ficavam sobre as pilastras centrais.

**Figura 2****Figura 3****Figura 4**

Em relação ao trono eucarístico, não temos condições, até o momento, de avaliar os artifícios usados para “desmancha elhe todo, e pollo na figura de Seis tavo, e puxallo mais fora o possível e a Recualo atrás meyo palmo, e por obancos com igualdade (...) de Sorte q.’ Se passa andar com facelid.º Por cima deles”; dessa forma, comentaremos apenas sobre o motivo de tais exigências, e não sobre sua efetiva realização⁶. Simbolicamente, a *figura de sextavo* (hexágono) tem uma função eucarística (BASTOS, 2009, p.192); a forma sextavada também harmonizaria o trono com duas outras estruturas hexagonais, o sacrário e o zimbório⁷. E as mudanças nas medidas dos degraus serviriam para adaptá-los à circulação das pessoas no espaço do camarim, que até hoje é eventualmente percorrido.

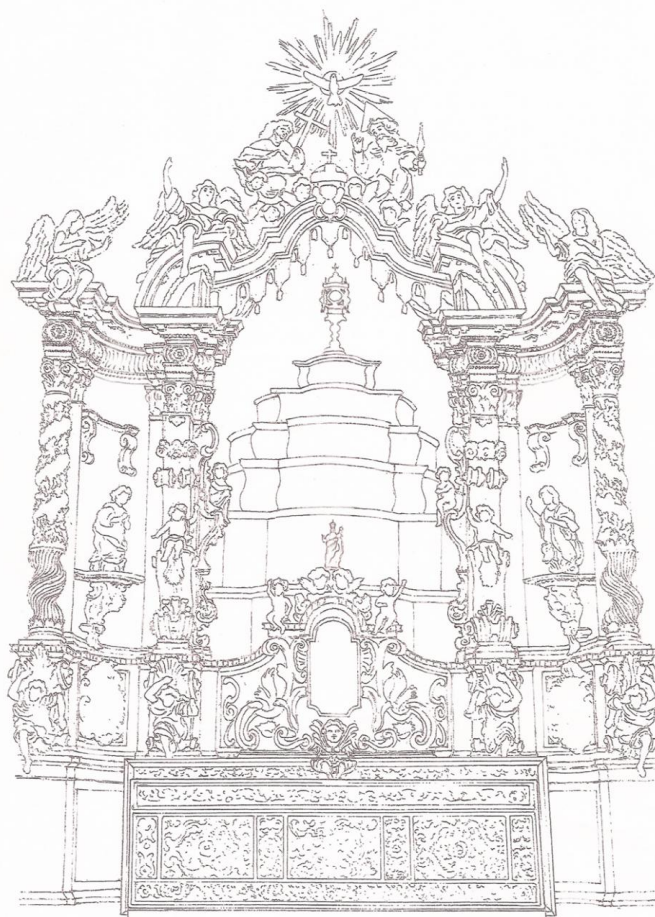


Figura.5

A fig.5 traz uma possível reconstituição da forma original do retábulo. O dossel, mais baixo, é sustentado pelos “quartões místicos”, e os dois anjos adultos que hoje estão sobre as quartelas criadas por Noronha ocupam os topos das colunas externas. O desenho suprime as

⁶ A dificuldade em constatar a realização de certos itens nos leva a considerar a hipótese de que nem todas as exigências do contrato foram cumpridas literalmente.

⁷ Torre que coroava a abóbada da capela-mor, à época (BASTOS, 2009, p.168).

pequenas cúpulas laterais (fig.4) solicitadas pelo contrato⁸ (“e a Sim maes duas cúpulas nos nichos com Suas pianhas”) e os santos que hoje estão sob elas, já que os santos setecentistas eram outros (OLIVEIRA, CAMPOS, 2010, p.49). No topo do trono está a custódia⁹ na qual se expunha a hóstia consagrada, e sobre o sacrário a primitiva imagem da padroeira, hoje guardada no museu da Matriz. Esta imagem, menor que sua sucessora (do século XIX), perde em dimensão ao ser vista junto aos anjos que estão sobre o sacrário¹⁰. Isso nos leva a pensar no nicho como um expediente para acentuar a imagem da padroeira em meio a outros elementos maiores e mais expressivos. Provavelmente a devoção à santa era inversamente proporcional a seu tamanho; temos uma idéia da intensidade dessa devoção através das palavras de frei Agostinho de Santa Maria, que escreveu sobre a Matriz do Pilar e sua santa:

Acabado o Templo, & posto em toda a perfeição, tratáráo logo de colocar nelle a Santissima Imagem da Rainha da Gloria [...] Está a Senhora colocada sobre o seu Pilar no meyo do Altar mòr como Senhora, & Padroeira daquela casa. A sua estatura são três palmos, & o pilar tem os mesmos, este he fingido de pedra, & a Senhora estofada de ouro.

O anno em que se solemnizou esta colocação daquela soberana Senhora, foy o de 1710, em dia de sua gloriosa Assumpção quinze de Agosto, & neste dia esteve a Igreja muyto ricamente armada. Logo que foy colocada, acendeo Deos em todos os que habitavaõ aquella terra hum taõ grande fogo de devoção para com esta Senhora, que este considero eu, ser hum dos seus grandes milagres, & tambem naõ he pequeno o grande zelo, & fervorosa devoção, com que a servem, & e a festejaõ todos os annos (...) (SANTA MARIA, 1723, p.238)

Assim como o zimbório, demolido alguns anos depois de sua construção, nenhum vestígio do nicho da padroeira restou na Matriz. Sua confecção, porém, é confirmada por recibos assinados por Noronha em 1754 (PEDROSA, 2012, p.234). Na tentativa de reconstituir suas feições, recorreremos ao retábulo de Nossa Senhora do Rosário da matriz de Catas Altas (fig.6)¹¹, que possui um nicho cuja estrutura condiz com a solicitação do contrato: “hum nicho Para nosso [sic] Snr.^a seguindo a figura do banco ao Sacrário em Seistavo (...) e o barrete de Sima e as quatro quartelas servirás de pillares”. O trecho sugere uma espécie de baldaquino formado por quatro pilares e encimado por uma cobertura em forma de barrete de clérigo, cobrindo a imagem da padroeira; tal estrutura ficaria sobre o sacrário. A redação do

⁸ Noronha criou cúpulas semelhantes em Caeté, quatro anos depois.

⁹ Peça de prata cinzelada que se perdeu em um roubo no século XX.

¹⁰ O posicionamento original desses anjos é controverso. O contrato fala em “*dous Serafins q. estão em Sima do Sacrario*”, sem especificá-los. A situação atual sugere uma remontagem; decidimos mantê-la no desenho para mostrar o contraste entre as dimensões dos anjos e da padroeira.

¹¹ Foto do autor.

contrato cuidou para que o nicho não obstruísse a visão da tribuna (“de Sorte que não aSombre a boca, e tr[o]no”), vindo talvez daí a instrução para que o fundo do nicho deixasse passar a luz (“as costas furadas de tavoado”). É possível que houvesse um cortinado a ser aberto por serafins, como de costume no estilo joanino; em todo caso, a instrução era para que a santa ficasse claramente visível (“e que fique descobreta a Senhora”).

Mais importante, porém, talvez seja a presença de fragmentos, de origem incerta, transferidos do depósito da Matriz do Pilar, em 1994, para a vizinha capela do Senhor do Bonfim, e que hoje servem de oratório (fig.7)¹². A remontagem conta com um dos pilares originais e parte do topo da estrutura, em forma de cúpula, com anjos aos quais faltam vários membros (cabeças de anjos também foram retiradas do pilar que restou). O suporte à direita e a moldura central que simula um sacrário são reconstituições. Certos fatores nos levam a supor que estes são os remanescentes do nicho construído por Noronha: as medidas da base da estrutura (supondo-se que houvesse quatro pilares) permitiriam sua colocação sobre o sacrário; a altura interna é suficiente para abrigar a imagem da primitiva santa; o topo da estrutura, como em Catas Altas, lembra a forma de *barrete*, exigida no contrato; e finalmente, a qualidade da fatura dos anjos indica que foram construídos por um artífice consumado.



Figura 6

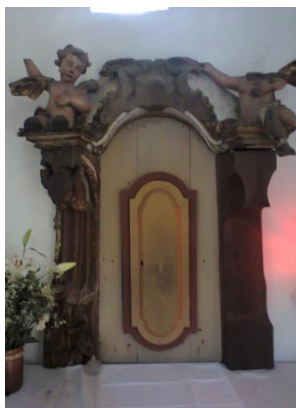


Figura 7



Figura 8

A fig. 9 propõe uma reconstituição da tribuna do retábulo-mor, contendo o nicho, a custódia e o resplendor (fig.8)¹³, também construído por Noronha¹⁴. O desenho do nicho segue a forma do oratório da capela do Bonfim. Respeitamos, na medida do possível, as proporções

¹² Foto do autor.

¹³ Foto de Victor Godoy.

¹⁴ A peça, conservada hoje em dia no coro da Matriz, perdeu duas de suas cabeças de anjos; foi encomendada a Noronha em 1752 (PEDROSA, 2012, p.226), e até os dias de hoje é ocasionalmente exposta sobre o trono.

entre este, a santa primitiva e o retábulo¹⁵; tentamos o mesmo com o resplendor e a custódia. (A superposição de ambos no topo do trono compunha um truque visual tipicamente barroco: a impressão de que a custódia era sustentada pelos anjos em pleno vôo.)



Figura 9

Conclusão

Essa pesquisa teve para mim um caráter ambivalente. Por um lado, ela acrescentou novos itens ao inventário de perdas sofridas pela capela-mor da Matriz do Pilar de Ouro Preto (a tese de Rodrigo Bastos apresenta uma reconstituição da capela-mor à época em que o zimbório ainda estava lá). Em vários momentos, porém, senti um tipo de satisfação que, imagino, é semelhante à do paleontólogo que descobre um sítio cheio de ossos pré-históricos. Essa satisfação deve ser dividida com os especialistas que me ouviram e orientaram, desde o início: Alex Bohrer (*IFMG*), Marcos Hill e Adalgisa Campos (ambos da *UFMG*); devo citar também a generosidade do pessoal da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, em especial seu administrador, Carlos José, que contribuiu com informações valiosas, incluindo a dica do oratório da capela do Bonfim.

¹⁵ Nessa reconstituição decidimos retirar os quatro anjos sobre o sacrário; de acordo com o contrato, dois deles sairiam dali para compor o nicho.

As conjecturas e reconstituições propostas ao longo deste artigo não pretendem ser definitivas; reconheço que o assunto foi abordado de maneira incipiente. Como se trata de um conteúdo muito rico, minha intenção é aprofundar o estudo para apresentá-lo em breve com mais consistência.

Bibliografia

ÁVILA, Affonso, GONTIJO, João & MACHADO, Reinaldo. *Barroco Mineiro - Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

BASTOS, Rodrigo Almeida. *A maravilhosa fábrica de virtudes: o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711-1822)*. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo - Programa de pós-graduação em Arquitetura. São Paulo, 2009, 438 p. (Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-08092010-160646/pt-br.php>)

BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Trad. Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1983, 2 v.

HILL, Marcos Cesar de Senna. *Francisco Xavier de Brito: Um artista desconhecido no Brasil e em Portugal*. In: *Revista do Instituto de Filosofia Arte e Cultura*. Ouro Preto, n. 3, dez. 1996, pp. 46-51.

MARTINS, Fausto Sanches. *Trono eucarístico do retábulo barroco português: origem, função, forma e simbolismo*. In: *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*. Porto, v. 2, 1991.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

_____. *Barroco e rococó na arquitetura religiosa da capitania de Minas Gerais*. In: *História de Minas Gerais – as Minas Setecentistas* (REZENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (org). Belo Horizonte: Autêntica, v. 2, 2007.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de, CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Barroco e rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana*. Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, 2010, 2v.

PEDROSA, Aziz José de Oliveira. *José Coelho de Noronha: artes e ofícios nas Minas Gerais do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – UFMG, Programa de pós-graduação em Arquitetura, Belo Horizonte, 2012, 303 p.

SANTA MARIA, Agostinho de, frei. *Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora*: tomo décimo. Rio de Janeiro: Inepac, 2007.

SANT'ANNA, Sabrina Mara. *A igreja de Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica, Matriz do bairro Ouro Preto: Mecenato confrarial e a ornamentação dos sacrários*. In: *De Vila Rica à imperial Ouro Preto*. (org. Adalgisa Arantes Campos) Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, pp. 31-54.

A Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto: apropriações de um espaço religioso – séculos XVIII e XIX

Leandro Gonçalves de Rezende

Mestrando em História Social da Cultura

Universidade Federal de Minas Gerais

lgrufmg@gmail.com

RESUMO: Em 2012, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, completou 300 anos de sua instituição paroquial. Desde o século XVIII, esse templo é um símbolo de fé nas terras mineiras; espaço de sociabilidade e de encontro, marcando a vivência desta população. Além disso, a matriz é um espaço de integração, disputas, convivências e relações próprias de uma tradição barroca, demarcando sua presença como ponto de referência sociocultural.

PALAVRAS-CHAVE: Matriz do Pilar – Ouro Preto/MG; religiosidade; paisagem urbana.

ABSTRACT: In 2012, the Church of Our Lady of Pillar, in Ouro Preto, completed 300 years of its establishment. Since the 18th century, this temple is a symbol of faith in Minas Gerais; space of sociability and meeting, marking the living of this population. The church is also a place of integration and disputes, as well as a sociocultural reference.

~
KEYWORDS: Matriz do Pilar – Ouro Preto/MG; religiousness; urban landscape.

Introdução

Em 2012, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto completou 300 anos de sua instituição paroquial e laureando essa data jubilar a Matriz recebeu o título horrífico de Basílica Menor, benesse concedida diretamente de Roma¹⁶. Com efeito, desde o século XVIII, esse templo é um símbolo de fé nas terras mineiras; espaço de sociabilidade e de encontro, marcando a vivência desta população. Todavia, para além de sua função religiosa, a Matriz do Pilar, em meados do século XX, transformou-se em espaço de memória e de preservação na medida em que foi tombada como patrimônio histórico. Assim, atualmente, esse espaço apresenta duas claras funções: a religiosa e a turística. Ambas são imbricadas, porém nem sempre harmoniosas. Enquanto um patrimônio, na matriz, busca-se congelar os aspectos arquitetônicos, artísticos e os costumes em função de se preservar um passado, no qual a religiosidade era preponderante. Hoje, a sacralidade do local necessariamente dá lugar a uma lógica patrimonial, que usa do ambiente e da tradição

¹⁶ Basílica Menor é um título honorífico concedido pelo Papa às igrejas consideradas importantes por diversos motivos tais como: veneração, importância histórica e/ou beleza artística e arquitetônica. A Matriz do Pilar tornou-se Basílica Menor de Nossa Senhora do Pilar em 1º de dezembro de 2012, sendo esta a data de sua consagração.

religiosa para atrair cada vez mais turistas e visitantes, que, ali, podem “reviver” nostalgicamente o tempo de outrora.

O presente texto busca entender algumas das funções religiosas do templo, identificando-as no contexto urbano e observando como a Matriz do Pilar foi um espaço amplo, diversificado e apropriado de maneiras distintas pelos habitantes da vila, desde o início de sua construção. Nos séculos XVIII e XIX, ela era claramente um lugar de fé, presente na vida cotidiana de Vila Rica em vários aspectos: ofícios religiosos, registros paroquiais (batismo, casamento e óbito), festividades, procissões, etc. Para essa “cultura barroca” a matriz ocupa lugar de destaque nos modos de organização da vida social, pois é a sede da freguesia, obtendo várias prerrogativas como veremos adiante. Até hoje, ainda conserva-se o uso religioso, não obstante o seu tombamento em 1939¹⁷, que a considera também como um patrimônio histórico e um lugar de memória.

Nosso recorte temporal compreende os séculos XVIII e o XIX, época de grande apelo religioso, mas ressaltamos que desde meados do *oitocentos* instaura-se na sociedade luso-brasileira um processo de dessacralização do mundo, que deslegitima, pouco a pouco, a importância da Igreja, ou seja, trata-se de um período no qual se efetua gradual mudança de mentalidade, baseada na racionalidade e na secularização. Assim, no texto destacar-se-á as múltiplas funções de uma edificação religiosa, discutindo alguns usos dos espaços públicos, nos séculos XVIII e XIX. Logo, nosso trabalho se justifica, pois a Matriz do Pilar faz parte de paisagem urbana de Ouro Preto, na qual a presença de monumentos religiosos é indissociável. Além disso, a matriz e seu entorno produzem sentidos e significados, numa dimensão identitária, para aqueles que se utilizam deles, tanto como espaço de devoção quanto espaço de fascínio e encantamento diante do esplendor de uma decoração homogênea, profusa e dourada.

A Matriz e o contexto urbano: um espaço de fé e de sociabilidade

Por que escolhemos um monumento religioso para se falar de um contexto urbano e social? O primeiro motivo está no monumento em si, pois não se trata de uma igreja qualquer. Escolhemos uma matriz, que na jurisdição católica é considerada a principal igreja de um lugar¹⁸. Vila Rica é resultado da fusão de pequenos arraiais, e, conseqüentemente, possui duas

¹⁷ Tombamento: Processo nº 75-T, Inscrição nº 246, Livro Belas-Artes, fls. 42. Data: 08.IX.1939.

¹⁸ Segundo o dicionário de Bluteau, a igreja matriz é a mais antiga e cabeça das demais. Difere-se de capelas e ermidas e também da catedral, que é a sede do bispado. Cf: BLUTEAU, *Vocabulario portuguez & latino*.

matrizes: a de Nossa Senhora da Conceição, em Antônio Dias e a de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, atual Bairro do Pilar.

A Matriz do Pilar é caracterizada por sua imponente e pomposa decoração e faz parte da paisagem urbana de Ouro Preto, cuja geografia é marcada por encostas, morros e vales, numa “configuração longilínea”, que articula os núcleos primitivos com uma praça central, onde estão os monumentos cívicos. De acordo com Fridman e Macedo, em estudo sobre o Rio de Janeiro,

o desenho urbano, quando analisado em sua gênese, reflete os processos de acumulação e de parcelamento dos patrimônios territoriais verificados ao longo do tempo. Neste contexto, ordens religiosas e irmandades, através de seus patrimônios imobiliário e fundiário desempenharam (...) importante papel no processo de conformação do chão da cidade (FRIDMAN e MACEDO, 2006, s/p).

Nesse sentido, destaca-se a Matriz do Pilar, que está situada na parte baixa da cidade, pois no seu entorno, local próximo aos córregos de mineração, foi onde se iniciou um daqueles primitivos núcleos urbanos. Ao pensar na configuração desses vilarejos em Minas, não podemos olvidar do papel desempenhado pela Igreja, pois “além de propagar a fé, os religiosos exerciam um importante papel político, social, normativo e institucional”. (FRIDMAN e MACEDO, 2006, s/p). Essa atuação, é claro, interviria no desenho urbano, principalmente com a construção das igrejas, que marcariam sobremaneira a paisagem, agregando os fiéis ao seu entrono.

Percebemos que o aumento populacional e urbano, associado com as demandas da crescente população, foi um dos principais motivos da reconstrução da matriz ainda na década de 1730. É importante salientar que essa segunda construção mudou a orientação espacial da igreja, cuja fachada ficou, em consequência, descentralizada em relação ao tecido urbano já definido. Inicialmente a fachada da antiga capela ficava na direção da Rua do Pilar, no lado oposto ao atual. Com a mudança, a matriz perde seu adro e fica desalinhada em relação à praça fronteira. Temos a sensação de que as casas invadem seu território, pois é comum, na tradição colonial portuguesa, que as construções religiosas ficassem no topo dos morros, sem edificações leigas no entrono, que geralmente servia como cemitério. Como bem enfatizou Oliveira e Campos,

entre as igrejas históricas da antiga Vila Rica, a Matriz do Pilar é certamente aquela que mais fascínio exerce sobre o visitante. Situada no fundo de Ouro Preto, sem adro fronteiro, sua fachada surge descentralizada em relação à atual Rua Conselheiro Santana, produzindo sensação de inusitado (OLIVEIRA e CAMPOS, 2012, p. 42).

Uma das características marcantes da ocupação do território mineiro é o seu “caráter citadino”. Segundo Cláudia Damasceno Fonseca “desde as primeiras descobertas auríferas, realizadas no final o século XVII, a mineração induziu uma ocupação mais densa do que a que se verificou em outras regiões da colônia e favoreceu o desenvolvimento de uma sociedade e de uma economia mais diversificadas” (FONSECA, 2003, p. 40). Sociedade esta, prioritariamente católica, na qual a matriz é um local de referência para o núcleo urbano, independente de sua classificação enquanto cidade, vila ou distrito. Ouro Preto foi uma vila (Vila Rica) e não uma cidade¹⁹. Segundo o dicionário de Raphael Bluteau (verbetes “Cidade”, 1712 – 1728), cidade é “uma multidão de casas distribuídas em ruas e praças, cercadas de muros e habitadas de homens, que vivem em sociedade e subordinação”, enquanto a vila é uma “povoação aberta, ou cercada, que não chega a cidade, nem é tão pequena, como aldeia. Tem Juiz, Senado da Câmara e Pelourinho” (BLUTEAU, verbete “Vila”, 1712 – 1728). Percebemos que a diferença entre vila e cidade é pouca e está demarcada como uma disputa simbólica associada à hierarquização da rede urbana, de acordo com as funções administrativas – civis e eclesiásticas – atribuídas pelo rei ou seus representantes.

Não podemos esquecer que pelo Padroado Régio, os ideais da Igreja e do Estado estavam atrelados, de modo que essa união garantia a presença constante e numerosa de religiosos, com suas igrejas e valores, em todo o universo luso-brasileiro. Em Minas, especificamente, as grandes experiências arquitetônicas recaíram sobre as construções religiosas seculares, paroquiais e capelas de confrarias, uma vez que as ordens monásticas foram proibidas nesta região (BAZIN, 1983, p. 193).

Além disso, a Matriz do Pilar é própria de uma cultura barroca, que segundo Maravall, corresponde a uma construção histórica que contempla dimensões políticas, econômicas, sociais, religiosas, artísticas, etc. Para ele, a Cultura Barroca é uma cultura dirigida, massiva, conservadora e urbana, pois o Barroco se desenvolve numa época de crescimento demográfico, configurando-se como uma cultura citadina. Nas palavras do autor, é na cidade barroca que “se levantam templos e palácios, organizam-se festas e montam-se deslumbrantes espetáculos pirotécnicos (...) nesses termos, a criação moderna do teatro barroco, obra urbana por seu público, por suas finalidades, por seus recursos, é por excelência o instrumento da cultura da cidade” (MARAVALL, 1997, p.187-216). Portanto, para além de um estilo artístico o barroco é um modo de configuração cultural, ou seja, uma “visão de mundo, que

¹⁹ Neste período, o único núcleo urbano com o título de cidade no território mineiro foi Mariana, que se tornou sede de bispado em 1745.

envolve formas de pensar, agir, sentir, representar, comporta-se, acreditar, criar, viver e morrer” (CAMPOS, 2006, p. 7) com suas características próprias, dentre as quais frisamos a preponderância da Igreja.

Corroborando nossas afirmativas, Carlos Fortuna, ao falar da obra de Simmel, enfatiza que a arte, a estética, a história e a memória estão profundamente relacionadas com a organização e os usos dos espaços da cidade, produzindo sentimentos e emoções aos moradores locais e aos visitantes (FONTANA, 2003, p. 101-127). Para Simmel a cidade, enquanto objeto estético e artístico, só pode ser entendida em sua totalidade, pois ela só tem valor artístico quando está relacionada a uma dada sociedade. Atualmente, Ouro Preto, por exemplo, tem valor artístico e estético quando pensada em suas inter-relações com a cultura e a sociedade do século XVIII, na qual cada elemento construtivo tinha uso, função e valor intrínseco para aqueles moradores. Seu estilo e seu passado conferem-lhe uma unidade harmoniosa e uma “áurea” própria do que chamamos de “cidades históricas”²⁰. No presente, ela é representativa de um passado, um marco da história, que mesmo cenografado para tal, não deixa de encantar. Nesse sentido, um dos principais atrativos é a matriz, um espaço que “conserva” costumes, valores e artes!

Nosso estudo pauta-se em uma igreja matriz, símbolo do poder religioso. Para assistir os fregueses de uma freguesia²¹ era fundamental que as matrizes fossem construções imponentes, de modo que comportassem seus fiéis e todo o aparato próprio dessa condição: o batistério, com a pia batismal, o confessionário, o arcaz da sacristia, os livros, as alfaias nas cores litúrgicas (verde, branco, vermelho e roxo), os óleos sagrados e assim por diante. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* de 1707 são enfáticas nesse sentido, pois a sede paroquial deveria ser edificada em sítio alto, lugar decente, povoado e desviado das casas particulares, “em distância que possam andar as procissões ao redor delas, e que se faça com tal proporção, que não somente seja capaz dos fregueses todos, mas ainda de mais gente de fora, quando concorrer às festas” (*Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Livro Quarto - Título XVII - § 687).

A matriz era um lugar de respeito, que deveria estar decente e preparada para a realização dos ofícios sagrados, principalmente as missas de domingo e dias de guarda, as quais eram obrigação do pároco celebrar. Podemos afirmar que é na missa, a mais rotineira

²⁰ Usamos o termo cidade histórica entre aspas para, de acordo com a linguagem comum, designar as cidades de origem colonial. Com efeito, acreditamos que toda cidade é histórica, independente do seu marco cronológico, pois elas, situadas num espaço geográfico, estão sujeitas ao devir do tempo.

²¹ É a jurisdição de uma Igreja Matriz, o mesmo que paróquia.

celebração pública do culto católico, que encontramos o fastígio da expressão litúrgica. Os livros, as cores, as alfaías, o procedimento dos fiéis e do sacerdote, enfim, todo o desenrolar da celebração é imbricado de liturgia, que alude a diversos significados extraídos dos dois pilares da Igreja: a Bíblia e a tradição.

Além disso, cada elemento concernente ao culto católico era bem delimitado nas partes que compõe uma matriz. Conforme a legislação eclesiástica, elas deveriam ter:

capela maior, e cruzeiro, e se procurará que a Capela maior se funde de maneira, que posto o Sacerdote no Altar e que com o rosto no Oriente, e não podendo ser, fique para o Meio-dia, mas nunca para o Norte, nem para o Ocidente. Terão Pias Batismais de pedra, e bem vedadas de todas as partes, armários para os Santos Óleos e pias de água benta, um púlpito, confessionário, sinos e casa de sacristia; e haverá no âmbito e circunferência delas adros, e cemitérios capazes para neles se enterrarem os defuntos, os quais adros serão demarcados. (*Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Livro Quarto, Título XVII. § 688)

Logo, a igreja matriz fazia parte da vida cotidiana dos fiéis através dos batismos, casamentos e enterros (momentos representativos na vida individual); bem como nas celebrações litúrgicas, para-litúrgicas e devocionais (momentos representativos na vida social), que aí eram realizadas. Neste aspecto, o espaço devocional de uma matriz é amplo; entre seus fregueses estão pessoas de diversas origens sociais, reunidas em local sagrado para louvar, agradecer e pedir graças divinas. Nas *Constituições Primeiras* isso fica claro, uma vez que as igrejas são edificadas para “o culto de Deus nosso Senhor, e de seus Santos, e para nelas se celebrarem o Santo Sacrifício da Missa, e Ofícios Divinos”.

Igualmente a matriz é importante, pois nela se reúnem algumas das irmandades que não possuem capela própria. Consequentemente, é na nave da matriz que estas associações de leigos terão seus altares, com santos padroeiros e devocionais, geralmente santos de grande apelo popular. O altar-mor era reservado ao Santíssimo Sacramento e ao orago (padroeiro) que ocupava o alto da tribuna. As confrarias foram instituídas, segundo as *Constituições Primeiras*, para o serviço de Deus e veneração dos santos e desempenham função importante, sobretudo na hora da morte, pois tinham a concessão de um número variável de campas (sepulturas em recinto sagrado), o que constituía em atrativo para o ingresso de neófitos. Quanto à eleição do patrono de uma irmandade, as *Constituições* deixavam a cargo da devoção e piedade dos fiéis, no entanto, exaltavam que em todas as Igrejas Matrizes houvesse confraria do Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora e das Almas do Purgatório.

As irmandades e ordens terceiras são associações de leigos católicos, que, agregados sob a devoção de um patrono, se reúnem em comunhão espiritual, fraterna e social. Geralmente, esses sodalícios eram os responsáveis pelas celebrações festivas na comunidade, envolvendo os ritos da Semana Santa, as procissões, as festas de padroeiro e as cerimônias fúnebres: preparação do morto, cortejo, sepultura e posteriormente os sufrágios. Como bem ressaltou Adalgisa Arantes Campos, na *Cultura do Barroco*, o gosto pelo espetáculo, pelo lúdico e pela aparência perpassava as manifestações literárias e plásticas, refletindo nas representações do luto, criadas pelo imaginário coletivo cristão. “As irmandades detinham o manuseio do simbólico da morte” (CAMPOS, 1987, p. 5), sendo, em geral, as responsáveis pelas cerimônias que faziam a mediação entre o terreno e o Além. Em face dessa situação, o homem devoto usava das confrarias como instrumento poderoso para sua salvação. Era atribuição da irmandade assistir o enterro, o cortejo fúnebre e fazer os sufrágios necessários aos seus membros.

Tais ritos mortuários transformaram-se em verdadeiras profissões de fé, traduzidas no sublime e na pompa. Pompa em suas duas acepções: luxo e ordenamento. Luxo, pois as solenidades funerárias demandavam a exteriorização de grandeza, fausto e elegância, de acordo com as possibilidades financeiras de cada um. Mas, essa aparência só era conseguida quando havia ordem, uma vez que em sociedades organicistas cada um tem seu devido lugar. O homem setecentista preocupa-se com a Morte, todavia consolava-se, confiando na atuação das irmandades tanto na questão do enterro quanto na questão dos sufrágios.

Mas nem todas as festividades recaiam sobre as irmandades. O povo saía nas ruas em cerimônias oficiais de incumbência do Senado da Câmara, sendo a mais importante a de *Corpus Christi*. Gastava-se com música, cera, sermão, incenso, imagens e aparatos lúdicos e efêmeros. Nessas ocasiões os representantes do poder, as irmandades e o povo ocupavam seus lugares na hierarquia social, trajando e ostentando suas insígnias, conformando uma verdadeira imagem pública da sociedade. Camila Santiago, em *A Vila em ricas festas*, mostra que as festas mobilizavam quase todos da vila: os camaristas, os comerciantes, os artistas e artífices, os músicos, os devotos e religiosos, etc. A Câmara além organizar, financiar e executar a festa geria o espaço a as vias públicas, exigindo do povo a limpeza das mesmas e a decoração nas janelas para a passagem do préstito. Além desse aparato público, as festividades religiosas demandavam do pároco da Matriz do Pilar a celebração da missa, o sermão, e a saída do ostensório com Santíssimo Sacramento, protegido sob o pálio. Nesse

sentido, a Igreja do Pilar era um local privilegiado, pois se trata da matriz oficial da vila, onde se venerava a sua padroeira e onde era feita a parte religiosa das cerimônias oficiais.

Ainda é preciso destacar que, o espaço da matriz era um dos locais, pois não era exclusivo, onde se dava grande parte das relações sociais da vida diária da população da vila. Era um espaço de “lazer”, ou seja, a igreja constituía-se em local para a congregação entre os fiéis, que se reuniam constantemente antes e depois das missas e festejos. Segundo Fridan e Macedo

as atividades da Igreja e sua influência ideológica determinaram também o cotidiano cultural e de lazer da cidade. Eram através dos padres, e de seus temas religiosos, as únicas manifestações existentes em relação às teatralizações, artes plásticas ou música. Eram estes referenciais artísticos que faziam parte da vida dos habitantes cariocas. Além do mais, exceto nas datas comemorativas do calendário cívico português, as grandes oportunidades de festas públicas eram oferecidas por ocasião das procissões religiosas ou solenidades (pomposas) decorrentes dos enterros (FRIDMAN e MACEDO, 2006, s/p).

Não desmerecendo tais afirmações, em nossas pesquisas, relativizados tal influência ideológica, já que muitas determinações religiosas não são seguidas à risca, pois, uma vez postas em prática, elas poderiam ser apropriadas de maneira diversa, dependendo de condições locais, sociais e históricas, pois na vida cotidiana os sujeitos históricos são livres em sua atuação, fazendo escolhas e lutas no campo simbólico e político.

Por fim a matriz era um local que irradiava informação. Avisos eram dados na hora do sermão e papéis eram pregados na porta, lugar das trocas de notícias e de “leituras compartilhadas”. Fábio Henrique Viana, em *Paisagem sonora de Vila Rica e a música barroca em Minas Gerais (1711-1822)*, afirma que “no espaço urbano, os largos e praças eram locais privilegiados para a concentração de sons, uma vez que são os pontos mais visíveis da Vila – se considerarmos as ruas estreitas e tortuosas, as praças criam um efeito de amplificação do espaço” (VIANA, 2011, p. 50). Logo, não é por acaso que, naquela época, toda matriz tinha um espaço fronteiro usado como praça. O autor também realça que os sinos das igrejas tinham destaque no conjunto sonoro da vila, convidando os fiéis para a oração e normalizando a vida cotidiana ao anunciar mortes, nascimentos, festividades e alertas (chegada de autoridades, incêndios e enchentes, por exemplo), bem como marcando o tempo na cidade, através de suas badaladas. Segundo Viana,

não havia separação entre o tempo dos homens e o tempo da Igreja: o tempo dos homens era o tempo da Igreja, porque aqueles se concebiam como parte do corpo eclesial. Assim, os eventos particulares da vida de cada fiel tornavam-se comunitários à medida que eram comunicados através dos

sinos. Anunciando o momento da oração ou um episódio da vida privada de um membro da comunidade, o som dos sinos tornava perceptível a própria comunidade presente no espaço onde aquele som era ouvido – comunidade da Vila como um todo, para o sino da câmara; das paróquias, para os sinos de suas matrizes; das irmandades, para os sinos das capelas. Em outras palavras, a área urbana da Vila ia até onde os seus sinos pudessem ser ouvidos. Seus vários toques, como principal meio de comunicação coletiva da Vila, tornavam sensível o vínculo existente entre as pessoas do lugar: unidade de modo de conceber a vida e unidade territorial. (VIANA, 2011, p.55).

As cidades podem ser compreendidas através de suas construções e nesse sentido, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar não passa despercebida nos estudos históricos sobre a outrora Vila Rica, pois aqueles devotos com trabalho e esforço, fé e fervor construíram e ornamentaram esse templo, buscando meios para melhor viver e praticar sua religiosidade. A matriz é uma manifestação de fé, própria de uma temporalidade, e compõe um espaço social de integração, disputas, convivências e relações próprias de uma tradição. A matriz torna-se um lugar simbólico perceptível em vários momentos pela comunidade ao seu redor. Diante do exposto, percebemos que, sob diversos aspectos, a Matriz do Pilar se fazia sentir em Vila Rica, desde momentos simples da rotina diária até a organização e a conformação espacial do território, demarcando sua presença como ponto de referência sociocultural. Nos séculos XVIII e XIX, aspectos religiosos eram inseparáveis dos demais aspectos da vida cotidiana, impregnando nos indivíduos um legado sagrado, que se mesclava a elementos coevos da vida. Nesse sentido, estes primeiros núcleos urbanos mineiros constituíram-se a partir das relações cotidianas e principalmente religiosas, que seus habitantes imprimiam no espaço, sendo que um local privilegiado para isso era a Igreja Matriz.

Referência Bibliográfica

- ALMEIDA, Lúcia Machado de. *Passeio a Ouro Preto*. São Paulo: Martins, 1970.
- ALMEIDA, Marcelina das Graças de. *Fé na modernidade e tradição na fé: a Catedral da Boa Viagem e a Capital*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 1993. 138 p.
- BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. São Paulo: Editora Canção Nova, 2010.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Arte Sacra no Brasil Colonial*. Belo Horizonte: Com Arte, 2011.

_____. Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas – O século XVIII. *Revista do Departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte, n. 4, p. 3-24, Julho/1987.

_____. *Introdução ao Barroco Mineiro*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

_____. *Roteiro Sagrado: monumentos religiosos de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Tratos Culturais/Editora Francisco Inácio Peixoto, 2000.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Funções, hierarquias e privilégios urbanos: a concessão dos títulos de vila e cidade na Capitania de Minas Gerais. *Varia História*, n. 29, p. 39-51, jan. 2003.

FONTANA, Carlos. Simmel e as cidades históricas italianas – uma introdução. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 67, p. 101-127, dez. 2003.

FRIDMAN, Fania e MACEDO, Valter L. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. *URBANA - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, Campinas, ano 1, n. 1, set./dez. 2006. Dossiê: Religião, poder, civilização e etnia na cidade colonial. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/index.php?texto=artigos>.

MARAVALL, José Antônio. *A cultura do barroco: análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: EDUSP, 1997.

MENEZES, Joaquim F. *Igrejas e Irmandades de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Publicações do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1975.

MOURÃO, Paulo K. Correa. *As igrejas setecentistas de Minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de e CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Barroco e Rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana*. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2012.

REAU, Louis. *Iconografía del arte cristiano*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2000.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *A Vila em ricas festas: celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica (1711-1744)*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

SEBASTÍAN, Santiago. *Contrarreforma y Barroco*. Madrid: Alianza Forma, 1989.

SILVEIRA, Marcus M. Gonçalves da. *Templos modernos, templos ao chão: a trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011

VIANA, Fábio Henrique. *Paisagem sonora de Vila Rica e a música barroca em Minas Gerais (1711-1822)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2011. 203 p.

Percepções acerca dos pardos da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco em Mariana (1779-1832).

Maria Clara Caldas Soares Ferreira

Mestre em História Social da Cultura – UFMG

Professora de Iconografia Religiosa – Pronatec-Coltec/UFMG

mccsferreira@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo pretende apresentar a metodologia utilizada para traçar o perfil social dos devotos da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco em Mariana entre os anos de 1779 e 1832, sendo esta data a de abertura dos últimos testamentos localizados. Análise documental indica que os membros da dita agremiação religiosa constituíam elite local de gente de cor.

PALAVRAS-CHAVE: Pardos; Sociabilidade; Devoção; Arquiconfraria; Cordão de São Francisco.

ABSTRACT: This paper wants to show the methodology used to understand some social aspects about the members of the Archconfraternity of the Cord of St. Francis, in Mariana, between 1779-1832. The documental search shows they were black men's elite in this town.

KEYWORDS: Pardos; Social mobility; Devotion; Archconfraternity; Cord of St. Francis.

O culto ao cordão com três nós remonta ao período medieval. De acordo com a tradição, São Francisco, após sua conversão, cingiu uma corda áspera na altura da cintura, em memória à Paixão de Cristo, utilizando-a constantemente até o momento de sua morte. Desse modo, a peça de seu vestuário se transformou em assessorio obrigatório do hábito franciscano. O cordão, usado tanto por religiosos quanto pelos leigos, passou a ser considerado objeto contra os pecados.

Por volta de 1760, a Arquiconfraria do Cordão surgiu simultaneamente em São João del-Rei, Vila Rica, Mariana e Sabará. O mérito da introdução da agremiação em território mineiro coube a Matias Antônio Salgado, vigário do Rio das Mortes, cujo crédito andava comprometido diante do bispo diocesano, D. frei Manuel da Cruz. Embora no mundo católico a Arquiconfraria do Cordão fosse destinada aos fiéis de várias qualidades (cor da pele), no bispado de Mariana, reunia, reconhecidamente, homens e mulheres pardos. Raimundo Trindade, no estudo “São Francisco de Assis de Ouro Preto”, publicado na *Revista do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, tenta explicar tal singularidade aventando duas hipóteses: 1^a.) necessidade de satisfazer a devoção de uma parcela de fiéis que, por sua cor, não poderiam ingressar na Ordem Terceira; 2^a.) desejo do vigário em ganhar vasta porção dos habitantes da capitania (TRINDADE, 1951, p. 91).

Foram muitas as querelas travadas entre a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e a Arquiconfraria do Cordão nas vilas de Minas. Mesmo sendo instituição católica, os terceiros (elite branca) não aceitavam que os pardos do Cordão portassem as insígnias franciscanas. Para Trindade, o impedimento por parte dos detentores da força política impossibilitou que o Cordão se estabelecesse definitivamente em Vila Rica e São João del-Rei. O mesmo não se passou em Mariana e Sabará, localidades onde os pardos triunfaram, edificando templo próprio (TRINDADE, 1951, p. 101).

Contudo, os enfrentamentos também ocorreram em relação ao Cordão em Mariana. Os arquiconfrades vestiam hábitos, capas e cordão, bem como ostentavam as armas e insígnias franciscanas, nas ruas e durante as cerimônias solenes. Os terceiros entendiam que tais vestimentas e símbolos eram específicos de sua Ordem. Por esta razão, contestaram severamente a validade do Cordão enquanto agremiação católica. Entre a documentação produzida pelo Cartório do 2º Ofício, conservada no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM), encontra-se esplêndido documento que demonstra, de forma clara, as disputas travadas entre a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e a Arquiconfraria do Cordão, em Mariana. Na dita Justificação, feita em 1761, os terceiros exigiram que o juiz local averiguasse treze itens referentes ao estabelecimento do Cordão em Mariana e ao comportamento de seus arquiconfrades. Dentre eles destacam-se: (a) “Que os ditos Irmão publicam e tem publicado em toda/ a parte, que a sua Arquiconfraria, é o mesmo, ou me-/lhor que a Venerável Ordem 3ª. e que por este respeito/ se podem enterrar nos seus hábitos”; (b) “Que todas as vezes que os ditos Irmãos, querem fazer suas conferências/ de Mesa, usam dos mesmos toques de sinos de que usam as Ordens/ Terceiras”; (c) “Que as Irmãs desta Arquiconfraria, trazem os cordões assim/ e da mesma sorte, que os trazem as filhas da Venerável Ordem 3ª. de/ sorte que na rua não há diferença nenhuma, e só se diferenciam/ nas cores”; (d) “que todos os Irmãos, e Irmãs desta Irmandade são par-/dos, e pretos e a maior parte das fêmeas, ou quase todas me-/retrizes, e os machos mal procedidos e aparatados, e tudo quanto/ fazem, nesta Irmandade dizem, e por[que] se via” (AHCSM, Códice 157, Auto 3550, fls. 2v.-3v). De acordo com Raimundo Trindade, no estudo “Instituições de igreja no bispado de Mariana”, publicado na *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, os terceiros no ano 1765 enviaram ao ministro provincial dos franciscanos no Rio de Janeiro carta repetindo tais queixas contra os arquiconfrades e noticiando que o Cordão, até o presente momento, se reunia sem confirmação régia (TRINDADE, 1945, p. 200).

O Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM) abriga cinco livros produzidos pelos pardos do Cordão da dita cidade. Apenas um único livro remonta ao período colonial. Nele estão documentos elucidativos acerca do estabelecimento do Cordão, a saber: Estatuto da Arquiconfraria (1779); Termo de aprovação do Estatuto assinado pelos arquiconfrades (1779); Termo de agregação do Cordão ao Convento de São Francisco da cidade de Lisboa (1783); Beneplácito concedido por Ordem Régia de dona Maria I para a instalação oficial da agremiação (1784); Termo de juramento dos arquiconfrades, conforme exigido pela rainha (1786).

Sendo assim, apenas dois documentos produzidos pela Arquiconfraria do Cordão em Mariana apresentam dados acerca de seus membros. O termo de aprovação do regimento interno (1779) traz a assinatura de 35 arquiconfrades, enquanto dezoito devotos firmaram o termo de juramento (1786), no qual concordaram em cumprir as alterações no Estatuto propostas pela Mesa de Consciência e Ordem, em Lisboa. Ao todo, listaram-se os nomes de 49 arquiconfrades, pois quatro destes apareceram em ambos os documentos: Francisco Manuel da Rocha, comissário em 1779; João da Rocha e Luís Ferreira da Veiga, que ocuparam o cargo de definidor no ano de 1786; Ventura João Branco, vice-ministro em 1786.

Com o intuito de traçar o perfil devocional e social dos membros do Cordão de Mariana, ensejou-se localizar uma gama variada de documentos produzidos, direta ou indiretamente, pelos devotos arrolados. Para tanto, consultou-se o rol de processos testamentários e inventários conservados na Cúria e na Casa Setecentista de Mariana, localizando documentos referentes a dez arquiconfrades.

Graças aos testamentos e/ou seus registros tornou-se possível estabelecer aspectos importantes da trajetória de vida desses devotos, pois ali estavam os dados relativos à filiação, lugar de origem, morada, ocupação, bem como a distribuição de bens entre os herdeiros e acertos de dívidas do testador. Este tipo de documentação apresenta também muitas características religiosas, porque, geralmente, o testador ressalta: seu desejo em relação ao sepultamento, missas e esmolas; as devoções prediletas ao encomendar a sua alma; de qual agremiação religiosa era associado quando pede, por exemplo, que o testamenteiro acerte os anuais atrasados, garantindo que o corpo receba os cuidados estabelecidos no regimento interno da entidade.

Os inventários *post-mortem* também são importantes, pois contêm o arrolamento dos bens do falecido. Em geral, trazem o montante da riqueza do inventariado e a discriminação com valores de cada bem possuído. Os problemas metodológicos para utilização dos

inventários não são simples, já que o documento apresenta o acúmulo dos bens ao longo da vida do indivíduo, que pode ou não se referir ao do período estudado. Além disso, parcela considerável da população não legou inventário, pois não havia bens importantes a declarar e/ou a família não possuía recursos para o custo do processo.

No artigo “A morte como testemunho da vida”, publicado no livro *O historiador e suas fontes*, Júnia Ferreira Furtado ressalta que tanto os testamentos quanto inventários são documentos que “podem conter informações ecléticas e segredos inesperados para o trabalho de pesquisa” (FURTADO, 2009, p. 115).

Nos catálogos dos documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), referentes à Capitania de Minas, publicados pela Fundação João Pinheiro, tornou-se possível conferir se os arquiconfrades arrolados trocaram correspondência com o dito Conselho. Constatou-se que três membros do Cordão enviaram ao reino requerimentos relacionados à Ordenança e Terço de homens pardos e pretos da cidade de Mariana, demonstrando que participavam de outra entidade que agremiava gente de cor. Cumpre ressaltar que, dos arquiconfrades aqui localizados, apenas um não teve sua testamentária encontrada nos arquivos consultados em Mariana.

Sabendo que a historiografia aponta para predileção de os oficiais mecânicos se congregarem em associações religiosas de gente de cor, tornou-se imprescindível localizar os arquiconfrades dentre os verbetes do célebre *Dicionário de artistas e artífices do século XVIII e XIX em Minas Gerais*, escrito por Judith Martins, em 1974. A obra surgiu a partir da organização de uma série variada de fontes, localizadas em arquivos distintos, que foram agrupadas em verbetes, segundo o nome completo do artífice. Embora o dicionário esteja desatualizado do ponto de vista quantitativo (nesses quarenta anos, outros documentos se tornaram conhecidos), os dois volumes apresentam uma gama importante de oficiais mecânicos, que exerceram diferentes ocupações no universo artístico dos núcleos urbanos, no período da mineração. Após a pesquisa, oito membros do Cordão foram localizados, sendo que, destes, três já haviam sido encontrados nos acervos acima indicados.

Nesse sentido, dos 49 arquiconfrades arrolados na documentação produzida pela Mesa gestora do Cordão nos anos de 1779 e 1786, dezessete devotos tiveram seus registros localizados seja nos arquivos da Casa Setecentista e da Cúria em Mariana, bem como na documentação avulsa do AHU e no dicionário escrito por Judith Martins. De acordo com a documentação remanescente, estabeleceu-se que estes homens eram em sua maioria filhos naturais, o que denota mestiçagem. Optaram pelo sagrado matrimônio, legando família

legítima. Participavam de outras agremiações religiosas de gente de cor, a saber: irmandades de Nossa Senhora das Mercês, do Rosário e Santa Efigênia. Integravam tropas de homens pardos e pretos. Dedicavam-se aos ofícios mecânicos, sendo pintores, carpinteiros e ferreiros. Até mesmo o arquiconfrade forro possuía escravos. Em conjunto, tais dados demonstram que os membros da Mesa gestora do Cordão em Mariana, no período ora estudado, buscavam distinção social, podendo integrar elite local de gente de cor.

Ministro do Cordão no ano de aprovação do regimento interno desta agremiação, Romão de Abreu apresenta-se como o exemplo mais representativo dentre os devotos arrolados. Em testamento redigido no dia 26 de novembro de 1798, quando se encontra molesto, porém, em perfeito juízo e entendimento, o dito reconheceu ser filho natural de Mônica Maria dos Prazeres, sendo seu pai incógnito. Declarou-se casado na Igreja com Arcângela Maria, de cujo matrimônio teve cinco filhos: Manuel, Simplícia, Apolinária, Luís e Merenciana. De acordo com o verbete localizado no dicionário de Judith Martins, Romão de Abreu aparece como importante carpinteiro da região. Os registros cobrem mais de trinta anos de serviços, executados entre 1765-1798, na cidade de Mariana e, também, em Vila Rica. Trabalhou para as ordens terceiras, incluindo a da Penitência, e em obras públicas como na Casa de Câmara e Cadeia. Poucos meses antes de sua morte, consta que integrou equipe contratada para constituir parecer e risco referente ao novo frontispício da Matriz da Sé, lugar onde havia sido batizado. Além dos negócios, Romão de Abreu contava com prestígio entre os membros da Arquiconfraria do Cordão, pois aparece como testamenteiro em dois processos, demonstrando que os demais devotos o tinham como homem confiável.

Referências bibliográficas

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA. Cartório do 2º Ofício. Justificação. Códice 157, Auto 3550. Manuscrito.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2 v.1974.

TRINTADE, Raimundo. Instituições de igrejas no bispado de Mariana. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 13, 1945.

_____. São Francisco de Assis de Ouro Preto. *Revista do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 17, 1951.

Imagens de gesso em minas gerais: Feituras e Devoções

Maria Clara de Assis*

Graduanda em Conservação Restauração de Bens Culturais Móveis
EBA/ CECOR/ UFMG

Profa. Maria Regina Emery Quites (Orientadora)
EBA/ CECOR/ UFMG

RESUMO: Este projeto tem como objetivo estudar a escultura devocional mineira em gesso, do século XIX e do XX. Percebemos a necessidade de pesquisa sobre essas imagens, consideradas menos nobres, pois, na maioria das vezes quando deterioradas acabam que são tratadas por artesãos habilidosos, que não possuem o critério e a ética dos conservadores-restauradores. A me

PALAVRAS-CHAVES: Escultura; Gesso; Técnica construtiva; Imagem devocional; Minas Gerais.

Introdução

A madeira e o barro são as principais matérias primas que constituem o grande acervo da imaginária brasileira dos séculos XVIII e XIX. Neste contexto, o gesso se insere com a função de carga, utilizado para a realização das bases de preparação²², que eram aplicadas sobre as esculturas em madeira no processo de fatura da policromia.

Já no final do século XIX e início do século XX, a relações de produção das imagens vão se modificando de acordo com as mudanças sociais e econômicas deste período. A madeira demandava tempo e conhecimento técnico no ofício do entalhe e o barro necessitava da modelagem além do processo de queima. Assim, o gesso se insere como material econômico e de fácil manipulação, para suprir as necessidades de uma demanda de devotos. Eduardo Etzel reporta que:

Apareceu em São Paulo por volta de 1850, um novo tipo de imagens, agora industriais, feitas de gesso com moldes na técnica barbotina. São as imagens de gesso oco que procuram satisfazer a demanda e que, centradas na zona cafeeira do Vale do Paraíba, em São Paulo, espalharam-se ocasionalmente pelo país segundo os interesses comerciais. (ETZEL. 1979, p.126)

Etzel segue ainda caracterizando as imagens em gesso:

* Bolsista de Iniciação Científica- FAPEMIG

²² MEDEIROS, Gilca Flores. Conhecimento das técnicas de douramento. 2001, p.6.

O tamanho destas imagens variou entre 10 e 50 cm; eram frágeis e estereotipadas, com uma pintura vistosa, mas sem detalhes nem riqueza, típico produto de carregação para um mercado de baixo poder aquisitivo (...). Tudo indica que são de procedência italiana, pelo menos os moldes, pois as imagens têm na face anterior da base letras gravadas com abreviaturas em italiano e sem maior correção vernácula (ETZEL, 1979, p.127)

Em Minas Gerais, segundo Coelho (2005.p. 235.), as imagens em gesso chegam através das esculturas da nova igreja da Província Brasileira da Missão, a casa do Caraça, concluída em 1883. As imagens em gesso estão presentes tanto na igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens quanto no Colégio. Este templo inaugurou o estilo neo- gótico no Brasil.

Podemos destacar ainda a construção de Belo Horizonte em 1897, estilo eclético utiliza-se do gesso na feitura dos estuques. O gesso já se torna presente no acervo da cidade de Belo Horizonte nas novas igrejas da capital, por exemplo, a Catedral da Boa Viagem (1922) e a Igreja de São José (1912), dentre outras que foram sendo construídas ao longo do século XX.

Com intuito de expandir os conhecimentos sobre o tema, a presente pesquisa visa estudar as imagens sacras em gesso do patrimônio de Minas Gerais.

Objetivo geral

Estudar a escultura sacra em gesso do acervo da Arquidiocese de Belo Horizonte, do Seminário do Caraça, da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Serro e da Igreja Matriz de São José de Congonhas, consideradas as mais antigas em Minas Gerais. Investigando a presença em Minas de obras não inventariadas.

Objetivos específicos

Realizamos levantamento histórico nos registros documentais que tratam do acervo de esculturas sacras em gesso. Desenvolvendo a pesquisa *in loco*, analisamos as esculturas de gesso selecionadas, em seus aspectos formais, estilísticos e técnicos, observando a qualidade técnica e artística das esculturas, identificando inscrições referentes às fábricas e selos de comercialização. Ao fim desta pesquisa, iremos identificar os modelos iconográficos mais recorrentes comuns à fatura em gesso e/ou à época.

Resultados

São José e Sagrado Coração de Jesus da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, de Morro Vermelho em Caeté.

Selecionamos como estudo de caso duas imagens em gesso pertencentes à igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, distrito de Morro Vermelho, cidade de Caeté. A primeira

imagem trata-se de uma imagem em gesso representando São José (FIG.1), com dimensões 104 cm (altura), 38 cm (largura) e 28 cm (profundidade). A imagem está representada de pé, na posição frontal rosto arredondado, olhos de vidro, cabelos amarronzados e encaracolados. Veste uma túnica na cor lilás, sobre esta um manto marrom, ambos possuem ornamentos pintados a pincel na cor dourada. No braço esquerdo carrega um menino, e no direito traz um ramo de lírios brancos. O menino possui um rosto fino, olhos de vidro na cor azul e veste uma túnica branca. A imagem esta posicionada sobre uma base de madeira oitavada. A escultura é oca, foi confeccionada a partir da técnica de fôrmas e não é possível visualizar marcas de emendas e de junções. Estas marcas geralmente são lixadas no processo de acabamento das esculturas assim como, pequenos detalhes que são trabalhados com ferramentas, detalhe do rosto, nariz, boca e panejamento.

A representação de São José é muito popular em Minas Gerais, no período colonial suas irmandades estavam ligadas as corporações de ofícios e nos dias atuais a devoção ao santo, pai de Jesus, possui muito significado na fé da igreja católica. (COELHO, 2005 .p. 75.)

Esta imagem de São José possui uma inscrição (FIG.2) localizada no verso da obra, na parte inferior, onde lemos: “RAFFL et Cia” nesta área observamos uma camada espessa que, provavelmente se trata de cera de vela ou uma espécie de resina que dificulta a leitura do restante das informações. Esta marca possivelmente foi feita através de um carimbo ou um alto relevo presente na fôrma. Observa-se ainda, uma placa em metal (FIG.3) fixada na base em madeira com os dizeres “J.R. SUCENA & C^A – 86 R DA QUITANDA 88- RIO DE JANEIRO”.

A segunda imagem escolhida refere-se à representação do Sagrado Coração de Jesus (FIG.4), 145 cm (altura), 38 cm (largura) 26,5 cm (profundidade). A imagem em gesso é oca e foi confeccionada através da técnica de fôrmas. Não foi possível identificar marcas de junção referentes a este processo de feitura. A imagem possui uma intervenção na mão direita que se encontra instável e com uma camada grosseira de alguma massa utilizada para juntar as partes que foram fraturadas.

A imagem é representada de pé, possui um rosto fino, os olhos não são de vidro, são provavelmente moldados pela fôrma e trabalhados com alguma ferramenta no processo de acabamento e depois são policromados. A figura possui os cabelos compridos e amarronzados caindo nos ombros e nas costas. Sua mão esquerda toca o coração com raios posicionado no peito e a mão direita se mostra estendida, mostrando as chagas. Veste uma túnica na cor branca e um manto vermelho com a parte interna rosada. Observando melhor

esta policromia, constatamos que não se trata de uma repintura, chegamos a esta conclusão, pois a camada de tinta é insolúvel em água, possivelmente se trata de uma tinta a óleo. Realizamos com auxílio de uma lanterna um exame topográfico, onde posicionamos o foco de luz rasante que nos permite perceber as lacunas que foram encobertas sobre a esta repintura. A base da escultura se apresenta em formato octogonal em madeira.

A imagem possui na parte inferior do verso a mesma inscrição presente na imagem de São José, “RAFFL et Cia” (FIG.5) esta informação encontra-se ilegível devido à camada espessa de repintura.

No que diz respeito a sua devoção, o Sagrado Coração pode ser considerado uma devoção mais recente em relação, por exemplo, a de São José citada acima. Podemos ressaltar como consequência disto a introdução mais tardia desta veneração:

(...) um registro deve ser feito ainda sobre duas devoções singulares em Minas Gerais: uma é sobre os Sagrados Corações de Jesus, Maria e José, (FIG. 91 e 92), cujo culto foi introduzido em Minas pelo bispo D. Frei Manoel da Cruz, em meados do séc. XVII. No entanto, no século XIX o culto foi abandonado, pois a igreja desautorizou a adoração ao Sagrado Coração de José, preferindo estimular a devoção em torno dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria, fato que explica a grande presença dessas imagens invocações em fins do oitocentos. (COELHO, 2005, p.88)

Referente às inscrições presentes nas imagens de gesso, aqui apresentadas, podemos avaliar até o momento que, onde se lê: “RAFFL et Cia”, faz referencia a uma oficina/fábrica francesa onde se produziam tanto imagens em gesso quanto as formas, além de vários outros artigos religiosos.

Esta fábrica também era conhecida como MAISON RAFF ²³ e autorizava outros fabricantes a usarem sua marca, o nome do fabricante era colocado na parte inferior e o nome da Raffl, vinha na região superior. Estas informações foram checadas em um contrato (FIG.6) que informa alguns fabricantes autorizados a utilizarem a marca²⁴.

O selo em metal presente na imagem de São José, “J.R. SUCENA & C^A – 86 R DA QUITANDA 88- RIO DE JANEIRO”, faz referencia a uma loja de artigos religiosos no Brasil, que provavelmente comercializou esta imagem em gesso, ou pode ainda ter adquirido a fôrma e produzido e policromado a mesma, antes da comercialização.

O endereço da loja no Rio de Janeiro era uma região de comércio variado. Diante disso, identificamos a mesma no *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de*

²³ <http://www.vanderkrogt.net/statues/foundry>

²⁴ <http://www.delcampe.net>

*Janeiro para os anos de 1844- 1861/ 1891 a 1940*²⁵, estes catálogos tinham a função de divulgar as propagandas referentes ao comércio e indústria de cada estado.

Até o momento identificamos cerca de oito pontos de comercialização e cinco fábricas, algumas europeias, outras brasileiras fundadas no início do século XX. Estamos aprofundando as pesquisas na tentativa de compreender a relação de fabricação e comercialização destas imagens.

Considerações Finais

Sabemos que o gesso foi a principal matéria prima utilizada para fabricação das imagens das novas devoções que chegavam ao Brasil no final século XIX e início do século XX.

As imagens em gesso são industrializadas e consideradas de baixa qualidade, assim esta pesquisa visa contribuir para o conhecimento e valorização deste acervo como parte integrante do nosso patrimônio histórico. Percebemos a necessidade de estudos sobre essas imagens, pois na maioria das vezes quando estão deterioradas são tratadas por artesãos habilidosos, que não possuem o critério e a ética dos conservadores- restauradores.

Diante de todas as imagens pesquisadas, é possível destacar as iconografias mais comuns à fatura do gesso. São elas: Sagrado Coração de Jesus, São José, São João Batista, Santa Terezinha, São Geraldo Magela, Nossa Senhora das Graças, Nossa Senhora de Lourdes e Nossa Senhora de Fátima. Algumas representações são mais usadas desde o período colonial, outras são devoções mais recentes inseridas no contexto brasileiro a partir do final do século XIX e início do século XX.

²⁵Hemeroteca Digital Brasileira- <http://www.memoria.bn.br.hbd/perodico/asp>.

FIGURAS



Figura 1- São José, Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, Caeté, Minas Gerais (104X38X28 cm) Foto: Maria Clara Assis.



Figura 2- Detalhe da Inscrição localizada na base da imagem de São José Onde se lê: RAFFL^{ET} CIE. Foto: Maria Clara Assis



Figura 3- Selo de comercialização, “J.R. SUCENA & C^A – 86 R DA QUITANDA 88- RIO DE JANEIRO”, localizado na região da base- da Imagem de São José.



Figura 4-Sagrado Coração de Jesus. Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, Caeté, Minas Gerais. (145X38X26,5 cm) Foto: Maria Clara Assis.



Figura 5- Detalhe da Inscrição localizada na base da imagem de Sagrado Coração de Jesus Onde se lê: RALFF^{ET} CIE. Foto: Maria Clara Assis.

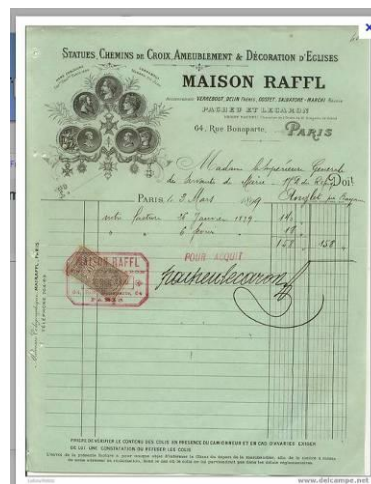


Figura 6- Detalhe da Inscrição localizada na base da imagem de Sagrado Coração de Jesus Onde se lê: RALFF^{ET} CIE. Foto: Maria Clara Assis.

REFERENCIAS

BIBLIOTECA NACIONAL - Hemeroteca Digital Brasileira-
<http://memoria.bn.br.hbd/perodico.aspx>.

COELHO, Beatriz Ramos de Vasconcelos. (Org.) *Devoção e arte: imaginária religiosa em Minas Gerais*. São Paulo, Edusp, 2005.

ETZEL, Eduardo. *Imagem Sacra Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: Ed. da USP, 1979.

_____. *Imagens religiosas de São Paulo: apreciação histórica*. São Paulo: Melhoramentos; Editora da Universidade de São Paulo, 1971. 320 p.

LAEMERT, Eduardo. *Almanack, Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para os anos de 1891 a 1940* / Rio de Janeiro.

MASCARENHAS, Alexandre Ferreira; FRANQUEIRA, Márcia. *Estuque Ornamental: História E Restauro*. III SIMPÓSIO DE TÉCNICAS AVANÇADAS EM CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS. ARC/AERPA, Olinda, 2006.

QUITES, Maria Regina Emery. *A imaginária processional na Semana Santa em Minas Gerais: estudo realizado nas cidades de Santa Bárbara, Catas Altas, Santa Luzia e Sabará*. 1997. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes. Orientador: Beatriz Ramos de Vasconcelos Coelho.

Statues Hither e Thither; René e Peter van der Krogt.
<http://www.vanderkrogt.net/statues/foundry.php?id=Raffl&page=1>

Arte sacra e distinção social: prestígio do artista e fortuna do contratante nas pinturas de forro da igreja de São Tomé na serra das Letras

Maria Cristina Neves de Azevedo
Mestranda em História Social da Cultura
PUC-Rio
mcnazevedo@yahoo.com.br

RESUMO: A partir dos fatores prestígio para o artista e fortuna para o contratante, busca-se refletir sobre as possíveis relações entre a ornamentação de templos e a representação de hierarquia e distinção social, no início do século XIX, na região do sul de Minas.

PALAVRAS CHAVE: Joaquim José da Natividade – Arte Sacra – Comarca do Rio das Mortes – Família Junqueira – século XIX

RÉSUMÉ: À partir des facteurs de prestige pour l'artiste et la fortune pour l'entrepreneur se propose de réfléchir sur les relations possibles entre l'ornementation des temples et la représentation de la hiérarchie et de la distinction sociale au début du XIXe siècle dans la région sud de Minas.

MOTS-CLÉS: Joaquim José da Natividade - Art religieux - District de Rio das Mortes - Famille Junqueira - XIXe siècle

O apreço conquistado por Joaquim José da Natividade no sul de Minas revelou-se nas referências sobre seu trabalho e na extensão do legado por ele deixado. As citações ao pintor vêm geralmente precedidas de adjetivos que dizem respeito à sua habilidade, capacidade técnica, talento admirável, liberdade criativa e alto nível artístico. É possível deduzir que teve reconhecimento pelo seu fazer artístico junto à sociedade na qual estava inserido, ou seja, foi um artista de prestígio.

A questão do prestígio é importante fator na análise das obras artísticas, tanto em relação ao artista quanto àquele que o contrata. Caio Cesar Boschi, em sua investigação sobre o Barroco Mineiro, entende o *prestígio* no sentido em que o termo se aproxima da representação social. Para o historiador, o *prestígio* apresentava-se como regulador das contratações dos artistas e o valor de seu trabalho “se aquilatava pela aceitação do mesmo, pelo *prestígio* individual do artista e pelas condições materiais que lhe eram propostas pelos compradores” (BOSCHI, 1988, p. 41-42, grifo nosso). A associação entre o prestígio do artista e a importância daquele que o contratava constituem os elementos de uma equação válida para pensar a produção artística colonial.

Cabe esclarecer, igualmente, o significado coevo dado ao termo prestígio para uma melhor compreensão da repercussão da obra do artista e das relações estabelecidas com seus contratantes. No dicionário organizado pelo jesuíta Raphael Bluteau, é entendido como “ilusão com visões maravilhosas, por encantamento e artes do demônio. § Representações, imaginações, fantasias enganosas” (SILVA, 1789, p. 240). Estava relacionado à arte da pintura ilusionista, ou em perspectiva, o que reflete de maneira concreta o fazer artístico do pintor Natividade, como nas pinturas de forro encontradas nas igrejas do sul de Minas (FILHO, 2013, p. 250).

Este sentido perdurou no século XIX, período em que o artista estava em plena atividade, significando “ilusão, engano artificial ou diabólico da vista. Representação, imaginação enganosa” (PINTO, 1832, p. 858). O verbete, em sua acepção atualizada, é entendido como “grande influência; importância social; consideração, respeito, crédito, reputação” (MICHAELIS DICIONÁRIO) sendo este sentido da influência social extensiva à sociedade mineira colonial, pela constituição de redes locais de poder e solidariedade (MENESES, 2013, p. 266-267). Importante ressaltar que o termo prestígio não foi encontrado em fontes que fazem alusão direta ao artista em tela.

Joaquim José da Natividade apresentou-se como um pintor com capacidade para a realização da representação pictórica almejada por aquela sociedade, ou pela parcela que o teria contratado, aproximando-se do sentido dado ao termo nos séculos XVIII e XIX. Mostrou-se igualmente como um homem de prestígio social pela aproximação de grupos que se distinguiram política e economicamente. Os estudos que se dedicam a sua trajetória referem-se a um número considerável de obras e seu acervo abrange diferentes técnicas, sendo considerado um artista multifacetado.

É no ramo das pinturas de forros ilusionistas, ou em perspectiva, que sua atividade artística pode ser aproximada do sentido dado ao prestígio por aquela sociedade. Esta aproximação volta-se ao acesso, por Natividade, do conhecimento da doutrina e regras de geometria e perspectiva existentes nos tratados de arquitetura. É admissível que estes tratados tenham chegado aos sertões mineiros através da circulação de informação e do contato entre pintores portugueses, que atuaram na região mineira, e aqueles naturais da colônia. Podemos citar, para o caso específico de Natividade, o contato com as obras de Bernardo Pires da Silva, João Nepomuceno Correa e Castro (OLIVEIRA, 2003, p. 329 nota 26) e Manuel da Costa Ataíde que realizaram pinturas no Santuário do Bom Senhor Jesus de Matozinhos de Congonhas, onde Natividade recebeu pagamento por trabalhos diminutos (MARTINS, 1974,

v. 2, p. 67), nos anos de 1785 e 1790, como consta no *Livro 1º de Receitas da Capela do Santuário*.

Interessante notar que no conjunto da obra de Natividade existem diferenças na qualidade da execução das pinturas, induzindo à interpretação de que nem todas teriam sido realizadas pessoalmente pelo artista. Esta indicação permite apontamentos quanto a utilização da mão-de-obra no período, pois usualmente eram encarregados oficiais e aprendizes para as tarefas que exigiam menor conhecimento dos preceitos, doutrinas ou regras da arte decorativa. A esse respeito podem ser cogitadas três hipóteses: a formação de aprendizes em uma oficina que o acompanharia, a associação à artífices e oficiais mecânicos locais, ou ainda a qualificação de oficiais mecânicos nas localidades onde executava as obras de ornamentação dos templos.

Era comum que, ao indivíduo ou irmandade com grande disponibilidade de recursos, fosse feita a contratação de artista renomado exigindo do mesmo a execução completa da obra cabendo ao mestre, nesses casos, desde o risco até a pintura final. Esse tipo de contratação – exigência da execução da obra pelo mestre – pode sugerir o entendimento do termo *prestígio* em um sentido atualizado em que a capacidade de influência e destaque nas relações sociais do contratador era revelada. Assim, a capacidade de mobilização de recursos para a realização das obras solicitadas aproxima os termos *prestígio* e *fortuna*.

O significado de fortuna conheceu simplificação entre os séculos XVIII e XIX. No Dicionário da Língua Portuguesa de R. Bluteau aparece como sorte, destino, ventura – boa ou má –, felicidade e sucesso compreende ainda o âmbito material ao indicar os sentidos de posses, riquezas e cabedais sugerindo o pagamento por serviço prestado por indivíduo que “não é nobre” (SILVA, 1789, p. 631). Para o século XIX, a felicidade e o sucesso não constam de sua descrição que ficou resumida à “sorte, boa ou má ventura. Trabalho. Risco. Posses, riquezas, haveres” (PINTO, 1832, p. 531).

Faço a aproximação entre os termos *prestígio* e *fortuna* como entendidos pela sociedade oitocentista para o estabelecimento de uma relação entre estes e os sujeitos sociais. Para o artista o *prestígio* era aquele que produzia encantamento, e visões maravilhosas o que permitia seu acesso à fortuna pelo exercício de suas faculdades artísticas, pela superação dos riscos do trabalho que o levava ao merecimento do pagamento, entendido aqui como “haveres” ou riqueza. No caso do contratante dos serviços de decoração e ornamentação, fosse particular ou através de uma irmandade, a *fortuna* apresentava-se como as posses,

riquezas e cabedais que viabilizavam, efetivamente, o deslumbramento e as “visões maravilhosas” produzidas pelo artista.

Parece que foi esse o caso da igreja de São Tomé das Letras, onde prestígio e fortuna encontraram-se de maneira eloquente e apresentam-se, até os dias de hoje, como encantamento e deslumbre aos que a visitam. Na descrição feita pelo pesquisador Olinto R. S. Filho destaca-se os forros “em abóbada de berço com pinturas da melhor qualidade (...) em perspectiva arquitetônica rococó” (FILHO, 2013, p. 250). Ao artista foi exigido conhecimento teórico e prático para a execução desta pintura, o que confirma sua *habilidade* técnica. Circundando o forro, muros-parapeito com balcões onde se acham os Doutores da Igreja (Santo Ambrósio, São Gregório, São Jerônimo e Santo Agostinho) e, nos pedestais, anjos e buquês de flores compõem a ornamentação.



Figura 1 – Forro da nave. Igreja de São Tomé das Letras.
Fonte: Acervo pessoal, 2014.

Ao centro encontra-se a representação da Santíssima Trindade envolta em nuvens e querubins. A composição ressalta a luminosidade característica do período. Chama a atenção o santo Tomé que, prestando reverência, apresenta-se com uma faixa onde se lê “Senhor, salvai a todos”. Se a pintura foi executada após 1824²⁶, é possível que tenha sido contemporânea à revolta de escravos (ANDRADE, 2008) ocorrida em propriedades da família Junqueira – conhecida como Revolta de Carrancas ou da Bela Cruz – o que, de certa maneira, poderia justificar a mensagem.

Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, ao analisar a pintura desta igreja, assinala as técnicas de sombreados e as transparências na aplicação das vestimentas dos Doutores da

²⁶ Segundo o relato da Visita Pastoral empreendida por Dom Frei José da Santíssima Trindade, naquele ano as paredes internas estavam brancas sem ornamentação.

Igreja. De grande delicadeza, esta característica do artista pode ser admirada para a representação de Santo Ambrósio, remetendo ao *talento* e *alto nível* do artista, sendo padrão recorrente em sua policromia.



Figuras 2 e 3 – A representação de Santo Ambrósio e detalhamento das rendas e transparências. Igreja de São Tomé das Letras. **Fonte:** Acervo Pessoal, 2014.

Para a capela-mor a pesquisadora chama a atenção para as rocalhas e perspectivas arquitetônicas (OLIVEIRA, 2003, p. 289), que sustentam a representação central.



Figura 4 – Pintura do forro da capela-mor. Igreja de São Tomé das Letras. **Fonte:** Acervo Pessoal, 2014.

A imagem central, com palheta de cores mais sóbrias e escuras, tem como temática a aparição de Cristo aos apóstolos, sendo admirável o conjunto produzido na composição, revelando, mais uma vez, a qualidade do trabalho de Joaquim José da Natividade. O uso das cores e iconografia vigentes aliados ao apuro técnico foram quesitos que, além de inserir o artista na *modernidade* e *gosto* do período, estariam em atendimento aos anseios da população.

Carlos Magno de Araújo, em sua pesquisa sobre a policromia de Natividade, identificou a repetição de elementos compositivos, estabelecendo um padrão para atribuição de autoria (ARAÚJO, 1988; 2003). Esta informação permitiu a identificação de um mesmo elemento no forro da nave e na talha. Como uma letra ‘e’ em seu formato cursivo, encontra-se no detalhe do arco-cruzeiro, em talha dourada e, logo acima, na composição da pintura do forro da nave, sendo recorrente em talhas das igrejas onde o artista deixou seu talento.



Figura 5 – Detalhe mostrando elemento compositivo do arco-cruzeiro (parte inferior da foto) e que figura na pintura do forro da nave no arremate da guirlanda (parte superior da foto). **Fonte:** Acervo pessoal, 2014.

Este aspecto reflete sua *liberdade criativa*, a originalidade de seu trabalho e permite pensar em uma “assinatura” criada pelo artista. Estes apontamentos sugerem que a concepção da obra como um todo – risco da talha dos retábulos, pintura e decoração dos camarins – pode ser atribuído a Joaquim José da Natividade, comprovando o caráter multifacetado de seu talento.

A identificação de um dos contribuintes para as obras do templo tornou factível o estabelecimento da relação de diferentes integrantes de uma mesma família com a igreja de São Tomé das Letras em um tempo alargado, contemplando desde a ereção da primitiva capela, no final do século XVIII, e todo o processo de construção e ornamentação da igreja matriz, realizado ao longo do século XIX.

No ano de 1770, foi dado provimento para a ereção da primeira capela e para o início de sua construção consta, no frontispício da igreja, a data de 1785. A primitiva capela foi erguida por João Francisco Junqueira, um português que se dedicou à produção de gêneros alimentícios para o abastecimento da região mineradora. Seus filhos e netos ampliaram os negócios adquirindo terras, escravos e expandido sua atuação para a cidade do Rio de Janeiro e para o Oeste Paulista. No ano de 1824, foi indicado como sacerdote na capela de São Tomé das Letras o Pe. Francisco Antônio Junqueira (TRINDADE, 1821-1825, p. 398), filho de João Francisco (ANDRADE, 2008, p. 235).

O livro da *Fabrica da Igreja Matriz da Freguesia de S. Thome das Letras – 1845-1854*²⁷ corrobora a aproximação da família Junqueira à igreja de São Tomé ao indicar, para o ano de 1853, a nomeação “para Fabriqueiro o cidadão Francisco Andrade Junqueira” (FREGUESIA S. THOME DAS LETRAS, *Fábrica ...*, fl. 10v) , neto de João Francisco Junqueira (ANDRADE, 2008, p. 247). Em 1884, Bernardo Saturnino da Veiga indicou Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas, como “um dos mais *dedicados e constantes benfeitores deste lugar*, (...)” (VEIGA, 1884, p. 536, grifo nosso).

A aproximação entre a família Junqueira e Joaquim José da Natividade pode ser reforçada por informação existente na Escritura de Doação feita pelo artista à sua filha Jesuína Onória de Jesus (FILHO, 2013, p. 244), no ano de 1815, onde consta como um dos bens um cavalo alazão. Sendo notória a ligação da família Junqueira com a criação de cavalos – a fazenda Campo Alegre²⁸ foi o berço da raça Mangalarga Marchador – levanto a hipótese de Natividade ter recebido o cavalo como pagamento por serviços prestados à família, pois é de sua autoria a pintura ilusionista existente na capela particular do Divino Espírito Santo, originalmente instalada em fazenda pertencente à mesma família. Este conjunto artístico foi

²⁷ Livro que se encontra sob a guarda do Arquivo Municipal de Baependi, sem catalogação.

²⁸ No ano de 1769, dois anos antes do provimento para a ereção da capela na serra das Letras, João Francisco Junqueira teve confirmada sua sesmaria Campo Alegre, que se tornou referência para a extensa família que se constituiu.

deslocado do prédio primitivo, restaurado e recentemente instalado em construção exclusivamente erguida para o conjunto, na cidade de São João del-Rei²⁹.

A confirmação de autoria das pinturas de forro existentes na igreja de São Tomé das Letras e os estudos desenvolvidos por diferentes pesquisadores corroboram a inserção de Joaquim José da Natividade entre os expoentes da arte colonial mineira. A indicação de um dos principais benfeitores da igreja, que teve sua trajetória ligada à propriedades de terra, escravos e que conheceu ascensão social e política, indicam os integrantes da família Junqueira como pessoas relevantes na sociedade local e regional.

Estes fatores viabilizam a reflexão acerca da relação entre artista e contratante a partir das chaves de leitura – *prestígio* e *fortuna* – tornando aplicável estes fatores para se pensar as pinturas da igreja na serra das Letras. Nesse sentido, o esmero das obras pode ser relacionado ao apuro técnico do artista e aos recursos disponibilizados pelo contratante, constituindo o *prestígio* do artista e a *fortuna* daquele que encomendava a obra elementos da uma equação válida para a reflexão acerca da produção artística religiosa na localidade.

Caio César Boschi refere-se a competição entre as associações leigas que buscavam ter em suas igrejas obras que transcendessem a beleza estética, através da contratação de artistas que as transformariam em “fator de prestígio, de autoafirmação e de destaque” (BOSCHI, 1988, p. 40). José Newton Coelho Meneses, em seu estudo sobre a produção de bens para a sobrevivência cotidiana no espaço lisboeta e das Minas setecentistas, aponta a existência de uma variabilidade significativa de fatores para a escolha dos objetos de consumo pelos indivíduos daquelas sociedades. Dentre eles “a capacidade econômica de consumir, (...) a identidade social que se buscava atingir ou preservar, (...) o culto religioso, (...) e as relações de sociabilidade” (MENESES, 2013, p. 46).

Ao disponibilizar recursos os financiadores das obras exigiam que a qualidade das obras artísticas fosse compatível com os valores arrecadados. Desse modo, ficou retratado nas pinturas da igreja o esforço empreendido pelos devotos de São Tomé. Este fervor alçava aquela população aos braços do redentor e, aqui na terra representava, efetivamente, um fator de promoção, distinção e identidade configurando-se como *prestígio* social (BOSCHI, 1988, p. 40; MARQUES, 2003, p. 138; MENESES, 2013, p. 45-46).

²⁹ O processo de preservação deste conjunto artístico foi empreendido pelo pesquisador e restaurador Carlos Magno de Araújo que, desde o ano de 1988, vem se dedicando à pesquisa e restauração de obras de Joaquim José da Natividade. Coube a ele e à sua equipe a restauração e instalação das peças na nova capela construída e inaugurada em 27 de maio de 2012.

As igrejas, nesta ótica, parecem carregar o significado do privilégio social de maneira ampla: como matriz de freguesia, na história das cidades e como *locus* simbólico pela composição de sua arte. Percebidas como expressão e simbolismo de poder, relacionam-se à estrutura hierárquica (FONSECA, 2003: 43) da sociedade que a constituiu, alterou e manteve. Enobrecem as localidades e são enobrecidas pela composição social dos seus benfeitores e frequentadores.

Referência bibliográfica

Arquivo Municipal de Baependi (AMB) *Livro para a receita e despesa da Fábrica da Igreja Matriz da Freguesia de S. Thome das Letras, 1845-1854.*

ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro, Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ARAÚJO, Carlos Magno. Nossa Senhora da Conceição. Um caso de remoção de repintura contribuindo para atribuição de autoria. In: *Imagem Brasileira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira (CEIB), nº 2, p. 121-130, 2003.

BOSCHI, Caio César. *Barroco Mineiro: artes e trabalho.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. Coleção Tudo é História.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei.* 2ª edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2 vol., 1982.

FILHO, Olinto Rodrigues dos Santos. Joaquim José da Natividade: Mestre pintor do período do rococó mineiro. *Revista Barroco* 20. Centro de Pesquisas do Barroco Mineiro, p. 243-256, 2012/2013.

FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MARQUES, Edmilson Barreto. O santeiro de Garambéu. *Imagem Brasileira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira (CEIB), n. 3, p. 131-140, 2007.

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais.* Rio de Janeiro: Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2 vol. 1974,

MENESES, José Newton Coelho. *Artes fabris e ofícios banais.* O controle dos ofícios pelas Câmaras de Lisboa e da Vilas de Minas Gerais (1750-1808). Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus.* São Paulo: Cosac & Nayfi, 2003.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira.* Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789. Captado em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299210#page/1/mode/1up> Acesso em: 20 mai. 2014.

TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade*; estudo introdutório Ronald Polito de Oliveira. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; IEPHA-MG, 1998. Captado em: <http://pt.scribd.com/doc/46897470/Visitas-Pastorais-de-Dom-Frei-Jose-Da-Santissima-Trindade-1821-1825>. Acesso em: 15 jan. 2013.

VEIGA, Bernardo Saturnino da (org.). *Almanak Sul-Mineiro para 1884*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

Devoção, Sociabilidade e Relações de Poder em Minas Gerais: A Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana

Vanessa Cerqueira Teixeira

Graduanda em História

Universidade Federal de Viçosa

vanessa.teixeira@ufv.br

RESUMO: As Irmandades são organizações de pessoas que se unem por interesses e devoções em comum, alcançando destaque no período colonial mineiro após a proibição da entrada do clero regular. Como objetivo, buscamos compreender a organização da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana e da Associação Marianense Redentora dos Cativos, destinada à arrecadação de fundos para compra de alforrias dos irmãos devotos.

PALAVRAS-CHAVE: Associações Leigas, Assistencialismo, Cultura Barroca.

ABSTRACT: The Brotherhoods are organizations of people that come together by common interests and devotions, which achieved its highlight during the colonial period of Minas Gerais right after the regular clergy has been forbidden to enter the state. As objective, we seek to comprehend the organization of the *Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana* and *Associação Marianense Redentora dos Cativos*, destined to raise funds to buy the freedom of the slave brothers.

KEYWORDS: Lay Associations, Caring, Baroque Culture.

Introdução

O presente artigo teve por objetivo analisar a constituição da irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana enquanto uma instituição que possibilitava manifestações devocionais, laços de sociabilidade e relações de poder. A pesquisa, ainda em andamento, se propõe a discutir a formação da irmandade, as relações entre seus membros, a relação destes com seu templo, sua importância no contexto cultural barroco e o interesse da libertação dos irmãos escravos. O recorte temporal escolhido vai de meados do século XVIII, período de constituição da irmandade das Mercês (1749) até fins do XIX, período também referente aos documentos encontrados acerca desta irmandade. Sendo assim, analisaremos Livros de Compromisso e Estatutos de períodos diferentes, mostrando a atualização das normas e interesses da irmandade.

A região de Minas Gerais foi ocupada em fins do século XVII, mas apenas no XVIII se constituíram os principais arraiais: Sabará, Rio das Velhas, Roça Grande, Ribeirão do Carmo, Ouro Preto, Padre Faria e Antônio Dias (SALLES, 1963). Desde sua ocupação a

colonização de Minas não seguiu o mesmo caminho de outras regiões brasileiras, pois não havia a presença de missionários e ordens religiosas, e com o passar dos primeiros anos a Coroa proíbe a fixação de congregações religiosas, mosteiros e conventos. Alguns dos motivos foram, por exemplo, o não pagamento de tributo, fundamental para a Coroa na extração do ouro; o envolvimento religioso no comércio; as pregações antitributárias; e sua posição contra os “relaxados” costumes coloniais (BOSCHI, 2007). Em consequência das proibições portuguesas, a arte e a religião passam a ser guiadas por associações leigas como ordens terceiras, irmandades e confrarias. Tais associações eram divididas entre brancos, mestiços, crioulos ou negros, e podem ser classificadas como ordens terceiras, compostas pelas elites locais e de mais difícil acesso, confrarias e irmandades. De acordo com Salles (1963) e Borges (2005), quando as instituições eram reguladas por estatutos, seriam chamadas de irmandades. As confrarias existiam unicamente para promover os eventos e cultos religiosos. Já as ordens terceiras se destinavam ao controle de normas muito mais específicas, relacionadas aos beneditinos, franciscanos ou carmelitas. Entretanto, os autores ressaltam a dificuldade de coerência quanto aos conceitos de irmandade e confraria, preferindo não fazer distinção entre ambos, pois em diferentes casos uma irmandade se denomina confraria.

As irmandades são organizações de pessoas que se unem por interesses e devoções em comum, relacionadas a um santo de proteção e originadas na Idade Média europeia com objetivos assistencialistas e religiosos. Para isso, edificam seu templo e administram a vida religiosa local. Tais irmandades eram, portanto, instituições que possibilitavam as manifestações sociais, principalmente para os negros, crioulos, mulatos e mestiços que, de certa forma, ganhavam voz e representatividade em um espaço específico. Não se limitavam à vida religiosa, pois tinham papel administrativo e social marcante na vida urbana local, além de desempenhar forte função no mercado de trabalho artístico-cultural (BORGES, 2005; BOSCHI, 1986; SALLES, 1963).

A produção artística mineira durante o período colonial foi marcada pelo estabelecimento dessas irmandades e demais associações leigas que se constituíram na região. Autores como Germain Bazin (1983) e Myriam Oliveira (2007) destacam que tais organizações foram fundamentais para a formulação das especificidades na arte mineira do século XVIII, durante o período de constituição de uma cultura barroca, então adaptada aos moldes europeus. A devoção e o apego aos santos também marcaram a religiosidade do período colonial em Minas Gerais, servindo também como mecanismo de conversão dos cultos africanos ao cristianismo (BURKE, 2003). Segundo Oliveira (2007), o auge do ouro ocorre entre 1730 e 1760, mas o destaque do fator socioeconômico que movimentou a

produção artística na colônia não deve ser considerado elemento único e fundamental ao analisar as construções mineiras, pois grandes celebrações e construções ocorreram já após o declínio do ciclo do ouro. Sendo assim, o período de formação da irmandade trabalhada corresponderia ao auge minerador, mas a construção de seu templo corresponderia ao período de declínio do ouro e de proliferação de outros inúmeros templos.

A Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana

As irmandades de Nossa Senhora das Mercês foram geralmente formadas pelos “pretos crioulos”, negros nascidos no Brasil, sendo algumas delas caracterizadas, de acordo com Oliveira (2010), por seus poucos recursos financeiros e por seus templos modestos com pouca ornamentação. Seus membros eram compostos, em grande maioria, por escravos já alforriados, mas também por alguns ainda cativos, mostrando assim o interesse pela segregação em relação aos escravos que possuíam irmandade própria, como Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito. Levando também em consideração que as irmandades eram veículos de ostentação de um lugar social ocupado, as associações leigas representavam na escolha da irmandade, na construção de seu templo, na festa de sua devoção e em seu lugar na Semana Santa, amostras de hierarquias sociais.

A história de Nossa Senhora das Mercês tem origem espanhola, datada aproximadamente de 1218, período marcado pela dominação dos Mouros que tomavam parte da Península Ibérica e obrigavam que os cristãos se tornassem seus cativos (SILVA, 2012). A Ordem se baseava em ideais de obediência, pobreza e castidade, sendo fundada com o objetivo de resgatar os cativos católicos sob o poderio islâmico. A devoção mercedária no Brasil encontrou representantes diversos, tanto negros escravos ou forros, quanto crioulos e mestiços. Muito difundida no litoral através dos militares e negros cativos, ganhou espaço principalmente por seu caráter assistencialista, como nas confrarias de Santana. O autor acredita ainda que a grande difusão em Minas através dos negros cativos ocorre pela crença e desejo de libertação, sendo a primeira irmandade da região datada de 1740, tendo sua fundação sido realizada na atual cidade de Ouro Preto. O imaginário e a representatividade artística acerca das devoções marianas foram fortemente difundidos nas terras mineiras, sendo inspirações para a arte propagandística da moral ilustrada na figura da Virgem, também grande enfoque do barroco.

De forma mais específica, o trabalho se limita a uma cidade mineira, a antiga Vila de Ribeirão do Carmo e posterior cidade de Mariana. A igreja sempre fora o foco polarizador dos agrupamentos mineiros, em níveis sociais e espaciais. “A simples cruz de madeira, e em seguida a rústica capelinha, eram o símbolo da sacralização, do domínio, da posse de um

território antes considerado profano, porque desconhecido” (FONSECA, 1998, p. 29). Segundo Fonseca (1998), em 1696 um território foi encontrado pelas bandeiras paulistas lideradas por Miguel Garcia e Coronel Salvador Fernandes Furtado, e estes nomearam seu rio de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. Tomando para si estas terras e repartindo-as entre o grupo, foi construído um núcleo primitivo com cabanas, posteriormente chamado de Mata Cavalos. Com o crescimento dos habitantes, logo foi solicitado o reconhecimento institucional do arraial perante Estado e Igreja através da elevação de uma capela ao posto de paróquia. Contudo, a região mineira passara por intensos períodos de fome, fator decisivo para o abandono por duas vezes do primitivo aglomerado, entre os anos de 1697-1698 e 1701-1702. Já em 1703, Antônio Pereira Machado alcançaria o sucesso ao encontrar as minas, novamente povoando a região. Em 1711 já havia uma população numerosa, e surge na região a intenção de alcançar um novo patamar de autoridade civil e religiosa. Em abril deste ano o povoado é elevado à Vila, e em 1745 concretiza-se a criação do bispado, sendo a Vila elevada também ao posto de cidade de Mariana (Fig. 1), homenagem feita à D. Maria Anna D’Áustria, esposa de D. João V.



Imagem 1 - *Paisagem de Mariana*. Vista Parcial. Bico de Pena, 1824. Destaque da Igreja Nossa Senhora das Mercês, ainda sem torre. Imagem modificada pela autora. **Fonte:** Arquivo da Casa Setecentista (Mariana, MG).

A Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana foi criada por homens crioulos que se entendiam como “nacionais nascidos do Reino e Conquista de Portugal”. Não seriam

admitidos naturais da “Ethiopia”, salvo os da “Ilha de São Thomé”, por serem seus semelhantes. Ao fazer petição para entrar, os fieis deveriam informar nome dos pais, pátria e onde foram batizados, não admitindo ladrões, vagabundos, feiticeiros e revoltosos. Sobre os oficiais que ocupam os principais cargos administrativos, é formada a Mesa Administrativa composta por juiz, escrivão, tesoureiro, procurador e doze irmãos. Atendendo à pobreza da irmandade, segundo o próprio Compromisso, foi determinada a existência de dois juízes e duas juízas, sendo o primeiro nomeado em eleição, presidindo todos os atos da irmandade. Nomeavam-se também doze mordomas, escolhendo duas delas para procuradoras das esmolas dos doentes, e elas deveriam ter o cuidado de saber se existiam irmãos enfermos e onde moravam para comunicar ao juiz ou procurador. Também deveriam ser escolhidos dois zeladores e duas zeladoras que também cuidariam do recolhimento das esmolas para conservação e seguimento da irmandade. As juízas deveriam procurar apartar desavenças e dar parte delas ao juiz, ao procurador ou à Mesa.

Ofício de maior importância, apreço e consideração, o juiz deveria procurar manter os irmãos sempre cumprindo suas obrigações, persuadindo-os. Era função do juiz, dar bom tratamento aos móveis, bens e ornamentos da irmandade, evitando empréstimos que se fizessem sem seu consentimento. Ao escrivão estavam os cuidados e tratamento dos livros da irmandade. O tesoureiro seria escolhido pela Mesa, sendo eleita pessoa que não fosse muito pobre, podendo ser branco, pardo ou crioulo, desde que forros, contanto que soubessem ler e escrever, também tendo a obrigação de conservar os bens da irmandade, zelar pelas cobranças dos pagamentos e administrar o que fosse fabricado. Dentre as obrigações de um procurador estão zelar pela irmandade e seus bens, zelar para que os irmãos não faltem com suas obrigações e que não se atrasem com o pagamento.

As eleições para os cargos eram realizadas na véspera das festividades do dia de Nossa Senhora das Mercês, e o resultado seria divulgado a todos nesse dia. O representante de cada cargo propõe os candidatos que consideram merecedores, e assim seria feita votação. Para quem serviu um ano, não seria válido ser eleito no ano seguinte. Quanto à Festa de Nossa Senhora das Mercês, no dia 24 de setembro, deveria ser sempre realizada no domingo. A Mesa se reunia para decidir sobre a festa em julho encomendando sermão, realizando eleição de pregador e decidindo as despesas, com maior ou menor pompa, de acordo com as condições da irmandade na época. A escolha do capelão da irmandade também era realizada por eleição. Juntos os oficiais de Mesa indicariam dois sacerdotes de hábito de São Pedro, de bom exemplo de vida e costumes, para que se escolhesse o mais digno. Dentre suas obrigações, se destacavam: dizer missa na capela e altar próprio de Nossa Senhora das Mercês

todos os domingos do ano pelas nove horas da manhã; confessar os fiéis em qualquer desses dias; celebrar jubileus; lançar o santo escapulário a qualquer pessoa que pedir em caso de morte, ajudando o bem morrer ao irmão moribundo; acompanhar a irmandade no enterro; e rezar o terço todo domingo em sua capela.

Para as despesas da irmandade eram recolhidos pagamentos denominados esmolos, com valor diferenciado para oficiais de Mesa e irmãos em geral. Outra distinção era o pagamento de entrada e o pagamento feito anualmente. Para exercer o cargo no ano, o juiz pagaria vinte oitavas, o escrivão 10 oitavas, o tesoureiro 5 oitavas, cada irmão de mesa 3 oitavas e o procurador não pagava nada. A juíza pagaria 20 oitavas e as mordomas e zeladoras 3 oitavas. Ao entrar para a agremiação, o fiel deveria se confessar, comungar, pagar 1 oitava de entrada e $\frac{1}{2}$ oitava por ano, como também comprar sua patente e um compendio das indulgências, que custavam $\frac{3}{4}$ de oitava de ouro. Em caso de morte, qualquer fiel não afiliado a nenhuma associação leiga, mas que assim desejasse, poderia entrar para a irmandade com o intuito de salvar sua alma, contribuindo com a esmola de 16 oitavas. A irmandade faria por ele todos os sufrágios e assistências necessárias para sua salvação. Quanto aos sufrágios que receberiam os irmãos da irmandade, seriam rezadas doze missas por falecido; rezados dez Padre Nossos, dez Ave Marias e um Salve Rainha por falecido; e realizadas missas no Oitavário dos Finados e de Nossa Senhora das Mercês.

Dentre as obrigações dos irmãos, se destacam ser temente a Deus; guardar seus Mandamentos; ser devoto à Virgem; confessar nos santos jubileus da irmandade; participar das procissões e missas da capela; assistir irmãos doentes; e em enterros, pedir esmolos nas ruas com a bacia. A irmandade tinha como grande obrigação socorrer os irmãos zelosos que precisassem de auxílio. Sendo assim, cuidariam do irmão em caso de doença, tanto de sua saúde quanto de sua alma. Em capítulo próprio, o Compromisso discute ainda a solidariedade quanto ao interesse sobre a alforria de algum irmão cativo. O irmão escravo que fosse zeloso por sua irmandade seria ajudado pelos outros membros para que se quartasse e conseguisse sua liberdade.

Já o Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês datado de 1850-1856 se atualizaria, sendo descrito em quinze artigos. Dentre os assuntos abordados estão a escolha do dia de sábado como dia de celebração da missa; a postulação de que o número de sócios e devotos não seria determinado, sendo assistida qualquer pessoa que a qualquer tempo desejasse entrar para a irmandade como sócio; afirma-se que a Mesa elegeria todo ano três dos sócios para que um deles seja tesoureiro, e ele seria o responsável por prestar contas dos pagamentos dos irmãos; define-se que todo ano seja realizada a festa para a devoção de Nossa

Senhora das Mercês, tendo para este fim a utilização do dinheiro em cofre; visando a possibilidade de não haver dinheiro em cofre, estipula-se a então necessária contribuição dos sócios e devotos para a realização da festa; define-se a realização de seis missas para a alma do sócio falecido que tenha tido zelo à irmandade de sua devoção; para o sócio que não zelou por sua irmandade, define-se a realização de quatro missas para sua alma; e para o irmão devoto que tenha tido zelo e prestado serviços com presteza, mas que porventura não se tornou sócio da irmandade, estipula-se a realização de três missas para sua alma.

Documento de fins do século XIX também consultado e considerado de suma importância para compreender a relação entre a irmandade mercedária e o ideal de liberdade, o Estatuto da Associação Marianense Redentora dos Cativos de 1885 representa a solução encontrada para legitimar a situação da escravidão no interior da associação. Em artigo preliminar, durante a Festa de Nossa Senhora das Mercês realizada em 24 de setembro de 1885, a Associação declarou sua fundação subsidiária à confraria presente na mesma cidade, com o objetivo de libertar o maior número de irmãos cativos pertencentes à irmandade.

Alega-se também que por mais de um século, devido à deficiência e pobreza da confraria, não fora possível a esta irmandade proporcionar a alforria a nenhum de seus irmãos escravos, sendo então criada a Associação para este fim. Sendo assim, seus membros incentivariam que o senhor quartasse o irmão escravo zeloso a preço razoável, sendo determinante que o senhor não tivesse dúvida quanto sua libertação. De acordo com o Estatuto, qualquer um poderia participar da Associação, sendo o pagamento mínimo de esmola de 500 réis. O nome dos associados entraria no livro junto ao valor que este estaria disposto a pagar, sendo expulso o que atrasasse o pagamento por três meses. Seriam sócios beneméritos os que se inscrevessem com mensalidade de três mil réis para cima. No Estatuto também se regulamentam os sócios fundadores da Associação e a Mesa Administrativa com os cargos de presidente, tesoureiro, secretário e procurador geral.

No dia 31 de janeiro de cada ano se realizaria a reunião geral de todos os sócios e no dia 10 de agosto – dia de São Lourenço e aniversário da instituição da Ordem das Mercês - se realizaria a segunda reunião, com balanço de fundos para saber quantos irmãos cativos poderiam ser alforriados. No dia 31 de agosto – festa de São Raymundo Nonato, Cardeal da Ordem de Nossa Senhora das Mercês – haveria o sorteio dos irmãos escravos que tivessem melhor comportamento moral e religioso, e os sorteados receberiam suas cartas de liberdade na Igreja de Nossa Senhora das Mercês no dia de sua festa. Os sócios deveriam, por fim, procurar agenciar esmolas e angariar novos sócios, ganhando título de sócios beneméritos os que mais fossem bem sucedidos em tal meta.

Considerações Finais

De fato, a administração da irmandade, e mesmo a estruturação da Associação Marianense, continuam divididas pelos mesmos cargos, mas a possibilidade de entrada se expande, sendo permitida a filiação de qualquer indivíduo, bem como de escravos não nascidos no Brasil.

Os pagamentos ainda se dividem em esmolas de entrada e anuais, assim como ainda se reconhece a importância das missas oferecidas aos irmãos devotos à Virgem. É possível perceber a distinção entre os termos irmãos e sócios, não existente de meados a fins do século XVIII. A irmandade no XIX possivelmente aceitaria a presença de qualquer fiel devoto à Virgem com interesse de participar das missas, festividades e vida religiosa em geral, mas mantinha sua posição de distinguir os privilégios espirituais para os que se associavam e contribuíam financeiramente para a permanência da instituição.

Ao longo do século XIX, o número de missas a favor das almas diminui e a obrigatoriedade das missas aos domingos não é mais vista, sendo escolhido o dia de sábado. Segundo Campos (2013), quanto às exigências para celebração das missas no XVIII, cada sacerdote só poderia celebrar uma vez ao dia, na parte da manhã e preferencialmente até às nove horas. As documentações referentes às visitas pastorais e aos Estatutos das irmandades demonstram que o horário fora acatado de forma geral. As missas eram realizadas em função dos vivos e dos mortos, demonstrando a misericórdia espiritual em relação às almas. O envolvimento espiritual de parentes e comunidade confrarial eram considerados de suma importância para a purificação da alma do devoto morto, pois se supunha que os santos se sensibilizariam com os apelos dos que rezavam com amor, o que facilitaria sua estada no Purgatório.

A importância dada às missas possui origem na Idade Média, sendo reafirmada pelo Concílio de Trento e pela cultura barroca. São perceptíveis ainda os problemas referentes à situação financeira da irmandade, que solucionou a questão da libertação de seus irmãos cativos através de uma nova associação exclusivamente para esse fim.

Sendo assim, quais seriam também as soluções encontradas para a construção de seu templo, tendo em vista os poucos recursos que possuíam? Quais as soluções encontradas para se destacar em meio ao contexto cultural barroco mineiro e às outras irmandades? Tais questões são levantadas e serão discutidas ao longo de futuras pesquisas.

Referências Bibliográficas

BAZIN, Germain. *A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*. Vol. 1. Trad. Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1983.

BORGES, Célia Maia. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: Devoção e Solidariedade em Minas Gerais, Séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

BOSCHI, Caio César. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Vol. 2. Belo Horizonte: Cia do Tempo: Autêntica, 2007.

_____. *Os Leigos e o Poder*. Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. Trad. Leila Souza Mendes. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2003.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As Irmandades de São Miguel e Almas do Purgatório: Culto e iconografia no Setecentos Mineiro*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2013.

FONSECA, Cláudia Damasceno. O Espaço Urbano de Mariana: Sua Formação e suas Representações. In: *Termo de Mariana: História e Documentação*. Mariana: Imprensa da UFOP, 1998, pp. 27-66.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*. Editora PUC-Minas, 2008.

OLIVEIRA, Myriam A. R. de.; CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Barroco e Rococó nas Igrejas de Ouro Preto e Mariana*. Vol. 1 e 2. Coleção Roteiros do Patrimônio. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2010.

OLIVEIRA, Myriam A. R. de. Barroco e Rococó na Arquitetura Religiosa da Capitania de Minas Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.) *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Vol. 2. Belo Horizonte: Cia do Tempo: Autêntica, 2007.

SALLES, Fritz Teixeira. *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte: UFMG, 1963.

SILVA, Kellen Cristina. *A Mercês Crioula: estudo iconológico da pintura de forro da igreja de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos Crioulos de São José Del Rei, 1793-1824*. 2012. 271f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Sociais Política e Jurídicas, Universidade Federal de São João Del – Rei. São João Del – Rei: 2012.

Fontes

AEAM. Livro de Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês (1771). Armário 8, prateleira 1.

AEAM. Estatuto da Associação Marianense Redemptora dos Cativos (1885). Prateleira “Q”, nº 6.

AEAM. Estatuto. Confraria Nossa Senhora das Mercês (1850-1856). Prateleira “Q”, nº 4.



III Encontro de Pesquisa em História

27 a 30 de maio de 2014 | Belo Horizonte, UFMG

**ANAIS DO III ENCONTRO
DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA UFMG**

Simpósios Temáticos 6 a 10

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG
Belo Horizonte
2014

Reitor da UFMG

Jaime Arturo Ramírez

Vice-Reitora da UFMG

Sandra Regina Goulart Almeida

Diretor da FAFICH

Fernando de Barros Filgueiras

Vice-Diretor da FAFICH

Carlo Gabriel Kszan Pancera

Chefe do Departamento de História

Tarcísio Rodrigues Botelho

Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação em História

José Newton Coelho Meneses

Coordenadora do Colegiado de Graduação em História

Adriane Aparecida Vidal Costa

Realização

Departamento de História - UFMG

Comissão Organizadora

Alexandre Bellini Tasca

Eliza Teixeira de Toledo

Igor Barbosa Cardoso

Lídia Generoso

Igor Tadeu Camilo Rocha

Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes

Marcella de Sá Brandão

Regina Mendes de Araújo

Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa

Thiago Henrique Oliveira Prates

Arte Gráfica

Gabriel Nascimento

Monitores

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa

Átila Augusto Guerra de Freitas

Bruno César Gordiano

Camila Neves Figueiredo

Gabriel Afonso Vieira Chagas

José Antônio de Souza Queiroz

Kelly Morato de Oliveira

Larissa Cristina Amaral

Lenon Augusto Luz de Moraes

Ludmila Machado P. O. Torres

Marcela Coelho Freitas Silva

Maria Alda Belfor Oliveira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinicius da Fonseca Pereira

Raquel Marques Soares

Raquel Neves de Faria

Apoio

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências

Humanas

Programa de Pós-Graduação em História

Programa de Graduação em História

Sumário

ST 06: História da África e seu ensino no Brasil II

Uma análise do fracasso da Missão dos Jesuítas na Guiné: Catolicismo- Religiões Africanas – Islamismo 459
Jeocasta Juliet Oliveira Martins de Freitas

Por uma África contemporânea na sala de aula 468
Raissa Brescia dos Reis; Taciana Almeida Garrido Resende

ST 07: Teoria da História, História da Historiografia e Filosofia da História

Aspectos da historiografia sobre as festas do Império brasileiro 478
Amanda Renata Rezende

A condição política pós-moderna: Jean-François Lyotard e a proposta de experimentação pragmática do tempo histórico 487
Danilo Araújo Marques

A 13^a Lição sobre a História 494
Felismina Dalva Teixeira Silva

As articulações possíveis entre os conceitos “sujeito” e “tempo” na história da história 504
Fernanda Schiavo Nogueira

História Comparada em perspectiva: velhas e novas formas de se fazer História 514
Glauber Miranda Florindo

Nas visões da história a marca do tempo: deslocamentos interpretativos sobre a guerra do Paraguai, nas concepções históricas de Visconde de Taunay (1879), Julio José Chiavenatto (1979) e Francisco Doratioto (2002) 524
Leonildo José Figueira

O Presentismo em “Cidadania no Brasil” 534
Pedro Henrique Resende

História, Cultura e Nihilismo em Nietzsche: esboço de uma investigação 540
Raylane Marques Souza

A Crônica Franciscana na Nova Galícia e na Nova Granada (século XVI): fragmentos de uma Historiografia Indiana 549
Thiago Bastos de Souza

Sobre gatos, livros e Revoluções: as querelas intelectuais de Robert Darnton e Roger Chartier 559
Victor Callari

Metaperspectiva e imaginário: contribuições iserianas para a Teoria da História 569
Yasmin Franca Magalhães

ST 08: História e Natureza

Anotações sobre a representação de doenças em jornais sul-mineiros do início do século XX e metodologia para uma história da imprensa 580
Graciley Fernandes e Lucio Reis Filho

Modernização e natureza em Minas Gerais no século XIX: mito e história na transfiguração da gestão capitalista de recursos em preservacionismo avant la lettre..589
Marcus Vinícius Duque Neves

“Clima Glorioso” ou “Calores Insuportáveis”? uma interpretação do clima amazônico nos discursos de Alexandre Rodrigues Ferreira e Henry Walter Bates 599
Pedro Henrique Maia Braga

O “Paraíso Terrestre” como Arcádia ou um “Parnaso Mineiro”? A natureza na poesia de Cláudio Manoel da Costa 607
Rute Guimarães Torres

O estabelecimento dos imigrantes italianos no Núcleo Timbuhy/Santa Teresa - ES e a destruição da Mata Atlântica 617
Simone Zamprogno Scalzer

ST 09: História da polícia, do crime e da justiça criminal no Brasil: perspectivas historiográficas e teórico-metodológicas.

Guarda de Chumbo: Ditadura e militarização da polícia no Estado de São Paulo (1967-1970) 627
Gabriel dos Santos Nascimento

Um olhar sobre a Polícia Federal do Brasil: percursos institucionais e atividade de inteligência na virada do terceiro milênio 637
Jaseff Raziel Yauri Miranda

Trabalhadores, processos-crimes e ação policial nos anos 1950. Qual “espontaneísmo grevista”? Quais “greves de massa”? 649
Juliana Martins Alves

Os culpados por devassa: A ação da Justiça no termo de Ribeirão do Carmo (1711 – 1745) 659
Maria Gabriela Souza de Oliveira

A precariedade das cadeias coloniais: o caso a cadeia velha de Vila Rica 668
Mateus Frizzone

A repressão (correção) à vadiagem: a Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino e a transformação do vadio em trabalhador nacional - Sabará (1895-1901) 675
Sérgio Luiz Milagres Jr

Maria Midão: fogo, paixão e desordens nas imediações da praça de mercado do Rio de Janeiro) 682
Vitor Leandro de Souza

ST 10: Pensar a ditadura no cinquentenário do golpe: sociedade, política e cultura no regime militar brasileiro (1964-1985)

Caos na Boca do Lixo: a representação tropicalista do Brasil em “O Bandido da Luz Vermelha” 693
Fábio Santiago Santos

Festivais e Protestos: Resistência cultural ao regime militar no Brasil 702
José Fernando Saroba Monteiro

A imprensa na transição: valores políticos e projetos de democracia (1979-1988) 710
Mauro Eustáquio Costa Teixeira

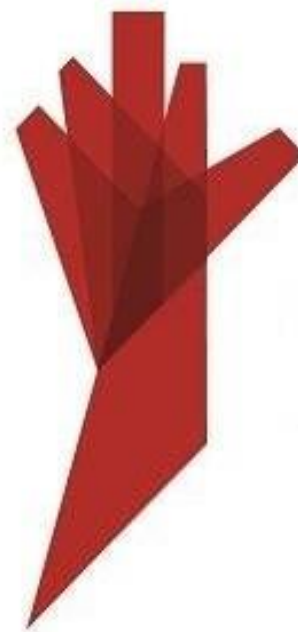
“Pra frente Brasil”: música, discurso, dispositivo, identidade nacional e produção de verdade na ditadura militar no Brasil 719
Nayara Cristian Moraes

A crise de 1964 na imprensa: o “Correio da Manhã” e a radicalização política das direitas e esquerdas no governo Goulart 729
Renato Pereira da Silva

A transição política democrática: as “Diretas Já” e o jornal “Estado de Minas” 739
Rochelle Guitierrez Bazaga

Simpósio Temático 06

História da África e seu ensino no Brasil II



Coordenadores:

Raissa Brescia dos Reis
Doutoranda pela UFMG
rah.brescia@gmail.com

Taciana Almeida Garrido
Mestranda pela UFMG
ticianagarrido@gmail.com

Uma análise do fracasso da Missão dos Jesuítas na Guiné: Catolicismo- Religiões Africanas – Islamismo

Jeocasta Juliet Oliveira Martins de Freitas

Mestranda em História Social da Cultura

Universidade Federal de Minas Gerais

jeocasta@hotmail.com

RESUMO: O objetivo deste artigo será demonstrar as dificuldades encontradas pelo primeiro grupo de jesuítas, que foi enviado a Guiné, em 1604. Pretende-se, demonstrar como a presença do islamismo, e principalmente dos bexerins teriam dificultado a tentativa de catequização. Pretende-se, também, demonstrar como as religiões africanas também foram um empecilho ao objetivo destes padres.

PALAVRAS-CHAVE: Guiné; Catolicismo; Islamismo; Religiões Africanas.

Durante a Expansão Marítima, fenômeno que se iniciou no século XV, a Igreja esteve intimamente ligada ao Estado, por isso com a expansão das conquistas portuguesas seguiu-se um alargamento da abrangência da presença das estruturas da Igreja em diferentes coberturas espaciais. Uma vez que, “nos espaços ultramarinos missão e colonização caminhavam a par, acompanhando-se mutuamente.” (SANTOS, 1995, p.434)

O interesse e responsabilidade da Coroa portuguesa de expandir a fé cristã fica evidente em três bulas papais (Dum diversos 1452/ Romanus Pontifex 1455/ Inter Coetera 1456), que reforçam o poder e o dever de Portugal de fornecer assistência religiosa (enviar missionários, erigir dioceses, apresentar candidatos ao bispado e aos demais benefícios eclesiásticos) aos territórios “descobertos”.

Este interesse da Coroa em expandir a fé cristã está ligado também a intenção de reforçar os circuitos políticos-administrativos nas áreas “descobertas”, com o objetivo de viabilizar e facilitar a colonização. Na região denominada como Guiné do Cabo Verde¹ esta estratégia da Coroa também fez-se evidente.

O arquipélago de Cabo Verde era desabitado até 1460, já a área costeira (Guiné) era povoada por uma diversidade de povos. Diante da dificuldade de se estabelecer e controlar a região da Guiné. Uma vez que, para isto os portugueses necessitavam de permissão dos governantes africanos, a Coroa optou por iniciar a colonização de Cabo Verde, a partir de

¹ “Guiné do Cabo Verde”, “Rios de Guiné”, “Rios de Guiné do Cabo Verde” são expressões que foram utilizadas pelos viajantes nas próprias fontes do período das navegações portuguesas, para denominar o espaço geográfico que compreendia todos os portos e rios entre o Rio Senegal e a Serra Leoa. Este espaço também incluía Cabo Verde. (HORTA, 2005, p. 2).

1460, com o objetivo de controlar o comércio com os povos da Guiné a partir das ilhas. Contudo, como afirma Walter Rodney, Portugal não conseguiu controlar o comércio na região da Guiné, os governantes locais não se submeteram ao exclusivismo comercial, não aceitavam que deveriam comercializar apenas com os portugueses. (RODNEY, 1965, p.314)

No contexto de colonização de Cabo Verde e da tentativa de influenciar a Guiné, percebemos inúmeros processos que se relacionam com a presença da Igreja e do discurso religioso nesta região. Em 1497, as ilhas de Cabo Verde são incluídas na titularia do vigário de Tomar. Ou seja, era responsabilidade da ação da vigária de Tomar a dotação, construção e apetrechamento de igrejas, além da nomeação de curas. Percebe-se, através desta iniciativa um interesse em estabelecer a presença da Igreja e de sua influência. Em 1514, a nova diocese do Funchal passa a ser responsável pela área corresponde a Guiné do Cabo Verde. Entretanto, percebendo a necessidade da criação de espaços eclesiásticos individualizados para os territórios ultramarinos, o Rei de Portugal (D. João III) solicita ao papa, em 1532, a criação de novas dioceses (com sedes na ilha dos Açores, Cabo Verde, S. Tomé e Goa). Atendendo ao pedido do Rei, em 1533 é criada a Diocese de Santiago de Cabo Verde. Vale ressaltar que os limites da diocese de Cabo Verde estendiam-se muito além do arquipélago, era responsabilidade da Diocese de Santiago o espaço da costa, conhecido como “Guiné”. Entretanto, esta área era de tal forma ampla, que a Diocese não consegue ter controle sobre espaço. Na região da Guiné, o Bispo limitava-se a enviar sacerdotes visitantes, a ação destes era muito superficial, limitando-se à administração dos sacramentos, sem uma ação voltada efetivamente para a conversão.

Mas a partir de 1604 este contexto vai ser alterado e a região conhecida como “Rios de Guiné do Cabo Verde” vai receber missões jesuítas. Os jesuítas foram enviados a “Guiné do Cabo Verde” com a finalidade de analisar a viabilidade do estabelecimento de uma Missão na região com o intuito de auxiliar a Coroa e a elite Cabo Verdiana a “manter” o controle da região da Guiné. Uma vez que, no período conhecido como União Ibérica, entre 1580-1640, em que a Coroa da Espanha e de Portugal estiveram unidas, vai se aprofundar a divisão e a disputa entre a Península Ibérica (católica e interessada em defender aquilo que considerava seu “direito histórico” sobre o Ultramar) e o Norte Europeu (protestante e interessado em conquistar espaço no comércio). Esta disputa vai se aprofundar e terá como consequência a intensificação das violações do exclusivismo. Na região da Guiné, isto fica evidente, no final do século XVI e início do século XVII, percebemos uma presença significativa de ingleses, franceses e holandeses na região. (SILVA, 1995, p.14-15).

Esta presença de ingleses, franceses e holandeses ameaçava os interesses da elite cabo-verdiana que até então tinha privilégios no comércio desta região. Diante disto, esta elite cabo-verdiana reivindica uma presença mais efetiva da coroa na região e o envio de religiosos. Diante destas exigências, a Coroa envia o primeiro grupo de jesuítas a Guiné, em 1604. Este primeiro grupo era composto por quatro membros, três padres (P. Baltazar Barreira, P. Manuel de Barros, P. Manuel Fernandes) e um irmão (Ir. Pedro Fernandes). Baltazar Barreira foi designado como superior desta missão, pela sua experiência. Uma vez que, já havia sido missionário em Açores e Angola. Como superior da missão, ele escreveu muitas cartas. São as cartas escritas por este padre que serão analisadas neste texto.

É interessante perceber como as descrições das primeiras cartas dos jesuítas são eufóricas e otimistas. Nestas primeiras cartas eles afirmam que foram bem recebidos, que a missão será um sucesso, que a terra é boa e o clima também. Ao chegar a Santiago², Baltazar descreve uma recepção entusiasmada do povo e das autoridades, “fomos recebidos com grande aplauso e alegria de toda a terra”, descreve uma visão favorável do clima e espaço, “é muito menos doentia que antes, (...), e acho mais tolerável que Angola, além de outras comodidades a que leva vantagem”, descreve a qualidade da terra, “porque tudo o que quere plantar e semear se dá muito bem”, e conclui que “pelo que tenho visto nesta terra, não duvido de nossa ficada nela”. (BARREIRA, 1604, p. 41-47)

Percebe-se, portanto, como o padre manifestava-se confiante no futuro da missão e as suas grandes expectativas iniciais. Expectativas que são lançadas também sobre o território da Costa, Baltazar nesta mesma carta afirma, em relação à Guiné:

[...] e assim ainda contra minha vontade, fico esperando o mês de Outubro para ir com o beneplácito e parecer de todos (a Guiné), e de lá espero mandar tão boas informações da disposição daqueles Reis e gentilidade para receber nossa santa fé católica, que se tome assunto sobre nossa ficada e perpetuação nestas partes. (BARREIRA, 1604, p. 46)

Contudo, este otimismo inicial vai aos poucos sendo destruído. Uma vez que, o clima não se mostra tão tolerável e cómodo como afirmava o Padre, prova disso é o falecimento de dois dos seus companheiros de missão, Padre Manuel Fernandes, em agosto de 1604 e do Padre Manuel de Barros em outubro de 1605. Além das dificuldades de adaptação ao espaço, Baltazar Barreira encontra também na Costa da Guiné outras dificuldades ao sucesso da missão, entre elas: a presença do islamismo na região e a dificuldade em combater as práticas religiosas africanas.

² Santiago era a principal ilha do arquipélago de Cabo Verde, onde estava localizada a cidade da Ribeira Grande. Era a sede do bispado de Cabo Verde, que foi criado em 1533, e que cobria o arquipélago e a costa.

Os Islamizados

A presença de agentes islamizadores na costa da Guiné foi considerado um dos maiores empecilhos a propagação do catolicismo nesta região. Os padres tinham uma visão demasiadamente negativa sobre o islamismo, acreditavam que os povos da região que tinham sido influenciados pelos bexerins (sacerdotes-comerciantes divulgadores do Islã) eram de difícil conversão, além de representarem um perigo, uma vez que poderiam espalhar o islamismo pela região.

Além de representar os povos islamizados como falsos e traiçoeiros, o discurso dos padres tende a distinguir os islamizados dos “gentios”, reforçando a perspectiva de que os “gentios” são mais facilmente convertidos que os islamizados:

A disposição para se fazer fruto nesta gentilidade em uns é grande e em outros não; daqueles que já receberam a seita de Mafoma não parece que há que tratar, os outros que somente a cheirarão e ainda tem ídolos que adoram pode haver mais esperança, e já um Rei destes me deu palavra que se faria cristão e escreveu sobre isso a Sua Majestade, mas os que estão mais dispostos para receber a nossa Santa Fé, são estes reinos da Serra Leoa e outros vizinhos a eles, por não terem notícia de Mafoma e de sua lei. (BARREIRA, 1965, p.172)

Contudo, vale a pena destacar que esta visão inicial de que os “gentios” seriam facilmente convertidos vai sendo, aos poucos, problematizada pelos próprios padres. Eles vão percebendo que os povos que eles caracterizam como “gentios” não abandonam suas práticas religiosas tão facilmente como eles imaginavam.

Entre os povos que Baltazar Barreira define como islamizados, podemos citar os Jalofos e os Mandingas. Sobre os Jalofos, o padre faz apenas uma classificação rápida: “Depois dos fulos se segue os Jalofos; estes começam no rio Senegal da banda do Sul e correm ao longo da costa até os Barbacins (...) segue todos a seita de mafoma (...)”. (BARREIRA, 1965, p.163)

Já sobre os Mandingas, encontramos mais referências em suas cartas:

Estes descem por uma parte e outra do Rio Gâmbia mais de 200 léguas, da banda do Norte e da banda do Sul pelo Sertão. (...) Segue a Seita de Mafoma como os mais que atrás ficam, e tem mesquitas e escolas de leis e escrever, e muitos casizes que levam esta peste a outros reinos da banda do sul, enganando a gente com nominas que fazem de metal e de couro, muito bem lavrados, em que mete escritos cheios de mentiras, afirmando que tendo consigo estas nominas nem na guerra nem na paz haverá coisa que lhe faça mal. (BARREIRA, 1965, p.166)

Através desta carta percebemos que Baltazar Barreira identifica que os Mandingas têm mesquitas e escolas, estas são informações preciosas, na medida em que ficamos sabendo que

existiam locais onde as pessoas se reuniam por razões religiosas e também locais onde os Bexerins (pregadores do Islã) ensinavam e divulgavam o islamismo através do ensino da leitura e da escrita. Acreditamos, portanto, que o desenvolvimento do Islã deu-se através da propagação realizada pelos Bexerins e por meio de instituições como as mesquitas e escolas.

De acordo com o Padre Baltazar os casizes levavam a diversos reinos nominas que tinham a função de enganar os povos. Sabemos que estas nominas, correspondem as famosas “bolsas de mandingas”. Estas nominas eram colares de couro cozido, costuradas que continham dentro pequenas partes do Alcorão escritas em um pedaço de papel, que funcionavam como amuleto, talismã para quem os utilizava. Ou seja, as pessoas acreditavam que utilizando aqueles colares estavam protegidas, já que eles possuíam um caráter curativo e miraculoso, por isso eram distribuídos por figuras tão importantes, os Bexerins.

Para o Padre Baltazar Barreira a presença do islamismo e principalmente dos Bexerins na Guiné representava um perigo e uma dificuldade para a expansão do cristianismo nesta região e para o sucesso da missão jesuíta pela qual ele era responsável. Por esta razão, ele se preocupa em descrever nas suas cartas quem eram os povos islamizados, como os Bexerins tinham poder nesta região e como era responsabilidade da Coroa enviar mais missionários e mais verbas para combater a disseminação do islamismo. Porém, é preciso destacar que os pedidos e esforços do padre não foram suficientes para dar a missão o sucesso esperado. É preciso compreender que a centralização por parte da Coroa portuguesa nos reinos do Congo e Angola fez com que a região da Guiné, de certa forma fosse legada a uma posição periférica e com isto poucos investimentos foram realizados. Além disso, a missão jesuíta também foi fragilizada pelas práticas religiosas africanas, como veremos no próximo tópico.

Práticas Religiosas Africanas

O que é evidente nas cartas do Padre Baltazar é a preocupação em demonstrar que a Guiné estava dividida entre povos islamizados e os chamados “gentios”. A associação de alguns povos da Guiné com o termo “gentio” não é ingênua. Os “gentios” para Baltazar Barreira são aqueles que não têm religião, são caracterizados pela ausência de lei, adoram ídolos, praticam encantamentos, feitiços e sortilégios e podem ser facilmente convertidos. Esta opinião inicial do padre vai aos poucos sendo modificada, a medida que ele percebe que a conversão destes povos não é tão simples como ele imaginava.

No ano de 1610, depois de seis anos naquela terra, Baltasar Barreira vai alterando suas visões positivas. Se antes a terra era muito sadia e prometia grandes realizações, agora ele alegava que a companhia não queria aceitar a missão:

[...] que esta missão foy pretendida muitos anos sem a Companhia a aceitar, por entender que somente serviria de morrer nela os obreiros que mandasse (que se acetou por dar gosto a S. Magestade), que são mortos nella tantos e tã bõs sogeitos, a má qualidade da terra, e como pera haver gente que queira tresidir nella hé necessário fazerlhe favores, e não estreitarlhos mais que aos que vive e Europa e em terras sadias.(BARREIRA, 1965, P.172)

Antes desta frustração diante do fracasso da Missão, Baltasar Barreira escreve cartas que trazem informações sobre as práticas religiosas que ele percebe ao passar por Bissau, Guinala, Biguda e Serra Leoa. Descreve, principalmente, as práticas religiosas dos Beafares, Barbacins e dos povos que viviam na Região de Serra Leoa.

Sobre os Beafares, Baltazar Barreira afirma que ele está empenhado na conversão “desta gentilidade” e que deseja que “pelo menos até a Pascoa ver se posso desarraigar alguns vícios de má costa que, são muy comuns na Guiné.”³ Baltasar afirma que o Rei dos Beafares estava doente, no momento em que ele chegou, por esta razão ele teve que tratar com os principais do Reino e com o Loreguo, “que é a segunda pessoa depois delRej”, sobre as questões de fé. (BARREIRA, 1965, p.55-58)

O padre afirma que eles:

Aceitaram tudo o que lhes disse com mostras de grande alegria e diziam que elles querião ser os primeiros que se bautisassem e que elRej faria o mesmo, **e facarião todos com huã só mulher, que hé a maior deficuldade que há na conversão desta gentilidade.** Dizião mais que Deus nos trouxera aly não somente pera bem de suas almas, mas também para conservação e aumento de seu Reino e bens temporaes. (BARREIRA, 1965, P.55-56)

Percebemos através deste trecho que o Padre reconhece que existiam algumas práticas que dificilmente eram alteradas e que dificultavam a tentativa de conversão, uma delas era a questão da união com várias mulheres. Na Guiné era permitido que o homem tivesse várias mulheres, desde que, conseguisse e tivesse meios para mantê-las. Concluimos a partir deste trecho que os representantes dos Beafares entendiam a aceitação da fé cristã como uma possibilidade de aumentar o seu Reino e conseguir benefícios. Ou seja, como uma possibilidade de negociação.

Barreira também cita outra prática que os Beafares tinham dificuldade em abandonar:

³ “Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre Manuel de Barros”, p.58.

Entre outras coisas que procurei persuadir-lhes (...), foy que, se El Rei moresse, não matassem gente, porque tem por costume matar muitas de suas mulheres e de seus criados, e até o cavalo em que andava, **por lhes meter o diabo em cabeça que aquelas que matão ande tornar a ser suas mulheres na outra vida, e o mesmo dos criados e cavalos.** (BARREIRA, 1965, p.55-56)

Nesta carta, o padre nos deixa informações importantes sobre as cerimônias fúnebres e sobre como os Beafares entendem a morte. Os Beafares acreditam que a comunidade corresponde a um espaço que sustenta constante relação entre os vivos e os mortos. Para eles, o universo se interliga, por isto quando o rei morre seu espírito ainda está vivo e por isso matam suas mulheres, criados e cavalos, para que todos estes continuem o servindo. Acreditam que caso estas cerimônias não sejam realizadas. Isto pode gerar uma insatisfação neste espírito, isto não é o desejo da comunidade, já que eles sabem que este espírito tem o poder de interferir no mundo dos vivos.

Já sobre os Barbacins, Baltasar Barreira observa que eles acreditam nos Janbacoses, “Jabacouçes, que assim chamam os feiticeiros que adivinham, e curão cõ remédios, e cõ palavras aprendidas na escola de Satanás, e por esta causa era aly muy desejada a Companhia.” (BARREIRA, 1965, p.378)

Os Janbacoses eram sacerdotes das religiões tradicionais da Costa da Guiné e tinham como função principal identificar os feiticeiros e comedores de alma que provocavam enfermidades e mortes. Eles seriam os intermediários entre o mundo visível e o invisível, intercedendo junto aos ancestrais, e eram também responsáveis por realizar cerimônias e adivinhações.

Para compreender o significado e a função dos Jabacouses para as sociedades da Guiné, é necessário observar que a religião destes povos preocupava-se simultaneamente com o corpo e a alma. Sendo assim, acreditavam que se uma pessoa estava doente, esta doença tinha relação com uma desordem intencional (entre o corpo e a alma) que muitas vezes era provocada por um ser humano, reconhecido pela sociedade como feiticeiro, comedor de almas. Portanto, o significado da doença está ligado a esfera do sagrado e a doença só pode ser compreendida dentro do contexto em que vive o doente. Com o objetivo de identificar a causa sobrenatural da doença, a população se dirige ao Janbacose. O Janbacose identificava quem havia causado o mal a pessoa e ao mesmo tempo utilizava seus conhecimentos sobre as ervas para curar a mesma. Percebe-se, portanto, que os Janbacoses realizavam a cura do físico e do espiritual.

Além da presença dos Janbacoses, Baltasar Barreira aponta outras dificuldades para a conversão dos Barbacins. Entre elas: a dificuldade de aceitar o casamento com apenas uma mulher, além de “serem dados a idolatria, e não haver casa, nem caminho, nem lugar em que não tenham muytas chinas, que são os seus ídolos, nos quais creem e confiam como se tivesse na mão o que lhe pedem.” (BARREIRA, 1965, p.172)

Percebe-se, portanto, que aos poucos, o próprio Padre percebe que a missão de converter os povos da Guiné não seria tão fácil como as visões iniciais queriam demonstrar. Os padres irão encontrar muitas dificuldades neste processo.

Considerações Finais

Acredito que as cartas missionárias constituem ainda um potencial a ser explorado e que podem e devem ser utilizadas na construção da História da África, desde que se realize um trabalho metodológico com estas fontes, perguntando-se sempre: Quem escreveu? Para quem escreveu? Com qual intenção escreveu? Onde se manifesta a presença do etnocentrismo nestas fontes? Quais obras foram consultadas e influenciaram a escrita da fonte utilizada? Estas são perguntas simples que devem ser permanentemente realizadas pelo historiador ao trabalhar com qualquer documento. As cartas dos missionários podem nos fornecer importantes informações sobre as características de vários povos da Guiné, sobre seus costumes, crenças, comércio e localização geográfica. Cabe ao historiador a função de saber explorar estas fontes.

Fontes

Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares”, 01/8/1606. In: MMA. 1965, IV.
Carta do Padre Baltazar Barreira ao Provincial de Portugal”, 22/7/1604. In: MMA, 1965, IV.
Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares”, 01/8/1606. In: MMA. 1965, IV.
Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre André Álvares”, 08/01/1610. In: MMA. 1965, IV.
Carta do Padre Baltasar Barreira ao Provincial dos Jesuítas”, 19/03/1612. In: MMA. 1965, IV.
Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre Manuel de Barros, 28/01/1605. ” In: MMA, 1965, IV.
Carta ânua do Padre Baltasar Barreira ao Provincial de Portugal”, 01/01/1610. In: MMA, 1965, IV.
Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares”, 01/08/1606. In: MMA, 1965, IV.

Referencias Bibliográficas

CARVALHO, Beatriz. Entre Mouros e Cristãos: os Mandingas da “Guiné do Cabo Verde”. Sécs. XVI e XVII. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UFF. 2013.105f.

HORTA, José da Silva. “O nosso Guiné”: representações luso-africanas do espaço guineense (sécs. XVI-XVII). In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005.

MOTA, Thiago Henrique. A outra cor de Mafamede: aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas. 1594-1625. Dissertação apresentada ao Programa da Pós-Graduação da UFF. 2014. 281f.

RECHEADO, Carlene. As missões franciscanas na Guiné (Século XVII). Dissertação de mestrado apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa. 2010. 117f.

RODNEY, Walter. Portuguese Attempts at Monopoly on the Upper Guinea Coast, 1580-1650. *The Journal of African History*, v.6, n.3, Cambridge University Press, 1965.

SANTOS, Maria Emília Madeira. SOARES, Maria João. Igreja, Missionaç o e Sociedade. In: *História Geral de Cabo Verde. Volume II*. SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). Lisboa. Praia: IICT. 1995.

SANTOS, Vanicl ia Silva. Bexerins e jesuítas: religião e comércio na costa da Guiné (século XVII). *Revista Metis*, v. 10, n. 19.

SILVA, Antonio Correia e. Cabo Verde e a Geopolítica do Atl ntico. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.) *História Geral de Cabo Verde. Volume II*. Lisboa (Portugal): Instituto de Investiga o Científica Tropical; Praia (Cabo Verde): Instituto Nacional de Cultura, 1995.

Por uma África contemporânea na sala de aula

Raissa Brescia dos Reis

Doutoranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

rah.brescia@gmail.com

Taciana Almeida Garrido Resende

Mestre em História

Universidade Federal de Minas Gerais

tacianagarrido@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste artigo é propor o início de um debate entre professores e pesquisadores sobre a importância da inserção da temática da História da África contemporânea (século XIX, XX e XXI) na sala de aula. Após a promulgação da lei 10639 de 2003, que tornou obrigatório o ensino da História da África e dos Africanos no ensino básico, multiplicaram-se o interesse e os investimentos de pesquisa sobre o tema. Com uma produção historiográfica ascendente, propomos uma investigação sobre os modos como este conteúdo vem sendo selecionado para a sala de aula e sobre seus avanços e necessidades até o momento.

PALAVRAS-CHAVE: África contemporânea; Lei 10639/2003; Ensino; História.

ABSTRACT: The aim of this paper is to propose the beginning of a dialogue between teachers and scholars about the importance of the inclusion of contemporary African History (XIX, XX and XXI century) in classroom. Since teaching Africa and Africans history in high school is obligatory by law 10639/2003, interest and investments on researches multiplied. We witness a rising historiographic production on this subject and therefore we propose an investigation into the ways in which this content has been selected for the classroom and on their progress and needs.

KEYWORDS: Contemporary Africa; Law n. 10639/2014; Education; History

Este trabalho apresenta-se como uma breve e inicial contribuição de duas historiadoras que se dedicam ao estudo da África contemporânea. Assim, o apelo e a militância pela inserção desta temática na agenda escolar não poderia ser revestida de maior empenho. O ponto de partida para a apresentação deste texto surgiu de discussões marginais à academia, mas foi inserido em debates sistemáticos em grupos de estudos e, mais recentemente, em cursos de extensão. As questões suscitadas convergiram para a constatação da carência de leituras da África contemporânea no ensino de história da África no Brasil e para o papel das novas gerações de africanistas para este cenário.

Propomos, então, colocar em discussão o tema do ensino de história da África contemporânea, aqui considerada no amplo recorte cronológico dos séculos XIX e XX, e

a sua quase ausência em sala de aula. A ideia central é trazer à pauta as questões ligadas à negligência desse período na abordagem adotada para o ensino da história do continente e os perigos da exclusão dos agentes africanos atuais do palco central do que se convencionou chamar de história geral ou mundial no ensino de história na educação básica. Esse esforço vem para responder a uma pergunta mais ampla acerca de como a África é representada em sala de aula no Brasil e os motivos que se estabelecem em torno das imagens construídas.

No país, a partir do esforço de construção e posituação de identidades negras promovido pela sociedade civil organizada, marcadamente pelos grupos do Movimento Negro Unificado, ocorreu durante os anos 2000 uma crescente demanda por novas visões acerca do continente africano. A tônica geral dessas novas narrativas requisitadas era o destaque de sua relação histórica com a constituição da sociedade brasileira. Unindo-se a essa perspectiva, houve o esforço político e institucional pela construção de um novo diálogo internacional entre o Estado brasileiro e os vários países africanos. Estratégia imersa em uma abordagem alternativa das relações externas brasileiras, voltada para o eixo de cooperação Sul-Sul e não mais, ou não apenas, para o consagrado eixo Norte-Sul.

Sobre este segundo ponto, menos importante neste artigo, é ainda interessante notar como os historiadores vem se furtando ao diálogo com os internacionalistas na construção de narrativas e abordagens sobre tal conformação contemporânea. Prova disso, são os sucessivos debates e grupos de estudos fundados em departamentos de Relações Internacionais, notadamente na UNB e na UFRS, para a discussão da inserção africana contemporânea; o que não se confirma nos departamentos de História das principais universidades do país. Configura-se, portanto, uma ampla demanda por novas narrativas e por diálogos entre as ciências humanas que possam conformar e dar significado aos novos âmbitos nos quais a ligação Brasil-África passa a se inscrever. Esse quase silêncio sugere mais uma vez a escolha em não abordar um continente africano contemporâneo e nos remete à questão central deste texto.

O papel oferecido pelo campo historiográfico e pela prática docente no ensino básico em muito dialogam com os dois fatores apontados anteriormente. O espaço para novas narrativas sobre uma história que contemple a presença africana ainda é incipiente e, em sua maioria, parece se focar nas relações estabelecidas entre a história brasileira e africana ocasionadas pelos muitos anos de escravidão e de tráfico de homens e mulheres escravizados no continente africano. Muitas vezes opta-se pela ressignificação destas velhas

ligações através do investimento em narrativas que focam nas sociedades e Estados africanos do século XIX, ou anteriores, do que a busca por análises dos países africanos e suas dinâmicas nos séculos XX e XXI. Ainda que as relações imediatas entre Brasil-África, sejam elas institucionais, econômicas ou mesmo sociais e parte central das construções e fundações identitárias, estejam intimamente delineadas pela história do tempo presente das relações atlânticas, a abordagem do olhar historiográfico resiste. A pergunta da qual decorre esta tentativa inicial de resposta é, portanto, por que tal recusa e quais suas possíveis consequências.

Destaque à lei 10.639: resposta a demandas de movimentos sociais.

As delimitações do texto da lei 10.639, de janeiro de 2003, seguindo as tendências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecem os parâmetros gerais a serem adotados na educação básica para a inclusão obrigatória do

estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.⁴

O texto da lei deixa entrever o tom da abordagem historiográfica desejada e mantém clara a relação entre a obrigatoriedade do ensino de História da África na Educação Básica e a necessidade de re-fundação das identidades raciais no Brasil. Entende-se a importância desse esforço na construção de relações sociais mais justas e como oportunidade rara de contrapartida social para o fazer historiográfico e mesmo para o ensino de História. A temporalidade a ser trabalhada para tal fim, porém, não é explicitamente apontada.

Uma análise dos livros didáticos selecionados e indicados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que tem entre suas diretrizes centrais a garantia da realização da lei aqui exposta, no entanto, permite verificar que a África e os africanos adentram o campo da história de forma específica e temporalmente restrita. Na prática, a adoção da lei 10.639 no livro didático, principal material de formação não só do aluno mas também do professor da educação básica - cuja relação com a História da África é ainda incipiente, por uma falha das instituições de ensino superior no Brasil - minimiza ou ignora as dinâmicas e contextos políticos e sociais contemporâneos. O texto do Guia de Livros Didáticos PNLD 2013, no tópico que se dedica especificamente a estabelecer o que se espera dos livros avaliados no que concerne ao ensino de história da África, aponta o problema aqui discutido ao afirmar que

⁴ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em 14/06/2014.

a resistência dos povos escravizados e a existência de quilombos como forma de luta pela liberdade ocupam a posição mais escolhida pelos autores para a abordagem desses temas. Aparece também com frequência a contribuição dos africanos e dos afrodescendentes para a cultura brasileira, principalmente em relação a música, dança, alimentação, religião, festas e termos incorporados à língua portuguesa.⁵

Além da preferência por uma temporalidade mais apartada, o excerto põe em tela outra dimensão da narrativa hegemônica sobre o continente. Os africanos, suas sociedades e suas várias formas de organização e manifestação política permanecem obscurecidos. Apesar da relativa valorização do que seria a participação desses homens e mulheres, principalmente pensados a partir da figura do escravo ou ex-escravo, na construção cultural do Brasil, o olhar oferecido pelos livros didáticos, e muitas vezes demandado em sala de aula, permanece restrito. A importância da presença africana é basicamente ressaltada pela relevância de suas práticas artísticas e culturais e relacionada diretamente ao período do tráfico de sujeitos escravizados, entre os séculos XVI e XIX. Aparentemente, por se tratar de um momento óbvio de relação do continente com o território brasileiro em conformação. Nesse sentido, como a abordagem se foca neste momento, esses sujeitos acabam adentrando a narrativa histórica a partir de sua participação em esferas outras da formação do Brasil, que não a política e institucional. Um problema que a historiografia revisionista acerca do papel do escravo, de sua agência enquanto atores históricos, e mesmo a demanda por uma história anterior ao tráfico e ao escravismo moderno, não foram capazes de resolver.

Hipóteses para uma resposta às questões colocadas.

A principal hipótese aqui aventada é relacionada a uma espécie de demanda identitária que estaria ligada aos movimentos sociais brasileiros, como o Movimento Negro Unificado, que estiveram por trás da criação e implementação da lei 10.639, aqui já mencionada. A ideia é que a mobilização da História da África seria centralmente uma tentativa de dar relevo a um vínculo entre a população negra africana e a população brasileira. E o caminho escolhido para o estabelecimento de emblemas e de uma narrativa identitária positiva acaba recorrendo ao período histórico anterior ao estabelecimento do tráfico atlântico como forma de refundar os laços com um passado erigido em origem. Nota-se, portanto, uma preocupação em dar a ver práticas sociais, culturais e religiosas que se estabeleceriam em Estados africanos dos séculos XVI, XVII e XVIII, comumente relacionando-as a cenários brasileiros do mesmo período ou posteriores.

⁵ Disponível em www.fnpe.gov.br/arquivos/category/125-guias?...pnld-2013-historia, Acesso em 14/06/2014, p. 24.

Esse trabalho de construção de novos significados e valores em torno de agrupamentos sociais constitui em si mesmo um objeto passível de ser historicizado e é parte importante dos debates perpetrados em torno das relações étnicas no Brasil e do esforço de reparação do racismo infiltrado nas estruturas sociais e políticas brasileiras. O engajamento político dos professores da educação básica e, em outra dimensão, dos professores universitários também deve ser levado em consideração para a análise desse momento histórico da educação no Brasil e significam as escolhas historiográficas realizadas tanto no ensino básico quanto no superior. O ensino da história do continente, que guarda relações culturais com o Brasil marcadas pela violência, é mobilizado para a construção de narrativas positivas ou para a “superação” de estigmas identitários internos. A escrita e o fazer historiográfico não são e nem devem ser isentos de função social, ou reivindicarem neutralidade, afinal guarda sempre relações subjetivas com a história do presente e com as realidades sociais daqueles que os experienciam.

A universidade, nesse sentido, acaba sendo atingida de forma indireta por essas novas prerrogativas do ensino de História da África no ensino básico, inclusive por seu papel formador dos quadros de professores. Ao mesmo tempo, a produção acadêmica atua sobre as novas narrativas do ensino básico de forma direta. É sugestivo, portanto, que tenha ocorrido um aquecimento do campo de estudos em História da África, antes bastante marginal na produção historiográfica brasileira, após a criação e aplicação da lei 10.639. Também no espaço universitário o incipiente campo dedicado ao assunto possui uma tendência clara. A adesão a períodos mais distantes e a tentativa inicial de aproximação da temática através do momento que tradicionalmente a escrita da História do Brasil convencionou aproximar da História africana: a escravidão e o tráfico atlântico.

Prova desta afirmação é a pesquisa de doutorado desenvolvida pela historiadora Márcia Guerra Pereira, que investiu seus estudos na demarcação e compreensão das características da área de História da África nas universidades nos últimos dez anos. Segundo a autora, nas instituições onde as disciplinas são oferecidas em um único semestre, há três tipos de abordagens: o curso de perspectiva diaspórica, preocupado em analisar a África no Brasil; os cursos articulados em torno da escravidão e do tráfico atlântico e os cursos montados na forma de um longo painel cronológico (PEREIRA, 2012, p. 160). Para Guerra, mesmo nas universidades,

o traço principal dos programas (avaliados entre 2010 e 2012) é o tratamento da África negra em um diálogo estreito com problemas e demandas colocados com a afirmação da identidade negra (PEREIRA, 2012, p. 161). Segundo a autora, ainda é a escravidão “que parece justificar a inclusão dos estudos de África na formação acadêmica dos historiadores brasileiros, levando a definição de um espaço de reflexão essencialmente atlântico”, o que vem a ser confirmado quando se analisa os programas dos cursos de História da África ministrados nos departamentos de História de universidades do Brasil. A pesquisa confirmou que a grande maioria dá sua ênfase à África subsaariana (PEREIRA, 2012, p. 161) Nesse sentido, um ponto de convergência entre todos os programas universitários, segundo Guerra, é a escolha do marco dos grandes reinos dos séculos V e VI na África, o que põe em tela mais uma vez a opção por negligenciar a história contemporânea do continente, mesmo na instância de formação do professor da educação básica.

Outro dado sintomático que aponta para essa verticalização do ensino sobre os temas da África antiga ou moderna orientados pelas demandas identitárias internas do país são as escolhas dos livros distribuídos nas escolas públicas do país em 2014. Avaliados por professores universitários especialistas no tema, as obras selecionadas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) temático 2014, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), ligada ao MEC apontam para a relação imbricada entre Brasil e África. Ao todo, serão distribuídas 85 mil exemplares desses livros. Os títulos selecionados que interessam para esta discussão são: África e Brasil Africano; História e cultura afro-brasileira; e Origens Africanas do Brasil contemporâneo: história, línguas, culturas e civilizações⁶. O interessante é a ausência de obras didáticas que abordem o continente africano isolado de sua contribuição na cultura brasileira, o que levanta uma questão importante: De qual África estamos falando no Brasil?

A importância da abordagem em sala de aula de uma História da África Contemporânea.

Depois de levantadas essas breves questões, propomos a investida da comunidade de professores e pesquisadores que, mesmo cientes dos desafios da inserção dessa “nova” história no currículo da educação básica, desempenham esforço para concretizá-la e torná-la possível. A História da África Contemporânea poderia ser uma maneira efetiva para a

⁶ Todos os títulos selecionados pelo PNBE podem ser consultados através do endereço <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=9&data=28/01/2014>. Acesso em 14/06/2014.

realização dos intuitos sociais da lei 10.639 e, ao mesmo tempo, uma forma de tornar o tema mais próximo ao aluno e talvez mais atraente. Construir outras narrativas acerca das múltiplas realidades africanas seria uma alternativa interessante para fundar novas percepções acerca do continente africano. Mantendo o investimento na positivação da presença africano não apenas na formação cultural brasileira mas na construção da Modernidade.

Além de refazer as ligações do aluno com o continente africano em sua atualidade, interpretações que superassem a alteridade acachapante que o objeto parece suscitar na opinião pública brasileira, como demonstra o trabalho de Anderson Oliva, seriam uma forma de revestir de significados positivos as relações com o continente africano. Em artigo, Oliva resgata reportagens veiculadas na revista de ampla circulação, *Veja*, e sua atuação nas representações dos africanos, que converge na consolidação “do imaginário coletivo ou o conjunto comum de estereótipos e notícias circulantes sobre a África: as cenas do tráfico e da escravidão, os conflitos e as guerras, as epidemias e a fome, a miséria, a desorganização generalizada e a natureza exótica” (OLIVA, 2008, p. 142). Trata-se de uma imagem negativizada e homogênea que extrapola a sala de aula e engendra a reprodução de um lugar marginalizado para o continente africano. Para o historiador, tais imagens compõem “o cenário mental de grande parte dos brasileiros”. E, nesse sentido, talvez uma abordagem da África contemporânea por outros matizes na sala de aula seja um dos caminhos para a construção de cenários concorrentes.

Essa proposta seria também uma possível solução para a exclusão do tema da história da África do dia-a-dia da sala de aula e sua quase segregação a momentos específicos, que constituem quebras na rotina do aluno, como a chamada Semana da Consciência Negra. A adoção de um olhar para a História Contemporânea, que considere mais do que as relações criadas pelo escravismo moderno entre o continente, o Brasil e parte do Ocidente, seria uma forma de romper esta tendência, inclusive pelo simples fato de imprimir a presença africana em outros momentos históricos, tradicionalmente restritos a um olhar eurocêntrico, como a Segunda Guerra Mundial, por exemplo. A agência de sujeitos e sociedades africanas em temporalidades distintas acaba por promover um olhar familiarizado com a diversidade, o que vai ao encontro das diretrizes gerais apresentadas pela LDB de uma educação formadora de cidadãos críticos e capazes de participação política democrática.

Além disso, acredita-se que mesmo as demandas político-identitárias, centrais para a implantação da obrigatoriedade do ensino de história da África no Brasil, seriam amplamente contempladas. Uma narrativa que amplie as visões sobre os países africanos traz a

possibilidade de construção de um esquema mundial mais amplo do que a antiga dicotomia entre um Norte, representado como rico e capaz, e um Sul decadente e vitimizado. Mais do que a identificação com imagens de uma África homogênea e mitificada, o estudante poderia ter acesso a um continente contemporâneo, diverso e conflituoso, mas com mazelas sociais e soluções políticas nem sempre tão distantes do Brasil. É premente a construção de novas imagens sobre África, que não sejam parte de uma história única de negativização e estereótipos.

Nesse sentido, este trabalho propõe a adoção do ensino da História da África contemporânea como uma forma de dar novo fôlego e novos matizes às imagens do continente e dos africanos criadas e cultuadas em sala de aula. Não seria a percepção de Áfricas em construção, em constante formulação social e política, ativas e presentes no cenário mundial, inclusive em diálogo e negociação com o Estado brasileiro, mais interessante para um ensino voltado para a positividade da diversidade e das várias identidades brasileiras?

Referências Bibliográficas

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

LOPES, Carlos. *A Pirâmide Invertida – historiografia africana feita por africanos*. IN: Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África. Lisboa: Linopazas, 1995. 21-29.

CÉSAIRE, Aimé. *Cahier d'un retour au pays natal*. Paris: Présence Africaine, 1983.

_____. *Discours sur le colonialisme*. Paris: Présence Africaine, 1955.

FANON, Frantz. *Os Condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

_____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. 2 Volumes. Lisboa: Europa-América, 1991.

_____. *Para quando a África?* Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

M'BAH, Abogo. *Panafricanismo clássico: identidade e reconhecimento*. Nsibidi, Palma de Mallorca, Islas Baleares, Espanha, n. 1, ano 0, dezembro de 2004.

M'BOKOLO. *África negra: história e civilizações*. Tradução. Salvador; São Paulo: EDUFBA; Casa das Áfricas, 2009.

OLIVA, Anderson. Notícias sobre a África: representações do continente africano na Revista Veja (1991-2006). *Afro-Ásia*, n. 38, 2008.

PEREIRA, Márcia Guerra. *História da África: uma disciplina em construção*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2012.

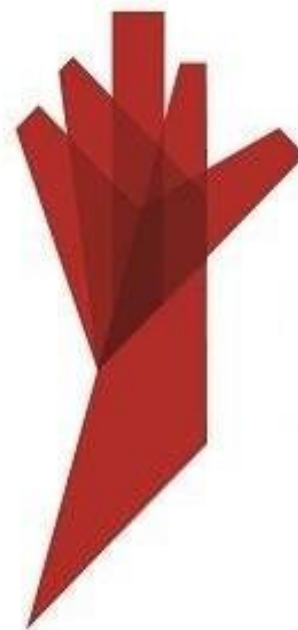
SANCHES, Manuela Ribeiro. *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2011.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

THORNTON, J. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Simpósio Temático 07

**Teoria da História, História da
Historiografia e Filosofia da História**



Coordenadores:

Danilo Marques

Mestrando - UFMG
danilomarques.his@gmail.com

Walderez Ramalho

Mestrando - UFMG
walderezramalho@gmail.com

Mariana Vargens

Mestranda - UFMG
marianavargens@gmail.com

Andréa Mara Araújo

Mestranda - UFMG
andreamara.araujo@yahoo.com.br

Aspectos da historiografia sobre as festas do Império brasileiro

Amanda Renata Rezende

Graduada em História

Universidade Federal de Ouro Preto

amanda-rezende@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo objetiva discutir as inquietações em relação às condutas e as tentativas de controle social no espaço urbano na formação do Estado nacional brasileiro. Pretende também demonstrar a reorientação pedagógica das massas através dos folguedos populares, uma vez que cabia a eles suscitar uma identificação com o governo vigente, estreitando os laços entre o político e o social.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia; Estado-Nação; Folguedos; Identidades sociais.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the concerns related to the conducts and attempts of social control within urban area in the formation of the Brazilian national State. It also seeks to demonstrate the pedagogical reorientation of the masses through the popular folguedos, for it was up to them raise an identification with the current government, strengthening the bonds between the political and the social.

KEYWORDS: Historiography; State-Nation; Festivals; Social identities.

Introdução

O início do século XIX, se apresenta como um momento de grandes transformações do território luso brasileiro, sobretudo com a vinda da Família Real e da Corte portuguesa em 1808. Essa data representou um marco em nossa história colonial, pois desencadeou uma série de alterações associadas aos aspectos físicos, sociais e políticos que culminaram em uma reorganização e adaptação da estrutura burocrática lusitana nos trópicos.

A transferência da sede do império português para sua possessão territorial americana “foi imediatamente interpretada como a ruptura com um tempo velho e a abertura de uma nova época” (ARAÚJO, 2009: 86). Esse evento nos apresenta uma série de peculiaridades importantes para compreendermos como a escrita da história nacional foi produzida ao longo da primeira metade do oitocentos. Para Valdeci Lopes de Araújo, a chegada da Família Real dilatou significativamente a produção de uma narrativa ilustrada¹, que passou a desenvolver

¹ Lembrando que, “por narrativas ilustradas entendemos os relatos que procuravam registrar os progressos de algum campo de atividade humano, sem ainda reuni-los em um conceito singular de progresso geral da sociedade” (ARAÚJO, 2009, p. 86).

seus trabalhos a partir de uma nova perspectiva de historicidade, “bem como uma nova perspectiva de unificação da história brasileira” (ARAÚJO, 2009, p. 86).

Esse momento histórico, referido na Historiografia Brasileira como um tempo em que se afloraram as sensações de rápida celeridade dos acontecimentos, foi constituído por inúmeros processos de dinamização e modernização da nação que se erigia. Na nova sede do poder metropolitano, foram constituídas novas feições culturais, sociais, de ordem material e demográfica da população (CHAMON, 2002, p. 31; ALENCASTRO, 1997, p. 38), em maior ou menor grau:

Com a vinda da Corte, pela primeira vez, desde o início da colonização, configuraram-se nos trópicos portuguesas preocupações próprias de uma colônia de povoamento e não apenas de exploração ou feitoria comercial, pois que no Rio teriam que viver e, para sobreviver, explorar “os enormes recursos naturais” e as potencialidades do império nascente, tendo em vista o fomento do bem estar da própria população local (DIAS, 1996:181, 182).

As transformações advindas da transposição da sede do Império português já nas primeiras décadas do século XIX se enraizaram, sobretudo, com a criação da imprensa, que desencadeou a circulação de informações e de mundos antes “desconhecidos”. Essa nova ordenação política e social, permitiu a determinados grupos uma perspectiva de vida que se aproximasse do gosto, da delicadeza e da distinção pautados nos costumes franceses - modelo de elegância e racionalidade - especialmente após 1822.

A modernidade e o progresso compunham a ordem do dia e as concepções acerca do que significava tais conceitos se refletia cada vez mais no âmbito político, intelectual e social da população, onde esse último passou a ser regido por um código de etiquetas que gradativamente caminhou rumo as relações cada vez mais particulares.

A historiografia do período evidencia como as concepções de modernidade eram diretamente ligadas a disciplinarização dos indivíduos e por fim, da sociedade como um todo. A regulamentação e reordenação do espaço público a partir das festas era, desde o período colonial, uma importante estratégia utilizada pelos governos que tencionavam o domínio da população. No império, elas, ainda na mesma proposta de estimular o “espírito público” entre as pessoas, apresentaram maior rigidez na regulamentação do público visando à reorganização da vida privada.

Utilizadas como fomento entre a identificação do povo e das políticas governamentais, os folguedos eram também momentos que “buscava[m] reduzir e atenuar as divergências entre os seus habitantes” (CHAMON, 2002, p.31). Contudo, a sociedade, em sua natureza e especificidade, sempre recriou e dotou de significação as leis e os costumes que lhes eram

imputados. É preciso conceber a ineficácia do imaginário da elite em relação “a homogeneidade desejada ou a completa concordância, no que diz respeito às mudanças empreendidas (...). O percurso foi permeado de vitórias e derrotas, muita tolerância e incansável persistência” (ARAÚJO, 2000, p.93).

O Brasil oitocentista e suas transformações

A trajetória do Brasil independente contou, primordialmente, com as elites que caminharam no sentido de incorporar e absorver a modernização e a civilidade europeia que chegava ao Rio de Janeiro - o centro receptor - e eram redistribuídas ao restante do território (ALENCASTRO, 1997, p.24). Afoitos pelas novidades o povo era instruído a reorganizar sua vida de maneira a corresponder à elegância e distinção das pessoas bem-educadas. Houve, portanto, um movimento que visava “a construção e a propagação de novas regras de conduta social, bem como a aceleração de novos códigos de polidez” (ARAÚJO, 2000, p.86). Os municípios passaram a receber novas perspectivas e diretrizes que articulavam-se aos ideais difusores do Império.

Estas elites políticas e intelectuais, responsáveis pelo projeto e o desenvolvimento da construção do Estado monárquico, contribuíram significativamente para o alargamento de uma ideia de sociedade civilizada e progressista. A perspectiva de tradição civilizada não deveria ser composta somente pelas camadas abastadas da sociedade. Era necessário ir além, a nação formava-se por diversos setores sociais e, para que as expectativas apregoadas pelos “curadores” do progresso surtisser efeito, necessariamente a disciplinarização e a reorientação dos “bons costumes” precisava ser disseminada entre a maioria da população.

É importante não perdermos de vista que, inerente à colonização portuguesa, o território brasileiro herdou significativamente uma cultura lusa. Com o rompimento entre Brasil e Portugal em 1822, as elites desejosas por deslegitimar os costumes “grosseiros” e criar uma imagem equiparável às nações civilizadas, intentou desvincular a sociedade brasileira do arcaico Portugal. Sempre atentas ao progresso europeu desejavam a todo modo “fazer o Brasil despertar do que consideravam como ‘morrinha colonial’” (ARAÚJO, 2000, p.124). Neste contexto, percebemos que as transformações na qual a Europa e a América vinham passando, acarretaram na “periferização das antigas metrópoles ibéricas” (COSTA, 2010, p.7), que foram deixadas à margem da composição desse processo civilizatório que emergia.

A concepção de nacionalidade será arquitetada e reforçada pela ideia de um governo capaz de trazer aos trópicos a civilidade que os laços coloniais lhe privaram, apresentando discursos que destacam os elementos dessa lusofobia. Podemos notar na historiografia, como

Portugal se tornou sinônimo de antiquado, rude e atrasado, dessa maneira, a perpetuação dos seus costumes opunha-se ao ideário de nação que estava sendo formulado naquele momento. Como não deixa dúvidas o excerto retirado do artigo *Programa Histórico: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*² é o representante das ideias de ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram o nosso continente, escrito pelo Visconde de São Leopoldo:

O Brasil é destinado a ser, não acidentalmente, mas, de necessidade, um centro de luzes e de civilização, e o árbitro da política do Novo Mundo. Havia a metrópole receada as consequências; traçou portanto, plano de repressão ou desenvolvimento dessas geniais faculdades: princípios, ideias, instituições antissociais, sufocadoras de qualquer progresso, predominavam; mandar despótico, e obedecer cegamente: eis o eixo do nosso governo colonial (PINHEIRO, 1908, p.62).

A escrita da história e sua produção no pós-independência também ganhou um novo rigor no processo de articulação entre passado, presente e futuro. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, foi fundamental na composição e registro da nossa historiografia. O IHGB não detinha sob seu domínio o monopólio dessa escrita, mas ali era o lugar em que a nossa história estava sendo veementemente pensada e escrita. Era preciso ter uma história na qual as pessoas devessem acreditar para exercer sua função patriótica, uma vez que ela perderia sua função política caso a verdade histórica se disseminasse de maneira individual.

No que diz respeito às formulações normativas, elas implicavam em critérios que faziam referência aos padrões de universalidade e igualdade de uma unidade nacional. Convém ressaltar também a influencia e a importância das práticas higienistas que se desenvolveram nesse período; a medicina alçou um papel fundamental no respaldo da lei que entrava em vigor, tornando-se muitas vezes inimiga das festividades que se associavam a molhadelas ou combates corporais (ARAÚJO, 2008, p.135).

Observamos assim, um cotidiano que foi se alterando, sobretudo, nas camadas mais abastadas da população, provocando mudanças no consumo e nos costumes sociais. Mas nem toda ação é completamente passiva, logo, devemos nos atentar para as alterações, os desrespeitos às disposições legais e, as reafirmações constantes da legislação. Os jornais

² Não havia, antes de 1838, um centro de escrita da história brasileira, em geral, essa escrita era realizada no interior de clubes políticos. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi uma tentativa de “retirar essa história das ruas” e, a partir de suas representações podemos compreender melhor como a sociedade apreendia o passado e traçava a trajetória rumo à nação que se estruturava. Assim, é importante investigar “a maneira como as pessoas elaboravam, construíam, adaptavam, digeriam e transformavam, a partir de suas experiências concretas, todo fluxo de mudanças ocorridas no século XIX” (ARAÚJO, 2000, p.125).

locais e as posturas municipais nos mostram não só como a legislação tendia a disciplinarização ambicionada pela “moralidade”, mas também como essas iniciativas poderiam e eram burladas (ABREU, 1999, p.188).

As inquietações em relação às condutas, assim como as tentativas de controle das interações sociais no espaço urbano pelos dispositivos das posturas municipais no século XIX, traziam de maneira bastante sutil a adoção de atitudes e culturas educadas à moda francesa ou parisiense. As ações dos indivíduos passaram a ser cerceadas tanto no domínio público, quanto privado, por uma série de Códigos de Postura que já na primeira metade do oitocentos almejava “civilizar o Império em termos de limpeza, saneamento, moral pública organização e embelezamento do espaço urbano” (ABREU, 1999, p.219).

As transformações até aqui referidas, buscaram também apresentar ou estabelecer uma reorientação pedagógica das massas através de inúmeras festividades espalhadas pelo território brasileiro:

Empenhados em conferir ao país uma imagem de ordem e civilidade, apostando na civilização e no progresso, as elites adotaram como postura tirar dos festejos todas as práticas populares associadas ao passado colonial. O discurso dirigia-se contra o "antigo" em nome do "moderno", contra o "bárbaro" ou “selvagem” (ARAÚJO, 2000, p.105).

A sensação de proximidade à realeza, a marcha do progresso, a circulação de ideias, a dinâmica econômica e o patriotismo são considerações que ganharam corpo e puderam ser observados na íntegra durante a formação do Estado nacional (CHAMON, 2002:21). Esses acontecimentos estavam sempre ligados por um nexos comum - a festa - e eram recebidos com tamanha empolgação e alegria que a população frequentemente ia às ruas comemorar.

Minas Gerais e as festas populares

Em um rápido panorama, o povoamento do território de Minas Gerais foi marcado pela busca dos metais preciosos. A corrida pelo ouro acarretou em um intenso crescimento demográfico e o tônus social da população se mostrava bastante instável, uma vez que o nomadismo era uma característica própria da mineração. Essa situação atravessaria todo o setecentos e, uma gama de recursos foram destinados, ao longo da colonização, para a manutenção e ordem do controle social, dentre eles as folganças populares, fossem elas religiosas, políticas ou de caráter profano (SANTIAGO, 2003, p. 80).

Nesse contexto iremos de encontro à historiografia que se refere à província mineira como “decadente” e “estagnada” após o declínio da mineração. Para Carla Almeida, o declínio da mineração não provocou grandes transformações na estrutura produtiva dessa sociedade, o que houve foi uma “reestruturação econômica” ou “acomodação evolutiva” onde

o comércio de subsistência passou a ocupar o espaço da “atividade nuclear” (ALMEIDA, 1995, p.88). Tomando como referência essa perspectiva, os mineiros, sobretudo por intermédio da elite detentora dos meios de produção e do comércio, foram capazes de operarem em defesa dos seus interesses e destacarem-se na política e reordenação da vida pública (CHAMON, 2002, p. 27-28).

Em uma sociedade tão complexa como essa, os folguedos tiveram papel fundamental na organização e consolidação dos projetos estruturais de poder e administração referentes à vida social. Apresentavam-se como instrumento capaz de oferecer de maneira sutil, contudo, bastante eficaz, as perspectivas sociopolíticas que os aparelhos administrativos e a elite desejavam propagar. A rua, deste modo, tornava-se espaço privilegiado para o desenrolar das festas, pois estava ao alcance do olhar de todos.

Ao voltarmos nossa atenção para os séculos XVII e XVIII, neste momento a colonização portuguesa não primava pelo estabelecimento de vínculos entre as regiões do território. Não havia, portanto, relações que favorecessem a interiorização de uma identidade comum, o sentimento de pátria ou nação por parte da população era bastante difuso. Essas concepções começaram a ser formuladas no século XIX onde as elites políticas passaram a se preocupar com os contornos de uma “brasilidade”, tendo a seu favor o uso da língua portuguesa e da religião católica como mecanismos a serem agregados a uma unidade nacional (ARAÚJO, 2000, p.101, 102).

O século XIX foi o período das grandes transformações no processo de modernização e construção do Estado brasileiro. Minas Gerais exerceu uma importante função política e econômica na construção desse novo Estado. Os eventos e mudanças políticas e sociais eram geralmente motivos para comemorações, já que, segundo Chamon, esse foi um período de grande efervescência e experimentações. Com a instalação da dinastia de Bragança nos trópicos, mais do que uma diligente transformação na vivência e nos ideais de progresso, criou-se no imaginário da população novos valores e identidades sociais.

As festas faziam parte da vida da comunidade e havia, portanto, um tradicional e repleto calendário festivo³ que compunha o cotidiano da população mineira. Estavam sempre atreladas, de maneira direta ou não, ao poder do Estado e da Igreja, que as estabeleciam como “concessão” ou permissão social (PRIORE, 1994, p. 29). Essas festas poderiam ter caráter e motivações diferentes e se manifestavam no “desenrolar do espaço público, nas ruas e praças

³ Havia um extenso calendário festivo, contendo louvores a Monarquia e a Família Real como casamentos, aniversários, coroações, etc., além destes, eventos cívicos como a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves, a instalação de indústrias, o fim de revoltas e sedições, celebrações religiosas da páscoa e pentecostes, e populares como o entrudo, carnaval, batuques, dentre outros (CHAMON, 2002, p.30).

onde todos circulam, lugares que misturam pessoas e atividades diversas, lugares de encontros e de múltiplos usos” (CHAMON, 2002, p.31).

De maneira geral, percebemos que essas festanças não eram nem pretendiam ser apartadas da massa populacional, ao contrário, eram momentos de descontração e alegrias, mas também de um controle “velado” por parte das instituições de poder:

Tanto a Igreja quanto o Estado, ao perceberem que não poderiam suprimir as festas, decidem integrá-las à vida social das populações mediante regras do que seria considerado um bom comportamento. Oferecem, portanto, uma bula sobre a forma de bem utilizar tais celebrações (PRIORE, 1994, p. 91).

Nessa perspectiva, a festa pode ser entendida como uma extensão, um adendo ao cotidiano de uma coletividade que projeta simbolicamente suas visões e representações de mundo. Ao nos depararmos com as composições físicas e lúdicas das festividades, percebemos distintas possibilidades de análises dos discursos internalizados.

Existia uma construção de festa ideal por parte da elite e do governo, que seria “capaz de fazer com que os moradores de suas vilas e arraiais acreditassem e legitimassem uma série de valores e de classificações que eles procuravam impor para a sociedade” (CHAMON, 2002:40). Quando observamos este “impor”, compreendemos sua sutileza no desenrolar do rito festivo e também a partir dos discursos veiculados pelos jornais da época. Os folguedos representavam e difundiam idealizações e simbologias da pátria brasileira, que passou a respaldar e ocupar o centro das atenções de muitas festas naquele momento⁴.

As comemorações festivas eram passíveis de discursos que, de maneira afável, perpassaria as distintas camadas sociais envolvidas ali. Os sentimentos, resignificações, reconstrução dos sentidos e do viver social a partir do uso de símbolos desenvolviam-se em consonância com as especificidades e individualidades própria de cada região. Num sentido amplo, a festa é o dilatar da vida social em que a “produção de memória e, portanto, de identidade no tempo e no espaço sociais” (GUARINELLO, 2001:972) são reorganizadas e/ou constituídas.

A possibilidade encontrada no direcionamento da população para os desígnios e necessidades de cada época por meio dos atos comemorativos se apresentava como uma oportunidade de amplo alcance. A visibilidade dada pela estrutura material e pelas vozes dentro dos periódicos conclamados refletia um convite feito de maneira perspicaz e sedutora:

São, portanto, convidados todos aqueles que amam o progresso da civilização a tomarem parte nos ditos festejos para os quais vão-se armar as

⁴ Não podemos, porém, nos esquecer de que foram criados vários dispositivos de regulamentação e proibição pelas Câmaras para algumas formas de se brincar e festejar.

ruas de S. José, Direita e Rosário, sendo entretanto para desejar que mais algumas ruas a exemplo d'aquelas se armassem, dando assim aos habitantes das mesmas uma inconcussa prova de adesão às festas civilizadoras. Viva o carnaval! Viva o povo ouro-pretano! (Diário de Minas, Ouro Preto, n. 202, 07/02/ 1874).

É importante lembrar, no entanto, que a perfeita sintonia entre a festa e a idealização das mesmas estava, segundo os estudiosos sobre o assunto, longe se serem reais (BAKHTIN, 1987, p.07). A transformação dos espaços públicos em lugares dotados de sentidos comunitários não coibia a existência de conflitos e confrontos, ao contrário, ela poderia suscitar vários sentimentos e aspirações indesejados (CHAMON, 2002, p.139-169).

Fontes Impressas

Diário de Minas, Ouro Preto, n. 202, 7 fev.1874.

Leis do Império. Actos do Poder Legislativo, Lei do 1.º de Outubro de 1828.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes – Visconde de São Leopoldo. Programa Histórico: O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das idéias de illustração, que em diffrentes épocas se manifestaram o nosso continente. In: Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. Rio de Janeiro, 3ª Ed. 1908. p. 61-68.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Editora Nova Fronteira: São Paulo; Fapesp: 1999.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e ordem no império. In: *História da Vida Privada no Brasil* (v.2) São Paulo: CIA das Letras. 1997. P. 10-91.

ALMEIDA, Carla Maria C. *Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização*. LPH: Revista de História, nº 05, 1995. P.88-111.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Folganças populares: festejos de Entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Annablume, FAPEMIG, 2008.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Formas de Ler a Aprender com a História do Brasil Joanino. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22 n. 1, p. 85-98, jan/jun, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rebelais*. São Paulo. Ed. Hucitec, 1987.

CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais: Festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: EDUFS, 2002.

COSTA, Wilma Peres. Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 11, mai. 2010. P. 5-25.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Veneza, África, babel: leituras republicanas, tradições coloniais e imagens do carnaval carioca. In: KANTOR, Iris e JANCSÓ, István (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec/EDUSP. 2001.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da Metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822 Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: KANTOR, Iris e JANCSÓ, István (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec/EDUSP. 2001.

PRIORE, Mary Del. Festas e utopias no Brasil colonial. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1994.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *A vila em Ricas festas: celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica - 1711-1744*. Belo Horizonte, C/Arte, FACE/FUMEC. 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Viajantes em meio ao Império das festas. In: KANTOR, Iris e JANCSÓ, István (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec/EDUSP. 2001.

A condição política pós-moderna: Jean-François Lyotard e a proposta de experimentação pragmática do tempo histórico

Danilo Araújo Marques

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

danilomarques.his@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar uma breve análise sobre algumas passagens presentes no livro *A condição pós-moderna*, de Jean-François Lyotard. Partindo de seu diagnóstico do que seria essa “condição pós-moderna”, acreditamos ser factível entrever uma possível proposta política do autor, que parece sugerir uma atitude pragmática de ação, na qual a performance e a eficiência interessem mais que os propósitos, não mais procurados além daquilo que é oferecido imediatamente.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-modernidade; política; fim das utopias; presentismo.

RÉSUMÉ: L'objectif de ce text est présenter une brève analyse de certaines passages au livre *La Condition postmoderne*, de Jean-François Lyotard. Á partir de son diagnostic de ce qui serait cette «condition postmoderne», nous croyons qu'il est possible d'entrevoir une proposition de politique possible de l'auteur, ce qui semble indiquer une attitude d'action pragmatique où la performance et l'efficiency soit plus interessant que les propositions, lesquelles seraient au-délà de l'expérience immédiate.

MOTS-CLÉS: Postmodernité; politique; fin des utopies; presentisme.

Desde o início da chamada “era pós-industrial”, na década de 1950, as transformações tecnológicas têm impactado profundamente a natureza e o estatuto do saber, da ciência e da universidade: eis o ponto de partida para a reflexão proposta em *A condição pós-moderna*, publicado no final década de 1970. De acordo com seu autor, Jean-François Lyotard, a ciência moderna recorreu a certas narrativas ou relatos (*récits*) para se legitimar como saber: dialética do espírito, emancipação do sujeito, crescimento da riqueza etc. No entanto, diante deste quadro, Lyotard oferece uma proposta básica de diagnóstico, qual seja: a de que, nessa “condição pós-moderna”, aquilo que o filósofo moderno elegeu como questão, a problemática do conhecimento, fazendo da filosofia um metadiscurso de legitimação da ciência, mostrou-se ineficaz. Ao se invalidar este enquadramento metafísico da ciência, conceitos caros ao pensamento moderno, como “razão”, “progresso” e “totalidade” entraram em crise, ao passo que a busca de novos enquadramentos teóricos passaram ser instrumentalizados a fim de legitimar a produção científico-tecnológica nessa era pós-industrial: “eficácia”, “desempenho” e “otimização do sistema” são alguns dos novos termos. É enquanto questão

cultural que o pós-moderno se coloca, diz Lyotard: ele se caracteriza, sobretudo, pela incredulidade em relação ao metadiscurso filosófico e suas pretensões universalizantes.

Segundo nosso autor, a ciência era vista como autorreferente e autorrenovadora pelo filósofo moderno. Atividade nobre que tinha como função romper com o “mundo das trevas” e contribuir para o desenvolvimento moral e espiritual do homem. Neste contexto, para Lyotard, duas grandes formas de relato faziam as vezes de legitimação dessa ciência: uma mais política, que via em sua conquista o impulso emancipatório dos povos no caminho do progresso; e outra mais filosófica, para a qual a difusão do conhecimento não se legitimaria por um princípio utilitarista *tout court* de seus benefícios. Não servindo, pois, a algo – e concebido como um metaprincípio filosófico – o saber encontraria sua legitimidade em si mesmo, como saber dos saberes, especulativo.

Por outro lado, o cenário pós-moderno do século XX iria na contramão de qualquer uma dessas concepções do saber científico ou da produção e difusão do conhecimento. Para Lyotard, na sociedade pós-industrial de cultura pós-moderna, a ciência não é mais vista como o horizonte de ação emancipatória da humanidade, a “vida do espírito especulativo” ou qualquer coisa que o valha, mas como um conjunto de mensagens passível de ser traduzido em quantidade de informação (*bits*). Assim, a atividade científica perde a sua aura de práxis investidora na formação do “espírito”, da humanidade, e se impõe como tecnologia intelectual, como valor de troca, submetida ao capital e ao Estado, atuando como uma mercadoria particular: a força de produção. A universidade, enquanto produtora do conhecimento torna-se, por conseguinte, uma instituição importante no cálculo estratégico político dos Estados. Como disse Wilmar do Valle Barbosa no prefácio à edição brasileira do livro: “Se a revolução industrial nos mostrou que sem riqueza não se tem tecnologia ou mesmo ciência, a condição pós-moderna nos vem mostrando que sem saber científico e técnico não se tem riqueza.” (LYOTARD, 1986, p. XI).

É todo este processo que Lyotard denomina “deslegitimação”: a crise dos dispositivos modernos de explicação da ciência, da divulgação do conhecimento. No entanto, para além das crises do dispositivo especulativo do idealismo alemão ou do dispositivo emancipatório iluminista-marxista, a deslegitimação pós-moderna versaria sobre novas linguagens que escapam às determinações teóricas dos dispositivos modernos: com a recuperação das noções de “acaso” ou de “caos”, o que se teria é a crise da concepção central de legitimação na modernidade, isto é, a noção de ordem. Essa crise reabriria, portanto, a discussão em torno de sua ideia oposta, a “desordem”, que mostra a impraticabilidade da submissão de todos os

discursos – os chamados “jogos de linguagem” – à autoridade de um metadiscorso universal, que se pretende a síntese do significante.

Neste contexto de deslegitimação pós-moderna, outro dispositivo de legitimação se impõe: a administração da prova, como parte da argumentação que procura obter o consentimento dos destinatários da mensagem científica, cede lugar a um novo “jogo de linguagem”, onde o que se coloca em questão não é mais a verdade, mas o desempenho. Como contraponto, este dispositivo prioriza a questão do erro: o que importa a partir de então não é afirmar a verdade, mas localizar o erro no sentido de aumentar a eficácia. Não existe mais uma metalingua universal, o projeto do sistema-sujeito fracassou, o da emancipação nada tem a ver com o conhecimento. Para Lyotard, isso faz com que a sociedade mergulhe em um positivismo de conhecimentos particulares, na medida em que as pesquisas fragmentam-se e passam a se legitimar pelo desempenho. À filosofia restou romper com as funções humanista ou especulativa de legitimação e se reduzir ao estudo das lógicas ou das histórias das ideias. Sabe-se, agora, que a legitimação não pode vir de outro lugar senão da prática da linguagem e de sua interação comunicacional. A nostalgia do relato perdido desapareceu. “Face a qualquer outra crença”, afirma Lyotard, “a ciência que ironiza (*sourit dans sa barbe*) ensinou a dura sobriedade do realismo.” (LYOTARD, 1986, p.74)

Ora, se nos voltarmos por um momento para a crítica que Herbert Marcuse faz ao produto ideológico que surge nas chamadas “sociedades industriais” tecnologicamente desenvolvidas – da mesma década de 1950 –, lembraremos que um dos pontos analisados é justamente a emergência de um “empirismo neopositivista” como característica marcante do que ele denomina “comportamento unidimensional”. Escrevendo cerca de dez anos antes de Lyotard, em *Ideologia da sociedade industrial*, Marcuse diagnostica a emergência de uma ética dominada pela não-contradição e não-transcendência no universo estabelecido da locução e do comportamento, o que, por sua vez, implicaria em uma ruptura com a dialética ontológica, a lógica da contradição e a bidimensionalidade históricas. É nesse *medium* social que, na forma de um “empirismo total”, o pensamento filosófico transmuta-se em um pensamento afirmativo, no qual “a crítica filosófica critica dentro da estrutura social e estigmatiza noções não-positivas como mera especulação, sonhos ou fantasias.” (MARCUSE, 1967, p.165) De acordo com ele, Marcuse:

O pensamento (ou pelo menos sua expressão) é não apenas enfiado na camisa-de-força do uso comum, mas também incitado a não pedir e a não buscar soluções além das já existentes. “Os problemas não são resolvidos pelo fornecimento de informação nova, mas pela rearrumação do que sempre

soubemos”. [...] A pobreza auto-estilizada da Filosofia, comprometida, em todos os seus conceitos, com o estado de coisas em questão, suspeita das possibilidades de uma nova experiência. (MARCUSE, 1967, p.169)

Nessa conjuntura de comportamento unidimensional, em que a descrição toma o lugar da explicação – em detrimento de qualquer consideração hipotética –, “a pobreza auto-estilizada da Filosofia” de que fala Marcuse diz respeito a um pensamento filosófico que, em detrimento de qualquer experiência abstrata, pretende se legitimar como empírico – ou realista, como diria Lyotard – voltando-se para a prática da linguagem e sua interação comunicacional. “Todo um ramo da Filosofia analítica”, por exemplo, diz Marcuse,

está empenhado nessa empresa, mas o método exclui de imediato os conceitos de uma análise política, isto é, crítica. A tradução operacional ou behaviorista assimila termos como “liberdade”, “governo”, “Inglaterra” com “vassoura” e “abacaxi”, e a realidade daqueles com a destes. (MARCUSE, 1967, p.172)

Portanto, nessas “sociedades industriais” de tecnologia avançada, o “comportamento unidimensional” é posto “diante de um *a priori* empírico que não pode ser transcendido”. Dessa forma, “o mundo experimentado [mostra-se como] o resultado de uma experiência restrita”, na qual “o neopositivismo não está preocupado com a ambiguidade e a obscuridade grandes e gerais” – as quais, de acordo com o filósofo, seriam próprias do universo realmente estabelecido da experiência (MARCUSE, 1967, p.173).

Voltando ao estudo d’A *condição pós-moderna*, pode-se afirmar, portanto, que é a respeito deste emergente *ethos* empírico-realista da sociedade pós-industrial – para ficar com o conceito proposto pelos estudos de Alain Touraine e Daniel Bell – que Wilmar Barbosa chama nossa atenção para o fato de que uma observação fundamental aparece implícita no texto de Lyotard, qual seja, a de que o contexto pós-moderno tende a eliminar as diferenças epistemológicas entre procedimentos científicos e políticos (TOURAINÉ, 1969; BELL, 1977). O autor do prefácio à edição brasileira do livro de Lyotard, pontua, com perspicácia, que, diante dessa observação, a epistemologia baconiana é retomada pelo contexto pós-moderno e, em uma via não-cartesiana, parte do pressuposto de que “verdade” e “poder” são indissociáveis. Assim como dizia Francis Bacon, também de acordo com o dispositivo pós-moderno “conhecimento é poder”. Contudo, enquanto aquele filósofo inglês – um dos expoentes da modernidade – vislumbrava neste postulado uma possibilidade emancipatória, de transcendência crítica da experiência vivida em um novo mundo livre de “ídolos”, de acordo com Barbosa,

A problemática do ‘novo mundo’ não parece seduzir o filósofo pós-moderno, avesso [...] aos metadiscursos de emancipação. Preocupado com o presente e com o reforço do critério de desempenho [...], ele parece ter abandonado os caminhos da utopia, esse modo de encantar o mundo que anima as lições de Bacon e de outros modernos. [...] Para isso, é necessário que o conhecimento (inclusive a filosofia) esteja mais perto do concreto, do presente, cooperando com as forças do acontecimento, decodificando e dando coerência aos detalhes da cotidianidade. (LYOTARD, 1986, p.XIII)

Diante deste cenário – em que o recurso aos grandes relatos está excluído e onde, no limite, o princípio do consenso também parece insuficiente como critério de validação – Lyotard propõe um dispositivo de legitimação que logre ir além do simples critério do desempenho. Observado como um comportamento comum da pragmática científica, Lyotard acaba por sugerir à pragmática social o critério da paralogia: “um poder que desestabilize as capacidades de explicar e que se manifeste pela regulamentação de novas normas de inteligência [...], pela proposição de novas regras para o jogo de linguagem”⁵ (LYOTARD, 1986, p.112). Para Lyotard, em uma sociedade que se legitima por este critério da paralogia a crença na humanidade como sujeito coletivo universal, que procura sua emancipação comum, desaparece e cede lugar ao caráter local do consenso para as regras que definem cada jogo de linguagem, abrindo espaço, dessa forma, para as multiplicidades do que ele chama de “metaargumentações” limitadas no espaço-tempo (LYOTARD, 1986, p.119).

Segundo David Harvey, em uma obra quase homônima a que aqui se analisa, intitulada *Condição pós-moderna*, o critério da paralogia proposto por Lyotard define uma postura claramente política (para não dizer politicamente radical em certo sentido): a defesa do pluralismo e da problemática da alteridade, a ideia de que todos os grupos têm o direito de falar por si mesmos, com os códigos que lhes são próprios, e de ter essa voz aceita como autêntica e legítima. Algo como a concepção foucaultiana de “heterotopia”: a coexistência de espaços geralmente incomensuráveis que são justapostos ou superpostos uns aos outros (FOUCAULT, 2001).

No entanto, de acordo com o geógrafo, aceitar essa “atomização do social em redes flexíveis de jogos de linguagem” traz o grave problema – não menos político – da comunicação. Diante de um quadro social fragmentário, que tem como critério de legitimação a paralogia, como aspirar a agir coerentemente diante do mundo? A resposta pós-moderna, segundo Harvey,

⁵ Tentando explicar em termos estritamente kuhnianos, o critério da paralogia seria algo aproximado de uma pragmática científica legitimada não pela estabilidade da “ciência normal”, mas pelo constante advento diversificante da “ciência revolucionária”, o “antimodelo do sistema estável” para Lyotard. (LYOTARD, 1986; KUHN, 2006)

é a de que, como a representação e a ação coerentes são repressivas e ilusórias (e, portanto, fadadas a ser autodissolventes e autoderrotantes), sequer deveríamos tentar nos engajar em algum projeto global. O pragmatismo (do tipo de Dewey) se torna então a única filosofia de ação possível. [...] A ação só pode ser concebida e decidida nos limites de algum determinismo local, de alguma comunidade interpretativa e seus sentidos tencionados e efeitos antecipados estão fadados a entrar em colapso quando retirados desses domínios isolados, mesmo quando coerentes com eles. (HARVEY, 2012, p. 55-56)

Contudo, para além da crítica à ação política pós-moderna pautada pelo pragmatismo, neste cenário paralógico de fragmentação e instabilidade da linguagem, segundo Harvey – retomando Fredric Jameson – a condição da personalidade humana que se esboça é o da esquizofrenia. A incapacidade linguística de unificar passado, presente e futuro faz com que o mesmo aconteça nas próprias experiências biográfica e psíquica: a experiência se reduz a uma série de presentes puros e não relacionados no tempo (JAMESON, 1984). Esse descentramento do indivíduo impede-o de se dedicar a projetos que se estendem temporalmente ou na produção de um futuro melhor que o presente e o passado. Para Harvey,

o pós-modernismo tipicamente descarta essa possibilidade ao concentrar-se nas circunstâncias esquizofrênicas induzidas pela fragmentação e por todas as instabilidades (inclusive linguísticas) que nos impedem até mesmo de representar coerentemente, para não falar de conceber estratégias para produzir, algum futuro radicalmente diferente. (HARVEY, 2012, p.57)

É neste sentido, portanto, que entendemos tanto o diagnóstico, quanto a proposta de Lyotard para a dita “sociedade pós industrial, cultura pós-moderna” como profundamente marcados por um senso político de ação pragmática. Apropriando-nos da crítica esboçada por Marcuse à ideologia da chamada “sociedade industrial”, o critério da paralogia – a despeito de se colocar como uma alternativa para além do critério do desempenho – parece, ainda, não lograr uma “transcendência do universo estabelecido”, suspeitando, para continuar nas palavras do filósofo alemão, “das possibilidades de uma nova experiência” (MARCUSE, 1967, p.169).

Diante deste quadro analítico, percebemos que as utopias políticas das ditas “metanarrativas modernas” – que vislumbravam aquilo que Reinhart Koselleck qualificou como um “horizonte de expectativas” aberto e necessariamente distinto da ordem presente – parecem dar lugar, na “condição pós-moderna”, a uma experiência do tempo histórico profundamente marcada por aquilo que François Hartog chamou de “regime de historicidade presentista”, onde é possível perceber a proposta de uma ação política que tende a ser

concebida dentro dos limites de domínios isolados no espaço e no tempo (HARTOG, 2013). Tal como afirmou o historiador francês em uma entrevista cedida à revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, *Temporalidades*, “Na verdade, [há trinta ou quarenta anos] estamos começando a trilhar um caminho: o conceito moderno de história (futurocentrado) tem perdido eficácia para dar sentido a um mundo que [...] é inteiramente absorvido no único presente cabível [...]” (MARQUES, SOUZA, RODRIGUES, 2013, p.15). É, portanto, no sentido de uma espécie de pedagogia de uma *práxis* limitada pelas fronteiras deste “único presente cabível” que entendemos o texto de Lyotard como uma proposta pragmática de experimentação do tempo histórico nesta chamada “pós-modernidade”, a “Idade da Emergência” que já traz em si seu próprio horizonte de expectativas e é tão cara a este *Novo tempo do mundo*, como nos diria o filósofo Paulo Arantes (ARANTES, 2014).

Referências bibliográficas

ARANTES, Paulo Eduardo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1977.

FOUCAULT, Michel. “Des autres espaces” [conference au Cercle d’Études Architecturales, 14 de março de 1967], *Architecture, mouvement, continuité*, n.5, p. 46-49, outubro de 1984. Apud *Dits et Écrits*. vol. 2 (1976-1988). Paris: Gallimard, 2001.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 23ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

JAMESON, Fredric. Postmodernism, or the cultural logic of the late capitalism. *New Left Review*, n.146, p. 53-92, 1984.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MARCUSE, Herbert. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARQUES, Danilo Araújo; SOUZA, Débora Cazelato; RODRIGUES, Deise Simões. Entrevista com o Prof. Dr. François Hartog. In: *Temporalidades*, Belo Horizonte, vol. 5, n. 2, p.10-15, Mai./Ago. 2013.

TOURAINE, Alain. *La société post-industrielle*. Paris: Denoël, 1969.

A décima terceira lição sobre a história: apontamentos sobre uso de fontes bibliográficas⁶

Felismina Dalva Teixeira Silva
Doutoranda em Educação
Universidade Federal de Uberlândia
felis.dalva@gmail.com

RESUMO: O presente texto é resultado de apontamentos de aula na disciplina Hermenêutica e História e tem como objetivo pensar sobre a escrita da história. A principal conclusão apresentada nessa pesquisa bibliográfica é que há uma outra possibilidade de se escrever história, diferente da proposta dos cânones da tradição; possível de ser realizada pela via da estética. Os conceitos são os propostos pela hermenêutica a partir da obra de Schleiermacher no século XIX; Hans Gadamer e a contribuição da estética conforme proposto por Kant.

PALAVRAS CHAVE. Hermenêutica; Escrita da História; Estética.

ABSTRACT: This paper analyzes appointments from class in the history and hermeneutic discipline. The principle purpose is to analyze about hermeneutic and history to think about history writer. The main conclusion in this research bibliography is that there is another way to write history stay away from canons of tradition, possible to do for the esthetic. To discussion are studied conceits from hermeneutic and from Schleiermacher works in XIXth century; in comparison with Gadamer and the contribution form Kant esthetic.

KEY WORDS: Hermeneutic; Writer History; Esthetic.

Introdução

Um historiador luta com a escrita das palavras. Um neófito tem o desafio de lidar com a linguagem para responder quais os procedimentos no estudo e interpretação das fontes e como essa tarefa efetiva na construção do texto historiográfico. Uma demanda é não permitir que método e conteúdo sejam separados. Essa prática, ou o resultado dela é que valida o conhecimento em história: o discurso escrito.

Os atos heroicos dos gregos foram considerados dignos de serem contados. Da mesma maneira a vida dos reis e dos santos nos anais e crônicas escritas nos mosteiros. Os príncipes dos séculos XIV e XV sustentavam cronistas para que louvassem seus feitos. Os relatórios diplomáticos sobre os acontecimentos das cortes e os humores do rei tinham objetivo de perenidade. A escrita da história pertence a um circuito de comunicação operando dentro de padrões consistentes, sedimentados.

⁶ Texto elaborado a partir de notas de aula na disciplina Hermenêutica e História, Professor Dr. André F. Voigt. Programa de Pós Graduação/Instituto de História/Universidade Federal de Uberlândia. 2003. As reflexões do presente texto são de inteira responsabilidade da autora

Mesmo com a chamada “virada” da história; parcial evidentemente, uma vez que a questão visceral, o método, *não virou* junto com as demais questões, a tarefa do historiador é revelar esses circuitos ao pesquisar as fontes e imitar historiadores experientes. Antoine Prost no livro *Doze lições sobre a história* afirma textualmente:

a solidez do texto histórico, ou seja, sua *admissibilidade científica*, dependerá do esmero que tiver sido aplicado na construção dos fatos; portanto, o aprendizado do ofício incide, simultaneamente, sobre o método crítico, o conhecimento das fontes e a prática do questionamento. É necessário aprender, simultaneamente, a tomar notas corretamente, a *ler corretamente um texto* sem se equivocar sobre seu sentido, suas intenções e seu alcance, além de formular questões pertinentes. (PROST, :73. sem grifo no original).

A citação de Prost não deixa dúvidas sobre as questões práticas da produção do texto histórico, muito menos sobre a intencionalidade de um historiador. Apesar de o ofício ser considerado como um trabalho no âmbito da oficina, o próprio autor demonstra receio das críticas dos pares ao propor a escrita de um manual fechado em doze lições. O argumento com o qual se protege é afirmar que se trata de um manual para iniciantes. O autor apresenta, em doze lições, orientações práticas sobre a profissão e conclui com a discussão sobre a função social da história.

Porém, toda a possibilidade da prática historiográfica se resume em doze lições? Para ser admitido na comunidade de historiadores é necessário esmerar em repetir os moldes propostos pela tradição? Há um modelo de leitura correto de um texto, de um documento ou artefato? Quem julga e define os sentidos possíveis na escrita da história? Qual o significado de não se equivocar ao interpretar o sentido de uma fonte bibliográfica? A hermenêutica pode contribuir para essa discussão? Há mais alguma lição não contemplada pelo autor e que deve fundamentar a escrita historiográfica?

O presente texto apresenta reflexões sobre o estudo das fontes bibliográficas em história com foco nas demandas da construção do texto escrito. A hipótese subsumida é que diferente da proposta da escrita fundamentada na retórica é possível uma análise e escrita com base numa poética não subjugada às regras dessa mesma retórica.

Uma história escrita sob regras

A palavra *ofício* associada à produção do conhecimento em história demonstra uma tensão entre método de abordagem e de procedimento. Muitos que exercem esse ofício escrevem e pensam sobre ele, afirmam que existem questões objetivas que mobilizam os historiadores; enquanto outras, ficam a cargo dos filósofos (Prost, 2008, p.7). Uma questão é

de ordem epistemológica, que se refere ao estatuto de cientificidade da história e outra de caráter prático, sobre os procedimentos que validam o conhecimento historiográfico. Na primeira estão imbricadas fortemente as demais e todos os desdobramentos dessa questão por se referir ao método de abordagem da pesquisa em história.

A partir de Platão (séculos IV e III A.C) um novo tipo de conhecimento começa tomar forma, diferente do conhecimento venatório e divinatório. (GINZBURG,2003, p.80). Nos tempos imemoriais, conhecimento era fruto de experiência pessoal intensa, o livre jogo da imaginação, tendo na arte sua maior expressão. A partir das ideias de Platão (427-347 a.C.), filósofo da linguagem e da fala, a realidade passou a ser entendida como mundo de ideias. A partir dessa compreensão, até os deuses do Olimpo foram presos pelo *logos*. Aristóteles, (384-322 A.C) reforçou essa perspectiva com a lógica formal aristotélica e a lógica material. Esses paradigmas se tornaram o modelo ocidental para se pensar a realidade; um “poderoso instrumento da abstração” (GINZBURG, 2003, p.167) que tem sido referência para valorizar determinados tipos de conhecimento até os dias de hoje.

O primeiro a sistematizar a relação da linguagem com a exteriorização do pensamento foi Aristóteles na obra sobre a Poética e a Retórica. A retórica aristotélica é uma proposta de regras de linguagem seguras para explicitar a relação pensamento e linguagem. As palavras escritas são signos das palavras faladas transmissoras de uma comunidade moral de sentido, racional, que se tornou hegemônica enquanto discurso. A realidade é explicada apoiando-se na razão crítica e na lógica material; o caminho correto para o conhecimento verdadeiro. As figuras de linguagem, se bem utilizadas, criam alegorias capazes de representar os valores de uma comunidade.

Aristóteles estabelece a demarcação entre o que é Poesia e qual o papel do poeta; o que é história e a função do historiador. Segundo ele “não é papel do poeta narrar o que aconteceu”. (Livro IX, p. 249); “não diferem o historiador e o poeta por escreverem em verso ou prosa (...), diferem sim, em que diz um as coisas que sucedera, e outro as que poderiam suceder”. Segundo o filósofo, “a poesia é algo mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular”. (Livro IX, p.249).

Utilizando os recursos da própria retórica, Aristóteles estabelece uma cesura entre história e arte. A partir dessa divisão entre arte e vida são estabelecidas normas para o exercício do ofício de historiador e um modelo retórico de escrita. Essa prática poderia ser analisada a partir da epistemologia. No entanto tal reflexão sempre foi uma tradição frágil e ameaçada; considerada por historiadores reflexão inútil; tarefa de filósofos (Aron, Ricoeur),

uma tentação a ser afastada definitivamente. Mesmo historiadores da primeira geração de *Annales* recusaram refletir sobre a epistemologia, considerada “uma insuportável vaidade”. (PROST, 2008, p.7-9).

Entretanto, muito mais do que crítica sobre a abordagem, trata-se de embates entre campos de força; a manutenção do controle do discurso dominante sobre o que é história. Pensar a epistemologia poderia revelar quão frágeis são as estruturas duramente construídas, a partir da *Escola dos Annales*, para demarcar as fronteiras sobre o conhecimento em história. Essas demarcações constantemente ameaçadas por outras ciências, sempre exigiram um esforço hercúleo para que permanecessem firmes. É certo, porém, que nenhum historiador pode fugir do confronto entre a prática e a reflexão; a tensão decorrente da necessidade de se pensar os aspectos metacognitivos do seu ofício.

Ao fazer uso das regras da retórica aristotélica, (reforçada e burilada por Cícero e Quintiliano), o historiador torna-se dependente dos fatores externos da comunidade. Essa asserção mostra que é um sujeito heterônomo por conformar-se ao modelo da tradição. Ele atinge a autonomia no momento em que há a congruência da apreensão dos valores desse grupo. Os valores são introjetados e ao escrever para uma comunidade moral de sentido que valida esse discurso essa produção será aceita como historiografia. A escrita fica submetida à retórica baseada no contexto de autoridade e comunidade que dita normas e valores. Pensar em fontes é pensar na necessidade de escrutinar os textos que se creem herméticos para depurá-los e apreender a verdade sobre o momento histórico que representam.

A história necessita da hermenêutica?

Uma das características atribuídas ao discurso histórico é exatamente o fato de analisar os fenômenos linguísticos quanto à sua evolução no tempo. Figura da mitologia grega o deus Hermes tinha a missão de entregar as mensagens dos deuses sendo necessário utilizar um método racional de interpretação. Ele detinha a verdade ou a falsidade da mensagem surgida da necessidade de iluminar uma profecia recebida. Surge uma hermenêutica ligada à interpretação dos textos sagrados e, mais tarde, tendo o uso disseminado nos textos profanos. A hermenêutica, arte da compreensão, refere-se à análise correta do texto para encontrar explicações coerentes sobre uma realidade. Essa tarefa inclui também a reflexão sobre a escrita; trata-se de uma via de mão dupla.

Lutero (1483-1546) é considerado um dos mais importantes hermeneutas ao defender a interpretação da Bíblia como não sendo exclusividade da igreja. A preocupação de Lutero

era a hermenêutica do sagrado;porém, é possível inferir que tenha se inspirado no método de Lorenzo Valla (1406-1457) no estudo do texto Doação de Constantino.Em 1618 é publicado o *De Re Diplomatica* de Mabillon (1632-1707); ambos considerados marcos na análise de documentos utilizando a filologia.A partir do século XIX, a teoria hermenêutica ressurgiu com os trabalhos de Schleiermacher,(1768-1833); Dilthey,(1833-1911); Heidegger, (1889-1976); Gadamer,(1900-2002).

Schleiermacher (2005), percebe a relação entre o autor, o texto e a cultura da época do autor estudado e foi denominada círculo hermenêutico.Os níveis apresentados pelo autor são: o histórico; o gramatical e o espiritual. O histórico significa analisar se o texto é autêntico, comparado a outros textos do período, a hermenêutica da letra. O nível gramatical permite analisar o significado das palavras no texto, a hermenêutica do sentido.(psicológica/técnica). O último é o espiritual que possibilita a apreensão do sentido literal.

Uma contribuição importante de Schleiermacher foi ter desenvolvido uma sistematização da arte de compreender, importante para a história. A prática usual no período era apenas agregar observações aos textos utilizando os *commonbookplaces*. Essa atividade possibilitava apenas uma compreensão fragmentada da mensagem. Schleiermacher defendeu que a dificuldade de compreensão e o mal-entendido não são levados em conta só em momentos ocasionais; trata-se de momentos integradores que se procura eliminar de antemão. A prática da interpretação hermenêutica é elevada à categoria de um método, na medida em que defende buscar a compreensão como algo que depende do *querer* de um pesquisador e deve ser procurada em cada ponto.

Schleiermacher não explicita a gênese do ato de escrever. Porém, é possível inferir as estratégias de um autor quando se aplica a hermenêutica. Para análise de fontes em história, a hermenêutica apresenta a operacionalização do método de forma clara. Se concordantes com Schleiermacher, analisar o psicológico do autor possibilita ao historiador analisar a memória pessoal do autor; a idade, as leituras e experiências diversas vividas por ele; sua vida cotidiana. Segundo o autor “conhecer a vida interior do autor”, “ver condensado no momento do discurso aquilo do passado e do futuro”. (SCHLEIERMACHER, 2005, p.118).

Um leitor hermeneuta atenta para a posição social que o autor ocupa no mundo e as implicações desse lugar de onde escreve. Essas informações oferecem pistas sobre o pensamento que esses sujeitos tinham a partir da linguagem que se apresenta no texto.Os elementos da escrita que serão utilizados, o uso de termos específicos, o vocabulário, as metáforas; enfim, nos recursos de tessitura selecionados pelo escritor para composição da

artesanias do texto. Esses elementos são alegorias que o escritor utiliza para estabelecer conexões com as verdades transmitidas pela tradição e se encontram presentes no seu momento social, político, enfim a vida da comunidade daquele autor.

Schleiermacher propõe regras gerais para a interpretação que apresentam semelhanças com os cuidados dos historiadores no estudo de textos como fontes. Práxis rigorosa: “a compreensão precisa ser querida[desejada] e buscada sob todos os aspectos”; compreender o discurso primeiramente tão bem e depois, melhor do que seu autor” para que possa “trazer à consciência o que lhe pode permanecer inconsciente”. (SCHLEIERMACHER, 2005, p.113-115). Toda a figura de linguagem para um hermenêuta é o resultado de um ato de linguagem que é a expressão de um pensamento. Essa asserção reduz a obra à vida do autor. Documento histórico é o fruto do pensamento e dos atos dos homens do passado. Ao utilizar essa prática no estudo de fontes bibliográficas, um historiador atualiza e reafirma os valores morais presentes nesses atos.

Os estudos hermenêuticos avançaram com a contribuição de Gadamer, (1900-2002). Hans-Gadamer faz a defesa do resgate dos preconceitos e busca reabilitar a autoridade e a tradição. Para fazer história, um conhecimento objetivo sobre o homem, torna-se necessário resgatar a autoridade fundada na tradição e o método possível é a hermenêutica. Esse resgate passa evidentemente, pela atualidade da ética aristotélica, fundada no conhecimento do justo e injusto, transmitidos pela comunidade. A sabedoria para apreender a verdade parte da compreensão desses valores, resultante da capacidade de julgamento. Saber julgar é conhecer a tradição.

Essa asserção adotada por Gadamer resgata a aproximação da atividade do historiador com o juiz (*histor* em grego) e o filólogo, atividade que permite conhecer o sentido das palavras nas fontes. Para entender a hermenêutica como procedimento universal há necessidade do uso da retórica; pela via das suas regras, partilhadas por todos, haverá compreensão do discurso.

Escrever história e as fontes bibliográficas: um problema de julgamento e autoridade.

Utilizar fontes bibliográficas na escrita da história é um problema de julgamento e de autoridade. O julgamento de uma fonte é o processo no qual se baseia a percepção, impregnada dos valores que um historiador carrega. A percepção é eminentemente julgadora e o resultado propõe ser o conhecimento. Ela envolve interpretação e isso significa que não é íntegra e consistente; tem como base o senso comum transmitido. Nestes termos é importante

observar que quando se fala em percepção fala-se em termos de seletividade. Para um pesquisador a avaliação é o pré-requisito óbvio da percepção.

Ao mesmo tempo, o julgamento sempre envolve rejeição. Ao abordar uma fonte o historiador pode não enfatizar aspectos positivos do que é julgado. O que foi percebido é rejeitado ou julgado, ou julgado e considerado insuficiente. Ele está unido por normas comuns, então rejeita ou considera insuficiente determinada informação. Quando faz um julgamento contrário a algum fato o efeito é aquele fato ser excluído da condição de fato histórico.

Essa questão está implícita em todos os recortes de um historiador; seja uma batalha, um político, uma instituição. Esse aspecto não pode ser evitado em nenhum tipo de julgamento porque nele está implícito acreditar que “a realidade é dele” para que selecione dessa mesma realidade o que quiser.

A análise histórica mostra que esta capacidade de julgar é profundamente apreciada na profissão. Por que um historiador julga? Há uma única causa do julgamento: o problema da autoridade. A autoridade é advinda da aceitação da tradição humanística retórica. A autoridade é realmente uma questão de autoria, conferida por um grupo de pessoas que se afirmam historiadores com o acordo de seus colegas e público. (PROST, 2008, p.33). Quando o historiador tem um problema de autoridade, é porque acredita que é o autor da realidade que *criou*. Ao perceber que os outros estão ameaçando os valores que defende, então luta pela autoria.

O desdobramento da questão da autoridade é a autoria. Estando certo que é capaz de autoria, o historiador acredita que produz a verdade. Quem vence a disputa em torno da autoria decidirá quais serão os sujeitos protagonistas da história.

A décima terceira lição sobre a História

O surgimento dos estudos sobre a estética no século XIX lança novas luzes sobre a questão da produção do conhecimento.

A estética proposta por Hegel (2001:88) entende que a arte e a natureza são coisas separadas. O autor não submete a estética à linguagem (conforme Aristóteles). A síntese arte e natureza se dá entre o sensível e o pensável. Hegel considera que a compreensão da arte implica sempre uma mediação histórica. Esta é uma tarefa a ser exercida pela hermenêutica.

O motor que motiva a hermenêutica é a consciência de uma perda, uma alienação diante de tradição. (GADAMER,2002, p.232). Para Hegel a essência do espírito histórico é a integração do passado na vida atual (GADAMER,2002, p.236) integrando a cultura grega e o exemplo dos seus heróis fortes e vencedores.

Diferente de Hegel, a proposta de Kant, foi um divisor de águas na questão. Para Kant estética é o confronto não consensual entre imaginação e entendimento. Kant utiliza o conceito transcendental para justificar o juízo estético. Com essa asserção ele demarcou a autonomia da consciência estética, derivando a legitimação da consciência histórica. (GADAMER,2002, p.82) Na tradição retórica humanista o juízo está atrelado a capacidade de julgar, a partir da autoridade dada pela comunidade.(GADAMER,2002, p.82).Kant inverteu a relação proposta pela retórica ao considerar a autonomia resultante do esclarecimento como o fundamento para a vida em comunidade. Segundo esse autor, a partir da comunidade de dissenso, fundada no juízo de gosto, estético, e pelo livre jogo, funda-se uma nova comunidade possível de existir na heteronomia; seu fundamento é o *aufklärung*.

Diferente da escrita fundamentada na retórica é possível uma escrita com base na poética. Mas não a poesia aristotélica que determina regras seguras para a arte. A escrita da história que se propõe a partir dos conceitos kantianos sobre estética é pensar junto com Rancière:

o conceito de um ato sujeito a um desdobramento e uma disjunção essenciais. Escrever história então, é um ato que, aparentemente,é um ato que não pode ser realizado sem significar, ao mesmo tempo, aquilo que realiza: uma relação da mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga: desse corpo com a alma que o anima e com os outros corpos com os quais ele forma uma comunidade: dessa comunidade com sua própria alma”. (RANCIÈRE,1995:7)

Rancière defende que o ato da escrita é político; é a partilha do sensível. (RANCIÈRE.1995, p.7).Ao mesmo tempo a escrita é *muda e falante demais*. Ao se pensar em fontes em história, a letra *morta* dos textos e documentos escritos, dos relatórios dos embaixadores, das cartas e poesias dos anônimos vai rolar de um lado para outro sem saber a quem se destina a quem deve ou não falar. Qualquer um pode então apoderar-se dessas fontes, dar a elas uma voz; construir outra cena de fala? O historiador no seu papel de juiz, enuncia a verdade sobre a história; apropria da voz dos mortos, seja ele um moleiro, o mar, o rei; ele fala no lugar desses sujeitos.Acompanha, através dos enunciados que constrói sobre os acontecimentos, os fatos, as fontes e busca atualizar os valores perpetuados pela tradição, seu ponto de destino.

Quando a escrita emerge das minorias; deles e sobre eles; as mulheres, os homossexuais, os negros, índios; muitos lamentam a devastação realizada pela letra muda/falante, por isso desclassificam homens e mulheres vistos como sem importância; vistos como incapazes de exercerem sua autonomia, despojados da posse da palavra. Apesar desses juízes, os aliados utilizam a palavra e fazem dela as armas com as quais fazem a revolução, mesmo sem ter nada a ver com a política.(tema tratado por Rancière na obra *La nuit des proletaires*). Marcam sua presença na história.

Subvertendo esse discurso do *logos* de quem manda, a escrita circula incontestante, ilegítima, contra a ordem da comunidade que se coloca no papel de legitimá-la, que quer discipliná-la, que à moda aristotélica, gostaria de atribuir a cada palavra a coisa exata que ela representa ou a ideia de que ela é signo e dizer quem *tem topoi* para ser objeto da história. De acordo com Rancière, o historiador tem uma função: *corrigir o mal da escrita da história*, com uma outra escrita. Em vez de um puro trajeto do *logos* que não desvia nem para a direita nem para a esquerda, estabelecida pelos metódicos ou pela nova história, pode ser urdida na própria textura e tessitura das coisas; na artesanaria da *vida-verdade* de cada sujeito.

Considerações finais

A escrita que se propõe para a história é aquela que atravessa os gêneros do discurso; o de uma escrita menos que escrita, puro trajeto de sentido quase-imaterial, do sentido sem instrumentos de escrita, harmonizado com o ritmo vital da comunidade sã. (RANCIÈRE, 1995, p. 11).

O estudo das fontes bibliográficas em história deve ter como meta reivindicar o princípio de “igualdade em dar a qualquer vida obscura o brilho do Único”; o advento aleatório do anônimo (RANCIÈRE, 1995, p.15). Cada um dos anônimos tem a possibilidade de estabelecer seu próprio juízo, tem a possibilidade da palavra, pode jogar o livre jogo da imaginação e assim estabelecer uma outra comunidade de sentido; uma vida plena de vida vivida na fruição do instante. Comunicar essa vida como a respiração imediata do verdadeiro é a função do historiador. A décima terceira lição sobre a história.

Referências

ARISTÓTELES. *Retórica*. Disponível em: www.facebook.com/hermenêutica_e_historia. Acesso em: set.2013.

_____. *Poética*. Disponível em: www.facebook.com/hermenêutica_e_historia. Acesso em: set.2013.

GADAMER, Hans –Georg. *Verdade e método I*. Petrópolis: Vozes,2002.

_____. *Verdade e método II*. Petrópolis: Vozes,2002.

GINZBURG,Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras,2003.

HEIDEGGER, Martin. *Sôbre o humanismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,1967.p.23-100.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica,2008.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*.São Paulo: EDUC,1994.

_____. *La nuit des prolétaires*. Paris:Sayard,1981.

_____. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Ed 34,1995.

SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. Introdução. In: *Hermenêutica e crítica*. Ijuí: Editora Unijuí, 2005, V.1. (Coleção filosofia), p.91-121.

SILVA, Felismina D.T. *Hermenêutica e História*. Uberlândia, Instituto de História, 2013. (Apontamentos de aula).

VOIGT, André F. *Aulas proferidas na disciplina Hermenêutica e História*. Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2013.

As articulações possíveis entre os conceitos “sujeito” e “tempo” na história da história

Fernanda Schiavo Nogueira⁷

Doutoranda

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

fernandaschiavonogueira@gmail.com

RESUMO: Na presente comunicação, pretendemos discutir como três modalidades da historiografia (moderna, estruturalista e pós-estruturalista) intermediam o diálogo entre durações temporais consideradas centrais na história-conhecimento, “passado”, “presente” e “futuro”, dependendo de quais são as características peculiares apresentadas pelos sujeitos retratados como protagonistas nos discursos sobre as experiências vividas pelo homem, ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia contemporânea; consciência histórica ocidental; sujeito histórico; tempo histórico.

RESUMEN: En esta comunicación, tenemos la intención de discutir la manera en que tres modalidades de la historiografía (moderna, estructuralista y post-estructuralista) median el diálogo entre duraciones temporales que son centrales en la historia-conocimiento, “passado”, “presente” y “futuro”, dependiendo de los rasgos peculiares que se presentan los sujetos retratados como protagonistas en los discursos acerca de las experiencias del hombre a lo largo del tiempo.

PALABRAS CLAVE: historiografía contemporânea; consciência histórica ocidental; sujeito histórico; tiempo histórico.

A historiografia moderna, de influência iluminista, apresentava como finalidade a construção de meta-narrativas, centradas no sujeito universal, livre e autoconsciente, considerado como ontologia soberana – o “ser para si”. O epicentro de todos os fenômenos da vida social desencadeados, ao longo do tempo, era ocupado por uma subjetividade abstrata, o “sujeito singular-coletivo”, ou seja, a humanidade em busca da liberdade, a concretização do ideal da totalização de si. Na visão de Hegel, a tomada de consciência representava um valor absoluto, capaz de ser objetivamente atingido: pelo uso da Razão, o “eu” alcançava maior integração consigo, à proporção em que adquirisse cada vez mais autoconhecimento. Segundo o autor, se a Razão constituísse a principal referência norteadora das condutas praticadas

⁷A presente comunicação faz parte do artigo apresentado como trabalho final da disciplina cursada na Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a saber: **História da historiografia: da abordagem estrutural da História às querelas pós-estruturalistas**. Agradeço ao professor da disciplina, Prof.Dr. José Carlos Reis, por todas as valiosas contribuições dadas para fortalecer a consistência da minha argumentação. Agradeço ainda ao apoio financeiro recebido da FAPEMIG como sua bolsista de doutorado.

socialmente, o indivíduo encontraria a harmonização plena, tanto interna, a identidade una, coerente, estabilizada, quanto externa, a convivência em uma sociedade moralmente perfeita (HEGEL, 2001). A historiografia moderna seguia uma sequência histórica marcada pela teleologia: todas as transformações acarretadas, ao longo do tempo, estavam orientadas inevitavelmente para convergir em direção a um desfecho privilegiado: a materialização das potencialidades da Razão – a utopia. A busca pela concretização da utopia era acusada de sacrificar a liberdade de criação dos envolvidos na inauguração das mudanças, na medida em que os agentes da ação desempenhavam o papel de meros instrumentos na realização de uma finalidade definida previamente. Contudo, Hegel justificava a transformação dos sujeitos, operadores das mudanças, em objetos, submetidos e aplacados por uma lógica externa e superior, pela necessidade fundamental de todos estarem mobilizados em torno da implantação de ideal nobre, moralmente elevado, isto é, a concretização da utopia, projetada como a instauração do bem comum. De acordo com o autor, a utopia concentrava em si a moralidade mais perfeita, a abnegação do “eu” pelo “outro”, portanto todas as condutas praticadas socialmente refletiam maior dignidade e grandeza, quanto mais estivessem engajados na liquidação do presente em nome do futuro aspirado (HEGEL, 2001).

Para a historiografia moderna, uma vez que o futuro prometia abrigar a implantação de uma sociedade justa, livre, com igualdade de direitos, a destruição violenta do presente garantiria a ruptura brutal com o vivido, realidade imperfeita, dominada pelos poderosos jugos da opressão. Como era o evento que materializava a duração capaz de trazer a interrupção da continuidade, a historiografia moderna articulava narrativas de fôlego curto, nas quais prevalecia o tempo ocorrencial, acelerado, ritmado pela grande velocidade da sucessão dos acontecimentos – a “revolução permanente”. Portanto, se a concretização da utopia, a instauração do bem comum, dependia da liquidação da ordem instituída, era valorizado aquelas instâncias consideradas dotadas de poder suficiente para assegurar as profundas mudanças no estado de coisas vigente. O foco do historiador na historiografia moderna recaía sobre os grandes atores da vida pública, tais como: o Estado, os partidos, o proletariado, as instituições; todos os agentes projetados na condição de “verdadeiros” operadores das transformações. Como a esfera política representava a instância a qual caberia definir quais os rumos seguiria a vida em sociedade, os que ocupassem a posição de superioridade nas relações de poder eram considerados merecedores de destaque, porque situados na vanguarda dos processos vivenciados.

Contudo, o ponto de vista a partir do qual a historiografia moderna aborda eixos estruturadores do conhecimento produzido pelo historiador, os conceitos de “sujeito” e “tempo”, foi abalada por fortes contestações realizadas, seja pela historiografia estruturalista, seja pela pós-estruturalista. Com relação à historiografia estruturalista, a matriz de pensamento transformou em alvo de questionamentos as limitações encontradas quando a historiografia moderna enaltece a consciência como via exclusiva de acesso à compreensão dos comportamentos humanos. Segundo a historiografia estruturalista, as condutas praticadas socialmente, ao longo do tempo, envolvem e envolveram significados inconscientes, não-intencionais, porque são governadas por forças provindas das esferas da vida social, não dependentes diretamente da vontade do indivíduo – eram imanentes da estrutura. Portanto, o novo olhar do historiador detecta a inconsistência da ideia da historiografia moderna do “sujeito singular-coletivo” (denunciado como racionalidade abstrata, universal e desencarnada), na medida em que circunscreve todas as esferas de ação possíveis ao indivíduo dentro das condições históricas e sociais concretas, vividas na época. A valorização da estruturação das experiências “individuais” nas experiências “sociais” (o “socialmente compartilhado”) deslocava o foco do historiador, da biografia, centrada em feitos individuais, tão cara à historiografia moderna, para as relações estabelecidas no interior de grupos, sociedades, civilizações, em suma, de coletividades anônimas. Segundo Braudel, na historiografia estruturalista, a totalidade dos setores da vida social, designada como “estrutura”, apresentava dupla finalidade, tanto desempenhava a função de base de sustentação, fundamentação apta a fornecer as condições de possibilidade da ação, quanto desempenhava a função de “obstáculo”, limitações aptas a restringir a “vontade de ser” ilimitada do indivíduo, a busca pela liberdade incondicional (BRAUDEL, 2005).

Se do ponto de vista da historiografia estruturalista não existia uma “alteridade pura”, uma potência criadora independente, situada fora das fronteiras do contexto histórico de onde originária, os comportamentos humanos não abarcavam, tão-somente, motivações de cunho unicamente subjetivo, escolhidas ao bel prazer pelo agente da ação. O indivíduo desenvolve estratégias, a partir das quais planeja assegurar a melhor adaptação possível entre a sua intenção original e as resistências sofridas pela sociedade onde vive – o sujeito negocia ininterruptamente com a estrutura onde estava inserido, “age e reage em situação”. Logo, a utopia da liberdade incondicional, aspirada pela historiografia moderna, representa uma idealidade vazia de significado, afinal não era levada em consideração a própria historicidade do sujeito, os constrangimentos causados pelas condições históricas e sociais vividas na época

sobre o poder de escolha individual. De acordo com a historiografia estruturalista, a tomada de consciência de si constitui um processo parcial, fragmentado, uma vez que o sujeito apenas conhece os resultados obtidos depois da vivência de cada experiência, mas não os mecanismos profundos por meio dos quais a tomada de decisão sofre qualquer tipo de regulação, de maior ou menor intensidade. Ora, existem padrões de conduta difundidos indiscriminadamente, rotinas transmitidas de geração em geração, repetidas *ad infinitum*, incorporadas à vida do indivíduo quase por osmose, tipo de absorção mecânica, sem que haja maior reflexão sobre os “por quês” dos atos.

Se, na historiografia moderna, o tempo da consciência era convergente, mobilizado em torno da capacidade realizadora de valores superiores, encarnados na concretização da utopia, considerada a pura emancipação do homem dos jugos de qualquer força opressora, o tempo da inconsciência da historiografia estruturalista não fornece parâmetros capazes de conduzir à ação transformadora. Uma vez que a busca pelo ideal da sociedade perfeita moralmente acarretou efeitos devastadores, como, guerras e totalitarismos, a historiografia estruturalista prefere manter, a salvo, o sujeito, sob a proteção de um passado projetado como duração temporal inerte, subsumida na tranquilidade da rotina de repetição do idêntico. Portanto, cabia ao historiador descobrir, sob a multiplicidade de vivências observadas, uma “razão oculta”, capaz de revelar comportamentos recorrentes, compartilhados socialmente, isto é, a manifestação da “estrutura” sobre a construção de cada alteridade (POUILLON, 1967). Para Dosse, na historiografia estruturalista, a investigação sobre as “permanências do ser”, tendências repetitivas, refratárias à mudanças, demandava o abandono do tempo breve, com rupturas incessantes, em prol do tempo de longa duração, continuidade com mudanças suaves (DOSSE, 2003). O olhar do historiador ofuscado pela magia da novidade, perde de vista a profundidade das regularidades, tradições milenares, antigos modos de pensar e agir no mundo, conservados quase inalterados, objetos igualmente interessante para o profissional. Segundo Braudel, na historiografia estruturalista, mesmo o evento, apenas quando articulado à estrutura, adquiria seu verdadeiro estatuto na escala de tempo, pois, o acontecimento, na realidade, representava a “diferença local”, oscilação leve, aclave suave, não a ruptura violenta. Se caso fosse possível cada evento inaugurar uma linguagem inteiramente nova, haveria transformações sucessivas, desprovidas de qualquer articulação umas, com as outras, o que deturpa o jogo de mudanças e permanências peculiar à história-conhecimento. O acontecimento não constitui uma singularidade absoluta, origem sem antecedentes, surgida de geração espontânea, na medida em que tal duração anexa um tempo muito superior ao

intervalo de sua ocorrência, porque carrega em si familiaridades com períodos distantes (BRAUDEL, 2005).

Contudo, a historiografia pós-estruturalista possibilitou a intensificação no historiador de fortes hesitações sobre as (pseudo) inovações trazidas pela historiografia estruturalista ao denunciar a permanência de valores modernos na condução da prática historiográfica, mesmo sob o estruturalismo. Segundo a historiografia pós-estruturalista, tanto na historiografia moderna, quanto na estruturalista, o sujeito, artífice da história, apresentava capacidade criadora reprimida por pressões externas, impostas por forças abstratas e superiores, seja a “razão” e a “consciência”, seja a “estrutura”. Dessas “fontes de autoridade”, originava o “sentido da vida”, a partir do qual a “vontade de ser” do indivíduo era enquadrada dentro da estreiteza de imposições arbitrárias, ou a eterna busca por ideal distante, a concretização de utopia vazia, a sociedade moralmente perfeita, ou a eterna repetição da rotina, ditada pela inserção na “estrutura”. Tanto a historiografia moderna, quanto a estruturalista, propõem a evasão do presente, a partir, seja do apego ao futuro, a adesão à ação revolucionária que fracassou, seja do apego ao passado, a paralisação na reprodução do idêntico. A escolha de um princípio unificador na escala das durações temporais permitia a imposição de uma homogeneidade artificial para os comportamentos humanos, originalmente, plurais e dispersos, porque considerados resultados, tão-somente, da luta pela concretização, seja da utopia do futuro, seja da continuidade do idêntico do passado. Na historiografia pós-estruturalista, nem o “consciente”, nem o “inconsciente” ocupavam o papel de centro de convergência, a “ontologia absoluta” capaz de proporcionar, à individualidade, identidade una, fechada, coesa, constante, ao longo do tempo – a “essência do ser” (PETERS, 2000).

A historiografia pós-estruturalista retrata uma alteridade descontínua, heterogênea e transitória, capaz de criar para si identidades plurais, de acordo com as necessidades exigidas pelo calor do momento, pela urgência do aqui-agora – a “instância” da experiência vivida. Na visão de Foucault, era simulacro sobre simulacro, cada individualidade forjava para se auto representar uma máscara atrás da outra, em busca da melhor performance, ou seja, agir em situação de modo habilidoso para persuadir seus interlocutores, de tal maneira que ganhasse maior mobilidade – o “poder ser mais” (FOUCAULT, 1986). De acordo com a historiografia pós-estruturalista, a convivência individual com a possibilidade de manifestar identidades plurais não implicava contradições e falsidades, uma vez que seria improcedente acreditar na existência de uma “verdade final” sobre o ser, com a qual o “eu” devesse preservar coerência *ad infinitum*. Trazer a lume as sucessivas recriações da subjetividade de si mesma

impossibilita o retorno de uma entidade universal e atemporal, a “natureza humana”, portanto a valorização das metamorfoses sofridas pelo “eu” permitia a afirmação da própria historicidade de cada individualidade. Dito de outra maneira, o processo de substituição de uma identidade por outra não envolve incoerências internas, pois, quando o historiador volta às atenções para as rupturas da subjetividade consigo mesma, lança luz sobre a condição histórica do “ser”, a “pura dispersão”. Ora, para Foucault, a historiografia pós-estruturalista abandona a possibilidade de interligar a diversidade das experiências vividas, ao longo do tempo, através de fio condutor com direção previamente estabelecida, como pretendeu a historiografia moderna, porque a teleologia impõe uma continuidade artificial, capaz de homogeneizar vivências diversas, peculiares (FOUCAULT, 1986).

A historiografia pós-estruturalista descreve as experiências vividas pelo homem, ao longo do tempo, como uma sucessão de descontinuidades, desprovida de destinação, pura alternância de “inícios ininterruptos”, ocorridos pela força do acaso, irreduzíveis à lógica de qualquer explicação generalizante, homogeneizadora. A busca pela criação de totalidades coesas foi contaminada pelo perigoso germe do totalitarismo, porque a construção de uma identidade universal exige a diluição radical da “diferença”, no limite, a própria supressão do “outro”, como ocorreu na historiografia moderna (BAUMAN, 1998). Nela, todas as alteridades antagônicas ao sujeito ocidental hegemônico (homem, europeu, branco, cristão, heterossexual...) sofreram violenta marginalização, porque não estavam enquadradas dentro do estereótipo considerado como o verdadeiro protagonista da história. Mesmo a historiografia estruturalista, articulada em oposição à historiografia moderna, incorreu em erro idêntico, o da uniformização do “singular”, na medida em que reduz todos os comportamentos humanos, por mais diversos e particulares, a meras reproduções das razões imperantes nas esferas da vida social (a sociedade total). Diante da opressão do “todo” sobre as “partes” na historiografia estruturalista, a historiografia pós-estruturalista chama para si a responsabilidade de trazer a tona à pluralidade: a partir de então, modos de pensar e agir no mundo emergem sua singularidade, pois, para cada qual, o historiador articulava um discurso específico, apto a tratar a alteridade nos seus próprios termos. O novo objeto de curiosidade do profissional era o “super-homem”, o “ousado particular”, o sujeito excêntrico, capaz de participar das relações onde estaria inserido com criatividade o suficiente para chamar atenção sobre diferencial da sua individualidade. Na historiografia pós-estruturalista, identidades reconhecidamente marginalizadas (mulheres, negros, indígenas, loucos, homossexuais, etc.) ganharam voz legítima, na medida em que as tradicionais “minorias” eram restituídas ao

merecido lugar de sujeitos históricos. Portanto, a historiografia pós-estruturalista prefere como protagonista da história a concretude das vivências singulares do indivíduo à irrealidade de abstrações vagas, impessoais, representadas, tanto pelo “sujeito singular-coletivo”, quanto pela “estrutura”. Na visão de Chartier, as preocupações do historiador repousam sobre os “micro combates” travados por indivíduos “reais”. disputas cotidianas estabelecidas em relações de poder, cujas estratégias criadas, em luta, aspiravam à integração, à inserção social plena – o saltar para dentro da estrutura! (CHARTIER, 2002).

Na historiografia pós-estruturalista, fortes questionamentos incidiram sobre o grau de eficiência da “consciência” e da “razão” na tomada de decisão, portanto os parâmetros de ação valorizados eram os definidos instantaneamente, sem maior planejamento prévio, guiados pela força dos instintos. Para Nietzsche, de acordo com as exigências impostas pelo aqui-agora, o sujeito forjaria quais os critérios o norteariam na escolha da conduta mais adequada a dar vazão à sua “vontade de ser”, afinal, o indivíduo não era mais obrigado a obedecer a qualquer *a priori* estipulado (NIETZSCHE, 2003). Segundo o pensador alemão, de nenhum referencial emanava a proposição universalmente válida, capaz de fornecer o julgamento absoluto do que seria moralmente correto ou não, pois, todos os valores apresentavam alcance limitado, porque construções humanas, historicamente condicionadas (NIETZSCHE, 1991). Não existe a distinção propriamente dita entre o “verdadeiro” e o “falso”, na medida em que a verdade não manifesta a “coisa em si”, a realidade autêntica: tais categorias nada mais são do que designações resultantes de uma convenção social considerada eficiente na organização da vida em sociedade. O indivíduo, quando desfruta das consequências favoráveis, originadas do processo de aculturação sofrido para inserção social, não questionaria, propositalmente, o quão constituem, os *a prioris* internalizados constituem construções artificiais, como, a verdade (NIETZSCHE, 1991). Segundo Foucault, estar de acordo com as verdades sancionadas não representa a defesa do moralmente ideal, mantenedor do bem comum: aderir ou não à convenção social remete aos posicionamentos tomados em favor da afirmação interesses próprios, em relações de poder. Quem contesta as verdades sancionadas, aspirava à intervenção concreta no plano social, político e institucional, na tentativa de pôr fim a arbitrariedade de poderes constituídos pouco benéficos a si (FOUCAULT, 1984).

À subjetividade, importava desfrutar plenamente dos prazeres no aqui-agora “viver sem sentido”, condição de existência errante, à deriva, isenta da obrigação de estar sempre autoconsciente, em avaliação se as ações praticadas no cotidiano primavam pela idoneidade

ou não. Na visão de Maffesoli, o indivíduo não necessitava arcar com o ônus do julgamento permanente dos comportamentos adotados, a libido ficava desinibida para fruir intensamente o orgasmo propiciado por cada experiência, porque livre de sentimentos de contrição, a vontade culpada cristã (MAFFESOLI, 2003). Para o pensador francês, quanto mais atento aos instintos humanos mais primitivos, mais o indivíduo poderia aproveitar em plenitude o gozo desfrutado por cada instante vivido – o eterno *carpe diem*. A palavra de ordem do pós-estruturalismo poderia ser sintetizada no apelo “morremos, logo vivamos!”, ou seja, se o transcorrer do tempo envolve a permanente degeneração, a melhor alternativa era a busca da felicidade no aqui-agora (MAFFESOLI, 2003). Portanto, o presente foi elevado à condição de auto suficiente, na medida em que a duração temporal tinha a partir de então o direito de existir autonomamente, aliviada das pressões constantes, tanto do excesso de bagagem das experiências do passado, quanto do excesso de projeções de expectativas do futuro.

De acordo com Nietzsche, “poder-esquecer” (o “sentir a-historicamente”) variava, de acordo com o grau de utilidade da lembrança para a vida presente, pois, a definição do que merecia ser recordado ou não, depende se a recuperação do vivido motivaria o homem a “agir em situação”. Logo, se o que valeria era busca pela adaptação plena a cada instante da experiência, o presente duraria mais, não estaria subordinado à lógica do “dever ser”, na qual o dia-a-dia seria consumido com voracidade para ceder lugar à onipotência do ideal vazio do “futuro melhor”. Apesar da valorização da historiografia moderna do futuro como lugar privilegiado da concretização da utopia (a instituição do “bem comum”), aliada à recusa ao vivido, ainda evocassem valores considerados moralmente superiores, nenhuma causa social futura poderia delegar ao segundo plano a luta mais nobre da vida do indivíduo, conseguir ser feliz. A mobilização gerada em torno da concretização da utopia acarretou revoluções desastrosas, das quais resultaram efeitos nocivos, guerras, mortes, autoritarismos, portanto a justiça e a igualdade prometidas permaneceram como um sonho distante. Como o ideal de mudanças fracassou, as transformações estruturais não ocorreram, a individualidade deve não querer nada diferente do que era possível conquistar, isto é, as pequenas alegrias do dia-a-dia – a harmonização com o próprio destino (o *amor fati*) (MAFFESOLI, 2003). O que não significa a defesa de pressupostos da historiografia estruturalista, a estabilização em um tempo imóvel, a repetição cega do igual, sinônimo da “pulsão de morte”. Ora, a historiografia pós-estruturalista reserva espaço de destaque ao sujeito criativo, disposto a correr riscos e inovar com a finalidade de tornar mais prazeroso o cotidiano. O sacrifício do menor e mais corriqueiro desejo da subjetividade não valeria como moeda de troca na luta pela quimera da

justiça e da igualdade na vida em sociedade. A mobilização em torno da concretização da nobre expectativa requisitava a doação integral do indivíduo em uma trajetória de renúncias, sem qualquer garantia de contrapartida, ora, quase sempre o “eu” disse “não” à vida inutilmente, porque a “terra prometida” nunca foi alcançada.

Contudo, apesar das contribuições de grande importância inauguradas pela historiografia pós-estruturalista, as inovações introduzidas não constituem a solução definitiva para os problemas enfrentados na rotina de trabalho cotidiana do historiador. Como qualquer outra proposta de interpretação, o pós-estruturalismo proporciona tanto avanços, quanto recuos para o desenvolvimento da prática historiográfica, portanto, cabe problematizar assuntos caros à matriz de pensamento. Uma vez que a historiografia pós-estruturalista desconstruiu as dualidades entre “bem/mal”, “verdade/mentira”, reinaria o relativismo absoluto, o “vale tudo” onde não importaria quais artifícios eram acionados na busca pela satisfação do ego, o fortalecimento do “eu”. Se não existem valores superiores, capazes de delimitar os parâmetros para orientar a ação, era improcedente diferenciar entre as condutas moralmente corretas e as incorretas, todas apresentariam igual legitimidade, portanto a amoralidade triunfaria soberana. À proporção em que houve a intensificação do culto ao individualismo, a luta pela defesa do bem comum perdeu o apelo e os focos de resistência foram desmobilizados, portanto as desigualdades e as injustiças da ordem instaurada grassam sem maiores impedimentos. Nada era esperado do devir, falta a busca pela concretização do ideal da construção de um futuro melhor, mais equânime na divisão das riquezas, logo, aos indivíduos, nenhuma alternativa restaria, senão a integração no modo de produção vigente, a adequação às regras do capitalismo.

De acordo com Bauman, no modo de produção capitalista, o “forte”, àquele capaz de viver plenamente os prazeres no aqui-agora, se confundia com a pessoa abastada o suficiente para pagar os custos exigidos para se usufruir as benesses propiciadas pelo mundo contemporâneo (BAUMAN, 1998). Como a busca pelo gozo impõe a necessidade de disponibilidade econômica, a ausência de recursos financeiros para o consumo dos confortos oferecidos pelo mercado impede usufruir de todos os prazeres prometidos pelo capitalismo. A existência de pessoas desprovidas de poder aquisitivo para alimentarem a lógica consumista macula a pureza da imagem com a qual o capitalismo pretende se auto representar: a identificação do modo de produção ao acesso ilimitado à abundância. Ora, o banimento do indivíduo do mercado consumidor, grande tônica das relações capitalistas, significava

pertencer à uma “humanidade inviável”, classe parasita que exclusivamente sorveria dos fundos públicos devido à sua inaptidão para produzir dividendos (BAUMAN, 1998).

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

DOSSE, François. *A História em migalhas*. Bauru: Edusc, 2003.

CHARTIER, Roger. A História entre narrativa e conhecimento. In: *À beira da falésia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

HEGEL, Georg W. F. *A Razão na História: uma introdução geral à filosofia da história*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MAFFESOLI, Michel. *O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. São Paulo: ZOUK, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich W. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

_____. Verdade e mentira no sentido extra-moral. In: *Obras Incompletas*. 5 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

PETERS, Michael. *Pós-Estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POUILLON, Jean. Uma tentativa de definição. In: COELHO, Eduardo Prado (org.). *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. Lisboa: Portugalia, 1967.

REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. *Nouvelle Histoire e o tempo histórico: Febvre, Bloch, Braudel*. São Paulo: Anablume, 2008.

História Comparada em perspectiva: velhas e novas formas de se fazer História

Glauber Miranda Florindo

Doutorando

Universidade Federal Fluminense

gmfhis@gmail.com

RESUMO: O presente artigo traça um breve histórico acerca da constituição da História Comparada. Ainda hoje existe uma espécie de temor, quando se trata do método comparativo na História. Nesse sentido, acreditamos que a História Comparada é um viável viés de pesquisa, que traz a possibilidade de se pensar questões em ambientes diferentes.

PALAVRAS-CHAVE: História Comparada, Unidades de Comparação, Historiografia.

ABSTRACT: This article presents a brief historical about the constitution of Comparative History. We therefore believe that the Comparative History is a viable research bias, which brings the possibility of thinking about issues in different environments.

KEYWORDS: Comparative History, Comparison units, Historiography.

Pensar a História Comparada remete diretamente a Marc Bloch, talvez o maior expoente da historiografia surgida no Entre-guerras a defender o método comparativo. Porém, como indica José D'Assunção Barros, “os modernos usos do comparativismo na reflexão sobre a vida humana e social, já como tentativa de construir uma metodologia mais sistemática, remontam ao Iluminismo do século XVIII, sem demérito de outras experiências que podem ser lembradas” (BARROS, 2007, P. 145).

É importante deixar claro que não estamos desconsiderando outras experiências em que o comparativismo, ou o simples ato de comparação, foram praticados. Nosso intuito não é dar um marco fundador para o ato de comparar, portanto, quando nos referimos ao comparativismo surgido no contexto iluminista do século XVIII, nos referimos, sobretudo, aos esforços destes autores para uma maior sistematização do ato de comparar que passava, então, a ser visto como um método.

Voltaire ao escrever *Cartas Filosóficas* em 1733, buscava, ainda que de forma implícita, as diferenças entre a vida e a forma de pensar na França e na Inglaterra. Em 1722, Montesquieu publicaria as *Cartas Persas*, livro que contaria a história de dois viajantes orientais que percorrem a Europa registrando as diferenças de vários países ocidentais (BARROS, 2007, P. 145). De acordo com Barros:

[...] a operacionalização da comparação dá-se aqui em diversos níveis: de um lado, são comparados os vários países europeus entre si, através da mediação dos dois aristocratas persas imaginários, de outro lado, como os viajantes persas criados por Montesquieu têm como referência de suas observações o despotismo persa, este lança luz sobre o absolutismo europeu, ou mais particularmente o absolutismo francês (BARROS, 2007, P. 145).

Um item importante a ser posto em evidência é o que diz respeito ao contexto do Iluminismo em que a natureza humana seria entendida como única, nesse sentido o comparativismo se debruçaria sobre os elementos que comporiam o pano de fundo dessa natureza, fatores como o clima e a demografia dentre outros (BARROS, 2007, P. 147).

Ainda no século XVIII, é preciso pontuar o uso do comparativismo seria praticado também pela economia: *A riqueza das nações* de Adam Smith seria um exemplo em que o autor compara cidades europeias com asiáticas na tentativa de formular uma generalização acerca dos estágios históricos do desenvolvimento (BARROS, 2007, P. 151).

Não podemos esquecer-nos da crítica ao comparativismo surgida nesse período, Um dos seus maiores expoentes teria sido Johan Gottfried Herder que apontava para as impropriedades da comparação uma vez que seriam as sociedades ímpares estas não seriam passíveis de serem comparadas (BARROS, 2007, P. 148).

No século XIX a comparação se tornaria uma forma de conhecimento ainda mais sistematizada (BARROS, 2007, P. 150), podemos citar como exemplo John Stuart Mill cuja metodologia viria a influenciar trabalhos como os de Theda Skocpol e Barrington Moore.

Segundo Gül, antes do surgimento da História Comparada propriamente dita, John Stuart Mill formulou dois métodos de comparação. O “método da concordância” e o “método da diferença”, o primeiro postula que quando duas ou mais variáveis de um fenômeno observado tem apenas uma característica em comum, esta característica é a causa do fenômeno. O segundo diz que quando fenômenos diferentes têm todas as suas variáveis com características em comum e apenas uma se distingue, esta é o motivo da diferença entre os fenômenos.

De acordo com D’Assunção Barros:

As contribuições vinham nesse período quase que exclusivamente do âmbito da Sociologia e da Antropologia, por razões que poderemos discutir, e apenas excepcionalmente os historiadores da época aventuraram-se mais audaciosamente no uso sistemático do comparativismo para compreender sociedades distintas na História (BARROS, 2007, p. 150).

Seriam exemplos os trabalhos sobre a França e a Inglaterra desenvolvidos por Charles Langlois ou os ensaios sobre o Estado Moderno de Otto Hintze (BARROS, 2007, p.150). No que concerne a História, o método comparativo seria utilizado como exceção a uma “regra” imposta pela corrente historicista que colocaria em evidência os fatos únicos e irrepetíveis (BARROS, 2007, p. 150). Nesse sentido, as análises em que apareciam comparações, tinham como uma das temáticas preferidas a da formação do Estado-Nação, no entanto, os historiadores buscariam, sobretudo, diferenças entre os casos estudados, numa empreitada que seria mais política do que científica (GÜL, 2010, p. 144).

Enfim, o método comparado foi empregado pelas mais diversas disciplinas sociais e humanas (também nas ciências exatas), antes de chegar à história, o que veio a ocorrer apenas no final do século XIX (GORTÁZAR, 1993, p.38). Do século XIX para o XX, a História Comparada passou a ser utilizada de forma ampla, grosso modo, a principal preocupação seria com as estruturas sociais e suas transformações (GÜL, 2010, p. 144).

Se o comparativismo foi utilizado na História, no século XIX com uma empreitada política de afirmação do Estado-Nação, afirmam Theml e Bustamante, já no século XX após a Primeira Guerra, o comparativismo seria utilizado como uma resposta contra os nacionalismos, principalmente os surgidos de forma exagerada no século anterior (THEML; BUSTAMANTE, 2007, p. 03). Segundo, D’Assunção Barros:

A rejeição dos horrores da Guerra, em alguns casos, ou a resignação pessimista, em outros, parece ter de alguma maneira forçado ao olhar mais abrangente os historiadores que até então vinham se acostumando aos paradigmas das histórias nacionais ou de cunho meramente político (BARROS, 2007, p. 154).

No decorrer desse período começariam a surgir historiadores e sociólogos interessados na comparação de sociedades distintas. A motivação para estes estudos, talvez, se deveu á busca dos processos que teriam levado a Europa ao primeiro grande conflito mundial (BARROS, 2007, p. 154).

Não vamos entrar nos detalhes destes trabalhos, mas são exemplos abrigados no bojo deste primeiro uso historiográfico do método comparado, os trabalhos de Oswald Spengler (1879 – 1936) e Arnold Toynbee (1889 – 1975), cujos trabalhos influenciaram autores como Samuel Huntington. Também, não se pode deixar de mencionar Max Weber que dá uma nova direção ao comparativismo do século XIX e se torna influência para trabalhos como o de Norbert Elias (1897 – 1990) (BARROS, 2007, p. 158 - 160).

Embora os autores indicados acima sejam, junto de outros, os responsáveis pelo que talvez possa se chamar de pontapé inicial ao comparativismo histórico, o primeiro a desenvolver uma “formulação mais sistemática de um método comparativo como parte do *métier* do historiador” foi Marc Bloch. Segundo D’Assunção Barros, é a partir de Marc Bloch que podemos falar da constituição de uma História Comparada (BARROS, 2007, p. 162 - 163).

Marc Bloch definiu os aspectos fundamentais para a prática de uma História Comparada que fizesse sentido; formulou dois aspectos que julgava imprescindíveis: similaridade dos fatos e diferença nos ambientes em que essas semelhanças ocorreriam (BARROS, 2007, p. 165).

Dessa forma seria possível comparar sociedades distantes no tempo e no espaço, com características análogas observadas em ambos os lados, entre este ou aquele fenômeno, obviamente, sem a possibilidade de serem explicados por influências mútuas, nem por qualquer comunidade de origem. Nas palavras do autor:

On choisit des sociétés séparées dans le temps et l’espace par des distances telles que les analogies, observées de part et d’autre, entre tel ou tel phénomène, ne peuvent, de toute évidence, s’expliquer ni par des influences mutuelles, ni par aucune communauté d’origine. (BLOCH, 1928, p.17)

Também se faz possível análises acerca de sociedades próximas no tempo e no espaço (BARROS, 2007, p. 165), constantemente influenciadas umas pelas outras, que podem apresentar em seu desenvolvimento, justamente por sua proximidade e sua sincronização, a ação das mesmas grandes causas, ou em virtude de terem, ao menos em parte, uma origem comum (BLOCH, 1928, p.19).

A empreitada de Marc Bloch é justificada pelo argumento segundo o qual o comparativismo substituiria o método experimental das ciências. A História não seria inteligível a menos que possa ter sucesso no estabelecimento de uma relação explicativa entre os fenômenos e o método comparativo seria uma ferramenta essencial para lidar como os problemas de explicação (GÜL, 2010, p. 145). Portanto, o método comparado aplicado a História funcionaria, sobretudo, como teste de hipóteses.

Com a sistematização desenvolvida por Bloch, o caminho da História Comparada estava definido, conseqüentemente, surgiram novas problemáticas acerca do método, assim como novas propostas, vejamos algumas delas. Antes, um aviso, não trabalharemos os autores

a seguir de forma cronológica, as diferentes abordagens serão trazidas à baila na medida em que se relacionam umas com as outras.

De modo geral a História Comparada proposta por Marc Bloch, analisava temporalidades próximas e na mesma temporalidade, Segundo Theml e Bustamante, buscava-se “comparar o comparável” “em que o conceito de comparação estava necessariamente atrelado a estas fronteiras e/ou períodos tradicionais, confrontando-se preferencialmente sociedades vizinhas, de mesma natureza e coetâneas” (THEML; BUSTAMANTE, 2007, p. 04).

Esse cuidado em comparar somente o que era dado como passível de comparação tinha por motivo um temor em se perder o que é mais caro ao historiador: a singularidade, as especificidades dos processos históricos. Nesse sentido se justificaria o medo de um excesso de abstração que não respeitasse os limites do espaço e do tempo na construção da análise comparativa. Outro temor que se desenharia era acerca do “etnocentrismo”, pois se uma pesquisa estabelecesse uma comparação entre uma sociedade ocidental e uma oriental, geralmente tomar-se-ia por norma as características ocidentais (THEML; BUSTAMANTE, 2007, p. 5 - 6).

A partir de meados do século XX ocorreria uma mudança na História Comparada, talvez motivada pelo 2º Grande Conflito, nas palavras de Theml e Bustamante:

Assim, em meados do século XX, com a fragilidade europeia pós 2ª Guerra Mundial e a descolonização afro-asiática, quando se instala a fratura/fragmentação do mundo contemporâneo, evidencia-se um rompimento ou questionamento das fronteiras e referências tradicionais e uma desconfiança em relação a uma concepção evolucionista e progressista, originária do etnocentrismo da cultura ocidental (THEML; BUSTAMANTE, 2007, p. 09).

Destes questionamentos e desconfianças surge a possibilidade de se “comparar o incomparável”, perspectiva construída por Marcel Detienne, de acordo com o autor:

En la comparación hay un elemento comparativo por capilaridad gramatical. Una apreciación, una estimación, un juicio rápido, y acto seguido un primer juicio de valor como el que contiene la fórmula casi proverbial “sólo se puede comparar lo comparable”, ¿no implica una primera opción en la mente del observador que afirma que una cosa, una situación, una persona que tiene ante él es “comparable”? ¿Cómo decidir de antemano lo que es comparable si no es mediante un juicio de valor implícito que parece que ya descarta la posibilidad de construir lo que puede ser “comparable”? (DETIENNE, 2000, p.9)

Detienne postulava a necessidade de se acabar com as hierarquias entre civilizações e culturas, deveria se acabar com o já antiquado pensamento racional, cartesiano e iluminista,

pois os fenômenos sociais não são causais, evolutivos e lineares. Daí a possibilidade de comparar o incomparável (THEML; BUSTAMANTE, 2007, p. 10 - 12).

Embora Detienne, frente ao tímido (também prudente) método comparado proposto por Marc Bloch, tenha desenvolvido uma alternativa na qual se torna possível estabelecer um diálogo entre temporalidades distintas acerca do mesmo tema, ou seja, se torna possível estudar objetos como a escravidão, o estado, a república, em diversas temporalidades e espaços, as mudanças ainda se mostraram poucas, talvez pelo medo do anacronismo, o fato é que a maioria dos trabalhos ainda seria sobre o comparativo entre Estados-nações.

Não se faltou críticas para a História Comparada, com o surgimento da teoria pós-colonial, das correntes pós-modernistas, além de questões problematizadas a partir do contexto da globalização. Chamou-se a atenção para a suposta “inabilidade do método comparado em capturar as diversas interconexões – de mão-de-obra, gente, capital, bens, símbolos, ideias, culturas – que se estendem sobre fronteiras políticas convencionais, especialmente o Estado-Nação” (PURDY, 2012, p. 65).

Nesse sentido, afirma Micol Seigel, a História Transnacional trataria de problemas que extrapolariam as fronteiras nacionais, estando esses contidos em unidades maiores ou menores do que Estado-nação (SEIGEL, 2005, p. 63).

A História Comparada juntamente com os modelos de comparação das Ciências Sociais deveria rever seus métodos, devido à impossibilidade de existir uma variável independente, tendo em vista os fatores sociais, que além de mutáveis no tempo, interagiriam entre si (PURDY, 2012, P. 73).

Com o advento da pós-modernidade a crítica ganha ainda mais folego, nas palavras de Rust e Lima:

Quando as investidas epistemológicas pós-modernas dissolvem na própria consciência historiográfica a condição de existência da história e do “real” (a coisa-em-si), elas fazem anunciar a demolição de um dos princípios operativos que por séculos sustentou a tradição intelectual ocidental: a firmeza acessível da ontologia da realidade (RUST; LIMA, 2008, p. 03).

Segundo os autores, a pós-modernidade faria ruir o solo sobre o qual se fundamenta a História Comparada: “a tácita aceitação de que mesmo as sociedades mais distantes entre si no tempo e no espaço compartilham uma mesma natureza humana” (RUST; LIMA, 2008, p. 04). A história Comparada teria se modelado segundo a racionalidade iluminista em que o sentido de uma comparação se daria sobre o pressuposto de uma humanidade pré-existentes e universais (RUST; LIMA, 2008, p. 07). Nesse sentido:

(...) podemos observar com certa frequência a vinculação da propedêutica do método comparativo à busca de continuidades que se apresentam como regularidades acabadas e organizadas linearmente e de descontinuidades apresentadas como unicidades sistematicamente individualizadas e redutoras. (RUST; LIMA, 2008, p. 11).

Enfim, as críticas à História Comparada se desenvolveram na mesma medida com a qual o método comparativo se aperfeiçoou, porém, ainda hoje existe uma espécie de temor, quando se trata do método comparativo na História. O maior problema são as unidades de comparação (espaciais e/ou temporais).

No entanto o método comparado pode ser a solução para se pensar inúmeras questões, a possibilidade de se pensar tendo em vista o confronto de múltiplos focos de análise pode trazer contribuições impossíveis a uma pesquisa que se atenha a apenas um foco.

Acerca das críticas, é bem verdade que a História Comparada deve romper com alguns tabus, talvez revisitar a máxima de Detienne e se arriscar a “comparar o incomparável”, ou pelo menos se permitir abordagens diferenciadas do comparativismo na História. Trabalharemos deste momento em diante, com algumas respostas às críticas descritas acima e propor uma nova forma de abordagem para a História Comparada.

No que diz respeito à crítica elaborada pelos teóricos da história transnacional, ela é bastante útil, afirma Sean Purdy, pois ela evita um excesso de crença na forma de conceber o Estado - nação como algo fechado, também propõe uma maior reflexão sobre estereótipos eurocêntricos. Nas palavras do autor: “A crítica da história comparada estreitamente concebida foi útil por destacar os perigos da reificação da nação, nacionalismo e ideias estereotipadas como o eurocentrismo.” (PURDY, 2012, p. 78).

No entanto, o foco transnacional em si, não seria a resposta, pois se trata de outra escala de análise, ou seja, uma nação ou um Estado, nada mais são do que uma construção que leva em consideração critérios e referenciais, Um Estado pode abrigar várias nações ou pode haver uma mesma nação em Estados diferentes, enfim, o objeto é também algo construído pelo historiador. No caso da Comparação o problema só se mostra válido se o pesquisador construir seus focos de análise de forma simplista, sem levar em conta a natureza do objeto analisado para além de definições previamente ou comumente estabelecidas. Com argumenta Purdy: “A História Comparada mantém sua utilidade em um nível de análise para descobrir as diferenças e semelhanças entre as formações sociais.” (PURDY, 2012, p. 77).

Deve-se valorizar a crítica feita pela possibilidade que ela cria. Uma vez que se perde a inocência acerca da existência de fronteiras frente à sociedade, se torna totalmente viáveis

análises subnacionais. Se for possível comparar sociedades distantes espacialmente, é também possível unidades de análise mais próximas, dentro de uma mesma nação ou dentro de um mesmo Estado ou mesmo dentro de um mesmo esboço de Estado, desde que as unidades sejam bem definidas dentro de uma escala de análise construída sobre critérios complexos.

Sobre a crítica desenvolvida pelas correntes pós-modernas, o problema mais uma vez se dá sobre as unidades de comparação, como observa Rust e Lima:

É possível que um dos problemas enfrentados pela legitimidade epistemológica da comparação (embora não exclusivamente dela) esteja também na maneira como construímos e essencializamos nossas “unidades” comparáveis. Se admitirmos os limites (não a falência absoluta da comparação) da formação de unidades comparáveis, talvez, como proposição, seja vital colocar outra coisa no lugar das unidades atemporais e internamente idênticas a si mesmas. (RUST; LIMA, 2008, p.18).

Os autores prosseguem elaborando uma questão: “é preciso de antemão formar e escolher unidades constante e absolutamente fechadas para se comparar?” (RUST; LIMA, 2008, p. 22). Não, não há porque cair na armadilha de atribuir excessivos créditos aos objetos analisado como se fossem estanques. As unidades de comparação deveriam ser “admitidas potencialmente, como recurso metodológico e *loci* abertos, heterogêneos e provisórios.”(RUST; LIMA, 2008, p. 18).

Portanto, deve se ter em mente os limites das unidades de comparação, é um erro pensar que a o escravagismo oitocentista brasileiro é um dado fechado a ser comparado com o regime escravista norte-americano ou de algum outro país, por exemplo. Há de se duvidar de objetos iguais em contextos diferentes e formulações parecidas. Nesse sentido, portas se abrem para objetos visto como incomparáveis em um primeiro instante.

A História Comparada, frente às suas críticas, tem a possibilidade de se aperfeiçoar. É nesse sentido que trazemos à baila uma proposta: o estudo comparado de unidades de análises definidas dentro de um mesmo espaço em temporalidades subsequentes. Como por exemplo, o estudo dos discursos parlamentares em momentos distintos do processo de constituição política do Estado no Brasil do século XIX ou as transformações ocorridas no modo de produção escravista no decorrer de dois ou mais períodos em uma mesma região. Como argumenta João Paulo Garrido Pimenta:

Na medida em que manifestações de percepções e concepções do tempo histórico - bem como suas materializações em diversos níveis da vida social - seriam sempre experiências históricas únicas, a comparação, por meio de tais categorias, pressuporia a fertilidade da abordagem de contextos variados

que compõe um só, e do cotejamento de diferentes manifestações que resultam em um fenômeno comum. (PIMENTA, 2008, p. 58).

Observar as vicissitudes dos discursos no decorrer do tempo comparando recortes subsequentes – uma vez que há constante transformação, o que faz que o espaço também não seja algo acabado, visto que o que se observa é a dinâmica social nele inserida e esta, sempre se encontra em constante movimento – pode revelar novas possibilidades de análise que permitam ao historiador, novos vieses interpretativos no que diz respeito à compreensão de contextos sociopolíticos, mais que isso, permite ao historiador compreender as vicissitudes do discurso político inserido no processo histórico.

Como enfatiza Ignacio Olabárrri Gortázar, a História Comparada tem por objetivo maior, explicar e expor problemas, nesse sentido, a unidade de comparação está sempre vinculada ao problema da pesquisa a ser investigado, cabe ao historiador desenvolver junto com a problemática de sua pesquisa, suas unidades de comparação, dessa forma:

Ello supone no ya que pueden ser más útiles como unidades de comparación las localidades, regiones o áreas transnacionales que las naciones, sino también que las unidades de comparación no tienen por qué ser unidades geográficas; las comparaciones pueden hacerse entre sistemas sociales, o entre etapas cronológicas distintas de la evolución de una misma unidad. (GORTÁZAR, 1993. p. 52).

Portanto, acreditamos que a História Comparada é um vigoroso viés de pesquisa, que traz a possibilidade de se pensar questões nas mais variadas unidades de comparação. Se limitar a desenvolver pesquisas sobre temporalidades e espaços distintos, ou em temporalidades coetâneas, ou ainda, ter esses prismas de análises como regras estanques, é, sobretudo, impedir ao historiador que se debruce sobre a História Comparada de empreender novas propostas.

Nesse sentido, uma proposta que busque comparar objetos em um mesmo espaço e em temporalidades subsequentes cronologicamente fornece unidade de comparação que não são estanques ou pré-determinadas. Além de se abrir caminho para análises que ao invés de considerar a natureza humana imutável através do tempo, vai no sentido oposto e considera o homem e o que ele produz mutável através do tempo. Portanto, a proposta de se comparar as produções humanas, é uma possibilidade a se pensar como saída às críticas que elencamos acerca do método comparado na História.

Por fim, uma proposta que procure uma nova forma de usufruir do metodologia comparada na História só tem a contribuir com o estabelecimento do método e seu consequente aperfeiçoamento. Impedir novas empreitadas na História Comparada, é impedir ao historiador contribuir para o aperfeiçoamento do método comparativista na História.

Referências bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. *História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história*, Revista de História Comparada, v. 1, n. 1, p. 1-30, 2007.

_____. Origens da História Comparada. As experiências com o comparativismo histórico entre o século XVIII e a primeira metade do século XX. Anos 90 - *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 14, n. 25, 2007.

BLOCH, Marc. *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*. Revue de synthèse historique. V. 46, p. 15-50, 1928.

DETIENNE, Marcel. *Comparer lo incomparable*. Barcelona: Ediciones Península, 2000.

GORTÁZAR, Ignacio Olabárrri. Qué historia comparada, *Studia Historica - Historia Contemporánea*, v. X - XI, 2010.

GÜL, Serkan. Method and practice in comparative history. *Karadeniz Araştırmaları*, v.26, p. 143-158, 2010.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MORAES, Alexandre Santos de. Marcel Detienne e os caminhos do comparativismo, *Revista de História Comparada*, v. 3, n. 1, 2012.

MOREL, Marco. O Partido Caramuru nos anos 1830. IN: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Editora Unijuí; FAPESP, 2003.

PIMENTA, João Paulo Garrido Pimenta. História dos conceitos e história comparada: elementos para um debate. *Almanack Braziliense*, n. 07. 2008.

PURDY, Sean. A História Comparada e o desafio da transnacionalidade, *Revista de História Comparada*, v. 6, n. 1, p. 64-84, 2012.

RUST, Leandro Duarte; LIMA, Marcelo Pereira. Ares pós-modernos, pulmões iluministas: Para uma epistemologia da História Comparada, *Revista de História Comparada*, v. 2, n. 1, 2008.

SEIGEL, Micol. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. *Radical History Review*, n. 91, p. 62-90, 2005.

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina. História comparada: olhares plurais, *Revista de História Comparada*, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2007.

Nas visões da história a marca do tempo: deslocamentos interpretativos sobre a guerra do Paraguai, nas concepções históricas de Visconde de Taunay (1879), Julio José Chiavenato (1979) e Francisco Doratioto (2002)

Leonildo José Figueira

Mestrando em História, Cultura e Identidades
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
leo.hist@gmail.com

RESUMO: A análise de diferentes concepções desse conflito (no Brasil) nos leva a entender que as questões relativas à história não devem ser pensadas somente no resultado final do trabalho mais, que a construção de uma historiografia parte de distintas filiações teórico-filosóficas e metodológicas. Se existência do conflito é certa aos os autores, o que discutimos é a maneira como cada um trata os acontecimentos e, ainda, os interesses que nortearam suas pesquisas.

PALAVRAS CHAVE: Guerra do Paraguai; Historiografia Brasileira; Teoria da História

ABSTRACT: The analysis of different conceptions of this conflict (in Brazil) has lead us to understand that questions regarding to the story should not be thought just in terms of the final result of the work, but also considering that the construction of a historiography is provided by distinct theoretical affiliation. If the conflict is a fact for the authors, what we have discussed is how each one handles the events and furthermore the interests that which guided their research.

KEYWORDS: War of Paraguay; Brazilian historiography; Theory of History

A atividade historiadora

A partir do fato histórico, diversos discursos são elaborados, infinitas concepções podem ser produzidas e, conseqüentemente, resultam em obras (livros, artigos, revistas, etc.) que são caracterizadas como “texto histórico” que, por sua vez estão sujeito a reflexões, críticas vindas de outras concepções ou formações. Neste sentido, analisaremos três concepções historiográficas acerca da Guerra do Paraguai, nas quais Visconde de Taunay, Júlio José Chiavenato e Francisco Doratioto abordam diferentemente as causas e o desenrolar do conflito. Faremos também uma reflexão dos os mecanismos que envolvem a produção do conhecimento histórico e nesse mesmo âmbito a relação da história com o seu objeto.

A história fomenta questões, que são resultantes de um tempo vivido, por quem escreve, uma vez que toda a produção historiográfica está enraizada em uma particularidade; um lugar social, como já afirmava Michel de Certeau. A história se torna, então, uma

reconstrução narrativa, documental e conceitual do passado, porém construída em um presente. (CERTEAU, 2006, p.72)

O conhecimento histórico é produzido por um grupo de profissionais que, carregam consigo certas coisas identificáveis e que lhes são particulares. Levam seus valores, suas posições, suas perspectivas ideológicas, seus pressupostos epistemológicos, etc. O presente enquanto ponto de observação e investigação do passado, muda com a sucessão do tempo. Todo o historiador pretende oferecer um ponto de vista novo e mais abrangente ao escrever a história. Muitas escolas históricas carregam consigo a ideia de que seu ponto de vista é único, definitivo, construídas em bases objetivas e científicas, desvalorizando assim as interpretações feitas anteriormente, e conseqüentemente titulando-as como equivocadas ultrapassadas ideológicas e etc., ignorando a condição temporal em que se deu a elaboração da história (REIS, 1999, p. 11).

A Guerra do Paraguai (1864-1870) entre consonâncias e deslocamentos interpretativos no Brasil

Muitos e diferentes autores escreveram e escrevem sobre o conflito conhecido como Guerra do Paraguai e cada um utiliza-se de meios que lhes são particulares. A Guerra do Paraguai teve três versões predominantes na historiografia brasileira: Primeiramente a versão Oficial, depois a versão revisionista a qual, à partir de 1970, viria a contrapor a historiografia oficial, na década de 90 alguns autores propõem uma nova visão, opondo-se ao revisionismo.

Obra de Visconde de Taunay *A Retirada de Laguna: O episódio da Guerra do Paraguai* foi publicado em 1872; o autor participou do conflito como tenente do Corpo de Engenheiros do Exército. Formado em Ciências Físicas e Matemáticas, largou a vida militar ainda no posto de major para se dedicar à Política, às Letras, às Artes e ao Jornalismo; foi, também, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

A obra de Taunay foi um clássico da literatura brasileira que narra a tentativa de invasão do Paraguai a partir de província de Mato Grosso e sua retirada acometida de várias doenças. A referida obra demonstra claramente sua postura nacionalista de modo a influenciar as gerações futuras com o enaltecimento da bravura e dos atos heroicos dos homens brasileiros, em defesa da pátria. O líder paraguaio é narrado como um homem inconsequente e ambicioso que desejava o confronto com o Brasil a qualquer custo.

Em 1865 – ao arrebentar a guerra que Francisco Solano Lopes, o presidente do Paraguai, na América do Sul suscitara sem maior motivo do que os

ditames da ambição pessoal; quando muito a invocar o vão pretexto da manutenção do equilíbrio internacional – o Brasil, obrigado a defender honra e direitos, dispôs-se, denodadamente, para a luta. A fim de reagir contra o inimigo, em todos os pontos onde podia enfrentá-lo, o plano da invasão do Paraguai setentrional acudiu naturalmente a todos os espíritos; preparou-se uma expedição para este fim. (TAYNAY, 1872, p.8)

Júlio José Chiavenato, no ano de 1979, produziu a obra *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*; ele é um jornalista muito interessado em estudar sobre a América do Sul que, em 1971, percorreu grande parte dos países da América do sul acreditando que só seria possível escrever corretamente a história desses povos através do contato direto com sua realidade. Na referida década o autor fazia parte de uma corrente revisionista da história, a qual se empenhava em dar novas interpretações aos fatos passados, em outras palavras, contestava diversas versões da história. No caso específico desta obra, o autor rejeita as interpretações anteriores sobre a Guerra do Paraguai, designando-as como distorcidas, mentirosas e manipuladoras. Afirma ainda que os historiadores oficiais do Brasil tomavam uma posição patriótica e monárquica e por isso jamais escreviam algo que enunciasse outra face do conflito. Chiavenato se refere a estes historiadores enfatizando que “quem quiser abordar a Guerra do Paraguai com uma visão crítica, sem vícios pseudonacionalistas, correrá o risco de ser excomungado pelos remanescentes do xenofobismo que o Império nos legou”. (CHIAVENATO, 1979, p. 10)

Segundo Chiavenato, a guerra que começou em 1864 e foi até 1870 foi causada especificamente por motivos econômicos, quando a maior interessada na realização da guerra era o imperialismo inglês, o qual teria manipulado e financiado o conflito que envolveu Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Durante mais de cem anos pairou uma onda de mentiras sobre a Guerra do Paraguai (...) um silêncio criminoso, procurando ocultar de todas as formas possíveis o que foi aquela guerra, o que representou para os povos envolvidos e principalmente, como, por sua causa, o Brasil a Argentina (levando o Uruguai de contrapeso) ficaram definitivamente colonizados pelo capital Inglês. (CHIAVENATO, 1979, p. 9)

No primeiro quartel do século XIX, Francia, chamado de El Supremo assume o poder no Paraguai e exerce uma ditadura em benefício do povo. Quando El Supremo morre, Carlos Antônio Lopez assume o poder de 1840, o qual cria um Paraguai moderno, rumo a um próprio progresso, com o surgimento de fábricas, engenheiros e técnicos são trazidos da Europa para modernizar o país e também envia homens para se especializar. Ao falecer em 1862, seu filho, Francisco Solano Lopez assume o poder aos dezoito anos com o propósito de continuar o

trabalho que seu pai havia começado; (CHIAVENATO, 1979, p. 47) tudo isso sem recorrer aos financiamentos ingleses. (CHIAVENATO, 1979, p. 30).

Na opinião de Chiavenato um novo tipo de domínio é utilizado pelo país britânico. Não mais se realizam intervenções armadas em tropas para ocupação, como outras partes do mundo. Se trata, agora, de corrupção e manipulação associando-se a uma burguesia mercantilista ou à uma nobreza decadente. (CHIAVENATTO, 1979, p. 36).

Francisco Solano Lopez assume o poder no Paraguai num momento onde a Argentina estava à beira de uma guerra civil. Após a independência, a Argentina se divide em 14 províncias; Solano Lopez consegue pacificar os argentinos e impede a marcha de Justo José de Urquiza sobre Buenos Aires. A intenção de Lopez nesse caso era apenas manter o equilíbrio econômico no Prata. Ao mesmo tempo em que Lopez consegue a pacificação, impedindo vinte mil homens, que marchariam de Rosário rumo a Buenos Aires, cria condições para que as províncias argentinas se unam. Nesse mesmo contexto a intervenção brasileira no Uruguai apoiada por Bartolomeu Mitre (presidente de Argentina) facilita o tratado da tríplice aliança, sendo esta, “uma cilada histórica na qual Lopez promove a pacificação da Confederação Argentina, e a mesma se volta contra seu país”. (CHIAVENATO, 1979, p. 52)

Quanto ao quadro econômico sul-americano, tínhamos o Paraguai autenticamente nacionalista e de uma economia emancipada, enquanto o império do Brasil e a Confederação Argentina encontravam-se instáveis politicamente e com uma economia nas mãos dos ingleses. (CHIAVENATO, 1979, p. 58)

Segundo Chiavenato, Francisco Solano Lopez vai fazer a guerra sem entender a natureza das suas origens. Pois, para o governante paraguaio, o desencadear do conflito se prende a tratados não cumpridos, questões de limites e reivindicações territoriais. O Paraguai, portanto, vai à guerra com armas fabricadas por ele próprio e sem necessitar de empréstimos da Inglaterra, como Brasil e Argentina. (CHIAVENATO, 1979, p.110)

Para Chiavenato o Paraguai preservou uma coesão moral ao enfrentar seus inimigos. O exercito brasileiro era formado em sua maioria, por negros escravizados; um povo que continuava sendo levada ao matadouro pelas classes dominantes do império. (CHIAVENATO, 1979, p. 126) O exercito da Argentina tem mais pessoas mortas na retaguarda, na repressão aos movimentos contrários a guerra, do que as baixas ocorridas na linha de frente; muitos são acorrentados e levados, a força para a guerra. No caso do Uruguai,

existe apenas um aglomerado de pessoas comandadas pelo Caudilho Venâncio Flores, o qual via a guerra apenas como um bom negócio. CHIAVENATO, 1979, p. 127)

Chiavenato observa este fato como uma qualidade do heroísmo de Francisco Solano Lopez, somado pela sua coragem e inteligência. No final da guerra, seus soldados são crianças com idade entre seis e nove anos. Com isso Chiavenato destaca a superioridade moral a qual o Paraguai também era superior a seus inimigos. Fato este que caracteriza o exército de Lopez com atribuições heroicas. (CHIAVENATO, 1979, p. 113)

No Brasil, a guerra serviu também para tirar os desocupados das ruas, e cria-se uma falsa situação de progresso, mesmo sabendo que os empréstimos criavam uma situação de total dependência. Para a Grã-bretanha isso era vantajoso, pois estava vendendo suas armas e ainda, assistindo a destruição de um país que poderia ser um forte concorrente no futuro. (CHIAVENATO, 1979, p. 131) Na verdade o império do Brasil e a Argentina passam a ter um alívio as dificuldades econômicas com a guerra. D. Pedro II também acabou resolvendo um problema internacional que incomodava as relações com a Inglaterra. (CHIAVENATO, 1979, p. 132)

Após a guerra a palavra tirana passa a ser um complemento do nome Francisco Solano Lopes; a ele são atribuídos diversos feitos aterrorizantes. Porém os inúmeros atos de selvageria e crueldades atribuídas a Francisco Solano Lopes, isso significa a construção de uma imagem feita por Brasil e Argentina.

Durante a guerra, todos os atos de selvageria eram imputados a Francisco Solano Lopes: informa-se de humanitarismo dos aliados no trato dos prisioneiros paraguaios e da criminosa conduta destes com os soldados da tríplice aliança. Aos soldados de Lopes imputavam-se todos os crimes: degolavam prisioneiros, saqueavam as cidades e violentavam mulheres e crianças. (CHIAVENATO, 1979, p. 133)

Diante disso Chiavenato diz que “se a guerra foi cruel, foi porque era uma guerra” e que a crueldade esteve em todos os lados. Mas “como sempre a história é escrita pelo vencedor e ao vencido imputam-se todas as vergonhas humanas”. (CHIAVENATO, 1979, p.133)

Na opinião de Chiavenato o maior criminoso da guerra foi o conde D’Eu (genro de D. Pedro II), que substituiu o Duque de Caxias no ultimo ano de guerra, assumindo o comando do exercito. A crueldade do Conde D’Eu tem aspectos mais rudes e selvagens que em qualquer momento da guerra. As barbaridades da batalha de Acosta ÑU são relatadas pelo autor:

(...) três mil e quinhentas crianças enfrentaram vinte mil aliados, pois após essa insólita batalha, quando ao seu final, no cair da tarde, as mães das crianças paraguaias, saem do mato para resgatarem os cadáveres dos filhos e socorrem os poucos sobreviventes, o Conde D'EU mandou incendiar a macega, matando queimadas as crianças e suas mães. [...] Depois da batalha Acosta ÑU era um campo em chamas, entre as chamas viam-se pela noite, já, levantar-se um soldado criança que ali fazia ferido e fugia do fogo até ser alcançado e cair no braseiro queimando-se vivo. (CHIAVENATO, 1979, p. 142)

O líder Francisco Solano Lopez, ao final da Guerra, ficaria marcado pela frase: *Muero con mi Pátria!* Jamais um homem entrou para história com uma frase tão tragicamente verdadeira. (CHIAVENATO, 1979, p. 162) Com a guerra terminada e o Paraguai destruído, o mesmo perdeu cento e quarenta mil quilômetros quadrados do território. Segundo Chiavenato “as terras perdidas pelo Paraguai somam em quilômetros quadrados mais que os estados brasileiros, Pernambuco e Alagoas, Espírito Santo e Paraíba juntos”. (CHIAVENATO P.165) O autor ainda continua exemplificando que roubaram do Paraguai “um território maior que Portugal e Dinamarca juntos; maior que a Bélgica e Cuba juntas; maior que a Áustria e a Costa Rica juntos” (CHIAVENATO, 1979, p. 165) Na destruição do País Guarani, destrói-se também a grande esperança de libertação econômica da América do Sul, e consolida-se o domínio do capital estrangeiro.

Na produção obra *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai* o historiador Francisco Fernando Doratioto se compromete a desmontar as visões equivocadas que existiam até então e tratar os verdadeiros motivos que provocaram a Guerra do Paraguai. Logo de início, Doratioto destaca a importância de se fazer uma pesquisa baseada em fontes primárias e a importância do ofício do historiador na realização de uma pesquisa.

Doratioto ressalta que após a guerra em 1870, a historiografia tradicional brasileira, especialmente a obra de visconde de Taunay, reduziu a importância do aliado argentino para a vitória sobre Solano Lopez e minimizou, quando não esqueceu, importantes críticas às atuações de chefes brasileiros no conflito. (DORATIOTO, 2002, p.18)

A obra de Doratioto mostra vários equívocos tratados pelo revisionismo histórico, especialmente pela obra de Chiavenato. Entre outros, o fato de a Inglaterra ter interesse na destruição do Paraguai; o fato deste país ser apontado como um país progressista e de uma economia autônoma, sendo que na verdade era um país de uma economia rural tão atrasada quanto seus vizinhos; também o fato de Solano Lopez ser considerado um herói. São fatores que formaram opiniões equivocadas durante longas décadas, no Brasil.

Segundo Doratioto, o livro mais marcante do revisionismo foi a obra *La Guerra Del Paraguai: Gran Negocio!*, publicada em 1968 pelo historiador argentino Leon Pomer; obra esta, que influenciou a concepção de Júlio José Chiavenato. O “grande negócio” dito por Leon Pomer seria simplesmente o fato da Inglaterra vender as armas para os países envolvidos na guerra; Chiavenato afirmou, erroneamente, que a Inglaterra tinha interesse em destruir o Paraguai, por este representar uma ameaça aos interesses econômicos britânicos.

Doratioto se contrapõe ao revisionismo, dizendo que os projetos de infraestrutura, que o Paraguai começou a criar desde o governo de Carlos Antônio Lopez, eram atendidas por bens de capital inglês, sendo britânicos, a maioria dos especialistas estrangeiros que implementaram tais projetos. (DORATIOTO, 2002, p.30) A Inglaterra Jamais tinha interesse em destruir o Paraguai, contrariando a interpretação que passou a ganhar espaço a partir da década de 1970. Entre Paraguai e Inglaterra haviam boas relações, inclusive. As verdadeiras origens do conflito segundo o autor se encontram no processo de construção e consolidação dos Estados Nacionais. (DORATIOTO, 2002, p.23)

O Paraguai queria ampliar seu comércio com o exterior para se modernizar, mas para isso precisava de um porto marítimo. O porto de Buenos Áries insistia em cobrar altas taxas de modo a dificultar a comercialização paraguaia; outra opção para o Paraguai seria o Porto de Montevideú no Uruguai. O fato é que nesse momento o Uruguai estava à beira de uma guerra civil, fato este que para Doratioto serve para entender a Guerra do Paraguai.

Solano Lopez oficializou uma aliança com o governo Uruguaio estabelecendo um eixo Assunção-Montevideú. Nesse mesmo contexto os fazendeiros gaúchos reclamam ao Brasil, denunciando abusos de autoridades uruguaias a cidadãos brasileiros que apoiavam o partido Colorado. O Império do Brasil cedeu às pressões dos gaúchos, primeiro para não ser acusado de omissão frente à situação; depois para evitar que os Argentinos colhessem sozinhos os frutos de uma vitória do Partido Colorado. (DORATIOTO, 2002, p.47) De um lado estavam Paraguai e Uruguai e de outro, Brasil e Argentina; esse era o contexto geopolítico no qual se desenrolaria a Guerra do Paraguai. A interferência na política interna do Uruguai pelo Brasil resultou numa ação militar do Paraguai.⁸ Para Doratioto “o ataque paraguaio ao Mato Grosso causou indignação no Brasil, visto como um ato traiçoeiro e injustificável (...) bem como pelo

⁸ Com o apoio de Brasil e Argentina, o caudilho Venâncio Flores (representante do partido Colorado) estava preparado para subir ao poder, substituindo o líder do Partido Blanco no Uruguai. Assim, em 12 de outubro de 1864 Flores, com a ajuda das tropas imperiais, assumiu o poder no lugar dos *Blancos*.

fato de Marquês de Olinda ter sido aprisionado sem declaração de guerra” (DORATIOTO, 2002, p. 111)

Doratioto enfatiza que apesar de uma inferioridade esmagadora e grande inferioridade demográfica e econômica, o governo paraguaio pretendeu enfrentar o império, o mais povoado e rico dos estados sul-americanos, aliado à Argentina e Uruguai. (DORATIOTO, 2002, p. 93) A vontade de Lopes, de lutar, era tão grande que mesmo com armamento obsoleto e um único vapor armado (Tacuarí), o governo paraguaio buscava o confronto que o destruiria por completo. (DORATIOTO, 2002, p.64). Solano Lopes viu país ser arrasado no final da guerra; em um longo conflito no qual ele mesmo fora o agressor, quando decidiu iniciar a guerra contra o Brasil (com a invasão do Mato Grosso) e contra a Argentina (com a invasão a Corrientes).

Outro contraponto em relação ao relato de Chiavenato está no fato de o Brasil ter levado os escravos para a guerra, apenas para preencher os vazios da tropa. Neste caso os escravos que fizessem parte do exército “ganhavam a liberdade ao passo que o dono que libertassem os seus, para esse mesmo fim, eram recompensados com títulos de nobreza”. (DORATIOTO, 2002, p. 227).

No caso paraguaio o recrutamento de escravos começou em setembro de 1865, enquanto no Brasil, os voluntários foram contratados para substituir os convocados e os escravos, somente foram enviados, para substituir seus proprietários. (DORATIOTO, 2002, p.273). Neste caso Doratioto discorda com os números, apresentados por Chiavenato, sobre a quantidade de negros na guerra, segundo o qual a proporção era 45 negros para um soldado branco.

Solano Lopes enganava o povo paraguaio através de periódicos como o jornal *El Centinela*, o qual jamais relatava a derrota paraguaia, muito pelo contrário, o Paraguai seria o grande vencedor. (DORATIOTO, 2002, p.314). Após sua morte em Cerro Corá, até o final do século XIX ele era odiado pelos sobreviventes. O revisionismo histórico surgiu com o objetivo de reconstituir a imagem de Lopes transformando-o em herói por ter sido morto junto com sua pátria, mas segundo Doratioto foi ele próprio, o Paraguai, quem ocasionou a guerra, que resultou na vitória da Tríplice Aliança.

Na obra *Maltita Guerra* autor apresenta diversos atos perversos de Solano Lopes, mostrando que o mesmo não admitia erros. Na batalha de Curuzú “os soldados eram perfilados, contava-se até 10 e o décimo soldado era retirado da formação. Ao final da

contagem do batalhão os soldados que foram separados era fuzilados sem piedade”. (DORATIOTO, 2002, p.237). Muitos outros exemplos presentes na obra de Doratioto revelam o quão sanguinário era o governante paraguaio. (DORATIOTO, 2002, p.343). O revisionismo de Chiavenato observa tais fatos como situações normais, uma vez que se tratava de uma guerra; enquanto Doratioto designa tais atitudes, de Lopes, como atitudes covardes e bárbaras.

Para Doratioto, a Guerra do Paraguai expôs a fragilidade militar do Império brasileiro, em grande parte estrutural, devido ao regime escravocrata. Porém, foi capaz de superar tal fragilidade, “de mobilizar todos os seus recursos e de atingir o apogeu de seu poder econômico no Prata”. (DORATIOTO, 2002, p. 488)

Conclusão

Podemos perceber que as obras de Visconde de Taunay, Júlio José Chiavenato e Francisco Doratioto trazem muita divergência, entre si, no entendimento da Guerra do Paraguai, por bordarem o conflito sob diferentes óticas e motivações. Ambos os autores estão inseridos em um lugar social marcado por particularidades; estão localizados em um tempo e um espaço diferente, sendo influenciados por diferentes práticas e simpatias teóricas.

A Guerra do Paraguai não está pronta e esgotada na obra de Doratioto, assim como não esteve em nenhuma das que a antecederam; e assim, confirmamos uma questão posta por José Carlos Reis, segundo a qual, não há um passado fixo a ser esgotado pela história ao passo que não exista uma verdade absoluta, mas o que existe, são “verdades”, esta que resulta da subjetividade de quem escreve.

Referências bibliográficas

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da universidade Estadual Paulista, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Forense Universitária, 2006.

CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. La Guerra del Paraguay: historiografías, representaciones, contextos In: *Anual del CEL*, Buenos Aires, 3-5 de noviembre de 2008, Museo Histórico Nacional, Defensa 1600 Nuevos Mundos.

MALERBA, Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil: de Varnhagem à FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

TASSO FRAGOSO. General Augusto. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934-5. 5 vol.

TAUNAY, Alfredo d'Escragolle (Visconde de). *Diário do Exército (1869-70)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

Presentismo em *Cidadania no Brasil*

Pedro Henrique Resende

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

pedrohenriquer_1@hotmail.com

RESUMO: François Hartog reflete sobre o tempo histórico na obra *Regimes de Historicidade*. Ele defende que viveríamos num regime de tempo presentista, no qual o presente é onipresente. O diagnóstico de Hartog se aplicaria a historiografia brasileira? Apoiado no livro *Cidadania no Brasil*, de José Murilo de Carvalho procuro por evidências que demonstrem a possibilidade de instrumentalização do presentismo em nossa historiografia.

PALAVRAS CHAVE: Presentismo; Pós-modernidade; Historiografia brasileira.

ABSTRACT: François Hartog reflects about the historic time in his work “*Régimes d'historicité*”. He defends that we would live in a present time regime, in which time is omnipresent. Would Hartog’s diagnostic be applicable to Brazilian historiography? Supported by the book *Cidadania no Brasil*, written by José Murilo de Carvalho, I aim to propose evidences that display the instrumentalisation possibility of the presentism within our historiography.

KEYWORDS: Presentism; Postmodernity, Brazilian historiography.

Na obra *Cidadania no Brasil, O longo caminho*, publicada em 2001 pela editora Civilização Brasileira, o historiador José Murilo de Carvalho retrata o percurso iniciado em 1822 para a construção de uma democracia e de uma cidadania no Brasil. O autor, baseando-se nas ideias de T.A. Marshall, defende que a cidadania plena é aquela que combina direitos políticos, civis e sociais, além da lealdade a um Estado e a identificação com uma nação. Logo na introdução, José Murilo chama a atenção para um problema, estaríamos passando por uma crise no modelo de Estado-nação. A internacionalização do sistema capitalista, e a criação de blocos econômicos reduzem cada vez mais os poderes do Estado e afeta os direitos políticos e sociais. O modelo de cidadania de Marshall estaria em risco, e um novo modelo, baseado no consumo estaria em franca ascensão. O ponto do livro que mais nos interessa é justamente a reflexão que o autor faz sobre a posição do Brasil diante desse cenário de transformações.

Dividido em quatro capítulos mais uma conclusão, o autor traça o percurso histórico de como os direitos civis, políticos e sociais foram adquiridos ao longo da história nacional. Os capítulos são divididos em marcos temporais, sendo o primeiro deles chamado de

Primeiros Passos (1822-1930). Nele, o autor demonstra a força que os grandes proprietários de terra, senhores de engenho e posteriormente coronéis, exerciam sobre a máquina do Estado e sobre as eleições. O caráter das eleições no período era marcado por fraudes, manipulação de votos e corrupção. Oligarquias exerciam influências locais para garantir a sua permanência no poder. O jogo político acontecia dentro de uma relação que envolvia troca de favores entre coronéis, governadores e presidente. Outro ponto marcante desse período é a escravidão. A escravidão criava dois grupos antagônicos em relação à cidadania. Senhores e escravos não desenvolveram consciência de cidadãos. “O senhor não admitia os direitos dos escravos e exigia privilégios, e o escravo estava abaixo da lei” (CARVALHO, 2001, p.53). O autor demonstra que durante o período, rebeliões que ocorreram pelo país podem ser indícios de um princípio de consciência coletiva.

No capítulo II, *Marcha acelerada (1930-1964)*, é descrito a ascensão dos direitos sociais. O governo Vargas foi marcado por uma ditadura e pelo avanço do nacionalismo. O presidente ditador possuía postura desenvolvimentista e trabalhista. Desde que chegou ao poder concedeu inúmeros direitos sociais a população. O período de 1930 a 1945 foi o grande momento da legislação social. Por outro lado foi uma legislação que suprimia a participação política e que precarizou os direitos civis. Vargas trouxe para perto de si o trabalhador urbano através dos sindicatos, mas não estendeu os direitos sociais aos trabalhadores do campo. Os grandes donos de terra ainda detinham poder e era melhor não criar problemas com os coronéis. Ao período que vai da deposição de Vargas em 45 até o golpe de 64, o autor dá o nome de primeira experiência democrática. Durante esse período houve estagnação dos direitos sociais e ampliação dos direitos políticos e civis.

Durante o capítulo III, *Passo atrás, passo adiante (1964-1985)*, José Murilo descreve o golpe militar e demonstra que por mais ambíguo que possa parecer, a ditadura militar foi um período de expansão dos direitos políticos. Mesmo o voto tendo perdido valor diante da máquina de repressão estatal, o número de votantes aumentava a cada eleição e foi importante para enfraquecer o regime, já que a partir das eleições de 74 a oposição ao regime foi ficando cada vez mais forte e o espaço de ação dos militares se reduzindo. Assim como na ditadura Varguista, os militares também ampliaram os direitos sociais e reduziram os direitos civis, mas por incrível que pareça iniciaram um processo de ampliação dos direitos políticos.

No capítulo IV, *A cidadania após a redemocratização*, é narrado o período pós ditadura militar. A eleição de um presidente civil reacendeu a esperança democrática da população. A expansão final dos direitos políticos foi recebida com entusiasmo e otimismo.

Universalidade do voto, liberdade aos partidos. Características de uma democracia plena. Pouco tempo após a posse do primeiro presidente civil o entusiasmo da população se transformou em decepção. O presidente Sarney não conseguiu controlar a inflação e muito menos demonstrou melhoras sociais. Na eleição seguinte, já com voto direto, a população elegeu Fernando Collor, que prometia acabar com a corrupção, mas logo se viu envolvido no maior escândalo de corrupção do país até então. A população humilhada e ofendida foi às ruas pedir o impedimento do presidente. O impedimento ocorreu dentro da lei, e o vice-presidente Itamar Franco assumiu o posto. As eleições seguintes também aconteceram dentro da legalidade, mas os progressos sociais continuavam a passos lentos.

Na conclusão, José Murilo de Carvalho levanta pontos importantes. Para ele, ao longo de sua jornada, o Brasil ainda não foi capaz de concluir um projeto de cidadania. Num percurso muito específico, no qual os direitos sociais vieram antes dos civis e políticos através de um ditador carismático, o poder Executivo foi excessivamente valorizado. Os direitos sociais foram implantados em momentos no qual o legislativo pouco ou nada atuava. Cria-se a imagem de Executivo centralizador e todo poderoso. A população em busca de soluções rápidas elege candidatos com características messiânicas. Vargas, Jânio Quadros, Collor.

A contrapartida desse “Executivo Imperial⁹” é a desvalorização do legislativo e a criação de uma visão corporativista de direitos coletivos. Benefícios sociais não são tratados como direitos de todos, mas fruto da negociação direta de cada grupo ou de cada indivíduo com o governo.

O autor é otimista em alguns aspectos. Para ele, tanto a esquerda como a direita estão convictas em relação à democracia. Soma-se a isso o cenário internacional que não abre espaços para golpes de Estado e ditaduras. Por outro lado, o cenário internacional também traz complicações. A queda da União Soviética, a expansão do mercado em ritmo acelerado e movimentos de minorias provocam mudanças entre a relação Estado, sociedade e nação. O foco dessas mudanças é o enfraquecimento do papel do Estado como fonte de direitos e de identidade coletiva. Dentro do pensamento liberal renovado, o cidadão torna-se cada vez mais consumidor.

Durante quase 200 anos o Brasil correu atrás de um modelo de cidadania ocidental que hoje se encontra em crise. O Brasil ainda não foi tão afetado por essas mudanças como EUA e Europa. Romper com a tradição do estatismo é algo difícil. Algumas dessas mudanças de

⁹ Supervalorização da imagem do presidente;

ordem global podem ser benéficas ao Brasil. Entre elas a organização da sociedade para dar embasamento social ao político e combater o Estado clientelista, e a criação de novas formas de envolvimento da população na formulação e execução de políticas públicas.

José Murilo de Carvalho considera como outro sintoma do renascimento liberal no Brasil o desenvolvimento da cultura do consumo. Os pobres reivindicam o direito de consumir. Não querem ser cidadãos, querem ser consumidores. A cidadania que reivindicam é o direito ao consumo. Essa é a cidadania pregada pelos liberais. A cultura do consumo dificulta a construção da cidadania e a redução das desigualdades.

José Murilo de Carvalho parece desesperançoso em relação à construção da cidadania no Brasil. Movimentos de minoria, e o enfraquecimento da identificação com o Estado são, para o autor, empecilhos. Defensor da democracia, demonstra que a nossa ainda carrega problemas, mas acredita que com o exercício democrático continuado as melhorias sociais podem acontecer. O autor enaltece o fato da nossa democracia não correr riscos. Esquerda e direita estão conformadas. Soma-se a isso o contexto internacional desfavorável a golpes.

Democracia, liberalismo, crises de identidade, enfraquecimento dos estados nacionais e transformação dos cidadãos em consumidores. Este é o cenário descrito pelo historiador. O presente é o ponto de vista de Carvalho. O autor procura historicizar o seu presente, se afasta do passado, pois esse não dá conta das questões atuais, ao mesmo tempo ele é conservador em relação ao futuro, não questiona a democracia liberal. Para François Hartog, na lógica presentista, a democracia-liberal é vista com um bem em si mesmo. O capitalismo é tratado como algo natural, que está aí e irá continuar.

Outra característica do presentismo é a volatilidade das relações. As pessoas não tem mais razão para se identificar com o Estado e passam a ter múltiplas identidades, se relacionam com diversos grupos. Ao reduzirem sua identidade ao Estado estarão se privando de outras identidades e oportunidades. José Murilo também percebe esse movimento na nossa história. Os mais pobres, cada vez mais reivindicam o direito de consumir. Querem se integrar a lógica de mercado. O Estado não tem muito a lhes oferecer. Quem antes estava fora busca formas de se integrar.

Essas características não estão presas somente no livro analisado. Em resenha sobre Regimes de Historicidade publicada recentemente na revista *História da Historiografia*, o historiador Walderez Ramalho nos demonstra outras possibilidades da aplicação do

presentismo no Brasil. O autor destaca o comportamento de revistas que fazem forte apelo ao instante como algo já histórico.

A proclamação da história já realizada antes mesmo do evento se concluir demonstra a ampliação desmesurada do presente, em detrimento do passado e do futuro. Essa forma de articular o tempo não é exclusiva da chamada “grande mídia” no Brasil, mas um elemento da cultura histórica consolidada em 1989. (RAMALHO, 2014, p.153)

O regime de historicidade presentista de Hartog parece ter chegado ao Brasil. Provavelmente não plenamente. O próprio José Murilo destaca que certas mudanças ainda não atingiram o Brasil, nossa relação com o Estado, por exemplo, ainda é forte. Assim como nossa democracia traçou um caminho único, o nosso presentismo também tem suas peculiaridades. O autor não parece exatamente satisfeito com essa situação, mas demonstra estar conformado. Conformismo, talvez, seja uma palavra chave dentro do presentismo. Para Hartog a aceitação desse mundo de horrores é o horror de que esse mundo pare de funcionar. Não há mais a esperança de um grande dia da humanidade. Com um presente único, estagnado e perpétuo, mais se reage do que se age. O atual governo do PT parece estar inserido nessa lógica. As políticas públicas parecem ser quase sempre emergenciais. Os polêmicos bolsa família, cotas raciais, médicos cubanos e PROUNI são alguns dos exemplos de soluções imediatistas para problemas que são mais profundos. A atenção é toda voltada para programas, em detrimento dos sistemas, como o de ensino e de saúde. Buscam resolver os problemas de forma imediata, parece não existir paciência para desenvolver projetos de âmbito estrutural.

Cidadania no Brasil é uma obra histórica que nos possibilita pensar o presentismo dentro da realidade brasileira. Ao que nos parece, José Murilo de Carvalho propõe uma síntese pautada amplamente na perspectiva de tempo presentista. O tempo histórico problematizado por Hartog pode, sim, ser instrumentalizado na historiografia brasileira. Mais do que isso, o presente inflado e o tempo acelerado estão presentes em nossas relações sociais e políticas públicas. Vários historiadores têm sugerido que após 1989 o mundo teria entrado em uma nova lógica, no Brasil podemos considerar 1988 como o marco do nosso presentismo. Depois de um longo período de ditadura a população pode eleger de forma direta um presidente. Infelizmente, isso não foi o suficiente para solucionar os problemas do país, a consequência foi à aceleração do tempo e a busca de soluções imediatas.

Referências bibliográficas:

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Trad. Andréa Souza de Menezes, Bruna Beffart; Camila R. Moraes; Maria C. Alencar Silva; Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patricia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ; Contraponto, 2006.

História, Cultura e Niilismo em Nietzsche: Esboço de uma investigação

Raylane Marques Sousa

Mestranda em História | Bolsista CNPq
Universidade Federal de Minas Gerais | UFMG
marques.raylane@gmail.com

RESUMO: Neste artigo, discutirei sobre a recusa de Nietzsche à ciência da história e à cultura histórica de seu tempo, mediante a análise da obra *Segunda Consideração Intempestiva* (1874). A partir da investigação dos problemas que afetam a história e a cultura alemã no século XIX, a minha análise salientará algumas das razões que levaram Nietzsche a tentar uma ruptura em relação à concepção de ciência e cultura histórica que figura na modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: História; Cultura; Niilismo; Século XIX. Nietzsche.

RÉSUMÉ: Dans cet article, je discuterai sur le refus de Nietzsche à la science de l'histoire et à la culture historique de son temps, par le moyen de l'analyse de l'œuvre *Deuxième Considération Intempestive* (1874). À partir de l'investigation des problèmes qui affectent l'histoire et la culture allemande au XIXe siècle, mon analyse mettra en évidence quelques-unes des raisons qui ont conduit Nietzsche à essayer une rupture en rapport à la conception de la science et de la culture historique qui figure dans la modernité.

Mots-clés: Histoire; Culture; Nihilisme; XIXe siècle; Nietzsche.

Cultura e Historiografia Alemã no Século XIX

No final do século XVIII e limiar do século XIX, a Alemanha encontra-se diante de problemas substanciais que influenciam decisivamente na posição assumida pelos seus historiadores de ofício. Como aponta o historiador espanhol Josep Fontana, dois problemas são mais urgentes: 1) promover a unificação política dos estados-nação e 2) investir na modernização alemã, abstando-se da via revolucionária, alternativa então seguida pela França (FONTANA I LAZARO, 2004, p. 221). A abertura encontrada pelos intelectuais alemães para promover a integração dos estados e incentivar a modernização das unidades que compunham a Alemanha no período é via unidade cultural, e esta pautada na língua alemã. Movidos por esse intuito, os estudiosos alemães trabalham para resgatar elementos considerados representantes da cultura nacional, como mitos, poesias, leis antigas, crônicas medievais. Tais elementos, ao serem reunidos, deveriam contribuir para a criação de um passado clássico comum aos alemães e para a construção da identidade do povo alemão.

Tendo em vista isso, inicialmente, a história faz uso dos métodos de crítica erudita, pegos emprestados do campo da filologia clássica, e tenta aperfeiçoá-los à maneira do trabalho do historiador. O então responsável por introduzir na historiografia alemã o método de crítica erudita da filologia clássica é o historiador alemão Georg Niebuhr. Não obstante, o comumente disseminador do “método científico” na historiografia alemã é Lepold Von Ranke, com suas abstrações sobre o estudo dos fatos passados (FONTANA I LAZARO, 2004, p. 224-225). Também nesse movimento que visa conferir à história um estatuto de cientificidade aparecem como importantes colaboradores os discípulos de Ranke, como Johan Gustav Droysen e Jacob Burckhardt, entre outros¹⁰. O primeiro alcançou notabilidade através de seus cursos de metodologia da história; o segundo, a partir dos estudos inovadores sobre história da cultura. No mesmo trilho, seguindo o longo processo alemão de unificação política, apresenta-se a consolidação da história como ciência nas universidades alemãs da época. É, precisamente, nessa circunstância, em que a história se esforça para garantir um regime de cientificidade, que Friedrich Nietzsche (1844-1900) escreve sobre a história e a cultura histórica alemã.

Nietzsche, como um homem participante das questões do seu presente, vivencia intensamente o momento em que a história (*Geschichte*)¹¹ busca equiparar-se às ciências naturais. Na ótica nietzschiana, pensar que a ciência histórica pode equiparar-se às ciências naturais significa admitir que a história obtém respaldo num conhecimento puramente objetivo, imparcial e, desse modo, desprovido de qualquer sentido valorativo. Isto significa executar a subjetividade daquele que conhece em prol de uma neutralidade que se revela inalcançável. À vista disso, na concepção de Nietzsche, a chamada objetividade (*Objektivität*) proposta pelo “método científico” das ciências naturais apresenta-se como pura ilusão, porque todo conhecimento está inextricavelmente envolvido com alguma perspectiva teórica

¹⁰ Georg Niebuhr (1776-1831), historiador alemão. Trata-se de um autor citado por Nietzsche, na II Consideração Extemporânea, quando o filósofo refere-se à importância da atmosfera a-histórica para a produção de todo grande acontecimento histórico. Lepold Von Ranke (1795-1886), historiador alemão. É considerado o fundador do historicismo alemão, vertente que Nietzsche tanto critica em seus escritos de juventude. No entanto, Nietzsche o cita várias vezes em sua obra, admirando seu estilo de escrever sobre os fatos passados. Johan Gustav Droysen (1808-1884) estudou em Berlim com Hegel. Ele é contra o Positivismo e a favor do Historicismo. Jacob Burckhardt (1818-1897), historiador suíço da cultura e amigo de Nietzsche na Universidade da Basileia. Em consonância com a concepção de cultura desse autor, Nietzsche desenvolve o seu ideal de cultura. Como se pode ver, em sua obra, Nietzsche dialoga com alguns dos principais teóricos da Escola Histórica Prussiana.

¹¹ Sobre a história grafada como “*Geschichte*”, Nietzsche trata a tendência dos historiadores modernos em transformar todo fenômeno em conhecimento histórico. Já quando se refere à história grafada como “*Historie*”, Nietzsche apresenta a história como ela se manifesta e é utilizada, sem a pretensão moderna do controle científico. Sobre os significados em torno do conceito de história em Nietzsche, ver a nota de rodapé em: NIETZSCHE, 2005, p. 67. Sobre as transformações filológicas e semânticas em torno do conceito de “história” na língua alemã, ver: KOSELLECK, 2006, p. 41-60.

avaliadora. Entretanto, Nietzsche ainda evidencia outro problema, de natureza diversa, mas que está em correspondência com o outrora explicitado, qual seja: a doença moderna do sentido histórico (*historische Sinn*) de todas as coisas. Na análise de Nietzsche, a ciência histórica na modernidade é contagiada pela febre do sentido histórico, do historicismo, o qual toma todo saber histórico como composto por fatos isolados, autônomos, progressivos, teleologicamente orientados, o que a faz deixar de lado o fortuito, o casual, o contingente, próprio da subjetividade humana.

Diante disso, Nietzsche decide escrever sobre o valor e a necessidade do conhecimento histórico para a vida. Trata-se da obra *Sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida* (1874). Esse trabalho pode ser considerado um libelo, no qual ele tece, de forma polêmica e até militante, violentas e severas críticas à história e à “cultura histórica” (*historische Bildung*) alemã moderna, que se desenvolve sobre os alicerces de um saber histórico pretensamente científico, vicioso e paralisador das virtudes humanas.

A “cultura histórica” denunciada por Nietzsche através dos seus escritos se forma a partir do evento político europeu da unidade alemã (1871) pela constituição do império (*Reich*), onde as principais consequências foram: 1) A elevação do rei da Prússia ao estatuto de imperador (*Kaiser*), bem como a promoção de Berlim, a capital da Prússia, a capital do império (*Kaiserreich*); 2) A aceleração do processo de modernização e especialização da economia e 3) O redirecionamento dos estabelecimentos de ensino, principalmente das universidades, para atender às demandas da produção e do mercado, ou seja, tratava-se de formar a inteligência a serviço da propriedade e do lucro, e não a serviço da vida (NORBERT, 2012, p. 14-19).

Nietzsche identifica a “cultura histórica” engendrada pelos eruditos especialistas formados nas universidades alemãs do seu tempo como sendo apenas uma cultivação dos acontecimentos do passado, aglutinação de meras ruínas e relíquias históricas, desprovida de qualquer forma vital. Ele assegura que os historiadores alemães têm o saber e a erudição, mas sem o processo de vida, isto é, eles têm conhecimento do conteúdo histórico, porém tal conteúdo apresenta-se desprovido de sua forma vital, porque eles desconhecem a sua utilidade em prol da vida prática.

De fato, forma e conteúdo são irreconciliáveis nesse tipo de “cultura histórica”. Nietzsche deixa entrever isso em sua já citada obra de juventude *Sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida* (1874), quando retrata que a “objetividade de eunucos” e a “doença do sentido histórico”, presentes na cultura histórica alemã contemporânea, tornam

os historiadores passivos e continuadores de estilos anteriores, em vez de ativos e criadores de novos estilos. Para Nietzsche, mostra-se urgente, “mais fervorosamente do que a reunificação política, a unidade alemã no sentido superior, a unidade da vida e do espírito alemães, uma vez destruída a antinomia entre forma e conteúdo, entre interioridade e convenção.” (NIETZSCHE, 2005, p. 107)

Segundo o filósofo, embora a Alemanha tenha alcançado a unidade política e a prosperidade econômica, os alemães, e mais especificamente os historiadores alemães, não têm o que comemorar, pois a Alemanha pós-guerra encontra-se em estado de degenerescência cultural, no qual a “autêntica cultura” alemã, que para Nietzsche é a concepção grega de cultura, a qual não faz distinção entre vida e pensamento, entre aparência e querer (NIETZSCHE, 2005, p. 177), cedeu lugar a uma cultura que era apenas uma saber superficial sobre a cultura, porque mantinha a contradição entre vida e conhecimento e não estava enraizada na vida (NIETZSCHE, 2005, p. 168).

Assim sendo, a cultura que os alemães acreditam ter alcançado após a Guerra Franco-Prussiana e Unificação Alemã, em meio aos conflitos territoriais e ao nacionalismo emergente, para Nietzsche, não é a verdadeira cultura, a “cultura autêntica” (REIS, 2011, p. 137). Não se trata de “um estilo de vida nem uma unidade artística harmoniosa, mas uma desordenada amálgama de todos os estilos” (NIETZSCHE, 2005, p. 60), de “épocas, costumes, obras, filosofias, religiões e conhecimentos estranhos” (NIETZSCHE, 2005, p. 101-102). É, portanto, uma cultura cultivadora da barbárie, a qual perdeu de vista que “o conhecimento histórico, como todo outro conhecimento, deve estar a serviço de uma força não histórica” (NIETZSCHE, 2005, p. 289), isto é, da vida em seu significado criativo. Ao contrário dos historiadores modernos, a cultura, para Nietzsche, “não significa simplesmente saber, ciência, *Wissenschaft*” (COPLESTON, 1958, p. 60), mas unidade entre forma e conteúdo, conhecimento histórico e vida, criação e experimentação.

A doença do “século da história”: historicismo

Em sua *II Consideração extemporânea*, Nietzsche aponta três possibilidades de se conhecer o passado, a saber: a história monumental (*monumentalische Geschichte*), a história tradicionalista (*antiquarische Geschichte*) e a história crítica (*kritische Geschichte*). Na descrição que o filósofo faz dessas três perspectivas de avaliação do passado, ele deixa entrever contundentes críticas ao saber histórico promovido pelos historiadores cientificistas alemães modernos.

A partir do conceito de história monumental, Nietzsche faz uma crítica aos historiadores que tomam como dignos de imitação unicamente os exemplos dos grandes homens, e descartam assim o valor dos feitos dos homens comuns do presente. O autor alemão defende o estudo daquilo que a antiguidade produziu de clássico, mas afirma que é impossível o retorno regular do clássico, devido às mudanças e às deformações ocorridas pela passagem do tempo. Para Nietzsche, enquanto a historiografia alemã moderna se baseia na história monumental, fechando-se somente na análise dos feitos dos grandes homens do passado e esquecendo-se dos feitos dos homens do presente, a história será uma deformação do real, tal como ele acredita ser a poesia.

A mais dura crítica de Nietzsche é contra o modo conservacionista de fazer história. Segundo o filósofo, os historiadores conservacionistas são aqueles que cultivam, se possível, todos os objetos do passado, como um “ferro-velho ancestral” (*Urväter-Hausrath*), onde tudo o que é bolorento, velho, é digno de ser guardado como patrimônio para a sociedade vindoura. Esta forma de avaliar o passado, atribuindo às coisas grandes e pequenas um valor semelhante, Nietzsche considera um erro irreparável. Trata-se de um problema avaliar tudo a partir da mesma escala de valores, porque as coisas minúsculas passam a ter a mesma importância dada às coisas mais excelentes. O autor afirma que a paixão pelo antigo e, conseqüentemente, a veneração do pretérito, desencadeia no historiador moderno um espírito colecionador, de forma que o novo, o que está em vias de florescer, é rejeitado e esquecido em detrimento do velho, do bolorento.

Além da forma monumental e tradicional de investigar o pretérito, tem-se um terceiro modo, o crítico. Para Nietzsche, a história crítica tem a função de interrogar o passado, colocando-o frente ao tribunal da história, para julgá-lo de acordo com as inquietações propostas pelo presente. O problema desta forma de se olhar o passado está no exacerbado senso de justiça que o historiador desencadeia, o qual o faz condenar todo o passado, porque o sentimento de justiça não pode ser considerado imparcial. Desta forma, o seu veredito é sempre a favor de uma determinada época em detrimento de outra. Esse tipo de história, cuja divisa é: “Faça-se a verdade, ainda que o mundo pereça” (*Fiat veritas, pereat vita*), na opinião de Nietzsche, é um processo perigoso para vida, porque um julgamento incoerente de determinada época pode desencadear no presente e no futuro algo ruim para a saúde de um homem, de um povo, de uma cultura (*Kultur*).

O importante ao analisar essas três formas de se lembrar o passado é perceber como Nietzsche sugere que o homem moderno, o homem reproduzidor da “cultura histórica”,

pense sobre o passado, não de forma factual, apenas como o que já passou, mas como baliza para se pensar o presente e projetar o futuro.

O filósofo enfatiza que o conhecimento histórico produzido na modernidade não passa de um saber nocivo à cultura, e isto porque os historiadores oitocentistas entendem o tempo apenas como sucessão de acontecimentos, e o passado apenas como reservatório dos fatos encadeados entre si. Tal forma de saber ignora as temporalidades históricas e a vida em prol de uma objetividade factual ilusória.

Não obstante, Nietzsche não deprecia o valor dos estudos históricos, pelo contrário, ele afirma que a vida tem necessidade do serviço da história. A crítica do autor repousa sobre o “método científico” utilizado pelos historiadores modernos na decomposição e análise dos fatos históricos. Segundo Nietzsche, tal forma de dissecação dos fatos históricos ignora a contribuição e, porque não, a parcialidade da subjetividade humana, e colabora para a reprodução de um tipo de “cultura histórica” preocupada apenas com a cultivação dos fatos passados, portanto sem qualquer liame com a vida.

Para Nietzsche, o problema da ciência moderna e, em específico, da ciência histórica, está no método de busca da verdade dos fatos, que não aceita instâncias, intermediários, entre o conhecimento e sua aplicação na prática. Ainda segundo Nietzsche, a ciência moderna, e neste meio se inclui a ciência histórica, é um mal degenerador porque promove a cisão entre o conhecimento e a vida, isto é, entre um conhecimento, que quer ser puramente objetivo, comprovável cientificamente, e a vida, a subjetividade humana, a interioridade daquele que conhece. De fato, a intenção da ciência moderna é superar pela via do conhecimento objetivo dos fatos a causalidade, o fortuito, o contingente, da experiência subjetiva humana. Contra esta pretensão da ciência moderna e dos homens modernos à verdade objetiva dos fatos e exclusão total do elemento subjetivo na elaboração do conhecimento, Nietzsche insurge-se em sua obra. Diante do exposto, acredita-se que a objetividade (*Objektivität*) ilusória é um dos problemas que afetam a história na modernidade.

Entretanto, Nietzsche ainda evidencia outro problema, de natureza diversa, mas que está em correspondência com o outrora explicitado, qual seja: a doença moderna do sentido histórico (*historische Sinn*) de todas as coisas. Na análise de Nietzsche, a ciência histórica na modernidade é contagiada pela febre do sentido histórico, do historicismo, o qual toma todo saber como saber histórico composto por fatos isolados, autônomos, progressivos, teleologicamente orientados, o que a faz deixar de lado o fortuito, o casual, o contingente, próprio da subjetividade humana.

Com efeito, segundo Nietzsche, o que há de prejudicial no excesso de sentido histórico na modernidade é o perigo de sacrificar o presente em detrimento de uma fixação pelo passado. Assim, para determinar até que ponto a abordagem histórica é salutar para o indivíduo, para o povo ou para a cultura (*Kultur*), Nietzsche sugere que seja desenvolvida a “força plástica”, força criadora, remodeladora do passado, que delimite até que ponto o passado deve ser esquecido, ou o inverso, até que ponto deve ser lembrado. Para medir o grau de “força plástica” do indivíduo, do povo ou da cultura em questão, “força que permite a alguém desenvolver-se de maneira original e independente, transformar e assimilar as coisas passadas ou estranhas, curar as suas feridas, reparar as suas perdas, reconstituir por si próprio as formas destruídas” (NIETZSCHE, 2005, p. 73), o filósofo alemão afirma que é necessário ter uma natureza com raízes profundas e vigorosas, porque assim maior é a parte do passado que o indivíduo pode assimilar ou acolher. Se tal natureza não pode mais abarcar qualquer acontecimento passado, longínquo ou próximo, ela o esquece; o horizonte está fechado e nada mais se pode lembrar para além desse horizonte. Do contrário, uma natureza fraca, sem raízes profundas e fortes, que não reconhece limite, de tudo se apropria; atrai para si qualquer acontecimento passado, é egocêntrica. Não reconhece, portanto, a “lei geral” que diz que “cada ser vivo não pode ser sadio, forte e fecundo senão no interior de um horizonte determinado” (NIETZSCHE, 2005, p.74).

Niilismo

De acordo com a reflexão de Patrick Wotling, o termo niilismo (*Nihilismus*), na obra de Nietzsche, significa “desvalorização dos valores supremos” e adquire esse sentido após a famosa sentença nietzscheana “Deus está morto!” (WOTLING, 2001, p. 38), proferida no parágrafo 125, do livro *A Gaia Ciência*. Segundo a interpretação de Wotling, para compreender o niilismo em sua correta dimensão, é necessário distingui-lo em duas formas, a saber: o niilismo passivo e o niilismo ativo. Nos dois casos, o autor menciona a existência dum deslocamento entre os degraus de potência das pulsões, que faz com que os ideais se exprimam através do sistema de valor em vigor (WOTLING, 2001, p. 38). Na primeira leitura de Wotling, o niilismo passivo significa, por assim dizer, um erro de alvo, mira. O que domina o mundo é o sentimento generalizado de tristeza, desencorajamento, paralisia e crença no nada, porque o mundo não é mais o que o homem moderno acreditava que ele valia. Wotling denomina isso de “niilismo do declínio, do esgotamento, de uma forma de imersão

no pessimismo e no sentimento inibidor do vazio de todas as coisas, nada tem valor, nada vale a pena.” (WOTLING, 2001, p. 38)¹²

Ao contrário do niilismo passivo, o niilismo ativo é criador, e é caracterizado pela satisfação, pelo contentamento, pela “alegria do espírito” (*gaieté d’esprit*), como Nietzsche frisa no parágrafo 343, da obra *A Gaia Ciência*. Na segunda leitura de Wotling, o niilismo ativo experimenta a situação de desencantamento como forma de estímulo para a criação de novos valores, de novas interpretações das coisas e do mundo. Como coloca Wotling, essa atitude do homem moderno, de tentar criar novos valores no momento de desabamento dos antigos valores, indica “o reconhecimento em face do caráter insondável e proteiforme da realidade, e da vida, que se diverte dos nossos esforços para fixar uma forma fácil de governá-la.” (WOTLING, 2001, p. 39)¹³

Segundo Nietzsche, a crença da ciência, da história e da cultura ocidental nas categorias da razão é a causa da doença do niilismo. Para Nietzsche, a história da humanidade inicia o seu projeto baseada na primeira forma de niilismo, o niilismo negativo. Ou seja, é segundo o princípio da negação real e efetiva da vontade que a história se desenvolve e se faz. Da mesma forma, apresenta-se a cultura ocidental como domesticadora dos instintos humanos, como negação da força vital. O niilismo negativo promove a instauração dos valores religiosos, isto é, dos valores metafísicos, que invertem as relações e provocam no homem moderno a supervalorização do suprassensível e a vontade de um além-mundo.

Como enfatiza Nietzsche, a crença na racionalidade hegemônica no século XIX, é a fonte essencial por meio da qual se desenvolvem todos os valores supremos sustentados na modernidade.

Bibliografia

COPLESTON, Frederick S.J. *Nietzsche: filósofo da cultura*. Trad. Eduardo Pinheiro. Porto: Livraria Tavares Martins, 1958, p. 60.

FONTANA I LAZARO, Josep. Historicismo e nacionalismo. In: *A história dos homens*. Tradução: Heloisa Jochims Reichel e Marcelo Fernando Da Costa. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 221.

¹² “Il s’agit donc d’un nihilisme du déclin, de l’épuisement, d’une forme de immersion dans le pessimisme et le sentiment inhibant de la vacuité de toute chose rien n’a de valeur, rien ne vaut la peine.”

¹³ “La reconnaissance face au caractere insondable et protéiforme de la réalité, et de la vie, qui se joue de nos efforts pour la fixer dans une forme facile à maîtriser.”

KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae*. Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 41-60.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. In: *Escritos sobre história* (Org: Noéli Correia de Melo Sobrinho). Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2005, p. 67.

NORBERT, Elias. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Editado por Michael Schröter. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 60-61.

REIS, José Carlos. *História da Consciência Histórica ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 137.

SOBRINHO, Noéli Correia de Melo. *Escritos sobre Educação*. 6. Ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Ed. Loyola, 2012, p. 14-19.

WOTLING, Patrick. *Le vocabulaire de Nietzsche*, Paris, Ellipses, 2001, p. 38-39.

A Crônica Franciscana na Nova Galícia e na Nova Granada (Século XVI): Fragmentos de uma Historiografia Indiana

Thiago Bastos de Souza

Mestrando

PPGH - UERJ/IBPA

toca98@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo busca apresentar algumas reflexões – ainda em estágio inicial – sobre a produção das crônicas coloniais no Novo Mundo – Índias Ocidentais espanholas -, tendo como foco algumas crônicas franciscanas produzidas na Nova Espanha/Galícia e Nova Granada no século XVI, visando corroborar a idéia do Historiador Francisco Esteve-Barba e sugerindo a existência de uma Historiografia Indiana.

PALAVRAS-CHAVES: Crônica; Historiografia Indiana; Franciscanos; Nova Espanha; Nova Granada

ABSTRACT: This article aims to present some reflections - still in initial stage- about the production of colonial chronicles in the New World – Spanish West Indies - focusing on some Franciscan chronicles produced in Nueva España / Galicia and Nueva Granada in the sixteenth century. It aims to corroborate the idea of the Historian Francisco Esteve-Barba, and suggests the existence of an Indian Historiography.

KEYWORDS: Chronicle; Indian Historiography; Franciscans; Nueva España; Nueva Granada.

Ainda que largamente utilizada para a produção de grandes estudos historiográficos nos anos 1990 - conjuntura em que notamos uma grande aproximação entre história e antropologia, a produção de teses culturalistas, bem como transformações e “passagens” da História das mentalidades à História cultural (VAINFAS, 1997)-, a crônica não foi sempre e enfaticamente problematizada por essa historiografia como uma forma de escrita das Índias Espanholas. Os direcionamentos historiográficos nesse contexto, no que se refere aos temas e análises relacionados à colonização espanhola, tendem a modelos explicativos, e as discussões podem ser mapeadas por meio de palavras-chaves, como: conquista/colonização, encontro/choque de culturas, cópia, duplicata, ocidentalização.

Notamos, entretanto, que, nos anos 1960, Francisco Esteve-Barba (ESTEVE-BARBA, 1964), por meio de um livro intitulado *Historiografia Indiana*, lança uma primeira sistematização sobre essas crônicas, apresentando um breve catálogo do que, segundo ele, seriam todos os tipos de variações de crônicas produzidas nas possessões espanholas.

Partindo do princípio de que, por meio da expansão colonial, existe um paulatino processo de mundialização ibérico/espanhola, podemos sugerir que os processos de colonização iniciados no Novo Mundo apontam para uma reavaliação, ou reordenação, da organização “Mundial”. O Historiador Raminelli (RAMINELLI, 2008, p. 17), ao avaliar a formação do império português no ultramar - dentro de uma ótica de expansão global -, sugere que a colonização proporciona “(...) a circulação de bens, pessoas e instituições (...)”, ou seja, a inserção do europeu, ocidental, em diversas partes do globo. Ainda que em constante mescla com diversas formas de organizações socioculturais, faz com que a irrupção de instituições e de formas de viver, que carregam muito do Velho Mundo, se torne uma espécie de “denominador comum”, ou elementos culturais, facilmente reconhecíveis: cristianismo, organização administrativa, indumentária, hábitos, estrutura sanitária, organização urbana distinta, entre outros aspectos.

No que tende à “circulação de bens, pessoas e instituições”, supomos que, por mais que as evidenciações institucionais, administrativas, ou mesmo conquistadoras, sejam as mesmas nos mais diversos cantos do globo, ainda assim, como nos lembra Eliott (ELLIOT, 2004), cada contexto colonial é um contexto, com suas peculiaridades, inovações e improvisos.

É possível supor que existe uma homologia política e institucional na expansão espanhola pelo mundo, ou seja, há uma estrutura (arquétipo) política que conforma as crônicas, porém elas são também fragmentadas, visto que registram, criam, ou distorcem a realidade de contextos distintos – já que são marcadas pelo ato de relatar dos “inventores” da América -:

The fact that they recorded a new reality also endows these writings with an enormous intrinsic interest. As they "invented" the New World, to use Edmundo O'Gorman's famous phrase, the early writers framed the founding images and topics — of Utopia, civilization and barbarism -which would resonate in European and Latin American writings, as well as influence colonialist policies, for centuries to come. At the same time, for the players of the Conquest writing to the Crown was more a routine than a reflective act, an act of obligation, service and reporting. (MERRIM, 1996, p. 59)

O ato de registrar, o relato, cerceado por um horizonte de expectativa europeu, projetado em um novo espaço social, no qual reside a busca pelo fantástico, ou ainda, no qual o imaginário penetra no real- como apontaria Backzo (BACZKO, 1985)-, são as características inerentes à crônica. Além da conjuntura política, este tipo de texto nos permite

pensar em uma historiografia indiana que, segundo Esteve-Barba (ESTEVE-BARBA 1964), abarca as possessões espanholas no Novo Mundo, ou América, entre os séculos XVI-XVIII.

A possibilidade de administração da coroa foi aparentemente condicionada pelo olhar do viajante, conquistador, religioso, burocrata, mestiço e até mesmo indígena¹⁴ ou, recorrendo mais uma vez a Merrin:

(...) So it was that men of arms, at times ill-prepared for the task, became men of letters, who could create texts as nuanced and strategically crafted as many works of literature. Carefully couched in the languages of success, they would proffer their failures. So it was, too, that their texts would often acquire a complexity proportionate to those of the malfeasances of which the authors seek to render accounts (...).

Entretanto, a escrita das Índias, ou Historiografia Indiana, campo aberto a inumeráveis possibilidades de interpretação e articulação, é mais que uma hipótese, ou uma expectativa. Para isso, podemos operacionalizá-la por meio de três noções/conceitos:

A primeira seria a noção de família textual, apresentada por Stephanie Merrim, para avaliar o que seriam os 50 primeiros anos da produção historiográfica no Novo Mundo:

For these reasons, and for the purposes of analysis, we might therefore understand the historiography of the first fifty years of the Hispanic New World as a textual "family" and series. As in any family, its members at once share certain defining traits and retain their individuality. In order to showcase both familial aspects, of communality and uniqueness, we shall treat the works as a textual series, drawing comparisons between them and showing how they echo and fold back on each other. (Merrim, 1996, p. 60)

Ainda que Merrim direcione a noção de família textual a um contexto específico - noção essa que também pode ser encontrada em reflexões de Walter Mignolo (MIGNOLO, 1982) sobre as crônicas coloniais-, entendemos que esta noção é mais que uma característica literária ou estilística que aproxima escritos diversificados, é fruto de um evento conjuntural. Dessa forma, os agentes histórico-sociais precisam esclarecer e justificar o que estão vivendo.

A segunda noção operacional é a de *convencionalidade cultural*, apresentada por Jose Boixo. Esta se apresenta como uma importante chave e, como ele, acreditamos na necessidade e na possibilidade de alocar a crônica em um quadro de referências comum, de possibilidades conceituais referentes a uma determinada época, ou a um determinado contexto. A Definição de crônica no momento da conquista não pode ser a mesma de outros contextos:

¹⁴ - Sobre a produção textual de indígenas e mestiços não confeccionada no espaço interno, específico, oficial, mas nas franjas do arcabouço de ocidentalização, vinculada e remetida à ordem da monarquia, ver as reflexões sobre Garcilaso de la Vega e Poma de Ayala, elaboradas por Garcindo (GARCINDO 2013).

Ciertamente, los términos ‘cronica’ y ‘cronista’, al ser de origen medieval, pierden su significado original a partir del siglo XVI. Su proveniencia hay que explicar por el carácter oficial que la corona da al cargo de ‘cronista’ hasta el siglo XVIII. (...) En realidad el cargo de ‘Cronista de índias’ se crea por primera vez en 1526. (BOIXO, 1999, 227)

O terceiro critério de operação por meio do qual avaliamos a historiografia indiana é o conceito/noção de campo apresentado por Bourdieu (Bourdieu, 2011). Entendemos que a oficialização do cargo de cronista pela coroa espanhola no século XVI faz com que o ato de relatar, logo de concepção e apreensão de um presente-passado, seja sustentado politicamente, ou seja, relatar e apresentar o ocorrido, mais que um exercício particular, se tornou um dever político da coroa, já que essa função ficará a cargo do cronista mayor de Índias. Será ele quem terá autorização/poder para reivindicar os escritos produzidos no Novo Mundo, a fim de compor as Relaciones ou Historias Generales. A respeito, Esteve-Barba comenta:

En 24 de septiembre de 1571 se publican, como consecuencia de la visita, unas ordenanzas, entre las que nos interesa, sobre todo, la tercera. (...) se ordenaba ‘tener siempre hecha descripción y averiguación cumplida y cierta de todas las cosas del Estado de las Indias, así de la tierra como de la mar, naturales y morales, perpetuas y temporales, eclesiásticas y seglares, pasadas y presentes y que por tiempo serán, sobre que puede caer gobernación y disposición de ley, y según la orden y forma del título de las descripciones, haciéndolas executar continuamente con mucha diligencia y cuidado’. Este título de las descripciones, que no ha llegado a nosotros, era sin duda, una disposición legal con instrucciones concretas para hacer conforme a ellas las descripciones histórico-geográficas, y desde luego daba normas al escribano de cámara de gobernanación para asentar en el Libro de las descripciones que tenía a su cargo cuanto se fuera recibiendo de nuevo (Ordenanza 75). Al mismo tiempo, dicho escribano debía facilitar al cronista cosmógrafo todo lo que viniera de las Indias tocante a historia o cosmografía ‘para lo que ordene, ponga en forma, corrija y verifique las tablas de dicho libro’. Estas disposiciones contenían, pues, en germen, un centro de investigaciones científicas relativas a América o, más concretamente, si tenemos en cuenta las obligaciones que se imponían al Cronista cosmógrafo, un plan para escribir una vasta enciclopedia americana referida a la geografía, a la etnografía y la historia natural del Nuevo Mundo (...) Por su parte, el cosmógrafo cronista debe recoger los testimonios verdaderos, asentar la exactitud historica y colaborar por este medio en el mejor régimen de los lejanos países (...). (ESTEVE-BARBA, 1964, p.112/113)

A partir dessa ordenança, percebe-se que os cronistas e as crônicas formaram parte de uma espécie de “sistema” que conectava e possibilitava o trânsito e a circulação de informações vinculadas aos vários contextos com os quais entravam em contato no mundo colonial. É possível sugerir, ainda, a existência de um campo político oficial, de trânsito pelo qual circulam as crônicas coloniais, ou para os quais elas devem convergir. Há, então, a existência de um “espaço” entre uma produção cultural e o local de produção dessa cultura, o

campus, que se constitui nessa lacuna intermediária, dotado de agentes sociais e instituições e que possui características e normatividades próprias.

E importante perceber que os agentes sociais, ou o cronista, circulam dentro de um campo de possibilidades gerado pela oficialidade política da escrita, ou atendem a determinadas normativas, porém esses agentes, dentro de seus determinados grupos – religiosos, índios, conquistadores, mestiços, poetas, viajantes, entre outros -, não deixam de possuir aspirações e necessidades próprias. Por meio de um *habitus*, interiorizam demandas externas, mas também exteriorizam suas demandas e consolidam seu espaço e interesses, por meio das mais diversas capacidades de adaptação e refração.

Sendo ainda mais claros, um mesmo indivíduo, ou cronista, pode transitar por diversos campos e microcampos, trocando experiências com eles, ainda que exista uma estrutura política maior, detentora da permissividade do que se escreve, que é a coroa.

Para usar uma expressão cara a Jacques Revel (REVEL, 1998), ainda que exista uma tentativa de oficialização da administração da vida social, isso não impede que exista um “jogo de escalas”. Ao mesmo tempo em que os cronistas e ordens religiosas atendem a demandas políticas, atendem também a necessidades internas e regionais de uma sociedade que aos poucos será colonial e consolidada. Como nos lembra Hausberg e Mazin:

(...) Aún cuando se insistió en la reivindicación local, no se renunció al universalismo propio de la ‘monarquía católica’. Las vidas de muchos autores transcurrieron en ambas orillas del Atlántico; algunos transitaron incluso del virreinato septentrional al meridional y viceversa. En consecuencia, sus escritos se hacen eco de la circulación de hombres, ideas y objetos, de suerte que la literatura de finales del siglo XVII es hispánica antes que ‘andaluza’, ‘peruana’ o ‘mexicana’ (HUSBERG; MAZÍN, 2011, p. 294)

Os instrumentos teóricos que buscamos em Bourdieu (BOURDIEU, 2011) nos permitem observar, em primeiro lugar, que o cronista é um agente que tem como característica transitar por espaços diferentes de produção cultural. Corroborando alguns pressupostos bourdieusianos, notamos que os microcampos que compõem a historiografia indiana, dotados de autonomia, também apresentam capacidade de refração, ou buscam estratégias para existirem entre o oficial e o não oficial.

A autonomia do campo, como no caso das ordens mendicantes, sobretudo os franciscanos, não ocorre em desconexão com um campo de poder maior, que é o de oficialidade da escrita, no qual notamos o cronista maior de índias como o principal expoente, e sim em articulação com ele.

A Crônica franciscana: uma das muitas escalas de variações da Historiografia Indiana – Nova Galícia/España, Nova Granada.

Nossa intenção em fazer breves comentários sobre a crônica franciscana consiste em indicá-la como uma das muitas escalas da Historiografia Indiana, e certamente como um microcampo privilegiado, com interesses e demandas internas, inerentes à ordem e aos seus determinados contextos geográficos, mas sempre em diálogo/conexão com o campo maior de escrita, oficializado pela coroa, logo pertencente também a uma *convencionalidade cultural* e a uma *família textual*, e esta inserida em uma conjuntura política, que funciona como uma espécie de balizador do que é permitido, mas que ao mesmo tempo oferece diversos subterfúgios.

Notamos, na produção religiosa, em nosso caso a franciscana, elementos comuns à confecção da escrita que são perceptíveis em zonas distintas de colonização. Tendo como referência leituras prospectivas dos escritos de Fray Toríbio Motolinia (MOTOLINIA, 1984) e Gerónimo de Mendieta (Mendieta, 1870), cronistas atuantes na colonização e organização da Nova Espanha, e de Fray Pedro de Aguado (AGUADO, 1916), presente em outro extremo da conquista colonial, a Nova Granada, percebemos, ainda que os contextos geográficos e coloniais sejam distintos, a existência de uma conformidade, ou direcionamentos, nas informações presentes nos textos, ou uma forma de visão/intenção do mundo que se observa e se cria, principalmente por meio da expectativa.

Como sustenta Esteve-Barba:

(...) Así, pues, cada historiador es como un nuevo Heródoto: triple padre a un tiempo de la Historia, de la Etnografía y de la Geografía, a la vez alborozado y extrañado ante el contacto imprevisto con los nuevos aspectos que se van presentando a sus ojos. (...). (ESTEVE-BARBA, 1964, p.12)

Nos dois extremos do Novo Mundo, os franciscanos estão preocupados em desbravar territórios, naturalmente para cristianizá-los e submetê-los/reconduzi-los à administração da Igreja.

Essa iniciativa, que possui como principal referência as Sagradas Escrituras, conforma, baliza os textos, e não pode deixar, em alguns momentos, de ser vista como uma projeção do imaginário sobre o real. Isso pode ser notado nos diversos relatos de intervenção da providência divina, de atuações demoníacas no cotidiano da conquista e na busca incessante pelo batismo como elemento de salvação e conversão, algo que suscita, inclusive, divergências entre alguns franciscanos na Nova Espanha.

Porém, além de traços que se inserem em uma tentativa de conquista do imaginário, ou cristianização do imaginário, como propõe Gruzinski (GRUZINSKI, 2003), existem outros menos chamativos, mas que também estão presentes na forma de se estruturar a crônica dos franciscanos, ou na preleção de informações que devem compor o que em algum momento será a *Relación* ou *Historia General*. Identificamos esses aspectos como sendo: a chegada dos 12 apóstolos franciscanos ao México em 1524; a presença entre eles de frei Martín de Valencia; desenvolvimento da ordem e a instalação das primeiras *parroquias*; morte de franciscanos que se aventuraram na conversão em zonas ou locais menos povoados ou de população mais hostil; inserção paulatina das demais ordens religiosas; necessidade de construção de uma rede de comunicação entre os mendicantes; preocupação com a idolatria; preservação e transformação dos costumes locais; tentativa de registro de uma história recente da inserção dos franciscanos no Novo Orbe

Evidentemente que essas propostas de registro se adequam às peculiaridades de cada local, todavia, ainda que a geografia, a língua e os nativos sejam distintos e, por consequência, também os desafios, a motivação missionária parece ser a mesma: evangelizar.

Existem extremos e diferenciações na produção das crônicas, porém esses fragmentos, que oscilam entre a oficialidade e a possibilidade de solicitação dos escritos por parte de cronistas, como Antonio de Herrera y Tordesillas e Gil González Dávila, e a produção missionária dos franciscanos estão conectados a um campo, ou mesmo a um denominador comum, que seria a Historiografia Indiana.¹⁵

Uma boa sugestão de equiparação de textos para se observar a transformação e a concomitância de problemas em áreas distintas, bem como a transformações dos costumes, as dificuldades difundidas durante o processo de conversão e as similaridades que existem nas ações de cristianização pode ser vista em um fragmento de *Historia Eclesiástica Indiana* de Geronimo de Mendieta (MENDIETA, 1870), mais precisamente: capítulo XXXIV. “Del daño que ha hecho y hace el llamarte a los españoles, para La cristandad de los Indios” e no

¹⁵ - Porém é necessário dizer novamente que, ainda que distinções geográficas e socioculturais quanto aos territórios coloniais sejam perceptíveis, uma mesma conjuntura política pode dar um contorno ou um sentido comum a essas distinções. Interessante trabalho é o de Patrícia Faria, ao analisar a produção textual de dois cronistas Franciscanos: Frei Buenaventura Salina y Córdoba e Frei Miguel da Purificação. O primeiro residente em Lima e o segundo, em Goa - Índias espanholas e portuguesas, respectivamente-, porém inseridos em contextos políticos comuns: a expansão ultramarina e a União Ibérica. Faria, por meio de uma análise comparativa, irá mostrar como esses cronistas, habitando espaços sociopolíticos distintos, destinam seus escritos a um único fim: a reivindicação de direitos e reconhecimento eclesiástico dos franciscanos nascidos nas Índias (*Filhos das índias*) em relação aos peninsulares. (FARIA, 2013)

XXXV: “En que se suman muchas cosas que para la cristandad de los indios han hecho y hacen daño” do livro quarto e na introdução de *Historia de Santa Marta y Nuevo Reino de Granada* do frei Pedro de Aguado (AGUADO, 1916).

Concluindo essa reflexão, ainda em estágio inicial, podemos dizer que pensar a historiografia indiana nos leva a avaliar constantemente o papel da escrita e a capacidade que ela possui de fazer com que centro e periferia no mundo colonial alternem suas posições. A oficialização do cargo de cronista por parte da coroa e a institucionalização da forma de se organizar o passado são as bases de sustentação política para a existência desse campo historiográfico indiano, porém ele não possui apenas dimensões exógenas, com vias a nutrir as curiosidades da velha Espanha, mas também endógenas, que são orientadas em função dos direcionamentos e interesses dado pelos atores e grupos sociais às suas superfícies sociais específicas.

A regionalidade pode converter-se em centralidade, a partir do momento em que admitimos que as informações produzidas, ao ocuparem um espaço nos olhares dos diversos inventores das Américas, são oriundas de um processo constante de circulação que desperta o interesse nas zonas periféricas. Sendo assim, centralidade e *periferialidade*, na forma de escrita das Índias, é apenas uma questão de ponto de vista, ou quem sabe de alteridade.

O cronista, colono, viajante, funcionário, indígena, posteriormente, criollo e mestiço são todos, em última instância, pertencentes ao mundo criado, ou duplicado pelas monarquias ibéricas, ou, em nosso caso propriamente dito, a Espanha. São, também, em últimas instância, membros de uma sociedade de corte, ou de uma corte cristã. Acessar as diversas instâncias dessa corte depende do lugar ocupado no tabuleiro dos interesses coloniais, mas todos em sua medida participam dela.

Então é preciso entender a escrita primeiramente como um elemento administrativo, a serviço da coroa, e respaldado politicamente. Os interesses, evidentemente, coexistem, se articulam e se sobrepõem, a partir do momento em que o Novo Mundo moderniza o velho, em que uma ordem colonial, ou uma sociedade colonial, com interesses próprios – mas ainda criada sob os ideais e arquétipos da velha- passa a existir, porém não devemos nos esquecer de que é a expansão comercial que promove o fim do “enclausuramento” do mundo. Para usar uma expressão cara a O’Gorman (O’GORMAN, 1992), será a escrita, e o ato de produção da história, inicialmente como relato, a responsável por amarrar as conquistas e a expansão.

A escrita é, como nos lembra Certeau (CERTEAU, 2000), um instrumento técnico que promove o contato entre os contemporâneos e os mortos, possui um local sociopolítico, econômico e cultural de produção. Advogar por uma historiografia indiana é supor que, no avançar do comércio, da burocracia e da escrita – estando esta sempre articulada a um jogo de escalas-, esses instrumentos de administração são também instrumentos de autoridade e regularização da expansão. Esses aspectos estão presentes em uma ótica de produção textual fragmentária, inerente à dispersão geográfica e suas especificidades, mas estão inseridos em uma homologia que se caracteriza pela temporalidade dos séculos XVI-XVIII, pela existência de famílias textuais e, sobretudo, por uma convencionalidade cultural.

Bibliografia:

AGUADO, Fray Pedro de: *Historia de Santa Marta y Nuevo Reino de Granada*. Tomo. I. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Jaime Ratés, 1916.

BACKZO, Brosnilaw. A imaginação social, in LEACH, Edmund ET alii. *Anthropos-homem*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BOIXO, J. Hacia una Definición de las Crónicas de Indias. *Anales de Literatura Hispanoamericana*, Madrid, v. 28, n. 1. 1999. p. 227-237.

BOURDIEU, Pierre *O Poder Simbólico*. Ed: 15ª. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Ed: 2ª Trad, Maria de Lourdes Menezes Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ELLIOT, J.H. A conquista espanhola e a colonização da América. In: BETHELL, L. (org.). *História da América Latina*. V1. América Latina Colonial. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 1997.

ESTEVE-BARBA, Francisco. *Historiografia Indiana*. Madrid: Editorial Gredos, 1964.

FARIA, P. O sangue e a fé: escrita e identidade de franciscanos nascidos em espaços coloniais ibéricos (Lima e Índia Portuguesa, século XVII). *Estudos Ibero-Americanos PUCRS*, Rio Grande do Sul, v. 37, n.1, jan/jul. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/8327>> Acesso em: 13/09/2013

GARCINDO DE SÁ, Eliane. *Mestiço: Entre o Mito, a Utopia e História*. Reflexões sobre a Mestiçagem. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2013.

GRUZINSKI, Serge. *A Colonização do Imaginário: Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI – XVIII*. Trad. Beatriz Perrone-moisés São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HAUSBERG, B; MAZÍN, Ó. Nueva España: los años de autonomía. In: GARCÍA, E. V. et al. *Nueva Historia General de Mexico*. México D.F.: El Colégio de México, 2011, p. 263-306.

MENDIETA, Fray Gerónimo de. *Historia Eclesiástica Indiana*. México: Antigua Librería Portal de Augustinos n. 3, 1870.

MERRIM, Stephanie. The first fifty years of Hispanic New World historiography: the Caribbean, Mexico, and Central America. In: ECHEVARRÍA, R; PUPO-WALKER, E. (org) *The Cambridge History of Latin American Literature*. V1. Discovery to Modernism. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 58-100

MIGNOLO, Walter. Cartas, crónicas y Relaciones del descubrimiento y la conquista. In: Luis Iñigo Madrigal (Coord), *Historia de la literatura hispano-americana*. Epoca Colonial. Madrid: Cátedra, 1982. Tomo I

MOTOLINIA, Fray Toribio. *Historia de los Índios de La Nueva España*. Relación de los Ritos Antiguos, Idolatrias y Sacrificios de los Indios de la Nueva España, e de la Maravillosa Conversión que Dios en Ellos ha Ibrado. Mexico: Editorial Porrúa, S.A, 1984.

O’GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*. Ed. 1ª Trad: Ana Maria Martinez Corrêa; Manoel Lelo Belloto. São Paulo: UNESP, 1992.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo. Alameda editorial. 2008.

REVEL, Jacques (org). *Jogos de escala: A experiência da microanálise*. Ed. 1ª. Trad: Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

VAINFAS. R. Historia das mentalidades e história cultural, In: *Dominós da história*. Ensaios de Teoria e metodologia, Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-164.

Sobre gatos, livros e revoluções: as querelas intelectuais de Robert Darnton e Roger Chartier

Victor Callari

Mestrando em História e Historiografia

Universidade Federal de São Paulo

victorcallari@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo analisa os debates entre Robert Darnton e Roger Chartier, desde as críticas desenvolvidas pelo historiador francês ao estudo intitulado “O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa”, passando pelas diferentes interpretações acerca das origens da Revolução Francesa, o papel dos livros nesse processo, até o desenvolvimento de dois caminhos diferentes para a consolidação do campo conhecido como História do Livro e da Leitura.

PALAVRAS-CHAVE: História Cultural; Historiografia; Robert Darnton, Roger Chartier;

ABSTRACT: This article analyzes the debates between Robert Darnton and Roger Chartier, from criticism developed by French historian to the study entitled "The great slaughter of cats and other episodes in French cultural history" through different interpretations of the origins of the French Revolution, the role of books in the process, to the development of two different paths to the consolidation of the field known as the history of books and reading.

KEY-WORDS: Cultural History; historiography; Robert Darnton, Roger Chartier;

Introdução

Robert Darnton e Roger Chartier são dois dos historiadores mais influentes de sua geração. O primeiro nasceu em Nova Iorque, Estados Unidos, em 1939, formou-se em Publicidade e Jornalismo na Universidade de Harvard e doutorou-se historiador pela Universidade de Oxford em 1964. É presidente do *American Historical Association* e da *International Society of Eighteenth-Century Studies*. Foi professor da Universidade de Princeton entre os anos de 1968 e 2007, durante esse período dedicou-se aos estudos culturais e culturais populares da França do século XVIII com ênfase nos meios de comunicação e na história e circulação dos impressos, gênero hoje conhecido por História do Livro e da Leitura. Após esse período se tornou diretor da Universidade de Harvard e em seus cinquenta anos de carreira, publicou mais de quinze livros, além de inúmeras outras obras em conjunto, trabalhos em periódicos, além de ter apresentado diversas palestras e seminários.

Dois aspectos da vida de Robert Darnton tiveram forte influência sobre sua maneira de pensar a História, sobre seu estilo ensaístico e sobre os questionamentos conduzidos por ele ao passado, o que acabaria por marcar toda sua produção historiográfica. O primeiro deles foi

a iniciativa de seguir o caminho de seu pai. Seu trabalho como repórter e, posteriormente, como colunista no jornal *The New York Times* lhe garantiu a possibilidade de “estar em contato com segmentos marginais da sociedade nova-iorquina” (GODOY, 1995). O outro episódio diz respeito ao seminário de “História e Antropologia”, lecionado por mais de vinte anos na Universidade de Princeton ao lado do antropólogo Clifford Geertz. Originalmente criado pelo historiador estadunidense como “History 406: The history of Mentalities”. Ao ouvir a pergunta do antropólogo sobre qual seria a definição de “mentalidades” para os historiadores e após respondê-la ouvir “isso parece antropologia” foi que aos poucos o seminário sobre história das mentalidades transformou-se em um seminário sobre “História e Antropologia”.

A aproximação com os métodos oriundos da Antropologia, como a “thick description” se consolidaram dentro da produção historiográfica de Darnton e foram incorporadas ao estilo jornalístico de sua escrita, juntamente à sua posição a favor da pesquisa empírica e o retorno ao trabalho nos arquivos. Da sua aproximação com a Antropologia teve origem o trabalho intitulado “O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural francesa”, livro que marcou o início dos debates com o historiador francês Roger Chartier.

Chartier é um dos mais atuantes e respeitados historiadores franceses das últimas décadas; o pesquisador francês possui, assim como Darnton, mais de quinze livros publicados, entre organizações e obras autorais. Roger Chartier nasceu em Lyon, em 1945, doutorou-se simultaneamente na *Ecole Normale Supérieure de Saint Cloud* e na *Sorbonne*, em 1969, tornando-se mestre assistente da Escola de Altos Estudos e Ciências Sociais entre 1975 e 1983, diretor da mesma instituição a partir de 1984 e professor no *Collège de France* a partir de 2007. É considerado um dos mais influentes historiadores da quarta geração dos *Annales*. Chartier divide com o historiador estadunidense um grande interesse de pesquisa pela História do Livro na França do século XVIII, porém com ênfase destacada às práticas de escrita e leitura. O historiador francês também desenvolveu pesquisas sobre política, cultura e cultura popular, além de reflexões sobre as relações entre a cultura do século XVIII e as origens da Revolução Francesa. Apesar de ter se destacado em cada uma das áreas estudadas, Chartier alcançou enorme prestígio também por suas reflexões teóricas sobre a produção do conhecimento histórico diante das chamadas “crises das ciências sociais”, sua produção foi um dos alicerces que conduziu a historiografia francesa das mentalidades para a chamada História Cultural. As noções de práticas, representações e apropriação desenvolvidas pelo autor, a partir do diálogo com outros autores como *Michel de Certeau*, *Pierre Bourdieu*,

Norbert Elias e Michel Foucault, ampliaram os horizontes das pesquisas culturais na França, rechaçaram a idéia de uma História de “Terceiro Nível”, tornaram-se pilares fundamentais na consolidação do campo dos estudos culturais e das representações dentro da esfera da luta de classes e de uma História Social.

O grande massacre de gatos:

Publicado em 1984, o livro do estadunidense Robert Darnton não demorou a causar alvoroço dentro e fora da comunidade acadêmica. Sua primeira impressão de dez mil exemplares esgotou em pouco tempo nos Estados Unidos. Phillip Benedict escrevendo em 1985 no calor das polêmicas suscitadas pelo livro afirmou:

Em el pequeño mundo de los historiadores norteamericanos que se ocupan de Francia, La publicación de *The great Cat Massacre and other episodes in French Cultural History* de Robert Darnton es un gran acontecimiento literário (...) La fascinación del libro es fácil de comprender y su êxito es amplamente merecido. (BENEDICT, 1995, p. 61)

Em um diálogo que acabou por se estender durante décadas, o historiador Roger Chartier, antes de iniciar suas críticas e questionamentos às conclusões estabelecidas por Darnton, escreveu:

Any French historian will find Robert Darnton's most recent book' an invitation to reflection, but-and let me make this clear from the start- that is what makes the work of such engrossing interest. An invitation to reflection, first, because it combines two purposes generally considered incompatible: understanding the radical foreignness of the behavior and thought of men of three centuries ago and distinguishing a lasting French identity in that alien world. (CHARTIER, 1895, p. 682)

O livro apresenta seis capítulos independentes uns dos outros e agrupados pela tentativa do autor em examinar o universo mental da sociedade francesa do Antigo Regime. Darnton buscou as maneiras de pensar e de se expressar, tanto de homens e mulheres comuns, como camponeses e artesãos urbanos, passando tanto por personagens anônimos, como um simples burguês ou um policial com seus arquivos, quanto por personagens consagrados como Rousseau e os enciclopedistas Diderot e d'Alembert.

Em resenha publicada pela primeira vez em 1985, em um periódico dos Estados Unidos, Roger Chartier parecia apresentar pequenas restrições às análises realizadas por Darnton em seus capítulos finais, fosse por suas conclusões ou por suas abordagens metodológicas; em contrapartida, demonstrava grandes ressalvas às categorias, noções e afirmações presentes nos dois primeiros capítulos.

There is an incontestable rupture in the book between the first two essays and the last four. The first two aim at recreating a situation on an anthropological terrain; hence they take the written texts only as a means of access to the spoken tale or to the act of the massacre. The remaining four attempt to show how both a position within society and an intellectual stance are expressed by means of a piece of writing (descriptive, administrative, philosophical, or epistolary). A common question underlies both groups, to be sure: How do men organize and manifest their perception and evaluation of the social world? But whereas the views and judgments of the peasants who told or heard the tales and of the workers who did away with the cats are accessible only through the mediation of texts relating what they are supposed to have heard, said, or done, the views of the burghers, administrators, and Philosophes are available to us in the first person in texts wholly organized according to strategies of writing with their own specific objectives. (CHARTIER, 1985, P. 686-687)

Chartier procurou evidenciar que apesar das fontes utilizadas em todos os capítulos possuírem a mesma tipologia - textos escritos -; elas possuem especificidades enquanto “portas de entrada” para a forma como pensavam os franceses no século XVIII, e essas especificidades não podem ser ignoradas ou descartadas, o que obrigaria Robert Darnton a fazer uso de abordagens distintas:

This perhaps explains the contrast between Darnton's treatment of Contat's narration, which is obliterated as a narration and held to be a transparent account of the massacre it recounts, and his treatment of the other texts, considered, to the contrary, in their full textuality and analyzed for their conceptual categories and the rhetorical formulas that shape their intended effects. (CHARTIER, 1985, P. 686-687)

Para Chartier, a narrativa acerca do massacre de gatos não foi produzida por uma testemunha ocular dos acontecimentos, muito menos foi escrita no contexto em que o massacre se concretizava podendo, portanto, existir inúmeras clivagens e objetivos diversos na composição do texto, construídas pelo seu autor a partir do relato ao qual ele se baseia. As anedotas procuravam destacar o ofício dos impressores, dando unidade aos grupos especializados e garantindo sua autonomia diante do governo opressor. Chartier pergunta em seu texto:

But can we qualify as a text both the written document (the only remaining trace of an older practice) and that practice itself? Is there not a risk here of confusing two sorts of logic, the logic of written expression and the logic that shapes what ‘practical sense’ produces? (CHARTIER, 1985, P. 685)

Essas condições ignoradas por Darnton seriam, de acordo com Chartier, diametralmente opostas às condições que permitem a abordagem antropológica de Geertz no qual o historiador estadunidense tanto se inspira.

Outro aspecto ao qual Chartier objeta-se reside na afirmação “Frenchness exists”, uma espécie de identidade francesa que, segundo Darnton, seria perceptível nos contos

camponeses, incorporada pela literatura e seus personagens e que estaria presente na tradição popular. Para o historiador francês é impossível traçar uma continuidade segura que sustente essa afirmação, devido, entre outros fatores, pelo próprio conteúdo que os contos sustentam. O terceiro elemento de discordância entre os dois autores reside na compreensão da historiografia francesa e sua produção em meados da década de 1980. Darnton apresenta seu trabalho de uma “história antropológica” como um esforço para superar as limitações da “história das mentalidades” definida, majoritariamente, por seu modelo serial e quantitativo, uma História de Terceiro nível, na definição de Chaunu. Roger Chartier opõe-se à essa interpretação afirmando que a História produzida pelos franceses naquele momento já não é mais a mesma elaborada por Volvelle e teorizada por Chaunu. Ao afirmar que a definição de “mentalidade” utilizada pelos franceses era demasiado vaga, Darnton colocou em evidência sua noção de “representação” e “símbolo” em rota de colisão com Roger Chartier, para quem as noções utilizadas por Darnton seriam amplas demais e pouco operativas.

Philip Benedict, Giovanni Levi, Dominick LaCapra, Pierre Bourdieu foram outros nomes envolvidos na polêmica do “Grande Massacre dos Gatos”, obra que ao completar trinta anos ainda permite à seus leitores debaterem sobre a epistemologia do conhecimento histórico e os caminhos e descaminhos da historiografia.

Iluminismo e Revolução e História do Livro.

Durante a década de 1980 outros embates foram travados entre os dois historiadores, com questões ainda maiores do que as apresentadas no “massacre dos gatos”. Esses embates remetem diretamente a atuação de Robert Darnton como um historiador estadunidense interessado pelo período pré-revolucionário francês, a partir dos intocados documentos da Société Typographique de Neuchâtel. As obras de Darnton revelaram o submundo das letras no Antigo Regime e seu universo de produção e comércio literário. Essa produção atendia a demanda das ruas e editoras, com impressoras nas fronteiras da França que eram encarregadas de piratear e contrabandear obras “filosófica”, desde Voltaire até publicações de caráter pornográfico, consideradas subversivas pela monarquia francesa. Esse submundo, negligenciado durante anos, era significativo, como demonstra o historiador francês Roger Chartier:

Os livros pirateados eram parte fundamental do comércio livreiro, e alimentavam as atividades das gráficas provinciais como das estrangeiras. [...] Representavam grande parte dos negócios livreiros, como atestou o grande número de livros pirateados surgidos dos armazéns quando, como resultado da aplicação de um decreto de Agosto de 1777 referente ao comércio livreiro, houve um período de graça de dois meses durante os quais

tais obras podiam ser autorizadas mediante a aplicação de um carimbo oficial. Existem registros de carimbos oficiais em oito das vinte chambres syndicales do comércio livreiro, e indicam que 387.209 cópias foram recolocadas no mercado dessa maneira. (CHARTIER, 2009, p. 122)

A constatação de Chartier é indicativa de que apesar das fontes encontradas por Darnton não permitirem uma apreciação quantitativa da circulação dos impressos pirateados ou proibidos, esses impressos efetivamente circularam a ponto de mobilizar o aparelho burocrático estatal do *Ancien Régime*. Darnton foi capaz de reposicionar o olhar dos historiadores sobre o mundo das letras, e com isso colocar em dúvida alguns dos cânones consagrados da historiografia francesa, como por exemplo, a relação causal entre o Iluminismo e a Revolução de 1789.

Cabe, assim, na pesquisa da conexão entre o Iluminismo e a Revolução, examinar a estrutura do mundo cultural sob o *Ancien Régime*, descendo das altitudes metafísicas e ingressando nos cafés apinhados de subliteratos. Nesse nível inferior da análise, o Alto Iluminismo parece relativamente domado. As *Lettres philosophiques* de Voltaire podem ter explodido como bomba em 1734, mas, na época de sua apoteose, em 1778, a França já absorvera o choque. Nada houve de chocante nas obras de seus sucessores: eles haviam sido digeridos, completamente integrados a Le Monde. (DARNTON, 1987, p. 49)

Para realizar tal feito, o autor debruçou-se ainda mais no mercado livreiro para descobrir que as obras sediciosas que circulavam na França nem sempre haviam sido planejadas para circularem como livros, tendo nascido de um complexo sistema de informações que circulava, primeiramente, através de “mexericos”, boatos e canções para serem, posteriormente, compilados, escritos, e impressos, chegando, assim, no submundo da literatura francesa. O autor narrou a trajetória de uma obra de grande circulação no século XVIII, chamada *Mémoires secrets pour servir à l’histoire de La République des Lettres en France* que teria surgido da compilação de fofocas e mexericos no salão de Mme Doublet, e que antes de sua publicação, em 1777, havia, ainda, criado um intenso e extenso mercado de cópias conhecido como *nouvelles à la main* (DARNTON, 2005).

As representações sobre a monarquia presentes nos conteúdos dessas obras sediciosas levaram Darnton à conclusão de que tanto quanto a erudição e politização da “filosofia das Luzes” e seus altos literatos, as obras que circulavam clandestinamente e que detalhavam, criticavam e satirizavam a monarquia, os bastidores do poder e seus agentes, cumpriram o papel de humanizar e dessacralizar a figura do rei; retirando a monarquia do pedestal celestial em que se encontrava desde o período medieval e realizando um papel fundamental na explicação da contestação da ordem vigente que se daria em 1789. Darnton não negou os aspectos econômicos ou sociais que levaram a população a pegar em armas contra o Antigo

Regime, mas descobriu e adicionou a isso um universo simbólico de representações sediciosas, pornográficas e satíricas da monarquia francesa que circulavam entre a massa urbana de Paris.

Nos capítulos “Será que livros fazem revoluções?” e “Um rei dessacralizado”, publicados no livro “Origens culturais da Revolução Francesa” Roger Chartier mais uma vez, estabeleceu um diálogo com as pesquisas e idéias defendidas por Robert Darnton. Dessa vez sobre o papel social desempenhado pela “baixa literatura” no *Ancien Regime* e sua relação com a eclosão da Revolução Francesa.

A essência da questão não é o conteúdo dos livros “filosóficos”, que bem possivelmente não tinham o caráter persuasivo que tão generosamente lhes foi atribuído, e sim um novo modo de ler que, mesmo quando os textos estavam em total conformidade com a ordem religiosa e política, desenvolveu uma atitude crítica livre dos laços de dependência e obediência subjacentes às representações anteriores. Nesse sentido, as transformações nas práticas de leitura foram parte de uma mudança mais ampla, nas quais os historiadores têm estado ansiosos por discernir um processo de descristianização. (CHARTIER, 2009, p. 145-146)

Destaca-se então que Chartier procura minimizar a importância dos conteúdos encontrados naquilo que Darnton chamou de “submundo literário”. O historiador francês mostra-se reticente em relação à compreensão dos significados simbólicos desses conteúdos tal qual já se manifestara em relação ao massacre dos gatos. Chartier acompanha a trajetória de Mercier, e seu olhar sobre as mudanças ocorridas no mercado livreiro do século XVIII, destacando a diminuição de obras com caráter religioso e o crescimento de obras com caráter científico, dessa forma observa-se a importância que o autor atribui para as práticas de leitura, referindo-se especificamente às mudanças ocorridas durante o século; quando a “leitura” deixou de ser feita a partir de um intermediário – na maioria das vezes clérigo – e de forma coletiva para uma leitura direta e individual, apenas posteriormente debatida em grupos, graças ao aumento significativo de pessoas alfabetizadas, de livrarias, bibliotecas e editoras.

Para Chartier a multiplicação de impressos no século XVIII foi fundamental para a compreensão de novas práticas de sociabilidade e de relações de poder, resultando em uma nova perspectiva de olhar acerca das relações entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. Recorrendo mais uma vez a Mercier, Chartier chega à conclusão de que:

A longo prazo, os comentários aparentemente contraditórios de Mercier convergem para uma noção comum: quando a leitura penetrou nas circunstâncias mais ordinárias da vida cotidiana e textos consumidos com avidez eram logo abandonados, perdeu a referência religiosa que havia permeado por tanto tempo. Assim, foi forjada uma nova relação entre o leitor e o texto; uma relação sem respeito pela autoridade, alternadamente

seduzida e desiludida pelas novidades e, acima de tudo, pouco inclinada à crença e à adesão. A nova maneira de ler era acompanhada pelo exercício – tanto em larga escala como na prática imediata – do “uso público da razão”, apregoado por Kant por parte das “pessoas privadas”. (CHARTIER, 2009, p. 145)

Os caminhos para uma “Historia do livro”

As diferentes tradições historiográficas, as filiações intelectuais e as pesquisas sobre o Antigo Regime francês acabaram por conduzir Robert Darnton e Roger Chartier a dois caminhos distintos na definição e elaboração de uma História do Livro e da Leitura¹⁶, ainda que ambos mantenham o embate pessoal contra o paradigma que insiste em separar cultura popular de uma cultura erudita. Darnton definiu o campo afirmando que “sua finalidade é entender como as idéias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e comportamento da humanidade nos últimos quinhentos anos” (DARNTON, 1990, p. 65). Apesar de o autor reconhecer que as origens dessa área de estudo remetem até o século XIX, suas formas atuais são fruto de uma convergência de diversos pesquisadores das mais distintas áreas de atuação e que se consolidaram a partir da década de 1960 inspiradas nos trabalhos de Lucien Febvre.

Darnton não descarta a importância dos trabalhos quantitativos realizados pelos historiadores franceses, ao contrário, destaca sua importância ao ampliar os métodos de pesquisa, porém à proposta francesa, Darnton apresentou seu estudo sobre uma obra de Voltaire a partir do livreiro Isaac-Pierre Rigaud de Montpellier, o que permitiu ao autor elaborar um modelo de estudo, uma espécie de circuito do livro, e analisar as diferentes etapas pelo qual o livro passara desde seu autor até seu consumidor final, o leitor, permitindo assim, considerar a atuação de seus principais agentes.

A História do livro proposta por Darnton contribuiu com a ruptura do paradigma que colocava cultura popular e cultura erudita em lugares opostos e distintos, Darnton conseguiu recuperar os espaços de intersecção ao acompanhar a trajetória partindo dos documentos encontrados na Société Typographique de Neuchâtel. Porém, ao mesmo tempo em que seu estudo ampliou as possibilidades metodológicas presentes na História do Livro até aquele momento, a elaboração de um circuito foi duramente criticada por seu caráter rígido e inflexível, não sendo possível utilizá-lo em todos os diferentes contextos em que a disciplina se debruçava. Ao revisitar seu artigo vinte e quatro anos depois, Darnton afirmou que o

¹⁶ Os atuais estudos sobre a História do Livro e da Leitura possuem na obra “*L'apparition du Livre*”, de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, de 1958, seu ponto de partida.

circuito criado por ele anos antes não tinha como objetivo “dizer aos historiadores dos livros como eles devem realizar seu trabalho” (DARNTON, 2008, p.156), muito menos fornecer um modelo a ser seguido independentemente do contexto histórico do objeto e do período estudado.

Em seu artigo Darnton realizou um balanço dos caminhos e descaminhos que suas pesquisas produziram, além de observar o avanço da historiografia dentro do campo da História do Livro, com destaque para as pesquisas de Mckenzie, em Oxford, acerca da materialidade dos textos e de uma “sociologia dos textos”. Don Mckenzie também foi um dos autores lembrados por Chartier em sua aula inaugural no Collège de France em 2007, assim como Lucien Febvre e Henri-Jean Martin como alguns dos percussores da História que vêm sendo produzida hoje dentro desse campo de pesquisa.

A História do Livro e da Leitura, para o historiador francês, ganha contornos relativamente diferentes daqueles apontados por Darnton. Chartier afirmou

Para mim, tratar-se-á de sempre vincular o estudo dos textos, quaisquer que sejam, com o das formas que lhes conferem a própria existência e com aquele das apropriações que lhes proporcionam o sentido. Febvre zombava desses historiadores “cujos camponeses, em matéria de terra gorda, pareciam cultivar somente velhos cartulários”. Não vamos incorrer no mesmo erro, esquecendo-nos de que o escrito é transmitido a seus leitores ou auditores por objetos ou vozes, cujas lógicas materiais e práticas precisamos entender. É exatamente esta a proposta da cátedra, da qual cabe-me agora justificar o título”. (CHARTIER, 2010, p. 14)

A afirmação acima demonstra a importância dada por Chartier à materialidade dos textos e o papel desempenhado pelas regras de leituras intrínsecas ao próprio texto e sua materialidade, diferentemente de Darnton, para Chartier a “história serial do livro” ocupa papel fundamental em suas formulações, entendendo que à esse quadro geral construído pelo levantamento serial das fontes, deve-se acompanhar as questões referentes as diferentes práticas de leituras, à materialidade dos textos, os diferentes significados que as práticas e materialidades ajudam a construir. Nesse sentido pode-se buscar uma proximidade entre os trabalhos de Chartier e os trabalhos de dois dos autores que mais o influenciaram, Pierre Bourdieu e Michel de Certeau.

Darnton e Chartier promoveram intensos e calorosos debates teóricos e metodológicos nas últimas três décadas, alcançaram alguns dos mais prestigiados cargos acadêmicos que um historiador possa almejar, desde a direção da Biblioteca de Harvard até à Cátedra no Collège de France, e juntos contribuíram para a superação das dificuldades, limites e críticas que haviam sido realizados à História das Mentalidades francesas alguns anos antes, consolidaram

o campo da História Cultural e forneceram pilares de sustentação à uma História do Livro e da Leitura, porém é impossível negar, para além de todas as divergências teóricas que sustentam esse profícuo debate a dimensão que envolve a busca legítima por uma herança da historiografia dos Annales.

Referências

BENEDICT, Phillip. Robert Darnton y La Massacre de los Gatos: Historia interpretativa o Historia cuantitativa?. In: HOURCADE, Eduardo; GODOY, Cristina; BOTALLA, Horacio (orgs.). *Luz y contraluz de una História antropológica*. Buenos Aires, Biblos, 1995, pp.61.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Brasília. Editora UNB. 1999.

_____. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo. Editora UNESP. 2009.

_____. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa. Editora Difel. 2002.

_____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo. Editora UNESP. 2004.

_____. Text, Symbols, and Frenchness. In: *The Journal of Modern History*, Vol. 57, No. 4. (Dec., 1985)

_____. Escutar os mortos com os olhos. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v.24, n. 69, 2010.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

_____. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro. Graal. 1986.

_____. *Boêmia literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

_____. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia, 1775-1800*. São Paulo. Companhia das Letras. 1996.

_____. *O que é história do livro? Revisitado*. *Revista ArtCultura*, vol.10, nº16. 2008. Disponível em < http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF16/R_Darnton.pdf > acessado em 17/07/2013.

_____. *Os dentes falsos de George Washington*. São Paulo. Companhia das Letras. 2005.

HOURCADE, Eduardo; GODOY, Cristina; BOTALLA, Horacio (orgs.). *Luz y contraluz de una História antropológica*. Buenos Aires, Biblos, 1995

Metaperspectiva e imaginário: contribuições iserianas para a Teoria da História

Yasmin Franca Merelim Magalhães

Graduada em Letras

UFMG

yfmerelim@gmail.com

RESUMO: Este artigo esboça alguns conceitos presentes na teoria do efeito estético de Wolfgang Iser, frequentemente referidos pelas tendências críticas contemporâneas da Teoria da História. São eles ficção, real, imaginário, metaperspectiva, e dentre os quais destacam-se os dois últimos.

PALAVRAS-CHAVE: Imaginário; Metaperspectiva; Teoria da História; Teoria da Literatura.

ABSTRACT: This article outlines some concepts in the theory of aesthetic effect of Wolfgang Iser, often referred to by contemporary trends in critical theory of history. They are fiction, real, imaginary, metaperspectiva, and among which are the last two.

KEYWORDS: Imaginary; Metaperspective; Theory of History; Literary Theory.

As reflexões sobre linguagem, sobre narratologia e sobre ficção, sejam em suas funções, usos ou fundamentações, seja nas suas condições, por vezes, essencialistas, frequentemente subjazem o pensar sobre o fazer histórico. Teoria Literária, Filosofia da Linguagem, Teoria da História, portanto, apresentam zonas de interseção, que se interpelam, num jogo remissivo, sobre a conformidade do pensamento humano. Hayden White e Paul Ricoer, dois pensadores em lugares de trânsito e de transdisciplinaridade, valem-se da Teoria do Efeito Estético de Wolfgang Iser, para pensar as fontes históricas ficcionais, o próprio esforço interpretativo do historiador, a noção de discurso e a fragilidade da noção de verdade. Sobremaneira, alguns conceitos iserianos, metaperspectiva e imaginário, serão doravante esboçados, na tentativa de apresentar nesta pequena comunicação temática uma mínima mostra das contribuições conceituais de Iser.

Wolfgang Iser entende a linguagem carrega um fundamento negativo, que se dá como uma incompletude irremediável e como aquilo que necessariamente lhe confere um caráter de interação. Assim, ao elaborar seus primeiros estudos recepcionais, como continuidade das proposições de Hans Robert Jauss à escola de Kosntanz, investiga, em princípio, as circunstâncias da interação comunicativa oral para repensar, criticamente, o estatuto das ficções literárias de caráter moderno, e busca, na teorização psicanalítica sobre a interação

comunicativa, a compreensão da negatividade da linguagem, ou da linguagem e seus hiatos. Parte o esteta alemão dos estudos de Edward Jones e Harold Gerard, em *Foundations of social psychology*, e a partir dos quais formula que a contingência da comunicação tanto nasce da interação quanto a propulsiona. Semelhantes observações derivaram também do estudo psicanalítico de R. D. Laing, H Phillipson e A. R. Lee, retomado por Iser, para a observação da relação do texto com o leitor (LIMA, 1979, pp. 85-100.).

As interações na circunstância comunicativa, diz, só se realizam por uma demanda ou necessidade interpretativa, uma necessidade de compreensão, racionalização do outro, ou recebimento comunicacional, e tal necessidade advém da inerente falta de transferência ou permuta da experiência dos sujeitos participantes da interação. Para Laing, a experiência de um outro sobre “mim” ou a própria experiência sobre o outro são invisíveis, reciprocamente, e “o meu campo de experiência contudo, não é preenchido por minha visão direta de mim (ego) e pela do outro (alter), mas pelo que chamarei de 'metaperspectiva' - de minha visão da visão do outro sobre mim” (LIMA, 1979, p. 85.).

O fundamento da interação, ou “a base constitutiva das relações interpessoais” (LIMA, 1979, p. 85.) está, sobretudo, nesta assimetria das partes, formando um hiato vazio, ou “*Nothing*”. “Aquilo que realmente está ‘entre’ e não pode ser nomeado por coisa alguma que aí aparece. O entre é em si mesmo não-coisa, (*No-thing*)” (LIMA, 1979, p. 85.).

No texto, a interação não dispõe, entretanto, como dispõe na oralidade, da possibilidade de questionamento e resposta de um dos sujeitos da comunicação, pois não se dá num eixo dialógico ou como interação diádica. Os vazios e hiatos, percebidos pela projeção simultânea dos sujeitos num eu-tu circular, ocorrem no texto de outra maneira, no entanto resguardam ainda proposições da “metaperspectiva” na interação, agora não mais eu-tu, mas texto-leitor. O texto, como materialidade, pode-se depreender, encobre o outro da interação, que se afigura no narrador, mas remete ao autor.

Ela (a interação própria ao texto) está disposta ou afixada pelo próprio texto e sua variabilidade depende da experiência, denominada pela tradição hermenêutica da Escola de Kontanz, de horizonte de expectativas do leitor. Vê-se então que Iser demonstra que a circularidade quebra-se nesta interação e o que movimento que a descreve é um movimento percebido pela leitura. “A teoria da recepção de Iser é uma teoria das variáveis da recepção, cujas constantes se encontram apenas no lado do próprio texto. Em Iser as constantes são sempre e apenas constantes do texto, que têm a função de gerar as variáveis da recepção” (STIERLE *apud* LIMA, 1979, p. 28.).

Assim, o texto prescinde de reguladores da comunicação para modular ou direcionar a leitura. Há, no texto, “complexos de controle”, que são vazios constitutivos, reguladores da atividade projetiva, das inferências às quais o leitor é forçado. Esse hiato apresenta seu grau mais agudo na recepção de um texto ficcional, uma vez que “o texto ficcional se localiza por depositar seu centro de gravidade nos vazios” (LIMA, 1979, p. 24.), seu elemento primordial incide no não-dito que é o espaço de projeção ou experiência estética. Esta afirmação, no entanto, está justificada porque o estudo iseriano recai sobre o objeto estético de caráter moderno, que estaria relacionado à superação dos limites da forma representativa tradicional, e ao cada vez maior vazio constitutivo que modula os complexos de controle do texto. “Significa que nele [no texto ficcional moderno] a indeterminação alcança seu máximo grau, muitas vezes próximo da desorganização entrópica” (LIMA, 1979, p. 85.).

No campo teórico iseriano, no entanto, a interação do leitor com o objeto estético não se dá apenas como uma interpretação ou semantização, e sim, muito além, como uma experiência do efeito estético produzido no texto, o imaginário. Esta teorização vai se distanciar, em muitos elementos, da tradição hermenêutica, provocando algumas rupturas, que justificam a mudança de nome na continuidade teórica. Enquanto Jauss defende a Estética da Recepção, Iser propõe a Estética do Efeito.

Assim, os vazios acumulados na linguagem, por sua vez impossível de compreender o todo, formulam-se como uma possibilidade interativa, na medida em que a linguagem para ser comunicável, necessita de um esforço cognitivo e sensível daquele que a recebe. Iser também entende que este esforço é similar ao que faz o esforço cognitivo do homem de compreensão de si mesmo, relacionado a uma necessidade inerente ao homem, uma condição ou disposição antropológica. Este esforço, no entanto, materializa-se como uma determinação sempre ficcional e transgressiva.

Ficção ou ficcionalização como disposição antropológica

O traçar do limite das coisas (a produção de significância) não corresponde a um automatismo da linguagem e assim admite desvios, interrupções, vazios, somos conduzidos à vacilação entre o compreensível e o incompreensível, o conhecido e o desconhecido. Aquilo que apenas se pode dizer que é assim é aquilo para o qual não se encontra um limite, aquilo que apresentando nas suas limitações, no seu ser-comum, faz dele emergir o vazio que o destitui como tal ou tal coisa, como o conhecível.
(Silvina Rodrigues Lopes)

O processo humano de ficcionalização, conforme defende Iser, está disseminado em diversas atividades da existência humana, e, de tal modo intrincado a ela, configura-se como uma “disposição antropológica”. Ela é justificada por ser o homem incapaz de lidar

inteiramente com o real. É na modernidade, defende Iser, que o homem toma ciência desta limitação e da descontinuidade do próprio pensamento, e, para tanto, dobra-se a ele a fim elaborar uma teoria do conhecimento, que investiga a natureza humana fragmentária. E constata que “a mente humana não tem condição de dar conta inteiramente do real - e decorrente de procedimentos que implicam forçosamente cortes, ruptura de convenções, travessias de limites e novas articulações, o mundo se mostra diferente de qualquer suposto correlato seu” (BASTOS *In* ISER, 2013, p. 9.).

A literatura, como apenas uma pequena parte, pequena mostra dos acontecimentos humanos em que o processo de ficcionalização ocorre, executa severas transgressões nos limites do real, e detém para si uma “vocalização transgressora, de cuja realização depende fundamentalmente sua própria razão de existir” (BASTOS *In* ISER, 2013, p. 9.). Ela é uma materialidade em que se verifica a fragmentação do pensamento humano, e, por conseguinte, sua fragmentação identitária.

O escopo de obras literárias que Iser se propõe a analisar, em sua última teorização, é aquele em que primeiro se vislumbram as operações de ficcionalidade emancipadas do mito, na tentativa de compreender o próprio movimento de ficcionalização, são obras modernas que tematizam a modernidade, e tematizam assim também a ficcionalização, estão flutuando, sobretudo, no limiar da era moderna. Era à qual a contraposição ao período antigo é especialmente profícua para evidenciar como o emprego humano da ilusão ocorre: a ficção na Antiguidade preenchia o desconhecimento “oferecia, por meio do mito, o que a existência não facultava, o sentido” (BASTOS *In* ISER, 2013, p. 11.). Na Modernidade, no entanto, a ficção serve à observação do desconhecimento do homem sobre si mesmo e sobre a natureza e à constatação de que “a mente não somente não é integrada a um cosmo de que receberia todos os dados, como padece de limitações perturbadoras” (BASTOS *In* ISER, 2013, p. 11.).

Vista, de modo irrefletido, “como antípoda da realidade”, a ficção foi assim tratada desde a modernidade e naturalizada em “um saber tácito”, sem que tenha sido reconhecida como uma produção de conhecimento, *status* dado apenas a formas discursivas cientificadas, analíticas ou filosóficas. Entretanto, a ficção estaria, conforme defende Iser, não apenas nos textos percebidos como literários ou como predominantemente ficcionais, mas em qualquer processo especulativo do pensamento, seja ele um esforço de teorização ou mesmo um procedimento científico, uma vez que o próprio experimento realiza-se como uma formulação hipotética, uma expectativa, e se dá, assim, como um trabalho resultante da imaginação e não prontamente empírico.

A ficcionalidade tematizada na ficção apresenta-se como um processo de produção de conhecimento sobre o fazer ficcional, mas o seu próprio estatuto, o estatuto da ficção não é passível de ser definido, ou não o foi até o presente, nem mesmo ficcionalmente. Tampouco a definição de literatura parece possível, fazendo a teoria literária apenas esforços de aproximação a tais respostas, e experimentando por vezes seus próprios limites. O que se aproxime de uma definição talvez seja a constatação de que a literatura formula-se como um meio pelo qual se transpõe a necessidade antropológica do homem de reformular o real, o qual pode ser averiguado na sua materialidade, e na mudança formal que sofre esta materialidade, pois que “a literatura tem um substrato: um substrato de alta plasticidade que [...] se manifesta na reformulação do já formulado e como um meio que atualiza, nas formas da escrita, o que, independente dele, permanece inacessível” (ISER, 2013, p. 26.).

A literatura seria, portanto, um meio, um suporte que veicula e aporta um processo de entendimento do homem sobre o mundo, sobre si mesmo, e sobre o próprio fazer.

Propõe-se, assim, que se pense o ficcional segundo uma perspectiva antropológica ampla, ou seja, como produto humano e simultaneamente definidor do humano. Trata-se, pois, não de adotar a mirada da Antropologia como disciplina constituída (mesmo que não se descartem diálogos com vertentes das antropologias cultural, filosófica, social, estrutural, gerativa, histórica), mas de conceber uma Antropologia Literária, que parte da idéia de que há uma “plasticidade humana” que se manifesta de maneira privilegiada na literatura e nas artes, já que estas são capazes de oferecer uma “auto-interpretação do homem” (BRANDÃO, 2003, p. 7.).

As artes, como Iser defende, e como retoma Luis Alberto Brandão, também aportam a plasticidade do homem, e igualmente se revelam como um meio que veicula do homem o seu reflexo, o entendimento de si mesmo, sua densidade existencial, seus valores e a concepção filosófica da sua formulação. A interpretação e a experimentação daquilo que é pela arte aportado são também processos ficcionais, que, num *mise en abyme*, também compreendem uma “disposição antropológica básica” e resultam de processos que rivalizam com os limites da mente, que demandariam uma “cibernética da interpretação” (ISER in ROCHA, 1999, p. 18.), empreendimento teórico de Iser, posterior à publicação de *O fictício o e imaginário, perspectivas de uma antropologia literária*, que serve agora à composição deste trabalho.

Dos atos de fingir

A crítica da ficção significa revelar os esquemas da representação para um mundo que se subtrai à visibilidade; em contrapartida, a afirmação da ficção significa enfatizar o que é inacessível à cognição.

(Wolfgang Iser)

Segundo Iser, a ficcionalidade que se faz percebida em um objeto literário divide-se em operações básicas do fingimento, que, por sua vez “é provocar a repetição da realidade no texto”. (ISER, 2013, p. 34.). Essas operações, determinadas por Iser como seleção, a combinação e a autoindicação, apontam para os elementos de ficcionalidade, porque evidenciam um processo cognitivo de apropriação do real pela mente humana. Entretanto a autoindicação, ou o autodesnudamento, (a depender da tradução) como o terceiro ato de ficcionalização é aquele que determina o literário em relação às outras ficções.

Desde o início de sua teorização, Iser propõe uma quebra na estrutura binária de oposição do real ao ficcional, que se naturalizou no já mencionado “saber tácito” e “irrefletido” sobre a ficção, para assim formular uma estrutura triádica em que se verifica, na disposição da ficcionalidade, também uma configuração do imaginário. Defende Iser, que o ato de fingir não é uma finalidade em si mesma, mas “a preparação de um imaginário (*Die Zurüstung eines Imaginären*)” (ISER, 2013, p. 31.).

A importância do imaginário como elemento fundamental na compreensão do processo de ficcionalização, de estrutura triádica, é de que não mais se formule ontologicamente o conceito de ficção por pura e simples oposição ao seu par elementar, o real, o que teria trazido complicações heurísticas à “teoria do conhecimento do início da idade moderna”, que se questiona sobre a existência “de algo que embora existente não possui caráter de realidade” (ISER, 2013, p. 32). Sobre a questão, Luis Alberto Brandão aponta que

na tríade, importa a natureza relacional dos termos, sem que se possa jamais estabelecer fundamentos. Assim, pode-se afirmar que o fictício é uma realidade que se repete pelo efeito do imaginário, ou que o fictício é a concretização de um imaginário que traduz elementos da realidade, mas a rigor não se pode dizer o que são o real (a não ser que este corresponde ao “mundo extratextual”), o fictício (além de que se manifesta como ato, revestido de intencionalidade) e o imaginário (exceto que possui caráter difuso, e que deve ser compreendido como um “funcionamento”) (BRANDÃO, 2003, p. 7.).

O ato de fingir, como repetição do real, atribui, por meio dela “uma configuração ao imaginário, pela qual a realidade repetida se transforma em signo e o imaginário em efeito (*Vorstellbarkeit*) do que é assim referido” (ISER, 2013, p. 34.). Assim, como Iser propõe em sua teoria literária marcada pela necessidade antropológica de ficcionalização, há sempre a necessidade humana de experimentação do imaginário, transposto ao texto e transmutado em efeito.

“Como produto de um autor, cada texto literário é uma forma determinada de acesso ao mundo (*Weltzuwendung*)” (ISER, 2013, p. 34.) e esta forma, esta determinação, é

resultante da inserção de elementos do real que foram pelo autor selecionados. Esta seleção defende Iser, é um ato de fingir, “uma transgressão de limites, na medida em que os elementos acolhidos pelo texto agora se desvinculam da estruturação semântica ou sistemática dos sistemas de que foram tomados” (ISER, 2013, p. 35.).

Nesse sentido, a citação e a alusão, como formas de referência intertextuais coletadas de um outro tecido discursivo, convertem-se também em formas de seleção. Dado que operam retirando do sistema de valores, contexto e textualidade, fragmentos que serão deslocados e estarão a compor novas tessituras. “A seleção possibilita apreender a intencionalidade do texto. Pois ela faz com que determinados sistemas de sentido se convertam em campos de referência do texto, e estes, por sua vez, se transmutem no contexto de interpretações possíveis”. Interpretação “que deve sua realização à irrealização das realidades incluídas no texto” (ISER, 2013, p. 36.).

Vale citar aqui, propondo um jogo, a importância da citação para a modernidade. A citação como um fragmento possui uma força discursiva de coesão do movimento moderno, que Iser reconhece ser sempre um ato ficcional. A citação elucida a ideia de encontro de duas épocas:

O fragmento em si, implantado com uma aparente arbitrariedade no novo com/texto, o interrompe, provocando um choque de distanciamento devido à sua singularidade. No entanto, é o próprio estranhamento que impele tanto o leitor como o historiador à procura do parentesco escondido na “bagagem” do fragmento, ou seja, à descoberta da verdadeira proximidade (OTTE, 96, p. 219.).

A nova tessitura em que os elementos selecionados se incluem formula outro ato de fingir: a combinação. Ela é a gama de relações estabelecidas. Iser demonstra que a combinação pode operar no campo lexical, com a junção de dois ou mais semantemas que estarão a formar um neologismo com carga semântica diversa dos semantemas primários/originais.

A exemplo, Iser toma o termo joyciano “*benefiction*” formado por *benediction* e *fiction*. Nele, se “emprega o significado lexical para romper com a determinação semântica do léxico” (ISER, 2013, p. 37.). A junção combinada destas estabelece uma relação de “forma e fundo”, que cria alternâncias da proposição hermenêutica do sentido criado em face da emergência de um semantema em relação ao outro. “A instabilidade de uma relação, de tal modo organizada que conduz à oscilação, provoca um espectro semântico que não mais se deixa reconduzir a nenhum dos dois campos lexicais [originários]” (ISER, 2013, p. 37.).

A rima poética, conforme descreve Iser, também propõe a relação de “forma e fundo” que, à semelhança do exemplo anterior, por contraste e alternância, “revelam [ou enfatizam] a diferença [semântica] na semelhança [sufixal, sonora ou de realização acústica]” (ISER, 2013, p. 37.). O exemplo dado por Iser, é visto nos versos de Eliot, em Prufrock:

“Should I, after teas and cakes and ices,
Have the strength to force the moment to its crisis?”

Ices e crisis, apesar da similaridade na realização acústica, devido ao alçamento da vogal alta e tônica “i”, apresenta valores semânticos distintos, contrários, que se reforçam.

A combinação, como uma transgressão, cria, inventa, forja “relacionamentos intratextuais” (ISER, 2013, p. 37.) que como produto do fingimento é manifestado como um fato da ficção, “*fact from fiction*” (ISER, 2013, p. 37.) um fato que não é visível no real, nem tampouco dele participa, mas na ficção alcança perceptibilidade, torna-se disponível ao receptor. “Dela, da relação que a combinação produz, depreendem-se três planos de rompimentos de fronteiras, ou seja, de sua transgressão” (ISER, 2013, p. 37).

O primeiro grande rompimento, produzido pela combinação, aos limites do real, tem estreito vínculo com o ato da seleção e está a circunscrever, colar e articular as mais diversas linguagens, línguas, perspectivas, imagens, formulando uma bricolagem de materiais, elementos de naturezas díspares, abarcados em um texto, um uno, fragmentado. “A ficção pode manter unidas dentro de um único espaço uma variedade de linguagens, de níveis de focos, de pontos de vista, que seriam contraditórios noutras espécies de discurso, organizados quanto a um fim empírico particular” (SNELL *apud* ISER, 2013, p. 39.).

A organização entrópica na ficção está tal modo irregular ou instável, em função de seus elementos internos fragmentários que, numa perspectiva classificatória, a ficção se balizaria por sua dificuldade de definição, categorização e, assim, quanto mais incategorizável maior sua ficcionalidade: “A força, o poder de qualquer texto, mesmo o mais descaradamente mimético, está naqueles momentos que excedem nossa capacidade de categorizar, que conflitam com nossos códigos interpretativos, mas que mesmo assim parecem corretos” (SCHMIDT *apud* ISER, 2013, p. 39.). Para tanto, os relacionamentos intratextuais carecem de ser convincentes e de ilusionar o leitor.

Iser defende que os “espaços semânticos” do texto, criados pelos relacionamentos, instituem “campos de referência intratextuais, resultantes de elementos de que o texto se apropriou” (ISER, 2013, p. 39.) e que podem ser transgredidos no decorrer do enredo da

ficção. São esses “espaços semânticos” os sistemas de valores formulados no texto, que se revelam a partir da caracterização e convivência dos personagens distintos, e, em dado momento, estes sistemas podem ser subvertidos, superados pelos próprios personagens que os detém ou pelo choque de um outro, ou transgredidos na relação que se formula com a convivência dos personagens de sistemas de valores distintos, com a feitura do impossível: quando um herói realiza o irrealizável.

A seleção e combinação estão dispostas internamente no texto operando como “transgressões de limites do texto e contexto” (ISER, 2013, p. 41.). O terceiro ato de fingir, no entanto, complexifica os sistemas até o momento descritos na medida em que age como “desnudamento da ficção” e extrapola as relações intratextuais. Está a evidenciar o contrato entre autor e leitor para o qual a ficção literária se distingue mais claramente da ficção no sentido *lato*. “Assim o sinal de ficção não designa nem mais a ficção como tal, mas o contrato entre autor e leitor, cuja regulamentação comprova o texto não como discurso, mas como 'discurso encenado'” (ISER, 2013, p. 41.).

A regulamentação do modo de encenar o discurso é o que pode instituir uma prescrição formal do fazer literário, o gênero, que se consolida ao longo de um período formando uma tradição. “Desse modo, os gêneros literários se apresentam como regulamentações literárias efetivas de longo prazo, que permitem uma multiplicidade de variações históricas nas condições contratuais vigentes entre autor e público”(ISER, 2013, p. 41.).

O encenado, que traz à percepção fragmentos identificáveis da realidade, formula um todo reconhecível, que estaria sob o signo do fingimento, encetando sempre para a percepção do mundo não real, mas o mundo do *como se* o fosse.

Os atos de fingir reconhecíveis no texto ficcional se caracterizam então por darem lugar a determinadas configurações, distinguíveis entre si: a seleção resulta na configuração da intencionalidade do texto; a combinação, na configuração do relacionamento; e o autodesnudamento, na configuração do pôr-entre-parêntesis. Poder-se-ia descrever estas configurações apoiando-se na formulação já empregada de Goodman: *'fact from fiction'* sua peculiaridade consiste em que nem são qualidades daquilo a que se referem, nem são idênticas ao imaginário. Ao contrário do imaginário, são altamente determinadas quanto à faticidade de seus campos de referência, são o não-dado. O fictício então se qualifica como uma forma específica de 'objeto transicional', que se move entre o real e o imaginário com a finalidade de provocar sua mútua complementariedade. Enquanto objeto transicional o fictício seria um fato, porquanto por intermédio dele se realizam contínuos processos de troca, ainda que em si mesmo seja ele um nada, pois existe apenas por estes processos de comutação (ISER, 2013, p. 51.).

A partir da discriminação dos atos de fingir, Iser problematiza a ausência de um estatuto da ficção, que, apesar de ser identificável em seu caráter de acontecimento pelos atos de fingir “seu fundamento permanece vazio” (ISER, 2013, p. 51.). E não se podendo compreender seu fundamento, deve-se deslocar a investigação para a sua realização, sua materialização, “o discurso literário” que “deve se transformar em referência, isso significa explicitar a historicidade das formas de sua manifestação, a partir das quais a ficcionalidade literária se transformou em consciência” (ISER, 2013, p. 58.).

Conclusão

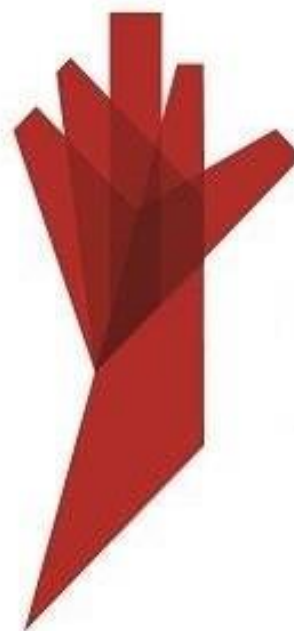
Conclui-se, neste, que a metaperspectiva dá-se como um movimento que se imprime bidirecionalmente na linguagem, na troca diádica da circunstância comunicativa oral, mas que justifica na escrita e a ela confere os complexos de controle que orientam a leitura. Assim, está de modo a admitir a projeção do leitor e a tentativa deste de maior escavar a linguagem e sofrer do efeito que produz o imaginário nela transposto. É possível, a partir deste pequeno esboço, o entendimento da noção de ficcionalidade por Iser, recuperado nas tendências críticas da Teoria Histórica Contemporânea, não só como aquilo que é Literatura, mas como aquilo que também abrange o próprio fazer histórico, visto como um fazer ficcional.

Referências

- BRANDÃO, Luis Alberto. *Cadernos de literatura. Transgressões a Iser*. (NAPq) Fale UFMG, 42. Novembro, 2003.
- ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário. Perspectivas de uma antropologia literária*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.
- _____. A interação do texto com o leitor. In: LIMA, Luis Costa. (Org.). *A literatura e o Leitor. Textos de Estética da Recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LIMA, Luis Costa. O leitor demanda (d)a leitura. In: *A literatura e o Leitor. Textos de Estética da Recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- OTTE, Georg. Rememoração e citação em Walter Benjamin. *Revista de estudos de literatura*. Belo Horizonte, v. 4, p. 211-223, 1996.
- ROCHA, João Cezar de Castro. *Teoria da Ficção: Indagações à obra de Wolfgang Iser*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

Simpósio Temático 08

História e Natureza



Coordenadores:

Fabiula Sevilha de Souza

Doutoranda em História – UFMG
fsevilhas@yahoo.com.br

Lucas Madsen da Silveira

Mestrando em História – UFMG
madsenls@hotmail.com

Rute Guimarães Torres

Mestranda em História – UFMG
rutetorres@gmail.com

Yuri Simonini Souza

Doutorando em História - UFMG

Anotações sobre a representação de doenças em jornais sul-mineiros do início do século XX e metodologia para uma história da imprensa¹

Graciley Borges

Graduanda em História

gracileyfernandes@yahoo.com.br

Lúcio Reis Filho

Mestre em Comunicação, Historiador e Professor

UEMG – Campanha

luciusrp@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa sobre a representação de doenças em jornais da primeira metade do século XX. As atividades são fomentadas pelo Programa PAPq da Universidade do Estado de Minas Gerais e a metodologia consiste na investigação, coleta de dados e análise das fontes. O projeto se justifica pela necessidade de observar o papel dos impressos na construção da vida social e política no sul de Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: História da Imprensa; Doenças; Panaceia; Profilaxia; Representação.

ABSTRACT: This paper presents the partial results obtained through research on the representation of diseases in newspapers from the 20th century first decades. Minas Gerais State University Research Support Program finances the activities, which consists in research, data gathering and analysis of the sources. The project is justified by the need of further studies on the role of press within southern Minas Gerais' social and political life.

KEYWORDS: History of the Press; Diseases; Panacea; Prophylaxis; Representation.

Introdução

Nestas breves anotações apresentaremos os resultados parciais obtidos com a pesquisa *Das Moléstias e dos Prodígios: profilaxia, panaceias e representação de doenças através de impressos na primeira metade do século XX*, financiada pelo Programa de Amparo à Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais (PAPq/UEMG). Conforme sugere o título do trabalho, objetivamos analisar o imaginário da saúde e das doenças no sul de Minas Gerais, bem como investigar as formas de representação que, através do discurso da imprensa, indicam valores e comportamentos sociais. Inserida no campo da história social e cultural, incluindo a história da saúde e das doenças, a pesquisa fundamenta-se na observação do mundo social enquanto ambiente em que os indivíduos e grupos elaboram suas práticas

¹ Pesquisa financiada pelo Programa PAPq/UEMG no biênio 2013-2014.

cotidianas, produzem representações e discursos sobre fenômenos históricos diversos, construindo sistemas de sentido que dão corpo a experiências singulares e coletivas.

História da imprensa: texto e contexto

Segundo Kellner, a cultura da mídia produz imagens, sons e espetáculos que ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade. Essa cultura é constituída pela imprensa, entre tantos outros produtos da indústria cultural, e se organiza com base no modelo de produção de massa, *para a massa*, a partir de fórmulas, códigos e normas convencionais (2001, p. 9). A imprensa nasce com o capitalismo e acompanha o seu desenvolvimento. Em outras palavras, “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista” (SODRÉ, 1999, p. 1). Ao longo dos séculos, os impressos tomaram grande variedade de formas que englobam livros, almanaques, jornais, revistas, pasquins, panfletos avulsos, boletins, opúsculos etc. Na realidade crescente de sua circulação, as publicações periódicas desempenharam papel ativo nos processos de transformações culturais, sociais e políticas que eclodiram na modernidade ocidental, a exemplo da secularização, urbanização e democratização de suas sociedades. O Brasil se insere no mundo capitalista ocidental desde o século XVI. Pode-se dizer, então, que a história do país e a história da imprensa caminham juntas. Nesse passo, ritmado pelo desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, estabeleceu-se a empresa jornalística.

A historicidade inerente aos impressos abre vastas possibilidades de análise. Segundo Martins e Luca, “a história da imprensa é irmã siamesa da cidadania, do espaço público compartilhado e da democracia” (2008, p. 8). Portanto, não há como escrever sobre a história da imprensa sem relacioná-la com a trajetória política, econômica, social e cultural. Assim, parece-nos imprescindível observar a especificidade e pluralidade das fontes; quem as escreve e as mensagens que transmitem; as estratégias, apelos e valores que esses veículos evocavam em seu discurso; suas condições de produção; o funcionamento das tipografias; de que forma esses textos chegavam ao público, considerando sua leitura e recepção. Percorrido esse caminho, Darnton destaca a importância de observar como os leitores entendiam os sinais na página impressa e quais eram os efeitos sociais dessa experiência. Ao propor uma *história social e cultural da comunicação impressa*, o autor indica que o estudo dos meios de comunicação em perspectiva histórica deve envolver todo o processo de sua construção, movimento que termina na interpretação dos leitores (1990, p. 112).

A metodologia desta pesquisa fundamenta-se no pressuposto essencial para a análise de textos em pesquisa histórica. Cardoso e Vainfas apontam que a história é sempre texto, pois o documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente (1997, p. 378). Todavia, a história não se reduz à estrutura textual. Para Muir, todos os eventos históricos só podem ser entendidos dentro do contexto de tempo e espaço em que ocorreram; além disso, as investigações históricas requerem apreciação cuidadosa das intenções e inclinações dos autores dos textos (2005, p. 8). Investigar o contexto sócio histórico no qual os impressos operam, pois, denota a importância de relacionar texto e contexto. Assim, buscamos os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos mesmos, relacionando-os ao social.

Falar em história da imprensa é, portanto, se reportar ao que se produziu, de que forma, ao como se produziu, para quem se produziu e que consequências trouxe essa produção para a sociedade. É se referir, igualmente, à forma como o público reagiu àquelas mensagens e perceber de que forma realizaram leituras ou interpretações plurais. Formas de leituras, formas de apropriação, interpretações plurais de sentido (BARBOSA, 2004).

Enfim, interessam-nos os processos comunicacionais e as intrincadas relações que se desenvolvem em torno desse sistema; igualmente, a maneira pela qual se constituem historicamente os fenômenos no mundo dos impressos, ou, nas palavras de Kellner (2001, p. 10), os modos de interseção entre os impressos e os movimentos políticos e sociais, além da maneira pela qual os periódicos moldam a vida cotidiana, influenciando o modo como as pessoas pensam e se comportam, como se veem e veem os outros e como constroem sua própria identidade. Sodré percebe uma ligação dialética entre o desenvolvimento da imprensa e o desenvolvimento da sociedade capitalista pela influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos. O traço ostensivo que parece comprovar tal ligação consistiria na tendência à unidade e à uniformidade, através da universalização de valores éticos e culturais, como pela padronização do comportamento (1999, p. 1-2).

Dedicamo-nos a um *corpus* específico de textos e textualidades, veiculado pelos jornais sul-mineiros na primeira metade do século XX. Observaremos os processos comunicacionais estabelecidos em seu interior e também a relação dos leitores com esses objetos culturais. O interesse em desenvolver uma pesquisa que envolve o trabalho cuidadoso e criterioso com as fontes justifica-se pela urgência em atender às expectativas do *Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort*, que visa à preservação e à divulgação do seu acervo. Pretendemos, também, contribuir com a divulgação da metodologia da história social

e cultural da comunicação impressa. Nas palavras de Sagan, “divulgar a ciência – tentar tornar os seus métodos acessíveis aos que não são cientistas – é o passo que se segue natural e imediatamente” (2006, p. 42). Por fim, objetivamos oferecer à comunidade local maior contato com a própria cultura, de modo a contribuir para a construção de sua identidade.

O exame do material visual apoia-se na abordagem da *nova história*, cuja base filosófica reside na ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída (BURKE, 1992). Especificamente, da história cultural que se propõe a identificar o modo como dada realidade é construída, pensada e interpretada em diferentes contextos de espaço-tempo (CHARTIER, 1990). Falaremos, pois, em *representações* enquanto classificações que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. Burke sugere que só temos acesso ao passado e ao presente via categorias e esquemas – ou, como diria Durkheim, “representações coletivas” – de nossa própria cultura (2000, p. 72). Carvalho (2005) sintetiza o conceito: “as representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes”.

As fontes documentais

As atividades de pesquisa vêm sendo desenvolvidas no *Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort*, órgão subordinado à Biblioteca Pública Municipal Cônego Vítor, de Campanha, Minas Gerais. Criado a partir da fundação de uma seção especial na Biblioteca, em 28 de junho de 1996, pela Lei Municipal n.1879, o *Centro de Estudos* destina-se à guarda, preservação e divulgação da história da cidade. A instituição, que assegura boas condições de uso científico, social e cultural, tem disponibilizado o fundo a historiadores, promovendo a preservação da memória. Campanha mantém ricos acervos documentais que reportam aos séculos XVIII, XIX e XX, de valor inestimável para o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa científica. A cidade, hoje com mais de 270 anos, é considerada o berço de diversos municípios da região sul de Minas Gerais, tendo participado ativamente do cenário político, econômico e cultural do estado e do país. As fontes documentais mantidas pelo *Centro de Estudos* atestam a importância dessa e de várias outras cidades sul-mineiras em diferentes contextos sócio-políticos e culturais de Minas e do Brasil. Aos historiadores, esses importantes acervos têm possibilitado a interpretação e a reconstituição de amplo espectro da história regional. O acervo pertencente à biblioteca particular do Monsenhor José do Patrocínio Lefort, doado ao *Centro de Estudos*, mantém a “Seção de Documentos Históricos”, destinada à coleção e preservação da memória da cidade e da região. Compõe-se

de material impresso diversificado, que compreende jornais, revistas, catálogos, livros cartoriais, livros de atas, editais e termos da Câmara Municipal. Para atender aos visitantes que buscam informações sobre a cidade, disponibiliza arquivo completo de escritores campanhenses e muitas de suas obras, bem como as biografias de grande parte dos vultos que emprestam os seus nomes a ruas e logradouros públicos. Há, ainda, um conjunto bibliográfico sobre a história das cidades do sul de Minas, como os raríssimos exemplares do *Almanaque Sul Mineiro*, de 1874 a 1884, de autoria do escritor campanhense Bernardo Saturnino da Veiga; parte de uma coleção de revistas produzidas pelo *Arquivo Público Mineiro*, abrangendo o período de 1896 a 1929; obras voltadas ao estudo de genealogia; esboços de árvores genealógicas, documentos e correspondências pessoais; medalhas, quadros, troféus e inúmeros documentos avulsos. Nas coleções encadernadas de jornais encontram-se disponíveis desde exemplares avulsos até coleções completas de quase cem jornais raros, muito dos quais editados e impressos em tipografia da cidade, abrangendo um período que vai de 1832 a 1966, além de alguns títulos editados em outras cidades da região. De relevância inestimável para o campo da história social e cultural, ou para o estudo da história dos costumes e da imprensa no sul de Minas Gerais, essas fontes documentais têm servido de apoio a historiadores e pesquisadores de grandes centros universitários do Brasil.²

Resultados Parciais

Primeiro, mapeamos todo o acervo e identificamos trinta jornais pertencentes à primeira metade do século XX, cada qual com centenas de edições disponibilizadas para consulta. Depois da sondagem inicial – análise preliminar ou das fontes com vistas a elaborar o projeto de pesquisa – montamos um cronograma de atividades. Com base no planejamento, procedemos à análise mais aprofundada do conjunto documental já delimitado. Através do trabalho de leitura e análise sistemáticas do material selecionado, passamos a identificar os artigos relacionados ao universo da saúde e das doenças, transcrevendo-os em fichas, junto dos dados de cada publicação. Na primeira etapa da pesquisa, esgotamos todo o acervo de jornais pertencentes ao recorte temporal pré-determinado. Foram identificados e transcritos 493 artigos relacionados ao escopo proposto, sendo 238 provenientes do *A Campanha* – jornal com o maior número de edições (836), todas publicadas entre os anos de 1900-1934 – e 255 dos outros 25 jornais que veicularam notícias sobre o tema no período, entre os quais figuram o *Cruzeiro do Sul*, o *Colombo*, *O Campanhense*, o *Hidrópolis* etc. A pesquisa se encontra em

² Dados de acordo com a entrevista concedida a Adelino Ferreira por Angélica Andrès, então Diretora da Biblioteca Pública Municipal Cônego Vítor e coordenadora do Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort no período de realização da entrevista, em 21 de maio de 2005.

fase de desenvolvimento. Na segunda etapa do projeto, iniciada em abril de 2014, deu-se início à elaboração de um banco de dados digital para organização e classificação dos fragmentos a serem posteriormente submetidos à análise, procedimento já iniciado com o material proveniente do *A Campanha*. Tecemos algumas considerações a esse respeito.

***A Campanha*: órgão republicano**

O primeiro número do semanário *A Campanha* data de vinte e dois de setembro de 1900. “Leva na frente, por título e por égide, o nome desta velha terra da Campanha [...]”, município que outrora “falava por si e por todo o sul de Minas”. A mensagem do editorial estabelece como objetivo servir a esta terra. Quando saúda o reaparecimento do antigo *Monitor Sul-Mineiro*, não o faz de forma acrítica. Ataca os seus redatores, por não “agitarem questões de controvérsia”, e o próprio periódico, que se estaria limitando “a um simples noticiário e alguns artigos de moral e religião, não cogitando absolutamente de se fazer órgão de outras necessidades e aspirações da população campanhense”. Diante disso, o novo jornal assume tais responsabilidades. “Na liça do jornalismo mineiro mais uma tenda se levanta”, continua o editorial, definindo-se enquanto semanário republicano, preocupado em discutir, com imparcialidade e independência, todas as questões relativas aos interesses da cidade e do município. Uma nota aparece no canto superior direito das primeiras edições:

Aspirando a verdadeira ordem e o verdadeiro progresso e rezando o mesmo credo político que fez outrora as glórias do seu nome, *A Campanha* é e será sempre a defensora convicta dos interesses deste município e a promotora estrênuo de sua prosperidade.

Nessa atitude, *A Campanha*, trazendo em seu programa o pressentimento de seu futuro e a iluminar-lhe a rota a estrela brilhante de seu passado, se manterá franca, intransigente e enérgica – não esmorecerá nunca!

Segundo Cohen, uma radiografia rápida da imprensa brasileira desde suas primeiras publicações evidencia as raízes políticas da atividade jornalística, que se teria constituído sempre a partir de grupos de interesse que viam na imprensa um meio de propagação de suas ideias e aspirações. “Jornalismo e literatura, imprensa e política: equações que se desenvolvem no ritmo das transformações sociais, apontando a formação de círculos de intelectuais dispostos a interferir nos destinos nacionais por meio da difusão de ideias”. Porém, Cohen sugere que a variedade de tendências políticas não se repetia na aparência material. No início do século XX, ou até que os avanços técnicos permitissem diferenciações, os impressos eram muito parecidos, sendo o formato mais comum o de quatro folhas e duas colunas (2008, p. 104; 111). Ao menos até 1934, o jornal *A Campanha* seguia o padrão (que em algumas ocasiões podia variar) de duas folhas, cada qual dividida em quatro colunas.

Para Sodré, a grande e a pequena imprensa existem desde o século XX. A primeira teria feito do tema político a tônica de sua matéria. A segunda, no início do século, estaria ainda na transição da fase artesanal para a fase industrial – eram raros os jornais de província com estrutura de empresa. “Mas a matéria principal deles é também a política, e a luta política assume, neles, aspectos pessoais terríveis, que desembocam, quase sempre, na injúria mais vulgar” (1999, p. 324). A redação do *A Campanha*, órgão republicano do município, era composta por membros da elite sul-mineira, os “doutores” Ferreira Brandão, Brandão Filho, Braz Cesarino e Leonel Filho, sob a gerência de João Baptista de Mello. As paixões políticas dos redatores pareciam refletir na imprensa, que as estimulava. Assim, parece-nos evidente o papel desta na articulação, divulgação e disseminação de projetos, ideias, valores e comportamentos das elites. Sabe-se que os impressos ocupavam importante parcela do cotidiano do público letrado, muitas vezes influenciando os costumes. Dessa maneira, os discursos destilados no *A Campanha* permitem relacionar a história da imprensa com as raízes políticas da atividade jornalística, que chegava aos leitores à medida que avançava o capitalismo. O papel político do semanário era comumente destacado:

Um dos múltiplos e nobres misteres da boa imprensa é, sem dúvida, recolher a queixa justa que sobe da onda ululante dos que sofrem, para leva-la, como um protesto vigoroso, junto daqueles que, erguidos às alturas do poder, são infiéis às suas missões. [...] No jornal devem refletir-se as ondas sonoras da opinião pública, a fim de repeti-la indefinidamente no órgão auditivo dos governos. Fieis a esses princípios, abrimos de par em par nossas colunas que nunca desdenharam as causas justas, à toda e qualquer reclamação, sem nos importar o alvo que atinjam (NOTAS E NOTÍCIAS, 1916, p. 1-2).

Em nossa tentativa de aprofundar os estudos sobre o papel dos impressos na construção da vida cotidiana, temos notado, ainda que preliminarmente, o posicionamento político da imprensa em relação à moralidade ou à conduta social; seu papel, talvez determinante, na formação da opinião pública; e a veiculação de discursos que reclamam por políticas profiláticas, exigindo a construção de mecanismos de controle de doenças por parte do Estado. Esses três aspectos parecem indicar a abrangência do campo de ação da imprensa, afirmando a força de sua intervenção nas diferentes esferas da vida social, política e cultural. Contudo, Cruz e Peixoto alertam quanto à impossibilidade de lidar com quaisquer fragmentos de um veículo da imprensa sem remetê-los ao periódico que os publicou numa determinada conjuntura (2007, p. 260). Em complemento, Muir enfatiza que todos os documentos do passado foram escritos consoante certos propósitos, de acordo com as regras de composição textual vigentes em sua época (2005, p. 8). Na medida em que as perguntas centrais se voltam para o modo pelo qual os jornais se constituem como força histórica no interior de dada

conjuntura espaço-temporal, o objetivo da leitura e da análise recai sobre a configuração do projeto editorial, buscando desvendar sua historicidade e intencionalidade.

Considerações finais

A reflexão acerca do papel dos impressos na construção da vida social nos tem permitido traçar conjecturas sobre a representação da saúde e das doenças em práticas letradas. O posicionamento da imprensa, em relação à moralidade ou à conduta social, tem revelado feições políticas que operam em vias de articular e disseminar valores, sempre determinados por estratos da sociedade, que, em seu contexto, almejavam deter e manter o poder. Justamente, eram os membros desses estratos que produziam os impressos, veículos solidificadores da força política das elites nas diferentes esferas da vida social. Suas vozes, muitas vezes, exigiam a construção de mecanismos de controle de doenças; clamavam por medidas profiláticas que afastassem os miasmas da epidemia. No mundo moderno, que parecia caminhar rumo à saúde e à riqueza universais, as reluzentes possibilidades de consumo apareciam estampadas nos jornais, impondo-se com toda a força, modificando valores, introduzindo padrões e conformando o imaginário social. No entanto, não podemos esquecer que a tenda do *A Campanha* se levantou na liça do jornalismo mineiro. Falamos de um ambiente externo ao dos grandes centros urbanos, com *ethos* particular. Portanto, devemos compreender o modo pelo qual essas realidades eram construídas, pensadas e interpretadas no universo sul-mineiro de início do século XX, em que os triunfos da ciência dividiam espaço com os métodos tradicionais de cura, ainda muito presentes naquele contexto espaço-temporal. Pode-se falar na retenção de traços arcaicos? Talvez. Além disso, resta avaliar o papel dos impressos na formação da opinião pública. Importante ressaltar que a pesquisa *Das Moléstias e dos Prodígios* encontra-se em fase de desenvolvimento, longe de esgotar todas as possibilidades de análise suscitadas pelas fontes documentais.

Referências

BARBOSA, Marialva. Como escrever uma história da imprensa? In: II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho – GT História do Jornalismo. *Anais*. Florianópolis: UFSC, 2004.

BURKE, Peter (Org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- CAMPANHA 1900 – SETEMBRO 20. *A Campanha*, Campanha/MG, n.1, p. 1-2, 22 set. 1900.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, 2005.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, n.35, São Paulo: PUC-SP/Programa de Pós-graduação de História, dez. 2007.
- DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EdUSP, 2001.
- MUIR, Edward. *Ritual in early modern Europe*. UK: Cambridge University Press, 2005.
- NOTAS E NOTÍCIAS. *A Campanha*, Campanha/MG, n.668, p. 1-2, 28 out. 1916.
- SAGAN, Carl. *O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Modernização e natureza em Minas Gerais no século XIX: Mito e história na transfiguração da gestão capitalista de recursos em preservacionismo *avant la lettre*

Marcus Vinícius Duque Neves
Mestre em História Social da Cultura
UFMG
duqueneves@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho visa discutir brevemente o aparecimento recente de obras históricas com análises anacrônicas sobre a percepção ambiental de empreendedores e empresas na história de Minas Gerais. Esses erros de análise se devem à confusão entre a abordagem administrativa que encarava de forma capitalista e por fins cálculos as relações de custo/benefício. Tanto essa lógica operacional como interesses pessoais dos administradores produziram decisões geradoras da manutenção de áreas verdes próximas aos empreendimentos, adoção de energias hoje consideradas menos danosas ao meio ambiente ou do uso de certos tipos de matérias-primas renováveis. Porém, se durante o século XIX a Província de Minas Gerais conheceu as primeiras companhias de capital estrangeiro no ramo da mineração aurífera, e estas intensificaram a utilização de tecnologia de ponta, introduzindo uma maior racionalidade na gestão de recursos materiais diversos, por outro lado, diversos estudos indicam que nenhum efeito positivo no meio ambiente se relacionou com uma preocupação genuinamente ambiental, como algumas obras teimam em apontar.

PALAVRAS-CHAVE: Natureza; modernização; meio ambiente.

ABSTRACT: This paper aims to shortly discuss the recent appearance of historical works with anachronistic analyzes on environmental perception of entrepreneurs and companies in the history of Minas Gerais. These errors of analysis are due to confusion between the administrative approach that viewed the capitalist form and detailed calculations the cost / benefit. Both operational logic and personal interests of managers, produced decisions that generated the maintenance of green areas next to the enterprises, adoption of energy today considered less harmful to the environment or the use of certain types of renewable raw materials. However, if during the nineteenth century the province of Minas Gerais met the first companies of foreign capital in the business of gold mining, and these intensified the use of the best available technology, introducing greater rationality in the management of various material resources, on the other hand, several studies indicate that no positive effect on the environment was related to a genuine worry about the environment, as some works insist to tell.

KEYWORDS: Nature; modernization; environment.

Por vezes há polêmica sobre o uso que se deve fazer da expressão *História Ambiental*. Por isso muitos optam por definir a abordagem metodológica específica como *História e Natureza*, retirando o termo contemporâneo que apesar de parecer amplo, pode, ao contrário, tolher os muitos aspectos das relações que pretende tal linha de pesquisa abordar.

Tal discussão se insere nos limites que se devem perceber os discursos sobre a natureza, que são sempre temporalmente, espacialmente ou socialmente marcados. E se o discurso sobre a natureza e sua conservação se protraí até tempos remotos, por outro lado tais discursos devem ser analisados com cuidado, em suas motivações, nos fins e nos limites dos conhecimentos que os orientam. Não se trata, pois, de negar a existência de múltiplos discursos sobre a natureza na história, mas de determinar-lhes os limites através da análise de seus tempos, sujeitos e sociedades.

Os discursos historicamente predominantes sobre a natureza na cultura ocidental não podem ser desvinculados substancialmente de suas fontes, em geral provenientes dos discursos e documentos de conteúdo jurídico e econômico, além de percepções mais poéticas e mágicas dos mitos, da cultura popular e das literaturas. Como deve estar atento o cientista social, aos homens históricos não é possível se apartar dos interesses mais básicos que regem suas vidas. Porém, apesar da pretensão holística das visões culturalmente marcadas e suas interpretações utópicas, elas se apresentam incompletas ao historiador da atualidade, pela inexistência de conhecimentos que hoje estão acessíveis pela ação de disciplinas como a ecologia, a biologia molecular ou a química orgânica profundamente marcada pelos avanços tecnológicos das últimas cinco décadas, além das críticas distópicas necessárias para se escrever boa história ambiental.

Assim, é evidente que as visões sobre a natureza existentes no século XIX comportam limites e perspectivas que têm de ser consideradas em seu tempo. Assim como as formas do registro e a que fins se destinam, sob a pena de incorrer o historiador em profundo anacronismo, criar (ou recriar) utopias e até mesmo heróis.

A primeira distopia necessária é a subversão da construção histórica da relação do homem ocidental com a natureza como algo inerentemente positivo. A ideia da construção da natureza como algo exterior à sociedade foi obra da mercantilização. Com o auxílio da ciência, a mercantilização criou o mito do progresso. O progresso como última utopia do moderno, prometia a felicidade através da científica e total apropriação dos bens e recursos ambientais pela razão. Pois então, vejamos a América, fronteira final do pensamento colonizador moderno. (DIÉGUES, 1998; LOBATO, 2008)

Entre as obras que perseguiram a trajetória da mentalidade ocidental sobre a natureza, se sobressaem as de Frederick Turner, *O Espírito Ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens* e de Eric Wolf, *A Europa e os povos sem história*. Segundo esses autores, não seria possível entender o sentido das catástrofes sociais e ambientais da história

do Novo Mundo sem percebê-las de pontos de vista que incluíam as mentalidades que acompanharam o desenvolvimento do capitalismo. Em suas obras fica evidente que a forma de gerir problemas sociais, entre eles a questão primeira da sobrevivência, tinha aspectos muito diferenciados entre as sociedades do novo mundo, e que a conquista da América pelos europeus se evidenciou por uma postura predatória que está na base do mercantilismo e servirá de entrada posteriormente às posturas do capital. (TURNER, 1990; WOLF, 2005)

Dessa importante diferenciação entre os aspectos sociais que se definiram nestas sociedades para além das necessidades imediatas de sobrevivência, o porquê de se apresentar a cultura ocidental europeia do século XIX claramente capitalista, já imbuída da postura de gestão que visa prioritariamente o lucro, com o uso instrumental da ciência e de fins cálculos cada vez mais despida de quaisquer outras considerações. Este tipo de gestão reduz todo e qualquer elemento da natureza em valor de troca e comércio, ou seja, apenas pela visão de que são recursos a serem ‘usados’ e nada mais. (TURNER, 1990; WOLF, 2005)

Porém, como lembram os autores citados, outros modelos de gestão de sociedades não se centram primordialmente na apropriação predatória da natureza como eixo de sua reprodução social. Neste aspecto, o antropólogo deve lembrar ao historiador que outras sociedades, ao cuidar de seus problemas e tensões, têm outras soluções e procuram válvulas de escape criativas e diversas. Na busca da riqueza predatória, que visa acumulação e aumento exponencial das necessidades, criadas constantemente e incessantemente, o estilo de vida capitalista no século XIX sofre de profunda incompatibilidade com a crítica ambiental.

Assim, outras soluções para estas questões visam gerir as relações entre indivíduos e sociedade através de esquemas simbólicos ou relacionais, ou seja, muito menos focadas na perseguição e produção incessante de ‘riqueza’ material, o que, aliás, note-se que qualquer tipo de gestão, para adquirir o qualificativo de ambiental teria que internalizar a resolução de problemas relacionados com bem estar, qualidade de vida e perspectivas sociais, para além da acumulação material de caráter individualista ou empresarial.

No caso do Brasil novecentista, obras específicas e fundamentais como a de Warren Dean, *A Ferro e Fogo*, sobre a história da devastação da mata atlântica brasileira, ou a mais recente obra de José Augusto de Pádua, *Um sopro de destruição*, também apresentam exemplos das várias mentalidades relacionadas com a natureza, desfazendo muito mitos. (DEAN, 2002; PÁDUA, 2002)

Warren Dean mostra, por exemplo, que muitos naturalistas do século XIX se horrorizavam com o impacto de atividades as mais variadas que se desenvolviam no Brasil. Ele cita que a derrubada de árvores enormes e centenárias pelos caboclos para a retirada de uma orquídea e vendê-la a colecionadores era algo tão corriqueiro quanto queimar toda uma floresta para plantar café. O horror dos naturalistas, contudo, gera poucos comportamentos efetivos no sentido da defesa da natureza, exatamente por não encontrar eco na sociedade de então. Ele conta que alguns naturalistas sonegavam informações de localização de plantas colecionáveis para não produzir uma corrida exploratória para atender o mercado de colecionadores europeus, mas, no entanto, a defesa de espécies consideradas raras não era acompanhada de críticas severas à forma de produção predatória geral, que de qualquer forma só encontrava eco nas legislações do XIX no sentido econômico mais comum, da manutenção de recursos úteis. Uma orquídea não seria considerada algum recurso digno de produzir uma legislação protetora no século XIX. (DEAN, 2002)

Já na obra de José Augusto Pádua, vemos os limites do discurso de preservação na sequência de argumentos de Vieira Couto no início do século XIX, que na sequência de uma crítica ao desperdício se deleita com uma visão futura de ‘milhares de fornalhas’. (PÁDUA, 2004: 115-116)

Outra personagem do início do século XIX em Minas Gerais e que sempre é comentado como crítico ambiental é o alemão Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege. Ainda que alguns historiadores insistam na ideia de que as críticas de Eschwege ao desperdício de recursos naturais seja um discurso ambiental refinado, ele está em sintonia com Vieira Couto e seu tempo. Eles eram exímios administradores do uso do trabalho e dos recursos naturais, apenas isso. Seu discurso sobre a natureza continua bem datado e o papel de gestor a serviço do estado português é que o orienta a fazer as críticas sobre os desperdícios de recursos em caráter geral, não sua condição de naturalista. O título da principal obra de Eschwege é claramente baseado em uma visão economicista, não ambiental. O *Pluto Brasiliensis – Riqueza brasileira* – deixa claro o enfoque instrumental econômico e não apresenta nada sobre relações ecológicas ou pontos em que o pensamento naturalista do início do XIX legaria para o atual ambientalismo. (DOULA&COSTA, 2004; ESCHWEGE, 1979)

Qual a diferença então, de um naturalista do século XIX para um ambientalista atual? O que os diferencia? O que diferencia as críticas ambientais possíveis do século XIX do ambientalismo do final do século XX?

Para o naturalista do século XIX o desperdício é condenável, e tal condenação é puramente econômica. Seu pensamento instrumental sobre a natureza se caracteriza por critérios classificatórios que apenas começaram a sondar as questões de interdependência dos seres vivos, do homem e do meio ambiente percebido em sua totalidade. Ainda se trata de compreender a natureza para exercer poderes civilizatórios e exploratórios sobre a mesma. Os estudos dos aspectos ecológicos ainda estavam no nascedouro, emperrados pela visão disciplinar que não conseguiria, diante do avanço da mercantilização da natureza, fazer uma crítica politicamente referenciada da aceleração da destruição ambiental de dentro da utopia renascentista do conhecimento humanista. (BARCELLOS, 2008)

Nas obras de naturalistas como Eschwege, Saint Hilaire, Burmeister, Spix, Martius, Vieira Couto, José Bonifácio, Sir Richard Burton e outros, ou nas referências contidas em relatórios de governadores e outros funcionários públicos podemos perceber, com os olhos de hoje, que a mineração colonial deixara profundas cicatrizes ambientais: rios assoreados; margens de córregos e rios desnudas e reviradas; montes de cascalhos amontoados como rejeito de minerações; profundas ravinas sem vegetação e em desmoronamento constante (voçorocas); morros cuja vegetação de suas vertentes e arredores havia sido retirada a ferro e fogo para facilitar a descoberta de veios e aproveitar madeiras para escorar minas e grupiaras, fazer bicares suspensos por vigas, escoramentos e tudo mais necessário à atividade de mineração e para a vida ordinária dos mineradores e de quem vivia nos arredores. (DEAN, 2002; PÁDUA, 2002)

Desde o início da exploração aurífera houve diversos bandos, regimentos e regulamentos que buscavam evitar desastres e litígios, entre eles os acidentes e desavenças causados pela retirada imprevidente da vegetação e pela falta das madeiras essenciais. Em nenhum momento as justificações desses preceitos legais se escoravam em saberes e dizeres de naturalistas, mas sim dos juriconsultos e políticos, sem se afastar de seu objetivo básico: manter as explorações funcionando o melhor possível, dentro de ótica estritamente jurídica da prevenção de litígios e da ótica econômica da relação custo/benefício. A maior parte destas disposições manteve-se em vigor durante o século XIX adentro.

No século XIX a chegada de empresas estrangeiras para a exploração aurífera produziu um emprego diferenciado de tecnologia e a retomada de explorações subterrâneas que se tornaram mais profundas. O maquinário continua movido pela força hidráulica e usado principalmente nas fases do processamento, fora das minas. Se isso interfere positivamente

como fim dos grandes desmontes hidráulicos, porém o maior ritmo de lavagem dos minérios assoreia mais rápido os rios. (LIBBY: 1984; 1988)

Empresas mineradoras, construção histórica e memórias

No quadro que se esboça na análise econômico-ambiental desses diversos autores, em longo prazo e nos recortes de suas obras que tratam apenas do século XIX, vemos um capitalismo sem atos ‘mitigados’; sem formas de autocrítica; sem a gestão de recursos que considere o bem estar geral da sociedade como um bem primordial.

Na mineração empresarial do novecentos em Minas os avanços técnicos foram significativos no que toca à empresa de mineração mais longeva: *A Saint John del Rey Mining Company*, em sua mina principal, em Morro Velho. Sempre buscando estar na ponta de desenvolvimentos tecnológicos, tornou-se uma empresa muito bem sucedida, mas suas operações se realizaram com muitos percalços, principalmente com diversos acidentes que impuseram vários períodos de suspensão de suas atividades principais ao longo do século XIX. Porém, a maior parte destas atividades ainda era tributária de técnicas de mineração onde ocorria alto consumo de madeiras para escoramento e produção de carvão. (HOLLOWOOD, 1955; EAKIN, 1989; LIBBY, 1984)

Logo, ao fim do século, chegar-se-á na discussão sobre o uso tecnológico dos diferentes tipos de energia para as máquinas exploratórias. Discute-se se haverá manutenção da força hidráulica e sua sofisticação, ou se há viabilidade na continuação dos investimentos em máquinas a vapor; ou se é possível o emprego de uma nova tecnologia que parecia engatinhar no final do século XIX: a hidroelétrica. (HOLLOWOOD, 1955; LIBBY: 1984)

Essa tecnologia é defendida por um jovem engenheiro escocês, George Chalmers, que se tornara o mais longo administrador da *Saint John del Rey Mining Company* no Brasil, proprietária da exploração de Morro Velho e algumas minas menores. (HOLLOWOOD, 1955; EAKIN, 1989; LIBBY: 1984; RODRIGUES, 2012)

Neste momento, final do século XIX, há o ápice de um liberalismo voraz que encontra eco nas práticas monopolísticas das grandes empresas e está em diversas partes do globo em atividades diversas. O mote é o progresso, objetivo inconsequente e disforme que tem em sua base o eurocentrismo e as novas conquistas de escala do capitalismo industrial. Se já existiam críticas sociais fortíssimas sobre esse fenômeno, no entanto não há críticas significativas.

Em relação ao período anterior à adoção da energia hidrelétrica, Morro Velho necessitava de grandes quantidades de madeira para escoramento e para a fabricação de

carvão, e teria um *modus operandi* para lidar com essa demanda, destacado por Douglas Cole Libby:

Embora a Companhia possuísse várias matas nas imediações de Morro Velho, das quais retirava parte da madeira necessária, a grande maioria do suprimento de madeira provinha de lenhadores e carreiros da região. Já em 1846 temos notícia de contratos para o suprimento fixo de madeira e de carvão vegetal. Tais contratos multiplicaram-se no decorrer dos anos, e o resultado foi nada menos do que o desflorestamento de grandes áreas na região. (LIBBY, 1984:79)

Comprovada por meios documentais que a administração das matas visa manter o preço da madeira e do carvão baixos, concluindo que “essas matas, então, serviam como reservas florestais, já que dentro da racionalidade capitalista da empresa, a opção mais cômoda era de concentrar na produção de ouro, deixando para outros o fornecimento de materiais essenciais, a não ser nas horas de grande necessidade.” (LIBBY, 1984: 83-84)

O interesse primordial era o de manter o fluxo de energia barata, ou seja, o custo de um insumo – energia – por um período longo de tempo, cálculo que merece elogios pelo tipo de operação mental refinada que exige, mas nem por isso se torna algo relacionado diretamente com um pensamento preservacionista. Se o custo de longo prazo pendesse para a destruição, não há dúvidas de que essa seria a escolha.

A visão memorialística de administradores de empresas do século XIX como ambientalistas é, portanto, irreal e não se justifica pelo fato dos documentos os mostrarem a comprar e queimar carvão mais barato, produzido em locais mais distantes de suas empresas e salvando através de sua opção, algumas centenas de árvores nos terrenos próximos, de propriedade da própria empresa.

Outro exemplo do engano sobre o sentido de documentos produzidos em um passado cujos referenciais de enaltecimento de autoridades era a prática usual, está na opção, em um livro recente, de mostrar fotos de George Chalmers com o resultado de sua pescaria, pelos idos da primeira década do século XX, afirmando que ele gostava muito mais da pesca do que da caça. Opção que deixou de lado as muitas fotos existentes do mesmo administrador com catitus, veados, jacutingas, ou centenas de perdizes mortas, se utilizando de um depoimento de um amigo, feito para enaltecer o dito administrador, publicado em 1953. (RODRIGUES, 2012; MINERAÇÃO MORRO VELHO LTDA, 1996)

Independentemente do fato de a nobreza europeia ter pendores para a caça, fazendo dela um esporte e conservando em suas propriedades áreas reservadas, do mesmo modo, e que

isso pudesse ser uma característica de empreendedores de origem inglesa, nem por isso as faz preservacionistas em sentido atual. Ainda que a existência dos animais para a caça no longo prazo se apresentasse aos caçadores, a manutenção de seu esporte não pode ser visto anacronicamente. Estudar tal relação é inevitável à história ambiental, mas não tomá-la sem a devida valoração no tempo, distorcendo a intencionalidade dos agentes.

Ainda, no livro *Morro Velho: História, fatos e feitos*, de 1996, um capítulo tem o título de ‘Desenvolvimento sustentável – conceito atual praticado desde o passado’. O capítulo defende que tal conceito já era praticado pela década de 1930, ‘ao dispor seus rejeitos em depósitos engenhosamente construídos em vales ao longo do Ribeirão do Cardoso.’ (MINERAÇÃO MORRO VELHO LTDA, 1996: 145)

Porém, se isso se destinava a explorar o rejeito ainda aurífero no futuro com técnicas que se esperava aprimorar, nenhuma preocupação havia com a natureza. Podemos reduzir o conceito de desenvolvimento sustentável apenas na administração de rejeitos para serem explorados posteriormente? Não acredito que tal conceito se reduza a isso. A conclusão disso é a poluição e o assoreamento do mesmo córrego pela mesma empresa na década de 1950, quando passava por dificuldades financeiras e a barragem do Cardoso já estava cheia. A questão do lucro esteve na frente de qualquer outra. O córrego mudou de nome, inclusive nos mapas, para ribeirão da água suja. Qual a sustentabilidade disso? (MINERAÇÃO MORRO VELHO LTDA, 1996: 145-146; MAY, 2010; MOTTA, 2006)

Logicamente toda a história do pensamento sobre a natureza, e por consequência praticamente todo o pensamento econômico, se apresenta como objeto de estudo da história ambiental. Porém há de se respeitar as concepções acerca da natureza dentro de seu tempo, pelas suas lógicas internas, sob pena de incorrer no anacronismo.

Certo que nem todo historiador é um ambientalista e nem vice-versa, contudo a análise da formação dos conceitos ambientais complexos é recente. E o estudo sobre a percepção sobre a natureza, ao contrário, pode ser considerada muito antiga. A proteção sugerida de ambientes onde se apresentam recursos naturais por agentes históricos do passado, que surge geralmente em obras históricas pela expressão ‘crítica ambiental’, merece certo cuidado. O que ocorreu em geral foram críticas econômicas em que a natureza aparece em evidência, mas como coadjuvante da atividade humana, não como objeto em si ou principal preocupação. Nesse aspecto toda gestão capitalista de recursos terá o meio ambiente como coadjuvante secundário.

Somente muito recentemente - algumas poucas décadas - considerações ambientais aparecem limitando ou formatando o aparato produtivo. Mesmo assim ainda cabem muitas críticas sobre se as leis ambientais atuais conseguiram colocar o paradigma ambientalista em mesmo nível de importância que as necessidades e argumentos do mundo produtivo. A resposta, para alguns importantes setores da economia me parece ser um retumbante não, por não ter conseguido profundas transformações na estrutura produtiva.

Mesmo que tenhamos que reconhecer com certa naturalidade o fato das empresas buscarem reescrever sua história de forma mais simpática, isso, entretanto não pode passar os limites, ao menos para o meio acadêmico, dos conceitos e da trajetória histórica de sua elaboração. Usar termos atuais para contextos do passado pode não ter o objetivo de falsear a história, mas não deixa de produzir, muitas vezes, o anacronismo, que é o estabelecimento de uma dissonância, conceitual ou ideal, entre o que realmente era e a interpretação que se faz fora das chaves de pensamento do período que se analisa.

Isso abre outras questões, não metodológicas, mas, políticas: Há certa teimosia em recriar heróis? O herói econômico e civilizador do século XIX estará sendo transmutado à força para um novo herói ecológico? É o que parece.

Devemos nos perguntar então: a quem pertence a paternidade da expressão ‘desenvolvimento sustentável’? Dos ambientalistas ou dos capitalistas e empresários? Teria o termo originariamente já nascido como uma releitura rasa da ‘gestão capitalista de recursos’? Se assim for, tem ela alguma validade no âmbito das ciências da natureza? Ela é tributária da ciência econômica e devem as ciências da natureza apenas instrumentalizá-la? Deverão as ciências da natureza se portar como os naturalistas do século XIX, guardando suas críticas para si? Se não, o que os ambientalistas trouxeram de novo para tornar tal expressão algo novo e digno de ser incluído como conceito de uma ciência de corte novo, dita ‘ambiental’? Permanece o desconforto com a expressão no meio das ciências naturais? Seria tal confusão de conceitos uma prova de que há uma vertente de ambientalismo ‘fajuto’ e retórico?

Referências bibliográficas

BARCELLOS, Gilsa Helena. A crise ambiental e a mercantilização da natureza. 109-123. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana. (org.) *Saberes ambientais: Desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. Meio Ambiente e desenvolvimento: um convite à leitura. 79-107. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana. (org.) *Saberes ambientais: Desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história da destruição da Mata Atlântica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

DOULA, Sheila Maria; COSTA, Maria Fernanda de Aguiar. Ciência, natureza e crítica ambiental na obra do barão de Eschwege: o Brasil sob o olhar de um mineralogista do século XIX. *Estudios Avanzados Interactivos*, año 3, no. 5. IDEA, Instituto de Estudios Avanzados, USACH, Santiago, Chile, julho/2004. Acesso: <http://lauca.usach.cl/revistaidea/html/revista%205/pdf/Sheila%20Maria%20Doula.pdf>

EAKIN, Marshall C. *British enterprise in Brazil: The St. John d'el Rey Mining Company and the Morro Velho Gold Mine, 1830-1960*. Durham and London: Duke University Press, 1989.

ESCHWEGE, Willhelm Ludwig von. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

HOLLOWOOD, Bernard. *A História de Morro Velho*. Trad. Lúcia Machado Almeida. Londres: The St. John Del Rei Mining Company Limited, Samson Clark & Co Ltd, 1955.

LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil – O caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

_____. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. Brasília: Brasiliense, 1988.

MARTINS, Marcos Lobato. História e meio ambiente. 65-77. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana. (org.) *Saberes ambientais: Desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MAY, Peter H. (Org.) *Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MINERAÇÃO MORRO VELHO LTDA. *Morro Velho: história, fatos e feitos*. Nova Lima: S/ed., 1995.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. *Economia Ambiental*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1789-1888)*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

RODRIGUES, Victor. *Nova Lima dos ingleses: a história do pioneiro George Chalmers*. Belo Horizonte: É Editora, 2012.

TURNER, F. *O Espírito Ocidental contra a Natureza - Mitos, História e as Terras Selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

WOLF, Eric R. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

“Clima Glorioso” ou “Calores Insuportáveis”? : uma interpretação do clima amazônico nos discursos de Alexandre Rodrigues Ferreira e Henry Walter Bates

Pedro Henrique Maia Braga*

Graduação em História

Universidade Federal da Paraíba

henquepedro@gmail.com

RESUMO: Este artigo discute, através das teses de alguns pesquisadores, como pode ter sido construído uma perspectiva antagônica, “paraíso” e “inferno”, sobre o clima amazônico, representado aqui nos relatos de Alexandre Rodrigues Ferreira e Henry Walter Bates. Estudada por viajantes desde o início da conquista europeia, os relatos de viagem contribuíram para forjar as bases que suportaram a construção de conceitos sobre a Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: clima amazônico; “paraíso” e “inferno”; relato de viagem.

ABSTRACT: This article debates, through the theses of some researchers, how could be made a conflicting perspective, “paradise” and “hell”, over amazonian climate, represented here by Alexandre Rodrigues Ferreira and Henry Walter Bates’ reports. Since the beginning of the european conquest, the travel reports helped to invent the bases which supported the construction of concepts about Amazônia.

KEYWORDS: amazonian climate; “paradise” and “hell”; travel report.

Há séculos a natureza americana atrai a curiosidade de viajantes e naturalistas de todo o mundo. Dos exploradores e navegantes e cronistas do século XVI, a passar pelo século dos ilustrados, o XVIII, e no alcance dos cientistas do século XIX, a América e os elementos que constituem sua natureza foram coligidos e estudados através da escrita e visões das mais heterogêneas. Em geral, tratou-se de estudar e reconhecer, entre outras coisas, sua viabilidade para a colonização europeia, e se pode acompanhar opiniões variáveis nos relatos de viagem, favoráveis ou não, a rigor, ao espaço descoberto. Posto em comparação com o Velho Mundo, a natureza do Novo Mundo teve, assim, seus caracteres narrados, descritos e, em não poucos exemplos, minuciosamente examinados.

Dentro de sua natureza descrita, narrada, qualificada, o clima obteve atenção significativa dos viajantes e naturalistas que dedicaram parte de suas vidas a singrar e estudar a região. O conceito de que o clima influencia na conformação das sociedades representou

* Esta participação, ainda bastante introdutória, faz parte de um projeto em execução na Universidade Federal da Paraíba, e financiado pela CAPES.

uma verdade que atravessou séculos. Os relatos de viagem contribuíram, assim, para forjar as bases em que conceitos sobre a Amazônia foram confeccionados (GONDIM, 2007).

Isto mostra Antonello Gerbi num de seus estudos sobre o continente americano, *La Naturaleza de las Indias Nuevas*, a cuja tese o mesmo declara: “*El presente estudio (...) nació de las investigaciones acerca de la ‘debilidad de América’, (...) la tesis de que el continente americano es (...) inferior, (...) inmaduro, en comparación con el mundo antiguo*” (GERBI, 1992, p. 15). No quadro da natureza estudado pelos primeiros naturalistas e historiadores da América, unido à fauna e flora e seres humanos está o clima, e não surpreende o fato de que exerça atração significativa e ocupe espaço privilegiado no discurso dos viajantes. O início da conquista assiste a uma reação estupefata diante desta natureza edênica. Se primeiramente houve tendência favorável naqueles que puderam, *de visu, sentir* o Novo continente, outros foram desfavoráveis e denunciaram o caráter maligno do ambiente. Estudos revelam que do conjunto dessas narrativas sobressaem pelo menos duas perspectivas: a) de que o clima é perfeitamente saudável, ao contrário do que se dizia nos círculos intelectuais europeus quanto à sua má influência sobre o organismo humano e desenvolvimento físico dos animais;³ b) por outro lado, de que zonas de clima quente impossibilitavam a adaptação do ser humano, impróprias para o desenrolar da vida.

Aristóteles (384–322 a.C.) foi um dos principais criadores, na Filosofia, de particular maneira de conceber o clima e a natureza. Para gerações posteriores legou um sistema de pensamento acerca da influência do calor e do frio na formação dos organismos, da sua influência nos seres humanos. Calor e frio como causas reais da geração e destruição, no papel ativo que desempenham no crescimento e decadência do organismo (ROSS, 1987). Foi o filósofo jônico de Estágira que durante o período medieval teve expressiva influência sobre os teólogos/filósofos e obteve, assim, o privilégio da reverberação de sua filosofia além das fronteiras do tempo (NASCIMENTO, 2004). Embora se conheça a importância de outros pensadores a este respeito, foram as bases filosóficas aristotélicas sobre o clima que se solidificaram no pensamento de cronistas e regeram o intelecto do escol da elite culta europeia do século XVI. O calor, extremado nas “zonas tórridas”, representava impossibilidade de adaptação. Embora Aristóteles e outros tivessem seu pensamento retomado pelos cronistas, sua filosofia do clima não ficaria impune:

³ Oviedo pôde dizer que “el clima [tropical caribenho] es de una dulzura inigualable, y haciéndose día a día más benigno”. GERBI, 1992, p. 347. Ou cf., do mesmo autor, *La Disputa del Nuevo Mundo: história de uma polémica (1750-1900)*, 1982.

Passando o Sol continuamente sobre essa zona tórrida, de um trópico a outro, (...) deve o calor ser extremado a ponto de terem pensado autores acatados (e ainda o pensarem) que somente com grandes dificuldades pode o homem adaptar-se. Mas (...) observa-se o contrário na Ilha do Maranhão e terras adjacentes do Brasil (...) sob a zona tórrida, a dois e meio graus do Equador, (...) seria de fato o calor insuportável não fosse a (...) providência divina atenuar e temperar tal ardor por meios (...) maravilhosos (D'ABBEVILLE *Apud* SANT'ANNA NETO, 1999, p. 21).⁴

De relato em relato, as crenças nos antigos modelos cosmográficos cedeu lugar à outra visão do globo, sem mais espaços escondidos ou distâncias incalculáveis. O pensamento geocêntrico de C. Ptolomeu, bem como o climático de Aristóteles, ou o de Plínio, ganhou cada vez mais críticos contrários. Para o padre capuchinho d'Abbeville, a “experiência” compreende, por excelência, o método de interpretação. Em sua chegada ao Brasil pela armada de Daniel de la Touche em 1612 revelou um conjunto de dados sobre os caracteres climáticos da região, quando os franceses implantaram a França Equinocial em São Luis. Surpreendido, maravilhado esteve o ele? Talvez esperasse deparar um clima insuportável? Atile-se ao momento em que escreve (estava mais quente ou frio?) e às circunstâncias subjetivas do viajante. Pois que demonstra Mary L. Pratt não serem poucas as questões que podem influir na composição de um relato de viagem (PRATT, 2011). A crença antiga fora contraposta, embora não recuse de todo que o clima era meio inconveniente. A “providência divina” parece ter dado um jeito no “ardor”, ao temperar e atenuá-lo com “meios maravilhosos”.

Desbravadores do acesso à verdade, para S. B. de Holanda, aqueles primeiros nautas, unidos ao seu realismo tosco, puderam inaugurar novos caminhos no pensamento científico com o simples fato de, no olhar e no tatear, dos “olhos que enxergam”, das “mãos que tateiam” desmitificarem concepções de um mundo outrora apenas pulsante na seara do abstrato para os antigos, ao desterrar “alguns velhos estorvos ao seu progresso” (HOLANDA, 2000, p. 11-12). Entretanto, a idealização do paraíso na terra, de uma natureza de bonança, deu lugar a uma perspectiva negativa, em que indícios do “inferno” não demoraram (HOLANDA, 2000, p. XI).

Quando a extensão do Éden na Terra se desmancha diante da realidade que lhes assalta, a mudança de visão irrompe gradativamente. O encontro do Paraíso Terreal, utopias oníricas de navegantes e cronistas, não escondem o fato de que o Jardim de Delícias também correspondia a pesares. Para alcançá-lo, depara-se com perigos mastodônticos. Em Holanda,

⁴ É para se dizer que não apenas Aristóteles pensou imerso na perspectiva. Trata-se de conceitos que tangeram o pensamento de pensadores antigos diversos. Sobre, veja-se Holanda (2000).

a metamorfose do paraíso ao inferno, representada no recrudescimento do pessimismo sobre a Terra, se relaciona ao mesmo princípio religioso que nutrirá a visão desse Horto no alvorecer da era moderna. Apesar das variações de posicionamento dos pensadores da época, o pessimismo se vincula à Queda. A Terra, obra de Deus e cujo fim seria sua primorosa criação divina, o ser humano, é, assim, vítima de sua Queda, do pecado, e perde caracteres divinos. “Começara-se” o grande martírio, natureza retorcida na perda de seu estado original de portento. E do impacto negativo da conquista ou das teorias que passam a invadir antros intelectuais a partir do século XVIII, nota-se então um discurso que se pôs a qualificar a natureza do Novo Mundo, num juízo negativo de seu clima em constante comparação com o mundo europeu, o Velho Mundo (HOLANDA, 2000, p. 236-237; GERBI, 1992).

Evidentemente, os teóricos do iluminismo não nutriram suas teorias nas mitos de outrora. O posicionamento racional foi contundente entre os iluministas. São notórios, em exemplo, George-Louis Leclerc, ou conde de Buffon (1707-1788), Charles Montesquieu (1689-1755) e Cornelius de Pauw (1739-1799), cujos juízos atribuíam às diferenças climáticas e localizações geográficas elementos matrizes na distinção de cor, estatura, comportamento, índole e capacidade inventiva das populações humanas. Estas ideias estavam dirigidas ao pressuposto da debilidade da própria natureza e do indígena americano para produzir tecnologias e política e economias complexas: traços civilizatórios; e fundamentaram grande parte de teorias sobre a evolução dos povos e das civilizações no século XVIII (PINTO, 2005, p. 183-184; 189-190).

Marcado por intensas disputas entre Portugal e Espanha e outros países, o século XVIII assistiu a coibição de trânsito de viajantes em certas partes da América do Sul, em particular regiões amazônicas. Outros estudiosos da natureza amazônica no século XVIII se mostraram favoráveis ao pensamento de Buffon. No aglomerado de pensadores embevecidos pelo espírito das luzes estiveram Charles-Marie de La Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira. Puderam conhecer *a olho* e descrever aspectos do clima e sua relação com as populações amazônicas. A fim de solucionar o que se considerava um dos maiores debates científicos do período, o formato da terra, La Condamine (1701-1774), em viagem de 1735 à América, deixou suas impressões acerca do clima na formação dos nativos amazônicos. Na incursão de registrar a potencialidade de territórios portugueses no ultramar, a coroa portuguesa enviou o naturalista baiano Rodrigues Ferreira, cuja função, seja no sentido administrativo e colonialista, seja para a História Natural, atuou na confecção de obra extraordinária, considerada um inventário da fauna e flora do Estado do Grão-Pará e

Maranhão, sua “Viagem Filosófica ao Rio Negro”. Além da equação clima-ser humano, o discurso de ambos sobre o clima amazônico apresenta também outros matizes:

Achei em Zaruma a altura barométrica de 24 polegadas e 2 linhas 0,6546mm; sabe-se que essa altura não varia na Zona Tórrida como nos nossos climas (...) Todos os antigos nativos do país são trigueiros e de cor avermelhada, mais ou menos clara; a diversidade de matiz deve-se verossímil, e principalmente, às diferenças de temperatura do ar dos países que habitam, pois vai do maior calor da Zona Tórrida até o frio causado pela vizinhança da neve (LA CONDAMINE, 2000, p. 48, 59; SAFIER, 2009, p. 93).

Pelo character dos naturaes; pela sua côr e phisionomia; pelas suas vozes, e outros viziveis efeitos da influencia do clima; (...) A côr em quase todos é macilenta, as vozes debeis e desentoadas, e todos elles ociosos, e negligentes. (...) Os calores depois das nove horas da manhan, até ás quatro da tarde são insuportaveis, de maneira que se não póde sahir fóra de casa (...) fica tão abafada a atmospherá, que mal se póde supportar no corpo a mesma camisa (FERREIRA, 1988, p. 678-679).

Os relatos de La Condamine tiveram recepção na Europa. Sabe-se, pelo menos, que Buffon, Hume, Montesquieu, de Pauw e Rousseau o leram, e outros intelectuais do período, e pode-se dizer que seus relatos, portanto, tiveram recepções e interpretações individuais entre os eruditos europeus.⁵ Nele, há levantamento de “Amazônias”, cuja diferença climática, oriunda do próprio aspecto heterogêneo de seu espaço, “neve” e “calor”, reflete-se na cor dos índios: de “avermelhada” a “mais ou menos clara”. Ferreira também apresenta a equação clima-ser humano, explicada, por seu lado, no timbre da voz, cor da pele, preguiça, mas, sobretudo, a sugestão, diga-se, de um clima inconveniente, visto que atribui ao calor a qualificação de “insuportável” e, ordinariamente, a agonia de viver num lugar desses, em que mal se pode aguentar no corpo “a mesma camisa por muito tempo”.

A curiosidade sobre a natureza americana e, por extensão, sobre a amazônica não cessa no século das luzes. Na verdade, um evento de grande magnitude, ao irromper na Europa, atinge a dinâmica das nações europeias. Napoleão Bonaparte (1769-1821), ao atingir Portugal com seu projeto expansionista, apressou a mudança da coroa portuguesa para o Brasil, pois antes das tropas de Junot invadirem Lisboa, a Corte já se antecipara em sua fuga cujo destino era o Rio de Janeiro, quando lá aportou, em março de 1808. Os dois eventos, tanto a invasão francesa como, por conseguinte, a transmigração portuguesa, propiciaram em vários aspectos a configuração das bases para que um sem número de expedições e viajantes

⁵ Veja-se também em SAFIER (2009, p. 103-104) a polêmica entre La Condamine e o judeu sefardita Isaac de Pinto (1717-1787). Acompanhe-se também a contestação do Padre João Daniel aos delírios de gabinete de Montesquieu sobre o clima da zona tórrida, “nem todos os discursos são evidências na praxe, e que nem toda a especulação é infalível nos experimentos”, em: COSTA, 2002, p. 92-93.

pudessem, a partir de então, penetrar em regiões ainda não catalogadas em sua biodiversidade pela ciência natural do período, visto a América Portuguesa estar com suas portas fechadas por longo tempo aos viajantes. A. v. Humboldt, a quem se pode dizer que é um dos marcos iniciadores “das grandes explorações científicas no Novo Continente”, não conseguiu entrar, portanto, na parte territorial portuguesa. Em companhia do botânico Aimé Bonpland, e depois de percorrer países da costa do oceano pacífico em sua conhecida viagem (1799-1804), teve-a interrompida quando decidira transpor as cabeceiras do rio Orenoco e entrar em território português. Neste sentido, Humboldt e Bonpland inspiraram, direta ou indiretamente, outras viagens ao território português, que depois veio a se tornar Brasil em 1822, ao qual o Grão-Pará e Maranhão aderiu em 1823. Estavam lançadas as bases, em virtude de mudanças políticas nas metrópoles, para que viajantes de todas as partes viessem a esse país em gestação, sondar sua natureza, quantificar, qualificar, descrever, ao estilo da ciência positivista seus minérios, recolher e colecionar plantas e animais e... enviar para a Europa, onde a ficariam nos museus metropolitanos. De maioria alemã, francesa e inglesa, pode-se dizer que aquilo que Humboldt não presenciou, não cunhou nas páginas de sua obra, ficou para os seus sucessores e simpatizantes de seu paradigma de viagem levarem adiante. E entre os que fitaram sua curiosidade sobre o Brasil, houve os que tiveram a Amazônia no seu itinerário, como os casos, entre outros, de componentes da Expedição Austríaca, da Expedição Thayer, e daquela encabeçada pelo Barão de Langsdorff (PINTO, 1976, p. 444,445).

Henry Walter Bates foi um dos que estudaram a região no século XIX. De acordo com Hideraldo Costa (2002), a influência do romantismo nos relatos de viagem sobre a Amazônia fez com que propusessem desfazer os rótulos que viajantes anteriores haviam feito sobre um clima impróprio para a vida humana. Não seria de estranhar o então comportamento dos viajantes do XIX, cujo olhar imperialista e que envolvia políticas metropolitanas e ciência, agissem no sentido de isentar o clima amazônico de tamanhos discursos maledicentes. A colonização era, portanto, tão possível como o fato de que o clima não apresentava esses aspectos infernais. Assim, em 1848, pôde dizer que em “geral prevalece uma temperatura alta”, oscilando entre “89° e 94°”, “nunca desce abaixo de 73°, numa média de “81° Fahrenheit”.⁶

Embora muito próxima do Equador (1° 28' lat. Sul), o seu clima não é excessivamente quente. Os norte-americanos residentes na região afirmam

⁶ 89, 94, 73 e 81 graus Fahrenheit correspondem, na escala Celsius, vigente no Brasil, a 31,667, 34,444, 22,778 e 27,222 graus, respectivamente.

que o calor ali não é tão opressivo quanto em Nova York e Filadélfia no verão. É claro que a umidade é excessiva, mas as chuvas não são tão pesadas nem tão contínuas, na estação das águas, quanto em outros climas tropicais (BATES *Apud* COSTA, 2002, p. 103).

Com diferença a relatos de outros viajantes com tendências detratoras, Bates considera o clima amazônico agradável, delicioso, e mostra como mesmo habitantes do sul dos EUA se encontravam habituados e sequer sentiam grandes diferenças nas temperaturas. Este posicionamento denota o ser favorável a colonização branca e a introdução de traços correspondentes a civilização da região, como comércio, povoamento e aproveitamento das riquezas naturais.

Objetivou-se mostrar ao leitor um problema. Que o clima americano, e, por conseguinte, o amazônico, foi, ao longo de sua história, sujeitado a numerosas interpretações (que, de fato, excedem os singelos exemplos aqui elencados), originárias, do mesmo modo, de diversos viajantes e teóricos europeus. De acordo com algumas teses, parece, entretanto, que apesar da multiplicidade discursiva dos relatos de viagem, as conclusões, a rigor, se tornaram entre as visões do “paraíso”, do “inferno” e “purgatório”. Portanto, dois polos interseccionados por uma “zona de contato”, um lugar do meio, o purgatório. A qualificação da natureza amazônica pela ciência contribuiu para a “invenção” do seu clima, enroupado por estes conceitos que desafiam a perguntar se a região é paraíso, inferno, purgatório, ou, nem uma coisa, nem outra.

Referências Bibliográficas

COSTA, Hideraldo Lima da. *Questões à Margem do “Encontro” do Velho com o Novo Mundo: saúde e doença no país das Amazonas (1850-1889)*. 264 f. Tese (Doutorado) – PUC, São Paulo, 2002.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: MPEG, 1988.

GERBI, Antonello. *La Naturaleza de las Indias Nuevas: de Cristóbal Colón a Gonzalo Fernández de Oviedo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

GERBI, Antonello. *La Disputa del Nuevo Mundo: história de uma polémica (1750-1900)*. Fondo de Cultura Económica, 1982.

GONDIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento do Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem na América Meridional Descendo o Rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000. (Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros).

PINTO, Olivério Mário Oliveira. “Viajantes e Naturalistas”. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, v. III, 5. ed. (O Brasil Monárquico – Reações e Transações. São Paulo: Difel, 1976.

PINTO, Renan Freitas. As Representações Científicas da Amazônia: o lugar das etnociências. In: FREITAS, Marcílio (org.). *Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza*. Vol. 1. Manaus: Edua, 2005, p. 169-193.

PRATT, Mary Louise. *Ojos Imperiales: literatura de viajes y transculturación*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

ROSS, David. *Aristóteles*. Tradução de Luís Filipe Bragança S. S. Teixeira. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

ROSSI, Paolo. *O Nascimento da Ciência Moderna na Europa*. Bauru: SP: EDUSC, 2001.

SAFIER, Neil. Como era ardiloso o meu francês: Charles-Marie de La Condamine e a Amazônia das Luzes. Trad. de Manuel Amaral Bueno. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 91-114, 2009.

UGARTE, Auxiliomar Silva. *Sertões de Bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI-XVII*. Manaus: Valer, 2000.

O “Paraíso Terrestre” como Arcádia ou um “Parnaso Mineiro”? A natureza na poesia de Claudio Manoel da Costa*

Rute Guimarães Torres**

Mestranda na linha Ciência e Cultura na História

Universidade Federal de Minas Gerais

rutetorres@gmail.com

RESUMO: Esta apresentação procura perceber e discutir como a natureza da região de Ouro Preto e Mariana foi representada nos versos do poeta Claudio Manoel da Costa na segunda metade do século XVIII. No contexto de sua produção, o imaginário sobre a natureza idílica do interior e as possibilidades de riquezas minerais ainda estava presente na cultura literária. Claudio Manoel buscou vislumbrar em sua terra natal o desejado paraíso da “Arcádia”. Mas a paisagem idealizada contrastava com o ambiente de densas florestas e altas serras que desafiavam a dominação e civilização da região, mesmo depois da intensificação da mineração e surgimento de grandes vilas.

PALAVRAS-CHAVES: paisagem; literatura; percepção da natureza

Introdução

No drama musical *O Parnaso Obsequioso*, escrito em 1768, o poeta mineiro do arcadismo, Claudio Manoel da Costa, conclama as musas guardiãs dos grandes heróis e inspiradoras das artes e das ciências para prestarem homenagens ao então governador da Capitania de Minas, Sr. José Luiz de Menezes, o Conde de Valadares. A paisagem tomada como inspiração é a alta serra do Itacolomi, coroada pelo Pico que a nomeia, entre Ouro Preto e Mariana.

A atribuição do nome *Parnaso* foi feita em referência a uma montanha localizada na parte central da Grécia, que, para a mitologia, representa o monte dedicado ao deus Apolo, no qual vivem as musas inspiradoras dos poetas. No drama de Claudio Manoel, Apolo conta em versos as boas mudanças percebidas na região aurífera após a chegada de Menezes, que vem aos penhascos mais rudes “para punir e domar a natureza” dos súditos. Menezes, ou, como é mais conhecido, o Conde de Valadares, chega à Vila Rica em 1768 para substituir Luis Diogo Lobo da Silva, que governava desde 1763.

APOLO Enfim tudo é delícia
Na opulenta região das áuras Minas;
E tu, ó bom Menezes,
Desses troncos incultos, dos penhascos

* O texto em questão foi escrito para ser apresentado oralmente no III EPHIS, atentando para a linguagem mais clara e abordagens mais breves possíveis. Manteremos a grafia original para sobrenome do poeta: Manoel.

** Bolsista CNPq.

Mais hórridos, mais feios,
Dos queimados Tapuias
Fazes pulir a bárbara rudeza,
Fazes domar a natureza fereza.

(Glauceste Satúrnio⁷, *O Parnaso Obsequioso*, Parte II)

O *Parnaso* de onde Apolo conclama suas musas para cantar alegrias e gloriar as Minas está situado ali, entre a antiga Vila Rica e Mariana. O penhasco, por sua vez, foi descrito no poema como de paisagem áspera, dura e pedregosa, dominada pelo Gênio do Itacolome⁸, representante do poder da Coroa Portuguesa que controlava e vigiava a região, assim como o Itacolome dominava as demais serras.⁹

Para além do drama citado, vários dos poemas de Claudio Manoel da Costa trazem em seus versos descrições da natureza da região de Minas Gerais. Nas suas “Obras Poéticas”, que reúne composições desde que estudava na Europa, o poeta constantemente se referiu à paisagem de sua terra natural, fonte de sua inspiração.

Nascido em 5 de julho de 1729, Claudio Manoel da Costa pertencia a linhagem de portugueses com os primeiros paulistas que ocuparam a região das Minas. De acordo com a documentação de seu batismo, nasceu no distrito chamado “Vargem do Itacolome”¹⁰, em Mariana, e foi batizado na Capela de Conceição, no sítio de João Fernandes de Oliveira - o velho, pai do grande contratador de diamantes. (ALCIDES, 2003, p. 17)

Destes penhascos fez a natureza
O berço, em que nasci! Oh quem cuidara,
Que entre penhas tão duras se criara
Uma alma terna, um peito sem dureza!
(Glauceste Saturnio, *Obras Poéticas*, soneto XCVIII)

Rios, pedras e montanhas, figuras obrigatórias da poesia arcádica, compunham a paisagem afetiva do poeta, que nasceu no sopé da Serra do Itacolome, de “intratáveis penedos” e “montes frios”. As ler seus poemas e, principalmente, aquele considerado sua obra mais notável, *Villa Rica*, nos deparamos com referências à natureza da região que

⁷ Glauceste Satúrnio é, na verdade, Claudio M. da Costa.

⁸ Personificação criada pelo poeta para o Pico do Itacolome. COUSIN, 1958, p. 225, nota 3.

⁹ Sérgio Alcides analisa como o estado emocional e psicológico de poeta, tanto no retorno da Europa quanto no descontentamento com o poder exercido em Minas Gerais, influenciou na caracterização da natureza da Serra do Itacolome. Cf. ALCIDES, 2003.

¹⁰ Ou Várzea, em algumas biografias. O documento original está ilegível. IGREJA Católica de Nossa Senhora da Assunção de Mariana-MG, Capela N.S. Conceição do Sítio da Vargem de Itacolome, Arquidiocese de Mariana-MG, Certidão de Batismo (descrição online) de Claudio Manoel da Costa. Salt Lake City: Filmado pela Sociedade Genealógica de Utah, 1980. n.º. 1284522/Item 17Fls. 110 e 110v.

comportavam antigos mitos sobre as terras do Novo Mundo, as riquezas minerais e as expectativas de encontrar um paraíso terreal que foi procurado nos sertões durante décadas.

O imaginário sobre a natureza da região

Dedicado ao Conde de Bobadela, *Villa Rica* foi escrito antes de 1768 e divulgado em 1773. Na “Carta Dedicatória” e no “Prólogo”, o poeta deixa clara sua intenção em honrar “a mais importante capitania dos domínios portugueses”, as Minas, que “lhes tornaram dignas de lembranças e alvo de seu amor pátrio” pelas suas riquezas.

Villa Rica trata da epopéia dos desbravadores dos sertões das Minas em busca das riquezas tão desejadas e, principalmente, dos conflitos pela posse da região na Guerra dos Emboabas. Nos “Fundamentos Históricos”, ao narrar as entradas em Minas Gerais, o poeta atribui à natureza participação fundamental na localização das riquezas. Tal referência influenciou diversas produções posteriormente, utilizando-se, inclusive, de descrições como “o faról dos bandeirantes” para se referir aos altos picos.

Romperam os mattos geraes, e servindo-lhes de norte o pico de algumas Serras, que eram os farões na penetração dos densissimos mattos [...]. (COSTA, *Fundamentos Históricos*, p. XII).

Nos versos, os bandeirantes não perdoaram o rio mais remoto e caudeloso, nem a serra mais intratável e áspera (*Villa Rica*, Canto X). Mas, diz o poeta, que o conhecimento do ouro nas montanhas só veio a conceber-se mais tarde, a partir de 1697, aos pés do Itacolomi. Esses homens buscavam as ambições do rico metal. Decorreram os sertões em busca do rio e da terra ao pé do Itamonte, que escondia as grandes maravilhas.

Vós, que por tantas vezes discorrido
Tendes estes sertões, tereis ouvido
O nome de Itamonte; esta lembrança,
Este signal só tenho de esperança,
Acharemos um dia o rio, a terra,
A nympha e os mais portentos, dónde tome
Dos thesouros, que espero, a villa, o nome
[...]
Parte dos grossos mattos descobria
Uma elevada e tosca penedia,
A quem corôa um pico a altiva fronte
[...]
Demandedei esta rocha e do eminente
De toda ella um ribeiro vi, que nasce,
Que do sol recolhendo dentro a face
Pareceu converter-se todo em ouro.
[...]
De *Ita* nome lhe deu, e na rudeza,

Do gentio talvez, que hoje alterado
O nome *Cunumím* lhe seja dado.

(*Villa Rica*, Canto II, p. 16-18)

Segundo Charles Boxer, em *A Idade do Ouro do Brasil*, a convicção de que o Brasil devia ter minas de metais e pedras preciosas já existia há quase dois séculos, inspirada pelas histórias dos espanhóis sobre o *El dorado* ou pela interpretação de lendas ameriencidas, ou simplesmente pela aproximação geográfica do Potosí argentífero. (BOXER, 2000, p. 57)

Na narrativa de Claudio Manoel, em *Villa Rica*, a empresa de Fernão Dias Paes empreendeu suas buscas pelo Rio São Francisco a procura das esmeraldas dos manuscritos antigos. Cuidaram em buscar junto a *Rupabussu*, o Lago Grande, onde deveriam estar as montanhas de esmeraldas. Os homens da comitiva iam até os índios ter notícias da localização das pedras, até que chegaram a *Vupabussu* (*Villa Rica*, Fundamentos Históricos, p. XX a XXX). No canto Sexto de *Villa Rica*, o poeta descreve as características da região que procuravam, declamando que são as buscadas regiões sua a patria terra, o lugar mais rico, o paraíso procurado pelos bandeirantes.

São estas, são as regiões benignas,
Onde nutre a perpetua primavera
As verdes folhas, que abrasar pudera
Em outros climas o chuvoso inverno
[...]
E as serras, que em distintos horizontes
Murando vão pelos remotos lados
[...]
Sempre o principio te ha de ser occulto,
Quando chegues ao fim do rio ou serra.

(Canto Sexto, p. 45-46).

Segundo Sergio Buarque de Holanda, em *Visões do Paraíso*, as descrições medievais do Éden destacavam a perene primavera e invariável temperança do ar, que prevalecia no horto sagrado, como teorizado por Isidoro de Sevilha. O paraíso foi transportado para a América do Sul graças à influência de autores espanhóis, como Antônio Leon Pinelo, que disse que os primeiros pais moraram na América do sul antes da queda, e sua localização estava entre os quatro rios que cortavam o paraíso: o Prata, o Amazonas, o Madalena e o Orenoco. O Holanda descreveu que, no Brasil, esse velho mito, juntamente com outros, foi retomado por Pero de Magalhães Gandavo, e as crônicas e cartas do período colonial demonstraram que se houvesse paraíso na terra, seria no Brasil. Simão de Vasconcelos abre as crônicas da Companhia de Jesus, em 1663, teorizando que estava no Brasil o Éden e, mesmo

já no século XVIII, Pedro de Rates Hanequim, que viveu nas Minas por 26 anos, é julgado e condenado à morte pelo Santo Ofício por sustentar que o paraíso terreal estaria conservado entre as serranias daquela capitania. Mas Sérgio Buarque também adverte que os bandeirantes não saíam em busca desse lugar paradisíaco se não fossem às esperanças de encontrar imensos tesouros. Na verdade, para ele, o simples atrativo do ouro, ou ainda da prata, a exemplo de Potosí, bastaria para autorizar o longo prestígio alcançado por uma região imprecisa. (HOLANDA, 2004)

Seguindo mitos e lendas indígenas, ligadas as características do paraíso terreal, os bandeirantes buscavam o dourado *Vupabussu*, que aparece nos documentos como sendo uma Lagoa Dourada. Como narra Sérgio Buarque, em 1550, índios do interior foram à Bahia e relataram terem vindo da região de um grande rio onde se encontrava uma serra resplandecente. Em 1570, Gandavo nutriu esperanças de encontrar as montanhas reluzentes de esmeraldas no sertão. Ao longo dos séculos, houve uma composição de lugares míticos, como a grande lagoa boca do mar, as serras de pedras verdoengas, pedreiras de esmeraldas e safiras, montanhas de cristais verde e vermelho e ouro em grande abundância. A fama do *Sabarabuçu*, montanha de prata, foi se associando às montanhas de esmeraldas, localizadas na mesma linha de Potosí. Para o autor, o que as expedições tanto procuravam não era nem ouro nem prata, mas foram atrás dos relatos de esmeraldas. Várias bandeiras saíram de São Paulo em busca da Grande Lagoa (*Vaparabuçu*) pelo sertão adentro, com suspeita de que alcançariam o Peru pelas águas do São Francisco. A miragem do *Sabarabuçu* argentífera e a da serra de esmeraldas, que aos poucos se transfiguraram nas antigas montanhas dos gentios, sustentaram-se das esperanças de grandes riquezas, mesmo depois da descoberta do ouro nas Gerais. A crença de um Éden, desse paraíso de riquezas terrais, portanto, mundanas, que generosamente se oferecia e estava só a espera de ser ganho, era um dom de Deus. A natureza era um presente do Criador para o homem. (DIEGUES, 1996; THOMAS, 2001)

Esse paraíso, portanto, não era desejado como uma selva fechada, um lugar de bárbaros ou de natureza indomada. Era antes de tudo visto à luz das descrições bíblicas, como um jardim planejado e prazeroso, um horto de bem-aventuranças. (BÍBLIA, Gênesis, cap. 1 e 2). Ainda segundo Sérgio Buarque, o paraíso tinha um clima temperado, bosques frondosos, de frutos saborosos e prados férteis, cortados em vários trechos por águas nos lugares elevados e íngrimes e em formas de ilhas. Essa paisagem idílica é associada às descrições ufanistas sobre o Brasil desde os textos de Padre de Nóbrega, em 1549, que descreveram as possessões portuguesas na América, restrito a costa brasileira, como “horto das delícias”,

bondade dos ares, sanidade da terra, temperança do clima, mantimentos abundantes e beleza da vegetação. (HOLANDA, 2004, p. 354)

Todavia, o quadro descrito que seduziu as entradas pelo sertão contrastava com a realidade da natureza encontrada no interior. Um grande número de comunidades nativas, os matos fechados na subida da serra para o interior e as íngrimes serras pedregosas foram elementos humanos e do mundo natural que os bandeirantes enfrentaram na difícil entrada para o interior do país (DELVAUX, 2009).

O mesmo contraste permeou os versos de Claudio Manoel da Costa ao se referir à sua terra natal. O paraíso para o poeta parecia estar mais próximo da imagem idílica do romantismo inglês do século XVIII, um horto cercado campos férteis, um retiro de paz para um trato pastoril. (*Obras Poéticas*, Soneto XIV). Mas sua paisagem idealizada, digna dos poemas arcadianos, não foi vislumbrada ao retornar para Minas Gerais.

Para Sérgio Alcides (2003), o poeta estava dividido entre dois mundos: o mundo rude dos sertões e o mundo mais culto dos centros urbanos do Reino. De volta depois de uma longa temporada de estudos em Coimbra, Claudio Manoel teve que percorrer o caminho novo rumo à sua cidade natal, cortando montanhas elevadas e de trajetos perigosos. Para o poeta, era como entrar num mundo incivilizado novamente, com suas águas barrentas e turvas e seus picos que atemorizavam aqueles que os observavam. Natureza muito diferente das águas calmas do Mondego e das colinas arcadianas de terras férteis, onde as musas se deleitavam na beleza de uma paisagem harmoniosa.

Na “Écloga XII”, o poeta fala dos campos de Elísio, onde reinavam um fino amor quando se estendia o olhar sobre a ribeira, cujo rio era brando e mansamente inundava os férteis campos. Na “Écloga XIV”, já temos o triste pastor desterrado, em um lugar funesto e carregado de rústica floresta, banhado por um feio e turvo ribeiro, cercado por penhas medonhas. No “Soneto VIII”, tudo é horror na paisagem: “rio, montanha, troncos e penedos”. Era um lugar áspero demais para ser amado, conforme conclui no “Soneto LXXXVII”. As *Obras Poéticas*, com seus sonetos melancólicos e saudosistas de uma Arcádia, trazem versos se assemelham a literatura de desterro.

Onde estou? Este sítio desconheço:
Quem fez tão diferente aquele prado?
Tudo outra natureza tem tomado;
E em contemplá-lo tímido esmoreço

(*Obras Poéticas*, Soneto VII)

Mas, ao contrário, o poeta está em sua pátria. Porém, sentindo-se exilado da civilização e da paisagem inspiradora. Nas viagens pelos sertões que fez na comitiva de Lobo Silva pelas fronteiras com Goiás e São Paulo, Claudio Manoel experiencia ainda mais a aspereza dos sertões. A *Fábula do Ribeirão do Carmo*, bem como os cantos VII ao IX de *Villa Rica*, retratam esse estado natural e associam os aspectos negativos de sua pátria com aquela paisagem. As serras representam um limite para que a civilização chegasse à região.

Para o poeta, Vila Rica e os arredores precisavam que a ordem cultural dominasse a natureza e a civilização conseguisse chegar à região. É preciso que o “gigante de mármore” o escute e permita que as musas venham lhe cantar versos. Aos pés do Itamonte, o “horrendo penhasco”, o pastor chora de saudades das ninfas e dos amores. (Écloga XIV e IX). Ao observar as “duras penhas”, seu peito aperta e se entristece. (*Obras Poéticas*, Soneto LVII).

Nas *Obras Poéticas*, esse momento é representado, principalmente no “Soneto LXXXVI”, como de intensa tristeza para o poeta. O governador António Gomes Freire de Andrade, O Conde de Bobadela, com quem Claudio Manoel estabeleceu uma relação de amizade, havia falecido e em seu lugar foi nomeado Luis Diogo Lobo da Silva. As aproximações entre os dois não foram boas e Claudio Manoel se viu frustrado quando não alcançou o maior favor que desejava: ser procurador vitalício da Fazenda.

Na *Fábula do Ribeirão do Carmo*, o pastor tenta conversar com o gigante, em busca de consolo para sua amargura. Mas o Itamonte, o gênio daquela montanha, que simbolizava o poder da Coroa, o amedrontava, considerando a si mesmo como “parto da terra”, filho abortado que guerreava contra os deuses. O pastor não conseguia se sentir seguro diante daquele “montanhez tyrano”, em cujos sonetos em italiano, o pastor procurou dialogar com o monte. Mas as penhas estavam mudas, era só “mármore duro”. (Écloga VIII).

Que inflexível se mostra, que constante
Se vê este penhasco!

[...]

Queres ver, que esse monte áspero, e duro
Sabe, que és causa tu das minhas penas?
Pergunta-lhe; ouvirás, o que te juro.

[...]

Altas serras, que ao Céu estais servindo
De muralhas, que o tempo não profana...
Lá sobre o vosso cume se está rindo
O Monarca da luz, que esta alma engana.

[...]

...volta a falar-me,
Ó dura penha, eu quero aconselhar-me

contino mesmo

(*Obras Poéticas*, Soneto XLVII; LIII; LVIII e Epicêdio III)

Finalmente, o gigante o escuta e volta a falar com o pastor depois de seu pedido. Este é o momento da chegada do novo governador, o Conde de Valadares, no qual o poeta deposita suas esperanças e vê essa nova fase como de oportunidades para mudar a realidade da região: civilizar, desenvolver a vila e descobrir os tesouros ainda escondidos no seio do gigante, isto é, no interior das serras. *O Parnaso Obsequioso*, então, já canta as maravilhas que o pastor vislumbraria. A paisagem ainda é a mesma, o rio ainda é o Ribeirão do Carmo e o *Parnaso* ainda é o íngreme Itacolomi. Mas sua pátria, reconhecida rica e apta à civilização sob o domínio do novo governo, passa agora a ser amada e digna de ser lembrada pelo poeta.

APOLO Mas que é isto? Inda as Musas em silêncio
No Parnaso se vêem? Não ouço ainda
O número sonoro,
A métrica harmonia,
Que deve festejar tão fausto dia!

(*O Parnaso Obsequioso*, Coro 1)

GLAUCESTE Eu estava também já reparado
Em um clarão que vinha do Oriente,
Por entre aqueles tronco rebentando.
Tudo parece novo já no monte,
[...]
Contente o povo todo,
No monte, e na cidade

(*Obras Poéticas*, Segunda Parte, Ecogla)

Acabou o feio e desganhado inverno que fazia o horror destes campos; eles se cobrem já de novas e risonhas flores; [...] Parece que vai fugindo toda a rudeza destes montes.

(*Obras Poéticas*, Para terminar a Academia)

Enfim eu vos saúdo,
Ó campos deleitosos,
Vás, que à nascente Arcádia em grato estudo
Brotando estais os loiros mais frondosos;
Eu vos vou descobrindo [...]

(*Obras Poéticas*, Saudação à Arcádia Ultramarina)

O poeta faz, enfim, saudações a Arcádia Ultramarina, onde os poetas poderão finalmente ter inspiração naquela distinta paisagem, como se fossem belas instâncias para se permanecer. Afinal, se converteria num paraíso, não só pelas riquezas, mas por ser possível tornar-se um lugar de civilização e das artes, de doçura e de harmonia. Um “horto de delícias”!

Oh! Que mudança rara estou
Nesta ribeira contemplando!
Pouco a pouco dourando
Se vai o escuro verde e o alto monte:
Nova chama ilumina este horizonte.

(Obras Poéticas, Epístola IV)

Fontes:

ANTONIL, Andre João. *Cultura e opulencia do Brasil por suas drogas e minas*. Trad. française et commentaire critique par Andree Mansuy. Paris: Institut des Hautes Etudes de l'Amerique Latine, 1968.

[Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios]. Bento Fernandes Furtado, ca.1750. In: Códice Costa Matoso. *Coleção das Notícias dos primeiros descobridores das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

COSTA, Claudio Manoel da. *Obras poéticas de (Glauceste Saturnio) – T. 2*. Costa, 1729-1789. Rio de Janeiro, 1903. [online]. www.brasiliana.usp.gov.br

_____. *Villa Rica*. Ouro Preto: Typ.do Estado de Minas, 1897.

_____. *O Parnaso Obsequioso*. [online] www.dominiopublico.gov.br. Acesso em 20/04/2014.

IGREJA Católica de Nossa Senhora da Assunção de Mariana-MG, Capela N.S. Conceição do Sitio da Vargem de Itacolomy, Arquidiocese de Mariana-MG, Certidão de Batismo (descrição online) de Claudio Manoel da Costa. Salt Lake City: Filmado pela Sociedade Genealógica de Utah, 1980. nº. 1284522/Item 17Fls. 110 e 110v.

LIMA JUNIOR, Augusto de. *Claudio Manoel da Costa e seu poema: Vila Rica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969. 246p.

SENNA, Nelson Coelho de. *A terra mineira*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

VASCONCELOS, Diogo de. Bicentenário de Mariana. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 17, n.1, 1912, p.23-29.

_____. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 4ªed. 2 vol. 1974.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade: ensaio de caracterização*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

_____. *Vila Rica*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.

Referencias Bibliográficas

AGUIAR, Melânia Silva de. O Jogo de Oposições na Poesia de Cláudio Manuel da Costa. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira). Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 1973.

ALCIDES, Sérgio. *Estes Penhascos*. Claudio Manuel da Costa e a Paisagem das Minas, 1753-1773. São Paulo: Hucitec, 2003.

ARRUDA, Gilmar; TORRES, David; ZUPPA, Graciela (orgs.). *Natureza na América: apropriações e representações*. Londrina: Eduel, 2001, p. 193-216.

BOXER, C. R. A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

COUSIN, Almeida. *Itamonte: epopeia brasilista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1958. 263p.

COUTO, José Vieira. *Memoria sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*. BH: FJP, 1994.

DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

DELVAUX, Marcelo Motta; FURTADO, Júnia Ferreira. *As Minas imaginárias: o maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América portuguesa - séculos XVI a XIX*. 2009. 258 p., enc. Dissertação (Mestrado de História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso : os motivos edenicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6. ed., 1996. São Paulo: Brasiliense, 2004.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*, 1980.

_____. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiencia*. São Paulo: DIFEL, 1983.

O estabelecimento dos imigrantes italianos no núcleo Timbuhy/ Santa Teresa-ES e a destruição da Mata Atlântica

Simone Zamprogno Scalzer

Mestranda Gestão Integrada do Território
UNIVALE/MG

E-mail: zamprogno@yahoo.com.br

Dra. Patrícia Falco Genovez*

Docente do PPG em Gestão Integrada do Território
UNIVALE/MG

E-mail: patricia.genovez@superig.com.br

RESUMO: O processo colonizatório proposto pelo governo do Espírito Santo, na segunda metade do século XIX, previa o povoamento e ocupação de terras com cultivo de café, a partir da venda de lotes de terra a imigrantes italianos aportados no Núcleo Timbuhy. Contudo, estes lotes estavam cobertos pela Mata Atlântica, que apesar de encantar o imigrante e fornecer madeira e caça, impôs-lhes grandes dificuldades de adaptação.

PALAVRAS-CHAVE: Núcleo Timbuhy; Imigração Italiana; Ocupação do Território; Mata Atlântica.

ABSTRACT: The process of colonization proposed by the Espírito Santo government, in the second half of 19th century, forecasted the population and occupation of lands with coffee cultivation, from sale of plots of land to Italian immigrants into the Núcleo Timbuhy. However, these plots were covered with Atlantic Forest, which although delighted and provided wood and hunting to the immigrants, imposed them great difficulties of adaptation.

KEYWORDS: Núcleo Timbuhy; Italian immigration; Land Use; Atlantic Forest.

Introdução

A busca por melhores condições de vida na mobilidade espacial é uma constante histórica da humanidade. No cenário histórico da segunda metade do século XIX, a população do Norte da Itália enfrentava sérios problemas, tais como as guerras pela unificação do país, as propriedades rurais com dimensões insuficientes para produzir o sustento da família, configurando um cenário de medo e dificuldades financeiras. No mesmo período o governo do Espírito Santo pretendia ocupar as terras da região serrana da província e implantar o cultivo do café. Muitas propagandas e promessas foram realizadas no Norte da Itália com a intenção de recrutar imigrantes para ocupar terras do Espírito Santo, que na maioria dos casos ainda estavam cobertas por densas matas.

* Pesquisadora do Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais da UNIVALE.

Na busca por riqueza, terras férteis e paz, emigrar representava a melhor forma de fugir do Velho Mundo e construir uma nova vida em outra pátria. Assim, no último quarto do século XIX, milhares de italianos migraram para o Espírito Santo, em especial para o Núcleo Timbuhy/ Santa Teresa-ES. Esse Núcleo foi uma extensão da Colônia Santa Leopoldina, localizado a pouco mais de 70 quilômetros de Vitória. Sua população foi formada predominantemente por imigrantes italianos.

Os primeiros imigrantes italianos a se estabelecerem no Timbuhy foi um grupo oriundo da Expedição Tabacchi¹¹, que ali se fixaram em 1874. Levados para trabalhar na fazenda do agenciador, Pietro Tabacchi, os imigrantes não encontraram as condições de vida e trabalho que lhes foi prometido (GROSSELLI, 2008). Isto revoltou aqueles imigrantes, que acabam abandonando a fazenda. O grupo se dissolveu, e estima-se que cerca de 140 imigrantes¹² tenham se estabelecido na região do Núcleo Timbuhy. A partir de 1875 começam a chegar na região os imigrantes trazidos pela ação do governo da Província do Espírito Santo.

No total 4.401 imigrantes se estabeleceram no Núcleo Timbuhy, sendo 4.197 italianos¹³. Ao se estabelecerem a grande maioria dos imigrantes recebia um lote de terra que deveria ser pago algum tempo depois com o dinheiro conseguido da venda do que era produzido na própria terra. Contudo, os primeiros tempos desses imigrantes no novo território não foram tão fáceis. Na maioria das vezes os lotes estavam cobertos por uma densa e exuberante floresta tropical, a Mata Atlântica, que guardava em seu interior além da caça e da madeira para construção, muitas ameaças e clima de difícil adaptação aos recém chegados. Esta exuberante floresta em algumas décadas foi sendo substituída por lavouras e vilarejos.

A partir da análise de dados documentais indiretos, como fontes escritas primárias do Arquivo Público, revisão bibliográfica sobre o assunto, além de pesquisa de campo e três entrevistas com descendentes dos imigrantes italianos, temos elementos para uma breve reflexão sobre o estabelecimento desses imigrantes e a destruição da Mata Atlântica.

Esta breve reflexão pode contribuir para uma melhor compreensão dos desafios enfrentados pelos recém-chegados, nas primeiras décadas no Núcleo Timbuhy; além de nos

¹¹ Esta é a primeira expedição de imigrantes italianos a chegar ao Espírito Santo em fevereiro de 1874.

¹² Informações Banco de dados Projeto Imigrantes ES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) consulta em 24/02/2014.

¹³ Informações Banco de dados Projeto Imigrantes ES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) consulta em 24/02/2014.

permitir perceber como a floresta era vislumbrada tanto pelas autoridades quanto pelos imigrantes.

O contato inicial com a floresta

Na segunda metade do século XIX extensas áreas da Província do Espírito Santo ainda estavam cobertas pela Mata Atlântica. Essa exuberante natureza que encantava os imigrantes era também vista pelos governantes, como um obstáculo ao desenvolvimento econômico da província. Sob esta ótica a terra seria mais produtiva se fosse povoada e ocupada por cultivos agrícolas.

Mesmo após iniciado o projeto de colonização, na década de 1870, a Província do Espírito Santo, principalmente em sua parte central, encontrava-se quase que totalmente coberta por matas virgens, consideradas como terrenos devolutos. Uma das poucas exceções, eram as áreas da colônia de Santa Leopoldina, a qual pertencia também o Núcleo Timbuhy, onde parte da mata virgem já estava sendo destruída com o início da ocupação. Uma lista de árvores e arbustos presentes nas matas do Espírito Santo nos dá uma dimensão de suas possíveis utilizações na alimentação, medicina, artesanato, dentre outras (MARQUES, 1878, p. 71).

É exatamente esse cenário que era avistado pelo imigrante italiano ainda do navio. De um modo geral, os imigrantes ficavam impressionados com o pano de fundo verde da floresta tropical que se descortinava diante de seus olhos (BUSATTO, 1990, p.248).

No romance *Karina*, de Virginia Tamanini, que descreve a saga de um grupo de imigrantes italianos que se instalaram em Santa Teresa, a protagonista Karina fica admirada ao avistar a terra na baía de Vitória: “Sorri, intimamente satisfeita. ‘Estávamos chegando. Esta é a Terra’! E olhava maravilhada, os montes recortados, coloridos de verde e cobertos de sol” (TAMANINI, 1980, p.20). No mesmo romance, mais uma vez Karina admira a floresta: “Onde já viu matas tão majestosas, sol tão claro, aves tão bonitas? Repare se é ou não um paraíso? (TAMANINI, 1980, p.34).

Entretanto, não é apenas no romance que a floresta suscita encantamento. O Cônsul italiano Carlo Nagar, enviado ao Espírito Santo na década de 1890, para averiguar a condições em que viviam os imigrantes italianos nesta província, também caracteriza a floresta:

As imensas florestas que cobrem este território são ricas em madeira para construção, entre as quais o vinhático, o pau d’arco, o jacarandá, a

maçaranduba, a sapucaia, a canela, etc., plantas medicinais, como a copaíba, o sassafrás, a ipecacuanha, a andiroba, etc. Porém, estas riquezas não estão sendo exploradas por falta de vias de comunicação, de mão-de-obra e de capital; (...) Ao longo dos rios do interior a caça é abundante e suas águas são ricas em peixes. (NAGAR, 1995, p. 33-4).

Dentro de um relato que resultou na proibição da imigração italiana para o Espírito Santo, é possível que o próprio Cônsul tenha ficado impressionado com tamanha diversidade de espécies.

Contudo, adentrar este paraíso não foi tarefa fácil. “A floresta era um intrincado de vegetação que parecia repelir o homem” (GROSSELLI, 2008, p.395). E o contato com a floresta era um dos primeiros desafios que o imigrante tinha que enfrentar. As características naturais do Espírito Santo eram bem diferentes das presentes no Norte da Itália. O clima era bem mais quente e úmido e a floresta, em muitas regiões, encontrava-se ainda praticamente intocada.

A necessidade e a obrigatoriedade de desmatar

O primeiro ponto que devemos considerar era o tipo de relação que o imigrante desenvolveria com a floresta. Ao contrário do índio que vivia integrado com a floresta, em perfeito equilíbrio ecológico, o imigrante veio para viver sob o modo capitalista de produção, e muitos sonhavam enriquecer (BUSATTO, 1990, p.250).

No modelo de desenvolvimento econômico que se pretendia implantar na Província do Espírito Santo, as florestas eram vistas com terrenos devolutos que deveriam ser ocupados. Vencer a floresta para o governo da época significava substituí-la pelo cultivo do café, por outras culturas e povoados.

Como parte deste projeto o governo passou a vender lotes de terras a imigrantes. Ao receber seu lote o imigrante assinava o Contrato de Designação do Lote de Terra junto ao governo local, este documento impunha algumas exigências para que o mesmo obtivesse o título definitivo de sua terra.

Dentre as cláusulas do contrato três fazem menção a necessidade de desmatar. Na segunda obrigação que o imigrante deve cumprir para conseguir o título definitivo da terra, está escrito: “No término de seis meses da data desta designação, deverá ser desmatada e plantada uma área de 1000 braças quadradas, e construída uma cabana de pelo menos 400 palmos quadrados.” A segunda exigência ainda diz que se não cumpridas as determinações os imigrante pode perder sua terra e as benfeitorias que já realizou. Na sexta exigência mais uma vez o desmatamento é citado: “As árvores após o desmatamento, deverão ser removidas

imediatamente se estiverem caídas na estrada, isto para conservar o trânsito livre.” Por fim na oitava exigência, temos a obrigação de desmatar para manter limpas as divisas dos lotes: “Os proprietários dos lotes deverão abrir caminho nas divisas com outros lotes, cuidar da conservação, desmatar e limpá-los anualmente, conservando as marcas divisórias como foi dito.”

Com o desmatamento sendo uma determinação e uma necessidade imediata para o estabelecimento do imigrante em pouco tempo, após a chegada dos primeiros grupos de italianos ao Timbuhy, iniciam-se os registros da mata sendo substituída pela ocupação humana. Biasutti (1994) narra este momento inicial:

Enfim, atiram-se todos, resolutos, à derrubada e queimada das matas a ao plantio do café e do milho. Erguiam-se, a cada volta da estrada, as humildes choupanas e, por entre as toras de árvores queimadas e chamuscadas, viam-se as plantinhas de café e de milho balouçarem suas folhas novas ao sopro suave da brisa (BIASUTTI, 1994, p.52).

Tamanini (1980, p.55) em seu romance descreve as dificuldades de um homem só derrubar a mata, fazer a queimada e cultivar sua terra. Através de sua protagonista, Karina, faz-se uma reflexão sobre este primeiro momento de vida na colônia:

Há ainda muito trabalho para nós aqui. Fala-se em ampliar a clareira para levantar uma Vila neste lugar. Parte dos homens trabalhará derrubando o mato no contorno dos morros, parte deitando abaixo e afastando as árvores nas margens do Timbuhy, para dar curso livre às águas e afastar as cobras. (TAMANINI, 1980, p.55).

A tarefa penosa que é descrita no romance também aparece no relatório do Presidente de Província Manoel da Silva Mafra. No relatório (MAFRA, 1878, p.44) ficam expressas as dificuldades que os imigrantes encontram em derrubar a floresta e que os mesmos quase desanimavam frente ao difícil e indispensável trabalho de derrubada da floresta.

Mas, apesar das dificuldades aos poucos os terrenos iam sendo desmatados. No relatório do então Presidente de Província Manoel Mascarenhas (1876), a substituição da mata pela povoação no Timbuhy, foi assim descrita: “O lugar em que se acha o Núcleo Timbuhy, há poucos meses mata virgem, acha-se transformado em uma povoação florescente” (MASCARENHAS, 1876, p.8).

Parte dessa povoação pode ser observada na foto abaixo. Estima-se que a foto tenha sido tirada na década de 1870. Na imagem podemos observar a clareia aberta na Mata Atlântica, e muitos troncos espalhados pelo terreno. Muitos deles serviam de pontes para superar o pequeno curso d’água que se formou no vale.



Figura1- Povoação do Núcleo Timbuy. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
Fotógrafo: Albert Richard Dietze in_ GASPARINI, 2008, p. 177.

Como se percebe na foto, aos poucos surgia uma povoação em meio aos destroços das gigantescas troncos abatidos da floresta (MÜLLER, 1925, p.14). Em nome do progresso e da civilização é feita a grande derrubada de árvores seculares. O trabalho na derrubada e queimada das matas era um trabalho de todos, dada a necessidade em abrir espaço para os plantios (MÜLLER, 1925, p.21).

A derrubada da floresta e a ocupação do território foram acontecendo de forma gradativa, de acordo com a chegada de novos grupos de imigrantes e a distribuição da mata se dava à medida em que novos lotes de terras eram concedidos. O entrevistado Alcebíades Feller cuja mãe se estabeleceu em Santa Teresa por volta do ano de 1898, nos contou que existiam muitos locais onde só haviam picadas e outros que já estavam abertos e ocupados por famílias. Assim percebemos que a dificuldade da derrubada da mata e da limpeza do solo se estendeu às primeiras décadas da formação territorial de Santa Teresa.

Vencer a floresta era mesmo um grande desafio. As famílias ficavam nos barracões, enquanto os homens adentravam a mata para construir as primeiras cabanas e permitir a instalação dos familiares (GROSSELLI, 2008, p.396). Mas derrubar a primeira quadra de mata, não resolvia o problema do imigrante. Uma vez estabelecido em seu lote de terras, o imigrante, suas criações de animais e plantações precisavam conviver com os ataques que vinham da floresta. Dessa forma, o imigrante queria apenas um espaço para morar e

desenvolver suas atividades (BUSATTO, 1990, p.250), iniciou uma luta desigual com a floresta. Eram comuns os ataques de onças, gatos do mato, periquitos, serpentes e os mosquitos transmissores de doença (BUSATTO, 1990 p. 250-1). Era necessário descobrir, dominar e apossar-se do novo território (GROSSELLI, 2008, p. 397). Um informante, ouvido em trabalho de campo, afirma que, no início do século passado poucos eram os que tinham coragem de se aventurar para os lados do Rio Doce, pelo medo das doenças que eram transmitidas por mosquitos.

Contudo a mesma floresta que amedrontava, segundo o entrevistado Melício Montibeller, também era fonte de alimento para seus familiares: “Era puro mata, assim eles contaram. Eles mais comiam era caça né! Que a carne era caça”. Com o avanço do desmatamento e a caça, os “inimigos” que vinham da floresta foram gradativamente sendo eliminados, somente os ataques de serpentes duraram por mais décadas (GROSSELLI, 2008, p. 398-401).

Eliminar a floresta era “uma vitória e uma conquista humana, um sinal de progresso e de prosperidade.” (BUSATTO, 1990, p.249). Este fato também é descrito nos relatos orais dos descendentes dos imigrantes. O entrevistado Edimar Dossi relatou que: “As famílias eram grandes e querendo seu espaço, seu pedacinho de terra. Então eles começaram a se espalhar, mas, a região toda, era tudo mata, né! Não tinha como. (pausa) Foram trabalhando, derrubando mata, fazendo, achando seu espaço.” Desmatar era ganhar espaço da floresta, aos poucos a família fazia uma nova “derrubada¹⁴” e podia cultivar mais um pedaço de terra.

A expansão do cultivo da lavoura de café, um dos principais objetivos do governo da época, no início foi facilitado pelas terras férteis, disponíveis após a “derrubada” da mata nas primeiras décadas de ocupação deste território. O entrevistado Alcebíades Feller narrou que após a derrubada da mata sucedia-se o plantação do café: “Café, era só encostar a muda lá, precisava nem tirar ela já pegava”. Mas não podemos enumerar a cultura do café como a causa do desmatamento, como já dissemos, era necessário abrir espaço para a ocupação humana, com as vilas, sítios e plantações.

Mas, vale lembrar que todo esse processo ocorreu de forma paulatina. O desmatamento ocorreu em consonância com as necessidades dos imigrantes. Talvez, por isso, apesar de ter enfrentado mais de um século de desmatamento, Santa Teresa ainda é reconhecida nacionalmente por sua biodiversidade. Segundo pesquisa de 2011 cerca de 24,6%

¹⁴ Termo muito ouvido em trabalho de campo, utilizado para designar prática que na maioria das vezes envolvia derrubar e queimar um pedaço da mata para abrir nova área de cultivo.

da área total do município são cobertos pela Mata Atlântica, uma porcentagem bem acima da média nacional (MARTINELLI, 2011, p.3). Mesmo assim não há muito o que comemorar, mas sim um compromisso de preservar o que restou, para que os problemas ambientais não se agravem ainda mais.

Considerações Finais

O contato inicial do imigrante com a natureza desconhecida da Mata Atlântica foi muito difícil. Somado a esse fato estava à exigência e a necessidade de derrubar a floresta para dar espaço às moradias e plantações.

Por vezes a mata, fez parte do imaginário do imigrante e de seus descendentes, onde se destacam o medo dos animais selvagens e o encantamento da beleza das paisagens. Os relatos históricos conseguem demonstrar o sentimento de uma época em que a floresta era vista como algo que precisava ser destruído para alcançar o progresso. E mais do que isso algo que era tão grande que nunca acabaria, continuaria a fornecer a carne da caça, a madeira para queimar nos fogões e para construção. O progresso chegou a muitas áreas, mas hoje paga-se um alto preço.

Para encerrar escolhemos reproduzir o depoimento de um dos entrevistados pouco depois do gravador ser desligado; “Quando o ‘Guti’ Ruschi¹⁵ falava pra preservar as matas, todo mundo chamava ele de doido. Hoje estamos vendo que era verdade!”

Fontes

DOSSI, Edimar Antônio. *A imigração italiana no Núcleo Timbuhy/Santa Teresa*. Santa Teresa. 08 abr. 2012. Entrevista a Simone Zamprogno Scalzer.

FELLER, Alcebiades. *A imigração italiana no Núcleo Timbuhy/Santa Teresa*. Santa Teresa. 07 abr. 2012. Entrevista a Simone Zamprogno Scalzer.

MAFRA, Manoel da Silva. *Relatório apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Manoel da Silva Mafra a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 22 de outubro de 1878*. Vitória. Typographia da Actualidade.

MARQUES, Cezar Augusto. *Diccionario Historico, Geographico e Estatistico da Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

MASCARENHAS, Manoel R C. *Relatório apresentado a S. ex. o Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado pelo Exm^o Sr. Coronel Manoel R. C. Mascarenhas*. 3 de janeiro de 1876, Vitória, Typografia do Espírito-santense.

¹⁵ Referência a Augusto Ruschi, filho de imigrantes italianos, ecologista, natural de Santa Teresa.

MONTIBELLER, Melício. *A imigração italiana no Núcleo Timbuhy/Santa Teresa*. Santa Teresa. 14 jul. 2012. Entrevista a Simone Zamprogno Scalzer.

PROCESSO de terra de Angelo Margon com contrato de designação de lotes de terras. Disponível no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo.

PROJETO Imigrantes ES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) consulta em 24/02/2014.

Referências bibliográficas:

BIASUTTI, Luiz Carlos. *No Coração Capixaba: 120 anos de História da mais antiga colônia italiana no Brasil: Santa Teresa –ES*. Belo Horizonte: Barvalle, 1994.

BUSATTO, Luiz. Dilemas do imigrante italiano no Espírito Santo. In: BONI, Luis Alberto De. *A presença italiana no Brasil*. Vol.2. Porto Alegre. Escola Superior de teologia; Fondazione Giovanni Agnelli. 1990.

GASPARINI, Sandra. *Santa Teresa: Viagem no Tempo 1873-2008*. Santa Teresa: 2008.

GROSSELLI, Renzo M. (1952). *Colônias imperiais na Terra do Café: Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

MARTINELLI, Flávia Silva. *Determinação de áreas adequadas para a permanência e persistência de populações de muriquis-do-norte em Santa Teresa (ES)*. Vitória: Anais Jornada de Iniciação Científica UFES 2010/2011, 2011.

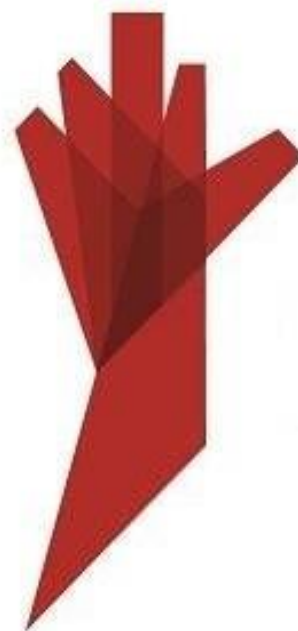
MÜLLER, Frederico. *Fundação e factos históricos de Santa Thereza: Estado do espírito santo*. Vitória. Diário da Manhã Marcondes & C. 1925.

NAGAR, Carlo. *O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana-1895: Relato do Cavalheiro Carlo Nagar cônsul real em Vitória*. Vitória. Arquivo Público Estadual. 1995.

TAMANINI, Virginia G. *Karina: Romance*. 5.ed. 1980.

Simpósio Temático 09

**História da polícia, do crime e da
justiça criminal no Brasil:
perspectivas historiográficas e
teórico-metodológicas**



Coordenadores:

Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira
Doutorando em História Social - UFRJ
lucaspereirahistoria@gmail.com

Luciano Bernardino de Sena
Mestre em História - UFMG
lucianodesena@gmail.com

Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira
Doutorando em História - UFMG
rodufop@yahoo.com.br

Guarda de Chumbo: Ditadura e militarização da polícia no Estado de São Paulo (1967-1970)

Gabriel dos Santos Nascimento

Mestrando em História

Universidade Federal de São Paulo

gabrielsn87@gmail.com

RESUMO: O objetivo desse artigo é discutir a militarização da polícia e como esse processo aconteceu no final dos anos 60 em São Paulo. Após o fim da ditadura do Estado Novo se estabeleceu uma discussão crítica sobre o caráter militar da Força Pública. Tal discussão foi abortada após o golpe de 1964. Após a ação dos diversos agentes envolvidos, acabou-se com a perspectiva de uma corporação civil, colocando-se o policiamento sob a lógica da contra-guerrilha.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia; Ditadura; Militarização; Repressão.

ABSTRACT: The subject of this article is to discuss the militarization of the police and how this process occurred in the late 60's in São Paulo. After the end of the Estado Novo dictatorship it rised a critical discussion on the Força Pública military character. Such discussion was aborted after the 1964 coup. By the action of many agents involved, the perspective of a civil police force ended, and the policing was put underneath a counter guerrilla logic.

KEYWORDS: police; dictatorship; militarization; repression.

A recente movimentação política no país colocou, entre várias outras questões, a desmilitarização das polícias ostensivas. A sua presença há muitas décadas na vida brasileira parece tornar nebuloso para muitos dos envolvidos nesse debate o que são essas polícias e como vieram a se tornar isso. Dessa maneira, numa tentativa de contribuir e tentar esclarecer alguns pontos, esse trabalho vai discutir como se deu esse processo de "militarização" em São Paulo durante a ditadura. Será analisada a discussão desenvolvida desde o fim da ditadura do Estado Novo em torno "dupla função" militar e policial da Força Pública. Envolvendo oficiais da Força Pública, Inspectores da Guarda Civil, políticos e técnicos, tal discussão tendia para a crítica da militarização e unificação em torno de uma única corporação policial civil. O debate foi interrompido em 1967, com a publicação da primeira "Lei Orgânica da Polícia" da ditadura, que inicia um processo de subordinação das polícias ao Exército e fortalecimento da Força Pública. Esse processo não é uma sequência de eventos crescente, mas permeado de disputas, onde se articulam ambas as corporações polícias e governos Estadual e Federal, que vai até 1970, quando a militarização finalmente se consolida na figura da Polícia Militar.

A "militarização" é uma expressão muito utilizada nas discussões mais recentes sobre segurança pública ao redor do mundo, porém não há um consenso sobre seu significado. A segurança pública dos EUA, por exemplo, é entendida pela sociologia como estando em um processo de militarização, intensificado após o 11 de Setembro, devido, principalmente, à influência dos conflitos bélicos internacionais na vida urbana e ao uso grande crescimento de tecnologias de vigilância. (GRAHAM, 2009). A polícia britânica (a "melhor polícia do mundo"), também é vista em um processo de militarização, principalmente após o governo Thatcher, quando, após décadas, se colocou a tropa de choque, com suas bombas de efeito moral e balas de borracha, contra trabalhadores em greve. (REINER, 2004). As polícias de ambos os países são conhecidas por serem corporações civis e exercerem, ao menos no nível da retórica, o policiamento comunitário.

A ideia de militarização é utilizada, portanto, para relações as mais diversas entre polícia e Forças Armadas, adequadas a cada contexto. Para melhor operá-la, é necessário considerar a militarização em seus dois âmbitos. O primeiro é o âmbito jurídico, em outras palavras o que hoje se denomina investidura militar. É o caráter formal de uma organização, que envolve subordinação à legislação militar e *status* jurídico de seus componentes. O segundo âmbito é o aspecto funcional, que envolve uma estrutura hierárquica, práticas, treinamentos e demais itens burocráticos e do cotidiano que constituem um *ethos* militar nos componentes das corporações.¹ A combinação e intensidade desses dois âmbitos varia conforme a corporação policial. No caso brasileiro, ambos os aspectos foram acentuados pela ditadura militar.

Considerando esses aspectos, a militarização é algo antigo nas polícias brasileiras, especialmente na paulista. Desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX, as polícias funcionavam como forças militares das oligarquias estaduais, envolvidas em disputas entre si e com o governo central. O auge da militarização, em São Paulo, se deu na Primeira República. A "missão francesa" de 1906, que trouxe oficiais do Exército francês para ministrar cursos à polícia paulista, e o investimento em armamentos pesados, que dotou-a de artilharia e força aérea, transformou a Força Pública de São Paulo em um "pequeno exército paulista" (DALLARI, 1977). Com seu grande poder de fogo e uma estrutura hierárquica que mimetizava o Exército, a Força Pública se envolveu não somente em operações de controle sociais "típicas" da polícia, mas em confrontos que poderiam ser classificados como guerras civis, como as chamadas Revolução de 1924 e a Revolução Constitucionalista de 1932. Até a

¹ Devo essa ideia a André Rosenberg, em texto ainda não publicado.

década de 1930, a Força Pública possuía mais poder de fogo do que o Exército lotado em São Paulo (BICUDO, 1977).

Esse período é utilizado por alguns oficiais da PM como contra argumento da desmilitarização. Em comparação à Força Pública dos anos 20, não faria sentido dizer que a atual Polícia Militar é excessivamente militarizada (TELHADA, 2014). Além de profundamente conservador, pois justifica que nada se altere porque a polícia seria o resultado de um progresso linear, ignora todo o debate posterior aos anos 30. A "desmilitarização" – correndo o risco de ser anacrônico - é uma pauta desde o fim da ditadura do Estado Novo. Todo o debate que se desenvolveu então, as críticas ao caráter militar da Força Pública, o fortalecimento da Guarda Civil são ignorado pelo conservadorismo de certos oficiais da PM.

Após a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932, onde a Força Pública atuou como a principal força militar do lado paulista, o governo Vargas questionou o poderio militar da corporação. Ela foi despojada de seu armamento mais pesado e de sua força aérea. Na Constituição Federal de 1934, onde aparece pela primeira vez a expressão "polícias militares", as forças públicas dos estados passam a ser "reservas do Exército". Este passa a controlar seu efetivo, armamentos, instrução e judiciário militar estadual. Tal subordinação, no entanto, tem como objetivo centralizar o controle, impedindo que os governos estaduais se voltem novamente contra o governo federal. O oficialato policial militar continua com autonomia para organizar a corporação (NEME, 1999, pp. 48-49; CARVALHO, 2011, p. 106).

Com o fim da Ditadura do Estado Novo e a constituinte de 1946, o papel das polícias militares sofre questionamento de diversos setores, inclusive de dentro de seu oficialato. A sua postura repressiva durante o Estado Novo e a estrutura similar ao Exército são alvo de várias críticas. Ao estudar os artigos de oficiais em jornais e revistas da Força Pública de São Paulo, Glauco de Carvalho observa o forte debate em torno da "dupla função", policial e militar, da corporação através de artigos em jornais e na revista do clube de oficiais. O caráter militar é visto por alguns oficiais como um empecilho a uma atuação de acordo com a nova situação democrática. (Carvalho, 2011, p. 110-122).

Na Constituinte estadual de São Paulo de 1947, inspetores da Guarda Civil e oficiais da Força Pública chegaram a se reunir para discutir um projeto de unificação, porém não chegaram a um acordo. (SYLVESTRE, 1985, p.73). Nas palavras do estudioso da história da Guarda Civil, ex-Inspetor da GC e Coronel PM reformado Vicente Sylvestre, a Força Pública estava desmoralizada e dizia-se na época que "a FP precisa mudar". (SYLVESTRE, 1985, p. 73).

A Guarda Civil ganhava poder no período democrático. Era uma corporação civil, criada em 1926, inspirada na polícia metropolitana de Londres, em contraste com a Força Pública, que seguia o modelo da *Gendarmerie* francesa. Os guardas civis recebiam melhores salários e estavam sujeitos a carreira única. Diferentemente da Força Pública, para atingir os postos de comando, um guarda deveria passar por todos os níveis da hierarquia (BATTIBUGLI, 2010, p. 48, 55).

Ela atuava nas principais cidades do Estado de São Paulo e na zona central da capital. Em 1947 foi estabelecido o "paralelo 38", que dividia a capital, deixando o centro e as zonas sul e oeste sob policiamento da guarda civil, enquanto a Força Pública era responsável pelas zonas norte e leste e pelo entorno de seus quartéis no centro. Além disso a GC possuía inserção na área da FP, através de vários postos policiais de cumprir funções de subdelegados em alguns distritos policiais. Em 1960, a capital possuía 7168 policiais, sendo 6165 guardas civis e apenas 1003 policiais da FP. Por outro lado, o interior do Estado possuía 5183 policiais, sendo 319 da GC e 4864 da Força Pública. (BATTIBUGLI, 2005, p. 232). O efetivo da Guarda Civil sofreu um aumento proporcional muito maior do que a Força Pública após 1946. Entre 1947 e 1964, enquanto a FP teve um aumento de 170%, a GC experimentou um crescimento de 275% (BATTIBUGLI, 2010, p. 109). Além disso, a GC executava o policiamento de locais estratégicos, como prédios públicos – incluindo o Palácio dos Bandeirantes, a Assembleia Legislativa, e o Palácio de Justiça – presídios, casas de detenção, aeroportos, escolas, cinemas, correio, o Parque Ibirapuera, a Companhia de Armazéns (Ceagesp), entre outros. Além disso, possuía o serviço de radiopatrulha, uma das principais tecnologias de policiamento da época (SYLVESTRE, 1985, p. 51).

Essa composição indica claramente que a GC ganhava poder, em detrimento da FP. Missões de técnicos americanos e ingleses, contratadas pelo Governo estadual, no fim dos anos 50 recomendaram uma série de reformas, incluindo a unificação das duas corporações em uma única corporação civil, o que foi fortemente combatido pela FP (BATTIBUGLI, 2010, p. 206-226).

O ambiente político das polícias era bastante conturbado no fim dos anos 50 e início dos anos 60. Grupos alinhados aos diferentes governadores, nacionalistas e até mesmo comunistas (apesar da ilegalidade do PCB) disputavam a liderança dos movimentos de policiais e das entidades de categoria. A Força Pública, apesar do rígido regimento disciplinar militar, envolveu-se em manifestações por questões salariais e até mesmo uma greve em 1961, quando foram fortemente reprimidos pelo Exército e por Batalhões da própria

corporação que não aderiram ao movimento (BATTIBUGLI, 2010, pp. 138-155). Em depoimento à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", o ex-guarda civil e militantes do PCB, Osni Santa Rosa ressaltava esse ambiente, afirmando que na Guarda Civil todos tinham conhecimento de sua militância comunista e que isso nunca foi um impedimento (SANTA ROSA, 2013).

Apesar dessa relativa pluralidade de posições e da presença de setores de esquerda dentro das polícias, em abril de 1964, as duas corporações lançaram notas de apoio ao Golpe.² Além disso exerceram papel importantíssimo na repressão, garantindo a consolidação da derrubada de João Goulart. A Força Pública chegou a se preparar para enfrentar o II Exército, lotado em São Paulo, que, sob o comando do General Amaury Kruehl, aderiu tardiamente ao Golpe (DALLARI, 1977, p.76).

Nos anos iniciais da ditadura não há nenhuma modificação relevante nas polícias, com exceção da criação, em 1966, de Serviços Reservados nas duas corporações, visando o combate a subversão interna. É somente em 1967 que se iniciam um movimento de maior controle pelo Exército e ameaças à existência da GC. No início do ano, o recém-empossado Secretário de Segurança Pública, Cel. Ex. Sebastião Ferreira Chaves, extingue a assessoria da Guarda Civil que havia sido criada junto a sua pasta pela gestão anterior (SYLVESTRE, 1985, p. 94). No dia 13 de março do mesmo ano seria promulgada a nova "Lei Orgânica da Polícia" (Decreto-lei nº317/67) que instituiu a Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), subordinada ao Ministério do Exército. Esse órgão teria função de "centralizar e coordenar todos os assuntos da alçada do Ministério da Guerra relativos às Polícias Militares", devendo "baixar normas e diretrizes e fiscalizar a instrução militar das Polícias Militares em todo o território nacional". Se torna prática, que se manteria até o fim da ditadura, que os comandantes das polícias militares e os Secretários de Segurança sejam militares do Exército.

De acordo com Vicente Sylvestre, esse decreto foi entendido como uma ameaça à existência da GC, pois ela sequer era citada em seu texto (SYLVESTRE, 1985, p.91). Diante desse decreto e da nova Constituição da ditadura, as Constituições estaduais tinham o prazo de até 15 de abril para se adequar. O Secretário de Segurança Sebastião Chaves, visivelmente hostil à GC, interpretava a nova "Lei Orgânica" como destinando o policiamento ostensivo exclusivamente à Força Pública. Diante disso, as entidades de categoria da Guarda Civil se mobilizam junto ao Governador Abreu Sodré, conseguindo que ele incluísse a GC no seu

² *Boletim Geral da Força Pública do Estado de São Paulo* nº 68, 10 de abril de 1964, Anexo. Museu de Polícia Militar; *Boletim Geral da Guarda Civil de São Paulo* nº 62, 3 de abril de 1964, Anexo. Museu de Polícia Militar.

anteprojeto de reforma da Constituição estadual. Durante o trâmite para votação na Assembléia estadual, patrocinou campanhas no rádio à seu favor bem como mobilizou seus familiares à enviarem mais de cinco mil telegramas aos deputados estaduais pedindo a manutenção da corporação (SYLVESTRE, 1985, p.85).

A proposta do governador, mantendo a GC foi aprovada, o que fez com que as suas entidades de categoria apresentassem a Assembléia com uma placa de bronze. Essa aparente vitória, porém, deslocou a disputa para a nova "Lei Orgânica da Polícia" estadual que deveria ser criada. Em 11 de agosto de 1967, uma "Comissão de Alto Nível" integrada por inspetores da GC, oficiais da FP, delegados da Polícia Civil e membros do gabinete de Segurança Pública iniciam discussões para um projeto. O clima da comissão era "tenso", de acordo com Sylvestre, sendo que os representantes da GC foram substituídos por serem considerados "muito radicais na defesa dos interesses da corporação" (SYLVESTRE, 1985, p. 95).

O trabalho da comissão é acompanhado por uma "guerra de pareceres jurídicos" entre juízes favoráveis e contrários a cada uma das corporações (SYLVESTRE, 1985, p. 93). Ambas as corporações estavam descontentes com a lei orgânica federal. Enquanto os guardas civis temiam por sua existência, soldados e oficiais da Força Pública tentavam ampliar sua influência e discordavam da interferência do Exército. O Comandante Geral da Força Pública, José Antônio Barbosa de Moraes, chegou a encaminhar um ofício ao Secretário de Segurança Pública se posicionando contra o ante-projeto de lei orgânica da polícia.³ Um relatório do Serviço Secreto do Estado Maior da FP de Minas Gerais informa que oficiais das Forças Públicas de São Paulo e de Minas Gerais estariam fazendo reuniões secretas para se articular contra a nova Lei Orgânica da Polícia, pela extinção da IGPM e pela volta do comando às mãos de um integrante da corporação e não mais do Exército. O relatório, apesar de mostrar preocupação com a possibilidade de sublevação das polícias, ressalta, porém, que o movimento não tem um caráter "esquerdista", mas que os policiais apenas temem que o Exército tire suas armas.⁴

O resultado de toda a discussão, o Decreto-lei estadual 49240, de 24 de Janeiro de 1968, desagradou ambas as corporações. Se por um lado foi um golpe duro na GC, pois acabou com a divisão de áreas na capital, o paralelo 38 e passou as radiopatrulhas para a Força Pública, o decreto prometeu que o policiamento de trânsito, a cargo do 11º Batalhão de

³ DEOPS, 50-D-1018, Arquivo Público do Estado de São Paulo. O ofício original não tem data, mas foi arquivado pelo DEOPS em 8 de Abril de 1968

⁴ DEOPS. *Relatório*. 50-D-18-1020, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 28/01/1968

Pólicia da FP passaria à GC, o que efetivamente não se cumpriu. Por outro lado, as Polícias Feminina, Marítima e Aérea e a Guarda Noturna, antes independentes, foram incorporadas à GC.

Com a ascensão das grandes mobilizações de rua em 1968, no qual as polícias são a primeira linha de frente da ditadura e as crises de sucessão entre os generais presidentes, a necessidade de o Exército assumir o controle da repressão se torna mais patente. O AI-5 fecha o Congresso Federal e as Assembléias estaduais, acabando com o respaldo político que a GC tinha para defender seus interesses.

Com o início da guerrilha urbana, em 1969, a GC é alvo de ataques dos militares. No Congresso das Polícias Militares, em Fevereiro de 1969, o Cel. Iritaul Maciel de Vargas, comandante da Brigada militar do Rio Grande do Sul critica a

existência ilegal de corporações armadas e fardadas, verdadeiras policias militares simuladas com denominação de Guardas civis ou de trânsito e que, usurpando as direitos e deveres específicos das Polícia Militares, de executarem suas missões constitucionais nos estados, nos territorios e no distrito federal, ainda remanescem no desabrigo da salutar orientação, do controle e fiscalização das Forças Armadas, através da organização competente, isto é, a IGPM (SYLVESTRE, 1985, p. 100)

A IGPM envia um ofício ao Governo do Estado solicitando informações sobre a Guarda Civil, o que oi visto como um indício de que se empenharia na sua dissolução. Em 3 de Julho de 1969 é promulgada uma nova "Lei Orgânica" federal, o Decreto 667/69, que substitui o anterior de 1967. Em seu artigo 3 ele airma que as polícias militares têm exclusividade no policiamento, a não ser em casos estebelecidos em legislação específica. A sua ambiguidade faz com que as entidades de categoria da GC se mobilizem mais uma vez e, em agosto, Vicente Sylvestre é enviado à Brasília para tomar sclarecimentos junto ao Inspetor Geral das Polícias Militares. O Gen. Augusto de Oliveira Pereira, responsável pela IGPM, lhe garante que as Guardas Civis serão mantidas (SYLVESTRE, 1985, p. 102).

Porém, mais uma vez, a modificação na Constituição Federal, obriga uma mudanças nas respectivas estaduais. Sem apoio dos parlamentares ou da imprensa, agora sob censura ferrenha, a unificação com a Força Pública em uma corporação militar parece algo inevitável para a GC. As entidades de categorias, então controladas pelo PCB, mudam sua orientação. Passam a trabalhar para que os guardas civis permaneçam unidos na nova corporação ao invés de debandarem para outra função no Estado. Um novo grupo formado por guardas civis e oficiais da FP para estabelecer condições para uma unificação. Vicente Sylvestre, integrante desse grupo, descreve o clima como amistoso (SYLVESTRE, 1985, p. 102).

Enquanto isso, o Exército aprofundava suas relações com a Força Pública, ministrando diversos treinamentos, principalmente com a tropa de choque. Entre 20 e 31 de outubro, um destacamento de policiais da FP, a maior parte do 1º BP "Tobias de Aguiar", realizou treinamentos junto ao Exército para a constituição de um "Batalhão Brucutu", munido de carros blindados para controle de distúrbios civis.⁵

A "Diretriz Geral de Instrução" da Força Pública de 1969, responsável por estabelecer normas ao ensino dos ingressantes, apresenta adequações à nova lógica. Apesar de afirmar, já no início, "a prioridade que a Instrução Policial deverá ter sobre a Instrução Militar", a descrição de atividades "no quadro de Segurança Interna e no da Guerra Revolucionária", logo em seguida, só apresenta ações de combate à guerrilha urbana e até mesmo rural, como "ataques sumários a grupos subversivos armados" "dissolução pacífica ou violenta de ajuntamentos, reuniões, comícios, passeatas, distúrbios e outras aglomerações populares" e, de forma explícita, "operações anti-guerrilha nos centros urbanos ou em áreas rurais".⁶ Além disso, o agente de segurança praticamente sempre referido como "o militar" e não como "o policial". A Diretriz previa um Curso Superior de Polícia, ainda em 1969, destinado a oficiais, sob controle e supervisão da IGPM. Tal curso devia ser reproduzido em cada um dos Estados aos demais oficiais, fato que se verifica no início dos anos 70.

O grupo que discutia a unificação chega a um consenso com oito itens: fusão das duas corporações em uma terceira de característica militar, com uniforme, denominação e insígnias distintas das atuais; denominação única dos postos hierárquicos, que pode ser a da FP; igualdade de direitos e deveres nos novos postos; proporcionalidade de representação da nova corporação; respeito ao direito de acesso a todos que estejam habilitados por cursos próprios; respeito ao direito de matrícula no curso de formação de oficiais aos elementos que preencham os requisitos de aptidão física e intelectual necessários até o limite dos 30 anos de idade; os elementos da base hierárquica da nova corporação denominar-se-ão "policiais"; representação de elementos de ambas as corporações no Estado Maior da nova organização (SYLVESTRE, 1985, p. 104).

A nova Constituição estadual não cita a GC, conforme esperado, o que faz com que vários policiais das duas corporações se aposentem. No entanto, mesmo a expectativa de um

⁵ Boletim Geral da Força Pública, n 200, 21 de dezembro de 1969, Museu de Polícia. p. 3046.

⁶ FORÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Diretriz Geral de Instrução*. 1969. Museu de Polícia. Caixa 164, pp. 7-8

acordo mínimo é desfeita com o Decreto-lei estadual nº 1072/69, de 31 de dezembro, que estabelece 180 dias para a unificação, ignorando os itens do acordo entre as corporações.

A luta das entidades de classe da GC se volta para o estabelecimento das condições da unificação e, principalmente, para a possibilidade de uma alternativa àqueles que não quiserem integrar a nova corporação. Uma Resolução da Secretaria de Segurança de oito de janeiro incorpora os termos do grupo e menciona a possibilidade de transferência para a Polícia Civil. Essa questão, no entanto permanece incerta, como mostra o decreto 217, de 8 de abril de 1970, que consolida definitivamente a unificação, criando a Polícia Militar do Estado de São Paulo. São estabelecidas equivalências entre os postos da GC e as patentes da FP com base nos vencimentos para a incorporação e se reafirma fortemente o caráter militar. Para os que não desejam ingressar na nova PM, é criado o "Quadro em Extinção da Guarda Civil de São Paulo". Os guardas civis tinham até dez dias após a publicação do decreto para optar por ele. Os que assim fizessem seriam realocados em algum outro cargo do serviço público estadual. Nada se mencionava sobre a transferência para a Polícia Civil.

O caráter vago desse quadro e a ausência da possibilidade de ingresso na Polícia Civil em muito desagradou a Guarda Civil. Mesmo assim, de um efetivo de 16062, um grupo de 1147 guardas optou pelo quadro em extinção. Além disso, diversos guardas e policiais da Força Pública aposentaram-se após o decreto.

A partir daí, a Polícia Militar teria grande influência do Exército, sendo inserida na lógica da Doutrina de Segurança Nacional e da Guerra Insurrecional. Ao longo dos primeiros anos da década de 70, diversos oficiais da PM vão fazer cursos em escolas das Forças Armadas. Treinamentos contra-guerrilha se tornam algo constante. Conforme os manuais, o treinamento tem aspecto fortemente militarizado, envolvendo combates na floresta e com armamento pesado. São criados grupos especializados nesse tipo de combate, como a ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) e o COE (Comando de Operações Especiais). Técnicas militares passariam então a ser utilizadas no policiamento cotidiano. O intercâmbio entre práticas militares de combate ao crime político e as práticas usuais de combate ao crime comum se estabelece e a eliminação do inimigo passa a ser um objetivo (PINHEIRO, 1982). A consequência mais visível é a escalada de mortos em confrontos com a polícia. Em 1960 a polícia matou uma pessoa na cidade de São Paulo. Dez anos depois esse número subiria para 28 e, em 1975, atingiria 59 mortos (MELLO JORGE, 1983, p. 188).

Foi dessa maneira que se reverteu toda a discussão em torno da unificação em torno de uma única polícia de caráter civil em São Paulo. Do discurso de adaptação ao contexto

democrático de 1946, passou-se a um discurso bélico de combate ao "terrorismo". Após enfrentamentos dos diversos agentes e corporações envolvidas, o Exército conseguiu assumir controle sobre a polícia, transformando-a em um pequeno exército da repressão.

Referências

BATTIBUGLI, Thaís. *Democracia e Segurança Pública em São Paulo (1946-1964)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, São Paulo, 2006.

_____. *Polícia, Democracia e Política em São Paulo (1946-1964)*. São Paulo: Humanitas, Fapesp: 2010.

DALLARI, Dalmo. *O Pequeno Exército Paulista*. São Paulo, Perspectiva: 1977.

CARVALHO, Glauco Silva de. *A Força Pública paulista na Redemocratização de 1946:dilemas de uma instituição entre a função policial e a destinação militar*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, São Paulo, 2011.

GRAHAM, Stephen. *Cities Under Siege*. Londres, Verso: 2009.

MELLO JORGE, Maria H. Mortalidade por Causas Violentas no Município de São Paulo: III – Mortes Intencionais. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, n. 15, p. 165-193, 1983.

NEME, Cristina *A Instituição policial na ordem democrática: o caso da Polícia Militar do estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, São Paulo, 1999.

PINHEIRO, Paulo S. "Polícia e Crise Política: o caso das polícias militares" In: PAOLI, Maria Célia; BENEVIDES, Maria Victoria; PINHEIRO, Paulo Sérgio; MATTA, Roberto da. *A Violência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense: 1982, p. 57-91.

REINER, Robert. *A Política da Polícia*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: 2004.

SANTA ROSA, Osni Geraldo. *Depoimento à Comissão Nacional da Verdade e à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" em 22/11/2013*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ADpt5g4VtIA> . Acessado em 14/06/14.

SYLVESTRE, Vicente. *Guarda Civil de São Paulo: Sua História*. São Paulo, sem editora: 1983.

TELHADA, Paulo A. L. L. Para Telhada, Polícia Militar não tem nada a ver com ditadura. *UOL*. 24/03/2014 Disponível em <http://tvuol.uol.com.br/video/para-telhada-policia-militar-nao-tem-nada-a-ver-com-a-ditadura-04020C183762D8C94326>. Acessado em 14/06/14.

Um olhar sobre a Polícia Federal do Brasil: percursos institucionais e atividade de inteligência na virada do terceiro milênio

Jaseff Raziel Yauri Miranda

Graduado em História, com formação complementar em Ciência Política
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
miranda.raziel@hotmail.com

RESUMO: A atividade de inteligência policial no Brasil tem raízes na comunidade de informações estabelecida na última ditadura civil-militar. Com a redemocratização do país e as crises na segurança pública, novas finalidades e desafios foram colocados para essa atividade. O trabalho procura, assim, levantar uma discussão acerca do debate teórico realizado em torno dessa atividade, bem como traçar os percursos da Polícia Federal até os anos 2000, de modo a verificar se houve uma sistematização da inteligência policial no órgão.

PALAVRAS CHAVE: Polícia Federal, inteligência policial, institucionalismo histórico

ABSTRACT: The police intelligence activity in Brazil has its roots in the information community formed on the last civil-military dictatorship period. With the democratization of the country and the crisis in public security, new goals and challenges were posed for this activity. Thus, we seek to raise a discussion on the theoretical debate around this activity, as well as feature the history of the Federal Police, and if there was an institutionalization of the police intelligence in this institution.

KEY WORDS: Brazilian Federal Police, police intelligence, historical institutionalism

Com a redemocratização do país, o fim da Guerra Fria e a progressiva superação dos paradigmas político-ideológicos desse conflito, novas finalidades e desafios foram colocados para a atividade de inteligência. Recentemente, com o agravamento da criminalidade e a complexidade das novas modalidades de delitos, a inteligência de cunho policial-criminal, apresentou-se como uma importante ferramenta para enfrentar esses dilemas.

Mas para entendermos o binômio ‘prevenção/repressão’ praticado pelos serviços de informações e inteligência ao longo da história do país nas últimas décadas, é importante ater-se aos antecedentes, aos conteúdos político-ideológicos que justificaram sua utilização ou definiram a natureza dos seus alvos: ora como dissidentes políticos, ou ‘subversivos’, ora como criminosos de grande porte. Para isso, recuar no tempo e percorrer os marcos institucionais é de suma importância. Entende-se que é através de práticas institucionalizadas que os governos e burocracias da atualidade definem ações públicas e tecem seus fios de poder.

A abordagem do institucionalismo histórico, logo, parece ser um instrumento adequado de análise da trajetória de um órgão como a Polícia Federal brasileira. A partir desse viés, apreendem-se determinadas instituições governamentais como estruturas com relativa autonomia – a qual aumenta se considerarmos áreas estratégicas como relações internacionais, segurança nacional ou policiamento federal –, capaz de se readequar a fatores exógenos ou conjunturais –ambiente internacional ou econômico –, mas sem deixar de desconsiderar vontades de atores ou grupos que se situam dentro destes quadros. O ritmo das mudanças incrementais e institucionais nesses ambientes, conforme Hall e Taylor (1996), estaria sujeito à relativa inércia histórica de práticas formais e informais já estabelecidas, e inclusive à pressão dos grupos inseridos na arena estatal para manter seu *status quo*.

Essa dependência de trajetória histórica pode ser discernida claramente ao serem enfocadas as práticas da comunidade de informações dos períodos de endurecimento político, e que legaram uma práxis e cultura de inteligência para a democracia, difícil de ser modificada. Isto teria dificultado a produção de reformas no *ethos* dos atores, bem como estabelecido percalços para institucionalizar novos formatos de ação. De certa forma, a era de informações direcionada para combater a dissidência política marcou a Polícia Federal brasileira, mesmo após o fim do último regime civil-militar. Ainda mais se considerarmos que muitos quadros internos da burocracia pouco se modificaram, permitindo, durante as décadas de 1980 e 1990, a reprodução de componentes que retardaram a sua reconstituição funcional (inclusive da inteligência policial) e a eficácia das suas competências.

No entanto, antes de avançarmos neste debate, torna-se fundamental mapear os conceitos que dão luz à atividade de inteligência policial no cenário recente, bem como enquadrar as etapas do processo de institucionalização da Polícia Federal e percebê-la no tempo em suas diversas fases, associada aos usos que se fez dos processos de inteligência. O estudo também buscou retratar as relações deste órgão dentro da comunidade de informações e situá-la em um panorama político mais abrangente e permeado por influências externas, como o embate Leste-Occidente, e o início conturbado da vida democrática no país após tal conflito.

Visto que se fez um enfoque mais institucional e próximo à Ciência Política, instrumentos da História Oral, ainda que considerados, cederam preponderância a documentos que abordam a inteligência e os órgãos correlatos pela perspectiva legal das suas configurações internas. O ponto fraco desse viés é se limitar a uma visão direcionada à informação descritiva. Por isso optou-se por complementar essas fontes com análises de

profissionais e acadêmicos, e também com notícias veiculadas por revistas e jornais de grande circulação, cujos conteúdos estão disponíveis no banco de dados interno do *Centro de Estudos Estratégicos e Inteligência Governamental* da Universidade Federal de Minas Gerais (CEEIG/UFMG). Por sua vez, ressalta-se que tais complementos passaram por profundo filtro de análise crítica e têm a devida menção bibliográfica.

A construção teórica da atividade de inteligência policial no Brasil

Para dar amparo conceitual à pesquisa, primeiramente se faz necessário definir aquilo que se entende como inteligência. Assim, adotamos a afirmação de Michael Herman (1996, p.34.) que entende que inteligência “*is about ‘them’, not ‘us’*”, a atividade de inteligência tem seu foco no *outro*. Diferentemente de quaisquer outros órgãos estatais que também processam informações – agências de estatísticas, institutos geográficos etc. – a inteligência lida, além do *segredo*, com o conflito, pois busca um dado que é negado ou protegido. Por *outro*, então, compreendemos tanto o estrangeiro ou nacional que atua fora do país, quanto o chamado “inimigo interno” ou “inimigo público”, tendo este o interior das fronteiras do Estado o seu palco de ação. Os critérios para classificação de um indivíduo, organização ou mesmo governo em alvos, variaram de acordo com a percepção de cada Estado/governo em relação a esse *outro*; estando essa percepção sujeita a variáveis impostas pelo clima político vivenciado, quer em nível nacional ou internacional.

Por essa natureza, a inteligência classicamente tem sido utilizada como gatilho para ativar a defesa daquilo que se entende como Estado-Nação, e tem sido comumente dividida em inteligência de âmbito exterior e âmbito interior, de acordo à origem das potenciais ameaças. Conhecida por suas subdivisões, *inteligência de segurança*, *inteligência doméstica*, *inteligência de segurança pública*, a inteligência interna basicamente tem por objetivos a obtenção e análise de “informações sobre identidades, capacidades, intenções e ações de grupos e indivíduos dentro de um país, cujas atividades são ilegais ou alegadamente ilegítimas” [CEPIK, 2003, p. C-25].

No Brasil, a Polícia Federal, no entanto, não faz inteligência externa ou de Estado, tarefa essa formalmente atribuída à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Pelos princípios da Constituição de 1988 e do Sistema Integrado de Inteligência Policial (SINPOL), definidos na Instrução Normativa n. 26/2010, à Polícia Federal foram delegados pressupostos unicamente de âmbito interno.

Paralelamente, como apontado por Eduardo Esteves, há três vertentes para a inteligência interna: a) inteligência para proteção da ordem constitucional; b) inteligência de segurança interna; e c) inteligência policial ou criminal. Sob o conceito acima exposto, temos o que veio a ser conhecido como *inteligência policial*, que é a atividade de inteligência desenvolvida no âmbito das polícias civis, militares ou federal, definida por Esteves como aquela

[...] orientada a la prevención y llevada a cabo en apoyo de la investigación de delitos, entendida como una herramienta de uso cotidiano para la lucha contra la delincuencia común y organizada; respondiendo eventualmente a las necesidades específicas de la función policial y judicial.(ESTEVES, 2005, p. 12).

Concomitantemente, inteligência policial é entendida como:

[...] a aplicação de uma metodologia própria da atividade de inteligência, utilizada nas investigações sobre organizações criminosas e formas delitivas, cuja complexidade, gravidade e consequências inviabilizam uma prevenção eficaz por parte apenas das investigações policiais e judiciais”. (BRANDÃO, 2010, p.18)

Lima Ferro (2006, p. 85) aponta que a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), define a inteligência de segurança pública, com esteio no Decreto 3.695/2000, como a atividade sistemática de produção de conhecimentos de interesse policial, apoiando as atividades de prevenção e repressão dos fenômenos criminais no país.

Além disso, a atividade é prescrita pelo Manual de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal como sendo:

Um conjunto de ações de inteligência [...] que emprega técnicas especiais de investigação, visando a confirmar evidências, indícios e obter conhecimentos sobre a atuação criminosa dissimulada e complexa, bem como a identificação de redes e organizações que atuem no crime, de forma a proporcionar um perfeito entendimento sobre seu *modus operandi*, ramificações, tendências e alcance de suas condutas criminosas” (*apud* GONÇALVES, 2009, p. 28)

Ainda segundo Joanisval Gonçalves (2009), o conhecimento em inteligência policial se dá em três níveis distintos: o estratégico, o tático e o operacional. Sendo as atividades de cada nível orientadas de modo a “facilitar o processo decisório de gestão policial bem como para subsidiar o trabalho de Polícia Judiciária na produção de provas e revelação de evidências sobre autoria de crimes.” (DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, 2009, p. 21-22). Nessa lógica, cada nível corresponderia a um período de ação, sendo, respectivamente, longo, médio e curto prazo. O nível estratégico advém da tradição militar, e

se ocuparia com assuntos que norteiam as atividades da instituição como um todo e podem implicar em medidas de grande escala. O nível tático, que cobriria ações de médio prazo, é voltado para as demandas do órgão. Sua função é produzir conhecimento que sirva para subsidiar políticas internas voltadas ao enfrentamento do crime. Por último, o nível operacional cobriria um prazo menor, estando atrelado a ações imediatas. Este último nível é o mais característico da inteligência de polícias judiciárias, pois volta-se para a investigação criminal (muitas vezes se confunde com ela) e a confirmação de evidências de delitos. Ainda segundo Gonçalves (2009, p. 15), o nível tático atuaria de forma probatória, no sentido de fundamentar autoria ou materialidade do ilícito penal (ref. Com página).

Esses são os marcos teóricos construídos para caracterizar as nuances da atividade de inteligência. Embora já existissem revistas de inteligência, como as da ABIN, e houvesse consideráveis trabalhos acadêmicos no assunto, o *Manual da Polícia Federal* de 2005 e a *Doutrina Nacional de Segurança Pública* (DNISP) de 2009⁷ estão entre as primeiras expressões públicas e oficiais no que condiz à subárea da inteligência policial em nível federal. O que nos leva a inferir que as diretrizes e pressupostos legais sobre a atividade de inteligência policial no Brasil são muito recentes e indicam o quão incipiente é a área em termos de definição de preceitos ou marcos oficiais de orientação.

Num processo de institucionalização, esse relativo “atraso” pode ser um indicador que demonstra o quão lenta ou difícil é a definição de consensos em torno de determinado assunto ou o quão ‘impermeável’ se encontra determinado grupo burocrático frente a reformas ou a novas práticas. E para decifrar as especificidades da inteligência policial dentro da Polícia Federal, cabe, então, realizar um recorrido histórico deste órgão para mapear os porquês desse lapso, e a possível impermeabilidade ou relutância para sistematizar a inteligência policial, mesmo após o fim do último período ditatorial, a Constituinte e as crises de segurança pública que se abateram e que ainda persistem nos anos recentes.

A institucionalização do Departamento de Polícia Federal e a inteligência

O processo de institucionalização da Polícia Federal começou naquilo que viria a ser o embrião da Polícia Federal: o *Departamento Federal de Segurança Pública* (DFSP) criado em 1944, por força do Decreto-Lei 6378. Tratava-se de uma readequação da Polícia Civil do Distrito Federal, que passou sua subordinação ao Ministério da Justiça e voltou suas

⁷ “A Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), aprovada pelo Conselho Especial do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública e normatizada pelo Secretário Nacional de Segurança Pública, Dr. Ricardo Balestreri, através da Portaria nº 22, de 22 de julho de 2009, publicada no DOU de 23/07/09” (ROMÃO, 2004).

atividades para a segurança pública no Distrito Federal que outrora era no Rio de Janeiro, e para o controle nas fronteiras em nível nacional. Essa foi, de fato, a primeira ação federalizante no sentido de constituir uma polícia em nível nacional.

Em 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek, a transferência para a nova capital federal gerou algum transtorno, pois os quadros funcionais da nova polícia, em sua maioria cariocas, não aceitaram sua transferência e permaneceram subordinados ao recém-criado Estado da Guanabara. Assim, para a formação dos novos quadros, recorreu-se à Guarda Especial de Brasília, órgão de segurança pública da cidade. Em 1964, após o golpe, o DFSP ganhou jurisdição efetiva em todo o território nacional, regulamentada pela Lei nº 4.483, de 16 de novembro do mesmo ano.

Finalmente, no ano de 1967, ainda sob o governo Castelo Branco, pelo Decreto-Lei nº 200, Art. 210, o Departamento Federal de Segurança Pública passa a denominar-se Departamento de Polícia Federal. Tais acontecimentos e marcos regulatórios reforçam os sentidos de federalização e centralização de órgãos públicos levados a cabo por governos mais fechados e autoritários na história da administração pública brasileira (SOARES, 1998, p. 137-163). Também explicaria, em parte, o porquê dos órgãos policiamento já carregarem, desde esses tempos, pessoal e quadros de acentuada inclinação castrense.

O Departamento de Polícia Federal, como outros órgãos de segurança, foi, portanto, mais suscetível ao controle direto e ideologia dos militares e à influência da Doutrina de Segurança Nacional. Em Plena Guerra Fria, o alinhamento do governo brasileiro e dos militares aos ditames da ‘guerra total’, orientou os serviços de inteligência nos mais diversos órgãos para o combate ao “inimigo interno”. Segundo a Doutrina, os problemas de segurança, fossem da alçada externa ou interna, passaram a ser problemas de segurança nacional, entrando na ala dos assuntos da Defesa ou consignações de incumbência militar. (BORGES, 2003).

Diversos países da América Latina viram suas vias de participação e democracia ruir diante deste novo paradigma. Para os serviços de informação ou inteligência, a diferenciação entre os âmbitos externo e interno não faria muito sentido, já que os esforços eram canalizados para o *outro*, o *adversário* encontrado entre aqueles que se posicionavam contrários às disposições do governo militar, ou seja, os chamados *subversivos* dentro do próprio território.

Neste contexto, a Divisão de Inteligência da Polícia Federal concentrava toda sua atividade de informações em dois núcleos distintos: o *Centro de Informações* (CI) e o *Departamento de Ordem Política e Social* (DOPS). O DOPS voltava-se ao acompanhamento de movimentos sociais, sobretudo os conflitos agrários e reivindicatórios. Sua estrutura existia no órgão central em Brasília e contava com filiais nas Seções Regionais. Já ao CI cabia a função de dar provimento às normas e diretrizes do Poder Executivo, com especial ênfase para o serviço de contra-inteligência.

No DOPS, segundo entrevista compilada pela historiadora Priscila Brandão, foi comum ter coronéis das forças armadas ocupando cargos de direção, o que evidencia a militarização do órgão:

Antes da criação do SNI, as Divisões de Ordem Política e Social (DOPS) da Polícia Federal eram as agências operacionais responsáveis por questões relativas à segurança interna. Segundo o depoimento do coronel Amerino Raposo, que trabalhava no SNI e fora alocado no Departamento Federal de Segurança Pública para reestruturar a Polícia Federal, os diretores do DOPS normalmente eram coronéis que vinham da 2ª seção das regiões militares, aquelas responsáveis pelo serviço de informações e contrainformações dentro das Forças Armadas. (ANTUNES, 2001, p. 56)

O DOPS do DPF foi extinto ainda em 1982, e a coordenação da inteligência passou para a Diretoria de Inteligência Policial [DIP]. Durante o processo de redemocratização no final dos anos 1980, a Polícia Federal tentou reestruturar suas atividades para tornar-se mais coerente com as orientações democráticas, passando então, ainda que rapidamente, a investigar crimes políticos e eleitorais.

Mas é justamente a partir do fim da ditadura que ocorreu uma relativa desagregação dos fins e das muitas funções do *Departamento de Polícia Federal* (DPF). A Polícia Federal, convive durante boa parte dos anos 80 e 90, com disputas internas, casos de corrupção e desvios de suas atividades de polícia judiciária. Por exemplo, aos escândalos envolvendo o diretor Romeu Tuma⁸, recorrentes na mídia da época, somam-se grampos ilegais, quando das discussões sobre a licitação do *Sistema de Vigilância da Amazônia* (SIVAM), em plena Esplanada dos Ministérios. (RAYMUNDO COSTA, 1999). Somem-se a tal quadro as rachaduras internas na corporação ocasionadas pelos embates entre os comandados pelo então Diretor Geral, Vicente Chelloti, contra as alas ligadas à *Diretoria de repressão a*

⁸ O compadre doleiro. As perigosíssimas ligações do delegado Romeu Tuma com cambistas em ação na capital federal. *Revista Veja*, 04 de Dezembro de 1991; Delegado (Tuma) é suspeito de prevaricação. O Ministério Público está investigando denúncias de omissão e conivência do secretário Nacional de Polícia Federal (PF). *Folha de São Paulo*, 04 de Abril de 1992.

Entorpecentes (DRE), núcleo interno de poder que gozou de considerável autonomia e constituiu-se num “feudo” dentro do DPF.⁹

Tais eventos incorrem em um contexto no qual os organismos de inteligência e segurança direcionaram seus esforços no combate ao narcotráfico e aos entorpecentes para se legitimar. Afinal, esses mesmos órgãos que nasceram na Guerra Fria viram cair o Muro de Berlim, e junto com ele, o paradigma de combate aos dissidentes. Segundo Alexandre Bustamante, policial federal licenciado e atual Secretário de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso, as posteriores “fases” da Polícia Federal podem ser assim resumidas:

O setor de inteligência foi criado com a função precípua de assessoramento e sustentação do regime [...] [nossa tarefa] era manutenção do regime e o combate ao narcotráfico. Acabou e o pessoal ficou sem norte. Veio às torres gêmeas, e aí houve o rompimento com isso aqui [narcotráfico] porque querendo ou não a gente trabalha muito com uma linha internacional. [...] com as torres gêmeas os EUA se voltaram para o terrorismo e a Polícia Federal se voltou para a corrupção.¹⁰

O alinhamento com a política norte-americana é também apreensível, em tom de denúncia, em diversas publicações jornalísticas da virada do século. Bob Fernandes, responsável por coordenar oito reportagens da *Revista Carta Capital*, entre 1999 e 2004, inferiu que esses desmantelamentos mostraram uma realidade do DPF preocupante, pois:

[*Os Estados Unidos*] agiam quase sempre em constante parceria com a Polícia Federal daqueles tempos, dos anos 90 e dos dois primeiros anos do século XXI. Tempos em que uma Polícia Federal com baixo orçamento era refém do dinheiro e do poder de penetração da CIA, DEA, FBI, algumas das muitas agências dos EUA que então atuavam no país. (FERNANDES, 2013)

Segundo os materiais físicos e entrevistas coletados nessa série de reportagens, o próprio *Centro de Dados Operacionais* (CDO), hoje *Serviço de Operações de Inteligência Policial* (SOIP), teria, então, sido potencializado, no âmbito de inteligência, graças ao suporte da *Central Intelligence Agency* (CIA). Paralelamente, o *Grupo de Investigações Sensíveis* (GISE), teria contado com apoio da *Drug Enforcement Administration* (DEA). A fácil entrada de recursos estadunidenses no Departamento de Polícia Federal, fosse na forma de capacitação ou no fornecimento de equipamentos e infraestrutura, permitiu que o ex-chefe do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) no Brasil, Carlos Costa, declarasse: “a vossa Polícia Federal é nossa... trabalha para nós [os EUA] há anos” (FERNANDES, 2004). Ainda que, a priori, haja receios para recepcionar passivamente essa fala, não foi difícil perceber o cenário

⁹ Crise Federal. Policiais 'grampeiam' conversa de diretor do órgão com funcionária que investiga setor de entorpecentes. *Folha de São Paulo*, 19 de Julho de 1998.

¹⁰ Entrevista Alexandre Bustamante, realizada em Cuiabá, MS, em Out. 2002 por Priscila Brandão.

de crise dentro do órgão e a posição de relativa dependência em relação às agências norte-americanas. Basta mencionar os desdobramentos desse cenário, com remoção de Chelotti da diretoria da Polícia Federal e a crise política relatada nas edições da Revista.

Na recente vida democrática do país, somente na virada do século conseguiram-se avanços e relativa eficiência em órgãos de controle e segurança institucional. A literatura menciona, em geral, os casos do Tribunal de Contas da União e da Polícia Federal. O primeiro, com base nos marcos regulatórios e de controle orçamentário implementados após a Lei de Responsabilidade Fiscal do ano 2000. A Polícia Federal, por sua vez, entrou numa fase marcada pela desarticulação de crimes como corrupção e crime organizado transnacional.¹¹ Se outrora as investigações mais sensíveis eram realizadas quase que exclusivamente por escritórios do CDO ou GISE, nesta nova etapa, a *Diretoria de Inteligência Policial* (DIP) e as delegacias especializadas começaram a atuar de maneira mais consistente.

Isso se deve também ao fato de que houve, no final da década de 90 e início dos anos 2000, a renovação com certa frequência dos quadros internos, promovendo-se concursos com alto grau de exigência para todos os cargos da estrutura burocrática. Tais mudanças possibilitaram empreender a repressão ao crime organizado e à corrupção de maneira mais sistemática em nível Federal, o que vem sendo demonstrado desde 2003 em um largo histórico de operações disponíveis na própria página web do Departamento, as quais muitas vezes são noticiadas pela mídia em geral.

No entanto, no que tange à inteligência policial ainda permanecem indefinições. A despeito de suas regulamentações teóricas, a institucionalização dessa atividade não tem sido efetivada no sentido de se perseguir uma *práxis* ancorada no desenvolvimento de capacidades investigativas e de inteligência policial, seja no nível operacional ou estratégico, ou na articulação entre o DIP e seus Núcleos Regionais ou Unidades de Inteligência Policiais. E como se já não bastasse esses desafios, a primeira década do século XXI tem assistido a atritos entre a figura do delegado com a dos agentes de campo e perícia, numa verdadeira batalha contra o *status quo* da supremacia da cultura jurídica na atividade policial investigatória, visando uma reorganização interna do DPF. Têm-se discutido que tão grave quanto à militarização excessiva da polícia ostensiva, tem sido a “advogadização” da polícia judiciária, que levou a executar nas delegacias um ritual semelhante ao que é exercido pela justiça através das varas criminais (BEATO FILHO, 1999). A institucionalização e a

¹¹ A exemplo da maior participação do Ministério Público junto à Polícia Federal nas investigações relacionadas à corrupção e improbidade administrativa em meados dos anos 2000, ver ARANTES (2010).

eficiência da inteligência policial tem sido comprometidas em vista das rachaduras e interesses desse embate.

Conclusões

A institucionalização do *Departamento de Polícia Federal* do Brasil ou DPF é muito recente, seja em escala temporal ou em termos de vida democrática do país. É apenas no início do século XXI é que se percebeu relativo protagonismo e eficiência na escalada de operações do DPF. Ainda assim, sua trajetória institucional foi marcada por resistências e indefinições para incorporar os marcos teóricos acerca da atividade de inteligência policial. A pouca contundência nesta subárea da inteligência governamental encontra-se, muitas vezes, entrelaçada à produção de provas penais e à investigação criminal. Por sua vez, isto remontaria a um continuum ou práticas de uma “polícia para incriminar”, definida ainda nos tempos de policiamento político e de sustentação da comunidade de informações do último regime civil-militar. Também poderia ser um dos motivos da tênue diferenciação, ou mesmo da tipificação comum, entre inteligência e produção de provas, inclusive dentro do DPF.

Concomitantemente, se por um lado o DPF conseguiu alcançar um lugar de preponderância entre os órgãos relacionados à segurança e ao policiamento, por outro, a inteligência policial, voltada ao levantamento de informações com finalidade de planejamento estratégico e decisório para os gestores públicos e para os dirigentes do DPF, manteve-se à margem da instituição. Seja em tempos de suscetibilidade internacional nos anos 1990, quando foi coagida para levantar e produzir provas contra grupos ligados ao narcotráfico, seja por embates entre os seus quadros internos em torno da questão da “advogadização” das polícias Judiciárias nos anos 2000, esses sinuosos percursos demonstram que o DPF tem apresentado relutâncias e “impermeabilidade” para se redefinir diante da problemática da segurança pública e da busca por eficiência, inclusive em termos de inteligência policial.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002 p. 56.

ANTUNES, Priscila; CEPIK, Marco. Profissionalização da atividade de inteligência no Brasil: Critérios, Evidências e Desafios restantes. In: SWENSON, Russel e LEMONZY, Susana. *Profissionalismo de Inteligencia en las Américas*. Washington D.C.: Joint Military Intelligence College, 2003.

ARANTES, Rogério B.. *Corrupção e Instituições Políticas: uma análise conceitual e empírica*. In: 7º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA,

2010, Recife. Área Temática de Instituições Políticas, 2010. Disponível em <<http://www.itevaldo.com/wp-content/uploads/2010/09/corrupt%C3%A7%C3%A3o-e-institui%C3%A7%C3%B5es-pol%C3%ADticas.pdf>> acessado em Dez. 2013.

BEATO FILHO, C. C. Políticas Públicas de Segurança e a Questão Policial: Eficiência, equidade e accountability. In: MELO, Marcus André (Org.). *Reforma do Estado e Mudança Institucional no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Edistora Massangano, 1999, v. 1, p. 335-365.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-42.

BRANDÃO, Priscila Carlos. Inteligência criminal no Brasil: um diagnóstico. In: XXIX INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES, 2010, Toronto. s Area LASA2010 Congress Paper Archive, 2010.

CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e Castro, Celso.[a] *Os anos de Chumbo*. Memória Militar sobre a Repressão. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1995.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (2009, p. 21-22) apud ROMÃO, Cide Ferreira. *O que é inteligência policial? – discutindo um conceito*. Disponível também em <<http://www.inteligenciapolicial.com.br/2011/03/artigo-o-que-e-inteligencia-policial.html>>, acessado em Fev. de 2014.

FERNANDES, Bob. A Hora da Autópsia - Entrevista com Carlos Costa, ex-chefe do FBI no Brasil. *Carta Capital*, 20 de março 2004.

FERNANDES, Bob. Como os Estados Unidos espionaram o Brasil. *Terra Magazine*, 17 jul. 2013. Disponível em <<http://terramagazine.terra.com.br/bobfernandes/blog/2013/07/17/como-os-estados-unidos-espionaram-o-brasil>>, acessado em Fev. de 2014.

FERRO, Alexandre Lima. Inteligência de segurança pública e análise criminal. *Revista Brasileira de Inteligência*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 77-92, abr. 2006.

GONÇALVES, Joanislval Brito. A atividade de inteligência no combate ao crime organizado: o caso do Brasil. RESEARCH AND EDUCATION IN DEFENSE AND SECURITY STUDIES, Santiago, 28-30 october 2009. <<http://www.ndu.edu/chds/redes2003/Academic-Papers/9.Intelligence/2.Public-Oversight-Intelligence/5.%20JOANISVAL-final.doc>>

HALL Peter A. e TAYLOR, Rosemary C. R. Political science and the three new institutionalisms. *Political Studies*, v. XLIV, n. 5, 1996. Tradução: Hall e Taylor. As três versões do neo-institucionalismo. www.scielo.br

RAYMUNDO COSTA do Painel SENADO FEDERAL. *Chelotti é exonerado da Polícia Federal*. em Brasília. 05/03/1999, disponível em

<<http://www.senado.gov.br/noticias/OpiniaoPublica/inc/senamidia/historico/1999/3/zn030535.htm>>, acessado em Dez. de 2013.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as Políticas Públicas”. Algumas observações. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 5. n. 1, jan.-jun. 2005.

SOARES, Márcia Miranda. Federação, democracia e instituições políticas. *Lua Nova* (Impresso), v. 1, p. 137-163, 1998.

UGARTE, José Manuel. “El Profesionalismo en Materia de Inteligencia: Cuestiones Vinculadas.” In: SWENSON, Russel e LEMONZY, Susana. *Profesionalismo de Inteligencia em las Américas*. Washington D.C.: Joint Military Intelligence College, 2003.

ZEGART, Amy. *Flawed by Design. The Evolution of the CIA, JCS and NSC*. Stanford-CA: Stanford University Press, 1999.

Trabalhadores, processos-crimes e ação policial nos anos 1950. Qual “espontaneísmo grevista”? Quais “greves de massa”?¹²

Juliana Martins Alves

Doutora em História Social
Universidade de São Paulo (USP).
E-mail: julimatin@ig.com.br

RESUMO: O presente artigo objetiva, em primeiro lugar, discutir as noções de “*espontaneísmo grevista*” e “*greve de massa*”, sob a ótica do “populismo”, durante o segundo governo de Getúlio Vargas. E, em segundo lugar, caracterizar os instrumentos governativo-coercitivos do Estado, baseados na *Lei* e na repressão policial, dirigidos às greves trabalhadoras entre 1953-1954.

PALAVRAS-CHAVE: Greves; trabalhadores; processos-crimes; Segundo Governo Vargas.

RÉSUMÉ: Le présent article a d’abord pour objectif discuter les notions de “spontanéisme gréviste” et de “grève de masse”, sous l’optique du “populisme”, pendant le second gouvernement Vargas. Et, en deuxième place, caractériser les instruments coercitifs du gouvernement de l’Etat, basés sur la *Loi* et sur la répression policière, dirigés vers les grèves travailleuses entre 1953-1954.

MOTS-CLÉS: Grèves; travailleurs; procès-crimes; second gouvernement Vargas.

Introdução

Seguindo as revisões críticas da historiografia sobre o “populismo” como modelo teórico-interpretativo, que pretendeu *abarcar* os diferentes aspectos da política social e sindical do Estado e as relações deste com os trabalhadores, durante os governos de Getúlio Vargas (1930-45/1951-54), com base na categoria de “*política de massas*”, este artigo tem dois objetivos principais.

Primeiro, discutir as ideias de “*espontaneísmo grevista*” e “*greve de massa*”, atribuídas às greves trabalhadoras, sob a ótica do “populismo”, durante o segundo governo de Getúlio Vargas. Interpretações essas que, além de distanciadas das práticas efetivas dos diferentes sujeitos históricos, desqualificaram a história de luta dos trabalhadores. Segundo, contrapondo tais interpretações à experiência do operariado entre 1951-54: o texto objetiva caracterizar os mecanismos governativo-coercitivos do Estado – baseados na *Lei* e na repressão policial – em

¹² Embora assumindo todas as responsabilidades, agradeço ao Prof. Dr. Jorge Ferreira, professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, por seus comentários a uma versão preliminar deste texto.

um contexto de avanço do movimento operário-sindical e quando as movimentações trabalhadoras assumem grande peso e visibilidade na cena política.

Para tanto, o estudo traz para a reflexão fontes ainda pouco investigadas nos estudos históricos sobre o período, como a *Revista Forense*, na qual as medidas governamentais, decisões da Justiça e processos envolvendo trabalhadores encontram-se fartamente documentados – analisada em conjunto com outras fontes documentais.

Trabalhadores e processos-crimes nos anos 1950

[A] Polícia é a vanguarda das forças da Nação... [Seu] encargo é o de garantir a própria continuidade da Pátria. (LIMA, 1951, p. 75, 76).¹³

Em dezembro de 1951, foram presas as irmãs Gimenez e outros trabalhadores. De acordo com o julgamento do Supremo Tribunal Federal: Margarida e Ana Gimenez, ao lado de Jorge Garcia e Germano Canassa, distribuíram em Santo André, SP., panfletos de “*caráter sabidamente subversivo e atentatório à ordem política e social*”, concitando o povo e os trabalhadores a comparecerem em um comício popular, que fora proibido pela Polícia local. Contudo, *desobedecendo* a “ordem legal”, *instigando* a “desobediência coletiva ao cumprimento da Lei”, as referidas irmãs, *encabeçaram* um movimento para que o comício se realizasse, sendo presas no local. Assim, justifica o Tribunal: “sabendo” elas “ou devendo saber” que tais ações que “[possam] gerar desassossego e temor” na população são crimes previstos em Lei, coube a “intervenção do Estado”, por meio da Polícia.

Contra Jorge Garcia, relatavam os autos do processo, inexistiam “antecedentes político-sociais”. Já Margarida Gimenez e Germano Canassa, ao invés, eram “velhos conhecidos da polícia política”, guardando “em seu *dossier*” reiteradas manifestações de caráter subversivo. Contra a primeira pesava ainda a “imputação de crime de greve”, em um processo em curso. Dessa forma, em vista da manifestação incitando a “luta entre as classes sociais”, sentencia o Supremo Tribunal Federal: o ato praticado “constitui crime de caráter político-social, que interessa à estrutura e segurança do Estado, assim como à ordem social”.¹⁴ Germano Canassa e as irmãs Gimenez foram condenados, cada um, à pena de 1 ano e meio de

¹³ Discurso proferido pelo Ministro da Justiça, Francisco Negrão de Lima, na *I Conferência Nacional de Polícia*, realizada no Rio de Janeiro, em 1951. *Relatório da Polícia Militar do Distrito Federal*. Ano III, n. 15, Setembro-outubro de 1951, p. 75, 76. “*As comemorações do dia do Trabalho*”.

¹⁴ Entre 1951-1952, antes da entrada em vigor da nova *Lei de Defesa do Estado e Segurança Nacional*, instituída em janeiro de 1953, para julgar os crimes políticos e sociais ou contrários à *organização do trabalho*, os órgãos da Justiça baseavam-se no decreto 431, de 18/05/1938, que definiu os “crimes políticos e sociais”, nas diversas sanções da CLT (1943) às greves e na Lei 1.207, baixada pelo Congresso em 25/10/1950, que delimitava o “direito de reunião” e impedia manifestações políticas e sociais, sem a autorização prévia da Polícia.

detenção e multa de CR\$ 500,00, a ser paga no prazo de 6 meses (*Revista Forense*, março-abril de 1953, p. 385).

Já em 1954, o operário Elício Guimarães Lima protestou contra a injustiça de que fora vítima ao ser *preso em flagrante*, praticando ato incurso na legislação criminal. Para tanto, contribuiu a declaração das testemunhas que o classificaram: “*como agitador contumaz*”. De acordo com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal: embora o trabalhador acusado “não se achava dentro da fábrica”, estava na “porta desta”, situada na Rua dos Açudes (RJ.), “com um papel na mão, convidando a massa de operários, que acabava de almoçar, a acompanhá-lo até o escritório”, onde reclamariam um abono, não recebido. Em caso de recusa dos patrões, “[levantariam] a greve”. Em face da “desordem” suscitada por seu ato, o Tribunal decide-se pela manutenção do auto de prisão do operário e negação do *habeas corpus*. (*Revista Forense*, maio-junho de 1954, p. 402-403, 444).

Para os crimes de “*subversão à ordem política e social*” e contra a “*organização do trabalho*” – um dos pilares da política trabalhista, *atualizada* durante o segundo governo Vargas, no contexto da liberal-democracia dos anos 1950 – cabia “prisão preventiva”. Embora seja impraticável listar na íntegra esses processos, o elevado contingente de trabalhadores incursos nestes e em outros crimes mereceria um estudo específico e aprofundado.

Conforme jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal em 1951: embora admita a Constituição [de 1946] o *direito de greve*, “o exercício desse direito, está subordinado à condição precípua de se haverem esgotado os meios [conciliatórios]”. Mesmo porque, leciona a *Revista Forense*, com a CLT e a “instituição da Justiça do Trabalho”, adequadas a “conciliar interesses entre patrões e empregados”, estaria “definitivamente ultrapassada” a fase em que, “por insuficiência da ordem jurídica, se elevava o ‘direito de greve’ [uma “*aberração do direito*” ou um “*anti-direito*”] à categoria de um mito tão fecundo... ‘como a divindade de Jesus Cristo’. Assim, permitir ao empregado “reagir pela via de fato, que é a greve”, entraria “em conflito com aquele outro mandamento”, próprio das “sociedades civilizadas, que veda *fazer justiça pelas próprias mãos*”. (*Revista Forens*, n. 148, 1953, p. 471-472; v. 154, Julho-Agosto, 1954, p. 11; v. 156, Nov-dez, 1954, p. 33, 19). Por conseguinte, o “incitamento” ou a “exortação à greve” eram também considerados crimes.

Em junho de 1953, o sindicalista Benjamin Dantas Ávila e outros foram destituídos de suas funções sindicais, acusados de práticas “subversivas”, com base em parecer do Departamento Nacional do Trabalho e do **Setor Trabalhista** do DEOPS (Departamento de Ordem Pública e Social) do Distrito Federal. Sobre o processo registra a *Revista Forense*:

“ELEIÇÃO SINDICAL. CHAPA CONSTITUÍDA DE ELEMENTOS COMUNISTAS [sic]”. Conforme a sentença do Tribunal Federal: “São os fins lícitos que investem o ‘**poder de polícia**’ [do Estado] na fiscalização do funcionamento dos sindicatos”. Não “vai nesse mister nenhuma arbitrariedade, nem ofensa ao direito líquido e certo” dos sindicalistas e associados nos sindicatos. “Já chega de benevolência criminosa com os inimigos do Estado”. (*Revista Forense*, v. 155, Set.-out. de 1954, p. 210-214). São também significativos os processos julgados na Justiça do Trabalho, envolvendo trabalhadores com “ideias subversivas” e/ou “comunistas”. Estas eram consideradas “impeditivas” do “bom desempenho” pelo empregado de suas funções, dando-se, por diversas vezes, ganho de causa aos patrões (ALVES, 2010, p. 328).

Em 1952, compareceram à *Junta de Conciliação e Julgamento* em Belém (Pará), Antônia Ferreira e outras operárias para reclamar contra a *Companhia Industrial do Brasil*. Elas foram “injustamente dispensadas” por aquiescerem em distribuir “panfletos que lhes foram entregues à porta da usina por João Gomes”, *concitando* as “demais empregadas a entrarem em greve”. As reclamantes afiançavam não saberem como “surgiram no meio da fábrica os panfletos de exortação à greve” e que, de “*boa fé*”, admitiram terem distribuído alguns desses folhetos, mas sem qualquer intenção de prejudicar a empresa”. A Justiça deu ganho de causa às operárias por entender, com base no Decreto-Lei 9.070, não ter havido a “pretendida parede” (11/03/1952). (*Revista Forense*, n. 148, 1953, p. 471).

Dessa forma, a “*questão social*” continuará recebendo nos anos 1950 um tratamento *político simultâneo ao tratamento policial*. Greves, movimentações operárias, comissões de trabalhadores nas fábricas permanecem alvo constante da mira patronal e policial.¹⁵ (SILVA e COSTA, 2001, p. 245).

Qual “espontaneísmo” grevista ? Quais “greves de massa” ?

A ‘*espontaneidade grevista*’ é muitas vezes o resultado da ignorância dos pesquisadores, que só podem ter conhecimento de certas greves no momento em que elas começam, surpreendendo patrões e empregadores, enquanto os operários não só as aguardavam como também as planejavam. (PERROT, 1984, p. 34).

Apesar das evidências relativas às manifestações, organização e formas de luta da classe trabalhadora, “*greve de massa*” e “*espontaneísmo grevista*” foram definições presentes nos estudos sobre o “populismo”. Com essas expressões pretendeu-se: tanto

¹⁵ Em 1951, ocupava o cargo de diretor da *Delegacia de Ordem Política e Social* o major Hugo Bethlem. Entre as atribuições do órgão, cujo objetivo era *zelar pela ordem pública* e pela *segurança das instituições*, estava a severa repressão aos comunistas e às greves consideradas “ilegais”.

demarcar os limites de ação do movimento operário e sindical (*subsumido, cooptado, “manipulado”* pelo “populismo” varguista) *desqualificando-o*; como explicar o comportamento do operariado com base na suposta *sujeição* à “política de massas”. Essas interpretações, as quais não resistem à observação histórica das medidas governamentais, nem dos movimentos dos trabalhadores, foram consagradas nos estudos de José Álvaro Moisés sobre as greves de 1953-54.

O ano de 1953 foi, sobremaneira, importante para o sindicalismo brasileiro. Nele, ocorrem duas grandes greves. Em março, a chamada dos “*greve dos 300 mil*”, em São Paulo, cuja importância – além das estratégias de luta e organização dos trabalhadores, dentro e fora dos sindicatos – estará no fato de ter originado um *Comando Intersindical*, do qual nasceu uma organização à margem da estrutura sindical corporativa oficial: o *Pacto de Unidade Intersindical (PUI)*. E em junho, a Greve dos Marítimos, no Rio de Janeiro, que levaria a demissão de Segadas Vianna (segundo ministro do Trabalho, do Segundo Governo Vargas) e a entrada de João Goulart para o Ministério do Trabalho, com a reforma ministerial de junho de 1953. (BARSTED, 1982, p. 52).

Para José Álvaro Moisés, seguindo as pegadas de Francisco Weffort (1978), a “*greve dos 300 mil*” foi expressão da “*espontaneidade*” operária, resultado da “*política de massas*” do governo Vargas e da suposta “*incapacidade*” dos trabalhadores em conduzir de forma autônoma seus interesses de *classe* para o nível das lutas políticas, manifestando-se somente como “*massa*”, de modo “*instintivo*”. “*Massas*”, por definição, “*desorganizadas*” e “*inconscientes*” de seus interesses de classe. (MOISÉS, 1978, p. 135-136).

Apesar das diferenças de enfoque, essa questão foi também desenvolvida por Armando Boito Jr. com base no que define como o “*culto populista do Estado*”. Esse “*culto*” *introjetado* na memória dos trabalhadores corresponderia, de um lado, à “*passividade das massas*”, caracterizadas pela “*inércia*” ou “*fragilidade*” organizativa; e de outro, à “*expectativa da iniciativa salvadora do Estado*”. Para o autor, a função primordial do referido “*culto*” seria a de afastar ou “*desviar*” os trabalhadores das “*concepções revolucionárias*”, impedindo a formação de uma “*verdadeira*” consciência de classe. (BOITO JR., 1991, p. 74, 90-93). O “*espontaneísmo*” das greves e seu “*caráter de massa*” constituíram, assim, exemplos emblemáticos e corolários do recorte “*incapacidade de organização*”/resultado da “*massificação*” dos trabalhadores, atribuídos à greve dos 300 mil e a outros movimentos grevistas entre 1953-54. (SILVA e COSTA, 2001, p. 251).

Todavia, ao nos debruçarmos sobre a experiência dos atores sociais de *carne e osso* nos anos 1950, não encontramos trabalhadores “manipulados”, “greves espontâneas”; e, muito menos, operários “desviados” da “consciência real” de seus interesses pela “política de massas”, encetada pelo “populismo” getulista.

Durante o segundo governo Vargas o movimento operário e sindical brasileiro atingiu grande dimensão. A alta da inflação e do custo de vida, acima do salário mínimo, multiplicavam as greves. Segundo alguns cálculos, elas chegaram a 264 entre 1951-1952. Em princípios de 1953, várias categorias estavam mobilizadas.

A greve dos tecelões cariocas, além de considerada o “estopim” das greves que se seguiram, desfralda uma *bandeira*: o fim da exigência da “*assiduidade integral*”, imposta pelos empregadores na Justiça do Trabalho para o recebimento de reajustes salariais pelos operários e a quebra das *exceções* feitas a empresas, de mesma categoria econômica, que alegassem “*dificuldades financeiras*” e de “*produção*” para solicitar sua “isenção” no cumprimento dos acordos salariais. Nesse contexto, seria fundada a CISCAI – *Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral* – com uma direção nacional e unidades em vários estados, designadas CISCAIs estaduais. Sua direção apoiou quase todas as greves no período.

Em março de 1953, noticiava a imprensa: “190 MIL TRABALHADORES NA JUSTIÇA DO TRABALHO [sic]; 14 Categorias profissionais se batem para obter suas reivindicações máximas”. A propósito da “*greve dos 300 mil*”, estampa em matéria de página inteira, o *Última Hora*: “TÊXTEIS E METALÚRGICOS NO MAIOR PROTESTO DO PAÍS. 200 MIL OPERÁRIOS ENTRARAM EM GREVE HOJE NA CIDADE DE S. PAULO” [sic]; uma “comissão de paredistas será organizada a fim de levar” suas reivindicações aos representantes dos sindicatos patronais. Quanto às “recomendações do sindicato”, a Assembleia dos têxteis avisa aos trabalhadores que “não compareçam à porta das fábricas” e “se concentrem no campo de futebol do sindicato, a fim de evitar arbitrariedades” da Polícia. Os operários em greve devem dirigir-se “em grupos, para a sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Viação e Tecelagem, a fim de receberem orientação dos dirigentes”. (*Última Hora*, 30/03/1953, p. 1, 3, 7; 26 e 27/03/1953, p. 3, 7; 30/03/1953, p. 1).

Entre os dias 27 e 30, do mesmo mês, informa o jornal: “Palavra de ordem [do movimento]: pela união dos grandes sindicatos”; “Concentração nos bairros operários da capital bandeirante”; “A polícia presente em todas as manifestações”; “Novos entendimentos, hoje, na Federação das Indústrias e no Centro das Indústrias sobre a situação de greve, custo de vida e produção”. Apesar das declarações dos grevistas de que o movimento era “pacífico”,

o Departamento de Ordem Pública e Social (DEOPS) divulga em nota que: “Em face do movimento grevista, com indício de agitação extremista”, estaria “pronto” a intervir. E previne: “A ordem será, rigorosamente, mantida, sendo proibidos desfiles, passeatas... e reuniões de [paredistas], não permitidas por Lei”. (*Última Hora*. 28/03/1953, p. 2).

Tratava-se, entre outros dispositivos, da “*Lei de defesa do Estado e Segurança Nacional*”, reformulada em 1953, que previa punições para a convocação ou realização de “comício, reunião ou manifestação pública a *céu aberto*” (isto é, fora dos sindicatos oficiais), estabelecendo *pena de reclusão de 2 a 5 anos*.

A *greve dos 300 mil* abrangeu metalúrgicos, têxteis, marceneiros, gráficos, carpinteiros, operários nas indústrias de borracha, cristais, vidros, papéis, massas alimentícias e outras categorias, e durou quase um mês, sendo encerrada com a assinatura de um acordo em 23 de abril de 1953.

Em face destas e de outras movimentações, formas de organização e de luta do operariado entre 1951-54, talvez, se possa retomar aqui o questionamento que dá título a este tópico: qual “espontaneísmo’ grevista”? Quais “greves de massa”?

Não obstante os mecanismos de controle e repressão que incidiam sobre a ação sindical – acionando a Justiça do Trabalho e “*apropriando-se*” da estrutura sindical corporativa como espaço de luta e defesa de seus direitos – o trabalhador apresentava-se como ator político e social *consciente* de seus interesses.

A *Lei de Segurança Nacional*, reformulada em janeiro de 1953, foi aplicada à “greve dos 300 mil”, resultando em várias prisões e deportações.

Por seu turno, esposando os princípios da política estatal contrário às greves (comparadas à “guerra social”) e defendendo o “trabalho como *dever social*”, declarava o comando da Polícia Militar em 1953: “[*As*] *massas operárias precisam trabalhar sob controle e fiscalização. Do contrário, ficariam entregues aos azares de qualquer propaganda tendenciosa*” e *subversiva* [sic].¹⁶

Considerações finais

Por fim, cabe salientar, que o enfoque sobre o aparato governativo-coercitivo do Estado, dirigido às greves e movimentações trabalhadoras entre 1951-1954, não significa, de modo algum, “anular” ou situar em *plano secundário* os benefícios sociais (materiais e

¹⁶ Relatório da Polícia Militar do Distrito Federal, 1953. Boletim 102 do Quartel General.

simbólicos) auferidos pelo operariado, sob o governo Vargas. Nesse ponto, reduzindo a complexidade da política estatal a polarizações ou dicotomias simplificadoras: “repressão” às greves, estrutura institucional de natureza autoritária/*esvaziamento* ou “anulação” de direitos sociais. O que significaria ignorar os laços construídos entre Estado/trabalhadores, com vistas em um modelo que deixaria profundas raízes no terreno histórico, econômico, político e social brasileiro – considerando-se estar presente até os nossos dias a herança da Consolidação das Leis do Trabalho, legada pelo governo varguista. Como lembra Michele Perrot, a “repressão é totalmente insuficiente” para explicar a adesão operária, sendo preciso apreciar as relações sociais e a mediação do Estado, em todas as suas dimensões: “sociológicas, psicológicas, políticas, simbólicas...”. (PERROT, 2010, p. 62, 133).

Trata-se, sim, de entender que a política estatal de reconhecimento das demandas trabalhadoras, definida pelo trabalhismo, recolocado entre 1951-1954, jamais deixou de incorporar um projeto de “boa sociedade”.

Nesse sentido, pode-se refletir com John French, quando o autor observa:

Temos de sofisticar nossa compreensão [desses elementos], a fim de poder relacionar ambos, os direitos, a CLT e a força policial, muito ativamente envolvida no dia-a-dia com prisões de trabalhadores, e com as tentativas de quebrar os seus movimentos e controlá-los (...).

Na sua visão, trata-se de um sistema complexo no qual deixar de fora uma ou outra dimensão levaria ao “*abandono das complexidades*”.

Segundo French, tal aparato foi “criador simultâneo do corpo da Lei... e de agências policiais especializadas, controladas e parcialmente financiadas pelos industriais para ter os ‘seus’ fichados”. O mesmo sistema que produz a CLT e a Justiça do Trabalho, também concebe a “Polícia”, a *Lei de Segurança Nacional* e o “Deops, que durante as greves de 1953-54, não apenas tinham especialistas para bater nas pessoas, mas iam de porta em porta apanhar os trabalhadores e trazê-los de volta ao trabalho, para não mencionar [as] detenções, espancamentos e torturas”. (French. *Apud* FORTES, 1999, p. 193-194).¹⁷

De fato, distinguindo “os bons” dos “maus cidadãos”, vale dizer, os “bons” dos “maus trabalhadores”, era necessário, sob a ótica da política estatal, como medida de “eugenia social”, separar os segundos, aplicando-lhes outras medidas. Nesse particular, o “*SERVIÇO*

¹⁷ - Sobre a maior especialização da Polícia e a atuação do Departamento Federal de Segurança Pública consultar a *Revista Lei e Polícia*, 1951-1954. Em meados de 1954, é inaugurado o Museu do DEOPS com a exposição de documentos comunistas desde 1926, apresentado como: “MAIS UMA PEDRA COLOCADA NO GRANDIOSO MONUMENTO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL [sic]”. (*Lei e Polícia*. Junho-julho de 1954, p. 7).

DE ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA, MORAL E POLÍTICA [sic]” – órgão ligado ao Executivo Federal no segundo governo Vargas – fornecia quadros pormenorizados sobre a ação do governo, em matéria de “justiça” e “segurança pública”, “repressão” a indivíduos e movimentos considerados “subversivos”, *atentatórios à ordem política e social* e a “expulsão de estrangeiros”, cujas ações eram consideradas “lesivas à Nação”. As atividades desse órgão vinculavam-se ao *Serviço de Identificação Profissional* do Ministério do Trabalho, com o apoio de várias empresas. (ALVES, 2010, p. 309).

Assim, simultaneamente ao amplo conjunto de iniciativas governamentais relativas aos direitos sociais e benefícios, materiais e simbólicos, tão demandados pelo operariado durante décadas, obtidos sob os governos de Getúlio Vargas (e que, de modo algum, podem ser desconsiderados ou minimizados), como lembra Maria Helena Capelato: não se pode desconsiderar a importância de “uma cultura política que, mesmo voltada para os interesses das classes populares”, introduziu uma “estrutura institucional de natureza autoritária,... utilizada como mecanismo de controle social e político”. (CAPELATO, 2001, p. 164-165).¹⁸

Referências Bibliográficas

ALVES, Juliana Martins. *Trabalhismo e oposição no Segundo Governo Vargas (1950-1954)*. 389 p. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP). Programa de Pós-graduação em História, São Paulo, 2010.

BARSTED, Dennis Linhares. *Medição de forças – O movimento grevista de 1953 e a época dos operários navais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil* (Uma análise crítica da estrutura sindical). São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1991.

CAPELATO, Maria Helena. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FORTES, A., FONTES, Paulo et. alii. *Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas/SP.: Editora da Unicamp, 1999.

MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política: um estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo (1953-1954)*. São Paulo: Pólis, 1978.

PERROT, Michele. *Jeunesse de la grève: France, 1871-1890*. Paris: Seuil, 1984.

_____. *Os excluídos da História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

¹⁸ - A autora refere-se aqui aos novos estudos sobre os governos varguista, cardenista e peronista.

SILVA, Fernando T. da e COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WEFFORT, Francisco C. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Fontes documentais

Lei e Polícia. Órgão Técnico de repressão à delinquência e defesa do regime democrático. Rio de Janeiro, 1951-1954.

Revista Forense. Publicação Nacional de Doutrina, Jurisprudência e Legislação. Rio de Janeiro, 1953, 1954.

Última Hora. Rio de Janeiro, 1953.

Os culpados por devassa: A ação da Justiça no termo de Ribeirão do Carmo (1711 – 1745)

Maria Gabriela Souza de Oliveira
Doutoranda em História
Universidade Federal de Ouro Preto
mgabi.oliveira@gmail.com

RESUMO: Estudos acerca da história da justiça em Minas Gerais durante os séculos XVIII e XIX tem se destacado na produção historiográfica atual. Muitos foram os documentos produzidos pela Justiça, especificamente a criminal, durante a prática de seus ofícios desde os primeiros anos do setecentos. O Rol de Culpados era um livro no qual se registrava todos aqueles considerados culpados pela Justiça. Através da análise quantitativa dos registros do Rol, destacam-se os indivíduos acusados através das devassas, instrumento de investigação oficial que voltava suas ações para delitos que atentavam contra a ordem, podendo assim, ser interpretadas como tentativa de estabelecimento de controle social. Neste sentido, propõe-se analisar quem eram os culpados por devassas e os crimes cometidos por eles que foram registrados no Rol de Culpados entre os anos de 1711 e 1740, no termo da Vila do Ribeirão do Carmo. A importância desta análise é dada pelo momento marcadamente reconhecido pela historiografia como um período de consolidação dos aparelhos administrativos e judiciais nas Minas na primeira metade do século XVIII, considerando a ampla incumbência da Justiça naquilo que a distingue nas tentativas de ordenamento da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça; Minas Gerais; Rol dos Culpados.

A justiça no Antigo Regime “é entendida um campo de atividade do poder”. É a primeira virtude do príncipe através da qual ele confere a cada um o que lhe cabe. (HESPANHA, 1993, p. 385). Seu âmbito era vasto, pois estava inserido numa sociedade em que as circunstâncias sociais eram regidas por direitos adquiridos que, uma vez consolidados, somente através da justiça poderiam ser alterados. Sobre a justiça recaía o poder de legitimar atos dos mais diversos, nas mais diversas instâncias, mas, sobretudo, da Coroa. (HESPANHA, 1993, p. 395).

“O direito penal das monarquias corporativas correspondia ao sistema político que as enquadrava” (HESPANHA, 2012, p. 131). É desta forma que Hespanha apresenta a discussão acerca do direito penal e sua real efetivação na sociedade moderna. Apontando para a existência de uma pluralidade de formas além da Justiça oficial para disciplinar a sociedade, estes mecanismos variavam dos meios privados, como os domésticos, aos extraterrenos, como a justiça divina com mecanismos para monitorar comportamentos desviantes, tornando a punição penal subsidiária de outras formas de controle.

Diante do universo das formas de justiça e punição, apresentaremos nesse artigo em um primeiro momento, o ambiente jurídico no qual as práticas estavam imergidas sob normas penais entendidas “como manifestação de um sistema axiológico subjacente, que o poder implicitamente prometia/ameaçava impor, como condição mínima de convivência social” (HESPANHA, 2012, p. 132.); e em um segundo momento, nos atentaremos ao Rol dos Culpados, livro que fazia parte do Juízo Criminal e nele eram lançados aqueles considerados culpados pela Justiça e estavam pronunciados a prisão e livramento. Fonte ainda inédita, somente havia o conhecimento do rol da Comarca do Rio das Mortes referente ao século XIX e agora, localizado o rol para o termo de Mariana referente a primeira metade do século XVIII, este livro nos permite conhecer para além dos universo dos culpados, mas também acompanhar as etapas e situações as quais os réus estiveram envolvidos desde a acusação até a sua condenação ou livramento.

Ao contrário do que normalmente se supõe, a formação da culpa no Antigo Regime acontecia antes mesmo do processo de livramento-crime, ou seja, após efetuar as diligências relativas a uma devassa ou querela, o juiz encontrando as provas ou indícios suficientes contra uma pessoa, ele a pronunciava à prisão e livramento e tinha o nome incluso no rol dos culpados. Porém havia meios de livrar-se dela ou de amenizá-la através de alguns caminhos: a carta de seguro, a homenagem, o alvará de fiança e a carta de perdão.¹⁹ Esta situação nos leva a crer que a acusação pressupõe a culpa, ou seja, quando o réu é pronunciado ele já tinha muita coisa para explicar à Justiça. O rol dos culpados, desta forma, encontra-se entre o processo investigativo (devassa ou querela) e o início da etapa de livramento. Isso lança à fonte uma luz interessante acerca da dinâmica judicial e seus procedimentos legais, uma vez que insere-se o nome de um indivíduo nas páginas do livro, este tem um longo caminho para percorrer para retirar a culpa de seu nome e prosseguir em liberdade.

O Rol dos culpados

“Tanto que o réu é culpado por querela ou devassa logo o escrivão é obrigado a escrever o nome do criminoso no rol dos culpados antes de principiar a acusação.”

¹⁹ Segundo Sousa, “as Cartas de Seguro eram emitidas pelos corregedores das Relações e das Comarcas, cuja finalidade era de permitir ao réu responder em liberdade a causa; a Homenagem era concedida somente aos nobres o privilégio de não serem remetidos à cadeia pública; o Alvará de Fiança funcionava como O alvará que a reconhecia somente era concedido quando o réu tinha os pedidos de carta de seguro e homenagem negados, devendo ser entendido como uma graça concedida ao réu mediante o pagamento de certa quantia. Era rompido quando o réu não comparecia às audiências e, a Carta de Perdão Através do perdão, o réu podia conseguir não só o alívio da pena, como também anulá-la. Porém Vanguerve Cabral destaca que, mesmo alcançando o perdão, o réu deveria se livrar da acusação por parte Justiça, pois “os delitos respeitam tanto as partes ofendidas como a República e acusando a Justiça com perdão da parte ofendida, respeita então o castigo a República ofendida.” (SOUSA, 1820 *Apud* CABRAL, 1730, p. 127).

(CABRAL. 1730, p. 46). Innocência de Sousa Duarte, em *Novíssima prática judicial ou regimento dos escrivães de primeira instância*²⁰, descreve o rol dos culpados como um livro obrigatório nos cartórios. Ou seja, tratar-se-ia de um instrumento comum a prática jurídica como um todo. Ele devia ser organizado em

ordem alfabética, que deve conter os nomes de todos os pronunciados com as declarações de idade, naturalidade, filiação, sinais e mais circunstâncias para se verificar a todo o tempo a identidade deles, designação da natureza dos crimes, épocas em que se cometeram, data dos despachos de pronúncia, condenações, absolvições ou indultos que os culpados tiverem. Esse livro deve ser encadernado, com termo de abertura e encerramento, e numerado pelo juiz. (DUARTE, 1863, p. 167)

Nele eram lançados os nomes dos culpados, a tipologia do crime, o tempo em que este se deu e as informações necessárias sobre o culpado. Era um livro conservado em segredo no cartório e dele só saía para as audiências ou para ser apresentado em correição.²¹ Vanguerve Cabral orientava que, assim que a culpa estivesse formada, o escrivão deveria registrar o nome do réu no rol (CABRAL, 1863, p. 37).

A culpa formada era uma presunção de culpabilidade que impunha ao juiz a obrigação de ordenar ao escrivão que “lançasse o nome no rol deles”, procedendo assim o livramento. O livramento era a forma de comprovar ou não a inocência para que o réu conseguisse ter seu nome riscado do rol, com uma anotação que o classificava como livre. (TEIXEIRA, 2011, p. 48)

Ou seja, quando o réu se apresentava para a primeira audiência, seu nome já constava no rol e, a partir daí deveria responder pela culpa formada na etapa investigativa. Geralmente, quando este era inscrito no livro, um mandato de prisão era expedido (TEIXEIRA, 2011, p. 47).

Sob a guarda do escrivão e mantido em segredo, neles eram lançados dados sobre os procedimentos legais, as etapas do processo, a tipologia criminal, a data do ocorrido, bem como informações relacionadas ao réu, como moradia, cor, etc. Trata-se de uma fonte dinâmica que permite não só o estudo da condição daqueles considerados culpados pela Justiça, mas também a compreensão das etapas e situações nas quais os réus estiveram envolvidos desde a acusação até a sua condenação ou livramento.

O rol dos culpados de Mariana possui 94 páginas, iniciando na de número 6. Não se sabe ao certo se esta é sua página inicial, ou se as primeiras se perderam. Ele acompanha

²⁰ DUARTE, 1863. Vale destacar que este manual pertence a segunda metade do século XIX, porém, poucas são as informações localizadas sobre este tipo de documento, o que justifica a inserção desta no texto.

²¹ As correições, segundo Sousa, consistiam no “poder de julgar e de castigar inerente ao sumo império. Porém, em significação restrita, é a jurisdição e poder dado aos corregedores das comarcas. (SOUSA, dic, tomo II, p. 413)

todos os procedimentos legais pelo qual o réu passa. Assim, nas “cotas” – isto é, entradas geralmente no canto esquerdo do livro - eram registradas os procedimentos legais que sucediam ao lançamento no rol, os procedimentos pelos quais o réu passava, bem como as situações diversas que influenciavam no andamento do juízo, tais como: “fuga”, “ausente”, “morto”, “apelado”, “livre”, “preso”, “seguro” ou “encaminhado à Junta da Justiça”. Assim, todo este movimento da justiça e do réu, nos permite acompanhar os caminhos percorridos pelo culpado até o fim do livramento.

Para Laura de Mello e Souza, a justiça foi uma das facetas do poder que contribuiu para a manutenção do sistema colonial, tendo a violência, a coerção e a arbitrariedade presentes na aplicação desta nas Minas, determinando pactos e especificidades em diferentes escalas dentro desta sociedade. Para a autora, a ineficiência do poder em normatizar e controlar as populações que estavam às voltas com o universo da transgressão, de cooptação de autoridades e violação das normas, apontando para particularismos e adaptações no funcionamento da justiça. ANASTASIA, 1998, p. 20). Marco Antônio Silveira, por sua vez, apresenta um desenvolvimento do processo de formação social em Minas Gerais a partir de 1735 em termos paradoxais, em que de um lado estava sendo delineado um aparato institucional reafirmando o poder do Estado e de outro, a criação de um quadro de instabilidade que colocavam de lado os conflitos expressos por meio de revoltas para se manifestarem na violência cotidiana (SILVEIRA, 1997, p. 26).

Partimos, portanto da compreensão de que a primeira metade do século XVIII é um período de solidificação das estruturas de sociabilidade e de implementação da autoridade régia na capitania, caracterizado como momentos fulcrais de articulação do Estado e de estruturas de sociabilidade responsáveis por formas mais estáveis de vida social. (AGUIAR, 1999).

Como instrumento de investigação oficial, as devassas²² são um tipo de instrumento da Justiça que podem ser interpretados como uma tentativa de estabelecimento do controle

²² Definidas pelas *Ordenações*, os casos passíveis de devassa eram: mortes, forças de mulheres que se queixarem que dormiram com elas carnalmente a força, fogos postos, moeda falsa, incêndios propositais, sobre fugida de presos, quebrantamento de cadeia, resistência, ofensa da Justiça, cárcere privado, furto de valia de marco de prata e dai pra cima, arrancamento de arma em igreja ou procissão, ferimentos feitos à noite seja a ferida grande ou pequena; ferida no rosto ou aleijada de algum membro, ou sendo ferida com besta, espingarda, ou arcabuz seja de dia ou de noite e das assuadas. *Ordenações Filipinas*, liv. 1. tit. 65-68 dos Juizes Ordinários e de Fora; §31 – Casos de devassa. Porém, se fosse requerido pelas partes, furtos de menor valor “(contanto que não desçam da valia de 200 réis) que tirem sobre isso inquirição, tirá-la-ão dando primeiro juramento dos Santos Evangelhos á parte se se queixa bem e verdadeiramente e se lhe foi feito furto juntamente duzentos reis ou dai pra cima ou sua valia. E jurando que sim, tirarão somente ate oito testemunhas a custa das partes que que requerem.” p. 139-141. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/11p144.htm>. Acesso em

social. Eram atos pelos quais testemunhas eram inquiridas sobre algum crime. Bluteau as define como “ato jurídico em que por testemunha se toma a informação de algum caso de crime. Este ato faz público e manifesto o crime e o autor dele. É um ato de inquirição.” (BLUTEAU, 1712 - 1728. 8 v.). As devassas foram instituídas para descobrir os delitos e seus autores e dar-lhes o castigo devido:

E se assim não for não se castigar os crimes, ficariam as partes e a República ofendidas, pois a experiência tem mostrado que pelas devassas se tem sabido quem cometeu os crimes e não eram sabidos os criminosos e por eles foram castigados. (CABRAL, 1730, p. 257)²³.

Por ser “ato jurídico pelo qual se inquirem testemunhas por autoridade do juiz para informação de algum delito” (SOUSA, 1825, p. 356), tanto os manuais utilizados quanto as *Ordenações Filipinas* eram claros quanto aos procedimentos para se perguntar sobre os crimes. Compreendendo as devassas como uma ação direta da Justiça sobre um delito, fizemos um levantamento dos tipos de crime e dos culpados por este tipo de procedimento jurídico que constam no rol dos culpados. No quadro abaixo encontramos a listagem de todos os crimes cometidos e suas respectivas origens: querelas, devassas ou devassas janeirinhas. A maior incidência dos crimes ocorridos entre 1711 a 1745 são crimes de “morte”, “ferimentos”, “furtos” e “resistência aos oficiais de Justiça”.

Partindo dos dados do quadro 1 e da concepção de que as devassas serviam para encontrar o culpado de um crime, temos a tabela abaixo que indica a presença de ações frente aos crimes que ameaçavam a ordem, constatando a tentativa da Justiça de se fazer presente na mediação dos conflitos. Assim, dos 600 nomes registrados no livro, 70,3% foram culpados por devassa pela Justiça em Mariana no período de 1711 a 1745, isto evidencia a atividade judicial num momento de implementação do aparelho administrativo e jurídico em ações entendidas como públicas, por mais que haja dificuldade em definir os limites entre o que era público ou particular, “admitia-se serem públicos os delitos de que se tirava devassa.” (FERREIRA, Manoel Lopes *apud* AGUIAR, 1999, p. 51). Em contrapartida, 28,5% dos culpados, foram incriminados por ações particulares, as querelas.

10/06/2014; 27/04/2013. Assuadas são de acordo com Gomes, são ajuntamentos de pessoas que não são parentes nem “domésticos do convocante”, porém caso seja comprovado que esse ajuntamento não foi para fazer o mal, não é caso de devassa.

²³ Segundo Gomes, podem ser especiais ou gerais. Há também as devassas particulares, as quais devem seguir o mesmo método que a querela, aberta a partir da *petição de denúncia*.

Quadro 1: DEMONSTRAÇÃO DAS TIPOLOGIAS CRIMINAIS QUE GERARAM INCLUSÃO NO ROL DOS CULPADOS PELO TIPO DE PROCESSO INVESTIGATIVO NO PERÍODO 1711-1740²⁴

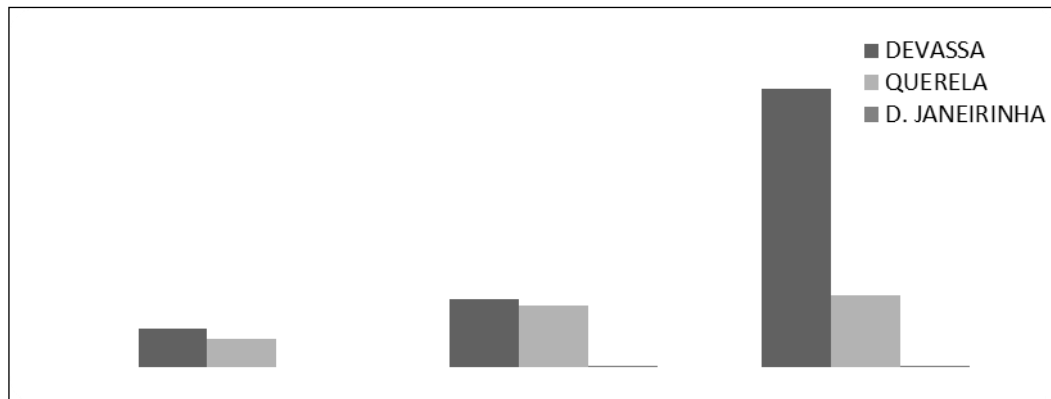
Tipologia Criminal	Tipologia Processual			
	Devassas	Devassas Janeirinhas	Querelas	NC
Apagado	1	0	0	0
Açoite	3	0	0	0
Assuada	2	0	2	0
Assuada/ferimento	2	0	0	0
Cutilada	5	0	0	0
Defloramento	0	0	1	0
Desaparecimento	3	0	0	0
Descaminho de fazenda	1	0	0	0
Ferimento	39	0	23	0
Ferimento/assuada	2	0	0	0
Ferimento/furto	3	0	1	0
Ferimento/furto/incêndio	1	0	0	0
Ferimento/pancadas	1	0	0	0
Ferimento/roubo	6	0	0	0
Fuga de pessoas da cadeia	18	0	2	0
Furto	35	0	15	0
Furto; abalroadas	20	0	0	0
Furto; abalroadas; morte	1	0	0	0
Furto; bordoadas	6	0	0	0
Furto; roubo	2	0	0	0
Furto; tiro	1	0	0	0
Levante de 1713	2	0	0	0
Levante	2	0	0	0
Morte	199	0	7	1
Pancadas	1	0	3	0
Pancadas; nodoas e pisaduras	0	0	1	0
Resistencia aos oficiais de Justiça	39	0	0	0
Roubo	2	0	0	0
Tiro	16	0	1	0
Tiro; ferimento	1	0	0	0
Venda proibida	1	0	0	0
Não Consta	7	4	115	1
Total	422	4	171	3

Fonte: Rol dos Culpados de Mariana e seu termo (AHCS)

Observando a distribuição destes processos judiciais pelas décadas em questão, temos o gráfico:

²⁴ As devassas janeirinhas, de acordo com Marcos Magalhaes Aguiar, extrapolavam suas atribuições “(apuração de desvios e faltas dos oficiais) e também viravam campo de investigação os concubinatos, roubo e venda de aparelhos litúrgicos, mas tinham como caráter principal revelar os erros de ofício e desvios de atribuições jurídicas”. AGUIAR, 1999, p. 63.

Gráfico 1: DISTRIBUIÇÃO DE DEVASSAS E QUERELAS QUE GERARAM INCLUSÃO NO ROL DOS CULPADOS NO PERÍODO 1711-1740



Fonte: Rol dos Culpados de Mariana e seu termo (AHCS)

Os dados apresentados no gráfico apontam para algumas situações interessantes acerca da estrutura judicial de Mariana. Sabe-se que até o final da década de 1720, Vila Rica e Mariana possuíam somente dois tabeliães para cada termo. Aguiar informa que nas décadas de 1730 e 1745 novos tabelionatos foram introduzidos, somando-se no fim do século XVIII, três em Vila Rica e dois em Mariana. Isso levanta alguns caminhos para entendimento: o primeiro deles refere-se a uma possível estrutura administrativa que vinha se consolidando, a outra possibilidade aponta para uma jurisdicionalização dos conflitos, já que em 1725, Vila Rica solicita à Coroa a criação dos cargos de escrivão do crime e tabelião do judicial, pois os escrivães “experimentam notável prejuízo pela pouca expedição que os escrivães dão aos seus papéis” (AGUIAR, 1999, p. 79). Aguiar ainda afirma que em Mariana, no mesmo ano, “somente um tabelião concentrava a expedição dos processos-crime”, (AGUIAR, 1999, p. 79) corroborando ainda mais com a idéia de saturamento dos cargos e poucos profissionais.

A “disfuncionalidade” do corpo dos funcionários levou a uma ausência de manutenção dos equilíbrios sociais caracterizando as Minas do século XVIII como um espaço de desorganização política colocando a criminalidade como principal elemento do cotidiano. (ANTUNES, 2005, p. 47).

O gráfico acima nos leva a perceber intensificação das ações judiciais principalmente na década compreendida entre 1731 a 1740. É interessante perceber a presença expressiva de crimes de violência física e de ordem pública e, em contrapartida um momento de “introdução das estruturas políticas, judiciais e administrativas que delinearão os traços gerais da administração portuguesa em Minas.” (AGUIAR, 1999, p. 50).

Partindo dos argumentos defendidos por Marco Antonio Silveira sobre as manifestações de violência como forma de resolução de conflitos, esta violência tornando-se

visível e temível à ordem pública, mesmo que em determinadas ocasiões, ela pudesse ser útil ao controle local, em outras, tornava-se ofensiva ao utilizar destas formas alternativas de resolução de conflitos (ANTUNES, 2007, p. 9), demandou do Estado uma ação impositiva das autoridades e órgãos oficiais (ANTUNES, 2007, p. 4) a fim de estabelecer controle e normatizar a sociedade. Assim sendo, nos crimes violentos o Estado agia no sentido de manter a paz, abrindo os processos para evitar desordens públicas tão ameaçadoras para a manutenção da ordem nas minas do século XVIII.

Fontes impressas

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>. Acesso em 10/06/2014.

CABRAL, Antonio Vanguerve. *Epilogo juridico de varios casos civeis, e crimes concernentes ao especulativo e practico*, Lisboa Occidental; Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1729.

_____. *Pratica judicial muytoutil e necessária para os que principiao os officios de julgar e advogar, & para todos os que solicitao causas nos auditorios de hum, & outro foro, tirada de vários autores praticos, e dos estilos mais praticados nos auditórios*, Coimbra, Officina de Ferreyra, 1730.

DUARTE, Innocencio Sousa. *Novíssima Prática Judicial ou Regimento dos Escrivães de Primeira instância*. Porto: em casa de Cruz Coutinho – Editor, 1863.

GOMES. Alexandre Caetano. *Manual Prático Judicial, cível e criminal em que se descrevem os meios de processar em um ou outro juízo etc*. Lisboa: Officina de Caetano Ferreira da Costa, 1766.

ORDENAÇÕES Filipinas, liv. 1. tit.65-68 dos *Juízes Ordinários e de Fora*; §31 – Casos de devassa. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/11p144.htm>. Acesso em 10/06/2014. 10/06/2014.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da língua portuguesa*. Recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Esboço de hum dicionário jurídico, theoretico, e práctico, remissivo ás leis compiladas, e extravagantes*. Tomo primeiro A-E. Lisboa, Typographia Rollandiana, 1825.

_____. *Primeiras Linhas sobre o Processo Criminal*. 3ª edição aumentada e acrescentada com hum repertorio dos lugares das Leis Extravagantes, Regimentos, Alvarás, Decretos, Assentos, e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois das

Compilações das Ordenações, por ordem chronologica, e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1820

Fontes manuscritas

Rol dos Culpados (1711-1745) – 2º Ofício. Caixa 69.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Marcos Magalhães. *Negras Minas Gerais: Uma história da diáspora africana no Brasil colonial*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História FFLCH/USP, São Paulo.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Fiat Justitia: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808)*. 2005. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, Campinas.

_____. *Em meio às cutiladas e triagas: leis e justiça dos sábios e dos rústicos em Vila Rica e Mariana (1750-1808) I Simpósio de História Impérios e Lugares no Brasil - Território, Conflito e Identidade*. UFOP, ICHS - Mariana – MG, 2007.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos e rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

_____. *A Geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HESPANHA, António Manuel. Justiça e administração entre o Antigo Regime e a Revolução. In: *Justiça e Litigiosidade: história e prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993

_____. Da “iustitia” à “disciplina”. Textos, poder e política penal no Antigo Regime. In: HESPANHA, António Manuel. *Justiça e Litigiosidade: história e prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

_____. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012.

SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SOUZA, Laura de Mello. *Norma e Conflito: Aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2004.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Chaves. *As cartas de seguro: de Portugal para o Brasil Colônia. O perdão e a punição nos processos-crime das Minas do Ouro (1769 – 1831)*. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2011.

A precariedade das cadeias coloniais: o caso da cadeia velha de Vila Rica (1725-1785)

Mateus Freitas Ribeiro Frizzone

licenciado em História

graduando em História (bacharelado) UFMG

mfrizzone@gmail.com

RESUMO: Esta comunicação pretende discutir a estrutura física das cadeias na América Portuguesa tendo como foco principal a cadeia velha de Vila Rica (1720 – 1785), considerando as várias reclamações em relação à precariedade do prédio contrastante com a significativa população carcerária. Tentar-se-á, assim, contribuir para o entendimento das funções das cadeias no Antigo Regime Português.

PALAVRAS-CHAVE: Cadeia – Brasil Colonial – Vila Rica – Punição – Antigo Regime

ABSTRACT: This paper discusses the physical structure of the prisons in Portuguese America, focusing mainly on the old chain of Vila Rica, considering the various complaints regarding the precarious building and contrasting with the large population of prisoners. The main objective is to contribute to the understanding of the functions of the chains in the Portuguese Ancient Regime.

KEYWORDS: Prison - Brazil's colonial period – Vila Rica – Punishment - Ancient Regime

Entre 1725 e 1785 a cadeia de Vila Rica foi motivo de preocupação para as autoridades. Uma das principais vilas de todo o Império Português, Vila Rica teve uma cadeia de pau a pique durante um período de grande exploração aurífera. Mesmo com a decadência da mineração na segunda metade do XVIII a localidade ainda era de fundamental importância, afinal ali estava o centro da administração das Minas, que eram consideradas, a essa altura, como porção central da monarquia dos Bragança como um todo (MONTEIRO, 2000: 136).

A importância das cadeias, preferencialmente resistentes, parece inegável, sobretudo na Capitania de Minas Gerais. A extração aurífera atraiu indivíduos de inúmeras regiões das Américas e da Europa em busca do tão precioso metal exigindo que a Coroa Portuguesa regulasse de forma mais efetiva a região e investisse na manutenção da ordem. O rápido aumento populacional, a grande circulação de pessoas e pedras preciosas e a importância econômica e administrativa que a localidade adquiriu vertiginosamente implicaram também no crescimento dos crimes e da sua importância relativa. Homens bons se misturavam com aventureiros e bandidos e, muitas vezes, cometiam crimes e desordens, eram perseguidos pelos agentes locais da justiça e eventualmente acabavam nas prisões.

Entretanto, Carlos Aguirre afirma que “as cadeias não eram instituições demasiadamente importantes dentro dos esquemas punitivos implementados pelas autoridades Coloniais. [...] Na maioria dos casos, tratavam-se de meros lugares de detenções para suspeitos que estavam sendo julgados ou para delinquentes já condenados que aguardavam a execução da sentença” (AGUIRRE, 2009, p. 37 – 38). Tal afirmação se assenta no fato de que a pena de restrição da liberdade não estava prevista no livro V das Ordenações Filipinas. Diferentemente da ideia contemporânea de punição individual, reclusa, voltada para a reinserção do infrator na sociedade e baseada, sobretudo, na restrição da liberdade, a punição no Antigo Regime era corporal e pública, espetacularizada.

A punição é parte significativa na atribuição régia de ser justo e aplicar a justiça. Funciona como forma de coagir os súditos, de conquistar o respeito através do temor ao rei. Uma lógica não só de coerção, mas de purificação do corpo, que deveria sofrer para expurgar os crimes. E justiça é a função primeira do monarca, sendo ela equivalente à manutenção da ordem e do bem comum, o conhecimento e reconhecimento do justo de cada situação. Portanto, acreditava-se que a aplicação imparcial da lei pelo soberano junto com a honestidade nos deveres públicos implicaria no bem estar e no progresso do reino, já o contrário seria punido pela justiça divina.

Outro fator significativo para que as cadeias não sejam consideradas como importantes na administração colonial é que as condições sanitárias e estruturais desses prédios não eram nem razoáveis, implicando em um elevado número de fugas e altos índices de enfermidades e mortalidade. A lentidão da justiça e as péssimas condições sanitárias poderiam transformar a passagem pela cadeia em prisão perpétua e sentença de morte. Além disso, “a superpopulação carcerária já era um dos grandes problemas enfrentados pelos governantes em fins do século XVIII,” (FERREIRA, 2009:219).

Para Minas Gerais, Liana Reis menciona as péssimas condições das cadeias, com destaque negativo para a de Vila Rica. Eram espaços pequenos e insalubres nos quais vários presos se amontoavam, as enfermidades eram frequentes e a mortalidade altíssima. Em alguns casos, por causa da ocupação rápida do território, o terreno escolhido para a construção da cadeia não era o mais apropriado, e sofria, por exemplo, com inundações. “As cadeias públicas mineiras parece terem constituído mais um problema para as autoridades” (REIS, 2008: 99). José Antônio Lopes fala da dificuldade de haverem cadeias que merecesse tal nome nas Minas (LOPES, 1955: 93).

A velha casa de Câmara e cadeia de Vila Rica, cuja rematação ocorreu em 1723 e que ficou pronta, provavelmente, em 1725, era um prédio sobrado todo ele de pau a pique; no térreo ficava a cadeia e no segundo pavimento a câmara. Segundo o documento referente à rematação das obras, deveria ter 30 palmos de pé direito, 90 de frente e 60 de fundo²⁵. A cadeia dos brancos seria debaixo da casa de audiências e teria 40 palmos em quadra com duas grades com portas. Seria de xadrez no chão e madeira de três quartos em quadra, assoalhada por cima do xadrez. As paredes seriam de pau a pique, barreadas por fora e por dentro e forradas de taboado de alto a baixo. A prisão dos negros, sem assoalhos, porém com o seu xadrez debaixo do chão, aterrado, as paredes de taboado na mesma proporção da dos brancos e haveria uma porta forte no taboleiro da escada que vai para a casa de cima. A das mulheres ficaria a um lado por detrás da cadeia dos brancos, com sua grade e janela por dentro. (LOPES, 1955: 106). Um requerimento dos soldados da guarnição de 1741 (APM, CC - Cx. 128 – 21016) faz menção, também, a uma casa do carcereiro nos fundos da cadeia, dividindo quintal, não havendo outra saída pelos fundos a não ser passando por dentro da dita casa.

Com relação à população carcerária, em um requerimento do carcereiro Antônio de Serqueira de 03/01/1747, consta que há “nas enchovias da mesma quase sempre mais de 150 presos” (APM, CC - Cx. 68 – 30718). Ademais, a partir da análise de sete listas e inventários de presos da cadeia de Vila Rica feitas entre 1730 e 1736 (1730, 1731, duas em 1732, 1733 e duas em 1736, portanto sem uma periodicidade definida), é possível notar um número expressivo de presos, ainda que muito díspar, indo de 46 a 181 presos registrados e sem muitos critérios explicitados para os registros. Vale ressaltar que, apesar da maioria negra (41%), 26% são declarados brancos²⁶.

Durante esses 60 anos de funcionamento do prédio que aqui chamamos de cadeia velha, diversas foram as obras pedidas e/ou executadas para melhoria das condições do prédio, desde consertos das grades, correntes, assoalhos, paredes e telhados até o requerimento de Antônio de Serqueira, anteriormente referido, para a construção de uma enfermaria e de uma chaminé na enxovia das mulheres – obra autorizada desde que feita com poucos recursos, e de pedra.

²⁵ Se considerarmos o palmo português como 1/5 de vara, ou 22 cm, é possível estimar que a Casa de Câmara e Cadeia deveria ter 6,60 m de pé direito, 19,80 m de frente e 13,2 m de fundo, portanto, dois pavimentos de 261,36 m².

²⁶ Refere-se aqui às seguintes listas depositadas no Arquivo Público Mineiro: APM CMOP Cx. 02 Doc. 18; APM CMOP Cx. 03 Doc. 01; APM CMOP Cx. 03 Doc. 15; APM CMOP Cx. 03 Doc. 37; APM CMOP Cx. 04 Doc. 17; APM CMOP Cx. 08 Doc. 06; e APM CMOP Cx. 08 Doc. 28.

Vários desses documentos tratam da falta de segurança e da precariedade do prédio. Já em 1726, Dom Lourenço de Almeida informa ao Rei sobre as condições da cadeia e reclama das fugas constantes, três em apenas um ano (AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 8, Doc.: 43). Em 1734, numa representação feita à câmara, Antônio Ferreira fala da dificuldade de conseguir carcereiros, pois estes achavam a cadeia insegura, sendo nomeado João Correa Madris, “único que queria servir”. Além disso afirma que a câmara não tem nenhuma obrigação pela “fugida dos presos, como também por competir estas diligencias aos carcereiros, e quando estes achão pouca segurança na cadea Recor[rão] aos ministros para que os mandem segurar” (APM, CMOP Cx.: 07, Doc.: 05).

Sobre as condições de “estadia” na cadeia, em uma representação de 1750, os presos brancos reclamam do “grande desconforto que experimentaõ todas as vezes que chove, pois fica, e se poem toda a caza da enxovia dezassossegada com agoa que entra pelas janelas da caza da Camera, que enchendo a dita caza, sahe toda para a dita enxovia, em quantidade grande” (APM CMOP Cx. 23 Doc. 03). No requerimento dos soldados da guarnição, já citado, os mesmos pedem para fazer a limpeza da cadeia pelos fundos para evitar moléstias e devido ao mau cheiro.

A cadeia de pau a pique é controversa desde antes de sua construção. Dom Pedro de Almeida, governador da capitania, em 1720 impede a construção da mesma, pois com pouca diferença de preço se faria uma de pedra e cal. Portanto a predileção por um prédio de pedra e cal, resistente e seguro, existe desde muito cedo nas Minas. Em 1747 há uma certidão do escrivão da Câmara Manuel Pinto de Queiroz referente à ordem régia relativa à construção de cadeia de pedra e cal, pela debilidade que a cadeia oferece aos presos, por ser de barro e pau a pique, ter as paredes podres, pela tenuidade da madeira. Essa ordem é de 1730, mostrando a preocupação da Coroa com a precariedade da cadeia de Vila Rica, e determina “fazer a cadeia de pedra e cal para que nela estejam os presos e criminozos com toda a segurança a vista das rendas que administra a mesma câmara” (APM, CC– Cx. 14 – 10296).

As obras da nova cadeia (de pedra e cal – atual Museu da Inconfidência) só seriam iniciadas em 1785 e, poucos anos antes, em 7 de julho de 1780, é feita mais uma representação da Câmara sobre a “necessidade de edificar uma cadeia publica para a segurança dos presos que a ella se remetem das diferentes jurisdições desta Capitania. He constante a ruina em que se acha a Caza de que ao prezente nos servimos, e o perigo evidente que há de que de todo chegue a cahir, e a demolir-se haja por bem dignar-se de informar sobre a nossa propozição porque parecendo ajustada”. A representação passou pelo governador

Cunha Menezes, que escreveu em seu despacho para a Rainha D. Maria I que “hé verdade que a Cadêa actual sendo velha e de Madeira, naõ póde conter os facinorozos que néla estão” (AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 116, Doc.: 35).

A despeito de todas essas reclamações sobre fragilidade da cadeia de Vila Rica, em 1737, Martinho de Pina Proença “dá por este conselho [Conselho Ultramarino] Conta a Vossa. Magestade que no Governo daquellas Minas, não há Cadeya, que tenha mediana segurança, Senaõ a de Villa Rica e do Sabará. Na villa de São Jozê, e da de Saõ Joaõ Cabeça da Comarca do Ryo das Mortes, naõ havia quando entrou naquele Governo mais Cadeya, que huã cazinha arrendada em que juntamente Seprendido homens, e molheres, Negros, e brancos, Seculares, e clerigos Sealguns mandavaõ prender os Seus Superiores, sem devizaõ, ou Separação alguã, e Contra a honestidade de hú Lugar publico, que tanto zellaõ as Leys” (AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 34, Doc.: 45).

A insistência na construção de prédios resistentes, de pedra e cal, e a recorrente referência à cadeia na documentação administrativa sugerem que talvez não fossem instituições tão secundárias para a administração colonial.

Além de serem resistentes, é importante salientar a necessidade de enxovias separadas para negros, mulheres e brancos e, como aparece em uma acordão da Câmara sobre a construção da cadeia de Vila Rica datado de 1714, essa deveria ter “casa de caseiro [...] e huma casa que service de sala livre para os presos q. tivecem omenagem” (LOPES, 1955: 93), afinal, a distinção social também era marcante na hora de punir. Temos ainda que as cadeias, preferencialmente, ficavam no mesmo prédio da câmara (Casas de Câmara e Cadeia), em uma posição central do núcleo urbano e próxima ao pelourinho, outro símbolo importante da Justiça Real. Geralmente estavam no primeiro piso, com as grades voltadas para a rua, para que os transeuntes não só vissem (função exemplar), como para que os presos conseguissem esmolas, pois o Estado não se responsabilizava pela manutenção deles. Em muitas localidades a Santa Casa de Misericórdia ajudava na manutenção dos presos, o que não era o caso de Vila Rica, onde a história da Misericórdia é um caso a parte, pois apesar de existir desde muito cedo, não funcionou, dentre outras coisa, por falta de prédio próprio.

Fontes

Ordenações Filipinas. Em <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>, acesso em 06/07/2013

Lista nominativa dos presos brancos, pardos e negros (1730). APM CMOP Cx. 02 Doc. 18.

Auto de inventário da cadeia entregue pelo carcereiro José da Costa Novais ao escrivão (1731). APM CMOP Cx. 03 Doc. 01.

Relação de presos brancos, negros e forros da cadeia (1732). APM CMOP Cx. 03 Doc. 15.
Auto de inventário da entrega dos presos da cadeia ao arrematante Agostinho Fernandes Pereira (1732). APM CMOP Cx. 03 Doc. 37.

Autos de inventário de presos que se acham na cadeia de Vila Rica e suas sentenças (1733). APM CMOP Cx. 04 Doc. 17.

Inventário dos presos, forros e demais pertences da cadeia de Vila Rica (1736). APM CMOP Cx. 08 Doc. 06.

Inventário dos presos, forros e demais pertences da cadeia de Vila Rica (1736). APM CMOP Cx. 08 Doc. 28.

Representação da câmara informando a dificuldade em conseguir carcereiros, devido a fuga de presos e a falta de segurança da cadeia (01/07/1734). APM, CMOP Cx.: 07, Doc.: 05

Solicitação de reforma na cadeia onde se encontram os presos brancos e também, de assistência aos presos pobres (21/01/1750). APM CMOP Cx. 23 Doc. 03

Certidão do escrivão da câmara Manuel Pinto de Queiroz referente à ordem régia relativa à construção de cadeia de pedra e cal. (18/09/1747). APM CC– CX. 14 – 10296

Requerimento do carcereiro Antônio de Serqueira sobre o pedido de construção de uma enfermaria nos quintais da cadeia para os presos com doenças graves (03/01/1747). APM CC - CX. 68 – 30718.

Requerimento dos soldados da guarnição sobre a permissão para limpeza da cadeia através da porta do quintal para evitar moléstias (01/03/1741). APM CC - Cx. 128 – 21016.

Carta de D. Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais, informando a situação em que se encontravam as cadeias e os prisioneiros, conforme provisão régia de 27 de junho de 1725. A margem: cópia da mesma provisão (20/05/1726). AHU – Cons. Ultramar. – Brasil/MG – Cx.: 8, Doc.: 43.

Consulta do Conselho Ultramarino sobre a carta de 1737, abril, 15, de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, dando conta da falta de segurança nas cadeias das Minas e ainda mais no que toca aos carcereiros (04/02/1738) AHU – Cons. Ultramar. – Brasil/MG – Cx.: 34, Doc.: 45

Representação dos oficiais da Câmara de Vila Rica, dando conta do péssimo estado em que se acha a cadeia local e solicitando providências no sentido de se edificar uma outra. Em anexo: vários documentos (01/07/1780) AHU – Cons. Ultramar. – Brasil/MG – Cx.: 116, Doc.: 35

Referências

LOPES, José Antônio. *Os palácios de Vila Rica: Ouro Preto no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750). In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC ; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000.

AGUIRRE, Carlos. Cárcere e Sociedade na América Latina, 1800 – 1940. In: MAIA, Clarissa Nunes. NETO, Flávio de Sá. COSTA, Marcos. BRETAS, Marcos Luiz. (org.). *História das prisões no Brasil*. Vol.1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p.35 – 77.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. O tronco na enxovia: escravos e livres nas prisões paulistas dos oitocentos. In.: MAIA, Clarissa Nunes. NETO, Flávio de Sá. COSTA, Marcos. BRETAS, Marcos Luiz. (org.). *História das prisões no Brasil*. Vol.1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 179 – 215.

REIS, Liana Maria. *Crimes e escravos na capitania de todos os negros (Minas Gerais, 1720 - 1800)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008.

HESPANHA, A. M. (org.). *Justiça e Litigiosidade – História e Prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

XAVIER, Ângela Barreto. “*El Rei aonde póde, & não aonde quer*” – Razões da política no Portugal seiscentista. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

LARA, Sílvia Hunold (org.). *Ordenações Filipinas: Livro V*. São Paulo, SP: Companhia Das Letras, 1999.

A repressão (correção) à vadiagem: a Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino e a transformação do vadio em trabalhador nacional. Sabará (1895-1901)

Sérgio Luiz Milagre Júnior

Mestrando em História

UFJF

s.milagre@hotmail.com

RESUMO: O artigo apresenta a evolução da pena no Brasil e como o Projeto de Lei de criação da Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino se inseriu nesse contexto. Analisou-se, também, como a Instituição se tornou um “espaço de disciplina” no combate à vadiagem, em Sabará (1895-1901), que visava, através do trabalho, civilizar e moralizar o vadio e, conseqüentemente, prepará-lo para a mão-de-obra na lavoura.

PALAVRAS-CHAVE: Pena; Correção; Trabalho; Colônia Correccional

ABSTRACT: This article discusses the evolution of the sentence in Brazil and how the Bill established of the Colonia Correccional Agrícola do Bom Destino was inserted in this context. Thereby, analyzed how the Institution became an "area of discipline" in the fight against stray, in Sabara (1895-1901), which aimed to civilize and moralize the bum through econseqüentemente work prepare you for the workforce, work in the fields.

KEY-WORDS: Sanction; Correction; Work; Colônia Correccional

A pena de correção no ocidente

Michel Foucault (1987), em sua obra *Vigiar e Punir*, buscou analisar a genealogia das prisões nas sociedades modernas, enunciando a emergência da “sociedade disciplinar” como forma de universalização do controle social, através de práticas de vigilância e de disciplina e a produção de corpos/almas dos sujeitos. Para isso, o autor relaciona o surgimento das prisões e a conseqüente reforma dos criminosos com a necessidade de manutenção do *status quo* industrial e a formação de indivíduos disciplinados.

Os seus estudos, entretanto, não se restringiram à simples análise do discurso da época, mas destacaram, também, as relações de poder na formação do conhecimento e na institucionalização das práticas sociais punitivas.

Criada pelo Governo Mineiro em 1895, a Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino, em Sabará, apresentava dois objetivos principais: o primeiro, de caráter econômico, referia-se à formação de uma mão-de-obra, já que, segundo os proprietários de terra, a abolição causou uma falta de braços, devido à inadaptabilidade do livre e do liberto em se

adequar ao novo regime de trabalho; e o segundo, de caráter social, estaria ligado à manutenção da ordem pública, feita através da repressão à vadiagem, que, usando da educação e da disciplinarização dos corpos pelo trabalho, seria capaz de civilizar e moralizar o vadio, considerados, pelas elites mineiras, como “inimigos do trabalho”.

O Decreto 858/1895, que regulamentava a criação da Colônia, possuía “relações de poder” que estavam diretamente ligadas às ideias de vigilância, disciplina e correção. Esta aproximação com o referencial teórico foucaultiano, assim como o processo de evolução da pena no ocidente, exigem maiores explicações.

A origem de toda penalidade iniciou com o sentimento da vingança privada, na qual a reparação do dano pela vítima poderia ser facilmente marcada pelo excesso e descompasso em relação ao fato praticado pelo criminoso. A pena de suplício era comum.

Mas quais as características que marcaram a passagem da pena de suplício para a de prisão? Talvez o principal aspecto esteja na mudança do sujeito passivo do crime. Com o decorrer da modernidade, surge a ideia de um organicismo social, onde quem sofre, na realidade, o delito pelo crime, é a própria integridade da sociedade. Foucault (1987) antevê que esse foi o início da “sociedade disciplinar”, pois trouxe características essenciais para a distribuição, classificação, hierarquia e disciplina do Direito, da sociedade e dos indivíduos.

Autores como Cesare Beccaria (2005) e Jeremy Bentham (2000), apoiados em princípios do utilitarismo e racionalismo, demonstraram claramente a necessidade de se acabar com as exposições públicas de tortura e passar para um regime jurídico punitivo mais conivente com as necessidades da época, ou seja, para a limitação do exercício da liberdade.

A sociedade disciplinar se aprimorou a partir do século XIX, principalmente com os avanços técnicos e com a lógica industrial. Dessa forma, seguindo também os princípios da ordem e do progresso, o Estado buscou, além de punir e encarcerar, corrigir o criminoso, ou seja, torná-lo um cidadão disciplinado e um trabalhador útil. Para Thompson (1998), disciplina do trabalho foi uma arma poderosa para a nova lógica capitalista, na qual a sociedade capitalista já tinha absorvido e aceito a disciplina e passaram a impô-la aos trabalhadores. Obviamente os encarcerados entrariam nessa lógica.

Entendida, portanto, essa passagem da pena de suplício para a de encarceramento, assim como a necessidade dessa última em se adequar aos novos tempos tornando-se mais útil à sociedade através da disciplinarização e trabalho, fazia-se necessário entender como a Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino se inseriu nesse contexto.

Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino

A Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino foi pensada em um período de mudanças do sistema de governo brasileiro com o objetivo de reformar os “ociosos” e “vagabundos” que atrapalhavam a “ordem social” mineira. Estes “inimigos do trabalho honesto”, conforme afirmava Silviano Brandão, riam das leis que, “digamos a verdade, em lugar de corrigil-os moral e physiologicamente, protege-os com uma pena sem utilidade pratica.” (BRANDÃO, 1894, p.14)

Em 1893, durante o governo de Floriano Peixoto, um Decreto Legislativo Federal de nº 143, de 12 de julho, autorizou a criação de estabelecimentos voltados para a correção, pelo trabalho, dos vadios e vagabundos. Conforme apresenta seu artigo 9º, “os Estados poderão fundar à sua custa, colônias correccionaes agrícolas, na conformidade das disposições d’esta lei, correndo somente a despesa por conta da União, quando nas leis annuaes se votar a verba especial para ellas. [sic]”.

Tomando como base a Lei Federal de n.º 143/1893, o Deputado Bueno Brandão submeteu à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 7 de 10 de maio de 1894. Entre as especificações, consta o artigo 1º que “fica o Governo auctorizado a fundar cinco colônias correccionaes na conformiade da lei Federal n.º 145 de 12 de julho de 1893”, em Minas Gerais. No seu discurso, afirmava que

esses indivíduos, processados em virtude das nossas leis, quando condemnados são muitas vezes, ou quase sempre atirados em cadêas infectas, em uma promiscuidade com criminosos perversos, o que concorre muito para a depravação moral dos desgraçados que ahi são recolhidos. E, terminando o cumprimento da pena, são de novo restituídos à sociedade, trazendo ainda maior somma de vícios, quando não voltam completamente pervertidos e dispostos a prosseguirem na senda do crime. (BRANDÃO, 1894).

Além do apoio do deputado, as considerações dos representantes da Lei de nº 7/1894 também tinham o apoio de outros governantes, como, por exemplo, o Chefe de Polícia, Alfredo Pinto Vieira de Melo, que afirmava:

disse-o no meu passado relatório e convictamente ratifico neste, que ‘no seio das prisões arruinadas o criminoso não se regenera; não existe uma classificação moral dos detidos, no intuito de salientar-lhes os caracteres, affastando-os o mais possivel uns dos outros, conforme o grau de perversidade; não há finalmente um regimen de trabalho susceptivel de tornar effectivamente a pena um principio de defezadocial; pois, o criminoso habituado por muito tempo à ociosidade, ao cumprir a pena, continua a ser um elemento mais perigoso do que quando para elle se abriam as portas do carcere. [...] Consiste esse plano em melhorar as cadeas existentes que forem

susceptíveis de reparos e em construir novas nas localidades onde não há prisões, mas ergastulos infectos ou pequenas casas arruinadas sem ar nem luz. (MELO, 1895, p.7)

Do Projeto proposto pelo deputado Bueno Brandão, aprovado em segundo turno, também em 1894, com algumas modificações, se originou a Lei n.º 141, de 20 de julho de 1895, que adaptando a antiga norma às necessidades de Minas e ao Código Penal de 1890, autorizou a fundação de duas colônias correccionais agrícolas nas comarcas em que o governo julgasse mais conveniente. Conforme apresentou o Secretário dos Negócios do Interior, Henrique Augusto de Oliveira Diniz: “para a primeira colonia que se deve installar, em virtude da lei n. 141 citada, foi já designado o local nas immediações da nova capital de Minas, tendo sido tomadas, para o fim de que se trata, as providências iniciaes mais necessárias.” (DINIZ, 1896, p.11).

Dentre as possibilidades de localização, escolheu-se a fazenda “Bom Destino”. Essa, que emprestou o nome para a Colônia Correccional, estava situada a nove quilômetros de Santa Luzia, a doze de Sabará e a seis da Estação General Carneiro. A escolha próxima à estação foi proposital, a fim de favorecer o escoamento das produções, principalmente para os três núcleos principais que a cercava: Santa Luzia, Sabará e Belo Horizonte (Nova Capital).

Além de criada pela Lei n.º 141/1895, a Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino foi regulamentada pelo Decreto n.º 858, de 16 de setembro de 1895, aprovado pelo Congresso Mineiro, e elencou, entre os pontos principais:

art 1º. Ficam estabelecidas e fundadas em próprios estadoaes designados pelo governo duas colônias correccionais para o trabalho: I. Dos indivíduos de qualquer sexo e idade que, não estando sujeitos ao poder paterno, ou sob a direção de tutores ou curadores, sem meios de subsistência por fortuna própria, ou profissão, arte, officio, ocupação legal e honesta em que ganhem a vida, vagarem pelas cidades, villas ou povoações. II. Dos que tendo quebrado o termo de bem-viver em que se hajam obrigado a trabalhar, manifestarem intenção de viver no ócio ou exercendo indústria illicita, immoral ou vedada pelas leis. III. Dos maiores de 9annos e menores de 14, do sexo masculino, que tiverem obrado com discernimento e forem condemnados nos termos do art.30 e 49 do Codigo Penal. Parágrafo único: Será julgado e punido como vadio, nos termos da lei e deste regulamento, todo aquelle que se sustentar de jogo (art. 374, do Codigo Penal).

Além disso, cada colônia teria acomodações para 150 reclusos, divididos em três repartições com capacidades para 60 homens adultos; 60 para menores homens; e a terceira para as mulheres. Tais cômodos seriam incomunicáveis e vigiados constantemente. O policiamento, portanto, tinha a função de vigiar todos os caminhos do estabelecimento e todos

os passos dos reclusos. Antes do toque de recolher, era feita uma chamada nominal dos reclusos recolhidos aos dormitórios.

No capítulo “Regime de Trabalho” ficou definido que os sentenciados seriam divididos em duas turmas: uma para a lavoura e outra para as oficinas. Silva exemplifica isso bem, mostrando que:

nos idas úteis, o horário de trabalho era estipulado de acordo com as estações do ano, no verão iniciava às cinco horas da manhã, no inverno às seis e encerrava às cinco da tarde; [...] os trabalho agrícolas desempenhados nas colônias abrangiam: horticultura, plantas alimentares e industriais (chás, algodão, alfafa e outras) que seriam plantadas de acordo com o clima. [...] Cada colônia deveria ter oficinas de ferreiro, carpinteiro e alfaiate, além de uma lavanderia para a ocupação das mulheres. (SILVA, 2006, p.44-5).

Porém, mesmo com várias expectativas, a história da Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino foi efêmera e sem frutos. A instituição criada em 1895, posta em funcionamento em 1896, teve um prazo de duração de apenas cinco anos, sendo fechada em 1901. Os relatórios dos administradores da Colônia ratificam o fracasso, demonstrando que ela passou grande parte do seu curto período em crise. Diversos fatores faziam com que a Colônia, criada para corrigir os vadios, não passasse de um simples galpão de armazenamento dos mesmos, muito semelhante às antigas prisões tão criticadas.

Além da falta de maiores investimentos nos próprios funcionários, o primeiro ano do estabelecimento foi marcado por apenas 15 reclusos – número insuficiente para manutenção da própria Colônia.

A escola, por seu turno, funcionou até 1898, quando foi dispensado o professor. Além da incapacidade em manter o professor, o diretor lamentava a precariedade do seu funcionamento, destacava principalmente a falta de livros. Além disso, nos diversos relatórios da Colônia, perceberam-se queixas quanto à alimentação dos presos, na qual as autoridades, frequentemente, pediam para aumenta-las, pois não conseguiam suprir a necessidade do local.

Em 1898, devido à baixa produtividade da Colônia, o governo instituiu que fosse feito o corte de lenha nas proximidades, com o intuito de enviá-las para o ramal férreo da capital, para a Imprensa Oficial de Minas Gerais e para alguns particulares. Todo esse trabalho era feito sem nenhum rigor ou disciplina, contrários à proposta inicial da Instituição.

Dessa forma, conclui-se que má administração e a resistência dos reclusos em participar dos planos das autoridades faziam com que a Colônia Correccional Agrícola do Bom

Destino se tornasse uma instituição que só trouxe despesas aos cofres públicos, não atuando, na prática, como seu objetivo principal: espaço de disciplina dos reclusos.

Considerações Finais

O aparato teórico proposto por Foucault, ao pensar a sociedade disciplinar como uma forma de universalização do controle social, através de práticas de vigilância e disciplina, e de produção de corpos/almas dos sujeitos, leva a pensar na criação da Colônia Correcional como uma instituição capaz de objetivar o saber-poder específico das autoridades mineiras em prol de um assujeitamento dos desviantes. Tornar os vadios trabalhadores disciplinados, conforme exigia a sociedade capitalista emergente, era fundamental para a manutenção do *status quo* da elite mineira.

Todavia, embora tivesse um projeto de lei exemplar para os ideais republicanos da época, o funcionamento da Instituição se deu de maneira precária, não só por falta de recursos ou má administração, mas talvez porque o próprio assujeitamento dos indivíduos pelo “saber-poder”, conforme apresentou Foucault, jamais seja completo.

A teoria de submissão dos vadios ao imperativo do trabalho não foi capaz de abarcar a prática. Os indivíduos não podem ser considerados como tábulas rasas das quais se imprime condutas e hábitos de obediência. Os indivíduos carregam consigo experiências, práticas e valores que são definidoras de sua própria identidade enquanto indivíduo e do seu lugar na sociedade.

O organicismo da sociedade, também destacado pelo pensamento da época e que configurou a concepção de que o delito fere em primeiro lugar à própria sociedade e as ações reformadoras do indivíduo e a disciplina tornaram-se essenciais, não foi capaz de dar conta da percepção de que, ainda que enclausurados, os vadios permaneciam sujeitos e autônomos em suas vontades. Eles são um capítulo a parte, que merece um estudo posterior.

Apesar do fracasso da Colônia Correcional Agrícola do Bom Destino, os ideais que foram responsáveis pela sua criação perduraram. Não é à toa que poucos anos depois um grande projeto visou criar a “Penitenciária Agrícola de Neves” na capital mineira, tida por muitos como uma das maiores penitenciárias da América. Mas isso é outra história...

Fontes Primárias

ANNAES da Câmara dos Deputados de Minas gerais. Quarta sessão da primeira legislatura. Anno de 1894.

Decreto n.º 858 de 16 de setembro de 1895.

Decreto-Lei n. 145, de 11 de julho de 1893.

BRANDÃO, Francisco Silviano de Almeida. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Geraes*. Ouro Preto. Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1894.

D'ANDREA. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na abertura da sessão ordinária do ano de 1843*. Ouro Preto, Typografia do Correio de Minas, 1843.

DINIZ, Henrique Augusto de Oliveira. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Geraes pelo Secretário dos negócios do interior*. Ouro Preto, Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1896.

MELLO, Alfredo Pinto Vieira de. Relatório ao Dr. Chefe de Polícia. In.: DINIZ, Henrique Augusto de Oliveira. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Geraes pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior*. Ouro Preto. Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1895.

Bibliografia

BECCARIA, Césare Marchese di. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Hemus, 2005.

BENTHAM, J. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed, 1996.

SILVA, Karla Leal Luz de souza e. *A atuação da justiça e dos políticos contra a prática da vadiagem: as colônias correcionais agrícolas em Minas Gerais (1890-1940)*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Viçosa.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.267-304.

Maria Midão: fogo, paixão e desordens Nas imediações da Praça de Mercado do Rio de Janeiro

Vitor Leandro de Souza

Mestrando em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro

vitorleandro@id.uff.br

RESUMO: Maria Coelho Midão, mulher corajosa da virada do Oitocentos, demonstrou em diversos momentos de sua trajetória ter uma forte personalidade. Agressiva, desafiadora, com um histórico de enfrentamentos e desafetos, Midão transgrediu espaços idealizados e sacralizados. Este trabalho tem por objetivo compreender o papel social feminino no Rio de Janeiro, nos casos envolvendo Maria Midão, através das páginas policiais da imprensa carioca entre as décadas 1880 e 1910.

PALAVRAS-CHAVE: História do Gênero; Rio de Janeiro; Micro-História

ABSTRACT: At the turn of the nineteenth century, the brave Maria Coelho Midão demonstrated at various points of her career to have a strong personality. Aggressive, defiant, with a history of confrontation and enemies, Midão transgressed idealized and sacralized spaces. This work seeks to understand the female social role in Rio de Janeiro, in cases involving Maria Midão, through the crime news of Rio press in the decades between 1880 and 1910.

KEYWORDS: Gender History; Rio de Janeiro; Micro-History

Recém-casados: paz e tranquilidade dos primeiros anos?

Maria Augusta Midão era natural de Portugal, filha legítima de Antonio da Silva Midão e de Anna de Jesus, solteira, residente no número 35 da rua São Bento, com o também português Antonio Coelho Pereira²⁷. Não foi possível precisar a data de desembarque deles no porto do Rio, porém, é provável que estivessem na cidade desde o início da década de 1880.

O casal testemunhou as profundas transformações ocorridas na virada dos séculos XIX para o XX. A então Capital do Império brasileiro seria palco do anúncio oficial do fim do sistema escravista (1888) e em pouco mais de um ano a queda da Monarquia (1889). A população da cidade que em 1872 era de 274 mil, atingira em 1890 o número de 522 mil. Dentre estes, eram estrangeiros 73 mil e 150 mil, respectivamente. Tais dados indicados por Marcos Bretas (1997, p.19), atestam o vertiginoso crescimento populacional que a vivenciado pelo Rio de Janeiro.

²⁷ Após o casamento, passa a chamar-se Maria Coelho Midão. Conforme informações da *Habilitação de Casamento*, Ficha 57640, Número 1446, Maço 2957. Arquivo Nacional (Doravante AN).

Abrigando o principal e mais importante porto brasileiro, a malha urbana do Rio sofria uma acentuada reconfiguração espacial. Surgiam eixos claros da ocupação do terreno/mercadoria da Capital Federal. Enquanto o projeto modernizador consolidava a ocupação da região sul pelas elites, a parte antiga da cidade seria reservada aos órgãos da administração estatal, comércios e negócios. Por sua vez, aos mais pobres restava enfrentar os desafios de sobreviver frente à realidade excludente do aumento exacerbado dos preços, principalmente alugueis e gêneros alimentícios de primeira necessidade. Tal projeto encontrou na República o seu ápice, com grandes remoções e demolições que abriram espaço para a construção de largas avenidas e agravaram ainda mais os problemas de acesso à moradia, expulsando as classes populares para os subúrbios ao norte.

Em 1895, no dia 6 de junho²⁸, Antonio e Maria Augusta uniram-se em matrimônio. Ele com 49 anos de idade, e ela, 34. Ela era doméstica, ele – como tantos portugueses que vivam na cidade – trabalhava como empregado do comércio. Tinham um filho, de nome Cândido Coelho Midão, que na ocasião do matrimônio possuía cerca de 5 anos de idade.

Algum tempo depois, o casal passa a dividir espaço de trabalho em um comércio na principal praça de Mercado da cidade, na freguesia da Candelária, talvez como empregados de alguma das bancas que ali funcionava. Após oficializarem a união, mudaram-se para um sobrado, alugado no número 9 da rua do Cotovelo²⁹, propriedade de Manoel Antonio da Rosa e Josepha Maria Ferreira.

Notícias envolvendo Maria Midão e a proprietária do imóvel chegaram aos jornais de grande circulação da cidade poucos meses após a mudança para nova casa. Dando conta de agressões trocadas entre elas. Segundo *O Paiz* (5 de fevereiro de 1986, p.2.), a querela teria tido início após os constantes conselhos dados por Josepha a Antônio Coelho "que jogasse neste ou naquele bicho", ainda pela manhã, quando Coelho saía de casa em direção ao trabalho. Josepha dizia: "*Então, Sr. Joaquim*" [sic] na verdade dizia a Antônio Coelho Pereira, "*não joga nem dez tostões no galo? Pois olhe que ele está dando que é um regalo.*", diante do insucesso no jogo, Antonio Coelho, ao chegar em casa, contava a sua esposa. Midão "voltava toda a sua raiva contra a causadora indireta da perda daquele dinheiro". Em tempos difíceis,

²⁸ AN - *Habilitação de Casamento*, Ficha 57640, Número 1446, Maço 2957.

²⁹ Localizada aos pés do Morro do Castelo, Segundo Brasil Gerson (2000), a rua foi aberta antes de 1690 e teve várias denominações. Como beco do Cotovelo, por ter um trajeto sinuoso. Depois beco do Açougue Grande, quando ali se instalou um açougue na esquina da rua da Misericórdia. Beco do Padre Vicente, ali morador. Conhecida como rua do Cotovelo, desde 1815. Em sessão da Câmara Municipal de 20.5.1878, recebeu o nome de rua do Bispo Dom Vital, que perdurou até 1882, quando teve o nome restabelecido de rua do Cotovelo. Em 1917 passou a se denominar rua Vieira Fazenda, desaparecendo com os novos arruamentos realizados na urbanização da Esplanada do Castelo.

diante do custo de vida cada vez mais elevado, qualquer gasto extra certamente causava desequilíbrio no orçamento doméstico, entretanto, não podemos excluir a possibilidade de que Maria Midão também sentisse ciúmes da situação que envolvia seu esposo e a vizinha-proprietária.

Após meses de provocações e discussões, uma "explosão de ódio" levou Maria Midão e Josepha Ferreira à "luta corporal, que fazia colheita de murros, socos e contusões". Ao chegar à 5ª delegacia, Maria Midão declarou que quando chegava em casa, por volta das 18 horas, portando uma trouxa de roupas, se deparou com Josepha agarrada ao pescoço de seu filho Cândido, de 6 anos. Ao ver que o menino havia sido arremessado escada abaixo por Josepha, que contou ainda com o auxílio de uma criada", agarrou-se com ela, que se achava com uma bacia de roupa na cabeça, a qual caiu sem que pudesse conhecer se sobre alguém ou alguma coisa". O depoimento de Maria Midão indicava que a agressão partira da locatária e que qualquer dano que sua oponente tivesse sofrido, não seria sua responsabilidade, mas antes de tudo um acidente.

Na edição do dia seguinte do jornal *O Paiz* (6 de fevereiro de 1896, p 4.) volta ao assunto, desta vez publicando uma coluna assinada pelo próprio Manoel Antonio da Rosa, o esposo de Josepha Ferreira. Tentando mostrar que tudo não passou de um equívoco, Manoel da Rosa relata que não havia "a menor relação de amizade" entre sua esposa e Antonio Coelho. E ainda explanou que o verdadeiro motivo da querela seria que, há alguns meses, o casal Coelho faltava com o respeito aos proprietários, fazendo uso de "certas palavras não dignas de gente de sociedade distinta". Na verdade, por conta da situação insustentável, Manoel da Rosa teria entrado com pedido de despejo judicial, fato que ainda não teria sido concedido. Para o proprietário, o verdadeiro motivo das provocações e da agressão seria justamente a insegurança do casal Coelho diante da possibilidade de concretização do despejo judicial.

A narrativa dada por Manoel é bem diferente da primeira versão colhida pela reportagem e que traz somente o depoimento de Midão. No texto encomendado pelo proprietário do imóvel, Manoel negou que a agressão tenha partido de sua esposa (JORNAL DO BRASIL, 06 de Fevereiro de 1896, p.2). Pois, segundo ele, Josepha teria sido surpreendida em casa, quando amamentava sua criança, no momento em que Maria Midão, "na sua cólera cega" iniciou a agressão, inclusive atingindo com um soco a criança que estava no colo. Contrapondo o argumento que Midão declarara à reportagem de *O Paiz* de que havia reagido a uma agressão e que e eventuais danos teriam sido acidentais. Ainda segundo

Manoel Rosa, mesmo as testemunhas convocadas por Antonio Coelho para depor sobre o caso do despejo, "nada disseram em desabono" a sua própria família.

Entretanto, podemos imaginar que ambas as narrativas possam ser coerentes e possíveis, independentemente da verdadeira versão. O que nos importa é perceber que ao verificarmos as trajetórias de algumas mulheres na transição dos século XIX para o XX, na sociedade brasileira, e particularmente na sociedade carioca, podemos, no primeiro momento ser conduzidos por caminhos tranquilos, em que predominam serenidade e submissão. Especialmente se pensarmos na configuração social da cidade, composta em sua maioria de homens, muitos destes imigrantes provenientes da Europa mediterrânea. Um sociedade em que, por influência religiosa (de matriz patriarcal e profundamente patriarcal), a figura da mulher distinta e responsável pela educação da sagrada instituição familiar deve ser emulada, transfigurando-se idealmente em honesta, honrada e de boa fama. A realidade apresentada é outra. Normas de comportamento, comumente impostas e esperadas pela sociedade, são colocadas à prova por Josepha Ferreira. A radicalização encontra personificação em Maria Midão, afinal, nossa portuguesa reincidirá e não pararia por ai (BRETTELL, 1991, p.26).

Midão: mulher valente, rica e poderosa

Maria Midão enquadrar-se na categoria "excepcional normal", elaborada pelo historiador italiano Eduardo Grendi (REVEL, 1998, p.33). Sua trajetória pode nos ajudar a perceber e compreender o perfil de tantas outras mulheres do seu tempo. A matriarca da família Coelho, poderia ser definida como um ponto fora da reta, mesmo para seus contemporâneos. Longe de pensar que as mulheres do seu tempo não estivessem Como nos é mostrado, por exemplo, a descrição publicada em *O Corsário* (28 de Março de 1893, p.3), ainda sobre a briga com Josepha:

A praça [do mercado da Candelária e] das Marinhas é um valhacouto de algumas pessoas más, com exceções; por isso não admiramos em nada que a nossa heroína fizesse escala por ali.

Má, perigosa, é um ente para quem toda a compaixão é pouca e há bem tempo que deveria ser conhecida do público.

Nem histérica é, por que se assim fosse seria desculpável, porém, nas suas ações divisa-se perfeitamente uma organização criminosa pouco rara.

O seu marido em parte é culpado: não teve a energia bastante para guardar n'uma jaula sua consorte fera, nem tampouco exportá-la para bem longe do Rio de Janeiro.

A nossa sociedade pede um corretivo para esta megera, a personificação do barbarismo antigo.

Adjetivos como "má", "perigosa" "criminosa", podem nos ajudar a entender a imagem que o periódico tentou imprimir em seus leitores a respeito de Maria Midão. Além de responsabilizar o marido, aliando a incapacidade de Coelho em ser enérgico ao espírito insubmisso da mulher. Uma vez que o marido demonstra não conseguir controlar Maria Midão, deixando-a fora da "jaula" do comportamento esperado, cabia portanto à sociedade - por meio de suas leis - o dever da aplicação de um "corretivo" enérgico. Ainda que não faça menção à briga protagonizada por Maria Midão, ocorrida havia algumas semanas, para a publicação, é fundamental que justiça fosse feita.

O que foi possível reconstituir da trajetória de Maria Midão, especialmente na sua relação com as autoridades, indica o caráter desafiador e o uso do prestígio, de sua situação financeira favorável e influência que a mesma exercia, com a finalidade de conseguir vantagens pessoais.

Tais métodos não eram ocultados por ela, expressavam muito mais a articulação entre insubmissão e estratégias de resistência. Como no confronto com Dr. Monteiro Lopes, advogado contratado por Josepha Ferreira para o inquérito, em que Midão, numa das poucas vezes que aceitou comparecer à delegacia, afirmou diante de um policial a respeito do inquérito que respondia como acusada: "Pouco me importa com isto; pois tenho doze contos para gastar na pretoria de Santo Antônio" (O PAIZ, 20 de Março de 1896, p. 3) , sugerindo comprar decisão favorável da justiça.

O dr. Monteiro Lopes, reconhecido na Capital Federal por seu engajamento nos movimentos abolicionista e republicano, era também um forte defensor de diversos grupos de trabalhadores , fazia uso de espaços nos jornais de grande circulação da cidade para informar sobre o andamento do seu trabalho inclusive publicando textos integrais de cartas endereçadas a autoridades do judiciário, como a que o advogado encaminhou à redação de *O Paiz* (20 de Março de 1896, p. 3), denunciando possível ligação entre o pretor de Santo Antonio e a matriarca da família Coelho. Segundo Montes Lopes, além de assinar muito contrariado o mandado de prisão preventiva contra Midão, o pretor teria enviado um emissário da pretoria a sua casa, com objetivo de avisá-la para que ela conseguisse fugir para Montevideú antes que a prisão fosse concretizada.

Desta vez Montes Lopes conseguiu atingir seu objetivo, Midão já estava de malas prontas para viajar, mas finalmente foi conduzida até a 4ª pretoria. Pelo que conhecemos da nossa portuguesa podemos imaginar a reação dela durante o trajeto. O próprio advogado Lopes nos sugere: "não devo aqui repetir [as palavras ditas por Midão] pelo respeito sincero

que tenho ao público e ao venerado desembargador presidente da corte de apelação", interlocutor da carta. Mesmo sem conhecer o desfecho do caso, o episódio nos conduz a novos indícios importantes da personalidade e do modus operandi de Midão diante dos homens de seu tempo.

O incêndio do Mercado da Candelária

Em 1890, Antonio Coelho está estabelecido no principal entreposto de abastecimento do capital federal, Mercado da Candelária. Em sociedade com Domingos Fernandes Farinha, Coelho abriu um botequim e café, porém sua permanência estava ameaçada por conta de um novo pedido de despejo. Ainda que não estejam claros os motivos que levaram o responsável pelo arrendamento da praça do Mercado da Candelária e Chalés a determinar que Coelho deveria desocupar o espaço, esta não seria a primeira vez que o Coelho e Midão enfrentariam um pedido de desocupação forçada. Enfim, provavelmente a situação a seguir nos ajude a compreender melhor a reação de Maria Midão e Antonio Coelho diante da rejeição e os conflitos diante da convivência com os comerciantes, vizinhos e mesmo com as autoridades.

Na noite de domingo, 30 de abril, a paz e o silêncio das ruas desertas do centro da cidade é interrompido pelos apitos denunciando o sinistro que atingia o Mercado da Candelária. Inicialmente a única vítima fatal do incêndio foi o jovem de 18 anos de idade, de nome João Monteiro da Fonseca, que trabalhava como caixeiro do armazém, sob a firma Matheus & C, e que dormia no negócio para abri-lo pela manhã, logo chegasse seu patrão (e tio), Domingos Lopes Martins. Todavia, no dia seguinte, 01 de maio, a real dimensão do incêndio foi divulgada pelas autoridades. Além da terrível destruição, outras quatro vítimas faleceram em meio às chamas.

Literalmente no calor dos acontecimentos, o redator do *Jornal do Brasil* (1 de maio de 1899, p.1) ouviu a versão de que "o arrendatário da praça do Mercado, sr. coronel Pupo de Moraes", convidou a Antonio Coelho Pereira, o proprietário de um botequim na dita praça, a retirar-se. Mesmo contrariado, o locatário, "retirou-se murmurando" em certo tom de ameaça. O fogo teria começado na altura do número 263 da praça das Marinhas (ver figura 3), anexo ao Mercado da Candelária, coincidentemente (ou não), justamente no local onde funcionava o botequim dos Coelho e às vésperas da data marcada para a desocupação do estabelecimento.

Além de Antonio Coelho, foram acusados ainda sua esposa, Maria Coelho Midão, e Pedro Lema Peres, proprietário de um hotel na praça das Marinhas, ao lado do dito boteco. Uma das suspeitas era de que o casal Coelho e Pedro Lema teriam provocado o incêndio por

conta do valor referente ao seguro. Evidentemente, Antonio Coelho e Maria Midão, tinham uma questão pessoal e a vingança devido ao despejo do botequim do qual eram proprietários pode ter motivado o atentado.

Só conseguimos dimensionar as consequências do incêndio do Mercado para a cidade, quando percebemos a importância do edifício da Candelária na rede de abastecimento de gêneros de primeira necessidade. A partir dele, chegavam pescado ou "gêneros da roça" do Recôncavo da Guanabara ou ainda de regiões mais afastadas. Era também local de trabalho e reunião de trabalhadores de diversas procedências e das mais diferentes profissões, como por exemplo, carregadores, vendedores ambulantes, peixeiros, comerciantes, quitandeiros, etc. Após o incêndio, a demanda pelo mercado não havia diminuído, porém, parte do espaço disponível para o comércio havia sido consumido pelas chamas.

O caso do incêndio traz algumas informações sobre Maria Midão, uma delas diz respeito ao novo endereço residencial da família Coelho, que passou a ser no número 227 da rua da Alfândega, e finalmente a afirmação das testemunhas de que a portuguesa teria executado a ação incendiária ateando "petróleo no assoalho" do botequim. Suponho que de fato Midão tenha sido executora do sinistro. Mais uma vez, expressão da sua coragem, proatividade e confiança de que o judiciário lhe será favorável, como de fato, novamente, aconteceu, em 1902 os acusados de terem incendiado a Praça de Mercado da cidade são absolvidos.

Midão: Dona de casa dedicada?

Em 23 de fevereiro de 1904 (O PAIZ, 24 de fevereiro de 1904, p. 2) o delegado da 5ª Delegacia recebeu denúncia de que "na casa n. 227, à rua da Alfândega, estava presa em cárcere privado a menor Dolores Mattos" e que o autor do crime era o jovem Candido Pereira "empregado da casa de pasto à rua Senhor dos Passos n. 34, propriedade de Antônio Pereira". O delegado, acompanhado de alguns homens da força policial, seguiu "imediatamente para a casa de pasto onde efetuou a prisão de Candido", em seguida foi até a referida casa à rua da Alfândega, onde residia... Maria Coelho Midão, sua mãe.

Antonio Coelho, tentando "burlar a ação da polícia", correu em disparada indo "por um caminho mais curto prevenir a mulher", porém, o delegado atento à situação, conseguiu chegar simultaneamente ao esposo de Midão. Ao ser perguntado sobre sua investida, respondeu Coelho "que andou mais rápido para abrir a porta, no entanto, começou logo em altas vozes prevenir a mulher do fim da visita da polícia".

Ao subirem as escadas, foram todos recebidos por Maria Midão, que estava acompanhada por uma mocinha que afirmou ser Dolores Motta,

foi então que Maria dirigindo-se ao delegado: "Quem é você?", e tendo a resposta de que falava com uma autoridade, desandou um forte murro na cabeça do delegado ao mesmo tempo que abria a boca numa torrente, de palavras injuriosas impossíveis de serem aqui reproduzidas.

Não contente, "a virago, raivosa, acompanhada do marido, fez cair sobre os policiais terrível chuva de projéteis que encontrou à mão". Agredir a um delegado e trancar-se em casa, provocando transtorno em mobilizar forças, como o marceneiro para abrir a porta do cômodo em que trancou-se na tentativa de resistir a ação policial, sinalizam em parte a resistência a valores misóginos interligado a ações criminosas. Midão retrata a dualidade da mulher oprimida e guerreira, que busca na sociedade patriarcal e excludente da virada dos Oitocentos condições iguais de reação.

O casamento de Maria Midão e Antonio Coelho durante os mais de 20 anos que estiveram juntos demonstrou a cumplicidade e companheirismo em diversas situações. Desde o incêndio, passando por a agressão de vizinhos, o casal o mostrou-se solidário nas decisões. Talvez Antonio Coelho não conseguisse controlar Midão, ou mesmo não quisesse lhe por as rédeas que outros julgavam necessárias. Em diversas situações que apresentei neste texto, evidenciou-se que o comportamento de Maria Midão era de sobrepor-se ao marido, muitas vezes ignorando sua presença.

Outra ideia fundamental é a defesa dos negócios da família. Midão levou isso com sua dedicação e empenho particulares. Afinal, diante das ameaças de despejo e/ou da perda da estabilidade residencial ou comercial, Midão adotou métodos de resistência extremos. Podemos imaginar a dificuldade em conseguir moradia perto do local de trabalho, especialmente diante das demolições frenéticas realizadas a partir de 1880, ou mesmo os prejuízos provocados pela perda de um ponto comercial como o da praça do Mercado. Talvez essas sejam algumas pistas que nos ajudem a entender parcialmente as motivações do comportamento de Maria Midão.

Contudo isso não deve reduzir os possíveis pensamentos de Midão. Os limites das suas atitudes ultrapassam os padrões estabelecidos. Estavam na fronteira do crime, da agressividade, dividindo terreno com a conquista de espaços de participação, de direitos, de autonomia. Assim, a agressão ao delegado pode ser lida também como uma reação aos padrões e convenções opressoras. Tais padrões serviam com um instrumento ideológico em que as posições sociais estavam marcadas, ou seja, distinguindo a mulher burguesa (recatada,

obediente, comportada, digna), das mulheres pobres (criminosas, insubmissa, transgressora) (FONSECA, 1997, p. 517.

O casamento chegou ao fim. Se o temperamento desafiador de Midão não levou à separação, as forças da natureza deram conta de Coelho. "Da rua da Alfandega, n.227, saiu ontem [1 de junho de 1906] para o cemitério de S. João Batista o féretro do sr. Antonio Coelho Pereira, natural de Portugal, casado e de 59 anos de idade" (CORREIO DA MANHÃ, 2 de Junho de 1906, p 2) .

Conclusão

A trajetória de Maria Coelho Midão é por si só intrigante. A protagonista destas páginas nos permite perceber uma série de desencontros diante dos comportamentos comumente esperados como parte do *ethos* feminino na virada dos século XIX e XX, além de romper com as posições hierárquicas.

A transgressão recorrente de Midão confunde-se muitas vezes com o crime e, ainda que algumas vezes o tenha sido, é possível fazer outra leitura. Uma possibilidade é pensar tais atos como esforços da matriarca Midão em ser protagonista da sua própria história. Provocando espaços de atuação em meio a realidade social em que as mulheres deveriam comportar-se de acordo com normas idealizadas. Maria Coelho Midão demonstrou-se hábil na elaboração/realização de estratégias buscando inserir-se nas possíveis malhas que permitiam desvencilhar-se das convenções sociais. Em muitos dos casos apresentados aqui Midão foi a própria causadora de tais fissuras.

Sua pró-atividade pode ser interpretada como um simples desvio de caráter. Entretanto, seria possível manter uma personalidade tão forte enjaulada sob as convenções domésticas? A própria Maria Midão, por meio das atitudes, ao longo das três décadas do registros encontrados nos respondeu.

Bibliografia

BRETTELL, Caroline B. *Homens que partem mulheres que esperam*. Consequências da emigração numa freguesia minhota. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In.: PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1997, p.510-553.

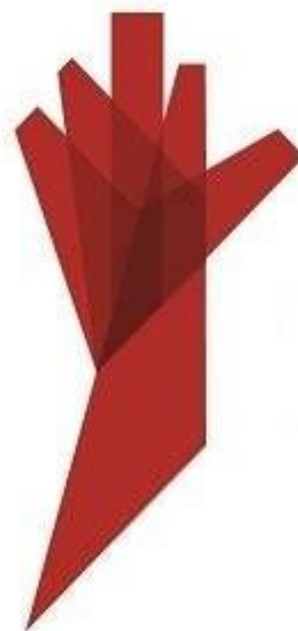
GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.

GONÇALVES, Andrea Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

Simpósio Temático 10

**Pensar a ditadura no cinquentenário
do golpe: sociedade, política e cultura
no regime militar brasileiro
(1964-1985)**



Coordenadores:

Ana Marília Carneiro

Doutoranda em História e Culturas Políticas - UFMG
anammc@gmail.com

Gabriel Amato Bruno de Lima

Mestrando em História e Culturas Políticas - UFMG
amatogabriel@gmail.com

Natália Cristina Batista

Mestra em História e Culturas Políticas - UFMG
nataliabarud@yahoo.com.br

Juliana Ventura de Souza Fernandes

Mestra em História e Culturas Políticas - UFMG
julianavsf@yahoo.com.br

Caos na Boca do Lixo: a representação tropicalista do Brasil em *O Bandido da Luz Vermelha* (1968)

Fábio Santiago Santos

Graduando em História – Licenciatura
Universidade Estadual de Montes Claros
fabiosantiagosantos@yahoo.com.br

RESUMO: Antes da edição do AI-5, em 1968, as pretensões revolucionárias da arte engajada dão lugar à reflexão sobre as contradições da modernização planejada pela ditadura. Essas mudanças estão presentes no filme *O Bandido da Luz Vermelha*, de Rogério Sganzerla. Este trabalho identifica relações com manifestações artísticas anteriores ao filme e revela afinidades com o Tropicalismo na representação do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Tropicalismo; Ditadura; Cinema.

ABSTRACT: Before AI-5, in 1968, the revolutionary pretensions of engaged art are replaced by the reflection on the contradictions of modernization planned by the dictatorship. These changes are present in Rogério Sganzerla's *O Bandido da Luz Vermelha*. This article identifies relations with the previous artistic events and reveals affinities with Tropicalism in representing Brazil.

KEYWORDS: Tropicalism, Dictatorship, Cinema.

Introdução

As agitações e incertezas decorrentes da nova ordem política estabelecida em 1964 repercutiram intensamente nas artes brasileiras nos anos finais daquela década. Às vésperas da decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5)¹, novas e radicais propostas artísticas de interpretação e representação do país emergem às margens das tendências nacionalistas e revolucionárias, que garantiam a hegemonia cultural da esquerda. O Tropicalismo e o Cinema Marginal são duas das novidades mais exemplares, notáveis pela incorporação de influências variadas, brasileiras e estrangeiras, e pela estética *kitsch*, de valorização do “mau gosto”.

Características de ambos os movimentos podem ser percebidas no filme *O Bandido da Luz Vermelha* (1968), dirigido por Rogério Sganzerla. Este trabalho compõe uma análise de cenas significativas da obra, ancorada na necessidade de “buscar os elementos narrativos que poderiam ser sintetizados na dupla pergunta ‘o que um filme diz e como o diz?’”

¹ Decreto baixado no dia 13 de dezembro de 1968, sem prazo de vigência, que garantiu o reforço do poder executivo: o presidente passa a ter o poder de suspender as atividades do Congresso – o que de fato acontece com o AI-5 - e de intervir nos estados e municípios. Há, com o AI-5, uma nova onda de cassações de direitos políticos, além da suspensão do direito de *habeas corpus* para acusados de crimes políticos. A censura à imprensa e às diversões públicas também se intensifica a partir deste decreto.

(NAPOLITANO, 2005, p. 45). Ou seja, procurar-se-á aqui, por meio da análise de diálogos, falas, imagens e outros recursos narrativos, associados a elementos extrafílmicos importantes, como entrevistas e depoimentos do cineasta, investigar o modo como foi pensada e construída a representação alegórica do país naquele momento de grandes crises e tensões nos campos social, cultural e político. A fonte fílmica deverá ser compreendida aqui como um entrelaçamento de discursos distintos que interagem entre si (BARROS, 2012); desse modo, o referencial teórico de autores como Marcos Napolitano e Ismail Xavier será de grande importância ao possibilitar a identificação de relações entre as muitas propostas e ideias – estéticas e políticas – que inflamavam os debates culturais da época.

O texto se dividirá em duas partes: na primeira, trará uma contextualização e a caracterização dos movimentos culturais ligados ao filme *O Bandido da Luz Vermelha* e dos diálogos e embates que mantinham entre si. Após esse momento, na seção seguinte terão espaço algumas considerações breves acerca da análise de determinadas cenas emblemáticas do filme, ressaltando-se as conexões destas com o Tropicalismo.

A queda das utopias revolucionárias e as radicalizações estéticas e políticas

Principal movimento cinematográfico do país na década de 1960, o Cinema Novo vinha se reestruturando desde o golpe civil-militar, quando começara a empreender uma revisão de certezas no tocante à ação política e ao alcance do seu pretendido público-alvo. A euforia dos vários setores progressistas e de esquerda em torno das reformas de base do governo de João Goulart havia dado lugar a uma necessidade de novas posturas, que incluíam, no caso dos produtores culturais, da incitação à resistência ao regime autoritário à adesão ao “desbunde” contracultural, não raro visto como alienação.

A homogeneidade do movimento é posta em xeque pela adoção de propostas diferenciadas pelos cineastas. Enquanto o maior expoente daquele grupo, Glauber Rocha, radicaliza as propostas de cinema comprometido com a questão social, cineastas como Carlos Diegues e Joaquim Pedro de Andrade deixam de lado a agressividade temática que caracterizara o movimento em sua primeira fase e partem em direção a uma proposta de cunho “antropológico”, interessado na investigação do caráter do povo brasileiro. *Macunaíma* (1969), de Joaquim Pedro de Andrade, é o maior exemplo desse redirecionamento do Cinema Novo.

Por outro lado, alguns diretores iniciantes começam a empreender uma produção estética e tematicamente mais radical: surge o chamado Cinema Marginal. Esse conjunto de

novos diretores, filmes e propostas não constitui um movimento articulado, mas revela uma “sensibilidade estética, artística e política que aflora durante o endurecimento do regime militar” (PEDREIRA, 2011, p. 1).

Na ótica desses cineastas, elementos tão interpretados e comentados nas mais diversas manifestações artísticas, como a miséria e o subdesenvolvimento do país, deixam de ser tratados com a rigidez da esquerda cinematográfica e recebem uma abordagem mais agressiva e, ao mesmo tempo, debochada. A representação do brasileiro, por exemplo, sofre um deslocamento: antes, figuras como a do sertanejo ou do operário eram vitimizadas e/ou enobrecidas, conforme a proposta dos cinemanovistas de levar o público a se reconhecer nos filmes; com o Cinema Marginal, surge o anti-herói impotente, desiludido e desesperado, a vagar pela grande metrópole em processo de modernização, sem propor reflexões ou provocar catarses. O personagem Luz, de *O Bandido da Luz Vermelha*, é o maior exemplo desse novo modelo de protagonista para o cinema brasileiro.

A história, que se passa na cidade de São Paulo, baseia-se em um personagem real que provocara pavor na mesma metrópole no ano de 1967. A apropriação por Rogério Sganzerla do famoso caso policial ocorre, entretanto, por ser “um bom pretexto para refletir sobre o Brasil da década de 60” (SGANZERLA, 1968, s/p). O bandido da luz vermelha do filme, assim, quase nada, além do epíteto, tem a ver com o bandido real que lhe serviu de inspiração.

Luz, como o bandido é chamado, é marcado por uma indefinição quanto à identidade, simbolizada por uma mala que carrega consigo em vários momentos e na qual se pode ler, na parte interna, o pronome “eu”. Além da desorganização da sua “mala egótica”², há ainda outros elementos que tornam mais confusa a delimitação da história do personagem, como a multiplicidade de versões e discursos acerca de sua origem, personalidade e seus atos. Há, por exemplo, momentos em que uma dupla de locutores radiofônicos narra a trajetória de crimes do bandido, atribuindo-lhe todo o caos social, enquanto em cena o personagem se mostra patético e inserido em um campo de ação bastante reduzido. Segundo Ismail Xavier, a indagação “Quem sou eu?”, proferida pelo personagem inúmeras vezes ao longo do filme, representa “a expressão irônica da crise de identidade própria ao ‘depois da queda’ de todo um projeto nacionalista” (XAVIER, 2001, p. 67).

O filme, desse modo, insere-se no contexto de reflexões acerca da queda das utopias revolucionárias diante do golpe militar, mas, diferente de filmes do Cinema Novo, como

² Termo utilizado por Jean-Claude Bernardet no livro *O voo dos anjos: Bressane, Sganzerla* (1991).

Terra em Transe (1967), de Glauber Rocha, e *O Desafio* (1965), de Paulo César Saraceni, cujos protagonistas são intelectuais que agem racionalmente e buscam soluções para suas aflições, o “herói” de *O Bandido da Luz Vermelha* é marcado pela aceitação debochada do fracasso. Suas falas e diálogos são bastante representativos desta situação, como nos seguintes exemplos: “Eu sei que fracassei..,”; “Eu sou um boçal”; “Eu tinha que avacalhar, um cara assim só tinha que avacalhar pra ver o que saía disso tudo”.

O contexto político conturbado pode ter motivado a composição “boçal” do personagem, conforme sugere o próprio diretor:

Acima de tudo, a estupidez e a boçalidade são dados políticos, revelando as leis secretas do corpo explorado, desesperado, servil e subdesenvolvido. [...] Assim, o bandido da luz vermelha é um personagem político na medida em que é um boçal ineficaz, um rebelde impotente, um recalcado infeliz que não consegue canalizar suas energias vitais. (SGANZERLA, 1968, s/p)

Essa mudança no cinema autoral se relaciona com outro importante evento daquele período: a emergência do Tropicalismo. Esse movimento envolvia vários nomes da vanguarda artística, da música ao cinema, passando pelo teatro e pelas artes plásticas, e baseava-se em ideais da Antropofagia modernista, encabeçada por Oswald de Andrade, na década de 1920.

O Tropicalismo afastava-se de setores nacionalistas, à esquerda, dos mais diversos campos artísticos, ao propor, em um momento de modernização conservadora apoiada em capital estrangeiro empreendida pelo governo militar, a absorção de elementos modernos e estrangeiros pelas tradições arcaicas brasileiras. Conforme Hélio Oiticica, artista plástico que nomeara o movimento, “para a criação de uma verdadeira cultura brasileira, característica e forte, expressiva ao menos, essa herança maldita européia e americana terá que ser absorvida, antropofagicamente, pela negra e índia de nossa terra”. (OITICICA, 1968, s/p *apud* RIDENTI, 2003, p. 147).

No cinema, a influência do Tropicalismo foi paradoxal. O Cinema Novo de Glauber Rocha, com *Terra em Transe*, teve fundamental importância para o desenvolvimento das ideias de concepção do Brasil como país marcado por fortes contradições. Essas contradições do subdesenvolvimento representadas em *Terra em Transe* tornaram-se, então, temática amplamente revisitada, cantadas nos festivais e nos discos por Caetano Veloso e Gilberto Gil e encenadas no Teatro Oficina por José Celso Martinez Corrêa. Glauber Rocha, por sua vez, valorizava o que o movimento tinha de inventivo, anticonvencional e irracional, elementos marcantes para uma autoafirmação cultural do Terceiro Mundo, mas recusava o diálogo intenso dos tropicalistas com a contracultura estadunidense e inglesa (RIDENTI, 2014, p.

241). O Cinema Marginal, por seu turno, promove a fusão da temática do subdesenvolvimento a elementos da contracultura ocidental, estando, desse modo, mais afinado com as propostas tropicalistas.

Alguns autores tentaram traçar contrapartidas estritamente políticas para o Tropicalismo. Roberto Schwarz, por exemplo, enxergava no movimento uma “expressão ambígua entre crítica e integração ao que significou politicamente a instauração da ditadura militar, também ela articuladora do moderno e do arcaico” (RIDENTI, 2014, p. 251). Heloísa Buarque de Holanda, no entanto, encontrou afinidades entre a estética tropicalista e a guerrilha urbana: ambas seriam tendências radicalizadas, que romperam com a visão intransigente da esquerda tradicional (RIDENTI, 2014). Segundo Ridenti (2014), embora os campos das artes e da política estivessem indissolúvelmente articulados, inexistente uma correspondência mecânica entre ambos. O autor, assim, opta por observar as tendências nas posições individuais dos artistas:

[...] a maioria dos tropicalistas era crítica da ditadura militar, bem como dos grupos de esquerda, preferindo posições políticas alternativas, um misto de contracultura, anarquia e deboche, tendo no máximo simpatia em relação a grupos de esquerda que lhes pareciam, à distância, ter afinidade com a contestação tropicalista (2014, p. 253).

Embora Rogério Sganzerla não se considerasse participante do movimento – assim como não se associava à ideia de Cinema Marginal –, essa identificação com o Tropicalismo é bastante visível em sua obra. Sua representação de um país que se modernizava a ferro e fogo relaciona-se, de fato, com uma concepção debochada e anárquica, distante da rígida polarização esquerda-direita. É notável em *O Bandido da Luz Vermelha* a linha crítica baseada “na tentativa de equacionar as contradições do Brasil e seus dilemas históricos, entre outros, o de ser um país arcaico-moderno, cosmopolita-provinciano, industrializado-subdesenvolvido” (NAPOLITANO, 2005, p. 505), conforme se exemplificará a seguir.

O país em caos sob a ótica tropicalista

A aproximação entre Rogério Sganzerla e o Tropicalismo em *O Bandido da Luz Vermelha* pode ser compreendida a partir da identificação de alguns elementos gerais que caracterizam todo o filme, além da análise de algumas cenas específicas que exemplificam a assimilação da ideia de país caótico, esmagado por enormes contradições.

É preciso ressaltar a necessidade de se empreender uma análise que ultrapasse o foco nos elementos escrituráveis, como o roteiro e os diálogos do filme, pois, segundo José D’assunção Barros,

[...] a metodologia utilizada para análise fílmica deve considerar, antes de mais nada, que a obra cinematográfica dispõe de determinado número de modos de expressão que não são mera contrapartida ou transcrição da escrita literária, mas que têm, ao contrário, a sua própria especificidade (2014, p. 31).

Assim, é importante que se compreenda o filme como uma linguagem específica na qual se agrupam diversos substratos distintos, como a trilha sonora, os cenários, a ação gestual etc. Há, desse modo, a necessidade de se lançar mão de uma análise diversificada, que dê conta dos vários elementos que compõem o resultado da obra cinematográfica.

Em *O Bandido*, a trilha sonora de fato não poderia ser ignorada, pois é um dos componentes reveladores dos diálogos do cineasta com as muitas possibilidades estéticas em voga naquele momento. É preciso lembrar que, no campo da música, debatia-se a fusão promovida pelos tropicalistas entre guitarras elétricas e estilos populares brasileiros. No *III Festival da Música Popular Brasileira*, em 1967, por exemplo, Caetano Veloso e Gilberto Gil foram alvos de grande polêmica devido às performances das músicas *Alegria, Alegria* e *Domingo no Parque*, que receberam o acompanhamento, respectivamente, das bandas Beat Boys e Os Mutantes.

O rock integra a trilha sonora de *O Bandido* em vários momentos, como na sequência final, em que se encena a eclosão de um apocalipse alegórico em que se interligam invasão de discos voadores e intervenção militar. Neste momento, a música *I don't live today*, do guitarrista Jimi Hendrix, sobrepõe-se aos cantos de candomblé retirados do filme *Terra em Transe*, de Glauber Rocha, do ano anterior. Essa fusão de estilos musicais que simbolizam contextos e eventos tão díspares pode ser vista como uma subversão debochada do discurso, tão estimado pela esquerda tradicional, de valorização da cultura brasileira em oposição às influências provenientes de países imperialistas. O diretor Rogério Sganzerla propõe então, já nesse aspecto, a junção ambígua do moderno-arcaico como expressão da brasilidade, fazendo uma mediação no diálogo improvável entre o maior representante do Cinema Novo e um dos ícones da contracultura estadunidense.

O deslocamento promovido pelo Cinema Marginal em relação aos ambientes em que se situam os enredos fílmicos também pode ajudar a elucidar essa aproximação. Enquanto, no Cinema Novo da primeira fase, tinha-se um apreço pelo cenário rural, sobretudo o nordestino, visto como local onde estaria resguardada uma cultura genuinamente brasileira e como ponto de irradiação da tão esperada revolução social, o Cinema Marginal, e, mais precisamente, *O Bandido*, promovem uma “valorização” do centro urbano, caracterizado não apenas pela

modernização, mas também por uma decadência material e moral. Nessa mudança de preferência na ambientação dos filmes, é evocado, mais uma vez, o paradoxo de coexistência entre atraso socioeconômico e modernização.

A Boca do Lixo foi o microcosmo recortado por Sganzerla para a representação alegórica das crises do país, que perturbavam artistas e intelectuais daquele período. As contradições inerentes àquele local eram gritantes: situada no centro da maior e mais moderna metrópole do país, a Boca do Lixo era conhecida por sua concentração de tipos sociais marginalizados e atividades ilícitas³.

Em determinado momento, os já citados locutores radiofônicos, cujas vozes perpassam o filme narrando peripécias do bandido e outros fatos aleatórios, apresentam a Boca do Lixo como o “império da bolinha, da desordem e dos *gangsters*, da prostituição em massa, do tráfico de menores, do crime industrializado e do comércio automobilístico, (...) um bairro criminal cheio de fome e culpa”. Durante a fala dos narradores, a câmera se desloca verticalmente e revela contrastes: lixo e desorganização na Boca e altos arranha-céus ao fundo. A definição da Boca pelos narradores revela também uma dicotomia: o império do comércio automobilístico – e vale lembrar que em 1968 teve início o milagre econômico, que se ancorou na produção e consumo de bens duráveis, como eletrodomésticos e automóveis – é também um simples bairro marcado pela miséria. Os problemas sociais associados a países periféricos são apresentados de modo irônico pelos narradores: o uso de termos que remetem à industrialização e ao consumo resulta em uma contestação debochada do progresso econômico que levaria, a partir do ano seguinte, o governo militar à difusão de um ufanismo exagerado e ameaçador.

A primeira sequência do filme é também relevante na composição de um universo absurdo e caótico. Enquanto os narradores avisam em tom alarmante que foi “decretado estado de sítio no país” e que “o dispositivo policial reforça todos os seus órgãos de segurança” – não há explicações, nesse momento, acerca dos motivos que levaram o país ao estado de sítio –, na imagem é possível ler em um letreiro luminoso que “os personagens não pertencem ao mundo, mas ao terceiro mundo”. Em seguida, as vozes ironizam: “Qualquer semelhança com fatos reais, irreais ou imaginários, é mera coincidência”, enquanto o letreiro noticia uma “Guerra total na Boca do Lixo”. A presença do letreiro luminoso no qual as

³Ironicamente, a Boca do Lixo era também um importante polo de produção cinematográfica, de onde saiu parte considerável da produção do Cinema Marginal.

palavras correm velozes permite compreender a tentativa do diretor em representar um mundo nervoso e violento. Enfim, uma cidade moderna localizada no Terceiro Mundo.

Em outra cena impactante surge um anão gritando profeticamente para um grupo de pessoas que o cerca que “O terceiro mundo vai explodir! Quem tá de sapato não sobra! (...) A solução para o Brasil é o extermínio total”. A cena não tem qualquer relação direta com o fragmentado enredo sobre o bandido da luz vermelha, mas a frase voltará a aparecer em outros momentos do filme, por meio da voz em *off* do anão e também falada pelo próprio bandido, sobretudo nas sequências finais, quando o colapso social torna-se iminente. O Terceiro Mundo é retratado no filme não como local de transformações revolucionárias e afirmação de alternativas às potências mundiais em Guerra Fria, mas, sim, como um ambiente apocalíptico, no qual as utopias não são mais possíveis. O modo como os personagens expressam o mal-estar também corrobora essa leitura e “se afasta da crença da superação histórica dos nossos arcaísmos, provocando no espectador a estranheza diante de todos os discursos nacionalistas. Neste sentido afirma o Brasil como absurdo, como imagem atemporal, estática e sem saída” (NAPOLITANO; VILLAÇA, 1998, p. 53-75), conforme propunha o Tropicalismo.

A desconfiança com que o filme se ocupa de questões como a vocação revolucionária do Terceiro Mundo e a euforia crescente em torno do desenvolvimentismo decorre das incertezas em relação aos rumos políticos e econômicos que o país poderia tomar, pois, a partir do golpe civil-militar, ocorreu na produção artística uma reavaliação da “experiência do país, como drama ou comédia, sempre com ironia, uma vez que os percalços da revolução, ainda em pauta, já projetavam no horizonte o fantasma da condição periférica como um destino e não como um estágio da nação” (XAVIER, 2012, p. 30).

Nas cenas descritas acima, é possível identificar referências à conjuntura política do país. Por meio do recurso à alegoria, o diretor aborda nas falas de personagens e na narração em *off* aquilo que não poderia ser dito abertamente. A paranoia acerca da vulnerabilidade do país frente a uma ameaça comunista e a desilusão decorrente da instauração do regime autoritário são facilmente reconhecíveis se o filme for compreendido como produto da história: “como todo produto, [o filme é] um excelente meio para a observação do ‘lugar que o produz’, isto é, a sociedade que o contextualiza, que define a sua própria linguagem possível, que estabelece os seus fazeres, que institui as suas temáticas” (BARROS, 2012, p. 67).

A abordagem agressiva do país e de seu subdesenvolvimento na representação fílmica proposta por Rogério Sganzerla, que influenciaria depois grande parte da cinematografia brasileira, portanto, só pode ser compreendida com a inserção do filme em um contexto em que os discursos acerca da revolução e da superação do atraso recebiam um significado diferente daqueles construídos pela esquerda no período pré-1964.

Referências

BARROS, José D'Assunção. Cinema e história: entre expressões e representações. In: NÓVOA, Jorge; BARROS, José D'Assunção (orgs.). *Cinema-História: teorias e representações sociais no cinema*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012. p. 55-106.

BERNARDET, Jean-Claude. *O voo dos anjos*: Sganzerla, Bressane. SP: Brasiliense, 1990.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 235-287.

NAPOLITANO, Marcos; VILLAÇA, Mariana Martins. Tropicalismo: as relíquias do Brasil em debate. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.18, n.35, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100003>. Acesso: 06 mai. 2013.

PEDREIRA, Flávia de Sá. Confrontando identidades no filme O bandido da luz vermelha. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, 2011, São Paulo. Anais eletrônicos... XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011, p. 1-7. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1309546130_ARQUIVO_OBandidodaLuzVermelha2.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2012.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2014.

SGANZERLA, Rogério. *Cinema fora da lei*. 1968. Disponível em: <<http://www.contracampo.com.br/27/cinemaforadalei.htm>>. Acesso em: 12 out. 2013.

XAVIER, Ismail. *Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

Fonte fílmica:

O BANDIDO da luz vermelha. Direção e roteiro: Rogério Sganzerla. Intérpretes: Paulo Villaça, Helena Ignez, Pagano Sobrinho, Luiz Linhares, Roberto Luna, Sônia Braga; Distribuidora de filmes Urânio LTDA, 1968, 1 filme (92 min).

Festivais e Protestos: A resistência cultural ao regime militar no Brasil

José Fernando Saroba Monteiro

Mestrando em História do Império Português [e-learning]

Universidade Nova de Lisboa – UNL

jfmonteiro@hotmail.com

RESUMO: Os Festivais da Canção realizados durante as décadas de 1960 e início de 1970, além de modernizar e inovar a produção musical brasileira do período, também serviram como foco de resistência ao regime civil-militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985. Destacou-se um tipo de canção politicamente engajada conhecida como “canção de protesto” de viés esquerdista que procurava resgatar a tradição popular brasileira e politizar a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Festivais da Canção, canção de protesto, regime militar.

ABSTRACT: The Song Festivals played during the 1960s and early 1970s, besides modernizing and innovating Brazilian music of the period, also served as focus of resistance to civil-military government that ruled in Brazil between 1964 and 1985. The highlight was a kind of politically engaged song known as "protest song" with left leanings that tried to rescue the Brazilian folk tradition and politicize the society.

KEYWORDS: Song Festivals, protest song, military government.

A conturbada década de 1960 foi um período de grande agitação política. O “golpe de 1964”, que iniciava o período onde vigorou o regime militar no Brasil, foi resultado de uma “(...) conspiração dos militares com o apoio dos grupos econômicos brasileiros.” (AQUINO apud FICO, 2004, p. 40), além de uma “(...) radicalização [da esquerda] que resultou no colapso da democracia.” (FERREIRA, 2004, p. 182). O golpe civil-militar, que objetivava impedir o avanço do comunismo, teve considerável oposição materializada e ramificada no movimento estudantil, sindicatos, partidos políticos, guerrilha e manifestações culturais, além de divergências entre os próprios militares quanto a devolução do poder aos civis. No âmbito musical originou-se uma “canção politicamente engajada” que visava expor os problemas sociais da nação, tal como uma maior conscientização política da sociedade, a “canção de protesto”. Essa vertente também apresentava um caráter nacional-popular buscando o resgate de gêneros musicais relacionados à tradição.

As “canções de protesto”, que vinham ao lado dos *protest songs* norte-americanos e da *nueva canción* latino-americana, tinham um caráter de cultura de “resistência” (arte popular revolucionária). No Brasil, tiveram sua base na música engajada (participante) de Carlos Lyra

e nos ideais do Centro Popular de Cultura (CPC)⁴, assim como nos catárticos espetáculos *Opinião*, *Arena Conta Zumbi*, *Arena Canta Bahia* e outros. Na esfera musical Carlinhos Lyra, Nelson Lins e Barros, Geraldo Vandré e Sérgio Ricardo (ala esquerda da Bossa Nova), foram os personagens que se envolveram de corpo e alma nessa clivagem. Outros como Edu Lobo, Vinícius de Moraes, Nara Leão, Zé Kéti e João do Vale (os três últimos integrantes da pela *Opinião*) também contribuíram para este quadro. José Ramos Tinhorão nos esclarece que:

O primeiro compositor ligado à bossa-nova a demonstrar inquietação em face do excesso de informação cultural estrangeira no movimento foi Carlos Lira. (...) Carlos Lira compôs em 1957 um samba em que, citando nominalmente o bolero, o jazz, o rock e a balada, criticava sua influência na música brasileira. Essa composição, intitulada *Criticando*, ia revelar-se afinal uma antecipação do seu samba *Influência do Jazz*, composto dentro do mesmo pensamento crítico em 1961, mas que estava destinado a soar como uma ironia: apontando a absorvente influência do estilo americano de tocar, a música de *Influência do Jazz* indicava ela mesma o quase mimetismo a que chegara a bossa-nova na incorporação de células musicais e recursos particulares da música norte-americana. (TINHORÃO, 1974, p. 227-228).

Daí em diante a vertente “canção de protesto”, que se iniciava, passa a ganhar fôlego e dezenas de compositores seguem o exemplo, vindo, a partir 1965, a integrar os chamados Festivais da Canção.

A “Era do Festivais” (ou Festivais da Canção, como eram chamados) foi um período de grande fertilidade na Música Popular Brasileira na década de 1960, surgiram inúmeros artistas que vieram a substituir os grandes nomes surgidos durante a “Era do Rádio”. Com o advento da televisão, ainda em 1950 no Brasil, foi possível recorrer à essa nova linguagem midiática que aproximava ainda mais o público de seus artistas preferidos, público este, agora, de classe média, consumidor e massificado. Jairo Severiano nos mostra que:

Num período que se estendeu de 1965 a 1972, a televisão brasileira viveu sua fase de maior interação com a música popular, através de programas – como ‘O Fino da Bossa’, ‘Jovem Guarda’ e ‘Bossaudade’, todos produzidos pela TV Record – e uma sequência de memoráveis festivais da canção, realizados na maioria pela TV Globo do Rio e a TV Record de São Paulo. Abriu o ciclo o I Festival Nacional de Música Popular Brasileira, promovido pelas TVs Excelsior do Rio e de São Paulo, em março e abril de 1965. Realmente, essa modalidade de espetáculo musical competitivo, inspirada no famoso Festival de San Remo (Itália), já havia acontecido no Brasil cinco anos antes, com os denominados Festival do Rio (‘As Dez Mais Lindas Canções de Amor’), pela TV Rio, I Festa da Música Popular Brasileira, pela TV Record, e Homenagem à Canção Brasileira, pela TV Tupi de São Paulo. Mas, sucesso mesmo, com a consagração popular da composição vencedora – ‘Arrastão’, de Edu Lobo e Vinicius de Moraes – e de sua intérprete – Elis Regina – foi o Festival da Excelsior. Requintada e vibrante, ‘Arrastão’

⁴ Grupo fundado no Rio de Janeiro em 1962 e ligado a UNE.

mescla influências da bossa nova com asperezas da música nordestina. (SEVERIANO, 2009, p. 347).

Com o advento dos Festivais da Canção ocorre uma catalização da “música engajada” que passa a atingir um público mais vasto, a servir de molde para a chamada “música de festival” e também de alicerce para o surgimento da própria MPB. A primeira canção a sintetizar todas essas questões foi *Arrastão* (Edu Lobo/ Vinicius de Moraes), defendida de forma ímpar por Elis Regina no I Festival Nacional da Música Popular Brasileira da TV Excelsior, em 1965. A canção de Edu e Vinicius preocupava-se com o pescador do litoral, com sua religiosidade e seu desejo de bonança traduzido no trecho: “Nunca, jamais, se viu tanto peixe assim”. Aliás “Nas canções de Edu Lobo, os temas, em geral, giram em torno dos excluídos sociais: sertanejos ou pescadores (...)” (CONTIER, 1998, p. 25).

No ano seguinte, em 1966, foi realizado o II Festival Nacional de Música Popular Brasileira da TV Excelsior que teve como vencedora a canção *Porta Estandarte* (Geraldo Vandré/ Fernando Lona). A canção possibilitou a Geraldo Vandré algum reconhecimento ante o público e, sem dúvida, Geraldo Vandré foi o compositor de maior representatividade na “canção de protesto”, depois de seu desvinculamento com a Bossa Nova, e o que melhor sintetizou a canção engajada no mercado. Segundo Marcos Napolitano:

A busca constante de referências musicais e culturais revelava as vicissitudes de um artista que, mais do que outros, incorporou a tarefa de criação de uma canção “de massa”, engajada e exortativa, dentro das estruturas do mercado. Essa tarefa era incrementada pela radicalização do quadro político do país, que parecia impregnar o trabalho de Vandré mais do que o de outros músicos. A partir de 1967, tornou-se o músico brasileiro mais identificado com a versão brasileira da “canção de protesto”, superando Nara Leão. Essa mudança de referencial foi causa e efeito da grande popularização da MPB, entre fins de 1966 e 1968, cuja demanda requeria canções mais diretas e exortativas, inspiradas nas formas musicais anteriores à bossa nova. (NAPOLITANO, 2007, p. 127).

Vandré ainda venceria o II Festival de Música Popular Brasileira da TV Record, também em 1966, impactante moda-de-viola *Disparada* (Geraldo Vandré/ Théó de Barros), síntese da “música de festival” e ícone da “canção de protesto”, retratando a vida de um boiadeiro que era rei, numa magistral interpretação de Jair Rodrigues acompanhado por Trio Marayá e Trio Novo, empatando na finalíssima com a despolitizada *A Banda* (Chico Buarque de Holanda) defendida por Nara Leão. Neste festival, canções como *Lá vem o bloco* (Gianfrancesco Guarnieri/ Carlos Lyra), *Ensaio Geral* (Gilberto Gil), *De Amor ou Paz* (Adauto Santos/ Luiz Carlos Paraná), *Canção de Não Cantar* (Sérgio Bittencourt) e *Jogo de Roda* (Ruy Guerra/ Edu Lobo), sugeriam sutis abordagens políticas. Ainda em 1966 teve

início o I Festival Internacional da Canção (FIC) pela TV Rio, onde o segundo lugar, com *O Cavaleiro* (Geraldo Vandré/ Vanelisa Zagni da Silva), defendida por Tuca, trazia uma mensagem de paz para os homens simples, seja o sertanejo, seja o jangadeiro.

Em 1967 acontecia o III Festival da Música Popular Brasileira da TV Record. Neste período o regime militar começou a interferir mais diretamente nos festivais, a TV Record era vista como “(...) “foco” de “ação psicológica sobre o público, desenvolvida por [artistas] de orientação filo-comunista (...)” (NAPOLITANO, 2004, p. 110) que disputavam o certame. As canções passaram a ser apreciadas pelos censores que sugeriam mudanças nas letras, relação complexa pois o censor “(...) passou a ter uma influência particular sobre cada obra, pois faziam sugestões que muitas vezes eram aceitas.” (CAROCHA, 2006, pp. 208-209). A surpresa deste festival foi os ídolos da Jovem Guarda, vistos como alienados ou a favor dos militares (“adesistas”), interpretarem canções “engajadas”. Roberto Carlos entou o samba *Maria, Carnaval e Cinzas* (Luiz Carlos Paraná), Ronnie Von cantou *Minha Gente* (Demetrius) e Erasmo Carlos defendeu *Capoeirada* (Erasmo Carlos). Neste mesmo festival eclodiu o “som universal” de *Domingo no Parque* (Gilberto Gil) e *Alegria, Alegria* (Caetano Veloso) que dariam, destarte, o ponta-pé inicial no Tropicalismo⁵. Neste mesmo festival de 1967, Jair Rodrigues defendeu a “engajada” *O Combatente* (Walter Santos/ Teresa Souza), Elis Regina, *O Cantador* (Dori Caymmi/ Nelson Motta), Nara Leão e Sidney Miller, *A Estrada e o Violeiro* (Sidney Miller), Chico Buarque e MPB 4, *Roda Viva* (Chico Buarque) e Sérgio Ricardo o samba *Beto Bom de Bola* (Sérgio Ricardo). Geraldo Vandré apresentou *Ventania* (Geraldo Vandré/ Hilton Acioly), onde o boiadeiro de *Disparada* deixava o cavalo para se tornar chofer de caminhão. A primeira colocada, a galvanizante sertaneja *Ponteio* (Edu Lobo/ José Carlos Capinan) foi interpretada por Edu Lobo e Marília Medalha, no melhor estilo das “músicas de festival”, a letra de Capinan tinha uma interação política bem ao gosto dos mais politizados, aludindo a um desejo de mudança idealizado por muitos, como diz o trecho: “Certo dia que sei por inteiro/ Eu espero, não vá demorar/ Este dia estou certo que vem/ Digo logo o que vim pra buscar/ (...)/ Vou ver o tempo mudado/ E um novo lugar pra cantar”. “A platéia dos festivais, formada em sua maioria pela juventude estudantil, estava sintonizada com aquele movimento musical que falava da realidade social brasileira.” (MELLO, 2003, p. 215).

⁵ Os tropicalistas embora fossem acusados de não ter uma posição direta quanto à oposição ao governo, representavam o movimento contracultural, de modo a também não se subordinarem ao regime vigente, situação que só se resolveu com o exílio de Gil e Caetano, incorrendo numa reconciliação com a esquerda.

O mais político dos festivais foi o III Festival Internacional da Canção da TV Globo, realizado em 1968 no ginásio do Maracanãzinho. A juventude esquerdista, que vinha se fortalecendo desde a fundação do PCB, proliferava e formou um *parti pris* ante o regime militar, que foi seu ostensivo inimigo. Neste ano, as ruas se transformaram em praças de guerra, foi feita a “Passeata dos Cem Mil” e surge o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Esses acontecimentos influenciaram a *intelligentzia* e a classe artística da época, que, por vezes, adentraram os valhacoutos do regime. “A questão da consciência política envolvia diretamente as tarefas culturais e, neste sentido, podemos ter uma idéia da responsabilidade que recaiu sobre os artistas e intelectuais.” (NAPOLITANO, 2001, p. 39). Dessarte, nunca houve tantas canções protestando num mesmo festival, basta ver os títulos: *É Proibido Proibir* (Caetano Veloso), *Canção do Amor Armado* (Sérgio Ricardo), *Questão de Ordem* (Gilberto Gil) e *América, América* (César Roldão Vieira). Geraldo Vandré participaria do festival com a revolucionária *Pra não Dizer que não Falei das Flores* (Geraldo Vandré), que apesar do título trazia, sem tergiversar, versos como: “Há soldados armados/ Amados ou não/ Quase todos perdidos/ De armas na mão/ Nos quartéis lhes ensinam/ Uma antiga lição:/ De morrer pela pátria/ E viver sem razão.”, que atingiam em cheio o regime militar, foi o auge do festival e da “canção de protesto”. Além destas havia outras canções politizadas, mas com títulos despretensiosos como *Flor e Pedra* (Carlos Castilho/ Vitor Martins).

No IV Festival da Música Popular Brasileira da TV Record, ainda em 1968, algumas canções tiveram problemas com a censura já na primeira eliminatória, eram elas: *Dia da Graça* (Sérgio Ricardo), *O General e o Muro* (Adilson Godoy), *São, São Paulo meu Amor* (Tom Zé) e *Dom Quixote* (Rita Lee Jones). Jorge Ben apresentou a canção *Queremos Guerra* (Jorge Ben) e seriam também apresentadas as tropicalistas *Divino Maravilhoso* (Caetano Veloso/ Gilberto Gil), defendida por Gal Costa, e *2001* (Rita Lee Jones/ Tom Zé), com Os Mutantes.

Neste período a ditadura militar se encontrava em sua fase mais dura. Malgrado os entraves, em 1969 foi anunciado o IV Festival Internacional da Canção da TV Globo, onde destacaram-se *Charles Anjo 45* (Jorge Ben) e *Gotham City* (Jards Macalé/ José Carlos Capinan), entre outras. No mesmo ano se realiza o V Festival da Música Popular Brasileira da TV Record, que iniciou com uma das canções sendo proibida pela censura, era *Clarice* (Eneida/ João Magalhães), mas que depois seria liberada e ficaria com o segundo lugar no certame, interpretada por Agnaldo Rayol. Sairia vencedora a canção *Sinal Fechado* (Paulinho da Viola), defendida pelo autor, na letra: “(“Olá como vai?/ Eu vou indo, e você, tudo bem?”),

a dificuldade do diálogo (“pois é, quanto tempo/...me perdoe a pressa”), o isolamento na cidade (“precisamos nos ver por ai/ Pra semana., prometo, talvez”), a necessidade de fuga (“por favor telefone, eu preciso beber alguma coisa...”) e o final sem fim (“adeus.../ adeus...”), refletem a mordada da comunicação.” (MELLO, 2003, p. 349).

Sob o governo de Emílio Garrastazu Médici, em 1970, o Brasil viveu o “milagre econômico” e o ufanismo tomou conta do povo, eram muito comuns *slogans* como: “Ninguém segura este país” ou “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Porém a repressão e a censura se intensificaram. Nesse contexto surgiu o V Festival Internacional da Canção pela TV Globo incluindo canções dos então novatos Beto Guedes, Sueli Costa, Ivan Lins e Luiz Gonzaga Jr. (os dois últimos, junto a Aldir Blanc, e outros, integravam o Movimento Artístico Universitário – MAU). Surgiram também, neste festival, canções que se cogitava serem de caráter político no tocante ao racismo, como *Abolição 1860-1980* (Dom Salvador/ Arnaldo Medeiros). Aliás, a *black music* se sobressaiu e canções influenciadas pelo ritmo *soul* como *Encouraçado* (Sueli Costa/ Tite de Lemos), *O Amor é meu País* (Ivan Lins) ou mesmo, a definida como *xaxado-soul*, *A Charanga* (Wanderléa/ Dom), tiveram destaque. Mas nenhuma agradou tanto quanto *BR-3* (Antônio Adolfo/ Tibério Gaspar) com interpretação do notório Tony Tornado e participação de Trio Ternura, a canção, que venceu o festival, tinha o nome da estrada que ligava o Rio de Janeiro a Belo Horizonte, mas na verdade os versos “A gente corre/ E a gente corre/ Na BR-3/ Na BR-3/ E a gente morre/ E a gente morre/ Na BR-3/ Na BR-3”, traziam uma metáfora ao quadro político-social do país.

Em 1971, quando alguns artistas exilados, alhures, regressavam, aconteceu o VI Festival Internacional da Canção da TV Globo, onde inicialmente duas canções foram vetadas, eram: *Corpos Nus* (Taiguara) e *Pirambeira* (Hermínio Bello de Carvalho/ Maurício Tapajós). A vencedora *Kyrie* (Paulinho Soares/ Marcelo Silva) não ressoou e a bucólica *Casa no Campo* (Zé Rodrix/ Tavito), defendida por Zé Rodrix, Grupo Faia e Tavito, mas depois gravada por Elis Regina, acabou indelevelmente marcando o festival devido à forma como reflete o pensamento da juventude da época.

Em 1972 chegou a vez do VII Festival Internacional da Canção da TV Globo. Devido a declarações contra o exército, da presidente do júri nacional, a esquerdista Nara Leão, o mesmo foi destituído. Não de somenos o *rock*, visto como símbolo do imperialismo cultural pela esquerda, aparece neste período mais ativamente e Raul Seixas faz grande sucesso, sobretudo, com sua mistura de *rock* e *baião* em *Let me sing, let me sing* (Raul Seixas). Neste festival a neologista *Viva Zapátria* (Sirlan Antônio de Jesus/ Murilo Antunes) teve problemas

com a censura, devido à palavra “pátria”. Outras canções que se tornaram evidentes foram *Cabeça* (Walter Franco) e *Eu Quero é Botar meu Bloco na Rua* (Sérgio Sampaio), esta última sugerindo já no título uma manifestação pública.

Conclusão

Como observamos a chamada “canção de protesto”, nascida do inconformismo com a internacionalização da música brasileira e alimentada pelos ideais da juventude esquerdista da década de 1960, vai ganhar um grande impulso com os Festivais da Canção, onde passou a ser apreciada por um público muito mais vasto e com uma consciência política mais apurada. Os festivais servem então de palanque para que os representantes da vertente “canção de protesto” exponham suas ideias e atinjam o numeroso público dos festivais. Isso tudo foi prontamente sentido no âmbito da música brasileira, que viveu um período de grande transformação culminando no desenvolvimento de uma vertente que seria depois conhecida como MPB. Além disso, os festivais quanto um espaço social, passaram a representar um foco de resistência ao regime vigente, que tentou através da censura e da represália conter o avanço da ideologia esquerdista transmitida pelas canções. Acredita-se, por exemplo, que o *leitmotiv* para o decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), foi a canção *Pra não Dizer que não Falei das Flores* (Geraldo Vandré), que com os versos diretos que possuía poderia criar maiores transtornos para o regime. Não obstante, a canção tornou-se um hino na luta contra a repressão, entoada ainda hoje nas diversas manifestações que se realizam. Entoada também nos palcos, à exemplo do ocorrido na apresentação da cantora norte-americana Joan Baez, em março de 2014, em São Paulo, que além de cantar *Pra não Dizer que não Falei das Flores*, convidou seu autor Geraldo Vandré para acompanhá-la no palco, e mesmo sem cantar Vandré foi ovacionado, talvez apenas pelo fato de insurgir depois de quarenta anos no anonimato.

Referencia bibliográfica

CAROCHA, M. L. A censura musical durante o regime militar (1964 – 1985). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 44, p. 189 – 211, 2006.

CONTIER, Arnaldo D. Edu Lobo e Carlos Lyra: O Nacional e o Popular na Canção de Protesto (Os Anos 60). *Rev. Bras. Hist.*, v. 18, n. 35, p. 13-52, 1998.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. *Rev. Bras. Hist. [online]*, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*(vol. 4). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MELLO, José Eduardo (Zuza) Homem de. *A Era dos Festivais: Uma parábola*. 1ª edição. São Paulo: Editora 34, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a Canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959/1969)*. São Paulo: Ed. AnnaBlume/FAPESP, 2001.

_____. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). *Rev. Bras. Hist.*, v. 24, n. 47, p.103-126, 2004.

_____. *A síncope das idéias: A questão da tradição na música popular brasileira*. 1ª ed.. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SEVERIANO, Jairo. *Uma história da música popular brasileira: Das origens à modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2008.

SEVERIANO, Jairo; MELLO, Zuza Homem de. *A Canção no Tempo: 85 anos de músicas brasileiras (vol. 2: 1958 – 1985)*. São Paulo: Editora 34, 1998.

TINHORÃO, José Ramos. *Pequena história da música popular: Da modinha à canção de protesto*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974.

A imprensa na transição: valores políticos e projetos de democracia (1979-1988)

Mauro Eustáquio Costa Teixeira

Mestre e doutorando em História

UFOP, com bolsa Capes/CNPq

mauroteixeirabh@gmail.com

RESUMO: Partindo de editoriais veiculados pelos quatro maiores jornais do Brasil durante três momentos fundamentais da transição política (a anistia de 1979, o vigésimo aniversário do golpe de 1964 e a promulgação da Constituição de 1988), esta comunicação procura discutir as identidades políticas da grande imprensa brasileira e sua atuação na definição dos rumos brasileiros desde então.

PALAVRAS-CHAVE: transição – ditadura – imprensa – anistia – Constituição

ABSTRACT: From the editorial articles of the four largest newspapers in Brazil for three key moments in the political transition (the amnesty of 1979, the twentieth anniversary of the coup of 1964 and the promulgation of the 1988 Constitution), this communication discusses the political identities of the Brazilian press and its actions in the definition of Brazilian directions since then.

KEYWORDS: transition - dictatorship - Press - amnesty - Constitution

Introdução

A ditadura instalada no Brasil em 1964 nunca foi derrubada, no sentido estrito da palavra. Ela deixou de existir através de um processo de que se arrastou entre 1979 e 1988, período ao longo do qual ela foi “redefinindo-se, transformando-se, transitando lentamente para o regime democrático, mudando de pele como um camaleão muda de cores” (REIS, 2014, p. 15-16).

Como se sabe, os militares chegaram ao poder apoiados e auxiliados por diversos setores civis, interessados em deter os movimentos sociais (operário, camponês, estudantil etc.) que viviam um momento de ascenso, bem como impedir a efetivação das “reformas de base” propostas por João Goulart. Neste processo, coube destaque à imprensa de grande circulação, que, de forma quase unânime, ajudou a desgastar o governo Jango e a legitimar o golpe.

Esse apoio permaneceu ao longo do regime, ainda que de forma descontínua e irregular. No momento em que os militares começaram a se preparar para deixar o governo, a grande imprensa buscou participar da definição dos rumos da democracia ser instalada. Analisar os posicionamentos políticos que ela assumiu ajuda a entender as expectativas dos

setores socialmente dominantes em relação ao futuro político do Brasil, e expõe um certo acordo entre as elites civis e militares no sentido da preservação de mecanismos autoritários dentro das instituições democráticas.

Nesta comunicação, pretendemos discutir elementos de identidade política presentes nos editoriais da grande imprensa durante a transição. Para nossa análise, optamos por desprezar artigos assinados e selecionar apenas editoriais, que revelam o posicionamento da diretoria da empresa jornalística. Nosso objetivo é “fotografar” a tomada de posição política pela imprensa em três momentos fundamentais da transição: a anistia aos presos e exilados políticos, em 1979; a comemoração dos vinte anos da “Revolução”, em 1984; e a promulgação da Constituição de 1988.

Anistia: em busca da eliminação do conflito

O projeto de lei de anistia enviado ao Congresso nacional pelo governo Figueiredo em junho de 1979 e aprovado em agosto daquele ano foi motivo de bastante controvérsia na sociedade brasileira. Isso porque, ao mesmo tempo em que garantia a impunidade dos agentes do Estado que haviam praticado violações de direitos humanos durante a repressão aos movimentos de esquerda, excluía da anistia os presos políticos ou banidos que houvessem se envolvido em “crimes de sangue”, ou seja, em ações armadas com vítimas.

De uma forma geral, os grandes jornais receberam bem o projeto. Se é verdade que, em textos assinados, alguns articulistas criticassem aquelas contradições, os editoriais que expressavam a opinião das direções viam a anistia como oportunidade para uma grande conciliação de forças políticas em torno do projeto de transição dirigido pelo regime. Percebe-se, em alguns textos, uma certa rejeição pelo conflito, pelo dissenso, pelo confronto de projetos e modelos políticos e sociais.

Assim, a *Folha de S. Paulo*, embora criticasse as limitações do projeto do governo, considerava-o uma oportunidade para que os anistiados participassem “da transformação de conflitos legítimos em compromissos legais e pactos políticos característicos da sociedade pluralista que se deseja” (“A anistia do Palácio”, 1979, p. 2). Observamos que, neste caso, a *Folha* não nega legitimidade ao conflito, mas considera o caminho dos “compromissos” e dos “pactos” não só preferível, mas próprio de uma sociedade pluralista. O ideal de pluralismo do editorial, em nosso entendimento, limita essa pluralidade, no máximo, à formulação de projetos. A prática política deveria ser regida pela noção de consenso entre forças antagônicas.

Por sua vez, *O Estado de S. Paulo* fazia coro ao deputado Ernâni Satyro, autor do substitutivo aprovado pelo Congresso, ao dizer que “muito vai depender do comportamento dos anistiados nesta primeira fase” (“A anistia e a esperança”, 1979, p3). A própria anistia via-se, assim, condicionada, e o anistiado não estava, na visão do parlamentar e do jornal, livre para fazer política como julgasse melhor. Deveria manter-se nos parâmetros esperados pelo regime, sob pena de melindrar os ânimos militares e comprometer o processo de “abertura”.

Já o *Jornal do Brasil* afirmava que o ato governamental “retira do passado o ressentimento” (“Fronteira Aberta”, 1979, p. 10), ilustrando uma tendência geral no sentido de enxergar capacidades demiúrgicas no Estado autoritário. Mais tarde, quando da aprovação em plenário do projeto, o mesmo jornal diria que “uma parte do passado se desliga dos nossos problemas políticos” e que “A anistia, ao apagar o passado, lança o futuro como um encontro dos que estavam divididos” (“Gesto concluído”, 1979, p. 11). O *JB* enxergava, na proposição e aprovação de uma lei, o condão de alterar as relações dos homens e mulheres com o tempo.

Em relação a essa relação com o passado, deve ser notado, também, o quanto as noções de “esquecimento” e “silêncio” eram centrais nos editoriais da grande imprensa acerca da anistia. A *Folha de S. Paulo*, quando do envio do projeto, criticava o fato de a mensagem presidencial que o acompanhava tecer juízos de valor acerca dos beneficiados, o que estaria “em flagrante conflito, portanto, com o propalado desejo de esquecer o passado.” No mesmo texto, buscava-se ditar qual seria a “concepção oposicionista de anistia”: “esquecimento e perdão sem ressalvas” (“A anistia do palácio”, 1979, p. 2). O *Estadão*, por sua vez, subscrevia a recomendação do presidente Figueiredo: “certos eventos, melhor silenciá-los, em nome da paz e da tranquilidade da família brasileira” (“A anistia e o desafio”, 1979, p. 3).

Assim, na opinião geral da grande imprensa (bem como na de comandantes militares e líderes políticos civis, que omitimos por razões de espaço), a anistia não dava aos anistiados o direito de lembrar o passado ou de falar sobre ele. O propalado conagraçamento, que deveria se impor sobre a diversidade e a pluralidade de projetos, só poderia vingar na medida em que o conflito violento, ativo poucos anos antes, fosse silenciado na memória e no debate político daquele momento.

Porém, mesmo esta concórdia não era um desejo universal entre a imprensa. *O Globo* abria seu editorial afirmando que “Ninguém em sã consciência poderia almejar que a anistia política viesse a beneficiar criminosos comuns, bandidos que, *sem nenhuma motivação política*, atentaram com violência contra a pessoa ou a propriedade” (“O símbolo da palavra

cumprida”, 1979, p. 1, itálico nosso). Ao referir-se de tal forma aos presos excluídos da anistia, o jornal da família Marinho não só fingia ignorar o caráter evidentemente político das ações de guerrilha urbana, mas tentava circunscrever a própria noção de “política” a atividades que se mantivessem dentro da institucionalidade vigente.

O editorial considerava razoável que os excluídos viessem a ser beneficiados por indulto, mas entendia que, neste caso, “A anistia nos impõe, também, o *sacrifício* de receber de volta à comunidade política” aqueles perseguidos e seus inspiradores, e esperava, nos mesmos moldes do *Estadão*, que “o ato superior de esquecimento e a experiência do exílio moldem seus espíritos para um *comportamento adequado* ao convívio democrático de respeito mútuo e moderação.” (Ibidem, itálicos nossos).

Assim, na visão dos editoriais dos principais jornais brasileiros no período, a anistia reincorporava os perseguidos ao sistema político, apenas sob a condição de “bom comportamento”, ou seja, de não prejudicarem o “consenso” que se buscava. A democracia a ser construída, de acordo com aqueles discursos, deveria ter limites rígidos quanto à liberdade de ação política da sociedade.

Vinte anos do golpe: o consenso que desce do alto

Cinco anos depois da anistia, por ocasião da comemoração do aniversário de vinte anos da “Revolução” de 1964, os editorialistas dos principais jornais do país formularam análises e balanços que revelam, uma vez mais, a adesão a um modelo de relações entre Estado e sociedade marcado pelo autoritarismo e pela limitação das possibilidades de dissenso por parte dos setores sociais organizados.

O balanço elaborado pelo *Jornal do Brasil* expõe a preocupação com a instabilidade que, na visão do *JB*, marcaria todos as sucessões presidenciais brasileiras, desde 1930 (também haveria processo sucessório em 1984, ano do texto em questão). O editorial entende que a única alternativa capaz de evitar mais uma crise sucessória era “a iniciativa que cabe ao Presidente Figueiredo: convocar os políticos de expressão nacional para um entendimento, pois só ele pode fazer o gesto capaz de despertar nas lideranças intransferível responsabilidade que recai com exclusividade sobre eles.” (“Identidade da Crise”, p. 10).

Observe-se que o jornal carioca não apenas pugnava pela conciliação como saída para o impasse, mas também entendia que ela teria que partir do Poder Executivo; uma conciliação de cima para baixo, vertical, dirigida pelo poder então instituído. Além disso, não devemos perder de vista a significância do trecho final da citação: a construção do modelo conciliador

era atribuição *exclusiva* das “lideranças”; dela, fica patente, não deveriam participar os liderados, meros seguidores. Reafirmava-se a concepção elitista da participação política, bem típica da grande imprensa brasileira.

Uma visão parecida impregna o texto publicado na mesma data pela *Folha de S. Paulo*. Inicialmente, o editorial coloca que o golpe de 1964 “correspondeu às exigências de significativos setores da sociedade”, já que Jango foi incapaz de manter os movimentos sociais “dentro da ordem e da lei” (“Vinte anos depois”, p. 2). É sintomático que a ideia de “ordem”⁶ preceda a de “lei” no raciocínio da *Folha*. Fica sugerido que, para o jornal paulista, era mais importante manter uma dada hierarquia social do que preservar a Constituição de 1946.

Logo à frente, a *Folha* acusa o regime de ter mutilado a democracia após ter sido instalado em nome dela. Era hora de abandonar o autoritarismo. Mas isso, no entender do editorial, não era uma tarefa para a sociedade ou as organizações que dela fazem parte: “Ao presidente João Batista Figueiredo, oriundo e continuador do sistema político implantado em 1964, cabe a tarefa histórica de encerrá-lo em definitivo, desobstruindo o caminho para a efetiva democratização do país.” (Ibidem). Para a *Folha*, como para o *JB*, não cabia à sociedade eliminar o regime, mas sim a ele próprio. Era o retrato da transição que, efetivamente, se fez.

O Estado de S. Paulo expressa visão parecida, mas segue um outro caminho. Também ele defende o golpe de 1964 e o credita à “progressiva perda do controle da situação social e política, durante o governo do sr. João Goulart”, e manifesta nostalgia pelo governo de Castello Branco e sua marca “asséptica e ascética”. Após ele, o regime teria se degenerado pela corrupção de uma “oligarquia” que se dedicara a “criar e depois ampliar o fosso entre a Nação e o Estado” (“A Revolução e a política”, p. 3).

Gostaríamos de destacar dois aspectos na análise do jornal da família Mesquita: em primeiro lugar, a construção que vê a ditadura em total divórcio com a sociedade, esta mera vítima daquela. Mais tarde, esta visão se cristalizaria como um dos mais poderosos mitos em torno do autoritarismo brasileiro, o de que “a sociedade brasileira apenas suportara a ditadura,

⁶ Para Giuseppe Vergottini (1998, p. 851, itálico no original), para quem “A Ordem pública é comumente evocada como *limite ao exercício de direitos*”. Já Caio Graco Pinheiro Dias (2009, p. 339, itálico nosso) coloca que “há ordem quando os comportamentos humanos se adéquam a critérios ordenadores, de forma que as relações que deles resultam entre os indivíduos sejam compatíveis com os objetivos perseguidos *por quem instaura a ordem*”. Na medida em que a *Folha* apoia e justifica o golpe de 1964 com o argumento da “ordem”, fica patente que ela rejeita a atuação dos movimentos sociais pré-1964, que visavam a um novo modelo de relações entre as classes sociais, que alteraria a hierarquia entre elas.

como alguém que tolera condições ruins que se tornaram de algum modo inevitáveis, mas que, cedo ou tarde, serão superadas, como estava, de fato, acontecendo.” (REIS, 2014, p. 8). Omite-se a o apoio e a participação de diversos setores da sociedade civil mesmo nos momentos mais fechados da trajetória autoritária.

Em segundo lugar, chamamos a atenção para o fato de que, nesta apreciação, o *Estadão* não utiliza a palavra “sociedade”, preferindo “Nação” para nomear o ente que, em sua visão, estaria oposto ao Estado. Reflete-se aqui uma concepção orgânica de sociedade, vista como um todo indiviso: “Foi a Nação, fiel aos ideais traídos de 31 de março de 1964, que arrancou do Executivo a revogação do Ato Institucional n.º 5; é a Nação que está a exigir as eleições diretas, quando não a Assembleia Nacional Constituinte para por termo ao período excepcional que se iniciou 20 anos atrás.” (“Vinte anos depois”, p. 3). Os ideais aparentemente democráticos do jornal não toleram o dissenso e a diversidade – chamados de “precipitação de alguns”, “imaturidade de muitos” e “atitude de poucos mas eficientes agentes provocadores” (Ibidem) – na formulação dos rumos políticos do país.

Até onde pudemos observar, os editoriais de *O Globo*, curiosamente, não fazem menção ao vigésimo aniversário do golpe no fim de março ou início de abril de 1984. Porém, no dia 07 de outubro daquele ano (momento de certo acirramento da campanha sucessória), em sua primeira página, o jornal traz texto assinado pelo proprietário, Roberto Marinho, intitulado “Julgamento da Revolução”. Nele, o jornal assume o apoio não só ao golpe, como fazem *Folha* e *Estadão*, mas ao regime como um todo, e elabora longa lista de argumentos – sobretudo econômicos – para tanto. Por fim, fala na “missão de preservar as conquistas econômicas e políticas dos últimos decênios” (Ibidem).

O posicionamento dos principais jornais brasileiros, ao fazer o balanço de vinte anos de autoritarismo e propor caminhos para o futuro, revela posicionamentos diversos, mas que convergem no sentido de defender a manutenção da hierarquia política e social comumente chamada de “ordem”. A ditadura já não lhes serve; seus instrumentos de controle da população, sim.

A nova Constituição: “salvar essa gente”

No momento final da transição brasileira, a grande imprensa⁷ formula visões, em geral, pessimistas acerca da Constituição que deveria reger o Estado de Direito nascente. Uma exceção parcial é a *Folha de S. Paulo*, que sublinha o fato da Carta ser “uma Constituição

⁷ Ainda não nos foi possível localizar editorial do *Jornal do Brasil* acerca da Constituição de 1988.

democrática soberanamente escrita por representantes eleitos para tal fim”. Mas não deixa de registrar os “elementos de atraso, autarquização e estatismo” que entende haver no texto aprovado (“O fim da transição”, p. 2).

O Estado de S. Paulo volta a se ressentir da falta de unidade ao criticar o texto que, em sua opinião, “não foi capaz de irmanar os movimentos de opinião na consecução de algumas tarefas imediatas de recuperação nacional”. E registra também uma visão personalista do poder, ao lamentar a ausência de um “grande líder político” na obtenção do consenso em torno do texto final: “não sendo referendado por nenhuma grande personalidade, torna-se naturalmente um compromisso não definitivo” (“A sorte foi lançada”, p. 3).

Porém, é no editorial de *O Globo* dedicado ao texto final aprovado que transparecem esclarecedoras visões políticas das elites civis brasileiras. Assim como o *Estadão*, o jornal dos Marinho critica o “excessivo enfraquecimento do Executivo”, e assim como a *Folha* ressalta o caráter democrático da Carta. Mas o texto vai além, e relembra a Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal, em 1500, na qual o escrivão da esquadra de Cabral opinava que o melhor que se podia fazer no Brasil era “salvar essa gente” – no caso, os povos indígenas – através da catequese. O jornal carioca dá essa missão à Constituição de 1988: “Assim devemos ver a nova Constituição do Brasil: não uma garantia de democracia e prosperidade, mas a semente a partir da qual elas prosperarão, se nisto todas as forças da Nação se empenharem – para “salvar essa gente” e levá-la ao futuro.”

O Globo não considerava o povo brasileiro capaz de salvar-se a si próprio, ou de conduzir-se autonomamente ao futuro. Se tomarmos a citação ao pé da letra, ele nem mesmo faria parte do conjunto das “forças da Nação”. Fica patente, nessa construção, a visão da política como atividade de tutela de uma maioria incapaz, praticamente selvagem, por parte de uma elite esclarecida, que saberia “levá-la ao futuro”. Para esta elite, a “Nova República” se afigurava como uma perspectiva “democrática”, mas desde que por isso se entendesse uma democracia construída por ela e imposta ao conjunto da sociedade.

Considerações Finais

O estudo dos editoriais dos grandes jornais brasileiros em momentos fulcrais da transição revela elementos importantes das identidades políticas dos controladores daqueles órgãos. Tendo em vista a importância econômica de tais empresas e suas relações com anunciantes e com os setores mais privilegiados da população, entendemos que tais elementos

iluminam um posicionamento político-ideológico que vai além dos jornais, sendo partilhado hegemonicamente no interior das elites civis.

Chama-nos à atenção, em primeiro lugar, uma profunda rejeição pelo *dissenso*. Ranciére (1996, *passim*.) entende que só o conflito, o litígio, é capaz de constituir o sujeito político, pois só ele é capaz de romper a atividade meramente gestionária, dando voz a setores comumente excluídos e forçando a invenção de alternativas que encaminhem este conflito e superem alteridades antes irreduzíveis. O dissenso teria, assim, um papel civilizador.

Nossa leitura dos editoriais da grande imprensa sugere que aquelas empresas jornalísticas pretendiam justamente exorcizar esse dissenso, entendido enquanto possibilidade de criação e invenção políticas. Ao tolerar o movimento social somente se enquadrado nos limites de certa “ordem”, bem como ao pretender a manutenção de elementos autoritários introduzidos após 1964, elas buscavam impedir uma reversão real das “conquistas” da ditadura.

Em segundo lugar, devemos destacar a defesa da apropriação, por parte do Estado, do poder de formular e organizar as soluções políticas a serem implantadas na gestão da sociedade. Conforme documentamos, os acordos, as transições, as reformulações, devem sempre partir, na visão dos editorialistas, de quem já comanda o aparelho estatal. Além do modelo evidentemente autoritário de relação entre Estado e sociedade que essa concepção consagra, sublinhamos que, nesse marco, toda alternativa política válida seria, pelo menos em princípio, uma alternativa de continuidade, donde avém mais um bloqueio à inauguração de um novo regime.

Por fim, ressaltamos um profundo elitismo nas formulações dos editoriais sob análise. Se no texto de *O Globo* citado ao final da última parte esse elemento aparece de forma explícita e até exacerbada, em outros momentos ele não deixa de transparecer, na valorização dos papéis das lideranças e dos “grande homens” nos momentos de definição de rumos políticos.

Aqui, como chamamos a atenção anteriormente, apresentamos apenas algumas “fotografias” das identidades políticas da grande imprensa durante a transição brasileira. Uma análise mais ambiciosa deverá ter em conta um conjunto de fontes maior e mais amplo, e instrumental de análise mais aprofundado. Desta forma, acreditamos, será possível lançar luz não só sobre o papel jogado pelos grandes jornais durante a transição, mas também sobre a inspiração para sua atuação nos dias de hoje.

Referências

- A ANISTA do Palácio. *Folha de S. Paulo*, 28 de junho de 1979, p. 2.
- A ANISTIA e a esperança. *O Estado de S. Paulo*, 23 de agosto de 1979, p. 3.
- A REVOLUÇÃO e a política. *O Estado de S. Paulo*, 31 de março de 1984, p. 3.
- A SORTE foi lançada. *O Estado de S. Paulo*, 24 de setembro de 1988, p. 3.
- FRONTEIRA aberta. *Jornal do Brasil*, 28 de junho de 1979, p. 10.
- GESTO concluído. *Jornal do Brasil*, 23 de agosto de 1979, p. 11.
- IDENTIDADE da crise. *Jornal do Brasil*. 31 de março de 1979, p. 10.
- O FIM da transição. *Folha de S. Paulo*, 05 de outubro de 1988, p. 2.
- O SÍMBOLO da palavra cumprida. *O Globo*, 29 de junho de 1979, p. 1.
- RANCIÉRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. SP: Cia. das Letras, 1996, pp. 367-82.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- VERGOTTINI, Giuseppe. Ordem Pública. In: BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998 (2 v.), p. 851-852.

“Pra frente Brasil”: música, discurso, dispositivo, identidade nacional e produção de verdade na ditadura militar no Brasil

Nayara Crístian Moraes*

Graduanda em História

UFG-Regional Jataí

ncm.hist@gmail.com

RESUMO: Tem-se como objetivo neste trabalho levantar questões e buscar compreender momentos do período de ditadura militar no Brasil através da canção *Pra Frente Brasil* de Miguel Gustavo, nos atentando para a busca da identidade nacional. Para isso, nos embasamos em conceitos de Michel Foucault, tais como: discurso, dispositivo e verdade, fazendo também um diálogo com Michel de Certeau quanto à sua “operação historiográfica”.

PALAVRAS-CHAVE: música; discurso; dispositivo; identidade nacional; ditadura militar

ABSTRACT: The objective of this study is to raise questions and seek understanding about time periods of the military dictatorship in Brazil through Miguel Gustavo’s song *Pra Frente Basil*, focusing in the pursuit of national identity. For this, we base ourselves in the concepts of Michel Foucault, such as speech, device and truth, also doing a dialogue with Michel de Certeau as to its "historiographical operation".

KEYWORDS: music; speech; device; national identity; military dictatorship

O período de ditadura militar no Brasil caracteriza-se como um período de violência, suspensão de direitos civis e repressão excessiva. No entanto, parte da sociedade se aliou ao governo e se conformou com essas medidas autoritárias, ao ponto de hoje se falar em *ditadura CIVIL militar*. A hipótese que move este trabalho é a de que determinadas verdades foram construídas para que a população passasse a acreditar que fosse necessário “salvar” o país do comunismo. Vários foram os enunciados que circularam nessa época com o objetivo de exaltar o país e principalmente a necessidade do ufanismo. Slogans como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “este é um país que vai pra frente”, foram amplamente divulgados pela mídia oficial ou não, e muitas também foram as produções musicais utilizadas com a mesma finalidade, tal como a canção que aqui nos ateremos: *Pra Frente Brasil*, de Miguel Gustavo. Para isso é necessário que entendamos a importância do conceito de *discurso*.

Para o filósofo Michel Foucault, em *A ordem do discurso*, analisar o discurso é mais do que pensar na palavra falada observando apenas sua construção semântica. Pensar o

* Bolsista de iniciação científica – PIVIC no curso de Letras UFG-Regional Jataí.

discurso é também pensar a condição do discurso, seu plano discursivo, sua vontade de verdade, sua condição de verdade legitimada em instituições e saberes que em conjunto com as práticas (FOUCAULT, 1996, p. 15-17) se colocam na sociedade ao longo do tempo, ao longo da história, assim, em *Arqueologia do saber* diz que:

Empreender a história do que foi dito é refazer, em outro sentido, o trabalho da expressão: retomar enunciados conservados ao longo do tempo e dispersos no espaço, em direção ao segredo interior que os precedeu, neles se depositou e aí se encontra (em todos os sentidos do termo) traído. Assim se encontra libertado o núcleo central da subjetividade fundadora, que permanece sempre por trás da história manifesta e que encontra, sob os acontecimentos, uma outra história, mais séria, mais secreta, mais fundamental, mais próxima da origem, mais ligada a seu horizonte último. Essa outra história que ocorre sob a história, que se antecipa (FOUCAULT, 1987, p. 140)

Ainda acerca do discurso, há a questão da materialidade do mesmo. Para Foucault a produção do discurso envolve a subjetivação porque esta produção envolve também controle, organização e redistribuição fundados em procedimentos que conjuram poderes e perigos para que os discursos se materializem nas sociedades. Para o estudioso contemporâneo, não é possível estudar o discurso sem enxergá-lo tendo em vista “suas condições, seus jogos e seus efeitos” (FOUCAULT, 1987).

Para ele é preciso questionar nossa própria vontade de verdade e “restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender enfim, a soberania do significante” (FOUCAULT, 1996, p. 51), tal como afirma Maria do Rosário Valencise Gregolin, estudiosa do discurso foucaultiano da UNESP em *Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades*:

A discursividade tem, pois, uma *espessura histórica*, e analisar discursos significa tentar compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas. Assim, buscando as articulações entre a materialidade e a historicidade dos enunciados, em vez de sujeitos fundadores, continuidade, totalidade, buscam-se *efeitos discursivos*. Foucault propõe analisar as práticas discursivas, pois é o *dizer* que fabrica as noções, os conceitos, os temas de um momento histórico. A análise dessas práticas mostra que a relação entre o dizer e a produção de uma “verdade” é um fato histórico. (GREGOLIN, 2007, p. 15)

Ora, este acontecimento de que fala Foucault se produz como ele mesmo diz “como efeito e em uma dispersão material”, que só conseguiremos entender se nos propormos a desconstruir discursos de verdade (FOUCAULT, 1987).

Ainda em *Arqueologia do saber* (1987), Michel Foucault em relação ao discurso, busca o enunciado e o plano discursivo na tentativa de fazer do enunciado uma espécie de “átomo do discurso” justamente porque a gramática não dá conta do mesmo, porque o

importante é o que se produz no próprio ato do discurso, no fato de ter sido anunciado, fazendo com que os efeitos dos discursos ganhem mais importância porque tal como afirma Foucault: “cada ato tomaria corpo em um enunciado e cada enunciado seria, internamente habitado por um desses atos”.

Foucault trata a importância do lugar e condição de emergência de um discurso, desta forma, estudar o tempo em que se emergiu tais discursos, neste caso, em canções, no período da ditadura militar no Brasil, é importante para percebermos os “valores de verdade”:

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, do estado das coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado: define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. (FOUCAULT, 1987, p. 104)

É aqui que nos esbarramos com a “operação historiográfica” de que fala Michel de Certeau em seu livro *A escrita da história*, pois para ele o gesto do historiador sempre liga as ideias aos lugares, mais uma vez destacando a emergência e condição de um discurso, de uma prática e atividade humana no processo histórico:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar, procedimentos de análise, e a construção de um texto. É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nessa perspectiva, gostaria de mostrar que a operação historiográfica se refere à combinação do lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas. (CERTEAU, 2011, p. 47)

Quanto ao conceito de *dispositivo*, no dicionário de conceitos foucaultianos de Judith Revel, *Foucault: conceitos essenciais*, encontramos ao longo da obra vários tipos de dispositivos de poder colocados por Foucault, dos quais podemos citar, por exemplo: dispositivos de regulamentação de discursos, dispositivo de sexualidade, dispositivos discursivos que sustentam práticas, dispositivos securitários ou de segurança, dispositivos de saber e dispositivos disciplinares. Quando vamos ao significado do conceito de dispositivo encontramos na explicação de Judith Revel uma informação fundamental para este estudo: Em *As palavras e as coisas*, Foucault coloca o dispositivo como *episteme* onde o dispositivo é “estritamente discursivo”, entretanto tempos depois, o conceito de *dispositivo* contém igualmente instituições e práticas:

Um dispositivo é "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em suma: o dito e o não-dito [...] O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos". O problema é, então, para Foucault, o de interrogar tanto a natureza dos diferentes dispositivos que ele encontra quanto sua função estratégica. (REVEL, 2005, p. 40)

Gilles Deleuze, filósofo também francês fala do conceito de dispositivo que Foucault criara. Para ele, o dispositivo se constitui em linhas visíveis e invisíveis. Linhas de enunciação, força e subjetividade inclusive. Entretanto Deleuze acredita que é preciso:

Desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que ele chama de *trabalho de terreno*. É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas; estas não se detêm apenas na composição de um dispositivo, mas atravessam-no, conduzem-no, do norte ao sul, de este a oeste, em diagonal. (DELEUZE, 1999, p. 155).

“Desenredar as linhas de um dispositivo” vai de encontro com o que Foucault propõe que se faça: interrogar estes dispositivos encontrando sua função estratégica. Ainda para Deleuze, a historicidade dos dispositivos nos remete à importância dos regimes de enunciados. Tais dispositivos atravessam os limites em direção a campos variados da sociedade:

Se há uma historicidade dos dispositivos, ela é a dos regimes de luz – mas é também a dos regimes de enunciado. Porque os enunciados, por sua vez, remetem para linhas de enunciação sobre as quais se distribuem as posições diferenciais dos seus elementos. E, se as curvas são elas próprias enunciadas, é por que as enunciações são curvas que distribuem variáveis, e, assim, uma ciência, num dado momento, ou um gênero literário, ou um estado de direito, ou um movimento social, são definidos precisamente pelos regimes de enunciados a que dão origem. Não são nem sujeitos nem objectos, mas regimes que é necessário definir pelo visível e pelo enunciável, com suas derivações, as suas transformações, as suas mutações. E em cada dispositivo as linhas atravessam limites em função dos quais são estéticas, científicas, políticas, etc. (DELEUZE, 1990, p. 155).

Em uma conferência em 2005 no Brasil, o filósofo italiano Giorgio Agamben destaca três pontos fundamentais do conceito foucaultiano de *dispositivo*:

Resumamos brevemente os três pontos:

- 1) É um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos.
- 2) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder.

3) É algo de geral (uma "rede") porque inclui em si a episteme, que para Foucault é aquilo que em uma certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico.

(AGAMBEN, 2005, p. 9-10)

Outra questão importante que podemos ver nas ideias de Agamben acerca do conceito aqui tratado é a questão da subjetivação que mascara e acompanha a identidade pessoal:

Recapitulando, temos assim duas grandes classes, os seres vivos (ou as substâncias) e os dispositivos. E, entre os dois, como terceiro, os sujeitos. Chamo sujeito o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo-a-corpo entre os vivos e os dispositivos. Naturalmente as substâncias e os sujeitos, como na velha metafísica, parecem sobrepor-se, mas não completamente. Neste sentido, por exemplo, um mesmo indivíduo, uma mesma substância, pode ser o lugar dos múltiplos processos de subjetivação: O usuário de telefones celulares, o navegador na internet, O escritor de contos, o apaixonado por tango, O não-global etc etc. A ilimitada proliferação dos dispositivos, que define a fase presente do capitalismo, faz confronto uma igualmente ilimitada proliferação de processos de subjetivação. Isto pode produzir a impressão de que a categoria da subjetividade no nosso tempo vacila e perde consistência, mas trata-se, para sermos precisos, não de um cancelamento ou de uma superação, mas de uma disseminação que acrescenta. O aspecto de mascaramento que sempre acompanhou toda a identidade pessoal. (AGAMBEN, 2005, p. 13)

É preciso então desconstruir as verdades, observando a historicidade da canção que aqui chamamos de dispositivo de poder, dispositivo discursivo, cultural e social, dispositivo este que também teve suas funções estratégicas na construção da imagem do mito do paraíso brasileiro.

Na década de 1970 no Brasil, surgem canções como *Pra Frente Brasil*, ora tentando buscar a identidade nacional junto ao povo, sendo cantadas pelo povo, ora sendo utilizadas em propagandas institucionais direcionadas pela AERP, ou mesmo sem intenções, mas com efeitos de sentido que ajudaram a mitificar e construir o chamado período de desenvolvimentismo brasileiro. Acerca do sucesso *Pra Frente Brasil* de Miguel Gustavo:

[...] Grande sucesso. Como seria, 15 anos depois, um jingle que Gustavo fez por encomenda da Rádio Globo, para produtos que patrocinariam a cobertura da Copa de 70. Ficou tão boa a marcha, com tanto apelo e vibração, que pediram ao compositor para substituir os nomes dos produtos por algo mais geral e menos comercial. Pois o resultado, “Pra frente Brasil”, acabou virando sucesso nacional, hino da seleção tricampeã do mundo e uma das maiores peças de propaganda dos tempos do general Médici. (MÁXIMO *apud* PICCINO, 2012, p. 78)

Seria a busca de uma nova identidade nacional em meio ao caos? Seria o ufanismo declarado ao lado de movimentos desenvolvimentistas junto ao “Brasil que vai pra frente” na

ditadura militar? Jairo Severiano e Zuza Homem de Mello descrevem *Pra Frente Brasil* assim em *A canção no tempo*:

Muita música já foi feita em homenagem à seleção brasileira de futebol, algumas até de bastante sucesso como a “Marcha do Scratch Brasileiro” de Lamartine Babo, que praticamente inaugurou em 1950 os auto-falantes do Maracanã, e “A taça do mundo é nossa”, de Maugeri, Dagô e Lauro, marcha comemorativa das copas de 58 e (devidamente atualizada) de 62. Nenhuma, entretanto, tem a força, a beleza e a popularidade de “Pra frente Brasil”, do compositor Miguel Gustavo. Quem assistiu a epopeia do tri é imediatamente transportado àqueles dias de euforia ao ouvi-lá, de preferência na gravação original do Coral do Joab: “Todos juntos, vamos / pra frente Brasil, Brasil / salve a seleção...” O mais curioso é que esta composição era a princípio um simples *jingle*, encomendado por uma cervejaria patrocinadora de transmissões esportivas. Mas a vibração que “Pra frente Brasil” despertou nos noventa milhões de brasileiros citados em seus versos transcedeu sua função promocional, transformando-a no hino da seleção. (SEVERIANO; MELLO, 2006, p. 156)

O sociólogo Marcelo Ridenti em seu livro *Em busca do povo brasileiro* afirma ter existido de fato grande busca pela identidade nacional durante o período da ditadura militar, e afirma também o interesse do governo na intervenção do estado no chamado desenvolvimentismo nacional:

Do fim dos anos 1950 ao início dos anos 1970, nos meios artísticos e intelectualizados de esquerda era central o problema da identidade nacional e política do povo brasileiro; buscavam-se a um tempo suas raízes e a ruptura com o subdesenvolvimento, numa espécie de desvio à esquerda do que se convencionou chamar de Era Vargas, caracterizada pela aposta no desenvolvimento nacional, com base na intervenção do Estado. Esse tema foi diluindo ao longo dos anos, especialmente após o fim da ditadura militar civil (RIDENTI, 2014, p.1).

Durante a ditadura militar, se via percorrer um poder que para Michel Foucault consiste em biopoder. O poder sobre o corpo, o poder sobre as populações. Um poder operado segundo a governamentalidade.

Ora, a violência para que fosse executada precisava apoiar-se em justificativas. “Salvar o país dos comunistas” era o lema da vez. Empresários apoiavam com os slogans em seus cartazes: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Na década de 1970, a copa também precisava acontecer. Os militares precisavam parecer protetores da nação. E o Brasil cantava algumas vezes assim:

Pra Frente Brasil

Miguel Gustavo, 1970.

Noventa milhões em ação,
Pra frente Brasil,
Do meu coração...
Todos juntos vamos,
Pra frente Brasil,

Salve a Seleção!

De repente

É aquela corrente pra frente,
Parece que todo o Brasil deu a mão...
Todos ligados na mesma emoção...
Tudo é um só coração!

Todos juntos vamos,
Pra frente Brasil!
Brasil!
Salve a Seleção!

Era preciso cantar com o Brasil, colocá-lo novamente nos versos. Neste momento o governo militar também acabou se apropriando desta canção, incentivando o futebol, eram artistas cantando a brasilidade do país, o amor do verde e do amarelo, tão bonito, tão inzoneiro... Mas em que condição estava este país? Independente das intenções destes sujeitos, que efeitos têm este discurso neste momento sombrio da nação?

As críticas ao ufanismo não se tratam aqui de criticar o enaltecimento de uma nação, de um povo, até de um time verde e amarelo; mas a fragilidade da defesa deste mesmo discurso está nas circunstâncias em que o mesmo acontece. Como dito anteriormente, na história e para Foucault, quando um discurso está sendo proferido, uma verdade está sendo criada, uma verdade está sendo produzida, porque não existe uma verdade absoluta, mas verdades que se formam ao longo do tempo, através dos sujeitos, através de seus discursos no tempo.

Longe de entender os sujeitos como passivos. Obviamente muitas verdades não são aceitas. Era por isso que os protestos e resistências existiam nos anos de chumbo. É por isso que estudos como este tentam desconstruir determinadas verdades forjadas em saberes legitimados pelo tempo, pela mídia, pelas instituições ou até mesmo pelo próprio seio da cultura e do povo.

As ambiguidades permearam estes duros tempos de ditadura militar. Ao mesmo tempo em que existia o medo, existia também a vergonha de dizer que se queria deixar o país... Porque o certo era amá-lo, independente das atrocidades que aconteciam nos porões da ditadura. Era amá-lo ou deixá-lo. Será?

Ao mesmo tempo em que o Brasil entrava no processo de ditadura militar havia rumores de certa abertura política nos últimos anos de 1970, o que nos faz pensar nestes “pequenos” acontecimentos do cotidiano brasileiro que nos deixam dúvidas. Concomitantemente a década de 1970 seria um marco para a história das mídias no Brasil, e

segundo Carlos Fico o regime de ditadura não ficou atrás criando a AERP, órgão de propaganda do regime militar. (FICO, 2004).

Não só para as mídias de massa, mas também para a própria indústria cultural, os anos de 1970 principalmente, foram efervescentes e ao mesmo tempo em que a indústria cultural crescia, o governo investia em propagandas ufanistas. (NAPOLITANO, 2002).

Entendemos que as produções de verdade se davam e se dão nas grandes instituições, nas grandes práticas discursivas mas também e principalmente em toda a estrutura de relação entre os sujeitos, sejam em suas práticas cotidianas ou em sua produção dentro de instituições governamentais ou não.

Dentro de um processo político temos um processo cultural que pode ser percebido nas décadas de ditadura militar em nosso país, o que nos impede de acreditar que o poder só se dá no campo dito “político” porque podemos enxergar claramente o papel de sujeitos imbricados na arte, na cultura.

Assim, a canção, esta estrutura de versos escritos, cantados em harmonia com a melodia perpassam os campos discursivos da sociedade, a serviço das instituições governamentais ou não, mas também a serviço da busca pela identidade nacional, para justificar uma ditadura ou para abraçar os corações do próprio povo.

A canção assim se torna um dispositivo, porque nela se cruza o dito e o não dito. Ela responde a uma urgência histórica, ela é também um tipo de estratégia social, governamental, propagandista, um dispositivo de subjetivação, saber e poder, que é capaz de produzir uma verdade. A verdade de um país tropical, admirado pelo mundo por suas belezas variantes, uma verdade que generaliza, pois não contabiliza o sofrimento, a repressão e a censura vivida pelo mesmo país chamado de paraíso.

Não é nosso papel estereotipar os anseios de intelectuais e indivíduos em busca de uma certa “brasilidade”, mas é nosso papel desconstruir verdades que não se pautam na realidade vivida, na experiência traumática da ditadura, pois o tipo de nacionalismo formado durante o período não condiz com os fatos históricos, porque enquanto uns comemoravam os gols do país, outros eram massacrados, desaparecidos e mortos, tendo suas mortes e seu desaparecimento justificados por discursos que de uma forma ou de outra, acabavam maquiando a triste realidade, acabavam justificando o poder sobre os corpos, e tal discurso ufanista esteve presente em *Pra Frente Brasil*.

Bibliografia

ALEXANDRE, Ricardo. *Nem vem que não tem: a vida e o veneno de Wilson Simonal*. São Paulo: Globo, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: *Michael Foucault, filósofo*. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161. Disponível em: <<http://escolanomade.org/pensadores-textos-e-videos/deleuze-gilles/o-que-e-um-dispositivo>>. Acesso em 7 jun. 2014.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 3. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 3. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Revista Comunicação, mídia e consumo – ESPM*, São Paulo, v. 4, n. 11, 2007. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/105/106>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

MARCONDES, Marcos Antônio; MELLO, Zuza Homem de; ALMEIDA, Maristela Ribeiro de. *Enciclopédia da música brasileira: popular*. São Paulo: Art Editora; Publifolha Editora, 2000.

MELO, Alice. 18 de setembro de 1969 - Aprovada a lei de segurança nacional. *Blog Hoje Na História – Jornal do Brasil*, 18 set. 2010. Disponível em: <<http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=23648>>. Acesso em: 6 jun. 2014.

NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política - 1968-1981. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 103-126, 2004.

_____. *História e Música: história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PICCINO, Evaldo. “Pra Frente Brasil”, “Independência ou Morte” e o uso de música e cinema como propaganda oficial. *Revista Novos Olhares*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 74-83, jul.-dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/55402/59006>. Acesso em: 4 jun. 2014

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. Trad. Carlos Piovezani Filho, Nilto Milanez. Revisão técnica Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SEVERIANO, Jairo; HOMEM DE MELO, Zuza. *A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras*, vol. 2: 1958-1985. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2006.

SOUZA, Marcos Santana de. Em tempos de terror e otimismo: o discurso autoritário na imprensa de Sergipe – 1964-74. *Revista Fenix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 5, a. 5, n. 3, jul.-set. 2008. Disponível em:

<http://www.revistafenix.pro.br/PDF16/ARTIGO_15_MARCO_SANTANA_DE_SOUZA_FENIX_JUL_AGO_SET_2008.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2014.

Discografia

A História de 1972 – ZYD-66 - Rádio Jornal do Brasil AM/940 Khz. Documento Sonoro em Disco Continental; Produtor: Fernando Veiga; Locutores: Sérgio Chapelin e Eliakim Araújo. Gravações Elétricas, 1972.

Brasil, 150 anos de Independência– São Paulo, o samba pede passagem. LP TC-008, Tapeçar, 1972.

A crise de 1964 na imprensa: o *Correio da Manhã* e a radicalização política das direitas e esquerdas no governo Goulart

Renato Pereira da Silva

Mestrando em História

Universidade Federal Fluminense

Bolsista Capes

renatops15@gmail.com

RESUMO: Este artigo apresenta os caminhos iniciais de pesquisa sobre o papel político do jornal *Correio da Manhã* frente ao governo João Goulart (1961-1964), tendo como eixo de discussão a relação entre a radicalização das direitas e esquerdas e o diário carioca. Trata-se de refletir sobre o modo pelo qual o jornal se posicionou na conjuntura do início dos anos 1960, período marcado pela reação ou defesa às reformas de base.

PALAVRAS-CHAVE: *Correio da Manhã*; governo Goulart; radicalização das direitas e esquerdas; golpe civil-militar de 1964.

ABSTRACT: This article presents the initial avenues of research on the political role of the newspaper *Correio da Manhã* against the government of João Goulart (1961-1964), with the axis of discussion the relationship between the radicalization of the right and left and the Rio daily. This is a reflection on the way in which the paper is positioned at the juncture of the early 1960s, a period marked by reaction or defense to base reforms.

KEYWORDS: *Correio da Manhã*; government of Goulart; radicalization of the right and left; civil-military putsch of 1964.

Introdução

Nos primeiros anos da década de 1960, o Brasil viveu um momento de intensa efervescência política. O desejo por mudanças permeava o campo político, social e cultural da sociedade brasileira. Foram anos intensos na vida política republicana brasileira, marcados, sobretudo, pelo protagonismo dos movimentos populares.

Eram tempos de guerra fria, contexto histórico marcado pela polarização ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética. As duas superpotências não mediam esforços para empenhar todos os recursos no sentido de evidenciar as contradições existentes em escala mundial em torno de seus interesses. Foi um contexto em que as imagens do ideário “ocidental e cristão” se sentiam ameaçados com a projeção das ideias comunistas. Grupos e instituições seguidores da visão de mundo ocidental se sentiam cada vez mais preocupados com o “perigo comunista”, que se afigurava com maior grau desde a revolução cubana, em

1959, e, principalmente, com sua respectiva opção por um governo socialista, em 1961. No entanto, para as esquerdas e grupos nacionalistas, sobretudo da América Latina, era uma alternativa para novos tempos.

Não só a revolução cubana acenava como alternativa, como outros movimentos semelhantes. A revolução argelina, em 1962, o processo de independência da África negra e do mundo árabe e muçulmano, a luta revolucionária do Vietnã, retomada nos anos 1960, entre outros, configuraram-se como esperança aos movimentos de cunho nacionalista que se despontavam na América Latina, em especial no Brasil (REIS, 2005, p. 17). Os referidos movimentos constituíam-se como processos históricos que incendiavam as imaginações e as utopias, juntamente com a fermentação ideológica. Pareciam reforçar e estimular a ideia de revolução que ganhava sentidos e tonalidades fortes no início dos anos 1960. Entretanto, a ressonância e o impacto do movimento revolucionário cubano não só permeou o imaginário de todas as esquerdas e grupos nacionalistas brasileiros, como tirou o sono dos Estados Unidos e dos grupos conservadores.

É diante desse contexto internacional que se abriu uma conjuntura de grandes lutas sociais, até então, inéditas na história republicana brasileira. Era hora de reconhecer e praticar os direitos de cidadania com voz, voto, opinião e decisão. Entre 1961 e 1964, os movimentos sociais conheceram um significativo crescimento e, conseqüentemente, a ampliação da participação popular no processo político detonou um conjunto de demandas sociais e pressões reivindicatórias no meio urbano e no campo. Em contrapartida, os setores mais conservadores da sociedade, temendo o avanço dos movimentos populares, reagiram para conter as reformas projetadas pelo presidente João Goulart. O processo de crescente polarização da sociedade não se limitou mais ao Parlamento, ultrapassou a esfera institucional para impedir ou defender mudanças estruturais para o país. Grupos de orientação política oposta se enfrentaram em alguns dos embates mais emblemáticos da nossa história política. Nesse cenário, os atores políticos foram fazendo suas escolhas dentro de um determinado campo de possibilidades que acabaram por minar oportunidades de acordo e fragilizaram as instituições liberal-democráticas (cf. FIGUEIREDO, 1993).

Desse modo, cabe uma pergunta: Como a imprensa, especialmente o jornal *Correio da Manhã*, se comportou na conjuntura explosiva dos anos 1960? Qual foi o papel político do diário carioca? Analisar a trajetória do *Correio da Manhã* no pré-1964 poderá sinalizar sua atuação nos idos de março de 1964.

Um baluarte na defesa da legalidade

O *Correio da Manhã* se caracterizou ao longo da sua existência por ser um jornal de opinião, oposição e combate a governos e medidas que considerasse como violações à legalidade. Essas características assinalavam a chamada “ortografia” do matutino carioca (cf. ANDRADE, 1991). O diário seguia uma orientação política liberal, mas diferente de outros jornais repudiava medidas extremistas tanto à direita quanto à esquerda, caracterizando-se como um ferrenho defensor da legalidade.

A atuação política do diário carioca tinha como referencial os seus editoriais. Nos depoimentos de Carlos Heitor Cony e Luís Alberto Bahia, fica notório o reconhecimento de que o editorial era o forte do jornal (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2001, p. 102). Segundo Bahia, a estrutura do *Correio da Manhã* seguia o modelo francês em que o cargo de redator-chefe equivalia ao de ministro, em função das atividades que desempenhava no jornal. O redator-chefe lia tudo de importante todos os dias, instruía, estimulava e até pautava, enfim, tinha o comando dos editoriais que influíam o jornal. De acordo com a avaliação de Marialva Barbosa, esse processo pode ser compreendido como uma lógica discursiva que é determinada pela necessidade dos veículos de comunicação de afirmarem suas concepções e legitimarem sua identidade, na qual se sobressai a imagem de formador de opiniões (cf. BARBOSA, 2007). Podemos compreender que a imprensa em todo momento busca espaços privilegiados não só para manifestar como para ser a detentora da opinião pública.

Na conjuntura explosiva do início dos anos 1960, o *Correio da Manhã* passou a ser entre os jornais da grande imprensa brasileira um porta-voz do discurso da legalidade. Embora não fosse janguista, tampouco defensor da política trabalhista de João Goulart, apoiou a sua posse em meio à crise da renúncia de Jânio Quadros, contra uma tentativa golpista dos ministros militares Odílio Denys (Guerra), Sílvio Heck (Marinha) e Grun Möss (Aeronáutica) (cf. LABAKI, 1986). Não titubeou em denunciar as medidas coercitivas e inconstitucionais utilizadas na crise de agosto de 1961, como prisões, espancamentos e, principalmente, a censura e a apreensão dos jornais por Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara. Apoiou a solução de compromisso que envolvia a adoção do parlamentarismo, endossando as justificativas de que as mudanças no jogo político atendiam às necessidades de uma solução negociada para se evitar uma guerra civil.

Já durante o governo Goulart sob o regime parlamentarista, defendeu a manutenção da política externa inaugurada por Jânio: a Política Externa Independente. A PEI se constituiu

como uma estratégia de negociar uma nova forma de inserção internacional do país; na busca de novos mercados, daí a importância de buscar relações com a América Latina e o mundo afro-asiático (VIZENTINI, 2008, p. 210- 212). O reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, com fins econômicos, e o posicionamento contrário do governo Goulart frente a uma intervenção armada dos Estados Unidos contra Cuba, despertou o ímpeto dos grupos conservadores, anticomunistas, do clero e da própria imprensa, como os jornais *Globo*, *Estado de S. Paulo* e *Tribuna da Imprensa*, que exigiam a adoção de medidas contra o governo cubano (VICTOR, 1965, p. 432). No entanto, o *Correio da Manhã* estava mais interessado na soberania econômica e política. O diário carioca não aderiu aos discursos que relacionavam Goulart ao comunismo internacional e à anarquia.

Com efeito, a relação entre o *Correio da Manhã* e o governo Goulart começou a mudar, principalmente nos meses que antecederam o golpe. O ano de 1963 iniciava-se em um clima de euforia para as esquerdas com a realização do plebiscito que visava o restabelecimento do presidencialismo. Entretanto, gerava em seguida, grandes frustrações, sobretudo com o fracasso do Plano Trienal⁸ e com as tentativas de Goulart encontrar consenso entre os grupos nacionalistas e de esquerdas e dos conservadores para colocar em andamento as reformas de base, principalmente a agrária. Aquele ano fechava-se sob o prisma de intensa radicalização política. A sociedade dividia-se e o programa reformista entrava em um atoleiro de impasses.

O *Correio da Manhã*, embora se afastasse do governo, não contribuía para alimentar e insuflar o clima de radicalização que tomava conta do país. Pelo contrário, reafirmava seu apoio às reformas e repudiava qualquer medida extremada, seja à direita, seja à esquerda. Ao contrário de outros jornais, o *Correio da Manhã* não incitava a radicalização, pelo menos até às vésperas do golpe.

Apoio às reformas e repúdio ao radicalismo

O segundo semestre de 1963 foi marcado por um ambiente de graves crises políticas e com repercussões negativas no campo econômico. Aliada à insurreição dos sargentos, em setembro, e ao pedido de estado de sítio, em outubro, episódios ocorridos naquele ano, o país também passava por um processo de ondas grevistas, sendo que muitas vezes parte delas teve como pano de fundo motivações políticas, mas também como reflexo do aumento da inflação,

⁸ O Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, ministro do Planejamento, tinha como metas básicas o combate à inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, impulsionar as reformas econômicas necessárias para manter um desenvolvimento autônomo posterior. Contudo, encontrou forte oposição entre os conservadores e os grupos de esquerdas.

refletindo no custo de vida. O índice elevado de paralisações não só se restringia às cidades, mas também contagiava o campo (BANDEIRA, 2010, p. 166).

Aquele período registrava a polarização da sociedade a favor ou contra as reformas. Os conflitos políticos não estavam mais sendo resolvidos de forma satisfatória dentro ou fora do Congresso Nacional. O quadro de agitação política fez com que o Legislativo ficasse imobilizado e incapaz de oferecer saídas para os impasses criados, dando a sensação de um confronto iminente entre os grupos radicais de esquerda e direita (SANTOS, 1986, p.59). De um lado, sob a liderança de Leonel Brizola através da Frente de Mobilização Popular, as principais organizações de esquerda não só lutavam pelas reformas de base, sobretudo a agrária, como pressionavam Goulart a abandonar sua estratégia de implementar as reformas pactuadas via parlamento (FERREIRA, 2007, p. 547). De outro, tomava corpo um processo de condensação de várias correntes de oposição às reformas: grupos empresariais patrocinados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (cf. DREIFUSS, 1981) somados a maior parte da classe média e alguns setores das camadas populares. Formava-se uma corrente política anticomunista que se manifestou intensamente durante o governo Goulart (cf. MOTTA, 2002).

Enquanto a maior parte da imprensa divulgava notícias alarmantes sobre o risco de comunização do Brasil, insuflando um ambiente propício à radicalização política, o *Correio da Manhã* defendia em seus editoriais que o maior problema do país era a crise econômica e que as reformas de base deveriam ser implementadas na “lei” e não na “marra” como defendiam as esquerdas radicais. Neste sentido, repudiava com contundências os discursos radicalizados oriundos tanto da extrema-esquerda quanto da extrema-direita. O jornal denunciava a existência de dois inimigos:

De um lado, a grave crise. De outro lado, os agitadores que caluniam o país no estrangeiro, com entrevistas antipatrióticas, e agitadores, que pretendem fazer ao governo ameaças pueris. (...) Não tínhamos a inquietação social, mui justificada, dos campos de Pernambuco. Mas os srs. Carlos Lacerda e Ademar de Barros resolveram inventá-las e explorá-las demagogicamente.

Com eles tornou-se impossível o diálogo. Mas esse diálogo é necessário entre os responsáveis – governo, classes produtoras, sindicatos, o povo. (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27/10/1963. 1º caderno, p. 6.)

O jornal não poupa críticas aos governadores Carlos Lacerda (Guanabara) e Ademar de Barros (São Paulo), considerados como principais políticos da ala conservadora por incentivar o quadro de inquietação social, além de ressaltar a dificuldade de ambos no diálogo com o governo. Defendendo a manutenção da democracia representativa, o diário insistia no

diálogo entre o governo, os empresários e os sindicatos. Podemos interpretar que o *Correio da Manhã*, em meio ao processo de polarização e radicalização política, defende a união da sociedade brasileira contra a crise econômica.

Entretanto, o ano que seria das reformas de base finalizava-se sem que elas tivessem dados passos importantes para a sua concretização. O ano de 1963 fechava-se com a deteriorização do campo econômico, principalmente com o descontrole inflacionário e político, com as dissensões entre os vários grupos políticos, tanto à esquerda quanto à direita. É nesse clima de incertezas que o ano de 1964 se iniciava. Contudo, o *Correio da Manhã*, seguindo sua orientação legalista, continuava condenando os grupos da esquerda e da direita que insistiam apenas em radicalizar o processo político, minando a ordem democrática. No início de 1964, a posição do diário carioca era a seguinte:

Verificamos, com pesar que a palavra Democracia também serve de pretexto para uma série de manobras, muitas vezes contra a própria democracia. Justamente a chamada vigilância em torno das instituições já degenerou em ameaças permanente a elas brincando-se com veleidades golpistas e cultivando-se com ternura o golpismo da Esquerda para justificar o golpismo da Direita. (*Correio da Manhã*. 15/02/1964. 1º caderno, p. 6.)

As divergências entre os três maiores partidos acerca da estratégia de Goulart de implementar as reformas pactuadas no Congresso Nacional tornaram-se delicadas, para não dizer impossível, no início de 1964. As facções radicais dificultaram acordos políticos e contribuíam para aumentar a instabilidade institucional (SANTOS, 1986, p. 80). A FMP não era instrumento eleitoral, mas uma organização concorrente do PTB janguista fora do Congresso, sendo uma evidência clara de que a liderança de Goulart perdia terreno entre os radicais das esquerdas (D'ARAUJO, 1996, p. 145). Por outro lado, o PSD, partido tradicional de centro, abandonava a sua posição moderada em prol da radicalização (cf. HIPPOLITO, 2012). Já a UDN, partido líder de oposição, movia-se cada vez mais para uma tomada de posição agressiva e destruidora contra qualquer medida constitucional do governo (cf. BENEVIDES, 1981).

Com relação ao *Correio da Manhã*, à medida que Goulart aproximava-se das esquerdas como estratégia de forçar o Congresso a aprovar as reformas, seu afastamento frente ao governo era cada vez mais nítido. As suspeitas de ruptura institucional por parte de Goulart fizeram com que o *Correio da Manhã* adotasse uma conduta de discursos mais críticos e contundentes em relação ao governo. Às vésperas do golpe, o diário carioca começou a evidenciar as ambiguidades do seu posicionamento frente à sua maior defesa: a legalidade.

O divisor de águas

O mês de março de 1964 revelou-se como o momento em que a radicalização política atingiu seu ápice, cujas proporções foram preocupantes para a própria manutenção da ordem democrática. Após meses de impasses e indecisões em torno da implementação das reformas de base, o presidente João Goulart resolveu partir para a ofensiva, disposto a deslocar o peso das decisões políticas para a praça pública, liderando a realização de um conjunto de grandes comícios nas principais cidades do país para aumentar as pressões a favor das tão sonhadas mudanças: as reformas de base.

O primeiro – e único – comício foi realizado no dia 13 daquele mês, na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Em meio ao clima político tomado por suspeitas e acusações, o *Correio da Manhã* mostrou-se confiante diante a realização do comício, embora a relação do jornal frente ao governo, nesse momento, fosse permeada de críticas. No dia da realização daquele evento, o matutino carioca em editorial intitulado “O COMÍCIO” demonstrava o seguinte aos seus leitores:

(...) torna-se óbvio que a todos os setores responsáveis do país caberia, nesta hora, o dever indeclinável de envidar todos os esforços para evitar a desordem econômica. (...) Há ainda a considerar o problema das reformas de base. Não podem ser adiadas. Não podem ser continuar servindo de pretexto para intimidações e manobras extremistas. Entre o anti-reformismo generalizado do sr. Lacerda e o reformismo indefinido do sr. Brizola e Arraes não há diferença. (...) O sr. João Goulart e o Congresso terão uma ótima oportunidade de não serem incluídos nessa farsa. (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13/03/1964. 1º caderno, p. 6)

O *Correio da Manhã*, seguindo sua orientação legalista e seu papel moderador, repudia o extremismo das ações entre os grupos de direita e esquerda, destacando que não havia diferença entre Carlos Lacerda e Leonel Brizola, além de Miguel Arraes, considerados pelo jornal como principais responsáveis políticos por alimentar a intransigência de como as reformas deveriam ser implementadas. Podemos interpretar que o jornal carioca deixa claro que aquele era o momento para Goulart definir seu posicionamento, ou seja, rejeitar tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda.

Com efeito, a realização do comício da Central selou a aliança do governo com os movimentos populares (movimento sindical, trabalhadores rurais, estudantes, militares não graduados, entre outros), com o PCB e com a ala radical do PTB. João Goulart não podia imaginar que ao definir seu lado, selava o seu governo. O comício da Central desencadeou forças à direita e à esquerda a ponto de Goulart perder o controle do governo (FIGUEIREDO, 1993, p. 198). Enquanto as esquerdas ficaram eufóricas com as medidas de Goulart, a

repercussão foi recebida de forma negativa entre os meios conservadores da sociedade, reagindo através da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo, no dia 19. O *Correio da Manhã*, por sua vez, considerou como “O ÚLTIMO COMÍCIO” do presidente. O jornal considerou um atentado à democracia representativa a tentativa de Goulart assinar os decretos envolvendo a Supra e a encampação das refinarias de petróleo. Como protesto às medidas, o *Correio da Manhã* expressava o seguinte:

O sensacional acontecimento do dia de ontem não foi o espetáculo propriamente do comício; foi a assinatura de dois decretos da mais alta repercussão para o país. Dois decretos de natureza demagógica: o da Supra – embora atenuado – e o da encampação das refinarias de petróleo. (...) Quanto ao comício em si não passou de uma exibição sem outra finalidade a não ser a de abrir a perspectiva para uma nova atuação governamental que deixa o país de sobreaviso. (...) Quanto às reformas de base, não deixaremos passar o ensejo de lembrar que este jornal foi o primeiro a proclamar-lhes a inadiável necessidade. (...) E acrescentamos o desejo de que o comício de ontem fique sendo o último dessa espécie. Pois o país precisa de trabalho e de segurança e não de comícios que só fazem contribuir para a intranquilidade geral. (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14/03/1964. 1º caderno, p. 6.)

Após o episódio do comício da Central, praticamente toda a grande imprensa voltou-se contra o governo. O *Correio da Manhã* não fugiu à regra e responsabilizava Goulart por intranquilizar os ânimos e estimular o medo, sobretudo na classe média. O jornal interpretou as medidas do presidente como uma tentativa de golpe acompanhada de uma ditadura. Aquele evento foi um “divisor de águas” para o governo em relação ao diário carioca. De um lado, Goulart optou pelos grupos da esquerda, do outro, o *Correio da Manhã* escolheu abrir campanha para pedir a saída do presidente.

Considerações finais

O *Correio da Manhã*, embora fosse contrário à quebra da legalidade e defendesse a saída de João Goulart por vias legais, na reta final do seu governo teceu severas críticas à sua gestão. O resultado foi a publicação dos editoriais “Basta!” e “Fora!”, respectivamente nos dias 31 de março e 1º de abril, repercutindo como sinais para o golpe e para a adesão de parcelas significativas da sociedade civil e do meio militar ao movimento que depôs o presidente João Goulart. Os editoriais tiveram um caráter de ultimato a Goulart e acabaram entrando para a história política. Ao apoiar o golpe contra o presidente, o *Correio da Manhã* acabou traindo a sua própria bandeira: a da legalidade.

Todavia, antes do clima político radicalizado e polarizado incendiar os ânimos à direita e à esquerda, o jornal, embora crítico à gestão de Goulart, apoiou medidas defendidas

pelo governo consideradas polêmicas para a época, como a manutenção da política externa e a reforma agrária. O *Correio da Manhã*, no entanto, como um agente social naquela conjuntura, acabou sendo contaminado pelo radicalismo que tanto combateu nos idos de março de 1964.

A imprensa se revela, assim, como um dos principais mananciais férteis para o conhecimento do passado, pois possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. A imprensa não só registra e comenta, mas, sobretudo, intervém e participa da história, e através dela se trava uma constante “batalha pela conquista de corações e mentes” (CAPELATO, 1994). Ela não age apenas de forma neutra ou imparcial, mas também como portadora de ideias e projetos. Recorrer ao jornal carioca *Correio da Manhã* é antes de mais considerá-lo um dos agentes políticos decisivos na conjuntura do início dos anos 1960.

Fontes:

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã – compromisso com a verdade*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2001. (Caderno de Comunicação: Série Memória).

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Jeferson de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 8ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BENEVIDES, Maria Vitoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1995.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reforma? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

LABAKI, Almir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

REIS AARÃO, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar Editor, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática*. V.3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

A transição política democrática: as “Diretas Já” e o jornal *Estado de Minas*

Rochelle Gutierrez Bazaga

Graduada

rochelle_gutierrez@hotmail.com

RESUMO: O processo de transição política democrática brasileira é fruto de vários fatores que o impulsionaram, sendo que as “Diretas Já” constituem esse momento. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é compreender o contexto de transição política brasileira, através do movimento pelas “Diretas Já”, valendo-se dos editoriais publicados diariamente pelo jornal *Estado de Minas* entre janeiro e abril 1984, além de entender como a transição política brasileira se valeu da cultura política de conciliação, verificando seu lastro na história do Brasil.

PALAVRAS- CHAVE: transição, diretas , jornal

RESUMEN: El proceso de transición política democrática brasileña es el resultado de varios factores que han impulsado, y las "diretas ya" son este momento. Por lo tanto, el objetivo de este trabajo es entender el contexto de la transición política brasileña através del movimiento de "diretas ya ", basándose en los editoriais publicado por el diario Estado de Minas entre enero y abril de 1984, así como entender cómo la transición política Brasil se aprovechó de la cultura política de la reconciliación, la comprobación de su lastre en la historia de Brasil.

PALABRAS-LLAVE: transición,diretas,periódico

Introdução

O processo de transição política brasileira é fruto de vários fatores que o impulsionaram, sendo que as “Diretas Já” constituem esse momento. A campanha reuniu diversos grupos sociais e políticos, que uniram e organizaram manifestações públicas para forçar o Congresso Nacional à aprovação da Emenda Dante de Oliveira.

Embora seja a maior manifestação de massa na história brasileira até os dias atuais, há uma grande ausência de literatura no campo historiográfico sobre o tema, tendo as ciências sociais, o jornalismo, se debruçado e constituído a literatura existente sobre o tema.

Sendo assim, o objetivo desse trabalho é compreender mediante o contexto de transição política brasileira, através do movimento pelas “Diretas Já”, valendo-se dos editoriais publicados diariamente pelo jornal *Estado de Minas* entre janeiro e abril 1984, como a transição política brasileira se valeu da cultura política de conciliação, verificando seu lastro na história do Brasil.

A conjuntura política das “Diretas Já”

O Brasil vivia um momento de várias crises, entre elas crises de Estado, crises do regime, crises econômicas e várias tensões sociais latentes, além de ter se comprometido internacionalmente com o FMI no início de 1983, em um plano que previa de redução do crédito, déficit e subsídios públicos, a desvalorização da moeda e restrições ao aumento de salários. Essas medidas agravaram ainda mais a situação e a tensão entre trabalhadores e o Estado, gerando greves de várias categorias, em 1983 foram 393 contra 144 do ano anterior.

[...] o governo cedeu às pressões dos credores internacionais e recorreu ao FMI para obter empréstimos que permitissem financiar os desequilíbrios no balanço de pagamentos, sob a condição de que adotasse medidas necessárias para ajustar a economia à geração de novos saldos crescentes na balança comercial para o pagamento dos serviços da dívida externa e permitir a redução do déficit em transações correntes. Foi adotada uma estratégia ainda mais recessiva, que incluía a contenção da demanda interna, a desvalorização cambial e a redução do déficit do setor público e da inflação. (BERTONCELO, 2007, p.78)

A inflação também não parava de crescer, atingindo em 1983, 211% e em 1984 223,8%. Isso fez com que vários setores da economia fossem prejudicados, justamente pelo controle do déficit público e acabasse por gerar uma série de desempregos. No campo, os conflitos de terra se tornavam cada vez mais frequentes e violentos.

Outra questão importante, era a dívida externa que em 1983 chegou a atingir o montante de 95 bilhões de dólares. Juntamente com o aumento das dívidas, aumentava-se também a impopularidade do governo, demonstrado principalmente na figura de Delfim Neto, que tentava driblar as situações econômicas, com medidas financeiras e explicações, além dos casos de corrupção, que quase não eram apuradas e responsabilizadas.

Aumentando o descrédito crescente do governo junto à população, explodem, como bombas, vários escândalos financeiros – como Tieppo, Coroa-Brastel, Capemi, e Comind – envolvendo somas vultosíssimas, empresários e banqueiros cujos interesses eram favorecidos pelas medidas econômicas do governo. Os responsáveis, embora tenham lesado milhões de brasileiros, foram poupados. A mesma impunidade valeu para os envolvidos em corrupções no governo, em sua quase totalidade não apuradas. Enfim, estamos no país do “vale-tudo! (RODRIGUES, 1992, p.43)

Tudo isso, fez com que o mito da boa administração fosse destruído, e aos olhos da sociedade e principalmente do setor empresarial, ficou evidente a ausência de uma estratégia para a retomada do crescimento econômico em longo prazo. Merece destaque ainda, as divisões dentro do PDS (Partido Democrático Social), o que colocava em dúvida a sucessão presidencial dentro do próprio partido.

As “Diretas Já” no contexto de transição política brasileira

O aprofundamento da crise do regime e a contagiante campanha pelas eleições diretas, fizeram com que as atenções se voltassem para as disputas no campo do jogo político e nos possíveis caminhos a democracia brasileira, esses caminhos passavam pelas discussões dos conceitos de ruptura, negociação, consenso, conciliação, revolução, que circulavam os debates acadêmicos, políticos e sociais.

A votação da Emenda Dante de Oliveira e sua consequente derrota trouxeram um rico debate no que se refere a transição política brasileira para a democracia, que colocou de um lado, o regime que via seu governo submergir em um desgoverno e a desagregação da sua base político-parlamentar e de outro, as oposições viram-se em uma situação inédita, em que tinham de um lado o clamor das ruas por avanços e de outro a necessidade de fazer uma solução negociada, correndo simultaneamente o risco de trair a vontade popular e assim reproduzir a conciliação elitista tão conhecida na nossa trajetória histórica.

Esse quadro colocou um grande problema as oposições que se viram com o risco de perder a oportunidade de promover a ruptura com o autoritarismo a partir de um amplo consenso nacional, o que fez crescer seus desafios, problemas e possibilidades. Nesse ponto esbarramos com outra questão, a sociedade estava desacostumada em conviver com questões da nação e seja qual fosse o desfecho, o povo teria que romper com uma crise de sociabilidade.

Ponto que merece destaque, a implantação do regime autoritário no Brasil se deu de cima para baixo, por um golpe de Estado Militar, cujo êxito ocorreu em grande parte da debilidade da sociedade civil, que não é nova e tem suas raízes passadas, e que de certa forma foi obrigada a seguir no processo de modernização capitalista, em que os aparelhos coercitivos e executivos do Estado, se tornaram fortalecidos.

Não que os golpistas não tenham buscado e, em certos momentos, até mesmo desfrutado do consenso de amplas camadas da população; mas se tratou sempre de um consenso passivo, que pressupunha a restrição (e não a socialização totalitária) da esfera política, isto é, a limitação do protagonismo político a uma elite militar e/ou tecnocrática, que fazia inclusive do antipoliticismo (“a política agita e divide, impedindo assim a segurança que garante o desenvolvimento”) o seu principal sustentáculo ideológico. Nesse sentido, o regime pós-64 foi “apenas” a encarnação extremada da velha tendência elitista e a encarnação externada da velha tendência elitista e excludente que sempre caracterizou a sociedade brasileira. (COUTINHO, 1984, p.13)

Diante desse quadro, é fato que a grande dificuldade enfrentada, principalmente pela oposição ao regime, é a luta para o fortalecimento e a autonomização da sociedade civil, que saia da noção de abertura controlada e que seja protagonista de uma efetiva transição democrática.

Aqui é importante refletirmos os conceitos de transição e de revolução, segundo Luiz Werneck Vianna, autor que pode ser considerado um cronista da situação, pois os termos e conceitos que apresenta estão fortemente sendo vivenciados do tempo em que está falando, ou seja do contexto do movimento por eleições diretas:

Na linguagem corrente, a referência a processos de transição geralmente alude a um certo tipo de movimento social e político com sentido oposto ao de revolução. Transição se confundiria com a idéia de conservação, enquanto que mudança se constituiria num privilégio das revoluções. Ainda avaliando o significado desta acepção usual, transição se identificaria a processos transformísticos, com a administração dos caminhos do futuro pelas forças do passado. Transição: negociação, conciliação, mudança administrada pelas elites, preservação, “aggiornamento” do tradicional. Revolução: o oposto (VIANNA, 1984, p.16)

Mais uma vez é necessário apontar que o processo de abertura, e conseqüentemente de transição, tem a modernização político-cultural como impulso, essa modernização que alterou socialmente a estrutura social e a composição demográfica no país, modernismo este que alterou as antigas formas de controle social das classes subalternas ao longo da nossa história, como por exemplo a CLT, coronelismo, populismo, etc. Logo, essas formas “criam e liberam as forças sociais que, autonomizadas das forças de controle social tradicional, se chocam contra a ordem autoritária, alargando assim o espaço para sua movimentação.”(VIANNA, 1984:18). Com isso, a transição se cumpre, principalmente pelos temas impostos pelo regime.

A transição brasileira é marcada por uma herança de equívocos, onde a democracia é usada como instrumento e o golpe se torna uma pratica habitual, seja pela força, seja pelo consenso. O perfil da transição do golpe militar que começa em 1979 e caminha até as primeiras eleições diretas depois desse processo, se faz pelo “alto”, fazendo com que permaneça uma certa continuidade política, em que as mudanças acontecem, mas os laços com o antigo regime permanecem e uma possível revolução, que romperia com todas essas amarras, tornar-se-ia impossível.

O grande problema desta concepção da atividade política é que – se continuar predominando – a democracia que teremos daqui para a frente será tão capenga quanto a que já tivemos no passado. Mais ainda, a continuar prevalecendo esse conceito conservador de política, se a democracia será capenga, uma revolução será simplesmente impossível. (WEFFORT, 1984, p.30)

Nesse sentido, o povo que deveria ser protagonista desse processo de mudança, continua a margem, o que pode ser expressamente refletido no processo sucessório que intercorreu a votação da emenda Dante de Oliveira, pelo voto indireto do Colégio eleitoral em 1985. É nesse momento também, que está presente o debate sobre democracia.

Merece destaque, que o discurso pela democracia, presente na pauta de discussões brasileira desde os anos de 1940, apesar de seu teor mudar de tempos em tempos, reaparece mais aparente nesse momento, embora esse debate já viesse acontecendo há algum tempo.

É nesse momento também que começam discussões entre os intelectuais e a sociedade, podemos citar aqui como exemplo a criação da Revista Presença, que nasceu da iniciativa de se pensar e discutir questões que estavam ocupando o centro da vida social, política e cultural, como por exemplo as discussões sobre ética, corrupção, liberdade de expressão, entre diversos outros temas, gerando uma pauta de debate dentro do processo de transição democrática.

O caráter contraditório e ambíguo de uma transição que se começa por cima se acentua sobre o pano de fundo dos fortes contrastes entre o “país legal” submetido a leis e instituições anacrônicas, e o “país real”, em processo de modernização acelerada. Compreende-se, pois, que a transição seja uma assunto polêmico, difícil de explicar, até mesmo de escrever. (WEFFORT, 1984, p.57)

Segundo, Suzeley Kalil Mathias (1995), em seu livro *Distensão no Brasil – o projeto militar*, essa preocupação quanto a explicação da transição, por conta das oscilações que aparecem ao longo desse processo, das perdas da violência pelo Estado, de um reforço na manutenção dessa violência, gerando assim distensões dentro do próprio Estado, o que demonstra que essa transição embora contraditória carregava consigo algumas transições ideológicas.

Os caminhos de uma revolução e de uma democracia podem se encontrar, criando uma democracia revolucionária, onde o sentido de revolução não se baseia somente pela questão da violência, mas sim pelos mecanismos de representação e de garantia dessa representação, sendo a democracia direta o seu caminho.

Nesse sentido, no Brasil, houve uma democracia de representação, onde a figura do político como representante aparece muito mais de forma pessoal, do que como um projeto coletivo. Aqui cabe também refletir o sentido de cargo público, sendo um conjunto de atribuições e deveres que devem ser dirigidos para todo um público e não somente para um determinado grupo como se fosse o cargo uma propriedade pessoal.

Isso é visível em toda a história brasileira, onde o público se confunde com o privado a todo o momento, gerando assim muitas vezes processos sucessórios, como se fossem heranças

por direito, tornando-se processos de continuidade e não de ruptura e de mudanças. Pode-se ainda encontrar essas características nos clássicos Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, Os Donos do Poder, de Raymundo Faoro, entre outros.

Ainda existe a confusão dos conceitos de negociação e conciliação pelas elites, que implica em retomar, situações do passado e torná-las paradigmáticas para a resolução dos problemas colocados na pauta do dia, abrindo margem mais uma vez para a revolução passiva.

Segundo Luiz Werneck Vianna (2004),

Mobilizar a revolução passiva gramsciana, contudo, trazia consigo a necessidade de distinguir suas duas possibilidades: como programa de ação das elites conservadoras, com sua forma expressiva contida no binômio conservar-mudando, ao iniciar um processo de transformações sob a cláusula de restrição de que este confirme e atualize seu domínio; como “critério de interpretação”, para o ator que se invista da representação de portador das mudanças, capacitando-o, a partir de uma adequada avaliação das circunstâncias que bloqueiam seu sucesso imediato e fulminante, a disputar a hegemonia numa longa “guerra de posições” e a dirigir seu empenho no sentido de um transformismo “de registro positivo”, assim desorganizando molecularmente a hegemonia dominante, ao tempo em que procura dar vida àquela que deve sucedê-la (VIANNA, 2004: 41)

E ainda,

A revolução passiva fora uma obra da cultura política dos territorialistas, e seus momentos de reformismo, [...] teriam produzido o efeito negativo da cooptação dos seres subalternos, o cancelamento de sua identidade e o aprofundamento das condições do estatuto da sua dominação. [...] Romper, no plano da política, com o contexto intelectual da revolução passiva, se fazia, assim, associar a uma idéia igualmente de ruptura com o próprio legado histórico formador da sociedade brasileira: a cultura política da Ibéria considerada como um peso opressor por seu autoritarismo-burocrático, parasitismo e natureza cartorial. (VIANNA, 2004: 52)

Logo, as “Diretas Já”, foi um movimento de acordos políticos, tendo ficado nítido na votação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, onde o seu êxito não se obteve pela discordância dos que deveriam votar, mas sim pela ausência dos que deveriam representar os anseios do povo e deveria ser o lugar central da votação, onde se percebe que ao invés de avaliações individuais dos deputados, foram feitas concessões em bloco pela decisão de cada grupo político naquele momento.

Porém não podemos descartar que a década de 1980, foi um divisor de águas no que se refere a construção de uma democracia brasileira, com uma agenda de pautas próprias; logo as “Diretas Já” foram preponderantes para esse processo, sendo o primeiro momento em que o

povo retoma as ruas e um sentimento nacional de participação popular, volta a vigorar e fazer parte das discussões e debates.

Sobre a análise dos editoriais do jornal *Estado de Minas*

Nossa análise tem como fonte histórica os editoriais do jornal *Estado de Minas*, de janeiro a julho 1984, compreendendo este como o período de maior efervescência da campanha e o momento da votação da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional. O jornal *Estado de Minas*, tinha circulação de terça a domingo, com editoriais presentes em todos os dias em um número de dois a três editoriais por dia.

Foi possível perceber uma grande mesclagem de assuntos no editoriais, sejam eles de ordem internacional, nacional, regional e local. Outro ponto observado era a grande preocupação do jornal com a sucessão presidencial, destacando a figura do Presidente Figueiredo nesse momento, e apontando possíveis sucessores, como Aureliano Chaves e Tancredo Neves, nomes de maior destaque nos editoriais. Ainda há grande discussão sobre os partidos PDS e PMDB e a transição de cima para baixo. Aponta também para uma discussão referente a escassez de líderes como observado no editorial de treze de abril de 1984, intitulado: Poucos líderes.

Por mais que o jornal tenha as diretas como tema de seus editoriais nesse momento, ele não se mostra muito entusiasmado com a campanha, pois entende que as eleições diretas não serão ponto determinante para se resolver a crise instaurada no Brasil, como pode se verificar no editorial do dia vinte e sete de janeiro de 1984, intitulado: Urna e Crise. “Pois, afinal se o voto direto representar de fato alguma coisa para superar problemas o mundo seria uma maravilha.”

Outro ponto, que merece destaque é a posição do então governador Tancredo Neves, como sendo um homem ético, e com capacidade impar para mudar os rumos da nação, porém enfatiza-se que o envolvimento do governador com as diretas é de ordem pessoal.

Percebe-se também o debate sobre as garantias por direitos sociais em detrimento do político, como mostra o editorial do dia vinte e seis de abril de 1984, um dia após a votação da Emenda Dante de Oliveira, intitulado: O anseio maior. “A mobilização pelas diretas não é emoção, como a qualificaram alguns juízos inidôneos. É o anseio mais puro, a mais legítima das reivindicações políticas da sociedade. Desconhecer esse dado da realidade é mais do que perigoso. Chega a ser provocador.”

A discussão sobre a questão das negociações do processo de abertura também estavam presentes como observado no editorial do dia vinte e nove de abril de 1984, intitulado: Nação Madura. “O presidente Figueiredo tem novamente diante de si uma oportunidade histórica para concluir, com segurança e sem artifício, a obra da abertura, tornando esse debate o fruto da conciliação nacional.” Pretende-se justificar a necessidade de um herói nacional, capaz de consolidar as mudanças.

O enaltecimento de Minas Gerais no processo de transição também aparece a todo momento, colocando os nomes de maior destaque em relevância, sendo eles o de Aureliano Chaves e Tancredo Neves, onde o jornal chega a defender que só os mineiros teriam condições políticas e éticas de conduzir o país. Preocupa-se também em apresentar um estado bastante forte, como demonstrado no editorial do dia vinte e seis de janeiro de 1984 intitulado: Força Mineira.

Por fim, não podemos perder de vista que os editoriais do jornal *Estado de Minas* reluzem a opinião das elites, seguindo a mesma linha editorial dos jornais da grande imprensa.

Conclusão

Diante do exposto, podemos concluir que a derrota da Emenda Dante de Oliveira, representou uma derrota para milhões de pessoas que foram às ruas. No entanto, o significado da campanha não pode ser reduzido ao resultado da votação da emenda. O que nos leva a concluir que o movimento das diretas contribuiu para os debates e pressões no processo de transição política brasileira e conseqüentemente do processo político.

Especificamente sobre o processo sucessório, é importante frisar que a campanha tornou a emenda Dante de Oliveira o tema principal da agenda política, ampliou os espaços de debate de temas que faziam parte da disputa política, como por exemplo a questão da ruptura, da conciliação, negociação, consenso e revolução, que passaram a fazer parte da pauta de discussões, e que mesmo após a derrota da emenda, continuaram a ser ponto de partida para os debates políticos daquele instante.

Ponto importante, é que a cultura política de conciliação, esteve presente também nesse momento da história brasileira, embora seja por muitas vezes confusa e incompreendida. Aqui, compreendemos que o movimento pelas “Diretas Já”, reatualiza a forma como a cultura política de conciliação se manifesta.

Nesse sentido, embora as diretas não conseguissem liquidar o regime militar instaurado, ela impôs fortes obstáculos a sua continuidade, ampliando a crise política

desencadeada em 1983, e serviu de dimensão a discussão da concepção de democracia que temos hoje.

Referências Bibliográficas

BERTONCELO, Edison. *A campanha das Diretas e a democratização*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imprensa, uma mercadoria política. *Revista História & Perspectiva*, Uberlândia, v.4, p. 131-139, jan/jun/1991.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes da cidade. In: REIS, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge. *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2007.

FAORO, R. *Os Donos do Poder - formação do Patronato Político Brasileiro*. 3º edição. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FRANÇA, Vera Veiga. *Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil. Diário da campanha das Diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p.227-250, 1999.

LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Diretas-já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MATHIAS, Suzeley Kalil, *Distensão no Brasil – o projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papyrus, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In MOTTA, Rodrigo P.S. (org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p.13-37.

Presença. Revista de política e cultura. nº 1. Editora Caetés. Novembro de 1983.

Presença. Revista de política e cultura. nº 2. Editora Caetés. Fevereiro de 1984.

Presença. Revista de política e cultura. nº 3. Editora Caetés. Maio de 1984.

Presença. Revista de política e cultura. nº 4. Editora Caetés. Agosto/Outubro de 1984.

REMOND, René. *Por uma história política*. 2.Ed- Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas já – O grito preso na garganta*. 1º Ed – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, Marly. *A Década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Editora Ática. 1992.

SANTAYANA, Mauro. *Conciliação e Transição: as armas de Tancredo*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1985.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Revan. 2004.

_____. *Travessia: da abertura a constituinte 86*. Rio de Janeiro. Editora Taurus. 1986.

WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense. 1984.



III Encontro de Pesquisa em História

27 a 30 de maio de 2014 | Belo Horizonte, UFMG

**ANAIS DO III ENCONTRO
DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA UFMG**

Simpósios Temáticos 11 a 16

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG
Belo Horizonte
2014

Reitor da UFMG

Jaime Arturo Ramírez

Vice-Reitora da UFMG

Sandra Regina Goulart Almeida

Diretor da FAFICH

Fernando de Barros Filgueiras

Vice-Diretor da FAFICH

Carlo Gabriel Kszan Pancera

Chefe do Departamento de História

Tarcísio Rodrigues Botelho

Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação em História

José Newton Coelho Meneses

Coordenadora do Colegiado de Graduação em História

Adriane Aparecida Vidal Costa

Realização

Departamento de História - UFMG

Comissão Organizadora

Alexandre Bellini Tasca

Eliza Teixeira de Toledo

Igor Barbosa Cardoso

Lídia Generoso

Igor Tadeu Camilo Rocha

Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes

Marcella de Sá Brandão

Regina Mendes de Araújo

Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa

Thiago Henrique Oliveira Prates

Arte Gráfica

Gabriel Nascimento

Monitores

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa

Átila Augusto Guerra de Freitas

Bruno César Gordiano

Camila Neves Figueiredo

Gabriel Afonso Vieira Chagas

José Antônio de Souza Queiroz

Kelly Morato de Oliveira

Larissa Cristina Amaral

Lenon Augusto Luz de Moraes

Ludmila Machado P. O. Torres

Marcela Coelho Freitas Silva

Maria Alda Belfor Oliveira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinicius da Fonseca Pereira

Raquel Marques Soares

Raquel Neves de Faria

Apoio

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História

Programa de Graduação em História

Sumário

ST 11: Política editorial, impressos e leitura

- Álbuns de propaganda do interior do Brasil no início do século XX 755
Ana Paula de Oliveira Lopes
- A imprensa diamantinense e a formação do Norte Mineiro na Primeira República ... 764
Carolina Paulino Alcântara
- A criação do copyright na regulamentação do mercado de livros inglês no século 18
..... 774
Cintia Medina de Souza
- Circulação de textos teatrais no Rio de Janeiro Oitocentista: um estudo de caso sobre a
publicação da scena comica “Ahi! Cara Dura!” de Francisco Correa Vasques (1883-
1884) 785
Henrique Bueno Bresciani
- Edição e publicação da tradução anônima de “A filosofia na alcova”: o mercado
editorial clandestino da obra sadeana no Brasil 795
Hilton Tonussi de Oliveira
- A imprensa como agente regulador de costumes nos oitocentos: as crônicas do Padre
Lopes Gama (o Carapuiceiro, 1832-1846) 805
Igor Maciel da Silva e Sarah Teixeira Soutto Mayor
- A formação dos áulicos e a imprensa áulica doutrinária no primeiro reinado (1824-
1826) 815
Nelson Ferreira Marques Júnior

ST 12: História, gênero, política e sexualidade

- Mulheres, Família e Sexualidade: uma Análise Social da Vida Privada através do
Romance Madame Bovary 826
Anna Karolina Vilela Siqueira
- Carta de guia de casados: construções de gênero em um manual seiscentista para noivos
..... 836
Cássio Bruno Araújo Rocha
- Estupro e rapto, vergonha e desonra: Montes Claros 1890-1920 845
Dalene Maciel Gonçalves e Regina Célia Lima Caleiro
- Ser Africana e Ser Livre: a luta por emancipação de Benedita, Maceió (1850-1861)
..... 854
Danilo Luiz Marques

Súplica aos confessores: Francisco de Melo Franco e a “medicalização” da moral sexual cristã no Iluminismo Português 863
Igor Tadeu Camilo Rocha

O homem e a mulher na obra de Alfred Adler: apontamentos e discussões 873
Jéssica Bley da Silva Pina

Sexualidade, heteronormatividade e enquadramento social: uma articulação a partir do filme *Ma Vie en Rose* 883
Joanna Ribeiro Nogueira e Ildenilson Meireles

As masculinidades tecidas pelo jornal “O Rio Nu” (1898-1916): uma análise das representações dos homossexuais, impotentes sexuais e alcoólatras 891
Natália Batista Peçanha

Rosalina Coelho Lisboa e feminismo no Brasil entre as décadas de 1920 e 1930 898
Luzia Gabriele Maia Silva

ST 13: Políticas e culturas na América independente

A guerra de guerrilhas contra a Revolução Cubana 909
Ana Paula Cecon Calegari

Sinais de novos tempos: tradição e modernidade nas Minas Gerais na crise do Antigo Regime 920
Ana Tereza Landolfi Toledo

As narrativas de Che Guevara: um imaginário sobre a consciência Latino-Americana 929
Bruno Eduardo Almeida Costa

Domingo Faustino Sarmiento e os dilemas da construção da Nação Argentina 939
Cristiane Maria Marcelo

A imprensa chilena e o golpe de Pinochet: o caso do jornal “El Mercurio” 950
Emmanuel dos Santos

A Brigada Simón Bolívar e sua participação na Revolução Nicaraguense (1979) 960
Igor Santos Garcia

Em busca de uma “cor cubana”: olhares da vanguarda sobre o negro nas décadas de 1920 e 1930 970
Imara Bemfica Mineiro

ST 14: Poder e Fé na Idade Média

Alain Guerreau e Begriffsgeschichte: um horizonte teórico? 978
Carla Rocha Baute

Cuvelier, a voz que conta uma história: “A Vida do Valente Bertrand Du Guesclin” (~1320-1380) 985
Carmem Lúcia Druciak

Remédios Santos ou Santos Remédios? Uma prática dos Mosteiros Medievais 994
Mirtes Emília Pinheiro

ST 15: Patrimônios culturais

O I Encontro pela revitalização da Praça da Estação (1981): o que preservar? 1002
Elena Lúcia Riveiro

O patrimônio cultural brasileiro na situação pós-moderna 1012
Igor Alexander Nascimento de Souza

Entre saberes e fazeres: Memória e Patrimônio Cultural dos Maniçobeiros do Sudeste do Piauí 1123
Joseane Pereira Paes Landim e Ana Stela de Negreiros Oliveira

A pesquisa e o historiador nos processos de patrimonialização 1034
Mariana Rabêlo de Farias

Patrimônio natural e desenvolvimento sustentável no processo de proteção da serra de São José-MG’ 1043
Matheus Cássio Blach, Marcelo de Araújo Rehfeld Cedro e Euclides de Freitas Couto

ST 16: Administração, comércio e justiças: fontes e métodos para a compreensão das múltiplas formas de sociabilidade e exercício de poder no Império Português (1500-1800)

Testamentos e legislação eclesiástica no Brasil setecentista 1055
Denise Aparecida Sousa Duarte, Valquiria Ferreira da Silva e Wesley Fernandes Rodrigues

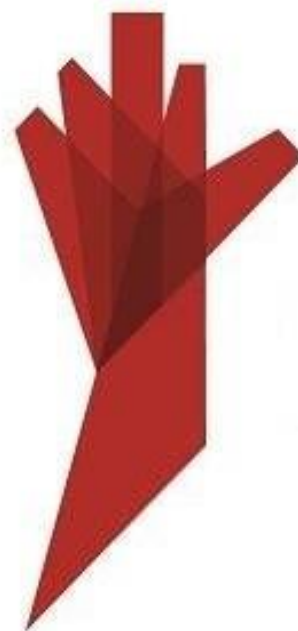
Inácio Correia Pamplona: um “herói” para o sertão mineiro setecentista 1065
Maria Emília Aparecida de Assis

Guerra dos Discursos e Guerra Guaranítica: disputas políticas no contexto das demarcações de limites do Tratado de Madrid (1750-1756) 1075
Millena Souza Farias

Familiares do Santo Ofício: uma análise sobre os padrões de recrutamento 1086
Roberta Cristina da Silva Cruz

Simpósio Temático 11

Política editorial, impressos e leitura



Coordenadores:

Helaine Nolasco Queiroz

Doutoranda - UFMG

helaineq@hotmail.com

Natally Vieira Dias

Professora Assistente do Departamento de História

Universidade Estadual de Maringá

natyvdiass@gmail.com

Raul Amaro de Oliveira Lanari

Professor Assistente

Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH

ralanari@gmail.com

Álbuns de propaganda do interior do Brasil no início do século XX

Ana Paula de Oliveira Lopes Câmara*

Doutoranda da PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

anaaluap.lopes@gmail.com

RESUMO: Pretende-se, neste artigo, apresentar algumas questões referentes ao processo de criação e produção dos álbuns de propaganda do início do século XX, com enfoque nas regiões opostas ao litoral sudeste do Brasil, os sertões, privilegiando a região de influência da floresta amazônica.

PALAVRAS-CHAVE: Álbuns, propaganda, modernidade, interior.

RESÚMEN: En este artículo se plante presentar cuestiones referentes al proceso de creación y producción de los álbumes de propaganda del comienzo del siglo XX, mirando las regiones opuestas al litoral sudeste de Brasil, los “sertões”, privilegiando la región de influencia de la foresta amazónica.

PALAVRAS-CHAVE: Álbumes, propaganda, modernidade, interior.

O objeto da pesquisa, os Álbuns, é uma tipologia editorial que surge com o crescimento e consumo de imagens como os retratos, cartões de visita e postais, e em sintonia com os avanços na técnica de reprodução.

A produção de álbuns de circulação pública destinados a propagandear lugares, teve as Exposições Internacionais, como um grande palco dessas apresentações.

Segundo a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, essas exposições funcionavam como um arauto da ordem burguesa e eram os meios pelos quais circulavam não só mercadorias, mas as ideias, os caminhos, os sonhos e os desejos em escalas internacionais, na crença no progresso da humanidade (PESAVENTO,1997). Era comum o poder público, ou mesmo a iniciativa privada, mandar confeccionar álbuns com o objetivo de enaltecer as melhorias urbanas e apresentar as riquezas dos lugares (PEREIRA,2006, p.95).

O objeto desta pesquisa - os álbuns publicitários do início do século XX - situa-se nos espaços influenciados pelo bioma da floresta amazônica e pantanal, nos atuais estados do Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em um levantamento preliminar, usando o recurso da *web*, constatou-se que foram produzidos 17 álbuns nessa região, no período de 1896 a 1926, o que demonstra uma popularidade dessas produções,

* Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Professora de História da Rede Pública- Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso.

mesmo tendo um elevado custo de produção e impressão. Diante desses números algumas questões foram levantadas no sentido de compreender as suas intencionalidades, as sutilezas das narrativas publicitárias, os processos de construção desses monumentos/documentos desses espaços periféricos do Brasil, os seus sertões.

Neste artigo serão analisados dois Álbuns: o primeiro do Amazonas de 1901-1902, e o segundo, o Álbum de Mato Grosso, de 1914.

O Álbum do Amazonas (1902-1903)

O Álbum do Amazonas foi produzido por encomenda do governo de Silvério Nery, sendo o responsável pela edição e produção das imagens fotográficas o experiente fotógrafo português Felipe Augusto Fidanza, que iniciou a sua atividade na cidade de Belém, 1867. Fundou o estabelecimento comercial Fidanza & Photographia, no Largo das Mercês, centro de Belém.

Mas, a intenção do fotógrafo Fidanza de produzir um álbum do Amazonas já vinha de outras datas, como pode ser observado pela seção Congresso, do Jornal Comercio do Amazonas, no ano de 1899, que noticia um requerimento de Felipe Fidanza “propondo-se a confeccionar um álbum de vistas da cidade de Manaus e seus arredores”. Ou seja, a intenção já existia em um período anterior ao do governo de Silvério Nery, que governou o Estado nos anos de 1900-1904.

Ele documentou de forma inovadora e antecipatória o espírito jornalístico quando acompanhou, através das suas lentes, os preparativos da chegada de D. Pedro II a Belém no ano de 1867. Foi um retratista e fotógrafo de paisagem urbana. Viveu a febre das “Carte de visite” e das “Cartes cabinet”, ainda na fase da técnica do colóquio úmido. As imagens de lugares e pessoas no formato cartão de visita foram produtos comercializados pelo fotógrafo. Teve a sua trajetória marcada por várias viagens de estudos para a Europa: Paris, Lisboa e Londres. (PEREIRA, 2006, p. 65-81)

Nessa trajetória de um fotógrafo bem sucedido e profissionalmente reconhecido, não poderiam ficar de fora os trabalhos de publicidade de circulação internacional, os álbuns. Felipe Fidanza teve suas imagens impressas no *Album Vistas do Pará*, de 1899, editado pelo governo Paes de Carvalho. Participou também, como fotógrafo, da peça publicitária *Album descrittivo Annuario dello Stado del Pará*, organizado por Artur Caccavoni, impresso em Gênova e escrito na língua italiana.

Inclui-se na sua produção profissional a editoração e fotografias no *Album do Amazonas*, a convite do governador Silvério Nery, o objeto da pesquisa.

Essa obra publicitária foi estruturada em 189 páginas, em formato horizontal. Possui a capa revestida de tecido vermelho, com o título escrito em letras douradas, e traz na parte superior e à direita o escudo do Estado do Amazonas¹, com a impressão colorida, e na parte inferior e à esquerda um adorno ilustrativo impresso em dourado.

O Álbum é dividido em duas partes: na primeira, o conjunto de imagens fotográficas, e na segunda, traz uma síntese do livro *Le Pays dès Amazones*, de autoria do Barão de Sant'Anna Nery, irmão do governador.

A primeira parte corresponde a 119 páginas impressas somente na frente da folha, com 124 fotografias, dois desenhos, dois mapas e uma planta baixa. As imagens formam legendadas, conduzindo o olhar do leitor para as intencionalidades das imagens no conjunto do álbum, que apresenta as grandes construções, que marcam as mudanças na estrutura urbana da cidade com o Teatro de Manaus, o Palácio da Justiça, além da abertura de grandes avenidas com destaque para a Av. Eduardo Ribeiro, Henrique Martins e Epaminondas, além das praças.

O livro, que foi a referencia para a construção do texto escrito no Álbum, foi uma produção financiada pela Assembleia Provincial do Amazonas, e foi redigido para o público europeu. Segundo a historiadora Anna Coelho, representa “uma longa parceria política do autor com a região amazônica”. O autor da obra foi o representante da então Província, e depois Estado, na Europa. Seu serviço consistia em fazer uma propaganda do Estado com o objetivo de trazer imigrantes para a região. (COELHO, 2007)

No trecho do livro *O Paiz das Amazonas* citado abaixo, pode-se perceber como compreende o seu trabalho e o sentido da propaganda.

O amazonas ainda não foi vulgarizado. A imprensa cotidiana, a única que produz efeitos sobre as massas, ainda não lhe fez uma publicidade à altura. (...) Uma única voz é bem fraca, e não estamos mais nos tempos onde uma única voz basta para arrastar povos para as santas aventuras. (...). A maioria dos homens só é sensível às solicitações de seus interesses imediatos e é nesse sentido que nossos esforços se dirigem. As lições objetivas estão na moda. Elas induzem a convicção pelos olhos, sempre prontos a se deixar seduzir. (NERI, 1979, p.247)

O livro teve várias versões, sendo a primeira datada no ano de 1883, como parte integrante da *Revue Sud Américain*, e em 1885 teve a sua publicação em Paris, edições na Itália em 1900 e em Londres em 1901. Teve ainda a versão, de forma parcial, em português, no

¹ O escudo do Estado foi Aprovado pelo Decreto n. 204 de 24 de novembro de 1897 no governo de Fileto Pires Ferreira (23/06/1896 a 04/04/1898) A descrição dos elementos icônicos do escudo ver site: http://www.manausonline.com/t_hist_escudoamazonas.asp

álbum em estudo, e sua versão completa traduzida para o português somente em 1979. Na sua versão em francês de 1885 era composto por 450 páginas com ilustrações e mapas.

A impressão do Álbum foi realizada pela tipografia belga – *Établissements Jean Malvaux S/A* que tinha uma filial em Lisboa. Era especializada em fotogravura e estava na vanguarda no processo de impressão de livros de arte e fotografia colorida. A sua fundação ocorreu em 1899².

O álbum tem um perfil de edição comemorativa, pois apresenta uma síntese da Manaus moderna, sugerindo que as construções compõem as marcas do governo. O texto foi redigido em português, francês e inglês, o que pressupõe que era uma propaganda do governo com o objetivo de apresentar o Estado do Amazonas nacionalmente e internacionalmente.

Album Graphico de Matto-Grosso(1914)

O *Album* foi editado em 1914, impresso em Hamburgo, Alemanha, no formato 30x40 cm. O seu corpo possui 433 páginas, às quais se somam mais 69 destinadas à propaganda das empresas patrocinadoras, totalizando 502 páginas. Possui um conjunto iconográfico formado por mapas, desenhos, plantas arquitetônicas, fotografias, tabelas e gráficos. As 1121 fotos representam um conjunto documental da maior expressividade.

A produção do *Album* foi concebida no governo do Presidente do Estado Joaquim Augusto da Costa Marques (1911-1915) que tinha como meta usar instrumentos publicitários para atrair imigrantes para Mato Grosso, como se lê na primeira mensagem que dirigiu à Assembleia Legislativa do Estado, em maio de 1912:

[...] [que a] propaganda sistemática e verdadeira das nossas riquezas naturais, da uberdade das nossas terras, da ótima qualidade dos nossos campos para a indústria pecuária, dos diversos minerais e pedras preciosas, que enriquecem o subsolo do nosso território e o leito dos nossos rios, constituindo tesouro de incalculável valor, e que outrora tanta fama conquistaram, e demonstrando-se a variedade e salubridade do nosso clima e as vantagens que a nossa legislação oferece aos imigrantes, além de outras que podem ser aduzidas, – a corrente migratória voluntariamente se encaminhará para o Estado e virá impulsionar o seu progresso e aproveitar todas as riquezas que por ali jazem em abandono em vantagens para o particular e para o Estado.

A produção do *Album* harmoniza-se com as intenções do governador, as quais podem ser verificadas ainda no prefácio do *Album Graphico*, quando os organizadores desta obra afirmam que se trata de:

² Informações sobre a tipografia que realizou a impressão do referido álbum ver site <http://khronosbazaar.pt/detalhe.php?id=56433&titulo=%C3%89TABLISSEMENTS-JEAN-MALVAUX.-SOC.-ANONYME> - Acesso em: 6 set. 2013.

Apresentar o Mato Grosso moderno aos que, dentro e fora do Brasil, não o conhecem e desejam conhecê-lo [...] e que ele contribua para a evolução da vida econômica do Estado, servindo de guia seguro de informações gerais para todos quantos tenham por Mato Grosso algum interesse. (AYALA; SIMON, 1914)

Os organizadores do *álbum* forma Cardoso Ayala e Feliciano Simon. O primeiro, nascido no Paraguai, trabalhou na parte administrativa, pois possuía experiência por ter feito parte da equipe que produziu o *Album Graphico de La República Del Paraguay*, publicado em 1911, na condição de “contador de la empresa” (DECOULD, 1983, p.538). Pelo seu conhecimento prévio com questões burocráticas desta natureza, Cardoso Ayala recebeu destaque na imprensa mato-grossense. O jornal O Matto-Grosso, 1915, por exemplo, em fevereiro de 1915, referiu-se a ele como o “[...] iniciador da importante obra”.

Coube a Feliciano Simon, por sua vez, sua direção comercial e literária. Simon era um comerciante estabelecido em Corumbá, proprietário da casa comercial “Feliciano Simon”, um empreendimento fundado em 1907 que oferecia serviços de navegação e exportação, além de transações bancárias. Dentre os seus clientes, estavam a Alemán Transatlântico, Handels bank (Amsterdã), F. M. Fernandes Guimarães & Cia. (Porto, Portugal), Banque Impérial e Ottomane, Banque Nationale de Bulgarie, The National City Bank of New York, Banco Mexicano de Comercio y Industria e o Banco de la Republica (Paraguai). O seu pertencimento, ao grupo de comerciantes são indícios do grupo econômico que modela as intencionalidades da construção do *Album de Matto- Grosso*.

Essa obra de publicidade possui uma capa revestida de tecido vermelho com o título escrito em letras douradas e traz na parte inferior e à direita o brasão da República brasileira.

O *Album* contou também com textos de cientistas que escreveram especialmente para a publicação, como Carl Axel Mognus Lindman, professor de botânica na Suécia e autor de um escrito sobre a vegetação de Mato Grosso³. Há ainda a apropriação de trabalhos de outros autores de vulto como de cientistas e viajantes, tais como Elisée Reclus, Toledo de Piza, Karl Von den Steinen, Max Schimidt e Bourgade La Dardye, que tiveram trechos de suas obras republicadas no livro publicitário de Mato Grosso, tornando-os, certamente de forma involuntária, em colaboradores indiretos. Um bom exemplo disso foi o reaproveitamento dos estudos da navegabilidade do rio Paraguai, de autoria de La Dardye, que havia apresentado em outros álbuns contemporâneos ao de Mato Grosso (AYALA; SIMON, 1914, p.128).

³Carl Lindman foi um naturalista e chefiou a I Expedição Científica Regnelliana da Real Academia de Ciência da Suécia. Foi diretor do Museu Botânico de Stockolmo.

Quando os editores anunciam, no prefácio, que o *Album* teria como objetivo ser um “(...) guia seguro de informações gerais para todos quantos tenham por Mato Grosso algum interesse” (AYALA; SIMON, 1914), indicavam a intenção de fazer um trabalho interconectado com os espaços produtores de saberes, para a divulgação de dados que trouxessem as informações que poderiam dar credibilidade aos interessados em conhecer Mato Grosso. Dessa forma, os escritos do *Album* ganharam a legitimidade da ciência. A participação direta ou indireta dos estudos de cientistas para a composição dos arranjos dos textos escritos do *Album* tinha a função de produzir um efeito de “verdade”, e ter como parceira a produção intelectual dos membros de espaços produtores de saberes científicos, o que possibilitava esse efeito.

Verifica-se também a participação de intelectuais da sociedade mato-grossense, os futuros membros do Instituto Histórico de Mato Grosso (fundado em 1919) e do Centro Mato-Grossense de Letras (instituído em 1921), como Estevão de Mendonça, Nicolau Fragelli e Francisco Sizernando Peixoto, deixando claro o compromisso dos intelectuais locais neste empreendimento.

Estevão de Mendonça teve uma produção intensa, pois alimentou várias seções do *Album* com textos sobre a história de Mato Grosso, desde os administradores da colônia até o presidente Joaquim Augusto da Costa Marques, além da apresentação de vários municípios do Estado. Isso faz com que esta produção aparente ser uma transcrição de sua obra *Quadro Chorographico de Mato Grosso*.

Representantes das empresas Fazenda Urucum e Mate Laranjeira também produziram textos específicos para o *Album* de Mato Grosso. A Fazenda Urucum foi apresentada aos leitores em artigo de autoria de Carlos Carcano, que era sobrinho de um dos proprietários deste empreendimento, Maximiliano Carcano. Nele, a Fazenda era descrita como “(...) um sítio digno de nota pela beleza de sua perspectiva, por sua topografia caprichosa, pela amenidade de seu clima e pela uberidade extraordinária de suas terras” (AYALA; SIMON, 1914, p.384), cujas águas eram “Sempre limpas e frescas, são elas comparáveis às águas da Tijuca do Rio de Janeiro, cuja cascatinha acha ali reproduzida pitorescamente (...)” (AYALA; SIMON, 1914, p.347).

O público que os organizadores e colaboradores desejavam atingir pode ser verificado pelos dados apresentados nos jornais que circulavam à época em Mato Grosso. Seja exemplo o jornal *O Gladiador* de 1915 que circulou em Cuiabá e anunciou em pequena nota que o *Album* destinava-se a apresentar para as “(...) autoridades superiores do Brasil e do

estrangeiro, propagando as riquezas de Matto-Grosso, que nelle vem descriptas com segurança e minuciosidade”.

Sobre o recebimento do *Album* tem-se o depoimento do capitão-chefe da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, Amílcar Amado Botelho de Magalhães, que envia um documento ao Presidente do Estado agradecendo o recebimento de um exemplar do álbum e assim expressa o seu posicionamento diante da produção publicitária do Estado:

Vantajosa propaganda que tornará mais conhecidas, do resto do País e do estrangeiro, as inúmeras riquezas das suas terras despertando iniciativas que proveitosamente serão orientadas para esse eldorado brasileiro, em cujo progresso tanto confia o referente Coronel Rondon.

Já os jornais da época anunciaram outra face da intenção do *Album*, a de ser um produto para o consumo da população em geral, como pode ser verificado pela citação do Jornal *O Mato Grosso*, 1915, quando afirmam:

O Sr. Cardozo Ayala deixou 200 exemplares desta obra na casa dos Srs. *Henrique Hesslein & Sergel*, agentes nesta capital da empresa álbum Graphico, onde se acha à disposição de fregueses pelo preço de 50\$000 cada exemplar. Demonstrar a utilidade desse Álbum é desnecessário, pois basta dizer que ele comporta a história da vida de Matto Grosso desde os tempos coloniais instruídas com centenas de fotografias com os seus dados biográficos, a par de uma impressão luxuosa e de um trabalho typographic inexcelsível.

Portanto, o *Album de Matto-Grosso* foi criado num trabalho de parceria entre as casas comerciais e o governo, sendo, portanto, um instrumento de publicidade do Estado, distribuído para representantes políticos do Estado, a exemplo de Rondon, e representa também um produto de consumo para a população abastada de Mato Grosso.

Conclusão

Com as informações aqui apresentadas sobre o processo que desencadeou a criação dos álbuns, e de forma mais específica, a produção dos álbuns de Manaus e Mato Grosso, é possível afirmar que esses Álbuns são instrumento de propaganda que tinham a intenção de apresentar as potencialidades econômicas do lugar e o seu pertencimento ao ideário da modernidade.

Apesar de serem instrumentos de publicidade que divulgam o que há de melhor para apresentar como moderno, eles também escondem elementos que não se enquadram nesses ideários.

Vale lembrar que a floresta amazônica e o pantanal, locais de projeção dos referidos álbuns de publicidades, são também muitas vezes descritos (sobretudo pela imprensa jornalística do litoral), como espaços marginais, ou espaços da barbárie. Afinal, habitar o ambiente da floresta e do pantanal pode significar habitar um espaço marcado pela exuberância e riquezas naturais, sem os meios de transformá-los em bens de capital diante da falta de mão de obra apta à sua transformação. Neste campo de representação, os povos indígenas ganham destaque, transformando-se em um obstáculo ao progresso.

No processo de reformular novas imagens dos espaços pelos Álbuns, os povos indígenas e o ambiente natural são transmutados como estratégias publicitárias para responder a um olhar externo. Desta forma, os povos indígenas são vinculados à ação dos missionários salesianos e da Comissão Rondon. A floresta e o pantanal foram rasgados pelos trilhos das estradas de ferro Noroeste do Brasil e Madeira Mamoré, e os igarapés foram aterrados para dar lugar às grandes avenidas que cortam a capital da floresta – Manaus.

Desta forma, a pesquisa que se iniciou pelo caminho da criação e produção dos álbuns tem instigado novas questões que levam a pensar os processos de luta para a afirmação de memórias, e o controle do imaginário social desses espaços periféricos

Bibliografia

LOPES, Ana Paula de Oliveira. *Album Graphico de Matto-Grosso: As imagens de um Estado que se pretende moderno*. 159f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2009.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. *Santa-Anna Nery um propagandista “voluntário” da Amazônia (1883-1901)*. 104f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2007.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, n. 15, p. 255-272, 2007.

PEREIRA, Rosa Claudia Cerqueira. *Paisagens urbanas: fotografia e modernidade na cidade de Belém (1846-1908)*. 190f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições universais: espetáculo da modernidade do século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

NERY, Frederico José de Santana. *O País das Amazonas*. Trad. Ana Mazur Spira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.

Fonte Manuscrita

DOC. COMISSÃO RONDON. Ano 1915-1920. Estante 2, n. 154. of. 260. APMT.

Jornais

O MATTO GROSSO, Cuiabá, n. 1265, 21 fev. 1915.

O GLADIADOR, Cuiabá, 2 fev. 1915.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 20 de jul. de 1899. nº 512.

Fontes virtuais

MENSAGEM DIRIGIDA PELO Exmo. Sr. Dr. JOAQUIM A. DA COSTA MARQUES, Presidente do Estado de Mato Grosso, à Assembléia Legislativa ao instalar-se a 3ª. sessão ordinária da 9ª. Legislatura em 13 de maio de 1912. Cuiabá: Typografia Oficial. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso em: 6 set. 2008.

MENSAGEM DIRIGIDA PELO Exmo. Sr. Dr. JOAQUIM A. DA COSTA MARQUES, Presidente do Estado de Mato Grosso, à Assembleia Legislativa ao instalar-se a 3ª. sessão ordinária da 9ª. Legislatura em 13 de maio de 1912. Cuiabá: Typografia Oficial. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso em: 6 set. 2008, p. 46.

Álbuns

NERY, Silverio. *Album do Amazonas 1901-1902*. No governo de Sua Exª Snr. Dr. Silverio Nery. Manáos, Photographias de F.A. Fidanza, 1901-1902.

AYALA, Cardoso; SIMON, Feliciano. *Álbum Graphico de Matto-Grosso*. (EEUU do Brasil). Corumbá; Hamburgo: Ayalas& Simon Editores, 1914.

DECOUD, Arsenio Lopez. *Album Grafico de la República Del Paraguay*. Ed. fac-símile. Assunção: Cromos S. R. L.; Buenos Aires: Talleres Graficos, 1983.

A imprensa diamantinense e as transformações do Norte Mineiro na Primeira República

Carolina Paulino Alcântara

Mestranda na linha Ciência e Cultura na História

Universidade Federal de Minas Gerais

carolinapalcantara@hotmail.com

RESUMO: Entre os anos de 1889 e 1930, Diamantina e região passaram por melhoramentos que foram impulsionados pela intensificação do discurso de modernização da região divulgado, principalmente, pela imprensa da cidade. Diante disso, este texto objetiva analisar a atuação dos jornais diamantinenses, destacando sua defesa pelo progresso do município e região do Norte de Minas e seu discurso respaldado na ideia de modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa diamantinense; Modernização; Sertão Norte Mineiro.

ABSTRACT: Between the years 1889 and 1930, Diamantina and its region have undergone improvements driven by the intensification of the discourse of modernization in the region reported mostly by the press of the city. Thus, this paper aims to analyze the performance of Diamantina newspapers, highlighting its defense of the progress in the city and the North of Minas Gerais and its speech backed by the idea of modernity.

KEYWORDS: Diamantinense Press; Modernization; Sertão of North of Minas Gerais.

Introdução

O período da história do Brasil conhecido como Primeira República é muito estudado pela historiografia brasileira, apresentando diversos focos de análises. Este texto dialoga com os diferentes estudos que, de alguma maneira, analisam os impactos que o discurso da modernidade causou em distintas regiões do Brasil. Essas pesquisas analisam tanto o contexto dos grandes centros urbanos, no qual suas elites procuraram modernizar suas cidades objetivando rebater a imagem de país atrasado e colonial e desejando integrar-se a conjuntura internacional, quanto o das pequenas cidades do interior, que também tiveram certos setores da sociedade que compartilharam do ideal da modernidade, buscando se inserir ao contexto nacional e estrangeiro. Não podemos nos esquecer das pesquisas que analisam os discursos, principalmente, dos intelectuais brasileiros, que, a partir de meados década de 1910, objetivavam interligar campo e cidade por meio do desenvolvimento das áreas sertanejas

consideradas, ao mesmo tempo, tanto atrasadas e distantes como símbolos da nossa nacionalidade⁴.

Sendo assim, objetivamos, por meio das análises realizadas para a pesquisa de mestrado⁵, do qual este texto é fruto, contribuir para os estudos citados abordando como o ideal da modernidade pode ser percebido na região do Sertão Norte de Minas Gerais, onde as contradições entre atrasado e moderno estão presentes tanto nas representações sobre a região quanto no discurso das elites das cidades do local. Para isso, precisamos destacar, primeiramente, a caracterização feita por Margarida de Souza Neves (2008) sobre o Brasil da Primeira República. Segundo a autora, o país se apresentava dividido por dois “cenários”: o da capital federal⁶, que era o cenário do progresso, e o do interior do país, marcado pela “*modorra*”, onde tudo parecia demorar a acontecer (NEVES, 2008, p. 16). Nesse sentido, distante do primeiro cenário do progresso, mas “atenada” com tudo que acontecia nele, a elite diamantinense procurou romper com essa “*modorra*” que marcava a vida no interior, realizando diferentes melhoramentos na cidade. A imprensa, extremamente atuante naquele período, foi o setor da sociedade que mais divulgou os ideais da modernidade, cobrando obras de intervenção e melhorias urbanas e difundindo ideias, que tinham como objetivo modificar valores e comportamentos da população. Além disso, destacamos que a busca pelo progresso da Cidade também se refletia no discurso da imprensa no que diz respeito a toda região do Norte mineiro. Diamantina, tida como cidade importante do local, deveria ser uma referência para as outras cidades do Norte, que também deveriam se modernizar. Essa preocupação perpassa todo o período da Primeira República, assumindo também outras perspectivas quando os jornais da cidade, em consonância com o discurso nacionalista do período, passam a defender os melhoramentos sanitários nas áreas rurais da região.

De maneira semelhante aos paradoxos descritos por Margarida de Souza Neves para a realidade brasileira, em Diamantina as contradições são aparentes. Trata-se do espaço do urbano no sertão, onde o discurso da modernidade, partilhado pela imprensa, tenta romper

⁴ Na tarefa da construção da identidade nacional, uma corrente de intelectuais do início do século XX preocupava-se em recuperar no interior do país as raízes da nacionalidade, buscando integrar o sertão e o sertanejo ao projeto de construção nacional. Para mais, ver: SANTOS, 1985.

⁵ Para a elaboração da dissertação, ainda em andamento, pesquisamos o discurso da higiene nos jornais de Diamantina na Primeira República procurando compreender como a resolução das questões sanitárias na cidade e região são tidas como importantes para garantir o progresso do sertão norte mineiro.

⁶ Além do Rio de Janeiro, é interessante elencarmos aqui São Paulo e Belo Horizonte que, certamente, eram (e possivelmente ainda são) referências de grandes centros urbanos do país para a elite de Diamantina.

constantemente com a sina do atrasado, do incivilizado, do inculto e do doente que, por sua vez, caracterizam as representações sobre o sertão⁷.

Sobre as questões da modernidade em Diamantina, este texto dialoga com os estudos de James William Goodwin Jr. (2007), que analisa o discurso da modernidade presente na imprensa de Diamantina e Juiz de Fora entre os anos de 1889 e 1915, e de José Moreira de Souza (1993), que analisa o papel que as transformações ocorridas em Diamantina e Serro tiveram na formação do Norte mineiro. Certamente, nossa contribuição está na extensão do marco temporal, que abrangerá todo o período da Primeira República, possibilitando analisar como o ideal da modernidade, presente nesse período, apareceu nos discursos que defendiam o progresso e a civilização da região; e também pretendemos aprofundar nossa análise no que diz respeito ao aspecto regional da imprensa ao destacarmos a presença do discurso de modernização do campo, que, principalmente, na década de 1920, defendia as melhoras sanitárias do sertão mineiro.

A aérea rural já preocupou os impressos de Diamantina em momento anterior aos anos 1920. Essas publicações eram direcionadas ao governo estadual e federal a fim de cobrar investimentos na agricultura visando o crescimento econômico do estado. No entanto, enfocaremos nas preocupações com os problemas sanitários, pois acreditamos que, dentro das transformações defendidas pela imprensa, vão dar um tom diferente ao discurso dos jornais. Eles irão defender o projeto de expansão dos serviços de saúde, procurando melhorar a condição de vida do sertanejo sem deixar de defender o papel de Diamantina nessas mudanças.

Sendo assim, o nosso objetivo com este artigo será analisar a atuação da imprensa em Diamantina que tentou garantir as transformações tanto da cidade como em todo o Norte de Minas objetivando integrar cidade e região ao mundo moderno e civilizado.

A imprensa em Diamantina e sua defesa pelo Norte de Minas

Existiu em Diamantina, entre os anos 1889 a 1930, uma considerável imprensa. Tendo, em média, quatorze jornais por década, foi entre os anos de 1900 a 1909 que a cidade teve o maior número de impressos, com dezoito jornais circulando (SOUZA, 1993). Infelizmente parte desse acervo perdeu-se no tempo.

⁷ O imaginário sobre o sertão, como destaca Amado (1995), variou de tempos em tempos perpassando tanto, como nos finais do século XIX, pela ideia do distante do civilizado quanto, já no início do XX junto ao movimento sanitarista da década de 1920, por uma região flagelada pelas moléstias, mas símbolo do que representava a nação brasileira.

Preservados na Biblioteca Antônio Torres, em Diamantina, na Hemeroteca da Biblioteca Luis de Bessa e no Arquivo Público de Minas Gerais, ambos em Belo Horizonte, dos anos da República Velha, hoje temos acesso a, em torno de, vinte e cinco jornais no arquivo de Diamantina e a sete nos arquivos de Belo Horizonte. Para este texto, utilizaremos os jornais *Sete de Setembro*, *O Município*, *O Tambor*, *Cidade Diamantina*, *A Idea Nova* e *Diamantina*, que, fontes da pesquisa de mestrado já citado, foram mais bem analisados por nós até o presente momento e que, certamente, nos dão base para tratarmos do tema aqui apresentado. Além disso, como é sabido pela historiografia, não há jornal naquele período que conseguisse se manter por muitos anos consecutivos. Por isso, dos jornais preservados, selecionamos àqueles que têm um número razoável de exemplares disponíveis para consulta e que seriam importantes para avaliarmos o nosso marco temporal.

Como sabemos todo discurso é produzido socialmente, sendo indissociável do seu contexto e fruto de um coletivo. Com efeito, o desenvolvimento da imprensa diamantinense, a partir de 1889, está associado ao esforço das elites locais em inserir o Norte Mineiro nas discussões da República. Naquele período, Diamantina apresentava-se como um centro de grande importância para a região, o que fez absorver para si as atividades de coordenar as aspirações das elites do Norte de Minas (SOUZA, 1993). Analisando as propostas dos jornais, percebemos que, em comum, todos procuravam de alguma maneira evidenciar sua perspectiva regional, declarando sempre defensores dos interesses da zona Norte mineira.

No final do século XIX, *Sete de setembro*, *O município*, *O tambor* e *Cidade Diamantina* inauguraram essas discussões sobre o novo momento político implantado em 1889. Para esses jornais, a República no Brasil trouxe a possibilidade de finalmente o Norte de Minas ter representantes no governo que lutassem pelas causas da região. No ano de 1896, por exemplo, o jornal *O Município*, apoiando dois candidatos diamantinenses nas eleições para o senado federal, destaca que os mineiros do Norte precisam e carecem de “bons talentos servidos por bons caracteres, afim de que os nossos direitos eguais aos de quaesquer outras zonas do paiz ou do estado sejam garantidos plenamente [...]” (24/10/1896).

As preocupações em inserir o Norte nos projetos do Estado e do Governo Federal perpassam todo o momento aqui analisado. O município e região vivem em constante expectativa por medidas que os alie aos grandes centros do país. A imprensa se coloca como o setor que pretende lutar exaustivamente por isso. Ao destacarem seus papéis frente à sociedade, todos os jornais supracitados abordam que a imprensa deve lutar pelos interesses da sociedade nortista, uma vez que tem sido negado ao Norte todos os melhoramentos

necessários para garantir o progresso na região. Foi negado a estrada de ferro, as navegações, as estradas de rodagem, os externatos, a luz elétrica, etc. (Cidade Diamantina, 24/12/1893). O estado de permanente expectativa, como dito acima, caracteriza a condição de ansiedade em que vivem as elites da região. A esperança pela estrada de ferro, símbolo do progresso no período, esteve presente nas discussões da imprensa em Diamantina até 1915, quando finalmente o ramal da Central do Brasil é inaugurado na cidade.

O jornal *A Idea Nova*, inaugurado em 1905, deu continuidade a preocupação pelo desenvolvimento da zona nortista. No seu aniversário de quatro anos, ele reafirma seu compromisso em fazer com que o Norte seja mais lembrado pelos governantes. Para eles, “os governantes se lembram das cidades do sul; Diamantina e suas irmãs do Norte jazem no mais ingrato abandono”. Por isso, afirma que “para propugnar pelos interesses vitais desta zona é que mantemos este modesto jornal” (04/04/1909, p.1). Esse discurso permanecerá no jornal por todos os anos de sua publicação.

Não de forma diferente, o jornal a *Diamantina* também coloca em pauta a defesa pelo município e pelo Norte de Minas. Reinaugurado em 1913 com o nome de *Diamantina*, o jornal justifica a mudança do nome, antes *Correio do Norte*, afirmando que condiz mais com o seu atual programa⁸, mas salienta que mesmo com a mudança “Não deixará, entretanto, em tempo algum, de, sob este título, defender os altos interesses do Norte, de que será sempre a sentinella alerta e fiel, no posto que lhe cabe no jornalismo mineiro” (29/11/1913).

A imprensa diamantinense ao assumir a responsabilidade de lutar pelos interesses de todo o Norte de Minas elege Diamantina como cidade referência, no qual, promovendo a sua modernização, estariam cooperando para o engrandecimento de toda a Zona. Nesse sentido, defendiam que a cidade era uma espécie de ponte que ligaria todo o Norte e, ao mesmo tempo, ligaria a região ao progresso.

Claro que cada um busca para si o que lhe interessa. A imprensa defendia, por exemplo, que o ramal da Central do Brasil fosse a Diamantina porque a considerava a cidade mais importante, mas, mais que isso, porque desejavam que ela se transformasse de fato em uma grande metrópole da região. É sobre o imaginário de cidade moderna e as aspirações da imprensa para Diamantina que analisaremos agora.

Diamantina: A Metrópole do Norte

⁸ Possivelmente pelo apoio que o jornal dá a administração da Câmara Municipal naquele ano.

O texto mais emblemático sobre os ideais de modernidade que circulavam na cidade foi o publicado pelo *Idea Nova* em 1909 com o título *A Metrópole do Norte*. No texto o autor imagina Diamantina em 1940, trinta anos após a construção do ramal da estrada de Ferro Central do Brasil⁹. A narrativa descreve a chegada de um diamantinense, acompanhado por um amigo do Rio de Janeiro, a Diamantina, que se tornou uma metrópole, com setenta mil habitantes, movimentada e parecendo com o Rio de Janeiro, como destacou o amigo carioca, Corrêa Netto.

Ao longo do texto percebemos elementos que, para aquele período, eram símbolos de uma cidade moderna. Passeando pela cidade, os dois amigos utilizaram o bonde elétrico e viram uma cidade muito bem iluminada, cercada por edifícios “sumptuosos”, belos jardins, um teatro, vários cafés, etc. Ao se mostrar deslumbrado com a cidade que acabara de conhecer, Netto fala ao amigo diamantinense que um dia Diamantina será como São Paulo, que tem um milhão de habitantes, e que provavelmente se mude, pois está gostando imensamente de Diamantina. Nessa fala o diamantinense responde dizendo as outras melhorias que a Câmara Municipal tem feito na cidade:

E faz bem. Isto aqui tende a melhorar sempre. Cada dia nota-se um novo progresso. A Camara Municipal, com a renda annual de oitocentos contos, já saneou a cidade, canalizando a água, executando a rede de exgotos, calçando todas as ruas, desde o Lava-pés até o Paula Vieira e o antigo Arranca-rabo que é hoje um bairro populoso.

Percebemos, na fala do diamantinense, que problemas que Diamantina enfrenta em 1909 foram solucionados trinta anos depois. A canalização de água potável e a construção da rede de esgotos são abordadas frequentemente pelo *Idea Nova* entre os anos de 1905 a 1912, quando o jornal deixa de circular. Inclusive o jornal, no dia 21/04/1907, apresenta um novo programa que passa a defender mais de perto a campanha de saneamento. A partir daquele exemplar intensificam-se as discussões pelos problemas sanitários da cidade no jornal, que, como destacam também quase todos os jornais da cidade, sendo da época do antigo arraial são, por isso, totalmente obsoletos, não seguindo nenhuma norma de higiene da época.

Além de ter resolvido os problemas sanitários, o narrador destaca que a cidade tem várias colônias estrangeiras, fato importante para o período, que defendia a imigração, além de:

cerca de trinta hotéis importantes, entre brasileiros e estrangeiros; casas de pasto; pensões; muitos clubs; importantes casas comerciais; numerosas

⁹ Era previsto que o trem chegasse a Diamantina ainda em 1910. No entanto, como destacado, o ramal foi inaugurado somente em 1915.

industrias; um hyppodromo; quatro velódromos; associações atléticas; seis theatros; dez cafés de primeira ordem nas ruas centraes; viação urbana perfeitamente regularizada; bons colégios; gymnasio; seminário episcopal...

O amigo pergunta quantos mercados, e o diamantinense responde: “um mercado central; dois de fructas; dois de flores; três de hortaliças; um só de peixe fresco...”.

Ao sentarem em um Café, eles encontram outros dois conterrâneos já idosos, João Edmundo e João Felício, que destacam outros melhoramentos como o progresso da imprensa na região, citando que o *Idea Nova* cresceu muito. Em seguida, abordam que outras coisas modificaram entre elas o jogo de truque que, em compensação, foi substituído pelo Cassino – também presente nos grandes centros urbanos. Além de destacar o progresso de Diamantina, os dois conterrâneos do narrador falam dos melhoramentos de todo o município. João Edmundo aborda que vai para Dattas para um casamento, e, respondendo a Correa Netto, fala que o município cresceu, que já é quase uma cidade com dois semanários, importantes casas comerciais, várias indústrias, etc.

Dando sequência à narrativa, os dois amigos, depois de se despedirem de João Edmundo e João Felício, vão para o hotel. Chegando lá, o autor dá importância para os sons que eles escutam do quarto: sons de automóveis, vendedores de jornais, etc. Ou seja, sons típicos de uma cidade grande e moderna.

No final do texto, já deitados cada um em sua cama, o carioca diz ao diamantinense: “pois meu velho, disse afinal o Netto, a Diamantina é na verdade a Metropole do Norte” e o diamantinense responde: “Perfeitamente. Mas moralmente a cidade nada progrediu, talvez até tenha decahido. Foram-se os antigos costumes simples...”. Respondendo o amigo, Correa Netto diz que “infelizmente é a lei natural: uma sociedade, quanto mais cosmopolita, mais refinada em vícios”. Nessa fala percebemos como o progresso é tido como algo inevitável e que, ao mesmo tempo em que é visto como necessário e bom, ele traz inúmeros outros problemas. Nesse sentido, Diamantina já não é mais a mesma, perdeu seus antigos costumes simples em prol do progresso, que é um bem considerado necessário. Essas contradições estão presentes no pensamento da imprensa local que quer o progresso, mas lamenta que a cidade perca seus antigos costumes.

A chegada do ramal da estrada de Ferro, por exemplo, marca a imprensa com discussões sobre as melhoras e os problemas que viriam com o trem. Entre os problemas, os jornais citam o aumento populacional, a mudança da paisagem, as epidemias, etc. Para diminuir esses impactos, serão discutidas outras modernizações necessárias para que a cidade

possa acompanhar tremenda mudança: é preciso melhorar o estado sanitário da cidade, torná-la mais bela, iluminá-la com luz elétrica. Os exemplos para empreender tais melhoramentos são as modernizações ocorridas em São Paulo e Rio de Janeiro, cidades símbolos do progresso nacional. No entanto, mais do que o Rio, a presença de São Paulo no imaginário de cidade moderna é muito mais forte para os diamantinenses, uma vez que destacam o exemplo de São Paulo, que promove a higiene, a educação e a imigração. Na coluna Cartas Paulistas do jornal a *Idea Nova* do ano de 1906, o correspondente que mora em São Paulo reafirma essas impressões ao afirmar várias vezes que a capital paulista é um exemplo de cidade moderna para o Brasil.

Com efeito, ao analisarmos o texto *Metrópole do Norte* podemos identificar esses ideais de cidade moderna que a imprensa partilhava e difundiu na sociedade diamantinense. O exemplo do Rio e, mais ainda, de São Paulo estão presentes. Do mesmo jeito percebemos as pretensões dos jornais em garantir que a cidade de Diamantina se desenvolvesse e que se firmasse cada vez mais como um centro importante da região.

As preocupações com o saneamento das áreas rurais

No final da década de 1920, a imprensa de Diamantina passa também a dar importância para os problemas enfrentados nas áreas rurais da região do Norte de Minas. O jornal *Diamantina*, em 1927, dá destaque para a defesa sanitária do sertão com o texto intitulado *Um importante problema: A defesa sanitária dos nossos sertões* (11/02/1927) e com as colunas de Educação Sanitária, que publicadas no *Minas Gerais*, impresso oficial do Estado de Minas Gerais, passam a compor as páginas do *Diamantina* a partir do dia 28/02/1927 com a justificativa de que se torne mais conhecido o “nosso povo”.

No primeiro texto, o autor (não identificado) coloca que “O saneamento rural é um dos mais importantes problemas, cuja solução se impõe como condição essencial ao perfeito desenvolvimento da ubérrima e futura região sertaneja”. O sertão mineiro, de acordo com o jornal, é cheia de potencialidades e, por isso, deve receber a atenção de especialistas a fim de melhorarem as ações do Serviço de Profilaxia Rural, criado no ano de 1918. Para isso, é preciso que a engenharia sanitária realize o levantamento topográfico da região para que se faça a drenagem das águas que ali se acumulam e que favorecem o aparecimento de mosquitos que transmitem moléstias. Sabendo das doenças enfrentadas pelos sertanejos, as colunas de Educação Sanitária tratam de assuntos que objetivavam informar as populações sobre os perigos dos pernilongos e mosquitos, das técnicas de proteção contra as picadas, dos sintomas da febre amarela, etc. Essas eram as tentativas, partilhadas pela imprensa, de

modificar a inserção dos sertanejos nos projetos de modernização. A imprensa cobraria do estado a responsabilidade pelos problemas sanitários enfrentados por esses sujeitos e, ao mesmo tempo, divulgaria práticas que seriam importante por retirá-los da ignorância em relação a higiene, ao saneamento e as doenças.

No final de 1927, como destaca Bráulio da Silva Chaves (2011), foi assinado um novo Regulamento de Saúde Pública, que aponta as responsabilidades da Diretoria Saúde Pública e “dava uma organização mais sistemática ao que se passava a ser uma saúde pública, de obrigação e gestão estaduais”. Com isso, “a parceria com os municípios tornou-se mais explícita” (CHAVES, 2011, p. 52). No artigo 61, postulava-se a divisão do Estado em distritos sanitários, que, a partir dos Centros de Saúdes nos Municípios, fariam a ligação direta com a população “pelos atendimentos, na inspeção, na epidemiologia e na educação e propaganda sanitária”. Sobre essa questão, o jornal *Diamantina* (18/09/1927) aborda a importância da criação dos distritos sanitários e, mais uma vez, defende que Diamantina é uma referência para a região do Norte de Minas. No caso, o jornal destaca a esperança de que os habitantes do interior, que só ouviam falar da Diretoria de Higiene, possam agora ser devidamente atendidos. Para o *Diamantina*, um dos distritos sanitários deve ser criado em Diamantina porque está muito próxima de outros municípios, como Serro e Minas Novas, e porque é atendida pela Estrada de Ferro, facilitando a comunicação com outras regiões do estado e do país.

Dessa forma, percebemos como a imprensa, acompanhando os discursos de modernidade do período, defende a modernização do sertão, cobrando das autoridades as melhoras sanitárias da região e, ao mesmo tempo, defendendo a importância de Diamantina perante esses problemas.

Fontes

Cidade Diamantina (1897)

Diamantina (1913-1930)

Idea Nova (1905-1912)

O Município (1893-1903)

O Tambor (1890)

Sete de Setembro (1889)

Bibliografia

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n.15, 1995, p.145-151. Captado em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:QnXyBCsPdYEJ:bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/1990/1129+região,+sertão,+nação&hl=pt-BR&gl=br&>. Acesso em: 12 set. 2011.

BORGES, Maria Eliza Linhares (org.). *Campo e cidade na modernidade brasileira: literatura, vilas operárias, cultura alimentar, futebol, correspondência privada e cultura visual*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

CHAVES, Bráulio Silva. As instituições de saúde e a ideia de modernidade em Minas Gerais na primeira metade do século XX. In: MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. (org.) *História da Saúde em Minas Gerais: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808 – 1958)*. Baurueri, SP: Minha Editora, 2011. p. 28-70.

GOODWIN JR., James William. *As Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora (1884-1914)*. 2007. Tese (Doutorado). Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. 352p.

LIMA, Nísia Verônica Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitaria na Primeira Republica: Uma ideologia de construção da nacionalidade. In: *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p.193-210, 1985.

SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: UFG, 1997

SOUZA, Jose Moreira de. *Cidade: momentos e processos: Serro e Diamantina na formação do norte mineiro no século XIX*. São Paulo Marco Zero, 1993.

A criação do *copyright* na regulamentação do mercado de livros inglês no século 18¹⁰

Cíntia Medina de Souza
Mestre em História Social
FLCH/USP
soucime@gmail.com

RESUMO: O artigo examina a permanência do caráter monopolista da primeira lei moderna de *copyright* de 1710 com base nas relações entre o sistema de privilégios de impressão, as patentes e o *copyright* corporativo, e o discurso que torna o autor proprietário do direito de publicação, durante os séculos 16 e 18 na Inglaterra.

PALAVRAS-CHAVE: Monopólio; Propriedade literária; Direito de publicação; Estatuto da Rainha Ana.

ABSTRACT: The article examines the monopolistic character of the *copyright* created in 1710 to regulate the English book market considering the relationship between the privilege printing system, the patents and stationer's copyright, and the rhetoric that became the author a copyright owner, during 16th century and 18th century in England.

KEY-WORDS: Monopoly; Literary property; Copyright; Statute of Anne.

A lógica protecionista na criação do *copyright* inglês de 1710

A problemática em torno do acesso à produção do conhecimento é uma discussão que data do contexto do desenvolvimento da impressão no Ocidente e perdura até hoje, sobretudo com a possibilidade de expansão do saber por meio do formato digital. Essa discussão se acirra na dificuldade de se encontrar uma base equilibrada de uma regulamentação que beneficie não só todos os interessados, produtores e leitores, como também a manutenção da criação e expansão do próprio conhecimento.

A discussão dessa natureza pode ser vista na virada do século XVII ao longo do século XVIII, quando o cenário político inglês foi tomado por um debate em torno da regulamentação do mercado de livros impressos na Inglaterra. Nesse período, a circulação de livros era regida pelo *Ato de Licença de 1662*, que estruturava o setor de impressos no monopólio da *Companhia dos livreiros de Londres*, a *Stationers' Company*, e na censura por parte do Estado (FEATHER, 2006, p. 46-47). Em 1695, o Parlamento decidiu não renovar essa lei de 1662 e abriu espaço para a discussão de uma nova regulação que culminou na lei

¹⁰ Título obtido com a pesquisa sobre a origem do *copyright* inglês entre os séculos 15 e 18, financiada pelo Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

de *copyright* de 1710, conhecida como *Estatuto da Rainha Ana*. Trata-se da primeira experiência regulatória do mercado livreiro na história moderna europeia, desde o surgimento da impressão no Ocidente.

O *Estatuto da Rainha Ana*, de 1710, estabeleceu um dispositivo jurídico, o *copyright*, que concedia ao autor a propriedade sobre sua obra e lhe conferia o direito exclusivo de publicá-la por um período limitado (cf. *Statute of Anne*, 1710). Esse *copyright* poderia ser atribuído ao impressor ou editor, os quais passariam a desfrutar da propriedade sobre o direito exclusivo de publicá-la também por um tempo abreviado. A criação de um direito exclusivo de publicação limitado sobre a obra literária chama a atenção de estudiosos sobre o tema: por que, após séculos de monopólio perpétuo regulando o setor, optou-se por instituir um monopólio de caráter temporário? Ou melhor: por que se manteve a noção de monopólio como princípio regulador do mercado livreiro? A questão é pertinente, pois, no final do século XVII, o volume de impressos ampliou devido à própria pirataria. Esta desafiava o monopólio corporativo, que articulava meios de conter a concorrência, e o público demandava por maior acesso, questionando o preço abusivo dos livros devido aos exclusivismos no setor.

Uma das explicações a essa questão aponta para o contexto econômico da época, caracterizado pela cultura do crédito como impulsionador das atividades comerciais. Havia uma dependência da produção livreira pelo crédito, o que caracterizava um setor de alto risco e de demanda por retorno lucrativo (JOHNS, 2009, p. 112). Daí a necessidade de um dispositivo que assegurasse um lucro e o retorno do investimento na impressão. No entanto, podemos aprofundar essa explicação, que recorre ao modo como a empresa livreira foi concebida no século XVI, e a sua configuração adquirida ao longo dos séculos XVII e XVIII.

O objetivo desse trabalho é entender por que o *Estatuto da Rainha Ana* não rompeu com o princípio monopolista ao instituir o *copyright* para regular a produção livreira. Para tanto, concentraremos nas relações entre o sistema de privilégios de impressão, as patentes e o registro como as primeiras formas de *copyright*, e a construção em torno da figura do autor como proprietário de sua obra.

A ideia é de que a estrutura de privilégios, na qual nasceu a produção livreira, enraizou práticas costumeiras de direitos exclusivos de publicação, inventadas pela corporação e ratificadas em leis, as quais serviram de modelo para a criação do *copyright*, em 1710. A fundamentação desse direito na figura do autor como proprietário da obra foi essencial para os monopolistas continuarem estendendo o seu limite uma vez que esse direito do autor era transferido para eles. Isso fez com que o setor livreiro continuasse regulado na condição de

monopólio criada pela possibilidade de ampliação do limite de publicação exclusiva, o que de fato ocorreu ao longo do século XVIII e séculos posteriores. Se até 1695 o mercado livreiro era regulado explicitamente no regime de monopólio, em 1710, a adição do autor conduziu a nova regulação sob a noção de um regime de propriedade, porém inspirado no modo de propriedade gerado pelo antigo modelo de direito de publicação criado pelo monopólio corporativo.

Desde a introdução da impressão na Inglaterra no final do século XV, a produção livreira passou a apoiar-se no sistema de privilégios de impressão, com a concessão de patentes reais. Na metade do século XVI, a tendência da expansão do setor em regime de concorrência foi controlada pela corporação livreira londrina, a *Stationers' Company*, criada por iniciativa do Estado absolutista em parceria com os principais impressores portadores das patentes de publicação, em 1557 (ARBER, 1875-1894, v. 1, p. 114). A partir de então, a regulamentação do mercado livreiro passou a escorar-se na articulação entre privilégios de impressão e direito exclusivo de publicação, o *copyright* criado pela corporação, auxiliando na contenção de publicação contrária ao Estado, no controle da concorrência e na acumulação de capital. O resultado dessa equação 'privilégios e *copyright*' não foi alterado com a introdução de um direito exclusivo ao autor em 1710, pois este *copyright* criado, embora limitado, não colocou em risco o princípio monopolista da regulamentação da produção livreira.

É importante salientar que o tema sobre a regulamentação de livros tem sido estudado desde a revisão da *Convenção de Berna*, em 1909. No entanto, esses estudos acabaram concentrando-se no caráter jurídico do *copyright* ou na abordagem romântica do século XIX, que construiu a ideia do autor como um gênio e a autoria como um fato natural e não como uma contingência histórica (SAUNDERS, 1992, p. 13). Ambas as leituras não contemplam uma análise histórica das relações entre as instituições sociais envolvidas na criação desse direito exclusivo.

A questão proposta será analisada com base numa documentação histórica formada pelas petições e projetos de lei, panfletos e periódicos, processos judiciais e jornais do parlamento inglês. Os resultados serão analisados à luz das proposições teóricas de Lyman R. Patterson, Mark Rose, David Saunders e Joseph Loewenstein, os quais não isolam o *copyright* como um fenômeno jurídico ou cultural; veem a regulamentação do mercado livreiro, e o direito de publicação, como resultado de um processo histórico movido pela tecnologia da impressão e por interesses comerciais e culturais articulados na esfera político-jurídica.

A proposta é fornecer uma percepção histórica da instituição de um direito de publicação, no caso o *copyright* inglês, e mostrar que se tratou de um dispositivo regulador construído com base em antigas práticas de monopólio; a sua atribuição ao autor não rompeu com o caráter protecionista, pois esse direito permaneceu sob a noção de privilégio concedido pelo Estado, favorecendo muito mais os interesses do capitalista livreiro.

Sistema de privilégios e patentes, *copyright* corporativo e a figura do autor

A discussão sobre uma nova regulamentação no setor livreiro inglês visava romper com a ordem monopolista criada para regular a atividade da impressão desde a sua introdução na Inglaterra, em 1476. A incorporação dessa manufatura foi concebida e regulamentada na mesma lógica protecionista das outras atividades comerciais, que estavam estruturadas pelo antigo sistema de privilégios. Portanto, o estímulo da produção livreira foi feito por meio de patentes de impressão, as quais concediam o direito exclusivo para, no primeiro momento, operar a máquina impressora e, por conseguinte, publicar exclusivamente determinados títulos de livros (CLEGG, 1997, p. 6-7).

Entretanto, os titulares dessas patentes uniram-se numa corporação livreira visando conter a concorrência no setor em virtude da expansão do mercado de impressos, sobretudo estimulada por questões religiosas e políticas. A ruptura do monarca inglês com o catolicismo, em 1534, e a guerra civil inglesa, entre 1640 e 1688, favoreceram a difusão de impressos e aumentaram a preocupação do Estado com publicações sediciosas. Portanto, a monarquia Tudor concedeu uma Carta Régia aos principais titulares de patentes, permitindo-os criar a *Stationers' Company*, a Companhia dos livreiros de Londres, em 1557 (ROSE, 1993, p.12). Essa carta estabelecia a parceria entre o Estado e a Companhia no combate a livros sediciosos e à concorrência, e estruturava a regulamentação do setor livreiro no sistema de monopólio e censura.

Essa parceria foi crucial porque inseriu práticas corporativas de organização do comércio livreiro entre as quais estava a do registro de obras, do qual surgiu um instrumento significativo para a regulamentação do setor: o *copyright* corporativo. Este dispositivo concedia a posse do direito exclusivo de publicar a obra ao livreiro e não ao autor. A sua função era inibir a competição e concentrar a publicação de obras no grupo dos titulares de patentes, que visavam à garantia dos investimentos e de seus lucros gerados pela publicação (PATTERSON, 1968, p. 31). O ato do registro tornou-se mandatório após 1577, quando alguns membros da corporação revoltaram-se imprimindo títulos de livros monopolizados

pelos titulares de patentes, ou seja, pelos mestres de impressão agraciados por privilégios reais e pertencentes aos altos cargos administrativos da corporação.

A acumulação, propiciada por esses privilégios, fazia desses titulares de patentes os principais financiadores da cadeia produtiva do livro. Eles investiam seu capital na compra do manuscrito do autor e nos custos da impressão com papel, mão de obra do impressor, compositor, encadernador e seus aprendizes; por fim eram os responsáveis pela circulação e venda dos livros. Ademais, a impressão explorada nos moldes corporativos acentuou a lógica monopolista no setor, pois limitou o número de atuantes e de maquinários e estabeleceu uma divisão social do trabalho gerida por uma rigorosa hierarquia. E essa dinâmica era confirmada por ordenanças internas corporativas e leis e estatutos do Estado.

Nesse momento, estamos diante de duas formas de direito de publicação na história da gênese do *copyright* de 1710: as patentes e o *copyright* corporativo obtido pelo registro do manuscrito que o autor vendia ao livreiro, quem adquiria a posse sobre o direito de publicá-lo. Não havia direito do autor, pois o registro era restrito ao membro da corporação. Enquanto as patentes eram um direito de publicação limitado, o *copyright* corporativo era um direito perpétuo. Isso fez com que vários livreiros buscassem obter o *copyright* corporativo para seus livros já patenteados (ARBER, 1875-1894, v. 1, p. 96-97).

A introdução do registro de obras é central na nossa discussão, porque nos coloca diante de um modelo de um dispositivo regulador do mercado livreiro, sobretudo, com sua validade legal conquistada no *Decreto de 1637* e nas leis posteriores, que passaram a regular o setor. Inclusive, o lucro proporcionado pelo *copyright* corporativo registrado permitiu aos seus titulares investir em mais títulos de classe de livros populares – composta por almanaques, prognósticos, abecedários, catecismos, saltérios e hinários – cujo privilégio de impressão foi concedido por Jaime I à corporação, dando-lhe o direito perpétuo de publicá-la, em 1603.

Nessa concessão, houve a oportunidade de partilha entre os membros da corporação e um equilíbrio na exploração da atividade impressora. Porém, o modo como essa divisão foi feita priorizou novamente a lógica monopolista: os títulos foram distribuídos em formas de ações – os mais rentáveis ficaram com o grupo monopolista. Esse esquema foi chamado de *English Stock*, um sistema especulativo para acumular capital, visto que os títulos tornaram-se mais rentáveis sendo negociados como ações do que sendo publicados (BLAGDEN, 1960, p. 94).

Podemos ver claramente a lógica monopolista sustentada na relação entre o sistema de privilégio, que permitia ao monarca conceder patentes à corporação, e a criação de outro modelo de direito exclusivo de publicação, o *copyright* corporativo, e suas derivadas formas monopolistas como a *English Stock*. Porém, a prática de monopólio, intensificada pelos Stuarts, foi contestada a partir dos anos de 1620¹¹, o que resultou no *Estatuto do Monopólio de 1624*, que retirava o monopólio de várias atividades, porém, mantinha na impressão. (ROSE, 1993, p.45).

A não ruptura com o monopólio da impressão gerou contestações à corporação livreira, intensificando-se durante a guerra civil com a abolição da Câmara Estrelada, em 1641, que era principal órgão da censura e das leis monopolistas. Sem uma regulação estatal no setor livreiro, houve a proliferação de impressos, criando um ambiente propício ao debate sobre os rumos da impressão. O argumento dos monopolistas jazia numa matriz tradicional de propriedade apresentada na petição de 1643: afirmavam ser o *copyright* corporativo uma propriedade como a terra e contratos matrimoniais, portanto, perpétuo. Para eles, conceber tal direito como propriedade perpétua era condição *sine qua non* para garantir a proteção dos seus investimentos e o próprio estímulo do conhecimento (ARBER, 1875-1894, v. 1, p. 586-587). O reforço deste argumento foi feito em uma disputa judicial, em 1666, quando usaram a figura do autor como proprietário absoluto do direito sobre sua obra, cuja venda ao livreiro fazia deste o próprio proprietário de tal direito (LOEWENSTEIN, 2002, p. 200). Tratou-se de um direito reificado comparado a quaisquer outros bens e, portanto, equivalente a qualquer outro direito perpétuo de propriedade (ROSE, 1993, p. 24).

Basicamente a ideia do direito de publicação como uma propriedade transferida pelo autor ao livreiro marcou o debate sobre a regulação nas décadas de 1700. Na analogia de tal direito a qualquer outra forma de propriedade material, os livreiros tentaram incorporá-lo na mesma classe legal da terra, que era o ponto central da lei comum inglesa: a *common law*, ou seja, o direito consuetudinário que julgava com base em práticas e costumes imemoriais (LOEWENSTEIN, 2002, p. 199-200). Uma vez que o costume era o da transferência da obra pelo autor e do seu registro na corporação, que assegurava o direito perpétuo de publicação ao livreiro, a nova lei deveria respeitar essa ordem costumeira reconhecida pela *common law*.

¹¹ Sobre a questão do monopólio, o parlamentar Sir Robert Wroth argumentou: “Desde o último Parlamento, houve a concessão de diversas patentes [...] para passas de corinto, ferro, pó, ossos bovinos, [...] couro, roupas, cinzas [...]. Após a leitura dessa lista, Mr. Hackwell levantou-se e perguntou: ‘Não tem pão nessa lista?’ [...]. ‘Não’, disse o próprio Mr. Hackwell, ‘se não está nesta, o pão estará na outra lista da próxima reunião parlamentar’ ” (Cf. *House of Commons’ Journal*, nov 1601, p. 622-660).

Desde 1695 até 1710, foram escritos vários projetos de lei e debatidos pelos parlamentares sob a pressão dos monopolistas e da sociedade. Alguns deles acataram a ideia de haver uma “propriedade incontestável” do autor a ser “assegurada”. No entanto, imperou a ideia de uma propriedade, não incontestável, mas “conferida” ao autor pelo Estado a fim de estabelecer um direito limitado como dispositivo regulador do setor livreiro (cf. *Statute of Anne*, 1710). O limite desse direito teve como modelo o antigo *Estatuto do Monopólio de 1624*. Como vimos, esse estatuto rompeu com o monopólio em várias atividades, porém no setor da invenção de máquinas, essa lei estabeleceu um monopólio limitado, cujo período foi adotado igualmente no setor livreiro 86 anos depois: 14 anos para publicação de obras novas, sendo renovável por mais 14 anos se o autor estivesse vivo, e de 21 anos para obras já publicadas, não renováveis (ROSE, 1993, p. 25).

Notamos que a regulamentação de 1710 manteve como base a prática de concessão de direito, embora, desta vez, feita por decisão parlamentar e não mais pela vontade soberana do monarca. O Parlamento se baseou nas leis e práticas regulatórias antigas, que ratificavam o *copyright* corporativo e o costume de transferência da obra do autor ao livreiro, servindo de modelo para o *copyright* estatutário instituído no *Estatuto da Rainha Ana*, em 1710. Pois, em suas provisões, ainda se manteve a prática de registrar a obra na corporação livreira como condição para adquirir o direito de publicação, ou seja, incorporou-se o costume do registro que assegurava o *copyright* corporativo. Além disso, o estatuto apontava, como proprietário do direito, o autor ou o seu ‘designado’, ou seja, o comprador do manuscrito sem enfatizar a figura do autor com distinção. Assim, ratificava a lógica da antiga prática de transferência, na qual o livreiro comprador era o que mais usufruía dos ganhos advindos da publicação e da comercialização do próprio direito atribuído pelo autor. No estatuto, nada constava sobre a natureza moral do direito do autor, e de um eventual direito de rescisão contratual e de revisão da sua obra.

É inegável que o *copyright* estatutário rompeu com o direito perpétuo dos monopolistas. De certo modo, significou uma mudança expressiva no setor, pois o autor adquiriu o direito de publicar sua obra, que passaria a domínio público após 28 anos, ou seja, um ganho para ambos o autor e o público leitor. Mas isso não eliminou o caráter monopolista da regulação do mercado livreiro e mostrou o quanto seus negociantes ainda clamaram pela permanência dessa lógica: os anos posteriores ao *Estatuto da Rainha Ana* mostraram isso.

Após o fim do limite de proteção das obras novas, somando-se dois ciclos de 14 anos, e dos 21 anos das obras antigas, qualquer um poderia publicá-las. Porém, já nos anos de 1730,

os monopolistas da corporação tentaram pleitear uma nova lei que ampliasse o limite. Como não conseguiram, eles apelaram para os tribunais da *common law* e conseguiram liminares que mantiveram seus direitos exclusivos de publicação por tempo indeterminado (SAUNDERS, 1992, p. 58). Esse artifício legal sobrepôs à autoridade da legislação de 1710. Ademais, essas discussões judiciais provocaram um debate amplo na sociedade inglesa com forte participação do público, de autores e editores.

É nesse período que identificamos os esforços, principalmente por parte dos editores, em elaborar um discurso conceitual sobre a existência da propriedade literária (Cf. *A Letter from an author*, 1747, p.408). Desse modo, buscava-se por um direito exclusivo desvinculado da noção de monopólio, típico do comércio regulado por privilégios, e fundamentado na defesa da propriedade (JOHNS, 2009, p. 113): o argumento era de que tal direito fundava-se no trabalho intelectual do autor, cuja *originalidade*, traduzida por “estilo e sentimento” próprios, justificava a propriedade sobre a sua obra (PORTELA, 2003, p. 152-157; *Tonson v. Collins*, 1762). Afirmava-se que antes da publicação do manuscrito, o autor era proprietário dessas ideias vistas como inerentes a ele e, após a publicação, a sua posse recaía nos lucros gerados por essas ideias materializadas nas palavras impressas.

Esse discurso criava a noção de um direito natural do autor reconhecido pela *common law* para obter um direito perpétuo sobre a propriedade literária (SAUNDERS, 1992, p. 64). No entanto, essa formulação encontrava barreiras na própria *common law*, pois esta lidava apenas com a propriedade material e não com a imaterial, caráter das ideias expressadas com “estilo e sentimento” próprios. Essa tentativa de construir uma propriedade literária perpétua foi contestada pelo argumento de que seria um paradoxo haver uma propriedade sobre o discurso e a linguagem, que são inerentes a todo ser humano. Para reforçar tal posição, foi lembrado que nunca havia existido esse direito entre os poetas antigos; e este só surgiu por meio do Estado que o criou de modo limitado para torná-lo acessível a outros (Cf. *An inquire*, 1762, p. 1-10; *Tonson v. Collins*, 1762).

Por um lado, notamos o papel do âmbito jurídico na discussão em torno da transformação do autor como base principal para consolidar a ideia de uma propriedade literária e, assim, justificar um direito de publicação, pautado no autor, como dispositivo essencial para a regulação do mercado livreiro. Por outro, é visível que o direito de publicação foi algo construído pelo Estado ao longo do desenvolvimento da impressão por meio de privilégios e patentes e, depois, com o *Estatuto da Rainha Ana*, em 1710. A tentativa de alguns juristas em conceber um direito natural do autor – e, portanto, perpétuo que saía de tal

ordem de concessão – foi abortada pelo emblemático caso *Donaldson v. Beckett*¹², em 1774. Nesse caso, o *Estatuto da Rainha Ana*, e seu direito limitado, prevaleceu.

Daí, retornamos à questão inicial: por que a regulação do setor se manteve baseada em um direito que, embora limitado, conservou o teor protecionista? Porque a base regulatória conhecida era a prática de concessão de privilégios e patentes de impressão, da qual se originou um modelo histórico de *copyright* do século XVI. Este era o modelo que os legisladores incorporaram para instituir o *copyright* de 1710, porém de acordo com as pressões comerciais e sociais. Para atender aos interesses do público e dos novos editores, desejosos em participar do negócio livreiro, foi atribuído um limite a tal direito. Este período abreviado de proteção da publicação da obra rompia com o monopólio perpétuo corporativo, mas não com a lógica protecionista. Tal limite atendia aos interesses dos monopolistas na medida em que lhes permitia continuar exigindo por sua ampliação nas arenas jurídica e política¹³. A figura do autor, explorada por argumentos jurídicos e filosóficos, foi central para as exigências de ampliações dos limites, que passaram a concentrar cada vez mais o direito exclusivo nos editores, visto que ao autor permaneceu o papel de transferir sua obra mediante pagamento acordado, conforme a antiga prática livreira.

Considerações Finais

O acesso histórico à primeira legislação moderna do *copyright* de 1710 nos revelou que tal dispositivo jurídico manteve o teor monopolista como base reguladora do mercado livreiro, apesar de instituir um direito exclusivo de publicação limitado. Este formato resultou do conflito entre interesses comerciais e culturais, argumentos filosóficos e jurídicos, e da própria tecnologia da impressão, que ao tender à expansão implicava criar um regime de competição. Esses interesses divergiram entre uma ampliação do acesso ao mercado livreiro e a sua restrição pela permanência em regime de monopólio, porém fundamentado na ideia de propriedade e, não mais, em privilégios de impressão.

Para resolver essa divergência, a lei de *copyright* de 1710 instituiu no autor um direito limitado de publicação, porém modelado pelas antigas práticas de regulação regidas pelo princípio monopolista. Desse modo, a introdução de um limite ao direito exclusivo de publicação sinalizou uma possível participação de outros agentes no setor; porém tal limite

¹² Esse caso foi um marco na história do *copyright* inglês por ter criado um precedente da superioridade da legislação de *copyright* de 1710 sobre os veredictos judiciais, os que favoreceram o direito perpétuo de publicação dos monopolistas da corporação ao longo do século 18.

¹³ Na petição contrária à limitação, enviada ao Parlamento, os monopolistas disseram: “[...] se nós temos um direito por dez anos, temos esse direito para sempre” (Cf. *More reasons*, 1709).¹³

também implicou numa brecha para sua constante ampliação por parte dos monopolistas. Esse limite rompeu com o monopólio perpétuo corporativo, mas instituiu outro monopólio abreviado, que deu margem para ser ampliado nos séculos posteriores. Portanto, o *copyright* estatutário de 1710 manteve um caráter protecionista. O discurso da existência de uma propriedade literária do autor contribuiu para essa permanente extensão do limite de publicação, o que impossibilitou uma dinâmica comercial mais favorável ao acesso do público às obras literárias.

Desde o século XVIII até o atual, as leis inglesas e as de outros países têm demonstrado essa ampliação do período de proteção que chega a abarcar mais de 100 anos, contando com o período após a morte do autor. Isso inviabiliza cada vez mais uma dinâmica de preços acessíveis e uma ampliação do acesso pelo público à produção cultural literária. Uma vez que historicamente o direito exclusivo de publicação é uma concessão do Estado para regular a produção livreira, podemos repensar a questão de uma nova regulação em termos de políticas públicas. Nesse sentido, podemos avaliar se as bases teóricas e históricas, que fundamentam a noção de direito autoral atual, são compatíveis com as demandas da sociedade em geral, principalmente levando em consideração a possibilidade de replicação do conhecimento no formato digital.

Bibliografia

ARBER, Edward (Ed.). *A transcript of the registers of the Company of Stationer of London 1554-1640*. AD 5 v. London and Birmingham: Privately printed, 1875-1894.

BLAGDEN, Cyprian. *Stationers' Company: a history 1403-1959*. Cambridge: Harvard University Press, 1960.

CLEGG, Cyndia Susan. *Press censorship in Elizabethan England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FEATHER, John. *A history of British publishing*. London and New York: Routledge, 2006.

JOHNS, Adrian. *Piracy: the intellectual property wars from Gutenberg to gates*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2009.

LOEWENSTEIN, Joseph. *The author's due: printing and the prehistory of copyright*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

PATTERSON, L. R. *Copyright in historical perspective*. Nashville: Vanderbilt University, 1968.

PORTELA, M. *O comércio da literatura: mercado & representação*. Lisboa: Antígona, 2003.

ROSE, Mark. *Authors and owners: the invention of copyright*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1993.

SAUNDERS, David. *Authorship e copyright*. London: Routledge, 1992.

British History Online Site: www.britishhistory.ac.uk. House of Commons' Journal

Projeto Primary Sources on Copyright (1450-1900) Site: www.copyrighthistory.org

A letter from an author, to a member of parliament concerning literary property (1747).

An enquire into the nature and origin of the literary property (1762)

More reasons humbly offer'd to the Honourable house of Commons, for the bill for the encouragement learning, and for securing the property of copies of books to the rightful owners thereof, London (1709).

Statute of Anne (1710); *Tonson v. Collins* (1761-1762).

Circulação de textos teatrais no Rio de Janeiro oitocentista: um estudo de caso sobre a publicação da cena cômica *Ahi! Cara dura!* De Francisco Correa Vasques (1883-1884)

Henrique Bueno Bresciani

Mestrando em História Social
Universidade Estadual de Londrina
he.buenob@gmail.com

RESUMO: A peça *Ahi! Cara Dura!*, de autoria do comediógrafo fluminense Francisco Correa Vasques, foi representada pela primeira vez em abril de 1883. Posteriormente, seu texto foi publicado em uma série de folhetins da *Gazeta da Tarde*. O objetivo deste artigo é investigar sua circulação, refletindo sobre as possíveis conexões estabelecidas entre “palco e página” que recorrentemente caracterizavam a edição de peças de gênero musicado.

PALAVRAS-CHAVE: História da Leitura; Imprensa; Francisco Correa Vasques; Brasil Império.

ABSTRACT: The play *Ahi! Cara dura!*, whose author is the dramaturge Francisco Correa Vasques, was first staged in April, 1883. Thereafter its text was published as part of a *feuilletons*'s series in *Gazeta da Tarde* newspaper. This article aims at investigating its circulation considering the connections that might have been established between “stage and page” which would often characterize the editing of musical theater plays.

KEYWORDS: History of Reading; Press; Francisco Correa Vasques; Brazilian Empire.

No dia 24 de janeiro de 1884, o comediógrafo fluminense Francisco Correa Vasques deliciava seus leitores com mais uma de suas incisivas *Scenas Comicas*, título escolhido por ele para uma série de folhetins publicados na *Gazeta da Tarde* entre 25 de outubro de 1883 e 17 de julho de 1884. Localizada na parte inferior da primeira página deste jornal, encontrava-se a peça intitulada *Ahi! Cara Dura!*, um dos textos integrantes da série. Sua publicação constitui-se em uma evidência relevante para a investigação da dinâmica de disseminação de textos teatrais de gênero leve na segunda metade do século XIX.

Estudar a circulação de um texto, entretanto, implica sempre estender o escopo temporal da análise nas duas direções possíveis. Seguindo este argumento, torna-se fundamental recuar no tempo em relação à data de sua publicação a fim de compreendermos seus antecedentes. Basta lembrar que, antes de ser editada, a peça foi representada nos palcos do Rio de Janeiro e existiu sob outra linguagem, obedecendo tanto a uma lógica como a regras distintas se comparadas àquelas de sua veiculação impressa. Por outro lado, também somos

impelidos a lançar um olhar adiante do dia 24 de janeiro e explorar as repercussões e desdobramentos da publicação do texto, indagando sobre a maneira como este foi “recebido” pelos leitores e as próprias interlocuções que estabelecia com a sociedade fluminense.

Dito isto, portanto, ao invés de começarmos esta história pelo ano de 1884, regressemos alguns meses até o dia 10 de abril de 1883, no qual se publicou o primeiro anúncio da representação de *Ahi! Cara dura!*¹⁴ Localizada na primeira página da *Gazeta da Tarde*, uma extensa coluna, intitulada *O Vasques*, rompia com os modelos recorrentes adotados pelos jornais para divulgar os espetáculos teatrais (GAZETA DA TARDE, 10 abr., 1883: nº 80). Ao invés de se situar no canto inferior da última página – como é de costume neste periódico – e de reproduzir os elementos comuns aos anúncios de teatro, sua posição singular ocupada no jornal e o longo texto que a compõe sugerem que desta vez optara-se por uma estratégia diferente da usual.

Tal opção correspondia diretamente à própria natureza especial do espetáculo em benefício, pois todo lucro obtido com a venda dos ingressos seria revertido ao próprio Vasques. Diante da particularidade da ocasião do benefício¹⁵, tornam-se compreensíveis as razões que justificariam o anúncio ser precedido por um texto biográfico. Seu principal objetivo era lembrar aos leitores – e espectadores em potencial – sua “louvável” trajetória artística com a finalidade de criar uma grande afluência de público ao teatro Sant’Anna.

Mas esta posição de destaque da coluna no jornal também deve ser atribuída à figura do seu autor. Podemos considerar que neste ponto de sua carreira, Vasques havia atuado em diferentes teatros e trabalhado com diversos empresários, sendo que durante os anos de 1868 e 1870 ele próprio tinha se aventurado nesta atividade com a criação da companhia *Fênix Dramática*. Em 1883 já havia escrito grande parte de seus textos teatrais e, portanto, já gozava de um prestígio significativo entre as plateias, ao passo que também era bastante popular nos jornais fluminenses, nos quais ele era reconhecido simplesmente como “o Vasques”. Dada a sua notoriedade, podemos entender a perspicácia do escritor da notícia quando deixou entrever que a lotação do teatro era uma certeza, uma vez que os espectadores, segundo sua opinião, teriam de “acotovelar-se” se quisessem assistir às representações (GAZETA DA TARDE, 10 ABR., 1883, n. 80).

¹⁴Todos os trechos de periódicos citados neste artigo estão digitalizados e disponibilizados *online* na Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>> Acesso em: 09, mai. 2014.

¹⁵Os benefícios eram espetáculos cuja renda era revertida em prol de algum ator ou instituição. Pode-se dizer ainda que eram comuns no mundo teatral deste contexto e muito importantes para os atores, na medida em que estes não gozavam de uma estabilidade e regularidade de ganhos bem definidas.

Apesar de sua popularidade é necessário ressaltar que o ator e dramaturgo não obteve uma educação formal completa e não constituía um tipo propriamente erudito naquele contexto. Nascido em 29 de abril de 1839, era mulato, pertencente a uma família pouco abastada e concluiu apenas o curso elementar no Colégio Marinho. A primeira peça escrita pelo dramaturgo, *Sr. José Maria Assombrado pelo Mágico*, estreou em 1858 em Niterói e foi o primeiro espetáculo em que Vasques foi beneficiado (cf. SOUZA, 2010).

Vinte e cinco anos mais tarde, ele escolhia outra cena cômica de seu próprio punho para a realização de seu benefício. Ao fazer isso, apostava mais uma vez no sucesso desempenhado pelo teatro de gênero ligeiro e musical frente às plateias e no prestígio de seu próprio nome e obra construídos dentro desta estética. O teatro ligeiro, presente no Rio de Janeiro desde 1830 (cf. MENCARELLI, 2003), ganhou muito destaque frente a outras concepções da arte dramática, a saber a estética romântica e nacionalista – praticada pela companhia do famoso ator João Caetano no teatro São Pedro de Alcântara – e a voga do teatro realista e seus “dramas de casaca”, representados principalmente no Ginásio Dramático – cujos autores e defensores eram, por exemplo, Machado de Assis e José de Alencar . A partir da década de 1870, como argumenta Fernando Antonio Mencarelli, o gênero ligeiro e musical, com suas diversas modalidades, constituiu-se como um verdadeiro negócio. Tal fenômeno, na sua percepção, poderia ser observado no incremento do número de casas de espetáculo, de companhias, de empresários, atores, peças e também das próprias plateias (cf. 2003).

Em 1883, por exemplo, Vasques fazia parte da companhia *Fênix Dramática*, que neste momento era dirigida por Jacinto Heller, e de forma similar às empresas de Sousa Bastos e Braga Junior, seus concorrentes naquele momento, apostava no repertório ligeiro. O sucesso de tais gêneros estava relacionado também às interlocuções estabelecidas pelos temas e formas dos espetáculos que se adequavam aos gostos de uma plateia cada vez mais numerosa e heterogênea de uma cidade em processo de modernização. As novas demandas do contexto confluíram, desta forma, para a criação de um circuito de diversão urbana na cidade do Rio de Janeiro (cf. MENCARELLI, 2003).

Uma das características principais dos gêneros ligeiros era incorporar linguagens e tipos de performances diferentes. Distanciando-se de um teatro que tomava o texto como principal referencial, investia-se na espetacularidade cênica, no diálogo direto com os espectadores, no improviso e na música. (cf. MENCARELLI, 2003) As cenas cômicas, pelas quais Vasques se fez bastante conhecido, compartilhavam destes elementos. Compostas por

um único ato e representadas por um ou dois atores, como nos lembra Silvia Cristina Martins de Souza, elas apostavam na abordagem humorística de temas extraídos dos próprios burburinhos da cidade. Eram escritas em prosa, verso, ou ainda articulando ambas as possibilidades e, de maneira recorrente, utilizavam-se de determinados recursos tais quais a imitação, a música, a dança e números de magia (cf. SOUZA, 2006).

A peça *Ahi! Cara dura!* revelava sua comicidade a partir do próprio título. O termo provavelmente possuía um sentido similar à expressão contemporânea *cara de pau*¹⁶, ou seja, ela identificava um indivíduo pouco escrupuloso, alguém que desempenhava ações consideradas imorais ou desonestas sem, entretanto, demonstrar qualquer constrangimento em relação a elas. Além disso, tratando-se de uma expressão provavelmente muito difundida por intermédio da oralidade, também podemos supor que Vasques, estrategicamente, procurava despertar a atenção dos possíveis espectadores ao aludir a referências culturais compartilhadas por eles.

A peça divide-se em oito falas nos quais o interlocutor, ele próprio um *cara dura*, apresenta diversas situações em que personagens, cheios de cinismo e sem vergonha alguma, desempenham ações dignas do título do espetáculo. A música era bastante marcante em sua encenação uma vez que a prosa intercalava-se com pequenos versos que eram cantados com o acompanhamento da orquestra como forma de encerrar cada situação. A dança era outro elemento característico da peça. Dançar o maxixe com todas as moças em uma ocasião social de origem humilde é a conquista de seu Manduca por realizar um conveniente brinde ao dono da casa, que apesar de não ser propriamente elogioso, foi recebido com muito humor pelos convidados e acabou atraindo a atenção das mulheres para si.

Vasques, lançando mão de recursos diversos, certamente agradava suas plateias e as colocava a rir. Se acompanharmos a repercussão da peça nos jornais podemos elaborar algumas suposições sobre sua recepção entre os espectadores. No dia 12 de abril, em uma notícia da *Gazeta da Tarde*¹⁷, afirmava-se o seguinte:

O teatro Sant'Anna estava repleto. Todos queriam render homenagem ao querido das platéas, ao actor que mais profundamente conhece o coração do povo, ás vezes fraco, porém sempre generoso e prompto a render homenagem aos que como Vasques, tem por distinctivo o trabalho, o talento

¹⁶A expressão *cara de pau* também era comum em 1883. Cf. *Brazil*, 23 mar., 1884. É necessário registrar, entretanto, a fim de evitar o anacronismo, que determinados atos, ideias e práticas que podem ter sido consideradas imorais na sociedade oitocentista não são necessariamente similares aos atuais.

¹⁷É interessante notar que novamente intitulou-se a notícia de “O Vasques”, inserindo-a na primeira página, como da outra vez, provavelmente com o intuito de chamar a atenção daqueles que haviam lido a primeira notícia e gostariam de acompanhar seus desdobramentos.

e a honra. O autor de *Lágrimas de Maria* foi coberto de ovações. De um lado, o povo, de outro, os companheiros e todos, trabalhando para um fim único – laurear aquelle cujo coração bate em prol de tudo quanto é bom, justo, generoso e nobre. A causa dos escravos, os desherdados da fortuna e da sorte, encontrou sempre nelle um grande auxiliar (...) (GAZETA DA TARDE, 12 abr., 1883, n. 82).

É evidente, neste fragmento, que a intenção do escritor em elaborar uma crítica teatral à peça, como era usual em alguns periódicos do contexto, foi praticamente suprimida em favor da veiculação do sucesso de *Ahi! Cara dura!* diante das plateias. É igualmente clara a insistência e a intensidade com que Vasques foi elogiado e engrandecido pelo escritor. Com certeza, não podemos nos esquivar da consideração de que a *Gazeta da Tarde* procurava reafirmar uma imagem bastante positiva do autor. Entretanto, talvez não tenha cometido exageros ao noticiar a repercussão da peça, uma vez ela ocorria num contexto de realizações de espetáculos voltados para a causa da abolição da escravidão, da qual Vasques era um defensor. Isto se torna mais plausível principalmente quando levamos em conta os próprios laços de amizade entre Vasques e José do Patrocínio (cf. SOUZA, 2005), o proprietário e diretor do jornal naquele momento (cf. SODRÉ, 1983)

Enxergando o problema por outro ângulo, é ainda possível supor que a reafirmação desta imagem positiva do autor não surtiria qualquer efeito, e sequer faria algum sentido, caso não encontrasse no público leitor e nos espectadores um terreno fértil no qual florescer. Desta forma, devemos reconhecer que se a publicação desta notícia provavelmente indica uma intencionalidade estratégica em promover Vasques e sua peça, sua segunda e terceira representações, respectivamente realizadas no dia 17 e 18 de abril (cf. GAZETA DA TARDE, 17-18 abr., 1883: nº 86/87) constituem-se em evidências que nos permitem sugerir sua boa aceitação pelo público¹⁸.

O periódico *O espectador* também noticiou sobre o espetáculo em benefício ao Vasques. Em 1883 este periódico era publicado aos domingos, semanalmente ou a cada quinze dias. O mundo teatral constituía sua principal fonte de interesse, tanto que o jornal era vendido nas portas dos teatros¹⁹. No dia 15 de abril ele exibiu o texto que se segue:

O Vasques é um artista popular, inteligente e trabalhador, não desconhecemos tudo isso, e se algumas vezes o temos censurado é sem dúvida por causa de ser inconstante para com os princípios da arte; o nosso

¹⁸O fato de o maestro Cavalier Darbilly ter composto uma polca em homenagem a Vasques cujo título era o mesmo de sua cena cômica, é outra evidência que nos permite desenvolver este argumento. A polca foi impressa pelo Imperial Estabelecimento de Pianos e Músicas Buschmann e Guimarães. Cf. SOUZA, 2009, p. 1-23.

¹⁹Estas informações podem ser encontradas no cabeçalho dos exemplares de *O espectador* no ano de 1883. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/o-espectador/369454>> Acesso em: 09 mai. 2014

artista deve saber que um artista notavel tem diante de si o elogio e a critica, e que se a primeira não descarta por um instante dos seus deveres, muito menos a segunda; no mais gostamos do Vasques. Admiramol-o. [...] Tanto o beneficiado como os artistas que tomaram parte no espetáculo foram muito aplaudidos. O Vasques, como de costume, foi mimoseado com diversos brindes por parte de admiradores e colegas. O teatro achava-se repleto de espectadores. (O ESPECTADOR, 15 abr., 1883, n. 8)

Mesmo escrito em um tom mais moderado em relação à notícia veiculada na *Gazeta da Tarde*, este trecho persiste na utilização de uma fórmula bastante semelhante para comunicar que o espetáculo tinha sido bem aceito: “O teatro achava-se repleto de espectadores”, o que nos permite, desta forma, reforçar o argumento anterior a respeito da repercussão da peça.

A abordagem comedida, entretanto, não nos impede de reconhecer uma alfinetada dirigida ao Vasques pelo escritor, quando este afirmou não se arrepender das críticas feitas ao ator em outras ocasiões. De fato, algumas notícias deste mesmo periódico, localizadas temporalmente próximas às apresentadas anteriormente, atestam que sua apreciação do teatro aproximava-se da estética realista e toda a sua concepção moralizante de espetáculo.²⁰ Segundo os argumentos tecidos neste jornal, a boa peça teatral seria aquela que observasse a lógica literária, ou seja, a que tomasse como referência a escrita dos autores ilustrados. Vasques, na contramão desta perspectiva, apostava justamente na articulação de diferentes linguagens, nas referências a músicas, danças, expressões, piadas, entre outros elementos extraídos da rua e familiarmente reconhecidos pelo seu público como pressupostos para compor suas peças.

Após acompanharmos a trajetória da peça no ano de 1883, inserindo-a em um conjunto de relações, podemos agora avançar no tempo e nos concentrar em refletir acerca da publicação de seu texto no dia 24 de Janeiro de 1884.

Como já exposto anteriormente, Vasques, a convite de José do Patrocínio, foi folhetinista na *Gazeta da Tarde*.²¹ Ele escreveu um total de 27 artigos nos quais abordava diversificados assuntos da ordem do cotidiano e do universo teatral do Rio de Janeiro. Deu à série o título de *Scenas Comicas*, como já mencionado anteriormente, fazendo referência direta ao gênero no qual mais investiu para a criação de suas peças e que maior prestígio alcançou entre o seu público.

²⁰Em um texto do dia 22 de abril de 1883, queixava-se de que apesar dos ilustrados escritores brasileiros, o teatro carecia de bons textos literários. Condenava-se a falta de originalidade, sobretudo a importação de temáticas estrangeiras e a própria tradução de peças francesas e espanholas. Cf. *O espectador*, 22 abr., 1883.

²¹ Os folhetins foram publicados sem uma regularidade bem definida de outubro de 1883 até abril de 1884. No entanto, o último deles foi somente publicado no dia 17 de julho. Cf. SOUZA, 2005, p. 52-64.

Para além desta razão, o título também nos é relevante para compreender o sentido que Vasques atribuía ao conjunto de folhetins que escreveu, e de maneira mais específica, servem-nos para investigarmos as motivações que o levaram a publicar o texto *Ahi! Cara dura!* como parte deste conjunto. Os títulos das séries, assim como os pseudônimos, eram formas manipuladas pelos autores com o intuito de definir um perfil específico para os seus folhetins, algo que se constituía a partir da seleção de um campo temático, um ponto de vista narrativo e um estilo de escrita (cf. CHALHOUB, NEVES, PEREIRA, 2005).

A partir destas considerações, podemos supor que o teatro consistisse em pelo menos um dos assuntos de interesse de Vasques (cf. MARZANO, 2005; SOUZA, 2005). O campo temático, entretanto, não se limitava ao mundo dos palcos, estendendo-se também aos assuntos do cotidiano. É possível citar, por exemplo, as críticas feitas por Vasques ao comportamento de grupos sociais mais abastados no dia de finados (GAZETA DA TARDE, 08 nov., 1883: n° 261), seu cômico comentário a respeito dos acidentes ocasionados pelo bonde (GAZETA DA TARDE, 25 out., 1883: n° 250), ou ainda suas observações sobre o verão no Rio de Janeiro e o problema da falta de água (GAZETA DA TARDE, 22 nov., 1883: n° 273).

Portanto, mesmo na publicação de acontecimentos do dia-a-dia, Vasques mantinha a coerência do título que escolheu para sua série de folhetins. Esta coerência, desta vez, expressava-se pelo estilo de escrita e também pelo ponto de vista narrativo. O autor lançava mão da mesma fórmula narrativa utilizada em suas peças, recheando os textos de sátira e de crítica social. Entretanto, é necessário ressaltar que mesmo possuindo o objetivo de intervir na realidade com suas produções, Vasques não deixava de divertir seus interlocutores, fossem eles espectadores ou leitores.

Desta forma, pode-se identificar um prolongamento do projeto empreendido por ele nos palcos aos textos que publicou na sua coluna *Scenas Comicas*. Aliás, é curioso notar as múltiplas conexões que se pode estabelecer entre alguns elementos presentes nos folhetins e as características do teatro ligeiro praticado por Vasques: a linguagem leve e humorada, a abordagem de temas cotidianos, o diálogo com um público heterogêneo e numeroso e a intenção em transformar a realidade. A cena cômica que escolheu publicar no dia 24 de janeiro de 1884, desta forma, é consonante com o perfil traçado por Vasques para sua série de textos publicados na *Gazeta da Tarde*, mesmo que ele tenha atribuído a sua publicação à “falta de assumpto” (GAZETA DA TARDE, 24 jan., 1884: n° 20).

O anúncio publicado no dia anterior, também na *Gazeta*, desenvolvia uma motivação semelhante à apresentada pelo autor: “O Vasques desta vez teve preguiça e nos enviou, para que amanhã seja publicado em folhetim a sua scena-comica inédita – Ahi, cara dura! Preparem-se os leitores, que a gargalhada é certa.” (GAZETA DA TARDE, 23 jan., 1884: nº 19). Podemos reconhecer que talvez a publicação do texto decorresse do fato de Vasques realmente não ter tido escrito nada de novo para enviar ao jornal. Entretanto, nem de longe esta pode ser a única razão explicativa para isto. De maneira complementar podemos pensar na própria intencionalidade do periódico em veicular tal anúncio. Muito possivelmente seu objetivo era o de certificar que aqueles que o lessem, comprassem o próximo número a fim de acompanharem o texto da peça aplaudida em abril de 1883.

Porém, além disso, podemos conjecturar que as compatibilidades entre os folhetins e o teatro de Vasques arroladas anteriormente, ao invés de meras coincidências, sejam também relevantes para se interpretar a publicação de *Ahi! Cara dura!* A hipótese de que o texto de sua peça adequava-se ao perfil de seus folhetins parece ser bastante plausível. É relevante, por exemplo, que Vasques tenha procurado relacionar sua atividade de folhetinista à de dramaturgo:

Quem vai ler, calcula a maneira porque poderei inflexionar o meu folhetim, e a phrase fria, sem nexo, que deixo cahir da penna, por cima d’este papel, toma vida, côm e apresenta-se tal qual deve ser no theatro phantastico do cérebro do leitor. Tenho muita razão pensando desta forma e o leitor vai se convencer d’esta verdade. A simples leitura do meu folhetim passado produziu nos meus companheiros, aquillo que realmente esperava; elles sentiram o meu acanhamento, viram que só talvez não pudesse concluir minha obra; comprehendendo que, assim como até hoje me têm acompanhado na scena, podiam também fazer-me companhia no folhetim. Vão, pois, os leitores, transformados em espectadores, assistir a muitas representações, nas quaes, por obsequio, tomarão parte todos os meus collegas. (GAZETA DA TARDE, 25 out., 1883, n. 250).

Vasques, neste trecho, demonstrou uma aguda sensibilidade sobre a importância da interpretação do leitor para o processo de construção de sentido. Partindo desta percepção, julgou que o êxito de seus folhetins dependia da própria maneira como eles seriam lidos e, na sua perspectiva, seus interlocutores haviam compreendido bem as suas intenções. Ao compará-los aos seus espectadores, Vasques provavelmente pretendia que eles incorporassem a sua leitura os conceitos, temas, formas, e de maneira geral, a própria experiência construída na esfera do teatro.

Sendo assim, é possível supor que a publicação de *Ahi! Cara Dura!* em 1884 objetivava manter fortes laços com a lógica singular das representações teatrais ao invés de

assumir uma forma exclusivamente literária, fundada na cultura escrita por excelência. Ao recusar tal aproximação Vasques foi duramente criticado, principalmente pelos partidários do teatro realista, mas ofereceu ao seu público uma forma de leitura alternativa, talvez muito mais adequada às suas próprias competências e gostos.

Concluindo, podemos considerar que investigar a circulação dos textos, como proposto por historiadores do livro e da leitura, é uma alternativa eficiente para interpretarmos os significados atribuídos a determinadas obras. Isto se torna mais relevante quando levamos em conta que os sentidos são construídos na confluência de múltiplas instâncias (cf. CHARTIER, 2002).

O estudo destes outros âmbitos, que pretendo desenvolver em outras oportunidades, pode complementar as hipóteses traçadas aqui. A materialidade do texto, por exemplo, é passível de ser analisada por uma metodologia da bibliográfica crítica (cf. MCKENZIE, 1999), e desta forma os recursos formais que compõe o texto da peça – tais quais o uso de itálicos, sublinhados, letras maiúsculas, parênteses, etc – talvez sejam úteis para se pintar um quadro mais rico da maneira como o texto era dado a ler. Também é necessário citar a possibilidade de pensarmos a respeito das práticas apropriativas de leitura, experiência difícil de recuperar devido à escassez de fontes, mas importante uma vez que os leitores sempre constroem significados novos a partir daquilo que lhe são impostos.

Referências bibliográficas

BRAZIL. Rio de Janeiro. Hemeroteca digital brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/brazil-org%C3%A3o-do-partido-conservador/236055>> Acesso em: 10 abr. 2014.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Org.) *História em cousas miúdas*. Campinas: UNICAMP, 2005.

CHARTIER, Roger. *Do palco à página: publicar e ler romances na Idade Moderna*. Trad. Bruno Feitler. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2002.

FERREIRA, Procópio. *O ator Vasques*. São Paulo: Oficinas de José Magalhães, 1939.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro. Hemeroteca digital brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/gazeta-da-tarde/226688>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

MARZANO, Andrea. Francisco Correa Vasques e a identidade do ator teatral (1883-1884) In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Org.) *História em cousas miúdas*. Campinas: UNICAMP, 2005.

MCKENZIE, D. F. *Bibliography and the sociology of texts*. Cambridge: Cambridge University, 1999

MENCARELLI, Fernando Antonio. *A voz e a partitura: teatro musical, indústria e diversidade cultural no Rio de Janeiro (1869-1908)*. 2003. Tese (doutorado em História) – UNICAMP, Campinas, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, S. C. M. *Carpinteiros teatrais, cenas cômicas e diversidade cultural no Rio de Janeiro Oitocentista: ensaios de história social da cultura*. Londrina: EDUEL, 2010

_____. Cá estou outra vez em cena: diálogos políticos nas Scenas Cômicas de Francisco Correa Vasques. *Saeculum*, João Pessoa, v. 12, p. 52-64, 2005.

_____. Do tablado às livrarias: edição e transmissão de textos teatrais no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 42, p. 1-23, 2009.

_____. Um monarquista da gema no governo Floriano Peixoto. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005, Londrina. *Anais do XXII Simposio Nacional de Historia*, 2005.

_____. Um Offenbach tropical: Francisco Correa Vasques e o teatro musicado no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. *História & Perspectivas*, Uberlândia, v. 1, p 225-259, 2006.

O ESPECTADOR. Rio de Janeiro. Hemeroteca digital brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/o-espectador/369454>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

Edição e publicação da tradução anônima de *A Filosofia na Alcova*: o mercado editorial clandestino da obra sadeana no Brasil

Hilton Tonussi de Oliveira

Mestrando em História

Universidade Estadual de Londrina

hilton.tonussi@hotmail.com

RESUMO: O início das atividades editoriais brasileiras da obra literária do Marquês de Sade (1740-1814) tem seus primeiros registros na década de 1950. No entanto, esta pesquisa tem como objeto de estudo a edição clandestina da tradução anônima de *A filosofia na alcova* – obra de Sade que possui o maior número de edições entre as editoras brasileiras. A análise que propomos dialoga com a *bibliografia* e o campo historiográfico a *história dos livros*.

PALAVRAS-CHAVES: Marquês de Sade; História dos livros; Mercado editorial; Bibliografia.

ABSTRACT: The beginning of Brazilian publishing actives of Marquis de Sade's works has its first signs in 1950's. However, this search has as object of study the clandestine edition of anonymous translation of *La philosophie dans le boudoir* – Sade's work that has the largest number of editions between the Brazilian publishers. The analysis which we propose dialogue with the *bibliography* and the historiography field the *history of books*.

KEY-WORDS: Marquis de Sade; History of books; Publishing market; Bibliography.

No Brasil, o primeiro registro de atividade editorial que envolve as publicações das obras do Marquês de Sade, cuja datação é identificada, é a antologia *Contos Galantes* compilada por Pierre Dufond e publicada pela *Edições Spiker* em 1956 (cf. OLIVEIRA, 2012). O livro é composto por textos e trechos de obras de autores brasileiros e estrangeiros. Entretanto, destacamos a tradução de seis páginas de um fragmento da obra *La philosophie dans le boudoir*, do Marquês de Sade, intitulado *Teoria da libertinagem*.

Dentre as obras de Sade publicadas por editoras brasileiras, *A filosofia na alcova* é a tradução que possui o maior número de edições. De acordo com blog *Sade no Brasil*, coordenado por Gabriel Giannattasio, há aproximadamente dez edições de *A filosofia na alcova* publicadas por editoras brasileiras. No entanto este número não é preciso, pois, além da escassez de dados disponíveis sobre as publicações das obras sadeanas no Brasil, não foram contadas mais do que uma edição publicada pela mesma editora. Por exemplo, a *Coordenada Editôra de Brasília* publicou três edições de *A filosofia na alcova ou escola de*

libertinagem, porém no blog *Sade no Brasil* apenas a terceira edição é computada. (cf. GIANNATTASIO; OLIVEIRA, 2013).

Em 1995, publicou-se *A filosofia na alcova* pela editora *Ágalma* que rememorava os 200 anos do lançamento no mercado editorial clandestino francês de *La philosophie dans le boudoir*. O livro publicado em 1795, supostamente impresso em Londres, *Aux dépens de la Compagnie*, não trazia o nome do autor, sendo que a sua autoria era creditada como “obra póstuma do autor de Justine”. Sade, aos 55 anos, dos quais quinze haviam se passado em cárcere, com a experiência de ter sido alvo tanto da crítica quanto da censura oficial, optou pela disseminação de sua obra por meios clandestinos (cf. MORAES, 1995).

A edição de *A filosofia na alcova* da editora *Ágalma* é composta pelo texto da tradução anônima brasileira, possivelmente clandestina, de *La philosophie dans le boudoir*. De acordo com Eliane R. Moraes, responsável pela revisão da tradução, apresentação e organização da obra em questão, o livro traz na capa verde escura somente o título da obra e o nome de seu autor. Na folha de rosto não são identificados: editora, tradutor, prefaciador, local e data de publicação; apresenta-se somente a seguinte informação: “edição privado e fora do comercio”. Pela ortografia e uso de determinadas expressões, Eliane Moraes supõe que o livro tenha sido traduzido entre as décadas de 1940 e 1950. Destacando-a como a primeira tradução da obra de Sade publicada por editoras brasileiras (cf. MORAES, 1995). Entretanto, se *A filosofia na alcova* é a obra de Sade mais editada no mercado editorial brasileiro, como já citamos anteriormente, quais são as especificidades da produção deste empreendimento editorial “privado e fora do comercio” que motivaram a sua disseminação por vias não-oficiais?

Para investigar tal pergunta, a pesquisa que desenvolveremos dialoga principalmente com os debates do campo historiográfico da história dos livros. A análise do texto e/ou discurso presente no livro não possui uma realidade autônoma em relação às condições não-textuais de fabricação. O processo de produção do livro é envolto em conjunturas econômicas e sociais específicas, sob influências intelectuais, publicitárias, políticas e legais.

A história dos livros surgiu da convergência de diversas disciplinas acadêmicas num conjunto comum de problemas, todos relacionados com o processo de comunicação. De acordo com o modelo de investigação proposto por Robert Darnton, o livro impresso deveria ser analisado em seu circuito de transmissão que passa do autor ao editor, ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor e chega ao leitor. O circuito se encerra no leitor-consumidor do livro como produto comercial; entretanto se inicia, também, no leitor, pois o autor durante o

processo de composição do texto está sob a influência do leitor a quem ele destina o consumo de sua obra. O texto, desta forma, pode responder a crítica ao seu trabalho anterior, bem como antecipar reações que serão provocadas no leitor (cf. DARNTON, 1990).

Elucidar questões sobre o processo de produção do livro contribui para entendê-lo como agente histórico produtor de sentidos, cujos significados expressam elementos da condição do contexto-histórico que envolveu sua produção.

Na nossa perspectiva, a tradução é uma obra nova fundamentada em uma interpretação e apropriação de uma ideia metamorfoseada em texto. Trata-se de um produto cultural e econômico diferente do original, pois as circunstâncias de produção desde o momento ao local – quando e onde o livro é elaborado –, bem como os profissionais envolvidos com a edição são outros. Portanto, o objetivo desta pesquisa é compreender as motivações e condições de produção, que envolveram a edição (“privado”) e a publicação (“fora do comércio”) de *A filosofia na alcova*.

Produto da indústria editorial, indagamos o livro – *A filosofia na alcova* – em dois âmbitos que se complementam: o da tradução (fonte textual) e o da composição do livro (fonte material).

O processo de edição é o fator determinante para que a conexão entre estes dois aspectos seja eficiente em esclarecer o significado da mensagem emitida pelo autor. No caso da tradução, desde a elaboração do texto há a preocupação em manter a “integridade” da obra na língua original sem alterações expressivas na *ordem* do texto. Segundo Chartier (1999, p. 8), o “[...] livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação.”

Contudo, ao invés de almejar a decifração desta *ordem*, lançamos o olhar sob a tradução como um produto novo e diferente de sua versão original. Portanto, ao invés de analisarmos a tradução como uma transposição de um texto de uma língua para outra, a compreendemos como atividade de interpretação o que, portanto, culmina na produção de um novo texto. Neste sentido, propomos a análise da tradução no esforço de compreender a leitura de *La philosophie dans le boudoir* realizada pelo tradutor anônimo.

Durante o processo de impressão, editores, revisores, compositores ou, até mesmo, censores alteram – intencionalmente, ou não – palavras e trechos do texto inicialmente

produzido pelo autor. Censuras, correções ortográficas, modificações que facilitem – quando realizadas com êxito – a compreensão de determinadas ideias do autor, bem como erros ortográficos dos compositores no livro são exemplos de variações que a obra pode sofrer durante a trajetória de sua produção. As transformações das mensagens durante este percurso, conforme passam do pensamento (autor) para a forma de livro impresso (autor, editor, revisor e compositor) e novamente para o pensamento (leitor), modificam os sentidos e significados da mensagem proposta pelo autor. No entanto, o formato do livro também é agente produtor de sentidos. No caso de *A filosofia na alcova*, a configuração é semelhante à de uma peça de teatro. Os capítulos são divididos em: introdução, sete diálogos e a leitura do livro *Franceses, mais um esforço se quereis ser republicanos* realizada pelo Cavaleiro de Mirvel para o grupo de libertinos. Contudo, há diferenças entre a “edição privado e fora do comércio” e a versão francesa do século XVIII como, por exemplo, a falta das ilustrações que estão presentes na versão original.

Com o propósito de enfatizar a análise dos elementos estéticos do livro como formadores de sentidos/significado, dialogaremos com produções da área da Bibliografia.

Durante as décadas de 1920 e 1930, a Bibliografia reivindicava o status de disciplina acadêmica “científica” por desenvolver um método de investigação objetivo. A análise bibliográfica se restringia à descrição do livro, por exemplo: material utilizado (papel, encadernação, formato) e sinais que auxiliariam o pesquisador a julgar a credibilidade da autoria atribuída ao texto (linguagem, assinaturas e ortografia). Imerso nesta concepção de bibliografia, Walter Greg (1966 apud MCKENZIE, 1999, p. 9, [tradução nossa]) definiu o ofício do pesquisador bibliógrafo desta forma: “A preocupação do bibliógrafo é com pedaços de papéis ou pergaminhos encoberto por certos escritos ou sinais de impressão. Ele está interessado nestes símbolos como marcas arbitrárias; seus significados não são do interesse dele.”

Em contraposição a definição de Walter Greg, D. F. McKenzie propõe aos bibliógrafos a relevância em analisar os aspectos formais do texto como agentes de sentidos e descrever não somente os elementos técnicos, mas o processo social de sua transmissão. O debate sugere a reformulação da disciplina. McKenzie propõe a utilização do termo *Sociology of texts* para designar esta nova perspectiva.

O papel da sociologia é resgatar o “sinal perdido” da ação humana nas pesquisas bibliográficas ao frisar sobre as estruturas e funções mediadoras do processo de impressão, por exemplo, que podem transformar um conjunto de folhas em branco em uma bíblia; ao

passo que, também, direciona os estudos a considerar as motivações humanas e as interações que os textos envolvem desde a produção ao consumo (cf. MCKENZIE, 1999, p. 15).

A definição de *texts* proposta por McKenzie inclui dados verbais, visuais, orais e numéricos; na forma de mapas, impressões, arquivos de gravações de música, filmes, vídeos e informações armazenadas em computadores. A origem da palavra *texto* deriva do latim *texere*, “tecer”, e, portanto, refere-se, não a um material específico, mas ao estado de *tecido*²² a rede ou textura do material. A ideia de que textos são produções escritas impressas em manuscritos e papéis, deriva do sentido metafórico que escrever palavras é como tecer o fio (cf. MCKENZIE, 1999, p. 13-14). Ou seja, “[...] o que constitui um texto não é a presença de elementos linguísticos, mas o ato de construção” (cf. MCKENZIE, 1999, p. 43). Neste sentido, o conteúdo semântico da obra está para além dos caracteres que representam a mensagem escrita. O livro também transmite o discurso material. Na qualidade de mercadoria, uma única obra pode adquirir diferentes status comerciais desde objeto de luxo ao produto popular, dependendo de sua edição. Desta forma, é significativo levar em conta que os significados atribuídos ao desenvolvimento de um empreendimento editorial são diversos.

Em 1966, quando Portugal estava em um regime de forte censura literária, a pequena editora portuguesa *Afrodite*²³ lançou-se ao desafio “suicida” de publicar Sade. Fernando Ribeiro de Mello, fundador e editor da *Afrodite*, dispunha de poucos recursos financeiros para a publicação de uma obra volumosa do marquês como *Juliette* ou *Les cent vingt journées de Sodome*, e por este motivo optou por publicar a célebre *Filosofia na alcova*, cujas dimensões correspondiam às possibilidades da editora (cf. MELLO, 2006).

Segundo o editor, o livro tinha as seguintes características:

[...] austera na sua capa de cartolina escura lavrada e com letras de um amarelo dourado a envolver com solenidade quase fúnebre aqueles 2000 exemplares a 80\$00 (preço elevado para a época), com muitas gralhas a complicar para pior uma tradução pouco elegante de Helder Henrique de onde em onde interrompida por más ilustrações de João Rodrigues. Mas não fazia mal; mas não fazia, ao cabo e ao resto, muito mal: estava-se perante uma provocação de dimensões inéditas às regras de Salazar, girava subitamente no ar um sintoma de sarilho próximo que convocava a incondicional afirmação de muitas solidariedades (cf. MELLO, 2006).

²² Neste caso, a palavra *tecido* trata-se do verbo *tecer* conjugado no particípio passado.

²³ Apesar da editora fundada por Fernando Ribeiro de Mello ser “batizada” como *Afrodite*, as autoridades portuguesas não autorizaram a utilização do nome da deusa grega, pois *Afrodite* era considerado um nome erótico. Entretanto, ao adotar a estratégia de publicar apenas três ou quatro títulos por ano, a fim de evitar chamar a atenção das autoridades, a editora conseguiu publicar algumas de suas obras.

No contexto de repressão e censura editorial durante o regime autoritário de Salazar, cujo governo era associado aos princípios religiosos e morais, editar as obras de Sade era considerado um ultraje ao governo. Neste caso, a relevância da obra se destacara pelo discurso político-ideológico em detrimento da qualidade material. A publicação de *A filosofia na alcova* pela editora *Afrodite* representava e constituía um ato de confronto entre intelectuais que reivindicavam por liberdade de expressão e o Governo de Portugal.

Os responsáveis pela edição portuguesa de *A filosofia na alcova* foram processados por ultraje aos bons costumes. Exceto pelo ilustrador João Rodrigues que morreu antes do julgamento, o editor, tradutor e prefaciador tiveram suas sentenças pronunciadas pelo Tribunal Plenário português em 1967. Dentre as multas impostas, a de maior valor foi a de Fernando Ribeiro Mello (editor), pois ao produzir, ou seja, “materializar” a tradução em livro possibilitara a leitura da obra sadeana pelo consumidor português. A baixa qualidade material de *A filosofia na alcova*, publicada pela editora *Afrodite*, possui relação com as intenções do editor e o contexto de sua produção. A censura à obra era evidente, e por este motivo realizar grandes investimentos na edição seria incoerente diante do prejuízo financeiro iminente.

Diferentemente de Portugal, na França a Comissão Nacional do Livro limitava-se a fixar entraves para a publicação de algumas obras sadeanas. Por exemplo, “[...] a edição Pauvert, de Juliette só foi permitida na versão de luxo, encadernada, para restringir a sua circulação” (cf. MELLO, 2006).

O conteúdo semântico da forma material do livro está para além da finalidade de proteger o corpo do texto e facilitar o seu manuseio. O conceito *luxo*, utilizado para designar a edição de *Juliette* autorizada pelo governo francês, abrange o sentido do termo que indica o consumo por um grupo seletivo. Ao limitar a comercialização da edição Pauvert de *Juliette* à versão de luxo definia-se o público consumidor do livro.

Entretanto, retornemos *A filosofia na alcova* de “edição privado e fora do comércio”. No prefácio, cuja autoria é desconhecida, espaço destinado à introdução da obra, apresenta-se a argumentação do autor anônimo sobre os interesses em editar *A filosofia na alcova* e a que público se destina a sua leitura. Caso fosse necessário resumir em uma única frase a arguição do prefaciador sobre a validade de publicar Sade seria: “É preciso conhecer o mal para saber evitá-lo” (PREFACIO, 19--., p. 8). O interesse pela leitura da obra sadeana, ao menos no discurso formal, está em investigar o autor de *A filosofia na alcova* com o olhar clínico e distante do objeto de análise.

Aqueles que tiveram oportunidade de se informar sobre a patologia do espírito humano, os que se interessaram pelo estudo das anormalidades sexuais não estranharão evidentemente este pesado monstruoso. Para estes a presente obra valerá como um texto para estudo. Nenhum sexuólogo [sic], nenhum psiquiatra poderá ignorar este documento. Aí está nossa justificação, ao publicá-lo (PREFACIO, 19-- , p. 7).

O romance, do qual o prefácio justifica sua publicação por considerá-lo “um texto para estudo” de sexólogos e psiquiatras, narra a iniciação de Eugénie à libertinagem, cujos cuidados de sua educação estão sob o comando da Senhora de Saint-Ange e Dolmancé, ambos libertinos. A instrução da jovem devassa ocorre na alcova, “[...] espaço privilegiado da experiência libertina – é um aposento localizado estrategicamente entre o salão, onde reina a conversação, e o quarto, destinado ao amor” (MORAES, 2011, p. 15). Durante as lições sobre religião, moral, política e costumes mesclam-se teoria e prática.

Tal estratégia evidencia-se na própria estrutura dos textos de Sade, que alternam as cenas lúbricas e as discussões filosóficas num movimento vertiginoso, até o ponto de reuni-las num só ato. Quando a reflexão e a paixão se fundem, estabelece-se uma unidade entre pensamento e corpo, à qual o libertino dá o nome de “filosofia lúbrica” (MORAES, 2011, p. 15).

Sade desejava explorar e conhecer o ser humano em sua totalidade. Para isto, ele avançara sem medo sobre regiões renegadas por seus contemporâneos iluministas. A racionalidade em Sade é levada às últimas consequências. O marquês ao renunciar os princípios morais buscava ampliar as possibilidades de entendimento do homem. Para ele, o ofício do escritor e/ou filósofo tratava-se de retirar o véu do obscurantismo que pairava sob as grandes verdades (cf. MORAES, 2011, p. 151).

Poderão achar nossas idéias [sic] um tanto fortes, mas que nos importa? Não temos o direito de tudo dizer? Expliquemos aos homens as grandes verdades, eles as esperam de nós. Já é tempo de fazermos desaparecer o erro; que o obscurantismo seja varrido como os reis (SADE, 19-- , p. 178).

No entanto, a literatura sadeana fundamentada na proposta deste “tudo dizer” constituiria num perigo capaz de corromper o seu leitor? Os atos de censura das obras de Sade normalmente são justificados por as classificarem como uma ameaça aos princípios morais e cívicos, bem como ultraje aos “bons costumes”.

Em 1956, o editor francês Jean-Jacques Pauvert respondeu a um processo na justiça francesa, acusado por publicar livros que atentavam contra a moral. Dez anos antes – ou seja, em 1947 – ele havia dado início à edição das obras completas do marquês de Sade, numa iniciativa pioneira. O ponto de partida da acusação foi um parecer da Comissão Nacional do Livro, emitido um ano antes do processo, que qualificava tais livros de “perigosos”. O parecer sustentava que a obra sadiana representava uma ameaça à sociedade por descrever “cenas de orgias, crueldade as mais repugnantes e perversões as

mais diversas, contendo intrinsecamente um fermento detestável e condenável aos bons costumes” (MORAES, 2011, p. 149).

As argumentações da promotoria e da defesa²⁴ transitavam de forma geral em torno de duas alegações, respectivamente: o perigo iminente da leitura de Sade e a importância da obra sadiana para o conhecimento mais profundo da condição humana. Entretanto, ambos os discursos coincidiam em uma questão:

Me parece certo que a leitura de Sade deva ser reservada. Eu sou bibliotecário; é claro que não colocaria os livros de Sade à disposição de meus leitores sem determinadas formalidades. Mas uma vez cumpridas tais formalidades – a autorização do encarregado e as demais precauções – acredito que, para qualquer um que queira ir ao fundo do que significa o homem, a leitura de Sade não é apenas recomendável, mas também indispensável (PAUVERT, 1957 apud MORAES, 2011, p. 150).

De acordo com Pauvert, a regulamentação do acesso à literatura sadiana era indispensável. A precaução com a disseminação das obras de Sade nos dá indícios que, ao menos diante de um júri, a defesa de Pauvert admitia a existência do perigo da literatura sadiana. Entretanto, sustentava a possibilidade de que o conhecimento dessas obras fosse útil a um público restrito de “espíritos prevenido”, para o qual o interesse pela leitura do marquês é puramente intelectual. Pessoas autorizadas e capazes de ler as obras de Sade sem o perigo de serem corrompidas por seus argumentos.

Sade, em *A filosofia na alcova*, nos dá indícios de quem seria o seu “leitor ideal”, não suscetível à corrupção. Ao analisar os atos considerados criminosos pelo Governo Monárquico francês e se os mesmo deveriam ser considerados igualmente criminosos num Estado Republicano, o marquês propõe:

[...] nós vamos analisar sob o facho da filosofia porque só à luz pode ser empreendido um tal exame. Que não me acusem de ser um perigoso inovador; que não me digam que é perigoso extirpar o remorso da alma dos malfeitores, como farão certamente estes escritos, e que ha [sic] o maior perigo em aumentar pela doçura de minha moral a inclinação que estes mesmos malfeitores têm pelos crimes. Eu afirmo aqui, formalmente, não ter em vista nenhum desses objetivos perversos. Exponho as idéias [sic] com as quais me identifiquei desde a idade da razão e a cuja difusão o infame despotismo dos tiranos opôs-se durante tantos seculos [sic]. Pior para aqueles que estas grandes idéias [sic] pudessem corromper; pior para aqueles que não sabem senão extrair o mal das opiniões filosoficas [sic]; suscetíveis de se deixar corromper por qualquer coisa. Certamente eles se infeccionariam lendo Seneca e Charron! Não é a estes, entretanto que eu falo; eu me dirijo aos que são capazes de me entender, aos que, sem perigo, me lerão (SADE, 19-- , 154-155).

²⁴ André Breton, Jean Cocteau, Jean Paulhan e Georges Bataille depuseram no julgamento a favor de Pauvert.

Percebe-se que o próprio marquês destaca que sua obra não será compreendida por todos, mas apenas por um grupo seletivo. No entanto, o perigo, para Sade, está no “despotismo dos tiranos” e na “doçura da moral”. O marquês se dirige aos que são capazes de lhe entender, como a introdução recomenda:

AOS LIBERTINOS

Voluptuosos de todas as idades e de todos os sexos é a vós sómente [sic] que ofereço esta obra; alimentai-vos de seus princípios [sic] que favorecem vossas paixões. Essas paixões que horrorizam os frios e vulgares moralistas, são apenas os meios que a natureza emprega para submeter os homens aos fins que se propõe (SADE, 19--., p. 11).

A investigação dos diferentes públicos e leitores não pode se restringir à análise dos discursos presentes no livro. No caso do autor anônimo, sem ignorar a possibilidade do discurso do prefácio representar sua opinião, investigaremos também o contexto de produção do livro. Visto que no julgamento de Jean-Jacques Pauvert, o depoimento de Georges Bataille – autor de *Madame Edwarda*, de *Histoire de l'oeil* e de outros livros eróticos – reitera que haveria algum risco na leitura de Sade. Neste sentido, exigiria “precauções” semelhantes com sua própria obra literária. No entanto, tal cautela poderia ser justificada pelo fato de Bataille estar diante de um júri. No caso do prefaciador anônimo, trata-se de um texto presente numa edição cujos responsáveis atentaram-se em não divulgar nomes das empresas e pessoas envolvidas, e sua distribuição, provavelmente, ocorreu por vias não-oficiais.

Apesar dos conteúdos das diferentes versões de *A filosofia na alcova* corresponderem a textos semelhantes:

[...] é necessário ter presente que um texto ou mensagem não possui sentido qualquer “fora da especificidade do sistema de operações semânticas que define sua recepção pelos destinatários”. Em síntese, é imperioso passar-se da “concepção representacional à operacional da significação”, ou seja, da noção de *ideia* à de *signo*, uma vez que se trata de “processos” e não de “entidades” (FALCON, 2011, p. 87-88).

Neste sentido, as diferentes edições das obras sadeanas nos proporcionam evidências de conjuntos de significantes singulares em cada contexto. Analisar as especificidades da “edição privado e fora do comércio” comparando-a com outras versões nos auxilia a compreender a produção das diversas edições como produtos distintos entre si. Por se tratar de uma pesquisa com fonte inédita, investigar as conexões possíveis com as outras edições de *A filosofia na alcova* nos oferece possibilidades que a investigação isolada da edição clandestina não poderia fornecer.

Bibliografia

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary Del Priori. Brasília: UnB, 1999.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GIANNATTASIO, G.; OLIVEIRA, Hilton T. *Sade no Brasil*. 2013. Disponível em: <www.sadenobrasil.blogspot.com.br>. Acesso em: 05 ago. 2013.

MCKENZIE, D. F. *Bibliography and the sociology of texts*. Cambridge: Cambridge University, 1999.

MELLO, Fernando Ribeiro. *Acerca da edição de 1966 da Filosofia na alcova*. 2006. Entrevista concedida a António Carmo Luís. Disponível em: <editora-afrodite.blogspot.com.br>. Acesso em: 11 set. 2013.

MORAES, Eliane Robert. *Lições de Sade: ensaios sobre a imaginação libertina*. São Paulo: Iluminuras, 2011.

_____. Notas de tradução. In: SADE, Marquês de. *A filosofia na alcova*. Tradução anônima. Revisão da tradução de Eliane Robert Moraes. Salvador: Ágalma, 1995.

OLIVEIRA, Hilton T. *A recepção de Sade no Brasil durante a década de 1960: o mercado editorial*. 2012. p. 55. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

PREFACIO. In: SADE, Marquês de. *A filosofia na alcova*. Tradução anônima. [S.l.: s.n., 19--].

SADE, Marquês de. *A filosofia na alcova*. Tradução anônima. [S.l.: s.n., 19--].

A imprensa como agente regulador de costumes nos oitocentos: as crônicas do padre Lopes Gama (O Carapuiceiro, 1832-1842)

Igor Maciel da Silva

Graduando em Educação Física
Universidade do Estado de Minas Gerais
deigorparalaboratorios@gmail.com.br

Sarah Teixeira Soutto Mayor

Doutoranda em Estudos do Lazer
Universidade Federal de Minas Gerais
sarahtsouttomayor@hotmail.com

RESUMO: Por meio do estudo das crônicas do Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, reunidas no livro *O Carapuiceiro*, tentamos compreender os periódicos enquanto agentes que se debruçavam na urgência de se (re) formar costumes no Brasil Oitocentista, presentes nas experiências que aconteciam para além do mundo do trabalho e de processos educativos considerados institucionalizados.

PALAVRAS-CHAVE: Periódicos; religião; práticas e costumes.

RESUMEN: A través de estudio de las crónicas de Padre Miguel de Sacramento Lopes Gama, reunidas en el libro *O Carapuiceiro*, tenemos la intención de comprenderlos periódicos como agentes que se inclinaban sobre la urgente necesidad de reformular costumbres en Brasil “oitocentista”, presente en las experiencias que le pasaron a más allá del mundo de los procesos de trabajo y de educación considerada institucionalizada.

PALABRAS CLAVE: Periódicos; religión; prácticas y costumbres.

Introdução

Interessados em um passado não tão remoto, daqui mesmo, de nossas terras brasileiras, lidamos com a noção de que não se pode pensar história sem entender os corpos que estão inseridos nela. Concordamos com Certeau (1995, p.22) em sua compreensão de que “o discurso “científico” que não fala de sua relação com o “corpo” social não seria capaz de articular uma prática. Deixa de ser científico”. Desse modo, a “operação histórica” também pode e deve ser antropológica para que o “fazer” história seja intertextualizado com o “viver” história (CERTEAU, 1995, p.18).

Trabalhos sobre imprensa muito nos interessa. Em outras oportunidades já havíamos tratado da regulação de experiências do “tempo livre” nos oitocentos, em terras mineiras

(MAYOR.; SILVA, 2013), o que certamente deixou lacunas e a necessidade de continuarmos nossas buscas em um contexto mais amplo. No contínuo trato com os periódicos, no intento de que se abram não só em páginas, mas em possibilidades de pesquisas e interpretações várias para o desvelamento de outras nuances presentes na vida social do Brasil imperial, tencionamos compreender os periódicos enquanto agentes que se debruçavam na urgência de se (re) formar costumes presentes nas experiências que aconteciam para além do mundo do trabalho e de processos educativos considerados institucionalizados.

Assim, propomos aprofundar nossas pesquisas sobre a função social assumida pelos periódicos em um Brasil recém-independente, lugar profícuo para os discursos de intelectuais, jornalistas e religiosos em prol de uma nova moral, mais afeita aos preceitos tidos como modernos e cunhados pelos países mais desenvolvidos do velho continente. Em torno desses códigos, não apenas as formas de ocupação eram alvo dos empreendimentos educativos, mas também e, fortemente, os momentos de “desocupação”, situação que objetivamos desvelar.

No intuito de compreender melhor estes processos formativos, lidaremos com fontes já conhecidas, mas que possibilitam novos olhares e muitos outros trabalhos, como é o caso da coletânea de crônicas do padre pernambucano Miguel do Sacramento Lopes Gama, escritas entre os anos de 1832 e 1846 e reunidas no livro *O carapuço* (1996). Neste estudo, abordaremos publicações referentes aos anos de 1832 a 1842.

As histórias da imprensa brasileira

Torna-se importante não perder de vista o contexto de proliferação dos diversos impressos no país. O Brasil entrara no século XIX com um grande contingente de analfabetos, entre escravos, mestiços, índios e homens pobres livres, característica que comprometia as “iniciativas em prol de um desenvolvimento social maior e melhorado” (MIZUTA; FARIA FILHO; PERIOTTO, 2010, p.10). Além disso, eram pouco aptos para o trabalho regular disciplinado, como relata Kowarick (1994). De acordo com Silveira (1997, p.53), embora já houvesse um apelo ao refinamento dos costumes em períodos anteriores, “a estrutura do Império assistia à proliferação de práticas e ideias aparentemente pouco civilizadas”. As elites procuravam transformar a selvageria colonial, tornando generalizado “o apreço pela civilização e pelo controle dos impulsos mais espontâneos, distintivos do homem polido” (SILVEIRA, 1997, p.17).

Neste contexto, percebe-se por meio da produção acadêmica que se ocupa da primeira metade dos oitocentos, certo consenso acerca da necessidade por parte das classes dirigentes de se criar um Estado que fosse capaz de romper com os laços coloniais e se inserir nos

padrões de civilidade do velho continente. Para isso, era preciso educar a população para novos costumes e novas orientações morais. Mesmo compreendendo que épocas anteriores também comportaram ações ordenadoras da vida social de acordo com suas demandas específicas, a urgência em torno da transformação de velhos hábitos da antiga colônia de exploração em formas mais aceitáveis e apuradas que fizessem jus a certa ideia de nação, demarca um momento singular e importante na história brasileira.

Em meio ao reconhecimento das “deficiências” do Império, a instrução pública e a imprensa surgiram como importantes instâncias educativas. Como observam Faria Filho e Sales (2009, p.22), “foi no período pós-independência que o processo de escolarização foi grandemente impulsionado”. Os autores apontam a emergência de discursos proferidos pelos bacharéis, a fim de fundar “uma nova tradição, no momento mesmo em que pretendiam fundar o Brasil e propor o caminho único para ordem, o progresso e a civilização: a educação do povo” (Faria Filho e Sales, 2009, p.26). Porém, como aponta Mizuta (2010), os estabelecimentos de ensino não foram criados em profusão na primeira metade dos oitocentos e o próprio reconhecimento da defasagem da proposta de escolarização, ainda pouco fundamentada e de insuficiente abrangência, depositou na imprensa uma grande possibilidade de educação do povo.

Tratava-se, assim, de um momento histórico em que tanto escola quanto imprensa buscavam legitimidade como instâncias educativas (INÁCIO; SANTOS; JINZENGI, 2010). Segundo Lustosa (2000, p.29), os jornais não apenas noticiavam, mas “produziam acontecimentos”. Para Pallares-Burke (1998, p.147) o jornalismo desta época foi constantemente referido “como meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas”.

A autora fala da imprensa cultural periódica como uma modalidade de educação de grande importância “na transmissão cultural de uma geração à outra (...) com muito a contribuir em relação aos dizeres do modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas” (PALLARES-BURKE, 1998, p.144-145).

Foi em 1808, com a transferência da corte portuguesa para a então colônia, que a imprensa foi introduzida nos planos brasileiros. Entretanto, mesmo com a inauguração de “A Gazeta do Rio de Janeiro”, órgão oficial do governo, as notícias que circulavam por aqui baseavam-se em notícias do estrangeiro ou defesas parciais do regime monárquico absolutista(...) Só mais tarde com a volta da corte para a metrópole e com a independência do Brasil de Portugal, é que a imprensa adquirirá as características que a assemelhavam à imprensa iluminista européia(...) uma vertente do periodismo brasileiro tornará mais e mais explícito seu propósito

educacional e sua fé no poder reformador da educação (PALLARES-BURKE, 1998, p.144-147; 15)

A vida cidadina: a imprensa e as carapuças de Padre Lopes Gama

Além disso, quem disse a essa gente que me censura (porque têm dodói) que eu tendo tanta abundância de carapuças, que até as vendo a quem queira, não me fique com as que melhor assentarem na minha cabeça? Até posso escolher as que mais bem me amarrarem; (...) O que eu não posso é levantar a proibição das novenas de noite, nem deixar de ir talhando as minhas carapuças. Se alguns e algumas não gostam delas, toda a gente sensata e que sabe prezar a moral pública as aplaude; isto me basta (LOPES GAMA, 1996, p.72 [1832]²⁵).

Em Recife, nascia o periódico *O Carapuceiro*, no ano de 1832. De circulação intermitente durante quatorze anos, de destaque no campo político e social, foi produto de um Brasil onde acabava de ser instaurado o período Regencial. Foi dirigido e editado pelo religioso, político, jornalista e professor, Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama. Com heranças “da veia satírica da literatura clássica francesa, que trazia em seus escritos o velho objetivo *corrigit ridendo mores* (moralizar os costumes pelo humorismo), seus textos perpassam por críticas à “nossa velha mania de macaquear o estrangeiro” até as assíduas “contribuições” à vida cidadina no geral; das práticas cotidianas às ocupações que deveriam ser reformadas por “revoluções morais” (O CARAPUCEIRO, 1996, p.9; 11-16).

O Carapuceiro é um advogado do meio-termo, batendo-se por uma aplicação liberal da constituição de 1824 que evitasse os escolhos do populismo e do republicanismo (...). Lopes Gama pensava que a melhor e mais natural solução para o país seria se tornar republicano sim, porém, não nos enquadrávamos nos requisitos para tal. Para isto, seria necessário fazer “revoluções, não físicas, mas morais” (O CARAPUCEIRO, 1996, p.16-18).

O cunho político do Padre Lopes Gama, não obstante, esteve presente até mesmo na crítica que fez à religião. Mesmo declarando que ela (a religião) é “a prisão mais proveitosa e o mais sólido arrimo da sociedade”, pontuou ações que a desajustavam dos reais preceitos divinos e, cada dia mais, equiparava-se com as vontades humanas (1996, p.31, [1832]). Além disso, afirmou que “o nosso povo não tem a verdadeira religião, e sim, tem pela maior parte superstição” (LOPES GAMA, p.335, [1840]).

Também sobre o plano religioso, dissertou sobre um vício que permeava os eclesiásticos: a gamenhice²⁶. Segundo Lopes Gama, esta prática andava por abalar os arrimos

²⁵ Em parênteses, colocamos como se encontra a referência do livro publicado no ano de 1996. Em colchete, optamos em destacar o ano de publicação de cada crônica. Assim o faremos em todas as ocasiões seguintes.

²⁶ Gamenho seria quem não tem outro ofício que não embonecar-se para namorar, o que corresponderia a ser tolo e vadio.

dos costumes dos homens sãos, pois clérigos e frades estavam a parecerem mais bonecos do que ministros do altar. Este fato, para o autor, fazia da santa igreja menos respeitada e menos temente a Deus (LOPES GAMA, 1996, p.55; 63; 71, [1832]).

Vale ressaltar que na vida cidadina também se encontravam gamenhos, o que nos dizeres do padre era “coisa repreensível em um moço do mundo” (LOPES GAMA, 1996, p. 65, [1832]). Ao falar sobre mulheres que se diziam religiosas ao desfiar contas enquanto “murmuram do próximo, desenterram mortos, sepultam vivos, mentem, juram, praguejam e fazem mil outras coisas piores”, que não servir a fé (LOPES GAMA, p. 32, [1832]), discorria:

Por via de regra, a paixão dominante das senhoras é sair de casa. Em se tratando de sair, seja para o que for, tudo lhes parece bom. Muitas vezes está em casa uma menina toda adoentadazinha, padece sua gastrite, porque as gastrites também andam em moda (...). Mas em se armando coisa de sair de casa, dá-se por pronta, está sã, como um pêro: mete-se nas talas do espartilho assassino, e assim comprimida leva horas esquecidas no baile, na ópera, na igreja, no passeio etc. etc (...). Já disse o socarrão do Ovídio que as mulheres gozam infinito dos espetáculos por causa de verem, e serem vistas (LOPES GAMA, 1996, p. 291-292, [1838]).

Em seus escritos, o Padre também ilustrou o “quadro social herdado dos tempos coloniais obstado ao desenvolvimento, pelo fato de conferir-se aos europeus maiores benefícios” (PERIOTTO, s.d., p.2), seja pelo fator econômico, ou pelo nosso gosto em copiá-los, em seus usos e modas (LOPES GAMA, 1996, p.342, [1840]), o que rendeu a crônica “O nosso gosto por macaquear”.

Qual será o gênio ou caráter distintivo dos brasileiros? Parece que a nossa divisa é o arremedo: nada temos próprio, tudo queremos macaquear do estrangeiro, não já o que este tem de bom e de proveitoso (que tal imitação será sempre louvável), senão as piores coisas, as mais disparadas e que menos convêm às nossas circunstâncias (LOPES GAMA, 1996, p. 339, [1840]).

Percebe-se, assim, situação interessante. Em meio ao incentivo de novas condutas e orientações morais que se assemelhassem a uma idéia de civilidade européia, havia certo sentimento de repulsa à cópia de determinadas características estrangeiras, o que pode demonstrar um reconhecimento de que nem tudo que vinha de fora era visto como melhor para o país e de que, talvez, havia certa necessidade de se gestar uma nação com características próprias.

Dos modos e das práticas: moralizar os costumes em prol da “santa religião de nosso país”²⁷

²⁷ O Carapuceiro, 1996, p.333, [1840].

Prossegue o *Carapuço* a sua tarefa, que vem a ser: combater por meio do estilo faceto os vícios ridículos (LOPES GAMA, 1996, p. 246, [1838]).

Sobre os modos, Lopes Gama discorria sobre atos viciosos que descaracterizavam o cidadão laborioso e nacionalista. Em uma de suas “carapuças”, condenou a mentira como o vício mais vergonhoso e desnecessário que se podia ter, sendo “menos desculpável do que a bebedice, o furto e outros muitos vícios”. Para o padre, os jogadores compunham a classe que mais praticava a mentira (LOPES GAMA, 1996, p.125-127, [1833]).

Ainda sobre o jogo, considerado como o último dos passatempos a ser escolhido, condenava o homem que se envolvia com tais práticas de azar, dizendo-o ser “inútil para o Estado, para os seus semelhantes e para si próprio”, além de tomado por ambição indomável (LOPES GAMA, 1996, p.134-136, [1833]).

Na tentativa de instruir “os jovens para as novas atividades produtivas, fazendo-lhes afastar de influências nefastas que poderiam repercutir na vida pessoal” (Periotto, s.d., p.6), ainda na crônica sobre o jogo, Lopes Gama diz da perniciosidade do mesmo em meio aos jovens:

com poucas exceções, não tem hoje outro divertimento senão o jogo...Largam os seus estudos e correm aos muitos garinteiros, que infelizmente existem quase em todas as ruas, e ali desbaratam o precioso tempo e dinheiro, que não sei donde vem (LOPES GAMA, 1996, p.138, [1833]).

O referido padre (1996, p.191-198, [1837]) também condenava o vadiismo como o vício dominante do Brasil oitocentista. Tal palavra, adjetivo de vadio, substantivada, é o vício, a qualidade de ser vadio. Este era um mal que estava presente nas ruas das cidades e botequins, em jovens sem ofício, sem emprego, que se caracterizavam pelas suas maneiras quase selvagens e modo arrogante ao falar. Também se estendia à classe dos padres e frades que faziam de suas missas recolhimento de esmolas, desmerecendo os ensinamentos do Breviário, e até mesma em meninas/mulheres que viviam por se embonecar:

Dona Perendeguilina ergue-se da cama pelas onze horas do dia, leva boas duas horas em preparar a cabeça, em soprar e ajustar as mangas do vestido, em pregar o espartilho etc. etc. serviço que ocupa duas e três escravas da casa; e neste mister se entretém até a hora do almoço. Concluindo este, dá consigo na varanda, e ali está posta em espetáculo até que seja chamada três e quatro vezes para jantar. Acabando o jantar, outro vestido (...) e toca para o teatro da varanda, revista toda a vizinhança. Até meia-noite, hora da ceia, entretém-se a menina com idéias eróticas advindas da leitura de tantas novelas, e daí pra cama. Em que se ocupa esta senhora toda a sua vida? Em

nada. Pois não sabe coser, nem bordar nem remendar. Ora eis uma arrematada e completa vadia (LOPES GAMA, pp.196-198, [1837]).

Segundo o padre (1996, pp.199-200; 216, [1837]), o vadiismo era o maior flagelo do nosso país, porque era na ociosidade que a natureza oculta do homem exteriorizava os seus dons fazendo-se entregar a todos os vícios. Para Lopes Gama, se o governo cuidasse da boa educação pública da mocidade, inculcando neste o amor ao trabalho, o país tornar-se-ia “morigerado e próspero”. Para isso, defendia que boas leis policiais espancassem o vadiismo.

Além das condenações ao jogo, Lopes Gama também dissertou sobre outros costumes vivenciados nos momentos de não trabalho. Considerava a prática do bumba-meu-boi um brinco popular tolo, estúpido e destituído de graça, condenando os que participavam ativamente ou como mero espectador, ao falar do folguedo como imoral (1996, pp.330, 331; 338; [1840]). Ideia semelhante também se refletiu na crônica que discorreu sobre as quadrilhas como práticas que incentivariam os sujeitos ao vício de ser vadio, além de consideradas profanas (1996, p.369, [1842]), e de onde se podia muito bem identificar o perfil da gamenhice e do nosso gosto em macaquear o estrangeiro. Em diálogo presente na crônica que diz respeito ao folguedo quadrilha, entre *MR. PIRUETA*, *DONA MARIPOSA* e *TITIRE*, lemos o seguinte:

(...)

MR. PIRUETA

Exatamente vos exprimistes, *mademoiselle*. Certo nestes princípios é que eu dediquei-me aos importantes estudos da deusa Tália, e cheguei a formar-me na Escola Politécnica da Dança de Paris, tenho os mais honrosos atestados da Escola Normal de Grotescos e saltos mortais, e sou sócio correspondente das escolas de pinotes de Berlim, de Madri, de Londres, de São Petersburgo, de Amsterdã, da Filadélfia etc. etc.

TITIRE

Quanto invejo as vossas prendas e títulos, Mr. Pirueta!

(...)

TITIRE

E tem razão; porque tudo que vem da França é excelente, é o melhor possível.

MR. PIRUETA

Certamente que a França está à testa da civilização do mundo

(...)

DONA MARIPOSA

Então estou eu bem, que já tenho lido para mais de 6 mil novelas. Sim, sim, novelas e quadrilhas hão de felicitar a espécie humana (LOPES GAMA, 1996, pp. 372-376, [1842]).

Em outra crônica destinada aos festejos de São João afirmou que, após liquidarmos com a enfermidade de caráter mais endêmica em nossas terras, o vadiismo, é que faríamos com que tais festejos e brincos públicos tomassem caráter “assisado, prudente e agradável”.

Para o padre, tais práticas ainda faziam barreira à instrução “destas e de outras usanças bárbaras, que recebemos de nossos avós”, que tinham resultados funestos como consequências (LOPES GAMA, p. 209-210;216-217, [1837]).

Vale ressaltar que no ideário do Padre Lopes Gama não era proibida a prática de tais costumes. Mesmo que considerados infelizes, tinham algo de positivo, sobretudo ao pobre, como meio de esquecimento de sua realidade, em uma nítida perspectiva utilitarista atribuída “aos recreios”.

Bom é que o povo se divirta, pois é sinal de que os seus padecimentos não têm chegado ao extremo. Devem-se-lhe permitir, e até promover, todos os recreios, uma vez que estes não ofendam as leis, a religião, os bons costumes e a saúde. Ao rico não faltam meios de regozijar-se: deixe-se também ao pobre o esquecer-se, por algumas horas da sua pobreza (LOPES GAMA, 1996, p.216, [1837]).

A exemplo do trecho supracitado, a moralização dos costumes vivenciados no tempo de não trabalho e a sua vinculação a um rol de atividades consideradas úteis e compensatórias são pontos chave nas formulações de Lopes Gama e de outros impressos brasileiros que circularam no mesmo período²⁸.

Acreditamos, assim, que outros processos formativos, para além das propostas consideradas institucionalizadas, como o trabalho e a escolarização, merecem destaque na tentativa de compreensão das formas de gestação da sociedade brasileira oitocentista. Diz, também, do trato para com as manifestações da vida cidadina e das ações voltadas para o balizamento das intervenções propostas nos discursos políticos e religiosos, que visavam demarcar o útil e o degenerativo para o homem. Isto posto, suas ações se dispunham a preocupações que diziam respeito ao tracejar do perfil de uma sociedade.

Considerações finais

Nenhuma história é suficientemente bem contada e explorada a ponto de não admitir novas abordagens, acolher outros olhares, novas perguntas. Há sempre lacunas e silêncios a serem explorados pelas novas pesquisas, pelos novos interesses; novas perguntas de hoje à memória e ao passado, de tal modo que outras percepções da história vão se desenvolvendo, se desenrolando e se acumulando, consolidando novos saberes e compreensões, como também reconfigurando esses saberes, revolvendo-os por tantas vezes, alargando-os, quando não os reconstruindo, transformando (GOMES, 2013, p.2).

A instrução através de periódicos certamente é mais remota do que referenciamos, mas é notório perceber que a imprensa oitocentista teceu um forte controle

²⁸ Citamos como exemplo o periódico mineiro O Universal (1825-1842), também objeto de nossas pesquisas. Com alguns propósitos semelhantes ao Carapuzeiro, chegou a publicar ideias do Padre Lopes Gama.

sobre costumes e práticas, condenando vícios e fomentando virtudes, em um processo de “evocação e exortação de ideias e ideais e que surgia menos como empreendimento comercial, mas sim, muito mais, como empreendimento político...que traziam folhas e jornais de combate e embate político” (GOMES, 2013, p.10).

Este trabalho, ainda em andamento, tem como intenção primordial identificar outras propostas que não a do “controle pelo controle”, mas de perceber a clareza das intenções do controle, sobretudo, as que ultrapassam a dinâmica das formulações entendidas como institucionalizadas.

Apresentamos assim, alguns questionamentos que reverberaram medidas em prol da ilustração do pensamento e das ações do homem brasileiro, em que as práticas e costumes, ao mesmo tempo em que foram criticados, foram julgados necessários à manutenção de certa estabilidade social, a exemplo da preocupação com o “recrear” dos pobres. Nesta perspectiva, os “desde que” tornaram tais costumes motivos de questionamentos para reajustes afeitos ao que o Padre Lopes Gama entendia como a verdadeira moral católica em suas ‘carapuças’.

Referências e fontes

CERTEAU, Michel. A operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (org.) *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1995.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; SALES, Zeli Efigênia Santos de. Escolarização da infância brasileira: A contribuição do bacharel Bernardo Pereira de Vasconcellos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; INÁCIO, Marcilaine Soares (orgs.). *Políticos, literatos, professoras, intelectuais: O debate público sobre educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

GAMA, Lopes. *O carapuço: crônicas de costume*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

GOMES, Nilo Sergio S. O Correio do Rio de Janeiro e a mensagem democrática. In: II CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2013, Belo Horizonte, MG. ANAIS DO II CONINTER, 2013. v. 01. p. 01-14.

INÁCIO, Marcilaine Soares; SANTOS, Marileide Lopes dos; JINZENDI, Mônica Yumi. Educação moral, política e instrução: múltiplos olhares em periódicos de Minas Gerais (1829-1835). In: MIZUTA, Celina Midori Murasse; FILHO, Luciano Mendes de Faria; PERIOTO, Marcília Rosa. *Império em debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista*. Maringá: Eduem, 2010.

KOVARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MAYOR, s. T. S.; SILVA, i. M. Uma educação para salvar o povo do 'contágio dos vícios e dos perigos da ociosidade': as preocupações com o tempo livre no jornal o universal(província mineira, 1825-1842). In: ii coninter, 2013, belo horizonte. [Http://www.2coninter.com.br/](http://www.2coninter.com.br/), 2013.silva, i. M.; mayor, s. T. S.a ociosidade e o vadiismo na província mineira no século XIX: implicações judiciais e religiosas na constituição histórica do tempo livre. In: 25º enarel, 2013, ouro preto

MIZUTA, Celina Midori Murasse; FILHO, Luciano Mendes de Faria; PERIOTO; Marcília Rosa. Apresentação. In: _____ (orgs.) *Império em debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista*. Maringá: Eduem, 2010.

PALARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cad. Pesquisa*, n. 104, p.144-161, 1998.

PERIOTTO, Marcília Rosa. *O jornal "O Carapuceiro" (1832-1845): uma leitura na perspectiva da história da educação*. Captado em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem05pdf/sm05ss16_07.pdf. Acesso em: 29 de março de 2014

SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

A formação dos áulicos e a imprensa áulica doutrinária no Primeiro Reinado (1824-1826)

Nelson Ferreira Marques Júnior*
Doutorando em História pela UFRRJ
nelsonfmarquesjr@hotmail.com

RESUMO: Os objetos centrais do presente artigo foram os *áulicos* do Primeiro Reinado (1824-1826), seu projeto político e as principais ideias veiculadas pela imprensa *áulica* a favor da Monarquia Constitucional com o poder centralizado nas mãos do imperador. Os *áulicos* constituíram-se nos representantes que gravitavam em torno do imperador Pedro I, procurando dar sustentação e visibilidade a seu governo diante da opinião pública.

PALAVRAS-CHAVE: áulicos; imprensa e ideias.

ABSTRACT: The central objects of this article were the *áulicos* of the First Reign (1824-1826), his political project and the main ideas in the press *áulica* in favor of constitutional monarchy with power centralized in the hands of the emperor. The courtiers were constituted in representatives who gravitated around the Emperor Pedro I, trying to give visibility and support to his government in the face of public opinion.

KEYWORDS: áulicos; media and ideas.

Introdução

O objeto central do artigo são os *áulicos*, especificamente, parte deste grupo representado pelos Conselheiros de Estado e Ministros (1824-1826) e o seu *projeto político*²⁹ difundido pela imprensa áulica fluminense no Primeiro Reinado. Os *áulicos* de uma maneira geral são constituídos por aqueles que apoiavam o imperador Pedro I, procurando dar sustentação e visibilidade a seu governo no período pós-independência diante da *opinião pública*³⁰ (MOREL, 2005, p.200-201). As principais metas dos *áulicos* eram defender os ataques perpetrados dos *partidos*³¹ rivais e reafirmar seu postulado político, que tinham como ideias basilares a manutenção da ordem pública e da integralidade do território, e a defesa de uma Monarquia Constitucional com forte poder centralizador. O recorte temporal

* Bolsista de doutorado CAPES-CNPQ.

²⁹Entendo como projeto político o conjunto de ideias e propostas específicas compartilhadas por cada grupo, ainda que não tivessem uma sistematização partidária.

³⁰ Considera-se em geral que opinião pública remete a uma expressão que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos e de uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XVIII.

³¹O significado de partido segundo o Dicionário de Moraes e Silva: "parcialidades, partes, bandos, facções". Para Morel, essa carga pejorativa da palavra partido não é apenas no campo epistemológico, mas é historicamente construída. Sobretudo nessa época de afirmação da modernidade e independência, os partidos eram vistos como inimigos da pátria e da integridade da ordem nacional.

circunscreve-se ao período de 1823 a 1826, momento do auge político dos *áulicos*, tendo como pilares a conjuntura que se segue à dissolução da Assembleia Constituinte em novembro de 1823, à outorga da Constituição (25 de março de 1824) e que deságua na reabertura dos trabalhos da Assembleia Geral (26 de julho de 1826), concomitantemente com o início do enfraquecimento do grupo dos *áulicos* e o fortalecimento dos *liberais moderados* no Brasil. Fez-se necessário a retomada das discussões na Assembleia Constituinte de 1823, para entender a formação dos *áulicos* e o desenrolar da conjuntura política dos anos de 1824 a 1826.

O Primeiro Reinado, como um todo, é conhecido, sobretudo, pela política tida como centralizadora e intervencionista encabeçada por Pedro I. Essa perspectiva constata-se por fatos como a dissolução da Constituinte; a expulsão da Bahia das tropas portuguesas; a outorga da Constituição; a prerrogativa do Poder Moderador; a nomeação de presidentes de província; a formação e nomeação de Conselheiros de Estado e ministérios aristocráticos sem apoio parlamentar; o senado vitalício; a violenta repressão à Confederação do Equador e a quaisquer outros movimentos no mesmo período contrários à soberania do imperador; a prisão e extradição arbitrária de opositores políticos; o cerceamento à liberdade de imprensa e expressão; a postergação da instauração da Assembleia Geral; os embates constantes com a Câmara dos Deputados em 1826; a concessão de honrarias e títulos de nobreza; o envolvimento na questão da sucessão do trono lusitano; as concessões feitas a Portugal e à Inglaterra nos tratados de reconhecimento da independência; a Guerra Cisplatina; a contratação de tropas *mercenárias* estrangeiras e os elevados gastos públicos em meio à crise econômica. Com isso, percebe-se que o Primeiro Reinado foi o período em que a prática centralizadora do poder imperial extrapolou a esfera política e permeou a esfera administrativa. Ambos os poderes – político e administrativo - foram cerceados e reduzidos nas províncias (CARVALHO, 2002, p. 448-449).

A imprensa *áulica* e as principais ideias

O Rio de Janeiro constituiu-se no palco principal das atividades ligadas à imprensa ao longo do Império. Os inúmeros jornais, panfletos, folhetins circularam livremente desde 1821, algumas vezes, sem qualquer censura, em outros momentos, com alguns cerceamentos. Eles foram responsáveis por aquecer os embates políticos ocorridos nos diferentes espaços públicos que estavam em formação. Os impressos tornaram-se o principal veículo de informação e opinião na capital fluminense, além de ser um importante instrumento para cristalização de uma cultura política moderna. (BERSTEIN, 1998, p. 351).

A partir de 1823, o número de jornais entrou em declínio ao se comparar com o momento anterior (1821-1822) (MOREL, 2005, p.204). Essa diminuição deveu-se principalmente ao aumento da censura à imprensa, tema que ganhou destaque nos periódicos de diferentes matizes. Do total de 13 periódicos existentes no período, quatro jornais *áulicos* ganharam relevo: *O Grito da Razão na Corte do Rio de Janeiro* e o *Triumpho da Legitimidade Contra a Facção de Anarquistas*, ambos da lavra de José da Silva Lisboa; a *Estrela Brasileira* redigida por Jean Baptiste Aimé Desloye (De Loy) e o *Spectador Brasileiro*, publicado pelo editor Pierre Plancher.

Esses jornais circularam no período mais duro da censura à imprensa. Enquanto que, para maioria dos redatores, a censura foi um momento pouco frutífero para o surgimento dos impressos, para a imprensa *áulica*, este foi um ponto positivo porque cerceou a concorrência que publicava ideias não favoráveis ao governo. Além disso, evitava abusos ou difamações contra o Império. A censura fez com que imprensa *áulica* levasse vantagem sobre as demais folhas de oposição, pois os periódicos *áulicos* contavam com um aliado demasiadamente forte, o governo central. A imprensa *áulica* nesses anos foi a principal fonte de propagação e defesa das ideias da nova Monarquia Constitucional.

Uma das peculiaridades da imprensa *áulica* foi que os publicistas escreveram para três públicos, talvez por isso a dificuldade de interpretá-los. Redigiram para seus pares, debatendo entre si temas polêmicos; para o público, que assinava esses jornais: comerciantes, militares, magistrados, políticos e outros; e para d. Pedro, como estratégia dos redatores para conquistar sua confiança e continuar tendo permissão para circular livremente.

Esses quatro jornais *áulicos* (1824-1826) representaram a imprensa política de combate, que sabia claramente suas funções, pelo o que e por quem estava lutando e quais foram seus alvos de ataque. Sem dúvida, um dos motivos do Primeiro Reinado ter perdurado por nove anos, apesar das crises política e econômica, além dos representantes políticos *áulicos*, foi a presença e apoio dos jornais *áulicos*, que, em vários momentos de tensão política, saíram em defesa do governo, redigindo sempre aspectos positivos sobre a Coroa e o sistema político adotado.

Nesses jornais, a maioria dos temas encontrados foi comum a todos, dentre eles: a defesa da Monarquia Constitucional centralizada; do imperador d. Pedro I; da dissolução da Assembleia Constituinte de 1823; do reconhecimento da independência; da unidade territorial entre as províncias e o poder central; do pensamento antirrevolucionário e do Constitucionalismo. Todos eles foram contra as ideias separatistas e a formação de repúblicas

autônomas dentro do Império. A linha político-pedagógica presente no corpo dos jornais *áulicos* foi outro aspecto comum, que serviu para persuadir o público-leitor a seguir a proposta mais coerente de sistema político de governo que era a Monarquia Constitucional centralizada, sob as bases do Poder Moderador. Esse caráter político-pedagógico da imprensa *áulica*, também cumpriu o papel de deslegitimar as ideias dos grupos rivais, por meio da utilização da retórica e suas diversas técnicas de argumentação: argumento de autoridade, ataques pessoais, figura de linguagens, entre outros (BASILE, 2001, p.25). Essas foram as principais armas utilizadas pelos periódicos *áulicos* para aquecer as discussões e convencer o público-leitor a seu favor.

Mais do que semelhanças casuais, a afinidade de ideias entre a imprensa *áulica* representou a visão que esta comungava a um ideário que defendia as causas do governo central. Os periódicos *áulicos*, principalmente no período analisado, exerceram a função de espelhos das ideias debatidas pelo imperador, Ministros e Conselheiros de Estado, tudo isto agregado à análise crítica dos próprios redatores. Apesar de nem todos os jornais *áulicos* debaterem somente questões políticas, a maior notoriedade caiu sobre essa área.

Por fim, cabe ressaltar que a imprensa *áulica* utilizou o recurso da opinião pública, como uma ferramenta de legitimidade, para dar maior respaldo às exigências e ações políticas da Monarquia Constitucional de d. Pedro e do próprio grupo. A cultura política formada na década de 1820, especialmente ao longo do Primeiro Reinado, foi permeada pelas ideias de duas épocas: o Antigo Regime – em que se destacavam a concessão de honrarias, títulos de nobreza, prática do beija-mão, aclamação do imperador em cortejo real, festas cívicas, concentração de poder nas mãos do soberano e ausência de liberdade de expressão - e a modernidade – fundamentada nas ideias liberais, no Constitucionalismo, na divisão de poderes e na ampliação dos direitos civis e políticos. O caráter multifacetado dessa “cultura política” (BERSTEIN, 1998, p. 350-352) permitiu que as ideias Constitucionalistas ganhassem diferentes tonalidades, prevalecendo no período analisado, o Constitucionalismo *áulico*, ou seja, uma Monarquia Constitucional centralizada.

Os três redatores da imprensa áulica (1824-1826).

José da Silva Lisboa nasceu em Salvador, no dia 16 de julho de 1756, estudou na adolescência no convento dos frades carmelitas na própria Bahia. Depois de ter concluído seu estudo secundário, seu pai, Henrique da Silva Lisboa, financiou sua viagem para aprofundar seus estudos em Portugal. Em 1774, ingressou para Universidade de Coimbra, onde cursou direito. Ao terminar seus estudos em 1779, voltou para sua cidade natal, e iniciou a carreira na

parte administrativa da monarquia portuguesa, exercendo os cargos de ouvidor e professor régio. Em 1787, Silva Lisboa retornou novamente para Portugal e trabalhou com grupo de ilustrados que apoiavam as empreitadas políticas de d. Rodrigo de Souza Coutinho. Essa nova viagem a Portugal permitiu estabelecer o convívio mais próximo com os postulados liberais. Em 1797, ainda em Portugal foi nomeado para o cargo de Deputado e Secretário da Mesa da Inspeção da Agricultura e do Comércio da Bahia. Com toda essa experiência administrativa, José da Silva Lisboa enquadrou-se no perfil de funcionários régios almejados por d. Rodrigo de Souza Coutinho, para fazer parte da sua proposta de transferir a sede do governo lusitano para a América portuguesa. (KIRSCHNER, 2009, p. 74-75).

Logo após o retorno ao Brasil, em 1798, José da Silva Lisboa assumiu efetivamente o cargo que foi nomeado por d. Rodrigo de Souza no ano anterior. Com a transferência da família real para o Rio de Janeiro, foi necessária a instalação da tipografia imperial para publicação de documentos oficiais e eventuais obras de outros interesses. Coube ao Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, d. Rodrigo, providenciar a organização da Impressão Régia. Assim, foi natural que uma das escolhas de d. Rodrigo recaísse em Silva Lisboa, sendo nomeado diretor da Impressão Régia e censor da Mesa do Desembargo do Paço. Tais cargos renderam-lhe rica experiência para futuras publicações de panfletos e jornais durante o Primeiro Reinado. Interessante que o outro diretor da Impressão Régia, nomeado juntamente com Silva Lisboa, foi Mariano José Pereira da Fonseca, também indicado como censor. Ainda, Luís José de Carvalho e Mello foi escolhido como censor. Ambos foram Conselheiros de Estado no Governo de d. Pedro e responsáveis pela elaboração da Constituição de 1824. Isso evidencia que mesmo não havendo contato direto, aparentemente, entre eles no Primeiro Reinado, as relações poderiam ter sido construídas antes mesmo desse período. Essa ligação mais próxima pela profissão ou determinados cargos políticos, que exerceram anteriormente, abriram caminhos para entender como essas informações circulavam entre as instâncias institucionais, a imprensa e a rua.

Em 1823 foi deputado da Constituinte Brasileira pela província da Bahia (JAVARI, 1979, p. 273), tomando partido das causas de d. Pedro e da Monarquia Constitucional centralizada. Mesmo com todas essas atribuições políticas e administrativas, sempre manteve ativa as suas atividades como cronista do reino e do Império. Com a dissolução da Assembleia Constituinte, Silva Lisboa, dedicou-se quase que integralmente à sua vocação de publicista, não assumindo nenhum cargo político de expressão entre período de 1824 e 1826,

antes da reabertura das atividades parlamentares³². Quando começaram os trabalhos na Assembleia em 1826, Silva Lisboa assumiu o cargo de senador até o momento de sua morte em 1835.

Todos esses serviços prestados à Coroa renderam-lhe, em outubro de 1825, o título de barão de Cairu, elevado em 1826 a visconde de Cairu. (ROCHA, 2001, p. 19). Ser favorável às ideias de d. Pedro I fez com que Silva Lisboa colecionasse inimigos políticos no parlamento e na própria imprensa. Seus jornais seguiram à risca a mesma lógica, sem flutuações ou mudanças políticas drásticas, acompanhando o projeto político *áulico* de Monarquia Constitucional centralizada traçado no início do Primeiro Reinado. A partir de 1829, Silva Lisboa, não publicou mais periódicos e panfletos, entretanto, sua atividade como publicista não cessou. Continuou a colaborar com seus escritos políticos em outros jornais, inclusive, no *Diário do Rio de Janeiro*, sob o pseudônimo *Jurista*. (VIANNA, 1945, p. 442).

Com a abdicação de d. Pedro, alguns fatores contribuíram para Cairu não fazer mais parte do centro político do governo: a ascensão da facção dos *liberais moderados* e o fim dos poderes monárquicos exercido pelo imperador enfraqueceu a influência de Cairu. Apesar disso, Silva Lisboa manteve seu cargo vitalício de senador e passou a fazer parte do grupo dos *restauradores* que clamavam pelo retorno de d. Pedro I. Sua posição política favorável a d. Pedro e a Monarquia Constitucional perdurou até a morte do imperador em 1834.

Sem dúvida, José da Silva Lisboa foi o redator mais importante da imprensa *áulica* no Primeiro Reinado, tanto pela quantidade de material que produziu, quanto pela qualidade e conhecimento que tinha sobre política. O fato de ter vivido como funcionário régio, político e redator em três momentos distintos de rupturas políticas do Império: Império Português; Império Luso-brasileiro e Império do Brasil, juntamente com a sua formação intelectual diferenciada, forneceu-lhe um maior conhecimento da política e da burocracia do governo, do que os outros redatores *áulicos*.

³² Foram 14 folhetos e 2 periódicos no período de 1824 a 1826. Folhetos: *Protesto do diretor dos Estudos contra o acordo da junta eleitoral da paróquia de São José; Ágoa vai. Calmante às malaguetas; Rebate brasileiro contra o Tífis pernambucano; Apelo a honra contra a facção dos federalistas de Pernambuco; História curiosa do mau fim de Carvalho e Cia. à bordoadada de pau-brasil; Pesca dos tubarões de Recife em três revoluções anarquistas de Pernambuco e memória pública da lealdade da província do Rio de Janeiro; Exortação aos baianos sobre as consequências do horrível atentado da sedição militar cometida na Bahia; Independência do Brasil apresentada aos monarcas europeus por Mr. Beauchamp; Desforço patriótico contra o libelo português do anônimo de Londres, inimigo da Independência do Império do Brasil; Guerra de pena contra os demagogos de Portugal e do Brasil; Contestação da História e censura de Mr. de Pradt sobre sucessos do Brasil; Desafrenta do Brasil a Buenos Aires desmascarada; Inviolabilidade da independência e glória do Império do Brasil, sustentada apesar da Carta de lei: reflexões contra as reflexões de M. Chapuis; Recordação dos direitos do Império do Brasil à Província da Cisplatina. Periódicos: *Grito da razão na Corte fluminense e Triunfo da legitimidade contra à facção de anarquistas*.*

Outro redator importante do período da censura foi Pierre René François Plancher de la Noé. Nascido na cidade de Mans, província de Manes, França, em 10 de janeiro 1779, sendo filho de Pierre Constant René Plancher, procurador-real, que morreu em 1789, um mês antes de eclodir a Revolução francesa. Após a morte do pai, órfão aos 10 anos de idade, Pierre Plancher partiu de Le Mans para Paris, onde ingressou como aprendiz na fundição de tipos de J. C. Gillé, tornando-se um oficial compositor em 1798. Após alcançar o cargo de gerente da tipografia, tornou-se representante de livrarias, antes de montar seu próprio estabelecimento. Em 1815, instalou sua própria tipografia a *Maison d'édition*, na rua Poupée, Paris. Com a derrota de Napoleão Bonaparte e a Restauração de Luís XVIII, Pierre Plancher, de tendência Bonapartista, teve inúmeras dificuldades para continuar com os seus negócios, até que foi preso por distribuir pelas ruas de Paris um panfleto sedicioso contra a família real chamado: *Le cri du peuple français*. (HALLEWELL, 2005, p. 140).

Após ser libertado, Plancher continuou a criticar o governo estabelecido com suas publicações. Editou as obras de alguns pensadores liberais, como Benjamin Constant e Guizot, fora os panfletos que rememoravam as glórias de Napoleão. Apesar de sua intensa atividade como publicista, entre 1815 a 1820, Plancher só obteve novamente sua permissão de livreiro em 1820 (MOREL, 2005, p. 26). Os sucessivos problemas com as autoridades, os inúmeros processos que impediram algumas obras políticas de serem publicadas e a ampla concorrência no setor gráfico fizeram com que, Pierre Plancher projetasse novos rumos em busca de outros espaços e mercados. Em princípios de 1824, Plancher desembarcou no Brasil.

A chegada de Plancher ocorreu durante um período em que o governo recém-independente buscava a consolidação da Monarquia Constitucional centralizada nas mãos do imperador. Além disso, uma nova Constituição tinha sido outorgada alguns meses antes de sua chegada. P. Plancher chegou em um momento agitado, mas seu posicionamento político e sua experiência na atividade dos impressos aproximaram-no do imperador. Na política, defendeu Constitucionalismo, valorizou os autores mais conservadores do iluminismo e era adepto de uma tendência imperial ao estilo napoleônico. Tais atitudes agradaram Pedro I e influenciaram para que três meses depois de sua chegada, Plancher fosse escolhido como Impressor-imperial. Plancher acreditou que para reproduzir o modelo de civilização europeia no Brasil, os costumes e as ideias iluministas deveriam ser difundidas por meio da educação e dos impressos. (MOREL, 2005, p. 29).

Não demorou muito para Plancher adaptar-se rapidamente ao Brasil. Sua atuação compôs-se de três atividades: edição e venda de livros, edição de periódicos, sendo essas as

mais rentáveis, e a de redator de periódicos (SANDRONI, 2007, p. 27). Plancher tornou mais acessível ao público brasileiro as ideias e os sentimentos da Europa. Seu negócio caminhou a passos largos, até porque no Brasil sua situação política foi bem diferente da que viveu na França. Em contrapartida, d. Pedro I pôde contar com um importante aliado político na imprensa *áulica*. Essa assistência mútua permitiu que o jornal analisado, o *Spectador Brasileiro* alcançasse o patamar de diário, sendo um dos principais periódicos favoráveis ao Império do Brasil.

Em 9 de junho de 1832, Pierre Plancher vendeu sua livraria, tipografia e o *Jornal do commercio* - diário fundado em 1º de outubro de 1827, após o término do *Spectador Brasileiro* - para Villeneuve e a Maugenot por 52:664\$000 réis. (MACEDO, 1876, p. 409). Em 1834, dez anos depois do seu desembarque no Brasil, Plancher retornou para França e faleceu em 1844, aos 65 anos, em Paris.

O outro francês, redator do jornal *A Estrela Brasileira*, foi Jean Baptiste Aimé Desloye ou “De Loy”, como foi chamado. Sua trajetória ainda é muito obscura para a historiografia brasileira. Não foi encontrado nenhum documento sobre Jean Baptiste na Biblioteca Nacional. A única fonte encontrada foi um dicionário biográfico sobre alguns homens ilustres da província (departamento) de Haute-Saône, onde Jean Baptiste nasceu. (SUCHAUX, 1864, p. 108).

Nascido no dia 21 de fevereiro de 1798, na comuna francesa de Plancher-Bas, departamento de Haute-Saône, filho de François Xavier, dono de uma fábrica de papel e comerciante, e de Marie Lamboley, Jean Baptiste Aimé Desloye completou o secundário no Liceu de Bensaçon. Em seguida, começou o curso de direito na Universidade de Estrasburgo, mas somente concluiu o curso na Universidade de Toulouse em 1819. Apreciava a literatura e produziu sua primeira coleção de poemas sobre sua terra natal, intitulado: *Des Plaisirs d'un ami de la campagne et les musas*³³ em 1816. O jovem escritor partiu em uma viagem de estudos, com intuito pesquisar desde aspectos políticos a belezas naturais. Passou por diversos países: Holanda, Inglaterra, Portugal e, finalmente, em 1822, aportou no Brasil.

Jean Baptiste chegou durante o período da mudança política e logo se aproximou de d. Pedro I. Fundou o jornal *áulico*, *A Estrela Brasileira*³⁴, em 1823, depois da dissolução da Constituinte. Foi uma das poucas folhas que permaneceram em circulação, recebendo cartas

³³ Os prazeres de um amigo da campanha e as musas.

³⁴ O dicionário biográfico informa que o jornal foi fundado em 1822. Porém, depois da dissolução da Constituinte de 1823, diante das edições encontradas, o jornal informa que as publicações ocorreram três vezes por semana. Nesse aspecto, os dados do jornal conflitam com o dicionário.

do imperador para serem publicadas. Esta folha conviveu em um período de debates acalorados, nas ruas, na imprensa e na Assembleia Constituinte de 1823. No final do ano de 1824, De Loy encerrou os seus trabalhos de publicação do jornal e regressou para a França. Ao contrário de P. Plancher, que criou laços no Brasil, contribuindo de maneira ímpar para o aperfeiçoamento da imprensa, a presença de Jean Baptiste foi apenas passageira, apesar de ter publicado um periódico importante para Corte fluminense.

O reconhecimento de Jean Baptiste veio mesmo quando retornou à França e começou a publicar seus *Prelúdios poéticos* no *The Independent de Lyon*. Em 1830 colaborou com o diário *Franche-Comte*, nome da região na qual está inserido o departamento de Haute-Saône. Por ter sido um nome influente na sua região, Jean Baptiste foi mencionado no dicionário biográfico de Haute-Saône. (SUCHAUX, 1864, p. 108-110).

Vale ressaltar que apesar dos três redatores, aparentemente, não terem tido ligação pessoal, afora algumas publicações de José da Silva Lisboa pela tipografia de Plancher (impressor-oficial), seus jornais cumpriram uma importante função conjunta, a de defesa da Monarquia Constitucional centralizada. Os redatores *áulicos*, mesmo sem esses vínculos pessoais, estiveram conscientes da importância de suas folhas para afirmação e o fortalecimento da nova monarquia. Em um período sem atividades parlamentares, a imprensa foi o meio privilegiado de ação, juntamente com os poderes Executivo (Conselheiros de Estado e Ministros) e o Moderador, pertencente a Pedro I.

Referências Bibliográficas

BASILE, Marcello. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. Organização e introdução. In: URUGUAI, Visconde do. *Paulino José Soares de Sousa, visconde do Uruguai*. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 2002.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (Sua história)*. São Paulo: T.A. Queiroz; EDUSP, 1985.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte, MG: Puc -Minas, 2009.

MARQUES JR, Nelson Ferreira. *Os verdadeiros Constitucionais, amigos do rei e da nação: áulicos, ideias e soberania na Corte fluminense (1824-1826)*. Dissertação (Mestrado) – UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

ROCHA, Antonio Penalves (org). Introdução. In: SILVA LISBOA, José da. *Visconde de Cairu*. São Paulo: Editora 34, 2001.

RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Estampa, 1998.

SANDRONI, C. *180 anos do jornal do commercio – 1827-2007: de d. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Quorum, 2007.

VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

Fontes Impressas

JAVARI, barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 3ª ed. Brasília: Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1979.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Anno Biographico Brasileiro*. 3 vs. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

SUCHAUX, L. *Galerie Biographique du département de la Haute-Saône*. Vesoul: Typographie de A. Suchaux. 1864.

Periódicos

A Estrela Brasileira. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1823 a 12 de julho de 1824.

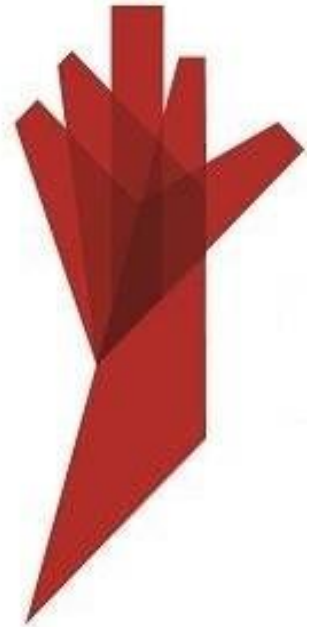
O Spectador Brasileiro: Diario Politico, Litterario e Commercial. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1824 a 21 de maio de 1827.

O Grito da Razão na Corte do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro a 22 de março de 1825.

Triumpho da Legitimidade contra Facção de Anarquistas, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1825 a 28 de janeiro de 1826.

Simpósio Temático 12

**História, gênero, política e
sexualidade**



Coordenadores:

Carolina Dellamore Batista Scarpelli

Doutoranda em História - UFMG
carolinadellamore@yahoo.com.br

Cássio Bruno de Araújo Rocha

Mestrando em História - UFMG
caraujorocho@gmail.com

Débora Raiza Carolina Rocha Silva

Pós-graduanda em Culturas Políticas - UFMG
raiza.rocha@hotmail.com

Luzia Gabriele Maia Silva

Mestranda em História, UFMG
luzia.gabriele@yahoo.com.br

Mulheres, Família e Sexualidade: Uma Análise Social da Vida Privada através do Romance *Madame Bovary*

Anna Karolina Vilela Siqueira
Graduanda em História
Universidade Federal de Viçosa
anna.siqueira@ufv.br

Fernando Altoé
Graduando em História
Universidade Federal de Viçosa
fernando.altoe@ufv.br

RESUMO: O objetivo deste trabalho é debater questões sociais do século XIX relacionadas à vida privada burguesa do período, especialmente temas relacionados à mulher, à família e ao divórcio. Utilizamos a obra literária *Madame Bovary* como documento a nos fornecer os contornos de uma história social e a suscitar questões que nos possibilite discutir determinadas práticas e valores de um período, no nosso caso, o período oitocentista.

PALAVRAS-CHAVE: *Madame Bovary*; História e Literatura; História das Mulheres; História da Vida Privada.

ABSTRACT: The objective of this work is to discuss social issues related to the nineteenth century bourgeois private life of the period, especially issues related to women, family and divorce. We used the literary *Madame Bovary* as a document provided in the contours of a social history and raise questions that will allow us to discuss certain practices and values of a period, in our case, the nineteenth-century period.

KEY WORDS: *Madame Bovary*, History and Literature, History of Women; History of Private Life.

Introdução

A história esteve por algum tempo ligada à literatura. Era uma arte retórica cujas qualidades literárias deveriam estar acima de tudo, cujo estilo e unidade de ação serviam como elementos a captar a atenção do leitor pelos seus relatos, pela beleza dos discursos dos personagens e pelas reflexões profundas do autor (CADIOU, COULOMB, SANTAMARIA, 2007, p. 57). Tal relação foi proeminente até o século XIX. A partir desse século, com a elaboração de uma nova visão acerca da história enquanto ciência estabelece-se o início do distanciamento entre as práticas históricas e literárias. Nesse particular, Leopold Von Ranke se destacou ao reivindicar à história o estatuto científico, dissociando-a da literatura e da filosofia. O historiador alemão passou a defender o uso prioritário de fontes primárias na

pesquisa histórica e manifestou seu comprometimento em mostrar o passado tal como realmente foi (HOLANDA, 1979, p. 17).

Uma nova discussão acerca da aproximação entre história e literatura surgiria no século XX, em meio aos questionamentos contra o positivismo histórico e a favor do ideal de derrubada da visão fixa de verdade absoluta. O século XX abriu espaço para o surgimento da *Nova História* e, também, para teóricos como Hayden White mostrar que a prática do historiador não se distancia tanto das práticas literárias, como então se pensava. Ao adaptar as categorias originadas no campo da teoria literária para a análise da historiografia, o autor passou a questionar as fronteiras que separam a história da literatura e focalizou o papel decisivo da linguagem na escrita e nas concepções das realidades históricas. Em seu livro *Trópicos do Discurso*, White escreve que,

de um modo geral, houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências (WHITE, 2001, p. 98).

Para Hayden White, os historiadores devem ficar atentos de que a história não é feita de espaço, tempo ou evento, mas sim de *linguagem*. A história reina, portanto, na superfície semântica.

O rompimento pós-moderno com o cientificismo deu lugar ao estabelecimento de diferentes construções acerca de um mesmo fato, que agora passa a ser composto por diferentes pontos de vista. Segundo Hayden White, a historiografia segue a proposta de uma narrativa, devendo distanciar-se da objetividade e abrir-se ao subjetivismo e a novas possibilidades. Redefine-se, com a *Nova História*, não apenas o ofício do historiador no que tange às suas metodologias de pesquisa, como também se dá um novo alcance acerca da noção de fonte documental.

Ao passo que neste trabalho utilizamos como fonte histórica uma obra literária, queremos chamar atenção para as possibilidades de entendermos as dinâmicas de uma sociedade a partir de uma fonte documental como um romance, por exemplo. Acima de tudo, a literatura é utilizada aqui como representação de uma época. E a pergunta que fazemos é: qual é a relação do retrato com a realidade social? Para nos ajudar a responder esta pergunta, nos servimos da consideração feita por Kohn-Bramsted em um estudo sobre a aristocracia e as classes médias na Alemanha. O autor coloca que

Só uma pessoa com conhecimento da estrutura de uma sociedade a partir de outras fontes que não as puramente literárias pode descobrir se, e até que ponto, certos tipos sociais e o seu comportamento são reproduzidos no romance. [...] O que é pura fantasia, o que é observação realista e o que é apenas expressão dos desejos do autor devem ser separados em cada caso de maneira sutil (E. Kohn-Bramstedt Apud SILVA, 1961, p. 127-128).

Portanto, nosso objetivo aqui é partir da obra literária *Madame Bovary*, escrita por Gustave Flaubert em 1857, e levantar algumas discussões acerca de temas que estejam ligados à vida privada burguesa oitocentista. Partimos das questões sociais levantadas no romance que envolve temas como mulher e família e a partir disso buscamos correlacionar tais temáticas a estudos sobre história da vida privada e história das mulheres, na tentativa de compreender até que ponto certos tipos sociais e comportamentais são reproduzidos em determinado romance.

Feitas essas considerações, importa assinalar que o trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, intitulada *Madame Bovary: história e literatura*, discorremos sobre a obra e fazemos um debate teórico voltado para a relação entre literatura e sociedade. Na segunda parte, intitulada *Traços da vida burguesa do século XIX*, voltamos nossa discussão para as questões suscitadas no romance, buscando correlacioná-las com o século XIX a partir de autores que trabalham com história das mulheres e com história da vida privada.

Madame Bovary: história e literatura

Madame Bovary foi escrito por Gustave Flaubert no século XIX e publicado em 1857, na França. A obra é considerada o ponto de partida do Realismo, movimento artístico antagônico ao Romantismo, caracterizado pela abordagem objetiva da realidade e de temas sociais. Os escritos realistas são marcados, dentre outras coisas, pela preocupação com uma verdade exata, pela observação e análise da realidade e pela busca do perene humano no drama da existência. Acrescente-se, também, que os personagens realistas são frutos de observação, são tipos sociais concretos, vivos, e o autor realista retrata de preferência a vida contemporânea, o seu tempo (PROENÇA FILHO, 1978, p. 199-202).

A história do romance se passa no interior da França. Carlos é um médico da cidade de Tostes, de criação humilde, mostra-se uma pessoa medíocre e cômoda: “cumpria suas pequenas tarefas cotidianas como um cavalo de circo”. (FLAUBERT, 1944, p. 19) Emma, uma moça criada parte em um convento, parte na fazenda do pai, lia literatura romântica, almejava o amor descrito nos livros e via no casamento o cenário para a realização desse amor. Ao contrário de Carlos, Emma era uma mulher de sonhos burgueses: “[...] Emma

buscava saber o que significavam exatamente as palavras felicidade, paixão e embriaguez, que tão belas lhe pareceram nos livros” (FLAUBERT, 1944, p. 48);

O encontro dos dois acontece quando Carlos é chamado à fazenda do senhor Rouault, pai de Emma, para prestar-lhe assistência num acidente ocorrido. Com o passar do tempo, Carlos vai se encantando com a beleza da moça e passa a visitar a fazenda do senhor Rouault por mais vezes; contudo, não toma nenhuma atitude que demonstre estar interessado por Emma, pois o mesmo é casado com a senhora Dubuc. Após a morte desta, Carlos passa um tempo na fazenda do pai de Emma, e após essa temporada, pede-a em casamento.

Emma aceita seu pedido. Os dois se casam. À medida que o tempo passa, Carlos passa a amar cada vez mais sua mulher, é o mais feliz dos homens e o mais cego dos maridos. Emma pensa que, casando-se, viverá com Carlos o mesmo amor que idealizava nos romances que lia. Contudo, isto não acontece. Emma começa a se entediar da vida de casada, passa a gostar cada vez menos de seu marido.

O casal é convidado pelo dono do castelo de Vaubyessard para uma grande festa. Lá, Emma vê o duque de Laverdière e valsa com um visconde. Sente uma perturbação desconhecida. A festa aflora em Emma as vontades de se levar uma vida mais burguesa. A personagem fica deslumbrada com o estilo de vida burguês e ao voltar para casa Emma se sente frustrada com o seu casamento e com a vida que leva. Tudo que a rodeia torna-lhe insuportável: casa, marido, empregados. Para tirá-la do aborrecimento, Carlos decide se mudar. Desfaz-se de sua clientela e vai se estabelecer em Yonville.

Em Yonville, Emma conhece Léon, o escrivão do cartório da localidade. Léon será seu primeiro amante. Formado em direito, Léon logo partiria para a capital e se afastaria de Emma. Nas redondezas de Yonville, havia também um homem chamado Rodolfo Boulanger, um aristocrata. Rodolfo seria o segundo amante de Emma. Rodolfo e Emma passarão a se encontrar com grande frequência. Os amantes chegam aos limites da voluptuosidade. Madame Bovary quer fugir com seu amante, mas Rodolfo, na última hora, acha por bem escrever uma carta desistindo da fuga.

Carlos decide levar Emma ao teatro, em Rouen, julgando sê-lo útil à esposa. Lá, encontram-se com Léon. Emma e Léon revivem seus tempos de amantes. Os dois passam a se encontrar com maior frequência e Emma volta a ter uma vida de luxúria. Emma realiza suas fantasias romanescas e, para satisfazer seus desejos burgueses, passa a gastar de forma

dispendiosa. Gasta tanto com roupas e utensílios femininos como também com seus amantes. Por isso, contrai uma enorme dívida.

Emma busca ajuda financeira das pessoas mais próximas, mas não obtém retorno. Percorrendo todos os graus da humilhação, Emma vai à casa de Rodolfo também à procura de dinheiro, e igualmente nada alcança. A saída que a personagem encontra é se envenenar. Após a morte da esposa, Carlos descobre suas traições através das correspondências que Emma havia trocado com seus amantes. Num determinado dia Carlos é encontrado morto no jardim.

Como se percebe nesse apanhado geral, o romance traz à tona questões envolvendo conflitos familiares e traição. Por mais que o enredo descrito seja ficção, a obra retrata temas do cotidiano de determinada sociedade, no caso aqui, o século XIX. Como já foi mencionado, a obra *Madame Bovary* marca o início do movimento realista no campo da literatura, movimento que se detém para a análise objetiva da realidade e que coloca em primeiro plano temas de cunho social.

Vítor Aguiar e Silva afirma que literatura e sociedade estão intimamente ligadas. Ao discutir esta relação, o autor coloca que a literatura representa a vida, e a vida é uma realidade social. A literatura tem uma função social, ou uso, que não pode ser puramente individual. Para ele, a discussão que envolve a relação entre literatura e sociedade geralmente tem início com a expressão derivada de De Bonald, de que *a literatura é uma expressão da sociedade*. A literatura não é só um reflexo do processo social, mas é a sua essência, é o resumo de toda a história (SILVA, 1961, p. 113-115).

Antônio Candido chama atenção em seu livro *Literatura e sociedade* para os momentos de produção de uma obra, que segundo o autor são quatro: 1: o artista; 2: os temas; 3: as formas; 4: os impactos. Temos com isto o seguinte quadro: o artista, sob o impulso de uma necessidade interior, orienta-se segundo padrões de sua época. Ele escolhe certos temas e se utiliza de formas para produzir sua obra e a síntese resultante age sobre o meio. De acordo com Antônio Candido, todo processo de comunicação implica em um comunicante, que no caso é o artista; um comunicado, que é a obra; um comunicando, o público a quem se dirige a obra; daí resultando o quarto elemento do processo, que é o efeito (CANDIDO, 1967, p. 25). Decorre-se com isso que o escritor não é apenas influenciado pela sociedade, ele também a influencia. Como escreve Vítor Aguiar e Silva, “a arte não meramente reproduz a vida, mas a modifica. As pessoas podem moldar as suas vidas pelos padrões dos heróis e heroínas

fictícios” (SILVA, 1961, p. 124). Há, portanto, uma mútua influência entre aquele que escreve e aquele que lê.

Na época em que *Madame Bovary* foi publicado, Gustave Flaubert foi acusado pelo Ministério Público francês na pessoa do advogado imperial Ernest Pinard. O advogado alegou que a obra, em sua essência, não era moral e feria com os princípios éticos da sociedade. Em sua acusação, Ernest Pinard chama atenção para os efeitos que aquela obra poderia causar aos leitores:

Quem é que lê o romance do sr. Flaubert? São homens que se ocupam de economia política ou social? Não! As páginas ligeiras de “Madame Bovary” caem em mãos levianas, em mãos de donzelas, e às vezes de mulheres casadas. Muito bem! Depois de seduzida a imaginação, depois de essa sedução ter descido ao coração, depois de o coração ter falado aos sentidos, julgais que um raciocínio frio encontre poder contra essa sedução dos sentidos, e do sentimento (FLAUBERT, 1944, p. 229)?

Nessa passagem, percebemos a preocupação do advogado de acusação com a influência que a obra poderia exercer no sentido de moldar certos tipos de comportamento entre os leitores. Em resposta à acusação, o advogado de defesa de Gustave Flaubert argumenta o seguinte:

Que apresenta ele [o livro] ainda? Apresenta u’ a mulher caminhando para o vício pela desigualdade no casamento, e do vício ao último grau da degradação e da desgraça. Logo quando pela leitura de diferentes passagens eu tiver feito conhecer o livro no seu conjunto, hei-de pedir ao tribunal a liberdade de aceitar a questão nestes termos: este livro nas mãos duma rapariga, poderia ter por efeito arrastá-la a prazeres fáceis, ao adultério, ou mostrar-lhe antes o perigo logo aos primeiros passos, e fazê-la estremecer de horror (FLAUBERT, 1944, p. 233)?

Nas duas argumentações, observamos a ênfase dada pelos advogados no sentido de a obra causar algum tipo de impacto entre os leitores. Enquanto o advogado de acusação sustenta a ideia de o romance ser extremamente perigoso às mulheres que viessem a lê-lo, já que poderia incentivá-las a terem comportamentos como os de Emma, o advogado de defesa alega justamente o contrário, ou seja, os efeitos positivos que a obra poderia trazer para a vida de uma prostituta, por exemplo, ao ver quão perigoso seria envolver-se em adultério. Após analisar os argumentos da acusação e da defesa o tribunal decidiu por bem absolver Flaubert das acusações.

Traços da vida privada do século XIX

Apresentamos anteriormente a obra literária *Madame Bovary* e fizemos algumas considerações sobre a relação entre literatura e sociedade. Agora, nossa proposta é trazer ao

debate as questões sociais levantadas no romance e cumprir com nosso objetivo inicial de entender a estrutura de uma sociedade a partir de outras fontes, além das literárias, na busca de descobrir até que ponto certos tipos sociais e comportamentais são reproduzidos em um determinado romance. As questões sociais levantadas na obra serão confrontadas, nessa segunda parte, com alguns debates de autores que estudaram o espaço público e o privado do século XIX, bem como o papel desempenhado pela mulher nesse período. Como já foi mencionado, a literatura pretende suscitar questões em nosso trabalho que nos possibilite discutir as relações sociais de um período, no nosso caso o século XIX, ao mesmo tempo que usada por nós como documento nos forneça os contornos de uma história social.

Em sua obra, Flaubert traz à tona uma questão cara a qualquer época que é o adultério. Emma, cada vez mais angustiada e frustrada com seu casamento, busca na relação com outros homens a felicidade e a satisfação dos seus desejos. A personagem é, na obra, o sujeito ativo, é aquela que transcende os limites do conformismo, que sai de uma situação estável e encara uma situação adversa. Ao agir de modo que não seja descoberta, Emma rompe com a família, rompe com a tradição. Aqui, temos dois temas que queremos discutir: a mulher e a família.

Para Michelle Perrot e Geneviève Fraisse, seria errado pensar o século XIX como o tempo de uma longa dominação, de uma absoluta submissão das mulheres. Menos ainda se considerar que esse século marca o nascimento do feminismo, palavra esta que designa tanto mudanças estruturais (trabalho assalariado, autonomia do indivíduo civil e direito à instrução), como também o aparecimento coletivo das mulheres na cena política (DUBY e PERROT, 1991, p. 9). São várias as mudanças no campo político, econômico, social e cultural que são favoráveis às mulheres.

Um evento acontecido no final do século XVIII e que marcou o campo político foi a Revolução Francesa. Élisabeth G. Sledziewsky afirma que tal acontecimento foi um marco decisivo na história das mulheres, por ter sido a ocasião de se questionar as relações entre os sexos. A Revolução trouxe a questão das mulheres para seu debate interno de questionamento político da sociedade. Ousou, portanto, pôr em causa a hierarquia dos sexos, passando a ser reconhecido o lugar das mulheres na cidade. Se o Antigo Regime não reconhecia a personalidade civil do indivíduo feminino, com a Revolução Francesa as mulheres tornam-se seres humanos completos, capazes de exercer seus direitos ao tornarem-se indivíduos da sociedade (SLEDZIEWSKY, 1991, p. 41-45).

O que determinou essa viragem na vida das mulheres foi a Declaração de 1789. Nela, passa a ser reconhecido a cada indivíduo o direito à liberdade, à propriedade, à segurança e a

resistência à opressão. Isto significa que cada mulher é, por direito, como todo homem, livre das suas opiniões e opções, segura da integridade da sua pessoa e dos seus bens. Élisabeth G. Sledziewsky destaca que a Constituição de Setembro de 1791 definiu de maneira idêntica o acesso à maioria civil para as mulheres e para os homens. Porém, foram as leis de Setembro de 1792, sobre o estado civil e o divórcio, que trataram em pé de igualdade o homem e a mulher e estabeleceram entre eles a mais estrita simetria. Chegamos, aqui, a um ponto que interessa-nos sobremaneira: o estado civil e o divórcio.

De acordo com Élisabeth G. Sledziewsky, as leis sobre o estado civil e o divórcio de 1792 dispõe que o casamento se dissolve pelo divórcio nos seguintes casos: incompatibilidade de temperamento entre os esposos, consentimento mútuo ou motivos litigiosos. A sociedade não deve intervir nas discussões do casal, a menos que as discussões tomem proporção significativa “na forma de um litígio inultrapassável pelos interessados, e a pedido destes” (SLEDZIEWSKY, 1991, p. 45). Para a autora, o casamento não é um fim em si mesmo, mas um meio de felicidade individual. Se deixa de o ser, ele perde o seu sentido. Vale ressaltar que o divórcio foi extinto em 1816 e restabelecido apenas em 1884, como sublinha Michelle Perrot (PERROT, 1991, p. 282). De acordo com Perrot, na ausência do divórcio existiu um meio menos dramático para dissolver um casal desunido: a chamada *separação dos corpos*, em que uma das partes solicitava a dissolução do casamento.

Em *Madame Bovary*, Emma não tem coragem de pedir ao seu marido, Carlos, a separação. Insatisfeita, a personagem reluta contra o seu casamento, foge das situações de afeto de seu esposo e passa a ter aversão de tudo que a cerca: casa, marido, empregados... Nem mesmo a filha lhe causa alegria. Emma poderia pedir a separação? Sim, mas não o faz. Opta por fugir com o amante e levar uma vida diferente em outro lugar, distante do marido e da cidade onde vivia. Sabemos, contudo, que a personagem não foge, pois seu amante no último minuto escreve-lhe uma carta desistindo da fuga.

Se considerarmos o que escreve Élisabeth G. Sledziewsky, de que o casamento é um meio de felicidade individual, e ele perde o seu sentido se deixa de o ser, Emma, nesses termos, poderia ter pedido a separação, visto haver incompatibilidade de temperamento entre ela e o seu marido. O casamento, para Emma, constituía-se em obstáculo à sua felicidade, era, portanto, desprovido de sentido. Porém, a personagem devia ter em mente as consequências que uma separação traria à sua vida. Por mais que a prática da separação fosse reconhecida, imperava ainda um modelo de família patriarcal, e a Revolução Francesa havia acentuado a definição das esferas pública e privada e valorizado a família. A família, acima de tudo, era

um capital simbólico de honra. Qualquer erro comprometedor de um de seus membros poderia fazê-la mergulhar num constrangimento cruel (PERROT, 1982, p. 266).

No âmbito da vida privada, cabia à mulher o ordenamento das atividades que estivessem ligadas ao espaço familiar, bem como a regularidade de execução das atividades que dissessem respeito ao lar. Ao estudar os ritos da vida privada burguesa, Anne Martin-Fugier coloca que a dona de casa, reunindo a família em volta da mesa em horários determinados, é apontada como a melhor agente da felicidade. Cabia à senhora do lar garantir a boa administração do tempo e do dinheiro, fazer funcionar a vida privada tanto na esfera da intimidade familiar quanto no âmbito das relações da família com o exterior. A tarefa da mulher devia ser a de conduzir e reger as tarefas domésticas de maneira que todos da casa, e o marido em primeiro lugar, encontrassem o máximo de bem estar. O quadro ideal da felicidade circunscrevia-se, pois, no círculo familiar (MARTIN-FUGIER, 1982, p. 201).

Gustave Flaubert descreve Emma como uma mulher pouco preocupada com a harmonia no interior da casa. Ela fazia pouco no sentido de proporcionar o bem estar aos seus. Seu marido, Carlos, ao chegar do trabalho, sempre encontrava-a de mau humor e Emma sempre se esquivava quando o marido pedia-lhe algum tipo de afeto. Quanto à filha, Emma deixava-a aos cuidados de uma criada e dava pouca atenção à criança. Seu tempo ocioso era dividido entre ler romances e alimentar aventuras amorosas em sua mente. A personagem não garantia, portanto, com a harmonia no interior da vida privada, local de refúgio dos homens do mundo exterior e espaço de descanso do trabalho. Nem mesmo os momentos de reunião ao redor da mesa para a refeição eram respeitados.

Devido à sua insatisfação com o casamento, Emma busca no adultério a forma de encontrar a felicidade não alcançada com o seu marido. Ao longo de sua vida a personagem tem dois amantes, que contribuem tanto para alimentar sua vaidade feminina quanto para levá-la à ruína, pois com eles Emma passa a gastar de forma dispendiosa com vestidos, presentes e viagens, a ponto de contrair uma dívida praticamente impagável perante suas condições financeiras. Emma fere, portanto, com os princípios que cabiam às mulheres e elucidados por Anne Martin-Fugier, de garantir a boa administração do tempo, do dinheiro e do bem estar no interior do círculo familiar.

Referências Bibliográficas:

CADIOU, François; COULOMB, Clarisse; SANTAMARIA, Yves. *Como se faz a História*. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1967.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (org.). *História das Mulheres no Ocidente: o Século XIX*. Tradução de Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. Tradução de Eloy Pontes. Rio de Janeiro: Editora Vecchi. 1944.

HOLANDA, Sérgio Buarque. O Atual e o Inatural em Leopold von Ranke. In: *Ranke: História*. São Paulo: Ática, 1979.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. de Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

PERROT, Michelle. Dramas e conflitos familiares. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. de Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

PROENÇA FILHO, Domício. *Estilos de Época na Literatura: através de textos comentados*. São Paulo: Ática, 1978.

SILVA, Vítor Aguiar e. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Almedina, 1961.

SLEDZIEWSKY, Élisabeth G. Revolução Francesa. A viragem. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (org.). *História das Mulheres no Ocidente: o Século XIX*. Tradução de Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Carta de guia de casados: construções de gênero em um manual seiscentista para noivos

Cássio Bruno de Araujo Rocha

Mestrando em História Social da Cultura

Universidade Federal de Minas Gerais.

caraujorocho@gmail.com

RESUMO: Essa comunicação pretende analisar como os gêneros masculino e feminino são construídos no texto de um importante manual para nubentes composto pelo nobre português D. Francisco Manuel de Mello no século XVII. Nessa narrativa, este trabalho procurará expor algumas conexões entre as ideias do autor e a tradição teológica e moralista católica produzida desde o período medieval.

PALAVRAS-CHAVE: História portuguesa; Estudos de gênero; Manual para casados.

ABSTRACT: This paper means to analyse how both the masculinity and the femininity are constructed as natural genders in the text of an important handbook for young spouses composed by the Portuguese noble man D. Francisco Manuel de Mello in the XVII century. In this narrative, this work will expose some connections between the author's ideas and the catholic theological and moralistic tradition produced since the Middle Age.

KEYWORDS: Portuguese history; Gender studies; Handbook for married people.

O casamento entre a história e a teoria pós-estruturalista do gênero completou já algumas décadas, no entanto, ainda constitui uma relação intensa e com diversos frutos – e também com uma série de problemas, como o próprio D. Francisco Manuel de Melo esperaria em uma união assim longeva. Essa comunicação pretende-se mais um rebento do contato destas áreas na medida em que traz o conceito de gênero conforme definido por autoras como Joan Scott¹ e Judith Butler² para analisar as características, funções sociais, deveres e direitos

¹ Seguindo a definição apresentada por Joan Scott, o gênero é uma categoria útil à análise histórica na medida em que proporciona uma maneira de indicar as “construções sociais” subjacentes a identidades até então encaradas como universais e naturais, colocando-se contra a posição fixa da categoria das mulheres, conforme entendida pela história social das mulheres até então. As construções variadas de gênero ao longo da história atenta para a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. Ainda segundo Scott, o conceito de gênero também focaliza o aspecto relacional das categorias de mulher e homem, afirmando não ser possível conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, da mesma forma como não se pode pensar em homens, a menos que eles sejam relativos às mulheres. Dessa forma, as reflexões acerca das questões de gênero, inserem-se em um questionamento bastante mais amplo, qual seja, o da pretensa universalidade do sujeito histórico. SCOTT, 1986, p. 1053-1075.

² O aspecto desconstrutivo implícito na categoria de gênero foi exacerbado pela filósofa estadunidense Judith Butler, ao teorizá-la como discursiva acima de tudo. Retomando a questão de por quais modos a identidade, sobretudo a de gênero/sexual, é construído no e pelo discurso, Butler postula o sujeito como sempre em processo, construindo-se no discurso pelos atos que executa. Assim, a identidade de gênero é conceituada como uma sequência de atos sem ator ou autor preexistente. A identidade, por exemplo, a de mulher, é um dever, um construir sem origem ou fim. A identidade, portanto, está aberta a certas formas de intervenção e de

apresentados como inerentes ao masculino e ao feminino no texto da *Carta de Guia de Casados*, um manual para jovens esposos composto por D. Francisco Manuel de Melo no século XVII.

Ao questionar as identidades de homem e de mulher idealizadas no texto da *Carta de Guia de Casados* a partir do conceito pós-estruturalista de gênero, este trabalho desde já supõe que os significados de masculino e de feminino apresentados por D. Francisco naturalizam, hierarquizam e generalizam comportamentos específicos (nos quais também se cruzam linhas estamentais e raciais) de grupos sociais de elite por meio de comportamentos assumidos como óbvios de serem desempenhados por todos. Dessa forma, pode-se pensar que o nobre português teceu suas concepções acerca do que seriam os bons esposos a partir de ações performativas dos gêneros que se repetiriam cotidianamente na vida do marido e da esposa durante todos os anos de sua união.

Antes, porém, de adentrar nas construções de gênero realizadas pelo autor em seu texto, é necessário, contudo, contextualizar o autor e sua obra como forma de compreendê-los em sua temporalidade. D. Francisco Manuel de Melo foi um nobre português nascido em Lisboa em 1608 de família de alta linhagem portuguesa. Ao longo de sua vida exerceu diversas ocupações esperadas de um fidalgo, como postos políticos e militares variados no Império espanhol – pois, até 1640, Portugal encontrava-se sob a égide da Coroa espanhola – e dedicando-se também, com profundidade, à literatura. Refletindo os modos da nobreza no período (que deixava seus modos guerreiros abertamente feudais e focava-se cada vez mais na vida cortesã), D. Francisco recebeu severa e erudita educação (que afloraria mais tarde em seus escritos) nas mãos dos jesuítas – que, ademais, controlavam a educação na Península Ibérica.

Em sua carreira militar, serviu na armada espanhola e participou de batalhas em Fladres, na Catalunha, no Mediterrâneo e em Portugal (tomou parte na repressão à Revolta de Évora em 1637, evento que abriu caminho para a Restauração portuguesa em 1640). Por seus serviços militares, recebeu diversas mercês da Coroa espanhola, com destaque para o

ressignificação contínuas, porquanto seja uma prática discursiva. Para esta autora, o gênero é essencialmente performático, um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido, de modo que a identidade é constituída pelas próprias expressões que supostamente são seus resultados. A performatividade é um ato que faz surgir o que nomeia e constitui-se na e pela linguagem. O conceito de performatividade torna possíveis encenações de gênero que chamem atenção para o caráter construído de todas as identidades, sobretudo aquelas mais estáveis e mesmo aquelas que são reguladas por outras categorias, como a raça. Dessa forma, as identidades envolvem certas doses de agência individual dentro de linhas de tensão e negociação entre as inúmeras micro forças de poderes sociais. Dentro desse campo tencionado, algumas formas de subversão das identidades tradicionais (de gênero ou de raça) podem ser possíveis. BUTLER, 2012.

recebimento do manto da Ordem de Cristo (maior honra a ser concedida a um nobre português) em 1631. A partir de então, D. Francisco estreitou sua presença na corte espanhola, acumulando prestígio e travando contato com grandes figuras intelectuais peninsulares no período.

Com a Restauração portuguesa, D. Francisco tornou-se figura suspeita na corte espanhola, sendo por isso preso. Logo, contudo, ele conseguiu transferir-se para Flandres, de onde fugiu para Portugal via Inglaterra. Na nova corte lusitana de D. João IV, assumiu posição de destaque, recebendo missões diplomáticas (posição estratégica em um momento em que Portugal lutava para assegurar sua soberania frente às demais potências europeias) em Paris, Londres, Roma e Haia. A esse momento de prestígio, seguiu-se sua queda e consequente prisão em 1644, motivadas por um conjunto de conluios políticos e um caso passionai. Permaneceu preso em Portugal até 1655, sendo depois degredado para a África (conseguiu, contudo, que esta pena fosse comutada em exílio na Bahia). Só retornaria à Portugal com a morte de D. João IV em 1658. Foi durante sua prisão, que D. Francisco escreveu muitas de suas principais obras, como o *Auto do Fidalgo Aprendiz*, os *Apólogos Dialogais* (escrito já na Bahia) e a *Carta de Guia de Casados*, foco deste trabalho, composta em 1650. Após seu retorno a Portugal, D. Francisco assumiu nova posição de prestígio, sendo encarregada de missões diplomáticas na Inglaterra, na França e na Itália, destacando-se também por atuação em agremiações literárias. Vem a falecer em 1666.

A trajetória de D. Francisco Manuel de Melo foi marcada pela dinâmica política da Península Ibérica – principalmente pela tensão entre Espanha e Portugal nos estertores da Restauração lusitana. Neste contexto, o autor ressaltou, em seus conselhos ao jovem marido (tomado como um nobre em plena carreira cortesã) os valores e práticas que julgava necessário para sobreviver em meio às intrigas características da vida na corte. Vê-se desde já o recorte estamental que atravessa a sua Carta e é indicativa da posição social do autor; o único tipo de homem que ele julga merecedor de conselhos é o homem nobre, cuja vida inspira um cuidado racional. Percebe-se um ideal de masculinidade vincado na experiência do modo de vida cortesão, portanto excludente da maioria da população masculina.

O espírito da composição da Carta relaciona-se também à nova pastoral da Igreja Católica sistematizada pelo Concílio de Trento (1545-1563). Segundo o historiador Jean Delumeau, a Igreja do século XVI sentia-se ameaçada em diversos níveis por inimigos variados, assumindo para si a posição de uma cidadela sitiada, cujo inimigo (Satã), apresentava-se por meio dos seus agentes na civilização rural e pagã (Delumeau, 2009, 11-

52). Nesse contexto, a Igreja, na sua estratégia de fortificar suas defesas, reafirmou vários dogmas e procurou disciplinas práticas e crenças ligadas à religiosidade cotidiana da cristandade. Os sacramentos - reafirmados enquanto verdades dogmáticas – passaram por essa reforma, especialmente o do casamento, que, ainda no século XVI, possuía formas pagãs que não necessariamente passavam pelo crivo da Igreja.

A partir do Concílio de Trento, ganhou força, na Igreja, a tendência a uniformizar os ritos matrimoniais e de impor as regras sacramentais sobre os diversos costumes sociais (e também sobre as decisões individuais) que permeavam a constituição das uniões entre homens e mulheres. Essa tendência ligava-se à grande importância atribuída ao sacramento do casamento pela Igreja no contexto da pastoral tridentina, que o identificava a um dos mistérios do cristianismo, constituindo um símbolo da união mística entre Jesus Cristo e a Igreja³.

Na luta para disciplinar os rituais matrimoniais, a Igreja enfrentou dois adversários, os chamados casamentos costumeiros – normalmente orquestrados pelas famílias dos nubentes de acordo com seus interesses patrimoniais e que seguiam diversos ritos, entre eles a bênção do sacerdote na igreja – e os clandestinos – feitos a despeito das famílias e sem seguir qualquer ritual. Essas outras formas de união conviveram com o ritual matrimonial previsto pela ortodoxia católica desde a Idade Média. No IV Concílio de Latrão (1215), já foram descritos os rituais que deveriam ocorrer durante o casamento; a bênção do sacerdote na igreja ou às suas portas, banhos e proclamas – rituais que foram confirmados em Trento. Os casamentos costumeiros, contudo, nem sempre seguiam essas normas, além de compreender outros ritos (variáveis conforme a região).

A legislação portuguesa, ainda no século XVII, previa a existência de formas de matrimônios concorrentes ao casamento tridentino. As *Ordenações Filipinas* de 1603 previam a existência do casamento de direito (seguindo as regulações eclesiásticas), do casamento de feito (no qual não ocorriam as dispensas de parentesco) e do casamento de pública fama (no qual os cônjuges viviam na mesma casa como se fossem casados, sendo assim tidos pelos vizinhos). Do ponto de vista da Igreja Católica, no entanto, estas outras formas de união eram equivalentes ao concubinato, e, como tal, foram cada vez mais perseguidas e criminalizadas na medida em que as determinações do Concílio de Trento foram implementadas em Portugal.

³ Foi, aliás, essa definição do casamento sacramental que permitiu às Inquisições ibéricas colocar o delito da bigamia em sua jurisdição, como um erro de doutrina (portanto, potencialmente herético) que sugeria um desrespeito ao sacramento do casamento e uma perigosa proximidade à doutrina luterana. A bigamia, segundo Ronaldo Vainfas, foi o crime moral mais perseguido pela Inquisição portuguesa. VAINFAS, 1989. P. 69-106.

O livro de D. Francisco mostra, contudo, que a campanha de disciplinarização da Igreja ainda não lograra efeito completo em meados do século XVII, visto que o autor explicitamente faz uma apologia do casamento arranjado pelas famílias a partir de uma rápida teorização acerca da natureza do amor, ou, no entender do autor, dos amores. D. Francisco postula a existência de dois tipos de amores, aquele violento, que surge sem razão e se consoma na posse do objeto amado, e aquele que nasce do convívio com o parceiro ao longo dos anos.

Para D. Francisco, o casamento ideal é aquele que brota do entendimento das partes visando os interesses de ambos e de suas famílias é o mais provável de gerar harmonia familiar. Sintomático de sua posição é a frase seguinte: “Parecerá dificultoso o considerar como à pessoa que não havemos visto poderemos amar com perfeição” (Melo, s/d, 31). Para o autor, não era sequer necessários que os esposos se conhecessem antes de casar para que a união fosse feliz – o que caracterizava as uniões arranjadas pelas famílias.

A felicidade da união dos jovens noivos, todavia, dependia principalmente do desempenho adequado de seus papéis sociais por cada parte (o marido e sua mulher) de acordo com os critérios estamentais de honra. Uma vez que a Carta foi composta como uma série de conselhos do autor para seu jovem primo prestes a se casar, o grosso do texto se dirige ao marido, expondo como ele deve se portar em relação à sua esposa, ao governo da casa, ao gerenciamento da criadagem, à vivência na corte e à criação dos filhos e filhas. O texto é também rico em contra exemplos, mostrando como um homem não deve se portar em sua vida de casado, com riscos de ver sua honra e sua fortuna esvaírem-se.

Como foi dito acima, o ideal masculino que emerge dos conselhos de D. Francisco é o do homem nobre e cortesão. Este homem pode ser pensado como um momento de transição entre as masculinidades mais propriamente medievais – marcadas pela dimensão guerreira da aristocracia feudal – e aquelas de feição burguesa ou moderna – cujas principais características seriam virtudes de auto-domínio, como a competência e a responsabilidade.⁴ Assim, o homem nobre de sociedades de corte definiu-se enquanto tal a partir da percepção que o seu meio tinha da figura de si que ele próprio projetava em seu meio social, em uma teatralização das vivências sociais que passava também por uma teatralização performativa de

⁴ Pedro Paulo de Oliveira sugere que a passagem da nobreza de espada (feudal) para a cortesã, seguida pela hegemonia burguesa sobre ambas a partir do século XIX, possibilitou, em uma perspectiva de longo prazo, a adição de atributos como a competência e responsabilidade (características próprias de pessoas imersas em um meio social regido por intrincado cerimonial) àqueles percebidos como integrantes da masculinidade autêntica. OLIVEIRA, 2004.

seu gênero. Não bastaria que o nobre vivesse honradamente com sua extensa família, era igualmente necessário que seus pares assim o percebessem.

Vê-se que o ser, e ser percebido como, honrado tinha peso importante na sua construção enquanto homem. Esta honra passava, entre outras instâncias, pela posição de domínio incontestado sobre a mulher. A vida cotidiana do casamento, todavia, a mor das vezes apresentava inúmeros empecilhos ao homem na sua tarefa de exercer controle sobre a esposa, notadamente porque nem todas conformavam-se facilmente a essa posição de inferioridade. Por isso os conselhos de D. Francisco são numerosos, grande parte deles consiste em estratégias para que o marido possa controlar e educar sua esposa – de que, como se verá adiante, o autor não tem opinião elogiosa.

A principal característica que deveria cultivar o homem para “sustentar sua casa, sua honra, e sem perigo” (MELO, s/d, 10) era a prudência. Não caberia ao homem ser violento em demasia ou intempestivo no trato com seus familiares, ele deveria, racionalmente, calcular os melhores artifícios (desde que estes não fossem desonrosos) para conseguir instaurar a ordem em sua casa sob sua autoridade. Um homem prudente, na visão do autor, saberia superar as adversidades que tornam o casamento uma perspectiva aterradora para os jovens.

A posição de domínio e autoridade do homem sobre a mulher era reforçada pela usual diferença de idade existente entre os cônjuges. Ainda que o autor ressalte a importância da proporcionalidade entre os noivos (de sangue, fazenda e idade), sempre reafirma a necessidade do homem ser superior à sua mulher. De modo que, mesmo recriminando o casamento entre o homem velho e a mulher jovem – uma união dita popularmente como de morte (MELO, s/d, 21-22), era importante que o marido fosse ao menos alguns anos mais velhos que sua esposa, até mesmo para já ter uma posição social que lhe garantisse o sustento da casa. Casando-se com mulher mais nova, o marido reforçaria sua autoridade assumindo funções de pai para ela, terminando sua criação e assegurando a ênfase nos valores constituintes da boa mulher no período, submissão e fidelidade. O autor afirma de modo explícito que “o homem que tiver discrição e indústria, casando com mulher de tal idade, pais cuide que vai ser de sua mulher, tanto como seu marido pode fazer que ela renasça em novas condições” (MELO, s/d, 26).

Era próprio do homem nobre e cortesão tecer redes de sociabilidades entre seus pares, travando conhecimentos, aprofundando amizades e forjando alianças. Para D. Francisco, porém, mesmo sendo atividades vitais, as experiências na corte não deveriam acontecer de modo a por em risco a boa convivência conjugal e a manutenção da casa. Por esse motivo, ele

recomenda moderação nas amizades e nos prazeres que ela implica - “Primeiro está a obrigação, logo a temperança, e depois o gosto” (MELO, s/d, 40) – e chega mesmo a recomendar que o homem se afaste da corte no período de criação dos filhos, pois “julgo por importante acção não viver de contínuo na Corte, e me parece que há uns tempos próprios de se retirar (o casado com sua família) (...) tendo o casado mais de dois filhos, era o próprio tempo” (MELO, s/d, 156). A vida cortesã é, no entanto, parte tão fundamental na constituição do homem, que esse retiro não poderia ser prolongado para não prejudicar a criação posterior dos filhos, que, entre oito e dez anos, deveriam ser introduzidos na Corte para “que o rei os conheça, e eles se criem sem espantos dos paços” (MELO, s/d, 156). Ademais, D. Francisco defende que o marido seja cortês e galante com as damas e senhoras da Corte “porque esta obrigação é de bom sangue” (MELO, s/d, 112). As esposas se fossem generosas, deveriam folgar em ver tal comportamento no marido.

Se o homem, para ser bem visto como tal nos meios aristocráticos deveria ser cortês e galante, ele não deveria, todavia, perder o controle de suas emoções em público – e mesmo em privado diante de seus familiares. D. Francisco recrimina autoridades que demonstrem em público seu afeto pelos filhos, conquanto tal proceder não seria condizente com a dignidade de elevados cargos públicos, que demandariam comportamento circunspecto do homem que os exercessem. O controle das emoções deveria prevalecer também nas relações domésticas e, sobretudo na educação dos filhos, como se vê:

Ora, os filhos nascidos guarda de contar graças nem estremecer sobre eles. Tudo isto os faz malcriados, e aos pais é de pouca opinião. As mães querem que os maridos os tragam, e folguem com eles; quando V. M. ce caia nesta venialidade, seja a modo de ofícios em igreja interdita, quero dizer a portas fechadas. Não é coisa pertencente a um homem ser ama, nem berço de seus filhos. (MELO, s/d, 119)

O grande atributo da masculinidade era sua superioridade sobre a mulher, o que indica, por um lado, que submeter-se o homem à esposa era desonroso, “igual afronta é a um casado saber-se que o manda a sua mulher” (Melo, s/d, 24), e que, por outro lado, o ideal de feminilidade previsto pelo autor tinha a submissão como apanágio das mulheres. O principal dever da esposa, para D. Francisco, e em conformidade com o pensamento de seu tempo, era amar e obedecer ao marido, sua honra era condicionado ao bom desempenho dessa tarefa; “Dê-se-lhe a entender à mulher que a coisa que mais deve querer é a seu marido” (Melo, s/d, 32). A recíproca, porém, não se aplicava da mesma forma ao marido; “Tenha o marido para si que a coisa que mais deve querer é sua honra, e logo sua mulher” (Melo, s/d, 32).

A feminilidade é descrita pelo autor principalmente em termos negativos, mostrando as incapacidades da mulher, sua tendência a comportamentos escandalosos e desonrosos e o necessário controle que o homem deve exercer sobre ela para manter sua honra e fortuna. Vários defeitos comuns de serem encontrados nas mulheres são listados por D. Francisco para que o marido saiba como proceder para contorná-los e reeducar sua esposa. Alguns deles são o gastar demais (são incontinentes), ser bravas (ter natureza rija em excesso), falar ou gritar em excesso, ser ou muito feias ou muito formosas, ser estúpidas (o que seria um defeito menor, posto que o marido poderia controlar e direcionar a mulher de acordo com seu entendimento), ser impertinentes, agressivas, mesquinhas, ciumentas, ambiciosas, vaidosas, fofoqueiras, etc. A extensão da lista de defeitos femininos sugere que a mulher é definida primariamente como um ser negativo, cujas ações trazem sempre algum perigo para a boa manutenção da honra masculina.

A mulher, portanto, deveria exercer um papel secundário na governança da casa, dadas as suas limitações. Ainda não está presente a figura da mulher como plena soberana do lar (personagem que se consolidaria nos séculos XIX e XX). O marido tem um papel importante na gestão do lar, agindo a mulher como sua delegada nos assuntos cotidianos, com os quais não caberia ao homem se preocupar, “Coisas tão miúdas [do governo da casa] não é bem que pejem o pensamento de um homem” (Melo, s/d,65). Ao marido caberia fornecer à mulher uma quantia para os gastos diários e pouco mais e exigir que a esposa lhe prestasse contas. Esse proceder traria as vantagens de “(...) que o gasto ordinário convém que se entregue à mulher pela contentar, pela ocupar, pela confiar, por lhe dar aqueles cuidados, por lhe desviar outros” (Melo, s/d, 65).

Considerando os defeitos vistos como naturais das mulheres – elas são concebidas como naturalmente fracas, “Criou-as Deus fracas, sejam fracas” (Melo, s/d, 83) -, D. Francisco condena a instrução das mulheres, pois essa prática poderia acarretar perigosas consequências para a honra da família e para a consciência das próprias mulheres. Para justificar essa posição, o autor recorre a várias anedotas em que homens (um frade confessor e um irmão, homem discreto) recriminam mulheres que pretenderam avançar sobre atividades masculinas nos campos dos saberes e dos negócios, como no trecho seguinte, “Minha irmã, deixai as empresas para as adargas dos cavaleiros andantes; as empresas que haveis de mandar abrir, sejam chavões para fazerdes bolos a vosso marido, quando o tiverdes” (MELO, s/d, 87).

D. Francisco Manuel de Melo, portanto, em seus conselhos ao jovem primo prestes a se casar, idealiza um ambiente familiar e conjugal baseado em significados de gênero que, em seu realizar performativo cotidiano, deveriam reinstaurar sempre a hierarquia (natural, religiosa, sobrenatural) entre homens e mulheres. Reforçando o caráter relacional do gênero, D. Francisco define o homem e a mulher sempre um em relação ao outro, considerando que a harmonia e a honra da família só estarão a salvo se cada um desempenhar satisfatoriamente seu papel social; estando o homem sempre na posição de superioridade e a mulher, sempre, obedecendo-lhe. Dessa forma, o homem seria como o sol (ou o rei) em seu universo familiar, girando todos os membros em sua órbita, sendo-lhes dependentes em todos os aspectos de suas vidas; mulheres, filhos, criados e escravos deveriam temer e obedecer ao senhor (marido, pai, patrão) mesmo quando pudessem ter eles próprios alguma autoridade derivada no sistema familiar – as mães, mesmo tendo alguma poder frente aos filhos e aos serviçais, não tira sua autoridade de si, mas de uma concessão feita pelo homem senhor da casa. Um trecho da *Carta* ilustra essa situação e, assim, serve como conclusão:

O marido tenha as vezes de Sol em sua casa, a mulher, as da Lua. Alumie com a luz que ele lhe der, e tenha também alguma claridade. A ele sustente o poder, a ela a estimação. Ela tema a ele, e ele faça que todos a temam a ela, serão ambos obedecidos. (MELO, S/D, 24)

Bibliografia:

BUTLER, J. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente 1300-1800, uma cidade sitiada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

MELO, D. Francisco Manuel de. *Carta de Guia de Casados*. Lisboa: Editorial Verbo, s/d;
OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: EDUMFG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PRESTAGE, Edgar. *D. Francisco Manuel de Mello*. Esboço biográfico. Coimbra, 1914;
SCOTT, Joan. “Gender: a useful category of historical analysis.”, *The American Historical Review*, 91, 5, p. 1053-1075, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados*. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Estupro e rapto, vergonha e desonra: Montes Claros, 1890-1920

Dalene Maciel Gonçalves

Mestranda em História Social

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

dalene.maciел@hotmail.com

Regina Célia Lima Caleiro

Doutora em História Social – UFMG

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

regina.caleiro@hotmail.com

RESUMO: Este estudo teve como objetivo analisar as práticas delituosas masculinas no Norte de Minas Gerais, mais especificamente na Comarca de Montes Claros, entre os anos de 1890 – 1920, em que se buscou através dos processos-crime recuperar reminiscências do espaço de vivência e formas de conduta de homens que cometeram violência sexual e de suas vítimas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Sexual; Criminalidade; Honra; Mulher.

ABSTRACT: This study aimed to analyze the male delictual practices in north of Minas Gerais, more specifically in Comarca de Montes Claros, between the years of 1890-1920, in which they sought through the process -crimes, recover reminiscences of space of living and ways of conduct of men who have committed sexual violence and its victims.

KEYWORDS: Sexual Violence; Criminality; Honor; Woman.

Introdução

A violência é um dos assuntos que vem se destacando cada vez mais na historiografia. No contexto destas produções, o objetivo desse estudo foi, além de contribuir para as pesquisas relacionadas à violência e à criminalidade, compreender o comportamento da sociedade nesse período tendo como enfoque principal a sexualidade feminina, a violência sexual e os padrões de moral e comportamento da sociedade no início do período republicano. Pretende-se contribuir para um conhecimento mais completo dessa sociedade e as transformações políticas e sociais vivenciadas nesse momento.

Esta pesquisa recorreu aos processos criminais da região de Montes Claros entre os anos de 1890 e 1920 arquivados na *Diretoria de Documentação e Informação – DDI* da *Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES*.

Em um primeiro momento a pesquisa levantou dados quantitativos referentes à violência sexual de forma que, através disso, foi possível analisar as peculiaridades de cada um. Os processos sexuais aqui analisados podem constituir um universo bastante rico para se perceber a importância que assume o controle moral sobre as camadas populares.

Os processos judiciais são o produto de uma dupla quebra do sistema normativo dominante o qual por um lado, santifica a integridade física do indivíduo, mas, por outro, sanciona uma estrutura de relações entre marido e mulher que por sua natureza desigual, necessariamente gera violência (CÔRREA, 1983, p. 11).

A importância dos processos criminais consiste na análise das normas sociais desejadas e/ou impostas pela elite dirigente, sua assimilação ou rejeição das massas. A quebra dessas normas nos possibilita identificar as diferenças sociais, morais e econômicas da população, bem como a atuação da justiça institucionalizada através dos julgamentos.

Os processos crime e cíveis são fontes igualmente abundantes e dão voz a todos os segmentos sociais, do escravo ao senhor. São fontes preciosas para o entendimento das atividades mercantis, já que são recorrentes os autos de cobrança judiciais de dívidas e os papéis de contabilidade de negócios de grande e pequeno porte. A convocação de testemunhas, sobretudo nos casos de crime de morte, de agressões físicas e de devassas, permite recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim os pequenos atos cotidianos das relações do passado (BACELLAR, 2006, p.37).

Na pesquisa, utilizou-se 45 (quarenta e cinco) processos-crime, divididos entre crime de estupro (dezenove), defloramento (vinte) e rapto (seis). Com tal material estudou-se o parentesco entre réu e vítima, as armas e/ou as formas de persuasão empregadas pelo réu para cometer o crime, além da idade, situação econômica dentre outros aspectos que se dirigem tanto à vítima quanto ao réu.

Utilizou-se o paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg (2002) como metodologia para analisar as fontes nos detalhes, sendo isso possível, apenas se for dada a devida atenção aos rastros que, muitas vezes, são ignorados. A força deste método está principalmente na observação do que se deseja analisar. Para que essa observação seja provedora de uma revelação, e não apenas de uma dedução que se tem ao simplesmente analisar algo, “é necessário examinar os por menores mais negligenciáveis, e menos influenciados” (GINZBURG, 2002, p.144).

Pode-se dizer, portanto, que o paradigma indiciário consiste em observar os pequenos indícios, dos quais podem depender as inferências mais amplas. Isso não quer dizer que o método confia nas impressões gerais, mas sim que este se concentra nos pormenores.

Acreditamos desta forma, que para entender realmente a violência sexual do período faz-se necessário identificar e estudar cada pormenor que antecederia esse tipo de crime.

A mulher e a família

Os estudos referentes à mulher começaram a surgir, acompanhando a História Social que desabrochou a partir dos anos de 1930, em que as massas tornaram-se alvos de pesquisas. Entretanto a expansão da história da mulher deu-se apenas a partir da década de 70, passando, a partir de então, a acompanhar as campanhas feministas para melhorias das condições de trabalho. A mulher estava abrindo o próprio espaço dentro da história.

Em oposição à história “miserabilista” — na qual se sucedem “mulheres espancadas, enganadas, humilhadas, violentadas, sub-remuneradas, abandonadas, loucas e enfermas...” — emerge a mulher rebelde. Viva e ativa, sempre tramando, imaginando mil astúcias para burlar as proibições, a fim de atingir os seus propósitos. Surge daí a importância de enfoques que permitam superar a dicotomia entre a vitimização ou os sucessos femininos, buscando-se visualizar toda a complexidade de sua atuação (SOIHET, 1997, p. 404).

A partir da década de 1960, historiadores voltaram-se também para o estudo da família, penetrando em um campo limitado à sociologia e antropologia. A partir desse período “ela se constituiu numa área específica da pesquisa histórica, com inúmeros trabalhos sendo publicados, principalmente a partir de 1970” (PARIA, 1997, p. 353).

Essa preocupação com a família se justifica, dada a importância do tema para entender a natureza das sociedades, levando em conta que a família é uma instituição de fundamental contribuição para a formação da sociedade.

Foram os questionamentos sobre a situação da família, hoje, que levaram muitos estudiosos a enveredar por este caminho. A família, como problema, tornou-se tema atual e os questionamentos sobre sua estrutura ou suas crises interessam tanto ao homem comum quanto aos especialistas (PARIA, 1997, p. 353).

Eni de Mesquita Samara (1986), afirma que o Brasil, desde o início da colonização, tinha uma estrutura econômica de base que propiciou a formação de um modelo paternalista de família, em que o chefe - o homem - cuidava de todo o grupo, regia os negócios, preservava a linhagem e a honra, procurando exercer domínio sobre os outros membros do grupo familiar. Esse modelo de estrutura familiar enfatizava a autoridade do marido, relegando a esposa um papel restrito. As mulheres depois de casadas “passavam da tutela do pai para a do marido” (SAMARA, 1986) cuidando dos filhos e da casa, desempenhando função doméstica.

Segundo Samara (1986), a sociedade patriarcal legitimou o pensamento social de dominação masculina, pelo viés informal ou de maneira institucional, através da igreja, da família, da educação, dos códigos jurídicos, estabelecendo discursos e valores tidos como naturais e aparentemente indiscutíveis, influenciando as práticas coletivas, determinando o ir e vir dos sexos, os seus locais de sociabilidade.

A partir do Século XVIII surge um novo tipo de família, com menor número de membros, concentrado principalmente nas cidades, denominada família nuclear, que não condizia com a tradicional família patriarcal.

A transição do Império para a República, com a expansão da indústria, do comércio, dos serviços e um crescimento urbano considerável, não pôde contemplar a todos, fazendo crescer uma massa de excluídos e marginalizados desse processo. O ideal de uma sociedade formada por trabalhadores pertencentes a uma família era desejado e idealizado pelos médicos e juristas, como afirma Martha Abreu Esteves:

A preocupação com a conduta situava-se num contexto político e social mais amplo. Não se resumia simplesmente num elemento legal para contemplar os pré-requisitos de um crime sexual; não se ligava apenas a repressão de um ato criminoso (estabelecendo a verdade e determinando o autor) ou a retribuição pertinente ao caso. Pela influência da escola jurídica positivista, o julgamento de um crime levava em conta a defesa social, pois o crime atingia toda a sociedade, e a conduta total do réu, no sentido de se determinar o seu grau de periculosidade. Os juristas estavam como os médicos, imbuídas da missão de formar cientificamente o cidadão completo, cumpridor de papéis interdependentes: trabalhador membro de uma família e indivíduo higienizado (moradia, lazer corpos saudáveis, por exemplo). O aprofundamento das correlações entre honestidade, moral e bom trabalhador, no meio jurídico formava um triângulo referencial riquíssimo na sociedade que se desejava formar (ESTEVES, 1989, p.41).

Em História das Mulheres no Brasil, livro composto por diversos artigos que articulam histórias de muitas mulheres, relatando o contexto social onde estão inseridas ao longo do tempo e no artigo intitulado *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano* escrito por Rachel Soihet, é mostrado uma quebra de mitos, estimulando a reflexão acerca da história de várias mulheres nos anos de 1890 a 1920, lembrando que nesse momento uma nova ordem estava surgindo. “A organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós” (SOIHET, 2000, p. 362).

A Proclamação da República pode ser vista como o momento a partir do qual os novos modelos femininos passaram a ser mais reforçados. Esse período provocou intensas transformações e remanejamento nas elites que vinham se reconfigurando no decorrer do século XIX. Muitas das imagens idealizadas das mulheres sofreram mudanças e intensificações por conta das

transformações que se operaram com a Proclamação da República (PEDRO, 2000, p. 291).

Nas entrelinhas do discurso machista encontramos ligações com o poder, em que as mulheres são convencidas a aceitarem sua condição de subserviência e os homens se mostram como senhores do mundo.

A nova ordem implantava moldes das famílias burguesas, não condizentes com a realidade da massa trabalhadora, “as concepções de honra e de casamento das mulheres pobres eram consideradas perigosas à moralidade da nova sociedade que se formava” (SOIHET, 2000, p.365).

Violência e criminalidade

Yves Michaud (1989) elabora um traçado histórico a respeito da violência, abordando diferentes conceitos, causas e justificativas, para o uso desta. A palavra violência deriva do latim *violentim* e significa força que se usa contra direito e lei; pessoas que agiam com força impetuosa, excessiva e exagerada eram consideradas violentas. Qualquer ruptura da ordem ou emprego de meios para impor algo a alguém pode ser considerado violência, que pode manifestar-se em qualquer espaço ou meio social. Pode ter diversas formas como física e psicológica.

A violência deve inspirar o temor presente de um mal considerável para a pessoa, seus bens e eventualmente aqueles com quem ela está solidamente ligada; o simples temor respeitoso não pode ser considerado como uma violência suscetível de viciar os acordos. Essa abordagem jurídica, destinada a tratar de casos precisos mantém as características já esboçadas: a violência é primeiro um dano físico, mas também se refere a normas (no caso, aqui, as da integridade da pessoa humana), e quando a norma muda, não há mais violência. O ocorre nos casos do esporte, da cirurgia e do emprego da violência legítima a serviço da lei. Por outro lado, uma sensibilidade maior para com a violência tende a surgir através da evolução das incriminações (SOIHET, 2000, p. 9-10).

A violência utilizada como meio para obter algo, como objetos ou prazer sexual é fortemente censurado pela sociedade. Entretanto essa violência contrasta com a “violência legítima”, a não ser que chegue a extremos. De certa maneira, a violência empregada a crianças e a mulheres muitas vezes é considerada como receita pedagógica na sociedade brasileira, como afirma Boris Fausto (2001). Também é considerada legítima quando responde a ofensas físicas ou morais, como forma de restaurar a honra.

No final do século XIX, grandes juristas passaram a se dedicar aos crimes sexuais e a elaborar punições para cada um deles. Dentre tantos, podemos citar Viveiros de Castro, o

primeiro jurista a dar um tratamento exclusivo aos crimes sexuais. Ao voltar-se para esse estudo, Viveiros se preocupou de maneira geral com o aumento da criminalidade e a repercussão que os crimes teriam nas famílias e em toda a sociedade, pensando em uma maneira de garantir o respeito à moral, aos bons costumes e a honra das famílias e consequentemente da mulher.

Segundo Martha Abreu Esteves (1989), o Jurista Francisco Viveiros de Castro, um dos mais renomados do século XIX, “preocupava-se em discutir se os brasileiros já estavam na degenerescência, ou se havia apenas uma exuberância no instinto sexual” (ESTEVES, 1989, p.25). Suas preocupações centravam-se no final do século XIX, no Rio de Janeiro, em um contexto em que a “pátria” republicana sofria diversas transformações, como o aumento demográfico resultante principalmente do egresso da zona rural por escravos recém-libertados e pela constante imigração.

Sobre os crimes sexuais, Boris Fausto (2001) afirma que a definição desses crimes contra as mulheres está pautada em pressupostos básicos, dos quais a desigualdade entre os sexos e o controle da sexualidade feminina pelas instituições do casamento e da família são os aspectos preponderantes, sendo que o controle dessa sexualidade era feita através da virgindade.

Fausto discute a preocupação com a virgindade, símbolo da honestidade sexual das mulheres solteiras e da honra, que estava em sintonia com os valores morais vigentes na sociedade, que procurava reforçar o papel da família no equilíbrio da ordem social.

O alvo principal da proteção legislativa era, entretanto a ‘honra’, corporificada na mulher, através da definição dos crimes de estupro (artigo 269) – ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não – e de defloramento (artigo 267), consistente em ‘deflorar mulher de menor de idade, empregando sedução engano ou fraude’. Mas não se trata de precipuamente proteger a ‘honra’ como atributo individual feminino e sim como apanágio do marido e da família. Desvenda-se desse modo o pressuposto de que a honra da mulher é o instrumento mediador da estabilidade de instituições sociais básicas – como o casamento e a família (FAUSTO, 2001, p. 195).

A honestidade tinha como padrão fundamental a conduta e uma moça não poderia sair sozinha de casa e, quando o fazia, deveria ser em horários adequados como à tarde. A mulher que saísse a noite desacompanhada poderia ser considerada pessoa de má conduta. A família era a principal responsável pela conduta, pois seria seu dever zelar pela honra da filha e isso se fazia vigiando-a.

Era indispensável o concurso do elemento moral, que se encontrava expresso no artigo do Código como consentimento ao ato sexual através da sedução, engano ou fraude. Essas três formas de consentimento foram sistematizadas, pela primeira vez, no Código de 1890, o que demonstrava uma maior preocupação dos legisladores em especificarem as condições em que a mulher, mesmo não sendo mais virgem, permanecia honesta. Entretanto, como seus significados e conteúdos não estavam definidos no Código ligavam-se diretamente ao conceito de honestidade, um valor não codificável, as exigências do crime envolviam-se em questões subjetivas (ESTEVES, 1989, p.38).

A honra da mulher constitui em um conceito no qual o homem é o legitimador, e que a honra é atribuída pela ausência do homem através da virgindade, símbolo de pureza, ou pela presença masculina no casamento. As mulheres deveriam ser submissas, sendo as qualidades ideais, a meiguice, a fragilidade e o amor. Tais concepções impõem à mulher um desconhecimento do próprio corpo. A vaidade, sexualidade, futilidades ou traição eram valores condenados pela moral. Entretanto, esses valores condenados contradiziam com os valores dos populares, já que estavam presentes no cotidiano.

Conclusão

A pesquisa buscou compreender o contexto da sociedade norte-mineira, através de processos-crime referente a um período em que o país estava passando por constantes transformações. A partir dos dados analisados, percebe-se a impunidade dos crimes cometidos na região, especialmente em Montes Claros, pois a maioria dos processos não foi a julgamento e o que podemos chamar de condenação, foi a “obrigatoriedade” consentida do casamento entre réu e vítima. O número de processos arquivados, extintos ou que prescreveram por lapso de tempo também impressiona, pois tais dados refletem a negligência judicial em relação a esse tipo de crime.

Ressaltamos aqui a fragilidade dos dados relativos aos réus e as vítimas em que muitas informações mostravam-se escassas, embora a falta desses registros também seja reveladora de significados, pois mostra-nos o descaso das autoridades no período, tanto na identificação das vítimas e dos réus quanto no julgamento.

Os padrões morais da sociedade montesclarenses do período se assemelhava aos padrões analisados por Martha Abreu e Rachel Soihet, em seus estudos, quando ambas acentuaram os padrões de moral burgueses do período, apesar de serem dominantes não se adequava a todos os níveis da sociedade. Não obstante a honra feminina seja bastante enfatizada nos processos, principalmente se relacionarmos o fato da ênfase que a vítima

atribui à dor e a força imposta pelo réu no ato em que foi cometido o crime, não se percebe a devida atenção que o caso exigia quando de seu julgamento.

Ao centralizar sua fala no fato de ter sido forçada e o fato dos réus não serem devidamente punidos, percebeu que tais delitos não possuíam a atenção suficiente da Justiça, pois como pôde ser evidenciado, a mesma era excessivamente morosa, o que resultou em muitos casos, na perda completa do contato com a vítima e com o réu. A primeira, apesar do constrangimento sofrido, sua fala é enfatizada especialmente no início dos processos, em que a mesma é interrogada, relatando sua versão do crime e se submetendo ao exame de corpo de delito. O segundo, em poucos casos pode-se verificar a fala em um breve interrogatório, em que é colhido, em poucos casos dados básicos, pouco se notando a fala dos mesmos ou dos advogados nos processos, pois como se viu uma parte considerável dos réus desaparecia.

Portanto, acreditamos que a pesquisa foi reveladora, de tal forma que permitiu perceber não somente alguns padrões culturais da sociedade, mas também como esta lidava com o poder judiciário, do qual se depreende que uma das responsabilidades do período seria zelar pela sociedade. Todavia, deve-se ressaltar que a conclusão a que se chega, é que, devido à burocratização ou até mesmo o descaso para com as mulheres pobres o poder judiciário não cumpria tal função, ou seja, a normatização social visava a família burguesa.

Referências

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CALEIRO, Regina Célia Lima (org.). Iniciação à história: Revista dos Acadêmicos do Curso de História do Centro de Ciências Humanas – Unimontes. In: COUTINHO, Elizandra Klem; GUEDES, Marta Neves. *Conduta feminina e crimes sexuais em Montes Claros na década de 1930*. v 1, n.1. (jul. 2002). Montes Claros: Unimontes 2002.

_____. *Os crimes sexuais no mundo rural: um estudo no interior paulista (Franca 1932-1940)*. Franca, SP: Boletim de Iniciação Científica (Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP), 1995.

_____. *História e Crime: Quando a Mulher é a Ré – Franca 1890-1940*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamrion; VAIFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Francisco José Viveiros de, 193(apud). Delitos Contra a Honra da Mulher. PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (org.). *Mulheres e Famílias*

no Brasil. In: MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Normas sexuais e exclusão social: o Direito Penal e os padrões de honra e honestidade feminina no Brasil da Belle Époque*. Cuiabá, MT: Carlini e Caniato, 2005

CÔRREA, Mariza. *Morte em família: representações judiciais de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ESTEVES, Marta de Abreu. *Meninas perdidas os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880 – 1924)*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamrion; VAIFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla. *História das Mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto. 2000.

PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (org.). Mulheres e Famílias no Brasil. In: MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Normas sexuais e exclusão social: o Direito Penal e os padrões de honra e honestidade feminina no Brasil da Belle Époque*. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2005.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A Família brasileira*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla. *História das Mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto. 2000.

_____. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamrion; VAIFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VIANNA, Urbino de Sousa. *Montes Claros: Breves apontamentos históricos geográficos e descritivos*. Belo Horizonte, 1916.

VIGARELLO, Georges. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI – XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Ser Africana e Ser Livre: a luta por emancipação de Benedita, Maceió (1850-1861)

Danilo Luiz Marques

Mestre e Doutorando em História Social

PUC-SP

daniolhis.al@hotmail.com

RESUMO: Esta apresentação visa explicar sobre a luta da africana livre Benedita em busca de sua emancipação. Resgatada da ilegalidade no litoral norte da Província de Alagoas em 1850, foi levada a Maceió e tornou-se uma africana livre. Destinada a prestar serviços a um arrematante particular, procurou diversas maneiras de resistir à “escravidão disfarçada” e afirmar sua condição de livre.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Africanos Livres; Quotidiano; Emancipação.

ABSTRACTO: Esta presentación tiene como objetivo explicar acerca de la lucha de la africana libre Benedicta de la búsqueda de la emancipación. Ilegalidad rescatado en la costa norte de la provincia de Alagoas en 1850, fue llevado a Maceió y se convirtió en un africano libre. Diseñado para proporcionar servicios a un oferente particular buscado diversas maneras de resistir la "esclavitud encubierta" y afirmar su condición de libre.

PALABRAS-CLAVE: Esclavitud; Africana Libre; Cotidiano; Emancipación.

Em meio aos papéis avulsos da documentação pertencente à *Curadoria dos Africanos Livres de Alagoas*, nos deparamos com uma série de ofícios e requerimentos de emancipação envolvendo o nome da africana livre Benedita. Através deles, seguiremos as trilhas que os documentos nos oferecem para conhecer a árdua luta que ela traçou para se contrapor à “escravidão disfarçada” e obter sua carta de emancipação. A documentação mencionada permite o vislumbre de um recorte da vida de Benedita, especificamente entre os anos de 1850 a 1861, que abarca o momento em que ela chegou à costa alagoana através do tráfico ilegal de escravos, foi apreendida e levada a Maceió, passando a integrar o grupo juridicamente denominado de africanos livres ou africanos emancipados.

Benedita desembarcou em terras alagoanas em janeiro de 1850, quando o navio negreiro em que estava foi apreendido como contrabando pelas autoridades locais. Tornou-se uma africana livre e foi destinada a prestar serviços a um arrematante particular. É o que pode ser constatado em documento dirigido ao Presidente da Província de Alagoas escrito pelo curador João Camillo d’ Arahujo, referindo-se a Benedita e outra africana livre de nome Joaquina:

(...) forão destinadas a prestar seus serviços a pessoas particulares, que os arrematarão em Janeiro do anno de 1850 e os arrematantes contribuem annualmente com os salarios, que são arrecadados na collectoria da Fazenda geral, e recolhidos ao respectivo Coffre da Thezouraria geral (*sic.*). (APA, 16/05/1861)

Neste mesmo documento, o curador aponta para uma informação interessante, o de que Benedita e Joaquina:

Não tem tido bom comportamento no poder dos arrematantes de seus serviços, por que se tem tornado insubordinadas, a ponto de não quererem obedecelos, e com elles residir em suas cazas e companhias (*sic.*). (APA, 16/05/1861)

Tal alegação por parte do curador nos remete a pensar que este foi o subterfúgio encontrado tanto por Benedita como por Joaquina, para ir de encontro à hegemonia escravista. Era através de insubordinações que os africanos livres procuravam resistir à escravização ilegal que lhes foi imposta (BERTIN, 2006, p. 133). Talvez o fato de se recusarem a residir nas casas de seus arrematantes, simbolizasse a sua recusa de serem tratados como escravos. Queriam dizer que não eram escravos e que, portanto, tinham a liberdade de residir no local em que bem entendessem. A historiadora Ynaê Lopes dos Santos estudou a prática de alguns escravos no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX que *moravam sobre si*, na qual os cativos não habitavam a casa de seus senhores, aventando a ideia de uma forma de resistência (SANTOS, 2010). As moradias muitas vezes aproximavam as condições dos africanos livres à dos escravos, o que pode ter levado Benedita a optar por não residir com seu arrematante. Até porque muitos deles não viam diferença entre os escravos e os africanos livres (BERTIN, 2006, p. 134) e os tratavam da mesma forma.

Os administradores e as autoridades não toleravam insubordinações e desobediências por parte dos africanos livres. Combatendo tais comportamentos com castigos e prisões quando os maus serviços e maus hábitos “(...) eram constatados, os administradores recorriam às autoridades policiais para dar devida correção, ou formalizavam perante a Presidência a reclamação pela falta cometida” (BERTIN, 2006, p. 65), o que levaria o africano livre a uma possível mudança de estabelecimento de prestação de serviços.

O documento mencionado acima foi uma resposta ao pedido de emancipação realizado por Benedita, pois, de acordo com o decreto de vinte e oito de dezembro de 1853, os africanos livres poderiam pedir suas cartas de emancipação depois de um prazo de quatorze anos de serviços prestados aos seus arrematantes particulares. É importante notar que tal pedido não foi realizado solitariamente por Benedita, além da já mencionada Joaquina, outra africana

livre de nome Maria realizara o pedido de forma conjunta. O pedido foi negado a todas as três com a alegação por parte do curador de que elas eram insubordinadas, se recusando a residir nas casas de seus arrematantes. A historiadora Enidelce Bertin ressalta o fato dos arrematantes particulares não aceitarem as insubordinações e a altivez dos africanos livres (BERTIN, 2006, p. 134). Uma possível boa relação entre os arrematantes das africanas e o curador podem ter sido determinantes na negativa dos pedidos de emancipação.

O fato das três africanas livres realizarem o pedido conjuntamente nos remete a pensar nas ligações afetivas ou de parentesco existentes entre a referida população de africanos livres, os escravos e os libertos. Os quais desenvolviam cotidianamente recursos de ajuda mútua ao lutarem juntos para contornar as dificuldades de suas vidas e de suas famílias. Sobre as mulheres negras, Maria de Fatima Novaes aponta para a existência frequente de uma vida partilhada “(...) assegurada por redes pessoais e propensas ao amalgama das experiências. Os documentos confirmam o envolvimento dos africanos livres e seus diversos laços comunitários de auxílio mútuo” (PIRES, 2009, p. 234), os quais eram importantes na definição de valores e formação de afinidades. Muitas vezes, os africanos livres desenvolviam ações conjuntas na busca pela emancipação, foi o que Beatriz Mamigonian sinalizou ao estudar um grupo de africanos que desembarcou na Bahia e depois foi encaminhado a prestar serviços na fábrica de ferro de Ipanema, em Sorocaba (SP), eles acabaram por desenvolver solidariedades a partir de seus status jurídicos comuns, das condições de trabalho e de sua identidade étnica. Dessa forma, a “(...) articulação dos africanos livres durante a luta pela emancipação estava baseada em laços que tinham sido estabelecidos durante sua trajetória comum” (MAMIGONIAN, 2000, p. 71-95), como a travessia atlântica, os locais de sociabilidades e a prestação de serviços. Isto posto, acreditamos que as africanas livres não abriram mão da liberdade a qual acreditavam ter direito, elas foram “(...) persistentes na busca da liberdade, (...) não desanimaram diante da rudeza do tratamento que recebiam, e tampouco afrouxaram os laços de solidariedade que mantinham entre si” (BERTIN, 2006, p. 145), Benedita, Joaquina e Maria estavam juntas na luta em busca da emancipação.

Sem desistir de buscar suas cartas de emancipação, Benedita e Joaquina (Maria não voltou a ser mencionada na documentação analisada), realizaram outro requerimento no mesmo mês de maio de 1861, quando receberam a negativa do curador. Se reportando a tal situação, o curador João Camillo d’Arahujo comunica ao Presidente da Província que já dera o parecer sobre as duas africanas livres, e se utilizando de poucas linhas descreve que:

Já em hum outro requerimento das mesmas petecionárias as pretas Joaquina e Benedita sobre identica pretensão constante do incluso requerimento, sobre o qual Manda-me V. Ex. informe, prestei a informaçam, que me competia, e que existirá no Archivo da Secretaria dessa Prezidência e a ella me reporto, como parte integrante desta, e pela qual V. Ex. melhor conhecerá do merito, ou demerito da sua pretensão (...) difirir como julgar conveniente, e for de razão e Justiça (*sic.*). (APA, 28/05/1861)

Apesar de mais uma negativa, Benedita e Joaquina realizaram ainda um terceiro pedido de emancipação, assinado por um procurador de nome Manoel Pinto do Rozario e remetido ao Palácio do Governo, em Maceió, no dia vinte e nove de maio de 1861:

As africanas livres Joaquina, e Benedita Vem (...) pedir e rogar a V Exa se digne por equidade e o amor de Deus que lhes conceda sua carta de emancipação visto que o Senr. Curador dos mesmos africanos, se opoem a que as Supplicantes gozem de sua plena liberdade, como outros irmãos, e irmans dos mesmos axão-se gozando, cuja injustiça só V Exa a pode reparar, como pai, e principal órgão da verdade e da razão (*sic.*). (APA, 28/05/1861)

É interessante perceber a referência feita a outros africanos livres que se emanciparam na cidade de Maceió e que foram concedidos pelo mesmo curador, como está colocado no documento: “como outros irmãos, e irmans dos mesmos axão-se gozando”, o que evidencia a possibilidade de conquista da liberdade. Outro aspecto importante é que tal pedido foi realizado um dia após a negativa recebida pelas africanas livres por parte do curador João Camillo d’Arahujo, no dia vinte e oito de maio de 1861. Deste modo, acreditamos que Benedita e Joaquina estavam determinadas em conquistar suas cartas de emancipação, todavia, a situação complicara para Benedita, pois seu arrematante começou a questionar os pedidos anteriores feitos pela africana livre. O senhor Manoel Claudino d’Arrochela Jaime, que arrematou os serviços da africana livre Benedita em janeiro de 1850, escreveu um requerimento contestando a possibilidade do curador dos africanos livres conceder carta de emancipação a Benedita, como podemos ver abaixo:

Manuel Claudino d’ Arroxela Jaime, arrematante da africana livre de nome Benedita (...) com sciencia do Curador, a cerca de dous annos, concedeu-lhe pagar os seus serviços a dinheiro e pior semanas, o que sendo pontualmente satisfeito a principio pela mencionada africana de certos tempos a esta parte não ha sido, mui principalmente depois que outros africanos em identicas circunstancias teem sollicitado e obtido carta de emancipação; e como consta agora ao supplicante que a supra sua africana requerera a V Ex.cia sua emancipação, achando-se entretanto a dever a importancia de seus serviços relativa a trinta e oito semanas, não obstante haver o supplicante exigido por mais de uma vez tal importancia o que tudo pode ser verificado pelo Curador, ou ouvindo V Ex.cia a referida africana; por isso vem o supplicante requer a V Ex.cia uma providencia qualquer em ordem que seja garantida ao supplicante a importancia a que tem inquestionavel direito, visto achar-se obrigado para com a collectoria de Fasenda até o dia em que V Ex.cia conceder a carta de emancipação requerida (...) (*sic.*). (APA, 06/06/1861)

Beatriz Mamigonian estudou as relações de trabalho dos africanos livres arrematados por particulares e postos a ganho:

(...) eram empregados no serviço doméstico ou postos ao ganho na cidade para trazer uma quantia fixa aos seus concessionários a cada semana, como se fossem escravos. Eles partilhavam da ocupação de grande parte dos africanos livres distribuídos nas décadas anteriores. "Era uma concessão valiosa, já que os concessionários pagavam ao Fundo dos Africanos Livres a soma de 12\$000 réis por ano como "salário" (na realidade, aluguel) pelos serviços dos africanos, mas podiam ganhar a mesma quantia em apenas um mês se trabalhassem ao ganho (MAMIGONIAN, 2000, p. 71-95).

Benedita teve permissão de seu arrematante para viver fora de sua residência com a condição de semanalmente pagar o senhor Manoel Claudino d'Arrochela Jaime uma quantia fixa por seus serviços. Muitos africanos livres tinham liberdade de locomoção, o que ampliava a área de oferta de trabalho como foi o caso de Benedita, para arrecadar o valor determinado pelo arrematante. Os arranjos de trabalho feitos entre arrematantes e os africanos livres eram similares ao de senhores e escravos, evidenciando mais uma vez a estreita relação que esta categoria teve com a escravidão. Pois:

Servir a seus próprios concessionários como criados domésticos, ser alugado a terceiros, ou alugar seus próprios serviços e trazer para casa uma determinada soma por semana significava que os africanos livres não podiam acumular os frutos de seu trabalho e, pelo contrário, sustentavam e enriqueciam seus concessionários (MAMIGONIAN, 2005, p. 389-417).

Desta forma, acreditamos que, mesmo tendo a liberdade de não residir com o seu arrematante, Benedita continuou sendo explorada por ele. Situações como esta eram bastante lucrativas para os concessionários particulares dos africanos livres, pois "(...) o aluguel devido em um mês pelos serviços dos africanos era o equivalente do que eles pagavam (ou algumas vezes deixavam de pagar) ao governo em 'salários de africano livre'" (MAMIGONIAN, 2005, p. 396) no período de um ano. Todavia um:

(...) acerto comum entre concessionários e africanos livres favorecia os concessionários e também permitia que os africanos livres acumulassem pecúlio. Dependendo do acordo, os africanos livres podiam viver sobre si e ver os concessionários uma vez por semana, para pagar o jornal (MAMIGONIAN, 2005, p. 396).

Tal situação permitiu a Benedita uma maior mobilidade e autonomia para viver sobre si. Entretanto, como se atrasasse em seus pagamentos semanais, Manoel Claudino entrou com um pedido perante o curador de africanos livres de Alagoas para que fosse ressarcido o dinheiro que a africana livre Benedita estava devendo antes da concessão de uma possível carta de emancipação. Muitas vezes, as arrematações dos serviços dos africanos livres eram

favoráveis pelos baixos preços que pagavam, todavia, “(...) qualquer sinal de representar ônus era combatido” (BERTIN, 2006, p. 45), recorrendo-se frequentemente ao Estado para obter uma indenização. O senhor Manoel Claudino também se queixou do fato de que, após outros africanos livres conseguirem obter suas cartas de emancipação, Benedita deixou de satisfazer seus compromissos perante o arrematante. A possibilidade de não morar em sua residência e poder circular pela cidade permitiu a Benedita fazer contatos e criar uma rede de sociabilidade. A emancipação de outros africanos livres aponta para prováveis relações familiares, ou de amizades, existentes entre os africanos que se emanciparam. Tal situação pode ter levado a africana a se posicionar de outra forma perante a situação jurídica em que se encontrava. Ou seja, buscar a emancipação em forma de requerimentos perante o curador e, em vez de pagar seu arrematante, poderia usar o dinheiro para investir em uma emancipação através de vias jurídicas⁵. Esta atitude levaria seu arrematante a contestar o pedido de emancipação, devido à dívida contraída por cada semana não paga.

O documento de resposta ao arrematante Manoel Claudino realizado pelo curador dos africanos livre João Camillo d’ Arahujo, nos aponta que Benedita se recusou a prestar serviços domésticos ao senhor Manoel Claudino e com isso conseguiu permissão para comercializar frutas e outros gêneros de legumes pelas ruas de Maceió, com a condição de pagar um salário ao arrematante, como podemos observar abaixo:

Consta-me que a africana livre de nome Benedita, de que o petecionário Manoel Claudino d’ Arrochela Jaime, faz menção no seu incluso requerimento, e cujos serviços elle arrematara no anno de 1850 recusando prestar seos serviços domesticos, obtivera faculdade para os prestar na rua mercadejando com taboleiro de frutas, e outros generos de legumes, sob a condição de contribuir hum modico salario (*sic.*). (APA, 17/06/1861)

Ao lado das africanas livres, escravas e mulheres libertas, provenientes da costa ocidental africana, controlavam o “(...) comércio de alimentos, em barraquinhas e quitandas, e também em bancas e tabuleiros de comida pronta” (MAMIGONIAN, 2005, p. 389-417). No documento mencionado, o curador João Camillo nos apresenta uma informação importante, a de que a africana livre Benedita não conseguira mais pagar o arrematante devido a uma postura municipal que passou a proibir os africanos livres de venderem alimentos:

A mesma africana, há poucos dias me declarou, que depois que se prohibio por Lei Municipal o uzo de mercadejarem os africanos livres, ou libertos, não mais cumprio aquella sua condição, e que na verdade estava a dever ao petecionário alguns mezes do referido salario (*sic.*). (APA, 17/06/1861)

⁵ Os gastos com os processos, em sua imensa maioria, eram as espessas dos africanos livres.

Abelardo Duarte se refere a esta postura municipal que proibiu o comércio de gêneros alimentícios pelos africanos livres nas ruas da cidade. Foi aprovada em uma sessão da Assembleia Provincial no dia vinte e sete de junho de 1859:

Aos africanos livres de negociarem por si ou por interposta pessoa com gêneros alimentícios de qualquer natureza, sob pena de multa de 25\$000 réis e de 15 dias de prisão que se duplicarão na reincidência, impondo-se as mesmas penas àquele que comprar ou vender os ditos gêneros aos referidos africanos (DUARTE, 1988, p.45).

Percebemos que as autoridades “(...) procuravam limitar a livre circulação de quitandeiras e vendedoras clandestinas, escravas, forras e africanas livres, fixando-as em locais demarcados da cidade.” (DIAS, 1995, p. 74) Era mais viável a supervisão dos cativos que trabalhavam em serviços domésticos (DIAS, 1995, p. 126). Talvez por esta questão, na documentação sobre os africanos livres em Maceió, encontramos um maior número de mulheres que eram encarregadas de prestar serviços domésticos, fossem eles nas casas dos arrematantes ou em instituições públicas. Esta postura municipal ocasionou grandes dificuldades na vida de Benedita. Realizar vendas de frutas e legumes pela cidade possibilitava a africana livre obter recursos para pagar o acordo financeiro feito com o seu arrematante, Manoel Claudino, com o qual, contraiu uma dívida que dificilmente conseguiria pagar sem a permissão de vender seus produtos. As autoridades procuraram estabelecer um maior controle em torno dos ofícios praticados pelos africanos livres. Na Bahia, por exemplo, era obrigatório aos africanos que mercadejassem pela rua, tirar uma licença na Meza das Rendas Provinciais, caso contrario poderia ser multado e até ser proibido de sair do município ou da província (SANTANA, 2007, p. 67). No ano de 1859, a Câmara de Maceió proibiu que os escravos e africanos livres tivessem casa aberta de ofício por sua conta, sob pena de cinquenta açoites (COSTA, 2011, p. 127), evidenciando uma maior preocupação das autoridades em controlar a população cativa e liberta.

Infelizmente, Benedita desapareceu dos papéis da curadoria dos africanos livres de Alagoas e não sabemos se realmente conseguiu sua emancipação ou se teve que voltar a prestar serviços ao seu arrematante por conta da sua dívida. A documentação apenas permitiu conhecer uma parte da trajetória de vida de Benedita, todavia, foi uma parte significativa, pois apresentou alguns percalços a que estavam sujeitas as africanas livres no dia-a-dia da Maceió das décadas de 1850 e 1860. O pouco que podemos conhecer da história de Benedita nos mostra como essa africana livre lutou de forma determinada para realmente conquistar a condição de “livre.” A história de Benedita nos revelou a dura luta da população africana na capital alagoana, para conquistar sua carta de emancipação.

Após 1864, todos os africanos livres do Brasil foram emancipados pelo decreto 3310, todavia, após conquistar a tão desejada emancipação, os limites de autonomia desta população no Brasil se agravava, pois, muitas vezes continuaram atrelados ao cumprimento de determinações dos seus antigos contratos de serviços (BERTIN, 2006, p. 224-241). A emancipação não tirou “(...) a condição de meia-cara, apontando para uma posição de entremeio, de não pertencimento a qualquer um dos lados; nem livres, nem escravos, nem africanos, nem brasileiros” (BERTIN, 2006, p. 174). Mas, histórias de pós-emancipação e do pós-abolição são temas merecedores de estudos específicos, dado a complexidade e importância do tema.

A existência dos africanos livres, apesar de parecer pequena em número, provocou um impacto na sociedade brasileira do século XIX, pois a presença desta categoria indicou um caminho que poderia ser estendido aos demais cativos. Ao contrário do africano livre que, resgatado do tráfico ilegal, era inserido no mundo do trabalho e, após quatorze anos de tutela, poderia ser considerado “apto” à vida em liberdade, o escravo adquiria a carta de alforria se pudesse pagar ao seu senhor uma quantia por ele estipulada para sua liberdade (SANTANA 2007, p. 11). Esse retalho de vida da africana livre Benedita, mostra como sua categoria era sabedora das possibilidades que existiam na conjuntura histórica que viveram e experimentaram projetos de liberdade. Elas foram ansiosas e desinquietas pela postergação da solução emancipacionista e manifestaram seus descontentamentos, sejam com movimentos de rebeldia ou buscando os meios legais possíveis entre as brechas da legislação da época.

Referências Bibliográficas

BERTIN, Enidelce. *Os Meia-cara. Africanos livres em São Paulo no século XIX*. São Paulo. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História, São Paulo, 2006, p. 273.

COSTA, Craveiro. *Maceió*. Maceió: Edições Catavento, 2011.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUARTE, Abelardo. *Episódios do Contrabando de Africanos nas Alagoas*. Comissão Estadual do Centenário da Abolição. Maceió: Ediculte, 1988.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Do que o "preto mina" é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 71-95, 2000.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a “transição para o trabalho livre: a experiência dos africanos livres”. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, Cativo e Liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 389-417.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

SANTANA, Adriana Santos. *Africanos Livres na Bahia 1831-1864*. Salvador. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História, Salvador, 2007, p. 180.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Além da Senzala. Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro*. São Paulo: Hucitec Editora, 2010.

Fontes

APA. *Informação sobre req. Joaquina, Maria e Benedita env. pelo Curador ao Pres. Prov. 16/05/1861*

APA. *Informação sobre req. Joaquina e Benedita env. pelo Curador ao Pres. Prov. 28/05/1861.*

APA. *Requerimento de Carta de Emancipação – Joaquina e Benedita. 29/05/1861.*

APA. *Requerimento de Manoel Claudino d' Arrochela Jaime (afric. Benedita). 06/06/1861.*

APA. *Informação sobre req. de Manoel Claudino (Benedita) env. pelo Curador ao Pres. Prov. 17/06/1861.*

‘*Súplica aos confessores*’: Francisco de Melo Franco e a ‘medicalização’ da moral sexual cristã no Iluminismo Português

Igor Tadeu Camilo Rocha
UFMG / FAPEMIG
igortcr@gmail.com

RESUMO: a presente comunicação tem como objetivo discutir alguns aspectos da obra *Medicina Teológica* (1974), de Francisco de Melo Franco. Ao longo do texto, pretende-se relacioná-la com o discurso de medicalização da moral e da sexualidade, presente no século XVIII, influenciado pelo pensamento iluminista. Objetiva-se relacionar as ideias da obra com concepções heterodoxas de pecado cristão, na matéria sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Medicina Teológica, sexualidade, pecado, confissão, libertinagem.

ABSTRACT: this present communication aims to discuss some aspects of the Francisco de Melo Franco’s work *Medicina Teológica* (1974). Throughout the text, we intend to relate it to the discourse of medicalization of morality and sexuality present in the eighteenth century, influenced by Enlightenment thought. The objective is to relate the ideas of the work with heterodox Christian conceptions of sin, in sexual matters.

KEYWORDS: Medicina Teológica, sexuality, sin, confession, libertinism.

O objetivo dessa comunicação se articula em dois pontos específicos de análise da obra *Medicina Teológica ou Supplica Humilde, Feita a todos os confessores, e Directores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos peccados, principalmente da Lascívia, Colera, e Bebedice* (1794) de Francisco de Melo Franco. Em primeiro lugar, analisar-se-á como que esse deslocamento da ideia do pecado, da vontade do indivíduo de desobedecer ao dogma para o descontrole físico causado por impulso natural, implica, ao mesmo tempo, em uma perspectiva mais tolerante em relação à religião, em pontos que se referem à sexualidade, mas também em uma concepção heterodoxa do pecado. Por outro lado, pretende-se pontuar como que em alguns aspectos a obra contribui com a construção (ou perpetuação) de certos preceitos conservadores, tais como papéis de gênero e ideal de continência dos desejos e impulsos sensuais. Num âmbito geral, o que se busca ao fim dessa comunicação é trabalhar a heterodoxia, a perspectiva de tolerância decorrente dela e a aparente contradição existente nas constantes aproximações de tópicos considerados libertinos com outros mais conservadores.

No campo da sexualidade, a hemartiologia⁶ passa a tratar como preocupação central a luxúria e demais pecados de natureza sexual, especialmente a partir do Concílio de Trento (DELUMEAU, 2003; PEDROZO, 2003: p. 155). Jean Luis Flandrin e Ronaldo Vainfas concordam que o projeto moral tridentino passa por “domesticar” o indivíduo via célula familiar (VAIFAS, 1989:12; FLANDRIN, 1989: 103). Marcadamente, houve uma grande preocupação da Igreja Católica no sentido de regulamentar o casamento, além de inibir comportamentos como os do concubinato, bigamia, sodomia, entre outro. Por outro lado, em termos doutrinários, a natureza do pecado não se modificou substancialmente. Nas palavras de John Bossy, o concílio tridentino fora menos marcado por uma renovação legislativa ou dogmática da Igreja do que uma reafirmação de velhos códigos, entre os quais se destacam uma nova disciplina respeitante à hierarquia eclesiástica, homogeneização das pastorais e práticas sacramentais junto aos fieis, bem como uma reafirmação da tradição da Igreja Católica que marcaria profundamente o conjunto das sociedades europeias e também as não europeias ao longo de toda a Idade Moderna (BOSSY, 1970:53, apud. VAINFAS, 1989:8).

Essa reafirmação incide também em reafirmações de noções tradicionais sobre o pecado, este normalmente, definido como um desvio voluntário do indivíduo do que é determinado pela lei, variando em relação à gravidade e possíveis consequências. Segundo o Catecismo Católico, o pecado é:

O pecado é uma ofensa contra a razão, a verdade, a consciência reta; é uma falta ao amor genuíno por Deus e ao próximo causada por um apego perverso a certos bens. Ele fere a natureza do homem e ofende a solidariedade humana. Ele é definido como palavra, ato ou desejo contrários à Lei Eterna⁷. (Catechism of Catholic Church, art. 8, t. II, 1849)

Completa ao tipificá-los:

Há um grande número de tipos de pecados. Escritura fornece várias listas deles. A Carta aos Gálatas contrasta as obras da carne com o fruto do Espírito: "Ora, as obras da carne são bem conhecidas: fornicação, impureza, libertinagem, idolatria, feitiçaria, inimizades, porfias, ciúmes, ira, egoísmo, dissensões, facções, invejas, bebedices, orgias, e assim por diante. Estou avisando, como já antes vos preveni que os que cometem tais coisas não

⁶ Ramo da teologia que trata da doutrina do pecado.

⁷ Original: "Sin is an offense against reason, truth, and right conscience; it is failure in genuine love for God and neighbor caused by a perverse attachment to certain goods. It wounds the nature of man and injures human solidarity. It has been defined as "an utterance, a deed, or a desire contrary to the eternal law." C.f. Catechism of Catholic Church. Part III: "Life in Christ. Section I: Man's vocation life in spirit". Chapter I: *The dignity of human person*. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/ccc_css/archive/catechism/p3s1c1a8.htm> acessado em 21/05/2014.

herdarão o Reino de Deus.”⁸ (Catechism of Catholic Church, art. 8, t. II, 1852).

São definições com respaldo nos evangelhos e nos grandes teólogos. Por exemplo, no evangelho de São João, todo aquele que transgride a Lei é pecado, e de fato o pecado é a transgressão dessa mesma Lei (1 João 3:4). Santo Agostinho reitera essa definição, ao afirmar que o pecado consiste em palavras e/ou atos contrários à Lei eterna e, por isso, causadores de ofensas contra o amor de Deus (Compêndio do Catecismo da Igreja Católica, 2000. N. 392). Assim, os mais diversos pecados são definidos enquanto atos contrários à escritura, à Lei divina, e cometidos pela não observância delas pelos homens.

A historiografia considera que ao longo da Idade Moderna, padrões éticos, morais e religiosos orientavam a normatização da sexualidade humana. Entretanto, nas Luzes, considera-se que houve uma mudança importante nesse campo quando essa normatização encontra no discurso médico um terreno importante para se desenvolver. Enrique Perdiguero Gil e Ángel Gonzales de Pablo consideram que alguns valores centrais da Ilustração contribuíram para isso. Primeiramente, uma concepção de felicidade iluminista, não providencialista nem restrita ao indivíduo, mas realizável em vida e na coletividade. Ela passava necessariamente pelo cultivo da saúde física. Juntamente com a valorização da educação como ferramenta de se conseguir tal felicidade, a figura do médico passa progressivamente a se identificar com a do filantropo. Sua obra deveria preservar a saúde da coletividade. Isso, segundo os autores, criou um terreno favorável ao surgimento de obras diversas, de panfletos a livros, cuja intenção era a de difundir práticas e comportamentos que contribuíssem para a felicidade pública e preservação da saúde física e espiritual dos indivíduos. Essa busca por felicidade somada à busca por uma pedagogia que fomentasse a busca da mesma felicidade levada a todos os cidadãos contribuiu para que houvesse uma espécie de confluência de discursos ético-morais com o médico (C.f. GIL & PABLO, 1990: 138-142). Um exemplo desse discurso foi o famoso panfleto *Onania*⁹, anônimo com datado de forma imprecisa entre 1712 e 1716. Essa obra, além de, como afirma Thomas Walter

⁸ Original: “There are a great many kinds of sins. Scripture provides several lists of them. The Letter to the Galatians contrasts the works of the flesh with the fruit of the Spirit: “Now the works of the flesh are plain: fornication, impurity, licentiousness, idolatry, sorcery, enmity, strife, jealousy, anger, selfishness, dissension, factions, envy, drunkenness, carousing, and the like. I warn you, as I warned you before, that those who do such things shall not inherit the Kingdom of God.” C.f.: Catechism of Catholic Church. Part III: “Life in Christ. Section I: Man’s vocation life in spirit”. Chapter I: The dignity of human person. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/ccc_css/archive/catechism/p3s1c1a8.htm> acessado em 21/05/2014.

⁹ Título completo: *Onania, or the heinous sin of sel-polution, and all its frightful consequences in both sexes considered, with spiritual and physical advice to those who have already injured themselves by this abominable practice* (~1715).

Laqueur, associar a imagem do personagem bíblico Onã à masturbação, apresenta esse “desvio” da sexualidade em uma discussão onde é:

(...) misturado de forma contínua como pertencentes ao campo da medicina com pertencentes às esferas ética, moral e religiosa. Assim, a partir da consideração da masturbação como (o pecado odioso) e (prática abominável), acusado não só uma série de consequências morais dolorosas, mas também um grande número de consequências físicas: úlceras, convulsões, epilepsia, extenuação, retardo do crescimento, perda de vigor físico e mental; tudo sem qualquer ordenação e beirando ao caos da mais completa exposição¹⁰ (GIL & PABLO, 1990: 141)

Thomas Walter Laqueur, em *Solitary Sex: the cultural history of masturbation* (2003) confirma essa afirmação sobre o panfleto. Com alguns indícios de que se tratava de um texto charlatão (C.f. GIL & PABLO, 1990: 142-3), trazia narrativas em formas de cartas de pessoas do sexo masculino e feminino que contavam diversos dramas, misturando-se problemas espirituais, morais e físicos, causados pelo autoerotismo. Trazia ainda uma série de remédios, muitos dos quais com ingredientes raros e de difícil preparo, para se alcançar a cura desses males. Esse panfleto teve grande circulação na Europa na primeira metade do século XVIII, embora tenha sido proibido em alguns países em que foi considerado “pornográfico” (C.f. LAQUEUR, 2003: 25-45). Quando foi publicada a obra do médico suíço Simon-Andre Tissot, *L’Onanisme, dissertation sur les maladies produites par la masturbation* (1760), *Onania* adquire um novo status, sendo tratada como obra científica. Isso por que ele se apoiou em uma série de valores da Ilustração de forma a tornar o onanismo algo razoável, diagnosticável e cujo tratamento e cura eram cientificamente objetivados. Dessa forma, o controle dos impulsos sexuais passa a ter causas médicas, explicados por condições e impulsos naturais que precisam ser administrados (e não necessariamente suprimidos) em nome do bem individual e coletivo. Voltaremos adiante nas implicações dessa concepção.

Em Portugal alinha-se a essa tendência a obra *Medicina Theológica ou supplica humilde feita a todos os Senhores Confessores, e Directores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos peccados, principalmente a Lascivia, Colera, e Bebedice*

¹⁰No original: “El titulo completo - *Onania, or the heinous sin of sel-polution, and all its frightful consequences in both sexes considered, with spiritual and physical advice to those who have already injured themselves by this abominable practice*- nos da una imagen fidedigna de su contenido en donde se mezcla de modo continuo lo perteneciente al campo médico con lo perteneciente a las esferas ético-moral y religiosa. Así, partiendo de la consideración de la masturbación como (odioso pecado) y (abominable práctica), le imputa no sólo una serie de consecuencias morales penosas sino también un gran número de consecuencias físicas: las úlceras, las convulsiones, la epilepsía, la consunción, el retardo del crecimiento, la pérdida del vigor físico y mental; todo ello sin ninguna ordenación y rozando por momentos el caos expositivo más completo. GIL, 1990; PABLO, 1990, p. 131- 162.

(1794), do brasileiro Francisco de Melo Franco. Francisco de Melo Franco nasceu em Paracatu, Minas Gerais, em 1757. Deu início aos estudos no Seminário de São Joaquim do Rio de Janeiro, depois se formou em medicina pela Universidade de Coimbra em 1785. Ainda no tempo de estudante, fez parte do grupo de 26 estudantes de Coimbra que foram acusados de delitos como irreligiosidade, ateísmo, deísmo, defesa do tolerantismo, entre outros, entre 1779 e princípios da década de 1780. Ainda assim, alcançou sucesso como clínico em Lisboa, tendo mesmo assumido o cargo de médico do Paço. Retornou ao Brasil em 1817, onde foi marginalizado por causa de suas ideias liberais, o que marcou o resto de sua vida neste país. A obra traz um repertório de conhecimentos sobre as causas físicas das paixões humanas a fim de instrumentar a intervenção dos chamados médicos de almas, ou seja, os confessores e diretores espirituais (SILVA, 2008: 336). Para ele, os confessores que dessem somente remédios morais não logravam êxito com seus confessados. Pelo contrário, considerava que o confessor deveria ter conhecimento médico e mesmo administrar remédios físicos para os males de seus confessados, sem os quais as paixões causariam repetições dos hábitos viciosos:

Daqui se vê que eu considero aos confessores como médicos que curam não só o formal dos pecados como uma transgressão da lei, mas também das causas físicas de que eles dimanam; que não somente absolvem os penitentes depois de se capacitarem de sua dor e propósito, mas também que lhes prescrevem medicamentos físicos que os ajudam a perseverar na emenda prometida, a vencer os maus hábitos e ainda a mudá-los, ou facilitar a se adquirirem outros tantos em lugar dos perversos que tinham (FRANCO [1794], 1994:16)

Na confissão tradicional apenas se considera, segundo Franco, “o corpo um escravo rebelde da alma” e cabe ao confessor, para a expiação dos pecados do confessado, prescrever não outro remédio que jejuns, orações e disciplinas (FRANCO [1794], 1994: 12). Mas, percebe-se que nessa outra concepção apresentada pelo autor que o confessor deve procurar as causas físicas dos pecados, para além de qualificá-los de acordo com as leis que transgridem. Corpo e alma devem ser tratados em conjunto. Isso porque eles interdependem um do outro. Seu elo estaria no sistema nervoso e, por isso, entre todas as ciências médicas, a neurologia tem importância fundamental para um bom confessor. Com ela, o confessor teria o conhecimento da origem das ações involuntárias do indivíduo, daí poderia tratá-la e prevenir que o pecado se tornasse um hábito. O pecado, dessa forma, teria como uma causa o desconhecimento da natureza do corpo, de seus impulsos, que levam ao desconhecimento do homem nos âmbitos moral e físico, que produzem preconceitos e superstições, que levam os confessores ao erro (C.f. FRANCO [1794], 1994: 30-33).

Em relação às noções ortodoxas de pecado, na *Medicina Theológica* existe um claro deslocamento de atribuição da causa do pecado: tradicionalmente, é ligado à desvios e perversões da vontade do indivíduo; na obra do médico mineiro, ele é causado por impulsos naturais do homem, medicamente explicáveis e tratáveis. Além disso, o “potencial herético” da obra pode ser visto em como o autor concebe o sacramento da confissão e o exercício desse mesmo pelos confessores e diretores espirituais. Para bem ministrarem o mencionado sacramento, eles deveriam conhecer bem a medicina, especialmente a neurologia. Assim poderiam tratar o confessado, evitar que o pecado se torne hábito e traga sofrimentos ao corpo e alma do mesmo. Pode-se entender a obra como um posicionamento que remonta as proposições de Pierre Bayle, no final do século XVII, em que considerava que a teologia deveria ser submetida às ciências e à filosofia. Em Franco, a medicina se sobrepõe à teologia e a penitência tradicional, que reforça a culpa pelo pecado, de certa forma é substituída por um “tratamento” do confessado, que inclui seu bem estar físico, moral e espiritual na emenda de seus erros (C.f. ALMEIDA, 2013:274-275).

Em matéria de sexualidade, podemos, em linhas gerais, considerar que a obra se aproxima muito de ideias que remontam os romances libertinos setecentistas como, por exemplo, *Teresa Filósofa* (1756), atribuído ao Marquês D’Argens. O sexo ou os comportamentos sexuais desviantes do determinado pelas regras religiosas e sociais não é condenado em si, mas é objeto de condenação somente em duas situações: quando o indivíduo torna-se escravo desses prazeres ou quando os mesmos prazeres e a busca deles não são convenientes ao estado do indivíduo, trazendo-lhe dano social¹¹.

¹¹ Numa síntese dessas reflexões, elas se passam entre a personagem Teresa, a filósofa, ser instruída por seu diretor espiritual, indicado por sua mãe, após flagrá-la ainda menina em brincadeiras com os meninos da mesma idade. Ao indagar o confessor de que “aquela serpente, pequena e tímida” nada poderia ter de ameaçadora, o capuchinho a adverte que “ela crescerá e engordará, e seu veneno a deixaria prenhe” assim que o rapaz se tornasse mais velho. Assim ela começa um processo de sublimação da sexualidade que a quase levará à morte quando colocada em um convento, a fim de conter seu temperamento. Quando ela sai e vai viver com a Sra. C e o Abade T. recebe outras instruções sobre o pecado e sobre a sexualidade bem diferentes da sublimação a qual estaria condicionada. Por exemplo, é instruída pelo Abade T. a se masturbar uma vez ao dia “para recuperar seu viço”, o que ocorre, mas com o cuidado de preservar seu hímen, o que, acidentalmente, aconteceria com Teresa por esse meio. Além disso, ela presencia os diálogos entre o Abade T. e a Sra. C. em que questões como a moral, pecado, sexualidade e honra são ferrenhamente discutidos. No geral, ambos discutem pontos como que honra e moral são criações humanas, e que há uma contradição claríssima entre os seres humanos serem dotados de desejo e Deus lhes ter proibido ou lhes dado tantas limitações. Dessa forma, o sexo é visto não de forma condenatória, muito menos proibitiva, e a sublimação a qual Teresa se submetera é tratada como uma grande aberração. O sexo, a masturbação, enfim, as liberdades sexuais, são vistas como naturais e proibições como o celibato ou os demais votos ou condicionamentos de continência e castidade como criações humanas e de instituições corrompidas. Os únicos limites a ser respeitados são o bem comum da sociedade, assim como o bem estar do indivíduo, o que corresponde também a sua inserção social, bem como seu bem estar físico. Por isso a advertência, por exemplo, em ela preservar seu hímen, visto que seria importante para ela se casar, no futuro. Ver em: ANÔNIMO, 2007. Essas reflexões sobre a sexualidade, nessa versão, se encontram especialmente entre

É central para suas concepções a argumentação que desenvolve no capítulo VI, intitulado *O amor é enfermidade*. Para ele, uma enfermidade que causa severas alterações nos nervos e no corpo, reações físicas que o indivíduo contrai quando em presença de algo que lhe desperte empatia. Ela pode ser uma empatia positiva, como uma paixão, em que o indivíduo procura impelido por essa patologia algo que lhe cause estímulos positivos; ou então negativa, como por exemplo, o descontrole emocional e a cólera para afastar algo que cause antipatia. O hábito, segundo ele, se constitui na regularidade com que o indivíduo persegue o repele determinados objetos movido por esse amor/patologia. Eles podem ser bons ou ruins, dependendo do que o indivíduo persegue ou repele e também pela fixação que ele tem quanto a um ou outro (C.f. FRANCO [1794], 1994: 37-45).

É a partir dessa noção de amor que ele articula sua argumentação sobre a lascívia, nos capítulos seguintes. Primeiramente, discute sobre os sintomas e tratamento do que chama de *erotomania*, ou loucura amorosa. Basicamente, trata-se de uma fixação causada pelo amor, dentro de sua concepção dele sendo patológico, em relação ao sexo. Pode ela ser de dois tipos: a pacífica, que causa ao indivíduo nada além da fixação no outro que lhe desperta o desejo, além da tristeza e melancolia a se ver privado desse mesmo; ou pode ser do tipo “não-pacífico”, quando ocorrem manifestações violentas, como ciúmes. Depois, discute separadamente esse conceito para os gêneros masculino e feminino. Chama a lascívia de satiríase, para os homens, e de ninfomania ou furor uterino, no caso das mulheres. Mesmo com essa separação, existem algumas semelhanças. Ambos são considerados infecções, e, segundo Franco, como tal devem ser tratados pelos confessores; também há na sua descrição a associação do desregramento sexual com o calor. Os remédios para esses “males”, no geral, são indicados por ele a fim de diminuir a temperatura do corpo e, com isso, o desejo erótico. De forma contrária, alimentos como temperos ou bebidas alcoólicas, que aumentariam a temperatura corporal, seriam agentes causadores desse desregramento.

No homem, associa a *satiríase* a três aspectos. Primeiramente, a questão da idade. Considera que todo homem de boa saúde está propenso a esse mal logo em sua puberdade. Além disso, outro agente causador, além dos alimentos e bebidas que aumentam o calor corporal, a exposição aos romances lascivos, de grande circulação no final do século XVIII, à

as páginas 34 e 40, entre os títulos *Lições singulares que ali recebe de um capuchinho, seu confessor. Ela se torna exemplarmente virtuosa* e *Apóstrofe aos teólogos sobre a liberdade do homem*; e também e depois entre as páginas 54 até o fim da segunda parte.

pornografia¹² e as amizades podem funcionar como catalisadores. Outro fator está associado ao viver como solteiro, sem contrair o matrimônio. É bastante claro que Francisco de Melo Franco era bastante cético em relação à castidade de solteiros, ceticismo que Jean Luis Flandrin afirma que era partilhado inclusive com os diretores espirituais da Idade Moderna (C.f. FLANDRIN, 1988: 294-299). Indica sintomas e sinais que os confessores devem identificar:

Os sinais com que os Senhores Confessores podem conseguir a diagnose deste vício são os primeiros tomados das confissões dos mesmos enfermos, que sendo perguntados, responderam que o fogo da concupiscência e lascívia os inflama com ardores e desejos excessivos, de que se seguem pruridos com que a razão se turba, o pulso fica ligeiro, a respiração curta e convulsiva, todos os membros inquietos com agitações e ansiedades, que tiram igualmente o sono, a vontade de comer, dissecam as fibras das fauces, esôfago, estômago (...) os faz desesperar e romper todas as monstruosidades da luxúria, amontoando pecados a pecados, com que se aliviam um pouco, mas que depois pagam bem caro o momento de remissão, porque repetem os sintomas com mais violência (FRANCO [1794], 1994: 61).

Importante notar que ele dialoga com Tissot ao associar o desregramento sexual masculino e o “desperdício” do sêmen decorrentes desse mesmo, através de práticas como as da masturbação ou da “fornicação simples”, provoquem um desequilíbrio dos fluidos corporais. Muitos sintomas decorrem dele. Mais importante ainda é notar que o indivíduo que sofre da *satiríriase* é descrito como que sem controle de seu ímpeto pela luxúria. Basicamente, ele é arrebatado pelos seus desejos, naturalmente sucumbe a eles para se aliviar, até que os sintomas voltem.

No caso das mulheres, as ninfomaníacas são descritas de forma bastante similar em termos de sintomas físicos. Entretanto, a descrição de Francisco de Melo Franco também incide do social. Um dos sinais da ninfomania, no estágio menos grave desse mal, é o da mulher afastar-se de suas “obrigações ordinárias” de caráter doméstico, como coser, fiar, entre outros (FRANCO [1794], 1994:66). Nos seus contornos mais graves, ela facilmente percebida no entorno social quando a má fama de mulher lasciva e despudorada recai sobre a mulher. Aqui, considero duas leituras possíveis. Uma delas, no caso, a mais conservadora, é de que existe claramente na discussão sobre os desregramentos sexuais masculinos e femininos um claro reforço de papéis de gênero. Cada gênero tem um papel social, e o feminino tem um ideal de “esposa”. O desregramento provoca um abalo nesse modelo, e mais que isso causa

¹² Refere-se aos “painéis lascivos” e a “leituras amatórias”. A meu ver, referências claras aos romances libertinos e também á característica dos mesmos de ter ilustrações eróticas. Sobre esse tema, ver: ABREU, 2008. p. 344-73.

um sofrimento geral nas mulheres acometidas pela ninfomania por serem impossibilitadas de se enquadrar nesse papel. Porém, novamente remetendo ao romance *Teresa Filósofa*, ocorre nova aproximação da literatura libertina, justamente na percepção do lugar social do indivíduo nessa sociedade do Antigo Regime: nele, a preservação do bem estar do indivíduo e do bem comum da sociedade são os limites colocados na argumentação do Abate T. para a realização dos desejos sexuais, nos ensinamentos que passa a jovem Teresa. Cabe questionar se aqui a preocupação com os papéis sociais e de gênero também não funcionem nesse sentido, indicando uma defesa do bem estar e da felicidade individuais dentro de determinadas realidades de sociabilidade.

Outro indicativo nesse sentido é sua preocupação demonstrada em relação às quantidades de uso dos remédios. Novamente, Francisco de Melo Franco dispensa bastante atenção aos diferentes estados dos indivíduos, inseridos em uma sociedade estamental e hierarquizada: há de se tomar cuidado –ele frisa sempre isso- em não se cometer excessos de medicação, pois poderiam causar impotência nos homens ou a “frialdade” nas mulheres. E isso seria um enorme transtorno para os que desejem se casar futuramente. Por sua vez, é um cuidado que não precisa ser observado com tanto rigor com aqueles que devem respeitar votos de celibato. Considera, inclusive, não menos nobre a um cristão tratar de seus pecados recorrendo à medicina ao invés de enfrentá-los à mesma maneira que os santos e mártires (C.f. FRANCO [1794], 1994:97-98).

Em vias de concluir essa comunicação, devemos lembrar que a obra analisada aqui, publicada em 1794, precisou de licença régia da *Real Meza e Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros*, instituída por D. Maria I, o que pode talvez explicar que misturado a ideias de potencial heterodoxo, estejam outras proposições marcadamente favoráveis à Igreja e à Monarquia. De toda forma, a *Medicina Theológica* nos oferece muitas questões a serem pensadas e discutidas sobre a aproximação entre o discurso médico-científico iluminista com a moralidade cristã. Há de se admitir que, por um lado, a penitência, a culpa, os pecados ou os “desvios” dos comportamentos e modelos ortodoxos não chegam a ser tratados de maneira abertamente tolerante; por outro lado, a culpa cristã, essencial para se entender sua concepção de pecado, é bastante afetada quando se desloca a causa do pecado da vontade individual para o impulso da natureza. Grosso modo, talvez possamos entender que possa ter havido um triunfo dessa perspectiva, ou, pelo menos, uma difusão ampla, na medida em que não é desconhecida da cultura popular a justificação dos “vícios” da sexualidade pela “fraqueza da carne”.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Márcia; Sob o olhar de Príapo: narrativas e imagens em romances licenciosos setecentistas. In: *Imagens na História*, Capítulo, ed. 1, HUCITEC (Aderaldo & Rothschild). 2008, p. 344-73.

ALMEIDA, Maria Cecília. Vozes da virtude: moralidade, religião e sociedade em Bayle e Rousseau. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 21, p. 219-232, 2013.

ANÔNIMO (Atribuído ao Marquês D'Argens). Teresa Filósofa. Tradução Maria Carlota de Carvalho Gomes. Porto Alegre: L&PM, 2007.

DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos XIII-XVIII)*. Bauru: EDUSC, 2003.

FLANDRIN, Jean Luis. *O Sexo e o Ocidente: a evolução das atitudes e dos comportamentos*. Tradução: Jean Progin. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

FRANCO, Francisco de Melo. *Medicina Teológica*. São Paulo: Ed. Giordano, 1994.

GIL, Enrique Perdiguero; PABLO, Ángel Gonzáles de. Los valores morales de la higiene: el concepto de onanismo en Tissot y su tardía penetración em España. In: *Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam*, v. 10, p. 131- 162, 1990.

LAQUEUR, Thomas W. *Solitary sex: a cultural history of masturbation*. New York: Zone Books. 2003.

SILVA, Paulo José Carvalho da. A psicopatologia entre a alma e os nervos: a Medicina theologica (1784) de Francisco de Melo Franco. In: *Filosofia e História da Biologia*, v. 3, p. 335-345, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1989.

O homem e a mulher na obra de Alfred Adler: apontamentos e discussões

Jéssica Bley da Silva Pina

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

bleypina@gmail.com

RESUMO: Alfred Adler (1870-1937), psiquiatra austríaco, escreveu *Understanding Human Nature* em 1918, época marcada pelas diferenças entre homens e mulheres justificadas biologicamente. Adler explica a construção dessas diferenças através da Educação e do papel social e cultural de gêneros. A proposta desse artigo é analisar seu discurso e dialogar com a teoria explicativa da diferença de gêneros de Sigmund Freud, contemporâneo de Adler.

PALAVRAS-CHAVE: Alfred Adler; Gênero; Sigmund Freud.

ABSTRACT: Alfred Adler (1870-1937), Austrian psychiatric, wrote *Understanding Human Nature* in 1918, period marked by gender differences biologicaly justified. Adler explains the construction of these differences through education, social roles and gender culture. This article's objective is to analyse Adler's discourse and to dialogue with the explicative theory of gender difference proposed by Sigmund Freud, Adler's contemporary.

KEYWORDS: Alfred Adler; Gender, Sigmund Freud.

Introdução

O objeto desta análise é o capítulo VII – *O homem e a mulher*, do livro *A Ciência da Natureza Humana*, de Alfred Adler, publicado primeiramente em inglês, *Understanding Human Nature* (1918) e posteriormente em alemão, *Menschenkenntnis* (1927), quando alcançaria maior visibilidade. Alfred Adler (1870-1937) é definido em suas bibliografias como médico, psiquiatra, psicólogo e fundador da Psicologia Individual (FRIEDRICH, 2013; ROUDINESCO, 1998). Austríaco, formou-se em medicina na Universidade de Viena em 1895.

A Ciência da Natureza Humana é uma compilação de um ano de conferências que Adler realizou no Instituto Popular de Viena acerca do tema que intitula o livro. No Brasil, a obra teve seis edições pela Companhia Editora Nacional, em 1939, 1940, 1945, 1957, 1960 e 1967. A editora trouxe essa obra ao Brasil como parte da *Coleção Bibliotheca do Espírito Moderno*, que tinha por público alvo um leitor egresso da educação básica e possivelmente um universitário, que ainda não tinha conhecimentos específicos, no entanto, não os ignorava totalmente. Paralelamente ocorre a profissionalização da Psicologia no Brasil, que compreende do final século XIX até 1975 (SILVA, 2013; VILELA, 2012).

O capítulo VII é subdividido em seis partes: *A bissexualidade e a divisão do trabalho*; *O predomínio do homem sobre a mulher na civilização atual*; *A pretensa inferioridade da mulher*; *A deserção da feminilidade*; *A hostilidade entre o homem e a mulher* e *Tentativas de reforma*. A proposta desse trabalho é analisar esses conceitos de Adler através de uma abordagem historiográfica e de gênero, comparando em alguns pontos com a teoria freudiana e problematizando como o pensamento adleriano de crítica a construção social de gênero não foi bem aceita socialmente em contraposição à aceitação que Freud recebeu. Adler foi mais notado pelo seu trabalho na construção da Psicologia Individual ao invés das suas ideias sobre a diferenciação de gênero, que apesar disto estão em seu livro *A Ciência da Natureza Humana*, um dos meios de divulgação de maior destaque da Psicologia Individual no Brasil e exterior.

Sexo e gênero para Alfred Adler

Ao longo de seu texto Adler deixa transparecer que está guiado pela teoria dos dois sexos e realça que há uma diferença física entre homem e mulher. Paralelamente, evidencia que gênero é uma construção. Deve-se atentar para o fato de que na edição em português de *Understanding Human Nature* não é usado o termo gênero, mas neste trabalho tal conceito será usado no sentido de comportamento social, cultural e psicológico esperado de homens e mulheres, pois é nesse sentido que Adler fala de um papel feminino ou masculino. Através das citações a seguir pode-se iniciar a compreensão acerca do pensamento do psicólogo:

“A bissexualidade da espécie humana determina uma nova divisão do trabalho. Em virtude de sua constituição física, as mulheres são excluídas de certas espécies de atividades (...) (ADLER, 1957, p. 124)”.

Em nossa cultura, parece, por vezes, que tôdas as mulheres querem ser homens! Nesta categoria se encontram sobretudo aquelas meninas que nutrem o insofreável desejo de se distinguirem em jogos e outros ramos de atividade mais apropriados a meninos do que a meninas pelo motivo de seus diferentes físicos (ADLER, 1957, p. 131).

Sobre esta questão de predomínio, surgiu uma discriminação de cunho tipicamente masculino, que nos patenteia, com clareza, sua origem. É a seguinte: certos traços de caráter são considerados masculinos e outros femininos, pôsto que não haja base alguma para tal classificação. Se compararmos as mentalidades dos meninos com as das meninas, e encontrarmos prova em apoio daquela distinção, cumpre que nos capacitemos de que não estamos a braços com fenômenos naturais, mas, sim, manifestações de individualidades processadas artificialmente e obedientes a estilo de vida e padrão de procedimento, influenciados por uma especial concepção da superioridade. (...) Não existe, com efeito, fundamento para se

diferenciarem os traços de caráter em "masculinos" e "femininos" (ADLER, 1957, p. 129).

Para explicar a teoria dos dois sexos recorra-se aqui a Laqueuer, em seu livro *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, o autor pondera que desde a Antiguidade havia a ideia de que há apenas um sexo, o feminino oposto ao masculino. No entanto, no século XVIII foi produzida a teoria de que os sexos são dois, fundamentalmente diferentes e biologicamente distintos. Homem e mulher seriam diferentes no sexo, em toda sua constituição física e psicológica (LAQUEUER, 2001, p. 16-21). Os sexos feminino e masculino passariam de “verticalmente hierarquizados”, como na teoria de Galeno, para “horizontalmente incomensuráveis (LAQUEUER, 2001, p. 21)”. Usar termos como: “bissexualidade da espécie humana”, “constituição física” e “diferentes físicos” apontam como Adler estava em um meio científico que, após o século XVIII, passou a preferir a teoria dos dois sexos. No entanto, Adler não parte das diferenças físicas como base para as diferenças sociais.

No início do capítulo analisado o autor relembra uma assertiva dita anteriormente em seu livro sobre os fenômenos psíquicos que, segundo sua teoria, guiam toda vivência humana e são dominados por dois comportamentos: senso de sociabilidade e senso de superioridade/dominação (ADLER, 1957, p. 123).

Adler apresenta as definições sociais de “masculino”: amor próprio, egoísmo, superioridade, dominação, atividade, valioso, poderoso, vitorioso, capaz, coragem, força, dever, conquista, cargos, honras, títulos, digno de louvor e a negação de tudo que é feminino. E “feminino”: submissão, obediência, servil, menor valor, depreciativo, inferior e subalterno. (ADLER, 1957, p.129, 134). Dessa forma, as definições de feminino e masculino mapeados pelo psicólogo se enquadram numa das definições que Scott oferece para gênero:

O gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções sociais” – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1990, p. 7).

Adler afirma que a sociedade propõe somente dois papéis: “ou de uma mulher ideal, ou o de um homem ideal. Desertar do papel de mulher é cair no de homem, ou vice-versa (ADLER, 1957, p. 137)” e que estes papéis seguem as definições sociais dos gêneros indicadas. No subcapítulo *Deserção da feminilidade* o autor apresenta três tipos de mulheres que lutam contra esse papel feminino. A primeira é a *moça-rapaz*, que repudia toda atividade

feminina, tornando-se assim masculina. O segundo tipo de mulher é adaptada ao papel social feminino, no entanto apresenta sintomas nervosos que lhe servem de justificativa para sua fraqueza e por isso não realiza atividades em sua vida. Já a terceira mulher é convencida da inferioridade feminina e por isso entrega as atividades de maior prestígio e dificuldade aos homens. Adler afirma que todos esses tipos são de resistência, cada um a seu modo.

Em *O segundo sexo: a experiência vivida*, Beauvoir diz a respeito da mulher vista como “uma eterna criança” (BEAUVOIR, 1967, p. 354), o que pode ser pensado juntamente com um exemplo dado por Adler quando fala da construção do “feminino” e “masculino” e das formas de luta:

(...) uma pessoa pode lutar pela dominação por meio de traços de caráter chamados "femininos", tais como a submissão e a obediência. As vantagens de que uma criança obediente goza, podem colocá-la em plano mais favorável do que o de uma criança desobediente, embora, em ambos os casos, estejam presentes o desejo e a luta pela dominação (ADLER, 1957, p. 129).

Relembrando sua proposição acerca dos três tipos de mulher esse entendimento de obediência como luta e característica feminina e infantil se liga satisfatoriamente aos segundo e terceiro tipo, enquanto a desobediência se liga ao primeiro, justamente à mulher masculina. Sobre a qual Adler ainda acrescenta que há uma crença que seu comportamento “masculino” seja causado por “um fator congênito, uma certa substância ou secreção determinante de sua atitude (ADLER, 1957, p. 136)”, mas o autor nega essa possibilidade e justifica usando a revolta contra dominação masculina e a única possibilidade de dois papéis para os sexos, ou seja, justifica com o social e também histórico como se verá a seguir.

Retomando a definição para gênero supracitada de Scott e a aplicando à Adler, o psicólogo resgata as origens da identidade do homem e da mulher, colocando-as de forma exclusivamente social e histórica, nos termos da autora. Adler inicia: “Quanto à origem da dominação masculina, não será descabido observarmos que tal dominação não é conforme a ordem natural (ADLER, 1957, p.127)”. Para comprovar tal assertiva o autor lembra da grande quantidade de leis existentes que garantem o domínio masculino, indício de um tempo em que não era assim. Finalmente o autor pondera que há homens que creem que seus privilégios são desde o início da humanidade, mas ignoram que seus irmãos necessitaram lutar para tê-los e dominar as mulheres.

O autor ainda acrescenta que essa transição do matriarcado para o patriarcado teve como base, além das leis, o papel de destaque que o homem primitivo desempenhava nas

guerras, fazendo com que esse poder transitório se tornasse fixo e ainda soma ao desenvolvimento dos direitos de posse e sucessão da terra que se ligaram ao homem (ADLER, 1957, p. 127-128). Essas informações Adler inferiu de duas obras: *A Mulher e o Socialismo* (1879), de August Bebel e *The Dominant Sex: a study in the sociology of sex differentiation* (1923), de Mathilde e Mathias Vaerting. Por causa das datas em questão, o médico só tenha incluído a referência a *The Dominant Sex* na segunda versão. Mas o principal indício aqui é a ligação de Adler com as correntes ideológicas do socialismo e do feminismo.

Quando se lança o olhar sobre a teoria proposta e desenvolvida ao longo do capítulo VII por Adler, que se fundamenta no gênero como construção para relativizar a inferioridade feminina e questionar a dominação masculina, a diferença entre homem e mulher que o autor questiona é a social e a histórica, portanto deveria ter como um de seus fundamentos algo social e histórico – o gênero. Os dois sexos e as diferenças físicas entre eles são entendidos por Adler como um fundamento secundário dessa diferença e como base para divisão do trabalho apenas, os papéis femininos e masculinos construídos socialmente é que servem de base para as diferenças entre homem e mulher.

Ainda na análise do discurso adleriano sobre gênero, a Educação deve ser mencionada. No subcapítulo *A pretensa inferioridade da mulher*, o médico defende que a mulher não é inferior ao homem, sua suposta inferioridade seria, além de uma estratégia da dominação masculina, uma condição imposta a ela pela educação dada tanto às garotas quanto aos garotos, somado à interpretação da representação do pai e da mãe dentro do lar. Quanto à menina:

Uma menina ouve diàriamente a afirmação de que as meninas têm menor capacidade que os meninos, sendo aptas apenas, para atividades de menor monta. Não é de estranhar por isso que se convença firmemente do destino imutável e amargo das mulheres, e (...) devido à falta de treino em sua infância, se convença realmente de sua própria incapacidade (ADLER, 1957, p. 132).

Já o menino recebe educação oposta:

Imagine-se o que significa para um menino ter diante dos olhos, desde a primeira infância o privilégio da masculinidade. (...) O menino sente a cada passo que, como representante do velho tronco familiar, goza de certos privilégios e tem mais valor social. Palavras que lhe são dirigidas, ou que surpreende casualmente, chamam-lhe continuamente a atenção para o fato da maior importância do papel masculino (ADLER, 1957, p. 128).

Adler fecha o capítulo afirmando que de todas as instituições realizadas para apaziguar a situação entre os sexos, a principal é o que ele chama de “co-educação” (ADLER, 1957, p.

147). Seria educar meninas e meninos juntos, sem fazer distinção, para que quando crescerem cooperem um com o outro (ADLER, 1957, p. 147- 149.). É a forma que Adler enxergou eficaz para romper o ciclo sociocultural da dominação masculina e todos os seus preceitos. Beauvoir concorda: “E graças à educação mista, o mistério augusto do Homem não teria oportunidade de surgir: seria destruído pela familiaridade quotidiana e as competições francas (BEAUVOIR, 1967, p. 492)”. Porém há uma divergência no pensamento dos dois autores quanto às competições. Adler não as vê como saudáveis, pois prejudicaria na formação da cooperatividade entre os sexos, já Beauvoir entende que as competições impedem a construção de um senso de superioridade masculina.

Divergências entre Freud e Adler

Em 1902, Freud convidou Adler para integrar a *Sociedade Psicológica das Quartas-feiras*, este aceitou o convite e em 1910 se tornou presidente da mesma. No entanto em 1911 Adler deixou a organização juntamente com nove membros por divergências com Freud e fundou a *Sociedade para Pesquisas Psicanalíticas Livre*, que dois anos depois seria a *Sociedade de Psicologia Individual* (ROUDINESCO, 1998, p.8). As discordâncias teóricas entre os dois médicos são múltiplas e para abordá-las eficazmente seria necessário profundo conhecimento do conjunto teórico de ambos, ao passo que aqui serão abordadas apenas as que tangenciam ao tema gênero da forma como é tratado no capítulo VII analisado.

Oliveira pontua que Adler não dava importância ao conceito de libido sexual de Freud (FRIEDRICH, 2013, p.2; OLIVEIRA, 2013) e que a teoria adleriana “corajosamente dessexualizou o ser humano (OLIVEIRA, 2013)”. Em contrapartida, Freud acusava Adler de compreender o sexo de forma exageradamente social, restringindo-o (ROUDINESCO, 1998, p. 7).

Ainda acerca da libido Adler questionou sua relação com os complexos, que não se formariam “por causa da repressão da libido, e sim, a libido sexual era reprimida muitas vezes por causa dos complexos (OLIVEIRA, 2013)”. Observando-se que Adler cunhou o termo *complexo de inferioridade*: “sentimentos de inferioridade não superados no processo de maturação egóica (OLIVEIRA, 2013)”. Para Freud a inveja do pênis é inata à mulher, ao questionar essa lógica Adler diz que essa inveja é na verdade, complexo de inferioridade cunhado pelo meio social e mais, seria o que ele chamou de “protesto masculino” usado pelos homens para manutenção do patriarcalismo (OLIVEIRA, 2013). Freud também o criticou nisso, dizendo que Adler supervalorizava o sentimento de inferioridade (ROUDINESCO,

1998, p. 7). As diferenças entre os dois médicos partem da concepção anterior que cada um possui acerca do que é determinante na vivência humana.

Ao tratar sobre as zonas erógenas dominantes no homem e na mulher, Freud afirma que no caso masculino a zona se mantém a mesma desde a infância até a idade adulta, o que não ocorre no caso feminino, no qual a zona erógena deixa de ser o clitóris passando a ser a vagina. Nas palavras de Freud, nisso “residem os principais determinantes da propensão das mulheres para a neurose, especialmente a histeria (FREUD, 1901-1905, p. 209)”.

Pode-se contrapor essa análise freudiana ao caso psicopatológico analisado por Adler no capítulo em questão. As causas para as perturbações nervosas que a moça retratada sofre, segundo Adler é a influência que recebeu de sua mãe autoritária e de seu pai passivo, juntamente com uma não adequação ao papel feminino imposto socialmente, ou seja, uma questão de educação e de gênero. Ao passo que para Freud as causas para a manifestação de doenças nervosas em mulheres está ligada a fatores sexuais – a mudança da zona erógena dominante e a natureza feminina.

Porém dar mais importância a um ponto não é necessariamente excluir outro. Sabe-se que Freud também deu uma abordagem social às nervopatias femininas, sobre tudo à histeria, definindo o histérico como aquele que foi influenciado por uma impotência paterna e que busca uma definição para o que é ser mulher (KAUFMANN, 1996, p. 249). Pode-se, em certa medida, perceber essas duas características no caso descrito por Adler: o pai que se dobrava diante da mãe, caracterizando impotência, se adotar como padrão a definição socialmente idealizada de masculino: dominação. E a busca por uma definição do papel de mulher já que a moça e sua mãe não se enquadravam no padrão feminino socialmente aceito de obediência. A diferença entre os dois médicos é o ponto de partida, Adler parte do social, ou seja, do gênero, para questionar as diferenças entre homens e mulheres; enquanto Freud parte do biológico para apontar as diferenças entre um e outro, parte do sexo (MORAES E COELHO JUNIOR, p. 793). Ainda que o ponto de chegada de ambos seja o mesmo: como tais diferenças, inerentes ou construídas, interferem na vivência em sociedade.

Considerações finais

Em seu livro, que visa entender a natureza humana, Adler dedicou um capítulo para a compreensão das diferenças entre os gêneros, deixando transparecer em vários momentos que é uma defesa não só das mulheres, mas da vida em sociedade, que ele vê estar prejudicada

pelo não reconhecimento da mulher como parte efetiva dessa e seu adoecimento também adoce a estrutura social:

A alegada inferioridade da mulher é mantida, no nosso século, pelas leis e pela tradição, embora seja negada por todos que tenham uma verdadeira clarividência psicológica. Devemos por isso estar vigilantes para patentear e combater o errado procedimento da sociedade nesta matéria. Devemo-nos empenhar nessa campanha, não porque tenhamos um respeito morbidamente exagerado pela mulher, senão porque nossa atual e errônea atitude contravêm à lógica de nossa vida em sociedade (ADLER, 1957, p. 144).

Porém, Adler também justifica a defesa da emancipação feminina pela perspectiva dos benefícios masculinos:

Não temos motivos para combater os ideais de emancipação das campanhas femininas. Ao invés, é nosso dever amparar a mulher em seus esforços para obter liberdade e igualdade, porque, em última análise, a felicidade de todos os humanos depende de se conseguirem condições de existência que permitam à uma mulher conformar-se com seu papel feminino, pois verossimilmente só assim é possível a um homem resolver adequadamente o problema de suas relações com a mulher (ADLER, 1957, p. 147).

É semelhante à lógica de Beauvoir quando diz que libertando-se a mulher, se libertará também ao homem (BEAUVOIR, 1967, p. 2). Logo a Ciência pode servir como ferramenta ao opressor e ao oprimido, para oprimir ou libertar(-se). Nesta abordagem procurou-se demonstrar através de algumas ideias selecionadas de Alfred Adler como isso ocorre, pois o autor se vale de ciências como a Psicologia e a Medicina para questionar a ordem social vigente.

É interessante pensar a circulação de *A Ciência do Desenvolvimento Humano*, que só no Brasil teve seis edições. Essas ideias de igualdade feminina e masculina de Adler circularam juntamente com o conjunto de sua proposição sobre a natureza humana, no entanto o que propagou foi o complexo de inferioridade, a sociedade e mesmo o meio científico continuaram vendo muito mais as diferenças do que semelhanças entre homens e mulheres. Ciência não é algo dado, mas construído, por sujeitos inseridos em uma conjuntura histórica e que correspondem a uma necessidade de manter ou mudar o *status quo*. No início do século XX, marcado pelo pensamento eugenista, o modelo ideal era o homem branco ocidental, aceitar a mulher como sua semelhante era aceitá-la como modelo também e uma abertura para reconhecer-lhe os privilégios masculinos.

Enquanto Freud propunha explicações que serviram para a manutenção do uso das diferenças para desigualdade entre os gêneros, Adler seguiu caminho oposto e questionou o sistema mesmo que aparentemente se adequando a ele como nos trechos em que diz não ter

“respeito morbidamente exagerado pelas mulheres”, questionando o sistema de dentro pra fora. Enxergar as diferenças como algo biológico é reconhecer que são inatas. E enxergá-las como algo social é admitir que são mutáveis.

Com essa análise procurou se mostrar como o conhecimento é selecionável e como seus usos variam. Adler foi bem aceito até relativizar o gênero. Freud teve mais aceitação porque o contexto histórico e as demandas socioculturais assim permitiram. Não se esta aqui reduzindo o trabalho de nenhum desses dois teóricos a um acaso social, mas é inegável o suporte que a teoria freudiana oferece a sociedade patriarcal e como o questionamento que Adler trouxe a isso foi esquecido em meio a sua própria teoria.

Referências

ADLER, Alfred. *A Ciência da Natureza Humana*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1957.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FONSECA, Sílvia Asam da. *A Coleção Bibliotheca do Espírito Moderno: um projeto para alimentar espíritos da Companhia Editora Nacional (1938-1977)*. Abril 2010. Tese. PUC-SP: São Paulo, 2010. Captado em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=191850> Acesso em: 13 mar. 2014

FREUD, Sigmund. *Um caso de histeria: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos*. Imago Editora: Rio de Janeiro, 1901-1905. v. VII.

FRIEDRICH, Sônia Maria. *ALFRED ADLER*. Captado em: <<http://febrapsi.org.br/biografias/alfred-adler/>> Acesso em: 20 nov. 2013.

KAUFMANN, Pierre. *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996. p. 244-253.

LAQUEUER, Thomas. “O sexo socializado” e “Da linguagem da carne”. In: *Inventando o Sexo – Corpo e Gênero dos Gregos à Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MORAES, Gisele Cristiane Senne de; COELHO JUNIOR, Nelson Ernesto. *Feminino e psicanálise: um estudo sobre a literatura psicanalítica*. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 15, n. 4, Dec. 2010. Captado em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722010000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 maio 2014.

OLIVEIRA, Marcos de. *A Psicanálise Culturalista*. 2013. Captado em: <<http://www.sbph.com.br/default.aspx?section=72&article=52>> Acesso em: 26 nov. 2013.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, Dez 1990. Captado em:

<http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf> Acesso em: 26 nov. 2013.

SILVA, João Roberto de Souza. *A Psicologia Brasileira: 50 anos*. Captado em:

<http://www.mosaicopsicologia.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=199&catid=38&Itemid=62> Acesso em: 25 nov. 2013.

VILELA, Ana Maria Jacó. História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 32 (num. esp.), p. 28-43, 2012. Captado em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932012000500004&script=sci_arttext> Acesso em: 25 nov. 2013.

Sexualidade, heteronormatividade e enquadramento social: uma articulação a partir do filme *Ma Vie en Rose*

Joanna Ribeiro Nogueira

Mestranda em História Social

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

joanna.r.nogueira@gmail.com

RESUMO: Este artigo se propõe a analisar as representações sociais e as formas de enquadramento a uma sexualidade heteronormativa, a partir do filme *Ma Vie en Rose*, problematizando os discursos que normatizam e domesticam as sexualidades, com o objetivo de contribuir para o alargamento das discussões acerca de temáticas relacionadas à transgressão dos papéis socialmente estabelecidos, baseados no binarismo masculino-feminino.

PALAVRAS-CHAVE: Heteronormatividade, sexualidade, enquadramento, representação social.

ABSTRACT: This article proposes to analyze the social representations and the ways of framing to a heteronormative sexuality, from the film *Ma Vie en Rose*, problematizing the discourses that regulate and domesticate sexualities, aiming to contribute to the enlargement of the discussions about issues related to the transgression of socially established roles, based on the male-female binary.

KEYWORDS: Heteronormativity, sexuality, framing, social representation.

Introdução

Diante dos binarismos que se apresentam como raízes sócio-históricas das questões de gênero, como homem/mulher, cultural/natural, produção/reprodução, é que este estudo se posiciona em prol de uma reconstrução dos discursos que conservam nossa sociedade sob o padrão da heteronormatividade e do patriarcado. Motivados por observações acerca das tentativas de enquadramento da sexualidade de indivíduos que se encontram na contramão da norma vigente é que questionamos: Seria esta prática de enquadrar uma ferramenta que contribui para a classificação, hierarquização e marginalização destes sujeitos que escapam à heteronormatividade? Este enquadramento concorre para a manutenção do preconceito e da conservação deste padrão social hegemônico?

Fundamentados em pesquisas sobre as temáticas de sexualidade, heteronormatividade, enquadramento, resistências, e no diálogo profícuo entre História e Cinema é que este estudo busca responder às hipóteses colocadas. Os questionamentos que nos direcionaram neste

trabalho têm como proposta fomentar discussões sobre o assunto, que possam levar a uma reflexão, gerando, por sua vez, uma (re)construção de valores.

Investigar tais representações acerca da sexualidade mostra-se particularmente importante considerando as pressões que se exercem sobre os indivíduos que estão na contramão de um regime heteronormativo, com práticas marcadas pelo preconceito e pela agressão à individualidade, à medida que empreendem um controle com vistas à adequação às estruturas convencionais.

Partindo destas hipóteses, fundamentamo-nos no estudo das representações sociais da sexualidade para que possamos entender como estas operam no sentido de enquadrar os indivíduos aos padrões socialmente estabelecidos e como contribuem para a manutenção de um sistema social discriminatório.

Considerando, ainda, o cinema como uma eficiente estratégia para atingir o grande público, já que o filme, situado em meio a um sistema de comunicações, organiza significados e comportamentos, fazendo emergir discursos e saberes que concorrem para a elaboração de conceitos, é que o escolhemos como fonte detonadora desta discussão. A relação possível entre Cinema e História, neste ensejo, mostra-se conveniente, posto que transpõe para a tela situações cotidianas, representando, ainda que de modo ficcional, a sociedade em uma mescla de real e imaginário, provocando um olhar mais reflexivo acerca de certas questões. Sobre esta interação entre História e Cinema, Elma Júlia Gonçalves de Carvalho discorre a respeito da viabilidade do uso deste último com cunho didático, dizendo ser possível “lançar mão da imagem para a discussão de temas históricos, utilizar o cinema como fonte para o conhecimento da história.” (CARVALHO, 1998, p. 121)

História e Cinema: uma relação possível

O campo da História passou por significativas transformações, dentre as quais se destaca o rompimento com antigos modelos de pesquisas historiográficas, que privilegiavam apenas fontes oficiais. A chamada crise dos paradigmas explicativos da realidade, decorrente do fim da crença em uma verdade absoluta, proporcionou a revisão do aparato teórico-metodológico da História e, a partir de então, ampliou-se o conceito de fonte e novos objetos de análise emergiram, juntamente com novos sentidos, problemas e métodos.

Essa abertura e ampliação do campo dos objetos, das fontes e técnicas históricas estão associadas à inovadora proposta teórica da história-problema. O historiador não estaria mais submetido à tirania da heurística. [...] É o problema posto que dará a direção para o acesso e construção do corpus necessário à verificação das hipóteses que ele terá suscitado. A

história-problema devolve ao historiador a liberdade na exploração do material empírico. (REIS, 1998, p. 24)

O cinema surgiu, neste contexto, como uma importante fonte para o historiador, revelando a possibilidade de realizar estudos que se aproximem da vida mental e coletiva através da apreciação das representações, das quais se utiliza para transmitir mensagens ao público. Devido a sua circulação mundial que atinge as grandes massas, ultrapassando fronteiras territoriais e culturais, o cinema torna-se parte integrante da vida social contemporânea e, como tal, assume relevado poder de disseminação de conceitos.

Entende-se também que as produções cinematográficas podem funcionar como uma espécie de recorte da representação de uma sociedade, levando a público mais do que entretenimento, mas uma inevitável reflexão sobre questões polêmicas e poucas vezes abordadas em nossa sociedade, embora de ocorrência recorrente. Esta permanente interferência do cinema na vida social torna-se cada vez mais evidente, pois, “o filme pode transformar a audiência psicologicamente e politicamente. [...]” (MORIN, 1983, p. 154).

É em acordo com esta assertiva que utilizamos o cinema como fonte deste estudo, entendendo que este, como tecnologia de análise, pode auxiliar as discussões sobre as várias temáticas codificadas em imagens, funcionando ainda como um documento de épocas e grupos sociais, devido ao seu caráter histórico.

Há, segundo Wilton Garcia, uma tendência da indústria cinematográfica contemporânea em abordar questões polêmicas, como a da construção da sexualidade e da diversidade de identidades de gênero, por exemplo. Sobre este aspecto o autor afirma que:

As manifestações culturais contemporâneas de identidade e gênero convergem para abordagens cada vez mais transversais. Nos projetos de cinema, televisão e vídeo não é diferente. Temáticas insólitas sobre identidade e gênero – feminino, masculino e adjacências – são propriedades inscritas pela nova ordem dos discursos que aparecem nos produtos audiovisuais no Brasil e no Mundo. (GARCIA, 2004, p. 265).

É, portanto, nesta conjuntura de contestação da realidade e da necessidade de propor uma reflexão, que possa gerar uma revisão de conceitos, que este estudo se situa. A obra cinematográfica em questão apresenta diversas formas de representações sociais e este trabalho se dedica especificamente à representação da sexualidade do protagonista. Seu comportamento é, ao longo da trama, contestado pelos círculos sociais no qual está inserido, como sua família, vizinhança e escola e nos dedicaremos a tratar da tentativa de

enquadramento exercida em diversas cenas do filme, a fim de compreender o estabelecimento deste processo e as possíveis formas de resistência.

Ma Vie em Rose e as representações enquadrantes

O filme *Ma Vie em Rose* é exemplo de uma tendência contemporânea do cinema em trazer ao público narrativas que abordem sobre o convívio com as diferenças. Esta película trata principalmente da problemática da identidade de gênero através do protagonista da trama, o menino Ludovic Fabre, de sete anos, que, tendo nascido de sexo biológico masculino, acredita ser uma menina e, por este motivo, investe sua construção em um corpo feminino, vestindo-se e agindo como tal.

Partimos da perspectiva teórico-metodológica de Denise Jodelet sobre as representações sociais, de acordo com a qual estas se configuram como "(...) uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social". (JODELET, 2002, p. 22). Esta autora ainda destaca que os meios de comunicação são locais onde é possível observar estas representações, fator que reforça a utilização do cinema como fonte.

O filme aqui abordado tem como cenário um bairro de classe média da França, para onde a família Fabre acabara de se mudar. Nas cenas iniciais, o diretor faz cortes que ora revelam detalhes do quarto de uma criança, no interior da casa, ora tornam o espectador um dos convidados da festa de apresentação da família para a nova vizinhança. As imagens, que são reveladas aos poucos, fazem com que o espectador se utilize dos símbolos que circulam em nossa sociedade, de modo que ele mesmo acaba por enquadrar aquilo que vê como sendo objetos e acessórios pertencentes ao universo feminino.

Após o espectador conhecer o quarto que ele mesmo, com seu repertório simbólico, vai significando e adjetivando, chega o momento de conhecer a criança que habita aquele cômodo. A intencionalidade das imagens apenas parcialmente reveladas gera uma surpresa no público que descobre, então, que a criança que surge em um vestido de princesa não é uma menina, mas sim Ludovic, o filho caçula da família.

Após sua aparição, inicialmente bem recebida pela vizinhança, que entende a criança como uma menina, outro corte de cena mostra o rosto constrangido dos pais de Ludovic, e já neste episódio fica evidente a repressão exercida pelo pai que, ao tentar contornar a situação diante dos vizinhos, apresenta Ludovic como sendo “bom em disfarces”, o que traduz a busca

por corrigir a criança, trazendo-a para o “gênero correto”. Desta forma, o pai tenciona minimizar o constrangimento diante de seus vizinhos, o que, automaticamente, gera constrangimento em Ludovic, que demonstra não compreender o motivo de sua produção ter sido considerada disfarce, posto que ele acredita ter se enfeitado porque, como ele mesmo diz, “queria ficar bonita”.

Passa-se a cobrar de Ludovic um comportamento mais masculinizado, em busca de uma aproximação de comportamento com os demais meninos de sua faixa etária, e ele é levado a frequentar espaços socialmente determinados para o público masculino. O pai de Ludovic também se dispõe a passar mais tempo com o filho, em busca de uma socialização com uma referência “propriamente masculina” e o garoto foi, ainda, obrigado a participar de uma partida de futebol, na qual, embora claro fracasso, tenha sido incentivado pelo pai a continuar.

A tentativa de enquadramento manifesta-se neste episódio em que a empreitada esportiva é considerada como uma atividade tipicamente masculina, pressupondo que, a partir de sua prática, Ludovic adquiriria ou desenvolveria o comportamento esperado, dentro da “sexualidade correta” que se espera de um indivíduo que nasceu biologicamente do sexo masculino.

Em outra cena, vemos Ludovic ser agredido em um vestiário, após ter sido obrigado a participar dos eventos de futebol promovidos por sua escola. Seus colegas agressores escarnecem do garoto por estar envergonhado em tirar sua camisa na frente de todos. Ingrid Silva do Amaral chama atenção para isso quando afirma que:

As crianças e adolescentes que manifestam sinais de uma possível orientação sexual distinta da heterossexualidade sofrem os mais diversos constrangimentos durante a sua formação física, intelectual e psicológica, a qual emana de toda a sociedade, inclusive da família e até de si mesmo, pois não entendem a razão de não se adequarem ao protótipo social de sexualidade. (...) Criam-se modos representativos ideais de homem e mulher, instituindo assim uma identidade relativamente estável, ocasionando dificuldades de aceitação e convivência com tudo aquilo que é considerado diferente dos padrões estabelecidos. (AMARAL, 2001, p. 1)

Ainda em busca deste enquadramento, a mãe da criança corta seu cabelo, como se com esta atitude estivesse também cortando seu vínculo com o feminino. Percebemos mais uma vez que as representações do ser feminino são aqui acionadas, para significar cabelo curto como masculino e comprido como feminino.

Sobre tal questão reguladora, vale destacar que o discurso produzido e disseminado na

sociedade contemporânea reflete valores culturais, sociais, históricos e até mesmo subjetivos daqueles que detêm o poder do discurso, e “(...) onde há poder há resistência...” (FOUCAULT, 1988, p. 91), o que fica claro pelos mecanismos de significação que Ludovic escolhe para a construção de sua própria sexualidade, que estão na contramão deste poder vigente de uma sociedade patriarcal heteronormativa, exemplificado nas diversas cenas em que o protagonista, ao ser confrontado por seu modo de agir, afirma-se como um indivíduo do sexo feminino.

Michel Foucault (1978) discute, inclusive, a hegemonia heterossexual em relação ao homossexual, afirmando ser esta uma visão advinda de uma sociedade patriarcal e heterocentrada no princípio da reprodução. Sobre o conceito de heterormatividade, cabe ressaltar a classificação de Deborah Britzman (1996) como os processos que colocam em vigor a heterossexualidade como norma, devendo todos os indivíduos adequar-se a este princípio. Este desígnio parte do entendimento da heterossexualidade como natural e, portanto, como a norma a se seguir. Deste modo, tudo o que foge a esta natureza seria antinorma, algo a ser modificado ou corrigido.

Nas cenas seguintes do filme, vemos o protagonista confuso por não encontrar enquadramento nos padrões sociais de que tem conhecimento, momento em que ele intenta uma busca por respostas que justifiquem seu modo de sentir. Esta situação se manifesta na cena em que sua irmã tenta explicar ao menino, baseada em conhecimentos científicos aprendidos na aula de biologia, como se dá a formação do sexo biológico dos indivíduos: "Na aula de biologia, aprendemos por que somos menino ou menina. Se você é XY, é menino. Se é XX, é menina. É assim... entendeu?"

A partir deste episódio, Ludovic passa a incorporar este novo discurso ao qual é exposto, alterando-o em uma tentativa de enquadrar-se sem que, para isso, tenha que abrir mão de sua percepção de si mesmo como menina. Assim sendo, a criança ressignifica o que lhe foi ensinado por sua irmã, e sente-se apaziguada com a ideia de que um dia Deus enviará a ela o X que lhe falta para ser menina, que deverá substituir o Y que viera por "engano".

Assumindo esta lógica de apropriação do discurso do outro, Ludovic passa a se utilizar de símbolos que socialmente representam ambos os gêneros, buscando enquadrar-se ora como menina (do modo que se sente), ora como menino (do modo que esperam e cobram que ele seja). Esta segunda tentativa de enquadramento, agora para o gênero masculino, ocorre após consulta com psicóloga, em que o garoto "descobre" ser realmente um menino. Diante desta revelação, ele busca ajustar-se àquilo que é dito que ele é, ou seja, ao discurso do outro.

Tomando como exemplos, portanto, situações que presenciou, como brincadeira de *bang-bang* dos seus irmãos e um beijo entre menino e menina, na escola, ele procura reproduzir tais comportamentos, o que se mostra falho.

Observamos, portanto, como as tentativas de enquadramento da sexualidade de Ludovic concorrem para que o preconceito e o padrão social baseado na hegemonia do patriarcado e da heterossexualidade se mantenham. O protagonista do filme não é agredido apenas fisicamente, mas também psicologicamente, e este estudo busca, nesta senda, ampliar o debate para o tema das diferenças, bem como para as implicações das representações sociais que são feitas com vistas ao enquadramento.

Nesta perspectiva, compreendemos o estudo das representações sociais da sexualidade fundamental para que se possa entender como estas operam no sentido de enquadrar os indivíduos aos padrões socialmente estabelecidos e como contribuem para a manutenção de um sistema social discriminatório. Assim, o trabalho proposto não tenciona esgotar o assunto, mas sim contribuir para a ampliação dos debates sobre as temáticas acima elencadas, alargando a percepção do público diante da questão das diferenças sexuais e de gênero.

Referências bibliográficas:

AMARAL, Ingrid Silva do. Minha vida em cor de rosa: um olhar sobre a construção social da sexualidade. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UFG, 2011, Jataí. *Anais do II Congresso Internacional de História da UFG/ História e Mídia*. 2011, p. 1-10.

BERLINER, Alain; SCOTTA, Carole. *Ma Vie En Rose*. [Filme-vídeo]. Produção de Carole Scotta, direção de Alain Berliner. França: Sony Pictures, 1997. DVD, 98 min. color.son.

BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre: UFRGS, v. 21, n. 1, p. 71-96, 1996.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. *Cinema, História e Educação*. In: Revista do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá, v. 3, n. 5, p. 121-131, set. 1998.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições New York: Teachers College Press, 1978.

GARCIA, Wilton. *Traídos pelo desejo – ambigüidades da cena*. In: LOPES, D. et al. (Orgs.)

Imagem e diversidade sexual: estudos da homocultura. São Paulo: Nojosa, 2004. p. 265-271.

JODELET, Denise. *Representações sociais: um domínio em expansão*. In: ____ (org.). *Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

MORIN, Edgar. *A alma do cinema*. In: XAVIER, Ismail (org.). *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Rosalina Coelho Lisboa e feminismo no Brasil entre as décadas de 1920 e 1930

Luzia Gabriele Maia Silva

Mestranda em História e culturas políticas

Universidade Federal de Minas Gerais

luzia.gabriele@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a postura da escritora Rosalina Coelho Lisboa diante do movimento feminista brasileiro em princípios do século XX. Período no qual o feminismo se consolidava no Brasil, as décadas de 1920 e 1930 foram marcadas pela luta das sufragistas pelo direito ao voto e pela busca de melhores condições de trabalho e de vida para as mulheres brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Rosalina Coelho Lisboa, feminismo, política.

ABSTRACT: The goal of this paper is to analyze the posture of Rosalina Coelho Lisboa in the Brazilian feminist movement in the early 20th century. During the 1920s and 1930s, the Brazilian feminism was characterized by fight for achievement of political rights, which scope extends far beyond the pursuit of universal suffrage.

KEYWORDS: Rosalina Coelho Lisboa, feminism, politics.

Rosalina Coelho Lisboa nasceu em 15 de julho de 1900, no Rio de Janeiro. Oriunda de uma família de elite, ela foi instruída por preceptoras estrangeiras, com as quais aprendeu falar fluentemente outros idiomas. Recebeu uma formação muito tradicional e se inseriu cedo no meio literário carioca, participando de eventos nos quais pode conhecer grandes nomes da literatura nacional, como Olavo Bilac, além de ter oportunidade de recitar os poemas que escrevia e de poetas já consagrados. Aos 15 anos já publicava poemas na revista *Careta*.

Além de escrever e recitar poemas, Rosalina Coelho Lisboa atuou como jornalista, publicando artigos e crônicas em importantes periódicos cariocas, como o jornal *A Noite* e a *Revista da Semana*. Ela publicou seu primeiro livro de poemas em 1922, pela Editora Monteiro Lobato. Tal livro, intitulado *Rito Pagão*, foi vencedor do prêmio da Academia Brasileira de Letras para o melhor livro de poemas.

Ao longo das décadas de 1920 e 1930 Rosalina passou por grande ascensão nos meios literário e intelectual. Publicou outros livros que, no geral, tinham uma boa recepção da crítica literária. Sua obra prima, *A Seara de Caim*, um romance histórico, teve grande repercussão tanto no Brasil, como no exterior, sendo traduzido para vários idiomas.

A partir da década de 1920 Rosalina iniciou sua militância na política e na causa feminina. Ela defendeu os movimentos que visavam depor a República Oligárquica e apoiou abertamente a Revolução de 1930. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, ela se mostrou muito amiga do presidente, sendo nomeada por ele para missões diplomáticas em eventos internacionais, como delegada do Brasil. Correspondia-se assiduamente com Vargas e outros políticos brasileiros e estrangeiros. Usava suas habilidades intelectuais e conhecimento de mundo para alertar o presidente brasileiro dos riscos à segurança nacional, principalmente aqueles concernentes ao comunismo, ferozmente combatido por Rosalina. A escritora se simpatizava com ideologias políticas totalitárias e autoritárias, se tornando uma grande aliada de Plínio Salgado em mediações com o presidente, levando ao conhecimento do chefe de Estado do Brasil os interesses da Ação Integralista Brasileira.

Rosalina casou-se a primeira vez em 10 de setembro de 1917, com o capitão tenente da Marinha de Guerra Raul Rademaker Grunewald, em cerimônia civil e religiosa, realizada na casa de seus pais. Ela ficou noiva de seu primeiro marido em junho de 1917, pouco antes de completar 17 anos. A única filha de Rosalina, Raulya Coelho Lisboa Rademaker Nogueira Itagiba, foi fruto desse primeiro casamento. Raul Rademaker faleceu em 20 de junho de 1918, aos 35 anos de idade, vítima de uma apendicite, deixando Rosalina viúva ainda muito jovem. Ela iniciou sua vida profissional cedo, como professora de inglês,¹³ jornalista e escritora. Já consagrada no meio literário, Rosalina contraiu segundas núpcias, em 1927, com o norte-americano James Irvin Miller, vice-presidente da United Press e homem influente na América Latina. Durante a união com Miller, Rosalina viajava constantemente para países latino-americanos e para os EUA, se aproximando de círculos políticos internacionais. Essa união chegou ao fim com uma anulação de casamento no final da década de 1930. Anos depois, em 7 de abril de 1942, a escritora casou-se pela terceira vez com Antônio Joaquim Luís Cruz Sanches de Larragoiti, herdeiro da companhia de seguros Sul América. Rosalina manteve-se casada com Larragoiti até a sua morte, em 1975.

Antes da anulação do seu segundo casamento Rosalina já era uma defensora do divórcio. Em uma crônica publicada no jornal *A Noite*, em maio de 1926, a escritora dizia acreditar que o direito ao divórcio chegaria ao Brasil no próximo decênio. Naquele período, quando vigorava o Código Civil de 1916 (Segundo Iáris Ramalho Cortês, “O Código Civil de

¹³ A posse de Rosalina como professora de inglês no Instituto Benjamin Constant ocorreu em 26 de julho de 1919, “cuja nomeação era ignorada e cuja cadeira fora criada especialmente para ela, sem concurso, tendo a imprensa censurado esse projeto escandaloso.” *A Pacotilha*, Maranhão, 26 de julho de 1919, Ano XXXIX, nº 174, p. 1. Não foram encontrados outros registros sobre essa nomeação, apenas registros posteriores informando os pedidos de licença frequentemente expedidos por Rosalina.

1916 introduziu no Brasil o termo desquite, um artifício encontrado pelos divorcistas para aplacar um pouco os ânimos dos antidivorcistas. O desquite permite a separação de corpos e põe fim ao regime matrimonial de bens, entretanto a pessoa desquitada não pode casar novamente, pois o vínculo conjugal continua a existir.” (2012, p. 268)), os casais infelizes com o matrimônio só podiam recorrer ao desquite, que segundo Rosalina e outros defensores do divórcio, não impedia a separação desses casais, mas os privava de formar uma nova família, com a impossibilidade de estabelecer novos laços conjugais. De acordo com Rosalina, na segunda metade da década de 1920, os brasileiros começavam “a patrocinar um movimento forte e inteligente em favor do divórcio”. Apesar de certa atmosfera favorável à discussão do tema, a questão do divórcio permaneceu um tabu nos anos seguintes, não sendo bem aceita pela maior parte da população. Na Constituição de 1934 ficava estabelecida a indissolubilidade do casamento, o causou grande furor nos divorcistas, mas não afetou a luta da maior parte das feministas, que viam sua principal reivindicação atendida com o direito da mulher ao voto.

As primeiras décadas do século XX se caracterizaram pela ascensão do movimento sufragista no Brasil, tendo como principais condutoras Myrthes de Campos, Leolinda Daltro e, posteriormente, Bertha Lutz. Essas feministas eram oriundas de famílias de elite e possuíam educação universitária, característica marcante de feministas desse período. Tal posição social, segundo Soihet, foi fundamental para o apoio conquistado por elas a partir de 1930, quando alguns parlamentares e políticos se simpatizaram pela causa sufragista. Contudo, foi necessária muita mobilização para sociedade, menos de duas décadas antes, muito avessa à causa, começar a aceitar as proposições das sufragistas, que se articulavam em torno de associações, passeatas e publicações em jornais para expor à sociedade suas teorias acerca da capacidade das mulheres exercerem direitos civis. Para Rachel Soihet,

(...) havia na sociedade brasileira em geral, e entre autoridades e políticos em particular, forte oposição às reivindicações das mulheres. Respalhando tal oposição, a ciência da época considerava as mulheres, por sua suposta fragilidade e menor inteligência, inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária. Críticas ácidas às demandas femininas estavam presentes também em peças teatrais, crônicas, caricaturas e em diversas matérias na imprensa, que, inclusive, ridicularizavam as militantes. (SOIHET, 2012, p. 219)

Transpor os obstáculos colocados pela sociedade não foi tarefa fácil para essas sufragistas, que mantinham intenso diálogo com feministas de outras partes do mundo e viajavam constantemente para fora do Brasil para participar de congressos sobre a causa

feminina. Rosalina participou várias vezes desses eventos, inclusive atuava ao lado de Bertha Lutz na *Federação Brasileira para o Progresso Feminina*, criada em 1922, que tinha como objetivos “coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e tornar-lhe mais eficiente a atividade social, quer na vida doméstica quer na vida pública, intelectual e política” (SOIHET, 2012, p. 224). Entretanto, a escritora carioca parecia avessa ao sufrágio feminino num momento em que essa questão começava virar pauta de debates na imprensa e na sociedade.

Em entrevista concedida ao jornal *Correio da Manhã*, Rosalina elogiou alguns aspectos da nova Constituição, mas se mostrou descontente com a instituição da indissolubilidade do casamento. Ao ser inquirida sobre o assunto, ela afirmou ser esse “um problema de interesse geral. O senhor não pode achar que, num casamento infeliz a mulher seja mais desgraçada que o homem. Não foi à mulher que a Constituinte negou o divórcio – foi ao Brasil.” (*Correio da Manhã*, 17 de junho de 1934, nº 12134, ano XXXIV, p. 3.) Apesar de se mostrar contente com a concessão dos direitos políticos à mulher na nova Constituição, o ponto crucial das reivindicações feministas, alguns anos antes ela não se mostrava tão favorável a essa ideia, ao contrário de muitas de suas contemporâneas que fizeram da busca pelo sufrágio universal sua principal luta.

Ao longo da década de 1920, as discussões sobre a possibilidade das mulheres elegerem e serem elegidas ganharam mais simpatizantes. Em 1926, o jornal *A Manhã* empreendeu uma campanha em prol do voto feminino, publicando a opinião de mulheres ilustres sobre a questão do sufrágio. A nota sobre a abertura da campanha, que defendia a instituição do voto feminino no Brasil, se referia às habilidades intelectuais das mulheres para exercerem “o mais simples dos direitos políticos”. Para embasar essa opinião, são citados nomes de importantes mulheres brasileiras daquele período, como o de Bertha Lutz e Rosalina Coelho Lisboa que, ao lado das brasileiras Cecília Meirelles, Gilka Machado e Maria Eugenia Celso, era considerada uma das mais ilustres poetisas da América Latina. (*A Manhã*, 27 de junho de 1926, Ano II, nº 155, p. 1.)

Ao ser solicitada a comentar sobre o assunto durante essa campanha, Rosalina mostra que não via na conquista do direito ao voto a solução para a situação das mulheres. Ela afirmava ser feminista, mas contra o voto feminino no Brasil daquele período. Para ela, o feminismo ainda não havia se consolidado no país, como nos Estados Unidos e Europa, e a maioria esmagadora das mulheres brasileiras não estava preparada para exercer os direitos e

deveres civis acarretados com o voto. Nesse sentido, ela questiona seu entrevistador, que a inquiria sobre sua posição acerca do sufrágio universal:

Quantas de nós mulheres, sou eu agora quem lhe pergunta, têm a exata noção da responsabilidade que é ser um fator direto da vida de um país? Que sabem de cidadania, dos direitos e deveres que competem a um brasileiro em pleno gozo dos seus direitos políticos? Quantas, eu perguntarei ainda, têm cultura suficiente para sentir a real significação dos problemas que dependem comunidades e nações? (*A Manhã*, 29 de junho de 1926, Ano II, nº 156, p. 1.)

Ela ainda completa que conceder direito ao voto às mulheres no Brasil daquele período seria “conceder o livre arbítrio a uma força cega”. Por mais que Rosalina estivesse sempre envolvida em eventos e associações em prol do progresso e emancipação feminina, sua posição acerca do sufrágio se distanciava muito da posição de suas contemporâneas.

Tudo indica que, uma década depois, Rosalina tenha mudado de opinião a respeito da participação das mulheres na política. No final da década de 30, Rosalina defendia o direito das mulheres serem admitidas em concursos públicos. Para ela, as mulheres seriam capazes de exercerem atividades remuneradas. Ao defender o trabalho feminino, em carta enviada ao Oswaldo Aranha, ela questiona os papéis sociais atribuídos aos sexos em um matrimônio:

“Uma mulher trabalha, é útil, é inteligente, ganha para a sua vida e a dos seus filhos? E o marido?” Pois o marido terá a posição a que ganhar direito, - a igualdade se é de valor pelo seu lado, e inferioridade se é inferior. O elemento melhor ao casal é o que deve se impor naturalmente. O erro está em limitar o caso a homens e mulheres em vez de vê-lo do ponto de vista de valores humanos apenas, elementos úteis ou indiferentes à sociedade. Delicadezas de protocolo em relação ao valor ou elemento que se demonstra menor num casal é injustiça para com o melhor em sacrifício do grupo humano em geral. Um dia, quando a única hierarquia for a hierarquia moral e mental, os povos terão aprendido a ser altruístas por egoísmo, e ninguém perguntará se é homem ou mulher o ser que ofereça a um país uma expressão útil. O que importará há de ser a utilidade dessa expressão e o seu merecimento. (Carta de Rosalina Coelho Lisboa a Oswaldo Aranha. CPDOC. Classificação AO cp 1939.00.00)

No início do século XX o papel esperado para mulheres na sociedade brasileira ainda se limitava às atribuições domésticas e maternais, sendo o casamento o ápice da vida de uma mulher. Mesmo após a Revolução de 1930, que trouxe à tona a pauta do voto feminino, instituído no Código Eleitoral de 1932 e depois na Constituição de 1934, a participação feminina na política e no mercado de trabalho ainda era extremamente restrita.

Segundo Natasha Ostos, as políticas varguistas para organização da sociedade brasileira partiam de perspectivas de regulação populacional e tinham como objetivo

moralizar e civilizar as classes baixas, por meio de medidas nas quais a mulher era importante protagonista. Para tanto, a legislação trabalhista do período viabilizava a manutenção e proteção do papel maternal das mulheres trabalhadoras, por meio de leis que incentivavam a fertilidade (oferecendo benefícios para famílias com muitos filhos) e garantiam às mulheres a execução da sua função materna, como a licença-maternidade e a proibição do trabalho noturno, medidas garantidoras de uma permanência maior das mulheres no lar.

Ainda assim, o trabalho feminino era mal visto pela sociedade, sendo mais aceito ao se tratar de mulheres que não possuíam alternativas, senão contribuir com a complementação da renda familiar. As mulheres que se dividiam entre as funções domésticas/maternais e o trabalho remunerado viviam as contradições que ainda marcam a vida de mulheres no Ocidente. Isso porque, dividindo-se entre os universos maternal e trabalhista, as mulheres ocupam vários *status*, ou posições sociais, para exercer seu papel em sociedade marcada pela divisão sexista do trabalho.

Rosalina Coelho Lisboa ocupou vários papéis sociais ao longo de sua vida, pois casou-se ainda jovem, teve uma filha, mas não se limitou à vida doméstica e maternal, como seria natural no começo do século XX. Escrevendo, angariou posição de destaque nos meios jornalístico e literário, além de atuar nos bastidores da política, ministrar conferências no Brasil e em outros países, representar o Brasil em eventos internacionais, tarefas que demandavam uma movimentação constante por parte da escritora. Ela estava sempre viajando, e se estabelecia por meses em hotéis em São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires, não se enquadrando na figura feminina restrita ao lar.

Analisar a atuação de Rosalina no início do século XX leva-nos a constatar que por mais que ela estivesse, ao longo de sua vida, cercada de homens importantes, figuras públicas, como seu pai, seus irmãos, amigos de sua família e maridos, ela não se limitou à sombra de nenhum deles, sendo protagonista de sua própria história, situação que transpunha a condição socialmente determinada para mulheres de sua época.

Referências bibliográficas

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In.: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para regulação da população brasileira (1930-1945). *Cadernos Pagu*. n. 39. Campinas, jul/dez 2012.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In.: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

As masculinidades tecidas pelo jornal *O Rio Nu* (1898-1916): uma análise das representações dos homossexuais, impotentes sexuais e alcoólatras

Natália Batista Peçanha

Doutoranda

UFRRJ (Capes)

nataliahist@hotmail.com

RESUMO: No contexto dos valores de progresso e civilização, cimentados por discursos afeitos à República, o jornal *O Rio Nu*, periódico direcionado ao público masculino, assumiu uma postura de ditar novos modos de vida aos seus leitores que pretendiam se enquadrar a esses novos tempos. Homossexualidade, alcoolismo, virilidade foram algumas das temáticas abordadas por esse periódico. Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo realizar um estudo de gênero, analisando os padrões de masculinidade, num momento em que diversas instituições estavam voltadas para a formação de cidadãos ideais.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidade; *O Rio Nu*; Homossexualidade; Impotência; Alcoolismo.

O jornal *O Rio Nu* foi um periódico dedicado ao público masculino que circulou no Rio de Janeiro entre o período de 1898 a 1912, tendo um de seus principais objetivos a formação de *smarts*, ou seja, homens bem educados, capazes de lidar com os novos padrões sociais estabelecidos na Capital Federal. Porém, além de freqüentar a alta roda da sociedade, ser bem educados, esses homens deveriam também ser responsáveis pela proteção de sua família. Família esta que tinha como função principal a procriação. Desta forma, a impotência sexual e as práticas sexuais que fugiam ao fim procriativo eram alvos de escárnio e depreciações por parte dos redatores do jornal. Além disso, o homem “civilizado” além de seguir práticas sexuais bem definidas, também não poderia se render a outros vícios, como ao do alcoolismo.

Para que possamos, então, verificar como este jornal estruturava *protocolos de leituras* (CHARTIER, 1990, p. 121), que demarcavam *horizontes de expectativas*¹⁴ acerca de

¹⁴ Ao partimos para a idéia de *horizontes de expectativas* estamos amparados nas análises desenvolvidas por Reinhart Koselleck. Este autor entende tanto o *espaço de experiência* quanto o *horizonte de expectativas* como “categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história”, ou seja, a história para se constituir como tal necessita das experiências vividas, mas também das expectativas dos atores sociais que nela atuaram. Assim, ao analisarmos este jornal devemos verificar que as experiências de propagação de imagens de alcoólatras, ou de homossexuais, estão imbuídas de expectativas de conscientização de seus leitores, por exemplo. Ver KOSELLECK, 2006, p. 305-327.

uma sociedade “moderna”, em que os homens se portassem como verdadeiros *smarts*, haverá a seguir as análises do material selecionado.

“Pobre velho impotente”: uma análise de como o jornal tratava a impotência sexual masculina.

Durante o século XIX o tema da reprodução foi amplamente discutido por médicos e intelectuais. Mas, esta discussão se fortaleceu, sobretudo, na passagem do século XIX para o XX quando o tema da infecundidade se atrelou “aos debates sobre o povoamento da pátria e a sobrevivência da espécie” (DEL PRIORI; AMANTINO, 2011, p. 125), ou seja, uma questão do foro íntimo passava a ser um problema social de grande relevância. Assim, não é de se espantar que *O Rio Nu* se aproveitasse dessa temática para preencher suas páginas com estereótipos acerca das práticas homossexuais que demarcavam, implicitamente, a impossibilidade desses homens se transformarem em *smart*.

A masculinidade propalada estava associada diretamente à virilidade, ou seja, homem para ser homem, além de não ter posturas efeminadas, deveria ser viril (BARBOSA, 1998, p. 323-324). E era justamente a possibilidade de um homem não dominar o corpo de uma mulher que fazia o jornal *O Rio Nu* se debruçar sobre esta temática. Note-se que estamos falando de um material impresso que tinha como característica principal o domínio do corpo da mulher; corpo este que era exposto ao deleite dos homens que consumiam esse material. A impossibilidade de um homem exercer esse domínio era visto com preocupação pelos redatores do jornal, que se inquietavam com as possíveis reações dessas mulheres.

Para que possamos entender como o jornal *O Rio Nu* apresentava esta temática passemos às análises das representações.

Figura 1



Fonte: Intimidades. *O Rio Nu*, 24 mar. 1900, p.1.

Na imagem acima temos o Fidelis, homem aparentemente mais velho, que mesmo depois de tomar o licor nada sentiu frente à D. Elvira, que brava pela situação em que se encontrava, esbravejava com o pobre do homem, mandando-o sair de seus aposentos. Ao analisarmos detidamente esta charge podemos perceber algumas características importantes da representação da impotência sexual feita pelo jornal. Primeiro, assim como em outras imagens, o homem se apresenta cabisbaixo, geralmente olhando para o chão, com feições envelhecidas e com um ar humilhado frente à mulher que o menospreza. Esta imagem é bem emblemática, pois mostra o preconceito que homens com este problema tinham que enfrentar, além da associação direta da impotência sexual à velhice.

A identificação da velhice como um período distinto da vida e o entendimento que os idosos eram uma parcela da população identificável socialmente para a qual deveria ter

ações de intervenção, começou a ser propalada na passagem do século XIX para o XX. (MORAES, 2011, p. 430) De acordo com Andréa Moraes, a “instituição da aposentadoria e os asilos de idosos marcam simbolicamente a identificação entre incapacidade e velhice e inauguram o entendimento desta como um ‘problema social’”. A velhice, portanto, passava a ser associada à improdutividade, visto que é nesse momento que o homem sai do mercado de trabalho, ou seja, deixa de produzir (MORAES, 2011, p. 431). Logo, essa improdutividade é refletida para o âmbito sexual. E o jornal *O Rio Nu* se vale muito deste discurso, sobretudo, ao realizar uma espécie de crítica a esses “velhos” que se casam com mulheres jovens¹⁵, mas que não conseguem mais acompanhar a vitalidade juvenil de suas esposas.

Portanto, esse jornal invadia o âmbito mais íntimo da privacidade do casal para demarcar, além dos padrões sexuais aceitáveis ou não, o que era entendido, pelos seus redatores, por masculinidade e virilidade. Eles, assim, demarcavam e ratificavam papéis bem definidos para esses homens. Aqueles que não se enquadravam aos modelos propalados não podiam ser considerados *smarts*, ou seja, “civilizados”.

“O Gouveia”: a homossexualidade nas páginas do jornal O Rio Nu

Por romper com o princípio fundamental dos moldes burgueses que se instalava, ou seja, o casamento baseado na família nuclear¹⁶ com base na reprodução, as relações homoeróticas e as práticas sexuais com fins, somente, na satisfação sexual foram alvos fáceis de estigmatizações e depreciações¹⁷. O jornal *O Rio Nu*, neste sentido, foi um importante veículo de disseminação de críticas ao sexo anal. Porém, mais do que simplesmente condenar tal prática ele, ao entender que este ato não seria abolido da sociedade, estipulava com quem se podia praticar. Em um trecho da cançoneta *O Gouveia*, publicada em 25 de julho de 1906, na coluna *Theatro d’o Rio Nu*, já podemos observar uma possibilidade de sexo anal:

¹⁵ Segundo Rachel Soihet havia, e ainda hoje há, uma valorização da mulher jovem e de seu corpo. O homem sentia-se “estimulado a buscar outras experiências, a trocar um objeto do qual já está saciado por um outro mais jovem que se lhe constituía em fonte de novos prazeres. Ver: SOIHET, 1989, p. 287. Associado a esta preferência, ainda havia um costume de que a iniciação sexual feminina fosse realizada por um homem experiente, na maior parte da vezes, muito mais velho do que a mulher. Ver: DEL PRIORI, 2011, p. 125.

¹⁶ Estamos, aqui, falando de uma família de elite, onde o casamento era a única via aceitável de união entre homens e mulheres. Entretanto, na prática o número de pessoas casadas era pequeno. Conforme o recenseamento de 1890, 65.526 homens e 50.076 mulheres eram casados, enquanto que o número de solteiros era de 216.520 homens e 158.409 mulheres. Este número reduzido de casamentos pode ser explicado dentre outras coisas, pelos entraves burocráticos para a realização do mesmo, bem como a dificuldade do homem pobre manter uma família aos moldes burgueses, onde sua mulher não poderia trabalhar, nem mesmo sair às ruas sozinhas para não desonrar suas famílias. Ver: SOIHET, 1989, p. 247-248.

¹⁷ Os homossexuais eram alvos de diversos estigmas. Na *belle époque* brasileira esses homossexuais eram associados de forma pejorativa à prostituição, além de serem chamados de *frescos*, termo bastante popular no fim do século XIX. Cf. GREEN, 1999, p. 62-63.

Uma senhora eu conheço
Que tem dezenas de amantes,
Que lhe pagam por bom preço
Os seus carinhos constantes...
Tem jóias de alto valor
De dinheiro ela anda cheia,
E ganhando fazendo amor...
Amor à moda Gouveia!...

O *smart*, como mencionado deveria ter em mente uma distinção bem definida do que podia ou não fazer com mulheres honestas, que não é o caso da mulher representada na cançoneta. Esta preocupação no que diz respeito ao sexo estava ancorada em princípios disseminados pela Igreja, que criava regras que deviam ser seguidas até mesmo pelas pessoas casadas. Para ela, as pessoas que contraíssem matrimônio só para obter prazer eram consideradas pecadoras. (SOIHET, 1989, p. 252) Não é à toa que o jornal apresenta o repúdio de a prática do sexo anal realizada pelo marido sobre sua esposa.

Figura 2



Fonte: *O Rio Nu*, 3 fev. 1909, p. 5.

A esposa ao ter que se submeter ao sexo anal praticado pelo marido, se queixa à mãe que prontamente tira satisfação com o genro, que justifica seu ato ao fato de se chamar *André*

Gouveia. O sexo à moda *Gouveia*, portanto, poderia até ser praticado, desde que fosse com as prostitutas, ou seja, as mulheres desonestas.

Quando praticado entre dois homens, aí mesmo que o jornal demonstrava uma visão preconceituosa no intuito de deslegitimar os homens que praticam relações homoafetivas.

Figura 3



Fonte: *O Rio Nu*, 21 abr. 1909, p. 5.

As imagens das relações sexuais homoeróticas geralmente utilizam-se de um tom satírico e humorístico apresentando um cunho moralizante e ridicularizante, do que propriamente de satisfação sexual. De acordo com Randolph Trimbach, enquanto as obras pornográficas apresentam um tom sério ao representar o corpo e o ato sexual a fim de intensificar a excitação sexual, as obras humorísticas e satíricas tendem, pelo contrário, enfraquecê-la. (TRIMBACH, 1999, p. 281-282) A tendência destas representações, sobretudo, quando os envolvidos na prática sexual são dois homens, não é causar ao leitor um desejo sexual, mas sim um alerta àqueles que realizam esta prática.

O que se vê nesse jornal é, na verdade, a reafirmação de uma masculinidade hegemônica bem definida que se opusesse e se diferenciasse ao máximo do modelo feminino. (MATOS, 2001, p. 384) O homem que assumisse qualquer comportamento que pudesse ser associado a práticas definidas como femininas era chamado de efeminado e, conseqüentemente, era ridicularizado.

O olhar d'*O Rio Nu* sobre as consequências do alcoolismo

Além de determinar modelos sexuais que os homens “civilizados” precisavam seguir, *O Rio Nu* estabelecia, também, padrões comportamentais. Esses homens deveriam frequentar ambientes propícios às suas posições sociais, como os cafés ou os importantes teatros, ambientes esses em que aspirantes a *smarts* poderiam consumir elegantes bebidas como “o vermouth, o cocktail, o gin fizz, o whisky, o Pick me up, o Sherry –Cobble”, introduzidos no Rio de Janeiro por influência de negociantes estrangeiros e brasileiros regressos da Europa. (SOUZA, 2004, p. 64)

Mas o consumo das bebidas alcoólicas não se restringira ao mundo da elite. No início do século XX, o Rio de Janeiro via a proliferação dos quiosques, ambientes pouco higiênicos e antro das camadas mais populares. (SOUZA, 2004, p. 64) Esse ambiente foi substituído pelos botequins, locais limitados por quatro paredes que facilitavam o controle da freguesia pelos proprietários que se convertiam em espécies de defensores da ordem pública (SOUZA, 2004, p. 65). E, essa ideia de ordem pública e da necessidade de pessoas a protegê-la era algo que se fortalecia com a implementação do regime republicano¹⁸. Neste contexto, o jornal *O Rio Nu*, talvez influenciado pelos discursos médicos¹⁹ e jurídicos que circulavam no momento em foco, incorporava para si o papel de defensor de uma ordem pública. Assim, ele apresentava os comportamentos que seus leitores deveriam seguir para se transformarem em homens “civilizados”, ou melhor, homens que pudessem formar famílias higiênicas que exercessem seu papel na sociedade, ou seja, a procriação do futuro da nação. E, para se formar essa família ideal um mal deveria ser extirpado da sociedade, principalmente da camada popular que era mais afeita a este mal– o alcoolismo – que causava, além de gastos públicos, a degeneração física e intelectual da humanidade e a ociosidade (MATOS, 2001, p 29-31). Sobre este último ponto, Sidney Chalhoub informa que, em 1888, começou a circular na Câmara de Deputados um projeto de repressão à ociosidade, elaborado pelo ministro Ferreira Vianna. A preocupação em torno deste problema estava no pensamento dominante de

¹⁸ Segundo Maria Izilda Santos de Matos, a “intensa urbanização, o processo de imigração, o final da escravidão e do Império e a industrialização exigiam novas formas de comportamento ditas ‘civilizadas’. Os comportamentos feminino e masculino deveriam passar por retificações que dotassem cada qual de um perfil mais homogêneo, adequando-os a uma perspectiva sacramental e ao novo regime. Assim, as ações da Igreja, do Estado e particularmente da medicina foram convergentes e decisivas para disciplinar mulheres e homens”. Neste sentido, detentora de um “monopólio do ‘conhecimento racional e científico’” a classe médica foi importante no combate ao alcoolismo. Cf. MATOS, 2001, p. 25 e 27.

¹⁹ Centrando o combate do alcoolismo masculino, o “discurso médico apresentava aspectos de normatização que explicitavam um imaginário social urbano em transformação, no qual estava presente e em formação o perfil ideal masculino, construído diretamente em relação ao feminino. Assim, o discurso médico destacava as responsabilidades femininas no processo de reeducação do ‘homem moderno’, acentuando a necessidade de que a mulher atuasse como agente da campanha antialcoólica”. Cf. MATOS, 2001, p. 27-28.

que a Abolição da escravidão trazia consigo a desordem e uma massa de pessoas que uma vez vivendo “subjugados” ao trabalho compulsório, quando livres poderiam não querer trabalhar e ficar, portanto, “vagabundeando” pela cidade, cometendo pequenos crimes. (CHALHOUB, 2001, p. 66-67) Além disso, aqueles que exerciam alguma atividade remunerada uma vez se entregando ao vício da bebida podiam sofrer com

(...) cansaço intelectual, estafa, irritação, desatenção, perturbação da memória, distúrbios na motricidade, perda do raciocínio e da razão, levando à falta de vontade, queda na produção e no trabalho, tornando os alcoólatras pouco produtivos e aumentando os riscos de acidentes de trabalho.²⁰

Somado a esses problemas causados pelo alcoolismo e amparado por discursos médicos (MATOS, 2001, p. 43), o jornal *O Rio Nu*, se imbuía do papel de alertar aos seus leitores que além do álcool em excesso provocar degenerações físicas e sociais ele afetava, sobretudo a estrutura familiar.

Figura 4



Fonte: *O Rio Nu*, 14 jun. 1905, p. 5.

Num momento em que a família era identificada como a célula da sociedade, no qual os seus membros deveriam seguir suas funções (MATOS, 2001, p. 41). O álcool, neste sentido, podia corromper este homem, retirando-o de seu caminho em busca de seu papel de

²⁰ Esses são alguns dos muitos problemas associados ao alcoolismo pelo discurso médico. MATOS, 2001, p. 40.

bom marido, pai e chefe de família.²¹ Na imagem acima, por exemplo, vemos uma mulher que pede seu divórcio por não agüentar mais o marido chegar todas as noites embriagado em casa, subvertendo o padrão feminino de passividade. Ao assumir uma postura ativa, a mulher representada personifica uma humilhação para seu marido – que uma vez alcoólatra estava fadado à vergonha.

Desta forma, o que observamos é que o jornal analisado estava intrinsecamente articulado aos debates realizados nas esferas médicas e jurídicas em torno de uma disciplinarização e higienização da família, no qual o homem era alçado ao papel de protetor da honra desta. Uma vez corrompendo este papel, *O Rio Nu*, ridicularizava e criticava esses homens que não poderiam, em sua concepção, chegar a ser um verdadeiro *smart*.

Referências

Fonte – Biblioteca Nacional (BN)

O Rio Nu: periódico semanal caustico humorístico (1898-1916). Rio de Janeiro.

Bibliografia

BARBOSA, Maria José Somerlate. Chorar, verbo transitivo. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 321-343, 1998.

CHALHOUB, Sideney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990.

DEL PRIORI, Mary. O corpo vazio: o imaginário sobre a esterilidade entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs.). *História do Corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro Passado: contribuição á semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

²¹ Além de o alcoolismo desviar o homem de seu caminho de provedor do lar, a preocupação que muitos médicos tinham, influenciados pelas teorias de Auguste Morel, era que as degenerescências poderiam ser transmitidas hereditariamente “e uma vez instalada a doença ‘ela segue seu curso e se transmite aos descendentes até a extinção da linhagem’”. Cf. SANTOS, 2010, p. 401-403.

MATOS, Maria Izilda de S. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MORAES, Andréa. O Corpo no Tempo: velhos e envelhecimento. DEL PRIORE, Mary e AMANTINO, MÁRCIA (orgs). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 427-452.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos e VERANI, Ana Carolina. Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, supl. 2, p. 401-420, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17s2/08.pdf>. Acessado em 15 mai. 2013.

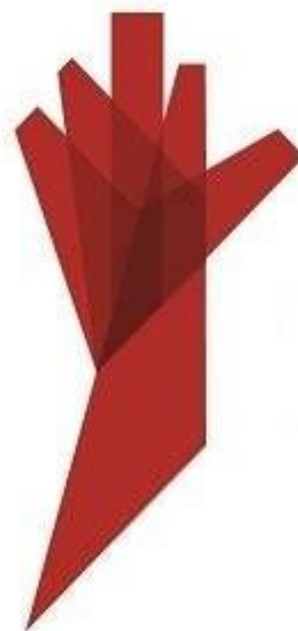
SOUZA, Ricardo Luiz de. Cachaça, vinho, cerveja: da Colônia ao século XX. 33. *Estudos Históricos*, p. 56-75. 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2211>. Acessado em 12 abr. 2013.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TRIMBACH, Randolph. Fantasia erótica e libertinagem masculina no Iluminismo inglês. In. HUNT, Lynn. *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade, 1500-1800*. 1ª edição. São Paulo: Hedra, 1999.

Simpósio Temático 13

Políticas e culturas na América independente



Coordenadores:

Pedro Demenech

Doutorando em História - PUC-RJ
p_demenech@yahoo.com.br

Warley Alves Gomes

Mestre em História - UFMG
warleyalvesgomes@yahoo.com.br

A guerra de guerrilhas contra a Revolução Cubana

Ana Paula Cecon Calegari

Mestre em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

ana.historiaufes@gmail.com

RESUMO: Neste artigo abordaremos uma das formas de oposição à Revolução Cubana, a qual foi caracterizada pelo emprego da tática de guerra de guerrilhas no combate àquele processo. Enfatizaremos a parte factual dos eventos referentes ao tema e as principais características de tais grupos que ficaram conhecidos como “alçados” ou “bandas” com o objetivo de mostrar a particularidade dos mesmos e a forma como o governo rebelde lidou com eles.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra de guerrilhas, Revolução Cubana, alçados.

RESUMO: En este artículo presentamos una de las formas de oposición a la Revolución Cubana, que se caracterizó por el uso de la táctica de guerra de guerrillas para luchar contra ese proceso. Haremos hincapié en la parte de los hechos relacionados con el tema y las principales características de estos grupos que fueron conocidos como "alçados" o "bandas" con el fin de mostrar la particularidad de los mismos y la forma en que el gobierno rebelde os trató.

PALABRAS CLAVE: Guerra de guerrillas, Revolución Cubana, alçados.

Considerações iniciais

A Revolução Cubana ocorrida em 1959 foi marcada por inúmeras características que devem ser vistas à luz do contexto histórico insular na medida em que deram um caráter genuíno àquele processo. Para esse artigo, iremos tratar de um desses fatores que influenciaram no encaminhamento dado à Cuba na primeira década da Revolução. Assim, trazemos ao debate a questão dos eventos referentes à guerra de guerrilhas adotada por grupos armados como uma tática para destruir o governo rebelde instalado na ilha após a referida data.

De antemão, destacamos a importância histórica da guerra de guerrilhas na história cubana. Utilizando a narrativa feita por Richard Gott em seu texto *Cuba: uma perspectiva*, observamos que o emprego de tal tática remonta ao século XIX e às lutas pela independência da ilha em relação à metrópole espanhola. Também durante o século XX, em alguns momentos de revoltas populares, o deslocamento de grupos insurretos às regiões mais isoladas do país e o emprego da luta armada por eles contra a ordem instituída, foi um fato

característico. Contudo, o movimento que de fato balizou a guerra de guerrilhas foi aquele liderado por Fidel Castro e pelo Movimento 26 de Julho em sua atuação na região da *Sierra Maestra*. Este evento, juntamente com a atuação de outras frentes de batalha contra a ditadura de Fulgêncio Batista (1952-1958), foram os motivos da queda daquele ditador e da vitória da Revolução.

Para a nossa análise, partimos da ideia de que um processo como aquele, cuja previsão de reformas afetava diretamente à ordem estabelecida política, social e economicamente, não iria se desenvolver sem a formação de uma oposição, a qual, em quase todos os momentos dessa história, teve por objetivo retomar o *status quo* característico da sociedade cubana que precedeu 1959.

No caso específico dos grupos armados opositores que adotaram a guerra de guerrilhas contra a Revolução, percebemos, contudo, a heterogeneidade daqueles que participaram de tal empreitada. Destacamos, com isso, a impossibilidade de elencar os motivos que levaram àqueles homens a pegaram em armas para combater a Revolução na medida em que a composição dos grupos, que ficaram conhecidos como alçados, bandidos¹ ou bandas contrarrevolucionárias, era enormemente variada e incluía apoiadores da ditadura de Batista que fugiram para as áreas montanhosas da ilha a fim de escaparem dos fuzilamentos previstos nas leis revolucionárias, pequenos camponeses, ex-membros de movimentos que apoiaram a Revolução, incluindo alguns do Movimento 26 de Julho.

Essas bandas começaram a atuar na ilha logo após o triunfo da Revolução. De acordo com Carlos Franqui, a luta empreendida por esses grupos se pautava na oposição à influência comunista na Revolução, ao militarismo crescente dentro do Estado Rebelde e também ao aumento da repressão dentro de Cuba (FRANQUI, 1981, p. 132). Porém, pela análise de outros textos sobre o tema, como Medina (2006); Vásquez & Ocegüera (2008); Núñez Jiménez (1998), não foi possível definir claramente se existiu uma motivação principal ou um projeto político estruturado desses insurgentes, se é que em algum momento as inúmeras bandas que existiram estiveram de acordo quanto ao encaminhamento político a ser dado caso conseguissem alcançar seus objetivos.

Segundo Vázquez & Ocegüera, as bandas não surgiram como um movimento autóctone com um programa político estruturado e a partir daí decidiram pegar em armas para

¹ De acordo com Enrique Encinosa (1995, p. 42), o adjetivo “bandido” não era justo, pois na concepção do autor esse termo definia homens fora da lei, geralmente carentes de motivação política, impulsionados pelo lucro, agrupados em bandas criminosas e carentes de mando militar. Para esse texto, optamos por não utilizar essa designação, pois a consideramos controversa e certamente a mesma fora utilizada com forte conotação política.

recuperar o poder perdido, mas sim significaram o desencadeamento de um enfrentamento exacerbado por uma opção agressiva e hostil contra a Revolução apoiada pelos Estados Unidos. Em contraposição a perspectiva dos autores cubanos, Enrique Encinosa apontou que o surgimento das bandas foi uma reação aos fuzilamentos, a crescente repressão do governo, a destruição sistemática e gradual das instituições estabelecidas e a paralela socialização do país. Além disso, o autor destacou que os alçados representaram uma força de oposição política ao regime, o que vai contra a definição de Vázquez & Ocegüera. Desta forma, Enrique Encinosa ressaltou que a orientação desses grupos alçados se pautava em uma “ideología basada en conceptos martinianos, justicia social, sufragio, y una posición visceralmente anti-comunista.” (ENCINOSA, 1995, p. 42).²

De acordo com o cubano Jesus Arboleya, a base de apoio interno dos alçados era o setor da média burguesia agrária. Na medida em que elementos da própria região em que se desenvolvia a banda se incorporavam a ela, os familiares daqueles também atuavam, contribuindo para a ampliação territorial e em número de membros (ARBOLEYA, 2000, p. 120). Acreditamos também que camponeses mais pobres aderiram a essa forma de luta como uma reação a implantação das *Tiendas del pueblo*,³ as quais provocaram um desencantamento com a lei de Reforma Agrária naqueles que esperavam se tornar proprietários de terras e não associados de cooperativas.

A respeito da questão em pauta e na medida em que as ações dos alçados se desenvolveram com mais veemência, Fidel Castro, por meio de seus discursos públicos, representou esses grupos a partir de uma perspectiva transversal à designação de todas as formas de oposição armada ao regime. Observamos que o líder cubano subordinava essas bandas aos “interesses estrangeiros,” numa clara referência a ligação que existiu entre os grupos e o governo estadunidense com seus órgãos de inteligência e vigilância.

Han estado tratando de promover guerrillas de ex militares o de desertores, o de traidores a la Revolución para crear focos de contrarrevolucionarios que faciliten las actividades de los extranjeros que hoy dirigen todas estas actividades contra nuestro país.⁴

A acusação de Castro de que existia a intenção da Casa Branca em apoiar aquele movimento não é infundada. De fato, o Pentágono dava apoio logístico às bandas por meio do

² Apesar do que Encinosa destacou, não encontramos em nossas pesquisas os citados documentos ou outros autores que escreveram sobre eles.

³ “Tienda del Pueblo” é a designação das grandes propriedades voltadas à pecuária expropriadas pela Reforma Agrária e que foram transformadas em cooperativas.

⁴ Discurso de Fidel Castro em 8 de Setembro de 1960 pronunciado no *Congreso de la Federación Nacional de Obreros del Calzado*, na sede da CTC.

envio de armas e outros suplementos bélicos a partir da violação do espaço aéreo cubano e a tentativa de lançar esses equipamentos desde os aviões em lugares acessíveis aos insurgentes.

Entretanto, não é correto afirmar que isso se aplica a todos os grupos por considerarmos que devido a quantidade e a extensão temporal de atuação dos alçados, seria improvável que os Estados Unidos tivessem dado suporte a todos alçados. Suárez, ao se referir às bandas escreveu,

En esta política, los servicios de subversión y espionaje norte-americanos les dedicaron una atención priorizada a los alzamientos a través de organizaciones contrarrevolucionarias de diversa procedencia, pero siempre vinculadas al alto clero, a la burguesía nacional desplazada del poder y a ex militares y antiguos miembros de partidos políticos que, en la época de la tiranía, representaban a las clases más ricas de la sociedad cubana. (SUAREZ, 2008, p. 199)

Na passagem destacamos a atenção dada aos alçamentos pelas organizações contrarrevolucionárias.⁵ Além do autor, também Enrique Encinosa e Pedro Vázquez & Santiago Ocegüera, comentaram que as unidades comando como o Resgate, o MRP e o MRR deram apoio interno às bandas com ajuda financeira e material.

As ações dos alçados começaram naquele primeiro ano, porém foi em 1960 que os mesmos conseguiram se estruturar com mais precisão logística e técnica. Cada organização se compartimentava provincialmente e era guiada por um líder. Suas atividades consistiam em ataques a pequenos postos das milícias e a milicianos isolados para apropriar-se de armas. Também concentravam seus esforços em sabotagens a alvos econômicos com a efetuação de incêndios a canaviais e pequenos estabelecimentos. Além disso, os “alçados” eram grupos irregulares, muitos deles tinham um caráter nômade e cuja capacidade de mobilidade estava relacionada ao grau de organização, de suporte e da quantidade de equipamentos que possuíam. Enrique Encinosa destacou que a zona mais fértil para a insurreição foi a província de Las Villas, na medida em que a II Frente Nacional de Escambray estava localizada nessa região e ademais, como apontou o autor, a província tinha muitos agricultores que foram prejudicados com a lei da Reforma Agrária e que por isso apoiaram os insurretos na luta contra a Revolução.

⁵ Organizações contrarrevolucionárias ou operações comando se referem a grupos armados localizados fora de Cuba que realizavam ações clandestinas contra a ilha, dentre as quais, a queima de canaviais, o bombardeio de alvos dentro da ilha, a violação do espaço aéreo e marítimo cubano.

II Frente Nacional de Escambray

A II Frente Nacional de Escambray se converteu no principal foco guerrilheiro, apesar de que os movimentos que adotaram essa forma de luta e levaram a insígnia de banda contrarrevolucionária estarem presentes em toda a ilha. A origem da II Frente remonta ao ano de 1957 pela iniciativa de Eloy Gutiérrez Menoyo. Eloy era membro do Diretório Revolucionário, braço armado do movimento de resistência estudantil da Universidade de Havana.⁶ Após o fracasso do assalto ao Palácio Presidencial de 13 de Março de 1957, os líderes estudantis sobreviventes liderados por Faure Chomón⁷ e Rolando Cubela⁸ se dirigiram para as montanhas de Escambray e formaram uma frente de luta aplicando a guerra de guerrilhas. Menoyo se separou dos demais e formou uma segunda frente. Apesar de Eloy não haver participado do assalto ao quartel, optou por se dirigir a Escambray devido ao aumento da repressão e perseguição em Havana. Desde esse momento, já identificamos uma diferença entre os líderes estudantis, pois, enquanto Chomón e Cubela buscaram apoio no movimento aliado – o M-26-7, – Menoyo optou por formar uma nova frente de luta e se desvincular do Diretório. Junto com ele estava o estadunidense William Morgan, que participou da fundação da Frente e esteve ao lado de Eloy quando este rompeu oficialmente com a Revolução.

Assim como os combatentes do M-26-7 que atuavam na *Sierra Maestra*, em Escambray havia um acampamento que servia de suporte ao desenvolvimento da guerra de guerrilhas na região. Após a queda de Batista, a Frente prestou serviços à Revolução na província de Las Villas. É importante destacar que aquele grupo não se colocou em oposição ao governo revolucionário logo após o triunfo de 1959. Inclusive na conjuntura da *Conspiración Trujullista*⁹ de Agosto daquele ano, foi Eloy G. Menoyo quem avisou ao governo da expedição, na medida em que os conspiradores haviam feito contatos prévios com a Frente em busca de apoio interno. (VILABOY & GALLARDO, 2008, p. 53) O rompimento da II

⁶ O Diretório iniciou suas atividades contra a ditadura como um grupo independente. Logo que o Movimento 26 de Julho começou a atuar na guerrilha na Sierra Maestra, os dois movimentos se aproximaram e assinaram acordos de ajuda mútua. José Antonio Echeverría era o principal líder do DR na época. Após sua morte, em 1957, outros líderes estudantis surgiram e mantiveram a aliança com o M-26 continuou existindo após a vitória rebelde.

⁷ Chomón foi dirigente estudantil da FEU e do Diretório Revolucionário. Em Escambray deu apoio às tropas de Che e Camilo quando essas estavam avançando para chegar em Havana no final de 1959. Após o triunfo revolucionário recebeu o grau de comandante das forças armadas.

⁸ Cubela teve uma trajetória muito próxima a de Chomón. Também foi diretor do Diretório Revolucionário na luta contra Batista e estava em Escambray dando apoio ao M-26-7. Em 1959 foi eleito presidente da FEU. Em 1966 foi condenado a 30 anos de prisão acusado de participar de uma tentativa de assassinato contra Fidel Castro. Em 1979 foi posto em liberdade e se exilou na Espanha.

⁹ Tentativa de invasão à ilha que partiu da República Dominicana e foi organizada por aliados de Batista.

Frente com a Revolução aconteceu no final de 1960. Fidel provavelmente se referia a Eloy quando pronunciou o discurso abaixo,

Resultaba que allí había dos ex casquitos y un ex teniente, es decir, un ex teniente rebelde. ¿Cómo era posible que se llevara a un hombre a la confusión semejante de ir a reunirse con dos ex soldados de la tiranía para intentar la cosa más absurda del mundo: la de promover guerrillas contra el Gobierno Revolucionario?¹⁰

Núñez Jiménez comentou que com o rompimento da Frente, o cenário das montanhas se converteu em guarida contrarrevolucionária. (NÚÑEZ JIMÉNEZ , 1998, p. 33). A II Frente serviu como exemplo às demais bandas organizadas no país que passaram a fazer oposição à Revolução. Enrique Encinosa destacou que o motivo pelo qual a Frente e Menoyo tomaram esse posicionamento está ligado à exclusão de seus membros de participação política no novo governo. Carlos Franqui compartilha dessa mesma opinião ao ressaltar que a oposição da Frente à Revolução se deveu à desconsideração, por parte dos revolucionários da *Sierra Maestra*, quanto à importância que teve aquela organização durante o período insurrecional. Assim, de acordo com o autor, no entendimento dos militantes da Frente, os revolucionários do M-26 não consideraram o efetivo papel que aquele grupo teve na derrocada do regime de Batista e por isso não deram a eles espaço na nova configuração política.

As motivações levantadas por esses autores são entendíveis dentro daquele contexto, porém cabe dizer que, para os novos dirigentes, a ampliação do número de pessoas que pudessem concorrer ao poder poderia significar o choque de alguns diferentes interesses, uma situação que deveria ser evitada. Possivelmente, o nome de Menoyo e a II Frente foram considerados como mais uma dessas forças. Também é importante destacar que a Frente não teve contatos próximos com a coalizão encabeçada pelo M-26-7 na época insurrecional, o que aponta para mais uma motivação da “exclusão” desse grupo dentro das fileiras do governo rebelde.

Além disso, a II Frente não admitia comunistas nos seus quadros, e o discurso oficial do governo revolucionário pretendia abarcar todas as tendências e correntes ideológicas, argumentando que a união de toda sociedade era imprescindível para a vitória da Revolução.

¹⁰ Discurso de Fidel Castro em 8 de Setembro de 1960 pronunciado no *Congreso de la Federación Nacional de Obreros del Calzado*, na sede da CTC.

Se considerarmos os rumores iniciais de penetração comunista no governo, e a posterior aproximação de Cuba com a URSS, é entendível a posição tomada pelo grupo de Menoyo.¹¹

Combate aos insurgentes

Como destacamos acima, a principal característica da representação sobre os insurgentes é a relação estabelecida entre sua atividade e a invasão armada que estava sendo preparada pela CIA e pelo Departamento de Estado dos EUA. De acordo com Fidel, os alçados estavam esperando a invasão para que ela servisse como apoio a expansão da guerra de guerrilhas interna. A incidência desse tema dentro do discurso corresponde ao período da *Limpia de Escambray*, no começo de 1961.

Y sobre todos ellos, sobre todos ellos, que esperaban a los invasores extranjeros, caerá una persecución tan tenaz e implacable como nunca se la pudieron imaginar, y sobre ellos caerá el peso de la fuerza de la Revolución, y sobre ellos caerán las unidades de combatientes revolucionarios, a enseñarles una vez más la lección inolvidable que se han llevado y se llevarán los traidores, los esbirros y los verdugos, sin que los puedan salvar los mercenarios que esperaban, sin que los pueda salvar el imperialismo, sin que los puedan salvar sus amos, sin que los pueda salvar absolutamente nada, ¡porque han cometido el crimen que un pueblo indignado sabrá castigar!¹²

A ofensiva conhecida como *Primera limpia* ou *Operación Jaula* foi marcada pela mobilização do governo revolucionário e das milícias a fim de destruírem os focos de resistência na província de *Las Villas*. Considerando a organização dos planos e treinamentos para a invasão estrangeira, a existência de grupos armados no interior da ilha poderia causar ainda mais estragos e dificuldades caso o governo tivesse que coordenar esforços para combater duas frentes de luta ao mesmo tempo.

Desta forma, o governo rebelde iniciou uma ação ofensiva em Janeiro de 1961 com o fechamento das entradas e saídas dos caminhos que levavam até as partes mais montanhosas da região. Além disso, as forças governamentais contavam com superioridade bélica e numérica. A mobilização do efetivo pró-revolução chegou a contar 60.000 cubanos de acordo com dados de Suárez. O resultado da *Limpia* foi o desmantelamento dos grupos localizados em Escambray em Março de 1961. Contudo, essas organizações não demoraram a se reagruparem novamente, e suas ações aumentaram após o fracasso da invasão em *Playa Girón*.

¹¹ Eloy ficou em Cuba até Janeiro de 1962. Após essa data se dirigiu para os Estados Unidos. Em 1965 desembarcou em Baracoa a fim de formar uma nova guerrilha, mas foi capturado pelas tropas rebeldes. Julgado por um tribunal militar, Menoyo cumpriu 22 anos de prisão em Cuba.

¹² Discurso de Fidel Castro em 23 de Janeiro de 1961 pronunciado na graduação dos *Maestros Voluntarios*, efetuado no Teatro da CTC.

Naquela época, Fidel acusou a Washington de ter deixado as bandas sem auxílio no momento em que estavam sendo dizimadas. Os discursos do Castro se converteram em questionamentos e acusações acerca da validade de contar com o Pentágono como uma força capaz de responder efetivamente as necessidades da luta empreendida dentro de Cuba. Essa afirmação pode ser comprovada quando Fidel falou não somente da recusa em ajudar os alçados no momento da *Primera Limpia*, mas também nos erros estratégicos no envio de armas, as quais ficavam muitas vezes em posse do governo revolucionário, e nas dificuldades de criar coesão nas ações entre as organizações armadas e os alçados.¹³

Si el Servicio Central de Inteligencia y los cómplices que han puesto ahí, como supuestos jefes, se equivocaron, y prematuramente lanzaron a la aventura de organizar bandas contrarrevolucionarias a los suyos, estaban en la obligación de apoyarlos y reforzarlos. Es verdaderamente absurdo, y es verdaderamente impúdico y cobarde, que lo que hayan hecho en esas circunstancias es ordenar la formación de nuevas bandas, mientras tienen miles de mercenarios entrenados y armados desde hace meses.

(...) Ahora, lo que cabe es preguntar una cosa: ¿por qué han permitido que exterminemos a sus bandas, sin reforzarlas?; ¿por qué no han venido?; ¿qué hacen con miles de hombres entrenados y armados en las bases extranjeras? Cruzados de brazos, mientras les exterminábamos a su propia gente. ¿Qué es lo que le van a decir ahora a nadie, para conducirlo a la aventura de los alzamientos? Y en fin de cuentas, ¿qué esperan? ¿Por qué no vinieron cuando tenían que venir?¹⁴

Posteriormente, Fidel Castro advertiu que as forças estadunidenses não vieram naquele momento, pois, possivelmente, ainda não estavam preparadas. O interessante é observar que a invasão a qual fora feita referência aconteceu dois meses depois desse discurso, num momento em que as principais bandas estavam desmembradas ou desorganizadas e, devido a isso, não prestaram qualquer ajuda quando aconteceu o desembarque.¹⁵

Vázquez & Ocegüera destacaram que a *Limpia* marcou o início do que chamaram de segunda etapa da insurgência. A primeira foi caracterizada pelo deslocamento dos antigos aliados da ditadura para as zonas rurais com a conseqüente organização de grupos armados. A segunda etapa correspondeu a *I Limpia* e foi marcada pela aproximação de alguns desses grupos com a CIA.¹⁶ O padrão militar adotado pelos alçados era muito próximo ao do

¹³ Enrique Encina destacou em seu texto que os alçados receberam apoio de alguns grupos comando, como o MRR, o Resgate e a FAL.

¹⁴ Discurso de Fidel Castro em 4 de Março de 1961 pronunciado Primeiro Aniversário da Sabotagem ao Vapor “La Coubre”, no *Muelle de la Pan American Docks*.

¹⁵ “A principios de Abril de 1961 las bandas con que contaba la CIA para apoyar la invasión militar en esa región habían sido reducidas a la mínima expresión y los pocos alzados que habían logrado escapar se encontraban dispersos y sin beligerancia.” (Vázquez & Ocegüera, 2008, p. 27).

¹⁶ Os autores dividem a história das bandas em três períodos: o primeiro que transcorreu desde o verão de 1960 até 19 de Abril de 1961, com a derrota da Brigada 2506; o segundo que abarcou a *Operación Mangosta* e foi de

Exército Rebelde nos tempos da *Sierra Maestra*. Esse fator foi essencial no enfrentamento entre eles, na medida em que, taticamente, o governo revolucionário pôde atuar com mais precisão no momento do combate. Na perspectiva de Fidel Castro, o erro das bandas consistia exatamente na tática escolhida para combater a Revolução.

¿En qué error han caído esas bandas, esos instrumentos del imperialismo; en qué ilusión han caído? En creer que se puede aplicar para la contrarrevolución los mismos métodos que empleó la Revolución. Es decir que la Revolución ideó su táctica y, efectivamente, descubrió una gran táctica revolucionaria, táctica revolucionaria que no dudamos que otros pueblos la utilicen también algún día para liberarse del yugo imperialista y de la explotación.¹⁷

Porém, devido ao fato desses grupos estarem dispersos em todo território, a *Lucha contra bandidos*,¹⁸ só acabou no ano 1965, quando o governo conseguiu dismantelar todas as frentes. A eliminação dos alçados coube às Milícias Nacionais Revolucionarias (MNR) campesinas, principalmente, mas também às milícias obreiras.¹⁹

A estrutura das bandas, de modo geral, era bem precária e poucos eram os grupos que contavam com um efetivo militar significativo, sendo que grande parte deles possuía meia dúzia de homens mal armados. Além disso, a comunicação também era deficiente, como destacou Encinosa:

O sistema de comunicação da guerrilha era primitivo. Mensageiros a pé ou a cavalo tinham que levar uma mensagem a uma cidade em Las Villas, a partir de onde a mensagem ia para Havana através de um correio clandestino, de carro ou ônibus. Em Havana, um operador de rádio chamado "Augusto," (a.k.a. Ramon Ruiz Sanchez), transmitia a mensagem a um operador da CIA em Miami. (ENCINOSA, 2004, p. 25)

A perspectiva de Enrique Encinosa merece destaque por ser conflitante com outras obras que versam sobre o assunto. Escreveu o autor que a partir da Assembleia dos Alçados, ocorrida em 15 e 16 de Julho de 1961, os insurgentes optaram pelo rompimento com a CIA e

Novembro de 1961 até Janeiro de 1963; e o terceiro que foi desde 1963 até Julho de 1965, quando os últimos focos de resistência foram finalmente derrotados.

¹⁷Discurso de Fidel Castro em 28 de Janeiro de 1961 pronunciado na cidade escolar "Abel Santamaría," onde antes era o quartel militar "Leoncio Vidal," na Cidade de Santa Clara.

¹⁸"Lucha contra bandidos" é a designação das mobilizações do governo revolucionário para acabar com as bandas. Essa definição foi usada a partir de 1962, mas não apareceu nos discursos de Fidel.

¹⁹Suárez (2008, p. 201) destacou outras forças que auxiliaram no combate as bandas, dentre elas a *Policía Nacional Revolucionaria* (PNR), *Policía Rural Revolucionaria* (PRR) e os *Batallones del Ministerio del Interior* (MININT), sendo este responsável pelos serviços de contra-inteligência. Núñez Jiménez (1998, p. 138) ao comentar sobre a mobilização do Estado no combate às bandas, destacou que o uso do Exército não era propício para aquela situação, na medida em que o emprego dessa força deveria ser feita em situações que realmente justificassem seu uso, como fora o caso da invasão na Baía dos Porcos. Esse é um fato a se pensar na medida em que o governo rebelde não mobilizou o exército para derrotar os alçados, o que pode levar ao questionamento quanto a real força que esses grupos tinham dentro da ilha.

com os outros movimentos clandestinos (ENCINOSA, 1995, p. 104). Apesar de até agora não se ter conseguido obter informações mais profícuas sobre a veracidade desses fatos, parece-nos estranho que os alçados tenham permanecido com um poder combativo por um tempo significativo sem a ajuda das operações comando e dos Estados Unidos.

Em Novembro de 1961 foi sancionada a *Ley 988*, a qual previa a “pena de muerte a quienes realicen actos contrarrevolucionarios en contra de la seguridad de los poderes del Estados.” (BELL; LÓPEZ & CARAM, 2007, p. 64.). Após a promulgação dessa lei, o governo deu inicio a *Segunda Limpia de Escambray*. Essa iniciativa também não foi suficiente para eliminar todos os focos guerrilheiros. Em 3 de julho de 1962, o comandante do exército rebelde Juan Almeida anunciou a criação das unidades especiais de *Lucha contra Bandidos (LCB)*. Daí advém à representação daquelas bandas como “bandidos.” E no final daquele ano os batalhões da LCB começaram a atuar.

O ano de 1963 ficou conhecido como “año del cuero duro” dado os constantes e violentos embates internos travados entre as forças do governo e as bandas. Nessa época, os grupos organizados na província de Havana, de Matanzas e algumas outras, haviam sido finalmente eliminados. O último foco de resistência foi Escambray (ENCINOSA, 1995, p. 163). Entre dezembro de 1962 e princípios de 1963, as bandas prepararam o que chamaram de “La ofensiva,” um incremento de atividades contra alvos civis. Devido a isso, Escalante Font destacou que no primeiro semestre de 1963 se desenvolveram na região de Escambray por volta de 90 combates. E a partir de 1964, o grupo que havia ali já estava muito reduzido (HERNÁNDEZ, 2008, p. 24).

Depois de 1963, internamente, o cenário pode ser descrito por uma relativa tranquilidade (se comparado com os quatro anos anteriores), quando as agressões clandestinas e estrangeiras diminuíram significativamente e as atenções de Washington começavam a se concentrar no conflito do Vietnã. Isso deu à Revolução um espaço para se organizar política e administrativamente, momento semelhante somente ao vivido no começo de 1959. Assim, o governo revolucionário pôde se concentrar na eliminação dos focos de resistência internos, numa ofensiva ainda mais agressiva, porém, só conseguindo extinguir as bandas em 1965.

No mínimo é curiosa a duração desses longos anos para eliminar os alçados que estavam em um número reduzido, supostamente sem ajuda externa e enfrentando uma milícia a qual se estimava contar com mais de 200 mil homens, sendo que um bom número desse efetivo estava nas *Sierras*.

Para o sociólogo cubano Aroldo Dilla Alfonso, o desaparecimento das bandas esteve mais relacionado à perda de sua base social interna do que a falta de apoio dos Estados Unidos ou da campanha militar feita pelo governo revolucionário (ALFONSO, 2003). Com isso, o autor, de forma diferenciada de outros escritores cubanos, localizou o fracasso das bandas a partir do desmantelamento de estruturas sociais internas com a migração da chamada “base social” que mantinha os alçados. Em nossa perspectiva, é inevitável negar, porém, que o governo revolucionário sempre se mobilizou para acabar com os focos guerrilheiros contrarrevolucionários, tanto que para isso criou batalhões especiais para lutar contra eles.

Referencias

ARBOLEYA, Jesus. *La contrarrevolucion cubana*. Editorial de Ciencias Sociales. La Habana, 2000.

BELL, José; LÓPEZ, Delia Luisa & CARAM, Tania. *Documentos de la Revolución Cubana*, 1961. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2007.

CASTRO, Fidel. *Discursos. 1959 – 1962*, Cuba. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/index.html#f281106>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2013.

ENCIONSA, Enrique. *Cuba en guerra: historia de la operación anti-castrista*. The endowment for Cuban American Studies of the Cuban American National Foundation. 1995.

Font, Fabián Escalante. *Operación Exterminio: 50 años de agresiones contra Cuba*. Editorial de Ciencias Sociales. La Habana, 2010.

FRANQUI, Carlos. *Retrato de família com Fidel*. Fidel Castro visto por um ex-íntimo. Rio de Janeiro: Editora Record, 1981.

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova perspectiva*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MEDINA, René Cárdenas. *Religión, producción de sentido y revolución*. Revista Temas: La habana, nº 4, 1995.

NÚÑEZ JIMÉNEZ, Antonio. *En marcha con Fidel*, 1961. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2003.

SUÁREZ, Aníbal Velaz. La lucha contra bandidos. In Ozacki, Enrique Oltuski; Llompart, Héctor Rodríguez; Torres-Cuevas, Eduardo (Organizadores). *Memorias de la Revolución II*. La Habana: Imagem Contemporanea, 2008.

VÁZQUEZ, Pedro Etcheverry; Ocegüera, Santiago Gutiérrez. *Bandidismo: derrota de la CIA en Cuba*. Editorial Capitán San Luis: La Habana, 2008.

VILABOY, Sergio Guerra; Gallardo, Alejo Maldonado. *Breve historia de la Revolución Cubana*. 2008.

Sinais de novos tempos: tradição e modernidade nas Minas Gerais na crise do Antigo Regime

Ana Tereza Landolfi Toledo

Mestre

landolfiat@gmail.com.br

RESUMO: Analisar-se-á o período de crise do Antigo Regime português percebendo este contexto como um período de transição política. Para tal, buscamos perceber como as manobras políticas da época possibilitaram a amálgama de um novo arcabouço político com antigas práticas políticas ligadas ao absolutismo. Assim, nosso intuito aqui é perceber justamente como o “novo” e o “tradicional” se mesclavam. Dada à complexidade do Império Luso-brasileiro, optamos por focar o universo político mineiro por acreditarmos ter sido uma localidade onde tiveram frutíferos debates sobre o rumo que o Brasil deveria tomar frente à crise política e a possibilidade de tornar-se independente.

PALAVRAS-CHAVE: Império Luso-Brasileiro, crise, Antigo Regime, Minas Gerais.

RESUMEN: Analizaremos el período de crisis del Antiguo Régimen portugués como un período de transición política. Así, buscamos percibir como las manobras políticas de la época posibilitaran la mezcla de una nueva manera de pensar la política, es decir, como una política con rasgos tradicionales ligados al Antiguo Régimen. Nuestro objetivo es ver justamente como el “nuevo” y el “tradicional” se relacionan. Debido a la complejidad del Imperio Luso-brasileño, optamos por enfocarnos en el universo político de la Provincia de Minas Gerais, pues creemos que fue una localidad donde existirán fructíferos debates sobre el rumbo que Brasil debería seguir frente a la crisis política e incluso la posibilidad de proclamarse independiente.

PALABRAS-CLAVE: Imperio Luso-Brasileño, crisis, Antiguo Régimen, Minas Gerais.

Os acontecimentos do final do século XVIII assinalavam para transformações que abalariam os sustentáculos da então ordem vigente no mundo ocidental. Atos transgressores eram vivenciados por indivíduos que aspiravam por mudanças, a exemplo da independência das treze colônias seguida da revolução francesa. Através de suas experiências vislumbraram que uma outra forma de organização política, econômica e social era possível.

No caso europeu, o Antigo Regime era posto em xeque e os ideais da revolução ultrapassam as fronteiras de onde foram gestados. O clamor por uma maior liberdade do indivíduo acompanhada pela limitação de poder e uma discussão “racionalizada” de política nos círculos intelectuais – saídos da esfera privada para a esfera pública, davam fôlego as novas aspirações. Nada, nenhum território, estava imune a onda revolucionária que se propagava, tampouco os territórios coloniais ibero-americanos.

As invasões napoleônicas, no início do século XIX, sacudiriam os sustentáculos das monarquias absolutistas, proporcionando um rearranjo ainda não visto; a “vacância de poder” com a abdicação de Fernando VII do trono espanhol e o traslado da família real portuguesa para sua colônia na América. Tal conjuntura, para Portugal e Espanha, possibilitará mudanças em seus respectivos territórios coloniais, como, grosso modo, um redimensionamento político das elites locais que, de modo distinto na colônia espanhola ou portuguesa, contribuiu para o processo de independência.

Contudo, o nosso intuito aqui é perceber este contexto como um período de transição política, especialmente no Império Luso-brasileiro, onde as práticas tidas como liberais se mesclavam no fazer político da época com o tradicional, muito ligado ao Antigo Regime. Sabendo da complexidade contida nos limites do Império Luso-brasileiro, optamos por trabalhar com a província de Minas Gerais por nos parecer um importante núcleo político, onde os acirramentos dos debates da época fora bastante significativos dentro dos projetos para o Brasil que estavam em discussão. Importante pontuar que este estudo está em sua fase inicial e, portanto, apresenta-se como um objeto de estudo em construção.

A chegada da família real portuguesa, em 1808, a assinatura dos tratados com a Inglaterra, no ano de 1810, a elevação à Reino Unido de Portugal- Brasil e Algarves; em 1815, e a aclamação de D. João VI como Rei em solo brasileiro; em 1818, elementos que alçaram o Brasil a posição de maior destaque político entre as possessões portuguesas. Além de redefinirem a governabilidade no Império Luso-Brasileiro, propiciando o desenvolvimento de mudanças no âmbito espacial, demográfico, econômico e político, acompanhados da paulatina mudança das hierarquias locais então estabelecidas.

O entusiasmo vivenciado na América era contrastado pelo dissabor dos que estavam em Portugal, que se sentiam “lesados” com a permanência do Rei no Brasil sem uma justificativa aparente para tal, pois o contexto era distinto do momento da partida da Corte para a América, uma vez que Napoleão já havia caído em 1815 e não representava qualquer ameaça à autonomia do Império e, principalmente, à soberania do Rei.

Insatisfeitos, os portugueses disseminavam pelas ruas de Lisboa que Portugal havia se convertido em “colônia da colônia”, denunciavam uma espécie de inversão de poder após a corte partir para o Brasil, onde Portugal ficava submetido aos mandos vindos de um território colonial. Pelas ruas lisboetas, no ano de 1817, eclodia uma conspiração de cunho liberal, que previa o afastamento da tutela inglesa do território e a “redenção” dos portugueses por meio da instituição de um governo liberal – movimento que foi abafado e controlado.

A partir de então o coro cada vez mais se reforçava clamando pela volta do soberano a Portugal. O retorno do Monarca, para os portugueses, simbolizava a esperança de salvação lusa frente ao contexto difícil de crise enfrentado e a possibilidade da correção das injustiças feitas, segundo estes, contra os súditos da ex-metrópole depois da instalação da corte no Rio de Janeiro.

Não tardou muito em eclodir o que ficou conhecido como a Regeneração Vintista, em 1820, que tinha como objetivo principal a substituição das práticas políticas típicas do Antigo Regime pelas medidas liberais, submetendo o Rei a uma Constituição, convertendo o Império português em uma Monarquia Constitucional. Portanto um movimento constitucionalista. Processo que desencadeou a formação das Juntas governativas com o intuito de conciliar grupos ligados aos setores mais tradicionais com as alas progressistas ligadas ao movimento revolucionário. Propunham também a convocação das Cortes Constitucionais em Lisboa, na qual seus delegados teriam como atribuição redigir uma Constituição, conjuntamente, exigiam a volta imediata de d. João VI e o juramento do Rei as Bases Constitucionais inspiradas no modelo espanhol. Tais movimentos proporcionaram a partida de d. João VI para Lisboa, em abril de 1821, deixando como regente seu filho; o príncipe herdeiro Pedro de Alcântara, que naquele momento passava a representar a autoridade Real no Reino do Brasil.

Fatores que assinalavam a crise do Antigo Regime português e manifestaram, também, a introdução de outras linguagens e atuações políticas.

Como analisam os historiadores Guilherme e Lúcia Neves,

Esse equilíbrio precário rompeu-se na segunda metade de 1820. Em agosto, o movimento liberal do Porto deu início ao processo de substituição de mitos e representações mágicas das monarquias tradicionais por outras linguagens políticas, herdeiras dos princípios de 1789, em que a palavra constituição servia de conceito central (NEVES; NEVES, 2008, p. 43).

A crise política no Império luso-brasileiro e o diálogo travado nas Cortes de Lisboa acabavam por aprofundar o abismo que se criou entre os interesses de brasileiros e portugueses, principalmente com a chegada de um comunicado expedido pelas Cortes, no início de 1822, exigindo o regresso do príncipe regente em sessenta dias, pela desnecessária presença do mesmo no Rio de Janeiro. Para as Cortes, os poderes executivo, legislativo e judiciário deveriam concentrar em Lisboa, justificando a decisão do regresso do príncipe regente. Decisão que, segundo parte da elite política no Brasil; principalmente do Rio de

Janeiro, feria os privilégios alcançados ao longo da permanência de d. João VI no Brasil²⁰.

Chegava de Lisboa em 29 de setembro de 1821 uma ordem expedida pelas Cortes que extinguíam tribunais, desvinculavam os governos das províncias do Rio de Janeiro, determinavam a direção das juntas pelos governos de armas e sua submissão a assembleia, ordenando o regresso do príncipe a Portugal²¹. Por um lado, diante dos comunicados que chegavam desde Lisboa, as elites principalmente do sudeste viam sua autonomia ameaçada pelas Cortes e passavam, segundo Souza, “a discutir intensamente o contrato social a ser instalado no Brasil que o tornasse e erigisse em um corpo político autônomo” (SOUZA, 1998, p.10). Tais atitudes que acabavam por promover um maior alinhamento entre as elites das diferentes partes do território do Brasil, a fim de fazer frente aos “abusivos” discursos dos deputados portugueses.

Diante deste panorama, é notório que as elites políticas locais não ficaram imunes aos debates políticos travados no presente contexto e foram importantes para os debates políticos seja a favor do constitucionalismo das Cortes ou pela permanência do príncipe regente no Brasil. Neste sentido, as Câmaras se tornavam uma arena política, local onde eram discutidas uma gama de novos conceitos políticos e “cimentavam e instrumentalizavam uma interpretação liberal e/ou constitucional do contrato social” (SOUZA, 1998).

Os camarários de Sabará expressavam consternação ao denunciar o tom abusivo das Cortes de Lisboa, por parte dos deputados portugueses, acusando-os de tentarem cercear os privilégios alcançados por um território que não era mais colônia e que não devia ser concebido como tal. Acreditavam que os ideais liberais estavam confiados na figura de d. Pedro e por essa razão demonstravam o apoio ao príncipe regente que, para estes homens bons, sabia reconhecer a importância da terra que o acolhia em detrimento dos “alterados” discursos portugueses referentes aos assuntos do Brasil nas Cortes. Para aqueles homens bons a autonomia do Brasil na figura do príncipe regente e, portanto apoiavam a sua permanência

²⁰ Lembrando que o Brasil na condição de cabeça do Império experimentava um incremento econômico e fortalecimento político local nunca visto, com a concessão de inúmeras honrarias e mercês dadas por d. João VI aos nativos. Estabelecia-se como um novo centro político, administrativo e econômico, provocando, em certa medida, um redimensionamento dentro do Império luso. Instituições semelhantes aos órgãos da ex-Metrópole, como o Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço (órgão ligado aos despachos do Rei) e a Mesa da Consciência e Ordens (relativo aos assuntos religiosos) eram instituídos no Rio de Janeiro. Houve, também, instalações de órgãos relativos ao judiciário, por exemplo, o funcionamento da Casa de Suplicação no Rio de Janeiro, uma espécie de tribunal superior de Justiça que tinha por objetivo deliberar os pleitos em última instância, bem como a Real Junta do Comércio e Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos. Sinais da posição privilegiada adquirida do Brasil dentro do Império Luso.

²¹ Pressão das Cortes possibilitou movimentos a favor da permanência do d. Pedro no Brasil, especialmente em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

no Brasil, indo de encontro à deliberação das Cortes.

Interessante perceber nos discursos nas Câmaras à importância dada ao apoio a figura de d. Pedro frente ao contexto e a necessidade de fazê-lo publicamente, tendo a dimensão do valor que era compor a base de apoio do príncipe regente em um período de transição e intenso debate político, delineado pelo vislumbamento de novos rumos.

A reorganização política vista no Império Luso-brasileiro proporcionada pelas Cortes conferia às Câmaras Municipais papel destaque no processo político, principalmente no que tange as eleições das Juntas de Governo Provisório, que deveriam ficar sob os cuidados dos camarários. Assim sendo, as Câmaras se configuraram como um espaço fulcral na montagem das peças do jogo político que se instaurava; ou seja, na formação das juntas do Governo Provisório, enquanto foro privilegiado de discussão política, uma vez que a composição das juntas passava pelas Câmaras que organizavam as suas eleições.

Entretanto, em Minas Gerais não havia um consenso político e o processo de constituição das Juntas foi marcado por disputas, alianças e negociações políticas. Havia um enfrentamento entre os “autonomistas”, ligados aos liberais constitucionalistas – mais próximos das Cortes, e os apoiadores de d. Pedro²²; o príncipe regente.

A primeira Junta de Governo Provisório, após a sua composição, assumiu uma posição autonomista e equidistante da polaridade entre “Autonomistas *versus* d. Pedro”. Segundo o historiador Walmir Silva, o governo mineiro não se submeteu ao Rio de Janeiro e tampouco as Cortes uma vez que compreendiam que o constitucionalismo não estava na aceitação das normativas vindas de Lisboa. Acreditavam que a Província possuía autonomia e, portanto, não aceitariam qualquer possibilidade de serem humilhados e/ou retornarem ao estado de opressão e despotismo de outrora, vivenciado no período colonial - por essa razão não eram totalmente alinhados as Cortes.

Neste sentido, a Junta assumia a posição de mediação em relação ao constitucionalismo professado pelas Cortes e as ordens do príncipe regente. Qualquer deliberação, vinda desde Lisboa ou do Rio de Janeiro, só seria aceita após a sua aprovação pelos homens bons que a compunha.

Assim, acreditamos que as divergências políticas verificadas em Minas Gerais não

²² As diferenças políticas eram observadas principalmente entre a capital Vila Rica e as vilas localizadas na zona da mata mineira, próximas ao Rio de Janeiro; como São João del Rei e Barbacena. Sendo que as províncias mais próximas do Rio de Janeiro eram adeptas a d. Pedro e Vila Rica e adjacências constitucionalistas.

eram somente um acirramento entre constitucionais ou entre liberais e absolutistas, mas uma disputa pelo poder local com seus projetos políticos postos em discussão ou negociação, no sentido de assegurar o poder impedindo que ele fosse para outros que não fizessem parte da elite e por tal motivo os esses projetos deveriam ser debatidos e negociados²³.

Durante a viagem do príncipe regente rumo a Minas, para firmar alianças e angariar apoio por onde passava por conta da “relativa indiferença do governo de Vila Rica em relação à autoridade do Regente” (NASCIMENTO, 2012, p.8), em discurso, a Câmara de São João del rei, em abril de 1822, colocava-se contrária ao governo provisório e em favor de d. Pedro, pela “demasiada crueldade, e boa fé nas Cortes” (SILVA, 2014), comunicando seu posicionamento político e o pacto feito entre o príncipe e os homens bons daquela região. Este exemplo demonstra a importância papel na adesão das Câmaras na defesa do projeto pedrino.

O êxito do trabalho realizado pelo príncipe regente e seus apoiadores durante o caminho até Vila Rica, junto às Câmaras no esforço de deslegitimar o governo provisório de Minas Gerais, possibilitou a dissolução da junta de governo provisório seguida da convocação dos camarários para procederem sobre as eleições para a formação da 2ª Junta de governo. Claro que isso só foi possível depois de um trabalho de alianças com os poderosos locais das Vilas por onde d. Pedro passou em visita. O triunfo do projeto político do príncipe regente é marcado justamente pela dissolução da primeira Junta provisória de Governo apontando para o redimensionamento político da Província, fator importante para a “estruturação da pactuação política” do período.

Deste modo, d. Pedro e as elites políticas de Minas firmaram uma aliança em que se comungavam as ideias liberais junto a certos atos pertencentes ao repertório típico do Antigo Regime, como a concessão de mercês, privilégios, etc. Tratava-se, então, de um “novo pacto político”, nos dizeres de Silva, em que amalgamava tradições políticas com novas práticas pautadas em uma certa tendência liberal.

Nessa perspectiva, percebe-se a importância do debate político e um novo arcabouço para dar conta das novas demandas, além das Câmaras Municipais se estabelecerem enquanto espaço público de discussão política, que alinhavavam as vozes dos camarários que

²³ É importante pontuar que havia grande receio em vivenciar em Minas, neste contexto de instabilidade política, um possível estado de “anarquia” – segundo o linguajar da época, que se referia a um estado de desordem. De modo a evitar a qualquer custo a participação de pessoas que não eram socialmente integradas no rol dos poderosos locais. Segundo Portugal e Castro, presidente da junta na época e ex-governador das Minas: “[que] tudo se fizesse em sossego, e sem perturbação popular”. Em: “Sobre a Instalação do Governo Provisório”. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 9, 1904, p. 587.

postulavam para além da sua ação local, mas na contribuição nos contornos políticos no período de crise do Antigo Regime português na América para fazerem valer suas aspirações políticas.

Observamos uma alteração no curso do processo experiência política que possibilitou uma reconfiguração nova e decisiva do alargamento de uma sociedade política na América. Processo que culminou na desfragmentação do território colonial sob o domínio das metrópoles ibéricas e o prenúncio de “novos tempos”, bem como o surgimento de práticas e valores.

Deste modo, é importante pontuar que desde o final do século XVIII os colonos acumularam uma importante vivência política, processo potencializado especialmente pela presença da corte portuguesa na América; a partir de 1808. A eclosão de atos transgressores contra a Coroa, como a inconfidência mineira no final do século XVIII acrescidas das ideias ilustradas advindas da Europa, apontaria neste sentido. Neste contexto é quando podemos observar uma certa formação de uma esfera pública tida como “moderna”, círculos em que se discutiam política, onde eram contrapostos as demandas do Estado para com as necessidades da sociedade. O quadro de transformação experimentada, não só no continente europeu, adquiriu peculiaridades no mundo ibero-atlântico, onde a crise do Antigo Regime foi observada por uma forte polarização política. Segundo Slemian, se por um lado devemos nos atentar para a redefinição de um processo de acúmulo de experiência política iniciado no território colonial, em contrapartida há que se pontuar que a instalação da Corte possibilitou, de maneira oposta, condições de reconfiguração considerável que vislumbraram um alargamento de uma sociedade política na antiga colônia (SLEMIAN, 2006, p. 20.).

Neste sentido, a elite mineira não ficou imune a conjuntura política da época, atuando de acordo com as novas práticas políticas. O processo de crise do que conhecemos como Antigo Regime proporcionaram mudanças que puderam ser sentidas em todo o âmbito do Império Luso-Brasileiro, apresentando como algo sintomático aos impasses que se faziam presentes na construção de uma nova ordem mundial. Estes sujeitos que compunham o jogo de poder da época procuravam delimitar os limites entre o “novo” e o “antigo”, inseridos em um contexto marcado pela emergência dos ideais liberais em detrimento aos valores absolutistas. Compreendemos que em certa medida há uma busca destes homens, inseridos em uma esfera pública de discussão, pela modernidade - definida por François-Xavier

Guerra²⁴. Neste sentido, percebia-se, progressivamente, o aparecimento de um arcabouço político que comungava um sistemas de práticas e valores que acompanhavam as novas demandas sociais e políticas, ancorados na necessidade das garantias da manutenção de uma certa elite no poder. Acompanhando essas transformações, verifica-se a ampliação de um vocabulário político como a utilização de tais termos: *nação*, *pátria* e *soberania*, dentre outros vocábulos que não eram utilizadas na linguagem política do Antigo Regime e que ganhavam significados e apropriações que pudessem responder ao contexto da época.

Ao nos referirmos à “modernidade” para analisarmos a emergência dessas novas demandas há que se levar em conta a constituição de universos sociais e políticos ambíguos, permeado pelas permanências de certos aspectos ligados ao “tradicional”. Deste modo, por mais que o clamor por mudanças viessem acompanhadas por novas práticas políticas as mesmas não significariam, neste contexto, uma total ruptura com “velho”, na qual essa dita modernidade não se efetivaria em sua plenitude. De modo geral, percebemos nos discursos dos camarários de Minas Gerais a mescla de práticas do Antigo Regime com apropriações das idéias liberais.

Portanto, observa-se que não havia por parte das elites políticas locais o clamor por profundas mudanças no caminho político que o Brasil deveria seguir, a maior preocupação girava em torno da manutenção dos seus privilégios e a posição ocupada na hierarquia social. Assim, nos dizeres de Slemian, “o difícil não estava apenas na experiência da instabilidade, mas na dramaticidade da composição de alternativas que contemplassem os interesses de cada qual numa outra unidade que não mais a portuguesa. Em nenhuma outra esfera, como na da vida política, esse processo é tão claro” (SLEMIAN, 2008, p.26).

Por esta razão, não é demasiado inferir aqui que houve uma espécie de redimensinamento das elites mineiras nos novos quadros políticos, sem abertura para uma participação popular ou qualquer tipo de ameaça à ordem pública e às hierarquias já estabelecidas.

Referências Bibliográficas

BERBEL, Márcia Regina. A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). *Revista de Índias*, vol. LXVIII, n. 242, p. 225-254, 2008.

²⁴ Para François-Xavier Guerra, desde a segunda metade do século XVIII se observa paulatinamente o advento de novas práticas e valores que estão correlacionadas às sociabilidades políticas expressas em reuniões políticas, hábitos de leitura, a confecção de periódicos, alterando inclusive o vocabulário da época.

ISTVÁN, Jancsó (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo-Ijuí: Hucitec-Fapesp-Unijuí, 2003.

NASCIMENTO, Helvécio Pinto do. Em defesa do "adequado" constitucionalismo: as articulações políticas dos comunistas e padres nas vilas mineiras no contexto separatista (1821-1824). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, programa de pós-graduação em História, Belo Horizonte, 2010, 386 p.

NASCIMENTO, Helvécio Pinto do. O “adequado” constitucionalismo: a atuação dos camaristas mineiros no processo de Independência do Brasil. In: XVIII ENCONTRO REGIONAL (ANPUH-MG), 2012, Mariana. *Anais*. Mariana: ANPUH, 2012. p. 1-8

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. Alegrias e infortúnios dos súditos brasileiros Luso-europeus e Americanos: a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1807. *Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 21, n.1, 29-46, jan/jun. 2008.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Independência: contextos e conceitos. *Revista História Unisinos* v. 14, n.1, p. 5-15, jan/abr. 2010.

PIMENTA, João Paulo G. A política hispano-americana e o império português (1810-1817): vocabulário político e conjuntura. In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003. p. 123-142.

SILVA, Wlamir. Entre un diestro nauta y ciertos espíritus traviosos: la Independencia en la provincia de Minas Gerais (1821-1824). *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, Captado em: <<http://nuevomundo.revues.org>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 20.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. A adesão das Câmaras e a figura do Imperador. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.

As narrativas de Che Guevara: um imaginário sobre a consciência Latino-Americana

Bruno Eduardo Almeida Costa
Graduado em História (UNI-BH)
e-mail: brunoxik@hotmail.com

RESUMO: A proposta do seguinte trabalho é perceber como Guevara foi construindo identidades, se identificando com outras e assim conhecendo o cenário Latino-Americano. O Marxismo, a esquerda, a guerrilha, o discurso de integração foram formas de identificar e combater o inimigo imediato da América Latina. Ao narrar em seus diários, Guevara estava indo muito além da tentativa de descrever suas experiências diárias, ele estava dando um sentido, uma consciência à América Latina.

PALAVRAS CHAVES: Che Guevara; América Latina; Diários.

Abstract: The purpose of the following paper is to see how Guevara was constructing identities, identifying with others and thus knowing the Latin American setting. Marxism, the left, the guerrillas, the integration discourse were ways to identify and address the immediate enemy of Latin America. By narrating in his diaries, Guevara was going far beyond the attempt to describe their daily experiences, he was giving a sense, an awareness to Latin America.

KEYWORDS: Che Guevara; Latin American; Diary

Metodologia autobiográfica

A utilização das biografias, autobiografias, cartas, diários, relatos de viagem, como fonte histórica é bem recente e como tal, também possui uma metodologia histórica específica que cria possibilidades ao historiador de perceber a construção do indivíduo tanto no seu meio social, quanto nas suas representações, na forma de enxergar o mundo.

Os escritos autobiográficos abrangem diversas modalidades, também conhecidas como escritas de si, cuja principal característica é o uso da primeira pessoa, do singular ou plural, no discurso, em que o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta. Diários, biografias, autobiografias, cartas e relatos de histórias de vida alcançaram na contemporaneidade o estatuto de objeto de estudo na Historiografia e constituem meio privilegiado de acesso a atitudes e representações do sujeito, o qual decorre de um movimento de valorização das memórias individuais (MALATIAN, 2008, p. 2).

A análise das “escritas de si” como fonte permitem ao historiador perceber nas entrelinhas “auto-narrativas” muito mais do que um simples relato de vida, mas a construção

do sujeito através das suas relações com o meio vivido e de que forma dentro desse processo ele tece redes que o permitem criar percepções, representações da realidade.

Em outras palavras, a maneira como os homens contam suas vidas não pode ser dissociada da realidade sócio-histórica, na qual sociedades e culturas representam e codificam as relações entre indivíduo e coletividade, público e privado, e do indivíduo em relação a si mesmo. Estas relações elucidam práticas de construção do homem como sujeito que cria para si um passado e um futuro. O peso atribuído a certas interpretações que ressaltam o poder repressor e castrador da sociedade, ou seja, as relações de poder presentes na construção de relatos e, por extensão das práticas de memória, não eliminam, entretanto, o espaço das escolhas individuais (MALATIAN, 2008, p. 2)

Ou seja, os escritos sobre si nos trazem ferramentas para perceber a construção das identidades de Ernesto Guevara em meio a lugares sociais individuais e específicos. Lembrando que, ao falar sobre “identidades” e “lugares sociais”, tomamos dois autores como parâmetro para se pensar esses conceitos. Bawman (1990), trata a identidade como algo imaginado e inconsciente que possui um processo contínuo de formação e reformulação ao longo do tempo e não algo inato como percebido na historiografia sobre Guevara discutida até aqui.

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (BAWMAN, 1990, p. 38).

Em Certeau (1975), percebemos como a construção da realidade dos indivíduos, no caso em questão a de Che, se dá através de um lugar social específico de onde se fala, em meio aos embates políticos e sociais do seu tempo. É dentro desses processos contínuos que ele se forma como sujeito, é dentro desse lugar social que ele está inevitavelmente inserido e de que, segundo Certeau (1975), nenhum indivíduo consegue se dissociar.

Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possa estendê-las, capazes de suprimir a *particularidade* do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação. Esta marca é indelével. No discurso onde enceno as questões globais, ela terá a forma *do, idiotismo*: meu patoá representa minha relação com um lugar (CERTEAU, 1975, p. 55).

Logo, a análise dos textos de Guevara sobre si mesmo traz muito mais do que a compreensão de uma realidade em um tempo específico. Possibilita a construção de Guevara como um indivíduo através de sua realidade social e de que forma essa construção individual

social influenciou diretamente a formação de identidades sociais sejam elas historiográficas ou autobiográficas.

Na narrativa de seus diários, ele atribui identidades a si e constrói projetos de socialismo, projetos de América Latina. Ao descrever o mundo a sua volta, ele delineia uma identidade latino-americana. A análise posterior dos diários envolverá a busca por essas identidades.

Diários de motocicleta

Allí comprendimos que nuestra vocación, nuestra verdadera vocación, era andar eternamente por los caminos y mares del mundo. Siempre curiosos; mirando todo lo que aparece ante nuestra vista. Olfateando todos los rincones, pero siempre tenues, sin clavar nuestras raíces en tierra alguna, ni quedarnos a averiguar el sustratum de algo; la periferia nos basta. (GUEVARA, 1951-1952, 111).

O jovem Guevara tinha sonhos, ele queria viajar. Foi com esse impulso da juventude que ele havia largado a faculdade de medicina, estava apaixonado, queria conhecer o mundo. Talvez ele ainda não soubesse, mas o seu mundo, a sua “comunidade imaginada” era a América Latina. Ao viajar pela América do Sul ele não estava só se aventurando, ele começava a construir uma consciência de América Latina.

El personaje que escribió estas notas murió al pisar de nuevo tierra Argentina, el que las ordena y pule, "yo", no soy yo; por lo menos no soy el mismo yo interior. Ese vagar sin rumbo por nuestra "Mayúscula América" me ha cambiado más de lo que creí (GUEVARA, 1952-1953, p. 54).

Ao comentar os escritos do seu diário, Guevara atribui a si mesmo uma mudança. As coisas que ele viveu, os contatos com outros povos. Aos poucos, ele ia tecendo uma percepção diferenciada sobre a América Latina. O contato, a experiência da viagem trouxeram ao jovem Guevara outro olhar sobre o seu mundo, uma nova visão sobre a América. Uma visão da América do Sul, que já trazia consigo um distanciamento da América do Norte.

Poco importa, en realidad, cuál fuera el origen primitivo de la ciudad o, en todo caso, es bueno dejar su discusión para arqueólogos, lo cierto, lo importante, es que nos encontramos aquí frente a una pura expresión de la civilización indígena más poderosa de América, inmaculada por el contacto de la civilización vencedora y plena de inmensos tesoros de evocación entre sus muros muertos de aburrimiento de no ser, y en el paisaje estupendo que lo circunda y le da el marco necesario para extasiar al soñador que vaga porque sí entre sus ruinas, o al turista norteamericano que, cargado de practicidad, encaja los exponentes de la tribu degenerada que puede ver en el viaje entre los muros otrora vivos y desconoce la distancia moral que las separa, porque son sutilezas que sólo el espíritu semiindígena de americano del sur puede apreciar (GUEVARA, 1952-1953, p. 158-159).

Ao descrever a antiga cidade indígena de Machu Picchu, Guevara constrói uma visão que diferencia, opõe, afasta, separa o norte-americano do sul-americano. É no olhar que ele constrói do norte-americano sobre a cidade, um olhar de demérito, que se percebe claramente a oposição entre as Américas. Ao mesmo tempo, Ernesto, leitor de Bolívar, percebe características, semelhanças, que acabam por aproximar os países da América do Sul.

Quiero recalcar algo más, un poco al margen del tema de este brindis: aunque lo exiguo de nuestras personalidades nos impide ser voceros de su causa, creemos, y después de este viaje más firmemente que antes, que la división de América en nacionalidades inciertas e ilusorias es completamente ficticia. Constituimos una sola raza mestiza que desde México hasta el estrecho de Magallanes presenta notables similitudes etnográficas. Por eso, tratando de quitarme toda carga de provincialismo exiguo, brindo por Perú y por América Unida (GUEVARA, 1951-1952, p. 196).

A narrativa, construída por Guevara sobre as suas viagens de motocicleta pela América Latina, começam a delinear um projeto para América. Uma América que tinha tantas características comuns, tantos sofrimentos, tantas desigualdades. Um esboço de leitura marxista está presente também na narrativa de Ernesto:

Allí, en estos últimos momentos de gente cuyo horizonte más lejano fue siempre el día de mañana, es donde se capta la profunda tragedia que encierra la vida del proletariado de todo el mundo; hay en esos ojos moribundos un sumiso pedido de disculpas y también, muchas veces, un desesperado pedido de consuelo que se pierde en el vacío, como se perderá pronto su cuerpo en la magnitud del misterio que nos rodea. Hasta cuándo seguirá este orden de cosas basado en un absurdo sentido de casta es algo que no está en mí contestar, pero es hora de que los gobernantes dediquen menos tiempo a la propaganda de sus bondades como régimen y más dinero, muchísimo más dinero, a solventar obras de utilidad social. (GUEVARA, 1951-1952, p. 104).

O projeto, que Guevara começa a delinear, propõe uma América Latina unida e afastada dos Estados Unidos, ligada aos projetos bolivariano e martiano. É com essa experiência adquirida que Guevara quatro anos mais tarde, poria os pés em Sierra Maestra.

O diário cubano

Roque (Roberto Roque Núñez era o piloto do iate Granma) cai na água. Desembarcamos em um manguezal, perdemos toda a bagagem pesada. Oito homens encabeçados por Juan Manuel Márquez se extraviaram. Caminhamos um pouco na mata, sem guia (GUEVARA, 1928-1967, p. 21).

É assim que se inicia a narrativa que Guevara descreve em seu *Diário de um Combatente*. Em 2 de dezembro de 1956, chegava Che a sua maior aventura, a aventura revolucionária cubana. É fato que o socialismo na América Latina assumiu várias raízes e foi incorporado, praticado e interpretado de maneiras bastante distintas nos diferentes países. No

caso de Che, o convívio com a realidade camponesa e a experiência guerrilheira fizeram dele, mais um intérprete do marxismo, na adaptação do socialismo às realidades da América Latina.

Che Guevara rompeu com a “via pacífica” e colocou a revolução socialista na ordem do dia, como necessidade imediata. Esse rompimento apareceu claramente em sua segunda tese, acerca das guerrilhas na América Latina. Em primeiro lugar, porque segundo Che não se tratava de esperar as condições objetivas para iniciar a luta pelo socialismo, não se tratava de esperar que as forças produtivas se desenvolvessem. A guerra de guerrilha aparece como uma crítica à imobilidade dos partidos comunistas e, ao contrário deles Guevara deixou claro que as condições para o desenvolvimento de um processo revolucionário deveriam ser forjadas pela própria luta. Em segundo lugar, Che Guevara salientou que não se tratava de uma revolução burguesa, presa aos limites da ordem capitalista, mas sim de uma revolução socialista. Guevara rompe com as posições da revolução em duas etapas e coloca o socialismo como possibilidade imediata. (PRADO, 2006, p. 5-6).

De maneira geral o que se percebe é que a narrativa de Che, em seu diário, construiu o imaginário de um socialismo “real”, um socialismo aprendido na prática, vivido e não apenas teorizado. O socialismo pela luta armada, contrapondo-se à ideia de um socialismo pelas vias democráticas pregado por Stálin. O modo de vida guerrilheiro se embrenhando na mata, lutando contra o exército cubano, comendo e dormindo quando fosse possível, enfrentando doenças e, o mais importante, em contato frequente com a realidade camponesa.

...Como havíamos mandado na frente a vanguarda, acreditamos que íamos encontrar boa comida, entretanto o camponês achou ser menos perigoso cozinhar de noite e não havia nada preparado. Enquanto cozinham, dei várias consultas às crianças da casa e a uma senhora com malária, a quem receitei camoquim. A comida foi servida por volta da 1h da madrugada e às 5h nos levantamos. Segundo o camponês, havia tido movimento de tropas na região, e passaram vários guardas disfarçados de revolucionários, prendendo os camponeses que os ajudaram. (GUEVARA, 1956-1958, p. 96).

Esse cenário de inspiração e representação socialista que se percebe na narrativa do diário, construiu um imaginário ao redor do socialismo na América Latina que acaba por opor ainda mais as duas Américas. Segundo Lislle Bethel (2009): o humanismo e o idealismo latinos eram exaltados em detrimento do utilitarismo e do materialismo anglo-saxão.

Ao narrar em seu diário cubano, Guevara expressava suas angústias, seus temores, suas dificuldades, seus pensamentos e suas dúvidas em meio ao cenário guerrilheiro de Serra Maestra. Acima de tudo, ele tecia/imaginava uma identidade para a América Latina pautada em um socialismo guerrilheiro que ele pretendia que se espalhasse pelo mundo e, principalmente, que se opusesse ao imperialismo norte-americano. Para Che ser latino-americano era preservar a tradição de uma identidade camponesa em meio às pressões da

modernidade imperialista. Leitor de Baudelaire percebia claramente a oposição entre tradição e modernidade a que estava submetida a América Latina.

Havia a padronização de um “estilo de vida” característico dos guerrilheiros que projetou e personificou a imagem do “ser socialista” na América Latina. A imposição desses hábitos em meio a floresta, às necessidades físicas, fisiológicas e psicológicas, contrasta também fortemente com o conceito de civilização pregado pelo ocidente. Dessa forma, nas entrelinhas do discurso de Norbert Elias (1939), percebemos alguns fatores importantes. A visão que os Estados Unidos tinham da América Latina era a visão do atraso, do primitivo. E a vida guerrilheira divergia do modelo de civilização pregado pelo ocidente. Esses fatores intensificam a discussão sobre os embates presentes na relação entre América Latina e Estados Unidos.

Mas se examinamos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais (ELIAS, 1939, p.21).

Dentro desses embates o governo cubano de Batista tentou construir uma imagem de Guevara que o desprestigiasse frente à América Latina.

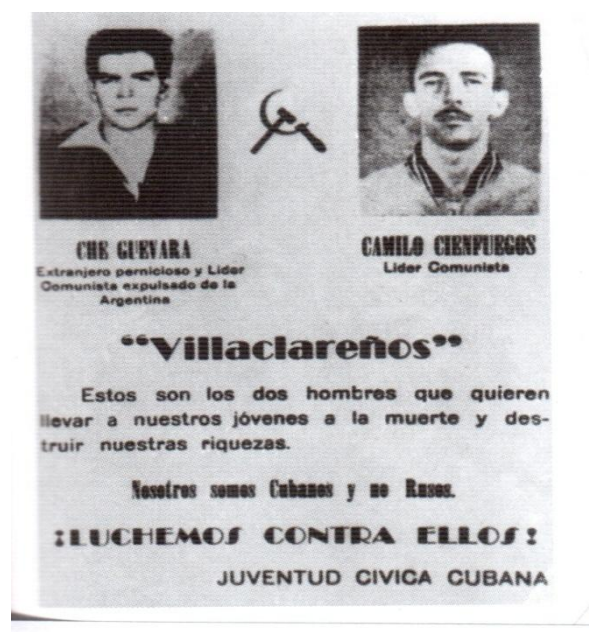


Figura 1 – Fonte: Arquivo pessoal de Ernesto Guevara, livro Diário de um Combatente

O termo comunista que foi atribuído a Guevara na imagem, esconde por detrás de si o discurso norte-americano em pleno cenário de guerra fria. Ser comunista era tomar as propriedades dos cidadãos de bem, comer criancinhas... . “A América para os americanos”, soava como um aviso ao comunismo soviético que a América Latina não podia ser invadida pelos soviéticos, pois já pertencia aos Estados Unidos. A vinculação de Che ao comunismo soviético tentou construir uma imagem dele como o inimigo comunista a ser combatido.

No primeiro Congresso Latino Americano da Juventude, percebemos como Guevara se percebeu como cubano. Ao discursar sobre a revolução cubana ele não se diferencia em relação ao povo cubano:

Nós nem sequer pedimos represálias para o assassino dos nossos militantes, mas no nosso país as teríamos exercido... O que queremos simplesmente é que, já que não se pode ser solidário na América, não se seja, pelo menos, traidor da América; que não mais se torne a dizer na América que nós devemos fazer uma aliança continental com o nosso grande escravizador, porque essa é a mentira mais covarde e mais denegridora que pode proferir um governante na América. Nós, os membros da revolução cubana, que somos o povo inteiro de Cuba, chamamos amigos aos nossos amigos e inimigos aos nossos inimigos... (GUEVARA, 1960, p. 15).

De fato Che parece ter se sentido confortável, mas não acomodado como um cubano revolucionário. A sua postura pós-revolução cubana de tentar levar a guerrilha socialista a outros países mostra que ele buscava a ampliação desse conceito. As primeiras palavras escritas em seu diário boliviano, em 7 de novembro de 1966, confirmam essa busca. “Começa hoje uma nova etapa” (Guevara, 1966).

O diário boliviano

O meu cabelo está crescendo, embora muito ralo, e as cãs ficam louras e começam a desaparecer; nasce-me a barba. Dentro de um par de meses voltarei a ser eu.

O que significava para Che agora ser um revolucionário cubano? A idéia do cabelo grande, da barba avantajada, construiu uma identidade ligada à experiência cubana. Guevara já não era mais o jovem Ernesto cheio de sonhos e utopias, ele agora se transformara em um experiente guerrilheiro e, de fato, foi essa a imagem do Che revolucionário, barbudo e de cabelos grandes que, em certa medida que ficou marcada como um emblema de tudo que significasse injustiça ao redor do mundo. Che se identifica com esse posicionamento, a imagem que ele construiu de si, se liga às narrativas biográficas sobre ele.

Não cabe aqui discutirmos sobre os triunfos e fracassos da experiência boliviana, dos erros e acertos de Guevara, ou de uma análise de trajetória com início, meio e fim. A narrativa do diário boliviano traz identidades à tona, elas emergem a partir dos discursos narrados. No

jogo dessas identidades, na trama, nas raízes produzidas por elas e no embate, algumas vezes conflituoso entre essas identidades é que a genealogia discursiva aparece.

Che não concebia a luta na Bolívia como um fato isolado, mas como parte de um movimento revolucionário de libertação que não tardaria estender-se a outros países da América do sul. Era seu propósito organizar um movimento sem espírito sectário, para que a ele se incorporasse todos os que quisessem lutar pela libertação da Bolívia e demais povos subjugados pelo imperialismo na América Latina. (CASTRO, 2009, p. 15).

A experiência cubana serviu para Guevara como um modelo de libertação da América Latina contra o imperialismo. O ensaio de *Guerra das Guerrilhas*, aliado à teoria do foco guerrilheiro em Debray (1975), foi uma forma de teorizar a vivência revolucionária em Cuba. Com a experiência adquirida naquele país, ele pensava em fazer na Bolívia uma verdadeira escola guerrilheira com combatentes de diferentes países latino-americanos.

Che pensava também que do destacamento guerrilheiro deveriam participar combatentes de diferentes países latino-americanos e que a guerrilha na Bolívia devia ser uma escola de revolucionários que fariam seu aprendizado nos combates. (CASTRO, 2009, p. 16).

Che havia lutado na revolução cubana, como um cubano e morreria se assim fosse preciso como cubano. Já na Bolívia, ele havia chegado com um pensamento de expansão da experiência cubana, que segundo ele garantiria a liberdade, em relação à opressão imperialista sofrida pela América Latina.

A vitória armada do povo cubano sobre a ditadura de Batista, além de representar o triunfo épico noticiado pela imprensa mundial, modificou os velhos dogmas a respeito do comportamento das massas populares da América Latina e demonstrou claramente a capacidade do povo para derrubar um governo opressor por meio da luta guerrilheira. Consideramos que a revolução cubana ensinou três lições fundamentais para os movimentos revolucionários da América: 1-As forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército. 2- Nem sempre devemos esperar que todas as condições para a revolução estejam dadas: o foco insurrecional pode criá-las. 3- Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve situar-se fundamentalmente no campo. (GUEVARA, 1960, p. 81)

Em Cuba, Guevara havia sido um cubano, que havia partido para a Bolívia pensando em expandir essa experiência revolucionária cubana. Todo um modelo de adaptação e improvisado característico da luta guerrilheira, parece ter se perdido, a experiência cubana era agora um manual prático de libertação da América Latina. Na Bolívia ele não foi um guerrilheiro boliviano, a integração que ele havia imaginado para a América Latina estava inteiramente ligada ao projeto vitorioso de Revolução Cubana. O contato constante com Fidel, na narrativa boliviana, reafirma a ligação de Che com Cuba: Escrevo a Fidel um documento o

Nº 3, para explicar a situação e experimentar o contato pelo correio. (GUEVARA, 1966, p. 45)

Foi com a imagem de um latino-americano que Guevara chegou à Bolívia. Essa imagem impediu que o povo boliviano visse nele um líder para a Revolução no país. Um aspecto parece ter sido central em relação à não adesão total do comunismo boliviano, ao projeto revolucionário de Guevara. Em primeiro lugar, Mario Monje, o dirigente do partido comunista boliviano, pensava abandonar a liderança do partido e assumir a liderança da revolução. Em seu encontro com Che, Monje fez algumas propostas:

1 Ele renunciaria à direção do partido, mas conseguiria dele pelo menos a neutralidade e que se pudesse tirar quadros para a luta. 2 Enquanto a revolução tivesse um âmbito boliviano, caberia a ele a direção político militar da luta. 3 Ele se responsabilizaria pelas relações com outros partidos sul-americanos, tentando leva-los à posição de apoio aos movimentos de libertação. (GUEVARA, 1966, p.134).

As disputas entre a liderança da revolução na Bolívia foi outro fator que fez com que o povo boliviano não aderisse a esse projeto de revolução. Isso significava uma preocupação constante para Che, pois o sucesso na Bolívia dependia da incorporação de novos combatentes o que não vinha acontecendo com frequência. É o que se percebe nos dizeres de Guevara (1966): dentro das provisões, o que andou mais devagar foi à incorporação de combatentes bolivianos (p. 135).

A imagem do cubano, a que Che estava ainda tão intimamente ligado, aliada ao projeto revolucionário cubano que Che buscou incorporar à Bolívia perderia assim, a adaptação e o imprevisto tão característicos da experiência cubana. Fatores que, aliados aos conflitos pela liderança da revolução boliviana, criaram uma resistência a adesão completa do povo boliviano ao projeto de revolução proposto por Guevara.

O projeto cubano criou o cenário de uma comunidade imaginada que se restringia a Cuba. A Bolívia necessitava de um projeto mais específico que pensasse o foco guerrilheiro dentro das especificidades do povo daquele país.

[...] proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. (ANDERSON, 1991, p. 32)

O projeto da Revolução Cubana imaginou uma identidade para o povo cubano, uma identidade para a nação cubana que, em certa medida, significou o triunfo de Che Guevara. A

expressão máxima das idéias de Guevara foi, sem dúvida, a experiência em Cuba, experiência que deu a ele uma identidade da qual ele não conseguiu mais se desvincular. Se não houve uma incorporação da identidade boliviana por parte de Che, também não houve adesão suficiente ao projeto de uma comunidade boliviana ligada a Cuba.

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Schwarcz, 2008.
- BAWMAN, Zygmunt. *Identidade – Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- GUEVARA, Ernesto. *Che Guevara – Diário*. São Paulo: Global, 2009.
- GUEVARA, Ernesto. *Diário de um Combatente*. São Paulo: Planeta, 2012
- _____ Figura 1 – Folheto com a imagem de Che Guevara e Camilo Sinfuegos. Arquivo pessoal de Ernesto Guevara. (p.62.)
- GUEVARA, Ernesto. *De moto pela América do Sul – Ernesto Che Guevara – Diário de Viagem*. -2ª ed. – São Paulo: Sá, 2003.
- GUEVARA, Ernesto. *Diários de Motocicleta*. - 3ª ed. - Buenos Aires : Planeta, 2005.
- GUEVARA, Ernesto. *Textos Políticos*. – 4ª ed. – São Paulo: Global, 2009.
- MALATIAN, Tereza. *A Biografia e a História*. Cadernos Cedem. São Paulo: UNESP, 2013.
- PRADO, Carlos Batista. *A guerra de guerrilhas de Che Guevara: entre rupturas e continuidades com o stalinismo*. 3º Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina: UEL/Paraná, 2011.

Domingo Faustino Sarmiento e os dilemas da construção da Nação Argentina²⁵

Cristiane Maria Marcelo

Doutoranda – UERJ

cris.maria.marcelo@gmail.com

Bolsista FAPERJ

RESUMO: Objetivamos com esta comunicação analisar as contribuições do pensamento de Domingo Faustino Sarmiento no processo de construção da nação e do Estado argentino. Tomaremos como base a principal obra deste autor: *Facundo: Civilização e Barbárie*, publicado por em 1845, enquanto esteve exilado no Chile. Dada a grandiosidade da obra, optamos por discutir a relação que os autor constrói entre as noções conceituais de Civilização e Barbárie para compreender o processo histórico argentino. Assim, num primeiro momento, debateremos qual era, na opinião de Sarmiento origem e os motivos que justificavam o predomínio da “barbárie”, em suas mais diversas acepções, no território argentino do início do processo revolucionário até a queda de Juan Manuel de Rosas. Em seguida, trataremos de discutir as propostas do autor para remediar essa situação e construir uma sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Século XIX; Argentina; Domingo Faustino Sarmiento.

Objetivos

Objetivamos com este trabalho analisar as contribuições do pensamento de Domingo Faustino Sarmiento no processo de construção da nação e do Estado argentino. Tomaremos como base a principal obra deste autor: *Facundo: Civilização e Barbárie*, publicado por em 1845, enquanto esteve exilado no Chile.

Dada a grandiosidade da obra, optamos por discutir a relação que o autor constrói entre as noções conceituais de Civilização e Barbárie para compreender o processo histórico argentino. Assim, num primeiro momento, debateremos qual era, na opinião de Sarmiento, a origem e os motivos que justificavam o predomínio da “barbárie”, em suas mais diversas acepções, no território argentino do início do processo revolucionário até a queda de Juan Manuel de Rosas. Em seguida, trataremos de discutir as propostas do autor para remediar essa situação e construir uma sociedade “civilizada”. Para tanto, usaremos confrontá-lo com o pensamento de Juan Bautista Alberdi, outro importante intelectual desta época, que, em 1852, publicou as suas *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, principal fonte de inspiração para a elaboração da Constituição de 1853. Também

²⁵ A comunicação é uma versão resumida do trabalho final apresentado à disciplina “Independências e Formação dos Estados Nacionais nas Américas” ministrada pelo Prof.º Dr.º Vitor Izechksohn (UFRJ), no 2º semestre de 2013.

faremos algumas incursões pelo documento *Comentários de la Constitución de la Confederación Argentina* escrito por Sarmiento após a aprovação da Carta Magna supracitada.

Contexto

Domingo Faustino Sarmiento fez parte de uma geração que, animada por projetos de mudanças, buscou repensar a organização política, econômica, social e cultural da Argentina a fim de dar-lhe uma roupagem mais civilizada, moderna e liberal à maneira do que já vinha sendo praticado na Europa, nos Estados Unidos e em alguns países ao sul do continente americano, como o Brasil. Seus escritos são tributários de um contexto de efervescência política do pós-Independência marcado pela emergência de dois projetos políticos ideologicamente conflitantes que disputavam a soberania do território. Refletir sobre estas questões obrigou um mergulho profundo na história e na geografia da região bem como no que de mais novo vinha sendo produzido sobre o direito de soberania e organização dos povos.

Até, pelo menos, a década de 1860 a cena política da futura “Argentina” foi marcada pela disputa entre dois projetos políticos irreconciliáveis: de um lado os “Unitários” reunidos em torno de Buenos Aires defensores de um Estado centralizador assentado em instituições liberais, do qual Sarmiento faria parte; de outro os “federalistas”, adeptos de um governo conservador e descentralizado e defensores da autonomia provincial. Como aponta Chiaramonte, “la tensión entre soberanías provinciales y soberanía nacional estuvo presente em todos los debates” (CHIARAMONTE & SOUTO, 2010, p. 47). Isso explicaria o grande interregno entre o início do processo revolucionário, em 1810, e a definitiva organização da nação²⁶.

A heterogeneidade de interesses econômicos regionais foi também um outro fator que dificultou a formação de alianças políticas estáveis na futura Argentina. De um lado estava Buenos Aires, defensora dos interesses do setor mercantil-portuário e dos proprietários de terra dedicados à exportação de bens advindos da pecuária que viam com bons olhos a abertura ao comércio internacional. No meio estavam as outras províncias do litoral, Corrientes, Santa Fe e Entrerrios, que se viram relegadas a segundo plano quando Buenos Aires tomou para si o controle dos rendimentos do porto e da navegação dos rios interiores,

²⁶ Nação aqui deve ser entendida dentro de sua acepção política que pressupõe uma associação contratual e voluntária de um grupo de indivíduos que deseja partilhar as mesmas leis e instituições de um determinado território.

além de terem impedido aquelas províncias de estabelecerem um contato direto com o mercado internacional. Por fim, havia as províncias do interior (La Rioja, Córdoba, Tucumán) que abarcavam diferentes atividades econômicas (agricultura, mineração e pequenas indústrias) com variados graus de desenvolvimento e não viam com bons olhos o domínio de Buenos Aires sobre a alfândega e nem sobre as atividades de exportação que, necessariamente, deviam passar pelo seu porto (OSZLAK, 1997, p.49-53). Esta clivagem de interesses resultou numa maior dificuldade de construir um projeto de integração nacional.

A vitória inicial do projeto “federalista” provocou a emergência de lideranças políticas locais representadas na figura dos *caudilhos* que governavam as províncias sob forte poder personalista. Embora seja difícil conceituar o termo, os *caudilhos* tradicionalmente são associados à imagem do “líder” ou “capitão” oriundo das velhas cidades coloniais do interior, que desenvolveram uma administração baseada na força, no temor e no uso de instrumentos informais de repressão (como a degola, o assassinato político, a coação física) deixando de lado os princípios e as instituições da República entendidas como modernas e civilizadas pelos líderes da revolução.

Juan Manuel de Rosas foi o principal representante caudilho desta época e a província de Buenos Aires acabou sucumbindo ao seu poder entre 1829-1832 e depois entre 1835-1852, quando retornou com força total. Ideologicamente o governador dizia-se Federalista e era contrário à constituição de uma união nacional visto que as províncias, como um todo, jaziam em conflitos internos e a relação com as outras regiões era recheada de desconfianças e discórdias. Só depois de superado estes imbróglis é que será possível a constituição de um governo federal.

Na prática, no entanto, o *caudilho* tratou de eliminar os seus adversários políticos através da diplomacia e, principalmente, da força e do temor a ponto de ter criado uma força parapolicial especializada, *la mazorca*, para intimidar, perseguir e matar seus opositores. Ao mesmo tempo, no entanto, o governador buscou estabelecer alianças e promover sua personalidade através da imprensa; dos debates e discursos parlamentares; dos pactos bilaterais de não-agressão e defesa com algumas províncias (a exemplo do que fizera com Estanislao López, caudilho de Santa Fe, e Facundo Quiroga, caudilho de La Rioja); das práticas clientelares; e, também, dos rituais cívicos religiosos (MYERS, 2005, p. 83-100). Desse modo, foi por meio da repressão, da coerção e das estratégias legítimas de poder que Rosas conquistou o apoio passivo de algumas regiões conseguindo subjugar-las e, assim, restabelecer a disciplina e a ordem social (GELMAN, 2009, 19-45).

Foi, portanto, neste contexto de perseguição e ações arbitrárias que Sarmiento, intelectual opositor do governo, teve que fugir e se exilar em países como Chile e Uruguai de onde continuou com suas pesadas críticas contra o regime de terror instaurado. A ele se juntaram Juan Bautista Alberdi, Estebán Echeverría, Juan María Gutiérrez, Vicente Fidel López, dentre outros, que ficaram conhecidos na história Argentina como os homens da *Geração de 37*²⁷.

Formados, em sua maioria, pela *Universidad de Buenos Aires*, estes letrados se reuniam em torno do *Salão Literário* – que funcionou na cidade portenha durante alguns meses de 1837 – onde buscavam discutir obras europeias que pudessem servir de auxílio para idealizarem novos projetos de organização política e social para a Argentina a fim de promoverem o domínio das instituições modernas sobre os costumes e valores tradicionais.

Embora reconhecessem a capacidade de Rosas em mobilizar o apoio de grupos diversos em nome de uma determinada ordem e disciplina, o governador o fazia utilizando-se de uma estrutura administrativa repressiva e truculenta que não correspondia ao comportamento esperado de um governo que se desejava moderno.

Assim, era importante pensar estratégias que promovessem a maior integração do território e superassem a realidade de opressão vivida até aquele momento. Tais estratégias, no entanto, deviam estar assentadas em bases legais que pudessem garantir a paz geral, a segurança, a conservação dos direitos, o cumprimento dos deveres, a aplicação plena da justiça conforme orientava os princípios presentes em Tocqueville.

O triunfo da barbárie e dos governos autocráticos

Na busca de fatores estruturais que explicassem os motivos que ofuscaram o desenvolvimento de uma ordem democrática e vigorosa no território argentino logo após a Independência, o sanjuanino Domingo Faustino Sarmiento fez um mergulho de longa duração na história da região. Assim, o livro *Facundo*, publicado em 1845 enquanto esteve exilado no Chile, é dividido em três momentos: o primeiro foca o território com seus tipos populares, sua cultura e história; o segundo se debruça sobre a trajetória do caudilho “bárbaro” Facundo Quiroga, provindo da província de la Rioja, que podia se confundir com a trajetória de qualquer outra liderança local que dominava a cena política naquele momento; e o terceiro faz

²⁷ Sarmiento não chegou a frequentar as reuniões do grupo só os conhecendo no exílio, mas abraçava muitos de seus ideais.

uma análise crítica do governo “despótico” de Rosas e propõe um projeto político moderno e liberal para superar a realidade anteriormente apresentada.

De maneira geral o que podemos inferir é que para Sarmiento havia um determinismo geográfico muito evidente na formação moral do sujeito argentino desde a época colonial. Para ele, era a natureza que condicionava a personalidade, os valores, os ideais e posicionamentos políticos de um indivíduo. Neste sentido, o homem do campo (o rastreador, o baqueano, o gaúcho mau e o cantor), filho da natureza selvagem, formado essencialmente por indígenas e mestiços pobres, era o protótipo da barbárie que vivia em terras escassamente povoadas e teve que desenvolver formas primitivas de exercício do poder (como a força bruta, a lei natural do mais forte e a autoridade sem limites) que foram se enraizando nos comportamentos sociais da população. Foi neste ambiente, segundo o autor, que se formou a imagem clássica do caudilho representado nas figuras de Facundo Quiroga, o *gaúcho mau*, e Juan Manuel de Rosas, seu herdeiro (SARMIENTO, 1999, p. 70-71). Para o autor, o homem comum era o principal configurador do comportamento político de uma nação.

Segundo Sarmiento, no campo não havia espaço para a polícia exercer a justiça civil. Pelo contrário, ela era administrada por um gaúcho que se deixava levar pelas paixões e emoções e se impunha por sua terrível reputação, por sua autoridade sem juízo e pelos castigos cruéis criados por ele mesmo (SARMIENTO, 1999, p. 54-61). Seus habitantes amam a ociosidade e são dotados de uma incapacidade industrial. Aniquilam e perseguem tudo o que lembra a civilização como as escolas, bibliotecas, médicos, advogados e juizes. A educação é voltada a ensinar métodos de sobrevivência como caçar e matar animais, superar os obstáculos dos rios e adestrar cavalos.

Realidade muito diferente era aquela vivida pelas cidades habitadas por homens ilustrados sob inspiração europeia, onde estavam “as oficinas de arte, as casas de comércio, as escolas, os juizados, enfim, tudo o que caracteriza os povos cultos” (SARMIENTO, 1999, p. 29-30). Na cidade predominava a lei positiva da justiça, do bem comum, dos bons costumes e, conseqüentemente, da ordem constitucional. As ruas estavam cortadas em ângulos retos e a população era igualmente distribuída pela superfície.

Apesar da “natureza selvagem” dos campos e da ação dos caudilhos que cada vez mais as reduziam a uns “estritos oásis de civilização”, era ali que se localizava a elegância dos modos, os hábitos requintados, o conforto, o luxo, as ideias de progresso e alguma forma de organização municipal regular. Saindo dali tudo mudava, parece que entrávamos no mundo do obscurantismo (SARMIENTO, 1999, p. 30-32).

Até o processo revolucionário de 1810, segundo o autor, estes dois modelos de sociedade rivais e incompatíveis não estreitaram relações. No entanto, a necessidade de expulsar um inimigo comum obrigou o contato entre estas duas concepções diferentes de exercício do poder. Para Sarmiento, o erro dos líderes do movimento na cidade foi querer aplicar na Argentina as ideias ilustradas da maneira como foram recebidas da Europa, acreditando que eram valores de conhecimento universal, sem considerar as realidades intrínsecas, os princípios e tradições do campo que eles desconheciam e por isso não tiveram força suficiente para conter o avanço e a vitória do campo sobre a cidade, isso explicaria o domínio da barbárie sobre a civilização até aquele momento da administração de Rosas (SARMIENTO, 1999, p. 62-74).

Para além disso, o autor destaca que esta derrota se deveu ainda ao fato de a cidade ter se inserido num duplo campo de batalha. De um lado, estava a luta contra os espanhóis e de outro a guerra contra os caudilhos que desejavam “livrar-se de toda sujeição civil e desenvolver seu caráter e seu ódio contra a civilização”. O resultado foi que as cidades triunfaram sobre os espanhóis e o campo venceu a cidade (SARMIENTO, 1999, p. 65-66).

Neste sentido, para Sarmiento a disputa política e ideológica que vinha se arrastando entre a proposta centralista de Buenos Aires e federalista das províncias do interior era a representação do embate entre os dois modelos de sociedade supracitados. O caudilhismo, neste sentido, representava o caminho negativo da Independência, pois ao invés de desembocar num governo democrático acabou levando ao despotismo.

No entanto, como explicar o amplo poder conquistado por Rosas na província mais civilizada da confederação? Segundo o autor, a administração rosista representava o choque dialético entre o caudilhismo puro do deserto e a civilização da cidade mais culta da América meridional, pois para adentrar e se manter na cidade ele teve que civilizar o seu barbarismo. Diferentemente de Quiroga, Rosas não se deixava levar pelas emoções, agia de forma mais requintada. Suas ações de crueldade eram planejadas meticulosamente, agia com falsidade e não perdoava seus próprios aliados. Além disso, o governador mantinha um sistema de eleições fraudulentas e promovia-se por meio de instrumentos ilustrados como os jornais, os debates públicos embora, pessoalmente, dominasse todos eles (SARMIENTO, 1999, p. 200-201).

Como dotar a Argentina de civilização?

A derrota de Rosas na Batalha de Monte Caseros, em 3 fevereiro 1852, foi a oportunidade encontrada por estes intelectuais para voltarem à Confederação Argentina e colocarem em prática um projeto político inovador que superasse o obscurantismo do período anterior e legitimasse um Estado Nacional em bases constitucionais²⁸.

No artigo 7º do Acordo de São Nicolás, assinado em maio daquele ano, estava claro o esforço de constituição de uma nação entre as províncias da confederação. No artigo lia-se:

É necessário que os deputados estejam penetrados de sentimentos puramente nacionais para que as preocupações de localidade não embarquem a grande obra que se empreende: que estejam persuadidos de que o bem dos povos não se há de conseguir por exigências encontradas e parciais, mas pela consolidação de um regime nacional, regular e justo: que estimem a qualidade de cidadãos argentinos antes que a de provincianos (Citado por CHIARAMONTE, 2004, p.64).

Tal era preocupação com a consolidação de um regime nacional argentino que em 1º de maio de 1853, menos de um ano depois da assinatura do Acordo de São Nicolás, vinha a público a nova Constituição. A nova Carta Magna foi quase toda inspirada no livro de Juan Bautista Alberdi *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, publicado em agosto de 1852, e sofreu severas críticas de Sarmiento.

Em seus *Comentários de la Constitución de la Confederación Argentina* publicado logo depois da aprovação da Constituição em 1853, o intelectual sanjuanino entrou numa verdadeira polêmica com o projeto de civilização pensado por Alberdi.

Em seu projeto político, Alberdi via na aliança tradição/modernidade a chave para o progresso da Argentina. Assim, naquele primeiro momento era importante entregar o exercício do poder a uma minoria capacitada e ampliar as regras que levassem à centralização política já que a qualidade dos eleitos tinha estreita ligação com a qualidade dos eleitores.

Sarmiento, por sua vez, discordava deste posicionamento. Fortemente influenciado pelo sucesso da Constituição dos Estados Unidos, onde esteve por alguns meses, o intelectual era favorável a uma ruptura definitiva com o passado e contrário a qualquer legislação que limitasse os direitos políticos dos cidadãos de uma nação, pois isso configurava-se num ataque à democracia plena. Assim, argumentava que a verdadeira legislação era aquela que ampliava a representação popular por meio das eleições. Para ele a nação Argentina era única,

²⁸ A insistência de Rosas em dificultar a navegação do Rio da Prata e seus afluentes colocou em xeque os interesses de nações europeias e sul americanas na região. Assim, Rosas acabou sucumbindo diante de uma coalizão que reuniu forças das províncias de Entrerrios (sob a liderança de Urquiza) e Corrientes, do Brasil, do Uruguai, além de terem contado com o apoio material da Inglaterra e da França. Cf. FERREIRA, 2006.

assim como devia ser a sua legislação, por isso, era contrário à hierarquia de cidadania criada por Alberdi e aprovada na Constituição (BOTANA, 2013 p. 280).

Sarmiento também era contrário ao tratamento político a ser dado aos estrangeiros. Já em *Facundo* o autor chamava a atenção para a necessidade de não hostilizar o estrangeiro como fazia Rosas, pois além da capacidade industriosa eles eram pouco afeitos às guerras e poderiam disseminar este sentimento entre os naturais da Argentina. Em sua crítica a Alberdi ele indagava:

Los extranjeros, dice el señor Alberdi, gozan de los derechos civiles y pueden comprar, locar, vender, ejercer industrias y profesiones; las mujeres argentinas se hallan en el mismo caso, como todos los argentinos y todos los seres humanos que no tienen voto en las elecciones. ¿Para qué distinguilos?” (citado por BOTANA, 2013 p. 283).

Como referendava a carta americana, Sarmiento era a favor não só da naturalização, mas também da transformação daqueles homens e mulheres em cidadãos plenos para que se sentissem parte de um projeto nacionalizante, isso incluía o direito de poderem pegar em armas para defender o país garantido pela Constituição somente àqueles que residiam há dez anos no território, enquanto Alberdi defendia que o ideal seria trinta anos. Pensar desta maneira era encarar o imigrante como elemento nocivo à nação.

Fortemente comprometido com a instrução primária, Sarmiento era ainda terminantemente contra a ideia de que se devia deixar de lado o ensino das disciplinas morais em nome das matérias práticas e que a educação tinha que ser apreendida de maneira espontânea apenas pelos mais qualificados, por isso alertou a Alberdi: “deshonradme en hora buena; pero no toqueis la educación popular, no desmoroneis la escuela, este santuario, este refugio que nos queda contra la inundación de la barbarie” (citado por BOTANA, 2013 p. 285)²⁹.

Ao propor em *Facundo* a criação de um ministério especial para cuidar da educação pública ele já dizia que “el saber es riqueza, y un pueblo que vegeta en la ignorancia es pobre y bárbaro, como lo son los de la costa de África, o los salvajes de nuestras pampas” (SARMIENTO, 1999, 259). Como vemos, Sarmiento, ao contrário de Alberdi, depositava

²⁹ Durante toda a sua carreira Sarmiento teve uma relação de muita proximidade com a educação: aos 15 anos fundou, junto com seu tio José de Oro, uma das primeiras escolas em San Francisco del Monte (San Luis). Em 1831, no Chile, foi professor nas minas de Copiapó. Em 1836, já em San Juan, fundou um Colégio de Mulheres. De volta ao Chile, em 1842, foi diretor da Primeira Escola Normal da América do Sul. Entre 1845 e 1848 foi mandado pelo governo do Chile a países da Europa e dos Estados Unidos para pesquisar sobre a organização do ensino primário. Por fim, entre 1875-1879 foi diretor das Escolas Primárias em Buenos Aires além de ter atuado como professor universitário.

muita confiança no poder da educação como mecanismo de transformação do povo, por isso era favorável à difusão do ensino público gratuito que devia ficar a cargo do município.

Caberia também aos municípios a distribuição das terras baldias em pequenas parcelas àqueles que a desejassem “colonizar” e desenvolver a agricultura. Nisso ele entrava em um conflito direto com Alberdi para quem o manejo dos bens públicos devia se limitar ao governo federal. Sarmiento, por outro lado, mostrou-se bastante reticente quanto ao poder conferido pela Constituição aos governadores de província e ao executivo nacional que, pelas restrições impostas ao direito ao voto, podiam facilmente representar os interesses de uma oligarquia. Por isso, o intelectual foi um claro defensor da ampliação do poder dos municípios, como ocorria nos Estados Unidos. Alberdi, por outro lado, mostrava-se temeroso já que a integração do território ainda era bastante fluida.

Apesar destes pontos de atrito, Sarmiento e Alberdi concordavam em vários outros temas. Ambos acreditavam que aquele era o momento de valorizar, ao invés de rejeitar, a herança europeia, compreendê-la e transcendê-la. Alberdi, por exemplo, argumentava que os americanos não eram outra coisa senão os europeus nascidos na Europa. Crânio, sangue, cor, religião, legislação, tudo vinha de fora. Negar esta herança era negar a própria existência. Portanto, tinha chegado o momento de superar o ódio aos espanhóis – que foi a saída encontrada pelos revolucionários de 1810, como Simon Bolíva, para forjar uma determinada identidade nacional – e buscar apoio junto aos franceses e ingleses para concluir o processo de civilização, já que a ação espanhola tinha chegado ao seu fim com a Independência. Os índios, no entanto, continuavam sendo considerados selvagens e incapazes de serem civilizados (ALBERDI, 1973, p. 80-81). Sarmiento, por exemplo, dizia que o problema da incapacidade industrial do americano devia-se à incorporação do índio no processo de colonização (SARMIENTO, 1999, 28).

Tal como Alberdi, Sarmiento acreditava que a livre navegação dos rios interiores, a criação de ferrovias, o fim das barreiras alfandegárias entre as províncias, o restabelecimento do sistema de correios, a proteção das fronteiras, a nacionalização dos bens do porto de Buenos Aires, o apaziguamento das relações internacionais, a criação de uma justa legislação para corrigir os delitos públicos eram elementos necessários à integração e ao desenvolvimento econômico do Estado argentino.

Em resumo podemos concluir que embora herdeiros de uma tradição liberal e romântica, Sarmiento e Alberdi tinham algumas perspectivas diferentes a respeito do futuro da nação Argentina. Isto, de certa maneira, está relacionado às experiências e à posição social

e política assumida por estes indivíduos. Sarmiento foi um típico exemplo do *self made man*. Nasceu em uma família pobre de San Juan, autodidata, terminou a escola primária e quando jovem nunca teve condições de frequentar o círculo literário de Buenos Aires. Aos poucos foi logrando espaço na sociedade até se tornar um intelectual de sucesso e por isso depositava uma crença inabalável na atividade política e no caráter virtuoso do cidadão americano (à exceção dos índios) o que o fez defender com mais afinco a ideia da liberdade plena.

Alberdi, por seu turno, pertencia a uma família de Tucumán com algumas posses. Frequentou o *Colégio de Ciências Morais* e a *Universidade de Buenos Aires* onde iniciou a faculdade de Leis. Esta ampla formação jurídica, certamente, influenciou na confiança que ele dispensava às instituições republicanas e nos limites que devia se impor à sociedade para garantir a ordem e o progresso material. De qualquer maneira, ambos acreditavam no sucesso da democracia republicana, mesmo que tivessem ideias diferentes de como assegurá-la.

Apesar dos esforços destes intelectuais em pensar uma nova organização para a Argentina, o processo até a concretização do Estado com a participação de todas as províncias foi lento. As discordâncias de Buenos Aires frente à centralização do governo federal em prejuízo da autonomia provincial proposta por Alberdi mergulhou a Confederação Argentina em um novo período de guerras civis. Por muito tempo Buenos Aires foi reconhecido como um estado independente dentro da Confederação (FERREIRA, 2006).

A cidade portenha só voltou à cena política quando em setembro de 1861 Bartolomeu Mitre, governador da província, venceu as forças de Urquiza, líder da Confederação Argentina, tornando-se logo depois o primeiro presidente do país. No entanto, a cidade continuou tendo sua liderança contestada por várias rebeliões lideradas por caudilhos provinciais. Somente em 1880 Buenos Aires foi convertida em capital federal, embora, na prática, nunca tenha perdido sua centralidade.

Referências Bibliográficas

Fontes:

ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. 13ª Ed. Buenos Aires: Plus Ultra, 1973.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo*. Buenos Aires: Elaleph, 1999. Disponível em <http://www.elaleph.com/>

Artigos e Livros:

BOTANA, Natalio R.. *La tradición republicana: Alberdi y Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo*. Buenos Aires: Edhasa, 2013.

CHIARAMONTE, José C. “La formación de los Estados Nacionales em Iberoamérica”. In: *Nación y Estado en Iberoamérica: el lenguaje político en tiempos de las independências*. Buenos Aires: Sudamerica Pensamiento, 2004, p. 59-89.

CHIARAMONTE, José C. & SOUTO Nora. *De la ciudad a la nación: organização política en la Argentina*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

GELMAN, Jorge. “De la crisis Del orden colonial al primer sistema de Rosas”. In: *Rosas bajo fuego: los franceses, Lavalle y la rebelión de los estancieros*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2009, p. 19-45.

GOLDMAN, Noemí & SALVATORE, Ricardo (orgs). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

GUERRA, François X.. “La Desintegración de la monarquía hispánica: revolución de Independência”. In: Antonio Annino et.al. *De los impérios a las naciones iberoamericanas*. Zagagoza: IberCaja, 1999, p. 195-227.

MYERS, Jorge. “A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade Argentina (1806-1825)”. In: PAMPLONA, Marco & MADER, Maria Elisa (orgs). *Revoluções de Independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 69-92.

OSZLAK, Oscar. *La Formación Del Estado Argentino: orden, progreso y organización nacional*. Buenos Aires: Planeta, 1997, p. 45-94

A imprensa chilena e o golpe de Pinochet. O caso do jornal *El Mercurio*

Emmanuel dos Santos

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

scoopbh@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem como finalidade analisar as estratégias narrativas utilizadas pelo jornal chileno *El Mercurio* nos meses finais do governo Allende, com o propósito de demonstrar como o periódico contribuiu para o desenvolvimento de um ambiente político e ideológico propício ao golpe pinochetista. Além disso, será enfatizado como o jornal apoiava-se na evocação da tradição constitucionalista do Chile e do alegado profissionalismo de suas Forças Armadas.

PALAVRAS-CHAVE: Chile, governo Allende, golpe militar, *El Mercurio*

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar las estrategias narrativas utilizadas por el periódico chileno *El Mercurio* en los últimos meses del gobierno Allende para demostrar cómo el diario ha contribuido al desarrollo de un entorno político y ideológico favorable para el golpe de Pinochet. Además, será destacado cómo *El Mercurio* se apoyaba en la evocación de la tradición constitucional de Chile e de la alegada profesionalidad de sus fuerzas armadas.

PALABRAS CLAVE: Chile, gobierno Allende, golpe militar, *El Mercurio*

Introdução

Após dois anos de governo da Unidade Popular (UP), a situação política e social no Chile era dramática. A grave crise de outubro de 1972, na qual a oposição colocou o governo de Allende em xeque por meio de uma greve patronal dos transportes, explicitou as contradições da “via democrática ao socialismo”. As estratégias oposicionistas da direita buscavam paralisar o governo e gerar o caos social: intensificaram os atentados terroristas levados a cabo pela organização de extrema-direita Pátria e Liberdade; o Congresso – por meio de sua maioria formada pela Democracia Cristã e o Partido Nacional - bloqueava todas as iniciativas presidenciais e insistia em um projeto de lei que obrigaria o governo a restituir aos antigos donos grande parte das propriedades estatizadas e incluídas na Área de Propriedade Social; nas Forças Armadas ganhavam corpo as articulações golpistas. Por outro lado, intensificava-se o fracionamento da esquerda em torno das táticas e estratégias a serem seguidas para lidar tanto com a ofensiva da direita quanto para enfrentar a crescente pressão dos movimentos sociais que exigiam que o governo avançasse na política de desapropriação

de indústrias e terras e na criação do poder popular. Além disso, o país vivia uma grave crise econômica e de desabastecimento. Esse era o cenário das eleições parlamentares de 4 de março de 1973, disputa na qual a oposição esperava sair vitoriosa ao conquistar dois terços dos votos, quantia necessária para conseguir a destituição de Allende no parlamento.

A UP, no entanto, aumentou sua votação em relação à eleição anterior, conseguindo 43,39% dos votos, suficientes para manter Allende como Chefe do Executivo, mas longe de conquistar a maioria na Câmara, mantendo, assim, os impasses da construção da “via democrática ao socialismo”. Essa eleição foi momento chave na experiência chilena. Após ver inviabilizada suas pretensões de derrotar o governo pela via institucional, a estratégia do golpe militar tornou-se a opção privilegiada de amplos setores da direita, e é neste contexto que se insere o papel crucial desempenhado pela imprensa oposicionista na criação de um clima de caos social e de deslegitimação do governo, visando preparar terreno para uma saída golpista.

Neste breve trabalho, analisaremos como o diário *El Mercurio* contribuiu para o desenvolvimento desse ambiente político e ideológico propício ao golpe pinochetista; ao utilizar, sobretudo, representações que associavam o governo da UP a aspectos relacionados ao processo de desinstitucionalização da experiência chilena.

O jornal *El Mercurio* e os dólares da CIA

Fundado em 1827, em Valparaíso, o jornal *El Mercurio* passou a ser publicado em Santiago a partir de 1º de junho de 1900. Era parte do grupo empresarial de Agustín Edwards, controlador de um conglomerado que atuava em 61 empresas dos mais variados ramos, como na área financeira, no setor produtivo e de comércio, correspondendo a 20,8% do capital social do país (MONCKEBERG, 2011). *El Mercurio* era o periódico com maior influência política no país, sua circulação chegava a 100 mil exemplares em dias de semana e 340 mil aos domingos (BERNEDO, 2003, p. 60). Embora se considerasse como modelo da imprensa que buscava diferenciar informação da opinião, com a pretensão de ser objetivo e independente, a leitura de suas matérias e editoriais nos leva a identificá-lo às posições liberais conservadoras; profundamente anticomunista e defensor da propriedade privada. Ademais, expressava constantemente uma linha editorial de clara oposição ao governo Allende e consagrava não poucos esforços à defesa dos ideais nacionalistas.

Em 19 de setembro de 2000 foi desclassificado e tornado público pelo governo dos EUA o documento *Covert Action In Chile, 1963-1973*, parte integrante do relatório *Church*,

elaborado em 1975 pela Comissão de Inquérito do Senado norte-americano, que investigou as ilegalidades e ações realizadas pela CIA e outras agências governamentais ao atuarem na política interna de outros países. Entre outros mecanismos da CIA levados a cabo para articular a desestabilização do governo de Allende e contribuir para a preparação de uma alternativa golpista, o documento aponta o financiamento de setores da imprensa oposicionista; sobretudo *El Mercurio*, cujo proprietário, Agustín Edwards, desde antes da chegada da UP ao poder, já mantinha relações diretas com a presidência dos EUA. Edwards participou de várias reuniões na Casa Branca com altos funcionários do governo, sob a ordem direta do presidente Richard Nixon, que considerava *El Mercurio* peça-chave na política de oposição a Allende (MONCKEBERG, 2011). Segundo o relatório da Comissão *Church*, *El Mercurio* recebeu grande quantia de recursos financeiros da CIA:

[...] A CIA gastou \$1,5 milhão em apoio ao *El Mercurio*, o maior jornal do país e o mais importante canal de propaganda anti-Allende. De acordo com os documentos da CIA, esses recursos desempenharam um significativo papel na preparação do terreno para o golpe militar de 11 de setembro de 1973 (Covert Action in Chile, 1963-1973, p. 29. T.N.).

O documento revela ainda que o financiamento de *El Mercurio* tinha como objetivo específico contribuir para que Allende fosse impedido de tomar posse em 1970 e, depois, de auxiliar no enfrentamento contínuo ao governo. Para isso, remuneravam repórteres e editores para que produzissem diariamente material crítico a UP.

Como demonstraremos, a partir de março de 1973, *El Mercurio* intensificou em suas representações o clima de terror e caos social vivenciado na sociedade chilena. O diário enfatizava, além da grave crise econômica, a onda de atentados terroristas, a incapacidade do governo de controlar os setores mais radicais da esquerda, a infiltração comunista nas Forças Armadas, o fortalecimento do poder popular em alternativa ao Estado constitucional. Ademais, começam a surgir editoriais e matérias, do próprio jornal ou veiculadas como comunicados de partidos da direita, sugerindo ora implicitamente, ora abertamente a necessidade de uma saída militar para a resolução da crise chilena.

Duas nações em um só país

Um dos aspectos centrais da estratégia narrativa do *El Mercurio* neste período foi a construção da ideia de que o projeto da UP era a expressão de uma ditadura comunista totalitária - ou de uma “ditadura total”-, o termo mais usado em suas páginas. Para isso, utilizava-se de vários recursos, sobretudo, o de associar o governo da UP aos regimes comunistas existentes, principalmente a URSS e a Cuba. Ao mesmo tempo em que dedicava

extensas matérias para discutir o caráter totalitário desses regimes. Em uma delas, como exemplo, a assinada por *Cristián Fernández Cox* - ilustrada por uma foto de Hitler e Stálin, lado a lado, e sob o impactante título: “*El Nazismo-leninismo*”, *El Mercurio* destinava uma página inteira para discutir as semelhanças políticas, a violência comum, a irracionalidade e a “idolatria” às teorias sócio-históricas que teriam levado igualmente Alemanha e URSS ao totalitarismo. (*El Mercurio*, 12 de junho de 1973, p. 2.)

Particularmente interessante é a forma como *El Mercurio* lida com a aparente contradição entre o projeto da UP, compreendido como totalitário, e o discurso cotidiano de respeito à legalidade democrática por parte de Allende. Para o jornal, Allende, apesar de pretensamente respeitar a institucionalidade, era refém do projeto totalizante da UP, não sendo capaz de controlar e de se sobrepor aos comunistas totalitários. As disputas em torno da greve dos mineiros de *El Teniente* – amplamente apoiada pelo jornal – ilustravam essa questão. Após receber uma comissão dos grevistas, Allende foi duramente criticado pelo PC e pelo PS, que diziam que era uma greve sediciosa. Ao se defender das críticas, Allende afirmou: “nunca he renunciado ni renunciaré a las prerrogativas y a la autoridad que el cargo me impone el pueblo y el pais entero” (*El Mercurio*. 18 de junho de 1973, p. 3). No editorial *Gobierno marxista al descubierto*, *El Mercurio* comentou a contenda e declarou:

Si bien la intervención presidencial no agregó nada positivo para dar solución a una huelga que irroga más de cincuenta millones de dólares de pérdida al país [...] ha tenido la virtud de poner a la vista de todos os chilenos uno de los peligros del régimen marxista que se había olvidado: la dictadura colectiva por sobre las apariencias de una autoridad nominal. [...] Como marxista de línea, el señor Allende no debe ignorar que en un régimen como el que propicia para Chile no se concibe a un Presidente con “prerrogativas”, sino a un gobernante que se someta a las decisiones de un Ejecutivo colegiado (*El Mercurio*. 18 de junho de 1973, p. 3)

A partir da crise de outubro de 1972, um acontecimento importante para a criação do clima de terror psicológico propício à preparação do terreno para o golpe foi a onda de atentados terroristas que, em centenas de ações, mandou pelos ares pontes, linhas férreas, trens, residências; gerando um clima de medo e insegurança. Moniz Bandeira demonstrou como tais ataques foram levados a cabo pelos extremistas de direita reunidos em torno do movimento Pátria e Liberdade, sob instrução e supervisão direta de militares chilenos (MONIZ BANDEIRA, 2008). *El Mercurio* desempenhou importante papel ao noticiar com destaque e relevo diariamente essas ações. Ao selecionar e destacar notícias sobre os atentados terroristas efetuados por Pátria e Liberdade, *El Mercurio* frequentemente as estampava ao lado de matérias relacionadas ao *Movimiento de Izquierda Revolucionária*

(MIR). Dessa forma, a publicação não só atuava como fomentador do clima de medo e terror que em si geravam esses ataques, mas também conseguia que fossem associados ao extremismo da esquerda.

A nítida influência política do *El Mercurio* no desenvolvimento dos conflitos e na crise final do governo Allende, ilustra com propriedade o que salienta Marialva Barbosa sobre a relação dialética entre a representação da realidade feita pelos meios de comunicação e a própria influência desses veículos no desenrolar dos acontecimentos:

Os meios de comunicação, ao selecionar o que se passa no mundo, o que vai ser notícia ou não, o que vai ser editado com destaque ou sem relevo, na verdade, estão procedendo à criação do próprio acontecimento. Longe de serem apenas veículos de divulgação, eles são criadores desses acontecimentos. (BARBOSA, 1995)

Edição emblemática na relação dialética entre a representação construída de determinada realidade e sua influência política na reconfiguração da própria realidade representada, é a edição de 5 de abril de 1973, cuja capa apresenta em letras garrafais a manchete: *Desatada Ola de 'Tomas* e ao lado, em meia página, uma foto de um *carabinero* (como é conhecida a polícia chilena) semi-curvado, sendo golpeado com um porrete por um operário fabril mascarado de uma das fábricas ocupadas. A “meta-capá” de um dos cadernos de *El Mercurio*, no dia seguinte, 06 de abril, traz ao leitor uma fotografia de dois homens observando atônitos a capa da edição do dia anterior em uma banca de jornais. Em letras gigantes, *El Mercurio* vangloriava-se do efeito causado pela foto da última capa: *Profundo Impacto*. Ainda pouco discutido nos trabalhos sobre imprensa e história, e que estas duas capas evidenciam, é a ampliação da influência da mídia impressa no hábito cultural de observação das capas dos jornais e revistas em seus pontos de venda, algo bastante comum nas grandes cidades. O impacto de sua primeira página pode, assim, ampliar e fortalecer, em grande medida, o alcance da construção de determinadas representações e ideias difundidas pelos veículos impressos.

Usualmente, *El Mercurio* franqueava suas páginas para anúncios e comunicados dos partidos da direita. Em 20 de junho, em página inteira, o jornal publicou um comunicado do Partido Nacional que levou o Ministro da Corte de Apelações, Raúl Moroni, a suspender *El Mercurio* por seis edições, aceitando a alegação impetrada pelo governo de infração à *Lei de Seguridad Interna* por sedição. No dia 22 de junho, cumprindo a ordem imposta, *El Mercurio* deixava de circular pela primeira vez em 73 anos de existência na capital; situação que logo foi revertida por uma apelação do jornal, aceita pela justiça chilena. No comunicado que

levou a suspensão do *El Mercurio*, o Partido Nacional condenava o terrorismo marxista da UP, que estaria levando o Chile ao caos econômico, à desagregação dos valores tradicionais, à destruição do Estado de Direito, à sedição nas Forças Armadas. Além de defender abertamente a desobediência ao governo:

El señor Allende ha violado en forma deliberada y sistemática su promesa solemne de respetar y hacer cumplir la Constitución y las Leyes. [...] A la luz del derecho y la moral, nadie está obligado a respetar no obedecer a un Gobierno que deja de ser legítimo. (*El Mercurio*, 20 de junho de 1973, p.11)

Desde a década de 1930, o Chile viveu ininterruptamente uma sucessão democrática de governos de distintos matizes políticos. Tal dinâmica histórica era um dos aspectos que fundamentavam as análises políticas e teóricas da UP em sua afirmação da viabilidade da via democrática ao socialismo no Chile. No governo, havia uma profunda confiança em que as Forças Armadas iriam, ao longo do processo, garantir a ordem legal e respeitar as decisões institucionais. A longa tradição democrática chilena desempenhou importante papel de fortalecer as convicções políticas em torno de uma excepcionalidade profissional de suas Forças Armadas³⁰. O seguinte trecho de um discurso de Allende de 21 de maio de 1971, citado por Zárate (2005, p.186), é emblemático a respeito do pensamento do governo em relação à armada:

Han dicho que las fuerzas armadas y carabineros no aceptarían garantizar la voluntad popular decidida a edificar el socialismo en nuestro país. Olvidan la consciencia patriótica de nuestras fuerzas armadas y de carabineros, su tradición profesional y su sometimiento al poder civil. Y afirmo que las Fuerzas Armadas chilenas y el Cuerpo de Carabineros, guardando fidelidad a su deber y a su tradición de no interferir en el proceso político, serán el respaldo de una ordenación social que corresponda a la voluntad popular expresada en los términos que la Constitución establezca.

Em junho de 1973, as articulações golpistas desenvolviam-se nas Forças Armadas, quando um setor de militares e membros do movimento Pátria e Liberdade realizaram uma tentativa frustrada de golpe em 29 de junho, intencional que ficou conhecida como *tanquetazo*. No dia seguinte à tentativa do golpe, *El Mercurio* publicou o editorial *Dos naciones en un solo país*, no qual é possível observar a estratégia da evocação da tradição constitucionalista do Chile:

La fuerza de nuestra democracia radicaba, precisamente, en la estructura real de nuestra institucionalidad y en la tradición, nunca antes atropellada, de respetarla, aun cuando algunos pensarán que era bueno alterar su diseño. Este sentido institucional del chileno nos es una mera casualidad. Es la

³⁰ Ver Zárate (2005) e Valenzuela (2013) sobre a política da UP para as Forças Armadas e a questão da neutralidade profissional dos institutos castrenses.

herencia del Consejo de Indias, de la administración ordenada de un país, cuya población, étnicamente, es uniforme y que se dio a sí misma una estructura Republicana [...]. (*El Mercurio*, 30 de junho de 1973. p.2)

Ao mesmo tempo, *El Mercurio* responsabilizava o governo pelo surgimento das ameaças que colocavam em risco a ordem institucional, por meio da criação de órgãos de poder paralelo, que poderiam levar à ditadura totalizante comunista:

La porfía, tozudez y negativa total de la U.P., de reconocer, o tan siquiera escuchar las voces de las mayorías nacionales, los han ido impulsando a crear toda suerte de organizaciones extralegales e de hecho, paralelas a que constituyen la estructura institucional chilena. [...] Su objetivo es claro: cuando las fuerzas democráticas mayoritarias nos les permiten imponer su criterio minoritario, recurren a inmovilizar la acción de estas mayorías, creando estructuras paralelas incondicionales a sus intenciones. Así avanzan hacia su meta: alcanzar el PODER TOTAL. (*El Mercurio*, 30 de junho de 1973. p. 2)

Esse enquadramento da situação chilena mostra como *El Mercurio*, desde então, recorria à construção de representações que procuravam resgatar e reforçar as tradições democráticas chilenas e contrapô-las ao perigo da desagregação total simbolizada pelo governo e pelos partidos da UP. Nessa perspectiva, segundo o periódico, o governo inevitavelmente levaria o Chile, em sua tentativa de instaurar uma ditadura comunista, ao caos e à guerra civil. A partir desse momento, *El Mercurio* admitiu abertamente sua intervenção no processo político chileno:

En los tiempos que vive el país “El Mercurio” cumple duras y ineludibles obligaciones. Sus páginas, que casi durante tres cuartos de siglo registraron principalmente las crónicas de los acontecimientos mundiales y nacionales, ofrecen ahora también un palenque en que se combate por la permanencia de los valores esenciales de la libertad. Por tradición se colocaba a “El Mercurio” por sobre las luchas políticas y las facciones, pero desde que el país se escindió en dos partidos, el del marxismo y el de la democracia, el diario debió abrazar este último. (*Mision de Este Diario en el Momento Actual. El Mercurio*, 24 de julho de 1973, p. 3.)

As *olas de tomas*, processo no qual os trabalhadores ocupavam e passavam a controlar as fábricas que não haviam sido incluídas na Área de Propriedade Social, foi outro aspecto de ruptura institucional bastante explorado por *El Mercurio*. Após o *tanquetazo*, os setores populares ligados ao MIR e às alas mais radicais do PS ocuparam várias empresas da capital, integrando-as aos Cordões Industriais. Enquanto a imprensa ligada ao governo estampava nas primeiras páginas matérias sobre o golpe e exigiam a identificação dos responsáveis, *El Mercurio*, por sua vez, dava amplo destaque a onda de ocupações realizadas como resposta

imediate à tentativa golpista. Seguiram-se dezenas de reportagens sobre o perigo do poder popular e da desagregação nacional promovida pela UP.

Com o agravamento das tensões, a renúncia do General Carlos Prats em 24 de agosto, cujo sucessor no comando das Forças Armadas era Augusto Pinochet, abriu outro momento crucial na crise da *experiência chilena*. Durante o *tanquetazo*, Prats havia enfrentado de peito aberto os golpistas nas ruas de Santiago. Tanto para o imaginário popular quanto para a cúpula do governo, Prats era o símbolo da legalidade democrática e do profissionalismo das Forças Armadas. Sua saída indicava que as articulações golpistas conseguiam remover o último obstáculo ao golpe. Em editoriais e reportagens, *El Mercurio* reforçava a ideia das Forças Armadas como guardião do Estado de Direito, para isso construía a imagem de que a UP colocava em risco a sobrevivência do Chile unido, da Nação e do Estado chileno.

Sobre o profissionalismo das Forças Armadas, Carlos Altamirano, principal dirigente do PS, escreveu, anos após o golpe, uma elaborada análise dos aspectos que contribuíram à mitificação do papel constitucionalista da armada chilena. Em sua obra, ele destacou os elementos constitutivos das forças militares chilenas e suas características marcantes em seu desenvolvimento posterior. Ressaltou o papel antioligárquico e republicano cumprido no início do séc. XX, além de destacar que o “apoliticismo” militar sempre esteve condicionado à capacidade do sistema em regular suas crises internas, sem a necessidade de recorrer à violência. Apontou, também, que a profissão militar, diferentemente de outros países da América Latina, sofria de baixo prestígio social e de baixíssimo nível de “ilustração”, imersos em sua própria subcultura e, também de forma distinta aos vizinhos latino-americanos, alheios aos problemas sociais, políticos, econômicos e internacionais:

Vemos entonces cómo una concatenación de factores convergentes alimentan la ilusión de una fuerza armada políticamente prescindente, no deliberante y sometida al poder civil. Una especie de mítico ejército profesional, más allá de las clases y por encima de sus conflictos. La más seria desviación del proceso chileno, y la que en definitiva sellara su destino, fue acceder, sólo con tímidas reservas intelectuales, a la aceptación de este mito. (ALTAMIRANO, 1977, p. 148)

Sobre esse tema, a historiadora chilena Verónica Valdivia Ortiz de Zárate escreveu:

Este alejamiento del conflicto político contribuyó al mito de la excepcionalidad de los militares y de la democracia chilena, en oposición a lo que ocurría en el resto de América Latina; mito internalizado en especial por los partidos y los políticos (ZÁRATE, 2005, p.181).

A partir da renúncia de Prats, *El Mercurio* intensificou as notícias relacionadas ao perigo da infiltração comunista nas Forças Armadas, cujo eixo temático girava

frequentemente na suposição de que o MIR avançava em sua estratégia marxista clássica de "divisão das forças armadas", como no editorial *Agravio comunista a las fuerzas armadas*:

El comunismo internacional sabe perfectamente que a existencia de Fuerzas Armadas genuinas, o sea, profesionales y jerarquizadas, entre otros atributos, representa un escollo insalvable para sus pretensiones de controlar el poder total. De ahí que aspire a destruirlas o a lo menos neutralizarlas, camino que adoto en nuestro país [...]. (*El Mercurio*, 8 de setembro de 1973)

Por sua vez, os setores da esquerda que defendiam a estratégia rupturista de tomada do poder e implantação da ditadura do proletariado, denunciavam a forma como Allende conduzia o governo, vista como conciliadora. Para eles, Allende não se empenhava em punir os militares sediciosos responsáveis pelo *tanquetazo*. Alertavam sobre o perigo de um novo golpe e do caráter inconciliável entre os interesses da oficialidade militar e da estratégia socialista. Denunciavam, ainda, que a intenção de Allende de incorporar os militares em um novo gabinete cívico-militar não levaria à conciliação com os militares sediciosos, mas sim enfraqueceria a resistência popular ao iminente golpe. Neste momento, ocorreu uma grande crise e tensão entre os vários setores da esquerda, com diversos grupos defendendo a necessidade de armar os trabalhadores para resistir à ofensiva militar. Por outro lado, o PC e Allende se mantinham como férreos defensores da legalidade institucional, ambos sustentavam que qualquer iniciativa para criar um exército popular só levaria o Chile à guerra civil e a um massacre desnecessário (MONIZ BANDEIRA, 2008).

Evidentemente, é impossível precisar até que ponto essa mitificação do profissionalismo da armada chilena influenciou nas políticas concretas e nas escolhas feitas pelos distintos atores político da UP; entretanto, é parte daquilo que Alberto Aggio (2002) chamou de “enigma da experiência chilena”: a enorme dificuldade enfrentada pela UP em dar origem ao *novíssimo*, uma experiência histórico-concreta que superasse, em seu “como fazer”, as fórmulas e limitações teóricas que lidavam com o ineditismo do projeto da “via democrática”.

A partir dessa breve exposição das principais estratégias narrativas de *El Mercurio* nos meses finais do governo, nos parece clara a influência e a importância política que exerceu na preparação e articulação do golpe de 11 de setembro de 1973. Ao criar, em suas páginas, um ambiente político e social em que a saída militar parecia o mal menor frente às representações de caos e da desagregação da nação chilena imputadas ao governo da UP.

Referências bibliográficas

AGGIO, Alberto. *Democracia e Socialismo. A experiência chilena*. São Paulo: Annablume, 2002.

ALTAMIRANO, Carlos. *Dialéctica de una derrota: Chile, 1970-1973*. Cidade do México: Siglo XXI, 1977.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formula para o caos. A derrubada de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BERNEDO, Patricio. La prensa escrita durante la Unidad Popular y la destrucción del régimen democrático. In: ROLLE, Claudio (org.). *1973: la vida cotidiana de un año crucial*. Santiago: Planeta Editorial, 2003.

BARBOSA, Marialva. Senhores da Memória. In: INTERCOM - *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, vol. XVIII, n. 2, julho/dezembro de 1995.

MONCKEBERG, Maria Olivia. *Los magnates de la prensa: concentración de los medios de comunicación en Chile*. Santiago: Random House Mondadori, 2011.

ZÁRATE, Verónica Valdivia Ortiz de. Todos juntos seremos la historia: venceremos. Unidad Popular y Fuerzas Armadas. In: VALLEJOS, Julio Pinto (Org.). *Cuando hicimos historia. La Experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005.

VALENZUELA, Arturo. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013.

Referências documentais

Jornal *El Mercurio*, edições entre abril e setembro de 1973, disponível na Biblioteca Nacional do Chile e na Biblioteca do Congresso Nacional do Chile.

Covert Action In Chile, 1963-1973. Washington: U.S. Government Printing Office, 1975. Disponível em: <<http://www.intelligence.senate.gov/pdfs94th/94chile.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

A Brigada Simón Bolívar e sua participação na Revolução Nicaraguense (1979)

Igor Santos Garcia

Graduando

Universidade Federal de Minas Gerais

igorsangarcia@gmail.com

RESUMO: A Brigada Simón Bolívar foi uma organização internacional de combatentes que lutou nos momentos finais da Revolução Sandinista, portanto, em 1979. Foi criada pela iniciativa de um partido colombiano de inspiração trotskista, o *Partido Socialista de los Trabajadores*, PST. A brigada teve efêmera duração, apenas três meses, uma vez que foi expulsa do território nicaraguense, acusada de radicalismo político, em agosto de 1979.

PALAVRAS-CHAVE: Trotskismo na América Latina; Sandinismo; Brigada Simón Bolívar.

RESUMEN: La Brigada Simón Bolívar fue una organización internacional de combatientes que luchó en los fines de la Revolución Sandinista, por lo tanto, en 1979. Fue creada por iniciativa de un partido colombiano con inspiraciones trotskistas, el *Partido Socialista de los Trabajadores*, PST. Esa brigada tuvo corta duración, tres meses, ya que fue expulsada del territorio nicaraguense, acusada de radicalismo político, el agosto del 1979.

PALABRAS-CLAVE: Trotskismo en América Latina; Sandinismo; Brigada Simón Bolívar.

Introdução

Em maio de 1979, o jornal *El Tiempo* da Colômbia publicou uma coluna peculiar³¹. O jornalista Daniel Samper Pizzano escreveu:

En la calle 17 No. 4-49, oficina 201. de Bogotá, están necesitando gente. No dan trabajo ni prometen enriquecer aspirantes de la noche a la mañana a través de la venta de enciclopedias. Lo único que ofrecen es la posibilidad de perder la vida, someterse a riesgos e incomidades y llevar durante un tiempo incerto una vida llena de peligros. A cambio, solo brindan la oportunidad de luchar por la liberación de un pueblo. En ese lugar funciona la oficina de reclutamiento de combatientes colombianos que quieran voluntariamente alistarse en la lucha armada contra la dictadura de Anastasio Somoza en Nicaragua.

Assim se iniciou a organização da brigada de combatentes, ao menos publicamente. A intenção era agrupar voluntários que se dispusessem, então, a combater militarmente na Revolução Sandinista. O partido que organizou a Brigada Simón Bolívar fora fundado três anos antes, em 1976, com a ação da Fração Bolchevique da Quarta Internacional na

³¹ A data da publicação não pôde ser identificada, uma vez que o recorte do jornal que tive acesso não contém a informação. Entretanto uma publicação recente ligada ao movimento trotskista, *Marxismo Vivo: Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 21, Ano 2009, afirma que a publicação do *El Tiempo* é do mês de maio.

Colômbia; e em 1979 já possuía alguma influência no país, sobretudo junto ao movimento sindical.

O objetivo era, então, solidarizar-se com a luta dos nicaraguenses contra a ditadura de Anastasio Somoza Debayle, que havia chegado a um momento crítico. A revolução na Nicarágua, que tinha como liderança militar a direção colegiada da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), promovia uma guerra de guerrilhas no interior do país desde a década de 60, e a essa altura já organizava a ofensiva final contra a Guarda Nacional, braço armado da ditadura somozista, que contava com apoio dos Estados Unidos. A participação dos brigadistas que se organizaram desde a Colômbia foi muito curta, militarmente, porém aconteceu, inclusive contando com três mortes. Após a vitória da FSLN e da população nicaraguense, que apoiava a revolução, em julho de 1979, a intenção era manter os brigadistas da Simón Bolívar na Nicarágua para que estes participassem do processo de reconstrução nacional. Entretanto, por motivos que serão expostos no decorrer do trabalho, os integrantes da Brigada foram expulsos do território nicaraguense.

Breve história do trotskismo

A história da Quarta Internacional e, portanto, do trotskismo, tem início com a formação da Oposição de Esquerda encabeçada por Leon Trotsky, em 1932. Como se sabe, Trotsky havia sido expulso da URSS por Stálin. Em conjunto com outras organizações, o veterano da Revolução Russa organizou uma oposição ao revisionismo marxista empreendido pela Terceira Internacional, soviética. Os primeiros pontos defendidos por essa organização são, até hoje: o caráter internacional da revolução socialista, a independência do partido proletário e o reconhecimento da utilidade dos “programas mínimos”³². Passados seis anos desde a organização da Oposição de Esquerda, concretiza-se o que Leon Trotsky defendia: a formação de uma internacional comunista independente da Terceira Internacional, stalinista. Para Trotsky, a União Soviética continuava a ser um Estado operário, porém, a Internacional soviética estava nas mãos de Partido Comunista “degenerado” e “burocratizado”, por isso a necessidade de uma Internacional Comunista independente. No dia 3 de setembro de 1938, então, foi fundada a Quarta Internacional, que teve como principal orientação ideológica o Programa de Transição, um programa político redigido por Trotsky com a colaboração de diversos intelectuais de esquerda (SAGRA, 2010; TROTSKY, 2011).

³² O programa mínimo é um tipo de adaptação do programa partidário para a participação em movimentos que não necessariamente tenham um caráter socialista revolucionário. Seria, de certa forma, uma adaptação do programa revolucionário, que tem como objetivo a implantação do socialismo, à realidade objetiva da luta dos trabalhadores.

O trotskismo defende primordialmente a liderança proletária independente e as reivindicações transitórias nos processos de luta de classes. É defendida abertamente a utilização de programas mínimos para a conquista de avanços para a classe operária. Sendo assim, seria aceitável a aliança com setores burgueses na luta do proletariado de países “atrasados”, ou seja, onde há falta de democracia e grande influência do imperialismo. Entretanto, é sempre frisada a importância da independência do partido de vanguarda do proletariado. Trotsky defendia a aliança com a burguesia, porém deixou muito claro que as conquistas democráticas deviam estar sempre motivadas pelo objetivo final da classe: a revolução socialista. Daí a importância fundamental da independência do partido revolucionário, que tinha como dever conduzir sempre a luta política para o rumo da revolução socialista (TROTSKY, 2007).

Na América Latina, a Quarta Internacional tem uma história própria. Culmina com a fundação de uma fração da Internacional trotskista em 1972, a Liga Internacional dos Trabalhadores. Sua origem, segundo seus próprios partidários, é associada à militância em nível internacional do militante argentino Nahuel Moreno. A Liga Internacional dos Trabalhadores é, portanto, o resultado de um processo longo de disseminação do trotskismo, recheado de polêmicas quanto a acontecimentos históricos diversos, que, devido às suas complexidades, não trabalharei em detalhes aqui. Fato é que, em 1963, o grupo liderado por Nahuel Moreno integra-se ao SU, ou Secretariado Unificado da Quarta Internacional. Isso ocorre em 1963, e já em 1974 o grupo “morenista” resolve fundar uma fração independente do SU, a Fração Bolchevique (FB), por uma polêmica surgida após a Revolução dos Cravos em Portugal. O partido colombiano, organizador da Brigada Simón Bolívar, é fundado, então, pela militância vinculada à Fração Bolchevique, em 1976 (SAGRA, 2010).

A análise do trotskismo permite traçar já de início alguns pontos que serão identificados no discurso da Brigada Simón Bolívar e do *Partido Socialista de los Trabajadores*. Possibilita identificar que o objetivo da intervenção trotskista foi conduzir os trabalhadores nicaraguenses para um processo de conquistas democráticas e luta contra o imperialismo. Ao mesmo tempo procurou influenciar na construção de um movimento de classe que teria como objetivo final a revolução socialista. A questão principal é: em que ponto esse programa, levado a cabo pela Brigada Simón Bolívar, chegou a criar um impasse com a FSLN?

A Revolução Sandinista

A revolução na Nicarágua possuía um caráter extremamente popular, com adesão imensa da população pobre. A vanguarda armada do movimento, a Frente Sandinista de Libertação Nacional, era uma organização extremamente heterogênea. Seu comando provinha de uma direção colegiada, com representantes de três tendências: Tendência Insurreição, Guerra Popular Prolongada e Proletária. O objetivo comum era derrubar a “dinastia” Somoza, ou seja, vencer a ditadura de Anastasio Somoza Debayle através das armas.

A Nicarágua, desde o século XIX, foi extremamente afetada pelo imperialismo norte-americano. De 1849 a 1933 sofreu nada menos que quatorze intervenções dos Estados Unidos, que sempre tomavam partido em conflitos internos a fim de assegurar que presidentes aliados estivessem no poder. A última intervenção, que teve fim em 1933, deixou como herança a Guarda Nacional, e como seu comandante Anastasio Somoza García. O fim desta última intervenção deu-se com o tratado de paz entre conservadores e liberais, que em 1926 protagonizaram uma guerra civil. Neste contexto, surgiu a figura de Augusto César Sandino, um homem simples que organizou uma guerra de guerrilhas no interior do país. Sandino lutara ao lado do liberal José Maria Moncada até este depor as armas em 1927. Após este momento, Sandino, o “general de homens livres”, lutou sozinho com sua guerrilha camponesa. A luta de Sandino, explicitada em seus discursos, era por uma Nicarágua livre do imperialismo, democrática e pautada na preocupação com a população camponesa, sobretudo (SELSER, 1979; ZIMMERMANN, 2006).

O então comandante da Guarda Nacional, Anastasio Somoza García, foi escolhido cuidadosamente pela CIA. Desde o começo demonstrou ser um comandante cruel, e Sandino foi assassinado em 1934 por ordens diretas do mesmo. Em 1936, Somoza deu um golpe de Estado que derrubou o então presidente Juan Bautista Sacasa, e assumiu o poder, inicialmente indicando aliados para a presidência e depois como presidente eleito. Nas décadas seguintes o país ficou a mercê da família Somoza. As eleições davam a vitória sempre a membros da família Somoza ou a candidatos “fantoques”. A enorme influência da família na economia nacional, com grandes quantidades de fazendas e empresas, e a violência da Guarda Nacional na repressão aos inimigos políticos marcou a ação da “dinastia” somozista na Nicarágua. Após a morte de “Tacho” Somoza³³, assassinado pelo poeta Rigoberto López Pérez, não houve mudanças substanciais. Seus filhos, Luis Somoza Debayle e Anastasio Somoza

³³ Anastasio Somoza García era conhecido como “Tacho” Somoza; seu filho, Anastasio Somoza Debayle, como “Tachito” Somoza.

Debayle, deram continuidade ao regime autoritário. Entretanto, em 1959 um acontecimento importante deu mostras de que um movimento de oposição estava amadurecendo no interior da ditadura nicaraguense. Em junho houve uma tentativa de organização de guerrilha no norte do país. Aquela que seria conhecida como *Brigada Rigoberto López Pérez* foi esmagada pela Guarda Nacional na localidade de El Chaparral, mas o movimento “pode ser visto como o primeiro momento da revolução nicaraguense de 1979”(ZIMMERMANN, 2006, p. 42). A partir de El Chaparral, guerrilha organizada com apoio cubano e do próprio Che Guevara, o movimento estudantil na Nicarágua começou a se articular e a defender a luta armada. A Frente Sandinista de Libertação Nacional, com este nome, foi fundada em 1963, e sua origem foi o Movimento Nova Nicarágua (MNN), criado em 1961. Outras tentativas de implementação do foco guerrilheiro foram empreendidas, em 1961 e em 1967. À medida que as ações se tornavam mais radicais, mais pessoas passaram a conhecer a FSLN e a simpatizar com o movimento. Em 1972, um grande terremoto desestabilizou a situação econômica e social da Nicarágua, e foi nesse contexto que a guerrilha ganhou força. Em 1979, a Frente Sandinista já controlava parte do país e contava com apoio popular massivo (ZIMMERMANN, 2006).

A Revolução Sandinista, portanto, foi o resultado de uma contradição muito comum na América Latina: exploração de uma elite apoiada pelo imperialismo a uma população pobre, de origem camponesa e operária.

La historia del FSLN es sin dudas una historia de enfrentamiento armado a la dictadura somocista, pero también es una historia de organización campesina y obrera, de luchas barriales y sindicales, de defensa de los derechos humanos y las libertades cívicas, de movilizaciones estudiantiles y demandas culturales. El protagonismo de masas que tuvo lugar desde principios de 1978 fue al mismo tiempo fructificación del trabajo y del ejemplo precedentes, y abono para formas más organizadas y masivas de lucha (VILAS, 1984, p. 195-196).

A Brigada Simón Bolívar

A Brigada Simón Bolívar começou a ser organizada em maio de 1979, conforme indica a publicação do periódico *El Tiempo*, apresentada na introdução. Contou com cerca de 1200 inscrições, mas apenas 53 voluntários chegaram a viajar para a Nicarágua. Ao todo, a brigada contou com 110 membros, incluindo aqueles que se integraram a ela na Nicarágua. Voluntários da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, México e Porto Rico participaram do ato de solidariedade à Revolução Sandinista; dentre esses, três combatentes morreram: os colombianos Mario Cruz Morales e Pedro J. Ochoa, e o nicaraguense Max Leoncio Senqui.

Na Nicarágua, o contingente expedicionário lutou sob a disciplina militar sandinista, na Frente Sul, que era comandada por Éden Pastora. A Brigada Simón Bolívar era comandada pelos colombianos Kemel George, Camilo González e Darío González. Ao chegarem em território nicaraguense, os brigadistas receberam uma rápida instrução militar sob orientação sandinista e foram integrados ao combate na região de Bluefields. María Claudia Linares, colombiana que renunciou a seu próprio emprego para se integrar à Brigada Simón Bolívar, conta como foram as primeiras experiências dos combatentes:

La primera experiencia es la de la instrucción. Pasamos por dos escuelas. En la primera recibimos instrucción militar, la outra era una escuela revolucionaria. Nos enseñaron a disparar y todas las cosas propias de lo militar. Luego nos incorporaron al Frente Sur, a la guerra de posiciones que era la estrategia que se adelantaba en ese momento (EL SOCIALISTA, N. 165).

Na Nicarágua, o *Partido Socialista de los Trabajadores*, organizador da Brigada, promovia campanhas de recolhimento de fundos. O jornal *El Socialista*, vinculado ao PST, em diversas oportunidades publicou sobre a necessidade de organização dos trabalhadores colombianos para reunir verbas para o auxílio da Revolução Sandinista. Em um dos editoriais do jornal, por exemplo, uma campanha foi lançada:

El Comité de Amigos del Pueblo de Nicaragua, en reunión con el compañero Julio Cisneros Solórzano, delegado del Frente Sandinista que nos visitó esta semana, resolvió impulsar un nuevo plan de movilización solidaria con la revolución nicaraguense. Este plan, además de otras iniciativas que detallamos en otros artículos de *El Socialista*, tiene como punto fundamental que los trabajadores, a través de las organizaciones sindicales colombianas, donemos un día de salario (EL SOCIALISTA, N. 166).

De maneira geral, a ação da Brigada Simón Bolívar se resumia aos dois aspectos apresentados. Na Nicarágua, se integrava ao combate militar contra a Guarda Nacional somozista, e na Colômbia, por iniciativa do PST, promovia campanhas de solidariedade, tanto de apoio financeiro como de apoio político, com manifestações de rua etc. No entanto, o objetivo do partido colombiano era estabelecer um apoio crítico à Frente Sandinista de Libertação Nacional. Como um partido de inspiração trotskista, o PST analisava o processo revolucionário sob a perspectiva marxista. O discurso, portanto, trazia elementos para a construção do socialismo a partir da derrubada de Anastasio Somoza Debayle.

A Revolução Sandinista sob a ótica revolucionária

O jornal do *Partido Socialista de los Trabajadores*, *El Socialista*, demonstra como a Fração Bolchevique, organização latino-americana trotskista, analisava o processo de luta em curso na Nicarágua.

O programa de governo sandinista³⁴, de maneira geral, consistia nos seguintes pontos: realização da reforma agrária, reforma nas leis trabalhistas, livre sindicalização, desenvolvimento econômico para benefício geral, investimentos em saúde e educação, e democratização. A análise do projeto sandinista demonstra o caráter libertador e nacionalista do movimento. Preocupava-se, primordialmente, com conquistas básicas para a população, como por exemplo, direito a educação e moradia. Por outro lado, o discurso do PST colombiano acrescentava a essas reivindicações a necessidade de organização da classe trabalhadora, para que o governo nicaraguense fosse de fato construído através da participação popular.

Em um artigo do *El Socialista*, defende-se a expropriação e a manutenção da população armada, conforme segue:

Hay que expropiar los inmensos bienes de la familia Somoza, y a todas las grandes compañías imperialistas y nacionales. [...] Es necesario disolver a la Guardia Nacional, formando inmediatamente cortes sumarias sin apelación [...] La única manera de lograr que estos grandes propósitos se cumplan es con las armas en la mano. Ni una arma debe ser desempañada. Antes por el contrario, debe propiciarse el armamento general del pueblo y la formación de milicias con los combatientes, pues aceleran la caída de la dictadura, contribuyen a su liquidación definitiva, y permiten mantener las conquistas de la revolución (EL SOCIALISTA, No 160).

Além da defesa da manutenção da população armada, o que não ocorreu após a vitória da revolução, o *El Socialista* publicou um artigo, no dia 15 de junho de 1979, dizendo que a FSLN era um movimento demasiado heterogêneo e com um programa “meramente democrático y con peligrosas concesiones a la burguesia opositora” (EL SOCIALISTA, No 158). Uma semana depois, no dia 22, o jornal se posicionou contra a formação do Governo de Reconstrução Nacional, pois este não conduziria a revolução para a realização da reforma agrária. Segundo o artigo “no solo no la impulsará, sino que se opondrá a ella cuando los comités de hacienda que ya el sandinismo ha empezado a conformar, la exijan”(EL SOCIALISTA, No 159).

A análise dos artigos referentes à Revolução Sandinista no periódico do *Partido Socialista de los Trabajadores* permite concluir que as críticas feitas pelos trotskistas da Colômbia, organizadores da Brigada Simón Bolívar, eram dirigidas, fundamentalmente, à “capitulação” da Frente Sandinista às pressões imperialistas e à burguesia nicaraguense, do

³⁴ Este é o programa que foi organizado pela Frente Sandinista em 1978, portanto, antes da conquista do poder. Considero então uma série de promessas da FSLN, neste documento representada por Daniel Ortega, Victor Tirado e Humberto Ortega.

que à ação concreta da mesma. A defesa dos comitês de organização dos trabalhadores, frequentemente abordada nas publicações do jornal, é uma defesa do programa sandinista, por exemplo. Além do mais, várias fábricas nicaraguenses começaram a se organizar em comitês de operários no final do processo de luta revolucionária. E isto não pode ser associado à ação da Brigada Simón Bolívar, ao menos não exclusivamente. A exemplo dos trabalhadores da *Compañia Plywood de Nicaragua*, que decidiram “eligir delegados por cada sección que serian los que se entenderian con el delegado sandinista que va a controlar la administración”³⁵, outras empresas passaram a ser controladas por trabalhadores.

Um boletim extraordinário do partido colombiano, de agosto de 1979, reconhece que a intenção da Brigada Simón Bolívar era “aumentar la esfera de influencia política por el socialismo”, porém afirma categoricamente que os brigadistas buscavam sempre a “integración a los barrios, al movimiento obrero, al ejército sandinista y a la milícia”. Este e outros documentos comprovam que as ações dos brigadistas colombianos, não importando a perspectiva ideológica, sempre levaram em conta a autoridade da Frente Sandinista de Libertação Nacional. O trabalho da Brigada Simón Bolívar após a vitória da revolução, em 19 de julho de 1979, com as organizações de comitês de fábricas não pode ser diretamente associado à expulsão da mesma do território da Nicarágua. O impasse está relacionado ao tipo de governo que assumiu o poder após a longa guerra contra a ditadura somozista.

A expulsão dos brigadistas

Uma análise da situação da Nicarágua após a vitória da revolução pode apontar elementos que permitam compreender a expulsão da Brigada Simón Bolívar em agosto de 1979. O programa do governo sandinista, apesar de não ser radicalmente revolucionário, não poderia ser relacionado com a expulsão, conforme já dito. O programa, que com certeza trazia muito menos elementos que os trotskistas historicamente reivindicam, não era, todavia, extremamente distantes da espécie de programa mínimo defendido pelo *Partido Socialista de los Trabajadores*. A relação entre os comandantes da Brigada e os comandantes da FSLN era extremamente amistosa, a correspondência entre os dirigentes apontam inclusive uma enorme gratidão por parte dos sandinistas. A expulsão, sem dúvida, foi uma surpresa para os brigadistas. O único impasse que pode ser aqui considerado é que o governo que assumiu o poder após a vitória da revolução, o Governo de Reconstrução Nacional, não era propriamente sandinista. Assim como temia o PST colombiano, a Frente Sandinista cedeu às pressões da

³⁵ Parte de um documento que expõe as decisões do comitê de organização da *Compañia Plywood de Nicaragua*, madeira de Manágua, datado de 25 de julho de 1979.

oposição burguesa à ditadura, e fez uma aliança com partidos liberais e conservadores. A participação burguesa comprovou que a revolução não teria capacidade para romper totalmente com a propriedade privada e com a ingerência dos EUA.

O governo dos Estados Unidos já se mostrava preocupado com a política nicaraguense desde antes da vitória sandinista. Isso se expressou através da imprensa. O periódico *Intercontinental Press*, vinculado ao *Socialist Workers Part* (SWP), partido filiado à Quarta Internacional, publicou um artigo acusando a imprensa estadunidense de mascarar a real situação da Nicarágua. Segundo a matéria, o *Washington Post* havia publicado denúncias contra “ultraesquerdistas” na Nicarágua, dando a entender que trotskistas estariam colocando em risco o Governo de Reconstrução Nacional nicaraguense. O periódico também publicou trechos de um editorial do *The New York Times* que claramente pressionava o Congresso americano a enviar ajuda financeira para o governo nicaraguense, uma vez que, “fora de controle”, ninguém poderia afirmar que o país da América Central não se tornaria uma “nova Cuba” (INTERCONTINENTAL PRESS, No 31).

A expulsão da Brigada Simón Bolívar aconteceu, principalmente, pelas pressões norte-americanas. A preocupação com os rumos da Revolução Nicaraguense fica clara com as publicações dos jornais dos EUA. A mensagem norte-americana contra o “ultraesquerdismo”, mesmo que velada, se destinava primeiramente à FSLN e não aos brigadistas colombianos. A Frente Sandinista, entendendo a mensagem e expondo a decisão de um rumo moderado para a revolução, utilizou a Brigada Simón Bolívar como “bode expiatório”. A expulsão, ao fim e ao cabo, foi a “comprovação” de que a Revolução Sandinista não pretendia levar a Nicarágua para a condição de uma “nova Cuba”, e colocaria em prática um programa moderado, de economia mista etc. Sendo assim, em agosto de 1979, após um ato de trabalhadores comandado pela Brigada Simón Bolívar, a FSLN expulsou todos os brigadistas da Nicarágua. O ato, ocorrido no dia 14, foi interpretado como uma afronta ao poder sandinista, mas foi, de fato, uma manifestação para discutir a situação dos trabalhadores com a direção da FSLN.

Os motivos para a opção moderada assumida pelos sandinistas foram muitos. Entre eles, podem ser mencionados: um apelo demasiado nacionalista, com a possível concepção de que somente os nicaraguenses entendiam a ideologia sandinista verdadeiramente; o temor de um processo contrarrevolucionário, como efetivamente acabou ocorrendo, com a ação dos “contra-sandinistas”; ou mesmo pelo fato da direção sandinista ter sido muito heterogênea, e realmente não ter pretendido levar a revolução para os rumos do socialismo, entendido, do ponto de vista econômico, como a adoção de uma economia totalmente estatizada. Há de se

considerar também que a situação mundial já não era propícia para uma revolução socialista sob áreas de grande influência dos EUA, uma vez que a URSS não apoiaria o movimento por estar, a esta altura, envolvida com problemas internos sérios. Por outro lado, apesar da ajuda concreta, até mesmo Cuba não aconselhou os sandinistas a realizarem a expropriação total.

Referências Bibliográficas

El Socialista, No. 158. Bogotá, 15/06/1979.

El Socialista, No. 159. Bogotá, 22/06/1979.

El Socialista, No. 160. Bogotá, 29/06/1979.

El Socialista, No. 165. Bogotá, 03/08/1979.

El Socialista, No. 166. Bogotá, 10/08/1979.

Intercontinental Press, v. 17, n. 31. New York, 03/09/1979.

SAGRA, Alicia. *A internacional. Um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sunderman, 2010.

SELSER, Gregorio. *Sandino, General de Homens Livres*. São Paulo: Global Editora, 1979.

TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. Trad. Hermínio Sacchetta. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TROTSKY, Leon. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sunderman, 2011.

VILAS, Carlos Maria. *Perfiles de la Revolución Sandinista: ensaio*. La Habana: 1984.

ZIMMERMANN, Matilde. *A Revolução Nicaraguense*. Trad. Maria Silva Mourão Netto. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Em busca de uma “cor cubana”: olhares da vanguarda sobre o negro nas décadas de 1920 e 1930

Imara Bemfica Mineiro

Doutora em Literatura Comparada

Professora Adjunta da UFPE

imarabmineiro@gmail.com

RESUMO: No âmbito dos movimentos das vanguarda latino-americanas, o foco do trabalho incide sobre o poeta cubano Nicolás Guillén, que reclama o reconhecimento da matriz africana na composição cultural de Cuba. A proposta é analisar como a cultura negra é evocada como um dos fundamentos da construção de uma identidade cultural, fundamento esse explicitado por Guillén ao integrar seus elementos no repertório da cultura letrada.

PALAVRAS-CHAVE: vanguarda literária cubana; mestiçagem; identidade nacional.

RESUMEN: En el marco de los movimientos de vanguardia latinoamericanas, el trabajo versa sobre el poeta cubano Nicolás Guillén, el que se manifiesta por el reconocimiento de la matriz africana en la composición cultural de Cuba. La propuesta es analizar cómo la cultura negra es evocada como uno de los pilares de la construcción de la identidad cultural cubana, pilar ese resaltado por Guillén al integrar sus elementos en el repertorio de la cultura letrada.

PALABRAS-CLAVE: vanguardia literaria cubana; mestizaje; identidad nacional.

Emergentes entre 1914 e meados da década de 1930, os movimentos de vanguarda na América Latina configuraram-se a partir de variadas propostas dificultando, assim, toda tentativa de síntese. Marcados pela ambiguidade do termo “vanguarda”,³⁶ os movimentos latino-americanos apresentaram em suas pautas tanto propostas estritamente estéticas e orientadas ao campo das artes, quanto direcionamentos engajados politicamente. De um extremo a outro, diversos matizes problematizam uma classificação rigorosa. No entanto, é possível afirmar que entre as questões levantadas por essas vanguardas, a busca pela construção ou reformulação das identidades coletivas consistiu um polo articulador de numerosos movimentos de países distintos. Com a exceção de alguns grupos que se propunham estritamente a experimentar com a linguagem poética ou reproduzir as tendências

³⁶ De origem militar, o termo *avant-gard* assume sua conotação política na França do século XIX entre os discípulos de Saint-Simon, para quem a vanguarda artística assumiria o papel de revolucionar a esfera social sendo investida, portanto, de função pragmática e programática. Saint-Simon defendia uma arte funcional, utilitária, em cujo caráter pedagógico residisse sua função social. Por sua vez, o contemporâneo e opositor Charles Fourier elabora uma teoria na qual seria possível dissociar a produção artística de um sentido rigorosamente político. Desse modo colocou-se a possibilidade de desvincular a arte de uma finalidade necessariamente social, ideia da qual se origina a defesa da “arte pela arte”. Nessas duas acepções reside a ambiguidade do termo.

européias – tais como *futurismo*, *surrealismo*, *dadaísmo*, por exemplo – pode-se considerar que a maioria das propostas vanguardistas latino-americanas colocou-se diante da necessidade de refletir sobre a essência de suas identidades, fossem elas nacionais, regionais, ou continentais. Tratava-se de pensar qual a constituição cultural de comunidades cujo passado colonial e de origens heterogêneas problematizava. Por aí também é possível perceber, de forma geral, uma confluência entre estética e política no lugar de uma separação radical; ou seja, nos termos de Jacques Rancière, uma “partilha do sensível” encenada pelos movimentos artístico-literários que passam a refletir sobre a distribuição dos lugares mais ou menos apropriados às origens europeias, indígenas ou africanas na divisão política das identidades coletivas. Isto significa que tais identidades, na medida em que buscam afirmação, podem ser consideradas como uma espécie de “petição de visibilidade”, ou ainda, como “demandas” de ocupação e de demarcação do espaço público dentro dos respectivos contextos dos distintos países (RANCIÈRE, 1995; 2005). Essa tendência geral se apresentou em diferentes roupagens no cerne das discussões das primeiras décadas do século XX.

É nesse sentido que movimentos mais ou menos engajados passaram a se debruçar sobre a constituição híbrida ou heterogênea das culturas que tinham diante de si, bem como sobre o papel constitutivo de cada um de seus componentes. Entre eles, em Porto Rico, Cuba e Haiti (assim como no Brasil), se discutiu mais intensamente a integração das culturas negras na constituição de suas identidades coletivas.

Ciente da fragilidade de toda classificação, não parece impróprio pensar nesse grupo de movimentos como uma interseção entre os dois primeiros (“ultra” estético ou “ultra” engajado) na medida em que suas intervenções artísticas apresentam-se imbricadas à demanda pela apropriação de traços da cultura popular ao domínio da arte; ou ainda, na medida em que o discurso literário passa a ser considerado como um instrumento capaz constituir e expressar – isto é, dar visibilidade – às identidades coletivas que reclamam os seus direitos de ocupação do espaço público em diversos níveis (regional, nacional ou continental). No caso do Caribe, a questão do negro é colocada de forma imperativa na reflexão sobre a formação de uma cultura popular. A identificação de uma comunidade com a qual se relacione a ideia de nação, de região ou de continente implicava, nesse contexto, em romper com imagens consolidadas de uma civilização branca e europeizada.

Desde as independências os países latino-americanos se depararam com a incumbência de formular sentidos nacionais, as vanguardas das décadas de 20 e 30 encarnaram “um

espírito eminentemente fundacional e construtivo” em relação a esse esforço.³⁷ E, no caso do Caribe (como no caso brasileiro), a construção do “sentido” nacional não podia se esquivar da multiplicidade de etnias visível em suas conformações sociais.

Colocada como núcleo de fundamentação na constituição das identidades coletivas caribenhas, a noção de mestiçagem, por sua vez, guarda a tensão entre “a busca utópica de um país multirracial sem preconceitos e o discurso harmonizador e homogeneizante que silencia os conflitos” (QUINTERO-RIVERA, 2000, p.24). Essa tensão é constituinte de um dos estereótipos consolidados entorno às identidades caribenhas e brasileira durante as primeiras décadas do século XX. Qual seja: de que as duas regiões sejam “exemplos bem-sucedidos de integração e convivência racial” (QUINTERO-RIVERA, 2000, p.13). Sendo assim, a mestiçagem aparece como fundamento para a formulação de noções que visam pensar a composição identitária-cultural latino-americana em diversos autores.

Em 1921, em Porto Rico, Diego Padró publica “Fugas Diepálicas”, no qual os artifícios fonéticos assumem a função decisiva de inserir elementos da identidade negra no poema. Trata-se de uma visão satírica de Porto Rico na qual alusões à música clássica confluem com o mundo de origem africana, suas divindades, ritos e danças. Essa confluência consistirá em um traço forte de Luis Palés Matos e o que ele denominará “poesia antilhana”, alimentada pela ideia de uma cultura mestiça. Com a integração de sonoridades da música popular caribenha, com o uso de onomatopeias, além da inserção de elementos da cultura negra e sua relação com a origem africana, a poesia antilhana de Palés Matos se propõe a expressar uma identidade própria à região. A esse respeito, no ensaio “Hacia una poesía antillana”, Palés Matos afirma: “...yo no he hablado de una poesía negra ni blanca ni mulata; yo sólo he hablado de una poesía antillana que exprese nuestra realidad de pueblo en el sentido cultural de este vocablo” (PALÉS MATOS, 1988, p.219). Dessa maneira, a origem africana é abordada a partir de sua relação específica com as Antilhas, isto é, a partir da ideia de mestiçagem que baliza a imagem de uma identidade cultural recorrente na produção literária desses autores.

Podemos perceber tal característica, a título de exemplo, no refrão do poema “Numen”:

Jungla africana – Tembandumba
Manigua haitiana - Macandal

³⁷ De acordo com Mareia Quintero-Rivera, esse empenho construtivo, marcado por uma “aspiração de permanência” e “sentido de projeto”, constitui em um diferencial das vanguardas latino-americanas. (QUINTERO-RIVERA, 2000, p.24).

Al bravo ritmo del candombe
despierta el tótem ancestral
(PALÉS-MATOS, 2006, p.68-69).

A selva e o mito da grande matriarca africana – Tembandumba – se conjugam com a paisagem do Haiti e com a lenda de Macandal, herói escravo que inspira a revolta de 1791, retratado mais tarde por Alejo Carpentier em *El Reino de Este Mundo*. Este último livro, por sua vez, é considerado como a obra inaugural do realismo mágico latino-americano porque nele, entre outras coisas, Carpentier apresenta a primeira definição do gênero. Mas para além dos elementos da cultura afro-antilhana que aparecem nomeados nos poemas de Palés Matos, a conjugação silábica e as figuras de linguagem encenam a busca poética uma por uma identidade capaz de integrar a cultura negra, africana e local. Trata-se de sujeitar a palavra a um ritmo antilhano, reforçar sua cadência poética buscando integrar a musicalidade mulata através desses artifícios linguísticos.

Na década de 1930, o cubano Nicolás Guillén, lança mão desses mesmos artifícios, relacionados à sonoridade africana, para produzir sua obra. As figuras de linguagem encenam a busca poética uma por uma identidade capaz de integrar a cultura negra, africana e local. Trata-se de sujeitar a palavra a um ritmo próprio, reforçar sua cadência poética buscando integrar a musicalidade mulata através desses artifícios linguísticos. Seu olhar difere do de Palés Matos na medida em que foca a atenção na identidade cubana, e não antilhana. Entretanto, a questão da mestiçagem continua a figurar em primeiro plano na obra e Guillén. Segundo o haitiano René Depestre, Guillén dedicou-se a destruir os estereótipos referentes ao negro no continente (DEPESTRE, 1980). Seus poemas-sons levantaram-se como demanda do que caracterizaria uma identidade essencial do ser cubano, sendo esse seu elemento poético fundamental.

Nicolás Guillén, ao lado de Luis Palés Matos, será um nome associado à integração da cultura africana na construção de representações poéticas das vanguardas caribenhas. Contudo, a publicação de maior visibilidade da vanguarda cubana é a *revista de avance*, na qual, é importante observar, Guillén jamais publicou. Iniciada em 1926, nessa revista se publica um editorial de nome “Cuestión del negro” que afirma a existência de uma “elite negra” que vem problematizar a sua própria inserção na constituição da identidade cultural cubana:

La ‘cuestión del negro’ – que no problema, porque el negro no ha sido nunca un problema para el blanco ni mucho menos para la nacionalidad – está sintetizada en esos dos puntos capitales. Una generatriz de cultura y un índice de comprensión (MANZONI, 2001, p.245).

Essa “cuestión” aparece no editorial do mesmo número que apresenta uma resenha da conferência de Fernando Ortiz em Madri sobre “Raza y Cultura”. Nessa conferência, Ortiz propõe a substituição da primeira noção (raça) pela segunda (cultura) argumentando o seguinte:

Las ideas racistas son nocivas y retardatarias. No hay raza hispánica, ni siquiera española (...) lo realmente nuestro, lo que nos pertenece troncalmente a todos es una misma cultura, aunque de matices variados y lo único que puede vincularnos en el porvenir para nobles y puras actividades no es sino la cultura en su sentido más comprensivo y supremo, sin las coloraciones parciales de tal o cual política, religión, escuela o raza (MANZONI, 2001, p.243).

O editorial da *revista de avance* propõe que se faça da “entidade de raça” uma “entidade cultural”, apresentando-se em consonância com a proposta de Fernando Ortiz, que já vinha discutindo o conceito de raça e a conformação cultural caribenha de forma múltipla, buscando adequar seu foco às especificidades próprias do contexto latino-americano. Contudo, paradoxalmente, nove meses depois, em função da entrada de numerosos jamaicanos e haitianos como mão de obra de empresas norte-americanas, a mesma *revista de avance* acusa o “enegrecimento de Cuba” como signo de “su lenta decadencia y su segura ruína intelectual” (MANZONI, 2001, p.246). A “questão do negro” se mostra, assim, distante de um consenso mesmo no interior da *revista*.³⁸

No prólogo à edição de *Antología de Poesía Cósmica de Nicolás Guillén*, publicada em 2001, Salvador Bueno de Menezes, como diretor da Academia Cubana de Letras, chama a atenção para a procedência “espanhola e africana” da perspectiva literária de Guillén. Observa que a monumentalização de seu legado como “poesia social” terminou obscurecendo a importância da integração dos elementos culturais negros nos poemas produzidos na década de 1930 (BUENO DE MENEZES, 2001, p.VIII)

O primeiro livro de Nicolás Guillén que parte dessa perspectiva mestiça e reclama o lugar dos elementos negros na cultura nacional é *Motivos de son*, publicado em 1930. Nessa obra, a evocação da música e das danças negras através da palavra lhe conferiram o título de poeta da musicalidade negra cubana. Os “Motivos” de Guillén são cantados e dançados até

³⁸ É interessante notar que em outro editorial da mesma revista, em 1929, os editores acusam o recebimento das revistas *Indice* e *Hostos* de Porto Rico. A resposta de *Indice* à *revista de avance* incita seus editores a recolocar em pauta uma “Consciência de Archipelago”, e propõe a constituição de uma confederação antilhana que promovesse, além da aproximação cultural, maior proteção em relação aos efeitos da crise econômica. Ainda que não se coloque diretamente o tema do olhar sobre o negro nesse evento, o interesse reside no fato de que seja um movimento de busca e consolidação de uma identidade regional.

hoje em Cuba, dentre os quais os mais conhecidos são “Negro Bembón”, “Mulata” e “Si tu supiera”. Um verso deste último dará título ao livro publicado em 1931: *Sóngoro Cosongo*.

No prólogo a essa segunda coletânea de poemas, Guillén afirma ter ciência de que a inclusão de elementos negros, mestiços e populares nas letras nacionais seja tema controverso: “No ignoro, desde luego, que estos versos le repugnan a muchas personas, porque ellos tratan de asuntos de los negros del pueblo. No me importa.” Em seguida, identifica seus versos com a cultura cubana e, portanto, a necessidade de assumir sua mestiçagem:

Diré finalmente que estos son unos versos mulatos. Participan acaso de los mismos elementos que entran en la composición étnica de Cuba, donde todos somos un poco nísperos. ¿Duele? No lo creo. En todo caso, precisa decirlo antes de que vayamos a olvidar. La inyección africana en esta tierra es tan profunda, y se cruzan y entrecruzan en nuestra bien regada geografía social tantas corrientes capilares, que sería trabajo de miniaturista desenredar el jeroglífico (GUILLÉN, 1931, p.3).

Assim, seus versos são mulatos como a composição étnica nacional e se propõem a lembrar a determinação de suas origens africanas. Sendo assim, uma poesia *criolla*, propriamente cubana, não pode se realizar a despeito do elemento negro:

Opino por tanto que una poesía criolla entre nosotros no lo será de un modo cabal con olvido del negro. El negro – a mi juicio – aporta esencias muy firmes a nuestro coctel. (...) Por lo pronto, es espíritu de Cuba es mestizo. Y del espíritu hacia la piel nos vendrá el color definitivo. Algún día se dirá: “color cubano”.

Estos poemas quieren adelantar ese día (GUILLÉN, 1931, p.4).

Ilustrar e definir a “cor cubana” é, pois, apresentada como finalidade dos poemas de *Sóngoro Cosongo*. O intento de produzir uma poesia própria, nacional, requer reconhecer seus componentes e deles se apropriar. Os elementos espanhol e africano são convocados para se mesclarem nos poemas, como ilustra “La canción del bongó”:

Pero mi repique bronco,
pero mi profunda voz,
convoca al negro y al blanco,
que bailan el mismo son,
cueripardos y almipretos
más de sangre que de sol,
pues quien por fuera no es noche,
por dentro ya oscureció.

(...)

En esta tierra, mulata
de africano y español
(Santa Bárbara de un lado,
del otro lado Changó). (GUILLÉN, 1931, p.8)

Contemporânea às vanguardas latino-americanas são as colocações iniciais de Fernando Ortiz a respeito da ideia de “transculturação” que enfatiza o desterro de uma cultura precedente e a criação de fenômenos culturais novos no encontro entre povos distintos. Essa ideia, já sinalizada em “Raza y Cultura”, parece encontrar sintonia com este poema de Guillén no qual Cuba é caracterizada como terra mulata, povoada pelo negro e pelo branco que vieram de longe, e que, ali, andam em pares: “venimos de lejos / y andamos de dos en dos”. A identidade que Guillén se propõem a retratar, e que traça um caminho do espírito em direção à pele para conformar uma “cor cubana”, pressupõe, então, esse encontro dos que vieram de fora. Entre as consequências de tal encontro Guillén identifica a sonoridade da cultura popular que reclama para as letras nacionais.

Referências Bibliográficas:

BUENO DE MENEZES, Salvador. Prólogo. In: GUILLÉN, Nicolás. *Antología de poesía cósmica*. México: Frente de Afirmación Hispanista, 2001.

DEPESTRE, René. *Bonjour et adieu à la négritude*. Paris: Robert Laffont, 1980.

GUILLÉN, Nicolás. *Las grandes elegías y otros poemas*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1984.

GUILLÉN, Nicolás. *Sóngoro Cosongo* (1931). Alicante: biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2001.

HUIDOBRO, Vicente et.al. *Breve antología: poesía latinoamericana de vanguardia (1920-1930)*. Buenos Aires: Sudamerica, 2006.

MANZONI, Celina. *Un dilema cubano: nacionalismo y vanguardia*. La Habana: Fondo Editorial Casa de las Américas, 2001.

ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Madrid: Cátedra, 2002.

PALÉS MATOS, Luis. *Poesía completa*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1988

PALÉS MATOS, Luis. Numen. In: HUIDOBRO, Vicente et.al. *Breve antología: poesía latinoamericana de vanguardia (1920-1930)*. Buenos Aires: Sudamerica, 2006.

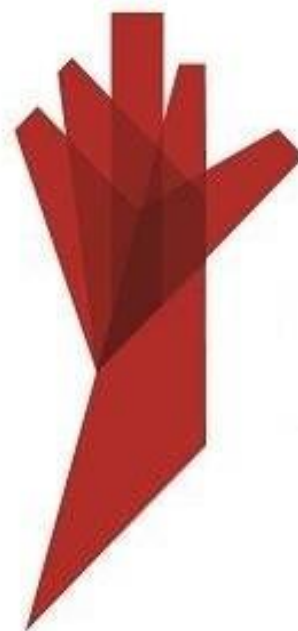
QUINTERO-RIVERA, Mareia. *A cor e o som da nação: a ideia de mestiçagem da crítica musical do Caribe hispânico e do Brasil (1928-1948)*. São Paulo: Annablume, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

Simpósio Temático 14

Poder e Fé na Idade Média



Coordenadores:

Aléssio Alonso Alves

Doutorando em História - UFMG
alesioalves@gmail.com

Felipe Augusto Ribeiro

Mestrando em História - UFMG
felipeaur@gmail.com

Francisco de Paula Sousa de Mendonça Júnior

Doutorando em História - UFMG
kirijy@gmail.com

Letícia Dias Schirm

Doutoranda em História - UFMG
letschirm@yahoo.com

Olga Pishnichenko

Doutoranda em História - UFMG
pishnichenko@gmail.com

Alain Guerreau e a *Begriffsgeschichte*: um horizonte teórico?

Carla Rocha Baute

Graduanda em História

Universidade Federal de São Paulo

carlabaute@gmail.com

RESUMO: Essa comunicação discutirá algumas possíveis aproximações entre ideias apresentadas pelos autores Alain Guerreau e Reinhart Koselleck. Pretende-se estabelecer conexões entre as críticas e caminhos propostos pelo historiador francês e a contribuição da interligação da análise conceitual com a história social para a reflexão acerca do passado defendida pelo pensador alemão.

PALAVRAS-CHAVE: Feudalismo; Guerreau; Koselleck; História da Historiografia; História dos conceitos.

ABSTRACT: This paper discusses the similarities in the theoretical approaches of the authors Alain Guerreau and Reinhart Koselleck. It intended to establish a few connections between the critiques and path of understanding presented by the French historian and the contribution of the interrelation of the conceptual analysis with the social history for the studies about the past defended by the German thinker.

KEYWORDS: Feudalism; Guerreau; Koselleck; History of Historiography; Conceptual History.

A presente comunicação pretende explorar diferentes aspectos das contribuições do historiador francês Alain Guerreau a partir de sua contraposição à perspectiva teórica de Reinhart Koselleck, historiador alemão e um dos maiores divulgadores da *Begriffschichte* – a história dos conceitos alemã. Pretende-se, assim, realçar certos pontos de suas obras que parecem convergir em propostas metodológicas exemplares para uma reflexão acerca dos desdobramentos da historiografia dos últimos quarenta anos.

Uma das obras aqui selecionadas é *Feudalismo: um horizonte teórico*, de Guerreau. Publicada em 1979, ganhou notoriedade pelo seu conteúdo inovador e também por suas críticas pontuais aos métodos que até então predominavam nos estudos medievais. De suas investidas não escaparam nem mesmo algumas das ditas “vacas sagradas” da historiografia, como Marc Bloch, Maurice Dobb e os marxistas ingleses, Wallerstein, entre tantos outros. E justamente em seu caráter contestador se encontra uma importante característica que instiga uma investigação da história da historiografia: denuncia a inquietação de seu autor diante da nova gama de problemas metodológicos que se revelaram em seu contexto de produção.

Na Alemanha, alguns anos antes do lançamento do livro de Guerreau, em 1972, Koselleck publicava o artigo intitulado *História dos conceitos e história social*. Nesse texto procurou articular e fortalecer a relação entre as duas áreas referenciadas e, ao expor a metodologia da história conceitual, postulou como tais reflexões poderiam contribuir para uma análise profunda e estrutural dentro do campo da história social. (cf. KOSELLECK, 2006 a, p. 118).

Ambos os textos tiveram seu lançamento na mesma década, mas, até o momento, esta investigação não conseguiu nenhum tipo de evidência de que esses autores tiveram contato com os respectivos trabalhos aqui selecionados. Há que se notar, no entanto, que na bibliografia de *Feudalismo: um horizonte teórico*, de Guerreau, aparece outra obra de Koselleck, de autoria conjunta com Mommsen e Rüsen, intitulada *Objetividade e parcialidade na história*, lançada no ano de 1977.

Destarte, se faz necessária uma breve exposição de algumas noções gerais presentes em *Feudalismo: um horizonte teórico*, de Guerreau. Conforme mencionado, o autor faz uma longa exposição de estudiosos que trataram do tema feudalismo, de suas diferentes áreas, objetos e metodologias. Ao longo dos capítulos é possível perceber como, a partir das críticas e comentários que profere, nuances de sua proposta metodológica se fazem presentes. Todavia, é no capítulo final da obra, de título “Para uma teoria do feudalismo” que o autor centraliza a apresentação de sua proposta, ao afirmar a pretensão de “cabe-me propor um esquema racional do fundamento-evolução da Europa Feudal”. (GUERREAU, 1980, p. 215).

Nessa passagem, expõe os quatro eixos centrais de seu esquema: a relação de *dominium*, o parentesco artificial, o sistema feudal como ecossistema e, por fim, a dominação da Igreja. Tal proposta deve ser entendida, de acordo com orientação do próprio autor, de maneira estrutural, enfatizando-se que os quatro eixos de análise não correspondem a nenhuma hierarquia ou proeminência de quaisquer dos itens em relação aos outros. Sua meta, assim, é o abandono da “doce ilusão” da narrativa histórica bem como da “aparência enganosa” da cronologia. Como se pode perceber no trecho a seguir:

Os historiadores julgaram durante muito tempo escapar a esta dificuldade [a problemática de se atribuir continuidade aos desenvolvimentos históricos] refugiando-se atrás da ordem cronológica: já há, no entanto, muito tempo que se mostrou perfeitamente a aparência enganosa de todo o “raciocínio” fundada na relação *post hoc, ergo propter hoc*.¹ (GUERREAU, 1980, p. 216).

¹ Em tradução livre: depois disso, logo causado por isso.

A partir dessa assertiva, a crítica à cronologia, uma primeira aproximação com o autor alemão pode ser feita. No prefácio da obra *Futuro Passado*, Koselleck, quando trata do tempo histórico, escreve que a datação é somente um pressuposto e não uma determinação da natureza, e de forma final “será estranho à investigação da co-incidência entre história e tempo” (KOSELLECK, 2006 a, p. 13).

É interessante pontuar como, no decorrer dos quatro pontos de sua análise, Guerreau defende como seu estudo estrutural e não hierárquico fornece subsídios para a sua crítica máxima, a cronologia atribuída à Idade Média. Sua proposta consiste, de maneira superficial, da seguinte datação: do século V ao XIII o poder fragmentado da aristocracia da terra desencadeou inúmeras guerras internas e externas, o poder da igreja se fortaleceu cada vez mais, chegando a seu apogeu no século XII. O cenário do florescimento das cidades dos séculos XI e XII, passando à aproximação da aristocracia com os comerciantes citadinos no decorrer do período que vai do século XIII ao XVIII, diz respeito ao que o autor aponta como o nascimento e fortalecimento do Estado Feudal. E, por último, dos séculos XIII ao XVIII, denominado como “segundo período do feudalismo”, a anarquia local dava espaço a organizações estatais, organizações essas que foram substituindo a igreja de maneira muito lenta e progressiva.

Um segundo ponto de coesão entre essas propostas teóricas diz respeito ao papel da linguagem na investigação histórica. À medida que Guerreau procura, em suas palavras: “do lado das ciências sociais ensinamentos um pouco mais abstractos que permitissem determinar melhor o valor (ou a fraqueza) de diversos conceitos”. (GUERREAU, 1980, p. 215). No decorrer do texto ainda realiza “observações lexicais” com o recurso a dicionários de latim e de francês arcaico, bem como a estudos de filólogos e juristas. Destaca termos como *dominium* e suas variações, *Potestas* e variações, *senioratus/senioraticus* e variações, para citar somente alguns.

Novamente, tais opções metodológicas de Guerreau parecem encontrar eco na definição de História dos conceitos proferida por Koselleck, conforme trecho que segue:

Os conceitos são separados de seu contexto situacional e seus significados lexicais investigados ao longo de uma sequência temporal, para serem depois ordenados uns em relação aos outros, de modo que as análises históricas de cada conceito isolado agregam-se a uma história *do conceito*. (KOSELLECK, 2006 a, p. 105).

Nesse sentido, vale também destacar o verbete “Feudalismo” contribuição de Guerreau ao *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, organizado por Jacques Le Goff e

Jean-Claude Schmitt, publicado em 1999. Neste texto, de acordo com a investigação aqui empreendida, parece haver uma retomada da teoria exposta em *Feudalismo: um horizonte teórico* e, para além disso, novos rumos e proposições mais bem definidos. O autor desenvolve o que aqui é entendido como o ponto central de seu argumento: “a dupla fratura” ocorrida no século XVIII. Essa ideia é estruturante de toda sua tese, pois dela derivam suas ressalvas quanto ao tratamento dado por estudiosos às fontes da Europa Medieval.

A primeira dessas fraturas diz respeito à noção de *Ecclesia*. A partir dos séculos XVII e XVIII, um panorama intelectual iluminista aliado a profundas mudanças sociais que se pautavam no “combate da burguesia contra o obscurantismo” (GUERREAU, 1999, p. 439) transformaram de maneira incisiva o modo como se entende o lugar da Igreja e da religião na vida cotidiana. Instaurou-se a noção em que religião se igualava a opinião, que faz desaparecer o sentido medieval de *Ecclesia*.

Vale a pena nos determos mais no que Guerreau entende como *Ecclesia* e também no que sua proposta difere da posição de herança iluminista. “Nenhuma dominação foi tão geral e contínua” (GUERREAU, 1980, p. 245), e o sentido contemporâneo de poder, que é entendido como um poder estatal, não consegue abarcar as descrições do que a Igreja na Europa feudal desempenhou. Para compreender de maneira mais clara a dominação da Igreja, o autor enumera diversos tipos de controle exercidos por ela, são eles: 1- bens; 2- controle do tempo (exemplos: missa e sinos); 3 - âmbitos espaciais (organização dos espaços em torno das dioceses); 4 - parentesco (natural e artificial); 5 - ensino (aliado à confissão); 6-assistência e hospitais; 7 - poder divino (exemplo: sagração). Sintetizando as ideias desenvolvidas no descrever dos itens acima, pontua: “A Igreja (clero) está, assim, ancorada simultaneamente no tempo e na eternidade, reconhecida e proclamada como detentora do saber sagrado e intermediária necessária entre Deus e os homens” (GUERREAU, 1980, p. 252). A partir desses argumentos apresenta o que seria a “tripla oposição” que está na raiz do feudalismo: profano/sagrado, fiéis/clero e servidores/senhor.

De acordo com o francês, a complexidade do modo como a Igreja conseguia englobar todos os itens acima mencionados foi reduzida a uma chave interpretativa simplória por pensadores ancorados na noção moderna de Estado.

A segunda fratura trata da noção de *Dominium*. No século XVIII, o liberalismo alterou de maneira profunda a maneira como as lógicas sociais são compreendidas. Fruto de seu momento histórico, todo o entendimento da sociedade partia da ideia de privilegiar o mundo material. Um mundo material que se pautava no cenário pós-revolução francesa, onde a noção

de poder estatal, de posse jurídica e a “lógica de mercado” colocaram barreiras nos estudos das dinâmicas da sociedade europeia no período feudal.

Guerreau aponta que a primeira fratura, da *Ecclesia*, não deixou rastros, mas a segunda, a fratura do *Dominium* causou controvérsias e debates. No século XIX, o “evolucionismo” de Augusto Comte prosperou, e se instaurou uma noção que muito assombra os estudiosos atuais do medieval, consiste na defesa de que o feudalismo foi só uma “fase”. Para o autor, os medievalistas ocidentais do século XX, apesar das críticas ao positivismo, não conseguiram escapar de sua lógica, produzindo um empirismo sem síntese (GUERREAU, 1999: 443).

É interessante levar em consideração a proposta do projeto no qual o texto se insere: um dicionário. Uma vez que a escrita de um verbete pode ser compreendida, por si só, como um esforço de investigação conceitual. Como os organizadores da obra escreveram no prefácio a respeito de suas intenções, e das contribuições dos autores. Destaco: a Idade média foi no século XX o terreno privilegiado de uma renovação metodológica que associa rigor científico e imaginação, que interroga o passado por meio do presente, mas sem cair no anacronismo. (LE GOFF E SCHMITT, 1999, p. 11).

O prefácio ainda pontua, em diversos momentos, as profundas renovações pelas quais os estudos medievais foram submetidos nos últimos anos. Desta maneira, é possível notar que a historiografia francesa, da qual Guerreau é parte integrante, reconhece e reflete essas mudanças.

Poucos anos antes do lançamento do *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, somente alguns anos antes, Koselleck escreveu um artigo sobre a metodologia da História dos conceitos alemã. Em uma explicação ancorada em cinco pontos, apresenta, logo no primeiro deles, sua problemática central: a investigação dos processos de teorização dos conceitos – questão que também parece ser a preocupação central de Guerreau. De maneira ainda mais enfática, Koselleck segue sua argumentação e a aproximação com o autor francês se torna ainda mais clara, como se pode notar no seguinte trecho: “Todo conceito não é apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Um ensaio de Koselleck do ano de 2002, intitulado (em tradução livre) *O século XVIII como o começo da modernidade* parece condensar os dois pontos de convergência anteriormente mencionados: críticas à cronologia e a importância do estudo da linguagem. Ao

questionar a datação comumente aceita como o começo da modernidade, entre o final do século XV e o início do XVI, afirma que é no iluminismo do século XVIII que a modernidade tem seu início, período que pode ser identificado como “porta-bandeira” de um novo tempo. No mesmo ensaio trata também de conceitos cunhados na modernidade e que tratam de compreender épocas passadas, e assim como Guerreau, reflete a respeito da atribuição de significado ao termo “feudalismo” na segunda metade do século XIX (cf. KOSELLECK, 2002, p. 156-160 e 164). Conforme já mencionado, noções de economia, política e religião, características da modernidade são, de certa forma, tidas como critério e aplicadas a períodos longínquos como a Idade Média, por exemplo.

Partindo para as conclusões finais, acredito que as abordagens de Guerreau e Koselleck parecem convergir, e assim se apresentam como aspectos metodológicos centrais dos estudos desses dois historiadores.

Na teia do mundo contemporâneo, para o que aparenta ser um emaranhado de fenômenos com o qual a história social tem que lidar, o recurso da semântica fornece uma valiosa chave de compreensão. Mas o que não se pode perder de vista é que os estudos lexicais tem que partir de preocupações sociais e políticas, que buscam, por meio da interpretação dos usos da linguagem, uma compreensão mais ampla. E desta maneira, como o autor alemão escreve: “a história dos conceitos torna-se parte integrante da história social”. (KOSELLECK, 2006 a, p. 103)

Um aspecto metodológico preponderante consiste na importância que os dois autores dão à reflexão historiográfica em termos estruturais. É o que se nota, por exemplo, na seguinte passagem de Guerreau acerca do estudo da estrutura da Europa feudal:

Se pensamos que o historiador deve examinar minuciosamente cada grande forma de sociedade ou de civilização para tentar encontrar as articulações específicas, de maneira a explicitar seu modo de funcionamento original e poder expor assim sua dinâmica própria, não se pode omitir uma fase de crítica radical deste sistema de senso comum. (GUERREAU, 1999, p. 444).

A visão de Koselleck, por sua vez, pode ser percebida em sua resposta a uma questão a respeito do trabalho do historiador, que tem de um lado, a ênfase historicista e, de outro, a preocupação de estruturar os conhecimentos:

o historiador atual não costuma dirigir seu olhar nessa direção, e, muitas vezes, essas semelhanças de base, essas estruturas comuns, lhes passam despercebidas. O historiador comum costuma deixar de lado esses temas, pensando que são assuntos para teólogos e sociólogos, e que ele deve dedicar-se simplesmente a estudar os acontecimentos concretos, singulares, a

partir de fontes não menos singulares, como as que está acostumado a utilizar (KOSELLECK, 2006 b, p. 138-139).

É enfim, em uma chave de integração da História dos conceitos com a História social, que a análise aqui apresentada compreende a teoria do feudalismo de Guerreau. Se, por um lado temos Koselleck proferindo que a História dos conceitos “induz, portanto, questões estruturais que a história social tem de responder” (KOSELLECK, 2006 a, p. 116), Guerreau, por outro, propõe uma esquematização da “feudalidade”. E não de outra maneira poderia terminar sua obra senão concluindo: “a reflexão teórica é uma condição absoluta da actividade científica”. (GUERREAU, 1980, p. 257).

Referências Bibliográficas

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. The Eighteenth century as the beginning of modernity. In: *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Trad. Todd Pressner. Stanford: Stanford University Press, 2002.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Trad. Manuel Luis Salgado Guimarães. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

GUERREAU, Alain. *Feudalismo, um horizonte teórico*. Trad. Antônio José Pinto Ribeiro. Lisboa: Ed. 70, 1980.

_____. Feudalismo. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jacques (orgs.) *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Trad. Eliana Magnani. Bauru: Sagrado Coração, p. 437-455, 2002.

JASMIN, Marcelo G; FERES Jr., João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Ed. Loyola, 2006.

Cuvelier, a voz que conta uma história: *A Vida do Valente Bertrand Du Guesclin (±1320-1380)*

Carmem Lúcia Druciak

Mestre em Letras; Doutoranda em História*

Universidade Federal do Paraná

carmem.druciak@gmail.com

RESUMO: A fama de Bertrand Du Guesclin (±1320-1380), nobre bretão e cavaleiro de Charles V da França, muito se deve a seu primeiro biógrafo, Cuvelier e sua única obra conhecida, *A Vida do Valente Bertrand Du Guesclin*. O poema de quase 25.000 versos, escrito entre 1380 e 1385, contribuiu para divulgar, confirmar e eternizar o prestígio do cavaleiro, bem como imprimir na escrita da história a voz de seu trovador.

PALAVRAS-CHAVE: Baixa Idade Média; Escrita da História; Biografia; Cuvelier; Du Guesclin

RESUMÉ: La renommée de Bertrand Du Guesclin (±1320-1380), noble breton et chevalier de Charles V de France, se doit surtout à son premier biographe, Cuvelier et sa seule oeuvre connue, *La Vie Vaillant Bertran Du Guesclin*. Le poème d'environ 25.000 vers, écrit entre 1380 et 1385, a diffusé, confirmé et éternisé la notoriété de ce chevalier, ainsi que la voix de son trouvère dans l'écriture de l'histoire.

MOTS-CLÉS: Bas Moyen Âge; Écriture de l'Histoire; Biographie; Cuvelier; Du Guesclin

As reflexões apresentadas neste trabalho fazem parte dos primeiros frutos de nossas incursões no terreno da produção historiográfica da Baixa Idade Média, mais precisamente na França do final do século XIV e início do século XV. É válido salientar igualmente que a produção escrita de autores desse período, chegada até nós sob forma de manuscritos já transcritos em edições que ocuparam, e sobejamente, historiadores do século XIX e XX, é para o historiador contemporâneo uma fonte muito rica para a análise historiográfica sobre o período acima destacado.

É nesse sentido que buscaremos apresentar o poema *A Vida do Valente Bertrand Du Guesclin*, como uma fonte muito profícua não apenas no que se refere aos fatos históricos elencados nela, como também às circunstâncias de sua difusão que, logo após a sua composição, levaram à encomenda de uma adaptação em prosa do poema de Jean Cuvelier².

* Bolsista CAPES

² A grafia do nome de Cuvelier aparece de diversas formas conforme o manuscrito, Cuneliers; Cimeliers; Trueller; Jean Couvelier; Cuvillier, Jacquemart Cuvelier etc, adotaremos para este trabalho a grafia mais bem difundida entre os estudiosos da literatura medieval: Cuvelier. O site de referência Arlima, sobre a Literatura da Idade Média (<http://www.arlima.net>), elenca nove manuscritos, dentre eles alguns que foram desmembrados e

Primeiramente, uma breve contextualização com alguns dados biográficos do herói se faz necessária, já que nosso trovador, Cuvelier entra para a história num momento em que tanto a corte, quanto o povo franceses choravam a morte de Bertrand Du Guesclin, em 1380, em meio aos conflitos que opuseram França e Inglaterra durante a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), conflito que modificou duradouramente o equilíbrio interno da Europa, naquilo que concernia sua economia, instituições políticas e religiosas e sua cultura (CONTAMINE, 2013, p. 123), modificando também, e certamente, a mentalidade daqueles que sentiram de tão perto os efeitos dos combates. Quem foi esse cavaleiro que tanto atraiu para si o reconhecimento de seus contemporâneos, a ponto de não apenas receber honras fúnebres dignas de reis, mas também um poema para propagar sua fama, aquele que também foi chamado de “muito bom cavaleiro e que muito bem fez ao reino, mais do que outro cavaleiro que então viveu” (*Grandes Crônicas da França*, vol. 2, p. 378)³?

Nascido por volta de 1320, em Broons, na Bretanha, Bertrand Du Guesclin pertenceu ao ramo cadete de uma família da média nobreza da região. Embora fosse o mais velho dentre os dez filhos que tiveram o cavaleiro Robert Du Guesclin e Jeanne de Malemains, o jovem Bertrand não gozou de privilégios que então poderiam lhe ser atribuídos enquanto primogênito, como por exemplo, a educação dada por um clérigo e fazer companhia a seus pais à mesa em lugar de honra; aliás, segundo Cuvelier, as rugas que manteve com sua genitora se deveram justamente pelo fato de Bertrand não querer receber a instrução que a família tinha condições de lhe proporcionar, preferindo a companhia das bandas de garotos de sua faixa etária, e também o seu temperamento, quase que selvagem em comparação a seus irmãos, sendo colocado à parte durante as refeições familiares⁴. Assim, o rapaz de feições grosseiras teria preferido os jogos de combate e torneios em que contavam mais as suas habilidades e força físicas. Se cremos em Cuvelier, o jovem era intempestivo, cheio de vontades, chegando até mesmo a fugir de casa para morar com um tio em Rennes, a 50 km de sua vila natal. E foi somente quando começou a se destacar nos torneios e justas é que Du Guesclin obteve o apoio da família, principalmente de seu pai, recebendo deste o reconhecimento e a ajuda financeira para adquirir suas primeiras armas, equipamento bastante dispendioso até mesmo para o cavaleiro Robert Du Guesclin. Seguindo as regras da honra cavaleiresca, nosso herói foi de um torneio a outro obtendo êxito, derrotou mais de 14

embora sejam partes do mesmo manuscrito, hoje se encontram em bibliotecas diferentes.

³ A tradução das citações de obras em língua francesa no original é de nossa autoria.

⁴ Nos versos 118 a 123, Cuvelier relata o desabafo da mãe do cavaleiro que diz que o garoto era rude, desgracioso, desobediente, sem modos e que melhor seria se estivesse morto, pois a Deus assim já havia pedido.

adversários em uma única competição! E, em 1337, nas justas organizadas em honra às recentes núpcias de Charles de Blois e Jeanne de Penthièvre, sobrinha do duque da Bretanha, Jean III, que morre mais tarde sem deixar herdeiros, seu desempenho chamou a atenção desses nobres. Ali a carreira de Du Guesclin ganhou projeção e com o início da Guerra de Sucessão da Bretanha, em 1341, foi lembrado por Charles de Blois, sobrinho do rei da França, Philippe VI, para fazer frente a outro candidato ao ducado, Jean de Montfort que, com o apoio de Edouard III, rei da Inglaterra, inseriu a complicada sucessão bretã nas disputas entre franceses e ingleses da Guerra dos Cem Anos (MINOIS, 1993, p. 47).

Um segundo momento de nossa reflexão se dedica rapidamente à controversa classificação do texto de Cuvelier. O trovador diz, no verso primeiro, para que *ouçam* o que ele tem a dizer sobre Du Guesclin, entretanto, mais à frente, no verso 47, ao se referir à própria obra: “Logo no início de nosso bom *rommant* / Direi sobre a origem do nobre Bertrand”, o termo que destacamos em itálico poderia designar narrativa ou história, termos mais ligados à leitura. Para os estudos literários da contemporaneidade, a obra de Cuvelier pode ser classificada como uma epopeia, assim como a *Iliada* e a *Odisséia* de Homero ou ainda *Os Lusíadas* de Camões, mesmo que não haja deuses intervindo na narrativa. É claro que pelo período e local em que foi escrito, o poema pode ser uma canção de gesta, um subgênero da epopeia, que deveria ser cantada em apresentação pública segundo a “arte da oralidade e da celebração e a estética da memória” (GAUVARD et al, 2012, p. 254), mas que no final da Idade Média se transformaria em uma “canção de aventuras” que, apesar de preservar os versos, agora alexandrinos, como no caso do poema de Cuvelier, não guardava outros elementos característicos como as repetições, por exemplo. Para se referir ao poema, as edições dos séculos XIX e XX da obra de Cuvelier, optaram pelos termos “crônica” e “canção”⁵.

Prossigamos. Ao narrar os fatos, dando importância aos desejos de Du Guesclin de se tornar um bom combatente, Cuvelier manteve a atenção de seu público, ouvinte ou leitor, para o que se seguiria na trajetória do bretão. Ao controlar as expectativas do público, o trovador-historiador soube bem aproveitar suas fontes, testemunhais ou escritas, bem como usar de sua criatividade para completar as lacunas de uma história que os que estavam a sua volta provavelmente conheciam. Entretanto, ao inserir elementos em verdade maravilhosos em sua

⁵ A edição que usamos no presente trabalho é a primeira edição moderna de Cuvelier realizada por E. Charrière da Collection de Documents Inédits sur l’Histoire de France que data de 1839 e traz como título, *Chronique de Bertrand Du Guesclin*, mas há uma outra edição, mais recente: *La chanson de Bertrand du Guesclin de Cuvelier*, éd. Jean-Claude Faucon, Toulouse, Éditions Universitaires du Sud, 1990-1991, 3 t., 486, 501, 495 p.

narrativa, Cuvelier cumpre de maneira proveitosa seu papel de autor de uma canção, digna de grandes heróis: profecias de uma judia convertida; previsões da futura esposa de Du Guesclin envolvida com a astrologia; sua força descomunal; sua bondade sacrificial para com os companheiros de batalhas; o desejo de participar de uma cruzada e por fim o favor do rei. O enredo que Cuvelier tinha nas mãos era por si só garantia de sucesso, além, evidentemente, de ser bastante rentável, porque podemos supor que Cuvelier, ao empreender tamanha tarefa, durante pelo menos cinco anos, tenha sido bem remunerado, não se sabe, no entanto, por quem⁶. Faltam-nos dados que comprovem até mesmo a identidade do trovador, fora um clérigo ou um arauto? O que temos são seus 25.000 versos, e por se tratar de tema tão difundido entre seus pares, podemos dizer que Cuvelier não se arriscaria muito em relatar fatos que não fossem ao encontro do conhecimento compartilhado naquele contexto; podemos dizer ainda “que na canção de gesta nem se põe o problema da natureza referencial dos personagens, já que a palavra do trovador é a palavra da verdade” (ZUMTHOR, 1975, p. 246, apud. CAVALIERE, 2002, p. 299). Se clérigo ou não, arauto ou não, o que se sabe é que, de fato, Cuvelier foi um trovador, mas podemos considerá-lo igualmente um historiador? O seu pacto com a “verdade histórica” nos bastaria para assim o referirmos?

Continuemos um pouco ainda sobre a biografia de Du Guesclin. Ao amparar Charles de Blois nos enfrentamentos pelo ducado da Bretanha, Bertrand acabou se tornando conhecido e pelas amizades que fez durante esses anos de batalha pôde se aproximar da corte do então rei francês Jean II le Bon. Antes, porém, fora feito cavaleiro por Charles de Blois, em 1357: “Na Bretanha, viveu Bertrand, o bravo/ Muito, e Charles de Blois a quem foi sujeito/ fez-lhe cavaleiro, é o que nos dizem os escritos” (CUVELIER, versos 2092-2094, p. 77). No entanto, para Bernard Guenée, não é sem suspeitas que esses versos de Cuvelier relatam o adubamento de nosso herói por Charles de Blois e segundo essa falta de informação na história, podemos considerar o indício de que tanto para Bertrand quanto para os seus contemporâneos, a cerimônia não era mais tão importante como no século precedente (GUENÉE, 2008, p. 81 e GAUVARD et al., 2012, p. 285). Bertrand já possuía alguns bens, pois havia herdado, após a morte dos pais, as suas propriedades, era então senhor de La Motte-Broons, deixando de ser um simples escudeiro. A partir dali, conquistou novos benefícios senhoriais, sendo nomeado capitão de algumas localidades na Bretanha e na

⁶Nos manuscritos do poema de Cuvelier não há menção a um financiador, mas nos versos 21 a 25 se lê: “Aquele que o colocou em rima foi Cuvelier / E pelo amor do príncipe, que Deus o salve / A fim de que não se esqueça dos bons feitos / Do valente condestável que tanto foi corajoso / Dele fiz os belos versos nobremente ordenados”. O príncipe a quem se refere Cuvelier é Charles VI, sucessor de Charles V, o que pode sugerir que a corte francesa é que tenha sustentado o trabalho do trovador.

Normandia e governador de outras. E como também mostrou grande valentia, eficiência e foi “ousado como um leão”⁷ nos combates, podemos dizer que preencheu os requisitos para que a ele fosse concedida a cavalaria.

Os feitos, porém, mais notáveis de Du Guesclin foram sua participação na vitória de Cocherel, batalha que o projetou em definitivo no cenário francês, para além das fronteiras bretãs, em 1364, ano, aliás, em que Charles V foi coroado rei da França; sua liderança nas Grandes Companhias; sua parte na tomada de Castela por Henrique Trastâmara e o consequente assassinato de Pedro, o Cruel, em 1369. Enfim, podemos aventar que sua ótima performance durante esses anos, tenha levado Bertrand Du Guesclin, em 1370, a ser nomeado *connétable* (condestável), chefe das hostes francesas, pelo rei Charles V, alcançando o posto de máximo prestígio para um militar naquela época. Os dez anos da frutuosa parceria entre o rei e seu condestável, devolveram à França territórios que outrora haviam sido entregues à Inglaterra, segundo o Tratado de Brétigny de 1360, e colocaram Bertrand como o décimo entre os valentes da França, *le dixième preux*, tal como o apresenta o poeta, contemporâneo seu, Eustache Deschamps em sua balada sobre a morte do cavaleiro: “Espada de honra e árvore de bravura/ Coração de leão tomado de audácia/ A flor dos valentes (*preux*) e a glória da França”. Era o triunfo da fama, do reconhecimento e da popularidade sobre a origem humilde de seu nascimento (GUENÉE, 2008, p. 90).

Se podemos incluir a obra de Cuvelier entre a produção de cultura histórica da Baixa Idade Média, é porque a história da historiografia assim aponta. A encomenda da versão em prosa do poema de Cuvelier nos dá precisamente uma primeira indicação disso.

A pedido de Jehannet d’Estouteville, um trovador ou funcionário seu ou da casa de Orléans talvez, de quem não se tem nem mesmo o nome, adaptou o poema em 1387, transformando-o em o que se pode considerar uma crônica: o texto agora se apresentava em prosa e bem mais enxuto do que a obra de Cuvelier. Mas quem foi Estouteville?

Segundo um documento que oficializou uma doação feita pelo condestável Du Guesclin, em 2 de outubro de 1374, a Jehannet d’Estouteville, esse nobre era valete do rei Charles V, um escudeiro que mais tarde veio a ser “senhor de Vernon e um dos conselheiros favoritos de Louis d’Orléans”, príncipe de quem Du Guesclin havia sido o padrinho de batismo (MINOIS, 1993, p. 459). No documento de doação, Du Guesclin deixou bem

⁷ A expressão vem de Froissart, em seu Livro III das *Chroniques*, segundo o breve relato que transcreve o que haveria dito o rei ao conceder a cavalaria a 60 soldados aproximadamente, antes de uma batalha (apud. PEDRO-SANCHEZ, M. G., 2000, p. 104).

evidente ainda que as propriedades e as benfeitorias de que seria beneficiado Estouteville lhe serviriam para “melhor e mais grandemente servir ao Rei e aos seus e a nós [Bertrand] e aos nossos”. Bem, daí podemos talvez levantar a hipótese de que ao encomendar a adaptação do texto, Jehannet d’Estouteville estivesse devolvendo ao condestável certos favores, ainda que postumamente. Aliás, não é também uma simples coincidência que tenha sido o bispo de Auxerre, Guillaume d’Estouteville, irmão do escudeiro, a celebrar os funerais de Du Guesclin na abadia de Saint-Denis, cerimônia constituinte das festividades oferecidas em sua honra pelo então rei Charles VI, em maio de 1389⁸.

Se do poema de Cuvelier nos restaram nove manuscritos, da versão em prosa são pelo menos 18 cópias, algumas com iluminuras, conservadas em bibliotecas e entre colecionadores. Apenas esse dado já seria suficiente para confirmarmos a importância do texto de Cuvelier na difusão do personagem histórico Du Guesclin, logo a partir do final do século XIV, ao longo do século XV e até mesmo no século XVI, data do manuscrito da versão em prosa mais recente de que se tem notícia (VERMIJN, 2010, p. 17). Sendo assim, podemos dizer que a escrita se sobrepunha à oralidade, ao menos no que se referia à difusão de textos que, ao dedicarem-se a personagens históricos, ganhavam importância justamente por *contar* e não mais *cantar* a vida desses valentes.

As maiores obras de história são, segundo George Minois, “todas dirigidas porque são animadas pela vontade de sustentar uma tese, o que estimula também os partidários da tese oposta, e é assim que se constrói, de modo dialético, a historiografia” (MINOIS, 2008, p. 715). Que nosso poeta tenha estimulado outras obras e tenha servido de fonte a outras produções ainda na historiografia medieval, não restam dúvidas. O que a historiografia contemporânea não respondeu ainda é *se e como* cronistas de renome como Jean Froissart, Pero Lopez de Ayala e os das *Grandes Crônicas da França* fizeram uso da canção de gesta de Cuvelier ao relatar os feitos do cavaleiro.

Froissart mudou seus textos “inspirado” pelas tendências mais urgentes dos seus senhores, mas também depois de ter acesso a outras fontes, sobretudo, cavaleiros que nas diversas cortes que visitou lhe revelaram oralmente os segredos das lutas, dos banquetes, entre a apresentação performativa de um jogral, marcados tanto pelo vinho quanto pelas cicatrizes

⁸ Segundo a *Crônica do Religioso de Saint-Denis*, contendo o reinado de Charles VI, de 1380 a 1422, de 1º a 7 de maio de 1389, houve três torneios à lança, dois rituais de adubamento, o serviço fúnebre e o rito militar de oferecimento das armas do condestável. Nas palavras do cronista: “Essa pompa só se praticava ordinariamente em honra a barões e príncipes. Entretanto, os cavaleiros e escudeiros que se encontravam ali [na abadia de Saint-Denis] diziam, em alta voz, que tal honra não estava acima dos méritos do defunto; pois nenhum outro lhe era comparável”.

deixadas pelos embates (GUIMARÃES, 2013, p. 135).

É claro que as “tendências urgentes de seus senhores”, e isso valeria para todos os cronistas encarregados pelas cortes europeias, podem significar o exame de obras que circulavam entre os nobres e religiosos interessados na vida dos personagens de destaque do período. No entanto, é o “acesso a outras fontes”, de que fala a historiadora, que pode nos dar indício de que, para além da recolha de testemunhos, Froissart, em seu ateliê, no momento da reescrita e remanejamento de suas crônicas, possa ter feito uso de textos variados.

Embora se tratassem de obras encomendadas ou oferecidas aos senhores, o trabalho historiográfico empreendido por esses escritores da história é de enorme importância e eficiência. Nesse final de século XIV, em que a voz dos menestréis perdia o prestígio e não era assim tão requisitada entre a classe dominante (ZUMTHOR, 1993, p. 268), a escrita passou a ganhar novo significado: agora a escrita da história não era subjugada pelo poder do latim, mas passava a ser documentada em língua vulgar, os romances (composições em verso ou prosa, ainda de fundo lírico) e as crônicas, em prosa. É nesse contexto de transição, progresso e vulgarização da cultura histórica que se insere a obra de Cuvelier, escrita em francês antigo.

Nós hoje, historiadores da contemporaneidade, que temos acesso à vasta documentação historiográfica, deveríamos não mais olhar com condescendência os nossos pares do medievo, a ponto de considerá-los ingênuos contadores de histórias. Há que se considerar sim uma continuidade do esforço histórico em conservar e dizer o passado (GUENÉE, 2011, p. 367). Que a voz de Cuvelier nunca tenha sido ouvida ao recitar seus versos em uma performance trovadoresca, é bastante provável. No entanto ela sussurra, ou melhor, ecoa ainda agora nos ouvidos de pesquisadores dispostos a atentar ao que ela tem a oferecer, seja como fonte, seja como inspiração de escrita. Devemos nos perguntar “até onde podemos trabalhar a língua permanecendo historiadores? Isso é um limite propriamente estilístico para além do qual se quebra o pacto de crença específica que une implicitamente um livro de história a seus leitores?” (BOUCHERON, 2011, p. 53). E assim completamos um círculo de análise, inspirados em Paul Ricoeur: em nosso encontro com o medievo enquanto leitores de Cuvelier, ele bem nos serve como produto de uma cultura historiográfica narrativa, mas e a nós, o que cabe comunicar aos nossos leitores ao nos aproximarmos deles com nossos textos? Seremos capazes de tornar a história que escrevemos falante para além do tempo? (REVEL, 2010, p. 215).

Referências bibliográficas das fontes

Chronique du religieux de Saint-Denys : contenant le règne de Charles VI, de 1380 à 1422. Tome I. Publié en latin pour la première fois et traduit pour le français par Louis Bellaguet. Paris : Imprimerie de Crapelet, 1839-1852.

CUVELIER, *Chronique de Bertrand Du Guesclin* par Cuvelier, Trouvère du XIV^e siècle. Publiée pour la première fois par E. Charrière. Collection de Documents Inédits sur l'Histoire de France Publiés par ordre du Roi et Soins du Ministère de l'Instruction Publique, Première Série – Histoire Politique, 2 Tomes. Paris: Firmin-Didot, 1839.

DESCHAMPS, E. *Oeuvres complètes de Eustache Deschamps* : publiées d'après le manuscrit de la Bibliothèque nationale par le marquis de Queux de Saint-Hilaire et Gaston Raynaud. Paris: Firmin-Didot, 1878-1903. Vol. 4.

Donation à Jehannet d'Estouteville / par Bertrand Du Guesclin ; publié par P. Verdier 1880-1900.

Grandes Chroniques de France – Chronique des règnes de Jean II et Charles V publiée pour la Société de l'Histoire de France, R. Delachenal. Tome II – 1364-1380. Paris: H. Laurens, 1910-1920.

LOPEZ DE AYALA, P. *Cronicas de los Reyes de Castilla don Pedro, don Enrique II, don Juan I, don Enrique III*, con las emiendas del secretario Geronimo Zurita, 2 Tomos. Madrid: 1779-1780.

The online Froissart – site Internet – www.hrionline.ac.uk . Site de referência sobre Jean Froissart.

Referências bibliográficas de estudos

BOUCHERON, P. On nomme littérature la fragilité de l'histoire. *Le débat*, Paris, n. 165, p.41-56, mai/août 2011.

CAVALIERE, M. *As coordenadas da viagem no tempo*. Tese (Doutorado em Letras). Stockholms Universitet, Estocolmo, 2002. 349 p.

CONTAMINE, P. *La guerre de Cent Ans*. 9^e ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2013 [1968], 123 p.

GAUVARD, C., LIBERA, A. e ZINK, M. *Dictionnaire du Moyen Âge*. 4^e ed. Paris : PUF, 2012 [2002], 1548 p.

GUENÉE, B. *Du Guesclin et Froissart*. La fabrication de la renommée. Paris: Tallandier, 2008, 237 p.

_____. *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris : Flammarion, 2011 [1980], p. 364-367.

GUIMARÃES, M. L. Aljubarrota (1385) e as vozes que fundam a lembrança. In: _____

(org.) *Por São Jorge! Por São Tiago!* Batalhas e narrativas ibéricas medievais. Curitiba : Ed. UFPR, 2013, p. 121-156.

MINOIS, G. *Du Guesclin*. Paris: Fayard, 1993. 518 p.

_____, *La guerre de Cent Ans*. Paris: Perrin, 2010 [2008]. 804 p.

PEDRO-SÁNCHEZ, M. G. *História da Idade Média – textos e testemunhas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

REVEL, J. Recursos narrativos e conhecimento histórico. In: *História e historiografia: exercícios críticos*. Trad. Carmem L. Druciak. Curitiba : Ed. UFPR, 2010, p. 205-233.

RICOEUR, P. *Temps et récit*. Paris: Ed. du Seuil, 3 v., 1983-1985.

VERMIJN, Y. *Chacun son Guesclin : la réception des quatre versions de l'oeuvre de Cuvelier entre 1380 et 1480*. Dissertação (Master em Letras) – Université d'Utrecht, 2010. 108 p.

ZUMTHOR, P. *A letra e a voz: a literatura “medieval”*. Trad. Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 265-286.

Remédios Santos ou Santos Remédios? Uma prática dos Mosteiros Medievais

Mirtes Emília Pinheiro
Doutoranda
FALE/UFMG
Militapinheiro01@gmail.com

RESUMO: Neste artigo pretendemos fazer um levantamento das práticas médicas, utilizadas nos mosteiros, adquiridas de seus antepassados e ou contemporâneos visando o bem estar da população medieval. Pode-se dizer que na Idade Média os jardins eram os locais mais aprazíveis e certamente o mais visitado nas casas e mosteiros.

PALAVRAS CHAVES: Idade Média; mosteiros; monges; jardins; ervas medicinais.

ABSTRACT: In this article we intend to make a survey of medical practices used in monasteries acquired from their ancestors and or contemporaries, tending the welfare of the medieval population. Since the Middle Ages it is possible to say that the gardens were the most delightful and certainly the most visited place in the houses and monasteries.

KEYWORDS: Middle Ages; monasteries; monks; gardens; medicinal herbs.

Na Idade Média a cura das enfermidades do corpo se confundia com a cura das enfermidades da alma. Eram tempos difíceis em que faltavam médicos e enfermeiros, por isso era necessário que cada um cuidasse dos seus doentes e inválidos, ou então recorressem a práticas de curandeirismo praticado, sobretudo pela população mais pobre.

Os jardins eram espaços aprazíveis e certamente o mais visitado nas casas e nos mosteiros. Não nos referimos aqui apenas ao cultivo de hortaliças e/ou legumes. Em geral, nos jardins se cultivavam um pouco de quase tudo, como por exemplo, nabo, grão-de-bico, fava e lentilha.

As ervas cultivadas nos mosteiros eram usadas de diversas formas: chás, licores, elixires, poções, unguentos, pomadas, enfim, uma gama variada de utilidade. A manipulação, o preparo e a aplicação destes remédios ficavam a cargo dos monges e monjas.

Tido como um lugar de repouso íntimo, o trabalho realizado nos jardins almejava o desenvolvimento espiritual do indivíduo, porque o vínculo que o jardineiro estabelece com a terra e a produção de alimentos que reforçam sua saúde são de natureza ao mesmo tempo física - pelo suor vertido - e sensível, pela atenção dedicada ao crescimento das plantas.

Além do cuidado com o cultivo de hortaliças, que certamente enriqueciam o cardápio, recomendava-se entre os monges reservar alguns canteiros para ervas medicinais como a

“aurônia que cura gota, o funcho que detém a constipação, a tosse e as moléstias da vista, o cerefólio para estancar as hemorragias e o absinto para conter as febres”, (ARIES, 2009, p.427) constituindo com isto, uma verdadeira farmácia.

Tanto as delícias das sobremesas quanto os remédios saíam desses jardins plantados, cultivados e cuidados pelos monges, embora o plantio e o cultivo do jardim, do pomar e do herbário não fosse prerrogativa exclusiva dos mosteiros, pois cada habitação incluía e protegia suas hortas, pomares e quintas. Nesses locais, o solo não era deixado em repouso como era prática comum na Idade Média sendo constante o cultivo de hortaliças para a alimentação e ou remédios.

Nesses tempos era necessário proteger-se mutuamente. O monge adquiriu prestígio exatamente pelo fato de às vezes optar por viver sozinho, trazendo em si o ideal da simplicidade. Ele chegou a esse status porque em primeiro lugar renunciou resolutamente ao mundo, e por um ato de anachôresis, retirou-se para a vida no deserto: é um "anacoreta".

Os eremitas solitários ou até mesmo grupos deles, se instalavam nas terras inexploradas e muitas vezes hostis como, por exemplo, as florestas ou os pântanos ao redor das cidades e dos vilarejos. Os adeptos da nova religião sentiam necessidade de recolhimento espiritual, afastando-se do convívio com os demais. Agindo desta forma, criam ao seu redor uma onda de misticismo, que os transformam em homens santos sendo, portanto, procurados pelas pessoas que desejavam se curar tanto de seus males físicos, quanto espirituais.

A primeira experiência de um clero regular, submetido a uma regra de conduta, se deu com São Bento. Elaborada em 534 a regra beneditina apresenta com clareza e simplicidade a forma de conduta de seus membros. Embora tenha conservado grande estima pela vida ermitã e pela tradição antiga do monaquismo, São Bento incentivava, sobretudo, o trabalho manual, preparando os mosteiros para a autossuficiência.

De acordo com a regra beneditina, a vida do monge transcorre em função do princípio do *ora et labora*. Oração e trabalho numa dupla forma de alcançar Deus, uma vez que rezar é combater as forças malignas, contribuindo para a salvação, não apenas da alma do próprio monge, mas também de toda a sociedade; e trabalhar é afastar a alma de seus inimigos, como por exemplo, a ociosidade e o enfado, é alcançar através desta forma de ascese uma fonte de alegria. Tanto quanto o trabalho manual, o intelectual, a leitura de textos sagrados, prepara a alma para a oração. Desta forma, orar é uma forma de trabalhar, trabalhar é uma forma de orar.

Os mosteiros são vistos como réplicas da morada celeste. Deste modo, pretendiam ser

neste mundo a projeção do mundo divino. Mas ao mesmo tempo, do lado de fora, era o tempo do reino, da violência e do pecado, o ‘século’.

Assim, os mosteiros se apresentavam como “cidades fechadas”, cercadas de muros, com um “claustro” (*claustrum*), com uma única porta e acesso controlado. Tal fato apresenta os monges como privilegiados aos olhos da população, que os veem como mediadores entre os homens e Deus, pois entrar para a vida religiosa significa, sobretudo, renunciar à vida mundana. Este pormenor poderá ser muito útil tanto para a vida cotidiana como para a vida no além, pois:

Esses homens, que criaram espaços sagrados, mosteiros, igrejas, terras de asilo, que são os guardiães das relíquias dos santos, os portadores de livros sagrados e que se abstêm de sexo, afastaram-se do resto da população. Assim da maneira mais ou menos consciente, alimentam a confusão entre *sacer* e *sanctus*, entre tabu e santificado. [...] o retorno voluntário do clero à velha pedagogia do medo e do temor, única eficaz contra uma violência desenfreada, acentuou a impressão de que a Igreja era detentora do sagrado. (ARIES, 2009, p. 527)

A crença na solidariedade e na responsabilidade permeava a sociedade medieval. Quando um indivíduo cometia um crime, era como se de certa forma atingisse a todos, uma vez que a ação de uma única pessoa podia condenar a todos. No entanto, havia os monges que com sua vida ilibada, eram os encarregados de promover o bem, viver de forma santificada com pureza de alma, praticando abstinência e penitências que serviriam para resguardar a comunidade inteira. Outra missão atribuída a eles era a de desviar, através de sua conduta impecável, de seus atos e gestos, a ira divina e, ao mesmo tempo angariar favores e graças dos céus e distribuí-las aos demais.

O grande centro civilizador da Alta Idade Média foi sem dúvida o mosteiro, com suas oficinas e a biblioteca, onde ficaram guardados alguns exemplares de textos antigos, muitos dos quais reproduzidos pelos monges, constituindo assim um repositório de cultura intelectual, um centro de produção e um foco de vida espiritual frequentemente abalizado pelas relíquias de um santo.

Conforme crescia a influência do cristianismo, aumentava a distância entre a Igreja e o curandeirismo, ou entre a religião popular e a religião dos clérigos. Isto ocorria devido ao aspecto mágico ou místico e outras práticas não condizentes com a nova doutrina cristã, praticada pelos camponeses. Os encantamentos e as simpatias que eram utilizadas junto com ervas e outros remédios foram substituídos por rezas e preces cristãs.

Para entendermos a relação doença *versus* cura na Idade Média lembremos que a doença era vista como uma forma de punição, significando claramente o status de pecador do

doente, visto como um ser momentaneamente abandonado por Deus. Todavia a crença comum de que a doença era uma punição pelos pecados cometidos era o maior entrave aos tratamentos, assim como a busca da cura para as doenças. O que se esperava do cristão, era que a enfrentasse com brio.

Por outro lado, o restabelecimento da saúde implicava uma reconciliação e uma oportunidade de redenção dos pecados. A doença era, com efeito, percebida como a marca do pecado. Aqueles que foram atingidos por ela deviam ser afastados até a purgação. Desta feita, o hospital medieval muitas vezes era uma simples casa de acolhimento e um espaço reservado para o desenlace do indivíduo. “A enfermaria [era] igualmente um crivo, um lugar de espera: uma parcela da comunidade aí se encontra [va] por um momento isolada, porque maculada”. (ARIES, 2009, p.63)

O hospital medieval se constituía, portanto como uma instituição fundamentalmente eclesiástica, cuja função primordial era a de oferecer assistência médica e social aos pacientes. Enfermos de toda natureza buscavam ali um refresco para suas doenças, pois eram de certa forma, excluídos da sociedade, como os indigentes, os loucos, os inválidos, as prostitutas, etc. Os hospitais serviam ainda de abrigo aos viajantes e peregrinos que estavam de passagem pela região.

Uma vez que a doença podia ser considerada como um sinal da ira divina, era mais seguro que a profilaxia e a medicação ficassem a cargo dos representantes de Deus na terra, ou seja, os clérigos que, juntamente com algumas mulheres, cuidavam dos doentes e moribundos. A prática da caridade podia ser considerada uma forma de angariar bônus para a salvação da alma. Tal fato pode ter contribuído para o aumento com os cuidados dispensados aos enfermos.

Uma forma usual de curar e combater as doenças era incentivar às práticas de penitências e peregrinações a lugares santos. O curador por excelência era Jesus e seus milagres dão testemunho disto. Além dele, outros intermediários eram solicitados: os santos e as santas que passaram a ter um lugar especial neste universo em virtude dos milagres que realizavam, desempenhando assim um papel importante na vida espiritual, constituindo um dos mais importantes meios de comunicação entre este mundo e o além. Logo, a ideia de que Deus continuava a revelar-se aos homens através de milagres encontrava-se presente em todos os espíritos. Quantos aos fieis, os milagres que desejavam eram, sobretudo os de cura: restituir a visão aos cegos, desobsessão dos possessos, fazer caminhar os coxos. Uma vez que o mal físico é obra do diabo, a cura milagrosa só podia vir de Deus.

O corpo do santo protege o local onde ele está ou foi sepultado e os seus fragmentos e relíquias são utilizados como talismãs para curar doenças e enfermidades e têm uma atuação semelhante à do médico. Aos poucos se criam especificações para as intervenções deles, de tal forma que “os santos curandeiros acabam por substituir-se aos deuses e aos heróis da Antiguidade”. (LOT, 1985, p. 343) Havia santos incumbidos de promover a cura de diversas doenças, cada um com uma especialidade e especificidade.

As curas de doenças eram vistas como milagres, desta forma a devoção aos santos milagreiros cresceu expressivamente. Os santos viveram uma vida terrena, mas venceram as tentações da carne tornando-se dignos de intermediarem a salvação entre Deus e os homens. Assim como um vassalo que não se sentia à vontade perante o seu Senhor, também o fiel podia optar por pedir a intercessão de um santo, interlocutores entre os dois mundos - Céu e Terra – ao invés de se dirigir diretamente ao Pai Criador, pois os santos viveram em meio aos homens e ao pecado e, no entanto, resistiram a ele. Por isso, havia a crença na sua intermediação.

Abaixo dos santos e promovendo uma medicina caritativa estavam os monges, especialistas em botânica. “Os monges médicos descrevem bastante bem as manias agudas ou depressivas ligadas à epilepsia e que colocavam, para os religiosos, o problema das possessões diabólicas”. Creditavam a esses fenômenos a intervenção demoníaca e a ação de forças malignas, considerando “os possuídos como doentes infectados mental e fisicamente”. A expulsão do demônio do corpo e da vida de uma pessoa é acompanhada de “humores viciados ou purulentos, às quais se seguem exalações pestilentas”. Numa época de medos e incertezas “a doença e, sobretudo, a loucura eram combatidas por meio de exorcismos, acompanhados por sinais da cruz, destinados a expulsar o demônio, a origem de todo o mal físico ou moral”. (VAUCHEZ, 1995, p. 32) Assim, a medicina medieval cresceu ligada à Igreja.

A confiança da população em relação aos medicamentos oferecidos pelos monges tem relação com a aura de santidade que emanava dos mosteiros. Uma vez que os monges representavam Deus na terra, certamente os remédios manipulados por eles teriam uma ação mais efetiva. Os religiosos assumiram o controle da arte de curar, utilizando para isto medicamentos, em sua maioria, provindos da sabedoria popular.

Outro fator a ser considerado quando o ponto é saúde pública, entendida aqui como saúde da população desguarnecida de recursos, é em parte, o descaso ou o descomprometimento dos nobres para com seus protegidos. Eram eles quem deveriam se

preocupar e se ocupar com este assunto, uma vez que a descentralização política do período dava-lhes amplos poderes e estes camponeses muitas vezes estavam instalados nos seus domínios. No entanto, o desinteresse e o descaso corroboram para que o clero tome para si este encargo, sob pena de que um flagelo maior assale a todos, uma vez que algumas doenças são contagiosas. Hospícios, hospitais, orfanatos, até mesmo hospedarias, constituem os anexos das igrejas e dos mosteiros.

Havia várias as recomendações para se obter, manter e conservar a saúde, no entanto, as mais usuais eram a prática do jejum e as penitências. Não obstante, em casos de doenças indicava-se o uso de medicamentos. As especiarias, usadas com a finalidade de dar sabor aos alimentos, eram também usadas na fabricação de remédios.

Esta confusão feita entre alimentação e a absorção de produtos farmacêuticos relaciona-se com o pensamento médico desta época, que prefere tratar com regimes adaptados a cada doente, a utilização de plantas ou de produtos animais simples, em lugar de recorrer a composições complexas e onerosas. As formas como os medicamentos se apresentavam no período medieval eram bem variadas. Havia remédios para diversos fins como, por exemplo:

“águas” ou destiladas de plantas, poções – denominadas “medicinais”, frequentemente dotadas de virtudes laxantes - “xaropes”, de consistência viscosa, formados por um volume concentrado fortemente açucarado em água, vinho ou vinagre, “julepo” compostos de água destilada cortada com xarope, “electuários”, mais ligeiro do que os xaropes, diversos “pós” dos quais infelizmente se desconhece a composição exata, “pílulas”, “pastilhas de mascar” e até supositórios.

Entre os produtos para uso externo, citemos as pomadas, os emplastros e outros unguentos e bálsamos. Acrescentados a algumas substâncias elaboradas conhecidas, constituem seguramente uma ínfima parte dos remédios utilizados para fins médicos. (LE GOFF, 1997, p.216)

Numa época de escassez e perigos constantes, era necessário e importante ter um acervo de plantas para a manipulação de medicamentos à disposição do médico ou do curador.

A cura ou a melhoria de saúde era mais fácil de ser obtida pelas pessoas mais prósperas, que podiam contar com a ajuda de um médico e de sua família. Para os menos afortunados, a alternativa era valer-se da caridade pública e esta era encarnada pelas instituições hospitalares. “A história do conhecimento das plantas medicinais é indissociável do conhecimento das plantas em geral, e a “botânica” foi, durante muito tempo, assunto de curandeiros, médicos e boticários”. (LE GOFF, 1997, p.347)

Embora o jejum, a sangria e o uso de chás fossem prescritos aos doentes, a indicação de um cardápio alimentar para cada um deles variava conforme sua situação. Se este doente

fosse um monge “já não lhes era proibido comer carne, considerada reconstituidora do sangue, do fogo de seu corpo débil”; no entanto, a consideração em relação ao seu estado de doença era análoga ao dos demais cristãos: “se estavam doentes, é que eram pecadores; deviam, portanto purificar-se por meio de práticas penitenciais”. (ARIES, 2009, p. 63/4)

Não se sabe ao certo em que época os monges que cultivavam as ervas medicinais resolveram adicionar algumas à aguardente, inventando assim o licor. Embora possa parecer estranho esse procedimento vindo de religiosos, lembramos que o vinho foi sempre uma bebida permitida, pois combinava bem com suas refeições simples, constituídas essencialmente por pão, ovos, queijo e peixe, e o próprio Cristo o usou na Última Ceia.

O cultivo de plantas e de ervas medicinais não era exclusividade dos monges e tampouco dos mosteiros. Entretanto, a manipulação delas, sua transformação em remédios e medicamentos para as mais diversas finalidades e usos terapêuticos, poderia trazer mais conforto e segurança à população abandonada à própria sorte, não fosse o cuidado e a caridade praticada pelos monges. Ao seguir o exemplo de Jesus que pregava o amor ao próximo como a si mesmo, os monges e monjas traduziam em ação os ensinamentos do Filho de Deus.

Bibliografia:

ARIES, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada* / [coleção dirigida por] Philippe Aries e Georges Duby. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. 5 v. 505 p.

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

DUBY, Georges. *Economia rural e vida no campo no Ocidente Medieval*. Lisboa: Ed. 70, 1987-88. 255p.

FRANCO JUNIOR, Hilário. *A Idade Média e o nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 202p.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. 399p 2v.

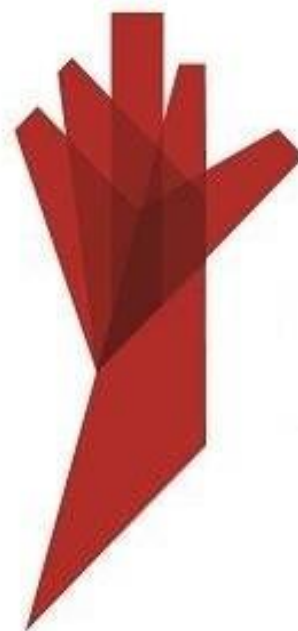
_____. *As doenças têm histórias*. Lisboa. Ed. Terramar, 1997. 368p.

LOT, Ferdinand. *O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1985 455 p. (Lugar da História)

VAUCHEZ, André. *A espiritualidade da Idade Média ocidental: séc. VIII-XIII*. Lisboa: Estampa, 1995. 224p. (Nova História; 26)

Simpósio Temático 15

Patrimônios Culturais



Coordenadores:

Adebal de Andrade Júnior

Doutorando em Antropologia Cultural - UFRJ
adebaldeandrade@gmail.com

Luís Gustavo Molinari Mundim

Mestre em História Social da Cultura - UFMG
luismolinari@gmail.com

Sara Glória Aredes Moreira

Mestre em Ciências Sociais - PUC-MG
saraaredes@gmail.com

Olga Pisnitchenko

Doutoranda em História - UFMG
pishnitchenko@gmail.com

Apropriação do patrimônio urbano: O caso da Praça da Estação

Elena Lucía Rivero

Graduada em História;

Mestranda em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

EA – UFMG

elenaluciarivero@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar o modelo de apropriação do patrimônio urbano proposto para a Praça da Estação, Belo Horizonte. Interessa-nos analisar quais as noções de memória, história e documento que aparecem atreladas à preservação do patrimônio urbano, assim como as principais características do modelo de preservação proposto no I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação (1981).

PALAVRAS-CHAVE: Preservação; Patrimônio urbano; Praça da Estação.

RESUMEN: El presente artículo tiene como objetivo analizar el modelo de apropiación del patrimonio urbano propuesto para la Plaza de la Estación, Belo Horizonte. Nos interesa analizar cuáles son las nociones de memoria, historia y documento que aparecen vinculadas a la preservación del patrimonio urbano, así como las principales características del modelo de preservación propuesto en el I Encuentro por la Revitalización de la Plaza de la Estación (1981).

PALABRAS CLAVE: Preservación, Patrimonio urbano, Plaza de la Estación.

Sobre os modelos de apropriação do patrimônio urbano.

A valorização do passado das cidades é uma característica comum às sociedades desta virada de milênio. No que diz respeito a “países novos”, como o Brasil, essa tendência é inédita e reflete uma mudança significativa nos valores e atitudes sociais até agora predominantes. Depois de um longo período em que só se cultuava o que era novo, período que resultou num ataque constante e sistemático às heranças vindas de tempos antigos, eis que atualmente o cotidiano urbano brasileiro vê-se invadido por discursos e projetos que pregam a restauração, a preservação ou a revalorização dos mais diversos vestígios do passado. A justificativa apresentada é invariavelmente a necessidade de preservar a “memória urbana” (ABREU, 2011, p.19).

Como expressa Abreu (2011) observam-se na atualidade uma série de discursos e projetos que visam à preservação e revalorização dos “vestígios do passado” com o intuito de preservar a “memória urbana”. Consideramos que, em Belo Horizonte, o I Encontro pode ser analisado como exemplo desse tipo de iniciativas. Entendemos também que essas iniciativas configuram modelos de apropriação do patrimônio urbano que foram mudando no tempo, incorporando novas perspectivas e dimensões. Nesse sentido, é importante, em primeiro lugar,

que contextualizemos os diversos modelos de apropriação dos espaços urbanos como patrimônio no Brasil.

Há, na literatura sobre o tema, um consenso de que a década de 1980 significou uma série de mudanças nos modelos de intervenção em sítios históricos e áreas urbanas. Segundo Motta, o período 1970-1990 significou um avanço “quando o valor simbólico estritamente visual que orientava as ações iniciais de preservação no Brasil foi substituído pelo valor documental” (p. 264). A autora estabelece uma periodização dos modelos de intervenção, desde o modelo *inicial* (1937-1970) passando pelo modelo *intermediário* (1970-1990) até chegar ao atual modelo, denominado pela autora como modelo *globalizado*.

Em relação ao modelo inicial, Motta diz que:

Os trabalhos iniciais de preservação do patrimônio cultural no Brasil [...] pautavam-se sobre a ideia de *unidade nacional* para a construção de uma nação moderna [...] Eles foram dirigidos por uma maioria de arquitetos modernistas, que identificavam edificações e sítios urbanos do período colonial como referência de uma única identidade para a nação, por acreditarem que aquela arquitetura representava a primeira expressão “autenticamente” brasileira, o “abrasileiramento” das construções portuguesas (p. 264).

Essa conceituação começa a ser ampliada na década de 1970, dando lugar ao modelo intermediário e ao que Leite (2007) denomina como o deslocamento do eixo da nação para as cidades e para a valorização do patrimônio como recurso de desenvolvimento das cidades históricas. No modelo intermediário,

O patrimônio despiu-se do valor simbólico nacional, passando a servir como apoio à luta de um meio ambiente urbano menos adensado, contra a especulação imobiliária [...] Embora essa luta fosse o principal motor das mudanças no Brasil, também as lutas travadas internacionalmente pelo respeito à diversidade cultural no pós-guerra e o despertar de um interesse para uso do patrimônio por seu potencial econômico – especialmente por meio da indústria do turismo- influenciaram as transformações que se iniciam no período (p. 255-256).

Algumas das principais características desse modelo são: associação do tema da preservação com a qualidade de vida, a manutenção da escala urbana e a adoção da ideia de *ambiência* – o que possibilitou a inclusão de outros estilos. Na década de 1980 há um novo avanço, o entendimento de patrimônio como documento, “com base na concepção de cidade-documento ou de monumento-documento, os trabalhos foram estruturados na distinção da materialidade dos objetos das informações que pudessem conter” (p. 267). Segundo Motta,

[...] estabeleceu-se uma linha de trabalho que representou um rompimento com a perspectiva estritamente visual, fachadista ou das características de estilísticas, possibilitando outras maneiras de valoração dos bens culturais,

na medida em que esses bens eram considerados fontes documentais, buscando a leitura de significados contidos em suas formas. Ampliavam-se, dessa maneira, as possibilidades de apropriação do bem cultural como referência de identidade, independentemente de uma determinada estética. A construção simbólica foi, então, ampliada pela possibilidade de leitura da forma urbana (p 267).

Diferentemente deste período, Motta estabelece que, no atual modelo globalizado, a noção de cidade-documento vem sendo enfraquecida. No modelo globalizado o objetivo é atingir um consumidor que deve usar o bem cultural como uma mercadoria ou como apoio ao consumo de outras mercadorias, operação que desloca funções e relações históricas sempre que necessário, em nome do consumo. Segundo Motta, esses projetos estão “orientados por estratégias que visam a sua apropriação para o consumo visual, envolvendo seu enobrecimento e seu uso como produtos, na disputa entre cidades em um mercado globalizado” (p 257).

O I Encontro pela revitalização da Praça da Estação.

Interessa-nos em primeiro lugar identificar, nesse processo de apropriação da praça enquanto patrimônio urbano, os motivos da seleção, o tratamento proposto para o espaço e as representações simbólicas atreladas ao espaço. Como expressa Motta (2000),

O patrimônio – seja ele artístico, histórico ou cultural – é o resultado de uma seleção diante de objetivos e projetos específicos. A escolha de um determinado patrimônio, assim como as opções para seu tratamento, não são atos desinteressados: dependem do ponto de vista da seleção, do significado que se deseja atribuir aos objetos e do uso que se quer fazer deles. São ações inseridas em contextos históricos, socioeconômicos e culturais específicos, que também devem ser observados para seu entendimento (p. 260).

Analisaremos em primeiro lugar a pauta de trabalho do I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação¹ publicada no relatório “Praça da Estação: origem e destino”. O Encontro abrange três dias ao todo, tendo sido realizadas reuniões em 12, 13 e 14 de agosto de 1981. No relatório, constam as atividades desenvolvidas, sínteses das reuniões, debates e palestras

¹ O Encontro foi convocado pelo Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-MG), representado por sua diretoria e por uma comissão denominada Grupo de Defesa do Patrimônio Natural e Cultural, e contou com a participação de vários órgãos, demonstrando, além da diversificação dos atores e interesses presentes/envolvidos na preservação da Praça, a necessidade de articulação entre os diversos organismos para levar adiante projetos de preservação do “patrimônio urbano”. Participaram do Encontro: a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana (PLAMBEL); a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SMCEL); a Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EAUFMG - representada então pela professora Suzy Pimenta de Mello); a Fundação Roberto Marinho; a Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG); a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Minas Gerais (FAFICH-MG); o Conselho Estadual de Cultura; a Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte (METROBEL); a Secretaria Municipal de Comunicação e Obras; Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP); a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU); a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT- Brasília) e a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA).

proferidas nesses três dias. Consideramos que o relatório “Praça da Estação: origem e destino” constitui-se num documento de grande valor para analisar de que maneira o espaço é concebido enquanto patrimônio urbano da cidade e quais são as representações atreladas ao espaço.

O encontro foi articulado em torno de três seminários: “Aspectos culturais do Conjunto Praça da Estação”; “Os agentes Municipais e Metropolitanos de Planejamento e Execução de Obras Públicas e o Conjunto Praça da Estação” e, “Os Agentes Federais de Planejamento e Execução de Obras Públicas e o Conjunto da Estação”.

Na abertura do seminário, o então presidente do IAB/MG, José Carlos Laender de Castro, expressou as motivações e os objetivos da realização do encontro:

A ausência de discussão de uma política que defina diretrizes para a área da PRAÇA RUI BARBOSA levou o IAB/MG à realização deste I ENCONTRO PRAÇA DA ESTAÇÃO: ORIGEM E DESTINO, dentro da temática BELO HORIZONTE ONTEM, HOJE, AMANHÃ. A finalidade é propiciar à classe de arquitetos, às entidades técnicas e culturais e, principalmente ao povo, o grande usuário da PRAÇA, a discussão e o conhecimento dos problemas gerais e específicos que nela intervêm, bem como, através de um debate democrático e aberto, estabelecer subsídios para sua preservação [...] (Encontro..., 1981, p.8-10).

As principais questões levantadas nos seminários inscrevem-se no contexto geral marcado pelo crescimento da cidade, pela expansão física desordenada e pelos impactos destes fenômenos no tecido urbano. É importante lembrar aqui que a urgência em instalar a questão da preservação se explica pela ameaça de descaracterização da Praça da Estação pela implantação de uma estação do trem metropolitano. O conflito preservação *versus* desenvolvimento está presente em vários depoimentos e se constitui em uma problemática transversal do Encontro. De um modo geral, as problemáticas relativas à Praça da Estação são abordadas como parte das transformações, planejadas ou não, do ambiente construído, dos problemas da cidade e de um desenvolvimento entendido como “modernização da sociedade, em sentido capitalista e ocidental”. (De Souza, 2010, p. 60). Como expressou o professor Jarbas Medeiros,

Não vemos e não entendemos porque o progresso e o desenvolvimento econômico e social tenham que ser necessariamente destrutivo e predatório. Somente isto já justificaria fundada desconfiança no sentido das palavras progresso e desenvolvimento. (Encontro..., 1981, p 14-15)

Outro depoimento reforça essa ideia:

As autoridades constituídas, o povo e seus representantes no poder, todos juntos, tem de lutar visando preservar o nosso patrimônio artístico e cultural da destruição como tributo do progresso. Não podemos admitir a destruição

da memória e das mais caras tradições de Belo Horizonte. O problema urbano hoje é de todos e somente com a conscientização de todos poderá a cidade ser devolvida a seus cidadãos, libertando-os da escravização do progresso desordenado e desumano. A praça da Estação deve ser defendida contra sua descaracterização, para que não ocorra com aquele logradouro público caro de lembranças ao belo-orientinos, o mesmo triste de importantes peças arquitetônicas da cidade [...] (Encontro..., 1981, p 13-14).

É a partir da tomada de consciência do impacto das transformações operadas na cidade, das consequências de um tipo específico de desenvolvimento, que se impõe a necessidade de criar mecanismos para preservar o patrimônio cultural da cidade. Como expressa Choay,

Quer o urbanismo se empenhasse em destruir os conjuntos urbanos antigos, quer procurasse preservá-los, foi justamente tornando-se um obstáculo ao livre desdobramento de novas modalidades de organização do espaço urbano que as formações antigas adquiriram sua identidade conceitual. A noção de patrimônio urbano histórico constituiu-se na contramão do processo de urbanização dominante (Choay, 2006, p.180).

Propõe-se, assim, um planejamento urbano, uma forma de conceber o espaço que abranja a questão da preservação. A questão dos transportes e os programas de melhorias das condições de circulação são também mencionados como um dos principais fatores de maior impacto para as áreas de valor histórico. Citando as palavras do Ministro do Transporte, o engenheiro Eliseu Rezende, o presidente do IAB/MG expressou:

A política brasileira de transportes urbanos passará a ser formulada de acordo com os programas de conservação do Patrimônio Histórico, já que os programas visando à melhoria das condições de circulação e do transporte coletivo operam significativas intervenções no traçado das cidades e, frequentemente, nos setores onde se localizam as áreas de valor histórico (Encontro..., 1981, p. 10).

Institucionalizar a preservação da memória.

Observamos também que a questão da preservação do patrimônio implica também uma discussão sobre os arranjos institucionais, sobre a cidade como um todo e sobre *como* e *por que* é preciso preservar. Neste sentido, a discussão extrapola a percepção do patrimônio como uma operação técnica para abordá-la como uma questão política e controversa. Assim, são colocadas questões relativas à necessidade de estabelecer políticas e diretrizes de preservação do “patrimônio urbano” e da memória ao nível municipal. Nesse processo, o poder público é interpelado a assumir seu papel na tarefa de institucionalizar a preservação da memória, criar os instrumentos legais que permitam concretizar as diretrizes. Nesse contexto se inscreve o envio à Câmara Municipal do projeto de lei que cria o Conselho Municipal de

Tombamento; segundo Dr. George Norman Kutova, então Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esporte,

há, assim, necessidade de uma legislação específica a fim de que os bens de valor municipal que não tenham valor estadual ou nacional, possam ser efetivamente tombados, e o município é o responsável pelo tombamento de bens municipais (Encontro..., 1981, p.12).

A questão da preservação aparece fortemente ligada, de um lado, a uma noção de institucionalizar a preservação da memória da cidade, e, de outro, à necessidade de propor novos usos para os prédios. Esse processo, que denominamos “instrumentalização da memória do lugar”, tem como objetivos a luta contra o apagamento/esquecimento de uma determinada história da cidade de Belo Horizonte e também a valorização dessa história. Como ficou expressado no Encontro,

Não podemos admitir a destruição da memória e das mais caras tradições de Belo Horizonte. O problema urbano hoje é de todos e somente com a conscientização de todos poderá a cidade ser desenvolvida a seus cidadãos, libertando-os da escravização do progresso desordenado e desumano” (Encontro..., 1981, p. 15).

Em relação ao tratamento proposto para o local, é possível identificar nas atas alguns debates sobre a necessidade de não confundir tombamento com preservação, pois se trata de duas operações diferentes, com objetivos diferentes. O tombamento é assim apresentado como uma medida de força, utilizada em última instância pelo poder público.

Assim instrumentos como o tombamento, que se mostraram importantes (decisivos mesmo, em alguns casos), num primeiro momento, passam agora a expor, de uma maneira cruel suas limitações [...] torna-se necessária a ampliação dos instrumentos de conhecimento e análise, com a incorporação dos mais diversos profissionais e os da própria população, enquanto usuária e produtora do patrimônio. (Castriota, 2009, p 86-87).

Reforçando essa ideia, observam-se também algumas linhas interessantes na concepção e definição do modelo de preservação pretendido. Como expressou o arquiteto Reinaldo Machado (IAB-MG):

[...] o uso é mais importante que a coisa a ser preservada; assim, entendia que a preservação da Praça não se encerraria com o tombamento dos próprios e de sua destinação a museus ou centro de artesanato, muitas vezes inviáveis financeiramente e, na maioria, sem relação com o uso tradicional ou a “vocação” do usuário da praça (Encontro...,1981, p. 20).

Observamos nesse depoimento duas questões: a necessidade de viabilizar financeiramente, no curto e longo prazo, os projetos de preservac o, e a postura frente a quais são, ou deveriam ser, as finalidades e o objetivos da preservac o. Destacam-se a respeito os valores ligados ao lugar, o seu valor de uso pelos usuários. O fato de essas questões serem colocadas com tanta ênfase demonstra também a necessidade de introduzir novas formas de entender a preservac o. Como expressa Castriota

(2009), a discussão se desloca assim do *como* conservar ao âmbito do *que* conservar e *por que*, o que coloca a questão dos valores no foco do assunto.

[...] hoje se percebe, muito mais que no passado, que o fim último da conservação não vai ser a manutenção dos bens materiais por si mesmos, mas muito mais a manutenção (e a promoção) dos valores incorporados pelo patrimônio, sendo as intervenções ou tratamentos físicos aplicados a esse bens apenas um entre muitos meios para obter este fim (Castriota, 2009, p. 101).

Existe aqui uma preocupação com o tipo de reutilização. As propostas de uso previstas para o espaço coincidem em que “os prédios a serem preservados, na medida do razoável, sejam transformados em prédios que abriguem atividades culturais” (Encontro..., 1981, p. 40),

A implantação de um centro de cultura popular, artesanal, folclórico e culinário na Praça da Estação, utilizando um dos galpões que lá estão subaproveitados é um passo objetivo para que isso possa ser feito (Encontro..., 1981, p. 13).

Começam a ser esboçadas algumas propostas de intervenção, principalmente a de converter aqueles espaços “subaproveitados” em equipamentos culturais. A justificativa para isso é sempre a ideia de ressaltar a cultura local (folclore, artesanato) e a de criar espaços para uma população que carece de espaços na cidade para o consumo cultural. “Este prédio [Casa do Conde] pode ser reabilitado e adaptado para novas e mais adequadas funções como centro de artesanato e pequeno teatro, atendendo a uma parcela pouco lembrada da população urbana” (p. 48)

A ênfase é colocada no conjunto e no uso dos prédios e o processo de tombamento, que já se encontrava em andamento, expressa esse interesse, pois ele incluía: a área da Praça (jardins e elementos de ornamentação); o monumento à Terra Mineira; os edifícios da Estação Central do Brasil, do dormitório anexo, da Rede Mineira de Viação; galpões da Rede Ferroviária Federal (RFF) e a casa do Conde de Santa Marinha.

A luta pela preservação do conjunto da Praça da Estação se justifica não apenas pelo valor arquitetônico de cada prédio isoladamente, mas pelo que este espaço significa como conjunto ambiental, de elementos totalmente integrados [...] o que se pretende é dar no a utilização do conjunto Praça da Estação, coerente com o uso social, que é como se entende o Patrimônio Ambiental urbano (Encontro..., 1981, p. 14)

A Praça como documento

Os valores atrelados à Praça da Estação ficaram expressos na conferência proferida pela Professora Suzy de Mello (então diretora da Escola da Arquitetura da UFMG) no contexto do primeiro seminário: “Aspectos Culturais da Praça da Estação”.

Na sua apresentação, a problemática sobre a Praça é inserida desde o começo dentro de um contexto mais amplo, o das transformações pelas quais atravessou a cidade nas últimas décadas: o crescimento demográfico e econômico e suas imediatas consequências para sua configuração. O diálogo Praça–Cidade percorre toda a apresentação.

Com a inauguração de Belo Horizonte como nova capital de Minas Gerais, em 1897, impunha-se o transporte ferroviário tanto como elemento central essencial para seu funcionamento efetivo quanto para a garantia de seu almejado progresso pelo que a Praça da Estação passou, ainda em seus primórdio, a receber o melhoramento que as técnicas da época ensejaram e que incluía, desde 1895, construção da Ponte Davi Campista, a cargo de Manuel Lourenço Laranjeira, sendo a primeira obra de arte no perímetro urbano da cidade e vencendo o ribeirão Arrudas, que cortava longitudinalmente a grande praça de 200 por 100 metros (Encontro..., 1981, p. 44-45).

A história do espaço é realizada a partir de uma seleção de datas e fatos que colocam a Praça da Estação numa situação de destaque no contexto urbano da cidade. Esse recorte de elementos serve para construir uma história do local baseada na evolução da arquitetura na e da cidade e dos logros técnicos – o domínio sobre a natureza. É uma história que diz sobre uma configuração espacial determinada pelo uso oficial do local e que reforça a ideia do local como porta de entrada da cidade, imagem que se recupera e que ganha força. Citando e atualizando as palavras do próprio Aarão Reis,

Quanto à Estação Central (Minas) que terá se der levantada como pórtico, na nova capital, procurei dar-lhe não suntuosidade descabidas nem mesmo luxo artístico dispensável, mas toda a elegância, todo o conforto e todas as comodidades, cujas faltas seriam imperdoáveis na Estação Central de uma cidade do século XX (p. 45).

Esse lugar de “destaque” (sua importância) aparece assim interrompido na década de 50 devido, principalmente, às mudanças nos sistemas de transporte.

Importância esta que se manteria por quase trinta anos já que somente na década de 50 a indústria automobilística brasileira se desenvolveria e o transporte rodoviário suplantaria o ferroviário. Ainda assim, tendo perdido muito do seu equipamento original – desde os postes de caprichoso desenho até seus cuidados jardins, empobrecidos e maltratados- a Praça da Estação se mantém como ponto de referência essencial à preservação do pouco que nos resta do desenho original da cidade [...] (Encontro..., 1981, p. 46).

Embora a praça tenha perdido importância nas suas funções, ela não perde o valor arquitetônico; neste sentido, segundo Mello,

Considerando sua leitura arquitetônica, ainda visualmente poluída por “outdoors” e pelo comércio desorganizado que a circunda, destaca-se sem sombra de dúvida – o prédio da Estação, com proporções de extrema elegância e linhas indiscutíveis de leveza.

Negar-lhe valor como obra de arquitetura seria o mesmo que duvidar das construções de Paris, inspiradas pelo talento de Haussmann e também neoclássicas. O neoclassicismo, que se associou á Revolução Industrial em arquitetura, produziu exemplos de importância que justificam sua preservação [...]. (Encontro..., 1981, p 46-47).

Observa-se que a “[...] concepção, muito presa ainda à ideia tradicional de monumento único, vai sendo ampliada: tanto o conceito de arquitetura quanto o próprio campo de estilos e espécies de edifícios considerados dignos de preservação expandem-se paulatinamente [...]”. (Castriota, 2009, p.85).

Assim, o prédio da Estação – por si só – corresponde a uma serie de dados culturais de caráter sociológico que estabelecem referencias de grande importância na historia da arquitetura de Belo Horizonte e que se completam com o Palácio da Liberdade, o Tribunal de Justiça, o Conservatório (atual Escola de Musica), o Instituto de Educação e as secretarias, alguns dos últimos exemplos de neoclassicismo na paisagem urbana da cidade (Encontro..., 1981, p. 47).

A importância e o valor da Praça da Estação são, quase sempre, atribuídos em referência à evolução da cidade; assim, “[...] a leitura arquitetônica da Praça da Estação apresenta indiscutível riqueza de elementos cuja significação cultural envolve importantes aspectos sociológicos que se ligam a diversos períodos da evolução urbana em Belo Horizonte”. (Encontro..., 1981, p. 48). Outra possível leitura da Praça destaca, além do seu valor arquitetônico, a importância de recuperar seu papel como espaço público:

Outro ponto muito valido para a leitura da Praça da Estação é seu próprio espaço – de significativas dimensões – e que, por isso mesmo, foi utilizado para grandes concentrações políticas nas décadas de 40 e 50. Se hoje este espaço está mal aproveitado e com suas funções diluídas ou perdidas, deve ser recuperado em proveito de uma faixa importante da população que ali poderia reencontrar novas formas de usufruir a cidade [...] (Encontro...,1981, p. 47).

A palestra finaliza estabelecendo um papel de grande importância da preservação do patrimônio na relação passado-presente-futuro, pois, “através da revalorização do conjunto da Praça da Estação, de origem histórica, poderá Belo Horizonte reencontrar seu destino como cidade que, respeitando o passado, planeja o futuro”. (Encontro..., 1981, p. 49). Tal percepção condiz com um dos principais objetivos da memória: “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” (Le Goff, 2003, p. 471).

Aproximações ao modelo de apropriação do patrimônio urbano proposto no I Encontro

A análise das atas do Encontro permite observar como, desde o campo do patrimônio, é concebido o espaço da Praça da Estação. Neste sentido, o Encontro constitui-se num

momento chave para entender os modelos e teorias presentes na época dentro do campo do patrimônio e que seu impacto na forma como o espaço é produzido. O Encontro é um exemplo da mudança – dentro do campo do patrimônio – do eixo das práticas patrimoniais, da nação para as cidades, e de uma redefinição “em que o patrimônio vai sendo incorporado às políticas urbanas e articulando ao desenvolvimento regional e ao incremento do turismo [...] associando ao patrimônio funções de desenvolvimento urbano” (Leite p.55). Nas entrelinhas, é possível observar que o projeto político por trás implica uma retomada do local. Como expressa Abreu, “[...] os termos “memória urbana” e “memória da cidade” vingaram e dizem respeito não à capacidade de lembrar de indivíduos ou grupos, mas ao estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar, lembranças essas que são agora objeto de reapropriação por parte da sociedade (p. 31).

Referências

- ABREU, Mauricio. Sobre a memória das cidades. In: Carlos, A.F.; Souza, M. L. e Sposito, M. E. (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. pp. 19-39
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural*. Conceitos, Políticas, Instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo, Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- DE SOUZA, Marcelo. Mudar a Cidade. *Uma introdução crítica ao planejamento e à Gestão Urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- ENCONTRO pela revitalização da Praça da Estação, 1, *Belo Horizonte ontem, hoje, amanhã, Praça da Estação: origem e destino*. Belo Horizonte: IAB, 1981. 122p.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas. São Paulo: UNICAMP, 2003.
- LEITE, Rogerio Proença. *Contra-usos da cidade*. Campinas. São Paulo: UNICAMP, 2007.
- MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 258.

O patrimônio cultural brasileiro na situação pós-moderna

Igor Alexander Nascimento de Souza*

Especialista em Arte e Patrimônio Cultural

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan

igorpatrimoniocultural@gmail.com

RESUMO: O objetivo é estabelecer uma reflexão acerca da função social da patrimonialização dos bens culturais na atualidade, que, muitas vezes, reproduzem anseios de outrora, desadequados às atuais circunstâncias. Trata-se do papel dos processos de patrimonialização na contemporaneidade, sob os auspícios da situação pós-moderna, considerando a trajetória de elaboração da *ethnie* brasileira na construção do país enquanto Estado-Nação.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Pós-Modernidade; *Ethnie* Brasileira; Diversidade Cultural.

RESUMEN: El objetivo es establecer una reflexión sobre la función social de la patrimonialización de los bienes culturales de hoy, que a menudo reproducen anhelos de antaño, inadecuado para las circunstancias actuales. Se trata de la función de los procesos de la patrimonialización en la contemporaneidad, bajo los auspicios de la situación posmoderna, teniendo en cuenta la trayectoria de la formación de las *ethnie* en la construcción del país como un Estado-Nación.

PALABRAS CLAVE: Patrimonio Cultural; Posmodernidad; *Ethnie* Brasileña; Diversidad Cultural.

A intenção em preservar elementos pretéritos tem um passado remoto, mas nada disso tinha a ver com o que hoje denominamos de *Patrimônio Cultural*, que é uma categoria recente, uma invenção da modernidade, dos Tempos Modernos. Isso não quer dizer que a herança cultural, o legado dos antepassados, não seja um patrimônio, mas que enquanto disciplina, enquanto discurso, até mesmo enquanto expressão, é um fenômeno moderno, uma técnica mnemônica (mnemotécnica) desenvolvida na modernidade.

É, portanto, volvidos à modernidade que compreenderemos melhor o atual estado em que nos encontramos, pois nosso tempo já permite esse olhar (cf. KUMAR, 1997). A era moderna, se considerarmos o famigerado quatripartite francês, dá-se em fins do século XVIII, notadamente pela Revolução Francesa, que nos serve de marco entre eras. Mas o fato que realmente determinou a época foi o posicionamento do homem enquanto medida de todas as coisas; o período do antropocentrismo por excelência.

* Aluno bolsista do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan

Não é à toa que o projeto iluminista, que teve como patronos John Locke, Descartes, dentre outros, fomentador de importantes transformações no mundo ocidental, como a Revolução Americana e a própria Revolução Francesa, desencadeou uma série de mudanças ao extinguir instituições “velhas” e implementar novas, dentre elas instituições-memória.

É do século XIX, mais especificamente no ano de 1837, a criação da primeira *Comissão dos Monumentos Históricos*, na França, que teve como missão a preservação do patrimônio edificado, mormente os que diziam respeito à Antiguidade e à Idade Média, posição que durou até após a II Guerra Mundial. A influência do iluminismo, com seu fetiche helênico e seu cientificismo ascendente, corporificados em antiquários, naturalistas, arqueólogos, paleontólogos, dentre outros, foi decisiva. Ao assumir o espólio dos vencidos da Revolução Francesa, inúmeros bens móveis e imóveis, não somente atribuindo-lhes valor monetário, mas artístico e histórico, deu-se o início da patrimonialização² tal qual a conhecemos hoje.

A França revolucionária demandava a unidade nacional e fez uso do seu patrimônio para a formação de sua identidade. Em contextos de ampla diversidade cultural, a construção das identidades nacionais não foi realizada sem esforço. Dentre as várias estratégias utilizadas pelos Estados ao redor do mundo, como a ampliação das redes de comunicação e o aparelhamento de estruturas governamentais supra-“tribais”, a implementação de um sistema de ensino unificador (e de patrimônio), que adotasse apenas um idioma e que selecionasse ícones hegemônicos, foi, talvez, um dos agentes mais aglutinadores para a formação e consolidação de uma nação moderna (ANDERSON, 2008).

Os franceses, *avant-garde*, souberam utilizar astutamente seus monumentos históricos ao patrimonializá-los, visando consolidar o sentimento de pertença e solidariedade entre os seus compatriotas. O enlace alegórico, sagazmente constituído, serviu à formação de uma comunidade imaginada francesa, aglutinada através do estabelecimento de lugares simbólicos investidos com memórias coletivas. Mike Featherstone (1997, p. 151), refletindo sobre as nações como comunidades, afirma que “Certos lugares podem ser revestidos de um determinado status emblemático, como monumentos nacionais, e usados para representar uma

²Lucas Prochnow (2013, p. 19) diz que “O processo de patrimonialização de um bem, ou de um conjunto de bens, ocorre a partir de ações e de discursos específicos. As ações partem das práticas institucionais motivadas, ou balizadas, por atribuições legais; em menor medida e mais recentemente, parte de demandas sociais. Já os discursos se sustentam no uso de conceitos e de categorias ativadas para justificar sua relevância, provar sua necessidade, reconhecer, garantir direitos. Dessas ações e discursos participam diversos atores sociais em contextos específicos que são passíveis de serem delimitados temporalmente e espacialmente. Eles engendram ao longo do tempo novas ações e novos discursos segundo suas finalidades específicas colocando em jogo o problema da atribuição de valores [...]”.

forma de laço simbólico, que se sobrepõe e encarna as várias afiliações locais que as pessoas possuem.”. Nesse sentido, o gosto pelo antigo e pelas artes, e a monumentalidade atribuída agora aos vestígios históricos (CHOAY, 2006), coadunaram-se ao projeto nacionalista revolucionário, possibilitando que aos bens culturais alienados fosse atribuído valor memorial.

O Estado moderno é o grande responsável pelo estabelecimento do patrimônio cultural, ainda entendido apenas como histórico e artístico, monopolizando o exercício da monumentalidade, maquiavelicamente, como diria Benedict Anderson (2008). Visando legitimar um passado comum a todos os cidadãos (ELIAS, 2006), amplos projetos foram realizados, inclusive no mundo colonial europeu, envolvendo a realização de inventários de conhecimento, registros minuciosos em gravuras passíveis de reprodução, intervenções físicas nos objetos, museificação de edifícios e coleções, dentre outras estratégias patrimoniais.

No Sudeste Asiático, por exemplo, dentre as instituições responsáveis pela integração dos futuros estados à modernidade, encontra-se o museu. Os colonizadores “exportaram” seu interesse por *objets d’art*, mormente por meio da implementação de instituições memória em seus impérios ultramarinos, como a *Oudheidkindigen Commissie*, posteriormente promovida ao *Oudheidkindigen Dienst*, pelos holandeses na Indonésia; a Inspeção Arqueológica da Índia e o Departamento Arqueológico da Birmânia, pelos britânicos; a *École Française d’Extrême-Orient*, em Saigon, a Diretoria de Museus e Monumentos Históricos da Indochina, e o Serviço de Conservação de Angkor, em Sião, pelos franceses (ANDERSON, 2008.).

Tendo as sociedades europeias se transformado em Estados-Nação a partir da segunda metade do século XVIII, utilizando-se para isso da patrimonialização de seus monumentos históricos; e “exportando” seu gosto iluminista pelos *objets d’art* locais, juntamente com as instituições necessárias à sua operação, a Europa, enquanto metrópole mundial, serviu como centro difusor e catalisador da modernidade.

Há seu tempo as ex-colônias utilizaram-se dessas estruturas para desenvolver seus próprios discursos identitários, em contraponto ao do colonizador, servindo-se da estratégia patrimonial para a implementação dos seus jovens Estados-Nacionais independentes. Vale ressaltar que, em boa medida, as estruturas coloniais demoraram a desvencilhar-se, coisa que a história oficial, vinculada ao ufanismo nacionalista, buscou ofuscar. Norbert Elias, ao tratar da sua *Teoria dos processos de formação de Estados*, dizia que

O que hoje se ensina como a história de um país, não importa quantas mudanças se identifiquem ao longo dos séculos, geralmente pode ser

acomodado às exigências de uma auto-imagem, segundo a qual a nação se representa como inalterável, através das eras, em suas características básicas. As sociedades contemporâneas que ainda estão nos estágios iniciais da formação de Estados e da construção de nações, em muitos casos já começaram a criar uma imagem similar de si mesmas – uma imagem do passado com a qual as gerações presentes podem se identificar e que lhes dá um sentimento de orgulho da sua própria identidade nacional, além de poder servir como catalisador em um processo que geralmente inclui a integração de segmentos regionais díspares e de diferentes estratos sociais em torno de certos grupos centrais dominantes (2006, p. 164).

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: a elaboração da *ethnie* brasileira

No Brasil não foi muito diferente, apenas de forma reelaborada dada as conjunturas locais. Já no século XIX, em decorrência da independência do país de Portugal, em 1822³, num estranho estabelecimento de um império entre repúblicas, onde o monarca era primogênito do rei luso, numa espécie de continuísmo político velado (D. Pedro I era um absolutista), o então recém-nascido Império do Brasil esboçou tentativas de legitimar-se através do discurso simbólico, haja vista as obras do paraibano Pedro Américo, do catarinense Victor Meirelles e do francês François-René Moreaux, famosos por representar as glórias do Império através das suas pinturas históricas, muitas delas agigantadas; e dos romances indianistas, franqueados principalmente por José de Alencar e Gonçalves de Magalhães, entre outros. Trabalhos amplamente utilizados por nosso sistema educativo (livros didáticos, etc.).

A Proclamação da República não tardou e em 15 de Novembro de 1889 o Brasil tornava-se a mais jovem república americana, deixando de destoar perante as vizinhas. Homóloga ao extinto Império, a nova República buscou legitimar-se através de símbolos nacionais pátrios, tais como o Pavilhão Nacional republicano, sob a influência dos positivistas, as Armas Nacionais, o Selo Nacional e o Hino Nacional Brasileiro. Artistas como Benedito Calixto e Aurélio de Figueiredo também foram responsáveis por pinturas históricas, aos moldes do período imperial, mas o Brasil ainda não havia atentado para o uso dos seus monumentos históricos no intuito de materializar uma “biografia da nação” (CHUVA, 2011).

Isso mudou logo após a implementação do Estado Novo por Getúlio Vargas, que tomou o poder através de um Golpe de Estado. Vinte dias depois de estabelecido como presidente, Vargas outorga o Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, vigente ainda hoje, regulamentando a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Com este ato

³ As tropas portuguesas somente foram expulsas do território nacional após a capitulação do General Madeira de Melo, aos 2 de Julho de 1823, que se recusava a deixar a Bahia, sendo sitiado em Salvador por tropas brasileiras comandadas pelo britânico Almirante Cochrane e pelo francês General Labatut, ambos mercenários contratados pelo Imperador D. Pedro I.

instituiu-se o tombamento e o Sphan, responsável pela política preservacionista, previsto, assim como o Conselho Consultivo, pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

A velocidade com que se deu este fato está ligada ainda à República Velha, já no primeiro quartel do século XX, quando a ideia de modernidade tomou corpo, sendo algo a ser alcançado. A *Semana de Arte Moderna de São Paulo*, em 1922, transformou-se num marco deste pensamento, hipervalorizando a cultura popular brasileira, sob uma perspectiva nacionalista (e um olhar paulista), na busca de uma brasilidade distinguidora dos padrões europeus (CHUVA, 2011).

As “caravanas de revelação”⁴ parecem encaixar-se naquilo que Mike Featherstone (1997, p. 152) coloca como a elaboração da *ethnie*. Essas novas “Entradas e Bandeiras” tinham como intenção inventar uma comunidade nacional através de um repositório simbólico que contivesse elementos primordiais, similar ao que ocorreu na Europa dos XVIII, quando

houve a tentativa deliberada, por parte dos especialistas culturais (ou proto-intelectuais), de descobrir e registrar os costumes, práticas, lendas e mitos vernaculares, a cultura do povo, que, segundo se supunha, desapareceria rapidamente (ver Burke, 1978). De fato os estratos em expansão da *intelligentsia* nativa procuravam juntar e estruturar, de forma coerente, esse *corpus* de fontes culturais populares, que poderiam ser usadas para dar ao passado um sentido de direção e construir uma identidade nacional.

Não sem conflitos, a herança do período colonial serviu para autenticar a *ethnie* brasileira, bandeira defendida pelos vitoriosos modernistas. Uma rigorosa seleção daquilo que deveria ser patrimonializado pelo Estado, dentro de um projeto mais amplo de cunho nacionalista, sob os valores estéticos e históricos brasilo-modernos, arrolando tudo aquilo que condizia com essa perspectiva adotada, foi posta em prática.

Ideia nascida entre europeus e difundida em suas colônias, agora jovens Estados independentes, materializou-se no Brasil dos anos 1920 uma espécie de *Kunstwollen* habilitador da proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Brasil agora estava a se fazer moderno e civilizado, equiparando-se às nações do Velho Mundo, mas com sua própria feição.

Passado décadas,

Aqueles cânones não foram dessacralizados. Contudo, a visão da nação que predomina hoje aponta noutra direção, aquela advinda dos novos paradigmas

⁴ Viagens ao interior do Brasil, principalmente às cidades coloniais mineiras, realizadas por intelectuais e artistas no intuito de edificar uma memória comum aos brasileiros.

formulados na Constituinte de 1988, que vê na diversidade cultural brasileira a sua singularidade, valorizando a pluralidade de suas raízes e de suas manifestações culturais tradicionais e contemporâneas. Se o Estado Novo carregava a bandeira da unidade nacional, e com isso ignorava as diferenças, a Nova Constituição Brasileira passou a valorizar justamente a diversidade – a diferença – como a identidade cultural brasileira. Nessa perspectiva inclusiva, uma série de práticas e grupos dispersos saem da invisibilidade e são integrados às redes do Estado. Por isso, preservar o patrimônio cultural continua sendo sim uma das formas de se inventar a nação e de fortalecimento do Estado, ainda que essa nação seja bastante distinta daquela inicialmente projetada e enxergada, fruto de novas interpretações, outros projetos, que têm sido desenhados graças à percepção e à valorização de vestígios materiais que haviam sido até então ignorados, apagados ou silenciados. (CHUVA, 2011, p. 47-48).

Patrimonialização em tempos incertos: a multiplicidade cultural brasileira

Como diria o sociólogo indiano Krishan Kumar (1997, p. 177): “É de fato muito difícil encontrar alguém que se declare inequivocamente favorável à posição pós-moderna.”. Alguns atuam disfarçadamente, outros se utilizam de subterfúgios, já há terceiros que preferem influir sub-repticiamente. Esses comportamentos decorrem do *bullying* acadêmico sofrido por aqueles que se posicionam abertamente em favor da situação pós-moderna. Devemos considerar, entretanto, que a significativa quantidade de publicações acerca do tema, quase sempre o condenando, e a taxonomia elaborada entorno da percepção de mudanças na realidade contemporânea, confrontada àquilo que não é mais, denota que estamos em tempos incertos.

Pós-modernidade, pós-modernismo, pós-industrial, pós-fordismo, modernidade tardia, estão entre as nomenclaturas descritivas e classificatórias utilizadas pelos teóricos na difícil tarefa de avaliar o hodierno. Em verdade, se considerarmos a síntese de Zygmunt Bauman, Andreas Huyssen, entre outros (KUMAR, 1997), nós estamos num momento em que é possível olhar criticamente para a modernidade, não significando que estejamos necessariamente numa nova era, posterior ao Tempo Moderno.

O discurso teórico realizado na segunda metade do século XX e nesse início do XXI é considerável, entretanto nos interessa aqui muito mais os sintomas que os diagnósticos daquilo que tratarei como *a situação pós-moderna*, de empréstimo à Kumar. Essa situação é marcada, como apontam os *experts*, pelo individualismo, pluralismo e fragmentação ocasionados por mudanças tecnológicas e de organização do trabalho; pela rendição dos quatro reinos sociológicos ao mundo globalizado; pelo declínio dos Estados-Nação e de seus respectivos nacionalismos com a subsequente renovação e fortalecimento das culturas locais.

As instituições e práticas típicas da nação-estado são correspondentemente debilitadas. Os partidos políticos de massa cedem lugar a “novos movimentos sociais” baseados em sexo, raça, localização, sexualidade. As “identidades coletivas” de classe e experiências compartilhadas de trabalho dissolvem-se em formas mais pluralizadas e específicas. A idéia de uma cultura e de uma identidade nacionais é atacada em nome de culturas “minoritárias” – as culturas de grupos étnicos, de seitas religiosas e comunidades específicas, baseadas em idade, sexo ou sexualidade. O pós-modernismo destaca sociedades multiculturais e multiétnicas. Promove a “política da diferença”. A identidade não é unitária nem essencial, mas fluida e mutável, alimentada por fontes múltiplas e assumindo formas múltiplas (não há distinções tais como “mulher” ou “negro”). (KUMAR, 1997, p. 159).

Sob essas condições o patrimônio histórico e artístico nacional ganha um novo *status*, sob os auspícios da Antropologia, mas também de outras disciplinas em concomitância, já que a transversalidade e a multidisciplinaridade pôs-se em voga, requalificando-se em patrimônio cultural brasileiro, voltado, em princípio, à diversidade cultural (FONSECA, 2012). A ideia de valor intrínseco dos bens culturais é substituída pela de valor atribuído. Indígenas, afro e nipo-brasileiros, ciganos, entre outros grupos, reivindicam e passam a ser contemplados por políticas públicas de cultura e pela patrimonialização dos seus bens, ainda que timidamente, entrando no enredo da nação.

Com o descentramento (KUMAR, 1997) decorrente do processo de fragmentação, outros discursos passaram a ganhar força. Na situação pós-moderna a ideia de uma história comum a todos os membros de uma nação é amplamente questionada. Featherstone diz que

A percepção da história como um processo linear interminável de unificação do mundo, tendo a Europa como centro, no século XIX, e os Estados Unidos, no século XX, tornou-se mais difícil de sustentar quando se iniciou a mudança de equilíbrio global do poder, que se deslocou do Ocidente. (1997, p. 126).

Esse fenômeno fez com que a historiografia surgida nos novos pólos de poder, sob mundividências não ocidentais, questionasse a cosmovisão hegemônica europeia-estadunidense. Paradoxalmente, povos ex-colonizados, agora bastante modernizados, como o Japão e o Brasil, passaram a operar suas projeções sobre o mundo, sem, no entanto, substituírem as existentes, mas convivendo com elas. Essa nova ordem trouxe consequências para os Estados, incluindo aí suas posturas patrimonializadoras e educacionais.

O Ocidente visto agora como “o outro”, sofrendo a resistência e a réplica dos demais povos, passa a reelaborar algumas das suas instituições, mormente aquelas do Estado-Nação, ora em crise. A perspectiva da pluralidade e das particularidades (diversidade cultural) entra

em choque com o “projeto universalista da modernidade ocidental”, em que a homogeneização da cultura tinha um papel relevante na corrida dos povos rumo ao excelso. “A atual fase da globalização é aquela em que os Estados-Nação do Ocidente tiveram de aprender a tolerar maior diversidade no interior de suas fronteiras que se manifestam através de maior multiculturalismo e polietnicidade.” (FEATHERSTONE, 1997, p. 129). A manutenção da identidade nacional torna-se uma missão infactível, se considerarmos o modelo adotado até então.

Como alternativa outra imagem de nação vem sendo empregada no intuito de manter as identidades coletivas. O discurso da diversidade cultural foi explicitamente adotado pelos Estados, que passaram a incitar as culturas locais, muitas vezes as reinventando ou as retirando do adormecimento. No Brasil, após o Regime Militar (1964-1985) de cunho nacionalista, a Constituição Democrática promulgada em 1988, que tem como um dos seus princípios assegurar a pluralidade da sociedade brasileira, determinou em seu artigo 215, § 1º, que “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.”⁵ O que antes era “caso de polícia”⁶ passa a fazer parte da biografia nacional brasileira.

O artigo 216, voltado especificamente ao patrimônio cultural, é um reflexo direto das discussões internacionais acerca do tema. Japão, Bolívia, Índia, entre outros países, expuseram sua insatisfação perante a comunidade internacional acerca do modelo de reconhecimento do patrimônio da humanidade e dos Documentos Internacionais preservacionistas, pois ambos possuíam valores ocidentais que, conseqüentemente, não atendiam aos anseios multiplurais dos povos. O texto constitucional diz que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”.

No ano 2000, decorrente de estudos coordenados pelo Iphan, foi publicado o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, constituintes do Patrimônio Cultural Brasileiro, e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Esse ato viria a ampliar o panteão em que se encontram consagrados os

⁵ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 5 ago. 2013.

⁶ Vide o Museu da Magia Negra, cujo acervo, composto por artefatos afro-brasileiros apreendidos pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, foi inscrito no Livro Arqueológico, etnográfico e paisagístico aos 5 de maio de 1938, mas que somente saiu do esquecimento em que se encontrava em 1984. (CORRÊA, 2007).

bens culturais patrimonializados pelo Estado, componentes do seu repertório enquanto nação. Nesse mesmo sentido o país ratificou, por meio do Decreto Legislativo 485/2006, a Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da *Unesco*. Vale mencionar o Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística.

A feição democrática contida nesses discursos desconsidera os possíveis ou já existentes “*conflitos identitários*” advindos dessa política. As “*relações interculturais*” mediatizadas pela “*comunicação de massas*”, como demonstrado por Antônio da Costa (2002) no caso da erna vila de Barrancos, se transformaram em controvérsias públicas. A proposta preservacionista às referências culturais locais e sua vinculação à ideia de difusão, para a propaganda estatal pluralista, como observado na normativa brasileira, fatalmente transformar-se-á, como já vem ocorrendo com os índios Wajãpi e sua arte Kusiwa, num intervencionismo exacerbado sob o halo democrático e politicamente correto da diversidade cultural.

Parece que esse nosso momento preservacionista, distinto daquele dos pioneiros, como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros (CHUVA, 2011), é bastante marcado pela ampliação do conceito de patrimônio cultural, mas também pelas consequências que essa postura do Estado ocasiona, tornando a situação dos novos agentes do patrimônio por vezes dilemática.

Encontramo-nos numa conjuntura difícil, sem saídas convenientes, em que a “reorientação” porque passamos coloca as instituições responsáveis pela preservação do patrimônio (inclusive legalmente) numa situação desconfortável: se o patrimônio consagrado (aquele selecionado e tutelado pelo Estado) não tem valor por si só e os que deveriam reputá-lo não lhe atribuem valor, qual a função do Iphan e outras instituições de proteção patrimonial das demais instâncias de poder? Se os grupos formadores da sociedade possuem estima especial por elementos não-consagrados, devem os órgãos responsáveis tutelarem tais bens culturais, correndo o risco de ampliarem demasiadamente o “panteão” em que se encontram os vestígios edificados e artísticos, considerando os já exíguos recursos existentes para a salvaguarda?

Parece-me que a clara missão do Iphan em seu nascedouro, de formação de um Estado nacionalista moderno visando “à construção da ‘nação brasileira’, por meio da produção de discursos em busca das raízes e origens da nação (HOBSBAWN, 1984)” (apud CHUVA, 2011), foi concluída com sucesso. Mas e agora, qual a missão do Iphan para o século XXI?

Como sabermos quais bens culturais simbolizam nossa nação hoje? O patrimônio cultural e suas agências estão em crise, já que o fim a que foram pensados, em princípio, não converge com esse Brasil atual?

Estamos trilhando um caminho diferente, sem sabermos bem onde vai dar, mas algumas decisões parecem já ter sido tomadas, como podemos notar no trecho do discurso do ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil, ao tomar posse (há 11 anos!):

A multiplicidade cultural brasileira é um fato. Paradoxalmente, a nossa unidade de cultura unidade básica, abrangente e profunda também. Em verdade, podemos mesmo dizer que a diversidade interna é, hoje, um dos nossos traços identitários mais nítidos. É o que faz com que um habitante da favela carioca, vinculado ao samba e à macumba, e um caboclo amazônico, cultivando carimbós e encantados, sintam-se e, de fato, sejam igualmente brasileiros. Como bem disse Agostinho da Silva, o Brasil não é o país do isto ou aquilo, mas o país do isto e aquilo. Somos um povo mestiço que vem criando, ao longo dos séculos, uma cultura essencialmente sincrética. Uma cultura diversificada, plural mas que é como um verbo conjugado por pessoas diversas, em tempos e modos distintos. Porque, ao mesmo tempo, essa cultura é una: cultura tropical sincrética tecida ao abrigo e à luz da língua portuguesa. (GIL, 2003).

Referências

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. 3ª ed. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. 283 p.

CHUVA, Marcia. Entre Vestígios do Passado e Interpretações da História – Introdução aos Estudos sobre Patrimônio Cultural no Brasil. In CUREAU, Sandra *et. al.* (Coord.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. 553 p. ISBN 978-85-7700-474-4.

CORRÊA, Alexandre F. Primeiro patrimônio etnográfico do Brasil: a coleção-museu de magia negra. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Associação Nacional de História – Anpuh, 2007. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0393.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

ELIAS, Norbert. *Estado, processo, opinião pública*. Escritos & ensaios, v. 1, Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort (Org.). Tradução de Sérgio Benevides (inglês), Antonio Carlos dos Santos (alemão) e João Carlos Pjinappel (holandês). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. Tradução de Carlos Moura. (Coleção Megalópolis). São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1997. 239 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. In *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial*. Brasília: IPHAN, 2012 (Edições do Patrimônio). p. 35-44.

GIL, Gilberto. Leia a íntegra do discurso de Gilberto Gil. *Folha on-line*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2013.

PROCHNOW, Lucas N. *O Iphan e o patrimônio ferroviário: a memória ferroviária como instrumento de preservação*. 2013. 163 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro. 2013.

Entre saberes e fazeres: Memória e Patrimônio Cultural dos Maniçobeiros do Sudeste do Piauí⁷

Joseane Pereira Paes Landim

Mestranda - IPHAN

jopereira_historia@hotmail.com

Ana Stela de Negreiros Oliveira

Doutora - IPHAN

anastelanegreiros@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho apresenta a diversidade cultural, através do patrimônio material e imaterial deixado pelos maniçobeiros, pessoas que trabalharam na extração do látex da maniçoba utilizada na fabricação de borracha. A análise é feita através da historiografia piauiense e de depoimentos de pessoas que possuem ligação direta e indireta com o período da extração da maniçoba na região de São Raimundo Nonato: maniçobeiros da segunda etapa do extrativismo (1940 – 1960).

PALAVRAS – CHAVE: Patrimônio; maniçobeiros; memória; cultura

ABSTRACT: This paper presents cultural diversity through the material and immaterial heritage left by maniçobeiros, people who worked in the extraction latex of maniçoba used in the manufacture rubber. The analysis is done by historiography of Piauí and testimonials from people who have direct and indirect link with the period of extraction maniçoba in the region of São Raimundo Nonato: maniçobeiros the second stage of extraction (1940-1960).

KEYWORDS: Heritage; maniçobeiros; Memory; culture

Introdução

A Capitania do Piauí foi moldada pelos caminhos que homens, livres e cativos, percorreram levando o gado para longe do litoral, onde se cultivava a cana de açúcar. Os animais eram transportados e vigiados por homens que buscavam maiores territórios para melhorar e aumentar a reprodução do rebanho. Os latifúndios foram formados pelas posses de terras que os donos dos rebanhos recebiam e iam formando grandes riquezas. (LIMA, 2005)

Durante os séculos XVII e XVIII o Piauí teve sua economia baseada na pecuária extensiva de gados vacum e cavalari. Durante esse período “a economia do Estado foi impulsionada pelo comércio de gado para o Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e até para Lisboa. Ao final do século XVIII eram exportados cerca de 120 a 180 mil bois por ano” (TAJRA, TAJRA FILHO, *In* SANTANA, 1995, p. 137).

⁷ O presente artigo consiste em parte da pesquisa de mestrado em andamento “A Serra Branca tem muita história para contar: memória e identidade dos maniçobeiros do Sudeste do Piauí”.

As fazendas cresciam desordenadamente em proporção maior que os rebanhos demonstrando, segundo Mendes (1995), apenas o avanço a ocupação do território. Mafrense morreu em 1711 e deixou, através de testamento, suas fazendas para os Jesuítas. Quando a ordem foi expulsa do país as terras se tornaram fazendas nacionais, sob administração do governo.

A má administração das fazendas e a desvalorização do gado gerou desgaste na economia, principalmente na transição entre Império e República. Segundo Lima, no início do período republicano nas fazendas só restavam as terras; “o gado fora todo vendido”.

Segundo Luiz Mott (1985) a agricultura foi tratada com desprezo durante o período colonial. A comida e as mercadorias produzidas no Piauí eram consumidas nas vilas ou fazendas, não havia comércio sobre os produtos agrícolas. Esse descaso com a prática agrícola tinha duas razões:

[...] a primeira de ordem ecológica, ou seja, as más condições climáticas, a ausência de chuvas regulares, a constância das secas, a pobreza dos cursos d’água, a natureza arenosa e lageada da grande parte do território. [...] A segunda explicação pelo descaso com que tratavam a agricultura está na vantagem econômica e na excelência que os piauienses atribuíram à pecuária. (MOTT, 1985, p. 54 e 55)

A primeira década do período republicano teve como principal característica a transição entre o poder centralizado do Império para a organização do governo em moldes federativos. Segundo Queiroz (1994) havia grande discussão sobre a divisão de deveres entre Estado e a União, faltava uma definição mais rigorosa dos atos políticos de cada uma. De acordo com a autora as discussões aumentavam devido à falta de estrutura e às crises financeiras que ocorriam no mesmo período.

No caso do Piauí, quando houve melhora na situação financeira e a medida que a administração do Estado se organizava, as preocupações em torno do assunto diminuía. “Firmada em bases mais seguras a arrecadação da receita pública, já no final da década e sobretudo no início da seguinte, a autonomia do Estado era considerada consolidada” (QUEIROZ, 1994, p. 40). Definida os deveres de cada governo o Piauí precisava se organizar melhor para adaptação ao novo regime político.

Segundo Queiroz (1994), o governo do Piauí, assim como no restante do Brasil atribuía o retrocesso econômico, principalmente, à Abolição da escravatura “cuja solução apontada era a imigração de europeus” repetindo a fórmula usada na região do café: contratar trabalhadores europeus, considerados superiores que serviriam de exemplo aos trabalhadores

nacionais. Porém, a emigração de trabalhadores para a Amazônia seria um agravante maior que a libertação dos escravos para a falta de mão de obra no estado e sobre a decaída da agricultura piauiense, uma vez que a população escrava no Piauí não teve grande expressividade.

Vasconcellos, mesmo tendo investido na vinda de europeus, não acreditava que essa seria a solução para a escassez de mão de obra no Piauí. Defendia a “ideia de que o mais conveniente para o Estado era a fundação de colônias agrícolas de trabalhadores nacionais” e pensava em projetos direcionados à contenção da emigração de piauienses para a Amazônia. Assim, após o insucesso dos projetos para mão de obra européia o governo decidiu investir na utilização de trabalhadores nacionais. (QUEIROZ, 1994)

Como foi dito anteriormente o Piauí passa por uma crise econômica a partir da segunda metade do século XVIII, a pecuária não fornecia grande importância financeira para o Piauí:

Por volta de 1764, vemos que pelo preço de uma vaca gorda e grande podia-se comprar 5 galinhas, ou 5 patos, ou 2 perús, ou 3 frascos de aguardente comum. [...] Era preciso o equivalente ao valor de duas vacas das melhores para se mandar fazer uma porta de uma casa, vindo esta acompanhada de seu portal (batente). [...] Um par de botas custava mais do que 2 vacas inferiores. (MOTT, 1985, p. 68)

A agricultura também não influenciou no crescimento econômico piauiense, apenas o algodão teve significado na exportação comercial, outros bens como rapadura, fumo, arroz e farinha de mandioca eram insignificantes comparados ao gado em seu período de alta.

Qual alternativa oferecer à população piauiense para diminuir a emigração de trabalhadores para a Amazônia? A resposta para essa inquietação surgiu no final na década de 1890 com a descoberta da exportação da borracha.

Com o crescimento das indústrias automobilísticas e elétricas durante o século XIX e início do século XX aumentou a procura de matérias primas para fabricação da borracha. A região da Amazônia possuindo as seringueiras atraía trabalhadores de todo país à procura de trabalho na extração do látex afim de melhoria de vida. Percebendo o crescimento econômico no norte do país através desse empreendimento outros estados passaram à procurar plantas que também fornecesse matéria prima para a fabricação da borracha. Piauí, Ceará e Bahia

possuíam a maniçoba⁸ que produzia látex de qualidade inferior ao da seringueira, porém, inseriu o Nordeste no mercado internacional.

O extrativismo da maniçoba

No Piauí, o incremento do extrativismo da maniçoba para produção de borracha ocorreu em duas fases de maior expressão: a primeira vai do final do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, período em que ocorreu grande comercialização do produto, chegando a corresponder a 62% das exportações piauienses, quando era exportado principalmente para os Estados Unidos, Inglaterra e França. Há uma queda nos preços e somente a partir de 1940, em virtude da Segunda Guerra Mundial a produção aumenta tendo seu fim em 1960. (OLIVEIRA, 2001).

O solo piauiense tinha aptidão para o cultivo da maniçoba. Na região Sudeste do Piauí, a árvore da maniçoba estava localizada principalmente nas serras e chapadas. A produção era extensiva e realizada de forma predatória, embora ocorresse o cultivo em algumas fazendas.

Godoi (1993), ao estudar os camponeses do sudeste do Piauí, faz referência ao processo de ocupação da área de chapada, que nos permite também compreender a ocupação da área onde predominavam os maniçobais. Até o final do século XIX, a maioria das terras na região em estudo, era utilizada na atividade pecuária e na agricultura de subsistência. A exploração da região de chapada somente aconteceria com a atividade extrativa da maniçoba. Para os camponeses da região, as terras de chapada eram consideradas terras de ausentes, portanto, terras de uso comum, onde se coletava madeira e mel, faziam-se as caçadas, não sendo terras utilizadas para agricultura⁹ (GODOI, 1993, p. 69). Os maniçobeiros se dirigiram para estas terras que extrapolavam os limites das fazendas já existentes voltadas para a agricultura e a pecuária.

No período do *boom* da maniçoba, famílias inteiras vindas do Ceará, Pernambuco, Bahia e de cidades vizinhas, se deslocaram para o Sudeste do Piauí na intenção de trabalhar com o extrativismo da maniçoba. Neste cenário surgem os trabalhadores conhecidos como maniçobeiros. Eram homens, mulheres e crianças que, na esperança de uma vida melhor, viveram nas chapadas fazendo seus carreiros de maniçoba e extraindo o látex.

⁸ Maniçoba - A árvore da maniçoba pertence ao gênero botânico *Manihot*, da família das Euforbiáceas. São árvores resistentes à seca e guardam reservas nas raízes e nos caules. Planta de que se extrai um látex que da borracha. (OLIVEIRA, 2001, p.21)

⁹ A autora estudou os povoados Zabelê, Várzea Grande, Barreirinho e Barreiro Grande.

Com dez anos de idade minha mãe me levou pra furar maniçoba. Num tinha nem força pra arrancar a casca. Aí ficamos trabalho com a maniçoba toda vida aqui. Aí eles foram morrendo e eu fiquei, trabalhando na maniçoba pra criar os outros, os mais novo. (S. Francisquim, 72 anos)

Na segunda fase da maniçoba é observado que as crianças começavam muito cedo à ajudar os pais. Nos depoimentos percebemos que na maioria das vezes o trabalho era iniciado pelos pais e os filhos os seguiam na “labuta da maniçoba”.

Trabalhar em maniçoba era coisa natural de todo mundo na época... aprendia até por obrigação de aprender porque tinha que ir pra lá . Os pais levava os fii (filho).. os fii ia com os pais, com outros naqueles dia.... é um serviço comum, um serviço apto. Difícil ..quer dizer ..de fato... de extrair borracha... borracha é uma árvore dessa grossura, da altura de 3 metros, forma uma copa e tem até mais grosso assii e a gente fura no tronco e apara o leite num é em vasilha, apara no chão, só que tem que forrar o buraco depois que tira ..que dá o corte ..o corte é de meia lua que pra o leite sair e também escorrer por ali, e também depois de fazer aquele trabalho, limpa direitin e corte a argila que leva no bernal, a gente tem que andar com bernal. (S. Inácio, 74 anos)

Foi um período sofrido e curto de prosperidade, porém dinamizou a vida nas cidades interioranas do Estado.

Modo de vida dos maniçobeiros

Áreas que se encontram hoje no entorno e constituindo o Parque Nacional Serra da Capivara foram grandes produtoras de borracha de maniçoba.

O Parque Nacional Serra da Capivara foi criado em 1979 para proteger uma área de 129.140 hectares. Está localizado no Sudeste do Piauí, ocupando áreas dos municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí. Foi incluído pela UNESCO na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade, por constituir um testemunho excepcional de tradições culturais já extintas. Foi tombado pelo IPHAN em 1993, registrado no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Segundo Oliveira (2001), a Serra Branca, área localizada a oeste do Parque, desde o início do século XX, foi o principal ponto de extração de látex de maniçoba no município de São Raimundo Nonato. Toda essa área foi testemunho de ocupações pré-históricas e históricas. Como resultado de ocupações mais antigas existem pinturas e gravuras rupestres, fragmentos de material lítico e cerâmico; de períodos mais recentes, observam-se estruturas edificadas de fornos de farinha e moradias, bem como restos da cultura material dos seus construtores.

As técnicas construtivas e práticas cotidianas utilizadas pelos maniçobeiros podem ainda ser percebidas nos locais escolhidos para moradia.

A principal alternativa de habitação oferecida eram as tocas¹⁰, sendo que hoje a maioria delas é cadastrada como sítio arqueológico. Desde os tempos pré-históricos serviam de abrigos aos primeiros habitantes da região. Esses abrigos foram adaptados como moradias pelas famílias dos maniçobeiros.

Conseguimos identificar diversos sítios arqueológicos que foram utilizados e adaptados como moradias pelos maniçobeiros como: Toca do João Sabino, Toca do Juazeiro da Serra Branca, Toca do Mulungu I, Toca do Vento, Toca da Extrema, Toca da Pedra Solta da Serra Branca, Toca da Igrejinha, Toca da Velha Mulata, Toca do Caboclinho, Toca do José Ferreira, Toca do João Arsená, entre outros, todos localizados na Serra Branca, Parque Nacional Serra da Capivara.

As tocas que foram utilizadas como moradias receberam adaptações e em algumas delas foram construídas paredes com diferentes técnicas como o uso de barro e fragmentos de rocha e a taipa de mão¹¹. Geralmente as tocas tinham dois cômodos—quarto e sala. Temos exemplos de tocas que também possuíam pequenos depósitos para armazenar o látex da maniçoba. Estas técnicas construtivas são comuns no Sudeste do Piauí.

Na área do Parque Nacional Serra da Capivara, constatou-se que a maioria dos abrigos possuíam pinturas rupestres. Os maniçobeiros que habitaram os abrigos conviveram com essas pinturas, reocupando a mesma área e construindo um novo espaço, com novos simbolismos e adaptações culturais. (ALCÂNTARA, 2009, p.32) Em algumas tocas os maniçobeiros também deixaram suas próprias “marcas”: a Toca da Pedra Solta possui a inscrição “1913” gravada na rocha; a Toca do Baixão do Caixa Prego II possui imagens pintadas de aviões; na Toca do Boqueirão do Cícero IV encontramos a imagem de um cavalo; e a Toca da Igrejinha é um dos sítios onde existem diversos jogos de tabuleiro gravados.

Ribeiro (s/d, p. 48), autor de “O menino do mato”, livro que descreve a trajetória autobiográfica de menino do interior, desde maniçobeiro, aguador e estudante, para mais tarde tornar-se advogado e escritor; descreveu assim um dos ambientes dos maniçobais:

descoberto o maniçoba, limpa-se um espaço na mata, ergue-se a “barraca”. Seu teto feito de terras, quando não se levam, de longe, cascas de pau-de-

¹⁰ Abrigos sob-rocha que serviram de refúgio para povos pré-históricos.

¹¹ Sua estrutura é baseada na confecção de uma amarração de madeira e o arremesso de uma pasta de barro sobre a mesma, utilizando as mãos para moldar e compactar a parede, tanto pelo lado interno, quanto externo.

casca para a cobertura. Geralmente sem paredes, as barracas se completam com jirau e zidoro varas.

Homens, mulheres e crianças envolvidas com a atividade de extração da borracha da maniçoba, durante mais de 50 anos viveram no sudeste do Piauí. Toda essa experiência de vida estabelecida desde a extração até a comercialização do produto constituiu uma forma de vida única, uma organização estabelecida apenas nessa região, gerando um patrimônio cultural singular (OLIVEIRA, 2001).

A UNESCO conceitua Patrimônio Cultural Imaterial como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural¹².

Esse conceito se aplica perfeitamente no modo como viveram os maniçobeiros, uma vez que eles obtinham matérias-primas na região para a criação de situações de interação social, constituindo um modo de viver que não existe mais. Para fabricar os instrumentos de trabalho, moradias, calçados e utensílios domésticos, os maniçobeiros se apropriavam do que a natureza lhes oferecia, transformando e adaptando os materiais de que dispunham no seu dia-a-dia. (OLIVEIRA, 2001). Esse conjunto de técnicas, formas de conhecimento e práticas realizadas formam seu singular patrimônio cultural.

Para conseguir extrair o látex, os maniçobeiros criaram o seu próprio instrumento de trabalho, conhecido como lega, e faziam incisões na raiz principal da árvore. O prazo para colher algumas dezenas de gramas de látex era variável, podia durar de um dia a uma semana. Praticada com cuidado, a incisão não matava a árvore e podia ser repetida a cada três ou quatro semanas.

De acordo com Ribeiro (s/d):

O processo de “fazer maniçoba constitui na abertura de picadas ou “carreiros, que partem do terreiro da barraca, aprofundando-se indefinidamente. Corta-se a mata, fazendo a picada, caçando “pau por pau”, da preciosa árvore. O carreiro se ramifica, esgalha-se amiudamente, projeta círculos através da chapada, encontra-se adiante e se estende, às vezes, numa área distante. O tradicional carreiro segue, rigorosamente, as faixas por onde predomina o maniçobal aglomerado, e deixa uma série infinita de pequenas entradas – as pernas de carreiro. Delas, algumas abrangem 20, 30, 40 paus-de-borracha. Outras, 1, 2, 3. Varia muito a quantia de árvore de cada perna-de-carreiro. (RIBEIRO, s.d, p. 48)

¹² Entende-se como patrimônio tudo que possui importância afetiva, faz referência à memória, à história, e à identidade de um povo.

A relação dos maniçobeiros com o meio ambiente foi fundamental para a criação de situações de interação social, constituindo um modo de viver único que atualmente existe na memória dos que lá viveram e de seus familiares. Diferente dos seringais da região norte, onde o alto preço da borracha da seringueira possibilitou maior aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, no sudeste do Piauí o processo de extração era simples e refletia as condições precárias em que os trabalhadores viviam.

Memórias

De acordo com os depoimentos coletados por Oliveira nos anos 2000 e depoimentos recentes, seu singular modo de vida foi narrado a partir das memórias dos remanescentes de maniçobeiros.

A fabricação dos utensílios domésticos das casas dos maniçobeiros também aproveitava os recursos da natureza. Os potes e panelas eram de barro, as cuias eram feitas de cabaças. Pratos de esmalte, panelas de alumínio e panelas de ferro eram difíceis nas casas dos maniçobeiros; e colher era artigo raro.

Os trabalhadores não possuíam qualquer mobiliário nas moradias, dormiam quase sempre em redes ou no próprio chão da casa. Em algumas tocas encontramos pedras adaptadas como mesas, inclusive algumas com jogos.

O maniçobeiro saía para o trabalho ainda no escuro, antes do sol nascer. A maniçoba produzia melhor quando incisada bem cedo; ao sol quente a produção já não era a mesma. Embrenhado no mato e rasgando o corpo nos garranchos secos, o maniçobeiro passava o dia inteiro furando a maniçoba de joelhos ou de cócoras. Nos finais de tarde recolhia o resultado do trabalho e voltava para dormir nas tocas ou nos barracões.

Os maniçobeiros que não possuíam seus próprios carreiros tinham que trabalhar para um barraquista e ficava preso à ele sem liberdade de escolha por um melhor preço. A maior parte do dinheiro já ficava no barracão como pagamento da comida que o maniçobeiros pegava na semana, principalmente, se o trabalhador não tinha uma roça para plantar os alimentos principais. Como resultado, alguns maniçobeiros morriam devendo ao barracão, como mostra esse repente:

No estado do Piauí comarca de Teresina
Os homem são muito magro, tem as pernas muito fina
Uns atrás da maniçoba outros atrás da resina (2x)

Os fii que deixa seus pais, padrin, parente e irmão
Sair da sua terra pra ir morrer do barracão
Vai morrer no barracão sem levar vela na mão
Partir pra eternidade devendo no barracão

Os diabo leva maniçoba com os dono do barracão (oferecimento pros donos do barracão) (S. Firmino, 73 ano)

A alimentação do maniçobeiro era muito frugal. Geralmente, comiam feijão, farinha, toucinho de porco e rapadura. Os gêneros alimentícios eram levados pelo trabalhador na segunda-feira de manhã, quando partia para a jornada de trabalho e esta ação era denominada “fazer o saco”. No saco levavam também o sal e o fósforo. A alimentação era adquirida nos barracões. Alguns trabalhadores complementavam a dieta alimentar com a caça, considerada a melhor alimentação.

O trabalhador usava pouca roupa na sua jornada, não só porque não tinha condições de comprar, como também porque trabalhava no mato e os galhos das árvores rasgavam tudo. A roupa do maniçobeiro era apenas um calção de mescla. A mescla confiança era considerada a melhor e que durava mais naquele pesado dia a dia.

Calçados eram considerados artigos de luxo, quase ninguém tinha condições de comprá-los, trabalhando descalços ou com sandálias de borracha e couro. É possível considerar o sapato como um dos sonhos de consumo do maniçobeiro.

Trabalhavam até sábado, dia de lavar, secar e comercializar o látex e descasavam apenas aos domingos. As moradias que passavam a semana vazia, pois seus habitantes estavam na mata trabalhando, voltavam a se movimentar nos finais de semana, com entretenimentos coletivos que eram fundamentais para a reposição de energias e para a confraternização entre as famílias.

O rapaz batia um cavaquinho e as meninas entranchava dançando, tinha água para tomar banho de noite. Entranchava dançando até 11 horas da noite, aí ia dormir, no outro dia ia de novo. E num pagava nada, o rapaz batia cavaquinho e entranchava dançando danado, era uma meia dúzia de pessoas, uns 8 ou 10, tudo rapazinho e mais outros amis velho e meia dúzia de moça. (S. Inácio, 74 anos)

As reuniões, festas, batizados, missas e casamentos aconteciam na Toca do João Sabino, identificada pelos maniçobeiros como o principal local de lazer. No mês de Junho comemoravam a festa de São João. Outros locais que ficaram marcados como ponto de encontro e diversão foi as Toca do Mulungu I e a Toca da Mangueira do João Paulo. As

“brincadeiras” ficaram marcadas na memória dos maniçobeiros, sempre demonstram saudades da época e lembram até das músicas que cantavam enquanto tocavam cavaquinho.

‘Meu canarinho, minha beija flor
Que foi embora e nunca mais voltou (...)
Meu canarinho, minha beija flor’
Eita! que dançava a noite todinha! (S. Firmino, 73 anos)

Ao contrário dos vaqueiros que viviam no isolamento do Piauí colonial, os maniçobeiros, principalmente na segunda fase da maniçoba, não estavam isolados. Apesar das dificuldades em se locomoverem devido às péssimas condições das estradas, como também a falta de meios de transportes e de comunicação, os maniçobeiros circulavam por toda área. Era muito comum morar no Zabelê¹³ e trabalhar na Serra Branca ou morar no Gongo¹⁴ e trabalhar no Alegre¹⁵. Geralmente estas distâncias eram percorridas a pé, em cima da serra.

Na verdade, muitos caminhos foram abertos pelos trabalhadores, que serviam tanto para o intercâmbio comercial como para o melhor relacionamento entre as pessoas. Muitas estradas que ligam diversas regiões do Parque Nacional Serra da Capivara foram abertas pelos maniçobeiros e hoje, reaproveitadas pela equipe da administração do Parque.

Considerações finais

A pesquisa ainda está em andamento, mas, já percebemos a importância do extrativismo da maniçoba para a formação de cidades do interior piauiense e, principalmente, a importância na vida, memória e cultura dessas pessoas que participaram dessa parte da história.

As narrativas sobre a atividade econômica da extração do látex da maniçoba compõem um rico material historiográfico para as pesquisas acadêmicas relacionadas ao período no Estado do Piauí. Hoje, estas narrativas são objeto de estudo para estudantes de História e Arqueologia, e constituem um importante acervo que contribui para a compreensão do modo de vida desta comunidade tradicional do mundo rural brasileiro.

¹³ Zabelê – Comunidade que, até a consolidação do Parque Nacional Serra da Capivara em meados dos anos 1980, vivia na região sudeste da Unidade de Conservação.

¹⁴ O Gongo é a região que corresponde às terras da Fazenda Gongo, situada no município de João Costa, no nordeste do Parque.

¹⁵ O Alegre é a região que corresponde às terras da Fazenda Alegre, situada na região norte do Parque, no município de João Costa.

Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, Tainã Moura. *A ocupação maniçobeira dos abrigos sob-rocha no Parque Nacional Serra da Capivara: uma abordagem arqueológica*. Monografia (Graduação em Arqueologia). UNIVASF: Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2009.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2ª Ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

GODOI, Emília Pietrafesa de. *O Trabalho da Memória: um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí*. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP, 1993.

OLIVEIRA, Ana Stela de N. *Catingueiros da Borracha: Vida de Maniçobeiro no Sudeste do Piauí 1900/1960*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

QUEIROZ, Teresinha. *A Importância da Borracha de Maniçoba na Economia do Piauí: 1900 – 1920*. Teresina: UFPI /APL, 1994.

RIBEIRO, Manoel Paes. *Um menino do mato*. Brasília: Horizonte Indústrias Gráficas, S.d.

ENTREVISTAS:

Inácio Paes Ribeiro, 74 anos, entrevista concedida em 23 de Abril de 2013.

Francisco Ferreira Alves, 72 anos, entrevista concedida em 14 de Fevereiro de 2014.

Firmino Cirino Rodrigues, 73 anos, entrevista concedida em 14 de Fevereiro de 2014.

A pesquisa e o historiador nos processos de patrimonialização

Mariana Rabêlo de Farias

Turismóloga/ Graduada em História

Universidade Federal de Minas Gerais

mariana.rabelofarias@gmail.com

RESUMO: Esse artigo se propõe a apresentar, através de uma experiência pessoal, o trabalho do historiador com os escritos consultados – inventários, testamentos e registros eclesiásticos – e de que forma a análise dos dados levantados possibilitou o desenvolvimento do trabalho do *Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos* desenvolvido pelo IEPHA/MG, durante o processo de registro da Comunidade como patrimônio imaterial do estado de Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVES: Comunidade dos Arturos; Pesquisa Documental; Patrimonialização.

RÉSUMÉ: Cet article se propose de présenter, par expérience personnelle, le travail des écrits de l'historien consultés - inventaires, testaments et registres d'église - et comment l'analyse des données a permis le développement de l'œuvre de l'enregistrement Dossier de la Communauté Arturos développés par IEPHA / MG pendant le processus d'enregistrement de la Communauté en tant que patrimoine immatériel l'état de Minas Gerais.

MOTS-CLÉS: Communauté de Arturos; Recherche Documentaire; Patrimonialisation.

A Comunidade dos Arturos

A Comunidade dos Arturos é um agrupamento familiar de ascendência negra, tem seu mito fundador no *tronco véio* de Camillo Silvério (GOMES; PEREIRA, 2000, p. 162). Os descendentes de Arthur Camilo Silvério e Carmelinda Maria da Silva fixaram-se numa propriedade herdada de Camillo Silvério, em Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte. O terreno que ocupam foi adquirido por Camillo Silvério em 1888, segundo registro localizado no Cartório de Imóveis de Betim. O documento aponta que a área possui uma extensão de aproximadamente “seis hectares e cinco ares (6H e 5^a), de terras de campo e cultura”, e está “situada no lugar denominado ‘Domingos Pereira’”.

Nesse espaço, Arthur e Carmelinda, criaram seus dez filhos, sob as bênçãos de Nossa Senhora do Rosário. Em sua vivência, os Arturos contemplam diversas expressões culturais, com ritmos e sons, estão presentes a todo o tempo, no Batuque, na Folia de Reis, no Candombe, no Reinado de Nossa Senhora do Rosário, na Festa da Abolição e na Festa do João do Mato, além do e do conhecimento das plantas. Na Comunidade dos Arturos, ainda

ocorre à Construção de Tambores, as Guardas de Congo e Moçambique, bem como a culinária dos Arturos e o ofício e rito da Benzeção.

A Comunidade dos Arturos é um Lugar de Memória, pois lá preservam e cultivam sua fé na Virgem do Rosário, além das práticas coletivas vivenciadas há mais de um século. E o eixo central dessa pesquisa, fundamentou-se em perceber como a escravidão, miscigenação, servidão, e tantas outras relações, que contribuíram para a formação da Comunidade dos Arturos como lugar de memória (IEPHA/MG, 2014, p. 27).

Patrimônio Imaterial

O processo de patrimonialização no Brasil tem suas bases fundadas com a criação do *SPHAN* – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937 durante o governo de Getúlio Vargas, no Estado Novo (1937-1945). A equipe do *SPHAN* foi composta por alguns intelectuais como, Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freyre, Gustavo Capanema, Lúcio Costa, Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. As primeiras ações de salvaguarda se deram em Minas Gerais, foram tombadas seis cidades coloniais mineiras: Congonhas, Diamantina, Ouro Preto, São João Del Rei e Serro (CHUVA, 2011, p. 45).

No entanto, somente a partir de 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, o patrimônio cultural imaterial passa a ter maior relevância e ser cabível de proteção, como disposto no artigo 216,

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL. Constituição Federal 1988, artigo 216).

A Recomendação de Paris, de 1989, aponta para a necessidade da preservação da cultura popular como integrante do patrimônio cultural, “a cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundada na tradição [...] enquanto expressão de sua identidade cultural e social” (IPHAN, 1989).

Buscando a salvaguarda dos bens de natureza imaterial, em 04 de agosto de 2000, é instituído o decreto 3.551 que assegura o registro dos bens culturais de natureza imaterial em um dos seguintes livros: Livro de Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de

Expressão e dos Lugares¹ e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, com isso o Brasil sai à frente da *UNESCO* – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, no que se refere à salvaguarda dos bens imateriais, pois somente em 2003, que serão elaboradas as disposições de Convenção Para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Por meio do *IPHAN* – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, já foram registrados vinte e oito bens imateriais.

Já em Minas Gerais, o decreto 42.505, de 15 de abril de 2002, institui as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais, sendo de responsabilidade do *IEPHA/MG*, por meio da *GPI* – Gerência de Patrimônio Imaterial, realizar o processo de registro quando pertinente. Já foram registrados dois bens imateriais no estado, sendo eles: O Modo de Fazer o Queijo Artesanal da Região do Serro e a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte, e atualmente a *GPI* trabalha na finalização do dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos.

Processo de Registro da Comunidade dos Arturos

O processo de registro da Comunidade dos Arturos como Patrimônio Imaterial do Estado de Minas Gerais, teve início em 2012 e foi dividido em etapas, de forma a facilitar o levantamento de fontes concernentes ao tema estudado. A primeira fase denominada de *Referências Culturais da Comunidade dos Arturos* consistiu na realização de um levantamento bibliográfico acerca do que já foi produzido em 18 acervos diversificados, com documentação constituída de jornais, revistas, artigos, monografias, além de material audiovisual, a partir desses acervos foram apontadas 332 fontes com 564 referências aos Arturos e suas manifestações culturais.

A segunda etapa do *Projeto de Inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos* consistiu na elaboração *Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Minas Gerais, IPAC – Comunidade dos Arturos*, que é uma ferramenta utilizada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – *IEPHA/MG*, visa a identificação dos bens culturais do estado, e se mostra como uma importante ferramenta de direcionamento das ações a serem tomadas como forma de proteção ao acervo cultural de Minas Gerais. Essa etapa foi desenvolvida pelos pesquisadores da Gerência de Patrimônio Imaterial – *GPI* do

¹ Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a Vicência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

IEPHA/MG juntamente com os pesquisadores da Coordenadoria de Políticas de Memória e Patrimônio Cultural da *FUNDAC*, do município de Contagem.

A terceira fase do projeto de registro da Comunidade concentrou-se na elaboração do *Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos*, para o desenvolvimento dessa etapa do projeto, buscou-se encontrar dados que pudessem diferenciar essa pesquisa das demais já realizadas, desse modo, optou-se pela pesquisa em fontes primárias com o intuito de se descobrir novas informações e dados até então desconhecidos dos outros pesquisadores.

A etapa final consiste na elaboração das *Ações de Salvaguarda*, esta fase será elaborada a partir da interação entre os membros da Comunidade dos Arturos embasada pelos estudos desenvolvidos durante as etapas anteriores do *Projeto de Inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos*. O plano de salvaguarda será desenvolvido a partir da contemplação das diretrizes: valorização da memória; transmissão da tradição; suporte e estrutura física, e por fim, reconhecimento e divulgação. Os eixos apresentados serão trabalhados a partir da formação de um comitê gestor, de modo que, os bens individuais da Comunidade sejam preservados e dessa forma, será constituída a salvaguarda da Comunidade dos Arturos.

Pesquisa documental, patrimonialização e o trabalho do historiador.

Pode-se definir como fonte histórica tudo aquilo produzido pelo homem em épocas passadas e “legadas aos historiadores como base para a construção de teorias explicativas em torno dos processos sociais históricos”. Portanto fonte histórica é entendida como vestígios deixados pelas sociedades precedentes a nossa e que utilizadas pelos historiadores, servem de embasamento para a compreensão da sociedade atual.

No início da utilização de documentos como fontes históricas, estes eram vistos como anunciadores da verdade, não precisando de nenhuma interpretação por parte do historiador, somente a partir da década de 1930, com a Revista dos *Annales*, é que os documentos passam a ser interpretados. Desse modo, como Nolasco afirma, “entendemos que os manuscritos são fundamentalmente importantes para a investigação historiográfica, eles possibilitam a revelação de detalhes pessoais do sujeito, do cotidiano e da sociedade analisada” (NOLASCO, 2012).

As fontes históricas utilizadas como elementos de pesquisa, podem ser classificadas em: escritas, icnográficas, materiais e orais. A pesquisa documental de elaboração do “Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos” se baseou na utilização de fontes escritas, mais precisamente de fontes eclesiásticas e cartoriais. As fontes eclesiásticas correspondem à documentação produzida pela Igreja Católica no que tangencia nascimentos, casamentos e

óbitos. Já a documentação cartorial, é formada por várias tipologias de documentos, mas que em linhas gerais vão tratar da vida do indivíduo, como testamentos e inventários.

Numa primeira parte do processo de pesquisa, foram utilizadas fontes documentais eclesiásticas disponíveis no Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, no fundo do Arquivo Arquidiocesano², os documentos analisados foram produzidos pela Paróquia São Gonçalo da Contagem entre os séculos XIX e XX. Foram analisados também, os livros de Batismo, Casamento e Óbito da Paróquia de Santa Quitéria, atual cidade Esmeraldas, cidade de Minas Gerais, em que os Arturos também viveram.

A segunda parte da pesquisa documental foi realizada no Arquivo da Casa Borba Gato, anexo do Museu do Ouro de Sabará, onde foram pesquisados documentos administrativos do século XVIII e XIX, produzidos pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca do Rio das Velhas. Neste foram apurados dados relativos propriedade, compra, venda, herança e doação de escravos, terras, alforrias e coações, por meio dos Livros de Inventários, Testamentos e Livros de Notas. E ainda, foram realizados levantamentos em cartórios de ofícios de notas e de registros de imóveis em Betim e Contagem, que também contribuíram de maneira significativa na pesquisa sobre os Arturos.

A análise da hierarquização e das relações sociais estabelecidas durante os séculos XVIII e XIX, no que tange a escravidão no Brasil, tem se mostrado possível através da pesquisa em documentos eclesiásticos, visto que, o batismo de escravos foi uma prática recorrente em todo o Brasil, o que oferece vasta documentação, e que proporciona a análise da filiação dos escravos nascidos aqui, origem dos pais e até mesmo as relações de apadrinhamento.

Com base nesses levantamentos, foi possível encontrar dados que ajudam a compreender de forma mais clara a história dos Arturos, partindo da figura de Camilo Silvério da Silva e Felisbina Rita Cândida, pais de Arthur Camilo Silvério, fundador da Comunidade. Os dados encontrados nas documentações apontam para a desmistificação de algumas informações perpetuadas pela história oral e por alguns pesquisadores, que já trabalharam com a Comunidade.

A pesquisa foi iniciada no Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, a partir de indícios encontrados em trabalhos já realizados por outros pesquisadores, desse modo,

² Citam-se: treze Livros de Batismo, de 1854 a 1952, cinco Livros de Casamento de 1890 a 1963, um Livro de Crisma, de 1947 a 1961, seis Livros de Óbito, de 1851 a 1958, um Livro de Sepultura Perpétua, de 1959 a 1970, três Livros de Tombo da Matriz de São Gonçalo, de 1913 a 1945, o Livro do Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de 1867, Livro de Recibos de 1875 a 1897, Livro de Receitas e Despesas de 1888 a 1889, o Livro de Ata da Irmandade de 1920 a 1958, além de outros quinze livros de assuntos diversos, todos da Irmandade de N. S. do Rosário de Contagem.

buscou-se localizar dados que pudessem preencher a lacuna acerca de informações sobre os ascendentes dos Arturos. Iniciou-se a busca por nomes relacionados a Arthur Camilo, como Camillo Silvério e Felisbina Rita Cândida, seus pais.

Foi localizado, o registro de batismo de Felisbina Rita Cândida, mãe de Arthur Camilo, o Livro de Batismo da Paróquia de São Gonçalo, mostra que Felisbina foi batizada em 24 de setembro de 1854, filha de Maria e Felipe *Congos*, e apadrinhada por Paulo e Maria *Cabinda*, a presença desses substantivos: *Congos* e *Cabinda* revela que possivelmente os pais e padrinhos de Felisbina eram de origem africana.

Encontrou-se ainda um documento de grande relevância, referente ao registro de uma doação realizada por Camillo Silvério, identificada nesse documento como Regente do Congado, a Irmandade do Rosário de Contagem, no valor de 8\$000 reis, no dia 21 de outubro de 1888. O documento está no *Livro de Receitas e despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1888-1889*, esse fato se mostrou muito importante, pois abre espaço para a discussão de quem era Camilo Silvério, uma vez que a sua doação é de uma quantia considerável para a época, visto que, ele era um ex-escravo.

No Cartório Guimarães, foi localizada a certidão de óbito de Camillo Silvério, sendo possível confirmar que se tratava realmente do pai de Arthur, na certidão consta que o Camillo faleceu em 17 de agosto de 1893, com 53 anos, o que indica que nasceu em 1840. O atestado informa que ele nasceu em Contagem, era filho de Maria Silvéria, viúvo de Felisbina Rita Cândida e pai de oito filhos: Adão, José, Pedro, Arthur, Maria, Anna, Isabel e Josina (IEPHA/MG, 2014, p. 37.).

Foi possível a partir da sua certidão de óbito, identificar a sua profissão, que era a de *jornaleiro*, que segundo Raphael Bluteau, é “aquelle que trabalha por jornal. [...] Ganhava de comer por seu trabalho, como homem jornaleiro. [...] Jornaleiro em terras alheias” (BLUTEAU, 1712-1728.). Portanto, pode-se inferir que Camillo trabalhou como jornaleiro em fazendas de São Gonçalo da Contagem, e essa informação se mostra importante, pois explica em parte como ele adquiriu o terreno em que a Comunidade está fixada hoje, que é uma área de aproximadamente seis hectares, por título particular, em 02 de novembro de 1888, mesmo ano em que realizou doações para a Irmandade do Rosário.

Foi encontrado ainda, o registro de batismo de Arthur Camilo, que nasceu em 21 de dezembro de 1885, sendo válido ressaltar que, seu nascimento ocorreu enquanto já vigorava a *Lei do Ventre Livre*, Lei no 2.040, em 28 de setembro de 1871, desse modo, Arthur já não era considerado escravo, contudo, a trajetória de Arthur, mostra que os laços de servidão ainda permaneciam ativos.

A partir desses levantamentos, foi possível analisar as relações de apadrinhamento e compadrio, que fizeram com que os laços de servidão continuassem ativos entre Arthur Camilo e Benjamim Camargos, seu padrinho, pois “a presença determinante de um número restrito de famílias proprietárias, inclusive com relações de parentesco muito estreitas, a dominar também os sítios de menor extensão” (CAMPOS; ANASTASIA, 1991, p. 108).

Para se compreender a fundamentação dessas relações, foi realizado o cruzamento de informações de pelo menos 250 nomes de proprietários de fazendas e escravos nas regiões de São Gonçalo da Contagem, Capela Nova (atual cidade de Betim) e Santa Quitéria (município de Esmeraldas). Diante dos dados apurados, foram levantados alguns sobrenomes de famílias influentes como: os Diniz, os Ferreira da Costa, os Alves, os da Silva, os Macedo, os Brochado, os Nunes, os Moreira, os Bijos, os Matos, e mais recorrentemente: os Camargos (IEPHA/MG, 2014, p. 53). Arthur viveu nessa situação de dominação até os quinze anos, quando resolve fugir para uma fazenda na região de Santa Quitéria.

As pesquisas ainda contribuíram para a descoberta de alguns fatos, ao que parecem, até então desconhecidos. Nesse período, Arthur Camilo, antes de casar-se com Carmelinda Maria da Silva, uni-se em matrimônio com Amélia Philomena Diniz, em 15 de novembro de 1906, no entanto, ela faleceu ainda jovem, cinco anos após o casamento, sem deixar filhos.

Após um ano, Arthur Camilo casa-se com Carmelinda Maria, em 16 de novembro de 1912, dessa união, nasceram seus dez filhos: Geraldo Arthur Camilo (16/11/1913), Conceição Natalícia da Silva (03/10/1918), Maria do Rosário da Silva (07/10/1923), Juventina Paula de Jesus (25/01/1925), José Acácio (09/04/1926), Isaíra Maria da Silva (06/07/1929), Mario Braz da Luz (02/02/1933), Antônio Maria da Silva (18/07/1935), Joaquim Bonifácio da Silva (03/08/1940), João Batista da Luz, Maria Januária da Silva.

Todos esses dados foram levantados em livros de batismos, crismas, óbitos e casamentos, que serviram para mostrar a forte ligação dos Arturos com a localidade de São Gonçalo da Contagem.

Considerações Finais

A realização da pesquisa documental, tanto nos acervos do Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, como no Museu do Ouro em Sabará e nos cartórios de Betim e Contagem, foi possível realizar o cruzamento de informações, algo que se mostra como metodologia indispensável ao trabalho do historiador. Através desse trabalho, foi possível desenvolver hipóteses e trabalhar a partir dessas informações para se tentar entender um pouco da história dos Arturos.

A necessidade da construção do conhecimento a partir de fontes primárias e secundárias se mostrou de extrema importância para a elaboração do *Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos*, visto que, desde o princípio, optou-se por elaborar uma história diferente das que já havia sido escrita por outros pesquisadores.

Esse intuito só foi alcançado a partir da análise de vários documentos, desse modo, o trabalho se mostrou bem fundamentado e com uma apresentação mais cuidadosa da Comunidade dos Arturos.

Referências

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino; aulico, anatomico, architectonico*. vol. 4. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728,.

CAMPOS, Adalgisa, e ANASTASIA, Carla Junho. *Contagem: “Origens”*. Belo Horizonte: Mazza, 1991.

CHUVA, Márcia. Entre Vestígios do Passado e Interpretações da História – Introdução aos Estudos sobre Patrimônio Cultural no Brasil. In: CUREAU, Sandra *et al* (Coord.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 03 maio 2014.

GOMES, Núbia Pereira de M.; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras: Os Arturos*. Belo Horizonte: Mazza, 2000.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. *Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos – Contagem/ MG*. Belo Horizonte: 2014.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, IEPHA/MG. FUNDAÇÃO CULTURAL DE CONTAGEM, FUNDAC. IPAC/MG - *Comunidade dos Arturos*. Belo Horizonte, 2014.

_____. *Referências Culturais da Comunidade dos Arturos*. Belo Horizonte, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Cartas Patrimoniais: Recomendação Paris, 1989* Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=261>> Acesso em 03 maio 2014.

LUCAS, Glaura. *Música e tempo nos rituais do congado mineiro dos Arturos e do Jatobá*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2005.

_____. *Os Sons do Rosário: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

NOLASCO, Edriana Aparecida. *Fontes históricas: rotina de leitura e experiência de pesquisa*. Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/A03A84B1-D07F-45B7-86A8-C43233BB47BB/FinalDownload/DownloadId-EC4F70288A98B995B4D95D4A707FEBEE/A03A84B1-D07F-45B7-86A8-C43233BB47BB/index.php/cdhis/article/viewFile/21618/11839>> Acesso em 03 maio 2014.

RUSSELL-WOOD, A.J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial/A. J. R. Russell-Wood; tradução de Maria Beatriz Medina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Patrimônio natural e desenvolvimento sustentável no processo de proteção da Serra de São José na cidade mineira de Tiradentes.

Euclides de Freitas Couto

Doutor em História (UFMG)

Pesquisador (UFSJ)

efcouth@terra.com.br

Marcelo de Araújo Rehfeld Cedro

Doutorando em Ciências Sociais (PUC-Minas)

Professor do Centro Universitário UNA

marcelocedro@prof.una.br

Matheus Blach

Graduado em História pelo Centro Universitário Una

Aluno-bolsista do Projeto de Iniciação Científica UNA/FAPEMIG

matheusblach@sobrehistoria.

RESUMO: Análise do processo de proteção – como patrimônio histórico, cultural, paisagístico, brasileiro – da Serra de São José, na cidade mineira de Tiradentes. Procurou-se identificar as práticas discursivas dos atores sociais que se enquadrem na relação conflituosa entre patrimônio e poder; como também na investigação da dicotomia entre desenvolvimento urbano e preservação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Serra de São José. Patrimônio cultural; Desenvolvimento Sustentável; Tiradentes.

ABSTRACT: Analysis of the protection project - as historical, cultural, landscape and Brazilian heritage - São José's Mountain, in the city of Tiradentes/MG. The intention was to identify the discursive practices of social actors that fall under the conflicting relationship between wealth and power, but also in the investigation of the dichotomy between urban development and environmental preservation.

KEYWORDS: Serra de São José; Natural Heritage. Sustainability; Tiradentes.

Introdução

Este artigo resulta de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada entre julho de 2010 e maio de 2012. O trabalho se inscreve no campo da análise das categorias discursivas do Patrimônio Cultural e avalia o processo de proteção da Serra de São José na cidade mineira de Tiradentes no período entre 1979 a 2010. O objetivo almejado foi: analisar as categorias discursivas que foram criadas para legitimar o pedido de tombamento da Serra, considerando os atores sociais que atuam em prol de sua preservação.

A pesquisa incluiu a análise da documentação encontrada no arquivo do escritório técnico do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em Tiradentes, bem como no arquivo particular de Luiz Cruz. Além da análise de fontes escritas, foram realizadas entrevistas envolvendo agentes de diferentes esferas que atuam em prol da preservação da Serra.

Dada a tipologia e a variedade das fontes disponíveis, buscou-se seguir um método de análise **qualitativa** sintonizado com a metodologia da pesquisa histórica nos moldes propostos por Jacques Le Goff (1999), Núncia Constantino (2004), Carlo Ginzburg (1990) dentre outros.

Nas últimas décadas, surgiram novas concepções teórico-historiográficas que aproximaram as análises qualitativas. Disso resultou o desenvolvimento de uma nova metodologia que atende à “reivindicação do individual, do subjetivo, do simbólico como dimensões necessárias e legítimas da análise histórica” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, 22-23). O presente estudo se apropria desses pressupostos metodológicos para o trabalho empreendido na coleta e na análise das fontes. Para a realização das entrevistas e exame dos dados produzidos, foi utilizada a metodologia de investigação e análise das fontes orais, como apresentada por Neves (2006), Becker (1999) e Prins (1992).

Desse modo, foram adotadas **entrevistas temáticas** semiestruturadas como metodologia de abordagem dos entrevistados, buscando direcionar o questionário para os problemas formulados a partir do objeto de pesquisa. Procurou-se perceber, por meio de comparações, em que medida as intencionalidades dos entrevistados em suas falas corroboravam ou contradiziam as demais fontes escritas e vice-versa. Procurou-se, a partir disso, não estabelecer algum tipo de relação hierárquica entre os tipos de fontes.

Patrimônio Cultural e Natureza: o conceito de sustentabilidade e o discurso de preservação ambiental

Regina Horta Duarte (2005) indica a crescente preocupação das sociedades humanas com as questões sobre meio ambiente e sua preservação. A ideia de progresso – associada ao consumo de novas tecnologias cada vez mais avançadas – é reproduzida em escalas jamais imaginadas na história da humanidade. Através do consumo, os indivíduos atribuem identidade uns aos outros fazendo com que a prática de consumir produtos novos ou atualizados lhes mantenha em sintonia com o seu meio social.

A revolução tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de venda para tudo [...] e a

crença que o *novo* equivale não só ao melhor, mas ao absolutamente revolucionário. (HOBSBAWM, 1995, p.261)

Diante desse modelo consumista e desenvolvimentista, surgem problemas ecológicos de alta gravidade cuja visibilidade se ampliou nas últimas décadas. A preocupação ambiental que anteriormente era exclusividade das Ciências Naturais e das Geociências, atualmente interpenetra diferentes campos das Ciências Humanas e Sociais.

Políticos, economistas, pesquisadores e diversos outros profissionais procuram meios de perpetuar a reprodução do sistema capitalista adaptando-o a realidade atual, mediante manutenção do equilíbrio ecológico. Além de buscarem fornecer discursos que legitime as ações dos políticos e da indústria diante da opinião pública fortemente mobilizada em favor da preservação do meio ambiente. Um exemplo destes esforços está nas discussões em torno do conceito de *desenvolvimento sustentável* que se torna, aparentemente, cada vez mais indispensável na elaboração de políticas de desenvolvimento nas últimas décadas.

Em 1987, por meio da *Comissão Mundial da ONU Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, foi elaborado o *Relatório Brundtland* no qual o conceito de *Desenvolvimento Sustentável* aparece oficialmente formulado em sua versão mais recorrente na atualidade:

Desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. (BRÜSEKE, 1994 p.16).

Desse modo se percebe que o conceito de desenvolvimento sustentável é criado para possibilitar a reprodução do sistema capitalista em uma escala que visa à continuidade do usufruto dos bens naturais pelas sociedades humanas ao longo do tempo.

Porém, diversos países capitalistas industrializados, mesmo diante da emergente preocupação com as questões ambientais, relutam em assumir os compromissos que este conceito acarreta com receio de prejudicarem seu crescimento econômico.

Sendo assim, o uso deste conceito se tornou recorrente como discurso de “consciência ecológica” ou “responsabilidade social” no sentido de legitimar ações de governos e empresas. Lideranças políticas e econômicas destas nações se apropriam do discurso da sustentabilidade para poder se legitimar no poder e transmitir uma imagem positiva diante da opinião pública sem nada fazer de efetivo em prol de uma diminuição da degradação ambiental.

Outra iniciativa, que é exemplar da mobilização de órgãos internacionais diante das questões ambientais, aliada ao conceito de *desenvolvimento sustentável*, é a elaboração da categoria *Patrimônio Natural* pela UNESCO. Este é tomado sob duas perspectivas: como mais uma ferramenta de preservação ambiental, por meio da qual se tornou possível proteger áreas de interesse ecológico e; por outro lado, desenvolver pesquisas a respeito do significado cultural e da relação do homem com a natureza nas áreas protegidas. Os esforços foram voltados para buscar no conceito de *patrimônio natural*, sintonia com os pressupostos do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, busca-se alinhar à discussão desta temática, os conceitos mais atualizados sobre o assunto, como a categoria redefinida pela UNESCO, no Artigo 1º da *Convenção do Patrimônio Mundial de 1999*, **paisagem cultural**:

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo 1º da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas como base, tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões. (UNESCO. Comitê do Patrimônio Mundial, 1999, *apud* CASTRIOTA, 2009, p. 261).

Desse modo, como demonstrado por Castriota, o conceito de **paisagem cultural** vem agregar à ideia de patrimônio, a análise da relação entre cultura e natureza, atribuindo componente humano ao processo de proteção visando o desenvolvimento sustentável. Sendo assim, utilizando-se dos conceitos levantados buscou-se analisar os discursos relacionados ao pedido de tombamento da Serra de São José.

Narrativas de preservação da Serra de São José (1979 a 1987)

As ações de preservação da Serra de São José tiveram início no final da década de 1970 em Tiradentes (Minas Gerais) mediante temores de que aquela localidade se transformasse em terreno a ser explorado pela indústria mineradora. Luiz Cruz¹ relata:

[...] morei algum tempo no Rio de Janeiro, a primeira coisa que eu vi quando retornei a Tiradentes e que me deixou muito assustado, foi o Yves Alves trazer aqui pra Tiradentes um mapa do DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral, em que a Serra de São José estava toda mapeada por

¹ Luiz Cruz, cidadão tiradentino, agente atuante nas mobilizações para a preservação e o tombamento da Serra, associado ao Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes ex-presidente da Sociedade Amigos de Tiradentes e sócio fundador do Corpo de Bombeiros Voluntários daquela cidade.

mineradoras que estavam pedindo concessões de pesquisa mineral, algumas já com pesquisas em processo de andamento, outras já aprovadas, e a Serra seria transformada em um campo de mineração (Entrevista concedida em 26/09/2010).

De acordo com o texto *Patrimônio Ambiental de Tiradentes* de autoria do entrevistado, o DNPM, em 1977, chegou a ceder a uma mineradora a concessão para exploração de um terreno da prefeitura localizado na Serra. No entanto, por meio de uma solicitação do IPHAN, o alvará foi cancelado. Naquele mesmo ano, o Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes (IHGT) deu início a um movimento em prol da preservação da Serra e, em 1979, solicitou, pela primeira vez, a sua proteção federal. Esse processo vem se arrastando deste então e até o momento não foi concluído.

Essas iniciativas de preservação se inscrevem em um contexto mais amplo de difusão das questões ambientais no Brasil. De acordo com Ângela Alonso e Valentino Costa (2002), existe no Brasil, uma progressiva complexificação, especialização e abrangência da temática ambientalista a partir dos anos 1960. Há uma compreensão cada vez maior da área de influência do discurso ambientalista que ganha espaço no campo intelectual - enquanto produções acadêmicas de áreas diversas - e também na política, na medida em que a questão ambiental é institucionalizada e fica submetida ao jogo político do poder.

Por meio da análise das diversas classificações de *Unidade de Conservação* que a Serra de São José recebe dos órgãos públicos do poder, este processo torna-se explícito em Tiradentes. As iniciativas do IHGT, em prol da preservação da Serra de São José, levaram-na a 19 de maio de 1981 a tornar-se uma *Unidade de Conservação*. Por meio do decreto estadual 21.308, daquele ano, a Serra foi classificada pelo Governo de Minas Gerais como Área de Proteção Estadual Especial (APEE).

O decreto determina a “preservação de mananciais e do Patrimônio Histórico e Paisagístico”; a preservação permanente de florestas e da vegetação natural com o estabelecimento de regras de parcelamento do solo e sua ocupação.

Infere-se que, em virtude das garantias oferecidas pelo decreto, as mobilizações em prol do tombamento da Serra se acalmaram. Uma vez que a APEE saciasse as demandas de proteção da Serra e que o discurso presente no decreto convencesse aos agentes interessados da segurança da Serra, o seu tombamento tornava-se menos urgente. Sobretudo, pelo fato de o decreto determinar não somente a proteção ambiental como também do *Patrimônio Histórico e Paisagístico*. O que pode ser revelador da eficácia do discurso do decreto é o fato de não ter

sido encontrada documentação em prol do tombamento da Serra nos anos imediatamente posteriores a 1981 e, mesmo uma quantidade reduzida de documentação referente à sua preservação até 1986.

Em 1986 e 1987 as mobilizações pela proteção da serra foram retomadas. Luiz Cruz (2009) relata que naquele período “as mineradoras continuavam ameaçando”. A maior parte da documentação encontrada nos arquivos do IPHAN remete-se a este período. São diversos registros como panfletos de propaganda sobre a preservação da Serra, relatórios de reuniões da SAT (Sociedade Amigos de Tiradentes, fundada em 1980 e extinta em 2006), eventos como uma *Procissão Ecológica*, a inauguração da *Semana do Meio Ambiente* de Tiradentes, pesquisas de geólogos, biólogos e diversos outros. Este grande volume de fontes revela que aquelas garantias prometidas pela APEE –, que refletiram no esfriamento das agitações pelo tombamento da Serra –, se mostraram ineficazes. Novamente, os agentes interessados se viram diante da necessidade de novas mobilizações pela proteção daquela área, retomando também a discussão sobre o tombamento.

Em 1986 a SAT apresenta “Um Projeto para Salvar e Valorizar a Serra de São José”. A perspectiva assumida pela SAT neste documento demonstra a preocupação com a busca por meios de proteção da Serra que não prejudicassem suas funções econômicas fundamentais para a comunidade como a extração mineral para o artesanato, a areia e pedras usadas em construções e diversos outros fins.

O projeto da SAT encontra-se em sintonia com o discurso ambientalista daquele período. Embora ainda não se utilizassem o termo *desenvolvimento sustentável*, percebem-se semelhanças em seus preceitos.

Em outro documento de 1986, a SAT faz novas críticas e propostas para a proteção da Serra cuja análise pode desvendar aspectos interessantes do processo:

Acreditamos que a preservação da Serra por ato de Tombamento somente, não é viável, pois a legislação vigente é adequada, mas, por si só, tem se mostrado ineficiente, sendo que, para que o policiamento se torne efetivo é necessária a colaboração dos proprietários. O nosso objetivo não se limita somente ao acima exposto e sim também que a área da Serra possa se tornar uma alavanca econômica de uma comunidade que vive da lavoura, artesanato e turismo. Já foi solicitado ao SPHAN o seu tombamento e a formação de um Parque, com a finalidade de obter recursos técnicos para desenvolver, testar e implantar métodos de exploração não destrutivos, estendendo a outras áreas que tem o seu solo usado com métodos predatórios e destrutivos. (SAT, 1986. A Serra de São José - Tiradentes. Arquivo do escritório técnico do IPHAN em Tiradentes).

Sendo assim, por meio desse documento, revela-se a ineficácia dos meios de preservação estabelecidos, como a APEE. Demonstra que havia divergências entre a atuação das instituições do Estado e aqueles representantes da sociedade civil. Fica claro mais uma vez, o propósito de se fazer o uso *sustentável* da Serra tornando-a uma “alavanca econômica” para o turismo e para o artesanato sem incorrer a devastação ambiental.

A Serra de São José e as Unidades de Conservação Sobrepostas (1987-2009)

Na segunda metade da década de 1980, mediante ausência de posicionamentos oficiais das esferas federais sobre o tombamento, ressurgiram as demandas de preservação da Serra de São José. Em 1987 foi enviado para apreciação e avaliação competente, o dossiê de classificação da Serra como uma Área de Proteção Ambiental.

Sem utilizar o termo *desenvolvimento sustentável* de forma explícita, o dossiê procura atingir seus pressupostos. Isto porque, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as APA's estão na categoria de *Unidade de Uso Sustentável* que “tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais”².

Dessa forma, “visando a compatibilização entre a preservação da Serra e os interesses econômicos locais” é requerida a criação da APA sob a mesma delimitação definida pelo decreto da APEE (SPHAN, 1987). Em suma, essa nova categoria de proteção da Serra, proposta nestes termos, tem a mesma função do decreto de 1981 figurando-se como mais um possível meio de preservação. Em 1989, mediante ausência de respostas satisfatórias, este processo foi novamente requerido até que, em 16 de fevereiro de 1990, através do decreto federal 30.934, o dossiê da APA foi aprovado:

Fica declarado, sob a denominação de APA São José, como de proteção ambiental, para fins de preservação do patrimônio histórico, paisagístico e da cultura regional, proteção e preservação dos mananciais, cobertura vegetal (cerrado e áreas remanescentes de Mata Atlântica) e da fauna silvestre, área de terreno situado na Serra São José (Decreto Federal 30.934 de fevereiro de 1990).

Assim como o decreto da APEE, este também vislumbra a preservação da Serra como patrimônio histórico e paisagístico. Todavia, tal iniciativa parece ter levado a discussão sobre o tombamento novamente ao ostracismo. Porém, em contrapartida, Luiz Cruz (2009) sugere que as pressões pela preservação ambiental não retrocederam, mas sim, acentuou-se a mobilização para a efetiva aplicação dos termos contidos nestes decretos.

² Informação disponível no site do IEF consultado em outubro de 2012: <http://www.ief.mg.gov.br/>

Todavia, no ano de 2002, uma nova mineradora surgiu com alvará do DNPN para prospecção e mineração na Serra de São José. Mais uma vez a sociedade civil junto com os órgãos públicos e com um notório apoio da mídia se mobilizaram em prol da preservação e tombamento da Serra até que o alvará foi cancelado. (CRUZ, 2009). Novamente, as ameaças à Serra revelaram a ineficácia da implantação efetiva dos decretos de preservação, desta vez o decreto da APA.

Por ser uma área de Mata Atlântica a Serra também se enquadra na classificação de *Reserva da Biosfera* declarada pela UNESCO. Em 2004 a Serra foi classificada também como *Refúgio Estadual da Vida Silvestre*³ (REVS) devido à libélula da Serra de São José. Os REVS's são categorizados pelo SNUC como *Unidade de Preservação Integral*.

Essa nova categoria coloca em questão a exploração *sustentável* dos recursos naturais prevista nos decretos anteriores. A partir de então a preservação deveria seguir critérios mais rigorosos em que mesmo o uso sustentável encontra limitações. Estas diversas definições da Serra como *Unidades de Conservação* sobrepostas garantiram, em 2007, seu reconhecimento como Mosaico de UC's:

O mosaico da Serra de São José é o primeiro do gênero em Minas Gerais e foi reconhecido pelo Decreto nº 44.518 em 16 de maio de 2007. "O mosaico é uma reunião de diferentes categorias de unidades de conservação - federais, estaduais ou municipais - que permite uma visão global das áreas permitindo uma conservação mais eficaz", explica o gerente de Gestão de Unidades de Conservação do Instituto Estadual de Florestas (IEF), Roberto Alvarenga⁴.

No dia 04 de dezembro de 2009 foi lançada, pelo IHGT, uma campanha de retomada em prol do tombamento e a partir de então ocorreram diversas mobilizações com o mesmo objetivo: "Pelo Tombamento Federal da Serra de São José".

Em maio de 2010, ocorreu uma caminhada ecológica para a *Troca da Cruz do Carteiro da Serra de São José* e o lançamento do projeto *Cultura, História e Biodiversidade da Serra de São José*; em agosto do mesmo ano foi promovido ciclo de palestras com o tema *Serra de São José: Patrimônio Geológico*; além de outras campanhas de preservação, como as de prevenção aos incêndios.

A partir da análise da história da luta pela proteção da Serra de São José, é possível inferir os motivos pelos quais seu processo de tombamento se prolonga por mais de trinta anos. Ao conversar com os agentes envolvidos na proteção, houve certo consenso entre eles

³ http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/Flavia/areas/refugio_estadual_de_vida_silvestre1.pdf

⁴ <http://www.ief.mg.gov.br/noticias/1/266-mosaico-amplia-protacao-da-serra-de-sao-jose>

em atribuir essa demora à própria burocracia do IPHAN, como relata Olinto Rodrigues dos Santos Filho, pesquisador que atua junto ao escritório do IPHAN em Tiradentes:

Os processos do IPHAN são muito demorados, e essas coisas andam conforme a vontade política dos dirigentes. Então, ficou muito tempo parado. (Entrevista concedida em 27/09/2010).

Luiz cruz afirma que:

Eu acho que o primeiro problema foi por parte própria do IPHAN de entender que há mais de trinta anos havia uma preocupação com relação a Serra de São José. Havia uma mobilização já grande e significativa, mas a burocracia do IPHAN não permitiu que a coisa fluísse de maneira positiva. (Entrevista concedida em 26/09/2010).

Contudo, infere-se que, além da demora provocada por empecilhos burocráticos, o projeto de tombamento vem sem arrastando desde 1979 também porque entrou em um ciclo de “esquecimento” e retomada.

Em 1981, o decreto da APEE pareceu ser suficiente para saciar as demandas de preservação da Serra. Nos anos imediatamente posteriores foi detectado um esfriamento da efervescência da sociedade civil em torno do tombamento, sobretudo devido ao fato de que o decreto previa a salvaguarda da Serra como Patrimônio Histórico e Paisagístico.

Entretanto, em 1986, as mineradoras continuavam ameaçando a Serra e a partir de então o projeto de tombamento foi “relembrado”. Em 1990, foi lançado o decreto da APA e nos anos posteriores o tombamento entrou em nova fase de ostracismo. O ciclo se repete em 2002/2004 - diante de novas ameaças que surgem e a classificação da Serra como REV's – e mais uma vez em 2009/2010.

O conteúdo dos decretos, enquanto sua função e delimitação da área a ser preservada, é muito semelhante e cada um deles, por si só, se colocado em prática, deveria ser suficientemente capaz de oferecer aparato jurídico para proteger a Serra.

Porém, foi possível detectar a ineficiência destes decretos: o grande número de cópias de processos judiciais e registros de ocorrência policial sobre denúncias de depredação ambiental na Serra presentes no arquivo do IPHAN em Tiradentes revela que as unidades de conservação não foram de fato implantadas⁵ o problema da falta de policiamento é notório.

⁵ Estas ações judiciais estão distribuídas no tempo de forma mais ou menos regular, porém sempre se distanciando em alguns anos dos decretos recém-publicados como 1981 e 1990 e antecipando uma nova fase de mobilizações como as de 1986 e 1987, 2009 e 2010.

Conclusão

Cada vez que foi constatada a ineficiência de um decreto, a sociedade civil e as instituições interessadas se mobilizavam novamente pela preservação, sendo retomada também a discussão sobre o tombamento da Serra de São José.

A documentação levantada reflete a tônica do discurso ambientalista que se difunde no Brasil desde a década de 1960 no qual, apesar de não ter sido encontrado o termo desenvolvimento sustentável de forma explícita, seus preceitos estão diluídos nas proposições dos projetos de proteção da Serra de São José que buscam sempre conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico da região, sobretudo a cidade de Tiradentes.

Desse modo, é notório que o discurso de preservação prioriza as questões de valor genético, natural, excepcional da Serra de São José – mesmo apesar de os decretos vislumbrarem a proteção como patrimônio histórico e paisagístico. Conforme foi demonstrado, por meio dos autores Ribeiro e Zarinato (2006), de um modo geral, a preservação do patrimônio natural ainda obedece aos critérios de excepcionalidade e valor genético do bem natural em detrimento de uma valorização das relações culturais e de identidade existentes entre o bem e as sociedades humanas circundantes. No caso da Serra de São José, esse processo se evidencia por meio da análise da documentação referente à sua preservação, os diversos eventos e pesquisas voltados para os levantamentos de cunho geológico e biológico. Entretanto, os discursos de valorização histórica e cultural não estiveram ausentes em todo esse processo e foram analisados em outra pesquisa: *Patrimônio Natural, mito e (re)invenção das tradições no processo de tombamento da Serra de São José na cidade mineira de Tiradentes* (BLACH et al., 2013, p. 15-32).

Referências Bibliográficas

BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. 4.ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

BLACH, Matheus C.; COUTO, E. F.; CEDRO, Marcelo de Araújo Rehfeld. Patrimônio Natural, mito e (re)invenção da tradições no processo de Tombamento da Serra de São José na cidade Mineira de tiradentes. *Revista Saberes Interdisciplinares*, ano VI, v.11, p. 15-32, 2013. Disponível em http://www.iptan.edu.br/publicacoes/saberes_interdisciplinares/pdf/revista11/PATRIMONIO_NATURAL.pdf.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In CAVALCANTI, Clóvis et al. (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. Recife: INSPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, 1994, p.14-20. Disponível no site <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf> , acessado em 15.01.2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

SENADO FEDERAL e IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cidades Históricas; inventário e pesquisa: Projeto Piloto Tiradentes*. Edições do Senado Federal. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local? *Revista História Unisinos*, v. 8, n. 10, 157-17, JUL/DEZ 2004. Disponível em http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/sumario_historia/vol10n8/17hi_storian10vol8_artigo11.pdf

CRUZ, Luiz. *Contribuição para o Tombamento Federal da Serra de São José, pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 2009. Arquivo pessoal do autor consultado em 2010.

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica: 2005.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu, PELEGRINI, Sandra C. Araújo. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. Tradução de Magda Lopes 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita, Revisão técnica: Maria Célia Paoli; São Paulo, Companhia das Letras: 1995.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. 5 ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. 2002.

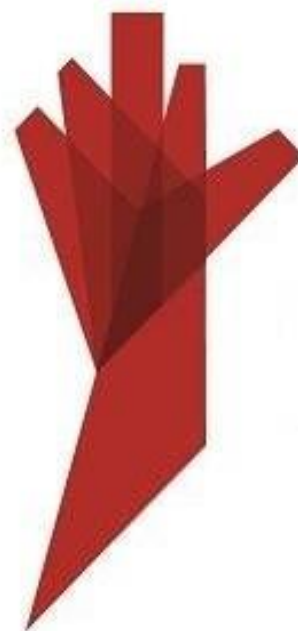
NEVES, Lucília de Almeida. *Historia oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RIBEIRO, Wagner Costa, ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio Cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Associação Nacional de História, ano/vol 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

RICŒUR, Paul. *A Memória a História o Esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.] – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

Simpósio Temático 16

**Administração, comércio e justiças:
fontes e métodos para a compreensão
das múltiplas formas de sociabilidade e
exercício de poder no Império Português
(1500-1800)**



Coordenadores:

Patrícia Ferreira dos Santos Silveira

Pós-doutoranda em História Social da Cultura - UFMG
cliopatri@gmail.com

Cláudia C. A. Atallah

Pós-doutoranda em História – UFMG/CNPQ - USS
Professora na Universidade Severino Sombra
clauatallah@gmail.com

Testamento e Legislação Eclesiástica na América Portuguesa (século XVIII)

Denise Aparecida Sousa Duarte

Mestre em História

Universidade Federal de Minas Gerais

ddenao@yahoo.com.br

Valquíria Ferreira da Silva

Graduação em História

Universidade Federal de Minas Gerais

historiaval@hotmail.com

Wesley Fernandes Rodrigues

Mestre em História

Universidade Federal de Minas Gerais

wesley_fernandes@yahoo.com.br

RESUMO: Nosso objetivo nesse texto é refletir sobre a tentativa da Igreja Católica em normatizar o comportamento dos fiéis frente à morte nas Minas no início do século XVIII (especialmente no que concerne a elaboração dos testamentos), com a definição dos procedimentos necessários para que a “boa morte” fosse alcançada, procedimentos que foram expressos nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*.

PALAVRAS-CHAVE: Legislação eclesiástica; Testamento; Minas Gerais; “Boa morte”.

ABSTRACT: Our purpose in this paper is to reflect on the Catholic Church’s attempt to standardize the behavior of people towards death in Minas (Brazil) in the early 18th century (especially regarding the drafting of wills), with the definition of the procedures for the “*boa morte*” (good death) was reached, these procedures were expressed in the *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (ecclesiastical legislation).

KEYWORDS: Ecclesiastical legislation; Wills; Minas Gerais; “*Boa morte*” (good death).

Introdução:

O *Concílio de Trento* procurou renovar a espiritualidade dos fiéis e, sobretudo, a do próprio clero, com reformas nas ordens religiosas e no clero secular. A concepção tridentina defendia a necessidade de se renovar todo o corpo da Igreja,

quer enquanto instituição quer enquanto comunidade de todos os fiéis, os quais no que dizia respeito à doutrina, à espiritualidade e até às sensibilidades religiosas andavam com frequência afastados dos seus preceitos” (FERNANDES, 2000, p.15).

Visou-se a renovação do trabalho pastoral dos clérigos e pela fomentação de publicações de obras que “vão do campo mais especializado da teologia moral às

diversificadas obras visando o ensino da doutrina cristã, avisos e guias de comportamento moral para vários ‘estados’, obras hagiográficas até às coletâneas de *exempla* [...]” (FERNANDES, 2000, p.29). Essas obras deveriam, ainda, atingir os fiéis, de forma a renovar seus comportamentos e sua crença.

A estudiosa Zumira C. Santos defende a ideia de que no Portugal Seiscentista uma importante e recorrente literatura de espiritualidade foi a relativa aos “fins últimos do homem”, que buscava formular modelos de comportamento moral e religioso funcionando como arte de “bem viver” e “bem morrer”. Segundo a autora a tese fundamental destes tratados era de convencer os fiéis que o fim estava perto, definindo o que era morte, a morte violenta, descrevendo o inferno e o juízo particular e o final, dentre outros temas; essas obras enfatizavam, assim, que era necessário arrepender-se e mudar de vida para escapar da condenação eterna (SANTOS, 1997, pp.161-172).

Desse modo, era pregado o conceito de boa morte, que se constituía como sinônimo de salvação e era consequência de uma vida “pautada pela interiorização e prática de valores ético-cristãos”. Porém no Brasil setecentista, contexto de criação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, os fiéis que desejavam o bem morrer, mas não seguiam a risca os preceitos religiosos, para compensarem uma vida desregrada e assegurarem uma boa morte, elaboravam testamentos, associavam-se às irmandades (garantindo o acompanhamento e os sufrágios) e buscavam, na hora da morte, o auxílio sacerdotal (SANT’ANNA, 2006, pp.69-72). Percebemos por esse comportamento que o ato de testar atuava como forma de reconciliação com Deus, buscando o perdão dos erros passados e as práticas espirituais como forma de amparo do pós-morte, ainda que os mesmos fossem elaborados em um momento de morte iminente.

O presente texto pretende analisar as atitudes dos fiéis diante da morte, e essa valorização desses momentos finais como forma de obter o perdão dos pecados e alcançar do Paraíso. Pretendemos mostrar que no caso da América Portuguesa esse comportamento condizia com as propostas apresentadas pela própria instituição eclesiástica, que expressava por meio das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* elementos que corroboravam com esse ideário que sobrepuja os ritos na iminência da morte - e posteriormente a ela - à necessidade de se ter uma vida íntegra. Não pretendemos aqui dizer que a Igreja no Brasil tenha desvalorizado a necessidade de moralizar os fiéis, mas sim que através do reconhecimento de que uma vida totalmente ilibada somente caberia aos santos, e reconhecendo a condição de pecadores que cabia aos homens comuns, apresentou-se a

possibilidade de que os pecados menores fossem redimidos, e que essas orações, atitudes e sufrágios poderiam favorecer as almas no Purgatório. Para isso analisaremos alguns aspectos apresentados pela legislação eclesiástica, alguns testamentos referentes à matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto da primeira metade do século XVIII, e determinados estudos sobre o tema.

Os testamentos mineiros e os aspectos da legislação eclesiástica referente à morte

Os testamentos mineiros da primeira metade do século XVIII apresentaram basicamente a mesma formatação. Os aspectos ressaltados pelos testamentos demonstram, em grande medida, a ênfase às questões espirituais, que tem uma relação profunda com a crença na obtenção da remissão de seus pecados a partir da passagem de sua alma pelo purgatório, pela ajuda dos ritos religiosos.

Os ritos finais e demais procedimentos representariam, portanto, uma busca por uma “boa morte”, ainda que no momento derradeiro, e possuem como foco principal a expiação dos pecados, uma vez que, apesar de conter atribuições específicas, essas atitudes em conjunto teriam a função de alcançar o perdão de Deus e abreviar o tempo de purgação da alma. Foi no século XII que se apresentou essa nova instância que veio contribuir com as esperanças dos fiéis na possibilidade de alcançar a salvação: o Purgatório. Este terceiro local, segundo Michel Vovelle, “permite gerir de modo satisfatório e, apesar das aparências, apaziguador, o trabalho de luto, rompendo o trágico dilema dualista: o paraíso aberto a poucos eleitos, o trágico das penas infernais” (VOVELLE, 2010, p.14).

Para Jacques Le Goff, o Purgatório

(...) é um além intermediário onde certos mortos passam por uma provação que pode ser abreviada pelos sufrágios – ajuda espiritual – dos vivos. (...) A crença no Purgatório implica antes de mais a crença na imortalidade e na ressurreição, em que algo de novo para um ser humano pode acontecer entre sua morte e a sua ressurreição. É um suplemento de condições oferecidas a certos homens para que alcancem a vida eterna (LE GOFF, 1993, p.18-19).

Essa concepção implica, segundo Le Goff, que, concomitante à morte, ocorreria o Juízo Particular (LE GOFF, 1993). Tal julgamento (promovido pela própria consciência do indivíduo) poderia resultar na condenação, com a alma encaminhando-se para o Inferno, reservado aos que pecaram mortalmente e não mudaram de intenção; o Paraíso, dedicado aos puros de coração; ou àqueles que cometeram pecados veniais e se arrependeram a tempo da morte, o Purgatório. Vale ressaltar que as primeiras sentenças são irrevogáveis diferentemente do Purgatório, cujas penas são transitórias, antecedendo a glorificação das almas (CAMPOS,

1994, pp.12-51). Os pecados veniais correspondiam, segundo Alexandre Daves, aos que não eram extremos (mortais) e por isso eram passíveis de perdão. Para o autor,

a relação entre os novos tipos de pecadores e novo foro espiritual estabelecia maior tolerância da Igreja para com as práticas sociais emergentes, e, ao mesmo tempo, legitimava novas formas de solidariedade entre vivos e mortos (DAVES, 1998, p.45).

Foi pela esperança em alcançar o perdão dos pecados no Purgatório que muitos fiéis dedicaram grande parte de seus testamentos aos rituais designados pela instituição eclesiástica como capazes de abreviar o tempo de expiação nesse “terceiro local” e com isso conduzir a alma ao Paraíso. Por essa razão o cumprimento dos testamentos foi tão enfatizado pela legislação eclesiástica brasileira.

As *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*¹, de 1707, escritas no intuito de acomodarem a legislação portuguesa à realidade da colônia, trazem a luz importantes aspectos ligados à forma de comportamento aconselhada e que se esperava que fosse seguida pela sociedade. Portadoras de recursos capazes de auxiliar os homens na “direção dos costumes, extirpação dos vícios, e abusos, moderação dos crimes e recta administração da justiça (...) e procurar o aproveitamento espiritual e temporal (...)” (VIDE, 1853), tem ainda dentre seus títulos a maneira pela qual se deve cuidar da redação e do cumprimento dos testamentos. O destaque dado a essas questões nos mostram que os legados pios presentes nessa documentação possuíam uma grande importância neste contexto, e talvez, por essa razão, acabavam por se destacar dos demais elementos presentes nesses manuscritos².

Segundo as *Constituições*, na ocasião oportuna, na qual alguma pessoa considerasse necessário testar (comumente em razão de uma doença, ou saindo para uma longa e perigosa viagem), o documento deveria ser redigido, sendo sua primeira função a de servir a redenção da alma do testador, para o “(...) descargo de sua consciência, paz e quietação de sua família, e sucessores, aconselhando-lhe com caridade, que trate de sua salvação (...)” (VIDE, 1853, Título XXXIX, Livro Quarto, § 783).

¹ As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* compõem-se de cinco livros, formados por títulos que almejavam englobar aspectos importantes da vida dos homens naquela época. Desde como deveriam ser transmitidos os ensinamentos da doutrina cristã, emprego de sacramentos, administração das igrejas, até como deveriam agir as autoridades contra crimes de heresia e blasfêmia, castigos contra feitiçarias, superstições, dentre outros (VIDE, 1853).

² Para D. Sebastião as leis de Lisboa não se acomodavam as colônias, sendo imprescindível a criação de um regimento próprio, pois, não se adaptando ao Brasil, resultava em “abusos no culto divino, administração da justiça, via e costume de nossos súditos” (VIDE, 1853).

A responsabilidade no cumprimento dos testamentos cabia tanto ao *Foro Eclesiástico* quanto ao secular, e para que não ocorressem inconvenientes no cumprimento dos testamentos, os documentos de falecidos nos meses de Janeiro, Março, Maio, Julho, Setembro e Novembro ficavam aos cuidados dos Prelados, e os dos meses restantes sob jurisdição do *Foro secular* (VIDE, 1853, Título XVIII, Livro Quarto, § 803). A responsabilidade pela execução dos testamentos era um compromisso dos testamenteiros, elegidos pelo falecido, e caso deixassem de obedecer às últimas vontades do testador no que tange os legados pios, esses estariam colocando em risco a alma do morto. Para a execução das obras pias os testamenteiros teriam o prazo de um ano e um mês após a morte do testador, supondo que o mesmo não houvesse estipulado o tempo máximo. Se isso não ocorresse, como forma de punição, o responsável ficaria privado de qualquer legado a ele destinado no testamento, e tal quantia seria então distribuída em obras pias. O testamenteiro somente ficaria isento da penalidade se houvesse se apresentado previamente perante o Juiz dos resíduos, sendo esse último o único capaz de lhe conceder mais tempo, após a justificação do motivo pelo qual ocorreu o atraso.

Os legados e obras pias deveriam ser realizados na forma como o testador ordenou, sem alterações, principalmente no que se refere a Missas, Capelas, Ofícios, esmolas, casar órfãos, remir cativos, e outras semelhantes (VIDE, 1853, Título XLII, Livro Quarto, § 800). A ênfase dada pela legislação eclesiástica aos sufrágios referentes ao momento da morte dos fiéis que iremos enfatizar na análise que se segue, buscando apresentar a importância dada pela instituição católica na América Portuguesa setecentista aos últimos momentos da vida terrena.

O título XLV, dos *enterramentos, exéquias e sufrágios dos defuntos*. *Como os defuntos não de ser encomendados pelo seu pároco antes que vão a enterrar*, traz uma referência extensa sobre a importância dos rituais religiosos diante da morte, reafirmando que, conforme o direito, nenhum defunto deveria ser enterrado sem que fosse encomendado, devendo ainda o sacerdote antes de realizar as orações, saber se ele havia testado, o local que escolheu para seu sepultamento, seus legados pios, Missas, para assim o encomendar (VIDE, 1853, Título XLV, Livro Quarto, § 812).

Tais orações pelos mortos, a fim de encomendar sua alma a Deus, foram descritas pelas *Constituições* como “sinais pelos defuntos; assim para que os fiéis lembrem de encomendar suas almas a Deus nosso Senhor, como para que se incite, e avive neles a memória da morte, com a qual nos reprimimos, e abtemos dos pecados” (VIDE, 1853, Título

XLVIII, Livro Quarto, § 828). A legislação enfatiza, desse modo, o fim da existência como o momento pelo qual os homens refletem sobre seus pecados, e a necessidade de se libertar de suas faltas. Esses sinais deveriam ser feitos pelo pároco em três momentos: assim que ocorresse o falecimento, quando o corpo fosse levado para enterrar e antes do sepultamento, numa atitude de entrega da alma do falecido à misericórdia de Deus.

Aos párocos das freguesias cabia ainda acompanhar o corpo dos fiéis defuntos até seu sepultamento, em procissão até a igreja ou capela escolhida pelo morto, ordenando o caminho pelo qual deveria seguir a procissão, na qual deveriam ir também as irmandades e os fiéis. Nos testamentos eram comuns pedidos pelo acompanhamento dos párocos e demais sacerdotes nos cortejos fúnebres, como no testamento de Mathias Gonçalves dos Santos, que determinou que o acompanhassem a sepultura “o vigário e vinte sacerdotes mais” (CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Mathias Gonçalves dos Santos. Vila Rica. 08 NOV. 1748). O cortejo de Antonio da Costa Cintra possivelmente pode ter superado o número de sacerdotes delimitado no pedido apresentado anteriormente, já que em seu testamento ele define que deseja ser “acompanhado de todos os sacerdotes da freguesia que se puderem ajuntar dando-lhe esmola costumada a cada um (...)” (CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Antonio da Costa Cintra. Vila Rica. 23 MAI. 1743). A Igreja e os fiéis apresentam, assim, uma compreensão da importância dos pedidos e orações pela alma do jacente nesse último percurso do corpo até seu sepultamento, já que a legislação e os pedidos dos fiéis convergem no sentido de que se fossem observados os acompanhamentos.

As missas e demais orações aos defuntos também deveriam ser guardadas, e segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia,

é coisa santa, louvável, e pia o socorro pelas almas dos defuntos, para que mais cedo se vejam livres das penas temporais, que no purgatório padecem em satisfação de seus pecados, e aos que já gozam de Deus se lhes acrescente a glória accidental. (...) aos herdeiros, e testamentários daqueles, que não declaram as Missas, e Ofícios, que por sua alma hão de fazer, que mandem se façam pelas almas dos ditos defuntos os sufrágios que for possível (VIDE, 1853, Título LI, Livro Quarto, § 834-835).

As missas tinham a função, portanto, de ajudar aos pecadores a redimir seus pecados no purgatório, encerrando as celebrações pelo morto, oferecendo ainda consolo e conforto aos entes daquele que se foi. Philippe Ariès afirma que, desde os séculos XII e XIII, o momento

da morte foi essencialmente uma oportunidade para a celebração de missas, que poderiam ser proferidas ainda na agonia da doença ou logo após a morte. Mas o autor assinala que foi somente a partir do século XVII que a presença do corpo tornou-se regra em parte destas celebrações, e seriam essas solenidades os primórdios daquilo que foi denominado nos testamentos como ‘missa de corpo presente’(ARIÈS. 1981-1982, pp.184-187).

Pela importância das orações no momento da morte, não foram incomuns casos de pedidos nos testamentos por missas, e número bastante elevado, como no caso de Antonio da Costa Cintra, que roga por quarenta missas de corpo presente na matriz do Pilar de Ouro Preto (CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Antonio da Costa Cintra. Vila Rica, 23 MAI. 1743). A crença no poder intercessor das missas levou ainda a pedidos por celebrações posteriores aos sepultamentos dos corpos, como no caso de José Francisco Vilela, falecido em 30 de maio de 1746, que ordena e seu testamento que com “(...) minha terça mandarão meus testamenteiros dizer missas por minha alma na freguesia onde fui batizado” (CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de José Francisco Vilela. Vila Rica, 30 MAI. 1746).

Com relação às sepulturas destinadas aos mortos, as Constituições determinavam que

É costume pio, antigo, e louvável na Igreja Católica, que enterrem-se os corpos dos fiéis defuntos nas Igrejas, e cemitérios delas: porque como são lugares, a que todos os fiéis concorrem para ouvir, e assistir missas, e Ofícios divinos, e Orações, tendo em vista as sepulturas, se lembrarão de encomendar a Deus, nosso Senhor as almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus, para que mais cedo sejam livres das penas do Purgatório, e se não esqueçam da morte, antes lhe será aos vivos muito proveitoso ter memória dela nas sepulturas. Por tanto ordenamos, e mandamos, que todos os fiéis que neste nosso arcebispado falecerem, sejam enterrados nas Igrejas, ou Cemitérios, e não em lugares não sagrados (VIDE, 1853, Título LIII, Livro Quarto, § 843).

A vontade dos fiéis que expressaram seus anseios através dos testamentos correspondeu aos desígnios da legislação eclesiástica, uma vez que muitos determinavam que seus sepultamentos ocorressem nas igrejas e capelas. Esse foi o caso do forro Alberto Gomes, que declara que deseja “(...) ser sepultado na capela do Patriarca São José dos Pardos da Vila (...) e como sou irmão da dita irmandade mando se lhe pague o que lhe dever (...)” (CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Alberto Gomes. Vila Rica, 07 MAR. 1748). Outro exemplo é o do Reverendo Padre Francisco da

Silva Almeida, morto entre nove e dez horas do dia onze de julho de 1737, e no qual seu registro de óbito consta que foi sepultado na “(...) capela mor nesta matriz em quinta sepultura como pároco da dita igreja em qual se lhe fez um ofício de corpo presente como irmão da irmandade desta matriz com cruzeiros levantadas e irmãos com tochas da manhã (...) e se deu terra”, assim como havia delimitado em seu testamento (CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Antonio Ferreira Coimbra. Vila Rica, 17 MAI. 1743).

As ideias apresentadas por Mircea Eliade apresentam, assim, características que correspondem às indicações das Constituições, como também as expectativas dos fiéis, já que segundo o autor para o homem religioso o espaço não se constitui como homogêneo, isto é, “(...) o espaço apresenta roturas, quebras; há porções de espaço qualitativamente diferentes das outras” (ELIADE, p.35). Com isso, a valorização do espaço interior das igrejas e capelas refere-se, primordialmente, ao fato de que ali eram realizadas as missas e demais orações da comunidade de fiéis, e com isso as alas dos mortos ali sepultados se favoreceriam com essas orações, o que poderia auxiliá-los a reduzirem o tempo de purgação de seus pecados.

Fica aparente por esses exemplos a valorização da morte como forma de catequização dos vivos, mas a ênfase nas possibilidades de remissão dos pecados através das orações e rituais no momento da morte, e ainda posteriormente a ela, se mostram nas propostas da Igreja Católica, o que nos leva a inferir a ideia de que seu ideário defende antes as chances de salvação do que a condenação dos devotos.

Conclusão

Apesar da importância de discutirmos acerca do fracasso ou não da reforma tridentina na América Portuguesa, certo é que houve esforços por parte da Igreja em moralizar o clero e os fiéis na colônia. Buscamos neste trabalho salientar a proximidade existente entre as determinações presentes nos testamentos dos fiéis e a legislação eclesiástica que normatizava, entre diversos aspectos, os ritos que envolviam os preparativos para morte, a morte e o pós-morte. O recurso, por exemplo, às missas para aliviar as penas do purgatório, ao enterramento em espaço santo, etc., foi reafirmado e valorizado pelas *Constituições do Arcebispado da Bahia* – e por literatura religiosa produzida pós-Trento. Além de criar padrões de comportamento que os cristãos deveriam seguir, as *Constituições* demonstravam a capacidade de interferência da comunidade dos vivos na comunidade dos mortos e vice-versa. Dessa maneira, as atitudes expressas pelos testadores estavam de acordo com os preceitos tridentinos

na medida em que se relacionavam a chamada doutrina da Comunhão dos Santos, isto é, a relação dinâmica entre a Igreja Peregrina (dos vivos), a Igreja Padecente (das almas do Purgatório) e a Igreja Triunfante (das almas glorificadas), reafirma pela Igreja ao longo de sua História.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981-1982.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e almas*. 1994. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo.

DAVES, Alexandre Pereira. *Vaidade das Vaidades: os homens, a morte e a religião nos testamentos da comarca do Rio das Velhas (1716-1755)*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais.

DUARTE, Denise Aparecida Souza. *E professo viver e morrer em Santa Fé Católica: atitudes diante da morte em uma freguesia de Vila Rica na primeira metade do século XVIII*. 2013. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s/d.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade. In: AZEVEDO, Carlos A. Moreira. *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Editorial Estampa: Lisboa, 1993.

RODRIGUES, Wesley F. *A História em ponto pequeno: prática votiva e culto santoral nas Minas (Sécs. XVIII-XIX)*. 2012. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais.

SANT'ANNA, Sabrina Mara. *A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)*. 2006. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais.

SANTOS, Zumira C. Entre a “doutrina” e a retórica: os tratados sobre os quatro *Novísimos* (1622) de Frei Antonio Rosado O. P. In: *Os últimos fins na cultura ibérica (XV-XVIII)*. Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas. Anexo VIII, Porto, 1997.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Introdução. *Constituições Primeiras do Arcebispado, feytas e ordenadas pelo...Senhor d. Sebastião Monteyro da Vide...propostas e aceytas em Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707*. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro. 1853.

VOVELLE, Michel. *As Almas do Purgatório ou trabalho de luto*. São Paulo: UNESP, 2010.

Fontes Manuscritas – Centro de Estudos do Ciclo do Ouro/Arquivo da Casa dos Contos de Ouro Preto

**Livro de óbitos, óbitos e testamentos (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750).*

Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Alberto Gomes. Vila Rica, 07 MAR. 1748.

Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Antonio da Costa Cintra. Vila Rica. 23 MAI. 1743.

Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de José Francisco Vilela. Vila Rica, 30 MAI. 1746.

Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Mathias Gonçalves dos Santos. Vila Rica. 08 NOV. 1748.

O personagem e seu tempo: Inácio Correia Pamplona, um “herói” para o sertão mineiro setecentista

Maria Emília Aparecida de Assis

Mestre em História

Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)

mariaemilia_assis@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo busca elucidar a constituição “épica” de uma das figuras mais emblemáticas e paradoxais da história colonial mineira, o mestre de campo Inácio Correia Pamplona. A construção alegórica do personagem foi edificada pelos homens que integravam a entrada de 1769, rumo à conquista do sertão mineiro, a partir de poemas que foram compostos durante a expedição.

PALAVRAS-CHAVE: Sertão; entradas; Minas Gerais setecentista.

ABSTRACT: This article seeks to elucidate the constitution "epic" one of the most emblematic and paradoxical figures of mining colonial history, the field master Ignatius Correia Pamplona. The allegorical character of the building was built by men who were part of the entry 1769, toward the conquest of the mining hinterland, from poems which were composed during the expedition.

KEYWORDS: Backlands; entries; eighteenth-century Minas Gerais.

Na medida em que se consolidavam as Minas do ouro, intensificou-se, a partir dos focos de povoamento, a exploração do sertão oeste e a expansão das fronteiras das terras agropastoris. Da terra sertaneja das Minas Gerais setecentista, emergiam do chão mais que ouro e diamantes. A terra abrigava uma rede de muitas teias a entrelaçar interesses de potentados, sesmeiros, posseiros e mineradores. No período que compreende as décadas 1740 e 1750, com os novos projetos de conquista de territórios na capitania de Minas Gerais, sobretudo a oeste, e a instituição da rota de Goiás, os focos de conflitos se proliferaram naquele sertão.

Alguns aspectos da ação política desencadeada na segunda metade do século XVIII tiveram por objetivo geral assegurar, para a Coroa portuguesa, a posse de seus domínios na América. Em larga medida, visava-se a formação de vassalos úteis à desejada grandeza do império colonial português. Entende-se que Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, foi o principal formulador da fundamentação teórica e das práticas políticas adotadas no projeto “civilizador” em terras coloniais.

Nesse período, os domínios portugueses na América, passaram a receber, efetivamente, maiores atenções, especialmente quanto à delimitação de suas fronteiras com as terras espanholas e a conseqüente ocupação das terras do sertão, com o intuito de, povoando-as, garantir, sua posse. As autoridades coloniais e metropolitanas entendiam que o sertão mineiro precisava ser controlado e “civilizado” – com base em suas próprias ideias do que viria a ser “civilizado” – devido às suas riquezas e possibilidades econômicas - para isso era imprescindível sua conquista.³ (FERES JÚNIOR e JASMIN, 2007. p. 121-128)

Assim com o objetivo de controlar essa região e sua população, várias expedições foram enviadas aos sertões. O objetivo era destruir qualquer elemento que estivesse prejudicando o povoamento e desenvolvimento da região. Após ter solucionado este problema, sesmarias deveriam ser distribuídas a fim de que pessoas passassem a arcar com a responsabilidade de manter a área livre dos quilombolas e dos índios.

Inácio Correia Pamplona, português de origem, cumpriu bem esse papel, tendo sua vida marcada pelas atividades desbravadoras nos sertões da capitania mineira, exterminando índios e quilombolas que se localizavam no oeste de Minas Gerais e pelo controle quase que absoluto que detinha da região em função de possuir muitas terras e poderes conferidos pelos próprios Governadores. Foi aclamado por seu séquito em todas as entradas que rompiam a esmo pelos sertões. Enaltecido por seus companheiros de jornada como um semideus, foi por várias vezes igualado aos grandes personagens mitológicos e heróis da antiguidade, remetendo sempre a atos de honra e valentia. Assim chegavam a compará-lo a *Hércules*, a *Moisés* e ao rei *Xerxes*, da *Pérsia*. (cf. NOTÍCIA DIÁRIA E INDIVIDUAL, 1769, p. 62-67-70)

Assim, apontando de forma breve os argumentos utilizados pelas autoridades coloniais e metropolitanas para a ocupação do sertão oeste mineiro, é possível estabelecer a relação entre os poemas declamados por alguns integrantes da expedição de 1769 ao sertão oeste da capitania de Minas Gerais, a seu líder, Inácio Correia Pamplona e a construção de uma imagem gloriosa de um guia guerreiro derivado de uma caracterização ostentosa do “herói”

³Durante o século XVIII, o conceito de civilização desempenhou um papel importante no discurso da colonização nas terras portuguesas. Carregado de uma dimensão metropolitana, o conceito alcançou uma ampla extensão, penetrando também em áreas que praticamente não tinham ainda sido influenciadas pelos poderes coloniais. A função política, social e cultural do uso do conceito variou bastante de acordo com o contexto histórico. No caso, do território colonial, o termo passou a designar de acordo com os interesses portugueses uma oposição entre o progresso – metropolitano - e a “barbárie” – sertões. Um dos elementos constituidores da ação política desencadeada na segunda metade do século XVIII e que teve por objetivo geral assegurar para a Coroa portuguesa na América foi a delimitação das fronteiras e a ocupação das terras no sertão, com o intuito de, povoando-as, garantir, a sua posse. E para isso, o governo não hesitou em adentrar as “áreas proibidas” e dominar todo tipo de resistência frente ao processo de ocupação da terra.

como ser extraordinário. Ser este, capaz de domar a natureza agreste, índios e quilombolas ferozes.

Por meio de poemas⁴ dedicados ao mestre de campo no decorrer da expedição de 1769, marcados por expressões e pensamentos que associavam um dos maiores antagonismos do sertão – “barbárie x civilização” –, é edificada uma imagem para o sertanista, chefe da expedição – a de um líder esplêndido. Toda essa construção da glorificação em torno da figura do sertanista ocasionou a escrita e a declamação de numerosos versos que se manifestaram pelo encômio – um verdadeiro louvor a Pamplona, o líder triunfante. Apelavam indefectivelmente para alegorias mitológicas de cuja comparação o homenageado saía sempre vitorioso. Todos eram unânimes em exaltar sua magnanimidade, afamado por seus feitos guerreiros, sendo somente ele capaz de levar a “civilidade” e apaziguar o sertão. (AMANTINO, 2001, p. 291-302)

Partindo da observação dos conceitos usados por *Roger Chartier*, é possível perceber a investigação de como as práticas e as representações são construídas, propondo uma nova forma de abordagem e buscando perceber as representações como construções que os grupos fazem sobre suas práticas. (CHARTIER, 1990, p.13-28)

Considera-se aqui que os poemas não retratam fielmente a realidade em que está inserida, mas a representa através de diferentes olhares. Os poemas não se constituem em verdades inquestionáveis, ainda que ofereçam contribuições importantes, pois pertencem a um grupo com determinada visão de mundo. A proposta de *Chartier* desmorona a noção de história como tradução da realidade, pois afirma que nenhum texto traduz a realidade, nenhum texto apreende a realidade em sua totalidade. (CHARTIER, 1990, p.15)

A categoria representação, segundo *Chartier*, permite uma análise sobre as maneiras pelas quais os homens dão inteligibilidade ao mundo social do qual fazem parte, uma vez que ela é um estatuto de organização desse mundo social. Nesse viés, o social passa a ser

⁴ Cinco poemas foram de autoria de religiosos, sete de fazendeiros que o acompanhavam e dois não possuíam indicações de seus autores. Márcia Amantino, em sua obra, *O Mundo das Feras*, faz uma análise sobre o lado literário da expedição de 1769 sob o prisma do Arcadismo. No entanto, a autora enfoca muito mais as bases da escola literária do que propriamente uma análise mais reflexiva sobre o processo de heroificação de Pamplona pelos homens que o acompanhavam em suas comitivas pelos sertões mineiros. A autora, ao analisar os poemas, faz uma análise bastante pontual. O objetivo do presente artigo é retomar essa discussão, observando como esses poemas construíram uma imagem grandiosa de um líder intrépido e impávido para o sertão colocando a figura mítica no seu devido lugar: o sertão oeste das Minas Gerais na segunda metade do setecentos. Para seu séquito, Pamplona foi um verdadeiro herói. Na pena dos poetas que engrossavam suas tropas, o entrante seria edificado como mártir para o sertão. Se inicialmente debatemos de frente com o mito, passamos a narrar os acontecimentos que marcaram o surgimento dele. Inácio Correia Pamplona estava inserido entre os principais potentados de Minas Gerais setecentista, região com contornos e ânimos instáveis.

abordado por meio dos lugares de produção de discursos, que apreendem e estruturam o real, no caso, as representações. Trata-se de símbolos que, por meio das práticas culturais [produtoras de símbolos], imprimem determinada leitura de mundo, em um dado lugar. Diz o autor que é a partir desses esquemas intelectuais incorporados que se criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro se tornar inteligível e o espaço, decifrável. É então postulada entre signo visível e o que ele significa. As práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” - instâncias coletivas ou indivíduos singulares - marcam de modo visível a existência do grupo. (CHARTIER, 2002, p.73)

Desta forma analisando o relato da expedição de Pamplona pode-se perceber como era o cotidiano de um grupo em missão itinerante de conquista e “civilização”, que elementos compunham suas vidas e universo. Ao mesmo tempo é possível resgatar a visão que aqueles homens tinham do desconhecido, seus medos e seu imaginário. O outro, o diferente era criado antes mesmo de existir e sempre associado ao perigo. O que criava a fé nos perigos e colocava o desconhecido como ameaça era a ideia de que deveria haver uma grande ameaça.

Desde o período colonial, o sertão era uma expressão que designava “espaços” internos, longe do litoral. Também indicava “aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura”. (AMADO, 1995, p. 149) *Russel-Wood* ressalta que a autoridade régia, os conselheiros e os administradores que viviam na colônia, e ainda grande parte dos colonos sempre imaginavam um “sertão dos sertões” aliado à noção de “desordem, ao desvirtuamento e à instabilidade”. Essa região era habitada por pessoas que estavam aquém “dos limites impostos pelos padrões metropolitanos em termos de ortodoxia religiosa, costumes, moralidade, cultura e relações pessoais”. Tanto que os “sertões poderiam se localizar para aquém do alcance do governo ou, na verdade, tão distantes como se estivessem efetivamente fora do Império”, o que, é claro, poderia lhe conferir certo “grau de autonomia”. (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 187-249)

Esse é o cenário rude do sertanejo que os poemas procuram purificar por intermédio da personagem. Inácio Correia Pamplona é a figura escolhida, pelas autoridades coloniais, como representante de um projeto do sertão a “civilizar”. Os poemas, ao se dedicarem à construção da imagem de Pamplona, reagem à persistência de uma visão “bárbara” e negativa do sertão. Esse homem vem para limpar aquele cenário inculto e de façanhas “barbarescas” e

santificar aquele meio “selvagem” em que alvorou o sertão oeste de Minas Gerais setecentista. Assim, Inácio Correia Pamplona seria o homem, por excelência, que promoveria o combate à “barbárie” e desafiaria o isolamento daquela região. O “cavaleiro do sertão” traria a “civilização” para o povo do oeste de Minas.

Para os autores dos poemas e de considerável parte dos homens que integravam a expedição de 1769, Pamplona era um verdadeiro herói. Como bem ressaltou José Murilo de Carvalho, os heróis servem como “símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identidade coletiva”. A “criação de símbolos” não é aleatória, “não se faz no vazio social”. Ele tem que “responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado”. (CARVALHO, 1990, p. 55)

Mas como se explica o fato de Pamplona ser promovido recorrentemente como um herói absoluto nos poemas declamados? Primeiramente é preciso atentar para as construções épicas dos relatos sobre o sertão. Na prática, o discurso laudatório dos companheiros de jornada de Pamplona lhe proporcionou uma excelente oportunidade de autopromoção perante as autoridades coloniais. A criação de uma imagem inóspita do sertão auferiu para o sertanista inúmeras mercês que requeria sempre em nome da conquista e da “pacificação” do sertão.

Os recitais de poemas vangloriando Pamplona marcaram toda a expedição rumo ao oeste mineiro em 1769. Nas paragens, após as refeições, ao entardecer ou mesmo no romper da aurora, poemas eram declamados e imagens grandiosas eram construídas para Pamplona. O chefe da expedição é ele mesmo uma prática do governo: descreve, investiga e representa o espaço, desvela e apreende os habitantes e assegura seu séquito dos perigos sertanejos. Podemos perceber, logo no início da referida expedição, que Pamplona seria aquele que traria controle oficial para o sertão onde as pessoas que ali viviam estavam sem assistência e padecendo por falta de administração. Em um dos poemas declamados por um religioso, essas imagens são claramente definidas:

Chegai sublime varão à nossa vista alegrar o sertão do Bambuí vinde ser senhor desta conquista nossos amenos campos possuem sempre vossa grandeza nos assista que eu com estes bosques concluí empenhos de mais fertilidade para que o país mais vos agrade. (NOTÍCIA DIÁRIA E INDIVIDUAL, 1769, p. 54-55)

Pela análise desse poema, podemos verificar que se destina ao louvor do líder, entendido como escolhido por Deus. Sob a ação coordenadora do mestre de campo Inácio Correia Pamplona, líder intrépido, impávido e forte, o sertão florescia como os jardins na

primavera. Ao mesmo tempo é possível extrair importantes elementos que associam Pamplona à imagem épica que chega a ser identificado como o “filho do sol”.

Não se pode esquecer que, a partir do momento em que o mito ganha certa amplitude coletiva, ele tende a combinar vários sistemas de imagens ou de representações, a constituir-se, em outras palavras, como uma espécie de encruzilhada do imaginário aonde vem embaralhar-se em aspirações e exigências mais diversas. Conforme os momentos e os meios, Pamplona encarnou ao mesmo tempo a ordem e a aventura. Foi exaltado por alguns como o símbolo da epopeia guerreira e por outros como a garantia de um futuro pacificamente assegurado. O semideus dos combates, mais precisamente como *Hércules*,

(...) Hércules lhe dá a clava e diz a fama respeitem as idades o meu brado; aqui um Alcides novo hoje se aclama. Já que foi como Hércules esforçado cinja o grande Pamplona, a verde rama que o faça semieterno e decantado. (NOTÍCIA DIÁRIA E INDIVIDUAL, 1769, p. 56)

Os mitos são compostos por um conjunto de narrativas que tem a função de explicar o mundo, de gerar sentido para as pessoas e as comunidades. Não interessa, para o ponto de vista que vislumbramos, se o mito existiu ou não, se há facticidade em determinada narrativa. O que importa é que em certo contexto cultural o mesmo foi compreendido como um passado. Logo, o mito, em sua função, pode ser analisado como uma memória social. Neste sentido, o mito do herói *Hércules* quando comparado a Pamplona chama a atenção, uma vez que ele serve de mito fronteira, ao mesmo tempo em que une, separa.

Hércules foi um dos heróis mais populares do mundo antigo. Cultuado entre gregos e romanos. Seu mito delimita as fronteiras entre o mundo “civilizado” e o “selvagem”, a mortalidade e a imortalidade, o conhecido e o desconhecido. Trata-se de um mito maleável, que teve as mais distintas apropriações. Diferentes construções de *Hércules* são realçadas. Cada uma se apropria, a seu modo, de uma de suas várias facetas, mas sempre falando do mesmo herói. O poeta ao recriar em Pamplona o mito, de forma consciente ou não, aumenta os obstáculos a serem vencidos pela comitiva guiada por seu líder e o engrandece a cada ato praticado na “pacificação” a e cada tarefa cumprida no sertão.

A exaltação de seus momentos heróicos e corajosos produz um estereótipo que o aproxima do guerreiro dominado pelo ofício, com ares de mártir. Isso se torna providencial para Pamplona, pois no momento em que se apropria dos relatos mais possibilidades surgem de auferir benesses junto às autoridades desencadeadas pela campanha a favor de sua imagem e de suas ideias. Por outro lado, não se pode entender o encômio setecentista como totalmente

verossímil, pois os poetas encomiásticos tendiam à parcialidade, ou seja, sacrificavam a sua opinião à própria conveniência.

A escolha dos adjetivos pode não corresponder a situações vivenciadas pelo poeta, e sim a necessidades internas do contexto. Desse modo é possível lançar como hipótese a associação dos poetas com Pamplona na construção do enigmático e heróico homem do sertão, ao difundir essas poesias como forma de participar, ao menos de uma parte, do ganho dos benefícios com a entrada de 1769, principalmente as sesmarias. Assim passa a decorrer a noção de que se trata, de uma laudatória de promoção política e econômica. A terra era tida pelos poetas como boa e portadora de tesouros escondidos, porque esperavam a chegada de alguém que merecesse receber suas mercês⁵, prática recorrente durante o Antigo Regime. (RESENDE, 2003, p. 31-140; LANGFUR, 1999, p. 140)

De fato, para além dessa riqueza de projeções oníricas, dessa multiplicidade de imagens cristalizadas em torno de um mesmo personagem, Pamplona exerceu com honra altos cargos e grandes comandos. Detinha o controle quase que absoluto da região – sertão oeste de Minas Gerais setecentista – em função de possuir muitas terras e poderes conferidos pelas autoridades.

Inácio Correia Pamplona, em suas expedições aos sertões mineiros, tinha total poder deliberado pelos próprios governadores para resolver as mais diversas contentas, fossem elas judiciais - prender criminosos, processar outros - e exterminar os inimigos indígenas e quilombolas. Levantava Igrejas nas áreas inóspitas, abria picadas, construía pontes e tantos outros feitos em suas diligências,

(...) Vós o altivo herói que o engenhoso nessa fábrica altiva bem mostrais, pois o primeiro sois que editais uma ponte em rio tão caudaloso. Sois um Xerxes sublime e poderoso que chagais a erigir quanto intentais nesta obra ao rei francês avantajais e a todos excedeis no seu colosso (...). (NOTÍCIA DIÁRIA E INDIVIDUAL, 1769, p. 62-63)

Os versos remetem a imagem de um retrato sublime em que se ressalta o heroísmo, como estampa colorida e movimentada sobre o estereótipo da bravura. Inspiração é o que não falta para falar de um homem que dominou o sertão rebelde e por isso era igualado ao rei persa, *Xerxes*, por merecimento e presteza nos serviços prestados às autoridades como um vassalo fiel.

⁵ Pode-se perceber que, junto à ideia de conquista, havia claramente definida a busca por algo que era identificado com o conceito de riqueza. No caso de Minas Gerais, ela era associada principalmente ao ouro e aos diamantes, às concessões de sesmarias e à escravização indígena.

As imagens construídas sobre Pamplona eram tão magníficas que em um poema de autoria desconhecida, ele é associado a *Moisés*, liderando o povo em busca “da terra prometida”,

Magnânimo herói altivo coração sempre impávido, forte e arrojado (...). E nós todos que temos a ventura de a um segundo Moisés acompanhar as graças lhe rendamos com ternura. E aquém só de nós se quis lembrar é certo que com fé muito firme e pura, reverentes indultos devemos tributar. (NOTÍCIA DIÁRIA E INDIVIDUAL, 1769, p. 70)

Assim, nota-se o *Moisés* ou o arquétipo do profeta associado a Pamplona. Anunciador dos tempos por vir, ele lê na história aquilo que os outros ainda não veem. Ele próprio, conduzido por uma espécie de impulso sagrado, guia seu povo pelos caminhos do futuro. O homem providencial aparece sempre como um lutador, um combatente. Quer na restauração da ordem estabelecida ou em sua subversão, quer organize ou anuncie aquela que está por vir, é sempre por outro lado, sobre uma linha de ruptura dos tempos, que se situa seu personagem. É na manifestação e nos anseios da coletividade que ele se afirma e se define, com ele, graças a ele, o “depois” não seria mais como era o “antes”. Os signos sob os quais ele se coloca, as imagens que inspira para assegurar sua representação constituem um elemento determinante para a abordagem de um tempo e de uma sociedade.

Tratando-se, todavia, de pessoas humanas, muito concretamente e muito precisamente inseridas em certo espaço geográfico e em certa fase do tempo, não é muito concebível que a narrativa em questão escape totalmente à marca da história, não testemunhe, de uma maneira ou de outra, a presença da história. Aos grandes heróis imaginários, protótipos eternos propostos, como *Hércules*, *Édipo* e tantos outros,

a literatura como a pintura podem atribuir rostos os mais diversos. Eles não dependem de nenhuma cronologia, de nenhum contexto fático. Podem ser e foram incessantemente reinventados, reinterpretados; cada um de nós tem a liberdade de reconstruir à vontade seus personagens. (GIRARDET, 1987, p. 81).

Com toda propriedade, tal evidência não pode ser aplicada a Pamplona, pois era um ser de “carne e osso”, historicamente definível, e cujo processo de heroificação não poderia fazer esquecer os traços particulares que são de uma personalidade, de um destino e de um contexto. Homem multifacetado, Pamplona era guardião de um mosaico de interesses que muito usou do sertão para reclamar inúmeras benesses. A construção de uma retórica exagerada em torno de sua imagem, na verdade é apenas uma forma de vangloriar seus feitos, ora mais evidente, ora mais camuflada, sendo necessário perscrutar através do sertão. O

impacto desse território, contudo, provocou uma mudança radical no espírito dos homens que acompanham o sertanista: metamorfoseavam a natureza e o líder em matéria poética.

Pamplona é um exemplo que traz em si o espírito do homem da conquista, atuando de forma a executar na região o que apregoava o projeto “civilizacional” das autoridades metropolitanas. Ele foi um elemento de ligação entre a realidade mineira e seu sertão e as teorias desenvolvidas pelos que nunca por ali estiveram. Essas foram as imagens sobre Pamplona que puderam ser percebidas por meio dos poemas elaborados durante a expedição de 1769. A simbólica do gesto permanece inseparável do contexto histórico. As imagens que inspira para assegurar sua representação constituem um elemento determinante para a abordagem de um tempo e de uma sociedade. É preciso concordar com Ginzburg ao afirmar que “as linhas que convergem para o nome e dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”. (GINZBURG, 1989, p. 175)

A constatação da força da representação transforma-o em um espelho em que a personagem vê e se persuade do próprio poder.

Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. , Sertão, Nação. *Estudos históricos: história e região*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, jun.1995.

AMANTINO, Márcia Sueli. *O Mundo das Feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2001. 426 p.

BOER, Pim den. Civilização: comparando conceitos e identidades. In: FERES JÚNIOR, João e JASMIN, Marcelo. *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Loyola-IUPERJ, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. 15. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. 1. ed., Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 1. ed. São Paulo: Difel, 1990.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. 1. ed. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LANGFUR, Harold Lawrence. *The Forbidden Lands: frontier Settlers, Slaves, and Indians in Minas Gerais, Brazil. 1760-1830*. 410 f. Faculty of the Graduate School, University of Texas/Austin, 1999.

NOTÍCIA diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o senhor mestre de campo, regente e guarda-mor Inácio Correia Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do capote à conquista do sertão (1769). *Anais da Biblioteca Nacional*, v.108, Rio de Janeiro, 1988.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios Brasileiros: índios Coloniais em Minas Setecentista*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2003. 401 p.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centro e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, v. 38, n. 36, pp. 187-249, 1998.

Guerra dos discursos e guerra guaraníca: disputas políticas no contexto das demarcações de limites do Tratado de Madrid (1750-1756)

Millena Souza Farias*

Mestranda

Universidade Federal Fluminense

millena.msf@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho trata do conflito originado pela resistência jesuítica e guarani durante a execução do Tratado de Madrid (1750), mais especificamente, entre os anos de 1752 e 1756. Os jesuítas armaram e orientaram os índios a rechaçar os demarcadores, impedindo o processo de remoção para a região que seria cedida aos espanhóis, a Colônia do Sacramento. O ex-jesuíta Bernardo Echevarr , figura pol mica dentro da Companhia de Jesus, autor de "El reyno jesuítico "El reyno jesuítico del Paraguay, por siglo y medio negado y oculto, hoy demostrado y descubierto" (1770), acompanhou o conflito e seu *post bellum*. Pretende-se demonstrar como ambos os lados articulavam o discurso de posse sobre as terras em litígio e relacioná-las ao texto de Echevarr . Com o acervo da Cole o  Angelis (FBN), pudemos observar e analisar os argumentos de portugueses e espanhóis versus jesuítas e guaranis.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil Colônia; Tratado de Madrid; Política colonial; Guerra Guaranítica.

ABSTRACT: The present work deals with the conflict generated by the jesuitic resistance and the guarani support during the implementation of the Treaty of Madrid (1750), more specifically, between the years 1752 and 1756. The Jesuits armed and compelled the Indians to reject the "demarcadores", preventing the removal process for the region which would be ceded to the Spanish, the Colonia del Sacramento. Former Jesuit Bernardo Echevarr , a controversial figure within the Companhia de Jesus, the author of " *El reyno jesuítico del Paraguay, por siglo y medio negado y oculto, hoy demostrado y descubierto*", followed the conflict and its *post bellum*. We intend to demonstrate how both sides articulated discourse of ownership over the land in dispute and relate them to the text of Echevarr . With documents from the Angelis Collection (FBN), we were able to observe and analyze the arguments of the Portuguese and Spanish versus the Jesuits and Guarani.

KEYWORDS: Treaty of Madrid; Guarani War; Jesuits; Meridional America; Discourse.

Introdu o

  priori, devo aqui apresentar algumas das perspectivas que permeiam os conflitos que tiveram lugar na América meridional durante a presença das comissões de demarca o que estiveram na região da bacia do Prata por toda a década de 1750; todavia, para isso,   preciso retomar alguns acontecimentos importantes que desembocaram no estouro do embate

* Bolsista FAPERJ.

que tomou maiores proporções: a Guerra Guaranítica, que ocorreu entre os anos de 1752 e 1756.

O Brasil, apesar do avanço sedento rumo aos sertões na busca por ouro e demais riquezas, permaneceu até 1750 com a mesma divisão jurídica que definia a fronteira entre as posses americanas de Portugal e Espanha: o meridiano de Tordesilhas, traçado à distancia de 370 léguas a partir da ultima ilha do arquipélago de Cabo Verde. Tal explicação pode vir a parecer cabal, mas foram esses 256 anos de conflitos territoriais, fossem nos gabinetes europeus, fossem nas áreas de fronteira da América, que desembocaram em plena metade do século XVIII, no interesse ibérico de renegociar esses limites. Negociação longa e demorada pela própria falta e conhecimento efetivo de tão vasto território. A alegação do principio do *uti possidetis* (quem usa possui) foi, de fato, um dos fatores que engendraram a pluralidade de interpretações que obteve o Tratado de Madrid⁶.

Na historiografia brasileira, este foi o tratado que garantiu ao Brasil parte dos atuais contornos que possui atualmente. Essa visão positiva, e evidentemente, inspirada no motivo do desconhecimento efetivo dos próprios limites quando da assinatura do tratado e de que a negociação dos novos limites foi feita com base num mapa⁷ feito a mando de Gusmão para a negociação com a corte espanhola. A versão espanhola e argentina da historiografia, todavia, segue outro viés. Para estes foi nada mais que um “tratado extorquido ao governo espanhol”, principalmente, devido a influência da rainha Bárbara de Bragança espanhola, filha de D. João V de Portugal. Bárbara, esposa de Fernando VI de Espanha, teria aproveitando-se do ânimo débil de seu marido e induzido o ministro D. José de Carvajal e Lancaster a assinar o Tratado sem as devidas verificações. A terceira e mais polêmica versão é a que mais se identifica com este trabalho: a versão jesuítica. A historiografia jesuítica apresenta uma perspectiva única, pois define a assinatura do tratado como *unilateral*. Os dilemas da transmigração dos aldeamentos jesuíticos gerou o sentimento de que a Companhia de Jesus estava sofrendo um golpe arquitetado pelas monarquias ibéricas. A transmigração cessaria o avanço tão louvado pela Companhia da conquista das almas daqueles milhares de gentios. Além disso, a transmigração imposta pelas monarquias era vista pelos jesuítas como uma afronta a lei divina e como uma quebra dos direitos da Companhia, principalmente por parte

⁶ Para Synesio Sampaio Goes Filho, autor de *Navegantes, bandeirantes, diplomatas...*, de 1999, o Tratado de Madrid possui uma dimensão dantesca perante qualquer outro tratado de limites já assinado, posto que foi “o único da história que dividiu um continente” e, por isso, “todos os demais acordos de limite são de pouca importância territorial.

⁷ Este mapa, conhecido como “Mapa das Cortes” era na verdade uma compilação de uma série de relatos e outros mapas feito com o intuito de embasar os argumentos portugueses de expansão dos limites para além da linha de Tordesilhas.

do governo espanhol, que lhe havia garantido o direito de estabelecer os *pueblos* que deram origem aos Sete Povos das Missões (São Luís de Borja, São Luís Gonzaga, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Ângelo Custódio).

Pode-se ver que, como já dizia Sérgio Buarque de Holanda, a expansão “está no caminho, que convida ao movimento”. Tanto por via terrestre quanto por via fluvial, avançava o conhecimento dos *sertões* do território americano. Em meados dos setecentos, a Companhia de Jesus com os aldeamentos que possuía, ainda não estava totalmente ciente das dimensões que os interesses políticos pelo domínio da bacia hidrográfica do Prata poderiam acarretar.

Com a determinação de um tempo limite para a remoção dos Povos, os jesuítas responsáveis pelas missões da província paraguaia entraram num atmosfera de repúdio às decisões da coroa espanhola e iniciaram a organização de uma resistência, indo até mesmo contra as designações da própria Companhia de Jesus. Cabe ressaltar que durante a assinatura do Tratado de Madrid a posição dos jesuítas havia sido delicada e ambivalente, sobretudo devido a crescente sensação de desamparo do projeto missionário. A resistência à remoção das missões floresceu entre os jesuítas, principalmente entre os jesuítas Bernardo Ibañez de Echavari⁸ e Luís Lope Altamirano, ambos acusados de traição à Companhia de Jesus e às coroas ibéricas. Echevarri acabou sendo expulso da Ordem por duas vezes e, por fim, foi convocado para ser o capelão da terceira partida espanhola responsável pela continuação da demarcação de fronteiras no ano de 1758, dois anos após o final da Guerra⁹.

Echavari foi um autor pouco estudado, exatamente por sofrer dessa insistência de julgamento histórico que encontrou na demonização do oponente a sua principal estratégia de referenciação. Assim como os demais jesuítas, possuía conhecimento da escolástica e da linguagem política. Utilizou como argumento o êxito da capacidade missionária de

⁸ Sobre Bernardo Ibañez de Echavari, não é possível dizer muito, posto que a documentação sobre este indivíduo é parca. Sabe-se que desembarcou na Província Paraguaia em agosto de 1755; e, que em 1757 foi expulso pela segunda vez da Companhia de Jesus; dessa vez, por atuar na articulação dos índios para se rebelarem contra as tropas portuguesas e espanholas. O autor Guillermo Kratz dedicou um importante capítulo de sua obra “*El Tratado Hispano-Portugues de Limites de 1750 y sus consecuencias. Estudio sobre la abolición de la Compañia de Jesus*”, para pensar sobre a figura de Echavari e sua preocupação a reunião de documentos sobre a Guerra que estava traçando; e também sobre o modo como Echavari coletou informações sobre a estrutura da Companhia de Jesus na América espanhola. Para melhores informações, ver KRATZ, 1954, p. 184-197. Igualmente a tese de doutoramento de Alexandre Vieira, “*Pensamento político na Guerra Guaranítica*” é um relevante trabalho sobre a produção de Echavari. Assim, Vieira afirma que: “*Ao se ocupar do caráter da província jesuítica do Paraguai para demonstrar a existência de um reino jesuítico na América do Sul, Echavari traçou um particular dimensionamento espacial e institucional sobre o modo como a Companhia de Jesus estava organizada naquela região à época da resistência ao Tratado*”. Ver VIEIRA, 2005, p. 31-32.

⁹ “O R. Padre Bemardo Ybanes de Echavari da Companhia de Jesus, Capellão della”; assim afirma-se na descrição das tropas de ambas as coroas presente na “*Continuação do Diario da primeira partida de demarcação*”, iniciada em 1758. In: *Collecção de noticias*, 1841.

manutenção das fronteiras perante as incursões portuguesas nas banda ocidental do rio da Prata (VIEIRA, 2005, p. 31).

Neste sentido, nosso objetivo é demonstrar como a documentação trabalha as formas de argumentação política durante o período da Guerra Guaranítica. Tal tema foi escolhido, pois visa demonstrar o contraponto existente entre as tópicas que aparecem em relação à política portuguesa e aos índios guaranis, além das peculiaridades próprias da situação de disputa territorial entre as coroas ibéricas.

Os Jesuítas, Os Guaranis e o Estado: mais que um simples conflito de interesse.

A história da construção territorial da América do Sul é repleta de episódios de conflito e, por isso, de descontinuidades. O estabelecimento dos jesuítas foi, de acordo com Mario Bacigalupo, lenta, gradual e cheia de privilégios para a Ordem. Foram capazes, inclusive, de obter o direito de treinar os índios para eventuais combates e ataques, além de manter, por tal motivo, um arsenal de armas de fogo. Tais exceções garantidas, além da verba movimentada com as arrecadações dos impostos e com a venda de erva-mate, foram essenciais para dar suporte ao levante (BACIGALUPO, 1979).

Se a Guerra Guaranítica foi, evidentemente, um incidente ambíguo; ao analisarmos as fontes, nos deparamos não somente com os relatos oficiais sobre o acontecido, mas com uma voz que, mesmo distante e transcrita pelos jesuítas, pode representar os indígenas. Cabe lembrar aqui que os índios que viviam nos aldeamentos das missões dos Sete Povos eram vistos pela legislação vigente, como súditos do rei da Espanha e, por tal motivo, viam os portugueses como inimigos.

A obra de Bernardo Ibáñez de Echavarrí, "*El reyno jesuítico del Paraguay, por siglo y medio negado y oculto, hoy demonstrado y descubierto*" (ECHAVARRI Apud: CARDENAS, *Colección Gen. de Doc.*, 1770), foi considerada um libelo jesuítico para a época. Seus escritos refletem um intenso sentimento de oposição aos jesuítas e à postura condescendência da Companhia de Jesus às decisões do Tratado de Madrid. Contraponto aos demais escritos jesuíticos que retratavam a guerra como um problema para as coroas, Echavarrí, retratava-a como um movimento guarani que se impunha contra o retorno à barbárie, à selvageria do nomadismo.

O resgate do contexto da construção dos discursos produzidos durante a guerra, pelos grupos que entraram em conflito, se dá principalmente nos relatos do próprio campo de batalha. Esses discursos são, em grande parte, formadores de uma larga tradição

historiográfica que construiu a imagem de uma “cultura guarani missional”, onde os indígenas eram tratados como massa de manobra das estratégias políticas jesuíticas. As lideranças ameríndias aparecem na historiografia tradicional, como submissas ou como marionetes nas mãos dos desígnios dos missionários rebelados.

Foi com o intuito de combater essa visão, que autores como Guillermo Wilde e Lya Quarleri buscaram resgatar a *agência*¹⁰ dos índios guaranis, suas aspirações e ações no contexto da sociedade colonial. Pode-se pensar que tais autores realizam um tipo de trabalho arqueológico sobre as fontes, reconstruindo perspectivas etnográficas dos guaranis em seu contexto histórico e geográfico. Dessa forma é possível perceber os discursos que esses atores produziram, em quais circunstâncias e com quais interesses. Com isso, também se tornou possível estabelecer as redes de interações e seus contextos, trazendo à tona o caráter conflitivo e as negociações que muitas vezes implicavam numa escolha política situacional (QUIJADA, 2002, p. 103-142). A agência dos guaranis é resgatada sob um olhar que ressalta as especificidades dos indivíduos em seus lugares de fala: de um *cacique* ou até mesmo de um índio “comum”. A extraordinária gama de trabalhos sobre a mestiçagem que surgiu nos últimos anos de renovação da historiografia latino-americana, traz para o debate novas categorias e novos olhares sobre o processo sócio-cultural e político-territorial.

Ainda durante o primeiro ano da guerra (1753), o padre Altamirano (SJ) foi contratado pelas coroas ibéricas para realizar as negociações com os índios e os jesuítas rebelados. Numa correspondência entre Gomes Freire e Sebastião José de Carvalho e Melo, fala-se sobre as negociações com os índios durante a evacuação e sobre os padres recém-contratados, inclusive Altamirano. Para além deste, os Padres astrônomos – Bartolomeu Panigai e Bartolomeu Pinceti¹¹ – contratados para realizarem as observações astronômicas das partidas de demarcação também foram intimados a atuar no processo de convencimento dos índios. No entanto, Sebastião José de Carvalho e Mello, à época Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, achou melhor que se realizasse a evacuação das aldeias “pelo meyo da força”, após o insucesso de todas as tentativas de negociação por parte de Altamirano em prol de uma transmigração pacífica¹².

¹⁰ O conceito de agência é muito bem esclarecido por JOHNSON, 2003, p. 113-124.

¹¹ Os diários das três partidas portuguesas de demarcação que foram enviadas para a América Meridional se encontram transcritos e disponíveis na *Collecção de Notícias* de 1841.

¹² AHU-ACL-CU- 059, Cx.1, D. 57. RELAÇÃO (minuta) dos despachos expedidos pelo [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Sebastião José de Carvalho e Melo, ao [1º comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, na data de 3 de Agosto de 1754, sobre: a resolução para atacar os índios; a relação dos padres astrônomos acerca da conquista dos mesmos índios; a circunspeção

Pode-se observar que, neste caso específico, as autoridades sugeriam o emprego da força, devido ao esgotamento das opções pacíficas. O levante havia adquirido proporções muito perigosas e colocava em crise toda a estrutura do próprio tratado de limites. Os padres contratados foram descritos como incapazes, inábeis. À exceção dos povos de São Luís de Borja, São Luís Gonzaga, São Miguel Arcanjo e São João Batista, os demais, São Miguel, São Lourenço e Santo Ângelo, convencidos pelo medo de um possível extermínio pelas tropas ibéricas, principiaram a transmigração. Todavia, com receio de um novo levante, Gomes Freire optou por lançar uma ordem para a retirada imediata dos padres que se encontravam nas missões e, como punição pela traição, mandou também que se castigassem os índios que lá se encontrassem.

É possível inferir que, nesse ponto, os indígenas passaram a ser tão responsabilizados pela resistência ao cumprimento do tratado quanto os jesuítas rebeldes. Apesar da relevante insolência dos padres por terem eles feito com que os índios se rebelassem contra o seu rei; a pena cominada a eles era diferente dos castigos físicos implicados aos índios. Echavarrí e Altamirano foram apenas expulsos da Ordem; o primeiro por seu envolvimento direto e o segundo por sua incompetência nas negociações.

A Guerra Guaranítica e seus dois discursos

A análise do discurso político é, na maioria das vezes, a construção da imagem de um conflito de interesses. De um modo peculiar, a Guerra Guaranítica é muitas vezes compreendida como a tentativa de fazer surgir um “Estado dentro do Estado”. Tema polêmico e de grande repercussão na historiografia, principalmente pelos argumentos utilizados por Bernardo Ibañez Echavarrí, em seu *Reyno Jesuitico del Paraguay*, de 1762. “Um estado dentro de um estado”. A seguinte oração expressa com clareza o papel de três sujeitos: o rebelde – que busca implantar uma nova forma de governo –, o estado que governa e o observador que relata o acontecimento. A ideia de que um *reyno* que estava prestes a erigir-se, caso os guaranis saíssem vitoriosos da guerra, impregnou a historiografia de teorias e mais teorias sobre estratégias políticas da Companhia de Jesus. De acordo com Gonzalo de Doblaz, autor da *Memoria histórica, geográfica, política y económica sobre la Provincia de Misiones de Indios Guaranís*, publicada em 1832,

necessária naquela circunstância; o mapa do território demarcado feito pelo engenheiro-coronel Miguel Ângelo Blasco e tendo como anexo cópia de ofício dirigido a ele sobre o desenhista Ponsoni e cópias de outros dirigidos a Pascoal de Azevedo e ao governador da ilha de Santa Catarina D. José de Melo Manuel. Anexo: 8 ofícios (minutas), 2 relatórios, anotação. *Projeto Resgate UNB*. Loc: CMD (Centro de Memória Digital): 21683, p. 194. AHU- Brasil Limites, cx. 1, doc. 45 e 56. Colônia do Sacramento e Rio da Prata. 1754, agosto, 3.

Lo que más contribuyó a acreditar estas calumnias fue la publicación de una obra, titulada Reino Jesuítico del Paraguay, que el padre Bernardo Ibáñez escribió bajo el influjo de sentimientos rencorosos, después de haber sido expulsado de las Misiones por sus intrigas con el Marqués de Valdelirios en tiempo de la guerra guaraníca. Este impostor llegó a Madrid cuando se meditaba la destrucción de su orden, y se coligó con sus enemigos, denigrando a sus propios hermanos. [...] y el poco interés que inspiraba entonces esta apología, la dejaron ignorada en el público, para quien el silencio suele ser prueba de culpabilidad en los acusados (DOBLAS, 1832, p. I).

Na análise do discurso, como diz Eni Orlandi, o dizível é definido, para o sujeito, pela relação entre formações discursivas distintas. É, por assim dizer, a 'interação' muitas vezes depreendida como 'conflito', por demonstrar uma construção discursiva dialógica (ORLANDI, 2008. p. 46). O discurso cria um sentido, organiza ideias e concretiza uma imagem. O discurso oficial tem um intuito bem específico: legitimar o governo vigente. Como contraponto, Echavarrri escreveu sua história do *Reyno Jesuítico del Paraguay*; construindo um discurso que buscava demonstrar que a rebeldia dos jesuítas perante as ordens régias de Espanha e Portugal, só poderia ter como desfecho a fundação de um governo próprio, autônomo. O *Rapudeyno Jesuítico*, alegava que os jesuítas tentaram implantar nas missões um tipo de “Império régio-sacerdotal”, tendo os índios aldeados como seus súditos. Caso o plano se efetivasse, o estado insurgente seria comparável em escala com alguns estados europeus. Por isso, para ilustrar suas premissas, o autor, à época ainda membro da Ordem, juntou uma série de documentos – entre cartas e outros papéis de oficiais que ocupavam altos cargos em Roma e Espanha endereçadas aos missionários que se encontravam no Paraguai, embora seu pressuposto fosse de que a Ordem estava tentando instruir os gentios ao ponto de “*disponer de lo temporal de los Indios, hacer leyes, y levantar Tribunales, Audiencias, Chancillerías, y Concejos Supremos, donde se sentencian definitivamente tierras y haciendas*” (ECHAVARRRI Apud CARDENAS, 1770. p. 22).

Cabe retomar aqui, o fato de que a Guerra Guaranítica ocorreu em meio ao processo de demarcação territorial para que se estabelecessem os novos limites estipulados pelo Tratado de Madrid. Os demarcadores portugueses estavam extremamente insatisfeitos com o decorrer das negociações com os Povos, transpondo este sentimento claramente em suas cartas e demais escritos. Os engenheiros-militares Miguel Ângelo Blasco, José Fernandes Pinto Alpoim e José Custódio de Sá e Faria lideravam os exércitos portugueses na campanha contra os índios rebeldes. Igualmente, do lado espanhol, o Marquês de Valdelírios tentava reger suas tropas, porém, no entanto, era difícil combater a forte aliança traçada entre os jesuítas e os índios das reduções já na primeira metade do século XVIII. Como afirma Miriam

Iglesias,

Si es posible afirmar, que desde el punto de vista jurisdiccional, Buenos Aires tenía experiencia en misiones desde 1729, año en que pasaron a Buenos Aires una serie de pueblos Jesuíticos del Paraguay [...]. El carácter de bastión militar contra la presencia portuguesa otorgado a las misiones [...] en el transcurso del siglo XVIII (IGLESIAS, 2000, p. 168).

A lógica das relações de poder era permeada por essa política de defesa da fronteira tomada pelas coroas ibéricas. No romper do conflito iniciado pelos índios em 1750, ocorreram diversos ataques à Colônia do Sacramento, visto que esta representava uma ameaça iminente à Buenos Aires. Todavia, ao mesmo tempo, a Colônia estava isolada, pois os espanhóis e as suas missões ocupavam a maior parte da região intermediária. Por isso, aos portugueses, era necessário combater não só com as leis e o Tratado, mas também com as armas, caso quisessem mesmo conquistar o prometido território dos Sete Povos. E foi essa a postura dos portugueses após os repetidos ataques e incursões aos seapudus acampamentos em 22 de fevereiro 1754:

Los indios viendo las cosas solas y sus dueños retirados al monte, se dieran luego al pillage. Entraron en una casa larga, arrojaron sus armas, sacaron hachas, destrossaron caxas y baúles, cargando com quanto hallaron; uno quisó poner fuego à la casa, gritóle outro excarnizando el pillage, no lo hiziesse, q' todo aquello era dellos, no haziendo cuenda q' sus dueños podia racobrar del primer susto y quitarles no solo ho hurtado, sino aun la vida, como sucedió; porq' los Portugueses, viendo q' los Indios estaban divertidos em robar, tubieron modo de juntarse y ponerse em orden armados, amenazando à pelear com ellos. Y acercandose poco à poco los Portugueses à la casa donde salian los Indios cargados de fardos, assi como salian los mataron y tubieron tambien modo de cargar unas piezitas de cañon, q' tenian. [...] De S. Juan, murieron 10, heridos 18. De S. Luis murieron 12. De los portugueses, fueron 16 muertos [...], quedaron también muchos heridos¹³.

Este foi só um exemplo do cotidiano dos demarcadores nos anos da guerra. A situação permaneceu assim até 1755, quando finalmente os demarcadores decididos de cumprir com seus encargos e dar continuidade à execução do Tratado de Limites, puseram de pé as colunas enviadas das cortes com o escrito: *NON PLUS ULTRA*. Este lema significava 'não ir além', 'não ultrapassar'. Representava por si só o limite político-territorial entre os domínios ibéricos na América meridional, mais até do que as cruces portuguesas com as iniciais *R.F.* (Rei Fidelíssimo) espalhadas pelas demais paragens limítrofes. Na citação abaixo, extraída do Diário, podemos observar o peso que a Guerra Guaranítica adquiriu na interrupção dos

¹³ ACOMETEN los Indios del Uruguay la 1ª vez el fuerte de los Portugueses. (De la relacion de lo sucedido em estas doctrinas: Tercera parte de la relacion de lo sucedido en estas doctrinas, desde que salió dellas el P. visitador Alonso Fernandez, hasta la retirada de los dos Exercitos Español y Portugues y fin del año de 1754). In: CORTESÃO, 1969, p. 245 e 246.

trabalhos das partidas de demarcação:

Não podendo as partidas de Suas Magestades F. e C. , destinadas a demarcar o terreno que corre desde Castilhos grande, até á boca que o rio Ybicuy forma; ao entrar no rio Uruguay continuar do posto de Santa Tecla para diante o progresso da sua commissão, pelos embaraços que encontrãrão, e se expressa no fim do Diario que formãrão, e fechãrão a 3 de Março de 1753; voltarão á praça da colonia do Santíssimo Sacramento, e Buenos-Ayres , para que os Excellentissimos Principaes Commissarios dessem remedio aos urgentes obstaculos que embaraçavão aquella diligencia.

Resolvido pelos ditos Senhores, que só o meio das armas (pois estavam exauridos todos os outros) podia abrir passo , e pôr em obediencia os povos rebeldes, que S. M. C. em virtude do Tratado de Limites cedia a S. M. F. , se poz este acordo em practica, em Novembro do anno de 1755, sahindo o exercito de S. M. C. auxiliado de mil e tantos homens, de tropas Portuguezas, pelas dilatadas campanhas que discorrem , desde a cidade de Buenos-Ayres, e Rio Grande de S. Pedro até os ditos povos, dando aos Indios, que procurãrão embaraçar-lhe a marcha, o merecido castigo da sua rebeldia ; e entrando em aquellas povoações em Maio de 1756, as poserão em obediencia à humas por força, e a outras por implorarem da innata clemencia de S. M. C. o perdão do seu delicto (COLLECCÃO de noticias, 1841, p. 81).

Non Plus Ultra, significava principalmente a representação do poder das coroas ibéricas, pois ilustrava claramente discurso oficial, escrito em latim e dirigido aos poucos letrados (principalmente aos jesuítas). Assim como o *Non Plus Ultra* esculpido nas colunas de pedras, as próprias cartas de onde foram extraídos esses trechos também se encaixam na categoria de um discurso oficial.

No entanto, pode-se recuperar em parte, a voz dos índios, pois algumas de suas falas aparecem transcritas pelos próprios jesuítas. Disse um índio: “[...] Hemos sabido que este a vendido nuestros pueblos y a nosotros por 4 mil pesos (sic), lo qual hemos sentido mas que la misma muerte, escribale luego”¹⁴. Esses índios não eram letrados e não foram instruídos na arte da escrita; falavam língua geral e utilizavam muitas expressões em língua indígena – possivelmente o guarani. Não eram, deste modo, capazes de produzir pasquins, libelos ou qualquer outro tipo de escrito infame contra o padre Ballester ou qualquer outro indivíduo. Apenas podiam gritar: “*p.º Embustero enbaucador y enganador oporombólabi sebaè*”!

Considerações finais

A história pode englobar diversos olhares sobre os processos e situações do passado. Intentou-se demonstrar, neste trabalho, que o processo de demarcação dos limites é um

¹⁴ SEGUNDA Parte de lo sucedido em las doctrinas despues que salió de ellas el P.º Luís Altamirano p.º B.º Ayres com la ocasion de la transmigracion de los 7 Pueblos del Uruguay mandada em el R.º Tratado. In: CORTESÃO, 1969, p. 217.

assunto de destacada importância para o entendimento das relações e representações do poder político ibérico, em especial, em relação às medidas tomadas para a expansão e a manutenção da América portuguesa ao longo do Setecentos (KANTOR, 2009, p. 39-61). A reconfiguração do espaço geográfico, mais especificamente da América Meridional portuguesa, na segunda metade do século XVIII, implicou num embate direto com os interesses dos jesuítas e, também, dos índios Guaranis. Tal reconfiguração representou igualmente uma ameaça às estruturas do sistema jesuítico que estava estabelecido nos chamados Sete Povos das Missões.

Referências bibliográficas

Fontes primárias - Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco

AHU-ACL-CU- 059, Cx.1, D. 57. RELAÇÃO (minuta) dos despachos expedidos pelo [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Sebastião José de Carvalho e Melo, ao [1o comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, na data de 3 de Agosto de 1754, sobre: a resolução para atacar os índios; a relação dos padres astrônomos acerca da conquista dos mesmos índios; a circunspeção necessária naquela circunstância; o mapa do território demarcado feito pelo engenheiro-coronel Miguel Ângelo Blasco e tendo como anexo cópia de ofício dirigido a ele sobre o desenhista Ponsoni e cópias de outros dirigidos a Pascoal de Azevedo e ao governador da ilha de Santa Catarina D. José de Melo Manuel. Anexo: 8 ofícios (minutas), 2 relatórios, anotação. Projeto Resgate UNB. Loc: CMD (Centro de Memória Digital): 21683. p. 194. AHU- Brasil Limites, cx. 1, doc. 45 e 56. Colônia do Sacramento e Rio da Prata. 1754, agosto, 3.

Fontes impressas

BACIGALUPO, Mario Ford. Bernardo Ibáñez de Echavarri and the Image of the Jesuit Missions of Paraguay. *The Americas*, v. 35, n. 4, p. 475-494, Apr. 1979. Published by: Academy of American Franciscan History. URL: <http://www.jstor.org/stable/981019>.

COLLECCÃO de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, on lhes são visinhas. Volume 7. Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa, 1841.

CORTESÃO, Jaime Z. (Org.). *Manuscritos da Coleção Angelis*. Vol. VII: Do Tratado de Madrid à conquista dos Sete Povos (1750-1802). Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1969.

DOBLAS, Gonzalo de. *Memoria histórica, geográfica, política y económica sobre la Provincia de Misiones de Indios Guaranís*. 1a Ed. Buenos-Aires: Imprenta Del Estado, 1836. página I. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k82972f> .

ECHAVARRI, Bernardo Ibáñez. Reyno jesuítico del Paraguay. (1762) In: CARDENAS, Bernardino de. *Colección General de Documentos tocantes á la tercera época de las conmociones de los Regulares de la Compañía en el Paraguay*. Tomo Quarto. Con licencia de el Consejo Extraordinario. Madrid: Imprenta Real de la Gazeta, 1770.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

IGLESIAS, Miriam . Las misiones jesuitas al sur del río salado y la frontera bonaerense en el siglo XVIII. In: NEGRO, Sandra y MARZAL, Manuel M. (Coord.). *Un Reino en la Frontera: Las misiones jesuitas en la América colonial*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú e Quito: Abya-Yala (Coedición) , 2000.

JOHNSON, Walter. On Agency. *Journal of Social History*, n. 37, 1, p. 113-124, 2003.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). *Anais do Museu Paulista: Hist. e Cult. Material*. v. 17, n. 2, São Paulo, p. 39-61, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2a ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008, p. 46.

QUARLERI, Lya. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata*. Guaraníes, jesuitas e imperios coloniales. Fondo de Cultura Económica De España, S.L., 2009.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, p. 187-250, 1998. (Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010).

VIEIRA, Alexandre. *Pensamento político na Guerra Guaranítica*, Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2005.

VILLALTA, Luiz Carlos. O Que se Fala e o Que se Lê: Língua, Instrução e Leitura. In: *História da Vida Privada No Brasil, Vol. I: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 331-44.

Familiars do Santo Ofício: uma análise sobre os padrões de recrutamento

Roberta Cristina da Silva Cruz

Mestranda em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

robertacruz@gmail.com

RESUMO: Os familiares do Santo Ofício, cargo geralmente ocupado por leigos, conferia a possibilidade de promoção social. Por esta razão, este cargo foi almejado por muitos indivíduos dentro do Império português. Ao longo do tempo, as exigências para tornar-se familiar mudaram. Desta forma, o presente trabalho buscará analisar comparativamente as normas para ser familiar dentro da legislação inquisitorial vigente entre 1640 e 1774.

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição portuguesa; Familiares; Legislação inquisitorial.

ABSTRACT: The *familiares* of the Holy Office, a position usually occupied by laymen, gave the possibility of social advancement. For this reason, this position was sought by many individuals in the Portuguese Empire. Over time, the requirements for becoming *familiar* changed. This article aims comparing the standards to be familiar in the inquisitorial legislation between 1640 and 1774.

KEYWORD: Portuguese Inquisition; Familiares; Inquisitorial Legislation.

O Tribunal do Santo Ofício em Portugal foi criado em 1536 para averiguar e punir os crimes praticados contra a fé católica. Investidos da função que julgavam essencial de manter a sociedade longe das influências heréticas, os agentes inquisitoriais agiram na reorganização da vida religiosa, assim como na “inspeção da fé” em Portugal e nas possessões ultramarinas. Na visão deles, sem a sua ação, o mundo seria dominado pelo demônio (VAINFAS, 2010, p. 59-60). A heresia perverteria os costumes e a sociedade como um todo (BETHENCOURT, 2000, p.356-357). Para encontrar seus réus, se baseavam nas denúncias que poderiam ser feitas por qualquer pessoa, apesar da hierarquia social refletir-se também no tribunal. Por exemplo, uma pessoa de um nível social mais elevado provavelmente era mais levada em conta do que uma de um nível inferior.

Na América portuguesa, apesar da inexistência de um Tribunal Inquisitorial (esteve submetida ao Tribunal de Lisboa), podemos observar os mesmos objetivos que no reino, através de visitas e de uma rede de agentes estabelecida por diferentes regiões da colônia. Dentre estes, destacamos os familiares, cargo geralmente ocupado por leigos do quadro de funcionários do Santo Ofício, que tinham a função de denunciar os desviantes da fé e, além

deles, os que simulavam fazer parte da Inquisição ou do clero. Também executavam prisões quando solicitados pelo inquisidor ou pelos comissários. Durante o funcionamento da Inquisição, no Reino e nas possessões ultramarinas, o cargo foi almejado por diversas pessoas, pois, progressivamente, além da função repressiva em si, ocupar o cargo de familiar começou a conferir uma promoção social aos indivíduos, com a aquisição de privilégios e através do status social, pois ser familiar era uma possibilidade de leigos pertencerem a uma das instituições mais importantes e temidas do Portugal moderno (Cf. CALAINHO, 2006). Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva mencionam que os privilégios conferidos aos familiares foram adquiridos a partir de 1562, alguns anos após o início do estabelecimento do tribunal (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 43).

A norma para tornar-se familiar, de acordo com o Regimento de 1640, seria a atestada “limpeza de sangue” e viver dentro dos costumes, ou seja, ter uma conduta moral incontestável. Além disso, deveriam possuir um alto cabedal, evitando, desta forma, que o funcionário se corrompesse (CALAINHO, 2006). No Regimento de 1774, a “pureza de sangue” é abolida, tendo como uma das principais prerrogativas para obter a familiatura, os bons costumes. Portanto, neste trabalho buscaremos analisar comparativamente as normas para ser familiar dentro da legislação inquisitorial vigente entre 1640 e 1774.

Os familiares e a legislação portuguesa

Os estatutos de “limpeza de sangue” foram adotados tardiamente em Portugal. A data precisa é difícil saber, segundo Fernanda Olival, pois eles nunca foram uma lei geral, apesar de parecerem em certa altura (OLIVAL, 2004, p. 151). Até 1560, a “pureza de sangue” vigoraria apenas em alguns colégios e ordens regulares. Algumas delas eram ligadas a Castela, em que os estatutos vigoravam desde o Quatrocentos (OLIVAL, 2004, p. 156). Já as restrições para o ingresso de judeus e mouros nas ordens militares ocorreu em 1570 com a bula de Pio V, *Ad Regie Maiestatis*, principalmente nas ordens dos Avis, Cristo e Santiago, as três tuteladas pela Coroa desde 1551. Entretanto, exceções foram permitidas a partir de 1589, quando ocorreu uma reforma da Ordem de Cristo em que era proposto uma tolerância para moradores de Ceuta, Tanger e Mazagão. Estas localidades eram locais de pouco rendimento e a atração de moradores era difícil (OLIVAL, 2004, p. 157). Os impedimentos foram também contornados quanto a criação de um clero local em colônias da Ásia e África (CALAINHO, 2006, p. 51). Os cristãos-novos, por vezes, conseguiram ascender a cargos importantes devido às suas condições econômicas e sociais (CALAINHO, 2006, p. 53). Olival menciona que em diversos momentos, cristãos-novos conseguiram insígnias em Ordens Militares quando

estavam em jogo interesses da Coroa. Entretanto, o número deles nestas ordens nunca foi elevado (OLIVAL, 2004, p. 177).

As Ordenações Filipinas de 1603 expandiram as restrições também para os negros, mulatos e índios (CALAINHO, 2006, p. 51). Durante o século XVI e meados do XVII a requisição da “pureza de sangue” se espalhou por instituições como as irmandades, cabidos e governos municipais (OLIVAL, 2004, p. 158). Olival afirma, entretanto, que o final do Seiscentos e os primeiros trinta anos do século XVIII foram os períodos em que o rigor quanto a “pureza” foram mais notáveis. As razões que levaram ao rigor foram “...o reforço do poder nobiliárquico possibilitado pela chegada ao trono do Infante D.Pedro em 1667; as reacções ao sacrilégio de Odivelas de 1671; os boatos sobre o perdão geral e as tensões decorrentes da suspensão do Santo Ofício entre 1674 e 1681.” (OLIVAL, 2004, p. 159-160).

Para entrar em instituições portuguesas, os candidatos deveriam passar por longas *inquirições de gênero*, para comprovar que sua família tinha sangue limpo. Dentre estas instituições, nos deteremos principalmente ao caso do Tribunal do Santo Ofício. Esta Instituição foi a mais rigorosa quanto a seleção de seus funcionários. Dentre estes agentes inquisitoriais, estavam os Familiares que eram agentes, pertencentes a uma categoria de cargos ocupados geralmente por leigos, como médicos, porteiros e promotores, que tinham a função de denunciar os desviantes da fé e, além deles, os que simulavam fazer parte da Inquisição ou do clero. Também executavam prisões quando solicitados pelo inquisidor ou pelos comissários (CALAINHO, 2006, p. 40).

Acompanhando a estruturação inquisitorial em Portugal, o cargo de familiar vai adquirindo um papel importante. Segundo Daniela Calainho, nos Regimentos de 1552 e 1570 não se encontram referências sobre esses agentes (CALAINHO, 2006, p.40-42). Em estudo recente sobre a Inquisição portuguesa, José Pedro Paiva e Giuseppe Marocci assinalam que os esforços para a construção de uma rede de familiares em Portugal, já com privilégios e prestígio social, iniciaram-se a partir de 1562 (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p.42-43). Em Alvará de 14 de dezembro de 1562, o rei D. Sebastião mencionou que os familiares poderiam portar armas defensivas (todas as que quisessem e ofensivas (punhal, espada e adaga), desde que não estivessem em locais suspeitos ou desonestos. Em caso de prisão, poderiam levar quantas armas precisassem. Além deste privilégio, poderiam usar seda, assim como sua esposa e filhos.¹⁵ Já em 20 de janeiro de 1580, D. Henrique estabelece que familiares que

¹⁵ Privilegios concedidos aos officiaes, e Familiares do Santo Officio da Inquisição destes Reinos, e Senhorios de Portugal. El Rey D. Sebastião em 14 de Dezembro de 1562.

fossem autores ou réus de algum crime, deveriam ser julgados pelos inquisidores, com algumas exceções:

Faço saber aos que esse meu Alvará virem que pela experiência, que tenho nos negócios do Santo Ofício da Inquisição, em que por muitos anos entendi sendo Inquisidor Geral nesses Reinos de Portugal, antes de suceder na Coroa deles (...)

Primeiramente hei por bem que nas causas crimes dos Oficiais do Santo Ofício, ou eles sejam autores ou réus, os inquisidores tenham jurisdição sobre eles, e sejam seus juízes; e nas cautelas cíveis sendo os ditos oficiais reus somente. Nas causas crimes dos Familiares, ou sejam autores ou réus, serão outrossim os ditos Inquisidores seus Juízes, exceto nos casos seguintes; a saber, crime de lesa majestade humana, crime nefando contra naturam, crime de alevantamento, ou motim de Província, ou povo, crime de quebramento de minhas Cartas, ou Seguros: de rebelião ou desobediência a meus mandatos e em caso de aleive, força de mulher ou roubo dela, ou de roubador público, ou de quebramento de casa, ou de Igreja, ou Mosteiro, ou queima de campo, ou casa com dolo: e em resistência, ou desacato qualificado contra minhas justiças e quando tiverem ofícios meus, ou públicos dos povos e Respúblicas, e dilinquirem neles, e em coisas tocantes aos ditos seus ofícios e cargos, nos quais casos conhecerão as justiças seculares contra os ditos Familiares, e não em outros, por graves que sejam...¹⁶

A referência aos familiares ocorreu pela primeira vez no Regimento de 1613, apesar de terem sido mencionados em Alvarás anteriormente, como mostramos aqui. No de 1640, o título de Familiar é incluído tendo como exigência a atestada “limpeza de sangue”, viver dentro dos costumes e possuir um alto cabedal, evitando que o funcionário se corrompesse. Entretanto, a ocupação do cargo conferia prestígio e honra, além de privilégios para alguns, levando com que o buscassem por causa da promoção social (TORRES, 1994). Cabe ressaltar, todavia, as reflexões de Torres a respeito dos familiares que apontam para o fato do prestígio e honra, de certa forma, terem feito com que as familiaturas tivessem sido mais procuradas pela ascensão social que poderiam conferir do que pelas funções primeiras do cargo (TORRES, 1994).

Para tornar-se familiar, a pessoa, desejosa de servir ao Santo Ofício, deveria requerer a sua nomeação por meio de uma carta em que os candidatos diziam seu nome, de seus pais e avós, seu local de nascimento e de residência, assim como de agentes inquisitoriais da região (FEITLER, 2004, p. 94-98). A questão financeira era importante também para que o solicitante pudesse arcar com as custas da inquirição *de genere et moribus*, ou seja, os

¹⁶ Privilegios concedidos aos officiaes, e Familiares do Santo Officio da Inquisição destes Reinos, e Senhorios de Portugal. Alvará do mesmo Rey D. Henrique em 20 de Janeiro de 1580.

inquéritos de costumes e genealogia realizados antes de qualquer nomeação (FEITLER, 2004, p. 96).

As inquirições do Santo Ofício, a partir da década de 1560, começaram a ser realizada pelas redes de comissários estabelecidas.¹⁷ Em meados do século XVII, o tribunal pedia informações sobre o postulante ao cargo de familiar aos comissários de sua localidade, para averiguação informal das informações. Olival salienta que até início dos anos de 1680, essas informações não deixaram registros, mas após este período, os registros começaram a ser feitos minuciosamente. Os comissários começaram a deslocar-se para fazer as diligências e ver os registros de batismo (OLIVAL, 2004). O parecer enviado por eles ao Conselho Geral do Santo Ofício geralmente aponta o tipo de costumes, vida, nível de riqueza e se o habilitando sabia ler e escrever. Caso o candidato passasse desta etapa, eram averiguadas as diligências quanto ao repertório de processados pelo Tribunal para averiguar se a pessoa e seus familiares já tinham cometido crimes tocantes ao Santo Ofício. Após esta etapa, começavam os interrogatórios nos locais de naturalidade e moradia do postulante (OLIVAL, 2004).

No Regimento Inquisitorial de 1640¹⁸, as restrições quanto ao que tange à habilitação de mouros, judeus e cristãos-novos se fazem presentes:

Os ministros e oficiais do Santo Ofício, Cristãos-Velhos de sangue limpo, sem raça de mouro, judeu, ou gente novamente convertida a nossa fé, e sem fama do contrário. (...) Saberão ler e escrever, e se forem casados, terão a mesma limpeza as suas mulheres e os filhos que por qualquer via tiverem.¹⁹

Depois do século XVII, além dos que tinham sangue mouro ou judeu, acrescentou-se restrições quanto aos mulatos, negros e indígenas, como já mencionamos na primeira Tabela.

¹⁷ Os comissários eram as autoridades máximas da Inquisição em terras coloniais, estando subordinados apenas aos inquisidores de Lisboa. Além dos requisitos já estipulados para a eleição ao cargo de familiar, como a atestada limpeza de sangue e costumes, os comissários deveriam ser eclesiásticos, de preferência letrados e com uma moral incontestável. Desempenhavam funções ligadas às prisões de condenados pelo Santo Ofício, ouvir testemunhas e coletar depoimentos dos processos de habilitação de outros agentes, como os familiares. Cf Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reynos de Portugal. Lisboa: Officina de Manoel da Sylva, 1640. Livro I. Título VIII; RODRIGUES, , 2011.p. 34-47. A respeito dos comissários, Aldair Rodrigues menciona “Se no plano do discurso peticionário o interesse pelo título de comissário era expresso na vontade de representar a Inquisição de maneira que a sua rede de agentes fosse territorialmente o mais densa e eficiente possível, numa perspectiva mais ampla a obtenção da insígnia estava ligada antes à ambição do clero (e de sua parentela) por poder, autoridade, privilégios, prova pública de sua limpeza de sangue, honra e status. Esses elementos, todos interligados, eram fundamentais para uma boa posição nas hierarquias sociais. Por tudo isso é que fazia sentido ser comissário do Santo Ofício.” RODRIGUES, 2012. p. 141

¹⁸ A Inquisição teve quatro Regimentos durante o seu funcionamento: o primeiro de 1552, o segundo em 1613, o de 1640, que vigorou durante mais tempo na história do Tribunal, e o de 1774 da Época Pombalina. Neste estudo, nos deteremos na análise dos Regimentos de 1640 e 1774, pois foram os que vigoraram durante o século XVIII.

¹⁹ Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reynos de Portugal. Lisboa: Officina de Manoel da Sylva, 1640. Livro I, § 2.

Fernanda Olival menciona que em 1720 o Cardeal da Cunha, Inquisidor Geral no momento, buscou aumentar o rigor das inquirições com algumas alterações.

1) a busca a fazer nos reportórios inquisitoriais deviam incidir também sobre os 4 avós, quer do próprio, quer da mulher; 2) nas informações prévias, ditas “extrajudiciais”, para além do que era usual, devia saber-se se o pretendente tinha filhos e se eles, ou os ascendentes, incorreram em alguma infâmia; 3) mandava-se anexar ao processo certidões do baptismo dos habilitandos, dos seus pais e avós. “E quando Senão achem os Livros nas freguesias, aonde Se fazem as Deligências, pelos Prelados os terem mandado Recolher para outra parte, Nella Se procurem, E Sem as ditas Certidões, ou de como senão acharão os ditos aSsentos, Senão mandem as Deligencias ao Conselho”; 4) nos interrogatórios propriamente ditos, porque havia um modelo bem definido de perguntas, mandava-se acrescentar tópicos quando se perguntava pelos quatro avós: “E se outro Sy conheCerão, ou tiverão noticia de Seus Pays (Bizavos do habelitando) e Se sabe Como Se chamavão, e donde erão, ou forão naturaes”; 5) em nenhuma comissão enviada para qualquer local se deviam suprimir perguntas. Os inquéritos deviam seguir inteiros. (OLIVAL, 2004, p. 165)²⁰

Já no regimento de 1774, o da época pombalina, ao nosso ver, a questão moral se expressa de uma forma mais evidente. É importante salientar que, quanto à Inquisição, Pombal procurou transformar o Santo Ofício em um Tribunal régio diminuindo a sua liberdade de ação e abolindo a diferenciação entre cristãos-velhos e novos (CALAINHO, 2006, p. 56). Com essas medidas, Pombal buscava aumentar o capital em circulação dentro de Portugal. Este Regimento sublinha que... “...os ministros e oficiais do Santo Ofício serão de boa vida e costumes, capaz de lhes cometerem negócios de importância, sem infâmia alguma de fato, ou de direitos nas suas próprias pessoas (...) ou derivados de seus pais e avós...”²¹ Enfatizando, desta forma, a boa conduta moral para eleição aos cargos inquisitoriais, em detrimento da “limpeza de sangue”. O último regimento inquisitorial apresenta algumas alterações fundamentais quanto ao modo de proceder do Tribunal. Podemos destacar o fim do segredo processual; a proibição da condenação à “pena capital” quando só tivesse uma testemunha; condenação da tortura e a falta de restrições para habilitações dos condenados e descendentes (BETHENCOURT, 2000, p.48).

Considerações finais

Buscamos analisar brevemente a legislação portuguesa ao que tange as mudanças relativas à norma para tornar-se familiar. Como podemos notar, quanto a legislação do Santo Ofício, as mudanças mais expressivas ocorreram no Regimento de 1640 e no de 1774. Cabe

²⁰ Citações deste trecho: ANTT, *Conselho Geral do Santo Ofício*, Lº 35, fl. 139-139.

²¹ Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal. Lisboa: Officina de Miguel Menescal da Costa, 1774. Livro I, Título I.

ressaltar que o terremoto em Lisboa de 1755, e a conseqüente necessidade de reconstrução do Tribunal, coincidiu com a passagem do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra para a Secretaria dos Negócios do Reino. Este secretário era o Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p.333). Ele buscou realizar diversas reformas no Estado português e a Inquisição não esteve fora de suas interferências, dentro de um contexto de reformas eclesiásticas. Lentamente iniciou-se um processo de submissão do Tribunal à Coroa, em que o Marquês tinha como objetivo diminuir a autonomia adquirida pela Inquisição. Como parte destas medidas, Marcocci e Paiva mencionam “Havia primeiro que reabilitar o Tribunal em declínio e, ato contínuo, submetê-lo à Coroa. Assim, supostamente, todos lucravam. O Santo Ofício reanimar-se-ia e o Estado, finalmente, dominava-o, podendo usá-lo para amparo de oposições indesejáveis que se lhe viesse a deparar.” (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p.349) Por um lado, a figura do Tribunal buscou ser fortalecida e, por outro, suas ações foram limitadas, principalmente quanto à perseguição aos cristãos-novos. O Marquês acreditava que a Inquisição tinha multiplicado o número de cristãos-novos através de sua repressão, aumentando o número de judaizantes. O aumento dos investimentos e do capital dentro do Império português dependeria da eliminação da distinção entre cristãos-novos e velhos (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p.56). Em 1773, encerrou-se a diferenciação entre cristãos-novos e velhos. Já em 1774, os requerimentos para as familiaturas diminuiriam bastante.

Fontes Manuscritas

ANTT, *Conselho Geral do Santo Ofício*, Lº 35, fl. 139-139.

Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal. Lisboa: Officina de Manoel da Sylva, 1640.

Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal. Lisboa: Officina de Miguel Menescal da Costa, 1774.

Privilegios concedidos aos officiaes, e Familiares do Santo Officio da Inquisição destes Reinos, e Senhorios de Portugal. El Rey D. Sebastião em 14 de Dezembro de 1562.

Privilegios concedidos aos officiaes, e Familiares do Santo Officio da Inquisição destes Reinos, e Senhorios de Portugal. Alvará do mesmo Rey D. Henrique em 20 de Janeiro de 1580.

Referências Bibliográficas

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CALAINHO, Daniela. *Agentes da Fé*. Bauru: Edusc, 2006.

FEITLER, Bruno. *Nas Malhas da Consciência: Igreja e Inquisição no Brasil*. São Paulo: Alameda: Phoebus, 2007.

MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.

OLIVAL, Fernanda. *Rigor e interesse: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal*. In: *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n. 4, 2004,

RODRIGUES, Aldair Carlos. *Limpos de Sangue: Familiares do Santo Ofício, Inquisição e sociedade em Minas Colonial*. São Paulo: Alameda, 2011.p. 34-47.

_____. *Poder Eclesiástico e Inquisição no Século XVIII Luso-Brasileiro: Agentes, Carreiras e Mecanismos de Promoção Social*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em História Social, São Paulo, 2012.

TORRES, José Veiga. Da Repressão Religiosa para a Promoção Social: A inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia mercantil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.40, out. 1994.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.



III Encontro de Pesquisa em História

27 a 30 de maio de 2014 | Belo Horizonte, UFMG

**ANAIS DO III ENCONTRO
DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA UFMG**

Comunicações Livres

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG
Belo Horizonte
2014

Reitor da UFMG

Jaime Arturo Ramírez

Vice-Reitora da UFMG

Sandra Regina Goulart Almeida

Diretor da FAFICH

Fernando de Barros Filgueiras

Vice-Diretor da FAFICH

Carlo Gabriel Kszan Pancera

Chefe do Departamento de História

Tarcísio Rodrigues Botelho

Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação em História

José Newton Coelho Meneses

Coordenadora do Colegiado de Graduação em História

Adriane Aparecida Vidal Costa

Realização

Departamento de História - UFMG

Comissão Organizadora

Alexandre Bellini Tasca

Eliza Teixeira de Toledo

Igor Barbosa Cardoso

Lídia Generoso

Igor Tadeu Camilo Rocha

Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes

Marcella de Sá Brandão

Regina Mendes de Araújo

Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa

Thiago Henrique Oliveira Prates

Arte Gráfica

Gabriel Nascimento

Monitores

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa

Átila Augusto Guerra de Freitas

Bruno César Gordiano

Camila Neves Figueiredo

Gabriel Afonso Vieira Chagas

José Antônio de Souza Queiroz

Kelly Morato de Oliveira

Larissa Cristina Amaral

Lenon Augusto Luz de Moraes

Ludmila Machado P. O. Torres

Marcela Coelho Freitas Silva

Maria Alda Belfor Oliveira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinicius da Fonseca Pereira

Raquel Marques Soares

Raquel Neves de Faria

Apoio

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História

Programa de Graduação em História

Sumário

Comunicações Livres

- A importância do Museu da Inconfidência para preservação e perpetuação da memória de Tiradentes 1100
Alejandro de Campos Pinheiro e Maria Luísa Vieira da Silva
- As Carmagnoles e a introdução da questão social ao debate revolucionário francês 1108
Allysson Fillipe Oliveira Lima
- Mathijs van Ceulen e a conquista neerlandesa do nordeste brasileiro 1115
André Onofre Limírio Chaves
- A Revolução Francesa e o Oriente: o impacto da Revolução Francesa na região da Ásia e da África a partir das campanhas militares das legiões estrangeiras francesas 1126
Átila Siqueira Martins Lopes
- A construção de um banco de dados como instrumento de pesquisa no estudo da literatura publicada na imprensa carioca do séc. XIX 1132
Bráulio de Oliveira Fernandes Júnior, Joana Rios Ribeiro Maia Carbonesi, Marcos Vinícius Marinho Fernandes e Nayara de Sousa Rocha.
- A linguagem política do Panegírico de D. João III: notas para um estudo do humanista português João de Barros (1496-1570) 1140
Fernando Altoé
- A história da literatura brasileira de Sílvio Romero como lugar de memória 1148
Gilvaneide de Sousa Santos
- Reflexão sobre construção de uma imagem: o caso do Caipira 1154
Hugo Mateus Gonçalves Rocha
- Resistência negra através da religiosidade nas Minas dos setecentos: um estudo de caso 1164
João Antônio Damasceno Moreira
- “Das montanhas mexicanas ao ciberespaço”: a guerrilha informacional do movimento indígena em Chiapas 1174
Júlia Melo Azevedo Cruz
- Museus de cidade e representações de gênero: diálogos possíveis 1183
Karyna dos Santos Figueiredo Dultra
- Entre a Escravidão e a Liberdade: diferentes formas de se conceber o negro no contexto escravocrata brasileiro 1189
Laura Aparecida Gomes Oliveira

História e temporalidade no debate político brasileiro (1830-1840)	1198
Larissa Breder Teixeira	
Ofícios mecânicos e seu cotidiano material na Comarca do Rio das Velhas	1203
Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres	
Mathias Carneiro: O feiticeiro ressuscitado de Mariana	1213
Luís Antônio de Castro Morais	
O uso de manuscritos no cotidiano do historiador: alguns apontamentos	1221
Luíza Rabelo Parreira e Maria Clara Soares Ferreira Caldas	
Muito além de bonecos: a história do Grupo Giramundo pela perspectiva do acervo reunido em seu arquivo privado	1228
Maria Emiliani Pena Ferreira e Alessandro Ferreira Costa	
O Belo no transitório: um ensaio acerca da boemia moderna em Gérard de Nerval..	1235
Mariana Albuquerque Gomes	
Minas dos blasfemadores: dissidência e tolerância religiosa no século XVIII	1243
Rafael José de Sousa	
Fatos históricos, esquemas literários: história e ficção em Os Sertões, de Euclides da Cunha	1253
Rodrigo Vieira Ávila de Agrela	
Patrimônio Cultural e Preservação da Memória: o Reinado no Acervo do Museu Histórico e Artístico de Cláudio	1260
Sara Helena Amaral de Sousa	
O belo Mercado – A pulsão humana na Pós-Modernidade: como o pecado da vaidade se elevou à categoria de virtude	1270
Albert Drummond	
A criação do Ministério da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira: definindo os heróis do ar e construindo identidades	1281
André Barbosa Fraga	
Linguagens do republicanismo no jornalismo de Hipólito da Costa: o Paralelo da Constituição Portuguesa com a Inglesa (1809-1810)	1292
André Pedroso Becho	
“As Confissões” de Nelson Rodrigues e o jornal O Globo: o discurso anticomunista na grande imprensa durante a Ditadura Militar brasileira	1304
Camila Barbosa Monção	
Os Institutos Culturais Brasil-União Soviética e as Medidas Ativas: uma história de espionagem e contra-espionagem no Brasil	1309
Gabriel Teixeira Casela	

Os tempos históricos: importância da compreensão do tempo para o processo de construção do saber histórico e da consciência social	1315
Keila das Dores Alves e Laura Aparecida Gomes Oliveira	
Os discursos da Doutrina de Segurança Nacional	1324
Kenia Fernanda Fernandes Pereira	
Belo Horizonte, futuro do pretérito: um estudo de caso do paradoxo da modernidade	1332
Lucas Henrique de Almeida Amorim	
A crítica da democracia moderna em Flaubert e Tocqueville	1340
Maria Elvira Malaquias de Carvalho	
Patrimônio Material: os efeitos da chamada ‘fase heroica’ do IPHAN na cidade de Mariana	1346
Aline Maria de Aguiar da Silva	
O cinema como arte da modernidade e sua proliferação em Belo Horizonte no início do século XX	1351
Bruna Reis Afonso e Priscila Angélica Aguiar Marra	
A representação da mulher na cidade moderna em <i>Lance Maior</i> de Sylvio Back	1358
Daiane Danyele Souza Thiele	
Do amor à face do medo: violência doméstica em telenovelas	1368
Dalene Maciel Gonçalves e César Henrique de Queiroz Porto	
Vivendo da arte do labor: a importância histórico-social dos arquivos judiciais da Justiça do Trabalho	1377
Jôse Augusta Barbosa dos Santos	
Influência do Sindicato das Empresas de Ônibus no Sistema de Transporte de BH .	1386
Leandro Alysson Faluba	
Percurso histórico da conceituação de talento e musicalidade: análise com implicações para educação musical	1391
Rafael Beling Rocha e Kleberson Calanca	
O processo de centralização do PT e as possibilidades de uma perspectiva reformista	1399
Angela Peralva Baumgratz	
Cinema, Museu e Ensino de História: relato de uma experiência docente	1408
Camila Barbosa Monção, Carolina de Oliveira Silva Othero, Gabriel Afonso Vieira Chagas, Lorena Dias Martins, Matheus Pimenta da Silva, Nathália Tomagnini Carvalho e Priscila Angélica Aguiar Marra	
O ensino de História e as histórias: o uso da literatura e do cinema na sala de aula	1416

Camila Barbosa Monção, Carolina de Oliveira Silva Othero, Gabriel Afonso Vieira Chagas, Lorena Dias Martins, Matheus Pimenta da Silva, Nathália Tomagnini Carvalho e Priscila Angélica Aguiar Marra

Regime militar político, cinquenta anos depois: resquícios e reflexos no Brasil contemporâneo 1422
Fábio Júnio Mesquita

Os casamentos endogâmicos: uma estratégia familiar 1431
Gabriel Afonso Vieira Chagas

Contribuições para uma História da Família em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX) 1437
Isaac Cassemiro Ribeiro

Instituições de saúde pública em Minas Gerais: a Criação do Instituto Raul Soares (IRS) em Belo Horizonte (1922) 1443
Luã Augusto da Silva Lança

Elementos para uma estrutura do saber médico moderno no mundo português 1452
Luca Palmesi

O uso de fontes no Ensino de História: Cartografia 1463
Paula Miranda de Oliveira

Igreja São José e Congregação do Santíssimo Redentor: uma perspectiva de Fé na Modernidade da nova Capital de Minas (1895-1930)..... 1471
João Teixeira de Araújo

Reflexões historiográficas no trabalho com crianças de 7 anos do primeiro ciclo: Uma experiência da residência docente do centro Pedagógico da UFMG 1485
Jéssica Machado

A importância do Museu da Inconfidência para preservação e perpetuação da memória de Tiradentes

Alejandro de Campos Pinheiro

Graduando em Arquivologia
Universidade Federal de Minas Gerais
alejandrocamos29@gmail.com

Maria Luísa Vieira da Silva

Graduanda em Arquivologia
Universidade Federal de Minas Gerais
eleonor_1984@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho discute os conceitos de memória, patrimônio e preservação para esclarecer como o Museu da Inconfidência foi planejado para destacar, em âmbito nacional, a figura dos inconfidentes, em especial a de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Patrimônio; Preservação; Inconfidência Mineira.

ABSTRACT: This paper discusses the concepts of memory, heritage preservation and to clarify how *Museu da Inconfidência* was planned to highlight, nationally, the figure of the *inconfidentes*, particularly Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes.

KEYWORDS: Memory; Heritage; Preservation; *Inconfidência Mineira*.

Introdução

Na educação escolar tradicional, os inconfidentes comumente são retratados como benfeitores em virtude dos ideais de liberdade por que tanto ansiavam. A Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é atribuída a liderança do movimento. Ele nasceu em Minas Gerais e era filho do proprietário rural português Domingos da Silva Santos. Adulto, trabalhou como tropeiro, mascate, cirurgião e na área de mineração, além de seguir carreira militar. Além da esfera social, foi na tropa que teve contato com as ideias iluministas que o incentivaram e inspirariam a participar da Inconfidência Mineira.

Tiradentes é frequentemente apresentado como um mártir, um salvador, o sujeito humilde que em meio a outras figuras – de elevada condição social e econômica – teve o mais triste fim: foi julgado e condenado à morte por enforcamento. Executado e esquartejado, teve seus membros e cabeça expostos para aterrorizar e intimidar a população em geral.

Tal concepção é similar àquela que nos é passada a respeito de Jesus Cristo. Não é à toa que o alferes é retratado fisicamente de forma semelhante à do Filho de Deus: magro, de rosto delicado, cabelos na altura dos ombros e barba. Ademais, ambas as execuções foram bárbaras. O legado de ambos é a luta, até as últimas consequências, por aquilo que se acredita ser o certo e justo para todos.

Pretende-se apresentar os conceitos de memória, preservação e patrimônio, e relacionar a importância dos mesmos com o Museu da Inconfidência e a representação de Tiradentes.

Memória

Memória é um elemento essencial na construção da identidade cultural individual e coletiva, na instituição de tradições e no registro de experiências, que necessita ser preservada.

Segundo Pollack (1992, p. 201-202), seus elementos constitutivos são:

- Acontecimentos vividos pessoalmente e acontecimentos vividos pelo grupo a que o indivíduo se sente pertencer, ainda que ele não tenha participado de todos;
- Pessoas, personagens – personagens com os quais se convive, personagens que se transformam quase em conhecidas e personagens que não pertencem necessariamente ao espaço-tempo da pessoa.
- Lugares – lugares particularmente ligados a uma lembrança e lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração.
- Organização da memória em função das preocupações pessoais e políticas do momento.

A preservação da memória de uma sociedade não significa submetê-la exclusivamente ao passado e obstruir o seu desenvolvimento, e sim conservar a sua origem, de forma a não desaparecer conhecimentos e identidades. Barros (2009, p. 37) afirma que

A Memória, portanto, já não pode mais nos dias de hoje ser associada metaforicamente a um “espaço inerte” no qual se depositam lembranças, devendo ser antes compreendida como “território”, como espaço vivo, político e simbólico no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos que reinstituem o Ser Social a cada instante.

O avanço da ciência, tecnologia e as novas ordens sociais instigam a introdução de novos paradigmas, valores e linguagens, tornando-se inevitável o rompimento com o passado. É importante atentar para os riscos de manipulação e dominação que o indivíduo está sujeito a enfrentar quando da ausência de elos que proporcionam sentidos aos acontecimentos, pois a fragmentação da memória cultural e das tradições causa a desvinculação do homem de suas raízes.

Patrimônio

Em seu significado mais primitivo, a palavra “patrimônio” tem origem ligada ao grego pater que significa “pai” ou “pai eterno”. Assim, relaciona-se com tudo aquilo deixado pela figura do pai e transmitido aos seus filhos. Com o decorrer do tempo, essa ideia de repasse estendeu-se a um conjunto de bens materiais e imateriais intimamente relacionados com a identidade, cultura ou passado de uma sociedade.

No século XIX, a noção de patrimônio ganhou força assim que a Revolução Francesa destacou a necessidade de selecionar monumentos que pudessem rejeitar o esquecimento do passado. Segundo a historiografia da época, os monumentos deveriam expressar os fatos de natureza singular e grandiosa. Dessa forma, a preservação do passado era atrelada a um aspecto de melhoria, evolução e progresso.

Patrimônio também estava relacionado a uma série de valores artísticos e estéticos. No entanto, limitado ainda à construção de monumentos e esculturas, acabou-se por excluir as produções artísticas e culturais que pudessem lembrar a identidade e o passado das classes populares.

Já no século XX, as noções sobre o espaço urbano, a cultura e o passado ganharam outros aspectos que modificaram a visão sobre aquilo que pode ser considerado patrimônio: sua capacidade em reforçar um passado e uma série de valores comuns ampliou outras possibilidades que superaram o interesse oficial do Estado e as regras impostas pela cultura erudita.

Preservação

De acordo com o Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo (2008), cada indivíduo é parte de um todo da sociedade e do ambiente no qual vive e constrói, com os demais, a história coletiva, legando às próximas gerações registros capazes de propiciar o entendimento da história humana.

A destruição dos bens herdados das gerações anteriores ocasiona o rompimento da corrente do conhecimento, o que conduz à repetição incessante de experiências já vividas. Atualmente, a importância da preservação ganha novo foco, decorrente da necessária consciência de que seja reduzido o impacto sobre o ambiente, provocado pela produção de bens.

Os homens pré-históricos buscavam retratar as cenas do cotidiano por meio das pinturas rupestres. Essa constatação só foi possível devido ao fato de essas pinturas estarem desenhadas em um material resistente. Dessa forma, a rocha torna-se o primeiro suporte a permitir a preservação da informação, inclusive possibilitando aos indivíduos dos séculos posteriores conhecer o modo de vida e costumes dos homens pré-históricos.

As pinturas rupestres representaram de certa forma a memória coletiva daqueles habitantes, uma vez que memória coletiva

é o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado deste trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são o conteúdo da memória coletiva. (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291).

Verifica-se que para que ocorra a perpetuação da informação é necessário preocupar-se com a preservação das formas de registros documentais, sejam elas monumentos, livros, documentos ou construções. Isso garante que elas estejam em condições de serem utilizadas para estudos, trabalhos e pesquisa para conhecer os fatos que ocorreram no passado e se os mesmos podem influenciar ou contribuir para modificar ações no futuro.

Inconfidência Mineira

Em 1780, Minas Gerais reunia características distintas de outras Capitânicas e via-se constringida pela dependência colonial imposta pela Metrópole. A mineração propiciou o surgimento de distintos grupos na sociedade: artesãos, comerciantes, contratadores, agricultores, mineradores, escravos, homens livres dispostos a alcançar seus próprios objetivos, a lutar pela autossuficiência local e a definir soluções nos campos econômico, político e artístico. Excessiva carga tributária pesava sobre a população da região mineradora, quando o ouro já se tornava escasso. Pressões de várias formas geravam um clima de insatisfação.

Em 1788 passaram a se reunir militares, eclesiásticos e intelectuais, projetando um movimento que deveria libertar a Colônia do jugo de Portugal. A derrama, imposto que o povo seria forçado a cobrir caso as 100 arrobas anuais devidas à Coroa não fossem atingidas, era esperada para fevereiro de 1789. A suspensão da derrama pelo governador Visconde de Barbacena não foi acompanhada pela suspensão da dívida dos abastados contratantes para com a Junta da Fazenda. Joaquim Silvério dos Reis, grande devedor da Real Fazenda, viu na denúncia da conspiração a oportunidade de ser perdoado do seu débito. Ao tomar conhecimento dela no Rio de Janeiro, o Vice-Rei resolveu promover uma investigação oficial e, em 7 de maio, foi aberta devassa para a apuração dos fatos¹.

Depois das providências de captura e prisão dos indiciados, organizou-se um processo de devassa sob as ordens do Tribunal de alçada no Rio de Janeiro, cujos trabalhos levaram cerca de três anos, resultando em algumas absolvições e condenações à morte. Após a leitura da sentença, foi tornada pública a carta-régia na qual D. Maria I deferia ao Tribunal o poder de comutar a pena capital em degredo, exceto a de Tiradentes, que foi o único que não mereceu a piedade da rainha.

¹ Disponível em: http://www.museudainconfidencia.gov.br/interno.php?pg=historico_a_criacao_do_museu_da_inconfidencia. Acesso em 27 dez. 2012.

Seguiram para degredo na África: Alvarenga Peixoto, Gonzaga, João da Costa Rodrigues, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Luís Vaz de Toledo Piza, José Aires Gomes, Antônio de Oliveira Lopes, Vicente Vieira da Mota, Domingos Vidal Barbosa, João Dias da Mota, José de Resende Costa e José de Resende Costa.

Cinco sacerdotes foram condenados e remetidos à Lisboa, onde ficaram presos na fortaleza de São Julião da Barra.

Museu da Inconfidência da cidade de Ouro Preto

Em 1935, o então presidente da república, Getúlio Vargas, tem a iniciativa de inaugurar um espaço para homenagear os participantes da Inconfidência Mineira. O Museu da Inconfidência, vinculado ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), foi criado com o objetivo de reunir objetos e documentos relativos aos acontecimentos da Inconfidência e aos seus protagonistas, além de obras de arte ou de valor histórico.

Ouro Preto, outrora Vila Rica e elevada a monumento nacional pelo decreto federal nº 22.928, de 12 de julho de 1933, é escolhida para abrigar esse espaço em virtude do seu significado como “lugar de memória” para o pioneiro movimento de independência brasileira. O prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia – construído para sediar a estrutura administrativa, política e judiciária da cidade – passa a funcionar como o Museu da Inconfidência em 1944. Dois anos antes, no mesmo prédio, os despojos dos condenados mortos durante o exílio na África haviam sido sepultados no Panteão dos Inconfidentes.

Seis décadas após sua abertura, a instituição não perderia as características que nortearam sua criação. No entanto, devido à ausência de testemunhos em número suficiente sobre a Inconfidência para ocupar todo o casarão, o Museu foi organizado mais como um documentário sobre a evolução social de Minas Gerais. Seu acervo é constituído de objetos históricos dos séculos XVIII e XIX relativos a meios de transporte, decoração e parâmetros religiosos e de uso cotidiano, além de cerca de 40 mil documentos sobre o contexto histórico e a vida na região das Minas Gerais, manuscritos sobre a música colonial mineira, itens de arte barroca e fotografias de Ouro Preto no século XIX.

Em 2003 foi realizada uma grande reforma e restauração do edifício. Três anos mais tarde foi devolvida ao público uma casa renovada, com um circuito expositivo que aborda a Inconfidência, em obediência ao que determinava o decreto de sua criação.

Museu da Inconfidência e a preservação da memória de Tiradentes

O Museu da Inconfidência, por possuir uma grande representação na história de Minas Gerais e um grande significado para a República posteriormente, tem como principal objetivo manter viva a memória de Tiradentes, e dos demais inconfidentes, para a sociedade. Por fazer parte da cidade de Ouro Preto e ser um patrimônio cultural da humanidade, um caminho possível seria preservar as suas características e procurar manter vínculo com os cidadãos.

O Museu deve expandir as suas atividades de educação patrimonial em direção ao habitante de Ouro Preto, visto que a identificação da população com o patrimônio de sua cidade contribui para seu fortalecimento, preservação e manutenção.

A evolução tecnológica, a utilização de novos materiais e o aprimoramento de novas técnicas construtivas vem sendo acompanhados da evolução e o crescimento das cidades, e como consequência desta evolução, o patrimônio histórico-cultural vem sendo substituído por novas edificações. Este patrimônio, por sua vez, vem sendo sufocado em nome do desenvolvimento urbano, porém este progresso torna-se incoerente no momento em que evoluímos sem saber preservar o nosso passado e nossas raízes. Por este motivo existe uma necessidade de identificação para que este patrimônio seja preservado, para que futuras gerações possam ter conhecimento e contato com aquilo que acompanhou a trajetória de seus antecessores².

Um trabalho de conscientização da população é essencial, uma vez que se percebe que o uso desses bens estão relacionados, em grande parte, somente como fonte de renda, por meio do turismo e não como um patrimônio que possua significado, que seja identificado como componente da memória local, que tenha relação com a história de vida do cidadão.

Considerações finais

A evolução da tecnologia transformou consideravelmente a forma de interação da sociedade atual, apropriadamente denominada como sociedade da informação. O século XXI trouxe novos dilemas: recuperação de informações de grande relevância e de teor fidedigno em meio a inúmeras outras de procedência e importância questionáveis, além da sensação de “desatualização” devido à rapidez com que são compartilhadas.

² ROTILI, Fabiane; NOGUEIRA, Bárbara. Patrimônio cultural: Identificação e preservação do patrimônio cultural em Panambi/RS. In: SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 17, 2012, Cruz Alta. *Pôster...* Cruz Alta: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.unicruz.edu.br/seminario/downloads/anais/ccsa/patrimonio%20cultural%20identificacao%20e%20preservacao%20do%20patrimonio%20cultural%20em%20panambi%20rs.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

Sendo assim, será que vivemos o culto das efemeridades a ponto de dificilmente presenciarmos o surgimento de novas representações tão significativas como a memória de Tiradentes e da Inconfidência Mineira perpetuada no Museu da Inconfidência?

É comum a necessidade de se criar uma determinada visão do País para seus habitantes e o restante do mundo. À época dos acontecimentos citados, no final do século XVIII, e até a primeira metade do século XIX, os inconfidentes eram considerados criminosos que haviam sido condenados pelo crime de lesa-majestade.

As *Ordenações Filipinas* - o mais duradouro código legal português, vigente de 1603 até 1830 - são constituídas de cinco livros, sendo o último dedicado inteiramente ao direito penal. Assim elas definem lesa-majestade (1999 [p.69?]):

a (...) traição cometida contra a pessoa do Rey, ou seu Real Estado que he tão grave e abominável crime, e que os antigos Sabedores estranharão, que o comparavão á lepra, porque assi como esta enfermidade enche todo corpo, sem nunca mais poder se curar, e empece ainda os descendentes de quem a tem, e aos que com ele conversão, pólo que he apartado da comunicação da gente; assi o erro da traição condena o que a commette e o empece e infama os que de sua linha descendem, postoque não tenham culpa.

Embora massificada, a ideia de retratar os inconfidentes constantemente como heróis é confrontada com estudos relevantes, como é o caso da obra *A Fortuna dos Inconfidentes*, do historiador André Figueiredo Rodrigues. Nele, o autor revê algumas características do movimento mineiro, desconstruindo-o. Ele revela que a propina, venda de cargos públicos e sonegação de impostos eram frequentes entre os inconfidentes. Inclusive, o livro defende a tese de que Tiradentes não queria reformas sociais e igualdade de direitos, além de ser um homem influente e rico.

Polêmicas à parte, o que prevalece em nosso imaginário é a figura de pessoas que inspiraram a criação de símbolos e datas importantes. Um exemplo notório é a bandeira de Minas Gerais. O triângulo representa a Santíssima Trindade. A cor vermelha do triângulo foi escolhida pela Assembleia Legislativa por representar o ideal revolucionário. Já a expressão "Libertas quae sera tamen" significa em latim "Liberdade ainda que tardia". Mais apropriada, impossível...

Ademais, o dia 21 de abril é feriado nacional em virtude do aniversário de execução de Tiradentes. Nessa mesma data, em Ouro Preto, todos os anos é concedida pelo governo de Minas Gerais a Medalha da Inconfidência a personalidades que contribuíram para o prestígio mineiro. Assim como o alferes um dia – e aparentemente durante todos esses anos – o fez.

Referências

- BARROS, José D` Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, v. 3, n. 5, p. 35-67, jan-jul. 2009. Captado em: < http://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf >. Acesso em: 14 abr. 2013.
- FUNДАРPE. Captado em: <http://www.fundarpe.pe.gov.br/politicacultural_patrimonio.php/> Acesso em: 15 abr. 2013.
- LARA, Sílvia Hunold (Org.). *Ordenações Filipinas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. vol. 5.
- MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. Captado em: <http://www.museudainconfidencia.gov.br/interno.php?pg=historico_a_criacao_do_museu_da_inconfidencia>. Acesso em: 14 abr. 2013.
- PATRIMÔNIO Histórico: como e por que preservar. Captado em: <http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=21>. Acesso em: 16 abr. 2013.
- POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Captado em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 15 abr. 2013.
- RANGEL, Natália. Corrupção na Inconfidência Mineira. *Isto é*, São Paulo, ed. 2110, 16 abr. 2010. Captado em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/65363_CORRUPCAO+NA+INCONFIDENCIA+MINEIRA>. Acesso em: 14 abr. 2013.
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Captado em: <<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481/37219> >. Acesso em: 15 abr.

As Carmagnoles e a introdução da questão social ao debate

Allysson Fillipe Oliveira Lima

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

lima.historia@gmail.com

RESUMO: Nesta pesquisa o foco recai sobre o que permite circular as *Carmagnoles* durante a Revolução Francesa, que tipo de questionamento elas podem propor, e quais práticas elas poderiam engendrar. Ao compreendê-las como canções, bem como as suas conjunturas, proponho com este projeto que as *Carmagnoles* trazem à tona uma questão social anunciada pelo *peuple*, o que as permite circular e engendrar práticas políticas durante a Revolução.

PALAVRAS-CHAVE: Carmagnola, Revolução Francesa, canção.

RÉSUMÉ: Dans cette recherche, l'accent est mis sur ce qui permet aux "Carmagnoles" de circuler pendant la Révolution française, les questions qu'elles peuvent proposer, et quelles pratiques elles peuvent engendrer. Avec la compréhension de ces chansons ainsi que leurs contextes, je propose que les "Carmagnoles" trouvent une question sociale annoncée par le peuple, qui leur permet de circuler et d'engendrer des pratiques politiques.

MOTS-CLÉS: Carmagnole, Révolution Française, Chanson.

As *Carmagnoles* são canções que surgem durante a Revolução Francesa. A partir delas, este texto busca compreender, mesmo em uma pesquisa ainda recente, o que as permite circular entre o *peuple*, e que tipo de ideias e práticas elas poderiam engendrar.

Para tanto, é necessário compreender as músicas como manifestações humanas, que ocorrem em um determinado tempo e espaço. Assim, além de fazerem circular ideias, as músicas também podem ser uma fonte importante para compreender melhor a conjuntura na qual foram produzidas e apreciadas (NAPOLITANO, 2002, p.8).

Devemos, ainda, compreendê-las não como textos quaisquer, mas pelo o que elas são: canções, dotadas de especificidades que constroem um objeto que pode ser trabalhado historicamente.

Assim, levar em conta aspectos como, timbres, ritmos, melodias, harmonias, letras, execuções, entre outros, é fundamental para se preservar a riqueza de uma análise, ou ainda, a própria fonte histórica (NAPOLITANO, 2002, p.6).

E, já que passamos a falar sobre a utilização de canções como fonte histórica, qual a sua possível relevância para se compreender melhor a Revolução Francesa?

Em seu trato com os documentos do período, Darnton faz a seguinte afirmação:

A comunicação oral quase sempre escapou da análise histórica, mas nesse caso a documentação é rica o bastante para que se possa colher seus ecos. No século XVIII, os parisienses às vezes guardavam os pedaços de papel em que as canções eram escritas, enquanto eram ditadas ou cantadas. Tais pedaços de papel eram então transcritos, ao lado de outros textos de caráter efêmero – epigramas, enigmas (charadas), pièces de circonstance -, em dupários ou cadernos de anotações. Diários formados sobretudo de canções eram conhecidos pelo nome de chansonniers, embora os colecionadores às vezes lhes dessem títulos mais exóticos, como “Obras diabólicas para à história deste tempo (DARNTON, 2014, p.81) .

E vai ainda mais longe ao identificar algumas práticas dos parisienses:

Os chansonniers deixam claro que os parisienses improvisavam palavras novas em melodias antigas todos os dias e com todos os assuntos possíveis – a vida amorosa das atrizes, a execução de criminosos, o nascimento ou a morte de membros da família real, batalhas em tempos de guerra, impostos em tempos de paz, processos judiciais, falências, acidentes, peças, óperas cômicas, festivais e toda sorte de ocorrências que se encaixam na vasta categoria francesa dos faits divers (fatos variados). Um poema espirituoso com uma melodia contagiante se espalhava pelas ruas com força irresistível e, frequentemente, poemas novos se seguiam a ele, levados de um bairro para outro como rajadas de vento. Numa sociedade semianalfabeta, canções funcionavam, até certo ponto, como jornais. Forneciam uma crônica sobre os fatos do momento (DARNTON, 2014, P.84).

Portanto, as canções são uma importante forma de se compreender melhor uma sociedade do final do século XVIII, semialfabetizada, que apresenta uma alta circulação de informações por meios orais.

Por sua capacidade de infiltração, tanto em diferentes camadas sociais, quanto em grandes distâncias, e ainda, pela sua maleabilidade – sua possibilidade de ser facilmente apropriada -, talvez seja prudente que o processo de análise de uma canção revolucionária francesaleve em conta três etapas.

A primeira trata a canção em si, através de suas especificidades musicais, possíveis ideias propostas, quem a produz e para quem se produz, quem se apropria dela, sua conjuntura, o circuito que ela percorre, etc.

Já a segunda etapa se refere ao conjunto de canções daquela conjuntura. Como essa canção se relaciona ou se diferenciadas demais?

E, por fim, uma terceira etapa que implica tanto nas modificações que essa canção pode receber ao longo do avanço do tempo, bem como, se possível, o rastreamento anterior à canção.

Sobre este rastreamento, refiro-me à pesquisa sobre a melodia ser uma novidade ou o reaproveitamento de uma melodia anterior. Novamente utilizando o livro “Poesia e polícia” de Darnton, ele nos diz que “quando uma letra nova é cantada numa melodia familiar, as palavras transmitem associações que foram agregadas a versões anteriores da canção. Portanto, canções podem, por assim dizer, funcionar como um palimpsesto auditivo” (DARNTON, 2014, p.85). Nesse caso, diferentes canções podem estabelecer relações entre si através do uso de uma mesma melodia.

Finalmente, dito tudo isso, o que podem dizer as *Carmagnoles*? Quais fatos do momento elas fornecem?

Levando-se em conta o reduzido espaço que temos para analisá-las aqui, e também o curto tempo de pesquisa, nos ataremos em analisar somente uma.

Em se tratando de uma Carmagnole de 1792, intitulada *La Carmagnole des Royalistes*, e encontrada na *Bibliothèque nationale de France*, a análise ainda é breve, mas possível se ter a seguinte compreensão:

[...]chegados à cidade vindos de Carmagnola a tempo de participar do assalto às Tulherias e da condução do rei à prisão na Tour du Temple, a nova canção receberia o nome de “La Carmagnole”. E o motivo do imediato agrado dessa *carmagnole* estaria em que, se o ritmo permitia por seu balanço o cantar coletivo, com os bailantes a executar uma espécie de farândula, a letra focalizava o tema político de maior interesse do momento: os vetos de Luís XVI, em novembro de 1791, aos decretos da Assembleia contra os privilégios dos nobres – exatamente o que levaria à realização dos movimentos de rua, à prisão do rei em agosto e aos massacres de setembro de 1792. Era esse clima que se refletia nos versos debochativos da *carmagnole*, em que Luís XVI e a rainha Maria Antonieta eram chamados ironicamente de Sr. E Sra. Veto (TINHORÃO, 2009, p.23-4).

A canção também denomina os seus cantantes como *sans-culottes*, enaltece as suas origens suburbanas e diz beber pelas suas saúdes. Além de colocar em extremos opostos a aristocracia – que seria como os covardes realistas parisienses - e os patriotas – a “boa” gente do país-, esta que estaria pronta para lutar com os seus canhões:

“[...]”

8

Le patriote a pour amis. (bis

Tout les bonnes gens du pays. (bis

Mais il se soutiendront

Tous au son de canon. Dans son & c.

9

Laristocrate á pour amis. (bis
 Tout lesroyalistes à paris. (bis
 Il vouslessoutiendrons
 Touscommedesvraispoltrons. Dansson&.c.
 [...]
 [...]
 12
 Oui, je suis sans-culote, moi. (bis
 Endepitdes amis duroi; (bis
 ViventlesMarseillois.
 Lesbretons, et nos lois. Dansson&.c.
 13
 Ouinousnoussouviendronstoujours . (bis
 Des sans culotes desfauxbourgs (bis
 A leursantébuvs,
 Viventces bons lurons. Dansson&.c.”³

O número de estrofes se expande conforme os interesses do povo, e sempre contam com o refrão rítmico e contagiante que completa cada uma delas.

A partitura em questão não determina o instrumento a ser utilizado para a sua execução, embora seja possível encontrar partituras de *Carmagnoles* para instrumentos de fácil manuseio nas ruas, como flautas e harpas.⁴

Outro aspecto importante se trata da relação dessa canção com os *sans-culottes*. Além de, como já foi dito, determinar os seus cantantes como tal, o próprio nome da música remete a um tipo de casaco curto utilizado pelos *sans-culottes*.

Segundo o historiador Patrice Higonnet, os *sans-culottes* situamnum duplo campo, social e político, parisiense e revolucionário. O primeiro se relaciona à “condição social e cultural da população pobre dos bairros parisienses”, já o segundo é uma radicalização do jacobinismo, principalmente através das Jornadas Revolucionárias. (HIGONNET, 1989, p.411)

Essas jornadas desempenham um papel importantíssimo pois são uma inovação da Revolução Francesa. Ao contrário das barricadas, elas não são táticas de defesa, mas sim uma forma de fazer o povo tomar e avançar pelas ruas de Paris. (RICHET, 1989, p.102) As

³ “La Carmagnole desroyalistes [à 1 v.] n° 47”, discriminada nas referências bibliográficas.

⁴ “La Carmagnole variée pour la harpe...” e “Marche desMarseillois et laCarmagnole variée pour la flûte par J. M. Cambini”, ambas estão discriminadas nas referências bibliográficas.

Jornadas Revolucionárias são uma demonstração da soberania do povo durante a Revolução. O canto da *Carmagnole* nelas é uma forma de representar a autoridade popular, “manifestando-a e simbolizando-a”. (BOURDIEU, 1998, p.87)

Por fim, se a Revolução Francesa pode ser compreendida através do cruzamento de vários processos, dos quais podemos identificar quatro, sendo eles, a rebelião aristocrática, a aspiração burguesa da igualdade, o movimento popular urbano e o movimento popular rural, nós podemos dizer que quem ditou o ritmo dos seus passos, justamente através das Jornadas Revolucionárias, é, sobretudo, o povo.

Um importante exemplo para se compreender melhor essa transição do poder das mãos do monarca para o povo é o retorno da família real após a tentativa frustrada de fuga em 20 de junho de 1791. Segundo Denis Richet:

Sabe-se o que ocorreu em Varennes no dia 20 de junho. O povo sucumbiu à cólera, destruindo os bustos do rei e os emblemas com a flor de lírio. O que houve sobretudo foi medo: medo de uma conspiração aristocrática dirigida pelos emigrados e pelas potências estrangeiras, que só teriam aguardado o sinal de alarme de Varennes para melhor mostrar a face. Quando o rei regressou, no dia 25, uma multidão imensa e silenciosa o aguardava. [...] Um rei abandonara a soberania, fugindo. Um outro rei, o povo assistia gravemente ao espetáculo (RICHET, 1989, p. 105-6).

Entretanto, ao passar às mãos do povo, o poder tem que se alojar no único lugar que lhe é possível garanti-lo: na palavra.

Portanto, não mais encoberto pelos ambientes palacianos, em forma de segredo, o poder agora está público nas palavras, submetido, finalmente, ao povo.

A partir disso, a questão agora é “saber quem [através das palavras] representa o povo, ou a igualdade, ou a nação: é a capacidade para ocupar esta posição simbólica, e para a conservar, que define a vitória” (FURET, 1988, p.82).

Robespierre, ao levar adiante a construção da questão social no espaço público, é o personagem da Revolução que por mais tempo desempenha o papel de “porta-voz autorizado” das ruas:

O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador (BOURDIEU, 1998, p.88).

Entretanto, tal projeto fracassou graças à radicalização levada pelo seu governo e a sua perda de apoio das massas:

Por volta de abril de 1794, tanto a direita quanto a esquerda tinham ido para a guilhotina, e os seguidores de Robespierre estavam portanto politicamente isolados. Somente a crise da guerra os mantinha no poder. Quando, no final de junho de 1794, os novos exércitos da República demonstraram sua firmeza derrotando decididamente os austríacos em Fleurus e ocupando a Bélgica, o fim estava perto. No Nono Temor pelo calendário revolucionário (27 de julho de 1794), a Convenção derrubou Robespierre. No dia seguinte, ele, Saint-Just e Couthon foram executados, e o mesmo ocorreu alguns dias depois com 87 membros da revolucionária Comuna de Paris (HOBSBAWM, 1977, p.90).

Contudo, embora se trate de um projeto fracassado, a discussão da questão social é um elemento peculiar da Revolução Francesa, trazido à tona pelo seu *peuple*.

O conceito de “revolução”, cunhado durante o processo revolucionário francês, é dotado tal qual os astros, de um poder irresistível, que independe das ações humanas. Sendo assim, é imprescindível compreender o que, entre 1789 e 1794, é proposto por ela.

Segundo Hannah Arendt, trata-se da questão social: “foram os homens da Revolução Francesa que, assombrados perante o espetáculo da multidão, exclamaram com Robespierre: “La république? La monarchie? Je ne connais que la question sociale” (ARENDR, 2011, p.89).

A questão social desenvolve um caráter revolucionário quando, na Idade Moderna, ocupa o espaço público através de homens que não mais acreditam na miséria como um caráter inerente à humanidade. É esta questão que, segundo a autora, é capaz de tornar a Revolução Francesa universal, justamente porque se trata de algo que é universal: a miséria (ARENDR, 2011, p.49).

A “chave da compreensão da Revolução Francesa”, portanto, passa pela compreensão da concepção do “*peuple*” francês que, tal qual “um monstro de diversas cabeças” (ARENDR, 2011, p.74) - indo “muito além dos cidadãos, ou dos *sans-culottes*”, mas “englobando todas as classes inferiores da população” - é movida por um sentimento de luta, em prol da questão social (ARENDR, 2011, p.60).

Assim, cantar a *Carmagnole* durante a Revolução Francesa é se aproximar dessa concepção de “*peuple*”. Trata-se de uma manifestação da soberania popular, um símbolo. Essa canção traz à tona a miséria do povo, duvida de seu caráter inerente ao homem, e explode em seu desejo de lutar. Ela conquista aliados pela sua melodia, pelo seu ritmo, pelo seu cantar coletivo, e aumenta o seu coro. Seduz através do desejo irresistível de lutar por uma questão social, pelo miserável, pelo irmão, pela necessidade da pátria.

A *Carmagnole* é mais do que uma canção revolucionária, ela permanece junto à questão social mal resolvida. Portanto, é dessa forma que ela se permite circular e ser apropriada em tempos e espaços distintos durante a Revolução.

Fontes:

Bibliothèque nationale de France, département Musique, VM7-16374 (“La Carmagnole des royalistes [à 1 v.] n° 47”)

Bibliothèque nationale de France, département Musique, VM7-7108 (“La Carmagnole variée pour la harpe...”)

Bibliothèque nationale de France, département Musique, VM9-1726 (“Marche des Marseillais et la Carmagnole variée pour la flûte par J. M. Cambini”)

Bibliografia:

ARENDETT, Hannah. *Sobre a Revolução*. 1. Ed. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas linguísticas*. 2. Ed. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1998.

DARNTON, Robert. *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. 1. Ed. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FURET, François. *Pensar a Revolução Francesa*. 1. Ed. Trad. Rui Fernandes de Carvalho. Lisboa: Edições 70, 1988.

HIGONNET, Patrice. Sans-Culottes. In: *Dicionário Crítico da Revolução Francesa* / François Furet e Mona Ozouf. 1. Ed. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1977.

NAPOLITANO, Marcos. *História & música – história cultural da música popular*. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RICHET, Denis. Jornadas Revolucionárias. In: *Dicionário Crítico da Revolução Francesa* / François Furet e Mona Ozouf. 1. Ed. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

TINHORÃO, José Ramos. *A música popular que surge na Era da Revolução*. 1. Ed. São Paulo, Editora 34, 2009.

Mathijs van Ceulen e a conquista neerlandesa do nordeste brasileiro

André Onofre Limírio Chaves

Graduando

Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO: Este artigo se propõe a abordar os feitos do acionista e diretor da Companhia das Índias Ocidentais (*West Indische Compagnie* – W.I.C.), Mathijs van Ceulen, nos períodos em que esteve presente no Brasil (1632-1634 e 1636-1640), na qualidade de administrador das terras conquistadas pelos neerlandeses. É objetivo do trabalho analisar as ações do comerciante nos campos da administração e da política, ressaltando sua importância para a consolidação da conquista neerlandesa do nordeste do país.

PALAVRAS-CHAVES: Brasil Holandês; Mathijs van Ceulen; Brasil Colônia; Administração colonial.

Introdução

Entre os anos de 1630 e 1654, a região nordeste brasileira foi conquistada e ocupada pelos neerlandeses, que tinham em mente a criação de uma colônia ultramarina para fins lucrativos. A Companhia das Índias Ocidentais (*West Indische Compagnie* – W.I.C.) encarregou-se de gerir os investimentos da República e dos comerciantes na região, que ficaria conhecida como Nova Holanda. Mas, para a consolidação dessa ocupação, fez-se necessário que a companhia enviasse homens experientes no comércio ultramarino, que pudessem administrar as terras conquistadas e controlar as ações e operações de cunho financeiro, militar e político que ali se desenrolavam.

Dentre o grande número de sujeitos que enviados para o Brasil destaca-se uma figura: o comerciante, diretor e acionista da W.I.C., Mathijs van Ceulen.⁵ Ele esteve presente em dois momentos distintos da ocupação, nos quais atuou como administrador e político, encarregado pela companhia de participar da organização política e militar das terras ocupadas e da proteção dos seus interesses comerciais. Como figura proeminente na administração colonial, a atuação política e administrativa de Ceulen foi fartamente documentada, fato que proporciona a realização de um estudo detalhado sobre suas ações.

O primeiro período de sua permanência no Brasil, de 1632 a 1634, corresponde ao

⁵ Dada a variação das formas como o nome de Mathijs van Ceulen aparece grafado na documentação de época, alguns autores se referenciam a ele como Matias van Ceulen ou Mathijs van Keulen. Para esse artigo, optou-se pelo uso da grafia empregada em seus inventários de bens, depositados no Arquivo da Cidade de Amsterdam.

momento imediatamente posterior às guerras de conquista da região nordeste pelos neerlandeses; período em que, mesmo estando sobre o domínio holandês, as terras conquistadas possuíam uma estrutura administrativa embasada dos moldes portugueses (LUCIANI, 2012, p. 112). Uma vez que a colônia se encontrava com fortes problemas políticos e militares, ocasionados pela má administração e pela grande corrupção de seus membros, foi necessário que a W.I.C. enviasse indivíduos capazes de corrigir sua administração, sendo Ceulen um dos escolhidos. Em um segundo período, de 1636 a 1640, Mathijs van Ceulen teria retornado ao Brasil, integrando a comitiva do novo governador da conquista, o Conde Maurício de Nassau. Nesse período, atuou na qualidade de membro de um conselho político criado para assessorar o Conde, em um momento de transferência de modelo administrativo português para o neerlandês.

Dada sua posição de destaque na política colonial neerlandesa, Mathijs van Ceulen realizou feitos importantes para a consolidação e reformulação administrativa da ocupação. Entretanto, o estudo de sua atuação foi negligenciado pela historiografia especializada no estudo da presença holandesa no Brasil. Em geral, sua figura aparece sempre associada à do Conde Maurício de Nassau e ao período da sua segunda estadia no Brasil, não havendo estudos aprofundados sobre sua atuação para além do momento de conquista do Rio Grande do Norte (1633) e do exercício de suas funções de Alto Conselheiro Secreto do Conde.

Dada a riqueza da documentação existente, a execução de um o estudo biográfico sobre o comerciante, ressaltando sua atuação nos órgãos coloniais e exaltando seus feitos militares no nordeste brasileiro, possibilitaria a abertura de novas perspectivas para a análise dos modelos administrativos coloniais dos neerlandeses. Esse trabalho pretende estudar a presença de Mathijs van Ceulen no Brasil, evidenciando seus feitos nos cargos de Diretor Delegado e membro do Alto Conselho Secreto e revelando sua importância para a consolidação da conquista neerlandesa.

A vida antes do Brasil

Na tentativa de reconstruir a trajetória de personagens históricas, a escrita biográfica encontra limitações impostas pela incompletude das fontes primárias e pela insuficiência dos dados nelas presentes. Contudo, o problema arrefece quando se compreende que não é função da biografia recriar uma vida tal como ocorreu, mas apresentar as possibilidades historicamente factíveis para a construção dos atos de um sujeito. (FURTADO, 2002, p. 20-21) No caso de Mathijs van Ceulen, devido à escassez de dados, pouco se sabe sobre sua existência e suas relações sociais, anteriores à sua primeira estadia no Brasil. Mas, as

informações obtidas abriram a possibilidade de relatar aspectos relevantes de sua vida, situando-o em um ambiente social condizente com a situação de um diretor de uma grande companhia de comércio holandesa.

As fontes primárias utilizadas neste trabalho foram, prioritariamente, de cunho político e administrativo. Dada a característica dessas fontes, há uma escassez de dados capazes de refletir aspectos da vida pessoal de van Ceulen. As interpretações sobre sua situação social, aqui apresentadas, são baseadas nas informações contidas nos inventários do comerciante e em dados adicionais encontrados na *The Montias Database of the 17th Century Dutch Art Inventories*⁶.

Segundo os dados encontrados nos inventários de seus bens móveis, Mathijs van Ceulen nasceu no ano de 1595, na cidade de Aachen (atual Alemanha), pertencendo a uma família de comerciantes. Posteriormente, mudou-se para Amsterdã, residindo nos principais núcleos comerciais da cidade: primeiro, viveu na Bloemmarkt e, quando casado, na região de O. Z. Achterburchwal. As duas regiões encontravam-se localizadas perto da região portuária, à qual se ligavam por canais. Por isso, no século XVII, eram bairros da cidade que se caracterizavam por abrigar aglomerados de moradias de negociantes, que optavam por ali morar em função da necessidade de obter mercadorias, de forma rápida, para seus estabelecimentos comerciais, geralmente situados no andar térreo de suas residências. Assim sendo, era estratégica a escolha de um grande comerciante, como van Ceulen, por viver nessas regiões da cidade.

Em Amsterdam, Mathijs van Ceulen levava uma vida típica de um grande comerciante. Nota-se a veracidade da interpretação pela localização e tamanho de sua residência, indicados em seus inventários. As casas de grandes comerciantes possuíam, em média, dois ou três andares, sendo que, normalmente, o primeiro pavimento abrigava um estabelecimento comercial e os demais eram usados como moradia. Através dos inventários de Ceulen, é possível perceber a qualidade e a quantidade dos bens móveis que adornavam sua casa. Os documentos, que identificam os objetos e mostram a sua disposição nos ambientes da habitação, demonstram que a casa possuía uma grande quantidade de cômodos, com uso especializado e decorados com obras de arte; o que demonstra que Ceulen não era

⁶ Dois inventários foram feitos pela Câmara dos Órfãos de Amsterdã, órgão que ao ser solicitado procuravam por itens de arte de valor nas casas solicitadas a fim de serem leiloadas, no caso, Mathijs van Ceulen teve a presença do referido duas vezes, a primeira em 1632, motivada pela ida ao Brasil e na segunda, em 1644, no ano de sua morte. Banco de dados online, montado pelo economista e pesquisador Jonh M. Montias, que procura salvaguardar e disponibilizar virtualmente inventários de arte, feitos no século XVII.

um pequeno comerciante, mas um homem com grandes posses, vivendo em um ambiente confortável. Além disso, a casa do comerciante localizava-se próximo a um canal, indicando ter sido este um imóvel caro, pois os canais serviam de via de circulação de mercadorias e, quanto mais próximo da água, maior o valor do imóvel.

É interessante perceber que a mudança da família de Ceulen para Amsterdã, no final do século XVI, tenha coincidido com o período da grande imigração, para a República neerlandesa, de perseguidos pela Inquisição Católica. O comerciante era de origem calvinista e residia, a princípio, em Aachen, na Alemanha. Portanto, sua família certamente integrou um grande grupo de comerciantes de Aachen, que buscaram abrigo em Amsterdam. Segundo John M. Montias:

Starting around 1585, Flemish and German immigrants, some of whom came to the Dutch Republic because they were Protestants, others because they were attracted by its religious tolerance, by its relatively mild political regime, or by its prosperity began to inundate the city.⁷ (MONTIAS, 2002, p.12).

Este fator migratório encontra-se presente em outro momento na vida de Ceulen, no casamento. Ele se casou com Margaret Heuchelaen, cuja família também provinha da cidade de Aachen. Os dois se casaram em 28 de Novembro de 1620, em Amsterdã, tendo seus pais, Abraham van Ceulen e Carel Heuchelaen, como testemunhas. A união dos dois resultou no nascimento de quatro crianças, Maria, Margareta, Agnes e Abraham.

Ao adotar a ocupação de comerciante, Ceulen deu continuidade a uma tradição de sua família, reforçada por seu casamento com uma herdeira de outra família de comerciantes imigrados de Aachen. Atuando nos negócios, ele aumentou os rendimentos ao ponto de se tornar um investidor e diretor da W.I.C.. Considerando que, para se tornar um membro da direção da W.I.C., um investidor deveria adquirir um mínimo de 6 mil florins de ações, podemos estipular que a renda de Mathijs van Ceulen ultrapassava esses valores, principalmente quando os negócios nas colônias ocidentais geravam lucros. Por fim, ascender ao cargo de diretor da W.I.C. era visto como algo honroso em uma sociedade de comerciantes como a holandesa.

A primeira vinda para o Brasil

⁷ “Começando por volta de 1585, os imigrantes flamengos e alemães, alguns dos quais vieram para a República Holandesa porque eram protestantes, outros porque foram atraídos por sua tolerância religiosa, pelo seu regime político relativamente leve, ou por sua prosperidade, começaram a inundar a cidade” (tradução nossa).

Desde o início da colonização holandesa no nordeste brasileiro, em 1630, os holandeses encontraram sérios problemas para garantir o domínio, causados pelos frequentes conflitos com os portugueses, que tentavam retomar o controle das terras invadidas. Por outro lado, a administração da recém-formada colônia neerlandesa sofria com os inúmeros conflitos de interesses existentes entre seus administradores, que colocavam seus anseios à frente dos interesses da W.I.C., colocando em risco a manutenção da terra. Esses fatos deixaram o Conselho dos XIX (órgão diretor da W.I.C.), bastante aflito, uma vez que grande parte dos seus investimentos estava empenhada no financiamento da conquista do território luso-brasileiro.

No período inicial da colonização neerlandesa, a forma de governo instaurado no Brasil Holandês⁸ mantinha-se baseada no modelo lusitano, uma vez que não era a prioridade dos holandeses definir um sistema administrativo próprio para a colônia (LUCIANI, 2012, p.112), mas sim consolidar a conquista e dela extrair lucros. Segundo o Regimento de 1629⁹, a colônia seria comandada por um conjunto de nove pessoas que formariam o Conselho Político (MELLO, 1999), um órgão que exerceria todas as funções administrativas da colônia, fossem elas jurídicas, militares ou econômicas. Além dos conselheiros, o governador da conquista também tinha assento no Conselho, possuindo atuação restrita aos assuntos militares.

De 1630 a 1633, o Conselho Político e o governador nomeado, Diederik van Waerdenburch, passaram por grandes desentendimentos com relação à forma de administração da colônia. O governador, em carta dirigida ao Conselho dos XIX, queixava-se por não ter voz no Conselho Político e por exercer um cargo inútil e desprovido de influência nas tomadas de decisão. Relatava, ainda, que a colônia sofria com negligências políticas, que causavam prejuízos para a Companhia. Segundo Waerdenburch, era necessário fossem enviadas ao Brasil pessoas capazes, com poder para contornar a situação e garantir o que tanto a W. I. C. desejava: o lucro.

Dada a situação, o Conselho dos XIX aprovou, em 26 de Janeiro de 1632, o envio de Mathijs van Ceulen e Johan Gijsselingh, os “mais ativos e capazes” diretores da W.I.C. que, dotados de amplos poderes, seriam responsáveis pela reestruturação e consolidação da colônia, garantindo sua boa administração e rendimentos. Caberia a esses dois homens a

⁸ Nome dado pela historiografia ao período de domínio holandês no nordeste brasileiro, de 1630 a 1654.

⁹ “Regimento que deveria orientar nas atividades militares e na organização da colônia. Este documento havia sido discutido e aprovado pelos diretores da CIO e depois referendados pelos Estados Gerais”. NEME, 1971, p. 21.

escolha de novos membros para o Conselho Político e de um novo governador.

Mathijs van Ceulen era diretor e acionista da Câmara de Amsterdã, câmara que detinha os maiores investimentos na W.I.C., sendo por isso aquela que exercia maior influência nas decisões da companhia.¹⁰ No dia 8 de outubro de 1632, Ceulen partiu do porto de Texel em direção à Nova Holanda, chegando ao Recife no dia 05 de dezembro do mesmo ano.

Ao pisar em terras brasileiras, o conselheiro encontrou uma colônia devastada pelos sucessivos confrontos com os portugueses. O Recife estava quase sem habitantes portugueses, que haviam fugido para o interior da capitania. Os próprios holandeses, principalmente os soldados, já ansiavam por retornar para a Europa, devido às péssimas condições em que se encontrava com a escassez de munição e viveres. Ao se deparar com esse cenário, Ceulen tomou medidas para resolver a situação e tornar a colônia lucrativa.

Em janeiro de 1633, juntamente com seu companheiro Johan Gijsselingh, foi empossado como diretor delegado da W.I.C. no Brasil. A partir desse momento, Waerdenburch foi dispensado do cargo de governador e retornou para a Holanda. As forças militares e civis passaram a ser administradas pelos dois diretores, que se tornaram responsáveis pelas nomeações dos cargos políticos e militares. Os novos diretores indicaram os integrantes do Conselho Político, agora constituído por cinco membros, sendo eles Servatius Carpentier, Willen Schotte, Jacob Stachowwer, Baltasar Wyntgens e Ippo Eyssens. O novo conselho seria responsável pela administração da colônia, embora permanecesse submetido aos diretores delegados até ao ano de 1634. E, com retorno de Waerdenburch para sua terra, o exército passou a ser chefiado por Laurens van Rembach. A redefinição dos sujeitos que compunham os órgãos administrativos e militares foi a forma encontrada para resolver as disputas de interesses que ocorriam no governo.

Resolvida a situação política do Brasil Holandês, o olhar dos diretores se voltou para o âmbito militar. Os portugueses continuavam resistindo à invasão holandesa, o que tornou necessário o envio de tropas para o sul e o norte da região ocupada. Mathijs van Ceulen ficou responsável por combater os portugueses rebelados das capitânicas ao norte de Recife, principalmente no Rio Grande. Apesar de possuir apenas dois engenhos, essa capitania era importante para a colônia por ser um território amplo, que concentrava uma grande

¹⁰ A administração da W.I.C. dividia-se em Câmaras, com número de ações distinto, sendo as porcentagens: Amsterdã, 4/9, Zelândia, 2/9; Mosa, 1/9; Distrito do Norte, 1/9; Cidade e Distrito de Groningen, 1/9. MELLO, 1999.

quantidade de gado bovino, necessário para impulsionar os engenhos mecânicos e fornecer alimento.

Em 5 dezembro de 1633, Ceulen partiu para o Rio Grande com uma frota composta por 11 navios e 808 soldados (TRINDADE, 2010, p. 55). A capitania encontrava-se, no momento, sob o domínio português. Auxiliado por índios tapuias, “capitaneou a expedição Mathijs van Ceulen, tendo batalhado valorosamente, de um lado por terra, doutro por mar, os famosos cabos de guerra Byma, Cloppenburg, Friese, Lichthart, Garstman e Manfeld” (BARLAEUS, 1980, p. 95). O confronto se prolongou durante dois dias, até que Ceulen e os capitães planejaram a invasão do Forte dos Reis Magos, que possuía importância estratégica, servindo de entrada para o rio Grande e, dali, para o interior da capitania.

A batalha de conquista do Forte dos Reis Magos foi longa e tensa. A princípio, as artilharias portuguesa e holandesa estavam muito reforçadas, motivando o prolongamento do conflito por vários dias. Os canhões do forte eram bons e ocasionavam grandes estragos entre os holandeses. Pensava-se mesmo que os portugueses venceriam o conflito. Mas, com a chegada de reforços no lado holandês, a situação se inverteu e os portugueses ficaram isolados no interior do forte, entregando-se aos inimigos no dia 12 de dezembro de 1633.

A vitória trouxe grande glória para Mathijs van Ceulen, pois a conquista do Rio Grande permitiu que a colônia ampliasse seu território. O Forte dos Reis Magos foi renomeado como Forte Ceulen, em homenagem ao diretor e como sinal de posse, indicando que o lugar não pertencia mais aos portugueses. Da mesma forma, a capital da capitania, Natal, passou a se chamar Nova Amsterdã, em referência à Câmara da W.I.C. em que Ceulen era diretor.

Os atos de Ceulen foram altamente reconhecidos e elogiados pela W.I.C. e, posteriormente, reafirmados pelo historiador do Conde Maurício de Nassau, Gaspar Barléus.¹¹ Desenhos feitos por Frans Post, após 1637, representam o Forte Ceulen com a presença de índios tapuias e oficiais holandeses, evidenciando que aquele foi um local fundamental para a afirmação de laços entre indígenas e conquistadores. Tapuias e holandeses tinham um inimigo comum, os portugueses, e com a aliança se uniram contra uma possível retaliação. Segundo Boxer:

¹¹ Mathijs van Ceulen “prestou à Companhia serviços que não se esquecerão. Conduziu vencedor o nosso exército contra Goiana e depois contra a província do Rio Grande, onde expugnou o Forte dos Três Reis Magos, o qual, em honra sua, passou a chamar-se Forte de Ceulen”. (BARLAEUS, 1980, p. 150)

Tinham os holandeses feito várias tentativas para entrar em contato com os tapuias antropófagos do interior do Ceará, que eram, entre os ameríndios, os inimigos mais temidos pelos colonos portugueses. Depois da tomada do Rio Grande, estabeleceu-se estreito contato com os selvagens, cujo principal chefe de nome Nhanduí se prontificou a colaborar com os invasores (BOXER, 1961, p. 72).

Após a conquista da capitania do Rio Grande, Ceulen e seus oficiais retornaram para a capital da possessão holandesa, Recife. Cumprindo o que lhe foi proposto, Ceulen continuou chefiando a administração colonial e preparando o novo Conselho Político, uma vez que, passado dois anos, seu contrato com a W.I.C. estava terminando e a data de seu regresso a Amsterdam se aproximando. Recebeu ele, então, uma nova incumbência: coibir os holandeses de regressar à pátria, uma vez que a guerra parecia caminhar para seu fim e as chances dos colonos lucrarem aumentavam. O mesmo foi dito para os portugueses que tinham se afastado para o interior da colônia: para aqueles que fizessem aliança com os holandeses, voltassem a produzir o açúcar e se submetessem ao governo colonial, seriam garantidos direitos e vantagens.

Em 2 de setembro de 1634, Ceulen e Gijsselingh retornaram para Amsterdã, deixando o governo sobre a responsabilidade do novo Conselho Político (LUCIANI, 2012, p. 80). Esse novo colegiado devia manter as conquistas e controlar a administração, para que não se corrompeste como antes. Além disso, “os senhores delegados (Ceulen e Gijsselingh) fixaram uns artigos todos tendentes à boa harmonia, tanto entre os respectivos chefes militares como entre o Conselho Político e a Milícia”, como forma de garantir o funcionamento do governo¹². Ao chegar em Amsterdã, escreveram um detalhado relatório de gestão, indicando o que foi conquistado e a situação em que se encontrava os engenhos do Brasil Holandês.¹³

O retorno ao Brasil na presença do Conde Maurício de Nassau

Após Mathijs van Ceulen retornar para Holanda, o governo do Brasil Holandês ficou sobre o comando do Conselho Político e dos chefes militares, o coronel Sigsmund van Schkoppe e Artichofski. A princípio, as ordenações de Ceulen e Gijsselingh funcionaram. Mas, depois de um período, a administração e a economia da colônia começaram a declinar.

A necessidade de instaurar um novo modelo de administração começou a ser cogitado pelo Conselho dos XIX, pois o antigo, baseado nos moldes portugueses, não atendia às necessidades das capitanias. No ano de 1636, um relatório foi enviado à W.I.C. afirmando que

¹² Resolução de 26 de janeiro de 1632. Ver LUCIANI, 2012.

¹³ Relatório dos senhores delegados no Brasil, van Ceulen e Johan Gyseling, dirigido aos Diretores da Companhia das Índias Ocidentais a 5 de janeiro de 1634.

era necessário o envio de um “general, que se imponha com um pulso de ferro” para controlar a conquista. (WATJEN, p. 149) Assim, no ano de 1636, o Conselho do XIX, sob aprovação dos Estados Gerais, decidiu mandar para o Brasil o Conde Maurício de Nassau-Siegen, para governar e salvar a possessão holandesa dos perigos em que se encontrava.

Maurício de Nassau era um célebre coronel, que se destacou por inúmeras conquistas em nome da República das Províncias Unidas e que, dado seu enorme prestígio, foi convocado pela W.I.C. para resolver os problemas da colônia. Foi na comitiva de Nassau que reapareceu a figura de Mathijs van Ceulen, que retornaria para o Brasil para criar um novo órgão administrativo para a colônia: o Alto Conselho Secreto. Esse órgão tinha a função de auxiliar o Conde nas questões militares, políticas e financeiras. O Conselho dos XIX e a Assembleia dos Estados Gerais promulgaram as novas instruções para a governação do Brasil, que determinavam a troca dos modelos administrativos portugueses para o holandês, que reteria as Câmaras de Escabinos¹⁴.

João Maurício de Nassau e sua comitiva partiram da Holanda no dia 25 de outubro de 1636, via Texel, e chegou ao Recife em 23 de janeiro de 1637. Acompanhava-o os membros do Alto Conselho Secreto, Ceulen, Gijsselingh e Adriaen van der Dussen. Ao chegarem no Brasil, o Alto Conselho Secreto e o Conde Nassau redigiram o relatório intitulado *Breve discurso sobre os estado das quatro capitâneas conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil*, relatando a situação das capitâneas da colônia, com a quantidade de engenhos existentes e o número moradores.

Durante o período de 1637 a 1640, Ceulen exerceu suas funções no Alto Conselho, se reunindo com os outros conselheiros ao menos duas vezes por semana, para receber àqueles que solicitavam audiência. A função mais honrosa residia no aconselhamento do Conde Maurício, ajudando-o na tomada de decisões. Como conselheiro, Ceulen permaneceu em Recife, a capital da colônia. Quando não podia estar presente na cidade, o governador deixava dois conselheiros na sede do governo, ao passo que o outro o acompanhava. Segundo as fontes encontradas, Ceulen não esteve presente em nenhum confronto comandado por Nassau. Pode-se, portanto, indicar que sua atuação era administrativa, exercendo funções de relevância para a organização da ocupação. Os últimos registros da presença desse diretor em território brasileiro surgem no final ano de 1640, momento em que seu contrato com a W.I.C. termina e ele retorna para Amsterdam.

¹⁴ As câmaras de escabinos eram órgãos de administração municipal que substituiriam as câmaras portuguesas. Eram compostas por membros de origem neerlandesa e os naturais do Brasil. LUCIANI, 2012.

Pelos registros encontrados, Mathijs van Ceulen morreu aos 49 anos de idade, no ano de 1644, em Amsterdã, possivelmente de causa natural. Deixou quatro herdeiros legítimos, seus filhos. Em uma lista de investidores da W.I.C.¹⁵ do ano de 1656, encontra-se o nome do filho de Mathijs, Abraham van Ceulen, registrado como um dos 324 investidores da companhia, indicando a manutenção dos negócios e da tradição comercial da família; como o fez o próprio Mathijs, quando da morte de seu pai, em 1623.

Conclusão

A conquista holandesa no nordeste brasileiro durou 24 anos. Durante esse período, a região presenciou a vinda de diversos homens para que nela pudessem estabelecer a colônia neerlandesa nos trópicos. Dentre esses, esteve Mathijs van Ceulen, uma das principais figuras responsáveis pela manutenção da colônia.

Durante os dois períodos em que permaneceu no Brasil, Ceulen atuou na construção de diferentes estruturas administrativas e de controle político, estando presente na reestruturação da ocupação, como voz dos diretores da W.I.C.. Tornou-se, portanto, um sujeito essencial para a consolidação da aquisição do território luso-brasileiro para a companhia. Nos momentos em que Ceulen esteve no Brasil, a colônia holandesa obteve grandes avanços, com conquistas territoriais ao norte e ao sul e ganhos de capital para a Companhia; sendo a sua presença e atuação essencial para a ocorrência desses acontecimentos.

Bibliografia

- BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.
- BOXER, Charles R. *Os holandeses no Brasil – 1624-1654*. Recife: CEPE, 2004.
- Documentos holandeses*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e da Saúde Pública, 1945.
- FURTADO, Júnia. *Chica da Silva e o contratador dos diamante*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- HEIJER, Henk den. *De geschiedenis van de WIC*. Walburg Pers: Zutphen, 2002.
- HEIJER, Henk Den. *Diretores, Stadhouderes e conselhos de administração*. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*. Leiden: Mauritiana. 2005.

¹⁵Ver: <http://17thcenturyhollanders.pbworks.com/w/page/68807454/Investors%20of%20the%20West%20Indies%20Company>.

LUCIANI, Fernanda Trindade. *Municípios e Escabinos: poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Alameda, 2012.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. Os Holandeses no Brasil. Companhias da Índias Ocidentais In: HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses – 1630-1654*. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.

MEUWESE, Marcus P. *For the peace and well-being of the country: Intercultural mediators and dutch-indian relations in New Netherland and Dutch Brazil, 1600-1664*. [s.n], 2005.

MONTIAS, John M.. *Art at Auction in 17th Century Amsterdam*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2002.

NEME, Mário. *Fórmulas Políticas no Brasil Holandês*. São Paulo: Edusp, 1971.

NETSCHER, Pieter Marinus. *Os Holandeses no Brasil*. (tradução) São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra Trindade. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Editora IFRN, 2010.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil*. São Paulo: Cultura, 1943.

WÄTJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. Recife: CEPE, 2004.

A Revolução Francesa e o Oriente: O impacto da Revolução Francesa na região da Ásia e da África a partir das campanhas militares das legiões estrangeiras francesas

Átila Siqueira Martins Lopes*

Mestrando em História

História e Culturas Políticas - UFMG

e-mail: atilasiqueira1@gmail.com

RESUMO: A Revolução Francesa é um evento bastante singular e paradigmático na história moderna. Contudo, poucas são as análises feitas sobre sua influência no novo modelo de colonialismo europeu oitocentista. Dessa forma, esse texto pretende levantar essa questão e discuti-la brevemente, através da relação pouco trabalhada entre a Revolução Francesa, os legionários estrangeiros franceses e o neo-colonialismo do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Francesa; Oriente; legião estrangeira francesa.

ABSTRACTO: La Revolución Francesa es un acontecimiento bastante singular y paradigmático en la historia. Sin embargo, existen pocos análisis sobre su influencia en el modelo de colonialismo europeo del siglo XIX. Por lo tanto, este documento tiene la intención de plantear esta cuestión y discutir brevemente, trabajado a través de algún tipo de relación entre la Revolución Francesa, los legionarios extranjeros franceses y el neo-colonialismo del siglo XIX.

PALABRAS CLAVE: Revolución Francesa; Medio; francés Legión Extranjera.

O Oriente é uma forma de libertação, um lugar de oportunidade original. Edward. W. Said.

No decorrer do século XX a historiografia tem se debruçado em compreender a Revolução Francesa e o impacto dessa para as sociedades ocidentais, a partir do pressuposto de que esse movimento romperia com o “mundo do antigo regime” e inauguraria algo novo na história, a democracia¹⁶, a Igualdade jurídica entre todos os homens, e o tipo de sociedade livre, burguesa, capitalista e pautada em uma legislação pelo qual o mundo ocidental tanto tem apreço, enfim, o Estado de Direito. Porém, outra face dessa revolução poderia também ser melhor problematizada, estudada e compreendida, enfatizando os impactos dessa

* Bolsista CNPQ

¹⁶ Embora deva-se ter em mente que a Revolução Francesa não foi essencialmente democrática.

revolução na nova colonização (neo-colonialismo)¹⁷ na região do Oriente médio da Ásia, da Oceania e da África, que começa a ocorrer a partir do meado do século XIX.

Seria então a Revolução Francesa e a legião estrangeira francesa um dos inauguradores desse novo colonialismo, a partir da expansão dos ideais da revolução, das novas perspectivas de direitos humanos desenvolvidas durante a revolução, e, mesmo, do ideal de civilização e civilidade a ser expandida?¹⁸

É tentando dar uma resposta não definitiva e suscitar o debate que esse texto seguirá levantando algumas hipóteses a cerca da relação entre a Revolução Francesa, a legião estrangeira francesa, e a nova fase do colonialismo que toma forma no decorrer do século XIX.

Assim, pode-se questionar, de imediato, a relação da legião estrangeira francesa com a Revolução Francesa, visto que as legiões são formadas em si no ano de 1831 por Luiz Felipe I, da França, e a revolução chegaria ao seu fim anos antes, em 1815, com a morte de Napoleão Bonaparte¹⁹. No entanto, há de se considerar que a Revolução não se restringe somente aos anos de sua “efervescência” política, mas vai além, tendo gerado mudanças na forma de pensar francesa, e, de maneira mais geral, de boa parte da Europa e América, de forma que seus efeitos ultrapassam o seu período cronológico de 1789 a 1815.

E, um dos efeitos na forma de pensar²⁰ que se pode enfatizar para discutir a relação da Revolução Francesa com a legião estrangeira francesa, é a postura “militarista” adotada no decorrer dos anos da revolução, que, segundo autores como Eric Hobsbawm, serviu para tirar o foco da população pobre por lutas sócias, levando-as a lutar por um ideal maior, a França enquanto nação, e, ao mesmo tempo, para proteger o governo revolucionário contra as investidas da nobreza estrangeira que se aliara aos franceses nobres exilados. Dessa forma, pode-se estabelecer uma relação desse “militarismo” do período da Revolução, que integra as massas pobres e dá a elas um “sonho de ascensão” na carreira militar, como é o caso do próprio Napoleão Bonaparte, com o que ocorre com a formação das legiões estrangeiras francesas, que em sua fundação buscava dar abrigo a indivíduos que não tinham para onde ir

¹⁷ Sobre Neocolonialismo, ver: HERNANDEZ, 2005, p. 79- 90. LESSA, 2005, p. 75 -82 e 96 -103 e 141-156. SAID, 2007, p. 342-437.

¹⁸ Pode-se entender que a colonização da Índia pela Inglaterra também teve um papel predominante na construção do novo colonialismo produzido no século XIX, contudo, esse é um assunto para outra ocasião.

¹⁹ Aqui o período da Revolução Francesa está sendo trabalhado dentre os anos de 1789 e 1815, mas há de se levar em conta que isso não é um consenso na historiografia, e que há historiadores que vão dar outras datas para o início e término da revolução, conforme suas análises.

²⁰ ver: CARDOSO, 1997, p. 127 -161; ver também: SILVA, 2006, p. 279-282.

ou eram procurados por crimes, de forma que eles podiam até mesmo ingressar na tropa sob pseudônimos.

Além disso, outra semelhança do “militarismo” do período da Revolução com as legiões estrangeiras é seu caráter expansionista e seu discurso de defesa da França e de seus interesses frente a ameaças externas, e, ao mesmo tempo, frente ao ideal de levar para além das fronteiras valores éticos e morais de civilidade. E, não obstante, há também a própria valorização do indivíduo ao se integrar ao exército, pois no momento da Revolução a vida militar era oferecida como oportunidade de ascensão, e nas legiões estrangeiras, como forma de apagar um passado criminoso ou de ganhar cidadania francesa.

Outra coisa que se deve levar em consideração é que embora a Revolução Francesa tenha chegado ao fim com a morte de Napoleão Bonaparte, algumas de suas mudanças não foram abolidas completamente com o Congresso de Viena e com a restituição da Monarquia na França, pois o rei, ao subir novamente ao trono francês, teve de jurar a uma constituição que garantia os avanços obtidos na revolução. Dessa forma, os antigos servos não voltaram à servidão, a idéia de cidadania foi mantida, e a terra não voltou a ser usada de maneira feudal nos locais em que sofrera mudança. E, isso, por sua vez, teria gerado uma sociedade mais próxima do desenvolvimento de uma produção capitalista, e uma massa de indivíduos sem terra, que criou a necessidade da expansão sobre o Oriente em busca de matéria-prima e para dar ocupação à parte da população ociosa, que representava perigos de sublevações e desordens.

Dessa forma, pode-se pensar que a legião estrangeira cumpria um papel duplo, primeiro, de dar vazão às questões sociais internas da França, assim como ocorria na época da Revolução Francesa, dando funções às camadas populares ociosas e mesmo eliminando parte desses. E, ao mesmo tempo, cumpria o papel de trazer novas possessões para a França e defender seus interesses externos, usando para isso os indivíduos considerados inconvenientes e os estrangeiros que tinham o sonho de ter cidadania francesa, que, na prática, acabavam em sua maioria por morrerem nos combates externos.

Assim, em seus primeiros anos, a legião estrangeira francesa era uma tropa pouco treinada, com utensílios precários e mal paga, formada por estrangeiros, principalmente por renegados dos principados da região alemã, por franceses pobres e por criminosos e fugitivos de todas as partes. Ela atuou em diversos locais do mundo, com destaque para a sua eventual intervenção na Espanha e no México, embora tenha sido na Argélia e no restante do Norte da África que suas ações tenham sido mais efetivas, de forma que sua formação e permanência é

ligada diretamente as ambições do governo francês de manter suas possessões no continente Africano, ameaçadas por revoltas locais e pela ausência do exército francês, empenhado em outras lutas, dentre as quais, a Guerra Franco Prussiana.

E, pode-se dizer que a legião estrangeira francesa participa e ajuda a fundar, em conjunto com as influências da Revolução Industrial do século XVIII e XIX²¹, o novo tipo de colonialismo que os países europeus começam a impor sobre a África e a Ásia, com um caráter “militarista”, de extrativismo, expansão de costumes e missões civilizadoras, bem como de mudança estrutural para transformar essas regiões colonizadas em consumidoras de produtos manufaturados e industrializados. Sendo que é a ação militar efetiva que garante a França a posse de seus territórios e dá ao governo francês a base de sua ação neo-colonialista de expansão econômica e daquilo que a França vai considerar como civilidade, sendo essa agora marcada pelos preceitos e interesses burgueses construídos na revolução francesa.

A questão da missão civilizadora é também emblemática nesse contexto, pois ela é fruto dos usos feitos pela Revolução Francesa das ideias iluministas, sendo que os princípios de civilidade e da França e da Europa central como a civilização se mantiveram no pós revolução. Levar as benéficas da revolução, dos direitos de cidadania, das luzes do conhecimento e das civilizações superiores se tornou um paradigma para a Europa, proveniente de uma permanência das ideias da Revolução Francesa de universalismo e de uma revolução embasada nas luzes da razão. E a responsabilidade de proteger a missão civilizadora na África muitas vezes cabia a Legião Estrangeira, que cumpriu então um papel importante nas efetivações dessas ideias de levar a civilidade aos povos tidos como bárbaros.

A título de exemplo, para se pensar as diversas conexões entre a Revolução Francesa e o colonialismo, deve-se lembrar da Pedra de roseta, encontrada pela expedição napoleônica no Egito, sendo que seu achado foi um dos grandes impulsionadores da curiosidade criada sobre o mundo não europeu como objeto de estudo para os europeus. De inúmeras formas esse achado, fruto da Revolução Francesa, inaugurou um período de curiosidades e estudos sobre as áreas coloniais, o que também impulsionou e trabalhou para produzir as justificativas para o imperialismo e mesmo um impulso expansivo sobre as diversas áreas do mundo, como um local a se explorar em busca de conhecimento e tesouros raros.

Assim, em síntese, pode-se inferir a relação e a influência da Revolução Francesa com a nova forma de colonização da África e da Ásia, desenvolvida no decorrer do século XIX,

²¹ Assunto esse para ser tratado em outra oportunidade, já que não caberia aqui levantar idéias e discussões sobre a influência da Revolução Industrial do século XIX no neo-colonialismo que se forma no mesmo período.

através das legiões estrangeiras francesas, formadas depois da Revolução, mas em uma sociedade marcada pelas mudanças revolucionárias. Dessa forma, a legião estrangeira teria ajudado a levar os paradigmas civilizacionais desenvolvidos na Revolução Francesa, garantindo os interesses neo-coloniais, expansionistas e burgueses da França nas novas regiões colonizadas.

Referências:

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no Século XIX – O Espetáculo da Pobreza*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1982.

CANÊDO, Leticia Bicalho. *A descolonização da Ásia e da África*. – 10^a Ed. – São Paulo: Atual, 1994. (Discutindo a história).

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo; (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 19^o Reimpressão.

CHALLITA, Mansour. *Esse desconhecido Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

CHARTIER, R. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo. Editora UNESP, 2009.

COSTA, Angela Schwarcz Lilia. *No Tempo das Certezas: 1890 – 1914*. SP: Cia das Letras. Pp. 15-43.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução: Viviane Ribeiro. 2 ed. – Bauru: EDUSC, 2002.

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas as independências, século XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HERNANDEZ, Leila Marta Gonçalves Leite. *A África na Sala de Aula: Visita a História Contemporânea*. São Paulo: Sevo Negro, 2005.

HOBBSBAWN, E. *A Era das Revoluções*. 2^a Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

_____. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 5^a Ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2003.

HOURANI, Albert Habib. *Uma História dos povos árabes*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HUNT, Lynn. *Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ILIFFE, Joitn. *Os Africanos: História de um Continente*. Editora Terramar, 1^o Edição.

LESSA, Antônio Carlos. *História das Relações Internacionais: A Pax Britannica e o Mundo do Século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

SILVA, K. V. *Dicionário de Conceitos Históricos* / Kalina Vanderlei Silva; Maciel Henrique Silva. – 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

Referências a sites consultados:

<http://www.legion-recrute.com/pt/faq.php>

<http://historica.com.br/hoje-na-historia/legiao-estrangeira-francesa>

http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080304_legiaoestrangeira_nv.shtml

A construção de um banco de dados como instrumento de pesquisa no estudo da literatura publicada na imprensa carioca do séc. XIX

Bráulio de Oliveira Fernandes Júnior

Graduação Incompleta

UnB – Universidade de Brasília

lioolv@hotmail.com

Joana Rios Ribeiro Maia Carbonesi

Graduação Incompleta

UnB – Universidade de Brasília

joanamaiacarbonesi@gmail.com

Marcos Vinícius Marinho Fernandes

Graduação Incompleta

UnB – Universidade de Brasília

marcosmarinho33@hotmail.com

Nayara de Sousa Rocha

Graduação Incompleta

UnB – Universidade de Brasília

nayarasr95@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar o banco de dados desenvolvido sob a orientação do professor Marcelo Balaban, dentro do projeto *Artigos de recreio: textos de ficção na imprensa da Corte*. A finalidade do banco é reunir informações sobre as obras de ficção publicadas nos jornais da Corte durante o século XIX. Neste trabalho, apresentaremos como se deu a construção desse banco de dados, assim como os problemas enfrentados durante a sua alimentação.

PALAVRAS-CHAVE: Banco de dados; Brasil Império; Imprensa; Folhetim; Metodologia.

ABSTRACT: This work has the objective to present the database developed under professor Marcelo Balaban's orientation, inside the project *Recreational Articles: fictional texts in the Court's press*. The database's aim is to unite information about fictional works published in the Court's newspapers during the 19th century. It is presented how this database was created and the problems faced during the work with it.

KEYWORDS: Database; Brazilian Empire; Press; Feuilleton; Methodology.

Introdução

Durante o século XIX, era comum que os jornais publicassem, além de notícias, crônicas e anúncios, textos de ficção. Com o passar do tempo, estes textos adquiriram um lugar próprio na diagramação das publicações, chamado *folhetim*. A cada nova edição, um

trecho do enredo era publicado sucessivamente, de forma que obras literárias inteiras eram fragmentadas em porções diárias, para o recreio dos leitores assíduos. Neste trabalho, apresentaremos, a partir de nossa experiência pessoal, o processo de construção de um banco de dados sobre a publicação de ficção em periódicos cariocas do século XIX.

Esta pesquisa integra um projeto mais amplo, financiado pelo *CNPq* e pela *Capes*, que envolve pesquisadores dos Departamentos de História da *UnB* e da *Unicamp*. Em desenvolvimento desde 2012, este projeto pretende formar um grupo de pesquisa voltado para as questões e métodos de trabalho da chamada história social. Desta forma, esta pesquisa sobre a imprensa oitocentista está acompanhada de outras, sobre temas diversos, que tem em comum o objetivo de qualificarem-se como história social.

Estas pesquisas, tanto de discentes quanto de docentes, são produzidas no Laboratório de História Social da *UnB*. É na divisão deste laboratório denominada *Narrativas Cruzadas* que está o projeto coletivo da construção da base de dados, ao qual se deu o nome de *Artigos de Recreio: textos de ficção na imprensa da Corte*.

Jornais

Antes mesmo de estabelecermos quais seriam os campos do banco de dados, passamos um tempo considerável lendo os jornais para tentar entender a lógica de organização interna de um jornal da Corte no século XIX. A primeira coisa que salta aos olhos é a diversidade. Em cem anos, muita coisa nos jornais mudou – da forma de organizar as colunas ao nome das sessões. No entanto, sendo nosso objetivo sempre o de vasculhar a literatura publicada na imprensa, prezamos, sobretudo, o rodapé do jornal, sessão comumente denominada *folhetim*, onde se publicavam romances, outros textos de ficção e também de não ficção. A partir de determinado momento, essa sessão passa a ser comum em quase todos os jornais.

Os jornais com que começamos a trabalhar são, no total, sete: *Jornal da Tarde* (1869-1872), *Gazeta de Notícias* (1875-1899), *Cidade do Rio* (1887-1899), *O Paiz* (1884-1889), *Diario do Rio de Janeiro* (1821-1878), *O Mequetrefe* (1875-1892) e *Diario do Brazil* (1881-1885). Alguns desses jornais se estendem até o século XX, como é o caso da *Gazeta de Notícias*, mas, tendo em vista o nosso recorte temporal ser o século XIX, não avançaremos até lá.

Os jornais constituem uma fonte na qual é possível encontrar de quase tudo. Encontramos anúncios de produtos, notícias das mais variadas, crônicas, textos de ficção, debates, piadas, cartas publicadas etc. Um jornal não é monolítico, é múltiplo e variado tanto

em sua estrutura interna – sendo escrito por mais de uma mão, cada pessoa com suas próprias intenções, anseios e objetivos – como em relação a outros jornais. Embora subjaza uma lógica comum ao que se considera jornal no século XIX, há diferenças, por exemplo, entre o *Jornal da Tarde* e a *Gazeta de Notícias*, seja na tipografia, na organização interna ou no que, contemporaneamente, poderíamos chamar de linha editorial.

Além da já citada presença de textos de ficção nos folhetins e nas colunas, percebe-se também a profusão de poemas por todo o corpo do periódico, além de lugares destinados a textos de crítica literária e discussão de obras. Escritores bastante conhecidos como José de Alencar, Machado de Assis e Euclides da Cunha encontram, no jornal, local para seus romances, contos, crônicas, críticas e opiniões.

Ao se trabalhar com a literatura publicada nos jornais dessa época, não se pode perder de vista, também, que o folhetim e o resto do jornal formam um todo. Muitas vezes, notícias relacionadas à história publicada aparecem em outros lugares que não o rodapé do periódico. Outras vezes, há citação direta ao novo romance que será publicado ou àquele que está acabando. Outra coisa de fundamental importância é a forma como a fonte é encarada. A imprensa, assim como a literatura, não pode ser vista como reflexo ou resultado de um “contexto histórico”, mas como partes da própria sociedade, como produtos e agentes da história. Foi sempre com esse ponto de vista que nos aproximamos dos jornais.

A tese de que os romances publicados no folhetim formariam um gênero em si mesmo, devido às características próprias do espaço do rodapé, proposta por Marlyse Meyer (1996), foi, com certeza, levada em consideração em nosso trabalho de construção do banco de dados. Contudo, não podemos afirmar categoricamente algo do tipo, pois, ao que tudo indica, muitos dos romances publicados nos jornais parecem não seguir um padrão que os possa identificar como um gênero específico.

Os jornais da Corte no século XIX são uma fonte rica para estudos sobre a vida na capital do Império, sobre os debates públicos travados nas folhas dos jornais e, dentre outras coisas, é claro, sobre a crescente literatura veiculada nos famosos folhetins. Cabe ao espírito inquiridor do pesquisador fazer as perguntas à fonte e ir atrás das respostas.

O banco

O banco de dados que vem sendo desenvolvido dentro do projeto *Artigos de recreio* tem como finalidade ser uma ferramenta de pesquisa para historiadores de diferentes áreas. Com este banco, se pretende reunir informações sobre os textos de ficção publicados na

imprensa carioca durante o século XIX, organizar essas informações e, futuramente, divulgá-las.

O processo de formulação do banco de dados iniciou-se no segundo semestre de 2012, tendo como fase inicial a definição dos campos que deveriam compor a ficha de preenchimento do banco. A composição desta ficha de preenchimento foi discutida e decidida em reuniões realizadas pelo grupo envolvido no projeto, integrado por estudantes de graduação e pelo professor Marcelo Balaban. A partir dessas reuniões, foi possível chegar a uma ficha preliminar, submetida posteriormente a uma fase de teste.

Nesta fase de teste, ficou definido que cada integrante do projeto ficaria responsável pela alimentação do bando com as informações referentes a um ano de publicação do periódico *Gazeta de Notícias*, jornal de ampla circulação no Rio de Janeiro do século XIX. O objetivo desta fase foi o de observar a adequação dos campos de preenchimento à fonte, tendo em vista que o banco foi pensado para ser o mais fiel possível às informações reunidas a partir da leitura dos jornais e das obras neles publicadas. A ficha preliminar foi também discutida com os outros professores e estudantes que compõem o Laboratório de História Social (LHS) do Departamento de História da *Universidade de Brasília*.

Finalizada essa fase, fizemos ajustes na composição dos campos do banco de dados a partir da experiência de preenchimento e de leitura dos jornais, assim como de sugestões feitas por integrantes do LHS. Chegamos, aí, à decisão de quais campos comporiam a ficha definitiva. A partir deste ponto do trabalho, cada integrante do projeto ficou responsável por um jornal e começamos a alimentação do banco de dados propriamente dita. Escolhemos começar o trabalho de alimentação do banco com sete jornais: *Cidade do Rio*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal da Tarde*, *Diário do Rio de Janeiro*, *O Mequetrefe*, *Diário do Brazil* e *O paiz*, todos títulos disponíveis no site da Hemeroteca Digital na internet, ligado à *Fundação Biblioteca Nacional*.

A ficha definitiva do banco de dados é composta por vinte e dois campos. Destes, sete se referem a informações do jornal em que o texto de ficção foi publicado. Esses primeiros campos são: *título do jornal* (1), *data de publicação* (2), *número da edição* (3), *proprietário ou editor do jornal* (4), *dia da semana* (5), *tiragem* (6), quando o jornal traz essa informação, e *preço* (7), podendo este ser dividido em diferentes campos dependendo do periódico, já que o jornal pode apresentar diferentes sazonalidades para as assinaturas (trimestral, semestral, anual etc.) e preços diferentes dependendo do local de moradia do assinante (Corte ou províncias).

Os outros campos referem-se especificamente aos textos publicados nos jornais. Durante a formulação do banco de dados, procuramos construir uma ferramenta que possibilitasse a inclusão de informações sobre tipos diferentes de textos, com formato e conteúdo muito diversificados. Ficou decidido que uma ficha do banco seria preenchida para cada texto ou fascículo encontrado em um número do jornal, desde que estes fossem publicados no espaço do jornal chamado *folhetim* ou parte de um romance publicado nas colunas, definindo romance, aí, como uma obra de ficção mais longa dividida em capítulos.

Os campos são: *lugar* (8), especificando se o texto foi publicado nas colunas do jornal ou no rodapé, no espaço que ficou conhecido como *folhetim*; *sessão* (9), onde se especifica o nome da sessão do jornal em que o texto foi publicado, podendo ser *Folhetim*, *Folhetim da Gazeta de Notícias*, *Variedade*, *Miscelânea*, *Appendice* etc.; o *número da página* (10) em que o texto foi publicado; o *tipo de texto* (11), ou seja, se é um texto ficcional ou não ficcional, lembrando, aí, que não eram apenas textos literários que eram publicados no folhetim. Depois temos os campos para o *título da obra* (12); *parte do texto* (13) e *nome da parte* (14), pois verificamos que grande parte dos romances publicados no folhetim era dividida em partes; *número do capítulo* (15) e *título do capítulo* (16); *assinatura* (17), campo que temos que preencher exatamente com a assinatura contida na fonte, podendo esta ser o nome do autor ou um pseudônimo; o *nome do autor* (18), que pode estar ou não na fonte. Caso não esteja, devemos pesquisar o nome do autor da obra e especificar que este não foi encontrado no jornal, e sim mediante pesquisa, no campo das observações. Há também os campos do *número do fascículo* (19) e o da *nacionalidade do autor* (20). Além desses, há outros dois campos de preenchimento mais livre: o campo *notas no jornal* (21), onde devemos colocar as notas publicadas nos jornais que fazem referência aos textos literários publicados no folhetim; e, finalmente, o campo *observações* (22), no qual devemos colocar qualquer informação que consideremos relevante e que não foi incluída em nenhum dos outros campos.

Para que o banco de dados funcione corretamente como uma ferramenta de pesquisa, é necessário que a sua alimentação seja feita de forma padronizada. Tendo em vista que a alimentação do nosso banco é feita por várias pessoas, achamos conveniente produzir um *guia de preenchimento*. Neste, há regras para o preenchimento do banco, no qual há a determinação da grafia e pontuação a serem utilizadas por aqueles que o alimentam. Optou-se por manter, na medida do possível, as informações tais quais encontradas na fonte, apontando no campo *observações* os casos em que isso não fosse possível.

A construção deste banco de dados sobre as obras de ficção publicadas na imprensa do Rio de Janeiro no século XIX mostrou-se um desafio na medida em que tenta produzir uma simplificação de um conjunto de informações muito vasto e complexo. Acreditamos, no entanto, que este é um esforço válido no sentido de conhecer com mais clareza o que era publicado na imprensa da época e também no sentido de ver a literatura da época dentro de seu contexto maior de produção e publicação.

A alimentação do banco

O trabalho de alimentação do banco se efetua em um ambiente destinado ao Laboratório de História Social na Biblioteca Central (BCE) da *Universidade de Brasília* (UnB), com cada integrante tendo que cumprir a carga horária de seis horas semanais divididas de acordo com o que fique melhor para cada um. Foi criado um blog no qual se registra o trabalho e o progresso feito por cada um nas horas trabalhadas.

De quinze em quinze dias, há uma reunião de todos os integrantes do projeto para a discussão de bibliografia sobre o tema que interesse do grupo, sendo os textos ligados, principalmente, à imprensa, à literatura e à transmissão de informação. O cronograma de leituras é decidido por semestre entre os alunos e o professor Marcelo Balaban. A partir da discussão da bibliografia, debatem-se questões referentes ao banco de dados. Nessas reuniões, também são debatidos problemas surgidos durante a alimentação do banco.

Os problemas são frequentes durante o preenchimento devido à tentativa de uniformizar informações presentes nos diferentes jornais. Tem-se a dificuldade, assim, de padronizar esse tipo de fonte que, apesar de se tratar somente de jornais, é tão distinta, tendo em vista que cada um deles possui uma lógica interna própria, uma intenção específica e um determinado público-alvo.

Portanto, se surgirem dúvidas ao preencher o banco, os integrantes devem consultar o guia de preenchimento fabricado e, se este não for suficiente, levar as questões para as reuniões quinzenais, para serem discutidas em grupo. O importante é não tomar decisões sozinho, pois um dos colegas pode ter o mesmo problema mais para frente e decidir colocar a informação no banco de forma diferente, o que gera discordância entre o modo de preencher as fichas, podendo causar uma ineficiência na busca feita posteriormente pelo pesquisador. Assim, para o sucesso da pesquisa é imprescindível a padronização do modo de preenchimento.

Há, assim, além do contato frequente com diversas dúvidas e problemas referentes a casos mais específicos, problemas mais gerais enfrentados por todos os membros do grupo. Dentre eles são recorrentes aqueles que consideramos erros tipográficos ou de edição. Muitas vezes não há uma sequência lógica numérica da numeração dos capítulos, fascículos e partes. Às vezes, ocorre de informações presentes em um fascículo de um romance estarem diferentes em outro fascículo do mesmo romance, como por exemplo, a mudança do nome de um mesmo capítulo. A grafia de palavras tanto dos nomes dos personagens, como dos títulos dos capítulos e partes, assinatura e até do título do romance, pode variar, escolhendo-se, assim, o modo mais recorrente que ele aparece no jornal e indicando no campo *observações*.

Outro problema que enfrentamos é quando a fonte está cortada ou apagada. Quando está cortada, há algumas informações que podemos inferir a partir da comparação com edições anteriores, porém tem algumas que não há como saber. Quando o jornal está com as letras apagadas, muitas vezes fica difícil a compreensão do que está escrito, o que gera incerteza na hora de preencher as fichas no banco de dados. Como a fonte está *online*, à vezes nos deparamos com o problema do site estar fora de ar, em manutenção, o que atrasa nosso trabalho.

Atualmente, o banco tem um total de 1354 fichas, o que é um número ainda muito pequeno para o recorte almejado. O interessante do trabalho é que o preenchimento do banco de dados nos permite contato frequente com a fonte fazendo, assim, que aprendamos cada vez mais sobre os jornais e sua lógica, e as características desses textos de ficção publicados e desse gênero folhetim. Também, através do trabalho contínuo e do entendimento das características gerais da fonte pode-se achar a alteridade, o que é peculiar. O preenchimento do banco proporcionou-os a possibilidade de fazer pesquisas individuais referentes a cada um de nossos jornais, as quais estamos desenvolvendo como projetos no Programa de Iniciação Científica (ProIC).

Conclusão

Estamos animados com as possibilidades de pesquisa que o banco de dados nos tem apresentado até agora. Mais do que isso, com esta maneira ainda pouco familiar aos historiadores de tratar informações que possuímos em grande quantidade. Embora ainda haja poucas fichas em nosso acervo – em comparação com o número de fichas a preencher –, esperamos que o projeto possa se expandir e, com isso, agregar mais pessoas que possam contribuir com nosso trabalho.

O próprio formato da base de dados ainda está aberto a discussões e modificações, de acordo com as necessidades e condicionantes que surgirem durante a experiência de preenchimento. Esta atividade tem nos possibilitado conhecer e criar familiaridade com as fontes que estudamos, e, com o tempo, novas demandas de preenchimento poderão surgir e, até, substituir as antigas.

Enfim, a base de dados continua em construção, o que, porém, não significa que ela ainda não é útil para a pesquisa histórica. Uma vez que aqueles que estão construindo a base tem um contato direto e constante com as fontes, a própria atividade de preenchimento já tem utilidade para os historiadores que trabalham com ela, e isto tem sido bastante profícuo em termos de produção científica. Esperamos, não obstante, que num futuro próximo a base de dados possa ser disponibilizada para o público, servindo às mais diversas pesquisas que possam fazer uso dela.

Referências bibliográficas

DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). *Revolução impressa: a imprensa na França – 1775-1800*. Trad. Marcos Maffei Jordan. São Paulo: Edusp, 1996.

HEMEROTECA Digital. www.memoria.bn.br

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

A linguagem política do *Panegírico de D. João III*: notas para um estudo do humanista português João de Barros

Fernando Altoé*

Graduando em História
Universidade Federal de Viçosa
fernando.altoe@ufv.br

RESUMO: Nosso objetivo nesse trabalho é demonstrar que o *Panegírico de D. João III* não se limita somente à exaltação do rei e a monarquia, mas pode ser alinhado ao gênero *espelhos de príncipes* em função de sua estrutura particular. Em outras palavras, defendemos a hipótese de que João de Barros visa mais a instrução do monarca acerca das escolhas que ele deveria fazer para bem governar seu Estado do que puramente o elogio ou a exaltação do rei.

PALAVRAS-CHAVE: João de Barros; Panegírico de D. João III; Espelhos de Príncipe.

ABSTRACT: Our goal in this work is to demonstrate that the *Panegírico de D. João III* is not only limited to the exaltation of the king and the monarchy, but can be aligned to the genre *mirrors of princes* according to their particular structure. In other words, we support the hypothesis that João de Barros aims Monarch plus education about the choices he should do well to rule his state than purely praise or exaltation of the king.

KEY-WORDS: João de Barros, Panegyric of John III, Mirrors of Princes.

João de Barros e o *Panegírico de D. João III*

O humanista português João de Barros é considerado um dos maiores representantes da cultura letrada portuguesa renascentista. As contribuições deixadas por ele abarcam uma gama de campos temáticos, tais como a história, a filosofia, a pedagogia e a gramática, o que o torna um dos maiores representantes intelectuais humanistas do século XVI. Nosso esforço, neste trabalho, recai sobre o *Panegírico de D. João III*, um escrito de 1533.²²

Inserir João de Barros dentro de uma tradição humanista portuguesa exige que não percamos de vista a influência exercida pelo movimento humanista italiano em Portugal, visto que desde os seus primórdios o humanismo português bebeu dessa fonte comum que foi a Itália quatrocentista. Segundo Nair Nazaré Soares, é com a dinastia de Avis que se inicia uma

* Este trabalho conta com o auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e é orientado pelo Prof. Dr. Rubens Leonardo Panegassi.

²² No que diz respeito à etimologia do termo, panegírico é uma “composição literária, em prosa ou verso, em que se exaltam as ações e as virtudes de alguma pessoa ou se celebram os feitos de um grupo de homens, de um povo, ou ainda as excelências de um lugar e a grandeza de um ideal”. (REBELO, 1982, p. 133). Vale considerar ainda que os panegíricos inserem-se no gênero oratório, e como a etimologia do termo indica, destinavam-se, de início, a ser pronunciada diante de uma assembleia pública. No caso específico do *Panegírico de D. João III*, ele foi lido na cidade de Évora em 1533, na ocasião em que a corte portuguesa estava na cidade para a inauguração de um aqueduto.

aproximação mais efetiva, sobretudo a partir do contato direto de D. Pedro com a cultura europeia, propriamente com o humanismo italiano, o que permitiu a manifestação dos ideais humanistas em Portugal. Na expressão da autora, o “primeiro humanismo português” (localizado no século XV) caracterizou-se pelo gosto por romances de cavalaria, por tratados de educação de príncipes e por uma produção historiográfica que coloca em primeiro plano as ações de figuras individuais de reis e senhores como fontes de exemplo. Essas obras assumiriam uma função didática e exemplar, assentadas na apologia do ideário da própria dinastia, e desempenhariam uma papel significativo na consolidação do conceito de Estado e na definição dos direitos e deveres entre governantes e governados. (SOARES, 2011, p. 232-235)

O movimento intelectual humanista iniciado na Itália e irradiado para outros países, como Portugal, legou à Europa, dentre outras coisas, a tradução e o conhecimento dos escritos naturalistas de Aristóteles, o que conferiu ao político relativa autonomização em relação ao espiritual. Esse mesmo movimento foi responsável pela restauração dos *studia humanitatis*, que levou à recuperação de Cícero e de inúmeros outros autores antigos. Os humanistas reanimam a figura antiga da *vir virtutis*, conceito ciceroniano que pode ser resumido, segundo Skinner, nas seguintes ideias:

(...) primeira, que realmente está ao alcance dos homens atingir o mais alto nível de excelência; segunda, que uma educação adequada constitui condição essencial para se alcançar esse objetivo; e, finalmente, que o conteúdo de tal educação deve concentrar-se num estudo interligado da filosofia antiga e da retórica. (SKINNER, 1996, p. 109)

A ênfase que passou a ser atribuída à capacidade criativa do homem desdobrou-se numa das doutrinas mais características do humanismo renascentista, traduzida na disposição do indivíduo de sentir-se em condições de utilizar da liberdade de modo a fazer-se arquiteto e explorador de sua própria vida. (SKINNER, 1996, p.119) Em outras palavras, enquanto o *rex justus* da tradição cristã aspirava somente às recompensas celestes, o “homem de virtude” ambicionará a aquisição de bens temporais como honra, glória e fama. (SENELLART, 2006, p. 41-42)

Em seu panegírico, João de Barros vale-se desse vocabulário tipicamente humanista calcado nas virtudes para fazer sua leitura a respeito das qualidades de um governante, especialmente as de D. João III. Ao longo do *Panegírico de D. João III*, o humanista se detém naquilo que configuraria as qualidades ideais de um príncipe e elege a *justiça* como a principal virtude que um governante deve ter para a conservação de seus estados: “sempre o

primeiro lugar foi dado à justiça; e isto com muita razão, porque sendo Deus perfeita justiça, os reis, que por eles são ordenados e cujo poder representam, a ele só em tudo devem seguir”. (BARROS, 1946, p. 3-4) Para Barros, um príncipe virtuoso seria aquele que contasse com três coisas: justiça, amor da paz e religião, já que uma está intimamente ligada à outra. Nas palavras do humanista, “mal se pode conservar uma república em que não haja amor de Deus, e este amor mais cresce na paz que na guerra”. (BARROS, 1946, p. 3-4)

Além da noção de justiça, João de Barros discute outras tais como temperança, magnanimidade, liberalidade, fortaleza e prudência, numa clara referência à tradição humanista. Essa tradição deve-se em parte a Latini, grande expoente do pensamento político que, de acordo com Quentin Skinner, pertenceu à primeira geração a dispor de uma tradição latina da *Ética a Nicômano*, de Aristóteles, o que permitiu-lhe efetuar mais elaboradamente que qualquer um de seus predecessores uma análise sobre as qualidades de um governante, quais sejam: a prudência (o que inclui previdência, cuidado e conhecimento); a temperança (o que inclui honestidade, sobriedade e continência); a fortaleza (o que inclui força de ânimo, constância e paciência) e a justiça (o que inclui liberalidade, religiosidade, inocência, piedade, caridade). (SKINNER, 1996, p.68)

João de Barros destaca a prudência e a divide em três partes: aconselhar bem, julgar bem e mandar bem. O príncipe prudente é aquele que conhece a verdade e por isso não se limita a “despender o tempo em coisas que não revelam nem servem de nada”. (BARROS, 1946, p. 104) Mesmo sendo conhecedor da verdade, o bom príncipe não deve abrir mão do bom conselho, pois o contrário disso será o mal para sua república: “é coisa clara que nenhum reino não pode durar muito sem ajuda de príncipe que tenha bom conselho; mas cumpre que os conselheiros sejam verdadeiros e amigos de Deus, e que saibam e não sejam de pouca idade”. (BARROS, 1946, p. 108) Barros ainda afirma que no conselho não pode entrar paixão, ódio ou cobiça, nem pouco amor de Deus, pois tais vícios são prejudiciais às repúblicas.

Em relação às leis e aos costumes, o humanista escreve que pelo fato de os costumes de um rei serem vistos por todo o povo, é imperioso que eles sejam bons, já que o rei ocupa uma posição de centralidade no reino e por isso todas as atenções estão voltadas para ele. Logo, cumpre ao monarca ser diligente a todo o momento, pois assim “como o sol por dar claridade ao mundo nunca está quieto, assim o príncipe por fazer justiça ao povo sempre deve ser ocupado”. (BARROS, 1946, p. 6) Barros acredita que os costumes são mais antigos que as leis: “uns antigamente sem fazerem leis se governaram por bons costumes, que entre si com

muita diligência guardavam, outros faziam leis por onde viviam. Contudo, acho eu que os costumes foram mais antigos que as leis”. (BARROS, 1946, p. 15) Em relação aos maus costumes, estes devem ser eliminados “antes que criem raiz”, pois à medida que o tempo passar ficará cada vez mais difícil sua eliminação. As leis, por sua vez, têm a função de garantir a harmonia de convivência entre aqueles que vivem no reino: “isto querem e isto desejam as leis: que os vassalos e cidadãos entre si sejam conservados e vivam sem nenhum perigo uns com os outros”. (BARROS, 1946, p. 89) Para Barros, a obediência às leis não está somente para os vassalos, mas também para o rei: “assaz lhe bastará para ser excelente príncipe obedecer (como faz) às próprias leis”. (BARROS, 1946, p. 100) Caso contrário, se o príncipe não obedecer às leis que ordena deverá ser chamado de tirano.

Os excertos acima retirados do panegírico dão uma dimensão daquilo que Barros tem por objetivo: apresentar a D. João III um modelo ideal de príncipe, que no fim é o próprio monarca português. Ao mesmo tempo que o humanista se detém na construção da imagem de um príncipe perfeito, D. João III acaba por encarnar a figura desse modelo ideal de governante. Autores como Luís de Sousa Rebelo e Joaquim Romero Magalhães enfatizaram em seus trabalhos o caráter apologético do rei apregoadado por Barros. Sousa Rebelo, por exemplo, escreve que “nos *Panegíricos de D. João III e da Infanta D. Maria* João de Barros procura acentuar apenas as qualidades do monarca e da Infanta e trata de fazer realçar nesses retratos a vivência de altos valores éticos, que imprimem cunho de nobreza àqueles que são capazes de os aceitar como norma de conduta”. (REBELO, 1982, p. 134) Joaquim Romero Magalhães também enfatiza esta perspectiva: “o retrato do rei perfeito devia servir a qualquer um – no *Panegírico* Barros não escreve crônica. É o rei arquétipo que se procura fixar e transmitir, sem traços singularizantes”. (MAGALHÃES, 1997, p. 62) Contudo, há um outro elemento não considerado por esses autores que, uma vez avaliado, permite-nos alinhar o panegírico a um gênero de caráter político-pedagógico muito difundido na Idade Média e propagado até o século XVI: os espelhos de príncipes.

A exemplo de um espelho onde podemos ver nossa própria imagem através do reflexo emitido, os tratados denominados espelhos de príncipes tinham como objetivo mostrar ao governante não só o retrato ideal de sua excelência, como também seus vícios e suas fraquezas. Desse modo, o príncipe tinha diante de si um instrumento de autoconhecimento e também de purificação, pois uma vez contemplada sua própria imagem, era-lhe possível corrigir seus erros e imperfeições. Michel Senellart observa que até o século XVI as artes de governar tiveram a forma de espelho, que consistiam em catálogos de virtudes e vícios ou de

exemplos edificantes. Com os carolíngios no século IX esses espelhos adquirem a feição que lhes confere o *status* de gênero literário, constituindo-se em tratados de educação de príncipes. No final do século XII aparece o primeiro tratado sobre o governo de um príncipe com o título de *Espelho*, de Godofredo de Viterbo, e a partir daí os espelhos convertem-se em verdadeiros tratados político-pedagógicos e passam a veicular aspectos pragmáticos da governança, com especial destaque para a justiça, principal virtude régia. (SENELLART, 2006, 49-54)²³

Em seu panegírico, Barros não somente exalta a figura de D. João III como também apresenta ao monarca exemplos de tipos históricos irredutíveis, de forma a indicar as escolhas que o rei deveria fazer mediante a observação de príncipes exemplares que obtiveram êxito no governo de seus estados por terem sido virtuosos. É o que se pode observar na passagem a seguir:

Lê-se do imperador César Otaviano que com muito cuidado de noite e de dia despachava as coisas de justiça, e do imperador Trajano se conta o mesmo, tanto que parecia que cada dia um deles descansava com este trabalho. E tinha o rei Ciro que o bom príncipe não havia de levar vantagem a seus vassallos em boa vida, senão em muito trabalho para cumprimento de justiça; com o mesmo respeito se diz de Alexandre Magno que o bom rei devia sempre ter uma orelha aberta para quem quisesse acusar e outra guardada para quem era acusado (...). (BARROS, 1943, p. 6)

Em contrapartida, o humanista apresenta exemplos de reis e imperadores que não foram justos na prática de sua governança, o que os levou à ruína e à perdição. Na passagem a seguir, Barros faz referência a algumas rainhas que deixaram maus exemplos para a história:

Escreve-se de Jesabel, rainha das dez tribos e mulher do rei Acab, que sendo mulher desarrazoada e forte e de crua condição, foi causa em seu reino de muitos ódios e revoltas, matou todos os profetas, que pôde haver à mão, e mandou que se adorassem os ídolos no reino de Isabel e de Samaria. A rainha Atalia depois da morte do rei Ocozias, seu filho, governou o reino de Judá seis anos tão soberba e cruamente, que mandou matar todos os que vinham da linhagem do rei Davi; e para maior escândalo e descontentamento do povo fez edificar um templo em Jerusalém, em que mandou adorar um ídolo, que chamavam Baal, e ela porém foi morta, e houve o castigo que suas grandes maldades mereciam. Que direi de quantas diferenças e guerras civis houve no reino de França entre o rei e o povo? Lê-se de Bronilde, rainha da França, e mãe do rei Childeberto, que excedendo a toda a sorte de crueza, matou seus filhos, netos e bisnetos, deles a ferro, deles com peçonha, somente por usar à sua vontade de seus maus e desonestos apetites. Esta foi semelhante a Euricide, rainha de Macedônia, e mulher de Amintas, que foi madrasta de Felipe, pai de Alexandre Magno, a qual soltando-lhe a rédea a

²³ De acordo com Michel Senellart, “adotou-se o hábito, desde W. Berges, de designar pelo nome genérico de *Espelho dos príncipes* todos os escritos pertencentes ao gênero da parenética régia”, gênero de discurso que exorta às ações virtuosas. (SENELLART, 2006, p. 49)

seu mau e torpe desejo, fez também matar muitos seus filhos. (BARROS, 1943, p.30-31)

Por meio desses dois exemplos bastante ilustrativos, é-nos permitido inferir que Barros recorre à história com o objetivo de apontar exemplos de príncipes que ora obtiveram êxito no exercício de seus governos por terem sido justos e corretos, ora foram mal sucedidos por não terem agido com prudência, de forma a oferecer ao monarca português um reflexo das atitudes políticas – sejam elas boas ou não – de inúmeros governantes do passado. Embora Barros não aponte os possíveis erros ou imperfeições de D. João III, pelo fato de escrever panegírico, o humanista não deixa de instruir o monarca acerca das escolhas que ele deveria fazer mediante a observação de bons ou maus exemplos da história.

A respeito dos espelhos de príncipes, Michel Senellart adverte que nada nos impede de “agrupar num gênero o conjunto de textos, seja qual for sua forma literária (diálogo, discurso, tratado, sermão, poema, carta, etc.) que instruem o príncipe acerca do que ele deve ser, saber e fazer para dirigir bem seu Estado”. (SENELLART, 2006, p. 47) O autor chama atenção para o fato de que esse tipo de literatura é pouco estudada e não encontra muito espaço na história das ideias políticas, “menos porque, dirigida a príncipes, ela não teria mais interesse numa cultura democrática do que em razão de sua orientação moral”. (SENELLART, 2006, p. 47) Tendo em vista a assertiva de Senellart e a estrutura marcadamente instrutiva e pedagógica do *Panegírico de D. João III*, talvez não incorrêssemos em erro ao alinhar o panegírico de Barros ao gênero dos espelhos de príncipes.

Nossa hipótese ganha teor quando tomamos conhecimento da influência de Maquiavel em João de Barros. O historiador português Martim de Albuquerque oportunamente constatou a recepção do florentino pelo cronista português, ao verificar que os *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* teria sido utilizada por João de Barros, principalmente por ter sido publicada em 1531, ou seja, dois anos antes da escrita do panegírico. Além dos *Discursos*, Albuquerque chama atenção para outras obras de Maquiavel, como *O Príncipe*, *História Florentina* e *Descrição do modo adotado pelo duque Valentino para matar Vitellozzo Vitelli, Oliverotto Pagolo e o duque de Gravina Orsini*. Essas três obras foram publicadas um ano depois dos *Discursos*, ou seja, em 1532. Martim de Albuquerque fez paralelos entre o *Panegírico de D. João III* e essas obras de Maquiavel e chegou à conclusão de que Barros recorreu aos textos do escritor florentino numa clara técnica de interpolação. Conforme explica Albuquerque, Barros

retirou, na verdade, exemplos ilustrativos notáveis e paradigmáticos, em geral da história da Itália, mas a respectiva *autorictas* foi suprimida e vem, frequentemente, substituída por formas impessoais e, por isso, neutralizantes: ‘dizem que’; ‘se lê que’; ‘se lê de’; ‘quem não sabe’; ‘lembrem-se que’; ‘dele se escreve’. Uma autêntica despersonalização da fonte. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 199)

De fato, quando observamos o trabalho de cotejamento realizado por Martim de Albuquerque percebemos que aquilo que João de Barros utilizou do escritor florentino foram apenas exemplos ilustrativos da história da Itália, como se nota na afirmação acima dada pelo próprio autor. As passagens no panegírico retiradas das obras de Maquiavel são aquelas que fazem referência a governos e governantes do passado, ou seja, os exemplos históricos e pedagógicos que viriam caracterizar o projeto visado tanto por Maquiavel quanto por Barros: instruir os príncipes a quem estavam sendo endereçadas suas obras das possíveis escolhas que eles deveriam fazer mediante a observação das atitudes políticas de inúmeros governantes do passado. Em outras palavras, João de Barros, na esteira de Maquiavel, visa em seu panegírico instruir o monarca português à semelhança do que se faria em um espelho de príncipe. Contudo, ele o faz dentro da estrutura de um panegírico.

À influência exercida pelas obras de Maquiavel na escrita do *Panegírico de D. João III* acrescentemos o que escreveu Michel Senellart a respeito do trabalho do escritor florentino:

Maquiavel, parodiando o gênero dos *specula*, havia substituído as virtudes do príncipe ideal por uma prudência hábil, feita de cálculo e de instinto. O modelo do bom governo, desde então, não devia mais ser buscado na contemplação de um arquétipo, mas na observação de tipos históricos irreduzíveis a uma figura única. Explosão da imagem do príncipe numa multiplicidade de *atitudes políticas* que correspondem à mudança perpétua das circunstâncias. O espelho, assim, ao mesmo tempo em que apresentava os exemplos a seguir ou a evitar, devolvia ao príncipe o reflexo das escolhas possíveis que ele tinha de fazer. Ele o ligava não mais às normas de uma perfeição intemporal, mas à contingência de sua situação presente. (SENELLART, 2006, p. 61)

A passagem acima vem corroborar ainda mais com o que temos sustentado até o momento. As inúmeras referências feitas por Barros às experiências e ações de governantes do passado, muitas delas tomadas de empréstimo do próprio Maquiavel, refletem a característica marcante dos espelhos de apresentar a determinado príncipe os exemplos a seguir ou a evitar, de modo a instruir o governante a respeito de suas escolhas. Maquiavel, como nos mostra Senellart, deixa de fixar a figura de um arquétipo como único modelo de contemplação e pulveriza a imagem do príncipe numa multiplicidade de atitudes políticas,

reflexo do aspecto contingente e circunstancial da história. Na esteira do florentino, Barros oferece ao monarca português um reflexo do que ele deveria ser e fazer para bem conservar seu Estado e recorre à experiência histórica como forma de melhor instruí-lo a respeito da arte do bom governo.

Referências Bibliográficas

ABUQUERQUE, Martim de. *Maquiavel e Portugal*. Estudo de História das idéias políticas. Lisboa: Alêthia Editores, 2007.

BARROS, João de. Panegírico do Rei D. João III, por Manuel Rodrigues Lapa. In: *João de Barros, panegíricos*. Lisboa: Sá da Costa, 1943.

HAHN, Fábio André. Espelhos de Príncipes: considerações sobre o gênero. In: *História e-História*, v. 04/11, p. 1-9, 2008.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. As estruturas políticas de unificação: o rei. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Terceiro Volume: No alvorecer da Modernidade. Coord. Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

SEHELLART, Michel. *As artes de governar: do regime medieval ao conceito de governo*. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOARES, Nair Nazaré Castro. Retórica de corte no primeiro humanismo em Portugal. In: *Máthesis*. Viseu. Nº 20. p. 231-251, 2011.

A história da literatura brasileira de Sílvio Romero como lugar de memória

Gilvaneide de Sousa Santos

Mestranda em estudos literários
Universidade Federal de Minas Gerais
gilmpb@hotmail.com

RESUMO: A presente pesquisa vem propor que a *História da Literatura Brasileira* (1888), de Sílvio Romero, seja lida a partir de um lugar de memória, pois ela constitui um retrato indispensável para a elaboração do conceito de literatura, no século XIX, e influencia a nossa memória cultural relativa ao processo de formação de “Estado-nação”, uma vez que o método utilizado pelo autor parte de uma abordagem etnológica de literatura.

PALAVRAS-CHAVE: História da Literatura Brasileira; Sílvio Romero; Lugar de Memória.

RESUMEN: Esta investigación propone que la *História da Literatura Brasileira* (1888), de Sílvio Romero, para ser leído desde un lugar de la memoria, ya que es un retrato esencial para la elaboración del concepto de la literatura en el siglo XIX, y las influencias nuestra memoria cultural en el proceso de formación de "estado-nación", ya que el método utilizado por el autor de un enfoque etnológico a la literatura.

PALABRAS CLAVE: Historia de la literatura brasileña; Sílvio Romero; Lugar de la Memoria.

Introdução

O conceito de lugar de memória lança novas perspectivas para a história e a memória, que, em decorrência da aceleração da vida humana, com a instalação dos tempos modernos, devem ser pensadas não mais a partir do historicismo, de uma ótica contínua, mas por meio da *mutação* que a contemporaneidade exige para as humanidades. Assim, nesse novo ritmo da aceleração, nasce a necessidade de repensar acerca da instauração dos lugares de memória que são instituídos em nossa sociedade.

Desse modo, com intuito de problematizar o lugar que a *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, ocupa dentro dos estudos historiográficos, este trabalho se propõe visitar os lugares que a nossa primeira obra historiográfica ocupou no século XIX, e ao problematizar esse horizonte, lançar possíveis leituras para repensarmos seu lugar dentro do regime de historicidade da contemporaneidade, por meio do conceito lugar de memória, de Pierre Nora e outros aportes teóricos, como o conceito de “Estados-nação”, de Achugar (2006), o conceito de memória cultural, revisitado por Jan Assmann (2008), o conceito de presentismo, sistematizado por Hartog (2013).

O lugar de memória na era contemporânea

Na era contemporânea, estamos vivendo o que Pierre Nora (1981) chamou de *memória arquivística*, ou seja, com o auge da efemeridade, sentimos a necessidade de preservar todo tipo de arquivo. Assim, o arquivo é gerado dentro de uma *pulsão de morte*, mas de que morte estamos nos referindo? À morte do nosso conhecimento acumulado, de memória cultural. É para prolongar por maior tempo possível a vida dessa memória que o arquivo é gerado, pois, segundo Derrida: “[...] a *pulsão de morte* é, acima de tudo, *anarquívica*, poderíamos dizer *arquiviolítica*. Sempre foi, por vocação, silenciosa, destruidora do arquivo.” (DERRIDA, 2001, p. 21).

Com isso, Jacques Derrida nos demonstra que o processo gerador do arquivo não tem o poder de trazer à tona o conhecimento cumulativo de uma dada cultura, mas apenas *memórias da morte* de uma sociedade. É dentro desse paradoxo, de vida/morte do arquivo, que o referido filósofo francês nos leva a pensar acerca do processo de sua elaboração:

É o que chamamos ainda há pouco, levando em conta esta contradição interna, a *mal de arquivo*. Não haveria certamente desejo de arquivo sem a finitude radical, sem a possibilidade de um esquecimento que não se limite ao recalçamento. Sobretudo, e eis aí o mais grave, além ou aquém deste simples limite que chamam finitude, não haveria mal de arquivo sem a ameaça desta pulsão de morte, de agressão ou de destruição. Ora, esta ameaça é *in-finita*: ela varre a lógica da finitude e os simples limites factuais, a estética transcendental, ou seja, as condições espaço-temporais da conservação. Digamos melhor: ela abusa. Um tal abuso abre a dimensão ético-política do problema. Não há um mal de arquivo, um limite ou um sofrimento da memória entre vários outros: implicando o in-finito, o mal de arquivo toca o mal radical. (DERRIDA, 2001, p. 32).

Assim, a era contemporânea sofre de *mal de arquivo*, dessa impossibilidade de vencer a *ameaça in-finita* que pode deletar os arquivos em questão de segundos. Assim, a fim de lidar com a *pulsão de morte* de nossa memória cultural, são instalados os lugares de memória.

Pierre Nora (1981) propõe o conceito de *lugar de memória* em um texto que já é um clássico para os estudos referentes à história e à memória, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. O historiador francês divide esse texto em três movimentos. No primeiro movimento: “O fim da história-memória”, encontramos uma visão niilista acerca da história e da memória:

Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à

consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais. (NORA, 1981, p. 7).

Ao decretar um possível fim da história e da memória, Nora (1981) nos convida a questionar qual o lugar que esses saberes ocupam dentro do regime de historicidade do contemporâneo, em que lidamos com a aceleração da vida humana em um ritmo jamais sentido. Essa *mutilação* do tempo atual teve origem com a instauração da era moderna, quando o homem do campo teve de si inserir nas grandes cidades e teve de adaptar seu ritmo de vida à aceleração da vida urbana.

Dentro desse novo ritmo que a vida humana ganha, o tempo para preservar a memória e a história tornaram-se escassos. Assim, com o intuito de se garantir a existência de referências do passado na contemporaneidade, plantam-se os lugares de memória:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrifica-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva. (NORA, 1981, p. 13).

Nesse sentido, na elaboração dos lugares de memória, a história e a nação tecem os fios que guiam a linha das ideologias que sustentam tais lugares. Mas não é difícil perceber que, na contemporaneidade, no mundo globalizado, temos uma *dilatação* dos pilares da memória, diferentemente do século XIX, por exemplo, em que vivíamos sob a régia do Estado-Nação, que ditava aquilo que deveriam ser as nossas *ideologias-memórias*.

O lugar de memória de *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero

A *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, é a nossa primeira obra historiográfica. Ela foi elaborada dentro do contexto de século XIX, tendo, assim, sua base na crítica determinista, já que, nesse período, ao formular o conceito de literatura, que fosse de encontro aos preceitos românticos, os estudiosos, desse campo, tomaram como base as teorias naturalistas que influenciaram não só o campo literário, mas as ciências humanas em geral.

Desse modo, a obra romeriana que esta pesquisa analisa faz parte desse projeto do século XIX, de base positivista, teve como meta elaborar uma identidade precisa para a nação brasileira, a fim de representar melhor os interesses do Estado e silenciar as vozes daqueles que pudessem vir a ameaçar o seu domínio. Hugo Achugar (2006), ao refletir a respeito desse tema, em "Sobre os Estados-Nação", relacionado à realidade uruguaia, nos ajuda a melhor compreender o interesse que está por detrás da construção de uma identidade unitária que represente o projeto nacionalista:

Esse terror diante da violação da nação pelo Outro foi visto, no fim do século XIX, como o terror diante do/ ou daquilo que é estrangeiro, mas também foi visto como o terror diante do poder dissolvente do corpo ou, dito com o título de um quadro de Blanes, diante do poder da trilogia *Mundo, demonio y carne*. Daí que tanto a obra plástica de Blanes como a escrita de Zorrilla de San Martín – desenvolvida entre 1878 e 1888 – constitua ou tenha constituído, durante longo tempo no Uruguai, uma projeção do sonho da nação onde se construiu um “corpo da pátria” que buscava evitar o risco, ou o terror, desse Outro que constituíram os estrangeiros – aumento da migração – e o impulso do desejo ou das pulsões individuais. Tal terror manifestou-se, além disso, diante do que se poderia ser chamado de terror diante da “enfermidade” ou da “peste” e outras formas de “degeneração” ou de “delito”. Inclusive, sempre no Uruguai, esse terror diante do Outro teve uma relação particular com os indígenas dado que estes haviam sido “exterminados” várias décadas antes e, também, o terror diante dos descendentes dos antigos escravos negros. (ACHUGAR, 2006, p. 232).

Analisando o contexto brasileiro, encontramos na *História da Literatura Brasileira*, de 1888, uma teoria da literatura que tem *esse terror diante da violação da nação pelo Outro*, já que Sílvio Romero elabora uma teoria de miscigenação para o povo brasileiro em que é apagada a “disputa” entre o europeu, o índio e o negro, privilegiando a raça ariana e colocando o negro e o índio como inferiores, chegando até a teoria do branqueamento, que segundo Manguel (2001), em “A imagem como subversão”, o *branqueamento* tem como finalidade ideológica imergir o povo brasileiro dentro da cultura do branco, do europeu.

Portanto, atendendo os anseios do século XIX, ao longo da obra romeriana, encontramos um teórico que lidou com a base das ciências naturais para sistematizar seu pensamento enquanto crítico, filósofo, historiador ou sociólogo. Assim, observemos, em *História da Literatura Brasileira*, como o autor opta por uma abordagem determinista para formular sua concepção de literatura:

Pretendo escrever um trabalho *naturalista* sobre a história da literatura brasileira. Munido do critério popular e étnico para explicar o nosso caráter nacional, não esquecerei o critério positivo e evolucionista da nova filosofia social, quando tratar de notar as relações do Brasil com a humanidade em geral. Nós os brasileiros não pensamos ainda muito, por certo, no todo da

evolução universal do homem; ainda não demos um impulso nosso à direção geral das idéias; mas um povo que se forma não deve só pedir lições aos outros; deve procurar ser-lhe também um exemplo. Ver-se-á em que consiste nossa pequenez e o que devêmos fazer para ser grandes. Esta obra contém duas partes bem distintas; no primeiro livro indicam-se os elementos de uma história natural de nossas letras; estudam-se as condições de nosso *determinismo* literário, as aplicações da geologia e da biologia às criações do espírito. Nos demais livros faz-se a traços largos o resumo histórico das quatro grandes fases de nossa literatura: *período de formação* (1500-1750), *período de desenvolvimento autônomo* (1750-1830), *período de transformação romântica* (1830-1870) e *período de reação crítica* (de 1870 em diante). (ROMERO, 1960, p. 57, grifos do autor).

Percebemos, já no primeiro tomo de *História da Literatura Brasileira*, que o método utilizado por Sílvio Romero abrange não só questões ligadas aos aspectos do processo de formação de nossa literatura, mas, como aponta Antonio Candido (1963), em *O método crítico de Sílvio Romero*, a perspectiva usada pelo intelectual sergipano parte também de uma interpretação do processo de nossa formação cultural.

Considerações Finais

Voltarmos ao passado da historiografia romeriana é ir ao encontro de compreender não só a base da formação do conceito de literatura brasileira, mas também perceber como se deu o processo de interpretação da formação cultural do país, e assim, elaborarmos uma visão crítica a esse respeito.

Não queremos com isso dizer que tal obra historiográfica serve como *templum* para os estudos historiográficos da literatura brasileira, mas demonstrar que o apagamento desse *texto fundador* seria como que esconder o surgimento da base racista da teoria de nosso processo de mestiçagem.

Por fim, lidar com essa abertura de interpretação de nossos lugares de memória é admitir, neste caso, que o passado de nossa historiografia é lacunoso e que por isso é preciso voltar a ele sempre que for necessário repensar como se deu o processo de suas escolhas, pois esses lugares servem de referência para o construto não só do conceito de literatura no século XIX, mas também de nossa memória cultural acerca do processo de formação do povo brasileiro.

Referências

ACHUGAR, Hugo. Direitos de memória, sobre independência e Estado-nação na América Latina. In: *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Trad. de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo. In: O que é o contemporâneo e outros ensaios. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 55-73.

ASSMANN, Jan. Religião y memoria cultural. Trad. Marcelo G. Burello y Karen Saben. 1ª ed. – Buenos Aires: Lilmod, Libros de la Araucaria, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História; O narrador. In: *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. 2ª ed. São Paulo: FFCLUSP, 1963.

CANDIDO, Antonio. *Sílvio Romero: Teoria, crítica e história da literatura*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

DERRIDA, J. *Mal de Arquivo*. Uma impressão freudiana. RJ: Ed. Relume Dumará, 2001.

EAGLETON, T. *Teoria da Literatura: Uma Introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HARTOG, François. Memória, História, presente. In: *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013, p. 133-191.

HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9-40.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens: uma história de amor e ódio*. Trad. Rubens Figueiredo, Rosaura Eichenberg, Cláudia Strauch. SP: Cia das Letras, 2001.

MARQUES, Reinaldo. Memória literária arquivada. *Aletria*, n. 18, p.105-120; 2008.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. *PROJETO HISTÓRIA*: Revista do Programa de estudos Pós-Graduação em História, PUC-SP, 1981.

ROMERO, Néilson. *Sílvio Romero: Trechos Escolhidos*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1959.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. 5v

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Ática, 1990.

VENTURA, Roberto. História e crítica em Sílvio Romero. In: *História da literatura: ensaios*/ Letícia Mallard [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

_____. *O estilo tropical*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

Reflexão sobre construção de uma categoria histórica: o caso do Caipira

Hugo Mateus Gonçalves Rocha
Graduando em História
UFMG
hugogrocha@hotmail.com

RESUMO: O presente texto pretende analisar a construção da categoria histórica “caipira”, a partir da análise da produção intelectual de três autores brasileiros. Neste trabalho, são levados em consideração textos de Francisco de Oliveira Vianna, Antonio Candido e Darcy Ribeiro que tratam da formação e estrutura social das sociedades “caipiras” da região sudeste do Brasil, em diferentes períodos da História do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Caipira; Sociedade rural, Cultura rural.

ABSTRACT: This text aims to analyze the construction of the historical category "caipira", from the analyses of the intellectual production of three Brazilian authors. In this work are taken into consideration the texts of Francisco de Oliveira Vianna, Antonio Candido and Darcy Ribeiro, related to the building and social structure of the "caipiras" societies in southeastern Brazil at different periods of Brazilian history.

KEYWORDS: “Caipira”; rural society; rural culture.

O presente texto propõe, a partir de um estudo bibliográfico, analisar como a categoria histórica “caipira” foi ressignificada em importantes estudos relativos à historiografia brasileira ao longo do século XX. Pretendemos pesquisar em quais autores, períodos e contextos históricos foram propostas categorizações dos grupos sociais que povoaram os sertões dos estados que conformam hoje a região Sudeste do Brasil, especialmente os interiores de Minas Gerais e São Paulo.

Trata-se de um projeto de pesquisa ainda em estágio inicial, que será aprofundado com o processo efetivo de pesquisa, e que se ampara na produção bibliográfica, nos campos da Historiografia e da Sociologia brasileiras, que trabalhem questões ligadas à formação do universo interiorano paulista e mineiro ao longo do processo de colonização portuguesa e da trajetória brasileira pós independência.

A construção do “caipira” como tipo social característico do interior da região Sudeste do Brasil foi tratada por autores ao longo do século XX. Aqueles com os quais trabalharemos neste texto, dedicaram parte ou todo um trabalho de pesquisa ao tema da conformação da sociedade rural no sudeste da colônia portuguesa. No Brasil, principalmente no campo da

sociologia, foram produzidas obras que tiveram como objetivo refletir acerca da conformação da nação, levando-se em conta o desenvolvimento socioeconômico das regiões que hoje dão forma ao país.

Centraremos nossa análise, principalmente, em três obras: *Populações Meridionais do Brasil*, de Francisco Oliveira Vianna; *Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*, tese de doutorado de Antônio Cândido de Melo e Souza na USP, sobre as relações intergrupais caipiras; e, por fim, *O povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*, livro publicado em 1995 pelo antropólogo Darcy Ribeiro.

O livro de Vianna propõe uma análise da construção da sociedade brasileira associada ao mundo agrário do espaço que conforma hoje a região sudeste do Brasil, em uma análise que parte da própria elite agrária, da qual Vianna é expoente. (REIS, 2006)

Outra obra de suma importância para esta pesquisa é o livro de Antônio Cândido de Melo e Souza. O trabalho de pesquisa foi publicado na metade do século XX e trata-se da mais completa obra de análise produzida a respeito da sociedade caipira paulista. O estudo lança luz sobre aspectos econômicos, sociais e culturais das comunidades que povoaram o interior do estado de São Paulo.

Por último, o livro *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro, também será abordado. Nesta obra, Ribeiro desenvolve a sua tese sobre a conformação da nação levando em consideração uma perspectiva geral da história brasileira. Na parte final do livro, alguns capítulos são especialmente dedicados ao processo de conformação de grupos sociais determinados, dentre os quais consta o caipira, que se desenvolveu nos interiores dos estados de Minas e São Paulo.

O capítulo é intitulado “O Brasil caipira” e, nele, o autor apresenta, sob sua perspectiva, a trajetória e o processo de formação dos homens que desbravaram os ermos sertões paulistas e mineiros nos séculos iniciais da colonização portuguesa e seriam a gênese do que viriam a se tornar mais tarde as comunidades caipiras de São Paulo e Minas Gerais. (RIBEIRO, 1995)

Pretendemos fazer uma análise dessas três obras com o objetivo de compreender quais vertentes permitiram reformulações da categoria histórica relativa a esse grupo social brasileiro bastante característico, eternizado no imaginário e na cultura popular pelas artes, pela música caipira, pela pintura de Augusto Lima Júnior, pelo cinema (com o personagem Mazaropi), pela literatura (em personagens como o Jeca Tatu) e por meios como os

quadrinhos, como no conhecido personagem Chico Bento, para além de outras formas de representação do homem rural da região sudeste do Brasil.

Vianna, Candido e Ribeiro

O processo de formação da nação brasileira foi objeto de estudo no campo das Ciências Humanas ao longo dos séculos XIX e XX e ainda apresenta lacunas a serem exploradas. Em geral, os estudos sobre o tema foram feitos por autores que visavam escrever uma história explicativa da conformação do Brasil como nação moderna, traçando uma imagem do país apresentável aos brasileiros e, sobretudo, ao mundo.

Alguns trabalhos nesse sentido notabilizaram-se, sendo coroados mais tarde como os responsáveis pela construção das mais importantes teorias culturais, sociais e econômicas que versam sobre a formação do Brasil. Dentre os intelectuais responsáveis por esses estudos, destacam-se autores (entre sociólogos, antropólogos e historiadores) que seguiram as mais variadas correntes historiográficas e sociológicas para fundamentar teorias socioculturais e econômicas sobre a formação da nação brasileira.

O século XX, no entanto, foi o período de maior efervescência no que diz respeito ao estudo das ciências humanas no Brasil. Nele, foram escritas obras com relevantes reflexões acerca das diretrizes da construção sócio-histórica brasileira. Intelectuais como Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Antônio Cândido de Melo e Souza, Caio Prado Júnior e Darcy Ribeiro, para citar apenas alguns desses intelectuais, escreveram sobre a formação social e econômica do Brasil, levando em conta as distintas regiões em que o país foi dividido desde o início do processo de colonização imposto por Portugal.

A perspectiva regionalista é um aspecto essencial a ser considerada no presente estudo, uma vez que visamos analisar a categorização de um grupo social específico o qual convencionou-se denominar “caipira”, durante o processo em que se deu o desenvolvimento e formação da nação brasileira.

Oliveira Vianna, em duas diferentes obras por ele produzidas, divide o Brasil em regiões de estudo e constrói separadamente suas teorias sobre sua conformação e seu tipos característicos, analisando o processo de formação de cada região individualmente, e conseqüentemente, de seus grupos sociais.

No volume 1, de *Populações Meridionais do Brasil*, Vianna analisa a região sudeste e sua formação sociocultural e econômico-agrária. No volume 2, estuda a região Sul do Brasil e sua formação socioeconômica também relacionada à sociedade e economia do campo. Vianna

pretendeu também analisar de forma separada as regiões nordeste e norte do Brasil em função de suas peculiaridades frente às outras regiões brasileiras. No entanto, como aponta a Maria Stella Martis Bresciani em *O charme da ciência e a sedução da objetividade*, Vianna não conclui esta pretensão em função da impossibilidade de estudá-las *in loco*, ou, como escreve o autor, *et naturaliste*. Ele apresenta tal justificativa em uma de seus mais preponderantes livros, *Instituições políticas brasileiras II*. (BRESCIANI, 2005. p. 199)

Aqui, nos interessa, particularmente, o volume um de *Populações Meridionais do Brasil I*, em que Vianna se dedicou à reflexão sobre a sociedade rural instalada na porção meridional da colônia portuguesa. Nessa região, encontram-se conformados hoje os estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

O livro de Vianna é dividido em uma introdução e outras quatro partes. A introdução é desenvolvida com uma descrição da aristocracia rural do sudeste brasileiro desde a sua formação, nos primeiros dois séculos de colonização portuguesa, em comparação à aristocracia rural nordestina. Vianna analisa as rupturas e continuidades existentes entre os grupos de cada região.

Nas demais seções em que dividiu o livro, o autor desenvolve uma discussão a respeito dos aspectos históricos e sociais, relativos à formação política e, por fim, à psicologia política da sociedade rural meridional. O que se observa na obra de Vianna é uma perspectiva marcadamente aristocrática, elogiosa do espírito empreendedor da nobreza lusa, como destaca José Carlos Reis em *Identidades do Brasil*. Este grupo social aristocrático rural desbravou, com a colaboração dos homens despossuídos de riqueza e títulos nobiliárquicos, e, juntos, transformaram o espaço colonial desde o primeiro século de colonização, em região habitada. (REIS, 2006; VIANNA, 1920. Cap. 1, p. 34)

O autor escreve sobre a vitória da aristocracia rural brasileira visando a participação política frente a outros dois grupos sociais da elite pertencentes a estrutura política brasileira no início do século XIX. Segundo ele, essa aristocracia se sobrepôs politicamente em relação à nobreza real, que acompanhou a realeza portuguesa no momento da mudança para a colônia em 1808, e em relação à classe mercantil burguesa enriquecida, que exigia maior participação política na governança colonial.

Vianna trata também da importância do meio rural no processo de formação econômica e social do Brasil, enaltecendo as características essenciais dos habitantes do campo que os diferem da população urbana brasileira conformada ao longo dos primeiros

séculos da colonização do território brasileiro. Para essa análise valorizadora do homem do campo, ressalta no capítulo intitulado “Psicologia do tipo rural”, as quatro características inerentes à índole moral do homem rural, que concorreram para a obtenção de sucesso em sua trajetória social e política. São elas: “o sentimento de fidelidade à palavra dada”, “o sentimento de probidade”, “o sentimento de respeitabilidade” e o “sentimento de independência moral”.

Segundo o autor, são essas as características que embasaram o sucesso e o equilíbrio da sociedade rural na sua corrida pela preponderância política no cenário brasileiro. É interessante observar que Vianna considera tanto a sociedade aristocrática quanto aquela dos homens rurais despossuídos como obtentoras das virtudes que colaboraram com a preponderância da sociedade rural no processo da formação nacional brasileiro.

A análise de Vianna se estende sobre a sociedade rural como um todo ao longo dos quatro séculos de história colonial e história independente do Brasil. No entanto, devido aos limites impostos a este texto e o caráter ainda inicial da pesquisa, torna-se impossível uma análise mais aprofundada da sua obra. O objetivo, neste momento, é de uma apresentação geral da análise Vianna sobre a sociedade rural da porção meridional do território brasileiro, dando atenção aos pontos coincidentes com os textos dos outros dois autores em questão.

No segundo texto que pretendemos analisar, Antônio Cândido de Melo e Souza desenvolve um viés antropológico. Quanto a esse objetivo, Cândido dedica, inclusive, algumas páginas no início do livro para justificar suas opções metodológicas e bases teóricas associadas à sociologia. O autor recorre a uma fundamentação de viés antropológico, com o objetivo de analisar o processo de formação da sociedade caipira paulista, levando em consideração sua conformação, seu meio de vida, sua situação na metade do século XX e, por fim, as mudanças a que os distintos grupos sociais caipiras que se formaram no interior do estado de São Paulo estiveram sujeitas a partir da mudança da dinâmica econômica de produção.

Quanto a esse aspecto, o autor defende que as relações de produção, em um primeiro momento, eram de subsistência na sociedade caipira e se baseavam na troca de produtos advindos do modo de produção familiar em pequenas propriedades. Depois, sofreram mudanças que as direcionam para uma dinâmica capitalista de produção, imposta ao meio rural a partir do final do XIX e, sobretudo, ao longo da primeira metade do século XX.

Diferente da perspectiva adotada por Vianna, que se atém de forma mais objetiva à reflexão sobre a conformação da aristocracia rural brasileira, Cândido visa uma análise direcionada à conformação da sociedade caipira despossuída de grandes propriedades. Sociedade que se desenvolveu no processo de povoação dos sertões das capitanias de Minas e de São Paulo, com as bandeiras paulistas de apreensão de indígenas e, sobretudo, de reconhecimento do território. O autor ressalta o objetivo explorador do movimento bandeirista como propiciador das descobertas minerais do final do século XVII. Descobertas estas sabidamente de grande impacto na dinâmica do processo de colonização português.

Retomando o objetivo deste texto, é essencial atentar, em relação ao livro de Cândido, quanto ao trabalho de caracterização da sociedade caipira a partir da análise de traços essenciais do grupo social em questão. Sobre o caipira paulista, o autor atenta para as características individuais dos homens e mulheres, e, conseqüentemente, para as relações que se desenvolvem entre os grupos que vivem isolados em pequenas comunidades, denominadas no interior de São Paulo como “bairros”.

Faz parte do trabalho de Cândido também a análise da relação das comunidades caipiras com os fazendeiros, que a partir de suas propriedades rurais extensas, usuárias de mão de obra escravista e posteriormente assalariada, representam o novo modelo de produção capitalista imposto ao meio rural. Segundo a fundamentação do autor, essa relação entre as sociedades caipiras e o novo modo de produção econômico que se impõe ao campo é fator fundamental no processo de desarticulação dos laços de solidariedade que regem as comunidades caipiras do interior do estado de São Paulo. É interessante aqui retomar Oliveira Vianna, que também dá atenção às estas relações de solidariedade que se estabelecem entre os homens do campo, no âmago da sociedade rural.

O antropólogo Darcy Ribeiro escreve no fim do século XX a obra de maior relevância em sua trajetória intelectual. No livro intitulado *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*, o antropólogo apresenta sua teoria sobre a formação brasileira, pautado em aspectos econômicos, sociais e políticos, de uma geral. O livro é desta forma dividido em quatro partes e estruturado a partir de uma análise que contempla aspectos bastante específicos do processo de formação do Brasil. Dentre os textos da obra, destacam-se aqueles em que o autor analisou separadamente as matrizes étnicas que participaram do processo de miscigenação e formação do povo brasileiro em suas bases reconhecidamente multi étnicas e culturais.

O livro é concluído com a quarta e última parte denominada “Brasis na História” (RIBEIRO, 1995), dedicando textos específicos que tratam de categorias históricas

pertencentes a formação brasileira, dentre elas os “Brasis” caboclo, sulino, sertanejo e crioulo, além do “Brasil Caipira”, que é o interesse específico em nossa análise. Nestes textos, o autor fornece sua interpretação sobre a formação das populações de regiões específicas do país, sujeitas ao processo analisado.

A povoação do interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais é tratada por Darcy Ribeiro levando em consideração o contexto de formação da sociedade caipira. Segundo o autor, essa formação teve a sua gênese com expansão das fronteiras geográficas possibilitadas pelo intento explorador bandeirante, ao longo do século XVII, com a corrida pela descoberta das riquezas minerais contidas no interior da colônia portuguesa.

Ribeiro constrói sua teoria sobre a formação da sociedade caipira ressaltando a assimilação, por parte do homem povoador da região sudeste, de características lusitanas e indígenas, no processo de desenvolvimento da sociedade rural. Neste texto, o autor se propõe a narrar o processo desenvolvido na colônia em que as matrizes étnicas se miscigenaram e, a partir deste cenário, foram se conformando, como produto da mistura entre os grupos étnicos agentes do processo, tomando a forma de uma nova sociedade.

Segundo a linha de raciocínio do autor, esta sociedade apresentava características ligadas à forma de produção e de sociabilidade condizentes à realidade do colonizador branco e, ao mesmo tempo, ao indígena subjugado no longo processo de formação social. Para Ribeiro, o filho da indígena e do português branco colonizador se torna um novo homem, o paulista. Este indivíduo, por sua vez, é negado em suas duas origens étnicas. A branca, por ser mestiço. A indígena, por ser filha das mulheres em uma sociedade marcadamente patrilinear. Desta forma, estes homens são para Darcy Ribeiro os legítimos e primeiros brasileiros.

Dando continuidade a esta análise, Ribeiro se preocupa em ressaltar a rusticidade característica das sociedades caipiras, determinadas pela conformação tribal indígena em conjunto com condições a que os povos colonizadores estavam sujeitos, como, por exemplo, a mobilidade no espaço colonial da região sudeste do território.

Considerações finais

A análise da produção sobre a conformação da sociedade caipira nos três autores trabalhados neste texto possibilita uma conclusão em que podem ser relacionadas as continuidades e distanciamentos entre suas teorias. Em Oliveira Vianna, percebe-se uma análise que leva em consideração a sociedade rural da elite, sem que haja uma negação em

relação à contribuição das classes rurais despossuídas ao longo do processo de formação da sociedade rural brasileira.

Como salientado previamente, há uma mesma perspectiva nas interpretações de Vianna e Antônio Cândido no que se refere à relação pautada na solidariedade entre os grupos estabelecidos no espaço rural da porção sudeste da colônia portuguesa.

Nos dois autores é possível identificar a atenção dada à cordialidade e espírito de solidariedade entre as diferentes sociedades rurais. As quatro características essenciais eleitas por Vianna como inerentes ao homem do campo são interpretadas pelo autor como fundamentais para a construção de uma sociedade que teve sucesso político e econômico. Na análise de Cândido, este espírito de união é analisado quando o seu texto trata da relação existente entre as comunidades caipiras de diferentes povoações ou diferentes “bairros” se concentram em fornecer ajuda de forma mútua na realização de trabalhos, seja de interesse coletivo, como a construção e reparo de equipamentos comunitários como pontes, estradas ou estruturas religiosas, ou na realização de trabalhos de cunho privado, como a colheita de uma lavoura, construção de moradias ou de estruturas essenciais ao trabalho em uma unidade de produção familiar caipira.

Outro aspecto que pode ser destacado é a mesma perspectiva encontrada nos textos dos três autores que dão atenção à participação das bandeiras paulistas no processo de povoação e constituição dos grupos sociais caipiras. Embora valorizadas e analisadas a partir de abordagens diferentes, a povoação do interior da capitania de São Paulo e da capitania de Minas Gerais a partir da sedentarização de pequenos grupos pertencentes as expedições de reconhecimento do território, são tratadas por Vianna, Cândido e principalmente Ribeiro, de forma que esta consideração não poderá esquecerida nesta análise que se presta a refletir sobre a construção da caracterização da categoria “caipira”.

No entanto, como é condizente a um estudo que pretende estabelecer um estudo comparativo entre textos, existem confrontos no cerne das análises que podem ser trabalhados no desenvolvimento da pesquisa. Para se eleger um exemplo de perspectivas que se confrontam, pode-se citar a forma negativa com que Oliveira Vianna analisa o processo de miscigenação entre brancos e indígenas no processo povoamento do sertão paulista frente a perspectiva elogiosa em relação a mesma questão, quando tratada por Darcy Ribeiro em seu texto. Para a realização deste trabalho comparativo, deverá ser levado em consideração o contexto das correntes historiográficas e sociológicas que influenciam os trabalhos. Há de se relativizar as análises para que não seja realizado um julgamento dos autores. Este

definitivamente não se trata de um objetivo a ser alcançado a partir das reflexões acerca do tema.

Oliveira Vianna, como pontuado no início do texto, é conservador, como defendido por autores que se prestaram a estudar sua produção intelectual. Sua obra carrega concepções racialistas bastante características das produções sócio-históricas do início do século XX, questionadas a partir das décadas seguintes do século XX. Por outro lado Ribeiro nos escreve de um outro tempo, em que concepções que levam em conta grandes distanciamentos deterministas entre etnias, já não são consideradas como uma base teórica apropriada para a construção de teorias sobre processos em que há miscigenação.

Como exposto ao longo do texto, este trabalho deverá ser continuado, baseando-se em análises de maior fôlego das três obras selecionadas e de uma bibliografia mais extensa em que a construção da categoria caipira é trabalhada. O objetivo inicial deste texto é o de lançar luz sobre a questão, de forma a analisar como foi configurada uma imagem consensual sobre o caipira, agente partícipe do processo de formação da nação brasileira e que se faz presente na cultura brasileira na contemporaneidade.

Os trabalhos mais recentes que debruçam sobre este tema têm preocupações outras que não se relacionam diretamente a construção da imagem do caipira na historiografia e na produção sociológica do século XX. Há trabalhos recentes que tratam sobre as representações do Caipira no campo das artes e da literatura, por exemplo.

O que será proposto, em um trabalho futuro que tem seu início com estes estudos, é uma análise que se preste a amarrar as relações existentes entre os textos produzidos no século XX que se debruçam sobre a temática escolhida.

A seleção dos textos de Oliveira Vianna, Antonio Cândido e Darcy Ribeiro para o início do trabalho ocorreu por uma opção em que se levou em conta a linha intelectual as quais recorreram os autores trabalhados e a distância temporal que marca a escrita dos três textos ao longo do século XX. Estas questões em que foram baseadas as opções teórico-metodológicas apresentam uma série de lacunas que poderão ser posteriormente exploradas e discutidas de uma forma mais intensa e específica.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, Coleção Tudo é História, v. 75, 1983.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, 2010. 1ª edição, 1964)

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. p. 65-109.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: De Varnhagem a FHC*. – 9ª ed. ampliada – Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.

_____. *As identidades do Brasil 2: De Calmon a Bonfim: A favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil* Volume 1. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1973. (1ª edição, 1920).

Resistência negra através da religiosidade nas Minas dos setecentos: um estudo de caso

João Antônio Damasceno Moreira

Mestrando em história pela
Universidade Federal de São João del Rei;
fox.moreira@hotmail.com

RESUMO: Lutando contra as condições impostas pelo sistema colonial, os negros no Brasil, buscaram diversas armas para essa batalha, entre elas encontramos as “artes mágicas”, a qual ia contra as imposições da fé católica e gerava um rebuliço no interior do sistema. Exemplo disso é a denúncia contra a escrava Florência de Souza Portella que com suas artes, enfrentou a configuração social vigente e conseguiu vantagens, respeito e poder.

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição, Religiosidade, Colônia, Escravidão e Resistência.

ABSTRACT: Struggling against the conditions imposed by the colonial system, the blacks in Brazil, sought several weapons for this battle, among them we find the "magical practices" which went against the impositions of the Catholic faith and generated a stir within the system. An example is the complaint against the slave Florência de Souza Portella who used her magic to face the social setting of the time and acquired benefits, respect and power.

KEYWORDS: Inquisition; Religiousness; Colony; Slavery; Resistance.

Introdução

Na península Ibérica nos primeiros anos da época moderna, a despeito da tomada de consciência da Igreja como propagadora da ortodoxia da verdadeira fé a ser seguida por todos os seres humanos, das imposições tridentinas sobre a homogeneização da sociedade e a melhor preparação dos prelados, que deveriam assumir a função e ter a capacidade de guiar os fiéis a encontrarem a verdade da religião, sobreviveram práticas oriundas da religião folclorizada da Idade Média, da crença no poder da magia e em suas práticas, no poder de objetos sagrados, palavras e orações, como soluções práticas aos problemas cotidianos populares. Essas práticas sobreviventes, mesmo perseguidas pela Igreja através da ação dos tribunais inquisitoriais e episcopais e em certa medida também por tribunais civis, permaneceram entre a população e chegaram à colônia trazida na bagagem dos imigrantes colonizadores, principalmente os que vieram degredados pela inquisição.

Ao recorrerem a curas supersticiosas, com utilização de defumadouros de ervas, beberagens, adivinhações em bacias d'água ou na tão difundida prática da peneira com a tesoura, ou da chave dentro dos livros das horas de Nossa Senhora, ao recorrerem aos poderes

das orações para retirar ou causar malefícios, ao buscarem proteção nas cartas de tocar que acreditava-se, fechava o corpo a qualquer metal, doença ou picadas de animais peçonhentos, perigos comuns à lida colonial, ao participarem dos calundus e catimbós onde as almas dos antepassados voltavam e diziam as causas das doenças ou os motivos dos desassossegos, ao entregarem a alma ao diabo, ou concorrerem em qualquer uma dessas e muitas outras práticas, que para o discurso demonológico dos inquisidores, presumia pacto implícito ou explícito com o demônio, os colonos buscavam confortar-se e resolverem suas mazelas e conflitos cotidianos. A magia era o caminho alternativo para os problemas oriundos de ordens diversas e o elo entre as pessoas e as práticas comuns de seus antepassados (SOUZA, 1986, p. 230).

Em seu trabalho sobre as crenças e práticas mágico religiosas em Portugal, José Pedro Paiva, busca compreender o quanto as esferas culturais da sociedade estavam imbricadas ao recorrerem ao simbolismo dos feiticeiros para a resolução dos conflitos cotidianos (PAIVA, 1997, p. 95). Buscava-se na feitiçaria a manipulação das ações e vontades, por meio de encantamentos, como pingar uma gota do sangue menstrual no vinho do amante a que se queria conquistar, na mesma medida também era comum os fervedouros, os encantamentos de objetos por meio de palavras e evocação de episódios da vida de santos, como santo Erasmo, santa Helena e santo Antônio, bem como evocação de espíritos do outro mundo para o favorecimento de amores ilícitos. Também os poderes dos astros apareciam nas “devoções” mágicas, evocando elementos diversos de crenças pagãs, cujos verdadeiros significados há muito haviam se perdido. Na magia, buscava-se também conforto para os males do corpo, as doenças que a limitada medicina douta ainda não conseguia remediar, principalmente se considerado as péssimas condições de higiene e a má alimentação das pessoas neste período e as hordas de epidemias que assolavam a população. Outras características eram atribuídas aos feiticeiros, como a capacidade de causar malefícios a quem se desejava prejudicar, assim como também o poder de adivinhar o futuro e até poder manipulá-lo, como o uso da peneira e da tesoura, muito difundido também na colônia, assim como a adivinhação pela água. Conforme PAIVA (1997, p. 137), esta era a mentalidade religiosa popular portuguesa, fruto do hibridismo de diferentes crenças e cultos de diversificadas origens, cujos verdadeiros significados há muito já estavam esquecidos e suas práticas limitavam-se à repetição através das gerações sucessivas, bem como as adaptações e cruzamentos que delas as pessoas faziam.

Este arcabouço cultural foi levado na bagagem para o Brasil, dos imigrantes colonizadores, que no Novo Mundo encontraram terreno propício para novas adaptações e apropriações de diferentes práticas, ameríndias e africanas, valendo-se delas, como

mecanismos de enfrentamento e soluções para os problemas e conflitos coloniais, assim como na metrópole, mostrado por SOUZA (1986) em seu trabalho sobre o Brasil. O amálgama dessas práticas de diferentes fontes culturais representavam a mentalidade religiosa portuguesa, refundida na colônia aos novos elementos aqui disponíveis, que passaram a representar o específico colonial.

Na linha das reflexões de PAIVA (1997) a respeito da religiosidade popular em Portugal e sua influência em território colonial, SOUZA (1986, p.156) teoriza a respeito do corpo de crenças amalgamadas que formaram o espectro específico mágico colonial. A base das crenças populares era subsidiada pela permanência de resquícios da folclorização medieval do sagrado religioso, o fascínio causado por tudo aquilo que simbolicamente representava a figura divina e os sacramentos religiosos. A Igreja, conscientizada de ser a única portadora da verdadeira lei de Deus, responsável em sua concepção pela homogeneização dos costumes e por guiar os fiéis ao caminho da salvação em Cristo, acreditava na necessidade de efetuar a limpeza no seio da sociedade das superstições que ameaçava a efetivação de sua missão evangelizadora.

É marcante no trabalho da historiadora, a relação das crenças e superstições mágicas presentes na colônia e as existentes no seio da população portuguesa. Mas, também observamos as redefinições e adaptações fruto do contato dessa mentalidade com as cosmogonias ameríndias e africanas também constituintes do estrato social colonial. O século XVIII, talvez, seja o período que melhor ilustre a mistura cultural na qual se encontrava a colônia. As práticas destinadas às curas, por exemplo, eram em sua maioria realizadas através de sopro e/ou sucção, pois acreditava-se que pelo sopro o curandeiro passava sua força vital e através da sucção retirava todos os males que castigavam o corpo, tais crenças, acrescentado aí também o ato de desenterrar (SOUZA, 1986, p.230-231), nos dão margem para perceber como de fato, práticas europeias e africanas estavam imbricadas umas nas outras, pois sugar, assoprar e desenterrar eram comuns tanto entre portugueses quanto entre africanos. Além disso, também no século XVIII pode-se observar em um mesmo contexto, muitas vezes combinados, magias invocativas, de cunho europeu, curandeirismo comum entre africanos, o xamanismo ameríndio e algumas tradições populares antigas. Outros elementos, como os ingredientes usados para preparar os feitiços, nos dão mostras do quanto misturadas estavam as mais diversas práticas, muitas sem seu significado original, já outras com significados bem preservados, mas todas possuidoras de traços comuns, principalmente em seus objetivos,

atender os acontecimentos diários, fazendo com que a dureza e ingratidão da vida ultramarina devido ao colonialismo e escravismo, fosse, ao menos em parte, amenizada.

A formação colonial foi sempre permeada por uma constante tensão, e assim, influenciou muitas vezes as práticas mágicas realizadas pelos colonos, visto que o sistema era extremamente desfavorável às classes mais pobres e principalmente aos cativos. Assim, uma das formas de defender seus interesses, especialmente entre os escravos, e manterem sua integridade física, era valendo-se dos recursos da magia, utilizada também na metrópole de forma similar, como demonstra PAIVA (1997, p.137). Ou seja, outro fator determinante para a formação do sincretismo específico colonial, foi a situação política do período. Por outro lado, as práticas mágicas e seus derivantes, além de refletirem o sincretismo religioso encontrado na colônia, tendem a refletir também os conflitos e tensões inerentes à sobrevivência colonial, principalmente no que tange as relações entre senhores e escravos. Como poderemos observar mais adiante os feitiços e as práticas ligadas à magia, ofensivas ou não, podiam mostrar mais que ligações entre escravos e seus antepassados, mas também se configuravam em uma forma de resistência negra frente ao sistema escravista. Resistência, não tentativa, porque em muitos casos, provavelmente pelo medo que os senhores tinham do potencial mágico de seus escravos, eles acabavam, quase sempre, conseguindo o que pleiteavam (SILVA, 2008, p.98). De forma geral, os feitiços e as mais diversas artes mágicas utilizadas pelos cativos, representavam para os mesmos, uma forma de saírem ou ao menos driblarem o sistema em que estavam inseridos, sem a necessidade de destruí-lo. Para isso, atacavam ao Senhor e à sua família, como também diretamente sua propriedade, jogando feitiços contra seus escravos, animais e mesmo bens inanimados, até mesmo na pior das hipóteses se matando, provocando-lhe grande prejuízo material e causando enorme preocupação quanto às possibilidades de perda entre suas peças.

Nesse contexto, Minas Gerais, devido ao seu alto índice de cativos, protagonizou um dos maiores campos para existência desses conflitos. Esse elevado número de escravos na província fornecia combustível para a propagação dos conflitos entre senhores e escravos, e assim, o medo das reações cativas foi difundido nas Minas. O uso de práticas mágicas no dia-a-dia era frequente, por parte não só dos cativos africanos ou já nascidos em território colonial, mas também entre toda a população, independente da classe a que pertencia (CALDAS, 2006/2007, p. 103). Entre os cativos principalmente, tais práticas, eram talvez o único elo com suas terras de origem. Somando a isso, atraídos pela corrida do ouro, pessoas de diversas origens, degredados, desbravadores, paulistas, emboabas chegaram à região

aurífera aos bandos, ocupando seus territórios e dominando o gentio. Dessa forma, Minas configurou-se solo fértil para disseminação e mescla de elementos aqui já existentes com os presentes nas culturas africanas, tornando-os parte integrante da vida nos arraiais auríferos. Assim, novas práticas foram criadas, algumas adaptadas e modificadas e outras mantidas (SOUZA, 1986, p.97).

Enquanto vida eu tiver, ninguém há de “bolir” com vocês

Na tentativa de fuga das mais diversas formas de opressão, muitas vezes os negros, inseridos em um contexto onde tinham poucas alternativas de melhores condições de vida, buscavam formas para se esquivarem e viverem da melhor forma que lhes fosse possível, uma das possibilidades, visto que a fuga significava uma alternativa perigosa e incerta, era o uso das “artes diabólicas”, fosse para resolver questões de saúde, amenizar ou evitar castigos e até mesmo solucionar problemas de amor (SOUZA, 1986, p. 272). Independente da intenção ou da forma como era feita e utilizada, tal prática, que não ocorreu somente entre os cativos, é de vital importância para a compreensão de como negros, índios, brancos, pobres e ricos se relacionavam com tais práticas e, por conseguinte como se relacionavam entre si, utilizando tais artes como amortecedores das complicadas relações sociais.

É bem sabido que a Inquisição e a imposição por parte da Igreja de uma ortodoxia católica, com seu discurso, criava na mentalidade popular a condição de deslealdade para com Deus, caso não relatasse algum assunto de desvio de fé que tivesse nota, transformando toda a população em possíveis desviantes da fé, considerando que a omissão presumia um desvio em si. A Inquisição criou uma horda de denunciadores, verdadeiros espiões da Igreja, deteriorando o tecido social, transformando simples conflitos entre vizinhos em assuntos de fé. Em situações onde havia querela, a denúncia poderia servir como vingança a quem se queria prejudicar, visto que aquele que caía nas malhas inquisitoriais, dificilmente saía ileso, mas sempre estigmatizado (SOUZA, 1986, p. 272).

O período colonial brasileiro foi marcado por um intenso processo de aculturação, onde novos referenciais simbólicos foram forjados a partir da junção do sincretismo religioso português às diferentes cosmogonias ameríndias aqui já existentes, posteriormente, a inserção dos africanos escravizados na colônia, também portadores de suas diferenciadas culturas, veio completar a fusão de pensamentos e práticas que configuraram a específica mentalidade religiosa colonial.

Os mais de 300 anos de escravidão no Brasil, desde o princípio foram mediados por relações de dominação de uma classe expropriada de seus direitos básicos de liberdade pela classe senhorial oriunda dos mais variados estratos aristocráticos portugueses que representavam o administrativo colonial. No entanto, o que tem sido observado em novas pesquisas, intensificadas cada vez mais a partir da década de 80, onde as mentalidades das culturas do passado passaram a ocupar lugar de destaque na historiografia brasileira, é que em muitas vezes as relações senhor/escravo foram mediadas por tensões conflituosas, na qual a resistência cativa frente às imposições senhoriais se destacam, demonstrando o quão equivocadas estiveram as opiniões da extrema passividade cativa na colônia, onde os escravos foram vistos mais como meros fantoches dos senhores do que ativos agentes de formação cultural. Observa-se também as infundáveis possibilidades de negociações, em que as duas classes sempre estiveram ligadas de forma interdependente, buscando atender aos interesses de ambas as partes. Sem esses ajustes, seria difícil compreender o porquê de a escravidão ter durado tanto em nossas terras²⁴.

Laura de Mello e Souza, em seu importante trabalho sobre magia e religiosidade popular no Brasil colonial, atenta para a especificidade da população que se forjou em Minas Gerais no século XVIII, no contexto da descoberta e exploração aurífera. Segundo a autora, a região foi campeã de conflitos inerentes das relações escravistas, onde os negros buscavam nas amalgamadas práticas mágico-religiosas, elementos que pudessem reestabelecer a harmonia e amenizar as agruras de seus cotidianos, essas práticas poderiam representar importantes mecanismos de resistência e ameaça à integridade da propriedade senhorial (SOUZA, 1986, p. 265).

Um bom exemplo do que ora se apresenta, é a denúncia constante nos Cadernos do Promotor do Tribunal Inquisitorial de Lisboa, referente ao arraial dos Prados, termo da Vila de São José del Rei na província de Minas Gerais. Em 1773, Thomaz Pereira de Melo, relata um interessante caso envolvendo desde conflito direto entre senhores e seus planteis, até as sutilezas das negociações e conveniências que envolveram interesses diversos, chantagem e medo, revelando muito dos anseios, da cultura e da mentalidade religiosa da sociedade mineira dos setecentos, bem como o impacto causado pelo discurso inquisitorial sempre corroborando para intensificação dos conflitos cotidianos. (ANTT, livro 319, doc. 115)

²⁴ A escravidão no Brasil durou mais de trezentos anos não só pelos meios repressivos de que o sistema se valia para controlar o cativo - castigos, açoites e punições etc. -, mas, sobretudo, pelas estratégias que senhores e escravos utilizavam tanto para manutenção do cativo quanto para melhor sobreviverem em sua realidade social. (SILVA, 2008).

O Arraial de Prados estava inserido no seio da sociedade mineradora, em região muito rica em fazendas de produção de gêneros de subsistência, portanto com grande população cativa com potencial para desencadeamento de conflitos. Na referida denúncia, Thomaz Pereira, talvez por inimizade ou algum tipo de vingança, busca incriminar o alferes Domingos Rodrigues Dantas, acusando-o de proteger e valer-se dos poderes de alguns feiticeiros que viviam na Vargem, subúrbio do Arraial, localidade denominada pela população da época como "Aldeia Dos feiticeiros". O denunciador segue com sua narrativa relatando o ocorrido entre Domingos Dantas e a mulata Florência de Souza Portela, com quem tinha tratos de amizade e boa convivência há muito tempo. Segundo ele, a mulata havia enterrado na porta do denunciado uma panela com feitiços, considerada no período como uma das práticas de maior violência, envolvendo pacto direto com o demônio. Quando indagada dos motivos de haver promovido tal "diabrura", respondeu que não haveria ele de se casar e ela continuar cativa para o resto da vida, que ela "com seus remédios" não permitiria, mesmo que para isso fosse para o inferno. Com o intuito de se livrar de tão terrível sina, o denunciado procurou por Antônio de Souza Portela, proprietário da mulata feiticeira com o intuito de conseguir a liberdade dela. Talvez, como prova da possível rede de clientelismo e troca de favores, antes mesmo do pôr do sol estava a mulata alforriada. Segundo Tomás, na realização do feitiço, a mulata contou com o auxílio de seu irmão Simão de Souza Portela. Os dois, algum tempo depois, teriam matado com a eficácia de seus poderes seu senhor Antônio de Souza Portela. Como diz LÉVI-STRAUSS (1975), a crença na prática, acarretava mais eficácia que a própria prática em si e o fato, por coincidência ou não, de Florência ter sido bem sucedida no evento da panela de feitiço na porta de Domingos Dantas e no assassinato a ela atribuído serviu para lhe angariar crédito e respeitabilidade de poderosa feiticeira. Além desses crimes, imputavam-lhe ainda a morte do marido de sua sobrinha, que segundo o denunciador, devia-lhe grandes quantias.

Tão presente estava a magia no arraial dos Prados e tão grande era a vontade de Tomaz em "exercer seu dever católico", que aparecem em sua denúncia mais três implicados em uso de feitiçaria na resolução dos problemas cotidianos de Prados. Catarina, Izidoro e Isabel foram acusados pelo denunciador por deixarem uma escrava de um potentado local, com quem tinham suas diferenças, cega, surda e aleijada, onde fica claro, como acontece em muitas outras denúncias nos cadernos do promotor, a intenção de causar prejuízo na propriedade cativa, pois nessas condições a escrava afetada pelos feitiços ficaria inútil. Eis um

bom exemplo do quanto a magia servia como resistência e legitimação de enfrentamento à dominação senhorial, como tem demonstrado SOUZA (1986).

Esses mesmo feiticeiros foram também acusados de matarem uma menina de 15 anos, filha de um homem que lhes devia dinheiro, porém, fica claro na narrativa que o alvo da vingança era outra filha do mesmo. Após o engano, com medo de retaliação, os três pediram socorro ao alferes Domingos Rodrigues Dantas, principal acusado na denúncia, o qual lhes oferece proteção, declarando que ficassem tranquilos, pois enquanto vida ele tivesse, "ninguém haveria de bolir com eles" (ANTT, 319, doc. 115).)Domingos Dantas chega a solicitar os serviços de Izidoro como adivinho para que descobrisse as "poucas vergonhas" de suas escravas no presente e no futuro, ou seja, um exemplo da apropriação, por parte dos senhores, da cultura dos negros para resolverem seus próprios problemas. Nesse caso, usa-se a magia africana contra os próprios negros (CALDAS, 2006/2007, p.105). Os três utilizavam seus poderes como fonte de renda, atividade bastante comum no período, não só pelos negros, mas também pelos demais extratos sociais, sendo solicitados para interferirem em diversas situações em que coubesse a utilização da magia como atenuante ou agravante dos conflitos. Torna-se claro a conveniência do alferes ao oferecer guarida aos três feiticeiros, se considerarmos as vantagens de possuí-los em dívida de gratidão, como também o respeito perante a sociedade que poderia se intimidar com a proximidade do poderoso alferes. Nota-se, então, uma cumplicidade de interesses que muitas vezes associava as classes em prol do alcance de benefícios e vantagens distintas.

Nessa sociedade extremamente conflituosa, muitas foram as formas de resistência e adaptação às condições impostas aos negros em terras coloniais. Destacam-se as irmandades religiosas, onde se podiam aglomerar e buscar certa força de representação social, manifestada principalmente nas festas de reis, onde um rei negro era coroado em dias específicos de festas, aludindo à mescla de elementos culturais típicos africanos e católicos ibéricos (SOUZA, 2002, p.132). As revoltas também sempre estiveram a amedrontar os senhores. Podemos citar o temporalmente deslocado exemplo da Revolta de Carrancas, muito bem analisada por ANDRADE (2008), na qual os cativos da fazenda da Bela Cruz se revoltaram e cruelmente dizimaram a família de seus senhores em busca de liberdade e melhores condições de vida. Os quilombos, principal refúgio àqueles que não mais suportavam as condições em que se encontravam, lutavam por direitos e independência de suas comunidades perante a instituição escravista.

Pouco ainda se ouve falar das manifestações de resistência e adaptações através do uso da magia e elementos da já citada religiosidade amalgamada forjada na colônia. Os cativos, indígenas ou africanos, buscaram em suas origens culturais elementos que pudessem oferecer um referencial de conforto, além de lhes socorrerem nas agruras da lida cotidiana colonial. Mesmo inevitavelmente imersos no catolicismo, elementos simbólicos e práticas populares oriundas de seus antigos estratos culturais sobreviveram e serviram de aparato para a religiosidade específica que se forjou na colônia. Muitas foram as possibilidades e rituais que estiveram presentes em Minas Gerais entre a cultura popular no século XVIII, que mesmo perdidas de seus reais significados de origem, sobreviveram e representaram a esperança de possíveis futuras melhorias de condições de sobrevivência. Além da resistência perpetrada com o uso da magia, ela também serviu como mecanismos de trocas culturais e negociações de interesses e influências, onde fica claro as absorções da cultura popular da magia e da religiosidade negra entre os senhores brancos europeus, bem como a europeização das camadas populares.

O estudo de casos particulares e desconhecidos, de pessoas que viviam em seu anonimato, pertencentes à gente comum da colônia, pode trazer a lume o que essas pessoas pensavam, diziam e como agiam em seus contextos. Buscar nestes relatos a história da cultura popular, suas práticas e ações, a mentalidade em si, pode contribuir para o instigante e interminável debate sobre a história cultural, onde conflitos, visões de mundo e crenças cotidianas, demonstram as diferenças e múltiplos pensamentos dentro de um mesmo contexto social, anseios, disputas, preferências, onde todos lutavam constantemente contra as mazelas e problemas do dia-a-dia, mas também com o próprio contexto em si.

Da complexa mentalidade popular que se configurou no *modus vivendi* da população negra aqui compulsoriamente inserida, chamam à atenção, das distintas formas de adaptação e resistência, a maneira como as mesinhas ibéricas, os calundus africanos, a administração de pós, poções, o uso de cartas de tocar e utensílios sagrados como forma de fechar o corpo aos riscos do cotidiano, eram utilizados como solução, busca de conforto, proteção, resistência às injustiças senhoriais e até sobrevivência material na complexa lida colonial (SOUZA, 1986, p.291). O estudo de casos como o de Florência nos permite observar as facetas do cotidiano comum das pessoas colônia, além de contribuir para o instigante debate acerca da cultura popular forjada no Brasil e suas mais diversas contribuições.

Referências Bibliográficas:

Fontes:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) - Cadernos do Promotor

Livro 296 [1732-1746], fol.0611, doc. 257.

Livro 304 [1719-1752], fol. 0623-0643.

Livro 318 [1740-1761], fol. 1250-1251.

Livro 319 [1769-1790], fol. 0277-0287.

Arquivo histórico do Escritório Técnico do IPHAN de São João del Rei.

Inventário Florência de Sousa Portella, caixa nº 398.

Testamentos Florência de Sousa Portella, caixa nº 108.

Bibliografia

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

CALDAS, Glícia. A magia do feitiço: apropriações africanas no Brasil colônia. *Revista eletrônica: Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa*, São Paulo, v. 1, n 001, p. 96-109, set./fev. 2006/2007.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990

LÉVI-STRAUSS, Claude. O feiticeiro e sua magia. In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

NOVINSKY, Anita. Ser marrano em Minas Colonial. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n 40, p. 161-176. 2001.

PAIVA, Pedro. *Bruxaria e superstição num país sem “caça às bruxas”*. Lisboa: Notícias, 2002.

SILVA, Cristiano Lima da. O serviço mais íntimo e delicado: aspectos do universo da escravidão doméstica e algumas formas de conquista de alforria. *Mal-estar e sociedade*, Barbacena, ano I, n 1, p. 89-110, nov. 2008

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

SOUZA, Marina de Mello e. Catolicismo negro no Brasil: Santos e Minkisi, uma reflexão sobre a miscigenação cultural. *Afro-ásia*, UFBA, n. 28, p. 125-146, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

“Das montanhas mexicanas ao ciberespaço”: a guerrilha informacional do movimento indígena de Chiapas*

Júlia Melo Azevedo Cruz

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

juliameloac@gmail.com

RESUMO: O objetivo do artigo é apresentar a pesquisa “Das montanhas mexicanas ao ciberespaço”: a guerrilha informacional do movimento indígena em Chiapas”, cuja finalidade é analisar a estratégia de ação política do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que – entre outras demandas – se opõe aos efeitos da globalização neoliberal. A forma de luta do movimento foca no uso da Internet, que contribui para a criação de uma rede internacional de comunicação e de solidariedade. O zapatismo é estudado dentro do contexto dos novos movimentos sociais que emergem no final do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: zapatismo; neoliberalismo; novos movimentos sociais; Internet; globalização.

ABSTRACT: The objective of this article is to present the research project “Das montanhas mexicanas ao ciberespaço”: a guerrilha informacional do movimento indígena em Chiapas”, which aims to analyze the strategy of political action of the Zapatista Army of National Liberation (ZANL), which opposes – among other things – the effects of neoliberal globalization. The movement focuses on the use of Internet, which contributes to the creation of a international network of communication and solidarity. The zapatism is studied within the context of new social movements that emerged in the end of the 20th century.

KEYWORDS: zapatism; neoliberalism; new social movements; Internet; globalization.

O final do século XX foi marcado pela eclosão de novos movimentos sociais que se distinguiram, em grande medida, de movimentos emergidos anteriormente, por sua configuração, seus objetivos, suas estratégias e seu contexto de surgimento. Esses novos movimentos sociais surgiram em um cenário de modernização econômica e de uma ordem geopolítica cada vez mais global e capitalista, que excluía grandes parcelas da população mundial e passava a adentrar fortemente os espaços locais. Na América Latina, camponeses e indígenas foram grupos mais afetados por essa globalização econômica e resistiram a ela dentro de uma longa tradição de luta no continente. Entretanto, a resistência foi inovada com a utilização de novas tecnologias e a criação de redes de comunicação e solidariedade pelo mundo.

* O artigo é fruto de um projeto pesquisa em andamento, iniciado em 2013, coordenado pela Prof. Dr. Adriane Vidal Costa.

O presente artigo tem como objetivo apresentar o projeto de pesquisa “Das montanhas mexicanas ao ciberespaço: a guerrilha informacional do movimento indígena de Chiapas”, que se propõe a analisar a estratégia de luta engendrada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional no México nas duas últimas décadas. Este movimento – de caráter indígena – se encontra dentro do contexto dos novos movimentos sociais que surgiram no final do século XX. EZLN foi o primeiro grupo organizado a utilizar a Web como estratégia principal de ação política. A princípio, surgiu como um movimento local na região sul do México – nas montanhas do Estado de Chiapas – e, posteriormente, se expandiu para o âmbito nacional e até mesmo internacional. Atualmente, é possível encontrar comunidades zapatistas nos mais variados países do mundo, e as reivindicações do movimento vão além da realidade mexicana.

O movimento indígena chiapaneco surgiu na década de 1970, quando grupos indígenas da região organizaram-se para reivindicar questões relacionadas à terra, saúde e educação, contando com a ajuda das comunidades eclesiais de base que tiveram importante papel na organização política e no diálogo entre os diversos grupos. Na década de 1980, um grupo de dissidentes políticos proveniente de centros urbanos – que em grande parte compunha a geração que participou das manifestações do ano de 1968 no México – se instalou na selva de Chiapas e estabeleceu contato com os grupos indígenas locais, criando o Exército Zapatista de Libertação Nacional. A primeira aparição armada do grupo, entretanto, se deu somente em 1º de janeiro de 1994, dia em que começou a vigorar o NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), acordo econômico feito entre os Estados Unidos, Canadá e México. O grupo zapatista desceu a selva Lacandona, “sede” do movimento, para tomar com armas as cidades San Cristóbal de Las Casas, Las Margaritas, Ocosingo e Las Cañadas, na região sudeste do país. O acordo feito entre EUA e o México, que fortaleceria o neoliberalismo e seus efeitos, representava para a população indígena mais exclusão e mais prejuízos. Com a irrupção armada, o movimento desejava pressionar o governo para que este atendesse suas demandas: terra, justiça, trabalho, teto, liberdade, cidadania e dignidade. As negociações com o governo se deram de maneira bastante lenta e o movimento optou por abandonar a luta armada e adotar uma estratégia de ação civil e pacífica, por meio de congressos, via eleitoral, declarações, dentre outras. Neste contexto, a internet se mostrou como importante aliada à luta do movimento. Por meio da criação de um site que divulgava as ideias do EZLN e convocava os povos mexicanos à luta. Desde então, o movimento ganhou projeção nacional e internacional e isso o fortaleceu.

O objetivo central da pesquisa é analisar como o Exército Zapatista de Libertação Nacional utiliza a Internet como estratégia de ação política e investigar como ele mantém uma eficiente rede de comunicação e solidariedade ao movimento. Especificamente, procuramos analisar como os zapatistas estruturam seu site na rede – no que se refere ao conteúdo, à periodicidade das publicações virtuais, à comunicação com os leitores, dentre outros –; e mostrar como e porque os zapatistas criaram um novo repertório de ação coletiva ao utilizar a Internet como estratégia de luta, já que abandonaram a luta armada e foram o primeiro grupo organizado a utilizar de fato a *web*.

Além disso, buscamos mostrar que a comunicação é o principal meio de luta do EZLN. É por meio da palavra que o movimento se projeta mundialmente, ganha força, constrói sua auto-imagem por meio da mídia virtual e busca conservar sua cultura e sua visão de mundo. Também procuramos compreender que o uso da Internet permite formas inovadoras de exercício da democracia; mostrar que através do uso da Internet e de um site dedicado ao movimento, este conseguiu vencer o controle da grande mídia que veicula a maior parte das informações sobre o movimento; e, finalmente, mostrar por meio da análise da documentação disponível *on line* que o EZLN busca identificação com a luta de todos os oprimidos não só no México, mas em todo o mundo.

A *homepage* do movimento zapatista (<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>), que reúne declarações, comunicados, documentos e notícias sobre a realidade sociopolítica e econômica do México e sobre a luta anti-neoliberal, é a principal fonte de estudo dessa pesquisa. Analisamos os documentos produzidos pelos integrantes do movimento disponibilizados virtualmente e a interatividade com os internautas por meio de trocas de correspondências *on line*. A Internet foi utilizada pelo movimento como estratégia de ação política pela primeira vez já em 1994, quando o porta-voz do movimento subcomandante Marcos²⁵ utilizou o correio eletrônico para divulgar a Primeira Declaração da Selva Lacandona, que chamava o povo mexicano à luta e declarava as reivindicações do EZLN. Outras seis declarações, veiculadas ao longo dos anos, foram todas disponibilizadas virtualmente, assim como outros documentos, comunicados e textos escritos pelos zapatistas. Essas declarações são importantes fontes primárias para o estudo do movimento, já que foi por meio delas que o EZLN divulgou suas principais ideias, suas principais demandas –

²⁵ O subcomandante Marcos foi o porta-voz oficial do EZLN até maio de 2014 e detentor do comando militar. Pode ser considerado uma das figuras mais importantes do movimento, cuja capacidade de comunicação é extremamente relevante. Denomina-se “subcomandante” por ser apenas um porta-voz do movimento e ser submetido aos mandos das comunidades indígenas.

referentes a terra, trabalho, teto, alimentação, educação, saúde, liberdade, democracia, justiça, independência e paz – e suas estratégias de luta, e convidou a população mexicana e mundial a aderir à causa. Todas elas podem ser encontradas na *homepage* do EZLN.

A página na Internet do movimento começou não como um *site* oficial da organização, mas foi criada por um estudante nos Estados Unidos que pegava informações de fontes confiáveis e se propunha a divulgá-las o máximo possível, sem estar vinculado diretamente aos zapatistas e a nenhuma instituição. Com o sucesso da mídia virtual, o movimento ganhou direitos sobre a *homepage* e essa acabou se tornando a página oficial do EZLN, por meio da qual os integrantes exercem sua luta e criam uma rede de comunicação e solidariedade no mundo. De acordo com o sociólogo Manuel Castells, os zapatistas podem ser considerados o primeiro movimento de guerrilha informacional (CASTELLS, 1999, p. 103). Dessa maneira, consideramos que a Internet figura como espaço privilegiado para a disseminação de ideias e demandas do movimento e, portanto, se mostra como rica aliada para esta pesquisa. Houve uma cuidadosa seleção dos documentos a serem estudados, uma vez que a quantidade de itens encontrados no *site* é demasiadamente extensa. Além disso, os emails e as perguntas que são frequentemente enviados pelos internautas à *homepage* serão analisados, buscando a compreensão da rede de comunicação criada pelo movimento.

A mídia virtual tem se mostrado uma rica ferramenta para os estudos históricos do tempo recente. A Internet tem sido utilizada pela maioria dos movimentos sociais que surgiram no final do século XX e início do século XXI, já que traz inúmeros benefícios. As comunicações eletrônicas conectam ativistas de movimentos sociais de diversos países, reduzem os custos de comunicação, incrementam o campo de atuação dos movimentos e possibilitam a construção de redes organizadas. Por outro lado, segundo o sociólogo, cientista político e historiador Charles Tilly (2005), é importante ter em vista que a Internet funciona como instrumento seletivo através e dentro dos países, uma vez que há uma desigualdade tecnológica e nem todos tem acesso a tal instrumento.

A mídia eletrônica possibilita a criação de redes de comunicação e solidariedade, importantes e fortalecedoras dos novos movimentos sociais. Manuel Castells demonstra que há uma nova sociabilidade baseada numa dimensão virtual que transcende o tempo e o espaço, o que ele denomina de “sociedade em rede” ou “sociedade da informação”. Segundo o autor, a internet tem uma geografia própria, ou seja, ela tem alterado as noções de espaço que conhecíamos, atuando na desconstrução e construção de novas paisagens sociais. O fenômeno da internet tem sido cada vez mais responsável pelo aparecimento de novos

padrões de sociabilidade (CASTELLS, 2000). O EZLN, por meio uso da Internet como estratégia de ação política, foi capaz de criar uma importante rede de comunicação virtual que fortaleceu o movimento e expandiu seu ideal por várias áreas do mundo. É possível encontrar comunidades zapatistas espalhadas por diversos países e ativistas que participam e ajudam o movimento mesmo que distantes do território mexicano. A pesquisa busca compreender como se deu a formação dessa rede, qual foi a sua relação com a trajetória, as estratégias e os ganhos do movimento.

Para compreendermos o uso da Internet como estratégia de luta do EZLN e suas formas de ação política, utilizamos o conceito de “repertório de ação coletiva”, cunhado pelo sociólogo Charles Tilly. A noção de repertório se refere a um conjunto de formas de ação compartilhadas por um grupo de atores sociais. Este grupo escolhe um número restrito de estratégias com as quais eles estão familiarizados, aliado a novos meios. O repertório é delimitado, segundo o autor, pela experiência anterior, por recursos materiais, organizacionais e conceituais que eles possuem, e por estruturas de mobilização e de oportunidades políticas. Contudo, Tilly deixa claro que “os repertórios também são contingentes, pois ocorrem variações dependendo da rigidez ou flexibilidade do repertório, da inovação dos grupos e de seu uso em determinados lugares e momentos históricos” (BRINGEL, 2012, p. 46). A noção de repertório deve ser analisada na perspectiva da longa duração, ou seja, suas características e modificações pensadas dentro do contexto de vários séculos. O momento de transição de um velho repertório para um novo repertório é denominada por Tilly de *hinge*, e isso ocorre quando os meios de ação de um grupo, em uma nova conjuntura, se tornam ineficazes.

É importante destacar que Tilly vai além de análises que focam somente na determinação do contexto ou nas estruturas que dão oportunidades ou restringem a ação de um grupo: a noção de repertório dá conta também de uma faceta cultural, que tem em vista os recursos simbólicos, a identidade coletiva, a existência de redes de confiança, dentre outros aspectos. O conceito é relacional e interacionista e privilegia a experiências das pessoas em processos de interação conflituosa: os repertórios pertencem a conjuntos de atores em conflitos e não a atores isolados. Além disso, Tilly trabalha com a noção de performance dos atores sociais, que trata das formas de atuação e das maneiras de utilizar as estratégias após a escolha do repertório. Com todos esses elementos, Charles Tilly evita a ideia de que o repertório é engessado e vai além da noção puramente política do conceito. “A adição de performance e o olho nas interações foi o seu modo de adensar a *agency* e mitigar o estruturalismo de origem.” (ALONSO, 2012, p. 32)

Como o foco da pesquisa é analisar as estratégias de luta do Exército Zapatista de Libertação Nacional, a noção de repertório é bastante válida para o estudo. Com o uso deste conceito, é possível pensar na maneira de fazer política do movimento, como ela se configurou, quais são seus principais elementos, quais foram suas transformações ao longo do tempo e qual a sua relação com as conquistas e a trajetória dos zapatistas. Como citado anteriormente, a estratégia de ação do EZLN, a princípio, foi armada, e após algumas tentativas, o movimento passou a adotar meios civis e pacíficos. Neste contexto, a Internet entrou como elemento central no repertório zapatista. Desse modo, a pesquisa tenta compreender essa transformação de repertório, e, com isso, as mudanças ocorridas também nas demandas e no discurso do movimento. O discurso zapatista, que faz uso de diversos símbolos nacionais aliados a elementos indígenas, legitima as reivindicações e ações do EZLN. A princípio, entretanto, ele era voltado muito mais para uma questão interna e própria do México. Com mudanças no contexto e nas estratégias do movimento, este discurso é ampliado e insere pautas internacionais, como a luta pelo meio ambiente, pelos direitos da mulher, contra a homofobia, a favor das minorias, dentre outras. A transformação de suas demandas é analisada em íntima relação com a mudança de repertório zapatista.

Dois elementos centrais do discurso do EZLN se referem à tradição indígena e à tradição zapatista. A primeira abarca os séculos de luta indígena frente à dominação e à opressão – desde a chegada de Colombo na América – e é mobilizada frequentemente nos textos do movimento chiapaneco. Os indígenas que participam do EZLN – grande parte da composição do movimento – são oriundos de diferentes grupos e se unem em torno da questão da terra e da exploração. A tradição zapatista, por sua vez, retoma a Revolução Mexicana de 1910 e o símbolo de Emiliano Zapata, e pode ser considerada como o foco da mobilização do EZLN em seus primeiros anos. A luta por terra, o papel heróico de Zapata e as demandas e conquistas do movimento revolucionário do início do século XX são mobilizados no discurso e na identidade do EZLN, como pode ser percebido inclusive na denominação deste. Outros símbolos da história mexicana também aparecem, tais como Pancho Villa, Hidalgo e Morelos. Esta retomada do passado tem como objetivo legitimar as demandas do presente e justificar as ações políticas zapatistas. Com a ampliação do discurso para além da realidade chiapaneca, há um maior alcance das propostas feitas pelo ELZN dentro do México.

Posteriormente, o discurso do movimento zapatista também se expandiu para além do âmbito nacional e convocou outros países à luta. A mobilização de elementos nacionais na

retórica do EZLN não desaparece, mas é enfraquecida. Ao utilizarem uma máscara para cobrir o rosto – um dos ícones de grande popularidade dos zapatistas –, os atores sociais deste grupo afirmam que não possuem uma identidade específica e que toda e qualquer pessoa pode tornar-se um zapatista; a luta deles é uma luta mundial. Ampliam suas propostas para movimentos de caráter internacional e com isso, ganham apoio e força. O uso da mídia eletrônica se mostra como importante aliado neste ponto, uma vez que é através da ferramenta da Internet que a maior parte das pautas zapatistas são divulgadas e as redes de comunicação e solidariedade ao movimento são construídas. Desta maneira, vale ressaltar a importância da relação entre o discurso, a identidade e as reivindicações do movimento com a estratégia de ação política utilizada – o repertório.

O uso da mídia eletrônica pelos zapatistas inaugurou um novo modo de atuação dos movimentos sociais na América Latina, se distinguindo das tradicionais formas de luta no continente e no mundo. Esta característica é um dos elementos que insere o movimento indígena mexicano dentro da noção de novos movimentos sociais. Alain Touraine define a noção de movimento social como uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada, com atores conscientes do que têm em comum, dos mecanismos de conflitos e de interesses particulares que os definem uns contra os outros. (TOURAINÉ, 2006) Sua aplicação tradicional, segundo o autor, entretanto, é referente às sociedades industriais. Na sociedade atual, chamada por Touraine de sociedade da informação e da comunicação, as forças dominantes se definem não por termos sociais, mas por “uma capacidade ilimitada de mudança ou de adaptação a um contexto em constante modificação”. (TOURAINÉ, 2006, p. 23) Apesar disso, Touraine aponta que é possível usar a noção de movimentos sociais nas sociedades contemporâneas, em uma análise mais sociológica, pois o que une os movimentos coletivos são ainda os laços sociais, e seus adversários apoiam seus interesses e objetivos sobre mecanismos sociais. Devemos, contudo, localizá-los dentro de um novo contexto, considerar suas características distintas do modo clássico de atuação dos movimentos sociais do século XIX e XX e das formas tradicionais de luta.

Esses novos movimentos têm como importante característica o uso da mídia virtual. Entretanto, Charles Tilly adverte o determinismo e aponta que a agenda tecnológica não dominou as mudanças na organização, nas estratégias e nas práticas dos movimentos sociais. As mudanças nesses e as novas características que podemos observar resultam muito mais dos contextos sociais, políticos e organizativos. Além disso, para o autor, a maior parte da

atividade dos movimentos sociais continua focada em formas de organização local, regional e nacional. (TILLY, 2005)

A emergência de novos movimentos sociais está relacionada com o contexto de globalização econômica e neoliberal no mundo. A integração das economias e dos mercados em larga escala, a privatização acelerada, a desregulação, a liberalização do comércio, e os cortes nos gastos sociais aumentaram o lucro das grandes empresas e prejudicaram massivamente as parcelas mais pobres da população, os pequenos trabalhadores, os indígenas e camponeses. Com o neoliberalismo, essas pessoas são excluídas dos benefícios, perdem suas terras, seus empregos e muitas vezes são forçadas à migração. A economia mexicana, que nas últimas décadas do século XX se vê submetida ao sistema de produção dos Estados Unidos e à dinâmica das grandes empresas, se torna neoliberal e impacta – de maneira positiva para poucos e muito negativa para outros – a população de seu país. Tendo isso em vista, o EZLN faz oposição declarada à essa nova ordem global. Neste mesmo contexto de globalização, os zapatistas criam por meio da Internet um movimento internacional de opinião pública e redes de grupos de apoio, que minimizaram a repressão do governo mexicano em relação ao EZLN e fortaleceram seus ideais.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional, ao longo de sua trajetória e das mudanças que ocorrem no contexto em que está situado, ressignifica a todo tempo seus ideais, sua identidade, seu discurso e seu repertório. A partir de uma demanda local do Estado de Chiapas, no sudeste mexicano, o grupo zapatista galga espaço lentamente e amplia seu alcance para o cenário nacional e mundial, por meio de sua inserção no campo complexo e frutífero das novas tecnologias de comunicação em massa. Como apontou Manuel Castells, essa capacidade de comunicação dos zapatistas lançou “um grupo local de rebeldes de pouca expressão para a vanguarda da política mundial” (CASTELLS, 1999, p. 104). Se coloca necessário pensar, desse modo, que suas reivindicações vão muito além da realidade mexicana. A luta por terra, trabalho, justiça, dignidade, a favor das minorias e contra a exploração tem caráter universal.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia e Antropologia*, v. 02, n.03, p. 21-41, 2012.

BAIÃO, Fábio. *Uma longa Revolução - história, memória e usos políticos do passado na guerra simbólica entre estado e zapatistas no México*. Monografia (Graduado em História) – ICHS-UFOP, Departamento de História, Mariana, 2012.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia e Antropologia*, v. 02, n.03, p. 43-67, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e terra, 2000.

_____. *O poder da identidade, Volume II*. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CEDILLO, Adela. Análisis de la fundación del EZLN en Chiapas desde la perspectiva de la acción colectiva insurgente. *Estudios Sociales y Humanísticos*, San Cristóbal de Las Casas, v. X, n. 2, p. 15-34, julho-dezembro 2012.

JUNIOR, José Gaspar B. Guerrilha em foque: o uso da mídia como tática de difusão do movimento em Chiapas. In: I COLÓQUIO DO LAHES, 2005, Juiz de Fora. *Anais do I Colóquio do Lahes*. Juiz de Fora, 2005, p. 1-11.

TILLY, Charles. *Los movimientos sociales entran en el siglo veinteuno*. Trad. Marta Latorre Catalán. *Política y Sociedad*, v. 42, n. 2, p. 11-35, 2005.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. Trad. André Villalobos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 133-160, janeiro-julho 2010.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. Trad. Ana Liési Thurler. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p.17-28, jan./abr. 2006.

Museus de cidade e representações de gênero: diálogos possíveis

Karyna dos Santos Figueiredo Dultra
Graduanda do curso de Museologia
Universidade Federal de Minas Gerais
Email: karynadultra@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo propõe a reflexão de museus como espaços de representações sociais, apresentando possíveis diálogos entre esses dois temas que envolvem a dinâmica da vida humana. Os estudos sobre a relação de museus de cidade e as temáticas de gênero são aqui tratados de forma embrionária, mas podemos reconhecer e afirmar o campo fértil para o equacionamento das problemáticas que se apresentam acerca do assunto.

PALAVRAS-CHAVE: museus; cidade; dinâmica humana; território; representações, gênero.

ABSTRACT: This paper propose a reflection of museums as places of social representations, presenting possible dialogue between these two themes involving dynamic human life. Studies on the relationship of museums in the city and thematic gender are treated here in embryonic form, but we can recognize and affirm the fertile field, for solving the problems that arise on the subject.

KEYWORDS: museums, city, human dynamics, territory, representations, gender.

A cidade vai com o tempo deixando de ser apenas um lugar de abrigo, proteção e refúgio para tornar-se aparato de comunicação; comunicação no sentido de deslocamento e relação, mas também no sentido de transmissão de determinados conteúdos urbanos, seria o próprio monumento constituinte do corpo da cidade capaz de comunicar um conteúdo ou um significado de valor. Giulio Carlo Argan

Escrever sobre museus e cidades ou museus de cidade – como queira o leitor – é um grande desafio diante das transformações que esse território – as cidades, refiro-me aqui, às brasileiras – vêm passando atualmente. A começar pela Copa das Confederações, posteriormente a Copa do Mundo, eventos que podem ser considerados de grande porte, simbolizadores e geradores de inúmeros protestos em várias cidades do Brasil, país que apresenta também um cenário político envolto por questões polêmicas. Tais manifestações representam e expressam a luta pelo direito à cidade, por esses e outros motivos é complexo compilar tudo que envolve temas urbanos num só artigo, mas o mesmo pretende delinear questões como propõe seu título, sem a pretensão de respondê-las.

Interessante colocar-se aqui algumas premissas acerca do território, que podem nos ajudar a pensar a cidade como um artefato, um complexo e modificado objeto criado pelo

homem. Mais do que isso, a cidade é um território que testemunha os inúmeros rituais de inúmeros grupos humanos. São conflitos, ritos, representações simbólicas; a cidade é o lugar da dinâmica humana. E o homem, um ser político inserido neste último. Sobre território, Marcel Roncayolo apud. Littré afirma que “O território compreende tudo o que pertence, de fato, a um território, considerando o ponto de vista político.” (RONCAYOLO apud. LITTRÉ, 1986). Compreendendo então a cidade como território, Roncayolo argumenta:

O território trata-se, por exemplo, das disposições legais e das normas que se aplicam aos habitantes e às quais apenas se consegue escapar graças aos privilégios da extraterritorialidade. A cidade é território e dispõe de um território, quer pelo papel das instituições, quer pelo, mais informal, das suas actividades particulares (...). Pelas funções que exerce, pela originalidade da sua composição e das suas instituições, lugar de encontro, lugar de dinâmica. (RONCAYOLO, 1986)

Impossível então, pensar no trabalho do profissional de um museu sem pensar na vida humana, pois compreendemos aqui, o objeto associado às atribuições de valor dadas pelo homem, não sendo esse objeto sozinho, por si só. O objeto representa o homem, na medida em que esses permeiam suas relações e mesmo não sendo percebidos *a priori*, quando o colocamos no museu, atribuímos outros significados, possibilitando a interpretação de contextos a partir de estudos realizados em torno do mesmo. Nesta condição, nos é permitido pensar que a Museologia – deixando de ser edifício + coleção + visitante, para se tornar agora, território + patrimônio + população local + visitantes – se vê sujeita a discutir essas transformações, essas performances humanas, ocorridas nesse território que é a cidade. Ainda segundo Diana Farjalla Correia Lima sobre processos de Musealização:

Esse movimento de transformação em duas frentes de expansão, a conceitual e a do efeito da ocupação territorial se expressa como um aprofundamento pra o significado da Musealização, e esta inovação levou a ampliar a compreensão para Museu, para o campo da Museologia e também para o próprio Patrimônio. (LIMA, 2012)

Esse laço, entre o homem e seu território é que faz com que a cidade não se congele, tornado-se cenário construtor de identidade do indivíduo, bem como suas memórias individual e coletiva vividas nesse espaço.

O museu, instituição que por sua natureza é de representação social, é também símbolo urbano, deveria e deve abarcar as demandas sociais, ainda que seja complexo fazê-lo com a diversidade dessas demandas, sobretudo quando tratamos de museus contemporâneos.

Nesse modelo, começam algumas contradições nas instituições museológicas, ao pensarmos que ela faz parte da cidade, colocada aqui como campo de forças. Percebemos que

museus refletem problemas que não são por vezes mostrados em suas exposições, é um espaço de conflito não só em relação aos grupos que são representados através de acervos e coleções, mas muitas vezes um espaço em que conflitos profissionais tomam conta do rumo dessa instituição. Podemos entender esse campo, como a dinâmica política, uma vez que me parece um tanto complexo que se abarque absolutamente tudo de qualquer tema numa exposição museológica. Mas a proposta aqui não é que simplesmente sejam construídos discursos sem pesquisas e se crie uma miscelânea, tudo sobre a cidade ao mesmo tempo, na exposição de seu museu. É importante considerar a vocação desse museu, pois, se o mesmo propõe ser “de cidade”, me parece mais interessante que nele seja retratada a realidade de sua comunidade, que é por muitas vezes, forjada. Ou ainda, coloca-se muitas vezes nesta tipologia museística, a cidade como um fato dado, congelado, como se a história daquela cidade fosse factuada e acabada, o que claro, visivelmente entendemos tal contradição quando pensamos na dinâmica política humana, delineada anteriormente no presente artigo.

O que podemos perceber é uma corrida patrimonial na medida em que os museus e instituições afins são construídos como meras mercadorias, numa disputa incessante para atrair cada vez mais um número maior de turistas. Algumas vezes essas construções são marcadas por processos de gentrificação²⁶, quando pensamos em pessoas e suas dinâmicas que são retiradas de um determinado lugar para serem substituídas por outras dinâmicas mais lucrativas em termos financeiros para uma cidade. Os museus por muitas vezes, vêm sendo usados como artifícios mercadológicos para promoção de segmentos que com os quais a própria comunidade não se identifica; realidade que deixa clara o distanciamento da teoria museológica, que além de outros fatos, enxerga justamente o diálogo entre o museu e a comunidade.

Por esse motivo, lanço aqui uma das minhas inquietações em relação ao museu e a própria Museologia, sendo uma delas a questão das memórias que não foram legitimadas para ser perpetuadas para a posteridade em instituições museológicas. Assim, o museu como instituição que por natureza é artifício de representação social, não problematiza em seus espaços os conflitos que cercam a sociedade, como o trabalho, relações de gênero no âmbito da comunidade, cidadania, habitação, conflitos e manifestações, enfim, o museu deve estar aberto a tocar nas feridas sociais como forma, tentativa de abarcar o quão diversa é a sociedade, o movimento, a dinâmica da cidade, que não é e não deve ser estática.

²⁶ Ver mais em *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público* (LEITE, Rogério Proença, 2004)

Podemos explorar um pouco mais, por exemplo, questões acerca da Museologia e gênero, tema amplamente discutido em outras áreas do conhecimento e atraído pelo debate público. De maneira geral, podemos pensar que o campo acadêmico é também reflexo de um modelo de sociedade que não contempla a igualdade de gênero em seus vários segmentos. A área museológica não é diferente, acrescentando-se ao fato de ser uma ciência relativamente nova, portanto, com várias lacunas ainda a serem preenchidas, não sendo os estudos de gênero uma categoria prioritária de análise acadêmica atualmente. Ao pensarmos em museus, instituições museológicas e suas exposições, são espaços que, de certa forma são conflituosos, sobretudo quando se trata do processo de seleção até a extroversão de acervo. Assim, como explanado anteriormente, memórias que por vezes não tiveram direito de ser preservadas por museus, como as memórias acerca dos estudos de gênero, podem ser sintoma e reflexo de uma série de deslegitimação de direitos desses chamados grupos sociais. A exemplo desse fato, questões que permeiam mulheres, tema amplamente discutido em várias áreas do conhecimento acadêmico, mas pouco discutido na área museológica, bem como pouco representado e abordado em exposições. Historicamente, sabemos que o papel das mulheres foi modelado a partir de um modelo heteronormativo de sociedade, e que a ciência contribuiu para tal através de estudos publicados ao longo dos séculos, “fabricando” um modelo de mulher a ser copiado e exercido. Exemplos como construções da anatomia feminina, aliadas a comportamentos como delicadeza e fragilidade, foram dogmados como parâmetros para um comportamento a ser estabelecido como feminino. O mesmo acontece com o homem, quando por muito anos são atribuídos aos mesmos, regras como virilidade e grosseria associadas ao seu sistema endócrino. Presenciamos também, discursos atuais que tiveram suas raízes em séculos passados, pautados muitas vezes em teorias validadas pela ciência, mostrando como a mesma pode corroborar para a afirmação de uma sociedade onde em que se afirmem cada vez mais papéis de gênero delimitados, não podendo ser passíveis de inversões, além de claro, a criação e afirmação dos preceitos humanos, em que o homem ocupa o lugar da “macheza”, virilidade, fortaleza, espaço público, enquanto a mulher é a natureza, delicadeza, fragilidade, espaço doméstico. Assim, o gênero se permite ser explorado de várias formas dentro de instituições museológicas, visando a ampla ramificação que tem esse tema. Através de representações femininas ao longo dos séculos, relações entre homens e mulheres no que tange ao trabalho, relações homossexuais, bem como debates e palestras sobre esses e outros assuntos, são maneiras de se colocar em prática algumas das inúmeras funções incumbidas aos museus. Mas dessa maneira, coloca-se aí o desafio do exercício da *zona de contato*, conceito que ganha força com James Clifford em que, dois ou mais grupos distantes,

sobretudo geograficamente e culturalmente são colocados em frente, interagindo, mesmo havendo conflito de poder.²⁷ Seria essa, uma possibilidade para se enfrentar esse desafio de lidar com essas demandas sociais tão variadas.

Pensa-se assim, na possibilidade da promoção do diálogo entre instituição e público, para que o museu não se torne cada vez mais submisso a esses assuntos que foram colocados como tabus por tantos anos. Nessa condição, coloco aqui a esperança de tal fato ser transformado quando pensamos em um número crescente de cursos de graduação dessa ciência e, por conseqüência, o surgimento de novos interesses de estudos acadêmicos dentro do curso, inclusive o gênero, podendo esse último tema ser trabalhado não só como categoria de análise, mas também nos próprios museus, em seus setores educativos, exposições e palestras, nesses espaços museais tão habituados a tratar com a materialidade da vida humana.

Referências bibliográficas

- AGIER, Michel. As situações elementares da vida urbana. In: *Antropologia da Cidade. Lugares, situações, movimentos*. Tradução: CORDEIRO, Graça Índias. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011. p. 89-100.
- BUTLER, Judith. Diagnosticando o gênero. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2009.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. Gênero e cultura material: uma introdução bibliográfica. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v 9/9, p. 293-324, 2000/2001.
- CANGUILHEM, Geores. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- CLIFFORD, James. Los museos como zonas de contacto. In: *Itinerarios transculturales*. Barcelona: Gedisa, 2008. p. 233-270.
- JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2005.
- JEUDY, Henri-Pierre. Maquinaria Patrimonial. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, v. 6, n 1. 2003.
- LEITE, Rogério Proença. Usos e contra-usos, a construção socioespacial da diferença. In: *Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, SP. Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS, p. 212-283. 2004

²⁷ Em sua obra *Itinerarios Transculturales*, James Clifford relata um capítulo sobre o conceito de zona de contacto, que toma emprestado de Mary Louise Pratt, autora que discorre acerca dos contatos coloniais, em que ficam claras as distâncias geográfica e histórica, embasadas no expansionismo europeu. Clifford propõe nesse mesmo capítulo que os museus se tornem espaços de zona de contato, afim de que os grupos envolvidos estabeleçam relações, mesmo que haja conflito entre os mesmos.

LIMA, Diana Farjalla Correia, CASTILHO, Emerson Ribeiro. Tramas da memória: entrelaçando as ideias de patrimônio e museu no corpo da cidade. In: *IV Seminário de Pesquisa em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola – IV SAIM. 21º Encontro Anual do Subcomitê Regional de Museologia para a América Latina e o Caribe – ICOFOM LAM. Museologia, Patrimônio, Interculturalidade: museus inclusivos, desenvolvimento e diálogo intercultural. Petrópolis, Brasil | 05 a 09 de Novembro de 2012.*

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu de cidade e a consciência da cidade. In: Afonso Carlos Marques dos Santos, KESSEL, Carlos Guimarães (org.). *Museus & Cidades*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004. p. 255-282.

_____. O museu na cidade X a cidade no museu. Para uma abordagem histórica dos museus de cidade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, nº 8/9, p. 197-205. Set. 1984-abri 1985.

_____. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v 2, p. 9-42, jan-dez 1994.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. v 8.

SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCHI, Gabriella, GROPPI, Angela (org.). *O dilema da cidadania, direito e deveres das mulheres*. Tradução: Álvaro Lorencini. Editora UNESP. p. 206-234.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, dez, 1990.

VELOSO, Mariza. O museu como espaço público. In: Afonso Carlos dos Santos, KESSEL, Carlos Guimarães (org.). *Museus & Cidades*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004. p. 103-122.

Entre a Escravidão e a Liberdade: diferentes formas de se conceber o negro no contexto escravocrata brasileiro

Laura Aparecida Gomes Oliveira
Mestranda em História Social
UNIMONTES
lauraoliveira16@hotmail.com

RESUMO: A literatura revela que a matriz do dissenso historiográfico se encontra diretamente relacionada à caracterização do sistema escravista em dois pólos extremos: ora representado, por uns, como violento e cruel, ora caracterizado, por outros, como brando e benevolente. Nesta perspectiva, muitos questionamentos se interpõem, dentre os quais: Qual a visão do próprio negro em relação à sua condição de escravo? Que representações de liberdade foram construídas nas relações escravistas brasileiras? A que se referiria, no contexto da escravidão, o termo resistência? Inúmeras indagações podem ser elencadas, da mesma forma como incontáveis e divergentes podem ser as respostas às mesmas, tendo em vista as diferentes formas de conceber o negro e sua visão de liberdade e escravidão. É neste sentido que se encontra o eixo central do presente estudo, que visa, sobretudo, examinar as diferentes representações construídas a respeito da história no negro no regime escravocrata brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Negro; Escravo; Cativo; Liberdade.

RESUMEN: La literatura revela que la matriz de la disidencia historiográfica está directamente relacionado con la caracterización del sistema esclavista en dos extremos: a veces dictada por algunos como violento y cruel, a veces descrita por otros como suave y benévolo. En esta perspectiva, muchas preguntas se destacan, entre ellas: ¿Cuál es la visión de la auto negro en relación a su condición de esclavos? Las representaciones de la libertad que se construyeron en las relaciones de esclavitud en Brasil? Lo que se referiría, en el contexto de la esclavitud, la resistencia a largo plazo? Numerosas preguntas se pueden enumerar de la misma manera como un sinnúmero de respuestas diferentes pueden ser las mismas, teniendo en cuenta las diferentes formas de concebir el negro y su visión de la libertad y la esclavitud. Es en este sentido que se encuentra en el núcleo de este estudio, que tiene como objetivo examinar fundamentalmente diferentes representaciones construidas sobre la historia del negro en el régimen esclavista brasileña.

PALABRAS CLAVE: la esclavitud; Negro; Esclavo; Cautividad; Libertad.

Entre a “Acomodação” e a “Resistência”: Fugas, deslocamentos e estratégias na reconstrução dos caminhos da “Liberdade”

No que diz respeito especificamente à temática da escravidão, a historiografia brasileira aponta antagonismos quanto à trajetória do negro no Brasil, seja apresentando uma “acomodação” deste mesmo negro à condição cativa – e, isto, a partir de uma hipotética amenidade nas relações senhor/escravo, momento em que se via certa docilidade nestas mesmas relações, principalmente quando circunscritas ao interior da casa grande (FREYRE,

1992, p.34) – seja ressaltando, por outro lado, uma história pautada, acima de tudo, pela *resistência* – a exemplo da ênfase na edificação, por parte do negro fugitivo, dos chamados quilombos (GUIMARÃES, 1988, p.8).

O argumento da “acomodação”, melhor ilustrado por Gilberto Freyre (1992, p.11), não apontaria os antagonismos da sociedade escravocrata como motivadores de lutas e de violência, mas indicaria, em alguns momentos, certa harmonia em meio a tantos paradoxos, destacando aí as condições de confraternização e de mobilidade social, as quais teriam dado ao Brasil seu caráter amplamente miscigenado. Considerada uma sociedade híbrida, ou miscigenada, desde sua formação, o Brasil, de todos os cantos da América, seria, na visão freyriana, o lugar em que se teria constituído, e de forma mais harmônica, as relações raciais. Segundo este mesmo autor, como bem lembra José Carlos Reis, a miscigenação por si só “é um bem”.

Essa avaliação que Freyre faz acerca da miscigenação, considerada otimista por Reis (2007), representou um alívio para integrantes das elites brasileiras. Considerada uma devolução à autoconfiança que as teorias racistas do final do século XIX lhes haviam retirado. A emergência dessa nova representação, conforme postula o autor, corroborou na mudança de atitudes do Brasil em relação ao mundo exterior.

Frente a tal posicionamento, Queiróz (2000) apresenta alguns nomes que publicaram teses que divergem da posição estabelecida por Freyre, como é o caso, por exemplo, de Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni. De acordo com seus argumentos, teríamos a escravidão como o eixo principal no processo de acumulação de capital pela via do mercado-lucro. Neste processo, a coerção e a repressão apareceriam como ferramentas de controle social do cativo. Aqui a violência apareceria como vínculo básico da relação escravista, em que, visto como mercadoria/objeto, o escravo chegava mesmo a ser coisificado subjetivamente. Era, no dizer de Fernando Henrique Cardoso, “sua autoconcepção como a negação da própria vontade de libertação; sua auto-representação como não-homem” (QUEIRÓZ, 2000, p. 106).

Dentro deste mesmo contexto, a referida coisificação do cativo não pressupõe, no entanto - e na visão dos que se opõem ao argumento freyreano da amenização das relações senhor/escravo -, uma acomodação do negro à condição cativa, já que constam do percurso histórico do negro no Brasil diversas formas de *resistência* ao regime escravista. Tal resistência é justificada por Jaime Pinsky (2004, p. 83) pela impossibilidade de se aceitar a ideia de adequação do negro à escravidão, pois tal raciocínio daria margem a uma pretensa

absolvição por termos mantido a escravidão como sistema social, responsabilizando, desse modo, o escravo, que em sua condição “natural” de cativo, não teria outra alternativa senão adequar-se àquilo lhe havia sido imposto. Segundo Pinsky,

o fato é que o negro não tinha “jeito” ou “espírito” de escravo. Aliás, ninguém tem. O próprio do ser humano é a liberdade, e não a escravidão; de todo e qualquer ser humano, qualquer que seja sua cor, idade, religião, sexo, classe social ou convicção política (PINSKY, 2004, p. 83).

Seguindo este mesmo raciocínio, o referido autor destaca, dentre as principais formas de manifestação de repúdio à imposição do trabalho escravo: as fugas, que se davam de forma individual ou coletiva e eram explicadas, conforme alguns autores, pela inconformidade dos maus-tratos que sofriam os cativos; os atos violentos, como o revide ou o homicídio e, dentre outras, aquela que seria o limite de resistência física e moral, o suicídio ou autoextermínio (PINSKY, 2004, pp.82-94). Especialmente no que se refere ao homicídio, Pinsky (2004, p. 88-89) apresenta depoimentos e fragmentos de processos que demonstram a recorrência de assassinatos de senhores, feitores e administradores de escravos, assim como, a reação violenta a castigos injustificáveis, além de revides a açoites aplicados a entes familiares.

Analisando, no decorrer do século XIX, as relações entre escravos, forros e homens livres da região norte do estado de Minas Gerais, Alysson Luiz Freitas de Jesus (2007, p.207) veria, nestas relações, a construção, por parte dos diferentes agentes mencionados, de estratégias cotidianas de sobrevivência. De acordo com este mesmo autor, fosse recorrendo ao direito costumeiro ou mesmo à Lei, no caso em questão, a de 1871,

(...) muitos cativos influenciavam direta ou indiretamente na decisão tomada pelos seus proprietários, principalmente quanto às condições fixadas para a liberdade. Foram os momentos onde os escravos procuraram negociar menores preços, maiores prazos e condições mais flexíveis para que o espetáculo da alforria não parasse (JESUS, 2007, p.207).

Semelhante raciocínio nos permitiria conceber as relações apresentadas acima como uma forma, ainda que toda especial, de *resistência* negra frente à escravidão, pois, como bem lembra o referido autor, “tornar-se livre era um dos objetivos maiores dos escravos” (JESUS, 2007, p.31).

Albuquerque e Filho (2006, p.117) asseveram que as sociedades escravistas nas Américas sempre foram marcadas pela rebeldia escrava. Onde quer que o trabalho escravo fosse instalado, invariavelmente, senhores e governantes eram surpreendidos com a resistência escrava. Especificamente no Brasil, tal resistência assumiu formatos diversos,

fosse pela desobediência sistemática, a lentidão na execução das atividades, sabotagens das produções e/ou fugas individuais e coletivas.

Reis (1989) ratifica que embora muitos fossem os atos escravos que intentassem resistência ao sistema escravocrata, as cartas de alforria, juntamente com a fuga, eram as formas mais comuns de resistência à escravidão.

Tratando mais especificamente das tentativas de fuga, atenção especial mereceria o fenômeno de formação e distribuição, por todo o Brasil, dos chamados “Quilombos”, os quais se configurariam não como única, mas, sim, como a mais representativa forma de luta contra a escravidão. Pinsky os definiria como “um foco de negros livres numa sociedade que se baseava em relações sociais de caráter escravista”. Era, pois, considerado um mau exemplo para outros escravos e uma esperança concreta para aqueles que fugiam, além de representar uma forma de conseguir não apenas uma intervenção ainda que passageira do brutal cotidiano, alcançando uma liberdade real (PINSKY, 2004, p.86).

A busca por lugares ermos é justificada por Perogil (2011) como decorrente de um regime desumano, com condições insalubres de trabalho e vida, em que o negro não era reconhecido como pessoa e, tampouco como cidadão, sendo apontado pela sociedade como “objeto” de compra e venda. A ocorrência de fugas e formação de quilombos, formados por aglomerados de escravos fugidos, representaria a esquia de uma condição que lhes foi imposta: a condição de “coisa”. Com essas fugas, os escravos passaram a se refugiar nos “matos”, em locais longínquos como modo de não serem re-capturados.

População negra: entre a escravização e o anseio pela “Liberdade Real”

Sidney Chalhoub (1990) reconhecido por seus estudos sobre alforrias, realizou sua pesquisa sobre escravos e libertos da cidade do Rio de Janeiro, com período delimitado entre as décadas de 1870 e 1880. Partindo da análise processos criminais e ações de liberdade, onde os cativos figuravam como vítimas, réus ou testemunhas; o autor buscou a teoria do escravo-coisa, analisando como os escravos (mesmo diante da violência inerente do sistema escravista e das difíceis condições de vida do cativo) conseguiram instituir estratégias de resistência e de luta que versavam pela reivindicação de suas liberdades.

Para o alcance da liberdade, Carvalho (1998) condiciona a necessidade de sentimento de pertença a uma comunidade. Neste sentido, desde o interior do cativo, segundo o autor, recomeçava para o sujeito cativo, o caminho para sua a liberdade. Caminho este, influenciado pela construção de uma rede de relações pessoais as quais o cativo pertencesse.

Já na visão de Sidney Chalhoub (1990), o significado da liberdade foi urdido pelos escravos no interior do cativo. E ainda, a conquista da carta de alforria, nesta perspectiva, é concebida como resultado dos esforços bem-sucedidos dos cativos no sentido de retirarem a própria liberdade das mãos de seu senhor (CHALHOUB, 1990, p.23).

Sem negar a importância da identidade grupal (pertença a um grupo ou comunidade), das conquistas alcançadas do cativo ou da luta dos escravos em prol da ampliação de seus “direitos” e de sua liberdade, Eduardo França Paiva (1995) chama atenção para a associação da concessão da alforria à liberdade, pois,

Instrumento da maior importância na vida de um ex-escravo, a carta de Alforria era, ao mesmo tempo, indicativo da estreiteza dessa condição social. Quem tem o dever de comprovar sua liberdade, livre não é. O documento funcionava como demarcador de fronteiras sociais e lembrava aos portadores os limites intrínsecos ao novo status, determinados de cima para baixo. O antigo escravo permaneceria assim identificado e reconhecido, o que lhe impedia, mesmo quando enriquecido e senhor de escravos, tornar-se membro do grupo dominante (PAIVA, 1995, p. 113).

Darcy Ribeiro (1995), em “*O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*”, nos coloca para refletir acerca dos limites à liberdade real do negro. Isto porque, uma vez liberto, já não sendo de ninguém, o negro passava a se encontrar só e hostilizado, contando apenas com a sua força de trabalho em um contexto em que a terra e tudo mais continuava apropriada. Por esse motivo, acabava tendo que se sujeitar a novas condições de exploração, que, ainda que não fosse maior que antes (considerando que isso seria impraticável), passavam a ser absolutamente desinteressadas do seu destino. Houveram, pois, àqueles que, ainda que forros, quando gozavam de certo vigor físico, tinham a oportunidade de fixar-se em alguma fazenda, ali podendo viver e reproduzir, desde que com a oferta da sua força de trabalho. Por outro lado, o negro precocemente envelhecido pelo trabalho, enfermo ou débil era simplesmente desprezado, sendo visto como “coisa imprestável”.

A esse respeito, Reis e Silva (1989) na obra “*Negociação e Conflito*”, trazem uma análise inovadora acerca da temática aqui explorada, realizando uma abordagem em que o universo no qual a vida do escravo se insere na escravidão do Brasil não estaria restrita a um apêndice do modelo do proprietário branco do seu senhor. Dito de outro modo, a obra tenta irromper com a rigidez muito difundida na historiografia brasileira acerca da escravidão, que por muito alterna a imagem do escravo, ora figurando como herói, ora como vítima; mas sempre como objeto, fosse de seus senhores, de seus impulsos ou mesmo da história que se propunha estudá-lo. Assim sendo, essa nova leitura propõe o resgate das pequenas e grandes

conquistas do cotidiano daqueles que, inversamente ao que hoje se supõe, resistiram à coisificação, lutando contra a possibilidade de se tornarem meras engrenagens do sistema que os escravizara.

Em concordância com tal aceção, Hebe Castro (1995) analisa que, ao contrário de uma ordem marcada pela submissão estrita e controle total do escravo, no interior do cativeiro haviam formações de famílias que tiveram acesso a uma economia autônoma, chegando a atingir postos de feitores e administradores de seus senhores, conquistando, inclusive, uma diferenciação possível no interior do cativeiro (CASTRO, 1995, p.235).

Nesta perspectiva, Dias (2012) permite-nos localizar o investimento de autoridade outorgada aos cativos quando lhes eram concedidas ocupações diferenciadas. A exemplo, uma das funções a que os forros, mestiços e escravos podiam se ocupar, como forma de angariarem melhores rendimentos e prestígio social era a função de capitães-do-mato. Não foram raros os exemplos de negros e mulatos que assumiram a responsabilidade por tal atividade, que tinha por principal característica, o cerceamento da liberdade daqueles que optavam pela fuga.

João José Reis e Eduardo Silva (1989) acreditam que os escravos podem ter criado de modo autônomo o seu *modo de viver*, ainda que como forma de blefar com o sistema que os escravizava, utilizando-se, portanto, quando julgavam necessário, da negociação mais imediata e pacífica, corriqueira e mesmo amena. Isto porque, o resistir escravo não tinha que estar necessariamente manifesto em atos violentos, “em geral atitudes extremas como fugas, crimes e suicídios só entravam em cena quando a negociação falhava ou não acontecia por intransigência senhorial ou impaciência escrava” (REIS, 1989, p.19).

Rebecca Scott (1991), em seus estudos, coloca em oposição as ideias de “acomodação e resistência”. De acordo com ela:

Contestar o senhor, uma resistência medíocre, era mais seguro e mais provável de render frutos. O escravo que resistia a ser açoitado (...) arriscava-se até a um castigo maior e tinha pouca chance de influir permanentemente sobre sua situação, o patrocinado que levava acusação de crueldade tinha alguma chance de conquistar a liberdade, e essa possibilidade podia ajudar a contrabalançar a ameaça de retaliação (SCOTT, 1991, p. 179).

De modo complementar, supunha-se que a “acomodação durante a escravidão podia render privilégios e favores, mas era mais adequado simplesmente para se afastar do sofrimento” (SCOTT, 1991. p. 180).

A grande questão aqui suscitada por ser traduzida assim: independente das diferentes formas de se conceber o negro e o seu estatuto de liberdade, o que seria feito com ele após a ruptura da polaridade senhor-escravo? Tal indagação remonta as diversas concepções aqui apresentadas. De um lado, ao considerarmos que, ainda que o negro gozasse de liberdade durante a escravidão, não há como questionar que estavam sujeitos a numerosas restrições legais ou simplesmente impregnados pelos costumes de uma sociedade ainda dominada por uma elite branca. E, por outro viés, quanto aos negros libertos, efetivamente, isto é, os alforriados, tem-se restrições ainda mais explícitas, constando, por exemplo, vários itens legais que contrariavam a disposição da Constituição de 1824 que versava por sua aceitação enquanto cidadãos (AZEVEDO, 2004).

Logo, pode-se depreender, segundo o que propõe Scott (1991), que adaptar-se a este contexto significaria, portanto, a possibilidade de criação de condições para se libertar. Outrossim, não é cabível a oposição entre acomodação e resistência escrava, tendo em vista que a resistência imposta ao sistema escravista fixado no Brasil significou diversificar as estratégias de acordo com as particularidades de cada região e período. Num país tão extenso e tão internamente diferenciado como nosso, a instituição, naturalmente, não foi edificada tendo por base um padrão uno.

Considerações Finais

É possível inferir, por meio da análise aqui traçada, que as formas de se conceber o negro no período escravocrata brasileiro é, notoriamente, marcada por visões distintas. A construção de representações acerca do mesmo é marcada ora por uma visão que o inferioriza e vitimiza; ora atribuindo-lhe uma figura de herói, em busca de autonomia para a reescrita contínua dos seus modos de viver.

Os negros sempre foram vistos como inferiores, o que consequenciou um atraso substancial à conquista de direitos enquanto cidadãos. Corroborando, para além disso, a consolidação de uma identidade marcada por representações conflitantes, que se mantém, portanto, em permanente processo de construção.

Arregimentar uma discussão que não explora a visão de liberdade e as estratégias adotadas pelo próprio negro em relação à sua coisificação no sistema escravista seria uma forma de ignorar sua capacidade de autodeterminação. Portanto, é possível conjecturar que a amenidade nas relações, tanto quanto a resistência assumida por atos violentos não ilustram *cousa* outra, senão: a incessante busca pela liberdade em sua instância real e concreta.

Logo, tem-se no espírito humano a busca incessante e natural por liberdade, fato que independe de etnia, credo, faixa etária, classe social ou ordenamento político. Por este motivo, ao remontarmos os posicionamentos do negro frente ao sistema que lhe foi inculcado, torna-se evidente sua resistência à objetualização e coisificação, donde, os escravizados lutaram contra a possibilidade de se tornarem meras engrenagens do sistema que os escravizava.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra; FILHO, Walter Fraga. *Uma História do Negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX*. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2004. 250 p.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo*. Recife, 1822. Recife: UFPE, 1998.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Renato da Silva. À sombra do rei: poder, trabalho e controle social nas Minas do Ouro. In: DIAS, Renato da Silva (Org.). *Repensando o Político: Poder, Trabalho e Identidades*. Montes Claros-MG: Unimontes, 2012, p. 83-107.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Quilombos do Século do Ouro. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, v. 6, p. 15-46, junho de 1988.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 28ª ed. São Paulo: Record, 1992. Disponível em: http://www.ufrgs.br/proin/versao_1/casa/index01.html Acesso em 10 de Abril de 2014.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. *No Sertão das Minas: Escravidão, Violência e Liberdade 1830-1888*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PEROGIL, Daiana. As Fronteiras do Simbólico: um diálogo entre comunidades quilombolas, identidade e representação. *Contribucione a las Ciencias Sociales*, mayo, 2011. Disponível em: WWW.eumed.net/rev/cccss/12 Acesso em: 10 de Abril de 2014.

PINSKY, Jaime. Vida de Escravo. In: *A Escravidão Negra no Brasil*. 19ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 82-94.

QUEIROZ, Suely Robles de. Escravidão Negra em Debate. In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 103-117.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 151 p.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil, de Varnhagen a FHC*. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007. 287 p.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCOTT, Rebecca. J. *Emancipação Escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1800-1899*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.

História e temporalidade no debate político brasileiro (1830-1840)

Larissa Breder Teixeira

Graduação incompleta

Universidade Federal de Ouro Preto

larissabrederteixeira@gmail.com

RESUMO: A década de 1830 na História do Brasil pode ser visto como um período de intensas discussões a respeito da representação política e sobre a reforma constitucional. Levantavam-se questionamentos sobre a representação do povo, a modificação das instituições e o que seria a cidadania, bem como os cidadãos. O discurso político dos senadores do Brasil no século XIX nos evidencia o pensamento da época e como as questões fundamentais para a política estavam sendo tratadas.

Palavras-chave: Representação do Povo; Temporalidade; Político; Senado; Império do Brasil.

Esse artigo se propõe a discutir o ano de 1832 na História do Brasil, que pode ser visto como um período de intensas discussões a respeito da representação política e sobre a reforma constitucional que estava sendo proposta. Levantavam-se questionamentos sobre a representação do povo, a modificação das instituições e o que seria a cidadania, bem como os cidadãos. O discurso político dos senadores do Brasil no século XIX nos evidencia o pensamento da época e como as questões fundamentais para a política estavam sendo tratadas. Conseguimos observar as mudanças que o advento da Modernidade trazia e como o Brasil respondia a tais questões. O objetivo desse ensaio é compreender os discursos sob a luz das teorias de Pierre Rosanvallon, como o político esta sendo entendido e como ocorreu essa construção.

A modernidade trouxe uma profunda modificação no entendimento das pessoas sobre como se guiar na História e como o tempo passa a ter um funcionamento diferente. As categorias históricas de Reinhart Koselleck conseguem nos mostrar de forma mais clara como ocorria à experiência do tempo, o jogo entre as categorias de tempo: passado, presente e futuro. *Espaço de Experiência* e *Horizonte de Expectativa* se relacionam de maneira diferente durante a transição do Antigo Regime para a modernidade. No Antigo Regime essas categorias não eram distantes uma das outras. A experiência, a tradição, guiava os homens em suas ações. As pessoas conseguiam se orientar pelo passado, pois ele estava sempre presente, as mudanças ocorriam de forma lenta não sendo notadas facilmente. O passado guiava as pessoas, pois o presente era semelhante.

Esses conceitos tem seu relacionamento modificado na modernidade, onde as diferenças se tornam cada vez maiores. As projeções se distanciam das experiências, concebendo assim um novo tempo. O passado deixa de guiar o presente, pois as mudanças ocorreram radicalmente, não havendo mais experiências condizentes com a nova realidade. O futuro passa a ser visto como o progresso, pois o que está a diante sempre será melhor, será um futuro aberto.

Para elucidar a teoria de Rosanvallon precisamos compreender primeiramente a definição do político. Ele estaria associado à comunidade, a ocorrência da vida comum e como seu funcionamento ocorreria. O político vem da necessidade da criação de uma ordem onde todos estão associados, existindo normas de participação bem como sua distribuição. O político não se dissocia do social, nos mostrando que suas relações refletem a maneira como ocorre o agir nelas, nos permitindo uma análise e sua compreensão.

Na sociedade moderna o político passa a adquirir outra definição. Não é mais entendida a ordem como algo natural, que definia as participações e as distribuições. Com essa mudança o político passa a ser ampliado ou até mesmo liberado, como afirma Rosanvallon.(2010, p.42) Isso ocorre com a mudança da estrutura da sociedade, vista antes como um corpo, passa a ser entendida agora como uma sociedade de indivíduos, promovendo um *déficit de representação*. Passa a ser necessário entender quem representa o povo e como ela ocorre, entender quem é o povo, dar face a ele. Quando o corpo passa a não corresponder mais com a representação, o político passa a ser o agente que “representa” a sociedade que não possui uma forma definida da nova natureza em que se encontra. Nas sociedades modernas sente-se a necessidade de promover uma representação formada por indivíduos, que ela se torne visível e notável, tornando possível, assim, que o povo adquira uma face. (ROSANVALLON, 2010) O imperativo da representação passa, assim, a distinguir a política moderna da antiga.

A representação passa a surgir de um processo, sendo construída pelos atores de sua época. Entender o funcionamento das instituições, bem como a necessidade de alteração das mesmas nos faz entender como esse processo foi ocorrendo e em que medida ele foi surgindo.

O período regencial no Brasil proporciona uma intensa revisão das estruturas institucionais. Desde o período da Independência a linguagem política mostra a busca por um povo com virtudes, que luta por seus direitos, garante sua liberdade e que defende a Nação em que vive. Essa discussão se torna ainda mais acirrada durante a Reforma Constitucional. Durante a Regência essa busca continua, com a representação governamental sofrendo

alterações, nasce uma nova consciência de seu território e de seu povo. Os senadores estão constantemente definindo e tentando entender quem era o povo, com os discursos políticos conseguimos evidenciar o déficit de representação em que se encontra o Brasil. Fica clara a tentativa de definição através dos novos parâmetros da época.

O Brasil é descrito pelos senadores como um país que foi a pouco tempo civilizado, que por isso carecia de exemplos para se conduzir. Os exemplos vem de países onde há presente um Governo Representativo a muito instaurado e que conseguiram promover mudanças que se adaptavam as necessidades do povo, como Inglaterra e Estados Unidos. O senador Alencar, exemplifica em sua fala essa necessidade: “Reparemos que as Nações mais felizes na sua marcha politica são aquellas que vão paulatinamente ampliando suas instituições ao ponto, que as necessidades publicas as exigem” (Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832. p. 115)

Com posições e referências divergentes, vemos brotar o embate político entre liberais Moderados e os da “velha guarda”, como os Caravelas e Cairus, os principais partidos políticos. Torna-se necessário entender suas questões para entendermos como eram construídos seus posicionamentos. Promoviam a manutenção da ordem em primeiro lugar e não pensavam em reformas sociais ou econômicas. Eram contrários também as reformas políticas, defendendo dessa maneira uma centralização político-administrativa.

Intrinsecamente ligado a esse discurso, vemos a ideia de marcha para o progresso, onde as Luzes iriam proporcionar que o Brasil alcançasse a liberdade, mesmo que isto pudesse ser considerado utópico. A marcha para o progresso não significava na visão de um moderado, romper com a Monarquia, mas fortificar o que fosse necessário e por as Instituições em harmonia com a necessidade e os sentimentos dos Povos. “Os nossos destinos são bem diversos; nós devemos marchar a par dos progressos das luzes da civilização: e se tudo muda no homem e em roda delle, como deixarão de mudar as suas instituições?” (Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832. p.144)

Cabia assim, aos políticos ensinar e conduzir o povo brasileiro. Apoiando-se em exemplos históricos, que legitimavam muitas vezes seu discurso, mostravam como o destino de outros povos não foi feliz por não seguirem seus legisladores. Era necessário assim tomar um rumo contrário, como ressalta o senador Almeida e Albuquerque que em seu discurso ressalta o infeliz destino dos Lacedemonios. O debate que promoviam mostra à necessidade de se conduzirem pela razão, as paixões deveriam ser deixadas de lado, a virtude deveria estar

presente no povo, tópica que já era discutida no meio político e na filosofia, desde o século XVII.

Na segunda discussão, em que hão de ser examinados cada um dos paragraphos deste Projecto, cumpre que nos armemos com a égide impenetrável da razão contra as vozes de um Povo allucinado e conduzido de boa fé pelos interessados de facções. Em tempos de partidos, na effervescencia das paixões, difficil é, para não dizer impossível, conseguir o conhecimento da verdadeira opinião publica.(Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832. p.144)

Vemos que a noção de futuro aberto esta presente, mesmo que ainda não conseguimos caracterizá-lo definitivamente, o Brasil tinha condições de caminhar rumo ao progresso e por isso deveria ser conduzido. Era necessário que a experiência de um país civilizado, que promovesse as virtudes dos povos fosse solidificada. Uma vez que essa experiência fosse absorvida, os políticos, os governantes do povo, conseguiriam se guiar perante as adversidades que a Nação passaria. Essa experiência só viria depois de largo tempo, onde conseguiriam ter mais maturidade e entender melhor a sua importância.

O momento pelo qual estavam passando era visto como um tempo impróprio para as reformas que estavam tentando ser implementadas, pois as paixões estavam muito fortes, deixando impuras e danosas as suas visões. O povo não possuía condições para se conduzir, nem era possível ao menos entender quais eram suas reivindicações.

O nosso dever é procurar o que for mais profícuo á Nação; Ella poz-nos neste lugar para dizermos francamente a nossa opinião sobre os seus interesses: o Legislador não deve ser dominado por paixões e por partidos: armemos a nossa consciência com uma tríplice couraça contra as opiniões corrompidas e desorganizadoras.(Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832. p.144)

Devida à dificuldade e até mesmo a falta de uma definição exata do que esta ocorrendo, vemos como esse déficit de representação esta explicita até mesmo onde ela é mais debatida. O remodelar das instituições passa ser algo necessário para acompanhar o tempo que esta mudando e aqueles que não a defendem mostram como seus interesses seriam feridos diante dela. O discurso dos senadores nos mostra a presença constante do jogo entre as categorias de tempo. Eles tentam constantemente entender a História, uma vez que possuíam a consciência de que as mudanças que ocorriam seriam marcantes, decisivas e perpetuariam.

Uma vez conscientes, suas ações eram pautadas por sua repercussão no futuro e não no próprio presente, e também mediados pelos exemplos do passado. Apesar da História que estava ocorrendo ser singular, incessantemente o passado era requisitado para tentar contornar

ou explicar as origens para os fatos. Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa estavam em constante tensão, sendo esta tensão a própria História.

No Brasil também conseguimos ver a mudança da experiência do tempo com a Modernidade. O passado deixa de ser igual ao presente. Deixamos de ser mediados por uma metrópole longe, onde o Rei era visto como alguém inacessível, onde possuía um caráter abstrato, muita das vezes. Assumindo-se como agentes históricos, os representantes políticos conseguiram moldar a base da política brasileira. O eterno embate entre os partidos políticos, a falta de uma definição concreta daquilo que seria a própria nação, bem como quem seria seu povo, mostra como o passado deixa de responder aos questionamentos do presente. O futuro passa a ser projetado como algo bom, sendo associado como o progresso, pois como bem ressaltado acima, era necessário tempo para que se criasse um país moldado pelas Luzes e todas as respostas para suas questões seriam resolvidas.

Assim como na França pós revolução, sabia-se que estava se passando um tempo de transição, “o qual ordena de maneira temporalmente diversa a diferença entre experiência e expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 320). Transição implica em ter de chegar a algum fim estabelecido. Podemos entender esse fim como o progresso.

A modernidade é forjada nas próprias experiências políticas com que esses senadores estão tendo que lidar – a experiência de construir um país e suas instituições representativas modernas.

Referências bibliográficas

ANAIS do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História do político. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

Ofícios mecânicos e seu cotidiano material na Comarca do Rio das Velhas

Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres

Graduanda em História

UFMG

ludmila.machadopereira@gmail.com

RESUMO: Este texto analisa o cotidiano dos oficiais mecânicos na comarca do Rio das Velhas na segunda metade do século XVIII. Em nossa pesquisa, trabalhamos com a documentação cartorária denominada “justificação” proveniente da Jurisdição do Juiz de órfãos. Tal tipologia documental permitiu analisar as condições de trabalho, da cultura material e ensino de ofícios mecânicos aos órfãos.

PALAVRAS-CHAVE: ofícios mecânicos, cultura material, órfãos, período colonial.

ABSTRACT: This paper analyzes the everyday to artisans in the Rio das Velhas County in the second half of the 18th century. In our research we work with the judicial documentation called "justification" belonging to the jurisdiction of the judge of orphans. This documentary typology allowed analyzing working conditions, material culture and the teaching of crafts to orphans.

KEY-WORDS: mechanical trades, material culture, orphans, colonial period.

Os oficiais mecânicos são parte do terceiro estado, da plebe, são homens que sobrevivem pelo seu próprio trabalho que produzem uma cultura material e realizam um serviço com as próprias mãos. O trabalho mecânico na sociedade de Antigo Regime é regulamentado pelo próprio grupo, corporações e confrarias e pelo estado, por meio de seus regimentos e das câmaras. A matéria-prima e o trabalho de um oficial mecânico para produzir uma cultura material é o que diferencia e especializa os diversos tipos, como carapina, carpinteiro e marceneiro. Cada tipo de ofício possui uma representação e um regimento que deve ser seguido. A cultura material produzida é fruto de diversas relações, da necessidade de sobrevivência do oficial, a de quem comprou e os diversos grupos envolvidos.

Nas Minas Gerais os ofícios mecânicos são regulamentados pelas câmaras, não há representatividade corporativa e nem irmandades e confrarias específicas para os ofícios. Por exemplo, a Irmandade de São José do Ouro Preto há irmãos carpinteiros, mas há outros irmãos que sobrevivem de outras formas. E ao contrário do que ocorre na Cidade do Rio de Janeiro a Irmandade não responsabiliza pelo exame de novatos para exercer o ofício, portanto, não regulamenta o trabalho mecânico. Nas Minas a inclusão de ofícios mecânicos nas

Irmandades muitas vezes se relaciona com serviços e obras realizados para estas, também muito comum em ofícios ligados às artes, como pintor, entalhador e escultor.

A inclusão do oficial mecânico em redes de sociabilidades se dá através da materialidade por ele produzida, seja de um simples par de chinelas a uma órfã à arrematação da construção de uma casa de câmara e cadeia. A cultura material não é entendida aqui como um produto do processo histórico, mas integrante e capaz de ser “vetores de relações sociais” (MENESES, 2005, p. 18). O oficial mecânico se insere nas redes de relações de poder local através da produção de uma materialidade da cultura que inclui também um “saber fazer” que permite em alguns casos uma ascensão social e inclusão. Aqui a materialidade não está dissociada da sua imaterialidade, como diz José Newton Meneses as “coisas e os objetos da fatura humana não podem ser dissociados das realidades vividas” (MENESES, 2011, p. 399).

Na Capitania das Minas Gerais a maioria dos estudos específicos de oficiais mecânicos se concentra em Vila Rica, Mariana e seus termos. Um dos principais motivos é a variedade documental e o bom estado de conservação do fundo da Câmara de Ouro Preto no APM e o Arquivo da Casa Setecentista. Nossa pesquisa estuda especificamente a Comarca do Rio das Velhas. Esta região não apresenta nenhum estudo específico sobre oficiais mecânicos, mas há trabalhos que se utilizam desta temática. (DRUMOND, 2008; FREITAS, 2006; OLIVEIRA, 2008). As dissertações e teses sobre a temática utilizam como fontes documentais inventários post-mortem, testamentos, libelos, cartas de exames, licenças e outras documentações avulsas das câmaras. Em nossa pesquisa do trabalho de conclusão de curso buscamos apreender somente um tipo documental, as justificações devido ao próprio volume, cerca de 400 documentos. Pretendemos em uma posterior pesquisa relacionar estas fontes com diversos documentos camarários e cartorários. Falaremos a seguir sobre esta documentação e sua interpretação através da cultura material e dinâmica do trabalho mecânico no Rio das Velhas.

Nova fonte: ‘Justificação’

A documentação Cartorária é bastante rica em suas formas de abordagens e em sua tipologia documental, como os inventários, libelos e testamentos. Aqui procuramos a utilização de uma única fonte, as justificações integrantes ao fundo do Cartório de Primeiro Ofício de Sabará pertencente ao Arquivo da Casa Borba Gato – Museu do Ouro, no período de 1750 a 1800²⁸. Tal documentação é um processo jurídico realizado pelo Juiz de órfão e o

²⁸ A documentação compreendida está entre CPO-JUS (03) 109 a CPO-JUS (13) 530.

escrivão do órfão a partir de uma petição em que se implica a herança de órfãos. A jurisdição do Juiz de Órfãos diz respeito a todos os feitos cíveis praticados pelos órfãos ou que forem movidos contra a sua herança, inventário e partilhas (ALMEIDA, 1870, p.218). Como também em relação a demandas contra os Tutores por má governança da herança dos órfãos ou termos de livramento de tutoria por motivos que a impeçam. Além disso, inclui na jurisdição do Juiz de Órfãos de Sabará a herança de dementes, administrada por curadores, e a feitura de alguns inventários. Dessa forma, a documentação pesquisada apresentou petições de emancipação de órfãos, de comprovação de dívidas, abonação de fiadores, pedido de livramento de tutoria e prestação de contas de tutoria.

A veracidade do conteúdo da petição é obtida através de documentos escritos e de inquirição de testemunhas. Os documentos escritos que comprovam, por exemplo, um bilhete em caso de dívida, um traslado do assento de batismo ou de casamento para comprovar a identidade, a filiação e o matrimônio, e outros documentos como receitas médicas e traslado de carta de alforria. No dicionário de época, o Bluteau, o verbete de justificação aparece: “Descarga de huma pessoa, acusada. Exibição, ou producção dos títulos, ou testemunhas, em ordem a prova de huma verdade.” (BLUTEAU, 1712-1728, vol. 4, p. 234)

Completando a ideia de veracidade o verbete do verbo justificar aparece: “mostrar, que não tem a culpa, que se lhe atribue. Dar a conhecer, que hé inocente”, e mais a frente, “provar a verdade de huma cousa” (BLUTEAU, 1712-28, v. 4, p. 234). No caso de negar uma culpa encontramos em petições de tutores ou curadores que buscam negar uma acusação de maus gastos e governança da fazenda dos órfãos ou de dementes. Estes documentos permitem pensar o ideal concebido pela sociedade de um bom e um mau tutor. No entanto, encontramos no fundo poucas justificações que tratam deste assunto podendo ser devido a perdas documentais, como também a pouca ocorrência de tutorias más sucedidas ou da reclamação destas. Além disso, ser tutor não era visto como bom nem vantajoso, era uma obrigação que muitas vezes levava o dispêndio monetário e de tempo para a sobrevivência e formação do órfão. Não por acaso há justificações de pedidos de livramento da assinatura do termo de tutoria, trataremos este tema posteriormente.

Já no dicionário de Antônio de Moraes e Silva o verbete justificação aparece como “prova judicial de alguma coisa. v. g. *‘fazer justificação com testemunhas, de que é natural de tal Cidade, que é solteiro, que é comerciante’*, etc.” (SILVA, 1813, vol. 2, p. 196) Nos verbetes percebemos que provar a veracidade de algo inclui o testemunho do outro, até mesmo em emancipações se pedem o outro para provar a sua própria identidade. O ser

individual no Antigo Regime é reconhecido, não por um documento escrito, mas pelo reconhecimento do outro, de sua sociabilidade cotidiana do grupo a que pertence.

O documento nos permite pensar na importância que tinha ao justificante chamar uma testemunha para depor a seu favor. As testemunhas escolhidas eram próximas e da confiança do justificante, já que nas Ordenações havia impedimento de testemunhas serem irmãos, pais, mães, escravos, judeu, mouro, doido e menor de catorze anos (ALMEIDA, 1870, livro 3, 647-648). Elas deveriam declarar em seu testemunho o conteúdo na petição, o motivo de saberem do fato, por exemplo, “por ser público e notório”, “por ouvir dizer”, “por saber e conhecer”, “por ser vizinho”, “por muito conhecer o justificante”. A proximidade com justificante tornava o testemunho mais verdadeiro, pois ‘o ver’, ‘o saber’ e ‘o conhecer’ tinham uma maior importância testemunhal do que “o ouvir dizer”, sendo uma testemunha de vista vale mais que dez de ouvir (BLUTEAU, 1712-28, v. 8, p. 135). Essas expressões demonstram a proximidade do justificante com a testemunha permitindo ao historiador perceber teias de relações, principalmente entre comerciantes, oficiais mecânicos e boticários com seus caixeiros e outros envolvidos.

As testemunhas para deporem declaram o nome, naturalidade, moradia, meio de vida e idade, e em alguns casos a cor, branco, pardo, crioulo e preto, a condição de forro ou liberto e raramente aparece se são casados ou solteiros. Na documentação devido ao impedimento de escravos testemunharem encontramos somente o forro, dessa forma para estudar a escravidão e sua relação com os ofícios mecânicos contamos com as testemunhas forras que anteriormente eram oficiais cativos que obtiveram a sua alforria. A principal ocupação encontrada nas justificações foi a mineração e a roça. Em relação aos ofícios mecânicos os principais foram os de alfaiates, ferreiros, sapateiros, carpinteiros e no caso feminino a costura, na sua maioria realizada por mulheres forras (Tabela 1). No entanto, em relação aos ofícios não aparece à categoria oficial, aprendiz e mestre todos são colocados no mesmo patamar com a expressão “vive de seu ofício”. A identificação pode ser feita com cruzamento de outras fontes, principalmente as cartas de exame de ofícios. Mas, há casos de que se intui pela menor idade do justificante que ele seja aprendiz, como Jacinto Dias Peixoto, pardo, natural do Arraial de Santa Luzia e morador na Vila Real de Sabará que vive de seu ofício de ferreiro e de idade de 15 anos. Além disso, há outros casos em que o pai e o filho são testemunhas ou dois irmãos quando apresentam idade próxima. O mais interessante é que praticam o mesmo ofício mecânico que permite pensar na tradição familiar do ensino de pai para filho.

Tabela 1 - Ofícios e outras ocupações

Ocupação	Quantidade
Alfaiate	44
Ferreiro	31
Sapateiro	27
Carpinteiro	20
Costureiras	11
Boticário	9
Seleiro	8
Cirurgião	6
Ferrador	6
Carapina	6
Pedreiro	4
Caldeireiro	4
Barbeiro	4
Cabelereiro	4
Musica	3
Pintor	3
Lavagem de roupa	1
Plantar fiar e tecer algodão	1
Negócio de corta carne	1
Medicina	1
Minerar	1
Relojoeiro	1
Bordador	1
Latoeiro	1
Capador	1
Fazer telha	1
Fazer sabão	1
Total Geral	201

Fonte: MO/ACB CPO-JUS (03) 109 a CPO-JUS (13) 530

Ofícios mecânicos: órfãos, ensino, trabalho.

No ano de 1750 o órfão Filipe Domingues enviou uma petição ao Juiz de Órfão, Doutor Francisco de Seixas Brandão, em que solicita a entrega de seus bens, herança de seu pai Manoel Domingues de Azevedo. Por estar casado e ser “capaz de reger e governar os seus bens com juízo e entendimento perfeito”. Era necessário ao órfão provar a sua identidade de filho legítimo através do traslado do assento de seu batismo. A maioria das justificações de

emancipação encontradas é acompanhada de traslado de batismo, em alguns casos não há o nome do pai ou este aparece como dono da escrava que é a mãe.

No caso de Filipe Domingues, a sua mãe Esperança Aguiar era escrava de seu pai, sendo batizado forro. As suas três testemunhas chamadas declararam “por ser público e notório” a filiação do justificante, portanto, não tinha como negar o direito a herança depositada no cofre dos órfãos, e sim a verdadeira capacidade de reger e governar seus bens sem a dependência de um tutor e curador. Dessa forma, Filipe Domingues buscava provar, por meio dos testemunhos, que era um homem casado e trabalhador que conseguia se próprio sustentar através de seu ofício de sapateiro. No entanto, o que significava ser um homem casado na sociedade de Antigo Regime? E na capitania, área de exploração minerária que atrai diversas pessoas que sonhavam com um enriquecimento rápido? E qual era o ideal de um oficial mecânico? E a importância de sustentar a sua família por seu próprio trabalho?

Estas perguntas estão relacionadas com a independência do órfão ao seu tutor. Primeiramente, para se casar com idade menor a vinte cinco anos era necessária uma autorização do Juiz de órfão, sendo este o primeiro passo para os órfãos conseguirem a sua emancipação. No caso feminino há justificações em que após o casamento o marido pede como cabeça do casal o direito de reger e governar os bens do sogro falecido. Além disso, em caso de casamento contratado parte da herança guardada é para o pagamento do dote. O sapateiro Felipe Domingues casou com Catarina Rodrigues de Sousa de igual qualidade e fortuna, possivelmente era parda. Por meio de seu ofício de sapateiro conseguia “se sustentar e a dita sua mulher” (MO/CSB CPO-JUS (03) 109). O casamento, segundo a historiadora Thais Fonseca, foi ordenado por D. João V aos governadores para evitar as constantes desobediências e revoltas. O homem casado diferente do solteiro tinha “maiores responsabilidades, apegavam-se à terra e às suas obrigações, ficando conseqüente mais obedientes” (FONSECA, 2009, p. 32).

A responsabilidade com o sustento da família denotava uma capacidade para bem reger e administrar seus bens. Duas das testemunhas, André Jacome de Lima Soares, mineiro, e Silva e Francisco da Costa de Carvalho, requerente de causas, afirmaram que quando visitavam o justificante em sua casa no Arraial de Santa Rita sempre o encontrava “trabalhando pelo seu ofício de sapateiro”. Além disso, o requerente Francisco da Costa de Carvalho e Faustino José Teixeira, solicitador de causas, afirmaram que o justificante trabalhava e “tem muita sujeição” (MO/CBG/CPO-JUS (03) 109). No dicionário Bluteau ‘sujeição’ refere a uma “obrigação, necessidade, ou respeito” (BLUTEAU, 1712-28, v. 7, p.

691). As testemunhas constroem a imagem do justificante de um homem pardo, casado, sapateiro, responsável e trabalhador.

O sustento deste sapateiro dava pelo feito ou conserto de diversos calçados, como sapatos, chinelas, tamancos e botas. Possivelmente as testemunhas relacionadas eram lhe próximas a ponto de frequentarem a sua casa podendo até em algum momento serem consumidores de seus sapatos. Tal hipótese só será possível de confirmar com o cruzamento de inventários e testamentos do justificante e das testemunhas nos rol de dívidas e de bilhetes avulsos. No final da justificação o Juiz de órfão emancipou Felipe Domingues por ser capaz de reger e governar a sua pessoa e bens. O ofício de sapateiro permitiu ao órfão produzir o próprio sustento. Nas Ordenações entre as obrigações de tutores e Juiz de órfãos esta o ensino de ofícios mecânicos.

E se forem filhos de Officiaes mechanicos, serão postos a aprender os officios de seos pais, ou outros, para que mais pertencentes sejam, ou mais proveitosos, segundo sua disposição e inclinação. Fazendo scripturas publicas com os Mestres, em que se obriguem a os dar ensinados em aquelles officios em certo tempo arrazoado, obrigando para isso seus bens. F. o Tutor, ou Curador com auctoridade do Juiz obrigará os bens dos Orfãos e suas pessoas a servirem os ditos Mestres per aquelle tempo no serviço, que taes aprendizes costumam fazer. E o Juiz, que isto não cumprir, pagará ao Orfão toda a perda e dano, que por isso se lhe causar. (ALMEIDA, 1870, p. 212)

O ensino mecânico nas Minas segundo o historiador José Newton Meneses não era regulamentado e os regimentos existentes eram “meras listagens de preços de produtos e de serviços.” (MENESES, 2013, p.222) Além disso, há pouca documentação a respeito da aprendizagem de um ofício na sua maioria ligada ao ensino de um órfão, devido a sua obrigatoriedade. Os documentos muitas vezes não permitem perceber as práticas de aprendizagem, como a justificação de Felipe Domingues. Porém, Meneses afirma que “é provável que a tradição portuguesa de ensinar com amor e castigar com caridade tivesse lastro no cotidiano das Minas Gerais colonial.” (MENESES, 2013, p.222) Também, Thaís Fonseca afirma que o aprendizado do ofício mecânico era acompanhado com o ensino das primeiras letras.

O aprendizado dos ofícios mecânicos aparecia, então, como possibilidade concreta de ocupação e de sustento material. No segundo caso, a novidade era, para filhos de oficiais mecânicos, uma ligeira ampliação da possibilidade de ascensão na sociedade colonial, por meio da capacidade de leitura e de escrita, mesmo que limitada. (FONSECA, 2009, p. 103)

Além do ensino o tutor nas Ordenações era obrigado de prover o órfão materialmente com alimentos, vestuário e calçados a cada ano. As diversas obrigações de um tutor faziam muitos se escusarem deste papel. Em sua obra “Medicina Mestiça” Carla Starling percebeu uma prática de produção de atestados por cirurgiões a tutores, curadores e testamenteiros para se livrarem da assinatura do termo ou para prolongar o tempo para a prestação de contas (ALMEIDA, 2010, p. 34). Nas Justificações aparecem diversos pedidos de desobrigação de tutoria, como por doença, por necessitar fazer várias viagens não tendo tempo para prover o órfão e no caso que vamos analisar de um carapina que vivia em casa alheias.

No ano de 1774, Antônio Rodrigues de Souza Lisboa manda uma petição ao Juiz de Órfão informando que não poderia aceitar a tutoria dos órfãos do defunto Manoel Rodrigues de Souza Lisboa. O justificante apresenta três razões, seguintes:

(...) = Que o Suplicante não tem casa certa de sua residência = Que vive de trabalhar pelo seu ofício de carapina por casas alheias e tanto assim que hoje se acha para as partes do sertão = Que os ditos órfãos têm no termo desta vila parentes muito abonados para o dito Ministério (...). (MO/CBG/CPO-JUS (08) 317)²⁹

A partir do documento podemos pensar na dinâmica do trabalho mecânico do justificante. Possivelmente era um jornaleiro que trabalhava em diversos canteiros de obras e fábricas na Vila de Sabará e seu termo para um mestre. As obras de construção civis necessitavam de diversos ofícios mecânicos, carpinteiros, carapinas, pedreiros, ferreiros. Muitas dessas obras eram arrematadas por um mestre na câmara da vila que empregava oficiais e aprendizes de sua oficina, outros oficiais jornaleiros e alugavam escravos de ganhos. Diversos historiadores pesquisam a dinâmica do trabalho nos canteiros de obras de construções civis e religiosas em que o mestre arrematante compartilhava de horas de trabalho conjunto com aprendizes, oficiais e escravos. Segundo Fabiano Gomes da Silva “o mestre arrematante acordava o fornecimento de moradia, alimentação e as ferramentas necessárias para o oficial incorporado à sua fábrica, mas comumente o oficial jornaleiro era o responsável por sua alimentação e ferramentas.” (SILVA, 2007, p. 93)

No caso do carapina Antônio Rodrigues de Souza Lisboa a sua vida material, a inexistência de residência própria o impedia de bem exercer a tutoria, já que a moradia deveria ser fornecida pelo mestre. A sua pobreza e a distância de seu trabalho nos sertões, ao contrário, da abonação de outros parentes, que moravam em Santa Luzia, levou ao livramento do termo pelo Juiz dos órfãos. No entanto, devemos lembrar que as palavras do justificante

²⁹ Optou por uma transcrição atualizada ao longo do texto.

são para livrá-lo da tutoria, principalmente quando se nomeia de oficial de Carapina invés de carpinteiro. A última testemunha inquirida Domingos Gomes Guimarães, natural da Freguesia de Santo Estevão de Briteiros termo de Guimarães do Arcebispado de Braga e morador na Vila do Sabará, diferente das outras testemunhas declara que o justificante vive do ofício de carpinteiro, e não carapina. Também, o Juiz de Órfão Caetano Gomes da Mota ao julgar os autos declara:

Vistos estes autos de justificação, e petição folha 2, es que depõem as testemunhas pelo justificante produzidas, e conforme o Direito é certo que havendo em que qualquer herança parentes abonados a estes é que se deve obrigar a serem tutores, e não a aqueles que pela falta de sua abonação se isentam como o justificante, e faz patente pelas testemunhas que produzi-o, em tanta forma que nem residência certa tem por ser um **pobre oficial de carpinteiro** vivendo por casas alheias.(MO/CBG/ CPO-JUS (08) 317)

Segundo Meneses o carapina “trabalha com a plaina de madeira, realizando os serviços mais grosseiros de desbaste e corte.” (MENESES, 2003, p. 318) Ao contrário, o oficial de carpinteiro possui diversas especialidades que requeria uma aprendizagem com maior duração e domínio de técnicas sobre a madeira. Em resumo, um carpinteiro era um “operário que serra, aplaina, aparelha a madeira para várias obras.” (MENESES, 2003, p. 318) No canteiro de obra os carapinas trabalhavam as madeiras para o trabalho dos carpinteiros (MENESES, 2013, p. 233). Antônio Rodrigues de Souza Lisboa afirmou em sua petição que se encontrava nas partes do sertão onde possivelmente escolhia as árvores, cortava-as e a trabalhava para depois serem entregues a um carpinteiro. Mas, qual seria o motivo de nomeação de diferentes de ofícios entre o Juiz de Órfãos e o justificante? Para Antônio Rodrigues ser oficial de carapina condizia a um ofício que levava a constantes viagens e um menor jornal do que um carpinteiro, como também dizia respeito a um fazer mecânico e um conhecimento técnico necessário. Em outras justificações a casos de pedidos de pagamentos de dívidas em que o justificante diz ter realizado o trabalho pelo seu ofício de carapina, ao contrário do Juiz de Órfãos e outras testemunhas que o nomeiam de carpinteiro. Nestes casos o termo carapina pode estar relacionado a uma técnica, um fazer mecânico, já que não há uma regulamentação do ofício, a sua prática faz parte do ofício de carpinteiro. Em um canteiro de obras a necessidade de muitos ajudantes levava a uma maior divisão das tarefas e especialização das funções um mestre carpinteiro não tinha tempo de preparar a madeira. No caso de Antônio Rodrigues de Souza Lisboa se apresentar como carapina representava o seu fazer mecânico neste momento como também permitia livrá-lo da tutoria.

O cruzamento de outros documentos do carapina posteriormente permitiram maiores conclusões a respeito de sua dinâmica de trabalho. As justificações permitiram analisar o

cotidiano de dois oficiais mecânicos que não seria possível com o uso somente de inventários e testamentos. No entanto, vemos que é necessário recorrer a esta documentação e outras como a camarária para permitir traçar aspectos da vida de ofícios mecânicos na Comarca.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Cândido Mendes de (org). Título 88: Dos Juizes dos órfãos. *Ordenações Filipinas*, livro 1. Rio de Janeiro, 1870. Texto disponível em www.uc.pt/ihti/filipinas/ordenacoes.htm, consultado em 05/05/2014.

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina Mestiça: saberes e práticas nas minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8v.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MENESES, José Newton Coelho. Anexo 2: Glossário dos Ofícios Mecânicos. In: *Artes Fabris e serviços banais: ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime – Minas Gerais e Lisboa, 1750-1008*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003, p. 318.

MENESES, José Newton Coelho. Apresentação. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 397-404, 2011.

MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Ofícios Banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves & VIDAL, Diana Gonçalves. (Orgs.) *Museus*. Dos Gabinetes de Curiosidades ao Museu Moderno. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.

Museu do Ouro/Casa Borba Gato/ Cartório do Primeiro Ofício/Justificação: caixa 03 n° 109; caixa 08 n. 317.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*- recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e cal: os construtores em Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Dissertação (Mestrado) - Belo Horizonte:.. 2007.

Mathias Carneiro: O feiticeiro ressuscitado de Mariana

Luís Antônio de Castro Morais

Graduando em História

Universidade Federal de São João del-Rei

luisantonio_morais@yahoo.com.br

RESUMO: O Brasil colônia se apresentou como lugar úbere para o hibridismo religioso, recebendo pessoas provenientes de diversas culturas. O presente trabalho consiste em um estudo de caso de Mathias Carneiro, vulgarmente chamado de “O Ressuscitado”, denunciado ao Tribunal do Santo Ofício, nas Minas setecentistas levando em conta as práticas que o feiticeiro realizava em suas curas, e o discurso que utilizava para valer-se de seus métodos.

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição; Colônia; Feitiçaria

ABSTRACT: The Brazil colony shown as an udder place for religious hybridism, receiving people from different cultures. This work refers to case of Mathias Carneiro, usually named "The ressurected", denounced to Court Holy Office on 18th century, discussing about the practices that sorcerer did in his healings and the arguments that he used to ensure his methods.

KEYWORDS: Inquisition; Colony; Withcraft

O processo 6699 refere-se a um sumário contra Mathias Carneiro, cognominado não justo, mas sim santo; Mais vulgarmente chamado de “O Ressuscitado” por já se contemplar falecido na Vila do Sabará³⁰.

A denúncia foi feita em 23 de junho de 1785, em Sabará diz que ele se deliberou a enxotar diabos, e que para isso contou com várias pessoas que se fingiam possesas e expunham os defeitos dos outros. Diz também que ele tinha um soneto exorcista com ofensas graves à religião, afirmando “ser ele quem tem virtude própria para curar toda e qualquer enfermidade e não os sacerdotes pelos seus péssimos costumes”.

A diligência teve início em 18 de Dezembro de 1790 e terminou em 08 de Janeiro do ano seguinte, foi realizada por João Rodrigues Cordeiro que no fim do documento alega que devido a seus avançados anos e moléstias não tinha condições para continuar. Treze pessoas foram testemunhas, todas de “boa índole”.

³⁰ O Documento está catalogado como processo no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), mas na verdade trata-se da diligência contra Mathias Carneiro.

Os relatos se assemelham bastante, grande parte dos delatores disse que havia mais ou menos cinco anos que Mathias havia passado pelos arredores de Mariana (Morro de Santana e Fourquim). E que era sabido publicamente que ele andava curando e deitando espíritos fora dos corpos, e que para as mulheres ficarem boas, em seus rituais dizia que haviam de dormir com ele, para receberem de seu bafo e do calor do seu corpo. E ainda andava com ele uma mulata de nome Anitta, que contou a um dos informantes, que certa vez Mathias disse a ela que se lambesse a sua barriga ela ficaria tão transparente que lhe havia de ver tudo o que tivera dentro de seu corpo.

Relataram também, que ouviram dizer que Mathias tinha uma doença e que prometera a Nossa Senhora do Cedro que iria pedir esmolas, de joelhos, em nome dela. E que o benzedor morreu, mas que Deus o mandara voltar à Terra para pagar a promessa.

Em um dos relatos é descrito a tentativa de prender Mathias, que se escondeu no Morro de Santana, e que o grupo de pessoas que queriam o prender passaram por ele e não o viram pelo fato de estar “em forma de cruz”, e que quando assumia esta posição nenhum mal poderia lhe acontecer.

Uma das informantes dissera que Mathias ensinou uma Ave Maria para as pessoas do Morro e que dizia que valia por mil das outras, a oração seria conhecida e rezada por todos, que inicialmente não via mal nenhum nas palavras, mas depois foi conhecido que ela envolvia heresias, e assim algumas pessoas deixaram de rezá-la. A oração é a seguinte:

“Ave Maria de graça, Ave que nunca caíste, Ave que subiu tão alto, que a porta do céu abriu; Ave que fez o seu ninho em cima de uma cruz tão bela, e tão benigna, que a todo o mundo da luz, cheia de graça, que veio, por mandado deste Deus, qual é, que no certo creio; só pelo vosso meio, sejamos entrados no céu; Benta; Benta; Benta; Entre as mulheres, mais bendita que algumas, mais bela que as estrelas, mais formosa que lua. Se há como ela alguma, Virgem Maria morais lá no céu e lá na terra, que a todos governais até os que andam na guerra: Madre de Deus pecador, isso é o que convém, por senhores e senhoras, que por nós sempre, Amém.”

Os exorcismos eram sempre feitos às dez horas da noite, segundo um dos relatos, em certa ocasião Mathias disse que tinha uma bula do Sumo Pontífice para poder exorcizar e benzer, e que ninguém podia o impedir e que até já tinha apresentado a bula ao Bispo. Mathias ficava sentado em uma cadeira e os doentes vinham aos pares ajoelhando-se a seus pés, e lhes atava um cordão de São Francisco ao pescoço e pegando em uma imagem do

Santo Cristo, começava a benzê-las com palavras que as pessoas não entendiam, e cobrindo uma coisa tirava um unguento com que os ungia (provavelmente esse unguento seria azeite bento, segundo relato de uma das testemunhas), nas costas, peitos, ouvidos e outras partes, enquanto cantava uma ladainha e rezava a dita Ave Maria.

À medida que Mathias ia cantando a ladainha, os doentes iam caindo e ele ordenando para que os espíritos saíssem dos corpos, e quando era repugnado por eles, lhes dizia:

“Não sabeis que sou invisível, que morri e ressuscitei, e que vim outra vez ao mundo, por mandado de Deus?”.

O “ressuscitado” hospedava-se na casa de umas crioulas de nomes Anna de Almeida e Suzana Rodrigues Nunes, eram elas que preparavam os cozimentos para as curas. Mathias contava ainda com três “Marias Donzelas³¹” que batiam, com varas de marmeleiro, nos exorcizados, enquanto ocorria o ritual.

Uma das testemunhas informou que Mathias já havia sido preso em Vila Rica, mas que voltara para o Morro para realizar os exorcismos. Quanto ao paradeiro do benzedor não sabem dizer, alguns dizem que ficou nas Minas, e outros que fora para Bahia ou Rio de Janeiro.

A diligência de Mathias Carneiro, acusado de feitiçaria, teve seu fim em oito de janeiro de 1791, é realizada no final da segunda metade do século XVIII, ou seja, “numa época em que aparentemente os ‘ilustrados’ inquisidores gastavam cada vez menos seu tempo com delitos dessa natureza” (NOGUEIRA, 2004, p. 163). Talvez isso explique o motivo de não se ter um processo inquisitorial contra o benzedor, o delator e os Comissários fizeram um juízo de Mathias, e enviaram a diligência para os Inquisidores em Portugal, estes, por sua vez, tiveram outra impressão das práticas do benzedor, não as julgando dignas de um processo inquisitorial.

Nossa colônia era um espaço em que as práticas de diferentes culturas se encontravam e se interpenetravam complementando o mosaico cultural da época, como diz Laura de Mello e Souza, “uma colônia escravista estava, pois, fadada ao sincretismo religioso” (SOUZA, 2009, p.128). O Brasil sempre acolheu e sempre foi intenso no tocante a práticas mágicas. E, em Minas, que abrigava uma sociedade mineradora e escravista, são comuns os casos de

³¹ Não há nenhuma menção sobre quem seriam essas Marias Donzelas, nem o motivo do benzedor tê-las como assistentes, com base no documento é provável que sejam três mulheres que o acompanhavam nas curas e exorcismos, é possível que sejam as mulheres que o hospedavam. Ainda há pessoas que testemunharam que se alguém falasse mal de Mathias elas “se colocavam a descompor” a pessoa.

bolsas de mandinga, cartas de tocar, escravos desejando o mal para seus senhores. A religiosidade dos escravos vivida na colônia se diferenciava da religiosidade de seus antepassados, como os escravos vinham de várias partes do continente africano, cada um trazia consigo sua própria identidade religiosa, acabando por surgir uma nova religiosidade, totalmente mesclada a novas culturas, sejam elas católicas, indígenas ou mesmo africanas, fundindo-se assim uma religiosidade popular híbrida.

A elite colonial alimentava certo receio dos feiticeiros, pela crença de que os mesmos dominavam o sobrenatural, e sabendo disso, os feiticeiros usavam a prática como um mecanismo de resistência ao regime opressor que eram impostos. A feitiçaria estava arraigada na sociedade, ela trazia consigo costumes culturais diversos. “A feitiçaria aproximava-se muito da religião vivida pela população, as receitas mágicas assumiam, com frequência a forma de orações dirigidas a Deus, a Jesus, aos santos e à Virgem.” (SOUZA, 2009, p. 26).

A diligência de Mathias Carneiro, o ressuscitado, nos fornece algumas informações sobre a figura ímpar que seria, mas infelizmente as informações estão aquém do que consideraria ideal, ele morava no Morro de Santa Anna, próximo a Mariana, e na época em que foi feita a diligência ele já tinha se ausentado do Morro, restando assim ao Comissário apenas inquirir as testemunhas.

Como consta no relato de Frutuoso Moreira da Costa, Mathias tinha uma filha, mas não há outras referências da mesma e de sua mãe, parece que o curandeiro não deixou muitos rastros. Na maioria dos depoimentos é possível encontrar referências à ressurreição de Mathias, que ele morreu na Vila do Sabará, foi ao céu, mas que Deus o mandou voltar e que ressuscitou para pagar uma promessa a Nossa Senhora do Cedro, que devia pedir esmolas.

O sumário de Mathias nos remete às práticas dos Esmoleiros e Mamposteiros, comuns nas regiões das Minas no século XVIII. Cada um, continha sua singularidade, seja pelas motivações ou pelos estados (clérigos ou não) ³².

Entre os leigos, os motivos eram para promoção da vida religiosa, “esmola se mostrou como um dos meios eficazes para arrecadação dos recursos, disseminando-se os esmoleiros que percorriam as freguesias com sua “caixinha”, bacia ou hábito, de posse da devida provisão de ‘ermitão’”. (FIGUEIREDO, 2011, p. 43).

³² Frequentemente os clérigos circulavam pelos arraiais, vinham do reino e de outras partes do Império português. Colhiam suas oitavas de ouro, para fins pragmáticos, como manutenção de seus conventos em Portugal ou em outras províncias, havia ainda os que pediam para a canonização de algum santo.

Outro ponto interessante na história de Mathias é a aproximação de sua ressurreição ao caráter messiânico-profético. Podemos traçar uma analogia do benzedor com o messianismo - a crença de um enviado libertador, ou até mesmo de seu retorno. Não podemos considerar o caso do ressuscitado como raro, mas sim como demonstração da cultura híbrida que se formou em Minas, ele mesclou elementos do catolicismo com o do mundo popular.

Ana Margarida Pereira estudou o caso de Antônio da Silva, ou João Lourenço, que no século XVIII andou pela Vila do Príncipe (atual Serro) dizendo-se ser proveniente de Portugal e que era filho natural do rei D. João V, portanto um príncipe, mas que o seu irmão Dom José e seus inimigos o queriam matar, por isso refugiou-se nas Minas, e que tinha muitos inimigos que não o reconheciam, mas se fizesse sua barba, logo o saberiam quem ele era.

Ele se apresentava como líder dotado de virtudes carismáticas, e também que realizava a comunicação com o mundo celeste. As pessoas viam nele a esperança de uma reforma da sociedade, um enviado divino, que trazia consigo uma sociedade mais justa, sem ordens sociais, e ele por sua vez, usava dessa crença popular para alcançar seus objetivos particulares.

Luiz Carlos Villalta também trabalhou com base na pesquisa de Ana Margarida sobre o “príncipe” João Lourenço ou Antônio da Silva. João-Antônio pretendia resgatar os pretos e crioulos, tirá-los do poder de seus senhores e os levarem consigo para restaurarem a “Casa Santa”. Ele, como o ressuscitado Mathias Carneiro, tinham o hábito de pedir esmolas.

Alguns pontos assemelham o benzedor Mathias a João-Antônio, os dois tiveram uma missão dada por Deus: o príncipe tinha a missão de realizar um levante dos negros contra os brancos, já o ressuscitado voltou a terra para pagar uma promessa que tinha feito a Nossa Senhora do Cedro. Ambos contavam com a ajuda de duas mulheres que não eram apenas fantoches, eram atuantes ao lado deles, participando da trama, e ao participar dessas histórias demonstravam “que as propostas sediciosas e milenarista-messiânicas tinham acolhida em Minas, encontrando aí um solo fértil para se desenvolver”. (VILLALTA, 2007, p. 23)

No universo colonial era comum a população atrelar as curas “legais” com as “ilegais”. Toda ação que saísse do mundo cristão seria considerada feitiçaria, mesmo utilizando-se de objetos e rituais católicos. Em nossa colônia havia poucos e caros médicos que traziam consigo o “estudo europeu” (que também não era tão avançado), não conheciam doenças tropicais, aduziam remédios provenientes da Europa, que não resistiam ao tempo e calor de nossa terra. A feitiçaria tornou-se uma espécie de medicina, aceita pela maioria das

peessoas, seja por ela estar ao alcance de todos ou pela fé que era depositada nela, e isso gerava algum respeito/status ao feiticeiro, em sua comunidade. E em muitos casos a fé no poder das curas pelos benzedores era maior que a fé pelas “curas legais”, como podemos notar no relato de Antônio Pereira de Souza: “Joana, cunhada de Manoel Pereira Monteiro, disse que já tinha ido a vários padres para a exorcizarem, mas que só ele, o benzedor, tinha poder para deitar os espíritos fora do corpo.”.

As práticas mágicas podem ser consideradas, em certos pontos, como um negócio. A maioria dos benzedores usavam de seus conhecimentos sobre a flora para curar, benzer e buscavam uma afirmação social, e alguns recebiam bens, como ouro, roupas, tecidos, como forma de pagamento. Um caso que exemplifica isso é o da forra Luzia Pinta, estudada entre outros autores por Laura de Mello e Souza e Luiz Mott, que possuía escravos e grande quantidade de roupas. Os feiticeiros viam na feitiçaria um meio para se afirmarem socialmente, e levarem uma vida menos sofrida, menos ferrenha. Como a prática mágica lhes garantia certo prestígio em seu raio de atuação, e por algumas vezes eram recompensados com bens materiais, alguns até conseguiam ter uma vida diferente da que levavam, ganhando respeito da sociedade.

Infelizmente não temos muitas informações que dizem respeito à vida particular de Mathias Carneiro, em seu sumário não encontramos de onde era proveniente, se tinha outras pretensões. O benzedor, em alguns pontos, se assemelha a um messiânico-milenarista, tinha o mandato de Deus para cumprir uma promessa que fizera a Nossa Senhora do Cedro, e professava – o que pode ser entendido com uma blasfêmia – “ser ele quem tem virtude própria para curar toda e qualquer enfermidade e não os sacerdotes, pelos seus péssimos costumes”.

Ao que parece, Mathias não era natural de Mariana, chegou e ficou lá por um tempo, benzendo e curando. O padre José Gonçalves Torres relata que o benzedor chegou a ir para a o arraial do Fourquim, mas que o vigário do arraial o expulsou de lá. Em alguns relatos podemos observar que uma das práticas que Mathias fazia com frequência, era deitar-se com as moças, e não queria deitar-se com as velhas, dizia que tinham que se deitar com ele para sentirem de seu bafo e do calor de seu corpo e que assim iriam curar. Não há referências no documento se essa prática era simplesmente o ato de deitar, ou se consistia em algo malicioso, o que parece ser o mais provável, levando em consideração as informações contidas de que

ele queria apenas as moças, rejeitando as velhas e que queria lambe a barriga de uma de suas “seguidoras”. Usaria ele da fé das moradoras do morro para cometer algo malicioso³³?

Segundo os depoimentos, Mathias já havia sido preso em Vila Rica, mas foi solto e logo partiu para o Morro de Santa Anna para praticar suas curas e exorcismos. Não há referências sobre o motivo de sua prisão nem de quanto tempo ficou encarcerado.

Como não há muitas informações sobre o benzedor é difícil perseguir suas verdadeiras intenções, se agia de má fé ou se realmente acreditava naquilo que pregava, e cometia seus deslizes, suas fraquezas. Mathias voltara a terra para pagar uma promessa que fez a Nossa Senhora do Cedro, que pediria esmolas. Não temos informação sobre qual seria o destino das esmolas, se ele tinha intenção de investir em alguma ordem religiosa ou se quando sumiu dos arredores de Mariana levou consigo as esmolas.

Referências bibliográficas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa: PT/TT/TSO-IL/028/06699 (Processo de Matias Carneiro)

FIGUEIREDO, C. M. F. *O heterogêneo mundo dos esmoleiros e os mamposteiros da Bula em Minas no século XVIII*. Revista nures, Ano VII, n. 18, p. 39-54, maio-agosto, 2011.

NOGUEIRA, André. *Da trama: práticas mágicas/feitiçaria como espelho das relações sociais - Minas Gerais, século XVIII*. Mneme – Revista Virtual de Humanidades, n. 11, v. 5, jul./set.2004. Captado em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme/article/view/228>. Acesso em: 14 jun. 2014.

OLIVEIRA, Maria Olindina Andrade de. *Olhares inquisitoriais na Amazônia portuguesa: o Tribunal do Santo Ofício e o disciplinamento dos costumes (XVII/XIX)*. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História, Manaus, 2010. 153 p.

ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V – Revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

PEREIRA, A. M. S. Milenarismo e revolta na vivência dos escravos. Pregações e andanças do Príncipe Encoberto na região do ouro Minas Gerais, séc. XVIII. In: *O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, 2008, Lisboa. Actas do CONGRESSO INTERNACIONAL O ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES. 2008, Lisboa: Instituto Camões, p. 1-13.

³³ Há a referência em “O diabo e a terra de Santa Cruz” (p. 144) ao Frei Luís de Nazareth, que realizava curas supersticiosas, exorcismos e abusava de mulheres, na cidade da Bahia. As práticas do benzedor parece se assemelhar muito às dele.

SÁ, Mario. *O universo mágico das curas: o papel das práticas mágicas e feitiçarias no universo do Mato Grosso setecentista.*

Captado em: Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hesm/v16n2/04.pdf>. Acesso em 14 jun. 2014.

SOUZA, L. M. *O diabo e a terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.* 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil – Rio de Janeiro:* Nova Fronteira, 1997.

VILLALTA, L. C. *O encoberto da vila do príncipe (1744-1756): Milenarismo-messianismo e ensaio de revolta contra os brancos em Minas Gerais.*

Captado em: <http://www.revistafenix.pro.br/vol13Villalta.php>. Acesso em: 14 jun. 2014.

O uso de manuscritos no cotidiano do futuro historiador: desafios e soluções discentes

Luíza Rabelo Parreira

Graduanda em História e Coordenadora da Oficina de Paleografia
Universidade Federal de Minas Gerais
luizarabeloparreira@hotmail.com

Maria Clara Caldas Soares Ferreira

Mestre em História Social da Cultura e Coordenadora da Oficina de Paleografia
Universidade Federal de Minas Gerais
mccsferreira@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo ora apresentado pretende realizar breve discussão metodológica acerca do fazer historiográfico, bem como salientar a necessidade de ferramentas que contribuam para uso de documentação manuscrita enquanto fonte, como é o caso da *Oficina de Paleografia da UFMG*, que iniciou suas atividades em 2012, através de iniciativa discente.

PALAVRAS-CHAVE: Manuscritos; Leitura paleográfica; Fazer historiográfico.

ABSTRACT: This paper intend to perform a methodological debate about the way to build the historic knowledge, as well as show the need of tools that contribute to the use of manuscript documentation as a source, like the *Oficina de Paleografia da UFMG*, which has started it is activities in 2012 through student initiative.

KEYWORDS: Manuscripts; Paleographical reading; Historiography.

A pesquisa documental fornece ao historiador elementos imprescindíveis de comprovação empírica necessários para que sua pesquisa seja conduzida sem que se perca uma noção do real, separando, dessa forma, a História da narrativa literária. De acordo com Michel de Certeau, na obra *A escrita da História*, muito além de uma narrativa, a operação historiográfica é também uma prática e uma instituição. O passado não é um dado, mas um produto da História, que depende de uma prática, dos arquivos, da documentação, da fabricação desses documentos e sua constante reorganização, que, por sua vez, possui técnicas específicas e bem definidas (Cf. CERTEAU, 2006).

O documento histórico pode ser lido como um produto de um determinado contexto que o forjou de modo a passar, conscientemente ou não, um rico campo de relações, ideias e representações sobre si à posteridade. Fundamental ao ofício do historiador, o documento é um objeto de disputa em torno de uma ampla e complexa construção de discursos em torno dele que lhe atribuem sentidos mutáveis ao longo do tempo. É, frequentemente, objeto de polêmicas. Tal questão acerca da natureza monumental dos documentos adquiriu novos

contornos na medida em que surgiram correntes que valorizavam a autenticidade dos documentos e desenvolveram mecanismos de verificação da mesma.

Mudanças nos paradigmas historiográficos ocorridas entre o último quartel do século XIX e o início do século XX alteraram de maneira dramática a crítica do historiador em relação às suas fontes, tendo em vista dimensões que não eram abordadas de maneira muito direta anteriormente. Observa-se, então, que a noção de documento se ampliou muito com a Escola dos Annales³⁴, o que não significou, de forma alguma, o abandono do documento escrito, sequer a perda de importância do mesmo. Mudou-se muito a forma de pensar o documento enquanto provação fidedigna do ocorrido no passado. A crítica documental passou da verificação da autenticidade para uma verificação dos explícitos e implícitos, considerando que todo documento é falso e verdadeiro: verdadeiro enquanto produto de uma época, falso enquanto portador de uma intencionalidade que não pode ser deixada de lado (Cf. GINZBURG, 2007). A expansão da ideia de documento e a possibilidade de cruzamento de diversas fontes – escritas ou não – foram fundamentais na reformulação de sua crítica.

Torna-se, pois, necessário frisar que, embora tenham sido apresentadas diversas mudanças e polêmicas, além da ampliação significativa de objetos que podem ser considerados e analisados como sendo fontes com valor histórico, escritas ou não, os manuscritos ainda ocupam posição de destaque na análise histórica. Isto porque foram produzidos por praticamente todas as sociedades e, também, na maior parte dos períodos históricos, proporcionando, deste modo, vestígios para que sejam analisados pelos historiadores do presente.

Sendo assim, o ofício do historiador exige leitura e transcrição paleográfica, fundamentais pelo seu caráter propedêutico: o de possibilitar o acesso direto às fontes de pesquisa. É difícil não atribuir esse descompasso entre a importância da leitura paleográfica na pesquisa histórica e o domínio das habilidades a ela relativas pelos historiadores a uma patente lacuna nas grades curriculares dos cursos de graduação, associada à quase inexistência, pelo menos de maneira mais sistemática, de iniciativas extracurriculares nesse sentido.

Durante a graduação, período fundamental para aprendizagem do fazer historiográfico, apresenta-se como notória a carência de disciplinas, obrigatórias ou optativas, que estimulem a prática em arquivo, bem como o contato com a documentação manuscrita propriamente dita.

³⁴ Ocorre uma incorporação dos documentos não escritos, assim como os não oficiais no fazer historiográfico, bem como uma mudança de enfoque do historiador, que passa do fato ao contexto, abrindo campos antes não explorados de análises e de objetos de estudo, assim como novas fontes que incluem cartas, crônicas, literatura, entre outros, assim como a possibilidade de serialização das fontes históricas. Cf. REIS, 2004.

A falta de experiência que estimule a aproximação com as fontes manuscritas acarreta consequências graves ao aprendizado do futuro historiador e também para a História enquanto campo de conhecimento em constante transformação. Quando formados os então discentes tornar-se-ão professores que dificilmente utilizarão os documentos manuscritos como ferramenta didática no ensino de História, o que poderia despertar interesse pela disciplina e/ou motivar alunos a se dedicarem posteriormente ao estudo da área; ao cursarem a pós-graduação, muitas vezes, os alunos optam por temáticas de pesquisas que não utilizam fontes manuscritas porque não têm proximidade com a paleografia, privilegiando o estudo da História mais recente, desenvolvido através de documentos impressos ou manuscritos de grafia mais próxima da atual.

Muitas vezes, por conta própria, o aluno procura o contato com o documento manuscrito através da Iniciação Científica, quando acaba por desenvolver a temática de pesquisa de determinado professor, com o intuito de colaborar com seu estudo e, ao mesmo tempo, adquirir conhecimento técnico e metodológico. No entanto, o aluno torna-se refém da perspectiva e método de análise já desenvolvido pelo orientador. Costumeiramente, nestes projetos trabalha-se apenas um tipo de fonte documental, fazendo com que o graduando em História adquira vocabulário específico daquele documento, bem como referência de uma região ou período histórico apenas. Durante a Iniciação Científica o aluno então se vê às voltas na tentativa de ler, transcrever, interpretar e inventariar manuscritos. As ferramentas para isto são muitas vezes desenvolvidas pelo próprio estudante, sem parceria e através de trabalho árduo.

Na tentativa de suprir tal lacuna, alguns alunos da graduação de História, no primeiro semestre de 2012, se organizaram para desenvolver e multiplicar técnicas que possibilitassem a leitura e a transcrição de documentos manuscritos produzidos em grafia portuguesa moderna.³⁵ Surgiu, então, a *Oficina de Paleografia da UFMG* que, com atividades semanais, passou a introduzir demais alunos (não só da História, mas também de áreas afins como Conservação e Restauração, Museologia, Arquivologia, etc.) na prática documental através de exercícios em sala de aula que objetivavam a leitura de manuscritos, os mais diversificados possíveis, assim como o entendimento da temática e contexto de produção da dita fonte através de palestras feitas por professores, alunos com experiência documental, sejam da graduação, ou da pós-graduação, que apresentam aspectos de suas pesquisas. Nesse sentido, a *Oficina* estimula também a produção discente dos frequentadores do curso, cuja carga horária

³⁵ Em outras palavras, manuscritos em língua portuguesa produzidos entre os séculos XIV e XIX.

pode ser acrescentada ao histórico escolar como atividade extracurricular, e também dos palestrantes através de certificados de participação.

Fazem parte ainda da proposta da *Oficina*: apresentar bibliografia referente à paleografia, como é o caso do acesso aos dicionários de abreviatura, cuja aquisição é viabilizada nos encontros; agendar visita técnica aos arquivos públicos de Belo Horizonte, incentivando a prática de pesquisa; auxiliar o contato com técnicas de que aperfeiçoem o trabalho em arquivo através, por exemplo, carta de apresentação e digitalização de documentos.³⁶

Para se inteirarem dos debates recentes acerca da temática paleográfica e para buscarem aparato técnico relacionado à transcrição, os coordenadores da *Oficina* começaram a participar de eventos acadêmicos como ouvintes e, em seguida, divulgando o curso. Em parceria com o Departamento de Pós-Graduação em História da UFMG, a coordenação do projeto discente passou a organizar seminário anual, trazendo convidados de outros departamentos e instituições (universidades e arquivos) para introduzir questões correlatas e abranger o conteúdo a partir de seu ponto de vista.

A importância da *Oficina* se confirma pelo público regular mantido há três anos, pelo sucesso dos eventos como, por exemplo: aulas inaugurais e seminários. Depois da implantação da *Oficina de Paleografia da UFMG*, outras instituições também, através de iniciativa discente, criaram grupos com atividades e propostas similares como é o caso das universidades federais de Ouro Preto e Juiz de Fora, que mantêm contato direto com a congênere de Belo Horizonte.

Dentre os projetos mais recentes da *Oficina da UFMG* está a viabilização de publicação, *on line* e impressa, dos documentos, transcrições e palestras apresentados neste três anos de atividade. Além disso, com o intuito de se manter ativa nos próximos semestres, a *Oficina* passou a incorporar à coordenação alunos da graduação que frequentaram o curso no início de sua implantação e atualmente se encontram aptos a participar administrativamente e orientar as atividades em sala de aula. Neste é o caso de Luíza Rabelo Parreira, parceira desse texto, que narra agora um pouco de sua trajetória enquanto estudante e coordenadora da *Oficina*.

³⁶ Para maiores informações acerca das atividades realizadas na *Oficina*: OFICINA DE PALEOGRAFIA UFMG. Belo Horizonte, MG, 2014. Disponível em: <<http://oppufmg.wix.com/oficinadepaleografia>>. Acesso em: 15 maio 2014.

Comecei a frequentar a *Oficina de Paleografia* logo que entrei na faculdade, no primeiro semestre de 2012, primeiro semestre de funcionamento da mesma. Eu não sabia exatamente o que era a paleografia e para que servia, mas com o incentivo de professores do Departamento de História da UFMG e por curiosidade, resolvi frequentar os encontros. No começo, tive bastante dificuldade, o que é normal. Mas essas dificuldades tornaram-se desafios e, utilizando as normas técnicas e o dicionário *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*, da autora Maria Helena Ochi Flexor, fui orientada pelos coordenadores, sendo capaz de conseguir transcrever todas as atividades propostas.

O passo primeiro e fundamental é a leitura elementar do documento e, além disso, fazer uma leitura crítica e contextual. Para trabalhar tais aspectos, desenvolvemos uma espécie de metodologia, maneira mais ou menos estruturada para que, no desenrolar dos semestres, os encontros semanais refletissem na prática os objetivos supracitados. Essa metodologia foi construída ao longo do tempo, de acordo com os problemas e as soluções que surgiam e com as opiniões e sugestões dos participantes durante os semestres.

No segundo período, os alunos de graduação em História devem optar por cursar o bacharelado ou a licenciatura. O contato com os documentos desde o início da graduação foi essencial na escolha do bacharelado, pois me interessei pela pesquisa histórica. Se não fosse a *Oficina de Paleografia*, eu não teria tido a oportunidade de ter contato com tais documentos logo no primeiro período, pois nenhuma disciplina, no início do curso, utiliza manuscritos no cotidiano das aulas.

Resolvi, então, continuar meu aprendizado na *Oficina*, pois estava gostando muito e, depois de escolher o caminho da pesquisa histórica, dominar a leitura paleográfica seria imprescindível para atuação profissional. A estrutura da *Oficina* foi mudando com o tempo a partir das sugestões de participantes. A cada semestre, aprendíamos mais uns com os outros. Somente tornar pública a documentação antiga e transcrevê-la, começou a parecer insuficiente. Percebeu-se então a necessidade de realizar sua contextualização histórica e de explorar suas possibilidades enquanto fontes para o historiador.

Diferentemente do primeiro semestre, foi instituído, por sugestão dos participantes, que cada peça documental seria trabalhada em dois encontros, sendo o primeiro reservado para um estudo dirigido do documento, que consiste na conferência linha a linha da transcrição feita em casa e na discussão das principais dúvidas e obstáculos encontrados na transcrição, bem como das particularidades daquela peça ou de sua tipologia. Já o segundo

desses encontros ficou reservado para a discussão mais ampla da tipologia documental e uma crítica histórica do documento.

Ao final do segundo semestre de 2012, foi realizado o *I Seminário da Oficina de Paleografia: fontes manuscritas – desafios e possibilidades*³⁷, que divulgou bastante as atividades do curso. O terceiro semestre seguiu uma metodologia bastante semelhante a do segundo, acrescentando as visitas técnicas a dois arquivos de Belo Horizonte. Essas visitas foram interessantíssimas e de grande contribuição para minha formação como historiadora. Pude ver o arquivo não só como um lugar de pesquisa, mas um possível local de trabalho.

Durante o terceiro período, surgiu a oportunidade de concorrer à bolsa de Iniciação Científica com a Prof^a. Dr^a. Márcia Almada, da Escola de Belas Artes da UFMG, intitulada “A produção de manuscritos adornados em Minas Gerais no XVIII”. Como já tinha intimidade com manuscritos resolvi tentar, apesar de não preencher nenhum pré-requisito exigido para a bolsa, como estar cursando o quinto Período. Ter uma boa carga horária na *Oficina* me ajudou a complementar meu currículo e acabei selecionada para a bolsa. Meu trabalho no projeto não era fazer a transcrição propriamente dita dos documentos, mas descrever os elementos decorativos presentes dos regimentos internos de agremiações religiosas nas Minas do século XVIII. Este foi outro desafio que enfrentei, pois não havia cursado ainda disciplinas de História da Arte. Consegui finalizar a minha parte no projeto e, logo em seguida, fui convidada para ser coordenadora da *Oficina*, o que foi uma grande alegria para mim.

Após o *II Seminário da Oficina de Paleografia*, que aconteceu ao final do segundo semestre de 2013, oficializamos a minha entrada na coordenação. Por ser atividade de caráter discente, é importante que os participantes mais antigos passem a assumir tal responsabilidade, pois, no decorrer dos anos, os coordenadores concluem a graduação, deixando a universidade para iniciar a carreira profissional. Participar da escolha da programação dos encontros e ajudar os colegas nas transcrições tem sido ótimo, além de ser uma experiência de docência. Realmente dá um pouco de trabalho, mas em compensação conheço vários colegas, tenho acesso a documentação diversificada e aumento as minhas possibilidades de pesquisa.

³⁷ A *Oficina de Paleografia da UFMG* agradece à Diretoria de Assuntos Estudantis e à Diretoria da FAFICH, que acreditaram na importância do evento e ofereceram a verba necessária, mediante requerimento elaborado pela comissão organizadora, bem como ao Colegiado de Graduação em História e ao Programa de Pós-Graduação em História, que prestaram todo o apoio ao evento.

Atualmente curso o quinto período e ainda não tenho um objeto de pesquisa definido, mas possuo interesse pela linha da História Social da Cultura. Sendo assim, comecei outra Iniciação Científica, dessa vez com a Prof^ª. Dr^ª. Adalgisa Arantes Campos, e de vez em quando tenho que transcrever algo. Estar em contato com os documentos suscita em mim a vontade de continuar na área da História, como também me faz entender o quão é importante a organização dos arquivos nos quais vamos trabalhar. Anotar as referências e guardar as imagens que pretendemos usar um dia é apenas um dos aspectos a ser observado e que, com certeza, usarei em minhas futuras pesquisas.

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2006.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

OFICINA DE PALEOGRAFIA UFMG. Belo Horizonte, MG, 2014. Disponível em: <<http://oppufmg.wix.com/oficinadepaleografia>>. Acesso em: 15 maio 2014.

REIS, José Carlos. O programa (paradigma?) dos Annales 'Face aos Eventos' da História. In: _____. *História: entre a filosofia e a ciência*. 3. ed. Belo Horizonte: Ática, 2004.

Muito além de bonecos: a história do grupo Giramundo pela perspectiva do acervo reunido em seu arquivo privado

Maria Emiliani Pena Ferreira

Bacharel em Arquivologia
Celulose Nipo-brasileira S/A CENIBRA
emilianiferreira@gmail.com

Alessandro Ferreira Costa

Doutor em Ciência da Informação
Professor Adjunto do Departamento de Teoria e Gestão da Informação - ECI/UFMG
prof.alessandrocosta@gmail.com

RESUMO: Síntese do trabalho de conclusão de curso realizado na graduação em Arquivologia (UFMG) no ano de 2013 que teve como objeto de análise o arquivo privado do *Giramundo Teatro de Bonecos* enquanto espaço privilegiado de informações para a história recente da arte e da cultura mineiras por evidenciar uma perspectiva única daquele grupo a partir dos documentos produzidos e/ou reunidos no decorrer do processo criativo de suas apresentações teatrais.

PALAVRAS-CHAVE: grupo giramundo; teatro de bonecos; acervo; patrimônio; arte mineira.

ABSTRACT: Synthesis of the work of completion performed in undergraduate Archivology (UFMG) in 2013 had as its object of analysis the private file *Giramundo Teatro de Bonecos* as a privileged space of information to the recent history of art and culture from Minas Gerais evidencing a unique perspective of that group from the produced and/or documents gathered during the creative process of their theatrical performances.

KEYWORDS: giramundo group; puppet theater; collection; heritage; Minas Gerais art.

O que faz o *Giramundo* fazer um espetáculo e logo depois estar pensando em outro? Na verdade, durante o processo, a gente fala que vai ser o último. Dá muito trabalho, mas o prazer é uma coisa impressionante. A gente fala também que a pessoa foi “infectada”. Eu acho que fui “infectada” no berço (...). (Beatriz Apocalypse, em fala no *Museu das Minas e do Metal*, 2014).

Introdução

O presente artigo tem por objetivo breve relato sobre os resultados oriundos do trabalho de conclusão de curso realizado na graduação em Arquivologia na *Universidade Federal de Minas Gerais* - UFMG - no decorrer do ano de 2013, que teve como objeto de análise o arquivo do *Giramundo Teatro de Bonecos* enquanto espaço dotado de documentos de alta relevância para a história recente da arte e da cultura mineiras.

Desde a sua origem, o *Giramundo* se apresenta como importante patrimônio artístico de reconhecimento nacional e internacional, que influenciou - e influencia - gerações de bonequeiros em seu ofício. A partir dessa premissa, o trabalho a que se reporta esta comunicação buscou estabelecer critérios básicos que consubstanciassem uma gestão mais eficiente do acervo documental guardado no arquivo do grupo, como parte de um conjunto de intervenções coordenadas pela Pró-reitoria de Extensão da *Universidade FUMEC*, responsável tanto pela elaboração de diagnóstico e organização daquele acervo, como também pela reativação do *Museu Giramundo*, que possui, segundo dados coletados na própria instituição, a maior coleção privada de teatro de bonecos das Américas, incluindo documentos originais de Álvaro Apocalypse (desenhos e projetos), um dos idealizadores do grupo e artista de expressão mundial. Sobre esse, Marcos Malafaia, diretor do grupo, em fala proferida no *Museu das Minas e do Metal*³⁸ (2014) na cidade de Belo Horizonte, afirma que ele foi “um pesquisador nato. Um artista sem concessões, vamos dizer assim. Um amante do desenho na linha direta do Guignard”, demonstrando o potencial valor informativo presente em seus manuscritos, esboços e outros mais.

Como o título deste artigo sugere, o acervo do *Giramundo* nos apresenta uma singular visão sobre o seu percurso histórico por introduzir o indivíduo observador no universo de teatro de bonecos de maneira tão lúdica como aquelas narrativas encenadas em seus espetáculos. Ao olhar todo aquele conjunto de objetos, não há como não desejar fazer parte de toda essa poesia.

Teatro de bonecos

A arte do teatro de bonecos tem a sua origem na Antiguidade. Segundo Giovanna Guimarães (2012, p.28)

A produção de imagens e objetos com um caráter simbólico ocorreu ao longo do desenvolvimento das civilizações humanas; muitas vezes associada à representação de desejos humanos ou como meio de expressar solicitações aos Deuses. Entre os objetos, encontravam-se figuras que representavam formas humanas ou animais, primeiros bonecos construídos pelo Homem. Figuras articuladas surgiram ainda na Antiguidade e, ao longo da História, desenvolveu-se o uso dos bonecos para entretenimento público e os teatros de marionetes. A figura do boneco, nessas apresentações públicas, podia se prestar à função de representação e simbolização. (...) Esses bonecos podem ser vistos como uma forma de representação do humano, sua caracterização permeada pelo uso da linguagem simbólica.

Complementa ainda a autora que

³⁸ Captado em: <<http://www.youtube.com/watch?v=od6DZqINqSc>>. Acessado em: 12 mai. 2014.

Figuras construídas pelas mãos humanas, com partes móveis, já são encontradas desde 1400 a.C., no Vale Indu, Paquistão, na forma de gado bovino com pernas articuladas, destinadas a serem usadas em rituais religiosos. No Antigo Egito, Hierógrafos registram estátuas que caminham, representações de deuses, sustentadas e manipuladas por pessoas. (...) Na Grécia antiga, outros registros de figuras articuladas são encontradas, e cerca de 500 anos a.C. já ocorriam apresentações públicas de marionetes bem próximas às que conhecemos atualmente, manipuladas por atores. As marionetes das apresentações públicas se desenvolveram, portanto, a partir desses objetos, figuras articuladas e movimentadas por pessoas, representações de deus ou solicitações humanas, passando desta exposição ritualística a uma forma de entretenimento público – mas conservando um caráter representativo (...) (GUIMARÃES, 2012, p.32).

De acordo com a pesquisadora, as marionetes reproduziam contos populares, davam voz às populações e se prestavam à divulgação de ideias e conceitos. No Brasil, conforme estudo apresentado por Valmor Beltrame (2012, p.33), a história do teatro de bonecos “é reveladora do quanto essa arte foi expressão das classes populares e, talvez exatamente por isso, esquecida nos registros históricos”. Segundo o mesmo, é possível encontrar documentos que comprovam a existência dessa manifestação artística em nosso país desde o século XVIII, apontada como algo trivial, associada aos hábitos populares regionais.

Meus estudos apontam o Brasil como um dos poucos países ocidentais que ainda mantêm vivo um teatro de bonecos feito (criado, encenado e visto) pelo povo. O teatro Mamulengo, também chamado de João Redondo, Casemiro Coco ou Babau, dependendo da região e de certas características quanto a sua forma, é arte que nunca adentrou a corte ou aos palácios, é expressão das camadas mais pobres da população rural e periferia urbana da Região Nordeste do Brasil. Em nosso país se destacam, predominantemente, duas idéias estereotipadas sobre esta arte do teatro de bonecos: a primeira, como linguagem artística destinada exclusivamente ao público infantil; a outra, como teatro popular-folclórico. A idéia de um teatro exclusivo para crianças está relacionada com o boneco, ora como brinquedo, ora como instrumento didático e educativo capaz de propiciar o aprendizado de conteúdos ou estimular a fantasia. Já a concepção popular-folclórica é concebida com base nas referências da manifestação do mamulengo, vista como expressão em que predomina o cômico e a crítica social e política. (BELTRAME, 2012, p.36-37).

Giramundo

Fundado no ano de 1970, pelas mãos dos artistas plásticos e docentes da *Escola de Belas Artes* da UFMG Álvaro Apocalypse, Terezinha Veloso e Maria do Carmo Vivacqua Martins, o *Giramundo Teatro de Bonecos* é um dos mais representativos grupos deste gênero artístico em atividade no Brasil, mantendo por objetivo institucional o estudo, a pesquisa, a preservação, a divulgação e a produção dessa arte. Acumulando em seu currículo mais de 30 espetáculos apresentados no decorrer de mais de quatro décadas de existência, o *Giramundo* conta também com uma escola de teatro e com

um museu - que se distingue de outros similares por salvaguardar objetos ainda suscetíveis ao uso em novas montagens teatrais - onde se encontra exposto parte do acervo dos trabalhos produzidos, composto por bonecos, adereços, máscaras, peças gráficas e cenográficas, trilhas sonoras e figurinos. Neste contexto, o *Instituto Museu Giramundo*, criado no ano de 2006, tem por missão firmar-se como uma

(...) instituição cultural sólida, moderna, criativa e democrática, a partir da realização de atividades museológicas, educativas, culturais e sociais inovadoras, abrangentes e inclusivas, tendo como um dos objetivos organizar, conservar, preservar e restaurar seu acervo museológico, que se constitui primordialmente de obras artísticas relacionadas à arte do Teatro de Bonecos e assemelhados. (Estatuto Instituto Museu Giramundo, p.2, 2006).

Sobre a importância do acervo salvaguardado nas dependências do *Giramundo*, Beatriz Apocalypse, herdeira de Álvaro e Terezinha Veloso, analisa que muitas das peças originais do grupo se encontram em estado de difícil manipulação física, mesmo com as constantes ações de preservação e restauração. Uma alternativa para que as montagens teatrais possam ser rerepresentadas é a confecção de réplicas daquelas peças: “graças a estes projetos técnicos **[guardados nos arquivos]** que o *Giramundo* consegue consertar uma marionete. E o *Giramundo* consegue confeccionar outra idêntica” (*Museu das Minas e do Metal*, 2014, grifo nosso).

Arquivo Giramundo: acervo, memória e outras considerações

O arquivo do *Giramundo Teatro de Bonecos* é considerado pelo produtor como de caráter permanente³⁹, uma vez que a instituição guarda em seu espaço físico todo o conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos no decorrer de sua existência. O que presenciamos, porém, foi a inexistência de efetivo comportamento arquivístico fundamentado nos pressupostos teóricos e técnicos do campo da Arquivologia, o que acaba por expor o acervo a uma série de variáveis que podem comprometer a qualidade do seu tratamento e conservação. Concomitantemente, estava claro para nós que a massa documental ali disposta apresenta um valor ímpar tanto ao *Giramundo* quanto à própria sociedade, uma vez que era - e é - possível reconstruir a história do grupo por meio de materiais que efetivamente “relatam” o fazer artístico do seu ofício, principalmente ao considerarmos a natureza dos documentos, sendo eles roteiros, artes conceituais, projetos técnicos, objetos cenográficos, bonecos, fotografias, vídeos e tantos outros associados às etapas de concepção, desenvolvimento e detalhamento dos espetáculos produzidos pelo grupo. Se caracterizarmos um arquivo permanente pelo

³⁹ Conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função do seu valor (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 34).

recolhimento e guarda de documentos em local de custódia definitiva, como o evidencia Heloísa Bellotto (2004), a partir de critérios objetivos de seleção, tomando por referência o seu valor secundário (aquele inerente ao valor histórico, social, artístico e correlatos. ROUSSEAU; COUTURE, 1998), muito ainda há o que evoluir o arquivo *Giramundo*...

Em um arquivo onde a imagem não só configura uma informação, mas também é a razão de ser dos documentos recolhidos, imaginemos a riqueza de leituras possíveis sobre estes a partir das especificidades do olhar do pesquisador: ali, um artista gráfico pode compreender as variáveis constantes no processo de criação visual de um personagem, figurino ou cenário; um escritor pode avaliar as nuances de um roteiro; um fotógrafo perceber o impacto da iluminação na construção dramática de uma cena; um historiador analisar a nossa própria história por meio das adaptações teatrais do *Giramundo*. Um universo de possibilidades que precisa ser descoberto pela sociedade e pela própria instituição. Quanto a relevância da imagem como fonte de informação, Maria Eliza Borges (2005, p.78-79) afirma que

Os homens e mulheres que se dedicam a pensar e refletir sobre os diferentes campos da dinâmica social não podem desconhecer o poder das imagens. Para além de sua dimensão plástica, elas nos põem em contato com os sistemas de significação das sociedades, com suas formas de representação, com seus imaginários.

Não estamos, contudo, afirmando aqui que o supramencionado arquivo esteja inexoravelmente atado a problemas. Citação injusta e falsa. Percebemos claramente o esforço do grupo, enquanto instituição e pessoas, em fazer o melhor para que a sua história documentada seja não só mantida quanto passível de acesso. O nosso objetivo, nesta comunicação, é sensibilizar o leitor quanto à necessária intervenção social e pública sobre muitos arquivos privados de alta relevância à sociedade. Estes espaços demandam muito mais que “boa vontade”: necessitam de profissionais capacitados para o devido planejamento e gestão daquilo que se encontra guardado, de infraestruturas física e tecnológica adequadas, de divulgação e garantia de acesso às bases de informação. Ao evidenciarmos aqui o *Giramundo*, queremos afirmar que até mesmo uma instituição de inquestionável representatividade à nossa cultura também enfrenta os percalços da falta de políticas públicas eficientes quanto às questões relacionadas à memória e patrimônio. Nesse contexto, sintetiza Thais Nivia de Lima e Fonseca (2013, p.17) que

Essas reflexões [**sobre a construção da memória**] podem ser interessantes quando se coloca em foco também outros modos de construção da relação entre memória e história, fora do eixo memória-nação. Um deles está

colocado para instituições que tomam a iniciativa de preservar sua memória como história, como imortalização e como legitimação. É o caso, por exemplo, dos museus e centros de memória criados por empresas públicas e privadas, visando reunir acervos relacionados a elas mesmas para construir leituras acerca de suas próprias trajetórias e de seus sujeitos ao longo do tempo. Objetivando seja a construção do conhecimento, seja a publicidade, essas iniciativas valem-se do trabalho de especialistas - arquivistas, bibliotecários, museólogos, historiadores - e muitas chegam a se organizar inclusive como lugares abertos à pesquisa histórica externa e às ações educativas mais amplas. (Grifo nosso).

Considerações finais

O limitado espaço ditado por estas poucas páginas não permite qualquer nível de aprofundamento sobre todas as variáveis observadas durante o processo de leitura/intervenção junto ao arquivo *Giramundo*. Evidenciamos aqui, porém, cinco pontos considerados como emergenciais para uma gestão mais eficiente daquele, fundamentados tanto na literatura arquivística, como também, na realidade específica desse arquivo:

- 1) Constituição de uma comissão de avaliação de documentos que tenha por objetivo estabelecer prazos de guarda e eliminação da massa documental reunida, de forma a reduzir o volume total dessa;
- 2) Elaboração de plano de classificação e de tabelas de temporalidade;
- 3) Reorganização dos documentos no espaço físico respeitando critérios de conservação;
- 4) Avaliação de pontos relacionados à segurança física do acervo arquivístico;
- 5) Estabelecimento de rotinas no trato diário com o acervo guardado.

Segundo Ulpiano Bezerra de Meneses (1999, p.24), a “produção do conhecimento histórico deve ser indissociável do conhecimento (histórico) da produção documento, no seu sentido mais amplo” e, como cita Maria Eliza Borges (2005, p.112)

Conhecer essa multiplicidade de mundos, de interesses materiais e simbólicos, equivale a conceber o real como cenário mutável que está sempre em processo de formação. É perceber como homens e mulheres de diferentes épocas se apropriam de seu passado, conjugam-no com seu presente e apontam saídas para seu futuro.

Que o futuro, então, seja a solução para as mazelas a que, muitas das vezes, nossos acervos documentais encontram-se hoje submetidos. Mas que o presente seja o esforço pela busca deste amanhã...

(...) para mim, o mais importante do grupo é exatamente isso: o caráter que o grupo tem de estar sempre descobrindo, sempre pesquisando, a oportunidade

que a gente tem de trazer a nova tecnologia, de descobrir os novos materiais (...). O mais importante é essa constante mutação e crescimento que o grupo tem ao longo dos anos. (Endira Drumond, integrante do *Giramundo*, em fala no *Museu das Minas e do Metal*, 2014).

Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BELTRAME, Valmor. O trabalho do ator-bonequeiro. *Revista Nupeart*, v. 2, p. 33-52, set. 2003. Captado em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/nupeart/article/view/2641/1947>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. História, memória e documento. In: LINHARES, Meily Assbú; NASCIMENTO, Adalson (Org.). *Organizando arquivos, produzindo nexos: a experiência de um centro de memória*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2003, p. 15-27.

GUIMARÃES, Giovanna Belico Cária. *O boneco-personagem: caracterização do personagem de animação stop-motion*. 173 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Belo Horizonte, 2012. 172 p.

INSTITUTO MUSEU GIRAMUNDO. *Estatuto Instituto Museu Giramundo*. Belo Horizonte, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 11-29.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

O belo no transitório: um ensaio acerca da boemia em Gérard de Nerval

Mariana Albuquerque Gomes
Mestranda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
mariana.albuquerque.gomes@gmail.com

RESUMO: A Boêmia surge, como fenômeno social definido e reconhecido, no início do século XIX, onde os limites da existência burguesa eram obscuros e incertos, nos quais fronteiras e margens sociais eram testadas. Seus artistas compartilhavam a experiência de uma existência marginal e eram expostos a uma série de estigmas sociais, que compreendiam desde o exótico ao louco – este último, “categoria” na qual enquadrar o poeta francês Gérard de Nerval.

PALAVRAS-CHAVES: *Modernidade; Boemia; Marginalidade literária; Gérard de Nerval*

RÉSUMÉ: Bohême se pose, comme défini et reconnu phénomène social, au début de XIXe siècle, où les limites de bourgeois existence étaient obscurs et incertains, où les frontières sociales et les marges ont été testés. Ses artistes ont partagé l'expérience d'une existence marginale et ont été exposés à une série de stigmates sociaux, qui comprenait de l'exotisme à le fou - celle-ci, “catégorie” où ils ont essayé de cadrer le poète français Gérard de Nerval.

MOTS-CLÉS: Modernité; Bohême; Marginalité littéraire; Gérard de Nerval

Mais les vrais voyageurs son ceux-là seuls qui partent
Pour partir; coeurs légers, semblables aux ballons,
De leur fatalité jamais ils ne s'écarterent,
Et, sans savoir pourquoi, disent toujours: Allons!⁴⁰

Ao iniciar propriamente esse estudo, é necessário compreender a preocupação, ao fazê-lo, em não matar a alma do escritor, pois essa é parte intrínseca a suas obras. Uma vez que as experiências do próprio autor na boêmia literária romântica deixaram marcas indeléveis em sua obra, pensar a cena em que Gérard de Nerval se constituiu, apresenta-se como outro ponto fundamental nesse estudo. Mas que boêmia era essa a qual Nerval entregou sua vida?

O século XIX foi marcado por uma série de agitações e transformações. Esse século de “revolucionarismo endêmico”, no dizer do historiador Eric Hobsbawm (HOBSBAWM, 2010, p. 184), foi tão efervescente no âmbito político e social, quanto no artístico e literário. Imbuídos por um espírito de liberdade, os literatos modificaram a percepção do mundo, a

⁴⁰ [Mas viajantes de fato apenas são aqueles / Que partem por partir; o coração flutuante, / Jamais hão de aceitar ser outros senão eles / E, sem saber por quê, ordenam sempre: Adiante!]. BAUDELAIRE, 2012, p. 423. CXXXVI, A viagem.

partir das palavras, ao ousarem novas experimentações estéticas. Mais do que ousar no campo das artes, esses literatos tiveram uma ação expressiva em todos os âmbitos da sociedade. Assim, o século XIX foi “um século trepidante, contraditório, por vezes desesperador, mas cujas obras de pensamento permanecem nossa herança inalienável” (WINOCK, 2006, p. 19). Tais obras trazem marcas intrínsecas à constituição da sociedade moderna, capitalista e burguesa, caracterizada pela crescente burguesia industrial.

Essas questões remetem, ainda, a mais um tema central quando se pensa no século XIX: a cidade. O complexo contexto histórico e social das grandes cidades é o pano de fundo da ação desses literatos. A rua torna-se personagem principal e as identidades individuais dão lugar a uma multidão de tipos fugidios, que pedem para ser decifrados, compreendidos. Para tal, e em meio a esse espetáculo de forças incontroláveis da multidão na paisagem urbana, o olhar desenvolveu um papel fundamental para esses literatos, como aponta Walter Benjamin em seus estudos sobre a Modernidade e Baudelaire (BENJAMIN, 1989). Por outro lado, conforme Maria Stella Bresciani, a importância do olhar decorre do “estar submetido a longos trajetos pelas ruas, a pé ou dentro de meios de transporte coletivo, [o que] impõe aos olhos a atividade de observar coisas e pessoas; a vida cotidiana assume a dimensão de um permanente espetáculo” (BRESCIANI, 1994, p. 11).

Não obstante, o surgimento da multidão, sobretudo na Paris do século XIX, estimulou a aparição de algumas formas de afirmação de identidade nos indivíduos. A fuga da normatividade e a resistência à rígida divisão de papéis sociais do espaço moderno encontraram corpo na figura do *flâneur*, que é ator e espectador ao mesmo tempo. O *flâneur* não existe sem a multidão, ainda assim, não se confunde com ela. Ele caminha em meio à multidão, confortavelmente, desafiando a divisão do trabalho, negando a operosidade e a eficiência do especialista. Não se submete ao tempo útil do trabalho, ao contrário, submetido ao ritmo de seu próprio devaneio, ele sobrepõe o ócio ao "lazer" e resiste ao tempo da indústria, do trabalho. Para Baudelaire (1821-1867), só o mergulho na multidão permite ao poeta tornar-se moderno, como podemos perceber no fragmento abaixo, retirado de *Sobre a modernidade*

A multidão é seu universo [...]. Sua paixão e profissão é desposar a multidão. Para o perfeito *flâneur*, para o observador apaixonado, é um imenso júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito (BAUDELAIRE, 1996, p. 21)

Ainda que, cronologicamente, seja anterior à estética moderna inaugurada por Baudelaire, Gérard de Nerval já apresentava algumas características desta. Apesar de ser

incluído no movimento romântico francês, Nerval, que se fez um poeta em trânsito, incorporou em seus escritos uma “floresta de símbolos” – expressão que indica o traço mais marcante da estética simbolista, representada, principalmente, por Baudelaire, Mallarmé (1842-1898), Verlaine (1844-1896) e Rimbaud (1854-1891). Em trânsito, em meio à multidão e, ainda assim, só. A solidão, decorrente, sobretudo, de uma incompreensão destes poetas pela sociedade, torna-se outra característica do artista desse século. Consoante Hobsbawm, “o artista [...] estava só, gritando dentro da noite, sem nem mesmo a certeza de um eco” (HOBSBAWM, 2010, p. 411). Marginais, eles cruzavam as barreiras, nem tão rígidas, que separavam a sociedade burguesa do país da Boêmia.

A Boêmia, como fenômeno social definido e reconhecido, surgiu no século XIX, nas décadas de 1830-1840, e, de acordo com Jerrold Seigel, “na intersecção da ação e do significado, do gesto e do conhecimento. Era ao mesmo tempo uma forma de vida e uma interpretação dramatizada, tanto de si mesma quanto da sociedade para qual era posta” (SEIGEL, 1992, p. 21). Assim, o poeta mergulhava nesse mundo, transformando sua própria vida em uma obra de arte. No texto “A Alexandre Dumas”, – que abre *Les Filles du feu*, coletânea de histórias e poemas – Nerval busca explicar que a criação literária mobiliza todas as forças do escritor e, assim como os personagens não ganham vida sem seu criador, este vive em seus personagens. Percebemos na obra de Nerval uma comunhão estreita entre literatura e vida, onde uma se nutre da outra.

Esses artistas eram vistos como pessoas socialmente problemáticas, que se situavam dentro e fora da sociedade estabelecida, simultaneamente. Os estigmas sociais aos quais esses boêmios e literatos eram expostos compreendiam desde o exótico ao louco – sendo este último a “categoria” na qual tentaram enquadrar Nerval – sempre ressaltando o caráter de marginalidade daqueles que viviam na boemia. Inclusive porque muitos se recusavam ou eram incapazes de aceitar uma identidade social estável e limitada, conforme a “receita” burguesa. Vale ressaltar que apesar das fronteiras e margens que delimitavam a Boêmia e a sociedade burguesa, a primeira não foi exterior à segunda, – houve artistas que vieram da burguesia – mas sim a expressão de conflitos que surgiram no âmago da sociedade e que constituíram um dos aspectos mais importantes da Modernidade.

O que há de específico no espaço e no tempo dessa modernidade é captado e definido por Baudelaire. Sua poética, “flexível e nervosa”, surge dos choques com a grande cidade, dessa nova sociedade, desse novo mundo paradoxal fruto de uma dupla revolução, como aponta Hobsbawm:

Se fôssemos resumir as relações entre o artista e a sociedade nesta época em uma só frase, poderíamos dizer que a Revolução Francesa inspirava-o com seu exemplo, que a revolução industrial com seu horror, enquanto a sociedade burguesa, que surgiu de ambas, transformava sua própria experiência e estilos de criação. (HOBBSAWM, 2010. P. 403)

Assim como a compreensão do conceito de moderno, enquanto concepção estética e histórica do mundo que ainda domina nosso imaginário social, conforme a Hans Jauss, a boêmia como fenômeno social definido também é datada. Segundo Jerrold Seigel, em *Paris Boêmia*, este fenômeno boêmio pertence à era moderna, a um mundo moldado pela Revolução.

Tal boêmia se construiu em contraste à imagem da burguesia. O que, num primeiro momento, pode levar a acreditar erroneamente que boêmia e burguesia, boêmio e burguês se constituíram como polos opostos intocáveis. Essa imagem pode ser desfeita se atentarmos à experiência histórica, inclusive porque no momento em que a boêmia se estabelecia, a sociedade burguesa também estava em processo de construção. O que existe, então, é uma convergência entre esses polos – boêmio e burguês – que são partes de um mesmo campo. Essa dupla-caracterização se materializa na própria figura de Nerval.

Consoante a Marta Kawano, em sua tese *Gérard de Nerval: a escrita em trânsito*, a condição financeira e social do autor era a mesma de muitos outros contemporâneos, que, oriundos da burguesia não conseguiam obter ganhos condizentes com o esperado pela classe social que ocupavam. O que acabava gerando uma espécie de marginalização compulsória que caracterizava estes como boêmios e “os situava em uma zona de penumbra entre a ingenuidade e a criminalidade” (SEIGEL, 1992, p. 13). Nerval traça um retrato desse escritor e sua condição:

Aqueles que não puderam, como Voltaire, fazer fortuna com as especulações financeiras, aqueles que não puderam, como Beaumarchais, garantir sua independência futura vendendo fusis aos americanos revoltados com a Inglaterra; aqueles, enfim, que não devem ao acaso do nascimento algumas das elevadas posições [...] que permitem cultuar as musas à sombra das tílias plantadas por seus pais; aquele, ainda, que não vendem suas penas de maneira alguma e sob pretexto algum, são naturalmente relegados à classe dos boêmios. (NERVAL, *La Presse*, 7 de outubro de 1850. In: KAWANO, 2009, p. 164.)

Essa marginalização possibilitou, na maioria das vezes, o aparecimento de uma irreverência comportamental, como o uso de vestimentas extravagantes, dentre outros. Não obstante, tal comportamento não era desprovido de sentido. Ao contrário, era uma maneira de questionar o mundo em que viviam, assim como os valores predominantes dessa sociedade. Segundo Seigel, essa seria a configuração da boêmia, não como um reino exterior à vida burguesa, mas como a expressão de um conflito que surgiu em seu meio.

Outra forma de irreverência, que era recorrente entre os artistas participantes dessa boêmia romântica e irreverente, era a adoção de pseudônimos e apelidos. A adoção/incorporação de outros nomes pode ser compreendida como uma marca do desejo de escapar do lugar-comum, podendo também chocar a ordem estabelecida. Gérard de Nerval nasceu sob o signo de Gérard Labrunie. Ainda que “Nerval” tenha sido o pseudônimo mais importante (e conhecido), Gérard possuía outros, como Beuglant e Fritz. Seus companheiros, em sua maioria, também eram possuidores de pseudônimos e apelidos.

No decorrer da década de 1830, Nerval participou de dois grupos românticos. O primeiro foi o *Petit Cénacle* (1830 – 1833), que ficou conhecido assim por ser considerado uma versão em menor escala do “Grande Cenáculo” (grupo formado por Hugo, Vigny, Dumas, dentre outros, e que teve seu fim em 1830). A boêmia do *Petit Cénacle* era marcada pela irreverência e pelo gosto do bizarro de seus integrantes (dentre os quais estavam Jean Duseigneur, Pétrus Borel e Théophile Gautier). Já o outro grupo do qual Nerval participara, conhecido como Boêmia de Doyenné (1834 – 1836), era considerado mais sereno.

Um aspecto mais específico de Nerval e que reflete em sua escrita e em sua obra é o caráter do transitório. A escrita de Nerval privilegia o deslocamento do eu lírico. Esse deslocamento, como atenta Kawano, é uma espécie de condição do indivíduo que se desloca constantemente no espaço. E como parte desse deslocamento há a condição de ser alguém que não está de todo nas situações que vivencia.

A questão de ser alguém que não está de todo nas situações que vivencia também perpassa as obras de Nerval. Geralmente, aparece como uma ambiguidade que é necessária ao texto fantástico. Segundo Todorov, em *Introdução à Literatura Fantástica*, a hesitação do leitor é a primeira condição do fantástico, pois cria a ambiguidade que possibilita o entendimento de um texto como fantástico.

Em Nerval, a recriação da ambiguidade se dá através da loucura. Na obra intitulada *Aurélia* essa utilização da loucura como um meio de criar a ambiguidade necessária ao texto fantástico se apresenta tanto na hesitação da personagem, quanto na do narrador. Conforme Todorov, “a personagem não está completamente certa quanto à interpretação que deve dar aos fatos” (TODOROV, 1975, p. 43), pois chega a acreditar algumas vezes em sua loucura. Da mesma forma, o narrador expressa certa hesitação ao não se mostrar seguro de que tudo que a personagem viveu se deva a uma ilusão, decorrente de sua loucura, insistindo sobre a verdade de certos fatos narrados.

Mais uma vez, obra e vida se entrelaçam, mostrando que as relações entre biografia, leitura e invenção são sempre ambíguas em Nerval. Posto que, além de ter de lidar com as dificuldades comuns a outros escritores durante sua carreira, Nerval carregava consigo o estigma de escritor louco, potencializado pelas crises de esquizofrenia que o autor sofria. No texto intitulado “A Jules Janin”, o próprio Nerval faz referência à sua morte simbólica, transformando em matéria literária às consequências do artigo em forma de obituário – *in memoriam* a “razão” de Nerval - no qual Janin torna pública uma crise de loucura do autor.

A loucura proporciona um jogo conflitante entre o sonho e a realidade, conflito que atravessa toda a obra nervalina. Outro aspecto do eu nervalino que é relacional a sua biografia é a questão de uma inquietude que se soma a uma ânsia de ideal, que é própria do romantismo. Tal inquietude é percebida em Nerval principalmente em função de um ponto específico de sua vestimenta: os bolsos.

A inquietude do autor representada através de seus bolsos, sempre carregados de papéis, livros, canetas e cadernetas de anotações, foi percebida inclusive por muitos de seus companheiros contemporâneos. Gautier, em *Histoire du Romantisme*, faz menção a esse aspecto da vida de Nerval.

Em seus bolsos, cheios de livros, havia cadernetas de anotações, pois ele escrevia andando. [...] Ficar fechado entre quatro paredes [...] fazia desaparecer a inspiração e o pensamento. [...] ele pertencia à literatura ambulante. (GAUTIER, s.d., p. 60-61. In: KAWANO, 2009, p. 155)

Temos aí, mais um elemento marcante da figura de Nerval: a rua. Gérard não tinha residência fixa e morreu na rua, sendo esse um dos elementos mais marcantes da sua figura – seu suicídio em uma rua parisiense. Da mesma forma, parte substancial de sua obra se desenrola ao ar livre. Há um elo entre o ato da escrita e o de caminhar, com a rua sendo encarada como lugar propício para a escrita. Essa relação é característica da narrativa de viagem.

Outro ponto a discutir, quando se trata de Nerval, é a liberdade do movimento e do olhar que predomina em seu relato de viagem. Não existe absolutamente, um caminho preconcebido. O próprio Nerval deixou depoimentos acerca disso: “[...] quando chego numa cidade, entrego-me ao acaso, certo de nela encontrar sempre o bastante para meu consumo de flâneurs” (NERVAL, *Le messenger*, 18 de septembre, 1838. In: KAWANO, 2009. p. 174).

Assim, não se definem critérios delineados que permitam decidir o que é e o que não é objeto da curiosidade do autor, assim como do viajante nervalino. Ao contrário, tudo pode ser

interessante e passível de causar surpresa e encantamento. O viajante, para Nerval, não veio ao mundo em missões oficiais. Seu olhar não deve ser possuidor de algum foco previamente definido.

Ainda nessa lógica, o roteiro desse viajante tampouco deve ser definido ou seguido à risca. Antes disso, trata-se de encontrar uma trajetória pessoal. Consoante a Kawano, cada viagem, de cada indivíduo é única e importa tanto o que esse viajante vê quanto o modo como vê. Isto é, são os detalhes de cada olhar que revelam as diferenças entre eles, as peculiaridades de cada visão são proporcionadas pela peculiaridade de cada percurso. É a condição de deslocado que possibilita a esses indivíduos viajantes notar o que os demais não notam: o belo está no transitório.

Sendo assim, podemos perceber que como seus personagens, uma vez que vida e obra se condensam em um espectro, Nerval foi possuidor de um olhar singular. Tal olhar se deve à liberdade que tem e esta se relaciona diretamente ao fato do autor-viajante não seguir a via oficial de roteiros preestabelecidos. Vale ressaltar, que tal postura colocou Nerval em uma posição marginal da sua sociedade, infligindo-o uma característica de indivíduo possuidor de uma inaptidão crônica (vadiagem e trovadorismo exagerado) intimamente ligada ao ato de vagar.

Essa característica atribuída a Nerval – e a tantos outros viajantes, fossem reais ou fantásticos – perpassava uma ideia de que esses indivíduos possuidores de uma inaptidão crônica pareciam não se inserir no mundo, na sociedade que pertenciam. Tal inaptidão pode ser vinculada à insubordinação do escritor ao questionamento das autoridades, ao espírito irreverente da boêmia e à simpatia que este sempre nutriu por indivíduos marginais, o que pode ser vislumbrado em seus personagens e criações literárias.

Percebe-se, então, na obra de Gérard de Nerval – que se fez um poeta em trânsito – uma comunhão estreita entre literatura e vida, onde uma se nutre da outra. Assim, uma vez que as experiências do próprio autor na boemia literária deixaram marcas indelévels em sua obra, pensar a cena em que Gérard de Nerval se faz poeta apresenta-se como ponto fundamental nesse estudo que privilegia um diálogo entre história e literatura a fim de compreender alguns aspectos da formação de uma dada modernidade, boêmia e marginalidade literária.

Gérard de Nerval é comumente encarado como um poeta do sonho, o que costuma reforçar a inocência e inconsciência do poeta, mas desconsidera – ou não compreende – o

caráter crítico de sua obra. Todo esse movimento da afirmação do sonho, do ideal, da fantasia também se caracteriza como uma crítica ao mundo em que vive. Nesse sentido, a busca pela criação de outra realidade – que tampouco é sólida – pode ser entendida como uma espécie de negação do mundo. Nerval, através da sua escrita, critica seu mundo e propõe uma realidade poeticamente recriada.

Bibliografia:

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BAUDELAIRE, Charles. CXXVI, Le Voyage. In: *As flores do mal / Le fleurs du mal*. Tradução Ivan Junqueira. [Edição especial bilíngue]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. (Saraiva de bolso).

_____. *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna*. [organizador Teixeira Coelho]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BENJAMIN, Walter. Paris do Segundo Império. In. *Obras escolhidas*. Vol III. São Paulo: Brasiliense, 1989.

JAUSS, Hans Robert. Tradição literária e consciência atual da modernidade. In: OLINTO, Heidrum Krieger (org.). *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, n/a.

_____. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789 – 1848*. São Pulo: Paz e Terra, 2010.

KAWANO, Marta. *Gérard de Nerval: a escrita em trânsito*. São Paulo: Ateliê editorial, 2009.

NERVAL, Gerárd de. *Gerárd de Nerval: cinquenta poemas / tradução, estudo crítico e cronologia da vida e obra Mauro Gama*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

SEIGEL, Jerrold. *Paris boêmia: cultura, política e os limites da vida burguesa, 1830 – 1930*. Porto Alegre: L&PM editores, 1992.

TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

WINOCK, Michel. *As vozes da liberdade: os escritores engajados do século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Minas dos blasfemadores: dissidência e tolerância religiosa no século XVIII

Rafael José de Sousa

Mestrando em História

Universidade federal de São João del Rei

rafaeljose-mg@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho pretende, através das ideias e cotidiano do Sargento Mor Romão Fagundes, demonstrar a existência nas Minas do século XVIII, de ideias paralelas ao que pregava a ortodoxia, questões que colocavam em cheque os principais dogmas do catolicismo e refletiam, muito além das influências “infectas” que por aqui também fizeram presença, as desconfianças e contradições das pessoas em seus cotidianos.

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição, Religiosidade, Colônia, Blasfêmia, Dissidência

ABSTRACT: This work intends, through ideas and Sergeant Romão Fagundes's routine, demonstrate the existence in Minas in 18th century, ideas similar to orthodoxy preached, questions that threatened main dogmas from catholicism and reflected, beyond of influences "infected" that was present here, the distrust and contradictions from people in their routine.

KEYWORDS: Inquisition, religiousness, colony, blasphemy, dissent

Introdução

O advento da formação da sociedade moderna, foi marcada antes de tudo pela imposição da ortodoxia católica como única verdade aceitável, sem caminho diverso para salvação das almas. No entanto, a formação multiétnica da Península Ibérica marcada pela convivência entre cristãos, mouros e judeus suscitou a formação de uma cultura híbrida em que havia ao mesmo tempo a depreciação e o respeito às diversas leis. Atitudes e ideias de universalismo religioso fizeram presença. A validade exclusiva da religião católica fora sempre questionada por todos os extratos da sociedade, num tolerantismo em que a tendência principal baseava-se na consideração de que todas as leis eram originárias de um mesmo tronco divino.

Nessa sociedade de formação multicultural, foram comuns as dúvidas a respeito da relação entre o corpo e a alma, onde o carnal e o sublime apareciam como visões de mundo; dúvidas sobre a validade do batismo, da eucaristia, assim como dos demais sacramentos da Igreja; dúvidas quanto à autoridade do papa e o valor das indulgências; à existência do céu ou do inferno, da veracidade dos milagres ou à existência dos santos. Quanto à virgindade de Maria Santíssima, fruto das experiências cotidianas dos nascimentos naturais, ou mesmo

como herança da religiosidade folclorizada dos povos cátaros (SOUZA, 1986, p.138). Dúvidas geradas principalmente pelas incertezas e dificuldades da vida, permeadas de elementos simbólicos de diversas origens, buscando a humanização do sagrado e resistência à imposição da pureza doutrinária.

Além das motivações multiculturais da península ibérica, imigrantes estrangeiros, principalmente das regiões protestantes, representavam um elo a essas ideias, também críticas à ortodoxia católica e a primazia do clero perante a sociedade. Essa influência não deixava de pesar nas formulações de proposições cotidianas, em que qualquer pessoa poderia se contagiar com ideias difundidas por qualquer estrangeiro ou nas composições dos debates filosóficos. Basicamente, os luteranos, como comumente eram chamados, criticavam a autoridade papal, o valor das indulgências, a vida libidinosa e falta de preparação teológica de grande parte do clero preocupado com questões materiais e “carnais”, além do culto aos Santos, que nada representavam além de estátuas de madeira, como também a verdadeira presença de cristo na hóstia consagrada. Essas influências não passariam ilesas à vista dos inquisidores, havidos em identificar e extirpar as fontes de heresias.

Expressão da busca de legitimidade da Época Moderna foi a realização do Concílio de Trento, em essência contra as ameaças do protestantismo luterano reformista, mas na prática, representando muito mais uma reforma interior da Igreja católica, buscando promover a aproximação da Igreja e de seus dogmas à vida cotidiana da população, mudança de atitude em relação aos velhos códigos religiosos, eliminação dos abusos de um clero bastante libidinoso e despreparado e uniformizar a sociedade nos trilhos da verdadeira salvação pela Graça divina (VAINFAS, 2010, p.31).

Buscando aplicar as resoluções de Trento, caçando e extirpando as dissidências, todas essas expressões blasfematórias, fruto de descontentamento cotidiano, mera “rusticidade popular”, ou da influência protestante e pelo contato com as demais leis, foram consideradas como abusos contra a fé católica ou mesmo, atentados contra Deus.

Torna-se interessante observar, segundo SCHWARTZ (2009, p.42), como as proposições estavam sempre relacionadas a ideias de ordem mais geral. Um exemplo, são as opiniões a respeito da moralidade sexual, estarem sempre associadas a questionamentos sobre os dogmas católicos e a posição da Igreja e do clero quanto a essas ideias e mesmo sobre outras temáticas. As pessoas comuns, em seu entendimento e racionalidade cotidiana, consideravam saber mais sobre esses assuntos que o clero.

No tocante às dissidências relacionadas à salvação, foi corrente o ideário das possibilidades de se salvar em qualquer uma das leis, considerando como válida a difundida hipótese de que todas elas pertencessem a um mesmo tronco divino. A ortodoxia e a arte cristã representavam sempre cenas didáticas do Juízo Final e das possibilidades da salvação individual pela aceitação da lei de Cristo, concedida pela graça divina. As pessoas tinham então a consciência de que qualquer declaração contrária a essas máximas eram pecados mortais e puníveis pela Inquisição. Mas, a própria teologia católica não era unânime em suas conclusões sobre a salvação e a inclusão ou não nela das almas que tenham morrido antes da revelação da verdadeira fé divina. A descoberta do Novo Mundo, e suas hordas de gentios pagãos, ofereceu nova dimensão à questão, acirrando as ideias de que Deus, não poderia ser menos misericordioso permitindo a danação de tantas almas que viviam sem a revelação da verdadeira fé.

O contexto do Novo mundo, as novas populações de gentios recém-descobertas e portadoras de cosmogonias diversas, em contato com a bagagem cultural dos colonos filhos da Península Ibérica, corroborou para o surgimento de um processo multidirecional de fusão, absorção e adaptação de crenças religiosas diversas, em um grande e novo hibridismo específico das colônias atlânticas. Ambiente favorável para o surgimento de novas dúvidas e o acirramento dos antigos questionamentos ibéricos acerca dos dogmas e de questões diversas. Essa condição, mais uma vez colocou em xeque a máxima religiosa da Salvação. As dissidências mais comuns foram reeditadas em contexto colonial e associadas a seus conflitos específicos.

Muitas pesquisas, segundo SCHWARTZ (2009, p.221), têm indicado que foi grande a importação de livros pelas colônias, mesmo com as proibições dos índices inquisitoriais. Também era grande o tráfego de viajantes estrangeiros, principalmente das regiões protestantes, levando para as colônias as velhas críticas luteranas aos abusos da Igreja e do clero licenciado e materialista. Parece possível que um número cada vez maior de pessoas, como na Europa, buscasse na leitura as respostas de seus questionamentos cotidianos. Os livros, muito além do que buscavam dizer, eram interpretados de forma criativa por seus leitores, que narravam o que compreendiam aos iletrados, agindo como apaziguadores de seus sofrimentos e elo entre as culturas erudita e popular. As colônias permitiram o surgimento de uma cultura da coletividade sincrética, onde a dissidência religiosa não poderia encontrar solo mais profícuo para florescimento. A racionalidade popular, também era bastante para permitir

o questionamento da justificativa evangelizadora para escravização dos índios e negros africanos (SCHWARTZ, 2009, p. 193).

Na principal colônia portuguesa, desenvolveu-se uma mentalidade religiosa que começou a se forjar logo após o descobrimento, em que posteriormente, as diversas nacionalidades africanas, portadoras de suas próprias cosmogonias, introduzidas pelo tráfico negreiro, completaram a fusão de pensamentos e práticas, que forjaram o específico pensamento mágico religioso da colônia. Os primeiros povos a chegarem ao Brasil, foram os degredados enviados pela inquisição, bem como os cristãos novos em busca de possibilidades de liberdades de consciência e associações secretas, como o "marranismo" (NOVINSKY, 2002, p.23), fizeram presença no período, bem como o grosso da população que vivia a margem da sociedade lusitana. Nas palavras de SCHWARTZ (2009, p.193), o solo colonial era ambiente fértil para florescimento de dúvidas e dissidências, em sua grande maioria trazida por esses povos que em si portavam já tendência ao relativismo. Os principais questionamentos há muito já haviam perdido parte de suas origens, mas continuavam a se disseminar pela população, verbalizando seus conflitos e anseios cotidianos, eram racionais e tendiam a buscar uma explicação plausível para a realidade muito diversa da que lhes era imposta nos púlpitos.

O trabalho de SOUZA (1986), no tocante às proposições cotidianas coloniais, entra em concordância com as ideias de SCHWARTZ (2009) ao atribuir grande parte dos motivos dessas dissidências aos conflitos e problemáticas do dia-a-dia das pessoas, fruto de sua racionalidade, da capacidade de observação direta dos fenômenos e do descontentamento com a ordem vigente. Serviam como válvulas de escape para as agruras da dura lida colonial. Porém, SOUZA (1986) atribui grande importância também ao caráter afetivo da religiosidade específica colonial. Os colonos buscavam a humanização das figuras de Deus, Maria Santíssima e dos Santos em geral. A vida dura na colônia acabava ensejando certo descrédito na total benevolência divina, podendo também ser responsabilizada pelas agruras do cotidiano. A violência característica desses tipos de sociedade gerava a dissidência quanto a justiça divina. Tratava-se com os Santos de forma afetiva, tornando-os seus confidentes pessoais, tanto quanto os puniam por não os atender em demandas cotidianas. Esse caráter afetivo da religiosidade é, segundo SOUZA (2011, p.87), o que mais influencia nos questionamentos referentes aos descontentamentos com a moralidade e ordem vigentes.

Proposições correntes na colônia, já bem definidas no século XVIII, foram, dentre outras, as de que Cristo teria sido concebido por coito carnal sem que Maria Santíssima

tivesse ficado virgem, ideia ligada principalmente às experiências com os partos naturais, onde seria impossível a uma mulher continuar virgem, muito próxima à folclorização cátera da religião, porém também da busca pela humanização das figuras sagradas. Também, como prova da influência protestante, que segundo SOUZA (1986, p.102), não estava de modo algum distante quanto se pensou, eram os questionamentos à autoridade papal e sobre a validade das indulgências. Como se pode observar, uma reedição adaptada das proposições e descontentamentos ibéricos.

Um dedo do gigante

Durante o advento da época moderna, o problema da Salvação escatológica gerava uma série de questionamentos, que por sua vez influenciaram debates teológicos, que reciprocamente sustentaram as especulações não só de clérigos e leigos com algum grau de instrução, mas também e principalmente, entre pessoas comuns, a comunidade em geral, que no mais das vezes questionavam menos pelas influências teológicas que por racionalidade em seus contextos específicos. Suas proposições, perseguidas pela igreja em sua campanha uniformizadora e moralizante da sociedade, trazem aspectos dos anseios e mentalidades das sociedades a que estavam inseridos (SCHWARTZ, 2009, p.47).

Para a Igreja católica, principalmente após o Concílio de Trento, a salvação poderia se dar somente após a aceitação do catolicismo, como única fé verdadeiramente advinda de Deus e o batismo era parte fundamental dessa aceitação. Mas o contexto de convivência cultural na península Ibérica permitiu o surgimento nestes territórios, de certo grau de tolerância religiosa, onde conversos cristãos novos, mouriscos e até uma boa parcela da população de cristãos velhos, não conseguiam aceitar a ideia de um Deus castigador, onde toda a alma que tenha vivido antes da revelação da verdade pelo sacrifício de Cristo, estaria condenada à danação eterna. Não era compreensível para os cristãos recentemente conversos aceitarem a ideia de que seus ancestrais estariam ardendo no fogo do inferno (SCHWARTZ, 2009, p.74-81).

Esse contexto instaurado, não sem duras perseguições, na Península Ibérica, veio na bagagem dos pioneiros que colonizaram o Brasil, em que estiveram presentes, muitos dos degredados inquisitoriais, que para cá eram enviados para que servissem ao menos no desenvolvimento das novas terras. Essa condição somada à dureza do cotidiano colonial, as violências inerentes às suas especificidades de produção e relações pessoais, a turbulenta população que aqui se formou, as injustiças cometidas pelas classes dominantes, a grande quantidade de índios expropriados e destruídos em seus territórios, os abusos e

monstruosidades cometidas contra as levas de cativos que continuaram a chegar em número cada vez mais intenso tanto quanto mais riquezas daqui eram retiradas, serviram como geradores de atitudes de descontentamento e recusa em aceitar as pregações e imposições de uma ortodoxia, onde os dogmas e as verdades diferiam muito da realidade conturbada de seu contexto.

Com a descoberta dos veios auríferos no território que ficou conhecido como as Minas Gerais no final do século XVII, tendo a extração do metal se consolidado ao longo do século XVIII, muitos aventureiros de diversas origens foram atraídos pelas possibilidades de rápido enriquecimento, corroborando para intensificação na região da diversidade cultural, já específica em território colonial (PAULA, 2007, p. 279-283). Essa cultura popular, de que muito se tem ouvido falar na historiografia brasileira dos últimos anos, sintetizou o amálgama de elementos diversificados e práticas que variavam desde a utilização de feitiços e poções na resolução dos mais diversos conflitos, em busca principalmente de proteção e conforto perante as agruras da sofrida lida colonial, até a reconfiguração dos ritos da ortodoxia católica, adaptados, sempre que possível às condições das especificidades das culturas subjugadas. Esses elementos que tenderam a permanecer, mesmo que na maioria das vezes ocultamente, eram na verdade elos dos diferentes elementos da teia social que aqui se formou, com seus substratos culturais de origem, fornecendo-lhes em certa medida esperança e certo grau de resistência às imposições da igreja e seu tribunal inquisitorial. É de se esperar, que essas pessoas tendessem a relativizar as noções de Sagrado e os limites do que poderiam ou não acreditar do que era pregado pelos clérigos no púlpito. A própria postura do clero despreparado, mais preocupado com riquezas materiais e consumação de luxos e extravagâncias, servia como um dos principais substratos para atitudes de tolerância a outras interpretações da ordem natural das coisas. Outra característica marcante segundo Anita Novinsky, que contribuiu para a formação de uma postura tolerante em parte da população mineira nos setecentos, foi o intrigante fato de a região ter recebido muitos cristãos-novos, que aqui se estabeleceram atuando no tráfico negreiro, na produção de gêneros variados em fazendas de culturas e até na mineração aurífera, atraídos pela possibilidade de seguirem com suas vidas de forma livre e longe do jugo fervoroso da inquisição. Chegaram a estabelecer movimentos clandestinos de manutenção de seus rituais, como o chamado "marranismo", resistência por excelência transparecendo a recusa, mesmo que camuflada, de uma aceitação submissa do que lhes foi imposto na conversão forçada em território português (NOVINSKY, 2002, p.17). É sintomático a livre circulação dessas ideias relativistas, ou libertinas, entre

peças de tão variados matizes culturais na maioria das vezes injustiçados pelo binômio Igreja/Estado.

Segundo RODRIGUES (2011) pela ação constante de comissários e familiares do Santo Ofício, a Inquisição estendeu até as minas seus tentáculos moralizadores, desestruturando o tecido social, intensificando inimizades e criando uma horda de denunciadores e delatados em potencial. Esses agentes, além dos prelados Vigários das Varas Paroquias, eram os responsáveis pela constante vigilância moral, encaminhando sempre que necessário para a mesa inquisitorial de Lisboa, os casos que implicassem em heresias.

Chama à atenção um caso muito peculiar, portador de uma riqueza sem igual de informações, onde o Sargento Mor Romão Fagundes do Amaral⁴¹, morador em sua mata do Bom Jesus dos Perdões, no termo da Vila de São José del Rei, Província de Minas Gerais, apresenta significativos indícios diretos da permeabilidade de ideias contrárias aos dogmas pregados como absolutos pela Igreja no século XVIII.

O Sargento Mor foi denunciado pelo Padre Manoel Ferreira Godinho por viver libertina e escandalosamente, sempre persuadindo seus interlocutores de suas ideias dissidentes retiradas das recreações filosóficas e dos muitos outros livros que o Padre diz que ele sempre andava lendo. O delato, dizia ser o maior filósofo e poeta do mundo e tinha sempre argumentos, que nem mesmo os "pobres prelados com ele podiam". Na diligência realizada para levantamento do sumário de suas culpas, foi acusado de proferir que Nossa Senhora não poderia ser virgem, que após o parto teria ficado "boa" como qualquer outra mulher, dizia também que não existia inferno, nem purgatório, que isso era invenções dos padres. Que o pecado do sexto mandamento, não era pecado mortal, que Deus havia feito os homens e mulheres para que se unissem sem embaraços, mesmo que fossem com mães, irmãs ou filhas. Que se Cristo considerasse a fornicção pecado mortal, poderia esperar o céu vazio e que isso de missa era nada mais que uma bobagem. Mas os pecados a ele imputados que mais chamam a atenção são os de suspeita de protestantismo, pois sempre dizia, segundo afirmam as testemunhas que o corpo de cristo não estava presente na comunhão e que os padres nem precisavam prestar atenção no momento da consagração, que o sentido seria o mesmo, que na verdade eles deveriam estar era pensando em mulheres. Outro indício da influência protestante é o fato de constar que ele abusava dos dias de preceito sagrado comendo carne e não se confessar na desobriga a mais de três anos e era comum também ouvi-lo dizendo que o Sumo Pontífice era nada mais que um homem como outro qualquer e

⁴¹ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo de Romão Fagundes do Amaral, n 12958.

que as indulgências eram falsas e que nunca haviam de vê-lo rezar e que em sua casa não havia oratório nem Imagem alguma de Santo, que bastavam os da Igreja. Se considerarmos, segundo SCHWARTZ (2009, p. 221), a não pouca circulação de estrangeiros e livros proibidos nas colônias, mesmo em seus mais interiores confins, podemos facilmente compreender a proximidade das ideias de Romão a algumas ideias da doutrina Protestante.

Suas teorias sobre o sexo e o sexto preceito, reforçam as ideias de que as pessoas comuns daquele tempo na colônia julgavam saber mais sobre esses assuntos do que os sacerdotes, supostamente castos. Ligavam sempre essas opiniões a questões de ordem mais comum, justificando com as próprias palavras de cristo "Crescei-vos e multiplicai-vos", a maneira como em suas posses viviam amancebados com suas índias e escravas. Romão Fagundes foi também acusado de andar amancebado com uma mulata que chamava de o seu "Bará", dentro da sua própria casa, mandando sua mulher segurar um candeeiro para iluminar enquanto se deitava com suas escravas. Também foi infamado de haver deflorado suas duas filhas ilegítimas e também uma legítima. Certa vez, foi espancado e teve sua mão direita decepada como retaliação por haver estuprado e "rasgado com os dedos" uma menina de 8 anos que quase chegou a óbito. Também ordenou que uma sua escrava se deitasse com um mulatinho seu de 14 anos em sua frente, a modo de lhe ensinar como se fazia.

Romão Fagundes também era afamado de escrever e declamar sonetos desrespeitosos contra os dogmas da Santa Madre igreja, recebendo mesmo a alcunha de "O poeta de trás da Serra" (RESENDE, 2011, p. 354). Em querela com o Padre Godinho, seu principal delator, é acusado de escrever ao padre um soneto, lhe ensinando a correta postura de um padre no ato da Confissão. Em sua defesa, Romão Fagundes, estando na prisão, procura dissuadir o Vigário da vara de São João Del Rei, escrevendo-lhe uma carta com vários sonetos de apologia à religião e uma defesa muito bem formulada do quando ele delatado era bom seguidor da religião católica e que tudo que diziam a seu respeito, era nada mais que intriga de seus muitos inimigos, invejados do grande cabedal que conseguiu acumular ao longo da vida, dissimulando sua inocência pelo medo de cair nas malhas do tribunal.

O que podemos depurar dos relatos a seu respeito, é que Romão Fagundes, buscava nos livros as respostas para questionamentos que os Padres nem de longe conseguiam satisfazer nos limitados esquemas moralizantes da Igreja. Buscava compreender à sua maneira novas explicações para a ordem natural das coisas, sempre que possível dissuadindo seus interlocutores a acreditar em suas teorias. Não hesitava em expor suas ideias, era libertino de consciência e práticas sexuais, mas a análise de seu caso serve para descortinar os anseios,

principais questionamentos e a postura da sociedade inquieta a qual fazia parte. Romão, nas palavras do Vigário da vara de São João del Rei, era apenas "um dedo do gigante" a espalhar a daninha entre o trigo da verdade, que a província e o bispado dessas Minas já se encontravam por demais infeccionados por influências de filósofos como Rousseau e Voltaire, que nada mais ensinavam a não ser sua depravação.

Os testemunhos que constituem as diligências realizadas com o pretexto de se investigar o Sargento Mor Romão Fagundes do Amaral, bem como os demais exemplos acima citados transcendem a mera compreensão unicamente dos casos em questão, servindo muito mais como uma janela para o passado, possibilitando o vislumbre de muitos aspectos da mentalidade mineira nos setecentos, suas especificidades, a religiosidade popular de suas comunidades e os aspectos que se relacionam e permitem mesmo vislumbrar a colônia como um todo. As fontes inquisitoriais dão luz às formas de religiosidade e crença popular do período colonial brasileiro. A função do historiador frente a esses testemunhos é aplicando a crítica e a interrogação problemática, buscar através da contextualização, o levantamento das formas como os homens do passado viviam e pensavam seus anseios e formas de se relacionar com o meio e o tempo (BLOCH, 2002). Assim todos os registros de um período, como no caso as fontes inquisitoriais contextualizadas aos demais documentos do período colonial brasileiro, podem auxiliar na compreensão de como, em determinada época, diferentes suportes comandam modos de pensar e sentir dos homens, cabendo ao historiador resgatar essas representações em suas irredutíveis especificidades. É de fundamental importância, buscar através desses testemunhos, o contexto social e cultural do período colonial, as formas de apropriação dos homens comuns das crenças de seu tempo, descortinando as permanências e continuidades ao longo das temporalidades históricas. É neste sentido que a historiografia brasileira sobre a Inquisição vem buscando dar sua contribuição.

Referências bibliográficas

Fontes:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Cadernos do Promotor

Livro 289 [1714-1730], fol. 0713-0718.

Livro 289 [1714-1730] fol. 0839.

Livro 318 [1740-1761], fol. 0932.

Livro 318 [1740-1761], fol. 1046-1052.

Processos Inquisitoriais

Romão Fagundes do Amaral, Processo 12958.

Arquivo histórico do Escritório Técnico do IPHAN de São João del Rei.

Inventário de Romão Fagundes do Amaral [1825], caixa nº428

Inventário de Romão Fagundes do Amaral [1826], caixa nº428

Demarcação de Sesmaria de Romão Fagundes do Amaral [1772], caixa nº SM - 19.

Bibliografia

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Zahar: São Paulo, 2002.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. UFRGS: RS, 2002.

NOVISNKY, Anita. *Inquisição: prisioneiros do Brasil (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

_____. Ser marrano em Minas Colonial. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 40, p. 161-176. 2001.

PAULA, João Antônio de. *A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII*. In: *História de Minas Gerais: As Minas setecentistas*. Vol. I, BH: Autêntica, 2007.

PIERONI, Geraldo José (et.al.) Religiosidade popular e expressões blasfematórias na Visitação do Santo ofício ao estado do Grão Pará, 1763-69. *Mneme - Revista de humanidades*, 11 Jan./Jul. de 2001.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. (et.al.). De jure sacro: a inquisição nas Vilas d'El Rei. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 339-359, jan/jun 2011.

RODRIGUES, Aldair Carlos. *A Inquisição na Comarca do Rio das Mortes: os agentes*. Anais do Colóquio Internacional Religiosidade, O Tribunal do Santo Ofício e as Minas Setecentistas, 2011 (No prelo).

SCHUWARTZ, Stuart. *Cada um na sua lei*. São Paulo: CIA das Letras, 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social*. In: *História de Minas Gerais: As Minas setecentistas*. Vol. I, Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Fatos históricos, esquemas literários: história e ficção em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha

Rodrigo Vieira Ávila de Agrela
Mestrando em Literatura Brasileira
Universidade Federal de Minas Gerais
rodrigoavilaa@gmail.com

RESUMO: Tomando de empréstimo a expressão de Paul Ricoeur (2010), consideramos que *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, é o resultado do “entrecruzamento entre a história e a ficção”. Diante disso, discutiremos como a história se vale da ficção e vice-versa, já que o livro apresenta uma série de problemas ontológicos, e assim, não se pode afirmar categoricamente que seja um relato histórico ou ficcional.

PALAVRAS-CHAVE: *Os Sertões*; História; Ficção.

ABSTRACT: Using an expression of Paul Ricoeur (2010), we consider that *Os Sertões*, from Euclides da Cunha, is the result of the "interchange between History and Fiction". Thus, we will discuss the way History approaches Fiction and vice versa, taking into consideration that the book presents a series of ontological problems, which makes it difficult to affirm, categorically, that it is a historical or fictional text.

KEY-WORDS: *Os Sertões*; History; Fiction.

Considerações iniciais

Em 1902, a publicação de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, causou grande comoção no cenário brasileiro. Imerso em um período de transição política e literária, o livro retrata a história da guerra de Canudos, no interior da Bahia, denunciando problemas sociais e políticos que afetavam o Brasil. Euclides da Cunha compartilhou no seu livro um Brasil completamente desconhecido pelo seu povo e, principalmente, mostrou o homem do sertão, que se encontrava à margem da sociedade. A publicação veio como forma de denúncia e apresentação desse povo que foi esquecido pelos “neurastênicos do litoral”, chocando com a narração do massacre dos sertanejos, que apesar de derrotados, foram resistentes até o último momento. Como o próprio autor afirma no livro, “a guerra de Canudos era, por bem dizer, sintomática apenas. O mal era maior. Não se confinara no recanto da Bahia. Alastrara-se” (CUNHA, 2011, p.346).

O livro causou grandes debates por seu conteúdo e pela sua forma inovadora, provocando furor na cena literária. Foi aclamado pelos principais críticos da época, como Érico Veríssimo, Silvio Romero e Araripe Júnior. Conforme podemos notar, “a obra causou,

realmente, um impacto no meio intelectual do país e é o mesmo Araripe Júnior quem transmite a sensação que lhe provocara a leitura do livro, após referir que a ‘emoção por ele produzida neutralizou a função da crítica’; – *Os Sertões*, pois, fascinam; e essa fascinação resulta de um feliz conjunto de qualidades artísticas e de preparo científico (...) (ATHAYDE, 1989, p. 48).

A priori, podemos dizer, tomando de empréstimo a expressão de Paul Ricoeur (2010), que a obra é o resultado do “entrecruzamento entre a história e a ficção”, no qual Euclides mostra os cenários, os personagens e a grande luta, fazendo uso de uma linguagem poética intensamente realista, portanto, um autor que conciliou ciência e literatura. Segundo Antonio Candido, o livro é um “típico exemplo de fusão, bem brasileira, de ciência mal digerida, ênfase oratória e intuições fulgurantes. Livro posto entre a literatura e a sociologia naturalista, *Os Sertões* assinalam um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira (no caso, as contradições contidas na diferença de cultura entre as regiões litorâneas e o interior)” (CANDIDO, 2010, p.140).

É nesse contexto que iremos abordar o entrecruzamento de história e ficção, fazendo uma discussão de como a história se vale da ficção e vice-versa. *Os Sertões* será usado, quando necessário, para ilustrar o nosso debate; já que é um livro que apresenta uma série de problemas ontológicos, pois não se pode simplesmente dizer que é um relato histórico ou um relato ficcional.

No cenário da crítica contemporânea, vários conceitos são colocados em questão e entre eles estão os de verdade, história, ficção e tempo. Desses debates, surgem novos discursos, novas possibilidades que coexistem. Um exemplo disso é o questionamento da dicotomia aristotélica, que compara o historiador ao poeta: Aristóteles afirma que aquele escreve o que aconteceu e este escreve o que poderia ter acontecido. Portanto, dentro desse raciocínio, o passado é o panorama da certeza e o futuro o da incerteza.

A partir dessa dicotomia, surge uma série de indagações sobre a história e a ficção. Pensadores como Hayden White, Walter Benjamin, Ricardo Piglia, Borges e outros teceram considerações interessantes sobre o tema. O esquema fixo da história como um relato daquilo que aconteceu será desfeito e ela ora se aproximará, ora se distanciará da ficção.

(Des)caminhos da história e da ficção

Fazendo uso do discurso histórico e do literário, Euclides transforma *Os Sertões* em uma obra de arte, na qual não se sabe as fronteiras entre história e ficção. Por isso, diante dessa “encruzilhada”, pode-se afirmar que “Por entrecruzamento entre história e ficção, entendemos a estrutura fundamental, tanto ontológica como epistemológica, em virtude da qual a história e a ficção só concretizam suas respectivas intencionalidades tomando de empréstimo a intencionalidade da outra” (RICOUER, 2010, p. 311). No livro, há um compromisso entre essas duas correntes, de forma que uma reforça a outra, o que dificulta o reconhecimento dos mecanismos de configuração de cada um.

Devemos pensar sobre o “fazer história”, pois até certo ponto a história permanece muito próxima da ficção. Ela estaria subordinada aos caminhos que o historiador escolhe. Caminhos sugeridos por uma subjetividade, considerando que há uma intenção no momento da escrita de determinado fato histórico. E este momento de subjetividade é primordial para a decisão dos rumos da narrativa, havendo sempre uma finalidade. O historiador pode contar a mesma história de diferentes formas, atingindo diferentes objetivos.

O passado, fazendo uso da expressão de Walter Benjamin, é um amontoado de ruínas, e é a função do historiador reuni-las, selecioná-las e organizá-las. É nesse processo de tessitura que ocorre o ato subjetivo do historiador, pois ele selecionará os fatos que interessam para o objetivo que deseja; é na organização dos fatos que ele preencherá as lacunas que não conseguiu ter acesso através do amontoado de ruínas. Nesse momento, o historiador se valerá de um procedimento ficcional, já que ele não pode ter acesso ao todo da história e, portanto, não tem condições de reter a verdade do fato. O acontecimento, na sua pureza, foi perdido. Não há como descortinar toda a verdade, por isso a imaginação entra como um suporte do ficcional para atender essa necessidade do historiador. Segundo Santos (2000)

A história (...) fala também “do que poderia ter acontecido”, e continuamente introduz o futuro, o possível – na sua dimensão de previsibilidade e imprevisibilidade, certeza e incerteza simultâneas – no passado, no ocorrido. Isso acontece porque a história é, antes de qualquer coisa, uma narrativa, e narrar é “transmitir à linguagem a paixão do que está por vir” (SANTOS, 2000, p.54).

Da mesma forma que a história busca na ficção uma saída, a ficção também se aproxima da história. Quando o escritor narra qualquer evento, ele narra como se aquilo realmente tivesse acontecido. Ou seja,

pode-se dizer que a ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia. A história é quase fictícia sempre que a quase presença dos acontecimentos colocados “diante dos olhos” do leitor por uma narrativa animada suprir, por sua intuitividade e sua vivacidade, o caráter alusivo da

preteridade do passado, que os paradoxos da representância ilustram. A narrativa de ficção é quase histórica na medida em que os acontecimentos irreais que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; é por isso que se parecem com acontecimentos passados e que a ficção se parece com a história (RICOEUR, 2010, p. 325).

Decidir se *Os Sertões* seria predominantemente histórico ou ficcional não é o nosso foco. Seria possível eleger um dos discursos, mas claramente há uma tensão entre eles no livro. O tom cientificista de Euclides da Cunha contribuiu para a suposta fidelidade da narrativa da guerra. Apesar de o autor ter presenciado a última expedição, temos que levar em consideração a difícil neutralidade no instante da escrita. Outros momentos do embate entre os sertanejos e as tropas do litoral ficaram para trás, e só foi possível para Euclides ter acesso a essas informações mediante relatos orais e pesquisas em documentos no estado da Bahia: “escutava os relatos de quem chegava da região de Canudos e também fazia pesquisas nos acervos da cidade, tanto informações geográficas como históricas” (RABELLO, 1966, p. 134). Isso nos sugere, como falamos anteriormente, que é impossível para o Euclides-historiador acessar a pureza do acontecimento em si. Por isso, nota-se que o livro é guiado por uma escolha do autor e que é, ao mesmo tempo, preenchido por uma linguagem fortemente poética.

Foi um mal.

Sob a sugestão de um aparato bélico, de parada, os habitantes preestabeleceram o triunfo; invadida pelo contágio desta crença espontânea, a tropa, por sua vez, compartilhou-lhes as esperanças.

Firmara-se, de antemão, a derrota dos fanáticos.

Ora, nos sucessos guerreiros entra, como elemento paradoxal embora, a preocupação da derrota. Está nela o melhor estímulo dos que vencem. A história militar é toda feita de contrastes singulares. Além disto a guerra é uma cousa monstruosa e ilógica em tudo. Na sua maneira atual é uma organização técnica superior. Mas inquinam-na todos os estigmas do banditismo original. Sobranceiras ao rigorismo da estratégia, aos preceitos da tática, à segurança dos aparelhos sinistros, a toda a altitude de uma arte sombria, que põe dentro da frieza de uma fórmula matemática o arrebatamento de um *shrapnel* e subordina a parábolas invioláveis o curso violento das balas, permanecem – intactas – todas as brutalidade do homem primitivo (CUNHA, 2011 p.251-252).

A tragédia euclidiana: “O texto histórico como artefato literário”

Hayden White, em *Trópicos do discurso* (1994), afirma que os relatos históricos podem ser contados de diversas maneiras no momento da escrita da história. Daí surge a necessidade, por parte do historiador, do *modo como*.

O *modo como* uma determinada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica

do enredo com o conjunto de acontecimentos históricos aos quais deseja conferir um sentido particular. Trata-se essencialmente de uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção (WHITE, 1994, p. 102).

Quando o leitor acompanha determinada história, ele compreenderá que ela é de um tipo e não de outro. Mediante a estrutura de enredo criada pelo historiador, esse leitor reconhecerá se o relato é um romance, uma tragédia, uma comédia entre outros, pois o processo de reconhecimento se efetua devido ao arcabouço cultural que ele carrega consigo.

Para White, não interessa se o mundo é visto como real ou imaginado, a maneira de atribuir-lhe sentido é a mesma. Trata-se de uma observação que causa a ira dos historiadores que acreditam que estão fazendo algo completamente distinto do literário.

Tudo isso é altamente esquemático, e sei que essa insistência sobre o elemento ficcional de todas as narrativas históricas desperta com certeza a ira dos historiadores que acreditam estar fazendo algo profundamente diferente do romancista, visto se ocuparem dos acontecimentos “reais”, enquanto o romancista se ocupa dos eventos “imaginados” (WHITE, 2008, p.115).

Colocando *Os Sertões* como um relato histórico, Euclides poderia ter escolhido diversas configurações para a sua narrativa, mas preferiu “armar o palco” da tragédia, conforme Cavalcanti Proença

Como na tragédia, é o destino que, desde logo, assinala o que se vai perder. Postam-se um diante do outro, os irmãos: o “mestiço neurastênico do litoral” e o sertanejo, que é, “antes de tudo, um forte”. A sociedade sertaneja, que é o “cerne da nacionalidade”, será destruída pelas tropas que representam o Brasil litorâneo, perplexo e na maior incompreensão dos problemas com que se defronta.

[...]

Se buscarmos similitudes, reconheceremos que a primeira parte, em que o escritor descreve a terra, é a armação do palco onde será representada a tragédia [...].

E eis que a segunda parte de *Os sertões* retrata o homem brasileiro, como quem define os caracteres e apresenta o elenco.

[...]

Palco e artistas construídos e apresentados, pode começar a tragédia. E vem a terceira parte, que vai acionar atores, movimentar os cenários onde a luta se desenrola (PROENÇA *apud* CUNHA, 2010, p.10-12).

A opinião de Hayden White também é compartilhada por Paul Ricoeur. No capítulo “O entrecruzamento da história e da ficção”, do livro *Tempo e Narrativa* (2010), afirma que

O empréstimo concerne também à função representativa da imaginação histórica: aprendemos a ver *como* trágico, *como* cômico etc. determinado encadeamento de eventos. O que constitui precisamente a perenidade de certas grandes obras históricas, cuja confiabilidade propriamente científica foi no entanto minada pelo progresso documentário, é a exata adequação de

sua arte poética e retórica à sua maneira de *ver* o passado. A mesma obra pode, portanto, ser um grande livro de história e um admirável romance. O incrível é que esse entrelaçamento da ficção à história não enfraquece o projeto de representância desta última, mas contribui para realiza-lo (RICOEUR, 2010, p.318).

Essa operação literária no relato histórico possibilita ao historiador contar o mesmo fato de várias formas. Isso depende da sensibilidade dele ou de uma mudança no seu ponto de vista. Pensando *Os Sertões* desta maneira, podemos afirmar que Euclides escolheu o trágico justamente por ser a configuração adequada, causando grande comoção no Brasil da época. Sua intenção foi a denúncia de uma página da história do país que ficou algum tempo escondida para maior parte da população. Revelando com esquemas trágicos, conseguiu atingir o seu objetivo, e a guerra de Canudos ficou conhecida como um massacre no sertão brasileiro. Como o próprio autor deixa claro na “Nota preliminar” do livro: “Aquela campanha [...] foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo” (CUNHA, 2011, p.16).

Vale destacar que a opinião de Hayden White e de Paul Ricoeur não é a de afirmar que o relato ficcional e o histórico sejam a mesma coisa; mas sim, que um pode recorrer ao outro, como ilustramos com *Os Sertões*.

Considerações finais

Ainda que esteja evidente uma tensão entre história e literatura, fica clara a confiança que o leitor institui para *Os Sertões*. Foi através dele que o povo brasileiro descobriu um massacre que até então era divulgado de forma superficial. Euclides, pela sua exatidão e emoção, mostrou o seu olhar para a guerra Canudos.

Diante disso, percebemos que o historiador e o literato não estão concentrados em lados opostos. Mostramos, aqui, que há um ponto de intersecção entre a história e a ficção, no qual é possível notar que um se vale do outro. Não podemos dizer que o relato histórico e o ficcional sejam puros.

Na modernidade, o panorama tradicional é questionado, tornando-o problemático e avultando discussões expressivas na teoria literária. No caso da história, surgem inúmeras possibilidades. Para José de Alencar a história é cíclica, diferente da ideia positivista. O autor cearense quebra com a concepção de que a história seria linear, crescente e progressiva. Já Walter Benjamin olha para a história como um amontoado de ruínas, portanto, quebra também com essa concepção linear. Dentro dessa esteira de questionamentos, ainda podemos ver o esvaziamento histórico de Maurice Blanchot.

Do mesmo modo, afirmar que a ficção é relatar algo que está no campo do que poderia ter acontecido é muito problemático. Para ilustrar, vemos que Jorge Luiz Borges é um autor que assimilou na sua narrativa tanto o fato histórico como o ficcional, ficando difícil para o leitor separar esses esquemas de forma coesa.

Diante dessas considerações, finalizamos este trabalho com o sentimento de que a discussão sobre os esquemas históricos e ficcionais não necessariamente precise resultar em um pensamento dicotomizado, resumido e esquemático. Ou seja, não precisamos colocar a história do lado oposto à ficção.

Referências

- ATHAYDE, Hélio. *Atualidade de Euclides: Vida e obra*. Rio de Janeiro: Presença, 1989.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: *O rumor da língua*. Trad. Mario Laranjeira. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1988.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Estudos de teoria e história literária. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. Vol. 04. 5 Ed. São Paulo: Global, 1999.
- LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: A construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- RABELLO, Sylvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. Claudia Berliner e Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (3 volumes)
- SANTOS, Luis Alberto Brandão. Literatura e História: convergências de possíveis. In: BOECHAT, Maria Cecília Bruzzi e outros. *Romance histórico: recorrências e transformações*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000, p.45-55.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Trad. José Laurênio de Melo. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

Patrimônio Cultural e Preservação da Memória: o Reinado no Acervo do Museu Histórico e Artístico de Cláudio

Sara Helena Amaral de Sousa*
Graduanda em História
Universidade Federal de Viçosa
hesaras@gmail.com

RESUMO: O texto a seguir apresenta as principais observações acerca do trabalho de pesquisa histórica e organização de um arquivo público na cidade de Cláudio, expondo um debate sobre a estrutura e modo de organização das instituições públicas, no que tange a preservação da cultura e história.

PALAVRAS CHAVE: patrimônio; cultura; memória; reinado.

RESUME: The following text presents the observations key about historical research work and organization of a public archive in Cláudio's city, exposing a structure and public institution organization mode, regarding culture and history preservation.

Keywords: equity; culture; memory; reign.

Introdução

O município de Cláudio foi formado a partir das picadas do caminho de Goiás durante o século XVIII. Segundo Fonseca (1962), a região foi povoada para a inibição da ação dos quilombolas que nela viviam e praticavam roubos contra os bandeirantes que saíam de Goiás rumo a São Paulo. Assim sesmarias foram distribuídas e a região passou a ser produtora de café.

Durante o período colonial, a mão de obra escrava era a mais utilizada, como na maioria das regiões do Brasil. A sociedade local era hierarquizada e ainda formada sob os desígnios da Igreja Católica, como apresentado em leituras do jornal *Gazeta de Oliveira*. Culturas escrava e católica se unem para a organização de festejos em louvor a Nossa Senhora do Rosário. A crença e devoção com relação a esta santa evoluiu com o tempo e até hoje é ponto marcante da cultura claudiense, tornando-se a festa do Reinado uma das principais tradições culturais do local.

No século XX, o café deixou de ser o principal produto da região, sendo a cidade conhecida pela produção de manufaturados de ferro. As famosas fundições são as responsáveis pelo crescimento econômico e até demográfico da cidade, já que absorvem

* Bolsa PROCULTURA

grande quantidade de mão de obra. Apesar da modernidade que envolve a economia da cidade há ainda nela grandes características de uma pequena cidade do interior, a começar pela organização dos órgãos públicos que são responsáveis pela salvaguarda e acesso a cultura e história do município.



Figura 1 - SOUSA,. 2014. 1 fotografia, color., 10 cm x 15 cm.

O projeto “Patrimônio Cultural e Preservação da Memória: o Reinado no Acervo do Museu Histórico e Artístico de Cláudio” é financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Cultura e Arte (PROCULTURA/UFV). O projeto citado propõe a organização de um arquivo público para o município de Cláudio e a pesquisa a respeito da formação dessa sociedade após o ano de 1888, partindo da observação do convívio em torno da organização e manutenção da festa do Reinado ao longo dos tempos.

A parceria com a Prefeitura Municipal de Cláudio

O interesse em trabalhar com a Prefeitura Municipal de Cláudio em um projeto de organização de um arquivo surgiu da necessidade de acesso a documentos sobre a formação da sociedade claudiense. Os documentos necessários à pesquisa localizavam-se no prédio do Museu Histórico e Artístico de Cláudio sem qualquer cuidado físico. O setor responsável pelo prédio é o Departamento de Cultura e Turismo da cidade, o qual é composto por um assessor de cultura e mais três pessoas. Trabalham no local, dois atendentes de museu e um estagiário, que dão conta de dois prédios, Centro Cultural e Museu, e todas as ocasiões que envolvem manifestações culturais ou turismo.

O Museu Histórico e Artístico de Cláudio localiza-se às margens da rodovia 381, no prédio da antiga estação de trem da Rede Ferroviária Federal, que foi construído em 1912, passando a cadeia pública por 34 anos. Tombado pelo Patrimônio Histórico municipal em 1998, foi transformado em casa de cultura graças a convênio firmando entre a prefeitura de Cláudio e RFFSA. A partir de então, o espaço foi cedido para as práticas culturais, sendo a prefeitura encarregada de obras de conservação da casa.



Figura 2 – SOUSA, 2014. 1 fotografia, color., 10 cm x 15 cm.

A partir da aprovação do projeto pela Pró-reitoria de extensão e cultura da Universidade Federal de Viçosa uma reunião com o Secretário da Cultura e Turismo foi realizada para a decisão sobre como transcorreriam os trabalhos, e este já informou a dificuldade em poder disponibilizar funcionários para o trabalho já em fevereiro, visto que as comemorações do carnaval eram também de encargo do pessoal que trabalha no museu.

O chefe do Departamento de Cultura e Turismo de Cláudio reclama do limitado número de funcionários que cuidam de dois prédios, Centro Cultural e Museu Histórico e Artístico de Cláudio, e de todos os eventos que fazem parte da cultura da cidade, como o carnaval e semana da mulher que ocorreram em março, semana santa da cidade que ocorreu em abril e reinado na cidade que ocorre em agosto. O convívio no cotidiano e a percepção da organização do Departamento de Cultura e Turismo da cidade confirmam a validade dessa reclamação. Os espaços e atividades se confundem e passam a ser feitos com certa desorganização, o prédio do museu facilmente se torna “barracão de escola de samba” com a produção de fantasias para o carnaval, ou ainda escritório do Departamento de Cultura e

Turismo da cidade, sendo o ponto de encontro dos funcionários para a organização de eventos.



Figura 3 - SOUSA, 2014. 1 fotografia,color., 10 cm x 15 cm

Patrimônio e Cultura: condições de preservação e atuação disponíveis no município.

O Departamento de Cultura e Turismo da cidade de Cláudio, como já apresentado, conta com poucos funcionários para um grande número de obrigações, por isso projetos que visem a preservação do Patrimônio Cultural e Material da cidade são necessários.

O acervo documental e histórico do município de Cláudio encontra-se hoje no prédio que também abriga o Museu Histórico e Artístico de Cláudio. A edificação conta com, seis salas, uma cozinha, dois banheiros, corredor e duas varandas, uma na frente e outra nos fundos da construção. Das seis salas existentes, duas menores dedicam-se à presença de documentos diversos e revistas editadas pela assessoria de cultura e turismo da cidade, uma para secretaria, uma para recepção e duas de exposição dos objetos do museu. Além disso, são ainda encontrados documentos dispersos na varanda dos fundos junto a fantasias de teatro ou carnaval, que também são encontradas na sala de predominância dos documentos.

O modo como encontra-se organizado o museu ou acondicionada a documentação do futuro arquivo público estão longe do ideal e das perspectivas do secretário da cultura da cidade, já que quando nos referimos a peças do museu percebemos que estas encontram-se organizadas em um espaço pequeno, o que não oferece condições de reflexão ou observação mais atenta do visitante. Além disso, falta o acompanhamento de um guia, já que os funcionários do museu se desdobram nos trabalhos do Departamento de Cultura e Turismo da cidade e fazem esse serviço por vezes, mas não podem dar atenção necessária a essa tarefa.

A edificação também prejudica a manutenção das peças do museu ou conservação dos documentos, pois abriga umidade, por ser próxima a um córrego, ter piso, janelas e forro de madeira, além de insetos e até roedores que consomem madeira, papel e até restos de alimento da cozinha. Pensando na situação da maioria da documentação presente no museu, podemos observar que ela possa não durar muito tempo se continuar nas condições atuais.

Desse modo percebe-se que a análise dos documentos e o local no qual estes se encontram demonstraram problemas recorrentes de acervos públicos, como falta de espaço, materiais e decomposição do acervo, já que as tentativas passadas de organização não apresentam a possibilidade de perceber a constituição da documentação e nem respeitam as regras de acondicionamento adequado.



Figura 4: SOUSA, 2014. 1 fotografia, color., 10 cm x 15 cm.

Ao observar as condições dos documentos existentes no museu foram iniciados os trabalhos de inventário de tudo o que cabe em um arquivo e definido que, apesar de pequenas, o acervo do arquivo do museu ficaria inicialmente limitado a duas salas, das quais segue uma imagem para que se perceba a dimensão de uma delas, já que são do mesmo tamanho:



Figura 5: SOUSA, 2014. 1
fotografia,color., 10 cm x 15 cm.

As salas tem cada uma 2,08 de comprimento por 2,08 de largura, o que lembra a corrente conotação e preconceito percebidos por tantos profissionais da arquivística, como Rousseau (1998), de arquivo visto como depósito de documentos antigos, mas por enquanto é o que pode ser feito com os documentos, já que todas as outras salas estão ocupadas com objetos do museu ou com os trabalhos do Departamento de Cultura e Turismo de Cláudio.

A impossibilidade de treinamento imediato de colaboradores, por um lado, tem pontos positivos para o trabalho, já que assim pode ser feita uma análise mais cuidadosa do acervo antes de tomar qualquer decisão, pensando mais cuidadosamente em maneiras de melhor administração do trabalho e já acessando documentos e fontes que são interessantes para a análise da sociedade claudiense no contexto da festa do Reinado.

Os trabalhos resumem-se em análise dos documentos existentes no museu, por enquanto jornais, revistas e fotografias não recebem muita atenção, pela falta de disponibilidade de mais pessoal que trabalhe na descrição dos documentos e também porque há poucos números de jornal e revistas do recorte temporal da pesquisa sobre a sociedade claudiense de fins do século XIX e início do século XX.

A partir de uma análise da documentação existente é feita uma separação do que deve ser descrito e analisado com mais urgência. Realizando tal descrição, é construído um inventário em planilha do Excel, digitado por um dos atendentes do museu, o qual apresenta as potencialidades do acervo e oferece uma noção mais eficiente da localização e existência de certos tipos documentais.



Figura 6: SOUSA, 2014. 1 fotografia, color., 10 cm x 15 cm.



Figura 7: SOUSA, 2014. 1 fotografia, color., 10 cm x 15 cm.

O interessante foi que ao adentrar a sala dos documentos é perceptível que várias foram as tentativas de organização do acervo, dentre elas uma muito proveitosa, a organização de fotografias, feita por um dos secretários do museu a algum tempo, visto a grande demanda desse tipo documental para pesquisas na cidade, estas se encontram em envelopes, os quais estão numerados com códigos correspondentes a uma listagem em papel e planilha no computador:

Embora algumas ações de organização dos documentos presentes no museu tenham sido feitas persiste a desorganização dos espaços, como já relatado, que reflete também na atenção e promoção de novos projetos para o departamento de cultura, que como já disse é sobrecarregado por várias obrigações que envolvem a cultura, patrimônio e turismo da cidade.

Refletindo acerca do papel do município na salvaguarda do patrimônio, Botelho (2006) afirma que a organização de órgãos estaduais e municipais de proteção deste rompe com a uniformização do patrimônio nacional, para organização de discursos identitários, regionais e locais. O patrimônio do Estado é assegurado por tombamento, inventário, vigilância, conservação e desapropriação, em Minas Gerais o órgão responsável por essa prática é o IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais).

Como o IPHAN o IEPHA se preocupa em incentivar o resguardo da cultura, porém no âmbito municipal e estadual, Pelegrini (2008) alerta que é necessário que órgãos públicos se organizem em projetos que se mantenham atentos as necessidade de expressão do bem patrimonial e não por questões mercadológicas.

Cabe salientar que o estímulo à gestão municipal não é apenas financeiro, uma vez que são dados subsídios técnicos e metodológicos para a condução da política pública local. Por outro lado, busca-se garantir também a participação social na produção e na gestão do patrimônio, por meio da exigência dos conselhos municipais e da realização de atividades de educação patrimonial. (INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 2010, p. 7.)

Uma das ações do IEPHA pela salvaguarda do patrimônio está no programa do ICMS Critério Patrimônio Cultural, que foi criado a fim de se tornar um incentivo para a melhor gestão e preservação do patrimônio cultural e histórico, o qual é feito pelo repasse, as prefeituras, de parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, segundo o que é proposto na Lei nº 13.803 da Constituição Federal. Para assegurar o recebimento desse incentivo as prefeituras municipais elaboram relatórios anuais que são instrumento de análise da mobilização cultural e patrimonial do município em que festas, bens e grupos culturais são relacionados e caracterizados com relação a sua importância a mobilização cultural da cidade.

Para que os relatórios sejam feitos, é necessário que se conheça a fundo a cultura e representatividade de determinado bem para a cidade, a melhor saída não é então terceirizar esse serviço. Nesse sentido Toji (2012) afirma que o patrimônio cultural é algo pertencente a identidade de grupos e que a partir da atuação pela salvaguarda desse patrimônio, os cidadãos devem ser considerados os mais importantes atores e inseridos nessa atuação. Assim as práticas de salvaguarda do patrimônio devem levar em consideração primeiramente a opinião da sociedade a qual ele se vincula, por isso a importância da gestão desse patrimônio advir do próprio município.

Esse aspecto chama a atenção para os trabalhos dos Conselhos Municipais. São estes órgãos, criados sob as determinações da Prefeitura Municipal, que darão ritmo e organização aos trabalhos com cultura e patrimônio. Assim é necessária uma gestão de Recursos Humanos, mais preocupada com a organização e capacitação de funcionários do que com a minimização de custos com esses na efetivação do mínimo de contratações possíveis.

Os desafios da política de patrimônio cultural para Toji (2012) estão calcados na integração com instrumentos de reconhecimento e gestão do patrimônio, atenção nos impactos a partir da patrimonialização, avaliação dos impactos nas noções de identidade e reivindicação do grupo social envolvido e avaliação do papel do governo nessa atuação. No caso de Cláudio, por exemplo, a festa do Reinado, que é também foco de estudo do projeto, é reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do município e recebe investimentos provenientes do IEPHA. Por outro lado a festa ainda não pode ser registrada como Patrimônio

no instituto ou mesmo no IPHAN e quando apresentada no relatório do ICMS Cultural, não é caracterizada com riqueza de detalhes e por aspectos que lhe são importantes e únicos.

Como aponta Leonel (2010), os festejos que existiam na sociedade brasileira da época da colonização possibilitam uma interpretação sobre as vivências e seus modelos organizativos. Pesquisando acerca da promoção das festas de Reinado pós-1888 e o ambiente que as circundavam na cidade de Cláudio, será possível uma apresentação acerca da história de formação dessa sociedade o que é algo muitas vezes esquecido e ignorado por sua população. Como afirma LE GOFF (1990), o que sobrevive da história muitas vezes não é o que existiu no passado e sim o resultado de uma escolha feita pelos atores da sociedade ou por historiadores. Assim o trabalho de organização de uma arquivo e pesquisa histórica são importantes para o resgate da memória sobre a cultura claudiense.

Considerações Finais

Este texto é parte de uma pequena análise da situação cultural e patrimonial do município de Cláudio, que está longe de apontar defeitos ou culpados. Seu objetivo é alertar sobre a necessidade dos municípios se preocuparem em melhor gestar funcionários e ações da área da cultura e patrimônio cultural.

Como ocorre em outros municípios brasileiros, os poucos funcionários que são disponibilizados para a gestão da cultura necessitam de se subdividir para questões administrativas do departamento e organização de eventos, não havendo meios da concentração de esforços de um funcionário para cada tarefa. Outro problema recorrente na gestão municipal é a falta de experiência dos funcionários e a falta de investimentos na formação ou capacitação dos mesmos, para a organização de projetos ou feitura dos relatórios culturais como o ICMS Cultural.

Ainda há que se destacar que ações pela preservação da cultura e divulgação de projetos pela mesma merecem uma atuação conjunta entre governos municipais e estadual, já que muitas vezes percebe-se que o museu ou o Departamento de Cultura do Município de Cláudio recebem a divulgação das ações estaduais pela cultura, porém em atraso ou com dias de duração, não sendo possível a divulgação no município ou deslocamento dos próprios funcionários interessados, denotando uma desorganização também do Estado.

Assim investimentos pela cultura são importantes e devem ser levados a sério, sendo importante a gestão municipal dar atenção ao que é necessário à área no município e organização de maiores investimentos para a capacitação de seus funcionários e promoção de

projetos. Ações de salvaguarda do patrimônio e difusão dos conhecimentos históricos de cada região são importantes para a preservação da Memória e Identidade local, formando uma sociedade que conhece sua História e compreende a importância de seus cidadãos na sua formação.

Fonte:

GAZETA DE OLIVEIRA. Oliveira: Publicação Independente, 1897-

Referências Bibliográficas:

BOTELHO, Tarcísio R. Patrimônio Cultural e Gestão das cidades: Uma análise da lei do ICMS Cultural de Minas Gerais. *Habitus*, v. 4, n. 1, jan/jun 2006, p. 471-492. Disponível em: <http://revistas.pucgoias.edu.br>. Acesso em: 15 de maio de 2014.

FONSECA, Luis Gonzaga. *Historia de Oliveira*. Edição Centenário. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S/A. 1961.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. *Relatório de Atividades IEPHA/MG 2007-2010*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2010.

JARDIM, José Maria. A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos. *Circular Informativa*. Brasília, n. 2, maio/ago. de 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/>. Acesso em: 25 out. 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEONEL, Guilherme Guimarães. Festa e sociabilidade: reflexões teóricas e práticas para a pesquisa dos festejos como fenômenos urbanos contemporâneos. *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v.11, n. 15, 2º sem. 2010. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br>. Acesso em: 09 de agosto de 2012.

PELEGRINI, Sandra C. A.. *A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade*. *História*. São Paulo. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 08 de maio de 2014.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

TOJI, Simone. Patrimônio imaterial: marcos, referências, políticas públicas e alguns dilemas. **Patrimônio e Memória**. São Paulo. vol. 5, nº 2, dez de 2009. Disponível em: Acesso em: 27 de novembro de 2012.

O belo Mercado – A pulsão humana na Pós-Modernidade: como o pecado da vaidade se elevou à categoria de virtude

Albert Drummond

Mestre em Ciências da Religião

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

a_drummond@hotmail.com

RESUMO: O conceito de beleza do início do século XX é trazido para o pós-modernismo e, a partir daí, uma “ditadura do corpo” se instaura, incitando uma falsa liberdade individual. Utilizando de periódicos, do cinema e da publicidade este ensaio visa compreender dentro do período de 1940 a 1980 como se deu a elevação da vaidade à categoria de virtude dentro do pensamento pós-moderno.

PALAVRAS CHAVE: pós-modernidade; vaidade; moral católica; beleza de consumo.

RÉSUMÉ: Le concept de la beauté du début du XXe siècle, est présenté au postmodernisme et à partir de là, une “dictature du corps” est établie, provoquant une fausse liberté individuelle. Utilisation des séries, le cinéma et la publicité de cet essai cherche à comprendre dans la période 1940-1980 que la vanité a donné lieu au rang de vertu dans la pensée postmoderne.

MOTS-CLES: post-modernité; vanité; la morale catholique; beauté consommateur.

Contextualizando a vaidade

Vaidade do latim *vanus* que quer dizer “vão” se encarrega de ser a representante de tudo o que é vazio, sem valor. Tomás de Aquino (2001, p.82) diria sobre “vanglória” para elucidar melhor o sentido da palavra. Van + glória, se glorificar, dizer os bons feitos sobre si mesmo.

No entanto existe uma discussão conceitual acerca da *vaidade*, principalmente ao que se refere a lista dos sete pecados capitais. Na primeira concepção do termo Aristóteles em Ética e Nicômaco (2001) teria abordado duas ramificações sobre o conceito, numa primeira ele entenderia “veracidade” como uma virtude, a falta dessa virtude ocasionaria num “desavergonhamento” e o excesso dessa virtude no “orgulho” usado para expressar como algumas pessoas se sentiam satisfeitas sobre quem elas eram no seio social e a partir disso em como se sentiam “orgulhosas” quando eram elogiadas ou fonte de inspirações. Numa segunda interpretação ele trabalharia com a ideia de “respeito próprio” como uma virtude, a falta dessa virtude ocasionaria na “modéstia” e o excesso na *vaidade*, ambas abordagens colocam tanto orgulho como vaidade numa mesma posição (vícios por excesso de si mesmo). Na lista das

falhas humanas de Evágrio Pôntico⁴² (2012) além do orgulho existia também a soberba (uma elevação ao espírito do homem à própria noção de sua existência, desqualificando qualquer outra influência, como por exemplo: Deus). Porém somente com São Tomás de Aquino que houve uma diferenciação dos significados. Aquino funde o conhecimento de Aristóteles com os estudos de Pôntico e entende que orgulho como a própria definição de *vaidade* estariam relacionadas ao amor por si mesmo e também ao cuidado físico em demasia. Já a soberba seria retirada da lista dos pecados capitais, delimitando novamente uma lista com apenas sete. Para Aquino:

[...] A soberba, mais do que um pecado Capital, é a raiz e a Rainha de todos os pecados. “a Soberba geralmente é considerada a mãe de todos os vícios e, em dependência dela se situam todos os outros sete vícios capitais, dentre o qual a Vaidade é o que lhe é mais próximo: Pois essa visa manifestar a excelência pretendida pela Soberba [...] (AQUINO, 2001, p. 80).

No fim da Idade Média, início da Idade Moderna, século (XIII – XIV), Dante Alighieri escreve a obra clássica *A Divina Comédia*⁴³ (1981) que traz pela primeira vez uma descrição geográfica do além, subdividindo a destinação pós-morte dos homens em três níveis (Inferno, Purgatório e Paraíso). No purgatório Dante coloca os soberbos para galgarem uma montanha gigante segurando em suas costas uma pedra que pesava o mesmo tanto que sua vaidade em vida, o condenado era obrigado a subir a montanha olhando para o chão já que o peso de sua arrogância o curvava. Já Maquiavel em 1513 escreveria “O Príncipe” (2004), um manual didático de como deve ser e governar uma nação, expandindo a concepção de poder absoluto em torno de uma pessoa que se bastaria a si mesmo. Dyson (2008) reitera que até final da Idade Média a ideia de que “ser vaidoso” estava associada à arrogância é muito forte, os homens medievais nobres acreditavam que mereciam ser vistos como moralmente grandes, se reconheciam assim e esperava que os outros fizessem o mesmo. A estes homens deveriam ser conferido seu devido valor aristocrático, mas não porque mereceriam por mérito genuíno ou superioridade moral, mas sim pela sorte do nascimento privilegiado numa classe nobre.

No século VIII Toulouse iniciaria uma ressignificação da palavra *vaidade*, dedicando este pecado há uma interpretação que elevaria a palavra e sua significação aos cuidados excessivos com o corpo. Em um de seus discursos Toulouse recorreria a Ovídio e Sêneca para

⁴² Na lista de Pôntico existiam oito piores males contra Deus: gula, ira, avareza, luxúria, tristeza, soberba, vanglória e acídia. Já na versão de Gregório Magno, tristeza se fundiria a acídia e vanglória cederia seu espaço para o orgulho. Na versão final de São Tomás de Aquino, ele colocaria a inveja no lugar do orgulho que se fundiria à vaidade, ficando sete pecados capitais: gula, ira, inveja, avareza, acídia (que depois se tornaria a preguiça), luxúria e vaidade. Elevando a Soberba como a rainha de todos os pecados.

⁴³ A obra foi escrita originalmente nos períodos de 1304 a 1321, finalizada exatamente na mesma data da morte de Dante, há controvérsias quanto à data exata da publicação da obra completa.

provar que a *vaidade* era um pecado dos nobres, da arrogância, do corpo e da beleza. “A beleza da vaidade engendra a tirania da paixão, é um engodo de perdição, uma sereia pelo qual muitos atraídos fizeram naufragar a sua honra e a sua salvação” (TOULOUSE apud DELUMEAU, 2003, p. 239). Em outro discurso de nome “túmulo da beleza” ele ensina que devemos desprezar a *vaidade* “porque seja qual for o brilho que ela tenha, a atração que ela faça sentir, as satisfações que ela prometa e os cuidados que se tome para conservá-la, ela passa como a sombra e a fumaça... Ela é vã... ela não tem nada de real nem de absoluto” (TOULOUSE apud DELUMEAU, 2003, p. 239).

No século XVI (16) a estética corporal inicia um processo de consolidação da beleza, segundo Vigarello (2006) o conceito de beleza estava se solidificando, caminhando para se transformar numa fórmula exclusiva e absoluta. “A beleza teria que se impor como marca ‘revelada’ e indiscutível, arquétipo sempre idêntico, sempre ideal [...] A beleza existiria como ‘verdade’, provocando uma reação naquele que vê para congelá-lo e transportá-lo: absoluto que não poderia contestar” (p. 33). Neste sentido, a história do corpo e do belo se construía mediante às novas definições de estética corporal e com isso um reconhecimento do que de fato deveria ser valorizado e exaltado como belo e desprezado com feio.

A maior problemática surgiu com a condenação á este pecado (que seria uma necessidade fútil de ser visto e/ou elogiado através da aparência, tão logo associado ao pecado da vaidade). Enquanto a Igreja condenava veemente essa conduta comportamental, a nobreza tentava se enquadrar nas novas definições. Uma definição foi colocada, São Jerônimo e Tertuliano diferenciaram a estética natural como “obra de Deus” e a estética artificial como “obra do Diabo” (TERTULIANO apud BECHTEL, 2000, p. 220).

Uma grande recusa por parte da Igreja quanto á aceitação do uso de cosméticos, pós e óleos preparados quimicamente eram constantes, já que a beleza não poderia ser criada, uma vez que era uma dádiva de Deus. A indústria da beleza já havia se desenvolvido, ganhando espaço no mundo moderno. Flandrin (1975) cita o teólogo Alogana do ano de 1590 que percebendo um crescimento da necessidade de se fazer belo a Igreja acaba por fazer vista grossa quanto às novas abordagens estéticas. “Aquele que se veste ou se enfeita para parecer bela a alguém, e seja amada carnalmente, peca mortalmente; mas se é para ser amada para uma finalidade honesta ou para se casar, não peca.” (ALOGANA apud FLANDRIN, 1975, p. 81).

Os séculos XVIII E XIX (ECO, 2004) abrandaram o peso do pecado da *vaidade*, que antes estava associado á uma conduta de poder, soberba, orgulhosa e masculina agora se

consolida apenas como um capricho feminino aos cuidados do corpo afim de serem notadas e elogiadas.

O processo de inversão do pecado da vaidade à virtude

Ao longo do tempo, a Igreja Católica acumula uma vasta gama de conhecimentos, opiniões e atuações no que diz respeito à *vaidade*: os conceitos deste pecado e do pecar tiveram extensa evolução durante a história da Igreja, que, com vistas a proteger suas próprias posições e alianças, reordena e modifica a gravidade do vício da *vaidade*.

Durante toda a Idade Moderna, a moral católica oscilou, seja pendendo para uma afirmação ou consolidação de seus preceitos, seja anulando-se em detrimento de seus interesses questionada por novas linhas de pensamentos que surgiam, entre elas o Liberalismo.

Em meados do século XX, “novas” correntes ideológicas surgem: a mais forte e a “principal” delas foi o pós-modernismo⁴⁴, que assumiu o direcionamento a uma nova linha de pensamento, se responsabilizando pela ressignificação de toda uma milenar acepção desenvolvida pela Igreja durante a história. O pós-modernismo desregulou uma linearidade dentro da moral católica já construída e validada, invertendo seus valores. “As doutrinas éticas pressupunham certa homogeneidade local, em que podiam reescrever exigências institucionais como normas interpessoais e com isso reprimir realidades políticas nas “categorias arcaicas do bem e do mal” [...]” (JAMESON *apud* ANDERSON, 1999, p. 77).

O pós-modernismo trouxe a possibilidade do questionamento e da autonomia, desconstruindo doutrinas enraizadas, desqualificando-as e oferecendo vastas opções, como diz Jencks (2006, p. 142).

Se o pós-modernismo projetava o indivíduo cada vez mais dentro da lógica do mercado, a retomada do liberalismo, o neoliberalismo⁴⁵, o inseriu de vez. Essa “nova” ideologia trouxe consigo um desejo de liberdade, onde o homem basta-se a si mesmo quando inserido no mercado e, neste particular, a economia não segue leis, mas *tendências*. (GALVÃO, 1997).

⁴⁴ Neste texto, utilizo o conceito de Frederic Jameson de pós-modernismo: “um novo estágio do capitalismo ou um capitalismo tardio” (JAMESON, 1985). De forma simplificada, seria a desconstrução dos conceitos ideológicos dominantes durante a Idade Moderna e a valorização do indivíduo e a efetividade da relação entre o indivíduo e o mercado.

⁴⁵ A partir de 1970, a ideologia liberal retorna, desta vez como Neoliberalismo. É preciso salientar que o prefixo *neo* não se refere a uma nova corrente do liberalismo, mas sim à retomada de alguns preceitos liberais no contexto do pós-modernismo. “O centro de toda prática neoliberal é o mercado e, por conseguinte, o consumo.” (GALVÃO, 1997, p. 54-55).

Na Idade Média, o homem desprezava o corpo e cultuava a alma. No período conhecido como a “Pastoral do Medo” (DELUMEAU, 2003), durante a Idade Moderna, com o Renascimento e o Iluminismo, o homem se configurou em dois processos principais: o de desconstrução (do ser, antes definido pela Igreja) e o de racionalização. A partir da pós-modernidade e conseqüentemente do neoliberalismo, o homem se encontra no cerne do sistema de mercado. Para Assmann (1989, p. 232), o neoliberalismo fez com que tudo que era produzido pelo homem fosse reduzido à condição de mercadoria; a natureza e todos os recursos naturais e o próprio ser humano, parte dos mecanismos mercadológicos, foram reduzidos a mercadorias.

O neoliberalismo definiu novos contornos sobre a relação do homem com a religião: se por um lado ele a descarta, apoiando-se nos mecanismos disponíveis do mercado, por outro ele se agarra de forma fundamentalista e enfática aos diversos “novos” deuses. Este homem não precisa mais de um direcionamento sobre seu agir, sua conduta e sua ética já que o próprio mercado o oferece.

No início do século XX, em 1915, Freud resgata a ideia de Aristóteles sobre as paixões humanas (instintivas e pulsionais) e, trabalhando com o conceito de pulsões, desconstrói e desmistifica as ideias de vício e de pecado (ou pecado original) já consolidadas pela Igreja. Para Freud (*apud* Blanco, 2013), pulsão (do alemão *Trieb* que significa *broto*) é uma forma germinativa do querer, que é estimulada pelo ambiente em que vivemos. Todos temos essa força natural e tanto os vícios de Aristóteles quanto os pecados da Igreja nada mais são que pulsões, instintos naturais do ser humano, que os comete quando a sociedade os estimula. As teorias apresentadas têm um ponto em comum: vícios, pecados e pulsões podem ser contidos⁴⁶.

As compulsões do homem neoliberal, suas regulações e supressões são a marca registrada do pós-modernismo resultando nos excessos, antes trabalhados pelos gregos, condenados pela Igreja e, agora, validados pela lógica do mercado. O mercado oferece possibilidades de satisfazer os mal-estares dos homens, as pulsões de Freud elucidam a questão do medo⁴⁷ (já que ceder às “paixões” é parte essencial de quem somos) e o mercado nos estimula a isso. O individualismo, tão cultuado pelo pós-modernismo, fez com que aprendêssemos a “honrar” os nossos deveres morais individuais.

⁴⁶ Para a Igreja, podemos extinguir nossos pecados através das virtudes, uma forma de reciclar, do ruim para o bom.

⁴⁷ Se antes, nas Idades Média e Moderna, o homem não cometia pecados porque temia o além-túmulo, a partir de Freud (1998) e da ideologia neoliberal, “cometer pecados” se torna parte de quem somos.

Enquanto a Igreja Católica e outras religiões tentam a todo custo um “retorno” de uma moral altruísta, o mercado “descentra” o indivíduo estabelecendo uma “moral sem obrigações nem sanções” segundo as aspirações da massa que se mostra cada vez mais inclinada a um individualismo hedonista democrático” (LIPOVETSKY, Gilles, 2005, p. 105).

Jean Delumeau (2003) escreveu sobre a culpabilização do pecado no Ocidente e de como o homem medieval se sentia (ou o faziam sentir-se) quando cometia pecado: “Na história europeia, a mentalidade obsessiva foi acompanhada de uma “culpabilização” maciça, de uma promoção sem precedentes da interiorização e da consciência moral. Em escala coletiva, nasceu no século XIV uma “doença do escrúpulo” que se amplificou” (DELUMEAU, 2003, p.9). Na sociedade pós-moderna, o conceito de culpa passa a ser considerado obsoleto: para Menninger (*apud* GUINNES, 2006, p. 18), dentro da teologia pós-modernista, a noção de “mal” deixou de ser pecado para ser crime (definido legalmente), e se tornar doença (definida em categorias psicológicas). Em outros termos, a moral “profana” suplantou as leis morais de salvação eterna, apontando para uma nova perspectiva em que um grande número de sólidas prescrições morais ainda continua envolvendo uma incessante busca pelo prazer.

O pecado da *vaidade* se faz presente na sociedade pós-moderna, porém troca por virtuosa seu caráter negativo, e tornaram-se, por vezes, dentro da lógica do mercado, uma conduta legalizada e estimulada.

A *vaidade* e a beleza de consumo

De todos os pecados capitais, a *vaidade* ou soberba sempre esteve no topo da lista como o principal mal humano, fazendo referência direta ao pecado de Lúcifer contra Deus. Freud (1998) aborda a essência do pecado “contemporâneo” da *vaidade*, quando trabalha com a ideia de narcisismo, em que o homem se centraliza de forma a entender sua “superioridade” e elevar-se à categoria única de *Eu*.

A Pós-modernidade cultua a individualidade: assim, mais do que individualista, o mercado promove a elevação dos egos e do egoísmo, recrutando cada vez mais conjuntos massificados de pessoas. O cinema pode ser considerado o maior responsável pelas exigências comportamentais, incluindo a estética corporal. Uma “fabrica de sonhos” é construída através do ideal de beleza disseminado pelo cinema Hollywoodiano, tornando as atrizes, exemplos e democratizando a *vaidade*, transformando aos poucos a maneira do “querer” ao acesso à beleza. para Vigarello (2006): “O cinema renovou um mundo imaginário. Renovou também os modelos de aparência, inspirando-se nas tendências de seu

tempo [...] Nesse mundo de imagem, em que a beleza física deve se impor de imediato, a beleza existe como primeiro fator de atração.” (p. 157).

A era de ouro do cinema hollywoodiano trouxe ícones “exemplares” de beleza como Marilyn Monroe, Marlene Dietrich ou Greta Garbo, renovando o mundo “imaginário” e impondo um novo modelo de aparências, o das “estrelas”, forçando a adesão ao mito: o de seres excepcionais vivendo entre os homens, o de seres “feitos para serem amados”. (VIGARELLO, 2006).

Lipovetsky (2008) utiliza o termo “desunificação” para defender que a partir dos anos de 1940 a moda (inspirada no cinema) reconstruiu uma fórmula feminina de ser, tanto em sua aparência como em suas possibilidades, oferecendo novas opções para o feminino, tanto estético quando comportamental. No qual a mulher, neste momento, passa a ver nas estrelas um exemplo ideal de beleza. O cinema foi um dos responsáveis por iniciar na moda um processo de democratização caminhando juntamente com a “desunificação” da aparência feminina, se tornando muito mais homogênea.

Dos anos 1940 a 1980 o Brasil respirou ares neoliberais e a sociedade se tornou a sociedade do “ser” e do “aparentar ser”. A moral, que tanto condenava a arrogância, agora cede aos seus encantos superficiais e a *vaidade* se torna uma virtude. Dentro da lógica do mercado, exigente de um comportamento cada vez mais espelhado em pré-definições de ética e beleza, sair dessa linearidade é não estar apto a conviver com uma sociedade cada vez mais globalizada e observada.

Combatendo a imoralidade *vaidosa* do Cinema e da Moda.

O cinema foi fonte de grande preocupação para *O Diário*⁴⁸, uma vez que ele – filho da modernidade – maculava o imaginário da juventude com pensamentos liberais trazendo questões inversas aos valores morais tradicionais católicos.

Um principal fator incomodou bastante o tradicionalismo moral no país advindos das influências cinematográficas, que dizia respeito à vaidade incontrolável. O cinema ditou moda e desenhou um novo formato estético de sensualidade e beleza, as estrelas e os astros de Hollywood eram exaltados, moças se baseavam em seus ídolos para acompanhar a moda modernizante e moços utilizavam os astros como parâmetro de masculinidade.

⁴⁸ Periódico diário, escrito por grandes nomes da intelectualidade católica de Minas Gerais. Vigente nos anos de 1935 a 1971.

O pecado da *vaidade* foi constantemente condenado pelo *Diário*, uma vez que ele feria a integridade da mulher em prol de ideários modernos e liberais, e o cinema era um desses elos entre a mulher e o pecado. Segundo Azzi (2008) a propensão da mulher ao pecado da vaidade era uma opinião generalizada em todos os meios, inclusive pela imprensa, tornando-a uma criatura pouco reflexiva e totalmente deslumbrada aos aspectos superficiais da sociedade, inspirada é claro pela moda advinda do cinema. Ainda segundo Azzi (p. 134) em outubro de 1939 o congregado mariano Galdino Couto denunciava que o país “importa de contrabando as modas impudicas ditadas pelos judeus do cinema e que o modernismo americano trouxe para o Brasil católico o veneno da corrupção desenfreada e completa”.

No entanto a modernidade engolia todos os esforços da Igreja, despertando curiosidade e interesse, conseqüentemente quebra de valores morais e o desdém dos intelectuais do *Diário*:

Seres inúteis. Não estudam, não trabalham. Vivem ociosos. Só a cabecinha trabalha dia e noite registrando futilidades. Para eles um modelo de Jean Patou dá mais interesse e preocupação que um pensamento grave do futuro. As moças então conhecem todos os “astros” e “estrelas” de Hollywood. Sabem quantas vezes se divorciaram e o que comem, bebem e vestem. (BRANDÃO. O Diário. 1941. p. 4).

No período do Estado Novo a moda não foi apenas condenada pelo seu aspecto direto ao pecado da *vaidade*, mas também da luxúria uma vez que exibiam os corpos femininos de forma a provocar sentimentos pecaminosos nos homens de bem. Em um dado momento como discorre Matos (1990, p. 163) a moda passou a ser vista como parte de um plano internacional para a degradação familiar e social, promovido pelos inimigos da fé e da moral, no entanto andar na moda significava colaborar com um projeto diabólico de desmoralização da sociedade, a partir da própria vida familiar. Em mesmo ano da citação acima o Pe. Ascânio Brandão reafirmou a nocividade dos meios de entretenimento num artigo chamado “Futilidade Ridícula”:

O cine, o jazz e o rádio esvaziaram a cabeça de tanta gente de pensamento certos e graves responsabilidades da vida e a encheram do vento da futilidade e da tolice. Hoje mais valem ‘muque’ e um meio palminho de cara bonitinha, que talento, arte, cultura e muito menos virtude. Invertem-se os valores. O mundo perdeu a noção da beleza moral e da virtude do pudor, da dignidade cristã, e até do bom senso. A gente tem realmente a impressão de que vive num grande hospício. (BRANDÃO. O Diário 1941. p. 4).

Acredito que o principal problema da questão da *vaidade* não se refere tão somente quanto ao fato da futilidade e da sexualização do corpo, mas sim a uma auto-afirmação do

reposicionamento do papel da mulher nesta sociedade moderna, machista e de valores tradicionais. A imagem feminina que se desejava manter é a de um ser submisso, apagado, destacando-se apenas pelo recato e pela devoção (AZZI, 2008).

O Diário não mediu palavras para rebaixar os novos valores modernos que de certo elevavam a *persona* da mulher na sociedade. Em artigo de nome “Os perigos da Vaidade” o jornal deixa claro sua posição conservadora:

Mas as mulheres não somente superam o ridículo, vão mais além. Dominam o próprio sofrimento físico, submetem-se a verdadeiras torturas, contanto que a vaidade seja alimentada, contanto que criem para si e para os demais a ilusão da beleza. [...] não hesitam muitas vezes em infringir as leis da moral e da religião da humanidade e do dever, contanto que possam manter sua linha plástica, sua esbelteza e fazer durar por mais tempo certos encantos da mocidade. (OS PERIGOS... O Diário, 1940, p. 4).

Mesmo com a classificação dos filmes permitidos a serem vistos pelos católicos publicados diariamente no jornal desde 1937, os avisos e os artigos irônicos não foram suficientes para conter a curiosidade dos jovens que lotavam as salas de cinema. A luta diária do jornal continuou até seu fim em 1971 com uma página dedicada exclusivamente ao comportamento moral das mulheres, suas transgressões vaidosas e a influência do cinema na vida dos jovens.

Portanto, dentro da lógica do mercado, exigente de um comportamento cada vez mais espelhado em pré-definições de ética e beleza, sair dessa linearidade é não estar apto a conviver com uma sociedade cada vez mais globalizada e observada. A *vaidade*, no entanto assume um caráter positivo. Modificando idéias, a *vaidade* foi um difusor estético dentro do século XX, tendo seu apoio nos ideários pós-modernos, na mídia, na publicidade e principalmente no cinema. De pecado à virtude e a incessante busca pelo belo.

Referências

ALIGUIERI, Dante. Purgatório. In: *A Divina Comédia*. Trad. Hernâni Donato. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

ALOGANA *apud* FLANDRIN. *Les Amours Payssanes*. Pris: Galimard-Juliard, Coleção Archives. 1975, p. 81.

AQUINO, São Tomás de. Sobre o Ensino (*De Magistro*). In: *Os Sete Pecados Capitais*. Trad. e estudos introdutórios. Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 63-133.

ARISTÓTELES. *Ética e Nicômaco*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz J. *A Idolatria do Mercado: Ensaio sobre economia e teologia*. Coleção Teologia e Libertação. São Paulo: Vozes. 1989.

AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil – terceira época*. Petrópolis: Vozes. 2008.

BRANDÃO, Pe. Ascânio. A Futilidade Ridícula. *O Diário*, Belo Horizonte, 28 nov.1941, p. 4.

DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo*. A culpabilização no Ocidente (séculos 13-18). vol. I. São Paulo: EDUSC, 2005.

DYSON, Michael Eric. *Orgulho*. Coleção sete pecados capitais. Trad. Clara A. Colouto. São Paulo: ARX. 2008.

ECO, Humberto. *A história da Beleza*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FREUD, Sigmund *apud* BAUMAN, Zygmunt. *O Mal estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FREUD, Sigmund *apud* BLANCO, Arturo. S. *A Pulsão*. Antroposmoderno. Disponível em: <<http://www.antroposmoderno.com/textos/Apulsao.shtml>> Acesso em: 26 de jun 2013.

GALVÃO, Antônio Mesquita. *A Crise da Ética: O neoliberalismo como causa da exclusão social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

JAMESON, Eric *apud* ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

JAMESON, Frederic. Pós-Modernidade e a sociedade de consumo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.12, p. 16-26, jun.1985.

JENCKS, Charles *apud* KUMAR, Krishan. *Da Sociedade Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: José Zahar Ed., 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Sociedade Pós-Moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos*. São Paulo: Manole, 2005.

_____. *O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. 11º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LYMAN, Stanford. M. Pride. *The Seven Deadly Sins: society ande vil*. Oxford: General Hall, 1989, p. 135-183.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. 3ª ed. São Paulo: Martina Fontes, 2004.

MATOS, José Cristiano Henrique. *Um Estudo Histórico sobre o Catolicismo Militante em Minas, entre 1922 a 1936*. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

MENNINGUER, Karl apud GUINNESS. *Os Sete Pecados Capitais: Navegando através do caos em uma era de confusão moral*. Trad. Augustos Nicodemos. São Paulo: Shedd Publicações, 2006.

OS PERIGOS da vaidade. *O Diário*. Belo Horizonte. 12 abr. 1940, p. 4.

PÔNTICO, Evágrio. *Sobre os Oito Vícios Capitais*. Trad. Carlos Martins Nabeto. Fonte: VE Multimeios. 2012. Disponível em: <<http://migre.me/d4zSb>> Acesso em: 11 nov. 2012.

TERTULIANO apud BECHTEL, G. *Les Quatre Femmes de Dieu*. Paris: Plon. 2000, p. 220.

TOULOUSE apud DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo*. A culpabilização no Ocidente (séculos 13-18). São Paulo, vol. I. EDUSC, 2005.

VIGARELLO, Georges. *História da Beleza*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

A criação do Ministério da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira: definindo os heróis do ar e construindo identidades

André Barbosa Fraga

Doutorando em História
Universidade Federal Fluminense
andrebfraga@yahoo.com.br

RESUMO: O tema desta pesquisa é a criação do Ministério da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira (FAB), em 1941, no contexto da 2ª Guerra Mundial e do Estado Novo. O que se almeja investigar é o processo de invenção da Força Aérea Brasileira, detentora de uma identidade social própria. O Ministério da Aeronáutica, com o objetivo de legitimar a nova instituição militar criada em 1941, investe na elaboração de imagens, símbolos e rituais, que definiriam espaços do ser aviador. Dentro dessa construção identitária, a seleção de heróis tem um papel fundamental, dada a utilidade deles na transmissão de valores. Com base nisso, objetivamos analisar as representações sobre Santos Dumont no governo Vargas.

PALAVRAS-CHAVE: Santos Dumont; Herói; Ministerio da Aeronáutica; Força Aérea Brasileira

RESUMEN: El tema de esta investigación es la creación del Ministerio de Aviación y de la Fuerza Aérea Brasileña (FAB), en 1941, en el contexto de la Primera Guerra Mundial y el Estado Novo. Lo que pretendemos es investigar el proceso de la invención de la Fuerza Aérea Brasileña, poseedora de su propia identidad social. El Ministerio de Aviación, con el fin de legitimar la nueva institución militar establecido en 1941, invierte en el desarrollo de imágenes, símbolos y rituales que definen espacios de ser aviador. Dentro de esta construcción de la identidad, la selección de héroes tiene un papel clave, dada la utilidad de ellos en la transmisión de valores. Basado en esto, el objetivo fue analizar las representaciones de Santos Dumont en el gobierno de Vargas.

PALABRAS CLAVE: Santos Dumont; héroe; Ministerio de Aviación; Fuerza Aérea Brasileña

Introdução

O objetivo do presente artigo é o de analisar o período da nossa história no qual houve um dos maiores investimentos em torno da figura de Santos Dumont: o primeiro governo Vargas. Por meio de um projeto direcionado a inserir definitivamente o inventor brasileiro no panteão dos heróis nacionais, uma quantidade substancial de políticas culturais foi desenvolvida para alcançar a meta pretendida.

Apesar do reconhecimento e da admiração da sociedade brasileira por Santos Dumont terem surgido desde a primeira década do Século XX, quando passou a ganhar projeção

internacional por conta dos primeiros trabalhos pelo desenvolvimento da aviação, podemos dizer que um culto à sua figura teve início logo após a sua morte, em 23 de julho de 1932. No entanto, várias dessas ações que visavam a lembrar o personagem, nos anos 1930, não foram pensadas e nem organizadas pelo governo Vargas, recebendo muitas vezes dele apenas o seu aval e reconhecimento. Foi assim, por exemplo, com a criação do *Dia do Aviador* e da “Semana da Asa”, comemorados ao longo de uma semana do mês de outubro, para lembrar o primeiro voo de Santos Dumont, ocorrido no dia 23 de outubro de 1906. Tais datas foram criadas pela Comissão de Turismo Aéreo do *Touring Club* do Brasil, em 1935, e oficializadas pelo governo federal em lei apenas no ano seguinte. As próprias homenagens prestadas ao inventor brasileiro por ocasião de seu enterro, no dia 21 de dezembro de 1932, no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, tiveram como organizador o Centro Carioca, e foi sua diretoria quem requisitou e insistiu para que Vargas, então chefe do Governo Provisório, concedesse as honras de chefe de Estado para Santos Dumont e decretasse ponto facultativo no dia de seu enterro, o que foi atendido⁴⁹. Em todas essas celebrações, o destaque foi dado ao caráter brilhante do personagem, entendido como um ser excepcional, fora do comum. Dessa maneira, suas invenções deveriam ser entendidas e reconhecidas como obras de um gênio.

Mesmo muitas das produções culturais do período, elaboradas pelo governo, que faziam referência a personagens históricos brasileiros, não traziam o inventor do avião como destaque. É o caso da obra intitulada *Revista Nacional de Educação*, publicada pelo Museu Nacional e sob responsabilidade de seu diretor, Roquette Pinto. Todas as capas dos 16 volumes publicados vinham ilustradas com o desenho de um vulto nacional, com exceção da primeira. Ao final da publicação, na sessão “Notas e informações”, havia uma pequena biografia do personagem que foi estampado naquele número⁵⁰. Publicada de 1932 a 1934, a revista destacou uma série de personagens históricos brasileiros, mas deixou de fora Santos Dumont, o que ajuda a mostrar como ele, nesse momento, não era tão lembrado nas políticas culturais do governo quanto outros.

Santos Dumont tão pouco foi escolhido pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, como um dos 28 vultos históricos selecionados para serem homenageados em

⁴⁹ Carta enviada, em 20 de outubro de 1932, pelo segundo secretário do Centro Carioca, Júlio Lopes Guedes Pinto, a André Gustavo Paulo de Frontin, comunicando-lhe que seu nome foi escolhido para integrar a Comissão Popular das Homenagens a Santos Dumont. Arquivo do IHGB/Fundo Paulo de Frontin, Lata 1301, Pasta 110.

⁵⁰ Os personagens destacados foram os seguintes: revista n.º 2 (Duque de Caxias), n.º 3 (Diogo Antônio Feijó), n.º 4 (Antônio Carlos Gomes), n.º 5 (Tiradentes), n.º 6 (Alberto Torres), n.º 7 (José Bonifácio), n.º 8 (Pedro Américo), n.º 9 (Saturnino de Brito), n.º 10 (Almirante Barroso), n.º 11 e 12 (Euclides da Cunha), n.º 13 e 14 (Nísia Floresta), n.º 15 (Gonçalves Dias), n.º 16 e 17 (Hipólito da Costa), n.º 18 e 19 (José de Anchieta) e n.º 20 e 21 (Barão do Rio Branco). *Revista Nacional de Educação*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1932-1934.

uma série de palestras elaborada por ele de 1936 a 1938, intitulada “Os nossos grandes mortos”⁵¹. Dessa maneira, as representações sobre Santos Dumont na década de 1930 foram marcadas, principalmente, pela pouca participação do governo e pela disseminação das imagens que viam no inventor brasileiro mais do que um homem comum: um gênio.

No entanto, as novas conjunturas internas e externas formadas no final dos anos 1930, mas que ganharam força no alvorecer da década de 1940, possibilitaram a alteração desse quadro. Principalmente o impacto da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos vão pesar a favor da figura do inventor brasileiro, que logo se tornou foco privilegiado dos olhares atentos dos integrantes do regime. A representação de Santos Dumont principalmente como um gênio já não era suficiente, não atendia mais às expectativas e aos novos desafios abertos com a chegada de um novo decênio, que pareciam exigir a intensificação de sua imagem como herói.

As representações sobre Santos Dumont na década de 1940: mais do que um gênio, um herói:

O crescimento da importância da aviação e da figura de Santos Dumont

Na década de 1940, vai haver um investimento substancial na figura de Santos Dumont como nunca tinha acontecido até então. Três fatores ajudam a explicar esse repentino interesse: a deflagração da Segunda Guerra Mundial, a criação do Ministério da Aeronáutica e a entrada do Brasil no conflito. O crescimento da importância de Santos Dumont nesse momento histórico foi proporcional ao crescimento da importância da aviação no mesmo período. Fazendo um retrospecto sobre a forma como a aviação foi organizada no Brasil⁵², pode-se dizer que até a quarta década do século XX ela, além de apresentar-se como arma auxiliar e incipiente, estava dividida entre o Exército e a Marinha, não possuindo no interior dessas forças nenhuma independência administrativa, técnica ou operacional. A sua autonomia começa a ser conquistada no final da década de 1930, em grande medida por influência do novo contexto geopolítico que marcava o mundo naquele momento: o da Segunda Guerra Mundial.

⁵¹ Os 28 personagens apresentados na série “Os nossos grandes mortos” foram: Olavo Bilac, Carlos Gomes, Duque de Caxias, Pereira Passos, Couto de Magalhães, Benjamin Constant, Visconde de Cairú, Quintino Bocaiúva, Intendente Câmara, D. Vital, Manuel de Araújo Porto Alegre, Castro Alves, Barão de Cotegipe, José do Patrocínio, Padre José Maurício, João Caetano, Manoel Antonio de Almeida, Barão do Rio Branco, Teófilo Otoni, D. Pedro II, Jackson de Figueiredo, Marquês de Barbacena, Alexandre Rodrigues Ferreira, Euclides da Cunha, Farias de Brito, Capistrano de Abreu, Alphonsus de Guimarães e José Bonifácio.

⁵² As informações descritas a partir de agora, sobre a organização da aviação brasileira e sobre as discussões a respeito da criação de um Ministério do Ar e de uma Força Aérea única, foram retiradas de: FORJAZ, 2005; FALCONI, 2009; e Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC-FGV, Verbete: FORÇA AÉREA BRASILEIRA (FAB).

Na verdade, já com o fim da Primeira Guerra, as principais potências mundiais começavam a perceber a necessidade de a aviação militar de seus países ser organizada de maneira independente, não mais atrelada à Marinha e ao Exército, dado o fato de que o céu vinha se tornando um campo de batalha tão decisivo quanto a terra e o mar. Nesse bojo, surgem, na Europa, as primeiras ações com o intuito de tornar autônoma a força aérea militar, encabeçadas pela Inglaterra, pela Itália e pela França. Essas reformas são responsáveis por mudanças consideráveis, fazendo com que, em um intervalo curto de tempo, a aeronáutica saísse da Primeira Guerra como força auxiliar do exército e entrasse na Segunda Guerra independente, com o mesmo grau de importância que as forças navais e terrestres.

As discussões travadas em vários países sobre a necessidade do estabelecimento de uma Força Aérea única e independente e do Ministério do Ar chegaram fortemente ao Brasil na década de 1930. Questionamentos sobre a importância da arma aérea e sobre a melhor forma pela qual ela deveria ser administrada pela nação ganham relevo e visibilidade. Se a década de 1930 foi marcada por debates e campanhas em torno da criação de um Ministério do Ar, a de 1940 começa a ser trilhada com base na intensificação dessas ideias e pela concretização de algumas delas. Discussões acaloradas ocorreram, principalmente promovidas por integrantes das duas aviações militares, da Marinha e do Exército. A questão principal era: depois de criado o novo ministério, ele controlaria sozinho toda a aviação do Brasil ou seria permitido que as outras Forças militares continuassem mantendo armas de aviação sob seu controle?

Getúlio Vargas, reunindo toda a documentação que vinha sendo produzida por civis e militares e muitas vezes divulgada nos jornais, deixou-a aos cuidados do então capitão Nero Moura, para que ele reunisse outros colegas aviadores e formulasse um parecer. No final do ano, o presidente decidiu favoravelmente pela implantação de um novo ministério. Finalmente, em 20 de janeiro de 1941, foram criados, pelo Decreto nº. 2.961, o Ministério do Ar, chamado de Ministério da Aeronáutica, e as Forças Aéreas Nacionais, que quatro meses depois, em 22 de maio de 1941, passaram a se chamar Força Aérea Brasileira, pelo Decreto-Lei nº. 3.302. O novo ministério unificou todas as aviações existentes no Brasil e submeteu-as ao seu controle. Foram reunidas, assim, a aviação militar, a aviação naval e o Departamento de Aeronáutica Civil, até então subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Vargas, buscando manter a harmonia entre o Exército e a Marinha, optou por um civil para ser o primeiro ministro da Aeronáutica. O nome escolhido foi o de Joaquim Pedro Salgado Filho.

Durante a Segunda Guerra Mundial, três questões foram privilegiadas pelo governo Vargas, tal a importância e posição estratégica que elas passaram a desempenhar, principalmente a partir de 1942, quando o Brasil se tornou um dos países beligerantes, apoiando os Aliados e lutando contra o nazi-fascismo: a unidade nacional, a defesa nacional e o patriotismo. Para divulgar e fortalecer esses valores, o Estado Novo foi buscar no passado personagens históricos que de alguma maneira teriam contribuído para o desenvolvimento da aviação no Brasil, tornando-se pioneiros do ar.

Para representar o rápido desenvolvimento da aviação, o governo Vargas, que tinha atribuído a si a função de organizar o Brasil moderno, optou, portanto, por um herói moderno, como Santos Dumont. Embora durante a Segunda Guerra tenha havido uma prioridade do governo em valorizar heróis guerreiros ou militares, que, de alguma forma, lutaram, ao longo da História, para defender o Brasil de invasores⁵³, isso não foi um obstáculo para a projeção de Santos Dumont, que apesar de inventor, mais do que nunca tinha sua imagem associada à área militar, ao ter sido escolhido pela recém criada Força Aérea Brasileira seu exemplo e símbolo máximo. Não é pouco significativo o fato de a Força Aérea ser a única, contando com o Exército e a Marinha, a ter como herói maior um civil, e não um militar, e a cultuar como sua data principal não a conquista de uma batalha ou de uma guerra, mas do ar.

A questão da unidade nacional, um dos temas fundamentais para o governo Vargas no período da guerra, ajudou na escolha de Dumont como um dos principais personagens a ser lembrado. A criação do “mais pesado que o ar” foi uma grande solução para resolver o problema enfrentado por Vargas de integrar o povo brasileiro entre si, diante de um grande obstáculo para tal: a grandeza do território de tamanho continental. O avião era capaz de vencer as dimensões difíceis e de reduzir distâncias, alcançando áreas desconhecidas, permitindo ao Brasil conhecer-se.

Da mesma forma que a invenção de Santos Dumont contribuiria para a unidade do Brasil, ela faria o mesmo por sua defesa. O avião, mais do que nunca, tinha a função fundamental de garantir a soberania do Brasil frente às investidas dos países do Eixo, principalmente da Alemanha, que volta e meia fazia incursões sobre a costa da América do Sul. Caberia, então, a cada membro da recém-criada Força Aérea Brasileira, seguir os passos de seu herói máximo, reunindo em si a coragem com que enfrentou o perigo, e a disciplina e a determinação necessárias para conquistar os céus do Brasil e da Europa.

⁵³ FRAGA, 2012. Ver capítulo V: “Vultos. Datas. Realizações’: patriotismo em livros do DIP”.

Por fim, em relação ao patriotismo, Santos Dumont foi retratado como um dos grandes modelos de amor incondicional à terra natal. Nunca renegou suas origens. Ao contrário, quando ganhou projeção internacional na França, fez questão de destacar sua identidade brasileira. No momento de guerra, era preciso que toda a população do Brasil seguisse seu exemplo. Em discurso pronunciado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Waldemar Falcão, em maio de 1942, no Rio de Janeiro, por ocasião de batismo do avião “Santos Dumont”, esse traço do personagem é ressaltado⁵⁴.

De 1941 a 1945, o Estado vai procurar de forma hegemônica ser o “gestor da memória”⁵⁵ sobre Santos Dumont. Podemos dizer que o investimento necessário para tanto ficou a cargo principalmente de três ministérios do Estado Novo, a saber, o da Aeronáutica, o das Relações Exteriores e o da Educação e Saúde.

Desenvolver a aviação e construir o futuro: Santos Dumont e a juventude escolar brasileira

A tática utilizada para transformar Santos Dumont em herói, elevando sua posição no panteão nacional brasileiro, foi a de aproximá-lo dos jovens. Na verdade, a juventude foi o grupo com o qual o governo Vargas mais se preocupou em seu projeto de modernização da sociedade e de constituição de um “homem novo”. Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, em 1939, e o avanço rápido da Alemanha na ocupação de territórios, conseguido principalmente por conta de uma forte e organizada aviação militar, o avião logo se tornou o grande símbolo de modernidade e progresso. A nação que não investisse nessa área estaria fadada ao fracasso. Objetivando fugir de tal diagnóstico, o governo Vargas procurou desenvolver a aviação militar, unificando-a, em 1941, em torno de uma única força armada, A Força Aérea Brasileira, e criando um ministério específico para tratar do assunto: o Ministério da Aeronáutica. Além disso, procurou desenvolver também a aviação civil, com a criação de novas linhas, novos pilotos e a multiplicação de aeroclubes em todo o espaço nacional, encurtando as enormes distâncias que separavam o vasto território brasileiro e podendo protegê-lo melhor. Nessa obra patriótica de engrandecimento da aviação do país, o governo intencionava contar mais uma vez com a colaboração dos jovens, que eram convidados a se

⁵⁴ Arquivo Waldemar Falcão, VF pi Falcão, V. C. R. 1942. 05. 00. FGV/CPDOC.

⁵⁵ Expressão utilizada por Catroga para designar a ação de determinados grupos políticos que investiram esforços na construção privilegiada de uma representação sobre um indivíduo considerado influente às suas lendas partidárias, com o propósito de consagrá-lo. CATROGA, 1999. p. 197.

comprometerem com a causa. O regime procurou estimular e difundir entre a juventude brasileira a formação de uma sólida “mentalidade aeronáutica”⁵⁶.

O resultado desse estímulo pôde ser sentido tanto no âmbito militar quanto no civil. Com a guerra já em curso e a possibilidade de o Brasil participar dela enviando tropas, inclusive aéreas, o que efetivamente aconteceu em 1943, era preciso se criar um “exército” de reserva aérea, formado por jovens civis que soubessem pilotar e que pudessem ser incorporados à aviação militar em caso de necessidade. Para facilitar a formação dessa grande reserva aérea de homens aptos a defender o Brasil, o Estado Novo ficou responsável pelo pagamento total ou parcial do custo das horas de voo nos aeroclubes e escolas particulares de aviação civil⁵⁷. Incentivou-se, também, a criação de agremiações formadas por jovens em aprendizagem de voo, iniciantes dando os primeiros passos na aviação.

Com o objetivo de dar mais um passo em prol da aviação civil do país, várias escolas incentivaram seus alunos a juntarem recursos monetários a serem aplicados na compra de aviões de treinamento avançado, destinados à formação de pilotos. Em discurso proferido no dia 28 de novembro de 1942, na cerimônia de batismo do avião “São Cristóvão”, Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, agradecia aos professores e alunos da Escola Brasileira de São Cristóvão por terem realizado uma campanha para aquisição daquele avião, desejando que o exemplo se espalhasse para todas as instituições educacionais do Brasil⁵⁸.

Toda essa preocupação do governo Vargas de aproximar a juventude escolar brasileira à questão da aviação está claramente presente no discurso de nome sugestivo, “O avião como educador”, pronunciado por Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1941, na solenidade de batismo do avião “Engenheiro Frontin”, ocorrida no aeroporto Santos Dumont. Para o ministro da Educação e Saúde, o avião é um educador da juventude, na medida em que a esfera aeronáutica pode demonstrar aos jovens práticas de virtudes fundamentais exigidas pela pátria:

O avião é um educador. O avião pode formar, no coração da juventude, os nobres atributos da resistência (...). Na vida moderna, o avião é antes de tudo um professor de bravura. Mas, sabemos que a bravura não raro pode degenerar em temeridade e, por isso, utilizar o avião é não somente adquirir a virtude da bravura, mas também aprender a virtude da prudência. Portanto, o avião é também um professor de prudência. Educador da prudência e da

⁵⁶ Tal expressão foi empregada pelo jornal *A Manhã* em matéria que apresentava o crescimento vertiginoso de aeroclubes pelo Brasil. “Aero-clubs existentes no Brasil”. Jornal *A Manhã*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 13 de agosto de 1941. P. 13.

⁵⁷ “Asas e motores”. Jornal *A Manhã*, Rio de Janeiro, sábado, 09 de agosto de 1941. P. 13.

⁵⁸ “O avião São Cristóvão”. Arquivo Gustavo Capanema, GC pi Capanema, G. 1942.11.28, microfilme rolo 7 fot. 692 a 695. FGV/CPDOC.

bravura é, assim, o avião professor das grandes virtudes humanas, essas duas grandes virtudes (...). O avião é um professor de velocidade. A vida moderna exige dos homens o sentimento de velocidade (...). O avião ensina a pressa, porque significa que vem introduzir na alma moderna um novo aspecto da perfeição, que é o sentimento da rapidez e da velocidade⁵⁹.

Obviamente, todo esse projeto prioritário voltado para desenvolver a aviação brasileira acabava por resvalar na figura de Santos Dumont, que obteve enorme projeção, sendo usado para comprovar o caminho promissor do Estado Novo ao organizar a aviação brasileira. Procurando indícios dessa aproximação, pretendida pelo governo Vargas, entre os jovens e a figura de Santos Dumont, a partir do momento em que a questão da aviação civil e militar se apresentava como uma das pautas mais importantes para o presente e para o futuro do Brasil, chegamos a uma série de ações culturais empregadas nesse sentido, da qual apresentaremos alguns exemplos.

A celebração de *A Hora da Independência*, montada para ser uma festa grandiosa, foi a principal concentração cívico-musical do Estado Novo. Acompanhando o repertório de canções patrióticas escolhidas para serem entoadas pelos jovens sob o comando de Villa Lobos e destinadas a promover o amor pela pátria e o orgulho de pertencer à nação, ao longo dos anos de duração do evento, 1936 a 1945, pode-se perceber a introdução, apenas na década de 1940, da canção “Santos Dumont”, que não fazia parte do repertório inicial do evento, marcado por músicas como “Luar do Sertão” e a marcha “Sete de Setembro”. Registra-se que em 1943 e 1944, durante *A Hora da Independência*, 20.000 pessoas cantaram “Santos Dumont”⁶⁰.

Essa mesma canção havia sido cantada um ano antes, em 23 de outubro de 1942, por alunos de escolas secundárias e primárias, provenientes dos Colégios Militar e Pedro II, além de instituições particulares e outras corporações de estudantes, na inauguração do monumento erigido no aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, em homenagem ao brasileiro considerado o “pai da aviação”. Tal música, de autoria do compositor popular Eduardo das Neves, foi produzida no começo do século XX por ocasião das primeiras experiências bem-sucedidas de Santos Dumont, que lhe deram projeção. Agora, na década de 1940, o maestro Heitor Villa Lobos recupera a canção e elabora um novo arranjo voltado para o canto

⁵⁹ “O avião como educador”. Arquivo Gustavo Capanema, GC pi Capanema, G. 1941.09.17, microfilme rolo 7 fot. 661/2 e 665/2. FGV/CPDOC. O discurso completo está compreendido do fotograma 660 ao 665.

⁶⁰ Para uma análise da cerimônia cívica *A Hora da Independência*, ver: PARADA, 2009. A informação sobre a canção “Santos Dumont” encontra-se na página 64.

orfeônico. Abaixo, reproduzimos a letra, que repetida exaustivamente nas escolas seria introjetada na memória dos pequenos brasileiros:

A Europa curvou-se ante o Brasil
E clamou parabéns em meigo tom
bis { Brilhou lá no céu mais uma estrela
bis { Apareceu Santos-Dumont

||

Salve estrela da América do Sul
Terra amada do índio audaz guerreiro
bis { A glória maior do século XX
bis { Santos Dumont, um brasileiro⁶¹.

Para encerrar, dois eventos ocorridos, respectivamente, em 1942 e 1944, procuraram coroar definitivamente Santos Dumont como herói nacional: a construção de sua estátua na cidade do Rio de Janeiro e a aparição pública de seu coração, que foi doado ao Ministério da Aeronáutica. O lançamento da pedra fundamental de construção do monumento a Santos Dumont ocorreu em 23 de outubro de 1941, e exatamente um ano depois, em 23 de outubro de 1942, a escultura, de autoria do escultor Amadeu Zanni, foi inaugurada no Aeroporto Santos Dumont. Da mesma maneira que os muitos exemplos já apresentados, o público alvo dessa celebração também foram os jovens. O próprio programa oficial do evento, distribuído aos presentes, reconheceu isso ao ter sido selecionado e incluído em uma de suas páginas um trecho da biografia *Santos Dumont, o pioneiro do ar*, que A. Brigole havia produzido: “É à sua memória [de Santos Dumont] que toda a mocidade do Brasil deve dedicar-se, porque ele sempre depositou na mocidade a maior confiança”. Inclusive, atribuiu-se à juventude escolar brasileira um papel central no andamento da cerimônia. Coube aos alunos do externato do Colégio Pedro II entoar cânticos orfeônicos sob a regência da professora Maria Paulina Lopes Patureau.⁶²

Se a ereção do monumento tinha principalmente a função de eternizar as proezas do inventor do avião, a aparição do seu coração prioritariamente buscava mexer com a emoção e o sentimento dos brasileiros. Durante as comemorações da “Semana da Asa”, em 24 de outubro de 1944, na sede do Aeroclub do Brasil, no Rio de Janeiro, foi realizada a cerimônia de entrega do escrínio contendo o coração de Santos Dumont pelo presidente da empresa Panair do Brasil, Paulo Sampaio, ao ministro da Aeronáutica, Salgado Filho. Paulo Sampaio, segundo relatou em entrevista à imprensa, obteve o coração pouco tempo depois de este ter

⁶¹ “Inauguração do Monumento a Santos Dumont”. Programa distribuído no dia 23 de outubro de 1942. Um exemplar encontra-se em: Arquivo do IHGB/Fundo Roberto Macedo. Classificação: 198.4.6.n.6.

⁶² Inauguração do Monumento a Santos Dumont..., 1942

sido retirado do corpo de Santos Dumont, por médicos paulistas por ocasião da autópsia, em 1932, e por eles conservado em um globo de cristal. Durante a cerimônia, diante de autoridades governamentais, oficiais da FAB e aviadores civis, a preciosa relíquia, conservada por uma empresa particular, teria a partir daquele momento um destino que se queria grandioso: o de ser guardada pela nação brasileira⁶³.

Como apontado por Catroga, ao analisar ritual parecido, de um culto cívico dos mortos voltado à figura de D. Pedro IV, o coração possui uma carga simbólica significativa, primeiro por ser considerado a parte mais nobre do corpo; segundo por remeter, em um país de forte tradição católica, a uma espécie de secularização do culto do “sagrado coração de Jesus” (CATROGA, 1999, p. 177.). No caso do coração de Santos Dumont, há um claro interesse de se buscar, com a sua aparição pública, sensibilizar a população do país, de esmagadora maioria católica, e manter no local destinado ao seu repouso, a Escola de Aeronáutica, um centro cultural para todos os ingressantes na Força Aérea Brasileira, enquanto aguardava o destino final: um futuro Museu da Aeronáutica⁶⁴.

Todas essas políticas culturais devem ser compreendidas, portanto, dentro de um grande projeto do governo Vargas, elaborado na década de 1940, de valorização da aviação brasileira e de culto a Santos Dumont. Em um momento de guerra, era preciso preparar um “exército” de reserva, aumentando o número de jovens pilotos civis dispostos, caso necessário, a juntarem-se às fileiras da aviação militar. O crescimento do culto a Santos Dumont estimularia esse interesse pela navegação aérea, tão importante para a defesa do Brasil. Porém, mais do que isso, a sua imagem simbolicamente trazia a certeza de sucesso nas investidas contra o nazi-fascismo. A aviação da Itália e da Alemanha até teriam se desenvolvido muito nos últimos anos, mas a brasileira possuía algo que aquelas nunca teriam: a tradição aeronáutica herdada do pioneiro do ar. O passado de glórias serviria como espelho para um futuro semelhante.

Fontes

Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea – CPDOC

- Arquivo Gustavo Capanema
- Arquivo Valdemar Falcão

⁶³ Ver: “A entrega do escrínio contendo o coração de Santos Dumont, ontem, no A. C. B.”. *Jornal A Manhã*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 25 de outubro de 1944. P. 10; e “Gênio e coração”. *Jornal A manhã*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 26 de outubro de 1944. P. 5.

⁶⁴ “A entrega do escrínio contendo o coração de Santos Dumont, ontem, no A. C. B.”. *Jornal A Manhã*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 25 de outubro de 1944. P. 10.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB

- Arquivo/Fundo Paulo de Frontin
- Arquivo/Fundo Roberto Macedo

Jornal *A Manhã* (1941 e 1944).

- “A entrega do escrínio contendo o coração de Santos Dumont, ontem, no A. C. B.”. *Jornal A Manhã*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 25 de outubro de 1944. P. 10;
- “Gênio e coração”. *Jornal A manhã*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 26 de outubro de 1944. P. 5.

Revista Nacional de Educação (1932-1934)

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC-FGV, Verbete: FORÇA AÉREA BRASILEIRA (FAB).

BRASIL. Decreto-Lei n.º. 2.961, de 20 de janeiro de 1941. Cria o Ministério da Aeronáutica.

_____. Decreto-Lei n.º. 3.302, de 22 de maio de 1941. Dá nova denominação às Forças Aéreas Nacionais e aos seus estabelecimentos.

Referências bibliográficas

FALCONI, Paulo Gustavo. *Aviação naval brasileira: rivalidades e debates (1941-2001)*. Tese de doutorado em História. São Paulo: UNESP, 2009.

FRAGA, André Barbosa. *Os heróis da pátria: política cultural e História do Brasil no governo Vargas*. Dissertação de mestrado em História. Niterói/RJ: UFF, 2012.

CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Minerva, 1999.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. “As origens da EMBRAER”. *Tempo Social*. São Paulo, v. 17, n.1, 2005.

PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Apicuri, 2009.

Linguagens do republicanismo no jornalismo de Hipólito da Costa: o *Paralelo da Constituição Portuguesa com a Inglesa (1809-1810)*

André Pedroso Becho

Doutorando em História das Culturas Políticas
Universidade Federal de Minas Gerais
andrebecho@yahoo.com.br

RESUMO: Nesse ensaio, pretende-se analisar a presença do pensamento republicano no jornalismo político do *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa. Optamos pela análise de uma série de sete artigos publicados entre agosto de 1809 e maio de 1810, sob o seguinte título geral de *Paralelo da Constituição Portuguesa com a Inglesa*. Dessa forma, pretendemos aprofundar um pouco a compreensão das bases intelectuais que permearam o discurso político do redator.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa; Republicanismo; Cortes portuguesas.

ABSTRACT: This essay intended to analyze the presence of republican thought on the political journalism of Hipólito José da Costa's *Correio Braziliense*. It was opted to do an analysis of a series of seven articles published between August 1809 to May 1810, under the general title *Paralelo da Constituição Portuguesa com a Inglesa*. In this manner, is intended to deepen the comprehension of the intellectual bases that permeated the political discourse of the editor.

KEYWORDS: Press; Republicanism; Portuguese courts.

Os estudos sobre o pensamento republicano no Brasil tem se intensificado nas últimas décadas, não apenas a partir da análise de suas diferentes matrizes, mas também das formas pelas quais o léxico republicano foi lido, apropriado e, em alguns casos, inserido de novos significados ao longo de nossa história política. Como demonstra Newton Bignotto (2013), um dos fatores motivadores dessa releitura do republicanismo tem sido o fato de que, questões fundamentais do pensamento republicano, como a participação política e a cidadania ativa, são capazes de ajudar na compreensão de aspectos importantes das sociedades democráticas contemporâneas.

Esses debates tem permitido a compreensão de que diversas vertentes do republicanismo desembarcaram no Brasil, em contextos distintos, tendo influenciado na especificidade da construção política brasileira. Em estudo recente, a historiadora Heloísa

Starling⁶⁵ analisou o uso do vocábulo “República” na América portuguesa nos séculos XVII e XVIII, sustentando a hipótese de que, já no final do século XVIII, é possível identificar uma linguagem política do republicanismo que se desenvolveu e foi elaborada no território da colônia não só no plano da ordenação de ideias e constituição de um vocabulário, mas também no âmbito de práticas simbólicas e da imaginação. O ineditismo dessa análise abre novas possibilidades de diálogo, a partir da constituição desse imaginário político Republicano no Brasil, em fins do setecentos, com o pensamento republicano que tomaria forma em outros importantes momentos constitutivos de nossa história política no oitocentos: as discussões e debates na cena pública e na imprensa a respeito da Independência do Brasil (NEVES, 2003); o primeiro reinado e o período das regências (MOREL, 2005); e o movimento republicano formalmente organizado das décadas de 1870 e 1880 (CARVALHO, 1990; ALONSO, 2002).

No caso desse ensaio, pretende-se analisar a possível presença e influência do ideário republicano no jornalismo político do *Correio Braziliense*, de autoria de Hipólito José da Costa, um dos principais periódicos a circular no Brasil nas duas primeiras décadas do século XIX. Devido a grande quantidade de temáticas e discussões presentes nos 175 fascículos de seu jornal, que não poderiam ser todas abordadas no escopo desse ensaio, escolhemos uma série de artigos redigidos por Hipólito da Costa, publicados entre agosto de 1809 e a sétima e maio de 1810, sob o seguinte título geral: *Paralelo da Constituição Portuguesa com a Inglesa*. Com a análise desses artigos procuramos aprofundar um pouco a compreensão das bases intelectuais que permearam o discurso político do redator do periódico em questão.

Primeiras considerações: o *Correio Braziliense* e seu editor

O *Correio Braziliense*, apesar de ser impresso em Londres, constituiu-se em uma grande novidade, por ser o primeiro jornal livre do cerceamento da censura, escrito em português e claramente direcionado para um público leitor com base na América portuguesa. O editor do *Correio*, ultrapassando, com o emprego da crítica, a simples compilação de fatos, acrescentava as suas reflexões sobre os principais assuntos, unindo os registros do fato a uma análise da notícia. Segundo ele, era um meio de alertar o leitor para a “verdade dos fatos”, informando-a aos contemporâneos (CB, vol. I, n.7, p.594-596).

Para a compreensão da prática jornalística de Hipólito da Costa é importante analisar a sua trajetória. Nascido na colônia de Sacramento, na Cisplatina, ele se formaria bacharel em

⁶⁵ Tese apresentada no concurso para *Professor Titular* do curso de História da Universidade Federal de Minas Gerais, aprovada com méritos em primeiro lugar. Os resultados serão apresentados em livro a ser publicado.

direito e filosofia na Universidade de Coimbra. A partir daí, teria uma trajetória de alguns anos como representante do Estado português nos Estados Unidos e, posteriormente, na Inglaterra. Por sua adesão à Maçonaria, ele enfrentou três anos de prisão em Portugal, quando, em agosto de 1805, conseguiu escapar para Londres, onde conseguiu proteção do Conde de Sussex, com que se relacionara anos antes (ver: LUSTOSA, 2003, p.15-60). Dessas experiências, interessa-nos destacar que ele teve contato com diferentes ideias e culturas, que lhe permitiram manejar um universo conceitual diferenciado nas suas reflexões sobre o Império português. Nesse sentido, apesar de ter angariado fama com o jornal, as origens de algumas de suas práticas e ideias políticas já estavam em desenvolvimento antes mesmo de sua atuação como jornalista.

De seu refúgio na Inglaterra, ele encontrou as condições ideais para publicar seu periódico e discutir temas relativos a Portugal e Brasil. Lá, ele poderia tomar as rédeas de seu jornal, não apenas por estar no centro do mundo comercial de então – o que lhe permitia abrangente acesso a um sistema mundial de circulação de ideias e notícias, do qual seu periódico viria a fazer parte –, mas também pelo fato de se encontrar livre da censura.

Dentre o repertório político e intelectual certamente cosmopolita a que Hipólito estava a ter contato, vale destacar, em primeiro lugar, seus quase três anos de estadia nos Estados Unidos. O estudo da historiadora Thais Buvalovas (2011) sobre a viagem de Hipólito aos Estados Unidos, publicado recentemente, traz a análise de uma série de fontes que demonstram sua ligação com a Maçonaria, onde estabeleceu redes de sociabilidades com diferentes grupos, especialmente “republicanos Jeffersonianos”, adeptos do autogoverno e da autonomia em relação ao poder central, numa das vertentes que se desenvolveriam no interior da matriz republicana norte-americana (STARLING, 2013, p.231-314). Apesar desses contatos, é essencial frisarmos que o editor do *Correio* sempre se colocou como defensor da unidade do Império português e de uma maior centralização do poder político no monarca e em seus ministros. Nesse sentido, o uso do termo *federalismo* não foi chave em seu vocabulário político.

É importante destacar que a nação norte-americana teria presença constante no noticiário do *Correio*, principalmente com a publicação de alguns documentos oficiais que poderiam servir de repertório e fonte de informações para os leitores que acalentavam ideal republicano. Um exemplo interessante foi a publicação, em 1809, da “Oração inaugural de Mr. Madison” (CB, vol. II, n.9, p.385-389), discurso de posse do presidente James Madison. Nesse discurso, o presidente faz menção ao papel de neutralidade da “justa República” frente

aos conflitos europeus, que tem “na União dos Estados, base de paz e felicidade”, assim como é necessário “respeitar a constituição, que é o vínculo da União” e a preservação dos “direitos particulares e pessoais, e da liberdade de imprensa”. Além desses pontos, afirma que “uma milícia armada e exercitada é o mais firme Baluarte dos Governos Republicanos, que, sem exércitos permanentes nunca a sua liberdade pode estar em perigo; assim como nunca pode estar segura com grandes exércitos” (CB, vol. II, n.9, p.385). É interessante observar que tal passagem faz menção ao método do “exército de cidadãos” de Maquiavel, descrito em *O Príncipe* (1996). Ao deslocar a discussão acerca da liberdade para o terreno da vida política das cidades, Maquiavel preconizava que um exército permanente poderia ser utilizado para atender os desejos de um grupo, tornando-se instrumento de opressão ao povo. Dessa forma, valorizava a ideia de uma milícia cidadã, onde cada indivíduo assumiria seu papel de agente político enquanto guardião da liberdade. Essa ideia apareceria novamente em várias edições do *Correio*, nas quais Hipólito versaria sobre a situação futura das tropas portuguesas após o fim dos conflitos europeus, mostrando em seu pensamento alguns pontos caros a matriz italiana do republicanismo.

Outro exemplo dessa gama de possibilidades presentes nas páginas do *Correio* foi à publicação do artigo *Fala a favor da liberdade de Imprensa dirigida ao Parlamento da Inglaterra* (CB, vol. IV, n.24, p.616-639), cuja autoria é informada pelo redator como sendo de Milton, importante pensador e panfletário de ideais republicanos, com participação ativa na *Commonweath* e que contribuiu para o legado do republicanismo inglês. Nesse documento Milton tece críticas às instituições da censura, da inquisição e da Igreja Católica, além de promover veemente defesa da liberdade de imprensa, inclusive para a conformação do caráter virtuoso dos indivíduos. Podemos perceber essa posição na seguinte passagem do texto:

AQUELES, que aos Estados, e Governadores da república dirigem a palavra, sublime função do Parlamento! Ou que, por sua condição privada, não tendo aquele acesso, escrevem o que julgam ser útil ao bem público; (...)

A qual, ainda que não esteja disposto a confessar, seria irrepreensível, se não fosse outra mais que a alegria, e satisfação, que ela [liberdade de imprensa] traz a todos aqueles que desejam e promovem a Liberdade do seu país; (...) Não é pois a liberdade que nós apeteçemos, que não haja motivo de queixa na república, o que é impossível ao homem esperar neste mundo; mas quando as queixas são livremente ouvidas, seriamente consideradas, e prontamente reformadas, tem-se atingido o último grão de liberdade civil, que os sábios procuram (CB, vol. IV, n.24, p.479-480).

Assim, é importante verificar que a prolongada estadia de Hipólito em Londres, foi muito benéfica ao conteúdo de seu periódico, principalmente pela liberdade de imprensa e

acesso a informações privilegiadas. Além disso, a estrutura política inglesa, baseada em um governo da lei, que garantia as liberdades individuais e o bem comum, assim como os ideais do liberalismo político também lhe serviam de modelo e eram agregados a seu repertório intelectual e jornalístico, tal qual o fora o texto de Milton, citado acima.

Antes de passarmos propriamente para a análise dos artigos, devemos elucidar que o *Correio* é uma importante fonte para o estudo do vocabulário e linguagem política da época, pois além de ser o jornal de maior circulação no mundo luso-brasileiro naquele momento, fora editado e publicado na Inglaterra, fora da sombra do controle da censura do Estado português e próximo de um dos maiores centros econômicos e de circulação de ideias do continente europeu.

Estudo de caso: a linguagem do republicanismo na série de artigos *Paralelo da Constituição Portuguesa com a Inglesa*

Não deixa de chamar a atenção o fato de que, apesar de Hipólito defender a unidade do Império luso-brasileiro, evitando assim, ataques à figura do rei D. João VI, podemos encontrar nas páginas de seu periódico, especialmente nas seções *Política e Miscelânea* – que concentram boa parte dos artigos críticos do autor –, ideias e valores caros ao pensamento republicano. Porém, em nenhum momento ele faz referência direta ao vocábulo “República”, o qual evita até mesmo nos artigos em que vem a discutir a independência de regiões da América espanhola ou a formação de uma República no movimento revolucionário de 1817, em Pernambuco. O termo aparece apenas em documentos e trechos copiados pelo redator de outras fontes.

Como forma de aprofundarmos na análise dessa linguagem republicana presente em seu discurso político, vamos nos atentar ao estudo de uma série de sete ensaios, publicados entre 1809 e 1810, pouco depois da chegada da Corte ao Brasil, em que o autor propõe fazer um estudo comparativo entre a forma política e as constituições portuguesa e inglesa.

O primeiro ensaio da série foi publicado pelo redator no fascículo de agosto de 1809 (CB, vol. III, n.13, p.175-184), na seção *Miscelânea*. Nele, Hipólito da Costa expõe seu principal objetivo ao longo desses ensaios: “mostrar a excelência da constituição portuguesa” perante os continuados ataques que, segundo ele, eram promovidos por estrangeiros ao caráter da nação. Apesar de afirmar que a maior parte desses ataques eram calúnias, ele credita a alguns deles fundamento, que procura justificar com base nas próprias críticas que tecia sobre o contexto português. Em primeiro lugar, ele concorda com a crítica a “escravidão” em quem tem estado a imprensa em Portugal, por causa da atuação da censura e do controle direto das

tipografias. Diz concordar também, com a crítica à acumulação de poder em torno da Coroa, o que afirma ser, inclusive, ilegal. Porém, deixa claro que Portugal obrou feitos grandiosos e que possuía uma “Antiga” Constituição Política, “que apenas em alguns pontos tem a ceder à Constituição Inglesa, que a Europa iluminada tanto admira”. Para ele, a diferença entra a situação portuguesa e a inglesa, foi que esses últimos tinham como grande virtude que, “havendo eles recebido de seus antepassados uma constituição livre, livre a tem mantido para a transmissão não só pura, mas melhorada à sua posteridade” (CB, vol. III, n.13, p.176).

Para Hipólito, o grande problema em todas as nações do mundo é que o partido governante sempre se inclinou buscar a concentração de poderes, que leva ao despotismo, por duas razões específicas: em primeiro lugar, pela “ambição e vaidade de governar absolutamente, sem restrições”; em segundo lugar, pela dificuldade que há em governar “um povo livre” (CB, vol. III, n.13, p.176), que tendo a liberdade de questionar os motivos e a conduta do governo, exigem que os indivíduos a frente desse governo demonstrem virtudes e qualidades que se fazem desnecessárias no governo despótico. Nessa última forma de governo, estabelecesse a máxima de que, quem governa, merece sempre obediência, mesmo que não possua as virtudes necessárias para a atuação na cena pública. Ele conclui essa linha de raciocínio destacando que, na Inglaterra, ao longo de sua história, os ingleses lutaram para manter a sua “feliz Constituição do reino”, que evitava a usurpação de poderes e a manutenção da liberdade. O mesmo não se estendia, em sua visão, a Portugal, pois era demasiada a ignorância dos povos desde a introdução da Inquisição, assim como a falta de patriotismo dos indivíduos, que “antes preferiam o repouso dos escravos, aos incômodos e perigos necessários à manutenção de uma liberdade bem entendida” (CB, vol. III, n.13, p.177). Faltava portanto, na visão de Hipólito a virtude política, necessária para o governo tendesse a busca do bem comum.

Percebendo o rumo de suas críticas ao despotismo e criticando abertamente o acúmulo de poder que ocorria em Portugal, Hipólito reforça várias vezes, nesse mesmo ensaio, a ideia de que a obediência e o respeito ao soberano são um dever sagrado, cujo desrespeito a regra constituía-se num ataque direto à “própria nação” e ao centro de poder político, no maior crime que, em sua opinião, pode ocorrer em um Estado, levando à anarquia. Portanto, para ele “é tão indigno de um homem honrado faltar o respeito devido ao governo, como é injurioso a nação sofrer os abusos de poder, que as leis ajudam a remediar” (CB, vol. III, n.13, p.178). Nessa mesma linha de raciocínio, ele aponta para as vantagens conquistadas pelo respeito à Constituição, no caso inglês: liberdade de expressão, a possibilidade da participação ativa de

todos os indivíduos nos negócios do governo, a submissão do poder militar ao poder civil e a restrição ao poder do governante, que acabam garantindo-lhe a manutenção de longo prazo no poder.

Hipólito termina esse ensaio iniciando a discussão e comparação que vai se estender ao segundo artigo – publicado em setembro de 1809 –, sobre as bases históricas da fundação das Monarquias inglesa e portuguesa (CB, vol. III, n.16, p.303-311). Após tecer um amplo panorama histórico da formação da monarquia em Portugal com D. Affonso Henriques, e na Inglaterra, com Guilherme o Conquistador, ele tece algumas conclusões muito interessantes e que serão importantíssimas para a compreensão de sua chave analítica nos próximos ensaios. Em primeiro lugar, discute a ideia de que a origem do governo português se achava num pacto expresso entre o rei e o povo, “que descansados com a legalidade de seu governo, e até com a bondade do rei” (CB, vol. III, n.13, p.311), não se sentiram na necessidade de criar ferramentas que os protegessem de possíveis abusos de poder. Já no caso da formação da Monarquia inglesa, para ele, a ilegalidade e violência utilizada por Guilherme despertou a atenção dos povos de tal maneira, que os ingleses passaram a vigiar cuidadosamente as ações do governo, estabelecendo, sempre que possível, maneiras de limitar o seu poder. Dessa forma, a violência da origem desse governo acabou originando a pressão popular por regulamentos a favor da liberdade da nação, tal qual a *Carta Magna* (CB, vol. III, n.13, p.310). Portanto, nesse regime as leis são resultado dos princípios que organizavam a comunidade política, sendo postas acima de todos, defendendo essa comunidade de interesses e desejos particulares.

Ao descrever o momento de fundação política desses dois países, percebemos como Hipólito de aproxima do ideal Republicano, pois, tal qual ele procura fazer em seu texto, este exige a descrição de uma sucessão de atos heroicos, somados a uma abdicação contínua por parte dos cidadãos em prol do reconhecimento da legitimidade e sentimento de pertencimento a uma mesma comunidade política. Nesse sentido, vale a pena citar na íntegra, a explicação de Hipólito para o que compreendia enquanto legitimidade de um governo:

O desejo da independência e da insubordinação é de tal maneira inerente ao coração do homem, que só uma madura reflexão dos benefícios que podem resultar do estado de sociedade, nos obrigaria a sujeitar o governo de outrem. É logo de primeira necessidade, para que os homens vivam de boa vontade sujeitos ao seu governo, não só que reconheçam os benefícios que dele resultam, mas que estejam persuadidos da legitimidade, e bons fundamentos, e do direito de quem governa. (CB, vol. III, n.13, p.303).

Para ele, portanto, era com o reconhecimento da legitimidade do poder de quem governava, pelo continuo consentimento da nação, que se tinha a origem do governo de um

povo. A sanção dos povos a esse governo ganharia, assim, o vigor de um direito consuetudinário, que seria muito importante, como veremos a seguir, na Antiga Constituição Política portuguesa.

No artigo seguinte, publicado em outubro de 1809 (CB, vol. III, n.17, p.371-383), Hipólito vai discorrer longamente sobre as formas de governo que se consolidaram em Portugal e na Inglaterra. Curiosamente, ele procura descrevê-las como monarquias hereditárias e absolutas, mas quando passa para a descrição do poder legislativo e limitador do *Parlamento* na Inglaterra, procura igualá-lo a atuação das *Cortes portuguesas*, que impunham limites convenientes à atuação política do rei, mas pelo costume e não pela instituição de regulamentos escritos, como a *Magna Carta*, no caso inglês. São muito interessantes as colocações do redator nas últimas linhas do ensaio, que define como uma máxima política, indicando seu pensamento a respeito dos governos democráticos, ou dito populares: “deve-se fazer tudo a bem do povo, mas nada deve ser feito pelo povo” (CB, vol. III, n.17, p.383). Em parte, essa visão de Hipólito ancorasse na própria leitura que o mesmo fazia da República Jacobina na França, pois acusava “o Governo popular” de causar as agitações e males que afligiam a França e os demais países europeus, pois somente lançavam “sementes às revoluções” (CB, vol. IV, n.21, p.214).

Em seu penúltimo artigo (CB, vol. IV, n.20, p.77-85), publicado em janeiro de 1810, Hipólito reforça ponto de vista anterior de que “o poder dos reis é limitado, e com muitíssima razão o deve ser”, pois mesmo que tendo sempre em vista a devoção a causa pública, pode acabar tomando gosto pelo excesso de poder, abrindo brechas pelas quais viria depois a tirania. Nesse sentido, ele dedica todo o artigo a comparação das precauções tomadas em Portugal e na Inglaterra para a preservação da Constituição do Estado contra os efeitos do poder. No caso inglês, destaca uma série de restrições constitucionais ao poder real, mas chama a atenção para o fato de que estas restrições ainda seriam nulas se “o povo não conservasse em sua mão um poder eficaz, para fazer com o rei se conformasse com esses regulamentos, ainda no caso de que a sua vontade o inclinasse a obrar contra eles” (CB, vol. IV, n.20, p.80). Nesse caso, dois dos meios apontados pelo autor interessam diretamente a nossa análise: o fato de que cabe ao poder dos Comuns a definição e cobrança dos impostos, o que retirava do rei a prerrogativa de sustentar ao seu próprio governo; e a proibição da formação de um exército permanente, o qual fosse pago e convocado diretamente pelo parlamento, normalmente em contexto de guerra. Para Hipólito, numa releitura dos preceitos de Maquiavel acerca da cidadania armada, já discutida anteriormente, a restrição a respeito

das forças militares é de utilidade reconhecida, frente a vários exemplos na história em que, por meio de tropas mercenárias, “tem os soberanos destruído a liberdade das nações” (CB, vol. IV, n.20, p.81).

No caso de Portugal, ele aponta para a Antiga Constituição Política de Portugal, em que as Câmaras, Conselhos e Cortes, já existentes antes do primeiro rei, possuíam poder legítimo de limitar a atuação do monarca e, em alguns casos, de serem autônomos perante as decisões do monarca. Para Hipólito, as Câmaras eram instituições “absolutamente populares”, contando com pessoas do povo, eleitas por eles mesmos. Estas tinham direitos e meios de sustentar-se, podendo convocar a si próprios para discutir os negócios da nação e fazer representações ao rei ou instruir seus deputados nas Cortes (CB, vol. IV, n.20, p.84-85). Dessa forma, segundo o redator, era que os reis vinham a ser legitimamente informados da vontade do povo, pois era assim que o soberano “argumentando com os representantes de seus súditos, não só os obrigava a obedecer em virtude da autoridade régia, mas também os estimulavam a cooperar, satisfeitos com as medidas do rei, convencidos por argumentos de sua utilidade” (CB, vol. IV, n.20, p.85).

Não podemos perder a chance de comparar, a partir dos ensaios de Hipólito, a estrutura das Câmaras portuguesas que ele descreve acima, com as suas congêneres instaladas nas diversas localidades do Império colonial português. Em sua essência, elas se aproximam em suas funções, voltadas a garantia da manutenção das capacidades locais de governabilidade, da gestão do espaço público e da vida na cidade e, de certa forma, na garantia de canais de negociação e comunicação entre: no caso português, os poderes locais e o rei; e, no caso das Câmaras na colônia, dos poderes locais com a figura da metrópole. Porém, a transposição das estruturas camarárias para as colônias expressou também mudanças significativas, especialmente no tocante aos limites de sua autonomia e até mesmo de autogoverno. No caso da descrição de Hipólito, as Câmaras em Portugal, em um período anterior, dispunham de competência e escopo de ação política mais amplo, especialmente em conjunto com as Cortes, enquanto nas colônias a área de atuação e as competências das Câmaras eram mais restritas. Por fim, a finalidade das ações das câmaras em Portugal, visando sempre o bem comum dos cidadãos, se aproxima da hipótese da historiadora Heloísa Starling, que em estudo já referido acima, aposta que é a existência de um conjunto de leis, somadas à autonomia (limitada) das câmaras coloniais, que permitiam a elas uso do vocábulo “República” (referindo-se sempre a gestão do bem comum).

No último ensaio da série, Hipólito da Costa procura concluir sua análise, reforçando a prerrogativa de que em Portugal persistia um costume antiquíssimo, entendido como lei fundamental, de que as Cortes deveriam ser consultadas pelo rei no caso de decisões importantes, como a cobrança de impostos, em que o consentimento do povo era essencial. Segundo Hipólito, nesse costume as resoluções das Cortes não eram simples pareceres, ou conselhos dados ao rei, mas “decisões formais, fundadas em deliberações”. Dessa forma, era reconhecido o exercício de uma autoridade legítima das Cortes, o que distanciava esse modelo político de uma simples monarquia despótica. Porém, é difícil identificar nessa constituição política portuguesa uma ordem formal capaz de garantir que aqueles que mandam também obedecem as leis, o que protegeria essa comunidade do abuso de poder e dos interesses particulares. Hipólito parece, em alguns momentos reconhecer esse vazio, devido a imprevisibilidade do costume perante as motivações pessoais dos governantes.

Como ele mesmo afirmaria, em ensaio anterior, os portugueses deveriam se mostrar satisfeitos com a forma de governo que possuíam, pois ela “não só é boa, mas é superior a maior parte das outras que existem na Europa” (CB, vol. III, n.19, p.622). Dessa forma, ele justifica o paralelo com a Constituição Inglesa, considerada por muitos a melhor do continente e, por isso, a referência a qual justificaria a comparação que teceu nos ensaios. Para ele:

Devem, pois, os portugueses respeitar e estimar o monarca, como a pedra fundamental de sua sábia constituição; o menor abalo a esta pedra, só pode produzir a ruína de tão belo edifício: a veneração e obediência ao soberano é o modo mais eficaz de conservar a felicidade da nação; o respeito as leis é o único caminho para se chegar a gozar da liberdade civil.

Os reis de Portugal, concordando com a nação na promulgação de leis, que só tendiam a limitar o poder dos grandes e poderosos, sem a excetuar nem mesmo o monarca, mostram que eram portugueses de coração; (...) deveria ser respeitado como primeiro cidadão por suas virtudes cívicas, obrando a benefício de seus compatriotas (CB, vol. III, n.19, p.622-623).

Portanto, podemos concluir que na visão de Hipólito, o problema não estava nem na forma de Governo portuguesa e nem em sua Constituição, mas na falta de virtude política dos líderes, o que acabava desembocando na corrupção desse sistema. Como demonstrava Políbio, em sua Doutrina da Corrupção, não existe sistema bom para sempre, sendo todos fadados aos vícios que surgem na cena pública, que levam a degeneração de suas formas. Todavia, Hipólito não demonstrava ter perdido suas esperanças de que uma reforma no sistema monárquico poderia reverter esse quadro, com a absorção na burocracia estatal de “homens instruídos”, que fariam uso da virtude política em prol do bem comum da sociedade

portuguesa. Sobre esse assunto, ele afirma que “para o rei por em prática suas boas intenções é preciso que tenha instrumentos próprios”, que seriam os homens instruídos. Sem eles, acredita que o rei “nem terá com quem se aconselhe, nem quem execute as suas resoluções” (CB, vol. XI, p.924).

Com base no que foi dito acima, percebemos uma nítida diferença do modelo inglês em relação ao português, pois nele “segue o rei as formalidades que o Parlamento assenta, ficando unicamente reservado o detalhe da administração” (CB, vol. IV, n.24, p.478), o que é garantido por leis escritas e precauções tomadas para a garantia de que o desejo pelo poder acabasse levando a uma forma política despótica ou a uma Tirania. Nesse sentido, nosso autor concluiu que a diferença entre o constitucionalismo inglês e o português era que, os ingleses aproveitaram-se de cada crise política em que passou seu sistema para aperfeiçoar sua Constituição, ao contrário do faziam os portugueses. Essa leitura de Hipólito acerca do “governo das leis” (e não de homens) inglês reforça a hipótese de que nosso autor conhecia e promovia reflexões sobre valores importantes dentro da matriz republicana inglesa. Vale lembrar que, no caso inglês, cujas reflexões foram forjadas em um contexto de intensas disputas, o republicanismo seria qualificado mais como uma linguagem do que um programa ou forma política de governo. Dessa forma, a república se configurava num ideal que poderia existir em governos hereditários como o português, transformada na ideia do constitucionalismo.

Fonte Primária:

Correio Braziliense, de Hipólito da Costa. Todos os exemplares do periódico em:

Correio Braziliense ou Armazém Literário. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03. (Ed. Fac-similar, 29 vols.).

Referências Bibliográficas:

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARROS, Alberto R. G. A matriz inglesa. In: BIGNOTTO, Newton. *As matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 127-174.

BIGNOTTO, Newton (Org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BUVALOVAS, Thais. *Hipólito da Costa na Filadélfia (1798-1800)*. Imprensa, maçonaria e cultura política na viagem de um ilustrado luso-brasileiro aos Estados Unidos. São Paulo: Hucitec, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LUSTOSA, Isabel. His Royal Highness e Mr. da Costa. In: COSTA, Hipólito José. *Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*, vol. XXX, Tomo I, Estudos, 2003, p. 15-60.

MAQUIAVEL, Nicolau. Tradução de Maria Lucia Cumo. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. A matriz norte-americana. In: BIGNOTTO, Newton (org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, 231-314.

As *Confissões* de Nelson Rodrigues e o jornal *O Globo*: o discurso anticomunista na grande imprensa durante a ditadura militar brasileira

Camila Barbosa Monção

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

camilabmoncao@hotmail.com

RESUMO: O jornal *O Globo*, durante o período da ditadura militar brasileira, foi um grande expoente da disseminação do discurso anticomunista na grande imprensa através de seus editoriais, reportagens, colunas de opinião e crônicas. As *Confissões* de Nelson Rodrigues, publicadas diariamente n'*O Globo* durante esse período, utilizam do humor para construir representações que reforçam não só o pensamento anticomunista, mas também o reacionário.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura; imprensa; representações; anticomunismo.

ABSTRACT: The Brazilian's newspaper *O Globo*, during the Brazilian military dictatorship, was a great exponent for the dissemination of the anticommunist speech in the press through their editorials, news articles, opinion columns and chronics. The *Confissões* of Nelson Rodrigues, published daily in *O Globo* during the dictatorship, uses humor to build representations that reinforce not only the anticommunist thought, as well the reactionary too.

KEYWORDS: dictatorship; press; representations; anticommunism.

O presente trabalho é resultado do projeto de pesquisa *A caricatura do poder na ditadura: as charges da grande imprensa e o regime militar (1964-1979)*, orientado pelo Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta. Como parte do projeto, estudo *O Globo*, importante jornal carioca que tinha considerável circulação nacional. Mesmo se colocando como um defensor dos valores liberais e democráticos, *O Globo* pode ser, entretanto, caracterizado por seu apoio quase incondicional ao golpe e ao governo militar, o que é constatado em editoriais referentes ao período que foram recolhidos e analisados. Curiosamente, observa-se que as colunas de opinião, reportagens e crônicas que compõe o jornal também convergem para esse mesmo posicionamento de apoio ao governo militar e propagação do discurso anticomunista.

Nesse sentido, é possível analisar as *Confissões* de Nelson Rodrigues, crônicas publicadas n'*O Globo* de 1967 a 1974. As crônicas aqui são entendidas como um gênero literário ambíguo que trabalha nos limites entre o jornalismo e a literatura, misturando livremente opinião pessoal do autor, futilidades e assuntos sérios, podendo transitar entre presente e passado (COSTA, 2007, p.14).

Em sua coluna, Rodrigues defende os valores e costumes tradicionais do pensamento de direita e, por consequência, defende o regime militar como a única forma de se combater o comunismo no Brasil. O apoio do escritor aos militares se justifica como a única opção viável para proteger o país da "ameaça comunista". No entanto, as contradições do seu posicionamento político aparecem quando ele se mostra um defensor da autonomia do indivíduo e contrário aos excessos de um Estado autoritário que, segundo ele, aparecem apenas na imposição de um pensamento hegemônico de esquerda.

Este trabalho busca, então, analisar as *Confissões* dentro de seu veículo de publicação, *O Globo*, em uma tentativa de compreendê-los como figuras relevantes na construção de um discurso que contribuiu para emergência e a permanência dos militares no poder. Busca-se, portanto, entender *O Globo* enquanto veículo de comunicação que divulga e dissemina valores de uma dada cultura política de acordo com o seu público leitor e com seus interesses particulares, sendo sempre o primeiro dependente do segundo e vice-versa. Assim, ao observar o posicionamento do jornal através de seus editoriais, é possível perceber a qual cultura política⁶⁶ ele pertence e, por isso, propaga⁶⁷. Ademais, tenta-se entender as *Confissões* como elemento que contribui para a formação do caráter do jornal ao compartilhar com ele de um mesmo posicionamento político-ideológico.

Visto isso, considera-se necessário conhecer a fonte analisada, o jornal *O Globo*, enquanto objeto de estudo da História. De acordo com a autora Tânia Regina de Luca, até a década de 1970 ainda era raro o uso de jornais como fonte para o conhecimento da história do Brasil. Já havia a preocupação em escrever a história da imprensa, mas não por meio da imprensa. O surgimento e a exploração pelos historiadores da chamada história das mentalidades permite o uso de objetos que vão além da história intelectual literária e da história social e econômica como fontes históricas. Entende-se aqui como história das mentalidades, ou história cultural, aquela que "(...) tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER, 1990, p.16-17). Assim, na análise do jornal *O Globo* das décadas de 1960 e 1970 percebe-se a propagação de um discurso que é parte de uma cultura política anticomunista, conservadora e liberal.

⁶⁶ Entende-se aqui cultura política como "(...) conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhados por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro" (MOTTA, 2009, p.21).

⁶⁷ "Os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositalmente com tal fim" (MOTTA, 2009, p.24).

Assim, a coluna do Nelson Rodrigues vem contribuir para o discurso anticomunista e conservador d'*O Globo*. Este conservadorismo que Rodrigues apresenta nas *Confissões* pode ser um elemento contraditório em sua trajetória, visto que, nas décadas de 1940 e 1950, ele fica conhecido como "um autor teatral maldito, obscuro e tarado", além de ser sempre caracterizado como um gênio revolucionário de vanguarda (COSTA, 2007, p.9). Mas, algo perceptível no estudo da trajetória de Nelson Rodrigues são as contradições.

Em sua coluna, ele, sempre que teve oportunidade, condenou as ditaduras de esquerda, acusando-as de prejudicar a liberdade dos indivíduos em detrimento de um Estado autoritário. Entretanto, como dito anteriormente, Rodrigues defende a ditadura militar brasileira. O autor acreditaria no gesto individual e no abandono das ações coletivas como forma de se alcançar o que existe de mais "humano" (COSTA, 2007, p. 12), por isso condena o comunismo e o socialismo, pois estes modelos políticos retirariam toda autonomia do indivíduo (SOUZA, 2013, p.5).

A mudança de postura de Nelson Rodrigues nesse sentido conservador, se deu no início dos anos 1960, quando o escritor resolve assumir-se reacionário ao começar a escrever no semanário conservador "Brasil em Marcha" (COSTA, 2007, p.9).

Através de personagens caricaturais como o padre de passeata, a freira de minissaia, as viúvas de Guevara, o arcebispo vermelho⁶⁸, o escritor critica o posicionamento da Igreja Católica na política, especialmente em relação às ideologias de esquerda; critica também as atitudes consideradas libertárias, como as lutas relativas às mudanças de hábitos sexuais, familiares e religiosos. Percebe-se por parte do cronista, em suas *Confissões*, uma aversão a todo movimento ou atitude que rompesse com aquilo que fosse tradicional: desde o papel da Igreja enquanto instituição puramente religiosa até a formação "clássica" da família⁶⁹.

Nota-se, portanto, pontos de acordo entre os ideais do governo militar, d'*O Globo* e das *Confissões*: todos eles podem ser considerados expoentes de uma cultura política conservadora e anticomunista e, por isso, defendem posicionamentos que produzem sentidos para determinado setor da população, destaca-se aqui a classe média brasileira.

Nelson Rodrigues criticava as ideologias de esquerda por serem utópicas. Para ele, a ausência de possibilidade de colocar em prática essas ideias, impediria as esquerdas de

⁶⁸ Este último uma referência à Dom Hélder Câmara, muito criticado por Nelson Rodrigues.

⁶⁹ Ao dizer formação "clássica" da família faço referência ao modelo familiar tradicional, no qual considera-se apenas a união de indivíduos de sexos opostos e filhos, desconsiderando as famílias constituídas por pais ou mães solteiros ou formadas a partir da união de indivíduos do mesmo sexo.

obterem apoio popular. Dessa forma, ele se considerava um intelectual engajado de direita que pretendia ir na contramão do engajamento intelectual de esquerda, muito presente no período.

Porém, o autor se dizia um defensor das liberdades individuais. Por isso, criticava governos autoritários de esquerda por cercear essas liberdades. Contudo, não criticava o governo militar brasileiro. Sobre isso, arrisca-se aqui uma hipótese: as liberdades defendidas por Rodrigues são as liberdades atreladas ao regime capitalista, burguês. Logo, a defesa não é da liberdade, mas da concepção *dele* de liberdade. Essa sim estaria em risco em um governo comunista, mas não estaria em risco em um regime autoritário de direita, como foi a ditadura militar brasileira.

Visto isso, assim como as demais colunas de opinião d'*O Globo*, as *Confissões* fortalecem a cultura política liberal-conservadora e avessa às ideologias de esquerda. E, sendo este jornal de ampla circulação nacional, especialmente no Rio de Janeiro, busca-se estabelecer uma relação entre esses meios de comunicação de massa como formadores de opiniões favoráveis ao regime e a permanência, por tantos anos, dos militares no poder.

Certamente essa relação não é algo direto, de caráter maniqueísta, como se os indivíduos não fossem seres pensantes. Entretanto, até hoje é possível verificar o uso das informações veiculadas na grande imprensa como bases teóricas para a formação ou confirmação da opinião dos indivíduos que não pertencem ao meio acadêmico, as massas em sentido geral.

Sendo assim, talvez seja possível verificar uma relação entre o perfil do público leitor d'*O Globo*, majoritariamente formado pela classe média, que já tem, em sua formação, concepções ligadas ao anticomunismo e ao conservadorismo, com o conteúdo do jornal, que viria, então, com esse embasamento teórico que reafirma e dá novas informações a esse público. Essa reflexão retoma o que foi dito anteriormente sobre a via de mão dupla que se estabelece entre o veículo de comunicação que propaga dada cultura política e o seu público leitor, que ao mesmo tempo inspira e absorve a informação publicada.

Referências bibliográficas:

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, Thiago Leite. *Confissões/Ficções de Nelson Rodrigues*. 100f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em Comunicação Social, Rio de Janeiro, 2007.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MENEZES, Renan Figueiredo. *O reacionarismo de Nelson Rodrigues a partir de seus textos mêmores-confessionais*. 116f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de São João del-Rei, Programa de pós-graduação em Letras, São João del-Rei, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvn, 2009.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

_____. *A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969*. Revista Topoi, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

SOUZA, Carolina Bezerra de. *Representações anticomunistas: as esquerdas brasileiras nas Confissões de Nelson Rodrigues (1967-1974)*. 153f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em História, Rio de Janeiro, 2013.

_____. *Confissões de Nelson Rodrigues: As representações políticas de um reacionário*. In: XV Encontro regional de história. Ofício do historiador: ensino e pesquisa. 2012, São Gonçalo, Anais do XV encontro regional de História da Anpuh-Rio. São Gonçalo, 2012, p.1-9.

_____. Entre ficção e realidade: A construção de um discurso anticomunista nas crônicas de Nelson Rodrigues (1967-1974). In: XXVII Simpósio nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. 2013, Natal, *Anais do XXVII Simpósio nacional de História da Anpuh*. Natal, 2013, p.1-14.

VANNUCCI, Karine Klaussen. *O jornalismo de Nelson Rodrigues: A crônica como espaço de intervenção no mundo social*. 180f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, Programa de pós-graduação em Comunicação, Niterói, 2004.

Os Institutos Culturais Brasil-União Soviética e as Medidas Ativas: uma história de espionagem e contraespionagem no Brasil

Gabriel Teixeira Casela

Mestre em História

Universidade Federal de Minas Gerais

gabriel_casela@yahoo.com.br

RESUMO: Através de conceitos como medidas ativas e agentes de influência, e partindo das pesquisas de alguns especialistas da área de inteligência, é possível estudar a atuação de diferentes organizações soviéticas (estatais e não-estatais) no Brasil, durante a Guerra Fria. O principal objetivo deste trabalho é destacar a atuação dos Institutos Culturais Brasil-URSS, associações dedicadas à promoção da cultura soviética e, supostamente, à formação de agentes de influência no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: KGB, Institutos Culturais Brasil-União Soviética.

ABSTRACT: Through concepts such as active measures and agents of influence, and using the research of experts in the area of intelligence, it is possible to study the actions of various Soviet organizations (state and non-state) in Brazil, during the Cold War. The main objective of this paper is to highlight the role of Brazil-USSR Cultural Institutes, associations dedicated to the promotion of Soviet culture and presumably the formation of agents of influence in Brazil.

KEYWORDS: KGB, Brazil-USSR Cultural Institutes.

Ainda existem assuntos sensíveis na história contemporânea brasileira que merecem maior aprofundamento, pesquisa e revisão, principalmente pelo impacto que geram no entendimento dos atuais eventos e disputas políticas. Um desses assuntos é a atuação de forças de inteligência estrangeira dentro do território brasileiro. Na atual conjuntura do cenário político brasileiro, em que ganha maior espaço a disputa pelo significado do passado recente em torno de termos como “ameaça comunista”, “esferas de influência”, e “golpe militar”, a pesquisa sobre a atuação de instituições ligadas aos serviços secretos dos países que protagonizavam a Guerra Fria assume enorme importância para a melhor compreensão dos eventos daquele período. É mais comum ouvir e ler a respeito da presença estadunidense no Brasil, principalmente através da Central Intelligence Agency (CIA), inclusive com acusações de participação deste órgão em momentos importantes da história brasileira. Talvez em decorrência da própria estrutura de esferas de poder estabelecida durante a Guerra Fria, na qual o Brasil estava alinhado com os EUA, sempre foi dado maior enfoque para a intervenção

e as operações de espionagem da agência estadunidense no Brasil, de forma a desconsiderar, pelo menos de forma mais objetiva, a possível presença de outras forças estrangeiras. Ao estudar serviços de inteligência e sua atuação no exterior, é importante ter em mente que não há possibilidade de trabalhar com grande quantidade de fontes oficiais, muito menos confiar totalmente em relatos ou informações obtidas, em função mesmo do caráter sigiloso com que são tratados os temas. As fontes de arquivos somente se tornam acessíveis após a desclassificação do conteúdo de relatórios e informes, o que nem sempre obedece a uma política de abertura irrestrita dos mesmos. Para este trabalho contamos, principalmente, com o estudo do funcionamento do KGB no exterior (suas táticas e técnicas), as informações do Arquivo Mitrokhin (uma compilação manuscrita de arquivos roubados por um ex-funcionário do KGB⁷⁰, Vasili Mitrokhin, e analisada pelo pesquisador Christopher Andrew), e o relato de cunho autobiográfico de um ex-oficial de inteligência do Serviço Nacional de Informações (SNI), Jorge Bessa. Através da confrontação dessas fontes, fica um pouco mais clara a forma de atuação dos serviços de inteligência estrangeiros no exterior e, mais especificamente para os objetivos deste artigo, a atuação do KGB, através de outras organizações, no Brasil.

A América Latina nunca chegou a ser prioridade para os serviços de inteligência soviéticos, apesar do crescimento de sua importância relativa em função do alinhamento de Cuba. Mesmo não tendo sido alvo direto de cobiça dos soviéticos em assuntos militares e tecnológicos, o Brasil figurava nas listas de prioridades do KGB, ao lado de Cuba, Argentina, Peru e México. O controle sobre as influências soviéticas no Brasil somente passou a receber atenção mais institucionalizada após o Golpe Militar de 1964, ano em que foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). Segundo Christopher Andrew, ficou mais difícil para o KGB realizar suas operações, que passaram a se concentrar mais em operações de interceptação das comunicações diplomáticas. O controle por parte do governo brasileiro ficou mais forte a ponto de lançar mão do controle sobre assuntos culturais. Durante o mandato de Ernesto Geisel, por exemplo, a censura dos órgãos de segurança impediu até mesmo a transmissão pela televisão da apresentação do *Ballet Bolshoi* por receio do perigo de contágio dos ideais comunistas. Somente na década de 1980, o SNI modificaria a tática de controle das ações do KGB, alinhado às ações do presidente João Baptista Figueiredo, que sinalizava com uma reaproximação e relaxamento das relações, aumentando os contatos diplomáticos⁷¹.

⁷⁰ Sigla em russo para Comitê para Segurança do Estado.

⁷¹ Em junho de 1981, foi enviado um representante do governo brasileiro para Moscou, com o intuito de firmar acordo para permitir que fosse adicionado um “conselheiro” ao número de residentes na Embaixada Soviética no Brasil, cuja principal tarefa seria manter contatos regulares e extraoficiais com o Presidente brasileiro.

Segundo Shultz e Godson, os soviéticos usavam a expressão “medidas ativas” para as técnicas e ações abertas ou dissimuladas destinadas a influenciar eventos e comportamentos nos países estrangeiros e as atividades desses países (até 1960 essas técnicas eram chamadas “desinformação”), com o objetivo de influenciar a política de outros governos, minar a confiança em seus líderes e suas instituições, e deteriorar relações diplomáticas entre países. Essas medidas poderiam ser “conduzidas diretamente através de canais de propaganda estrangeira, com patrocínio oficial, de relações diplomáticas e da diplomacia cultural.” (SHULTZ e GODSON, 1984, p. 186 e 187) que poderiam envolver: técnicas de propaganda disfarçada através de publicações nos veículos de informação de outros países sem indicação de fontes ou atribuindo-as a autores que não eram da URSS; a desinformação (divulgação de informações falsas) e a utilização de organizações frentistas internacionais; e as operações através de “agentes de influência”. Para este trabalho, é importante destacar a atuação dos serviços de inteligência soviéticos no Brasil através de organizações culturais (diplomacia cultural) para a formação de possíveis “agentes de influência” através dos contatos nos diversos Institutos Culturais Brasil-URSS (ICBURSS) que encaminhavam estudantes brasileiros para Universidades dos países comunistas (selecionados tendo em vista contatos políticos ou adesão à “causa comunista”). O contato estabelecido de forma institucional e a influência que o governo soviético poderia exercer posteriormente sobre esses estudantes criavam oportunidade para que viessem a servir como “agentes de influência” (possibilidade alardeada e temida pelos serviços de inteligência do Brasil). Essa perspectiva é corroborada, do ponto de vista teórico, por Shultz e Godson ao explicarem os tipos de “agentes de influência” de que os serviços de inteligência soviéticos se utilizavam: os indivíduos inconscientes, mas manipulados; os “contatos de confiança”; e os agentes disfarçados e sob controle:

O agente de influência pode ser um jornalista, um funcionário do governo, um líder trabalhista, um líder da opinião pública, um artista ou alguém envolvido em numerosas outras profissões. O objetivo principal de uma operação de influência é o uso da posição do agente – quer na política, no trabalho, no jornalismo ou em qualquer outro campo – para apoiar ou promover as propostas políticas pretendidas pelo patrocinador do poder estrangeiro. (SHULTZ e GODSON, 1984, p. 132)

Segundo Nicola Miller, nas décadas de 1950 e 1960, as associações de amizade com a União Soviética, presentes em quase todos os países da América Latina, facilitaram o incremento das trocas culturais e acadêmicas, pressuposto para a adoção de medidas pelo governo soviético com o objetivo de tornar possível o restabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com os países da região. Apesar de não representar um parceiro

comercial de grande expressão, o Brasil era, conforme citado acima, um dos cinco principais alvos do KGB para a política externa soviética, com um comércio que cresceu muito durante os anos da Guerra Fria. Segundo Jorge Bessa, no caso brasileiro, a União Soviética tinha nos ICBURSS um instrumento de difusão das medidas ativas e de propaganda soviética no Brasil, que recebiam: “orientação e coordenação da Embaixada Soviética, de forma que elas mais pareciam pequenas organizações de frente soviéticas.” (BESSA, 2009, p. 129). Segundo o autor, havia evidências de que o KGB estava por trás das ações dos ICBURSS uma vez que:

(...)o presidente da União das Sociedades de Amizade Brasil/URSS, entidade que congregava todos os ICBURSS, encontrava-se regularmente com o residente do KGB no Brasil, Vladimir Novikov, e com os conhecidos oficiais do mesmo serviço, Nikolai Ourtmintsev e Leonid Artemiev(...) (BESSA, 2009, p.129)

Muitas dessas organizações foram inclusive investigadas pelo Serviço Nacional de Informações e demais forças de segurança nacional, que suspeitavam de que alguns órgãos ou associações tivessem por real objetivo a cooptação ou aliciamento de colaboradores para o regime soviético. Oficialmente, uma das principais formas de atuação desses institutos era a ligação cultural e acadêmica com universidades e escolas para oferecer oportunidades de intercâmbio aos estudantes brasileiros. A ida de um estudante brasileiro a um país do bloco oposto dentro da divisão internacional de poder representava uma preocupação para o regime militar implantado no Brasil. Apesar disso, surpreende o fato de que, durante algum tempo, as autoridades (desde os Ministérios da Educação e das Relações Exteriores, até autoridades policiais e do Serviço Nacional de Informações) simplesmente desconhecem a atuação desses institutos culturais. A criação dos ICBURSS contou até mesmo com registro em cartórios das capitais onde foram fundados, mas o intercâmbio e a concessão de bolsas não atendiam às normas de registro no Ministério da Educação e no Ministério das Relações Exteriores, o que gerava uma condição de ilegalidade no envio de estudantes para a União Soviética: a viagem era realizada sem visto nos passaportes⁷², denotando o seu caráter extraoficial. Mas é importante lembrar que não era função dos institutos culturais a concessão das bolsas e das vagas nas universidades, nem mesmo a organização da viagem ao território de algum país do bloco comunista, que dependiam diretamente de outros contatos com oficiais ou instituições do governo da União Soviética. Os ICBURSS, oficialmente, apenas ofereciam cursos do idioma russo e a participação em outros eventos culturais em território brasileiro, mas, informalmente também serviam para indicar a estudantes e outros

⁷² Durante muito tempo, a chegada dos estudantes ao território de algum país do bloco comunista ocorria por um esquema de concessão de vistos para outros países da Europa e posterior traslado (pelas estações ferroviárias) para o território soviético.

interessados os caminhos e os contatos para se cursar uma universidade ou realizar qualquer outra forma de intercâmbio no mundo comunista (na maioria das vezes os estudantes eram encaminhados à Universidade de Amizade dos Povos Patrice Lumumba) desde que se mostrassem simpáticos à cultural e/ou ideologia soviética.

As autoridades policiais chegaram a recomendar a dissolução dos institutos em função dos meios usados para a entrada dos estudantes em território comunista e dos programas de intercâmbio não reconhecidos pelo governo brasileiro (não havia acordos internacionais para balizar a troca de estudantes entre os dois países, nem mesmo havia procedimento para a validação dos diplomas obtidos através desses programas). É claro que essa preocupação era motivada por questões de segurança política interna, com fundamento na clivagem ideológica existente à época, mas ao invés invalidar a suspeita da atuação interessada da União Soviética dentro do Brasil, essa preocupação recíproca entre os órgãos brasileiros de segurança interna e os ICBURSS juntamente com o governo soviético (que corroborava os procedimentos ilegais adotados) realça o interesse soviético na política regional e a atuação dissimulada do KGB no território brasileiro, instrumentalizada através de outras organizações. A atuação dissimulada é considerada por Shultz e Godson como a principal arma da atuação dos serviços de inteligência soviéticos e, mesmo diante da ausência de objetivos propriamente militares ou de grandes interesses econômicos, as medidas ativas poderiam ser conduzidas “pelo envolvimento em atividades internacionais de natureza cultural.” (SHULTZ e GODSON, 1984, p. 23), o que reforça o argumento de que essas associações culturais atendiam, ainda que de forma indireta, a objetivos políticos ligados aos serviços de inteligência soviéticos. Longe de tentar estabelecer o grau de efetividade dessas medidas ativas e da atuação dissimulada, e os impactos na política interna ou externa, a importância desse tema é reforçada, por exemplo, pela presença de intelectuais de esquerda, como Caio Prado Jr e Florestan Fernandes, em diferentes cursos oferecidos pelos ICBURSS. Através da difusão da cultura da URSS e do idioma russo, os ICBURSS contavam com alunos regulares e, mediante doações de simpatizantes, conseguiam recursos para manter uma estrutura mínima de direção, sem nenhum aparelhamento e burocracia especiais. Conforme relatado acima, não havia ligações institucionais com órgãos oficiais do governo soviético, mas havia contatos entre os responsáveis pela administração dos ICBURSS e membros da embaixada soviética e agentes do KGB, provando que, por menor que fosse a influência direta dos órgãos do governo soviético sobre essas associações, elas cumpriam um papel fundamental dentro do esquema geral de atuação dos serviços de inteligência relacionados à desinformação, e atendiam aos

interesses dos órgãos responsáveis pela definição da política externa soviética. Tudo isso demonstra que a desconfiança do serviço de inteligência brasileiro quanto aos ICBURSS no que diz respeito ao real objetivo dessas associações não era, tão somente, uma questão de perseguição motivada por questões ideológicas, e que o tema ainda exige maior atenção e pesquisa.

Referências Bibliográficas

ANDREW, Christopher. *The world was going our way: the KGB and the battle for the Third World*. New York: Basic Books, 2005.

BESSA, Jorge. *A contra-espionagem brasileira na Guerra Fria*. Brasília: Thesaurus, 2009.

MILLER, Nicola. *Soviet Relations with Latin America 1959-1987*. Cambridge: Cambridge University Press, 2ed., 2009.

SHULTZ, Richard.; GODSON, Roy. *Desinformação: medidas ativas na estratégia soviética*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica Ltda., 1984.

Os tempos históricos: importância da compreensão do tempo para o processo de construção do saber histórico e da consciência social

Keila Alves das Dores

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em História Social
UNIMONTES

keila@rochamachado.com.br

Laura Aparecida Gomes Oliveira

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em História Social
UNIMONTES

lauraoliveira16@hotmail.com

RESUMO: Diante da pluralidade de significações culturais que formam a concepção de tempo e a influência de suas representações para o processo de construção da consciência social, o presente trabalho visa examinar as relações que se estabelecem entre Tempo e História, destacando os principais modelos de concepção e representação do Tempo, cujas origens se situam desde a Antiguidade até os séculos XVIII e XIX, quando emergem novas e diferentes formas de se representar historiograficamente o tempo histórico. Destaca-se, ainda, a relevância de tal estudo para a compreensão do tempo no processo de construção do saber histórico, assertiva que se fundamenta nas proposições de Prost, quando as mesmas informam que: “L’histoire est un travail sur le temps”. Sendo, também, a História um trabalho a respeito do tempo, semelhante discussão igualmente permitirá conjeturarmos quão necessária é a apreensão das estruturas temporais para a Historiografia.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo; História; Consciência Social.

RESUMEN: Dada la pluralidad de significados culturales que conforman la concepción del tiempo y la influencia de sus actuaciones ante el proceso de construcción de la conciencia social, el presente estudio tiene por objeto analizar las relaciones que se establecen entre el tiempo y la historia, destacando los modelos clave de diseño y representación del Tiempo, cuyos orígenes se encuentran desde la antigüedad hasta los siglos XVIII y XIX, cuando emergem nuevas y diferentes formas de representar historiográficamente el tiempo histórico. Además, destacamos la importancia de estos estudios para la comprensión del tiempo en el proceso de construcción del conocimiento histórico, cuya afirmación se basa en las propuestas de Prost, cuando afirma que: "L'histoire est un travail sur le temps". Siendo también la obra de historia un trabajo sobre el tiempo, la discusión similar también permite conjeturarnos cuán necesario es la aprehensión de las estructuras temporales para la historiografía.

PALABRAS CLAVE: Tiempo; Historia; La Conciencia Social.

Introdução

Considerando-se o que nos é dado por Prost, quando este afirma que a história é um trabalho sobre o tempo, observamos a importância da compreensão deste ante o processo de

construção do saber histórico.⁷³ Tal assertiva assinala, ainda, o quão proveitosa pode ser a discussão das estruturas temporais e suas influências para a Historiografia, tendo em vista que há não como estudar uma cultura e/ou, mais especificamente, uma personalidade, apartando-a do tempo. É, pois, segundo Gourevitch (1975), desvelado pelo tempo, a prática e a consciência social e os ritmos que marcam a evolução das sociedades.

As representações do tempo são elementos estruturantes da consciência social, cuja formação espelha os valores sociais e culturais de determinados povos. Para Gourevitch (1975, p.263), “cada civilização percebe o mundo através dos sistemas que lhe são próprios. Estes se formam durante a atividade prática dos homens, à base de sua própria experiência e da tradição herdada das gerações anteriores”.

Abordando o “tempo histórico como representação”, José Carlos Reis, destaca que a sociedade, ao construir determinada concepção de tempo inculca nos indivíduos um *habitus*, estruturando a sua visão de si mesmos, dos outros e da história. Ainda segundo este autor, toda sociedade é governada por um “regime de historicidade”, por um discurso sobre o tempo que dá sentido e localização aos seus membros. “Um “regime de historicidade” se impõe imperiosamente aos indivíduos sem que eles se deem conta, dando forma, plasmando, esculpindo o seu corpo, o seu cotidiano, enfim, a sua vida” (REIS, 2011, p.8).

Um “regime de historicidade”, conforme noções apresentadas por Koselleck, “representa uma articulação, em um presente, entre um “campo-da-experiência” e um “horizonte-de-expectativa”, é a consciência histórica e de si deste presente, é do que ele se lembra e o que ele espera” (REIS, 2011, p.9).

Trata-se de compreender o tempo histórico, conforme Reinhart Koselleck (2006), considerando a perspectiva de um tempo múltiplo. Sem desconsiderar, por exemplo, que em cada Presente, haverá uma inter-relação das instâncias do Passado e do Futuro. Para José D’Assunção Barros (2011), os conceitos fundamentais que possibilitam a compreensão da importância do Passado e do Futuro na vida humana, partem dos conceitos de Koselleck de “campo de experiência”, representado pelo passado e “horizonte de espera”, que representaria o futuro.

Parte-se da premissa de que a atualização do Passado (a experiência) e do Futuro (a espera) são experimentadas de modo amplamente diverso pelo humano. Ademais, torna-se ainda mais relevante compreender não apenas o Passado ou o Futuro em si mesmos, mas as

⁷³ Trecho original: “*L’histoire est un travail sur le temps*” (PROST, 1996; p.102).

relações que os interligam enquanto “campo de experiência” e “horizonte de espera”, de modo a localizar a sua “assimetria, o redescobrir-se ou não de um pelo outro, o encurtamento de um para dar espaço à expansão do outro, a tensão entre estes dois pólos a partir de cada presente” (BARROS, 2011, p.16).

Posta a questão nestes termos, cumpre-nos destacar, brevemente, quais foram os regimes de historicidade que vigoraram desde os tempos arcaicos até a sociedade atual.

Principais modelos de concepção e representação do Tempo: a emergência de novas e diferentes formas de se representar historiograficamente o tempo histórico

Não há indícios, na história da humanidade, de um sentimento do tempo como o que domina hoje nos países desenvolvidos: um tempo marcadamente vetorial e irreversível (GOUREVITCH, 1975). A civilização contemporânea tem visto crescer de modo incomensurável a importância da velocidade.

Nota-se, portanto, que a forma de perceber o tempo na atualidade tem muita pouca relação com as de outras épocas. A exemplo, Gourevitch (1975) explicita que na sociedade primitiva o sentimento do tempo estendia-se apenas a um futuro mais próximo, a um passado recente, à atividade em curso e aos fenômenos que correspondessem ao ambiente imediato do homem. Para essa sociedade o tempo não se desenrolava linearmente, do passado ao futuro, apresentando-se, pois, ora de modo imóvel, ora de maneira cíclica. A mentalidade arcaica experimentou um tempo mítico, sagrado, ligado aos rituais. Há que se destacar que para esta coletividade,

O ritmo da vida social depende da alternância das estações e dos ciclos de produção que lhes são adaptados. Por conseguinte, a interpretação do mundo natural e também do mundo social, segundo as categorias míticas, gera a crença no <<eterno retorno>>. Os atos humanos repetem os fatos realizados outrora pela divindade ou pelo <<herói cultural>>, os antepassados renascem nos descendentes. A consciência do homem primitivo não é orientada para a percepção das modificações: é levada a encontrar o antigo no novo (GOUREVITCH, 1975, p.266).

Diante das proposições do autor supracitado, podemos perceber uma limitação considerável nas possibilidades de modificações na sociedade primitiva, uma vez que sua estabilidade se firmava através de um mecanismo rígido e global de controle social. Há aqui, o dever de conformar-se com a supremacia dos modelos tradicionais.

Em consonância, e de modo complementar, nos reportaremos à obra de Mircea de Eliade, bem explicitada por José Carlos Reis (2011) para ratificar a temeridade do homem arcaico em relação ao novo. Conforme Eliade (1949) *apud* Reis (2011) essa sociedade teme o

novo, a transformação e o evento; que lhe parece desconhecido e ameaçador. Isso explicaria o fato de tentarem desviar-se do tempo e da história, concentrando-se na repetição dos gestos paradigmáticos dos deuses. Isto porque, os primitivos acreditavam advir dos deuses a criação de um mundo perfeito, onde o homem não teria de acrescentar mais nada. Aliás, é próprio de sua cultura a proibição de gestos, comportamentos e atitudes distintas, impondo a repetição de um modelo de vida ancorado nos seus ancestrais, que por sinal, já reproduziam os gestos fundadores dos deuses.

Para Reis (2011) o homem arcaico criou uma representação do mundo em que a historicidade é renunciada, havendo a desvalorização da experiência temporal, a recusa de sua irreversibilidade e uma nítida busca pela vivência do eterno e sagrado presente. O tempo é, pois, abolido e a história enquanto “ciência das sociedades humanas” se torna uma impossibilidade.

Quanto à realidade Grega, José Carlos Reis (1994) indica a predominância de um movimento de circularidade do tempo, tendo como propriedades: unidade, continuidade e eternidade, definidas por Aristóteles. Apesar de terem sido considerados os precursores da *ciência dos homens no tempo*, os gregos, assim como os povos arcaicos, possuíam um pensamento anti-histórico, mas sua *sede de realidade* tinha menos influência mítico-religiosa e maior rigor teórico. Não era possível entre eles a separação absoluta entre passado-presente-futuro. Tem-se, nesse regime de historicidade o movimento ainda impregnado por uma lógica mítica, onde impunham-se lembranças de grandes eventos e personagens exemplares, exigindo aos homens do presente que os imitasse. O homem grego, em seu horizonte de expectativa, visava à imortalidade e à fama eternas, haja visto que concebiam apenas o conhecimento do eterno, do permanente, imutável e supralunar.

Essa concepção cíclica do tempo adotada pelos povos primitivos e perpetuada pelos gregos revela que naqueles períodos o homem não havia se desligado dos eventos da natureza. Sua consciência ainda encontrava-se subordinada às transformações periódicas das estações (REIS, 2011).

Convém destacar que alguns autores, como Geoffrey Ernest Richard Lloyd (1975), informam não ser possível a afirmação de existência de uma “concepção grega do tempo”. Nas palavras do autor, uma das características mais impressionantes sobre as análises da percepção de tempo desses povos é a diversidade de ideias expressas por diferentes autores, sobretudo filósofos.

Rompendo o caráter circular do tempo, o judeus inauguraram uma nova perspectiva na relação passado-presente-futuro. André Neher (1975) nos sugere que uma das contribuições mais fecundas dos judeus à cultura universal não se refere somente à sua capacidade de ter associado o tempo ao espaço, mas também de ter introduzido os processos temporais numa dimensão histórica construtiva. A dialética do tempo e do espaço acompanha o pensamento humano em todas as suas instâncias, onde cada credo, religião, filosofia e civilização impõe uma significação singular.

Em sua análise do *Tempo Histórico como “Representação Cultural”*, José Carlos Reis (2011), ainda utilizando-se das proposições de Eliade, expõe que os judeus foram os primeiros povos que valorizaram a história, efetivamente, de modo a irromper com visões tradicionais relacionadas ao instante e ao ciclo, vinculando ao tempo a imagem de uma linha. Os eventos aparecem aqui, como sucessão irreversível, com a passagem contínua de *um* ao *outro*. Cumpre destacar que os judeus somente tiveram coragem de aceitar a historicidade porque acreditaram que esses eventos descontínuos expressavam a vontade de Deus.

Neher (1975) chama atenção ao ato divino da Criação e sua íntima relação com a irrupção do tempo. Para o autor, a *origem*, demarca um princípio. O ato do criador ocupa um tempo, já que Deus começa a criar e distribui a Criação em sete dias. Aqui, tem-se como primordial o tempo em si, visto que as origens se manifestam pelo surgimento de um tempo. Junto ao tempo, na concepção judaica, Deus introduziu no universo um fator de incertezas máximas, que nem mesmo a sabedoria divina ou divinatória poderia desvendar, e, tampouco a matemática ou as orações poderiam prevenir ou predizer: o homem. O homem nasce com uma obrigação precisa, a de ser livre, e junto à liberdade tem-se o imprevisível absoluto. Frente a esta realidade, temos na leitura judaica, uma concepção de tempo e da história percebida como uma fuga, em que, o fator nuclear é o *Pode-ser*, “pois, equipando o homem com a vertigem da liberdade o Criador fez desequilibrar as dimensões do tempo do *Ser* para o *Pode-ser* (NEHER, 1975, p. 187)”.

Ao *Pode-ser*, tem-se dois modos de apreensão. O primeiro, no modo *menor*, ilustrado pela amargura de Jonas diante o arrependimento de Deus, quando tudo indicava o desaparecimento de Nínive, e esta foi salva! Tem-se aqui, o ceticismo doloroso; o penar diante do incerto; as possibilidades em um horizonte de incertezas, já que tudo é possível, mas *pode-ser* que nada venha a se concretizar. Há uma linha tênue entre o possível e o real; entre o sonho e a realização, entre a intenção e o ato. Por outro lado, no modo *maior*, o *Pode-ser* figura a fuga atrelada ao precedente. Eis o terreno onde tudo *pode ser*; tudo é possível; nada

pode ser tão inumano que não mereça aparecer no mundo e na história, e nem por demais nobre para não se cumprir na consciência e nos atos. Eis o universo como campo infinito de possibilidades, o “*Pode-ser* no modo *maior* é o poder, *koah* em hebraico, a incomensurável reserva do *Ser*, o reservatório inexaurível das forças não empregadas e que nenhum sonho nos impede, não pode impedir-nos de ver empregadas amanhã” (NEHER, ANO, p.188). Analogamente, é pois, o triunfo de Deus sobre Jonas. É, às portas de Nínive salva por seu arrependimento, a lição que Jonas recebe de Deus, cuja alma ansiava certezas maquinais, pulverizadas pela fuga pressurosa do *Pode-ser*.

Os cristãos, herdando a tradição judaica, mantiveram a perspectiva de linearidade do tempo. Ao estabelecer como marco central do tempo a vinda de Cristo à terra. Estabeleceu-se ainda, uma relação precisa entre o passado-presente-futuro. Importa destacar que a concepção de tempo cristã encontra-se calcada no retorno de Cristo, representando, pois, o fim dos tempos e o início da eternidade (PATTARO, 1975; REIS, 2011).

A história da Cristandade, como afirma Koselleck (2006), até meados do século XVI, representa uma história de expectativas, tendo como marco uma contínua espera pelo final dos tempos. É ainda, a história do repetidos adiamentos do fim do mundo, cujas figuras essenciais já estavam definidas.

A partir do século XVIII, percebe-se que essa tendência linear do tempo, marcada pela chegada de Cristo é secularizada, momento em que a profecia cristã passa a se tornar utópica. Inicia-se aqui, o regime de historicidade moderna. A esperança escatológica cedeu lugar à confiança no futuro terrestre. A ideia de Apocalipse foi substituída pela esperança de que a história dos homens e todos os seus sofrimentos poderiam ser superados (REIS, 2011).

José Carlos Reis destaca que se vive agora o regime de historicidade do mundo pós 1989: o *Presentismo*. O ano de 1989 como marco justifica-se na queda do muro de Berlim, que representou o fim do projeto comunista. As palavras chaves do presentismo são: mobilidade, flexibilidade, produtividade; que expressam o tempo empresarial capitalista dominante. Nesta concepção, tem-se como característica a desvalorização do passado e do futuro, priorizando-se o momento a ser vivido, porque só o presente é felicidade (REIS, 2012).

A consagrada obra de Marc Bloch – *Apologia da História ou o Ofício de História*, citada por Reis (2011), caracteriza a história como sendo “a ciência dos homens no tempo”, ocupando-se das “formas das experiências vividas”, que se determinam espaço-

temporalmente. Nesta perspectiva, o tempo histórico remontaria as formas de experiência do vivido: das coletividades públicas; das sociedades; civilizações, trazendo à tona um tempo comum, que serve de referência aos membros de um grupo. O tempo, em sua dimensão histórica, possui ainda, uma objetividade social inerente à vontade dos indivíduos. Em contrapartida, os indivíduos também podem criá-lo e tecê-lo, ao passo que suas biografias modificam a sociedade, ainda que não se possa ignorar o tempo social que lhes é imposto.

Ao retomarmos a discussão acerca do regime de historicidade, em que a sociedade constrói representações de sua presença no mundo, inculcando-as nos indivíduos, observamos o quão isto pode ser fundante no processo de estruturação dos modos com que os sujeitos vêm a si, aos outros e à história. Invariavelmente o homem se depara com questionamentos acerca do por que o homem está no mundo, quem é ele e o que deve fazer. São indagações que se interpõem quando o homem se descobre circunscrito nessa dialética de espaço-tempo, como ser vivo, histórico, substrato de uma conjuntura, aspirando e desejando agir, a venerar e preservar elementos do passado ou querendo romper com todas essas questões. Outrossim, Reis (2011) acredita que ainda que existam tais questões, os homens são pouco impactados por elas, uma vez a sua sociedade e/ou época já terá respostas prontas às mesmas.

Tendo Michel de Certeau como base, José Carlos Reis (2011) assevera que todo trabalho de história se refere a uma organização temporal: recortes, ritmos, periodizações, interrupções, sequências, surpresas, imbricações, entrelaçamentos. Aquilo que a pesquisa histórica se ocupa, em si mesmo, é uma forma manifesta de “temporalidades vividas”, em que o historiador tenta reencontrar e reconstituir. A relação entre tempo e história está, pois, intimamente ligada ao fato de que o sentido da sua investigação é acompanhar os homens em suas mudanças.

Para Adam Shaff (1978), quanto mais afastados temporalmente de um determinado acontecimento, maiores são as chances de percepção do mesmo. Tal assertiva, em consonância com o exposto acima, encontra-se atrelada ao fato de que na história tem-se sempre a presença de processos e mudanças, o que explica a dificuldade, ou até mesmo impossibilidade, de prever antecipadamente não apenas os pormenores, mas ainda a orientação geral dos acontecimentos. Para além disso, os acontecimentos que decorrem em determinado momento ou época podem ainda não terem revelado seus efeitos; ora, os acontecimentos históricos albergam significações que os seus efeitos lhe cominam quando emergem no plano real. Assim sendo, podemos auferir que,

(...) A história é reescrita quando emergem perspectivas novas que nos permitem perceber o significado de certos acontecimentos do passado, que havia escapado à atenção dos contemporâneos. Estes acontecimentos que constituíam o futuro para os que viviam no passado... Do mesmo modo, os nossos descendentes compreenderão melhor o nosso século do que nós o compreendemos, porque serão capazes de ver as conseqüências de acontecimentos que ignoramos atualmente e que constituem as premissas e tendências importantes que darão os seus frutos quando já não existirmos (HOOK, 1963 *apud* SHAFF, 1978, p.274-275).

Em acepções mais amplas, pode-se apreender que, tempo, aqui, não é adotado como algo natural e evidente, mas como proveniente de construção cultural que, em cada época, delibera uma maneira específica de relacionamento entre o já manifesto e experienciado como passado e as possibilidades projetadas a um futuro enquanto horizonte de expectativas (JASMIN, 2006).

Deste modo, se é verídico que a cultura representa a segunda natureza do homem, também é crível que não se possa conceber um tipo historicamente particular de arcabouço da personalidade humana sem que se tenha explorado, de modo mais efetivo, os modos de apreensão do tempo inerentes à cultura correspondente (GOUREVITCH, 1975).

Considerações Finais

Ao adentrarmos no campo de discussões acerca do tempo, podemos perceber que assim como são vastas as formas de concebê-lo, são também, amplas as categorias de análise. Isto porque, por se tratar de um riquíssimo campo de debates, envolve não somente historiadores, mas filósofos, cientistas, antropólogos e os mais diversos pensadores.

Percebemos que a compreensão do tempo não se limita à relação Passado-Presente-Futuro de modo estrito, abrangendo, para além disso, a relação que ambos exercem enquanto “campos da experiência” e “horizonte de expectativas”. Há, pois, que se observar, que as relações que se estabelecem entre cada uma destas instâncias e a vida humana são partes constituintes do saber histórico, uma vez que fica nítido que, independente do regime de historicidade que se representa, “*L’histoire est un travail sur le temps*” (PROST, 1996, p. 102).

Sendo a História um trabalho a respeito do tempo, cabe destacar que a reconstituição das “temporalidades vividas” se configura enquanto possibilidade de reescrita da história, tendo em vista que a relação entre tempo e história coliga-se ao fato de que o sentido da sua investigação é acompanhar os homens em suas mudanças.

Referências bibliográficas

- BARROS, José D'Assunção. *TEMPO E HISTÓRIA: revisitando uma discussão conceitual. e-hum*, Belo Horizonte, v.4, n.1, Editora UniBH; 2011. Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/article/view/429/230> Acesso em: 10 de Março de 2014.
- GOUREVITCH, A. Y.. O Tempo como problema de história cultural. In: RICOUER, Paul (Org.) *As Culturas e o tempo: estudos reunidos pela Unesco*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora da USP, p. 263-283, 1975.
- JASMIN, Marcelo. Apresentação. In: KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão técnica de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 368 p., 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. O futuro passado dos tempos modernos. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão técnica de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LLOYD, Geoffrey Ernest Richard. O Tempo no Pensamento Grego. In: RICOUER, Paul (Org.). *As culturas e o tempo*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- NEHER, André. Visão do Tempo e da História na Cultura Judaica. In: In: RICOUER, Paul (Org.). *As culturas e o tempo*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- PATTARO, Germano. A concepção cristã do tempo. In: RICOUER, Paul (Org.). *As culturas e o tempo*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- PROST, Antoine. Les temps de l'histoire . In: *Douze leçons sur l'histoire*. Paris: Éd. du Seuil, 1996.
- REIS, José Carlos. O Tempo Histórico com “Representação Cultural”. *Revista Sophie – Periódico Acadêmico de História*. Vol 01 , Recife, Abril, 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/65111072/O-TEMPO-HISTORICO-Jose-Carlos-Reis> Acesso em: 10 de Março de 2014
- _____. O Tempo Histórico com “Representação Intelectual”. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 8, Ano VIII nº 2, Mai, Jun, Julh, Agos; 2011. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF26/Dossie_04_Jose_Carlos_Reis.pdf Acesso em: 10 de Março de 2014
- _____. *Teoria e História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 270 p.; 2012.
- _____. *Tempo e Terror: estratégias de evasão*. In: *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papyrus, 1994.
- SHAFF, Adam. Por que reescrevemos continuamente a história? In: _____. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, p.267-278, 1978.

Os discursos da Doutrina de Segurança Nacional

Kenia Fernanda Fernandes Pereira

Graduanda do curso de História

Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes

keniafernanda9@yahoo.com.br

RESUMO: Surgida nos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e absorvida no Brasil pela Escola Superior de Guerra, a Doutrina de Segurança Nacional através de noções de geopolítica e de estratégias militares fundamentava-se na crença de uma guerra iminente: a guerra irregular (ou guerra não convencional) sendo que, devido a ameaça desta guerra, caberia ao aparelho do Estado o controle da sociedade destruindo, portanto a democracia e tornando a população uma massa de manobra.

PALAVRAS-CHAVE: Discursos; Estado; Doutrina de Segurança Nacional.

ABSTRACT: Emerged in the United States in the Cold War context and absorbed by the War College, the National Security Doctrine through notions of geopolitical and military strategies grounded-the belief of an imminent war: irregular warfare (or unconventional warfare) and, because the threat of this war, it would be the apparatus of the state control of society, thereby destroying democracy and making the population a mass-driving.

KEYWORDS: speeches; State; National Security Doctrine

Introdução

Desde a proclamação da república em 1889, os militares passaram a ter um papel vívido na conjuntura política brasileira. Em consequência das intervenções militares na política nasceu uma cultura nacionalista no seio militar, trazendo a tona um sentimento messiânico onde caberia ao soldado a função de salvar a pátria. A partir do surgimento destas ideias os soldados nos quartéis recebiam forte formação política e econômica, formação essa que defendia o direito e o dever do soldado de intervir em meio às crises nacionais em nome da ordem social.

As Forças Armadas foram importantes protagonistas na derrubada da República Velha, mas o seu descontentamento com o governo estabelecido no Brasil após 1930 é um fato extremamente peculiar e um fator preponderante para a crise de 1964. Esse descontentamento se deve ao caráter populista de governo varguista, pois por se tratar de um estado de compromisso, onde ha um jogo politico de interesses entre a burguesia e as massas, com uma maior preocupação com o desenvolvimento social e com a participação do eleitorado no vida politica do pais, as politicas públicas estavam voltadas para uma

reestruturação do aparato legal para atender a esses grupos que reivindicavam a sua participação na conjuntura política brasileira. Mas dentro dessa reestruturação onde caberia o papel das Forças Armadas? Ainda que sem um papel político delineado, os militares não deixaram de exercer influências no Estado e mesmo que insatisfeitos com a política brasileira desde o primeiro governo de Getúlio, a classe militar não conseguia uma forte participação na política devido as rupturas presentes em seu seio. A divergência de interesses internos e externos e de ideologias causava a desestruturação deste segmento social, como apontado pelo autor João Roberto Martins Filho:

É bom ter em mente que a parcela do Exército vitoriosa em 1930 era parte de uma organização militar profundamente dividida não apenas horizontalmente, como o provam as inúmeras revoltas dos praças e sargentos ocorridos no imediato pós-30, mas também no sentido vertical em vista das incertezas e divergências no interior da alta oficialidade quanto ao papel que deveriam ter os militares no novo regime. (MARTINS FILHO, 2003, p.104)

Os movimentos militares que se desenvolveram no pós-30 foram movimentos de liderança individual de um grupo restrito de generais, o que demonstra essa a desestruturação interna. A Revolução de 1932 em São Paulo, a Revolta Comunista de 1935, o golpe do Estado Novo em 1937, o Integralismo em 1938, entre outras rebeliões, apontam grupos minoritários com fraca abrangência em seu próprio segmento e com uma fraca articulação política (por isso houve a supressão destes movimentos.). Ainda que sofrendo com as crises internas os militares tinham apoio explícito de civis ligados a política, jornalistas e empresários da época. O apoio obtido vinha principalmente de liberais-conservadores que também estavam descontentes com a política brasileira primeiro no que se refere a grande intervenção do Estado na economia e o controle em relação aos investimentos do capital estrangeiro no país e por segundo na participação da população nos meandros políticos e seu peso para as decisões estatais.

Ainda assim, as Forças Armadas antes da Guerra Fria possuía de certa forma bases políticas fortes, com um lugar garantido nos orçamentos do Estado, isso principalmente pelo respaldo ganho na Constituição de 1937 e através de sua associação com as oligarquias e o com uma elite liberal-empresarial o que possibilitou as articulações para o golpe de estado contra Getúlio Vargas neste mesmo ano e movimento integralista de 1938, por exemplo.

A reestruturação

A reestruturação das Forças Armadas começa a ocorrer ainda no governo de Vargas quando este convencido de que havia a necessidade de uma intervenção estatal na instituição

militar após estas crises internas aqui antes citadas cria em 1934 o Conselho Superior de Segurança Nacional. Esse conselho teve como antecessor o Conselho de Defesa Nacional ativo entre 1927 e 1934 e o decreto n. 7, de 3 de agosto de 1934 somente remodelou suas funções e o renomeou. O Conselho Superior de Segurança Nacional possuía como órgãos complementares a Comissão de Estudos da Defesa Nacional, a Secretária-geral da Defesa Nacional e seções da Defesa Nacional estabelecidas em cada ministério, todos tratados como órgão especiais. O Conselho era presidido pelo presidente da República e integrado pelos ministros de Estado, pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, pelo chefe do Estado-Maior do Exército, e também por generais e almirantes de determinados comandos em tempos de guerra. Essa remodelagem no Conselho Superior de Segurança Nacional reinseriu as Forças Armadas a estrutura política estatal.

Em 1937 o artigo 162 da Constituição, reafirmou o papel do Conselho Superior de Segurança Nacional no que se refere à defesa nacional, passando a denominá-lo Conselho de Segurança Nacional. Várias foram as medidas tomadas pelo Conselho, em diferentes áreas, muitas delas utilizando recursos de um crédito especial estabelecido, anualmente, para o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional e definido em decretos-leis.

Com a eclosão da 2ª Guerra Mundial e o envio da Força Expedicionária Brasileira-FEB para apoio ao grupo dos aliados renasce nos militares brasileiros o sentido messiânico do soldado para o seu país. É como se mesmo que a instituição militar ainda estivesse subordinada ao poder civil, este estava dependente da classe militar tanto nas questões internas referentes as articulações e decisões políticas estatais, quanto agora questões externas de diplomática e política internacional. A experiência obtida com a participação dos pracinhas e a pressão política internacional trouxe uma sede de aprendizado a organização militar devido a nova ordem política internacional que reluziu frente ao seus olhos. Era, principalmente, uma necessidade de obter entendimentos sobre diplomática, economia, política governamental.

A ESG e a DSN

Em 1942 as Forças Armadas já tinham a ideia de um curso para a preparação o Alto Comando frente a nova estrutura a ser enfrentada pelas mudanças na política global com a 2ª grande guerra., mas o projeto foi adiado devido uma missão de assessoria enviada ao Brasil pelos Estados Unidos que de início, de certa forma, supria estas necessidades. Em 1948 o projeto renasce e se concretiza em 1949 no surgimento da Escola Superior de Guerra, sob o

comando inicial de Oswaldo Cordeiro e subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas, sendo este subordinado ao Conselho Superior de Segurança Nacional. A ESG surge com o objetivo de reestruturar e homogeneizar a instituição militar e acabou sendo o principal agente na ascensão política da burguesia militarizada. Este curso preparatório para formação de oficiais de alto calão era organizado com bases na Doutrina de Segurança Nacional e pouco a pouco passou a ser difundido aos oficiais de baixa patente. Como apontado por Martins Filho;

Diante deste quadro, a fundação da ESG marcou o primeiro passo de uma elite militar plenamente consciente de que a atuação das Forças Armadas enquanto instituição exigia antes de tudo a superação das divisões internas, das lutas de personalidades e da atuação de grupos localizados que marcavam o campo militar até então. Nesse caso, a consolidação de uma ideologia hegemônica tinha como alvo principal cimentar a unidade institucional. Mais do que uma vontade de aprender, parecia revelar um desejo de potencia. Desde o início, ficava claro que a ESG surgia mais como uma escola de altos estudos sociais, políticos e econômicos do que uma escola de guerra. (MARTINS FILHO, 2003, p.107-108).

A geopolítica é a principal base da Doutrina de Segurança Nacional. Ela nasceu no fim do século XIX com bases no Destino Manifesto norte-americano, idealizado por Alfred Tayer Mahan após o processo de independência, onde os Estados Unidos teriam sido eleitos por Deus para promover a anexação de terras no Atlântico Norte e também no Pacífico. A intenção desta doutrina era de legitimar a soberania do país frente a outros territórios. O Destino Manifesto fomenta o papel messiânico dos Estados Unidos de resguardar a ordem sócio-político mundial.

A DSN também sofreu influências da Doutrina Truman lançada pelos Estados Unidos em 1947 com o objetivo de contenção ao avanço do socialismo. Esta doutrina foi desenvolvida pelo então conselheiro da embaixada estadunidense em Moscou, George F. Kennan e propunha alianças militares com outros países para isolar a União Soviética o que culminou na criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Segundo o autor Robert McMahan:

Usando linguagem hiperbólica, imagens maniqueístas e uma deliberada simplificação para reforçar o seu apelo público, Truman batalhava para construir no Congresso e entre o público um consenso em prol [...] de uma política norte-americana mais ativa - uma política que seria ao mesmo tempo antissoviética e anticomunista. A Doutrina Truman significava uma declaração de Guerra Fria ideológica, junto com uma declaração de Guerra Fria geopolítica. (MCMAHAN, 2012, p.39).

A concepção do Estado como ser biológico idealizado por Ratzel influenciou para esta formulação da geopolítica ocidental. Dentro de uma concepção da antropogeografia e com

fortes raízes na ecologia, Ratzel apresenta dois conceitos na sua formulação sobre a própria razão de ser do Estado. Trata-se dos conceitos de território e espaço vital. O primeiro conceito se refere a apropriação de um determinado espaço por um grupo unificado socialmente e o segundo conceito se define pela necessidade territorial de uma sociedade em função de seu desenvolvimento populacional, tecnológico e de seus recursos naturais. Assim a razão de ser de um Estado é baseada na preservação e ampliação de seu espaço vital.

Outra influência para a DSN foi a Doutrina de Contra insurgência que surgiu nos anos 1950. Esta doutrina foi elaborada inicialmente por militares franceses e a princípio surgiu como manual de instrução para a contenção dos movimentos de independência na Argélia e na Indochina. Para esta doutrina deveria ser utilizado no combate aos inimigos métodos policiais (como por exemplo torturas durante os interrogatórios), com estratégias de cerco as bases sociais e geográficas destes inimigos.

Para a Doutrina de Segurança Nacional havia a ameaça iminente de um inimigo comum a todos, abstrato, e havia a necessidade de controle da sociedade para que não houvesse a insurreição deste inimigo. Para essa doutrina o inimigo e o ato de agressão social são provenientes do povo. Em seu país de origem essa doutrina foi encarada de forma contrária a forma brasileira, o que é visível no livro *USA em perigo* publicado em 1970 nos Estados Unidos e que diz:

Nenhum militar jamais questiona a administração governamental civil dos setores militares. É ela nitidamente estabelecida dessa forma pela Constituição, com o Presidente da República como comandante-chefe. Este é o controle civil legítimo e tradicional sobre os militares. [...] certamente isso não significa que os militares estejam alijados do exercício do poder civil e que, de alguma forma, não sejam dignos de postos civis. De fato, ocorre justamente o contrário. Nossos antepassados sempre pretenderam que os militares participassem ativamente da política civil. Eles simplesmente não queriam um governo militar. (LEMAY e SMITH, 1970, p.21).

Mas no Brasil há uma adaptação desta DSN de forma que o povo brasileiro é incapaz de ter ações políticas positivas e caberia a uma elite politizada, no caso a elite militar, o papel de defender o povo de si mesmo. Vários motivos foram dados ao golpe de 1964, mas “o perigo comunista era a desculpa mais usada para justificar a repressão.” (CARVALHO, 2006 p.160). O termo população neste contexto se refere a grande massa populacional, ao operariado, a classe subalterna, à aqueles que não deveram conforme o histórico conservadorismo brasileiro, participar das formações político-históricas do país. Isso é apontado por Marcos Napolitano:

A partir de outubro de 1964, a crise política engrossou a conspiração que já vinha de longa data e esta, por sua vez, transformou esta crise em impasse institucional. Do impasse à rebelião militar foi um passo. Mas o levante dos quartéis ainda não era, propriamente o golpe de Estado. Quando foi muito sua senha. Fato esquecido pela memória histórica, o golpe foi muito mais que uma mera rebelião militar. Envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. Todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores. (NAPOLITANO, p.43-44, 2014).

Considerações finais

O sindicalismo, o populismo getulista, o fortalecimento de partidos socialistas e do principal partido comunista brasileiro o PCB tudo isso se acrescia as pressões internacionais que permeavam o pós-guerra. A instituição militar passa a insubordinar-se ao poder civil e a intervir diretamente na política brasileira. O povo é incapaz de governar e cabe aos militares salvar a pátria. Segundo Jose Murillo de Carvalho: "pode se explicar a atitude mais radical em 1964 pela ameaça que a divisão ideológica significava para a sobrevivência da organização militar. Para fazer expurgo dos inimigos, era necessário controlar o poder." (CARVALHO, 2006, p. 159). Os atos institucionais ratificavam fortemente a Doutrina de Segurança Nacional, pois: "a medida que a Doutrina era difundida, cada governo militar articulava uma nova estrutura jurídica para o país, de acordo com o momento, que pudesse incorporar os seus princípios." (BORGES, 2003, p.38).

O maior problema enfrentado pelos militares após 1964 é o fato de que é perceptível nos aparatos legais lançados pelo regime militar o despreparo para a formulação das novas leis na tentativa de manutenção deste regime de exceção. Foi lançado no que os militares chamaram de "legislação revolucionária" o uso de termos que possuem sentidos vagos e imprecisos demonstrando o despreparo de seus redatores para a sua formulação - já que esta seria uma função do poder legislativo- como os termos segurança nacional, inimigos internos. Mas estes termos que pertencem a Doutrina de Segurança Nacional não davam conta de promover uma legislação segura e confiável como seria de fato uma legislação expedida por civis teoricamente.

O período militar compreende um retrocesso à cidadania e a liberdade, devido às tentativas de controle ideológico e físico. "Durante os governos militares os direitos civis e políticos foram os que mais sofreram com a ação do regime. [...] não havia mais a liberdade de expressão..." (BORGES, 2003, p. 40).

Referências bibliográficas

- ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. *Dicionário de política*. 2ª ed.. Brasília: UNB/São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 8ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *A formação das almas o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org.). *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda, e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e a sua história- debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. V.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. V.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GARCIA, Nelson Jahr. *Sadismo, sedução e silêncio*. Propaganda e controle ideológico no Brasil (1964-1980). São Paulo: Loyola, 1990.
- LE GOFF, Jaques, NORA, Pierre. *Historia: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LEMAY, Curtis E. ; e SMITH, Dale O. *USA em perigo*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1970.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS). São Paulo, v.29, ano 10, outubro de 1995, p.5 -34.
- MCMAHON, Robert J.. *Guerra Fria*. Trad. de Rosaura Eichenberg. Coleção Enciclopaedia. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2012.
- NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro, 1964-1985*. São Paulo: Atual, 1998.

_____. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo. Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Eliéser Rizzo. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

PRADO. Maria Ligia. *O populismo na América Latina: Argentina e México*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
REIS, Jose Carlos. *As identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. 3ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RÉMOND, René. *Por uma historia política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina; UEL, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a violência movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FERNANDES, Ananda Simões. *A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a Geopolítica de Golbery Couto e Silva*. Captado em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193314422012>.

Belo Horizonte, futuro do pretérito: um estudo de caso do paradoxo da modernidade

Lucas Henrique de Almeida Amorim

Bacharel e Licenciando em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

luk.amorim@live.com

RESUMO: Para compreender como a modernidade trazida pela República foi recebida em Belo Horizonte, traçaremos neste ensaio um breve panorama da inauguração da recém-criada capital, até a sua autoafirmação e consolidação da cidade moderna que, segundo a hipótese a ser investigada, começa a ocorrer em seu cinquentenário.

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade; modernismo; modernização; Belo Horizonte.

RÉSUMÉ: Pour comprendre comment la modernité apportée par la République a été reçue à Belo Horizonte, cet essai tracer un bref aperçu de l'inauguration de la capitale nouvellement créé, jusqu'à ce que son auto-affirmation et la consolidation de la ville moderne qui, selon l'hypothèse objet d'une enquête, commence à se sur son cinquantième anniversaire.

MOTS-CLÉS: Modernité; modernisme; modernisation; Belo Horizonte.

O futuro do pretérito surge intitulado este ensaio como um recurso metafórico, onde é possível conciliar as complexidades referentes à construção, consolidação e representação simbólica da cidade de Belo Horizonte - em específico de 1897 a 1959. Através da linguística, observamos que este tempo verbal assinala as forças dicotômicas entre o passado e o futuro, estabelecendo relações com o irrealizável: *iria, teria, faria, queria*.

Esta expressão da linguística traduz a idealização, a construção e a consolidação de Belo Horizonte como moderna, o que ela *seria, traria e romperia*, agregando simultaneamente, um paradoxo nesta modernidade: uma cidade projetada para o futuro, mas que ainda está intimamente presa ao passado e à suas tradições. Belo Horizonte é, portanto, uma evidência do impasse entre o pretérito e o futuro, pois ao mesmo tempo em que se projeta com as suas modernizações, se limita em seu conservadorismo.

A construção da cidade Belo Horizonte protagonizou uma das maiores obras simbólicas da República recém instalada: uma cidade projetada, que trouxe a promessa de promover transformações radicais na mentalidade que até então estava delimitada em moldes tradicionais de um passado imperial, escravocrata e ruralista.

A cidade de Belo Horizonte surge portando “como signo de um novo tempo; centro de desenvolvimento intelectual e de novas formas de riqueza e trabalho, foco irradiador da

civilização e progresso; um lugar moderno, higiênico e elegante, capaz de consolidar um poder vigoroso e assegurar a unidade política do Estado.” (JULIÃO, 1996, p. 50).

Os movimentos artísticos sempre estiveram de braços dados com a cidade de Belo Horizonte; inaugurada no apogeu das transformações culturais do século XIX, Belo Horizonte trouxe uma ressignificação do futuro através das artes, da arquitetura e do urbanismo, espelhados nos moldes franceses, tidos como ideário de civilização naquele contexto.

Para trazer um rompimento com o passado imperial e deixar a capital em conformidade com os estilos europeus, em sua construção observamos a predominância do neoclássico⁷⁴ e do ecletismo arquitetônico em contraposição ao Barroco; as suntuosas fachadas em estilo *art nouveau*⁷⁵, os *boulevares*⁷⁶ propensos à circulação de pessoas e automóveis, seus modernos lampiões à luz elétrica e os bondes eram a expressão de um novo tempo, símbolos e imagens criados pela República com a “finalidade de atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos” (Carvalho, 1990, p. 10).

Porém, a reformulação da cidade é capaz de promover tais mudanças em estruturas tão enraizadas? Baudelaire traz respostas para este questionamento ao afirmar que “a modernização da cidade simultaneamente inspira e força a modernização da alma de seus cidadãos” (*apud* Berman, 1986, p. 143) e de fato a cidade dava seus primeiros passos rumo à autoafirmação como cidade moderna.

A construção de Belo Horizonte já carregava o estigma do novo, da ruptura, do moderno, pois é uma tentativa de se apagar o passado imperial. Contudo, a capital “não passava de um cenário fundado na miragem e no progresso, monumento de uma sociedade empenhada em uma modernização superficial, na qual deveriam permanecer intocados os seus alicerces sociopolíticos” (JULIÃO, 1996, p. 62.).

⁷⁴ “Movimento de grande expressão na escultura, pintura e arquitetura, recusa a arte imediatamente anterior - o barroco e o rococó, associada ao excesso, à desmedida e aos detalhes ornamentais. À sinuosidade dos estilos anteriores, o neoclassicismo opõe a definição e o rigor formal. Contra uma concepção de arte de atmosfera romântica, apoiada na imaginação e no virtuosismo individual, os neoclássicos defendem a supremacia da técnica e a necessidade do projeto - leia-se desenho - a comandar a execução da obra, seja a tela ou o edifício”. (ITAÚ, 2008)

⁷⁵ “O *art nouveau* se insere no coração da sociedade moderna, reagindo ao historicismo da Arte Acadêmica do século XIX e ao sentimentalismo e expressões líricas dos românticos, e visa adaptar-se à vida cotidiana, às mudanças sociais e ao ritmo acelerado da vida moderna. Mas sua adesão à lógica industrial e à sociedade de massas se dá pela subversão de certos princípios básicos à produção em série, que tende aos materiais industrializáveis e ao acabamento menos sofisticado. A arte nova revaloriza a beleza, colocando-a ao alcance de todos, pela articulação estreita entre arte e indústria.” (ITAÚ, 2012)

⁷⁶ “Os *bulevares* de Napoleão e Haussmann criaram novas bases – econômicas, sociais, estéticas – para reunir um enorme contingente de pessoas. No nível da rua, elas se enfileiravam em frente a pequenos negócios e lojas de todos os tipos e, em cada esquina, restaurantes com terraços e cafés nas calçadas. Esses cafés (...) passaram logo a ser vistos, em todo mundo, como símbolos de *la vie parisienne* (...) uma festa para os olhos e para os sentidos”, (BERMAN, 2006, p.147)

A cidade moderna estava criada e as inovações estéticas na arquitetura e na arte transmitiam a imagem de um tempo em mudança, fazendo Belo Horizonte parecer caminhar em harmonia com o progresso e desenvolvimento que ocorria por todo o globo, mas, na verdade, apenas recebia os ecos de uma modernidade que já estava em curso no continente europeu, impulsionada por uma mudança na mentalidade.

Desde o período de sua construção, como nos anos que a sucederam, Belo Horizonte ostentava várias edificações que simbolizavam a modernidade estética na cidade: o prédio da Estação Ferroviária, o complexo da Praça da Liberdade, o edifício dos Correios, entre outros. Todavia, predominavam estilos arquitetônicos europeus importados (como o neoclassicismo, a *art nouveau* e a *art déco*), que, quando se consolidaram na capital mineira, já eram considerados ultrapassados pela vanguarda arquitetônica no continente europeu. (CEDRO, 2007, p. 131).

Copiando um modelo preestabelecido, a cidade moderna e projetada estava fadada às aparências. Enquanto trazia avanços bastante significativos na arquitetura, planejamento urbano, nas artes recriando a mentalidade popular dentro dos valores progressistas republicanos, Belo Horizonte promovia do ponto de vista político, uma modernização conservadora.

Segundo Julião (1996), a modernização de cima para baixo fez perpetuar as barreiras que separaram os setores populares da esfera da participação ganhando, do ponto de vista político, um curso controverso aos valores e princípios democráticos. Fixando-se em irrealidades passou a ser para muitos um ‘belo cenário, com alma de arraial’ e com as constantes transformações que ocorreram no globo, ocasionadas principalmente pela Primeira Guerra Mundial e pelos ‘loucos anos 20’⁷⁷, os símbolos que expressavam o progresso tornaram-se rapidamente em ultrapassados. Além disto, por ser “considerada velha por seu conservadorismo, apesar de ainda muito jovem” (TEIXEIRA, 2002, p. 29), nem os famosos encontros literários ou a relevância nacional de *A Revista*, conseguiram conduzir Belo Horizonte à tão sonhada modernidade, pois esta, “como um tudo, era tomada pelo tradicionalismo herdado dos tempos imperiais” (TEIXEIRA, 2002, p. 31).

Nem moderna, nem modernizada, a cidade que nasceu sob o estigma do moderno e do novo, mesmo com as constantes obras que seguiram durante as décadas seguintes, muito rapidamente tornou-se ultrapassada, começando a revelar os seus paradoxos e disparidades

⁷⁷ Segundo Rodrigues (2010), a década de 1920, ou ‘os loucos anos 20’ como é chamada, pode ser compreendida como a era da insegurança, do medo e da esperança, pois a Grande Guerra escancarou a fragilidade humana, fazendo tornar-se obrigatória a busca pelo prazer, que conduziu as sociedades modernas a se distanciarem cada vez mais dos valores tradicionais em uma atitude cínica e hedonista em relação à vida, impulsionada pelo desejo de recuperação e de superação dos anos perdidos.

com o progresso idealizado em sua inauguração. A capital permaneceu então, em um estado de letargia até a década de 1940, quando Juscelino Kubitschek (JK) assume a administração municipal, passando a promover uma grande mudança em Belo Horizonte, que visava “transformar a cidade numa verdadeira metrópole moderna com a abertura de avenidas, construção de novos bairros e dinamização cultural” (RIBEIRO, 2007, p. 122).

Dentre todas as propostas urbanísticas do prefeito furacão⁷⁸, a que mais se destacou, conquistando relevância internacional, foi à construção do bairro da Pampulha, “talvez o único de um grupo de edifícios visando a uma finalidade coletiva e social: o cassino, a casa do baile, o Iate Clube, a Igreja de São Francisco de Assis, e até mesmo a residência do Sr. Juscelino Kubitschek” (CARDOSO apud XAVIER, 1987, p. 134).

Contudo, a modernização por si só não carrega a modernidade; ela é parte de um processo que conduz a uma mudança na mentalidade e conseqüentemente, às sociedades ao status de modernas. Objetivando a modernidade e não apenas uma modernização, JK retomou as propostas de ruptura do movimento modernista⁷⁹ de 1922, que em Belo Horizonte refletiu apenas em uma mudança no academicismo literário, deixando as artes plásticas e a mentalidade presas a preceitos conservadores (VIVAS, 2003).

JK fomentou um grande mecenato a artistas modernos comprometidos com a renovação e a ruptura do *status quo* sendo o cenário montado em sua gestão representante de “uma nova tendência que não apenas se constituiu como modelo, mas também abriu novas possibilidades criadoras para gerações artísticas posteriores” (CEDRO, 2007, p. 134). A década de 1940, Segundo Eneida Maria de Souza (s/d), a partir da administração municipal de JK, “iria dar continuidade à revolução modernista nas artes, ao revolucionar o cotidiano da cidade, modificando tanto a sua fisionomia quanto a expansão do novo para a área industrial, urbana e política” (SOUZA, s/d).

A fim de inserir a provinciana capital no cenário artístico nacional, Juscelino cria, em 1944 a Semana de Arte Moderna de Belo Horizonte, com o intuito de “resgatar as propostas de 1922 e aproximar a sociedade belo-horizontina das principais ideias modernistas, seja

⁷⁸ Juscelino era chamado, muitas vezes pejorativamente de “prefeito furacão”, pois suas intervenções tinham como característica o benefício imediato e se destacavam pela rapidez de execução visando sempre o futuro e o progresso da cidade, inserindo-se tudo aquilo que significava progresso e desenvolvimento e para resgatar a face moderna que lhe foi incumbida. (TEIXEIRA, 2010)

⁷⁹ “O modernismo no Brasil tem como marco simbólico a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, no ano de 1922, considerada um divisor de águas na história da cultura brasileira. O evento - organizado por um grupo de intelectuais e artistas por ocasião do Centenário da Independência - declara o rompimento com o tradicionalismo cultural associado às correntes literárias e artísticas anteriores: o parnasianismo, o simbolismo e a arte acadêmica. A defesa de um novo ponto de vista estético e o compromisso com a independência cultural do país fazem do modernismo sinônimo de “estilo novo”, diretamente associado à produção realizada sob a influência de 1922.” (ITAU, 2011)

através das obras expostas, seja pela realização de vários debates, conferências e palestras sobre arte" (CEDRO, 2007, 132). A exposição contou com a 140 obras, sendo pinturas, esculturas e gravuras além da presença de artistas modernos já consagrados como Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Lasar Segall, Carlos Scliar, Cândido Portinari, entre tantos outros, conferindo ao evento uma grande importância para a cultura mineira no cenário moderno.

O objetivo de Juscelino Kubitschek com esta exposição era “conjugando o modernismo arquitetônico, já apresentado à sociedade com a Pampulha, com o modernismo das artes plásticas presente na realização da Semana de Arte Moderna, de modo a instituir, com o auxílio desses empreendimentos, o cosmopolitismo artístico na capital mineira (CEDRO, 2007, p. 132)”.

Segundo Cedro “a aceitação e compreensão das obras pelo público se dava quando as obras se identificavam com seus títulos. Quando isso não acontecia, havia divergências de opiniões e protestos radicais” (2007, p. 133). A incompreensão foi tamanha que a mostra chegou a ter reações bastante agressivas de alguns setores da sociedade, como “o protesto dos estudantes, na Praça 7, pintando painéis com rabiscos nos tapumes do Edifício Mariana, parodiando a mostra e o corte com gilete de oito obras expostas (RIBEIRO, 2007, p. 123).”

A reação negativa à exposição veio indicar a existência de um paradoxo na moderna sociedade belo-horizontina, que por um lado, apoiava o caráter modernizador das intervenções urbanas propostas por Juscelino Kubitschek, mas que por outro, mostrava-se presa ao passado, ao tecer críticas às inovações estéticas apresentadas na Semana de 1944, que conduziria a tão esperada ruptura com a mentalidade.

Este paradoxo entre modernidade e tradição ganha mais destaque a partir de 1945, quando Portinari e Cheschiatti terminam, respectivamente, o mural *São Francisco se despojando das vestes*, a *Via Sacra* e os baixos-relevos do batistério para a Igreja São Francisco de Assis, na Pampulha que inaugurou um intenso debate acerca da sacralização do templo. Os motivos oficiais para sua não sacralização foram a dificuldade de absorção da arquitetura de Niemeyer e, principalmente “em relação às várias intervenções de Portinari, que teriam desgostado profundamente o clero e os fiéis” (FABRIS, 2000, p. 187) e nos artigos publicados nos jornais do período evidenciamos opiniões que a condenavam e a exaltavam.

Apontamos que são inúmeras as produções acadêmicas das mais diversas áreas, a respeito desta temática. Encontramos trabalhos que discutem o processo de modernização a partir da construção da cidade de Belo Horizonte, do processo de verticalização do centro, da Semana de Arte Moderna de 1944, da gestão de Juscelino Kubitschek e, conquistando

relevância internacional, da polêmica da sagração da Igreja da Pampulha, que desperta interesse nas mais diversas áreas.

Dentre a produção bibliográfica observada, constatamos que a cidade de Belo Horizonte é sempre analisada em blocos separados, construção, processo de verticalização, modernização. Contudo, dado a proposta de análise conferida à este ensaio, objetivamos demonstrar uma continuidade na mentalidade conservadora, expressas na dificuldade de aderir ao novo e promover mudanças profundas nesta sociedade enraizada.

A análise das produções científicas referentes à administração municipal de JK e à polêmica sagração da Igreja da Pampulha convergem ao afirmar que Juscelino Kubitschek contribuiu para elevar a cidade Belo Horizonte ao status de moderna. Tomando como referência os periódicos *Estado de Minas e O Diário*, constatamos que a sociedade belo-horizontina concordava com as intervenções urbanas propostas por JK mas, a Igreja de São Francisco de Assis, não fora bem recebida pela arquidiocese de Belo Horizonte, que não autorizou a sua sagração, impossibilitando a realização de cultos religiosos e movimentando a opinião pública.

A Igreja ficou interdita por quinze anos; nesse período inúmeras polêmicas e discussões eram fomentadas, dividindo opiniões na sociedade. De um lado, no periódico *O Diário*, tradicionalmente católico, observamos que a Igreja utiliza deste veículo para transmitir seu discurso conservacionista, que condena a sagração:

(...) de um modo geral [a Igreja] possui todos os elementos necessários para o exercício do culto. O mesmo já não acontece com a pintura de Portinari, a qual corresponde menos à finalidade pedagógica que a Igreja exige das decorações dos templos. Como manifestação de arte, os murais são, sem dúvida, excelentes, mas como arte religiosa, sofrem compreensíveis restrições. (ABERTA ao..., *O Diário*, 1959)

Por outro, é possível observar no jornal *Estado de Minas*, artigos de opinião favoráveis inovações estéticas, como no artigo de Cristiano Carlos intitulado *A Igreja da Pampulha*, de 1959:

(...) alguns círculos populares e mesmo de elite não compreenderam, durante longo tempo, que o fenômeno da arte moderna transcendia entre nós os limites do modernismo das escolas estéticas. (...) A constatação da arquitetura e da pintura modernas pela Igreja, além de propiciar novos elementos de beleza plástica aos novos templos, serviu para eximir o gosto popular das [sic] pênias da incompreensão e do preconceito” (CARLOS, *Estado de Minas*, 1959 p.11)

As inovações estéticas sempre estiveram alinhadas à realidade da cidade, em sua construção, e, na década de 1940, no processo de modernização. Porém, a vanguarda que

representaria o moderno e o novo passa a ser às vésperas do cinquentenário da capital reflexo de seu paradoxo, um sinônimo do aprisionamento da mentalidade nos moldes tradicionais, cercados pelos paradigmas religiosos.

Este paradoxo se instaura devido ao tradicionalismo que ainda persistia na capital e mesmo com tanta ‘modernidade’ o passado continuou a ser honrado, as hierarquias persistiram e os símbolos, principalmente os religiosos, continuaram sendo valorizados e perpetuados por gerações. Segundo Berman (2006)

(...) homens e mulheres modernos precisam aprender a aspirar à mudança: não apenas estar aptos a mudança em sua vida pessoal e social, mas ir efetivamente em busca das mudanças, procurá-las de maneira ativa, levando-as adiante. Precisam aprender a não lamentar com muita nostalgia as ‘relações fixas imobilizadas’ de um passado real ou de fantasia, mas a se deliciar na mobilidade, a se empenhar na renovação, a olhar sempre na direção de futuros desenvolvimentos em suas condições de vida e em suas relações com outros seres humanos. (BERMAN, 2006, p. 94)

Tendo a mudança como pressuposto básico das sociedades modernas, concluímos que a cidade de Belo Horizonte não pode ainda ser considerada moderna em função do tradicionalismo. Parreiras (2001, p.50) elucida esta questão ao definir que o “processo de experimentação da modernidade, que gesta e se desenvolve nas nações avançadas, não foi ainda experimentado ou vivido pelas sociedades latino americanas contemporâneas, expostas ao processo de modernização.” A modernidade, portanto ainda estava longe de ser alcançada, pois na Belo Horizonte cinquentenária, as transformações nas idéias eram margeadas pelo conservadorismo que não foi abandonado com a mudança da capital.

Podemos considerar que a administração de Juscelino Kubitschek impulsionou a cidade nos trilhos da modernidade, pois este colocou em xeque os valores tradicionais, contudo, a ruptura esperada, a mudança na mentalidade necessária para conduzir a Belo Horizonte ao seu idealizado status de moderna, não foram alcançadas.

Belo Horizonte na década de 1950 tornava-se cada vez mais ambígua, pois mesmo criada sob ares civilizados e modernos, a cidade se mantinha presa em seu paradoxo; ora prendia-se ao passado, em suas tradições, ora se atirava frente ao futuro, em suas modernizações. Desta forma, seria ainda prematuro conferir à cidade de Belo Horizonte o status de moderna, já que as transformações culturais ocorriam ainda a passos lentos em seu cinquentenário.

Referências Bibliográficas

ABERTA ao culto a Igreja de São Francisco de Assis. *O Diário*. 12 abril 1959, p. 4.

- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Ana Maria L. Ioriatti e Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática, 2006.
- CARLOS, C. A Igreja da Pampulha. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 abril 1959, p. 11.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CEDRO, Marcelo de Araujo Rehfeld. *A administração JK em Belo Horizonte e o diálogo com as artes plásticas e a memória: um laboratório para a sua ação nos anos 1950 e 1960*. 2007. Uberlândia: Captado em: <http://migre.me/jQzwX>. Acesso em: 12 mai 2014
- CEDRO, Marcelo de Araujo Rehfeld. *JK desperta BH (1940-1945): a capital mineira na trilha da modernização*. São Paulo: Annablume, 2009.
- FABRIS, Annateresa. *Fragmentos urbanos: representações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 2000. – (Coleção Cidade Aberta). 187 p.
- ITAÚ Cultural. *Art Nouveau*. 2012. Captado em: <http://migre.me/jp49N>. Acesso em: 20 mai. 2014.
- _____. *Modernismo Brasileiro*. 2011. Captado em: <http://migre.me/jpyuS>. Acesso em: 20 mai. 2014.
- _____. *Neoclassicismo*. 2008. Captado em: <http://migre.me/jQBL0>. Acesso em: 20 mai. 2014.
- JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: Itinerários da Cidade Moderna (1891-1920). In DUTRA, Eliana F. (org.) *BH - Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996.
- PARREIRAS, Elizabeth Guerra. *Cidades da América Latina: modernas ou modernizadas?* Belo Horizonte. 2001. Captado em: <http://migre.me/jQzr9>. Acesso em 12 mar 2014.
- RIBEIRO, Marília Andrés. *O modernismo brasileiro: arte e política*. Uberlândia. 2007. Captado em: <http://migre.me/jQBQR>. Acesso em: 13 mai. 2014.
- RODRIGUES, Marly. *O Brasil na década de 20*. 2010. Captado em: <http://migre.me/jQEig>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- SOUZA, Eneida Maria de. *Imagens da modernidade*. In: SOUZA, Eneida Maria de (org.). *Modernidades tardias*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- SOUZA, Eneida Maria de. *Olhares do cidadão*. Belo Horizonte. (s/d). Captado em: <http://migre.me/jQz99>. Acesso em 18 mai. 2014.
- TEIXEIRA, Clotildes Avellar. *JK de braços dados com a arte*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2002.
- VIVAS, Rodrigo. *A persistência da forma: modernismo e artes plásticas em Minas Gerais. 1920-1970*. Belo Horizonte. 2003. Captado em: <http://migre.me/jp6D8>. Acesso em: 20 mai. 2014.
- XAVIER, Alberto (Org.). *Arquitetura moderna brasileira: depoimentos de uma geração*. São Paulo: Pini, 1987.

A crítica da democracia moderna em Flaubert e Tocqueville

Maria Elvira Malaquias de Carvalho

Doutoranda em Teoria da Literatura e Literatura Comparada

Universidade Federal de Minas Gerais

elviralettras@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo apresenta a vinculação tácita entre formulações presentes no projeto estético de Flaubert, como a proliferação dos clichês, ideias feitas e demais estereótipos de linguagem, e as teses de Tocqueville sobre o crescimento da democracia moderna, o nivelamento das condições e o poder da opinião pública.

PALAVRAS-CHAVE: Flaubert; Tocqueville; democracia moderna.

RÉSUMÉ: Cet article présente l'association tacite entre le programme esthétique de Flaubert, y compris la croissance des clichés, idées reçues et stéréotypes du discours, et les thèses de Tocqueville sur la démocratie moderne, l'égalisation des conditions et le pouvoir de la opinion publique.

MOTS-CLÉS: Flaubert; Tocqueville; démocratie moderne.

A proximidade entre o pensamento de Gustave Flaubert e Alexis de Tocqueville não é um mero acaso produzido na história das mentalidades, como se poderia supor. O ano de 1856 testemunhou igualmente o escândalo da publicação de *Madame Bovary*, de Flaubert, e o lançamento de *L'Ancien Régime et la Révolution*, de Tocqueville. Tradicionalmente, a crítica flaubertiana nunca se interessou por essa brilhante ocorrência no mundo das letras. Kazuhiro Matsuzawa justifica tal desinteresse pela ausência de documentação comprobatória do conhecimento recíproco entre os autores. Flaubert nunca mencionou Tocqueville em sua produção ficcional e em sua correspondência, e Tocqueville tampouco citou o autor de *Madame Bovary* em qualquer um de seus textos.

Mais recentemente, entretanto, os especialistas flaubertianos têm encontrado outros recursos para estudar comparativamente a trajetória desses dois eminentes pensadores da sociedade moderna francesa. Durante o governo provisório da Segunda República, Tocqueville foi eleito membro de uma comissão que deveria redigir uma constituição para a nação. Quando estouram as jornadas de junho de 1848, “ele se arranja do lado do partido da ordem, mas demonstra moderação e cautela”, (BENOÎT, 2000, p. 15) comenta Jean-Louis Benoît. Em um jantar literário promovido por um amigo, Tocqueville se encontra com George Sand, a qual se pusera do lado do povo revoltoso, e “cada um dos dois protagonistas se engaja

a moderar seu campo”, (BENOÎT, 2000, p. 15) acrescenta Benoît. O episódio do “Jantar com George Sand: maio de 1848” consta dos *Souvenirs* de Tocqueville:

Eu tinha grande preconceito contra M^{me} Sand, pois eu detesto as mulheres que escrevem, sobretudo aquelas que disfarçam as fraquezas de seu sexo em generalidade, em lugar de nos fazer interessar em querer vê-las sob seus traços verdadeiros. Apesar disso, ela me agradou. (...)

Além disso, M^{me} Sand era então um tipo de homem político. (...) Era a primeira vez que eu travava conhecimento direto e familiar com uma pessoa que pôde e quis me dizer, em parte, aquilo que se passava no campo dos nossos adversários. (TOCQUEVILLE, 2000, p. 264-265)

George Sand era grande amiga e correspondente de Flaubert. A ela o autor remetera acerbas críticas sobre a questão do sufrágio universal e da querela entre democracia e instrução pública, especificamente sobre a discussão do ensino laico, público e obrigatório. Para Flaubert, que jamais escondeu sua opinião sobre a Revolução de 1848 e seu “desprezo pelo julgamento democrático, sob a forma do sufrágio universal”, (HERSCHBERG PIERROT, 1988, p. 14) como esclarece Anne Herschberg Pierrot, a abertura do ensino a todas as classes implicaria o aumento do número de imbecis, como se lê nesta carta do romancista a George Sand, datada de 4 ou 5 de outubro de 1871:

A instrução gratuita e obrigatória só fará aumentar o número de imbecis. (...) A massa, a multidão é sempre idiota. Não tenho muitas convicções, mas, sobre isso, estou seguro. Contudo, é preciso respeitar a massa, por mais inepta que ela seja, porque ela contém os germes de uma fecundidade incalculável. Deem a ela a liberdade, e não o poder. (...)

O mais urgente é instruir os ricos, os quais, em suma, são os mais fortes. Esclareçam o burguês, primeiramente, pois ele não sabe nada, absolutamente nada. (FLAUBERT apud HERSCHBERG PIERROT, 1988, p. 16)

O famoso trecho de *A educação sentimental*, localizado entre os capítulos V e VI da terceira parte da obra e que focaliza o assassinato de Dussardier por Sénécal, significa, para a economia narrativa flaubertiana, repleta de brancos e vazios, a ascensão da intolerância, do autoritarismo e da tirania cometida em nome dos ideais democráticos republicanos. Carlo Ginzburg tece uma analogia entre Flaubert e Tocqueville, quando ambos apontavam que o fenômeno democrático, em sua prática política, poderia trazer consequências perversas como o golpe de Estado, a ditadura e a oligarquia:

A aparição de um fenômeno político sem precedente, um regime imperial que retirava sua legitimidade do sufrágio universal, havia convencido Flaubert e outros conservadores inteligentes, como Tocqueville e Burckhardt, de que as sociedades modernas se dirigiam rumo a diversas formas de democracia autoritária. (GINZBURG, 2000, p. 91)

Não há provas de que Flaubert e Tocqueville tenham se conhecido pessoalmente, mas tudo leva a crer que o escritor tivera, pelo menos, uma notícia de *L'Ancien Régime et la Révolution* por meio da *Revue de Paris*. A edição de 1º de outubro de 1856 trazia o texto de *Madame Bovary* entre as páginas 5 e 55 do veículo e, logo em seguida, uma resenha de Eugène Despois acerca do livro do historiador político. No sumário da revista, havia os títulos das duas obras. “Não seria natural imaginar que Flaubert aparentemente tenha lido a resenha do livro de Tocqueville?” (MATSUZAWA, 2009, p. 85), questiona Matsuzawa.

Gisèle Séginger encontrou um pequeno detalhe que pode evidenciar a curiosidade de Flaubert pela carreira de Tocqueville. No exemplar de um livro que o romancista possuía, denominado *Les hommes de 1848*, de Auguste-Jean-Marie Vermorel, aparece uma cruz “na margem de uma nota sobre a ação de Tocqueville na pasta dos negócios exteriores no Governo Provisório de 1849” (SÉGINGER, 2000, p. 79). Matsuzawa, por sua vez, flagrou uma citação indireta, por Flaubert, de uma frase de Tocqueville. A frase – “À medida que me afasto da juventude, tenho mais consideração, eu diria mesmo, mais respeito pelas paixões” (TOCQUEVILLE apud MATSUZAWA, 2009, p. 85) – retirada do ensaio *Philosophie du bonheur*, do filósofo Paul Janet, foi citada no dossiê de *Bouvard e Pécuchet*, romance póstumo de Flaubert.

Anne Herschberg Pierrot contextualizou suas reflexões sobre o clichê e o lugar-comum na obra de Flaubert, por meio da asserção de Tocqueville a respeito do primado da opinião comum nos regimes democráticos. Alçada à esfera pública, a opinião comum constituía, com o passar do tempo, uma massa inconsciente e manipulável de enunciados e frases feitas, à medida que, segundo Tocqueville, o nivelamento democrático seguia um ritmo contrário aos interesses individuais:

Quanto mais as condições se tornam iguais, menos os homens são individualmente fortes, mais eles se deixam confortavelmente ir ao encontro da multidão e têm dificuldade em manter, sozinhos, uma opinião que ela abandona. (TOCQUEVILLE, 2000, p. 90)

Ao longo do século XIX, a opinião compartilhada na esfera pública parece substituir, de maneira irreversível, a razão individual. A *bêtise* e os *lieux-communs* não são apenas estereótipos romanescos, e sim características gerais da mentalidade burguesa. Fredric Jameson observa que, em Flaubert, os clichês indicariam a “consciência cada vez mais padronizada da pessoa moderna ou burguesa” (JAMESON, 2007, p. 192). Flaubert critica a predominância dos ideais coletivos sobre a liberdade, a responsabilidade e a autonomia do

sujeito, predominância esta que ocorre em uma época, como diz Séginger, “que mata o indivíduo, a vontade e o pensamento, em benefício da massa que não pensa nunca e que se vira para todas as direções (...), influenciada pelos jornais, ou imprevisível” (SÉGINGER, 2000, p. 120).

Nos estudos flaubertianos contemporâneos, especialistas como Pierrot, Séginger e Matzusawa têm abordado a relação entre as teses de Tocqueville a respeito do nivelamento democrático e determinadas questões presentes no ideário estético de Flaubert, como a proliferação dos clichês e ideias feitas que denuncia o crescimento da multidão inumerável e da fisionomia comum, decorrentes da perda dos valores hierárquicos e do aplainamento das diferenças individuais.

Segundo Tocqueville, a Revolução seria o cúmulo do nivelamento das condições sociais há séculos em curso na sociedade francesa desde o Antigo Regime. Sucessivas mutações, a partir de 1789, eclodem e recomeçam a mesma revolução, como se ela se originasse de si mesma e das condições feudais que a precederam. Para o autor, a Revolução é o grande acontecimento da nação francesa, o qual marca o fim de uma era e o começo de outra etapa histórica.

Em várias oportunidades, desde que a Revolução começou até nossos dias, vemos a paixão pela liberdade apagar-se, depois renascer, depois apagar-se novamente e depois ainda renascer. Assim ela fará por muito tempo, sempre inexperiente e mal regrada, fácil de ser intimidada, temida e vencida, superficial e passageira. Durante este mesmo tempo, a paixão pela igualdade ocupa sempre o fundo dos corações dos quais ela tomou posse primeiramente. (TOCQUEVILLE, 2000, p. 250)

A noção de igualdade possui, nos regimes democráticos, uma dimensão complexa. Benoît chama atenção para o fato de que o nivelamento das condições seja apontado como causa e consequência da democracia, pois é “porque as condições dos indivíduos tendam rumo à igualdade que o surgimento democrático foi possível, [e] o desenvolvimento da realidade democrática reforça a demanda igualitária” (BENOÎT, 2000, p. 30). É importante destacar que o ideal igualitário compreende, na obra de Tocqueville, um estatuto mais imaginário que político, pois é oriundo de um pacto social no qual os cidadãos imaginam-se iguais por convenção. O princípio da igualdade democrática existe, segundo Francesco Spandri, em meio a um risco político e epistemológico que estabelece que a relação com a igualdade deva ser fundamentalmente uma “relação com a abstração” (SPANDRI, 2005, p. 183). A representação igualitária, sendo abstrata por definição, caracterizaria, de acordo com

Spandri, um fantasma de igualdade que “assombra a imaginação dos cidadãos provenientes da Revolução” (SPANDRI, 2005, p. 191).

Pouco importa, nota Gisèle Séginger, se, “para Flaubert, politicamente, seja estabelecido ou não o sufrágio universal. De todos os modos, pela importância já adquirida pela opinião, o poder execrável do ‘on’ está bem garantido” (SÉGINGER, 2000, p. 67). Assim, em 1848, a ação política seria tão absurda quanto inútil, pois a vitória da indistinção democrática abriria espaço à intolerância, a partir do momento em que a igualdade fundasse a tirania da multidão. Em suma, uma diferença de perspectiva entre Tocqueville e Flaubert pode ser levada em conta:

(...) enquanto Tocqueville estudava o movimento em direção à igualdade sob o Antigo Regime em relação com o aprofundamento do centralismo monárquico, Flaubert não produz uma análise assim tão firmemente argumentada do ponto de vista histórico e se contenta em associar o triunfo pernicioso da igualdade, por um lado, aos valores cristãos que retornam perigosamente na política e, por outro, na perspectiva de uma interpretação cíclica do tempo, à ideia de uma decadência da civilização ocidental. (SÉGINGER, 2000, p. 67)

Apesar da declarada inadequação de Flaubert às características da democracia moderna, é um tanto precipitado associar seu culto à arte a um mero compromisso com o gosto aristocrático, como pretende Séginger. Ao considerar o escritor como o “último dos aristocratas”, (SÉGINGER, 2000, p. 217) que faz de sua arte “um ato de resistência contra a igualdade triunfante”, (SÉGINGER, 2000, p. 211) a análise da comentarista esquece que, por outro lado, Flaubert combateu as utopias políticas sem demagogia e sem o viés reacionário atribuído gratuitamente às opiniões do romancista. Não há dúvida de que a obra flaubertiana tenha possibilitado uma denúncia das condições de existência do proletariado, e a avaliação do escritor sobre os conflitos sociais de seu tempo é coerente com as análises de Karl Marx sobre os acontecimentos de 1848, como lembra Pierre-Marc de Biasi. Celebrar o grande esteta que foi Flaubert não nos desobriga de refletir sobre a maneira como o autor pensou e representou o real à sua volta, já que:

personagens como (...) a pequena Berthe, em *Madame Bovary*, Dussardier, o revolucionário de coração puro, na *Educação*, ou Félicité em “Um coração simples” provam suficientemente que sua obra contém uma autêntica acusação da opressão social e das injustiças induzidas pela revolução industrial e pela burguesia triunfante. (BIASI, 2002, p. 111)

Após a publicação de *Madame Bovary*, como destaca Kazuhiro Matsuzawa, podemos apreciar o romance flaubertiano como uma “narrativa da lógica democrática do

nivelamento e da inclusão”. (MATSUZAWA, 2009, p. 86) Ao lembrar o vaticínio de Tocqueville sobre como o crescimento democrático modificaria as atitudes, os comportamentos e as paixões, já que “os costumes se atenuam, à medida que as condições se nivelam”, (TOCQUEVILLE, 2000, p. 100) Matsuzawa interpreta o bovarismo como “uma manifestação da ânsia democrática e igualitária” (MATSUZAWA, 2009, p. 87) e considera o estilo de Flaubert como uma resposta diante dos anseios de ascensão social e econômica da classe burguesa, incapaz de enxergar sua própria improdutividade. Em última instância, a ironia flaubertiana corresponderia “a um novo estágio histórico da ânsia democrática: à solenidade política e ideológica da primeira metade do século XIX sucede a despolitização pós-romântica, acrescida por certo desencantamento”. (MATSUZAWA, 2009, p. 88)

Referências bibliográficas

BIASI, Pierre-Marc de. *Gustave Flaubert: l’homme-plume*. Paris: Découvertes Gallimard, 2002.

GINZBURG, Carlo. Déchiffrer un espace blanc. In: GINZBURG, Carlo. *Rapports de force*. histoire, rhétorique, preuve. Trad. Jean-Pierre Bardos. Paris: Gallimard; Le Seuil, 2000.

HERSCHBERG PIERROT, Anne. *Le dictionnaire des idées reçues de Flaubert*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1988.

JAMESON, Fredric. *Le postmodernisme ou la logique culturelle du capitalisme tardif*. Trad. Florence Nevoltry. Paris: Beaux-arts de Paris, 2007.

MATSUZAWA, Kazuhiro. Madame Bovary et Tocqueville. Une lecture politique et philosophique. In: REY, Pierre-Louis; SÉGINGER, Gisèle (org.) *Madame Bovary et les savoirs*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2009.

SÉGINGER, Gisèle. *Flaubert: une poétique de l’histoire*. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 2000.

SPANDRI, Francesco. Le rôle de l’imagination dans l’idéal égalitaire. In: MÉLONIO, Françoise; DIAZ, José-Luis (org.) *Tocqueville et la littérature*. Paris: Presses de l’Université Paris-Sorbonne, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Textes essentiels: antologia crítica*. Apresentação de Jean-Louis Benoît. Paris: Pocket, 2000.

Patrimônio Material: Os efeitos da chamada fase heroica do IPHAN na cidade de Mariana.

Aline Maria A. da Silva
Graduanda em História pela
Universidade Federal de Viçosa
aline.aguiar@ufv.br

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar o período chamado de fase heroica do IPHAN a partir do centro histórico da cidade de Mariana em Minas Gerais. Observaremos neste breve artigo como atuava o IPHAN entre 1937 e 1967, e como isso foi crucial para a preservação do centro histórico de Mariana tal como é.

PALAVRAS-CHAVE: Mariana, IPHAN, Patrimônio Nacional, Fase Heroica.

ABSTRACT: This work aims to analyze the period called Heroic Phase of IPHAN through the historic center of the city Mariana in Minas Gerais. We will observe in this brief article how IPHAN acted between 1937 and 1967, and how it was important for the preservation of the historic center in Mariana as it is nowadays.

KEY-WORDS: Mariana, IPHAN, National Patrimony, Heroic Phase.

Introdução

O Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, o SPHAN, era subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, foi um órgão criado a fim de preservar o patrimônio histórico brasileiro, e permaneceu sob a direção de Rodrigo de Melo Franco de Andrade de 1937 a 1967. Este período corresponde a chamada fase heroica⁸⁰ do IPHAN, observaremos como este órgão atuava nesta época. Tal análise será orientada pelo periódico do IPHAN, a Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional⁸¹, e pelos Livros do Tombo consultados no Arquivo Noronha Santos.

A cidade de Mariana em Minas gerais porta-se neste artigo como um estudo de caso, em que as medidas adotadas pelo SPHAN foram primordiais para a conservação e preservação do conjunto urbano marianense tal como é, constituindo assim o centro histórico como conhecemos.

⁸⁰ Essa fase corresponde aos primeiros de Rodrigo de Melo Franco de Andrade na direção do SPHAN. Esse período é marcado pela estruturação do órgão construção do conceito de patrimônio. Rodrigo de Melo Franco de Andrade cotou com a colaboração de vários intelectuais, principalmente Mário de Andrade, seu maior aliado na estruturação do SPHAN. Rodrigo permanece na direção do SPHAN de 1937 a 1967, neste intervalo de tempo se percebe uma valorização das produções coloniais que se apresenta, sobretudo através da arquitetura e arte barroca. (FONSECA, 2005).

⁸¹ Não será levado em conta neste trabalho o conteúdo da edição número 7, que ao contrario dos outros documentos utilizados não se encontra disponível na página do IPHAN.

A escolha de Mariana como objeto de estudo de caso é devido as particularidades desta cidade desde seu estabelecimento. Segundo Fonseca, Vila do Carmo vila a ser elevada a categoria de cidade em Minas passando a se chamar Mariana, além de ser a primeira cidade planejada⁸², como consta no relatório “Mariana, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico”, inserido no Livro de Belas Artes. A cidade vem a ser posteriormente um dos primeiros municípios a sofrer intervenções do IPHAN.

IPHAN e a fase heroica

A fase heroica se relaciona primeiro período de organização do órgão onde recebia a denominação de SPHAN, Serviço Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Os componentes que atuavam no setor tentavam denominar o que era patrimônio, porém segundo Oliveira a ausência de recursos e pessoal especializado se mostravam como as grandes dificuldades deste trabalho.

Bernd elenca três objetivos do SPHAN em seu período inicial. O primeiro deles era listar o “patrimônio artístico, histórico, arquitetônico e paisagem natural de maior importância”, seguido do objetivo de “salvar alguns prédios e monumentos artísticos, que tenham entrado o estado de decadência”. E o terceiro objetivo era “introduzir novas leis a nível nacional, não apenas com relação ao tombamento, mas também referentes as consequências advindas deste processo, especialmente em propriedade privada.”

As deliberações propostas norteiam, principalmente, a preservação de bens imóveis abrindo seu campo de trabalho ao patrimônio artístico e natural. Não há nenhuma referência no que concerne a preservação do patrimônio imaterial. Neste período de criação do órgão, o SPHAN definia patrimônio como sendo:

De fato a fase heroica foi fortemente marcada pela preservação do patrimônio arquitetônico. A ideologia de salvaguardar a história brasileira foi fortemente marcada pelos tombamentos de bens imóveis, com a exceção dos tombamentos dos núcleos urbanos, que seriam enquadrados em patrimônio paisagístico, mesmo sendo tal paisagem fortemente marcada pela arquitetura. Por outro lado observa-se em Mariana, que o tombamento do núcleo urbano da cidade esta inserido no Livro de Belas Artes.

Constata-se na tabela abaixo que os bens marianeses que se encontram no Livro Histórico e/ou no livro de Belas Artes foram reconhecidos como patrimônio histórico artístico nacional na dita fase heroica do IPHAN. Percebe-se também que os primeiros bens a serem

⁸² A cidade foi planejada por José Fernandes Pinto Alpoim, um arquiteto português.

tombados no período nos primeiros anos do IPHAN são, na cidade de Mariana, quase exclusivamente prédios religiosos, a única exceção é o conjunto urbano da cidade, tombado em 15 de maio de 1938. Porém não se nota na cidade tombamentos posteriores ao ano de 1962, ano compreendido ainda no período da “fase heroica”.

Relação de bens tombados da cidade de Mariana⁸³

PATRIMÔNIO TOMBADO	DATA DE TOMBO	LIVRO DO TOMBO
Casa do Barão de Pontal	06-07-1962	Livro Histórico
Igreja Nossa Senhora do rosário	05-11-1945	Livro de Belas Artes Livro Histórico
Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré	05-11-1945	Livro de Belas Artes Livro Histórico
Casa Capitular	06-12-1949	Livro Belas Artes
Casa com Rótulos	02-12-1950	Livro Histórico
Capela de Satana	08-09-1939	Livro Belas Artes
Casa de Camâra de Cadeia	19-02-1949	Livro Belas Artes
Seminário Menor e Capela Nossa Senhora da Boa Morte	06-12-1949	Livro Belas Artes
Mariana MG: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico	15-05-1938	Livro Belas Artes
Fonte Samaritana	13-12-1949	Livro Belas Artes
Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	08-09-1939	Livro Belas Artes
Igreja de Nossas Senhoras das Mercês	05-08-1938	Livro Belas Artes
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	09-08-1939	Livro Belas Artes
Igreja da Sé	08-09-1939	Livro Belas Artes
Igreja de Nossa Senhora da Glória	21-05-1954	Livro Belas Artes
Igreja de São Francisco de Assis	08-07-1938	Livro Belas Artes
Igreja Matriz de Bom Jesus do Monte	06-12-1949	Livro Belas Artes
Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição	06-12-1949	Livro Belas Artes
Igreja Matriz São Caetano	25-05-1953	Livro Belas Artes
Passo da Ladeira do Rosário	06-12-1949	Livro Belas Artes
Passo da Ponte Areia	06-12-1949	Livro Belas Artes
Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Arquiconfraria de São Francisco	08-09-1939	Livro Belas Artes

⁸³ Esta tabela foi elaborada a partir da documentação do Arquivo Noronha Santos do IPHAN, onde se encontram os quatro Livros do Tombo: o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o Livro Histórico, o Livro das Belas Artes e o Livro das Artes Aplicadas. O acervo está disponível para consulta através do link: <http://www.iphan.gov.br/ans/> Último acesso em 30/05/2014.

Analisando os primeiros números da Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional⁸⁴, percebe-se a valorização da temática arquitetônica de forma geral e mais recorrente. A Revista do Patrimônio era em seus anos iniciais anual, porém as revistas não seguiram com períodos regulares de publicação, não tendo sido publicadas por exemplo entre os anos de 1947 e 1955 e tendo a ocorrência de duas publicações por ano, como ocorreu em 1984 e 1997.

Dentre os artigos compreendido nas edições analisadas, grande parte tratava da arquitetura brasileira. A abordagem a arquitetura marianense também foi recorrente, sendo perceptível em muitos títulos de artigos do editorial, da mesma forma a abordagem da arquitetura religiosa se fez muito presente.

Apesar disso as temáticas abordadas eram diversificadas. Segundo Bonomo o IPHAN contava com 84 colaboradores, das diversas regiões do país que “mesmo com a preferência pelo barroco, procurou ser abrangente, com temas relacionados à arqueologia indígena, à pintura do período de Nassau e a dos viajantes do século XIX.” (BONOMO, 2002, p. 9)

Considerações Finais.

Uma explicação possível para o reconhecimento das cidades mineiras como um polo histórico e de preservação pode estar aliado à manutenção das cidades barrocas mineiras antes mesmo que as propostas de preservação fossem iniciadas no país na década de 1930.

A fase heroica do IPHAN valorizou a arquitetura barroca de forma geral, e em Minas tal valorização se tornou mais evidente que em outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro por exemplo. As capitais destes estados sofreram alterações no seu plano urbano original em virtude da modernização do país. Conseqüentemente essa modernização levou a demolição de imóveis para concretizar o estabelecimento de seu novo plano urbano.

Mariana porta-se neste trabalho como estudo de caso. As ações do IPHAN nesta localidade são mais perceptíveis a partir da análise dos Livros do Tombo que mostram como as intervenções fase heroica valorizou a arquitetura barroca marianense. Mariana não é um caso isolado, cidades como Ouro Preto e Sabará também passaram por este processo.

As Revistas do Patrimônio mostram como os ideais de preservação estavam em voga no período trabalhado. A Revista em si é reflexo direto das ações do IPHAN em seu período inicial, o próprio diretor do órgão em 1937, Rodrigo de Melo Franco de Andrade reconhece

⁸⁴<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17881&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional> Último acesso em: 12/06/2014.

na apresentação do primeiro número da revista à limitação nas temáticas abordadas no periódico dizendo que o primeiro número da revista “desde logo se ressentia de grandes falhas, versando quase todos sobre monumentos arquitetônicos, como se o patrimônio histórico e nacional consistisse principalmente nestes”. (Revista do Patrimônio, 1937, p.4).

O centro histórico de Mariana é um exemplo de como atuou o SPHAN em seus anos iniciais quando estava sob a direção de Rodrigo de Melo Franco de Andrade. A preservação deste conjunto urbano foi determinante para manutenção da parte histórica da cidade como conhecemos. As iniciativas do IPHAN foram com o tempo se desenvolvendo, bem como o conceito de patrimônio histórico. O órgão foi importante para a preservação, sobretudo de bens imóveis do país, contribuiu e continua a contribuir com a história nacional, porém de forma mais abrangente, contemplando também a riquíssima cultura imaterial brasileira.

Referências Bibliográficas

- BERNDT, Angelita e BASTOS, Rossano L. IPHAN e suas mudanças desde a sua criação. Política de Preservação. In: VIII CONGRESSO ABRACOR (Associação Brasileira Conservadores Restauradores Bens Culturais), p.17-20. 1996
- BONOMO, Mario Roberto. A arte barroca na trajetória da modernidade: a historiografia e a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: CBHA (XXII Colóquio Brasileiro de História da Arte), Porto Alegre, 2002. Captado em: <http://www.cbha.art.br/coloquios/2002/textos/texto32.pdf>. Acesso em 12 mai. 2014
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: XIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DO CEARÁ, comunidades e identidades: historia(s)? Para que(m)?, Sobra, 2012. Captado em: http://www.ce.anpuh.org/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=29. Acesso em 12 mai. 2014.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/ MinC – IPHAN, 2ª ed. 2005.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: GONÇALVES, A. L. e OLIVEIRA, R. P. de. *Termo de Mariana: História e Documentação*. V1. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.
- TORELLY, Luiz P. P. Notas Sobre A Evolução do Conceito de Patrimônio Cultural. In: FÓRUM DO PATRIMÔNIO, Belo Horizonte, 2012.

O cinema como arte da modernidade e sua proliferação em Belo Horizonte no início do século XX

Bruna Reis Afonso

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

reisafonsob@yahoo.com

Priscila Angélica Aguiar Marra

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

priscila.marra@yahoo.com.br

RESUMO: O cinema está diretamente ligado à vida moderna ao se constituir como entretenimento para as massas e símbolo da velocidade, da mudança, da percepção intensa e fragmentada, da busca por formas de entretenimento mais próximas da realidade e do cotidiano. Este trabalho pretende compreender a denominada “febre do cinema” em Belo Horizonte, com base em reflexões sobre a relação do cinema com a modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema; Modernidade; Belo Horizonte.

RESUMEN: El cine es directamente relacionado a la vida moderna, al constituirse como entretenimiento para las masas y símbolo de la velocidad, del cambio, de percepción intensa y fragmentada, de la búsqueda por formas de entretenimiento más cercanas de la realidad y de lo cotidiano. Este trabajo pretende comprender la llamada “fiebre del cine” en Belo Horizonte, con base en reflexiones acerca de la relación del cine con la modernidad.

PALABRAS CLAVES: Cine; Modernidad; Belo Horizonte.

O cenário de fins do século XIX foi composto por inúmeras transformações, sobretudo no meio urbano. O crescimento populacional, a intensificação comercial e industrial, o surgimento de novas tecnologias, as novas formas de transporte, o aumento do trânsito, entre outros elementos, ocasionaram uma movimentação nas cidades sem precedentes. Na constituição desse mundo mais turbulento e caótico as pessoas foram submetidas a novos estímulos, tendo seu ritmo de vida acelerado e se deparando com desconhecidas impressões e com choques frequentemente.

A modernidade é um fenômeno circunscrito às referidas transformações. Ben Singer nos apresenta que a modernidade foi definida como um bombardeio de estímulos ou pelo hiperestímulo (SINGER, 2001). Para Leo Charney as transformações da modernidade pós-1870 deram origem a um clima de superestimulação (CHARNEY, 2001). A denominação pode até variar entre os autores, mas permanece a ideia de uma modernidade que gera

sensações fugazes e efêmeras. Os choques e sobressaltos a que as pessoas estavam sujeitas nas metrópoles são próprios de uma modernidade de sensações momentâneas.

O modelo de vida urbano era marcado por vitrines, anúncios, aglomeração de pessoas, grande tráfego e barulho. As pessoas que haviam nascido num período pré-moderno tinham que encarar as inovações do mundo moderno, o qual podia ser perigoso e instável. No lugar das já conhecidas carroças, precisaram adaptar-se aos bondes elétricos e, posteriormente, aos carros. A concepção de segurança e equilíbrio foi deslocada por elementos como estes, que eram entendidos como fator de descontrole e impressões chocantes.

“À medida que o ambiente urbano ficava cada vez mais intenso, o mesmo ocorria com as sensações dos entretenimentos comerciais” (CHARNEY, 2001. p. 133). Daí surgiu, por exemplo, o suspense como divertimento popular. Bombardear a população através de emoções fortes e curtas era uma forma de chocá-la mais intensamente. O acúmulo de estímulos sensoriais bem como a comercialização do suspense eram um reflexo da modernidade, mas também um sintoma dela. Os indivíduos sujeitos às intensidades sensoriais acabavam por renovar seu aparelho sensorial, desenvolvendo um apetite por choques intensos que estimulavam o organismo fadigado pelo trabalho. Os sentidos humanos foram condicionados, treinados para a turbulência da vida moderna. Quanto mais distrações e excitações, maior a sede pelo diferente.

Seguindo a lógica do sensacionalismo e do hiperestímulo começa a produção cinematográfica. “O início do cinema culminou com esta tendência de sensações vívidas e intensas. Desde muito cedo, os filmes gravitaram em torno de uma “estética do espanto”, tanto em relação à forma quanto ao conteúdo”(CHARNEY, 2001, p.136). A emoção forte se manifestava no “cinema de atrações”, onde foi aperfeiçoado o conteúdo sensacionalista em formato de espetáculo: crimes, explosões, lutas, desfechos surpresas. O cinema foi reconhecido como “veículo para transmitir velocidade, simultaneidade, superabundância visual e choque visceral”(CHARNEY, 2001, p.137). O hiperestímulo, reflexo e sintoma da modernidade, era pano de fundo para o poder do cinema.

O público apreciava o cinema, pois os filmes podiam revelar e simular a realidade através de uma sequência de choques e emoções sensoriais, estabelecendo uma analogia com a vida moderna fora das telas. Por esse motivo Ben Singer nos esclarece que a alma metropolitana era entendida como a alma cinematográfica. Além disso, o autor informa que o

cinema era uma espécie de treinamento para a superestimulação que as pessoas teriam de enfrentar no cotidiano moderno.

O cinema como “um componente do gosto do público pela realidade” também é abordado pela autora Vanessa Schwartz. O cinema é mais do que apenas uma das novas invenções da época, é também a incorporação de aspectos da vida moderna, de atividades e práticas culturais dos espectadores. “A vida real era vivenciada como um show, mas, ao mesmo tempo, os shows tornavam-se cada vez mais parecidos com a vida” (SCHWARTZ, 2001, p. 411), inclusive o cinema.

O cinema cresceu à medida que, enquanto espetáculo, reproduzia a realidade. Ainda de acordo com Schwartz, o gosto pelo real se explicava na indistinção que as pessoas faziam entre a vida e a arte.

A reprodução da realidade a partir do cinema também encontra espaço nos debates de Walter Benjamin. Além da possibilidade de reproduzir o cotidiano, o filme amplia e enriquece o mundo perceptível. Através dos seus enfoques as lentes da câmera revelam o já conhecido de uma maneira desconhecida. (BENJAMIN, 1975). Trazem uma visão mais nítida do campo de visão do espectador, ao mesmo tempo em que desabrocha um inconsciente ótico, chamando a atenção para algo ou alguém até então despercebido.

Dessa forma, além de o cinema seguir as tendências de hiperestímulo da sociedade de fins do século XIX, pode-se inferir o inverso, uma vez que o cinema atua na sensibilidade do visível e do estímulo. Ao mesmo tempo em que trabalha com elementos do real o cinema, de acordo com Benjamin, tenta explodir esse mundo prisional – do cotidiano - e revelar ao público espaços para além dos habituais.

Nas palavras de Leo Charney, Walter Benjamin insistia que “a natureza da percepção na modernidade era intrinsecamente fragmentária” (CHARNEY, 2001, p. 392). O movimento contínuo é entendido como sendo uma cadeia de movimentos fragmentários. Assim, a efemeridade da experiência moderna é associada à montagem do cinema, que ao passar uma sequência de imagens permite ao espectador reconhecer o presente – o “agora” – através da sua reconhecibilidade visual.

O conceito de choque, que já foi utilizado anteriormente, é para Benjamin a experimentação do instante. O cinema, como elemento que atinge o sujeito moderno, utiliza das sensações efêmeras e abruptas para chocar o público e lhe trazer o presente.

O momento do choque trazia à sensação, e depois à consciência, a instantaneidade do momento presente, mesmo quando passava. O choque empurrava o sujeito moderno para o reconhecimento tangível da presença do presente. [...] o cinema tornou-se a forma de arte definidora da experiência temporal da modernidade (CHARNEY, 2001, p. 394-395).

O autor Leo Charney trabalha ainda com a fotogenia como sendo o elemento específico da arte-cinema. Aqui cabe o parênteses de que o cinema não foi concebido como arte logo que surgiu. Como foi exposto, era temido que o cinema não deixasse de ser apenas um entretenimento entre os demais (necrotério, museus, teatro, etc). Somente no século XX, com a constituição gradual de uma cultura cinematográfica, é que o cinema foi elevando-se ao estatuto de arte (MARTINS, 2006). Ademais, a arte tenciona transmitir a sensação das coisas como elas são percebidas (CHARNEY, 2001, p. 399), e enquanto o cinema não foi compreendido em sua complexidade, considerando também a recepção do público, não pôde se enquadrar na definição de arte.

A essência do cinema, que deriva desta fotogenia, de acordo com Leo Charney, “dependia de sua intangibilidade, de seu sempre-indo-embora”(CHARNEY, 2001, p. 395), constituindo dessa maneira um paradoxo. E assim como a vida moderna, a fotogenia faz-se efêmera. Logo, a essência do cinema é indefinível, pois é momentânea e variável.

O filme apresenta-se como uma sequência de imagens em movimento aparentemente contínuo. E é exatamente essa sensação de movimento que aproxima o cinema do real, pois os objetos e as pessoas na tela se mexem. O cinema cedeu espaço para uma nova forma de experiência: a atividade do espectador.

O cinema como tradutor da modernidade encontra espaço e é apropriado na cidade de Belo Horizonte desde os primeiros anos de sua fundação. Mas, para uma melhor compreensão do cinema na capital mineira, faz-se necessário entender o projeto pensado para a própria cidade.

Belo Horizonte, desde sua planta construtora, foi planejada para ser moderna. A modernidade, segundo Fabiana Moraes Machado, também estava ligada à nova forma de governo, a República instaurada em 1889. Belo Horizonte despontava, portanto, como símbolo dessa República. As palavras de “ordem e progresso” vieram do positivismo para nortear a construção da capital.

Na busca pelo progresso, o cinema aparece, nas palavras de Fabiana Moraes Machado como o intérprete da modernidade. Este entretenimento reorganizava “aos olhos dos

espectadores o que a cidade parecia desarrumar” (MACHADO, 2005, p.76), ao mesmo tempo que sintetizava os acontecimentos urbanos.

Embora Belo Horizonte tenha nascido de um planejamento moderno, seus moradores tiveram de ser moldados para a modernidade que deveria se impor aos valores tradicionais que os constituía. De acordo com Machado “para a população chegar à modernidade teria que ser de forma conciliatória, gradativa, sem ter que sepultar as antigas referências. Buscava o caminho da assimilação via entendimento, via familiarização.” (MACHADO, 2005, p. 27). O projeto de modernidade, bem como o cinema, vão se consolidando, aos poucos, na capital mineira.

Assim, o primeiro filme é exibido em 1898 para os belo-horizontinos na casa do Dr. Hermílio Alves, como informa Alice Sosnowski (SOSNOWSKI apud VILHENA, 2008 p.97). Lugares improvisados como este serão substituídos por espaços específicos para o lazer cinematográfico já nos primeiros anos do século XX. Um exemplo é o pioneiro Cinema Comércio, com capacidade para 800 espectadores. Outros cinemas surgem na década de 1910, enraizando este moderno lazer em Belo Horizonte.

Os filmes transformam-se num produto mercadológico que, portanto, precisa ser vendido. Esse fenômeno acaba impactando que o cinema deva ter uma visibilidade, é preciso atrair o público. Ao mesmo tempo, os espectadores desejam uma exibição dos filmes com o mesmo glamour e requinte que o mundo hollywoodiano, por exemplo, por eles retratado (MACHADO, 2001). Dessa forma, vão surgindo em Belo Horizonte cinemas luxuosos, com grande capacidade para receber o público. Este é o caso do Cine Odeon, “uma luxuosa construção ao estilo *belle-époque*, localizado na rua da Bahia, com capacidade para 500 pessoas.” (VILHENA, 2008, p.98)

Os costumes e hábitos observados nos filmes passaram a ser imitados pelo público, ditando modas. Também se construiu um padrão de conduta dentro das salas de exibição, moldando o comportamento dos espectadores. Kellen Nogueira Vilhena nos chama a atenção para as críticas feitas ao uso de cigarros, chapéus dentro dos cinemas, bem como ao costume de bater bengalas no chão.

Apesar de tudo, o luxo não era condição imprescindível para a constituição dos cinemas. À medida que o entretenimento se popularizava, faziam-se necessárias salas de exibição que atendessem aos mais diversos públicos, inclusive os mais modestos. Em Belo Horizonte não foi diferente, o cinema passou a contemplar os diversos extratos sociais.

Os belo-horizontinos que não pertenciam a famílias abastadas ou que não moravam na área central da cidade, encontraram nos cinemas mais baratos a possibilidade de usufruir deste lazer. Por isso, um dos aspectos mais relevantes do cinema em Belo Horizonte foi a sua capacidade de extrapolar os limites da Avenida do Contorno, o que demonstra a popularidade que atingiu entre as diversas camadas sociais. E dessa forma, de acordo com Machado, “o cinema acaba por se tornar o espaço tão desejado pela República, um lugar para as manifestações coletivas”(MACHADO, 2001, p. 34).

Ao longo do tempo o cinema passou a ocupar um lugar central nas práticas de lazer da cidade, e surgem novos espaços – cada vez mais amplos e modernos – para a exibição de filmes. Fernanda Moraes Machado nos informa que a década de 1920 já era de um “reinado absoluto do cinema”, um verdadeiro hábito, uma mania. Na mesma década Belo Horizonte também vivia as sensações e os estímulos do mundo moderno, daí o cinema ter se apresentado como a linguagem de tradução da nova realidade para o público da cidade.

Na década de 1940 os cinemas haviam se espalhado por diversos pontos da cidade: o “São José (1942), na rua Platina; o Santa Teresa (1944), na praça Duque de Caxias; O Santa Efigênia (1945), na rua Alvares Maciel com Avenida Brasil; o Eldorado (1945) no Calafate; o São Geral (1947), na Lagoinha; o Rosário (1947), na rua Jacuí; o Floresta Novo (1948), na avenida do Contorno; e muitos outros.”(ALBANO, 2008, p.12)

Os moradores assistiram à formação de Belo Horizonte enquanto frequentavam os cinemas. Portanto, sua consolidação como cidade moderna foi processual, acompanhada do desenvolvimento do entretenimento cinematográfico. Através de Fernanda Moraes Machado sabemos que “ser moderno passava pela sala de projeção, e o cinema se torna o caminho mais fácil para, de fato, se conseguir compreender e fazer parte da cidade moderna”(MACHADO, 2001,p.70).

Para Machado, apesar de ser símbolo da modernidade, o cinema trazia a convivência entre o novo e o antigo, pois através dos filmes preservava-se a tradição. Os filmes eram um mecanismo para proteger os elementos que começavam a ser suplantados pelo advento da modernidade. “Em síntese, a nova ordem trazida pela modernidade faz com que a população deseje o novo e todas as suas manifestações, ao mesmo tempo em que se manifesta a favor da antiga ordem, temerosa por sua ruína. Vivem um momento que é de ruptura e conciliação, fragmentação e síntese.”(MACHADO, 2001, p.70)

Acima de tudo, foi a experiência do cinema que se ligou à da vida moderna e urbana. E o espectador belo-horizontino que vivenciou as duas experiências encontrou uma forma de se adequar entre o passado e o futuro, buscando instantes fugazes de sensação que atendessem aos hiperestímulos da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANO, Celina. *Cine Pathé*. Belo Horizonte: Coneceito, 2008

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In.: *Benjamin e a obra de arte – técnica, imagem, percepção*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012

CHARNEY, Leo. Num instante: o cinema e a filosofia da modernidade. In.: CHARNEY, Leo; SHWARTZ, Vanessa. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.

MACHADO, Fernanda Moraes. *Entre caboclas e Thedas Baras – A tradição e a modernidade a partir do cinema na década de 20 na jovem capital mineira*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2005, 161p.

MARTINS, Fernanda A.C. Impressionismo Francês. In.: MASCARELLO, Fernando. *História do cinema mundial*. Papyrus Editora, 2006

SCHWARTZ, Vanessa R. O espectador cinematográfico antes do aparato do cinema: o gosto do público pela realidade na Paris fim-de-século. In.: CHARNEY, Leo; SHWARTZ, Vanessa. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.

SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In.: CHARNEY, Leo; SHWARTZ, Vanessa. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.

VILHENA, Kellen Nogueira. *ENTRE “SÃNS EXPANSÕES DO ESPÍRITO” E “SARRILHOS DOS DIABOS”*: lazer, divertimento e vadiagem nas representações da imprensa em Belo Horizonte (1895 – 1922). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação Belo Horizonte: Faculdade de Educação, 2008. 177 p.

A representação da mulher na cidade moderna em *Lance Maior* de Sylvio Back

Daiane D. S. Thiele

Graduanda em História, memória em imagem-Bacharelado

UFPR

danithiele@gmail.com

RESUMO: A presente pesquisa busca problematizar as representações da mulher em *Lance Maior* – primeiro longa metragem do diretor Sylvio Back – numa relação entre história e cinema. O filme retrata um triângulo amoroso e foi produzido em Curitiba durante 1968, em meio a um processo de modernização da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Curitiba; Sylvio Back; *Lance Maior*.

Abstract: This search try to find out the representation of women in *Lance Maior* - First feature film of the director Sylvio Back – about a relationship between history and cinema. The film is about a love triangle and was produced in Curitiba during 1968 in the middle of a modernization process in the city.

KEYWORDS: Women, Curitiba, Sylvio Back, *Lance Maior*.

O filme *Lance Maior* (1968), primeiro longa-metragem de Sylvio Back⁸⁵, é a principal fonte utilizada neste texto, cujo objeto central é a representação feminina criada pelo cineasta, especialmente a partir das personagens Cristina e Neusa e seus contextos, mas também pela relação que ambas estabelecem com Mário, o estudante de Direito. Portanto o recorte histórico envolve o contexto curitibano, brasileiro e mundial no ano de 1968, levando em consideração o momento de produção do filme e a presença feminina em meio ao período.

As duas mulheres são apresentadas ao espectador por primeiro, logo nos minutos iniciais do filme, ainda antes da apresentação dos letreiros. Cristina é uma moça de família abastada que estuda na Universidade. Ela é apresentada ao espectador logo na primeira sequência do filme ao som de rock e de forma muito “solta”. Ela corre por um gramado, dança, fala ao telefone, nos é mostrada de forma “leve” como alguém que parece estar de bem como a vida. Na sequência que é mostrada logo a seguir, Neusa aparece sozinha em um parque esperando seu noivo, andando por entre as árvores segurando uma flor na mão, parecendo estar apaixonada, com um olhar distante, aguarda a chegada de seu pretendente, enquanto ouvimos uma música melancólica.

⁸⁵ Sylvio Back nasceu na cidade de Blumenau no estado de Santa Catarina, filho de mãe alemã e pai húngaro, viveu em Florianópolis depois mudou-se para Antonina e Paranaguá onde começou a surgir sua paixão pelo cinema. Em 1957 veio para Curitiba, cidade na qual começou sua carreira no cinema. Tornou-se um dos mais premiados cineastas brasileiros, com diversas participações em festivais nacionais e internacionais.

Logo em seguida se inicia a apresentação de Mário, por meio de fotografias de família. Em voz *off* o pai de Mário faz todo um discurso sobre a necessidade do filho estudar e ter um carreira bem sucedida e também ter um bom casamento, porque, segundo ele “anel no dedo é o que vale”. Após esse trecho, quando os letreiros começam a aparecer na tela, a cidade de Curitiba é mostrada ao espectador. A câmera “passeia” por praças e prédios da cidade, dando a sensação do espectador estar pelas ruas da cidade, aproximando o mesmo do espaço da localização.

Apresentados os personagens principais a trama se inicia, revelando, aos poucos, um jogo de interesses por parte dos três protagonistas. Ainda no início do filme, Mário estabelece um namoro com Neusa e, pouco tempo depois, também com Cristina. Pode-se dizer que Mário e Neusa, ambos de origem mais humilde, possuem os mesmos interesses, pois estão em busca de ascensão social, custe ela o que custar, nem que para isso seja necessário um casamento por conveniências. Já Cristina, uma moça de classe social mais alta, parece entrar na relação com Mário por “brincadeira”, por diversão, um “passatempo”.

Neusa, no início do filme se encontra com o noivo Rogério, que pertence à sua classe social. Mas na primeira oportunidade em que vê a chance de um casamento melhor, ela o deixa para tentar a sorte com Mário. Ela termina com seus planos frustrados, uma vez que, com o desenrolar dos fatos, ela percebe as verdadeiras intenções de Mário, e acaba por fim, ao que parece, voltando com o noivo. Já Mário, após idas e vindas nos encontros alternados com as duas moças, em sua cena final está em um Boliche com um amigo e duas prostitutas. Todos estão bêbados e esse final sugere que Mário termina sem nenhuma das duas moças, tendo, portanto, assim como Neusa, seus planos frustrados. O filme como um todo deixa diversas coisas em aberto, principalmente o desfecho dos personagens.

Não se pode dizer que o filme possui apenas uma protagonista feminina, porque as duas são mostradas com a mesma relevância: o cineasta optou por colocar duas personagens com valores distintos com a mesma importância dentro da narrativa de *Lance Maior*. Levando em consideração o período em que o filme foi produzido e o fato de estar representando, na diegese, esse seu próprio tempo de produção, marcado por grandes conquistas femininas, pretende-se refletir sobre a forma como elas foram retratadas por três roteiristas homens: o diretor Sylvio Back, e seus colegas Nelson Padrella e Oscar Milton Volpini⁸⁶.

⁸⁶ “OSCAR MILTON VOLPINI, jornalista, contista e roteirista. Natural de Caxias do Sul (RS), está radicado em Curitiba (PR) desde 1958. Repórter policial, trabalhou nos jornais *O Dia*, *Diária do Paraná* e *o Estado do Paraná*. Foi igualmente editor da revista *Panorama* e o redator da *Secretaria de Comunicação Social do Governo do Paraná* (...) NELSON PADRELLA, jornalista, escritor, roteirista e artista plástico. Nasceu no Rio de Janeiro, radicando-se em Curitiba nos anos 50. Milita na imprensa paranaense, unindo crônicas com charges

A presente pesquisa articula cinema e história, tendo como princípio que o filme pode trazer indícios sobre questões sociais, morais e históricas do seu tempo de idealização e produção. Segundo Marcos Napolitano, uma produção fílmica é carregada

não apenas das motivações ideológicas dos seus realizadores, mas também de outras representações e imaginários que vão além das intenções de autorias, traduzindo valores e problemas coetâneos à sua produção (NAPOLITANO, 2001, p. 65).

Levando-se em consideração a pretensão de trabalhar com questões relacionadas à representação feminina no filme *Lance Maior*, é importante mencionar que, quanto às discussões teóricas sobre gênero, a referência principal desta pesquisa foi a autora Joan Scott. Segundo Joan Scott, as abordagens femininas realizadas por historiadores podem ser divididas em duas distintas categorias de uso, sendo a primeira descritiva, que não explica e também não atribui uma causalidade, e já o “segundo uso é de ordem causal e teoriza sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando compreender como e porque eles tomam as formas que têm” (SCOTT, 1995: p. 75). Tendo como base a segunda categoria apontada por Scott, pretende-se analisar os fenômenos da realidade ali representada, e que traz elementos do seu contexto de produção, para entender como o cineasta construiu as personagens centrais do filme. Será levado em consideração a contextualização do período, não apenas curitibano e brasileiro, mas pensando em dimensões mundiais, tendo em vista que o ano de 1968 foi marcado por diversos protestos, tendo a mulher desempenhado papel de grande importância.

Os personagens de *Lance Maior* viviam na cidade de Curitiba, que passava por um amplo processo de modernização. Nesse sentido, é interessante pensar no conceito da modernidade, que abrange muitas ideias. A modernidade é um tipo de experiência inevitável para as pessoas do mundo contemporâneo. De acordo com Zygmunt Bauman (2003), o que mudou, foi a modernidade sólida, que deu lugar à modernidade líquida. A primeira seria justamente a que compreende um conjunto estável de valores e modos de vida. Já na segunda, tudo é efêmero, as relações humanas não são mais concretas e a vida em conjunto, familiar, de grupos de amigos, perde a consistência e a estabilidade.

A modernidade é uma experiência carregada de ambiguidades, pois traz consigo a segurança e o perigo, a mudança e o risco. O século XX pode mostrar isso por si só, onde as pessoas conviveram com as estrondosas revoluções tecnológicas contrastando com a fome, a miséria, o analfabetismo. Essa experiência moderna não está congelada no passado, mas ainda

de humos. Trabalhou como publicitário antes de ingressar no serviço público nos anos 70. Em 1967, vê despertar sua vocação de pintor, tendo angariado, desde então, inúmeros prêmios e feito exposições tanto no Brasil como no exterior”. BACK, 2008, p. 164.

é vivida por todos no presente, diariamente. E era a experiência pela qual passavam, também, os personagens de *Lance Maior* na Curitiba dos anos 1960.

Cristina, mulher moderna na Curitiba que se moderniza

Na primeira cena em que Mário e Cristina aparecem juntos, eles estão dentro do carro de Cristina que está sendo dirigido por ela. Neste trecho, pelo diálogo, nota-se que eles estabeleceram um relacionamento no qual ainda estão construindo as “regras”, pois Cristina diz: “Vamos estabelecer um namoro moderno, tá?”. É possível identificar uma postura aparentemente superior de Cristina, em um filme que foi produzido em 1968 e que representa o seu próprio tempo. O diálogo entre eles, permite também compreender o perfil dos personagens, Mário diz que estuda Direito, portanto, eles são jovens universitários.

É interessante destacar que Cristina está dirigindo o carro e conversa. Para a época uma mulher dirigindo é algo moderno, ela dirige também o rumo da conversa e do relacionamento que se inicia. A personagem de Cristina é colocada como moderna em todo o discurso, e o fato dela estar dirigindo é relevante, porque nos mostra uma posição diferente da mulher na sociedade, esses são fatores que tem relação com todo o período vivido mundialmente referente às conquistas feministas. Cristina é uma personagem coerente com as questões que envolvem a emancipação das mulheres no tempo de produção do filme (anos 1960), ela vive a capital que passa por amplo processo de modernização.

Os personagens de *Lance Maior* vivem o ambiente urbano, sendo assim, é necessário pensar a cidade enquanto espaço, local em que se vivem as experiências da vida urbana, portanto uma vida moderna, que pode ser tida como espaço de construção de identidades. Sylvio Back e os roteiristas de *Lance Maior* viviam essa Curitiba que passava por um amplo processo de modernização, faziam parte desse contexto, que é representado e mesmo apresentado no filme. Além da larga avenida pela qual Cristina conduz seu carro na cena descrita acima (e que é a Avenida Sete de Setembro, logo após sua revitalização, em 1968), várias cenas do filme podem ser vistas como “documentos” das transformações na cidade na época: quando, por exemplo, os personagens andam nas ruas e lugares públicos, as pessoas que estão transitando, pessoas que não são atores, os lugares, pontos de ônibus, praças, lojas, ruas, são imagens de Curitiba em 1968.

Desde o prelúdio, a cidade é mostrada como um fator importante no filme. *Lance Maior* inicia com a apresentação dos personagens, conforme já foi explicado antes: primeiro Cristina ao som de uma música com batidas fortes, depois Neusa em uma cena romântica, seguido de Mário que nos é apresentado com fotografias desde sua infância e ainda, Curitiba. A capital, que serve de cenário para o filme, é apresentada ao espectador, após a apresentação

dos personagens centrais. Juntamente com os letreiros, várias imagens de Curitiba são mostradas - praças, prédios, ruas.

Com exceção da catedral – cuja construção data de fins do século XIX –, os demais elementos visuais remetem aos projetos de urbanização que desenharam Curitiba nos anos 1950 e 60, seja pelo padrão arquitetônico, seja pela organização de trânsito e das praças (KAMINSKI, 2012: p. 101).

Curitiba então pode ser considerada personagem do filme, pois o cineasta explora as imagens da cidade.

Cristina e Neusa vivem esta cidade, mas a primeira parece viver mais a modernização, ela pode ser apontada como uma mulher moderna, com pensamentos modernos, como podemos notar no diálogo citado no início do texto. Neusa embora viva a experiência urbana, trabalhe no centro da cidade, ande pelas praças e ande de ônibus, sonha com um bom casamento que lhe traga ascensão social. Seus valores, como se vê, são mais conservadores.

Neusa nos mostra ainda, uma capital contraditória, pois em meio a tanta modernização, ela mora no subúrbio, que é mostrado no filme como um lugar distante do centro - distante no sentido de grandes diferenças. Enquanto o centro tem seus grandes prédios, ruas cheias de carros, enquanto Cristina anda de carro e frequenta a Universidade Federal, o bairro onde Neusa mora não possui nem água encanada como é mostrado na cena em que Neusa está em casa com a família.

A Curitiba de Neusa

Lance Maior mostra Curitiba, a capital que se moderniza, porém, mostra também algumas contradições, como o subúrbio muito precário. A primeira cena em que o subúrbio da cidade é mostrado é quando Neusa está indo para sua casa. São mostradas ruas sem asfalto, longos campos de mato, crianças andando descalças nas ruas e até mesmo carroças. Cenas bem diferentes das que mostram o centro da cidade. As cenas foram filmadas na Vila Hauer⁸⁷, bairro que hoje em dia possuiu asfalto e com rede de saneamento básico, porém na época das gravações do filme, parecia não pertencer a Capital até então mostrada no filme, lembrando inclusive uma vila ou cidade do interior.

Back destaca, por meio das imagens, as ruas sem asfalto do bairro em que Neusa mora, destaca ainda as cercas em volta das casas e a mãe da personagem lavando roupas num tanque no quintal, parecendo dar ênfase na vida humilde que a personagem leva. Algo que não acontece com Cristina, que está sempre em ambientes requintados, e a única cena que

⁸⁷ Tribuna do Paraná, Curitiba, 06.04.1968. No dia das filmagens saiu uma pequena publicação informando que o *Lance Maior* seria gravado na Vila Hauer.

mostra a casa dela, é aquela que está em uma conversa aberta com seus pais, em que conta da sua relação com Mário com desdém.

Embora Neusa more em um bairro pobre, no filme ela aparece muito no centro da cidade, pois trabalha como vendedora em uma loja de tecidos e anda pelo centro em diversas cenas. Ela anda nas calçadas e ruas cheias de pessoas e carros e, assim, parece ser mais um no meio da multidão que trabalha e vive o centro da cidade. Neusa por vezes some no meio da multidão, a câmera parece ser o olhar do espectador, que também está no meio das daquelas pessoas que andam em diversas direções. Neusa e o espectador parecem fazer parte de uma mesma massa, massa esta, que vive a cidade.

Curitiba então, parece se contradizer, ao mesmo tempo que tem um centro moderno, com ruas largas e asfaltadas, repletas de carros, ônibus e pessoas trafegando, possui também um lado pobre, o inverso de tanta modernização. É possível notar que o Back associa Neusa a essa parte da cidade que se contradiz.

É muito interessante e peculiar a forma como Back associa Neusa a esse mundo que ela quer tanto deixar de pertencer. O diretor deixa muito claro que ela é suburbana, e faz questão de ressaltar que o bairro onde ela mora não tem nem água encanada. Em uma das cenas, na casa de Neusa, um homem retira água direto do poço a mando da mãe de Neusa. Nota-se, ao fundo, o casebre simples e o quintal de chão batido, indicando precariedade.

Ao analisar matérias da *Revista Panorama*⁸⁸ publicadas nos anos de 1965-1968, deparamo-nos com diversas publicações que trazem a cidade moderna como assunto, algumas delas com o título *A Curitiba de amanhã* (*Revista Panorama* nº 162, Curitiba, novembro de 1965), ou *A nova face de Curitiba* (capa da *Revista Panorama* nº 162, Curitiba, novembro de 1965), mostram as novas construções, as ruas asfaltadas, grandes projetos de modernização. Em contradição a esse tipo de matéria, há também diversas publicações mostrando as favelas da cidade, as fotos que são utilizados tem um grande apelo social e são utilizadas as mesmas fotos em várias publicações sobre o tema.

Uma reportagem que chama bastante atenção tem o fundo preto, que lembra o luto, e em letras garrafais o título *Curitiba declarou guerra às favelas* (*Revista Panorama* nº 152, Curitiba, janeiro de 1965), na imagem uma criança sem roupas está ao lado de uma senhora que tenta fazer fogo em uma lata, ao fundo uma casa de madeira com uma lamparina. A imagem sem dúvida possui um forte apelo emocional, juntamente com o fundo preto da

⁸⁸ Fundada em 1951, pelo jornalista e professor Adolfo Soethe, cidade de Londrina - Norte do Paraná, a *Revista Panorama* foi um dos primeiros veículos de comunicação da região. Na década seguinte foi transferida para Curitiba. Disponível em: http://www.panorama.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18&Itemid=16.

reportagem. A mesma imagem foi utilizada em outras reportagens, assim como a imagem de outras crianças em situação miseráveis.

Estas questões estão sendo levantadas, pois Curitiba não era apenas uma capital que se modernizava ou aproximava-se do Primeiro Mundo – ideia esta que até hoje existe –, ela passava por pleno movimento de expansão urbana, e tal expansão também excluía diversas pessoas que viviam em condições precárias.

Não de forma tão explícita, mas Back ao filmar o subúrbio, também mostra crianças andando descalças por ruas sem pavimentação, casa sem água encanada, carroças pelas ruas.

Os vinte mil favelados de Curitiba são homens e mulheres revoltados. Não se conformam em verem que a cidade tem dois lados – e que eles estão no mais sujo, no mais infecto e no mais odioso deles. Por isso mendigam, por isso roubam e mandam que sua filhas se prostituam (*Revista Panorama*, Curitiba, agosto de 1965, nº 159).

Ele parece mostrar e associar à Neusa, que não aceita a sua realidade e quer de todo jeito não pertencer mais aquele espaço, mesmo que seja por meio de um casamento por interesse. Essa “cidade de dois lados” é mostrada por Back, não de forma tão pesada e apelativa como no caso da *Revista Panorama*, mas parece, que de certa forma, o cineasta quis mostrar tais contradições, uma espécie de “denúncia” da miséria existente na capital, que são expressas no filme por meio das cenas que mostra o dia a dia de Neusa.

Kaminski destaca que a “urgência de Back em falar de seu tempo, e a *vontade de agir*, ainda que sob forma de uma produção cultural, através da qual pretendia fazer com que o espectador – projeção de um suposto “homem comum” – pudesse “se ver” representado na tela” (KAMINSKI, 2009: p. 234). Esse homem (ou mulher) que por vezes anda no centro da cidade como Neusa e que também pode morar no subúrbio, ou ainda, aquele homem/mulher que pertence a uma classe social mais alta e que muitas vezes “fecha os olhos” para a realidade em sua volta.

Considerações finais

Lance Maior possibilita várias discussões e análises sobre diversos assuntos da sociedade da década de 60 no Brasil. Esta pesquisa procurou compreender de forma mais ampla como a mulher foi representada. Ao responder a essa questão, vários temas se tornaram indispensáveis para entender de forma mais ampla o filme como um todo, como exemplo a capital paranaense em pleno processo de modernização – pensando no próprio conceito de modernidade -, e a posição da mulher em meio a essas mudanças.

A partir de então, em grande medida, constou-se, por meio das leituras realizadas, que a modernidade provoca transformações nos valores sociais, e as relações se tornam mais

efêmeras, conforme colocado por Bauman. Pensando de que forma isso foi levado para o filme, e principalmente nas representações das personagens femininas, pode-se colocar que elas fazem parte dessa nova sociedade que tem seus valores alterados devido às transformações da modernidade.

É interessante destacar, as posições das protagonistas de *Lance Maior*, ou seja, as novas posições da mulher na sociedade, que independente do meio para chegar ao seu objetivo, elas querem algo para si e tentam conquistar, de qualquer maneira. Enquanto Neuza representa um comportamento mais conservador, de buscar sua valorização social por meio de um bom casamento, Cristina representa uma postura mais ousada. Mostra uma nova postura da mulher perante a sociedade, tem suas próprias opiniões, não sendo submissa e conformada. O que condiz com os novos comportamentos nas relações entre casais, conforme descritos por Ventura (2008), mostrando que *Lance Maior* possui aspectos não apenas da sociedade de Curitiba da década de 60, mas sim da sociedade urbana ocidental como um todo.

A partir da análise de reportagens que saíram quando da estreia do filme em Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro, é possível identificar um discurso apelativo da mídia, em relação à mulher representada no filme. *Lance Maior* não possui cenas de sexo, as únicas cenas em que as personagens mostram mais o corpo são as cenas que em Cristina sai da piscina de biquíni com sua amiga, e a cena em que Mário imagina ver Neuza se despindo para ele em seu quarto. Ainda assim, em diversas reportagens se enfatiza que as personagens aparecem em “roupas íntimas”, usando a imagem do corpo da mulher para fazer propaganda do filme. Todas essas reportagens com características apelativas mostram uma sociedade que ainda não aderiu como um todo à modernização, que está passando por um processo de transição, e, ao mesmo tempo em que se quer “moderna”, é bastante conservadora. Ou seja, essas notícias deixam perceber um pouco das contradições que acompanham o processo de modernização.

A partir de todos os elementos apresentados até aqui, tornou-se mais clara a diversidade na representação da mulher em *Lance Maior*, e a posição de Back e dos outros roteiristas, uma vez que colocaram no filme, questões da sociedade, e se mostram com uma postura crítica por meio do filme, como diversos artistas da década de 60. Pode-se dizer que a mulher em *Lance Maior* se modernizou com o mundo, e mudou sua posição perante a sociedade, alterando os valores até então tradicionais.

Entretanto, elas possuem contradições: ao mesmo tempo em que são modernas, na questão da sexualidade, mostram-se conservadores. No caso específico de Neuza, que diz que só terá relações sexuais após o casamento, numa cena em que briga com Mário, como se estivesse se guardando para esse ritual. No caso de Cristina, que conversa abertamente com

as amigas sobre sexo e sobre namoradores na frente do pai, sente-se ofendida quando Mário tenta fazer algo com ela em um dos passeios, sendo este o motivo para o término do namoro. Portanto, a mulher em *Lance Maior*, pode-se dizer que estava no meio de um “turbilhão” de mudanças na sociedade, em que existiam, misturados, valores conservadores e valores novos. Embora, para a época tanto Cristina como Neuza pudessem ser consideradas modernas, por estarem em meio do processo de mudança, ainda carregavam consigo valores conservadores. Como são personagens elaboradas por homens (o diretor e os roteiristas), pode-se dizer que esses eram valores masculinos.

Fontes

Filme: *LANCE MAIOR*. Direção de Sylvio Back. Curitiba, Produção: Sylvio Back, A.P. Galante e Alfredo Palácios, 1968. 1 filme (100 min), preto-e-branco; 35 mm
Direção: Sylvio Back
Elenco (protagonistas): Reginaldo Farias, Irene Stefânia e Regina Duarte
Roteiro: Oscar Milton Volpini, Nelson Padrelli, Sylvio Back

Roteiro do filme:

BACK, Sylvio. *Lance Maior – 1968/2008 40 anos*. Rio de Janeiro. Imago, 2008.

Jornais e revistas:

Folha de São Paulo, 07.03.1969.
Folha de São Paulo, São Paulo, 6ª Feira, 07.03.1969.
Revista Panorama, Curitiba, agosto de 1965, n° 159.
Revista Panorama, Curitiba, agosto de 1965, n° 159.
Jornal da tarde, SP, 07.03.1969.
Folha da Tarde, São Paulo, 07.03.1969.
O Estado do Paraná, 29.09.1968.
Jornal da Tarde, SP, 07.03.1969.
Diário da Noite, 07.03.1969.
Diário da Noite, Ano XLIV, SP, 6ª-feira, 07.03.1969, n° 13.561.
Folha de São Paulo, 07.03.1969

Bibliografia

BACK, Sylvio. *Lance Maior, Argumento e roteiro Sylvio Back, Oscar Milton Volpini e Nelson Padrella*. Editora: Imago, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2003.

COSTA, Simone de Góes e ALTTIMAN, Cristina Navarro. *Revolução Feminina: as conquistas da mulher do século XX*. Jandira, 2009, trabalho apresentado ao curso de Administração de Empresa da Faculdade Eça de Queiroz.

KAMINSKI, Rosane. O cinema na mídia e a mídia no cinema: Lance Maior nos debates sobre os meios de comunicação de massa. *ArtCultura*, Uberlândia, v.8, n. 13, p. 203-223, jul-dez. 2006.

_____. O Brasil urbano no cinema dos anos 1960: Curitiba melancólica em Lance Maior, de Sylvio Back (1968). *Est. Hist*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 88-111, janeiro-junho de 2012. Disponível em [HTTP://.www.scielo.br/scielo.php?pid=S010321862012000100007&script=sci_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010321862012000100007&script=sci_arttext)

_____. *Poética da Angústia: história e ficção no cinema de Sylvio Back – anos 1960-70*. Curitiba, 2009.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, v. 20 n. 2, p. 71-99, julho/dezembro, 1995.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: Fotografia e História interfaces. *Tempos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98. Disponível em www.Historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf.

NAPOLITANO, Marcos. *A arte engajada e seus públicos*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 28, 2001.

OLIVEIRA, Dennison de. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Editora UFPR, Curitiba-PR, 2000.

OLIVEIRA, Márcio de. A trajetória do discurso ambiental de Curitiba (1960-2000). *Revista Social Política*, Curitiba, 16, p. 97-106, jun. 2001.

RAMOS, Alcides Freire. *Canibalismo dos Fracos. Cinema e História do Brasil*. Ed. Edusc, São Paulo, 2001.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Memórias e cidade: Depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990)*. 2ª edição, editora: Aos quatro ventos, 1999.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, 20 (2) 71-99, julho/dezembro, 1995.

VENTURA, Zuenir. *1968 o ano que não terminou*. São Paulo, Editora: Planeta do Brasil, 2008.

Do amor à face do medo: violência doméstica em telenovelas

Dalene Maciel Gonçalves

Mestranda em História Social

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

dalene.maciел@hotmail.com

César Henrique de Queiroz Porto

Doutor em História Social – USP

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

cesarqueirozporto@gmail.com

RESUMO: A violência doméstica contra mulher ganhou relevância na sociedade através das lutas feministas e da abordagem midiática, principalmente em telejornais e telenovelas que exibem casos de violência contra a mulher transmitindo informações aos lares brasileiros. Este trabalho se propõe a discutir como a violência doméstica é representada nas telenovelas *Mulheres Apaixonada* e *Fina Estampa* exibidas pela *Rede Globo*.

PALAVRAS CHAVE: Violência; Mulher; Telenovela; Representação.

ABSTRACT: The domestic violence against woman won relevance in society through the feminist fights and media approach, mainly in TV news and soap operas that display cases of violence against women, broadcasting information to Brazilian homes. This work proposes to discuss how the domestic violence is represented in soap operas *Mulheres Apaixonadas* e *Fina Estampa*, both displayed by *Rede Globo*.

KEYWORDS: Violence; Woman; Soap Opera; Representation.

Introdução

O presente trabalho propõe abordar de forma parcial⁸⁹ a representação da violência doméstica em telenovelas brasileiras, especificamente nas telenovelas *Fina Estampa* e *Mulheres Apaixonadas*, pois ambas demonstraram um drama familiar vivido por inúmeras mulheres e famílias.

Em meados da década de 1960 e 1970 se concentrou uma crise de paradigmas na história, o que levou uma ruptura epistemológica que pôs em xeque os marcos conceituais dominantes da História. A partir desse período a sociedade se emerge de forma mais complexa, novas questionamentos então no amálgama da sociedade e antigos paradigmas não conseguem sanar tais questionamentos.

⁸⁹ O presente trabalho é resultado parcial de uma pesquisa realizada no Mestrado em História Social na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) iniciada em fevereiro de 2014 sob orientação do Prof. Dr. César Henrique de Queiroz Porto.

A dinâmica social se tornava cada vez mais complexa com a entrada em cena de novos grupos, portadores de novas questões e interesses. Os modelos correntes de análise não davam mais conta, diante da diversidade social, das novas modalidades de fazer política, das renovadas surpresas e estratégias da economia mundial e, sobretudo da aparentemente escapada de determinadas instâncias da realidade – como a cultura, ou os meios de comunicação de massa – aos marcos racionais de logicidade (PESAVENTO, 2003, p. 9).

Com a renovação da escrita da história esta se apresenta com novas tendências, entre as quais o estudo do feminino, da violência, do corpo, da sexualidade, da mídia, dentre outros que iam se desenvolvendo em diversos campos. Apesar dessa renovação, devemos ter em mente que não houve uma ruptura rígida e imediata desses paradigmas, como afirmou Sandra Jatahy Pesavento “(...) a crítica ou a contestação de certas posturas historiográficas presente nessa ruptura dos paradigmas das últimas décadas do século XX não representa uma ruptura completa com as matrizes originais” (PESAVENTO, 2003, p. 9).

Essas novas concepções de se fazer história passaram a ser dialogadas no Brasil por volta da década de 1980 e 1990, período em que o mundo passava por diversas e rápidas transformações que modificaram a forma das pessoas agirem, pensarem, se organizarem. Intensificou-se a remodelagem de concepção, escrita, objetos da história e a busca por novas fontes emergiu. É no cerne dessas novas concepções que se inserem os estudos sobre a mídia, abrangendo seus mais variados formatos, aspectos, e em se tratando da mídia televisiva, sua programação, recepção e a forma como esta representa a sociedade e a maneira como a sociedade se sente representada, seus anseios, frustrações, desejos e crítica de si mesma.

Para José Carlos Reis, a partir de 1989, a historiografia “mudou de pele”, deixou de se falar “de estruturas”, “de longa duração”, “de classes e lutas de classes”. Na atualidade, as palavras que mais se utilizam no meio acadêmico principalmente envolto da história cultural são: “pós- modernidade”, “representação”, “imagem” dentre outras. Para este autor as mudanças na historiografia foram tão profundas que os próprios historiadores ficaram perplexos com as transformações, dessa maneira, o autor afirma que “(...) para compreendermos o que se passa com a historiografia atual, é preciso enraizá-la em sua historicidade, nos eventos históricos que deram forma e conteúdo ao presente” (REIS, 2012, p. 69).

A realidade tornou-se mais complexa e as questões que outrora necessitavam constantemente de respostas dos historiadores perderam a validade. “As concepções antigas foram substituídas pela modalidade vencedora de entendimento da cultura que ganhou espaço junto às universidades e a própria mídia” (PESAVENTO, 2003, p. 15).

Como consequência das modificações ocorridas no mundo e na história houve, uma renovação das correntes historiográficas e dos campos de pesquisa, multiplicaram-se o universo temático e os objetos, bem como a utilização de inúmeras novas fontes. O que gerou uma explosão de questionamentos, de produção tanto acadêmica quanto midiática.

Os historiadores também passaram a se interessar pelo presente, pelo que estão vivendo e sentindo. A todo momento surgem questionamentos não apenas do que passou, mas do que está se passando, nesse campo insere-se a História do Tempo Presente que deve ser entendida “como uma possibilidade bastante diversificada e abrangente e que como prática contemporânea do historiador que procura problematizar a partir de seu cotidiano” (PORTO, 2012, p. 207) de forma que possa ser compreendida como uma história escrita em qualquer tempo pelos seus contemporâneos partindo de uma problemática do seu tempo promovendo a interação “do presente e do passado”, pois essas problemáticas permeiam nossas preocupações cotidianas.

A telenovela como fonte para pesquisa

A mídia televisiva, dentre os mais variados meios de comunicação, possui uma importante relevância para que as informações circulem na sociedade. A forma como essas informações são apresentadas no meio televisivo bem como a recepção dessas informações podem ser consideradas instrumentos riquíssimos na pesquisa historiográfica, pois podem representar a sociedade em seus variados segmentos.

A força das imagens, mesmo quando puramente ficcionais, tem a capacidade de criar uma "realidade" em si mesma, ainda que limitada ao mundo da ficção, da fábula encenada e filmada. A experiência social do cinema e da televisão apoia sua força nesse pacto, ainda que os mecanismos de consciência possam ser diferentes para cada um dos dois meios. Em alguns casos, o historiador pode reproduzir esse fetiche em seu trabalho de análise (...) (NAPOLITANO, 2005, p. 237).

De acordo com César Henrique de Queiroz Porto a televisão está presente na vida dos brasileiros há mais de cinquenta anos e, nas últimas décadas, firmou-se como um dos principais meios de comunicação e informação nacional. “Pode-se falar que se tornou uma verdadeira instituição, ‘mania nacional’, fazendo parte do imaginário social da população” (PORTO, 2012, p. 205).

A sociedade contemporânea é marcada por um estado de superinformação permanente. O ambiente tecnológico do final do século XX criou percepções de tempo e espaço inéditos na história humana. Nunca foi tão fácil informar-se sobre o que se passa nos lugares mais longínquos do planeta. A informação é adquirida, acima de tudo, de modo visual (PORTO, 2012, p. 213).

Segundo Douglas Kellner, “há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais” (KELLNER, 2001, p.9).

No Brasil, a televisão é um dos mais importantes veículos de comunicação, a *Rede Globo* pode ser considerada, senão a maior, uma das maiores emissoras do país, sua programação geralmente rege o cotidiano dos brasileiros. O fato de a emissora ser uma das mais importantes do país justifica a escolha de dois programas a ela pertencentes, especificamente duas telenovelas.

A TV Globo veio assim introduzir uma renovação não só temática, mas também da linguagem da telenovela, que se consolidou a partir dos anos 1970 como um produto extremamente popular e lucrativo. A adoção de um tom realista não significava, contudo, que o espírito da telenovela, nos moldes de um folhetim abandonasse a perspectiva do melodrama. Tratava-se em lidar com questões próprias da realidade brasileira, em moldes realistas, sem perder de vista o entretenimento e a preocupação em atingir o gosto do grande público, e daí a permanência do padrão do melodrama como matriz da narrativa ficcional televisiva (KORNIS, 2007, p. 103).

Segundo Mônica de Almeida Kornis (2007), a partir dos anos de 1990 com campanhas de caráter social revelaram uma nova face da telenovela da Rede Globo, emergiu uma “estreita ligação de produto ficcional da emissora com a realidade brasileira” (KORNIS, 2007, p. 112). Essa ligação foi denominada pela autora como “marketing social nas telenovelas” no qual consistia a inserção de questões ou temas “com uma função que mais que pedagógica, pode ser caracterizada como de ajuda humanitária ou de utilidade pública” (KORNIS, 2007, p. 113).

A telenovela aparece como um ponto de entrecruzamento não só de formas de investigação sobre a cultura de massa, mas de estados de reflexão teórica sobre as relações entre a televisão, os gêneros “cultos” e “populares”. Por meio dela é possível identificar o lugar da ficção narrativa da constituição do imaginário social e, no presente caso da telenovela brasileira, o que as diferenças regionais fazem a um produto que atravessou fronteiras (LOPES, 2004, p. 127 - 128).

Para Silvia Del Valle Gomide (2006), os temas abordados pelas telenovelas são fundamentais para atração da audiência, as suas histórias sobre trabalho árduo que levam a uma ascensão social, dramas familiares, temas rurais, migração rural são imagens esperançosas sobre a vida de boa parte da sociedade.

Os conteúdos culturais das novelas são variados, são diversos estilos de vida que são ali demonstrados, permitindo assim leituras e conhecimentos diversos por parte dos espectadores e, por esse motivo, permitindo sempre alguma aproximação afetiva com alguma personagem. Essa é também uma

chave para o seu sucesso de audiência – pois cria assim uma situação em que o espectador está sempre ansioso para saber do desfecho de alguns dos personagens, mesmo que se interesse só por um ou por outro. (ALMEIDA *apud* GOMIDE, 2006, p.55).

Para Maria Lourdes Motter (2004), a *Rede Globo* tornou brasileira a telenovela. Sendo no Brasil que se encontram aqueles que podem ser considerados os melhores roteiristas, diretores e produtores desse gênero televisivo. O constante investimento nessas produções se deve ao fato de que a telenovela não pode ater-se apenas a fantasia ou a ilusão, apesar desses quesitos constituírem uma parte considerável da trama ela também mostra parte da realidade do público, este necessita se identificar com a trama para encontrar o sentido da própria realidade.

(...) tais produções tendem a atuar no sentido de fortalecer minorias no rumo da aceitação, da inclusão, promover a crítica do cotidiano, na política, nas relações sociais, apontando esquemas de poder, denunciando a corrupção, a falta de ética, a discriminação, a inoperância do poder público, a violência em suas múltiplas formas de manifestação. Seja de modo sério, brincalhão, pela ironia ou como paródia. Não são contos de fadas falando de um mundo encantado, mas *flashes* da realidade que nos envolve sem que vejamos com clareza no cotidiano concreto (MOTTER, 2004, 261).

Ainda segundo Motter, a telenovela é expressiva, pois ela consegue alcançar o conjunto social como um todo, ela é capaz de ultrapassar a própria audiência, pois suas temáticas são abordadas não mais descontraídas conversações do cotidiano. É capaz de “influenciar as preferências de parte significativa dos telespectadores” (MOTTER, 2004, 265).

Para Thomas Tufte (2004), se de um lado as telenovelas são fontes de entretenimento, por outro lado, as audiências que as narrativas produzem, demonstram o “significado social, cultural e até mesmo a função política que pode ser atribuída às telenovelas.” (TUFTE, 2004, 298). Muitas vezes ela expõe mazelas sociais, denuncia preconceitos e contribuem para um sentimento mais igualitário entre os indivíduos, por ser baseada em uma relação emocional com seus espectadores, a telenovela proporciona, portanto, uma “articulação com uma grande variedade de sentimentos e identidades” (TUFTE, 2004, 297).

(...) as telenovelas tocam algumas vidas do dia-a-dia que são fortemente reconhecidas por eles, conectando uma identificação e sentimentos de satisfação e prazer, promovendo um senso de pertencimento cultural e social em uma variedade de comunidades distintas, contrabalanceando os muitos processos de marginalização sociocultural e político-econômica experimentada por muitos cidadãos de baixa renda no Brasil. Isso se torna uma importante maneira de exercitar a cidadania cultural no sentido de achar o reconhecimento de preocupações cotidianas e, em alguma instância, ter a

experiência de que esses problemas possam ser divididos com os outros. (TUFTE, 2004, 298-299).

Ao abordar temáticas que estão em pauta nas discursões sociais, como violência doméstica, violência sexual, uso de drogas, as telenovelas causam uma comoção social. As emoções interpretadas pelos atores representam emoções sentidas por inúmeras pessoas na realidade, dando “a ilusão de estar com cada espectador, numa íntima proximidade” (BUONANNO, 2004, 343).

Necessitamos dessas representações porque elas nos dão um sentido de pertencer a algo, de fazer algo melhor, precisamos saber o que temos a ver com o mundo ao qual pertencemos. Como afirma Milly Buonanno à razão principal pela qual é necessário levar a sério as histórias especialmente as contadas pelo meio televisivo, “é que por meio delas a sociedade se representa” (BUONANNO, 2004, p.339).

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de conduta e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2009, p. 39).

Por meio de representações, a telenovela cria mediações entre a ficção e a realidade, reproduzindo interpretações e construções do cotidiano da sociedade. Como afirmou Sandra Jatahy Pesavento, “a representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção a partir dele” (PESAVENTO, 2009, p. 40).

A violência doméstica é assunto frequentemente abordado pela televisão, sendo temática exibida nos programas informativos como telejornais. A temática abordada pelas telenovelas adquire uma proximidade maior ao telespectador fazendo com que este viva as emoções transmitidas pelos atores ao interpretarem personagens, pois as novelas são nossos “contos de moralidade” permeiam a consciência como afirmou Milly Buonanno.

Mulheres Apaixonadas e Fina Estampa foram novelas que marcaram época devido a suas variadas temáticas dentre as quais a violência doméstica sofrida pelas suas personagens. Raquel (*Mulheres Apaixonadas*) e Celeste (*Fina Estampa*) sofriam agressões dos seus respectivos cônjuges sem possuir coragem para denunciá-los, foram personagens marcantes, pois de certa forma muitas brasileiras se identificavam com o papel representado pelas atrizes.

Mulheres Apaixonadas foi exibida no período de 17/02/2003 à 11/10/2003, do autor Manuel Carlos, e *Fina Estampa*, exibida no período de 22/08/2011 à 23/03/2012, escrita por

Agnaldo Silva. As duas telenovelas foram exibidas às 21hs, que é considerado o horário nobre da televisão brasileira, pois o índice de audiência é considerado alto nesse horário (grande número de televisores ligados na emissora).

Rachel (Helena Ranaldi) vive um drama na novela, é frequentemente agredida pelo marido Marcos (Dan Stulbach), mas não possui coragem para denunciá-lo à polícia. Para escapar das agressões, foge de São Paulo para o Rio de Janeiro e consegue ministrar aulas de Educação Física na escola em que Helena é diretora.

Na medida em que a novela é desenvolvida, Marcos descobre que Rachel está no Rio de Janeiro e começa persegui-la. Com o passar do tempo, e as constantes agressões, Rachel compartilha o problema com a diretora da escola, que a incentiva a denunciar o marido que, por sua vez, é uma pessoa bem vista pela sociedade, rico, bonito e aparentemente muito tranquilo.

Rachel decide prestar queixa, realiza todos os exames necessários para a comprovação das agressões, entretanto se depara com uma triste realidade, Marcos não foi punido devidamente⁹⁰ e volta a persegui-la intensamente, principalmente porque Rachel começa a se relacionar com outra pessoa, o que torna Marcos mais agressivo.

A trama em que Rachel está envolvida tem por desfecho a morte de Marcos em um acidente provocado pelo próprio, sendo este um dos pontos que torna a pesquisa relevante, uma vez que Rachel apenas se torna livre das agressões após a morte de Marcos devido à sua própria inconsequência, não recebendo uma punição judicialmente adequada aos crimes cometidos.

Dentre os vários núcleos apresentados na novela *Fina Estampa*, a violência doméstica ocorre entre o casal Celeste (Dira Paes) e Baltazar (Alexandre Nero). As discussões e brigas entre ambos, geraram polêmica, uma vez que Celeste sofria constantes agressões do seu companheiro. Baltazar é motorista de Teresa Christina (Christiane Torloni) - mulher rica e elegante - tendo um comportamento passivo, educado e discreto no trabalho, mas desconta suas frustrações em Celeste revelando assim um lado agressivo.

Celeste é uma dona de casa que sonha em ter um restaurante. Sofre constantemente agressões verbais e físicas do marido, mas teme denunciá-lo. Ela sempre se apoia na melhor

⁹⁰ No período em que a novela foi exibida, a [LEI Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006](#) conhecida popularmente como Lei Maria da Penha ainda não havia sido sancionada.

amiga e vizinha, Griselda (Lilia Cabral), que incentiva a amiga a denunciar Baltazar às autoridades.

Ao longo da trama, Celeste se torna mais firme em suas decisões devido ao apoio da amiga Griselda, que ganha um prêmio na loteria e monta um restaurante em sociedade com Celeste. Mais segura devido à independência financeira e cansada das constantes agressões do marido, Celeste ameaça denunciar Baltazar e o expulsa de casa. Entretanto, no final da novela, Baltazar se mostra transformado e Celeste o aceita de volta.

As duas tramas tratam de um assunto polêmico que causam discursões e indignação da população, apesar de serem tramas secundárias nas duas telenovelas foram suas personagens inspiração para inúmeras mulheres que sofrem agressões em nosso país.

Considerações finais

Os produtos midiáticos como as telenovelas podem influenciar a sociedade a ter um debate e atitudes mais críticas sobre temas sociais. Apesar dessa pesquisa ainda não estar completa, pois ainda busca uma análise mais aprofundada das telenovelas e teorias sobre a mídia, entende-se a importância positiva que os meios midiáticos podem ter ao representar a sociedade de forma que a torna mais consciente.

É notória a importância da mídia para a expansão das discussões sobre a violência doméstica em nossa sociedade. As telenovelas podem influenciar e encorajar decisões que podem transformar a vida de inúmeras pessoas, que por medo ou vergonha se escondem em um silêncio que traz sofrimento, dor e uma profunda amofinação.

Referências

BUONANNO, Milly. Além da Proximidade cultural: não contra a identidade, mas a favor da alteridade. Para uma nova teoria crítica dos fluxos televisivos internacionais. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. (Org.) *Telenovela: Internacionalização e Interculturalidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 2011.

FLAMARION, Ciro Cardoso; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GOMIDE, Silvia Del Valle. *Representações das identidades lésbicas na telenovela Senhora do Destino*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2006.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001.

KORNIS, Mônica de Almeida. *Ficção televisiva e identidade nacional: o caso da Rede Globo*. In: CAPELATO, Maria Helena (Org). *História e Cinema*. São Paulo: Alameda, 2007.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Para uma revisão das identidades coletivas em tempo de globalização. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Org.). *Telenovela: Internacionalização e Interculturalidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Viagens da Telenovela: dos muitos modos de viajar em, por, desde e com a telenovela. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Org). *Telenovela: Internacionalização e Interculturalidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MOTTER, Maria Lourdes. “Mecanismos de renovação de gênero telenovelas empréstimos e doações”. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Org). *Telenovela: Internacionalização e Interculturalidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. *A história depois do papel*. In. PINSKY, Carla Bassanesi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2.ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PORTO, César Henrique Queiroz. *História do Tempo Presente e Mídia Televisiva*. In: DIAS, Renato da Silva(Org.). *Repensando o político: poder trabalho e identidades*. Montes Claros: Unimontes, 2012.

REIS, José Carlos. *Teoria e História: o tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

TUFTE, Thomas. Telenovelas, cultura e mudanças sociais: da polissemia, prazer e resistência à comunicação estratégica e ao desenvolvimento social. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. *Telenovela: Internacionalização e Interculturalidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

Vivendo da *arte* do labor: a importância histórico-social dos arquivos judiciais da Justiça do Trabalho

Jôse Augusta Barbosa dos Santos

Mestranda em História Social

Bolsista FAPEMIG

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

josie_augusta@yahoo.com.br

RESUMO: Esta pesquisa busca lançar luz sobre o debate acerca das possibilidades e importância que os processos trabalhistas oferecem para a consecução de análises quantitativas e qualitativas sobre o papel da Justiça do Trabalho nas relações de trabalho entre os anos de 1941 a 1946 em Minas Gerais. A partir desta perspectiva de análise, busca-se traçar esta Justiça como instituição de referência nas demandas laborais e não um mero instrumento de controle.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça do Trabalho, trabalhadores, experiências vividas, processos trabalhistas.

ABSTRACT: This research seeks to shed light on the debate about the possibilities and importance of labor processes provide for the achievement of quantitative and qualitative analysis of the role of the Labour Court in labor relations between the years 1941 to 1946 in Minas Gerais. From this analytical perspective, we seek to trace this Court as an institution of reference in labor demands and not a mere instrument of control.

KEYWORDS: Labour Court, workers, experiences, labor,.

Introdução

A presente proposta de estudo⁹¹ originou-se a partir de uma curiosidade histórica⁹² particular e da tentativa de compreender a partir das relações vividas no trabalho e que se evidencia na experiência firmada pela classe trabalhadora⁹³ por meio dos processos trabalhistas instaurados na Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho/MG - 3ª Região nos anos de 1941 a 1946.

A escolha desse período como foco de análise e dos diversos segmentos socioeconômicos como objeto de estudo justifica-se em face dos seguintes fatores: I – esse é

⁹¹ O presente artigo é resultado de uma pesquisa de iniciação científica desenvolvida na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) iniciada em fevereiro de 2014 sob orientação da Profa. Dra. Carla Maria Junho Anastasia.

⁹² O termo curiosidade histórica é apontado por Veyne (1988, p. 69) como uma exigência da inteligibilidade do conhecimento histórico.

⁹³ Segundo Paul Singer (1988, p. 4) denomina-se classe trabalhadora “o conjunto de pessoas que vivem apenas de seu próprio trabalho”.

um período em que a Justiça do Trabalho era uma justiça coordenada com o Ministério do Trabalho, sendo concebida como um órgão do Poder Executivo até 1946; II – é um momento de desenvolvimento da indústria no Estado de Minas Gerais que teve início desde os anos 20, sendo facilmente depreendido que uma parte substantiva dos processos trabalhistas diz respeito a conflitos entre trabalhadores da indústria com seus respectivos empregadores. Desse modo, esses fatores refletiram sobre a configuração da estrutura ocupacional da sociedade mineira e sobre o mercado de trabalho, bem como sobre a composição das categorias profissionais constituídas naquele período.

Para além desta análise que prioriza as relações sociais dos trabalhadores do setor industrial, serão explicitados pontos de referência sobre a importância potencial dos processos da Justiça do Trabalho como fonte histórica e a relevância histórico-social de preservar estas fontes primárias para a historiografia.

Espera-se, assim, com esta reflexão inicial contribuir para a ampliação do debate e, comumente, que os arquivos judiciais trabalhistas de Minas Gerais sejam mais apreciados por sua riqueza que pode ser apreendida através da pluralidade de abordagens a depender da perspectiva do *mister* do historiador.

Minas Gerais no início dos anos de 1940

As primeiras décadas do século XX são ilustradas por um mundo do trabalho em que se empregavam milhares de trabalhadores, existindo diante deste panorama uma diversidade de situações “que variavam segundo a cidade ou a região, o ramo de atividade, o grau de qualificação, o tipo de relação de trabalho” (BATALHA, 2000, p. 9-11), mas tinha em comum que a maioria dos trabalhadores estava submetida a longas jornadas de trabalho, com poucas possibilidades de descanso e lazer, morando em habitações precárias nas periferias dos centros urbanos, “padecendo de problemas de transporte e infra-estrutura; ou ainda, submetidos ao controle patronal, como no caso das vilas operárias das empresas” (SINGER, 1988, p. 73).

O processo de industrialização potencializava o crescimento do trabalho assalariado e a necessidade de organizar um sistema nacional de relações de trabalho amalgamado por uma tela de direitos era, então, assumida pelo Estado a partir dos anos de 1930, pois segundo Cláudio Batalha (2000, p. 37-9) “a República trouxe inicialmente esperança, que logo deu lugar à decepção, àqueles que buscavam obter a regulamentação do trabalho e a garantia de direitos políticos e sociais através da organização dos trabalhadores”, posto que “mesmo a

parca legislação aprovada visando à melhoria das condições de trabalho – como o decreto 1.313 de 1891 regulamentando o trabalho dos menores nas fábricas do Distrito Federal ficou só no papel, pela falta de vontade política e de uma estrutura de fiscalização para seu cumprimento”.

Entre 1920 e 1940, prosseguiu-se o processo de industrialização e a formação da classe operária, sem alterar de forma decisiva a estrutura social do país. Assevera Ângela Maria de Castro Gomes (2005, p. 198) que a “missão histórica da Revolução de 1930 e do governo do pós-37 era, portanto ‘*salvar a tempo a situação do operário*’, criando um direito trabalhista que o reconhecia como ‘*a célula da vida nacional*’.” A partir de 1940, o processo de industrialização e, portanto, de formação da classe operária no Brasil entra em nova etapa. Constitui-se a chamada *grande indústria* formada por estabelecimentos em geral de grande porte e, conseqüentemente, promoveu mudanças nas dimensões do tipo de organização do trabalho fabril (SINGER, 1988, 58-9; RODRIGUES, 1983, p. 510).

Nas Minas Gerais, este processo histórico esteve presente desde o início do século XX com a “emergência e a multiplicação de projetos de desenvolvimento regional” a partir da implantação de um polo industrial regional capaz de integrar todo o território do Estado, pois

No momento em que os processos trabalhistas começam a ser produzidos, Belo Horizonte, [...], se apresenta como uma metrópole consolidada. Basta ver que, se em 1920, Belo Horizonte era o terceiro centro industrial do estado, em 1940 era de longe o primeiro. Primeiro no momento em que se faz a poção por um projeto de desenvolvimento regional que prioriza a industrialização, essa prioridade resultará em forte desenvolvimento da indústria em Belo Horizonte. Por essa razão é fácil depreender que uma parte substantiva dos processos trabalhistas diz respeito a conflitos entre trabalhadores da indústria com seus respectivos empregadores (GODOY, CUNHA, CAMPANHTE, 2010, p. 96).

A política intervencionista do governo nas relações de trabalho e na vida associativa profissional [sindicatos], por outro lado, efetuou-se paulatinamente, “mediante a adoção de um conjunto de medidas referentes à organização sindical de um lado, e às leis de proteção ao trabalhador, de outro”, pois a partir 1932, o trabalhador sindicalizado poderia “apresentar reclamação perante as Juntas de Conciliação e Julgamento (Decreto de 25 de novembro) e entrar em gozo de férias (Decreto de janeiro de 1934), vantagens das quais estavam excluídos os que não fossem do sindicato” (RODRIGUES, 1983, p. 511-13).

O país passou a ter propósitos sociais, reconhecendo e enfrentando a questão social, por meio de um processo histórico de elaboração da legislação social. Para Ângela de Castro

Gomes (2005, p. 212-3) “por não ter sido conquistada ao longo de uma epopéia de lutas, e sim outorgada pela sabedoria do Estado, essa legislação exigia divulgação e esclarecimentos”.

Edgar De Decca em sua obra *O Silêncio dos Vencidos* (1984, p. 185) aduz que “a projeção da classe operária e a institucionalização de sua prática política [...], tocou decididamente na questão democrática” que tinham por objetivo final a promulgação das leis sociais.

Leôncio Martins Rodrigues (1983, p. 514) assevera que a maior parte da legislação aprovada encontrou oposição pela classe industrial por considerá-la danosa aos interesses industriais e que “a promulgação das leis sociais, na ótica da burguesia industrial, apareciam não apenas como solução artificial da questão social, mas também como uma nítida pressão da luta de classes do operariado frente ao Estado” (DE DECCA, 1984, p. 194), mas ao mesmo tempo, não se podia perder de vista que “se a legislação social não era um meio de acabar com a pobreza, era um expediente necessário que, associado a outras medidas, poderia dar ao trabalhador uma situação mais humana e cristã” (GOMES, 2005, p. 198). Logo,

A publicização do mundo do trabalho possibilitara aos operários escapar do elevado grau de arbitrariedade da dominação que se processava nas fábricas e que havia prevalecido durante toda a Primeira República. Constatados os limites da negociação direta com os patrões, defendeu-se a introdução do Estado no cenário político (ANASTASIA, 2012, p. 155).

Para a historiadora Carla Maria Junho Anastasia (2012, p. 147), a história vista a partir de baixo ou a história da gente comum ratifica que estes trabalhadores não foram passivos diante da história, pois a título de ilustração têm-se, *e.g.*, as inúmeras cartas e depoimentos de trabalhadores mineiros que denunciavam a intensa exploração pela qual sofriam nas fábricas situadas no Estado de Minas Gerais no início do século XX.

O Memorial da Justiça do Trabalho em Minas Gerais: história e preservação

O Memorial da Justiça do Trabalho em Minas Gerais é uma iniciativa do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região que, desde março de 1997, desenvolve uma política de resgate e preservação dos processos trabalhistas que datam desde a criação da Justiça do Trabalho no Estado de Minas Gerais em 1º de maio de 1941 até o ano de 1974. Tais documentos que englobam dissídios individuais e coletivos versam sobre conflitos entre patrões e empregados de diversos segmentos e categorias socioeconômicas.

Conforme se verifica na tabela abaixo, o acervo Centro de Memória compõe-se de mais de 200.000 (duzentos mil) ações trabalhistas que retratam, em demasia, o processo histórico no qual passavam o país e, particularmente, Minas Gerais.

Tabela 1

Ano	Quantidade e Processos	Ano	Quantidade e Processos	Ano	Quantidade e Processos
1942	1.001	1953	2.926	1964	9.888
1943	1.089	1954	3.387	1965	9.042
1944	1.393	1955	3.713	1966	8.922
1945	1.714	1956	4.001	1967	12.264
1946	1.883	1957	4.159	1968	13.625
1947	1.887	1958	3.926	1969	17.627
1948	1.880	1959	4.662	1970	14.039
1949	2.145	1960	5.394	1971	14.226
1950	1.882	1961	6.067	1972	15.437
1951	1.873	1962	7.546	1973	16.160
1952	3.235	1963	9.698		
TOTAL DE PROCESSOS (1942-1973)					206.691⁹⁴

Fonte: Projeto de Análise, Catalogação e Disponibilização de processos trabalhistas das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte 1941 e 1974 do TRT/MG da 3ª Região situado na Rua Curitiba nº 835, Centro em Belo Horizonte/MG.

É oportuno salientar que os documentos do acervo Centro de Memória dos anos de 1941 a 1974 passam por um processo de higienização e acondicionamento para, posteriormente, serem catalogados ao Centro de Documentação Histórica da Justiça do Trabalho de Minas Gerais. Este trabalho é desenvolvido por uma equipe interdisciplinar de estagiários - estudantes dos cursos de Direito, História e Economia – sob a coordenação de Maria Aparecida Carvalhais Cunha e Ana Maria da Matta Machado Diniz e supervisionado por 3(três) juízes do Conselho Consultivo da Escola Judicial.

Saliente-se que a Justiça do Trabalho, embora ainda possa ser considerada alvo de poucos estudos na área da História, estudos vêm privilegiando, ainda que sob múltiplos olhares⁹⁵, a constituição desta justiça especializada e as experiências dos trabalhadores dentro do Judiciário, permitindo encontrar ali aspectos de definição e redefinição das próprias relações sociais, pois sobretudo após a Constituição de 1988, “estudos históricos sobre o

⁹⁴ Apenas até o ano de 1973 há processos de todas as juntas de Belo Horizonte. Há processos de algumas juntas até os anos de 1974, 1976 e, inclusive, 1980 - totalizando, assim, o número aproximado de 220 mil processos (Acervo de Memória da Justiça do Trabalho em Minas Gerais).

⁹⁵ Alguns trabalhos: BARBOSA, 2008; CORRÊA, 2007; MENDES, 2005; PACHECO, 1996; OREL, e MANGABEIRA, 1994; VARUSSA, 2002.

mundo jurídico têm se revelado um terreno fértil para indagações da História Social sobre disputas em torno da legislação, sobre a conquista de direitos ou mesmo sobre sua ausência” (VARUSSA, 2012, p. 30).

Assim, no campo trabalhista, a vitalidade do corporativismo “se apresenta como uma possível solução para o dilema da incorporação democrática dos atores sociais em uma sociedade capitalista” (ANASTASIA, 1990, p. 4). A justiça do Trabalho, por seu turno, era vinculada ao Poder Executivo, passando a integrar o Poder Judiciário somente com a Constituição de 1946, configurando um quadro de modernização conservadora. As litigâncias trabalhistas, assim, são pautadas por esta combinação de transformação econômica e social à manutenção de uma sociedade elitista e, comumente, excludente, pois não podemos nos esquecer que Minas Gerais foi marcada por grandes transformações políticas, sociais e econômicas na década de 1940, passando por um intenso processo de crescimento, industrialização, urbanização acelerada e modernização, inserindo-se no quadro da divisão regional do trabalho nacional. Em contrapartida, passou-se a concentrar uma série de problemas sociais gerados em razão do modelo de desenvolvimento excludente (GODOY; CUNHA; CAMPANTE, 2010).

Destarte, os documentos preservados no Acervo de Memória da Justiça do Trabalho de Minas Gerais nos proporcionam reescrever esse período de significativas mudanças no Brasil e, particularmente, em Minas Gerais.

Processos trabalhistas: uma fonte histórica em perspectiva

Nas últimas décadas, observa-se uma grande renovação em nossa historiografia, que trouxe em seu bojo novas interpretações acerca da constituição das fontes históricas. Com efeito, a historiografia brasileira vem participando de forma bastante fértil na valorização de outras fontes como históricas como os processos na Justiça do Trabalho que ainda precisam ser devidamente exploradas, eis que “são fontes abundantes e dão voz a todos os segmentos sociais” (BACELLAR, 2006, p. 35-37).

Os processos trabalhistas como uma fonte primária para pesquisa é, portanto, um vasto campo de pesquisa, pois tais documentos “nos fornecem informações que vão, muitas vezes, além da premissa do pesquisador”, haja vista que um mesmo processo “pode ser utilizado por vários pesquisadores e, por conseguinte, pode ser explorado de diferentes formas, desde seja claro o objetivo que se pretenda alcançar”, constituindo-se em um potencial imensurável para elucidar não somente os conflitos entre patrões e empregados, mas

também as formas de exercício do poder, das responsabilidades do Estado e suas iniciativas em defesa dos direitos trabalhistas nos anos de 1940 com a implantação da Justiça do Trabalho em Minas Gerais (CALEIRO, SILVA, JESUS, 2011, p. 304-306).

Nessa perspectiva, desde os anos de 1980 houve um impulso para a organização de elementos de uma História Social do Trabalho comprometida com uma historiografia vinculada ao contexto mundial e às produções desenvolvidas por inúmeros historiadores como Edward Thompson, Eric Hobsbawm, dentre outros em que privilegiam o olhar “de baixo” da escala social. O método histórico vem, igualmente, sendo renovado, recorrendo-se cada vez mais a uma maior interdisciplinaridade, havendo, portanto, uma “grande ampliação no campo de pesquisa, uma vez que surgiram novos temas e as fontes documentadas foram ampliadas”. (DIAS, 2012, p. 18).

Sidney Chalhoub realça, oportunamente, que “[...] os trabalhadores em sido analfabetos quase por definição na maior parte de nossa história [...]” e, conseqüentemente, a grande maioria dos trabalhadores nunca pôde escrever, *e.g.*, memórias. Logo, os processos judiciais trabalhistas “constituem fontes indispensáveis para que procuremos respostas plausíveis a perguntas inescapáveis” na seara da História Social do Trabalho, levando-se “em conta o papel dos indivíduos e dos pequenos grupos, com seus respectivos planos, consciências, representações (imaginário), crenças, valores, desejos”, pois não podemos perder de vista que o “historiador social está mais preocupado em perceber como as variáveis conjunturais afetam diretamente os vários grupos sociais e, que alterações elas provocam nas relações entre estes grupos” (CHALHOUB, 2009, p. 224; CARDOSO, 1997, p. 41; BARROS, 2004, p. 113).

O distanciamento entre o que a lei previa e as condições de vida e de trabalhos faziam com que os trabalhadores fossem em busca da recém Justiça do Trabalho para que seus direitos fossem garantidos. Igualmente, este é um *locus* de negociações, bem como de conflitos e tensões entre trabalhadores e patrões, podendo ser vista sob múltiplos olhares. Têm-se, assim, a visão dos trabalhadores, dos advogados, dos magistrados e, porquê não, dos servidores da Justiça do Trabalho, competindo, portanto, ao historiador qual história que se contará e como se fará o manuseio com as suas fontes.

Considerações Finais

A reflexão inicial aqui apresentada faz parte de uma pesquisa de iniciação científica do Programa de Pós-Graduação em História da UNIMONTES, área de concentração em

História Social que busca contar a história da classe trabalhadora do ramo industrial nos anos de 1941 a 1946 em Minas Gerais seguindo a tendência da “Nova História” em que se contará História a partir de várias fontes possíveis e sob múltiplas vertentes, abrindo-se caminho para novos problemas, novas abordagens e novos objetos por meio de uma história vista de baixo, considerando estes trabalhadores como sujeitos ativos de sua história.

Com este debate, procurarei instigar o interesse para a ampliação das pesquisas, utilizando como fontes históricas os arquivos judiciais da Justiça do Trabalho, demonstrando o vasto campo de pesquisa que este *corpus* documental pode proporcionar ao historiador e aos demais cientistas sociais.

Referências Bibliográficas

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Corporativismo e Cálculo Político: o processo de Sindicalização Oficial dos Trabalhadores em Minas Gerais (1932-1937)*. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1990, 314p.

_____. *Empresariado e Trabalhadores Mineiros: as versões do corporativismo*. In.: DIAS, Renato da Silva (org.). *Repensando o político: poder, trabalho e identidade*. Montes Claros/MG: Unimontes. 2012, p. 137-159.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. In.: PINSKY, Carla Basanezi. *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 23-79.

BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidade e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 106-124.

BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In.: FREITAS, Marcos Cesar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 145-158.

BRASIL. TRT - 3ª Região – Estado de Minas Gerais. *Projeto de Análise, Catalogação e Disponibilização de processos trabalhistas das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte 1941 e 1974*.

CALEIRO, Regina Célia Lima; SILVA, Márcia Pereira da; JESUS, Alysson Luiz Freitas de. *Os processos-crime e os arquivos do Judiciário*. Revista Dimensões, v. 26, 2011, p. 302-320.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, cap. 2: História Social, p. 45-59.

CHALHOUB, Sidney; FONTES, Paulo. *História Social do Trabalho, História Pública*. pags. 220-228. Disponível em: http://www.unicamp.br/cecult/pdf/historia_social_do_trabalho_historia_publica.pdf. Acesso em: 30 abr. de 2013.

DECCA, Edgar De. *1930: O Silêncio dos Vencidos*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, Renato da Silva. A queda do Gigante: A Escola dos Annales, o declínio da História Política e as Ciências Sociais. In.: _____ (org). *Repensando o Político: Poder, Trabalho e Identidades*. Unimontes, Montes Claros, 2012.

GODOY, Marcelo Magalhães; CUNHA, Maria Aparecida Carvalhais; CAMPANTE, Rubens Goyatá. Projeto de Catalogação e Disponibilização do Acervo de Processos Trabalhistas referentes às Juntas de Conciliação de Belo Horizonte, 1938-1974. In.: CAIXETA, Maria Cristina Diniz et al. IV ENCONTRO NACIONAL DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Cidadania: o trabalho da memória. São Paulo: LTr, 2010, p. 90-100.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LOBO, Valéria Marques. *O processo Trabalhista como fonte para a pesquisa em História*. I Seminário Internacional de História do Trabalho. V Jornada Nacional de História do Trabalho. Universidade Federal de Santa Catarina, 25-28 de outubro de 2010.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964). In.: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*. v. 3 (sociedade e política). t. 3. São Paulo: Difel, 1983, p. 507-555.

SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In.: HEINZ, F. M; HARRIS, M. M. (org). *A História e seus territórios: Conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. Campinas,SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988 (discutindo a história).

THOMPSON, E. P. Os Tecelões. In.: _____. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 117-177.

VARUSSA, Rinaldo José. *Trabalhadores e a Construção da Justiça do Trabalho no Brasil (décadas de 1940 a 1960)*. São Paulo: LTr, 2012.

_____. *Processos Trabalhistas e a Construção de relações fabris*. Revista História, nº 21. SP: Edunesp, 2002, p. 1-26.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UnB, 1988.

Influência do Sindicato das Empresas de Ônibus no Sistema de Transporte Público de Belo Horizonte

Leandro Alysson Faluba
Licenciado em História
UFMG
lefaluba@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo demonstrar a influência do sindicato patronal das empresas de ônibus em decisões públicas na cidade de Belo Horizonte. Influência que visava limitar ou eliminar outros modos de transporte público na capital.

PALAVRAS CHAVE: Transporte Público, Belo Horizonte, Década de 1950 e 1960.

O sistema de transporte por ônibus não possuía uma organização pública ou regulamentação até 1950. Não havia preços tabelados e muitas vezes o empresário era o próprio motorista, era também quem fazia o horário e trabalhava com a manutenção de seus veículos, ou seja, eram apenas pequenos empresários, com um ou dois veículos, que aos poucos foram crescendo e se tornaram donos de pequenas frotas. (WATANEBE, 1996). Em 1951 a prefeitura criou a autarquia D.B.O (Departamento de Bondes e Ônibus), órgão que passou a gerir e uniformizar o sistema, planejando tarifas, horários, itinerários, condições de trabalho dos motoristas e cobradores, manutenção dos veículos, estado de conservação e limpeza dos mesmos. Os empresários passaram a ter uma concessão pública, ofertada pelo D.B.O para realizar o serviço de transporte público de passageiros.

Praticamente ao mesmo tempo, os empresários do setor criaram para defender em conjunto seus interesses o sindicato das empresas de ônibus. Desta forma para negociar de maneira coletiva e conseguir assim mais vantagens para os empresários, não só sobre o poder público, mas também na aquisição de veículos, peças e também um poder de barganha maior nos cálculos de tarifas.

No início da década de 50, os empresários concessionários do sistema de transporte público por ônibus em Belo Horizonte, ainda não possuíam muita influência sobre a política. Isso fica claro quando o recém criado sindicato das empresas pede em nota oficial o “majoramento” (aumento) de 50% no preço das passagens. O aumento havia sido negado pelo poder público e em ofício o sindicato faz a seguinte reivindicação:

Os concessionários do serviço de transporte coletivo de Belo Horizonte, estão sofrendo, amargamente, as funestas consequências da situação que estamos atravessando(...)

Os contratos das concessões firmaram preços módicos, depois de maduro estudo, tendo em vista sempre atender, primordialmente os interesses sagrados da população de Belo Horizonte.

Até hoje a tabela tem vigorado e sido observada religiosamente. Não é só. Alguns concessionários atendendo a apelos das autoridades reduziram em determinadas linhas, o preço da passagem, quando era por direito exigir o preço garantido em contrato(...)

Tudo isso demonstra e prova inequivocadamente, o interesse dos concessionários em contribuir patrioticamente com os poderes públicos.⁹⁶

A carta dos concessionários cita uma redução no preço das tarifas, porém, propositalmente não fala que a tal redução ocorreu imediatamente após um aumento exagerado no preço da passagem que subiu em média 30% e que o aumento médio foi de 0,34 centavos. Com o desconto concedido pelos concessionários o aumento caiu para apenas 0,32 centavos. Este acréscimo da tarifa foi calculado pela CEP (Comissão Estadual de Preços) e se deu após ameaça de lock out após o termino do prazo estipulado pelos empresários. (Estado de Minas, 24/11/1951).

Ocorre que realmente havia inflação e todos os ofícios vindos da Associação Profissional das Empresas de Transporte Coletivo de Belo Horizonte vinham acompanhados de relatórios de preços de diversos serviços, tais como: fornecedoras de combustíveis, peças de reposição, estofamento, pneus e todo tipo de custo possível, todos acusando um aumento no preço. A Associação sabia o que estava fazendo, tinha um estudo feito para apresentar as autoridades.

Então neste caso de inflação, seria justa a reivindicação dos empresários? Para responder isso devemos entender como a autarquia responsável (D.B.O) calculou o custo das passagens.

O preço das passagens é calculado através do custo/passageiro quilometro, que é obtido após cálculos de uma formula matemática que envolve doze itens: frequencia, vida útil, preço do veiculo, amortização, pessoal, reparação, combustível, lubrificantes e lavagens, pneumáticos, juros , taxas impostos e seguros, despesas gerais .

O D.B.O. enviou aos concessionários um oficio requerendo das empresas informações que seriam utilizadas no calculo do preço das tarifas. Estes dados seriam colocados em uma formula que calcularia o custo passageiro/quilometro. Depois de calculado este custo, seria

⁹⁶ Oficio da “Associação Profissional das Empresas de Transporte Coletivo de Belo Horizonte” em 16/12/1952. Fonte: APCBH

aplicado a ele a margem de lucro dos empresários. O ofício original segue abaixo, bem como a resposta dos concessionários ao item 2 do ofício.

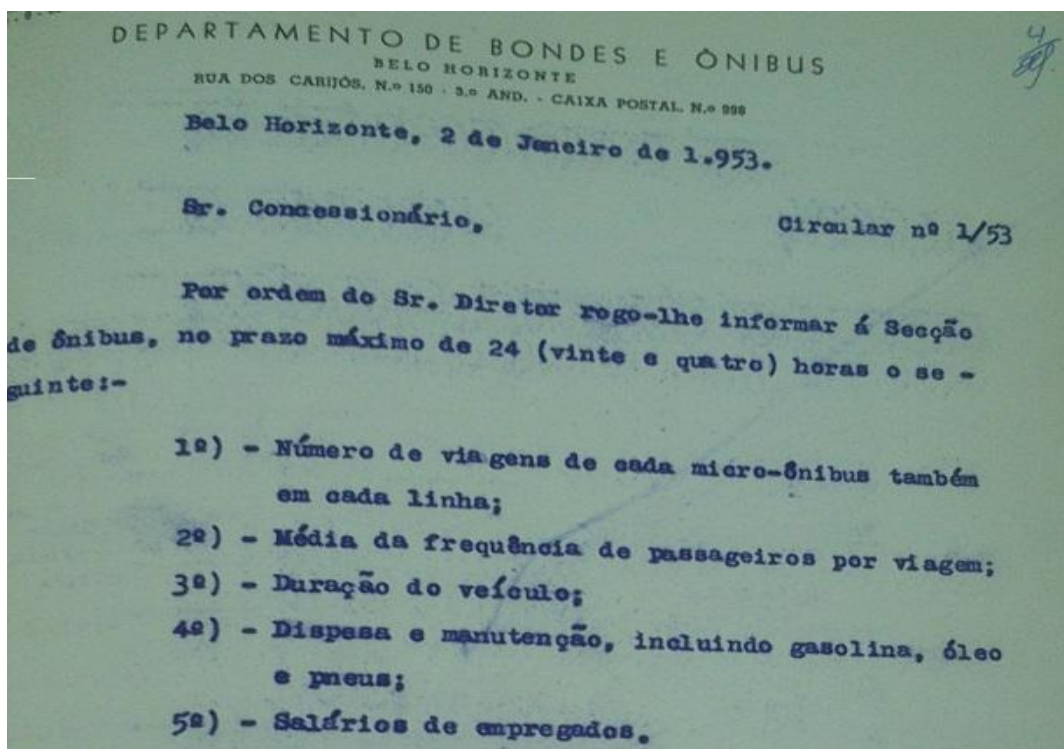


Figura 2 - Fonte APCBH. Coleção Transporte Público

Os cálculos parecem justos e com lucros módicos, mas aparentemente, um dos dados é manipulado como menor. Segundo o sindicato patronal, havia varias linhas que a media de passageiros por viagem, parte integrante da formula de custo, não passava de 7 passageiros por viagem em média.

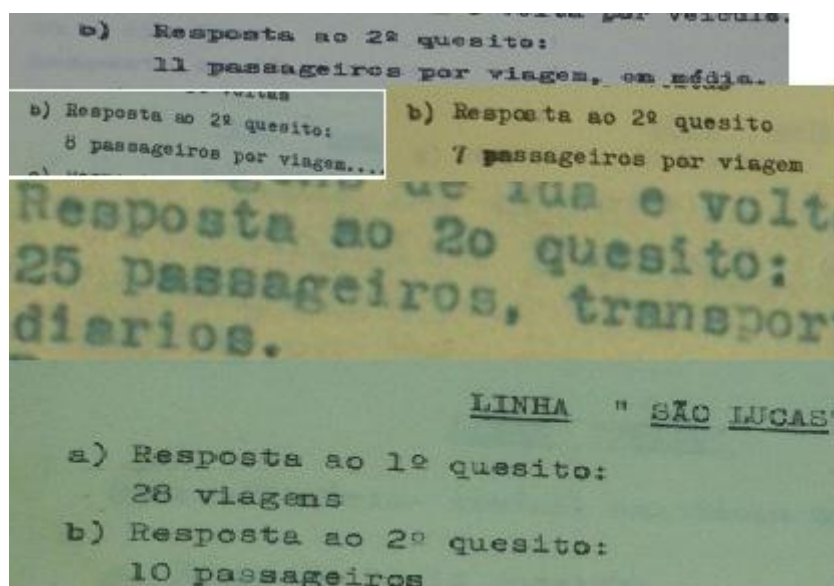


Figura 2 - Fonte APCBH. Coleção Transporte Público

Informação essa que é refutada pela seguinte afirmação :

A partir da década de 1950 o transporte público entrou em uma crise, com ônibus lotados que deixam passageiros “para trás” nos pontos, custo crescentemente maior da passagem, serviço mal prestado, horários descumpridos. Todos esses fatores faziam com que cada vez mais pessoas passassem a optar pelo transporte individual, em carros ou motos, o que agrava ainda mais os congestionamentos (RODRIGUES, 1975.)

Ou seja, já era uma reclamação por parte de passageiros, que os ônibus estavam superlotados nos horários de pico, inclusive deixando os usuários nos pontos. Aqui a fórmula parece ter sido manipulada para aumentar o custo passageiro/quilometro, diminuindo o número de clientes. Uma falha do D.B.O é que este pediu para as empresas fornecerem dados que eles próprios deveriam ter um controle estatístico, me parece que o número de passageiros fornecido pelas empresas não condiz com a realidade.

Segundo o periódico Diário de Minas ocorriam ainda outros erros por parte do D.B.O que propiciaram novos aumentos de tarifas. Quando a D.B.O informou o novo valor da passagem, já com aumento, a quilometragem percorrida por algumas linhas era inferior nos cálculos da D.B.O. Ou seja, para a linha “Paraúna” que tinha 6500 metros foi calculada uma tarifa de 0,80 centavos, porém, havia este “erro” na quilometragem, e a referida linha tinha 7850 metros, então ocorreu um novo acréscimo na tarifa, que aumentou mais 0,20 centavos. O periódico ainda afirma em tom irônico: [Diário de Minas 18/06/1952] “Em vista disso, os concessionários têm direito a mais 20 centavos, tudo muito legal, muito regular, muito honesto...” (Diário de Minas, 18/06/1952).

Por qual motivo essa opção paliativa de transporte público se tornou permanente? Um conjunto de fatores pode explicar. Uma versão muito difundida era a de que o solo da capital mineira é muito rochoso e difícil de ser perfurado. Entretanto, já existem tecnologias para superar esse fator há algumas décadas. Outro problema pode ser o projeto de fundação da cidade, cujo responsável, Aarão Reis, estabeleceu uma população estimada de 200.000 habitantes, de forma que o bonde seria o suficiente. Mas o principal problema parece ser a falta de vontade política, uma vez que os representantes do povo na câmara municipal e o prefeito muitas vezes têm campanhas financiadas pelo sindicato das empresas.

Exemplo disto é situação vigente, em que o metrô atende apenas uma pequena parcela da população. Quando vieram verbas para melhorar a mobilidade urbana para a copa do mundo, a capital mineira não tinha um projeto de metrô⁹⁷, então aplicou-se um projeto

⁹⁷http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/05/23/interna_politica,531726/governo-federal-devolve-projeto-da-linha-3-do-metro-de-bh-por-causa-de-pendencias.shtml

ultrapassado, o BRT um sistema recém implantado que já está operando quase com sua capacidade limite. Além de ocupar faixas exclusivas que antes atendiam várias formas de transporte público, como o coletivo comum e o taxi. O que causou impacto negativo no trânsito da capital.

Referências Bibliográficas:

Arquivo Público da cidade de BH

CANÇADO, Vera et al. *Viação Ilimitada: Ônibus das Cidades Brasileiras*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1998. 636 p

METROBEL. *Programa de transporte público por ônibus: concepção do sistema*. Belo Horizonte: 1981 apaud.

RODRIGUES, Eduardo Celestino. *Crise nos Transportes*. São Paulo: Clássico-científica, 1975. 254 p

WATANEBE, Fernanda Sue. *A Grande Família o Cachorro e o Linguição: Formas de Manifestação e Regulação de Conflitos em Empresas de Transporte Coletivo Urbano por Ônibus em Belo Horizonte*. 1996. 213 f. Tese (Mestrado) - Curso de Administração, Departamento de Face, UFMG, Belo Horizonte, 1996.

Periódicos:

Jornal: O TEMPO: Usuário perde 4 horas por dia com ônibus. Belo Horizonte, 12 set. 2011

Diário de Minas: Tarifas Sob Risco de Aumento. 18/06/1952. Fonte APCBH. Coleção Transporte Público.

Site: http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/05/23/interna_politica,531726/governo-federal-devolve-projeto-da-linha-3-do-metro-de-bh-por-cao-de-pendencias.shtml Acessado em 10/06/2014

Percurso histórico da conceituação de talento e musicalidade: análise com implicações para educação musical

Rafael Beling
UNASP/PIBID
rafaelbeling@gmail.com

Kleber Calanca
UNASP/PIBID
klebermusic@yahoo.com.br

RESUMO: conhecer ou mesmo compreender o que viria significar o conceito de talento e musicalidade é singularmente relevante para os estudos sobre música na atualidade. Tal compreensão pode ser ferramenta eficaz, por exemplo, para uma nova percepção do músico como profissional, bem como para o próprio âmbito educacional da música. Um estudo que se propõe a abordar tal temática, contudo, não pode ser respaldado em/por uma concepção anacrônica, que lança fora a ênfase em uma cuidadosa análise histórica, mas sim em/por uma ótica que abarca a musicologia em sua totalidade, salientando seus mais variados contextos sociais e culturais. Dada a contextualização, neste trabalho, examina-se como o conceito de talento e musicalidade tem sido visto de forma paradoxal no decorrer da história. Busca-se ressaltar que sua definição variava assim como variavam também os diferentes períodos da história da música. É importante elencar que a elucidação de tais termos e conceitos será analisada não apenas por um olhar musicológico, mas também sob uma perspectiva histórico-cultural da educação musical, o que postula, portanto, uma apropriação de tal temática para o âmbito educacional da música.

PALAVRAS-CHAVE: talento; musicalidade; musicologia; educação musical.

ABSTRACT: to know or even understand what would mean the concept of talent and musicianship is uniquely relevant for studies on music today. Such understanding can be an effective tool, for example, to a new awareness as a professional musician, as well as the educational framework of the music itself. A study that aims to address this issue, however, cannot be supported on/by an anachronistic conception, flipping off the emphasis on careful historical analysis, but at/by a view covering musicology in its entirety, noting its various social and cultural contexts. Given the context of this study, it examines how the concept of talent and musicianship has paradoxically been seen throughout history. It seeks to emphasize that its definition varied with the different periods of music history. It is important to list that the elucidation of such terms and concepts will be analyzed not only by a musicological point of view, but also from a cultural-historical perspective of music education, which therefore suggests an appropriation of this theme for the educational context of music.

KEYWORDS: talent; musicality; musicology; music education.

Introdução

A compreensão da origem do talento ou do conceito de talento tem sido pouco discutida entre músicos e educadores musicais. Tal sentença pode pressupor, a princípio, que

a ausência de discursões sugere um claro entendimento do assunto, o que, obviamente, não insinuaria brechas para averiguações. Esse entendimento, entretanto, pode estar equivocado, sugerindo exatamente o contrário: a ausência de pesquisas experimentais que se propõem a tratar a questão de modo definitivo.

Para iniciarmos um trabalho explicativo com relação a esse tema fazem-se necessárias as seguintes indagações: o que é talento? O que, propriamente viria a ser musicalidade? Não seriam tais termos sinônimo um do outro? Tendo definições pontuais sobre essas primeiras dúvidas, num segundo momento, porém, novos questionamentos surgiriam: o conceito de talento sempre foi visto da mesma forma? Se não, como suas diferentes concepções interferiram na história da música? Que relevância tem tal assunto para os dias de hoje? Portanto, passando por um momento explicativo de possíveis definições quanto a termos e concepções, seguiremos para uma apropriação contextualizada e relevante de conceitos teóricos tanto para o campo da musicologia, como para o campo da educação musical.

Talento e Musicalidade: diferenças e semelhanças

Com base em seus estudos, Schroeder (2005) assegura que os termos musicalidade e talento diferem no que diz respeito a sua conceituação. A musicalidade seria universal; uma espécie de sensibilidade à música. Sensibilidade que pode se caracterizar pela presença de eventuais condições especiais para a execução ou criação musical. No caso do ser humano, pode ser vista como marca característica da expressão de emoções. A musicalidade, todavia, não se restringe apenas à espécie humana. Compartilha dessa ideia Pederiva (2008) que, com base em suas pesquisas sobre a natureza da musicalidade, a compreende como algo que é, em algum sentido, inerente aos seres humanos; o que implicaria dizer, em termos educacionais da música, por exemplo, que expressão artística, como algo culturalmente compreendido, é um bem que, de fato, pode ser acessível a todos.

O talento, por sua vez, poderia ser denominado como a presença de uma musicalidade amadurecida (referindo-se aqui aos seres humanos). Processo tal que pode ocorrer em maior ou menor grau em diferentes indivíduos e que podem surgir de impulsos internos ou por ação de estímulos externos.

Musicalidade pode ser definida como a susceptibilidade ou a sensibilidade a padrões ou propostas rítmicas ou tonais que são a substância do discurso musical. A musicalidade manifesta-se muito cedo na vida humana, em resposta a canções e a sons da voz materna. [...] Esse conceito não pode ser confundido com o conceito de talento musical. A relação está no simples fato de que os indivíduos diferem claramente nas suas reações inatas a estímulos musicais – o que naturalmente é verdadeiro para cada tipo de

susceptibilidade ou de sensibilidade humana. A musicalidade parece ser universal e constitui-se em um dos modos básicos através dos quais o homem responde à dinâmica do ambiente que o cerca (Martins, 1985, p. 26).

De acordo com a concepção de Martins, “musicalidade” define-se na sensibilidade para padrões musicais; é algo natural e, portanto, universal. O “talento” vem a ser essa musicalidade natural, presente em todos os indivíduos, manifestada num sentido sistematizado e “educado” da musicalidade.

Tendo essas possíveis conceituações de talento e de musicalidade, partimos a uma análise histórica buscando entender como a compreensão desses diferentes conceitos (sobretudo a do talento) exerceu influência sobre a forma de se ver o músico como profissional.

O músico: de funcionário a artista

As ideias que circulam a respeito dos músicos, no geral, se apresentam como concepções que foram sendo construídas no decorrer de determinados períodos da história da música e que apresentam-se hoje como verdades absolutas; preconceito “cristalizado” no senso comum. Como coloca Schroeder (2005) em sua tese de doutoramento, dentre os diversos tipos de mitificações que permeiam a figura do músico encontramos os chamados “mitos românticos”. É daí que encontramos a pessoa do músico sendo associada a alguém “perturbado psicologicamente”, uma pessoa “sofredora”, “fora do mundo real” e acima de tudo possuidora de algo muito especial – um “dom” ou uma inspiração “genial”, o que o faz assim alguém diferente das pessoas comuns.

Essas concepções mitificadas a respeito do músico são recorrentes em vários textos e obras que se propõe a descrever o talento musical. É possível encontrar uma enorme quantidade de textos apologéticos, carregados de expressões vazias e que pouco conhecimento agregam a um estudo musicológico, por exemplo. Vejamos alguns exemplos usados pela própria Schroeder (2005, p. 34):

- a) Nos saltos melódicos agrídoces de Gershwin, nas suas harmonias sutis e audaciosas, em seus ritmos inusitados, fica claro que ele era um gênio – mas o tipo de gênio que pertencia ao homem comum e à grande audiência (MANDEL, H., *Bravo!*, set/98).
- b) A obra de Gustav Mahler é humanamente tão importante, provoca tal mergulho interno, que nos faz questionar toda a existência. Diria, num grau último de análise, que sua música se faz espelho da vida (KOELLREUTTER, H. J., *Bravo!*, set/99).

c) Arrigo [Barnabé] nos pôs a todos em cheque: nem sempre é fácil conviver com a originalidade (para não dizer genialidade) (PORTO, R., *Bravo!*, jan/2000).

Estudos musicológicos (ASSIS *et al.*, 2009; CASTAGNA, 2008; LOCKE, 2001) apontam que essa visão apologética deve-se a forma como era feito o levantamento histórico no século XIX – e que ainda, de alguma forma, influencia o pensamento atual – cujo objetivo era simplesmente “louvar as virtudes pessoais do biografado, ressuscitando ‘artisticamente uma vida’ através do bom uso das palavras” (ASSIS; *et al.*, 2009, p. 11).

Nessa perspectiva, supervalorizava-se os trabalhos e a biografia (descontextualizada historicamente) do artista criando uma justificativa mito-poética para o seu talento.

O predomínio desses trabalhos é de uma narrativa que privilegia os grandes feitos dos protagonistas e que, portanto, tende a não considerar o diálogo entre as práticas musicais, seu meio e seu tempo, deixando em segundo plano as questões sociais, políticas e culturais (ASSIS; *et al.*, 2009, p. 11).

Em seu livro *Mozart: Sociologia de um gênio* (1995), Norbert Elias nos mostra a trajetória desse compositor e esclarece como a transição entre a posição do artista como simples artesão para uma posição de artista tal como concebemos hoje foi sendo construída ao decorrer do tempo. Segundo Elias, a visão do músico como “gênio” foi sendo estabelecida no decorrer da história devido a uma mudança na relação entre os produtores e os consumidores de arte em função da ampliação do mercado dessa atividade.

Na época de Mozart, os músicos ainda eram fortemente dependentes do favor, do patronato e, portanto, do gosto da corte. Estes tinham o mesmo *status* de qualquer outro serviçal.

Na verdade, mesmo na geração de Mozart, um músico que desejasse ser socialmente reconhecido como artista sério e, ao mesmo tempo, quisesse manter a si e à sua família, tinha de conseguir um posto na rede das instituições da corte ou em suas ramificações. Não tinha escolha (ELIAS, 1995, p. 17-18).

Não existia a ideia de genialidade ou de originalidade e a corte ditava até o limite onde o artista deveria ir em suas inovações. O músico que se destacava como compositor ou como virtuose tinha sua fama reconhecida em outras cortes e poderia ser tratado quase como um igual pelos mais altos níveis da sociedade. Porém, eles continuavam pertencendo ao círculo dos empregados de nível médio.

Mozart foi um dos primeiros compositores artesãos que buscou quebrar essas barreiras sociais ao decidir abandonar a corte e confiar seu futuro às boas graças da alta burguesia vienense e esta decisão alterou o estilo e o caráter de sua música.

A tentativa de alcançar um *status* de músico “independente”, numa época em que o desenvolvimento social já permitia (em certa proporção) tais práticas, mas que não estava institucionalmente preparado para o mesmo, foi vã. Este tipo de independência só foi efetivamente obtida após a sua morte e desencadeou o processo de criação do tipo de artista próximo do que concebemos na atualidade. Esse novo artista, então, já não mais subordinava suas fantasias individuais a um padrão social e se permitia novas experimentações (ELIAS, 1995).

O século XIX chega e abre espaço para o academicismo musical, muda a posição social e a função da música e a eleva ao topo da hierarquia das artes, valoriza a música instrumental e busca um retorno à música antiga, em especial à música de J. S. Bach e Palestrina, por exemplo. Para os românticos, a música passa a ser a revelação do absoluto, sob a forma de sentimento. Tem como características o individualismo exacerbado e o domínio técnico do instrumento, o virtuosismo, tanto no terreno da composição quanto no da interpretação.

Porém, o elemento que contribuiu para uma mudança de concepção do músico artesão, comum no século XVIII, elevando-o a um artista foi a nova forma de educação musical que acabava de se consolidar na Europa de então. O século XIX assistiu ao surgimento das primeiras escolas particulares de caráter profissionalizante, os Conservatórios. Até então, o ensino de composição tinha um caráter prático e ocorria na direta relação entre discípulo e mestre (HARNONCOURT, 1998).

Rompida a relação entre mestre e aprendiz, mas agora tendo o novo ensino através de professor e aluno, a busca pelo virtuosismo demonstra algum crescimento⁹⁸. Fazendo eco a essa ideia, Mario de Andrade, tempos depois, faria uma crítica dizendo que “não se ensina música, vende-se virtuosidade”; “produtores de pianistas e violinistas”; “vícios adquiridos e tradições errôneas” (ANDRADE, 1975, p. 263-267) sugerindo que os conservatórios buscassem ir além da interpretação⁹⁹. Nesse momento, então, surge a figura do músico sendo visto como alguém “dotado de um talento genial” e todos os mitos românticos citados acima que perdura no senso comum até a atualidade.

⁹⁸ Vale lembrar que nesse período da história o músico já poderia trabalhar como autônomo, e justamente por essa razão uma performance virtuosa fazia-se ainda mais necessária; caso contrário o público (do qual dependia totalmente) poderia reagir de forma negativa, diminuindo assim seus cachês.

⁹⁹ É importante ressaltar que vários conservatórios têm buscado novas formas e metodologias de ensino, trabalhando assim para uma formação mais completa do músico.

Os aclamados “gênios” musicais (Paganini, Liszt, Chopin e outros) tiveram seus feitos elevados ao máximo com os chamados “críticos musicais”, intelectuais que se propunham a “lançar” os artistas, relatar suas competências técnicas e musicais e decidir quem possuía ou não o tão procurado “talento”. A opinião desses críticos passou a ser considerada verdade absoluta e influenciou a opinião e o pensamento do público geral, inclusive dos musicólogos e biógrafos.

Gomes, citado por Assis (2009), aponta que “o trabalho de musicólogo também era executado por uma categoria mais ampla de intelectuais chamada ‘homens das letras’ ou mesmo, jornalistas diletantes” (p. 10), o que nos deixa claro que estavam pouco preocupados com as relevâncias sociais e históricas de suas publicações.

Fica bem claro que o conceito “gênio musical” foi construído, sobretudo no período romântico da música, e que chega aos dias de hoje como uma verdade absoluta. Diante desses ideias, quais as implicações para a atual forma de estudo musicológico e também para educação musical? De que forma o compreender as diferentes visões da pessoa do músico (e consequentemente a música) pode interferir em nossos estudos e práticas musicais? Sigamos para próximas considerações.

Sobre o conceito de talento e a educação musical

Tendo estabelecida a ideia de que o talento musical nem sempre foi considerado algo exclusivo a poucos gênios, mas sim, como aponta Elias (1995), algo apreendido quase sempre em função da continuidade da profissão familiar, o que podemos, então, angariar para o âmbito educacional da música?

Saber se o talento musical ou mesmo a própria música pode ser acessível a todos ou não, é um ponto primordial para as novas necessidades da educação musical em nosso país, por exemplo. Com a aprovação da lei 11.769/08, que coloca a música como conteúdo curricular obrigatório no ensino de Artes, a música deve ser estendida a todos os nossos jovens e crianças (FONTERRADA, 2005), não devendo assim haver separação entre os que “conseguem” e os que “não conseguem” aprender música.

Faz-se necessário compreender o talento musical como algo apreendido na relação do indivíduo com o ambiente musical. Podemos entender o talento musical não como sendo inerente a algumas pessoas, mas sim como algo adquirido por uma íntima relação com a música (BARBOSA, 2013). A música precisa ser compreendida como “uma atividade essencialmente humana, através da qual o homem constrói significações na sua relação com o

mundo”, como “uma linguagem culturalmente construída” e culturalmente apreendida (PENNA, 2012, p. 20-23).

As concepções e conceitos que surgiram a respeito do músico e da música no período romântico permanecem ainda tão arraigadas, que até mesmo educadores musicais precisam atentar para não gerarem a exclusão dentro da sala de aula, mesmo que essa exclusão seja “veladamente praticado e discursivamente negada” (PEDERIVA, 2009, p. 13-14). A ideia de música como sendo um dom deve ser banida do ambiente escolar e também da concepção do senso comum. Theodor Adorno, partindo de uma perspectiva sociológica, afirma que:

Caso alguém questionasse o privilégio do dom musical, isso era visto como blasfematório tanto pelos indivíduos musicais, que com isso se sentiam degradados, quanto pelos não musicais, que já não podiam se convencer, diante da ideologia cultural, de que a natureza havia privado-lhes de algo (ADORNO, 2011, p. 272-273).

Ou seja, essa mitificação romântica é, por ambos os lados, negativa. Dá um falso suporte para o ego de alguns músicos e ao mesmo tempo inibe o acesso de muitas pessoas à música, uma vez que sentem-se incapazes de se apropriar dessa expressão artística. Devemos atentar para uma educação musical que promova a inclusão. Faz-se necessário ver a música como um bem cultural humano, e que pertence a todos, independentemente de quaisquer fatos, sociais ou biológicos.

Considerações finais

Faz-se relevante em nossos dias, para o campo da educação musical, a compreensão da origem do talento ou da musicalidade. Essa área teórica da música apresenta brechas para averiguações e necessita de pesquisas que se propõem a tratar a questão de modo definitivo.

Fazendo referência às indagações apresentadas na parte introdutória deste trabalho, afirmamos que o talento musical deve ser entendido como algo acessível a todos, pois uma vez que a própria musicalidade é algo que permeia a atividade humana (PEDERIVA, 2009), todos nós podemos, com as devidas ferramentas e condições, nos expressar musicalmente, apropriando-nos dessa linguagem tão rica e fascinante (PENNA, 2012).

Os estudos musicológicos cada vez mais precisam assumir uma compreensão da história da música que lança fora a visão anacrônica. Cada período, cada acontecimento, cada fenômeno, deve ser visto e entendido sob uma visão que busca compreender os aspectos sociais, políticos, econômicos de seu tempo (COLI, 1995). É partindo de um estudo preciso e histórico que busca não apenas “belas palavras” e um falso romantismo que vamos caminhar

rumo a um progresso, seja em nosso âmbito musicológico ou em nossas práticas educacionais em música.

Referências:

ADORNO, T. W. *Introdução à sociologia da música*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

ANDRADE, M. *Aspectos da Música Brasileira*. 2º ed. São Paulo, Brasília: Livraria Martins Editora, 1975.

ASSIS, A. C. et al. *Música e História: desafios da prática interdisciplinar*. In: BUDASZ, R. (org). *Pesquisa em música no Brasil: métodos, domínios, perspectivas*. Goiânia: ANPPOM, 2009.

BARBOSA, M. F. S. Concepções de desenvolvimento humano e práticas em educação musical. In: CAPELLINI, V. L. M. F. et al. (orgs.). *Formação de professores: compromissos e desafios da Educação Pública*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CASTAGNA, P. *Avanços e Perspectivas na Musicologia Histórica Brasileira*. Revista do Conservatório de Música da UFPel. Pelotas: V. 01, p. 32-57, 2008.

COLI, J. *O que é Arte*. 15 ed. São Paulo; Editora Brasiliense, 1995.

FONTEERRADA, M. O. *De tramas e fios: Um ensaio sobre educação musical*. São Paulo, editora UNESP, 2005.

HARNONCOURT, N. *O discurso dos sons: Caminhos para uma nova compreensão musical*. Reimpressão 1998. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 1998.

LOCKE, R. Musicology and/as Social Concern: Imagining the Relevant Musicologist. In: COOK, Nicholas; EVERIST, Mark (eds.). *Rethinking Music*. Oxford: Oxford University Press, 2001. Traduzido para o português por Jetro M. Oliveira.

MARTINS, R. *Educação Musical: conceitos e preconceitos*. Rio de Janeiro: Editora Funarte, 1985.

PEDERIAVA, P. *Musicalidade, fala expressão das emoções*. In: Anais do SIMCAM4 – IV Simpósio de Cognição e Artes Musicais, 2008. SIMCAM4. P. 1-5.

_____. *A atividade musical e a consciência da particularidade*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília faculdade de educação programa de pós-graduação em educação, Brasília, 2009.

PENNA, M. *Música(s) e seu ensino*. 2º ed. Porto Alegre, editora Sulina, 2012.

SCHROEDER, S. C. N. *Reflexões sobre o conceito de musicalidade: em busca de novas perspectivas teóricas para a educação musical*. Tese de doutoramento. Campinas: FEUNICAMP, 2005.

O Processo de centralização Do PT e as possibilidades de uma política de perspectiva reformista

Angela Peralva Baumgratz

Mestre em História Social das Relações Políticas

Universidade Federal do Espírito Santo

angelabaumgratz@gmail.com

RESUMO: O artigo analisa a trajetória do Partido dos Trabalhadores rumo ao centro do espectro político e as possibilidades e limitações de uma política reformista. Apresenta a análise de uma das variáveis que contribuiu para o êxito eleitoral do Partido dos Trabalhadores em 2002, além de discutir alguns dilemas presentes na política reformista assumida pelo partido, que foi responsável por gerar certo imobilismo político.

PALAVRAS-CHAVE: Partido dos Trabalhadores (Brasil); partido antissistema; reformismo; imobilismo.

ABSTRACT: This article analyses the path taken by the Workers' Party en route to the center of the political spectrum and the possibilities and limitations of reformist policies. It presents a review on one of the variables that contributed to the electoral success of the Workers' Party in 2002, as well as a discussion about a few of the existent dilemmas on the reformist policies taken on by the Party, responsible for generating a certain political immobility.

KEY-WORDS: Workers' Party, anti-system Party, reformism, immobility.

Após duas derrotas consecutivas, o Partido dos Trabalhadores (PT), chega ao executivo federal vencendo as eleições presidenciais em 2002. A análise desta vitória poderia ser compreendida a partir de diversas variáveis e perspectivas – políticas, econômicas ou sociais. Marques (2005), destaca que “o processo de deslocamento do partido rumo ao centro do espectro-político, somado ao esgotamento das políticas neoliberais desenvolvidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que não foi capaz de atender às demandas sociais”, foi um fator fundamental para a vitória do partido.

Em 2002 não foi apenas na esfera do executivo federal que o partido saiu vencedor, seu êxito também pôde ser visto a nível do legislativo federal e estadual, onde foram eleitos 91 deputados federais - maior bancada do congresso - e 147 deputados estaduais, embora não tenha conseguido eleger representante em Roraima.

Para entender o êxito eleitoral do Partido dos Trabalhadores torna-se preciso analisar diversos fatores. Até o momento das eleições de 2002, o PT, dizia-se primar por uma unidade política e ideológica, procurando estabelecer propostas a serem defendidas na esfera tanto do executivo, como no legislativo. A fidelidade partidária era exigida pelo partido, não

permitindo que seus membros tomassem atitudes e práticas políticas de forma independente. Marques (2005, p.2), mostra que:

O PT é um dos partidos que possui o maior grau de controle sobre seus representantes, graças ao chamado centralismo democrático. O artigo 63 do novo Estatuto do partido adverte que as “[...] bancadas parlamentares estão subordinadas às deliberações das instâncias partidárias de direção (nível correspondente ou superior). São realizadas reuniões periódicas conjuntas com participação das comissões executivas para o fechamento de questões”.

Outro importante fator a ser observado é o vínculo entre as eleições majoritárias e proporcionais, pois nosso sistema eleitoral permite a competição intrapartidária, fazendo com que candidatos busquem o apoio e divulguem sua imagem, vinculando-a aos candidatos do processo majoritário.

Destacamos ainda que nas eleições de 2002, o voto de legenda, foi de suma importância. A união com o PL¹⁰⁰, abandonando a sua tradicional coerência de aliar-se somente a partidos que fossem ideologicamente compatíveis, contribuiu para eleger um maior número de deputados, pois a obtenção de cadeiras na Assembleia depende diretamente do número total de votos obtidos pelo partido ou coligação.

A imagem externada pelo PT em 2002 já era resultado de seu processo de migração da esquerda para o centro do espectro político, a aliança com o PL, afirmou o caráter de moderação e reformismo assumido pelo partido. Para fazer a análise da centralização política do PT, não partiremos apenas de resultados eleitorais, vamos utilizar como suporte teórico Sartori (1982) que, ao qualificar o sistema pluralista extremado, destacou algumas características tais como: a existência de partido(s) anti-sistema, a existência de um centro que é ocupado, uma competição que tende a se deslocar para os extremos e grande distância ideológica entre os pólos. Todas estas características se enquadram indiscutivelmente como características presentes no sistema partidário brasileiro e ao aplicar estas variáveis torna-se mais claro entender como se deu o processo de transição no interior do partido.

Segundo Ribeiro (2003), o PT abandonou sua condição de partido anti-sistema para se tornar um partido legitimador da ordem vigente. A partir desta perspectiva, a leitura que é possível ser feita se limita ao processo de transformação do PT, que partindo da proposta revolucionária, foi ao longo dos pleitos eleitorais, assumindo uma via reformista.

Sartori (1982) classificou o partido anti-sistema como aquele que exerce uma prática

¹⁰⁰ Partido Liberal, um partido de direita, com maior grau de institucionalização que o PT.

de protesto e rejeição ao regime, assumindo o papel de questionador, com o objetivo de enfraquecer sua base de apoio, deslegitimando-o. Para o autor, o partido anti-sistema nem sempre é um partido revolucionário, mas nada impede que o partido revolucionário seja um partido anti-sistema. O partido anti-sistema também é marcado pela presença de forte ideologia e pode agir tanto inserido no sistema como fora dele.

Sem dúvida o PT foi um dos principais partidos que, durante os anos de 1980, combateu não apenas os governos brasileiros, mas o regime político que se dizia em processo de redemocratização. A luta política do PT durante os anos de 1980 se enquadra em todas as características apresentadas por Sartori. Foi um partido que lutou contra injustiças sociais, participou de diversos movimentos de cunho político e social, defendeu o respeito pela vida, pelas minorias e por uma política internacional independente. O Partido dos Trabalhadores fundamentalmente assumiu um papel de partido anti-sistema.

A análise que trata o processo de centralização do PT e a adoção de um discurso amplo, capaz de agregar novos setores da sociedade, também foi realizada por Ribeiro (2003), que além de trabalhar com a perspectiva de partido anti-sistema, apoiou-se na Teoria de mudança institucional de Panebianco (1990), com o objetivo de demonstrar que as transformações internas ocorridas no interior do partido são decorrentes de um processo de resposta a fatores ambientais – internos e externos. Ribeiro (2003, p. 3) afirma que “[...] tais reações a fatores ambientais desencadeadores só ocorrem devido à existência de pré-disposições já encontradas anteriormente no partido”.

Como fator externo de pressão ambiental sobre o partido, o autor mostra que após a derrota nas eleições de 1994 que se deu em primeiro turno, o partido entrou em uma crise interna, uma nova composição de forças assumiu a direção do partido, o que resultou uma reestruturação organizacional. Contudo, podemos observar que desde 1989, a partir do colapso do “Socialismo Real” - outro fator externo- foi primordial que o partido pudesse externar um novo discurso, assumindo a defesa de um novo modelo de socialismo, diferente do que agonizava além dos muros do Leste Europeu. O discurso do PT até este momento protagonizava que a única alternativa para uma real mudança na sociedade brasileira capaz de gerar um processo de desconcentração de renda e de igualdade social, seria através de transformações radicais na base da sociedade a partir de um processo revolucionário.

Porém, este não foi um único momento de crise vivenciado pelo partido em seu interior, uma vez que formado por diversas tendências, é natural que as ideologias se choquem. Em 1987, ano do 5º Encontro, foi aprovada a regulamentação das tendências, onde

as normas impuseram uma acomodação dos grupos internos para controlar as disputas e fazer com que as divergências ideológicas se acomodassem às diretrizes gerais do partido. De acordo com Marques (2005): “o objetivo foi de construir um pensamento político hegemônico e conseqüentemente a destruição da existência de facções ou subpartidos dentro do PT”.

A partir de fins dos anos de 1980, as tendências passaram por um processo de reacomodação através de junção, extinção e até mesmo expulsão¹⁰¹. Desde o início do processo de formação do PT os grupos internos já conflitavam interesses e ideologias, a Articulação, sempre foi um grupo de expressão e força dentro do partido, em 1983 já dominava a direção nacional. Mas foi ao longo dos anos de 1990 que conseguiu impor sua hegemonia interna, conseguindo aprovar teses no I Congresso Nacional, realizado em 1991, que realmente deram uma guinada teórica no partido, iniciando o processo que o levou para o centro do espectro político. O congresso de 1991 representou um momento de transição ideológica muito importante para o partido, “nem socialismo, nem social-democracia”, suas teses assinalavam o resultado de uma análise da conjuntura internacional que externava para o mundo que era o fim do “Socialismo real”.

O debate interno do partido neste momento foi de suma importância para determinar o que seria o socialismo petista, além de definir como se daria as estratégias políticas uma vez que o caminho para a construção de uma sociedade mais igualitária não mais seria possível via revolucionária. Mundialmente as esquerdas passaram por uma crise e muitos assinalaram o fim do marxismo. A chamada crise das esquerdas gerou um processo de revisionismo do marxismo e uma tendência ao centrismo, partidos de esquerda da Europa caminharam para um discurso de moderação, caso que pode ser comprovado com as mudanças internas do Partido Social-Democrata da Alemanha, que passou a atuar buscando uma representação além de sua base trabalhista. Desta forma os partidos puderam apresentar um maior apelo eleitoral além de esvaziar a definição ideológica marxista expressa na luta através da via revolucionária.

¹⁰¹ De acordo com o professor Carlos Ranulfo (1994), tivemos uma grande movimentação interna no partido, em 1989, a extinção do PRC (Partido Revolucionário Comunista) deu origem a NE (Nova Esquerda) e a MTM (Movimento por uma Tendência Marxista). A MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado), também se dissolveu, em fins dos anos de 1980, e parte de seus militantes formaram a FS (Força Socialista). A CO (Causa operária) e a CS (Convergência Socialista), foram expulsas do partido entre 1990 e 1992 e um grupo dissidente da Articulação deu origem, em 1993, à Articulação de Esquerda. Ainda no início dos anos de 1990 parte do grupo que integrava a VS, aproximou-se da NE. Já a ND surgiu em 1997, a partir de membros da Articulação 2. A Força Socialista deu origem a Socialismo e Liberdade.

Mas o que seria o socialismo petista deste momento? Este foi o foco do 7º encontro nacional do PT, realizado em 1990 onde fora aprovado o documento intitulado “O socialismo Petista”¹⁰², que expressa claramente um modelo de democracia radical, socialista e anticapitalista, e estabelece um diferencial explícito tanto em relação à social-democracia europeia como ao chamado socialismo real. Este documento comprova que a partir deste momento o PT passou a vislumbrar a perspectiva de transformar o Estado pela via eleitoral, acreditando que poderia fazer as mudanças sociais a partir de uma associação com os quadros burgueses e através de uma política reformista implementar o socialismo democrático, rompendo com o modelo capitalista. Este momento assinala a busca de um caminho adverso à via revolucionária¹⁰³.

Podemos ainda assinalar outros dois elementos que são marcos neste processo de transformação ideológica do PT. Primeiro pode-se observar a penetração do pensamento de Gramsci no interior de algumas tendências, sobretudo na Democracia Radical. Cada vez mais conceitos como guerra de posição, conquista da hegemonia, acúmulo de forças vão estar presentes tanto nas teses do partido como na formação de seus intelectuais. Segundo, é exatamente a ampliação da política de alianças. Desde o V Encontro em 1987¹⁰⁴ a preocupação com a política de alianças é um dos eixos centrais, passando a serem vistas como uma necessidade para alargar as bases, conquistando largos setores das massas.

No VIII Encontro, em 1993, a opção pela política de alianças já apresentava sinais de mudança; o partido passou a buscar o apoio do pequeno e médio empresariado e a admitir no país a presença do capital estrangeiro.

A vitória da esquerda nas eleições para a direção do Diretório Nacional, em 1993, representou a reafirmação da força da esquerda no PT. Foi a primeira vez, desde a fundação da Articulação dos 113, que a esquerda comandaria o partido. Mesmo que a nova orientação partidária tenha inibido o avanço na política de alianças e tenha mantido, durante as eleições de 1994, um discurso restritivo, não conseguiu frear o processo de transformação que já vinha

¹⁰² As teses expressas neste momento foram reafirmadas no II Congresso Nacional do partido em 1999. Para maior aprofundamento consultar: Partido dos Trabalhadores. Resoluções de encontros e congressos 1979-1998. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

¹⁰³ Mesmo que ainda até o momento do I Congresso (1991), o marxismo-leninismo continuasse presente no interior do partido, observamos que nas Resoluções Finais deste período, as teses apresentam uma crítica ao Socialismo Real como modelo ultrapassado, ressaltando que sua principal falha foi a falta de democracia e que a via socialista pela violência não tinha mais espaço em nenhuma sociedade.

¹⁰⁴ No documento do V Encontro o partido explicita a necessidade de “[...] excluir composições eleitorais com partidos que dão sustentação à Nova República e ao conservadorismo direitista tais como PDS, PL, PTB, PFL, PMDB.

ocorrendo. Aliás, foi um momento de grande crise interna e reavaliação das práticas políticas do partido. Em 1995, no X Encontro, a Articulação retomou a direção do partido, passou a contar com a Democracia Radical e cristalizou-se como campo majoritário, não perdendo mais o controle do PT.

O processo de transformação do PT em um partido de centro-esquerda continuou de forma lenta, pois em nenhum momento as forças internas de esquerda deixaram de pronunciar-se ou de lutar para aprovar teses claramente esquerdistas. Em contrapartida, a Articulação foi conseguindo isolar a esquerda, e seu cheque mate foi dado em 1999, na realização do II Congresso do PT, quando conseguiu aprovar a alteração no processo de eleições diretas (PED), para escolha das direções em todos os níveis do partido - com voto separado para presidente. As eleições deixaram de ser proporcionais e tornaram-se diretas, possibilitando a todos os filiados, que estivessem em dia com suas obrigações partidárias, participarem do processo eleitoral. Desta forma foi abolida a pluralidade de base.

Além de instituir as eleições diretas, a nova direção reconheceu que só os diretórios zonais ou municipais teriam poder de eleger delegados. Os núcleos perderam o poder de deliberação e, em decorrência, foram completamente esvaziados. O que para muitos era sinônimo de democratização, para outros representava cooptação ou manipulação do processo eleitoral.

Proveniente do debate do II Congresso, realizado em 1999, foi aprovado o documento “Por uma Esquerda Republicana”, no qual fica explícita a guinada teórica ideológica efetuada pelo partido. O documento prima pela reforma, pela via da legalidade e concebe, como papel do partido, ampliar a democratização e, em consequência, trazer a igualdade social. Fazendo uma análise atenta do documento percebe-se que as propostas nele contidas não diferem de propostas da social democracia.

Todas estas mudanças evidenciaram o fortalecimento da Articulação, como campo majoritário e a defesa de um socialismo implementado pela via democrática e reformista. Para o fortalecimento do partido, buscou-se o crescimento dentro da arena institucional, ocupando cada vez mais seus espaços. A democracia representativa passou a ser o grande destaque, justificando que a partir da conquista do Governo Federal seria possível iniciar um processo de transformação. Para isto, tornaram-se necessárias as alianças com partidos de centro ou centro-direita, como estratégia para obter o comando do Executivo Federal.

Em 2002, a vitória de Lula consagrou o processo de institucionalização do partido e concomitantemente, a expectativa de uma grande transformação social além do rompimento da política neoliberal praticada pelo governo anterior. Não podemos negar que vários elementos da política econômica foram mantidos durante os primeiros anos do governo, como por exemplo a alta taxa de juros¹⁰⁵. O processo de transição ocorreu de forma lenta, pois, não seria possível dismantlar uma política econômica que vinha sendo praticada já por uma década sem aprofundar a crise pela qual o país passava. De forma gradual, muitas mudanças foram sendo aplicadas, de acordo com Dantas e Souza Júnior (2011), os gastos com assistência social foram aumentados, “subiram de R\$ 11,6 bilhões de reais para 25,2 bilhões de 2003 a 2006; com direitos de cidadania, que foram elevados de R\$ 544 milhões para R\$ 1,1 bilhão; com habitação, que subiram de R\$ 168 milhões para R\$ 1,3 bilhões (...).

As reformas profundas que estavam sendo esperadas por parte da população ficaram muito aquém do sonhado. Observando a trajetória do partido, sobretudo sob o ponto de vista de sua construção ideológica, podemos afirmar que os limites para a implementação de uma política que rompesse com a ordem liberal vigente já estavam expressos tanto nos discursos, quanto no jogo de forças internas. Além do mais, é crucial que ao fazermos análises sobre políticas governamentais, levemos em conta a conjuntura internacional, uma vez que o país encontra-se num contexto globalizado. Lá fora, as ideologias políticas, também passaram por uma acomodação e redefinição após a crise do socialismo real. Juarez Guimarães (2004), analisando a fase inicial do Governo Lula, mostra que inicialmente ocorreu um momento de “transição de paradigmas” onde o governo além de começar a romper com os ditames neoliberais, estava incumbido de realizar a transição para um governo com maior intervenção do Estado na esfera pública e com preocupações maiores na esfera social .

A partir desta análise que mostra o processo de centralização do PT, cabe perguntar quais as possibilidades existentes para a construção de um projeto que mude a estrutura política e econômica do país? Uma vez que o partido abandona a perspectiva de esquerda e assume o centro do espectro político a possibilidade seria de reforma ou de revolução? Como seria possível romper com o neoliberalismo?

Podemos destacar aqui, alguns elementos que representam uma limitação para a implantação de um projeto transformador. Ao assumir o governo, o partido se deparou com

¹⁰⁵ DANTAS, Eder e SOUSA JUNÍOR. No artigo intitulado Na contracorrente: A política do Governo Lula para a educação superior, fazem uma breve análise mostrando os índices econômicos no momento da eleição e após os 4 primeiros anos do governo, além da manutenção de elementos da política econômica ortodoxa implementada pelo governo anterior,

uma crise do governo neoliberal, tanto o dólar quanto o risco Brasil estavam altos, a inflação estava em 12,53%, a saída foi a manutenção de ditames da política econômica já consolidados no modelo anterior. Além do mais a política neoliberal brasileira, como as privatizações e as reformas implantadas no Estado retiraram vários elementos fundamentais para que mudanças realmente transformadoras pudessem ser implantadas naquele momento. Do ponto de vista político, durante o processo eleitoral, o partido assumiu um compromisso com as elites ao assinar a “Carta ao Povo Brasileiro, que, embora seja um documento de campanha, ela assinalou um compromisso com a manutenção da política vigente, além de garantir honrar compromissos com o FMI.

Como podemos observar, vários são os limites que dificultaram a implantação de qualquer projeto revolucionário, reduzindo as possibilidades de mudanças a uma agenda de via reformista. No campo ideológico o PT, assumiu um discurso de que o partido não se identificava nem com o comunismo, nem com a social-democracia existente, externava a busca de implantação de uma política que oscilava entre elementos revolucionários e os reformistas. As coligações que contribuíram para a vitória, impuseram limites importantes na construção de um novo jogo político, a manutenção da governabilidade depende das alianças construídas.

O partido se viu entre uma disputa de forças altamente contraditória, de um lado, a pressão para dar continuidade a um modelo econômico que garantisse os ganhos dos grupos que dominam a economia do país, por outro, a esperança popular de que seriam implementados programas que propiciassem a desconcentração de renda, além de avanços e reformas profundas nas áreas sociais e culturais. Em busca de uma mudança estrutural na economia do país, esperava-se uma política que resgatasse o papel do Estado. O que percebemos a partir da análise deste jogo complexo é que a única saída para o governo foi assumir uma política reformista o que levou-o a um imobilismo político que impede a implementação de mudanças econômicas, sociais e política mais profundas.

Referências

BRANDÃO, Marco Antonio. *O socialismo democrático do partido dos trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Despesas da União por Função – 1980 a 2008. (www.stn.fazenda.gov.br/estatistica/est_contabil.asp). Acesso em 12/02/2014, às 17 horas.

DANTAS, Eder e SOUSA JUNÍOR. *Na contracorrente: A política do Governo Lula para a educação superior*. Anped, 2011. In: <http://www.anped11.uerj.br/32/gt11-5581--int.pdf>. Acesso em 18/02/2014, às 9 horas.

GUIMARÃES, Juarez. *A esperança equilibrada – o governo Lula em tempos de transição*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

KECK, Margareth E. PT. *A lógica da Diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da Democracia Brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. *A unidade na diversidade: concepções sobre representação política e práticas organizativas dos mandatos dos deputados federais do PT (Legislatura 1999-2002)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MARQUES, Angela P. B. PEREIRA, Valter P. Nem Esquerdas, Nem Revolução, um processo de busca do centro. *Revista Ágora*, Vitória, n 1, 2005, p. 1-21.

PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de partidos: organización y poder en los partidos políticos*. Madri: Alianza, 1990.

RIBEIRO, P. J. F. O PT sob uma perspectiva sartoriana: de partido anti-sistema a legitimador do sistema. *Revista do autor*, São Paulo: dez. 2003. Disponível em: <www.revistaautor.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2004.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Tradução de Waltensir Dutra Brasília: Ed Universidade de Brasília, 1982. (Coleção Pensamento Político; 43).

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Carta ao povo brasileiro*. Junho de 2002.

Cinema, Museu e Ensino de História: relato de uma experiência docente

Carolina de Oliveira Silva Othero;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
carol_othero@yahoo.com.br

Camila Barbosa Monção;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
camilabmoncao@hotmail.com

Gabriel Afonso Vieira Chagas;
Graduando em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
gabriel.afonso.v.chagas@gmail.com

Lorena Dias Martins;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
lorenadiasmartins@hotmail.com

Matheus Pimenta da Silva;
Graduando em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
ma.pimenta@hotmail.com

Nathália Tomagnini Carvalho;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
nathalia.tomagnini@globo.com

Priscila Angélica Aguiar Marra;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
priscila.marra@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo deste trabalho é relatar e analisar criticamente as experiências vividas no projeto de extensão “Cinema, Escola e História”, coordenado pelo Prof. Luiz C. Villalta, no qual buscou-se promover a aproximação e diálogo entre o saber acadêmico e o escolar. Pretendemos, através deste artigo, promover o compartilhamento de experiências docentes, o debate sobre as práticas, recursos e fontes utilizadas na sala de aula e o ensino de História.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Cinema; Museus; Prática docente; Fontes históricas.

ABSTRACT: The objective of this study is to report and analyze critically the experiences in extension project "Cinema, School and History", coordinated by Professor Luiz C. Villalta, in which we sought to promote rapprochement and dialogue between academic knowledge and the school. We intend, through this article, promoting the sharing of teaching experiences, the debate about the practices, resources and sources used in the classroom and the teaching of history.

KEYWORDS: Teaching of History; Cinema; Museums; Teaching practice; Historical sources.

Introdução

A relação entre saber acadêmico e saber escolar é uma das questões mais pensadas pelos pesquisadores da educação. O presente trabalho busca relatar uma tentativa de aproximação entre esses dois mundos, que devem estar em um diálogo constante e produtivo: a Universidade e a escola. Vamos aqui narrar e analisar algumas experiências e reflexões vivenciadas durante o projeto de extensão “Cinema, Escola e História”, desenvolvido ao longo do ano de 2013, na Escola Estadual Sarah Kubitschek Itamarati, em Belo Horizonte, envolvendo crianças com idades entre 6 e 9 anos e coordenado pelo professor Dr. Luiz Carlos Villalta (UFMG).

O projeto de extensão foi marcado pela tentativa de construção coletiva de um conhecimento histórico no qual o aluno pudesse se ver como sujeito, de modo que o ensino de história dialogasse com suas realidades e experiências. No primeiro semestre de 2013, buscamos desenvolver algumas noções de tempo histórico com os alunos, bem como pensar a função dos museus, a importância dessas instituições para a construção da história e da memória. O projeto realizou-se através de uma parceria estabelecida entre a Universidade Federal de Minas Gerais e a Escola Estadual Sarah Kubitschek Itamarati, sendo que os encontros entre os graduandos em história e os alunos se davam na escola duas vezes por semana.

O planejamento desses encontros foi feito em torno de três eixos temáticos, que estiveram sempre em diálogo: o cinema, os museus e a história de vida dos alunos. Antes de descrever como se realizaram as atividades, é importante destacar em quais concepções de educação e de conhecimento nos baseamos ao longo do projeto de extensão, uma vez que “todo pensar e agir pedagógico está impregnado por uma crença epistêmica” (RIZZON, 2010, p. 1). Como consideramos que o processo de conhecer caracteriza-se pela sua natureza de construção ativa, todas as atividades foram planejadas de maneira a privilegiar o máximo possível a participação dos alunos. Desse modo, os estagiários agiam como mediadores que

deveriam estimular a pesquisa espontânea da criança, para que o conhecimento a ser adquirido pudesse ser reinventado e reconstruído pelo aluno.

Educação em outros espaços e abordagens: o espaço museológico e o cinema

Um dos objetivos centrais das atividades realizadas no projeto de extensão foi refletir com os alunos as funções desempenhadas pelo museu na sociedade, sua importância na produção da história e da memória, bem como na preservação dos diversos tipos de patrimônio. Nos últimos anos, os museus tiveram sua função expandida, “apresentando-se como um espaço político e ideológico importante, privilegiando, além da guarda, a investigação, a documentação e a comunicação do patrimônio” (HERMETO; OLIVEIRA, 2009, p. 91). Esse espaço não mais se concebe como lugar de guardar raridades a serem preservadas, pois as mudanças das noções de patrimônio e bens culturais fizeram com que os museus passassem por um processo de ressignificação e apropriação cultural. Cada vez mais, o espaço museológico é pensado como um lugar estratégico para a ação educativa, possibilitando aos sujeitos aprendentes estabelecerem uma relação criativa entre passado, presente e futuro.

Reconhecendo esse potencial dos museus de permitir uma ação educativa, na qual o aluno estabelece um diálogo crítico com a sociedade em que está inserido, com sua história e seus patrimônios culturais, bem como a necessidade de democratizar esse espaço, elaboramos as atividades a serem realizadas. Escolhemos abordar a temática dos museus e suas funções a partir do cinema, especificamente, a partir do filme *Uma Noite no Museu*, lançado em 2006 e dirigido por Shawn Levy. Mas, porque utilizar o cinema? Quais possibilidades e recursos ele oferece para o ensino de história para crianças? O cinema é uma palavra polissêmica, a qual é atribuída inúmeros significados, mas aqui ele é pensado como processo de criação que produz um artefato cultural repleto de intencionalidades. Desse modo, ele é um objeto plural, que “possui dimensões estéticas, cognitivas, psicológicas e sociais” (FANTIN, 2009, p. 207), uma síntese entre arte, indústria e linguagem.

As relações que se estabelecem entre cinema, educação e história são diversas e vem se transformando muito desde o começo do século XX, quando o cinema se popularizou. No pós-guerra, a reprodutibilidade técnica (tanto o cinema, quanto a fotografia e as gravações auditivas) chegava às universidades “como uma forma inovadora e extremamente fidedigna de estudar a realidade social” (SANTOS, p. 1). Uma concepção de cinema semelhante estava presente também nas escolas, onde os filmes eram pensados como uma maneira de ilustrar um período histórico, fazendo o aluno vivenciá-lo através das imagens. Essa percepção do cinema

foi contestada, na década de 70, pelo historiador Marc Ferro, que propôs, de maneira pioneira, utilizar os filmes como fonte documental, enxergando o cinema não mais como uma imagem objetiva da realidade, mas sim como documento “revelador ideológico, político, social e cultural de uma determinada cultura de seus interesses” (SANTOS, p. 1).

Outra abordagem do cinema que permite reflexões importantes para a área de educação é a que considera as dimensões psicológicas envolvidas na recepção dos filmes:

(...) a cena que desperta o interesse certamente transcende a simples impressão de objetos distantes em movimento. Devemos acompanhar as cenas que vemos com a cabeça cheia de ideias. Elas devem ter significado, receber subsídios da imaginação, despertar vestígios das experiências anteriores, mobilizar sentimentos e emoções. (FANTIN, 2009, p. 209).

Nessa perspectiva, ver um filme está longe de ser uma ação passiva, pelo contrário, o espectador produz relações e significações novas a todo instante, articulando memória e imaginação. O cinema possui, assim, uma função impulsionadora de relembrar vivências e criar novos sentidos a partir do ato de imaginar. Cabe ao educador tirar proveito da emoção com que o meio audiovisual consegue envolver o espectador, no caso, o aluno.

Concebendo o cinema como esse instrumento de despertar emoções, memórias e experiências, optamos por exibir o filme *Uma Noite no Museu*, que conta a história de um museu na cidade de Nova York onde os objetos expostos de dia ganham vida à noite, o que faz com que o vigia noturno, interpretado por Ben Stiller, vivencie muitas confusões e aventuras. A ideia era que o filme pudesse ser um ponto de partida interessante para mobilizar as vivências que os alunos já tinham em relação aos museus, sendo que após a exibição, todos manifestaram as experiências que já possuíam em relação a essa instituição: se já tinham visitado um museu, o que eles achavam que era esse espaço, suas opiniões e impressões. Outra hipótese que levantamos e que se confirmou ao longo das atividades era de que o filme poderia estimular a imaginação dos alunos para que eles concebessem o museu também como um espaço de aventuras, e não como um “lugar chato” ou de “guardar coisas velhas”, como é comum no “imaginário museal de muitos sujeitos” (HERMETO, 2009, p. 90). O interesse despertado pelo filme foi tamanho que eles quiseram compreender quem eram aquelas personagens do filme que ganhavam vida à noite no museu. Foi a partir desse interesse que pudemos historicizar os diversos conteúdos do filme e introduzir de maneira mais sistemática o tema dos museus.

Primeiramente, situamos o filme no espaço e no tempo em que foi produzido, mostrando os lugares em que ele foi filmado através de fotos e do mapa-múndi. Depois,

refletimos sobre alguns personagens, que apesar de estarem representados de forma fantasiosa e fictícia, existiram como sujeitos históricos em diferentes épocas. Assim, buscamos construir pequenas narrativas acerca desses sujeitos históricos que foram lidas em voz alta pelos alunos. Depois os personagens foram organizados em uma linha do tempo, instrumento importante para trabalhar com crianças que ainda não dominam noções de tempo, como séculos, datas, épocas. Essa primeira abordagem foi importante, uma vez que despertou muitos questionamentos, que foram trabalhados ao longo do semestre.

Um segundo momento da atividade consistiu em trabalhar com a ideia de que o museu representado no filme é apenas uma das inúmeras formas que o espaço museológico pode assumir. Para isso mostramos fotos de diferentes museus e de seus acervos, bem como utilizamos os computadores da escola para visitar sites de museus de todo o mundo. A análise desse material pelos alunos foi guiada a partir dos seguintes questionamentos propostos: todos esses museus são iguais? E os seus acervos, são diferentes? Quais são suas regras e como os visitantes devem se comportar nesses espaços? As pesquisas foram mediadas pelos estagiários e permitiram aos alunos perceber a multiplicidade que os espaços museológicos podem assumir, bem como a diversidade de seus acervos. Nesse sentido, foram importantes documentos as fotos do museu Inhotim, representando visitantes que interagem com os objetos expostos, pois mostraram que, se em alguns museus não se pode tocar no acervo, outros só atingem suas propostas quando os sujeitos interagem com ele.

Outra fonte de pesquisa que permitiu aos alunos muitas reflexões foi o site do *Museu da Pessoa*¹⁰⁶, museu online que propõe contar histórias de pessoas desconhecidas, que dividem sua experiência com os visitantes do site. Esse museu permitiu aos alunos compreenderem o espaço museológico como lugar em que se reflete sobre a história de vida dos sujeitos históricos considerados “comuns”, bem como a história do cotidiano, e não apenas sobre “os grandes homens”. Desse modo, os alunos puderam elaborar e reelaborar seus conceitos de museu, patrimônio e acervo.

Para finalizar o trabalho com a temática dos museus, optamos por realizar uma visita ao *Museu de Artes e Ofícios* (MAO), de Belo Horizonte, para que as questões pensadas na sala de aula, bem como as concepções e opiniões que os alunos desenvolveram, pudessem ser trabalhadas também no espaço museológico. Escolhemos esse museu por ele, como o *Museu da Pessoa*, trabalhar com a vida cotidiana dos sujeitos históricos, especificamente com o trabalho e suas técnicas, tema a partir do qual é possível estabelecer muitas conexões com o

¹⁰⁶ O *Museu da Pessoa* pode ser visitado no seguinte endereço eletrônico: www.museudapessoa.net

presente e com as experiências dos alunos com as mais diversas tecnologias. Antes da visita, discutimos na sala de aula sobre a historicidade do trabalho humano e como as técnicas e ferramentas usadas se modificaram ao longo da história. Para isso levamos algumas fotos de peças do acervo do MAO e comparamos com os objetos atuais para evidenciar essas mudanças: um fogão do começo do século XX foi contrastado com um atual; uma cadeira de dentista do final do século passado foi comparada a uma contemporânea. Desse modo, os alunos foram visitar o museu já compreendendo um pouco de sua proposta e do seu acervo.

A visita ao museu foi muito proveitosa e os alunos relacionaram os objetos vistos a suas experiências: muitos relataram como os objetos ali expostos eram estranhos ou muito diferentes do que usamos hoje; outros, por outro lado, afirmaram que já viram algumas das peças do acervo em casas de familiares que moravam no interior. Esses comentários dos alunos já revelam o papel fundamental que os objetos expostos desempenharam pensados como fontes para se interpretar o passado: eles permitiram que os alunos pensassem as diferenças entre as épocas históricas, mas também permitiram pensar as continuidades, bem como a maneira como a sociedade está inserida em diversas temporalidades. Além disso, alguns alunos fizeram questões acerca da época na qual aqueles objetos eram utilizados, evidenciando como o acervo do museu pode certamente auxiliar “o professor na difícil tarefa de estimulação do imaginário do aluno no aprendizado da história” (CUNHA; XAVIER, 2010, p. 641).

A história de vida, do cotidiano e o museu da turma

Mediante os inúmeros trabalhos desenvolvidos com as crianças nos espaços e pelas fontes aqui apresentadas e discutidas, propusemos aos alunos que eles construíssem um “Museu da Turma”. As perguntas surgiram imediatamente e as crianças ficaram muito curiosas. Seria possível um museu feito por elas mesmas? O que elas poderiam apresentar? Suas histórias mereceriam um museu? Entre estas e outras questões, buscamos desnaturalizar o senso comum de que os espaços museológicos narram apenas passados remotos ou de personagens históricos famosos. Objetivamos a compreensão por parte dos alunos de que suas próprias vidas também eram parte da História e mereciam ser estudadas e conhecidas tanto quanto a dos ditos “grandes personagens históricos”.

Desta forma, a História do Cotidiano, que ganha espaço nas produções historiográficas a partir da Escola dos Annales, apresenta-se cada vez mais como campo privilegiado das narrativas históricas. Os sujeitos históricos da então amorfa “cultura de massa” são compreendidos por Michel de Certeau como sujeitos capazes de atuação e resistência nos

espaços sociais, ainda que em relações “microscópicas” (cf. CERTEAU, 1998). Além disto, vale lembrar da obra de Michel Foucault, que analisa as relações de poder nas sociedades.

Nesse sentido, fizemos com que os alunos se vissem como atuantes na história, como sujeitos históricos que de fato possuem histórias de vida diversas, mas que compartilham no espaço social práticas e culturas comuns. Pedimos que eles trouxessem de casa para a escola objetos que fossem significativos. Muitos trouxeram brinquedos, desenhos e roupinhas de bebê. A semelhança entre os objetos trazidos fez com que as crianças percebessem as semelhanças entre eles, assim, construíamos, juntos, uma identidade para o grupo.

O “Museu da Turma” foi elaborado com depoimentos de pais, fotografias e objetos que pudessem narrar as histórias de cada aluno. Além disso, trabalhamos novamente com a noção de tempo histórico ao realizar uma atividade de construção de uma linha do tempo que representasse as semelhanças e diferenças entre as histórias de cada aluno.

Acreditamos que esta proposta foi muito bem sucedida, pois viabilizou a compreensão de inúmeras questões que fazem parte da História e que tornam, assim, o ensino de História algo mais prazeroso, divertido e ao mesmo tempo próximo dos alunos, um estudo realmente significativo.

Conclusão

O projeto “Cinema, escola e História” trouxe resultados muito positivos para os vários agentes envolvidos. Para nós, estagiários, possibilitou uma atuação mais direta no ambiente da sala de aula. Experiência muito válida para nosso futuro profissional, pois permitiu que conhecêssemos na prática os desafios e possibilidades da profissão docente. Para os alunos, o trabalho trouxe novos conhecimentos e formas de enxergar a si próprios e a sua comunidade. Por fim, acreditamos que a parceria entre Universidade e Escola Básica pode trazer resultados muito satisfatórios, pois ajuda a diminuir os abismos que separaram os saberes produzidos nesses dois universos. Além disso, esta é uma forma interessante de atuação, pois o conhecimento acadêmico se traduz em benefícios para a sociedade.

Acreditamos também que o relato e divulgação de experiências como esta seja de grande importância, especialmente quando se trata da formação de professores. Já que o trabalho docente deve ser construído em conjunto, a partir do compartilhamento de práticas e debates sobre formas de ação e métodos de ensino. Esperamos, com este artigo, ter contribuído minimamente neste processo.

Referências Bibliográficas

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CUNHA, Maria de Fátima da & XAVIER, Erica da Silva. “Ensino e História: o uso das fontes históricas como ferramenta de produção de conhecimento histórico”. In: *Antíteses*, Londrina, vol. 3, n. 6, jul./dez. 2010.

FANTIN, Monica. “Cinema e Imaginário infantil: a mediação entre o visível e o invisível”. In: *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, mai./ago. 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal. 2001.

HERMETO, Miriam; OLIVEIRA, Gabriela Dias de., “Ação educativa em museus: produção de conhecimento e formação para a cidadania?” In: AZEVEDO, F.L.M.; CATÃO, L.P.; PIRES, J.R.F. (Org.). *Cidadania, Memória e Patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. 1ª ed. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

RIZZONI, Gisele. “A sala de aula sob o olhar do construtivismo piagetiano: perspectivas e implicações”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO, 5º, 2010. *Anais do V Congresso Internacional de Filosofia e Educação*. Caxias do Sul: 2010.

SANTOS, Andréa Paula dos. *O audiovisual como documento histórico: questões acerca do seu estudo e produção*. Captado em: <<http://dc358.4shared.com/doc/z7Pq611e/preview.html>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

O ensino de História e as histórias: o uso da literatura e do cinema na sala de aula

Carolina de Oliveira Silva Othero;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
carol_othero@yahoo.com.br

Camila Barbosa Monção;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
camilabmoncao@hotmail.com

Gabriel Afonso Vieira Chagas;
Graduando em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
gabriel.afonso.v.chagas@gmail.com

Lorena Dias Martins;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
lorenadiasmartins@hotmail.com

Matheus Pimenta da Silva;
Graduando em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
ma.pimenta@hotmail.com

Nathália Tomagnini Carvalho;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
nathalia.tomagnini@globo.com

Priscila Angélica Aguiar Marra;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
priscila.marra@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho tem o objetivo de relatar parte das experiências realizadas no projeto de extensão "Cinema, Escola e História" no ano de 2013. O grupo de trabalho teve como guia para formulação das atividades a intenção de desenvolver noções de tempo histórico, relações entre contos de fada, história e cinema e, principalmente, promover discussões que tentem desconstruir estereótipos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: História; educação; cinema; literatura.

ABSTRACT: This article aims to report part of the experiences occurred during the Extension Project called "Cinema, School and History" in 2013. The workgroup had as guide

for the formulation of activities the intention to develop notions of historical time, relations between fairytales, history and cinema and, mainly, promote discussions that deconstructs social stereotypes.

KEYWORDS: History; education; cinema; literature.

Em 2013 teve início o projeto de extensão “Cinema, Escola e História”, realizado por um grupo de licenciandos em História, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta. O projeto buscava levar os estudos feitos acerca do uso de recursos didáticos no ensino de história para alunos com idades entre 6 e 9 anos.

A participação dos sete integrantes foi voluntária, tendo o projeto se realizado na Escola Estadual Sarah Kubitschek Itamarati – no bairro Ouro Preto, em Belo Horizonte. É uma escola de pequenas dimensões, que só oferece aulas para os alunos até o 5º ano do Ensino Fundamental I. Os membros do projeto de extensão frequentavam a escola para a realização do projeto toda semana, sendo que cada membro ia duas vezes por semana e passava cerca de 2 a 3 horas com os alunos em cada um desses dias.

Dividimos o projeto para os dois semestres de 2013. No primeiro semestre trabalhamos com museus, cinema e história. Este presente trabalho é o resultado do segundo semestre, com o subtítulo de “O ensino de História e as histórias: o uso da literatura e do cinema na sala de aula”.

Optamos por um planejamento que possibilitasse o uso do cinema e motivasse discussões de conceitos como tempo histórico e diversidade cultural. Escolhemos ainda trabalhar atividades que promovessem a desmistificação dos grandes mitos, trazendo a História para perto dos alunos e possibilitando a identificação destes enquanto sujeitos históricos atuantes.

Dessa forma, escolhemos utilizar a literatura, especialmente os chamados contos de fadas e também os contos africanos, identificando-os como representações da realidade, sujeitas a elementos ficcionais e a horizontes fixados pelo seu tempo de produção, da mesma forma que o cinema.

Estabelecemos objetivos gerais a serem alcançados com os alunos durante as aulas do projeto. Entre estes objetivos, apesar da pouca idade dos alunos, pretendíamos: fazer com que os alunos tivessem noções básicas de tempo, que eles desenvolvessem noções de identidade individual e coletiva, que se reconhecessem como sujeitos ativos da História. Queríamos ainda que eles identificassem permanências e continuidades, mas também rupturas,

percebendo o papel da memória na construção do conhecimento histórico. Os filmes e os contos deveriam ser entendidos como representações da realidade, porém sujeitos a elementos ficcionais e aos horizontes fixados pelo seu tempo de produção com uma dada intencionalidade.

Identificamos alguns pontos específicos a serem buscados na construção do conhecimento dos alunos, como a compreensão de conceitos – por exemplo o que são os contos de fadas, história oral, entre outros. Almejávamos que os alunos diferenciassem histórias de literatura da disciplina História. Também pensamos que era importante que os alunos percebessem que as histórias, como os contos de fada, sofrem alterações ao longo do tempo e em diferentes lugares. Perceber a mudança do perfil dos personagens dos contos de fadas ao longo do tempo se apresentou como um objetivo, bem como relacionar a imagem das princesas dos contos de fadas com suas próprias histórias de vida. Finalmente, desejávamos que os alunos compreendessem que existem diferentes formas de se contar histórias de literatura: via oral, escrita e audiovisual.

Utilizamos vários recursos para a realização das atividades do projeto, tais como data-show, computador, filmes em DVD, entre outros. Dividimos as atividades em 4 grandes blocos para um melhor aproveitamento das aulas.

No primeiro bloco, que chamamos de “Contos de fada e suas possibilidades de leitura” trabalhamos com os alunos vários aspectos. O primeiro ponto foi abordar com eles o que é um conto de fadas, assim tivemos também um diagnóstico do conhecimento prévio que possuíam. Falamos um pouco sobre como e o contexto em que surgiram os contos de fadas, qual era o objetivo e as relações entre a história e o período de sua produção. Identificamos personagens recorrentes nos contos de fadas, como as princesas e as bruxas, por exemplo. A partir daí identificamos também os estereótipos nos contos de fadas, especialmente a forma como as personagens se apresentam. Levantamos com os alunos questionamentos do tipo: princesas se apresentarem sempre como frágeis, heróis se apresentarem como galãs, etc.

Ainda ao trabalhar com o primeiro bloco notamos que havia a necessidade de discutirmos com os alunos sobre os estereótipos nas adaptações que temos nos contos de fada hoje. Muitas das alunas não se identificavam fisicamente com as princesas loiras, brancas e de olhos azuis. Era a hora de trazer então a imagem da princesa em diferentes culturas, principalmente as princesas negras. Iniciamos, então, o trabalho com contos africanos e com as princesas africanas. Utilizamos o livro "O casamento da princesa", do autor Celso Sisto. O livro é todo ilustrado, o que facilitou a visualização dos alunos de como seria uma princesa

africana real. Além disso, com eles discutimos o estereótipo do herói galã a partir do filme “Shrek”:¹⁰⁷ um ogro, aparentemente verde e feio é, indiscutivelmente, um herói. Contamos ainda a história do fundador do Império Mali, presente em “Sundjata ou a Epopeia Mandinga”, escrita por Djibril Tamsir Niane, um herói diferente do que estavam acostumados. Utilizamos ainda o filme “Valente”¹⁰⁸ para mostrar que as princesas também podem ser guerreiras, não precisam se casar se não desejarem, desconstruindo o tipo frágil da mulher, percebendo que ela é capaz de tomar suas próprias decisões.

Os contos africanos despertaram o interesse dos alunos e, em consonância com a lei de 2003 que coloca a obrigatoriedade dos estudos africanos no ensino, resolvemos falar um pouco da História da África, das relações entre o Brasil e o continente africano. Claro que foi algo bastante superficial, mesmo porque, nessa idade, os alunos tinham pouquíssimo conhecimento sobre mapas e distribuição espacial dos países. Surgiu ainda a curiosidade sobre reis e rainhas no Brasil. Preparamos para os alunos aulas sobre a família real portuguesa e o período imperial brasileiro, com imagens colocadas em slides e uma breve explanação sobre o tema. No final, fizemos uma atividade de cortar e colar figuras como as de D. João VI, Carlota Joaquina, D. Pedro I, D. Pedro II, etc., em que houve bastante entusiasmo dos alunos.

No segundo bloco, por nós intitulado “A História e as histórias – contos de fada na história e a história dos contos de fada”, explicamos para os alunos que os contos da fada tem hoje um caráter infantil e lúdico, mas que em sua origem eles não eram contados assim. Sem entrar em detalhes sobre os irmãos Grimm e sobre Hans Christian Andersen mostramos as diferentes versões que assumiram os contos de fadas. Para melhor ilustrar, exibimos o filme “Deu a louca na Chapeuzinho Vermelho”,¹⁰⁹ mostrando uma versão não convencional de se contar sobre a Chapeuzinho Vermelho e o Lobo Mau. O próprio filme se passa com a investigação do que aconteceu com a vovó quando o lobo chega à casa dela. Tanto com “Shrek” quanto com “Deu a louca na Chapeuzinho Vermelho” discutimos sobre as adaptações dos contos de fadas aos costumes e modos de vida atuais.

O terceiro bloco, “Contos de fadas encenados: cinema e teatro”, serviu para discutirmos os diferentes meios de se contar uma história: o cinema, o teatro, os livros, usando o áudio. Falamos ainda sobre a história dos estúdios Walt Disney e sobre o processo

¹⁰⁷ ADAMSON, Andrew; JESON, Vicky. Shrek. [Filme-vídeo] Estados Unidos, 2001.

¹⁰⁸ ANDREWS, Mark; CHAPMAN, Brenda. Valente. [Filme-vídeo] Estados Unidos, 2012.

¹⁰⁹ EDWARDS, Cory. Deu a louca na chapeuzinho vermelho. [Filme-vídeo] Estados Unidos, 2005.

de produção de um filme. A forma como é filmado, o corte de cenas, a adaptação de livros para o cinema, etc. Abordamos algumas diferenças entre o cinema e o teatro. Pretendíamos produzir um teatro dos alunos ou mesmo uma excursão a uma peça de teatro, mas não foi possível em função do pouco tempo para cumprir o planejamento e de verba insuficiente.

Optamos por trabalhar ainda um pouco de mitologia grega, comparando os heróis mitológicos com os heróis dos contos de fadas. Explicamos o que é mitologia e qual a sua origem e finalidade. Contextualizamos figuras como o sátiro, o minotauro, o centauro, além da Medusa, Zeus, Hércules, etc. Para isso utilizamos os filmes “Hércules”¹¹⁰ e “Percy Jackson e o Ladrão de Raios”.¹¹¹ Após discussões, os próprios alunos chegaram à conclusão de que diferentes culturas contam suas histórias de modos diversos.

Por fim, o último bloco foi o “Colocando a mão na massa”. Os alunos realizaram um trabalho final do projeto confeccionando um livro de contos de fada. Eles construíram uma história diferente a partir dos personagens que conheciam e a partir de tudo que trabalhamos em sala de aula. Para o processo de criação do livro fomos retomando elementos de todo o segundo semestre do ano. Eles elaboraram o roteiro: falavam as ideias e nós escrevíamos no quadro a versão final a partir dessas ideias. Depois dispomos os alunos em grupos e distribuimos as frases por eles formuladas para que copiassem no livro em confecção. Eles cuidaram também das ilustrações. Distribuimos folhas coloridas, tesoura, cola. Com este material eles fizeram as ilustrações da nova história por eles criada. O livro ficou pronto ao final de novembro, quando também se encerrou o nosso projeto.

Todo o trabalho gerou resultados incríveis tanto para a nossa formação, enquanto profissionais da educação, quanto nos alunos que, claramente, ao final do projeto, se dispunham com maior clareza e curiosidade a questionamentos em relação à história e à sociedade. Apesar da pouca idade desses alunos e das dificuldades que muitas vezes nos deparamos, como a própria alfabetização, esse projeto foi fundamental para percebermos as possibilidades de ousar no ensino e construir, junto com os alunos, reflexões históricas e sociológicas profundas que trazem o conhecimento escolar, mas também uma nova forma de lidar com a vida e com os acontecimentos cotidianos. Ações educativas como estas, na área de História, são fundamentais para que o conhecimento histórico se aproxime do indivíduo e seja uma forma de construção de identidades.

¹¹⁰ RATNER, Brett. Hércules. [Filme-vídeo] Estados Unidos, 1997.

¹¹¹ COLUMBUS, Beck. Percy Jackson e o ladrão de raios. [Filme-vídeo] Estados Unidos, 2010.

Referências Bibliográficas:

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. 16. Ed. Trad. Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CORSO, D. L.; CORSO, M. *Fadas no Divã Psicanálise nas Histórias Infantis*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2006.

EISNER, Will. *Sundjata uma lenda africana – o leão do Mali*. Trad. Antonio de Macedo Soares. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

FOSSATTI, Carolina Lanner. Cinema de animação e princesas: uma análise das categorias de gênero. In: *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Blumenau, 28 a 30 de maio de 2009, p.1-16.

MELO, Priscila Medeiros Varjal de. *Shrek e a dessacralização dos contos de fadas*. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/IICILLIJ/4/PriscilaVarjal.pdf>>. Acesso em: 15/06/2014.

NIANE, Djibril Tamsir. *Sundjata ou a Epopéia Mandinga*. Coleção Autores Africanos. São Paulo: Editora Ática, 1982.

PERES, Rosely; RODRIGUES, Sonia; ROCHE, Sueli de Oliveira; *et al.* *Princesas africanas*. Leituras compartilhadas: Revista de (in)formação para agentes de leitura. Ano 9, fascículo 19, mar. 2009.

RESSUREIÇÃO, Juliana Boeira da. A importância dos contos de fada no desenvolvimento da imaginação. Disponível em: <<http://www.facos.edu.br/old/galeria/129102010020851.pdf>>. Acesso em: 15/06/2014.

SISTO, Celso. *O casamento da princesa*. Rio de Janeiro: Editora Prumo, 2009.

Regime militar político, cinquenta anos depois: resquícios e reflexos no Brasil contemporâneo

Fábio Júnio Mesquita

Graduando em Pedagogia

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte

fa.bi0@hotmail.com

Geralda Martins da Costa

Graduanda em Pedagogia

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte

gmartinsdacosta@gmail.com

RESUMO: O trabalho objetiva identificar e refletir sobre a presença eminente da Ditadura ainda nos dias de hoje, apresentando-se como resquícios e/ou reflexos em nossa cultura. Conectando o conhecimento desde o ano de 1964 até os dias de hoje, pensando sobre a ideia que alguns possuem sobre o Golpe militar, almejando refletir se realmente houve fim da ditadura militar em 1985, ou se persiste até hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Regime militar; Cinquentenário; Resquícios; Reflexos; Sociedade.

ABSTRACT: This paper aims to identify and reflect on the looming presence of the Dictatorship still today, presenting as remnants and / or reflections on our culture. Connecting knowledge from the year 1964 to the present day, thinking about the idea some have about the military coup, there was really craving a reflection end of the military dictatorship in 1985, or persists today.

KEYWORDS: Military regime; fiftieth; remnants; reflexes; Society.

Introdução

Anos se passaram desde 1985, e ainda hoje se fala do Regime Militar vivido pelo País, com algumas lacunas a preencher. Ainda que muitos viveram e tantos outros estudaram, fragmentos deste período da história persistem até então. Reflexos e resquícios da ditadura são presentes e algumas vezes assombrosos mesmos nos dias de hoje.

Com este trabalho, buscam-se reflexões sobre a presença constante do Regime militar político que ainda persiste. Muitos historiadores concordam que a o regime político durou 21 anos, partindo de 1964 e findando em 1985, porém a quem discorde e pense ter durado um pouco mais, pois afirma que “no Brasil, o *regime ditatorial-militar* durou 25 anos, de 1964 a 1989” (CODATO, 2005), já no caso de Villa (2009) afirma ter durado apenas 11 anos, pois na visão dele “não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural. Muito menos os anos 1979-1985, com a aprovação da Lei de

Anistia e as eleições para os governos estaduais em 1982” (VILLA, 2009). Independente de quantos anos duraram, a questão é como afetou o Brasil de hoje? Já que ações e omissões demonstram que a ditadura permanece muita viva, porém mascarada em nosso meio.

Pensando que “há quem diga que o país vive uma Ditadura Civil, está sofrendo um Golpe Permanente” (MONTEIRO, [2006?]) Revelando-se ora como resquícios, ora, como reflexos, sobretudo no campo histórico social. Portanto, analfabetismo, Educação Física, Reforma agrária, Moradia, Polícia Militar e Lei Fleury, serão os principais assuntos abordados, que trazem consigo grandes marcas do Regime militar político vivido pelos brasileiros.

Anos de chumbo

Brasil 31, de Março do ano de 1964, os militares assumiam o poder do País. Essa época ficou marcada na história do Brasil, através da prática de vários atos institucionais que colocaram em prática a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, e a falta de total democracia, além da repressão aqueles que eram contrários ao regime militar. (BRASIL, [s.d]).

O atual presidente da república Jânio Quadros, inesperadamente renuncia ao cargo. O seu substituto, João Goulart, foi eleito pelo voto direto do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e passa agora a governar o país. (ARAUJO, SANTOS, SILVA, 2013).

O ano de 1964 marca uma série de eventos dentre eles “um projeto de reforma agrária [...], decretos nacionalizando refinarias particulares de petróleo e desapropriando terras com mais de 100 hectares que ladeavam rodovias e ferrovias federais” além “declarações bombásticas como a de Brizola, defendendo a constituição de um Congresso composto de camponeses, operários sargentos e oficiais militares” (PRIORI, VENANCIO, 2010). Nesse mesmo ano a sociedade brasileira se organizou como as classes médias, as elites agrárias, e os industriais, se voltaram contra o governo João Goulart do qual abriram brechas para o golpe.

De acordo com Priori e Venancio (2010) tudo iniciou com a marcha da família com Deus pela Liberdade. Onde uma multidão em frente à Praça da Sé em São Paulo se reuniu juntamente com o clero conservador, o empresariado da direita, todos contra as reformas do então presidente João Goulart que foi deposto no dia 31 de março de 1964. Onde os militares insatisfeitos e já planejando o golpe, destituem o presidente do cargo assumindo o cargo o Marechal Castelo Branco, general militar foi eleito pelo congresso nacional á presidente da República em 15 de Abril de 1964.

O período foi marcado na época por protestos e muitas revoltas por parte dos que não apoiavam o regime, especialmente os estudantes, alguns intelectuais, como músicos, artistas plásticos, pintores, escritores e outros. Imediatamente após o golpe foi estabelecida pelos militares o AI-1 com 11 artigos (BRASIL, 1964). O mesmo dava ao governo militar o poder de modificar a Constituição do Brasil de 1946, como anular mandatos legislativos, interromper direitos políticos, aposentar compulsoriamente, entre outros. (BRASIL, [s.d])

O Brasil a partir dessa data é marcado para sempre tendo início de um governo liderado pelas forças armadas que governam o País com força bruta causando, resquícios e reflexos em plena contemporaneidade. Os militares na época justificaram o golpe sob alegação de que o país sofria uma ameaça comunista por parte das medidas governamentais do presidente João Goulart.

Entendendo os resquícios e reflexos

Em primeiro momento, vale lembrar a diferença entre os resquícios e reflexos. Resquício pode ser entendido como “traço, sinal indicativo de que algo ou alguém esteve presente em determinado lugar ou manifestou-se de algum modo; vestígio, resto, sobra” (FRANCO; HOUAISS; VILLAR, 2004, p. 2440) com o que está afetando a população, ainda que seja de maneira sutil. Ou seja, os indivíduos sofrem com os embates, mas não conseguem na sua grande maioria detectar os fatores causadores. Pontuaremos alguns resquícios marcantes da ditadura no Brasil, a Educação Física, Reforma agrária, Polícia Militar e Lei Fleury.

Quanto aos reflexos baseia-se *n*’ “aquilo que evoca a realidade de maneira imprecisa ou incompleta” (AURÉLIO, 1975, p. 1204) e que “não atua ou não se produz diretamente” (FRANCO; HOUAISS; VILLAR, 2004, p. 2412). Considerado então, reflexos como aquilo que permanece na lembrança da história, e que não são produzidos diretamente, mas sim refletidos a partir de ações anteriores. Abordaremos como reflexos provenientes da ditadura, o analfabetismo e a ausência de moradias.

Analfabetismo

É considerado analfabeto quando o indivíduo está na “condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases” (TOLEDO, [2013?])

No Brasil, o índice de analfabetos sempre esteve elevado, a comparar a década de 60 com o ano de 2012, pois “nos anos 1960 o IBGE calculava um índice de 40% de analfabetos

entre a população com mais de 15 anos, isso representava cerca de 16 milhões de pessoas.” (TEIXEIRA, 2012). Enquanto em uma nova análise realizada pelo “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012 e divulgada em setembro de 2013, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais foi estimada em 8,7%, o que corresponde a 13,2 milhões de analfabetos no país.” (G1, 2014).

O analfabetismo embora já existisse mesmo antes do regime político militar, pode ser percebido como um reflexo das ações no período, já que “o combate ao analfabetismo foi duramente combatido pela recém instaurada ditadura militar” (TEIXEIRA, 2012). Sem trégua, já “no dia 1º de abril de 1964 todas as atividades do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), tanto no Nordeste como no Sudeste, foram paralisadas.” (TEIXEIRA, 2012). Bem como, “O ministro Júlio Sambaqui e toda a sua equipe, inclusive Paulo Freire, foram afastados do Ministério da Educação.” (TEIXEIRA, 2012).

E as medidas prosseguiram pouco após “no dia 14 de abril, duas semanas depois do golpe, o PNA foi oficialmente extinto pela Portaria 237 do MEC. Seu caráter subversivo não seria tolerado pelo novo governo” (TEIXEIRA, 2012). O mais notável “é que a portaria 237 simplesmente acabou de uma só vez com todas as iniciativas do MEC realizadas durante o governo Jango” (TEIXEIRA, 2012). Castelo Branco pretendia acabar com o método de alfabetização Paulo Freire, pois pensava que o método estaria “‘engordando’ cascavéis no sertão do Nordeste” (TEIXEIRA, 2012).

E por fim acabaram com “a Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler naquele contexto era vista, pelos órgãos de repressão, como uma perigosa ‘arma de propaganda comunista’” (TEIXEIRA, 2012). Fortalecendo assim o analfabetismo que está sempre presente entre os brasileiros.

A conferência mundial da educação para todos, ocorrida em 1990, em Jomtiem e Tailândia (UNESCO, 1998), foi assistida por representante do mundo todo, e chegou à conclusão que a alfabetização, é um dos fatores chave para resolver problemas mais urgentes da sociedade, que a realização plena do ser humano só se dá através da educação e promovê-la é fundamental, para o desenvolvimento das nações.

Assim sendo, a educação é uma ferramenta extremamente útil para combater a pobreza e a desigualdade, elevar os níveis de saúde e bem estar social, criar as bases para um desenvolvimento econômico sustentável e a manutenção de uma democracia duradoura por este educação foi incluída na lista de oito objetivos de desenvolvimento do milênio das nações

unidas, que fixou para o ano de 2015 datas limite para alcançar 100% de educação primária para todas as crianças do planeta.

Educação Física

Os anos 60 do século XX assistem um fenômeno mundial no âmbito educacional. Esse é um aspecto importante se procurarmos compreender o contexto sobre o qual foram formuladas as políticas públicas para a Educação Física brasileira.

Isso só nos remete a ideia de que a Educação Física tornou-se obrigatória por parte dos militares, em seguida adentra os pátios das escolas, sobre tudo para fazer parte do currículo escolar. Coceber as políticas públicas daquele período como que gestadas exclusivamente no âmbito das agências militares (OLIVEIRA, 2004). Tomemos alguns exemplos: Estabelecimento de uma política nacional de Educação Física, “o estabelecimento de PNEF encerra considerações gerais específicas a saber” (OLIVEIRA, 2004):

- 1.1. A prática da Educação Física em massa, com finalidade de favorecer a melhoria do homem e os meios de colaborar no plano de segurança nacional.
- 1.2. Ação na escola primaria, como o objetivo de longo alcance despertando o interesse pela prática nas atividades físicas.
- 1.3. Ação no mesmo sentido, nos estabelecimentos de ensino médio e superior, concorrendo, além de seus benefícios gerais, para a possibilidade de surgirem atletas de melhor nível técnico, capazes de realçar a posição do nosso país, no mundo desportivo social.
- 1.4. Ação nas forças armadas sobre o elemento humano disponível, com o propósito de aperfeiçoar as suas condições físicas e aprimorar, nas suas possibilidades técnicas já iniciadas.
- 1.5. Ação no setor trabalhista, industrial e agrícola, propiciando as práticas desportivas para assegurar melhores condições de saúde, de alegria de viver e ao rendimento do trabalho. Essas são alguns pontos característicos da Educação Física no Brasil, e ainda hoje é um reflexo da ditadura. Talvez possamos compreender o motivo pelos quais, muitos estudantes tem uma verdadeira aversão pela prática de Educação Física dentro das escolas. Advindos do autoritarismo truculência militar que se arrastam por décadas o que podemos destacar como, resquícios e reflexos no Brasil contemporâneo.

Reforma Agrária e Moradia

No Brasil a distribuição de terras começou pela divisão da mesma em capitânicas hereditárias, depois foi distribuída aos desbravadores, e no século XIX aos alemães e italianos.

O problema fundiário do país remonta á 1530, com a criação das capitânicas hereditário do sistema de sesmarias grande glebas, distribuída pela coroa portuguesa á quem

dispusessem á cultivá-las. Dando em troca um sexto da produção então nasce o latifúndio. (ESCOLA DE GOVERNO, [s/d])

Em 1882 com a independência do país se agrava o quadro, a troca de donos de terras se deu sob a lei dos mais fortes. Em meio á tanta violência os conflitos, não envolvem os trabalhadores rurais, pois todos eram escravos. Em sua grande maioria os proprietários grileiros apoiados por bandos armados. Somente em 1850 o império tenta ordenar o campo editando assim a lei das terras. Contudo, vem um dispositivo com essa lei da terra a proibição de ocupar áreas publicas e a determinação de que para adquirir terras só mediante pagamento em dinheiro, reforçando assim o poder dos latifundiários, ao tornar ilegal as posses de pequenos produtores. (ESCOLA DE GOVERNO, [s/d])

Em 1964, João Goulart reuniu 150 mil pessoas em um comício onde apresentou as reformas de base, dentre elas a reforma agrária (MST, 2012), que mais tarde veio a ser barrada pelo regime militar político.

Mas são esses sem terras agora, nos seios dos movimentos dos sem terras, que marcham pelas estradas e pelas cidades deste país, ocupando locais e prédios públicos entre outros.

Ainda assim, a história tem sido implacável com aqueles tentam ignorá-la. No Brasil, é quase um consenso que qualquer alternativa de remoção da exclusão social no país passa pela reforma agrária. Pois ela tem um objetivo social, ou seja, é o caminho para retirar da marginalidade social, no mínimo uma parte dos pobres. Mas a reforma agrária também é econômica e também certamente levará ao aumento da oferta dos produtos agrícolas dessas pequenas unidades ao mercado. A reforma agrária também tem que ser política, além de se tornar instrumento mediante no qual essa parcela da população conquiste a sua cidadania.

Por esse motivo os camponeses sem terra estão re- ensinando os ideais de nação, de patriotismo neste mundo contemporâneo repletos de visões globalizadas, e informatizadas de um Brasil em que cidadania é conquista para poucos. E dentro de tais embasamentos talvez esteja aí um dos resquícios mais voraz deixados pela ditadura.

E com esses resquícios reflete-se a falta da moradia, advindo também da ditadura.

Refletindo sobre o que é moradia adequada, pode-se afirmar que uma série de condições deve ser atendida antes que formas particulares de abrigos sejam consideradas como moradia adequada. Para que o direito á moradia adequada seja satisfatórios, existem

alguns critérios que devem ser atendidos. Tais critérios são tão importantes quanto à própria disponibilidade de habitação.

A primeira proposta de reforma urbana no Brasil, deferida em um congresso de arquitetos, em 1963, incorporou o conceito da propriedade ociosa como ilegítima, e a partir da cultura herdada da reforma agrária nossa proposta, uma das raízes do estatuto da cidade, a questão da terra era vista como central para a transformação que o país demandava. Nela estava presente, ainda a criação de um organismo nacional que dirigisse as políticas urbanas e habitacionais nesse período que antecedeu o golpe militar de 1964, a sociedade Brasileira estava mobilizada em torno das reformas de base. Propostas com significativas bases populares eram elaboradas por intelectuais, profissionais, acadêmicos e líderes sociais e também sindicais. Esses tratavam de temas tais como educação, saúde, administração pública, cultura, além das reformas agrárias, como urbanas. A primeira etapa desse processo ocorreu em 1964 da repressão ditatorial contra essa ofensiva de movimentos sociais e sindicatos se sobre os movimentos populares.

Polícia Militar e Lei Fleury

Provenientes do regime militar as ações comumente mais criticadas são o uso desmedido da força policial. Com intuito de proteger o regime instaurado, os militares torturavam, agrediam, incriminavam, prendiam e até matavam.

Talvez o resquício mais discutido da Ditadura Militar, seja a militarização da policia. Muitas vezes agindo de maneira a coibir o cidadão comum, atua de forma desumana, lembrando os anos de chumbo.

Pensando nisso, vários jornalistas se reuniram em um abaixo assinado para buscar o fim da policia militar. Pensando principalmente em fatos apresentados pela mídia que mostra essa mesma atuação (CARTA CAPITAL, 2013). Policiais despreparados e que se sentem acima da lei e de qualquer suspeita, agem de maneira brutal não apenas em manifestações como foi o caso das manifestações do ano de 2013, mas também em situações bem mais atípicas, como o caso do servente de pedreiro Amarildo (MAIA, 2013) e da Dona de casa Cláudia da Silva Ferreira, arrastada por mais de 300 metros por uma viatura da policia militar do9 Rio de Janeiro, durante socorro prestado a vitima. (G1, 2014)

Outro resquício, envolvendo a policia que permanece gerando discussões é a tão indigesta Lei Fleury, trata-se da Lei de número 5941/73 (NITAHARA, 2014).

Fleury foi delegado durante a ditadura, responsável por prisões e torturas daqueles que eram contra o regime. Tempos depois de uma morte ainda suspeita, sancionaram a “Lei Fleury”, que evita que réus primários ou com bons antecedentes, com endereço fixo permaneçam presos (Art. 594). A indignação, não é gerada só pela lei, mas também por carregar o nome de um dos torturadores da época.

Referências

ARAÚJO, Maria Paula; SANTOS, Desirree dos Reis; SILVA, Izabel Pimentel da. *Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

BRASIL. *Ato Institucional (nº1)*. 1964. Captado em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo_norma=AIT&data=19640409&link=s. Acesso em: 08 mai. 2014.

BRASIL. *Portal da Legislação*. [s.d.]. Captado em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em 08 mai. 2014.

CARTA CAPITAL. *A polícia militarizada é um resquício da Ditadura*. 2014. Captado em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-policia-militarizada-e-um-resquicio-da-ditadura-6695.html>. Acesso em: 12 mai. 2014.

CARTA CAPITAL. *A polícia militarizada é um resquício da ditadura*. 2013. Captado em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-policia-militarizada-e-um-resquicio-da-ditadura-6695.html>. Acesso 16 de abr. 2014.

CODATO, Adriano Nervo. *Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia*. 2005. Captado em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782005000200008&script=sci_arttext. Acesso em: 06 mai. 2014.

DIETRICH, Julia. *Educação: mais uma vítima do regime militar no Brasil*. 2014. Captado em: <http://www.ufrgs.br/sbpcrs/?p=1288>. Acesso 05 maio 2014.

ESCOLA DE GOVERNO. *A política agrária no Brasil*. [s/d]. Captado em: <http://www.escoladegoverno.org.br/artigos/111-politica-agraria-brasil>. Acesso em: 20 abr 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FOLHA DE S. PAULO. *Polícia militar ainda carrega resquícios da ditadura militar afirma codiretora de ONG*. 2010. Captado em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/10/815449-policia-militar-ainda-carrega-resquicios-da-ditadura-militar-afirma-codiretora-de-ong.shtml>. Acesso em: 06 mai. 2014.

FRANCO, F.; HOUAISS, A.; VILLAR, M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

G1. “Estava coam a perna em carne viva”, diz amigo da mulher arrastada no Rio. 2014. Captado em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/estava-com-perna-em-carne-viva-diz-amigo-de-mulher-arrastada-no-rio.html>. Acesso em: 08 mai. 2014.

_____. *Brasil é o 8º país com maior número de analfabetos adultos, diz Unesco*. 2014. Captado em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/brasil-e-o-8-pais-com-mais-analfabetos-adultos-diz-unesco.html>. Acesso em: 18 mai. 2014.

MAIA, Gustavo. “Não se trata de fato isolado”, diz MP sobre tortura de Amarildo na UPP da Rocinha. 2013. Captado em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/10/23/nao-se-trata-de-fato-isolado-diz-mp-sobre-tortura-de-amarildo-na-upp-da-rocinha.htm>. Acesso em: 05 de mai. 2014.

MONTEIRO, Dauranisia Diniz. *O Brasil vive sob os resquícios da Ditadura*. Captado em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25938-25940-1-PB.pdf> Acesso em: 06 mai. 2014.

MST. João Goulart pela reforma agrária em 64. 2012. Captado em: <http://www.mst.org.br/node/13041>. Acesso em : 20 mai. 2014.

NITAHARA, Akemi. *Debate discute resquícios da ditadura no Brasil atual*. 2014. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/debate-discute-resquicios-da-ditadura-no-brasil-atual>. Acesso em 07 abr. 2014.

PRIORE, Mary del.; VENÂNCIO, Renato. *Uma breve História do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. *Quando ensinar a ler virou subversão: a ditadura e o combate ao combate do analfabetismo*. 2012. Captado em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340763408_ARQUIVO_WagnerTeixeira_texto_completo.pdf. Acesso em: 26 abr. 2014.

TOLEDO, Lucinéia Silveira. *Alfabetismo funcional, linguagem e inclusão social*. [2013?]. Captado em: http://www.letras.ufmg.br/atelaetexto/ARTIGO_1_ANALFABETISMO_LUCINEIA_revisa_do.html. Acesso em: 30 abr. 2014.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtiem/Tailândia, 1998.

VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira*. 2009. Captado em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0503200908.htm>. Acesso em: 06 mai. 2014.

Os casamentos endogâmicos: uma estratégia familiar

Gabriel Afonso Vieira Chagas

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

gabriel.afonso.v.chagas@gmail.com

RESUMO: Neste pequeno artigo, propõe-se expor rapidamente uma pesquisa que vem sendo realizada sobre os casamentos endogâmicos nas Minas. O objetivo principal desta pesquisa é entender se os casamentos realizados dentro de um mesmo clã familiar teriam sua explicação apenas na manutenção de bens nos processos de herança ou se outros fatores poderiam estar na raiz desse ato.

PALAVRAS-CHAVE: Endogamia; famílias; Comarca do Rio das Mortes; redes familiares

ABSTRACT: In this short article, it is proposed to rapidly expose a research being conducted about endogamous marriages in the Minas. The main objective of this research is to understand whether the marriages performed within the same family clan would have its explanation only in the maintenance processes of inheritance or other factors could be at the root of this act.

KEY-WORDS: Endogamous marriages; families; Rio das Mortes; family networks

Os casamentos endogâmicos nas Minas Setecentistas constituem uma das mais conhecidas e debatidas formas de manutenção dos bens familiares nos processos de sucessão geracional. Essa forma de casamento é tida por uma estratégia de manutenção de bens no ceio dos próprios clãs familiares. Entretanto, essa explicação pode ser simplória, pois ao se analisar os acentos matrimoniais açorianos para os séculos XVI a XVIII, pode-se perceber a imensa quantidade desses matrimônios em grupos familiares cujos descendentes posteriormente vieram a se estabelecer na região das Minas, o que leva a crer se tratar de uma estratégia já conhecida e apenas ‘importada’ para a região.

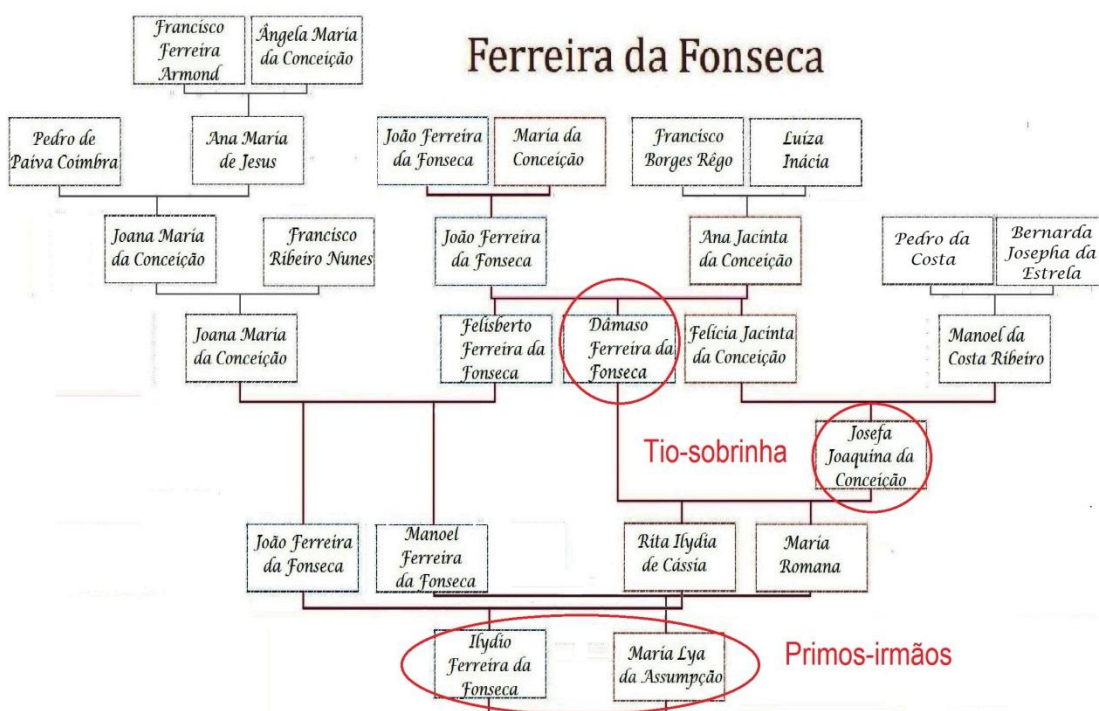
Em terras lusitanas, a justificativa da manutenção de bens nos processos de herança se baseia na quantidade de terras disponíveis. Por se tratar, especialmente no caso do Minho e de Açores, de regiões bastante povoadas e com poucas terras disponíveis, a possível divisão destas em processos pós-morte entre os herdeiros poderia ocasionar ao longo de poucas gerações a transformação de fazendas bem dimensionadas em pequenas chácaras. Porém, para o caso das Minas, onde a terra era disponível em larga escala, a mesma justificativa não poderia explicar os casamentos endogâmicos. Então, o que teria ocasionado esse tipo de

matrimônio? Supõe-se que se tratava de uma maneira de não se missigenar, entretanto, será só isso?

Nesse artigo pretende-se expor o trabalho desenvolvido nos últimos três anos, trabalho esse, que visa se tornar um projeto de dissertação de mestrado. Neste, se investiga os casamentos endogâmicos realizados na comarca do Rio das Mortes, abordando um período que se inicia em 1750 e se encerra em 1890. Para isso segue-se a trajetória de algumas famílias que povoaram essa região desde sua chegada à quinta geração, em especial da família Ferreira da Fonseca de origem açoriana que se estabeleceu definitivamente na Comarca do Rio das Mortes no final do Século XVIII. Ao se analisar os Matrimônios realizados pelos membros desse grupo, percebe-se que na sua grande maioria, eles se realizaram dentro da própria família.

No caso específico da família Ferreira da Fonseca encontramos casamentos entre tios-sobrinha, primos-irmãos e incontáveis matrimônios entre primos de primeiro grau. Desta maneira, esta família se tornou a espinha dorsal deste trabalho, a partir da qual foram realizadas as comparações com as outras famílias. A imagem abaixo trata-se de uma pequena árvore genealógica onde apenas uma linhagem desta família foi contemplada, mas que aparecem um casamento entre tio-sobrinha e um matrimônio entre primos-irmãos

Diagrama 1



Fonte: Esboço desenhado por Gabriel Afonso Vieira Chagas

Este projeto vem se amadurecendo desde o segundo semestre de 2011, quando ainda me encontrava no segundo período do curso de história. Compara-se nele famílias das mais diversas origens dentro do Império Português, entretanto destacam-se as de origens açorianas e minhotas, pois se constituem maioria na região que é abordada. A investigação sobre as motivações para os excessivos casamentos endogâmicos, bem como suas consequências, pretende contribuir com os trabalhos sobre o processo de povoamento e fixação populacional nas Minas colonial.

Foram levantados inúmeros acentos de matrimônios nas paróquias da antiga Comarca do Rio das Mortes, onde se percebeu não tratar de uma exclusividade da família Ferreira da Fonseca. Foi realizado um trabalho de comparação entre inúmeras famílias da região, como os Ferreiras de Souza, os Resendes, os Vieiras, os Costas, os Ribeiros, os Chaves, dentre outras, concluindo-se tratar de um costume comum.

A origem dessas famílias se divide entre Açores e o Minho. Percebe-se que a quantidade de famílias açorianas que se utilizam dessa estratégia é maior que a das minhotas nas primeiras gerações que se estabeleceram na dita região. Para corroborar com a tese de que essa era uma estratégia já utilizada em Açores, onde a justificativas das terras é bastante plausível, anteriormente a vinda desses grupos para as Minas foi feito um levantamento dos matrimônios da família Ferreira da Fonseca nos Açores, entre 1545 e 1724, data de sua chegada às Minas, e percebeu-se que a estratégia era muito utilizada já na região das Ilhas.

Para tanto, é necessário se entender o processo de povoação da Comarca do Rio das Mortes, a influencia e chegada de famílias portuguesas e daqueles que vieram a constituir família naquela região. Uma região cortada pela Estrada Real tanto no Caminho Novo, como no Caminho Velho onde se encontram, desde famílias que vivem da agricultura, como famílias de mineradores e de comerciantes que faziam o trânsito de escravos do Rio de Janeiro para a Comarca do Rio das Mortes e de produtos agropastoris entre a dita comarca e Villa Rica. Além, é claro de se tratar de uma região fortemente documentada. Região de grande importância para o abastecimento das regiões mineradoras.

Estudando os casamentos endogâmicos na região do Rio das Mortes podem-se entender as relações tecidas no interior da elite local, desde as comerciais até as pessoais. Entender estas redes familiares ajuda a perceber as alianças que seus membros estabeleciam entre si (tanto dentro quanto fora da parentela) para se perpetuarem no poder. Ao término dessa pesquisa ela poderá ajudar a desvendar não só a forma de perpetuação do patrimônio no interior desses clãs familiares, como também compreender como eram tecidos vários acordos

que permearam a política, não só de uma região, como das Minas Gerais. Exemplo disso é a Revolução Liberal de 1842 onde vários membros dessas famílias que estão sendo estudadas se envolveram.

Defende-se que a posição destes membros no embate de 42 foi influenciado pelo clã ao qual pertenciam. Um dos exemplos é a posição pró-liberal do Padre Gonçalo Ferreira da Fonseca, que posteriormente abrigou em sua Fazenda dos Olhos D'Água no Brumado do Suassuí (Entre Rios de Minas) o famoso Cônego Marinho, que escreveu, em 1844, a obra que narra as realizações da Revolução Liberal¹¹². Percebe-se, ao se analisar as atas das reuniões da Câmara de Queluz, que todos os membros da Família de Padre Gonçalo - que se envolviam diretamente na política - e daquelas famílias que se uniram por laços de matrinônio ou apadrinhamento com os Ferreira da Fonseca se aliaram aos Liberais. Não há espaço neste artigo para se desenvolver profundamente as questões do embate, entretando, fica a pergunta de se foram essas relações que influenciaram na posição de tais membros na Revolução Liberal de 1842.

Para destrinchar todas as perguntas já colocadas tem-se feito confrontações entre acentos paroquiais de Batismo, Matrimônio, Óbitos, - muitas vezes os livros de óbitos composto de testamentos -, registros paroquiais de terras, a partir de 1850 com documentação cartorária, tais como inventários, troca de terras, compra e venda nas relações comerciais, dentre outras, disponíveis em Arquivos e Museus, tais como o Arquivo Público Mineiro, o Museu Regional de São João Del Rey e Arquivos de cartórios de cidades menores no entorno, como o Arquivo e Museu Antônio Perdigão de Conselheiro Lafaiete.

A análise dos acentos de bastimos auxiliam ao confirmar a filiação dos personagens, os acentos de matrimônios confirmam as união e os acentos de óbitos, que não raras vezes vem acompanhado do testamento que possui grande caráter esclarecedor quanto ao parentesco dos cônjuges e o contexto de tal arranjo.

Os Livros de Registro Paroquial, por sua natureza de produção local, foram analisados em diferentes arquivos paroquiais. Parte deles se encontra no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, e a outra parte se encontra nas próprias paróquias, quando ainda não foram enviados à Arquidiocese. Para a consulta a esses acervos, mais dispersos, estão sendo realizadas pequenas viagens de pesquisa. A terceira estratégia de pesquisa a esses

¹¹² A obra citada, encontrada hoje na Biblioteca do Museu e Arquivo Antônio Perdigão em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais. MARINHO, 1939

fundos documentais é a consulta ao projeto *Family Search*¹¹³, que digitalizou e disponibilizou os Livros de Registro Paroquiais via internet.

Além disso, vários inventários e testamentos foram disponibilizados no *Projeto Compartilhar*¹¹⁴ que facilita o acesso ao original, devido ao fato do site disponibilizar o local da fonte, o que ajuda na eleição dos documentos mais essenciais.

Como se percebe a base documental é abundante e encontra-se preservada e facilmente acessível ao pesquisador, o que me facilitou inclusive o início desse levantamento sobre as famílias tradicionais da região do Rio das Mortes. Muitos de seus membros fundaram várias cidades em Minas, tais como Maripá, Leopoldina, no sul de Minas, Rifaina, no Triângulo mineiro, dentre outras. Muitas das relações pessoais e políticas de hoje podem ter sido originárias nas relações familiares da época.

Ouiu-se inúmeros pesquisadores locais sobre o tema. Fez-se entrevistas gravadas em vídeo com pessoas de idade que residem nessas regiões e que contribuíram bastante para o entendimento de como essas relações eram percebidas na sociedade.

Trata-se de uma abordagem ainda razoavelmente inédita sobre o tema. Existem várias pesquisas que relacionam apadrinhamento, relações comerciais dentre outros, a estratégias de poder das elites, porém pouco se foi falado de casamentos endógamos, há várias citações sobre eles nas pesquisas já existentes, como a de Junia Ferreira Furtado e de Carla Almeida, Antônio Carlos Jucá, mas nenhum enfoque especial que procure descobrir quando esses casamentos se tornaram mais comuns, se foi sempre assim, como isso está diretamente relacionado à posse de bens e ao sistema de herança. Essa pesquisa contribuirá especialmente para enriquecer os trabalhos já realizados, porém com enfoque novo, centrado na história dos casamentos endogâmicos.

Referências

ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Casamento, sexualidade e pecado: os manuais portugueses de casamentos dos séculos XVI e XVII*. *Ler História*, 12 (1988).

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: Produção e Hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. 1ª Edição. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

BACELAR, Carlos de almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: UNICAMP, 1997.

¹¹³ <https://familysearch.org/>

¹¹⁴ www.projetoconpartilhar.org

BOSCHI, Caio César e FURTADO, Júnia Ferreira (orgas.). *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

DURÕES, Margarida. *Heranças: solidariedade e conflitos na casa camponesa minhota (sécs. XVIII-XIX)*. Universidade do Minho, 2003.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Fortuna e movimento no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Comerciantes minhotos nas Minas Setecentistas* In: Minia. Braga, nº6, p.125-141.

_____. *Homens de negócios: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. 1ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 1999.

LOTT, Mirian Moura. *Sob o Badalar dos sinos, o ar da modernidade*. Ouro Preto: População, Família e Sociedade 1838-1897. Belo Horizonte, 2009.

MACHADO, Cacilda. *Casamento & Compadrio Estudo sobre relações sociais entre livres, libertos e escravos na passagem do século XVIII para o XIX* (São José dos Pinhais - PR). XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. 2004.

MAIA, Joaquim Rodrigo de Castro. *As Relações De Parentesco Ritual Em Uma Sociedade Escravista: Compadres, Padrinhos E Afilhados No Cotidiano Mineiro Da Primeira Metade Do Século XVIII*. In: Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira. 2008.

MARINHO, José Antonio. *História do Movimento Político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Geraes*. 2. ed. Conselheiro Lafayette: Typographia Almeida, 1939.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjuturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antônio Manoel. *As redes clientelares*. In: HESPANHA, Antônio Manoel (orgs.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. P.339-349.

Contribuições para uma História da Família em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*

Isaac Cassemiro Ribeiro

Mestre em História

Universidade Federal de São João del-Rei (UFJS)

isaac.ribeiro7@gmail.com

RESUMO: A presente comunicação tem por objetivo fazer uma breve apresentação da historiografia que teve como tema a família em Minas Gerais durante os séculos XVIII e XIX. Tendo como referência as críticas ao conceito freyriano de família patriarcal brasileira, alguns autores, no decorrer década de 1980, analisaram a formação e organização das famílias em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Esses autores atribuíram à família mineira do século XVIII a peculiaridade de constituírem-se, majoritariamente, por famílias nucleares, “fragmentadas”. Deste modo, destarte a realidade encontrada nas demais capitânicas da Colônia Portuguesa, as famílias mineiras do século XVIII, mover-se-iam por valores de caráter mais individualista, contrários àqueles de cunho coletivo que fundamentavam a organização da família patriarcal brasileira. Atualmente alguns autores vieram a contestar essas afirmações. É sobre a contribuição destes para com a “história da família em Minas” que versa essa comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: História da Família, família patriarcal, concubinato.

ABSTRACT: This Communication aims to give a short presentation of historiography which had the theme family in Minas Gerais during the eighteenth and nineteenth centuries. With reference to the criticism of the concept of Freyrian Brazilian patriarchal family, some authors, during the 1980s, analyzed the formation and organization of families in Minas Gerais in the eighteenth and nineteenth centuries. These authors attributed to the mining families of the eighteenth century the peculiarity to constitute themselves, mostly by "fragmented" nuclear families. Thus, Thus the reality found in other captaincies the Portuguese colony, the mining families of the eighteenth century, would move by more individualistic values of character, contrary to those of a collective nature underpinning the organization of Brazilian patriarchal family. Currently some authors have come to challenge these claims. It's about their contribution towards "family history in Minas" which addresses this communication.

KEYWORDS: Family History, family patriarchal, concubinage.

História da Família no Brasil

A historiografia brasileira vem apontando há quase um século o importante papel da instituição família na consolidação dos domínios portugueses nos trópicos. Autores consagrados como Oliveira Vianna, em “Populações Meridionais do Brasil” (VIANNA,

* Este artigo é uma adaptação de parte do Capítulo I da dissertação de mestrado do autor, para maiores detalhes ver: RIBEIRO, 2014.

1987) publicado pela primeira vez em 1918, e Alcatra Machado, em “Vida e Morte do Bandeirante” (MACHADO, 1980), de 1929, tangenciaram esse tema. Porém, foi Gilberto Freyre em “Casa Grande & Senzala” (FREYRE, 2006), de 1933, quem abordou de forma mais detalhada a família como tema de suma importância na análise da dinâmica social brasileira.

Para Freyre, a família de tipo patriarcal teve papel predominante enquanto unidade colonizadora do Brasil, em detrimento do Estado monárquico português. Freyre elegeu a família patriarcal como “*locus*” privilegiado no estudo das relações sociais no Brasil, entendendo como patriarcal o regime no qual todo poder – econômico, político e social – concentrava-se e emanava do chefe familiar.

Influenciados por suas ideias sobre o papel da família patriarcal na formação da sociedade Brasileira, vários foram os trabalhos que utilizaram e ampliaram a aplicação desse conceito. Autores como Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil” (HOLANDA, 1988), de 1936, Caio Prado Jr, em “Formação do Brasil Contemporâneo” (PRADO JR, 1983) de 1942, e Antônio Cândido de Mello e Souza em “Os parceiros do Rio Bonito” de 1964 (SOUZA, 1971), utilizaram-se amplamente do conceito de “família patriarcal” em suas abordagens. Porém, foi a partir da década de 1970, influenciada pelos trabalhos em demografia histórica, que a “História da Família no Brasil” passou a ser tratada separadamente, de forma específica, dentro do campo do conhecimento histórico.

A problematização do conceito de “patriarcalismo”, tal qual formulado por Gilberto Freyre, tornara-se então o centro dos debates no campo da História da Família no Brasil. Com o artigo de Mariza Corrêa, “Repensando a Família Patriarcal Brasileira”, a crítica à utilização do conceito de “família patriarcal” intensificou-se. No centro do debate, Corrêa chamou atenção para a diversidade das “configurações familiares” que existiram no decorrer da história do Brasil, delineando limites para as análises de Freyre e, principalmente, para as de Antônio Cândido, ao tentarem deduzir do modelo de família patriarcal toda a ordem social brasileira (CORRÊA, 1982). A tréplica as críticas de Mariza Corrêa vieram, sobretudo, de Sheila de Castro Faria e Ronaldo Vainfas. O último atentou para a impossibilidade de se estudar a sociedade brasileira sem abordar o patriarcalismo nas relações sociais. Para Vainfas, o grande erro que fundamentou as críticas de Mariza Corrêa, residia na confusão que a autora fez entre o conceito de família patriarcal, e o de família extensa, como se ambos fossem sinônimos (FARIA, 1997, p. 51).

História da Família em Minas Gerais, século XVIII e XIX

No cenário da historiografia sobre Minas existem duas vertentes que abordam de formas distintas o sistema de parentesco que prevaleceu na capitania durante o século XVIII, e seus respectivos significados. De um lado, inspirados pela crítica ao conceito de família patriarcal brasileira, Laura de Mello e Souza (SOUZA, 1990) e Luciano Figueiredo (FIGUEIREDO, 1997), atribuíram às famílias que se formaram em Minas no Setecentos, em detrimento às de outras capitanias da América Portuguesa, a peculiaridade de serem predominantemente famílias nucleares, formadas às margens da lei católica e com altos índices de concubinato nas uniões conjugais. Desse modo, tais autores concluíram que o modelo patriarcal de família, predominante nas demais regiões da Colônia, teria exercido menor influência nas Minas setecentistas.

Junta a premissa da fragilidade do modelo de família patriarcal em Minas, Laura de Mello e Souza, e Luciano Figueiredo, inferiram que nas relações sociais que vigoraram em Minas durante o século XVIII existiu um grau de individualismo sem precedentes na América Portuguesa. A ideia de um modelo familiar diverso do restante da Colônia, predominando nas Minas setecentistas, parece ter como ponto de partida a tese de doutorado de Mello e Souza sobre “desclassificados” em Minas Gerais (SOUZA, 1990).

Luciano Figueiredo, dando prosseguimento às concepções formuladas pela autora, trabalhou com a prerrogativa de que na capitania mineira do século XVIII predominavam as “famílias ilegítimas”. O autor cunhou o conceito de “família fracionada”, para descrever casais concubinados que, não coabitando o mesmo domicílio, mantinham relações familiares de certo modo estáveis. Segundo Figueiredo, essa configuração tratar-se-ia de uma estratégia familiar adotada por aqueles que, tentando esquivar-se de diversas formas de repressão ao concubinato, separavam o relacionamento em moradias diferentes. O que caracterizavam estas famílias era a separação de domicílios conjugada com a estabilidade temporal do relacionamento, como forma de fuga da repressão da Igreja ao concubinato (FIGUEIREDO, 1997, p.157-163).

Para Luciano Figueiredo, a “tradicional família mineira” só viria a surgir no século XIX, quando, devido à crise da mineração e o esvaziamento dos principais centros urbanos da capitania, a sociedade se ruralizara, fixando as famílias na terra, e possibilitando-lhes maior estabilidade (FIGUEIREDO, 1997, p. 168).

A nosso ver, o conceito de “família fracionada” trouxera um avanço analítico ao tratar da instituição família em Minas no século XVIII, por deixar de atribuir ao significado de família a necessidade da coabitação. Porém, mesmo utilizando-se desse conceito, Figueiredo

afirmou a predominância de uma organização de parentesco nas minas setecentistas, que, pelo alto índice de ilegitimidade, seria diferente do padrão encontrado em outras regiões da Colônia: a família de base patriarcal. Essa abordagem deve ser relativizada.

Sílvia Maria Jardim Brügger, em sua tese de doutorado, também constatou um alto índice de uniões ilegítimas para a região mineira da comarca do Rio das Mortes durante o século XVIII, demonstrando e, sobretudo, relativizando com fontes seriais (registros de casamento e batismo), o que Figueiredo já havia apontado para toda capitania, utilizando-se de fontes qualitativas (devassas eclesiásticas): predominava nas Minas setecentistas o concubinato (BRÜGGER, 1997). Em sua análise, Brügger avança ao relativizar a predominância de uniões ilegítimas na capitania, acrescentando a ideia de que estas famílias (assim como as legítimas, e as famílias das demais capitanias) também se norteavam por valores patriarcais, valores que fundamentavam a base de toda a organização de parentesco da sociedade colonial brasileira. Segundo a autora, “a ideia central parece residir no fato de as pessoas se pensarem mais como membros de determinada família do que como indivíduos” (BRÜGGER, 1997, p. 149).

Dentre diversos indícios levantados por Brügger para fundamentar sua tese sobre a predominância do patriarcalismo em Minas Gerais, consta uma prática compartilhada por muitas mulheres concubinas na capitania/província: receber potentados locais – ou “campeões de batismos” – como padrinhos de seus filhos. Essas mulheres, “mães solteiras”, ao efetivarem tais relações estratégicas, buscavam estabelecer “alianças verticais”, relações de compadrinho notoriamente de caráter patriarcal, pautadas no princípio de que a família, e não o indivíduo, norteava as escolhas individuais naquela sociedade.

Portanto, existem na historiografia sobre a família em Minas Gerais no século XVIII, dois modos distintos de significação atribuídos ao sistema de parentesco que prevaleceu na capitania: de um lado, na perspectiva de autores como Laura de Mello e Souza e Luciano Figueiredo, a maior parte das famílias mineiras setecentistas ao se constituírem “à margem da lei católica”, seriam classificadas como famílias ilegítimas, ou “fragmentadas”, com uma organização do parentesco diferente da organização com base em famílias legítimas, identificadas como famílias patriarcais. Desse fato, tais autores inferem que durante o século XVIII existiu na capitania mineira um grau de individualismo sem precedentes na Colônia Portuguesa.

Outra perspectiva, defendida por autores como Silvia Brügger, Marcos Ferreira de Andrade e Mônica Ribeiro de Oliveira (OLIVEIRA, 2005), credenciou valores patriarcais aos diversos arranjos familiares que existiram nas Minas setecentistas. Para esses autores,

independente das configurações domiciliares, da legitimidade das famílias e da chefia dos fogos¹¹⁵ – as estratégias de apadrinhamento, os projetos de vida norteados pelo grupo familiar, e não pelo indivíduo – denotaram ao sistema de parentesco vigente nas Minas setecentistas, um caráter predominantemente patriarcal.

O conceito de patriarcalismo, reformulado por Silvia Brügger, diz respeito mais ao universo de valores que orientava práticas familiares, do que à configuração domiciliar de uma família. Esse conceito, quando comparado a outras concepções sobre família em Minas Gerais, possibilita a compreensão das práticas familiares de forma mais abrangente. O conceito de família patriarcal estende o universo de investigação tanto às “famílias fracionadas”, ou ilegítimas, quanto às diversas outras configurações familiares que existiram em Minas no século XVIII e XIX, dentre elas as famílias da elite rural, as “legitimadas” pela Igreja, atribuindo-lhes o mesmo sistema de valores patriarcal.

A perspectiva de uma “Minas patriarcal” enquadra essas heterogêneas configurações familiares em um universo de valores que norteava toda a sociedade mineira, tanto no século XVIII quanto no XIX, fundamentando as relações sociais que davam base ao sistema de parentesco que prevaleceu na capitania/província durante o período.

Referências

- CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira (Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil), In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes et al. *Colcha de Retalhos. Estudo sobre a Família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.55.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no Século XIII*. São Paulo: Hicitec, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- MACHADO, Alcântara José de. *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.
- OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. *Negócios de Família: Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru, São Paulo: EDUSC; Juiz de Fora, Minas Gerais: FUNALFA, 2005.

¹¹⁵ O mesmo que residências.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Família e Povoamento na Comarca do Rio das Mortes: Os “Ribeiro da Silva”, Fronteira, Fortunas e Fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)*. 293 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São João del-Rei, Programa de Pós-Graduação em História, São João del-Rei, 2014.

SOUZA, Antônio Cândido de Melo e. *Os parceiros de Rio Bonito*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1971.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: Pobreza Mineira no Século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/Niterói: Itatiaia/EDUFF, 1987.

Instituições de saúde pública em Minas Gerais: a criação do Instituto Raul Soares (IRS) em Belo Horizonte – 1922

Luã A. S. Lanla

Graduando em História

PUC Minas – Coração Eucarístico/FAPEMIG

lua_lanca@yahoo.com.br

RESUMO: A pesquisa busca compreender a criação do Instituto Raul Soares (IRS) em Belo Horizonte, na conjuntura histórica nacional de 1922. Realizando uma análise sobre as políticas sanitárias de higienização, e da ciência psiquiátrica; relacionando com os debates sobre Nação, Raça e Civilização neste período, via disseminação comportamental higiênica e de controle sobre a ordem social. E o Estado como gestor de serviços de saúde pública.

PALAVRAS-CHAVE: História da Psiquiatria; Belo Horizonte; Brasil República; Ciências da Saúde.

RESUME: La investigación busca comprender la creación de Raul Soares (IRS), en Belo Horizonte, la coyuntura histórica nacional de 1922. Realización de un análisis sobre políticas de higiene sanitaria, y ciencia psiquiátrica; en relación con los debates sobre la nación, la raza y civilización en el periodo, a través de la propagación comportamiento higiénico y el control sobre el orden social. Y el Estado como gerente de servicios de salud pública.

PALABRAS CLAVE: Historia de la psiquiatria; Belo Horizonte; Brasil República; Ciencias de la Salud.

Introdução

Almejando responder questões como: quais os motivos que levaram a criação dessa Instituição na capital mineira; quais política de saúde moldaram sua construção; qual a relação deste processo com a estrutura político científica nacional da época; é que a presente pesquisa orienta-se.

Assim, dentro dos preceitos da metodologia histórica conjugada a reflexão teórica, o estudo abrange as fases do projeto que levaram a sua criação. Identificando os argumentos do poder executivo e legislativo mineiro par a criação da instituição. Para tal, os documentos consultados e utilizados foram os seguintes: As mensagens anuais do governador do Estado de Minas Gerais a Assembleia Legislativa; Os anais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; A coleção de Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais.

E no processo de revisão bibliográfica vasto numero de livros e artigos foram consultados. Entre os quais podemos citar alguns de grande importância para a pesquisa

como: Danação da Norma de Roberto Machado (1978); Cidades da Ordem de Maria Clementina Cunha (1990); Os Delírios da Razão de Magali Gouveia Angel (2001).

Que respectivamente discutem questões como: Medicina social e a constituição da psiquiatria; Exercício do poder do saber psiquiátrico; Medicalização do Hospício.

E sobre estudos mais recentes, pode-se citar os de Cristiana Facchinetti (2010) e Ana Teresa A. Venêncio (2011). Pesquisadoras da Fiocruz. Onde, partindo das obras de referência citadas acima, dão continuidade aos estudos sobre a ciência psiquiátrica e a doença mental em suas várias possibilidades e representações (históricas, sociais, antropológicas, científicas).

O que pode, no decorrer desse processo de revisão bibliográfica e levantamento do estado da arte, dar base e ampla visão sobre marcos temporais e espaciais que envolvem o tema e objeto da presente pesquisa. Assim, contextualizemos a presente pesquisa.

Brasil 1920: Saúde e Assistência Pública.

No Brasil do início do Século XX, o Estado deixa sua postura contemplativa passando a assumir um papel de gestão frente questões sociais, de produção e serviços. Substituindo o aspecto de guardião, rumo a um forte e centralizado. Onde questões sociais deixavam de ser coisa de polícia tornando-se de política.

E a década de 1920, do ponto de vista geral, traduz a crise da Primeira República. Sendo esta década uma das mais importantes do ponto de vista econômico, político e cultural. O modelo oligárquico-agrário-exportador e liberal entra em crise, como nos mostra Francisco Weffort (1980). As disputas regionais se intensificam. Assim como o descontentamento militar aliado a oligarquias dissidentes e tenentes rebeldes.

E o ano de 1922 nesse processo, torna-se emblemático para a História do Brasil; assim como das ciências da saúde. Onde uma sucessão de eventos se aglutinou. Mudando significativamente o panorama político e cultural do país. A começar por um evento político de grande repercussão. O interregno entre a vitória e posse de Arthur Bernardes. Que vitorioso nas eleições presidenciais de Março, tomaria posse apenas em Novembro. E outros eventos como: a semana de arte moderna em São Paulo, a criação do Partido Comunista do Brasil, o movimento tenentista, a marcha da coluna Prestes, e as comemorações do centenário da independência. E para a saúde, um evento de grande importância, o Congresso Nacional de Práticos. Debatendo o futuro do ensino, atuação profissional e políticas de saúde e medicina no país. Como mostra Pereira Neto na obra *Ser Médico no Brasil* (2001).

Assim, como relata Gilberto Hochmam (1993) “as políticas de saúde pública tiveram um papel central na criação e no aumento da capacidade do Estado brasileiro de intervir sobre o território nacional” no período da Primeira República. Sejam preventivas, de saneamento, profilaxia e assistencial, tais políticas traduzem a intenção do Estado como gestor e produtor de serviços.

E o interesse do Estado em regular a saúde e a vida higiênica da população se torna ainda mais visível com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). em 1920. Constituindo no país uma estrutura hierarquizada e burocrática nas áreas de higiene, medicina preventiva e assistencial.

Estado e Saúde: Um debate sobre raça, nação e civilização.

Buscando então nesse movimento a higiene mental e o saneamento urbano, a medicina psiquiátrica se relaciona com esse projeto político nacional em voga no período. Rumo às conquistas da civilização, do progresso e da modernidade aos moldes europeus. Pois a moléstia mental tratada como questão de improdutividade social e degeneração moral, era o objeto de estudos psiquiátricos neste período. Alimentando a crença de que para se atingir o nível civilizacional da modernidade, era necessário que a distinção entre normais e anormais fosse realizada – e aqui cabe uma reflexão dos presentes sobre como julgar/definir a normalidade. Verificando que a questão deste período não era esta, mais sim, a distinção entre bárbaros e civilizados.

Tal distinção era debatida no campo da medicina psiquiátrica, verificando que, o atraso do progresso rumo à civilização, a construção da identidade nacional, residiria na mestiçagem do povo brasileiro. Onde Nina Rodrigues – como nos mostra Lilia Schwarcz em o Espetáculo das Raças (1993) – se destaca como expoente da medicina legal – esta segundo Roberto Machado, seria a expressão primeira da psiquiatria no Brasil. Vendo o negro como marginal. Degenerado. A população de cor era questão doença. Assim, “era a partir da miscigenação que se previa a loucura, se entendia a criminalidade ou, nos anos de 1920, se promoviam programas “eugênicos de depuração.”

Minas Gerais e Belo Horizonte neste Contexto.

E nessa perspectiva o Estado de Minas Gerais, como aponta Belisário Penna em 1918: “... é, sob o ponto de vista da precariedade de saúde, do definhamento da raça e da pobreza dos seus habitantes, o mais infeliz dos Estados da Federação brasileira”; sendo que: “era

tarefa do governo entender que, nessa situação, era inadiável colocar em prática um dever dito humanitário, civilizador e, sobretudo, econômico” (CHAVES, 2011, p.49).

E a capital Belo Horizonte, construída e vista como símbolo da modernidade e do progresso, exemplo do modelo europeu de civilização e urbanização, segundo a historiadora Anny Jackeline Torres Silveira (1996) é:

(...) Uma grande cidade com grandes possibilidades, voltada para o futuro, o desenvolvimento, o moderno, o cosmopolita. Uma capital digna dos foros de povo civilizado, dos benéficos influxos do progresso instaurados como novo regime. Tinha-se um espaço invejável, limpo, ordenado, racionalizado, primor de estética, como determinavam as regras do pensamento urbanístico de então. Os serviços oferecidos também contribuíram para assegurar-lhe o sucesso. Com a nova capital, a elite mineira dava uma certa visibilidade ao seu projeto de ordenação social: tudo está localizado, a tudo se busca tornar previsível – os lugares, as atividades, as pessoas e mesmo as possíveis relações que elas pudessem estabelecer. (p. 132)

Observando como a questão da ordem social era de grande importância. Contudo conflitante entre a teoria e a prática. E este era um desafio para o Estado por em prática seu projeto regulador.

O discurso higiênico constituiu-se, como se vê, num dos pilares da normatização da vida urbana. Muito mais que “civilizar” o homem pobre, remodelar seus hábitos, inibir algumas de suas práticas, ele se prestou à formulações de estratégias rígidas pelo lógico da exclusão/repressão. Respalçado por esse discurso, o poder desqualificou o homem pobre e o despachou para os territórios banidos do universo urbano que se instituíra como válido e positivo (JULIÃO, 1996, p.52).

Elemento que se pode ver sendo realizado quando:

Em Belo Horizonte, a atuação do poder na área da higiene constituiu-se, sobretudo, da construção do discurso, que se prestou como horizonte para a formulação de grande parte das posturas municipais e para a ação fiscalizadora e disciplinadora do Estado. Seguindo os rastros desse discurso, disseminado na gestão da cidade, é possível identificar os principais expedientes de controle social, especialmente aqueles destinados a normatizar os usos e ocupações do espaço urbano (JULIAO, 1996, p.86).

E o saber médico nesse processo de elaboração de discursos, se torna fundamental para sua realização na prática; sua validação no cotidiano da sociedade.

Legitimado pelo saber médico, o poder público normatizava e fiscalizava coisas, espaços e as relações entre os indivíduos. A intervenção crescente na vida cotidiana visava, sobretudo, a disciplinar comportamentos individuais e impedir o caos e a desordem urbana” (JULIAO, 1996, p.86).

Observando por que:

O argumento de que a saúde pública, bem como as condições sanitárias, se constituíam em grandes entraves ao progresso do país, tornou-se a base das demandas médicas junto ao poder público. Diagnosticar a população brasileira como doente, nesse caso, não significava condená-la ao atraso, mas antes, admitir que era possível recuperá-la mediante ações de higiene e saneamento fundadas no conhecimento médico. (CARVALHO, 2008, p.41)

Tarefa essa que o estado realiza por via de suas instituições, seus profissionais e programas sanitários e de higiene. Fazendo parte cada vez mais do cotidiano da sociedade.

Assim, para a presente pesquisa, as instituições asilares, os hospícios, se tornam espaços de atuação do Estado nacional, como meio de regular a vida sanitária da população no que tange as moléstias mentais; estando coberto pela aparência da ciência psiquiátrica. Ferramenta para o exercício do controle da ordem social durante o período estudado (ODA; DELGALARRONDO, 2005).

A Criação do Instituto Raul Soares.

A partir desta reflexão teórica conjugada a pesquisa documental realizada, alguns dados importantes foram obtidos sobre a criação do IRS em Belo Horizonte. Como elementos referentes a custos e despesas que o Estado mineiro tinha para manter os serviços de assistência a alienados na Colônia de Barbacena. Criada em 1903 e sendo a única a prestar os serviços de assistência ate a criação do IRS em 1922. Custos altíssimos eram destinados a finalidade assistencial, tendo poucos resultados satisfatórios obtidos de melhora de pacientes.

Esses resultados referentes à baixa melhora do numero de pacientes revela também outro dado importante. O numero elevado de indivíduos diagnosticados com moléstias mentais. Que em Barbacena, como mostram os documentos, em 1904 apresentava problemas de espaço e condições no estabelecimento de receber novos pacientes. Devido ao grande numero de internos que lá se encontravam. Numero esse que tende a aumentar a cada ano de maneira geométrica, como são relatados nas mensagens dos governadores do Estado de Minas Gerais. Revelando assim, falta de espaços destinados ao acolhimento de alienados que muitas vezes encontravam-se em cadeias, ou vagando pelas ruas.

E por fim, um dado que cabe ressaltar é que, já no ano de 1920, quando o Governador mineiro Arthur Bernardes põe em pauta a discussão para a criação do IRS, o faz alegando para tal finalidade, a necessidade de formar pessoal capacitado para lidar com esta enfermidade. Que encontravam-se em falta no Estado. Sendo este construído para ser um pavilhão de observação a destinar, diagnosticados enfermos para Barbacena, centro de

tratamento. Construindo com isto, uma rede de excelência em tratamento de moléstias mentais¹¹⁶.

Assim, respondendo as hipóteses que orientam esta pesquisa, são feitas as seguintes considerações:

A criação do IRS se da segundo mostram os documentos, primeiramente com a intenção de conter custos elevados aos cofres públicos para os serviços de assistência prestados em Barbacena; e em segundo, nas palavras de Arthur Bernardes, a construção do Instituto Neuropsiquiátrico de Belo Horizonte em união com a Faculdade de Medicina, se tornaria centro de referência na formação de alienistas e tratamento de alienados no Brasil.

Sobre as políticas que moldaram sua criação, observa-se nos dizeres do então governador do Estado mineiro Arthur Bernardes no ano de 1921, ao propor sua criação, a preocupação com aspectos científicos de suporte aos serviços de saúde pública para alienados a serem prestados. Possuindo íntima relação com a organização do Serviço de Saúde Pública a partir das bases exigidas pelo DNSP.

E por fim, a relação do processo de criação da instituição com a política científica nacional do período, pode ser entendido como existente. Pois, mesmo não sendo explícita tais observações, os documentos fornecem informações que em conjunto com a bibliografia pesquisada, os elementos para tal análise e conclusões prévias.

Pois nas terminologias encontradas durante o processo de análise documental, várias se ligam a este projeto político sanitário nacional em voga no ano de 1922. E aqui para exemplificar, cito três trechos da mensagem de Arthur Bernardes ao congresso mineiro. O primeiro e segundo trechos do ano de 1920. Relatando sobre a necessidade de uma reforma nos serviços de assistência a alienados prestados pelo Estado de Minas Gerais, e da criação de uma nova instituição para sanar tais problemas. Verificando nestes trechos, a questão do Estado como gestor de serviços, e sua atuação no campo da saúde.

Não tem, sequer, capacidade para o número crescente de loucos de todo o gênero, cuja *guarda* incumbe ao poder público, bastando assinalar que a Assistência está sempre repleta, com uma lotação muito superior á normal e que um sem número de pedidos aguarda, constantemente, na Chefia de Polícia a ocorrência de vagas, enquanto os infelizes loucos povoam as cadeias ou vagam pelos povoados e estradas, com risco próprio e alheio. E, como a Assistência, tal qual esta montada, não pode dar resultados curativos

¹¹⁶ Mensagens Presidenciais Governo Minas Gerais (MPGM) – Coleção Mensagens dos Presidentes das Províncias do Brasil (1830-1930) - Latin American Microform Project (LAMP) - Center for Research Libraries (CRL). Fundação Andrew W. Mellon – 1920

e restituir os loucos ao meio social, segue-se a agravação constante do temeroso problema. Urge, pois, uma solução definitiva, que só é possível com a mudança de rumo e a remodelação integral do serviço existente. ((MPGM) - 1920. Pg. 50)

A organização e o desenvolvimento de uma Clínica Psiquiátrica junto à nossa conceituada Faculdade de Medicina atenderão, com certeza, a essa dificuldade, e o Estado terá aí um seminário de alienistas esclarecidos e de enfermeiros peritos onde recrutar o pessoal superior a auxiliar para os serviços da assistência a alienados. ((MPGM) - 1920. Pg. 52)

E o terceiro trecho, do ano de 1922. Escrito por ele meses antes de ser eleito presidente. Relatando a comparação da realidade estrangeira com a nacional. Buscando nesse exemplo estrangeiro de como realizar bons serviços:

A exemplo dos que se pratica no estrangeiro, máxime nos Estados Unidos, os serviços da Assistência a Alienados ficarão subordinados à Diretoria de Higiene e obedecerão a uma direção única com sede na capital do Estado. Com os progressos realizados a respeito da etiologia da alienação, deixou esta de constituir um fenômeno aparte para se incorporar definitivamente às ciências médicas, constituindo o vasto ramo de moléstias mentes e o vigoroso impulso que recebeu nos últimos anos a respectiva profilaxia, que, embora muita vez com objetivo diverso, já vem sendo executada pelos serviços de higiene do Estado e justifica perfeitamente a subordinação a que aludimos (MPGM - 1922. Pg. 42-43).

Considerações Finais

Assim, as conclusões que se dão ao final desta pesquisa, a partir das hipóteses levantadas, são parciais, mas consistentes em sua parcialidade. Pois, uma conclusão com afirmações categóricas, exigiria um aprofundamento maior tanto de fontes, quanto sobre a discussão historiográfica do período contextual em que o objeto desta pesquisa se encontra situado.

Desta maneira, com as análises realizadas, muito se pode ver do papel mineiro e do Instituto Neuropsiquiátrico/Raul Soares – como hoje este é conhecido daí utilizar este nome no título da pesquisa – na configuração da história nacional no período de 1922. Clareando com o desenrolar da pesquisa, as continuidades e rupturas possíveis de serem constatadas na história tanto mineira quanto nacional da ciência psiquiátrica, de suas instituições, seus profissionais e teorias que dentro dela permeavam.

Referências bibliográficas

RESENDE, H. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: COSTA, N. R.; TUNDIS, S. A. (Org.). *Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. Ed. atual., rev. e anotada Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

CARVALHO, Keila Auxiliadora. *A Saúde pelo Progresso: Médicos e Saúde Pública em Minas Gerais*. Juiz de Fora, UFJF, 2008, (Dissertação). 160 p.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record. 1999.

CHAVES, Bráulio. Instituições de saúde e a ideia de modernidade em Minas Gerais na primeira metade do século XX. In: Marques RC, Silveira AJT, Figueiredo BG, organizadores. *História da Saúde em Minas Gerais: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Barueri: Editora Manole; 2011.

CUNHA, Maria Clementina P. *Cidadelas da Ordem: a doença mental na República*. Col. Tudo e História. São Paulo: Brasiliense. 1990.

FACCHINETTI, Cristiana; CUPELLO, Priscila; EVANGELISTA, Danielle Ferreira. *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins: uma fonte com muita história*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.17, supl.2, p.527-535, dez. 2010,

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Ed. Forense. 1998.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas et. al. *BH - horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

HOCHMAN, Gilberto. *Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930)*. Estudos Históricos, 6 (11), 40-61, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense. 1999.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. O sonho de uma petite Paris: os cafés no cotidiano da capital. In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas et. al. *BH - horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

ODA, A. M. G. R; DALGALARRONDO, P. *História das primeiras instituições para alienados no Brasil*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 3, p. 983-1010, set.-dez. 2005.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça como questão: história, ciência, identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos de 1910 a 1920*. Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul | dez 2008

DELAMARQUE, Elizabete Vianna. *Junta Central de Higiene Publica: Vigilância e policia sanitária (antecedentes e principais debates)*. Rio de Janeiro, Fiocruz 2011 (Dissertação). 201 p.

ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios. Rio de Janeiro, 1830-1930*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MORETZSOHN, J.A. *História da Psiquiatria Mineira*. Belo Horizonte: Editora Coopmed; 1989.

PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser Médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro; FIOCRUZ, 2001.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A Ciência como Profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro; FIOCRUZ, 2006.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do "café-com-leite"*. Belo Horizonte: C /Arte, 2001.

VENANCIO, Ana Teresa A. *Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, p.35-52, dez. 2011.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

Elementos para uma estrutura do saber médico moderno no mundo português¹¹⁷

Luca Palmesi

Mestrando em História

UFMG

lucapalmesi@gmail.com

RESUMO: Esta comunicação pretende abordar a relação entre comida e saúde no mundo português moderno. Pretendeu-se destacar, em primeiro, noções que se formaram na Antiguidade, que tiveram relevância na estruturação do saber médico ocidental e em seguida analisar o tema na obra do médico Francisco da Fonseca Henriquez (1665-1731).

PALAVRAS-CHAVE: Dietética Moderna; Tradição Hipocrático-galênica; alimentação; saúde.

Cozinha, Natureza e Cultura.

A relação entre a comida e a saúde não possui um começo passível de ser datado. Para Massimo Montanari “a cumplicidade entre cozinha e dietética é um dado permanente e por assim dizer, originário da cultura alimentar” (MONTANARI, 2007, p. 63) que pode ter principiado desde o momento em que o homem aprendeu a usar o fogo para cozinhar os alimentos. A prática cotidiana de preparação da comida esteve desde sempre permeada pela preocupação com a vida humana e seus sofrimentos. O que se pode ver o seguinte relato antropogônico, num texto conhecido como *Da Medicina Antiga* (V séc. a.C.), pertencente a uma importante coleção de textos antigos que ainda na Idade Moderna eram considerados da maior autoridade no campo da medicina ocidental, o *Corpus Hippocraticum*:

(...) a própria necessidade forçou os homens a procurar e inventar a arte médica (...) penso que o tipo de vida e de alimentação do qual, a saúde, que usamos em nossos dias não teria sido descoberto se o homem, em seu beber e comer, pudesse ter se satisfeito com o que cabe ao boi, ao cavalo, e a todos os seres exceto a humanidade, a saber: os simples produtos da terra, frutos, ervas e feno. Os animais se nutrem, crescem, vivem sem ser incomodados e sem ter necessidade de alguma outra alimentação. Sem dúvida, nos primeiros tempos o homem não teve alimentação diferente; e a que temos em nossos dias me parece uma invenção que se elaborou no longo curso dos anos. Mas de uma alimentação forte e agreste nasce uma multidão de sofrimentos violentos, tais que ainda provamos hoje em dia pela mesma causa; (...) [da ingestão] de matérias cruas, indigestas e cheias de atividade, sobrevêm intensas dores, as doenças e a morte súbita. Os homens de então

¹¹⁷ Os textos gregos mencionados neste texto foram acessados em traduções para o francês ou para o italiano. Em ambos os casos, os trechos citados no texto foram traduzidos para o português pelo próprio autor. As demais citações de textos acadêmicos escritos em italiano também foram traduzidas pelo próprio autor.

sofriam menos sem dúvida, por estarem acostumados; ainda assim o mal era grande até para eles; e a maior parte, sobretudo os de constituição mais fraca, perecia; as naturezas mais vigorosas resistiam. É assim que em nossos dias, uns digerem com facilidade alimentos de grande força e outros não o conseguem sem muita pena e dor. Tal foi, a meu ver, a causa que engajou os homens a procurar uma nutrição em harmonia com a nossa natureza (...). Portanto, aprenderam a macerar, a picar, (...), a moer, a empastar os grãos, eles fabricaram com o trigo, o pão, com a cevada, a massa que trabalharam de mil maneiras. E ferveram, assaram, misturaram, e temperaram as substâncias fortes e intemperadas com aquelas mais fracas, conformando-as todas à natureza humana e ao poder do homem; as substâncias excessivamente fortes (...) se ingeridas produziram sofrimentos, a doença e a morte; ao contrário, todas aquelas que seriam digeríveis contribuiriam à nutrição, ao crescimento e à saúde. A tais descobertas e a esta pesquisa qual nome mais justo ou mais adequado se poderia por, se não aquele de medicina? (HIPPOCRATE. *De l'ancienne médecine*: 3)

Os sofrimentos da humanidade os antigos a indagar-se sobre as peculiaridades dos seres humanos. Estes provavam de necessidades que não conseguiam satisfazer naturalmente. Os animais, pelo contrário, se satisfaziam simplesmente do alimento que havia sido dado pela terra e assim “viviam tranquilamente”. A representação idílica dos mesmos é estabelecida em oposição a uma natureza humana complexa e frágil. O ser humano sofre e por isso precisou inventar a cozinha, para produzir um alimento próprio, capaz de satisfazer sua dura existência e colocar sob seu poder o mundo natural.

Impelidos, portanto, pela necessidade e pelo sofrimento, os humanos teriam iniciado, a duras penas, seu trabalho de conhecimento e domínio do mundo natural, bem como de especulação sobre sua própria natureza. As primeiras técnicas que teriam decorrido desta escola teriam sido as de preparo dos alimentos (moer, picar, ferver, assar, empastar os grãos, panificar e produzir massas diversas), segundo uma sensibilidade específica que considerava alguns alimentos excessivamente fortes para serem equilibrados com outros, mais fracos. O correto modo de preparo e de mistura permitiria ao homem construir seu próprio alimento, tornando-o digerível e nutritivo e não mais comer como animais.

Às descobertas no domínio da natureza e da construção da comida, o autor propõe o nome de Medicina. Significativamente, a saúde é identificada como “o tipo de vida e de alimentação”. Os tratados médicos abundam em receitas sobre o preparo dos alimentos e um dos textos mais importantes desta tradição, *Sobre as propriedades dos alimentos*, do médico greco-romano, Galeno (séc. II d.C.), iniciava considerando ser este o “mais importante dos assuntos médicos” e mais adiante, “na comida se encontra a medicina” (GRANT, 2005, p. 79 e 83). Este mesmo texto proclamava desde o princípio, conhecer e classificar os alimentos, segundo os princípios da “percepção” e do “raciocínio”, dando primeiro lugar às

“experiências práticas”, ou seja, as experiências da seleção, do preparo e consumo dos alimentos. Apesar disso, os médicos não deixaram de se colocar em oposição aos cozinheiros (geralmente de origem popular) e em posição hierarquicamente superior. A busca por alimentos que pudessem se “contrapor” às qualidades negativas dos demais deu origem a diferenciações classificatórias da natureza. Estes textos postulavam a separação entre o alimento comum (neutro) e o alimento terapêutico, embora a zona de interseção fosse grande. Cabia aos modos de preparo a produção da melhor combinação de qualidades para cada caso.

Por analogia, as propriedades dos órgãos dos animais informavam sobre as propriedades dos mesmos órgãos no corpo humano. Em *Sobre a bile negra*, o sabor amargo do baço, por exemplo, era atribuído à sua coloração escura, que, por sua vez, era associada a um fluido chamado bile negra, cujo excesso no sangue era filtrado para preservar o fígado. A cor do baço escurecia com o envelhecimento dos animais, o mesmo deveria ocorrer com os seres humanos, o que indicava um aumento de bile negra na velhice (o fluido ao qual se atribuíam também a melancolia) e, portanto, das consequências psicológicas e físicas disto (GRANT, 2005, p. 40). As receitas médicas para o preparo dos alimentos destinava-se a “temperar” (equilibrar) seus sabores, para produzir bons fluidos, responsáveis pela manutenção de uma vida saudável. Assim como a coloração e o sabor dos alimentos informavam dados que analogamente informavam sobre o corpo humano, o processo digestivo era informado pelo processo de cocção.

A panela servia de analogia ao estômago. Esta, um produto “cultural”, possuía significado de civilidade: mediava e operava a transformação de elementos em estado “natural”, transformando-os em “comida”, produto do artifício humano. A comida era uma das *res non naturales* (coisa não natural), fora da “ordem natural das coisas”, era aquele produto que distingue os seres humanos dos animais, a cultura da natureza (MONTANARI, 2007, p. XI). Produzida na panela “cultural”, a comida, para distribuir-se e compor o corpo “natural”, deveria passar por uma segunda panela, desta vez uma panela “natural”: o estômago, que como tal, possuía um “calor natural”, em analogia e oposição ao calor artificial da panela. *Cozimento* nos textos médicos antigos, medievais e modernos é sinônimo tanto do processo ocorrido na cozinha, quanto da digestão. Como a cozinha “cultural”, a cozinha “natural” necessitava de calor para transformar os alimentos. Portanto, aqueles que fossem tidos como de qualidade “fria” (como peixes), por exemplo, necessitariam de outros alimentos de qualidade “quente” (como especiarias, sal e hortaliças) para favorecer a digestão.

O corpo e a “teoria dos humores”.

As principais categorias desta “ciência” pertenciam, portanto ao universo sensório: quente/frio e seco/úmido. Trata-se de um pensamento “quaternário”, orientado em dois pares de oposição. Estes compunham quatro elementos básicos (ar, água, terra e fogo), e quatro humores (fluidos) do corpo humano (sangue, fleuma, bile amarela e bile negra). O ar estava relacionado ao sangue por serem ambos quentes e úmidos; a água e a fleuma eram frias e úmidas; a bile amarela e o fogo, quentes e secos; a terra e a bile negra, frias e secas. As correspondências poderiam se estender às quatro estações do ano (primavera/sangue/ar; verão/bile amarela/fogo; outono/bile negra/terra; inverno/fleuma/água). Os quatro ventos básicos (de acordo com os pontos cardeais) eram o Norte, boreal (frio e seco); o Sul, austral (quente e úmido); o oriental (quente e seco); e o ocidental (frio e úmido). Deste raciocínio quaternário, os ventos em particular poderiam se multiplicar para doze, dezesseis ou trinta e dois, como percebiam os náuticos (HENRIQUEZ, 2004, p. 39-40). As quatro idades humanas, que também poderiam variar eram: puerícia, juventude, consistência e senilidade (em cada uma tendia a predominar uma combinação de qualidades diferentes, gerando consequências e pré-disposições a males específicos para cada natureza: os jovens tendiam a ser mais quentes e úmidos, logo sanguíneos, e os velhos mais frios e secos) (HENRIQUEZ, 2004, p.77-79). Os quatro temperamentos (unidades psico-físicas) e compleições básicas humanas decorriam do predomínio de algum humor na natureza de cada indivíduo: assim, o sanguíneo tendia a ser mais vivaz; o fleumático mais sonolento, letárgico e eventualmente obeso; o colérico (correspondente à bile amarela) era mais irascível e por ser excessivamente quente e seco tendia a não queimar os nutrientes na digestão, permanecendo com uma compleição “seca”, magra; o melancólico (bile negra) estava associado à tristeza, à velhice, à morte.

Para o justo tratamento fazia-se necessário compreender o regime de vida do paciente e receitar as alterações necessárias segundo a medida correta para restabelecer a ordem física, psíquica e moral (PEIXOTO, 2009, p. 55 e 58). Este “regime de vida” deveria ser moderado segundo regras que se convencionaram chamar “dietética”, pois o termo grego *diaita* designava “regime ou modo de vida”. A centralidade da alimentação favoreceu a restrição e especialização semântica posterior, levando a dietética do *regime de vida* ao *regime alimentar*. O estado de saúde tanto do corpo, como da alma, estava ligada à ideia da “mistura” (*krasis*) das qualidades e dos humores: a *eukrasia*, “justa mistura” ou equilíbrio era o estado de saúde; a *diskrasia*, a mistura em desequilíbrio, era o estado de doença. O desequilíbrio da natureza humana desencadearia forças da própria natureza para reestabelecer-se. Cabia ao

médico ajudar neste processo, identificando as causas (geralmente uma mudança abrupta de costume) e a natureza da doença (diagnóstico), compreendendo as especificidades de cada paciente; determinar a evolução da doença (prognóstico) e dar recomendações para intervir sobre a evolução da doença, segundo a justa medida para cada paciente (terapia). Portanto, as mudanças não eram só qualitativas, mas também quantitativas, pois era necessário medir o grau de desequilíbrio e ajustar a terapia para restabelecer a “justa mistura” de cada humor, segundo padrões de equilíbrio particulares de cada paciente.

Apesar das diversas correntes médicas da Idade Moderna, a concepção dominante desta medicina estava profundamente ligada à noção do Microcosmo-Macrocosmo, de origem antiga misturada a concepções místicas (Cf. ABREU, 2011, p. 53-120.). O corpo humano era percebido como um “pequeno mundo”, em que todos os seus componentes poderiam encontrar um corresponde na ordem que regia o “grande mundo”, formando uma grande teia de relações ocultas entre os elementos do corpo e os do Universo. Cada órgão, encontrava um corresponde nos astros, sendo influenciado pelas fases da lua e pelas condições meteorológicas. Assim, numa mescla de concepções cosmogônicas gregas antigas e cristãs, a criação do mundo se encerrava na criação do homem,

creatura em que analogicamente todas as mais se encerrão (...) se vê a correspondencia das partes do corpo humano com o mundo, (...) na cabeça se representa o espherico do Ceo, nos olhos as Estrellas, nos cabellos as hervas, nos ossos as pedras, no cérebro a Lua, no coração o Sol, & nas mais partes (...) principaes, os mais planetas; nos quatro humores se vem os quatro elementos, nas veas, os rios; nos dentes, perolas; (...) ventos, nos flatos; montes nas partes mais eminentes; nas concavidades, cavernas, & nas quatro idades do homem, as quatro estações do anno (BLUTEAU, 1716, p. 478).

A consciência corporal dominada pelos humores e pela noção do microcosmo encarregava às práticas de saúde a tarefa de proteger a frágil natureza humana das várias possibilidades de desordem interna, acarretadas pelas influências das relações do corpo com o mundo e pela inobservância das “seis coisas não naturais”: o ar ambiente (que absorvia e transmitia vapores contagiosos, chamados de “miasmas”), a comida e a bebida, o sono e a vigília, os excretos e retentos, o exercício físico e as paixões da alma.

Não houve, entretanto, na Antiguidade ou na Idade Média propriamente uma “teoria dos humores”. Interessa compreender a sistematização particular destas noções da forma como foram lidas e, certo modo, inventadas durante a Idade Moderna, em especial em Portugal. Neste período, as diversas noções aprendidas nos textos antigos e medievais, estudados nas Universidades europeias, ganharam a sistematização que nos permite falar em “teoria dos humores”. Um tratado *Dos humores*, que procurou realizar esta teorização, fora

atribuído a Galeno, quando se tratava de um tratado renascentista, ou seja, de um Pseudo-Galeno. Provavelmente os estudiosos humanistas e renascentistas, que retomaram a leitura da tradição antiga, “sentiram falta” de algo mais estruturado (MORAND 2009, p. 213). Ao acessar estes textos, muitas vezes contraditórios e pouco claros, conforme constatou um médico português (HENRIQUEZ, 2004, p. 221), acabaram “inventando” a “teoria dos humores”, fundada na autoridade dos textos hipocráticos e galênicos, durante o processo de recepção dos mesmos. As novas ideias científicas que emergiram na época tardaram a inserir rupturas decisivas nesta teoria. Analisamos o caso da *Âncora Medicinal*, tratado médico português, composto $\frac{3}{4}$ por matéria de alimentação (apenas uma das seis coisas não naturais), editado em 1721 e com sucesso em 1731, 1754 e 1769, escrito pelo Doutor Mirandela.

Âncora Medicinal

Francisco da Fonseca Henriques foi um médico português, Doutor pela Universidade de Coimbra e médico de Dom João V, nascido em 1665, em Trás-os-Montes, na cidade de Mirandela, de onde viria o seu apelido. A formação médica portuguesa de então sustentava-se, sobretudo nas leituras dos clássicos gregos e latinos, além de alguns islâmicos medievais, como Avicena e Razi, intérpretes no mundo persa e islâmico, da tradição grega. A tradução destes textos em Portugal ocorrera no século XVI, no reinado de D. João III, numa tentativa de renovar a Universidade Portuguesa, no espírito do Renascimento. Henrique de Cuellar (castelhano) e Antonio Luís, professores de Medicina da Universidade, empreenderam esforços de tradução direta do grego ao latim dos textos de Galeno, Hipócrates e Aristóteles. Henrique Jorge Henriques era responsável pelos estudos de higiene alimentar, tendo como base Avicena. Estas traduções e compêndios, que estavam acompanhados de comentários, críticas, interpretações, fundamentados na experiência de cada médico, passaram a constituir a base do ensino de Medicina em Portugal e substituíram a leitura das traduções islâmicas dos textos antigos, consideradas pouco fiéis aos originais (SILVA, 2002, p.244-245).

Na *Âncora Medicinal*, os sabores eram fenômenos terapêuticos totais (mesmo que não se bastassem por si só), que informavam das particularidades de cada natureza. O prazer aparece como um indício de reconhecimento da simpatia entre a natureza do alimento e a de quem se alimenta. Para Henriques os alimentos bons

são os que melhor se cozem [no estômago] e por isto são, para estas naturezas, os melhores alimentos, ainda que pelas suas qualidades devam reprovar-se, assim como são os piores alimentos aqueles que os estômagos repugnam e os recebem com náusea, ainda que pelas suas qualidades se julguem os melhores. E por isto deve cada pessoa usar daqueles que melhor

se acomodarem a sua natureza, sejam eles da *classe* que forem (HENRIQUEZ, 2004, p. 48).

Há uma hierarquia absoluta dos alimentos, mas na escolha da comida deve prevalecer a empatia das naturezas de cada pessoa com seus alimentos. “A familiaridade ou aversão que os estômagos têm com os alimentos faz com que sejam bons ou maus”. As pessoas melhores serão reconhecidas pela sua escolha “natural” dos melhores alimentos. As piores gostam “naturalmente” dos alimentos piores (socialmente) e sentirão uma repulsa fisiológica, “como se fosse veneno” por aqueles que a “natureza” lhes proíbe. O autor acrescenta que conhecia “pessoas que cozem [digerem] com mais facilidade a vaca dura que a galinha tenra, e outras que acham maior refeição em ervas e mariscos que em pombos e perdizes” (HENRIQUEZ, 2004, p. 47). As aves estão no topo da hierarquia social sobre os demais alimentos, já as ervas e mariscos estavam associados à terra ou à água, o que lhes tornava inferiores. Esta hierarquia associava a superioridade física do ambiente aéreo ao socialmente superior e, por oposição, o inferior terrestre ou aquático ao inferior social. As raízes eram, portanto, de valoração social inferior. Não por acaso, o alho era tido como a “triaga dos rústicos”, espécie de panaceia dos pobres (HENRIQUEZ, 2004, p. 175).

A distinção social aparece também no modo de preparo, as galinhas (aves) são mais valorizadas que as vacas (quadrúpedes em maior contato com a terra), mas a oposição tenro-
duro é mais significativa. Os animais tinham idade certa a serem abatidos, para evitar que a carne endurecesse demais. Os pobres, por essa razão, terminavam por comer carnes mais duras que os nobres (quando podiam comê-la), pois utilizavam sobretudo a força de trabalho do animal e não poderiam facilmente abrir mão da mesma.

Outros princípios fundamentais são a moderação e a obediência ao costume. O médico advertia a não confiar em conselhos médicos. Quando se está são deve-se deixar tudo como de costume. “Tem grandes poderes o costume, tanto que tem forças de natureza”, explica, “os alimentos de longo tempo costumados mudam a natureza ou temperamento de quem os usa, ficando entre si tão familiares que nunca se ofendem com eles” (HENRIQUEZ, 2004, p. 49) ao ponto de que até quem se cria com veneno, conformaria sua natureza ao mesmo, como Mitridates ou uma velha que teria se sustentado com cicuta, diz o médico. Mas são histórias com um fundo moral bem definido: não fazer mudanças, sobretudo se grandes e súbitas, mesmo que estas pareçam melhores. O vício é facilmente percebido, é aquele que se encontra nas forças contrárias aos “poderes do costume”. As regras da dietética se propunham preservar, na dimensão corporal, uma consciência pavorosa da desordem e a agradar uma sensibilidade desejosa de uma natureza estável. Mesmo aqueles alimentos reprováveis (para a

nobreza, o público ao qual se dirige o autor) por sua classe ou qualidade julgada inferior ou até repugnante e nauseante, encontrariam seu correspondente na sociedade. O alimento deve possuir natureza análoga à daquele que o come. Em outras palavras, somos o que comemos e, portanto, devemos comer o que somos. A carne de porco era tida como a mais conveniente para os humanos em geral: “É a [carne] que melhor se dá com a nossa natureza, pela *analogia* e *semelhança* que tem com ela” (grifos nossos), pelo que remonta a Galeno e cita Avicena: “O sangue do porco e o sangue do homem são semelhantes em toda coisa, assim como as carnes de ambos também o são” (HENRIQUEZ, 2004, p. 99-100).

Quanto às quatro idades do ser humano e às quatro estações do ano, o autor seguia, de maneira geral, a tradição galênica. É na função dos líquidos, na concepção da digestão e na incorporação dos novos alimentos medicamentosos da Idade Moderna que melhor se encontram os exemplos de um estilo de pensamento eclético, que incorpora as novidades teóricas do mecanicismo (que concebia a fisiologia segundo os preceitos da mecânica) sem, no entanto, alterar estruturalmente a concepção microcós mica e humoral do corpo (Cf. EDLER e FREITAS, 2013). Sobre a função da água no corpo:

A água é fria e úmida, e, ainda que sendo pura não nutra, é muito necessária para a boa nutrição do corpo e para a bem ordenada economia da sua máquina, porque ajuda a distribuir o alimento depois de cozido no estômago, facilita a circulação do sangue e a depuração das impuridades excrementícias que a natureza continuamente elimina pelos ductos para este fim destinados; excita o apetite, conforta o estômago, laxa o ventre, modifica a ação com que o calor natural se emprega no úmido substantífico, tempera o excandescente empireuma das entranhas, rebate o furor da cólera, reprime o arqueu do estômago, deprime a exaltação do suco pancreático, mitiga a sede e parece que recreia a alma, quando, entre as ânsias de uma sede incompescível, acha na sua frialdade o refrigério e o alívio. Tudo isto faz a água quando é boa; mas, quando é má, ofende o estômago, perverte o cozimento e, segundo as suas qualidades, assim excita os danos. (HENRIQUEZ, 2004, p.215)

A imagem do corpo-máquina, com seus dutos e seu funcionamento, predomina nesta passagem em detrimento da noção microcós mica. Mas os humores ainda circulam nesta máquina. A água conduz os alimentos já digeridos e a lubrifica. A linguagem é mecanicista e humoral. A máquina precisa ser refrigerada pela água que “tempera o excandescente empireuma das entranhas”, este um motor superaquecido que deve ser “temperado” com um elemento de qualidades opostas (água-fogo). A cólera, gerada pelo fogo quente e seco do “excandescente empireuma”, é temperada pela frieza e umidade da água. O mesmo para o “arqueu”, queimação estomacal, agora tido como resultante do superaquecimento da máquina, que se não fosse arriscava consumir o próprio corpo. O calor da máquina era associado ao calor natural, que por sua vez era o índice de atividade estomacal. Daí as idades do

crescimento precisavam de mais alimentos para aplacar a maior intensidade/calor da máquina. Quanto mais jovem, mais os alimentos deveriam ser “refrigerantes”.

O processo digestivo é marcado pelo ecletismo teórico. O corpo gastava “sangue” para seu sustento e “espíritos” para suas operações cotidianas. Ambos eram nutridos e repostos pelos alimentos, que deveriam ser “quilificados” no estômago, de maneira correta ou “cozer, como vulgarmente se diz”, informa o autor. O quilo era o produto líquido da digestão, branco e pastoso, e para que o estômago fizesse bem sua tarefa, este necessitava de alimentos com que tivesse “analogia” (HENRIQUEZ, 2004, p. 45-47). A melhor escolha resultaria numa boa nutrição e depuração dos alimentos, eliminando de si suas “partes excrementosas”, preservando os “ductos do quilo”. Contra o saber leigo, mais próximo das tradicionais noções galênicas, o médico adverte, que a digestão não poderia se dar somente pelo calor natural do estômago, como se supunha, posto que o calor poderia somente dissolver e derreter coisas que não fossem sólidas e duras. Esta é uma das poucas passagens em que o conhecimento moderno parece suplantar o antigo. A comida deveria ser fermentada pelo “ácido esurino”, lançado das glândulas do estômago, responsável pelo despertar do apetite, pela sensação da fome e o único que poderia quilificar substâncias sólidas. Contraditoriamente, o médico mantém viva durante todo o tratado, a tradicional noção do calor natural, lembrando-se poucas vezes de incorporar os “ácidos esurinos” a suas descrições. Mesmo na descrição mais modernizada da digestão, o autor conciliava as novidades, como a digestão salivar e os ácidos digestivos com as categorias antigas, dos humores e dos equilíbrios de opostos:

porque nos alimentos há sais voláteis e alcalinos, excitados estes com as partes ácidas do fermento, nasce entre eles um *movimento* ou fermentação intestinal, com que o alimento, já feito quilo [branco], se volatiliza e se vai *aperfeiçoando*, o que se acaba de fazer quando passa do estômago ao intestino duodeno, onde, com a presença do *suco pancreático*, *azedo*, e do *humor bilioso*, *alcalino*, se excita uma nova fermentação em que o quilo se depura precipitando-se aos intestinos as partes crassas [espessas, gordas] e impuras, para se expelirem pelo ventre, ficando o quilo tão líquido e tão tênue que possa permear pelas angustíssimas [estreitas] veias lácteas a confundir-se com o *sangue* nas veias até tomar a sua forma e natureza, levando consigo, do intestino duodeno, alguma porção de *cólera* [quente e seca], que conduz muito para mais facilmente receber a tintura do *sangue* [quente e úmido] (HENRIQUEZ, 2004, p. 46). (grifos nossos)

A fermentação era concebida como a própria digestão, uma grande alteração que dista da cocção apenas quantitativamente. Ou seja, a diferença entre a digestão pelo calor/cocção e pela fermentação era que a última era química e por isso mais forte. Assim conseguiria decompor os alimentos de maneira mais intensa. Para o médico, só isto poderia explicar o processo digestivo como alteração qualitativa. Mas é ainda o encontro dos opostos que produz

o movimento, aspecto da física de Hipócrates e de Aristóteles. A citada alcalinidade dos alimentos em contato com a acidez estomacal produziria o movimento necessário à digestão. A máxima decomposição dos alimentos ocorreria no quilo, em que se transformam as especificidades dos alimentos num todo homogêneo e aperfeiçoado. A acidez do suco pancreático e a alcalinidade do humor da bile deveriam, por encontro de opostos, estimular novo movimento digestivo, desta vez no intestino, para separar as impurezas restantes e tornar o quilo mais líquido, pronto para penetrar as veias e compor o sangue. A cor branca provavelmente associada à temperança e moderação também deveria expressar que o quilo, após *aperfeiçoado* se tornaria alimento temperado na primeira qualidade, isto é, nem quente, nem frio. A cólera (ou bile amarela), presente no duodeno, desta maneira, facilitaria seu processo de conversão em sangue, por torná-lo mais quente e penetrativo (virtude associada à *secura*), descrito como uma tintura, dada a importância das cores nesta descrição.

Ainda assim, toda a organização dos alimentos do livro obedece aos preceitos estabelecidos pela teoria que dava centralidade ao calor natural na digestão. Este é o papel que toca, sobretudo, aos “aromas” (canela, pimentas, cravo, gengibre, açafraão e mostarda) ou aos “condimentos” (azeite, vinagre, sal, mel, açúcar), mas também às “hortaliças” (coentro, cerefólio, hortelã e salsa) e, para os mais pobres, às “raízes sativas” (cardo, cenoura, alho, cebola, nabo, rabas, porro). Estes, por serem de alto grau de calor e *secura* (exceção do azeite, quente e úmido, e do vinagre, frio e seco), especialmente os “aromas”, eram tidos como os que melhor serviam para tempero (equilíbrio) dos alimentos, ajudando a fortalecer o calor estomacal (logo, a digestão) e a corrigir os frequentes excessos de frieza e/ou umidade das comidas. Os alimentos de qualidades extremadas entravam neste sistema com propriedades medicamentosas, enquanto os de natureza moderada permaneciam apenas como alimento. O sentido dos equilíbrios de opostos visava também adocicar os alimentos, pois o doce era tido como indício daquilo que nutre (FLANDRIN, 2007, p. 387-388). Equilibrando opostos com “aromas” e “condimentos” e buscando obter sabores adocicados, a comida desta cultura resultava numa profusão de sabores e odores opostos: o agro-doce, o salgado-doce, o amargo-doce, tornados possíveis pela imbricação de medicina e cozinha. Estes são os últimos momentos desta modalidade de uma relação comida-saúde, que “permitia um intercâmbio contínuo (...) entre experiências cotidianas e elaboração conceitual, entre práticas de cozinha e reflexão sobre o valor nutricional dos alimentos” (MONTANARI, 2007, p. 70). A medicina tenderia a se separar da cozinha (e vice-versa), ao fim do século XVIII, em favor de teorias

baseadas na observação e experimentação sistemática, porém afastadas do cotidiano, advindas das novas atitudes científicas e consciências corporais (Cf. ABREU, 2011, p. 101-120).

Fontes

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Tomo V. Lisboa : Officina de Pascoal da Sylva, 1716.

CAIRUS, Henrique; [RIBEIRO JR, Wilson A.](#) *Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2005.

GRANT, Mark. *La dieta de Galeno: l'alimentazione degli antichi romani*. Trad. Alessio Rosoldi. Roma: Edizioni Mediterranee, 2005.

HENRIQUEZ, Francisco da Fonseca. *Âncora Medicinal: para conservar a vida com saúde*. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004.

HIPPOCRATE. *De l'ancienne médecine*. Captado em www.remacl.org. Acesso em 13 de junho de 2014.

Referências Bibliográficas

ABREU, Jean Luiz Neves. *O corpo, a doença e a saúde: O Saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2011.

EDLER, Flávio Coelho e FREITAS, Ricardo Cabral de. O “imperscrutável vínculo”, corpo e alma na medicina lusitana setecentista. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 50, p. 435-452, mai/ago 2013.

FLANDRIN, Jean-Louis. Condimenti, cucina e dietetica tra XIV e XVI secolo. Trad. Laura Gras. In: FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo (dir.) *Storia dell'Alimentazione*. Roma-Bari: Editori Laterza, 2007. p. 381-395.

MONTANARI, Massimo. *Il cibo come cultura*. Economica Laterza, Roma-Bari, 2ª ed., 2007.

MORAND, Anne-France. Mistura das qualidades e determinação da saúde em Galeno: aspectos químicos e cósmicos. In: PEIXOTO, Miriam Campolina Diniz (org.). *Saúde dos antigos*. Loyola, São Paulo, 2009. P. 203-216.

PEIXOTO, Miriam Campolina Diniz. Kairos e metron: a saúde da alma na therapeia do corpo. In: PEIXOTO, Miriam Campolina Diniz (org.). *A Saúde dos Antigos: reflexões gregas e romanas*. São Paulo: Edições Loyola, 2009. P. 55-56.

SILVA, J. Martins. Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911 – 1ª parte. *RFML* 2002; Série III; 7 (5): p. 237-249.

O uso de fontes no Ensino de História: Cartografia

Paula Miranda de Oliveira

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

paulaoliveiramol@gmail.com

RESUMO: Este texto tem por objetivo, a partir da análise das atividades desenvolvidas na Oficina de “História e Cartografia”, defender o uso de fontes históricas no ensino básico de História, neste caso, tendo a produção cartográfica como fonte. Desejamos problematizar as concepções de História presente nos alunos e ver como utilização de elementos de teoria e metodologia da História pôs estudantes em contato com os processos de construção do seu conhecimento histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Fontes; Cartografia; Teoria e Metodologia.

RESUMEN: Este texto tiene como objetivo, a partir del análisis de las actividades desarrolladas en la "Historia y Cartografía" taller, abogando por el uso de las fuentes históricas en la enseñanza de la historia básica, en este caso, ya que la producción cartográfica como fuente. Esperamos problematizar los conceptos de esta historia y ver cómo los estudiantes utilizan los elementos de la teoría y la metodología de la historia poner a los estudiantes en contacto con el proceso de construcción de sus conocimientos históricos.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza de la Historia; Fuentes; Cartografía; Teoría y Metodología.

Introdução

Este texto busca analisar os resultados da Oficina “História e Cartografia” desenvolvida no Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID da Faculdade de Educação da UFMG em 2013, ano em que fiz parte do subprojeto de História. Esta oficina foi idealizada e planejada conjuntamente por mim, três colegas pibidianos à época: Armando Magno de Abreu Leopoldino, Flávia Regina Alves de Oliveira e Patrícia Cristiane de Oliveira, e nosso orientador, Mariano Alves Diniz Filho. Nosso trabalho no PIBID consistia na inserção no ambiente da Escola Municipal Prof^a Eleonora Pierucetti duas vezes por semana para acompanhar as aulas de História do prof^o Mariano no 8º ano e o desenvolvimento esporádico de oficinas que eram conduzidas por nós estagiários.

Em nosso horizonte, tínhamos o desejo de problematizar questões relacionadas ao ensino de história como a concepção de história presente no ensino, a abordagem dos conteúdos e a relação do educando com eles. Sabemos que o conhecimento escolar se apoia em quatro campos específicos: os conhecimentos da disciplina; os problemas

contemporâneos; as concepções dos alunos; e, por último, seus interesses. (SEFFNER, 2000) Portanto, nosso trabalho se pautou principalmente no incentivo da autonomia do aluno, considerada por diversos autores e por nós como essencial no processo de produção do seu conhecimento, mas também no estabelecimento de uma relação passado-presente ao trabalhar os conteúdos. Para tanto, tencionávamos desenvolver uma Oficina que possibilitasse a elaboração conjunta do raciocínio histórico, tomando o aluno como um agente desse processo e não como um mero receptor de informações fechadas e determinadas. (SCHIMIDT, 2001)

Proposta teórica

Para atingirmos nosso objetivo maior, lançamos mão de elementos de Teoria e Metodologia da História para desenvolver metodologias de pesquisa histórica com os alunos e o reconhecimento da existência de diferentes percepções e intenções sobre um mesmo acontecimento, objeto ou imagem. (LEOPOLDINO et al, 2013) Assim como Fernando Seffner, pensamos que:

ensinar História na escola é fundamentalmente ensinar elementos de Teoria e Metodologia. [...] Um professor de História é alguém que coloca o aluno em contato com os processos de construção e reconstrução do passado, ou em outras palavras, abre um diálogo acerca do presente valendo-se das interpretações a que é submetida a produção do conhecimento histórico. (SEFFNER, 200, p. 258)

Na Oficina de “História e Cartografia” propusemos o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos cartográficos como aposta pedagógica a fim de abordar noções sobre fontes históricas. A escolha pela cartografia como o tipo de fonte a ser trabalhada está relacionada à intenção de integrar nossa Oficina ao trabalho que estava sendo desenvolvido pelo professor na época. Ele trabalhava com a formação da cultura brasileira tendo como recorte àquela altura as grandes navegações e a descoberta do novo mundo. Escolhemos mapas de diversos recortes temporais buscando sempre problematizá-los e criar situações-problema, de maneira a atrair a atenção dos alunos para a reflexão dessas questões, mobilizando a curiosidade e a participação deles. A aposta de análise de documentos tinha um objetivo provocador, a fim de trazer à tona representações do senso comum que poderiam estar presentes e conhecimentos já cristalizados pelos alunos. (CERRI, 2004)

A opção pela cartografia exigiu que ampliássemos nosso diálogo para alcançarmos também o campo da geografia, estabelecendo uma relação interdisciplinar entre os dois campos de conhecimento. Dessa forma, enriquecemos nossas discussões e o dinamismo de nossas intervenções, pois a interdisciplinaridade traz novos métodos e contribuições para o

ensino, seja qual for a disciplina, e nos faz pensar na construção de propostas pedagógicas capazes de garantir o princípio que justifica e fundamenta a educação: o desenvolvimento pleno do educando nas suas múltiplas dimensões cognitivas, sociais, políticas, afetivas, éticas e estéticas (FONSECA, 2003, p.99).

As oficinas foram, destarte, a estratégia e a nossa aposta para a aproximação do universo da história ao dos alunos, possibilitando o desenvolvimento de seu raciocínio histórico e instigando a participação e a construção de seu conhecimento. (LEOPOLDINO et al, 2013)

Resultado e reflexões das análises

Os resultados que analisei são referentes a apenas uma turma do 8º ano em que realizávamos nosso trabalho no PIBID. A turma A do 8º ano tinha aulas de História às segundas, quartas e sextas, dessa maneira, a Oficina “História e Cartografia” pôde ter suas 3 etapas realizadas nesses respectivos dias. Na 1ª etapa introduzimos o tema da Oficina – a historicidade dos mapas – com a colocação de algumas questões como: O que é um mapa? Para que serve? Como ele é produzido? Por quem é produzido?

Posteriormente, houve a entrega de um mapa em branco da cidade de Belo Horizonte. Nele estavam destacados dois pontos da cidade: a Praça Sete de Setembro, localizada na região central da cidade, e a Escola Municipal Profª Eleonora Pierucetti, localizada na Av. Bernardo Vasconcellos, que liga a Av. Antônio Carlos, Pampulha, à Av. Cristiano Machado, na região Nordeste da cidade. Essa informação é importante para entendermos os resultados das análises. Eles deveriam preencher o espaço vazio montando um mapa da cidade.

Um dos objetivos desta atividade era fazer com que os alunos reconhecessem o espaço da cidade e inserissem seus valores no mapa. Naturalmente eles o preencheram com pontos específicos e diferentes dos de seus colegas. Ao se colocarem no lugar de quem produz um mapa, queríamos que eles percebessem que cada um o faria de acordo com sua própria experiência. Após a sua feitura, alguns alunos se voluntariaram para apresentar suas produções, o que gerou muitas discussões. Nosso objetivo com isso, era que, tomando os mapas produzidos como um tipo de fonte, se tornasse compreensível para eles a ideia de que estas sofrem influências de acordo com o lugar em que são produzidas.

A produção dos mapas impressionou pela criatividade, organização e capacidade de localização espacial presentes na maioria dos alunos. Através deles podemos inferir suas rotinas, seus gostos e a maneira como se relacionam com o espaço da cidade. Com mais

recorrência apareceram pontos turísticos da cidade como a Pampulha, que foi identificada pelo Mineirão, Mineirinho, Igreja de São Francisco de Assis, Parque Guanabara e a UFMG. Possivelmente esses lugares apareceram com frequência, pois são próximos à escola e, provavelmente, à casa dos alunos. Outros como a Savassi, Praça da Liberdade, Mangabeiras, identificado pelo Parque das Mangabeiras, na região sul da cidade, e o Centro, apareceram timidamente.

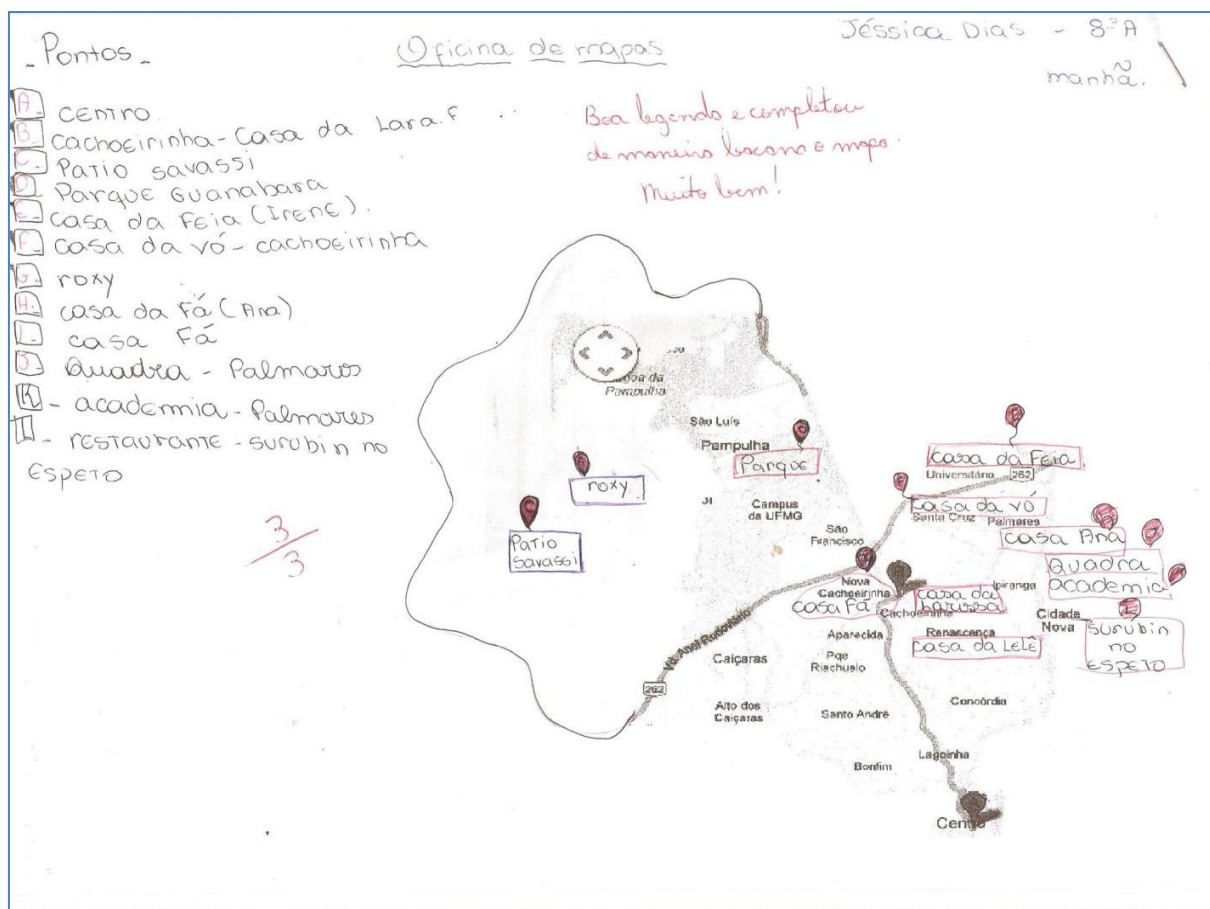
Em seguida, os lugares de lazer, com destaque para os shoppings, principalmente Del Rey, na região da Pampulha, e Minas, na região Nordeste, ou seja, os mais próximos à escola. O Pátio Savassi aparece com menos frequência. A própria casa, a de parentes como tios, avós, primos e a de amigos também apareceram bastante. Outros lugares como Igrejas, a própria escola, cemitérios e casas de namorados também aparecem, em menor quantidade comparado às outras.

O que é interessante notar, é que, com mais frequência, aparecem os lugares que são próximos ao convívio deles, localizados ou na Pampulha, ou na região Nordeste, eixo em que vivem e mantêm suas relações pessoais com amigos, familiares e colegas de escola. Poucos alunos extrapolaram o limite da cidade de Belo Horizonte, e quando fizeram, indicaram cidades da região metropolitana, em geral para destacar a casa de algum parente.

Em resumo, a análise desta atividade corrobora a ideia defendida por Marcos Lobato Martins, que considera a busca pela identidade em relação ao espaço como norteadora dos estudos regionais. Martins diz:

Ao olharem ao redor, as pessoas buscam encontrar elementos de continuidade, alguma quantidade de símbolos de permanência, certo legado de passado. Sem essas referências, tudo se torna fugidio, transitório, sem sentido. O 'lugar' e a 'região' respondem a demandas individuais e coletivas por segurança, continuidade histórica e pertencimento a algum tipo de comunidade destino. [...] Essa tendência de as pessoas buscarem raízes, fontes de identidade e segurança sociológica, mobilizando elementos do espaço sócio-histórico, aumenta a responsabilidade dos profissionais de história. (MARTINS, 2009, p.139-140)

Figura 3- Oficina de mapas



Construção do mapa com os pontos referenciais. A aluna construiu o mapa segundo suas referências, trajetos e conhecimentos sobre a cidade, visto que ela destaca casa de membros de sua família e lugares específicos que frequenta. **Fonte:** Acervo pessoal do autor.

Na 2ª etapa da Oficina trabalhamos, no primeiro momento, com mapas prontos - colocando-os como fontes – exercitando a capacidade de pesquisa e o desenvolvimento do raciocínio histórico. Num processo comparativo, tendo no horizonte o pensamento de cada época e o contexto em que foram produzidos, exibimos mapas mundiais da geografia política e do Brasil largamente utilizados nas escolas em três versões: uma clássica, outra invertida e uma em globo.

Sobre eles indagamos se havia diferenças e/ou semelhanças, quais eram estas e o que poderíamos concluir com isso. A turma estava especialmente agitada neste dia pois estávamos no espaço do auditório, e não em sala de aula. No entanto, eles dialogaram satisfatoriamente acerca dos questionamentos. No segundo momento, exibimos outros tipos de mapas: um *printscreen* do *Google Maps* em que estavam destacadas as escolas municipais da cidade; um vídeo que parte de um ponto específico na superfície da Terra e vai ampliando até obtermos uma visão de todo o planeta; a imagem da fachada da escola no *Google Street View*; e um

guia turístico com pontos destacados da cidade. Buscávamos desconstruir a ideia de que somente as representações cânones são mapas, tendo-os, portanto como a representação de um espaço qualquer que permite ao seu leitor orientar-se tanto quanto a localização, quanto a outras características. Adotamo-los como textos, que necessitam mais do que ser codificados, mas ser compreendidos em sua totalidade, a fim de atribuir significados que facilitem a apreensão de suas informações. (SILVA, 2011)

Após essa discussão, uma atividade escrita foi proposta para que os estudantes refletissem suas percepções e para que nós, professores, identificássemos a apropriação dos elementos trabalhados: mapas como representação e seus usos. Dos 34 alunos, apenas um não realizou esta atividade. Ela consistia na resposta a 4 questões, a saber: 1) O que é um mapa?; 2) Para que serve?; 3) Como é feito e por quem?; 4) Os mapas são sempre os mesmos? Explique sua resposta.

Ao analisarmos as respostas, percebemos que, das apropriações que os estudantes fizeram, ficaram mais evidentes aspectos ligados aos elementos objetivos do mapa como o seu conteúdo, as regras de sua produção (escala e legenda) e o seu objetivo explícito, a orientação. A diferença entre os tipos de mapa também foi apontada. Alguns citaram satélites e outros recursos tecnológicos. Também chamaram atenção para aqueles que representam localidades específicas, como um bairro, cidade ou país.

Apareceu timidamente nas respostas a questão da intencionalidade intrínseca às fontes. Ainda assim, percebemos que os alunos responderam tendo base a discussão feita em sala. Como nossa aposta foi a construção conjunta do raciocínio histórico, consideramos as ressignificações que os alunos atribuíram às informações como positivas e valiosas para a construção do seu conhecimento. Apoiamo-nos muito no pensamento de Selva Guimarães, que diz:

ensinar é estabelecer relações interativas que possibilitam ao educando elaborar representações pessoais sobre os conhecimentos, objetos do ensino e da aprendizagem. O ensino se articula em torno dos alunos e dos conhecimentos, e a aprendizagem depende desse conjunto de interações. Assim, como nós sabemos, ensino e aprendizagem fazem parte de um processo de construção compartilhada de diversos significados, orientado para a progressiva autonomia do aluno. Logo, o resultado do processo educacional é diferente em cada pessoa (educando), pois a interpretação que cada um faz da realidade é diferente, tem características únicas e pessoais, juntamente com os elementos compartilhados com os outros. (FONSECA, 2003, p.103)

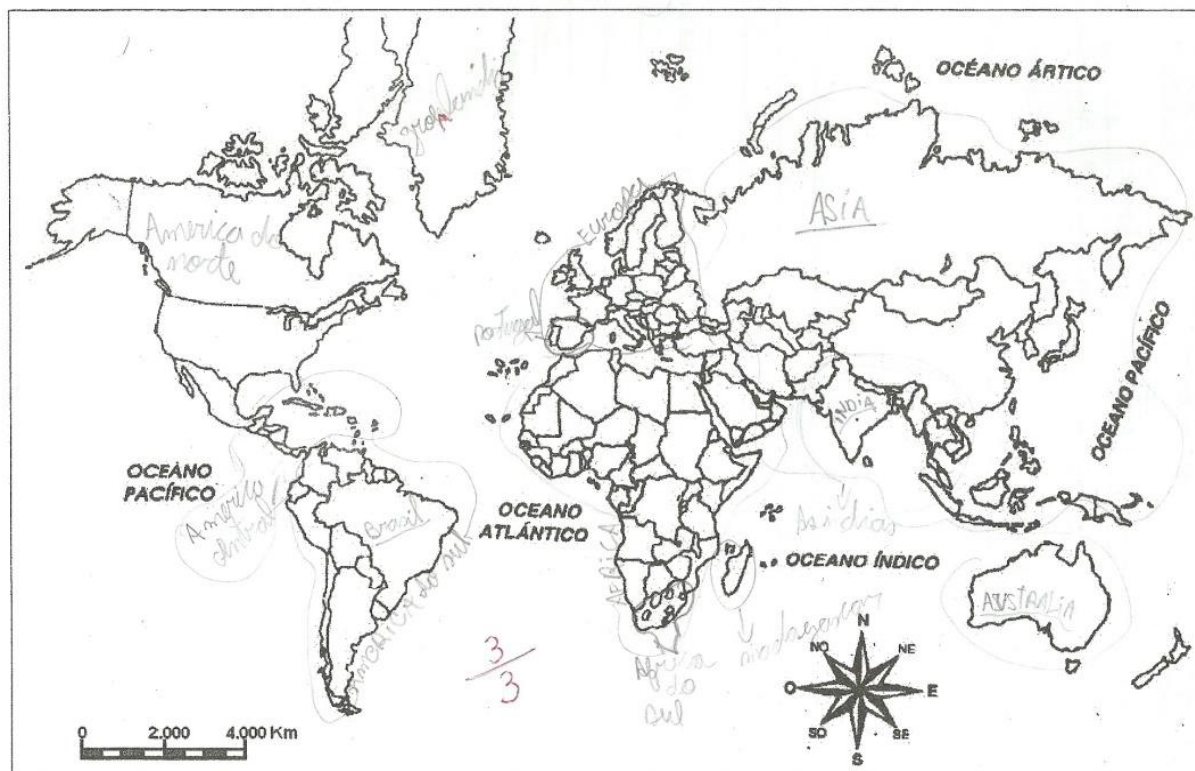
No entanto, aproveito o espaço para fazer uma autocrítica em relação a elaboração das perguntas que poderiam ser mais claras e dar mais subsídios ao raciocínio dos alunos.

Na 3ª e última etapa, retomamos o tema trabalhado em sala das “Grandes navegações dos séculos XV e XVI” que orientou a elaboração de nossa práxis para esta oficina. Em primeiro lugar, entregamos um modelo do mapa mundi atual sem a indicação dos países, continentes, mares ou oceanos. Nele, pedimos que identificassem alguns pontos, a se saber: a Península Ibérica, os Oceanos, as Índias e a América. As regiões a serem destacadas no mapa por eles remetem ao contexto das Navegações, mas a representação é atual. O objetivo era fazer com que eles percebessem que a representação do mapa mundi muda de acordo com sua época e objetivo de produção.

Durante a atividade eles recorreram bastante à ajuda para identificar as regiões, conversando com os professores e seus colegas. Algumas dúvidas foram comuns a muitos. Por exemplo, tiveram dificuldade para identificar a Península Ibérica no continente europeu. Apresentaram confusão para diferenciar país e continente, muitas vezes trocando o nome do país pelo do continente em que está localizado. Ex: Ásia para Rússia; América do Norte para EUA, e vice-versa. Poucos indicaram países da África, com exceção de Madagascar e África do Sul, o que sugere um desconhecimento dos países do continente, corroborando a visão eurocêntrica de que partimos para nossa proposta de problematização. No entanto, os países da Europa também não ganharam uma atenção minuciosa, exceto Portugal e Espanha, mas este continente foi mais destacado que o africano. Os países mais destacados foram: Brasil, EUA, Canadá, Portugal, Espanha, China, Rússia, Groenlândia e Austrália, e seus respectivos continentes. Surpreendeu positivamente a curiosidade pela localização dos países da América do Sul. Foram destacados Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Venezuela, Peru e Colômbia.

Houve uma troca significativa de informações entre eles, o que nos deixou muito felizes, já que tínhamos como diretriz desta oficina a construção conjunta do conhecimento. Ainda, soubemos que muitos desses países foram destacados tendo como referência uma atividade desenvolvida recentemente na disciplina de Geografia, o que também vai de encontro com nossa proposta de interdisciplinaridade na elaboração desta oficina.

Figura 4 - Mapa mundi preenchido por um aluno.



Nele podemos observar o conhecimento geográfico do aluno, no entanto, também observamos alguma confusão na identificação dos países/continentes. **Fonte:** Acervo pessoal do autor.

Em seguida, exibimos mapas contemporâneos às Navegações, colocando-os como a visão de um mundo pensado a partir da perspectiva europeia. A partir deles, voltamos ao tema explicando os planos português e espanhol de conquista e expansão de novos territórios tendo em mente os valores econômicos e religiosos daquela época. O nosso objetivo ao exibir esses mapas, era problematizar uma possível noção de “certo e errado”, emitindo juízo de valor sobre documentos históricos. Sobre juízo de valores, consideramos como atribuições de certos valores ou significados a um objeto baseado no olhar do momento, sem levar em consideração o processo histórico em que este objeto está imerso, nem as características e interesses de sua época. (LEOPOLDINO et al, 2013) A turma, mais uma vez, correspondeu às questões que estava sendo colocadas para o debate, demonstrando conhecimento sobre o conteúdo (que já havia sido trabalhado em sala) e senso crítico ao analisarem os mapas do século XV e XVI. Explicitaram e problematizaram a visão eurocêntrica e o imaginário europeu acerca do Novo Mundo presente na produção cartográfica da época.

Conclusão

O conteúdo das Grandes Navegações foi para nós o ensejo para que desenvolvêssemos com os alunos esta Oficina, que contemplasse nossa ideia e proposta para o Ensino de História. Para nós, este é um espaço para a construção de conhecimentos, uma troca entre professor e aluno, proporcionando o desenvolvimento autônomo e crítico dos sujeitos, a consciência e o raciocínio históricos. A partir da problematização da produção cartográfica, os estudantes colocaram em cheque a visão eurocêntrica presente não só nos mapas, mas também na nossa mentalidade e na própria periodização da História. É claro que a consolidação desses conhecimentos necessita de um trabalho contínuo, que infelizmente não pudemos desenvolver naquela escola, no entanto, esperamos que nossa iniciativa sirva como exemplo e dê fôlego para a prática de outros professores. Como experiência docente, a realização das Oficinas no PIBID foi de valor inestimável, contribuindo tanto para nossa formação, quanto para um incentivo de permanência na docência, tendo em mente que nossa prática deve ser reflexiva, revendo métodos e o seu impacto no desenvolvimento dos alunos.

Referências Bibliográficas

- CERRI, Luis Fernando. Direito à fonte. *Nossa História*. São Paulo: Vera Cruz, ano 1, n. 7, p.66-68, maio 2004.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de Ensino de História*. Campinas, SP: Papirus, 2003. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho pedagógico).
- LEOPOLDINO, Armando Magno Abreu de Oliveira. *et al.* Fontes Cartográficas e Ensino de História. In: PEREIRA, Júnia Sales; TIMÓTEO, Herbert de Oliveira; DINIZ FILHO, Mariano Alves. (Org.) *PIBID faz - História: reflexões e práticas educativas na formação docente em História*. Belo Horizonte: PIBID/FAE/UFMG, 2013 (Coleção Relatos de Experiência).
- MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2009.
- SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- SEFFNER, Fernando. Teoria, metodologia e ensino de História. In: GUAZELLI, Cezar (org.) *Questões da Teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRES, 2000.

Igreja São José e a Congregação do Santíssimo Redentor: Uma perspectiva de Fé na Modernidade da nova Capital de Minas (1895-1930)

João Teixeira de Araujo

Bacharel em História

Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH

joao.araujo_2@outlook.com

RESUMO: A Igreja São José e a Congregação do Santíssimo Redentor iniciaram suas atividades no início do século XX em Belo Horizonte, através de uma missão Holandesa que viera em nome de estabelecer um novo tipo de Fé, diferente dos ritos e práticas do que se entendeu como Catolicismo Popular ou Pagão. Porém, estes Redentoristas tornaram-se parte de um esforço social e político para a formação de novos hábitos e costumes, de uma nova cidade que agregara indivíduos de diferentes partes e, certamente, com modos esparsos de perspectiva de vida. Os Redentoristas, com sua doutrina ascética e moralista, seguiu a apreciação conservadora do ultramontanismo e torna-se componente fundamental para a organização de uma vida moderna na urbe, uma das vontades primaz para a construção de uma nova Capital. Por isso, alguns aspectos que tangem a vida eclesiástica destes Redentoristas, como sua Regra Monástica, as Missões que realizavam, a intensa participação nas Escolas e Catequeses sintetizam o esforço para uma nova perspectiva de Fé de matriz conservadora e que viera corroborar com o que se pretendeu sociopoliticamente para a nova Capital.

PALAVRAS-CHAVES: Redentoristas; modernidade; moral; sociabilidade.

A Igreja São José e a Congregação do Santíssimo Redentor se estabeleceram na cidade de Belo Horizonte nos idos de 1900, período que sagra na história do pensamento do Cristianismo Católico o auge de um parâmetro renovador sob a perspectiva da Fé então praticada no período anterior à República, que hoje conhecemos como o Ultramontanismo. Porém, tal movimento de Romanização e Centralização dos ritos e celebrações da Igreja no interior da Congregação está devidamente situado no seio de sua própria origem no século XVIII, propriamente em 1732, no Reino de Nápoles. A respectiva Congregação tem sua origem firmada na concepção Tridentina da Igreja Católica (RAPONI, 1996), que traz, sobretudo, uma orientação contra o Protestantismo e que tem vistas a firmar às mãos do Sumo Pontífice toda a orientação, toda unidade de fé, disciplina e ritualística da Igreja, tendo em vista que em toda a Europa se expandia lastros locais de incorporação e prática ritual da religião Cristã (RAPONI, 1996).

O Reino Napolitano no século XVIII possuía peculiaridades em relação aos demais estados que hoje estão reunidos sob a alcunha de Nação Italiana. O perfil redentorista,

enquanto entidade eclesiástica nasce com um caráter de auxílio social, tendo em vista que a situação do Reino de Nápoles era ruim. Seu eminente fundador, Santo Afonso de Ligório, expandindo a sua obra para o interior do Reino junto de seus discípulos e irmãos, depara-se com uma miséria social inconcebível, dado que sua origem aristocrática e sua vida, até seu ingresso ao Sacerdócio, estabeleciam-se na capital, em reduto parte da elite Napolitana. No desafio missionário inicial,

(...) eram afrontadas todas as situações de extrema pobreza e as dificuldades de todo o gênero que acompanhavam as primeiras fundações (fome, frio, umidade, doenças, mortes precoces). As fontes antigas, impressas ou inéditas (entre estas últimas pode-se pensar na História da Congregação do Pe. Landi), estão de acordo em acentuar as asperezas da vida no tempo das origens. (RAPONI, 1996. p. 32)

Segundo Raponi (1996), o século XVIII em Nápoles é notável o surgimento de diversas missões evangelizadoras, sendo a maioria delas de cunho assistencial e, sobretudo, catequético, que nos diz muito sob um esforço de moralização no Reino Napolitano. Ao período da pregação de Santo Afonso e de suas missões por Nápoles, é possível que sua percepção sobre os dilemas sociais do Reino estivesse ligada a uma “corrupção e na liberdade dos costumes, seja nas altas esferas, seja nas esferas burguesas seja também entre as massas” (RAPONI, 1996. p. 6). Não seria novidade atribuir que as expensas da vida cotidiana estejam ligadas as questões de Fé.

Porém, na constituição social da nova Capital de Minas Gerais, a partir do ano de 1900, chegaria timidamente à missão Redentorista designada pelo então, Bispo de Mariana, D. Silvério. Uma missão que, certamente, possuiu de uma condição privilegiada. Desde a metade do século XIX, uma missão de jovens Redentoristas oriunda da Holanda se instalara em Minas Gerais, a convite da Diocese de Mariana por meio de seu Bispo, D. Viçoso. Esta missão holandesa obtém sucesso de, nos seus primeiros dias em Belo Horizonte, a deter para si um espaço como nenhum outro na cidade:

Mas a cidade estava longe de chegar aquelas alturas (construir uma matriz no alto da Avenida Afonso Pena), e sem dúvida por isso o prefeito Dr. Bernardo Monteiro, deixou a escolha do local ao Vigário da nova Paróquia de São José, Padre Pedro Becks. O Padre foi feliz ao escolher esta colina, onde se projetara o Teatro da Cidade. (LEITE, 1990. p. 14)

Ao gosto da Diocese de Mariana, que temia pela possível diminuição de sua presença na nova Capital e uma conseqüente redução do poder apostólico sobre as almas que habitariam este espaço e, muito mais, por ser esta cidade responsável a partir de 1897 por emanar o poder, vida social e vida econômica a todo o estado (ALMEIDA, 1997), os

redentoristas estabelecem seu lugar na cidade tendo em vista conservar e manter o poder que, no seu entendimento, lhe cabe na vida social da nova Capital. Sua referência no seio da Igreja Romana (e estes estavam no auge da aceitação de Roma), dado que Santo Afonso de Ligório, fundador da Congregação, fora proclamado como Doutor da Igreja, em 1871, pelo Papa Pio IX, os redentoristas eram os *Teólogos da Moral*, condição que lhes cabe até os dias de hoje, está afirmada logo nos primeiros dias que se estabelecem na cidade, por meio dos dizeres do Padre Afonso Mathysen, parte da missão que iniciara os trabalhos: “A população proveniente de todos os lados, geralmente falando, é muito ignorante nas coisas de religião e afastada dos sacramentos. Que isto melhore com ajuda de Maria Santíssima e de Santo Afonso” (LEITE, 1990. p. 13). “BH estava se formando com uma população heterogênea, vinda de todas as partes e já com muitos elementos hostis anticlericais, maçons e até protestantes, metodistas”. (LEITE, 1990. p. 10)

A expressão incontestada da missão Redentorista no estado de Minas Gerais no século XIX para o XX é diretamente ligado aos aspectos ideológicos que dão origem a Congregação no século XVIII, que Santo Afonso posicionou conforme a corrente teórica de seu tempo, conhecida como duplo fim. Sante Raponi (1996), em relação aos documentos escritos que tornam explícita a *Espiritualidade Redentorista*, afirma que esta teoria é “amplamente difundida e assumida pela cúria romana no ato de aprovar os novos Institutos” (RAPONI, 1996). O duplo fim de espécie redentorista constitui-se primeiramente em uma expressão de obediência à hierarquia apostólica. Esta obediência consiste na apreensão do típico vocabulário redentorista que se desenhara nas origens, que se faz a partir de uma literatura hagiográfica, na qual possa se projetar a memória dos heróis da fé e a imitação de suas realizações (RAPONI, 1996), sobretudo na figura de Jesus Cristo.

Com respeito ao primeiro fim, a Regra manda que todos os congregados busquem seriamente e com todas as forças a santificação de si mesmos, imitando diligentemente as virtudes sacrossantas e os exemplos de nosso Redentor Jesus Cristo, de maneira que cada um possa dizer em verdade: Vivo eu, não já eu, mas Cristo vive em mim. (CODEX REGULARUM, p.30, nº2)

Junto desta imitação, acompanha

obediência. (...) Nas grandes Regras e no Compêndio ela é chamada "virtude radical". O Fundador nas circulares coloca-a em primeiro plano nas missões e em casa. A obediência conserva a Congregação. Trata-se de uma obediência incondicional, sem interpretações acomodáticas ou de subterfúgios. Uma obediência de execução, fundamentalmente passiva. A Regra fala de obedecer ao superior 'mesmo que fosse um poste'. (RAPONI, 1996. p. 32)

Não se busca apenas uma uniformidade de preceitos com fim na evangelização. Os redentoristas, desde o seu fundador e de seus membros mais ilustres em sua origem (muitos deles canonizados pela Igreja), desejam se alinhar ao projeto de maior importância naquele século para a Igreja, certamente um projeto de Poder. Cabe a obediência cumprir a função de vocação para aquele que deseja estar alistado a frente da missão Redentorista, sendo que esta vocação é ratificada como imitar as atitudes e posturas de Cristo enquanto esteve na terra (RAPONI, 1996): “O fim do Instituto do SS. Redentor outro não é senão o de unir sacerdotes, que convivam e que procurem com empenho imitar as virtudes e exemplos do Redentor nosso Jesus Cristo.” (CODEX REGULARUM, p. 29, nº 1)

Ser obediente através da imitação, de uma conduta passiva e aceitação irrestrita as imposições, consiste em uma concepção doutrinária extremamente ascética e rígida por parte dos Redentoristas. A imitação seria o pleno do exercício austero para que sejam cumpridas as regras e as virtudes determinadas pelo seu Código de Regras, que deveria ser realizado com extremo zelo. Tal zelo é reforçado nos mínimos aspectos e que dimensionam as proporções que se espera de um Redentorista: “O fim do Instituto do SS. Redentor é seguir o mais de perto possível as pegadas e os exemplos da vida sacrossanta de Jesus Cristo, o qual viveu uma vida desapegada e mortificada, cheia de sofrimentos e desprezos.” (OPUSCULI RELATIVI ALLO STATO RELIGIOSO, Roma, 1868, p. 24). E ainda: “Somente tem o espírito do Instituto quem entra com o desejo de prestar obediência, e de sofrer em paz ver-se posto a um canto, sem ser ocupado em coisa alguma.” (OPUSCULI RELATIVI ALLO STATO RELIGIOSO, Roma, 1868, p. 42)

Neste primeiro fim é que se estabelece a principal virtude e vocação daqueles que comungam o Pão de Santo Afonso: Imitação, obediência e disciplina. O segundo fim, talvez com mesma proporção e, ao acaso, possivelmente de maior importância para uma vida espiritual dedicada à Congregação seria o exercício missionário. Exercício este que carecia ser de grande esforço e trabalho para quem a ele se integrasse. Seria a partir da execução de tais missões que levaria a este Congregado a plena santidade, a máxima redenção e no mais desejoso espírito para um cristão:

Quem é chamado para entrar na Congregação do Ss. Redentor Não será jamais um bom seguidor de Jesus Cristo se não se fizer santo, se não realizar o fim de sua vocação, e não tiver o espírito do Instituto, que é de salvar as almas mais destituídas de auxílios espirituais, tais como as pobres gentes da campanha. Este já foi o projeto ou plano da vinda do Salvador, o qual falou de si mesmo: Spiritus Domini...unxit me, evangelizare Pauperibus (Lc 4, 18). E quando ele quis provar São Pedro para

ver se ele o amava, não lhe mandou outra coisa, senão que cuidasse da salvação das almas: Simon Joannis, diligis me? Pasce agnos meos... pasce oves meas (Jo 21,16) [...] (OPUSCULI RELATIVI ALLO STATO RELIGIOSO, Roma, 1868, p. 94-96)

A partir destas referências bíblicas postuladas, que são duas passagens das mais célebres da vida de Cristo na terra a respeito de evangelização, Sante Raponi (1996) afirma que a condição de *santidade* para os Redentoristas sempre esteve ligado a ideia de estar comprometido com a vida missionária, ofício de difusão da fé. Difundir a perspectiva redentorista da fé cristã segue um apêndice rigoroso, como não poderia ser diferente, de recomendações e instruções advindas de seu fundador e de outros ilustres redentoristas que tornaram possível a existência desta obra nas proporções que se vê desde Nápoles até aquele momento. Para os devidos fins à evangelização na Europa,

conhecemos o rigor com o qual os congregados estavam obrigados ao estilo familiar e apostólico na pregação. Missionário do povo, o redentorista aproxima-se da gente humilde, coloca-se à sua disposição, mas não desce a seu nível. Também sob as vestes remendadas, o redentorista das origens (proveniente em geral da classe média remediada) conserva uma sua nobreza e distinção, a começar pelo Fundador. Garbo e cortesia com todos, mas nenhuma vulgaridade nas palavras ou no comportamento. (RAPONI, 1996. p. 36)

E, também, recomenda-se

que, nas missões, não tenham familiaridades com os habitantes dos povoados. Toda a cortesia, mas também toda a gravidade é preciso usar com eles, para que aprendam e conservem a veneração para conosco, como homens santos sem defeitos, o que é necessário para seu proveito. Do contrário, tendo familiaridades com eles e tratando com eles de coisas não importantes para a alma, descobrirão mil defeitos em nós e não terão proveito. Isso já aconteceu mais vezes; mas desagrada-me que sempre se falte nisso. Se um ou outro não se emendar a esse respeito, obrigar-me-á a não mais o mandar às missões. E peço que ninguém na missão se envolva com coisas que não pertencem à consciência das pessoas; e certas coisas que possam trazer algum distúrbio ou inconveniência, não sejam feitas sem conselho e obediência. (LIGÓRIO, Circular de 30 de setembro de 1758, LETTERE, I, p. 404-405)

As missões seria o instrumento mais eficaz para os auspícios tridentinos Ultramontanos da Igreja no século XIX e XX, de forma a ponderar sobre o caráter de seus soldados eclesiásticos uma condição de uniformidade, proximidade de Deus e de virtuosidade enquanto indivíduo que busca sua salvação por meio de salvar outras almas (FERNANDES, 2005). Os redentoristas da Igreja de São José em Belo Horizonte firmaram suas primeiras ações postulando como parâmetro o entendimento e subserviência a estes princípios de dois fins. Inicialmente, titularam para si uma revisão do espírito de devoção, dado que a percepção destes holandeses missionários era a despeito do povo com praticas de fé “estapafúrdias, parecidos de cérebros doentios” (LEITE, 1990).

Tal impressão não é sinuosamente de cunho estrito ao fato destes redentoristas serem holandeses ou apenas e simplesmente erários do espírito exigido de um congregado do Santíssimo Redentor. Estes são parte essencial e complementar na nova capital do que pretende a Igreja para o seu tempo. Seu projeto de ação na nova Capital, assim como para todo estado já o era, parte de uma base de princípios para a moralização do comportamento e da convivência advindos do pensamento conservador ultramontano europeu (FERNANDES, 2005). Este modelo de consciência crista que veio a ser adotado pelo Clero Mineiro tem suas origens ao início do século XIX na França, fruto de uma reação ao pensamento iluminista e universalista que produziu a Revolução Francesa e que então passara a agredir os valores essencialmente morais e caros a instituição Católica. Perante tal configuração,

os conservadores passaram a defender a importância da afirmação da autoridade, religião, comunidade, hierarquia e família, valores esses perdidos pela emergência do ideário iluminista. Nesse sentido, todo o esforço passou a ser realizado para a valorização dos costumes, herdados da medievalidade, que até então vigoravam naquele mundo. (...) Opunham-se a nova ordem criada pelos revolucionários, por a considerarem como corruptora da concepção de um mundo dos homens criado por Deus, infalível e justo. Essa seria, pois, de forma sintética, a intenção básica por trás do pensamento conservador. (FERNANDES, 2005. p. 144-145)

O pensamento conservador europeu assumiu sua perspectiva institucional na Igreja através de alguns pensadores e algumas personalidades essenciais a Igreja. Frederico Ozanan, leigo fundador da Conferência São Vicente de Paulo em 1833 na França, adquire iminência no pensamento social da Igreja ao afirmar que a Revolução também se cunhara do fracasso em relação à carestia e a miséria. Evoca para a responsabilidade da Igreja a missão de suprimir a pobreza e os demais dilemas sociais que assolara a Europa, obtendo por meio de seu pensamento a adesão de muitos jovens intelectuais (FERNANDES, 2005). Até meados do século XIX, conforme Antonio Carlos Fernandes menciona, a Igreja condenara tanto o Capitalismo, quanto o Socialismo, por haver em ambos um caráter materialista. Porém, com a publicação do Manifesto Comunista de 1848 por Karl Marx,

o combate da Igreja contra os excessos do liberalismo e do capitalismo industrial foi cedendo lugar ao ataque contra o socialismo, considerado então o principal inimigo do cristianismo. Em meio ao avanço do socialismo e a perda de posições pelo liberalismo, o reformismo conservador expandiu e se consolidou (...). Visando objetivos imediatos e concretos, as ações dos conservadores, assistencialistas e corporativas ganharam visibilidade e seguidores (...) lançou as bases de uma reforma social de inspiração cristã. (FERNANDES, 2005. p. 146)

A partir disso, o que se vê na Europa é uma expansão das Associações dos Operários Católicos, surgindo estas como uma espécie de contra ataque aos redutos de parte apropriada pelos socialistas. Em Belo Horizonte, a Igreja São José cria, no ano de 1908, a sua associação,

que assumiria aqui o nome de *Liga Católica da Igreja São José* (LEITE, 1990). As condições assumidas de origem por esta associação estão sob os mesmos parâmetros morais e ascéticos que pretendeu o modelo europeu. Possivelmente, a condição aqui assumida por esta poderá ter maior vigor hierárquico e austero, dado que os parâmetros institucionais desta fora incorporada de uma associação criada na Bélgica por um Militar leigo, Henrique Belletable, que era assistido pelos Redentoristas Holandeses designados para tal associação em Liège (LEITE, 1990). Um desses redentoristas que assistira e que tivera grande atuação para a criação dessa Associação dos Operários Católicos da Bélgica fora o Padre Deschamps, que posteriormente seria titulado como Cardeal primaz da Bélgica e que fora de participação elementar no Concílio do Vaticano I.

As atribuições da Associação Belga representavam um misto que se casava da perspectiva mais atual e mais conservadora da Igreja naquele tempo com a instrução militar de Belletable, que consistia em constituir uma espécie de *exército de Cristo*, que diferenciasse o que seria *verdadeiros católicos* dos demais, uma associação que possuía em sua linha apenas “os que tinham a força para vencer o respeito humano ou a covardia frente aos que caçoavam a religião” (LEITE, 1990. p. 48). Esse modelo foi estendido pela Holanda e, chegados ao Brasil, os redentoristas fundaram a primeira Liga Católica em Juiz de Fora e, estendo o seu trabalho missionário, foram disseminando este modelo de associação pelas Minas (NETO, 2010). Em Belo Horizonte, seu começo precedeu a primeira missão Popular da Igreja São José, que ocorreu de 3 a 9 de março de 1906, e que fora pregada pelos Padres Francisco Lohmeyer, Adriano Wiegant e pelo primeiro padre redentorista brasileiro, Julio de Moraes Carneiro. “que, como se sabe, depois de ser doutor em Direito, promotor, casado duas vezes, viúvo, ordenou-se padre, percorreu o Brasil em famosas pregações que abalaram o país por um catolicismo atuante e renovado no início da República.” (LEITE, 1990. p. 49).

Esse impacto social que os redentoristas afirmam ter realizado em suas missões comporta os objetivos e premissas do Clero Mineiro. Era projeto do Clero no século XVIII moralizar os costumes e hábitos, além de impor sua autoridade sobre a população da Capitania de Minas (FERNANDES, 2005). Esse Clero, com caráter reformado nos princípios tridentinos, assumiria sua forma na pessoa de D. Viçoso, a partir de 1844 (CAMELLO, 1986). Sendo um missionário lazarista, D. Viçoso, como bom viajante que foi, retém um entendimento diferido do Clericato de Coimbra sobre a perspectiva espiritual dos fiéis das

Minas. Entendia que a Diocese de Mariana estava em *estado lastimável* e possui em seu entendimento os motivos para tal:

A prolongada vacância da diocese; a escravidão; a situação política; e a ingerência do poder civil nos negócios eclesiásticos. (...) Condenou a escravidão pelo que se apresentava de “permissividade dos costumes entre senhores e escravas, acostumando-se todos, crianças e adultos, com os escândalos”. Acreditava que não se podia esperar um clero virtuoso de uma sociedade corroída moralmente pela escravidão. Defendeu veementemente o afastamento dos sacerdotes atividade política, pelo que isso poderia representar para “alterar o bom estado do clero”. Finalmente, Dom Viçoso considerou a intervenção do poder civil nas questões eclesiásticas, entre todos os males, como o mais danoso. Criticava o placet como corrosivo para a manutenção da disciplina do clero e coibição dos abusos. Para ele, ao aplicar inadequadamente o placet ou o clero resistiria, desmoralizando a autoridade civil, ou acataria e então a Igreja é quem seria atingida, em sua disciplina, hierarquia e autoridade. (FERNANDES, 2005. p. 150).

Por isso, as primeiras obras de D. Viçoso ao assumir a Diocese de Mariana estarão concentradas em instituir um seminário para a formação moral do clero, conforme as bases do pensamento tridentino, já que “os mais de 20 anos de experiências no Brasil e o vasto conhecimento da realidade local das diversas paróquias da diocese de Mariana, com as constantes transgressões dos padres e fiéis”, o recomendava assim (FERNANDES, 2005. p. 151), com o apoio dos seus coirmãos lazaristas e com a chegada de irmãs vicentinas para a instrução feminina. A instrução de D. Viçoso segue alinhado ao que ele mesmo havia como seu hábito devocional para instrução e leitura. A partir da análise de sua biblioteca,

dela emergem vários compêndios de teologia dogmática, moral, catecismos, espiritualidade, teologia pastoral, história eclesiástica, hagiografia, apologética e sermonários. Mais especificamente sobre o pensamento ultramontano, Dom Viçoso possuía conjunto precioso de obras, de vários autores europeus, que, de um certo modo, eram citadas com frequência em suas pregações. (FERNANDES, 2005. p. 150)

Dom Viçoso era consciente do cotidiano que vivera a sua diocese em relação à perspectiva que obtém de suas leituras. A conveniência nas relações que se amalgamam em nossa sociedade ao longo do período colonial é o bastante para constar em seu entendimento a proporção que a sua visão alega a uma sociedade desvirtuada e aquém dos desígnios da Sé Católica (FERNANDES, 2005). Um dos aspectos que premissa o entendimento de Dom Viçoso em relação ao nosso cotidiano seria o concubinato.

Nas Minas os pecados mais comuns diziam respeito ao concubinato, geralmente entre homens brancos e mulheres pardas, mulatas e negras. A natureza da atividade mineradora aliada a estrutura demográfica escravista são causas apontadas como responsáveis por se acentuar a instabilidade das relações conjugais. Foi sobre esses abusos e desvios dos costumes que a Igreja Católica devotou atenção especial e criou mecanismos de controle e regulação morais. (FERNANDES, 2005. p. 179)

O modo como adotar uma atenção especial para tal condição e os mecanismos respectivos a tais auspícios serão as missões, que foram

o principal mecanismo de que a Igreja Católica dispôs para tentar regular a moral e os costumes do rebanho de pecadores nas Minas foram as Visitas Eclesiásticas. Era instalada uma mesa e os moradores constrangidos a virem confessar suas próprias culpas e as alheias. (PAIVA; ANASTASIA, 2002, p. 507)

As missões, além constituírem instrumento da Igreja com vistas à evangelização à moralização, para estes padres de São José definem o que é ser e a essência de um redentorista (RAPONI, 1996). É extremamente concisa a abordagem do Padre João Batista Boaventura Leite a respeito das missões instauradas pelos Redentoristas no ano de 1900, com vistas de Congregar mais ovelhas para o rebanho de Cristo e para a salvação das almas. Ele concentra como estes Holandeses tornaram destas missões um evidente instrumento a moralização dos costumes do povo mineiro do século XIX para o XX (LEITE, 1990). Sobre as missões realizadas no ano de 1900, ele diz:

Pregaram 27 missões, 4 renovações de missões (trabalho que se fazia alguns anos depois das missões para confirmar seus frutos), 13 retiros, 3 tríduos e 110.000 comunhões distribuídas, 65.000 confissões, 314 legitimações matrimoniais. (...) Pessoas unidas ou simplesmente tendo uma vida marital eram exortadas veementemente a realizarem o seu casamento religioso ou sacramento do matrimônio para estabelecerem as condições de uma família cristã, e assim poderem participar da eucaristia. Em 1900 o numero de 314 destes ‘casamentos de missões’ (sem muita burocracia) jamais foi superado nos 60 anos de equipes missionárias, sediadas na Igreja de São José. No ano seguinte, o numero quase ‘encostou’: 297. Em 1902; 288. Os números ficaram na casa de mais de 200, mas em 1914 somente 51. (LEITE, 1990, p. 31-32)

Esse rigor buscado nos hábitos e costumes da população confere em certa medida com a sociabilidade que se propusera para a nova Capital. Uma urbe que nasce postulando a capitular sobre si a modernidade, o progresso e os símbolos ressonantes da nova República Brasileira condicionalmente atrela para seus limites, previamente estabelecidos, matizes científicas que acenam para os aspectos higienistas e a orientação prévia dos espaços uma condição que quase automaticamente segregará de seus domínios citadinos os respectivos elementos que não condissessem para a constituição de uma cidade bela, limpa, segura e próspera (JULIÃO, 1992). A moral redentorista aplicada aos hábitos e costumes que a nova capital pretendeu para si funcionara como um filtro e como lapidação para o tipo de civilização moderna que buscara se constituir na nova Capital. A aplicação de sua Fé, em busca de um alinhamento espiritual com a doutrina ultramontana da Igreja que lhes proporcionavam a crer em uma santificação individual e uma retidão moral, avultam na sociedade as mesmas expectativas que Belo Horizonte tomara para si:

O fim do século XIX chegava. O século do Progresso, da Fé na ciência e da certeza no futuro que ela pressagiava, da esperança cega na solução industrial das carências materiais, das projeções do sucesso da burguesia industrial e financeira, das reformas urbanas, como as registradas nas grandes capitais europeias, do sucesso político e material dos Estados Unidos. O liberalismo burguês vitorioso, tudo prometendo, repercutiria fundo no Brasil. Pouco importava se nesta moeda se apresentasse uma outra face cheia de problemas sociais e crises materiais. Nada mais eram que simples dores do parto da nova sociedade materialmente satisfeita. (MELLO, 1998. In: DUTRA, 1998. p. 18)

Não somente as missões são instrumentos para a moralização e regulação dos costumes para um tipo novo de sociedade. As reuniões na Igreja eram sempre lotadas (LEITE, 1990) e sempre enfileiradas pelos elementos mais nobres da capital, como governadores e suas esposas, juízes, desembargadores, médicos, advogados, engenheiros, entre outros, sem levar em conta o bom trânsito que os padres redentoristas tinham perante o Palácio da Liberdade, para as devidas resoluções de sua obra na Igreja (LEITE, 1990), que partilhara dos donativos públicos advindos da indenização sobre a demolição das capelas do antigo Curral Del Rey (BARRETO, 1947). As resoluções catequéticas presentes desde a reformulação tridentina foram outro singular instrumento que os padres redentoristas de São José utilizaram por diversas vezes, que lhe possa tornar um bastião moral e ascético dos valores e da tradição em Belo Horizonte, dado que:

Como trabalhavam aqueles Padres antigos de São José! Sobrava-lhes tempo ao estudo e devoção para se dedicarem a uma catequese intensa nos grupos escolares, colégios e nas várias escolas paroquiais que eles mesmos fundaram e mantiveram durante longos anos nos bairros mais pobres, pois Belo Horizonte até os anos 20 era quase toda paróquia de São José, e eles se irradiavam também na paróquia da Boa Viagem, muitas vezes a eles confiada, em vacância frequentes de Padres diocesanos, pelo menos no início. (LEITE, 1990. p. 30)

Esse afã demonstrado para regular os hábitos e costumes tradicionais na nova república tem por parâmetro a perspectiva moderna de sociedade, que se portara de modo a se desvincular por completo de todos os aspectos e formas que pudessem a ligar com um passado colonial e imperial. A dimensão para a readequação do comportamento sociocultural segue uma perspectiva peculiar, que caracteriza a população do Brasil como

uma população devassa, amparada sobretudo na visão etnocêntrica de valores culturais europeus e cristãos, foi se justificando pelo pressuposto tácito da anomia sexual e moral dos indivíduos que configuraram a sociedade da América Portuguesa. Os códigos de leis coloniais, os processos inquisitoriais e os relatos de padres, autoridades do governo, cronistas e viajantes produzidos no período colonial e imperial tiveram papel fundamental na criação desse imaginário (moralizador), pois, sem passar por qualquer tipo de filtro, foram eles aceitos como relatos verdadeiros e absolutos da realidade da época. (CERCEAU NETTO, 2008. p. 48)

Dessa maneira, não surpreendem as premissas do pensamento que Dom Viçoso tinha para a Diocese de Mariana. O caráter moralizador da Igreja será prenúncio para que esta seja instrumento dos mais elementares para a fortificação dos valores modernos e progressistas. Até porque seu alinhamento não representara uma posição paradoxal para seus intentos políticos, pois a publicação do *Syllabus Errorum*, que acompanhava a encíclica *Quanta Cura*, em 1865, não fora de todo maléfica aos ideais da burguesia europeia, mas pelo contrário, assinala-se que

nesse momento, a rápida expansão industrial e o fortalecimento da acumulação capitalista permitiram que esse ideário convivesse ao lado da expansão do reformismo social católico e resistisse ao ataque socialista. Nesse ambiente, os conservadores, “empíricos, tímidos e visando objetivos sociais limitados”, se orientaram por fórmulas paternalistas que acabaram seduzindo os industriais. (FERNANDES, 2005. p. 147)

Assim, o investimento dos redentoristas em fabricas de tecelagem e tipografias para a formação de jornais que pudessem moralizar a opinião pública foi uma constante entre meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, buscava-se por meio de uma imprensa católica criar uma sociedade civilizada e moderna dentro dos pressupostos do pensamento conservador. Dessa forma entende-se porque cidades como Diamantina, Juiz de Fora e Belo Horizonte foram alvo dos redentoristas para a constituição dessa dita “modernidade conservadora”. Afinal, eles apropriaram dos discursos burgueses principalmente no que tange ao bem estar conquistado pelo ter material para justificar a ação religiosa católica moralizadora. Não seria surpresa, que Belo Horizonte tivesse um investimento maciço em concepções modernas através da arquitetura dos novos templos católicos como a Igreja de São José, por exemplo. Dentro dessa ótica moderna e conservadora os redentoristas investiram na imprensa e através da compra de tipografias modernas constituíram vários jornais católicos como O Pharol em Juiz de Fora, O Pão de Santo Antônio em Diamantina, o Horizonte e o Diário em Belo Horizonte.

Perante tal sinalização, o que pode ser entendido é que a matriz do pensamento conservador Ultramontano Europeu foi projetada, em Belo Horizonte do século XX, na perspectiva de longa duração e sugere a possibilidade de se compartilhar alguns fundamentos entre a Burguesia e os maiores expoentes da Sé Católica. Alguns desses auspícios em Belo Horizonte poderão ser visualizados na relação entre o Poder Público e os Redentoristas na Igreja São José, que em muito fora auxiliada por estes, nos quais trataremos no seguinte capítulo com maior profundidade.

Por isso, a presença dos redentoristas significou, para Belo Horizonte, uma rotina peculiar a socialização, a prática dos hábitos e costumes, por um tipo novo de população que viera a ser agregada na nova capital de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. *A Catedral da Boa Viagem: Fé, Modernidade e Tradição*. In: DUTRA, Eliana de Freitas. *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1997.

ARGAN, Giulio Carlo. *Imagem e Persuasão: Ensaio sobre o Barroco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

AZZI, Riolando. *A Neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994.

AZZI, Riolando. *Elementos para a história do Catolicismo Popular*. São Paulo: REB 36/141, 1976.

AZZI, Riolando. *A Teologia na Reforma Católica (1840-1920)*. São Paulo: Paulinas, 1991.

BARRETO, Abílio. *Resumo Histórico de Belo Horizonte (1701-1947)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.

BARRETO, Abílio. *Memória Histórica e descritiva*. Volume 2, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Dom Antônio Ferreira Viçoso e a Reforma do Clero em Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Tese de Doutorado à Universidade de São Paulo, 1986.

CERCEAU NETTO, Rangel. *Um em casa de outro: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780)*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. São Paulo: Zahar, 1990.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. São Paulo, Zahar, 1993.

FERNANDES, Antônio Carlos. *O Turíbulo e a Chaminé: A Ação do Bispado no Processo de Constituição da Modernidade em Diamantina. 1864 – 1917*. Diamantina: Dissertação de Mestrado à Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

HAUCK, João Fagundes. *História da Igreja no Brasil: segunda época, Século XIX*. 4ª edição, Petrópolis: Vozes, 2008.

HORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil: primeira época, Período Colonial*. 5ª edição, Petrópolis: Vozes, 2008.

JULIÃO, Leticia. *Belo Horizonte: Itinerários da cidade Moderna (1891-1920)*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado à Universidade Federal de Minas Gerais, 1992.

JUNG, Carl Gustav. *El Hombre y sus Símbolos*. 2º edición, Madrid: Aguilar, 1974.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto - Ed. PUC-Rio, 2006.

LEITE, João Batista Boaventura. *São José-BH-90 Anos*. Santa Luzia: Expressa, 1990.

LIGÓRIO, Afonso de. *Lettere, I*. Circular de 30 de setembro de 1758.

LONDOÑO, Fernando Torres. *Paróquia e comunidade na representação do sagrado na Colônia*. In: LONDOÑO, Fernando Torres. *Paróquia e Comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. *A Noiva do Trabalho – uma Capital para a República*. In: DUTRA, Eliana de Freitas. *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1997

NETO, Luciano Dutra. *Das Terras Baixas da Holanda às Montanhas de Minas: Uma contribuição à história das Missões Redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais*. Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado à Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. *O trabalho Mestiço. Maneiras de Pensar e Formas de Viver – Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

RAPONI, Sante. *A Espiritualidade Redentorista das Origens*. Scala: Separata do Spicilegium Historicum CSSR, 1996.

REDEMPTORISTS. *Codex regularum et constitutionum Congregationis SS. Redemptoris necnon Statutorum a Capitulis generalibus annis 1764, 1855, 1894 editorum*. E-book, Scala: Cuggiani, 1895; 2014.

SENNETT, Richard. *O declínio do Homem Público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Reflexões historiográficas no trabalho com crianças de 7 anos do primeiro ciclo: Uma experiência da residência docente do centro Pedagógico da UFMG

Jéssica Machado

Graduação

UFMG

jessicamachadodesouza@hotmail.com

RESUMO: Esse artigo relata e reflete uma experiência desenvolvida no projeto “Residência docente” no Grupo de Trabalho Diferenciado (GTD). O projeto intitulado “Minha vida, minhas histórias” teve como base as discussões de temáticas historiográficas com alunos de 7 anos. O enfoque principal deste trabalho foi à valorização da história individual dos alunos buscando o auto reconhecimento como protagonistas históricos. O GTD desenvolvido com crianças de 7 anos do ensino fundamental teve como objetivo discutir de forma lúdica temáticas relativas à memória e as temporalidades, para realizar as discussões propostas foram utilizados como referencial teórico autores como: Le Goff e Ricouer. Ao longo do artigo serão apresentados alguns relatos e alguns trabalhos desenvolvidos no GTD, visões das crianças sobre memória e teoria da história trabalhados em sala, bem como a reflexão sobre a percepção dos alunos e a minha visão como graduanda do curso de história em relação ao trabalho proposto e a dinâmica sala de aula. Para tornar possível a realização das discussões e atividades sobre historiografia com os alunos foi necessário escolher um espaço físico ou “*espaço de memória*”, que materializasse as discussões e relações que foram abordadas em sala. Pode-se dizer que a escolha do museu tornou-se uma necessidade devido à dificuldade de abstração das crianças. Buscamos desenvolver atividades em que as crianças pudessem compreender este espaço de memória e sua utilidade para nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino básico; História; Historiografia.

Introdução:

Buscando introduzir debates sobre a utilidade da história e usos da memória o tema central do Grupo de Trabalho Diferenciado (GTD) foram os museus e suas utilidades. O trabalho intitulado: Minha vida, Minhas histórias, permitiu relacionar os museus com a história dos alunos. Dentro dessa perspectiva foi possível discutir existência da história coletiva e a história individual, além trazer para o debate a história individual dos alunos e coletiva.

A realização deste projeto foi desafiador por ter como referencial teórico discussões historiográficas. A adaptação do conteúdo e da linguagem acadêmica dos autores que se dedicam a escrita de textos e livros relativos a esta temática foi um dos maiores desafios. Isso porque estávamos trabalhando com crianças pequenas, e constatamos que o número de publicações que discutam o ensino de história para crianças de 6 e 7 anos é pequeno e restrito.

Ao longo da realização do projeto foi possível conhecer como as crianças pensam, uma vez que durante as atividades, deparávamos com a criatividade e as dúvidas inesperadas e também com a apropriação do conteúdo pelos alunos. É importante destacar que muitas vezes, pela minha pouca experiência e conhecimento da área, ainda em formação, o modo de participação das crianças muitas vezes foi confundido como falta de disciplina e que depois de refletir e pensar sobre esta participação, foi possível buscar novas estratégias pedagógicas.

Objetivos: Objetivo geral:

Introduzir o debate histórico a cerca da temática dos museus e estimular as crianças a formular conceitos sobre: tempo, temporalidades e patrimônios.

Objetivos específicos:

- Compreender a relevância e a utilidade da história
- Compreender conceitos que envolvem tempo e temporalidades;
- Compreender a memória individual e coletiva além de problematizar seus usos
- Desenvolver o autoconhecimento e o reconhecimento das crianças para que possam se perceber como agentes históricos
- Desenvolver a habilidade oral e argumentativa;

Desenvolvimento- Constituindo conceitos: Museu que espaço é esse?

As atividades realizadas e planejadas ao longo do GTD buscaram possibilitar a construção nos alunos uma consciência histórica relativa à memória e sua conservação. Por se tratar de uma discussão muito densa e que demanda um alto grau de abstração foram desenvolvidas diversas atividades que tinha como objetivo propiciar a abstração gradual dos alunos.

A proposta do trabalho desse GTD consistiu em realizar discussões históricas com os alunos e para isso utilizamos de vários recursos pedagógicos como: filmes, visitas a museus, discussões em grupo e atividades “artísticas”. Para dar início as atividades, foi feito um levantamento entre os alunos, cujo objetivo consistia em perguntá-los sobre o que sabiam a respeito de museus e se já haviam visitado este espaço. O resultado foi surpreendente, pois nesse momento percebi que poucas crianças conheciam museus. Diante dessa realidade tornou-se necessário apresentar aos alunos o museu como espaço, então o filme “Uma noite

no museu” foi exibido com o propósito de apresentar aos alunos uma representação deste espaço, esse primeiro contato foi fundamental para que posteriormente fosse possível propor discussões para formular em conjunto com os alunos um conceito.

Exibição do filme- “Uma Noite no Museu”

Após pergunta feita aos alunos a respeito do que eles conheciam sobre museu, ocorreu a exibição do filme “Uma noite no museu” com a finalidade de apresentar aos alunos uma representação desse ambiente e caracterizarmos em conjunto este espaço e iniciar a discussão sobre a importância dos museus. O filme conta a história de um museu, em que os objetos expostos ganhavam vida todas as noites. Esse filme foi escolhido por trazer as crianças um entusiasmo em relação a esse espaço cultura, assim as crianças puderam contemplar o que há por de traz dos objetos e tentar compreender qual o propósito que existe por traz das peças expostas.

A discussão sobre o filme teve como foco: verdade e verossimilhança. Alguns alunos ficaram em dúvida sobre a possibilidade do enredo se repetir na vida real, enquanto outros compreenderam que o filme se tratava de uma representação fantasiosa da verdade.

Outro aspecto percebido e discutido pelos alunos foi à diversidade de acervos que compunham aquele espaço representado no filme. Muitos notaram que realmente existia muitas coisas “velhas” no museu, mas existia também objetos que eles consideraram recentes então foi possível iniciar com eles as discussões sobre temporalidade.

Essa discussão foi bastante complexa, pois se tratava de uma abstração e tentar fazer os alunos compreenderem e relativizar essa abstração gerou uma grande dificuldade de compreensão por parte dos alunos. Ao nos depararmos com essa questão levantada pelos alunos foi necessário buscar estratégias pedagógicas, nesse caso a solução encontrada foi à análise comparativa de objetos.

Essa análise consistiu em comparar dois objetos para que os alunos notassem que a classificação de antigos e recentes é relativa. Foram usados dois exemplos: O avião em relação a um fóssil de dinossauro e um avião em relação a um computador. A dinâmica ocorreu da seguinte forma: os alunos tinham que classificar os objetos (antigos ou recentes) em relação aos outros objetos.

Com esta dinâmica os alunos conseguiram compreender a relatividade da classificação que eles deram aos objetos que compunham o acervo do museu representado no filme exibido. A partir das abstrações feitas começamos a trabalhar na construção de outro

conceito de museu que englobasse tanto o “antigo” quanto o “recente”. Após essas discussões uma atividade foi proposta pedindo que os alunos formulassem com suas próprias palavras uma definição um conceito apropriado a um museu, mas foi possível notar durante a correção que a maioria da turma ainda não havia conseguido formular o conceito esperado.

Segundo Koselleck os conceitos são fundamentais para compreender a historicidade de do mundo que nos cerca. “A força peculiar às palavras, sem as quais o sofrer humanos não se experimentam nem tampouco se transmitem.” (KOSELLECK, 2006, p. 99)

Pensando na importância da história dos conceitos, enfatizamos durante todo o trabalho a elaboração de conceitos pelos alunos. Assim tornou-se pertinente analisar a elaboração dos alunos: das respostas obtidas nessa atividade, de 12 alunos, 9 das crianças usaram as palavras como: antiga, velha foram expressas. Essas foram às palavras mais utilizadas para caracterizar um museu. Ainda que alguns alunos não tivessem visitado algum museu, foi possível notar que há um senso comum que aponta como finalidade do museu a preservação de objetos antigos. Essa atividade também propunha que os alunos escolhessem três objetos pessoais que eles gostariam de colocar em museu. Os alunos escolheram coisas de várias naturezas que iam desde brinquedos, bichinhos de estimação, ou até mesmo a família.

O tempo e suas representações – Linha do tempo

Outra atividade proposta envolveu discussão sobre o tempo e para iniciar essas discussões apresentei aos alunos a ideia de linha do tempo. Essa temática foi bastante difícil de desenvolver com os alunos, pois também se tratava de uma abstração e em função disso foi necessário um tempo maior do que o planejado para explorá-la. Para iniciar as discussões sobre linha do tempo apresentei uma imagem que continha duas linhas do tempo distintas: a linha do tempo pessoal e a linha do tempo coletiva, o objetivo dessa imagem foi instigar as crianças a explicitar suas interpretações e socializar os significados apreendidos.

A compreensão dessa imagem foi desafiadora para os alunos, foi possível notar que a maior dificuldade consistiu na dificuldade que as crianças tiveram de pensar história coletiva e individual, de distingui-las e relacioná-las. Os exemplos que tomam como base o concreto foram recursos pedagógicos recorrentes ao longo do projeto. Para que os alunos compreendessem foram apresentados dois exemplos: a data de nascimento e a data de entrada na escola.

Com essas referências iniciamos as discussões com eles apresentando fatos que possuem uma relevância coletiva (a entrada na escola) e fatos que tem relevância individual. Segundo a perspectiva Ricoeur as memórias individuais e coletivas se relacionam e se constituem, o objetivo de trabalhar com os alunos a linha do tempo é permitir eles percebam a relação entre elas.

A memória não é só um fenômeno de interiorização individual, ela é, também, sobretudo, uma construção social e um fenômeno coletivo. Sendo uma construção social, a memória é, em parte modelada pela família e pelos grupos sociais. Vale dizer que a memória individual de estrutura e se insere na memória coletiva. (SILVA, Helenice Rodrigues da. - “Rememoração”/ Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista brasileira de História*, São Paulo, V. 22, Nº 44, PP.425-438, 2002).

Ao apresentar a linha do tempo conversamos sobre as datas representadas na imagem pedindo que eles me dissessem em que âmbito elas possuem relevância. Assim as discussões sobre a memória individual e coletiva começaram a fazer sentido para os alunos, pois eles começaram a se reconhecer na história individual e também notaram a existência da história coletiva e que ambas ocorrem concomitantemente.

Montando uma linha do tempo da turma

O objetivo das discussões sobre linha do tempo, na aula seguinte após a rememoração das discussões feitas na última aula, propôs aos alunos a montagem de uma linha do tempo da sala. Essa experiência foi bastante interessante sobre vários aspectos: por meio dessa atividade foi possível perceber notar o que os alunos compreenderam a proposta, pois debatiam e davam opiniões sobre os eventos que deveriam compor a linha do tempo da sala.

Nessa faixa etária, a compreensão das crianças ocorre basicamente pelo raciocínio concreto, se ligando principalmente aos exemplos concretos. Após essa percepção foi possível à compreensão e evolução do aprendizado pela capacidade plural dos alunos para criar outros exemplos e de aplicar a sua rotina e sua experiência de vida os conteúdos vistos em sala de aula.

O momento em que foi feita a organização dos fatos que constituiriam a linha do tempo da sala foi bastante interessante, pois houve muitos conflitos já que os alunos não conseguiam compreender muito bem que os fatos deveriam ser relevantes para toda turma. Segundo Le Goff a história é fruto de uma escolha de forças, quando construímos uma linha

do tempo realizamos essas escolhas históricas, o objetivo de construir essa linha do tempo da turma é permitir que os alunos realizassem essas escolhas.

De fato, o que sobrevive não é conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa os historiadores. (Le Goff, 1996, p. 535)

Pode-se dizer que houve uma “*luta de memórias*”, já que os alunos debatiam e discutiam quais foram às memórias mais importantes para o grupo, é como era de se esperar os “perdedores” dessa batalha não ficaram satisfeitos e de alguma forma não se sentiram representados por aquela história coletiva.

O museu como espaço histórico – Apropriação do espaço e seus significados

As visitas aos museus foram uma oportunidade para que pudessem se aproximar e se apropriar da realidade destes espaços. Os museus escolhidos foram: O museu do Brinquedo e O museu Ponto UFMG. Na organização e no plano museológico estes museus são bem diferentes e esse foi um aspecto levado em consideração para a escolha, visto que um dos objetivos foi demonstrar a variedade de temas e perspectivas possíveis em relação aos museus.

Os próprios alunos foram criando a consciência de preservação do patrimônio histórico, pois quando falamos sobre peças de museus eles explicavam porque não podiam tocar e que era preciso alguns cuidados. Um exemplo que repercutiu bastante entre os alunos foram às múmias: Este exemplo demandou uma explicação de como as múmias eram feitas e qual o significado cultural que elas possuem em seguida os alunos concluíram que se não tivéssemos cuidado elas não durariam muito tempo.

Cabe destacar a fala de uma das crianças em relação à preservação: – “Professora, se não cuidarmos das coisas que ficam no museu nos não vamos saber sobre coisas do passado”. Assim, pude notar que alguns alunos conseguiram construir a consciência de conservação e preservação do patrimônio histórico e ainda pude notar que os alunos estavam revendo e compreendendo o que é um museu e qual sua utilidade social e histórica.

Visita ao museu PONTO da UFMG

Após essas discussões fomos visitar o museu PONTO da UFMG que se localiza no centro pedagógico esse museu foi escolhido por distanciar do conceito tradicional de

museu, uma vez que ele traz como principal ferramenta pedagógica a tecnologia e seu principal objetivo é prestar essa tecnologia em contextos distintos. Assim esse museu oferece aos alunos diversos elementos para a elaboração do conceito de museu. Alguns alunos já conheciam este museu, os que já conheciam tiveram a oportunidade de visitar e olhar o espaço com outros olhos. Os que não conheciam se viram diante de um impasse, pois não conseguiam entender porque aquele espaço podia ser chamado de museu se não guardavam coisas antigas.

Um aluno perguntou: – “Professora, porque é um museu? Não vi nada de antigo lá!”. A partir dessa pergunta começamos conversar com os alunos em busca de um novo conceito e chegamos à conclusão que esse museu é um espaço que relata a história dos homens de uma forma diferente, utilizando recursos tecnológicos. Após essa discussão perguntei aos alunos qual história o museu PONTO da UFMG contava e essa foi uma discussão muito interessante, pois exigiu que os alunos compreendessem objetivo do museu considerando -se cada espaço do museu individualmente e também as ligações que esses espaços fazem entre si e assim eles concluíram que o museu contava a história dos humanos de uma forma diferente.

Visita ao museu do brinquedo

O museu do Brinquedo foi uma experiência importante para as crianças, pois ficaram surpresos com a existência de um museu que conta a história dos brinquedos. Outro aspecto que surpreendeu aos alunos é a relevância que seus brinquedos podem adquirir. Quando notaram que os brinquedos expostos pertenceram a pessoas comuns, eles mesmos pensaram como poderiam desde já se tornar agentes históricos e começaram a perceber que em nossa sociedade cada um possui um papel histórico.

Durante a visita pude notar os alunos atentos e interessados. Fizeram diversas perguntas, se apropriaram do ambiente isso se deu pela linguagem que este museu especificamente utiliza uma linguagem que é própria das crianças e assim elas se apropriaram não só do espaço, mas também do conhecimento ali presente. Na aula seguinte aos alunos que produziram um texto relatando aos pais como foi à visita o que aprenderam e o que mais gostaram.

Montagem do museu da sala – auto reconhecimento como agente histórico.

A etapa final do trabalho consistiu na montagem de um museu da turma que contasse a história daquele grupo de alunos turma e dos alunos. Essa proposta foi muito

bem recebida pelos alunos que ficaram extremamente animados e empolgados, mas é preciso destacar que só foi possível realizar esta atividade com a ajuda dos pais que se dispuseram a dar todo apoio e ajuda necessária.

Para começar a montagem do museu enviamos um bilhete para os pais que pedia o auxílio na atividade enviada para casa. A atividade enviada para casa pedia que as crianças fizessem uma lista dos objetos que poderiam contar a história deles. Aqui encontramos uma limitação do planejamento, pois sem a ajuda dos pais seria impossível realizar a atividade, mas existe também a influência dos pais que muitas vezes alteram os resultados e as respostas dos alunos.

Nessa primeira atividade os alunos fizeram uma lista, com ajuda dos pais, de objetos que poderiam contar a história deles e apresentaram para turma essa foi uma parte muito interessante, pois os alunos passaram a se conhecer mais e compartilhar suas histórias e essa foi uma experiência que aproximou os alunos. Os alunos apresentaram para os colegas da turma a lista que fizeram e explicaram porque os objetos escolhidos eram tão importantes para eles.

Pedimos então que da lista feita eles escolhessem apenas um objeto para compor o museu da turma. Então, após a escolha dos objetos as crianças começaram a trazê-los para escola para montarmos o museu. Com os objetos escolhidos começamos a preencher as fichas explicativas dos objetos, essas fichas continham algumas perguntas como: Como você conseguiu o objeto? Porque ele é importante para você? Faça um breve relato sobre o objeto. Alguns alunos tiveram dificuldades de racionalizar a importância do objeto, pedimos que em casa com os pais rememorasse algumas histórias que se relacionassem com objeto escolhido relembrando o aluno da importância destes objetos.

Considerações finais

As reflexões historiográficas oferecem aos alunos oportunidades fundamentais de desenvolvimento. Ainda que seja abstrata a construção do tempo histórico pelas crianças é fundamental o desenvolvimento de propostas que tratem essa temática com as crianças de 7 e 8. É fundamental o desenvolvimento de um pensamento questionador diante dos conteúdos oferecidos pela escola, o estímulo dessa forma de pensamento deve ocorrer desde a mais tenra idade.

Por meio desse projeto pude levar para as crianças a problematização e a reflexão crítica que a comunidade acadêmica tem como aspecto fundamental do curso de

História. A temática escolhida é abstrata. Mas foi interessante ver os alunos se apropriarem das discussões realizadas em sala de aula. Essa experiência foi fundamental para minha formação, pois foi a oportunidade de colocar em prática conhecimentos adquiridos e principalmente criar estratégias pedagógicas.

Durante o desenvolvimento do planejamento pude ver o desenvolvimento de vários alunos, como realizamos vários debates a habilidade argumentativa dos alunos se desenvolveu. Não podemos desconsiderar que trabalhamos com crianças de 7 e 8 necessitando de aprendizagens específicas de alfabetização, em função disso muitas vezes os alunos demandam um auxílio em relação a essa questão. Consideramos a importância de instigar o auto reconhecimento, para que os alunos futuramente possam exercer a cidadania de forma efetiva e crítica, essa é a maior contribuição a história da sociedade.

Bibliografia

GONDAR, J & DOBEDEI, Vera. (Orgs). *O que é a memória social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p.11-26.

LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In: *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 535-553.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Editora Puc Rio, 2006.

RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

TODESCO, João Carlos. (org.). *Usos da memória (política, educação e identidade)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

PEREIRA, Júnia Sales; CARVALHO, Marcus Vinicius Correia. *Sentidos dos tempos na relação museu/escola*.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Uma questão de tempo: os usos das memórias nas aulas de história*.

MIRANDA: Sonia Regina. *Estranhos passados encontrados em um museu: a criança e seus olhares sobre o tempo desconhecido*.

Nota de Esclarecimento

O *III Encontro de Pesquisa em História* – UFMG vem a público esclarecer que alguns textos enviados para os Anais do III EPHIS não puderam ser publicados por não estarem de acordo com algumas normas fundamentais das **Diretrizes para textos de Anais**.¹

Embora muitos arquivos estivessem fora das normas, o que automaticamente os eliminaria da publicação, os editores da revista *Temporalidades* gentilmente se prontificaram a normatizar, dentro das condições possíveis, tais textos. Muitos destes puderam ser editados e introduzidos na diagramação final da edição.

Contudo, infelizmente, alguns arquivos não puderam ser formatados. Outros ultrapassavam em muitas páginas o máximo exigido para publicação. Sendo assim, foram eliminados da edição sem prévio comunicado aos autores, não cabendo recurso, pois todos estavam cientes que o *III EPHIS* exige normatização, conforme consta na página oficial do evento.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2014.

Comissão Organizadora

¹ <https://sites.google.com/site/ephisufmg/diretrizesparatextosdeanais>.

Entrevista Especial: Professor Dr. D. Graham Burnett¹



Foto: Acervo Princeton University. ¹

Deise Simões Rodrigues

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais;
Princeton University; Capes - PDSE
deiseouopreto@yahoo.com.br

Polyana Valente Vareto

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
polyvalente2007@yahoo.com.br

Rute Guimarães Torres

Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
rutetorres@gmail.com

Tradução: Deise Simões Rodrigues (Pesquisadora e estudante visitante no Departamento de História/Programa de História da Ciência na Princeton University – Doutoranda em História na Universidade Federal de Minas Gerais – bolsista Capes PDSE).

Prof. Dr. D. Graham Burnett

D. Graham Burnett é um historiador da ciência, escritor e professor de história afiliado ao Programa de História da Ciência, ao Programa de Direito e Assuntos Públicos, ao Centro de Arquitetura, Urbanismo e Infraestrutura e ao Instituto Ambiental na Princeton University. Realizou o doutorado no Departamento de Filosofia e História da Ciência na Cambridge University, onde foi membro do Trinity College. Foi professor em Yale e Mellow Fellow em Humanidades na Columbia University. Atua como editor da revista de arte *Cabinet* e é membro do Instituto de Humanidades de Nova Iorque. É autor de cinco livros. Seu primeiro trabalho, *Masters of All They Surveyed* (2000) examina as relações entre a cartografia e o colonialismo no século XIX. Também é autor de *A Trial By Jury* (2001), um relato de sua experiência como jurado em um julgamento de um assassinato em Manhattan e *Descartes and the Hyperbolic Quest* (APS, 2005), monografia sobre o pensamento cartesiano. Em 2007, publicou *Trying Leviathan*, vencedor dos prêmios Hermalyn e New York City Book em história urbana. Sua mais recente publicação é *The Sounding of the Whale* (2012). Escreveu ensaios e resenhas para várias publicações, incluindo *New Yorker*, *Harpers*, *Economist*, *American Scholar*, *Daedalus*, *New York Times*, *Times Literary Supplement* e *New Republic*.

¹ Entrevista concedida em 09 dez. 2014.

Revista Temporalidades: Os estudiosos da História da Ciência no Brasil têm desfrutado de um diálogo produtivo com autores americanos. A historiografia anglo-saxônica tornou-se uma referência metodológica e teórica para as nossas pesquisas em História da Ciência; exemplo disso foi à apropriação de conceitos como o paradigma de Thomas Kuhn. O senhor poderia nos dizer se Kuhn e os demais pesquisadores como Martin Rudwick, Stephen Jay Gould e Charles Percy Snow permanecem influências significativas na produção de História da Ciência nos Estados Unidos? Quem seriam as novas referências nesta área? Poderia também, por favor, comentar sobre aqueles estudiosos cujo trabalho tem particularmente influenciado o seu próprio?

Professor Burnett: A obra de Kuhn continua significativa e ainda é leitura obrigatória para todos no campo. Cada um dos outros autores que você menciona também podem ser lidos de forma produtiva: eu acho que, alguns que buscam seus caminhos em direção a uma aprendizagem técnica na história da ciência, encontram primeiro a ideia de historicizar a ciência em um ou outro dos ensaios de Gould; qualquer um que trabalha na história da geologia ainda deve considerar *The Great Devonian Controversy*, embora eu não acredite que a analítica geral de Rudwick para a mudança científica tem sido assumida por muitos estudiosos que trabalham outras instâncias de "resolução de disputas" nas ciências; neste ponto, a tese de C.P. Snow "Two Cultures" é um pensamento melhor, assim como ele mesmo uma parte da história cultural das ciências no século XX e o estudo minucioso das ramificações de sua declaração/diagnóstico lança muita luz sobre o lugar da ciência e tecnologia na Guerra Fria, um período atravessado com ansiedades a respeito da descolonização, da tecnocracia e do desenvolvimento econômico global (eu me ocupo dessas questões detalhadamente em "A View from the Bridge: The Two Cultures Debate, Its Legacy, and the History of Science"², que examina as reverberações do conflito Snow-Leavis no "terceiro mundo"). Quais são as obras mais recentes que realmente importam agora? O *Leviathan and the Air Pump* de Shapin e Shaffer, é neste momento, eu acho, tão fundamental como Kuhn. Meu próprio trabalho tem sido instruído pelas leituras de Michel Foucault, Bruno Latour, James Secord, Robert Richards, Lorraine Daston, Peter Galison, e, – formativamente, no meu caso – Greg Dening.

Revista Temporalidades: Em seu livro *A Trial by Jury* (2001), o senhor narra sua experiência como um primeiro jurado no julgamento de um assassinato em Manhattan. A partir desta experiência, é possível afirmar que o desenrolar de um julgamento é semelhante ao processo de construção da narrativa histórica, uma vez que ambos lidam com fatos apenas parcialmente recuperáveis, e com ideias, memórias, pistas, recortes, valores ...? O senhor considera que a sua

² D. Graham Burnett, *Daedalus* Vol. 128, No. 2, (Spring, 1999), pp. 193-218

formação em História lhe ajudou no caso? Como sua experiência no julgamento provocou reflexões sobre sua atividade como historiador?

Professor Burnett: Eu fui fortemente afetado pela minha função de jurado naquele caso difícil. O problema fundamental – Como devemos chegar a um acordo conforme aquilo que se obtem? Ou, de que modo podemos chegar a um consenso de trabalho sobre os fatos, sobre o que é verdade e o que aconteceu? – é colocado no mais penetrante alívio possível no contexto de um julgamento criminal. A epistemologia assume uma urgência nesse cenário, uma urgência ausente até mesmo no mais intenso seminário de discussão. Os historiadores da ciência tem tido conhecimento desde algum tempo da inosculação entre as práticas jurídicas e científicas e tem entendido o fórum do tribunal como um referente histórico significativo no surgimento das ciências modernas da natureza. Eu frequentemente sentia, quando sentei no banco dos jurados durante aquele julgamento, que a questão mais difícil em nosso campo – Como, em tempos e lugares específicos, certos indivíduos e grupos vem falar sobre a verdade real ... e adquirem credibilidade? – estava sendo dramatizada diante de mim. Eu fiquei tão comovido intelectual e pessoalmente pela experiência que cheguei a editar um dôssie especial na *Isis* "Science and the Law", e publicar um livro, *Trying Leviathan*, que gira em torno de um julgamento.

Revista Temporalidades: A relação entre o mundo natural e o mundo social foi discutida em seu livro *Trying Leviathan* (2007). Uma das conclusões possíveis ao leitor é que as classificações da natureza dependem da posição social do classificador, que cria uma taxonomia de acordo com a sua linguagem e experiência com a natureza. Desta forma, as baleias foram classificados como peixes antes de serem considerados mamíferos. Para além da ciência, a classificação do mundo natural também foi disputada por diferentes taxonomias oriundas de tradições religiosas e vernáculas, e influenciadas pelas dinâmicas políticas e econômicas da sociedade. Neste sentido, podemos dizer que o conhecimento científico é uma narrativa subjetiva do cientista dentre outras narrativas possíveis? E que a autoridade deste conhecimento científico dependerá da condição histórica da ciência diante das outras formas de conhecimento da natureza?

Professor Burnett: Dizer que a autoridade do conhecimento científico dependerá da condição histórica da ciência em face de outras formas de conhecimento da natureza (e eu diria que isso me parece incontroverso), não é dizer que "o conhecimento científico é uma narrativa subjetiva do cientista." Para começar, não é de maneira nenhuma óbvio que o conhecimento científico tem qualquer estrutura narrativa obrigatória. O conhecimento científico pode ser usado em situações narrativas, mas o próprio conhecimento frequentemente assume outras formas. É também uma questão com certa complexidade definir com clareza e eficácia, o que aqui se quer dizer com "subjetiva". Em *Objectivity*, Daston e Galison fazem um pouco do trabalho fundamental para

mostrar a especificidade histórica da díade subjetivo/objetivo, e eu estou convencido pelo argumento deles ali - fazemos bem ao entender a subjetividade como um tipo muito particular de ansiedade pós-kantiana (onde a produção do conhecimento está em causa). Agora há sempre essa pergunta iminente (a qual eu levo você a assinalizar aqui), a maior delas, a pergunta sobre o status final do conhecimento científico. Esta pergunta pode ser colocada de muitas maneiras diferentes, em muitos diferentes "registros". Ela tem, é claro, uma forma onto-teológica de antiguidade considerável e alguma grandeza real. Reproduzida em jornaleco a questão toda não raramente parece uma desculpa para meros insultos. O que dizer sobre tudo isso, em resumo? Vivemos em nossas mentes, e vivemos em nossos corpos. Nenhuma filosofia – livresca ou prática – pode ignorar ou elidir essa duplicidade de nossa experiência. Pode ser fantasiada à distância, temporariamente, e a sensação de se ter conseguido fazê-lo muitas vezes é tão emocionante. No entanto, definitivamente abandonar/transcender o problema equivale, na minha opinião, à loucura irreversível e/ou à morte. Há muito a ser dito sobre ambas destas opções, mas vamos colocá-las de lado para propósitos do presente. Permanecendo com a duplicidade, por um momento, então (a articulação de que pode ser historicizada, mas a realidade da qual eu levo – polemicamente eu percebo – ser trans-histórica), enfrentemos o fato de que qualquer acerto de contas significativo com a existência humana requer algum relato de como as experiências altamente divergentes da mente e do corpo podem ser colocadas juntas. Há muitos desses relatos. Todo ser humano na terra, cada grupo de humanos na terra, detém – em maiores ou menores graus de explicitação – uma teoria sobre o assunto. Cada um que eu tenho encontrado basicamente me agrada – um sente que o trabalho está sendo feito; um se alegra com a sensação de um parentesco que subtende tamanha diversidade. Eu tomo a "ciência" para ser um desses programas de coordenação fundamentais que atravessa o dualismo profundo que é a existência humana. Certamente, a "ciência" tem sido muitas coisas ao longo dos últimos dois mil anos. Mas eu acredito que é melhor entendida, a grosso modo, como um projeto coletivo em curso para perceber e agir de acordo com uma teoria robusta da relação da mente com o corpo – de pensamento para coisas, da razão para aquilo que os escolásticos chamaram de "extensão". Se isso for verdade, seria surpreendente descobrir que as ideias científicas estão "apenas em nossas cabeças." Não é absolutamente impossível que seja este o caso, mas a única forma – parece-me – que poderíamos vir a ter qualquer sentimento real por essa descoberta de uma forma geral e responsável, seria se estivéssemos fazendo isso, a partir da perspectiva de algum outro (pelo menos igualmente) programa elaborado e bem-feito para relacionar mente à matéria. Eu acho que é uma questão em aberto saber se essa plataforma, uma "posição de sujeito" atualmente está disponível para uma pessoa que pensa com amplo acesso à aprendizagem.

Revista Temporalidades: Seu primeiro livro, *Masters of All They Surveyed: Exploration, Geography, and a British El Dorado* (2000), faz várias contribuições importantes para o entendimento da concepção da imaginação europeia da América. O senhor poderia falar um pouco sobre como as narrativas de viagem como literatura contribuíram para disseminar o conhecimento sobre as regiões exploradas, bem como o impacto que tal conhecimento teve na visão europeia das Américas?

Professor Burnett: *Masters of All They Surveyed*, de fato, centra-se sobre a questão de como um lugar pode ser "feito" / "transportado" por meio de um conjunto de práticas textuais interligadas. A escrita em geral e narrativas de viagem em particular são chave aqui, mas como também claramente são as imagens – tanto as tradições de representação da paisagem que eu examino com detalhe no livro e a própria forma poderosa e específica de imagens tecnocientíficas que chamamos de mapa. Minhas preocupações, quando eu embarquei na pesquisa para minha tese, eram substancialmente pós-coloniais. Eu tinha sido enormemente impactado pela minha formação com o acadêmico dos Estudos Subalternos, Gyan Prakash. Entre minhas leituras de Gyan em Foucault e seus interlocutores marxistas sul-asiáticos (por um lado), e períodos de formação dos tempos de viagem na Índia e na África (por outro), eu estive obcecado por uma questão básica: como foi que os europeus e seus descendentes crioulizados vieram a reivindicar a soberania territorial sobre algo como setenta e cinco por cento da superfície da terra no início do século XX. Este é o problema, a partir do qual Edward Said se desvia em seu *Culture and Imperialism* (1994) e é o problema que motivou *Masters of All They Surveyed*. Fundamentalmente, essas reivindicações territoriais foram baseadas em representações cartográficas. Era minha esperança de que eu poderia através da análise do processo pelo qual uma "terra incógnita" veio a ser representada por mapas imperiais como possessões limitadas e reificadas dar tanto uma pequena contribuição a compreensão do atual processo de desapropriação hegemônica que legou ao tardio século XX uma série de problemas geopolíticos e as injustiças sociais, quanto de alguma maneira estabelecer uma posição crítica de que para desestabilizar alguns dos legados da era do alto imperialismo. Devo admitir que mais tarde viria a ter sérias dúvidas sobre este tipo de trabalho. Uma experiência mais íntima com as realidades do dia-a-dia das políticas anticoloniais ou de descolonizações (experiências que eu ainda não tinha tido nos meus 20 e poucos anos, quando realizava a pesquisa e escrevia o que resultou em *Masters of All They Surveyed*) significativamente minada pela ingênua confiança/entusiasmo – por exemplo, da crença improdutiva de que uma monografia acadêmica sobre a geografia do século XIX poderia de alguma forma oferecer um fulcro significativo para a política progressista – que eu percebo agora, em cada página, folheando meu livro sobre El Dorado. Uma indiscrição

juvenil, eu sinto neste momento, esses aspectos daquele estudo. Não que eu negue o trabalho como um todo – ainda há muito nele que eu defenderia, e até mesmo algumas coisas que eu recomendaria. Por exemplo, na releitura do texto, lembro-me de uma das fontes sublimados em todo o projeto de pesquisa – o belo ensaio de J. Hillis Miller sobre o poema de Wallace Stevens “The Idea of Order at Key West” (“The Ethics of Topography” no seu volume de 1995 *Topographies*). Eu estava escrevendo uma história da ciência, para ser honesto, e eu estava amplamente concentrado sobre a ciência da geografia e estreitamente sobre as técnicas específicas de formas de averiguação astronomicamente orientadas e a informação utilizada por cartógrafos no século XIX. E ainda, desde o princípio, as minhas mais profundas paixões pela fonte-material residia na linguagem – na composição cósmica do poder das palavras, que como os faróis de mastros de basculantes claros (ou são lamparinas?) dos barcos de pesca ancorados na imagem final do belo poema de Stevens: “Master[...] the night and portion[...] the sea / Fixing emblazoned zones and fiery poles.”³ É, em última análise, nas cintilações da nossa balbúcia, oscilação, os esforços cintilantes na *representação* em todas as suas formas desesperadas que testemunhamos menos o representado (seja qual for) que a “abençoada fúria por ordem” que canta perpetuamente onde quer que os seres humanos são encontrados. Por mais estranho que possa parecer, esta é a história que eu tanto gostaria de contar em *Masters of All They Surveyed*. Eu falhei, claro. E, no entanto, folheando-o novamente, eu posso sentir as demarcações fantasmagóricas daquela ambição. Relembrando, eu sou muito grato ao Trinity College e à liberdade daqueles anos na História e Filosofia da Ciência em Cambridge, porque eu estava autorizado a variar amplamente minhas leituras e dar a latitude considerável na conceituação do meu projeto de pesquisa. Se não fosse por esse fundamental interlúdio intelectual “indisciplinado”, eu acho que eu não poderia ter feito uma confusão tão distintiva e ambiciosa do meu primeiro trabalho acadêmico.

Revista Temporalidades: O campo da História Ambiental experimentou um boom na historiografia recente, quando os historiadores começam a prestar mais atenção na relação entre natureza e história através de uma reflexão sobre o meio ambiente. O seu trabalho volta-se para essa direção no seu mais recente livro *The Sounding of the Whale* (2012)?

Professor Burnett: Sim. É perfeitamente justo ver *The Sounding of the Whale*, no contexto de uma mudança historiográfica mais ampla (na história em geral, mas também na história da ciência e nos estudos da ciência e tecnologia) rumo às questões ambientais. Ao mesmo tempo, é

³ O tradutor optou por manter a citação do poema de Wallace Stevens sem tradução, por acreditar que comprometeria o entendimento da passagem transcrita, a qual o entrevistado substantivou os verbos “mastered” e “portioned” do poema original. No poema original lê-se: “Mastered the night and portioned out the sea, Fixing emblazoned zones and fiery poles.” N.T.

necessário especificar que, neste momento, existem muitos tipos diferentes de "história ambiental", e há certamente maneiras de interpretar este subcampo que colocaria meu livro muito longe do seu objetivo central. *The Sounding of the Whale* ocupa-se da mudança da compreensão de baleias e golfinhos ao longo do século XX. No coração do livro localiza-se um esforço para construir um sentido de como estes animais deixaram de ser entendidos como mercadorias industriais para serem reconcebidos como tipos emocionais, musicais, inteligentes, pacifistas, amigos da humanidade - líderes da moderna irresponsabilidade ambiental, símbolos da nossa ambição de renovar a nossa relação com o mundo natural, e finalmente como nada menos que avatares de um amanhecer da "era de Aquários". Em certo sentido, seria possível traçar este arco através da história cultural, mas enquanto eu estou interessado nas amplas dinâmicas da ação, na produção de sentido e na sensibilidade que chamamos de "cultura", a minha abordagem para o problema, neste caso, é fundamentalmente a de um historiador da ciência. Enfim, o livro é centralmente preocupado com o estabelecimento de quem sabia o que sobre estes animais, quando, e com que efeitos. Usando os arquivos de cientistas e instituições científicas dedicadas à pesquisa sobre os cetáceos ao longo do século XX, eu trabalho para estabelecer como o conhecimento destes animais mudou e como a alteração do conhecimento (e as formas de mudança de conhecimento) reverberou através das mais largas formações sociais, os processos políticos, e em última análise, remodelou o imaginário coletivo em grande parte do globo. É este estudo uma história ambiental? Sim, no sentido de que eu acredito que é possível ler *The Sounding of the Whale* como uma história de mudança das ideias sobre a natureza ao longo do século passado – quando essa extensa, narrativa elaborada é forçada a passar através do anel estreito de um único táxon (embora extremamente importante). É possível levantar um vasto panorama através de uma fenda muito estreita, mas é preciso olhar de bem perto, na verdade – e essa metáfora foi um conceito de organização ao conceituar este projeto. Também é importante ressaltar que a campanha "Save the Whales" foi um episódio paradigmático na ascensão do movimento moderno de conservação transnacional e neste sentido, *The Sounding of the Whale* pode ser lido como uma contribuição não só para a história do pensamento ambiental em geral durante o século passado, mas também para uma específica história social/política de "ambientalismo". Talvez valha mencionar que o meu livro tanto surgiu a partir de, como tem sido entendido para contribuir com o surgimento de uma história ambiental especificamente voltada para a marinha/oceano. Esta sub-sub-disciplina vigorosa – exemplificada, quem sabe melhor, por Jeff Bolster em *The Mortal Sea*, recente ganhador do prêmio Bancroft⁴ – tem energicamente estabelecido que o oceano global não é de nenhum modo um espaço vazio, historicamente

⁴ Bancroft Prize é uma premiação concedida anualmente pelos curadores da Columbia University para livros sobre a diplomacia ou a história das Américas. O livro *The Mortal Sea* foi o ganhador do ano de 2013. N.T.

falando. Os oceanos podem e devem ser historicizados. Dito isto, eu ainda essencialmente acredito que há algumas tensões metodológicas fundamentais entre a história da ciência (na forma em que eu vim a entender como normativa durante a minha formação no início dos anos de 1990) e a história ambiental (nas principais obras recentes no campo com as quais eu estou familiarizado). Dito de forma breve, aquela tensão equivale a isto: os historiadores da ciência visam historicizar o conhecimento natural, o que significa que o conteúdo e a forma das reivindicações de autoridade sobre a natureza são sempre e em toda parte submetidas a um crítico escrutínio implacável e iterativo (senão imaginativo e simpatizante); enquanto tal escrutínio é absolutamente impossível em um trabalho de história ambiental (na verdade, é proeminente e reflexivo no melhor deles), não pode ser dito ser o principal objeto do inquérito que geralmente tem por objetivo reconstruir a história de alguns professores não-humanos do mundo – e ao fazê-lo tais estudos quase inevitavelmente apelam às próprias ciências em prol de uma parcela considerável de suas evidências. Falando de um modo geral, os historiadores da ciência bastante autoconscientes evitam fazer uso das "melhores práticas na ciência atual" como um componente de suas análises de explicações e/ou descobertas científicas passadas. As melhores práticas científicas do nosso momento, quando se está pensando como um historiador da ciência, são simplesmente a matéria-prima para futuros historiadores da ciência – eles não estão a ser privilegiados em esforços para compreender o passado e torná-lo significativo para o presente. Há certamente alguma coisa quixotesca, possivelmente algo paradoxal e concebivelmente alguma coisa muito louca nessa postura, mas tem se provado produtiva como uma heurística (pelo menos) para a disciplina ao longo da última metade do século, como os praticantes da ciência história trabalham para estabelecer um domínio imaculado compartilhado pelo presentismo, hagiografia amadora, e/ ou whiggismo acrítico. Para um pensador formado em tal ceticismo reflexivo acerca do discurso tecnocientífico é bastante insatisfatório assistir um colega da história ambiental, persuasão feita aparentemente do indiscutível uso exatamente dos tipos de "descobertas" científicas, que devidamente deverão ser submetidos ao escrutínio crítico/histórico. Um exemplo vem à mente. Lembro-me de minha frustração com a celebrada monografia de 2005 de Jon Coleman *Vicious: Wolves and Men in America*, como me encontrei submetido aos esforços do autor para dar agência aos lobos como atores históricos por meio de uma invocação de estudos de comportamento animal sobre a semiótica das relações de dominância nos canídeos. Para alguém que se iniciou com Donna Haraway, soa bizarro ser oferecido como *evidência histórica*, o próprio tipo de pesquisa científica que se conhece perfeitamente bem exigiu um sério escrutínio histórico. Eu não quero fazer muito coisas desse tipo. Gregg Mitman e outros têm feito grandes esforços para demonstrar a coerência e

consiliência de trabalho sólido na história da ciência e áreas adjacentes da história ambiental. No entanto, eu ainda acredito que os historiadores ambientais tendem a tratar como um *explinans* o que o historiador da ciência abordará como um *explanandum*. Isto de forma relativa leva a uma profunda incomensurabilidade entre as preocupações fundamentalmente epistemológicas de historiadores da ciência e as fundamentalmente menos epistemológicas preocupações de historiadores ambientais.

Interview with Dr. D. Graham Burnett

Tradução: Deise Simões Rodrigues.

Revisão: Brian Zack.

Revista Temporalidades: The scholars of the History of Science in Brazil have enjoyed a productive dialogue with American authors. Anglo-Saxon historiography has become a methodological and theoretical reference point for our own researches in the History of Science; an example is the appropriation of concepts such as the paradigm of Thomas Kuhn. Could you tell us if Kuhn and such other researchers as Martin Rudwick, Stephen Jay Gould, and Charles Percy Snow - remain significant influences on the production of History of Science in the United States? Who would be the new references in this field? Could you please also comment on those scholars whose work has particularly influenced your own?

Professor Burnett: Kuhn's work remains significant, and is still required reading for everyone in the field. Each of the other authors you mention can still be read productively: I think quite a few people who find their way to technical scholarship in the history of science first encounter the idea of historicizing science in one or another of Gould's essays; anyone working in the history of geology must still reckon with The Great Devonian Controversy, though I don't believe that Rudwick's general analytic for scientific change has been taken up by many scholars working on other instances of "dispute resolution" in the sciences; at this point C. P. Snow's "Two Cultures" thesis is better thought of as itself a part of the cultural history of the sciences in the 20th century, and the close study of the ramifications of his statement/diagnosis sheds much light on the place of science and technology in the Cold War, a period shot through with anxieties about decolonization, technocracy, and global economic development (I took up these issues in some detail in "A View from the Bridge: The Two Cultures Debate, Its Legacy, and the History of Science"¹, which examines the reverberations of the Snow-Leavis conflict in the "third world"). What are the newer works that really matter now? Shapin and Schaffer's *Leviathan and the Air Pump* is at this point, I think, every bit as foundational as Kuhn. My own work has been informed by readings of Michel Foucault, Bruno Latour, James Secord, Robert Richards, Lorraine Daston, Peter Galison, and—formatively, in my case—Greg Dening.

¹ D. Graham Burnett, *Daedalus* Vol. 128, No. 2, (Spring, 1999), pp. 193-218

Revista Temporalidades: In your book *A Trial by Jury* (2001), you narrate your experience as a jury foreman in a murder trial in Manhattan. From this experience, is it possible to affirm that the conduct of a trial is similar to the process of historical narrative construction, since both deal with only partially recoverable facts, and with ideas, memories, clues, timeframes, values... ? Do you consider that your training in History helped you in the case? How did your experiences in the trial provoke reflections on your activity as a historian?

Professor Burnett: I was enormously affected by my jury service in that difficult case. The fundamental problem—How shall we come to agree as to what obtains? Or, in what way can we achieve working consensus about facts, about what is true and what has happened?—is placed in the sharpest possible relief in the context of a criminal trial. Epistemology takes on an urgency in that setting, an urgency it lacks in even in the most intense seminar discussion. Historians of science have been aware for some time of the inosculation of juridical and scientific practices, and have understood the forum of the court as a significant historical referent in the emergence of the modern sciences of nature. I frequently felt, as I sat in the jury-box during that trial, that the most difficult question in our field—How, in specific times and places, do certain individuals and groups come to speak about the really-real...and be believed?—was being dramatized before me. I was sufficiently moved, intellectually and personally, by the experience, that I went on to edit a special Forum in *Isis* on “Science and the Law,” and to publish a book, *Trying Leviathan*, that centers on a trial.

Revista Temporalidades: The relationship of the natural world and the social world was discussed in your book *Trying Leviathan* (2007). One of the possible conclusions of the reader is that the classifications of nature depend on the social position of the classifier, who creates taxonomy according to his language and experience with nature. In this way, the whales were classified as fish before they were considered mammals. Beyond the science, the classification of the natural world was also disputed by different taxonomies derived from religious and vernacular traditions, and was influenced by the political and economic dynamics of society. In this regard, can we say that scientific knowledge is a subjective narrative of the scientist among other possible narratives? And that the authority of this scientific knowledge will depend on the historical condition of science in the face of other forms of knowledge of nature?

Professor Burnett: To say that the authority of scientific knowledge will depend on the historical condition of the science in the face of other forms of knowledge of nature (and I would say this, which seems to me uncontroversial), is not to say that “scientific knowledge is a subjective narrative of the scientist.” For starters, it is by no means obvious that scientific knowledge has any obligatory narrative structure. Scientific knowledge can be used in narrative situations, but the knowledge itself frequently takes other forms. It is also a matter of some intricacy to define clearly and meaningfully what is here meant by “subjective.” In *Objectivity*, Daston and Galison have done some fundamental work to show the historical specificity of the subjective/objective dyad, and I am persuaded by their argument there—we do well to understand subjectivity to be a very particular kind of post-Kantian anxiety (where knowledge production is concerned). Now there is always that looming question (which I take you to be signaling here), the big one, the question about the ultimate status of scientific knowledge. This question can be posed many different ways, in many different “registers.” It has, of course, an onto-theological form of considerable antiquity and some real grandeur. Translated into journalese, the whole matter not infrequently looks like an excuse for mere name-calling. What to say about all this, briefly? We live in our minds, and we live in our bodies. No philosophy—bookish or practical—can ignore or elide this duplicity of our experience. It can be fantasized away, temporarily, and the feeling of having succeeded in doing so is often exhilarating. Nevertheless, definitively abandoning/transcending the problem amounts, in my view, to irreversible madness and/or death. There is much to be said for both of these options, but let us put them aside for present purposes. Remaining with the doubleness for a moment, then (the articulation of which can be historicized, but the reality of which I take—polemically, I realize—to be trans-historical), we confront the fact that any significant reckoning with human existence requires some account of how the highly divergent experiences of mind and body can be made to cohere. There are many such accounts. Every human on earth, every group of humans on earth, holds—to greater or lesser degrees of explicitness—a theory on this matter. Each that I have encountered basically pleases me—one feels the work being done; one rejoices at the feeling of a kinship that subtends such tremendous diversity. I take “science” to be one of these programs of fundamental coordination across the deep dualism that is human existence. “Science” has been many things over the last two thousand years, of course. But I believe that it is best understood, in gross, as an ongoing collective project to realize and act upon a robust theory of the relationship of mind to body—of thought to stuff, of reason to what the scholastics called “extension.” If this is true, it would be surprising to discover that scientific ideas are

“just in our heads.” It isn’t absolutely impossible that this should prove the case, but the only way—it seems to me—that we could come to have any real feeling for this discovery in a general and responsible way, would be if we were doing so from the perspective of some other (at least equally) well-wrought and elaborated program for relating mind to matter. I think it is an open question whether such a platform, such a “subject position,” is currently available to a thinking person with broad access to learning.

Revista Temporalidades: Your first book, *Masters of All They Surveyed: Exploration, Geography, and a British El Dorado* (2000), makes several important contributions to the understanding of the European imagination’s conception of America. Could you talk a bit about how travel narratives as literature helped to disseminate knowledge about the explored regions, and the impact that such knowledge had on the European view of the Americas?

Professor Burnett: *Masters of All They Surveyed* does indeed center on the question of how a place can be “made”/“conveyed” through a set of interlocking textual practices. Writing in general, and travel narratives in particular, are key here, but so too, of course, are images — both the traditions of landscape representation that I examine in some detail in that book, and the very powerful and specific form of technoscientific imagery that we call a map. My preoccupations as I embarked on the research for my dissertation were substantially post-colonial. I had been enormously affected by my training with the Subaltern Studies scholar Gyan Prakash. Between my readings with Gyan in Foucault and his south-Asian Marxist interlocutors (on the one hand), and formative periods of time traveling in India and Africa (on the other), I had come to be obsessed by a basic question: how was it that Europeans and their Creolized descendants had come to claim territorial sovereignty over something like seventy-five percent of the surface of the earth by the early twentieth century. This is the problem from which Edward Said departs in his *Culture and Imperialism* (1994) and it is the problem that motivated *Masters of All They Surveyed*. In a basic sort of way, those territorial claims were grounded in cartographic representations. It was my hope that I might, by examining the process by which a “terra incognita” came to be represented on imperial maps as bounded and reified possessions, *both* make a small contribution to understanding the actual process of hegemonic dispossession that bequeathed to the late twentieth century a host of geopolitical problems and social injustices *and*, in some small way, establish a critical position from which to unsettle some of the legacies of the era of high imperialism. I must admit that I would later come to have grave doubts about this kind of work. More intimate

experience with the day-to-day realities of anti-colonial/decolonizing politics (experiences I had not yet had in my early 20s when I was doing the research and writing that led to *Masters of All They Surveyed*) significantly undermined much of the somewhat naive confidence/enthusiasm — for instance the jejune belief that an academic monograph on nineteenth-century geography might somehow offer a meaningful fulcrum for progressive politics — that I scent now, on every page, flipping back through my book on *El Dorado*. Youthful indiscretion, I feel now, those aspects of that study. Not that I disavow the work as a whole — there remains much in it that I would defend, and even a few things that I would recommend. For instance, in re-reading the text, I am reminded of one of the sublimated sources for the entire research project — J. Hillis Miller’s beautiful essay on Wallace Stevens’ poem “The Idea of Order at Key West” (“The Ethics of Topography” in his 1995 volume *Topographies*). I was writing a history of science, to be sure, and I was focused broadly on the science of geography and narrowly on the specific techniques of astronomically-oriented way-finding and surveying used by mapmakers in the 19th century. And yet, from the outset, my deepest passions for the source-material lay in language — in the cosmos-constituting power of words, which, like the clear tilting masthead lights (or are they binnacle lamps?) of the fishing boats at anchor in the final image of Stevens’ great poem: “Master[...] the night and portion[...] the sea / Fixing emblazoned zones and fiery poles.” It is, ultimately, in the scintillations of our stuttering, bobbing, glinting efforts at representation in all its desperate forms that we witness less the represented (whatever that may be) than the “blessed rage for order” that sings perpetually wherever human beings are found. Strange as it may seem, this is the story I most wanted to tell in *Masters of All They Surveyed*. I failed, of course. And yet, perusing it again, I can sense the ghostly demarcations of that ambition. Thinking back, I am very grateful to Trinity College, and to the freedom of those years in history and philosophy of science at Cambridge, because I was permitted to range very widely in my reading and given considerable latitude in the conceptualization of my research project. Had it not been for that fundamentally “undisciplined” intellectual interlude, I think I could not have made such a distinctive and ambitious mess of my first scholarly work.

Revista Temporalidades: The field of Environmental History experienced a boom in recent historiography, when historians paid more attention to the relationship between nature and history through a consideration of the environment. Did your work turn in this direction in your latest book *The Sounding of the Whale* (2012)?

Professor Burnett: Yes. It is perfectly fair to see *The Sounding of the Whale* in the context of a broader historiographic shift (in history generally, but also in history of science and science and technology studies) toward environmental questions. At the same time, it is necessary to specify that there are many different kinds of “environmental history” at this point, and there are certainly ways of construing this subfield that would place my book quite far from the center of things. *The Sounding of the Whale* takes up changing understandings of whales and dolphins across the long twentieth century. At the heart of the book is an effort to make sense of how these animals went from being understood as industrial commodities to being reconceived as something like soulful, musical, intelligent, pacifistic, friends of humanity — bellwethers of modern environmental irresponsibility, symbols of our ambition to renew our relationship to the natural world, and ultimately as nothing less than avatars of a dawning “age of Aquarius.” In one sense, it would be possible to trace this arc via a cultural history, but while I am interested in the broad dynamics of action and meaning-making and sensibility that we call “culture,” my approach to the problem in this case is fundamentally that of a historian of science. Which is to say, the book is centrally preoccupied with establishing who knew what about these animals when, and with what effects. Using the archives of the scientist and scientific institutions dedicated to research on cetaceans across the twentieth century, I work to establish how knowledge of these animals changed and how changing knowledge (and changing forms of knowledge) reverberated through larger social formations, political processes, and ultimately reshaped the collective imagination across much of the globe. Is this study an environmental history? Yes, in the sense that I believe it is possible to read *The Sounding of the Whale* as something like a history of changing ideas about nature over the last century — where that extensive, elaborate story is forced to pass through the narrow annulus of a single (albeit extremely important) taxon. It is possible to survey a vast panorama through a very narrow slit, but one must bring the eye very close indeed — and this metaphor was an organizing conceit in conceptualizing this project. It is also worth pointing out that the “Save the Whales” campaign was a paradigmatic episode in the rise of the modern transnational conservation movement, and in this sense, *The Sounding of the Whale* can be read as making a contribution not only to the history of environmental thinking in general across the last century, but also to the specific social/political history of “environmentalism.” It is perhaps also worth mentioning that my book both emerged out of and has been understood to contribute back to the rise of a specifically marine/ocean-oriented environmental history. This vigorous sub-sub-discipline — exemplified perhaps best by Jeff Bolster’s recent Bancroft Prize-winning *The Mortal Sea* — has forcefully established that the

global ocean is by no means an empty space, historically speaking. The oceans can, and must, be historicized. All that said, I do still basically believe that there are some fundamental methodological tensions between the history of science (in the form I came to understand as normative during my training in the early 1990s) and environmental history (in the leading recent works in the field with which I am familiar). Briefly stated, that tension amounts to this: historians of science aim to historicize natural knowledge, meaning that the content and form of authoritative claims about nature are always and everywhere to be subjected to a relentless and iterative (if also imaginative and sympathetic) critical scrutiny; while such scrutiny is by no means impossible in a work of environmental history (indeed it is prominent and reflexive in the best of them), it cannot be said to be the primary object of the inquiry, which generally aims to reconstruct the history of some nonhuman teachers of the world — and in doing so, such studies almost inevitably call on the sciences themselves for a considerable portion of their evidence. Generally speaking, historians of science quite self-consciously avoid making use of “best practices in current science” as a component of their analyses of past scientific explanations and/or findings. The best scientific practices of our moment, when one is thinking as a historian of science, are simply the raw material for future historians of science — they are not to be privileged in efforts to understand the past and make it meaningful for the present. There is certainly something quixotic, possibly something paradoxical, and conceivably something quite mad about this posture, but it has proven productive as a heuristic (at least) for the discipline over the last half-century as the practitioners of science’s history worked to establish a shared domain untainted by presentism, amateurish hagiography, and/or uncritical Whigishness. For a thinker formed to such reflexive skepticism concerning technoscientific discourse, it is quite unsatisfactory to watch a fellow historian of the environmental persuasion make apparently unproblematic use of exactly the sorts of scientific “findings” that ought properly be subjected to critical/historical scrutiny. An example comes to mind. I recall my frustration with Jon Coleman’s celebrated 2005 monograph, *Vicious: Wolves and Men in America*, as I found myself subjected to the author’s efforts to give agency to the wolves as historical actors by means of an invocation of animal behavior studies on the semiotics of dominance relations in the canids. For someone who cut his teeth on Donna Haraway, it felt bizarre to be offered as historical evidence, the very sort of scientific research one knew perfectly well cried out for serious historical scrutiny. I don’t want to make too much of this sort of thing. Gregg Mitman and others have gone to great lengths to demonstrate the coherence and consilience of strong work in the history of science and adjacent areas of environmental history. Nevertheless, I

still believe that environmental historians tend to treat as an explanans what the historian of science will approach as an explanandum. This makes for a relatively deep incommensurability between the fundamentally epistemological preoccupations of historians of science and the fundamentally less epistemological preoccupations of environmental historians.

Adendo ao Simpósio Temático 03

Nota do Editor: O texto seguinte faz parte do Simpósio Temático 03. Contudo, por erro no Banco de Dados, foi inserido posteriormente, ficando fora da sequência numérica das páginas do respectivo simpósio, publicado no final da versão completa da edição.

Aurélio Pires mestre, intelectual, jornalista: a figura pública como construção

Luísa Marques de Paula

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

luisadepaulam@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo expor os principais pontos que foram apresentados no III Encontro de Pesquisa em História sobre a pesquisa que desenvolvo na iniciação científica, bem como o aprofundamento na discussão central indicada no título, qual seja: a construção de si do homem público Aurélio Egídio dos Santos Pires.

PALAVRAS-CHAVE: História dos Intelectuais – Arquivo Pessoal - Autobiografia

ABSTRACT: This paper aims to introduce the main points that were showed at the II Encontro de Pesquisa em História about the research I developed, as well as deepening the central discussion indicated in the title, called: making itself a public man as Egidio Aurélio dos Santos Pires.

KEYWORDS: History of Intellectuals - Personnel Archive – Autobiography

Aurélio Pires nasceu na cidade do Serro em Minas Gerais no ano de 1862, sendo filho do magistrado Aurélio A. Pires de Figueiredo Camargo e de Maria Josephina dos Santos Pires. Seu familiar mais famoso foi o irmão Antonio Olyntho dos Santos Pires, que entre vários cargos, ocupou o de primeiro Presidente do Estado mineiro assim que se deu a República no Brasil.

Aurélio teve como foco profissional a carreira docente, tendo sido reitor do Ginásio Mineiro em Belo Horizonte (1906-1907), diretor e professor na Escola Normal Oficial (1907-1910), e integrante do corpo docente da Faculdade Livre de Medicina (1913-1933), ambos também na capital.

Além disso, Pires exerceu por pouco tempo seu diploma de farmacêutico, e ocupou cargos públicos no estado de Minas Gerais, como diretor do Arquivo Público Mineiro e do IHGMG entre 1927 e 1930, e o de diretor da seção do Ministério da Viação e Obras Públicas, esse no Rio de Janeiro de 1910 a 1913.

Aurélio Pires faleceu no Rio de Janeiro, aos 74 anos, em fevereiro de 1937. Sua morte foi seguida de homenagens na capital mineira, principalmente em solenidades na Faculdade

de Medicina da UMG (anteriormente Faculdade Livre de Medicina, hoje Faculdade de Medicina da UFMG).

Esses dados breves sobre a trajetória, sobretudo profissional, de Aurélio Pires, funcionam como pistas que encaminham para determinadas interrogações e análises, sobretudo ao considerarmos Pires como um intelectual.

Concebendo Aurélio Pires como uma figura pública, com acesso à palavra escrita através dos periódicos, e a grupos específicos dirigidos pela dita elite pensante formada pelos homens de letras da época, proponho uma primeira aproximação de Aurélio ao conceito de “intelectual”. Isso porque o estudo intensivo do que se pode chamar “intelectual” se apresenta como um meio frutífero para chegar ao entendimento de uma época e seu contexto de debates, alianças e disputas entre os diversos atores, o que legitima tal esforço teórico.

Pautada por um vasto rol de escolhas teóricas, optei, nesse momento da pesquisa, por utilizar a referência de Sirinelli que aponta que as discussões sobre o conceito

podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. (SIRINELLI, 2003, p. 242)

Nesse primeiro movimento de discussão do conceito relacionado ao objeto, preferi aproximar Pires da noção de intelectual engajado, de acordo, principalmente, com o pensamento sartriano.

Marilena Chauí, em texto publicado em 2006 na obra “O Silêncio dos Intelectuais” organizada por Aduino Novaes, ensina que Sartre, em intenso debate com Merleau-Ponty, aponta o intelectual engajado como aquele em constante vigília, que opina sobre os assuntos que tem como relevantes e busca sempre intervir nos mesmos.

Era para isso que Aurélio Pires usava sua pena, como ele mesmo diz no seguinte trecho:

E’ esta a ultima carta que dirijo aos bons, aos benevolos leitores d’O Pharol, neste anno que se encerra depois de amanhã.

Durante os doze mezes que o compuzeram, quantas vezes tive ensejo de molhar a penna no fel da indignação para lhes denunciar factos que a todos nós contristavam, filhos da época que atravessamos, cheia de incertezas, de vacillações e de imprevistos! (O PHAROL, 1891, s/p)

Nessa crônica, que continua após esse fragmento, Aurélio Pires ainda diz do dever do jornalista de falar ao povo com imparcialidade e de denunciar os problemas do “terreno sáfaro

e ingrato da política cujo nível tem baixado á depressão contristadora em que se acha o caracter nacional” (O PHAROL, 1891, s/p).

Dentre os temas mais abordados por Pires em suas crônicas, a instrução pública e o debate de ideias políticas sempre ocuparam lugar de destaque ao lado da exposição de alguns avanços científicos da época.

No tocante à sua atuação em periódicos, desde o furor contestador da ordem imperial, tendo nesse período contribuído para jornais como *O Movimento* de seu irmão Antônio Olyntho e de João Pinheiro, chegando a editar o órgão republicano *Ideia Nova* entre 1879 e 1881, até o final de sua vida, Pires encontrou nos periódicos um dos seus principais locais de atuação.

Dessa forma principalmente, ou seja, através dos periódicos, Aurélio Pires se inscreveu num movimento político-intelectual contestador de caráter republicano, e passou a frequentar redes de sociabilidade específicas, formadas por uma juventude recém-saída das faculdades (no caso de Aurélio, uma faculdade de caráter técnico-científico, a Faculdade de Farmácia de Ouro Preto), e que reclamava não só a mudança no regime político, mas um lugar de protagonista no novo regime que deveria ser instaurado, como o foi, ainda que através de um golpe, em novembro de 1889.

Angela Alonso afirma em seu livro *Ideias em Movimento*, de 2002, que uma das heranças do reformismo e da fratura do movimento político-intelectual do que ela classificou como geração de 1870, havia sido a separação da “carreira pública em duas metades, segregando paulatinamente o mundo da política partidária do universo intelectual. (...) Uns (...) adquiriram recursos de poder, tornaram-se políticos profissionais. Outros ganharam posições honoríficas e se empenharam em formar associações ‘intelectuais’”. (ALONSO, 2002, p. 329)

Levando em consideração o fato de Aurélio nunca ter concorrido a um cargo político estrito senso, caminho comum entre os homens polígrafos do final do século XIX e início do XX, tendo marcado sua carreira por uma atuação voltada a cargos da área da instrução, associe seu perfil ao último mencionado por Angela Alonso na citação acima transcrita: o daqueles que se empenharam em associações intelectuais, desde lugares de reconhecimento como os institutos e as academias, até mesmo as universidades que começaram a ser formadas nesse viés.

É o caso da Faculdade Livre de Medicina de Belo Horizonte, fundada em 1911. Aurélio Pires participou intensamente do processo de criação da mesma através de longos debates promovidos em suas colunas publicadas nos jornais fluminenses da época do projeto, nas quais defendia a fundação daquele espaço que se constituiria em um espaço intelectual.

E foi atuando como docente na cadeira de Farmacologia na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte que Aurélio ganhou a alcunha de “Mestre”. Assim era chamado não apenas pelos alunos, como aparece na poesia de Pedro Nava “Mestre Aurélio entre as rosas”, como pelos seus pares, nessa citação do discurso proferido por Mello Teixeira após a morte de Aurélio e que foi publicado no jornal *Minas Geraes* em março de 1937:

Ser o professor, ser o mestre, era tão característico nelle, que, em Minas, a linguagem da amizade, da ternura, da admiração, quando a elle se referia synthetizava-o na expressão suggestiva: Mestre Aurélio. Mestre Aurelio... Mestre de saber e de cultura; mestre de bondade e de character; mestre de maneiras e elegancia mental: mestre de sympathia e de suavidade. (MELLO TEIXEIRA, 1937)

A psicologia foi a área que até hoje mais concentrou estudos sobre a figura do mestre, discutindo seu lugar de cuidado e de transmissão de cultura. Não cabe a esse texto um aprofundamento neste tema, mas basta dizer que a figura do Mestre nunca é autoproclamada, sendo sempre um lugar de reconhecimento. Reconhecimento que Aurélio buscou principalmente entre os seus pares, e para o qual lançou mão de mais de uma tática de construção de si.

Seja nas suas ocupações profissionais, como a de jornalista; nos movimentos político-intelectuais e as redes de sociabilidade que frequentou, expressões de seu lugar como intelectual (engajado), ou os lugares de reconhecimento ao qual foi alçado, Aurélio Pires sempre se ocupou de um ensejo de construção da sua figura pública.

Obviamente não descarto aqui o papel do acaso, ou das escolhas menos programáticas, todavia, a preocupação da pesquisa recai sobre o projeto de construção de si levado a cabo por Aurélio ao longo da vida e que tem como expressões maiores a sua autobiografia *Homens e fatos de meu tempo* e seu arquivo pessoal, hoje sob a guarda do Arquivo Público Mineiro.

Quanto ao arquivo pessoal de Pires, esse fundo, de origem privada, é composto por cinco séries guardadas em três caixas que conservam a organização original. Ainda não se sabe por qual meio este acervo chegou aos domínios do Arquivo Público Mineiro, local que Aurélio dirigiu interinamente entre os anos de 1927 a 1930.

Entre algumas poucas fotografias e fragmentos de crônicas, estão ao todo oito cadernos organizados por Aurélio Pires e feitos para guardarem memórias¹. Com datações distanciadas – os dois primeiros são marcados com a data referente a 1916 e os demais com datação contínua até 1936 – tais cadernos sugerem um intenso e sistemático cuidado de arquivamento executado por Pires.

São nos dois primeiros cadernos, pertencentes à série 01: “RECORTES DE JORNAIS: crônicas literárias, artigos sobre política e poemas” que se pode ter contato com as crônicas publicadas por Aurélio Pires ao longo de sua vida e que hoje são usadas como fonte de acordo com a problematização já explicitada nos parágrafos anteriores.

O Caderno 01 guarda as crônicas publicadas entre 1878 e 1897 e o Caderno 02 entre 1899 e 1916. O próprio Aurélio deixa claro em introduções escritas a mão nos cadernos, que ali não se concentrava toda a sua produção, citando até o que estaria faltando, como indica este trecho:

Este caderno nº 1, à exceção do primeiro artigo d’A Mocidade, sobre Escola Normal, o qual foi escripto em Diamantina, contém o que escrevi durante minha residencia em Ouro Preto. Faltam aqui meus escriptos de collaboração na Idéa Nova, de Diamantina (1875-1881), no Treze de Maio, de Ouro Preto (1888) e no Atheneu, orgão dos alumnos do 3º anno de Escola de Pharmacia de Ouro Preto (1893-1894). (PIRES, 1916: s/p. APM, Fundo AP)

Nesta introdução ele ainda nos diz do que se perdeu na memória e também no pensamento da época, o que não se conseguiu fixar no papel:

Relendo muitos desses artigos, ficô admirado de como as idéas e os pensamentos vão amarellecendo e vão-se desbotando como o papel em que foram lançados e a tinta com que foram escriptos.

O que aqui fica, nestas paginas descoradas pelo tempo, não é tudo quanto tenho pensado, durante a época a que ellas se referem. Ha ainda, muita, muita cousa, que a gente pensa e sente e que não sabe ou não pode exprimir. (PIRES, 1916: s/p. APM, Fundo AP)

¹ Sobre o conteúdo dos oitos cadernos: Cadernos 01 e 02: recortes de jornais das crônicas publicadas por Aurélio Pires; Cadernos 03 e 04: recortes de publicações de outros autores sobre assuntos históricos; Caderno 05: recortes de jornais que falam sobre o Movimento Republicano, Aurélio Pires e outros intelectuais; Caderno 06: compilações de documentos referentes a Antonio Olyntho S. Pires; Caderno 07: compilação de documentos referentes ao Arquivo Público Mineiro e a obra de Pires “Compendio de Pharmacia Galenica”; Caderno 08: Rascunhos de discursos.

Sabe-se que tais recortes de jornais não conseguem conservar todas as ideias ou preservá-las da ação do tempo sobre as mentes. Mais ainda, tem-se consciência do processo de seleção efetuado por Pires e da intencionalidade de cada papel colado e cada papel descartado.

Revela-se um desejo de se perpetuar no passado, de lhe dar sentido, “ao se arquivar, o escritor manifesta o desejo de vencer o tempo, permanecendo na memória de um povo ou de um país” (MARQUES, 2003, p. 150). Portanto, pode-se concluir que esse arquivamento de si não é ingênuo, ele pretende passar uma determinada imagem. Por isso o exercício minucioso de escolha e de descarte.

Tem-se aí a questão da “intencionalidade” que é associada com maior facilidade aos arquivos pessoais, justamente por esses serem submetidos às vontades de arquivamento de um indivíduo, ao contrário dos arquivos públicos que carregam a perspectiva da funcionalidade². Mas é necessário deixar claro que um arquivo pode guardar diferentes tempos e intencionalidades, por isso o dever de analisá-lo além dos elementos individuais, mas como um todo.

O processo de arquivamento de si pode e deve ser entendido como um exercício de narrativa proposto pelo indivíduo que o faz. Dessa forma, assemelha-se ao exercício biográfico, como afirma Reinaldo Marques: “escrever um diário ou guardar papéis equivale a escrever uma autobiografia, práticas que se inserem no âmbito daquelas que, segundo Foucault, revelam uma preocupação com o sujeito” (MARQUES, 2003, p. 146-147).

Falei sobre o arquivamento de si e agora irei tratar da escrita de si. Para isso utilizo como fonte a autobiografia de Aurélio Pires, “Homens e factos de meu tempo”.

Além da narrativa de vida feita por Aurélio, o livro traz a contribuição do poeta Pedro Nava e a transcrição de discursos sobre Aurélio Pires proferidos por Affonso Arinos de Mello Franco e Mello Teixeira.

É uma autobiografia focada menos em assuntos pessoais do que públicos, narrando mais sobre a vida estudantil e as profissões exercidas, com alguns trechos que trazem detalhes

² Parto aqui da conceituação de arquivos pessoais tradicional do campo arquivístico de acordo com Bellotto que os designa nos seguintes termos: *A conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, que se afirma tratar-se de papéis produzidos/recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado. O que se pode aqui especificar é que, sendo papéis ligados à vida, à obra e às atividades de uma pessoa, não são documentos funcionais e administrativos no sentido que possuem os de gestão de uma casa comercial ou de um sindicato laboral. São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional, e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas, etc.* (BELLOTTO, *Arquivos permanentes*, p. 256).

familiares. Um diferencial é a forma escolhida para ser dada a narrativa: Aurélio Pires conta sua história através da história dos outros. Exemplo é quando fala dos anos escolares. Após uma breve introdução de como havia sido a experiência e o que o havia levado até aquele lugar, Aurélio começa uma longa retórica sobre seus professores e colegas. Isso perpassa todo o livro, e também justifica em partes o seu título.

A escrita de si, nesse sentido, é a busca de coerência entre o discurso e a ação, é ao mesmo tempo a necessidade hermenêutica de ressignificação. Esquemáticamente, a história de vida quando transformada em relato, em expressões de si no tempo, leva à auto compreensão e a uma formação. Gaston Pineau diz ainda sobre “formar vidas singulares e comunicá-las socialmente” (PINEAU, 2006, p. 47)

Para concluir, pode-se dizer que todo esse exercício executado por Aurélio Pires aponta para uma expressão moderna que coloca em perspectiva o pessoal e o social, o privado e o público. Além, claro, de uma subjetivação, uma tentativa de compreensão e de vigília de si que se dá a ver.

Essa pesquisa acaba por tentar evidenciar o fazer autobiográfico e arquivístico executado por Pires como parte de uma construção de um tipo idealizado de intelectual republicano, tanto aos olhos do próprio Aurélio como aos de seus pares.

Conclusão

Neste breve texto, procurei explicitar o meu objeto de análise, o mineiro Aurélio Egídio dos Santos Pires através de três olhares distintos que lanço sob o mesmo: o Aurélio jornalista, o intelectual e o mestre, para enfim apresentar a hipótese final que casa os três em torno da proposta de construção de si a dar-se a ver executada pelo próprio Pires através de ações como a escrita de uma autobiografia e também a feitura de uma arquivo pessoal. Ambos voltados para sua vida pública em detrimento de uma exposição da vida privada.

Obviamente não desconsidero as origens diferentes dos perfis apresentados: cargo profissional, categoria de análise e alcunha de reconhecimento, mas acredito que os três me apresentam lugares diferentes ocupados por Aurélio que devem ser postos em diálogo primordialmente por suas dessemelhanças que me auxiliam ao apresentar o objeto como ele é: polissêmico.

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 392 p.

APM - Guia de fundos e coleções - Fundo Aurélio Pires.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 320 p .

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta. AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006. p. 183-191.

CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: um figura em extinção? In: NOVAES, Adauto (org). *O Silêncio dos Intelectuais*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 19-43.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 378 p.

MARQUES, Reinaldo. O arquivamento do escritor. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo. *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 141-156.

MELLO TEIXEIRA, Arthur. Elogio do professor Aurelio Pires. *Minas Geraes*, Belo Horizonte, 21 de mar. 1937.

NAVA, Pedro. Mestre Aurélio entre as rosas. In: PIRES, Aurélio. *Homens e factos de meu tempo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 1939. p. 16.

PEREIRA, Marcelo Ricardo. *A Impostura do Mestre*. Belo Horizonte: Editora Argumentvm, 2008.

PINEAU, Gaston. As histórias de vida como artes formadoras da existência. In: SOUZA, Elizeu Clementino. ABRAHÃO, Maria Helena Barreto. *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 41-60.

PIRES, Aurélio. De Ouro Preto: Assumpto único – Boas festas! *O PHAROL*. Juiz de Fora, s/n, 29 de dezembro de 1891. APM - Guia de fundos e coleções - Fundo Aurélio Pires

_____. *Homens e factos de meu tempo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 1939.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte, Ano XLV, n. 2, Jul- dez 2009.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-261.